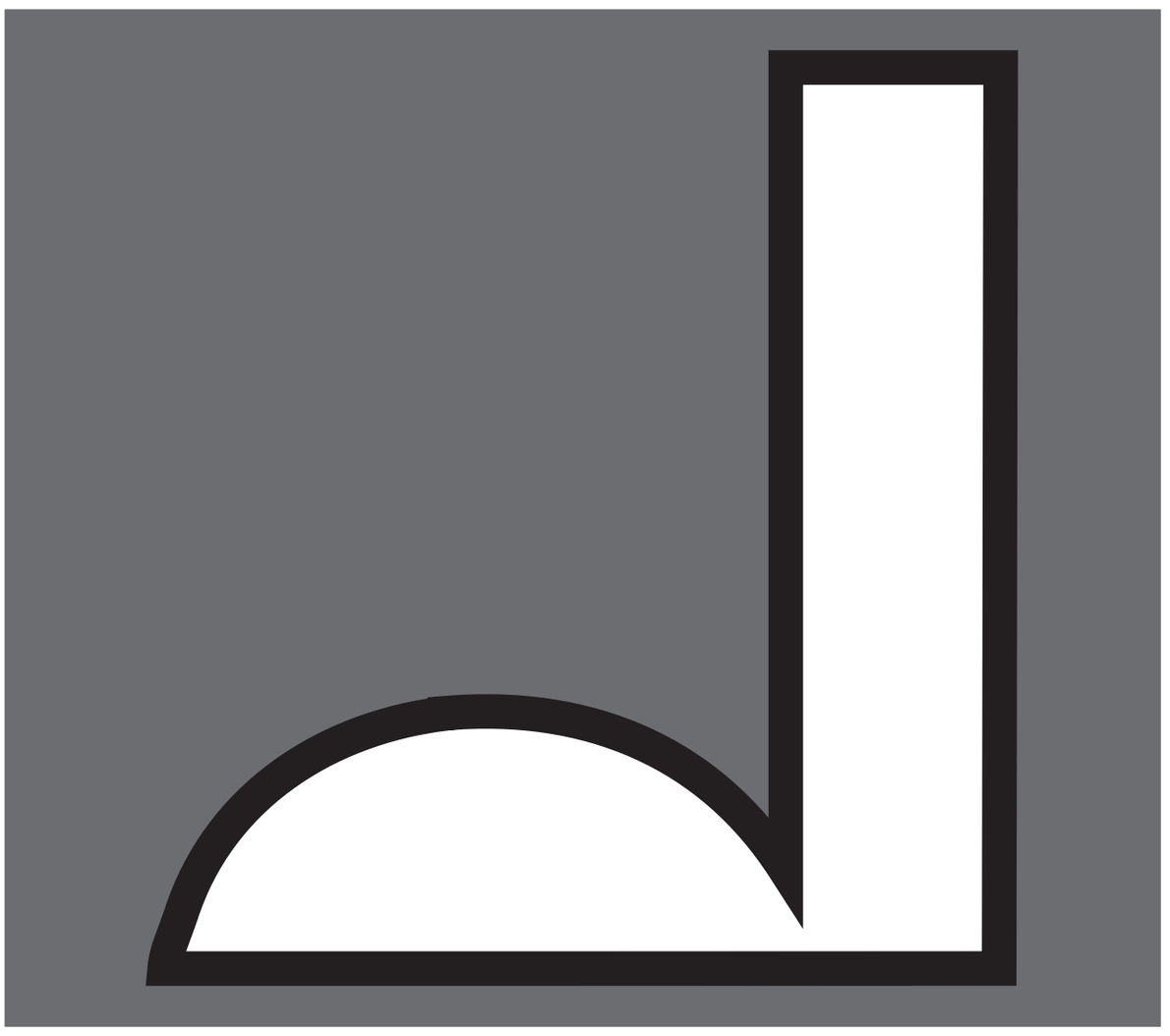
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP AO Nº 93 - SEXTA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB – AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT – AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB – MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL – PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB – MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL – DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário
1º Serys Slhessarenko – PT – MT
2º Papaléo Paes – PMDB – AP
3º Alvaro Dias – PSDB – PR
4º Aelton Freitas – PL – MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23

LÍDER
Ney Suassuna

Vice-Líderes
Garibaldi Alves Filho
(Vago)
Gilberto Mestrinho
(Vago)
Amir Lando
Papaléo Paes

LÍDER DO PMDB – 23
Ney Suassuna

VICE-LÍDERES DO PMDB
Maguito Vilela
(Vago)
Luiz Otávio
Gerson Camata
Leomar Quintanilha
João Batista Motta
Valdir Raupp

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PL/PSB) –19

LÍDER
Delcídio Amaral – PT

VICE-LÍDERES
Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB
LÍDER DO PT – 13
Delcídio Amaral – PT

VICE-LÍDERES DO PT
RobertoSaturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT

Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER DO PTB – 3
Mozarildo Cavalcanti

VICE-LÍDER DO PTB
Sérgio Zambiasi

LÍDER DO PDT– 4
Osmar Dias

VICE-LÍDERES DO PDT
(vago)
LÍDER DO PP - 1
Valmir Amaral

LÍDER DO PL – 3
Marcelo Crivella

VICE-LÍDER DO PL
Aelton Freitas

LÍDER DO PSB – 3
João Capiberibe

VICE-LÍDER DO PSB
(Vago)

LÍDER DO P-SOL
Heloisa Helena

VICE-LÍDER DO P-SOL
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER DO GOVERNO
Aloizio Mercadante – PT

VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Ideli Salvatti – PT
Maguito Vilela – PMDB
Garibaldi Alves Filho – PMDB
(vago)
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27

LíDER
José Jorge – PFL

VICE-LíDERES
Álvaro Dias – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL
Demóstenes Torres –PFL

LÍDER DO PFL – 15
José Agripino

VICE- LÍDERES DO PFL
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeu Tuma
Jonas Pinheiro

LÍDER DO PSDB – 12
Arthur Virgílio

VICE- LÍDERES DO PSDB
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Almeida Lima
Flexa Ribeiro

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 18-7-2005

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

8ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de abril de 2005 00005

9ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de abril de 2005 00050

10ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de abril de 2005 00075

11ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2005 00109

12ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de maio de 2005 00122

13ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2005 00152

14ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de maio de 2005 00173

15ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de maio de 2005 00202

17ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2005 00217

1ª Reunião Extraordinária (Instalação) da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, realizada em 26 de abril de 2005 00219

2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, realizada em 04 de maio de 2005 00235

3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, realizada em 11 de maio de 2005 00255

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais

11ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 2005 00270

13ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2005 00320

14ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de maio de 2005 00337

2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, realizada em 18 de maio de 2005 00347

1.3 – Comissão de Educação

8ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2005 00381

9ª Reunião Extraordinária, realizada em 05 de abril de 2005 00401

10ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2005 00434

11ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2005 00453

12ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2005 00472

13ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2005 00428

14ª Reunião Extraordinária, realizada em 03 de maio de 2005 00508

15ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de maio de 2005 00531

16ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2005 00560

17ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2005 00566

18ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2005 00583

19ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2005 00594

20ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2005 00612

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, realizada em 28 de abril de 2005 00632

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, realizada em 1º de junho de 2005 00635

1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

1ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005 00638

2ª Reunião Extraordinária, realizada em 03 de março de 2005 00643

3ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de março de 2005 00666

4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2005 00686

5ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de março de 2005 00710

6ª Reunião Extraordinária, realizada em 07 de abril de 2005 00732
7ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2005 00749
8ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2005 00770
1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
1ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de março de 2005 00792
2ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de março de 2005 00802
5ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de abril de 2005 00814
6ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de abril de 2005 00846
9ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de maio de 2005 00856
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005 00868
2ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2005 00875
1.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
6ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de abril de 2005 00897
7ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2005 00913
8ª Reunião conjunta com a 7ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 28 de abril de 2005 00918
9ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de maio de 2005 00950
10ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2005 00956
11ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de maio de 2005 00983
12ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de junho de 2005 00985
13ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2005 00995

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de abril, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia cinco de abril do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres, e, ainda, do Senador Tião Viana, do Ex-Ministro de Minas e Energia, Senhor Paulino Cícero, da Deputada Telma de Souza e do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Senhor José Genoíno. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Almeida Lima, Ramez Tebet, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Sérgio Cabral, Maguito Vilela, José Maranhão e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão dá início aos trabalhos apreciando os itens constantes da Primeira Parte da Pauta, Item 01-Aviso nº 10, de 2005, não terminativo, "encaminhando, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2005", de autoria do Presidente do Banco Central do Brasil, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer solicitando o sobrestamento da matéria e apresentando Requerimento, nos termos do art. 215, II, b e do art. 138, II, do Regimento Interno do Senado Federal, para a instauração de diligência com o objetivo de apurar os motivos pelos quais não foram encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos os processados referentes às Programações Monetárias do terceiro e do quarto trimestres de 2004 e do primeiro trimestre de 2005. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Jefferson Peres e Romeu Tuma. Colocado em votação a Comissão aprova o encaminhamento do Requerimento para despacho do Presidente do Senado Federal; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2002, terminativo, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir multa judicial sobre os créditos devidos à Previdência Social apurados pela Justiça do Trabalho e cria o Fundo para Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho", de autoria do Senador Ari Stadler, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pelo exame preliminar da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em seguida retornando para análise desta Comissão. Após a leitura do Requerimento pelo Senador Garibaldi Alves Filho, a Comissão aprova o envio da matéria à CCJ; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Foi aprovada, ainda, a inclusão em Extrapauta do Item 01-Mensagem nº 100, de 2005, não terminativa, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e um consórcio de bancos formado pelo Banco de Bilbao Vizcaya Argentaria S/A, BNP Paribas S/A e o Banco Santander Central Hispano S/A, no valor de até US$ 698,730,000.00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se à aquisição de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa EADS CASA, para os Projetos CLX e Modernização do P-3, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – PFCEAB", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece parecer favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Romeu Tuma, colocado em vota-

ção, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável, nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria. Em seguida, passa-se à Segunda Parte da Pauta, com a realização de Audiência Pública com a participação do Exmo. Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, com a finalidade de expor o relatório econômico financeiro da companhia, as parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção dos novos poços de petróleo, em atendimento ao Requerimento nº 01-CAE/2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A Presidência convida o Senhor José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, para sentar-se à Mesa, a fim de dar início a sua exposição. O Presidente convida, para compor a Mesa, os Senhores José Sergio Gabrielli de Azevedo, Diretor Financeiro da Petrobras, Guilherme Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, e Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da Petros. Usam da palavra, para interpelar o convidado, os Senadores, Jefferson Peres, Athur Virgílio, Tasso Jereissati, Pedro Simon, Delcídio Amaral, Jorge Bornhausen, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Garibaldi Alves Filho, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 17/2005-CAE, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvida, preliminarmente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a juridicidade e constitucionalidade do PLS nº 191, de 2002. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 05 de abril de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Como ainda não temos *quorum* para votação de nenhuma matéria, vamos iniciar nossos trabalhos apenas com a discussão dos projetos em pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tendo em vista a urgência de um pedido da Presidência da República de financiamento de aviões de vigilância da plataforma marítima, já que estou com o relatório pronto, se V. Exª achar conveniente a inclusão da matéria extrapauta, faço a solicitação, para, se houver *quorum*, podermos discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Esse é um projeto encaminhado pela Presidência da República para financiamento de aeronaves para o Ministério da Aeronáutica, que teve como relator designado na Comissão de Assuntos Econômicos o Senador Romero Jucá, que o devolveu em razão de sua nomeação para Ministro de Estado da Presidência e Assistência Social. Foi designando um novo Relator, o Senador Romeu Tuma, que já tem o seu parecer pronto e pede seja incluído, extrapauta, na reunião de hoje para votação de financiamento de aeronaves para o Ministério da Aeronáutica.

Da minha parte e da Mesa, não há óbice em ouvirmos o Plenário. Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, logo que tivermos quorum, votaremos também esse projeto extrapauta.

Item 1:

Aviso nº 10, de 2005, não-terminativo.

Encaminhamento, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.060, de 1995, da programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005.

Autoria: Presidência do Banco Central do Brasil. Relator: Senador Delcidio Amaral, a quem passo a palavra para relatar e discutir o projeto. Para a votação, vamos aguardar o *quorum*.

Com a palavra o Senador Delcidio Amaral, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pelo Aviso nº 10, de 2005, a Presidência do Banco Central encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o segundo semestre de 2005, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei 9.069, de 29 de junho de 95, a lei do Plano Real.

Debatemos nesta Comissão, por várias vezes, a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. É importante registrar que o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão o aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003 que revoga dispositivos da lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto hoje está na CCJC contando com o parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Como não foi ainda revogado o comando legal para apreciação da programação monetária pelo Sena-

do Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central.

Da análise.

Como todos sabem, Srªs e Srs. Senadores, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada em taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo que levaria fundamentalmente ao controle e acompanhamento da expansão dos agregados monetários.

Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isso forçou uma reformulação da política monetária. Agora em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em programação de expansão da oferta, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste, como todo mundo sabe, em utilizar taxas de juros como ferramenta básica da política monetária e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque é absolutamente importante a atenção da sociedade em relação ao Banco Central, especialmente à definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária. Embora tenha sido mudada a política monetária, não se mudou a lei.

Portanto, o que está sendo proposto, Sr. Presidente, é simplesmente analisar e votar a programação monetária, cumprindo um rito legal que está já absolutamente descolado da realidade.

É importante registrar que a Comissão de Assuntos Econômicos já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as várias audiências com o Presidente do Banco Central, são as várias audiências com o Ministro da Fazenda, principalmente para tratar da questão da política monetária.

Todavia, é importante que se crie um novo mecanismo para prestação de contas do Banco Central do Brasil que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da autoridade monetária pelo Poder Legislativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 326, do Senador Garibaldi Alves Filho, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação absolutamente ultrapassada. Resta agora instituirmos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central. O banco de dados do Senado já informa, Sr. Presidente, que tramitam nesta Casa projetos de lei que visam regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central.

O que esperamos é que, ao longo de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

E é importante registrar, Sr. Presidente – acho que é o foco maior dessa questão e do Aviso nº 10 –, a descontinuidade no processo de aprovação trimestral da programação monetária. Por um problema ainda não esclarecido na remessa de documentos ao Senado Federal pela Presidência da República, não chegaram à Comissão de Assuntos Econômicos as 3 últimas mensagens sobre o tema. Ou seja, os dois trimestres do ano passado e o primeiro trimestre deste ano.

Essa descontinuidade não gera problemas práticos, pois como já foi exaustivamente exposto neste parecer, a aprovação da programação monetária tornou-se um ritual sem nenhuma conseqüência prática, não havendo dano causado pela não apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal.

Todavia, nós não podemos deixar, Sr. Presidente, sem esclarecimentos os motivos pelos quais não foram enviadas a esta Comissão as programações monetárias referentes aos dois últimos trimestres de 2004 e ao primeiro trimestre de 2005.

Portanto, como instrução de voto, frente ao exposto, proponho, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, que se instaure uma diligência para a apuração dos fatos que impossibilitaram o envio dos processados da programação monetária à Comissão de Assuntos Econômicos, ficando a matéria em análise sobrestada, nos termos do art. 335, do Regimento Interno, até que seja publicado o resultado da diligência que ora se solicita.

O requerimento solicita, com base no art. 215, II, "b", e no art. 138, II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de diligência com o objetivo de apurar os motivos pelos quais não foram encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos os processados referentes às programações monetárias do terceiro e quarto trimestre de 2004, e do primeiro trimestre de 2005.

Basicamente, Sr. Presidente, a legislação, em função da política monetária do Governo, é absolutamente caduca, e a iniciativa do Senador Garibaldi Alves Filho é muito importante para mudar inclusive o acompanhamento e o monitoramento, pelo Senado, das ações do Banco Central. O monitoramento tem de ser feito mais amiúde. E estou propondo aqui, como não foram encaminhadas nem as programações dos dois últimos trimestres do ano passado nem a do primeiro trimestre deste ano, a apuração do que efetivamente está acontecendo, porque mesmo com a legislação caduca temos que cumprir aquilo que a lei determina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, primeiramente, o Senador Jefferson Péres, que se inscreveu.

Logo após, o Senador Romeu Tuma.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, congratulo-me com o Senador Delcídio Amaral pelo seu relatório. Estou no Senado há 10 anos e me acostumei com esse ritual vazio de a programação monetária do Banco Central ser remitida para cá, designa-se um relator, ninguém discute a matéria, o relator a aprova e ela é arquivada. É realmente uma liturgia inútil, absolutamente inútil. Isso tem que mudar, como disse o Senador Delcídio, para algo que implique no efetivo acompanhamento pelo Senado da política do Banco Central.

Sr. Presidente, não tenho receio sequer da chamada autonomia operacional do Banco Central. Eu concederia essa autonomia com mandatos para diretores, contanto que eles viessem aqui antes de serem nomeados, para sabatina, e se comprometessem com uma política monetária e com metas de inflação e, de três em três meses, Sr. Presidente, viessem aqui prestar contas para informar ao Senado se as metas foram atingidas, ou não, e por que não foram. Isso seria realmente o Senado participar, Senador Delcídio Amaral, mesmo com o banco tendo autonomia. Hoje o banco formalmente não tem autonomia, mas na verdade faz o que quer, e o Senado não tem ingerência nenhuma. Estamos brincando de fiscalizar, Sr. Presidente.

De forma que concordo inteiramente com o parecer do Senador Delcídio.

Meus parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A inteligência e a visão do Senador do Amazonas, Jefferson Péres, praticamente nos inibe tratar do assunto com a facilidade que tem S. Exª, por ser inclusive professor de economia.

Senador Delcídio, acho que o Senador Jefferson tem razão. V. Exª foi correto no seu relatório, inclusive pedindo essa explicação mais clara porque, se a matéria vem para cá, há alguma responsabilidade – se não criminal, pelo menos administrativa – que tem que ser esclarecida. O que vejo são projeções da fixação da parte monetária do Banco Central.

Então, penso que o Senador Jefferson Péres tem razão: a independência do Banco Central se faz muito mais necessária hoje em razão disso. Cria-se aqui, como se criou para a Abin, uma comissão especial de acompanhamento do trabalho do Banco Central, com a necessidade do comparecimento do Banco, de três em três meses, mas que também compareça sempre que for chamado por qualquer dúvida que surgir para dar explicações ao Congresso. Se é papel do Congresso acompanhar a projeção da política do programa monetário brasileiro, não podemos ficar aqui apenas lendo sem saber se isso foi realmente aplicado ou não. É encaminhado um relatório, posteriormente, ao Congresso informando se foram ou não consideradas essas metas apontadas pelo Banco Central em seguida ao término do período estabelecido? Acredito que não.

Pergunto a V. Exª – é claro que estou um pouco defasado nas medidas provisórias que estão sob estoque do passado – se a medida do Real já foi aprovada ou não. Até pouco tempo, não tinha sido aprovada a PEC do Real, e aqui já estão querendo modificá-la, segundo a referência de V. Exª ao projeto do Senador Garibaldi.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já foi aprovada agora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Demorou muito.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Demorou bastante. Agora, de qualquer maneira, como disse muito bem o Senador Jefferson Péres, a forma como fazemos esse acompanhamento é absolutamente inócua, quer dizer, não tem nenhum sentido. Por isso, é absolutamente necessária a mudança para que efetivamente o Senado exerça o controle e o acompanhamento, como disse o Senador Jefferson Péres, das ações do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O requerimento do Senador Delcídio Amaral será votado no momento oportuno em que a sessão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O requerimento sobresta o andamento do relatório, até que haja informação correta dos responsáveis?

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Recebi. O relatório fica sobrestado, Sr. Presidente, até que levantemos o porquê que houve essa descontinuidade nos relatórios trimestrais dos dois últimos trimestres do ano passado e do primeiro trimestre deste ano. As informações processadas, as únicas informações que chegaram são as projeções para o segundo trimestre de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O parecer é que fica sobrestado; o requerimento poderá ser votado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Penso que, em seguida à aprovação, deve ser feita a consulta oficial ao Banco Central para que, imediatamente, com prazo estabelecido, o Banco remeta as informações solicitadas.

Foi elogiada aqui a sua... O senhor foi elogiado.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Foi bom que tenha sido elogiado na sua ausência, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O importante é o elogio do ausente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É importante também, para esclarecimento, dizer que recebi o reencaminhamento da programação monetária do terceiro e quarto trimestres de 2004 e do primeiro trimestre de 2005, no dia 29 de março, encaminhado para o gabinete de trabalho do Presidente da CAE, ou seja, para o meu gabinete. Na verdade, a tramitação no Senado inicia-se pelo encaminhamento à Primeira Secretaria, onde o documento é lido no plenário e encaminhado para a comissão. Não existe nenhum documento que possa entrar direto na comissão, ou seja, o documento tem que ser encaminhado à Primeira Secretaria do Senado, lido no plenário e encaminhado para a comissão permanente.

Vamos aguardar mais um pouquinho para ver se votamos esse requerimento, para formalizarmos essa comissão solicitada pelo Senador Delcídio Amaral.

O Senador Almeida Lima também fez um questionamento sobre a questão da remessa da programação monetária nas duas reuniões anteriores.

Além desse projeto não terminativo, temos outros projetos em pauta. Poderemos iniciar a discussão desses projetos também e aguardar o momento para votação, até porque está confirmada a presença do ex-Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, que deverá iniciar sua exposição no horário combinado, às 11 horas.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2002, terminativo, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir multa judicial para os créditos devidos à Previdência Social, apurados pela Justiça do Trabalho e cria fundo de modernização e aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Ari Stadler. Relator: Senador Garibaldi. Parecer pelo exame preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em seguida, retorno para análise desta comissão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, que requer exame preliminar da matéria pela CCJ e, em seguida, a matéria retorna para análise desta Comissão.

Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, o exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa suscita muitas dúvidas acerca do projeto sob exame, levando à consideração de que há necessidade de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa se debruçar sobre esta matéria. Ela, realmente, vai muito além das finalidades da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

Do ponto de vista jurídico, o assunto é complexo: tenta-se alterar normas de processo judicial do trabalho, daí por que se faz necessário, no meu entendimento, o exame preliminar da matéria por aquela Comissão.

O meu parecer é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Aguardaremos a presença de quórum também para a votação do requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002.

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, que dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações do Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES.

Autor: Senador Ricardo Santos; Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela rejeição do projeto.

A Senadora Patrícia Gomes não se encontra presente.

Passemos ao próximo item.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003.

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, que altera o §6º do art. 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, isenção de IPI na compra de veículos especiais para as pessoas portadoras de deficiência visual, mental, severa ou profunda, e também aos autistas.

Autor: Senador Arthur Virgílio. Relatora: Ana Júlia Carepa.

A Senadora Ana Júlia Carepa encontra-se ausente. Fica também adiado o Item 4 da pauta.

Havendo quórum, coloco em votação o requerimento inicial do Senador Delcídio Amaral.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Delcídio Amaral.

Em votação o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Havendo quórum, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

Ainda no Item 4.

Trata-se de projeto terminativo do Senador Arthur Virgílio. A Senadora Ana Júlia Carepa é a Relatora.

A Senadora Ana Júlia opina pelo arquivamento do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Temos que adiá-lo porque, como se trata de projeto terminativo, mesmo com parecer contrário pedindo o arquivamento do projeto, terá que ser votado nominalmente.

Fica adiada a votação do Item 4.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos.

Autor: Senador Marcos Guerra. Relator: Fernando Bezerra, pela rejeição do projeto.

Não estando presente o Relator, fica adiado o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Antes de se iniciar a exposição do ex-Senador José Eduardo Dutra, passemos à matéria extrapauta.

Item 1 – extrapauta:

Mensagem nº 100, de 2005

Mensagem nº 100, de 2005, não terminativa. Solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e um consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S. A., BNP Paraíba S. A. e o Banco Santander Central Hispano no valor de até US$698,730 milhões, cujos recursos destinam-se à aquisição de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa EADS Casa para os projetos CLX e modernização do P-3 no âmbito do programa de fortalecimento do controle do espaço aéreo brasileiro PFCEAB.

Autoria da Presidência da República. Relator: Senador Romeu Tuma, com parecer favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme mensagem lida por V. Exª, escrita no início do meu relatório, o objetivo do Projeto P3-BR é dotar a FAB de uma frota de aeronaves de patrulha marítima destinada a executar missões de patrulhamento e de ataque contra alvos submarinos e de superfície, reafirmando a soberania que, conforme o disposto no inciso I do art. 1º da Constituição Federal, é dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Além de garantir a soberania brasileira sobre sua zona econômica exclusiva, vigiando as áreas marítimas e protegendo a área costeira, o Projeto P-3 também atenderá compromissos internacionais de busca e salvamento.

Eu queria chamar atenção para o fato de que busca e salvamento é um item de um acordo internacional do qual o Brasil é signatário. Portanto, o País tem essa obrigação em praticamente mais de 4 milhões Km², que vai da nossa plataforma marítima em diante. Então, isso é um compromisso internacional.

Segundo o Comando da Aeronáutica, alguns países operam com P-3, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Chile, Argentina, Espanha. Dez empresas foram convidadas a participar do projeto. Seis registraram seus interesses e três fizeram ofertas. A proposta da empresa espanhola EADS CASA apresentou, entre outras vantagens, menor preço, oferta de financiamento e transferência de tecnologia.

Ainda segundo o Comando da Aeronáutica, trata-se de aeronaves cujas características ainda não são disponíveis nas produzidas pelo País. O Brasil não produz ainda aeronaves com essas características. As aeronaves nacionais que já estão sendo comercializadas ainda não possuem equipamentos de busca de submarinos.

Já o Projeto CL-X consiste na aquisição de 19 aeronaves leves e dos respectivos elementos de suporte para missões de transporte aéreo, lançamento aéreo, evacuação aeromédica e busca e salvamento, primordialmente na região amazônica.

Eu queria lembrar que os Búfalos, aviões que operavam na Amazônia, praticamente se reduziram a três em operação. Eles ainda têm dificuldades de reposição de peças, pois elas não são mais fabricadas.

A Aeronáutica na Amazônia é primordial. O Senador Jefferson Péres e o Presidente desta Comissão sabem a importância da Aeronáutica no atendimento de todas as necessidades que se fazem presentes, principalmente nas comunidades indígenas e nos pelotões de fronteira.

Em atendimento à Portaria Normativa nº 764, de 27 de dezembro, do Ministério da Defesa, está previsto o acordo de compensação que inclui os seguintes benefícios – eu gostaria de chamar atenção para isto: transferência de tecnologia, suporte técnico, cooperação, treinamento e investimentos em empresas e instituições brasileiras, subcontratação de componentes da indústria brasileira com transferência de tecnologia, suporte e treinamento, contratação de serviços das empresas brasileiras e instituições privadas ou governamentais, projetos de transferência de tecnologia e colaboração ao Centro Técnico Aeroespacial – CTA.

Quanto à parte econômico-financeira, não sei se há necessidade de ler, porque está dentro dos estudos que o Banco Central nos mandou.

Agradeço ao consultor Renato Friedmann, aqui presente, que detectou três dúvidas no projeto enviado pelo Presidente da República. Foram sanadas duas dúvidas pela Aeronáutica e a terceira foi sanada hoje, pela manhã, por um documento da Secretaria do Tesouro, esclarecendo e considerando a contratação adequada e benéfica para o País.

Então, o meu voto é pela aprovação, de acordo com o projeto do Senado Federal. Somos de acordo com esse financiamento.

Aliás, aprendi uma expressão interessante que a Aeronáutica utiliza. Essa plataforma marítima do Brasil é chamada de Amazônia Azul, pela importância que ela representa internacionalmente nos interesses econômicos e sociais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Como não há quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a Mensagem nº 100, de 2005, que solicita a autorização de contratação de operação de crédito externo pela República Federativa do Brasil com consórcio de Bancos de US$698,730 milhões para a aquisição de bens e serviços fornecidos pela empresa EAEDS CASA para o controle do espaço aéreo brasileiro.

Antes de passarmos à segunda parte da nossa reunião, coloco em discussão e em votação a Ata da reunião anterior, tendo em vista que há quórum para esta votação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Iniciamos a segunda parte, com início marcado para 11 horas, 14 minutos antes.

Audiência pública com a participação do Exmº Sr...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicito apenas a votação da urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de iniciarmos a segunda parte, atendendo à solicitação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo, coloco em votação o pedido de urgência.

Em votação o pedido de urgência. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o pedido de urgência ao projeto.

Voltamos à segunda parte da audiência pública, com a participação do Exmº Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petróleo Brasileiro S. A., Petrobras, com a finalidade de expor o relatório econômico-financeiro da companhia, as parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção de novos poços de petróleo, em atendimento ao Requerimento nº 01 da CAE, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Convido o Dr. José Eduardo Dutra, que já se encontra no plenário da Comissão, para compor a Mesa, bem como os Srs. Presidentes da Petros e o Diretor Financeiro da Petrobras. São os Srs. José Sérgio Gabrielli e Wagner Pinheiro. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobrás.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, Srªs e Srs. Senadores, é com muita satisfação que volto a esta Casa e a esta Comissão para atender a requerimento de convite do Senador Antonio Carlos Valadares para apresentar às Srªs e aos Srs. Senadores os resultados da Petrobras no exercício de 2004.

É necessário ressaltar que, após esse requerimento, houve, em uma sessão plenária do Senado, um debate bastante intenso sobre a Petros. Embora o requerimento original não solicitasse informações sobre a questão da Petros, mas tendo sido esse assunto divulgado posteriormente e também objeto de debate nesta Casa, incluímos informações sobre a Petros nesta apresentação.

Procurarei, na medida do possível, cumprir o Regimento. Tenho direito a quantos minutos? (Pausa.)

Tentarei fazer a apresentação toda – são cerca de 30 *slides* – no menor tempo possível para que possamos ter um período maior para o debate. Sabemos que nessa fase, realmente, as coisas fluem. Registro que quando eu estava aqui, há alguns anos, não tinha a necessidade de usar esse equipamento.

Srªs e Srs. Senadores, no primeiro *slide,* queremos destacar algumas questões operacionais na Petrobras durante o ano passado. Primeiramente, houve um aumento de 3,3% nas reservas (*inaudível*), de acordo com o critério da SPE, com uma apropriação de 1,02 bilhão de barris de óleo/equivalente durante o ano de 2004. Esse é o resultado de um intenso programa de

exploração na Companhia, que vem tendo sucesso inclusive com um índice de reposição de reservas bastante superior à média das grandes companhias internacionais.

Dentro desse aumento de reservas, é importante destacar, também, com relação ao sucesso exploratório da Companhia, a descoberta de óleo leve na bacia terrestre do Rio Grande do Norte. É um óleo com 38 graus API, que, portanto, abre uma nova frente exploratória nas bacias terrestres brasileiras.

Outro destaque operacional foi o início da produção do FPSO P-43 em dezembro do ano passado. Sua entrada em operação estava bastante atrasada. A programação original para a entrada em operação era junho de 2003. Esse, inclusive, foi um dos motivos da queda de produção da Companhia no ano passado.

Além disso, temos a destacar a entrada em operação de diversas unidades em nossas refinarias. Especificamente da (*inaudível*), da Replan, em Paulínia, e da unidade de hidrodessulfurização na refinaria Getúlio Vargas, no Paraná. A companhia vem fazendo todos esses investimentos no sentido de tornar não só mais complexas as nossas refinarias, mas de aumentar a capacidade de processamento do óleo nacional, melhorar a qualidade dos nossos produtos com a redução da presença de enxofre, tanto no óleo diesel quanto na gasolina, aumentando, portanto, o valor desses produtos e contribuindo para a melhoria do meio ambiente.

Outro destaque foi a aquisição da totalidade das ações da ASP do Brasil. Fazia parte do plano estratégico da Petrobras, há vários anos, a entrada no mercado de distribuição de GLP, já que esse era o único segmento em que a Petrobras não tinha atuação. Com a aquisição da ASP do Brasil pela nossa subsidiária, a Petrobras Distribuidora, entramos nesse mercado, o que contribuiu também para o aumento do *(inaudível)* da distribuição da BR.

Além disso, foram reorganizados os ativos da Petrobras na Argentina de forma a criar-se uma estrutura corporativa mais eficiente.

Portanto, foram absorvidas pela Petrobras as subsidiárias que tínhamos na Argentina, especificamente a EG – 3, a Petrobras Argentina e a Petroleira Santa fé. Também fazia parte do plano estratégico da Companhia, há algum tempo, sua participação no capital da Gasmig, a distribuidora de gás do Estado de Minas Gerais, o que também foi efetivado no ano passado.

Em relação à nossa participação na sexta rodada da Agência Nacional de Petróleo, entre os 154 blocos que foram leiloados pela ANP, na sexta rodada, a Petrobras adquiriu 107 blocos. Destes, cinqüenta e cinco são 100% da Petrobras; no restante, a Petrobras atua em parceria. Na grande maioria, essas parcerias eram realizadas tendo a Petrobras como operadora.

Como V. Exªs sabem, e isso foi divulgado pela Companhia e pela própria imprensa, houve uma queda na produção da Petrobras, no Brasil, ano passado, da ordem de 3,1%, queda essa que já está sendo amplamente revertida neste ano.

Naquele gráfico, a última barra, à direita, mostra o recorde da Petrobras que foi batido no dia 30 de março, quando se produziram 1.650.000 barris. E temos a satisfação de informar que esse recorde foi novamente batido no dia de ontem, quando foram produzidos 1.666.000 barris de petróleo, no Brasil. Esses números devem ser comparados com a média de produção, diária, do ano passado, que foi de 1.493.000 barris.

Por que houve essa queda no ano passado? Procuramos mostrar, a cada ano, a entrada de várias unidades de produção que foram responsáveis pelo aumento da produção nesses anos. É importante ressaltar que, em campos gigantes, a exemplo dos campos da Bacia de Campos, o índice médio da queda de produção anual de petróleo, na indústria de petróleo mundial, é de 7% a 10%. Portanto, o aumento de produção, em determinado ano, dá-se, a partir da entrada em operação de novas unidades de produção, de novas plataformas.

E o fato é que as plataformas que estavam previstas para entrar em operação, em 2003 e 2004, não entraram, que são especificamente a P-43, a P-48 e a P-50. A P-43 estava prevista para entrar em operação em junho de 2003, e entrou em dezembro de 2003; a P-48 estava prevista para entrar em operação em setembro de 2003, e entrou em operação em março deste ano, 2005; e a P-50, que tem o maior atraso, é uma plataforma de 180.000 barris diárias, que estava prevista para entrar em produção em junho de 2003, vai entrar em produção no terceiro trimestre deste ano. Nesse caso específico da P-50, é importante ressaltar que, de todas estas plataformas recém encomendadas, ou seja, a P-43, a P-48, a P-51 e a P-52, essa é a plataforma que tem o menor percentual de conteúdo nacional, da ordem de 35%. O casco foi convertido em Cingapura; os módulos de compressão, na Itália; e outros módulos, nos Estados Unidos. No entanto, essa plataforma está mais atrasada, o que demonstra que, infelizmente – e este tem sido o grande problema enfrentado pelas grandes empresas de petróleo no mundo –, atrasos em equipamentos complexos como esses não são exclusividade da indústria nacional. Como disse, essa plataforma é a que tem o menor conteúdo nacional e é a que está mais atrasada. Era para ter entrado em operação em junho de 2003, e só vai entrar em operação no terceiro trimestre deste ano.

Portanto – e esta foi a afirmação que fiz e foi contestada por alguns analistas –, o fato de a Petrobras conseguir, no ano passado, ter uma queda de produção da ordem de 3,1%, sem a entrada de produção de nenhuma grande unidade, foi o resultado de um amplo esforço tecnológico por parte dos engenheiros, geólogos e técnicos da Petrobras no sentido de que a queda de produção ficasse muito menor do que a média da queda de produção na indústria.

É importante que isso fique bastante claro! Em campos gigantes como o da Bacia de Campos, a média de queda de produção anual, na indústria mundial de petróleo, é da ordem de 7% a 10% ao ano. E, no ano passado, em razão desses atrasos de três unidades que, juntas, representariam, na sua capacidade total, quatrocentos e oitenta mil barris de petróleo, essas unidades eram para ter entrado em 2003 e 2004, mas não entraram.

Daí porque houve essa queda de produção no ano de 2004, queda essa que já está amplamente sendo revertida este ano: a média diária da produção do mês de março deste ano foi de 1.571 milhão barris por dia.

Portanto, já são 80 mil barris por dia acima da média do ano passado. E, no mês de abril, em razão até desses resultados, como eu disse, batemos o recorde no dia 30 de março, com 1.650 milhão barris; no dia 4 de abril, batemos novamente o recorde, com 1.666 milhão barris. E, com a interligação de novos postos na Plataforma P-43 e P-48, hoje, as duas juntas já estão produzindo algo em torno de 150 mil barris por dia, quando a sua capacidade total é de 300 mil barris por dia. Esperamos que essa capacidade venha a ser atingida ao fim deste semestre, o que mostra que estamos projetando, para o ano de 2005, uma produção média de 1.700 milhão barris de petróleo por dia. O que vai significar um crescimento da ordem de 14,5% em relação à produção do ano passado, o que aponta, portanto, que, a partir do ano que vem, o Brasil atinge a tão sonhada auto-suficiência em produção de petróleo em nosso País.

Esse é um gráfico que mostra como teria sido a curva de produção se a P-43, a P-48 e a P-50 tivessem entrado em produção. Quer dizer, nós estaríamos próximos hoje a dois milhões de barris de petróleo por dia. Como estas unidades não entraram em produção na época prevista, estamos hoje, como eu já disse, com a P-43 e a P-48 produzindo cerca de 50% da sua capacidade, e a P-50 devendo em produção apenas no primeiro trimestre, estamos hoje em uma produção de 1.600 milhão barris por dia.

(Próximo)

Aí a curva demanda de derivados de produção de petróleo, o que mostra que vamos cruzar esta curva em 2006, portanto, no ano que vem. E é importante ressaltar que essa não vai ser uma auto-suficiência que vai ser atingida em um dia e vai ser perdida no dia seguinte. É uma auto-suficiência sustentável ao longo dos anos, porque o nosso plano estratégico prevê que vamos estar, em 2010, produzindo 2.300 milhões barris de petróleo por dia no Brasil, com uma projeção de consumo da ordem de 2.23 milhões de barris por dia.

Portanto, apesar dos atrasos dessas unidades e da queda de produção do ano passado, estamos mantendo, do ponto de vista de média de área, a meta de atingir a produção em 2006, podendo até vir a atingir antes disso, mas preferimos adotar uma postura mais conservadora e continuarmos com a meta para 2006.

(Próximo)

Esse quadro mostra a produção em terra. Ao contrário da produção em mar, a produção em terra tem tido um crescimento permanente, até porque, em razão de desenvolvimento de tecnologia, que tem aumentado o grau de recuperação em campos maduros, como os campos na bacia do Tucano, na bacia do Sergipe-Alagoas, na bacia do Rio Grande do Norte, e mostra que tem sido um crescimento permanente da nossa produção em terra.

É importante ressaltar que essa produção em terra tem, em média, um grau API maior, portanto. Era o mais leve, óleo que vale mais no mercado inclusive em comparação com os olhos da bacia de Campos. Essas descobertas em terra têm o início de produção mais rápido – ali está baixo o investimento; é claro, baixo investimento em comparação com os investimentos em águas profundas, mas são investimentos também significativos.

E na sexta rodada da ANP, incorporamos algumas bacias maduras que vão manter esse nível de produção terrestre.

E é importante também ressaltar que as reservas da Petrobras, apesar do aumento da produção. No ano passado, de 2003 para 2004, embora tenhamos produzido, ao longo do ano, 600 milhões de barris de óleo equivalente – portando, incluindo óleo e gás. Mesmo com essa produção, tivemos um aumento de reservas provadas da ordem de 1,2%, o que coloca a Petrobras com um índice de reposição de reservas da ordem de 170%, ou seja, estamos descobrindo e incorporando reservas, ao portfólio da Petrobras, a uma taxa maior do que a produção. E esse índice de 170%, volto a dizer, está entre os mais altos da indústria de petróleo do mundo.

(Próximo eslaide)

Esse é um gráfico que mostra o que já falei, que tínhamos 12,6 bilhões de reservas em 2003; produzimos 600 milhões de barris de óleo equivalente, e incorporamos 1,2 bilhão de barris de óleo equivalente de reserva, o que dá uma reposição de reservas da ordem de 170%. Hoje, a relação reserva/produção da Petrobras no Brasil é de 21,7 anos, ou seja, mantendo o atual consumo, não havendo nenhuma descoberta, nenhuma incorporação de reservas nesse período, as reservas provadas no Brasil dariam para o consumo de 21,7 anos.

É importante ressaltar que isso não significa que o petróleo do Brasil vai durar 21 anos, até porque, como mostramos, estamos descobrindo a cada ano e incorporando muito mais reservas do que estamos produzindo de óleo.

Esses são os projetos que vão dar sustentação àquele crescimento a que eu havia referido. O *(inaudível)* entrou em operação em junho de 2004, com capacidade de 100 mil barris por dia, só que, em outubro, tivemos um fenômeno quase inédito – embora tenha notícias de outras situações um pouco parecidas, mas podemos dizer que é inédito no Brasil –: houve uma *(inaudível)* de óleo no subsolo, na plataforma continental, o que fez com que tivéssemos que paralisar a produção de alguns postos, e estamos, inclusive, perfurando outros postos para que, no segundo semestre deste ano, o *(inaudível)* venha a produzir na sua plena capacidade de 600 mil barris por dia; hoje ele está produzindo em torno de 60 mil barris por dia, em razão desse fenômeno de *(inaudível)*, que, inclusive, está sendo analisado pelos nossos técnicos com ajuda, inclusive, de diversos técnicos internacionais para tentar explicar realmente o que aconteceu ali. A constatação é que o óleo estava subindo por meio de fraturas do assoalho oceânico, aflorando na superfície, vindo, inclusive, para a superfície do mar, o que fez com que comunicássemos imediatamente ao Ibama em relação a esse aspecto. Fizemos uma série de ações preventivas para evitar que aquele óleo chegasse à praia, mas tivemos que paralisar a produção de alguns postos para possibilitar que outros viessem a produzir.

Essas unidades que mostro aqui, como eu falei, a P-43 já está em produção, bem como a P-48. Essas duas unidades têm capacidade de produzir, cada uma, 150 mil barris por dia. Hoje as duas estão produzindo 150 mil barris por dia. Na media em que novos postos vão sendo interligados às plataformas, vamos atingindo essa produção total. Acreditamos que, já no final deste semestre, essas duas unidades vão estar operando em plena capacidade.

Além disso, a P-50, que tem uma capacidade de produção de 180 mil barris por dia, deverá entrar no terceiro trimestre de 2005, e a P-34, que é a primeira fase do campo de *(inaudível)*, no Espírito Santo, deverá entrar no quarto trimestre deste ano com uma produção de barris por dia.

Com base nessas cinco grandes unidades – algumas já entraram em produção, outras ainda vão entrar –, podemos fazer, com segurança, essa projeção de que vamos estar, no final de 2005, com uma produção média de 1.700 milhão barris por dia.

É importante ressaltar que, no dia 31 de dezembro de 2005, vamos estar produzindo bem mais do que isso. Esse valor de 1.700 milhão barris é a média ao longo do ano. Como começamos em torno de um milhão e quinhentos mil e vamos chegar com uma produção possivelmente superior a 1.800 milhão; a média diária ao longo do ano deverá ser de 1.700 milhão, o que significa um aumento em relação à produção de 2004 da ordem de 13,9% de crescimento de produção.

Esse quadro mostra os investimentos da Petrobras. A Petrobras, em 2003, investiu R$18 bilhões e 485 milhões. Em 2004, investiu R$21 bilhões e 774 milhões. E o que está previsto, que foi aprovado por esta Casa no Orçamento da companhia é o investimento de R$29 bilhões e 599 milhões, que é o nosso programa de investimento para este ano. Faremos todo o possível para que esse programa venha a ser efetivamente investido, contribuindo não só para o aumento da produção de petróleo como também para o crescimento do País e a geração de empregos.

Esse quadro mostra a evolução do refino da Petrobras. É importante mostrarmos alguns destaques: a Petrobras tem investido significativamente nas nossas refinarias, não só para aumentar a sua capacidade de processamento de óleo nacional, como para melhorar a qualidade dos nossos produtos, diminuir a agressão ao meio ambiente. Em 2004 foram investidos R$2,8 bilhões no refino de petróleo.

Aumentamos o volume de vendas de derivados, que vamos mostrar posteriormente no próximo *slide. A*umentamos a produção nacional de derivados – chegamos a uma média, no quarto trimestre, de 1.727 milhão barris – e houve, num período, uma redução da carga de óleo nacional processada em função do aumento do preço do petróleo e um descolamento do preço do óleo diesel em relação ao preço do petróleo; houve um crescimento ainda maior do preço de derivados, particularmente de diesel, em comparação com o preço de petróleo, e nós preferimos, ao invés de importar diesel – porque isso significaria um efeito maior na balança de pagamentos –, importar óleo bruto, óleo mais leve, para processar e gerar óleo diesel aqui

nossas refinarias, com isso diminuindo a sua importação. Isso fez com que, nesse período, houvesse uma diminuição do óleo nacional processado nas nossas refinarias, mas essa curva já vem sendo revertida e nossa meta é continuar aumentando a carga de óleo nacional nas nossas refinarias.

O próximo quadro mostra um aumento das vendas, que é um reflexo do crescimento do País. Houve uma inversão da curva, do que vinha acontecendo nos últimos anos, quando estava ocorrendo uma redução do consumo de derivados de petróleo no nosso País, e, com a retomada do crescimento, houve esse aumento de 9% no diesel e de 6% na gasolina. O óleo combustível, naturalmente, tem diminuído, inclusive em função do aumento da presença do gás natural, mas mesmo essa redução de 9% do óleo combustível foi menor do que nos anos anteriores, destacando também o aumento do consumo de GLP, o que mostra que isso aqui é o resultado claro de uma melhoria das condições de renda da população brasileira, já que também no consumo de GLP, no consumo de gás de cozinha, estava ocorrendo uma redução nos anos anteriores.

Outro destaque é que a área de gás e energia, que vinha tendo prejuízos até 2003, teve um resultado positivo de R$867 milhões em 2004, em comparação com R$1,7 bilhão em 2003, isso decorrente de 2 bilhões que deixaram de ser provisionados, com perdas contingenciais, em função inclusive da solução definitiva, para a qual já estamos caminhando, do problema com as termas *merchants*; 19% de aumento do crescimento do volume vendido de gás natural e o aumento de 26% nas receitas de comercialização de energia.

Essa é uma comparação do lucro de 2003 com o lucro de 2004. A receita da companhia e o custo de produtos vendidos – CPV naturalmente foram fortemente afetados pelo aumento do volume, pelo aumento do preço do petróleo.

É importante ressaltar que uma das principais razões do pouco crescimento do lucro líquido, em comparação com 2004, foi em função do resultado financeiro. Em 2003, tivemos um resultado financeiro positivo de R$1,3 bilhão e, em 2004, tivemos um resultado financeiro negativo de R$2,4bilhões. Então, apenas em relação ao resultado financeiro, houve uma diferença, comparando-se os dois anos, de R$3,8 bilhões. O principal motivo dessa diferença foi o câmbio, pois, em 2003, tivemos uma apreciação do real em relação ao dólar de 18% e, em 2004, essa apreciação foi da ordem de 8%. Isso já explica, em grande parte, a diferença do resultado financeiro.

Essa é a distribuição. Apresento esse quadro em função de um discurso do Senador José Jorge questionando a redução de dividendos, embora o lucro tivesse sido praticamente o mesmo. Por que em 2003 houve 2,374 milhões de dividendos, que eram relativos a ajustes de exercícios anteriores e por isso o lucro básico para fins de dividendos, em 2003, foi de 19 milhões, enquanto que, em 2004, foi de 16,878 milhões?

Se compararmos, em termos de percentual, na verdade, embora tenha havido um total de dividendos menor, o percentual do lucro líquido do exercício foi praticamente o mesmo. Daí essa explicação para a diferença de dividendos.

Quando anunciamos os resultados, vimos diversas manifestações comparando o lucro da Petrobras, em 2004, em relação a 2003, com o lucro de outras empresas, em que chegavam a dizer que a Petrobras havia tido um resultado pífio porque o lucro tinha crescido 2% enquanto em outras empresas havia sido 70% a 80%. Só que essa comparação em função da base de comparação em 2003, como tivemos um aumento de 100%, entre 2003 para 2002, a base de comparação da Petrobras em relação às outras empresas estava, em termos comparativos, com uma base muito maior. Agora, se compararmos os dois anos em empresas de petróleo, temos que estabelecer um processo mais a longo prazo. Procuramos mostrar o lucro da Petrobras, nos últimos dois anos, em comparação com outras grandes empresas de petróleo e verificamos que o lucro está perfeitamente alinhado com as grandes empresas.

A Star Oil, que é uma estatal norueguesa, teve 77% de lucro nesses dois anos; a Amerada Hess International partiu de uma base negativa em 2002 e, se considerarmos isso, terá um lucro bem maior, mas, considerando apenas este ano, foi de 52%; a Total, 112%; a Shell, 91%; Exxon Mobil Corp, 121% e a Petrobras, 120%.

Portanto, nesses dois anos, o lucro da Companhia está perfeitamente alinhado com o resultado das outras companhias de petróleo, e isso está sendo perfeitamente analisado pelos analistas e investidores, como veremos a seguir.

Esse é o custo de captação da Petrobras.

Em 2002, considerando a taxa com o tempo de empréstimo em anos. Em dezembro de 2002, a curva que estabelecia o custo médio, em comparação com o tempo de empréstimo da Petrobras, estava aqui. Hoje essa é a curva da Petrobras, ressaltando inclusive que ela tem uma curva melhor que a dívida soberana do Brasil. É lógico que essa mudança de patamar é, em grande parte, da melhoria da visão que tem tido os investidores em relação à economia do Brasil. É fato que hoje os fundamentos da economia brasileira estão muito mais sólidos, e os investidores, de modo

geral, têm percebido isso, em comparação com dezembro de 2002.

É lógico que queremos chegar aqui. Essa é a curva do curso de capacitação das grandes empresas de petróleo. Sabemos que um é grande trabalho chegar aqui. Dependerá inclusive da melhoria da perspectiva da imagem da economia brasileira, mas hoje a Petrobras e a Vale do Rio Doce são as duas únicas empresas brasileiras que estão um patamar abaixo daquele degrau chamado *investment grade*. A partir do momento em que atingirmos esse degrau, passaremos a ter acesso a um mercado que envolve sete trilhões de dólares, não é isso Gabrielli? Trata-se, nesse caso, de um mercado muito maior inclusive do que aquele que está disponível aos países emergentes. Esperamos atingir esse patamar ainda este ano. Isso depende muito também da evolução da economia brasileira, mas essas curvas mostram que os investidores têm tido uma percepção muito positiva dos resultados da companhia.

Isso também pode ser medido pelo valor das ações. De 31 de dezembro de 2002 até 31 de março, as nossas ADRs, em Nova Iorque, valorizaram 287%. Comparando com outras empresas, a Conoco, 223%, Repsol 203%, Chevron 175%, Exxon 171%, Total 164%, BP 154%. Portanto, os analistas, os investidores têm percebido muito claramente a situação positiva que a companhia vem vivendo neste período. São números que mostram que o crescimento das nossas ações foi muito maior do que as das outras grandes empresas de petróleo, o que se reflete no valor de mercado da companhia, que vem no próximo *slide.*

A Petrobras tinha um valor de mercado, em 31 de dezembro, de 15,5 bilhões de dólares. A Petrobras tinha, em 31 de março, um valor de mercado de 45,8 bilhões de dólares.

Essa curva vermelha mostra a valorização das ações da Petrobras, a curva azul é a média dos índices da empresas de petróleo americanas, a curva verde é o índice Daw Jones industrial, mostrando o crescimento da Petrobras muito maior do que a média das empresas industriais na bolsa de Nova Iorque, como também da média das empresas de petróleo.

(O próximo *slide*, por favor.)

Este ponto também colocamos em função do discurso do Senador José Jorge, que disse que as pessoas que compraram ações da Petrobras com o Fundo de Garantia estariam tendo prejuízo. Esse é o resultado. Esse aqui seria a rentabilidade do Fundo de Garantia; esta é a rentabilidade para quem comprou ações da Petrobras com o Fundo de Garantia, ou seja, dez vezes maior do que a rentabilidade normal. Então, esses números também são dados e fatos que, a meu ver, mostram que o mercado, que os investidores têm tido uma visão muito mais positiva da companhia do que alguns brasileiros, alguns analistas, alguns articulistas, alguns parlamentares. Esses são os números que o mercado vê em relação à companhia.

Fazemos também pesquisas não somente com os empregados como também com os nossos clientes, para saber como estão vendo a companhia. E há um crescimento do índice de satisfação dos empregados, e o índice de satisfação dos clientes com os nossos produtos também tem tido um crescimento significativo. Isso mostra que temos buscado cada vez mais o nosso compromisso com os nossos diversos pontos de interesse, a saber: empregados, acionistas, clientes, sociedade do modo geral, e etc.

Há análises de alguns analistas em relação a Petrobras. E pinçamos uma aqui não muito positiva, para que não digam que colocamos somente as positivas. A última diz que a Petrobras obteve 5% abaixo da nossa expectativa, demonstrou que não foi capaz de capitalizar todo o ambiente favorável à indústria de petróleo no ano de 2004.

Isto aqui é relacionado efetivamente a preços. Temos aplicado sempre uma política de preços que é aderente ao preço internacional ao longo do ano, mas evitando repassar automaticamente toda a volatilidade dos preços.

Sei que quando eu sair daqui, os jornalistas vão perguntar quando vai subir a gasolina, em função do preço do petróleo, pois eles perguntam sempre. E a resposta vai ser a mesma, já estou antecipando: estamos aguardando a definição de um novo patamar.

Mas, o Morgan Stanley mostra que houve um bom resultado; Bernstein mantém a Petrobras como a empresa preferida, e o Credit Swiss First Boston diz: "Acreditamos que o foco pela Petrobrás é de concentrada perspectiva positiva para a indústria e para a Companhia, em relação a três fatores: forte crescimento da produção, com potencial crescimento de 25% a 30%, em dois anos; grande acesso a reservas" – a Petrobrás tem reposto as suas reservas a taxas bem maiores do que a média da indústria. É aquilo que eu disse. Não são apenas nós que estamos dizendo, mas os analistas estão dizendo –, "a custos menores do que empresas semelhantes; e também melhor refino". Quer dizer, pinçamos algumas das análises dos diversos analistas em relação à Petrobras.

Bom, passemos agora para a questão do Plano Petros. Esta é a situação do Plano Petros, em 31 de dezembro de 2004. Há alguns pontos que merecem destaque, que merecem atenção. O primeiro a ser destacado é que a Petros é um plano maduro. V. Exªs verão que há um número maior de participantes aposentados e pensionistas, em comparação ao número de

participantes em atividade. Como é um plano maduro, isso reforça a nossa preocupação em que as premissas estabelecidas no plano, relativamente à taxa de inflação, a grau de rotatividade, à taxa de mortalidade, elas têm de ser as mais conservadoras possíveis, porque, como se trata de um plano maduro, é melhor que tenhamos a avaliação mais conservadora em relação a possíveis déficits do que adotarmos premissas e tabelas que não encontram eco na realidade; e, no futuro, sermos surpreendidos com déficits que nós não detectamos.

Então, hoje a Petros tem um déficit atuarial de R$5 bilhões 292 milhões. Esse é o déficit da Petros, que está colocado no balanço da Petros. Pode-se perguntar "Mas, não eram oito?" Chegaremos lá, quando tratarmos do balanço da Petrobras. Temos de diferenciar o que é o déficit da Petros, no balanço da Petros, do déficit da Petros, no Balanço Petrobras, porque esses dois balanços são construídos com regras diferentes. A Petrobras, como ela tem ações listadas na Bolsa de Nova York, ela tem de fazer o seu balanço de acordo com as regras da SEC**.** Por isso, o déficit é diferente e explicaremos o porquê, mais à frente. Mas, esse é o déficit da Petros.

E mostraremos alguns dos motivos pelos quais esse déficit tem aumentado. É importante ressaltar, Srs. Senadores, que a Petros, por ser um plano de benefício definido, possui uma instabilidade estrutural, porque há uma série de questões que são externas ao plano; há decisões que não dependem da patrocinadora e dos participantes, que são efetivadas e que impactam o déficit da Petros. Por exemplo, o fator previdenciário, estabelecido por uma lei que foi aprovada por esta Casa, tem impacto no déficit da Petros. Aumentos reais que a Companhia, mediante negociação, resolva conceder para os seus empregados da ativa, têm impacto no déficit da Petros. Agora, o grande problema, o grande valor que impactou o aumento desse déficit foi fundamentalmente a mudança da tábua da expectativa de vida. Aí, mostro o próximo *slide*. Era essa a tabela. Essas siglas significam tábuas atuariais que levam em consideração probabilidade de morte e, quando se aplicam à massa de empregados da Petros, resultam em números.

Essa EB7-75 era a tábua aplicada no balanço da Petros até 2001. Essa tábua previa que, em média, nos últimos seis anos, morreriam 999 pessoas beneficiadas do Plano Petros. Só que a vida como ela é foi muito diferente dessa tábua. Essa foi a vida como ela é: a média de mortos nesses seis anos foi de 409 pessoas. Portanto, a continuidade da utilização dessa tábua, embora significasse um déficit menor, significaria que nós estávamos subestimando; estávamos com uma premissa absolutamente irreal em relação à vida como ela é. Por isso, passamos a utilizar essa tábua aqui, a AT2000, que é uma tábua conservadora em relação à realidade, mas está muito mais aderente em relação a essa realidade.

Essa tábua projetava uma média de morte nesses seis anos de 378,7. E esses números mostram, Srs. Senadores, que essa tábua AT2000 poderia ter sido utilizada desde 2001 porque era muito mais aderente à realidade. Em 2001, morreram 446 pessoas. A tábua que era utilizada projetava uma morte de 1.148 pessoas. Ora, quando passamos a usar uma tábua que prevê um número de mortalidade muito mais aderente à realidade, é lógico que isso gera um déficit. E vamos, inclusive, mensurar em números o que isso significou.

Também há outras premissas. Em 2002, por exemplo, o balanço da Petros mostrava um déficit de 827 milhões. Só que, em 2002, passou-se a usar essa outra tábua, que também considerava o número de mortes maior que o real, e considerava uma taxa de inflação de 11% ao ano, pelos próximos quinze anos. Ora, quando se projeta uma taxa de inflação maior para os próximos 15 anos, isso significa – como os benefícios não são corrigidos pela inflação no dia-a-dia – a geração de recursos para o plano com uma taxa de inflação maior. Quando se diminui a taxa de inflação e ela é aproximada a uma taxa mais condizente com a realidade, isso significa que esse déficit também aumenta. Portanto, quanto a esse déficit de 827 milhões em 2002, se tivessem adotado uma taxa de inflação de 5%, uma taxa de rotatividade anual também mais próxima da realidade – porque estamos usando 0% e se usou 3,75% – e se tivessem adotado para essa taxa essa tabela de imortalidade, esse déficit de 827 milhões não seria 827 milhões, mas muito maior. Nós vamos mostrar o que seria.

(Próxima.)

O que significa cada coisa dessa? Olhem apenas a mudança da tábua, Srs. Senadores, que, como eu disse, poderia ter sido adotada em 2001, significou um déficit de R$2,1 bilhões. Apenas a mudança da premissa. Um bilhão e cem milhões de reais foi decorrente de aumentos reais e anulação da rotatividade, aquilo que eu falei anteriormente. Antes se consideravam 3,75% de rotatividade e passamos a considerar zero.

E o fator previdenciário? Esse fator previdenciário entrou no balanço de 2003 e aumentou para R$2,2 bilhões, porque, em 2003, fizemos um ajuste da inflação que em 2002 tinha sido 11%. Nós já passamos a usar 5% para o fator previdenciário.

E a taxa de rotatividade? Pois também passou a ser utilizada a de 5%. Portanto, esse é o desmembramento desse déficit de 2002 para cá.

E é importante frisar que essas são premissas externas ao Plano – por exemplo, fator previdenciário, aumento do real –, e as outras são premissas de tabela. Agora, a rentabilidade real do Plano foi de R$1,3 bilhão nesse período. Portanto, os seus ativos, as suas aplicações, os seus investimentos, estão gerando uma receita maior do que prevê como receita mínima. Vamos ver isso no próximo ponto.

Mesmo com essa rentabilidade de R$1,3 bilhão, o déficit aumentou de R$800 milhões, em 2002, para R$2,2 bilhões, em 2003, e para R$5,2 bilhões em 2004. Essas são mudanças de tabela e de ajustes à realidade.

Como afirmei, a Petros é um plano maduro. Portanto, as premissas aplicadas pela sua gestão precisam ser as mais conservadoras possíveis, porque, senão, vamos ter um déficit real e, daqui para frente, teremos de nos deparar com a vida como ela é. Teríamos, claramente, um déficit não revelado, que não seria do conhecimento de seus administradores.

Esse aqui mostra a rentabilidade. Quer dizer, nesse período a Petros teve rentabilidade acima da meta atuarial em 1995 e em 1998; e ela teve uma rentabilidade média nesse período de oito anos da ordem de 11,3%; e nesses dois anos, de 12,67%.

Então, a rentabilidade da Petros tem sido, à exceção desses dois anos aqui, acima da meta atuarial, mas isso não tem evitado aumento do déficit. Volto a dizer que a Petros tem uma instabilidade estrutural. É isso que vamos tentar resolver, ao chegarmos a outros pontos mais à frente.

Próximo *slide.* Essa curva mostra bem isso. Essa curva azul mostra a rentabilidade acumulada do período, a real; e a curva vermelha seria a rentabilidade esperada atuarialmente. Vemos que esta curva aqui é maior, só que, mesmo assim, as provisões matemáticas, ou seja, aquilo que a Petros tem que considerar como sua obrigação – se todos os beneficiados do Plano Petros se aposentassem imediatamente, trazendo a valor presente todo esse valor –, seriam crescentemente maiores do que o patrimônio Petros. Esta é a barra azul; e as provisões, a barra amarela. Mesmo com esta curva aqui estando acima da rentabilidade esperada, o déficit do plano tem aumentado.

Bem, estávamos falando do balanço no plano Petros. Agora, como aparece esse déficit no balanço Petrobras? Como disse, a Petrobras segue normas contábeis da CVM, uma adaptação do modelo norte-americano da SEC – a bolsa norte-americana. Ela possui uma série de fatores que estabelecem a colocação no balanço de forma diferenciada. Por exemplo, a Petros tem, nos seus ativos, títulos do Tesouro que a Petrobras lhe aportou em 2001. Como a Petros não tem interesse em vender esses títulos – ela vai resgatá-los na sua data real –, ela joga no balanço esses títulos pelo seu valor de face. Só que a Petrobras, pelas regras da bolsa norte-americana, tem que colocar no balanço Petrobras o valor desses títulos não pelo seu valor de face, mas pelo seu valor de mercado. Portanto, já temos cerca da R$900 milhões de diferença em relação ao balanço Petros e Petrobras.

Também a Petrobras considera causas atuariais mais conservadoras. Ela considera uma inflação zero, ao contrário da Petros, que considera uma inflação de 5%.

Agora, é importante ressaltar que aquele valor de 8 bilhões e tanto, que está no próximo eslide, é o número que foi objeto do debate dos Srs. Senadores, oito bilhões e duzentos e noventa e um milhões. Esses oito bilhões não significam nenhum aporte da Petrobras para o Plano Petros.

Além disso, como disse, temos que jogar no balanço da Petrobras de acordo com as normas do Plano Petros. Só que os Srs. Senadores sabem que, pela Constituição Brasileira, o déficit dos planos de pensão das empresas estatais – e todo o aporte inclusive – tem que ser paritário, quer dizer, então, que esse déficit da Plano Petros, pela Constituição, teria que ser bancado: 50% pela Petrobras, 50% pelos participantes. Só que isso não tem como se colocar no balanço, de acordo com as regras da SEC – *Securities and Exchange Commission*.

Então, como isso aparece no balanço? Isso aparece sob a forma de nota explicativa. Então, no balanço, embora no balanço apareçam os oito bilhões e duzentos milhões, ele aparece sob nota explicativa que diz que há, pela regra previdenciária brasileira, pela Constituição Brasileira, uma paridade contributiva.

E é importante ressaltar que isso não é dívida da companhia. É um registro de provisão e também não é realizado nenhum aporte imediato de recursos. Portanto, esses valores estão no balanço da Petrobras, diferentemente do balanço da Petros; o balanço da Petrobras é de oito bilhões e tanto; o balanço da Petros é de cinco bilhões e tanto, mas não há nenhuma decisão em relação a como esse déficit do Plano Petros será resolvido. Checaremos mais à frente.

O SR. (Orador não identificado) – Desculpe-me. Só para um melhor entendimento. Esse déficit atuarial será dividido em 50% para a Petrobras e 50% entre os funcionários? É isso? Pela Constituição, não. Essa é uma definição tomada pela companhia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ainda vamos chegar lá, em como estamos encaminhando essa posição. Mas não há uma definição ainda sobre a questão do Plano Petros com relação ao déficit. E é importante ressaltar que a decisão sobre isso não será tomada pela Diretoria da Petrobras. A decisão sobre isso, sobre a forma de resolver esse problema do déficit da Petros, será tomada pelo Conselho de Administração da Petrobras, no qual tem assento três ministros e representantes dos acionistas minoritários.

Agora, já que V. Exª tocou nesse assunto, é importante ressaltarmos uma coisa. Como disse, esse Plano tem uma instabilidade estrutural. Vamos supor que exista esse déficit hoje de cinco bilhões e duzentos milhões e resolvamos cobri-lo de acordo com a Constituição: 50% da companhia, da patrocinadora; 50% dos participantes. Só que, como esse Plano tem uma instabilidade estrutural, ele vai continuar gerando déficit no ano que vem, no outro ano e no outro ano. E 50% de muito dinheiro também é muito dinheiro.

Então, estamos tentando encontrar uma solução que caminhe no sentido de uma estabilização e objetivamente uma mudança de regras para que não venhamos a ter futuros déficits no nosso Plano.

O próximo eslaide mostra como os analistas externos perceberam a decisão da Petrobras de mudar as premissas. É importante ressaltar que, no dia em que anunciamos, por meio de fato relevante, quando saiu a notícia, o mercado percebeu de uma forma – tanto é que nossas ações caíram naquele dia 3,18% as preferenciais, e 2,75% as ordinárias. Só que, no mesmo dia, quando o mercado passou a analisar com mais cuidado aquilo que estava sendo anunciado, essa queda se reverteu e, ao fim do dia, as ações cresceram, respectivamente, 0,82% e 1,09%. Por quê? Porque o mercado percebeu isso, o *(inaudível)*. A revisão das premissas dos planos de pensão e saúde da Petrobras não reduz os lucros do quarto trimestre, o que é uma boa notícia, sendo que o impacto será apenas no balanço patrimonial.

Credit Swiss First Boston – enquanto negativa a notícia pelo lado dos resultados e do valor da companhia, nós acreditamos que esse ajuste é uma medida necessária na correção do negócio. A Petrobras continua sendo a nossa favorita entre as empresas de petróleo nos mercados emergentes.

Espírito Santo – Apesar de o ajuste no compromisso da Petrobras junto aos planos de pensão e saúde não afetarem 2004, altera o montante da dívida com esses fundos e a despesa prevista para 2005, porém mantemos a nossa avaliação positiva para as ações.

Eu queria destacar esse ponto do pactual, Senadores. O lado positivo do reajuste das obrigações do fundo de pensão é que a Petrobras está sendo bastante transparente em utilizar uma nova tabela de mortalidade enquanto a maioria das empresas brasileiras continuam usando tabelas antigas. Então, essa foi uma decisão de absoluta transparência com os acionistas da Petrobras, com o mercado, com a sociedade, e estamos fazendo agora com os Srs. Senadores que mostram que aquela mudança de premissas, que implicou um déficit da Petros, na verdade, era absolutamente necessária e já vinha sendo cobrada inclusive pela empresa responsável em auditar nossas contas, porque ela dizia que era insustentável continuarmos com aquela tabela que mostrei do EB-7.

É importante ressaltar que a Petrobras já havia percebido esse problema do Plano Petros em 2001. O problema foi a forma. Em 2001, foi criado o Plano Petrobras Vida. Não houve, em relação a esse programa, um processo de negociação com os representantes da força de trabalho. Isso fez com que todos os sindicatos entrassem na Justiça contra o Plano Petrobras Vida. E o que é pior: não só entraram na Justiça, ganharam na Justiça. Por quê? Porque o Plano Petrobras Vida tinha um erro técnico na sua estruturação, uma vez que previa uma migração das reservas dos participantes do Plano Petros. Ora, como a migração era voluntária de um plano para o outro e como cada pessoa que migrasse do Plano Petros para o plano novo levava as suas reservas, isso fazia com que aqueles que optassem por permanecer no Plano Petros arcassem com um déficit muito maior.

Então, em função disso, a Justiça, primeiro, deu uma liminar e, depois, uma decisão de Primeira Instância manteve a decisão. Então qual é o fato hoje? Temos o Plano Petros que foi fechado; quer dizer, desde 2002, ele não admite a entrada de mais ninguém. A Petrobras hoje tem mais de 9 mil empregados sem fundo de pensão, porque o Plano Petros foi fechado e o Petrobras Vida foi fechado na Justiça, foi barrado na Justiça. De lá para cá, o que nós fizemos? Nós procuramos realizar um diagnóstico muito cuidadoso sobre a situação atual e sobre as causas do desequilíbrio. Chegamos a esta conclusão que falei anteriormente: o Plano Petros tem uma instabilidade estrutural que não será resolvida se adotarmos simplesmente a posição mais cômoda de a Petrobras pagar a metade, os participantes pagarem a outra metade porque, no ano que vem, vai gerar mais déficit novo e, como falei, 50% de muito dinheiro sempre é muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª dispõe ainda de cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Já vou concluir. É o último *slide*.

Tivemos um processo de negociação permanente com os representantes de força de trabalho. Há uma reclamação grande dos sindicatos no sentido de que não resolvemos esse assunto ainda. O fato é que há dois anos tentamos resolver; se fosse fácil de resolver, já teria sido resolvido. Estamos caminhando no sentido de se criar um novo plano de contas individuais que não tenha os problemas estruturais do Plano Petros para esses empregados que não têm plano. Quer dizer, é um plano, em linhas gerais, de contribuição definida, mas que tem alguns aspectos previdenciários mais atrativos. É importante ressaltar também o seguinte: querendo ou não, todos aqueles que são hoje participantes do Plano Petros têm um contrato e, portanto, se queremos resolver o problema do Plano Petros e queremos fazer com que pessoas passem de um plano para o outro, temos que apresentar um plano que seja atrativo para essa migração sem o problema técnico do Plano Petrobras Vida.

Então, sobre essa migração, estamos estudando uma forma de saldamento em que a pessoa levaria o seu direito financeiro, mas sem carregar toda a massa de forma a não prejudicar quem opta por ficar.

Quero dizer aos senhores que esse assunto não está definido, com disse, não chegamos ainda a uma conclusão sobre o novo plano; esse plano está, do ponto de vista da diretoria, em fase final de elaboração, ainda não foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Em relação ao Plano Petros, estamos estudando uma forma de resolver, não esse déficit de 5.2 bilhões, mas uma forma que venha evitar que o plano venha a ter déficit sucessivo.

Volto a afirmar aqui que não há qualquer decisão da Petrobras, nesse momento, sobre o formato do plano novo, não há decisão ainda formal de quem tem competência para isso, sobre o plano novo e sobre a forma como vai ser atacado esse problema do déficit.

Temos que resolver o problema do déficit esse ano, porque há uma cobrança, muito justa por sinal, da Secretaria de Previdência Complementar, que já vem cobrando desde 2002 – porque desde 2002 que o plano apresenta déficit. E temos a intenção de resolver esse ano, porque esse é um assunto que optamos por não empurrar com a barriga, optamos por não colocar embaixo do tapete, optamos por apresentar e escolher as premissas mais realistas possíveis. Mas posso garantir aos Srs. Senadores, como já disse: quem vai tomar a decisão sobre o plano novo e sobre o déficit do Plano Petros é o Conselho de Administração da Companhia, no qual tem assento três ministros e representantes dos acionistas minoritários. E até o momento não há decisão sobre isso.

Desculpe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se me alonguei muito, mas é um assunto que tem algumas partes bastante áridas, mas espero que tenha atendido às expectativas de todos os Srs. Senadores.

O diretor financeiro Gabrielli e Wagner Pinheiro, Presidente da Petros, estão aqui também para que possam nos ajudar a responder algumas perguntas mais técnicas, relativas ao plano.

Gostaria de ressaltar também que está aqui presente o Diretor de Serviço, Renato Duque e diversos outros gerentes da Companhia que vieram nos ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Queria aproveitar a oportunidade para convidar também o Dr. Estrella, Diretor de Exploração da Petrobras, para compor a Mesa, por solicitação do Senador Rodolpho Tourinho.

Senador Rodolpho Tourinho, já fiz menção à solicitação de V. Exª pela importância, não só do cargo, mas da pessoa do Dr. Estrella, como Diretor de Exploração da Petrobras.

Convido o Senador Jefferson Péres para usar da palavra, como primeiro orador inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. José Eduardo Dutra, bom dia. Sr. José Eduardo Dutra, com quem convivi durante oito anos nesta Casa, uma convivência muito prazerosa, porque V. Exª foi, sem favor, naqueles oito anos, um dos mais atuantes Senadores das duas legislaturas e, geralmente, as nossas posições se coincidiam. Infelizmente, José Eduardo Dutra, hoje minhas posições já não coincidem tanto com as do PT. Mudaria o natal? Mudei eu, não sei. Talvez o natal tenha mudado.

Alias, a única discordância séria e profunda que tive com V. Exª foi, curiosamente, em torno da quebra do monopólio estatal. Eu queria uma Petrobras sem monopólio. V. Exª preferia uma Petrobras monopolista. Lembrava-me daquela frase do Marechal Castelo Branco, que me parecia de uma lógica implacável. Das duas uma: ou a Petrobras é eficiente e não precisa do monopólio, ou ela é ineficiente. Nesse caso, não merece monopólio. Mas são águas passadas.

Sr. José Eduardo Dutra, vou lhe fazer três perguntas aqui. V. Exª se importaria de falar sobre temas estranhos ao objeto da convocação, sobre empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Se eu tiver informação, com prazer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT–AM) – Em primeiro lugar – vou ser objetivo nas perguntas – é a respeito dessa questão complexa que são os preços dos derivados de petróleo. Sempre muito discutidos e para mim muito nebuloso. Nebulosos critérios levam

à fixação dos preços. Atualmente a Petrobras é quase auto-suficiente, quase independe das importações. O preço lá fora está quase US$60 o barril.

Embora o preço dos importados não pese muito na estrutura de custo, a Petrobras não pode evidentemente ficar com uma defasagem muito grande em relação à média dos preços internacionais por vários motivos. Houve tempo, há cinco anos – já farei a pergunta – em que se fez uma experiência: de três em três meses, reajustavam-se os preços, para mais ou para menos, em função da variação do preço internacional. Não sei quais são os critérios atuais. A primeira pergunta é esta: quais são os critérios de fixação do preço dos derivados internamente?

Segunda questão. Senador, atualmente há uma situação preocupante na Bolívia, cujo gás tem um peso significativo na nossa matriz energética. Recentemente os *royalties* de lá foram aumentados, mas há uma pressão muito grande da oposição para que sejam pagos 50% de *royalties*. Pergunto: isso inviabilizaria os investimentos da Petrobras? A empresa teria de se retirar ou reajustaria muito os preços do gás no País?

A terceira pergunta é mais delicada. Não quero constranger V. Exª. Não se trata de uma provocação, mas de queixas que recebi de funcionários da Petrobras no Amazonas. Não sei se procedem. Não estou afirmado, mas perguntando. A Petrobras tem sido, ao longo do tempo, quase sempre, uma ilha de excelência imune à influência político-partidária. No máximo, os diretores eram escolhidos por indicação política, mas, nos quadros hierarquicamente inferiores; os critérios, ao que me consta, eram técnicos. As queixas que ouço, não sei se são procedentes – V. Exª é um homem muito transparente, franco –, são de que estaria havendo uma ingerência muito forte, um crescente aparelhamento da Petrobras, com a partidarização dos quadros dirigentes de escalões intermediários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Pergunto se permanece o critério anterior: três pessoas perguntam e ele responde aos três.

Infelizmente, o Presidente foi embora e levou a lista de inscrição. Penso que o próximo orador é o Senador Arthur Virgílio e o segundo o Senador Eduardo Suplicy. Já pedi para procurarem o Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Penso que sou o quinto, Sr. Presidente, mas V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Eu era o próximo, mas cedi o meu lugar para o Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Peço que localizem o Presidente enquanto os senhores se lembram da ordem de inscrição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Senador José Eduardo Dutra, depreendi que V. Exª, com muita habilidade, não arriscou o que não estava à sua alçada. Também depreendi e compreendi que pagará pelo rombo a corporação ou o contribuinte. Parece-me que em relação à Petros é isso.

Faço-lhe algumas perguntas: qual o destino dado aos 800 milhões do resultado da Petros de 2002, que deveria ter sido coberto integralmente pelos beneficiários do Plano de Benefícios Definidos?

Outra pergunta: por que, em menos de dois anos, foi feita nova revisão da tábua de mortalidade? Pergunto também a V. Exª se os demais fundos fizeram o mesmo? Se fizeram, eles têm um rombo a cobrir; se não fizeram, voltaremos a discutir a especificidade da Petrobras.

Terceira pergunta: dado que o Plano Petros de Benefício Definidos foi fechado pela administração da Petros, em agosto de 2002, por que, até março de 2005, a administração da Petros não adotou ainda o novo plano de previdência para oferecer aos seus novos funcionários? Mais ainda, sobre o mesmo tema: qual o tamanho do déficit dos diversos planos da Petrobras? Como a empresa pretende cobrir o déficit apurado no Plano Petros? Aqui, já chegamos à conclusão de que ou será corporação ou o contribuinte. Qual o entendimento da Secretaria de Previdência Complementar sobre o déficit dos Planos? Qual a posição do Tesouro sobre a responsabilidade do Governo nesse déficit? Teria havido aprovação do SEST, ou seja, estaria havendo o que imagino que seria o cuidado básico com os recursos públicos? Qual a responsabilidade da Petrobras no equacionamento do déficit? Desde 2002, a responsabilidade é de, no máximo, 50% segundo a Lei Complementar 109, sendo que o restante deve ser rateado com os participantes. Isso estaria sendo rigorosamente cumprido? Há informações de que a Petros está fazendo a gestão de vários planos instituídos cobrando taxas de administração bastante baixas, menos de 0,5% ao ano. Estaria havendo subsídio dos planos originais para esses novos planos? Quem estaria pagando os custos administrativos dessa política? Que medidas estariam sendo tomadas pela direção da Petrobras em relação ao novo plano de migração ao novo plano de migração? Como seria esse novo plano? A direção da Petrobras estaria ciente, de acordo com a gestão desses planos instituídos? Que regras estariam sendo adotadas para se evitar riscos para as patrocinadoras atuais como a gestão desses fundos? Qual é o custo administrativo da Petros em relação as suas contribuições? Estaria sendo observada a pru-

dência de se limitar as despesas administrativas a um máximo de 20% das contribuições anuais?

Sr. Presidente, Senador Eduardo Dutra, essas questões são importantes porque tenho aqui um artigo da colunista Miriam Leitão, que faz um cálculo e compara o valor do déficit com o que seria gasto com a possibilidade de 6,5 milhões de famílias serem beneficiadas pelo bolsa-família. Ela faz a comparação entre as duas coisas num artigo que, depois, foi respondido pelo Dr. Sérgio Gabrielli, que, parece-me tinha um lado, o de resolver a questão da corporação para dentro da corporação, quem sabe passando a conta para o contribuinte. Foi o que entendi da...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com certeza.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Já que V. Exª tocou na questão da entrevista do Dr. Gabrielli, ele faz referência também a um déficit que existe de 5 bilhões do Plano de saúde, que não foi levantado aqui na exposição do Presidente Dutra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Prossigo, Sr. Presidente?

Entrando em outros assuntos, ouvi V. Exª arrazoar, com a competência de sempre sobre os resultados da Petrobras. A Revista **Exame**, porém, desta semana, entende diferente: arrisca que os baixos resultados se deveriam a uma certa interferência política de Brasília sob a direção da empresa, uma certa interferência que visaria fazer da empresa um braço político do Governo, para sermos mais claros do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista as eleições. Tenho muito respeito por V. Exª e, portanto, tenho todo interesse em preservar a sua autoridade ali.

Faço-lhe ainda outras considerações: na campanha eleitoral à Presidência da República, o Presidente Lula dizia que a construção de plataforma de exploração de petróleo, em Cingapura, seria um absurdo, pois os estaleiros poderiam fazer as plataformas criando milhares de empregos no País. Naquele momento, até eu tive vontade de votar nele. O que aconteceu com essas plataformas no atual Governo? Onde foram construídas? Qual foi o custo para a Petrobras? Porque V. Exª falou das plataformas, mas, se não me engano, não se referiu a preço. E tenho que, na verdade, estamos, enfim, de certa forma deixando que se escondam duas verdades: uma, que a indústria nacional não tinha, de fato, condições de construir a plataforma, exatamente como dizia a gestão anterior da Petrobras; segundo, a parte principal da P52 veio do exterior para ser montada aqui. Estaríamos vendo, portanto, uma montagem, não uma construção, o que é uma sutileza que envolve milhões e milhões de dólares que também saem do bolso do contribuinte brasileiro; terceiro, fica mais caro, o que é prejuízo para os 400 mil acionistas da Petrobrás? Quarto, a estatal, portanto, estaria pagando caro para gerar os tais empregos. Se está pagando caro para gerar empregos; quem sabe, empregando melhor o dinheiro, não gerasse empregos melhormente, para usar uma expressão, de certa forma, arcaica, enfim.

Finalmente, Senador José Eduardo Dutra, tenho aqui uma outra linha de considerações, que seria antes uma curiosidade, mera curiosidade intelectual. Queria saber, V. Exª assumiu no dia 1º de janeiro, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Três de janeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Três de janeiro. Então, eu queria saber quanto por cento de dependência em relação a petróleo de fora havia em 31 de dezembro de 2002? Está bem.

Bom, agora quero satisfazer outras curiosidades enfim.

Quanto foi gasto pela Petrobras, em comunicação, nos anos de 2002, 2003 e 2004?

Qual a previsão de orçamento para os anos de 2005 e 2006?

Outra pergunta: quanto foi gasto especificamente com publicidade institucional nos anos de 2003 e 2004?

Terceira pergunta nesse campo da publicidade:

As campanhas publicitárias da Petrobras sofrem alguma interferência do Governo Federal?

Quarta pergunta:

Quanto foi gasto com passagens e diárias nos anos de 2003 e 2004?

Digo isso, porque a revista **Veja** dessa semana tem aqui uma matéria de Juliana Linhares que diz: um bilhão de reais pelos ares é o que o Governo Federal gastou em viagens no ano passado e agora promete cortar.

V. Exª conhece o fotógrafo Gervásio Batista? O Gervásio, de 74 anos, foi enxugado da Radiobrás. Então, enxugaram uma pessoa de 74 anos de idade, um fotógrafo respeitado e reputado no País, um dos melhores. E eu disse assim: será possível que a questão das contas brasileiras se resolve enxugando mais sete fotógrafos e o Gervásio, com 74 anos, ou se resolve cortando despesas desse jaez, diminuindo gastos que, estes sim, ameaçam não se deixar sustentar o crescimento econômico brasileiro?

Mas, muito bem, pergunto ainda: Quantos cartões corporativos existem na Petrobras entre diretores e demais funcionários?

Outra: Quais são os funcionários beneficiados? E quais são os critérios de utilização de tais benefícios?

Se pudesse nos dar o montante do que foi gasto – seria a minha última pergunta nesse campo – com cartão de crédito corporativo nos anos de 2003 e 2004.

Finalmente, V. Exª, quando comparou o lucro – e o lucro foi grande de 2004 em relação a 2002, isso é verdade, eu tenho que admitir, não brincamos com matemática, mas o lucro do Petrobrás – de 2004 com 2003, vê-se que foi pífio, foi de 1%. O da Exxon foi 18%, o da Shell foi de 48%, o da Texaco foi de 80% e a variação do preço do petróleo foi 43%.

Aceito a comparação de 2010 em relação a 2002. Mas eu queria também a comparação ano a ano, porque temos uma outra forma de ver, enfim, essa realidade.

No mais, aguardo aqui, respeitosamente, as explicações de V. Exª e lhe digo da honra e da alegria que temos de receber um ilustre membro desta Casa, que será sempre aqui recebido como um Senador ilustre, hoje presidindo uma das maiores empresas do Planeta.

Recebê-lo é sempre um prazer. Portanto, tenho certeza de que as respostas todas serão dadas de maneira pronta, de maneira concreta, de maneira direta.

Agradeço V. Exª pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Registro a presença do Exmº Sr. Paulino Cícero, ex-Ministro de Minas e Energia. É uma honra para nós termos V. Exª aqui.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, terceiro inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Pois não, Senador. V. Exª é o quinto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Não tem intercalado. Perguntei se era o mesmo sistema quando vem Ministro. Disseram-me que não, que este segue a ordem cronológica.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas quero dizer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... que o Líder do PSDB fez um tratado de perguntas. Acho que pode ficar nesses dois. Já é muito. Acho que trazer uma terceira pergunta... Acho que o Ministro já vai fazer muito respondendo as indagações do Senador Jefferson, que são singelas, e o tratado feito pelo Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Eu prefiro ouvir primeiro o Senador Delcídio, que, como membro do PT, vai defender o nosso Presidente. Assim, haveria um equilíbrio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PFL – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não tive a pretensão de fazer tratado nenhum. Há interesse e respeito pelo tema. Para diminuir o tratado, eu já estou com um requerimento de informações. Pode ser dispensada toda a parte de cartão corporativo, de publicidade, porque já está aqui um requerimento de informações pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Aliás, parte das perguntas de V. Exª...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PFL – AM) – Sr. Presidente, isso deixa de ser um tratado para virar um mero acordinho bilateral agora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, por favor, a expressão "tratado" eu a usei no bom sentido, de que foi uma exposição que praticamente merecia uma resposta exclusiva. Não foi em outro sentido. Eu continuo achando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Eu concordo com V. Exª. A complexidade do assunto fez com que o Presidente redigisse anotações na metade de seu caderno.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, depois dessa autêntica intimidação do Senador Simon, eu vou ser muito rápido nas minhas considerações.

Primeiro, desejo cumprimentar o Presidente Dutra, o Diretor Gabrielli, Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da Petros. Cumprimento o Estrella, Diretor de Produção da Petrobras, cumprimento também o Duque, que foi anunciado aqui, mas eu não o vi. Desejo saudar também, é claro, o nosso Presidente, Senador Romeu Tuma.

Acho que a exposição foi muito clara, muito objetiva, concisa. Mostrou todos os negócios da companhia, a capacidade de a Petrobrás atingir metas, especificamente no que se refere à produção de petróleo.

É importante ressaltar também os resultados alcançados na área de gás e energia, conforme foi muito bem registrado aqui, bem como as ações da Petrobras especificamente nos negócios internacionais, porque esse segmento da companhia é de extrema importância, de extrema relevância. Ao mesmo tempo, é importante falar também das dificuldades associadas à construção das plataformas, dificulda-

des relacionadas ao atraso e o que isso efetivamente significou para a produção da Petrobrás, em função daquilo que se vislumbrava através do planejamento estratégico da empresa.

Vou resumir as minhas perguntas. A primeira dela diz respeito a uma questão muito falada, comentada, ou seja, o custo de extração de petróleo, o *lifting cost*. Várias publicações, vários jornais já abordaram essa questão, Diretor Estrella, dizendo que a média já teria atingido US$4,69 por barril, tirando a participação governamental, contrariamente a uma meta de US$3 o barril, prevista no planejamento estratégico. Esta seria uma oportunidade excelente, inclusive com a presença do Diretor Estrella aqui, de se esclarecer definitivamente isso.

A outra pergunta que queria fazer – vou reduzir as perguntas, meu caro Presidente Tuma -, ao Presidente Dutra seria sobre qual a estratégia da companhia com relação às refinarias. Prevalece efetivamente a ampliação das atuais refinarias ou prevalece a construção de uma nova refinaria, como tem sido muito propalado?

O segundo ponto, como estamos falando de refinaria, de abastecimento, como a área petroquímica está ligada administrativamente à Diretoria de Abastecimento, diz respeito a um relato rápido sobre a presença da Petrobrás, a retomada do papel da Petrobrás nas petroquímicas. Como ouvimos falar de petroquímica no Rio de Janeiro e em São Paulo, queríamos saber especificamente com relação ao Pólo Gasquímico na fronteira, na divisa de Mato Grosso do Sul, na divisa do Brasil com a Bolívia.

A outra questão é que, em função do número de informações, acabamos não entendendo efetivamente como essas coisas se encaminharam, sobre a aquisição dos vinte e dois navios pela Transpetro. Queremos saber como está esse processo, uma vez que isso é fundamental para as políticas da companhia na área de transportes. Por último, Sr. Presidente, ressalto a maneira como foi explicitada essa questão do Fundo de Pensão. Quando debatemos isso no plenário do Senado, uma das considerações que fiz foi exatamente sobre a tabela, que foi muito bem explicitada aqui, e a questão do déficit corrente, que leva efetivamente a esses valores. De certa maneira, esses valores são sobrevalorizados em função do USGAAP, que leva a Petrobrás a apresentar um balanço dentro das orientações da CVM, da SEC, ou da CVM americana. Acho que o desafio não é pequeno, Sr. Presidente. Confesso que desconhecia essa suspensão por liminar do Plano Petrobras Vida. Esse é um problema grave, mas fico contente também que...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador, primeiro foi suspenso por liminar e depois, em Primeira Instância, a Justiça deu ganho de causa aos sindicatos, dizendo que o plano não poderia ser implantado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas ainda continua sem decisão final.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Agora, há algo que acho importante, estava conversando um pouco com o Senador Tourinho. V. Exª falou que o espírito, o que se pretende fazer, Diretor Gabrielli, rediscutir a questão da contribuição definida, porque acho que o plano Petrobrás, como outros planos, enfrenta dificuldades, um problema estrutural, porque acho que essa questão do benefício definido precisa ser trazida à baila, encontrando-se um caminho definitivo para promover a saúde financeira desses Fundos de Pensão. Acho que é um desafio grande, porque já existem contratos com os atuais empregados. O que me surpreende é que existem nove mil, como V. Exª acabou de falar, empregados da Petrobrás que estão no ar, sem nenhum plano. Então, acho que esse é um desafio muito difícil, muito complicado, mas acho que os esclarecimentos têm bom senso, têm propósito e, evidentemente, acho que vamos ter outras oportunidades de conversar sobre essas questões.

Parabenizo a diretoria da Petrobrás e a diretoria da Petros pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou passar a palavra ao Presidente José Eduardo Dutra. Para qualquer questão de ordem mais técnica, se ele quiser passar a palavra a um dos diretores, que o faça diretamente na seqüência do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou procurar responder a todas as perguntas dos três Senadores. Algumas relativas à Petros, particularmente de gestão, e algumas questões do plano de saúde, vou passar para o Gabrielli e para o Vagner Pinheiro.

Primeiramente, sobre os preços. Essa questão tem relação com o ponto levantado pelo Senador Arthur Virgílio dos resultados da Petrobrás também no ano passado. Muitos questionam o resultado da Petrobras, comparando com outras empresas no ano passado. E efetivamente, comparando-se 2004 com 2003, os nossos resultados, em comparação com as concorrentes, foi menor. Mas os que colocam isso questionam o fato de a Petrobras não ter aumentado mais os preços no Brasil o ano passado. Objetivamente – e aí é uma visão de setores de alguns investidores – alguns acham que a Petrobras deveria praticar no Brasil os preços, repassando imediatamente a volatilidade dos preços no mercado internacional. E a Petrobrás não fez isso em 2004, não fez em 2003 e não fez em 2002. Vamos lembrar que o modelo do mercado aberto foi efetivamente implantado no Brasil a partir de 1º de janeiro

de 2002. Antes disto, os preços tinham algum tipo de controle e, inclusive no período em que havia aquele reajuste trimestral, por meio de uma fórmula, era um período em que não havia mercado aberto. A partir de 31 de janeiro, de acordo com a Lei aprovada por esta Casa, passou a viger no Brasil um regime de mercado aberto. Portanto, o preço praticado no Brasil deve ser, pela Lei, o preço competitivo dentro do País. Quer dizer, é o preço que um importador teria, por exemplo, para trazer o petróleo para cá – estamos falando no petróleo mas seria o óleo combustível, óleo *diesel*, gasolina, os seus produtos, de modo geral – e nós analisamos esse preço levando em consideração uma série de fontes de fornecimento. É por isto que, muitas vezes, os nossos preços não batem com os preços de alguns analistas que pregam o seguinte: "Não, o preço no Golfo do México, no lado americano do Golfo do México, está em tanto." Então, coloca-se o frete e o preço no Brasil seria tanto. E, muitas vezes, não bate com os nossos cálculos porque nós analisamos não apenas o preço competitivo, como se ele fosse importado do Golfo do México. Existe uma série de países que fornecem combustível na importação da Petrobras, que, também, poderiam ser importados por outros importadores, já que a Lei prevê a importação liberada, também. E nós levamos em consideração o fornecimento da Argélia, o fornecimento da Argentina, o fornecimento do Golfo do México, de forma a termos uma cesta de produtos que leva em consideração o chamado preço competitivo. Nós temos dito isto várias vezes. Em *diesel* e gasolina – até porque o Brasil, durante 40 anos, viveu o monopólio com o preço tabelado. Então, o senso comum – e eu ouço isto de muitas pessoas – é o seguinte: "Olhem, se a Petrobras, hoje, produz 85% do petróleo consumido no Brasil, por que a Petrobras tem que praticar o preço de acordo com o mercado internacional? Mas esta é a regra vigente hoje no País por decisão desta Casa. Isto vale para o Brasil e vale para a Noruega. A Noruega é um país auto-suficiente e exportador de petróleo. No entanto, o preço praticado lá é de acordo com o preço do mercado internacional. Não vale para a Venezuela – e já ouvi discursos, aqui, no Senado, comparando o preço do Brasil com o preço da Venezuela –, pois a Venezuela é um mercado fechado onde há claramente subsídios para a gasolina e ela pode até se dar ao luxo disto, já que produz 3 milhões de barris e o consumo é de menos de 500 mil. Então, há claramente um subsídio no preço da gasolina na Venezuela."

Portanto, Senador, em alguns momentos, nós estamos abaixo do preço do mercado internacional e, em outros, nós estamos acima. Nós procuramos fazer uma política de que, ao longo do ano, os preços praticados no Brasil tenham a aderência a esse chamado preço competitivo. Agora, nós não podemos desconsiderar também – e, aí, é uma visão mais estratégica e não apenas financeira – que a Petrobras é uma empresa integrada de petróleo que tem mais de 90% do mercado brasileiro. Então, não é um monopólio, mas nós somos amplamente dominante no mercado. E, portanto, – e, aí, quero lembrar que esse assunto de preços, de sermos mais cuidadosos em relação à definição de preços, é uma orientação que foi dada pelo Conselho de Administração em 2002, que estamos mantendo e que, inclusive, foi colocada por um representante dos minoritários que dizia o seguinte: "Olhem, a Petrobras é dominante no mercado. Ela tem uma grande exposição perante a opinião pública e a sociedade. Portanto, nós temos que ser mais cuidadosos em relação a essa definição de preços."

E o que temos feito é exatamente manter essa orientação do CA em 2002 e que nós consideramos adequada. Nós temos uma tabela de preços aderente ao mercado internacional mas que não repassa para esses dois produtos – o óleo *diesel* e a gasolina – a mesma volatilidade. E, em relação a um produto, tomamos uma decisão que não foi política, mas empresarial: desde o dia 28 de dezembro de 2002, a Petrobras não mexe no preço do GLP, o gás de cozinha. Também já ouvi muito discurso aqui dizendo que é um absurdo, que o pobre não está podendo cozinhar, mas o último aumento que foi dado ao GLP pela Petrobras foi em 28 de dezembro de 2002. E não foi uma decisão política. Mostramos isso ali, inclusive.

O fato é que, em anos anteriores, quando se acabou com o subsídio do GLP, houve um aumento brutal do preço do gás de cozinha, e houve uma queda de consumo desse gás. Mostramos que nesse ano houve um aumento do GLP da ordem de 4% decorrente dessa posição empresarial da Companhia, porque leva em consideração o percentual que tem o gás de cozinha no nosso faturamento, e também que, muitas vezes, toma-se uma medida que implica aumento, principalmente de um produto como esse, de consumo popular, aparentemente, do ponto de vista da receita da Petrobras, seria positiva, que seria aumentar o preço, mas, na verdade, isso se reverte porque há uma redução de consumo.

Então, Senador, procuramos seguir essa regra da paridade internacional, mas sem repassar, automaticamente, a volatilidade. Então, tivemos período, em 2003, por exemplo, em que estivemos um pouco acima; tivemos período em que estamos um pouco abaixo, mas isso ao longo do ano todo.

Em relação à Bolívia, Senador, V. Exª sabe que esse é um assunto muito sensível. E vou procurar aqui não falar nada que possa...

Estamos acompanhando todo o processo de debate da lei na Bolívia. Estive com o Presidente Carlos Mesa, inclusive, no fim do ano passado. A nossa expectativa é a seguinte: a Petrobras tem um papel muito importante na Bolívia. Representamos 40% do PIB industrial daquele país. A Petrobras tem duas refinarias, e 95% dos derivados de petróleo da Bolívia são vendidos pela Petrobras, que tem investimentos naquele país da ordem de US$2 bilhões. Enfim, é um país em que temos interesses econômicos.

Eu disse ao Presidente Mesa que a nossa expectativa é de que se encontre um caminho em que se elabore uma lei que preserve os interesses dos bolivianos, garanta a remuneração justa para aquele país da exploração de seus recursos minerais, mas, ao mesmo tempo, que não inviabilize investimentos. Até porque nessa discussão do projeto, de como vai ficar a lei, que saiu da Câmara, vai ao Senado, não está claro, por exemplo, como ficam os contratos antigos, se vamos ter que migrar para os contratos novos, ou se valem as regras acordadas nos contratos antigos e se novos investimentos teriam esse imposto maior.

Então, Senador, desculpe-me por não aprofundar mais sobre isso, mas é um assunto bastante sensível, mas estamos acompanhando isso diuturnamente pelos nossos gerentes lá, que, inclusive, nos reportam os debates. A informação que temos é que o projeto original do Governo contemplava, a nosso ver, os interesses da indústria do petróleo de um modo geral. Na Câmara, houve modificações e aumento significativo de impostos e de royalties. Temos informação de que, no Senado, vai-se reverter um pouco isso, mas depois o projeto volta para a Câmara. Não temos ainda informações mais conclusivas, mas é um assunto que, efetivamente, estamos acompanhando diuturnamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – *(Fora do microfone.Inaudível.)* eles pressionam, a Oposição. Se fosse para 50%, como hipótese, como a Oposição exige, ficaria muito difícil, ou não? Isso repercutiria aqui no preço do gás?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O problema, Senador, é ver se vai haver o *royalty* de 50% e se vai incidir outros impostos somando-se a esses 50%, porque já existiu outro projeto que falava de 50%, mas podia-se deduzir outros impostos, quer dizer, a análise que foi feita é que atenderia perfeitamente à indústria, mas o projeto, como saiu da Câmara, é extremamente preocupante, porque, infelizmente, pode inviabilizar nossos investimentos, mas estamos aguardando a definição.

Em relação ao aparelhamento da Petrobras. Permitam-me aí vincular também com uma das perguntas do Senador Arthur Virgílio.

A Petrobras, historicamente, nos dois anos anteriores tinha o Presidente indicado fora dos quadros e o Diretor Financeiro. Quando o Diretor Gabrielli foi indicado houve muitos questionamentos por parte do mercado. Que não se devia... Que esse era um cargo para o qual se deveria trazer alguém do mercado financeiro, que era um absurdo colocar um acadêmico, alguém da universidade, professor da Universidade da Bahia. E quais foram os fatos? O Diretor Gabrielli, no ano passado, recebeu do Ibmec o prêmio de Diretor Financeiro do Ano. Ele conseguiu mostrar toda a sua capacidade. E hoje tenho certeza que a visão do mercado sobre o Diretor Gabrielli é completamente diferente, mesmo com relação àqueles que o encaravam com desconfiança. E, na verdade, não é a visão sobre um diretor, é a visão sobre a companhia porque, em última instância, os investidores observam como a companhia vai passar a atuar a partir daquela nova direção. E eu apresentei os números que mostram que os investidores, os analistas de um modo geral estão analisando a Petrobras de forma muito favorável.

Outro visto com sentido político é o Diretor Guilherme Estrella. Diziam que ele havia sido indicado Diretor da Petrobras porque era Presidente do PT de Nova Friburgo. Ora, por mais importante que eu considere o PT de Nova Friburgo... O Diretor Guilherme Estrella, antes de ser Diretor da Petrobras foi Superintendente do Cenpes. Ele tem um cargo na Petrobras de carreira, foi Superintendente do Centro de Pesquisa da Petrobras, que é o maior centro de pesquisa da América Latina que é um cargo hierarquicamente inferior ao de diretor, mas imediatamente inferior ao de diretor. Então o Diretor Estrella não foi indicado Diretor de Exploração e Produção porque era do PT de Nova Friburgo. Ele estava aposentado, estava em Nova Friburgo e como é filiado ao PT era Presidente do PT. Mas o que deu respaldo para a sua indicação foi o fato de ter uma carreira vitoriosa e elogiadíssima na Petrobras que o levou a ser Superintendente, como eu disse, do maior centro de pesquisa da América Latina.

Na ocasião também vieram questionamentos em relação a dois Diretores... a dois Gerentes: o Gerente da Bahia e o Gerente de Sergipe, que diziam que eram sindicalistas.

Agora, qual era a condição sindical de ambos? Eles eram Diretores, foram Diretores da Aepet – Associação dos Engenheiros da Petrobras. E eu gosto muito de citar que o Presidente da Ford do Brasil foi Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, o Antônio Maciel. E o que importa são os resultados: a

produção em Sergipe aumentou; a produção em Alagoas aumentou, com descobertas inclusive; a produção na Bahia aumentou. Então esses são os fatos. Esses nomes foram questionados. Eram técnicos absolutamente competentes, mas que tinham uma opção política como tinham diversos outros anteriormente. Ou será que técnicos e diretores da Petrobrás anteriormente também não tinham a sua opção política!?

O SR. (Orador não identificado) – Filiação, filiação?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas o que define o processo, Sr. Senador, não é ser ou não filiado. O que define é o trabalho que as pessoas vêm fazendo e os resultados da companhia, ou seja, operacionais, para esses que são questionados inclusive, eles são absolutamente em linha com o que era esperado de uma empresa como a Petrobras. E a discussão, V. Exª sabe que a discussão de opção política transcende a uma mera filiação partidária. Todos nós sabemos disso.

Então, Senador, foi questionada também a minha indicação. Também questionado o fato que a Petrobras pegou alguém que nunca tinha administrado uma empresa como essa.

E eu reconheço isso, até porque é público e notório que eu nunca havia sido presidente de uma empresa. Na ocasião, inclusive, da eleição lá em Sergipe, diziam que eu nunca tinha administrado uma bodega na periferia de Aracaju. Mas penso que esses dados que apresentamos aqui estão absolutamente... E esses são os fatos para os quais eu gostaria de me atentar: o chamado mercado está olhando a Companhia da forma como ela vem sendo conduzida, absolutamente em linha com a empresa de petróleo. Mostrei isso ali. Os dados mostram que a Petrobras é mais atrativa inclusive do que diversas outras empresas, porque está conseguindo aumentar a produção a custo mais baixo. Agora, o questionamento político, Sr. Presidente, sempre vai haver.

Senador Arthur Virgílio, primeiro, vou começar pelas plataformas.

Infelizmente, V. Exª não me deu a honra de assistir a uma exposição que fiz em julho de 2004 na Comissão de Infra-Estrutura. Lembro-me que estava presente o Senador Rodolpho Tourinho, especificamente sobre a questão das plataformas. Não vou repetir a apresentação aqui, mas vou passá-la às mãos de V. Exª e vou mostrar alguns destaques.

Em primeiro lugar, o que aprovamos na Companhia. E nunca ninguém disse que uma plataforma seria construída inteira no Brasil, até porque existe uma série de questões que a indústria nacional não tem como atender. Por exemplo, as turbinas para os módulos geradores, as grandes máquinas para os módulos compressores não são fabricados no Brasil. Mas qual é a diferença? Citei o exemplo da P-50, que foi inclusive, Senador, o mote, quer dizer, o motivo pela politização na campanha de 2002. A P-50 é a empresa, é a plataforma que tem o menor percentual de conteúdo nacional nas encomendas recentes. Ela tem um percentual de 35% de conteúdo nacional. Ainda não chegou. Ela estava prevista para entrar em operação em junho de 2003, ela já chegou ao Brasil, mas ainda não está operando, o que mostra que o problema de prazos, como eu disse, infelizmente não é exclusividade da indústria nacional.

A P-51 e a P-52, de que modificamos o edital, têm um conteúdo nacional mínimo entre 60 e 65%. A P-51, o casco está sendo construído no Brasil. É o primeiro casco de uma semi-submersível a ser construído no Brasil. Uma parte no *(inaudível)* e outra parte nos estaleiros, lá em Angra dos Reis. E esse 30% a mais de conteúdo nacional significaram a geração de mais de três mil e quinhentos empregos diretos e não significou acréscimo de preço.

Na apresentação que fiz... Tenho dados que são reservados, posso até mostrá-los a V. Exª em particular. Mas existe um instituto, o Wpa, que recebe – as diversas empresas de petróleo são filiadas a esse instituto – informações das encomendas das diversas plataformas no mundo todo. E ele constrói um gráfico no qual ele situa o preço médio da plataforma, o preço máximo e o preço mínimo. E posso garantir a V. Exª que essas plataformas, se forem encomendadas com esse percentual nacional, enquadram-se no quartinho inferior desse gráfico, portanto, abaixo da curva do preço médio.

E, inclusive, somos sócios da Chevron Texaco, também são dados reservados, mas somos sócios da Chevron Texaco no campo da Nigéria...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só pra esclarecer, visto que está sendo televisado à população, o porquê de ser reservado. Não é para colocar nenhuma dúvida, é apenas para quem está ouvindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Porque essas empresas informam os seus preços para o instituto; o instituto e a empresa não autorizam a divulgação. A empresa só autoriza receber as informações entre as empresas associadas. Ou seja, as empresas de petróleo têm as informações dos custos da Petrobras, assim como temos a informação dos custos de todas as empresas, mas não estamos autorizados a divulgar isso, por motivos óbvios. Porque na medida em que os fornecedores sabem que o preço estava barato, ele aumenta o preço. Então, esse é um processo.

Agora, posso garantir, inclusive, que uma plataforma de porte equivalente a esse para operar no campo de Agbami, na Nigéria, foi encomendada pela Chevron-Texaco, que é operadora. Portanto, não teve conteúdo nacional, não vai ser construído nada no Brasil, e com preço absolutamente em linha com esses preços que fizemos aqui. Portanto, não significou aumento de custos para a Petrobras. Mas eu vou entregar essa apresentação a V. Exª.

Eu relação ao motivo de se fazerem dois ajustes de tabela, eu mostrei aqui. Um ajuste foi feito em 2002, que passou a usar tabela Gan 71. Ela também não estava em linha com a vida como ela é. Ela previa uma média de morte de 649 pessoas, mas, na realidade, foram 409. Por isso é que nós, inclusive – volto a dizer –, por pressão dos auditores também, porque os auditores viam que essa situação estava insustentável – nós temos ações listadas na Bolsa de Nova York, o nosso balanço é auditado por empresas de renome internacional e optamos por utilizar essa tabela mais conservadora, mais condizente com a realidade para podermos ter noção dos números reais. Nós queríamos realmente chegar a saber qual era o déficit da Petros e trabalhar no sentido de vir a saldá-lo.

Como eu disse, em relação à decisão, a decisão constitucional é: a patrocinadora (não só a Petrobras, porque tem outras patrocinadoras do Plano Petros) paga a metade e os participantes pagam a metade.

Essa, eu diria, é a posição mais cômoda, porque vai significar que nós vamos corrigir o déficit de 2004, mas como o Plano Petros tem problemas estruturais, que já foram ressaltados pelo Senador, porque ele é um plano de benefícios definido e tem uma série de questões externas, nós vamos chegar ao ano que vem com déficit de novo. E, como eu disse, 50% de muito dinheiro também é muito dinheiro! Então nós queremos encontrar de uma forma que, tendo como premissa, primeiro, que existem contratos, existem atos jurídicos perfeitos que envolvem os participantes do Plano Petros – esse é um tema que tem que ser considerado –; existe a emenda constitucional que estabeleceu a paridade e existe uma realidade que não adianta nós trabalharmos para resolver o déficit desse ano e deixar como está porque ele vai continuar gerando déficit.

Então, nós estamos estudando uma alternativa que é o saldamento do plano, sem incorrer naquele erro do Petrobras Vida, sem a pessoa carregar sua massa para outro plano, mas o saldamento... naturalmente que aí vai ser um processo de negociação até porque nós temos uma experiência real. Em 2001 se criou um plano em que não houve nenhum processo de negociação com os representantes da força de trabalho. O que aconteceu? Foram para a justiça e barraram o plano.

Nós estamos com um plano que conseguiu uma liminar impedindo que ele fosse criado, ganharam em primeira instância, então nós chegamos à conclusão de que o caminho é tentar construir um outro plano que permita a entrada desses novos empregados (não são nem novos, porque alguns já têm três anos) que estão sem plano, que seja atrativo para eles e que seja atrativo também para um processo de saldamento para aqueles que são hoje adeptos do Plano Petros.

Agora, o que posso garantir a V. Exª é que, em última instância, vai ter que valer a Constituição. Se não chegarmos a uma solução negociada, vai ter que se cumprir a Constituição. Quer dizer, as patrocinadoras bancam 50% e os patrocinados bancam 50%. Como os participantes não têm 2 bilhões para aportar, esse processo vai se dar via aumento de contribuição ou via redução de benefícios. Mas nós estamos tentando encontrar uma solução negociada. E, como eu disse, a decisão final vai ser do Conselho de Administração no qual têm assento três ministros e os representantes dos acionistas minoritários, até porque o termo "contribuinte", embora a Petrobras seja uma empresa estatal, V. Exª sabe que é uma entidade de direito privado, portanto os recursos da Petrobras são dos acionistas. Eles retornam uma parte dos dividendos para a União, proporcionalmente ao número de ações que ela tem.

Da plataforma já falei.

V. Exª fez o requerimento de informações, mas quero abordar um tema aqui que não foi abordado por V. Exª, mas sei que foi abordado no Plenário do Senado, e o quero discutir.

Primeiro, V. Exª receberá todas as informações exatas, mas o percentual de gastos-comunicação da Petrobras desde 2001 tem oscilado entre 0,4% e 0,5% da Receita da Companhia. Em alguns anos teve um aumento maior. Por exemplo, nos 50 anos da Companhia, era um fato importante da história da Companhia, onde houve gastos com publicidade maior do que em 2002, mas a média tem oscilado em relação a 0,4% e 0,5%.

Mas o assunto que quero tratar especificamente aqui é sobre a Mangueira, porque ouvi discurso, dizendo: o Presidente da Petrobras estava lá...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Você diz mangueira de petróleo ou Mangueira escola de samba?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estação Primeira de Mangueira, Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que recebeu o patrocínio da Petrobras, porque tinha o enredo "A

energia é o nosso desafio", que é quase que um jogo de palavras com o *slogan* da Petrobras: "O desafio é a nossa energia", em que a Petrobras patrocinou e o Presidente da Petrobras desfilou, como mangueirense que é desde 68.

Agora, a pergunta que tem que ser feita é a seguinte: isso é jogar dinheiro fora? Os gastos são injustificáveis? Gostaria que os Srs. Senadores perguntassem ao Dr. Roger Agnelli, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que patrocinou a Grande Rio, em 2003, que também desfilou na Grande Rio, se ele acha que também foi jogar dinheiro fora? Perguntem ao Governador Aécio Neves? Porque, em 2004, o enredo da Mangueira foi Minas Gerais, que também entrou com recurso para patrocinar o Carnaval da Mangueira, cujo Governador também desfilou em 2004, se acha que foi dinheiro jogado fora?

Posso garantir a V. Exª que não foi, porque existe algo que as empresas todas estão fazendo, as estatais e as privadas, que se chama *marketing* de relacionamento. O Dr. Roger Agnelli vendeu muito minério de ferro para a China, trazendo os chineses para assistir ao desfile da escola de samba. É o cara do Flamengo é outra história...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se ele é do Botafogo...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, do ponto de vista do retorno, de imagem, esses investimentos têm retorno garantido, do ponto de vista da imagem da Companhia. Isso vale para Petrobras, vale para a Vale do Rio Doce, vale para governos estaduais e vale para diversas empresas. Será que eles investem no Carnaval porque gostam de jogar dinheiro fora?

Estamos absolutamente em linha com essas empresas. Isso vale para Williams, vale para o Flamengo. Queria que fosse o Botafogo, queria. Mas, infelizmente, do ponto de vista do retorno da imagem, o Flamengo tem muito mais torcida. Os jogos dele são muito mais transmitidos pela televisão e todos vêem lá. Atualmente a propaganda está até melhor, porque, como Petrobras está nas costas, cada vez que o goleiro do Flamengo vai buscar a bola, mostra Petrobras. Na verdade, o retorno está sendo bastante positivo, Senador.

(Risos.)

Brincadeiras à parte, Senador, V. Exª receberá todos os dados relativos a cartão corporativo. Posso informar a V. Exª, de antemão, que só os diretores têm cartão corporativo e posso garantir a V. Exª que os gastos são absolutamente franciscanos em relação a esse ponto. Mas V. Exª receberá todas as informações.

Vou responder logo ao Senador Delcídio, depois passo para o diretor Gabrielli e para o Vagner para responder mais algumas perguntas específicas de V. Exª sobre o Plano Petros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida, quero replicar, porque tenho algumas dúvidas ainda restantes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Com relação ao custo de extração. O custo realmente ficou acima daquele projetado, em mais de US$4, e isso está acontecendo em todas as empresas, por um motivo muito... Primeiro, há alguns aspectos, como a Petrobras caiu de produção 3% no ano passado e como o custo leva em consideração a produção, quando se reduz o denominador, aumenta-se o custo. Esse é um aspecto.

Outro aspecto: a apreciação do real perante o dólar, como uma parte dos custos são em reais, isso também gera aumento do custo de extração. Sessenta por cento a setenta por cento é decorrência do câmbio.

O terceiro ponto é decorrente do mercado mesmo. Como o preço do petróleo está lá em cima, o preço do serviço está estourando. O preço do aço, como V. Exª tem conhecimento, está pela hora da morte. Falo para reclamar aos nossos fornecedores. Então, tudo isso tem implicação no custo da extração.

Refinaria: temos investido nas refinarias atuais não só para aumentar sua capacidade de processar óleo nacional, como para melhorar a qualidade dos produtos, para gerar mais valor agregado e para diminuir a agressão ao meio ambiente. Também há um resultado de ampliação de capacidade. Mas nosso plano estratégico continua. Estamos, inclusive, agora, revendo nosso plano de negócios. Veremos as novas curvas de projeção de consumo, mas continuamos trabalhando com o cenário em que, no final de 2010, será necessária a entrada de uma nova refinaria no Brasil, que deverá ser Nordeste. Ainda não há definição a respeito da sua localização. Temos discutido, inclusive, parcerias com diversas empresas. Queremos fazer essa refinaria em parceria. Sei que há pleitos de diversos Estados, como V. Exª sabe. Está presente o Senador Tasso Jereissati. Há os Estados de Pernambuco e Sergipe. Em Sergipe, apanho como cachorro sem dono porque dizem que a refinaria não vai para lá porque eu não quero. Mas isso faz parte do jogo. O fato é que ainda não há definição. Estamos trabalhando para, talvez nos próximos seis meses, definirmos a microlocalização. Posso garantir que será na região Nordeste do Brasil em função da própria demanda daquela região.

Em relação à petroquímica, há alguns projetos muito importantes. Já estamos com um projeto bem maduro de uma nova planta de polipropileno, que será implantada próxima a Paulínia, em São Paulo. Vamos fazer essa planta em parceria.

Aliás – deixem-me rebobinar um pouco –, o que definimos em relação à petroquímica? Quando anunciamos que a Petrobras iria voltar a atuar de forma mais decisiva na petroquímica, alguns começaram a achar que iria haver uma reestatização do setor, que a Petrobras iria tomar conta. Começaram, então, a especular que a Petrobras iria comprar não sei quem, comprar Fulano, comprar Beltrano.

O que definimos em relação à petroquímica? A Petrobras quer voltar a ter atuação mais decisiva até porque todas as empresas de petróleo do mundo fazem isso, mas a nossa prioridade está em novos projetos. Ou seja, não nos interessa comprar ativos existentes. Queremos implantar novos projetos em parceria, nos quais, necessariamente, não tenhamos que ter a maioria das ações – podemos até ter a minoria –, desde que participemos da gestão. É esse o modelo que está sendo construído.

Entre esses projetos, além dessa nova planta de polipropileno em Paulínia, além de um projeto de um complexo acrílico em Minas Gerais, existem dois grandes projetos, para os quais serão necessitados vultosos investimentos e estamos discutindo parcerias.

Um é o projeto de uma unidade de produtos básicos petroquímicos, que alguns podem chamar de refinaria petroquímica, que é produzir produtos petroquímicos, propeno, mas também produzir um pouco de LP e de óleo diesel, a partir do óleo pesado de marlin. Esse projeto significa, inclusive, desenvolvimento de uma nova fronteira tecnológica. Eu diria que, para o refino da Petrobras, esse projeto seria águas profundas do refino. Da mesma forma que, para exploração e produção, águas profundas foram uma nova fronteira tecnológica, esse projeto, que deverá ser no Rio de Janeiro, em função da logística e da própria proximidade do óleo, significará essa nova fronteira tecnológica. É um projeto de investimento, na primeira geração, de US$3 bilhões, incluindo a primeira e a segunda talvez de US$6 bilhões, que precisará de parceiros privados. É um projeto em fase de definição.

O outro projeto, do pólo da fronteira, também está sendo discutido com parceiros. Já há um estudo preliminar, um estudo de viabilidade conceitual. O projeto prevê inclusive que uma parte fique no território boliviano, como forma também de agregar valor àquele país, mas, como perguntou o Senador Jefferson Péres, vai depender também de como será a nova lei boliviana de hidrocarbonetos. Se ficar como a câmara aprovou, poderá até dificultar a implantação. Acreditamos que o congresso boliviano encontrará um caminho que atenda aos interesses daquele País e garanta o retorno de investimentos e que esse projeto do pólo da fronteira realmente será implementado para a companhia, de acordo com a nossa previsão, em 2010 ou 2011. O projeto também é em parceria.

Em relação aos 22 navios, informo que a Transpetro fez primeiro um edital de pré-qualificação. Inclusive recebeu muitos bombardeios de alguns setores, que afirmaram que aquele edital iria acabar com a indústria naval no Rio de Janeiro. Mas o resultado foi muito bom: onze consórcios se inscreveram para a pré-qualificação. Dos cinco maiores estaleiros do mundo, quatro estão participando desse consórcio. São cinco os consórcios que apresentaram proposta do estaleiro do Estado do Rio de Janeiro, portanto, a indústria do Rio de Janeiro não fechou, como alguns diziam. O mais importante é que isso aponta para uma perspectiva de ampliação, no território nacional, da indústria naval. Apresentaram projetos os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e outro que não lembro. São cinco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador, não tem nada a ver com a Petrobras. Empresas privadas se consorciaram e apresentaram uma alternativa.

Concluída a fase de pré-qualificação, haverá a licitação propriamente dita dos 22 navios. Esses consórcios apresentarão as propostas e, depois, numa segunda etapa, serão licitados mais 20 navios. Essa encomenda vai, sem dúvida alguma, possibilitar a revitalização bastante importante da indústria naval brasileira.

Procurei responder a todas as questões. O Diretor Gabrielli ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Esclareça-me uma dúvida, por favor. O Senador Delcídio Amaral fez uma pergunta – não sei se V. Exª respondeu – sobre investimentos nas refinarias existentes para aumentar a capacidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu respondi. Falei que continuamos investindo nas refinarias existentes, tanto para a melhoria da qualidade de produto, como para o aumento do refino do óleo nacional e, em algumas, também para o aumento de capacidade. Independentemente desse investimento nas refinarias, pela nossa projeção de mercado, no final de 2010, seria necessária a implantação de uma nova refinaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Desculpe perguntar novamente, mas essa questão interessa ao Estado de São Paulo, onde temos as maiores refinarias.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em São Paulo, temos vários investimentos. Citei o caso de Paulínea e o do coque, que tem um grande investimento, da or-

dem de quase US$1 bilhão, na refinaria de São José dos Campos, que está na fase de licença ambiental. Já houve a audiência pública e, logo que for aprovado o projeto, começaremos os investimentos na Revap em São José dos Campos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Senador, acredito que ainda responderão a V. Exª os outros diretores. O senhor poderia passar a pergunta para outros diretores?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço ao Dr. Gabrielli que seja breve, pois o Senador José Eduardo Dutra estava com saudade do Senado, por isso falou bastante. Peço que seja breve, porque não obtive respostas às minhas perguntas. Fiz perguntas detalhadas, sem comentários e obtive resposta apenas para três ou quatro das quarenta que fiz. Estou aqui muito pacientemente aguardando o momento de replicar sobre alguns pontos, anunciando ao Senador José Eduardo Dutra que já estou fazendo mais requerimento de informações em cima das perguntas que não me foram respondidas. O essencial do que perguntei não me foi respondido. Ao essencial do essencial farei minha réplica.

Ouço com muita alegria V. Exª, que tenho a impressão de que não tem essa tradição de falar tanto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – V. Exª já poderia fazer as críticas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só quem deve falar muito é o Presidente do PT de Friburgo. Os outros devem falar menos, são completamente técnicos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Todas as perguntas serão respondidas de acordo com a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – A resposta será técnica e não mais política.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Nunca vi técnico enrolar, pois vai direto ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Se V. Exª quiser replicar para eles responderem objetivamente, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sinceramente, eu preferiria.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Procurei anotar todas aqui, mas creio que não devo ter conseguido. Se V. Exª puder encaminhar a cópia das perguntas, facilitará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não me dei por satisfeito. Fiz cerca de 30 a 40 perguntas e não obtive resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – V. Exª poderia questionar já quanto ao que não ficou satisfeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pegarei aqui o essencial do essencial.

Sobre o aparelhamento, Senador Dutra. Para mim a resposta fica parecida com o nepotismo. Minha prima é muito boa, meu tio tem mestrado e tem doutoramento, meu bisavô também é muito bom, meu neto também nasceu pós-graduado. O fato é que houve um preenchimento de cargos por militantes do PT que considero abusivo, sobretudo nos escalões abaixo dessa diretoria. Não tenho por que duvidar da técnica e da competência do Dr. Gabrielli nem dos demais membros da Mesa, mas os três foram apresentados como filiados a um Partido. Seria injusto eu dizer que toda a direção da Petrobras é de petistas, porque estou sabendo que o Deputado José Janene indicou alguém para a distribuição. Não é verdade dizer que todo mundo é do PT, porque o Deputado José Janene, do PP do Paraná, que é um aliado muito firme do Governo, teria indicado o diretor de distribuição. Mas é uma faixa muito tênue. Para mim, a orientação correta é: emprego aquele que aceita trabalhar comigo, pertença ele a que Partido ele pertencer, seja ele de que Partido for. Pode ser do seu e dou exemplos do Governo passado de petistas que foram aproveitados acima e além de quaisquer injunções do tipo troca de Partidos.

Por aí, quero traçar um paralelo tênue entre o nepotismo, o que me parece ser um aparelhamento com o qual os senhores têm que lutar, até porque, petistas ou não, os senhores têm obrigação de transitar a Petrobras com o máximo de segurança que ela merece.

Em relação à plataforma, Senador Dutra, o Presidente Lula disse na campanha que era possível e que elas seriam feitas integralmente aqui. O fato de depois se dizer que parte seria feita aqui e parte no exterior – não quero entrar em mais detalhes por hora, tudo estará no meu requerimento...

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – V. Exª me dá um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita alegria, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Quero lembrar que foi no primeiro programa de televisão da candidatura Lula que esse assunto apareceu. Lembro aqui suas palavras: "No momento em que a economia precisa de dólares e o nosso povo de empregos, a Petrobras faz o inexplicável e contrata a construção de uma plataforma em Cingapura e outras duas podem tomar o mesmo caminho. Achei essa história tão absurda que vim a Angra conferir. É tudo verdade, é um duplo prejuízo. Cada plataforma custará US$500 milhões."

Essa afirmação levou o Presidente Fernando Henrique a aceitar no Governo de Transição uma protelação do edital e uma modificação no edital foi feita pela nova direção da Petrobras. Esse resultado foi um atraso de quase um ano nas obras da plataforma P-51 e, no final, em dezembro, quando foi assinado o contrato, o preço não foi de US$500 milhões. Por isso, não houve explicação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura nem do Presidente do Petrobras. Foram US$923 milhões. Subiu de US$500 milhões para US$923 milhões. Foram mais US$423 milhões anunciados com orgulho. Foram investidos US$900 milhões. Mas não foi explicado o aumento de US$423 milhões.

De mais a mais, o próprio Presidente Lula dizia: "Estamos perdendo 25 mil empregos". A publicidade falou em 2.500 empregos diretos. E agora o Presidente da Petrobras falou em 3.500 empregos diretos. Isso fez com que o jornal **O Estado de S.Paulo** publicasse um editorial absolutamente correto sobre a demagogia feita em nome de uma candidatura a presidente da República e redundou num fracasso porque o preço de uma plataforma custou o preço anterior de duas plataformas. O atraso, segundo o engenheiro Ricardo Beltrão em artigo publicado em **O Globo**, significa cerca de US$100 milhões por mês na receita financeira.

Ora, tudo isso é inexplicável e não tem como ser defendido. Esse pequeno aumento de publicidade não foi um pequeno aumento, mas coincidiu exatamente com o anúncio das plataformas. Foram US$54 milhões colocados pela Petrobras para defender o desperdício de US$423 milhões no atraso da auto-suficiência em 156 jornais, em 65 emissoras de rádio, em 14 emissoras de tevê e em sete revistas.

Daí porque não fico satisfeito. Não poderei ter resposta disso. Concordo e faço esse aparte ao eminente Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – V. Exª acolheu o aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Acolhi com muita honra. Passo até a outro ponto porque o aparte foi muito melhor do que a oração que ia tentando incitar.

Vi que o Senador José Eduardo Dutra é admirador de Nelson Rodrigues, **A Vida Como Ela É**. Eu também o sou. **A Vida Como Ela É** me faz refazer uma velha pergunta. Quem vai pagar por essa solução que será dada para o fundo da Petros?

Perguntei a V. Exª, que não respondeu, sobre se outros fundos haviam operado a mesma atitude – nesse caso, mais rombo teria havido – ou se teria sido apenas uma atitude específica da Petrobras.

V. Exª não respondeu sobre os R$800 milhões de 2002 e não me respondeu sobre os R$5 bilhões do plano de saúde – uma denúncia contida na coluna Panorama Econômico da jornalista Miriam Leitão.

Faço uma clara ilação, envolvendo o lucro: no momento em que se fizer o aporte para sanar essa questão, Senador, haverá, inegavelmente, algum percentual de baixa nos lucros da empresa. Parece-me que, de novo, é a matemática.

Voltando a **A Vida Como Ela É**, para mim, a questão é saber quem paga. Quero saber se sou eu que vou pagar como contribuinte, se é a corporação. Quero saber exatamente como será porque é **A Vida Como Ela É**.

Fiz ainda uma pergunta muito simples: qual era o nível de dependência vis-à-vis o exterior em 31 de dezembro de 2002. Daqui a pouco, deixaremos na mão do Duda na história da auto-suficiência. Aí o Brasil é reinventado mais uma vez. Estou cansado de ver o Brasil sendo reinventado todos os dias.

Finalmente, Senador José Eduardo Dutra, tenho a impressão de que V. Exª se confundiu. Não pronunciei uma palavra a respeito de sua preferência pela Mangueira. Francamente, juro que V. Exª tem aspecto de quem torce pelo Salgueiro, mas não falei absolutamente nada sobre isso.

Para mim, a questão está em: foi justo ou não o patrocínio? Não estou invalidando o patrocínio. V. Exª compara a Petrobras, com que me apresentou lucros pífios, com a empresa do Dr. Roger Agnelli que teve um ano excepcional e que está puxando todas as estatísticas da economia brasileira. V. Exª compara a Petrobras e a sua gestão ao Governador Aécio Neves. Digo-lhe que o Governador Aécio Neves é realmente um bom exemplo. E é bom analisarmos o exemplo das pessoas que fazem bem ao País. Nesse ponto, somente tenho concordâncias.

Portanto, como V. Exª olhou muito para mim ao falar a respeito dessa questão da Petrobras e também me respondeu, lamento que V. Exª não tenha aproveitado o tempo da Mangueira para responder ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que provocou o assunto, e usado o tempo que caberia a mim para me responder em relação, por exemplo, à questão dos fundos e as quarenta perguntas que não foram respondidas nesta reunião.

No mais, desejo muita sorte a todos. Duque, leve o meu abraço ao pessoal do PT de Friburgo. Qualquer dia, vou lá para comer... Dr. Estrella, Duque Estrada foi meu oftalmologista quando eu era criança. Não posso deixar de associar lembranças boas à carpa de Friburgo, ou melhor, à truta. O único fato verdadeiro é que V. Sª foi Presidente do PT e, agora, está dirigindo a Pe-

trobras. V. Sª conhece e ama uma cidade que também conheço e amo, mas não conheço tão bem a ponto de confundir os peixes.

Eu diria ainda que fico feliz, pois é a primeira vez que consigo um risinho lá de trás. Pensei: "São os jornalistas que estão rindo muito abertamente? Não." Outro fenômeno que se repete governo após governo é o fato de que o pessoal dos cargos de confiança tem bom humor ao ver o chefe falar, o que é algo impressionante. Parabéns, portanto, a todos eles. V. Exª faz bem ao humor do pessoal da Petrobras. Vamos ver, agora, quem pagará o rombo dos fundos, que é o que interessa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Primeiramente, quero repetir o que já disse várias vezes nesta reunião. Ainda não há uma definição da companhia sobre o modelo do plano novo e sobre o déficit da Petros. Portanto, não posso dizer a V. Exª quem pagará. Eu disse que, pela Constituição, são 50%, 50%. A posição mais cômoda poderia ser, simplesmente, cumprir a Constituição, o que não resolveria o problema, porque, insisto, como o Plano Petros tem um déficit estrutural, a patrocinadora pagará 50% neste ano, 50% no próximo ano, e assim sucessivamente. Como eu disse, o percentual de 50% de muito dinheiro também é muito dinheiro.

Portanto, Senador, como não há definição, e como o assunto ainda está sendo discutido no âmbito da diretoria – quem decide é o Conselho de Administração –, não posso responder a V. Exª sobre essa questão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Senador, há um ponto que não entendi e realmente quero esclarecê-lo. V. Exª disse que há uma definição constitucional e que o Conselho definirá sobre essa decisão constitucional? Não há o que discutir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador, a lei prevê que, em casos de substituição de planos e benefícios definidos por planos de contribuição definida – caminho que estamos trilhando –, a patrocinadora poderá arcar com um percentual maior que 50%. A lei também prevê essa particularidade. Falei que estamos estudando uma situação em que haja um saldamento do plano para fechar a sangria de seus déficits. Nesse sentido, é possível, conforme a lei, haver uma participação maior por parte da patrocinadora.

Pedirei ao Diretor Gabrielle e ao Presidente da Petros que esclareçam esses pontos em relação ao Plano Petros abordados pelo Senador Arthur Virgílio. Posteriormente, analisarei outras questões suscitadas por S. Exª e pelo Senador Jorge Bornhausen.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Concedo a palavra, pelo ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quanto tempo será destinado a cada Senador? Faço essa pergunta para saber se poderemos argüir ou não. O Senador José Eduardo Dutra é um; o Presidente da Petrobras, outro. São pessoas totalmente diferentes. Portanto, também preciso saber o porquê dessa diferença.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando era Senador, S. Exª falava menos. Como Presidente, está falando tudo o que quer. É verdade. Estou começando a acreditar que será mais interessante eu ser Presidente da Petrobras no próximo governo para falar tudo o que quero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Vou esclarecer essa questão a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Arthur Virgílio, se V. Exª, como Senador, fala assim, como Presidente da Petrobras, meu Deus do céu. (Risos.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Será a realização de um sonho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Peço licença.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque a Oposição que não fala complica a vida democrática do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – É muito melhor rir do que chorar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei Presidente da Petrobras para falar o dobro do que falo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – O Senador Antonio Carlos Magalhães tem razão num ponto. São três minutos para quem interpela e três minutos para a resposta. Não está sendo respeitado esse acordo, porque, normalmente, procuramos deixá-lo na consciência de cada um. V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, às vezes, cassar a palavra é difícil.

Peço, desse modo, encarecidamente, que seja respeitado esse prazo de três minutos, porque há 18 inscritos e até agora apenas três deles interpelaram o Presidente da Petrobras. Faço essa solicitação de que sejamos mais rápidos e objetivos também ao convidado, já que a exposição tem um valor inestimável, uma vez que procura esclarecer as dúvidas.

Parece-me que o Senador Arthur Virgílio falou por mais de 10 Senadores durante o questionamento que fez, juntamente com o Senador Pedro Simon. As

respostas fazem com que vários Senadores se retirem, porque as perguntas não teriam mais razão. Então, gostaria realmente que todos fossem rápidos.

Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães e passo a Presidência temporariamente ao Senador Delcídio Amaral, que fará cumprir o Regimento. Aliás, eu já havia feito o pedido a ele antes do questionamento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Diretor Jorge Célio Gabrielli.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – Darei uma resposta objetiva à pergunta do Senador Arthur Virgílio em relação a duas questões. A primeira delas diz respeito a plano de saúde. Evidentemente, se há uma revisão de hipótese atuarial, entre outros, alegando que as pessoas vivem mais, a provisão que se deve fazer para compromissos com assistência médica precisa ser aumentada.

Então, o que fizemos – e não foi na entrevista, mas no fato relevante divulgado ao mercado – foi anunciar que as provisões referentes a planos de saúde e à assistência médica da Petrobras aumentariam, como resultado da mudança das hipóteses atuariais – um comportamento e um procedimento absolutamente técnico e adequado.

Em relação a quem paga a conta, esclareço tecnicamente que há um equívoco na pergunta. O problema é que, na contabilidade internacional e naquela que a Petrobras é obrigada a adotar, precisamos reconhecer, independentemente da Constituição Brasileira, 100% das obrigações atuariais. Não há como deixar de reconhecer, em nossa contabilidade, essa totalidade relacionada a um plano de benefícios definidos.

Caso haja algum aporte adicional de recursos, de fontes que não sejam da Petrobras, esse fato alterará o ativo garantidor do plano de pensão e modificará no futuro o volume de recursos que anualmente deverá ser isolado do lucro para cumprir as obrigações de cada ano. Será abatido do lucro – não será transferido, mas trata-se de uma reserva abatida no lucro, sem ser transferida via caixa. É como uma reserva acumulada desde que as hipóteses atuariais não se alterem no futuro. Ela não se torna caixa imediatamente – pode transformar-se ou não em caixa, a depender do comportamento da rentabilidade do ativo e, efetivamente, da mortalidade dos membros da população-alvo. Então, não necessariamente se tornará caixa tampouco significará caixa ou desembolso – e com certeza não será diretamente do Tesouro Nacional.

O SR.TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Neste caso, também poderá ser mais. A sua conta está errada.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – Evidentemente, poderá ser mais.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É prejuízo lançado que se torna caixa lá fora.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – V. Exª está equivocado, Sr. Senador.

O SR.TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não estou. V. Exª é que está querendo "enrolar".

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – Não, Excelência, estou dando aos Senadores uma explicação técnica do que é o problema.

O SR.TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Essa explicação técnica está errada.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – O termo chama-se "perdas atuariais não reconhecidas", que se tornam...

O SR.TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Elas não são reconhecidas e viram prejuízo na frente. Qualquer provisão vira prejuízo.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – Não é verdade. A provisão pode não se realizar. Pelo conceito de provisão, ela pode não necessariamente se realizar. E as perdas atuariais não reconhecidas podem ser positivas ou negativas. Portanto, é possível acontecer redução desse déficit atuarial no futuro. Depende do comportamento, maior ou menor, da rentabilidade. Portanto, é assim que é feito.

Então, o que é lançado no balanço da Petrobras? Não são lançados os oito bilhões de perdas atuariais não reconhecidas. O que é lançado no balanço da Petrobras em nível do balanço é 1,114 bilhão, a diferença entre as perdas atuariais não reconhecidas e a diferença do passivo atuarial de longo prazo e o ativo atuarial de longo prazo. Logo, esta é a questão técnica. A discussão se se vai ou não fazer um aporte de recursos não é em relação ao balanço da Petrobras, mas em relação ao balanço da Petros.

O SR.TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, senhor. Está equivocado! É em relação ao balanço da Petrobras. Se a Petros não puder arcar com a provisão feita, o patrocinador, no caso a Petrobras, vai ter que arcar com a diferença.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – No balanço, a Petros, que é uma entidade independente da Petrobras.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ...quando fizer a cobertura do balanço da Petrobras, meu amigo.

O SR. JORGE CÉLIO GABRIELLI – Não é. Está equivocado, Senador! Infelizmente, o Senador está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador, são muitos os inscritos. Vamos concluir,

senão esta audiência vai-se estender por muito tempo e irá esvaziar-se, fazendo com que percamos uma oportunidade excepcional de esclarecer uma série de questões.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É porque realmente houve uma explicação técnica confusa propositada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concluído?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Presidente da Petros, Dr. Wagner Pinheiro de Oliveira.

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores.

São oito as perguntas, se bem anotei, Senador Arthur Virgílio, que me coube responder, a pedido do Presidente José Eduardo Dutra. Vou procurar respondê-las o mais rápido possível, conforme o ritmo com que o debate está transcorrendo.

Um fundo de pensão, até para quem está assistindo possa entender, apresenta hoje, por força de nossa legislação aprovada em 2001, independência administrativa e financeira. Há o Conselho Deliberativo, composto por membros indicados pela patrocinadora e membros eleitos pelos participantes. É ali que se decide toda a vida administrativa daquela instituição.

Por que a Petros não implementou o novo plano? Foi uma pergunta de V. Exª. Porque a Petrobras é a patrocinadora e é quem tem que oferecer um plano a seus trabalhadores. Na gestão anterior, a Petrobras fechou um plano, proibiu a adesão ao plano e o outro plano, o PPV, apresentado pelo Presidente José Eduardo Dutra, perdeu na justiça, está embargado em 1ª instância na Justiça.

Portanto, a gestão da Petrobras iniciou, no dia três de abril de 2003, sem plano para oferecer para seus funcionários. A Petros não pode, de **motu próprio**, oferecer um plano aos trabalhadores da Petrobras. Então, não há plano porque estamos procurando encontrar a alternativa correta para resolver o problema.

Onde estão os 827 milhões de déficit? Dentro dos 5,3 bilhões. Por que chegamos aos 5,3 bilhões de déficit? Porque, como o Presidente José Eduardo Dutra mostrou, fazia-se uma avaliação que não era ilegal, porém tecnicamente equivocada. É como um jogador que, ao bater um pênalti, chuta para fora. Ele não cometeu nenhuma ilegalidade, mas perdeu o gol.

Até 2001, morriam 410 participantes da Petros por ano. A gestão passada usava uma tábua de 650 mortes por ano. Adequamos à realidade da massa de participantes da Petros. Se eu perguntar para qualquer brasileiro como é a rotatividade da Petrobras, ele imediatamente deverá dizer-me que nenhuma. É quase nenhuma, é 0,5% ao ano. Utilizavam-se 3,75%. Diminui a necessidade. Está errado legalmente? Não, não está errado legalmente. Mas, tecnicamente, está errado. Onze por cento ao ano de inflação para os próximos trinta anos. É a previsão de inflação para os próximos trinta anos. Está errado tecnicamente? Está errado tecnicamente. Está errado legalmente? Não, não está errado legalmente. Está errado tecnicamente porque subavalia a necessidade futura do Plano Petros, o sistema Petrobras e, portanto, alguém no futuro vai pagar a conta.

O que a gestão da Petrobras e a gestão da Petros fizeram? Fizeram a conta do ponto de vista óbvio, Senadores e Senadoras, do entendimento técnico que temos, do ponto de vista que entendemos ser o correto. Qual é? Cinco por cento de inflação ao ano para os próximos trinta anos é realista para o Brasil? Nós entendemos que sim. Quem entende que é onze por cento, se perguntarmos aos Senadores que são economistas vão dizer assim "onze por cento não se sustentam; ou vai explodir e ir para a inflação de novo, ou vai abaixar". Portanto, onze por cento não é um bom número técnico.

Seiscentas e cinqüenta mortes por ano é razoável de se utilizar? Para a massa que participa da Petros não é porque morrem somente quatrocentos e dez por ano. E, de novo, perguntando para qualquer pessoa da população "Vocês acham que vamos viver mais no futuro ou vamos viver menos?" Todos vão falar, sem fazer conta "Vamos viver mais".

Portanto, tecnicamente era indevido usar seiscentas e cinqüenta mortes por ano, o correto é usar trezentas mortes por ano. Por isso que se mudaram todas essas premissas atuariais porque, apesar de não serem legalmente erradas, tecnicamente, no nosso entendimento, estavam.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os outros fundos mudaram.

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – Os outros fundos estão mudando, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, els têm um rumo maior.

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – Não, senhor. Depende de cada plano, Senador.

Vimos, por exemplo, para falar de alguns, o fundo de pensão do BNDES. Mudou para Tábua AT-83 que, no entendimento da lógica da premissa da massa do BNDES, é mais adequada. E como é um fundo muito menor e sem outros problemas, tinha essa série de

premissas indevidas sendo utilizadas. E bastou a rentabilidade monetária para resolver.

Fundos privados terem feito a mudança é natural; há mudanças nos últimos tempos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E as estatais?

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – As estatais também estão fazendo a mudança. Não tenho como avaliar. Sei também, por leitura de jornal, que a Previ do Banco do Brasil também mudou, e que a rentabilidade dos investimentos da Previ foram suficientes e, portanto, não vai haver – pelo menos pela leitura de jornal, não conheço profundamente – déficit futuro para os fundos de pensão das estatais.

Falarei rapidamente sobre o custo administrativo que tem a ver com os planos instituídos. Estamos efetivamente contratando planos instituídos para os médicos de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, dentistas do Rio de Janeiro, médicos do Nordeste, entre outros trabalhadores da cultura.

Quando se cria um plano uma entidade existente tem um custo que podemos chamar, por assim dizer, de um investimento. Com que dinheiro estou bancando, enquanto só tenho cem participantes de um plano instituído, a taxa administrativa para buscar esses participantes? Com o dinheiro que cobro da taxa admintrativa que é a única cobrança que a taxa de previdência faz e que acumulei nos últimos anos com uma reserva monetária da Petros para exercer a sua administração.

Por isso, é possível que até que esse plano tenha muitos participantes possamos, dessa maneira, angariar mais planos assim como faz uma instituição financeira quando vai buscar um plano instituído hoje em dia. Ela, no inicio, tem que colocar um certo investimento do seu administrativo cotidiano para angariar novos participantes. É assim que estamos fazendo.

Mas no custo administrativo cabe a ressalva – encerro aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores – de que quando chegamos lá a Petros gastava, respondendo também a uma pergunta do Senador a respeito, acima de 20% do legalmente permitido que é 15% das receitas previdenciárias e a Petros gastava 12% em média nos quatro anos anteriores a nossa gestão.

Estamos gastando 9,7% em média das receitas previdenciárias. Portanto, estamos gastando 25% a menos do que se gastava na gestão anterior.

Dois exemplos simples e encerro aqui, Sr. Senador. Nós tínhamos um contrato de controladoria fiduciária na Petros, assinado pela Petros e pela empresa prestadora de serviço, em 22 de dezembro de 2002, e que foi implementado em 1º de fevereiro de 2003. Eu assumi dia 13 de fevereiro de 2003. A Petros pagava por ele R$5 milhões por ano. Nós procuramos por em prática aquela contratação e ela não teve competência para pôr em prática a prestação de serviço. Mas não tinha saída do contrato. Eu tinha que pagar metade do restante do contrato para sair e só com reincidente erro técnico da empresa contratada foi que nós conseguimos, após um ano, retirá-la. E aí contratamos uma nova controladora fiduciária. Nós pagamos, hoje, R$520 mil por ano. Eram R$5 milhões por ano.

Um outro exemplo. Um escritório de advocacia que presta serviço para nós e que cobraria, na contratação, antes de chegarmos a preços de hoje, Srs. Senadores, R$610 mil por ano para fazer a gestão de mil processos no Tribunal Superior do Trabalho, aqui em Brasília. Renegociamos, porque ele cumpria o contrato efetivamente, e nós gastamos, por ano, R$200 mil com a mesma empresa de consultoria.

Dessa forma, estamos procurando fazer uma gestão transparente, cuidadosa e com diminuição de custos, sempre com o intuito de bem pagar os participantes da Petros e garantir a perenidade da Petros, para que ela possa pagar os benefícios de todos os participantes do sistema Petrobras e dos outros planos que administramos.

Acho, Sr. Senador, que procurei pelo menos responder a todas as perguntas, mas, é lógico, estou à disposição de V. Exª até para, depois, enviar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Encerrada a exposição do Dr. Wagner, quero passar a palavra para os três próximos Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador José Eduardo Dutra disse que teria ainda alguns esclarecimentos a fazer a propósito da minha intervenção.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que são 18 Senadores inscritos e são 13 horas e 30 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero apenas responder em relação à produção e consumo. Em 2002, a Petrobras tinha reserva de 11 bilhões de barris de óleo equivalente; produziu, em média, 1 milhão e 500 mil barris por dia, para um consumo de 1 milhão e 700 mil barris por dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Qual é a dependência percentual *vis-à-vis* o exterior?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aí é só fazer a conta, Senador. Produziu 1 milhão e 500 mil para um consumo de 1 milhão e 700 mil. Em 2003, as reservas aumentaram para 12.6, a produção para 1 milhão e 540 mil, para um consumo médio de 1 milhão e 750 mil. Não houve aumento de consumo em 2003, e a produção aumentou. Em 2004, em função daqueles motivos que apresentei de queda de produção, a mé-

dia foi de 1 milhão 493 mil para um consumo médio da ordem de 1 milhão e 800 mil.

Então, em 2004, comparativamente com 2002, houve maior importação de petróleo, importação média. Hoje, como já anunciei, produzimos, no mês de março, uma média de 1 milhão e 570 mil. Batemos o recorde, ontem, de 1 milhão e 666 mil. A nossa meta projetada é de produzir, em média, 1 milhão e 700 mil barris por dia, para um consumo em torno de 1 milhão e 850 mil, 1 milhão e 900 mil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nós estamos para chegar à auto-suficiência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vamos chegar em 2006.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois é. Quanto era em 2001, em 2002? Produzíamos 90%, 92%, em 2002, do que precisávamos? Quanto é que faltava, digamos, para esse Governo completar? Faltava 8%?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Faltavam 250 mil barris por dia, em 2002, que foram reduzidos para 200 mil, em 2003, e que foram aumentados para 300 mil, em 2004. E que diminuirão de novo para menos de 200 mil em 2005.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, a herança não foi tão maldita assim nesse campo. Fico feliz.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas eu nunca disse. Em relação à Petrobras, eu nunca questionei nem chamei de herança maldita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu é que estou dizendo.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – O Presidente José Eduardo Dutra, que merece todo o respeito, citou que ia responder também ao meu aparte em relação ao problema das plataformas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Posso fazê-lo.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Eu queria aproveitar, porque aí posso até dispensar minha inscrição, facilito à Mesa. Espero que V. Exª, que foi diretor da Petrobras no Governo anterior, seja condescendente com a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Já que está com a mão na massa, que responda também

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Como eu disse, essa questão das plataformas foi objeto de uma apresentação aqui no Senado, na Comissão de Infra-Estrutura, em junho de 2004, a partir, inclusive, de discurso feito pelo Senador Jorge Bornhausen, que infelizmente não me deu a honra de comparecer a essa reunião. Mas ela foi apresentada. As notas taquigráficas mostram que o Senador José Jorge, que foi inclusive um dos autores de diversos requerimentos, considerou plenamente respondidas as questões.

Não vou repetir toda a apresentação, mas, primeiro ponto, mostramos nessa apresentação que o adiamento da licitação da P-51 e da P-52 não foi em função de uma decisão governamental, que resolveu adiar para que a nova diretoria decidisse sobre o assunto. Houve dois adiamentos a pedido dos participantes, dos possíveis participantes, em função de uma série de informações que seriam necessárias. O terceiro adiamento, esse sim, foi em função da introdução do conteúdo nacional.

Mostramos também que era absolutamente indevido, do ponto de vista técnico, comparar a P-50, que era a referência da plataforma anterior, com a P-51, porque a P-50 é um FPSO, é um navio, é a conversão de um casco de navio, e a P-51 era uma plataforma semi-submersível, portanto totalmente diferente.

Mostramos que a comparação deveria ter sido feita, em termos de preço, entre a P-50 e a P-54.

Segundo, a Petrobras nunca divulgou para o mercado sua expectativa de preço em relação à P-51, à P-52 e à P-54. Aquele valor de US$500 milhões passou a ser uma referência em função do preço da P-50. Só que, entre a P-50 e a P-54, houve US$105 milhões que foram aditivos da P-50 e que, portanto, já haviam sido incluídos no escopo da P-54. Então, o preço da P-50, que foi contratado lá em junho de 2001, havia sido em US$500 milhões, mas já acrescido de aditivos da própria P-50 da ordem de US$105 milhões que haviam sido incorporados à P-54.

Em segundo lugar – e aí, Senador, V. Exª citou uma parte do editorial do **Estado de S. Paulo**, onde há um equívoco em relação ao ICMS. No caso da P-50, não havia ainda a cobrança de ICMS da ordem de US$145 milhões. Só que, com o não-reconhecimento pelo Estado do Rio de Janeiro do instituto da exportação ficta, que passava a cobrar ICMS de plataformas construídas aqui, e com a aprovação da Lei Valentim, também do Estado do Rio de Janeiro, que instituía ICMS sobre a admissão temporária, independentemente de se conseguir a plataforma no Brasil ou fora, o casco *(inaudível)* no Brasil ou fora, teria que se cobrar, pagar ICMS. Portanto, US$145 milhões de ICMS que não estavam computados dos US$500 milhões da P-50, foram computados na P-54. Além disso, havia US$19 milhões da inflação do dólar.

Portanto, a diferença entre o preço da P-50 contratado em 2001 e o preço da P-54 contratado em 2005 era da ordem, na verdade, de US$4 milhões, lembrando que, em 2005, o petróleo já estava batendo os US$50 e, em 2001, o petróleo estava em torno de US$20. E esse aumento do petróleo teve uma influência brutal no preço dos serviços e particularmente no preço do aço.

Portanto, esses números, Senador, como eu disse – vou passá-los, Senador Arthur Virgílio, e posso encaminhar para V. Exª também –, mostram que na verdade a P-54 ficou mais barata do que a P-50.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o que o Presidente da Petrobras está dizendo é uma grande reprimenda ao atual Presidente da República, porque quem foi à televisão dizer que o Governo estava deixando de criar 25 mil empregos, quem foi à televisão dizendo que o custo de 500 milhões ia para Cingapura chama-se de candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O preço da demagogia foi de R$423 milhões, sim. Se houve um aumento de ICMS de R$145 milhões, mesmo abatendo, a demagogia e a incompetência levaram a esse desperdício do dinheiro público, e o Presidente, por isso, foi o Presidente Lula que fez demagogia na sua campanha eleitoral.

E lembrou muito bem o Senador Arthur Virgílio: Sua Excelência conseguiu muitos votos com isso; Sua Excelência impressionou, fez um questionamento à gestão anterior das mais graves e, no fim, acabou produzindo essa despesa de R$423 milhões.

Esta apresentação está parecendo a do Ministro Palocci: aumenta a Cofins de 3% para 7,6% e diz que não há aumento da carga tributária, não há aumento de tributação. Aqui o preço passa de R$ 500milhões, R$923 milhões, e não há aumento de preço como foi dito pelo Presidente da Petrobras.

Vou resumir dizendo que proporei à CAE que indique os nomes do Ministro Palocci, que esteve aqui na semana passada ou retrasada, e o do Presidente da ANP, José Eduardo Dutra, para o Prêmio Nobel de química, porque S. Exªs estão conseguindo o impossível.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nobre Presidente Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esta é uma Casa política e ao senador da Oposição cabe fazer isso mesmo. Também fiz muito isso, Senador, também fiz muito isso. Agora, não podemos brigar com os números, apenas os mostramos. Se V. Exª quiser, como esse é um outro assunto, posso voltar a esta Comissão para repetir a apresentação que fiz na Comissão de Infra-Estrutura, na qual estavam presentes os Senadores Rodolpho Tourinho, José Agripino, José Jorge. E as notas taquigráficas mostram que o Senador José Jorge, ao final, disse que estava plenamente satisfeito com as explicações. V. Exª não está, mas até porque pincei apenas uma página, mas, como disse, estou à disposição para voltar e refazer a apresentação.

Não há nenhum aumento de custo em relação a se fazer no Brasil, ou não. Esses números são fatos, Senador, são dados e fatos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Se V. Exª está tão convencido disso...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª está comparando com os R$500 milhões, que não era essa proposta, não era esse....

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Quem disse foi o Presidente para angariar votos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esse valor de R$500 milhões não foi o Presidente Lula quem disse.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Foi o Presidente Lula. Estou repetindo as palavras de Sua Excelência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esses R$500 milhões foram o custo da P-50.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Estou repetindo. E V. Exª deve fazer essa apresentação para o Presidente, para deixar de ser demagogo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador, esses R$500 milhões foram, como foi da P-50, foi um preço que circulou na imprensa de um modo geral, e não só na fase da campanha do Presidente Lula, mas que não era a expectativa de perda da Petrobras.

O que mostramos, e é fato, é que nós, com o mesmo preço, encomendamos a plataforma, com um conteúdo nacional 30% maior do que esta plataforma aqui, portanto, gerando empregos que seriam criados em outros países, gerando aqui no Brasil. O exemplo de que V. Exª fala de atraso, na minha apresentação, mostrei essa plataforma P-50, que tinha o menor índice de conteúdo nacional, e é a que está mais atrasada.

Essa plataforma era para ter entrado em operação em junho de 2003, e só vai entrar em operação, infelizmente, no primeiro trimestre de 2005. Não foi por culpa de V. Exª, não foi por culpa minha, não foi culpa do Presidente Lula, foi por atrasos normais da indústria de petróleo, e volto a dizer, a maior parte dela construída fora do Brasil.

Portanto, as exigências que fizemos, Senador, estão absolutamente aderentes à capacidade da indústria nacional. Optamos por essa decisão empresarial de aumentar a exigência de conteúdo nacional nas nossas encomendas, mas exigindo também que os preços, que os prazos e a qualidade sejam competitivos

com aquilo que é produzido lá fora. Eu dei um outro exemplo aqui, não sei se V. Exª já estava; nós temos uma parceria com a Chevron Texaco para explorar e desenvolver o campo de Agbami, na Nigéria, que encomendou um FPCO com capacidade equivalente a essa construída lá fora e com preços absolutamente alinhados com esse. Portanto, não houve, Senador, nenhum desperdício de dinheiro público em relação a essas decisões. Ao contrário, houve a exigência de qualidade, os mesmos prazos e com geração de empregos aqui, que, se não tivesse havido essa modificação, poderiam ter sido criados lá fora.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Se eu aceitar as explicações de V. Exª, terei de aceitar a irresponsabilidade do Presidente da República. De mais a mais, eu queria completar – e aqui é o papel da Petrobras ao Senado, respondendo ao Senador José Jorge – que, quando houve a concorrência da P-51 e da P-52, o consórcio *Fells Setal Tecnip* ganhou ambas, tanto a P-51 como a P-52. A Petrobras escolheu a P-52, que tinha um preço de R$73 milhões a mais no mesmo consórcio do que a P-51. Na verdade, ao escolher isso, anulou a outra concorrência, porque não poderia ter o mesmo consórcio ganhador em duas licitações. Não houve preocupação; se houve preocupação, houve demagogia. Lamento que se construa política dessa forma. Isso serve de exemplo para candidatos despreparados não voltarem a tratar assuntos dessa natureza neste tom para depois aqui receber a reprimenda de um ilustre membro da equipe, que respeito muito e admiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou chegando à conclusão de que, efetivamente, terei de voltar a esta Comissão para reapresentar aquilo que fiz na Comissão de Infra-Estrutura, pois essa questão levantada por V. Exª por que houve a escolha da P-52 também está na apresentação, quando mostramos que o projeto da P-52 era muito mais robusto, com uma produção muito maior, portanto, mesmo com um preço maior, do ponto de vista do comparativo com a P-51, ele era economicamente mais atrativo. Isso tudo está na apresentação, que, volto a dizer, infelizmente V. Exª, embora eu tenha vindo à Comissão de Infra-Estrutura atendendo a um convite de V. Exª, não pôde me dar a honra de comparecer.

Em relação ao Presidente, Senador, aquilo que foi promessa de campanha foi cumprido. O casco da P-51, que é o primeiro casco de plataforma semi-submersível, que está sendo construído no Brasil - e nós aumentamos o conteúdo nacional das plataformas, porque, quando o Presidente Lula se referiu a construir no Brasil, estava naturalmente se referindo àquela discussão que perpassava no momento, que era a discussão do casco, se o Brasil tinha ou não capacidade para construir o casco. Esse foi um compromisso de campanha efetivamente cumprido pela Petrobras.

V. Exª é oposição e não vai se sentir convencido; se se sentir convencido, V. Exª acabaria aderindo ao Governo. Como queremos que V. Exª continue na oposição, então prefiro que V. Exª não se sinta convencido.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Agradeço a V. Exª e quero dizer que não estive presente realmente, mas li toda a documentação que foi entregue, e o único conselho que posso lhe dar é que quando o Presidente Lula tiver um tempinho entre uma de suas viagens e se dispuser a ouvir um auxiliar eficiente e competente como V. Exª, V. Exª dê essa explicação toda para que ele não volte a cometer essa demagogia que cometeu na sua campanha eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Vamos passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Pedro Simom e Garibaldi Alves. Eu pediria para obedecerem o limite de tempo, três minutos, pois, infelizmente, temos muitos Senadores para falar e já são 13 horas e 46 minutos, adiciondo esse comentário ao que o Pedro Simon destacou com muita clareza no início desta audiência pública, em razão dos temas importantes que estamos tratando.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; prezados diretores; Sr. Presidente da Petros, Vargas de Oliveira, Guilherme Estrella e Professor José Sérgio Gabrielli de Azevedo; meu cargo colega, Senador José Eduardo Dutra, hoje Presidente da Petrobras, quero cumprimentá-lo pelo desempenho à frente da Petrobras, sintetizado na valorização das ações na ordem de 207% desde o dia em que assumiu a empresa

Eu gostaria de encaminhar a V. Exª a contribuição de um inventor brasileiro, Sr. Ramatis Ramos, que me encaminhou um projeto para extinguir, com muita rapidez, possíveis incêndios em instalações de petróleo, em poços de petróleo, em florestas e em outros lugares. É uma contribuição de um pesquisador brasileiro.

Em segundo lugar, ainda não se trouxe o tema à tona, mas ele é de grande importância para o Presidente Lula e para a Ministra Dilma Rousseff, que é o Programa Nacional de Biodiesel, em interação com a Petrobras. Seria muito importante que V. Exª aproveitasse esta oportunidade para nos informar a respeito de como a Petrobras vai contribuir para a expansão

desse programa, lançado pelo Presidente no dia 4 de dezembro último.

Em terceiro lugar, V. Exª mencionou que há um desajuste estrutural na Petros, que a levou ao déficit presente. Qual foi a origem desse déficit? Quando se iniciou esse desajuste estrutural? Foi esse desajuste detectado nas administrações anteriores? O que foi feito nas administrações anteriores para reverter esse quadro preocupante? Na presente administração, qual a transformação que está sendo realizada para resolver esse problema estrutural? Faço essa pergunta, porque, embora V. Exª tenha descrito que há um problema estrutural, não ficou suficientemente explicado qual foi esse problema estrutural, por que ele se originou e quais são os passos que agora estão sendo dados.

Com respeito à tábua de expectativa de vida, veio-me a curiosidade de saber se são os brasileiros em geral que estão vivendo mais ou se porventura são os que trabalham na Petrobras que estão, por algumas razões, tendo uma expectativa mais longa de vida. Talvez uma dessas razões seja o grau de satisfação dos empregados da Petrobras, que aqui está detectado – eu o cumprimento também por isso. Aliás, tenho conversado com servidores da Petrobras e percebi isto que aqui está detectado: 85% dos que trabalham na Petrobras se encontram satisfeitos ou com uma boa auto-estima por lá estarem trabalhando.

Em quarto lugar, V. Exª mencionou um pouco a questão, mas eu gostaria de saber a respeito a Bolívia, se puder nos dizer. Como a Petrobras analisa a nova lei de hidrocarbonetos da Bolívia? Como se compara a nova lei boliviana com a legislação brasileira referente a impostos e *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais? Há algo de inovador na lei boliviana que possa até servir de exemplo? Tenho especial curiosidade de conhecer isso, pois V. Exª tem conhecimento de que, aqui mesmo no Senado Federal, está por ser concluída a votação de um projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania que leva em consideração, por exemplo, o tipo de procedimento que existe no Alaska com os *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais, que tem até o parecer favorável do Senador Tasso Jereissati. Esse é um tema que será bom avaliarmos. Quem sabe nessa discussão da Bolívia haja fatos interessantes que não conheço. Se V. Exª puder nos informar, seria interessante.

V. Exª informou que, dentro de três meses, haverá a escolha do local de nova refinaria no Nordeste, que estão examinados. Eu perguntaria, se puder sintetizar, quais os critérios que estão sendo levados em conta nesse debate.

Finalmente, tem havido um questionamento junto ao Tribunal de Contas da União e órgãos da Justiça com respeito aos recursos que a Petrobras tem realizado referente à modalidade licitatória de convite, em vez da modalidade de concorrência. Eu agradeceria se V. Exª puder nos explicar as razões que têm levado a Petrobras a ter essa conduta, à luz dos princípios de legalidade, moralidade, economicidade e impessoalidade. V. Exª poderia nos descrever as razões que têm levado a Petrobras a enfrentar esses questionamentos, no âmbito da Justiça, à luz de que razões, levando em conta esses princípios consubstanciados no art. 37 da Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu gostaria de passar a palavra para o Senador Pedro Simon e, em seguida, aos Senadores Garibaldi Alves, Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Azeredo, porque eu, democraticamente, cortei uma porção de inscritos aqui para começarmos a encaminhar esta audiência pública para o final.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente da Petrobras, quero dizer da alegria em vê-lo aqui como Presidente da Petrobras. Eu sempre tive a maior admiração e respeito por V. Exª como Senador e como Líder do PT. E vejo agora que V. Exª vem agindo com alta competência e capacidade. Vejo com muita admiração o seu trabalho.

Eu teria muitos assuntos para falar sobre a conferência ampla que V. Exª fez. Eu gostaria de falar, mas, nos meus três minutos, vou falar sobre o Rio Grande do Sul.

O nosso Governo está na expectativa, tendo em vista que um consórcio se apresentou para que a construção de um estaleiro seja possível no porto de Rio Grande. Haveria todas as condições para que o Rio Grande do Sul, por meio desse estaleiro, naquela metade sul, que vive uma fase de depressão, viva algo de muito significativo e de muita importância.

Estive conversando com algumas pessoas que estão participando da organização desse consórcio para a construção desse estaleiro e elas afirmam que o consórcio tem todas as condições de sair vitorioso na escolha, porque foram diversos grupos que se reuniram, que se somaram. Então, quero manifestar a V. Exª a expectativa realmente importante, porque a nossa metade sul do Rio Grande está virando um novo Nordeste em termos de fracasso no seu desenvolvimento. Esse estaleiro seria quase que uma revolução na cidade de Rio Grande. Seria realmente o desenvolvimento voltando àquele lugar.

Em segundo lugar, a informação que temos é a de que, na verdade, parece-me que na fronteira do Brasil com o Uruguai há chance de haver petróleo. A Petrobras estaria, dentro de seus projetos, preven-

do a criação de uma plataforma na região sul do Rio Grande. Seria, inclusive, 80% do Rio Grande do Sul e 20% do Uruguai. Sendo verdade, também significaria uma euforia muito grande para aquela região. Não só pela construção, mas pela presença da Petrobras. A Petrobras é, hoje, a grande responsável, no Rio Grande do Sul, pela refinaria Alberto Pascoaline, que foi duplicada. Se essa plataforma for realmente uma realidade, a plataforma e o estaleiro, talvez essa seja a notícia mais importante para a economia do Estado do Rio Grande do Sul.

Quando vejo V. Exª falar na questão da petroquímica, não entendo por que a Petrobras saiu. É algo que, em minha opinião, foi feito corretamente pelo regime militar. Falo de quando o Presidente Geisel estabeleceu o desenvolvimento da petroquímica baseado em indústrias de segunda geração, com 1/3 do Governo estatal, federal, normalmente a Petrobras, 1/3 de uma empreiteira nacional e 1/3 de uma empresa estrangeira. O projeto vinha muito bem com o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. À época houve uma luta muito grande porque tivemos que disputar com a Bahia, que já possuía um enorme pólo. Queriam que a duplicação também fosse na Bahia. Queriam duplicar o pólo de São Paulo. Na verdade, nem era interessante para São Paulo, com tantas indústrias, ter um pólo poluente.

Enfim, o Rio Grande do Sul conseguiu. Não como gostaríamos, com diversificação. Era mais um pólo voltado para determinados elementos. Interessa-me muito saber qual é a nova posição da Petrobras e se significa voltar a estar presente nos atuais pólos, inclusive em nosso terceiro, no Rio Grande do Sul.

Eu teria muito mais a falar, mas em respeito ao Senador Antonio Carlos, que não teve o respeito que merecia por parte dos outros, que falaram, falaram, falaram, vou encerrar. Veja V. Exª que falei pouco para deixar-lhe algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon falou do Rio Grande do Sul e vou falar de outro Rio Grande, do Rio Grande do Norte.

Fiquei muito feliz. Entre os principais destaques operacionais que o Presidente da Petrobras citou está a descoberta de petróleo leve na bacia terrestre do Rio Grande do Norte. Como isso não foi muito divulgado no próprio Rio Grande do Norte, como não houve uma divulgação maior, gostaria de fazer o registro de que o Rio Grande do Norte, realmente, vem acentuando sua participação na produção de petróleo e de gás. Nosso Estado tem, como é do conhecimento de todos – e creio que o Dr. Estrella conhece bem as instalações de Guamaré, bem como o Presidente as conhece também.

E digo tudo isso, Sr. Presidente, para acentuar que, nem sempre, essa guerra em torno da refinaria deve ser vista pela ótica política, porque, quando se fala, hoje, em refinaria, como há muitos estados disputando, geralmente se apela para dizer que esses estados estão enveredando por uma guerra política. Não se trata disso! O próprio Rio Grande do Norte está mostrando que há vantagens técnicas que devem ser levadas em consideração. Não estou aqui na expectativa de que V. Exª vá fazer revelação alguma, hoje, até porque V. Exª já tirou uma carta de seguro que diz que, só daqui a seis meses, se não me engano, é que a Petrobras poderia divulgar alguma coisa referente à microlocalização. Mas gostaria apenas de frisar esta nova conquista do Rio Grande do Norte, que, além dos mais de 100 mil barris de petróleo já produzidos, expande-se aí uma nova fronteira, com a descoberta desse petróleo leve no nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves!

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ao contrário do que parece, serei mais breve ainda do que o Senador Pedro Simon!

Muitas das minhas perguntas já foram respondidas, não diria que bem respondidas, mas razoavelmente respondidas! Não aceitei o problema do déficit da Petros, o problema da idade, uma vez que os petroleiros realmente vão viver mais tempo do que o comum dos brasileiros, mas, tinha outras perguntas para fazer.

Vou fazer uma, política, até para relembrar o tempo do Senador José Eduardo Dutra, como Senador, que foi realmente excelente! Devo dizer que sou um sujeito, de certo modo, sentimental. E, ontem, tive um encontro, em determinado ponto, com o Senador Dutra, que muito me comoveu, de maneira que apenas faço duas perguntas simples:

Primeira: quanto a Petrobras gasta em publicidade, no País, ela e as suas subsidiárias? Pode-se fazer um paralelo com os seus antecessores?

Se não puder dar a resposta hoje, pode ser daqui a uma semana, por *e-mail* ou qualquer coisa do gênero.

A segunda é referente aos critérios dos diretores da Petrobras. Agora, por acaso, e um bom acaso, vejo um quinteto petista, não só de diretores, mas também com o nosso líder do PT, a quem tanto estimamos e

respeitamos. Não somos petistas! A minha pergunta é a seguinte: os diretores da Petrobras são escolhidos por V. Exª ou os partidos aliados do Governo ajudam a sua administração com determinados nomes contra os quais, talvez, V. Exª, em outros tempos, reagisse. Se essa diretoria é uniforme, assim como está aí, ou se há elementos estranhos a V. Exª, ao seu partido, mas que sejam aliados à base do Governo, uma base que nunca se sustenta, que sempre falha, até mesmo no seu partido, mas falha menos do que nos aliados, mas que dá em resultado umas derrotas para o Presidente da República.

O que eu gostaria de saber de V. Exª é isto: se V. Exª participa de todas as escolhas ou se lhe impõem alguns nomes que sei que V. Exª recebe algumas vezes com o lenço na mão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) **–** Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, fechando a série de perguntas, para depois a diretoria da Petrobras responder.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Vou fechar, Sr. Presidente, de maneira bem tranqüila. E terminando, primeiro eu quero dizer que, como mineiro, defendo que essa definição sobre refinaria no Nordeste seja muito rápida, porque não é realmente razoável que o Brasil continue sem uma refinaria no Nordeste. Já se passaram dois anos e três meses, a Ministra Dilma esteve aqui no início do Governo, disse que solução ia ser rápida, e o tempo vai passando e não há essa solução.

Com relação a Minas Gerais, o Presidente esteve lá em Minas com o Governador Luiz Eduardo, e Minas Gerais está bem. Na questão do investimento da Petrobras, são novos investimentos importantes, essa associação com a Gasmig é uma associação que esperamos que agora leve resultados concretos na extensão do gasoduto para o Triângulo Mineiro, na questão da pesquisa do gás no norte de Minas.

Eu vejo até com satisfação que agi bem quando não concordei com a proposta da assessoria do meu Governo de privatizar a Gasmig. Foi importante que ela continuasse, a Cemig, nas mãos do Governo, e agora parte-se para uma aliança importante.

Então, a questão seria em relação a esses dois projetos de Minas, do gasoduto e a questão da exploração do norte de Minas do gás, que aflora o norte de Minas, e a ANP está ainda na fase de pesquisa.

E a pergunta específica, Sr. Presidente, é com relação à questão que diz respeito à companhia de petróleo da Venezuela, quer dizer, é notória a relação de amizade do Presidente Lula com o Presidente Chaves. Esperamos que o Presidente Lula contamine o Presidente Chaves e, não, o Presidente Chaves contamine o Presidente Lula, já que o Presidente Chaves não tem a liberdade como um dos seus pontos principais; os últimos atos foram todos contrários à democracia. E nessa amizade o Presidente Chaves já deu a entender, ou existem informações, que a companhia venezuelana pretende entrar no mercado brasileiro até para compensar um pouco o risco de perda do mercado americano e distribuição de petróleo. E as notícias são de que ela estaria buscando a compra de empresas nacionais. A Petrobras já comprou a *(inaudível.)*

Eu queria saber a posição da Petrobras nessa hipótese de uma vinda da empresa estatal venezuelana para desnacionalizar uma parte da distribuição no Brasil. É evidente que longe de mim ser contra a presença de empresas internacionais, mas a posição permanece? A Petrobras vai buscar evitar essa entrada, ela vai lutar para que não tenhamos da desnacionalização neste caso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Concedo a palavra ao nobre Presidente Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro em relação às perguntas do Senador Eduardo Suplicy.

A Petrobras está participando do Projeto Biodiesel em duas frentes. Temos uma planta no Rio Grande do Norte para a produção do biodiesel, que funciona ainda em caráter experimental; a Petrobras desenvolveu uma tecnologia nova na produção de biodiesel, que está sendo aplicada nesta planta, e estamos estudando, inclusive, outras alternativas de localização de plantas da Petrobras para a produção de biodiesel. Mas a nossa ação principal e o compromisso que assumimos em relação ao Projeto Biodiesel é via Petrobras Distribuidora, quer dizer, a BR vai comprar o biodiesel que vier a ser produzido nas diversas regiões. Existem algumas regiões onde a BR já tem infra-estrutura montada, em que já pode, a partir do próximo trimestre, vir a comprar esse biodiesel, particularmente, em algumas cidades do Nordeste, em Recife e em Fortaleza.

Enfim, a Petrobras é uma empresa de petróleo, mas destina 0,5% do seu investimento anual para a pesquisa de outras fontes de energia. Percentualmente pode parecer pouca coisa, mas é um volume significativo de recursos em comparação com quaisquer outras empresas. Nós reservamos esse percentual para o desenvolvimento de novas fontes de energia: biodiesel, energia eólica, no Rio Grande do Norte temos uma planta experimental, energia solar. Enfim, temos investido muito nisso e acreditamos – parece que a MP do Biodiesel está aqui atualmente – que,

além da questão energética, porque é uma nova fonte de energia limpa, que vai contribuir para a melhoria das condições do meio ambiente, não há dúvida que no Brasil esse é um projeto que tem um impacto muito importante para a distribuição de renda, particularmente a partir de plantação de mamona na região do semi-árido. Portanto, a Petrobras está participando efetivamente desse projeto.

Em relação à questão da Petros, primeiro a direção anterior já havia detectado os problemas de déficit da Petros, tanto que propôs em 2001 a criação do outro plano, Plano Petrobras Vida, que, como eu falei, em função de um equívoco técnico na sua estruturação, acabou sendo barrado na Justiça, e tivemos que tentar encontrar outro caminho.

Quanto à origem do déficit, o Plano Petros é um plano de benefício definido, que tem os seus benefícios vinculados à aposentadoria do INSS. Há uma série de questões externas ao plano que impactam a sua sustentabilidade. Por exemplo, a modificação das regras do INSS, aumento ou diminuição do teto do INSS, aprovação do fator previdenciário; aumentos reais que venham a ser negociados com os empregados da ativa; todos esses aspectos impactam o plano, além dessa questão que eu falei da tabela.

A tabela foi escolhida com base na sua aplicação à nossa população. É lógico que a expectativa de vida dos brasileiros, de um modo geral, tem aumentado, mas aqueles cálculos, que mostram quanto há de previsibilidade, de mortes, dentro do foco da população atingida pelo Plano Petros, de ativos e inativos, chegam a um número em torno de quatrocentos, que é a tabela que mais se aproxima da nossa realidade. Daí por que optamos por essa nova tábua de expectativa de vida que implicou no aumento do déficit, porque a tábua anteriormente utilizada estava com uma expectativa de mortes muito maior do que é a realidade. E quando se prevê a morte de um número maior de pessoas impacta-se o plano.

Em relação à Bolívia – eu já respondi a pergunta do Senador Jefferson Péres –, ainda não há uma nova lei. Fazendo uma comparação com o Brasil, com a lei que passou na Câmara, ela tem uma taxação bastante superior à realidade do Brasil e de outros países onde atuamos. Nós não sabemos se é essa lei que vai prevalecer. A proposta original do governo boliviano era bastante palatável para a indústria de um modo geral, não só para a Petrobras, mas é importante ressaltar que não é apenas a Petrobras que atua na Bolívia; existem outras empresas, como a Total e a Repsol, que estão acompanhando esse processo, porque todas elas querem continuar investindo.

A Petrobras, como já disse, tem um papel importante do ponto de vista do seu peso na economia boliviana, 40% do PIB; queremos continuar investindo, mas, logicamente, dependendo do grau de taxação que vier, investimentos que poderiam ser mais atrativos perdem a atratividade e há uma conseqüente diminuição deles.

Em relação aos critérios para a escolha ou refinaria, existem algumas questões que são basilares. Primeiro, o mercado: verificar qual a região onde há déficit de derivados em relação ao seu consumo. Na região Sudeste, a oferta de derivados é maior do que o seu consumo, então, há uma superoferta na região Sudeste. A região Nordeste é uma região onde, em termos de oferta de derivados por parte das refinarias existentes, já que existe apenas uma refinaria na região Nordeste, que é na Bahia, e outra na negião Norte, no Amazonas, mas é uma refinaria pequena, então há um déficit de produtos na região Nordeste. Portanto, um dos critérios de análise da localização é o mercado.

Outro é acesso ao óleo, acesso à matéria-prima, que não significa necessariamente estar perto da produção, porque, se fosse assim, São Paulo não teria quatro refinarias, o Japão não teria nenhuma; o acesso ao óleo aponta para uma questão de logística e infra-estrutura, porque é importante disponibilizar instalações portuárias para o acesso.

Outro aspecto importante é a questão do meio ambiente. A legislação ambiental brasileira é bastante rigorosa; portanto, a facilidade maior ou menor de se conseguir a licença ambiental é um ponto que vai ser colocado na mesa na hora de se analisar.

Então, em linhas gerais, são esses quatro pontos. Naturalmente há uma série de questões mais específicas, mas essas é que vão nortear a escolha da localização.

Que dia é hoje?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – 5 de abril.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para que no dia 5 de outubro não venham me cobrar onde será a refinaria, quero dizer que esses seis meses é um prazo com que estamos trabalhando, um prazo mais ou menos alvo; mas, se no dia 5 de outubro, a Agência não decidir, não venham me cobrar, dizendo "olha, você esteve aqui há seis meses e disse que ia ser em seis meses". É o prazo com que estamos trabalhando, achamos que é possível, nesse cenário, virmos a discutir. E aí já entro na pergunta do Senador Eduardo Azeredo – vou saltar as perguntas dos dois anteriores, depois eu volto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Mas, Presidente, essa descoberta de óleo que se deu agora, recentemente, foi importante realmente? Não é só com relação à refinaria não, importante no contexto da Petrobras essa descoberta? Deve ter sido, porque o senhor salientou aqui, nos destaques operacionais: descoberta de petróleo leve na bacia terrestre do Rio Grade do Norte.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em relação à descoberta em si, peço ao Diretor Guilherme Estrella para falar sobre ela. Em relação à refinaria, essa refinaria está sendo projetada para processar óleos pesados, porque o grande excedente de óleo que teremos a partir de 2010 é de óleo pesado; então, como hoje, em função do aumento do preço do petróleo, a distância, o *spread* entre o preço do óleo leve e o preço do óleo pesado está cada vez maior, já está batendo em US$13. Então, é importante construirmos uma refinaria para agregar valor a esse óleo que está excedente no Brasil e daí a refinaria *(inaudível.*)

Em relação à descoberta, pediria que o Diretor Estrella esclarecesse ao Senador.

O SR. GUILHERME ESTRELLA – Nós fizemos, no Rio Grande do Norte, três descobertas em 2004, duas na região denominada Vila Piauí e uma em Locadouro. As reservas estimadas primeiramente são de seis milhões de barris de óleo recuperado, óleo de mais de trinta e quatro graus. É uma descoberta importante, porque é uma bacia madura e é uma descoberta que depende de investimento em conhecimento e tecnologias novas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Voltando à pergunta do Senador Eduardo Azeredo, assinamos uma série de protocolos com a Pdevesa e a formação de diversos grupos de trabalho para estudar a possibilidade de ações conjuntas. Estariam incluídos exploração e produção de petróleo em águas profundas na Venezuela, nova refinaria no Brasil, estudo de questões da indústria naval, ou seja, a Venezuela estaria interessada em ver a possibilidade de algumas encomendas de petroleiros serem executadas no Brasil, parcerias na área petroquímica, enfim, foram 11 protocolos de intenção que estão gerando diversos grupos de trabalho para verificar a possibilidade de atuação conjunta entre Petrobras e Pdevesa.

As conversas de mercado têm mostrado o interesse da Pdevesa de entrar no mercado brasileiro na área de distribuição, até porque queremos na área de exploração e produção na Venezuela. A legislação brasileira prevê isso e não cabe à Petrobras se manifestar se é bom ou ruim para a Petrobras se a Pdevesa entrar. O legislador brasileiro, na medida em que modificou a legislação do petróleo, previu que qualquer empresa pode entrar aqui, tanto na área de AIP quanto na área de distribuição, refino etc.

Estamos discutindo parceria com a Pdevesa na área de refino. Agora, se ela vier a comprar algum ativo de distribuição no Brasil... A Petrobras já concorre com outras empresas. Temos, na verdade, um *marketing* BR de menos de 25%, e vai ser uma outra empresa que irá atuar nesse mercado, que sempre foi competitivo. A parte da distribuição nunca foi objeto de monopólio. É o que posso dizer sobre essa hipótese.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sobre os projetos de Minas já falou?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Os projetos estão atendendo o cronograma estabelecido e, em relação ao gás, o que se está estudando é uma nova rota do gasoduto que sairia da Região Sul, porque avalia-se que a rota anteriormente traçada poderia ter dificuldade de conseguir licença ambiental. Então, estão estudando uma nova rota, que possivelmente está em fase de conclusão.

Em relação ao projeto do complexo acrílico, além dos investimentos na Regap de perto de US$600milhões, apenas na linha de melhoria de refinarias, de melhorar a qualidade do produto, de aumentar a participação do óleo nacional, há aquele projeto de planta de ácido acrílico, que entrará em parceria, da ordem de US$300milhões.

O Diretor Estrella está me informando que provavelmente a formação Bambuí, no norte de Minas Gerais, onde há indícios de gás, deverá entrar na licitação da 7ª rodada ANP. A Petrobras tem analisado todas essas novas fronteiras exploratórias.

Quero dizer para o Senador Garibaldi Alves Filho que temos dois grandes projetos que deverão entrar em operação, em 2005, no Rio Grande do Norte. Uma é ampliação de planta de Guamaré, que vai produzir 3.800 barris de diesel por dia e 1.500 barris por dia de querosene de aviação.

Então, na verdade, o Rio Grande do Norte já tem uma mini refinaria. Além disso, há PGN-3 de Guamaré, que está previsto para entrar em operação em outubro, de 1,5 milhão m³/dia de gás.

Voltando agora ao Senador Pedro Simon, a quem agradeço as palavras, que creio sejam decorrentes da nossa amizade, quero dizer que a admiração é recíproca. Aprendi muito com ele nesta Casa durante esses oitos anos. Como eu disse na minha exposição sobre os navios, um dos consórcios que se apresentou, inclusive bastante robusto do ponto de vista das empresas que o compõem, é do Rio Grande do Sul. É lógico que tudo dependerá da concorrência. Vamos colocar esse assunto dos 22 navios, mas eu diria que o Rio Grande do Sul está competindo, no mínimo, em igualdade de

condições com relação a outros estaleiros que estão pré-habilitados pela Braspetro.

Em relação à bacia de Pelotas, a Petrobras, na sexta rodada, arrematou diversos blocos em fronteiras exploratórias. E uma delas foi na bacia de Pelotas, onde estamos em fase bem preliminar. Vamos desenvolver a exploração a partir do ano que vem. O que posso garantir ao Senador é que, se houver petróleo lá, a Petrobras vai encontrar, como tem feito em diversas outras bacias.

Em resposta ao Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre o gasto com publicidade, não tenho esses números aqui, mas me proponho a mandar. Reafirmo que os gastos com comunicação da Petrobras de 2001 para cá vêm oscilando entre 0,4% e 0,5%. Então, não tem havido modificação em termos percentuais. É importante ressaltar que a companhia tem aumentado gastos proporcionalmente ao seu crescimento. A companhia hoje tem ampliado a sua atuação internacional. Tivemos gastos com publicidade da gasolina Podium na Argentina, do Lubrax em diversos países. Estamos perfeitamente em linha com a publicidade de grandes empresas como a Petrobras.

Em relação aos diretores da Petrobras, a escolha dos diretores é atribuição do Conselho de Administração. Dos atuais diretores da Petrobras, há três filiados ao PT, eu, o Diretor Gabrielli e o Diretor Estrella. Como disso, o fato de sermos filiados ao PT não se sobrepôs à capacidade técnica. Diversos gerentes de gestões anteriores foram mantidos nos cargos, ou, se não mantidos nos cargos, alguns foram promovidos, outros passaram para gerências de peso equivalente. Na Petrobras, e o Senador Delcídio Amaral sabe disso, existe uma cultura muito forte de se valorizar a competência dos seus profissionais. Qualquer governo que tivesse a intenção de chegar na Petrobras e passar por cima disso veria uma reação bastante forte da própria corporação, e isso aconteceu especificamente no governo Collor. Portanto, posso garantir aos Senadores que a competência e a excelência dos quadros da companhia vêm sendo valorizadas e reconhecidas, independentemente de filiação partidária; e a grande maioria dos empregados não é filiada a partido nenhum.

Por último, Sr. Presidente, quero pedir desculpas por ter me alongado em algumas respostas, mas, como a TV Senado tem um papel muito importante entre os formadores de opinião, quis abordar alguns temas aqui que não foram objeto de perguntas. Eu tenho os olhos voltados para esta Casa e li as notas taquigráficas de discursos de Senadores relativos a diversas questões da Petrobras, de modo que tive de aproveitar esta oportunidade para rebater alguns pontos. Algumas questões que tenho ouvido do plenário, como a de que a gasolina da Petrobras é a mais cara do mundo e a de que escondi a descoberta de Sergipe, infelizmente, os Senadores que disseram isso no plenário não estão agora presente, então não quis abordar este assunto. Todos aqueles que me conheceram aqui nesta Casa se lembram de que, toda vez que eu ia fazer um pronunciamento referente a algum Senador, sempre anunciava antes a esse Senador para que estivesse presente quando eu fosse falar. Então, por isso não pude abordar outros temas que foram objeto de discurso no Senado.

No mais, estamos à disposição, como sempre estivemos, para todas as vezes que esta Comissão ou qualquer outra comissão desta Casa entender que o Presidente da Petrobras deva vir aqui, bem como os seus diretores, para prestarem esclarecimentos, estaremos à disposição, porque entendemos que esta Casa tem um papel fundamental no processo de fiscalização. Nós lutamos para que a Petrobras continuasse como empresa estatal. Por isso, temos de continuar aqui, prestando satisfação aos representantes do povo e dos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é que faltou uma resposta, e o Presidente José Eduardo Dutra mencionou que responderia ao final. Eu havia perguntado relativamente à questão de ter havido no Tribunal de Contas da União...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... e em órgãos da Justiça algumas decisões relativas a licitações para a contratação de bens, serviços e obras, ao invés de um procedimento por meio de cartas-convite.

Então, eu quero abrir o meu coração primeiro, com uma preliminar. Tenho dialogado com o Presidente José Eduardo Dutra a respeito desta questão e com o Dr. Guilherme Estrella, da última vez que estiveram aqui. Recebi sugestões para formular perguntas a V. Exª. Eu transmiti a quem sugeriu essa formulação de perguntas que eu aqui só posso fazer perguntas ao meu colega – e ele sabe disso, porque temos muita sintonia de propósitos em defesa do interesse público – que signifiquem esclarecimentos. Então, se uma empresa, cujo diretor, digamos, da Marítima, resolve sugerir uma pergunta, eu lhe esclareci que posso fazer uma pergunta que seja para esclarecer o melhor atendimento de interesse público. Não posso eu ser instrumento de qualquer empresa. Até perguntei ao Sr. Moacir Guimarães, que foi Diretor da Petrobras por muitos anos, se ele assistiu ao filme "O Aviador". A Deputada Telma de Souza, viu? (Pausa.)

Viu.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não conta o final, porque ainda não vi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª ainda não viu? Mas, V. Exª vai achá-lo interessante, porque ali há uma situação em que uma empresa, no caso a Pan América, fez de um Senador o seu instrumento para tentar desmoralizar o diretor de uma empresa concorrente. Acabou o Senador não se dando bem. Mas isso ilustra muito bem situações como a que nós, aqui, vivemos. Ilustrei isso e disse que poderia fazer uma pergunta que fizesse o Presidente da Petrobras esclarecer que razões estão levando a Petrobras a ter decisões de defesa dos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de legalidade, assim por diante, e possam explicar as razões desse procedimento para que a Petrobras esteja preferindo realizar o instrumento do convite ao instrumento previsto na Lei de Licitações, a Lei nº 8.666.

Com o companheirismo que sempre caracterizou a nossa relação, exponho isso, e dou a oportunidade de V. Exª esclarecer, se há uma história importante a esclarecer, e até pelos princípios de publicidade e os demais da Constituição que possam inteiramente esclarecer esse ponto, que tem sido objeto de polêmica nos tribunais brasileiros.

Obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Essa é uma pergunta muito importante, Senador Suplicy, que eu acabei me esquecendo realmente de responder. Em primeiro lugar, os procedimentos da Petrobras estão absolutamente dentro da lei aprovada por esta Casa.

Quando houve a emenda constitucional que flexibilizou o monopólio do petróleo e depois esta Casa, em 1997, aprovou a Lei do Petróleo, em um dos seus artigos, se não me engano no art. 67, o legislador estabeleceu claramente o seguinte: como a Petrobras, com a quebra do monopólio, passaria a conviver num ambiente altamente competitivo – e essa foi a base pela qual esta Casa aprovou a lei –, a Petrobras precisaria ter um procedimento simplificado e mais ágil para suas contratações, porque, se fosse seguir a Lei nº8.666, claramente entraria em profunda desvantagem com relação às empresas – e grandes empresas – altamente competitivas, multinacionais de petróleo que estariam vindo para o Brasil. Então, essa base fez com que o legislador aprovasse, na Lei do Petróleo, que a Petrobras teria um procedimento licitatório simplificado, por meio de decreto a ser emitido pelo Presidente da República.

A Lei, no seu art.67, dizia que a Petrobras teria um procedimento licitatório simplificado, e o instrumento que iria estabelecer como seria esse procedimento seria um decreto do Presidente da República. Muito bem. Esse decreto foi emitido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto nº2.745, que estabelece esse procedimento licitatório simplificado. Desde então, a Petrobras sempre tem feito as suas contratações por meio do Decreto nº2.745.

Acontece que o Tribunal de Contas da União entendeu que o Decreto nº2.745 e até mesmo o art.67 da lei são inconstitucionais. Embora isso não seja da competência do Tribunal de Contas da União, ele tem esse entendimento. E desse momento para cá há uma série de processos nossos naquele tribunal que começam com essa preliminar de que a Petrobras não segue a Lei nº8.666. Agora, nós não seguimos a Lei nº8.666 desde o momento em que o decreto foi emitido.

É importante ressaltar que a Advocacia-Geral da União também emitiu um parecer no qual se estabelece que não somente a Petrobras, mas as suas subsidiárias, devem seguir o Decreto nº2.745. Então, nós seguimos aquilo que está na lei.

Esse debate, Senador, deverá acabar no fórum competente para deliberar, o Supremo Tribunal Federal, o qual deverá se manifestar sobre a constitucionalidade, ou não, do Decreto nº2.745.

Em relação à Marítima, eu vim aqui algumas outras vezes abordar esse assunto, que foi objeto de debate na Câmara, em que a Petrobras, de acordo com o Decreto nº2.745, pode fazer esse processo de convite. E quais os critérios que ela estabelece para fazê-lo? Primeiro, ter experiência naquela área, ter obras de porte equivalente, não ter muitas encomendas da Petrobras em carteira, para que a Petrobras não fique exposta a ela. E um dos pontos é ter um relacionamento satisfatório com relação à Petrobras.

O então Presidente Henri Philippe Reichstul, em 1999 se não me engano, com relação a algumas estações específicas, tomou uma decisão – a diretoria dos trabalhos tomou a decisão – em função desses antecedentes. Há conflitos entre Petrobras e Marítima em diversas cortes: Nova York, Londres e aqui no Brasil, que envolvem somas vultosas de recursos. A diretoria da Petrobras, na gestão do Presidente Reischstul, tomou a decisão de não convidar a Marítima. Essa decisão foi mantida no período do Presidente Francisco Gros e tem sido mantida pela atual direção da Petrobras, porque entendemos que é a melhor forma de defender os interesses da companhia.

Agora, é lógico que a empresa sempre tem se utilizado de uma série de filigranas jurídicas invocando a questão da Lei nº8.666 e a decisão do TCU, mas continuamos cumprindo aquilo que está na lei e a orientação da Advocacia-Geral da União.

Se a Lei de Petróleo, especificamente o seu art.67, e o Decreto nº2.745 são inconstitucionais, somente quem vai dizer isso é o Supremo Tribunal Federal. Então, esse assunto vai desaguar ali com certeza. Até lá, vamos cumprir essa decisão, porque entendemos que, do ponto de vista dos interesses do País, num sistema altamente competitivo como é o de petróleo, se a Petrobras tiver que cumprir a 8.666, com certeza, não terá condição de competir com as suas concorrentes no Brasil e no exterior.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço os esclarecimentos, que foram muito importantes.

Encaminho a V. Exª, Presidente José Eduardo Dutra, a sugestão de um cientista brasileiro sobre como extinguir incêndios em postos de petróleos, em florestas e assim por diante. O Sr. Ramatis Ramos pede a possibilidade de ser ouvido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se de uma questão para o Presidente da Petros, se S. Exª gostaria de acrescentar algum esclarecimento aos já feitos, especificamente a este parecer do Conselho Fiscal, que tenho em mãos, de acordo com o que consta da decisão da ata da reunião de 3 de março de 2005, dizendo:

> *Não aprova as contas apresentadas, porque considera a inexistência de ações efetivas da administração junto à patrocinadora Petrobras e junto a terceiros, de forma administrativa ou judicial, para cobrar créditos, recuperar ativos e também sanar desembolsos desnecessários com o pagamento de benefícios incorretos e gastos administrativos elevados, conforme foi acima apresentado, responsável por grande parte do desequilíbrio técnico-administrativo. Se não forem tomadas as providências, ocorrerão danos irreparáveis ao patrimônio da entidade.*

Termina, pedindo "uma solução mais adequada para o equacionamento do desequilíbrio técnico registrado."

Esse parecer é assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal, Paulo Teixeira Brandão.

Gostaria de saber se V. Sª tem alguma coisa a acrescentar, além do que foi colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner.

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

O Fundo de Pensão tem um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal, com paridade na sua composição entre o fundo de pensão patrocinado pelas estatais e entre eleitos indicados pela patrocinadora.

No Conselho Fiscal, o voto de desempate cabe aos eleitos; e, no Conselho Deliberativo, ao indicado pela patrocinadora. Nesse caso, o Presidente usou o voto de desempate. No entanto, no primeiro parágrafo a que se refere, ele diz que, "do ponto de vista da legislação da Secretaria de Previdência Complementar da Lei nº 109, da Lei nº 108, das demonstrações contábeis, da resolução do Conselho Monetário Nacional – ele escreve isso, sei exatamente o que está escrito em todo esse parecer – dos limites de investimentos, o Conselho Fiscal não vê problema."

No entanto, tivemos planos em 89, 90 e 91, que talvez tenham dado prejuízo financeiro à Petros. Ele argumenta que essa gestão deveria entrar com uma ação na Justiça contra isso. Estamos avaliando a viabilidade de se entrar com uma ação na Justiça contra essas perdas, do ponto de vista do contingenciamento de se ganhar ou não. Isso nada mais é do que entrar contra instituições financeiras que cumpriram uma legislação brasileira, mandando pagar menos do que a inflação de abril de 90.

Contudo, lá se vão quinze anos. Não se trata da gestão de 2004. Estamos trabalhando uma forma de se avaliar isso. Obviamente, não preciso dizer que as gestões anteriores também não fizeram isso, Senador, inclusive na dele – ele foi diretor de benefícios por cinco anos, de 1990 a 1995. Então, não é uma questão fácil. Estamos trabalhando e vamos avaliar se vale a pena.

Trata-se de um contingenciamento, no qual eu possa perder para os bancos. Aliás, só se ganhou Fundo de Garantia porque foi contra o Governo, no Supremo Tribunal Federal. Todos nós sabemos disso. Então, são questões delicadas, e as contas foram efetivamente aprovadas no Conselho Deliberativo por maioria de votos, e não com o voto de minerva do representante da patrocinadora. As contas da Petros foram efetivamente aprovadas no ano passado.

É importante salientar também, Sr. Presidente, algumas questões que não foram abordadas, também por conta do debate em plenário – creio que o Sr. Presidente esteve presente naquele debate –: será que a gestão financeira foi correta? O Presidente Dutra mostrou rapidamente, mas preciso reforçar isso. Ganhamos 12% acima da inflação, nos dois anos passados, em média 6,1% em cada ano. Os outros oito anos deram 1% acima da meta que temos obrigação de cumprir.

Nossa gestão financeira cumpriu em 6% acima da nossa obrigação. Nos outros oito anos também se cumpriram em média 1%. O Presidente Dutra mostrou, mas é importante registrar, porque esse debate certamente voltará a ocorrer, se a gestão financeira não fez a Petros perder. É questão estrutural. O Presidente Dutra já disse isso. Se não tivéssemos mudado as premissas, Srs. Senadores, o déficit da Petros teria saído, em 2002, de 827 milhões para 2 bilhões e meio de reais. Por quê? Por causa daquilo que já dissemos aqui: utilizavam-se premissas inadequadas. Não eram ilegais, mas eram pouco conservadoras. Você está vendo que uma empresa está quebrando, está com um fluxo de caixa cada vez pior, você tem uma debênture dela, alguns bancos provisionam, outros, não. É questão de conservadorismo. Foi exatamente isso que não foi feito nas gestões passadas. Se esperava na conta, Senador Eduardo Suplicy, 650 mortes/ano e, efetivamente, é um fato real: os petroleiros vivem mais do que a média dos brasileiros. Eles têm condições de vida melhores; têm assistência médica de saúde. Isso é um fato real, o que é ótimo.

O SR. (Orador não identificado) – Esse é um dado interessante.

O SR. WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA – Posso depois mandar a tábua do IBGE usada pelo fator previdenciário. Estou encerrando, Sr. Presidente. Ela, quando comparada com a tábua que se utiliza pelo atuário da Petros, estima, em média, dois anos a menos de vida para o brasileiro, em geral, em relação ao trabalhador da Petrobras. Esse é um fato real.

O Senador Antonio Carlos Magalhães fez a pergunta, pois S. Exª vive isso na Bahia, porque lá existem muitos aposentados, graças a Deus, da Petrobras. E certamente S. Exª conhece muitos, não são poucos. Então, é um fato real e que não se levava em consideração. Esperavam-se 650 mortes; só tínhamos 400. Todo ano há mais 200 pessoas, graças a Deus. A gente continua pagando, só que precisa de mais dinheiro.

Para encerrar, já estão sendo consultadas a *(inaudível)*, o Tesouro Nacional e a Previ, que agora é a antiga SPC, quanto à solução do déficit, também perguntado por um Senador. É importante dizer que isso está sendo trabalhado, mas é uma questão delicada, tão delicada que a gestão passada fechou um plano existente e perdeu na Justiça o outro. A gestão da patrocinadora entrou agora, em 2003, sem poder oferecer plano e está tentando achar um jeito de solucionar a herança deixada, seja lá o nome que se queira dar a ela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) **–** Queria só fazer algumas considerações. Primeiro, Presidente Dutra, queria registrar a presença do Presidente do nosso partido, Deputado José Genoino aqui presente, e a Deputada Thelma de Souza, que acompanhou aqui a audiência, até poucos minutos atrás, com a honra muito grande em recebê-los, especialmente V. Exª, Presidente.

Eu queria fazer somente algumas considerações. Acho que a exposição foi muito objetiva. Ela abordou todas as áreas de negócio da Companhia. O foco efetivamente ficou bastante concentrado na questão do fundo de pensão da Petrobras, porque isso nos levou inclusive a um debate intenso, e V. Exªs todos acompanharam no Senado Federal o porquê dos 8,3 bilhões de reais. Acho que ficaram absolutamente bem caracterizados os critérios que levam em consideração as tabelas, que levam em consideração o déficit que já se apresentava e a realidade dos petroleiros. Foi revelado aqui um fato muito importante. Esse novo plano ter sido inviabilizado na justiça e também uma realidade que preocupa muito: são os nove mil petroleiros que hoje estão sem opção, em função disso que aconteceu.

Então, acho que a exposição foi muito clara, inclusive com relação aos debates aqui apresentados.

O Diretor Gabrielli foi bastante lúcido e teve muito bom senso, principalmente em bem caracterizar esses R$8 bilhões, em função daquilo tudo; por que hoje a Petrobras passa pela HSE, que é americana, pelo IS Gap, por que isso cresce, os bônus, os deságios que se tem em função daqueles títulos do Tesouro Nacional. O conceito de desembolso também, Gabrielli, é que não necessariamente é o que passa nas mentes de boa parte das pessoas que discutem ou que criticam essa questão do déficit e também outros assuntos relativos à área petroquímica; o fortalecimento da Petrobras na área petroquímica, área que ela não deveria jamais ter saído; essas parcerias privadas que estão se desenvolvendo; a questão do que vai representar essa licitação exitosa da Transpetro, por tudo o que o Presidente Dutra aqui colocou, e isso é um fator muito importante e criou uma expectativa grande no mercado.

Não posso deixar de destacar que a decisão da Petrobras com relação à nacionalização ou o estabelecimento de índices de nacionalização no sentido de resgatar nossos estaleiros, retomar a construção naval, que foi muito importante no País, hoje com reflexos não só no Rio de Janeiro, mas em outros Estados brasileiros, na Bahia, no Rio Grande do Sul, como falou o Senador Pedro Simon.

Lamento, Presidente, que a exposição apresentada por V. Exª na Comissão de Infra-Estrutura não tenha sido acompanhada pela totalidade dos Senadores e das Senadoras, e muitos deles criticam muito essa decisão do Governo do Presidente Lula. Eu inclusive, como lhe adiantei, vou fazer um requerimento para que venhamos a repetir a exposição, que foi muito bem

apresentada por V. Exª, meses atrás, na Comissão de Infra-Estrutura, para deixar clara essa questão das plataformas, dos atrasos envolvidos e dos investimentos associados a cada um desses projetos. Isso é de extrema relevância, de extrema importância.

Eu também quero destacar a maneira cordial e serena com que a diretoria da Petrobras e o Presidente da Petros se posicionaram nesta audiência. Em alguns momentos, Senador Tuma, o clima ficou um pouco mais *caliente* do que o normal.

Eu também queria registrar, Presidente, complementando, se o senhor me permite, que o nosso Diretor Estrella tem décadas de Petrobras, o Duque tem décadas de Petrobras, Nestor *(inaudível)* tem décadas de Petrobras, o Paulo Roberto tem décadas de Petrobras; o Presidente da BR também tem muitos anos de Petrobras, um profissional formado nos quadros da Petrobras; a diretoria da BR, também; as diretorias de boa parte das subsidiárias, os diretores e executivos, são da companhia.

Quero registrar aqui, de maneira absolutamente peremptória, a preocupação e o respeito à corporação e com relação aos profissionais de carreira da Petrobras. A Petrobras é o que é exatamente pelo que investiu e pelo quadro qualificado que preparou.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, antes de encerrar, se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) **–** Com a palavra o meu caro Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª foi brilhante na sua exposição do que representa a Petrobras. Sempre foi um princípio meu na administração pública a profissionalização das carreiras e daqueles que trabalham em instituições como a Petrobras. A Petrobras é um símbolo nacional. Ela representa uma dedicação. Não tem um brasileiro que não tenha amor, de alguma forma, dedicado à Petrobras. É claro que sentimos uma alegria imensa em receber José Eduardo Dutra, com quem convivemos durante oito anos aqui, às vezes, com divergências, mas nunca confrontos. É com isso que temos que aprender a lidar, e este Congresso tem sido brilhante nisso. Não tem posições diferenciadas, mas não tem confrontos que possam trazer um prejuízo à Nação.

Peço muitas desculpas por ter saído da Presidência, mas creio que a passei para um homem que tem muito mais conhecimento sobre energia do que eu. Afastei-me por razão de um compromisso do qual não podia realmente me ausentar, mas quis chegar a tempo de cumprimentar a diretoria da Petrobras. É importantíssimo para a população, para a sociedade, pela transmissão da TV Senado, tomar conhecimento do é que a Petrobras.

A Petrobras não é só um financiamento da Mangueira. Ela estimula as mangueiras em todos os postos brasileiros, assim como a própria BR, a Transpetro, com essa iniciativa de ir buscar a produção de navios. V. Exª é um apaixonado por transportes e já fez mais de um discurso a respeito neste plenário. Sigo religiosamente suas mensagens neste sentido de energia, de produtividade, de transporte. Eu dizia ao nosso diretor que cada vez que fazia uma pergunta eles ficavam ansiosos para tentar responder. Por quê? Porque tinham conhecimento dos fatos sobre os quais tinham dúvidas os Senadores. Mas quanto à busca de soluções economicamente viáveis, como a produção de navios, não posso imaginar porque não tenho base de cálculo do que isso vai representar em economia e investimento no transporte do petróleo, na busca da importação ou em sua venda. Pelo gráfico apresentado aqui, o Brasil produz mais do que consome. A Petrobras produz não óleo, mas mais derivados do que consome.

Agora o Senador Dutra nos dá a confirmação já dada anteriormente, até por V. Exª, na tribuna, de que no próximo ano, se Deus quiser, o Brasil será auto-suficiente em produção de petróleo. Então vai cair muito essa parte do equilíbrio das finanças externas e interna, com essa economia em dólar que será feita com a redução da importação de Petróleo.

Parabéns à Petrobrás. Espero que o Governo Lula tenha sempre a consciência da importância dessa empresa para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador.

Agradeço a atenção de todos até agora, depois de quase cinco horas de audiência pública. Agradeço especialmente ao Presidente Dutra pela brilhante exposição. Estamos absolutamente à disposição de V. Exª, dos diretores e também da Petros. Esperamos sempre vê-los aqui, porque cada visita esclarece cada vez mais e mostra para as pessoas a complexidade de uma empresa como a Petrobras e os desafios que o Governo do Presidente Lula tem no sentido de consolidar a posição da Petrobras como um dos maiores *players* na indústria do petróleo do mundo.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 14h55min.)

Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de abril, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, do Senador Edison Lobão, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, José Jorge, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Hélio Costa, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Antonio Carlos Valadares, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres. Deixa de comparecer o Senador José Maranhão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Luiz Otávio, dá início aos trabalhos comunicando que a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais deverá ser instalada no próximo dia 26 de abril para eleger o seu Presidente e o seu Vice-Presidente, e faz a leitura dos nomes dos seus membros titulares, quais sejam os Senadores Heráclito Fortes, José Jorge, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho e Ana Júlia Carepa, e dos membros suplentes, os Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Hélio Costa e Sibá Machado, e solicita que o Líder do Bloco de Apoio ao Governo faça a indicação para os dois cargos que ainda permanecem vagos na Subcomissão. O Senador Heráclito Fortes faz uso da palavra para agradecer a sua indicação para compor a nova Subcomissão. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto; Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan; e em 22/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 3 de autoria do Senador Osmar Dias. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges, autor do Projeto, que solicita o adiamento da votação da matéria por uma semana, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Osmar Dias, Almeida Lima, Lúcia Vânia, Rodolpho Tourinho, Heráclito Fortes, Aloizio Mercadante e Jonas Pinheiro. A matéria é adiada por mais uma semana por consenso da Comissão; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Ofício "S" nº 14, de 2005, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará em 12 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S/A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil", de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, fazem uso da palavra para discutir a matéria os Senadores e Senadoras Serys Slhessarenko, que informa ter retirado o pedido de Vista feito anteriormente para a matéria e que está encaminhando um requerimento, juntamente com a Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando audiência pública com as partes envolvidas, Heráclito Fortes, Ana Júlia Carepa, Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Rodolpho Tourinho, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Antonio Carlos Magalhães, que solicita que seja levada para a Mesa do Senado a sugestão de que as audiências públicas sejam realizadas em dias diferentes das reuniões ordinárias das Comissões. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado, Requerimento de Urgência de autoria dos Senadores Rodolpho Tourinho, Patrícia Saboya Gomes e Delcídio Amaral e, ainda, Requerimento de solicitação de audiência pública, de autoria das Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para

as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Após a leitura do Parecer pelo Relator, o Senador Delcídio Amaral pede Vista da Matéria, sendo concedida pelo Presidente nos termos regimentais; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003, Complementar, não terminativo, que "institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empreendedores", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial", de

autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Devido à ausência do Relator, Senador Tasso Jereissati, na discussão e votação da Matéria, o Presidente designa a Senadora Lúcia Vânia Relatora Ad Hoc, que procede à leitura do Substitutivo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) apresentado pelo relator, por dezoito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida , na próxima reunião da Comissão, a turno suplementar de discussão por ter sido aprovado Substitutivo Integral; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 18/2005-CAE, de autoria das Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o Procurador da República, Dr. Alessander Wilkson Cabral Sales; o Representante do Banco Central; o Representante da União Federal; o Presidente do Banco do Estado do Ceará, Dr. Carlos Alberto Ribeiro da Silva; o Procurador Geral do Estado do Ceará, Dr. Wagner Barreira Filho; o Representante do Sindicato dos Bancários do Ceará, Sr. Marcos Aurélio Saraiva Holanda; e o Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Ceará, Sr. Erotilde Edgar Teixeira, com o objetivo de se discutir sobre o "Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará em 28 de fevereiro de 2005, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A., da Caixa Econômica e do Banco Central do Brasil"; o Requerimento nº 19/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com o Senhor Sérgio da Luz Belsito, Presidente Nacional do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil, com o objetivo de discutir a autonomia do Banco Central do Brasil; e Requerimento nº 20/2005-CAE, de autoria dos Senadores Rodolpho Tourinho e Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com o Diretor Executivo do Banco Bradesco S/A, para falar sobre o Banco Postal, Senhor Odair Rebelato; o Presidente do Banco Popular do Brasil, Senhor Ivan Guimarães; o Vice-Presidente de Crédito da Caixa Econômica Federal, Senhor Francisco Egídio Pelúcio Martins; e o Presidente do Conselho da Microinvest, Senhor Carlos Ximenes de Melo, com o objetivo de que sejam discutidas as diferentes experiências, em andamento no País, de programas de microcrédito e microfinanças direcionados à população de baixa renda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – enador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, em 12 de abril de 2005, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Em 8 de março de 2005, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, Requerimento nº 7, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requereu a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, composta por nove membros titulares e nove membros suplentes.

A Presidência, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, faz a designação dos membros para compor a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Titulares do Bloco da Minoria, PLF/PSDB: Senador Heráclito Fortes, do PFL, de Piauí; Senador José Jorge, do PFL, de Pernambuco; Senador Sérgio Guerra, do PSDB, de Pernambuco; e Senador Eduardo Azeredo, do PSDB, de Minas Gerais. Suplentes: Senador César Borges, do PFL, da Bahia; Senador Jonas Pinheiro, do PFL, de Mato Grosso; Senador Arthur Virgílio, do PSDB, do Amazonas; e Senadora Lúcia Vânia, do PSDB, de Goiás. São esses os titulares e suplentes do Bloco da Minoria.

Titulares do PMDB: Senador Mão Santa, do PMDB, do Piauí; e Senador Valdir Raupp, do PMDB,

de Rondônia. Suplentes: Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Rio Grande do Norte; e Senador Hélio Costa, do PMDB, de Minas Gerais.

Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB e PL: Senadora Ana Júlia Carepa, do PT, do Estado do Pará; Senador Sibá Machado, do PT, do Estado do Acre.

Faltam ser indicados um titular e um suplente do PMDB ou do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB e PL. Peço, encarecidamente, a atenção e a sensibilidade do Senador Delcídio Amaral, como Líder do Partido dos Trabalhadores, para a indicação do nome do último titular e do último suplente.

Mesmo assim, os nomes dos membros titulares e suplentes já estão registrados. Deveremos instalar a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais no próximo dia 26 de abril, com a presença do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, inclusive com a instalação de um programa diário na Rádio e TV Senado. Nesta data, a subcomissão se reunirá e escolherá o seu presidente e seu vice-presidente. Haverá um programa diário, na TV Senado e na Rádio Senado, de um minuto: o Minuto Municipalista.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª a indicação do meu nome para compor essa subcomissão. É num momento oportuno que se instala, no Congresso Nacional, especificamente no Senado da República, uma subcomissão que vai dar atenção às questões municipalistas do País. Como municipalista – nesta comissão, vejo alguns municipalistas tradicionais, como o Senador Gilberto Mestrinho –, sabemos o que sofre, muitas vezes, até por falta de informação, até por falta de defesa, o Prefeito Municipal. Esse fórum, com certeza, Sr. Presidente, será de muita importância para que se travem aqui debates e, sobretudo, para que sejam escutadas as reivindicações dos mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Quero congratular-me com V. Exª. Sei que essa iniciativa é determinação do Presidente Renan Calheiros. Faço votos de que esta Comissão cumpra os seus objetivos. Assim fazendo, estará prestando um grande serviço ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Estamos aguardando, na verdade, os Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, que estão numa reunião que está acontecendo paralelamente à nossa entre S. Exªs e a equipe econômica, a equipe do Governo. Estamos esperando S. Exªs para discutirmos o Projeto de Lei do Senado nº 517/2003, terminativo, que é o item nº 1 da pauta. Esse projeto, que já se encontra na Comissão, teve a discussão e votação prorrogadas por duas reuniões. O Projeto trata da repactuação e do alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. É de autoria do Senador César Borges e tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de pedir que o Item nº 3 e o Item nº 16 da pauta venham a ser apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos com prioridade. São dois temas muito importantes. O Item nº 3 trata da reratificação do contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações do Banco do Estado do Ceará. O item nº 16, do parcelamento de débitos tributários e devedores em recuperação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Atendendo à solicitação do Senador Delcídio Amaral, vou colocar em pauta o Item nº 3.

Item 3:

Ofício S nº14/2005, não terminativo. Encaminha ao Senado Federal o terceiro termo aditivo de reratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará em 12 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado Ceará S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil. É autor o Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci. É Relator o Senador Eduardo Azeredo. O parecer é favorável nos termos do PRS que apresenta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, como o Senador Eduardo Azeredo é o Relator, gostaria de retirar esse pedido de prioridade, até em função da ausência dos Relatores.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Serys, V. Exª terá o direito de vista após a leitura do parecer.

Atendo à solicitação do Senador Delcídio Amaral, que confirma seu pedido de adiamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o Relator fez essa solicitação. Também para que possamos dar um encaminhamento normal à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos em função de algumas dúvidas que estão sendo suscitadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Presidência acata a solicitação do Senador Delcídio Amaral e volta à pauta original.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Passaremos ao item 04, com a presença do Relator, eminente Líder político, Senador pelo Estado do Piauí, Senador Mão Santa, do PMDB.

Item 4:

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) **–** Sr. Presidente, comunico que agora sou efetivo da CAE e quero agradecer a influência que é notória no seu partido e que com muita sabedoria preside esta Comissão.

Então vamos relatar: da Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa sobre projeto de lei do Senado nº 103, de 1999, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuem empregados com mais de 40 anos.

Relatório. O projeto de lei do Senado de autoria do eminente Senador Jefferson Péres propõe a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuem no mínimo 30% de seus empregados com idade superior a 40 anos.

O art. 2º do projeto diz que as pessoas jurídicas beneficiárias poderão reduzir do lucro tributário para fim dos impostos sobre a renda até 25% do montante dos salários e encargos sociais pagos no período base a seus empregados, observado o limite de 15% do lucro antes de computada a referida dedução.

O parágrafo único do art. 2º limita o incentivo fiscal aos salários inferiores a R$3 mil.

Art. 3º, dispõe o Poder Executivo de regulamentar lei que resulta a aprovação do projeto no prazo de 90 dias, contada da sua aplicação.

Art. 4º é a clausula de vigência. A lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos tributários a partir do ano base subseqüente.

Após a sua leitura em plenário, o projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para manifestação em caráter terminativo. Na CAE, o Senador Jonas Pinheiro apresentou relatório em que sugeriu a manifestação da Comissão de Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O relatório não chegou a ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Designado o novo Relator, o Senador Pedro Simon apresentou relatório pela aprovação da proposição.

O Senador Jefferson Péres, por meio de requerimento, requereu a inclusão em Ordem do Dia do projeto de lei de sua autoria, tendo em vista que o prazo para a apreciação da Comissão pela CAE se encontrava esgotado.

De acordo com o parágrafo único *(inaudível)*, o Presidente do Senado solicitou ao Presidente da CAE gestões para que fosse apreciada a matéria. Por deliberação da CAE, o projeto de lei foi encaminhado à CCJ para manifestação quanto a constitucionalidade e juridicidade da proposição. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O projeto de lei retornou à CAE por decisão e foi distribuída ao Sr. Senador Roberto Saturnino, que apresentou o Requerimento 217, em que solicitava a tramitação conjunta do projeto com os projetos de lei 169, 502, 220. Foi aprovado o requerimento do Senador Teotônio Vilela que requereu a tramitação em separado do presente projeto.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

A competência do Congresso Nacional para dispor sobre a matéria encontra-se fixada no art. 24, I, da Constituição Federal que atribui à União a competência concorrente para legislar sobre direito tributário, combinado com o **caput** do art. 48 do texto constitucional, que estabelece competir ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Quanto à iniciativa, a apresentação do projeto de lei encontra amparo no art. 61 da Constituição Federal, que atribui a qualquer membro do Senado Federal a iniciativa das leis complementares.

Não há óbice de natureza constitucional ou de juridicidade, conforme destaca o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em conjuntura econômica adversa, como esta em que nos inserimos, o fantasma do desemprego tem sido a mais ameaça que paira sobre a tranqüilidade do trabalhador, pois ele sabe que, para o desempregado, a obtenção de uma nova vaga no mercado de trabalho é quase uma loteria. Realmente, os índices de desemprego, conforme se lê todos os dias nos jornais, tem experimentado crescimento quase constante e, a despeito dos esforços desenvolvidos por empregadores e empregados, em sentido contrário. Prova disso que, nos últimos tempos, praticamente não se ouve falar de movimentos de trabalhadores reivindicando melhorias salariais, pois a aspiração maior do assalariado passou a ser a simples manutenção do emprego. Essa ma-

nutenção do vínculo empregatício é, particularmente, importante para os trabalhadores com idade superior a 40 anos, visto que, para este, conseguir uma nova colocação é algo muito mais difícil do que para os jovens, não sendo raros os casos daquele que, após demissão involuntária, chegam mesmo a desistir de procurar um novo emprego.

Entre as formas de amenizar a aflitiva situação dos desempregados com mais de 40 anos, o ilustre autor desta proposição, Senador Jefferson Péres, focalizou o campo dos incentivos fiscais, para que, à primeira vista, tidos por inconvenientes, neste caso poderão atingir satisfatoriamente o objetivo a que se propõe, já que a dedução que se quer instituir será, com certeza, bastante vantajosa aos contribuintes de impostos de renda.

Quanto ao impacto orçamentário e financeiro da proposta, cabe destacar que a Constituição Federal prevê lei complementar sobre finanças públicas.

Então, depois de citar os fundamentos da legalidade constitucional, o Senador Jefferson Peres...

Concluo o meu voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei do Senador Jefferson Peres, que propicia uma possibilidade de emprego àqueles que têm mais de 40 anos, porque se encontram em uma situação de calamidade; muitos têm se suicidado, porque não conseguem emprego neste País, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 3º e 4º do projeto de lei a seguinte redação:

> *Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto na lei e incluirá o demonstrativo do que se recebe, conforme o §6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei complementar, cuja implementação se dará após decorridos 60 dias da publicação da lei.*
>
> *Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*
>
> *Parágrafo único. A isenção de que se trata esta lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia de exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que foi implementado o disposto no art. 3º.*
>
> *Sala da Comissão. Relator: Francisco de Assis Morais e Souza – Mão Santa.*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O projeto é terminativo, exige quórum qualificado. O parecer do Relator é favorável ao projeto.

Em discussão a matéria.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço vistas deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, pede vista do projeto.

Está concedida vista ao Senador Delcídio Amaral, Líder do PT.

Podemos retornar ao item do Banco do Estado do Ceará? Há acordo para votar? Ou continuamos com...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem, sugiro, se V. Exª entender como razoável, que continuemos apreciando as matérias da pauta, até que tenhamos uma posição correta com relação a esse assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O nosso Líder, Delcídio Amaral, tem a conciliação como sua grife. Acho prudente o apelo de S. Exª no sentido de dar mais um pouco de tempo para que haja alguns ajustes relativos a essa questão do Item 3. Tenho certeza de que a Senadora Serys Slhessarenko, Senadora que tem uma visão nacional, não irá, de maneira nenhuma, prejudicar os interesses do Ceará apenas por questões localizadas.

Esse é um assunto por demais estudado. Tenho certeza de que o Líder Aloizio Mercadante, que acaba de chegar, conhece perfeitamente os entendimentos feitos para que se proceda a esse acordo. Acho válida a proposta do Líder do PT, mas que se vote ainda nesta reunião o Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então vamos aguardar a votação do Item 3.

Vamos discutir e votar o Item 6.

Antes, submeterei um requerimento à votação.

Sobre a mesa, requerimento, que passo a ler:

"Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Sérgio da Luz Belsito, Presidente Nacional do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil, para participar também da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal com a finalidade de discutir a autonomia do Banco Central do Brasil.

Senador Luiz Otávio".

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se ao próximo item.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito às audiências públicas relativas à autonomia do Banco Central, como são diversos os nomes indicados por V. Exª e como seria difícil realizar uma audiência com todos os convidados no mesmo dia, seria importante observa o calendário já proposto. Há algumas audiências marcadas.

Como alguns convidados acordaram vir no próximo dia 19, próxima terça-feira, eu sugeriria a V. Exª que anunciasse, para que todos os membros da CAE estejam cientes, qual será a primeira reunião e quais os debatedores convidados que já confirmaram a presença para o primeiro debate sobre a autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Está confirmada a presença do Professor Paulo Nogueira Batista Júnior no próximo dia 19, terça-feira; do Professor Edmar Lisboa Bacha; bem como do Sr. Sérgio da Luz Belsito, que é o Presidente Nacional do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu gostaria que V. Exª me informasse se o requerimento relativo à vinda do Dr. Maílson da Nóbrega já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Colocarei em votação o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho, que me foi entregue agora.

Sobre a mesa requerimento, que passo a ler:

"Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de discutir as diferentes experiências em andamento no País de programas de microcrédito e microfinanças direcionados à população de baixa renda. Para tanto, sugiro convidar o Diretor Executivo do Banco Bradesco para falar sobre o Banco Postal, Sr. Odair Rebelato; o Presidente do Banco Popular do Brasil, Sr. Ivan Guimarães; o Vice-Presidente de Crédito da Caixa Econômica Federal, Sr. Francisco Egídio Pelúcio Martins; e o Presidente do Conselho da Microinvest, Carlos Ximenes de Melo".

Esse é outro requerimento, que não trata de autonomia do Banco Central.

O requerimento a respeito do Dr. Maílson da Nóbrega já foi aprovado, aguardamos a confirmação da data. Se V. Exª pudesse contactar com o ex-Ministro Maílson da Nóbrega, poderia vir na mesma data, terça-feira.

Na próxima terça-feira também a confirmação de Maílson da Nóbrega.

Então, em votação o requerimento inicial da CAE do Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento em relação ao microcrédito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só para esclarecimento, o requerimento é meu e do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Confirma assinatura também do Senador Tasso Jereissati, subscrevendo o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho.

Até que se defina o Item 3, referente ao Banco do Ceará, vamos ao próximo item.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Relator está presente e já fechou seu relatório e teremos condições...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Voltamos ao Item 3 então.

Item 3:

Ofício S nº 14, de 2005, não-terminativo, que encaminha ao Senado Federal o Terceiro Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e Compra de Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 12 de novembro de 1998, com interveniência do Banco do Estado do Ceará e da Caixa Econômica Federal, bem como do Banco Central do Brasil. Autoria: Ministro de Estado da Fazenda. Relator: Senador Eduardo Azeredo. O parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço prioridade para os dois itens que citei no início da reunião, Itens 6 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Relator do Ofício S nº 14, de 2005.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB –MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado o Terceiro Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e Compra de Venda de Ações sob Condição, celebrado entre União e Estado do Ceará, em 12 de novembro de 1998, com interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

O Terceiro Termo Aditivo, celebrado entre a União e o Estado, promove alterações nas cláusulas 7ª e 11ª do referido contrato. A redação da cláusula 7ª, proposta pelo referido termo aditivo, prevê que o preço final da venda de ações do BEC à União corresponderá ao valor obtido na alienação das referidas ações, deduzido do montante correspondente a R$66.500.000,00. Por sua vez, a nova redação proposta para a cláusula 11ª trata da destinação dos recursos obtidos pelo Estado do Ceará com os ativos do BEC por ele adquiridos, inclusive os provenientes de sua alienação.

Pela redação original, esses valores seriam utilizados pelo Estado, obrigatoriamente, para a amortização do saldo devedor de seu contrato de refinanciamento junto à União. Pretende-se agora que os valores já recebidos pelo Estado, mas que ainda não foram utilizados para aquela amortização, bem como os valores ainda a receber, originários das carteiras de desenvolvimento, comercial, de câmbio e rural, não-securitizadas pela União, sejam excluídos da obrigatoriedade de serem utilizadas para amortização da dívida refinanciada com a União.

As alterações contratuais em análise – e passo a análise do processo – basicamente, tratam da desvinculação dos recursos obtidos no âmbito do processo de privatização e de uma mais clara definição dos componentes constitutivos do preço final, obtido com a alienação das ações do BEC, hoje federalizado. Como se sabe, os recursos envolvidos nesse processo seriam destinados exclusivamente ao equacionamento da dívida do Estado, refinanciada junto à União.

De imediato, fica evidente que as alterações contidas tratam de disponibilizar ao Estado do Ceará parcela de recursos obtidos com a desestatização do BEC, descomprometendo aquele Estado de utilizá-la exclusivamente para amortização de sua dívida refinanciada pela União. Por que isso ocorre? Ocorre porque existe o compromisso de que o comprador do Banco terá a carteira do Estado, ou seja, a folha de pagamentos, como ocorreu em todos os processos de privatização, como o do Bemge, do meu Estado de Minas Gerais, o Credireal, na Bahia. O preço obtido com o fato de o banco comprador ter a conta do Estado será, evidentemente, mais alto e não estava previsto anteriormente.

Assim, o termo aditivo em exame procura, inicialmente, assentar o entendimento reconhecido e adotado na própria modelagem de venda dos bancos federalizados de que a garantia de manutenção da condição de agente financeiro do Estado ao novo controlador do BEC agrega valor à venda de seu controle acionário. Exatamente para o que estou querendo chamar a atenção. Embora faça parte do preço total da venda, não se confunde com alienação patrimonial **stricto sensu**.

Assim sendo, não há razões que justifiquem considerar a totalidade dos recursos obtidos com a alienação do Banco do Estado do Ceará com recursos próprios da privatização. Ao contrário, agregação de valor é proveniente da garantia de manutenção de um contrato de prestação de serviços entre o Estado e o novo controlador, ao qual é passível atribuir um valor. Aliás, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em seu parecer, cita posicionamento da STN por ocasião de análise de tema de interesse do Estado do Piauí, onde reconhece que a venda do controle acionário de um banco estatal, com a conseqüente permanência da conta do Estado no banco, demarque espaços diferenciados quanto ao controle acionário do banco e, ao contrário, prestação de serviços, que diz respeito à manutenção da condição de um novo controlador como agente financeiro do Estado.

E conclui que o produto da arrecadação da privatização de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 4º da Medida Provisória 2.198, de 2001, diz respeito tão somente à venda do controle acionário, fazendo jus o Estado ao montante referente ao contrato de prestação de serviços.

É preciso ficar bem claro, então, aos Srs. Senadores que essa é a diferença básica.

Ademais, cabe enfatizar que esse entendimento encontra respaldo na própria Medida Provisória 2.192, de 2001, que não vincula essa parcela de valor, proveniente da manutenção da condição de agente financeiro do Estado, ao novo controlador do BEC, ao pagamento do empréstimo concedido pela União.

Com efeito, o Estado do Ceará, o Banco Central e a União já assentaram esse entendimento, chegando mesmo a atribuir valor ao referido contrato de prestação de serviços equivalente a 66.500 milhões, devido ao Estado somente após a liquidação financeira do leilão de privatização do banco. Esse valor a ser deduzido do preço final da privatização e devido ao Estado é objeto das alterações contratuais pretendidas com a nova redação da cláusula 7ª do referido contrato.

A alteração na cláusula 11ª, também prevista no tema aditivo, trata da destinação dos recursos obtidos

pelo Estado do Ceará com os ativos por ele adquiridos, inclusive os provenientes de sua alienação.

Pretende-se que os valores já recebidos pelo Estados, mas que ainda não foram utilizados para amortização de dívidas para com a União, bem como os valores ainda a receber, originários das carteiras de desenvolvimento, a comercial, a de câmbio, a rural, que não foram securitizadas pela União, sejam excluídos da obrigatoriedade de serem utilizados para amortização de dívida refinanciada com a União.

O mecanismo da desvinculação tal como descrito sugere operação de troca de ativos do Estado a serem comprometidos com o pagamento da dívida para com a União, porquanto o Estado do Ceará se compromete a utilizar integralmente os recursos provenientes de créditos adquiridos junto ao FCDF, detidos pela carteira imobiliária do BEC nessa finalidade.

Vale frisar que esses créditos do FCDF, por força de autorização concedida pelo Senado Federal na Resolução 11, de 2003, estão excluídos da obrigatoriedade de sua utilização para pagamento da dívida refinanciada.

Ademais, Nota Técnica 1.169, de 5 de novembro de 2004, afirma que a liberação dos recursos das carteiras de crédito adquiridas do BEC não traz nenhuma influência negativa ao processo. Repito, a liberação dos recursos da carteira de crédito não traz nenhuma influência negativa ao processo.

Tendo em vista determinações expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal, se compromete o Estado do Ceará a não utilizar os recursos de que trata esse tema aditivo para o financiamento de despesas correntes, atendendo o disposto no art. 44.

Por fim, cumpre ressaltar que o tema aditivo em análise, com vistas a assegurar eficácia às suas novas determinações, define prazo adicional de doze meses para a privatização do Banco do Estado do Ceará, com a qual se compromete a União.

A eventual extinção do Banco do Estado do Ceará só poderia ocorrer após terem sido adotadas todas as providências necessárias à realização do respectivo leilão de privatização.

O voto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é, em conclusão, favorável ao pleito encaminhado pelo Estado do Ceará, devendo ser concedida autorização para a contratação do terceiro tema aditivo de re-ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição celebrada entre a União e o Estado do Ceará em 2 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central, nos termos do projeto de resolução descrito a seguir e que autoriza, portanto, o Estado do Ceará a re-ratificar o seu contrato.

O que quero ainda complementar, Sr. Presidente, é que está claro no projeto que o recurso não poderá ser utilizado para despesas correntes, apenas para investimentos no Estado do Ceará. É um recurso adicional que vai existir em função do valor maior que terá o banco, evidentemente, com o fato de ser o novo comprador agente financeiro do Estado, durante o prazo mínimo de cinco anos, e que isso acontece em todos os processos de privatização dos bancos, no Brasil.

Este Banco do Ceará está em processo de privatização, tendo sido primeiro federalizado. Peço, portanto, o voto favorável, considerando que o Estado do Ceará foi um dos primeiros a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil. O Estado é um exemplo no aspecto de gestão de suas contas públicas e até mesmo inspirador do processo da Lei de Responsabilidade Fiscal nacionalmente. Não há por que, portanto, não apoiar um projeto dessa qualidade e que tem apenas a destinação dos novos recursos, dos adicionais, previstos para uso não em atividades correntes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A matéria está em discussão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Para discutir, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, eu havia já anunciado o pedido de vistas, porque do nosso ponto de vista essa questão tem de ser bastante discutida, porque é realmente o caminho para a privatização do Banco do Ceará. Infelizmente, os bancos estatais já foram quase todos. Até onde eu estou informada, só restam o do Ceará, o do Piauí, o de Santa Catarina...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E o do Pará.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E o do Pará. Então, são poucos os que restam. E o de Sergipe. Ainda faltam uns quatro ou cinco bancos. Apesar de eu já ter anunciado o pedido de vistas, a partir dos argumentos do nosso Líder do Partido, Senador Delcídio Amaral, e do Líder do Governo, Senador Mercadante, eu retiro o pedido de vistas, em razão da urgência de votação desse contrato de re-ratificação. Mas eu continuo com uma série de dúvidas, inclusive por ter informações de que existem várias ações na Justiça sobre a questão do Banco do Ceará. E se existem essas várias ações, nós precisamos ter isso esclarecido. Daí eu estar junto com a Senadora Ana Júlia, assinando um requerimento de pedido de audi-

ência pública, porque sentimos necessidade de ouvir o Ministério Público Federal, o Presidente do Banco, o representante dos Servidores, enfim, todas as outras partes também, em uma audiência pública, para que tenhamos clareza sobre o assunto. Aí, alguns poderão dizer: como vai pedir audiência pública depois de aprovado? Não há problema. O Projeto é aprovado, a audiência pública é feita e, se realmente constatados e assegurados problemas maiores, isso pode ser revertido. Tenho a informação dos nossos Líderes de que há a possibilidade de reversão dessa situação após a audiência pública. Por isso, retiro o meu pedido de vistas, mas mantenho o pedido de audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero louvar aqui a atitude da Senadora Serys e parabenizá-la pela convocação da audiência pública, juntamente com a Senadora Ana Júlia. Sugiro, de antemão, que o primeiro a ser ouvido seja o Ministro da Fazenda, uma vez que a matéria é de sua origem. Uma vez que essa audiência pública é proposta por duas Senadoras do PT, essa convocação ficará em casa. O próprio Ministro poderá vir aqui e explicar realmente o que aconteceu. Nós já sabemos, de antemão, Sr. Presidente – porque o Piauí também passa por esse processo –, que se trata de uma guerra política e ideológica envolvendo privatização ou não de bancos.

Eu vi, Senador Mercadante, anteontem, uma declaração do Governador do Piauí de que, com o rompimento – que não é rompimento – do Governo Brasileiro com o FMI, o Estado estaria livre de continuar o processo de privatização, pois assegurada pelo Ministro da Fazenda. Achei isso muito estranho. Mas, de qualquer maneira, não tenho nenhuma opinião firmada com relação à situação e ao futuro do Banco do Estado. Quero apenas que ele seja preservado, por meio de seus funcionários, em uma situação ou outra. Agora, vincular essa posição que o Governo Brasileiro tomou recentemente com o futuro desses bancos em privatização, como também das elétricas, Sr. Líder Delcídio Amaral, é uma questão muito perigosa. Daí por que faço a proposta. Concordo plenamente e quero subscrever o pedido de audiência pública. Se V. Exª permitir, quero também ser um dos subscritores do requerimento de audiência pública.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com os convocados que nós fizemos, nós acatamos. Do contrário, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Com a sugestão de que o primeiro a ser ouvido seja o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, queria dizer que, no nosso pedido de audiência pública, não consta o nome do Ministro da Fazenda, porque não achamos necessário.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª tem todo o direito, mas quero dizer os nomes das pessoas que propomos serem ouvidas: o Banco Central do Brasil, o Procurador da República. É preciso que haja uma ação civil pública proposta pela Procuradoria da República. Então, não vamos atrapalhar, mas queremos também que os direitos tanto dos acionistas, como dos funcionários, dos trabalhadores bancários, sejam garantidos. É mais do que justa e legítima a nossa preocupação.

Portanto, quero dizer que a audiência pública precisa ...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – GO) – A questão dos direitos dos trabalhadores não está em discussão neste momento. Trata-se apenas de um voto sobre a re-ratificação do processo de privatização, de federalização. Não temos que discutir isso aqui agora. Na verdade, por que vamos discutir os direitos do trabalhador? Ele vem depois do processo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, Senador. Tanto que não estamos concordando que isso seja votado. Vamos fazer audiência pública. Não estamos colocando nenhum óbice. Conversamos com os Líderes e achamos que também é justo, pois se trata de uma reivindicação e não há nenhum problema.

Existe um problema alegado por eles em relação à cobertura do déficit atuarial da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará, e vamos ouvir aqui tanto o Presidente do Banco Central – o representante, no caso, do Banco Central, que é a pessoa que conhece melhor o assunto –, o Banco do Estado do Ceará, esse Procurador da República que está propondo a ação, o representante do Sindicato dos Bancários e da Associação dos Funcionários.

Acho que isso é justo e legítimo. Estamos aqui apenas resguardando uma situação. Sabemos dos problemas dos bancos estaduais. Existe apenas meia

dúzia no Brasil que não foram privatizados, mas não podemos abrir mão de fazê-lo. Acho que nenhum Senador vai deixar de concordar conosco, no sentido de que devemos discutir essa questão, para que não aconteça como em outros locais.

Esta é a verdade. Queremos, de forma preventiva, garantir os direitos dos trabalhadores bancários, dos funcionários do Banco do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Sr. Presidente, sobre a mesma questão, a Senadora Serys Slhessarenko reforçou, juntamente com a Senadora Ana Júlia Carepa, o argumento da necessidade, caso essa convocação de audiência pública seja aprovada, da convocação do Ministro da Fazenda. Ora, se o Ministro tinha conhecimento de todos esses fatos que ela aqui demonstra e manteve a sua determinação, ele precisa ser ouvido. Evidentemente, o Ministro não levou em consideração ...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fala fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Acho apenas, Senadora Serys, que V. Exª simplesmente separou as questões. O Item nº 03 está resolvido. Agora, vai-se votar a questão da audiência pública. Com relação à proposta de audiência pública, gostaria que fosse colocada a voto.

Concordo com a audiência pública desde que o Ministro da Fazenda seja convocado. Caso contrário, eu não concordo. De forma que a saída é no sentido de que a audiência pública seja colocada a voto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Se continuarmos a convidar o Ministro da Fazendo a vir para esta Comissão, ele terá que participar já como membro da Comissão, porque todas as semanas está vindo aqui. Quer dizer, vamos ter de convidá-lo a participar da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Pois não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PI) – Gostaria de fazer uma ponderação a V. Exª: para que possamos caminhar bem nessa questão e nos outros pontos, no sentido de aprovarmos a audiência da forma como ela está, porque quem melhor conhece a situação do Banco do Estado do Ceará é o representante do Banco Central, que, inclusive, está lá dentro para conhecê-lo. No momento, é isso. Mas, se for necessário convidar o Ministro da Fazenda, eu subscrevo o requerimento juntamente com V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer a V. Exª que, como a matéria em si já foi aprovada, estamos discutindo agora a respeito da audiência pública. Inclusive voto pela sua realização. E, por uma questão de coerência e de hierarquia, que o primeiro convocado seja o Ministro da Fazenda. Afinal de contas foi S. Exª quem encaminhou para cá a matéria. Então, é S. Exª quem precisamos ouvir.

O Presidente, com muita cautela, alega que S. Exª está vindo toda a semana: ou está vindo toda semana porque está acertando demais, ou porque está errando demais. Não importa. O importante é que, no regime democrático, o Ministro, todas as vezes em que for solicitada a sua presença numa Comissão dessa importância, terá que vir prestar esclarecimento.

Daí por que, gostaria que fosse colocado em votação a audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, não é esse o assunto que eu gostaria de discutir. Vou me ater ao item 1 da pauta. Falarei oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, ainda com relação à matéria referente ao Banco do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de formular ao Senador Eduardo Azeredo algumas indagações, dadas às dúvidas que têm sido levantadas pelas diversas pessoas interessadas na questão do Banco do Estado do Ceará.

Senador Eduardo Azeredo, sabe V. Exª que não sou do Ceará, mas acompanho a questão, obviamente, com interesse, levando em conta o que diversos colegas Parlamentares do Ceará têm expressado a respeito. Muitos Parlamentares do Ceará têm formulado a sugestão de que o Banco do Estado do Ceará possa ser eventualmente incorporado pelo Banco do Nordeste do Brasil. E por quê razão? Porque o Banco do Estado do Ceará tem uma capilaridade de agências, inclusive em Municípios relativamente mais modestos no Estado do Ceará e que exercem uma função social importante; e se isso pudesse ser realizado em termos de continuidade, em cooperação com o Banco do Nordeste, que isso seria considerado positivo.

Houve, inclusive da parte de Parlamentares com o Deputado João Alfredo, Nelson Martins e diversos outros, a sugestão ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre essa possibilidade. Eu pergunto: nos

termos da Resolução, cujo parecer está sendo elaborado por V. Exª, que abre condições para o que vai ocorrer com o destino do Banco do Estado do Ceará, por acaso essa hipótese de que o Banco do Nordeste viesse eventualmente a incorporar, isso poderia ainda ser contemplado?

A sugestão que as Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko estão fazendo a respeito de um debate, parece-me, levaria em conta a importância do debate a respeito para que ele continuasse. Então, pergunto se, porventura aprovado seu parecer – porque isso não foi mencionado – se por acaso essa hipótese ainda estaria em aberto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) **–** Senador Eduardo Suplicy, na verdade, o projeto de resolução define que o Banco do Estado do Ceará – BEC –, terá um prazo de 12 meses – prazo adicional – para a privatização, dentro dessa linha de privatização do Banco. No entanto, as regras da privatização, ou seja, quais as condições e os compromissos, isso será definido posteriormente. Aqui, estamos discutindo apenas que, no que se refere aos recursos adicionais por conta da prestação de serviços, essa fica para o Estado, além da carteira, também de difícil recebimento – essa carteira dos bancos. Aliás, isso aconteceu na privatização de toados os bancos.

Para V. Exª ter uma idéia, Senador, no caso do Bemge – Banco do Estado de Minas Gerais, a carteira de difícil liquidação deu mais dinheiro ao Estado que a própria venda do banco. A venda do banco foi feita com ágio, foi cerca de 500 ou 600 milhões e só a carteira já deu mais que isso, a carteira de liquidação.

Então é um processo normal que é feito nessa venda dos bancos. Agora, no caso específico, as condições de privatização serão discutidas posteriormente. Mas o Senador Mercadante me pede um aparte e passo a palavra a S. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de esclarecer um pouco nessa polêmica, basicamente, o que trata esse aditivo do contrato.

Lembro que o contrato vem de 1998 – já são, por exemplo, sete anos de federalização do banco – e que o banco estaria num processo de privatização. Esse aditivo de contrato não interfere nesse processo, apenas permite que os recursos que foram repassados para financiamento do Estado do Ceará, que no caso do BEC deveria estar vinculado exclusivamente à amortização da dívida com a União, o Governo Federal está flexibilizando, porque considera que os serviços prestados pelo BEC ao Estado do Ceará têm um valor. E é um valor significativo. Muitas prefeituras, por exemplo, trocam de banco para poder ter algum tipo de benefício quando oferecem a folha de pagamento, por exemplo, a ser administrada por um banco específico.

A prefeitura de São Paulo, por exemplo, repactuou essa questão com o Banco Santander, antigo Banespa, quando venceu o contrato, ganhou aquela sede, onde está hoje instalada a prefeitura, no centro da cidade, que é uma sede belíssima, e mais orquestras sinfônicas para os CEOs. Foi uma forma de repactuação de dívida. E assim vários estados fizeram.

O Estado do Ceará está reivindicando esse valor agregado ao BEC, que é a prestação de serviço do BEC ao Estado, para que esse recurso não vá para amortização de dívida. Porque ele poderia pegar esse serviço e transferir para um terceiro banco. Ele não está fazendo isso. Ele está mantendo no BEC. E, ao manter no BEC, ele reivindica que esta prestação de serviço, que tem um valor estimado aqui expresso no parecer, que esse valor o Estado possa investir. O que estamos proibindo é que esse valor vá para despesa corrente. Se for para despesa corrente, é um valor de uma vez só, em economia se fala *once for all*, é uma vez só, não se repete, e você não pode financiar o futuro. Mas para investimento poderia.

Então, basicamente, o que o Ministério da Fazenda está fazendo com esse aditivo de contrato é dando recursos para o Estado do Ceará investir. E é um estado que precisa investir. E é um estado que, do ponto de vista da disciplina fiscal, está bem melhor que a maioria dos Estados brasileiros, que tantas vezes tiveram benefício neste plenário. Esta é a forma engenhosa, criativa e consistente de liberar recursos para que o Estado do Ceará possa investir. É por isso que a bancada do Ceará tem interesse que esse projeto seja aprovado. É por isso que o Governo do Ceará pediu que isso fosse feito. E de fato a prestação de serviço a um banco tem um valor agregado expressivo.

O Estado do Ceará está reivindicando que esse valor agregado que é a prestação de serviço do BEC para o Estado seja quantificado e que ele possa investir em outras finalidades. Acho absolutamente meritório, correto, adequado.

Quanto ao processo de privatização do banco, desdobramentos, alternativas, que propõe o Senador Suplicy, o Banco do Nordeste, isso, sim, dever ser objeto de uma audiência pública, que faremos no momento oportuno, com debate. E devemos ouvir. Se a audiência não for satisfatória, devemos chamar o Ministro da Fazenda, devemos chamar o Governador de Estado e podemos aprofundar o debate.

Proponho que se faça a audiência, mas não vamos confundir as coisas. O que está sendo feito aqui é um benefício ao Estado do Ceará, para que ele possa

investir recursos, infra-estrutura em projetos de relevância para o Estado.

E foi considerado como valor – acho que é uma atitude correta do Governo Federal em parceria com o Estado do Ceará – os serviços prestados pelo BEC ao Estado do Ceará. Isso foi quantificado, agregado o valor, já foi feito em várias outras situações, bancos com intervenção ou sem intervenção; há um valor, e é um valor substantivo. E esse valor está sendo destinado ao Estado do Ceará para investimento. Acredito que todos estarão de acordo;, tenho certeza de que não há qualquer óbice.

Quanto ao futuro do BEC, vamos fazer audiência pública, vamos apurar o que foi feito neste período e vamos discutir com profundidade num momento oportuno. Esse processo não fere o que estava em curso, preserva o que estava em curso, mas quantifica esse serviço e dá esse recurso para o Ceará. A União poderia exigir, como era antes, que isso viesse para amortização da dívida. Não acho correto, primeiro pelo desempenho do Estado do Ceará na Lei de Responsabilidade Fiscal e segundo porque os outros Estados e Prefeituras já fizeram licitações para optar por serviço.

Ao manter um banco público, ele quer que essa quantia seja investida em termos de benefícios ao Estado. Considero meritório. Acho que o Estado será favorecido por essa iniciativa; por isso, o Senador Tasso Jereissati pediu empenho na aprovação desse projeto e é uma pena que S. Exª não esteja aqui para poder argumentar. Espero ter esclarecido aqui do que se trata, porque entendo que o esclarecimento é compatível à preocupação que foi manifesta.

Vamos liberar esse recurso para o Estado, o Estado vai investir; é de interesse público, é um Estado que precisa de recursos, e trataremos a questão do BEC em momento oportuno, numa audiência específica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, até por um dever de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Vou ouvir V. Exª pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero lamentar, Sr. Presidente, a ausência do Senador Tasso Jereissati, mas lembro ao Senador Mercadante que, com muito brilhantismo, aqui está a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que defendeu o assunto como legítima representante do Estado do Ceará.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para corroborar aquilo que foi dito pelo Senador Aloizio Mercadante: isso é de interesse do Governo Federal e é interesse do Estado também. É uma proposta do Ministério. Não vejo por que se postergar isso. Isso foi feito de forma similar em outros Estados, e eu inclusive peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pensei que já estivesse ficada clara a nossa posição, da Senadora Ana Júlia, do Senador Suplicy e certamente de outros, mas parece que não. Por isso, peço novamente a palavra.

Concordo com todas as colocações do Senador Aloizio Mercadante, mas preciso esclarecer que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. E parece-me que as pessoas não estão querendo entender a nossa colocação.

Quando abri mão do pedido de vista, Sr. Presidente, foi porque eu concordava em que fosse aprovada a re-ratificação, porque me demonstraram que era importante para o Estado do Ceará, e aqui ninguém está querendo prejudicar o Ceará, muito ao contrário. Aliás, não quero prejudicar ninguém, muito menos o Ceará. Então, tem que ficar claro isso aí, porque está parecendo que não, que queremos prejuízo ao Ceará. Agora, também não queremos que as coisas aconteçam no caminho acelerado da privatização do banco sem uma discussão maior; foi simplesmente esse o nosso pedido de audiência pública. Abri mão do pedido de vista devido ao argumento de que a aprovação tinha de acontecer hoje, sob pena de a possibilidade não existir mais, por uma questão de prazo. Foi o que me foi dito.

Então, diante disso, nós insistimos – estou falando aqui até pela Senadora Ana Júlia também com certeza, porque é de autoria dela e assinamos em conjunto o pedido de audiência pública – porque existe uma solicitação de muitas lideranças do Estado do Ceará e que não podem ser desprezadas; são lideranças político-partidárias, sindicais, etc. que querem discutir, querem aprofundar essa discussão. Então, há necessidade da audiência pública, sim. Inclusive acabo de receber um documento com algumas coisas que me deixaram muito mais preocupada do que eu estava antes. Então, há necessidade dessa audiência pública, até porque, acontecida a audiência pública, não ficando claro se o entendimento é proveitoso ou não, essa questão pode ser reavaliada, revisada.

Então sou a favor da re-ratificação, ponto, mas queremos audiência pública com as partes solicitadas no nosso requerimento. Depois, mais tarde, se necessário for, talvez, com o ministro. Hoje, porém, só com

as personalidades que colocamos no pedido de audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, acho que a discussão já foi bastante esclarecedora. O brilhante parecer do Senador Eduardo Azeredo já nos bastava para votar a favor da re-ratificação do contrato e dar a liberação dos recursos para o Estado do Ceará. A Senadora Patrícia Saboya, em defesa do mesmo parecer, também foi esclarecedora, mas o Senador Aloizio Mercadante foi esclarecedor no seu depoimento quando colocou que é uma questão de justiça para com o Estado do Ceará a liberação desses recursos, o que já aconteceu em outros Estados. Trata-se do pagamento dos serviços prestados ao Estado pelo banco.

Outros Estados já transferiram as suas contas para bancos particulares e receberam em troca recursos pela gestão dessas contas do Estado. Sendo assim, acredito que a questão da privatização é outro ponto que deva ser discutido em audiências públicas, como querem as Senadoras Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa e como colocou o Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, eu até sugeriria que ampliássemos essa audiência pública, porque me parece que só existem quatro ou cinco bancos estatais, que são bancos sem a menor condição de estarem no mercado, sem a menor condição de disputar mercado com os bancos privados ou com os oficiais federais ou regionais. Esses bancos não têm mais condições de disputar o mercado financeiro em razão de sua pouca capacidade de enfrentamento de mercado e de sua pouca capilaridade, freqüentemente restringem-se a seus respectivos Estados.

Eu gostaria que essa audiência pública não discutisse apenas a questão da privatização do Banco do Estado do Ceará, mas que discutíssemos, de uma maneira geral, a questão dos bancos estatais que sobram, mas, evidentemente, resguardada a questão dos bancários de cada Estado, resguardado o destino que será dado a isso. Talvez pudéssemos incorporar esses bancos aos bancos regionais, aos bancos federais existentes.

Seria aconselhável que pudéssemos ampliar essa audiência pública e dar uma solução final a esses quatro ou cinco bancos estatais que ainda perduram até hoje.

Sou favorável à aprovação do projeto de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Sr. Presidente, gostaria apenas de reforçar as palavras do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Aloizio Mercadante no que diz respeito à importância e à urgência desse projeto para o Ceará.

Certamente, ninguém pode esconder que essa questão, na época, foi bastante discutida e muito polêmica. A nossa preocupação é no mesmo sentido da do Senador Eduardo Suplicy, das Senadoras Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa: preocupamo-nos com o futuro dos servidores do Banco do Estado do Ceará, que são pessoas que prestaram um grande serviço ao Estado do Ceará.

Vivemos em um Estado muito pobre. Penso que o acordo feito entre a União e o Estado do Ceará é um benefício para o nosso Estado, que possui tantas dificuldades. São R$66 milhões que, a partir de agora, poderão ser utilizados em investimentos no Estado do Ceará.

Está muito claro no parecer do Senador Eduardo Azeredo que, tendo em vista essas determinações expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado do Ceará não poderá utilizar esses recursos de que trata esse termo aditivo para o financiamento de despesas correntes – trata-se de atender o disposto no art. 44. Portanto, esses recursos virão para investimento no Estado do Ceará.

Repito: compartilho da preocupação das Senadoras e concordo que discutamos em audiência pública o futuro dos servidores do Banco do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, primeiro manifesto o meu apoio total à posição do Estado do Ceará nessa fase de votação. Posteriormente, quando for se tratar da privatização, que se faça a audiência pública.

Mas gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª e, por seu intermédio, ao Presidente Renan Calheiros. É que é impossível trabalhar, nesta Comissão e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania principalmente – depois vai acontecer o mesmo na de Educação e na de Assuntos Sociais –, com audiências públicas nos dias das sessões.

As audiências públicas têm de ocorrer em dias diferentes dos destinados às sessões. Fora disso, não se vai trabalhar no Senado e ficaremos em uma situação parecida, infelizmente, com a da Câmara.

Apelo a V. Exª, pelo prestígio que V. Exª tem, para tratarmos isso com o Presidente Renan Calhei-

ros, para que seja deliberado nesta semana, que as audiências públicas sejam feitas em dias em que não estejam ocorrendo sessões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, no meu entendimento, V. Exª tem toda a razão. Durante dois anos, pertenci à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e me ressenti exatamente disto: as audiências públicas são necessárias, instrutivas, mas não há dúvida de que elas perturbam o funcionamento da Comissão no dia que se convencionou fazer reuniões ordinárias. É preciso que se encontre uma solução para compatibilizar uma coisa e outra. No que depender de mim, como Senador, farei todo o possível para que, de fato, isso ocorra.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sobre o ponto aventado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, lembro, Sr. Presidente, que o Senador Luiz Otávio havia, em princípio, marcado audiência pública – seria a primeira da seqüência de debates – sobre a autonomia do Banco Central a ser realizada terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Primeiro, a Mesa do Senado tomará uma decisão. Depois, veremos o funcionamento das Comissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, a orientação sobre essa votação é que ficará acordado o parecer com a aprovação da audiência pública posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Não. Sobre a audiência pública, votaremos um requerimento em seguida.

Em votação o parecer do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer favorável, nos termos apresentados.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero salientar o pedido de urgência solicitado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Há requerimento de urgência nos seguintes termos: "Nos termos do art. 336, do Regimento Interno, combinado com o art. 338, requeremos urgência para o Ofício S nº 14, de 2005, que encaminha ao Senado Federal o terceiro termo aditivo de re-ratificação ao contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações, sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 12 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil. Assinam: Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Patrícia Saboya Gomes e Senador Delcídio Amaral.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) **–** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, havia pedido ao Presidente que estava à Mesa anteriormente para fazer um comentário sobre o Item 1 da pauta, em função dos entendimentos que tivemos há pouco a respeito desse projeto de lei de autoria do Senador César Borges. Se puder fazê-lo agora, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL-MA) – Senador Jonas Pinheiro, votaremos agora um requerimento das Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko, que diz respeito à matéria que acabamos de votar e, em seguida, cuidaremos da matéria abordada por V. Exª.

O requerimento de audiência pública subscrito pelas eminentíssimas Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko é vazado nos seguintes termos:

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, nesta Comissão, com a finalidade de se discutir sobre o terceiro termo aditivo de re-ratificação ao contrato de abertura de crédito e compra e venda de ações, sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 28 de fevereiro de 2005, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica e do Banco Central, com a presença do Procurador da República, Dr. Alexander Wilkson Cabral Sales; representante do Banco Central; representante da União Federal; Presidente do Banco do Estado do Ceará, Dr. Carlos Alberto Ribeiro da Silva; Procurador-Geral do Estado do Ceará, Dr. Waner Barreira Filho; representante do Sindicato dos Bancários do Ceará, Sr. Marco Aurélio Saraiva Holanda; Presidente da Associação de Funcionários do Banco do Estado do Ceará, Sr. Erotilde Edgar Teixeira."

O requerimento é para instruir a votação do projeto. Sucede que, tendo sido votado o projeto, creio que o art. 23 encontra solução também para o problema não com o Item I mencionado, mas com o Item II, que diz o seguinte:

A audiência pública será realizada pela Comissão para tratar de assunto de interesse público relevante.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente. Fizemos um acordo aqui para que essa audiência pública seja para discutir, até porque ainda tem desdobramento – os Senadores Azeredo e Mercadante já falaram – nesse processo. Então, mudaríamos apenas esse artigo, mas, como todos os Senadores também concordaram na audiência pública, e o Senador Heráclito inclusive concordou com a minha ponderação. Então, poderíamos fazer dessa forma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer que, diante de argumentações tão consistentes da Senadora Ana Júlia, retiro o meu pedido de oitiva do Sr. Ministro da Fazenda e deixo que o Partido do Governo fique bem à vontade, porque, afinal de contas, essa audiência pública é apenas para tornar públicas as divergências que o Brasil todo sabe que existe no seio do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, sei que o Senador Jonas Pinheiro já comentou a respeito do Item 1, que é o projeto do Senador César Borges e só quero fazer um alerta: se esse projeto demorar muito para ser votado, tornar-se-á inócuo, porque, pelo menos no que se refere ao Sul do País, tenho uma emenda que inclui essa região para municípios que tiveram problemas climáticos e a emergência decretada ou estado de calamidade decretado, os financiamentos estão vencendo, e os produtores estão aguardando uma medida como esta que está sendo proposta pelo projeto do Senador César Borges. Se ficarmos adiando a votação deste projeto, os produtores ou terão pago as suas parcelas ou já estarão inadimplentes. Não sei se V. Exª está me ouvindo porque está difícil até que eu mesmo me ouça, Presidente, a discussão aqui está muito grande, não sei se participo desta discussão na minha frente ou se continuo falando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que nos dêem oportunidade de manter e garantir a palavra do Senador Osmar Dias.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

Senador Osmar Dias, o item a que V. Exª se refere é o Item 1.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, depois dessa quermesse que ocorreu aqui na minha frente, vou continuar falando.

Estou dizendo que, se este projeto não for votado agora, dentro de uma semana no máximo, não há por que votá-lo. Os produtores estão com suas parcelas de financiamento vencendo e, ou se prorroga ou se alonga essa dívida ou eles terão que pagar, senão serão considerados inadimplentes. E digo isso porque eles estão buscando o financiamento da safra de inverno, e os bancos, considerando os produtores inadimplentes, não estão financiando a safra de inverno para os produtores. Então, o assunto é muito grave, muito relevante e, embora eu não tenha tido a atenção do Plenário, peço a atenção de V. Exª para pedir que este projeto seja votado a tempo.

O SR. PRESIDENTE(Luiz Otávio. PMDB – PA) – Será votado logo após o Item 16 e, ainda hoje, encerraremos este assunto.

Enquanto o Senador César Borges estava reunido, foi pedida prioridade para os Itens 3 e 16.

Passemos ao **Item 16:**

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, com relação às questões do Senador Osmar Dias, elas tocaram fundo em mim. Realmente, não prestamos atenção ao que se discutiu aqui. De forma que peço vista a V. Exª para ter tempo de tomar conhecimento do que se trata o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É do Item 1 que V. Exª pede vista?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vamos discutir e votar é o Item 16.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, antecipadamente, fica acertado o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª pedirá vista do Item 1 do Senador César Borges?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para tomar conhecimento...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, acho que o Senador Heráclito Fortes realmente está desatento, porque já foi concedida vista a esse projeto. S. Exª não tem mais o direito de pedir vista dele. Entendo a desatenção de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Passaremos à apreciação do Item 1 em seguida ao Item 16, que estamos apreciando neste momento.

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004. Terminativo.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial.

O autor é o Senador Fernando Bezerra. O Relator é o Senador Tasso Jereissati, que indicou para relatora **ad hoc** a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de GO, a quem passo a palavra.

O parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de GO.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontram-se sobre as bancadas cópias do PLS 245, de 2004, de autoria do Senador Fernando Bezerra, com o parecer do Senador Tasso Jereissati, que procurou fazer um breve resumo da matéria abrangendo seus principais aspectos, que passo a ler neste momento.

Esta Comissão examina em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial.

O projeto atende ao prescrito nas alterações do Código Tributário Nacional para atender a Lei nº 11. 101, de 09 de fevereiro de 2005, a chamada Nova Lei de Falências.

A nova lei de recuperação de empresas inaugurou um conceito de reorganização empresarial da qual os credores participam negociando seus direitos e deliberando sobre o plano de recuperação apresentado pelo devedor em dificuldade.

Em razão dos princípios que vinculam a administração pública, em especial o da legalidade, o Fisco é impedido de negociar seus créditos em assembléia geral dos credores.

O Poder Público pode, e deve, dar a sua contribuição, pois, praticamente, todas as empresas em dificuldades econômicas e financeiras são devedoras da União e do INSS, e costumam recolher o recolhimento de tributos com vistas a sair da crise.

A proposição é constitucional. A União é competente para regular a matéria de natureza tributária, nos termos do art. 24, inciso I, e do art. 48, inciso I, da Carta Magna. Os Parlamentares detêm o poder de iniciativa legiferante, a teor do art. 61.

Sendo inviável a participação do Fisco na assembléia geral de credores, é necessário estabelecer por lei condições especiais de parcelamentos para empresa em processo de recuperação judicial.

Cabe salientar que o projeto foi apresentado em 24 de agosto de 2004, portanto, antes da votação final e da promulgação das duas leis citadas, o que ensejou novas discussões com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O substitutivo que oferecemos ao final tornou-se necessário para incorporar ao projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra algumas sugestões recebidas visando seu aperfeiçoamento.

O PLS contempla apenas débitos perante a Secretaria da Receita Federal, o INSS e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, excluindo, assim:

a) débitos com a União e suas autarquias e fundações que não sejam cobrados pelos referidos órgãos, como, por exemplo, multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, agências reguladoras etc;

b) débitos de qualquer natureza com outros entes da federação;

c) débitos com FGTS.

Uma primeira modificação que se impõe é a inclusão entre os órgãos aptos a parcelar débitos da Secretaria da Receita Previdenciária, recentemente criada por medida provisória convertida em lei, que recebeu a incumbência de arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento de contribuições em nome do INSS.

Na esfera federal, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal e pela Secretaria da Receita Previdenciária correspondem à esmagadora maioria dos débitos com entes públicos. Contudo, isso não significa que se pode deixar completamente sem previsão legal a situação dos demais débitos. Multas administrativas aplicadas por entidades como, por exemplo, Ibama, DAC e agências reguladoras, que podem comprometer o equilíbrio financeiro de empresas, merecem, igualmente, tratamento a ser conferido pelo projeto em discussão.

Da mesma forma, os débitos com FGTS, seja os de natureza tributária ou não, devem ser expressamente previstos.

Faz-se necessário prever ainda a situação das dívidas não tributárias com outros entes da Federação, hipótese que não consta expressamente na nova Lei de Falências. Assim, propomos que elas também possam ser parceladas nos termos da norma específica do ente da Federação.

Diante disso, estamos propondo que todos os débitos com pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Municípios, Distrito Federal e respectivas autarquias e fundações públicas – sejam parcelados nos termos objetivos da lei, afastando-se a possibilidade de arbítrio da Administração Pública.

Pensamos, contrariamente à proposta original, que deve ser mantida a vedação de parcelamento nas hipóteses de não-recolhimento de tributos retidos na fonte ou descontados de terceiros, visto que caracteriza o ilícito penal que não pode ser fomentado, sob o risco de atentar contra o próprio estado de direito.

Por fim, ao texto da nova Lei de Falências a Câmara dos Deputados entendeu excluir o prazo da juntada de certidões e a conseqüência de eventual não-juntada de certidões. Com isso, criou-se situação de incerteza no campo tributário, o que é altamente nocivo, não apenas para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como também para os demais credores e os próprios devedores.

O art. 191-A do Código Tributário Nacional estatui que a concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos arts. 151, 205, 206 dessa lei. Assim, se não houver apresentação das certidões não haverá concessão da recuperação judicial. Por outro lado, não existe autorização expressa para a falência. O que fará o juiz? Decretará, ou não, a falência segundo o seu livre arbítrio? Extinguirá o processo de recuperação judicial? Deixará o devedor em situação fiscal irregular, com execuções fiscais consumindo o patrimônio da empresa, ao mesmo tempo em que os pagamentos para outros credores, inclusive trabalhadores, estão parcelados?

Sabe-se que, para rejeitar o texto do Senado Federal, a Câmara dos Deputados argüiu que o prazo de cinco dias para apresentação das certidões seria muito exíguo. Na ocasião, houve concordância com a aprovação do texto, prevendo-se prazo maior.

Assim, estamos propondo o retorno do texto do Senado Federal, com o aumento do prazo de apresentação das certidões para 30 dias.

O Voto.

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, na forma do substitutivo que se encontra sobre as bancadas.

Gostaria, Sr. Presidente, de dizer agora da importância dessa matéria, uma vez que a Lei de Falências, votada por esta Casa, constitui hoje um dos grandes instrumentos de recuperação das empresas e é exemplo não só para nosso País, como também para todo o mundo.

Portanto, peço a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo.

A votação será nominal.

Quem vota com a Relatora vota "sim". O Relator era o Senador Tasso Jereissati. A matéria é terminativa, e o Projeto de Lei do Senado tem o nº 245, de 2004.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial pelo seguinte placar: 18 votos SIM.

Voltamos à pauta.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas das operações de crédito rural e dá outras providências. Autor: Senador César Borges. Relator: Senador Jonas Pinheiro. O parecer é pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, no dia 29 de junho de 2004 e, em 10 de outubro de 2004, foi apresentado um voto em separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluído pela rejeição do projeto. Em 08 de março de 2005 foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22 de março de 2005, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Osmar Dias.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualitativo.

Antes de passar a palavra ao relator, falará, pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Trata-se de um projeto da maior relevância, que apresentamos em dezembro de 2003, para suprir exatamente o que considerávamos uma deficiência de uma lei aprovada a partir de medida provisória em 02 de julho de 2003, qual seja, a Lei nº 10.696, que dispunha sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dava outras providências.

Infelizmente, a citada Lei nº 10.696 não atingiu os seus objetivos, de forma tal que atualmente só no Nordeste temos uma inadimplência de 56% com relação à aplicação de recursos na área rural. Então, Sr. Presidente, apresentamos esse projeto, que desde 2003 encontra-se aqui. Mais recentemente, veio a esta Comissão, após o pedido de vista da Senadora Ideli Salvatti, que apresentou voto em separado. No entan-

to, tivemos sempre em mente que seria melhor uma negociação que pudesse ser feita com o Governo.

Instado fui pelo Líder do PT nesta Casa, o nobre Senador Delcídio Amaral, para que entrássemos em negociação e colocamo-nos à disposição do Senador Delcídio Amaral.

Finalmente, depois de aproximadamente os seus 30 ou pouco mais dias, tivemos hoje uma primeira reunião com autoridade do Governo Federal, Dr. Geraldo Fonteles, no sentido de avaliar o impacto sobre as contas públicas governamentais e a possibilidade de aprovação do projeto.

Acredito, Sr. Presidente, que esse projeto tem todos os méritos para ser aprovado. Entendo a angústia do Senador Osmar Dias em vê-lo aprovado. No entanto, queremos vê-lo aprovado rapidamente, tramitando tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, para que possa ser transformado num elemento que venha trazer um pouco de esperança aos produtores rurais do País, uma vez que não alteramos a lei passada, a não ser nos limites. Ampliamos de R$5 mil para R$35 mil a possibilidade daqueles que têm o custeio de serem admitidos na renegociação da dívida. E de R$30 mil para R$100 mil no caso de investimento.

Aprovada essa lei, com certeza, isso iria dar um grande desafogo aos produtores rurais do Brasil, como um todo, mas especialmente do Nordeste brasileiro, que alcança hoje essa cifra impressionante de 56% de inadimplência.

Sabemos que há dificuldades do lado governamental por conta de superávit primário, mas penso também, Sr. Presidente, que a agricultura brasileira, principalmente os pequenos agricultores, merece essa medida aprovada e merece que o Governo tenha, efetivamente, olhares diferentes com relação à pequena agricultura no nosso País, em especial da região Nordeste.

Portanto, hoje, a partir dessa reunião, foi pedido mais uma vez pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Líder do Governo Senador Aloizio Mercadante, que pudéssemos esperar por mais uma semana, a fim de que esse projeto viesse à votação nesta Casa.

Pediu-me o relator do projeto, o nobre Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor da matéria, que falasse também em seu nome para que essa matéria pudesse esperar mais uma semana na tentativa de que haja uma negociação efetiva e os produtores possam ser atendidos. Queremos ver o projeto aprovado rapidamente. Penso que essa é uma questão fundamental para o pequeno agricultor em nosso País.

Era isso que queria colocar, Sr. Presidente. Estamos impacientes pela aprovação do projeto, mas queremos ver se há essa sensibilidade por parte do Governo para que seja possível essa aprovação rápida no Senado e na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, também sou da bancada dos impacientes, mas queria trazer uma palavra no sentido de que a negociação pudesse prevalecer.

No Nordeste estamos tendo um inverno abaixo do normal, o que significa uma seca verde. Vamos ter um alívio no que toca ao abastecimento de água, mas a produção de subsistência, da qual vive grande parte da população, está ameaçada. Portanto, temos um cenário muito difícil no Nordeste, não sendo diferente no Sul do País.

O que adianta, Sr. Presidente, votar um projeto agora, não se chegar a um acordo e deixar que esse projeto vá para a Câmara dos Deputados, onde acredito que, naquela Casa, é mais difícil um acordo do que no Senado Federal.

O Senado Federal, na verdade, enseja, oferece melhores perspectivas de um acordo do que a própria Câmara dos Deputados, onde as divergências são mais profundas e o número de deputados realmente impede, muitas vezes, um acordo.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, tramita um projeto muito bom, de autoria do Deputado Nélio Dias, do Rio Grande do Norte. Mas é um projeto que vem se arrastando, porque, na verdade, é difícil a conciliação na Câmara dos Deputados.

Penso que o Senado não deveria abrir mão de fazer um esforço para chegar a um acordo. Daí o apelo que faço ao Senador César Borges, autor do projeto, que teve a sensibilidade de apresentar o projeto, o apelo que faço para os outros Senadores, como o Senador Osmar Dias, que estão querendo que a votação se realize hoje, no sentido de que um bom acordo, Sr. Presidente – aprendemos isso não só no Nordeste – um bom acordo vale muitas vezes mais que uma briga, uma discórdia ou uma divergência.

Sr. Presidente, era esse o apelo que queria fazer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, solidarizo-me com o Senador César Borges, autor do projeto, e concordar com o Relator Jonas Pinheiro, esta semana, e pedir a sensibilidade do Governo para que, durante esta semana, se encontre um meio de conciliar os interesses, para que possam atender a esse aumento de quota para o microprodutor rural,

de tal forma que esse projeto da maior importância possa ser aprovado. E, desde já, declaro o meu voto favorável à sua aprovação.

E tenho um outro assunto da maior relevância – e vou encaminhar o requerimento à Presidência da Comissão – são os fundos constitucionais, que é um esqueleto que existe, e não conseguimos ainda uma solução ou um enfrentamento para isso. Quando o Senador Fernando Bezerra esteve à frente do Ministério da Integração Nacional resolveu o problema dos fundos constitucionais para o futuro, a partir de 2000, fazendo correções na lei àquela altura, mas o Estado da dívida até então continua de tal ordem que se torna impagável, está tornando as empresas em situação de inadimplência total, chegando a torná-las em processo pré-falimentar. Então vou encaminhar à Presidência um pedido de informação do estado da dívida dos três fundos: do Norte, Centro-Oeste e do Nordeste. O estado da dívida dessas empresas até hoje, separado antes o ano de 2000 e após 2000, para que possamos levantar essa questão e encontrar uma solução no âmbito do Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, depois o Senador Osmar Dias, Senador Almeida Lima e Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, um bom número de projetos que tramitam nesta Casa têm claramente características de projetos que deveriam passar pela Comissão de Agricultura .

No mérito, impossível imaginar que o Senado tem uma Comissão de Agricultura e projetos cuja natureza é essencialmente agrícola não tramitem por lá. Então peço ao Presidente que procure atuar sobre essa questão, porque não apenas esse, mas outros projetos que estão sendo votados hoje têm claramente como destino a Comissão de Agricultura.

Há cerca de 20 dias, fiz requerimento solicitando que o projeto em discussão fosse encaminhado à Comissão de Agricultura. Esse requerimento não foi votado até a presente data. Mas, da forma mais democrática possível, tomei a decisão semana passada de ouvir a Comissão de Agricultura, e com os argumentos que, em princípio, eram favoráveis à idéia de que a Comissão de Agricultura fosse ouvida no caso desse projeto de iniciativa do Senador César Borges. Ouvi doze Senadores presentes. De todos ouvi o argumento de que a matéria, pela sua natureza, deveria ir à Comissão de Agricultura, porém que havia a necessidade de pronto encaminhamento para a questão, que a discussão já estava iniciada na Comissão de Assuntos Econômicos e que essa discussão poderia ser resolvida, no mérito, aqui.

Também de forma absolutamente democrática me submeti à orientação dos companheiros que faziam parte da Comissão de Agricultura e estavam presentes nessa reunião.

Então, a prudência me orientou no sentido de ouvir a todos. Mas de todos colhi a impressão de que o mais importante era caminhar com esse projeto e negociar um acordo correto. Não apenas me restringir a fazer isso aqui, mas também conversei no meu Estado, em várias regiões, sobre a questão do mérito desse projeto. Há efetiva urgência de que ele seja examinado e que se chegue a uma conclusão correta. Mais ainda: que esforços sejam feitos para que ele não tenha a sua aprovação tumultuada na Câmara, porque o mérito exige uma solução rápida, a questão exige uma pronta solução.

Torço para que se chegue rapidamente a um acordo. E essa é a posição da Comissão de Agricultura, por todos os seus membros, que falaram, de outra forma, basicamente na orientação de que era preciso chegar a um acordo e de pronto a uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quando me pronunciei agora há pouco, pedia para que o projeto fosse votado oportunamente, de preferência hoje. E, aliás, quando me manifestei, não cometi nenhum ato de desrespeito a nenhum Senador. Apenas pedi o direito de falar, que não estava garantido. Pedi ao Presidente da Mesa que me assegurasse o direito de falar. Só isso. Não cometi nenhum desrespeito a nenhum Senador, repito. E, por isso, Sr. Presidente, ouvindo aqui o autor do projeto, o Senador César Borges, quero concordar com ele, porque não vi, pelo menos até agora, nenhuma manifestação a respeito das emendas. E penso que uma negociação... também às emendas.

O Senador Leonel Pavan tinha feito uma emenda, e até conversei com ele, incluindo apenas os Municípios compreendidos no oeste de Santa Catarina. Ocorre que, além dos Municípios do oeste de Santa Catarina, os Municípios do Rio Grande do Sul sofreram uma perda ainda maior, pois a seca foi mais forte naquele Estado, e os municípios do sudoeste do Paraná, que tiveram a calamidade decretada e reconhecida pelo Governo Federal. Então, a minha emenda propõe a inclusão dos Estados do Sul, mas com essa restrição: apenas os Municípios que tiveram uma seca mais forte e que tiveram decretada a calamidade ou emergência. Com isso, estaríamos colocando um pouco de justiça no projeto, que antes propunha apenas

estender para os Estados do Norte e Nordeste esse alongamento das dívidas.

E mais ainda: há a restrição de apenas considerar os empréstimos feitos com recurso do FAT, para que não seja assim tão abrangente esse prolongamento de dívidas.

Então, acho que essa semana será importante para que o Senador César Borges e o Senador Jonas Pinheiro, que é o Relator, possam avaliar também as emendas apresentadas. Porque quando apresentei a emenda, inclusive o Senador Pedro Simon pediu para assinar conjuntamente, mas como já havia sido protocolado, não está aqui a assinatura dele. Mas considero que o Senador Pedro Simon é também autor dessa emenda que apresentei e que inclui os Estados do Sul. E sei que o Senador Leonel Pavan concorda que seja aprovada essa emenda, que é mais abrangente, porque inclui Paraná e Rio Grande do Sul e não apenas o oeste de Santa Catarina.

Portanto, Sr. Presidente, concordo com o adiamento para a semana que vem e peço aos Senadores que estão envolvidos na matéria, especialmente o Relator, que considerem a emenda que estou apresentando, pois é uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente registrar a minha estranheza diante do encaminhamento da discussão desse projeto, inclusive do pedido de vista, do requerimento para retirada de pauta, objetivando um consenso, um entendimento. E diante também do voto em separado já proferido pela nobre Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, cujo voto é pela rejeição do projeto, diante de uma série de alegações que faz, sobretudo quando diz que as sucessivas revisões contratuais geram ainda a nefasta descapitalização do sistema de crédito agrícola.

Na verdade, eu quero fazer um apelo ao Líder Senador Aloizio Mercadante, ao nobre Senador Delcídio Amaral, no sentido de promover uma revisão desse debate ou o aprofundamento da questão e, na próxima semana, chegar-se a um consenso que venha no sentido da aprovação deste projeto, quem sabe até com a revisão do voto em separado dado pela nobre Senadora Ideli Salvatti.

Por razões se não devidamente explicadas e justificadas do ponto de vista político e do Governo, ficará muito mal: uma Senadora e ex-Líder do Partido dando um voto nos termos em que se encontra vazado, enquanto Sua Excelência, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, está no sul do País, em Santa Catarina, diante de problemas idênticos, de calamidade pública decorrente das secas e idêntico a esses fatos abrangidos por este projeto de lei do nobre Senador César Borges, aqui, ao meu lado. Sua Excelência, o Presidente, autoriza a liberação de R$400 milhões pró-agro mais seguro; autorizou a antecipação de financiamento para a produção de inverno em R$800 milhões, autorizou a prorrogação dos financiamentos agrícolas na região e em Santa Catarina, Estado da nobre Senadora Ideli Salvatti, que dá este voto contra, em separado, por fatos idênticos, calamidade idêntica, além da abertura de um crédito de emergência – uma bolsa qualquer, dessas que são criadas neste País – da ordem de R$300,00 para aqueles agricultores que comprovarem perda. Enfim, um malote inteiro, um saco inteiro, um cesto inteiro de medidas para o sul do País, extremamente justo, justificado. Será que o problema deste projeto é porque o Senador é do Nordeste, da Bahia, ou porque é do PFL? Eu não gostaria de acreditar nisso porque se o projeto vem do Governo – eu tenho certeza de que este virá em relação ao sul do País – vai tratar da matéria do mesmo ponto. Que aproveitem, então, esta concordância entre autor, Relator e Lideranças para retirada do projeto mas que ele venha exatamente como uma solução definitiva, urgente, abrangente e que atenda a todos os interesses, não apenas aos do Nordeste, como também os de Santa Catarina, os do Paraná porque todos somos brasileiros e o problema é de calamidade, não é de perspectiva de beneficiar quem não precisa de benefício e de tratamento diferenciado. É o apelo que faço, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA – Com a palavra a nobre Senadora Lúcia Vânia e, logo após, o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Heráclito Fortes.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador César Borges pelo seu projeto, dizer da nossa satisfação como representante do Centro-Oeste em ver um projeto de lei dessa envergadura.

Senador Sérgio Guerra, uma matéria dessa natureza, naturalmente discutida na Comissão de Agricultura, vai nos propiciar um aprofundamento muito maior da questão. Para lá vão todas as demandas da área da agricultura e lá nós poderíamos fazer uma análise mais profunda do projeto.

Foi colocada aqui pelo Senador Osmar Dias a situação das emendas que nós não sabemos como está sendo negociada. Acreditamos muito no negociador Jonas Pinheiro, que representa, sem dúvida nenhuma, um hábil negociador e que tem feito muito pela agricultura brasileira aqui no Senado, mas gostaríamos que

outras matérias dessa natureza fossem discutidas em profundidade na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu quero analisar como positiva essa solicitação do Senador Delcídio Amaral de mais algum prazo para chegarmos a uma solução. É muito importante esse projeto de autoria do Senador César Borges, que visa ampliar o teto de renegociação das dívidas rurais e também elevar o limite para renegociação do custeio agrícola e a dispensa da contrapartida inicial.

É absolutamente fundamental para os agricultores do Nordeste, da Bahia e de outras regiões que tenham tido problema de seca no País. Vejo também certa fragilidade no parecer da eminente Senadora Ideli Salvatti, porque não apresenta nenhum argumento numérico, inclusive, dizendo apenas que o projeto e a emenda do relator propõem nova descapitalização do sistema de crédito agrícola do País e que isso altera, no fundo, a Lei nº 10.696, que é o que se pretende modificar agora, mas indo contra a capitalização desses fundos.

O que me interessa analisar nesse momento, para apoiar o projeto do Senador César Borges, é a capitalização dos agricultores, a capitalização dos produtores rurais. Não entendo que esse projeto de encontro ao espírito da Lei nº 10.696, que pretendia beneficiar os agricultores familiares, não só os miniprodutores, mas também os pequenos produtores rurais desse País. Entendo que os limites colocados pelo Senador César Borges enquadrariam hoje os pequenos produtores.

Por isso, sou inteiramente favorável a uma solução. Entendo, finalmente, que, por essa posição do Senador Delcídio Amaral, o Governo se encaminha para uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, as explicações que eu queria dar a esta Comissão se fazem desnecessárias nesse momento porque o Senador Osmar Dias não se encontra em plenário e eu gostaria de dá-las com a presença de S. Exª. De forma que, assim sendo, retiro o pedido de uso da palavra apenas concordando com a idéia de adiamento proposto pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica, portanto, adiada a apreciação da presente matéria para a próxima reunião.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra

O. SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas queria agradecer ao Relator Jonas Pinheiro a seriedade com que está tratando essa questão.

É evidente que a motivação do projeto é meritória: aumentar o teto para repactuar a dívida. Sugestão: R$100 mil.

O problema é que, infelizmente, é bastante delicada a situação fiscal e a financeira do setor público. É só analisar o perfil da dívida pública do Brasil, os juros que nós continuamos pagando, para verificar que o esforço fiscal do País é um esforço da sociedade, sem o qual dificilmente nós poderemos trilhar um caminho de desenvolvimento sustentável e de juros compatíveis com as taxas internacionais. Esforço fiscal é uma medida permanente em todas as áreas do Governo. Nós fizemos uma repactuação bastante abrangente dessa dívida. Algumas, inclusive, tinham origem em 1994 e vinham se arrastando, como era o Pesa, o Pesinha e outros programas, para os quais fizemos uma ampla repactuação.

Inclusive, no caso do semi-árido nordestino, foi concedido abatimento de 90% da dívida, para valores que, evidentemente, protegiam, basicamente, a agricultura familiar. A repactuação das dívidas nas várias regiões do País foi bastante eficiente. Basta observar a evolução das safras agrícolas no Brasil, que batem recordes atrás de recordes, as exportações e a participação da agricultura familiar neste processo, algo inédito na história do agronegócio brasileiro.

Considero relevante o indicador de que 56% do volume de crédito – portanto, precisamos saber também em relação aos agricultores – na região Nordeste, em particular no semi-árido nordestino, estão em situação de inadimplência. Esse não é o indicador das demais regiões do País.

O segundo indicador que o Senador Jonas Pinheiro colocou e que me parece bastante relevante para uma discussão madura é que há, no FNE, R$5 bilhões disponíveis, recursos que não estão sendo alavancados em parte – é uma parte do problema – pela inadimplência na agricultura. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste já está totalmente comprometido com financiamento, o que mostra que a agricultura, que o agronegócio, os negócios de uma forma geral, no Centro-Oeste estão bastante fortalecidos e evoluíram de forma muito positiva.

Em parte, essa negociação é difícil porque havia uma previsão de receita que contava, na MP 232, com a correção da tabela do Imposto de Renda, com o im-

pacto orçamentário de R$2,5 bilhões. Não houve nenhum tipo de contrapartida, e a previsão no Orçamento de renúncia fiscal para a correção da tabela era R$1,5 bilhão. Hoje, há R$1 bilhão a descoberto no Orçamento em função da correção da Tabela de Imposto de Renda. E é evidente que isso impacta nas demandas que estão sendo apresentadas no Senado Federal.

Hoje, na votação do projeto sobre biodiesel, há uma demanda de impacto fiscal para as cooperativas agrícolas, assim como há demanda para o setor sucroalcooleiro, além de outras de correção de impostos que estão sendo apresentadas que comprometem a receita fiscal.

O impacto inicial estimado deste projeto que estamos discutindo é de R$1,6 bilhões. Esses dados foram apresentados ao Senador Jonas Pinheiro, autor do projeto. Esse impacto tem que ser avaliado ao longo de um período. Trata-se de um processo, porque o impacto é diluído ao longo do tempo, mas, para fins de cálculo de superávit primário, por exigência da metodologia que ainda está em vigência, tem que ser trazido a valor presente. De qualquer forma, estamos aprofundando essas estimativas.

Da minha parte, vou me empenhar em tentar buscar uma solução para atender particularmente o Nordeste, região cujos indicadores são diferentes das demais regiões do País, e que seja compatível com a situação fiscal do País. Temos de analisar as alternativas e verificar se encontramos um ponto de equilíbrio das duas dimensões.

Por último, quero dizer que não concordo com essa prática, às vezes comum na vida pública, mas que não considero correta. A Senadora Ideli Salvatti não tem nenhuma responsabilidade pelo voto em separado. S. Exª apresentou o voto em separado exatamente para estabelecer o impasse que permitisse uma negociação. O acordo sempre é o melhor caminho, particularmente no Senado Federal, onde temos mantido um ambiente de racionalidade, de argumentação e de mérito, que trouxe várias conquistas para a sociedade brasileira. Inclusive, nessa questão, fizemos uma abrangente repactuação de dívidas.

Por tudo isso, agradeço ao autor, Senador César Borges, e ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, convido os demais interessados na matéria a participar diretamente desta negociação para que possamos aprofundar a análise desses dados e conhecer um pouco o impacto que podem causar. Da parte do Governo, vamos nos esforçar para tentar encontrar uma solução que compatibilize, sobretudo no Nordeste, porque ajudaria também no financiamento da safra futura, a repactuação condizente com a precária situação fiscal que o País atravessa ainda.

Agradeço ao Relator e ao autor a disposição de negociação e esse tempo indispensável para que encontremos uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que tudo já foi tratado a respeito desse projeto de lei de autoria do Senador César Borges. Hoje, pela primeira vez, tratamos do assunto com os técnicos do Governo. Não queremos aprovar um projeto à revelia do Governo porque, depois, ele pode merecer veto.

Na próxima semana, com a intermediação do Senador Delcídio Amaral e do Líder Aloizio Mercadante, encontraremos um momento especial para a negociação desse projeto. O fato é este: apenas no Nordeste, no FNE, particularmente na região do semi-árido do Nordeste, estamos com esse grave problema.

Sr. Presidente, serão colocados R$5 bilhões em financiamento, e não temos o tomador para esse recurso porque há 56% de inadimplência. Isso é assunto do Nordeste. No Fundo Constitucional do Norte, o problema é bem menor, e, no Centro-Oeste, o problema praticamente não existe.

Por isso, fizemos apelo aos Líderes dos partidos do Governo e ao Dr. Geraldo Fonteles, que trabalha nisso há muito tempo. Senador Aloizio Mercadante, estamos trabalhando nisso não só desde 1994, mas desde 1986, quando começamos a trabalhar com o excesso de planos econômicos. Em 1986, foi o Plano Cruzado. De lá para cá, todas essas regiões foram deprimidas em função do impacto causado na produção de alimento no Brasil.

Peço desculpas por não apresentar o nosso projeto hoje porque estamos buscando um entendimento. Na verdade, queríamos votar a matéria hoje, mas entendemos que a negociação, a essa altura, é o melhor caminho para os produtores do Nordeste, particularmente do semi-árido. Queremos aproveitar essa medida provisória para fazermos uma negociação também quanto aos produtores do sul do País que, como todos sabem, perderam 80% de sua lavoura em algumas regiões do extremo estado sulino de nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, em especial, falarei sobre o Nordeste, apresentando um pouco mais de argumentos, além do que já foi dito pelos que me antecederam e, de maneira especial, pelo Senador Jonas Pinheiro.

No Nordeste, ao longo de muitos anos, o crédito rural foi uma atuação bastante democrática do Banco do Brasil. O Banco do Brasil foi-se retirando. Em seu lugar, primeiro, ficaram os bancos estaduais e, parcialmente, o Banco do Nordeste. Os bancos estaduais foram liquidados. O Banco do Nordeste realmente tem recursos, mas eles são inadequados ao crédito agrícola nas condições gerais do Nordeste. Há uma grave inadequação entre as modalidades do financiamento e a capacidade da atividade agrícola ou pecuária em ter acesso a esse financiamento e honrá-lo.

Finalmente, há uma grave crise, e é preciso ter sensibilidade e clareza para vê-la. Não há financiamento agrícola e há uma imensa inadimplência. Em certas áreas, há até situações que apontam para a instabilidade social grave porque as pessoas estão com todas as suas propriedades empenhadas, rigorosamente, sem ter o que fazer com suas propriedades, nem com financiamento nenhum para tomar alguma providência e dela tirar subsistência.

Some-se a isso outro fato: há cerca de quatro anos, os recursos da Sudene que iam para o Nordeste já não chegam lá. Os recursos da Sudene foram "substituídos" pelos da Adene, que nunca foram liberados. Estou falando de dois, três, quatro ou 6 bilhões, muito mais do que o perdão fiscal, muito mais do que o problema fiscal do Governo Federal hoje, que foi subtraído das condições econômicas do Nordeste no plural e desse nordeste do semi-árido de forma especialmente drástica e radical.

Faço um apelo aos Senadores de outras regiões. Nós do Nordeste não estamos aqui lamentando para reclamar com a barriga cheia, não há o que comer lá. Há uma fome grande e é grande a falta de apoio. Alguém disse aqui que neste ano o inverno não chegou, o fato é que a seca não saiu, a seca remanesce com todas as suas características sociais. É claro que a questão do equilíbrio fiscal é relevante. Mas se há uma absoluta necessidade de urgência numa matéria está no exame dessa questão e de uma negociação. Penso que a sensibilidade de as pessoas terem responsabilidade pública no Brasil e a competência do relator e do autor da matéria seguramente ajudarão a resolver.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrado o assunto, fica prorrogada a apreciação do item referente à questão do projeto do Senador César Borges para a próxima semana.

O SR. (Orador não identificado) – Nós gostaríamos que continuasse como Item 1 das pautas seguintes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continuará sendo Item 1 da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que trata da repactuação e do alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, tendo como autor o Senador César Borges e relator, Senador Jonas Pinheiro.

Ainda com relação ao Item 16, que nós aprovamos hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 245, terminativo, que dispõe sobre parcelamentos de débitos tributários de devedores em recuperação judicial, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que teve como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, essa matéria será submetida, na próxima reunião da Comissão, na próxima semana, provavelmente, a turno suplementar de discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Solicito que seja colocado em votação o Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pedido de inclusão imediata na pauta do Item 5 do Senador Eduardo Azeredo.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado, também terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que concede isenção de Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual. O autor é o Senador Roberto Saturnino e o relator, o Senador César Borges.

Com a palavra o Senador César Borges. Esse projeto é terminativo. Foi concedida vista ao Senador Ney Suassuna em 2 de dezembro de 2003, que devolveu sem manifestação. Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já tive oportunidade...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador César Borges está com a palavra para

relatar. Logo após concederei a palavra a V. Exª, Senador Delcídio Amaral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço, Sr. Presidente, mas se V. Exª quiser ouvir o Senador Líder do PT, não há problemas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria fazer só uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo, então, a palavra para uma questão de ordem ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero fazer uma ponderação. O Senador Roberto Saturnino está em viagem ao exterior e está retornando hoje. Seria importante fazermos esse debate na presença de S. Exª, por tudo que foi discutido e por S. Exª ter-se dedicado bastante a esse tema.

Eu gostaria de fazer essa ponderação, Sr. Presidente.

O Senador Eduardo Azeredo manifesta-se.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu pedi para incluir na pauta só pela relevância do assunto, pois considero realmente importante o projeto do Senador Roberto Saturnino no sentido de que equipamentos importados não paguem IPI para quem é deficiente visual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ouviremos o Relator então.

O S.R EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, da minha parte não há nenhum problema. Eu não sabia que o Senador Roberto Saturnino não estava no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra o Relator, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) **–** Sr. Presidente, este projeto, na verdade, já foi relatado. Já tive a oportunidade de relatar este projeto aqui e, apenas resumindo, é o projeto que tem maior mérito, procura isentar do IPI dos produtos industrializados incidente sobre equipamentos de aparelhos e instrumentos, materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual.

O nobre Senador autor, Roberto Saturnino, em determinado momento, solicitou a suspensão do andamento do projeto por conta de que ele achava que poderia ter sido atendido por medidas adotadas pelo Governo Federal. No entanto, posteriormente, o próprio Senador Roberto Saturnino achou que o projeto deveria vir à votação. O nosso relato é favorável ao projeto. Nós somos extremamente favoráveis. Só queremos acrescentar uma emenda, estendendo o mérito do projeto também aos portadores de deficiência auditiva, como providência isonômica que se impõe por eqüidade, por questão de deficiência seja ela visual ou auditiva.

Acho que este impacto fiscal em relação ao Governo Federal é mínimo. Não vejo como não ser aprovado um projeto com um alcance social tão grande como este. Portanto, o meu relato está pronto. Voto pela aprovação do projeto com a emenda que ofereci, que exatamente abrange também aqueles que sofrem de deficiência auditiva.

Portanto, este é o relato já feito aqui e que não foi, infelizmente, ainda votado. O parecer está dado e a decisão fica com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) **–** Com a palavra a Senadora Patrícia Gomes. Senador...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) **–** Sr. Presidente, gostaria de ponderar, mais uma vez, em função da ausência do Senador Saturnino e em função, também, de não ter nem quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) **–** O projeto é terminativo e votado nominalmente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) **–** Eu gostaria de fazer esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) **–** Na verdade, temos onze e precisamos ter 14 Senadores presentes.

A matéria fica adiada, tendo em vista...

E o Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, que sempre que dá alguma opinião, é aprovada na íntegra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Pela importância do projeto, seria também uma homenagem ao Roberto Saturnino, que aprofundou a matéria. Acho que ele tem a importância projetada pelo Presidente Eduardo Azeredo e a relatoria perfeita do Senador César Borges, mas creio que, talvez, estaremos aqui em massa para votar a favor, na próxima semana, com o relator. Entendo que a solicitação do líder tem um valor sentimental que a gente concorda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) **–** Senador Tasso, quer se manifestar? Não.

Então fica adiada a apreciação da matéria e encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos, em especial ao Senador Mão Santa, com seu novo *look*, seu novo visual.

(Levanta-se a reunião às 12h44min.)

Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de abril, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezenove de abril do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, do Senador Tasso Jereissati, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko e Osmar Dias e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Ramez Tebet e José Maranhão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Luiz Otávio, dá início à 1ª Parte da Reunião, convidando os Professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Edmar Lisboa Bacha e do Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil, Sr. Sérgio da Luz Belsito, para se sentarem à Mesa com a finalidade de debater a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e a autonomia do Banco Central, em atendimento aos Requerimentos nºs 11, 05 e 19-CAE/2005, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Otávio, respectivamente. Após a exposição, usam da palavra a fim de interpelar os convidados os Senadores Eduardo Suplicy, autor do Requerimento, Rodolpho Tourinho, César Borges, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho e Arthur Virgílio. Em seguida, são apreciadas as matérias da 2ª Parte da Reunião; Item 01-Turno Suplementar de discussão da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial", de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, e como Relatora *Ad Hoc* a Senadora Lúcia Vânia. Não sendo apresentadas emendas no Turno Suplementar, a Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan; e em 22/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 12/04/05 foi concedida Vista ao Senador Delcídio Amaral nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que ofe-

rece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003, Complementar, não terminativo, que "institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empreendedores", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2003, terminativo, que "modifica a redação da alínea "b" do inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, é apreciada a Pauta-Extra, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 126, de 2005, não terminativa, que "solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o

Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do 'Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social no Estado de São Paulo'", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador César Borges, usa da palavra para discutir a matéria o Senador Eduardo Suplicy. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também, pela Comissão, Requerimento de Urgência para a matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 21/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a participação do Sr. Sérgio Machado, Presidente da Petrobras Transportes – Transpetro, para debater sobre o Programa de Reativação da Indústria Naval do Brasil; Requerimento nº 22/2005-CAE, de autoria do Senador Ney Suassuna, que requer, nos termos regimentais, seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução nº 44, de 2004; Requerimento nº 23/2005-CAE, de autoria do Senador Valdir Raupp, que requer, nos termos regimentais, seja convidada a Excelentíssima Ministra de Estado de Minas e Energia e, que sejam convidados, ainda, os Excelentíssimos Senhores Presidentes da Petrobras e da Eletrobras; o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); o Presidente da Central Única das Comunidades do Estado do Amazonas – CUC, Sr. Raimundo Santos da Silva; e o Professor Ronaldo Fernandes da Silva, para prestarem pessoalmente, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, informações sobre a falta de controle na alocação de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, do Setor Elétrico Nacional; Requerimento nº 24/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para audiência pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; a Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Elizabeth Maria Mercier Querido Farina; o Secretário de Defesa de Direito Econômico – SDE, Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Daniel Krepel Goldberg; o Secretário de Acompanhamento Econômico – SAE, Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Helcio Tokeshi; o Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas; o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, Braz Albertini; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Manoel José dos Santos; o Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros – Abecitrus, Ademerval Garcia; o Presidente da Critrosuco, Norberto Farina; o Presidente da Cultrale, José Luís Cutrale; o Presidente da Dreyfus, Louis Dreyfus Citrus, Kenneth Geld; e o Presidente da Citrovita, Mario Bavaresco Júnior; Requerimento nº 25/2005-CAE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Álvaro Dias e Flexa Ribeiro que requer, nos termos regimentais, sejam convidados os senhores Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ; Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros; Guilherme Narciso de Lacerda, Presidente da Fundação dos Economiários Federais – Funcef; Pedro Alvim Júnior, Presidente da Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus; Marcos Antônio Carvalho Gomes, Diretor-Presidente da Fundação de Previdência e Assistência Social Real Grandeza – Fundo de pensão de Furnas e Eletronuclear; José de Sousa Teixeira, Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis; Luiz Roberto Gouveia, Diretor-Geral no Brasil da Consultoria Towers Perrin, especializada em fundos de pensão; Adacir Reis, Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc; e a senhora Leoni Rosa Jooris Dutton, Presidente da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – Fapes, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre aspectos associados à gestão financeira, legislação e atuária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como sobre a fiscalização das atividades dessas Entidades. Usam da palavra os Senadores Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência comunica a realização da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais em vinte e seis de abril, às nove horas e trinta minutos, a fim de que sejam instalados os trabalhos e eleitos o Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura, em 19 de abril de 2005, às 10 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Coloco em votação a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Na reunião de hoje, a pauta está dividida em duas partes. Audiência Pública com a participação dos professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Edmar Lisboa Bacha, e do Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil, Sr. Sérgio da Luz Belsito, com a finalidade de debater a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e a autonomia do Banco Central, em atendimento aos requerimentos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Otávio, respectivamente.

Porém, pediremos uma inversão de pauta. Colocaremos primeiramente em votação um projeto de financiamento, no valor de US$5 milhões, para o Estado de São Paulo, que tem como Relator o Senador César Borges, a pedido do Senador Romeu Tuma. Depois colocaremos em votação aquele projeto, já aprovado na semana passada, referente ao risco.

O primeiro projeto é a Mensagem do Senado Federal nº 126, de 2005, não-terminativa, que solicita a autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US$5 milhões (dólares americanos) de principal, para financiamento parcial do Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social no Estado de São Paulo. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador César Borges.

O parecer é favorável.

Passo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tentarei fazer um resumo, até pela exigüidade do tempo, pois temos convidados a serem ouvidos na reunião.

O Relatório é o seguinte: o recurso dessa operação de crédito destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social do Estado de São Paulo.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US$7.142 milhões (dólares americanos), sendo que, além dos recursos decorrentes desse empréstimo, serão aportados como contrapartida do Estado de São Paulo cerca de US$2.142 milhões.

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado de São Paulo e alcança esse valor de US$5 milhões (dólares americanos), perfazendo o empréstimo mais a contrapartida. Destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social do Estado de São Paulo, e contará também com recursos do Estado como contrapartida nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e a concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo. Ademais não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado de São Paulo nos últimos anos. Dessa forma, entendemos que estão observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções já citadas (nºs 96, de 1989, e 43, de 2001) do Senado Federal, que são aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes e rápidos esclarecimentos:

1 – o limite de endividamento da União estipulado na referida Resolução são atendidos, conforme o informado no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional nº 77, de 2005;

2 – o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encaminhado ao Senado Federal no exame das cláusulas da minuta contratual conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, que veda a disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

3 – relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período de 2004 a 2007. Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 11.816, de 2004, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de São Paulo para o exercício financeiro de 2005, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso;

4 – os limites de endividamento do Estado de São Paulo estipulado nas referidas Resoluções nºs 40 e 43 de 2001 são considerados atendidos, conforme informado no referido parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, Coref nº 77, de 2005;

5 – a Lei Estadual nº 11.554, de 25 de novembro de 2003, autoriza o Estado de São Paulo a realizar operação de crédito e conceder contragarantias à União. Todavia, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame encontra-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao estado a não-obrigatoriedade de cumprimento dos mecanismos limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e também no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001. Mais ainda, como já enfatizado, é informado que o estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 96, de 1989, e nº 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de São Paulo, conforme é evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Diante disso, Sr. Presidente, em vista do pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal, tanto a 96, de 1989, como as de nºs 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos propostos do Projeto de Resolução que segue anexo.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Como ninguém discute, em votação. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como Senador do Estado de São Paulo e do Partido dos Trabalhadores eu gostaria de manifestar posição favorável ao pleito do Governo do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Da mesma forma deixou registrado o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Romeu Tuma, que inclusive pediu prioridade para votação, como foi feito nesta manhã na reunião de hoje.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passamos ao segundo item.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pela ordem o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu queria pedir urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pedido de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam com o pedido de urgência solicitado pelo Senador Rodolpho Tourinho permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o pedido de urgência.

Ainda temos o turno suplementar de discussão da Emenda nº 1 da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, terminativo. Esse projeto, inclusive, foi votado à unanimidade da Comissão, na reunião passada, mas precisa, ainda hoje, passar como turno suplementar. É o Projeto de Lei nº 245, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial. Autoria do Senador Fernando Bezerra e o relator é o Senador Tasso Jereissati, que na reunião anterior foi relatado **ad hoc** pela Senadora Lúcia Vânia, com aprovação, por unanimidade, desta Comissão.

Esse projeto compõe o projeto, encaminhado pelo Presidente da República e pelo Ministro Antônio Palocci, de recuperação de empresas, aquele mais conhecido como Projeto de Lei de Falências.

Em discussão. (Pausa.)

Em não sendo apresentadas as emendas no turno suplementar, a matéria encontra-se em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-la, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, a Emenda nº 01 da CAE fica definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, portanto, em turno suplementar de discussão, a Emenda nº 01 da Comissão de Assuntos Econômicos, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004 – Projeto Terminativo.

Vamos votar estes quatro requerimentos e daremos início à audiência pública.

Requerimento, de autoria do Senador Luiz Otávio

Nos termos dos incisos II, §2º, da Constituição Federal, combinado com inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para a participação do Dr. Sérgio Machado, Presidente da Petrobras Transportes, no sentido de debater sobre o Programa de Readitivação da Indústria Naval do Brasil.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

REQUERIMENTO, de autoria do Senador Ney Suassuna

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Resolução nº 44, de 2004.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o requerimento do Senador Ney Suassuna.

REQUERIMENTO, de autoria do Senador Valdir Raupp

Convoca a Exmª Srª Ministra de Estado das Minas e Energia, os Exmºs Srs. Presidentes da Petrobras, da Eletrobrás e da Agência Nacional de Energia Elétrica e o Presidente da Central Única das Comunidades do Amazonas, para prestar pessoalmente perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal informações sobre a falta de controle do sistema de recursos das contas CCC do setor elétrico nacional.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria apenas de alterar a palavra "convoca" para "convida" e pedir para que a audiência pública seja feita em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Em discussão o requerimento do Senador Valdir Raupp. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar sobre esse requerimento. Reuni-me ontem com a Ministra Dilma Rousseff e sua assessoria, exatamente para discutir as CCCs. Esse é um assunto delicado e, como todo mundo sabe, há muitos e muitos anos, vem gerando relatórios sucessivos do Tribunal de Contas da União, especificamente com relação a essas questões.

Acho que a iniciativa do Senador Valdir Raupp é absolutamente procedente e pertinente. É importante que discutamos no Senado a política associada às Contas de Consumo de Combustíveis, vis-à-vis os projetos de gás natural na Região Amazônica. Isso é o que preocupa mais o Senador Valdir Raupp.

Gostaria talvez, Senador Valdir Raupp, se fosse possível, de que não votássemos o requerimento hoje, para que eu tenha tempo de conversar com a Ministra Dilma Rousseff, para que efetivamente possamos agendar uma data onde todos os esclarecimentos serão prestados, não só pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas também pela Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Foi votado, Sr. Líder. Só se "desvotarmos".

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Se o Senador Valdir Raupp tivesse a sensibilidade de aceitar os argumentos eu agradeceria muito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não vejo nenhum problema, Senador Delcídio Amaral, da Ministra e os outros convidados virem a essa Comissão e a Comissão de Fiscalização e Controle, até porque seria uma grande oportunidade de esclarecer algumas coisas e acho que, inclusive, para o Ministério das Minas e Energia, seria uma oportunidade para esclarecer essa questão dos gasodutos, da questão da CCC, porque é difícil os Senadores, de uma vez só, conseguirem uma audiência com a Ministra, tanto com a Ministra Dilma como com outros Ministros da República. Essa seria uma oportunidade para que todos pudessem aqui debaterem essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Sobre a mesa, Requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que passo a ler:

Requer, nos termos regimentais, que sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para audiência pública acerca de intenso processo de concentração econômica em curso na Citricultura Brasileira, em sessão conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Agricultura.

O Senador Eduardo Suplicy pede a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Elizabeth Maria Farina; do Secretário de Defesa do Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Daniel Goldemberg; do Secretário de Acompanhamento Econômico, vinculado ao Ministério da Fazenda, Élcio Tokeshi; do Presidente da Associação de Citricultores, Dr. Flávio Viegas; do Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de São Paulo, Brás Albertine; do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura, Manoel dos Santos; do Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus, Ademerval Garcia; do Presidente da Citrosuco, Norberto Farina; do Presidente da Cutrale, José Luiz Cutrale; do Presidente da Drefuz, Kenneth Geld; e do Presidente da Citrovita, Mário Bavaresco Junior.

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O que me preocupa é quando vamos votar os projetos da CAE. Só queria levar essa preocupação a V. Exª, porque, para um assunto extremamente importante, temos aí umas dez pessoas, mais ou menos. Temos outras audiências públicas programadas; tenho quatro audiências em outras áreas. Era só isso que queria levar a V. Exª, essa preocupação pela votação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Econômicos tem já, nesses últimos anos, realizado audiências públicas sobre o processo de concentração da indústria de sucos de laranja. Houve uma reunião de produtores de laranja, em Bebedouro, no sábado retrasado, onde os Senadores Aelton Freitas e eu próprio estivemos presentes, e houve uma preocupação de que fosse realizada uma audiência pública à qual pudessem estar presentes inclusive os quatro Presidentes das empresas de sucos de laranja, dado os prejuízos causados aos produtores de laranja, sobretudo os pequenos e médios produtores, e isso, inclusive, está sendo uma iniciativa também da Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura que faz audiência nesse sentido, na tarde de hoje.

Quero propor, Sr. Presidente, que esse requerimento seja apreciado e aprovado e que, para não prejudicar o andamento dos trabalhos da CAE, V. Exª, em conjunto com os Senadores, programe o melhor tempo para a realização dessa audiência, que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Sobre a mesa, o último requerimento do Senador Tasso Jereissati, que passo a ler:

Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados os Srs. Sérgio Ricardo Rosa, Presidente da Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI; Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da Fundação Petrobrás – Petros; Guilherme Nassis de Lacerda, Presidente da Fundação dos Economiários Federais – Funcef; Pedro Alvim Júnior, Presidente da Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus; Marco Antonio Carvalho Gomes, Diretor Presidente da Fundação Previdência e Assistência Social Real Grandeza Fundo de Pensão de Furnas e Eletronuclear; José de Souza Teixeira, Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos Postales; Luiz Roberto Gouveia, Diretor-Geral no Brasil da Consultoria Towers, especializada em fundos de pensão, Towers Perrin; Adaci Reis, Diretor Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc; e a Srª Leoni Rosa Dutton, Presidente da Fundação de Assistência e Previdência Social – BNDES/FAPS, para audiência pública, a prestar esclarecimentos aos Senadores da Comissão de Economia sobre aspectos associados à gestão financeira, legislação e atuária nas entidades fechadas da previdência complementar, bem como a fiscalização das atividades dessas entidades.

Em discussão o requerimento do Senador Tasso Jereissati. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Convoco os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a próxima terça-feira, dia 26, chegarmos um pouco mais cedo, às 9h30, neste plenário, quando instalaremos a Subcomissão Permanente de Assun-

tos Municipais, composta por 9 membros titulares e 9 membros suplentes.

Logo após a instalação, iremos até o gabinete do Presidente do Congresso Nacional para fazermos uma reunião com o Presidente, por solicitação da Presidência do Congresso, na qual será iniciado também um programa nacional de rádio e televisão, *Um minuto diário,* para os municípios.

Os titulares são: os Senadores Heráclito Fortes, do Bloco da Minoria, PFL/PSDB, José Jorge, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. Como suplentes: César Borges, Jonas Pinheiros, Arthur Virgílio e Lúcia Vânia. Do PMDB, titulares: Senador Mão Santa e Senador Garibaldi Alves Filho. Como suplentes: Senador Valdir Raupp e Senador Hélio Costa. O Bloco de apoio do Governo, composto pela Senadora Ana Júlia Carepa, Sibá Machado.

A reunião terá como presidente eventual para instalação o Senador Mão Santa, por ser o mais idoso entre os titulares. Será iniciada pontualmente às 9h30, uma vez que às 10h teremos a nossa reunião ordinária, para apreciação de várias matérias importantes.

Comunico, ainda, que após a instalação haverá uma solenidade no gabinete da Presidência com o lançamento do *Minuto Município*, que já foi anunciado.

Encerrada esta primeira parte, passamos às audiências.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Antes disso, o Senador Eduardo Suplicy terá 30 segundos para se manifestar, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para informar aos Ministros da Fazenda, da Previdência e do Trabalho que estou encaminhando, mas o farei pelo Plenário, requerimentos de informação relativos aos direitos de complementação de aposentadoria e pensão dos 13 mil aposentados do Banespa. Esses direitos foram objeto de Resolução do Senado em 1997, mas não têm sido devidamente cumprida, conforme havia sido aqui decidido pelo Senado Federal naquela oportunidade. O meu requerimento é para que possam essas autoridades examinar em que medida a direção do Banco Santander, que absorveu o Banespa, estaria adequadamente cumprindo o que foi decidido pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir a anuência do Senador Eduardo Suplicy para que eu pudesse também fazer a assinatura em conjunto, tendo em vista que uma comissão também de representantes dos aposentados do Banestado nos procurou e nos expôs toda a situação delicada pela qual eles vêm passando, em termos das negociações e dos procedimentos que o Santander vem tendo para com a situação salarial e até de direitos adquiridos desse segmento e não consegue encaminhar junto à direção do banco, posteriormente ao processo de privatização do Banespa.

Então, se o Senador Eduardo Suplicy concordar, eu gostaria de assinar em conjunto a proposição dele, tendo em vista que já fui acionada pelos companheiros do Banespa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na parte da tarde, farei o requerimento com a assinatura de ambos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Audiência pública com a participação dos professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Edmar Lisboa Bacha e o Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sérgio da Luz Belsito. Convido V. Sªs. para comporem a Mesa.

De acordo com o art. 94, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, com preferência para os autores dos requerimentos; o interpelante dispõe de até três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Professor Paulo Nogueira Batista Júnior; logo após, o Professor Edmar Lisboa Bacha e o Sr. Sérgio da Luz Belsito.

Com a palavra o primeiro orador, Professor Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Obrigado, Senador Luiz Otávio.

Quero agradecer o convite da Comissão de Assuntos Econômicos para vir aqui debater este tema: a autonomia do Banco Central.

Eu gostaria que essa minha intervenção fosse considerada uma pequena homenagem a um Senador que teve atuação muito importante no Congresso e, em particular, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Severo Gomes, do PMDB, que tinha um interesse todo especial por nosso tema de hoje.

Lembro-me de que, nos anos 80, havia um debate no PMDB; e uma certa ala do Partido, a ala mais à esquerda, propunha a estatização do sistema financeiro. Severo Gomes, numa discussão com essa ala, disse: "Olha, eu me daria por satisfeito se nós conseguíssemos estatizar o Banco Central".

Essa sugestão do nosso querido e saudoso Severo Gomes tem a sua razão de ser, ela tem a ver com

uma relação que se foi formando ao longo dos anos, um problema portanto muito antigo, entre o Banco Central e os interesses financeiros privados. Foi-se criando uma relação, eu diria, simbiótica, de grande proximidade, de interpenetração entre a órbita pública e a privada nesse terreno que resultou no que poderíamos chamar de captura do regulador pelos regulados. Como isso se dá? Isso se dá de várias maneiras. Por exemplo, através do aproveitamento de eventuais fragilidades do corpo do funcionalismo do Banco Central. Vou voltar a isso porque é muito importante fortalecer o Banco Central como instituição. Isso não significa necessariamente dar autonomia formal no sentido em que esse termo é habitualmente compreendido, mas vou voltar a esse ponto mais adiante.

Em particular, uma das razões mais fundamentais para essa relação simbiótica está na forma como é definido, como é escolhido o comando do Banco Central no Brasil já há muito tempo; não é um problema deste Governo ou do anterior, é um problema que vem de muitos anos. As indicações e as nomeações para Presidência e Diretoria do Banco Central obedecem a um sistema de vetos e indicações em que acaba existindo um controle informal, muito importante nos bastidores, dos grandes bancos e do sistema financeiro como um todo sobre a formação do comando do Banco Central. Isso acaba conduzindo a uma excessiva ligação entre as políticas do banco e a órbita privada financeira. Daí que o Severo Gomes clamasse, há tanto tempo, pela estatização, pelo menos do Banco Central.

Como são constituídas as diretorias do Banco Central no Brasil?

Se observarmos o resultado desse sistema informal, o que vemos é que elas, na prática, geralmente são compostas por alguns funcionários de carreira do Banco Central, mas elas são, na verdade, dominadas por economistas, em geral, e outros profissionais que ou vêm do sistema financeiro ou têm o sistema financeiro como destino após a sua passagem pela diretoria do Banco Central. Freqüentemente são pessoas relativamente jovens que se servem da passagem pelo Banco Central como uma espécie de trampolim para aprofundar as suas carreiras no sistema financeiro privado.

Não estou falando de corrupção, vejam bem; estou falando de algo que talvez seja mais importante e mais grave, do ponto de vista do interesse público, que é a criação de redes de interesse bem constituídas e consolidadas, que tornam instituições públicas da importância do Banco Central subordinadas a objetivos privados, não sempre, não de forma monotônica, mas com muita freqüência, de forma bastante preocupante.

Na realidade, eu diria que nas diretorias do Banco Central existem dois tipos dominantes: o que chamaria de doutrinários, que são economistas oriundos do meio acadêmico, quase sempre com formação em universidades americanas, que procuram aplicar os modelos apreendidos no exterior, nos Estados Unidos, principalmente, a sua atuação no Banco Central. Os doutrinários, às vezes, são bastante inflexíveis na aplicação das suas doutrinas, mais do que os seus professores no exterior até. Talvez pela sua condição histórica de subdesenvolvidos, têm que ser mais realistas do que o rei.

Outro tipo que é muito comum, muito presente, é o financista puro e simples. É um sujeito que fez carreira no sistema financeiro e para lá volta. Esses dois tipos, o doutrinário e o financista, no comando do Banco Central, se mesclam e se interpenetram facilmente, porque os financistas, freqüentemente, têm formação em universidades americanas e os doutrinários, por sua vez, se deixam seduzir rapidamente pela perspectiva de empregos confortáveis no sistema financeiro.

Então aqui temos um quadro que cria, no meu entender, uma situação muito delicada que deve ser levada em conta quando se discute a questão da autonomia do Banco Central. Por que o Banco Central deve ser autônomo? Em relação a quem? Em relação aos poderes políticos eleitos: Congresso, Executivo? Ou em relação a interesses financeiros privados? De que autonomia temos que cuidar no Brasil?

Essas são questões que me parecem ser respondidas com muito cuidado pelo Governo, pela sociedade brasileira e no plano legislativo.

Existe, sim, uma onda internacional, na direção da autonomia do Banco Central, no sentido de autonomia em relação aos poderes políticos eleitos, por exemplo. O Fundo Monetário e o Banco Mundial têm pressionado diversos países subdesenvolvidos, ou países da antiga ex-socialista, chamados economias em transição, a adotar estatutos de Banco Central independente, que, no fundamental, consistem em dar mandato fixo ao seu presidente e aos diretores, geralmente não coincidente com o do Presidente da República, tornado-os indemissíveis, a não ser em caso de falta grave, crime, etc.

Essa é concepção dominante de autonomia ou de independência do mundo hoje.

A fundamentação teórica e empírica dessa proposta é muito mais débil e discutível do que se pensa ou do que geralmente os economistas dizem para os políticos e para a opinião pública. Existem enormes controvérsias teóricas e empíricas quanto à validade dessa proposição. Eu diria que, na prática, é mais um

postulado do que propriamente uma teoria aceita como consolidada e válida.

Quero deixar bem claro para V. Exªs, pois estou numa Casa política, que o que fundamenta essa proposição, ou postulação, por parte dos economistas é que convém dar autonomia a uma entidade governada por tecnocratas, por economistas, independente do poder político eleito, pela desconfiança em relação aos políticos. A tese dos economistas é de que nós, os economistas, somos mais confiáveis para governar políticas públicas, desde que possamos fazê-lo numa redoma, isolados da influência perniciosa de V. Exªs, políticos eleitos, sejam do Executivo, sejam do Legislativo. No fundo, a idéia da teoria é a seguinte: os temas da política monetária e outras funções do Banco Central são muito complexos, portanto, não se pode deixá-los nas mãos de pessoas suscetíveis a influências políticas. Têm de ser tocados por pessoas cientificamente preparadas.

Segundo, a política monetária e outras políticas do Banco Central têm efeitos de longo prazo, e o horizonte dos políticos e da opinião pública é curto, portanto temos que criar uma redoma para que os tecnocratas de horizonte longo, nós, os economistas, possamos decidir tranqüilos, sem a pressão e a interferência de V. Exªs, os políticos. É esse o sentido. Temas técnicos e horizonte longo, é melhor delegar para economistas e tecnocratas com mandatos fixos e não demissíveis **ad nutum**, como atualmente é o caso da direção do Banco Central.

Não tenho tempo de me estender nesse debate, mas queria dizer a V. Exªs que há muitos estudos, inclusive no chamado **mainstream** econômico, nos meios convencionais de produção intelectual de economia nos Estados Unidos ou na Europa, que questionam esse tipo de teorização que procurei resumir e também a fundamentação empírica dessas teorias.

Estudo recente feito no próprio Fundo Monetário Internacional – não se trata de uma opinião do Fundo, porque não é oficial, mas do departamento de pesquisa do Fundo Monetário – faz uma resenha da literatura empírica sobre a autonomia do Banco Central e chega à conclusão de que não há fundamentação empírica para a idéia de que nos países em desenvolvimento a independência desse órgão leva a uma inflação menor. Segundo esse estudo, há fundamentação para essa co-relação negativa entre independência do Banco Central e inflação nos países desenvolvidos, mas não nos países em desenvolvimento.

Mesmo nos países desenvolvidos, muitos analistas e teóricos questionam a validade desses estudos empíricos, porque, para se estabelecer uma co-relação, é preciso quantificar a inflação e a independência do Banco Central. E a quantificação de um indicador institucional é sempre sujeita a arbitrariedades e subjetividades. Então, os estudos empíricos, mesmo para países desenvolvidos, levam a muitas dúvidas e questionamentos no plano acadêmico e científico.

Cito como exemplo a opinião de um economista muito conhecido, chamado Willen Buitter, Economista-Chefe do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento. É sempre importante citar autoridades estrangeiras, porque texto na língua de Shakespeare e não na de Camões adquire uma autoridade difícil de explicar. Willen Buitter, grande especialista em questões econômicas, escreveu que ele usaria, em relação à independência do Banco Central, a palavra "mitos". A palavra "mito" é aplicável em todo o seu sentido de história fictícia, ficção ou meia verdade, crença popular, padrão de valores básicos e atitudes de um povo.

Para vocês verem como idéias apresentadas à opinião pública brasileira como tendo uma fundamentação sólida e inquestionável, no plano acadêmico, por economistas conservadores, europeus, norte-americanos, são questionáveis.

Fiquei emocionado há alguns anos, porque um economista subdesenvolvido como eu quando vê suas observações tiradas apenas da análise do caso brasileiro, sem qualquer sofisticação maior, confirmadas por autoridades estrangeiras, realmente, fica comovido. Saiu há alguns anos e foi até traduzido para o português, um livro de Alan Blinder, com o título **Central Banking in Theory and Practice.** Traduzindo, Bancos Centrais na Teoria e na Prática. Alan Blinder, economista de muito prestígio acadêmico nos Estados Unidos, foi vice-presidente do Banco Central americano na gestão Greenspan.

Ele disse o seguinte:

Fala-se muito na independência do Banco Central em relação ao governo, mas existe outro tipo de independência, que é tão importante, no meu entender, quanto à primeira em relação ao governo, mas que é raramente discutida: a independência dos mercados financeiros.

Ele desenvolve a tese de que os mercados financeiros têm um comportamento especulativo, movem-se em efeito manada, com uma tendência a reagir exageradamente a tudo. São extremamente susceptíveis a modas e bolhas especulativas. Portanto, se o Banco Central segue muito de perto o comportamento do mercado financeiro, ele adota, paradoxalmente, o horizonte curto dos mercados financeiros do qual ele diz querer escapar quando busca a autonomia em relação ao poder político eleito.

Acho interessantes as observações do Alan Blinder e queria esclarecer que ele é favorável à autonomia

do Banco Central no sentido de autonomia em relação ao poder político. Mas ele é um acadêmico e como todo tal é obrigado a pensar – nem sempre nós acadêmicos pensamos, porque pensar não é fácil. Dizia Bernard Shaw, dramaturgo inglês: "eu conquistei a fama internacional pensando três vezes por semana". Não é fácil pensar, mas de vez em quando os acadêmicos pensam. Blinder pensou também e disse:

Sempre fui favorável à independência do Banco Central, com base nos argumentos que aqui resumi há pouco.

Por que esses argumentos não se aplicam a outras esferas do governo também? Por que não se aplicam, por exemplo, à administração tributária? A administração tributária é tecnicamente complexa, assim como a política monetária, e exige horizonte longo. Por que, então, não dar autonomia formal, mandato fixo, à direção da administração tributária, pergunta Blinder em outro trabalho intitulado sintomaticamente **Is Government too Political**? Será que o governo é político demais?

O entendimento desse economista americano é o de que o ideal seria que nos Estados Unidos um número maior de decisões fosse tirado das mãos dos políticos e transferidas para técnicos, economistas, que resolveriam com base no conhecimento científico acumulado.

Em suma, há mesmo muito mito nessas questões, como diz Buitter. Eu queria mencionar um fato pouco conhecido. Uma das mais famosas e graves inflações da história, a hiperinflação alemã, nos anos 20, ocorreu, na sua fase mais grave, com um banco central independente, no sentido de independente em relação ao poder político eleito.

Outras hiperinflações gravíssimas foram derrotados com bancos centrais estritamente dependentes do poder político eleito, como, por exemplo, a hiperinflação húngara, logo depois da II Guerra Mundial, e a brasileira, com o Plano Real. Esse plano bem-sucedido que visava combater uma hiperinflação, uma inflação gravíssima, foi conduzido com o Banco Central estritamente dependente. A equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso freqüentemente, *paid lip service* à independência do Banco Central. Durante o longo período de Fernando Henrique Cardoso, que foram oito anos, mais o período em que foi Ministro da Fazenda do Governo Itamar, falaram muito em independência do Banco Central, mas, por uma razão que nunca se explicou, não se empenharam nisso. Os Srs. Senadores que estavam no Congresso, na época, sabem que não houve um empenho fenomenal do Governo Henrique Cardoso para levar adiante essa idéia. E o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tem inclusive declarado, já há algum tempo, que não é favorável. Não sei se mudou de opinião, mas ouvi várias declarações dele nos últimos dois, três anos, depois que deixou o cargo, até exemplificando com a sua própria situação de Presidente da República, que em dois momentos graves, naquela crise de 99, ele teve que substituir o Presidente do Banco Central. Não preciso nem rememorar essa situação porque está na lembrança de todos. E ele disse: se eu tivesse que me defrontar com um Banco Central com mandato fixo, como eu iria fazer essa substituição rápida que precisava fazer?

Agora, para terminar, falando do caso brasileiro, temos razões de sobra, a meu ver, para não adotarmos a autonomia formal do Banco Central tal como é proposta em relação ao poder político eleito. Quero lembrar aos senhores que, no caso brasileiro, há vários agravantes, mas um em especial: o Banco Central do Brasil concentra uma enorme quantidade de poderes e atribuições. O Banco Central emite moeda, executa política monetária, administra taxa de juro de curto prazo, administra a política cambial, é depositário e administrador das reservas internacionais do País, supervisiona e regulamenta o sistema financeiro, é fonte de informações cruciais sobre o sistema econômico, entre outras funções. É um verdadeiro transatlântico, eu costumo dizer. Vamos dar mais poder a esta instituição, mais autonomia do que ela já tem, transformando os seus diretores em indemissíveis, retirando do Presidente da República o direito de substituir o comando do Banco Central, quando lhe parecer adequado?

Na situação que temos hoje, com os diretores e Presidente do Banco Central demissíveis **ad nutum**, existe um contrapeso – frágil, mas existe: a influência de interesses financeiros privados no âmbito da política monetária e das outras funções do Banco Central. Removido esse contrapeso, teremos uma situação de desequilíbrio gritante em que essa relação simbiótica que já existe se agravaria.

Eu queria dizer também que somos um país em desenvolvimento, não temos um reservatório de técnicos e dirigentes imenso com o qual contarmos, e o risco de errar na escolha do Presidente do Banco Central e dos diretores é muito grande. É imprudente tirar da mão do Presidente o direito de corrigir um erro numa nomeação. Não quero citar exemplos, mas um caso hipotético. Vamos pegar um diretor ou Presidente do Banco Central que seja nomeado e, depois da sua nomeação, vêm à tona denúncias graves contra o seu comportamento antes de ele ser presidente do Banco Central. Denúncias, digamos, de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de recursos – são exemplos hipotéticos. Se essas denúncias avançam,

se comprovam, um presidente que tenha mandato fixo pode resistir, entrincheirado, até a tramitação final dos processos, criando enorme dificuldade para a execução da política econômica.

Vamos dar um outro exemplo, também totalmente hipotético. Imaginem um presidente do Banco Central emocionalmente comprometido com determinado regime cambial que está custando caríssimo ao país, mas o presidente do Banco Central está agarrado àquilo como se fosse uma questão de vida ou morte. Se esse presidente do Banco Central tem mandato fixo, imaginem o estrago que ele pode produzir até o fim do seu mandato, se estiver agarrado dogmaticamente a um regime cambial custoso! São apenas exemplos que me ocorrem a esmo, não quero assim entrar em detalhes.

Então, sugiro que nós todos pensemos muito, como dizem os americanos, *think long and hard*, antes de dar esse passo na direção da autonomia do Banco Central, tal como é concebida hoje, predominantemente, em alguns setores do Governo brasileiro e no resto do mundo.

Observem, por exemplo, que o Conselho Monetário Nacional tomou, recentemente, decisões de grande alcance no campo cambial, no meu entender, atropelando o Congresso, instituindo, por meio de resolução do Conselho e do Banco Central, medidas que são, para dizer o mínimo, de legalidade duvidosa. Já fazem o que bem entendem em áreas cruciais. Por exemplo, o Conselho Monetário autorizou – a meu ver, ao arrepio da Lei nº 4.131, que não foi revogada – a remessa, por pessoa física ou jurídica, de qualquer quantia, de qualquer natureza, para o exterior, sem limitação. Isso, no meu entender, é frontalmente contrário à Lei nº 4.131. Esse é o entendimento de muitos juristas também. Era o entendimento de boa parte do Banco Central até recentemente. De repente, mudaram de idéia lá, a portas fechadas, sem explicação adequada, e tomaram a decisão. Esse é só mais um exemplo de como o nosso Banco Central está operando junto com o Conselho Monetário hoje.

Então, para terminar, não quero aqui dizer que as nossas instituições monetárias são ótimas e não precisam ser reformadas. Eu até gostaria de mencionar, ainda que brevemente, algumas reformas das nossas instituições monetárias que precisam ser feitas, até para corrigir ou tentar corrigir alguns problemas que apontei nessa exposição breve.

Por exemplo, o Conselho Monetário Nacional, durante a maior parte dos 40 anos de sua existência, foi muito mais amplo do que é hoje. Desde o lançamento do plano real, o Conselho Monetário é constituído do Ministro da Fazenda, que o preside, do Ministro do Planejamento e do Presidente do Banco Central.

Ora, o Ministro do Planejamento pode, eventualmente, ter uma ou outra discordância em relação à equipe fazendária, o Banco Central e a Fazenda, mas é voz minoritária.

A Secretaria do Conselho Monetário é exercida pelo Banco Central, que controla as informações e domina o Conselho.

Então, quero dizer aos senhores que prestem atenção a algo que, às vezes, me deixa até um pouco irritado. Não digo irritado, porque já estou chegando a uma idade em que não fico mais irritado com mais nada, espero. Diz-se para a opinião pública que não será dada independência ao Banco Central, mas sim autonomia operacional para apenas cumprir a meta de inflação fixada pelo poder político eleito, com liberdade técnica.

Mas quem é esse poder político que fixa a meta de inflação? É esse Conselho Monetário assim estruturado. Dominado por quem? Na prática, pelo próprio Banco Central. Então, na realidade, o Banco Central domina ou tem uma influência muito grande sobre a fixação das metas que ele depois executa.

Precisaríamos, então, ampliar o Conselho Monetário. Essa é uma idéia que já vem sendo debatida há algum tempo. Recebeu recentemente o endosso da Cut, da Fiesp e da CNI. A ampliação até pode visar incluir no Conselho Monetário outros Ministros, outras autoridades mais ligadas ao mundo da produção, do trabalho. Por exemplo, o Ministro de Desenvolvimento de Indústria e Comércio, o Ministro da Agricultura, o Ministro do Trabalho, o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente do BNDES e também alguns representantes – por que não? – do setor privado, desde que o Governo conserve a maioria dos representantes dos trabalhadores, dos representantes dos empresários do comércio, da indústria, dos serviços. Os empresários do setor financeiro já estão suficientemente representados pelo Banco Central. Não precisaria haver essa duplicidade. Então, temos aí uma reforma do Conselho Monetário que pode ser feita, que seria útil, ampliaria, tornaria mais transparente, democratizaria.

E o próprio Banco Central? Precisamos modificar um pouco as regras que o regem. Creio que citei o Severo Gomes no início. Sei que ele lutou muito, quando era constituinte, para que se incluíssem na Constituição, entre outras coisas importantes, alguns aspectos do art. 192, que prevê uma lei complementar ou leis complementares para a regulação do sistema financeiro. E lá havia um dispositivo, estabelecido pelos constituintes em 1988, de que esta lei deveria

definir regras de entrada e saída para os diretores do Banco Central.

Regras para nomeação dos diretores do Banco Central e outros bancos públicos, assim como os impedimentos após a sua saída do cargo. Este inciso foi suprimido por emenda constitucional recente, mas nada impede que a idéia dos Constituintes de 88, de Severo Gomes e outros, seja retomada. Por exemplo, não sou contra, evidentemente, nem poderia ser, que pessoas com experiência de mercado financeiro participem do comando do Banco Central. Isso é óbvio, mas sem exageros. Quem sabe, uma regra útil seria limitar o número de integrantes da diretoria do Banco Central, oriundos do sistema financeiro e suas adjacências, firmas que prestam serviços ao sistema financeiro. Atualmente, por exemplo, há nove diretores no Banco Central, incluindo o Presidente. Por que não limitar em três o número de diretores que possam ter exercido funções no sistema financeiro, digamos, seis meses ou um ano antes de sua nomeação para o comando do Banco Central? O restante da diretoria seria composta por funcionários de carreira ou por pessoas de outras áreas que não a financeira, mas de notório conhecimento econômico e financeiro no Brasil.

Caberia também estabelecer regras de saída mais rigorosas. Está em vigor a Lei da Quarentena, que prevê quatro meses e se aplica aos diretores do Banco Central. Mas quatro meses é pouco. Seria preciso uma quarentena mais longa, como existe em outros países, por exemplo, de dois anos, a fim de que não ocorra o que ocorre freqüentemente.

E cito uma passagem que ocorreu anos atrás – foi o Senador Eduardo Suplicy quem me chamou atenção para o fato –: em um dos livros autobiográficos de Celso Furtado, ele relata que conversou com o grande economista argentino Raul Prebisch a respeito de sua passagem pelo Banco Central. Furtado perguntou por que ele voltou para a universidade após ter sido presidente do Banco Central da Argentina. Prebisch respondeu: "Quando deixei o Banco Central, fiquei sem meio de vida. Eu havia sido, durante muitos anos, Diretor-Presidente do Banco Central, e conhecia a carteira de todos os bancos. Quando me demitiram, muitos dos grandes bancos me ofereceram altas posições. Mas como poderia colocar meus conhecimentos a serviço de uns, se estava ciente dos segredos de todos?".

Outros tempos, outras pessoas, outros homens.

Ao concluir, não poderia deixar de mencionar – o Presidente do Sindicato dos Funcionários do Banco Central certamente falará a esse respeito – o capítulo do fortalecimento do Banco Central. Temos que pensar no fortalecimento do corpo permanente de funcionários do Banco Central.

O que o grande economista Nicolas Kaldor, keynesiano, um dos maiores economistas da segunda metade do século XX, escreveu sobre a administração tributária, a importância de um serviço de excelência, de funcionários prestigiados, com carreira, com remuneração adequada às responsabilidades que exercem, tudo isso se aplica igualmente ao Banco Central. É preciso que haja um padrão de excelência no corpo de funcionários do Banco Central que o torne capaz de executar a complexidade de tarefas a ele atribuída. Se assim fizermos, se ampliarmos e democratizarmos o Conselho Monetário, se estabelecermos regras justas e claras para entrada e saída na diretoria do Banco Central, se fortalecermos de maneira permanente o corpo de funcionários de carreira do banco, tenho a convicção de que estaremos dando um passo importante para alcançar o objetivo que o Sr. Severo enunciou, naquela oportunidade, de estatizar o Banco Central do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ouviremos agora o Prof. Edmar Lisboa Bacha. V. Sª tem a palavra.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar novamente neste paraíso de Darcy Ribeiro.

Há onze anos, enquanto elaborava o Plano Real, com meus colegas, eu passava tanto tempo nesta Casa que meus colegas passaram a me chamar de Senador. Quem me dera ser eleito como todos os senhores, para poder passar oito anos neste paraíso! Mas vou aproveitar estas horas aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Basta V. Sª se candidatar.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Com o apoio do PT, no Rio de Janeiro?

Há um mês, quando o Presidente me convocou, resolvi fazer um pouco de dever de casa. Confesso que a autonomia do Banco Central não era uma questão sobre a qual eu havia pensado profundamente. Li toda a literatura que o Sr. Paulo mencionou e cheguei a algumas conclusões-tentativas. O tema é realmente complexo, mas, como são conclusões-tentativas, em vez de fazer uma apresentação mais informal, resolvi fazer uma apresentação formal tentando colocar os pingos nos meus is.

Não sei se todos já têm cópia da minha apresentação. Há cópias suficientes na mesa.

O primeiro passo é sabermos do que estamos falando. Definamos termos, tentemos nos entender qual é o objeto desse exercício. O objeto do exercício, a meu

ver, é a autonomia do Banco Central, querendo dizer que a sua diretoria tem o poder legal de decidir sobre política monetária e, especificamente, no caso brasileiro, sobre taxa de juros de curto prazo, sem interferência de outras esferas do Governo. Esse é o conceito de autonomia que discutirei aqui, embora também vá entrar na questão da autonomia em relação ao mercado financeiro, inclusive com uma proposta concreta mais adiante na minha exposição.

Os instrumentos para o exercício dessa autonomia devem estar especificados em lei. Normalmente, são mandatos fixos para a diretoria e uma capitalização adequada do BC, para eles não estarem sujeitos a injunções financeiras, orçamentárias. Qualquer que seja o formato da autonomia, considero importante uma citação de Eddie George – foi presidente do Banco da Inglaterra durante dez anos, uma espécie de Greenspan inglês – contida no discurso que ele fez no Banco Central do Sri Lanka. Esse discurso, aliás, está nas minhas referências. Se V. Exªs quiserem ler apenas um texto sobre independência de banco central, leiam esse discurso do Eddie George, com toda a sabedoria do país de Shakespeare, sobre os limites dessa experiência, relatando inclusive toda a evolução do Banco da Inglaterra, que, como todos sabemos, é o mais antigo dos bancos centrais.

O Banco Central diz que a integridade e a objetividade dos diretores do BC, junto com sua competência profissional, são os fundamentos essenciais da independência efetiva sobre qualquer estatuto legal. Ou seja, é muito importante, como Paulo salientou, escolher gente boa para a diretoria do Banco Central, dada a importância das funções exercidas.

Dividirei minha proposição favorável à autonomia do Banco Central em dois grandes grupos. Por que se deve dar autonomia ao Banco Central? O primeiro grande grupo diz que é pela maior eficácia no combate à inflação; e o segundo grande grupo defende a idéia pelo aumento do potencial de crescimento do país, o que é um efeito indireto.

Porém, antes de entrarmos nisso, temos uma premissa de natureza político-institucional para discutir aqui no Senado. Essa premissa é a questão da valorização política e institucional da estabilidade de preços. No ano de 1988 a inflação foi de 1.000%, mas o fato é que a Constituição de 1988 não inclui a busca da estabilidade de preços entre os princípios gerais da atividade econômica. Os princípios gerais da atividade econômica estão no art. 170, contendo nove incisos, tratando de temas muito meritórios, como a proteção da pequena empresa e outros nesse estilo, mas não existe nenhuma referência, como princípio geral da atividade econômica do País, a busca da estabilidade de preços.

Penso que isso está totalmente contraditório com o que o eleitorado brasileiro já manifestou por diversas vezes nos últimos anos. A consagração do PMDB nas eleições de novembro de 86, como fruto do Plano Cruzado; a eleição de Fernando Henrique em outubro de 94 e sua reeleição em 98 como fruto do Plano Real. Lembro que o Luís Eduardo, quando vim aqui conversar ... estava na Câmara o Luís Eduardo Magalhães, há 11 anos, e vim explicar a ele que eu teria de fazer um certo número de concessões para poder passar a lei do Plano Real em termos de um módico de reindexação, ao contrário da nossa idéia inicial. Luís Eduardo perguntou uma coisa assim: o Plano vai funcionar mesmo assim? Eu falei: vai, Deputado. Então vai em frente, porque da última vez que vocês fizeram um plano desse eu quase perdi a Bahia, dessa vez eu vou com vocês até o fim.

Eu acho que há um reconhecimento político muito claro de que o eleitorado brasileiro não quer mais inflação neste País do jeito que tivemos no passado.

A política econômica do atual Governo, por outro lado, indica que todos os grandes Partidos políticos do País agora buscam estabilidade de preços. A carta de Brasília, a escolha de Meirelles para presidente do Bacen, a continuidade da política de redução da inflação convergindo, segundo a LDO... Imagino que agora na LDO estejam sendo fixadas as metas inflacionárias, porque esse número de 4% não saiu do Conselho monetário Nacional, pelo que entendo. E isso é um avanço do meu ponto de vista. A LDO sai da equipe econômica e vai à Presidência da República e depois tem de ser aprovada pelo Congresso. Então a política de redução de inflação converge para 4% a partir de 2007, número que vamos ver que conta com uma certa simpatia internacional.

Minha primeira sugestão aqui, previamente entrando numa discussão do Banco Central, é de fazer uma alteração constitucional. Alterar o Inciso VIII do art. 170, da Constituição Federal, que passaria a ler "busca do pleno emprego" agregando e da estabilidade de preço, conforme essa nova realidade política do Brasil, ainda não traduzida na nossa Carta Magna.

Por que a autonomia legal do Banco Central é importante para o combate à inflação? Bom, ao contrário do que ocorre agora em todas as grandes democracias ocidentais e em boa parte dos países democráticos em desenvolvimento, o Bacen não tem autonomia legal para exercer a política monetária de controle de inflação. Ainda que, desde 94, tenha aumentado bastante a sua autonomia efetiva.

A autonomia legal, por que é importante? Porque ela formalmente separa o poder de gastar dinheiro do Executivo e do Congresso e do poder de emitir dinheiro do Banco Central. Evitando que o governo caia em tentação especialmente às vésperas de eleições.

Quando vi essa frase que estou repetindo lembrei do frade Franciscano que me dava aulas de religião no Colégio Santo Antônio em Belo Horizonte, explicando as virtudes da continência e exaltando que nós também a praticássemos, disse que ele, por exemplo, não tinha folhinha de mulher pelada em seu quarto de dormir. É algo mais ou menos assim. Afastar a tentação em épocas eleitorais e, especificamente – e é um problema de fortalecimento da democracia, eu insisto – porque a autonomia isola as decisões sobre política monetária nos embates eleitorais, afastando a suspeita de mudança de política monetária ao sabor do desgaste político e, assim, melhor permitindo conciliar a alternância democrática com a estabilidade de preços.

Entretanto, como já foi bem observado aqui, para que a economia legal contribua para o fortalecimento da democracia, é importante que a caixa preta do BC esteja aberta, ou seja, as decisões de suas diretorias têm de ser transparentes e permanentemente sujeitas a escrutínio público.

Autonomia, como Paulo notou, é uma bossa nova. O gráfico desse *paper* da Srª MacNamara, que, aliá, é contra a autonomia, mostra a evolução do número de bancos centrais que podem ser considerados independentes. Normalmente a literatura internacional fala em independência; vou usar o termo "intercambiavelmente", porque tínhamos, no começo da década de 90, somente quatro bancos centrais independentes no mundo. Especialmente em meados da década de 90 e agora no final dela, houve uma enorme incorporação, mudanças legais nos estatutos dos bancos centrais no mundo. De modo que, hoje, formalmente, independente aquele número se aproxima de 40, e o Paulo lembrou aqui, não inclui os países novos do Leste Europeu nessa contagem.

Embora não haja uma relação causal direta entre uma coisa e outra, o fato é que essa autonomia foi consistente com a queda de inflação no mundo. No mundo havia uma taxa de inflação de 10% nos anos 70, passando para 15% nos anos 80. Na década de 90 e 94, com uma boa ajuda brasileira, foi para 30%. Depois de 95 a 99, novamente, com a ajuda brasileira, foi para 9%. E desde o começo do novo milênio, a inflação no mundo está estabilizada em 4% ao ano.

Nem diria que não foi o Banco Central independente que causou a queda da inflação. Diria a contrário: a busca da estabilidade que criou o ambiente mundial necessário para dar independência aos bancos centrais.

Vou entrar num tema um pouco mais controverso aqui, para sustentar que a literatura e os fatos não autorizam dizer que a autonomia do Banco Central é uma bandeira de direita ou de esquerda. Especificamente, o primeiro Banco Central independente na América Latina foi o do Chile, feito na transição da ditadura para democracia, porque não foi um ato outorgado por Pinochet, condição imposta pelos militares. Entretanto, foi algo totalmente preservado durante os dois mandatos, socialdemocrata, Eduardo Freire, e o socialista Ricardo Lagos.

Por outro lado, o exemplo inglês, para mim, é extraordinário. Embora houvesse enorme pressão, a autonomia operacional do Banco da Inglaterra foi negada durante 18 anos pela Dama de Ferro do neoliberalismo, Margaret Thatcher, e do seu grande seguidor John Major. Entretanto, sete dias depois que Tony Blair, do Partido Trabalhista, tomou posse, o primeiro ato econômico importante que fez foi dar autonomia ao Banco da Inglaterra, com grandes efeitos positivos, aliás, como podemos discutir posteriormente.

Creio que essa questão de por que no mundo não se observa direita e esquerda posicionando-se pró ou contra a autonomia do Banco Central, com perdão dos meus amigos cientistas políticos, com exercício amador de Ciência Política, uma razão para essa confusão ideológica é que não há como separar o interesse de pobres e ricos nesse tema.

Embora a longo prazo, a inflação tenda a ser neutra do ponto de vista distributivo; a curto prazo, a inflação tende a beneficiar empresários, porque são mais ricos, mas também devedores – são mais pobres –, enquanto que a estabilização de preços tende a beneficiar trabalhadores, que são mais pobres e também os credores, que são os mais ricos.

Insisto, a opção pela autonomia não tem ideologia. Diz que é uma coisa que os neoliberais são a favor, os intervencionistas são contra. Não é verdade, o papa do intervencionismo estatal John Maynard Keynes, nosso deus, em 1932, se opôs à proposta do Partido Trabalhista, de então, para interferência direta do Conselho de Ministros e do Parlamento na condução da política monetária.

A partir de 32, no auge da depressão mundial, o Partido Trabalhista fez uma proposta que era para permitir uma política monetária mais frouxa. Keynes foi contra e defendeu a independência do Banco Central nestes termos: quanto menos direto o controle democrático e mais remotas as oportunidades para interferência do parlamento na política monetária, melhor ela será.

Podemos dizer que Keynes exerceu mal o julgamento, mas o fato é que essa é a única referência no pensamento keynesiano sobre esse assunto, sendo totalmente a favor da autonomia do Banco Central.

Por outro lado, surpresa, o papa do neoliberalismo, ele mesmo, Milton Friedman, em 1962, atacou a proposta de um BC independente, criticando a concentração de poderes num órgão livre, de controle político direto e suscetível ao ponto de vista dos banqueiros – parece até o Paulo Nogueira falando. Friedman propôs uma regra fixa de expansão monetária que protegesse a moeda tanto dos políticos quanto dos banqueiros centrais. Mas ele estava errado. A atividade dos bancos centrais independentes, como vimos no gráfico anterior, tem sido compatível com baixa inflação e crescimento estável em todo o mundo.

A autonomia do Banco Central ajuda a crescer mais. Desculpe-me por apenas "telegrafar" esse argumento, para não estender excessivamente a minha apresentação. Mas os pontos são claros. A existência de um Banco Central independente sinaliza que o corpo político do país está comprometido de forma duradoura com a estabilidade do padrão monetário. Repito: a existência de um banco central independente sinaliza que o corpo político do país está comprometido de forma duradoura com a estabilidade do padrão monetário.

Esse compromisso reduz a incerteza sobre a estabilidade e a segurança dos contratos financeiros é a principal razão para a não existência de um vigoroso mercado financeiro de longo prazo no País. Essa menor incerteza leva, pois, ao aumento da poupança doméstica, permitindo o financiamento de mais investimento em capital fixo, o que aumenta a taxa de crescimento do País. Esse "telegrama" que estou passando para os senhores é estendido em quarenta páginas neste texto que escrevi, ano passado, com Pérsio Arida e André Lara Resende. E eu me convenci de que temos que passar para uma discussão concreta sobre autonomia do Banco Central. Mas como vimos, há autonomias e autonomias.

Listei aqui oito pontos: quatro aqui e quatro em seguida. Creio que serão importantes quando estivermos estudando uma nova lei para o Banco Central no País. O primeiro já está decidido pela prática da inflação das metas que vínhamos adotando com bastante sucesso há alguns anos. Ou seja, que a autonomia dos instrumentos, condução da política de juros, e não de objetivos, da fixação de metas de inflação. Paulo me disse que é pelo CMN. Notei que a LDO já fixou em 2008 a inflação antes que CMN se pronunciar, ao que saiba. Gosto dessa idéia, como falei antes, de ter as metas de inflação do País na LDO, porque sai da equipe econômica, vai para a Presidência da República, e vem para o Congresso, que finalmente aprova. Portanto, tem muito mais força do que simplesmente um projeto dentro dessa idéia, de que é autonomia em termos.

Outra questão que acho extremamente complexa é se o Banco Central autônomo tem que ter um só objetivo: a estabilidade de preço, como é o caso do Banco Central europeu, que, pelo Conselho de Ministros, é designado para manter a inflação entre zero e dois por cento, na média na Europa. Ou como é o caso do FED, Banco Central americano, tem um objetivo duplo: estabilidade de preço e a questão do emprego. Para variar, os ingleses têm a solução que a mim me pareceu mais razoável: a hierarquia de objetivos. A estabilidade, sujeito à estabilidade o emprego. A lei do banco da Inglaterra diz o seguinte: manter a estabilidade de preços e, sujeito a isso, apoiar a política econômica do Governo, incluindo seus objetivos para o crescimento e o emprego. Estaria de acordo com essa terminologia na nossa lei do Banco Central, embora alguns amigos meus doutrinários, definidos pelo Paulo, provavelmente se posicionariam contra ela.

O terceiro ponto, em que o Paulo centrou todo o seu enfoque, é como tornar o Banco Central independente em relação ao sistema financeiro.

Na Inglaterra, a maneira como foi feito isso foi que quando se declarou a independência do Banco Central, criou-se essa agência de serviços financeiros que passou a ter o papel de supervisão bancária. É uma idéia muito boa para ser discutida aqui. Ao reservarmos ao Banco Central o papel de estabilidade de preços, podendo intervir no sistema financeiro em caso de crise sistêmica – é assim que a lei do banco da Inglaterra especifica –, mas o cotidiano das relações do Banco Central com os bancos desaparece. E ela é feita por uma agência independente. No caso dos Estados Unidos, embora o FED tenha um duplo mandato, o órgão que de fato fiscaliza o banco é esse Office of the Control of the Currency, que é um departamento do Tesouro americano. E, como eu disse, o Financial Service Authority, no Reino Unido. Sugiro que, como parte dos debates dos senhores aqui, se deva trazer alguém do Reino Unido para especificar um pouco essa separação de poderes feita com vistas a tornar o Banco Central menos íntimo das entranhas do sistema financeiro, conforme vimos aqui naquela declaração do Preemption.

Outra questão importante, pouco discutida, é se capitalização seria o melhor caminho para dar autonomia ao Banco Central. Sei que isso precisa ser discutido também.

Finalmente, como assegurar essa independência dos diretores do Banco Central? Tipicamente, as legislações que existem por aí vêm em mandatos fixos, interpolados, não coincidentes com o ciclo eleitoral. Isso não quer dizer que eles não sejam demissíveis não. Todas as legislações permitem, especificam casos de demissibilidade. E problemas como aqui apontados anteriormente podem estar especificados como casos passíveis de demissão de diretoria por parte do presidente ou do Congresso, evocando poderes excepcionais. Na legislação do Banco da Inglaterra o ministro da Fazenda se reservou esse poder de intervenção em situações excepcionais.

Quais são os instrumentos. É muito importante que o Banco Central não pode ter nada de caixa preta, tem que ser totalmente transparente. Ao contrário do que o Greenspan sempre pensou lá, os velhos banqueiros centrais americanos, ingleses, europeus, o Banco Central todo fechado lá dentro e decidindo coisas que ninguém entendia. Hoje não é tão difícil publicar todas as atas do Copom, publicar relatórios trimestrais de inflação, está permanentemente submetido ao crivo da opinião informada e da opinião pública.

Tem essa questão do Conselho Monetário Nacional. E não concordo com a proposta do Paulo de incluir agentes corporativos de interesses específicos dentro do Conselho Monetário Nacional, mas é algo a ser discutido. Que papel o Conselho Monetário Nacional pode ter, no caso do Banco Central independente, como mecanismo para permitir uma melhor interação e integração, retiro a palavra integração, uma melhor interação entre a política fiscal e a política monetária.

Finalmente – finalmente, mas muito importante –, o relacionamento com o Congresso. O Greenspan tem que ir duas vezes lá, e sofre. Dois dias cada semestre, e passa um dia inteiro numa cama e outro dia inteiro no Senado, explicando tintim por tintim o que está fazendo em relação ao mandato, em relação ao que foi cumprido, o que estava designado, o que estava especificado na LDO, enfim, o que está especificado no sistema de metas de inflação. O Congresso deveria ter um papel, já agora, muito mais atuante em termos de avaliação permanente semestral dos atos da Diretoria do Banco Central, com a presença deles aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Sr. Sérgio Luz Belsito, Presidente do Sindicato dos Funcionários do Banco Central.

O SR. SÉRGIO LUZ BELSITO – Sr. Presidente da CAE, Srªs e Srs. Senadores, senhores presentes, colegas de Mesa, um bom dia. Gostaria de, primeiramente, agradecer o convite que, gentilmente, foi feito pelo Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio. Este assunto é de extrema importância para nós, servidores do Banco Central, que já trabalhamos nele há 17 anos. Achamos, inclusive, que está na hora, realmente, de esta discussão vir a público e de forma qualificada, como o são as discussões feitas neste Fórum. A CAE é realmente um fórum adequado para se fazer essa qualificação e essa discussão. Nós dizemos que o Banco Central é uma instituição ímpar, é uma instituição complicada. No momento em que se pede à sociedade e também ao Congresso que façam um estudo sobre o Banco Central, precisamos tirar o fator emocional, que está sempre envolvido em função das atribuições dadas ao Banco Central, que, normalmente, não são das melhores. São atribuições que desgastam a imagem do Banco Central.

Temos visto que o Governo, de modo geral, dentro da sua linha de atuação, tem delegado um papel feio ao Banco Central. Em alguns planos econômicos, ele ficou em situação complicada. Então, o Governo, às vezes, fica com o mérito e a instituição Banco Central acaba se desgastando. Eu acho que o fator emocional é muito importante na discussão e, por isso, precisa ser apartado.

Eu gostaria de dizer que nós, principalmente os servidores, participamos de diversas discussões a respeito do assunto. Em 2002, fizemos um seminário muito importante na Comissão de Finanças. Alguns seminários interessantes foram realizados. Eu passarei a relação deles à Secretaria da Comissão. Avisamos, também, que o **site** do Sinal contém peças importantes que poderiam ser consultadas e nos colocamos à disposição para eventuais consultas que forem necessárias.

Temos uma preocupação muito grande com o início da discussão sobre a autonomia do Banco Central, porque, pelo art. 192, nós teríamos necessidade de fazer uma regulamentação geral do sistema financeiro. Sabemos que é difícil, é complicado mexer em taxas de juros, fixá-las – como vem sendo dito – além de outros problemas que mereceriam um estudo prolongado. Esse fatiamento colocado pelo art. 192, que nos preocupa, faz com que a regulamentação de autonomia de poderes, de mandatos e de estrutura do Banco Central seja feita de forma que não se tenha a visão geral, que não se tenha o todo. O Banco Central deve ser regulamentado por uma lei específica, por uma lei única, abrangendo todos os aspectos de seu funcionamento e de suas atribuições, senão nós iremos perder muitas coisas pelo caminho. O importante é termos a visão do todo para começarmos a fazer esse tipo de regulamentação. Acho que a discussão precisa ser amadurecida, mas, de qualquer maneira,

estamos dando o primeiro passo – pelo menos nesta Comissão. Espero que o debate avance porque se trata de assunto importantíssimo relativo a um órgão que é fundamental para a sociedade. Sem os erros e acertos, eles acabam pesando no bolso de todos nós, que, efetivamente, sentimos como acontece a coisa.

O primeiro ponto dessa discussão devia englobar as atribuições e a missão do Banco Central. Nós entendemos que a missão do Banco Central deve ser modificada no sentido de que ele não tenha somente a função de zelar pela estabilidade da moeda, mas também a de voltar-se para o desenvolvimento social e econômico e a criação de empregos, o que é fundamental. Nas atas do Copom não se vê uma linha sobre o problema do desemprego, ao passo que o Federal Reserve tem entre suas atribuições a criação de empregos. Por quê? É fundamental essa visão diferenciada para um país em desenvolvimento é importante, quando se quer realmente mudar essa concentração de renda que nós temos e também essas divergências sociais.

Outro aspecto que considero fundamental – e isso vem da observação de fiscalizador – é o problema da defesa do consumidor bancário e da defesa da economia popular. Quem é que cuida, nessa terra, dos assuntos ligados aos interesses dos consumidores de serviços bancários? O que o Banco Central faz hoje, na verdade, não considero como uma atribuição que venha sendo desempenhada claramente e com eficiência. Por quê? Na verdade, a livre concorrência que existe hoje, que é uma concorrência até predatória, faz com que não haja como ter alguém ou que os bancos, inclusive, obedeçam a uma norma sobre tarifas bancárias e serviços de modo geral. O que se vê é reclamação e o sistema financeiro crescendo desesperadamente à custa da sociedade, do setor produtivo, e nós estamos praticamente sem poder atuar.

Acho isso importantíssimo porque nós estamos chegando ao limite em que a sociedade não se permite mais ser chantageada pelo sistema financeiro, tanto nas tarifas quanto nos serviços de todas as ordens que são empurrados: títulos de privatização, de capitalização, de previdência e tudo o mais que os gerentes conseguem passar para nós, além das elevadas taxas, tarifas.

Dessa forma, eu acho que a missão do Banco Central tem que ser redefinida, abarcando essa nova orientação no sentido de dar um aspecto social às atribuições do Banco Central.

Com relação às atribuições, eu aqui tenho uma discordância com o Professor Edmar. Também acho que não temos aqui como pensar, num País como o nosso, em separar a fiscalização do Banco Central. Nós sabemos muito bem o que acontece quando se criam algumas instituições que acabam concorrendo entre si. Sabemos da vaidade entre Banco Central, Receita Federal e outros órgãos. A integração é complicadíssima. E o que nós vimos hoje é simplesmente, para que isso tenha um bom funcionamento, haja a necessária a modificação da legislação do sigilo bancário e do sigilo fiscal.

Está aí o problema da CC5, o problema do Banestado. Quem conseguiu apurar alguma coisa? Somente a integração desses órgãos realmente poderia funcionar. Mas, se estivesse tudo num local só, funcionaria? Não sei. O que existe hoje são atribuições específicas de cada órgão que são dificultadas pela lei complementar que trata do sigilo bancário e também do sigilo fiscal. Então, eu acho que isso tem que ser modificado. A integração vem por aí.

Vejo também alguns segmentos da sociedade, hoje, que têm uma preocupação com relação à lavagem de dinheiro mas não sabem como resolver. O combate à lavagem de dinheiro implica a pela fiscalização de alguns outros segmentos, entre eles cartão de crédito e também o segmento das empresas de **factoring**. Quem é que fiscaliza hoje isso no Brasil? Ninguém.

Acho que o Banco Central é efetivamente a instituição capacitada para fazer isso. Agora, tem que lhe dar meios, condições materiais para poder desenvolver essa tarefa. Eu acho importantíssima a fiscalização no Banco Central para acompanhamento, também, do resultado das políticas monetária, cambial, e até da política fiscal, se houvesse um convênio com a Receita Federal.

Na política cambial, nós temos o exemplo de 99, quando havia uma especulação enorme contra o Real. Com a fiscalização do Banco Central, nós conseguimos identificar quem fazia essa especulação, e o Banco Central pôde, em condições mais técnicas e qualificadas, tomar decisões que fizeram com que isso fosse cessado. Então, considero importantíssimas as atribuições do Banco; que permaneçam como elas estão, talvez ganhando algumas outras. É complicado ter um Banco Central clássico num País com as dificuldades que temos hoje na área de fiscalização.

Outro exemplo que podemos citar é o da Venezuela, onde se separou o Banco Central e criou-se uma outra entidade de fiscalização. Quando houve a crise do sistema, o Banco Central de lá e a entidade não se conversavam, não sabiam. Ninguém sinalizou um para o outro, e a crise ocorreu e pegou todos sem que tivessem conhecimento do que estava se passando.

Então, penso que as atribuições do Banco Central têm que ser rediscutidas. É preciso que haja uma consolidação dessas atribuições, sua manutenção e,

efetivamente, que se afaste a possibilidade de se ter um Banco Central clássico, num modelo americano ou do primeiro mundo, quando temos um País em desenvolvimento, com características totalmente diferentes.

É uma preocupação muito grande, de fiscalizador; é uma preocupação de quem tem trinta anos de Banco Central.

Outra informação importante é justamente sobre as condições em que o Banco Central opera hoje, que são complicadas, em níveis orçamentários e também administrativos. Por isso devemos a autonomia orçamentária para o Banco Central e a autonomia administrativa. Sobre isso falarei mais tarde. Só citei porque tem a ver com as condições de trabalho do Banco Central.

A primeira coisa que acredito que tem que ser discutida é a independência do Banco Central. Independência em relação a quê? Como já foi dito aqui.

Acreditamos que o Banco Central tem que se livrar do mercado financeiro, tem que se livrar das garras do mercado e também do Executivo. Por quê? Hoje, do jeito que estamos trabalhando, é possível que o Banco Central seja usado para fins eleitoreiros.

Vamos supor que algum Governo quisesse fazer a supervalorização do Real, jogar a moeda com uma valorização que não seria a correta e se reeleger dessa forma.

É possível que isso aconteça, é possível que o Executivo utilize o Banco Central como instrumento. Portanto, é preciso que abordemos.

Temos a sensação de que a independência do Banco Central deva ser em relação ao Executivo e ao mercado financeiro. Temos que sair das garras do mercado financeiro principalmente.

Hoje, como o Professor Paulo Nogueira observou, está havendo uma inversão de valores. O Banco Central, como agente de regulamentação, acaba ficando preso a uma força maior de mercado, e temos que tentar reverter isso.

A mudança do Conselho Monetário é, para nós, fundamental. Nós já defendemos isso há sete ou oito anos. Sentimos que o Conselho Monetário do jeito que está hoje não tem a menor sensibilidade social. É preciso que o Conselho Monetário seja modificado e a ele sejam agregados segmentos da área de produção principalmente.

Entendemos que o Governo deva ter realmente o controle ou uma composição paritária, mas agentes de produção devem se incorporar ao Conselho Monetário e até, de repente, entidades de trabalhadores, apesar de entendermos que não deva ficar somente nessa posição em que o Conselho Monetário, por telefone, decide, faz, com a agilidade que é preciso, as suas modificações, sem ouvir os demais segmentos. Isso tem pesado muito, porque o Copom acaba recebendo essa carga toda pelas decisões em que não há a sensibilidade total do Conselho Monetário.

O Copom hoje é muito criticado pela política que adota. Acredito até que exista alguma razão. Não entrarei no mérito porque não sou economista. Estou apresentando a visão do funcionamento. Entretanto, grande parte desse desgaste de que o Copom é alvo deveria ser direcionado ao Conselho Monetário. Acredito que essa mudança seja fundamental e, por isso, defendemos a ampliação do Conselho Monetário para que o controle social seja iniciado pelo Banco Central. O controle final seria dado por esta Casa, por meio de uma Comissão Mista à qual o Banco Central prestará contas, não digo nem semestral, mas trimestralmente, quando colocaria sua linha de atuação e também a prestação de contas do que foi feito. Acredito que esta Casa tem uma importância muito grande no controle social do Banco Central.

Defendemos, então, um modelo praticamente sem complicação, de relativa autonomia ao Banco Central. Entendemos que o Ministro Palocci tem razão. O Banco Central já tem autonomia, mas é preciso que essa autonomia seja limitada pelo controle social. Entendemos que não é o caso de criar algo, mas é o caso de limitar a autonomia e estabelecer o controle pelo Conselho Monetário Nacional.

Quanto à colocação do Professor Paulo Nogueira sobre as condições de trabalho do Banco Central, ressalto – apesar de ficar em situação complicada por dar a impressão de ser corporativo – que é preciso que seja iniciada a discussão da autonomia orçamentária do Banco Central, hoje um dos grandes complicadores para que o Banco Central não consiga desempenhar efetivamente todas as suas atribuições.

Cito, por exemplo, o cadastro único de correntistas, que seria tão útil para o combate da lavagem de dinheiro. Durante cinco anos, ficou engavetado porque, ao preço de R$12 milhões, não havia recursos no banco para agilizá-lo.

O Banco Central, ano passado, teve a realização de 50% do seu orçamento inicial cortado. Os projetos definidos no início do ano para desenvolvimento e qualificação de servidores foram prejudicados, uma vez que a Proposta Orçamentária recebeu o primeiro corte quando foi encaminhada ao Ministério da Fazenda e o segundo corte no Ministério do Planejamento. Depois, quando da sua aprovação no Congresso, ela também sofreu alterações. Logo depois, houve o contingenciamento do crédito. Conclusão: no ano passado, dos R$250 milhões a R$280 milhões que seriam destinados

à capacitação de servidores do Banco Central, 50% foram cortados. E isso tem sido constante.

Defendemos mesmo que o Banco Central tenha autonomia orçamentária para que possa, efetivamente, ter mais capacitação para exercer suas atribuições. É preciso que isso seja discutido paralelamente, senão acabaremos criando um grande monstro, um órgão com muita autonomia e poucas condições de trabalho.

Complementando o que o professor disse sobre a qualificação dos servidores do Banco Central, permito-me comentar a falta de concursos. Passaram-se treze anos até a realização de concurso público. Os contratados a partir da aprovação no concurso realizado recentemente já saíram, e teremos de aguardar mais quatro anos para que seja realizado o próximo. Também há o problema da inexistência de plano de saúde para os funcionários do Banco Central, e não temos uma diretoria com capacidade para resolver esses problemas.

É preciso que haja autonomia orçamentária para que os servidores do Banco Central tenham mais condições de trabalhar. Considero essa discussão fundamental e creio que ela deva ser feita conjuntamente com a discussão da autonomia geral do Banco Central.

Isso poderia ser feito com a isenção de contingenciamento, como também é feito com o orçamento do Ministério Público ou de outra forma, dando ao Banco Central a possibilidade de utilizar suas próprias receitas. No entanto, todas essas receitas acabam indo para o caixa único da União, e o Banco Central pouco pode utilizá-las para fins de aperfeiçoamento, e acaba tendo os mesmo problemas dos Ministérios a fim de desenvolver suas atividades e se qualificar. O concurso público é fundamental, assim como o nível exigido para qualificação e manutenção das atividades do Banco Central.

O outro problema é administrativo, a autonomia administrativa que o banco precisa ter. O banco não tem essa autonomia toda. Colocamos aqui alguns problemas que poderiam ser evitados com alguns instrumentos que serão criados até para controle. Cito os escândalos do Banco Marka, do Proer e outros que ocorrem por falta de um marco legal. É preciso que se dê ao Banco Central a amarração de até onde ele pode ir, e que isso esteja colocado dentro da autonomia, a fim de que, em um momento de crise, o Banco não avance o sinal. Isso tem de ficar claro, e é fundamental até para a preservação da instituição e para que seus administradores possam trabalhar com maior tranqüilidade. Não queremos mais autonomia. Queremos a definição de itens no sentido de evitar problemas dessa espécie, que acabam desmoralizando a instituição.

Finalmente, com relação ao mandato, queremos, sim, mandato fixo para a diretoria. A diretoria não tem um mandato atualmente. E o problema de não haver mandato é a vulnerabilidade, considerando que o Poder Executivo, logicamente, detém o poder de demitir a qualquer momento. Há uma vulnerabilidade muito grande da diretoria, que precisava ter um pouco mais de tranqüilidade.

O mandato fixo não criará problemas. Os diretores podem ser admitidos, como o Professor Edmar Bacha disse – quem indica é o Congresso Nacional –, e podem ser demitidos também. Não há essa preocupação. Com relação a esse fato, o funcionamento do Banco Central com mandato fixo seria mais adequado. Também não concordamos com o fato de que o mandato fixo seja não-coincidente. Estamos propondo um mandato que seja coincidente com o mandato do Presidente da República. Do contrário, seria uma forma de conferir muita autoridade e autonomia ao Banco Central. As coisas seriam compensadas. Assim, não sou favorável a que o mandato seja não-coincidente. Não consideramos razoável, e traria um pouco mais de autonomia e dinamismo à diretoria. E, nesse aspecto, ele não seria compatível.

São essas as informações básicas do que seria o projeto e as opiniões dos servidores do Banco Central discutidas ao longo do tempo.

Colocamo-nos à disposição do debate e para qualquer informação que desejarem. O Sinal está à disposição de todos. Seu *site* traz material importante sobre a matéria e vale a pena ser consultado.

Obrigado a todos, ao Professor Edmar Bacha e também ao Professor Paulo Nogueira, pelas exposições feitas. Temos acompanhado o trabalho de divulgação. O material produzido por esses acadêmicos é muito importante e deve ser levado à discussão. Acreditamos que essa discussão tem sido muito engrandecida com a presença dos colegas que têm feito esse discurso a favor e contra a autonomia do Banco Central, apresentando os problemas de política monetária e cambial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Muito obrigado, Sr. Sérgio.

Passamos ao debate.

O primeiro inscrito é o Autor do requerimento, Senador Eduardo Suplicy. Lembro que, para que haja oportunidade, pois há vários Senadores inscritos, vamos estabelecer nossa praxe de 3 minutos para cada pergunta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentar o excelente nível do debate. Hoje, com a presença dos

nossos dois professores de Economia Edmar Lisboa Bacha e Paulo Nogueira Batista Júnior e com a contribuição do Presidente Sérgio da Luz Belsito, iniciamos esse debate sobre autonomia do Banco Central com um extraordinário nível de conhecimento e de experiência com as reflexões dos que estão contribuindo hoje.

Eu gostaria de primeiramente perguntar ao professor Paulo Nogueira Batista qual é de fato a referência bibliográfica que concluiu que a autonomia do Banco Central não proveria necessariamente a estabilidade de preço e, se puder fazer a gentileza de dar alguns dados mais específicos sobre esse estudo, seria importante, porque, há duas ou três semanas, na penúltima terça-feira em que o Ministro Antonio Palocci esteve aqui, apresentou dados informando que a autonomia do Banco Central estaria contribuindo para a meta da estabilidade de preços e para o melhor crescimento da economia. Se puder nos dar exemplos relativamente a quais países que, não tendo a autonomia do Banco Central, tiveram sucesso no que diz respeito à estabilidade de preço e ao crescimento da economia.

O Presidente, Senador Tasso Jereissati, fez aqui uma observação – não no microfone, mas que foi registrada no dia seguinte na imprensa – de que o PT estaria querendo um Banco Central da China. Não é bem isso. Quero registrar isso com muito companheirismo e respeito ao Senador Tasso Jereissati. Mas é fato que as autoridades econômicas chinesas têm tido grande sucesso no que diz respeito ao crescimento sustentado da economia nas últimas duas décadas ou período mais prolongado e razoável sucesso na estabilidade de preços, não tendo, todavia, outros procedimentos. Não estou de acordo com as limitações que lá existem com respeito às liberdades políticas e democráticas, mas é importante estarmos estudando aquelas experiências.

Eu gostaria de saber se há casos de países em que esse estudo estaria demonstrando onde houve de fato o sucesso.

O Professor Paulo Nogueira, a certa altura, mencionou que o Brasil, no período do Presidente Fernando Henrique, teria quase que uma autonomia do Banco Central, se entendi bem. Foi essa a sua afirmação?

O que de fato aconteceu? E formulo a questão ao Professor Edmar Bacha, com respeito a uma observação que ilustra muito bem o caso.

Vivemos uma situação, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em que o Presidente do Banco Central tinha uma concepção de política cambial em cujo prosseguimento insistiu. E houve um momento na equipe econômica em que o Presidente avaliou que precisaria mudar a política cambial, e assim procedeu, com a mudança de um Presidente do Banco Central, o Professor Gustavo Franco, que tinha tido um insucesso em diversos aspectos da política econômica. Teve a confiança do Presidente por bastante tempo, mas houve um momento em que o Presidente sentiu que havia divergências e resolveu, portanto, substituir. Houve algumas substituições em função até da maneia como o Governo precisou enfrentar uma situação internacional e nacional de instabilidade até que novamente voltássemos a ter uma fase de maior estabilidade. Mas aquele foi um fenômeno histórico importante. E talvez isso esteja levando hoje o Presidente Fernando Henrique, à luz da própria história, dizer: "A certa altura, senti a necessidade de modificar o Presidente do Banco Central que, por um bom tempo, teve toda a minha confiança". Mas não foi, nesta ocasião, uma questão ética. Era uma questão de concepção de política econômica. Então, não se trata de uma situação em que o Presidente da República soube de um fato grave na vida daquela autoridade monetária não compatível com a sua continuidade como Diretor ou Presidente do Banco Central, mas de avaliar que a política econômica será mais bem conduzida se ele puder ser substituído. E ele, no caso, fez isso.

Em verdade, avalio que quem tem a autoridade política, conferida pelo povo, para tomar decisão sobre isso é o Presidente da República, pelo fato de ter sido eleito. Então, muitas questões aqui apresentadas, relativas à independência, precisam passar por momentos como esse, tão significativos.

Professor Bacha colocou de uma maneira clara a importância de o Banco Central não ser caixa-preta. E mencionou a importância de estarem aqui os diretores do Banco Central, mas aqui, normalmente, o Presidente do Banco Central tem vindo e definido.

Agora, Professor Bacha, a questão de maior transparência.

Será que as Atas do Copom são suficientemente transparentes para esclarecer tudo que a opinião pública gostaria de saber?

Citarei um pequeno trecho de como é exposta a decisão. Mencionarei um trecho da Ata da última reunião do Copom:

> *"Tal como na reunião de fevereiro, o Comitê considera que os efeitos do ciclo de aumento da taxa de juros, iniciado em setembro de 2004, já se fazem sentir tanto nos resultados mais favoráveis da inflação no início do ano como nas projeções da inflação para os anos mais longos realizados pelo Banco Central e pelos analistas do setor privado. A atividade econômica continua em expansão, mas a um ritmo menor e mais condizente com as con-*

dições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação."

E prossegue, para, no item 30, estabelecer: "Diante disso, o Copom decidiu, unanimemente, aumentar a meta para a taxa Selic de 19,25%."

Quero ressaltar que, muito dificilmente, ficamos sabendo se porventura alguém, dentre os diretores do Banco Central, argumentou diferentemente dessa palavra uníssona na análise e na conclusão. Houve algumas ocasiões em que, na hora da conclusão, falou-se que "por seis a três, decidiu-se aumentar", mas não há o conhecimento de alguém que porventura estivesse dizendo e alertando para outra situação.

Eu gostaria inclusive de ouvir a sua análise, por exemplo, sobre se as taxas de juros atualmente não estão demasiadamente altas; e se, na sua avaliação, uma diminuição, moderada que seja, das taxas de juros – amanhã haverá uma decisão do Copom – não poderia contribuir para um aumento da expansão dos investimentos, da capacidade produtiva e do aumento da oferta de bens e serviços, o que, conseqüentemente, poderia ajudar na meta de estabilidade de preços, se combinada a outra meta, conforme apresentou o professor Bacha, que também deveria estar sendo contemplada: o aumento do emprego. Ou seja, estamos realizando um debate sobre a autonomia do Banco Central, e a autoridade econômica tem-nos dito que o importante é a meta de estabilidade de preços, sem levar em conta que o próprio FED considera, com igual peso, a estabilidade de preços, o aumento da produção de bens e serviços, o aumento do nível de emprego. Ainda seria adequado acrescentar, acreditem, para um País com tamanha desigualdade, a melhoria da distribuição e a erradicação da pobreza.

No que diz respeito a essa questão do emprego, quando o Diretor do Banco Central, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, esteve aqui para a sua argüição e para a aprovação da sua indicação, chamei a atenção para o fato de que a questão do emprego era mínima, conforme o Sr. Sérgio da Luz Belsito mencionou. Desde então, eles abordaram mais o assunto, visto que, agora, há três parágrafos sobre o capítulo do emprego e, na análise, também há mais um referente a esse assunto. Portanto, quero cumprimentar o Copom, que agora começou a analisar um pouco mais a situação no emprego.

Entretanto, por que, por exemplo, seria interessante ouvirmos a palavra seja da representação dos trabalhadores e dos industriais e também do próprio Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia? Farei uma avaliação. Porque poderiam estar, com maior força, transmitindo no Conselho Monetário Nacional a preocupação com o emprego e com a atividade produtiva – não com o sentido corporativo. Houve, aliás, esse receio.

Há algo saudável na decisão de não incluir tantos membros, porque me lembro de que houve uma preocupação. O Diretor e os empresários designados para o Conselho Monetário Nacional estariam tendo uma tal interação com a autoridade econômica que os levaria a ter condições excepcionais de influência com os Ministros em suas decisões em relação aos demais. Então, é melhor excluir esse procedimento.

Ora, essa é uma reflexão importante. Mas, por outro lado, qual a maneira de colocar, com maior peso, no âmbito do Conselho Monetário Nacional e conseqüentemente influenciando a decisão do Copom, a preocupação do nível de emprego? Estamos já há bastante tempo enfrentando taxas de desemprego bem mais altas do que as desejáveis, e não houve até o presente momento um empenho à altura para diminuir o patamar.

Faço a indagação final e pergunto aos três palestrantes: que tal propor ao Banco Central que as reuniões do Copom sejam transmitidas e gravadas? Em vez de haver apenas essa ata da reunião, poderá, 24 horas ou 48 horas depois, ser transmitida a sessão do Copom para que todos saibamos como pensam os Diretores do Banco Central, em sua riqueza de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Os palestrantes devem estar impressionados com os três minutos, mas vale a pena, porque o referido Senador é sempre, principalmente nas questões econômicas, o grande instigador do debate. Se não fosse sua presença, certamente os debates não seriam tão inteligentes nem tão interessantes.

Concedo a palavra ao Professor Paulo Nogueira Batista e, em seguida, ao Professor Edmar Bacha.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – Vou referir-me apenas às perguntas dirigidas diretamente a mim.

A referência bibliográfica solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy é um estudo realizado no Fundo Monetário Internacional por Eva Gutiérrez. É um *working paper* cujo título é "*Inflation Performance and Constitutional Central Bank Independence: Evidence From Latin America and the Caribbean"*. Nesse estudo, entre outros aspectos, a autora faz uma revisão da literatura e comenta que não se conseguiu identificar uma correlação negativa entre independência do Banco Central formal e taxa de inflação nos países em desenvolvimento.

Essa é a síntese que ela faz da literatura no que diz respeito a esses países, ou seja, a maior autonomia do Banco Central não está estatisticamente correlacio-

nada à menor taxa de inflação, no caso dos paises em desenvolvimento. Ela faz uma série de considerações a respeito desse assunto, mostrando como há dúvidas, mesmo numa entidade como o Fundo Monetário Internacional, sobre a base empírica da tese de que o Banco Central independente é fundamental ou muito importante para o controle da inflação.

O Sr. Senador pediu exemplos de queda da inflação com um Banco Central não-independente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deve ser além da República Popular da China, apenas por atenção ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – Ele pediu exemplos de queda da inflação com Bancos Centrais não-independentes ou não formalmente autônomos. Há muitos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Na China, ninguém é independente. Não é somente o Banco Central.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – Houve muitos, porque, na realidade, ao longo da década de 90, houve uma queda generalizada da inflação no mundo. A tendência era praticamente geral, com poucas exceções. Um exemplo que até mencionei foi o próprio Brasil, que conseguiu passar de uma inflação das mais altas do mundo para uma inflação relativamente baixa, com o Banco Central formalmente independente, com os diretores do Banco Central demissíveis **ad nutum**, à vontade do Governo.

Mas, aqui na América Latina, há vários outros países que, tanto com o Banco Central dependente quanto com o Banco Central independente, também conseguiram sucesso. A China é um caso de crescimento extraordinariamente rápido, com inflação muito baixa. Por isso, esse estudo do Fundo Monetário não encontra essa correlação tão clara no caso dos países em desenvolvimento.

Com relação à autonomia do Banco Central no período Fernando Henrique Cardoso, eu quis dizer – não sei se fui bem claro – que várias autoridades da equipe econômica, em vários momentos, manifestaram preferência por um banco central formalmente autônomo em relação ao Governo, com mandato fixo para a Diretoria. Lembro-me, por exemplo, de ter conversado com o Sr. Pedro Malan, quando era Presidente do Banco Central, em 1993, ainda no Governo Itamar Franco, e ele, na época, defendia com muita insistência a idéia da autonomia do Banco Central. Depois ele foi nomeado Ministro da Fazenda e perdeu o interesse pelo assunto. Não percebi grande interesse do Sr. Pedro Malan durante o longo período em que foi Ministro da Fazenda. Até houve, no segundo mandato, o esforço do Sr. Armínio Fraga para estimular a formulação de um projeto de lei de responsabilidade monetária, mas esse projeto - salvo engano - não chegou nem a ser apresentado ao Congresso Nacional. Era um projeto formulado no Banco Central - se não me engano, na Fazenda -, e não chegou a sair de lá.

As suas observações sobre as dúvidas que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tem baseadas na sua experiência são muito pertinentes e estão muito sintonizadas com o que procurei dizer. Não podemos esquecer nunca que somos um país em desenvolvimento ou, para sermos mais claros, subdesenvolvidos. Como país subdesenvolvido, com muitas carências e debilidades, somos estruturalmente mais frágeis e, portanto, mais suscetíveis a turbulências financeiras, a instabilidades econômicas. A nossa história recente e remota está repleta de exemplos. Nesse ambiente de país estruturalmente mais frágil, o direito que tem o Presidente da República de trocar o comando do Banco Central é um direito importante do qual não deve abrir mão, pelas razões que o Senador Eduardo Suplicy lembrou, exemplificando com casos concretos da época do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sobre o Estatuto do Banco Central, o Senador Eduardo Suplicy fez uma observação importante. Não sei quantos sabem que o Estatuto do Banco Central americano prevê o que o Senador disse. Dentre os grandes objetivos que o Federal Reserve deve seguir, não está apenas o controle da inflação ou a estabilidade de preços, mas também a maximização do emprego e taxas de juros de longo prazo moderadas. São os três objetivos que estatutariamente o Federal Reserve deve cumprir.

Então, verificamos que a experiência internacional em matéria de quais objetivos o Banco Central deve fixar é bastante variada e é importante levar isso em conta para não cairmos na última moda oriunda do Fundo Monetário Internacional ou de Washington ou dos economistas brasileiros ou estrangeiros a respeito de como se deve formular o Estatuto do Banco Central.

Por último, o Senador pede que se inclua o combate à concentração de renda e à pobreza no Estatuto do Banco Central. Seguindo um pouco o exemplo do Severo, já me daria por satisfeito se o Banco Central não praticasse a contínua concentração da renda nacional, que é o que faz com a política de juros altos. Trata-se de uma política que, além de vários outros efeitos, tem o efeito menos comentado: o de contribuir para concentrar renda, beneficiando uma minoria da população que detém patrimônio financeiro, ativos financeiros remunerados com as taxas de juro exorbitantes praticadas no Brasil.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Eminente Senador, é um prazer está dialogando novamente e desta vez não sobre distribuição de renda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma das perguntas que fiz foi: que tal incluir como quarto objetivo estabilidade de preços, crescimento da economia, do emprego e melhoria da distribuição da renda para que não se concentre tanto.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Senador, vou ler o art. 170 da Constituição:

> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
>
> I – soberania nacional;
>
> II – propriedade privada;
>
> III – função social da propriedade;
>
> IV – livre concorrência;
>
> V – defesa do consumidor;
>
> VI – defesa do meio ambiente:
>
> VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
>
> VIII – busca do pleno emprego;
>
> IX – tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.

Senador, todos são objetivos muito meritórios, mas onde está a busca da estabilidade de preços? É um ditame da população eleitoralmente comprovado. O PT perdeu, em 1994, por que foi contra o Plano Real e agora está praticando uma política consistente com o controle inflacionário.

Nesse ambiente, como é que criamos um conjunto de instituições que têm suporte de longo prazo para essa idéia de que a busca da estabilidade de preços agora é um valor alto na política brasileira como de fato ele é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo com isso. Não precisa contrapor...

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Senador, não completei meu argumento, mas vou chegar a seu ponto.

Agora, nesse conjunto de instituições, existe especialização de funções. Adam Smith nos ensinou isto desde 1700: "cada macaco no seu galho" desde que todos na mesma árvore.

Essa idéia de ter o Banco Central porque ele roda a guitarra, é isso que ele faz e, portanto, a sua função, no que se refere ao conjunto dos objetivos econômicos nacionais, deve estar relacionada com os efeitos de poder rodar a guitarra, e isso é a estabilidade de preços.

É por causa disso que é essencial que disse que "hierarquicamente" a estabilidade de preços apareça como prioritária como aparece na Lei de 1998, no banco da Inglaterra como o principal objetivo do Banco Central. Não digo que seja o único, mas tem que haver uma hierarquia de objetivos porque outros Ministérios do Governo estão cuidando de outras funções. Espero que harmonicamente.

O número dois do FED, e provavelmente um candidato forte a substituto do Greenspan no ano que vem, esteve conosco no Rio de Janeiro; as palestras que ele nos deu lá estão no *site* do IEPCDG que não sei se está mencionado no meu texto e nos revelou que as reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central Americano são gravadas, e isso tolhe a discussão.

O que o Greenspan faz antes das reuniões é chamar cada um no seu escritório, conversar um pouco, sentir o ambiente e depois vão para a gravação. Há um problema que acho complicado em saber qual é o grau ótico de transparência. Sei que certamente é muito mais transparente do que o Greenspan fez tradicionalmente e que, agora, gente, como Glen Hubbard e outros que estão tornando as atas e os procedimentos do FED cada vez mais transparentes.

Lembremos que o mandato do FED é de 1952. Foi um acordo com o *Treasure* para dar autonomia para o Banco Central de então impor isso e, por isso, se incluiu tudo aquilo em 52. Hoje em dia, a grande discussão e, se Glenn Hubbard entrar substituindo o FED, creio que isso vai se tornar verdade, é que o Banco Central passa a também praticar a política de metas inflacionárias, como o Banco Central Europeu, como o Banco da Inglaterra, como o Banco Central Brasileiro dentre outros países.

Isso quer dizer que você só tem na política o objetivo da inflação. Não. Porque ao fixar a meta e ao fixar a trajetória para chegar nas metas, você leva em conta onde está o produto potencial do País e qual é a distância. O Banco Central está todo o tempo medindo isso. Estamos batendo no teto ou há folga? Esse é um permanente ingrediente da decisão: manter a inflação em declínio com o produto crescendo a seu produto potencial.

Você vai me perguntar qual é o produto potencial e realmente essa é outra questão extremamente difícil. Mas o objetivo está lá, o produto potencial, e quando há choque de oferta, podemos até discutir se os procedimentos foram adequados ou não – acho que isso merece uma discussão técnica de economistas. Mas eles reajustaram a meta de 4,5 para 5,1, por causa do choque de oferta e por efeito dos preços públicos – e podemos discutir se foi suficiente, se não foi suficien-

te. Mas a preocupação com o assunto está lá. Nesse sentido, acho que há que aperfeiçoar a política, e um dos aperfeiçoamentos – se é isso que estamos discutindo aqui – é dar maior potência política à política monetária, para que os eleitores, para que os agentes econômicos saibam que entra governo, sai governo, entra presidente do Banco Central, sai presidente do Banco Central, o compromisso com a estabilidade de preços está aí, e o País então pode se desenvolver com a estabilidade de preços.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Professor Edmar Lisboa Bacha acompanhou tão por dentro, que seria relevante o seu testemunho. Agradeço se puder nos dar.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Senador, eu servi a dois presidentes. Com o Presidente Fernando Henrique, tive a felicidade de poder contribuir, em alguma medida, para o sucesso do Plano Real. Anteriormente, parte como Presidente do IBGE e parte como membro da equipe econômica, também fui membro, como bem lembra o Senador, então Governador, Tasso Jereissati, da equipe do Plano Cruzado.

Com o Plano Cruzado, poderíamos ter estabilizado a economia em 1986. Este País teria sido outro. Em 1985, com plano exatamente igual, com inflação exatamente igual. Israel estabilizou a sua economia com o Plano Shekel. Foi de lá que tiramos. Pérsio Arida, dois meses antes, foi mandado a Israel para saber como eles fizeram, com Michael Bruno. E voltou e copiamos.

O que não fizemos? Não soubemos como sair do congelamento, os israelitas souberam como sair, não é isso? Condicionamos o descongelamento a um fator político – aqui, de novo, a interferência da política eleitoral na condução da política monetária –, e quando foi para fazer os ajustes pós-eleição, qual foi o curso seguido? Foi o curso de não fazer o ajuste e simplesmente deixar a inflação estourar de novo. Havia uma proposta alternativa, e Fernão Bracher, Presidente do Banco Central, que tinha esse recurso, foi demitido, forçado a se demitir, porque queria praticar uma política monetária consistente com o controle da inflação naquela época, depois das eleições.

Portanto, temos exemplos e contra-exemplos. Se Fernão Bracher tivesse sido presidente de um Banco Central independente, ele não poderia ter sido demitido como foi e, provavelmente, teríamos tido uma política monetária adequada para aquelas circunstâncias, o Brasil não teria perdido uma década.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o segundo capítulo?

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Sobre o segundo capítulo, há interpretações e interpretações. O próprio Sérgio aqui fez outro tipo de interpretação: que não era da personalidade do Banco Central, era problema de outra natureza.

Creio, de novo, que não é claro, nessa questão, se, como disse o Sérgio, aquilo foi uma interferência política, que, se o Banco Central fosse independente, não teria havido, ou se foi um problema de personalidade. Acho que cada um vai contar sua história de uma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DA LUZ BELSITO – Eu vou me permitir apenas responder o que está dentro das minhas limitações. O Banco Central tem uma tradição muito forte de conservador, de zelar pelos valores. Não podemos deixar de reconhecer isso. Temos também de ver que o mercado é muito ágil, é muito arisco e sai atrás de qualquer informação. Tanto que, às vezes, o Banco Central trabalha com informações já passadas pelo mercado.

Com relação à transparência das reuniões, o que vejo é o seguinte: seria até uma oportunidade muito grande para mostrar o trabalho de pesquisa feito dentro do Banco Central com relação a evolução de preços. Existe um trabalho perfeito dentro do banco no sentido de coletar informações em toda parte do Brasil. Talvez fosse interessante até checar o critério como vem sendo feito. Acho importante até para dar uma transparência a essa metodologia. Pode agregar. Mas, com relação à transparência total do Copom, digo mais uma vez que o foco talvez não seja esse; acho que ela pode ser filmada, acho que te um grau até de reservas que tem que ser mantido, mas não vejo problema nenhum. Continuo dizendo que o foco não é só o Copom. O Copom está levando muita paulada em função de uma meta mal traçada, por exemplo, onde se tem uma diferença pouca de inflação, de 1% por exemplo, que acho que, se tiver 1% de inflação a mais, os investidores não vão fugir do Brasil, e o custo que está se pagando é muito caro para isso. Então penso que deveríamos mensurar isso. Os trabalhos que o Banco Central poderia apresentar seria esse. Se se quer uma inflação de 7%, vai custar mais isso, pode gerar mais emprego; uma inflação de 5% pode segurar mais investimento? Acho que essa discussão é que deve ser feita. O custo que está se pagando para se manter uma taxa inflacionária que, às vezes, não se concretiza por falta até de condições do próprio Governo em que os preços administrados acabam sendo os causadores da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Muito obrigado.

Eu gostaria de sugerir que agora três Senadores façam as perguntas, e em seguida as respostas,

pedindo aos Senadores que respeitem, na medida do possível, os três minutos.

Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não se preocupe, não usarei os três minutos do Senador Suplicy. (Risos)

Professor Paulo Nogueira Batista, Professor Edmar Bacha, Sr. Sérgio Belsito, Senador Tasso Jereissati, também em outra condição, além de Senador, Presidente hoje da CAE, é o Relator do projeto de autonomia do Banco Central que apresentei desde o ano passado e que vai, eu diria, mais na direção daquilo que foi colocado pelo Professor Edmar Bacha do que pelo Professor Paulo Nogueira Batista, ainda que concordemos, professor Paulo Nogueira, em muitos aspectos do que V. Sª colocou. Eu gostaria apenas de fazer um pequeno resumo dele, para que pudéssemos talvez trocar alguma idéia.

A autonomia operacional seria só para a política – teria que ser muito resumido aqui –, só para a política monetária e cambial. Ou seja, cuidar da inflação basicamente, mas também de outros aspectos na competência. Além dessa competência básica, teria também a de apoiar a política econômica do Governo Federal com vistas ao crescimento econômico de longo prazo, sustentável e não inflacionário, harmonizar suas políticas com os objetivos das autoridades responsáveis pela regulação do sistema financeiro nos seus aspectos prudenciais de solvência e de repressão a ilícito e garantir, por fim, as condições necessárias à eficiência da intermediação financeira do sistema de pagamento. Então a função principal seria o controle de inflação e o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Através de uma lei anual, como já existem outras hoje do Executivo, com diretrizes monetárias e cambiais, seria aprovada pelo Congresso. O banco seria organizado com o Presidente mais seis diretores, aprovados pelo Senado, tanto na sua entrada quanto na sua possível saída ou demissão. A supervisão bancária ficaria fora do sistema do Banco Central.

Não posso propor, por limitação regimental, a criação de um órgão, mas, se pudesse, proporia a criação de uma agência para tratar de toda a parte de supervisão bancária. E estaria fora do Banco Central, como muitos países hoje já fazem. A situação é diferente em cada lugar. Não creio que ser mais desenvolvido ou menos desenvolvido seja motivo para se seguir uma regra.

O Conselho Monetário – concordo com o Professor Paulo Nogueira – seria extremamente modificado. No meu entendimento, ele faria uma intermediação de conflitos entre o Executivo e o Congresso, monitoraria as ações do Banco Central, funcionaria, a rigor, como um poder moderador, poderia até sugerir a demissão do Presidente ou de seus diretores. Mas, para mim, o mais importante de tudo seria regulamentar o mercado financeiro, partindo para uma coisa muito objetiva.

Hoje temos a área bancária e a área de mercado de capitais dentro do Banco Central, a área de seguros, dentro da Susep e a previdência privada também, em outra área. Entendo que essas coisas devem ficar absolutamente juntas, para que se possa ter uma coerência até de políticas de longo prazo.

Os pontos principais seriam esses, de uma forma muito simplificada. O que preocupou muito desde o início da análise de todo esse processo é que verificamos que tínhamos mais de 400 páginas de legislação do Banco Central. Creio que basta essa observação. Outro dia até mostrei aqui e não quis trazer para não ficar repetitivo.

Enfrentamos um problema de concentração bancária muito forte no País hoje, que é responsável por dezenas, centenas de problemas; perdemos todos aqueles bancos pequenos, bancos regionais. Não sei se o Banco Central, com todas essas atribuições e responsabilidades, teria tempo para pensar nisso.

Da mesma forma, verificamos todos esse problemas de altas taxas de juros, enfim, tudo que decorre, no meu entendimento, muito mais de uma falta de concorrência no sistema bancário do que de qualquer outra coisa. Há também o tempo que o Banco Central tem dedicado a essas liquidações ou intervenções que não acabam nunca e que refletem, no fundo, um problema muito sério para o País. Estão hoje nos jornais, acho que na **Folha**, estimativas de perdas com os bancos, alguns que podem sair e outros que não podem.

Queria, nesse momento, usar as primeiras palavras do Professor Edmar Bacha: passar para a discussão concreta sobre a autonomia do Banco Central. Acho que isso foi feito hoje aqui. Quero louvar o requerimento feito pelo Senador Eduardo Suplicy, que tentamos inclusive trazer, porque já há um requerimento meu também, aprovado, Senador Tasso, convidando o Dr. Maílson da Nóbrega para, com os senhores, discutir, mas S. Sª não pôde vir; virá em outra oportunidade. Entendo que o importante agora é passar para essa discussão. Não sei se ao longo dessa discussão chegaremos a determinado dia em que passaremos para a autonomia automática do Banco Central. Não sei, acho que não. Penso que vamos ganhar muito nesse processo, ao discutir todas essas atribuições, muitas das quais não são nem podem ser cumpridas. Devemos caminhar na direção de ter algum tipo de algum tipo de autonomia.

Concordo com o Professor Mauro Nogueira Batista, com o Professor Edmar, também com o Dr. Sérgio,

quanto à revisão do Conselho Monetário Nacional. É preciso rever isso. Considero tímido o meu projeto em relação à composição dele. Isso é para ser discutido e modificado aqui no Senado.

Eu queria apenas dizer que, quando penso em autonomia, lembro-me da questão formulada pelo Professor Paulo Nogueira: deve ser autônomo em relação a quê? Ao mercado, ou aos poderes eleitos? Penso que essa autonomia deve ser pensada em relação ao poder eleito, da forma que está no meu projeto. Em relação ao mercado ou a sair das garras do mercado, como o Dr. Sérgio disse, penso, sinceramente, que o Presidente da República, ou do Ministro da Fazenda, deve decidir se quer uma aderência maior ou menor ao mercado. Eu concordo em gênero, número e grau com o que o Professor Paulo Nogueira Batista disse. Nos últimos anos, essa aderência tem sido total, o que considero ruim. Mas entendo também que o Banco Central sempre teve gente muito competente e que podemos estabelecer algum tipo de limitação para que esses cargos venham a ser exercidos por pessoas que não sejam de mercado.

A regra efetivamente tem sido a de trazer gente do mercado, que volta para o mercado, ou mesmo Ministros que vão participar depois de bancos ou de outras atividades. Eu entendo que é o momento de discutir esse assunto. Não tenho a menor dúvida de que, nessa discussão, estarei muito bem representado pela relatoria do Senador Tasso Jereissati.

Esses eram os pontos que eu queria destacar. Não tenho especificamente nenhuma pergunta, porque, nesse momento, tendo em vista o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, entramos na discussão do problema, naquilo que interessa. Acredito que pode não ser curto esse processo, mas ele precisava ser iniciado, como o foi hoje.

Foi uma satisfação estar aqui com os senhores, ouvir as opiniões dos senhores, mesmo divergindo em alguns pontos e concordando em outros,.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Como nós combinamos, passo a palavra ao Senador César Borges e, em seguida, à Senadora Ana Júlia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que seria importante V. Exª tomar conhecimento do que acaba de informa o Senador Eduardo Azeredo: acaba sair fumaça branca da Capela Sistina. Entretanto, ainda não sabe quem é o Papa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Então, anuncio pela TV Senado: **Habemus Papam**.

O Senador Eduardo Azeredo fica encarregado de nos informar quem é o Papa assim que souber.

Senador, César Borges, em homenagem ao novo Papa, três minutos, por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente Tasso Jereissati, Sr. Sérgio da Luz, Sr. Presidente, agora mais tranqüilo, porque um problema mundial foi resolvido - a escolha do novo Papa pelos cardeais -, podemos entrar nessa questão, que, efetivamente, me parece profunda, complexa e sem consenso. Temos muito mais dúvidas do que certezas com relação à autonomia ou independência do Banco Central.

Na verdade, o Senador Rodolpho Tourinho já citou aqui coisas importantes, mas eu quero apenas lembrar que essa discussão não é de agora; ela é antiga e já ensejou muitos estudos. Estou aqui com um livro que traz algumas observações feitas num debate na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em 2004: Autonomia X Independência. Há algumas posições do Professor Paulo Nogueira que ele repete hoje, com muita coerência. Acho que a posição dele também é de muito receio com relação à autonomia e a como ela se faz.

Ele fala muito de uma preocupação que penso ser a de todos nós: a hipertrofia da dimensão financeira do processo econômico. Aliás, isso nos leva a uma pergunta: quem vai resolver a crise brasileira? É a economia? Ou é a política? Vamos entregar aos economistas, mas dar liberdade ao mercado para resolver as graves questões brasileiras, inclusive sociais? Ou temos de resolvê-las por meio da política, com um mínimo de intervenção do Estado? Claro que somos liberais – sou da Partido da Frente Liberal -, mas, também, entregar um país ao mercado financeiro, longe de mim propor algo parecido.

Se chegamos à conclusão – estou me utilizando, inclusive, das palavras do Professor Paulo Nogueira – de que há uma captura do regulador pelo regulado no nosso País, ou seja, o sistema financeiro captura o Banco Central, com a forma de impor seus interesses prevalecendo nas atitudes e nas medidas tomadas pelo Banco Central. Então, dar cada vez mais autonomia pode ser entregá-lo de uma vez por todas, saindo do controle social e do controle político, que, eminentemente, representa a vontade da população brasileira.

O Professor Paulo Nogueira dizia, àquela época: a questão é a seguinte: independência em relação a quem? Em relação ao poder político, eleito democraticamente, ou em relação às forças financeiras, que freqüentemente têm uma relação simbiótica com os bancos centrais, como no caso do Brasil?

E dizia e diz mais – acho que ele repete na íntegra, não vi nenhuma dicotomia entre o que foi dito naquela época e o que foi dito agora: que falta transparência na atuação do Banco Central. Os mecanismos de prestação de contas são muito frágeis, e não apenas por culpa do Banco Central. E ele atribui a

culpa até ao Congresso Nacional. O Poder Legislativo exerce a sua função de fiscalizar, mas nem sempre de forma satisfatória.

A função do Banco Central de perseguir determinadas metas de inflação é fundamental, importantíssima, mas não é a única. Os bancos centrais têm outras funções. O Banco Central do Brasil, em especial, reúne grande número de responsabilidades. Ele é o órgão que regula e supervisiona instituições financeiras. Funciona, em última instância, até como emprestador para o sistema financeiro.

Pois bem Sr. Presidente, aí está a minha preocupação, baseado no que ouvi hoje do Prof. Paulo Nogueira e do Sr. Edmar Bacha – não pude ouvir o Dr. Sérgio, porque está numa palestra na Comissão de Assuntos Sociais com o Ministro da Saúde, tratando de um assunto extremamente palpitante, que é essa intervenção no Rio de Janeiro, e sobre outros assuntos com relação ao Ministro da Saúde.

Temos hoje uma política de juros altos com a taxa Selic, mas não é somente isso. As instituições financeiras do Brasil têm lucros recordes, históricos. Então, o Banco Central utiliza-se de uma política monetária restritiva, aumenta o nível de juros da economia e reduz o consumo. No entanto, essa política tem favorecido sobremaneira os bancos, em detrimento do setor produtivo. Os bancos brasileiros têm tido lucros extraordinários – os balanços do ano de 2004 foram apresentados, todos os conhecem. O diferencial de rentabilidade é gritante em relação aos demais setores da economia brasileira, quanto à rentabilidade de bancos em outros países. Eu até perguntaria se a rentabilidade dos bancos do Brasil é exatamente muito superior a dos outros países.

Eu perguntaria se, ao institucionalizar a autonomia do Banco Central, não vamos, mais uma vez, beneficiar o setor financeiro e consolidar uma situação extremamente prejudicial ao País.

Outra questão é que, diante desse quadro de juros altos, o que acho pior, mais doloroso e danoso é a forma inequívoca quanto ao maior problema hoje no Brasil que se chama *spread* bancário. Quando ouço a Diretoria do Banco Central, ela diz assim, como Pilatos: lavo as mãos, não tenho nada a ver com *spread* bancário. Não é comigo. Isso é mercado.

Não estamos num mercado livre no setor financeiro. Ele é, no mínimo, cartelizado ou um oligopólio. Os bancos oficiais, como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica, enveredam-se pelo mesmo caminho: vão fazendo lucro em cima da economia popular. E o Banco Central diz que não tem nada a ver com isso, que não pode fazer nada.

O Congresso Nacional aprova uma lei de recuperação de empresas, como a chamada Lei de Falências e, agora, a Lei de Recuperação de Empresas, e eu fiz perguntas para saber se poderá impactar positivamente agora, com mais segurança jurídica, na recuperação do crédito a redução do *spread*? A resposta foi que não sabem ainda, que poderão ver, que vão avaliar.

A nossa expectativa é a de que provavelmente não adiantará nada diminuir esse *spread* – e é um *spread* inaceitável. Mesmo que imaginemos a possibilidade de redução da taxa de juros, o *spread* bancário é elevadíssimo em nosso País.

A partir dessa constatação, eu mesmo apresentei projeto de lei de modo a conferir ao Banco Central a tarefa de estabelecer políticas públicas para a redução do *spread* bancário, inclusive com a fixação de metas. Se temos metas de inflação, que fixemos metas para redução do *spread*. Se é sobre as metas que vamos ajustando a economia, por que manter o *spread* elevadíssimo e deixar o banco praticá-lo como deseja?

Muito bem, esse projeto prevê remessa de relatórios semestrais para o acompanhamento do Congresso Nacional, mantendo as suas prerrogativas de fiscalização. Não é pretensão nossa qualquer intervenção no setor financeiro, mas é preciso dar transparência à questão do *spread* bancário. Penso ser ele um dos maiores entraves que o País tem com relação à retomada do crescimento no nível que desejamos para a geração de emprego e renda no País.

Por último, perguntaria a opinião de V. Sªs quanto a essa possibilidade de redução de *spread* bancário e se a autonomia ou independência do Banco Central iria possibilitar maiores *spreads* bancários ou a sua redução.

Eu tenho as minhas dúvidas. Acredito que vá mais na linha do professor Paulo Nogueira no sentido de que talvez nos arrisquemos a entregar de vez ao mercado a política monetária a cargo do Banco Central.

São essas as minhas intervenções e minhas inquietações. Esta é uma questão muito polêmica, em que precisamos ter muito cuidado se queremos ter fortalecida a economia e o processo democrático no Brasil.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Professor Paulo Nogueira Batista, Professor Edmar Bacha, Sérgio da Luz, presidente do sindicato, quero primeiro elogiar, pois o debate foi bom, é um bom começo – apesar de ser começo aqui, porque o

debate é bem antigo. Quando Deputada Federal, em 1995 e 1996 – depois fui ser vice-prefeita de Belém –, eu participava da Comissão do Sistema Financeiro na Câmara dos Deputados. Aquela Comissão tinha como membros vários economistas, vários Parlamentares e fazia debates sobre vários assuntos. Assim, não poderíamos deixar de discutir essa matéria na organização do sistema financeiro.

Estamos devendo ainda à sociedade uma proposta nova de Banco Central no Brasil. Primeiro, penso que copiar modelos clássicos para a nossa situação é um erro, pois temos características nossas. Isso não significa que as propostas e teses não tenham base, mas temos de proceder de acordo com a nossa realidade.

Quero dizer que não consegui mudar a minha opinião ainda. Continuo com a que tinha à época, mesmo tendo participado dessas últimas discussões mais recentes sobre a autonomia do Banco Central.

Quero dizer, Senador César Borges, que concordo com o que V. Exª fala em relação a não darmos mais autonomia ainda do que o Banco Central hoje já tem. Temos, sim, de mudar a política, a composição do Conselho Monetário.

Vou citar um exemplo: o FED, o Banco Central americano, na sua composição, tem presidentes de Bancos Centrais regionais. Nesses bancos centrais regionais, 1/3 é representativo das classes produtoras de cada região; 1/3 é representativo do sistema financeiro; e o outro é dividido entre representantes de notório saber de sindicatos de trabalhadores.

O Banco Central pode ter como prioridade controlar a inflação, mas como, com uma política econômica que tem impactos na geração de empregos e na distribuição de renda? Esse fato deve ser observado. O Ministério do Trabalho funcionará dissociado dessa política? Isso não existe. É óbvio que essas coisas têm relação.

O Banco Central, a meu ver, já tem autonomia excessiva. Creio que o Governo anterior foi uma referência no sentido de que é possível modificar a situação. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso entendeu que havia necessidade, agiu nesse sentido. E nem por isso criou projetos ampliando a autonomia. Não é possível. Não vamos crer que podemos colocar técnicos. Desde quando técnicos, mesmo que de notório saber, estarão livres e representando os interesses da maioria da população? Por que eles têm mais legitimidade do que um governo que foi eleito pelo povo? Não acredito que tenham. Não existe técnica se o técnico não estiver, na verdade, servindo a um objetivo. É isso, o técnico serve a um objetivo que é determinado por decisão política. Até porque torço para que nosso Presidente possa mudar a diretoria do Conselho. Estamos precisando.

Na verdade, não tenho perguntas. Concordo com o que o Professor Edmar Bacha disse com relação à transparência. Podemos e devemos alterar a composição do Conselho Monetário no sentido de agregar setores produtivos. Quando digo setor produtivo falo também dos trabalhadores. A política do País é decisiva para a geração de empregos. Falo da política desenvolvida pelo Banco Central, que deve estar casada com os objetivos de geração de emprego e distribuição de renda. Continuo preocupada em relação a uma autonomia maior ainda, concordando com o que disse o Professor Paulo Nogueira Batista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, último Senador inscrito. Em seguida, os três debatedores responderão às perguntas, e encerraremos a reunião.

V. Exª tem a palavra, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de dirigir minha saudação aos palestrantes, o Professores Edmar Bacha e Paulo Nogueira e o Dr. Sérgio. Minha pergunta é muito simples. É a respeito do chamado consenso em torno da autonomia do Banco Central. O consenso é internacional. Li a palestra do Professor Paulo Nogueira proferida na Câmara dos Deputados. S. Sª preocupou-se em dizer que não existe esse consenso. Já ouvi outros professores e técnicos dizerem que o consenso é inconteste, que no mundo inteiro a maioria dos bancos centrais é autônoma, que as experiências estão dando certo.

Gostaria de perguntar se é um critério válido que deve ser levado em conta. Claro que é. É elementar que nos preocupemos com aquilo que está dando certo no resto do mundo. Não que se vá imitar, mas que haja preocupação com aquilo que está dando certo.

Então a minha pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pediria, então, aos debatedores que iniciassem as respostas aos quatro Senadores, começando pelo professor Paulo Nogueira Batista.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – Obrigado.

Senador Rodolpho Tourinho, todas as intervenções foram muito ricas; portanto, terei dificuldade de fazer justiça a elas ao responder as perguntas apresentadas.

O Senador Rodolpho Tourinho tentou resumir um projeto que não conhecia, infelizmente, e que é bastante amplo e complexo, pelo resumo que nos fez aqui. Por exemplo, surge-me uma dúvida que creio que valeria a pena discutir ao longo do tempo, na tramitação desse

projeto. V. Exª mencionou que a atribuição de política cambial, assim como a monetária, ficaria com o Banco Central. O que fazer, por exemplo, com a questão da definição do regime cambial, que é um aspecto da questão cambial? Isso ficaria a critério do Banco Central, ou não? Essa é uma questão muito importante, porque me parece que não é possível que o Banco Central resolva sobre o regime cambial isoladamente, tal a importância que essa questão tem.

Referi-me ao exemplo que ocorreu durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, do apego de um determinado Presidente do Banco Central a um determinado regime cambial, da dificuldade de modificá-lo. Maior teria sido se esse Presidente tivesse mandato. Mas posso dar um exemplo mais recente que mencionei, de passagem, na minha exposição, que é o seguinte: o Banco Central, hoje, na realidade, domina as decisões sobre o grau de conversibilidade da moeda brasileira em relação a moedas estrangeiras. Na prática, inclusive, age atropelando o Congresso Nacional, na medida em que legisla ao arrepio das leis, por meio de resoluções juntamente com o Conselho Monetário. Fez isso agora, novamente, no meu entender, nesse pacote cambial de março, sacramentando essa liberdade excessiva de remessa de capital para o exterior. Mencionei esse ponto.

Então como ficariam essas questões, em um Banco Central redefinido? São questões da maior importância e que não podem ser definidas por uma tecnocracia que resolve isoladamente.

V. Exª mencionou, também com muita razão, a importância da questão da concentração bancária no Brasil. Isso também foi mencionado pelo Senador César Borges. A quem cabe defender a concorrência no mercado bancário? O Presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) chamou a atenção para os abusos que freqüentemente ocorrem em matéria de tarifas de serviços bancários e para o fato de que o Banco Central – segundo a avaliação dele – desempenha mal a tarefa de regular, de acompanhar as práticas bancárias nesse terreno. Como fica a concentração bancária? Como fica a defesa da concorrência em um mercado bancário tão concentrado? É atribuição do Banco Central ou será atribuição de outra agência?

São questões extremamente complexas. Hoje, estão a cargo do Banco Central. V. Exª mencionou a decisão de se criar uma agência para a supervisão bancária. Tudo isso é defensável, porém, é preciso ter consciência de que exige um esforço institucional imenso. Ter-se-ia que tirar todo um conjunto de tradições, práticas, sistemas de informação, funcionários que hoje há no Banco Central e criar uma outra estrutura. Isso não se faz facilmente. Pode haver muita perda de eficiência nesse processo. Há custos. Essa é uma questão, portanto, difícil também.

Já estou com o seu projeto aqui e vou examiná-lo com interesse.

O Senador César Borges disse algo importante: "Há muito mais dúvidas do que certezas nessa questão da autonomia do Banco Central". Isso tem relação com a afirmação do Senador Garibaldi.

V. Exªs podem ter certeza de que, quando a questão é muito importante, fundamental e algum economista diz que há consenso entre os economistas, geralmente está mentindo, enrolando, exagerando, porque é muito raro haver consenso entre economistas. Muito raro. Em questões de grande porte, é muito raro que isso aconteça. O que há, como o senhor mencionou, é uma hipertrofia do sistema financeiro e uma hipertrofia da influência do sistema financeiro sobre o pensamento econômico. Os economistas foram financeirizados – e não só no Brasil. E hoje obedecem a uma escala de valores e de prioridades que vêm, em grande medida, da órbita financeira privada. O senhor mencionou a questão dos bancos e do *spread* bancário, questão fundamental. Todos os levantamentos que eu conheço mostram que as diferenças entre as taxas de empréstimo dos bancos brasileiros e as taxas de captação estão entre as maiores do mundo, quando não são as maiores do mundo. A que se deve isso?

Em parte se deve à falta de competição, ao caráter cartelizado, oligopolizado do sistema bancário. Quem está dizendo isso não é o Senador César Borges ou eu. Quem diz isso – eu gosto sempre de me apoiar em autoridade conservadoras e fiquei felicíssimo em saber que o Milton Friedman usa frases parecidas com as que eu uso, como o Basha me lembrou e eu vou até atrás da referência... Mas um estudo recente do Fundo Monetário Internacional, feito no Fundo chama-se "Do Brazilian Banks Compete?" – "Será que os Bancos Brasileiros Competem?" E esse estudo conclui que o mercado brasileiro é muito concentrado e que esse alto grau de concentração do mercado bancário é um dos fatores que explicam a elevadíssima distância entre as taxas de empréstimo de captação chamadas *spread* bancário que vigora no Brasil.

Então, eu tenho a impressão que será agravada, se a questão do Banco Central for tratada como eles se sugerem que seja. Inclusive alguns setores do Governo atual no Brasil assim o fazem.

A Senadora Ana Júlia tem toda a razão, no meu entender, quando diz que nós não podemos copiar modelos clássicos ou modelos estrangeiros. Nós somos um País em desenvolvimento, com muitas especificidades; nós temos que ter criatividade para imaginar

uma estrutura institucional adequada as nossas especificidades. A senhora tem toda a razão.

E concordo também com sua afirmação importante: o Banco Central já tem excesso de autonomia. Dar mais autonomia ao Banco Central seria, no meu entender, uma temeridade.

E talvez o ponto mais interessante que a Senadora levantou tenha sido a contraposição que fez entre a legitimidade dos economistas, dos tecnocratas, comparada com a legitimidade dos políticos para decidir o que é bom ou não para o País, o que é interesse público e o que não é. Não há nenhuma razão para nós imaginarmos – aliás, ao contrário – que economistas não eleitos que tenham até vontade de serem eleitos, mas que não tenham votos para tal tenham mais legitimidade pelo seu conhecimento científico para ditar o que é o interesse público.

Quero aqui lembrar, porque às vezes as pessoas esquecem que a ciência econômica não é uma ciência exata. É uma ciência social, repleta de incertezas. Os nossos modelos, as nossas estatísticas, as nossas técnicas de mensuração são todas repletas de problemas. Todas as decisões econômicas, ainda que tomadas sob o manto da tecnocracia e da decisão puramente científica, são decisões que envolvem valores, julgamentos, dúvidas, incertezas.

Então, não tem cabimento no meu modo dever transferir decisões que são fundamentais para o País para uma tecnocracia de economistas protegidos por um cordão sanitário que seria a lei de autonomia do Banco Central.

E finalmente sobre a ampliação do Conselho Monetário Internacional, a favor do que vários Senadores aqui se manifestaram, eu, como disse, estou de acordo com essa idéia, mas volto a insistir que nós precisamos combinar isso com uma retomada da preocupação dos Constituintes. No antigo art. 192, que foi emendado recentemente, os Constituintes pediam que "lei complementar estabelecesse requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo".

Não me parece válida a observação feita pelo Senador Rodolpho Tourinho, de que isso é problema do poder do Presidente. Observo que, ou entrando, ou saindo Presidente, o quadro é o mesmo. Isso sugere fortemente que estamos diante de um problema mais profundo, de caráter estrutural, que deve ser enfrentado com reforma institucional.

Volto a submeter à consideração de V. Exªs a idéia de limitar o número de diretores que possam vir diretamente do mercado financeiro para a diretoria do Banco Central, estabelecer uma quarentena longa e bem regulamentada na saída. Acho isso tudo muito importante para garantir a independência do Banco Central.

Finalmente, de certa forma, já respondi à pergunta do Senador Garibaldi, mas, como diz o Edmar Bacha, essa questão da autonomia do Banco Central é uma espécie de "Bossa Nova", porque os economistas foram financeirizados e ficaram um pouco parecidos com o mercado financeiro, muito sujeitos a bolhas e modismos.

O modismo mais recente dos economistas, no campo monetário, é essa onda pró-autonomia do Banco Central, geralmente combinado com a introdução do regime de metas para a inflação. Então, esse gráfico que o Edmar Bacha nos trouxe mostra como é recente o aumento de número de Bancos Centrais formalmente autônomos. Isso se sucede a outras modas abandonadas.

Nos anos 70, a moda era aquela que o Milton Friedman defendeu e lançou: de âncoras monetárias, de fixação de metas para a base monetária. Isso se espalhou no mundo inteiro. Friedman sempre foi contra o Banco Central independente, porque queria colocá-lo no piloto automático.

Essa moda fracassou, e tentaram outra: a âncora cambial. Embarcamos nessa de corpo e alma e pagamos um preço extraordinário. Agora vieram com uma outra moda: regime de metas para a inflação e querem complementar com o Banco Central.

Senador Garibaldi, asseguro a V. Exª que, no campo teórico, empírico e acadêmico, tanto aqui como no exterior, não há consenso sobre a conveniência de essa moda ser aplicada em todos os países e em todas as circunstâncias. Assim como essa moda, hoje, vigora, daqui a dez anos, poderemos descobrir outro caminho "sensacional" para o desenvolvimento da política monetária, que vai surpreender-nos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, como V. Exª substitui o Senador Tasso Jereissati, algumas respostas também se dirigiam a outros palestrantes. Então, somente o Professor Paulo Nogueira Baptista Júnior é que respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª, então, aguarda a resposta do Professor Edmar Bacha?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, com muita honra.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Srs. Senadores, agradeço muito a V. Exªs. Não vou poder fazer justiça à profundidade dessas intervenções. Penso que, se vai demorar, vamos fazer alguma coisa: aceita a minha proposta de colocar na Constituição que a busca da estabilidade de preços é um objetivo da ordem econômica brasileira. Acredito que uma proposta de emenda constitucional pode ser consensual.

Podemos discutir a possibilidade de se dar independência ou não ao Banco Central; se esta independência melhorará a estabilidade de preços. Agora, não podemos renunciar à evidência de que o eleitorado quer isso; e isso não está na Constituição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo com isso.

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Isso daria uma mensagem muito forte para os famosos mercados, para os agentes econômicos e para cada um de nós que tem poupança. O Governo está querendo colocá-la com prazos mais longos. Se houvesse na Constituição um princípio estabelecido de que a classe política, muito mais importante do que qualquer técnico, poderia colocar na Constituição. Vamos colocar isso agora. No meu item, já anunciei isso. Então vamos lá: a busca do pleno emprego e da estabilidade de preços, que são duas coisas que interessam à classe trabalhadora brasileira, emprego e poder de compra. Acho que isso, então, se eu conseguir sair daqui, já ganhei meu almoço que o nobre Senador Tasso Jereissati me prometeu em seguida.

Senador César Borges, realmente há um problema com o sistema financeiro brasileiro: é altamente concentrado. Há um problema chamado Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que ninguém mencionou, e cujos custos são o dobro dos bancos privados. Obviamente, quando você tem dois monstros que ocupam metade do mercado e os seus custos são duas vezes o seu, o que você faz? Você nada de braçada, porque seus *spreads* são tão grandes... Então, acho que há um problema, mas não é só do sistema banqueiro privado. É um problema de fazer com que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal continuem nessa trajetória dos últimos anos, para se tornarem, eles também, competitivos, para, inclusive, poder, com o rebaixamento dos seus custos, de fato conseguir concorrer com os bancos privados sem precisar de capitalizações – e capitalizações como nós vimos já recentemente, dadas com autorização do Senado Federal para recapitalizar. Por quê? O custo é alto, abaixa o *spread*, tem prejuízo, descapitaliza, vem aqui e busca a grana.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Banco Central pode interferir no *spread*?

O SR. EDMAR LISBOA BACHA – Temos que criar condições de concorrência. Há essa discussão sobre se é o Cade ou não. Tem que haver um órgão regulador da concorrência.

Agora, V. Exªs querem saber uma coisa de concorrência? Temos toda essa discussão aqui, no Brasil, ninguém gosta de bancos, o *spread* está muito alto. Por que a política nacional não admite a liberalização dos serviços financeiros? Perguntem-me: por que isso está inscrito? Não vamos à OMC porque queremos, de um lado, liberação agrícola, mas o que eles querem de nós, entre outras coisas? Liberação do setor financeiro, e isso não. Por que, se o nosso objetivo é aumentar a concorrência do sistema financeiro aqui? Então, para aumentar a concorrência, eu diria três coisas: dar maior eficiência ao setor público; dois, liberalizar a importação de serviços financeiros; três, ter um órgão de controle e de regulação da concorrência mais efetivo, definindo as funções respectivas do Cade e do Banco Central a esse respeito. Não sei se eu seria a favor de que esse "transatlântico" do Banco Central tenha mais essa função também.

Quanto ao *spread* bancário, Senador, V. Exª nota que há dois tipos de empréstimos: empréstimos de financeiras para automóveis com alienação fiduciária e o recentemente inventado pelo Governo Lula empréstimo consignado, em que os *spreads* são muito pequenos. O que sugere que há possibilidade de normas legislativas – espero que a Lei de Falências venha a ser uma – que, através da redução da inadimplência prospectiva, façam com que os que pagam paguem menos.

Então, temos que pensar como essa questão do crédito consignado, que foi um enorme avanço na nossa legislação – espero em Deus que os juízes não considerem isso como infração ao artigo da Constituição que diz que o salário é prestação alimentar e, portanto, não pode ser sujeito a impugnação, está permitindo todo esse acesso de gente que nunca o teve. Então, o banco cobra 8%, 10% no seu cartão especial, no seu crédito, e para a mesma pessoa, quando usa o crédito consignado e coloca como garantia o salário, são cobrados 2%. Então, V. Exª vê: é o mesmo, só que foi uma invenção legislativa importante que fez com que abaixasse os juros para o crédito consignado.

Portanto, há coisas a fazer que também considero muito importantes.

O Senador Garibaldi Alves Filho estava falando ali, eu estava olhando a lista de ex-Presidentes da Comissão e me deparei com Roberto Campos, eminente frasista. Uma das frases que ele diz é a seguinte: "Se tem só no Brasil e não é jabuticaba, não é coisa boa".

É fato que é moda recente, mas nos Estados Unidos é moda tradicional, sempre foi, o FED está

independente, formalmente, desde os anos trinta, reforçado em 1952 e agora também, em 70, houve mais um reforço. Quando criaram o euro, uma moeda que ninguém sabia o que ia valer, eles resolveram dar credibilidade e criaram um banco central extraordinariamente independente. Essa foi a maneira de criar credibilidade para uma moeda nova, e é uma tecnologia que vem dando certo. Está sendo adotada por vários países; todas as grandes democracias adotam isso. Existe uma grande democracia na Ásia que não adota ainda, que é a Índia, que está travando discussões como a nossa, porque lá, inclusive, a subordinação do Banco Central ao Ministério da Fazenda está prevista na Constituição de 46. Estão discutindo formas de fazer isso, e certamente nunca tiveram a experiência inflacionária terrível que tivemos aqui, portanto, podem se dar um pouco a esse luxo.

Senadora Ana Júlia, **data venia**, estamos tratando aqui de agências reguladoras, e o Banco Central é uma agência de regulação da ordem monetária e financeira, é um ente público. Mas, se é assim, por que é necessário conceder autonomia para tal agência?

Essa noção de autonomia está ligada ao objetivo maior de garantir o bom funcionamento da infra-estrutura de bens e serviços, porém a atribuição da economia está ligada a uma perspectiva de longo prazo do Estado, que delega às agências a tarefa de garantir o desenvolvimento e os investimentos necessários para expansão dos bens e serviços.

Neste sentido, uma agência como o Banco Central existe para resistir a pressões de curto prazo, sejam as de natureza eleitoral, sejam as emanadas dos grupos econômicos diretamente interessados, que é exatamente o que estamos discutindo aqui. Para evitar que setores-chave da economia, como o Banco Central, sejam desequilibrados por decisões imediatistas, geralmente alheias ao interesse público, a experiência internacional sugere a conveniência de dotar de autonomia um corpo de dirigentes cujo mandato está vinculado à capacidade de garantir a execução dos objetivos de longo prazo fixados pelo governo e de zelar pelos contratos assinados entre o setor público e os agentes privados.

Essa é a engenharia das instituições públicas que mescla o poder governamental de fixar metas ou a existência de um corpo de especialistas voltados para perseguir esses objetivos públicos e de zelar pelo cumprimento dos contratos. Essa é uma condição básica para atração de novos investimentos privados. Por isso mesmo, ao dotar as agências reguladoras, como Banco Central, de autonomia, o Governo sinaliza claramente para a estabilidade das regras econômicas, fundamentais para o desenvolvimento do País e a garantia dos direitos dos consumidores e usuários dos serviços essenciais, roteiro para o debate programático do PT, aprovado semana passada pelo grupo majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, prezado Dr. Edmar Bacha, Dr. Sério da Luz, na verdade parece que não foi o Bacha que assinou embaixo, mas o PT. Parece que há uma inversão de ordem.

Ouvi, infelizmente, não as exposições, mas parte de alguma resposta oferecida pelo Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior a respeito da autonomia do Banco Central, que é o tema central deste debate. Portanto, começo e termino por aqui.

Tenho o maior respeito e admiração pelo Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior. No meu gabinete, todos os seus artigos são lidos e catalogados com o apelido de PNB Júnior, para ficar mais fácil, porque temos respeito pela sua coerência, pelo seu vigor ao defender as suas idéias, embora nem sempre concorde com elas. Então, a minha posição é claramente favorável à autonomia do Banco Central, por entender que, por ela, terminamos chegando, sem dúvida alguma, a um controle mais eficaz da inflação, abrindo-se com isso perspectivas de taxas maiores e sustentáveis de crescimento para a economia. Apavoro-me quando vejo uma inflação de 8%, porque se aproxima dos dois dígitos. Não dá para brincar com isso. Gostaria que tratássemos com a máxima dureza a inflação e enfrentássemos aquele problema que está posto para essa nova geração de solucionadores, ou seja, o porquê de taxas de juros tão elevadas. Queria que nos dedicássemos a isso agora, jamais permitindo que o problema antigo – ou melhor, que não é antigo, que é novo, – se retemperasse e se revigorasse.

Então, não vejo contradição entre o rigoroso combate à inflação e o desenvolvimento. Ao contrário, só acredito no desenvolvimento sadio se tivermos inflação a mais baixa possível, desde que não asfixie a atividade econômica, para que o Brasil funcione a contento.

Digo tudo isso porque o Brasil, inserido como está na sociedade de mercados globalizados, tem alguns objetivos a cumprir. Um deles é passar a ser considerado com grau de investimento, *investiment graded*. Ele não chegará a isso se entre outros pontos a serem satisfeitos não constar a autonomia do Banco Central. Acho que precisa muito disso.

Não preconizo um Banco Central intocável. Começo dizendo – não sei se isso seria desagradável – que não acho correto avançarmos na discussão da autonomia do Banco Central antes da demissão do seu

atual presidente, que está cercado de denúncias. Espero que sejam todas falsas e que, como cidadão, ele se defenda. Se Deus quiser, ele provará sua inocência e será absolvido. Digo isso a respeito do cidadão, porque o presidente do Banco Central tem de ser como a mulher de César, isto é, além de honesta, ela tem de parecer honesta. César perdoou o suposto amante, mas não pôde perdoar a suposta adúltera com que não pôde continuar casado. Ele não tinha certeza de nada. Queria apenas que não houvesse dúvidas com relação à honestidade de sua mulher. Vejo essas denúncias como um empecilho à continuação do atual presidente do Banco Central no cargo. Então, o Banco Central, que hoje não é autônomo, tem um presidente que não merece a confiança de amplos segmentos da sociedade brasileira. Não prego, portanto, um Banco Central intocável, em que possa haver prevaricação, em que possa haver peculato, em que possa haver evasão de divisas, sonegação fiscal. Nada disso; preconizo regras duras, supervisionadas pelo Senado. Se Alan Greenspan perder as condições políticas de conduzir a economia americana, de manter a guarda da moeda americana, ele cai. Já andou balançando. Não penso que Alan Greenspan leve os Estados Unidos ao caos. Se lá existe uma situação difícil, ela não é causada por Greenspan. Repito, não penso que o Banco Central deve ser intocável. O Senado seria o foro correto para decidir isso – nomeação pelo Presidente da República, mandatos não coincidentes. E aí Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Dr. Sérgio da Luz, podemos fazer um esforço para identificar quem ou o que exatamente causa o *spread*.

Sinto que minha lógica que não é igual à do Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, mas entendo que nós chegaremos muito mais facilmente a um *spread* civilizado, que para mim teria de ser 6% ou 8% a mais do que as taxas básicas. Devemos percorrer o caminho do ajuste fiscal, que não é diferente do que vem tentando no Brasil há alguns anos. Entendo que o modelo das metas de inflação é o adequado para o País. Entendo que se deva deixar o câmbio flutuar, intervindo apenas para evitar volatilidade excessiva.

Entendo que, portanto, nós devemos, com um outro passo, com um passo de uma certa lógica, chegar à autonomia do Banco Central e cercar essa autonomia de todos os cuidados que ocorrem certamente em países que têm praticado isso com êxito. Isso terá como conseqüência natural, a meu ver, também vermos os *spreads* caírem. Até porque não tem cabimento se dar todos esses passos e não se liberar a concorrência no setor financeiro de uma maneira mais forte.

Portanto, não tenho perguntas. Tenho essa observação. Sei que cheguei no fim de uma bela exposição. Tivemos um início de um debate com o Ministro da Saúde. E o tema era mais momentoso. Estou lamentando muito ter perdido a exposição de todos. Assim, não tenho questionamentos a fazer. Tenho o posicionamento, ou seja, dizer que, dentro do meu Partido, eu luto para que nós – e não temos unanimidade no meu Partido – adotemos esse ponto de vista. E isso não reduz em nenhum minuto o respeito que tenho pelas opiniões divergentes. Entendo que todas elas devem ser colocadas na mesa, porque acredito que os que acertam e os que erram – e eu não sei quem acerta e quem erra, espero estar acertando - eles todos, os de boa-fé, querem um País mais justo, um País com *spread* razoável, mas não por sonho; um País com inflação baixa, mas não também por decreto; um País com um setor financeiro vigoroso, mas não com bloqueio a participação de fora para dentro. Queremos um País – e disse muito bem o Professor Bacha – com menos subsídios agrícolas, mas não sem discutirmos à mesa quais são as compensações.

Estou até agora boquiaberto com o que vai ocorrer na OMC. Estou boquiaberto, porque o Brasil se lança, sem contar com o Uruguai; ele se lança, apesar do Uruguai. Depois, o Brasil consegue uma proeza genial, algo de que o Barão do Rio Branco deve estar morrendo de inveja na tumba, porque saímos contra o Uruguai. Perdemos do Uruguai, porque fomos o primeiro desclassificado com toda essa bazófia em torno dessa política externa fantástica que faz os ditadores da África babarem de satisfação quando encontram com o Presidente Lula, enfim.

Mas, de repente, perdemos do Uruguai e estamos na seguinte situação, Senador Tasso: vamos votar no representante das Ilhas Maurício – e nem ao Presidente Lula ocorreu ir lá, até hoje. Temos o Pascal Lamy, que tem duas situações. Uma é uma pérola, porque a Amazônia é mal administrada pelos brasileiros, e, portanto, ela pode ser perfeitamente gerenciada por uma força de paz da ONU. E é uma figura completamente a favor de se sustentarem privilégios para aquela agricultura pouco competitiva e decadente da França. Logo, alguém que agride brutalmente a perspectiva de empregos aqui do Brasil.

O do Uruguai é visto como alguém que, em algum momento, teria feito o jogo dos países desenvolvidos, mas ele é de um país emergente sem o qual o Brasil não consolida o Mercosul. Então, francamente, eu não aceitaria ter uma conversa com o Ministro Celso Amorim assim. Teria de ser eu e ele, informalmente, ouvindo uma música clássica. Eu não posso ter uma conversa dessas com ele, formal. Teria de ser "Celso, vamos con-

versar? Vamos ali. Há um lugarzinho tranqüilo. Vamos. Explique, porque essa não dá para entender."

E o Brasil, com isso, demonstra que essa sua política, a meu ver, terceiro-mundista, infantil, essa sua política de fazer uma viagem ao Oriente Médio – dizem que é uma viagem de negócios – e não visita Israel e Arábia Saudita, e solta um comunicado com aquele ditador sanguinário da Síria! Eu fico pasmo com os caminhos e com o que isso pode representar para a economia, ao longo dos tempos que se vão desdobrar.

No mais, quero homenagear as três figuras representativas, o Sr. Sérgio da Luz, que trabalha no Banco Central – e são tão importantes os funcionários do Banco Central! –,o Professor Edmar Bacha, a quem o Brasil muito deve.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Arthur Virgílio, interrompo V. Exª porque foi anunciado o novo Papa. O Cardeal alemão Ratzinger foi escolhido como o novo Papa. A reunião começa agora a ter mais efeito. O Senador Tasso Jereissati anuncia que será o Benedito XVI. O carmelengo da Comissão de Assuntos Econômicos é o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Professor, basta que o Brasil tanto deve. Afinal de contas, a figura da estabilização veio em função dos fracassos passados. Todos os fracassos são bem-vindos, porque aprendemos muito com eles. Aprendemos com o Plano Austral, com as experiências da Polônia e de Israel. Aprendemos com os equívocos em torno do Plano Cruzado. Não houve nenhum milagre, mas um acúmulo. E o Brasil chegou, em determinado momento, a compor um plano, com as pessoas certas nos lugares certos. Tivemos esse avanço na estabilização.

O Professor Paulo Nogueira Batista Júnior é um economista de escol, uma figura respeitabilíssima da qual se pode ter o atrevimento de discordar, mas a quem não se pode ter o desplante de desrespeitar. Portanto, fico muito feliz de poder participar desse final e muito triste de não ter participado do restante. Teria aprendido muito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Fica, portanto, encerrada a reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, dia 26, para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado a todos. Boa-tarde.

(Levanta-se a reunião às 13h50min)

Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão De Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de abril, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinqüenta e sete minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, do Senador Mão Santa, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, José Jorge, Arthur Virgílio, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Almeida Lima, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, José Maranhão, Fernando Bezerra e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Luiz Otávio, dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan; e em 22/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. A apreciação da matéria é adiada a pedido dos Senadores Jonas Pinheiro, Relator da matéria, e César Borges, Autor do Projeto; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004, Complementar, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de

Comunicação, e dá outras providências", de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. O Presidente designa o Senador Álvaro Dias Relator Ad Hoc. Após a leitura do Parecer pelo Senador Álvaro Dias, a Comissão aprova o Parecer do Relator com as Emendas nºs 01 e 02 apresentadas; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 12/04/05 foi concedida Vista ao Senador Delcídio Amaral nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Rela-

tor o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003, Complementar, não terminativo, que "institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empreendedores", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2003, terminativo, que "modifica a redação da alínea "b" do inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, é apreciada a Pauta-Extra, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 120, de 2005, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 31,500,000.00 (trinta e um milhões e quinhentos mil dólares) dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), para financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Pernambuco Melhoria da Qualidade da Educação", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente designa o Senador Pedro Simon Relator Ad Hoc da matéria. Após a leitura do parecer pelo Senador Pedro Simon, é convidado a tomar acento à Mesa o Sr. Mozart Ramos, Secretário de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, para uma breve exposição. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores José Jorge, Eduardo Suplicy, Marco Maciel, Pedro Simon, Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também, pela Comissão, Requerimento de Urgência para a matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 26/2005-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral, Romeu Tuma e Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", com a presença do Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Remígio Todeschini; e Requerimento nº 27/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, sejam convocados para Audiência Pública o Sr. Ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues, e o Senhor Jorge Caetano Júnior, Diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, para prestarem esclarecimentos sobre a declaração feita por representantes brasileiros em Paris, França, na presença de cientistas e autoridades da OIE, de que "o Estado do Pará desenvolvia um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na vigilância sanitária, na estrutura dos serviços veterinários, e que a auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do Estado para certificação internacional livre de febre aftosa, com vacinação". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, haverá reunião da CAE agora ou mais tarde?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Haverá a instalação da Subcomissão Permanente dos Municípios no Salão Nobre do Senado Federal e temos a sessão normal da Comissão de Assuntos Econômicos. Então ou suspendemos a sessão para instalar a Subcomissão no Salão Nobre e voltamos para a Comissão de Assuntos Econômicos ou iniciamos, desde agora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da semana.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Jonas Pinheiro, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, sou Relator da matéria mais esperada para ser votada hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos. É o Projeto nº 517, de autoria do eminente Senador César Borges, que trata do alargamento da negociação das dívidas dos pequenos produtores rurais, sobretudo do Nordeste.

Pois bem, a proposta do eminente Senador César Borges pretende que sejam enquadradas nessa negociação dívidas contratadas na origem até R$100 mil, mas os benefícios recairiam até nos R$50 mil. A lei atual limita a abrangência em R$35 mil e a negociação em apenas R$15 mil.

O meu parecer está pronto para ser votado. Entretanto, em reunião agora com o Governo, por intermédio do representante do Ministério da Fazenda, Dr. Geraldo Fonteles, com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, comigo e com a presença do autor do projeto, Senador César Borges, concordamos, a pedido do próprio Líder do Governo, em adiar essa votação até amanhã, às 15h, quando o Governo, por intermédio do Dr. Geraldo Fonteles, trará os seus argumentos, para que melhor entendimento seja feito a respeito desse projeto.

De qualquer maneira, o meu relatório está pronto, mantém a proposta do eminente Senador César Borges, mas sugiro uma alternativa, que não está escrita, porém foi proposta ao Governo, que é a abrangência de 50% do crédito na sua origem de investimento, até 30 mil, abrangendo os beneficiários desta lei, em função da lei anterior.

Sr. Presidente, não sei se o Senador César Borges teria algo mais a acrescentar, mas, em rápidas palavras, é isso.

Essa votação seria adiada, talvez, para uma sessão especial, na quinta-feira, devido à urgência desse processo e ao atraso em que já se encontra nesta Casa. Há 60 dias o relatório está pronto para ser votado, mas esperamos que até amanhã, às 15h, seja feita a negociação. Se for feita a negociação, vamos votar conforme a negociação; senão, votaremos o meu relatório, que já está escrito.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar a minha inteira concordância com as palavras do nobre Relator, Senador Jonas Pinheiro, que tem tido um empenho muito grande e é um profundo conhecedor da matéria.

Sei que há uma expectativa grande não só dos Srs. Senadores, mas até da própria imprensa, especialmente dos beneficiários desse projeto de lei e do Presidente da Federação da Agricultura do Nordeste brasileiro, que terão, efetivamente, um desafogo na sua tarefa de manter em dia as suas obrigações com os bancos. Se eles não estão, neste momento, adimplentes é porque não puderam, já que vivemos em condições extremamente adversas, com as secas que afetam o nosso semi-árido.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos tentando um acordo com o Governo Federal em relação ao nosso projeto, abrindo a possibilidade de negociação, para que efetivamente ele tenha sucesso, possa vingar nesta Comissão, no Plenário e, posteriormente, na Câmara dos Deputados. Para isso, tem havido toda a compreensão e disponibilidade não só de minha parte, como autor, como também do Relator, o nobre Senador Jonas Pinheiro.

Tenho visto interesse de parte do Governo, no entanto não se pode protelar *ad eternum* esse projeto. Nós precisamos, efetivamente, chegar a uma conclusão a respeito. Se o Governo achar que não é possível atender ao que está no projeto, terá que votar contra e se posicionar dessa forma, mas estamos abertos à negociação. Começamos a fazer isso com o nobre Líder do PT, o Senador Delcídio Amaral, há aproximadamente 60 dias. Agora, finalmente, nos últimos 15 dias, contamos também a presença de autoridades econômicas do Governo Federal, do Ministério da Fazenda. Mais recentemente, houve a presença do Senador Aloízio Mercadante.

Portanto, espero, como está prometida uma reunião para amanhã, que tenhamos condições de fechar um grande acordo, acreditando sempre na sensibilidade do Governo Federal com relação ao social, a fim de que possamos atender a esses pequenos produtores que estão espalhados no Nordeste e Norte do Brasil. Temos números que demonstram que se esse projeto for aprovado trará benefícios não só aos produtores, mas também aos próprios fundos constitucionais, por-

que esse projeto vai regularizar uma situação que hoje é de inadimplência.

Queria dar essa explicação porque muitos Senadores estão me perguntando se o projeto será votado. Estamos abrindo todas as possibilidades para a negociação. Acreditamos que o caminho da negociação é melhor que o confronto, a disputa pelo voto, porque isso, amanhã, poderá redundar até numa paralisia do próprio andamento do projeto.

Era isso que eu queria acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Luiz Otavio, está terminando o mês de abril, e nós estamos relatando esses dois projetos, mas eles não andam. Na última reunião, foi pedida vista, pelo Líder do PT, do projeto de lei do Senador Jefferson Peres, que possibilita às pessoas de mais de 40 anos conseguir emprego. Nós queremos saber do andamento desse projeto.

Há também outro projeto que está aqui desde fevereiro, e não anda. Trata-se de um projeto do Senador Duciomar Costa, que hoje é Prefeito, instituindo o cheque promissivo ou cheque pré-datado.

Sei do interesse de V. Exª, mas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador Mão Santa, sobre o assunto?

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Não, eu queria lembrar a V. Exª que cantou aquela música do Geraldo Vandré, que diz assim: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer." Nós estamos esperando, como Relator, há três meses, e as coisas não acontecem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Mão Santa não quis me conceder o aparte, mas vou me referir ao assunto que S. Exª abordou, ou seja, ao Item 4.

Trata-se da proposta do Senador Jefferson Peres, que tem como Relator o Senador Mão Santa. Essa proposta se refere a certa isenção fiscal para as empresa que contratarem pessoas com 40 anos ou mais.

O Senador Delcídio Amaral apresentou requerimento, sugerindo que seja ouvido o Ministro do Trabalho para analisar as repercussões que eventualmente teria essa proposição para o mercado de trabalho e para a arrecadação de recursos, uma vez que se sugere uma isenção parcial do Imposto de Renda, bem como dos encargos sociais relativos aos empregados de 40 anos ou mais. Daí a importância, antes de decidir essa matéria, de ouvirmos o Ministro do Trabalho.

Então, para que não haja delongas sobre esse assunto, proponho que seja apreciado e votado o requerimento do Senador Delcídio Amaral, que pediu inclusive que o justificássemos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Srªs e Srs. Senadores, o Item 1, atendendo à solicitação do Senador César Borges, como autor, e do Senador Jonas Pinheiro, como Relator do projeto, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, fica adiado.

Item 2.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ainda pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, terei que me ausentar para a instalação da Subcomissão, mas recebi um comunicado do Senador Roberto Saturnino, autor do projeto que é objeto do Item 5, Projeto de Lei nº 206, de que sou Relator. S. Exª pede o adiamento desse projeto, por não estar aqui presente, já que os seus 50 anos de casado estão sendo comemorados no Rio de Janeiro.

Pediria a V. Exª, em atendimento ao pedido do Senador Roberto Saturnino, o adiamento do Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – O Senador César Borges, em nome do Senador Roberto Saturnino, que hoje completa 50 anos de casado, pede que seja adiado o Item 5, Projeto de Lei do Senado nº 206/2002, terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que concede isenção no Imposto sobre Importação e dos Impostos sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos e instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais. Fica adiado, então.

Antes de analisar o Item 2, apreciaremos o requerimento que o Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, apresentou, com relação ao Item 4, que pede audiência pública com o Ministro do Trabalho para tratar do Projeto de Lei do Senado nº 103, terminativo, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos e dá outras providências, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa.

Nós o faremos a partir do momento em que tratarmos de requerimentos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, atendendo à solicitação do

Líder do PT, que pede que o Item 3, do Senador Carlos Wilson, que trata da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda de pessoas físicas, seja adiado para a próxima semana, o Governo tem interesse em fazer alguns estudos para trazer a posição oficial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Atendida a solicitação do Senador Pedro Simon com relação ao Item 3, Projeto de Lei do Senado nº 81, que também é terminativo e permite a dedução integral das despesas de educação na apuração de base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas, de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o eminente Senador pelo PMDB do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. A Mesa acata a solicitação de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quanto ao Item 15, que trata de um projeto de minha autoria, sobre a assistência financeira às microempresas, que tem parecer favorável do Senador Antonio Carlos Valadares, eu pediria a V. Exª que assim que fosse possível, na próxima semana, nós o colocássemos em votação, porque estamos vivendo exatamente o perigo do grande debate sobre essa matéria. Seria muito importante que ela fosse votada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Solicitação do Senador Pedro Simon de que o Item 15, Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003, complementar, não terminativo, seja colocado em votação na próxima sessão, que institui o Fundo de Assistência Financeira aos microempreendedores. A autoria é do Senador Pedro Simon e o Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, salvo confirmação em sentido contrário de V. Exª, parece que estava prevista para ontem, às 15h, uma sessão conjunta da Comissão Mista de Orçamento, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e da Comissão de Finanças da Câmara, com a presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para a discussão que se faz trimestralmente, relativa à política monetária.

Pergunto a V. Exª se a reunião foi adiada e para quando.

Gostaria ainda de sugerir, para efeito de marcação da próxima sessão, se a reunião não puder ser feita no horário das 10h de terça-feira, que ela não se inicie às 15h, muito próxima da Ordem do Dia, pois será, de alguma maneira, prejudicada. Talvez seja adequado marcar para as 14h, para que haja a possibilidade de participação de todos os Senadores que estiverem interessados no debate sobre a política monetária do Banco Central.

Quero lembrar que quando, há duas semanas, esteve aqui o Ministro Palocci, formulava uma pergunta relativa às discussões de política monetária, no âmbito do Copom, se não seria o caso de dar maior transparência ao que ali é debatido. O próprio Ministro Antonio Palocci mencionou que os Senadores poderiam convidar o Presidente do Copom, para saber como ocorre a eventual diversidade de opiniões entre eles.

Estou pensando que, se nessa reunião com o Presidente do Banco Central, sobre política monetária, for suficientemente satisfatória a revelação de tudo aquilo que se passa nas reuniões do Copom, teremos atingido o objetivo daquilo que o próprio Ministro Palocci sugeriu. Se não for, seria interessante que nós, aqui da CAE, sugeríssemos uma reunião com os diretores do Banco Central, para que nos transmitissem, afinal de contas, como formulam suas decisões relativas às taxas de juros. Talvez isso possa ser esclarecido nessa reunião da Comissão Mista de Orçamento, da CAE e das demais comissões.

Eu só queria chamar a atenção para a importância dessa reunião, sugerindo que seja feita num horário mais adequado para nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que, por solicitação do Exmº Sr. Ministro Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi adiada a reunião de hoje, às 15h.

A Comissão Mista de Orçamento, com novo Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, ficou de combinar conosco. Levaremos a proposta de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, de alteração de horário, que foi feita de comum acordo com o Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. PREDRO SIMON (PMDB – RS) – Qual a razão do Presidente do Banco Central para pedir o adiamento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ele teve que fazer uma viagem para a Colômbia, a fim de verificar a questão do narcotráfico e fronteiras, lavagem de dinheiro.

Continuando a nossa pauta, é autor do Item 2 o Senador Romero Jucá e o Relator, o Senador Tasso Jereissatti, que, em transmissão via satélite, pediu que o Senador Álvaro Dias fosse designado como Relator **ad hoc**, o que farei logo após a intervenção do Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, queria solicitar a retirada de pauta do Item 16, Projeto de Lei do Senado nº 423, de autoria do Senador Marcelo Crivella, do qual sou Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Mesa acata a proposição de V. Exª, Senador Garibaldi, e também adia o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2003, terminativo, que modifica a redação da alínea "b" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda de Pessoa Física e dá outras providências, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, logo em seguida a Senadora Ideli Salvatti, num novo *look,* que vai também usar da palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, seguindo a ordem normal, gostaria que pudéssemos votar ainda hoje o Item nº 11, do Senador Delcídio Amaral, do qual sou Relator, sobre questões ligadas à reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Logo chegaremos lá.

Item 2...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito grata.

Sr. Presidente, foi instalada a Subcomissão para tratar dos assuntos municipais e há uma série de outros requerimentos para a instalação de outras subcomissões.

Inclusive, sou autora de proposta de instalação de uma subcomissão temporária, para acompanhar a evolução da questão do microcrédito e microfinanças, como fruto de todo o debate que esta Comissão realizou quando passou aqui, na Casa, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, do qual fui Relatora. Tivemos a oportunidade de fazer bons debates, inclusive até algumas sessões reservadas para tratar do assunto. E foi previsto que esse assunto seria mantido na pauta, inclusive porque este é o Ano Nacional do Microcrédito. Portanto, seria de fundamental importância manter o assunto, monitorar.

Ontem foi feita a conversão da medida provisória em lei. Tive a oportunidade de, na tribuna, trazer alguns dados da Anefac, Associação Nacional dos Executivos de Finanças em todo o País, que demonstram o efeito dessa ampliação da inclusão bancária do microcrédito de consumo e do microcrédito produtivo na redução da taxa de juros na ponta, ao consumidor.

Solicito a possibilidade de debater e de viabilizar a instalação dessa subcomissão ao longo deste ano, tendo em vista que ela terá esse caráter temporário, para aproveitarmos o ano do microcrédito e contribuir com o debate desta Comissão para esse assunto que é tão importante em termos de economia, principalmente da capilaridade da economia brasileira para todas as faixas da população.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senadora Ideli Salvatti, logo que tivermos pauta, incluiremos a votação do requerimento de V. Exª, tendo em vista requerimentos como o do Senador Garibaldi Alves Filho, também assinado pelo Senador Aloizio Mercadante, e do Senador Aloizio Mercadante, com o Senador Ramez Tebet, que propõe criação de subcomissão temporária de outros temas, como tecnologia, ciência, comércio e até mesmo a questão da indústria. Então é uma questão de fila. V. Exª está na fila, em terceiro lugar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Hoje temos quatro funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Já existem instaladas as quatro que são regimentais. Temos que aguardar. Com certeza, agilizaremos o máximo possível. Seria interessante se V. Exª conseguisse conversar com o Senador Aloizio Mercadante, para que ele desistisse ou até adaptasse, para que V. Exª pudesse ter a preferência regimental.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E a previsão, Sr. Presidente? Além da que foi instalada hoje, as outras três têm alguma com previsão de término?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Existe previsão de conclusão de uma subcomissão. Estamos pressionando o seu presidente e os seus membros para que ela seja encerrada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, eminente Líder do Estado da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, sobre esse assunto de microcrédito ou microfinanças, seja o termo que se quiser usar, entendo que precisa ser discutido, e muito, pelos resultados aqui apresentados, o Banco Popular do Brasil, a revisão que temos que fazer no trimestre, e o Sr. Presidente ficou de apresentar. Enfim, por outros problemas que existem nessa área, que são tão importantes.

Queria lembrar a V. Exª, se me permitir, que existe um requerimento sobre a convocação de quatro. Creio que já foi aprovado. Se pudesse marcar, atenderia, antes de uma possível subcomissão, a Senadora Ideli, trazendo esse pessoal para conversar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Permita-me, Senador Tourinho, estou levantando o assunto da subcomissão até em respeito ao acordo que fizemos. Quando tramitou o projeto do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo, combinamos que um dos itens

do acordo era mantermos o assunto em debate para aprimoramento e aperfeiçoamento, tendo em vista a potencialidade desse tema em termos de desenvolvimento econômico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Já comunicamos as quatro indicações feitas por V. Exª.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004, complementar, não terminativo, que altera os dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13/12/96, que dispõe sobre imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicações, e dá outras providências. De autoria do Senador Romero Jucá; Relator Senador Tasso Jereissati. Relator **ad hoc**, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como foram distribuídas as cópias do parecer integral a todos os integrantes da Comissão, resumirei os principais aspectos do relatório redigido pelo Senador Tasso Jereissati.

O projeto tem por objetivo alterar três artigos da Lei Complementar nº 87/96, denominada Lei Kandir:

A. o inciso III do § 5º do art. 20, alterando a fórmula de cálculo do montante de crédito do ICMS decorrente de entrada de mercadorias no estabelecimento, destinadas ao ativo permanente a ser apropriado, na razão de 1/48 avos ao mês, a partir do mês em que ocorrer a entrada. Doravante as operações com livros, jornais, periódicos, e o papel destinado à sua impressão, imunes de impostos, por força da art. 150, "d", da Carta Magna, não mais ensejarão, a exemplo do que já ocorre com as operações que destinam mercadorias e serviços ao exterior, a anulação proporcional do crédito em questão.

B. a modificação do § 2º do art. 21 tem idêntico propósito, vez que garante a manutenção de créditos decorrentes de entradas e mercadorias, inclusive energia elétrica e serviços, cujas saídas ou prestações subseqüentes estejam ao abrigo da imunidade mencionada no art. 3º, § 1º, da Lei Kandir. A saber: operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Abre-se, assim, mais uma exceção à regra geral, segundo a qual o sujeito passivo deve efetuar o estorno do imposto que tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for integrada ou consumida em processo de industrialização e a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, conforme o art. 21, "e", II.

A exceção vigente diz respeito tão-somente a operações ou prestações destinadas ao exterior.

C. acrescenta os §§ 3º, 4º e 5º ao art. 25, dispondo que o aproveitamento dos créditos acumulados decorrentes da imunidade dos livros, jornais e periódicos e do papel destinado a sua impressão será feita em transferência para qualquer estabelecimento do contribuinte ou de seus fornecedores, observado que o aproveitamento dos créditos que se derem em favor de fornecedores dentro do Estado ficarão limitados a 40% do montante do imposto incidente em cada aquisição feita a eles ou em pagamento do imposto devido no desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas.

De acordo com o § 4º proposto, os créditos de que se trata deverão ser reconhecidos pelo Estado mediante emissão de documento pela autoridade competente, no prazo de quinze dias úteis, contados do requerimento. Vencido o prazo sem manifestação da autoridade, os créditos considerar-se-ão automaticamente reconhecidos.

O art. 155, § 12º, da Constituição Federal, condiciona à lei complementar disciplinar o regime de compensação do ICMS. O mesmo artigo impõe que, salvo determinação em contrário da legislação, a isenção ou não-incidência não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

O projeto vem dispor, excepcionalmente, sobre aqueles benefícios fiscais, dando efetividade ao que a própria Constituição Federal já dispõe em relação aos livros, jornais e periódicos, assim como ao papel destinado a sua produção, em atendimento à proteção, incentivo à educação e à cultura, estampadas em diversos dispositivos constitucionais.

Por meio da Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, o constituinte derivado consolidou o tratamento imunizante conferido às exportações pelo constituinte originário, na alínea "a" do inciso X do § 2º do art. 155, ao acrescentar na parte final desse dispositivo a garantia de manutenção e aproveitamento do montante cobrado nas operações e prestações anteriores à exportação.

É importante ressaltar que, por ocasião dos debates sobre a chamada reforma tributária que tramitou no Senado Federal em 2003, consolidou-se o entendimento incorporado em dispositivo já aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, constando da PEC nº 285, de 2004, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que garante a manutenção do crédito em operações alcançadas pelo projeto sob exame, nos seguintes termos:

> Art. 155, § 2º, II: A isenção e não incidência, salvo determinação em contrário da lei complementar (...)
>
> c) não acarretarão anulação do crédito relativo a insumos nas operações anteriores à saída da indústria de papel destinada à impressão de jornais, livros e periódicos.

O projeto de lei complementar em apreciação dá, portanto, completude à imunidade relativa ao papel de imprensa. É verdade que o projeto dá um passo a mais ao pretender a completude da imunidade relativa aos livros, jornais e periódicos. Nada mais lógico, vez que a imunidade do papel é mero instrumento para a imunidade dos meios de comunicação escrita, que visa, em última análise, garantir a livre manifestação do pensamento.

Discordamos, contudo, da inclusão dos §§ 3º, 4º e 5º ao art. 25, pelas seguintes razões:

> a) fixam normas específicas de utilização e transferência de créditos do ICMS que não podem ser veiculadas por lei complementar federal. Essa espécie de norma foi constitucionalmente concebida para estabelecer normas gerais;
>
> b) ferem a autonomia das unidades federadas por disciplinarem matéria de sua estrita competência;
>
> c) ainda que tais normas pudessem ser editadas no bojo de uma lei complementar de cunho nacional, elas se revelam inadequadas, uma vez que o reconhecimento do crédito seria automático se o Estado diretamente envolvido não o fizesse no curto prazo de 15 dias úteis.

Convém ter em mente que em muitos casos o reconhecimento do crédito não pode ou não deve ser feito antes de se realizar uma fiscalização e estabelecer formas de controle adequado.

Por outro lado, nada obsta que os Estados e o Distrito Federal venham a permitir, por legislação própria, o pleno aproveitamento dos saldos devedores nos termos da norma geral incrustada na Lei Kandir, que, nos termos do seu art. 25, autoriza o contribuinte a imputá-los a qualquer estabelecimento seu no Estado ou a transferi-lo a outros contribuintes no mesmo Estado.

Cumpre, finalmente, suprir lacuna do projeto por meio de emenda aditiva que contemple a cláusula de vigência, por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, de obediência obrigatória por parte de todos os entes da federação. O benefício fiscal de que se trata deverá produzir efeitos a partir do exercício financeiro subseqüente ao da sua criação, para não afetar o orçamento em execução.

Voto

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004, complementar, com as seguintes emendas:

> Emenda nº 1, da CAE:
>
> Suprima-se do art. 1º do PLS nº 247, de 2004, complementar, a alteração proposta ao art. 25 da Lei Complementa nº 87, de 1996.
>
> Emenda nº 2:
>
> Acrescente-se ao PLS nº 247, de 2004, complementar, artigo com a seguinte redação:
>
> Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro subseqüente.

Esse é o Parecer do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A matéria está em discussão. (pausa)

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas.

Srªs e Srs. Senadores, os próximos itens, todos, são terminativos. Só existe um item não-terminativo, do Senador Marcos Guerra, que tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

Portanto, eu vou colocar em votação agora os requerimentos.

O Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, nos termos regimentais:

Requer audiência pública no âmbito desta Comissão, com objetivo de instruir Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para pessoas jurídicas que possuem empregados com mais de 40 anos, e dá outras providências.

Foi acordado ainda há pouco esse requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento.

Requerimento do Senador Luiz Otávio, convocando o Ministro Roberto Rodrigues e o Sr. Jorge Caetano Júnior, Diretor da Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde, para prestarem esclarecimentos sobre declaração feita por representantes brasileiros em Paris, França, na presença de cientistas e autori-

dades da OIE, de que o Estado do Pará desenvolvia um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na vigilância sanitária, na estrutura dos serviços veterinários, e que auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do Estado para certificação internacional.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Como ninguém quer fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento.

O requerimento do Senador Delcídio Amaral já foi aprovado. Foi apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa, de audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY- Com o Ministro do trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com o Ministro do Trabalho, é isso?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA – Exatamente, com o Ministro do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Já foi aprovado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA – Para saber se é o melhor formato esse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Teremos a instalação oficial, no Salão Nobre do Senado Federal, da Subcomissão de Assuntos Municipais.

Tenho um projeto extrapauta, que V. Exªs já receberam, tratando do empréstimo externo de US$31 milhões e 500 mil dos Estados Unidos para o Estado de Pernambuco.

Coloco, então, extrapauta, o financiamento de US$31,500,000.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É do Bird, e não dos Estados Unidos – é do Banco Mundial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – São 31 milhões de dólares americanos.

Se os Srs. Senadores aprovam, eu encerrarei a pauta oficial, tendo em vista os projetos que são terminativos. Quanto aos projetos dos quais foi pedido adiamento, todos foram atendidos.

Apresento, extrapauta, o pedido de financiamento externo do Estado de Pernambuco, tendo em vista a solicitação do Sr. Senador Marco Maciel, do Sr. Senador José Jorge e do Sr. Senador Sérgio Guerra, pela urgência e pela necessidade de aprovação.

O Relator é o Senador Osmar Dias, que está em deslocamento, chegando a Brasília.

Como há um pedido do próprio Governador Jarbas Vasconcelos para o Senador Osmar Dias, que solicitou urgência e relevância da matéria, peço que o Senador Pedro Simon, como Relator **ad hoc**, leia a Mensagem do Senado Federal nº 120, de 2005, não-terminativa, dentro da pauta-extra, para autorizar a contratação de operação de crédito do Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Propõem ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 31,500,000 dólares americanos, tendo como garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Bird, para o financiamento parcial de projetos de desenvolvimento integrado em Pernambuco e melhoria da qualidade da educação.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Osmar Dias.

Parecer favorável.

O nobre Senador Osmar Dias, no seu Parecer, diz que o empréstimo em exame envolve a União, pela concessão de garantia, e o Estado de Pernambuco como tomador junto ao Bird. Assim, a operação é sujeita aos limites e condições estabelecidas pela Resolução nº 96, do Senado Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestam-se favoravelmente à contratação, destacando-se as seguintes informações:

> – o projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo, Confics;
>
> – o projeto tem como objetivo a melhoria da educação em um contexto de desenvolvimento integrado no Estado de Pernambuco;
>
> – o Estado apresentou as regularmente exigidas certidões negativas de débito, devendo ser atualizada para a celebração do contrato;
>
> – o projeto está estimado em US$52,000,000, sendo os recursos desembolsados pelo Bird.

Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do pleito do Estado de Pernambuco, com a garantia da União, nos seguintes termos:

> – Está o Estado de Pernambuco autorizado a contratar US$31.500.000 americanos.
>
> – Os recursos oriundos da operação a que se refere o caput destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimen-

to Integrado de Pernambuco e à melhoria da qualidade de educação pró-escolar.

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se refere o artigo anterior, tendo como contragarantia oferecida pelo Governo do Estado de Pernambuco cota da repartição constitucional, prevista no art. 157 e 159, complementada pelos preceitos tributários estabelecidos no art. 155 da Constituição.

A operação de crédito, referida no art. 1º desta Resolução, tem as seguintes características e condições básicas:

I – devedor: o Governo do Estado de Pernambuco;

II – credor: Bird;

III – garantidor: República Federal;

IV – valor do empréstimo: US$31,500.000;

V – modalidade: moeda única, dólar americano;

VI – prazo de desembolso: 31/12/2009;

VII – amortização: 23 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencíveis em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano, com início em 15 de maio de 2010, e a última em 15 de maio de 2021, no valor de R$1.313 bilhão, acrescido de uma parcela no valor de R$1.255 bilhão, vencível em 15 de novembro de 2021;

VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados na base do libor semestral para dólar americano, acrescido de uma margem expressa com percentagem anual consentida de 0,75%, somada ou diminuída a diferença entre a margem média de captação do Bird para cobrir o empréstimo com o libor também para o período apurado durante seis meses anteriores ao seu respectivo vencimento;

XIX – comissão de crédito: 0,75% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento de juros;

X – taxa inicial: 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debatida na data em que o contrato entrar em efetividade, estando essa taxa sujeita a uma diminuição de percentual cobrado de tempo em tempo, a ser determinado pelo Bird;

As datas de desembolso e pagamento do principal e de encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

A realização da contratação de operação de crédito a que se refere esta resolução fica condicionada à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Estado e a União, vinculado às receitas referidas no art. 2º desta resolução.

O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, a contar da data de sua publicação.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Osmar Dias.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Em discussão o parecer do Relator, Senador Osmar Dias. Agradecemos ao Relator substituto, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de dar uma palavra no sentido de solicitar o apoio de V. Exªs a esse projeto que foi elaborado pelo Governo de Pernambuco, em articulação com o Banco Mundial, visando a aprovação de um financiamento para melhoria da qualidade do ensino no Estado de Pernambuco.

Todos nós sabemos que o grande problema da educação brasileira hoje, pelo menos o principal problema, está na qualidade, e foi essa a preocupação do Governo de Pernambuco.

Todos nós sabemos que esses convênios internacionais são uma verdadeira corrida de obstáculos. V. Exª, Presidente Mão Santa, que foi Governador, sabe que é como se fosse um arco-íris: quando vamos chegando, ele vai se afastando. E agora chegamos a uma etapa fundamental, já com apoio do Governo Federal e do banco, faltando apenas essa aprovação do Senado para que possamos aprová-lo.

O Senador Pedro Simon já mencionou toda a parte técnica. Contamos, inclusive, com a presença do Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Professor Mozart, que poderá prestar qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Na realidade, é um projeto simples, que visa à melhoria da qualidade da educação. Se ele for aprovado, eu pediria que V. Exª colocasse em votação o pedido de urgência, aproveitando enquanto a pauta do Senado está aberta para podermos votá-lo o mais rápido possível e dar continuidade ao projeto.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Senador Mão Santa, V. Exª sabe dos procedimentos

desta Comissão. Quando Governador, V. Exª veio aqui, com o seu Secretário de Fazenda, sempre disposto a explicar.

Como nós temos a honra de receber o Secretário Mozart Neves Ramos, que foi, inclusive, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, avalio que seria interessante, como é a norma para a aprovação de projetos de resolução nesse sentido sempre ter um representante do governo respectivo, se ele pudesse nos dar uma breve explicação sobre os objetivos da proposição que estamos examinando.

Sugiro que seja uma breve palavra, para, assim, aproveitarmos a sua presença. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Convidamos o Secretário a fazer a breve exposição, atendendo à solicitação do Senador Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

Portanto, V. Exª hoje fique à vontade.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Agradeço a oportunidade propiciada pela Comissão, pelos Senadores.

Basicamente, o projeto tem quatro eixos de atuação: um referente à melhoria da qualidade e à eficiência das escolas estaduais, com ênfase na reforma das escolas, ampliação, até mesmo em função da expansão do Ensino Médio em todo o País, que é algo que precisa ser enfrentado – estamos enfrentando pelo Fundeb; é uma luta nossa; a questão também da inclusão social, principalmente a educação indígena, as áreas rurais, os quilombolas, isso também está previsto dentro do projeto.

Portanto, é importante para a inclusão social no Estado de Pernambuco, e só conseguiremos fazer isso se efetivamente tivermos o empréstimo do Banco Mundial.

Gostaria também de salientar o investimento na formação dos nossos professores. Há uma parte que é essencial, hoje, para o enfrentamento da expansão do Ensino Médio, que é a questão dos professores nas áreas de ciências, e esse projeto vai nos ajudar muito nessa direção.

Chamo a atenção para a questão da gestão. A educação brasileira hoje tem como enfrentamento não só a questão pedagógica, a valorização do professor, mas também o investimento na formação de gestores públicos nas nossas escolas.

Há um vetor de investimento nesse projeto que é fundamental para a formação de gestores e o aprimoramento da gestão das escolas públicas.

Por fim, salientaria também a avaliação. Nesse projeto, também está previsto um acompanhamento, uma supervisão e avaliação da qualidade do ensino, para garantir efetivamente que tenhamos sucesso ao longo do investimento desse projeto.

Basicamente, são esses quatro eixos de atuação do projeto que ora se encontra em pauta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedemos a palavra ao Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, gostaria apenas de secundar aquilo que foi dito pelo Senador José Jorge, que também já foi Secretário de Educação em Pernambuco, e o que foi exposto pelo Secretário Mozart Ramos Neves, que é o atual Secretário de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco, que foi Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

A proposição, como relatou com muita percuciência o Senador Pedro Simon, cumpriu todos os seus trâmites legais e, mais do que isso, o seu objetivo se destina a investir na melhoria da qualidade da educação em Pernambuco, que é algo, hoje, fundamental para que se assegure a todos a cidadania.

Por isso, a minha opinião, Sr. Presidente, é no sentido da aprovação da proposição e que o Senado possa, quem sabe, o mais rapidamente, apreciar referida matéria no Plenário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como Relator **ad hoc**, tive a maior satisfação em dar o parecer favorável. Quero felicitar o Sr. Secretário de Educação e, em seu nome, pedir que leve ao Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, a nossa admiração e o nosso respeito.

Trata-se, indiscutivelmente, de um dos homens públicos de maior tradição, de maior dignidade e de maior competência. S. Exª foi eleito e reeleito Prefeito de Recife. Praticamente, nos oito anos de seu mandato, a imprensa nacional o considerou o melhor Prefeito de todas as capitais. S. Exª está governando pela segunda vez o Estado de Pernambuco, e o seu nome se impõe à seriedade, à dignidade, à correção com que sempre agiu ao longo de toda a sua vida.

É importante destacar uma pessoa como Jarbas Vasconcelos. Numa hora em que as pessoas mudam, S. Exª mantém as suas idéias, os seus princípios sem paixão, sem arroubo, mas com dignidade e firmeza. É o mesmo Jarbas Vasconcelos que aprendi a respeitar

aqui, e lá se vão quase trinta anos, como Deputado, como Líder do velho MDB, que agora continua a se impor respeito e admiração de todo o nosso País, principalmente o nosso querido MDB, que tem tanta dificuldade e tantas interrogações.

É bom verificar o reconhecimento unânime da figura de dignidade, de correção, de seriedade, de competência e de fidelidade aos seus princípios em Jarbas Vasconcelos. Ele pôde avançar, pôde governar duas vezes a capital e o vezes seu Estado, dialogando com vários Presidentes. Foi ao Itamar, ao Fernando Henrique e, agora, ao Lula e dialogou, debateu, mas sempre permaneceu fiel às suas idéias e aos seus princípios. Fez uma aliança no seu Estado. Ele e o próprio Senador Marco Maciel participaram juntos de uma caminhada. É bonito ver duas pessoas de bem, duas pessoas íntegras trabalharem, defendendo cada uma as suas idéias, mas unidas torno dos interesses do País e de Pernambuco.

Tenho muito orgulho e muito respeito pela Bancada de Pernambuco, por seus três Senadores, exatamente porque representam o que há de mais puro, o ideal de competência e de capacidade e se identificam na união pela defesa de Pernambuco, com seu Governador, sem que isso represente qualquer remendo ou entendimento que não seja a grandeza e o respeito por seu Pernambuco.

Voto com muita alegria e peço que levem ao Governador de Pernambuco meu abraço muito carinhoso, fruto de uma amizade que lá se vai há tanto tempo, embora ele tenha me esquecido ultimamente. Há muito tempo não consigo falar com ele, mas espero me avisem na próxima vez em que ele vier a Brasília, para que eu possa, a qualquer momento, fazer a visita de carinho e de afeto que lhe devo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedemos a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, do PSDB do Estado de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, em nome do PSDB, quero manifestar nossa concordância com as palavras proferidas pelo Senador Pedro Simon. A nossa avaliação em relação à pessoa do Governador Jarbas Vasconcelos e ao seu governo é a mesma. Assim, a aprovação de um projeto como este, que dispõe sobre um financiamento importante para o Estado, deve contar conosco.

Trago também a palavra do Senador Sérgio Guerra, que não está presente. Como S. Exª é de Pernambuco, evidentemente é favorável a este financiamento.

Estivemos recentemente com o Senador Jarbas Vasconcelos em Pernambuco, quando S. Exª pôde expor seus projetos de Governo e explicou onde pretende utilizar novos recursos.

Em nome do PSDB, também nos manifestarmos pela aprovação. Espero que V. Exª diga ao Governador para ligar logo para o Senador Pedro Simon, porque é um homem importante no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Está em discussão o parecer do Relator Osmar Dias, que foi apresentado pelo Senador Pedro Simon.

Vários Senadores já manifestaram abertamente seus votos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Osmar Dias, apresentado pelo Senador Pedro Simon, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Também registro nossos votos de cumprimentos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Apoiamos, em nome da Bahia, o projeto do Governo de Pernambuco e também o seu Governador, Jarbas Vasconcelos.

Aproveito a oportunidade para pedir a tramitação em regime de urgência desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Em votação o requerimento de urgência formulado pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Pela influência e liderança da Bancada de Pernambuco e pela presença do Secretário Mozart Ramos, nossos cumprimentos, também extensivos ao marcante ex-Presidente do nosso Partido Jarbas Vasconcelos, que, sem dúvida alguma, o engrandece.

Transfiro a Presidência ao real Presidente.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores a oportunidade e a confiança demonstrada na votação do nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ficou, portanto, aprovada a Mensagem do Senado Federal nº 120, não-terminativa, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US$31.5 milhões dos Estados Unidos da América de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o BIRD, para financiamento parcial de projeto de desenvolvimento integrado de Pernambuco na melhoria da qualidade da educação.

Relator: Senador Osmar Dias, que emitiu brilhante parecer, sacramentado, homologado e referendado pelo Senador Pedro Simon, como Relator **ad hoc**.

A urgência pedida pelos Senadores José Jorge e Marco Maciel também foi aprovada.

O próprio Governador Jarbas Vasconcelos acompanha, permanentemente, o projeto de seu interesse e da população de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, agradeço, em nome do Governo de Pernambuco e, de modo especial, do Governador Jarbas Vasconcelos, a aprovação do projeto, assim como as palavras aqui proferidas pelo Senador Pedro Simon, que muito nos sensibilizaram como pernambucanos, e outras referências aqui feitas pelos Senadores Mão Santa, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo e outros oradores.

Portanto, com o nosso reconhecimento, mais uma vez, expressamos também nossos agradecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos, sob sua Presidência, que houve por bem apreciar, com a devida urgência, matéria tão importante para a educação de Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Registro que o Governador Jarbas Vasconcelos esteve, inclusive, com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pedindo urgência. S. Exª foi atendido por todas as Srªs e os Srs. Senadores.

Está aprovado o projeto.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h)

Ata da Décima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 03 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta minutos do dia três de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Ramez Tebet, Mão Santa, José Maranhão, Fernando Bezerra e João Capiberibe. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência faz a leitura de designação do Senador Roberto Saturnino para compor como membro suplente a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e comunica a realização da 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão em cinco de maio do corrente, às quatorze horas, com a presença do Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, a fim de discorrer sobre as matérias de interesse dos municípios no Senado Federal. O Presidente, Senador Luiz Otávio, dá início à 1ª Parte da Reunião convidando para sentar-se à Mesa o Senhor Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", em atendimento ao Requerimento nº 26/2005-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Romeu Tuma e da Senadora Ana Júlia Carepa. Após a exposição do Senhor Remígio Todeschini, usam da palavra para interpelar o convidado a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Jefferson Peres, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Osmar Dias, César Borges, Arthur Virgílio, Sérgio Cabral e Delcídio Amaral e, ainda, o Senador Paulo Paim. Em seguida, a Presidência passa à 2ª Parte da Reunião, apreciando as matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan; E em 22/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Após a leitura do novo Parecer pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges, autor do Projeto, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, José Agripino e Eduardo Azeredo. Após o pedido de Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais;

Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar isenção parcial do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas a contribuinte cujo descendente, seu dependente, sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado, seja portador de doença crônica", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que "institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo", de autoria do Senador Delcídio AMARAL, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – Proin, de autoria do Senador Álvaro Dias, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com idade acima de quarenta e cinco anos, e dá outras providências", de autoria da Senadora Iris de Araújo, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2003, com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 461, de 2003. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada para a próxima reunião, a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que

'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; item 16-Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que "altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova o Requerimento nº 28/2005-CAE, de autoria do Senador José Jorge, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados os integrantes da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Senhor Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente, e o Membro do Conselho Deliberativo, Sr. Valmir Marques Camilo, para prestarem informações sobre a gestão daquele fundo de pensão de empresa estatal federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Declaro aberta a 12ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 3 de maio de 2005, às 10 horas, na salas de reuniões nº 19, Ala Senador Alexandre Costa.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo o Senador Roberto Saturnino, do PT do Estado do Rio de Janeiro, como membro suplente do Bloco de apoio ao Governo, para compor a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Foi encaminhada a esta Comissão uma solicitação do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, que trata da Medida Provisória nº 237/2005. Refiro-me à Nota Técnica nº 2, de 2005, da referida Confederação, fazendo uma análise da Medida Provisória nº 237 e propondo à Comissão o debate, para uma ampla revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal de forma séria e transparente, evitando casuísmos com vistas a evitar desmoralização da LRF e permitindo o avanço do nosso País. A Nota veio assinada pelo Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

Dessa forma, encaminhei-a para a Subcomissão de Assuntos Municipais, para o Senador Garibaldi Alves Filho.

Sobre a mesa, requerimento do Senador José Jorge – que será votado logo após a audiência pública que faremos com o Sr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego –, requerendo que, nos termos do disposto nos arts. 50 e 58 da Constituição Federal, combinados com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os integrantes da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente, e o membro do Conselho Deliberativo Valmir

Marques Camilo para prestarem informações sobre a gestão daquele fundo de pensão em empresa estatal e federal.

Como mencionei, esse requerimento será votado posteriormente.

Na primeira parte dos nossos trabalhos, realizaremos uma audiência pública com a participação do Sr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para pessoas jurídicas que possuem empregados com mais de 40 anos e dá outras providências.

Em atendimento ao requerimento nº 26, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa, peço que seja conduzido o Dr. Remígio Todeschini. S. Sª já se encontra no plenário.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência concede a palavra ao Dr. Remígio Todeschini, para fazer sua exposição. Logo após, farão uso da palavra os autores do requerimento, Senadores Delcídio Amaral, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa.

O convidado Remígio Todeschini tem a palavra.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Bom dia, Senador Luiz Otávio, Presidente desta Comissão que trata do projeto de lei de incentivos fiscais para as pessoas jurídicas que possuem empregados com mais de 40 anos, demais Senadores, inclusive o Senador que propõe essa emenda, Senador Jefferson Péres, e público em geral. Sem dúvida, como integrante do Ministério do Trabalho e Emprego, é muito importante participar deste debate para poder discutir aquilo que é também anseio dos cidadãos brasileiros, que é a implementação de uma legislação que dê, cada vez mais, suporte às ações do Governo Federal frente às políticas públicas de emprego.

É importante, Senador Luiz Otávio, ressaltar que a ação que o Ministério do Trabalho desenvolve é muito importante no conjunto das políticas públicas de emprego e que temos diversos serviços, pois há uma atenção toda especial dirigida a vários grupos etários que sofrem o desemprego. Podemos aqui sinteticamente lembrar que o seguro-desemprego, no País, cada vez com uma taxa de cobertura maior daqueles que procuram, em torno de 70%, atendeu, no ano passado, cerca de 4.870 milhões de trabalhadores. Boa parte dos desempregados atendidos, quase 15% do total, têm cerca de 40 anos.

Outra ação importante do sistema público de emprego é a intermediação de mão-de-obra por meio de convênios que o Ministério do Trabalho realiza com os 27 Estados e com as centrais sindicais. Nesse trabalho, foram colocados, no ano passado, por meio dessa intermediação, em convênios com os Estados, 887 mil trabalhadores, sendo que cerca de 20% dos colocados eram desta faixa etária de mais de 40 anos.

Outra ação importante do sistema público de emprego é a qualificação profissional. Nos últimos dois anos, os atendidos com faixas etárias superiores a 40 anos chegam a 20% dos qualificados.

Uma nova ação está sendo desenvolvida pelo Governo Federal. Foi implantada por meio da Medida Provisória nº 226, recentemente aprovada aqui no Senado, que se transformou, com a aprovação dos Senadores, na Lei nº 11.110, que é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Sem dúvida, esse programa vai dar uma ênfase muito importante nas alternativas de trabalho e renda para uma parte dos desempregados, por meio do estímulo a atividades autônomas e a atividades empreendedoras.

Outra importante ação é o Programa Primeiro Emprego. É importante salientar que a ação principal do Primeiro Emprego – a própria lei estabeleceu várias modalidades nessa ação – está concentrada nas ações de aprendizagem, em ações do próprio Plano Nacional de Qualificação, em ações do empreendedorismo, no ano passado, atendemos cerca de 200 mil jovens.

O mais importante para podermos, sem dúvida, acertar mais no que chamamos popularmente de pontaria em ações de políticas públicas e empregos, é azeitarmos convênios que busquem a melhoria das informações do mercado de trabalho. O Ministério do Trabalho financia a pesquisa da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego em sete capitais, por meio de convênios com o Dieese, Seade e Secretarias do Trabalho, para podermos conhecer cada uma das realidades locais, a fim de que possamos atuar da melhor maneira possível nessas ações gerais de políticas públicas de emprego.

Uma questão importante – é bom ressaltar para os Srs. Senadores – diz respeito aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Dos 17 programas existentes, concedemos, nesses últimos dois anos, por meio de resoluções do Codefat, cerca de R$20 bilhões em 3,3 milhões de operações de crédito. Frente ao mesmo período, comparados os anos anteriores, 2001 e 2002, tivemos R$10 bilhões de recursos, frente a 1,7 milhões de operações.

Então, a ação do crédito do financiamento principalmente a pequenas empresas, por meio do Proger Urbano, que praticamente triplicou as operações, sem dúvida, estimulou a manutenção de postos de trabalho e também o crescimento que foi verificado e tem sido

anunciado diversas vezes pelo Presidente da República e pelo nosso Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini.

Não bastasse isso, há uma ação importante do Ministério do Trabalho, por intermédio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, visando a que, nesses diversos programas de financiamento, seja dada preferência, quando são destinadas verbas de investimento, tanto a jovens, que são dois terços dos desempregados, como a pessoas com mais de 40 anos.

Então, sem enumerar todas as resoluções desde 29 de abril de 2003, como a Resolução nº 319 até a última resolução de abril de 2005, nesses dois anos, cerca de 20 resoluções colocam normalmente nos seus arquivos que a concessão de investimentos dos recursos do Fat deve estar condicionada à preferência de vagas dada por esses empregadores a jovens ou pessoas com mais de 40 anos.

É importante lembrar, nesse nosso debate, que há uma ação importante do Ministério do Trabalho e do Emprego para atender a todas as faixas etárias que sofrem o desemprego. Lembro que o desemprego juvenil tem sido crescente em nosso País e nós não estamos, sem dúvida, descuidando dessas pessoas com mais de 40 anos.

Quero aqui ressaltar também que o Ministério do Trabalho, no final do ano passado, desenvolveu uma ação com todos os atores sociais, realizando o I Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego. Nós, inclusive, este ano, vamos dar continuidade a essa discussão, e, sem dúvida, queremos, apoiados por secretarias de trabalho, secretarias municipais dos grandes Municípios, com as representações empresariais, com as representações de trabalhadores nas diversas comissões estaduais e municipais de emprego, melhorar, sem dúvida, o desenho, fazer com que haja uma ação mais integrada de todas as funções do sistema público de emprego. É um absurdo fazer qualificação desconectada do processo de intermediação ou não fazer com que o crédito dos recursos do FAT esteja condicionado à geração de mais postos de trabalho, porque, com a criação de novos postos de trabalho, que depende fundamentalmente de políticas macroeconômicas vigorosas com o chamado crescimento sustentável que, no último período, na série histórica do Caged, tivemos 1,6 milhão de novos empregos no ano passado, e, comparativamente, aos demais anos, foi um recorde na geração de emprego. Então, essa discussão vai continuar.

Quero colocar que a posição do Ministério do Trabalho é que tenhamos um leque de ações para atender às várias faixas etárias, para podermos, sem dúvida, superar as dificuldades dos trabalhadores e trabalhadoras, quando se encontram desempregados.

Então, Sr. Senador Presidente da Comissão, Luiz Otávio, essas são as nossas palavras iniciais em relação a esse projeto que está sendo discutido há longo tempo no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, autora do requerimento, juntamente com os Senadores Delcídio Amaral e Romeu Tuma, que está em trânsito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Luiz Otávio, Presidente da CAE, demais Senadores, Senadora Serys, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, eu queria agradecer sua presença. Há uma questão que não ficou clara, não sei se porque cheguei um pouquinho depois, mas, para mim, pareceu que o senhor falou que, hoje, o Ministério do Trabalho já pratica esse tipo de critério ou condicionante em relação à liberação de créditos do FAT. O senhor falou que seria na faixa jovem, mas em que faixa é que se concentra o maior nível de desemprego hoje no Brasil? Existe algum dado oficial, o Ministério do Trabalho possui um dado sobre a taxa de desempregos nessa faixa acima de 40 anos também? E eu queria saber mais claramente se o senhor acha que se deve dar esse tipo de incentivo ou apenas condicionar o crédito para que isso aconteça. Então, em vez de ser para todas as empresas darem o apoio, condicionar o crédito à geração de emprego tanto para os mais jovens quanto para aqueles que estão acima de 40 anos. E qual o impacto que isso pode trazer, se é um impacto positivo ou não? Enfim, qual é a eficiência, na verdade, desse projeto que estamos discutindo aqui?

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Senadora Ana Júlia, são muito pertinentes as suas perguntas de esclarecimento ao Ministério do Trabalho frente à questão das diversas faixas etárias do desemprego. O problema mais crucial do desemprego está com a juventude. Esse é um problema mundial. Sem dúvida, a única exceção que temos no mundo em que o desemprego é menor é na Alemanha, até porque eles têm um sistema em que todo jovem que sai do processo educativo profissional, automaticamente, por acordo coletivo entre empresários e trabalhadores, deve fazer um ano de experiência e, assim, o desemprego juvenil é menor, até por essa combinação de elevação de escolaridade, educação profissional com uma experiência garantida de um ano no mercado de trabalho.

Então, analisando as taxas de desemprego de janeiro, fevereiro e março, vemos que, dos dez e tantos por cento da taxa de desemprego, 75% são jovens até os 24 anos. Quarenta ou mais anos, do total de desempregados, o percentual chega a 10% ou 11%. Agora, é importante também salientar que os desem-

pregados com mais de 40 anos são, sem dúvida, desempregados com maior duração do que propriamente a juventude.

Não será só uma intervenção de incentivo às empresas que vai resolver o problema do desemprego. O mais importante, no entender do Ministério do Trabalho, é que tenhamos uma discussão mais ampla, geral, para todas as faixas etárias, mediante o processo que está em discussão inclusive no Congresso, no Senado, da reforma tributária como um todo. Acho que é importante que os encargos diminuam no geral, mas deve haver uma outra fonte pagadora para justamente sustentar principalmente os benefícios da Previdência Social.

Quando aqui coloquei as diversas ações do Ministério do Trabalho no dia-a-dia dos vários profissionais, da experiência anterior do Ministério, demonstrei que são diversas as causas de desemprego, inclusive frente aos desempregados de longa duração. Às vezes é falta de qualificação, ou a ocupação em que ele estava já não existe mais, ou ainda o problema de renda, que o Senador Suplicy enfatiza com um projeto muito importante, o projeto da Renda Mínima, uma questão que ajuda também no combate ao desemprego. Eu diria que precisamos combinar qualificação, políticas de crédito, de incentivo às empresas com o compromisso das empresas de atuar nesses grupos mais vulneráveis.

Além disso, há uma terceira ação, que, inicialmente, não coloquei aqui, Senador Luiz Otávio, que é o repasse de recursos na intermediação de mão-de-obra nos postos do Sine. Estamos condicionando também que atendam aos grupos mais vulneráveis: jovens, negros, mulheres e pessoas de mais de 40 anos. Então, o percentual de repasse do Governo Federal para que o intermediador faça um esforço de colocação para esses que têm maior dificuldade, o grupo mais vulnerável, é inclusive maior. Então, isso nós, inclusive, a última resolução do Codefat, que trata especificamente do Sine, que foram as Resoluções 385 e 419, determinam que o recurso deve ser repassado para quem intermedeia os Estados e faça um esforço maior de colocação desses grupos mais vulneráveis.

Agora, nós precisamos ter cuidado porque, normalmente, os incentivos podem ter um efeito de substituição grande frente às demais faixas etárias ou simplesmente premiar os mais qualificados e ampliar a exclusão daqueles que têm uma menor qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senadora Ana Júlia, satisfeita?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só queria falar que com a continuidade do debate, inclusive até dando oportunidade para outros Senadores e Senadoras questionarem, vamos poder esclarecer ou ter uma posição melhor em relação ao projeto. É difícil medir eficiência, mas o senhor coloca uma preocupação que é real, na última colocação que o senhor colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, um dos autores do requerimento. Logo após, Senadores Jefferson Péres, Eduardo Suplicy e Serys Slhessarenko. (Pausa.)

O Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, pede que seja adiada a sua manifestação. Então, passo a palavra ao Senador Jefferson Péres, do PDT do Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Todeschini, como V. Sª salientou, a intensidade maior do desemprego no Brasil se faz sentir nas duas pontas da faixa etária: entre os mais jovens, por falta de experiência, e entre os maiores de 40 anos, não se sabe bem por quê; provavelmente pelo entendimento de que a partir dessa idade começa o declínio biológico, ou se intensifica o declínio biológico das pessoas e a sua capacidade produtiva vai diminuindo. Não preciso nem de estatística para saber que um homem ou uma mulher com mais de 40 anos tem enorme dificuldade de conseguir um emprego formal. Por mais qualificado que seja, às vezes com um bom currículo, ainda assim costuma ser rejeitado. Criou-se esse preconceito no Brasil, isso não é universal, no Japão, por exemplo, não é assim. A experiência e a idade são levadas em conta em contratação. Mas aqui é outra realidade.

Dir-se-á: se o projeto passar e, na prática, gerar efeitos, vai apenas substituir um desempregado por outro. Aumenta-se emprego na faixa de 40 anos e se reduz talvez ainda mais na faixa mais jovem.

Aqui gostaria de pedir a atenção dos Srs. Senadores para o lado humanitário do projeto. O desemprego nos 40 anos é muito mais cruel do que na faixa mais jovem. O jovem, em primeiro lugar – o muito jovem -, tem o amparo dos pais, vivem ao abrigo do lar paterno, sem nenhum sentimento de humilhação, porque é obrigação dos pais mantê-lo. Em segundo lugar, ele tem a esperança, senão a certeza de que pode demorar, mas ele vai conseguir um emprego. Ele melhora a sua qualificação. Se for no serviço público, faz cinco, seis, dez concursos. Se for na empresa privada ele vai fazer cursos de qualificação, mantendo sempre viva a esperança e, realmente, um dia ele se emprega.

Não acontece assim com os de 40 anos. A esperança vai diminuindo. A cada ano diminui a esperança e a perspectiva de se empregar. Ele não tem amparo doméstico. Se for viver às expensas de um filho ou de uma filha é extremamente humilhante, e tende para

o desespero e a depressão. É extremamente cruel o desemprego em um homem ou uma mulher com 45, 50 ou mais anos.

De forma que o projeto tem esse objetivo humanitário. Sem a pretensão, Dr. Todeschini, de que vá resolver o problema. Leis não mudam realidades sociais; amenizam, minimizam. E das duas uma: ou o projeto pega ou não pega. A lei vai pegar ou não pega. Se não pegar, não se perdeu nada, apenas é uma lei a mais sem efeito nenhum. Se tiver algum efeito, mínimo que seja, se a lei em vigor resultar apenas no emprego de 10, 20 ou 30 mil brasileiros dos dois sexos, já atingiu o seu objetivo. Seriam 10, 20 ou 30 mil pessoas que sem a lei ficariam amargando o desemprego.

De forma que não tenho ilusões de resolver problemas sociais profundos com um simples projeto de lei, mas tenho a esperança de amenizar um pouco o problema.

O Relator teve o cuidado de colocar no projeto que o Ministério da Fazenda, em determinado prazo, fará o cálculo ou a estimativa, pelo menos, do impacto financeiro que, de qualquer maneira, não será tão grande ou será a redução da receita de Imposto de Renda – percentualmente mínima.

Por outro lado, tivemos o cuidado no projeto de lei, Dr. Todeschini, para uma armadilha que poderia acontecer. Colocamos que só serão computados, para efeito da lei, os assalariados que ganham até R$3 mil, porque poderia acontecer de se incluir, em uma empresa pequena com alguns poucos empregados com altos salários, o que seria uma burla e um desvio do objetivo do projeto. Então, só será computados aqueles que ganham pouco. E quem ganha menos de R$3 mil realmente ganha pouco.

De forma que é isso. Termino, não vou lhe fazer nenhuma indagação, por louvar o Ministério do Trabalho na atual gestão de privilegiar em seus programas trabalhadores nessa faixa etária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, por inversão com o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Tuma, que preside essa nossa Comissão, Dr, Todeschini, em primeiro lugar louvar a importância do projeto. Diria que é relevante; as dificuldades já foram colocadas aqui, inclusive o Senador Jefferson Péres acaba de fazer referência de forma bastante contundente a questão. Realmente, se já está difícil o trabalho para o jovem, o trabalho para o adulto, imaginem para a pessoa que já está na idade um pouco avançada.

Gostaria de buscar algumas informações, talvez algumas o senhor não possa nem me dar agora mas poderá mandá-las posteriormente. Que dados o Ministério tem levantado com relação à questão da mulher, em todas as faixas etárias, trabalho etc. O próprio preparo da mulher, porque o trabalho é extremamente correlato com o preparo. Sabemos, e existem dados os quais não citarei porque não os tenho aqui, que hoje, pelo menos em algumas situações, em alguns cursos há um número superior de mulheres, se é que curso superior é uma referência. Não estou dizendo que tenha que ser com relação a esse projeto; estou só citando um exemplo. Se curso superior pode ser referência de preparo, temos um número bem maior de mulheres do que de homens em alguns cursos hoje. E, no entanto, na hora de ocupar determinados postos de trabalho não vemos as mulheres assumindo esses postos. Mas não é esse o dado que quero. O que quero é em termos de jovens, de preparo, de possibilidade de mercado, até porque nós mulheres temos muito mais dificuldade do que os companheiros homens para conseguir trabalho. É a questão da maternidade e outras mais. Então essas dificuldades estão postas. Gostaria de duas coisas. Primeiro, que dados existem identificados no Ministério com relação à questão da mulher e à questão de emprego. Segundo, que políticas vêm sendo pensadas ou traçadas para a especificidade da mulher. No geral, com relação à questão do jovem espero que tantos homens quanto mulheres estejam sendo beneficiados pela Lei do Primeiro Emprego. E, acima dos quarenta anos, no caso, que seja correlato em número de homens e mulheres também. Agora que outras políticas com relação específica à questão da mulher? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, darei a palavra a V. Exª para responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, prezado Sr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho. Em primeiro lugar, acho importante o propósito do Senador Jefferson Péres de estar preocupado com o aumento das oportunidades de emprego e, em verdade, o que se deseja é ter a oportunidade de emprego para toda e qualquer pessoa, seja para os jovens, para os de qualquer idade e, inclusive, para aqueles que passados os 40 anos muitas vezes têm tido dificuldade de conseguir o trabalho. E sabemos, no diálogo com as pessoas em geral, que os mais velhos, muitas vezes, encontram dificuldades se porventura estão desempregados.

Mas acho importante que aproveitemos essa oportunidade para um diálogo sobre as diversas formas de promover as oportunidades de emprego. O Sr. Remígio Todeschini nos falou que é a intenção do

governo Lula estar tomando medidas no âmbito da política tributária, e avalio inclusive da chamada reforma trabalhista visando a que o Sistema Tributário Brasileiro tenha condições de melhor estar ampliando as oportunidades de trabalho. Sabemos que, dentre aquilo que se está estudando, se considera haver menos encargos trabalhistas sobre a folha de salários, passando-as mais para o valor adicionado ou outras formas que justamente envolvam a desoneração da contratação de trabalhadores, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores, mas visando aumentar as oportunidades de trabalho e o interesse das empresas em estar empregando sejam as micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Sabemos que é intenção do governo apresentar para o Congresso Nacional, em breve, proposições nessa direção. Por outro lado, houve essas experiências, como as do primeiro emprego, as de microcrédito e outras.

Gostaria que possa, prezado Remígio, haver uma exposição; escutei parte. Infelizmente o avião chegou mais de uma hora atrasado, então não pude ouvir toda a sua exposição inicial, mas se já o fez, não quero aqui prejudicar. Mas como ainda ontem V. Sª me transmitia uma análise, que gostaria que fosse feita nesta oportunidade ainda de maneira mais aprofundada. Que razões, que limitações fizeram com que o que se previa que poderia ter de efeitos, como o programa de primeiro emprego, acabou não tendo o efeito tão forte quanto era o desejável, seja por causa de problemas de as empresas não estarem perfeitamente em dia, com respeito a sua adimplência, com respeito aos impostos ou outras dificuldades que porventura teriam ocorrido? Pois bem, trata-se de uma experiência que convém ser apreciada nos seus efeitos.

O segundo ponto que considero importante termos em mente é: Quais são os mecanismos adotados pelos diversos países hoje para estarem aumentando o nível de emprego e diminuindo a taxa de desemprego?

E no que diz respeito às experiências de programas de transferência de renda, avalio seja importante que consideremos o que foi analisado na literatura dos últimos cinqüenta anos. Foram inúmeros economistas, poderia citar James Tobin, Geoge Stigler, Milton Friedman e John Kenneth Galbraith e outros, que analisaram que seria interessante para se prover maiores oportunidades de emprego a garantia de uma renda através de um imposto de renda negativo.

Nos Estados Unidos da América, tentou-se, no final dos anos 60 e início dos anos 70, a instituição de um mecanismo nessa direção. Como houve algumas resistências, acabou havendo a introdução de um outro mecanismo, de um imposto de renda negativo, parcial, denominado crédito fiscal por remuneração recebida. E que, expandido sob maneira no governo Bill Clinton, foi consistente, com a diminuição da taxa de desemprego naquele país, que era da ordem 7,5%, em 92 e 93, para 3,9% ao final do governo Bill Clinton, portanto, com uma diminuição significativa. Qual foi a reação dos países que mais diretamente competem com os Estados Unidos em função daquilo? Foi ter mecanismos também de natureza semelhante.

Quanto ganha um trabalhador que recebe um salário mínimo nos Estados Unidos da América? Cinco dólares e 15 centavos por hora. Se esse trabalhador receber ou trabalhar cento e sessenta horas, ele recebe oitocentos e poucos dólares mensais. Se ele trabalhar doze meses ao ano, vai receber algo como 10 mil dólares. Um trabalhador que nos Estados Unidos receba 109 mil dólares se tiver mulher, duas ou mais crianças vai receber 40% a mais de crédito fiscal por remuneração recebida.

Nos Estados Unidos da América, no ano de 2003, se pagou a mais de vinte milhões de famílias 38 bilhões de dólares de crédito fiscal por remuneração recebida. Qual o efeito deste mecanismo em relação a nossa economia? É o de tornar a economia norte-americana mais competitiva em relação a nossa se não adotarmos um mecanismo semelhante.

Agora, o que eu tenho ponderado. Melhor ainda do que o *Earned Income Tax Credit*, o crédito fiscal por remuneração recebida, será a instituição de uma renda básica tal como já foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Brasil e que poderá ser o desenvolvimento do Programa Bolsa-Família que hoje atingindo sete milhões de família, atingirá no ano que vem onze milhões e duzentas mil famílias, o que já tem um efeito considerável. Mas na medida em que se tornar uma renda como um direito universal para toda e qualquer pessoa, isso terá um efeito benéfico sobre a economia, tanto do ponto de vista das empresas quanto dos trabalhadores e com um sistema com maior vantagem ainda do que aquele que existe nos Estados Unidos da América.

Eu, sinceramente, prefiro avançar na direção de termos tais tipos de mecanismos em relação a um projeto tal como esse que poderá acabar resultando numa renúncia fiscal significativa. Eu gostaria de perguntar se o Ministério do Trabalho tem uma estimativa de qual a renúncia fiscal que será, que decorrerá da aplicação do presente Projeto de Lei, pois avalio que deveríamos ter aqui um caminho de prudência em relação a estarmos retalhando diversas maneiras de propiciar maiores oportunidades de emprego em relação a uma sistemática que poderá quando plena-

mente atingida significar o avanço em direção a termos o pleno emprego?

Mas eu gostaria de aproveitar essa oportunidade – a última pergunta, Sr. Presidente – para indagar sobre o Ministério do Trabalho e especialmente a Secretaria de Política de Emprego se tem havido o cuidado por parte da Secretaria de Emprego do Ministério do Trabalho de estar sugerindo ao Ministro Ricardo Berzoini, do Trabalho, de em toda ocasião em que se reúne o Copom, portanto uma vez ao mês, em que eles estão a decidir qual a taxa de juros se é encaminhado ao Copom um relatório o mais completo possível sobre o nível de emprego e desemprego e quais as estimativas que segundo o Ministério do Trabalho poderão ocorrer dos efeitos do emprego seja do aumento ou da diminuição das taxas de juros? Eu gostaria, se isso não é ainda feito, de sugerir que passe a ser feito regularmente.

Aqui está se considerando a possibilidade de ampliação do Conselho Monetário Nacional para se ter não apenas o Ministro da Fazenda, do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Ter, por exemplo, os Ministros da Indústria e Comércio, da Agricultura, do Trabalho para interagir sobre os aspectos da política monetária para a produção. Mas, independentemente de estarmos decidindo sobre isto, desde já eu quero deixar aqui esta sugestão – de que, mensalmente, a Secretaria de Emprego encaminhe ao Copom dados – porque eles decidem sobre as taxas de juros, a política monetária que tem efeito sobre o nível de emprego – para que possam ter uma mais profunda e adequada avaliação possível sobre como é que se encontra o grau de desemprego na sociedade brasileira.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Sr. Presidente, houve, aqui, três intervenções muito importantes sendo, primeiramente, a do Senador Jefferson Péres que, inclusive, é o autor desse Projeto de Lei que visa a questão do incentivo para as pessoas com mais de 40 anos. O que eu quero, aqui, reforçar e que, inclusive, na minha exposição feita inicialmente, é que uma das preocupações centrais no sistema público de emprego, além, claro, do problema prioritário do jovem – que é o desemprego maior – é, justamente, o de dar atenção às pessoas com mais de 40 anos, até porque sofrem mais pelo desemprego de longa duração. Agora, não necessariamente – e até o Senador Eduardo Suplicy pergunto u qual é o cálculo de renúncia fiscal a que seria dado em um Anteprojeto deste? Seria em torno de 5,8 bilhões – é o potencial. E, aí, nós, também, temos o efeito substituição frente àqueles trabalhadores mais qualificados dos menos qualificados com mais de 40 anos. Então, é muito mais importante utilizarmos recursos públicos, quer seja do FAT ou do Tesouro Nacional para dar alternativa a esse desempregado do que propriamente à questão da renúncia.

Em outubro de 2003, visitando, a convite do Ministério do Trabalho Italiano, eu estive no Instituto Lavoro – Itália Lavoro – que é um instituto do Ministério do Trabalho. E, aí, o Ministério, pega, justamente, os grupos mais vulneráveis e faz uma ação direta para estimular a fim de que essas pessoas tenham uma atividade autônoma combinada com a qualificação, e formando, também, empresas mistas com as prefeituras locais, no sentido de dar uma resposta definitiva às pessoas com mais de 40 anos na questão do desemprego. Por exemplo: na medida em que você tiver a recuperação de prédios públicos, transformando em museu – isto é muito comum na Itália – colocando essas pessoas com mais de 40 anos, formando, inclusive, cooperativas-férias para dar alternativa. Então, o mais importante nessa ação é termos recursos do FAT direcionados – já tem Resoluções do Codefat e já se pode estabelecer, também, o aperfeiçoamento da Lei do Sistema Público de Emprego que, também, será e nós remeteremos posteriormente, após o segundo Congresso do Sistema Público de Emprego, com um projeto que, sem dúvida, será discutido com a sociedade e que passe pela Câmara e pelo Senado e dê, justamente, uma atenção especial às pessoas com mais de 40 anos.

A nossa Senadora Serys Slhessarenko demandou dados sobre a questão das mulheres. Quando eu faço o recorte do desemprego, tanto juvenil como das pessoas com mais de 40 anos, quem é mais atingido são as mulheres de baixa renda, não tendo completado o Ensino Fundamental e que sejam, no caso, com mais de quarenta anos, que são pessoas, inclusive, chefes de família. Essa é uma realidade bastante triste.

No desemprego juvenil, 70% normalmente são mulheres afrodescendentes de baixa renda. Atinge principalmente a questão das mulheres. Creio que essa questão é bem crucial.

Que ação o Ministério do Trabalho está adotando? Primeiro, na intermediação e na qualificação, quando são apresentados os planos de trabalho pelos Estados e os grandes Municípios, esse é um público prioritário que deve ser atendido.

Nos anos de 2003/2004, atendemos mais mulheres, por exemplo, na qualificação profissional. São intermediadas mais mulheres no sistema público de emprego, principalmente na questão do trabalho doméstico também, e essa é a ação para a qual o sistema público de emprego dá suporte com os recursos do FAT.

O Senador Suplicy apresenta uma questão relacionada com a questão do primeiro emprego. Acho que

é até o oportuno e quero aqui rememorar a entrevista que o nosso Ministro deu ontem e que apareceu no jornal **O Globo**, em que disse que a ação exitosa do primeiro emprego está fundamentalmente na preparação dos jovens para o primeiro emprego.

No ano passado, entre ações que temos, como o Soldado Cidadão, que é parceria do Ministério da Defesa, do Ministério do Trabalho e Senai, ampliação de vagas de aprendizagem no sistema Se grandes empresas públicas, ações de empreendedorismo, ações de qualificação profissional nos Estados e também ações dos consórcios sociais da juventude, com ONGs especializadas, atendemos 200 mil jovens.

É interessante salientar que, na intermediação de mão de obra no ano passado, no sistema Sine, com os 27 Estados, foram colocados 107 mil jovens, independente de subvenção econômica, porque se deu ênfase no processo de preparação, porque só a subvenção teria dois problemas: um é que normalmente o empresário quer o perfil de um jovem ou de uma pessoa adulta muito mais qualificada, até porque dentro dos desempregados, e o jovem tem uma vantagem comparativa maior do que de uma faixa etária superior aos 40 anos, em virtude de ter uma escolaridade maior, mas a dificuldade está justamente em colocar o jovem de baixa escolaridade. Em segundo lugar, o controle da fiscalidade. As empresas não querem se submeter ao controle da fiscalidade, até porque existe um grande número de empresas com um não cumprimento de obrigações do INSS, Fundo de Garantia ou impostos federais, que impossibilitam as empresas de ter a subvenção.

Em síntese, quero aqui dizer que a ação mais promissora, que tem mais eficácia, que tem mais efetividade são as ações de preparação. Quanto às questões de políticas gerais, sem dúvida, o Ministério do Trabalho é defensor do crescimento econômico constante. Sabemos que não é um incentivo só que gera emprego, é o processo virtuoso de crescimento da macroeconomia. Sem dúvida também deverá haver uma participação maior do Ministério do Trabalho no Copom. É verdade que, com as taxas de juros crescendo, não temos um fato positivo para o crescimento de emprego.

Mesmo assim, todo o controle da inflação aplicado no ano passado demonstrou que o controle inflacionário foi combinado com o processo de crescimento, de modo que houve um saldo muito positivo na geração de empregos no ano de 2004, e a projeção para este ano é a de obter os mesmos dados positivos identificados no ano passado quanto à geração de emprego formal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, como um dos signatários do requerimento que proporcionou essa audiência pública.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Saudações ao Dr. Remígio Todeschini por ter atendido o convite. Segui a proposta do Senador Delcídio Amaral no tocante à importância deste projeto.

Quero lembrar ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que este projeto tem um lustro: cinco anos. Sr. Presidente, V. Exª começa a lustrá-lo e, provavelmente, terá um brilho maior na tentativa de ser aprovado. Creio que o grande caminho que temos que seguir é a busca desses aspectos sociais do trabalho do Congresso na pessoa do Senador Jefferson Péres, que apresentou esse projeto em 1999. Portanto, não há responsabilidade, ainda, do Governo atual para se discutir o aspecto da aprovação ou não do projeto.

Como se trata de assunto delicado – conforme o Senador Eduardo Suplicy colocou –, a renúncia fiscal provavelmente traz um pouco de preocupação para a área econômica do Governo. E o nosso Presidente da Comissão Mista do Orçamento está aqui para ver se dá para alterar um pouco esse projeto porque, se ele não for aprovado até agosto, dificilmente poderá ter uma solução governamental e teremos que discuti-lo na Comissão Mista do Orçamento para fazermos o jogo das verbas, as transferências necessárias a esta cobertura.

V. Exª falou sobre os autônomos, das cooperativas em prédios recuperados e dos artesanatos. Lembro-me de que, como Secretário da Receita Federal, visitei vários Municípios em que havia prédios de estações ferroviárias totalmente desativados, e os Prefeitos pediam a doação do Estado para poderem fazer uma oficina de trabalho e artesanato. Isso traz uma grande dificuldade até porque a maioria das empresas privadas hoje tem um patrimônio para o qual não podem dar um destino correto no aspecto da responsabilidade social.

Penso que V. Sª poderia fazer o levantamento desse patrimônio e os municípios que têm interesse porque, em algumas cidades que visitamos, existe o prédio dos autônomos, daqueles que trabalham com artesanato ou qualquer outra atividade que seja seu ganha-pão.

Não sei se o Sebrae tem participado ativamente dessas alterações que buscam melhorar o primeiro emprego e o emprego para os maiores de 40 anos. Do meu ponto de vista, os dois projetos não podem entrar em conflito. Não há uma finalidade para a entrada no mercado de trabalho do jovem, seja o que deixa a escola ou a faculdade ou o que precisa realmente colaborar com a renda familiar. Os maiores de 40 anos são os chefes de família que entram no desespero ao

perder o seu emprego. Assim, não pode haver conflito. O Governo tem que gerenciar para que os dois fatos sejam equilibrados e se consiga fazer algo em benefício das duas categorias.

Diante do que se expõe nesse projeto, tenho uma preocupação. Inclusive, sobre a renúncia fiscal, há uma citação sobre a parte orçamentária, pelo menos no original em que fui relator **ad hoc**, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 2001. Trata-se de uma reforma tributária com respeito aos ônus impostos às folhas de pagamento, um grande problema que aflige os empresários. Como empresário que é, V. Exª sabe que 110% fazem com que muitas pessoas hoje trabalhem sem o registro normal em carteira. O empregador pergunta: "Você quer que eu registre, tenho que descontar tanto?" O trabalhador diz: "Não. Quero o salário integral e prefiro não ter registro em carteira". É difícil ser esclarecido isso, mas é o que existe. Quando chega a hora da aposentadoria, vem o desespero porque não há contribuição de autônomos.

Assim, busca-se talvez amenizar um pouco a carga tributária para fazer com que haja uma agregação mais maciça daqueles que trabalham autonomamente, sem registro ou pagamento de qualquer tipo de imposto. Se houvesse algo bem gradual e bem baixo, provavelmente, eles se comportariam de forma diferente, ajudando, sem dúvida nenhuma, a Previdência Social, que hoje tem um déficit enorme. Os jornais de ontem e hoje, pelo menos, trazem fatos de bastante aflição.

Sobre o soldado-cidadão, foi uma iniciativa muito boa. Não haverá resultado hoje, mas, provavelmente, ao término da incorporação que deve terminar em outubro ou novembro, verificaremos qual será o aproveitamento desses jovens na área do trabalho. Eles estão sendo formados agora.

Lembro que, há três anos, as Forças Armadas foram obrigadas a dispensar cerca de 40 mil inscritos por falta de verba. A grande maioria chorava na televisão, sem oportunidade e sem saber qual seria seu futuro, pois ainda faltavam quatro a cinco meses. Preocupei-me com o fato, fui à tribuna e alertei para o perigo de eles serem aliciados pelo crime organizado em virtude da experiência que obtinham na formação profissional militar. Esses fatos nos angustiam e nos fazem buscar uma solução.

Vejo que V. Exª tem exposto, com boa vontade, muitos projetos em andamento. Sei que é difícil. Se não houver essas reformas, algo que minimize um pouco as folhas de pagamento, que estimule o empresário a manter a mão-de-obra por mais tempo, cai a produtividade, e o primeiro passo é a dispensa de trabalhadores. Nesta semana, na indústria calçadista, que é quase artesanal, mais de 30% estão sendo dispensados pela dificuldade na exportação em razão dos impostos.

O projeto, humanisticamente, como disse o seu autor, tem o seu valor. É claro que tem que ser encontrada a solução para o problema da área econômica.

Agradeço o atendimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Sr. Todeschini para sua resposta.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Sem dúvida, são muitos felizes as colocações do Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

É necessária uma ação principalmente naqueles Municípios onde não há emprego. Uma vez, fui a uma reunião em Campo Grande, onde havia mais de 80 Prefeitos. Todos querem ter uma fábrica, sabendo que, normalmente, a escolha de locais na produção é quase uma loteria entre as Prefeituras.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E hoje surgiu a guerra fiscal, em que o meu Senador tem muita experiência nisso, para atrair a empresa porque ela traz o benefício do emprego. Então, há uma guerra fiscal que quase não se consegue controlar.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Mesmo assim, dentro de um Estado, referindo-me à Bahia, ao pólo petroquímico...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele fala dos outros também.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Na medida em que não temos o processo produtivo em todos os locais, precisamos mostrar alternativas.

Quanto às oficinas de artesanato, elas estão previstas no Plano Nacional de Qualificação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, justamente para haver a geração de emprego, trabalho e renda. Isso é fundamental. Precisamos, sem dúvida, aumentar os recursos no nosso Orçamento para dar vazão a esses pedidos de inumeráveis prefeituras. Como o Ministério do Trabalho faz convênio com o Estado, nós também contatamos as Prefeituras para que elas façam essa interlocução com os Estados para que possam buscar recursos.

Sem dúvida, Senador, esse projeto nos remete à questão do emprego, como desagravar do ponto de vista tributário a questão do trabalho. O Ministro Ricardo Berzoini tem se posicionado diversas vezes quanto a essa questão, mas precisamos fazer o balanço da conta, é uma pedreira – como se diz no interior de São Paulo – resolver essa questão da reforma tributária do ponto de vista da diminuição dos encargos sociais. O Senador Suplicy muito bem colocou que é preciso ver que impostos do valor agregado podem, na realidade, contribuir para, sem dúvida, diminuir. A Itália tem feito isso na reforma previdenciária de 1995. A Espanha

também. O Uruguai, há uns dez anos, também começou a diminuir o encargo para fazer com que parte dos recursos da seguridade social fosse financiada pelos impostos gerais.

Esse é o desafio colocado. Precisamos, sem dúvida, aprofundar nas grandes discussões que o Senado e a Câmara estão tendo na reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias como inscrito para os questionamentos ao Secretário, Dr. Remígio Todeschini.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, conversei antes de me pronunciar com o Autor do projeto, Senador Jefferson Péres, que é do nosso Partido. Ponderei a S. Exª sobre o limite da idade colocado no seu projeto como proposta, 40 anos. Até disse a S. Exª que um cidadão de 40 anos está na plenitude da sua capacidade intelectual e física. S. Exª disse que não é bem assim nos números que tem visto no mercado de trabalho. Mas, até o Romário que tem 39 e fará 40 anos ainda joga na Seleção brasileira, o que comprova o que estou afirmando. Se discutimos aqui há pouco tempo o primeiro emprego, e sua faixa vai de 18 a 25 anos, na qual as pessoas têm dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, e o Senador Jefferson Péres afirma que acima dos 40 também, é mais curta a carreira de um trabalhador de qualquer profissão do que a carreira de um jogador de futebol. Porque 15 anos, onde, teoricamente, não há tanta dificuldade para se encontrar um emprego, é muito pouco tempo. Falo isso porque na minha frente está o Senador Suplicy, que se lembrará do que direi agora. Tivemos um debate longo sobre o primeiro emprego – um projeto de minha autoria – do qual o Senador Eduardo Suplicy foi o Relator. Dei entrada nesse projeto em fevereiro de 1995, no meu outro mandato de Senador, logo que cheguei aqui. A minha proposta era exatamente igual à do Senador Jefferson Péres para trabalhadores de mais de 40 anos, só que eu estava propondo naquela época para trabalhadores – falarei e explicarei – de 14 a 25 anos. Por que coloquei 14 anos? A Constituição proíbe o registro em carteira e o trabalho de menores de 18 anos, só que entre 14 e 18 anos podem ser registrados como trabalhadores aprendizes. Fiz essa observação no meu projeto, colocando de 14 a 18 anos como trabalhador aprendiz e depois como trabalhador normal...

Porém, eu fazia algumas exigências que não verifico no projeto em análise. Uma das exigências era a seguinte: para que aquele empresário tivesse o desconto no Imposto de Renda – eu estabelecia que ele poderia descontar do Imposto de Renda o valor total que pagou dos encargos sociais; apenas isso –, ele deveria registrar em carteira o funcionário entre 14 e 25 anos e contabilizar o que pagou de encargos sociais. Dessa forma, ele poderia deduzir até 100% desse valor no Imposto de Renda, o que era um estímulo considerável, porque os encargos sociais, como já foi dito, chegam a 100% do valor do salário.

O empresário que recebesse esse estímulo teria a obrigação de matricular o trabalhador em dois cursos: num curso profissionalizante e num curso regular de ensino, para incentivar exatamente o que todos buscamos: atingir 100%, especialmente no ensino fundamental. Com essa obrigação, o empresário teria também responsabilidades. O trabalhador não dedicaria oito horas ao trabalho, mas, sim, seis horas, para que pudesse fazer um curso profissionalizante nas duas horas restantes. Eu pensava que, assim, estaríamos cumprindo vários objetivos ao mesmo tempo, tais como: estimular o emprego do jovem; estimular o empresário a contratar, porque teria uma despesa menor; especializar a mão-de-obra, já que essa é outra reclamação em nosso País, pois o desemprego também tem uma relação estreita com a falta de capacitação; e obrigar o trabalhador a cursar um ensino regular.

Esse projeto foi relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, que apresentou uma emenda que foi aceita – eu próprio a considerei pertinente –, estabelecendo um limite, de forma a que as empresas contratassem apenas 15% de trabalhadores nessa faixa de idade. Assim, não estaríamos tirando o direito de trabalhadores que tivessem mais do que 25 anos. Aceitei a emenda do Senador Eduardo Suplicy. Todos votaram, e a matéria foi aprovada por unanimidade.

Depois, veio o Projeto Primeiro Emprego do Governo Lula. Antes disso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso de implantar o Projeto Primeiro Emprego, que havia sido aprovado nesta Casa. Tivemos uma conversa pessoal no Palácio, e ele expôs esse assunto no programa de rádio que fazia todas as manhãs, dizendo que o Projeto Primeiro Emprego seria implantado. Mas isso não aconteceu. Surgiu, então, o Projeto Primeiro Emprego do Governo Lula, com muitas alterações em relação ao projeto que eu havia apresentado nesta Casa. A desculpa do Governo para não implantar o meu projeto é que havia a renúncia fiscal, mas renúncia fiscal deve haver em cima de algo concreto, que existe. Se, naquela época, havia apenas 20% dos trabalhadores nessa faixa de idade registrados em carteira, renúncia fiscal sobre o quê? Portanto, havia também um argumento que não era real, que não era concreto. O Governo Lula implantou o Projeto Primeiro Emprego, que, no meu entendimento, gera tantas dificuldades ao em-

presariado que acaba impedindo que ocorra o que o Governo projetou.

Temo que este projeto receba o mesmo argumento dado pelo Governo atual de que não é possível haver renúncia fiscal. Ao se buscar uma alternativa, o projeto acaba não dando certo, como ocorreu com o Primeiro Emprego.

Quando apresentamos projetos para resolver problemas de desemprego em faixas etárias no primeiro emprego ou no último emprego, ou o desemprego de pessoas com quarenta anos ou mais, fico pensando que o que falta é uma política de emprego para o País. Acredito que vou até cometer uma agressão a determinados princípios do meu Partido, o PDT, ao dizer que sou daqueles que defendem a modernização da legislação trabalhista, criada há 63 anos. Essa legislação não pode estar atualizada, se foi criada há tantos anos.

Todos os países fizeram alterações na legislação trabalhista para se adaptarem àquilo que o mundo já considera um avanço. Por exemplo, na França e na Alemanha, essas modificações já ocorreram. O ex-Ministro Almir Pazzianotto, especialista nesse assunto, disse aqui mesmo, nesta Comissão, que, se medirmos os benefícios que os encargos sociais levam diretamente ao trabalhador, não se alcançam 40%. Desse modo, de cada R$100,00 que o empregador paga, apenas 40% chegam a beneficiar diretamente o trabalhador.

Pergunto ao Dr. Todeschini se ele concorda com essa afirmação de que os encargos sociais em nosso País dificultam o registro e se há como reformular a legislação trabalhista sem agredir nenhum direito dos trabalhadores, apenas alterando a parte dos encargos sociais que beneficiam o trabalhador e oneram as empresas. Há essa possibilidade ou ela inexiste?

Essa é a pergunta que deixo a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Dr. Remígio Todeschini.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Senador Osmar Dias, do Paraná, suas considerações são muito importantes. Ressalto, frente à sua pergunta, que precisamos fazer também um diferencial quanto à questão dos encargos sociais. Inclusive, o Governo está submetendo a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para que tenhamos alguns diferenciais muito relevantes, conforme recomenda a própria Constituição Federal nos arts. 170 e seguintes.

As grandes empresas, sem dúvida, já cumpriram todas as suas obrigações no que diz respeito à sua diminuição de custo e estão ganhando em escala e em tecnologia. Podemos até verificar, em todos os anúncios dos lucros das grandes empresas, uma lucratividade bastante grande. Então, o encargo das grandes empresas não é o problema. Certamente, os encargos sociais são um problema para as micro, pequenas e médias empresas. Precisamos discutir mais profundamente essa questão no contexto geral da chamada Reforma Tributária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Remígio Todeschini, V. Sª tem uma tarefa imensa de cuidar das políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho e do Emprego. No entanto, apesar de o Governo estar sendo presidido por um sindicalista, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ser composto, principal e essencialmente, por membros do Partido que é chamado "dos Trabalhadores", o próprio trabalhador brasileiro esperava muito mais de políticas públicas para geração de emprego e renda.

Evidentemente, entendemos perfeitamente que isso não depende apenas de políticas públicas. A principal política pública para a geração de emprego está relacionada ao crescimento econômico do País, de forma consistente e permanente, a taxas que um país com as nossas carências sociais necessita. O festejado crescimento de 0,4% foi, na verdade, um decréscimo da economia – ou seja, não houve aumento. Depois, a estatística levou a um crescimento pífio, pequeno, mas foi celebrado. Em seguida, foram 5% no ano passado, em 2004. Neste ano, os analistas já afirmam que dificilmente esse crescimento atingirá 3,5% do nosso PIB, mas, mesmo assim, em razão de uma inércia do ano anterior, que possibilitará esse aumento.

Ou seja, a política não é consistente, havendo altos e baixos. Se, num determinado momento, a taxa de juros caiu, ela agora já cresceu novamente, tendo havido o recrudescimento da inflação. Assim, as taxas de juros estão tendendo a crescer. Então, falta uma política realmente de desenvolvimento e de retomada do crescimento econômico.

Veja bem, Sr. Todeschini - e até compreendo a dificuldade do Ministério do Trabalho: o Banco Central - vamos tomar o exemplo dos Estados Unidos - sempre regula a sua política visando manter o controle da inflação, manter a moeda preservada, mas também tendo em vista o fator fortíssimo, de mesmo peso, de manter a economia gerando postos de trabalho. Sempre tentam fazer esse equilíbrio, que é um equilíbrio relativamente estável, entre manter a inflação sob controle e manter a economia crescendo. Isso porque não adianta manter uma boa moeda, forte, se essa política não resultar na criação de novos postos de trabalho, na solução dos problemas sociais.

Então, qual é a realidade hoje do País? Altíssima carga tributária, desestímulo à atividade privada produtiva, tremenda burocracia sobre aqueles que pretendem legalizar-se. No fundo, hoje, quando você se legaliza, no dia seguinte, aparecem cinco fiscais em sua porta. É uma dificuldade imensa. Por isso, a economia brasileira mantém milhões de brasileiros na ilegalidade, na informalidade. E nós esperávamos desse Governo políticas realmente criativas, novas, mudanças estruturais. Era essa a promessa e a expectativa gerada em mais de 150 milhões de brasileiros que elegeram o Presidente Lula. Mas, infelizmente, decorridos dois anos e quatro meses, muita conversa, muito diagnóstico, muito projeto, muito "vamos fazer", e o horizonte já passou para 2008. Não é mais o horizonte de 2006: o Presidente, sem consultar o povo brasileiro, já se está considerando reeleito; então, as suas promessas já vão para o ano de 2008.

E vejo o Ministério do Trabalho dentro dessa ciranda, porque, no início, o Ministério do Trabalho tinha até um conterrâneo meu, Dr. Jacques Wagner, que – não sei –, talvez por ineficiência ou incompetência, foi afastado e foi cuidar de algo totalmente inócuo para este País, que é o tal Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que não sabemos a que veio até agora. Alguém me diga o que esse Conselho já fez de bom, de produtivo para o País: absolutamente nada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, com muita alegria, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu até faria uma pergunta não a V. Exª, pois sei de sua opinião, mas ao Governo. Vou tentar ser bem explícito. O Papa João Paulo II faz muita falta ao mundo inteiro. Se alguém perguntasse a um menino o que aconteceria se sua mãe lhe faltasse – o termo já está dizendo -, evidentemente, tautologicamente ele sentiria falta dela. Se eu perguntasse ao Presidente Lula o que seu Governo perderia com a instituição desse Conselho, seu Governo deixaria de andar? – e olhe que creio que não está andando. O que seu Governo perderia com a instituição desse Conselho? Se se poupasse aquela despesa, aquele gasto de custeio, o que aconteceria? O Brasil deixaria de funcionar, como se um nocaute se abatesse sobre nós, ficaria escuro, como se um blecaute se abatesse sobre nós? Ou continuaríamos tocando nossa rotina – aliás, medíocre rotina –, sem a chamada solução – o termo é horroroso - de continuidade? Ou seja, a pergunta sempre é esta: se acabasse, mudaria o quê? A pergunta é bem clara: se acabasse o Conselho de Desenvolvimento Social e tantos outros órgãos, que na verdade são penduricalhos, o que aconteceria?

Portanto, endosso a sua preocupação. Ressalto que, de minha parte, continuaria com a minha rotina: caminhando pela manhã, tentando cuidar dos meus filhos, cumprindo meu papel de oposicionista aqui. Não mudaria, não. Se dissesse que o Ministério da Fazenda iria acabar, evidentemente me abalaria. Eu correria até o Presidente para dizer-lhe que não o fizesse, porque seria loucura. O Ministério da Fazenda, não. Mas, pelo amor de Deus, uns dez Ministérios daqueles acabamos com um decreto, sem perder absolutamente nada, nem no quantitativo, nem no qualitativo, porque, pura e simplesmente, vamos ver que se economiza um pouco de dinheiro e, quem sabe, até mais umas pequenas bolsas-escola! Mas V. Exª tem toda a razão, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, posso tentar fazer uma ilação, porque a existência hoje do Conselho de Desenvolvimento é para manter o amigo, talvez compadre do Presidente Lula, o atual titular Jacques Wagner, lá empregado porque foi derrotado nas eleições para o Governo da Bahia. E já se fala que é o candidato novamente ao Governo, pelo PT. Talvez, através disso, ele conheça um pouco do PIB nacional que está ali representando, e isso possa trazer algum tipo de ajuda à sua candidatura na Bahia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ainda tem aquela história dos tais delegados - não sei quanto eles custam - que saem dos seus Estados, fazem lá aquele bilhareco regional, e a mulher de um deles pergunta: "Onde é que você está indo?" Aí, ele diz para a esposa: "Estou indo para a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social". No dia seguinte, não aparece nenhuma notícia no jornal, e a esposa não sabe se ele estava ali ou na festa do cabide. Essa é que é a verdade, porque não faz nenhuma diferença. Não sai nada, não produz notícia nenhuma, não produz fato político algum. Tanto pode estar no Conselho quanto na festa do cabide, aquela em que se coloca a roupa no cabide, e, aí, o couro come. Quer dizer, é isso. Não estou querendo tratar com brincadeira, mas a verdade é essa.

É um órgão inútil, e a brincadeira não é a gente pilheriar sobre o órgão: é o órgão ser inútil, sem uso, sem serventia, junto com mais nove ou dez que poderiam ser decepados da conta pública. O povo teria melhores motivos para o seu dinheiro ser aplicado. Não tenho nenhuma dúvida de que isso aí... Agora, não deixa de ser chique: dialoga com a sociedade - só esqueceu de dialogar com a Argentina, estamos vendo a confusão com a Argentina –, reúne para con-

vocar, convoca para reunir, e tome reunião. E o sujeito diz assim: "Estou indo para a reunião do Conselho". É um negócio assim de um chiquê brutal. Para onde você vai? Reunião do Conselho de quê? Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. É um negócio fora do comum.

Aí se diz assim: "Onde é que foi o seu pai?". "Meu pai foi na reunião de Desenvolvimento Econômico e Social". É chique, um negócio chique, só que inócuo, não resolve em nada a questão brasileira e é mantido por um Governo de quatro anos, e não de oito, como o Presidente, de maneira ilegítima, tenta, esquecendo-se da crítica do povo, planejando para o ano 2008 como é que a coisa vai ser. Ora, o Governo é de quatro anos; se se reelege ou não, é com o povo; pois bem, um Governo de quatro anos não poderia perder nenhum minuto, e teria que se dedicar a valer às soluções possíveis de todas as questões. Não vai solucionar tudo, mas que solucione tudo aquilo que é possível. Agora, inventar problemas novos e o inchaço da máquina é um claro problema novo. Obrigado a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço o aparte, Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, para não me estender muito, minha preocupação é muito mais com o trabalho do Ministério do Trabalho. O que é que efetivamente tem o Ministério do Trabalho como política?

O ex-Ministro criou o Primeiro Emprego. Nós sabemos que, na primeira fase do Primeiro Emprego, os resultados foram pífios, foram realmente desastrosos, e não se empregou absolutamente ninguém. Posteriormente, foi reformulado pelo novo programa Primeiro Emprego, feito por medida provisória. E me parece também, pelos resultados que sei, Dr. Todeschini, que esse programa não vai bem, não surtiu efeito. Por quê? Porque não basta um mero programa de Primeiro Emprego; ele precisa ter, em torno dele, uma série de outras providências, uma moldura que possa levá-lo a ter efeitos realmente. Além disso, o referido programa não tem essa atratividade pelo empresariado – essa é uma das razões.

A outra razão, me parece - e vai uma pergunta diretamente V. Sª -, relaciona-se ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, tão importante para treinamento e qualificação. Os recursos do FAT foram bem aplicados no Governo anterior, foram feitos convênios com as Secretarias de Trabalho estaduais, o que possibilitou o treinamento de milhares de trabalhadores. Depois, tais programas foram questionados pelo atual Governo, os recursos foram descontinuados, e nunca mais retomaram o nível anterior. Ora, sem treinamento e qualificação, o empresário não vai desejar esse jovem.

E esta é uma questão que não entendi até hoje: por que o recurso que é do trabalhador foi contigenciado - já que essa palavra está tão em moda também pelo Governo? Digo isso porque esses recursos não chegam às Secretarias Estaduais do Trabalho e Ação Social, como é o caso da Bahia. Posso lhe dar esses números detalhadamente, e esses programas não estão efetivamente sendo implantados. Então, faço essa pergunta e também pediria que V. Sª nos dissesse quais são as políticas públicas reais do Ministério do Trabalho para aumentar as oportunidades de emprego para o povo brasileiro, o povo trabalhador.

O Ministério do Trabalho, a meu ver, está ocioso também dentro desse quadro vivido pelo País, porque se debruçou sobre uma reforma sindical que não sei se sai, se vai para diante ou não. A reforma da CLT, que seria para dar um desafogo nas relações de trabalho e capital, com o objetivo de gerar mais emprego, também não traz nenhuma novidade.

Então, estamos perplexos, porque existe a promessa do Presidente da República de geração de 10 milhões de empregos, ela não está se realizando, não vai se realizar, e sentimos que a questão do desemprego é ainda gritante e realmente muito preocupante para todo o País. Ela é fundamental hoje, talvez seja a questão maior do nosso País, porque não há uma família, uma casa que não tenha um desempregado.

E onde está o Ministério do Trabalho para, efetivamente, liderar esse processo, até junto com o próprio Ministério da Fazenda, para mostrar que, se não for resolvido esse problema, dificilmente vamos avançar?

Fui citado aqui pelo Senador Romeu Tuma, porque fui Governador da Bahia, como praticante da guerra fiscal. Realmente. Mas sabe por quê? Porque precisávamos gerar emprego, e não há uma política de desenvolvimento regional. Então, para atrair investimentos, precisamos sacrificar receita do Estado. Não deixa de ser também uma renúncia fiscal. Mas nós o fizemos conscientemente, senão não geraríamos emprego para o nosso povo, na Bahia. Precisávamos crescer economicamente.

Da mesma forma, acho que o Governo tem que ter uma política clara. Se for preciso fazer renúncia fiscal, para apoiar o primeiro emprego, para apoiar o emprego após os quarenta anos, que ele o faça. Agora, que saia do imobilismo, saia do discurso, da peroração, e venha para a prática.

Agradeço a sua atenção para o que coloquei e, se V. Sª puder comentar esses pontos, eu fico mais grato ainda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Sr. Remígio Todeschini.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – O Senador César Borges foi Governador, sem dúvida, da grande Bahia, dentro do Nordeste, de uma importância fundamental.

Eu queria aqui separar a questão das políticas de emprego das políticas públicas de emprego, porque as políticas públicas de emprego tratam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que visam atender o seguro desemprego, pelo projeto de assistência, fazer convênio com os Estados frente à questão da intermediação – e tem melhorado a intermediação na efetividade, nos últimos três anos –, melhorar a qualidade de qualificação profissional.

É evidente que há menos recursos hoje do que no passado, mas também na qualificação, no passado, foram feitos cursos de curta duração, no antigo Planfor, que não tiveram como resultado o encaminhamento ou a colocação no emprego.

Então, o nosso objetivo, justamente em todo o sistema, com o microcrédito, o Primeiro Emprego, e tudo, é integrar essas ações para acertarmos mais na pontaria do emprego, trabalho e renda. E, nessa efetividade, que mensuramos inclusive, os resultados têm sido muito positivos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permita-me só fazer uma ponderação sobre esse assunto.

Lá na Bahia, por exemplo, fizemos convênios para treinar trabalhadores para a Ford, que foi uma grande conquista da Bahia, a única indústria automobilística do Norte e do Nordeste do País. Rompemos um paradigma que existia, segundo o qual, para o Nordeste, estavam destinados o turismo e a agricultura irrigada. Usamos recursos do FAT. Temos hoje um pólo calçadista. Usamos recursos do FAT. Quer dizer, tivemos um alvo; treinávamos o trabalhador já com o emprego na ponta, para satisfazer o industrial. Hoje, não temos o apoio do FAT, pelo menos no nível que tínhamos. São bastante reduzidos, no atual Governo, os recursos que foram para esse treinamento de mão-de-obra.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Sim, mas nós temos uma demanda muito grande, principalmente dos grupos vulneráveis, até porque as grandes indústrias normalmente dispõem de recursos.

Acabei de vir hoje de manhã da abertura da Oficina da Educação Corporativa, onde as duzentas maiores empresas fazem investimento muito grande em qualificação profissional. Então, as grandes empresas já têm recursos próprios para fazer essa ação. Precisamos dar suporte aos grupos mais vulneráveis, as pequenas empresas, para as quais concordo que precisamos aumentar os recursos.

Senador, quanto às ponderações que fiz sobre o questionamento do Senador Suplicy relativos ao Primeiro Emprego, o incentivo fiscal foi dado inclusive por Estados. A Bahia também fez um Programa Primeiro Emprego com incentivo fiscal. Não tem sido positivo, até pelo problema do controle da fiscalidade, que se impõe nesses programas por exigências legais, tanto em ordem federal, como estadual. Tem tido êxito o programa na preparação dos jovens para o primeiro emprego, porque aquela lei aprovada aqui pelo Senado, cujo relator foi o Senador Eduardo Suplicy, está possibilitando processos de qualificação, processos de bolsa para os jovens com maior dificuldade combinarem com o programa do FAT de qualificação. Isso tudo permite cursos de maior amplitude para preparar os jovens no mundo do trabalho.

É importante ressaltar que, em todos os cursos dados, a primeira questão é a inclusão digital, importante para jovens das grandes periferias. E temos no Nordeste uma questão muito drástica, em Salvador, Fortaleza, Recife e demais grandes regiões metropolitanas, onde o Governo está atuando e vai ampliar a sua ação por meio do Pró-Jovem, que justamente quer combinar elevação de escolaridade com um processo de qualificação, dando ao jovem uma bolsa de um ano. Com isso, sem dúvida, vamos diminuir a criminalidade, fazendo com que os gastos públicos que normalmente vão para a segurança na repressão sejam alocados na qualificação. Os gastos são grandes. Quanto custa colocar um jovem em medida socioeducativa nos Estados? Dez, quinze, vinte vezes mais. E precisamos, sem dúvida, centrar a questão na qualificação.

Por último, não estou aqui como representante do ex-Ministro Jaques Wagner, não quero entrar em disputas regionais. É importante a ação do Conselho de Desenvolvimento Econômico no diálogo social com todos os atores. Alguns anteprojetos de lei têm passado na discussão desse Conselho. Então, reporto, muito importante também, dentro do atual Governo do Presidente Lula, reforçar os aspectos de diálogo social com a sociedade, com os empresários, com os trabalhadores e com todos aqueles que têm uma ação pública e querem somar em processos de integração com o Governo.

Quanto à questão das políticas gerais, concordo que precisamos continuar, no aspecto da macroeconomia, o crescimento. O resultado do crescimento no ano passado tem sido muito positivo na comparação com os outros anos. Ontem foi anunciado um novo recorde nas exportações no mês de abril. Isso é um sinal de que a economia vai bem, inclusive no aspecto do emprego. Segundo os dados do Caged dos últimos três meses, tem havido crescimento nos índices de emprego, em contraposição a outros períodos anteriores, em que houve decréscimo ou até saldo negativo no Caged.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Antes da inscrição do Senador Sérgio Cabral, o último inscrito era o Senador Paulo Paim. Também estava inscrito o Senador Delcídio Amaral, como líder do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gostaria de cumprimentar o nosso painelista - poderia dizer colega das lidas sindicais -, Remígio Todeschini, a quem conheço há mais ou menos 20 anos, desde a fundação da Central Única dos Trabalhadores, período em que fui Secretário-Geral e depois Vice-Presidente. Conheço seus estudos, seus trabalhos, a forma como se dedica a esse tema que preocupa a todos nós. Mas vou me ater apenas ao projeto.

O projeto do Senador Jefferson Péres vem ao encontro de uma preocupação muito grande que, queiramos ou não, está pautada no debate da sociedade brasileira: a forma como o cidadão com mais de 40, 45 anos é discriminado no mercado de trabalho. Confesso, Remígio, que, no meu gabinete, recebo no mínimo, no mínimo, por mês, mais de 50 denúncias sobre o assunto.

Recentemente, fiz um pronunciamento nesta linha: teríamos de achar uma forma para que o trabalhador considerado experiente não fosse, devido à idade, a partir dos 40 anos, afastado do emprego. Se o primeiro emprego é importante para o nosso jovem - eu, particularmente, acho importantíssimo o primeiro emprego, adotamos essa experiência no Rio Grande do Sul, na época do companheiro Olívio Dutra -, também tão importante ou mais é o emprego do pai de família. Por isso, vejo com muita simpatia esse projeto.

Confesso que apresentei dois projetos na mesma linha. Em um deles, sou muito mais duro: digo que a empresa com mais de 100 trabalhadores devia ter no mínimo uma cota de 20% de trabalhadores com mais de 45 anos. No segundo, entro também na linha do incentivo, que é mais flexível. É a linha do Senador Jefferson Péres, que acho interessante, que segue o caminho da provocação do empregador, para que efetivamente valorize o trabalhador com mais experiência e que este tenha algum tipo de incentivo. Esse ponto de vista, naturalmente, teremos que debater dentro da realidade do nosso próprio Governo.

É um tema, para mim, muito importante, muito delicado, muito sério e que enseja meus elogios à iniciativa da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, por debater o tema. Até gostaria que, o mais rápido possível, esse projeto fosse debatido aqui e, enfim, que deliberássemos sobre ele, por tudo o que representa.

Eu perguntaria, companheiro Remígio – e peço desculpas por não ter escutado sua palestra, porque estava na Comissão de Educação –, se efetivamente o Ministério do Trabalho já tem estudo nesse sentido, se há formas via FAT. Confesso que estou muito preocupado mesmo com a situação, pois hoje, infelizmente, grande parte dos empresários utiliza a força jovem de trabalho e acaba colocando na rua pais de família, num ato totalmente discriminatório.

Tive uma oportunidade, até por indicação da CUT, de permanecer no Japão por um mês, junto com uma delegação de empresários, e vi o tanto que lá eles valorizam o trabalhador experiente, que chega a ser deslocado de uma empresa para outra para passar sua experiência, sem redução de seus vencimentos.

Então, faço mais esta provocação positiva - queria ouvi-lo um pouco mais, pois perdi a exposição principal; espero que V. Sª possa sintetizar o assunto no questionamento que aqui faço: quero dizer que estou empolgado com o projeto do Senador Jefferson Péres e que provavelmente serei um daqueles que vai defendê-lo no momento da aprovação.

Assim, é mais um cumprimento a seu trabalho, que conheço. Sei que é um trabalho sério, responsável, e sei que V. Sª é um estudioso do assunto. Dessa forma, gostaria de ouvi-lo um pouco mais, quando falar depois que todos os Senadores fizerem seus questionamentos.

Desde já, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Tem a palavra o Senador Sérgio Cabral, do nosso PMDB do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio; Dr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas; Sr. Presidente, fico feliz de suceder o eminente Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que manifesta o seu entusiasmo e a sua simpatia pelo projeto, mostrando, mais uma vez, que busca, dentro do seu Partido, que governa o Brasil, não cair na mesmice, não cair nos paradigmas conservadores. O Senador Paulo Paim está sempre estimulando o seu Partido a buscar soluções, como disse muito bem o Senador César Borges, soluções criativas para esse problema tão dramático relativo à geração de emprego no Brasil.

Recentemente, foi divulgada uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o custo de vida nos últimos dez anos. A pesquisa apontava que a faixa da população mais idosa sofria com o custo de vida no País, e chamava a atenção para alguns itens, que, de uns anos para cá, têm afetado menos essa faixa da população. Um deles é transporte. Por quê? A Constituição brasileira estabeleceu a gratuidade no transporte

urbano. No meu Estado, nós conseguimos o transporte gratuito interurbano para o cidadão da terceira idade - e é o único Estado do Brasil. Quanto custa isso? É uma renúncia? É abrir mão de alguma coisa, já que o Estado tem que entrar com algum subsídio? É. Quanto custa ao Governo brasileiro cumprir a promessa do Presidente Lula da geração de 10 milhões de empregos? Quanto tem custado ao Estado brasileiro - como disse o Senador César Borges, e, pelo que parece, o Dr. Remígio Todeschini concordou - a redução do emprego do FAT na parceria com os Estados e Municípios brasileiros? Parece-me que o Dr. Remígio Todeschini reconhece a redução desses recursos na preparação de mão-de-obra, na reciclagem de mão-de-obra.

Eu ouvi o Dr. Remígio Todeschini, na sua exposição inicial, chamando a atenção para o fato do uso dos recursos. Pelo que entendi de V. Sª, em vez de o Estado brasileiro abrir mão de recursos, por que não aplicar na reciclagem desses profissionais, dar reinserção no mercado de trabalho? Penso que não, Dr. Remígio Todeschini. Penso que o projeto do Senador Jefferson Péres é um projeto extremamente razoável e dá a possibilidade aos empregadores brasileiros de terem pelo menos 30% dos seus empregados com idade superior a 40 anos. Pode-se até rever essa idade de 40 anos, mas não estou vendo simpatia de V. Sª pela idéia. E é isso o que me preocupa, porque o papel de V. Sª é dar uma visão técnica e política, e vejo que, pelo Senador Paulo Paim, V. Sª tem tradição na militância sindical e, certamente, dentro do Partido dos Trabalhadores. Então, não é apenas um técnico, é também alguém comprometido partidariamente com o êxito desse Governo.

Assim, fico preocupado, pois um parecer seu, uma visão sua perante o Ministro, perante o Palácio do Planalto é fundamental, mas não tenho ouvido de V. Sª simpatia pela solução, nem a tentativa de encontrar um acordo para que se cumpra essa intenção do legislador, do Senador Jefferson Péres, que é exatamente a reinserção do pai de família, que, como diz o Senador Paulo Paim, muitas vezes sofre pelo preconceito da idade, sofre pela própria visão do empregador de que é mais barato fazer esse *turn over.* Não vejo – e isso é o que me preocupa - alguma sedução pelo projeto.

Já existem vários países que buscam encontrar soluções exatamente para esse perfil do homem mais maduro, que sofre com os preconceitos e com as dificuldades que eu já apontei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Dr. Remígio Todeschini.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Eu queria ressaltar por que mencionei, no início da minha exposição, que há uma sedução, sim, por parte do Ministério do Trabalho do atual Governo em atender justamente os grupos mais vulneráveis e, entre esses, os desempregados com mais de 40 ou 45 anos.

Na ação do Plano Nacional de Qualificação, há planos de trabalhos e cursos específicos para estimular pessoas a terem atividades autônomas e a se requalificarem em funções em que possam se reempregar, como eu tinha dito anteriormente. Como o desemprego na faixa etária superior a 40 anos está em torno de 10% do total dos desempregados, a ação da qualificação tem sido em torno de 20% desse grupo. Há dois grupos prioritários em que se trabalha mais: jovens, dando ênfase para mulheres e para afrodescendentes – esses são os números que o nosso Plano Nacional de Qualificação tem apresentado -, e também pessoas com mais de 40 anos, para se dar uma oportunidade de emprego, trabalho e renda.

Por exemplo, no Rio de Janeiro também, temos tido convênios com o Governo estadual e com a grande Prefeitura do Rio de Janeiro, para poder se combinar uma ação mais precisa, justamente nesses grupos mais vulneráveis.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB - RJ) – Mas, como na Bahia, os recursos têm sido reduzidos. Como na Bahia, os recursos também se reduziram barbaramente, no repasse para o Estado do Rio de Janeiro. Posso garantir isso a V. Sª. Comparado há alguns anos, os recursos de repasse vêm diminuindo assustadoramente.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Sim, mas, para todo efeito, na medida em que se têm gastos os recursos da qualificação, a efetividade na colocação, na intermediação tem sido maior que no passado. No passado, os cursos eram de curtíssima duração, e há uma série de tomadas de contas especiais, inclusive do passado, por determinação do Tribunal de Contas da União, no sentido de dizer: "Vamos hoje acertar melhor na pontaria com o valor de recursos de que dispomos". Porém, saliento que precisamos, sem dúvida, ampliar o conjunto de recursos para o chamado sistema público de emprego.

As políticas gerais e públicas de emprego devem, sem dúvida, combinar com uma série de outras políticas, como o Senador disse aqui, como a questão de transporte, saúde, etc. O Ministério do Trabalho participou, no último final de semana, de um seminário na Unicamp, com várias entidades, mostrando que a questão do salário mínimo deve estar combinada com políticas de desenvolvimento e com uma série de outras políticas sociais importantes, devido às dificuldades dos nossos trabalhadores.

Então, para concluir minhas palavras, para o Ministério do Trabalho, quanto ao projeto de lei aqui apresentado, é mais importante utilizarmos recursos do FAT ou do Tesouro para preparação, para requalificação e para busca de alternativas. Tem de haver preparação para a requalificação dos profissionais com mais de 40 anos, porque o desemprego de longa duração para quem tem mais de 40 anos é para quem não tem muita qualificação. Precisamos fazer esse trabalho. Também, por meio de cursos, precisamos dar alternativas para atividades autônomas ou mesmo dar estímulos para atividades empreendedores. É muito importante esse aspecto, justamente em relação àqueles que mais sofrem com o desemprego e que têm mais de 40 anos. Em vez de se ter renúncia, que esses recursos dêem o suporte para dar alternativa, sem dúvida, a essas pessoas com mais de 40 anos. É necessário, como falei anteriormente. Estamos em um debate amplo com a sociedade, com os Estados, com as grandes prefeituras, com os empresários, com o Sistema S e com os trabalhadores, para fazer uma ampla discussão sobre o sistema público de emprego no Brasil. Vai haver o segundo congresso agora, em São Paulo, precedido de congressos regionais, onde também, nas propostas de melhoria de toda a lei do sistema público de emprego, estão colocadas propostas bem claras e objetivas para atender às pessoas com mais de 40 anos. Sem dúvida a sedução pelo tema, pela questão das pessoas de mais de 40 anos, é uma preocupação central do Ministério do Trabalho e Emprego.

Obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Remígio Todeschini, homem competente que está realizando excelente trabalho ao lado do nosso Ministro Ricardo Berzoini.

Quero pedir desculpas, Remígio, pois hoje temos muitas comissões temáticas funcionando. Então nos ausentando permanentemente, em função das várias frentes que normalmente ocorrem nas terças-feiras, pela manhã.

Serei bastante objetivo – e desde já peço desculpas se a pergunta já foi feita, porque não tive oportunidade de acompanhar toda a sessão. Também peço desculpas ao nosso querido Presidente, lídimo Senador representante do Pará, Luiz Otávio.

Serei breve. O projeto que estamos analisamos, cujo relator é o Senador Jefferson Peres, deixa muito clara a dedução do lucro tributário. E, dentro da ótica do cálculo do Imposto de Renda, a dedução de 25% das despesas de pessoal, inclusive encargos, até o limite de 15% do lucro tributável, desde que a empresa tenha mais de 30% dos seus funcionários com mais de 40 anos. Evidentemente, no cômputo dos 25% excluem-se os salários superiores a R$3.000,00.

A minha primeira pergunta, Dr. Remígio, é a seguinte: tenho dados do Dieese que demonstram nítida e claramente – evidentemente são relativos à região metropolitana de São Paulo – que a faixa etária que mais sofre com o desemprego é a de 18 a 24 anos. Temos o número de 29,2% contra 11.4%, na faixa etária de 40 anos ou mais.

Então, esse é um ponto importante. Dentro de uma política de empregos, nesse esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de se aumentarem as vagas no mercado de trabalho, existem, no meu ponto de vista, faixas etárias que estão sendo muito mais prejudicadas do que as de 40 anos para cima. Ao menos usando os números da região metropolitana de São Paulo.

O segundo ponto é que o projeto prevê que as empresas que irão dispor desses incentivos têm de ter em seus quadros 30% da mão de obra com idade superior 40 anos. Estudos também do Dieese demonstram que boa parte das empresas já se situa com percentuais acima desses 30%, especialmente na faixa de 40 anos. Portanto, olhando a região metropolitana de São Paulo, o projeto não traria o impacto que dele se espera.

Outro ponto é com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e aos impactos. Ou seja, a mensuração desses incentivos nas contas públicas. A minha pergunta é a seguinte: tendo em vista o encontro que se realizará em agosto para se discutir amplamente a questão do emprego. Como é que o senhor analisa esse projeto à luz das ponderações feitas? O senhor julgaria mais conveniente aguardar um debate maior, um projeto mais amplo, ou, eventualmente, direcionar essas ações para categorias que estão sofrendo mais, faixas etárias que estão sofrendo mais em função do desemprego?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio) – Concedo a palavra ao Secretário de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho, Remígio Todeschini.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Quero novamente ressaltar que é importante fazer uma discussão ampla, geral, de um conjunto de políticas públicas de emprego que dê atenção às pessoas com mais de 40 anos, porque são desempregados de média e longa duração. Precisamos dar-lhes alternativas, porque o desalento do desemprego, sem dúvida, fica maior nessa idade.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Gostaria de ajudar o meu convidado especial.

Acho que o segundo argumento do meu Líder é forte, mas o primeiro é mais. É natural que os mais jovens estejam em maior número desempregados. No entanto, esses 11% são os pais de família. Por isso, quero concordar, em tese, com o meu Líder e com V. Exª, no sentido de que a questão merece um amplo debate. Não tenho uma postura de contraponto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Para completar o Senador Paulo Paim, muitas dessas pessoas com mais de 40 anos que estão desempregadas têm filhos com 18 anos, 19 anos. São chefes de família que passam pela humilhação do desemprego. Não são apenas os menos qualificados com menos de 40 anos, como V. Sª apontou, que hoje sofrem com o desemprego. Há muitos cidadãos com mais de 40 anos de idade, às vezes com três idiomas, com pós-graduação, com formação em nível superior, com formação técnica qualificada, que estão desempregados. Certamente, aqueles menos qualificados têm mais dificuldades de se reinserir. V. Sª sabe disso, é um especialista, pensa a questão e a trabalha há muitos anos e sabe que é um fato. Muita gente com mais de 40 anos, mesmo qualificada, não conseguir se reinserir no mercado de trabalho.

A intenção do Senador Jefferson Péres foi a de firmar, de radicalizar, numa política de incentivo à reinserção dessas pessoas. São pais de meninos de 18 anos, de 19 anos, que também estão desempregados.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Sem dúvida, foram muito oportunas as intervenções do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Cabral.

Não podemos nos esquecer do conjunto dos desempregados neste País. Quando fazemos o processo de qualificação, de intermediação, estabelece-se a questão do microcrédito, que é atender necessariamente todas as faixas. O incentivo não é gerador de emprego. Precisamos sempre ressaltar que tudo depende da questão macroeconômica. É bom aqui ressaltar que já há uma ação importante, do Ministério de Desenvolvimento e Indústria, do Ministro Furlan, de fóruns de política industrial. Há uma outra ação importante que vai ajudar muito na formalidade do emprego, combinada com a lei geral da micro e pequena empresa, que é a questão dos arranjos produtivos locais. Há uma ação atual do Governo de estabelecer em território nacional mais de cem desses arranjos. Havendo produção de qualidade, investimentos em gestão empreendedora, tecnologia, produtos de mais qualidade, isso fará com que tenhamos empregos de qualidade. Do ponto de vista da mão-de-obra, precisamos sempre reforçar o investimento de recursos públicos, até para poder atender um dos primeiros artigos da Constituição que estabelece como dever do Estado brasileiro diminuir as desigualdades regionais, combater a pobreza e a miséria, com processos inclusivos, como o Bolsa Família, combinado com processos de qualificação nas políticas públicas de emprego, para que possamos mostrar alternativas seguras e de melhor qualidade de vida à nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio) – Antes de encerrar, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio usou como estratégia um aparte ao Senador César Borges para fazer considerações ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Eu me sinto aqui com o dever de fazer algumas considerações construtivas em relação ao que ele aqui expressou.

Em primeiro lugar, é legítimo que o Senador Arthur Virgílio questione se há utilidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O Sr. Remígio Todeschini deu o seu testemunho, porque algumas vezes ali certamente participou, e como esse Conselho tem sido um foro de troca de idéias entre representantes das mais diversas entidades representativas tanto de empresários quanto de trabalhadores, organizações não governamentais e outras que levam ao Governo e ao Congresso suas reivindicações, e o Governo troca idéias e acaba gerando muitas das proposições que aqui chegaram, seja relativas à reforma tributária, à reforma previdenciária, à lei de parceria público-privada, proposições relativas à geração de emprego e renda, de como erradicar a fome e a miséria.

Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso não havia o Conselho Econômico de Desenvolvimento Social, mas havia outros fóruns, por exemplo, o Conselho do Comunidade Solidária. Eu mesmo uma vez, a convite da Srª Ruth Cardoso, que presidia aquele Conselho, participei. Também já participei de debates no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Eu quero dar aqui o meu testemunho de que as reuniões deste Conselho são extremamente sérias, levam a uma reflexão produtiva. Antes, ele foi presidido pelo hoje Ministro da Educação, Tarso Genro, e hoje é presidido pelo Ministro Jacques Wagner. Quero aqui dar o meu testemunho de como as reuniões deste Conselho são sérias, produtivas, como também eram sérias as do Conselho do Comunidade Solidária.

O Senador Arthur Virgílio fez um comentário jocoso, que não precisaria ter sido feito, porque ninguém vai para esse Conselho com outra finalidade senão de contribuir para a seriedade daquilo que seja a defe-

sa do interesse público e a melhoria das instituições brasileiras.

Era só isso que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como sou generoso, o Senador Arthur Virgílio pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Delcídio Amaral é generoso mesmo, não precisava nem proclamar; é auto-explicável a sua generosidade, eu quero testemunhar isso.

Eu fiz um comentário jocoso sim, Senador Eduardo Suplicy, mas não disse que as pessoas se desviariam do Conselho para aquela velha festa de carnaval do cabide. Eu disse apenas que, como não sai notícia no jornal, porque não produz fatos, se alguém porventura caísse nessa tentação e fosse para a festa do cabide, daria para dizer em casa que estava na reunião do Conselho, porque eu sinto o Conselho inócuo. O Senador Eduardo Suplicy fala do Comunidade Solidária. Aquilo foi uma obra que, se custou, custou pouco dinheiro público e rendeu bastantes frutos sociais para o País. Diferente de um Conselho que eu percebo inócuo. Percebo que discute, discute e não chega a lugar nenhum, o tempo inteiro, vira uma tertúlia literário-recreativa. Essa é a impressão que tenho. O governo passado já tinha ministérios demais, eram 27. Já devia ter injunção política levando o governo passado a ter tantos ministérios. Acredito que com 24, 22, forçando a situação, 20, 23 ministérios, daria para funcionar muito bem e tocar a máquina de maneira muito mais eficaz. Não tem cabimento. Não consigo imaginar que estejam dando frutos todos esses ministérios criados, de modo geral, para contemplar companheiros derrotados em eleição.

Há aí dois pecados, Senador César Borges. Um pecado é o gasto desnecessário e o outro é o desrespeito às urnas, que derrotaram esses tais companheiros. Suponhamos que o Estado do Amazonas amanhã me derrote, e aí vem um amigo meu e me nomeia ministro. Quer dizer que o que o Amazonas avisou a meu respeito não valeu nada? O Amazonas avisou que, naquele momento, eu não merecia o cargo público, tanto que me tirou pelo voto, mas vem o meu amigão e me presta uma solidariedade, que é de sindicato, não é uma solidariedade de estadista, é de sindicalista. Enfim, está havendo muito essa coisa de não poder deixar o fulano sozinho, o que acaba deixando mal o povo.

Cito o exemplo do Rio Grande do Sul, onde cinco pessoas foram derrotadas direta ou indiretamente, e aproveitadas no governo. Isso para mim é uma clara anomalia, é um acinte a quem venceu a eleição, é um acinte claro ao povo do Rio Grande do Sul, que dá o aviso de que não quer fulano, definitiva ou temporariamente, na vida pública. Eu, povo do Rio Grande do Sul, não quero fulano, beltrano e cicrana, não quero essa gente na vida pública durante tantos anos ou para sempre. Aí vem o nosso amigo e diz: "São meus amigos". E coloca fulano, beltrano, cicrana, fulaninho, beltraninha, fulaninho de tal, enfim.

Precisamos entender democracia também como uma leitura correta das urnas. É preciso, inclusive, os homens públicos terem um certo pudor, ou seja, uma vez derrotados, aprenderem a lição que tantos dos nossos maiores já nos deram: saiam da luz, recolham-se por um tempo, preparem sua volta e não vejam uma forma de contornar, via máquina, via favoritismo, aquele veto que o maior dos juízes deu; e o maior dos juízes do homem público é precisamente o eleitor.

Portanto, entendo que o Presidente Lula faria uma grande coisa pelo emprego do mais novo, do mais velho e do que está no meio, se cortasse despesas inúteis e fúteis como essa que ele joga em tantos ministérios que não estão servindo, a meu ver, à felicidade social do País.

É muita conversa, é muito blablablá, e vejo pouco resultado prático. Gostam de conversar, são pessoas que devem sobrecarregar uma pessoa objetiva, como o nosso depoente, mas ele próprio está para tirar férias, em razão daquela coisa toda no ouvido, do tanto que eles se reúnem. Só o Ministro da Casa Civil participa, se não me engano, de 270 comissões, grupos de trabalho. Fiquei analisando, se ele for uma vez em cada uma delas, são 270 dias, descontando domingo, feriado, o dia da dor de cabeça etc., se ele não tiver dor de cabeça um só dia, ele não consegue freqüentar 270 grupos de trabalho, não consegue apresentar resultados de 270 grupos de trabalho. Então, não dá para dizer que é eficaz um Governo que trabalha 270 grupos de trabalho. Pelo amor de Deus! Não consigo acreditar que alguém nesta sala raciocine de maneira diferente.

São 270 grupos de trabalho. Qualquer coisa motiva um grupo de trabalho. Falou-se qualquer coisa sobre o HPV, cria-se um grupo de trabalho, e assim sucessivamente com qualquer outro tema. Sabemos, é uma verdade da administração pública, que quando alguém não quer ver algo resolvido imediatamente cria o chamado grupo de trabalho.

Eu quis apenas corroborar a tese do Senador César Borges em relação à inutilidade deste e, acrescentando, de outros órgãos, numa máquina que está inflada. Enfim, este e outros governos precisam compreender que, quando poupam no custeio, eles conseguem recursos a mais para investir. E de 89 para cá, não se investe tão pouco, o investimento público caiu a níveis inimagináveis. Se os governos percebessem que cada palito que eles não riscam, que cada clipe que não gastam à toa, que cada lâmpada que não acendem sem necessidade, significa economizar no custeio, essas diárias estapafúrdias, as viagens desnecessárias, os ministérios inservíveis, que tudo isso aí poderia virar, numa parceria com a iniciativa privada – isso, sim, uma verdadeira PPP –, investimento para gerarmos os empregos que precisam os de 18 anos, os de mais de 40, os de 30 até 40, enfim, todos. Os governos todos veriam que a melhor forma para ganhar uma eleição é pura e simplesmente governar bem, e governar bem procurando gastar menos do que arrecada, procurando evitar soluções mágicas, acabar com esse Cabo Canaveral que lança toda hora um programa, aí o programa voa; só que no Cabo Canaveral o foguete volta, aqui o foguete não volta, vai embora. Daqui a pouco, cadê o Primeiro Emprego? Alguém vai defender o Primeiro Emprego, dizer que foi exitoso? Dá para alguém me dizer que o Primeiro Emprego, como o Presidente dizia, ofereceu 250 mil oportunidades no primeiro ano? Não tem nada. Então ficamos aqui fazendo mídia, fazendo propaganda em cima da vida, expectativa de cidadãozinhos que servem para votar, mas não servem depois para trabalhar.

Eu apenas quis dizer, Senador Eduardo Suplicy, que, se enxugasse a máquina, esse seria um tento, se o Presidente fizesse isso, ele cresceria no meu conceito como administrador. E outra é que estou aguardando o retrato que ele não me prometeu, e aí não posso dizer que não cumpriu. Tem aliado que pede isso, pede aquilo, eu não peço nada dele. Um retrato dele, sentado, com a manga arregaçada, despachando com um ministro. Um retrato! Não custa nada. Não estou pedindo diretoria na Petrobras, não estou pedindo diretoria não sei onde, nada, estou pedindo um retrato, com a manguinha arregaçada, olhando para um ministro – vou até colocar os óculos –, com os óculos assim, para mostrar que está atento mesmo, não só olhando, como lendo. O papel dele é sentar e começar a gerenciar.

Se esse projeto do Senador Jefferson Péres matematicamente for bom, vamos aprová-lo. Se for só idilicamente bom, não temos que tocar. Temos que ver o que vai efetivamente gerar emprego no País, e não aquilo que parece que é uma boa idéia. Tenho certeza de que o Senador Jefferson Péres, inteligente como é, preparado como é, deve ter cercado seu projeto de todos os cuidados. Enfim, geramos emprego com trabalho, com investimento; não se gera emprego com retórica; gera-se emprego com investimento, com a criação de um ambiente favorável aos negócios, o estabelecimento de marcos regulatórios que atraiam o capital estrangeiro. De repente, aprendeu, sendo governo, que não dava para ficar falando mal de capital estrangeiro. A alternância de poder tem sido tão boa que eu acho que o Presidente Lula vai sair, sem dúvida, muito melhor do que entrou e com muito mais capacidade de analisar o fato brasileiro depois. Não tenho nenhuma dúvida, porque está aprendendo no dia-a-dia que – vou falar uma linguagem popular de novo – focinho de porco não é tomada. Governar é outra coisa, governar é diferente de... Um dia ele diz assim: "Vou dobrar, sim, o salário mínimo no seu valor real de compra". No dia seguinte, o Ministro Ricardo Berzoini fala: "Não vai". E o Ricardo Berzoini diz: "Mas vamos criar os 10 milhões de emprego". Não vai. Não vai, isso é dolo. Está dizendo que está contando emprego informal, e não vai. No primeiro ano desempregou, no segundo ano empregou, mas, segundo a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, a média mensal de criação de emprego deste Governo é de 87 mil. De 1994 a 2002, foi de 120 mil. Está aí a PNAD. Então não vai gerar 10 milhões de empregos. Para gerar 10 milhões de empregos tinha que crescer 5,5% ao ano, durante quatro anos, e não está perto disso: 0,5% num ano; 5,2% no outro; 3,5% num ano e interrogação no quarto ano. Então, não criará. É uma promessa que só se pode dizer assim: "eu pensei que dava, mas não dá", ao invés de ficar dizendo "ah, mas eu consegui colocar três ambulantes ali na esquina tal, eu consegui colocar dois engraxates ali perto do bar do seu Chico", isso é brincar com a gente. Emprego mesmo não gera nada parecido com isso. Essa é a minha opinião, modesta, sincera, estou aqui para isso e para cumprir com meu papel, enfim, que é o de apontar os equívocos, porque uns defendem e outros têm que atacar. Senão caímos naquele sonho do companheiro Chávez; agora já dá processo se falar mal do governo do Chávez. O nosso companheiro Chávez está exagerando muito, e estou muito preocupado com ele, recomendando ao nosso companheiro Lula que tome muito cuidado com a forma de estimular ou de não estimular essa coisa monstruosa que está acontecendo na Venezuela, aqui pertinho da gente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como vou me encontrar com uma delegação de estudiosos holandeses, tenho que me retirar, mas quero lhe transmitir que as previsões de crescimento da economia e do emprego, em 2005 e 2006, serão efetivadas e bem melhores do que as que V. Exª tem colocado. Agora, V. Exª afirmou corretamente, o Presidente Lula vai concluir o seu governo ainda melhor do que chegou, tendo realizado uma tarefa muito extraordinária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou concluir. Não tenho dúvida de que se ele concluísse pior depois da experiência que está tendo, seria um caso para a medicina estudar. Porque, como é possível passar quatro anos num platô privilegiado, que é o governo do País, olhando os problemas de cima e depois sair pior? Não dá. Aliás, o PT nunca mais vai ser o mesmo, e essa é a minha grande alegria. Quando o PT voltar para a oposição, eu quero ouvir aquelas conversas de "fora, fulano", de confundir o interesse nacional com seus dogmas. Ele está aprendendo que o interesse nacional está acima de dogmas partidários, e esse é o grande ganho da democracia brasileira na sua consolidação. Não tenho dúvida de que o Presidente Lula sairá melhor do que entrou porque se saísse pior era caso de levar para um cientista examinar, para laboratório, porque o sujeito entra, tem todas as informações na mão e não aprende, seria de perder a fé no exercício da vida pública. Em outras palavras, tudo o que quero do Presidente Lula é que em 2007 ele seja um atento expectador da cena e um forte crítico do novo Presidente que virá depois dele, que ele não deixe passar nada errado até porque está aprendendo. Que ele seja um crítico duro. Nós não vamos cerceá-lo, como fazem quando Fernando Henrique, que vem a turma do abafa, ele não pode falar. Agora, se o Presidente Sarney diz que Lula foi genial na sua entrevista coletiva, não merece nenhuma crítica, porque o Sarney é ex-Presidente e pode falar. O Fernando Henrique não pode falar contra. Se somos democratas para valer temos que estimular que cada um fale a favor, contra ou de qualquer jeito, e que Lula fale muito quando for ex-Presidente, porque ele terá uma grande experiência, e eu espero que ele seja ex-Presidente agora em 2007.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Antes de passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral, lembro que amanhã a Comissão de Assuntos Municipalistas – para mim, a Comissão está acima de qualquer questão político-partidária –, presidida pelo eminente senador Garibaldi Alves Filho, se reunirá às 14 horas com a presença do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. É uma importante reunião, onde teremos a presença dos Senadores que compõem a Comissão e de convidados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro. Acho que a posição do Todeschini é muito clara com relação, primeiro, a políticas de resgate social, de inclusão social, de qualificação de mão-de-obra e políticas de geração de emprego, dentro de uma visão maior. O meu questionamento, quando falei dos três tópicos ou as três preocupações com relação ao projeto do Senador Jefferson Péres, estão focados especificamente na segunda preocupação, a de que, estatisticamente, as empresas têm percentuais maiores que 30% de trabalhadores de 40 anos para frente.

Portanto, podemos eventualmente aprovar um projeto inócuo, porque as empresas já atendem a isso, e não aparece nenhum tipo de estímulo ou incentivo à geração de novas vagas ou a expansão de vagas nessas empresas. Então, esse é um dos objetivos principais que me levou a esse questionamento mas que, de maneira nenhuma, pode levar a qualquer ilação no sentido de que a faixa etária de quarenta anos para cima não mereça a preocupação de todos nós. Faço questão de registrar isso.

Para encerrar, farei alguns comentários sobre o que disseram, Sr. Presidente, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy. Assim como o Comunidade Solidária, numa visão bem isenta, tranqüila, também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tem um papel fundamental. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é o fórum de onde surgiram vários projetos, alguns inclusive encaminhados para esta Casa. É um fórum importante, até porque tem uma representatividade forte de alguns dos principais empresários deste País, além de lideranças incontestáveis em vários segmentos de nossa sociedade. Então, é importante registrar isso para que se entendam claramente os objetivos do Presidente Lula ao estabelecer um fórum para discutir o nosso futuro.

Quero agradecer, meu caro Todeschini, a sua presença.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um aparte sobre esse assunto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu nem falei, meu caro Senador César Borges, mas generosamente dou um aparte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse assunto vem à tona porque comentei sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas veja bem, nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Delcídio Amaral, será que o Conselho é essencial

como V. Exª está dizendo? Vou admitir que seja, mas precisa de um ministério, precisa de um ministro para cuidar de um conselho? Nobre Senador Arthur Virgílio, será que o Conselho da Comunidade Solidária tinha algum ministro para cuidar dele? Então, é inexplicável para a nação brasileira que se tenha um ministro para cuidar de um conselho. O conselho poderia eleger um presidente, não haveria necessidade da figura caricata de um ministro para cuidar de um conselho. V. Exª tem que reconhecer que é um exagero, não?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria, somente para concluir, Sr. Presidente, admitindo as ponderações até em função de questões regionais, especificamente no Estado da Bahia, dizer que prefiro continuar discutindo a questão do mérito: a importância do dois fóruns, tanto do Comunidade Solidária, como falou o Senador Eduardo Suplicy, como também do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e fazer uma pequena correção.

Penso que não podemos generalizar essa questão de pessoas que não foram eleitas e viraram ministros, porque temos na nossa história muitas pessoas que não foram eleitas e foram bons ministros; alguns deles foram tão bons que inclusive galgaram novas posições em função dessas novas responsabilidades assumidas, senão corremos o risco de fazer uma análise pontual, que não corresponde à realidade republicana brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, nobre Líder?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero de novo me fazer bem entendido. No parlamentarismo francês, por exemplo, só quem é eleito deputado pode ser ministro; infelizmente o Brasil não é uma república parlamentarista ainda, infelizmente não é. Portanto, não prego que se recrute apenas o eleito para o ministério. Prego que, na regra geral, não se recrute o derrotado nas urnas para o Ministério. É diferente. Então, não vetaria para o Ministério da Arquitetura o Oscar Niemayer, de jeito algum, quem sou eu? Não deixaria de chamar o Celso Furtado para compor o Plano Trienal do Presidente João Goulart só porque ele nunca foi candidato a nada. Eu considero, e me referi especificamente ao Rio Grande do Sul, um exagero. Cinco pessoas foram derrotadas direta ou indiretamente; as cinco foram aproveitadas. Isso é um acinte ao povo do Rio Grande do Sul.

Digo mais: até mesmo um derrotado nas urnas pode ser convocado para o ministério, mas em condições excepcionais, para confirmar regra de que isso não é bom. Dou um exemplo histórico: Tancredo Neves havia sido derrotado em 1961 para Magalhães Pinto. Veio a crise do parlamentarismo. A figura mais confiável para fazer aquela unidade, evitando a dissensão entre militares e as forças janguistas, jango-brizolistas da época, foi Tancredo Neves, que entrou para devolver o Brasil ao presidencialismo. Esse foi um compromisso que ele visivelmente assumiu com o seu amigo, o Presidente João Goulart. Então, é uma exceção. Mas, na regra, eu considero assim. Se você vê o veredicto de um povo sobre alguém, e, em seguida a esse veredicto, eu contrario esse povo e nomeio, quando os eleitores daquele lugar se colocarem a pensar, falarão: "Puxa vida! O que eu penso não adianta nada, porque eu tentei impedir que o sujeito fosse prefeito ou deputado, e ele virou foi ministro." O eleitor fica até com medo. Na próxima vez, se ele contrariar de novo, o sujeito vira Presidente da República. O eleitor fica com medo, porque a majestade do eleitor desaparece.

Então, meu caro Delcídio, quero deixar bem claro isso. Eu não prego que não recrutemos pessoas. Vou dar o nome de dois grandes Ministros do Governo Lula, que não foram eleitos. Eu não quero que se recrute só dentro dos eleitos. Eu vou dar dois grandes nomes do Governo Lula que não foram eleitos, que são o Ministro Furlan e o Ministro Rodrigues. Ambos, por coincidência, eleitores do Serra na eleição de 2002. Mas são dois grandes Ministros, que estão aí dando conta do recado de maneira brilhante. Então, está clara a minha posição, não é?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria registrar para o Senador Arthur Virgílio que eles não foram eleitos porque não foram votados. É um exemplo típico de aproveitamento de pessoas que podem efetivamente prestar um bom trabalho e que podem ser bem aproveitados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas aí estamos de acordo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A história da República brasileira tem uma série de pessoas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou seja, Líder, dá para compor um Ministério com pessoas eleitas e não eleitas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Com certeza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando vamos buscar o derrotado, estamos compondo um derrotério, e não um Ministério.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Mas, às vezes, não quer dizer, meu caro Senador Arthur Virgílio, que o fato de se colocar um derrotado no Ministério venha trazer algum tipo de prejuízo à gestão do País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando coloca um, não; mas quando se coloca dez. Quando se colocam dez, complica. Um só, não; mas dez...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Agradeço a presença do Dr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

Encerrarmos a primeira parte e vamos iniciar a segunda.

Sr. Secretário, obrigado pela sua atenção.

Passamos à segunda parte.

O Relator do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, não terminativo, Senador José Agripino, solicita o adiamento da matéria para a próxima reunião.

Os Srs. Senadores que o aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposta do Senador Agripino Maia, com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 461, de adiamento da matéria para a próxima reunião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pelo *quorum*, Sr. Presidente, é difícil votarmos as matérias nesta segunda parte da nossa reunião. Eu gostaria de ponderar essa questão com V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Gostaria de comunicar sobre a audiência pública que faremos com o Presidente do Banco Central do Chile, que confirmou a sua vinda ao Brasil, especialmente à Comissão de Assuntos Econômicos, para discutirmos a autonomia do Banco Central.

Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Apenas para contraditar o nobre Líder Delcídio; como não estamos deliberando, podemos continuar; se houver alguma votação nominal, que precise de deliberação efetiva...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Continuaremos a reunião.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, se vamos continuar os trabalhos, vamos pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Requerimento do Senador José Jorge que requer, nos termos dos arts. 50 e 58, da Constituição Federal, combinados com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os integrantes da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ, Sr. Sérgio Ricardo Silva Rosa, e o Presidente e Membro do Conselho Deliberativo, Valmir Marques Camilo, para que prestem informações sobre a gestão daquele Fundo de Pensão de Empresa Estatal Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador José Jorge.

Antes de entrar na pauta, gostaria de informar que o Embaixador do Chile encaminhou correspondência oficial do Presidente do Banco Central do Chile, Vittorio Corbo, colocando-se à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos para a data que for determinada, a fim de que ele compareça ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Econômicos, para apresentar a sua experiência e do seu País, o Chile, com relação à regulação do sistema financeiro e a autonomia do Banco Central. Marcaremos a audiência para o dia 10 ou 17 próximos.

Vamos à pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

Este projeto já foi relatado, mas foi alterado o parecer.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, relator do Projeto de Lei do Senado nº 517, de autoria do Senador César Borges.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, este projeto está aqui há muito tempo para ser votado, mas, particularmente, nos últimos 75 dias, tem sido feito esforço por todos nós para votá-lo.

Tivemos inúmeras reuniões no gabinete do Líder do Governo, o eminente Senador Aloizio Mercadante, e chegamos a algum entendimento a respeito do assunto.

S. Presidente, hoje mais um argumento nós encontramos por parte do Líder do Governo e do Ministério da Fazenda. Acontece que nós temos este projeto sendo discutido, um projeto localizado, que resolve o problema dos fundos constitucionais e também do FAT quando misturado com os fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Este projeto também envolve algumas emendas dos Senadores dos Estados do Sul, que gostariam de ver aprovada também a prorrogação e as negociações da dívida dos produtores do Sul do País atingidos pela seca, estendendo possivelmente para todos os municípios,

neste ano em que houve prejuízo na sua agricultura, seja em função de praga, doença, seca, excesso de chuva ou até pelo mercado, comercialização.

Discutindo com o Líder do Governo, chegamos a um entendimento. Entretanto, estamos ainda com algumas dificuldades. Também na Câmara dos Deputados, existem vários outros projetos que tratam deste assunto, mas de forma muito mais abrangente. Mas não queremos ser aquela comissão que o nobre Líder Arthur Virgílio diz que discute muito e não faz nada. Estamos há muito tempo discutindo este assunto.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou com o meu Relatório pronto, disposto a lê-lo, para que seja votado por esta Comissão. Vejo-me apenas com um problema: se eu lê-lo agora, será que vai haver algum efeito, uma vez que não temos número para prosseguir com a reunião?

Esta é a pergunta que faço à Mesa: se há possibilidade de discutir a matéria mesmo sem número. Conheço a intenção do Governo, representado aqui pelo Senador Delcídio Amaral. Em função de ter mudado o meu Relatório, por causa desses entendimentos, gostaria de saber se o Governo, a esta altura, pode pedir vista ao processo. Essas duas são condições básicas para que eu continue discutindo o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Jonas Pinheiro, podemos discutir a matéria, mas não podemos colocá-la em votação. O nobre Líder do Governo, Senador Delcídio Amaral, pode pedir vista, porque houve alteração do Relatório de V. Exª. Não sei se o nobre Senador Delcídio Amaral tem interesse de pedir vista. Caso contrário, podemos colocar em discussão o seu relatório.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, foi muito bem colocado pelo Relator que este é um processo de negociação que já estamos tentamos há mais ou menos três meses. Evoluímos até para uma posição de negociação com o Governo; houve uma espécie de proposta e contraproposta. Vejo que o Senador Jonas Pinheiro acedeu em modificar o projeto para ir ao encontro das posições do Governo. Já li o seu novo relato.

No entanto, faço um apelo ao Senador Delcídio Amaral, porque foi exatamente confiando na sua postura e na sua posição que cedemos e abrimos um canal de negociação, que se arrasta por quase noventa dias. O Governo tem que ser claro, não procrastinar uma questão que é da maior importância e que traz angústias às pessoas sofridas, aos pobres agricultores do Nordeste e do Norte do País. Eles estão inadimplentes, não porque não sejam homens sérios, corretos e honestos, mas porque estão vivendo dificuldades advindas do clima, da seca que sempre atinge essa região, das questões de comercialização do produto e uma série de fatores que trazem inadimplência, não só no Nordeste, mas em todas as questões da dívida, mostrando que esses processos de renegociação, quando vêm para o Congresso, muitas vezes encaminhados até por medida provisória, não traduzem uma realidade.

Quando a Oposição coloca que eles não atingirão o seu objetivo, não vão alcançar os seus efeitos junto aos produtores, o Governo diz que não, que isso já está resolvido, que não pode dar mais. Depois, quando a medida está em voga, ela não atinge os seus objetivos e continua a inadimplência. A nossa proposta é exatamente para ajustar uma lei aprovada via medida provisória, que veio para cá.

Senador Delcídio Amaral, o que se pede é que não se procrastine: ou o Governo diz claramente que está contra o Projeto, que não quer, que não vai atender, como está aqui no relatório do nobre Senador Jonas Pinheiro. O Governo argumenta que não pode fazer uma negociação mais ampla porque há o problema do superávit primário; que a macroeconomia e o superávit primário que está imposto pelo Fundo Monetário Internacional ao Governo impedem que o Governo tenha qualquer flexibilização para atender a uma ação tão social como essa que estamos pleiteando.

Então, nobre Presidente, estou apelando neste momento para que, pelo menos, se o Governo vai pedir vista, que o faça de imediato e dê como lido o relatório que está aqui, do Senador Jonas Pinheiro. E eu faria um apelo a V. Exª para que, concedida a vista, na próxima semana, na próxima terça-feira, novamente estivesse em pauta nesta ordem, em primeiro lugar, para que pudéssemos votar o meu Projeto nº 517. O Governo tem que dizer claramente o que pretende. Se quiser rejeitar, que coloque a sua Bancada e rejeite – tem maioria. Agora, assuma esse ônus com o produtor brasileiro. O que não pode é tentar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Delcídio, V. Exª confirma, então, o pedido de vista?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) **–** Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, depois ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero reclamar, Sr. Presidente, pois estão todos contra mim aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador César Borges pela sua colocação, que também certamente deve ser a colocação do Senador Jonas Pinheiro, mesmo sendo da base do Governo, mas, sabendo que...

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Jonas não...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe-me, Senador. Queria aqui dizer que o Senador Jonas Pinheiro é da base do Governo que fez por este País, o Governo do PSDB e PFL.

Queria dizer que os Senadores César Borges e Jonas Pinheiro têm uma preocupação muito grande com a agricultura do nosso País, com o Nordeste, com o Norte; e nós, do Sul do Brasil, a exemplo do Senador Osmar Dias pelo Paraná, do Senador Pedro Simon, da base do Governo, pelo Rio Grande do Sul, também estamos preocupados com a questão da Região Sul do nosso País. Tenho certeza absoluta de que o Senador Delcídio Amaral não está requerendo vista porque acha que tinha que ter pedido de vista. É porque foi orientado por um Governo que, infelizmente, até o presente momento, não apresentou uma política concreta, positiva, para a agricultura do nosso País; que se preocupa muito em buscar recursos para aumentar, cada vez mais, o fundo do seu alforje, para aumentar ainda mais recursos para o Governo, sem destinar corretamente aos nossos agricultores, sem destinar recursos para a infra-estrutura do nosso País. O Governo tenta, de todas as formas, impedir que esse projeto seja aqui aprovado. Todos sabemos que os agricultores, os pequenos agricultores do nosso País, que buscam financiamento de R$100 mil reais, de R$50 mil reais, são agricultores familiares praticamente, são agricultores que geram empregos, que produzem para este País, que são os grandes produtores do nosso País, são os grandes responsáveis até pela produção do nosso País e pela exportação também.

Gostaríamos é que o Governo fosse sensível a esses nossos apelos, porque o Presidente Lula usa os microfones país afora para falar pelos pequenos, para falar da classe mais sofrida, para falar em igualdade, em democracia, e, no entanto, as coisas não acontecem aqui no Senado. Ora, se eu tenho um discurso no interior, se eu tenho um discurso quando viajo, por que não dirigir esse discurso aqui ao Senado Federal; por que não determinar, orientar à base do Governo, aos seus Senadores, aos seus Deputados, para que falem a mesma língua aqui no Senado Federal para defender projetos dessa importância? É muito fácil reunir 100 mil pessoas, 200 mil pessoas, um milhão de pessoas, como ocorreu no Dia do Trabalhador e dizer as coisas da boca para fora, quando, na verdade, a prática é outra. Em relação ao que falava no passado, o PT hoje atua totalmente diferente. E o pior: o Presidente, que tem a caneta na mão, que tem condições de realmente direcionar recursos para a sociedade brasileira, recursos para os Municípios, recursos para os agricultores, não o faz. Mas, aí, quando tem o discurso, quando tem a palavra, palavras bonitas, tirando palavras não sei de onde, ele consegue fazer com que as pessoas acreditem que ele esteja realmente encaminhando o que é melhor para a população. Mas não é verdade. Ao retirar esse projeto, ao pedir vista, vai apenas ampliar o sofrimento dos nossos agricultores. A agonia, a ansiedade e o estresse matam. E quem é o responsável por isso?

O Governo federal precisa tomar uma posição rápida e urgente. Não é só porque a emenda é do Senador César Borges que deve ser contra, ou porque a emenda é do Senador Pavan que tem que ser contra, porque somos do PSDB ou do PFL. Acho que não. Tem que ver o que é melhor para este país, e estamos fazendo aqui o melhor para este país. O pedido de vista vai atrasar o projeto e aumentar o sofrimento da população brasileira. Gostaríamos que fosse estendida essa mesma emenda para a região Sul do nosso país, que tem sofrido com a estiagem, com catástrofes, com desastres climáticos que são inúmeros. Precisamos que realmente se vote com urgência para ajudar os nossos agricultores que são realmente os que mais estão sendo penalizados por esta política desastrada do atual governo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a questão está muito bem colocada. Como disse o Senador César Borges, como disse o Senador Jonas Pinheiro e até o Senador Pavan, com uma maior intensidade. Temos discutido esse projeto já há várias semanas. Inclusive, quando o Senador César Borges apresentou esse projeto, relatado pelo Senador Jonas Pinheiro, fui o primeiro a ponderar que seria necessária a busca de uma solução de consenso, para que a gente efetivamente construísse um projeto que atendesse especialmente a nossa agricultura, ao agronegócio, que hoje tem um papel fundamental na nossa economia.

Sou um Senador de Mato Grosso do Sul, Senador Pavan, cuja base da economia é o agronegócio – aliás, um dos estados mais pujantes no agronegócio no Brasil. E evidentemente temos sensibilidade, sabemos da importância das ponderações que foram

apresentadas aqui. O relatório apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro já sofreu alterações, frutos das discussões que tivemos com o Líder Aloizio Mercadante e com o Ministério da Fazenda. Hoje à tarde o Ministro Palocci vai tratar deste assunto especificamente até para também contemplar as questões associadas à Câmara dos Deputados, porque existem projetos assemelhados tramitando naquela Casa.

Então, para que a gente dê seqüência e busque o consenso que foi aquilo que pautou a retirada desse projeto de pauta a fim de que evoluíssemos numa solução definitiva, peço vistas para que efetivamente encaminhemos uma solução definitiva, que, segundo penso, está muito próxima. É uma solução que vai atender aos reclamos de todos e especialmente aos agricultores que tanto precisam desta sensibilidade do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro do PSDB do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o meu objetivo era fazer um apelo ao Líder do Governo para que S. Exª abrisse mão do pedido de vista, que regimentalmente lhe cabia, para que pudéssemos acelerar o projeto do Senador César Borges, discutindo o relatório do Senador Jonas Pinheiro.

Esse problema, como colocou aqui muito bem o Senador Pavan, aflige o setor rural nacional, devendo, pois, ser acelerada a sua tramitação.

Quero me solidarizar ao Senador César Borges pela iniciativa do projeto de lei e pedir o apoio dos nossos Pares no Senado para que possamos, nesta Comissão especialmente, dar celeridade a esse projeto e atender à angústia dos agricultores que, como disse o Senador Pavan, estão sem saber como compor as dívidas contraídas que não puderam ser saldadas, não porque não quisessem, mas por contingências outras que não tornaram o pagamento possível.

Quero dizer, Senador César Borges, que não só no setor rural. Vou, nos próximos dias, Presidente, encaminhar um requerimento a esta Comissão e a sua pessoa na Presidência, solicitando, através dos gestores dos Fundos Constitucionais, tanto do Norte, como do Nordeste e Centro-Oeste, dos saldos devedores e dos números das empresas inadimplentes até a mudança da legislação, que ocorreu em dezembro de 1999. Teremos aí, Senador César Borges, um esqueleto do saldo devedor de antes da mudança da legislação, um saldo que precisa ser regularizado. As empresas estão sendo penalizadas pelos bancos, executadas pelos bancos, tendo os seus passivos sendo executados pelos bancos tanto do Nordeste, quanto da Amazônia, quanto do Banco do Brasil na Região Centro-Oeste, da FCO. Isso precisa ser considerado pelo Governo Federal a fim de que seja encontrada uma solução que atenda não só ao setor rural e ao setor industrial, mas ao setor de serviços.

Deve ser encontrada uma solução que atenda a todo o setor produtivo nacional, porque, com certeza absoluta, quando essa iniciativa foi regulamentada pelas superintendências de desenvolvimento, não foi atendida a intenção do Congresso Nacional quando criou os Fundos Constitucionais. A intenção era exatamente criar um incentivo diferenciado para atender ao setor das regiões subdesenvolvidas. Mas elas foram penalizadas na correção dos índices inflacionários que ocorreu durante esses anos, desde a criação dos Fundos Constitucionais até a mudança da legislação, que ocorreu ao final de 1999.

Então, Presidente, lamentavelmente o nobre Líder do PT já pediu vista, que regimentalmente tem que ser concedida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que, até por ser de Mato Grosso do Sul, o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, haverá de encaminhar com a devida e prudente pressa essa questão. O PSDB tem posição fechada em torno do ponto de vista exposto pelo Senador Jonas Pinheiro e o PSDB entende que é mais do que natural o pedido de vista, sim, se ainda não há o acordo técnico, mas que seria a coisa mais antinatural do mundo o Governo, por exemplo, tentar tirar para as calendas – isso ofenderia ao Estado do Senador Delcídio –, jogar para as calendas uma matéria tão relevante. Não tem lógica sob nenhum aspecto. Estamos falando do setor mais produtivo da economia brasileira. Estamos falando de pequenos. Estamos falando de justiça. Estamos falando de operacionalidade. Estamos falando de funcionalidade. Estamos falando de eficiência administrativa. Estamos falando, enfim, de condições para que o dinheiro público emprestado retorne aos cofres originais.

Portanto, acompanhei com muito respeito as manifestações dos Senadores César Borges, Leonel Pavan e Flexa Ribeiro e ouvi o Líder Delcídio Amaral também com respeito e com acatamento. Para mim, fez muito bem o Senador Jonas quando provocou esta questão. Aqui cobramos – e parece-me, Senador Jonas, que esse deve ser, Senador José Agripino, a nosso ver, um ponto de se colocar nas mesas de negociação. Que o Governo assuma conosco um compromisso, um compromisso de votar esta matéria; nada de retirada de pauta, nada de fazê-la se perder pelos escaninhos

e pelos subterrâneos do Congresso Nacional. Se tem uma Oposição disposta a votar é a Oposição aqui do Senado Federal. Quando o Governo nos permite, nos dá a graça de uma medida provisória que não está atravancando a vida do País, votamos 60, 50, 80, 90 matérias e ficamos aqui até a hora em que o dever nos mantenha apostos.

Aqui não estamos fazendo obstrução. Só fazemos a figura da obstrução, que é democrática, quando percebemos que tem algum dano potencial à coisa pública. Teve aquele episódio dos tais empréstimos da floresta Amazônia, tudo mais, aquilo ali nós engolimos aquele jabuti e não queremos outro. Então, toda medida provisória, seja qual for, ela precisa de três dias, no mínimo, para estudarmos; e é muito pouco.

No mais, votamos nomeação de autoridade, aprovando ou não autoridades, até todas as propostas de emenda constitucionais, as iniciativas dos Srs. Senadores, as iniciativas que vêm sobre outra forma que não a MP, vêm sobre projeto de lei, por exemplo, do Governo Federal. Estamos aqui para votar.

Estamos frustrados, por entender que o Governo tem um Senado da República disposto a cumprir estritamente com o seu dever. Ao mesmo tempo, temos um Palácio do Planalto que não contente em não trabalhar emperra o trabalho dos outros. Está emperrando o nosso. Qualquer dia vou entrar com uma queixa no Procon, na procuradoria do consumidor. Sinto-me – o povo brasileiro devia fazer isso até, como usuário dos nossos serviços –, estamos assim sendo lesado por essa indolência, por essa malevolência, por essa burocracia excessiva do Palácio do Planalto.

Portanto, Sr. Presidente, o que gostaria de arrancar como ponto de negociação era o compromisso do Governo de votar isso.

Peça vistas; que o regimento seja cumprido, mas que todos nós aqui assumamos isso: Senador Delcídio, Senador José Agripino, eu próprio, todos nós assumamos. Essa matéria vai ser votada, precisa ser votada. Em algum momento, o mais breve possível, por ser uma matéria de interesse nacional; e se é de interesse nacional, suponho que não tem por que não ser de interesse do Governo. Ao menos que o Governo, em algum momento, assuma que não está interessado em defender o chamado interesse nacional; o que confunde interesse nacional com as suas idéias, às vezes, mirabolantes. Ele fala, por exemplo, que a reforma sindical é interesse nacional. Não é. É interesse da CUT.

Interesse nacional não é; interesse nacional é outra coisa. Interesse nacional, por exemplo, é votar este projeto que está aqui em tela.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL, do Estado do Rio Grande do Norte. Depois o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a forma mais eficaz de darmos garantia de celeridade na votação dessa matéria da CCJ, é que, sem nenhuma desconfiança da intenção que reputo, tenho certeza que é boa, pela procedência e pela qualidade de quem pediu vistas, que é o Senador Delcídio Amaral, é pedirmos vistas coletiva.

Quero me associar e também fazer meu pedido de vistas para que a matéria seja objeto de vistas coletivas; sem nenhuma desconfiança de qualquer tipo ou intenção de procrastinação do Senador Delcídio Amaral, que tem o meu mais absoluto apreço e bem querer. Mas por dever de ofício e por interesse público, para que fique clara aquela história de coqueiro de coco plantado na praia, para que não haja nenhuma dúvida de que brevemente estaremos votando essa matéria na CCJ, quero me associar ao pedido de vistas, para que a vista seja coletiva e a gente tenha um espaço de tempo que V. Exª vai conceder para que essa matéria seja apreciada.

Dizer só mais o seguinte: Sr. Presidente, essa matéria venho acompanhando pessoalmente há muito tempo, há dois anos seguramente. Estive no Ministério da Fazenda, na companhia do então Senador, hoje Presidente, Renan Calheiros, do Senador Antonio Calos Valadares, da Senadora Heloísa Helena, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Bernardo Api, tratando exatamente dessa matéria que já foi objeto: pela presença, pela pertinácia, pelo talento, pelo conhecimento de causa do Senador Jonas Pinheiro; já foi objeto de evoluções diversas. Já conquistamos um bom espaço. E não é conquistar espaço em causa em glória. Conversava agora pela manhã com um Prefeito do meu Estado, Prefeito de Riacho da Cruz, que se dizia apavorado pela situação de letargia em que se encontram as pessoas pobres no interior do Brasil, com a concessão do Bolsa-Família. As pessoas estão se habituando a receber aquela mesada e entrando em processo letárgico, sem ir à luta pela sobrevivência. Isso é um perigo. Estamos transformando o nosso País em um país de coitadinhos e dependentes.

Sou daqueles que têm horror àquela história de dar o peixe; sou daqueles que querem ensinar a pescar. E estamos aqui ensinando a pescar. Estamos cuidando de repactuar as dívidas de gente que gera o próprio emprego, de agricultores pobres, devedores de recursos dos fundos constitucionais, alguns de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que querem, mas

não têm condição de pagar 10% à vista para a repactuação de sua dívida. Temos de encontrar uma saída. Do contrário, seremos o País dos "bolsistas-família" e não dos agricultores, que têm condição de gerar seu próprio emprego e querem apenas uma oportunidade de saldar seus compromissos e continuar agricultores, donos de um pequeno pedaço de terra. É só isso.

Basta que o assunto seja tratado com prioridade, interesse, espírito público e brasilidade, para que saiamos desse problema, porque, da nossa parte, abertura existe. Entendimento, no sentido da concessão, existe. O que falta é o Governo abrir mão do paternalismo – ele é mestre em paternalismo sim, senhor – e atender a coisas que realmente interessam.

Se queremos entrar na vertente da geração de 10 milhões de empregos, vamos manter os empregos no campo e negociar este projeto de lei tão bem relatado pelo Senador César Borges, tão bem encaminhado pelo Senador Jonas Pinheiro e que é objeto de busca de entendimento entre Governo e Oposição há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, na forma como está o substitutivo, é urgente. Não é possível que fiquemos procrastinando uma decisão sobre este assunto.

Temos o mesmo sentimento e as mesmas informações da área rural mineira. Em Minas Gerais, está se realizando hoje a feira tradicional de Uberaba, e não pude estar presente desta vez.

Há quem pensa que é só a elite que está na área rural, mas isso não é verdade. Há pequenos produtores que precisam repactuar suas dívidas. É fundamental que esta discussão não se alongue mais. A região de Minas abrangida pela antiga Sudene, hoje Adene, as regiões do norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, estão corretamente colocadas no substitutivo. Nós, de Minas, ficamos sempre policiando, porque um pedaço de Minas Gerais é semelhante ao Nordeste, por isso foi incluído, desde o início na Sudene, ainda quando da sua criação por Juscelino Kubitschek. Posteriormente, algumas outras regiões foram incluídas, como o Vale do Jequitinhonha e o Mucuri.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, é no sentido de que possamos resolver logo a questão, como propôs o Senador César Borges. Se este assunto não for votado hoje, tudo bem; não temos mais *quorum*. Mas espero que votemos na próxima reunião, que seja o primeiro item da pauta da semana que vem. Era isso que queria pedir a V. Exª: que seja o primeiro item da pauta, para que não tenhamos mais nenhum atraso neste assunto.

Sr. Presidente, vim da reunião da Comissão de Educação e confesso que estou frustrado. Estamos discutindo, naquela Comissão, crimes na área de eletrônica, de informática, de telecomunicações. Quem de nós ainda não teve o telefone clonado? É preciso uma lei que permita punir as pessoas que estão utilizando a fraude eletrônica, cartões de crédito. Mas o que acontece? O processo parlamentar demora, demora. Por isso nos criticam, mas não somos culpados. Os maiores culpados são as pessoas que dirigem o Governo, que enviam medida provisória atrás de medida provisória ao Congresso, não aceitam discutir e pedem o adiamento permanente de assuntos importantes como este que estamos discutindo e como aquele que eu discutia há pouco na Comissão de Educação.

Confesso que estou fazendo um desabafo. Estou um pouco frustrado. Não é possível que deixemos de analisar algo de interesse público, como este, que é de interesse da área rural brasileira, e como o de punir quem está utilizando indevidamente a internet, as questões da moderna comunicação. Não, mas vamos adiando, adiando...

Por isso, quero fazer um apelo a V. Exª para que este assunto seja pelo menos o primeiro item da pauta da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. Logo após, falará o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero aqui dizer que não tenho dúvida nenhuma e nenhuma desconfiança da boa vontade política do nosso querido amigo Delcídio Amaral. É uma pessoa que tem uma preocupação enorme com todo os setores, não apenas com a agricultura, mas a preocupação com o nosso Brasil. Sempre confiamos no seu trabalho e os seus projetos sempre foram por nós defendidos.

Estamos aqui levantando a questão da desconfiança no Governo que queira prorrogar essa discussão para o futuro. Até disse há pouco que seria prorrogar até o sofrimento dos nossos agricultores. Sabemos da boa vontade do Delcídio e tão logo tenha reunião com o Ministro Antonio Palocci, certamente trará o resultado que todos nós queremos; ou seja, trazer os benefícios ou amenizar o sofrimento dos nossos agricultores.

Da mesma forma que o Líder do PFL, Senador Agripino Maia, requereu vista, nó também, por parte do PSDB, queremos requerer vista conjunta para todos os Senadores, para que também possamos acompanhar a vista do projeto até o último dia – parece-me

que é de cinco dias o período para que o projeto esteja em estudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo vista coletiva aos Senadores e a todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, concedida a vista, como Relator, continuarei as negociações durante esta semana e hoje ainda devo participar desta reunião com o Poder Executivo, com o Ministério da Agricultura e Ministério da Fazenda, junto com alguns Deputados que estão escolhidos para discutir esse assunto, para ver se avançamos o que fizemos aqui com o que vem da Câmara, para que não fique um projeto do Senado e outro da Câmara, mas que o projeto seja único, do Congresso Nacional, para resolver esse assunto.

Em função disso, não vou ler e nem deixar entregue o meu parecer, porque penso que nós temos muito a trabalhar, inclusive, com quem pediu vista, principalmente com a Bancada do Sul do País, que tem uma emenda muito justa, que nós, numa negociação, queremos aproveitar também – aproveitar com o compromisso de o Governo não vetar. Não quero relatar um projeto, demagogicamente, sabendo que depois será vetado. Quero entrar nessa negociação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, de Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero saudar a decisão sensata da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por V. Exª, porque penso que estamos muito próximos de um equacionamento dessa questão.

Atendendo a várias regiões do país, quero registrar o trabalho específico do Senador Jonas Pinheiro e do Senador César Borges, que é o autor do projeto, pois acredito que estamos, depois de muitas dificuldades, até porque um processo desse não é simples, não é um processo fácil – e aqui temos vários ex-executivos e ex-governadores que sabem que questões como essa, cujos reflexos dos assuntos levam a dispormos de um tempo maior –, buscando as soluções pacíficas e possíveis de serem implementadas.

Penso que estamos tomando uma decisão coerente e encaminhando, efetivamente, esse assunto de maneira sensata e equilibrada. Não tenho dúvida nenhuma de que quem ganha com isso é o Brasil, independentemente dos partidos, independentemente de todos os debates e do tempo que levamos. Tenho a impressão que vamos viabilizar um instrumento importante para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assim sendo, a Presidência vai encerrar a reunião, até porque estamos quase chegando às 14 horas, horário em que teremos uma sessão especial de homenagem dos 40 anos da Rede Globo no plenário do Senado Federal.

Encerro a reunião, convocando os Srs. Senadores para outra, na próxima terça-feira, dia 10.

Ata da Décima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na Sala De Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Roberto Saturnino, Osmar Dias e Jefferson Peres e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início à apreciação das matérias, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da correspondência da ex-Prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, oferecendo esclarecimentos, em acatamento ao teor do Ofício nº 34/2005-CAE, quanto à assinatura do "Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIRB/2002". Após a leitura, usam da palavra os Senadores Jefferson Peres, César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Mão Santa. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 02 e 03 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva

nos termos regimentais. Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08-03-05, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-03-05, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 03-05-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar isenção parcial do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas a contribuinte cujo descendente, seu dependente, sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado, seja portador de doença crônica", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Cabral, usam da palavra os Senadores César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Ramez Tebet, Jefferson Peres, Delcídio Amaral e Edison Lobão. Em atenção ao Requerimento apresentado pelos Senadores Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e Ana Júlia Carepa, a Comissão delibera transformar o Requerimento inicial de Audiência Pública, com a presença do Secretário Ricardo Pinheiro, em um Pedido de Informações à Receita Federal, a ser respondido no prazo de 15 dias, a contar de seu recebimento. Nesse sentido, será solicitado que seja encaminhada à Comissão a posição da Receita Federal a respeito dos Projetos de Lei, que alteram a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas; PLS nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges, nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, e nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Portanto, a Comissão decide adiar a apreciação da matéria; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que "institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04- Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que apresenta Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Aloizio Mercadante, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emendas nºs 01 e 02-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com

decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-06-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-03-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que "altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores", de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela rejeição do PLS nº 188, de 2003, em face de ter sido aprovado na CAE o Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela apro-

vação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – 'Poupança Escola', e dá outras providências", de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Ofício "S" nº 18, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Ofício "S" nº 19, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) e a COHAB-SC", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D'Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que "altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências", de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que "altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização", de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, terminativo, que "altera os incisos II e III do artigo 17 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para ressarcir os valores retidos a título de contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, relativa a salários, proventos e outros benefícios previdenciários", de autoria do Senador Mão Santa, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que apresenta Parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Em se-

guida, é aprovada pela Comissão, por solicitação do Relator, Senador Aelton Freitas, a apreciação, em extra-pauta, do Aviso SF nº 34, de 2004, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, cópia de expediente que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6)", de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e encaminhamento da matéria ao arquivo. Após a leitura do parecer do Relator, Senador Aelton Freitas, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges, Delcídio Amaral e Mão Santa. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, concluindo pelo conhecimento da matéria a Comissão e o posterior envio ao arquivo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – enador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 17 de maio de 2005, às 10h15min, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou ler uma correspondência que a ex-Prefeita da cidade de São Paulo, Martha Suplicy, remeteu à Comissão de Assuntos Econômicos.

"Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio.

Martha Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo vem, pela presente, em acatamento ao teor do Ofício nº 034, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, datado de 22 de março próximo passado, que requer esclarecimentos adicionais quanto à assinatura do Termo de Aditamento nº 5, de 2003, e da consolidação do termo do contrato nº 02/2002, honrada em se dirigir a esse egrégio sodalício e oferecer os referidos esclarecimentos, conforme o quanto segue:

Sobre o Reluz.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Conservação e Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da reserva global de reversão.

O Reluz prevê investimentos de R$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros três milhões adicionais.

O seu lançamento se deu em junho de 2000 e naquele mesmo ano foi prorrogado até 2010. Dessa forma, o programa pretendia ou pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que desses 12.300 milhões podem ganhar maior eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de 340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia.

O objetivo principal do Reluz é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como de valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhor segurança e dar condições de iluminação às cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, com a redução de 540 megawatts de carga no horário de ponta do sistema elétrico e economia de 2.400 milhões quilowatts por ano. Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor na medida em que promoverá a redução de perdas e melhoria de condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica, possibilitando o atendimento a novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30% a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios, como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico dessas cidades, a melhoria da segurança pública e a qualidade de vida em áreas carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas às suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante em local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

Item nº 2 da correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

O Município de São Paulo e o Reluz.

No bojo dessas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao Programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo, que iniciou negociação com a

Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para esse fim.

No dia 02 de outubro de 2002, foi firmado o Contrato 02 entre a Eletropaulo SA e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficientização do parque de iluminação pública do Município. A contratação foi feita com dispensa de licitação dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do contrato.

O referido contrato, em sua cláusula 2ª, item 2.1, subitem 1º, alínea "c", estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para eficientização na ordem de 75% do valor do projeto, correspondente a R$113.480.474,18 milhões, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, por meio do contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas "a", "e" e "f" do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando então autorizada a subcontratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura de São Paulo.

O Subitem 2, alínea "e" da cláusula 2.1 do contrato estabelece que compete à prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R$37.826.824,73 milhões, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente durante a implementação do Programa Reluz ou com recursos próprios.

No dia 04 de junho de 2003, foi celebrado o termo de aditamento ao contrato com o objetivo único de disciplinar a cessão pela prefeitura de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade.

O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com as Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 05 de fevereiro de 2004, firmado o Termo de Aditamento nº 5 e consolidação do Termo de Contrato nº 2 entre Eletropaulo SA e a Prefeitura do Município de São Paulo para a eficientização do parque de iluminação pública no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) o interesse das partes em celebrar um instrumento de consolidação de dívida, encontro de contas e outras avenças, nas quais o Município se reconhece devedor da Eletropaulo de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município até o final de 2003;

b) a Eletropaulo realizou contratação de empréstimo por meio do contrato de financiamento nº 2.300/2003 junto à Eletrobrás para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, no Município de São Paulo.

Desta forma, considerando a ausência das cláusulas espelho no termo de contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que reflitam alguns termos de contrato...

Eu pediria à Secretaria, que, por favor, se manifestasse dentro de uma forma que eu possa ler e depois as pessoas que, pelo menos os Senadores, pudessem interpretar o documento que foi encaminhado pela ex-Prefeita Martha Suplicy, do Município de São Paulo.

Assim, faremos essa discussão paralela logo após a reunião, já que, inclusive, hoje temos um pedido de encurtamento da reunião feito pelo Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, e do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a argüição e votação de membros indicados para o Conselho de Justiça, o que se iniciará a partir das 12 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer que a informação que V. Exª está dizendo é que o assunto é urgente. Temos que examinar hoje os indicados para os tribunais para o Conselho Nacional de Justiça; amanhã, para o Conselho do Ministério Público; e votarmos isso na terça-feira próxima em plenário, Sr. Presidente, porque o prazo está...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O prazo já se esgotou ontem.

Ainda com relação à reunião de hoje, o Ministro Antonio Palocci me ligou ontem à noite pedindo que o Item 1 do projeto do Senador César Borges, que o Governo me confirmou, que o Ministro da Economia Antonio Palocci tem interesse, inclusive, em aprovar o projeto, e S. Exª pedia que, com a ausência do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra na Antártida, que é o relator do projeto, e devido ao tempo exíguo da nossa reunião hoje, que ficasse adiada a apreciação do projeto.

Esta Presidência, por delegação, até sem consultar o Senador César Borges, disse ao Ministro o seguinte: "Ministro, é melhor não marcarmos isso para a próxima semana, porque na próxima semana temos indicação já feita pelo Governo de um membro do CADE e também virá a indicação do novo diretor do

Banco Central para ser também argüido e votado na próxima semana, terça-feira."

Eu, até sem consultar V. Exª, Senador César Borges, pedi ao Ministro que, até que se fosse em 15 dias, mas que, realmente, definisse a proposta do Governo, que demonstrou interesse dizendo que o Ministro Palocci disse, inclusive, que quer aprovar e precisa fazer alguns ajustes, mas que, realmente, quer aprovar o projeto.

Pela primeira vez, senti o interesse. Eu não tinha sido procurado até ontem à noite pelo Governo, e ser procurado diretamente pelo Ministro da Fazenda eu considerei que, realmente, há uma vontade e uma necessidade até de conversar com V. Exª, já que hoje, realmente, o Senador Jonas Pinheiro não se encontra presente e, de qualquer maneira, seria adiada a votação, mas, pelo menos que, nas próximas semanas, possamos realmente resolver esse impasse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Exª ainda não concluiu a leitura da carta da ex-Prefeita...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, e é muito importante a conclusão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Penso que ainda vai concluí-la. Eu estava aqui, de forma atenta, ouvindo os termos da carta e pediria a V. Exª que pudesse, desde já, mandar copiar e distribuir aos Senadores para um melhor conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Secretário, Dr. Gonzaga, já estava providenciando isso, antes de eu ler a carta. Aqui a coisa é mais rápida do que nós. É *online.*

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu estava bastante atento, mas mesmo assim muitas dúvidas ainda temos com relação a esse problema, porque...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Já tem a cópia e já vai distribuí-la para V. Exªs acompanharem a leitura da carta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sabe, V. Exª, que é uma questão que suscita muita polêmica, por conta que foi aditada, e uma medida provisória está inclusa, está dentro de uma medida provisória, algo que sana o problema do endividamento que seria vetado por lei, por resolução do Senado Federal porque fere a lei de responsabilidade fiscal esse empréstimo com a Reluz.

Quanto a relatar, como foi feito por V. Exª, na leitura da carta da prefeita, das virtudes e das necessidades do Reluz, penso que todos nós, que conhecemos o Reluz, sabemos que ele é importante. Não é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui no próximo item ela fala sobre o alegado descumprimento. Aí ela vai entrar realmente no âmago da...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Essa é a questão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui a primeira parte é mais de...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação ao meu projeto. Na verdade, penso que V. Exª, no afã de trazer essa proposta do Ministro Antonio Palocci, falou que o Ministro Palocci quer aprová-lo, penso que ele quer é ver o projeto aprovado, porque, na verdade, quem aprova é o Senado, não é bem o Executivo; o desejo é do ministro em ver aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Até porque essa é uma matéria que já vem sendo discutida com o Governo. Falei dessa forma, sinceramente, até porque V. Exª uma vez me disse: "Olha, Senador Luiz Otávio, não adianta a gente... o ideal é aprovar."

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Apenas só para situar porque entendi que a sua intenção é essa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Até V. Exª me disse: "Não adianta colocar para votar e depois lá vetarem, como fizeram, até recentemente, com uma matéria que inclusive o próprio Líder, na época, alertou o Senador Aloizio Mercadante que a matéria iria ser vetada."

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Há uma ansiedade muito grande do setor agrícola, do setor pecuário do Brasil, principalmente do Nordeste – tenho sido visitado por vários presidentes de federação de agricultura –, para que seja realmente decidida a aprovação desses projetos, ou até outros que estão em tramitação na Câmara dos Deputados, que tentam a renegociação ampla e geral do setor e que têm dificuldades efetivas. É claro que tenho mantido todo o interesse em ver aprovado o meu projeto. Penso que o inimigo do bom é o ótimo. Se puder ser aprovado esse projeto, é um passo importante. Aqui está o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que tem sabido da nossa disponibilidade de sempre negociar e procurar uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Penso que fiz bem, Senador César Borges, em dizer que, nos próximos 15 dias...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª sempre faz muito bem, V. Exª é o presidente que sempre acerta com precisão, mesmo sem a presença do relator. Só espero que essa novela, porque está se

transformando numa novela, esse Projeto nº 1.517, de minha autoria, tenha um desenlace que seja favorável aos agricultores que estão sofrendo efetivamente. E pelo tempo que temos tido, pela nossa disponibilidade de negociar, e agora, diz V. Exª, com o apoio do Ministro... Só para colocar com precisão, não é o Ministro da Economia, apesar de que acho que ele, no fundo, é o Ministro da Economia, mas ainda há o título, é Ministro da Fazenda, porque cuida da parte da Fazenda, da parte da economia há outros ministros, o Luiz Furlan, o do Planejamento etc, mas S. Exª é um ministro fortíssimo, sem sombra de dúvida, dentro do Governo. V. Exª reconhece isso e quem sou eu para discordar de V. Exª.

Então, apóio a sua assertiva e, agora, com o apoio do Ministro Antonio Palocci, tenho certeza que podemos ver um desiderato aí rápido desse projeto, porque já está demorando muito e há uma ansiedade muito grande.

Portanto, Sr. Presidente, quero concordar com V. Exª.

Agora, quanto a esse ponto que V. Exª citou, e muito bem, gostaria que fosse definido um prazo, quer dizer, se não pode ser na próxima semana, porque já se tem uma *(inaudível)* superveniente, que seja nas próximas duas reuniões, dentro de 15 dias, no máximo. Lembra-se de quantas vezes já marcamos a votação desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Mas ele ainda não tinha realmente, eu pelo menos não a tinha ouvido, a posição direta do Ministro Antonio Palocci a respeito do assunto. Então, S. Exª fez questão de ligar e dizer que tinha realmente interesse na aprovação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa confiança que V. Exª está depositando na posição e na palavra do Ministro, realmente, agora me conduz a uma expectativa de que vamos ter isso aprovado dentro de 15 dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continuo a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só um apartezinho rápido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não, Senador Romeu Tuma, do nosso grande Estado de São Paulo, do PFL.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª está endossando a palavra do Ministro Antonio Palocci?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Perfeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O noticiário que trouxe ao nosso autor da proposta é que um membro do Governo não queria fazer a negociação da dívida dos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu a li.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, como o Senador Jonas Pinheiro está na Antártida, que ele não congele o projeto. Essa é a nossa esperança, que ele o mantenha no forno quentinho para que se possa realmente aprová-lo rapidamente, porque essa é uma situação de dificuldade enorme para os agricultores, principalmente pela mudança internacional de comportamento na compra de produtos agrícolas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com certeza. Volto a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

Visto esses aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas uma cessão de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o termo do Contrato nº 02, firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo, as obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

Assim é que essas alterações no Contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas um aumento da obrigação de investimentos, pela Eletropaulo, para R$140.280.218,67 e do Município apenas R$46.760.072,89. Agora, sim, a ex-Prefeita Marta Suplicy – eu pediria, primeiro, ao meu Líder do meu Partido, Senador Ney Suassuna, para que pelo menos ouvisse esta parte; a outra parte não.

No item 3º, sobre o alegado descumprimento a diversas normas legais decorrentes da assinatura do Termo de Aditamento e Consolidação do Termo de Contrato, o Ofício nº 034, da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, datado de 22 de março – parece que o Líder resolveu sair antes de terminar a alegação da ex-Prefeita –, para que se possam prestar esclarecimentos adicionas a respeito do descumprimento, pela Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo, do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2.000 e da Resolução do Senado nº 43, antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

Das Normas Jurídicas Aplicáveis: o art. 32 da Lei Complementar nº 101 – e, aí, ele cita 4 de maio de 2000 – diz:

"Art. 32 O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação,

inclusive das empresas por eles contratada direta ou indiretamente".

Aí, cita o art. 32.

A resolução do Senado nº 43, que teve a sua redação alterada pela Resolução nº 19. de 2003, prevê que:

Art. 7º As operações de crédito internas – aí, ela faz a relação da Resolução nº 43 e da Resolução nº 19, que alterou a Resolução nº 43.

Ela então cita a rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento e a consolidação do termo de contrato.

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do termo supracitado, contrariados os dispositivos legais acima elencados, é absolutamente improcedentes na versão da ex-Prefeita Marta Suplicy, uma vez que não houve, no caso, a realização de nova contratação.

Assim, ela justifica também que não houve nova contratação. Foi apenas um aditivo e que jamais sofreu qualquer contestação – ela frisa isso bem em negrito aqui, que nunca foi contestada em relação a este assunto.

Deve ser ressaltado o fato de não ter induzido nos instrumentos, antes mencionados, qualquer forma de inovação que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Ela fala da quantidade e da qualidade dos serviços, e para não tornar a leitura monótona, eu estou apenas acelerando aqui.

Ela cita os termos aditivos que foram feitos.

Da Medida Provisória nº 237.

Em que pese ela ter sido desnecessária para o caso – ela, aqui, diz que é desnecessária a medida provisória.

A edição da Medida Provisória nº 237, já que não houve contratação de crédito, nem mesmo novação à obrigação já existente, seu advento trouxe a ratificação da excepcionalidade dos contratos de crédito que envolveram o Programa Reluz.

Realmente, se não houve necessidade, não sei por que fizeram a medida provisória.

Dessa forma, ela acredita que resta comprovada a estrita observância da legislação vigente na assinatura do termo de aditamento.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

> não houve nova operação de crédito, tratando-se apenas de uma adequação da avença entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo, nos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;
>
> sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização do espaço de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo, o mencionado Programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a administração municipal e de se adequar aos seus ditames;
>
> sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Assim, diante dos fatos aqui apresentados e das razões de direito acima esmiuçados, os quais esclarecem todos os aspectos atinentes à operação questionada por esta douta Comissão, requer a apreciação da presente como seu depoimento pessoal, colocando-me à disposição, como não poderia deixar, desta insigne Casa de leis.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Marta Suplicy, 04 de maio de 2005.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª permite-me dar uma palavrinha a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Economia e Senador pelo Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com todo respeito à ex-Prefeita Marta Suplicy, que é simpática e gentil com todos nós, entendo que a representação apresentada ao Senado Federal, como seria uma denúncia **criminis** por inserir em dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, contrária ao sem bom respeito a essa legislação, foi do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que comunicou a infringência à Lei de Responsabilidade.

Então, se isso não exime a Ministra de ter analisado a denúncia do Ministro, que é uma denúncia, que S. Exª assinou e encaminhou a esta Casa.

Solicito a V. Exª que junte isso aos autos, ao procedimento, para que o Relator possa analisá-lo para que, posteriormente, possamos tomar uma decisão a respeito, até porque vamos ter uma medida provisória a ser votada.

Pelo que diz, a ex-Prefeita pede ao Presidente Lula que retire a medida provisória. Pelo menos foi o que entendi aqui. Como o Senador César Borges esta-

va presente desde o início, não sei se S. Exª entendeu assim também, que ela disse que não precisava da medida provisória. Se ela não precisava, acredito...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas se o Governo retirasse a medida provisória a pedido da ex-Prefeita estaria confessando que se trata de uma medida casuística para beneficiar a Prefeitura de São Paulo.

O Governo, certamente, não fará isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é o que ela diz aqui na carta. Eu já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, relembrar que o Reluz é um programa de amplo alcance social. Ele basicamente permite trocar a luz de mercúrio por sódio, com uma redução de custos da ordem de 35% do consumo e, dessa forma, pode-se expandir a iluminação pública, especialmente nos grandes centros, sem custo de manutenção e de gastos correntes futuros. E a expansão da rede é financiada pela taxa de iluminação.

Então, é um programa que ajuda, sobretudo, a segurança pública, protege as famílias da periferia, não onera o município porque se está trocando a lâmpada e economizando o gasto com energia, e a ampliação da rede é financiada com a taxa de iluminação.

O problema é que é auto-sustentável do ponto de vista fiscal e, nesse sentido, ele não se enquadra nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, eu queria lembrar que não é apenas a prefeita Marta Suplicy que deve explicações sobre esse programa: são 130 municípios. Na Prefeitura de Salvador, o ex-Prefeito Embassay está envolvido no mesmo tipo de experiência; o Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro, está envolvido também no mesmo tipo de situação, exatamente assemelhada. Da mesma forma, o Município de Guarujá, Araçatuba e várias outras prefeituras do País, e, portanto, a medida provisória busca exatamente assegurar que este programa tenha continuidade. Trata-se de um programa de alcance social e auto-sustentável do ponto de vista fiscal e do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proponho que debatamos essa matéria quando estiver na Casa a medida provisória que se encontra na Câmara dos Deputados. Aguardaríamos a votação da Câmara e, quando chegar à Casa, poderemos debatê-la e aprofundar a matéria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, permita-me falar. Sempre fui favorável, no aspecto da segurança pública, à importância da iluminação pública. V. Exª foi Governador e sabe que se trata de um fator bastante positivo na manutenção da segurança. Então, ninguém de nós é contra o projeto. O que se discute é se houve ou não infringência a uma lei votada nesta Casa.

O Ministério tem obrigação de comunicar a todos os outros Municípios que o fizeram a fim de que haja discussão sobre a matéria de modo geral. Se a medida provisória vem ou não realizar correção, será assunto a ser discutido pelo Relator no Plenário. Estamos debatendo outro aspecto – não a importância do projeto, cuja continuação é imprescindível –, ou seja, se houve ou não infringência ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu pretendia falar sobre outro assunto. Sou Relator de um projeto que entendo muito oportuno, pois é a respeito de desemprego. Ele nasceu da luz do nosso Senador Jefferson Péres, possibilitando uma esperança de emprego àqueles que têm mais de 40 anos, uma vez que a população brasileira passa por esse desespero.

Houve uma audiência pública, mas, coincidentemente, o nosso Senador Paulo Paim é autor de outro projeto que está em tramitação. Ele já pediu que o projeto que ora relato seja pinçado, mas eu gostaria de continuar na relatoria desse projeto, que nasceu do Divino Espírito Santo, que pousou nas cabeças iluminadas dos Senadores Jefferson Péres e Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Mão Santa, o projeto seguiu para a Mesa Diretora do Senado Federal, retornará à Comissão e V. Exª será novamente designado Relator por determinação da Mesa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em nome dos desempregados, apresento meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Assim sendo, daremos continuidade à sessão. Mas, primeiramente, preciso dar um esclarecimento, pois naquela hora eu não dispunha do nome da indicada para o Cade, a Drª Denise Maria Ayres de Abreu. O projeto encontra-se com a Senadora Patrícia Saboya Gomes para relatar. Ainda não tenho o nome do novo indicado para a Diretoria do Banco Central. Logo mais, poderei anunciá-lo.

Havendo número legal, declaro encerrada a primeira parte da reunião, que dizia respeito à leitura do ofício da ex-Prefeita Marta Suplicy. Peço aos Srs. Senadores que dispensem a leitura da Ata anterior e a aprovem.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

A pauta da reunião e a cópia da carta da ex-Prefeita foram entregues a todos, Senador Romeu Tuma.

O Item 1 da pauta, que se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 517/2003, terminativo, de autoria do eminente Senador César Borges, sendo Relator o Senador Jonas Pinheiro, ficou adiado, conforme discutimos no início da sessão.

Atendemos também ao pleito do Senador Mão Santa.

O Item 2, igualmente de autoria do Senador César Borges, refere-se ao Projeto de Lei do Senado nº 411/2003, terminativo. Fica adiado o Item 2, uma vez que o Relator não está presente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aelton Freitas. Em seguida, fará uso da palavra o Senador César Borges.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a inclusão extrapauta de um relatório meu, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Qual é o número do Projeto?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Trata-se do Aviso nº 2.140, de 28 de outubro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Aelton Freitas queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Votaremos, então, em seguida, o Aviso.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na verdade, V. Exª já havia decidido e gostaria que pudesse rever a sua decisão com relação ao Item 2, porque esse projeto já está há algum tempo em pauta, podendo ser designado Relator **ad hoc**. O Senador Rodolpho Tourinho poderia fazer esse trabalho com muita eficiência, como é contumaz, sempre faz com muita eficiência e, mais uma vez, procede assim.

Poderia ser um projeto com largo alcance social, conta com a aprovação do Relator, Senador Sérgio Cabral. Então, se fosse o caso só de leitura, poderíamos discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª propõe que seja discutido o projeto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – E a votação deixaremos para outra oportunidade?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Veja bem, Sr. Presidente, senão vamos sempre adiar a votação de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O problema é a ausência do Relator. Sinceramente, o Senador Eduardo Azeredo sempre me procura para pedir-me relatoria. Quer discutir os assuntos sempre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – É o item nº 2, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois é, item nº 2. Eu já estava no 3. Então, pronto! Mas o Senador Sérgio Cabral também não se encontra presente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Secretário está-me dizendo que a regra é a seguinte: procura-se sempre o Relator presente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Relator dos itens nºs 14 e 20 está presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vamos esperar até quarta-feira?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se for assim, não vamos votar projeto nenhum. Sempre vamos ter alguma dificuldade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, estou presente e sou o Relator dos itens nºs 14 e 20, respectivamente dos Senadores Duciomar Costa e Paulo Paim, o qual está à minha esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois é, mas há vários Senadores presentes, os Senadores Mão Santa e Aloizio Mercadante. O próprio Relator César Borges é Relator do item nº 5. Há um item também aqui do Senador Romeu Tuma.

Vamos, então, seguir a pauta! Passemos ao item nº 4.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, isto passa a ser norma na Comissão: não estando o Relator, não poderá ser designado Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como sempre brasileiro não tem jeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só queria saber qual é a norma de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Peça que alguém ligue para o Senador... S. Exª já está a caminho. É para que eu não tenha problema com o Relator. Se o Relator o permitir, não haverá

problema. A questão é o Relator chegar e alegar que é o Relator. Ele está dizendo que o Relator avisou que está chegando.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, se o eminente Senador Sérgio Cabral chegar, votaremos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Lógico. Pode ser assim, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Exª sempre sabe de suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como o Relator do item nº 3 também não está presente, passamos ao item nº 4.

PLS nº 199, de 2003, terminativo, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

Autor: Senador Roberto Saturnino, que se encontra presente.

Relator: Senador Aloizio Mercadante, que também se encontra presente.

Antes, porém, saúdo o retorno, desde ontem, às nossas atividades parlamentares do Senador Ramez Tebet, ex-Presidente desta Casa, do Congresso Nacional e desta Comissão e meu amigo particular do qual muito me orgulho às nossas atividades parlamentares. Estamos satisfeitos com sua presença!

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone.)*Todos nós! Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não apenas eu sou seu amigo.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Relator do projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estendo também os votos de recepção calorosa na acolhida do nosso ex-Presidente desta Comissão e desta Casa, Senador Ramez Tebet.

Submete esta Casa o PLS nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre destinação a ser dada aos valores relativos às cotas dos fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas dos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

O art. 1º delimita o alcance da proposta.

O art. 2º estabelece que as instituições administradoras de valores não reclamados publiquem editais de convocação dos titulares por três vezes em jornais de grande circulação, para que esses possam sacar as importâncias atinentes ou expressamente concordar com a manutenção da aplicação.

O art. 3º prevê que os valores não reclamados sejam transferidos em um fundo único, denominado Fundo Residual 157, a ser administrado pelo BNDES, mediante o pagamento da taxa de administração equivalente à média das taxas cobradas pelas administradoras dos dez maiores fundos-espécie. Esse Fundo Residual deverá ser liquidado em dois anos.

O art. 4º dispõe que o detentor de direitos sobre os referidos valores poderá solicitar o resgate de suas cotas até a data de encerramento do fundo e que o não exercício desse direito equivale ao abandono das cotas.

O art. 5º prevê que o patrimônio do fundo apurado em liquidação será transferido ao tesouro nacional.

O art. 6º cria exceção ao objeto do PLS em análise dispondo sobre os recursos oriundos de aplicações voluntárias, não estando sujeitos à regra de transferência para o Fundo residual 157.

O art. 7º revoga a Lei nº 7.482, de 1986.

O art. 8º é cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

As finalidades principais do PLS nº 199, de 2003, são evitar a exaustão dos recursos depositados nos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº157, de 1967, o que ocorreria com a incidência de custos de manutenção bancária garantindo os direitos de propriedade dos legítimos detentores de cotas e repassar os recursos abandonados ao Tesouro Nacional.

O originalmente chamado Fundo 157 foi instrumento de incentivo ao desenvolvimento do mercado de ações no Brasil. Os interessados poderiam aplicar parte do Imposto de Renda devido na compra de cotas disponíveis desse Fundo representativas de ações.

O projeto em exame prevê uma chamada pública dos detentores de cotas, a exemplo do que já ocorreu no ano de 1996, por iniciativa da CVM, que detectou a existência de 2,9 milhões de investidores detentores desse tipo de ativo.

Como afirmado no relatório, há previsão de uma chamada de cotistas em jornais de grande circulação por três vezes consecutivas. Uma vez não sendo reclamados, os tais recursos seriam transferidos para o Fundo Residual 157, a ser administrado pelo BNDES, que, para tanto, receberia uma taxa de administração. Findo esse período, o Fundo seria liquidado com imediata transferência dos valores remanescentes a favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo de eventuais requisições de cotistas, que poderiam ser feitas até a data da liquidação.

Estão excluídas do recolhimento do Fundo Residual 157 as cotas que representam recursos provenientes das aplicações voluntárias ocorridas após a

transformação do Fundo em Fundo de Investimento de Títulos de Valores Mobiliários.

A matéria não tem vício de constitucionalidade, de juridicidade e iniciativa. A União tem competência para legislar sobre a matéria de direito civil e direito financeiro, que pode ser tratada por lei ordinária.

Para aumentar a eficiência da proposição, seria importante evitar os altos custos das três publicações sucessivas para cada instituição administradora. O melhor seria que tal tarefa fosse centralizada na Associação Nacional de Bancos de Investimentos, de modo a reduzir os custos da publicação e favorecer os próprios cotistas, que poderiam consultar uma única lista, tornando mais fácil a detecção de eventuais valores a receber do cidadão comum.

Outro aspecto que merece aperfeiçoamento refere-se ao agente financeiro encarregado da gestão do Fundo Residual 157. Por suas características de banco especializado na concessão de crédito de longo prazo, o BNDES não seria o agente mais indicado para administrar um fundo constituído para durar apenas dois anos. Mais interessante seria transferir à Caixa Econômica Federal a tarefa de centralizar e administrar esse recurso.

Nesse particular, é importante lembrar que a Caixa operou com grande sucesso a completa centralização das cotas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, prevista na Constituição de 1988. A experiência adquirida naquele processo certamente dará àquela Instituição uma vantagem na tarefa prevista no projeto de lei em exame.

Alguns reparos de pequena monta são também recomendados e deverão ser providenciados na redação final.

O primeiro é substituir a menção ao parágrafo anterior, constante no art. 3º, §2º, por §1º; no art. 4º, do mesmo art. 3º, deve ser eliminada a referência ao vocábulo "uma"; e no art. 4º, **caput**, o vocábulo 'titular" deve ser grafado no plural.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto pela aprovação do PLS nº 99, de 2003, com as emendas que apresento.

Emenda nº 1:

Dá-se ao art. 2º a seguinte redação:

No prazo de 90 dias de entrada em vigor desta lei, as instituições que têm sob sua administração saldos de cotas de fundos de investimentos mencionados no art. 1º, deverão repassar a relação de titular da Associação Nacional de Bancos de Investimento – Anbid.

Parágrafo único. Decorridos 30 dias do prazo estabelecido no **caput**, a Anbid fará publicar em jornais de grande circulação nacional, por três vezes consecutivas, por prazo de 30 dias, entre a publicação e a seguinte, para convocar os titulares dos referidos saldos a efetuar o resgate de suas cotas ou a manifestarem expressamente seu interesse em manter a aplicação.

Emenda nº 2, da CAE:

A referência feita ao BNDES, no **caput** do art. 3º, deve ser substituída pela expressão "Caixa Econômica Federal". E as demais referências ao BNDES presentes nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 3º e no **caput** do art. 4º devem ser substituídas pelo termo "Caixa".

Sala das Comissões, Relator Aloizio Mercadante.

Eu queria registrar, portanto, Sr. Presidente, que temos estimados cerca de 2,7 milhões cotistas que aplicaram recursos nesses fundos, que era o estímulo fiscal no Imposto de Renda pelo Decreto-Lei de 1967. Esses recursos ficaram dispersos em muitas instituições financeiras. Os cotistas não sabem sequer se têm direito a esses recursos. Então, o que se propõe é centralizar todos os recursos na Caixa Econômica Federal, publicar 3 vezes em jornais de grande circulação a lista de todos os cotistas, com prazo de 30 dias a cada publicação, para que o cidadão que tem interesse vá lá e saque. A partir daí esses recursos seriam administrados pela Caixa e, depois, transferidos, de forma definitiva, para o Tesouro Nacional, beneficiando toda a população brasileira.

Então, é um patrimônio de quase 40 anos que está aí paralisado, ou a serviço de algumas instituições financeiras. Centralizaríamos na Caixa Econômica Federal e, posteriormente, transferiríamos esses recursos ao Tesouro Nacional. É um projeto altamente meritório, as emendas apenas corrigem o sentido e a operacionalidade, mas mantém-se a essência da proposição, que tem alcance social e beneficia o contribuinte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A matéria está em discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, será uma lista nacional, não é? Ela se direcionará a cada Estado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não. É uma lista nacional, publicada...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qualquer um pode ter mudado de Estado, então ela será nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...publicada em jornais de grande circulação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Lembro que o projeto é terminativo, exige quórum qualificado e votação nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação para o projeto e para as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Senador Ney Suassuna é contra? (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Projeto e emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não. A favor. Aprovado.

Vamos então à votação.

Quem vota com o Relator, vota "sim". Quem vota contra o Relator, vota "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Está encerrada a votação.

Aprovado com 16 votos sim, por unanimidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, com a chegada do nobre Relator Sérgio Cabral, que é Relator do Item nº 2, eu pediria a V. Exª que esse fosse o próximo item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes eu quero confirmar o que iniciou o nosso entendimento sobre a questão das relatorias. O próprio Senador Eduardo Azeredo, que foi aqui defendido para manter a relatoria do seu projeto, já pediu pela ordem. O Senador Sérgio Cabral é quem vai relatar o projeto de V. Exª.

Com a palavra o Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, na questão do projeto do item 3, há necessidade ainda de algumas informações adicionais. O autor do projeto é o Senador Delcidio Amaral. De maneira que peço a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa acata a retirada de pauta do item 3, a pedido do Senador Eduardo Azeredo.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar a isenção parcial dos impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cuja descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica.

Autor: Senador César Borges.

Relator: eminente Senador e futuro governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB do Rio.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Benza Deus, Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Há um requerimento sobre a mesa. O Secretário daqui...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Estou ao lado do Senador Eduardo Azeredo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª pode relatar, depois eu lerei o requerimento do Senador Delcidio pedindo também uma...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Luiz Otávio, estou ao lado de um Senador mineiro, o Senador Eduardo Azeredo e, como dizem os mineiros, e o dizem muito bem "Eleição e mineração, só depois da apuração".

V. Exª já leu o **caput** do projeto do eminente Senador César Borges, que é basicamente o início da minha análise no relatório.

O projeto acrescenta o inciso VII ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995, possibilitando a dedução para a determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda na quantia equivalente a percentual do valor máximo fixado para os benefícios do regime geral da Previdência Social, correspondente a parcela isenta dos rendimentos recebidos pelo contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica que não receba benefício previdenciário ou assemelhado.

O percentual de dedução será estabelecido no regulamento do Imposto de Renda.

O projeto também altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que trata da base de cálculo do Imposto de Renda, a fim de adequá-lo à regra do inciso VII do art. 4º da mesma lei.

O autor justifica a sua proposta demonstrando seu elevado cunho social, já que dá razoável isenção compensatória ao contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica, que não receba qualquer benefício previdenciário.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório.

Análise.

A matéria objeto do projeto sob análise é de competência da União federal, não havendo vício de inconstitucionalidade.

No mérito, a proposta merece aplausos. Os ascendentes que possuam descendentes portadores de doença crônica, que sejam deles dependentes economicamente, incorrem em enormes despesas para fazer frente aos altos custos que caracterizam o tratamento dessas doenças.

Nada mais justo, portanto, que determinar a isenção de parte dos rendimentos do contribuinte para fins do Imposto de Renda para conceder um alívio fiscal para quem tem dependente, filhos ou netos, portadores de doenças crônicas.

Não há risco do projeto ora em discussão causar perdas insuportáveis ao Fisco, tendo em vista dispor ele que o percentual do desconto será fixado no Regulamento do Imposto de Renda expedido pela autoridade fazendária, após os estudos de impacto econômico e financeiro que se fizerem necessários.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o meu parecer é no sentido da aprovação do projeto na forma da sua redação original, mais uma vez me regozijando com o autor, o eminente Senador César Borges pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Passo a ler o Requerimento.

Requer a V. Exª, nos termos regimentais seja realizada audiência pública neste órgão técnico com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do nobre Senador Rodolpho Tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Assinam o Senador Delcidio Amaral, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Ney Suassuna, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Valdir Raupp.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o objetivo é que, como existem vários projetos tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração questões de ordem fiscal, seja por meio de isenção, seja por meio de outras alternativas, como deduções.

Então, estou apresentando esse requerimento exatamente para encaminhar esses projetos todos, de tal maneira que a Comissão de Assuntos Econômicos tenha todas as informações necessárias e delibere sobre os projetos que são efetivamente importantes, principalmente um projeto que parte, entre outros, do Senador César Borges, um Senador competente que tem sempre participado dos principais debates nacionais – apesar de falar que eu, agora, sou engavetador na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Substituindo Geraldo Brindeiro – lá na Procuradoria, aqui, não. Não é verdade, também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para discutir o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de V. Exª discutir, Senador César Borges, eu queria anunciar que o nome do indicado para diretor do Banco Central é Dr. Alexandre Antonio Tombini, para a Diretoria de Estudos Especiais, que vai substituir o Dr. Henrique Eduardo Loyo. A mensagem vai ser lida no plenário do Senado Federal e, em seguida, chegará à Comissão de Assuntos Econômicos, para nossa argüição e votação.

Para discutir o requerimento proposto pelo Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador César Borges tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, penso que há uma ação coordenada pelo nobre Líder do PT, prezado Senador Delcídio Amaral, e pelo Governo de modo geral de procrastinar votações de projetos importantes que têm, inclusive, um cunho social como esse que nós aqui apresentamos, que, sem sombra de dúvidas, tem mérito – mérito esse que foi reconhecido, quero agradecer publicamente, pelo relator, Senador Sérgio Cabral, que é um homem sensível, que soube avaliar bem o projeto e que trouxe o seu relato a esta Comissão.

Acho que os Srs. Senadores são plenamente aptos e têm toda a competência e conhecimento sobre o problema tributário para tomar uma decisão. Não vejo nenhuma necessidade dessa audiência pública. É apenas uma medida procrastinadora, para se levar para adiante, para não ser aprovada. Também não se desaprova. Se o Governo não quer aprovar os projetos, que se posicione claramente, dizendo: não queremos aprovar, não vamos aprovar, e assuma isso perante o autor do projeto, perante o relator e perante a própria sociedade. Agora, procrastinar não é a melhor forma, a melhor via. Portanto, não vejo necessidade da aprovação desse requerimento.

Sr. Presidente, acabamos de ver uma forma eficiente que V. Exª trouxe aqui. A Prefeita Marta Suplicy, em resposta a um ofício da Presidência desta Comissão – cá não veio, não está conosco, não nos deu essa honra -, mandou uma explicação por escrito. Isso já foi, de certa forma, discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de ser uma fórmula para não causar obstáculos no andamento dos trabalhos desta Comissão importante, com os projetos ficando sempre sem serem votados. Aqui, somente se vota medida provisória que for do interesse do Governo. No mais, no que for de origem parlamentar, sempre tem há todo tipo de obstáculo, de dificuldade, em audiências públicas, e os projetos nunca chegam ao momento da votação, que é o momento democrático. Se o Governo tem maioria e não quer aprovar o projeto, que diga e que assuma isso.

Então, Sr. Presidente, dos males o menor: se esse requerimento tiver de ser aprovado, que, pelo menos, se peça à Secretaria da Receita Federal que encaminhe o

seu parecer. Já que precisamos ouvir a Secretaria da Receita Federal para instruir os processos, que são de total autonomia da Comissão de Assuntos Econômicos, que se peça, então, por escrito. Eles podem emitir um parecer, ou favorável ou contrário, ou simplesmente fazendo uma análise. Que não tenhamos de esperar. Quando eles se dispuserem a vir à comissão, mais uma reunião será utilizada para fazer a audiência pública, para que, depois, se vote o projeto.

Que, depois, não nos acusem de que não estamos trabalhando, de que não há iniciativas parlamentares. Temos, sim; o Congresso Nacional está cheio de boas iniciativas. No entanto, somente se vota aquilo que é do interesse do Governo. O que não é do interesse do Governo dormita nas gavetas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para discutir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) –...e as medidas protelatórias e procrastinadoras estão sendo usuais nesta Casa. Eu me subordino contra isso, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu somente diria uma coisa: precisamos deixar de amordaçar o Congresso Nacional. O Congresso está amordaçado, com a mão praticamente algemada, porque não pode decidir. Mas qualquer membro desta Comissão pode, a qualquer tempo, solicitar à Receita Federal um parecer para seu conhecimento e colocação em Plenário. Se eu quiser um parecer da Receita Federal, eles terão prazer em me fornecer, analisando. Eu posso fazer um substitutivo com base no parecer deles. Assim, não há necessidade de convocação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Até desmerece o relato do Senador Sérgio Cabral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Além da consultoria que há nesta Casa, que é competente e tem nos auxiliado brilhantemente para sanar qualquer dúvida que temos a respeito do projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Incorporo o aparte do Senador Romeu Tuma.

Sr Presidente, ou não aprovamos esse requerimento, que é procrastinador, ou, se ele tiver que ser aprovado – a maioria é democrática –, paciência, que o transformemos em um pedido de informação da própria Secretaria, que não tenhamos de fazer uma audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Começamos esta reunião com o Senador César Borges achando que a Mesa queria procrastinar porque o Relator não estava presente. Depois chegou o Relator e o Projetou entrou na pauta. Portanto, não procedia a primeira preocupação do Senador César Borges. Do meu ponto de vista, também não procede a segunda. Se o Senador quiser votar agora, podemos fazê-lo. Eu vou votar contra o projeto e vou dizer o porquê.

Primeiro, porque, com relação aos gastos com saúde, já está prevista, no Imposto de Renda, a dedução referente aos dependentes. O fato de ser uma doença crônica – e não está definido aqui o que é doença crônica, quais são os males, não há definição alguma no projeto – não altera uma prerrogativa que está estabelecida na Lei do Imposto de Renda.

Então, a proposta de ouvir a Receita Federal... Inclusive porque transfere à Receita a regulamentação do dispositivo, o que significa, também, que não assegura nenhum direito, porque, se a Receita estiver contrária, ela vai regulamentar de uma forma que o direito não será liquido e certo.

Em terceiro lugar, fere a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não estabelece o montante da renúncia e quais rubricas serão cortadas no Orçamento em função dessa previsão. Poderíamos organizar isso no texto que deveria ter sido feito e não foi.

De qualquer forma, do meu ponto de vista, se for possível definir o que é doença crônica e verificar se os incentivos que a Receita dá hoje aos gastos com saúde são insuficientes, o projeto é meritório. Também concordo com a sugestão de buscar transformar o requerimento, em vez de em uma audiência pública, em um parecer da Receita, analisando o projeto e dando subsídios. Eu acho que facilita o trabalho da Comissão e podemos fazer uma discussão mais qualificada.

Por tudo isso, espero que o Senador César Borges entenda – quero apoiar a iniciativa do Senador Delcídio Amaral – que é uma forma de enriquecer e fazer um texto bem feito. Transformamos em um requerimento de informação e pedimos à Receita para ser pronunciar e fazer sugestões em relação ao projeto para, assim, termos uma avaliação melhor sobre como construir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de fazer um acréscimo. É difícil definir – o Mão Santa e outros são médicos

– o que é doença crônica, mas não é difícil definir as doenças crônicas. Tanto é assim que fiz um projeto aqui sobre uma doença que acomete o fígado que foi aprovado com isenção do Imposto de Renda. Assim, já há algumas classificadas.

Então, talvez haja alguma alteração no projeto, porque ele é válido. Hoje, o que se gasta, Senador, com remédios é algo profundamente amargo. Há uma artigo nesta semana, nos jornais e revistas, que diz que se desconta do Imposto de Renda o tratamento em hospital e em clínicas, mas não o tratamento em casa, por ser difícil a comprovação e isso poderá gerar fraudes.

Não sei se é essa a idéia de V. Exª, que se possa contornar essa situação e estabelecer regras mais fortes para que haja uma controle e a Receita possa aceitar o desconto com o tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Srs Senadores, eu penso que a sugestão do Senador Aloizio Mercadante deveria ser acatada e vou dar as minhas razões.

O projeto é de um conteúdo humanitário muito grande. O Senador Mercadante alega que já há desconto com despesa médica. Não! Há desconto com honorários médicos. Mas os gastos com medicamentos, por exemplo, não estão descontados.

Por outro lado, o requerimento de autoria do Líder do PT, meu conterrâneo e de outros Parlamentares que o subscrevem, não chama o titular da Secretaria da Receita Federal. Creio que a Comissão não pode mais ficar realizando audiências públicas. É certo que devem acontecer, mas não sempre. Temos de analisar caso por caso. Assim, penso que seria melhor formular um pedido – e aí fico com o Senador Mercadante – de informações, no qual S. Exª poderia emitir sua opinião, independentemente de sua presença aqui.

Eu perguntaria ao Líder do PT e os Senadores que subscreveram o seu requerimento se concordam em transformá-lo em um requerimento de informações, que considero a maneira mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres e, depois, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu não diria, como o eminente Senador César Borges, que o requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral é protelatório porque, assim, eu estaria avaliando intenções, mas qualquer pedido de audiência pública protela. Ainda que não tenha sido essa a intenção do Senador Delcídio Amaral, não há dúvida de que protela. No entanto, Senador César Borges, o requerimento de informações à Receita, se não houver fixação de prazo, poderá ser pior.

Estou vendo no Item 11, um projeto de autoria do Senador Edison Lobão, relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, relativamente ao qual foi encaminhado requerimento ao Secretário da Receita Federal em 26 de novembro de 2002, respondido em 17 de março de 2003. A resposta pode demorar cinco meses. É verdade que houve um recesso, mas o requerimento poderia ter sido respondido no recesso, de forma que já no início dos trabalhos parlamentares tivéssemos recebido a resposta.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, isso pode ser inútil, a não se fixe prazo para a Receita Federal.

Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Poderíamos fazer constar do requerimento a exigência de que o requerimento seja respondido no prazo legal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E o prazo legal é de 30 trintas.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Então, que o Secretário responda no prazo legal de 30 trinta. Se não responder, ficará sujeito à legislação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas a audiência pública pode ser realizada em menos de 30 trinta dias. Então, não vejo vantagem no encaminhamento do requerimento sobre a realização da audiência pública.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Veja V. Exª, sendo um convite, ele marca data para quando ele quiser, porque convite é convite.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – No mérito, Sr. Presidente, tenho sempre muita restrição, muita reserva, a respeito de projetos de concedem isenção ou abatimento de Imposto de Renda a pessoas físicas porque os resultados acabam sendo injustos. É que beneficia o assalariado e beneficia o rico também, que, tendo um filho deficiente, obtém abate do Imposto de Renda. Senador César Borges, se analisarmos bem, verificaremos que beneficiará quem ganha pouco e que tem esse problema, mas beneficiará também o rico que não precisa, mas que também abaterá do seu Imposto de Renda, se tiver um filho com essa doença. Há esse inconveniente, eu diria, do ponto de vista da justiça social, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, com relação à realização de audiência ou da solicitação de um parecer à Secretaria da Receita

Federal, como bem disse o Senador Jefferson Péres, pode ser até pior, creio que a Mesa poderia resolver o problema fixando um prazo – e o Senador Ramez Tebet expôs isso muito bem – para a resposta. Não vejo por que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Talvez a audiência pudesse facilitar o questionamento sobre medicamentos e outras coisas, se fosse realizada na semana que vem.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, não é nem o titular que está sendo convidado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. É um técnico. A Receita tem técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Há uma sugestão da assessoria da Mesa, no sentido de que isso poderia ser encaminhado para a Consultoria Jurídica da Casa, da própria Comissão. É mais rápido.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, outra possibilidade seria, para se evitar procrastinação, fixar um prazo à Receita para audiência pública. Marca-se para a próxima semana. Se a Receita não vier, é porque não tem interesse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Delcídio Amaral está querendo usar da palavra há algum tempo para sugerir uma solução, Senador César Borges.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Poder Executivo, quando solicitado pelo Presidente do órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 dias, nesse caso específico, pode mandar uma resposta com relação à diminuição de receita ou ao aumento de despesa ou subsídios técnicos para realizá-la.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: nós fizemos o requerimento. Primeiro, o projeto do Senador César Borges é absolutamente pertinente. Ninguém está querendo ser desumano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Delcídio Amaral, o Senador Jefferson Péres está me lembrando o horário. Temos que acelerar porque haverá argüição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dos membros do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não. Então, para resumir, Sr. Presidente, existem projetos de outros ilustres Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração isenções fiscais.

Seria muito mais meritório eu conversar com o Secretário-Adjunto. Por que foi escolhido Secretário-Adjunto o Dr. Ricardo Pinheiro, que é um especialista nessas questões? Exatamente no sentido de trazer uma pessoa que rapidamente nos esclareça sobre esses pontos, que não afetam, única e exclusivamente, o projeto do Senador César Borges, mas também de outros Srs. Senadores.

Sugiro que eu tenha uma conversa com o Secretário-Adjunto e rapidamente, faríamos isso. Se for feita uma consulta, dentro do prazo regimental, dentro do prazo que o Poder Executivo tem para responder, poderíamos, eventualmente, sofrer com uma demora maior.

Faço essa ponderação. O objetivo maior é buscar os esclarecimentos. Vamos discutir da melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em primeiro lugar, o Senador Aloizio Mercadante, assim como o Senador Delcídio Amaral queriam esclarecimentos ou colaborar e tinham todas as condições dentro das normas regimentais. S. Exªs poderiam ter consultado o Governo, apresentado emendas, enriquecido o projeto. Mas isso não foi feito. Essa preocupação nasceu na hora em que o projeto chegou a esta Comissão para ser votado.

Se o Senador Mercadante e sua competente assessoria tivessem se debruçado sobre o projeto, veriam que muitas das dúvidas não existem.

O art. 3º do nosso projeto dispõe que "o Poder Executivo, com vista ao cumprimento no disposto do artigo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto dessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se dá após decorridos 60 dias da publicação dessa lei."

O art. 4º, inciso III do nosso projeto se reporta ao inciso XVI do art. 6º da Lei nº 7.703, de 22 de setembro de 1988, que diz:

> "Art. 6º. Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas, os proventos de aposentadoria ou reforma motivado por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, com base em conclusão da medicina especializa-

da, mesmo que a doença tenha sido contraída depois de aposentado..."

Há uma disciplina. Já existe uma caracterização da doença e se remete a essa lei.

Por fim, digo ao Senador Jefferson Péres que é justa a preocupação de S. Exª sobre o alcance social. Mas, se estimarmos o número de ricos neste País, que é pouquíssimo – pode haver riqueza concentrada, mas o número de ricos é pequeno – que tenham esse tipo de doença também, é mais raro ainda. Então, esse tipo de doença alcançará principalmente a base de nossa pirâmide social, que são os mais pobres. Então, podemos até em um momento cometer uma injustiça com um rico ou outro que tenha uma doença, mas será realmente uma probabilidade bem pequena dentro das estatísticas. Por isso, quero voltar a defender aqui esse projeto, esperando que V. Exª possa ter uma decisão, que seja uma decisão que tenha eficácia: solicitar o parecer da Receita Federal e que, dentro de 15 dias, tenhamos esse projeto aqui, com o parecer daquele órgão sobre os projetos, distribuídos para os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Parece-me viável, Senador César Borges, extremamente viável, um parecer em 15 dias ou uma audiência em sete dias, porque o Senador Delcídio Amaral colocou que se poderia fazer uma audiência já na próxima semana. Não é isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só preciso checar a agenda do secretário-adjunto, mas evidentemente a idéia é fazer o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É dar a prioridade para cá, haja vista que temos 15 dias, que poderemos ter um parecer. Concordam, então, em fazer a audiência na próxima semana?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o problema da audiência...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Sábio Senador Edison Lobão, ajude-me, por favor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Quanto à audiência em sete dias, é claro que seria até mais rápido do que em 15 dias a manifestação por escrito. O que ocorre é que audiência pública nos toma a manhã inteira, ao passo que o documento escrito resolve...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica bom assim então, Senador Delcídio Amaral? Daqui a 15 dias? (Pausa.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria ponderar o seguinte: para mim, o problema aqui não é a urgência. Não há uma urgência urgentíssima. O problema aqui é fazer um projeto de lei bem feito, que não haja espaço para fraude, que realmente proteja as pessoas necessitadas, que haja uma estimativa do impacto fiscal dessa medida. Minha sugestão é de que se dê o prazo de 30 dias e se solicite à Receita Federal que apresente um estudo, se possível em 15 dias, para dar tempo, inclusive, de podermos conversar e ver as sugestões, quais são as mudanças que eventualmente poderiam ser incorporadas ao projeto. Então, seria dado o prazo de 30 dias, solicitando à Receita que o faça até 15 dias. O prazo legal do requerimento é de 30 dias. Então, que o faça até 15 dias e, assim que recebermos, nossa disposição será sentar evidentemente com o autor, com o Relator, para buscar o entendimento em relação à matéria.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou sempre aberto, uma boa negociação é melhor do que o enfrentamento. Então, se há essa disposição do Líder do Governo, nós a estamos acatando.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, só quero lembrar que, daqui a 30 dias, estaremos às vésperas do recesso de julho, e o projeto pode não ser votado se a Receita responder no último dia. O projeto corre o risco de não ser votado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se há toda essa urgência, vamos votar. Para mim, não há problema nenhum em votar. Acho apenas que não é um bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Estou tentando construir uma saída consistente. As pessoas têm que entender que o País vive uma grave crise fiscal, que, por sinal, não foi gerada por este Governo, veio do Governo anterior a dívida pública que aí está. Este Governo não está privatizando, não pode aumentar a carga tributária, portanto há uma demanda de investimento, de gastos sociais brutais. O Sistema Único de Saúde carece de todo tipo de recursos. Por sinal, a maioria dos pobres que está no Sistema Único de Saúde sofre de doenças crônicas, sequer imposto de renda recolhem. Metade da população brasileira não tem nem carteira de trabalho assinada e só apenas 16,5 milhões de pessoas declaram imposto de renda. Por tudo isso, os mais pobres não serão atingidos por esse projeto. Os mais pobres estão no SUS, onde falta dinheiro, há gente morrendo na fila porque não faz uma cirurgia, porque não tem o remédio, porque não tem o atendimento de pronto-atendimento. Por tudo isso, essa coisa tem que ser bem feita e bem estudada, para

que façamos uma coisa que tenha alcance social, que proteja as famílias de classe média que estão nessa situação, mas que não percamos de vista a situação fiscal do País e o problema da saúde pública, que é, eu diria, o grande desafio, porque a maioria da população, infelizmente, não será beneficiada por este projeto. A maioria da população não tem imposto de renda para deduzir, não tem. É por tudo isso que acho que precisamos fazer uma discussão bem feita. O projeto *(inaudível)* doença crônica. Daríamos um prazo de 30 dias à Receita Federal, faremos o apelo, eu me empenharei pessoalmente para que eles respondam no prazo máximo de 15 dias, para que possamos sentar, negociar e aprofundar a matéria, que acho que é o espírito de todos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – OK. Fica decidido desta forma que, dentro dos 30 dias, com prorrogação de até 30 dias, para decidirmos com parecer e com audiência, podemos encaminhar o projeto do Senador César Borges.

Assim sendo, temos já aprovado no início da reunião um pedido de votação da matéria do Senador Aelton Freitas e encerramos a reunião tendo em vista que o Senador Antonio Carlos Magalhães já está se encaminhando para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Seandor Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria fazer uma correção em tempo, porque li o Aviso que veio da origem, de nº 2.140. Aqui na Casa, Sr. Presidente, ele é de nº 34, de 2004.

O assunto foi submetido ao Senado pelo Tribunal de Contas da União em razão do entendimento de que deste procedimento adotado pelo referido Estado resultou descumprimento por este de obrigações constantes do contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às conseqüências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal.

Por meio do Ofício nº 131, de 2 de maio de 2005, o Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo interessado no esclarecimento dos fatos, encaminhou a este Relator para juntada aos autos e servir de subsídio para apreciação da matéria, cópia de extensa documentação, juntamente com os dispositivos legais nos quais o Estado se embasou para adotar os procedimentos em análise.

Após o exame da documentação, a conclusão é de que não há nenhuma sanção a ser imposta ao Estado de Mato Grosso do Sul com base no § 2º do artigo da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal, por qualquer que seja o ângulo que se analise o resultado do seu procedimento na compensação de débito de ICMS, efetivamente, no entendimento de que os débitos de ICMS compensados com o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública não caracterizam receita. Porquanto, não há entrada de recurso no Tesouro do Estado. Não se pode afirmar que o Estado deixou de cumprir com suas obrigações decorrentes do contrato firmado com a União relativamente ao refinanciamento de sua dívida. Por isso, em tal hipótese, a parte do débito de ICMS absorvida pela compensação não implica receita para o Estado. Com isso, ela não pode ser considerada na base de cálculo da parcela mensal da dívida que o estado está obrigado a pagar à União.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda que se entenda que os referidos débitos deveriam ter sido contabilizados com a receita, não se pode afirmar que a falta dessa contabilização implicou prejuízos para a União. Isso porque, conforme a conclusão do próprio Tribunal de Contas da União, com o procedimento adotado pelo Estado, sua dívida para com a União não deixou de existir, mas permanece sofrendo atualização monetária e incidência de juros.

O Estado é obrigado a pagar a dívida na sua integralidade, independentemente do valor das parcelas mensalmente pagas. A eventual redução nas parcelas não implica redução da dívida. A parte reduzida da parcela teoricamente estabelecida permanece no total da dívida, tendo, como conseqüência, apenas um eventual adiantamento no prazo do seu pagamento. Assim, não tendo havido prejuízo, nenhuma sanção deve ser aplicada contra o Estado do Mato Grosso do Sul.

Realmente, se a sanção tem por objetivo forçar o cumprimento das obrigações para evitar o prejuízo decorrente do seu descumprimento, não tendo havido no presente caso qualquer prejuízo, concluímos que não há motivo para sua aplicação.

Diante do exposto, uma vez o Senado Federal tendo tomado conhecimento dos fatos como Relator, sugerimos o encaminhamento da matéria ao Arquivo.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de colocar a matéria em discussão, eu gostaria de registrar a presença do Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro. S. Exª se encontra no plenário e o cumprimento em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão.

O Senador César Borges tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, este assunto é extrapauta, chega nesta Casa inopinado e não temos efetivamente um conhecimento mais profundo. Confesso que meu desejo inicial seria

um pedido de vista para ter mais tempo para análise, mas vejam como há diferença de procedimento entre nós da Oposição e o Governo. O nobre Senador Delcídio veio e, rapidamente, com sua capacidade de síntese, conseguiu me dar uma luz sobre o projeto, mostrando a importância que tem para seu Estado. Por isso, não proporei o pedido de vista. Apenas discutirei o projeto, dizendo que essa é nossa posição para dar ao Senador Delcídio a oportunidade de ver seu aviso aprovado rapidamente. Vejam a sutileza da diferença de procedimento do Governo com a Oposição Parlamentar e da Oposição com o Governo.

Eu só queria citar esse ponto. Não pediremos vista e darei total credibilidade às informações passadas pelo nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continua em discussão o projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria de registrar que essa atitude fidalga do Senador César Borges não é especificamente com relação a qualquer... Isso pauta a postura do Senador César Borges ao longo de toda a sua vida. Não só a sua vida política como a sua vida pessoal.

Eu quero aqui deixar muito claro para o Senador César Borges que os projetos de S. Exª são muito bem elaborados. Eu acabei de falar a S. Exª que seus projetos são complexos. E como são projetos importantes e impactam efetivamente e favoravelmente o dia-a-dia do cidadão e da sociedade, eles exigem uma ação maior junto ao Governo e aos ministérios, com o intuito de, aproveitando esses projetos competentes apresentados pelo Senador César Borges, melhorarmos o dia-a-dia da nossa gente.

Então, o que eu quero também, primeiro, Senador César Borges, é agradecer mais uma vez esse gesto, que não me surpreende pela postura. Mas também eu quero dizer à Vossa Excelência que não tenha dúvidas que o Governo está empenhado e entende o mérito dos projetos de V. Exª.

E registro fundamentalmente o item nº 1 da pauta que foi um projeto apresentado e já discutido há muitas semanas. Eu mesmo assumi este compromisso com o Senador César Borges e eu não tenho dúvidas que este projeto terá um final feliz porque atende efetivamente a nossa agricultura, uma agricultura que está sofrendo muito com as condições climáticas e efetivamente vai corresponder aos anseios e ao mérito que pautou esta iniciativa do Senador César Borges.

Muito obrigado, meu caro Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Luiz Otávio, eu estava atentamente ouvindo sobre a sensibilidade do Senador César Borges quanto a uma maneira de devolver aos que têm doença crônica o dinheiro gasto. Então, eu só pediria ao Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, que levasse uma Constituição para o Ministro da Saúde e para o Presidente da República. Lá está escrito: "A saúde é direito de todos e dever do Estado." Não teria razão a sensibilidade do nosso César Borges estar com essa medida toda se o Presidente da República e o Ministro da Saúde cumprissem a Constituição. Mas ainda há grande esperança neste extraordinário Líder do PT que é o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. E nós tudo faremos para encaminhar este projeto que é muito importante e de um impacto social forte e é outro projeto apresentado pelo Senador César Borges e muito bem aqui relatado pelo nosso querido Senador Sérgio Cabral, provavelmente futuro governador do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continua a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o Aviso do Senado Federal de nº 34, não terminativo, de autoria do hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, que teve como relator o Senador Aelton Freitas que pediu, no início da reunião, que fosse pautada esta matéria, o que foi aprovado por unanimidade pelos Senadores presentes, como também a aprovação do projeto.

Eu gostaria também, antes de encerrar a reunião, de anunciar para o dia 07 de junho de 2005 a presença confirmada do Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vitório Corbo para audiência pública que tratará da autonomia do Banco Central.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não seria justo, antes de encerrar, já que foram nomeados aqui tantos futuros governadores, V. Exª não nomear outros

futuros governadores, como o Senador Sérgio Cabral, futuro Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Sérgio Guerra também chegou.

O SR. (Orador não identificado) – Para que não cometamos injustiça, quero dizer que o nobre Senador Delcídio Amaral será o futuro Governador de Mato Grosso do Sul.

O SR. (Orador não identificado) – É verdade.

O SR. – Não faria sentido se não nos lembrássemos também dessa situação.

O SR. (Orador não identificado) – É um candidato de consenso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador do Piauí, Governador do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Futuro é muito longe. Será o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O próximo Governador do Piauí, também, Senador Mão Santa.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Sérgio Guerra e percebi que, como há muitos futuros governadores aqui, faltará Estado para a Federação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Sérgio Guerra também será o nosso futuro governador do Estado de Pernambuco.

Cumprindo o acordo assumido com o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que encerraríamos a reunião até o meio-dia de hoje, terça-feira, para que pudéssemos ouvir e votar o nome dos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião na próxima terça-feira, no mesmo horário e no mesmo local.

(Levanta-se a reunião.)

Ata da Décima Quarta Reunião da Comissão De Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Hélio Costa, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sibá Machado, Serys Slhessarenko e Jefferson Peres e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Mão Santa, Sérgio Cabral, José Maranhão, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da Nota Técnica nº 977, de 2005, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, referente à STC nº 200503544, que solicita elaboração de Nota Técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Senhora Marta Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela referida Comissão que convida a ex-Prefeita a comparecer ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre o Ofício "S" nº 01, de 2005, originário do Ministério da Fazenda, que comunica ao Senado Federal que o Município de São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratar operação de crédito no âmbito de RELUZ. Usam da palavra os Senadores Jefferson Peres, Aloizio Mercadante, que solicita que seja feito um pedido de informações sobre quais os municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Romeu Tuma. Em seguida, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião com a apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 138, de 2005, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho que apresenta Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão solicita aos Senadores Ney Suassuna e Delcídio Amaral que conduzam o indicado para sentar-se à Mesa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Rodolpho Tourinho, usa da palavra o Senhor Alexandre Antonio Tombini para dar início à sua exposição. Em seguida, usam da palavra para argüir o Sabatinado os Senadores Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, César Borges, Rodolpho Tourinho,

Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho e Lúcia Vânia. Após a votação secreta, são designados escrutinadores os Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho. A Comissão aprova a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e quatro votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da 2ª parte da Pauta; Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2005", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 136, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, recebida, no Senado Federal, em 14 de julho de 2004", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 135, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 02 e 03 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08-03-05, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-03-05, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 03-05-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que "institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A aprecia-

ção da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-06-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-03-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que "altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores", de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, com as Emendas nº 01, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nº 02 e nº 03, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e pela rejeição do PLS nº 188, de 2003. A

matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – 'Poupança Escola', e dá outras providências", de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Ofício "S" nº 18, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Ofício "S" nº 19, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) e a COHAB-SC", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D'Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que "altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências", de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que "altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização", de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a pre-

sente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa e da 52ª Legislatura, em 24 de maio de 2005, às 10 horas e 17 minutos, na sala de reuniões, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, lerei rapidamente o parecer da nota técnica do eminente Consultor Legislativo da Casa, Dr. Marcos Mendes, a respeito do ofício encaminhado pela ex-Prefeita Marta Suplicy, de São Paulo.

Foi solicitada uma nota técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Srª Marta Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela Comissão de Assuntos Econômicos que convida a ex-prefeita a comparecer ao Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Ofício nº 1, de 2005, originário do Ministério da Fazenda que comunica ao Senado Federal que o Município de São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratação de operação de crédito no âmbito do Reluz.

Antecedentes.

Antes de descrever o conteúdo da correspondência em epígrafe, é importante relembrar os pontos principais do episódio ao qual se refere. A ex-Prefeita é acusada de ter contratado operação de crédito no âmbito do Programa Reluz com as seguinte irregularidades: não solicitou autorização à Câmara de Vereadores; não solicitou autorização ao Ministério da Fazenda. Essas irregularidades estão tipificadas na legislação penal brasileira, o inciso VIII do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27.02.1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. Estabelece que são crimes de responsabilidade dos Prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, contrair empréstimos, emitir apólices ou obrigar o Município por títulos de crédito sem autorização da Câmara ou em desacordo com a lei.

Bom dia, Senador Rodolpho Tourinho.

Senador, estou lendo o parecer técnico da Consultoria Legislativa do Dr. Marcos Mendes a respeito da correspondência aqui recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Além disso, o parecer faz referência ao art. 359 do Código Penal, baseado no Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940, faz referência ao art. 32, segundo o qual o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação e resume, afirmando que, frente a esses fatos, cabe à ex-Prefeita esclarecer quais foram as características do aditamento contratual realizado entre a Prefeitura de São Paulo e a Eletropaulo em 05 de fevereiro de 2004 – montante do empréstimo, prazo, taxas de juros, garantias, etc.

Uma vez descritas essas características, pode-se verificar se o aditamento contratual em questão pode ou não ser caracterizado como uma nova operação de crédito. Caso o aditamento seja caracterizado como uma operação de crédito, cabe questionar a ex-Prefeita sobre se ela solicitou e obteve autorização da Câmara de Vereadores para realizar a operação.

Item 2: conteúdo da correspondência e sua análise.

Na correspondência enviada à Comissão de Assunto Econômicos, a ex-Prefeita faz, nas primeiras três páginas e meia, uma descrição do programa Reluz, o que pouco acrescenta aos esclarecimentos demandados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, passa ao item "O Município de São Paulo e o Reluz", no qual, em resumo, argumenta que o aditamento contratual celebrado com a Eletropaulo em 05 de fevereiro de 2004 tratava apenas de questões formais e, por isso, não se caracterizava como operação de crédito. Em não se tratando de operação de crédito, não haveria por que se falar em desrespeito à legislação de controle de endividamento.

Contudo, a descrição que faz do conteúdo do aditamento contratual mostra evidências de que se tratou, sim, de uma operação de crédito. A seguir, o parecer transcreve e analisa os trechos mais relevantes da argumentação apresentada pela ex-Prefeita.

Solicito ao Secretário que tire cópia desse parecer técnico, dessa nota técnica do Dr. Marcos Mendes, Consultor Legislativo, para que os Srs. Senadores possam já ter em mão o parecer técnico. E aí faz uma descrição do conteúdo do aditamento contratual.

Na seqüência da descrição, ele fala também do aditamento e afirma que a ex-Prefeita, como argumenta no documento como um todo, fala da consolidação de dívidas, de encontro de contas e outras avenças, e, em resposta aos pontos todos, na verdade, o parecer da nota técnica contradiz os argumentos da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Encerra, dizendo:

"Quanto ao Item II, parece haver o uso de argumento falacioso.

É verdade que, ao permitir economia na conta de energia dos municípios, o Reluz contribui para o equilíbrio fiscal, como, aliás, reconhece o Senado Federal, que isentou tais operações do cumprimento de limites de endividamento. Isso, contudo, não quer dizer que as Prefeituras possam contrair tais operações sem pedir autorização do Senado, conforme determina o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o RSF – Regimento do Senado Federal, pela Resolução nº 43, de 2001.

No que diz respeito ao Item III, "parece estranha a afirmação de que a Prefeitura sempre enviou toda a documentação atinente aos atos do processo. Se assim fosse, não haveria motivos para que a Secretaria do Tesouro Nacional enviasse ao Senado Federal o Ofício nº 1, de 2005, comunicando o descumprimento de normas pela Prefeitura".

Conclui dizendo:

> "Concluo esta nota técnica considerando que os argumentos apresentados pela ex-Prefeita não são capazes de rebater os indícios de desrespeito à legislação de controle do endividamento público. Fornecem, isso sim, elementos a favor da tese de que houve uma operação de crédito sem prévia autorização do Senado Federal, e, provavelmente, sem que lei municipal autorizasse a contratação de tal operação".

O Consultor, Dr. Marcos Mendes, encontra-se presente nesta Comissão para, se for o caso, hoje ou em outra oportunidade...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ...apresentar esclarecimentos com relação à correspondência recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy, do Município de São Paulo.

Concedo a palavra o Senador Jefferson Péres para uma questão de ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, essa matéria não será apreciada nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, Sr. Senador, apenas aproveitei a oportunidade da chegada dos Srs. Senadores para ler a nota técnica emitida pelo...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não, é porque tenho um compromisso agora, e não poderei participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Esse assunto não será discutido no momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, é só para dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Foi apenas lido, comunicado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cumprimentar o Consultor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ... e distribuído aos Srs. Senadores.

O Senador Romeu Tuma faz um cumprimento ao Consultor Legislativo do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa desta Comissão uma demanda para que a Mesa entrasse em contato com o Ministério da Fazenda e informasse à Comissão quais os Municípios que se encontram nesta situação, para que possamos analisar o conjunto dos Municípios que, eventualmente, estejam envolvidos na mesma problemática. É fundamental que possamos tomar uma providência...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de dizer que, na última sessão, quando foi apresentada a carta da ex-Prefeita, solicitei isso. Acho que é importante, porque a alegação de que não foi só a Prefeita que feriu a Lei de Responsabilidade, que se trouxesse todos à análise desta Comissão, porque a instrução da Lei de Responsabilidade saiu daqui. Acho que é uma obrigação nossa analisarmos todas. Não há perdão para ninguém. Acho que uma medida provisória que ajuda todo mundo não pode entrar em conflito com o que está decidido pela Lei de Responsabilidade, sob pena de ela estar sendo revogada pela medida provisória.

Então, V. Exª tem razão e concordo com seu pedido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, a Presidência poderia tomar essa providência?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com certeza, Senador Aloizio Mercadante. Até porque não só V. Exª, como Líder do Governo, pode formalizar o requerimento, como vamos aproveitar para cobrar novamente do Ministério da Fazenda as questões levantadas e as perguntas feitas pela Consultoria da Casa, que ainda dependem de uma resposta do Ministério da Fazenda para a formalização de parecer com relação a esse assunto.

Passamos agora à pauta da reunião, que foi desmembrada. A primeira parte, que é a apresentação do parecer do eminente Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, com relação à indicação do Dr. Alexandre Antônio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. A segunda parte trata da pauta normal, inclusive com a apreciação de mensagens enviadas para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de saber se o indicado, Dr. Alexandre Tombini, já se encontra no recinto.

(Pausa.)

Não se encontra ainda no recinto o indicado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não poderíamos, antes de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sugiro que passe para outro dia só. Se não está presente, sugiro que passe para outro dia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... votar, primeiro, a mensagem...

Não, ele está presente, sim. Posso chamá-lo imediatamente. Mas tínhamos na pauta também a mensagem da programação monetária relativa ao quarto trimestre. Proporia...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Mas o Senador Delcídio Amaral não está presente, é o relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Está aqui na frente, mas não está aqui dentro. Tragam-no.

Passamos, então, à segunda parte. Retornaremos logo quando da chegada do indicado.

Item 1:

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo semestre de 1995.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Delcídio Amaral.

O parecer é favorável nos termos do PDS que apresenta.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu prefiro resumir, Sr. Presidente, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, quatro trimestre de 2004, primeiro trimestre de 2005 e segundo trimestre de 2005.

Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, já vou caminhar – se V. Exª me permite ler – a alguns comentários relativos à programação. É importante registrar, Sr. Presidente, que, como reação ao requerimento de diligências apresentado nesta Comissão, a Presidência do Senado recebeu várias mensagens, dentre elas a de nº 122, pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro semestre de 2004, ao quarto e aos dois primeiros semestres de 2005.

A referida mensagem foi autuada por cópia, uma vez que já houvera sido recebida em sua versão original, dando continuidade ao processo antes interrompido.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou – e a Comissão aprovou – o Projeto de Lei do Senado nº 326/2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da programação monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

Sr. Presidente, a razão desta introdução é exatamente registrar que temos que dotar o Senado de novos mecanismos para fazer esse acompanhamento, uma vez que mudamos a sistemática de operação do Banco Central. Isso motivou o Senador Garibaldi Alves a apresentar um projeto que efetivamente leve o Senado a fazer esse acompanhamento de maneira mais objetiva, de maneira mais fundamentada na realidade que hoje vivenciamos.

É importante registrar que esses procedimentos se basearam numa época em que o câmbio era fixo e a política monetária era baseada numa programação de expansão de oferta da moeda. Hoje, Sr. Presidente, temos um câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas de inflação.

Para concluir, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para os quatro trimestres – citei-os logo no início da exposição – alinhou-se ao cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis relevantes. Dado o seu caráter meramente indicativo, a mencionada programação não teve qualquer efeito prático sobre o sistema de metas para a inflação hoje em vigor.

Portanto, Sr. Presidente, em função dos argumentos apresentados, concluo pela aprovação da programação monetária do terceiro trimestre de 2004, do quarto trimestre de 2004 e dos dois primeiros trimestres de 2005.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada a matéria.

Por uma questão regimental, para que não haja dúvidas, o secretario pediu que colocasse em votação uma matéria seguida de outra.

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei 9.069, a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 136 encaminhada ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069. A autoria é da Presidência da República. Trata-se também da programação monetária relativa ao trimestre de 2005.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 122, não terminativa, encaminhada ao Senado Federal, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º, da Lei nº 9.069. Trata-se da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 135. Trata-se da programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Foram aprovadas, por unanimidade, todas as mensagens de autoria da Presidência da República relativas a programação monetária.

Alguma coisa a mais? Não?

Havendo número legal, coloco em pauta a discussão e a votação da ata da sessão anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Romeu Tuma pediu a dispensa, inclusive, da leitura.

Pergunto à Secretaria se o Dr. Alexandre Tombini já chegou. O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito ao Senador Ney Suassuna, como líder do PMDB, e ao Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores, que conduzam o Dr. Alexandre Tombini para que compareça à sala da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde será argüido. (Pausa)

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, está presente o Dr. Alexandre Antônio Tombini, indicado para assumir a diretoria do Banco Central pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, eminente Senador do PFL da Bahia, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado, Dr. Alexandre Tombini.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr. vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Dr. Alexandre Tombini, Srªs e Srs. Senadores. O Senhor Presidente da República, por intermédio do...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu pediria aos Srs. Membros da Comissão e aos Senhores e Senhoras presentes que mantivéssemos silêncio para ouvir o relator, Senador Rodolpho Tourinho.

Garantida a sua palavra, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº138, de 2005, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea **d** da Constituição Federal a indicação do Sr. Alexandre Antônio Tombini para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

O currículo do candidato atesta a sua qualificação acadêmica e ampla experiência profissional. Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Alexandre

Tombini é também Doutor em Economia pela **University of Illinois at Urbana-Champaign**. Funcionário de carreira do Banco Central do Brasil desde 1998, ali exerceu atividades diretamente ligadas à área de estudos e pesquisas, para a qual é agora indicado como diretor. Foi chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas de março de 1999 a junho de 2001, período em que teve oportunidade de ser um dos principais técnicos responsáveis pela implantação do sistema de meta de inflação.

Atualmente, exerce a função de assessor sênior do diretor executivo e membro da diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional, o que lhe permitiu participar das negociações dos programas brasileiros junto ao FMI desde 2001 até 2004.

Anteriormente, exerceu outros cargos públicos de relevância. Foi consultor da diretoria do Banco Central de maio de 1998 a março de 1999; assessor especial da Câmara de Comércio Exterior de fevereiro de 1995 a maio de 1998 e coordenador da área externa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 1992 a 1995, quando teve oportunidade de dar grande contribuição à implantação do Mercosul.

Seu currículo exibe diversas publicações de artigos especializados, dos quais destaco as mais relevantes para o cargo que irá exercer. São: "As metas de inflação no Brasil – choques e indexação de preços e condicionalidades do Fundo Monetário Internacional"; o outro, é "Implementação das metas de inflação no Brasil", publicados em co-autoria com outros economistas do Banco Central.

Queria enfatizar ainda mais no currículo do Dr. Alexandre Tombini não só essa sua participação no programa de fixação de metas do Banco Central, mas também o fato de ele ser um funcionário de carreira, o que é muito importante, sobretudo num momento em que discutimos a autonomia do Banco Central. Esse processo de discussão já foi iniciado aqui no Senado. Um dos aspectos apontados talvez como empecilho a essa autonomia do Banco Central é o fato de que freqüentemente ou na maioria das vezes os diretores do Banco Central serem oriundos do mercado financeiro, serem de mercado. Estamos assistindo aqui, neste momento, a uma mudança de atitude: o fato de o Dr. Alexandre Tombini ser funcionário de carreira do Banco Central.

Entendo, pessoalmente, que o Banco Central tem funcionários sempre à altura para exercício desses cargos. Tenho e tive no passado uma longa vivência no trato com o Banco Central. Essa é uma convicção pessoal muito forte, mas que eu gostaria, neste momento, de enfatizar: considero positiva a indicação do Dr. Alexandre Tombini para o cargo do Banco Central, sobretudo, volto a repetir, no momento em que se discute a independência ou autonomia do Banco Central.

Outro fato que também quero destacar é a participação dele no sistema de metas implantado no Banco Central e que está funcionando.

Por último, ressalto a experiência dele no exterior. Entendo que não é apenas por meio de participação no mercado que se adquire essa experiência. Tem o Dr. Alexandre Tombini essa experiência sem ser membro do mercado tradicional.

De forma que, para finalizar, considero que as informações constantes do currículo do sr. Alexandre Tombini comprovam a sua qualificação, para adequado desempenho do cargo, motivo pelo qual esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a sua indicação para o cargo de diretor do Banco Central. Antecipo meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Agradeço ao Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Antônio Tombini para que faça uma breve exposição.

Peço à Secretaria que distribua uma cópia do discurso do Dr. Tombini.

Com a palavra Dr. Alexandre Tombini, indicado à diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, Exmº Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Exmº Sr. Relator, Senador Rodolpho Tourinho, Srªs e Srs. Senadores presentes, é uma honra estar diante desta Comissão como indicado à diretoria do Banco Central do Brasil. Como funcionário de carreira, vejo a possibilidade de compor a diretoria não somente como preenchimento de uma aspiração pessoal, mas também como reconhecimento da alta qualidade do corpo técnico do Banco Central do Brasil.

Caso aprovado por esta Casa, procurarei desempenhar minha função utilizando ao máximo a experiência e o conhecimento acumulados para dar minha contribuição no sentido de se aprofundar a estabilidade macroeconômica e assentar as bases para o crescimento sustentado do País.

Quero deixar público também meu sincero agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, e ao Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, pela confiança em mim depositada pela indicação do meu nome a esta Casa.

Como todos sabemos a inflação tem efeitos altamente regressivos sobre a renda da população,

prejudicando especialmente os menos favorecidos, que não dispõem dos mecanismos para delas se protegerem. O controle da inflação além de mirar uma inflação baixa deve ter por objetivo tornar a inflação mais previsível possível, de forma a facilitar o planejamento da sociedade nas suas decisões de consumo, poupança e investimento. Somente com uma inflação baixa e previsível é que teremos a possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico sustentado, onde a renda real da sociedade seja o principal motor de sustentação da economia e o investimento privado, a sua mola propulsora.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo eu participado da adoção do Regime de Metas de Inflação no Brasil, em 1999, quando chefiava – como Relator o Senador Tourinho – o então recém-criado Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central, eu gostaria de, nesta oportunidade, de fazer uma breve avaliação retrospectiva da nossa curta porém rica experiência.

Nos quase seis anos, desde a sua implantação, o sistema tem obtido sucesso como instrumento de coordenação das expectativas de controle da inflação, especialmente tendo-se em conta a dimensão e a freqüência dos choques que atingiram a economia no período.

Creio que, durante a curta experiência brasileira com o Regime de Metas de Inflação, o balanço seja inequivocamente positivo. O País, nesse período, sofreu toda sorte de choques econômicos e soube enfrentá-los com flexibilidade.

Primeiro tivemos os efeitos da forte desvalorização do câmbio na transição para o novo regime, em 1999.

Posteriormente, no ano 2000, tivemos a crise da bolha no mercado de ações vinculado à tecnologia da informação e o aumento dos preços internacionais do petróleo.

Em 2001, tivemos uma combinação de choques: a deterioração da situação econômica na Argentina, o racionamento de energia no Brasil e, por último, os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Em 2002, o ano mais complicado para o novo regime de política monetária, combinaram-se, ao longo do ano, um novo e forte ajuste da taxa de câmbio, com a elevação da versão ao risco e com a crise de confiança que levou também à monetização parcial da dívida mobiliária interna.

Em 2003, a política econômica tratou de dissipar as dúvidas iniciais quanto à sustentabilidade da dívida pública e retomar o controle da inflação.

Em 2004, uma vez normalizadas as condições financeiras e consolidado o processo de retomada econômica, o País, pela primeira vez, desde a implantação do Regime de Metas, teve que lidar com pressões inflacionárias em boa parte originadas pelo lado da demanda agregada. Também os preços internacionais do petróleo subiram, de novo atingindo recordes históricos.

Esse breve inventário dos choques a que fomos submetidos sugere que, apesar de curta no tempo, a experiência brasileira com metas de inflação tem sido bastante rica em relação às mudanças do ambiente econômico.

Com respeito ao desenho do sistema, a definição de metas numéricas para a inflação futura fornece informação inequívoca para a sociedade sobre os objetivos da política monetária a médio e longo prazos e, na presença de choques inflacionários adversos, oferece uma trajetória clara para o processo de desinflação, ajudando a conformar as expectativas da sociedade.

Ao alinhar as expectativas da sociedade aos objetivos de médio e longo prazo, a economia ganha em previsibilidade, permitindo aos indivíduos e empresas planejar as suas decisões de consumo, poupança e investimento, portanto contribuindo para aumentar a eficiência da economia como um todo.

Combinado ao regime de câmbio flutuante e à disciplina da política fiscal, o sistema de metas tem servido bem às necessidades do País. O tripé da política macroeconômica tem permitido lidar de forma eficiente com choques que assolaram a economia brasileira num período recente. Por exemplo, choques externos refletiram-se em mudanças duradouras nos preços relativos. Os ajustes iniciais da taxa de câmbio, somados ao controle da inflação, ajudaram a preservar as mudanças no câmbio real, restaurando o equilíbrio externo da economia sem maiores sacrifícios da economia interna.

A inflação não fugiu ao controle nem a atividade econômica se contraiu. A expansão das exportações brasileiras aumentou a renda, levando a um impacto positivo no produto da economia e no nível de emprego.

O sistema, ao mesmo tempo em que tem permitido à autoridade monetária responder de forma flexível aos choques que incidem na economia, exige também disciplina dos gestores da política monetária.

A simplicidade do regime, ao definir objetivos numéricos explícitos para a inflação, conduz a um alinhamento natural entre a sofisticação exigida do gestor e do especialista em política monetária e o entendimento do leigo. Este último conhece com clareza os objetivos perseguidos pela autoridade monetária,

consubstanciados nas metas numéricas. Assim sendo, tem condições de aferir com precisão o desempenho do seu Banco Central.

Para obter êxitos em sua missão, o Banco Central precisa construir a sua credibilidade no combate à inflação. É inconcebível, por exemplo, supor que um Banco Central que, sistematicamente, falhe no controle da inflação e seja percebido como transigente na luta contra a elevação dos preços consiga manter as expectativas da sociedade em linha com as metas futuras.

Por outro lado, é possível que a sociedade reconheça que, a despeito dos desvios temporais da inflação, a autoridade monetária retenha a capacidade, no futuro, de trazer de volta a inflação para a trajetória de metas. Isso é parte do exercício de construção de credibilidade no Banco Central, que exige disciplina, inteligência e intransigência com inflação. E, uma vez obtida e preservada essa credibilidade, confere ao Banco Central maior flexibilidade para enfrentar os desafios do dia-a-dia e, em última instância, reduzir o custo social da política monetária.

Apesar da clareza de seus objetivos, o sistema de meta de inflação exige sempre um esforço maior de comunicação de suas decisões em relação aos outros regimes de política monetária. Em outros regimes, como no caso, por exemplo, de uma regra de câmbio previamente conhecida, ou de uma regra de expansão da moeda, a necessidade de comunicação é mínima. O Banco Central pode comunicar-se por meio de suas ações cotidianas, seja nas mesas de moeda estrangeira ou nas mesas de títulos.

No caso do regime metas, entretanto, a autoridade monetária tem que fundamentar suas decisões de política no curto prazo, estabelecendo o nexo, com o objetivo de inflação mais a longo prazo. É justamente a consistência das ações de política monetária, juntamente com uma clara comunicação dessa política, que darão forma à credibilidade do regime de metas de inflação.

O sistema no Brasil tem sido conduzido com elevado grau de transparência, ingrediente fundamental na construção e consolidação dessa credibilidade. A divulgação das notas do Comitê de Política Monetária, com defasagem mínima, e a publicação de relatórios de inflação trimestrais, contendo as previsões de inflação do Banco Central e os riscos associados, são avanços institucionais importantes no esforço de transparência e comunicação da política monetária brasileira. O sistema brasileiro já é reconhecido internacionalmente, não somente pela quantidade de informações disponibilizadas, mas sobretudo pela qualidade dessas informações.

Além da transparência, um outro aspecto extremamente importante do sistema de metas no Brasil diz respeito à obrigação de prestação de contas da sociedade. Em caso de o Banco Central não cumprir com as metas de inflação, envia carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda, explicando as razões do descumprimento e informando as medidas corretivas adotadas, bem como a previsão de retorno da inflação para a trajetória de metas. Ainda no processo de prestação de contas à sociedade, o papel do Parlamento brasileiro, o mais perfeito representante da sociedade, é central. A autoridade monetária tem a obrigação de prestar contas da execução de sua política monetária ao Poder Legislativo, inclusive por meio de esclarecimentos adicionais às informações disseminadas com freqüência em seus relatórios periódicos.

Além de exigirem elevado grau de transparência, as ações de política monetária devem ser adotadas de forma antecipatória, os seus efeitos sobre a inflação ocorrem com defasagens. A meta de inflação é fixada para o futuro e, portanto, o Banco central ajusta seus instrumentos hoje para que a inflação projetada seja compatível com as metas predefinidas. Esse processo exige um permanente esforço de se obter um melhor entendimento do mecanismo de transmissão da política monetária. Precisam ser conhecidas as intensidades com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e as defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros instrumentos, e seus efeitos finais sobre a trajetória de inflação.

Caso conte com a aprovação dessa digníssima Casa, trabalharei com os demais colegas da diretoria colegial do Banco Central do Brasil e, sobretudo, com o qualificado corpo técnico da instituição, para continuar o processo de aperfeiçoamento do sistema de metas de inflação no Brasil. Nesse sentido, vejo ainda a importância do debate público que se trava em torno de como aperfeiçoar a atuação da autoridade monetária.

Devemos, no Banco Central, acompanhar com atenção o debate que se desenvolve aqui no Congresso, no Senado e nesta Comissão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para avaliarmos o desempenho do regime de metas de inflação nesses cerca de seis anos, devemos, no meu entendimento, utilizar pelo menos dois critérios complementares: O primeiro: Devemos comparar a inflação ocorrida a cada exercício com as metas de inflação predefinidas, incluídas as margens de tolerância. Nesse critério, os resultados seriam em boa medida favoráveis. Se por um lado em três dos seis anos, a saber, 1999, 2000 e 2004, a inflação observada ficou dentro das metas previamente estabelecidas, por ou-

tro, em 2001 e 2002, o desvio da inflação superou a banda de tolerância. O ano de 2003 foi um caso à parte. Conquanto a meta originalmente estabelecida tenha sido superada, o desvio da inflação observada em relação à meta operacional estabelecida no ano anterior foi relativamente modesto.

O segundo critério de avaliação do regime baseia-se na evolução das expectativas de inflação, ou seja, ainda que a inflação tenha se desviado da meta, caberia averiguar se o Banco Central reteve a capacidade de manter as expectativas de inflação sob controle e em linha com os objetivos anunciados.

Sob esse critério, apesar do desvio da meta ocorrida em 2001, as expectativas de inflação, ao final daquele ano, para o ano de 2002 mantiveram-se bem comportadas. Ou seja, por mais fortes que tenham sido os choques que atingiram a economia brasileira em 2001, e a despeito do desvio da inflação ocorrida, a natureza dos choques e a reação do Banco Central, juntamente com a existência de metas de inflação conhecidas para o futuro, deram conta de manter as expectativas de inflação em linha com os objetivos do Governo. O mesmo ocorreu em 2003.

Como mencionei anteriormente, o tripé de política econômica adotada nesses últimos seis anos, combinando disciplina fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação, permitiu enfrentar com flexibilidade períodos de grandes dificuldades, e o resultado foi bastante satisfatório: preservou-se o equilíbrio macroeconômico a um custo social moderado.

Caberia ressaltar ainda que essa flexibilidade do regime de política monetária, juntamente com um forte ajuste fiscal no período, de mais de cinco pontos de percentagem do PIB, permitiu uma significativa virada no saldo da conta corrente do balanço de pagamentos da ordem de quase sete pontos de percentagem do PIB.

Esse forte ajuste do setor externo brasileiro, diferentemente da experiência de outros países, não se deu à custa da contração da economia. A economia real brasileira foi capaz de absorver os choques externos com flexibilidade, fazendo com que a composição da demanda agregada respondesse de forma rápida e forte às mudanças de preços relativos em favor dos produtos comercializáveis, gerando robusto superávit da balança comercial nos últimos anos, que hoje supera a marca de US$35 bilhões.

Quanto ao futuro, estou otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejamos: de taxas de juros reais mais baixas.

Olhando mais à frente, em horizonte de dois a três anos, vejo como muito promissora a possibilidade de o Brasil convergir para um grau de risco de investimento. A expansão sustentada da economia, o equacionamento da questão fiscal, com a redução firme e gradual da relação dívida/PIB e a continuidade do processo de melhora dos indicadores de endividamento externo deverão contribuir muito nesse processo de convergência para o grau de investimento. A velocidade dessa convergência, porém, dependerá dos avanços adicionais nas reformas estruturais que permita uma resposta maior a oferta global da economia. Esses avanços deveriam compreender uma maior formalização do mercado de trabalho, o equacionamento da questão previdenciária, o maior aprofundamento do mercado de crédito e de capitais, a melhoria da qualidade dos gastos públicos e a melhoria das condições de concorrência com os avanços na área do comércio exterior.

Cabe ressaltar que a obtenção do grau de investimento não se trata de um capricho de economistas, nem tampouco algo cujo impacto ficará limitado ao setor financeiro. Ao ser promovido a esse novo patamar de risco, os ativos brasileiros automaticamente se valorizariam, ampliando a capacidade das empresas aqui instaladas de financiarem os seus investimentos produtivos e consolidando o País como o destino mais seguro para os investimentos produtivos estrangeiros, ampliando assim as oportunidades de emprego e de renda para os brasileiros.

Em resumo, procurei elencar aqui alguns dos pontos principais que caracterizam a atuação do Banco Central do Brasil e que balizarão a minha contribuição caso seja aprovado nesta Casa.

Agradeço a V. Exas. e mais uma vez expresso a minha gratidão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro Antônio Palocci e ao Presidente Henrique Meirelles pela oportunidade de estar aqui.

Estou à disposição de V. Exas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Após a manifestação do Dr. Antônio Tombini, abriremos inscrição para perguntas.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico muito satisfeito de estar aqui entrevistando uma pessoa preparada, que sabe onde quer chegar em relação ao seu papel no Banco Central.

Gostaria de fazer apenas duas perguntas.

Dr. Tombini, para combater a inflação, um dos remédios mais fortes tem sido a taxa de juros, criticada por "Deus e o mundo". A crítica vai desde o Vice-Pre-

sidente a todos os empresários, todos os comerciantes. Não há sindicatos, não há quem goste de taxas de juros altas, e nós, lamentavelmente, estamos com uma taxa de juros muito alta.

O que eu não consigo entender é que, se existe alguma outra alternativa... Por exemplo, se pegássemos a taxa de requerimento de capital, que os bancos cobram em média 0,25% a título dela para emprestarem dinheiro, e a aumentássemos, não seria mais salutar do que aumentar os juros?

Porque, vejam: quando se aumentam os juros, nós estamos aumentando a dívida, nós pagamos muito mais. E quem ganha mais? São os bancos estrangeiros. Se fosse a taxa de requerimento seria só para quem vai tomar dinheiro. Se a opção é para conter a verba que está sendo emprestada, se esse é o objetivo, por que não usar essa taxa de consumo de capital, conhecida também como taxa de requerimento? Hoje, é uma taxa insignificante de 0,25%, que nós poderíamos colocar para 3%, 4% ou 5%, e inibiria do mesmo jeito que inibe quando se aumenta a taxa de juros, que é genérica e pesa sobre a dívida. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: existem vários projetos de independência do Banco Central, e um deles é de minha autoria. Já tinha feito um antes, em 1994, quando tentamos regulamentar o artigo da Constituição que cuidava de todo o Sistema Financeiro. Naquela época terminou sendo relatado pelo hoje prefeito de Porto Alegre, o nosso Senador também do PMDB, e não foi levado adiante na Câmara. Voltamos a fazer o projeto. Em todos os países que tivera os seus bancos centrais tornados independentes ou pelo menos parcialmente independentes aumentou-se a taxa de confiabilidade da perseguição das metas e com isso a inflação caiu. Não seria também salutar se no Brasil nós tornássemos – pelo menos parcialmente – o Banco Central independente? Isso também não ajudaria na queda da inflação? Não seriam dois remédios que, com toda a certeza, não gerariam aumento de dívida, aumentariam a confiabilidade e não criariam os problemas que hoje cria, por exemplo, essa famigerada taxa de juros?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senador, pelas perguntas. São perguntas muito oportunas.

Em relação à questão da taxa de juros, como V. Exª mencionou, elas estão altas, mas acredito que, infelizmente, são necessárias neste momento. Como mencionei na minha breve introdução, estou otimista em relação à capacidade das políticas atuais de trazerem essa inflação – acho que o foco, aqui, é a inflação – o mais rapidamente para a sua trajetória de metas e, com isso, abrir espaço, ao longo do tempo, para flexibilizar as condições monetárias e quem sabe rumar para uma taxa de juros real mais baixa num horizonte talvez não tão longo.

Em relação ao instrumento que V. Exª mencionou, do requerimento de capital, eu quero dizer que acho que o Banco Central não deve abrir mão de nenhum instrumento. Isso é uma questão de princípio.

Em relação aos compulsórios e a outros mecanismos de regulação prudencial, eu acho que nós temos correndo em paralelo um outro processo, que é o de aprofundar o mercado de crédito brasileiro. Hoje nós já temos um estoque de compulsórios bastante elevado. Temos 53% nos depósitos à vista, 23% nos depósitos a prazo, 30% no depósito de poupança. O nível de depósito compulsório, tomando por base a experiência internacional, é bastante elevado no Brasil. E também os objetivos desses depósitos de requerimento de capital são de regulação prudencial, ou seja, de fazer com que as instituições tenham capacidade de absorver os riscos que elas detêm nas suas posições ativas. Nós sabemos que a melhor garantia para os depositantes reaverem os seus recursos depositados nas instituições financeiras é a qualidade dos ativos. Esses instrumentos, então, são calibrados para assegurar e trabalhar de forma antecipativa, evitando crises tanto sistêmicas quanto de instituições individuais. Penso que desviar esse instrumento com o objetivo de inflação talvez não seja o mais apropriado, tendo em vista o estoque já elevado que nós temos, por exemplo, com os depósitos compulsórios.

Então, como eu disse, acho que não devemos abrir mão de nenhum instrumento, por princípio. Mas eu creio que o Banco Central deveria continuar enfocando no instrumento mais tradicional neste momento e esperar para ver se há condições de flexibilização uma vez que a inflação venha para baixo, porque eu estou otimista em relação a isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas, se a gente utilizar essa taxa de requerimento, a gente não aumentaria o pagamento que o Governo tem que fazer não só para a dívida interna quanto para a externa? Quem ganha com isso são só os bancos. Eu não entendo por que a gente generaliza, fazendo todo mundo sofrer, principalmente os investidores, quando a gente poderia fazer só na inibição de consumo de quem está tomando dinheiro emprestado.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado pela adição.

Voltando ao ponto, já temos um estoque amplo. Quer dizer, o Banco Central já vem fazendo isso de certa forma. Os compulsórios estão em níveis bastan-

te elevados do que o nível observado na experiência internacional; temos 53% de depósito a vista; 23% de depósito a prazo. Ou seja, já temos um "colchão" nesse caso.

Em relação à questão da independência, creio que o fundamental aqui é justamente o desenrolar do processo que se inicia nesta Casa, dos debates em torno das vantagens de caminharmos no sentido da autonomia operacional do Banco Central. Vou acompanhar – e tenho acompanhado com alguma atenção – esse processo a sua iniciativa em relação ao projeto de fixação dos mandatos para os diretores do Banco Central e a justaposição parcial entre esses mandatos, além da não-coincidência com o mandato do Presidente da República. Acompanhei também o projeto do Senador Rodolpho Tourinho, um projeto bastante amplo, de autonomia operacional de juro para a autoridade monetária. Creio que isso é importante.

Na minha condição de candidato a compor a diretoria do Banco Central, quero dizer que a minha opinião pessoal é mais ou menos em linha com autonomia operacional representando um avanço institucional para o País. Mas vou acompanhar com bastante atenção o desenrolar dos debates nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Aloizio Mercadante. V. Exª dispõe do tempo regimental para a sua pergunta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a indicação, porque a sua carreira de servidor público no Banco Central, e com experiência, depois, no Fundo Monetário Internacional, e um especialista em relação ao sistema de metas, V. Sª teve um papel importante na implantação desses sistemas no Brasil, acho que o credenciam e acho que pode ser um elemento extremamente importante para enriquecer a reflexão sobre o sistema de metas.

Quero dizer que eu, particularmente, sou favorável ao sistema de metas. Acho que esse tripé câmbio flutuante/metas de inflação/superávit primário é um instrumento indispensável para que possamos ter fundamentos macroeconômicos sólidos no Brasil.

No entanto, se analisamos algumas experiências históricas, veremos que a Nova Zelândia levou 15 anos aperfeiçoando seu sistema de metas; o Chile levou 10 anos adotando o sistema de metas – e o fizeram de forma gradualista. O Brasil adotou o sistema de metas em junho de 1999, logo depois da desvalorização, usando o modelo mais duro possível. Quer dizer, temos metas explícitas, temos transparência, temos uma ampla política de participação com o público. Ou seja, notas da imprensa com a decisão do Copom, publicidade das atas do Copom, relatórios regulares da inflação, pronunciamentos do Presidente do BC, artigos de diretores e pesquisadores do Banco Central, equação de reação do Banco Central, de conhecimento público, temos pesquisas de expectativa do mercado financeiro – o Focus. Portanto, procuramos dar mais previsibilidade e preservar a credibilidade da autoridade monetária com todo esse sistema de transparência absoluta e previsibilidade das decisões.

No entanto, há outras experiências exitosas em que a política de comunicação é mais ou menos ampla, em alguns casos há cláusulas de escape, a meta é dentro de um intervalo, há diferentes margens de tolerância em relação às metas, há ritmos distintos de desinflação da economia, há indicadores distintos de inflação, inclusive com expurgo de índices, há prazos diferenciados, portanto temos várias experiências.

Quero mencionar algumas. Por exemplo:

A Austrália tinha um expurgo, entre 1994 e 1998, de 49% de IPC, e depois continuou com um pequeno expurgo;

O Canadá tem um expurgo de 16% do índice cheio e tem de seis a oito trimestres para acomodar a convergência para a meta. Portanto, eles têm um prazo mais dilatado do que 12 meses;

A Nova Zelândia, que é um país pioneiro, expurga o pagamento de juros e impostos dos juros sobre os preços, também tem prazo anual e, depois, seis a oito trimestres para acomodar a meta;

O Reino Unido tem a exclusão dos juros de hipoteca sobre o índice de preços, mas o prazo é anual;

A Suécia tem de quatro a oito meses para fazer a convergência da meta;

O Chile tem avaliação anual, mas, no caso de desvio da meta, passam a ser oito trimestres para convergência em direção à meta;

A Coréia do Sul exclui preços de petróleo e produtos agrícolas, menos cereais, e o prazo é anual;

A República Tcheca expurga 18% do índice de preços, e a Tailândia também tem um expurgo de 19% do IPC.

Portanto, há duas alternativas. Uma delas é o expurgo de índice, que, particularmente, tenho grandes dúvidas se é o melhor caminho. Temos um peso muito grande de contratos indexados, mas não me parece ser um bom caminho, em termos de credibilidade, de previsibilidade e de consistência da política monetária, embora haja várias experiências em que há um prazo mais lento, um prazo mais dilatado para a convergência em direção à meta.

Então, a primeira pergunta que faço é: como o Sr. Alexandre Tombini analisa essa questão do prazo?

A segunda questão: se observarmos a nossa história econômica, só tivemos inflação abaixo de 5,5%

em dois anos atípicos da nossa história. Em 1946, no Governo Dutra, saímos da guerra cheios de reservas cambiais e fomos destruindo essas reservas em uma velocidade muito grande, o que gerou a apreciação da taxa de câmbio; tivemos uma inflação abaixo de 5,5%. E em 1998, um ano também totalmente atípico, em que houve um esgotamento daquele populismo cambial, da âncora cambial, que antecede um ataque especulativo. Portanto, a meta de 5,5% é extremamente ambiciosa quando analisamos a nossa história econômica.

A minha pergunta é: por que definimos uma meta de 4,5% para este ano, como fez o Conselho Monetário Nacional, tendo um choque externo de preços? V. Exª mencionou inclusive o preço do petróleo, a siderurgia e algumas *commodities*, com a economia crescendo a 5,2%. Por que passar uma meta de 5,5% para 4,5%, se a inflação, no ano passado, foi de 7,6%? Tanto estava errada essa meta – e eu me bati muito por isso – que o Banco Central acabou depois sinalizando uma meta de 5,1%.

Como será a reunião do Conselho Monetário Nacional de junho agora que decidirá a meta do ano que vem, confirmando-a ou não, e fará a previsão da meta de 2007, pergunto se não seria bastante razoável que mantivéssemos um ritmo de deflação? A inflação tem que continuar em trajetória de queda, mas lenta, como fizeram Nova Zelândia, Chile e outros países, para permitir manter-se um ritmo de crescimento de economia forte, para evitar esse sobrecarregamento da política monetária e essa pressão que estamos tendo sobre a política fiscal, que é uma decorrência disso.

Assim, pergunto qual é a análise, quais são os subsídios e a reflexão que o senhor faz em relação ao sistema de metas no Brasil? O senhor vê alguma possibilidade de aperfeiçoamento desse sistema? E em relação à definição do centro da meta e dos intervalos para a definição da política monetária em 2006 e em 2007?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Senador. Penso que V. Exª traz ao debate público um tema bastante importante.

O desenho do sistema se deu num momento de ruptura com o regime cambial pré-existente. Precisávamos de uma âncora nominal para a economia que não fosse, por exemplo, a dolarização, que não tinha a menor chance de evoluir no caso brasileiro. Teoricamente, havia a possibilidade de correr para um sistema de regra de expansão da moeda. Todos sabemos que esse regime exige uma estabilidade da demanda por moeda, o que não seria possível em uma economia como a brasileira.

Quero dizer que a relação entre moeda e produto e, por conseguinte, entre moeda e inflação é bastante instável, e não teríamos controle do instrumento em relação ao objetivo de assegurar a estabilidade monetária. Voltar a um novo nível de câmbio esbarrava no problema da credibilidade, porque acabávamos de sair daquele regime de câmbio administrado.

Assim, precisávamos de um sistema que, ao mesmo tempo em que desse alguma flexibilidade para condução da economia naquele momento, também impusesse um grau elevado de disciplina. Precisávamos restabelecer a credibilidade do regime de política econômica, e esse sistema mostrou-se adequado e ganhou, como V. Exª disse, bastante adeptos no mundo, tanto economias emergentes como economias desenvolvidas. Esse sistema, como disse na apresentação, tem servido bem ao País, porque ele pode ser usado com flexibilidade e vem sendo usado dessa forma.

Em relação à questão do prazo de convergência, creio que isso tem que ser estudado. Comprometo-me – claramente é uma questão de interesse – a estudar a questão porque a considero importante, caso seja aprovada por esta Casa.

Creio que a questão do prazo de retorno se dá melhor quando já estamos no nível, digamos, da inflação de médio ou longo prazo para uma economia qualquer. Podemos correr para um sistema de metas de inflação com uma janela em que, todo mês, a inflação acumulada em doze meses teria que estar em linha com o objetivo definido pelo Governo ou pela sociedade e com margens de tolerância. Essa janela corre todo mês, caso a inflação seja maior, além das bandas, e o Banco Central ou a autoridade monetária deveria dizer em quanto tempo retornará para a inflação. Mas isso é um processo. Como ainda estamos em processo de desinflação gradual ou menos gradual, mas em processo de desinflação, ainda ficamos presos à questão do ano-calendário, num limite de passagem de uma trajetória de inflação.

Eu aprendi no Banco Central que, sem um conjunto amplo de informações, sem estar dedicado com exclusividade a esse tema, é difícil fazer um juízo bem-informado da minha parte. Entretanto, acredito que há idéias interessantes a serem estudadas, e vamos estudá-las ao longo do tempo.

Em relação à meta ser ambiciosa, observando a experiência internacional, quando foram fixadas as primeiras metas – imagino ainda no momento – levou-se em conta o fato de utilizarmos o índice cheio e não termos cláusulas de escape, como V. Exª mencionou que há em outros países. Por isso, estabeleceu-se uma trajetória de metas e, além disso, um intervalo de tolerância que, comparado ao de outros países, tende a

ser mais generoso. E esse intervalo de tolerância tem sido usado ao longo do tempo.

Uma coisa é perseguir a meta, outra coisa é atingi-la. Para atingir uma meta, é preciso contar com todos os tipos de elementos, inclusive sorte, porque, como estamos no ano-calendário, pode ser que um choque de grandes proporções atinja a economia, e a política monetária não tenha condições de reagir ou, dependendo da natureza do choque, tenha de acomodar os efeitos de primeira ordem desse choque. Então, o atingimento da meta é uma coisa, e a perseguição da meta é outra.

Em relação a alterar o valor da meta, alguns estudos recentes – que depois eu gostaria de compartilhar com V. Exª – têm mostrado que uma das variáveis-chave na determinação da expectativa de inflação é a própria meta. Ou seja, a partir do momento em que se ajusta a meta de inflação, ajustam-se as expectativas de inflação. Sob o ponto de vista do custo social ou do custo da política monetária, a conclusão não é muito clara sobre se abre espaço. No longo prazo não há espaço, porque essa relação de pouco mais de inflação, pouco menos de desemprego não se sustenta no longo prazo, mas, na administração de curto prazo, estudos vêem mostrando que, ao alterar-se a meta de inflação, alteram-se as expectativas. Conseqüentemente, o custo da política monetária pode ser tão elevado quanto em relação ao sistema original.

É isso, Sr. Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Primeiro, elogio a resposta porque, ao dizer que vai estudar, significa que está aberto para refletir. De fato, precisamos aperfeiçoar nosso sistema de metas. Espero que esse debate seja enriquecido com sua formação técnica e com a competência específica que tem nessa área, para que nos ajude nessa reflexão.

Vejo dois caminhos. Um é a questão do horizonte temporal, de podermos ter, como várias outras experiências históricas, a possibilidade de acomodar em um prazo mais longo que o ano calendário.

O debate quanto à definição da meta tem que ser aprofundado no País. Há alguns estudos, como, por exemplo, do George Akerlof, Prêmio Nobel de Economia, mostrando que o nível de inflação zero na economia americana é entre 2% e 2,5%. Ora, se, nos Estados Unidos, a inflação zero é entre 2% e 2,5%, seguramente, o nosso nível de deflação é acima disso. Nossos parceiros comerciais estão com uma média de inflação acima de 4%. Estamos saindo de um patamar de 2,5%, 9,5%, 7,6%. Por que temos que ter uma meta de 4,5% com uma velocidade de ajuste como esta que estão tentando impor? A conseqüência disso é a pressão da política monetária, a pressão da política fiscal e todo esse clima. Aí, há um processo de se usar âncora cambial, porque se eleva uma apreciação do câmbio, com superávit de US$35 bilhões e com superávit de transações correntes, que começa a punir o nível de atividade pelas exportações e pelo crédito, além de agravar a situação do Estado brasileiro, que tem pouca capacidade de investimento e gasto público.

Precisamos olhar para as experiências do Chile, da Nova Zelândia e outras experiências que tiveram êxito e que fizeram um processo de deflação mais lento.

Segundo argumento: exatamente porque não se deve alterar meta de inflação, por que saímos de 5,5% para 4,5% e tivemos que voltar para 5,1%? Pergunto se isso não se pode repetir para a frente, com esse preço de petróleo que temos, siderurgia e outras *commodities*.

Pelo menos, eu defenderia manter 5,5% por três anos, porque aí o prazo de ajustamento é mais longo e se faria uma aterrissagem mais lenta, sempre em uma trajetória de deflação.

Ao fixar em 4,5% com uma banda de 2,5%, fixamos 7% como teto. Fechamos o ano com 7,6%. Era inevitável uma pressão na política monetária no início deste ano.

Pondero pelo menos se manterem 5,1%. Se estamos com 5,1%, mantenhamos 5,1% para o ano que vem e façamos um ajuste mais lento, para preservar o nível de atividade, que é o grande desafio da nossa economia.

Peço que V. Exª reflita bastante sobre esse assunto. Estou interessado nesse estudo e quero continuar o debate porque essa é uma questão central para o êxito do Banco Central, do Governo e do desempenho da economia brasileira no próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para a sua pergunta e, depois, aos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e, assim, uma relação de ainda 14 inscritos.

A Senadora Lúcia Vânia também pede inscrição.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dr. Tombini, serei bastante breve. Eu gostaria de fazer duas colocações antes de fazer duas breves perguntas.

A primeira seria a importância da indicação de um funcionário de carreira, o que mostra, realmente, o compromisso que nosso Governo tem com pessoas que assumirão determinados cargos como esse, que V. Sª assumirá, e para o qual precisam de duas características fundamentais: competência técnica e compromisso político – não veja compromisso político como político-partidário. Não! Sou educadora e, como

tal, o compromisso político é visto como algo que realmente precisa ser levado avante, junto com a competência técnica, no sentido do compromisso para com o País, para com sua população. E, apesar de não ter podido permanecer presente o tempo todo durante o seu discurso – tive que me retirar –, já fiz a leitura das suas palavras, e vejo que o senhor traz isso em sua bagagem. Então, fico muito contente com isso.

A outra questão é que é muito difícil falar depois do Senador Aloizio Mercadante. S. Exª não está sendo avaliado aqui, mas acredito que todos nós – e o Brasil conhece a competência do Senador Aloizio Mercadante na área da economia – sabemos e acreditamos das posturas políticas assumidas por S. Exª para com a economia do Brasil. Precisava dizer isso, sim, porque acredito que nesse momento é importante mostrarmos ao Brasil que conhecemos e sabemos da postura de nosso Senador, Líder do Governo; portanto, precisamos dizer isso aflorar para que as pessoas o conheçam também.

Gostaria de fazer-lhe duas perguntas. A primeira: qual a inserção institucional – como o senhor a vê – desejável para o Banco Central, particularmente na relação com o Governo e com o sistema financeiro? O senhor entende que é desejável manter com o Banco Central atribuições relativas à supervisão, fiscalização e empréstimos de última instância, caso seja conferida autonomia para a autarquia executar a política monetária? No caso de autonomia, como o senhor vê essa questão? Inclusive não estou dizendo qual é minha posição com relação à autonomia, pergunto-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Sr. Alexandre Antonio Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado pelas palavras, Senadora.

Quanto à inserção do Banco Central, primeiramente em relação ao mercado financeiro, temos que levar em conta que, em primeira instância, as decisões de política monetária, decisões sobre juros, sobre compulsórios, sobre redesconto, são transmitidas por meio do setor financeiro. Ou seja, o esclarecimento das políticas e o conhecimento pelo setor financeiro do regime de política monetária – câmbio – que o Banco Central e o Governo perseguem é importante para dar a transmissão dessa política monetária e atingir os objetivos que a autoridade monetária deseja. Por exemplo, se temos um Banco Central que é percebido como respondendo a pressões políticas e não à política a que V. Exª se refere, mas pressões políticas para fazer uma coisa ou outra, é bem possível que o Banco Central, uma vez definido tecnicamente que seria desejável, por exemplo, reduzir a taxa de juros, e essa decisão não fosse percebida como uma decisão técnica, poderia o mercado achar que, ainda de forma infundada, essa decisão não está fundamentada tecnicamente, e conseqüentemente, as taxas de mercado, ao invés de baixarem, juntamente com a taxa de controle do Banco Central, podem subir. Ou seja, o resultado da política do Banco Central, justamente o inverso do objetivo inicial. Isso tem a ver com a transmissão que o setor financeiro dará a um impulso inicial do Banco Central. Então, é importante – acho que o Banco Central tem que esclarecer, tem que manter informado, o setor financeiro tem que conhecer, em linhas gerais, o regime, para evitar, enfim, questões relativas à eficiência da transmissão da política.

Em relação à inserção com o Governo, acho que a política monetária não atua no vácuo. O Banco Central atua essencialmente sobre a demanda agregada da economia, e temos uma série de outras políticas que afetam a capacidade potencial de uma economia crescer: as políticas de oferta, que o Banco Central tem pouca interferência sobre essas políticas. Mas imagino que o diálogo seja importante. A transparência canaliza esse diálogo de uma forma mais pública, e o Banco Central tem que chamar a atenção para as políticas pelo lado da oferta e se essas políticas têm, digamos, afetado de forma desfavorável o objetivo do Banco Central de cumprir o objetivo do Governo de metas de inflação.

Vejo que essa relação tem de ser próxima; tem que haver uma separação clara entre autoridade monetária e o resto do Governo, mas a política monetária não atua no vácuo.

Com relação ao desenho institucional de um eventual processo na direção da autonomia operacional de júri do Banco Central, creio que o debate da sociedade nesta Casa é que definirá esse desenho. Enfim, no meu caso, caso eu seja aprovado, teremos, obviamente, de nos adaptar a esse desenho.

Quanto à questão da supervisão, temos experiências internacionais diversas. Os países nórdicos e alguns outros países têm a separação histórica. Outros países têm caminhado na direção dessa separação, como, por exemplo, a Inglaterra, que separou o Banco da Inglaterra da autoridade da supervisão, visando a aproveitar a sinergia entre os diversos órgãos de fiscalização da área de seguros, de ações e dos bancos. Temos de estudar a experiência, mas esse processo será definido pela sociedade, com apoio do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que cede o tempo reservado a S. Exª ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal, Senador pelo Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Tombini, eu já me ponho de acordo com a idéia das metas de inflação em 4,5%, com os 2,5% de tolerância. Entendo que qualquer tolerância psicológica a algum índice acima desses significa criarmos um clima no País que não é o desejável e não é sequer o necessário. Na minha cabeça, Dr. Tombini, não temos nenhuma incompatibilidade entre essas metas e o crescimento de 3,5% ao ano. Elas são perfeitamente compatíveis com 3,5% ao ano. O que é incompatível com 3,5% ao ano é a taxa de investimentos da formação brusca de capital fixo, que é insignificante em relação à necessidade brasileira. Isso transcende – devo admitir – aos limites deste Governo, como transcendia aos limites do Governo anterior. Há uma série de deficiências estruturais e institucionais no Brasil que levam a essa conclusão. Chegamos a ter 23% no auge do Plano Real, e hoje devemos estar com algo em torno de 20%, calculo isso, mas precisaríamos de 25% a 28% para sustentar um crescimento de 5% ao ano sem pressões inflacionárias adicionais. Eu não gostaria de trabalhar com a idéia de três anos seguidos, como propõe o Líder Mercadante, três anos seguidos de inflação supostamente acima de 7%. Vejo que, nas condições atuais de taxas de investimentos, dá para trabalhar com 3,5% de crescimento e dá para trabalhar com até 7% de inflação. Vejo que a taxa de investimentos é pálida por várias razões, entre outras coisas porque há uma lei de agências reguladoras muito ruim mandada pelo Governo e sendo discutida na Câmara dos Deputados. Precisamos implementar para valer e com seriedade a reforma do Judiciário e agilizar esse procedimento que é um dos gargalos brasileiros.

Precisamos tocar para frente aquele leque de reformas microeconômicas propostas pelo Dr. Marcos Lisboa ao Ministro Palocci, que, a meu ver, são partes de uma agenda essencial para o País. Temos de desencantar a reforma tributária, que foi, ao meu ver, melhorada aqui no Senado e, de certa forma, engavetada na Câmara. Ela é vítima desse impasse que, a meu ver, tem a ver com a condução política imperfeita do Governo. Nós temos que ser explícitos em relação à independência do Banco Central, porque nós temos, enfim, que obter os necessários superávits menos pelo bafejo das conjunturas, menos pelo aumento das arrecadações a partir do aumento de carga tributária constatado – não dá para se ser, ao mesmo tempo, intelectualmente sério e negar que houve aumento de carga tributária – e mais pela diminuição dos gastos com custeio. Nós temos que procurar restabelecer os investimentos públicos, que estão em ponto crítico: desde 89 que não se viam os investimentos públicos em ponto tão crítico.

Nós temos, portanto, de criar o ambiente para que o investimento aconteça a partir de uma porção de reformas estruturais no País. Essas reformas precisam ser tocadas independentemente de ser ano de eleição, de ter ou não ter comissão parlamentar de inquérito, independentemente de se ter quaisquer problemas. Certas motivações são da agenda nacional, e essa agenda tem que ser restabelecida.

Eu vejo muitas referências aos tais preços administrados. Eu não tenho tempo para discutir todas as razões de termos chegado a eles, mas a mexida nos preços administrados, quando e se ocorrer, terá de acontecer a partir de um amplo consenso. Não dá para nós mudarmos porque um ministro ou uma ministra voluntariosos resolveram que o índice tal de reajuste é extorsivo e, por isso, é preciso mudar a cartilha. Não é assim que se procede se se quer tornar o Brasil um país atraente para investimentos que, ao longo do tempo, nos garantam a perspectiva do crescimento com taxas elevadas e crescimento com boa dose de sustentabilidade.

E eu lhe digo mais. Nós temos aqui algumas pendências que estamos, pelo diálogo e civilidade, procurando resolver, mas eu não poderia nunca deixar de colocar aqui, com clareza, o meu apoio à sua indicação, seja por conhecer o seu trabalho, a sua formação acadêmica, a sua experiência profissional, a sua história enfim, seja pela recomendação muito enfática que me fez do seu nome – não era nem necessária, mas é muito bom que ele tenha feito, é uma figura muito querida para mim o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga –, seja pela recomendação que também não era necessária, mas foi feita por outra figura muito querida, que é o doutor Murilo Portugal.

Enfim, eu creio que Vossa Excelência tem um grande papel a cumprir no Banco Central ao substituir um técnico do melhor preparo, que é o doutor Loyo. Não vim aqui, portanto, questionar nada, porque tenho certeza absoluta de que Vossa Excelência é o *right man to the right place*. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Confio plenamente nisso.

Aliás, eu estou convidando o doutor Murilo Portugal para nós discutirmos dívida interna, porque, mais do que ninguém, ele entende desse assunto e ele poderá aclarar o debate e, quem sabe, contribuir para, a partir de sua presença aqui, nós elevarmos o debate sobre dívida interna, para não ficarmos naquela cantiga meio eleitoreira do tipo: "O governo passado encontrou a dívida interna em tantos bilhões e em poucos anos foi para não sei quanto". Já estou chegando ao ponto de procurar um psicanalista, isso cansa. É de uma

pobreza tão grande, que isso cansa. Então, quando Murilo Portugal vier aqui, ele vai explicar tim tim por tim tim. Estou muito feliz com a perspectiva da presença dele pois sei que ele é uma garantia de austeridade, é uma garantia de que se vai tentar agora, e de uma vez por todas, cortar gastos como expressão máxima e expressão ideal do ajuste fiscal.

Nada tenho a opor à indicação de Vossa Excelência e devo-lhe dizer que alguns senadores me fizeram uma observação: a de que Vossa Excelência não teria feito – fez depois dos debates –, referência a juros – estou sendo agora arauto dessa observação, não chega a ser um queixume – ou a compulsório na sua exposição, mas falou sobre isso ao longo das respostas que deu.

É preciso olhar o que o Banco Central pode fazer. O Banco Central pode fazer algumas coisas. O Banco Central tem de cuidar da moeda, e o dever de qualquer banco central sério é cuidar de jogar a inflação o mais para baixo possível. Eu não consigo imaginar que o Banco Central deva fazer a outra parte: cuidar de ter a inflação lá em cima. Não, ele tem de jogar a inflação lá para baixo. Outros fatores devem concorrer para nós termos possibilidade de crescimento sem pressões inflacionárias. E, para mim, vamos ao fulcro da questão, que é a taxa de investimentos, que deve ser aumentada não por decreto. Sugiro mudanças profundas na abordagem de política exterior, que, segundo entendo, ajudaria a criar uma mente de negócio mais favorável.

Há gargalos de infra-estrutura terríveis. É preciso haver, no País, enfim, uma luta interna muito dura e forte pelo poder. Mas devemos ter a idéia de alguma continuidade. Essa história de que se reinventa e se refunda um país não ocorre. Temos que continuar com o que já faz parte de uma cultura brasileira na direção de um País mais justo, com menos gargalos e problemas.

Então, sinto-me plenamente natural. Votei em V. Exª – e fiz questão de estabelecer esse símbolo – antes de ouvi-lo. Votaria se fosse o Governo passado do qual fui Líder e voto do mesmo jeito. Se a mim fosse indicado fazer o convite, eu convidaria V. Sª para integrar a Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Jefferson Péres, César Borges, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra.

Alerto ao Senador Eduardo Suplicy que, hoje, há uma lista grande de inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio e Dr. Alexandre Antonio Tombini, peço primeiramente que V. Sª faça uma breve exposição, uma síntese sobre os fatores que afetam a procura e a oferta agregadas na economia, explicando como eles determinam os níveis de equilíbrio dos preços, dos salários, dos juros, do emprego e da produção da economia.

Faço, em seguida, a seguinte pergunta: V. Sª considera que uma diminuição gradual e persistente da taxa de juros, em virtude de diversos fatores e elementos da economia, pode contribuir para estimular os investimentos, aumentar a capacidade instalada e, assim, expandir a oferta de bens e serviços, contribuindo, conseqüentemente, para que o objetivo da estabilidade de preços, da meta de inflação, seja compatibilizado com o aumento da produção e do nível de emprego?

Solicito também que V. Sª diga a sua opinião sobre a decisão tomada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que propôs, na semana passada, seja ampliado para até nove membros e que representasse a sociedade civil. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, sabendo que hoje o Conselho Monetário Nacional é composto dos Ministros da Fazenda e do Planejamento bem como do Presidente do Banco Central, avaliou, pelo que pude perceber, que seria próprio ter mais algumas pessoas, mantendo-se a maioria do Governo. Possivelmente – mas ficaria a critério do Presidente –, imagino que seriam Ministros da área produtiva, do Desenvolvimento Industrial, do Trabalho e da Agricultura. Nesse caso, já seriam seis, mas haveria três ou quatro membros representantes da sociedade civil.

Se pudesse ser feita uma recomendação nessa proposta, quais seriam os tipos de representantes da sociedade civil? Poderiam ser empresários do setor produtivo, do setor financeiro ou representantes dos trabalhadores? Ou seriam pessoas de notório saber na área da economia, da política econômica, economistas que pudessem eventualmente se distinguir. No debate a respeito da ampliação do Conselho Monetário Nacional, há uma experiência que ocorreu anteriormente quando apresentava mais membros, inclusive representantes empresariais e de trabalhadores. Foi dito à época que tais representantes – empresários A, B e C – estavam tendo uma interação com os Ministros da área econômica, com privilégio, por conhecerem informações e interagirem como eles, de tal forma que outros não o faziam. Talvez, por essa razão, tenha-se enxugado o Conselho Monetário para apenas três membros. Como avalia essa questão?

E, finalmente, a preocupação com as decisões do Banco Central, do Copom e do mercado de trabalho. Notei que, nas últimas atas do Copom, começou-se a ter um pouco mais de preocupação com o nível de

emprego, mas gostaria de conhecer sua visão sobre como deveria o Copom estar mais atento às metas de inflação. Estou de pleno acordo que a estabilidade de preços é um objetivo, conforme assinalou, muito importante. E também em que medida deve o Copom, o Banco Central dar atenção aos objetivos de aumento da produção, das oportunidades de trabalho, do pleno emprego e da melhor distribuição da renda, mesmo que não tenha acesso a todos os demais instrumentos de política econômica, seja da política fiscal e assim por diante. Obrigado.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado pelas perguntas, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª abordou vários temas. Quero fazer jus à quantidade e qualidade desses temas.

Em relação à questão da oferta e da procura, creio que são mais ou menos padrão os fatores que afetam a oferta agregada da economia. Quer dizer, todos aqueles fatores que contribuem para alterar o custo do investimento, dos fatores de produção: a mão-de-obra, a qualidade desses fatores e a questão da tecnologia, ou seja, a combinação desses fatores é elemento que vai potencializar ou não o lado da oferta da economia.

Em relação à demanda, percebo que são aqueles fatores que afetam os componentes da demanda agregada, o consumo, o investimento, os gastos do setor público, bem como as exportações líquidas, aquilo que afeta tanto exportações quanto importações. Então, há a combinação de fatores afetando as duas coisas.

Em relação a como isso interage para afetar a trajetória de preços, acredito que, nos estudos que fizemos no acompanhamento dessa questão, temos que sempre cotejar a posição atual da economia e as perspectivas com a oferta, ou seja, o crescimento do produto potencial em uma economia. Quer dizer, alterar essa taxa de crescimento exige políticas mais bem estruturadas, as quais, com exceção de uma ou outra, estão fora do alcance do Banco Central, que essencialmente cuida da demanda, calibrando seus instrumentos, para fazer com que o crescimento seja não-inflacionário, ou seja, se atingem as metas definidas para inflação.

Quanto à sua segunda questão, que queria juntar com a quarta, sobre a redução de juros, investimentos e mercado de trabalho, como eu disse anteriormente, é preciso haver lá dentro dedicação exclusiva, para ter uma posição bem formada sobre esses assuntos. Do ponto de vista mais filosófico, vejo que o Banco Central tem, sim, uma preocupação obviamente de atingir as metas de inflação estabelecidas pela Administração, pelo Governo, e nesse processo conduzir a economia a um crescimento sustentado. Creio que um fator importantíssimo para definir o investimento privado diz respeito às perspectivas de crescimento e à manutenção da sustentabilidade desse crescimento ao longo do tempo.

Com isso, creio que o Banco Central tem olhado para o lado do trabalho. Acredito que a sustentabilidade do processo de crescimento, a propagação do crescimento sustentado se dá com base na renda doméstica, na renda interna. E, ao combater a inflação e trazê-la para as metas, na realidade, o Banco Central, por exemplo, tenho visto os dados, vem trazendo a massa salarial real crescendo desde meados de 2003. Esse processo tem sido contínuo e dá base à sustentabilidade para o consumo agregado, que é dois terços da demanda agregada de uma economia. Então, a propagação e sustentabilidade do crescimento deve ser baseada na sustentabilidade, na ampliação sustentável da renda real e, no caso, da massa salarial. Vejo o Banco Central olhando para esse aspecto, sim, o qual tem impacto relevante sobre as decisões de investimento.

Quanto à última questão, é uma definição que vai muito além do que seria minha área de atuação, caso fosse aprovada por esta Comissão a organização do Conselho Monetário Nacional, o que vejo como sendo um conselho deliberativo tratando de matérias macroeconomias. Vejo, essencialmente, uma questão macro da economia brasileira, quer dizer, uma participação direta, setorial. Não é claro para mim como isso se agrega no processo de definição da política macroeconômica.

Aqueles que definem a política têm que estar olhando e ouvindo com atenção os reclamos da sociedade, porém não se trata aqui de questões setoriais, trata-se de questões mais amplas como inflação, metas, crédito. Não tenho claro o que ganharíamos em termos de qualidade da política com o elemento setorial.

Em relação ao objetivo que se dá à autoridade monetária, acho que quanto mais amplo o processo de consulta de entendimentos sobre esse objetivo tanto melhor. Em países como a Inglaterra, por exemplo, é o Parlamento que define a meta de inflação; a perseguição é o Banco Central que tem, no caso, autonomia operacional de juros mais a meta definida. Enfim, com o mais amplo processo de consulta.

Como se um trata de um órgão deliberativo de questões macroeconômicas, realmente confesso que não vejo claros os ganhos que esse projeto de ampliação traria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bomdia, Dr. Tombini.

Não pretendo fazer nenhuma pergunta e desde já antecipo o meu voto. V. Sª é um profissional qualificado e manifestou seu firme compromisso, de forma muito hábil, em linguagem muito diplomática, com o cumprimento de metas fiscais e o parabenizo por isso.

Compartilho da idéia do Senador Arthur Virgilio se seria preocupante se se começasse a elevar metas de inflação. As metas de inflação têm que ser decadentes mesmo. Todos os políticos brasileiros elogiam o Chile, que é um modelo, o único país sul-americano em estado de equilíbrio sistêmico, porque, entre outras coisas, lá se criou uma cultura de combate à inflação, de que o país não pode ser tolerante com a inflação. Lá, não há direita nem esquerda e direita e esquerda não divergem quanto a isso. É por isso que o Chile faz esse milagre de crescer mais de 5% ao ano com uma inflação de nível internacional na média.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A importância da Esquerda e da Direita, nessas matérias, é menor do que a importância de direita e esquerda para a sinalização de trânsito. No trânsito, é eficaz, mesmo: vá para a direita; se errar, vai bater em outra cidade.

Nesse caso, não. "Ideologizar" isso, de fato, é de uma estultice que causa espécie.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas muitos políticos brasileiros, como grande parte da sociedade, procuram aquilo que os alquimistas medievais procuravam, a pedra filosofal. Outros, o moto contínuo. O que eles procuram? A cura indolor da inflação. Não existe essa utopia. A cura da inflação, o combate à inflação é sempre, muito ou pouco, doloroso, sempre causa dor.

O Banco Central existe é para isso mesmo. Compete ao Governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, fixar as metas, e o Banco Central tem de fazer o necessário para que essas metas sejam cumpridas. No caso, só há um instrumento hoje, no Brasil, que é a taxa de juros.

Por que a taxa de juros é tão alta no Brasil? Porque o Governo não faz a sua parte. Qual seria a sua parte? Aquilo que a maioria dos governos não gosta de fazer: cortar os gastos públicos, melhorar a qualidade dos gastos públicos, e, para isso, teria de aumentar o superávit primário – essa é a minha convicção, embora eu possa estar errado –, cortar fundo os gastos públicos, de forma a eliminar o déficit nominal. Se fosse eliminado o déficit nominal e se a relação dívida/PIB começasse a cair, o Banco Central poderia reduzir sistematicamente a taxa de juros.

Portanto, políticos e setores da sociedade atiram no alvo errado, que é o Banco Central. Deveriam atirar no Governo – que não faz a sua parte –, de modo a permitir ao Banco Central reduzir a taxa de juros.

Creio que já falei demais, mas me pareceu necessário apresentar aqui a minha posição, para não pensarem que faço demagogia em torno da taxa de juros. Sou de Oposição, mas não o faço.

Só espero que V. Sª seja, no Copom, no Banco Central, aquilo que se espera do Banco Central: o guardião da moeda. Meus parabéns pela sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de dar a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, registro a presença do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que comparece, para prestigiar a indicação e a argüição do Dr. Alexandre Tombini para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini. (Pausa.)

Passamos, então, ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges, do PFL da Bahia. Depois falarão o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Ana Júlia Carepa, que teve sua inscrição cedida pelo Senador Romeu Tuma, o Senador Garibaldi Alves Filho, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pedro Simon e, encerrando, o Senador Tasso Jereissati, que fez questão de se inscrever por último.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, saúdo o Dr. Alexandre Tombini, que vem ver seu nome submetido à sabatina nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com um currículo que o qualifica para o cargo para o qual está sendo indicado.

Como já foi dito, S. Sª vem com a indicação de nomes que reputamos da maior competência. Apesar de dispensável, apresentação como a do Dr. Murilo Portugal, que já conhecemos pela competência, pela atuação correta nos cargos que exerce, reforça sua posição.

Seu currículo mostra a sua experiência como Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional – representação do Brasil – e em tantos outros cargos assumidos. Portanto, de antemão, quero dizer a V. Sª que estaremos junto com todos aqueles que aprovam o seu nome. V. Sª é um nome que com certeza contribuirá com a política traçada pelo Banco Central para o País.

Se V. Sª me permite, tenho algumas questões a fazer. Não podemos perder a oportunidade de, ao ver alguém que passará a ser membro do Copom e que tem entre suas atribuições apresentar sugestões jun-

to a esse importante organismo, saber a sua posição, que já foi talvez aqui explicitada, mas tenho que colocar essas dúvidas.

Esta semana, a revista **Veja** traz uma reportagem com relação à política de metas de inflação combinada com as de crescimento no País. O que se verifica é que outros países que passaram por situações idênticas às do Brasil alcançaram metas de inflação inferiores à nossa, ou seja, mostrando que a inflação ainda persegue o País com seus efeitos danosos, sabemos, e conseguiram taxas mais elevadas de crescimento. Em tabela publicada pela revista **Veja**, verifica-se que a Tailândia, que começou quase próximo ao Brasil, tem uma meta que alcança, no período, 3,1%, e uma taxa de crescimento do PIB é de 5,1%. O Chile também é outro exemplo clássico, em que a taxa de inflação é de 2,9%, e a do crescimento de 5,6%.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, gostaria de fazer apenas um comentário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É que, no caso do Chile, que está sendo mencionado, em 1991, a meta era entre 15% e 20%. Em 1992, de 13% e 12%. Em 1993, de 10% a 12%. Em 1994, de 9% a 11%. Em 1999, de 4,3%. Somente em 2001 eles definiram a meta de 4%. Foram, na realidade, dez anos de deflação progressiva, para alcançar a meta de 4%. Com relação à Tailândia, é verdade que a meta é mais baixa, mas eles têm um deflator sobre o índice de inflação de 19%, quer dizer, eles expurgam vários componentes do índice de inflação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço Senador Aloizio Mercadante, mas nosso raciocínio é no sentido de que outros países conseguiram metas de inflação menores e de crescimento maiores, coisa que não estamos alcançando, pois há uma pressão inflacionária. Caso não houvesse, não seria necessário que o Banco Central, pelo nono mês consecutivo, aumentasse a taxa Selic, que está em 19,75%.

Tenho uma indagação. E gostaria que o Senador Aloizio Mercadante preste atenção, porque sei que, apesar de Líder do Governo, S. Exª tem uma posição divergente da do Ministério da Fazenda em relação às metas de inflação. S. Exª acredita que poderiam ser superiores às praticadas, e o artigo da **Veja** é no sentido contrário, de que as metas deveriam ser mais apertadas.

O que defendemos é que não permaneçamos apenas na política de juros. Até o Presidente Lula, que não é economista, já percebeu isso. A única saída parece ser a política de acrescentar cada vez mais percentuais à taxa Selic, aumentando juros, o que acarreta dificuldades à economia.

Por exemplo, a questão dos preços administrados, preços que são do próprio Governo e sobre os quais não há controle, infelizmente, Dr. Alexandre Tombini, penso que V. Sª concorda com isso, esses preços estão indexados. Estamos ainda em uma economia indexada. Seria necessário quebrar essa indexação. O Governo tem uma função importante, porque ou são preços de estatais, do próprio Governo, ou são concessionárias do Governo. Existem agências reguladoras, e sei que há contratos que devem ser mantidos, mas esses preços administrados trazem uma dose inflacionária que, com certeza, forçam a inflação a se elevar e, com isso, qual é a saída do governo? Jogar mais juros sobre a economia, taxas mais elevadas de juros, e me parece que nunca resolveremos o problema inflacionário somente pelas taxas de juros. Pergunto se esse é o seu entendimento.

A segunda pergunta, exatamente a que foi feita pelo nobre Senador Jefferson Peres, o Governo não controla seus gastos, a qualidade de gastos. Podemos analisar todos os gastos do Governo, o Siafi nos apresenta de forma transparente, como faz há algum tempo no País com as contas governamentais, gastando cada vez mais, principalmente na atividade-meio, com custeio, em detrimento do investimento. Aumenta-se o custeio, contratam-se 40 mil novos funcionários públicos, contratam-se 20 mil cargos comissionados. Gasta-se mais com passagens aéreas, com diárias, com representação da própria Presidência da República, com viagens, com o avião presidencial e assim por diante. Então, eu vi V. Exª na sua fala, falar aqui de que tem sido mantido um ajuste fiscal duro, difícil, mas o que assistimos é que o Governo cresce as suas despesas. E, por outro lado, para fazer face a essas despesas, aumenta a carga tributária, que tem batido recordes consecutivos. Mas é inquestionável que a população brasileira está pagando mais impostos. Penso que ninguém do Governo pode chegar e dizer que não há hoje um esforço imenso da população no pagamento de tributos, de taxas ao Governo Federal. Isso existe, porque a arrecadação bate sempre recordes. O PIS foi dobrado, a Cofins mais do que dobrado; o CSLL, e, então, temos uma série de medidas tomadas pelo Governo e já há uma grita da população, haja vista a Medida Provisória nº 232, que o próprio Governo teve de fazer um recuo estratégico porque não poderia passar com ela aqui. É essa a outra questão sobre a questão dos gastos públicos, que eu colocaria.

Mais duas pequenas perguntas com relação ao que o Senador Rodolpho Tourinho disse que é quase ma obsessão minha, e a Senadora Lúcia Vânia também,

é a questão do *spread* bancário, porque, em uma ata do Copom, fala-se exatamente que os juros praticados nas operações com pessoas jurídicas é de 32,9%, enquanto a taxa média das operações com pessoas físicas ficou estável em 64% ao ano.

Ora, eu pergunto a V. Sª, será que é possível crescer com essas taxas de juros e com esse *spread* bancário já que a taxa Selic é 19,35%, mas se paga 64% ao ano para pessoa física? Eu fiz uma proposta para que o Banco Central pudesse também entrar nessa questão do controle do *spread*. Mas me parece que essa é uma questão que ninguém quer mexer. A cada ano, os balanços – agora mesmo já tivemos balanços trimestrais dos bancos – apresentam os bancos com lucros recordes, estratosféricos, crescentes, sempre lucros que vão batendo em níveis inacreditáveis para a economia brasileira.

Então, pergunto a V. Sª também se o Banco Central não poderia, já que não temos sistema livre, de livre concorrência no setor bancário, sabemos que ele é oligopolizado, talvez, em certos aspectos, até cartelizado, se não poderia ser feito algo? Por fim, uma pergunta curta para não haver protestos dos companheiros porque estaria me alongando em demasia, vejo que, no seu currículo, Dr. Tombini, o senhor foi um dos pioneiros da Camex, de 1995 a 1998, que foi criado no Governo passado. Tem sido importante a Camex para integração do Governo com a tarefa de incrementar o comércio exterior. Essa questão do dólar, os exportadores brasileiros estão apreensivos, e muito, com esse problema do dólar, perdendo competitividade, e poderemos ter, a médio e longo prazo a queda nas nossas exportações. Pergunto como o senhor vê essa questão; se o senhor acha que o Banco Central deve intervir, ou não, ou podemos deixar os juros caírem, como alguns analistas já fizeram, chegar a 2,20%, que é a previsão que foi feita por alguns bancos que atuam no Brasil.

São essas as perguntas que lhe faria, de qualquer foram, desde já, antecipando o meu voto favorável a sua indicação por tudo que mencionei anteriormente.

Muito obrigado, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini, indicado para a Diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senador, pelas questões.

Como mencionei, as questões mais de conjuntura, algo que aprendi no Banco Central. Para ter uma informação, um julgamento embasado e bem informado, temos que contar com o amplo conjunto de informações e uma dedicação exclusiva. Então, essas questões mais conjunturais do que o Copom fez recentemente, a sua comunicação, eu gostaria de, caso aprovado por esta Casa, ter dedicação exclusiva a esses temas.

Dito isso, vejo que não é realista que qualquer regime de metas de inflação não reconheça que um regime de política econômica não possa ser aperfeiçoado. Tudo na vida pode melhorar. Ao longo da experiência, no meu entendimento, temos de ter esse enfoque em relação às coisas e em relação a esse regime também.

Agora, penso que o nosso regime é aquele que vai nos levar a uma taxa de juros real, no médio e no longo prazo, a mais baixa possível para a economia brasileira. É um regime em que o câmbio flutuante tome conta do balanço de pagamentos, do equilíbrio externo e em que se focam os instrumentos de política monetária no equilíbrio interno, na estabilidade de preços. Ou seja, ao desonerar a política monetária de ter de carregar um balanço de pagamentos nas costas, no meu entendimento, esse regime é o que vai nos levar à taxa de juros reais mais baixa para a economia brasileira no momento.

Com relação à política fiscal, penso que muitos bancos centrais gostariam de ter a política fiscal que temos no Brasil, com uma política econômica complementar no seu combate à inflação. Aí há duas questões. Há a solvência do setor público, em que a qualidade do ajuste faz alguma diferença, mas o importante é ter, no final do dia, os recursos em caixa para assegurar a solvência dessa dívida, com isso, tranqüilizando aqueles que investem nos papéis do Governo de que eles podem aceitar uma remuneração que possa embutir um prêmio de risco menor possível. E há o outro lado da política fiscal, que é seu impacto sobre a demanda agregada. Aí, a composição entre gasto e receita tributária faz a diferença, porque o gasto entra direto na demanda agregada e a receita diminui a renda disponível das pessoas e, com isso, afeta o consumo. Mas não é uma relação direta. Então, dependendo da mistura desse ajuste, há diferença sobre o impacto da política fiscal na demanda agregada. Quanto mais embasada em ajuste nos gastos, tanto maior o seu impacto sobre a demanda.

Em relação aos *spreads*, concordo com V. Exª que são bastante elevados. Eles são recordes internacionais. É uma questão que vamos continuar olhando com muito cuidado – o Banco Central, o Governo. O Parlamento tem mostrado interesse grande sobre isso. Temos de caminhar no sentido de juros finais ao tomador - que são juros importantes para definir o desenvolvimento do mercado de créditos – mais em linha com a economia internacional. O processo de convergência e de maior inserção da economia tem de levar a uma convergência maior nessa área também. Já tive oportunidade de

olhar o seu projeto sobre spread. Creio que ele tem idéias interessantes, sobretudo na questão do acompanhamento. Temos, desde 1999, um time no Banco Central extremamente qualificado e motivado, que vem olhando, em tempo integral, essa questão.

A despeito do vai-e-vem do spread, que sofre influência da conjuntura macroeconômica também, creio que as administrações têm obtido algum sucesso importante, não tanto olhando para o preço, mas olhando para os volumes. Hoje, temos o segmento de crédito livre doméstico que, em 1999, representava em torno de 5% do PIB, hoje representando quase 12%. Metade do crédito total do sistema financeiro é representado hoje pelo crédito livre doméstico. Em 1999, quando o Banco Central iniciou aquele processo sobre juros e spread, no sentido de entender melhor e de adotar ações no sentido de reduzi-lo, esse segmento representava algo em torno de 18% do total de crédito do sistema financeiro.

Então, têm havido progressos importantes, e as pessoas, o corpo técnico com quem conversei, estão extremamente motivadas em continuar esse processo. Não podemos nos dissimular pelo vai-e-vem do **spread**.

Do ponto de vista do volume, ele tem avançado bastante bem, mas o **spread** ainda é um foco importante.

Com relação à sua última pergunta, temos de ver essa relação bilateral entre real e dólar. Isso se deve em boa parte a um movimento internacional.

Se analisarmos a moeda de economias emergentes, economias desenvolvidas e a evolução dessas moedas em relação ao dólar, nos últimos doze meses, com exceção do Rinminbi, da China, que, por definição, está constante em 8,28 já há algum tempo, e da moeda da Indonésia, que sofreu uma desvalorização frente ao dólar, todas as demais moeda se apreciaram nos últimos doze meses.

Ou seja, isso é sobretudo um fenômeno internacional, um fenômeno que responde ao equacionamento dos desequilíbrios em conta corrente entre especialmente os Estados Unidos e a Ásia. Penso que estamos num processo de ajuste, e esperamos que esse ajuste seja ordeiro.

O SR CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Apenas um dado.

Nessa semana, o dólar se valorizou no resto do mundo, e no Brasil ele caiu. Isso indica que há uma grande atratividade pelas taxas de juros pagas pelo Governo no Brasil.

Temos um capital especulativo, aplicado aqui pela taxa Selic de 19,75%, o que realmente é algo espetacular versus juros de 3% nos Estados Unidos. Então, vamos continuar nesse aspecto, numa tendência de queda.

O senhor não acha que isso vai gerar problemas com a balança de pagamentos por conta das exportações, que, mais cedo ou mais tarde, terão efeito negativo com relação a esse dólar muito baixo?

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Essa é uma dimensão que eu iria tratar depois, na questão das características da economia brasileira. V. Exª mencionou o diferencial de juros.

Voltando à questão internacional, não estamos iniciando um período, um ciclo de liquidez abundante. Estamos, mais bem, chegando no fim desse processo. Com relação a esse ajuste do dólar em relação às moedas, vendo a situação, os fundamentos em termos da liquidez internacional, estamos caminhando para o fim desse ciclo.

Esse diferencial deve se ajustar por conta de movimentos lá fora. Em relação ao diferencial de juros, existe. Esse diferencial de juros, ajustado pelo risco que diminuiu bastante ao longo dos últimos meses, realmente atrai capital. Um ativo atrai um investidor se ele está pagando muito ou se ele está muito desvalorizado.

Desvalorizar artificialmente para tentar afetar esse processo, que é sobretudo internacional, cuja conclusão estamos atingindo, é simplesmente convidar fluxos adicionais para o País.

Se se muda artificialmente esse preço, o risco de ele se desvalorizar diminui, e o diferencial de juros vai para o bolso do investidor. Ou seja, é uma força de atração.

Portanto, vejo esse processo com uma certa tranqüilidade do ponto de vista das condições internacionais, que não devem permanecer como estão. Entendo que, no regime de câmbio flutuante, pretendemos deixar a moeda flutuar e deixar a política monetária focada para trazer a inflação para as suas metas, reduzindo o risco macro-econômico. Com isso, podemos fechar esse diferencial pela nossa parte. Pela parte internacional, creio que esse diferencial vai fechando.

É basicamente isso que eu teria a dizer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr Presidente, Senador Tasso Jereissati, Sr Alexandre Tombini, serei muito breve.

Eu apenas quero trazer de volta, sem pedir a sua opinião, Dr. Tombini, a questão da autonomia do Banco Central. Tenho um projeto bastante detalhado

sobre a autonomia do Banco Central. Só vou falar isso porque tenho a honra de ter o Senador Tasso Jereissati como Relator do projeto. Temos conversado muito sobre a questão. Não entendo que seja o melhor projeto, mas abre caminho para uma longa discussão em torno do tema.

Com relação ao que se referiu aqui o Senador Aloizio Mercadante, sobre ele ter sido apontado pela imprensa e até pelos companheiros de Governo como discordando da política econômica do Governo, creio que tem absoluta razão em relação às metas inflacionárias, que deveriam ser mais baixas. Isso tem até sido apontado como motivo de divergência entre ele e o Ministério da Fazenda. Mas entendo que o preço do petróleo e da siderurgia estão em alta, além de outras *commodities*, além dos preços administrados pelo Governo em relação aos quais não se pode fazer nada. Não se podem quebrar contratos. Seria, no meu entendimento, catastrófico para o País.

Se formos olhar o IPC em relação aos preços da energia, nos últimos anos por exemplo, a energia cresceu o dobro do que cresceu o IPCA. Hoje até se anuncia como uma grande novidade – mas não é novidade nenhuma – na questão da energia a questão do fator x. Foi algo previsto, Senador Tasso Jereissati, há dez anos quando foram contratos de privatização. Isso poderá reduzir os preços da energia, não há dúvidas. No entanto, o caminho mais rápido para reduzirmos os preços da energia seria tirar o novo Cofins, que veio taxar o preço da energia e o elevou 4%.

O modelo do novo sistema elétrico brasileiro, aprovado aqui no Senado, prevê a modicidade tarifária. Creio até que de uma forma correta. Ao mesmo tempo, é contra novos investimentos. De repente, a Ministra consegue aprovar dessa forma, mas o próprio Governo, do outro lado, retira parte dessa modicidade impondo uma nova taxação.

Creio que esses são os grandes problemas nessas discussões de política monetária e fiscal que estariam contempladas nesses projetos de autonomia do Banco Central.

Gostaria de deixar registrado esse pensamento e mostrar que o Congresso passará a ter uma discussão maior dentro desse novo projeto e que o Líder do Governo não seja acusado, por exemplo, de discordar da política. O meu projeto seria o de uma discussão normal, natural.

De resto, quero outra vez desejar felicidades ao senhor. Creio que sua tarefa não é fácil, mas confio muito na sua competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Dr. Alexandre Tombini, estou de acordo com o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, dizendo, como S. Exª, que é muito importante a escolha para a diretoria do Banco Central se dê, como agora, para um funcionário de carreira e qualificado do Banco. Não tenho nenhum preconceito contra o mercado, nem contra o fato de dirigentes do Banco Central serem oriundos do mercado. Conheço vários dos que ocuparam, dos que ocupam cargos desse tipo. São pessoas que cumprem os seu papel com competência, com qualidade. Portanto, nada a opor a que homens, pessoas do mercado, sejam convocados para tarefas de direção do Banco Central.

No entanto, toda vez que um servidor de carreira é convocado para uma tarefa dessa, considero muito bom para o País, pois ele tem uma vida profissional e que, além disso, desenvolveu experiências, aprofundou conhecimentos sobre a matéria de que vai tratar. Tenho certeza de que meu Partido, assim como os partidos da Oposição, tem absoluta concordância com relação à questão.

Seria inimaginável que tivéssemos uma atitude, a não ser de solidariedade, diante de uma indicação desse padrão. Não acredito que nenhum de nós tivesse essa idéia.

Além do mais, sua exposição de hoje foi, diria, equilibrada, de bastante bom senso e de conteúdo relevante. É claro que as situações levantadas aqui não poderiam hoje merecer tratamento de alguém indicado hoje e que deve ser objeto de exame posterior.

Como o Senador Tourinho, creio que as ponderações feitas pelo Líder Mercadante sejam pertinentes, não são descabidas e não ferem absolutamente o conceito da política macroeconômica, que tem um tripé bastante óbvio e que vem sendo bem-sucedido no geral.

A capacidade de constrangimento das instituições, no geral, e do Banco Central, em particular, sobre taxa de **spread** bancário, como bem salientou hoje o ex-Governador da Bahia, é extremamente limitada, porque há evidentemente uma festa, um exagero que precisa ser combatido e, de alguma forma, evitado. Se as metas são ambiciosas, e não sei se o deveriam ser, o fato concreto é que resultam numa limitada capacidade de investimento, de uma maneira especial, do Estado brasileiro, no plural, do Município, do Estado e do próprio Governo Federal, que investe quase nada e com péssima qualidade.

Não tem nada a ver com esta sua audiência, mas os jornais de hoje divulgam, por exemplo, em relação à questão de uma comissão parlamentar de inquérito, que o Governo está arbitrando as decisões sobre investimentos públicos com vistas aos votos que pode garantir na sua base para a retirada de assinaturas de uma comissão parlamentar de inquérito.

Esses são fatores que não têm nada a ver com a gestão do Banco Central, mas que evidentemente perturbam uma compreensão mais tranqüila, mais sensata, mais justa, que possa ter reconhecimento nacional e internacional de um País como o Brasil. Não podemos administrar dinheiro público dessa forma, nem o devemos.

Da mesma maneira que esse relativo sucesso macroeconômico não está completado por ações que, por exemplo, atuassem para melhorar a questão da distribuição de renda, ou entre regiões ou entre pessoas: o fato é que, quanto mais arrocho se dá, mais se aprofundam as dificuldades que já eram bastante profundas antes, e que estão sendo agravadas permanentemente.

Mas gostaria de desejar ao Dr. Alexandre uma boa gestão, uma boa administração, dizendo que nós da Oposição temos muita tranqüilidade. Meu voto é de aprovação – creio que muitos também o fizeram – a sua indicação porque aponta na direção das coisas sensatas. A sua apresentação teve conteúdo, o seu currículo justifica a sua presença aqui hoje e a sua nomeação, e o relatório do Relator Tourinho, com a competência que todos reconhecemos nele, é, na verdade, a opinião de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, antes de votar – e isso não quer dizer que não aprovarei o seu nome, Dr. Alexandre Tombini –, de colocar algumas questões que são dúvidas da própria sociedade brasileira, de que a Diretoria do Banco Central deve prestar contas, como a exposição que o senhor faz aqui.

É positivo que o senhor, como funcionário de carreira, como eu, pois sou funcionária do Banco do Brasil há 22 anos, tenha conseguido chegar aonde chegou. Mas não poderia deixar de saber por que, na verdade, temos uma política de juros neste País que tem sido aprofundada nos últimos tempos e que acaba tendo como motivação principal algumas questões que são, no mínimo, contraditórias. Um dos motivos que se alega para haver altos juros seria que a oferta dos produtos, a oferta da indústria já estaria chegando no seu ponto máximo, e, com isso, se houver uma grande demanda, poderia haver uma aumento de preços e, portanto, gerar a inflação. Ora, mas o jornal **O Estado de S. Paulo** divulgou, no domingo, uma pesquisa da Fiesp, que mostra uma capacidade de expansão na oferta das industrias paulistas de até 30% – produção que pode crescer –, inclusive constando uma afirmação do diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da Fiesp de que isso não custa caro.

Eles apresentam várias oportunidades, como hora-extra e até a utilização de outros turnos. Então, esse é um motivo que não se justifica. Não é real a justificativa de que teria que reprimir essa demanda por conta de uma capacidade já quase esgotada por causa do seu limite, porque não é isso que os próprios números dos setores interessados colocam.

Essa política faz a opção de penalizar o emprego, de penalizar principalmente a geração de emprego, porque uma política que possa expandir a produção vai, com certeza, gerar mais emprego.

Quanto a essa questão de que estaria havendo uma tendência dos preços, não é o que dizem vários economistas, que dizem que os preços estão subindo e descendo e também que não há nada, sequer uma pesquisa, que, científica ou até empiricamente, mostre uma tendência de subida de preços, preços que um dia estão subindo e no outro estão caindo.

Uma questão que já foi colocada aqui, mais de uma vez, é que, quando se aumentam os juros a níveis muito altos, como estão atualmente no Brasil, está-se aumentando a própria dívida do Governo. É uma contradição. Percebemos que o grande esforço que esta Casa fez de apresentar uma proposta de reforma tributária onde a relação dívida/PIB fosse cada vez menor, com essa política de juros altos, esse esforço se anula, porque a dívida do Governo cresce tanto que não há como manter todo o esforço.

Então, além de uma questão já colocada, que diz respeito à entrada do capital internacional, especulativo, apenas investindo em papéis por conta de altas taxas, com a política de câmbio livre, também desvaloriza o dólar, também prejudica as exportações no País. O Brasil tem um grande superávit comercial que acaba afetando também essa indústria.

Quero dizer que sou contrário a essa política de juros altos, que acho contraditória. O Brasil se livrou, digamos, de uma restrição na balança de pagamentos, mas, deixando o cambio despencar dessa forma, acaba tendo que volta à restrição.

Tem que haver, sim, uma política de controle. Essa política de juros altos é de uma eficácia dúbia. Penso que o senhor não respondeu muito à pergunta da Senadora Serys Slhessarenko, em relação, de for-

ma mais clara, à independência do Banco Central, o que eu defendo, sim. Defendo um Banco Central mais independente, principalmente no sistema financeiro. Essa é a independência que eu defendo, mais nenhuma, para que quem é eleito povo para administrar o País possa, livremente, fazer com que os instrumentos financeiros de controle possam também estar de acordo com uma política votada pelo povo. Quero dizer que, diferentemente da Oposição, que elogia, mesmo com algumas críticas, a política econômica, exatamente nesse ponto divirjo. Eu não elogio nem concordo com essa política conservadora. Alguns pontos que a Oposição critica – por exemplo, o aumento de gastos, principalmente gastos com a população mais pobre, até pela necessidade de contratar mais gente – são aqueles gastos que aplaudo.

Quero falar da minha esperança de que a sua ida à Diretoria do Banco Central possa alterar a dubiedade de eficácia dessa política de taxas de juros absurdas, que tem levado, no nosso entendimento, a sacrificar aquilo que já é sacrificado no nosso País, que é a geração de emprego.

Na verdade, eu queria conhecer a posição, mas muito mais fazer um apelo à Diretoria do Banco Central. É por isso, inclusive, que o Conselho de Política Social faz a indicação. E não é nenhuma indicação absurda a participação de outros setores da sociedade. O FED, o Banco Central Americano, tem na sua composição setores do trabalho e da produção. Então, o controle social, principalmente sobre a política monetária, sobre a política econômica e sobre os recursos públicos é uma defesa inconteste. A partir da própria Constituição de 88, já foram propostos mecanismos de controle social maior que têm sido extremamente positivos, essa é a verdade. Mesmo havendo manipulação em alguns conselhos municipais, por exemplo, onde o Prefeito tem o controle, em muitas cidades, se não fosse a presença desses conselhos, com a participação da sociedade, talvez a sociedade não soubesse também de muitos escândalos, de muitos desvios de recursos públicos que hoje estão sendo apurados e evitados em vários locais.

Quero dizer que defendo o controle social. Não defendo a autonomia do Banco Central, defendo a independência do sistema financeiro. Isso, sim, temos que defender. Tenho a esperança de que a ida de V. Sª à Diretoria do Banco Central possa contribuir para que tenhamos uma política econômica mais de acordo com aquilo, inclusive, para o que o Presidente Lula foi eleito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia, pelos comentários à minha pessoa.

Em relação às questões levantadas, às questões mais conjunturais, como tive a oportunidade de falar anteriormente, uma coisa que aprendi no Banco Central, nesses anos de participação na área de política monetária, é que esse é um processo intenso de avaliação de um amplo conjunto de informações. Olhando de longe, ainda como candidato, tecer comentários sobre a conjuntura, sobre decisões recentes, não seria de minha parte um comentário bem informado e bem fundamentado neste momento.

Gostaria de responder ao último ponto que V. Exª levantou, que é a questão da transparência. De uma forma distinta, sou totalmente favorável à prestação de contas e à transparência na política monetária, inclusive. Acredito que esse é um dos elementos desse sistema que trouxe um maior avanço institucional na forma como o Banco Central faz a sua política, ou seja, há uma disseminação de informações quantitativas e há uma disseminação forte, com uma mínima defasagem, e na questão do relatório da inflação, algo extremamente completo, em que o Banco Central inclusive faz as suas projeções de inflação, sinaliza para a sociedade como ele está vendo os riscos da inflação com relação às metas estabelecidas pelo Governo. Isso é totalmente novo. Como foi dito aqui, foi uma opção de regime, ou seja, partir para um processo mais aberto de transparência, e a questão da prestação de contas. No caso brasileiro, nós já tivemos experiência de escrever três cartas abertas, justificando o porquê do não-cumprimento da meta de inflação. Isso é um dispositivo institucional impensado anteriormente. Quer dizer, há veículos importantes, e a sociedade está, cada vez – creio – aproveitando mais esses veículos para questionar as decisões e fazer com que elas se justifiquem à luz dos objetivos de médio e longo prazo. Então, vejo essa questão de uma forma muito positiva, ou seja, de grande transparência no processo decisório e na prestação de contas, inclusive a esta Casa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Permita-me. Na sua exposição, fiz questão de anotar a página 4, quando o senhor coloca o seguinte: precisam ser conhecidas as intensidades com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e às defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros – o senhor até acrescentou, na hora de falar, algo que não estava aqui, e outros –, os seus efeitos finais sobre a trajetória da inflação.

Ou seja, quando eu falo da minha esperança de que, mesmo o senhor tendo, inclusive, estudos, artigos sobre a questão do controle da inflação, haja outros

mecanismos de controle que não seja só a taxa de juros, que tem penalizado a sociedade, principalmente o lado mais fraco da sociedade, os desempregados, aqueles que estão almejando, e com esperança ainda – esperança que eu acho justificável, que eu também tenho, mas era mais para que o senhor pudesse colocar para nós, então, porque o senhor teria outras alternativas – que não fosse essa única que eu já falei, que tem eficácia dúbia, que é a alta de juros, inclusive citada pelo senhor aqui – mesmo não estando escrito, eu fiz questão de anotar –, além da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ana Júlia Carepa, agora V. Exª já pode votar. Será a última. Ainda quer que ele responda para votar? Então, Dr. Alexandre Antonio Tombini com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª tem 30 minutos para fazer a pergunta após a resposta do Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Creio que mesmo o Banco Central nunca abriu mão de todos os seus instrumentos de política, sendo o principal a taxa de juros, mas, inclusive, foi mencionada aqui por outros Senadores a questão dos compulsórios, a questão dos requerimentos mínimos de capital, enfim, há uma série de instrumentos, alguns mais direcionados para a questão da regulação prudencial e outros que poderiam auxiliar nesse processo. É claro que, como mencionei anteriormente, por exemplo, o depósito compulsório está em níveis bastante mais elevados que a experiência de outros países.

Dito isso, como eu mencionei também anteriormente, Senadora, a política monetária não atua no vácuo. Há políticas econômicas complementares, que são um dado de realidade para o Banco Central. O Banco Central, então, atua, ajusta os seus instrumentos de forma a trazer a inflação para as suas metas. Basicamente, era isso que eu poderia agregar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, logo após, a Senadora Lúcia Vânia, para encerrar a argüição do Diretor Alexandre Antonio Tombini, indicado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, a esta altura dos acontecimentos, a minha pergunta já foi respondida, e só me resta aqui dizer ao Dr. Alexandre Antonio Tombini que ele vai sair daqui com uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade da unanimidade, porque, se a votação não contrariar o meu vaticínio, eu creio que, pelos pronunciamentos feitos aqui, S. Sª vai sair daqui vitorioso amplamente, e eu acho, principalmente, pelo otimismo que ele revelou, quando disse que, quanto ao futuro, estava otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejamos, de taxas de juros reais mais baixas.

Diria, Dr. Alexandre, sem querer fazer nenhum gracejo, que depois de uma afirmação dessa só cabe aquele "amém", porque, na verdade, a população brasileira está desejando que tudo isso possa culminar realmente em uma taxa de juros que venha permitir que o sistema econômico gere uma produção razoável e possa criar mais empregos para os que estão querendo ingressar no mercado de trabalho.

Realmente, não tenho mais nenhuma pergunta, Sr. Presidente. Quero apenas louvar a exposição do Dr. Alexandre e dizer que, na Comissão de Assuntos Econômicos, esperamos que S. Sª possa voltar para confirmar esse seu vaticínio de que estamos chegando ao patamar máximo do aumento de juros e vamos ter um limite e um freio nisso tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Alexandre, quero cumprimentá-lo pela sua indicação para diretoria do Banco Central, uma indicação que significa, sem dúvida nenhuma, uma grande valorização do corpo técnico do Banco Central, reconhecidamente qualificado.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que a sua indicação causa tranqüilidade ao País, uma vez que V. Sª participou da formulação do sistema de metas e guarda consigo, naturalmente, o histórico dessas metas, bem como os seus reflexos nos choques internos e externos. Tudo isso nos tranqüiliza de que iremos ter estabilidade e futuramente estabilidade com empregos, que é o que mais desejamos.

Vou fazer duas perguntar e V. Sª pode ficar à vontade de respondê-las ou não, uma vez que está assumindo agora. Preocupa-me um pouco a questão do crédito consignado em folha. É sabido que o Governo trabalhou a expansão desse crédito e eu gostaria de saber qual é o impacto na política monetária e qual o perfil desse endividamento, se é apenas uma substituição do crédito antes mais caro por um outro mais barato ou se há realmente uma expansão do crédito.

A segunda pergunta seria sobre a relação crédito/PIB, que é muito baixa, chegando a cerca de 26%, enquanto em outros países chega a 50%. Isso não exigiria uma ação mais enérgica do Banco Central em relação à concorrência bancária?

Essas são as minhas perguntas e quero finalizar cumprimentando o Relator Rodolpho Tourinho pelo relatório e dizendo que o PSDB, por meio de nosso Líder, já falou da nossa satisfação em vê-lo à frente de uma diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, indicado para a diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Essas são questões específicas que, caso eu seja aprovado por esta Comissão, será uma das áreas que vou procurar enfatizar. Temos um grupo altamente qualificado cuidando desses temas e, caso confirmado, vou empenhar-me para estar próximo desse grupo no sentido de entender melhor essas questões, inclusive sob três enfoques: o enfoque do desenvolvimento do mercado de crédito, que é o enfoque estrutural que interessa a todos. O enfoque é da política monetária. Devemos ter um conhecimento o mais preciso possível das transmissões. Estamos abrindo um canal de transmissão da política monetária importante, o canal de créditos, que está sendo desobstruído. O grau da alavancagem ainda é baixo, como a senhora mencionou.

O terceiro aspecto que V. Exª citou diz respeito à questão prudencial de ter o crescimento dessas novas modalidades feito em bases sustentáveis e com segurança. Em relação à questão específica, vou tratar de me informar com o grupo que cuida disso, grupo de alta competência, do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, vou pedir para que os votos sejam apurados. Solicito a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho para servirem de escrutinadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, enquanto fazem as apurações dos votos, quero informar que, inclusive, votei favoravelmente ao Dr. Alexandre Tombini.

Eu gostaria apenas de fazer uma indagação. Noto nas atas do Copom que não há muita referência relativamente à evolução dos agregados humanitários, diferentemente, por exemplo, daquilo que está no relatório trimestral da evolução da política monetária, que ainda hoje foi apreciada nesta Comissão, porque ali está a evolução dos conceitos de oferta monetária, M1, base monetária, até M4, e assim por diante. Por que razão isso? Pergunto: quando o Copom normalmente examina a evolução, se foi atingida ou não a meta de preços, e a evolução da taxa de juros no mercado, para, então, decidir qual será a taxa de juros Selic, por que não descreve a evolução também dos agregados monetários? Esta é a principal pergunta que formulo

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Senador, pela pergunta. É bastante interessante e oportuna. O sistema é de metas, o objetivo é dado, meta numérica explícita para inflação. O instrumento principal, instrumento básico, taxa de juros.

Em relação à questão do agregado monetário, mencionei anteriormente que para usar esse tipo de instrumento, para ter controle sobre os efeitos desse instrumento na demanda agregada e, por conseguinte, na inflação, tínhamos que ter uma estabilidade da demanda por moeda, ou seja, teríamos que conhecer essa demanda por moeda, conseguir predizê-la e, com isso, definir uma trajetória de expansão para um agregado monetário, de forma que isso conduzisse a convergência dos preços aos objetivos do Governo.

Isso não passa porque a demanda por moeda é muito instável. É instável na maioria dos países e, no Brasil sobretudo, por processo de inovação financeira, processo choques. O que acontece? Temos, de tempos em tempos, uma remonetarização da economia. Aumenta a confiança, aumenta a demanda por moeda; aumenta a confiança na capacidade de manter a inflação sob controle, aumenta a demanda por moeda, ou seja, se esse processo de confiança se dá, e temos estabelecido uma meta de crescimento para agregado monetário fixa, a política fica apertada automaticamente. Ao mesmo tempo, se temos definido uma política de expansão para agregados monetários e a demanda por moeda cai, ou seja, a sociedade começa a fugir da moeda nacional, essa meta de expansão monetária fica muito frouxa.

Então, em vez de termos um instrumento indireto, melhor termos um instrumento em que tenhamos mais controles das condições, como a taxa de juros. Por isso, temos de olhar sempre um segundo pilar, mas a taxa de juros é um elemento básico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a apuração dos votos, totalizando a contagem de 25 votantes, foram 24 votos “Sim” e 1 voto “Não”. Fica, portanto, aprovada a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, indicação feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, em primeiro lugar. Após S. Exª, falará o Senador Romeu Tuma.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, já lhe devolvo a palavra, apenas gostaria de me congratular com a excelente escolha do Sr. Alexandre Tombini, dono de um currículo da maior qualidade, pessoa que tem condições de, realmente, fazer um trabalho técnico no Banco Central.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, havia me inscrito para fazer um questionamento, do qual abri mão para um outro Senador. É claro que o Senador Tasso Jereissati tem sempre a prerrogativa de estar à nossa frente por razões da sua competência e do seu conhecimento, no que diz respeito a parte econômica da postura do Governo. Aqui se discute muito, Senador Tasso Jereissati, acerca da independência ou não do Banco Central. Penso que o importante é a independência da consciência de cada membro da Diretoria. Eu não me fixo muito nessa idéia de dependência ou de independência do Governo, porque tem tido uma demonstração clara de que o Banco Central tem tomado posições que até contradizem membros do Governo. Então, queremos acreditar na política que o Banco Central dirige. O que temos notado, por onde quer que andemos, é que há uma angústia profunda por parte dos comerciantes de todas as áreas, principalmente no meio em que nasci e cresci, tendo em vista os juros altos, da falta de financiamento e de uma série outros fatores. O Governo tem buscado equilibrar a situação econômica do País, e isso realmente tem proporcionado sacrifícios. Eu acredito na independência da consciência de V. Sª, porque sempre fui e sou a favor de que alguns órgãos técnicos do Governo tenham em suas diretorias pessoas de carreira, como V. Sª. Portanto, sou favorável ao aproveitamento daqueles que fazem a carreira e têm vários anos de experiência.

Desejo-lhe boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Passo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, para as considerações finais.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e tentar esclarecer os questionamentos que me foram feitos acerca do meu posicionamento. Quero dizer que eu vou trazer a minha experiência acumulada nesses anos de setor público, a experiência internacional também nos últimos quatro anos, para dar uma contribuição efetiva no processo de condução da nossa política monetária e da política econômica como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Muito obrigado.

Agradecemos a presença de todas as Srªs. e os Srs Senadores.

Antes de encerrarmos a reunião, convoco uma reunião para a próxima terça-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h03min.)

Ata da Décima Quinta Reunião da Comissão De Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, José Maranhão e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, comunica que será realizada Audiência Pública com a participação do Senhor Vittorio Corbo, Presidente do Banco Central do Chile, com a finalidade de discorrer sobre a regulamentação do Sistema Financeiro e a Autonomia do Banco Central. Em seguida, a Presidência coloca em discussão o Requerimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda informações sobre os Municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao Programa Reluz, e que não tenham atendido a Resolução do Senado nº 43, de 2001. Usam da palavra os Senadores Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, César Borges, Ney Suassuna, Luiz Otávio e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 29/2005-CAE. Logo após, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a

repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 02 e 03 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/06/04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/10/04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/05, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22/03/05, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 03/05/05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. Antes de iniciar a discussão da matéria, a Presidência informa que o Ministro de Estado da Fazenda solicitou quinze dias para se manifestar sobre a matéria. Usam da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Relator do Projeto, Aloizio Mercadante, Ney Suassuna, Romeu Tuma, César Borges, Autor do Projeto, Ramez Tebet, Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que "institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Usa da palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo, que solicita que a matéria seja retirada de pauta. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02/12/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores", de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, com as Emendas nº 01, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nº 02 e nº 03, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e pela rejeição do PLS nº 188, de 2003. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Usa da palavra a Senadora Ideli Salvatti, que apresenta as Emendas nºs 04, 05 e 06 ao PLS nº 209, de 2003, que serão encaminhadas ao Relator para sua análise. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que "concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando in-

formações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências'", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Ofício "S" nº 28, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio Grande de Energia S/A", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer pelo encaminhamento da Matéria à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e ao Poder Legislativo local, mediante despacho da Mesa do Senado Federal, comunicando a ocorrência da irregularidade, com vistas à realização de providências pertinentes e cabíveis ao caso e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – 'Poupança Escola', e dá outras providências", de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer

pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Ofício "S" nº 18, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Ofício "S" nº 19, de 2004, não terminativo, que "comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) e a COHAB-SC", de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D'Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que "altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências", de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que "altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização", de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura, em 31 de maio de 2005.

Sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, confirmo audiência pública do próximo dia 7, terça-feira, do Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vittorio Corbo, às 10 horas, nesta Comissão, com a finalidade de discorrer sobre a regulamentação do sistema financeiro e a autonomia do Banco Central, conforme pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Temos um requerimento do Senador Aloizio Mercadante, conforme deliberado na sessão ordinária realizada por esse órgão técnico na data de 24 de maio de 2005, solicitando informações ao Ministério da Fazenda sobre os municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata da matéria com relação ao município de São Paulo, da administração da ex-Prefeita Marta Suplicy, quando o Senador Aloizio pediu que a Comissão de Assuntos Econômicos solicitasse ao Ministério da Fazenda informações das outras prefeituras que também descumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encaminharemos ofício ao Ministério da Fazenda, mas, quando houver oportunidade na sessão, faremos a votação do requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, a comunicação sobre o descumprimento da Lei de Responsabilidade foi ofício direto do Ministro da Fazenda Dr. Palocci é o que está sendo analisado.

O Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo, tem invocado que outros prefeitos fizeram, teria que pedir ao Ministério da Fazenda que fizesse o mesmo tipo de comunicação que fez a respeito de Marta Suplicy, não isentando de se apurar se houve ou não a quebra da responsabilidade.

Então, tem que apressar o requerimento do Senador Aloizio Mercadante para a lei não acabar perdendo a sua eficácia em função do contorno da situação quando a notícia de ferir a lei parte de um Ministro. Então, o próprio Ministério deveria enviar às outras prefeituras que praticaram o mesmo tipo de delito. Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco PT – SP) – Sr. Presidente Luiz Otávio, Srªs e Srs. Senadores, esse requerimento que apresentei pretende apenas assegurar que todos os municípios enquadrados em situação semelhante sejam analisados para que não se cometa uma discriminação. Qual é a especificidade do município de São Paulo? É uma só. O Rio de Janeiro fez exatamente o que São Paulo fez, assim como Salvador e Guarujá, Araçatuba, Valinhos e vários outros municípios estão em situação assemelhada.

Acontece que São Paulo oficiou o Ministério da Fazenda, de boa fé, porque entendia que era apenas um aditivo de contrato. O Reluz é um programa que economiza energia ao se trocar a iluminação por mercúrio, ocasionando uma redução de 35% no consumo de energia, expansão da rede com o mesmo custeio e o financiamento da expansão da rede é feita através da taxa de iluminação. Portanto, é um programa autofinanciável e é nessas condições que ele se enquadra dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vários municípios fizeram aditivo de contrato, porque o programa estava em andamento, economiza-se energia e financia-se a expansão de novos postes de iluminação, que é uma questão fundamental para segurança, especialmente na periferia das grandes cidades, com financiamento assegurado pela taxa de iluminação.

Então, os municípios fizeram isso por entender que estava aprovado o contrato. Era apenas um aditivo de contrato que não necessitaria encaminhar um novo processo. Vários municípios o fizeram. Por isso, o meu requerimento solicita exatamente que todos esses municípios atingidos pelo Reluz relatem em que condições estão, para que as informações sejam encaminhadas à Comissão e para que possamos analisar o conjunto dos municípios e não apenas a cidade de São Paulo, que é a única que está sendo discutida por uma única razão: foi a única que oficializou que tinha feito aditivo de contrato, mas os outros também o fizeram.

Precisamos da aprovação deste requerimento, e peço apoio dos Srs. Senadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, estou de acordo com V. Exª. Os Senadores César Borges e Gilberto Mestrinho foram Governadores e sabem que a iluminação pública ajuda muito no combate à criminalidade, porque evita a sombra dos marginais. Há uma lei que foi cantada e decantada ao longo dos anos, uma melhor lei que obrigava principalmente os gerentes executivos, governadores, prefeitos a respeitarem o orçamento e cuidar com as despesas, porque havia sempre um estouro permanente de caixa durante largo período.

Como veio essa comunicação da Prefeita Marta Suplicy, estamos analisando-a, mas não se pode deixar de analisar o conjunto dos que feriram a legislação, que é muito clara. Se houve o contrato, poderia ou não haver o aditamento? Teria ou não que haver comunicação? Temos que impor um respeito à legislação, não se pode mudar o meio do caminho para regulamentar a situação de ilegalidade que foi praticada. Podemos discutir a questão. Vale o conceito de boa-fé, que deve ser respeitado. Não podemos deixar de analisar o fato, realmente para que sirva de exemplo para que outros prefeitos não repitam o mesmo tipo de comportamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Romeu Tuma, não estou propondo que não seja analisado. Estou reivindicando que sejam analisados todos os municípios que se encontrem em situação assemelhada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou dizendo que concordo com V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Há que se fazer um levantamento global para verificar onde isso ocorreu, por que ocorreu, e discutir o conjunto dos municípios e não uma cidade isoladamente. Basicamente, é essa a sugestão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A minha fala é de apoio, pedindo urgência ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma foi bastante preciso na sua análise. Não há por que contestar em momento algum a necessidade de melhorar a eficiência da iluminação pública que o programa permitiu em diversas cidades brasileiras. Inquestionavelmente, os benefícios foram realmente de vários alcances não só para a economia de energia no País, que era preciso ser feita,

como para a melhoria da iluminação pública. Com isso, inclusive, houve a melhoria da segurança pública.

No entanto, não podemos olvidar, em momento algum, da Lei de Responsabilidade Fiscal. O caso específico da Prefeitura de São Paulo foi discutido porque chegou aqui. Se a Prefeitura de São Paulo comunicou ao Ministério da Fazenda e esse achou por bem encaminhar ao Senado Federal, é esse caso que temos de nos ater neste momento, a não ser que o Ministério da Fazenda provocasse esses outros casos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Perfeitamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Temos de analisar policialmente, se me permitir que o faça. Por que foi comunicado ao Ministério da Fazenda o empréstimo? Para encontrar uma solução, porque verificaram que houve infringência à Lei de Responsabilidade. Uma solução tinha que ser encontrada antes que fosse apurado, o que levou a dizerem: "Olha, acho que cometemos uma irregularidade. Vamos tentar buscar o caminho correto". Comunicaram, então, ao Ministério da Fazenda e fizeram a medida provisória para que houvesse realmente o acerto e se suprisse a falha.

Essa é a minha idéia, não sei se estou errado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente. Parece-me que essa análise do Senador Romeu Tuma foi abraçada por esta Presidência até pelo fato de que, no parecer – porque não houve, eu diria, uma quebra da obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal pela Prefeitura de São Paulo –, o Senador Luiz Otávio, Presidente desta Comissão, rejeitou as argumentações encaminhadas pela Prefeita Marta Suplicy de que realmente houve uma quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o caso que estamos analisando. Não chegou a esta Comissão qualquer outro caso de outras Prefeituras brasileiras. Desconheço isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está requerendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tudo bem, mas hoje temos que analisar e decidir sobre este caso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobres Senadores, mas já se fez um requerimento...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A posição é apenas para este caso. Vamos analisar os outros casos que ainda chegarão aqui.

No caso específico de São Paulo, a Comissão já solicitou explicações da Prefeitura, a qual já as deu, e agora se posicionou no sentido de que elas, efetivamente, não explicam a quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Comissão tem que deliberar sobre isso. Isso não impede, de forma alguma, que se atenda o requerimento do Senador Aloizio Mercadante para solicitar que outras Prefeituras sejam examinadas pelo Ministério da Fazenda e que os resultados venham para esta Comissão. O que não podemos é criar dificuldades para que a Comissão delibere sobre este assunto agora, um assunto específico que está devidamente analisado e instruído.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas para saber se o Senador Aloizio Mercadante fez o requerimento por escrito ou verbalmente agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – S. Exª o fez verbalmente na reunião anterior e, agora, o fez por escrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pedindo o quê? Sabendo quantas Prefeituras mais incorreram no mesmo erro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Solicita que seja pedido ao Ministério da Fazenda informações sobre quais os Municípios que, eventualmente, tenham infringido dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. ROMEU TUMA (FPL – SP) – Mas com respeito a esse programa, não é, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – No que se refere ao Programa Reluz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Uma emenda aditiva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Uma emenda aditiva.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Minha preocupação, Sr. Presidente, é bem mais ampla. Isso quer dizer que já havia a infringência e não havíamos sido avisados hora alguma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só nesse caso de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Ney Suassuna, V. Exª, realmente, com muita propriedade, aborda a questão central do tema. O Senador César Borges também foi muito claro e preciso na sua exposição. Tudo tem a ver com a informação trazida pelo Ministério da Fazenda. Se o Ministro Antônio Palocci não informa para o Senado Federal, para a Comissão de Assuntos Econômicos, que havia, ainda na gestão da ex-Prefeita hoje e Prefeita na época, em dezembro do ano passado, a prefeita Marta Suplicy descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal,

talvez até hoje não soubéssemos que S. Exª havia a descumprido. Essa é a verdade.

Como sempre, a Consultoria Técnica do Senado, sempre diligente e muito preparada, já tem aqui – o Dr. Paulo Springer me mandou agora –, a relação dos Municípios cuja relação dívida/receita líquida é superior... São 22 Municípios na primeira etapa. A maioria deles, quase que a totalidade, ou não foram contemplados com recurso do Reluz ou foram contratados e estão em execução. Há outra relação de 11 Municípios cuja relação dívida/receita líquida está entre 0,8 e 1,0 – entre eles, Camaçari, na Bahia – e que também não foram contemplados. Vou mandar tirar cópia e entregar aos Srs. membros da Comissão de Assuntos Econômicos para também terem mais essas informações em relação a este tema.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que o Senador César Borges diz – e concordo – é que a análise é individual, de cada caso. Não é isso, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem que individualizar cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – E os casos que forem informados pelo Ministério da Fazenda. Não poderíamos tomar nenhuma atitude sem termos a informação precisa, técnica, clara do Ministério da Fazenda. Por isso, insisto que, depois desse ofício que a Srª Marta Suplicy encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos e do parecer da Consultoria Técnica, é imprescindível a presença de S. Exª aqui para que possa esclarecer essas dúvidas antes de apresentar, realmente, um relatório que vá de encontro a todas as informações que ela emitiu para a Comissão de Economia.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só gostaria de manter o meu requerimento, para que sejam demandados no Ministério da Fazenda todos os municípios que possam estar enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal, por desobediência, em função da aplicação da Resolução n. 40, de 2001, que é referente ao Programa Reluz, para que possamos ter a lista de todos esses municípios.

Quero também ressaltar a esta Comissão que as medidas punitivas referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal não atingem apenas o administrador. Por exemplo, a informação que tenho é de que Salvador está exatamente na mesma situação do que São Paulo e de que o Rio de Janeiro está na mesma situação do que São Paulo, bem como outros Municípios. Não atingem apenas o administrador. Atinge o município.

Então, por exemplo, o Município que tem o comprometimento de 13% da receita líquida, vai para 15% o comprometimento da receita líquida com o pagamento de dívida. Perde todos os benefícios com a rolagem da dívida e muda também a taxa de juros sobre o estoque de dívida. Então, prejudica a cidade. Eu gostaria que fosse considerada essa minha ponderação. E temos a lista dos demais municípios para verificar realmente se é algo específico ou se de fato outras capitais do país e outras cidades importantes do Brasil estão em uma situação assemelhada a São Paulo. Ou seja, fizeram aditivos de contrato, por entender que o contrato já tinha sido aprovado e que o programa é autofinanciado; portanto, compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a questão fundamental, eu diria, dessa discussão. O argumento de que ela não atinge no mérito a Lei de Responsabilidade Fiscal é porque o financiamento é a taxa de iluminação, que é vinculada exclusivamente ao programa, e pelo fato de que, ao substituir a iluminação, há uma redução de 35% do consumo. Portanto, pode estender em até 35% a rede de iluminação, sem ter impacto fiscal do ponto de vista do custeio. E como o investimento é financiado pela taxa de iluminação, o programa é autofinanciável. É por isso que ele se enquadraria na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, antes de nós deliberarmos sobre isso, eu ponderaria que deveríamos aguardar a informação sobre os demais municípios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Apenas para deixar registrado também que em nenhum momento houve, da minha parte, pelo menos, qualquer percepção com relação a Srª Marta Suplicy de não vir à Comissão. Ao contrário. O convite foi expedido. Ela pela sua assessoria fez um contato com a assessoria da Comissão de Economia, pedindo que fosse adiado. Para que, ao invés de maio, quando era a provável vinda dela, para junho, tendo em vista que ela tinha compromissos assumidos no exterior; mas que em junho ela viria.

Então, eu deixo bem claro que não há, pelo menos da minha parte, com certeza, e dos Srs. Membros da Comissão, nenhum mal entendido, eu diria assim, com relação à vinda da ex-Prefeita Marta Suplicy, para que realmente ela esclareça e definitivamente e possamos apresentar um relatório embasado, técnico, feito pela consultoria técnica do Senado, sem nenhuma conotação política.

Com a palavra o Senador César Borges, que já estava inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com relação às palavras do Senador Aloizio Mercadante, porque S. Exª sempre repete que Salvador, capital do meu estado, estaria na mesma situação. Pelas in-

formações de que disponho do ex-Prefeito Antonio Imbassay, Salvador não possui situação idêntica à de São Paulo. Ela não é idêntica. Não temos aqui os dados para fazer o confronto; por isso estou dizendo. Acho que é caso a caso. Não podemos generalizar "Não, porque Salvador, pelas informações, deve estar na mesma situação." Essas informações não batem, Senador Mercadante. Penso que devemos ter cuidado quando envolvemos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estou solicitando as informações, exatamente para verificar se estão ou não assemelhadas a essas condições de São Paulo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tudo bem. V. Exª tem todo o direito de pedir as informações. Mas, primeiro quero dar essa informação que tenho do ex-Prefeito Antonio Imbassay, de que a situação é totalmente diferente.

O segundo ponto é que eu acho que a Sociedade Brasileira cobra. Festejou a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ela cobra também que não houve nenhum tipo de punição de nenhum gestor que não tenha obedecido a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal não penaliza o Município única e exclusivamente; penaliza o gestor, que tem responsabilidade. Ele pode incorrer em crime de prevaricação ou de improbidade administrativa, ou até de má-fé, se não obedecer, e há penalidades previstas para o gestor na falta do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A cobrança, quando comemoramos aqui os cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi efetivamente a não-ausência de qualquer tipo de punição a nenhum gestor público municipal. Então, essa é uma outra posição.

Eu acho que nós devemos avançar nesse caso que chegou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e foi motivo até de uma medida provisória para tentar, de alguma maneira, tirar essa responsabilidade da Prefeita Marta Suplicy, porque foi ela a única, pelo menos até agora, de que efetivamente o Ministério da Fazenda tomou conhecimento e notificou a esta Comissão de Assuntos Econômicos. Nós não podemos desvirtuar esse caminho, que me parece ser o adotado pela Presidência desta Comissão e que eu aplaudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se porventura há outros prefeitos que estão em situação semelhante. Às vezes pode ser até um pouco diferente. Digamos que Salvador pode ser um pouco diferente de São Paulo, mas como foi expresso que Salvador, Rio de Janeiro e diversas outras cidades importantes estariam na condição semelhante, também há o convite para os prefeitos dessas outras cidades virem prestar esclarecimento? Se porventura ainda não há, eu gostaria de ter a informação, porque proporia que alguns prefeitos venham no mesmo dia que a Ex-Prefeita Marta Suplicy. Assim haveria uma compreensão melhor dos fatos ocorridos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Suplicy, talvez V. Exª ainda não estivesse no plenário, pois não ouviu realmente a história inteira. Nós recebemos, em dezembro do ano passado – em dezembro de 2004 o Senado Federal recebeu – um expediente por parte do Ministério da Fazenda, especificamente do Ministro Antônio Palocci. Eu peço até ao Secretário que encaminhasse uma cópia do expediente para o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

Nesse expediente, bastante objetivo e simples, S. Exª deixa bem claro que está encaminhando ao Senado Federal, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a Prefeitura do Município de São Paulo descumpriu a lei, conforme a resolução do Senado Federal. Somente isso. Não houve nenhum ofício, até hoje, com relação ao Projeto Reluz; nem ofício provindo de qualquer outro município chegou até agora ao Senado Federal. Os expedientes que chegaram foram de uma prefeitura do Rio Grande do Sul, de 2001, se não me engano, ainda de outra gestão, onde não chegou a ser concretizada a operação. Foi, aí sim, um pedido da prefeitura de autorização, que foi negado pelo Ministério da Fazenda, ou seja, que cumpriu realmente aquilo que estava preestabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, não existe nenhum ofício encaminhado de outro município. O que existe é um requerimento do Senador Aloizio Mercadante pedindo –e vai ser votada logo após a argüição de V. Exª – que sejam atendidas, de acordo com a Resolução nº 43, quais prefeituras estariam dentro do Programa Reluz e eventualmente infringiram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo. Muito bem. Então, o que eu consideraria de bom-senso é que uma vez... Não há dúvida de que esse requerimento é importante. Acredito que vá ser logo aprovado. E uma vez aprovado, eu falo a favor do mesmo, que seria importante que em sabendo quais outros municípios, pudéssemos ter aqui a presença, digamos, de outros dois ou três prefeitos além da Ex-Prefeita Marta Suplicy, para contar como foi cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Somente uma informação. Eu, por exemplo, sou relator do Item

22, uma comunicação do Ministério da Fazenda que, "nos termos do art. 22 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal (...) irregularidades na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, no Estado de Santa Catarina, e a Cohab do mesmo Estado". Então, o Ministério da Fazenda está diligente, está atento e está encaminhando para esta Casa.

Aqui é um outro processo, que não tem nada a ver com o Reluz, mas é um descumprimento, verificado pelo Ministério da Fazenda, da Lei de Responsabilidade Fiscal – a Lei Complementar nº 101, de 2000. Sou o Relator do Projeto.

Quero, com isso, mostrar que não podemos colocar numa cesta comum todos os casos de Reluz ou de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Cada processo será um processo, de acordo com a remessa enviada pelo Ministério da Fazenda, caso haja outras prefeituras incluídas nesse processo.

Primeiro, coloco em votação a dispensa e a aprovação da ata da reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica dispensada e aprovada a leitura da ata da reunião anterior.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Sr. Presidente, esta Comissão aprovou, há cerca de duas semanas, um requerimento de autoria do Senador José Jorge que pede a presença, nesta Comissão, do Sr. Waldir Camilo, do Conselho da Previ, e do Presidente da empresa, para prestar alguns esclarecimentos.

A minha indagação a V. Exª é se essa data já foi marcada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, de acordo com informação do Secretário da Comissão de Assuntos Econômicos, ainda não foi confirmada a vinda dos representantes da Previ.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Quero lembrar a V. Exª que se torne imperativa a convocação tanto do Conselheiro como do Presidente o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu diria a V. Exª que temos que alterar o requerimento, que foi de convite. Então, eu sugeriria a V. Exª que apresentasse um requerimento para uma convocação.

(Fala fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Veja bem, Senadora Ana Júlia, o Senador Heráclito Fortes está colocando que nós já reiteramos o convite, só convocando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Regimentalmente, não temos poder de convocação, a não ser de Ministro de Estado. Não temos poder de convocação para outros funcionários ou outras pessoas da sociedade civil. Temos a possibilidade de convite. A Presidência entra em contato e nós fazemos um esforço para assegurar a audiência, buscando uma data de comum acordo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se ele não quiser vir, pode-se convocar o Ministro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Sr. Presidente, acho que esta Comissão tem que tomar uma atitude nesse sentido. Hoje mesmo, ao abrirmos o **Correio Braziliense**, vimos uma grande quantidade de denúncias envolvendo esse fundo de pensão, o que vem causando a preocupação dos beneficiários, dos aposentados.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Nós também, que vamos nos aposentar, como eu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Pois é, temos aqui uma beneficiária da Previ que também demonstra essa preocupação.

Acho fundamental que esta Comissão tome uma posição. O Senador Romeu Tuma acaba de dar uma idéia com a qual concordo plenamente.

Não quero modificar o requerimento de autoria do Senador José Jorge, a quem não consultei sobre o assunto. Agora, essa é uma preocupação que vem aumentando. A minha sugestão é que o convite seja reiterado, ou, caso contrário, que faça a convocação do Ministro de Estado o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação, o requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

As Srªs e os Srs. Senadores queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 01:

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003. Terminativo. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.

Autor: Senador César Borges.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

O projeto é terminativo e a votação será nominal.

Gostaria de lembrar aos Srs. Senadores e Senadoras que, na semana passada, o Ministro Antonio Palocci entrou em contato comigo comunicando que,

em quinze dias, ele daria uma posição quanto à definição da votação dessa matéria.

Hoje, o Senador Jonas Pinheiro, que é o Relator, me comunicou que na hora também faria uma manifestação. E o Senador Aloizio Mercadante também disse que, num momento oportuno, durante a votação, no encaminhamento da discussão da matéria, ele também faria sua manifestação.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna; depois, ao Senador Jonas Pinheiro.

Senador Jonas Pinheiro, V. Exª vai falar sobre o assunto?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) **–** Sr. Presidente, eu tinha até pedido para fazer algum comentário. Apesar de estarmos hoje com a nossa Comissão de Agricultura em outro fórum, o que está acontecendo hoje no Brasil leva esta Comissão a uma reflexão.

Hoje, em todos os Estados produtores brasileiros, nos principais pólos de cada Estado, há um movimento dos produtores rurais, chamando a atenção do grave problema que enfrenta a agricultura e a pecuária do País. As contas não fecham. Essa produção, colhida recentemente, foi produzida com dólar valendo R$3,20 – hoje o dólar está valendo R$2,37. Tivemos um grave problema de seca, não só no sul do País, como em vários outros pontos do País. Em alguns momentos, tivemos excesso de chuva exatamente na época da colheita, prejudicando o produtor, que não colheu ou, então, colheu mal.

Por outro lado, Sr. Presidente, este ano tivemos, no caso da soja, o fenômeno da chamada ferrugem asiática. Quem combateu a ferrugem também não teve nenhum lucro. Cada aplicação custa em torno de três sacos de soja, e há um desespero total entre os produtores rurais do País, porque eles não têm conseguido pagar a sua conta. Os produtores não estão pedindo anistia, não estão pedindo perdão de dívida, os agricultores não estão querendo dar calote. Os agricultores querem continuar produzindo. O que os agricultores querem é a possibilidade de fazer uma ponte do ano de 2004, que foi um bom ano para a agricultura, passando para o ano de 2006, que se espera também seja um bom ano para a agricultura. E essa ponte é exatamente para esquecer o grave problema do agronegócio do ano de 2005.

Portanto, tenho que comentar esse assunto, neste instante, nesta Comissão, porque hoje, no Brasil, em centenas de pólos econômicos que vivem do agronegócio, existem máquinas na estrada, existe uma chamada de atenção para que o Congresso Nacional e o Governo Federal, bem como os governos estaduais, tomem conhecimento desse assunto, que é gravíssimo. E, para quem ainda não meditou sobre esse assunto, é bom que medite hoje, é bom que medite amanhã, porque na próxima quinta-feira, em Mato Grosso, no município de Primavera do Leste, haverá uma audiência pública promovida por várias assembléias legislativas, com mais de 8 mil produtores, e eles convidam as Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado. Estão disponibilizando avião para levar Senadores e Deputados para que de fato todos nós conheçamos a grave situação que estamos passando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – V. Exª pode até pedir para falar sobre o assunto, porque eu já estou concluindo.

A intenção foi exatamente a de que levantar esse assunto porque ele é o mais grave que temos na agricultura, depois de nove anos de sucesso no agronegócio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu tenho imenso respeito pelo Senador Jonas Pinheiro. É um homem que conhece profundamente o campo e tem um profundo compromisso com a agricultura. S. Exª tem sido sempre um negociador responsável, muito sério e ponderado.

É evidente que temos um grave problema de safra, especialmente na soja, no milho, no arroz, no algodão e no trigo. Há uma supersafra mundial. Isso levou a uma queda grande de preço. Essa sazonalidade de preços é da natureza da produção agrícola. Sempre foi assim na história econômica e sempre será. De outro lado, o suco de laranja, o açúcar, o álcool e o café vivem um bom momento.

Então, nunca a tendência é homogênea. Cada complexo agroindustrial tem a sua dinâmica própria. Agora, esse quadro foi agravado, no caso do Sul, por uma seca. Em vários municípios foi decretado estado de emergência ou de calamidade. Depois da seca, houve uma chuva forte fora de período.

Além da queda de preço, há o problema do tempo, que sempre foi um fator de imprevisibilidade da atividade agrícola. Tudo isso exigiu medidas do ponto de vista do Governo. O Governo liberou R$3 bilhões exatamente para renegociar a dívida do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, Estados atingidos por calamidade ou em estado de emergência.

Para Mato Grosso e Minas Gerais, há possibilidade de renegociação das dívidas, caso a caso, em até três anos. Além disso, está sendo liberado R$1 bilhão do

FAT para cobrir os fornecedores de insumos agrícolas, dada a dificuldade de alguns agricultores de pagarem nesse momento os insumos que foram tomados.

Foi também feita uma liberação de R$300 milhões para capital de giro de custeio das cooperativas agrícolas e de R$400 milhões para o Proagro, mas que é basicamente agricultura familiar.

Então, foram tomadas várias medidas importantes do ponto de vista da capacidade do Estado de contribuir nesse momento de adversidades, especialmente para os investimentos. Mas também parte desses recursos vai para a repactuação do custeio.

O Governo solicitou o prazo de 15 dias. Portanto, deveremos votar na próxima semana. Eu quero fazer a ponderação, porque se tivéssemos discutido apenas a prorrogação do prazo para aquilo que já havia sido repactuado, especialmente para as regiões Nordeste e Norte, em que o nível de inadimplência ainda é relativamente alto – no Centro-Oeste, praticamente, não há inadimplência; isso ocorre basicamente no Nordeste, em 29% dos contratos, e no Norte, em 22% dos contratos –, eu penso que poderíamos caminhar, na próxima semana, para uma proposta bastante razoável. Especialmente porque a rede de agências do Banco do Nordeste é muito pequena, são apenas 114 agências. Além disso, há aquele desembolso de 10% para a repactuação do contrato, porque alguns agricultores têm dificuldades.

Mas a proposta amplia para R$50 mil. Eu tenho os dados, Senador Jonas Pinheiro. Essa ampliação do contrato, na origem, para R$50 mil – hoje seria algo em torno de R$100 mil – vai beneficiar apenas 5% dos contratos. Quer dizer, são 168 mil contratos até R$35 mil e 176 mil contratos até R$50 mil.

Eu penso que deveríamos voltar a sentar e conversar para tentar um acordo em relação a esse projeto especificamente.

O difícil para o Governo é que na Câmara dos Deputados há proposta de rever-se o Pesa, a securitização de dívida. O Pesa é para contratos de R$500 mil na origem, e que só paga 3% de juros ao ano, só paga os juros. Quer dizer, nesse quadro que estamos vendo, o País precisa de recursos para a safra. Estão sendo repactuadas agora as dívidas que precisam ser repactuadas. Essa renegociação já foi feita, e bem feita, no passado. Então, nós temos também problemas na Câmara dos Deputados. O Senado Federal tem dado um sinal de muita maturidade nos encaminhamentos. O Senador Jonas Pinheiro conhece profundamente o assunto, e S. Exª mesmo tem dito que entende que a questão da securitização do Pesa não deveria ser tratada da forma como está sendo proposta, mas ocorre que tais assuntos estão na pauta da Câmara dos Deputados.

Portanto, eu ponderaria que deveríamos buscar um acordo até a próxima semana. Temos condições de fazer isso com os dados de que dispomos, e faríamos um bom acordo em relação ao Nordeste e ao Norte para esse segmento que está inadimplente. E, como eu disse, a proposta que temos atinge apenas – se mudar o valor de contrato de 35 para 50, vai ampliar em apenas 5% o número de contratos – o número de operações de investimento. Então, não há necessidade de mudar o valor. Deveríamos manter o valor, e simplesmente prorrogar o prazo para o assunto específico. E discutir, isso sim, as medidas emergenciais para atender às demandas absolutamente legítimas da agricultura brasileira, que tem dado uma grande contribuição ao País e que, evidentemente, precisa de uma atenção especial no momento de queda de preço e no momento de quebra de safra. As duas coisas aconteceram em algumas regiões do País. Precisamos de uma resposta para que a agricultura continue nessa trajetória de crescimento substantivo de produtividade, de eficiência, de exportação e de emprego. O agronegócio tem dado uma grande contribuição ao superávit comercial e ao desenvolvimento do Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um assunto muito complexo, principalmente porque atinge os pequenos agricultores, a agricultura familiar e cooperativas, e não pode se prender apenas ao Norte e ao Nordeste, porque temos o Vale do Jequitinhonha, por exemplo, região extremamente pobre e que precisa de ajuda. Mas não é só isso, existe a área do semi-árido de Minas Gerais.

Enfim, para nós, do PMDB, fica muito difícil votar contra. No entanto, concordo com o Senador Aloizio Mercadante. Se pudéssemos ter mais uma semana a fim de que o Governo se posicionasse e nos desse uma análise mais profunda, seria muito producente para todos nós. Por isso, faço o apelo ao nosso Senador Jonas Pinheiro, que sempre foi uma pessoa de bom senso, e inclusive está aqui demonstrado, mais uma vez, em seu parecer, o bom senso. Que nos seja concedida mais uma semana para que negociemos e procuremos encontrar uma solução junto ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu relatório está pronto há muito tempo. Estamos em negociação há muito

tempo, principalmente carecendo de melhores informações, principalmente do Nordeste, por intermédio do BNB – Banco do Nordeste do Brasil. O eminente técnico, Geraldo Fonteles, que conhecemos, há muito tempo tem nos prometido trazer informações que agora tomamos conhecimento por meio do Senador e Líder Aloizio Mercadante. Entendo que já é a evolução do trabalho que havíamos começado para tomar decisões mais sólidas a respeito do assunto. O que propusemos no relatório, em função do projeto do Senador César Borges, era ampliar – e essa é uma luta da Senadora Heloisa Helena – esse limite de negociação. Já temos isso consolidado, segundo nosso entendimento. Também estamos reabrindo a negociação das dívidas dos produtores, dívidas de até R$35 mil, e só retiramos o Pesa e a securitização, porque esse recurso já foi absolvido pelo Tesouro Nacional, e o que está no Tesouro Nacional precisamos de uma ação legislativa separada e muito bem trabalhada porque – daqueles que foram para o Tesouro Nacional – já são quase 100 mil casos de securitização e de Pesa que já estão inadimplentes. Precisamos resolver o problema desses produtores. É verdade que muitos desses que estão inadimplentes fizeram essa operação de securitização e de pesa, mas saíram do processo de produção, então a eles não interessa pagar. Mas, entre esses 100 mil, há muitos que querem pagar, que estão prontos para pagar, porém, como já está com taxa Selic no Tesouro Nacional, é simplesmente impossível.

O projeto do eminente Senador César Borges trata do pequeno produtor. Ele propôs R$100 mil como limite, dos quais negociaria apenas R$50 mil, em comum acordo. Até lá, o Governo dava boa sinalização. Nós pedíamos que fosse o limite de R$50 mil com negociação até R$35 mil. Abriríamos o limite, o prazo, absorvia todas aquelas dívidas dos fundos constitucionais e comentamos que, no Centro-Oeste, não havia muito problema – e não há – está em torno de 3% a dívida. Mas esses 3%, Líder Aloizio Mercadante, estão exatamente nos pequenos produtores de assentamento, que tem Pronaf, que era recurso dos fundos constitucionais. Por isso, também reenquadramos os produtores do Centro-Oeste porque eles não podem ser penalizados, sendo pouco não vai provocar muito impacto.

Daí, nós atingiríamos todos os fundos constitucionais, o do Norte, o do Nordeste e o do Centro-Oeste, mesmo porque aqui estão os representantes de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal, que solicitaram para que enquadrasse também o Centro-Oeste, já que é pouco produtor, mas é significativo porque é produtor de assentamento rural.

Por isso, gostaria de ler o meu relatório e votar o meu projeto. Mas, se for para um bom entendimento e que isso não ultrapasse a próxima semana, eu concordo, recebendo aqui o apelo do eminente Líder do PMDB e pedindo autorização para o autor do projeto, concordo com a transferência até o dia 7, portanto, daqui a uma semana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, permita uma explicação da Mesa.

V. Exª diz bem. Pelo que foi comunicado pelo Senador Luiz Otávio, o Ministro da Fazenda pediu 15 dias na semana passada, o que daria, impreterivelmente para a próxima semana. Não sei se o Senador César Borges concordou ou não com essa proposta que foi apresentada na última reunião, a pedido do Ministro da Fazenda, para fazer um acerto, e os 15 dias terminariam na próxima terça-feira.

Pergunto a V. Exª e ao autor do projeto se poderíamos suspender as discussões... Fica a seu critério. Há condições de votação, há número.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que a última palavra nesse assunto é do relator, nobre Senador Jonas Pinheiro. No entanto, como autor do projeto, quero dizer a V. Exª que o prazo, de 15 dias, na verdade, vence hoje, porque foi dado há 15 dias. Na semana passada já corria uma semana.

Lembra o Senador Almeida Lima quantos 15 dias esse projeto, efetivamente já teve ao longo desse período. Já me sinto até constrangido diante dos Senadores que se encontram aqui e estão defendendo os pequenos produtores de suas Regiões, do Centro-Oeste, do Norte, eu especialmente do Nordeste do Brasil, pelo número de vezes que vieram aqui para votar esse projeto que está como item primeiro da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos e sempre estamos protelando. Estamos, aqui, há aproximadamente 120 dias, quando o nobre Líder do PT, o Senador Delcídio Amaral, me pediu um prazo curto de 15 dias, de uma semana, aliás. Foi o primeiro pedido para se ter uma negociação. Até hoje, essa negociação não evoluiu, apesar de o Senador Jonas Pinheiro já ter modificado o seu relato, tornando o projeto mais palatável, ou seja, ele não alcança, não tem a abrangência que se pretendia, inicialmente. Já se fez isso, mas me parece que também não é, ainda, aceito pelo Governo, que pretende restringi-lo mais ainda, ou seja, transformá-lo em algo praticamente ineficaz.

Então, Sr. Presidente, até em consideração aos Srs. Senadores, que sempre vêm e estão interessados nesse projeto, minha opinião é de que deveríamos votá-lo. Se o partido do Governo e os partidos aliados do Governo acharem por bem que a agricultura brasileira não merece esse apoio... Vejam bem,

não estamos falando da grande agricultura, mas dos pequenos produtores rurais. Não estamos falando de agronegócio.

Ontem, ouvi o Presidente da Confederação Nacional de Agricultura: são poucos os que fazem agronegócio neste País, que têm, realmente, capacidade, estrutura, densidade de agronegócio. Há uma crise séria no agronegócio, mas há uma crise permanente para a pequena agricultura, que, em qualquer lugar do mundo, tem a compreensão e o subsídio do Governo e que, no País, infelizmente, não está havendo. É uma questão de sobrevivência dos pequenos agricultores.

Então, é essa sensibilidade. O Senador Mercadante fala que são 29% de inadimplência mas, na verdade, são 56%, se considerarmos que aqueles que estão inadimplentes terão, provavelmente, a sua dívida restante para não ser paga, pois será incluída nesse passivo. Então, não são 29, são 56.

No Nordeste, o Fundo Constitucional do Nordeste tem 4 bilhões na mão do Banco do Nordeste que não estão aplicados. Então, o impacto será mínimo sobre esse fundo. Há uma incompreensão. Não entendo por que essa dificuldade do Governo Federal em ter essa sensibilidade com o pequeno agricultor, que está lá perdido no pequeno Município, sem ajuda, sem uma mão que possa dar socorro numa hora dessa.

Eu, realmente, Sr. Presidente, como autor desse projeto, dou total autonomia ao Senador Jonas Pinheiro pela sua competência, pela sua capacidade, pela sua dedicação e pelo seu poder de discernimento. O que ele fizer, para mim, estará bem. Agora, quero dizer aos Srs. Senadores que se interessam por esse projeto que, por minha parte, nós o votaríamos de imediato.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O prazo seria de 15 dias e venceria hoje, Sr. Presidente. O prazo solicitado venceria hoje, dos 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador César Borges, lembro bem que foi na semana passada que falei com o Ministro Palocci, e vou lhe explicar por quê. Foi uma coincidência, logicamente, mas houve um encontro. Ele jantou na residência do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e também fui convidado para esse jantar. Realmente, hoje completa oito dias, não digo sete, mas oito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando do seu anúncio nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Do anúncio da sessão anterior.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Hoje são 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Hoje, faz uma semana. Inclusive, ele reiterou os 15 dias para, realmente, ter uma definição. Até lembrei ao Ministro Palocci: "Ministro Palocci, fica ruim não equacionarmos isso nos 15 dias, até porque eu colocarei em votação após os 15 dias". Então, quando anunciei, no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, com certeza, o prazo foi dado por 15 dias que se completam na próxima semana.

Ainda a palavra está com V. Exª. Depois, temos os Senadores Ramez Tebet, que já está aqui nervoso para usar a palavra, Delcídio Amaral e Garibaldi Alves Filho, que tem inúmeros compromissos na Comissão Municipalista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lembro-me que, daqui a uma semana, teremos uma audiência pública com o Presidente do Banco Central do Chile. Mais uma vez não vou discutir com a Presidência. Tenho o maior respeito ao Sr. Presidente. Entretanto, creio que prazo está vencido. Mas tudo bem. Volto a afirmar que o entrego ao Relator a decisão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se for adiado antes da audiência pública, poderemos colocar em votação. Creio que seria... Ia encerrar a discussão hoje...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Teremos, ainda, o Senador Ramez Tebet, o Senador Delcídio Amaral e o Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, indiscutível o mérito desse projeto. É unânime a vontade que esta Comissão tem de ajudar o pequeno agricultor, aquele que está mais necessitado em todas as regiões do Brasil, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero lembrar que vivemos sob o regime presidencialista. Esse projeto que leva a verve da sensibilidade política do Senador César Borges, está começando no Senado,já está caminhando. No entanto, está caminhando a passos de tartaruga, vamos falar a verdade. O assunto é muito sério. Trata-se de ajudar o pequenino, aquele que produz e até um limite que vai de R$35 mil a R$50 mil. É coisa ínfima. É sempre bom um acordo com o Poder Executivo. Vamos ser francos! Não adianta o Senado e a Câmara aprovarem um projeto e receberam um veto. No Governo do Presidente Lula nenhuma veto foi apreciado ainda pelo Congresso Nacional. Então, se há uma discussão de mais uma semana, de menos uma semana, vamos fazer o compromisso de votar a matéria independentemente da audiência pública com o Presidente do Banco Central do Chile, na próxima terça-feira. Vamos votar antes. Vamos assumir esse compromisso. Se o Presidente da Casa está afirmando que subme-

te, terça-feira, a matéria à votação, vamos votá-lo. O Relator, em princípio, concorda com o adiamento. Eu, por razões de ordem prática, coloco-me ao lado de S. Exª. Vamos adiar por uma semana impreterivelmente. Esse projeto já foi adiado várias vezes. A Comissão de Assuntos Econômicos têm uma grande responsabilidade diante desse projeto, a meu ver. Era a opinião que gostaria dar. Mas vamos votar impreterivelmente na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Logo após, concederei a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, inscrevi-me para falar. NO entanto, a intervenção do Senador Ramez Tebet, meu conterrâneo sempre brilhante, uma figura ilustre do nosso Estado, dispensa comentários. Acompanha *ipsis litteris*, tudo aquilo o que o Senado Ramez Tebet acabou de dizer. Quero parabenizá-lo por sua objetividade e, mais uma vez, pela habitual competência em tratar um assunto tão importante para a Região Centro-Oeste, especialmente para Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN, Presidente da Comissão Municipalista do Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero falar ao Senador César Borges, que é autor desse projeto, e ao Senador Jonas Pinheiros, da expectativa que cerca a tramitação desse projeto na Região Nordeste e, principalmente, no Rio Grande do Norte. Há uma expectativa muito grande de que pelo menos esse projeto seja aprovado. Sabe-se que existem outras iniciativas que, inclusive, são mais abrangentes. Por isso mesmo, sua tramitação vai demorar no Congresso Nacional.

Creio, Sr. Presidente, que devemos acolher as ponderações que foram feitas pelo Líder do Governo, mesmo sabendo da impaciência, como é visto, mais um prazo de prorrogação para apreciação desse projeto, creio que devemos acolher as ponderações do Líder, Senador Aloizio Mercadante, e acatar a sugestão de todos aqueles que querem que, na próxima semana, tenhamos a apreciação desse projeto em favor dos pequenos agricultores do Nordeste, do Centro-Oeste e de outras Regiões do Brasil.

Parabenizo o Senador Jonas Pinheiro pela maneira como S. Exª tem conduzido a negociação desse Projeto, de autoria do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica, portanto, adiado o Item 1 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, é preciso deixar bem claro que, em função da audiência pública que acontecerá na próxima terça-feira com o Presidente do Banco Central do Chile, essa audiência não prejudique a votação desse projeto. Havendo **quorum**, gostaríamos de votar o projeto.

Portanto, convoco S. Exªs para, na próxima terça-feira, dia 7, todos estejam presentes para procedermos à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica, portanto, adiado o Item 1 da pauta, que trata do Projeto de Lei nº 517, de 2003, terminativo, de autoria do Senador César Borges, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

A apreciação desse item fica adiada para a próxima terça-feira, 7, no mesmo local e hora.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo, de autoria do Senador Delcídio Amaral;o Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Relator do projeto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apesar de o relatório estar pronto, o Senador Delcídio Amaral, autor do projeto, solicitou-nos uma análise para que possamos fazer algumas modificações ainda no projeto.

Assim sendo, peço a retirada de pauta do projeto. Nossa intenção é que o projeto seja votado nas próximas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa acata o pedido do Senador Eduardo Azeredo de retirar o Item 2 da pauta.

Passamos, agora, ao Item 3.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se fosse possível, gostaria de pedir a inversão de pauta para o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta para o Item 4, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a solicitação da Senadora Ideli Salvatti.

Passamos, agora, ao Item 4.

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro. A autoria do projeto é do Senado Antonio Carlos Valadares.

O projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores. A autoria é da Senadora Ideli Salvatti; o Relator é o Senador Pedro Simon.

O parecer é favorável ao PLS nº 209, de 2003, com a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; e pela rejeição do PLS nº 188, de 2003.

Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Em discussão. (Pausa.)

Tem a palavra a Senador Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, como o meu projeto tramita em conjunto, eu quero dar o seguinte encaminhamento: em primeiro lugar, fazer a retirada do meu projeto, tendo em vista que o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares é mais amplo do que aquilo que nos motivou a apresentar o projeto. Apesar de o projeto de S. Exª ser mais amplo, as questões que apresento no meu projeto não estão devidamente contempladas no texto do projeto do Senador Valadares. Portanto, estou retirando o projeto e apresentando algumas emendas que possam, no texto do Senador Valadares, contemplar as questões que me motivaram a apresentar o projeto. Então, estamos dando uma nova redação ao art. 11 – essa é uma das nossas emendas –, ao art. 10 e ao art. 16.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª tem de apresentar um requerimento no plenário do Senado para a retirada do projeto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso eu posso fazer posteriormente, mas as emendas ao projeto do Senador Valadares eu posso apresentar agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, fica também adiado o projeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para colaborar com a Senadora, devemos retirar a matéria de pauta, até por que o Relator não se encontra presente. Então, gostaria de que fosse retirado de pauta, para que o Relator se entenda com a Senadora. S. Exª fará a leitura e, na próxima semana, traz devidamente equacionado o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ausência do Relator, a Mesa acata a proposta do Senador Heráclito Fortes. Fica também adiado o Item nº 4.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não. V. Exª é a nossa Líder de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Luiz Otávio, agradeço a gentileza do Senador Heráclito Fortes por essa contribuição significativa no encaminhamento dos interesses das minhas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É o amor que acontece aqui também. Há dias de briga e dias de união.

Item nº 5. Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo. O autor não está, o Senador Arthur Virgílio. Está só a Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora. Se S. Exª quiser relatar pode fazê-lo; do contrário, passamos a outro item.

Item nº 5. Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo. Pelo arquivamento do projeto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu não teria nenhum problema em relatar. O projeto é pelo arquivamento pelo fato de que já tem, na verdade... Quando o Senador apresentou, não tinha, mas depois foi aprovado. Já é lei o que S. Exª está propondo, já existe similar, mas consulto os meus Pares. O autor não está. Apresentamos essa conclusão pelo arquivamento pelo fato de já existir lei a respeito. A idéia do Senador é positiva, mas já existe legislação sobre a situação, que foi aprovada nesse meio tempo. Então, o nosso parecer é pela rejeição do projeto. Agora, se meus Colegas quiserem, eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O projeto é terminativo. Precisa ter votação nominal e, logicamente, **quorum** para votação. Adiado, então, o projeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pelo adiamento, em consideração à ausência do autor e pelo mesmo motivo que alegamos no item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Item 6, projeto não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004. Concede incentivos às médias, pequenas e micro empresas para a criação de novos empregos. Autor: Senador Marcos Guerra; Relator: Senador Fernando Bezerra, pela rejeição do projeto.

Se algum dos Srs. Senadores puder servir como Relator **ad hoc** para votarmos o projeto, até porque é um projeto não terminativo e é apenas pela rejeição do projeto. Senador Marcos Guerra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, em nome da coerência, sugiro a V. Exª o adiamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Adiamento.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado também o adiamento do Item nº 6.

O Item nº 7 tem como Relator o Senador Delcídio Amaral. O autor é o Senador Almeida Lima. Pede também pela rejeição e pelo arquivamento do projeto.

Srs. Senadores, estamos neste mesmo momento tendo a argüição dos três Srs. Membros do Ministério Público indicados pelos Estados vencedores. O Estado de Goiás, o indicado pelo Senador Demóstenes Torres, Procurador; o Espírito Santo, pelo Senador João Batista Motta – foi o grande vencedor, o Senador Motta; e o de Alagoas, que, logicamente, deveria também ser aprovado, indicado pelo Presidente, o Senador Renan Calheiros.

Quanto ao projeto que está no Item 7: o autor está presente, o Senador Almeida Lima, e o Relator também está presente, o Senador Delcídio Amaral. Podemos adiá-lo pela presença dos senadores, autor e relator.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente, hoje estamos com uma série de problemas na agenda de todos os senadores. Estamos em audiência lá na CCJ, na sabatina dos indicados do Ministério Público; a comissão de Educação.... A Comissão de Fiscalização e Controle inicia seus trabalhos agora. Quer dizer, há um acúmulo de atividades que fogem da rotina da terça-feira.

Sendo assim, queria ponderar com V. Exª, em função da agenda carregada, se não poderíamos adiar para a próxima semana, o que não afetaria em nada a discussão, o debate e a votação que vamos fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Da parte da Mesa, não.

Acatamos a proposição de V. Exª e vamos encerrar a reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião de terça-feira, dia 7, quando votaremos o Item 1 da pauta e, logo após, ouviremos o Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vittorio Corbo.

Encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h41min.)

Ata da Décima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezesseis de junho, de 2005, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Jorge, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Jorge Bornhausen, Almeida Lima, Lúcia Vânia, Ramez Tebet, tendo falta justificada para tratamento de saúde, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, José Maranhão, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente em exercício, Senador Romeu Tuma, comunica aos membros o recebimento do Aviso nº 20, de 2005, nº 208/2005, na origem, de 27 de maio último, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, e que o expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Logo após, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como objetivo discutir e votar as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLN nº 04/05, oferecidas perante esta Comissão, que serão apresentadas à Comissão Mista

de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram apresentas três Emendas, de autoria do Senador Leonel Pavan, Emenda nº 01-Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar; Emenda nº 02-Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala; e Emenda nº 03-Apoio à Instalação de Modalidades Alternativas à Atenção Hospitalar. O Presidente comunica que foi feita uma consulta à Consultoria de Orçamento do Senado e que, após sua análise, foi constatado que as referidas emendas não são de competência desta Comissão. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Senador Edison Lobão, para discutir o assunto. Colocado em votação, a Comissão aprova, portanto, o encaminhamento das referidas emendas às Comissões competentes. Sendo assim, a Comissão de Assuntos Econômicos não apresentará Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLN nº 04/05. Antes de encerrar a Reunião, o Presidente comunica o recebimento do Ofício nº P-148/2005-CMO, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, comunicando o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, no dia vinte e nove de junho do corrente, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para apresentar, "em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Romeu Tuma,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 16 de junho de 2005.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento, para seu conhecimento: Aviso nº 20, de 2005, de 27 de maio último, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, demonstrativo das emissões do real relativas ao mês de abril de 2005, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos submeter à discussão e votação as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLN nº 4/2005, oferecidas perante a Comissão de Assuntos Econômicos, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Temos aqui três emendas encaminhadas pelo Sr. Senador Leonel Pavan.

A análise feita pela Consultoria da Casa, no setor de Orçamento, nos indica que elas não têm substância para permanecer na CAE, por pertencerem a outros setores de comissões temáticas da Casa.

Então vou lê-las e acredito que as Srªs e os Srs. Senadores concordarão em encaminhá-las às comissões permanentes desta Casa, com uma advertência talvez um pouco decepcionante de que a maioria das comissões não quer inserir na pauta a discussão de emendas como essa, que apresentam apenas as metas, principalmente, de manutenção de setores importantes da Administração Pública, porque acreditam que não há um interesse objetivo do Governo de analisá-las e premiá-las, para que realmente possam dar substância ao Orçamento e à LDO.

Portanto vou ler essas três e, em seguida, se quiserem discutir, nós o faremos.

A Emenda nº 1 trata da inclusão de inovação em programa específico do PLDO, da agricultura familiar – Pronaf, fomento a projetos de diversidade econômica e agregação de valor na agricultura familiar. Segue-se a justificativa apresentada pelo Sr. Senador Leonel Pavan.

Como foi criada a Comissão de Agricultura pela nova Mesa da Casa, essa emenda deverá ser analisada pela Comissão de Agricultura.

A Emenda nº 2 prevê a inclusão de inovação em programa específico do PLDO, também voltada para a pesquisa e o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social.

Ela tem o valor grande, e estamos lutando muito para que haja uma visão mais abrangente em relação às pesquisas que se fazem necessárias para o País se desenvolver com maior velocidade. Será encaminhada para a Comissão de Agricultura.

A Emenda nº 3 é sobre a inclusão de inovação em programa específico, atenção especial em saúde, apoio à instalação da modalidade alternativa à atenção hospitalar, que se refere à instalação da Rede Sarah

Kubitschek no Estado de Santa Catarina, para evitar os deslocamentos que ocorrem do Sul para Brasília, visando o atendimento por esse hospital padrão em caso de acidentes ou problemas de ordem motora.

Acreditamos que essa emenda deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Senador Edison Lobão, com a palavra para discutir.

A Comissão, segundo a Assessoria da área de Orçamento, entende que as três emendas apresentadas pelo Senador Leonel Pavan não são atinentes à Comissão de Assuntos Econômicos. Duas são relativas à agricultura, com a criação da Comissão Permanente de Agricultura, e a outra se refere à CAS, por se tratar de assunto de saúde.

Informei, Senador Edison Lobão, e creio que V. Exª há de concordar comigo, que algumas comissões já declararam que não submeterão à votação emendas com esse tipo de metas, porque entendem que seriam inócuas. Então fico um pouco entristecido com isso, porque começo a sentir no Parlamento a indiferença do Governo com referência às propostas de interesse público.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Romeu Tuma, V. Exª que preside tão bem esta Comissão, concordo inteiramente com o julgamento que faz V. Exª quanto às três emendas apresentadas.

Examinando-as, ainda que superficialmente, cheguei à mesma conclusão: elas não são pertinentes ao objeto desta Comissão de Assuntos Econômicos.

A Comissão, ora tão bem presidida por V. Exª, procede bem, na medida em que cumpre o seu papel. Não podemos contribuir para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não seja votada a tempo. Devemos todos contribuir para que, até o final deste mês, possamos desincumbir-nos, na Comissão de Orçamento, da votação dessa lei tão importante, bem como no Plenário.

O fato é que cumpriremos sempre o nosso dever, assim como os prazos regimentais estabelecidos para a votação dessas leis de fundamental importância para a economia e a administração do País.

Estou solidário com V. Exª, que tem o meu voto segundo a sua orientação, no sentido de que não são pertinentes à Comissão de Assuntos Econômicos as três emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço muito ao Senador Edison Lobão.

O Orçamento é uma peça importantíssima para o Governo da República e também para a nossa fiscalização, porque, na medida em que se atrase ou não se discuta o Orçamento, também não poderemos fiscalizar nem reclamar de falta de investimentos em qualquer área considerada importante, principalmente para a representação que detemos dos nossos Estados.

A proposta é no sentido de encaminhar as três emendas para as comissões temáticas permanentes, e não rejeitá-las, se não prestaríamos um desserviço e uma desatenção ao Senador que as apresentou. Então, ao invés de rejeitá-las, faremos o seu encaminhamento correto, conforme orientação da Consultoria Orçamentária da Casa.

Então agradeço a V. Exª.

Se ninguém mais quiser fazer uso da palavra, vou apenas comunicar um ofício do Senador Gilberto Mestrinho, que diz que o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, comparecerá, no dia 29 de junho, às 14h30, ao Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Verifico, Srs. Senadores, que os temas são importantíssimos para os membros desta Casa.

Agradeço muito a participação de V. Exª, um homem sempre presente em tudo o que diz respeito a discussões de objetivos e metas de interesse não só do seu Estado, o Maranhão, mas de toda a República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h53min)

Ata da Primeira Reunião, de Instalação, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de abril, de 2005, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Mão Santa, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Serys Slhessareko, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral e, ainda, dos Senadores Luiz Otávio, Romeu Tuma, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Marco Maciel, Álvaro Dias, Rodolpho Tourinho, Ideli Salvatti e o Deputado Luiz Carlos Hauly. Deixam de

comparecer os Senadores José Jorge, Sérgio Guerra, Ney Suassuna e Sibá Machado. Havendo número regimental, o Presidente Eventual, Senador Mão Santa, declara aberta a reunião. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão e comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Garibaldi Alves Filho e Heráclito Fortes para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Procedida a votação secreta, foram designados os Senadores Mão Santa e Ana Júlia Carepa para procederem ao escrutínio. O Senador Garibaldi Alves Filho é eleito Presidente, por seis votos, e o Senador Heráclito Fortes Vice-Presidente, por igual número de votos. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, os Senadores Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Mão Santa, César Borges, e, ainda, os Senadores Romeu Tuma, Pedro Simon e Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Mão Santa,** Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, criada através do Requerimento nº 7-CAE, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, que é o Presidente da CAE.

Neste instante, na Presidência, temos que dizer que já estava tardando, porque realmente o Município é a instância mais importante da Nação, é lá que todos nós vivemos.

Ressalte-se aqui a presença do Senador Heráclito Fortes, cuja trajetória política foi feita sempre abraçando a bandeira do municipalismo – disso dou testemunho no meu Estado –, como os outros Senadores e Senadoras também. V. Exªs sabem que temos uma formação cristã, Francisco é o meu nome, e diz-se "onde tiver a discórdia eu seja a união", e paz e bem.

Mas aí está registrada a chapa, está aberta...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª vai colocar em votação rapidamente? Se V. Exª permitir, eu só queria fazer uma consideração, dada a importância deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedemos neste instante a palavra para o pronunciamento do Senador Romeu Tuma, que é o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr. Presidente da Subcomissão – não é porque é o mais velho, porque acho que ganho de V. Exª, mas é por ser mão santa, abençoada, então vai trazer sorte para a Subcomissão –, Senador Heráclito Fortes, Senadora Serys Slhessarenko, na última reunião da Associação Paulista de Municípios, realizada na Praia Grande, todos os depoimentos dos Prefeitos são sempre mostrando que o grande problema é a orfandade em que vivem aqui em Brasília, a falta daquela infra-estrutura que poderá apoiá-los, até para orientá-los como conseguir aquelas verbas naturais que os Ministérios repassam aos Municípios quando é um projeto nacional de vários temas que o Governo Lula tem levantado, e infelizmente não têm chegado aos Municípios.

Então, comuniquei a sua proposta, Senador Luiz Otávio, e houve vibração dos Prefeitos por terem agora um fórum próprio, que é esta Subcomissão, para a qual infelizmente não fui indicado. Sei da importância da presença do Senador Heráclito Fortes na direção da Subcomissão, junto ao Senador José Agripino. Acho que é um homem que conhece o Município, sabe as grandes dificuldades, principalmente na Região de V. Exª, da qual S. Exª faz parte, e essa Região Nordeste sofre muito com isso.

Lá em São Paulo, ainda, o Governador comparece às reuniões, troca idéias, mas nessa massa de oportunidades que os Prefeitos podem ter em Brasília eles encontram amparo pulverizado, cada Senador recebe dois, três Prefeitos, não há a possibilidade de um congraçamento mais forte das reivindicações dos Municípios.

Então, essa tese que V. Exª traz aqui acho que terá um bom resultado para o País, e sem dúvida nenhuma vou solicitar ao meu Líder, por quem tenho grande admiração, que quando houver uma vaga eu possa participar, mas eu gostaria de, indiretamente, já estar participando desta importante Subcomissão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedemos a palavra, por solicitação, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, tenho absoluta certeza de que deve ter sido um esquecimento do Líder do nosso Partido a não-inclusão do Senador Romeu Tuma nesta Comissão. Todos nós sabemos da luta de S. Exª em prol do municipalismo,

participando inclusive de debates aqui e fora do Senado e também a sua atuação como Primeiro Secretário da Casa, o que possibilitou a expansão do programa Interlegis, que é exatamente a intercomunicação do Senado Federal com os municípios.

Esse é um trabalho hoje reconhecido e admirado no Brasil inteiro. O Senador Romeu Tuma teve a missão de dar os primeiros e decisivos passos para que o sonho fosse realizado.

O Senador Romeu Tuma foi muito feliz ao colocar a figura do prefeito numa posição indefesa. O prefeito, no meu modo de ver, é o grande sofredor neste País, muitas vezes pela falta de comunicação e, muitas vezes, pela falta de apoio. Tenho certeza de que uma comissão como esta passará a dar o apoio necessário aos prefeitos.

Há pouco, conversava com o Senador Mão Santa e com a Senadora Serys Slhessarenko sobre os juros, que atingem também as prefeituras municipais. Ocorre um fato cruel para os municípios, que são os repasses das verbas federais. Quando se libera um recurso para calçamento, para iluminação pública, normalmente o prefeito firma contrato com uma construtora da cidade, muitas vezes pequena. O nobre Senador Edison Lobão, que é municipalista, sabe muito bem disso. S. Exª foi Governador e viveu esse problema. O que ocorre? O prefeito faz o contrato, a obra é iniciada e o repasse federal, que saiu na primeira vez com certo atraso, não sai na segunda e o prefeito fica lá endividado. Para não ser desmoralizado na sua cidade, perante a sua comunidade, ele geralmente recorre a bancos, pagando juros, e entra num círculo, do qual tem dificuldade para sair, quando consegue sair.

V. Exª foi muito feliz ao abordar esse assunto. Esta Comissão será fundamental para orientar os prefeitos.

O segundo ponto, Senador Romeu Tuma, que V. Exª também conhece muito bem e que atrasa a vida dos prefeitos municipais, são os famosos lobistas, são aqueles que chegam aos municípios com uma pasta, prometendo recursos que não existem, prometendo felicidade para o município e para o prefeito, geralmente em troca...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Este foi um grande trabalho da Interlegis: afastar a presença do lobista, orientando os prefeitos nas necessidades naturais pela interligação – o Presidente Renan Calheiros está dando-lhe continuidade – do programa da Interlegis com o BID.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há o caso, Senador Romeu Tuma, de o lobista chegar à audácia de anunciar como sua a verba do Senador e do Deputado. Acho que essa é outra missão importante desta Comissão.

Não fui pioneiro, mas, copiando outros colegas, fiz uma publicação exatamente orientando o prefeito municipal a receber recursos sem intermediação de estranhos. Acho que esta Comissão terá um papel muito importante na defesa do municipalismo.

Portanto, parabenizo o Senador Luiz Otávio. Tenho certeza de que, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, faremos um trabalho proveitoso em prol dos municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mato Grosso, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É difícil aprender que sou Senadora por Mato Grosso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É porque V. Exª está tão encantadora que me lembrei do Cruzeiro do Sul, das estrelas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Calma, Senador.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu diria que esta Subcomissão Municipalista, chamando-a assim, é uma das subcomissões mais importantes, da maior relevância. Por quê? Porque acredito – e isso já foi dito aqui – na importância do poder local, porque é do poder local que a população está próxima. É no vereador, é no prefeito que a população consegue chegar, e a população é que sabe dos problemas que está vivenciando diariamente na comunidade. Então, aquilo que está acontecendo ali junto com a população ela conhece e ela tem a quem reivindicar, que é o poder local mais próximo. É óbvio que é muito mais difícil chegar ao Governador, ao Presidente da República, a um Senador, a um Deputado do que chegar a vereador ou a um prefeito.

Então, eu diria que a relevância passa por aí, porque, se a população conhece os seus problemas, se o poder local está junto dela, então esse poder local precisa ter... Duas questões devem ser consideradas como relevantes: uma delas é a possibilidade de esse poder local definir políticas públicas; a outra, a descentralização de recursos. Acredito que esta Comissão pode atuar no sentido de viabilizar essas duas questões, para que o poder local tenha cada vez mais possibilidade, é óbvio, sem desconsiderar a questão da federação, claro – não vamos discutir isso –, para que o poder local tenha condições de avançar mais

celeremente na busca da solução dos problemas para a comunidade do seu entorno. Se acreditamos que melhorar a qualidade de vida da população na comunidade é importante – é nisso que acreditamos, eu pelo menos acredito –, precisamos fazer com que essa população tenha as condições políticas e econômicas de avançar na melhoria da qualidade de vida da localidade.

Então, atribuo, realmente, a maior relevância a esta Subcomissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedemos a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Bom-dia, Senador Mão Santa, que, neste momento, preside a sessão de instalação desta Subcomissão, bom-dia Senadoras e Senadores.

Estamos aqui instalando uma Subcomissão que tem uma importância muito grande. Vimos isso em cada momento, em cada discussão de projeto, porque a população tem uma noção, é óbvio, do que é o Pais, do que é o Estado, mas ela mora na cidade e tende, inclusive, até a cobrar dos prefeitos e das prefeitas aquilo que normalmente nem diz respeito a uma responsabilidade municipal. É natural que possamos, inclusive através desta Subcomissão, discutir como fazer com que os prefeitos e as prefeitas administrem, de um modo geral, orçamentos pequenos com grandes responsabilidades.

Já tivemos, no nosso País, um período em que a criação do município funcionou como uma febre. Criaram-se municípios, centenas e centenas de municípios criados neste País, mas muitas vezes não se observou a viabilidade da criação desses municípios.

Sempre digo isso, porque também é importante. Hoje se discute muito também a divisão de Estados. Essa é uma visão que temos que ter, porque, de modo geral, quando se defende a independência de um município, a criação de um Estado, não se costuma dizer o custo disso para a sociedade.

Então, quero parabenizar o Presidente da CAE, que propôs a criação desta Subcomissão, para que possamos olhar com o carinho devido e com a responsabilidade devida também as questões relevantes que dizem respeito aos municípios e, portanto, que dizem respeito aos cidadãos e cidadãs que moram em cada lugar, por mais distantes que sejam e diferentes que sejam as realidades no nosso País.

Então, fico feliz de participar desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedemos a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu também quero-me congratular com o Senador Luiz Otávio por essa iniciativa. S. Exª em boa hora resolveu que esta Casa, o Senado Federal, deveria criar esta Subcomissão permanente. Nós temos recebido aqui os prefeitos, mas tratando apenas com S. Exªs das questões emergenciais, Sr. Presidente. Temos recebido os prefeitos que vêm aqui para pedir que se salve o município por meio de um por cento do Fundo de Participação a mais, por meio de soluções que sabemos que são paliativas. Nós precisamos ir mais a fundo e tratar dessa questão com maior seriedade e profundidade.

Daí porque, Sr. Presidente, estou aqui também para aplaudir a idéia do Senador Luiz Otávio e dizer da minha satisfação em participar, ao lado de tantos companheiros, desta Subcomissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Concedemos a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as dificuldades financeiras dos Municípios vêm de longe. Lembro-me de que, há vinte anos, os municípios participavam com cerca de oito por cento do bolo dos tributos nacionais. Houve algumas alterações – eu era Deputado ainda, a essa época – propostas por mim e por outros Parlamentares. E essa participação se elevou de oito para doze, e, no passo seguinte, para quatorze por cento.

Veio a Constituinte de 1988, e, por meio dela, elevamos essa participação para 23%. Parecia ser muito, praticamente mais do dobro do que ocorria há vinte anos – devendo-se lembrar que também as receitas se elevaram. Então, passou a ser um percentual em dobro sobre receitas majoradas.

Sucede que o Governo Federal, como sempre faz, transferiu encargos que eram seus para os municípios, praticamente anulando, portanto, esse diferencial de recebimento em matéria de fundo de participação. Em seguida, além dos encargos transferidos, cuidou a União de estabelecer taxas e outros meios de arrecadação dos quais apenas ele, Governo Federal, se beneficiava, surrupiando, portanto, dos municípios, rendas fundamentais para o exercício da sua função.

Creio que a instalação desta Subcomissão, que agora vai olhar de perto e especificamente o problema municipal, poderá resultar em benefícios substanciais para os municípios brasileiros. Eu sou municipalista de muito tempo, convencido de que é por meio do município que se pode promover o bem-estar da sociedade.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Pois não.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente da reunião de instalação da Subcomissão de Assuntos Municipais, Srs. Senadores, Srª Senadora, primeiramente, quero agradecer as referências dos Srs. Membros da Comissão à proposta que apresentei para a criação da Subcomissão de Assuntos Municipais nesta Comissão de Assuntos Econômicos, que nada mais foi do que uma confirmação, um apoio ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, que inclusive hoje instalará oficialmente a Subcomissão no Senado, tendo cedido o espaço do Salão Nobre do Senado Federal. O próprio Presidente do Senado, Senado Renan Calheiros, fará a instalação e o anúncio oficial da criação da Subcomissão, com transmissão diária, pela TV Senado e pela Rádio Senado, do Minuto Municipalista.

O PMDB indicou o Senador Garibaldi Alves Filho para a Presidência da Subcomissão e o PFL indicou o Senador Heráclito Fortes para a Vice-Presidência desta Subcomissão. Portanto, eu quero cumprimentar a todos, em especial o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão, e dizer-lhes que darei todo o apoio de que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal dispõe para os seus trabalhos, tanto o apoio logístico, material e administrativo, como o apoio que teremos do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para que os trabalhos sejam executados da melhor maneira possível e realmente esta Subcomissão tenha o papel que é da maior importância para o Brasil.

Há mais de cinco mil e quinhentos municípios no Brasil. Das regiões Norte e Nordeste e em especial a Região Amazônica, o meu Estado do Pará, existem pleitos municipalistas que se encontram em votação no Congresso Nacional. Temos a discussão séria e permanente da participação do Fundo Constitucional dos Municípios, que se encontra no Congresso, especialmente na Câmara Federal, para o aumento da receita dos municípios. Eu tenho certeza de que essas matérias serão discutidas e terão o apoio do Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, do Sr. Vice-Presidente e dos Membros da Comissão, como o Senador Mão Santa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Mão Santa, eu queria ser testemunha de que o Presidente Senador Luiz Otávio, em conversa com o meu Líder Senador José Agripino, indicou o Senador Heráclito Fortes como Vice-Presidente na chapa. Inclusive, há informação de que seria o Senador Geraldo Mesquita Júnior o Presidente. Sei que V. Exª está sentindo falta do documento de apresentação, mas eu acredito que isso não faltará. Haverá a supressão dessa falha e será confirmado. Eu não sei se sou o primeiro Líder, com a ausência do Senador José Agripino, ou se o Senador Edison Lobão está na minha frente para confirmar a indicação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Está à frente de todos nós V. Exª.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronto. Estão abertas, aqui, as cédulas para votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, felicito V. Exª, porque a sua pessoa fica muito bem na presidência desta Subcomissão, da qual nosso Líder não o tinha colocado como titular. Mas a exigência de seus colegas de Bancada, e inclusive da Casa, obrigou os outros a recuar e colocar seu nome. Fico muito feliz em vê-lo.

Como sou ainda um dos últimos suplentes, não tive condições nem qualidades de assumi-lo. Era titular, mas o novo Líder, com métodos modernos, resolveu dar um salto de qualidade na Bancada e me tirou. Gostaria de saber, como há poucas pessoas, se eu teria alguma chance de votar. Gostaria de votar. E solicito que V. Exª e a Secretaria verifiquem se, ao final da votação, sobraria lugar para mim.

O SR. (orador não identificado) – Só os membros da Subcomissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só os membros da Subcomissão?

O SR. (orador não identificado) – Só os membros da Subcomissão. (Inaudível. Fora do microfone) anular a votação, porque eu não sou membro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, está explicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Cumprindo o Regimento, recebemos documentos do candidato a Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, do candidato do PMDB e do Vice-Presidente, Senador Heráclito Fortes.

E digo que, se retiraram o Senador Pedro Simon da Comissão de Assuntos Econômicos, jamais S. Exª sairá dos corações do povo brasileiro. V. Exª não representa a CAE, o dinheiro, mas as virtudes, a honradez, a honestidade e a dignidade. V. Exª é o único Líder que me prende no PMDB. Se V. Exª sair agora para criar um partido, serei o Cirineu dessa sua jornada.

Tenho que votar também.

Passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – A Senadora Ana Júlia já votou?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Algum dos Srs. Senadores da Subcomissão deixou de votar?

Senador Mão Santa, venha, por favor, (ininteligível) aqui.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Falta o Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Convoco o Senador Delcídio Amaral para exercer o sagrado direito do voto. (Pausa)

Com o voto do Senador Delcídio Amaral, está encerrada a presente votação. Convido os Srs. Senadores Romeu Tuma e Pedro Simon para a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

Têm que ser os membros da Subcomissão.

Solicito à Senadora Ana Júlia Carepa escrutinar os votos com a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) **–** A Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Mão Santa se encarregam de fazer a apuração dos votos para esta importante e oportuna Subcomissão.

O Senador Luiz Otávio não assumiu a Presidência por ser o autor da proposta e colherá as "flores do jardim" das prefeituras no futuro.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Seis votos à unanimidade. Então, passo a Presidência ao Senador Mão Santa para anunciar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – É com grande satisfação que anunciamos o resultado: seis votos, para Presidente, ao Senador Garibaldi Alves, do PMDB, indicado pelo Partido; e para Vice-Presidente, ao Senador Heráclito Fortes, também com seis votos.

Então, passo a Presidência ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de seguir a reunião prevista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Membros desta Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Srs. e Srªs Senadoras, membros da Comissão de Assuntos Econômicos aqui presentes, esta Subcomissão acaba de realizar a eleição, cabendo a mim e ao Senador Heráclito Fortes a direção dos seus trabalhos.

Agradeço ao meu Partido, o PMDB, ao Líder Ney Suassuna a indicação, o que possibilitou que os seus membros viessem a me escolher como seu Presidente. Agradeço aos membros desta Subcomissão pela escolha feita e vou envidar todos os esforços no sentido de corresponder a essa indicação, sabendo muito bem que serei ajudado em todas as horas pelo Senador Heráclito Fortes, que é um municipalista, um homem público comprometido com a causa dos Municípios e que sabe muito bem que devemos fazer aqui um debate, o mais profundo possível, sobre as causas do empobrecimento dos Municípios.

Agradeço a todos e os convido para a instalação da Comissão, às 11h, no salão nobre do Senado Federal, porque esse foi um desejo do próprio Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que fez questão de instalar a comissão no Salão Nobre.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, quero desejar sucesso a V. Exª nesta missão. Na verdade, a sua carreira política lhe dá todas as credenciais para exercer bem a Presidência da Subcomissão, pela sua experiência de Governador do Rio Grande do Norte.

Essa questão dos Municípios está cada vez mais presente. Ainda ontem, Sr. Presidente, pude estar na zona da mata de Minas, na cidade de Manhuaçu, onde exatamente se discutia num fórum a questão dos Municípios: o empobrecimento, o acúmulo de funções dos Municípios.

Vejam bem que esse é um dado que evidentemente é do conhecimento de todos nós, mas eu não tinha os números: os Municípios estão gastando em média 4,6% da sua despesa em áreas que não são diretamente ligadas a eles, como a questão do suporte aos órgãos do Judiciário, à área eleitoral, à área do fórum em si; o suporte a empresas do Estado, como na área de florestas, como a própria área de polícia. Isso se repete em todos os Estados brasileiros.

Portanto, precisamos fazer aqui uma discussão permanente sobre como compensar os Municípios que têm assumido funções que às vezes são do Estado ou do Governo Federal. Essa pendência sobre 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, não é possível que continue. Já aprovamos a matéria aqui, no Senado, em dezembro de 2003; já se vai um ano e meio praticamente, e a Câmara não chega a uma solução porque o Governo não quer. O Governo está fazendo uma queda de braços, querendo aprovar outros pontos.

Então, na verdade quero cumprimentar V. Exª e também o Senador Heráclito Fortes.

Como membro da Comissão, tenho todo interesse – é o meu compromisso – em participar, lutar por ele. O meu compromisso com os Municípios também é antigo, não só por ter sido o prefeito de Belo Horizonte, mas realmente por ter sempre acreditado que, se tivermos uma melhor distribuição da população

brasileira, teremos mais qualidade de vida. É assim que devemos buscar permanentemente.

Tenho também no meu currículo uma das questões que guardo com mais satisfação, que foi uma lei que ficou carinhosamente chamada de lei Robin Hood, em Minas Gerais, exatamente porque ela fez a melhor distribuição do ICMS, usando o que a Constituição já prevê, que 25% do ICMS passados para os municípios devem ser distribuído de maneira compensatória. Então, nós o usamos em Minas, e isso propiciou mais recursos para os Municípios mais pobres e para os menores.

Quero, com esse trabalhado já realizado, reiterar o meu compromisso com as causas municipalistas e o apoio a V. Exª e ao Vice-Presidente, Senador Heráclito Fortes, da mesma maneira já comprometido, já conhecendo bem as questões dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, Senador Heráclito, apenas queríamos dar a nossa colaboração, que é muito franca e muito clara.

Entendo que, estudando a Humanidade, buscou-se o governo e chegou-se às leis. Não podemos depender de homens. Por isso que nasceram as leis, que são constantes, persistentes; e o rolo delas é a Constituição.

O único erro que V. Exª e o Senador Heráclito cometeram, e também o Presidente deste Senado, é o de ter esse entendimento. Está na Constituição esse problema.

Sou médico; e médico busca a etiologia, a causa. De nada vale a febre, a convulsão; vale a causa, o vírus, o micróbio. A causa é a desmoralização dos políticos, é a desmoralização do Senado, é a desmoralização dos deputados, que deixam rasgar a Constituição. A Constituição é clara, está escrita. É porque não lê, não estuda, não sabe e não se expõem os Líderes deste Senado; os Líderes dos partidos e das comissões. Ela diz – está escrito lá: 54% do bolo são para a União; 22,5% do bolo têm que ser destinados aos Estados; 21,5% do bolo têm que ser destinados aos Municípios. E se agravou. Depois de nascida a Constituição, aquela que Ulysses beijou, e nós não temos coragem de defendê-la – o Presidente do Senado, nós, Senadores, ninguém –, o Governo da União está ficando com 60% do bolo; os Municípios estão com 14,5%. E o vergonhoso é que aumentou nos Municípios e aumentou nos Estados. Então, o bolo é menor. O erro está aí. O erro está em nós; os Parlamentares são fracos, não se respeitam e não respeitam a Constituição. O erro... Está escrito, vamos reler. Então, é necessário que o Presidente desta Comissão ou o da Comissão de Assuntos Econômicos e o Presidente do Senado tenham a moral de defender a Constituição e não deixarem a cada instante violá-la, como vimos a cada sessão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Felicito a V. Exª e ao Senador Heráclito, Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Ambos foram Prefeitos de capital e conhecem a fundo o municipalismo. Penso que estamos aqui preenchendo uma lacuna que, incompreensivelmente, o Senado não tinha. Aliás, são coisas estranhas. O Senado, até a semana retrasada, não tinha uma Comissão de Agricultura; o Senado, até hoje não tinha nenhum órgão que tratasse do municipalismo. A partir de hoje, com V. Exª, Senador Heráclito, passa a ter uma presença. Acho extraordinariamente importante que os assuntos do municipalismo sejam debatidos nesta Casa. Existem projetos que passam só por esta Casa. Portanto, não havia lógica em esta Casa não os atender. Que bom que esse assunto seja debatido aqui! Que bom se esta Comissão conseguir realmente fazer as transformações necessárias na administração deste País! Os países modernos do mundo têm no município a essência de seu trabalho. Na Alemanha, nos Estados Unidos, a arrecadação feita no Município já fica nele a parte que lhe cabe executar; não acontece como aqui, em que a sanha do dinheiro que sai do município, vai para a União e da União volta ao Município numa viagem em que, às vezes, metade dos recursos se perde pelo caminho. Creio que a municipalização de serviços, como aconteceu com a saúde, é realmente muito importante, como vai acontecer com as creches. Realmente é muito importante, e não há outra entidade, a não ser o Município, que possa cuidar de assuntos como a saúde a nível municipal e as creches. Mas, para isso, é evidente que não podemos relegar aos Municípios mais dois serviços de fundamental importância não lhes dando o dinheiro necessário para que isso aconteça. O que estamos vendo nos últimos dez anos é que o Governo Federal realmente tem feito o municipalismo: tem passado muitas sobras, muitas decisões de realizações para o Município, só não passa o dinheiro, ou fica de passar e manda quando bem entender, como está acontecendo agora com a saúde em que há crises enormes. Municípios que assumiram a municipalização da saúde, que é praticamente toda do Município, saem batendo de porta em porta, chorando misérias para receberem o que lhes é de direito. Por isso, creio que no momento em que o Senado arregaça as suas mangas e resolve assumir esse assunto, teremos a convicção de que

estamos abordando um dos assuntos mais importantes que temos. Nunca os Municípios estiveram tão bem organizados. Modéstia à parte, o gaúcho Paulo Ziulkoski, que é Presidente da entidade nacional, tem demonstrado competência, desenvolvendo um trabalho extraordinário. Os congressos organizados por Ziulkoski aqui, em Brasília, são os mais competentes, os mais corretos, e reúnem 3.500, 4.000 mil prefeitos. Neles, o Lula, com rara inteligência, ele e todo seu ministério, ao invés de receber as críticas, a vaia por não estar presente, recebem os aplausos e o respeito pela promessa que faz, ainda que depois não cumpra. Mas na verdade ele dá uma palavra de estímulo.

Eu até apresentaria como sugestão à Comissão, embora eu não pertença nem à Comissão de Economia, nem à Subcomissão, que a primeira pessoa que V. Exªs deviam convidar, na minha opinião, seria o Sr. Paulo Ziulkoski. Penso que a Comissão deveria chamá-lo, porque é a pessoa que está mais entrosada, que conhece mais, que está mais por dentro e que podia dar um raio X para que pudéssemos nos encaminhar rumo ao seu trabalho.

Convidar para vir aqui o companheiro Paulo Ziulkoski, presidente da entidade, ele que terminou de fazer agora o Congresso deste ano, que foi qualquer coisa de espetacular, seria muito importante, como iniciar com o pé direito as nossas atividades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Pedro Simon. Sua sugestão será imediatamente adotada.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também desejo enfatizar a importância dessa iniciativa. Sem dúvida necessária iniciativa de que o Senado Federal tenha responsabilidade de tratar dos assuntos referentes ao endividamento dos entes Federativos da União, dos Estados e dos Municípios. E é inevitável constatar que mesmo as normas estabelecidas pelo próprio Senado são, inúmeras vezes desrespeitadas a favor da concessão de determinados empréstimos, especialmente para Municípios que possuem um poder de pressão política maior nesta Casa do Congresso Nacional. Portanto, é inevitável a autocrítica de que cuidamos mal desta questão do endividamento, tanto dos Municípios quanto de Estados e da União. Não respeitamos os critérios normativos que são estabelecidos no plano federal.

De outro lado, creio também, não temos tido a necessária eficiência na defesa dos interesses municipalistas. Tem havido muito esforço no Senado Federal, sem dúvida, especialmente da parte de alguns parlamentares, no entanto os resultados não têm sido na mesma proporção do esforço realizado, daí a importância desta Subcomissão como uma ferramenta política de pressão e de significado. O papel deve ser o da pressão política. Agora, por exemplo, a Câmara dos Deputados tem lá uma matéria a ser votada: o repasse de 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios – matéria já deliberada no Senado Federal. Esta subcomissão terá o papel da pressão sobre as lideranças do Governo que têm pedido na Câmara dos Deputados que essa matéria seja aprovada.

Além dessa pressão, o cuidado em estabelecer uma relação correta na transferência de encargos versos transferência de receita aos Municípios. Não é uma justiça distributiva dos tributos. Os Municípios estão sobrecarregados porque acumularam novos encargos. O Senador Pedro Simon fez referência, há pouco, à municipalização da saúde, mas não, na mesma proporção, obtiveram a receita conseqüente. O empobrecimento é inevitável.

O Deputado Luiz Carlos Hauly, que é um especialista em tributos, foi Secretário de Fazenda no Estado do Paraná, tem orientado os Prefeitos no sentido de que priorizem a receita própria, não esperem muito recursos complementares; administrem tendo em vista uma relação eficiente despesa/receita no âmbito do próprio município; e se receberem, eventualmente, recursos complementares, esses significarão um lucro para os investimentos que atendem às aspirações da comunidade.

Sr. Presidente, creio que esta Comissão tem também a finalidade de orientar os Municípios. Considero importante esta Comissão ser autora de um manual de orientação aos Municípios, indicando as oportunidades de receita no âmbito federal e os programas existentes e apontando os caminhos para a obtenção de recursos por meio do credenciamento junto ao Governo Federal, aproveitando os programas existentes. Evidentemente, há aqueles que fazem a intermediação, e isso custa aos Municípios. Os escritórios que intermedeiam recursos federais aos Municípios cobram. Isso custa e reduz a receita municipal. Esta Comissão pode eliminar essa intermediação tornando-a desnecessária, por meio de uma orientação eficiente desta subcomissão do Senado Federal.

Destaco a importância desta iniciativa do Presidente, Senador Luiz Otávio. Certamente foi boa a escolha do Senador Garibaldi Alves Filho e do Senador Heráclito Fortes, Vice-Presidente. Esta Comissão terá o dinamismo necessário e a capacidade de mobilização suficiente para impor a necessária pressão política e fazer com que os pleitos municipalistas possam ser atendidos pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agradeço o apoio dos colegas Senadores e do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que, efetivamente, tem tomado providências visando ao melhor desenvolvimento dos trabalhos desta Subcomissão.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, Vice-Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os Senadores Alvaro Dias e Pedro Simon foram muito felizes nas intervenções que fizeram.

Senador Alvaro Dias, o grande problema para os prefeitos, ou o problema adicional, é exatamente ter de lidar com os famosos escritórios de intermediação. Feliz do prefeito que tem acesso ao escritório, que é caro, mas cumpre com suas promessas! E infeliz do prefeito que cai nas verdadeiras arapucas – e não são poucas – montadas em Brasília.

Senador Pedro Simon, às vezes, o prefeito vem de um lugar distante deste País, carente de informações precisas a respeito de como ocorrem as coisas em Brasília e cai na mão desses escritórios, que se preocupam em mostrar-lhes a noite da cidade. Eles saem daqui encantados e voltam a seus Municípios depois de ter passado por um verdadeiro clube de falsa felicidade. Pensam que resolveram todos os problemas, mas sabemos que os recursos são limitados; é preciso agarrar-se aos que existem, como disse bem o Senador Alvaro Dias. Ou se sobrevive da receita própria – isso acontece com razoável conforto nos Municípios mais ricos, de arrecadação maior –, ou nos Municípios menores, como é o caso daqueles do Nordeste, onde se administram as receitas que são praticamente produto dos repasses federais e estaduais.

Os recursos federais constantes do Orçamento são os causadores do grande problema. O Senador Pedro Simon foi muito feliz em abordar esse assunto. O Governo não libera recursos. Libera quando quer, como quer e quanto quer. Não é de agora que isso ocorre; essa questão vem de muito tempo. Talvez 70% dos problemas de endividamento dos Municípios brasileiros tenham essa causa. O prefeito recebe a primeira parcela, faz a licitação, começa a obra, mas não recebe a segunda ou a terceira parcela e fica preso a uma pequena construtora da sua terra. Para não ser desmoralizado e cair no descrédito junto aos seus munícipes, o prefeito entra no mercado dos juros e vive a grande complicação que todos conhecemos.

Tenho certeza de que, com a experiência que têm o Senador Garibaldi Alves Filho e os membros desta Comissão, poderemos oferecer algo muito produtivo e em tempo rápido ao municipalismo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, parabenizo V. Exª pela eleição para presidir esta importantíssima Subcomissão, que é a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. Cumprimento também o nobre Senador Heráclito Fortes. V. Exª e o Senador Heráclito Fortes têm pela frente uma missão bastante difícil, diria uma missão hercúlea, no sentido de tratar desses assuntos que dizem respeito ao ente federativo que tem a maior importância dentro da nossa federação. Afinal de contas, o cidadão está residindo no município e nós sabemos como os municípios têm passado por situações difíceis nos recentes e últimos anos em nosso País.

Não há dúvida de que foi de grande impacto a modificação na distribuição das receitas tributárias. Aquilo que cabia aos municípios, de acordo com a Constituição de 88, foi sendo modificado através da criação das contribuições e da constante atuação do governo federal: quando faz algum tipo de isenção, o faz em cima dos impostos compartilhados, em cima do IPI, em cima do Imposto de Renda, provocando, com isso, uma diminuição das receitas dos municípios, principalmente dos municípios do nosso Nordeste, que são os mais frágeis, os que não têm estrutura, não têm capacidade de gerar receita própria.

Não adianta dizer que um município do interior do Rio Grande do Norte, do interior do Piauí ou do interior da Bahia têm condições de arrecadar IPTU ou ISS, porque temos uma economia frágil. Então, vivem os municípios do FPM e vivem os municípios da distribuição do ICMS arrecadado pelos Estados, mas, muitas vezes, essa distribuição é injusta, porque ela é concentrada nos municípios que têm a produção. Basta o município ter uma refinaria de petróleo, uma indústria ou uma base industrial mais forte que ele fica com a grande parte da distribuição do ICMS porque ali é gerada a receita.

Tendo em vista essa dificuldade vivida pelos nossos municípios, essa subcomissão vem em boa hora: será um foro importante para discutir esses assuntos. Temos de exercer uma pressão política muito grande, porque não temos testemunhado grande sensibilidade por parte do governo federal. O governo federal, nos últimos anos, tem levado encargos para os municípios sem lhes dar a correspondente contrapartida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o caso, por exemplo, do SUS, o Fundef...

Com muito prazer, Senador Pedro Simon, ouço V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desculpe-me pela interrupção em sua brilhante exposição, mas temos de reconhecer que, muitas vezes, somos os culpados, somos os responsáveis pela atual situação. Não tinha me dado conta – até ontem imaginava que o Banco Central era o grande responsável pelos juros altos, que o grande responsável era o governo –, mas fiquei sabendo, após a explicação do Presidente Lula, que é vagabundagem da gente: a gente senta numa cadeira, não levanta, não vai a um banco, não faz a procura, é só a gente ver. Se um banco cobra 10% de juros, outro dá 2% e a gente fica naquele que cobra 10%, somos culpados, o Presidente tem razão. Temos de ser menos preguiçosos mais atuantes. É mais ou menos isso o que está acontecendo com alguns prefeitos: eles têm de atuar mais, cobrar mais.

A palavra do Presidente fazendo um chamamento ao povo brasileiro para que trabalhe mais está correta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador Pedro Simon.

V. Exª tem muita razão em dizer que, realmente, nós somos os culpados, o povo brasileiro – isso o Presidente Lula disse ontem. Imaginem então o Presidente Lula, que foi eleito com tanta expectativa de realizar por este país, principalmente pelos mais pobres, os mais necessitados, de praticar a justiça social, e deixa os juros ficarem nas estratosferas – não temos um mercado livre, temos um cartel, um oligopólio entre os bancos.

Não adianta dizer que se sair de um banco e for para outro vou conseguir taxas menores. Inclusive, se for até para um banco oficial, serão cobradas taxas, senão iguais, maiores do que as cobradas pelo setor privado, porque há uma ineficiência muito grande nos bancos.

Mas para que não nos acusem também de não estarmos vinculados e atentos à questão municipalista, acho muito bom nesta Comissão, e acho, Presidente, que V. Exª vai precisar de muito apoio, porque, como eu dizia, o Governo Federal tem transferido várias obrigações.

Por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental foi transferido para os Municípios, só que o Governo Federal não corrige o valor, o **per capita** de aluno, ou seja, o Governo Federal não coloca a sua parte, agora, os Municípios e os Estados continuam colocando suas parcelas, com perda para Municípios e Estados. O SUS, da mesma forma, transfere obrigações para dar gestão plena aos Municípios, mas não faz a correção da tabela do SUS, para que possam os prestadores de serviço receber valores condignos. Vejam essa questão do Samu, que o Governo alardeia como um grande programa de distribuir ambulâncias, só que vazias, sem estarem equipadas e sem o correspondente valor para manter as equipes técnicas, e o Município que arcar com este programa do Samu vai ter um grande déficit em breve, que ficará quase impagável.

Portanto, é esta política continuada de desprestigiar os Municípios, principalmente do lado financeiro, retirando recursos e jogando encargos que temos obrigação, porque o povo é assistido principalmente pela municipalidade, o Estado e a União fazem as grandes obras, as obras estruturantes, mas aquelas obras e ações sociais da educação, da saúde, são feitas essencialmente pelos Municípios.

Espero, Sr. Presidente, que V. Exª possa, junto com seu vice-Presidente e com a cooperação de todos os Senadores que participam como Titulares e Suplentes, como é o meu caso, dar uma parcela importante para que a Subcomissão possa ter êxitos efetivos e eficazes para ajudar os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agradeço ao Senador César Borges e a todos os colegas Senadores e Senadoras e encerro a reunião desta Subcomissão, lembrando a sua instalação logo mais, às 11h, no Salão Nobre. Depois vamos marcar já uma reunião de trabalho e comunicar a cada um dos Senadores componentes da Subcomissão.

Está encerrada a reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h55min)

CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E LANÇAMENTO DO PROGRAMA DO MUNICÍPIO, REALIZADA NO SALÃO NOBRE, COM A PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Esta cerimônia está sendo transmitida, por intermédio da Rede Interlegis, para todas as Assembléias Legislativas do País.

Senhoras e senhores, boa-tarde.

Neste momento, dá-se início à cerimônia de entrega da ata de instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e do lançamento do Programa Minuto do Município.

O Senado Federal, realçando o papel do Município no âmbito do pacto federativo, realiza hoje a instalação da Subcomissão de Assuntos Municipais, que servirá como fórum de discussão da pauta municipalista. A Subcomissão integra a Comissão de Assuntos Econômicos e dela fazem parte os Srs. Senadores José Jorge, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Ney Suassuna, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado. Ela

tem como Presidente o Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho e como Vice-Presidente o Exmº Sr. Senador Heráclito Fortes.

Com a instalação desta Subcomissão, o Senado Federal pretende contribuir decisivamente para ampliar o debate permanente sobre os principais problemas que atingem os Municípios brasileiros.

Neste momento, o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, e o Exmº Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Senador Garibaldi Alves Filho, entregam ao Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a ata de instalação da Subcomissão. (Pausa.)

(Palmas.)

Fará uso da palavra o Exmº Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, Sr. Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Congresso Nacional, Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Vice-Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srªs e Srs. Senadores, Srªs. Prefeitas e Srs. Prefeitos, na manhã de hoje, foi feita a primeira reunião preparatória para esta reunião de instalação solene da Subcomissão Permanente que vai tratar da realidade dos Municípios brasileiros.

Foi-me confiada pela Liderança do PMDB - chancelada, depois, por todas as Lideranças partidárias - a Presidência desta Subcomissão, ao lado do Senador Heráclito Fortes.

Quero dizer a todos do meu compromisso com o municipalismo. Eu já fui prefeito, já fui um de V. Exªs; dirigi a capital do Rio Grande do Norte e fui Governador do Estado por duas vezes. Então, conheço de perto a realidade dos Municípios, essa crise que não vem de hoje, que vem de longe como disse o Senador Edison Lobão. Essa crise que deve ser enfrentada com determinação, com coragem, com obstinação e com a mobilização de todos nós.

Até agora, o que temos visto são os prefeitos atentos a essa realidade, chegando ao Congresso Nacional, como já chegaram em outras marchas; mobilizando prefeitos de todo o Brasil. O que temos hoje é a consciência por parte dos prefeitos de que não bastam as soluções paliativas, não basta aos prefeitos serem bem tratados em Brasília pelos Ministros, pelos Senadores e pelos Deputados. Não basta a chamada fidelidade as nossas bases.

Precisamos encontrar as causas mais profundas da crise do municipalismo, tratar de ver essa crise como a da própria Federação e apresentar as soluções mais realistas, aquelas mais pertinentes.

Por isso essa Comissão vai funcionar bem, pela oportunidade, pelo momento em que é criada. Mas ela vai funcionar bem porque nunca houve um momento em que os municipalistas estiveram tão altivos e conscientes como estão agora.

Eu não acredito, Sr. Presidente Renan Calheiros, que tudo fez para que se criasse esta Comissão com toda a dignidade, essa solenidade, com toda a grandeza... O Presidente nos trouxe para esta sala para dizer que esta Comissão está sendo instalada pela porta da frente do Legislativo, mas quero dizer ao Presidente Renan Calheiros que se fosse depender apenas de nós, esta Comissão daria passos seguros, avançaria, mas não iria muito longe. Ela virá longe pela pressão dos prefeitos.

Os prefeitos irão nos pressionar, e nós queremos ser pressionados, queremos discutir e queremos avançar. São muitos os problemas de ordem financeira que levam os Municípios a essa situação, a essa degradação até, eu diria. Mas tenho certeza de que, com essa pressão que vem de fora para dentro e com essa legitimidade que existe aqui dentro, com esse desejo de construir caminhos, vamos avançar.

Vamos confiar no Presidente Lula – e aqui está o Líder Aloizio Mercadante -, porque sabemos muito bem que se a situação do Município não melhorar o Brasil não vai melhorar. Se não nos sentirmos bem em nossa Casa, que é o Município, a vida – um fato local, como dizia Charles Chaplin –, o nosso País não vai melhorar. Temos que melhorá-lo a partir do Município. Vamos nos empenhar.

Meu caro Senador Heráclito Fortes, conto com V. Exª, com sua experiência. Conto com o apoio do Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Senador Luiz Otávio. Conto com o Senador Renan Calheiros no sentido de que não arrefeça a força que tem dado a essa Comissão. S. Exª deseja fazer com que possamos ter aqui o "Minuto do Município", pela TV Senado, pela Rádio Senado. Esse minuto logo vai transformar-se em vários minutos, tenho certeza.

Vamos debater, vamos discutir. Vamos esmiuçar o que existe com relação à questão municipal, à pobreza dos Municípios, às contribuições que são criadas com o que deveria ser dos Municípios e acaba sendo retirado. São contribuições retiradas do IPI, do Imposto de Renda. Não vamos mais deixar que tal aconteça sem que se diga: no Senado Federal não existe apenas uma subcomissão, mas a consciência de que chegou a hora dos Municípios.

Muito obrigado.(Palmas)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Ouviremos, agora, o Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Renan Calheiros, Srs. Líderes, Srs. membros da Mesa, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Municipalistas, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Vice-Presidente, Senador Heráclito Fortes, senhores Prefeitos, em nome destes cumprimento o Presidente da Confederação Nacional dos Prefeitos, Paulo Ziulkoski, Sr. Prefeito de Florianópolis, Líder Ney Suassuna.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, tenho a oportunidade de usar a palavra em uma cerimônia tão importante para o Brasil como esta e de dizer que, na verdade, cumpri a primeira missão, Sr. Presidente.

O Senador Renan Calheiros, logo após a minha escolha para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, deu-me a missão de instalar a Subcomissão Municipalista. Então, Senador Renan Calheiros, posso dizer-lhe, hoje, que cumprimos a sua determinação. Está instalada a Subcomissão e foi muito bem entregue. Não posso deixar de expressar, neste momento, que o Senador Renan Calheiros, antes mesmo de ser Presidente, falava sempre desse projeto, dessa idéia. Hoje estamos aqui para instalar a Subcomissão.

Estou satisfeito e orgulhoso por saber que iniciamos esse processo no Município. Por acaso, fui Vereador e Presidente da Câmara Municipal do meu Estado, de Belém do Pará. Sei da necessidade, da importância e do dia-a-dia com a população. Falo daqueles que batem à nossa porta. O prefeito e o vereador são muitos próximos da população. Sei da importância deste momento. Sinto-me muito orgulhoso por ter cumprido essa missão, Senador Renan Calheiros.

Sei também que o Senador Renan Calheiros tem não só no seu coração, mas na sua vida a necessidade imperiosa de defender os Municípios. S. Exª tem, em sua casa, um prefeito. O Prefeito de Murici, Renan Filho, do Estado de Alagoas, é filho do Senador Renan Calheiros e está em seu pé diariamente para falar da necessidade e da importância que temos no Congresso Naciona de dar essa força, esse apoio aos Municípios. Portanto, o meu muito obrigado. A missão está cumprida!(Palmas)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Ouviremos, agora, o Exmº Sr. Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, Prefeito Paulo Ziulkoski, Presidente do Movimento Municipalista, em nome de quem saúdo todos os prefeitos aqui presentes, Srs. Senadores, demais autoridades, há anos que entendemos que, se os Municípios estiverem mal, a República estará mal. Vivemos no Município, que é a célula **mater** de todo o País; é no Município onde se busca a saúde, o transporte escolar, a merenda, a educação, enfim, todos os serviços.

Lamentavelmente, depois da Constituição de 1988, que deu muito gás, justo e correto, aos Municípios, houve um esvaziamento do poder municipal. Por quê? Porque nós, Congressistas – e dou a mão à palmatória –, fomos aceitando uma série de atribuições sem dar recursos necessários para que essas atribuições, como foi o caso da saúde, entre outros, tivessem a correspondente área financeira.

Hoje mesmo, vamos votar o Programa das Creches. Será, com toda certeza, após a votação, mais uma obrigatoriedade para os prefeitos, que poderão ser cobrados pelo Ministério Público depois que se transformar em lei, e não estamos aportando. É verdade que amenizamos, fazendo com que isso seja gradativo, de acordo com plano de saúde, com isso e aquilo outro. Mas temos sido muito pródigos em dar atribuições às prefeituras, sem dar o competente respaldo financeiro.

Hoje, percebemos que as prefeituras, no meu Nordeste, em sua grande maioria, inclusive, estão em atraso com os pagamentos dos seus funcionários. Precisamos repensar!

E é na hora em que estamos vivendo essa crise no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, em todas as regiões do País, que o Presidente Renan Calheiros, muito prudente e inteligentemente, em concordância com toda a liderança, com o Senador Luiz Otávio e com o Presidente, cria esta Comissão do Minuto do Município, que terá um grande trabalho e, com toda certeza, será uma tribuna para clamarmos por justiça para os Municípios.

Como Presidente do Movimento Parlamentar Pró-Município, não poderia deixar de me congratular com o Presidente Renan, que, entendendo a importância do Município, cria, na Casa mais alta da República, uma tribuna para que possamos lutar pelos interesses e pelas aspirações dos Municípios.

Parabéns aos prefeitos! Parabéns principalmente ao nosso Presidente e ao Senado da República!

Muito obrigado.(Palmas)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Na perspectiva de valorizar ainda mais os Municípios brasileiros, o Senado Federal está lançando o programa "O Minuto do Município". Criado para levar aos cidadãos informações de interesse da comunidade, o "Minuto do Município" será veiculado pela TV Senado e abordará temáticas legislativas que impactam diretamente as cidades, seus administradores e a população.

Assuntos como direitos dos consumidores, a Lei de Responsabilidade Fiscal ou o Plano Diretor Municipal serão esclarecidos em linguagem acessível ao grande público. Cada programa contará ainda com a participação de um Senador ou Senadora que fará um comentário final sobre o tema abordado.

Assistiremos agora à exibição de três programas-piloto "Minuto do Município".

(Procede-se à exibição de vídeo)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o Exmº Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Bom dia às senhoras e senhores. Queríamos saudar muito especialmente o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Luiz Otávio, o Presidente que hoje assume a direção da Subcomissão de Assuntos Municipais, Sr. Garibaldi Alves, ex-Prefeito e conhecedor importante dos Municípios. Quero saudar os Prefeitos e Prefeitas que se encontram aqui conosco, os demais Senadores que compõem este grupo de autoridades, saudar a imprensa, enfim, toda a comunidade aqui presente.

Inicialmente, em nome dos Municípios, queríamos trazer aqui o nosso testemunho, o nosso reconhecimento e os nossos agradecimentos ao Senado Federal que, na nossa avaliação, dá um passo importantíssimo na consolidação da estrutura federativa brasileira. A sensibilidade do Senador Renan Calheiros, do Senador Ney Suassuna, do Senador César Borges, enfim, de todos os que se encontram aqui conosco – não vou nominar todos, mas permitam-me citar as autoridades referidas – é que levou a este momento que estamos aqui assistindo, ou seja, a criação de uma comissão que vai tratar especificamente de projetos que passarão pelo Senado e que digam respeito aos Municípios.

Esse um Minuto da TV Senado terá grande repercussão não só nas Prefeituras, mas principalmente perante a sociedade brasileira, que poderá acompanhar mais assiduamente o que se desenvolve, as responsabilidades, enfim, aguçar um pouco a nossa consciência de cidadão brasileiro.

Então, queremos parabenizar, em nome das Prefeitas e dos Prefeitos, agradecer este momento, mas queríamos também aproveitar o momento, se assim me permitirem. Sabemos do adiantado da hora e dos compromissos dos eminentes Senadores e Senadoras, mas gostaríamos de citar brevemente algumas questões que consideramos pertinente.

O momento, para nós, é impar, singular. Sabemos que uma das conseqüências da oitava marcha foi justamente esta: o Senado, que é a Casa da Federação, teve essa sensibilidade, pela liderança dos Senadores e Senadoras, e criou este espaço.

Estamos evoluindo. Na sexta marcha, criamos, com o Governo Lula, o Comitê de Assuntos Federativos, composto pelas entidades municipalistas e por sete Ministérios do Governo Lula. Por lá passaram assuntos da maior importância que hoje já se traduzem em benefício para o cidadão brasileiro.

Eu diria que o salário-educação, que hoje gira em torno de cinco bilhões de reais, normalmente era repassado aos Governos estaduais e, por um problema estrutural dos governadores e dos Governos estaduais, a parte dos Municípios não chegava lá.

Tivemos a aprovação no Senado, com o apoio do Governo Federal, e hoje esse dinheiro, mensalmente, chega às prefeituras; um percentual dele vai para a merenda, para o transporte escolar, para remunerar o professor, enfim, chega finalmente lá na ponta, ao estudante brasileiro.

O auxílio ao transporte escolar evoluiu da mesma forma. O Senado Federal votou, em 2003, uma lei complementar, única e importantíssima para nós, que foi a Lei do ISS, Imposto Sobre Serviços. O maior tributo das Prefeituras é o ISS.

Posso dizer aos Senadores que com aquela lei os Municípios brasileiros terão um acréscimo de 25% – já em 2004 tiveram – na arrecadação, sem aumentar a carga tributária, apenas fazendo justiça tributária, criando alíquotas que balizam a cobrança, enfim. Foram conquistas que tivemos, fruto da nossa discussão, do nosso trabalho, da sensibilidade dos senhores e do Congresso Nacional.

Vários outros, como a aprovação do ITR, que agora está sendo regulamentado, irão para as Prefeituras cobrarem e ficarem com 100%. São sete milhões de propriedades no Brasil, e nós arrecadamos R$200 milhões com o Imposto Territorial Rural, menos que um bairro do Rio de Janeiro cobra de IPTU. Agora isso irá passar para que as Prefeituras possam cobrar e melhorar sua arrecadação sem aumentar a carga tributária.

Enfim, nós poderíamos desfilar aqui vários assuntos, inclusive o 1% de elevação do FPM. Foi o Senado Federal que assumiu essa postura, ainda em 2004 – aliás, em 2003, ao final. O Senado Federal negociou com o Governo Federal e foi inserido esse aumento de 1%.

Lamentavelmente, eu tenho que dizer – e tenho dito a eles, os Deputados Federais – que até agora não foi votado na Câmara dos Deputados, e os Municípios perderam, no ano passado, 1 bilhão e 300 milhões, porque a Câmara dos Deputados não votou a Reforma Tributária, não votou o destaque, como votou a Cide dos

governadores. Nós precisamos votar imediatamente, precisamos do apoio do Senado Federal para que isso venha a ter conseqüência, porque foi uma conquista, através do Senado Federal, que nós tivemos.

Esse assunto está lá, bem como a limitação dos precatórios em 2%. Eu vejo o Senador Ney Suassuna diariamente assediado – eu diria assim – pelos Prefeitos para que isso seja votado, limitando em 2%, porque é impossível o Prefeito hoje receber um precatório maior que a sua arrecadação e não ter como sustentá-lo.

Então, assuntos como esses que estamos citando tiveram uma contribuição importante. Mas nós temos que evoluir ainda em outras questões fundamentais, como é a carga tributária. Nós temos, no Brasil, 36,5% de carga tributária, o que corresponde a 650 bilhões por ano. As Prefeituras arrecadam 4,3% desse total. Vejam bem: 4,3%, quando a média mundial é de 17%. Portanto, não temos autonomia tributária. Não tendo autonomia tributária, como vamos fazer um plano plurianual e integrar com o da União, se não sabemos como o Orçamento vai ser cumprido? São questões que nós temos que avaliar melhor.

Vai passar por aqui o Fundeb. O Congresso Nacional, em 1997, pela Emenda nº 14, criou o Fundef, que termina no ano que vem. Os senhores sabem quanto foi cometido de desvio no Fundef? Vinte bilhões, sem correção. Quarenta bilhões não foram repassados principalmente para o sofrido Nordeste brasileiro, porque o Sul e o Sudeste estão fora, estão acima do limite.

Nós precisamos criar leis, e essas leis têm que ser cumpridas também, porque é um crime tirar do ensino fundamental R$40 bilhões. Isso não é brincadeira. Nós temos que combater evasão escolar, mortalidade infantil, mas sem o recurso não será possível.

A nossa carga. Nós tínhamos 19,5% em 1988; caímos para 14,5%. Cinco por cento em 650 bilhões, Senador Ney Suassuna, são trinta e tantos bilhões que saíram, que não chegaram lá, através do artifício das contribuições.

Então, nós estamos aqui, os nossos Prefeitos que nos acompanham e Prefeitas, agradecendo essa oportunidade. Não queremos nos alongar mais, mas dizer que é importante a questão federativa.

Na semana que vem, entra em vigor o novo salário mínimo, com 15,3% de correção. Mais de dois mil Municípios do Brasil, por uma imposição da Constituição, têm que pagar o salário mínimo e, com o aumento, vão ultrapassar o limite de 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Que Federação é essa em que nós estamos vivendo? A União achou a solução no Orçamento, achou a solução para pagar os aposentados e cumprir esse aumento do salário mínimo. Mas e os Prefeitos que vão ultrapassar? Na Bahia e no Nordeste, nós já fizemos os cálculos: a média de aumento é de 9% real em cada folha. Quem está com 50% está dentro da lei; vai para 59% a partir da semana que vem. Chegando a 59%, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que ele tem dois quadrimestres seguintes para se adequar. Como ele vai se adequar? Vai demitir como, se não está regulada nem a Emenda Constitucional nº 19, que é de 1998 ainda, para fazer demissão? E se houver demissão, como vai fazer?

Então, nós vivemos essa agrura. Essas questões vão passar por essa Comissão que o Senador Garibaldi Alves Filho vai presidir, e nós estaremos aqui, como S. Exª disse, cobrando dos Senadores.

Eu sei da intenção dos senhores, dos propósitos, do compromisso democrático com o que nós estamos vivendo. Então eu queria agradecer. Desculpem por me alongar um pouquinho, mas era um momento ímpar, como disse, para externar alguma coisa e também mostrar essa realidade que vamos vivenciar a partir de agora com essa nova Comissão.

Parabéns aos Srs. Senadores e muito obrigado por esta oportunidade.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Com a palavra o Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio, Exmº Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Senador Garibaldi Alves Filho, ao cumprimentá-lo, gostaria de cumprimentar todos os Senadores da Comissão de Economia que estão aqui presentes e que demonstram hoje, com a concretização dessa Subcomissão, que não vamos, de forma alguma, permitir o esvaziamento dos Municípios.

Exmºs Srs. Senadores, Exmºs Srs. Deputados, Exmºs Líderes Partidários, Exmºs Srs. Prefeitos e todos que aqui estão, com a permissão de Paulo Ziulkoski, Presidente da Entidade Nacional, gostaria de cumprimentá-los e também o nosso querido Prefeito de Maceió, Cícero Almeida.

Exmºs Srs. representantes das confederações e associações, Exmªs Srªs Prefeitas, senhores convidados, gostaria de destacar também a presença de Rogério Rodrigues da Silva, Presidente Nacional da Abraçam – Associação Brasileira de Câmaras Municipais. Estamos, Rogério, honrados com a sua presença.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio Carlos Magalhães, Exmº Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, ao examinar o processo de desenvolvimento das economias, o brilhante e saudoso Celso Furtado

propôs a idéia de que somente há crescimento sustentado quando a expansão ocorre no País por inteiro. É com esse espírito que damos hoje um novo salto em direção ao interior do Brasil, é com esse espírito que o Senado Federal instala a Subcomissão Permanente para Assuntos Municipais e que a TV Senado cria o informativo "Minuto do Município".

A cidade é a célula da Nação, onde as pessoas vivem. Portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem estar.

No Brasil, é certo que ainda há muito que aperfeiçoar em termos institucionais, mas temos uma peculiaridade que considero bastante positiva: a Constituição de 1988 descentralizou de certo modo a arrecadação de impostos, elevando a parcela apropriada por Estados e Municípios. Portanto, a Carta Magna brasileira releva politicamente nossas cidades ao primeiro plano da Federação, algo que não acontecia e não acontece em outros países democráticos do mundo. Apesar disso, os governos vêm, nos últimos anos, driblando a orientação constitucional e aumentando unilateralmente a arrecadação por intermédio das contribuições sociais. Esse expediente põe fermento no bolo, mas não o distribui aos Estados e Municípios. É uma política lamentável e, sem dúvida alguma, geradora de desigualdade.

Uma boa forma de compensar tal distorção é patrocinarmos, como já fizemos no Senado Federal – e há pouco o Presidente Paulo Ziulkoski testemunhou – o aumento de 22% para 23% na parcela da arrecadação do Imposto de Renda, destinada ao Fundo de Participação dos Municípios. É justo, é bom, é legal, é urgente. Penso que devemos aproveitar o consenso e aprovar essa mudança logo na Câmara dos Deputados, mesmo que isso implique a divisão da reforma tributária.

A Subcomissão de Assuntos Municipais que instalamos neste momento certamente, Senadores Garibaldi e Heráclito Fortes, meu querido Vice-Presidente da Subcomissão, será o fórum apropriado para tratarmos desse e de outros temas relevantes às nossas cidades.

Há pouco, eu conversava com o Senador Amir Lando, ex-Ministro da Previdência Social. Não é administrável a relação dos pequenos Municípios com a Previdência Social. Senador Tasso Jereissati, quase três mil Municípios não estão conseguindo pagar as suas contas com a Previdência, apesar de o desejarem.

No último final de semana, precisamente na sexta-feira, eu tive oportunidade de conversar com o Presidente da República e levar um encaminhamento que não é meu, mas do Senado Federal, de todos os Senadores que se somam a este propósito, que é redefinir uma linha, um critério de renegociação para essas dívidas dos Municípios. Porque se os Municípios não conseguirem renegociar as suas dívidas, eles não têm acesso às certidões, às CND e ficam, como conseqüência, sem nenhuma condição para receber recursos federais e estaduais. Essa situação não pode continuar.

O Presidente demonstrou interesse em colaborar com uma solução. S. Exª disse que eu poderia anunciar que a solução estaria por vir. Ela é muito fácil. Basta que haja uma renegociação, um prazo maior, bem maior do que o da negociação existente, para que os Municípios possam pagar as suas dívidas, e que essas dívidas sejam descontadas, desde que elas caibam no bolso, no orçamento de cada Município, no próprio Fundo de Participação Municipal.

Nós vamos cobrar, Paulo, que isso efetivamente ocorra, para que tenhamos também a solução desse problema que é um dos que hoje mais angustiam os Municípios.

Não é a primeira vez que o Brasil se volta para o seu interior. Quando se transferiu a capital da república das franjas litorâneas para o Planalto Central, o inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek procurava espalhar o desenvolvimento por todo o território. Hoje, podemos dizer que foi bem sucedido Juscelino Kubitschek em seu intento. Mas é nosso dever, sem dúvida, como disse e repito, aprofundá-lo; e é exatamente isso que estamos fazendo aqui, ao instalar solenemente esta Subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senado Federal, Casa da Federação que é, vem, nos últimos anos, se dedicando aos Municípios. Bom exemplo disso é o Programa Interlegis, dirigido pelo Senador Efraim Morais. Por uma feliz coincidência, o Senador Efraim é conterrâneo de Celso Furtado, o nosso maior ideólogo do desenvolvimento regional. O Interlegis é uma Associação do Senado Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele tem por objetivo modernizar e integrar o Poder Legislativo com o auxílio da Internet e de videoconferências. Por seu intermédio, vereadores e funcionários das Câmaras Municipais recebem treinamento e trocam informações sobre os temas em discussão nas cidades, país afora.

Para se ter uma idéia da grandiosidade desse programa, gostaria de fornecer algumas informações rapidamente: das 5.560 Câmaras de Vereadores existentes no Brasil, o Interlegis firmou convênio com 3.744 delas; dentre as que aderiram ao programa, 2.948 já receberam um microcomputador e uma impressora a laser para participar do treinamento virtual. Até julho, elevaremos esse número para 3.100 Municípios equipados. Todos estão sendo munidos de informações que

os possibilitam melhorar tópicos como a elaboração do orçamento público, os princípios da responsabilidade fiscal e a fixação de metas de qualidade na prestação no serviço público.

Eu queria aproveitar a oportunidade da presença do Senador Antonio Carlos Magalhães para dizer que reside exatamente no Orçamento da União talvez o maior entrave para que nós liberemos os recursos de que os Municípios precisam.

O Senador Antonio Carlos apresentou uma emenda que torna o Orçamento da União impositivo. É um esforço, Senador Antonio Carlos, sem dúvida, para que nós tenhamos um Orçamento mais próximo da realidade. Como está, o Orçamento é uma ficção. Ele não pode ser sequer considerado lei. É quase lei porque não tem caráter mandatório; o seu caráter é facultativo. Ele não é impositivo, depende de prioridades e de contingenciamentos para os quais nós não enxergamos absolutamente critério nenhum. De modo que nós precisamos tornar o Orçamento da União um instrumento verdadeiro de execução de políticas públicas no Brasil.

Há uma Comissão constituída e um prazo determinado para sugerir mudanças que são fundamentais para que o Orçamento seja cumprido e aproximado da realidade deste País por meio das emendas parlamentares, que passam a ter um limite pré-estabelecido não somente quantitativo, mas em termos de que programas aquelas emendas podem abranger, para que efetivamente se transforme num instrumento de política pública e seja retirado, como conseqüência, da regra de contingenciamento.

O Congresso Nacional vai brigar para recuperar o seu espaço de poder. Nós temos feito isso todos os dias e vamos continuar fazendo. O Orçamento deve ser discutido com o Congresso em todas as suas fases, desde a elaboração, passando pela apreciação e também pela execução e fiscalização. E não há sentido, absolutamente nenhum sentido, que o contingenciamento se faça sem a participação do Congresso Nacional. Isso é um absurdo que não pode continuar, com o qual nós não vamos concordar.

Nós estamos efetivamente inserindo os pequenos Municípios do interior do Brasil na era do conhecimento. Eu queria destacar o papel que o Senador José Sarney cumpriu com relação a isso, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães e também o Senador Ramez Tebet, porque há muitos anos nós estamos fazendo, aqui no Senado Federal, o que é possível.

Quanto a essa reforma tributária, o Senador Tasso Jereissati participou intensamente dela. Aliás, foi possível aprová-la no Senado Federal porque nós contamos com a dedicação diária do Senador Tasso Jereissati. Nós ousamos com relação à Federação e ousamos muito mais com relação aos Municípios. Nós aprovamos um modelo de reforma tributária que é um processo, um sistema que tem etapas para a sua implantação. Se não fizermos isso, não vamos nunca sair desse modelo atrasado que deve rapidamente ser colocado em desuso. Nós temos que simplificar o sistema tributário nacional, ampliar a base contributiva, desonerar a produção, a exportação e os investimentos, mas precisamos aproveitar essa oportunidade para fazer a justiça que os Municípios cobram do Congresso Nacional com relação aos seus interesses, muitos deles defendidos aqui pelo Sr. Paulo Ziulkoski.

A TV Senado, por si mesma, é um caso de sucesso na disseminação de informações. Ajudará ainda mais nesse trabalho. O Programa "Minuto do Município", que entrará nos intervalos da programação da TV Senado várias vezes por dia, tratará exclusivamente da temática municipalista e levará essa perspectiva a um público diferenciado, formador de opinião e conseqüentemente irradiador de entusiasmo em defesa das nossas cidades.

Não posso deixar de citar, nesse momento, o lançamento do DVD intitulado "Processo Legislativo". Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar a todos que fazem a Secretaria de Comunicação e também a TV Senado e a Rádio Senado, cumprimentando esse querido amigo Armando Rollemberg.

O DVD intitulado "Processo Legislativo" foi concebido em linguagem didática, com o intuito de servir como um curso, para que todos, sobretudo os nossos prefeitos, vereadores e funcionários públicos municipais, conheçam os pormenores do funcionamento do Senado Federal.

Ao expor o nosso âmago institucional, penso que nós, Senadores, estamos nos colocando no patamar de máxima colaboração com os administradores públicos em todos os níveis da Federação.

Minhas senhores e meus senhores, não quero me alongar. Mais uma vez, peço desculpas pelo atraso, porque estávamos cuidando exatamente das medidas provisórias, outra coisa que precisa ser modificada no Brasil.(Palmas)

O Poder Executivo deve ter mais parcimônia na edição de medidas provisórias, para que possamos compatibilizar a competência do Congresso Nacional para legislar com a necessidade de o Governo Federal dar resposta às questões urgentes, emergenciais, repentinas, conferidos os pressupostos constitucionais, conferida a sua constitucionalidade.

Mais uma vez, uma marcha – este ato assim se caracteriza – para engrossar o sangue de nosso País, para desenvolver as cidades grandes e pequenas,

mais urbanas, mais rurais, no interior ou mesmo no litoral do Brasil.

Este, Garibaldi, é, sem dúvida, como você já o disse muito bem, um caminho seguro para chegarmos ao lugar a que toda nação almeja: ser reconhecida como país desenvolvido. Não tenho dúvidas de que chegaremos lá brevemente. Para isso, nós contamos efetivamente com o engajamento e a participação de todos, sobretudo com a vigilância dos Prefeitos, através de sua entidade.

Paulo, as nossas portas estiveram abertas todos os dias e sempre estarão. O que for possível fazer com relação à concretização dos interesses dos Municípios nós faremos.

Vou conversar com o Presidente Severino Cavalcanti para que possamos agilizar a votação da reforma tributária e, dentro dela, a elevação do percentual destinado aos Municípios no Fundo de Participação dos Municípios brasileiros.

Contem, eterna, definitiva e decididamente, com a participação e com o esforço do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Está encerrada esta cerimônia. Agradecemos a presença de todos. Tenham todos uma boa tarde.

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de maio, de 2005, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia quatro de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, César Borges, Jonas Pinheiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Hélio Costa, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado e Roberto Saturnino e, ainda, da Senadora Heloísa Helena. Deixam de comparecer os Senadores Heráclito Fortes, José Jorge e Ney Suassuna. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos convidando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, para sentar-se à Mesa a fim de discorrer sobre as matérias de interesse dos municípios no Senado Federal. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Hélio Costa, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa e Mão Santa, e, também, a Senadora Heloísa Helena. Em seguida, colocado em votação, a Subcomissão aprova o Requerimento nº 01/2005-CAEMUNICIP, que requer nos termos regimentais, seja convidado para participar de audiência pública no âmbito da Subcomissão o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Senhor João Paulo Lima e Silva, e o Presidente da Associação Brasileira dos Municípios – ABM, Senhor José do Carmo Garcia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão de Assuntos Municipais Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 4 de maio de 2005, nesta sala de reuniões nº 19, Sala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Srªs e Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposição.

Srªs e Srs. Senadores, agradeço a presença de todos nesta primeira reunião da Subcomissão de Assuntos Municipais, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Temos aqui a honrosa presença do Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a quem convido para sentar ao nosso lado na Mesa de trabalhos.

Convido também o Sr. Remi Castioni que representa aqui a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República.

Srªs e Srs. Senadores, iniciamos aqui esta primeira reunião, e graças a Deus, trata-se de uma reunião efetivamente de trabalho. Não vamos ter aqui uma discussão mais teórica; teremos uma discussão de ordem prática. Como estão os Municípios brasileiros? É isso que será dito aqui pelo Dr. Paulo Ziulkoski, que veio inclusive com a disposição de fazer uma parceria com a nossa Subcomissão. Coloca-se à disposição da nossa Subcomissão de modo que possamos fazer um trabalho juntos, em favor dos Municípios.

Temos muitos temas a serem discutidos. Lembraria temas como a discussão do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, inclusive o que está pendente na Câmara dos Deputados com relação ao aumento de 1% do FPM na reforma tributária. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a renegociação de dívidas com a União.

A nossa pauta, Srªs e Srs. Senadores, é extensa, e temos de nos aprofundar na discussão desses assuntos. Para isso, teremos de inovar e sair de Brasília. Não apenas receberemos os prefeitos aqui em Brasília, como já fizemos em várias oportunidades. Vamos marchar para os Municípios; vamos aos Municípios discutir os problemas **in loco**, não apenas para ouvir os prefeitos, que são realmente os maiores responsáveis pela direção dos seus Municípios, mas, para ouvir representantes da própria população, segmentos interessados na discussão em favor dos Municípios.

Pretendo, ao lado do Senador Heráclito Fortes e de todos os que estão aqui, fazer com que esta Subcomissão possa levar a frente este trabalho. Para isso conto com a colaboração de todos. E não posso nem reclamar, porque no primeiro dia de reunião já estou vendo aqui um número expressivo de Senadores, o que me deixa muito feliz, o que me leva a pensar que os Senadores realmente estão empenhados para que esta Comissão possa dar uma resposta às demandas dos municípios. Demanda de toda a ordem, como citei aqui: demandas frente ao Poder Federal, em âmbito federal; frente aos governos estaduais; demandas que se arrastam ao longo do tempo, sem que os prefeitos tenham a possibilidade de uma ação coordenada junto a esses poderes. Nós vamos ser os interlocutores dos prefeitos, sem, claro, prejuízo das atribuições daqueles que foram legitimamente eleitos pelos prefeitos, que são a Confederação Nacional dos Prefeitos, a própria Associação Brasileira dos Municípios, que vai participar também dos nossos trabalhos, e também a Frente Nacional de Prefeituras das Capitais, que é integrada por prefeitos das capitais.

Está aqui para honra nossa e com muita disposição de nos ajudar, e sem delongas atendeu ao nosso convite, o Dr. Paulo Ziulkoski. Inclusive vou pedir aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, neste momento aprovem uma proposta para que possamos transformar esta primeira reunião numa audiência pública, na qual teremos a participação do Dr. Paulo Ziulkoski.

Submeto, portanto, à deliberação do Srs. Senadores. (Pausa.)

Está aprovada a audiência pública.

O que queremos é ouvir a sua palavra. Neste instante, transmito a palavra ao Dr. Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Muito boa-tarde, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero saudar o nosso ilustre Presidente da Subcomissão, Senador Garibaldi Alves; o Senado, que neste momento consolida um novo instrumento, um canal por onde os municípios possam se expressar de uma maneira um pouco mais formal em relação ao Senado.

Vou pedir permissão para V. Exªs, não pretendo me estender, mas não poderemos deixar de, nesta oportunidade, aproveitar um momento privilegiado para podermos conversar com o Senado através da Subcomissão e fazer algumas colocações. Já entregamos aos senhores um pequeno elenco de documentos e uma posição inicial que vou me abster de ler porque os senhores terão oportunidade, até para não tornar muito enfadonho. É uma proposta inicial que a Confederação traz. Quero agradecer neste momento ao nosso Presidente, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras por este convite que nos honra muito.

Eu queria, de início, para depois chegar objetivamente em algumas propostas, fazer breves colocações que V. Exªs já conhecem. Mas é importante deixar registrado nos Anais desta Subcomissão.

Em 1988, os Municípios tinham 11,5% de toda a arrecadação nacional. Com a Constituinte, evoluímos para 19,5%. Ou seja, o ICMS, que era de 20%, passou para 25%. O FPM que era 17,5% para 22,5%. Criou-se, na oportunidade, o IVVC – Imposto de Vendas a Varejo de Combustíveis, que depois foi extinto, e outras formas de taxa. A própria taxa de iluminação que depois sofreu entraves na Justiça, não existia, foi criada depois, foi declarada inconstitucional. O Senado aprovou depois a contribuição, em substituição à TIP. Então com tudo aquilo ali fomos para 19,5%. Na época o Governo Federal alegava que teria perdido em tese nominalmente cerca de 25 bilhões – na época era cruzeiro ou alguma coisa assim. Com aquela situação, houve, Senador Garibaldi, uma crescente transferência de responsabilidades. Se pegarmos a saúde – e pasmem V. Exªs, um dado do IBGE – há vinte anos, os Municípios tinham 42 mil servidores na área da saúde, direta e indiretamente vinculados; sequer tínhamos secretarias de saúde, a não ser em grandes Municípios. Com a transferência paulatina – e lógico que a criação do SUS foi uma conquista na Constituinte, por mais problemas que tenha –, hoje temos 810 mil servidores na área da saúde. Vejam a grandeza desses números: de 43 mil para 810 mil servidores, de vinte anos para cá, um pouquinho antes da Constituinte.

O IBGE publicou a sua pesquisa dias atrás, nós publicamos a do PIB. Mas estou falando daquela dos funcionários, e inclusive fomos acusados de termos aumentado em 600 mil os servidores nas prefeituras. Só

agentes comunitários de saúde são 194 mil, dos quais 170 mil são irregulares, contratados indiretamente, estimulados pelo Poder, pelo Governo Central, desde a época, 8 a 10 anos atrás, de uma forma irregular.

E, agora, como ficam o Prefeito e o Município? O sistema é ótimo, é bom, acho que ele tem que ser trabalhado, aprofundado, só que tem um detalhe: o Ministério Público do Trabalho está chamando os Prefeitos e dando um prazo, fazendo um ataque, que é um termo de ajustamento de conduta, para que eles possam fazer o concurso.

E como nós vamos fazer concurso? Aí entra o trabalho da Subcomissão. Se o que o Governo criou foi um programa – não é lei, é um programa –, não se sabe quanto vai durar, o valor inicial, a correção, a parte previdenciária, e os Municípios ficam nessa situação insustentável. Não tem saída. E, se fizer concurso, eles ultrapassam os 54% do limite de gasto com pessoal.

Retornando, estou enfocando um dado para demonstrar que, dos 19,5% – e aí houve tipos de classificação, a Fazenda tinha uma fórmula e hoje é outra –, se pegarmos na história, estamos hoje, Senador Saturnino, com 14,4% de todo o bolo nacional, que era 24% e passou para 36,6%. Veja, 36,5% de mais de R$1,7 trilhão de PIB dá R$650 bilhões de arrecadação. Se pegar 5% de 19,5% para 14,5%, arredondando, dá quanto? R$30 bilhões. Lógico que isso não foi tirado, mas foram as contribuições.

E aí, como diz o Senador Ney Suassuna, não estou culpando ninguém porque isso é história de 10 anos, estou fazendo uma constatação. Entendam-me dessa forma. Não foi o Presidente Itamar, não foi o Presidente Fernando Henrique e não está sendo Lula, que agora parou um pouco essa sangria desde que assumiu, mas caindo ainda um pouco, que autoritariamente disseram que isso ia ser dessa forma. O Congresso votou todas essas formas de transferência de atribuições e não-repasse correspondente para a execução dos programas, que são ótimos, são nobres. Então, precisamos discutir toda essa relação.

Ora, essa perda é muito eloqüente. Se nós olharmos a arrecadação própria das prefeituras... E aí um outro dado surpreendente, que não é muito publicado por aí: nós arrecadamos só IPTU, ISS e ITBI, três impostos; o restante são taxas e contribuições. Desse total, dos 36,5% do PIB, nós respondemos por 4,3%. A arrecadação própria dos Municípios é 4,3%; a média mundial é 17%. Inclusive, depois vamos mostrar para V. Exªs que esse material aqui foi o primeiro encontro, é um material inédito feito pela Confederação. No Rio de Janeiro, no Hotel Glória, há três anos, fizemos um seminário internacional com apoio do Fórum das Federações do Canadá, que financiaram para nós a vinda de técnicos, de personalidades de nove países, mostrando a realidade dos outros países. Isso aqui é uma proposta, Senador Garibaldi, que poderá ser publicada. Não temos muito recurso para publicar esse material que é inédito e que poderá servir de base para um seminário que a Subcomissão poderia promover para discutir a questão federativa, do pacto federativo. Então aqui nos mostra que a média mundial é 17%, e nós temos 4,5%. Então, nós não temos autonomia tributária.

E se desdobrar, Senadores, esses 4,5% da própria, porque o resto são transferências, sabe o que acontece? Vinte cidades do Brasil arrecadam 84% dessa arrecadação, e 100 cidades seguintes arrecadam 14,8%, ou seja, 5.400 cidades do Brasil têm 2% de arrecadação própria. Bom, lógico que tem muito de prefeitos que efetivamente não cobram. Mas, hoje, pela Lei de Responsabilidade, se ele promover isso, vai estar sendo enquadrado, está-se corrigindo isso aos poucos. O ISS que V. Exªs aprovaram, a Lei nº 116, a lei complementar, há dois anos, foi a única lei complementar do ano de 2003, em todo o Congresso Nacional, foi aprovada, regularizou essa parte que era importante. Este de 2004 que entrou em vigor, estamos aumentando, sem aumentar a carga tributária estamos aumentando 24% nesse que é o maior tributos dos Municípios da arrecadação própria. Porque trouxemos à base o que estava fora e corrigimos, não como deveria na nossa avaliação, as alíquotas que não tinham, em até 30%, não tinha mínima, nem máxima, enfim, se mudou a base, a exceção que era só construção civil, hoje são 28 exceções. O meu Município, V. Exªs poderão se surpreender, tem quatro mil habitantes, e eu estou aqui discutindo com V. Exª. Podem até dizer: como quatro mil habitantes vêm querer discutir?

A lei é a mesma, a Lei de Responsabilidade é a mesma para a cidade de São Paulo e para a minha cidade, onde fui Prefeito até dezembro. E a minha cidade, que recolhia R$30 e poucos mil de ISS no ano, com a entrada em vigor desta lei aprovada aqui, pela qual lutamos, passamos para R$180 mil de arrecadação, e os bancos estão sonegando mais da metade. O Banrisul, que é no nosso Estado, só paga ICC em 45 Municípios do Rio Grande do Sul, mas está em todos.

Com relação a isso, estamos numa luta, porque não temos acesso à Receita Federal, ao Banco Central para executar aqueles que não estão pagando. Isso é uma coisa que a Comissão, seguramente, tem autoridade para ver, porque precisamos regularizar, aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não temos como acessar. E a hora que se entra em juízo são 10, 20 anos para discutir.

Então, caímos na arrecadação, e estamos numa situação de penúria, porque as responsabilidades passaram para nós.

O que acontece? Vou citar um exemplo para V. Exªs aqui, o Senado aprovou – e aí é um sentido crítico, mas para encaminhar uma discussão –, há dois anos, uma emenda constitucional dizendo que a base do repasse para as Câmaras de Vereadores passaria a ser sobre a receita corrente líquida.

Quando me apercebi daquilo, já tinha passado. Fui para a Câmara, conseguimos derrotar na Câmara. Por quê? Porque a Emenda Constitucional nº 25 regula a forma dos 8% até 100 mil habitantes, de 100 a 300 é 7%, e vem caindo. Sobre o quê? Sobre a receita tributária própria e transferida, que está lá no art. 158 e 159, do ano anterior. O que é isso? É um conceito que está lá Lei nº 4.320. Se considerarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela introduziu um conceito novo – veja bem, permita-me se eu estiver errando alguma coisa, porque não sou da área, estou aqui falando pelo que sei, portanto, desculpe-me se, às vezes, disser alguma impropriedade, pretendo até não dizê-las –, mudou e criou o conceito de receita corrente líquida. E o que é? É o mês anterior somado aos 11 anteriores de tudo que entra no ente. Da emenda do parlamentar a um projeto específico de um Ministério, a forma que entrou, tudo isso é receita corrente líquida: é a merenda escolar, é o Fundef e, sucessivamente, o PAB, tudo isso aí.

Sabe o que foi aprovado no Senado? Que a base deixaria de ser tributária e passaria a ser a líquida. O que aconteceria? Os 0,8% da merenda escolar iria para os vereadores. Os 0,8% do remédio, que é um real por ano que é transferido, iria para a Câmara.

Tivemos, hoje sou **persona non grata** no meio da Câmara dos Vereadores, porque tivemos que brigar e sei que os Senadores não aprovaram isso porque queriam, tenho certeza que não.

Se no dia-a-dia pudermos contribuir com os Senadores, com o Senado para elevar isso, sei que esse é o objetivo de V. Exªs, vamos estar aqui à disposição. E, como dizia antes, não foi um dos presidentes que foi ditador e assinou; tivemos a participação do Congresso.

Sou do PMDB – aliás, sou de um dos PMDB, não sei de quais dele, mas tem vários, a pretensão deles é que tem que estar em um partido –, mas estamos aqui lutando por um município, independente de partido político; o que queremos é melhorar essa relação federativa.

Então, estamos trazendo esse trabalho, mostrando para V. Exªs; e nesses dois anos o Senado votou coisas importantes para os municípios. Votou a lei do ISS, que foi um avanço. Só que agora já tem um *lobby*, dentro do Senado mesmo, para tirar as conquistas que estão lá e que já foram votadas aqui, porque era um compromisso. Estão querendo tirar a base da incorporação imobiliária fora, tirar dos profissionais liberais, que era pelos faturamentos, e, agora, querem que seja pessoal, como era antigamente, quem ganha mais paga menos.

Precisamos, portanto, trazer esse trabalho e, modestamente, contribuir com os Senadores, discutir, chamar as pessoas, sugerir, tudo isso.

Vejo que a questão federativa, e nós entramos como tal... Vejo esta Comissão como uma das mais importantes, porque o Senado – nunca é demais repetir – é a Casa da Federação, é aqui que vamos discutir, pois os Senadores têm independência – acredito que 99%, nunca se vai dizer que não tem uma exceção – para discutirmos com mais equilíbrio, moderação e racionalidade. A Câmara é uma Casa importante, mas tem outro tipo de conotação, de trabalho, enfim, haja vista que aprovamos aqui a reforma tributária e ela está lá. Foi promulgado no Senado o que interessava o governo, mas para nós não saiu nada.

Estamos esperando, já perdemos o FPM do ano passado, a Câmara não vota, a base do governo quer retirar da Ordem do Dia a reforma tributária, e nós estamos no prejuízo. A diferença é que, podem ter certeza disto, tem Município irresponsável, tem Prefeito desonesto – e tem que ir para a cadeia, ninguém está os defendendo aqui, estou falando no geral –, se entrar R$1 milhão na Prefeitura, 25% vão para a educação e 15% vão para a saúde.

O que estamos discutindo aqui? Saúde, educação e outras questões. Em relação à saúde, foi feita a Emenda Constitucional nº 29 que está em vigor, que vinculou recursos para a saúde. Quanto? Quinze por cento para nós, até 2004; 12% para os Governadores, até 2004, e a União, até 2004, pelo aumento nominal do PIB, porque a União é muito fraca, não tinha dinheiro na época, então não podia vincular, por isso colocaram o aumento do PIB.

Porém, está nas Disposições Transitórias que lei complementar a ser elaborada até 2004 diria quanto a União iria participar. Estamos em 2005, e tem um projeto na Câmara que iniciou essa discussão e que não está sendo votado. Inclusive, um é do Deputado Gouveia, do PT. Se for votado, vincula 10% da União da sua arrecadação. Isso aumentaria um nominal de R$32 bilhões para R$45 bilhões. Lógico que sabemos que o governo teria dificuldade, teremos que construir isso. Acho que o Senado, desculpem-me a forma com que me expresso, tem que assumir essa discussão e esse trabalho tem que sair, com apoio dos Prefeitos e

dos Governadores. Nós é que estamos fazendo, basicamente, a saúde lá. Há 6 anos não corrige o PAB, que é R$0,80 por mês/habitante, R$1,00 de remédio por ano. Isso não tem cabimento. O agente de saúde recebe R$260,00. Quanto custa?

Precisamos fazer essa lei complementar, negociando em cinco anos, um ano, não sei como, mas tem que ter, porque 15% dela vão por população. Tem como melhorar, pois vai para o Fundo Municipal, não vai para o caixa do Prefeito. Há um Conselho Municipal, que mal ou bem existe e está funcionando. Pode haver deficiências, e temos que melhorá-lo, qualificá-lo.

Toda essa discussão se trava. Não conseguimos avançar, como eu disse, no INSS, que melhorou; o salário-educação foi uma proposta do Senador Roberto Saturnino, que, inclusive, teve uma emenda que depois se discutiu. Aqueles 10% serviu muito, pois agora os Municípios estão recebendo. O que acontecia? Senadora Heloísa Helena, o salário-educação está na parte dos "s", é 5,5, num campo da folha de cada empresa que é recolhido pelo INSS, ele fica com 1% para administrar esse salário-educação, que é a parte da cobrança, repassa para o FNDE 99%, o FNDE, até então, ficava com um terço, 33%, e 33% voltavam para Estados e Municípios. No entanto, os Governadores, com exceção, não sei se tem algum semi-quebrado ou alguns até quebrados, como no meu Estado, governado pelo meu companheiro Germano Rigotto, o dinheiro entrava no caixa hoje e não chegava à Prefeitura. Só no Rio Grande do Sul, o ex-Governador Olívio Dutra deixou de nos repassar R$49 milhões, até hoje não pagaram, e o Governador Germano Rigotto, que é do meu Partido, mais R$43 milhões. Portanto, não é o partido, é o Estado.

Levamos um tacho de R$100 milhões no nosso Estado. Com a construção que nós lutamos, V. Exªs nos ouviram e o governo apoiou – foi muito importante o apoio do Presidente Lula, tem que se deixar isso bem patente –, hoje está sendo levado direto de Brasília para o caixa de cada Prefeitura o valor do salário-educação. Terminou aquele passeio e a intermediação que surrupiava o dinheiro e ficava com ele. Hoje está chegando ao estudante. E são R$2 milhões, aproximadamente.

Isso é importante colocar, mas temos que continuar nessa discussão. Há coisas como essa que podemos alterar. Onde V. Exªs poderão trabalhar conosco? Por exemplo, está caracterizado, como é no mesmo campo o recolhimento de 5,6 do salário-educação, o que aconteceu? Nesses últimos anos, foi passado a mais para o Sebrae, para o Sesi, Senac, não sei direito esses nomes, quase R$4 bilhões sem correção, que eram do estudante brasileiro. E temos que ir atrás. Não temos força, o Senado tem força, se tiver decisão política, para buscar ou parcelar porque isso é sagrado, é nosso, é do estudante. Agora, vejam, Senadores, o que acontece com o Fundef, e, agora, vamos discutir aqui o Fundeb, que é uma grande discussão, e o Presidente tem que mandar, temos que enfrentar essa questão do financiamento da educação básica. O Fundef foi criado pela Emenda 14, Senador, em 1996 – entrou em 1997, no Pará, um Estado, e, depois, em 1998, em todos. Ele é constituído de 15% de 5 tributos, ICM, FPM, FPE, IPI exportação e Lei Kandir. É feito um fundo por Estado, dá um montante. No Brasil, tem 32,2 milhões de alunos dos Estados e dos Municípios somados. No ano passado, foram R$31 bilhões, qualquer coisa assim, o total desse fundo – R$31 bilhões divididos por 32 milhões de alunos dará um **per capita** de 950, não sei quanto. O Senado votou lá atrás a Lei nº 9.424, que, no art. 6º, regulou essa emenda, dizendo que, nos Estados que não atingissem a média do custo aluno nacional a União teria que complementar até aquele valor. O que ocorreu? Desde o meu conterrâneo Paulo Renato, por decreto, vem estipulando um valor de acordo com a vontade do Ministério da Fazenda, do Governo Federal, enfim, e, nos últimos anos, ocorreu que R$20 bilhões foram desviados do ensino fundamental, que, corrigidos, são quase R$40 bilhões.

O que a Confederação está fazendo? Não temos força, estudamos isso e, hoje, estamos patrocinando ações. Já entramos com mais de 500 processos na Justiça Federal, ganhamos vários já na Bahia e no Piauí e estamos instando os municípios a cobrar para fazer, pelo menos, um encontro de contas, alguma coisa, ou que esse dinheiro entre para a educação. Porque, agora, nas contestações que perderam os recursos, estão dizendo que tem que compensar no INSS, quando não tem nada que ver, não vamos tirar da educação e colocar no INSS. E a União desviou, só que o Ministro Waldir Pires vai aos Municípios, e acho que, se tem ladrão, repito, tem que ir para a cadeia, e olha, qualquer coisa, se gastou dos 60% não com professor e gastou 1% em merenda, bota lá como irregular. E soa em toda mídia nacional que tem 90% de prefeitos incompetentes desviando tudo, quando a União desviou R$40 bilhões da educação básica, e isso não é notícia. E temos que estar lá mendigando uma coisa que é nossa.

Então, nesses assuntos, não adianta ter a lei, que tem de ser cumprida por todos. E acho que o Senado tem força, e tenho certeza de que V. Exªs vão olhar essa questão. Quem perdeu não foi o Sul do Brasil nem São Paulo nem o Rio, mas o Nordeste e o Norte. Tenho, se V. Exªs quiserem, município a município, ano a ano, a perda de cada um, do Brasil inteiro. Estamos

entrando em todo o País com essas ações. E o que fizemos? Cobramos um valor, temos cobrado de R$3 mil, R$4 mil, que é o valor para poder se deslocar e ir lá entrar com a ação. E estamos ganhando. Então, isso tudo, temos aqui, não quero me estender, desculpem-me, poderíamos ficar o dia inteiro aqui falando, mas lá na Previdência, companheiros, e, agora, vai passar por aqui uma nova medida provisória que está sendo editada para reparcelar a dívida dos Municípios. Em 1997, ajudei a parcelar, foi a primeira medida provisória que o Fernando Henrique fez, colocando num balaio todas as dívidas dos Municípios, que, na época, era de R$3,8 bilhões. Pagamos desde ali, ou seja, são 8 anos, retendo do FPM 3%, 6% ou 9%, pagamos. E sabem em quanto estão aqueles R$3,8 bilhões? Estão em R$13 bilhões por causa da Selic. E a compensação previdenciária que estamos recebendo, quando paga, é pelo aumento da Previdência. Então, anda a passo de tartaruga, pelo aumento do custo das correções, enquanto a dívida anda num supersônico.

O Município de Paulínia, do qual divulgamos o PIB, que é outra distorção que o Senado votou agora, aqui, e a Câmara não quer votar lá, que é a questão do valor adicionado, vai pagar em 5 milhões de anos a dívida deles. Triunfo, que é o terceiro do Brasil, vai pagar em 1,2 milhão de anos. E provamos para V. Exªs como é que foi construído isso. Enquanto dos pobres do Nordeste, do Norte, até do Sul, estão retendo do FPM, deixando de entrar para a saúde e para a educação. E o Congresso autorizou no art. 160 da Constituição que o INSS pode botar a mão no dinheiro dos Municípios. Então, ele retém à sua vontade, retém inclusive a corrente, não é nem o que é dívida, e estamos ganhando também o juízo, só que isso é traumático, difícil, oneroso para a Prefeitura, é dinheiro que o Prefeito está gastando e que não precisava gastar.

Então, essas áreas de saúde e de educação são de uma grandeza, de uma eloqüência muito grande. Não adianta virem agora com o Fundeb e dizerem que vão entrar com quatro bilhões em quatro anos. Sabem quanto a União colocou no Fundeb no ano passado? Quatrocentos e trinta milhões, e nós, trinta bilhões. Agora querem colocar no Fundeb... E há aquela questão da Emenda nº 40, da Senadora Heloísa Helena, que é mais eventualmente de mídia. Estão colocando, no mesmo balaio, o ensino secundário, básico e infantil.

Quanto custa manter um aluno no ensino secundário? Quanto custa uma creche? Como serão esses valores?

Havendo o financiamento, é nobre a Emenda nº 40. É nobre! Temos todos de apoiá-la. Agora, onde está o recurso? O problema, Senadora, não é nem esse: é o fato de que, na hora em que a lei entra em vigor, o Ministério Público não pega Governador, nem Presidente da República, mas Prefeito; como é sua obrigação, vai dar tantas horas para colocar a criança na creche. E como fica o Prefeito lá na ponta?

Tudo isso por quê? Porque o sistema político no Brasil é assim. Quem indica os Conselheiros do Tribunal de Contas? Quais são as interpretações da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Tribunais de Contas do País? Quem indica os Procuradores Gerais de Justiça, em lista tríplice? Quem dá licença para processar Governador e ex-Governador? Quem indica o Procurador-Geral da República? Quem indica membros do Supremo Tribunal Federal? Enfim, como é a estrutura?

Será que os Municípios, já que o Brasil é uma federação, não teriam de ter uma lista tríplice de Promotores, para ver quem é o Promotor da comarca? Não estou pedindo isso; estou mostrando como são os tratamentos, as interpretações, os julgamentos das contas de um ex-Governador, do Governo Federal, de um Prefeito. Nunca defendo aquele que desviou ou roubou.

Então, tudo isso – V. Exª me desculpe a forma até um pouco veemente de falar – é um sentimento; também falamos um pouquinho com o coração.

Quero encerrar esta parte, para não me alongar, propondo ser um coadjuvante da Subcomissão, de uma maneira muito efetiva e concreta. Podemos fazer um grande seminário sobre a questão federativa, o pacto federativo; temos já alguma base para isso. Os Governadores estão pedindo essa discussão.

O art. 23, parágrafo único, da Constituição determina que lei complementar disciplinará o regime comum de competência. Até hoje isso não foi feito; dezessete anos passados da Constituinte, e não há nenhum embrião de discussão, por quê? Porque não há interesse da União e até de alguns Governadores em discutir essa questão; porque a lei definiria o que me compete fazer e onde está o dinheiro para eu fazer. A solução seria essa. Esse é o maior problema, o nó da Lei de Responsabilidade, de toda essa questão.

Então, esse é um ponto que podemos estudar com a Comissão. A Confederação está aí para mobilizar Prefeitos, construir pautas, fazer eventos com V. Exªs, se assim o entenderem, no interior do Brasil. Até me proporia, em homenagem ao Presidente, a fazer o primeiro no Rio Grande do Norte, proximamente. Começaríamos pelo Nordeste, fazendo eventos, mostrando essa realidade, discutindo, trazendo os Prefeitos para essa discussão toda.

Só citaria um dado, para V. Exªs verem o tamanho. Em 1994, quando saiu o Plano Real e a URV, todos queriam a estabilidade – nós a queremos, ninguém é contra ela. Mas, até ali, todos os entes trabalhavam – o

Senador Mão Santa sabe, porque foi Governador um pouco depois e Prefeito também – com o quê? Com o imposto inflacionário. Fazíamos um encontro das contas no final do ano, tocando daqui, puxando dali, aplicando o dinheiro no *overnight;* era aquela loucura. Então, tudo fechava.

Quando saiu o Plano Real, Senadora Heloísa Helena, o que ocorreu com a estabilidade? A União, porque é inteligente, tem estrutura, criou o chamado Fundo Social de Emergência, que desvinculou 20% do seu Orçamento. Como era feio, o nomezinho passou a FEF e hoje é DRU. O nome foi mudando, enganou-se aqui e ali, e a desvinculação foi sendo restabelecida. E o que eu chamava na época? Era tão grave que o FEF tirava o Imposto de Renda dos servidores da União da base do FPM, e nós perdíamos 10%. Foi quando comecei a trabalhar essa questão, vendo que isso atingia o meu Município e a cidade de São Paulo. E, lá em 1999, passou a integrar novamente; foi uma luta muito grande.

Então, quando saiu isso, criaram essa forma do Fundo. E sempre o chamei, na minha ignorância, de a gasolina do automóvel chamado Plano Real. Sem aquele fundo, não havia como a União fechar as suas contas.

Bom, isso se delongou alguns anos, e os Governadores ficaram esgoelados. Creio que o Senador Garibaldi seja da época, de 1997. O que o Senado fez? Aprovou a Lei nº 9.496, se não me engano, que aceitou reparcelar todas as dívidas e assumir as dívidas dos governadores. E hoje há toda essa discussão acerca daqueles 13% ou 18%, como diz o Governador Rigotto, que não consegue, enfim... Mas assumiram mais de 100 bilhões. Então, sanearam os Estados. Mal ou bem houve isso.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Não sei, é uma questão de avaliar, mas o termo foi esse, de que iam sanear os Estados. Por isso saiu a lei.

Com os Municípios, com os bancos fizeram o quê? Com as empresas aéreas, fizeram o quê? Com os agricultores e com os Municípios, o que foi feito? Quando saiu a Lei de Responsabilidade, que hoje está fazendo aniversário – dia 05 entrou em vigor essa importante lei –, o art. 35 vedava que a União socorresse Estados e Municípios. Foi ali que houve a assunção da cidade de São Paulo, do Rio de Janeiro. Só São Paulo tinha seis bilhões do Banco do Brasil naqueles precatórios e mais dois no Banespa, que ia ser privatizado, não podia. O Rio de Janeiro tinha outros. Então, assumiram o galope, como dizem os gaúchos, as dívidas de meia dúzia de Municípios, não sanearam os Municípios do Brasil.

A lei está em vigor e até hoje estamos nesse sistema, porque a nossa dívida tem outro perfil, não é uma dívida de longo alcance, de longo prazo, consolidada. Nessa, só há seis Municípios no Brasil, de 5.560, que estão acima do 1,2 que o Senado fixou. Só seis. Todo o resto está enquadrado dentro do limite.

Ocorre que esse limite o Senado fixou para Prefeito e Governador, mas não fixou para a União. E é uma pergunta que se faz: por que o Senado não fixou para a União o limite de gastos que está na lei? Por que essa discriminação conosco, de 1,2? Para os Governadores é mais, e para a União talvez seja de 10, porque somos pequenos e temos de dever menos. Penso que a Federação é uma coisa só.

Até hoje o Congresso não votou a lei que cria o Conselho Nacional de Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Faz cinco anos hoje e não temos a criação desse Comitê, que é o que vai balizar. Hoje no meu Estado, por exemplo – talvez, se eles ouvirem lá, pegue mal –, o Tribunal entende que inativos não contam no limite do gasto de pessoal. Mas está lá no art. 18. Então, vamos interpretar. É assim? Vale para todos, vale para Municípios, vale para todo mundo. O imposto de renda, que é retido dos servidores e que fica, porque o imposto de renda do Estado e do Município fica com o Ente, não é repassado para a União, estão tirando: se ganha 1.000, pagou 250; então, aqueles 250 não contam como despesa de pessoal, porque retornaram. Como vamos interpretar a lei? Daí, edita-se uma medida provisória para atender a um Município do Brasil, que é São Paulo, ou dois. Como vamos aplicar a lei corretamente?

Tenho certeza de que tudo isso poderemos abordar na Subcomissão, afora o trabalho que faremos de seminários, parcerias, estudos, publicações. Queremos vir aqui complicar um pouco a vida dos senhores, no sentido de participar, de trazer dados, discutir projetos. Creio que o Senado fará um grande trabalho e pode contar conosco. Este ano, vieram mais de três mil prefeitos a Brasília. Se precisarmos trazer mensalmente mil prefeitos ou metade disso e trabalhar os Senadores dos outros Estados...

Temos um projeto aqui, e até encerro pedindo aos senhores que ele seja, se possível, imediatamente votado. Foi feito por nós, mas não podíamos assinar. O Senador Sérgio Cabral – nasceu no Rio esse projeto; na época, S. Exª estava em uma reunião da Premerj – subscreveu que é um projeto que permite que os Municípios elenquem toda a sua dívida ativa, separem um percentual dela e possam, por licitação, entregá-la aos agentes financeiros para fazer a cobran-

ça daquela dívida, com a melhor proposta, conforme a licitação, com as garantias que o Município dará em caso de não poder cobrar aquele valor. E, no ato da assinatura, depois de quem ganhou, fica o agente financeiro obrigado a repassar 30% daquele valor para a Prefeitura para que ela aplique em seu saneamento de alguma forma.

Vejam bem: um Município que tenha hoje um valor singelo de 15 milhões de dívida ativa, um Município pequeno, se cobrar dez milhões dessa forma, 30% são três milhões. Para aquele Município, é algo gigantesco, desde que esteja caminhando no limite da Lei de Responsabilidade, que não gere déficit etc. Então, esse é um projeto de resolução. E a Comissão, Sr. Presidente, poderá tomar logo a frente desse projeto e votá-lo, porque isso já seria uma demonstração da Comissão do Senado aprovando uma coisa que é unânime. O próprio Executivo Federal, que estamos discutindo, apóia esse projeto. Depois, aí sim, trabalhar a reforma tributária como o Senado aprovou. Do jeito que o estão querendo fazer lá estão tirando a questão do valor adicionado fora, que foi aprovado aqui, não é possível uma cidade receber, como Triunfo, no Rio Grande do Sul, que tem um pólo petroquímico, R$2.500 mil por ano, por pessoa, de ICMS; e Pelotas, Alvorada e Viamão, somados, só como exemplo, que dá um milhão de habitantes, só receber R$ 40 ano, por pessoa, de retorno do ICMS. Por quê? Porque são cidades que foram beneficiadas pela guerra fiscal dos Governadores, que levam ao Município, como levaram à Gravataí – falo sempre no meu Estado para não atingir a outros – a GM, deram isenção pode dez anos, o ICM não é pago, só que Gravataí cada automóvel que sai, entra e soma no VAF – Valor Adicionado Fiscal de Gravataí – e Gravataí, que tem um grande companheiro prefeito do PT, que trabalha conosco, mas estou mostrando a realidade, como aumentou, já é o quinto ICM do Estado. Então, ele aumentou o ICM e tira de todos os outros. Não entra para ninguém e ele está somando para ele, por causa de uma Legislação que tem aqui e temos que mudar isso. Temos que valorizar o ser humano. O dinheiro tem de ir aonde tem população e não onde tem um mega investimento, com dinheiro, inclusive, que é público. Ou com uma renúncia nefasta, como essa, que os senhores estão corrigindo dentro da reforma tributária e que tem de ser encarado de frente.

A questão do limite dos precatórios, todos os prefeitos estão enlouquecidos com isso aí. O Senado aprovou o limite de 2% da Receita corrente líquida para satisfazer. Hoje estava o Prefeito Pietá, de Guarulhos, está aqui, apavorado, porque não tem, é obrigado a colocar no orçamento e pagar no ano seguinte. É diferente de Governo Estadual e União, que esse tem uma forma, prefeito vai à cadeia. No meu Estado tem 110 prefeitos, ex-prefeitos na cadeia, existem vários que cobravam iluminação pública. Quer dizer, cada Estado é uma realidade.

Então, permitam-me mais uma vez, desculpem-me me alongar, quero agradecer a paciência dos senhores, fica a nossa entidade à disposição. Estamos abertos a dialogar com os Srs. Senadores. Sei que o que estou dizendo aos senhores, V. Exªs compartilham conosco. A Confederação está aqui para trabalhar de preferência diuturnamente com os senhores, com a nossa presidência e com as Srªs e Srs. Senadores.

Desculpem-me a forma de colocar a manifestação que temos. Gostaria de agradecer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradecemos a competente exposição do Dr. Paulo Ziulkoski.

Passamos a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Paulo, o senhor tocou sobre o projeto da lavra do Senador Sérgio Cabral. Sou Relator. Relatamos aqui rapidamente e rapidamente foi ao plenário. Quando chegou ao plenário, recebeu uma emenda da Senadora Maria do Carmo. Todos sabem que a Senadora é esposa do Governador de Sergipe. Foi feita uma campanha entre os governadores e pediram que fosse incluída também, nessa possibilidade, de cobrança terceirizada, as dívidas também dos Governos Estaduais. Esse projeto veio para cá, começamos a discuti-lo e quando estava pronto, pediu-se para se ouvir a CCJ. Lá decidiram que esse projeto, com essa cobrança, seria enquadrado como endividamento, não podendo ser apenas aquela resolução da Comissão de Assuntos Econômicos, teria de ser algo mais profundo do que uma simples resolução. Ficou nisso.

Passou o ano de 2004, agora vamos ver se retomamos esse processo, principalmente apoiado pela Confederação.

A Subcomissão foi criada no momento certo. Sr. Presidente...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Só para complementar sua colocação eu diria o seguinte, talvez não tenha sido recomendada juridicamente, não tinha base, porque era ano eleitoral, e a Lei de Responsabilidade proíbe que o Município contraia algum endividamento, e, realmente, se adiantassem 30%, eles ficariam para o novo Prefeito prestar essas contas. Como é um ano que agora não é mais eleitoral, penso que flexibiliza nessa linha, nessa direção.

E quanto à emenda dos Governadores, ela prejudicou, porque os governadores queriam, mas os *lobbies* da Secretaria de Fazenda e as Procuradorias, que

iriam perder, vieram e trabalharam contra, com essa argumentação. Por isso que o projeto não ...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – De fato, estamos recebendo no nosso gabinete, freqüentemente, Procuradores, que vêm com aquela pergunta: o que vamos fazer? Entregar essa forma de cobrar para uma empresa terceirizada?

Este Senado tomou algumas posições neste ano que estão sendo muito boas. Primeiro, é esta subcomissão, que se criou agora. Podemos, então, tratar esse assunto na subcomissão em vez de tratá-lo na Comissão de Assuntos Econômicos, que é muito ampla e com muitos deveres a cumprir. Assim também foi com a Comissão de Agricultura. O assunto "agricultura" saiu desta Comissão e foi para a Comissão da Agricultura, onde estamos tratando com muito mais rapidez os assuntos ligados à agricultura, que antes era quase escondida aqui nos porões da Comissão de Assuntos Econômicos.

São decisões que o Senado está tomando e que vêm agilizando o processo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Jonas Pinheiro, vamos requisitar esse processo para ser submetido a um parecer da Subcomissão de Assuntos Municipais. Penso que V. Exª concorda com isso.

Dentro da relação dos oradores inscritos, está inscrito agora o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero iniciar parabenizando aqui a exposição do Dr. Paulo, Prefeito de Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul. Já me havia sido avisado que V. Sª tem um vasto conhecimento nessa área e está provado neste momento.

Em primeiro lugar, quando falamos em vinculação de receitas, para mim, realmente é de uma situação, um imbróglio muito bem resolvido. Lembro aqui alguns: educação, saúde, repasse a Poderes, precatórios, dívidas do INSS ou coisa parecida, que, com certeza, impedem acesso a repasses do FPM. Pergunta: o que sobra, na verdade, para o investimento? E, principalmente, qual é a flexibilidade hoje que o gestor tem para conseguir executar seu plano de trabalho?

Quando surgiu a interpretação de lei do TSE sobre a situação dos vereadores e as duas Casas aqui rapidamente debateram o assunto e, até por decurso de prazo, acabou vigorando a interpretação do TSE.

Até o último momento, tive conhecimento de apenas três Municípios. Pode ser que existam mais. Ao reduzir a Bancada de Vereadores, o número de Vereadores, devolveram à Prefeitura o correspondente ao número de cadeiras reduzidas. Vi isso em Rio Branco. Vi falar disso em uma cidade do interior de São Paulo e uma terceira cidade do interior de Minas Gerais.

Sr. Presidente, acredito que vim para a Comissão certa, para poder ouvir esses números e entender que precisaria de um olhar acurado mesmo sobre a situação que envolve Municípios brasileiros.

Temos, pelo que me informam, mais ou menos 40% de Municípios, criados naquela onda da década de 90, impossibilitados de um gerenciamento. Foi um erro tê-los criado – tem que ser dito isso. Municípios de uma extrema dependência de tudo, sem nenhuma capacidade de receita própria.

Então, quando o Prefeito Paulo dá-nos o número aqui de que apenas 4,5% é a média brasileira...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – É o total da arrecadação da soma de todos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Somada toda a média brasileira...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Não é média.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É um número exato...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Arrecadação própria, o resto é transferência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dos 5.560 Municípios... tem 4,5%, sendo que apenas 20 Municípios – vi a matéria no jornal –, apenas seis Municípios brasileiros respondendo por 25% do PIB nacional.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Isso é diferente, Senador. Uma coisa é arrecadação própria, outra é o PIB.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas quero fazer aqui só um quadro comparativo mesmo, porque quero pegar o número que o senhor falou com esse número da notícia de hoje do jornal. Acho que esse assunto mereceria os dois focos. O foco apresentado pelo Prefeito, e o foco também ambíguo de termos, se este é número é verdadeiro, 40% dos Municípios do País criados sem nenhuma capacidade de auto-suficiência, condições de sobreviver por conta própria.

Vamos ver o caso de IPTU. Considero o IPTU, praticamente começou de uma experiência rural, o sindicato do trabalhador rural só arrecada de seus sócios quando está em crise. Quando o sócio está em crise e precisa do sindicato corre lá e paga a mensalidade para receber o benefício. A mesma coisa é o morador com a prefeitura. Na hora de recorrer ao IPTU, por mais que se faça uma campanha acirrada e tudo mais, essa receita é sempre abaixo, muito abaixo do que se espera. Concomitante com isso temos o debate do orçamento impositivo.

O que quero dizer com tudo isso? Se passarmos aqui o orçamento impositivo, dado uma margem

baixíssima de receita própria, uma situação de 40% dos municípios brasileiros com estado grave de arrecadação, e dado que um orçamento tem que ser impositivo com uma capacidade mínima de o município gerir sobre seu empreendimento, fico pensando que isso requer realmente um estudo aprofundado com a coragem que possamos apresentar, e votar nesta comissão, nesta Casa, um projeto que tenha uma solução definitiva desses problemas.

E se podemos avançar mais, sei que é medida antipática. Primeiro, Sr. Presidente, que todas as câmaras municipais que tiveram redução de bancadas têm que devolver o correspondente à prefeitura. Isso é um ponto que queria observar.

Segundo, analisar esse fato de qualquer medida que venha ter beneficiado, rolagem de dívida de qualquer Município não importa de onde está e o tamanho dele ser estendido em termos proporcionais ao conjunto dos 5.560.

Mas queríamos que pudéssemos observar qual a real situação de alguns municípios que, no meu entender, não têm condição de continuar como Município. É impossibilitado, Sr. Presidente, porque cada município criado, seja Estado, o que quer que queira, pagando uma folha, pendura uma folha nova daquilo que poderia virar recursos de fato, de investimento lá na ponta para a comunidade. Portanto, a criação de novos Municípios em nosso Estado não está exatamente, no meu entendimento, vinculada à sucesso de desenvolvimento local que aquela comunidade possa esperar.

Era mais ou menos isso, mas só quero fazer essa consideração, Sr. Prefeito, porque o senhor traz aqui um conjunto de preocupações consistentes e que quero, a partir desse momento, me irmanar a esta causa, quero ler todos os documentos apresentados por V. Exª, tirar dúvidas para que possamos acompanhar de perto e contribuir ao máximo no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, vamos adotar aquele procedimento de ouvir três Senadores, para que o nosso convidado possa responder às indagações para se ganhar tempo, porque temos a Ordem do Dia, que geralmente se inicia às 16 horas. É muita generosidade, às vezes.

Transmito a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pela Presidência desta importantíssima Subcomissão de Assuntos Municipais, Subcomissão Permanente. Isso aí quer dizer que vamos estar permanentemente discutindo as questões municipais. Ou seja, o município ganha um fórum específico dentro das comissões do Senado para poder discutir os seus imensos problemas, os seus muitos problemas. E nada melhor do que um Senador com a vossa experiência, com a vossa competência, com a vossa vivência dos problemas municipais, estaduais, nacionais para presidir essa Subcomissão. Nosso Partido, o PMDB, fica muito honrado de tê-lo à frente da Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado. Ao mesmo tempo, cumprimentá-lo pela felicidade de trazer o Paulo Roberto Ziulkoski, que é a maior autoridade em assuntos municipais que este País tem. Todos nós, quando assistimos às palestras, às conferências, às exposições do Paulo, seja através da mídia, da Câmara, do Senado, das emissoras de televisão, de rádio, ficamos sabendo com profundidade do drama que vive o município. Os problemas que as nossas cidades, quanto menor, pior o problema que as nossas cidades estão vivendo. E eu, como sendo de um Estado que tem oitocentos e cinqüenta e três municípios, mais de três mil localidades espalhadas por um imenso território, do tamanho da França, que é Minas Gerais, onde temos um dos maiores índices de pobreza do Brasil, que é o Vale do Jequitinhonha, e que precisa certamente dessa capacidade do Município de gerar outra fonte de renda, porque o Fundo de Participação dos Municípios não dá mais para sustentar, sequer está conseguindo manter a saúde, a educação, o **minimo minimorum** para a sobrevivência da comunidade.

Portanto, vejo que vai ser nessa comissão, Paulo, que vamos poder fazer uma frente de trabalho para poder realmente recuperar algumas dessas matérias que foram perdidas aí, de repente passaram pelo Senado e parece que o Plenário não viu isso. Quer dizer, o estrago que estava causando ao Município ao tomar determinadas posições. E vejo que esse é o momento inteligente e interessante, porque quando o Presidente Lula, através da sua equipe econômica, decide não continuar o convênio com o Fundo Monetário Internacional – você citou muito claramente aí o que faz o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal. É esse art. 35 que engessa tudo, é ele que não permite que o município renegocie nada, ele é que não permite que o município consiga fazer nenhum acordo. E na verdade esse mesmo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal se estende ao Estado também, fica o Estado também engessado, também impossibilitado, esmagado pela dívida que tem com o Governo Federal. Veja o meu Estado, veja Minas Gerais. Há mais ou menos oito anos, no máximo dez anos, 1994, vamos estabelecer um ano, a dívida de Minas Gerais era de R$ 25 bilhões com o Governo Federal; depois desse acordo maroto feito aí em 1998, que veio "para sanear" as dívidas dos Estados, a dívida do Estado disparou. Só no acúmulo

de juros, de 1998, quando foi assinado o acordo para hoje, Dr. Paulo, Minas está devendo R$ 38 bilhões. Ou seja, de R$ 5 bilhões para R$ 38 bilhões, fora o que amortizou. E todos os meses estamos pagando R$ 150 milhões ao Governo Federal para não termos as nossas remessas oficiais bloqueadas, como fizeram no Governo do Dr. Itamar Franco. Então, a gente recebe cento e cinqüenta e devolve cento e quarenta. Então nós, o povo mineiro, é que estamos pagando pela saúde, pela educação. Contribui com todos os impostos federais e o que recebe de volta tem que mandar outra vez de volta para cá para pagar a dívida. E isso está ocorrendo com os Municípios brasileiros.

Essa é a grande oportunidade que temos, já que é ela que engessa, já que o FMI é que insistia na apresentação permanente desse famigerado superávit primário, que tem que ser mostrado direitinho todo mês – "olha, podemos pagar, vamos pagar; não há dúvida, o dinheiro está aqui". Para ter o dinheiro, há que se tirar de todo o lugar e fazer aquele fundo que vai mostrar para os nossos credores internacionais. Já que não temos mais assinatura desse acordo, agora já dá para dizer ao Ministro Palocci: "Ministro, como vamos renegociar a dívida dos Municípios? Quando V. Exª fizer isso, favor nos falar, porque queremos também renegociar a dos estados".

Se este Governo tem uma dívida, é a dívida social. Onde está faltando aplicar realmente a consciência nacional? Na dívida dos Estados, na dívida dos municípios, que está pesando demais, que está inviabilizando os Municípios. Espero que um dia algum Senador do Rio de Janeiro, de São Paulo ou do Espírito Santo, que são os grandes Estados – principalmente Rio de Janeiro e Espírito Santo, que são produtores de petróleo –, possa apresentar uma lei qualquer que permita que uma cidade muito rica que recebe dinheiro que não sabe onde por, todo mês, possa dividir com as cidades mais carentes, mais pobres, que não têm rigorosamente nada.

Não precisa nem produzir petróleo. Citou-se Paulínia, no Estado de São Paulo, que, só de distribuir, já é riquíssima. A 50 quilômetros dali há um Município que tem gente que está passando fome, porque não tem dinheiro. Falou-se em Triunfo, no Rio Grande do Sul, e há inúmeras cidades no meu Estado também.

Precisamos fazer esses acertos, esses arranjos, mas fico muito feliz de saber que agora temos o Senador Garibaldi Alves Filho à frente desta Comissão, que vai contar com a sua participação permanente. Precisamos da sua assessoria, da sua ajuda, do seu conhecimento, da qualidade da sua informação.

Parabéns ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiro, saúdo V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho. Tenho acompanhado várias vezes no plenário, nas suas atividades, a preocupação com o tema. Saúdo o Dr. Paulo e, enfim, os debatedores, todos os prefeitos brasileiros e todos membros e convidados da Comissão, até porque muitos presentes não são membros da Comissão, mas se sentem obrigatoriamente convidados para o debate.

Antes de entrar no tema propriamente dito, quero resolver uma contradição, uma suposta contradição que foi, como bem disse V. Exª, talvez criada ou pela imprecisão das palavras de V. Exª ou minha ou pela imprecisão da mídia. Quero esclarecer isso. Tenha certeza V. Exª de que esta Casa aprovou a matéria por unanimidade não por emocionalismo, embora eu não me envergonhe das emoções e ninguém aqui o faz, especialmente naquilo que se relacione às crianças pobres, porque não são filhos nem de Prefeitos, nem de Senadores, nem de Senadoras. São crianças pobres que têm como única possibilidade serem acolhidas pelo serviço público, pelo aparelho do Estado, seja municipal, seja estadual, seja federal.

Tenha certeza também V. Exª de que, ao tratarmos da obrigatoriedade, o fizemos pensando no Plano Nacional de Educação, que está no art. 214 da Constituição. O Senador Demóstenes Torres fez um esforço para evitar o piti de alguns Senadores, poucos, bem poucos mesmo, que queriam de qualquer jeito fazer de conta que estavam alterando a proposta. S. Exª acabou por repetir aquilo que já estava no art. 214 da Constituição, que trata do Plano Nacional de Educação, que, conforme manda a lei e a Constituição, estabelece a implantação gradual da oferta da educação infantil. O caráter da obrigatoriedade é justamente para impedir que o Plano Nacional de Educação, que V. Exª e todos conhecemos, que se refere à ampliação da oferta da educação infantil em cinco anos; 30% da população de até 3 anos de idade, 60% da população de 4 a 6 anos ou de 4 e 5 anos, até o final da década. Tudo aquilo que está no Plano mas que se transformado em letra morta e vazia porque não tinha o caráter da obrigatoriedade. Então, introduzia a obrigatoriedade para que o Plano de Educação, que diz respeito a um setor essencial da vida em sociedade, que são, justamente, as crianças pobres, que essa implantação gradual possa ser efetivada. E, aí, trata de tudo: da elaboração do prazo pelo Governo Federal – porque o Plano estabelece isso –, dos padrões mínimos a serem estabelecidos nas creches e nas pré-escolas. Enfim, o objetivo é ga-

rantir a obrigatoriedade para o que foi uma conquista no Plano Nacional de Educação.

Nesse caso, tenha certeza V. Exª de que a nossa pretensão, primeiro, é ajudar as crianças pobres; aquelas que, como V. Exª sabe, estão na periferia das suas cidades, estão nas periferias de Alagoas, estão no Nordeste e, como V. Exª diz, Senador Garibaldi Alves Filho e todos aqui sabem, numa condição muito pior . A Senadora Lúcia Vânia que esteve à frente de importantes programas sociais no País sabe o que é exatamente isso. Então, não pode sobrar para as crianças. Não pode, porque a crise dos Municípios, que é grande, nós reconhecemos que é muito grande, refletir sobre para as crianças pobres brasileiras.

Por isso, tenha certeza V. Exª e todos os Prefeitos... A Prefeita, que é a Presidente da Associação dos Municípios do meu Estado, me procurou, e eu me comprometi a ir a AMA e explicitar o problema e conversarmos. O Senador Cristovam Buarque, a Senadora Lúcia Vânia e vários outros Senadores daqui da Casa – porque foi aprovado por unanimidade – estão encaminhando uma carta aos Prefeitos, por meio da qual se comprometem a lutar por recursos para que isso seja efetivamente implementado.

Nós compartilhamos inteiramente com muitas das críticas que V. Exª trouxe aqui. É evidente que há algumas proposições em relação às quais, é natural, existem polêmicas e divergências no âmbito da cobrança da dívida dos Municípios e dos Estados. Nós vamos debater quando esta matéria chegar no Plenário.

Eu acho que é extremamente importante que nós, nas Comissões, possamos fazer um pacto com os Prefeitos para rediscutirmos algumas coisas importantes. Ao contrário de muitos Senadores, eu sou favorável à vinculação de receita. Eu sou favorável à desvinculação de receitas para aquelas áreas que são exclusivas do aparelho do Estado: educação, saúde, segurança pública, assistência social. Embora outros setores possam disponibilizar o serviço nessas áreas, quando ele é disponibilizada pelo Estado, significa a única possibilidade de atendimento à população pobre. Nós podemos ter plano de saúde, colocar as nossas crianças na escola particular e contratar segurança privada. Mas aquilo que é da natureza do Estado, por mais que seja necessária a flexibilidade do gestor público – porque ele foi eleito para isso – a vinculação de receita naquilo que é da essência do aparelho de Estado é extremamente importante.

Isso não significa criar problemas. Senador Sibá Machado falava do orçamento impositivo, e quero lembrar ao Senador que foi proposta da base do Governo incluir os Municípios. A proposta originária é do Senador da Bahia – e todos sabem que nem eu gosto dele, nem ele gosta de mim. Mas é evidente que eu me sinto na obrigação de dizer que a proposta original dele era do orçamento federal. É uma esculhambação muito grande mesmo, porque a única vinculação no orçamento federal rígida é a do pagamento de juros e serviços da dívida. O contingenciamento, a não-execução orçamentária, o superávit, a ausência de investimentos deixam os Municípios desesperados, porque não têm sequer a disponibilização do recurso para investimento em infra-estrutura, em moradia, em saúde, em educação ou em qualquer área. Eles não têm.

As emendas dos Parlamentares servem para o balcão de negócios sujos, onde um Parlamentar, conforme a sua vinculação com a base de bajulação libera ou não. Aliás, alguns, mesmo sendo da base de bajulação, também não liberam. Então, isso cria um problema gigantesco para os Municípios. Eu digo isso, Senador Garibaldi Alves Filho, com a maior transparência do mundo.

Eu não tenho vinculação com nenhum Prefeito do meu Estado. E, assim sendo, por não ter vinculação ideológica e partidária, eu tenho com todos. Então, todas as vezes que vou colocar uma emenda para os Municípios do meu Estado, eu, com aquela minha mania de professora de saúde pública, olho os indicadores sociais: onde é que tem mortalidade infantil, onde é que tem Doença de Chagas, onde é que tem aquilo que nos obrigaria a disponibilizar recursos para tentar minimizar a angústia da população. Não vai. Eu sei a situação dos Municípios de Alagoas, como é um retrato do Brasil todo... Em Alagoas, Prefeito Paulo, nem a migalha das cestas básicas e dos carros-pipas, as migalhas do problema da seca foram. O Senador Sérgio estava há pouco me dizendo que no caso de Pernambuco também não foram... nem as migalhas da cesta básica e do carro-pipa foram para o Estado de Alagoas. Imagina disponibilizar obras de infra-estrutura, moradia popular!

Então, é por isso que eu fico sempre brigando quando ficam falando da criança. Eu digo que não pode sobrar para a criança, não pode sobrar para o mais fraco, não pode sobrar para o mais frágil, não pode sobrar para aquele que não vem aqui, que não se mobiliza, que não vem atrás!

A discussão do bolo tributário V. Exª colocou muito bem: cada vez mais aumenta a carga tributária justamente na área que não permite a descentralização, para que não repasse para os Estados e para os Municípios.

Outra questão essencial para esta Comissão é a repactuação da dívida, inclusive com correção das distorções. Dizia V. Exª que repactua para os produtores rurais, pois não repactua também! Aqui tem projeto

meu, tem projeto do Senador César Borges, o Senador Sérgio está lá naquela Comissão da Agricultura e sabe que não repactua, porque não corrige as distorções do saldo devedor. Então, fica todo o tempo o tempo todo criando heranças de dívida e aumentando a dívida, porque com esse tipo de política de juros não tem quem agüente! Enche a pança dos banqueiros e esvazia o prato, o emprego, a dignidade e os investimentos dos Prefeitos e dos Governadores e, essencialmente, da grande maioria do povo brasileiro.

Então, é importante para essa Comissão ter uma definição clara sobre essa política de juros, porque é isso que sufoca mais ainda os Municípios. Cada vez que aumenta os juros, aumenta o montante da dívida. Para dar conta do pagamento do aumento do montante da dívida, ou se aumenta a carga tributária ou se diminuem as despesas públicas, especialmente as despesas sociais para aqueles setores que não têm capacidade de fazer pressão.

A mesma coisa – eu tive oportunidade, inclusive, de conversar com o Ministro Romero Jucá, tenho acompanhado as proposições dos Prefeitos também pela imprensa – o aumento do Fundo de Participação dos Municípios na Câmara – dá até desânimo falar! – 1% e ainda se criar uma polêmica por causa de 1%, que quando dividir aquele montante para mais de cinco mil Municípios brasileiros, vai ser um montante ridículo. Mas a situação é tão difícil que não chega, viu, Senador Sérgio, até do ponto de vista simbólico, ficamos lutando para que isso signifique ao menos um pouco de oxigênio para os Municípios brasileiros.

A repactuação da dívida é essencial e a correção das distorções também é essencial. E a outra coisa que o Senador Hélio Costa falava aqui também é sobre o comprometimento da receita líquida real dos Estados pagando juros da dívida. Isso também cria problema para os Municípios, porque é muito difícil para a população encontrar o Senador, a Senadora, o Deputado Federal, o Governador. Não encontra! Encontra o Prefeito e o Vereador. Esse está frito porque se for saindo de casa, a população vai lá cobrar que faça alguma ação, cobrar alguma ação.

Agora, é essencial que possamos alongar o perfil da dívida. Eu não sei por que essa neurose de agradar aos banqueiros internacionais, a esses parasitas sem pátria do capital financeiro que tem que ter o superávit cada vez maior. Faz de conta que não assina o acordo do Fundo Monetário, mas para dizer que não assinou o acordo, mas que está tudo bem com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional, aí imediatamente aumenta o superávit, contingencia, não executa e não repactua.

Qual é o problema de repactuar? É o que todo mundo sabe, até o que eu penso sobre dívida externa, sobre essas coisas todas. Estamos aqui pegando uma assinatura – todos aqui assinaram – da Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a dívida pública interna e a dívida pública externa. Mas nem estou falando disso. Por que é que o Governo não pode repactuar? Por que não pode alongar o perfil da dívida, inclusive dos Estados? Por que não pode aprovar o projeto? Eu tenho um projeto nesse sentido. Então, o Senador José Alencar, que hoje é Vice-Presidente, tem um projeto que diminui o comprometimento da receita líquida real dos Estados com o pagamento de juros e serviços da dívida. É por tudo isso que eu entendo que é extremamente importante o trabalho desta Comissão. Claro que V. Exª vai nos passar todo o material que foi consolidado num debate feito, que V. Exª nos apresentou agora. Outros dados, eu não tive oportunidade de ler todos, mas todos eles são necessários, tenho a certeza, não sei que é apenas de minha parte, mas muitos outros Senadores gostariam de estar aqui também, tenho certeza disso. Pronunciamentos importantes foram feitos no plenário, quando foram articulados partes importantes das suas respectivas bases partidárias. Mas tinha certeza que o esforço que esta Comissão irá fazer, pois já acompanhei as declarações do Senador Garibaldi nesse sentido. Vamos fazer um esforço gigantesco para viabilizar mecanismos concretos, ágeis e eficazes, não para o faz-de-conta imediatista, mas que possamos resolver os problemas cotidianos e imediatos, porque não se pode esperar revolução socialista ou a democracia e justiça social para resolver os problemas sociais dos Municípios, mas que possamos também introduzir alguns mecanismos, com aprovação de projetos nesta Casa para potencializar o trabalho dos Municípios a curto, médio e longo prazo, tudo muito bem organizado, como eu tenho certeza de que esta Comissão será capaz de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço as palavras da Senadora Heloísa Helena e contamos com a sua colaboração.

Com a palavra o nosso convidado, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski, que vai responder as interpelações da Senadora Heloísa Helena, dos Senadores Hélio Costa e Siba Machado.

Em seguida, estão inscritos a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Sérgio Guerra e a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, como todos temos problemas, pois temos que estar no plenário, talvez fosse conveniente que

todos falássemos rapidamente. Não podemos deixar de comparecer hoje, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É claro. Então, atendendo à sugestão do Senador Sérgio Guerra, vamos ouvir, primeiramente os Senadores e, em seguida, o Dr. Paulo Ziulkoski sobre cada interpelante.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Paulo Ziulkoski, nosso convidado e expositor, mais representantes da Mesa, primeiramente, eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentá-lo pela Presidência desta Subcomissão e dizer de nossa alegria em poder estar participando de um tema que é caro a todos nós Senadores, que têm um interesse enorme ajudar os graves problemas municipais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Lúcia Vânia, permita-me, desculpe-me interrompê-la, mas eu gostaria de registrar a presença do Prefeito Fernando Cunha, de Macaíba, Rio Grande do Norte, em nossa Subcomissão. Eu o convido para tomar assento junto à Mesa com os demais membros da Comissão.

Perdoe-me tê-la interrompido, Senador Lúcia Vânia, sei que a Srª faria o mesmo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu me associo aos cumprimentos de V. Exª e ao Prefeito.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de ser rápida em minha intervenção. Eu quero apenas fazer uma colocação.

Em primeiro lugar, quero hipotecar o meu apoio às palavras da Senadora Heloísa Helena no que diz respeito à questão da criança e da PEC nº 40, que foi aprovada, que é de sua autoria.

Na verdade, a intenção e a emenda, é claro, acho que há uma desinformação, inclusive pelos Prefeitos em relação a isso. A nossa pretensão, na aprovação dessa emenda era deixar claro o nosso comprometimento, o do País e o da sociedade com a criança, nessa faixa de 0 a 6 anos, principalmente a nossa preocupação com a criança de 0 a 2, cuja fase há todo o seu desenvolvimento cognitivo, e se ela não tiver uma alimentação e estímulos adequados, a criança estará comprometida na escola futuramente. Essa tem sido, talvez, uma das grandes razões do insucesso das nossas crianças na escola.

Portanto, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade e pedir a adesão de V. Sª em relação a essa implantação. É claro que sabemos das dificuldades das Prefeituras. O Plano Nacional está aí para estabelecer o cronograma e nós estamos aqui para lutar para que o município recomponha as suas finanças pelo menos a níveis toleráveis. Eu gostaria de enfatizar isso.

Também aproveito esta oportunidade para alertar os Prefeitos do meu Estado de Goiás. Aqui e na Comissão de Orçamento tenho me dedicado intensamente a ajudar a pré-escola, colocando, como Presidente, recursos na Comissão de Assuntos Sociais para que os Prefeitos possam adequar as suas instalações e oferecer melhores condições às nossas crianças.

Mas o objetivo da minha fala aqui é alertar o Sr. Presidente a respeito de um assunto abordado por V. Exª. Falo do parcelamento das dívidas da Previdência dos municípios. Segundo disse o Dr. Paulo Ziulkoski, o Governo estaria enviando uma medida provisória nesse sentido. Causa-me estranheza que o Governo esteja enviando essa medida provisória porque há um projeto de lei, de autoria do Senador Geraldo Melo, que está para ser relatado pelo Senador Aloízio Mercadante, Líder do Governo, há dois anos. Estou há dois anos nesta Casa e tentei tirar do Líder do Governo uma posição a respeito dessa matéria. Estive com o Ministro Berzoini, que se comprometeu a fazer o estudo e o fez. Mas nem mesmo o estudo sensibilizou o Líder para colocar em pauta esse projeto de lei. Agora, vem uma medida provisória que será elaborada sabe Deus como. Deverá ser feita como tantas outras que chegam aqui e que votamos apressadamente. Depois, teremos que votar nova medida provisória para corrigir aquela que foi votada de forma açodada.

Portanto, eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, que solicitasse ao Líder do Governo que trouxesse para esta subcomissão esse projeto de lei. Se S. Exª não quiser relatá-lo, sugiro que indique outra pessoa para fazê-lo, porque não é possível que ele fique dois anos com um projeto de lei, que se sente em cima dele, e que fiquemos aguardando a chegada de uma medida provisória, cujos termos podem nos surpreender.

Termino minhas palavras agradecendo ao Dr. Paulo os esclarecimentos e a documentação que trouxe para nossa apreciação. Peço a colaboração de V. Sª naquilo que, porventura, tenhamos que fazer.

Apresentei duas emendas a esse projeto de lei, tentando acertar a situação, ao ouvir alguns Prefeitos. Acredito que, se esse projeto de lei vier para esta Subcomissão, V. Sª poderá enriquecê-lo muito mais com sua experiência.

Deixo meu abraço e os meus cumprimentos ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quero dizer o quanto considero importante o funcionamento desta subcomissão permanente e de tê-la presidida pelo Senador Garibaldi Alves Filho, um

político do Nordeste, dos melhores, com ampla experiência administrativa, que conhece o fato muito mais do que a versão. Tenho certeza de que V. Exª saberá dar a esta subcomissão a importância que ela precisa ter.

No Brasil, o Município é uma instituição que passa ao largo das discussões mais relevantes. Efetivamente, há uma imensa concentração de poder no Governo Federal, os Estados não têm capacidade de investimento e, como tal, ficam dependentes do Governo Federal, que, por sua vez, não se mostra competente para fazer investimentos.

Essa é apenas uma tendência agravada. Pouco importa se rompemos com o FMI, se continuamos o mesmo arrocho, ou se aumentamos o arrocho ainda mais. Mais ou menos assim: como a confiança nunca foi grande, antes havia uma fiscalização e um controle legal. Agora não há controle legal, mas há a mesma fiscalização, e o Governo cuida de fazer mais arrocho do que fazia antes. Não me parece haver a menor diferença entre ter ou não ter esse tal acordo com o FMI, já que praticamos a mesma política e até a agravamos. Esse agravamento se dá de uma maneira muito clara nas contas nacionais, capacidade de investimento é quase nenhuma. Nesse primeiro trimestre, o Governo tinha uma expectativa de melhorar suas contas, efetivamente teve mais arrecadação do que estimava, mas teve mais despesa do que previa. Então, ao invés de afrouxo, a previsão é de mais arrocho.

De outro lado, é notória a incapacidade explícita do Governo de cumprir o mínimo de acordo. O mínimo de acordo seria o orçamento, e esse acordo é desconsiderado, num primeiro momento, em 70% ou 80%, num contingenciamento que é um excesso de autoritarismo nunca antes assumido. De uma maneira geral, sou de uma região que deve ter 90% de seus Municípios sem capacidade de se sustentar. Quando digo "se sustentar", digo segurar serviços básicos para a população e fazer algo para que ela melhore. Então, não vejo expectativa disso melhorar, não estou enxergando essa expectativa.

Quando alguém fala no Brasil crescer 3%, 4%, 5%, 6%, 7%, primeiro precisava ter honestidade de dizer que outros países emergentes estão crescendo do mesmo jeito ou até mais. Segundo, devia dizer também, embora a economia tenha algum crescimento, e crescimento de emprego é ridículo. E, mais ainda, que a divisão de renda só faz se prejudicar e piorar. Piora entre as pessoas, piora entre as regiões e piora entre o Estado federal, o Estado governamental, num nível estadual, e os Municípios. Efetivamente, essa distribuição também é cada dia mais elementar, precária e complicada e se agrava e se desequilibra. Há alguns Municípios no Brasil que são efetivamente viáveis e há uma grande maioria que não é.

Sinto que, apesar da inteligência de algumas lideranças do setor – não conheço bem o Dr. Paulo Roberto, mas tenho informação sobre o seu papel de pessoa lúcida, competente, correta –, o fato é que os Municípios me parecem extremamente débeis nas suas reivindicações. E é até explicável que assim o seja: estão espalhados, situações as mais diferentes, regiões cada uma delas com suas próprias características. Poder mesmo têm alguns que interferem na decisão brasileira, como, por exemplo, quem tem interesse em aumentar as taxas de juros. Esses têm poder. Não são tantos, têm muita força, muito dinheiro, muita capacidade de influenciar, esses conseguem influenciar. Agora, Municípios perdidos, espalhados pelo Brasil inteiro, não influenciam nada, e muito menos na democracia do PT, que é boa de garganta e muito ruim de prática.

O fato concreto é que estamos vivendo um momento complicado e, para encarar esse momento, tem que começar no Município. Eu disse num seminário esta semana de meu Partido, o PSDB, que não há partido que não tenha uma cara municipal. O partido que não consegue dizer num Município por que ele é diferente do outro, ele não é diferente de nenhum outro Partido. É ali onde ele se explicita ou não. Ele vai, de fato, às conseqüências, ou não chega a elas. Ele dá sua cara ou não produz seu perfil. E o fato é que não produz. Por exemplo, eu tinha esperança de que o PT o fizesse, porque era um Partido que se criou na luta social durante muitos anos, e, ao chegar ao Governo, se deforma, numa política que não tem a menor originalidade, que é a política de sempre: arrocho, superávit, pouco importa se há o contrato com o FMI ou não. O fato concreto é esse.

O que eu queria dizer é que penso que o Senador Garibaldi Alves Filho tem uma enorme tarefa e que devemos colaborar com ela, assim como os senhores, que é a de dar foco, emergência, prioridade a essa questão do Município, na qual de fato as coisas aparecem com enorme transparência. E dizer que vim, fiz questão de passar aqui hoje, mesmo com dificuldades de agenda – é um problema nosso essa questão de agenda, estou tendo isso na Comissão de Agricultura – mas faço uma aposta no trabalho do Senador Garibaldi Alves Filho, S. Exª tem prestígio no Senado Federal, S. Exª tem a confiança de muitos, se não de todos, é competente, é organizado, seu jeito de fazer as coisas dá certo e tenho certeza de que dará certo aqui também, para o bem do Senado Federal, das instituições e dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra pelas palavras tão generosas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Não poderíamos deixar de atender ao chamado de V. Exª para esta reunião, que é a primeira, da Subcomissão da qual eu faço parte e que traz aqui o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, com que já tive o prazer de conversar em outros momentos. V. Sª tem sido um lutador na defesa dos Municípios, assim como várias Srªs e Srs. Senadores aqui bem representados pelo Presidente desta Subcomissão, que representa bem a luta em defesa dos Municípios.

Eu estava presente na 8ª Marcha dos Municípios, e ouvi o pronunciamento na abertura, quando V. Sª fez questão de dizer que, para fazer justiça em relação à concentração de recursos da União, isso aconteceu principalmente no Governo anterior. Foram as palavras utilizadas por V. Sª e que representam a realidade. Atualmente, tentamos fazer exatamente o contrário, ou seja, retornar esses recursos aos Municípios, visto que foi no Governo anterior, no último de Fernando Henrique Cardoso que isso ocorreu de forma muito mais rápida. Existe uma grande tentativa a esse respeito. O fato de o próprio Município enfatizar, V. Sª já disse, em relação à reforma tributária, a importância dessa votação já sinaliza uma ampliação de recurso dos Municípios. É lógico que os recursos jamais serão suficientes, mas é necessário colocar em prática o que estava emperrado no Congresso Nacional, como a própria legislação, que V. Sª citou, do ISS, há 14 anos no Congresso Nacional. Trata-se de uma legislação que beneficia centenas de Municípios do País, principalmente os maiores, que têm um volume maior de Imposto Sobre Serviço, mas que cria uma justiça tributária. E nós não criamos nenhum Imposto Sobre Serviço. Não criamos nenhum imposto novo. Apenas adequamos de forma justa serviços que surgiram ao longo do tempo e que, de forma injusta, não eram tributados porque acabavam enfrentando a concorrência de serviços similares de forma desleal. Alguns eram tributados e outros não, já que não existiam na legislação. Portanto, penso que foi algo positivo para os Municípios.

Gostaria de pedir o apoio e a posição de V. Sª – não agora, obviamente –, em primeiro lugar, com relação à reforma tributária. Fico muito preocupada quando se coloca a importância da votação da reforma, especificamente no que diz respeito à ampliação dos recursos para os Municípios, que é fundamental, tanto que foi feito o acordo no Senado Federal. Mas é fundamental, também, a votação de outros pontos. A votação, entendo, da unificação do ICMS, que trará benefícios para todos os brasileiros, principalmente os mais pobres, que são os que mais sofrem com as conseqüências de uma legislação tributária que é um verdadeiro caos, que contribui para a sonegação e com uma distribuição de incentivos fiscais extremamente questionável. Muitas vezes, existe incentivo fiscal para um setor, e percebemos que um governador favorece aquele setor, dependendo do tamanho da contribuição à campanha eleitoral. Isso não é um incentivo fiscal. É muito questionável essa questão do incentivo fiscal para atrair investimentos. Por quê? Porque a sociedade – abordo aqui outro ponto que é a transparência – acaba não tendo condições e elementos para avaliar os tipos de benefícios de que ela dispõe. Muitas vezes, as empresas que têm benefícios fiscais não geram um único emprego novo ou geram algo tão pífio com aquele incentivo fiscal que nos parece que o incentivo fiscal serve apenas para que as empresas continuem a ter grandes lucros.

É fundamental que a reforma tributária seja aprovada não apenas em um ou outro ponto, mas, realmente, nesses pontos que considero fundamentais. Quem perde, na verdade, é o povo, principalmente quanto a essa questão dos famigerados incentivos fiscais, que, em alguns locais, são justos; em algumas situações, são extremamente produtivos, mas, infelizmente, na maioria dos casos, não o são, criando uma guerra fiscal – conforme disse a Senadora Heloísa Helena –, que é predatória para a população brasileira ao final, porque causa uma renúncia fiscal de recursos que poderiam contribuir para haver mais escolas e mais creches neste País, mas isso não é feito.

A Confederação Nacional dos Municípios deveria abraçar essa causa não apenas em relação à ampliação dos recursos para os Municípios.

Farei outra pergunta a V. Sª que diz respeito à transparência. Hoje, surge um questionamento – não sei se é uma posição da Confederação – em relação aos Conselhos Municipais, que tentam democratizar e tornar mais próxima a participação da sociedade, não apenas na definição da aplicação dos recursos públicos, mas na própria fiscalização da aplicação desses recursos.

Elaborei um projeto que altera a legislação já existente sobre os *royalties* de minérios para ampliar a alíquota, ou seja, para permitir que se destinem mais recursos para a exploração de um recurso natural que é de toda a sociedade, como os minérios, embora seja um recurso natural não-renovável. Como o Brasil é um dos países que tem o menor *royalty* do mundo de

minério, estamos fazendo um projeto que amplia, que aumenta esse *royalty*, mas estamos tentando introduzir também um mecanismo de controle.

Nessa matéria citada, fala-se dos Municípios que têm maior participação no PIB e dos Municípios que recebem *royalty* do petróleo. Assim ocorre também com os Municípios que recebem *royalties* de minérios. Como estamos tentando criar um Conselho, sentimos algumas reações, inclusive no próprio Senado, em relação a esse ponto, dizendo que já existem muitos Conselhos. Não penso assim. Considero essa questão fundamental, porque, muitas vezes, fica à mercê apenas... Sei que os prefeitos são eleitos, é democrático. A maioria são pessoas sérias, com imensa boa vontade, com imenso espírito trabalhador, mas há situações difíceis. Sou de um Estado onde há 143 Municípios, sendo muitos deles extremamente pobres. Alguns foram criados inclusive sem condições; outros são antigos, mas também são pobres. É impressionante que, em vários Municípios, mesmo pobres, os prefeitos e seus familiares saem das prefeituras ricos. Portanto, ainda há, sim, um problema sério em relação à questão da transparência. Por isso, avalio que os Conselhos são positivos nesse aspecto porque contribuem para o controle da situação.

Essa era a posição que eu queria manifestar.

Quero dizer que esta Comissão tem um bom futuro, visto que podemos contribuir para a solução dos problemas existentes nos Municípios. Já fui Vereadora duas vezes, fui Vice-Prefeita, e sei que somos as pessoas mais próximas da população, da sociedade, mas precisamos agir juntamente com os Estados e com a União, para que, no fim, a nossa população que mora na possa viver com mais dignidade, principalmente os que são desta excluídos hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo à palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, apresento-lhe os meus cumprimentos, com a certeza de que não há ninguém melhor do que V. Exª para presidir a Mesa.

A Subcomissão, realmente, é de uma relevância extraordinária. V. Exª tem a sua inteligência, mas eu gostaria de fornecer uma lembrança da minha experiência. Fui Prefeito por ocasião da Constituinte e estou aqui por esse motivo. Saí da Prefeitura e voltei para o meu consultório, ganhando uma difícil eleição. Dizia-se que eu só tinha três Prefeitos a meu favor contra 145. O adversário, de 10 jornais no Piauí, possuía nove; de cinco televisões, tinha todas elas. Mas não é por eu ser bom. Os outros sucederam-me em razão do momento. É esse fato que se deve analisar.

Vim, depois de 5 de outubro de 1988, quando Ulysses Guimarães beijou a Constituição. É necessário entender o que se passa. Eis ali Rui Barbosa e, há 181, anos só está ele, que disse: "Só há um caminho – a lei e a justiça são a salvação". E a Constituinte está lá, é uma palhaçada.

Está escrito em nossa Constituição que 54% são destinados à União, 22,5% são remetidos aos Estados e 21,5% para os Municípios. Sobram 2%, numa matemática simples que até o Ministro Antonio Palocci sabe fazer. São os Fundos Constitucionais – Nordeste.

A União, com fome e sede, retirou determinada porcentagem dos Municípios e a ela já são destinados cerca de 60%. Os Municípios tiveram que instituir aumentos em razão da necessidade. Eu mesmo os criei quando Governador do Estado. O povoado transforma-se, investe-se em gente. Para os Estados, também é necessário. São mais claros e cresceram. Estão aí o Mato Grosso do Sul e o Tocantins. É porque cresceu a fome do Governo Federal.

Então Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero crer que é assim. Saí, porque vivi a época em que essa norma era respeitada. O montante era maior. Não sou melhor do que os Prefeitos que me sucederam. É porque eles entraram nessa esparrela, nessa desgraça, nessa fome imensurável do Presidente da República. Vão diminuir os recursos no meu conceito.

Por essa razão, eu disse que havia sido Prefeitinho, como já fui em meu Estado. Agora, sou Senador da República e orgulhoso de ter sido Prefeito. Nesta nossa instituição democrática, aquele que mais vem como Cristo – não para ser servido, mas para servir – é o Prefeito. Assim ocorreu comigo bem como com minha mulher. É uma doação contínua. É ele quem está próximo. É o único que administra a sua mãe, a sua mulher, o seu filho, a sua avó.

Tudo o que falam sobre os Prefeitos ocorre em virtude dessa mídia, desses Dudas Goebbels Mendonças. Que força tem o pobre Prefeitinho, Senadora Heloísa Helena, diante da mídia, do Presidente da República e do Governador? Tudo se abafa. É como avião. Não há nada melhor do que o avião. Até quando vê uma mulher bonita, o povo diz: "Lá vai o avião". Então, para mim, na ciência do mundo, a maior criação do mundo é o avião, comparado à mulher bonita, mas, quando cai.... Ela é um *learjet*. Então, Senadora Heloísa Helena, atente bem! Quando cai um avião, ninguém se lembra de que a globalização, a modernidade, a aproximação se devem a ele. Mas, quando cai, é uma confusão. O mesmo acontece com os Prefeitos. Eles são bons, altruístas, extraordinários, porém são desprotegidos

pela mídia. Quem é protegido pela mídia são os Governadores, o Presidente, os Ministros.

Senador Garibaldi Alves Filho, já estava tarde. Devia ser uma Comissão, é uma subcomissão. V. Exª é o melhor nome, pela sua experiência, pois foi Prefeitinho. Sei que foi Governadorzão.

Mas eu queria apenas dar uma sugestão, porque sou cirurgião e muito prático. Para tudo há um tempo. Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito. Isso é que é importante. Então, os Municípios estão morrendo mesmo. Nós conhecemos isso. A Senadora Heloísa Helena retratou a situação. *Memória do Cárceres*, de Graciliano Ramos, o primeiro a se inspirar nessa transparência fiscal. E a Senadora Heloísa Helena descreveu muito bem.

Sr. Presidente, este horário não é bom. Já que V. Exª teve a coragem e Deus – eu acredito em Deus – sempre bota as pessoas certas. Ele destinou Moisés para guiar o povo de Deus; David para vencer Golias e ele botou V. Exª para resolver esse imbróglio, e como Cirineu, ele escolheu o Paulo Roberto. Mas é preciso haver atenção especial para uma ação. Não é embromatória não, é dedicação.

Se há algo que nos faz perder tanto tempo aqui, vamos marcar outro horário. Este não dá, Senador Garibaldi. Não repita mais. Errar é humano. Permanecer no erro é burrice. Este horário não dá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o horário que V. Exª sugere?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Por exemplo, à noite. É melhor. Já fiz uma Subcomissão à noite. Assim, poderemos ficar, viremos já determinados para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois da sessão?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É preciso sensibilizar os outros que não compareceram, esse povo do PT que não tem a mínima noção. A desgraça começa aí. A ignorância é audaciosa. Estão a inventar a roda. Quanto ao Fome Zero, só acertaram a nota: zero para o Governo, e não para a fome. Só merece dez o Duda Mendonça. Quando começou a aparecer aquele Graciliano, percebi que não dava.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aquele Graciliano, que tirava graça com as cidades do Piauí, com a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Graziano.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Graziano. Ele deu o ar da graça que o PT perdeu. Percebi que não dava certo porque eles quiseram inventar a roda, Paulo Roberto. Vieram criar outra estrutura, outros mecanismos. Eles criaram outras nomeações, outros companheiros para dirigir aquilo que compete ao Prefeito e a sua mulher.

Tenho orgulho de ter governado com minha mulher. Eles, porém, não admitem atuação de primeira-dama. Então, eles abandonaram os Prefeitos no Fome Zero e deu no que deu. Sou Professor de Biologia. As artérias levam vida para as células. Assim ocorre com o Município. Então, em nenhum programa eles valorizaram os Prefeitos. O que quiseram foi desvalorizá-los porque tinha um pouco para aqueles que fracassassem, para que eles perdessem a eleição e o PT cresceu. A gente paga, pagaram. Foi um fracasso a eleição, essa é a verdade. Só tem uma. Digo isso não é com palavras, não. Eu fui, eu governei o Estado do Piauí e eu ganhei uma eleição que só tinha três. Eram cento e quarenta e cinco e convivi.

Eu tinha sido "prefeitinho" e respeitei e, hoje, estamos nas pesquisas. Então, é isso: está feita roda. A roda para o desenvolvimento, para o progresso são os prefeitos. Tem que acreditar, tem que respeitar, tem que prestigiar porque é a vontade do povo. Eles já foram eleitos, foram escolhidos. Muitos são chamados, mas poucos são os escolhidos. Não está no livro de Deus? É isso, Garibaldi. V. Exª assume, não é pelo tamanho, não. Perfume francês é bem pequenininho no litoral do Piauí e é de uma importância. Então, essa é a mais importante e V. Exª começou bem. Primeiro porque tem todas as qualificações. É desse PMDB porque Ulysses estava dentro, desses que estão no Senado, o melhor, mas é um candidato extraordinário que poderia ser até candidato Presidente da República, é melhor do que todo o núcleo duro que está lá.

É o seguinte, mas se dedique. Essas são as palavras e acho que o caminho é aqui. Foi o instante mais compensador dos dias que passei de Senador, que vi uma luz para salvar esse país trazendo os problemas dos prefeitos que são os nossos problemas, os problemas dos nossos irmãos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Acho quem pelo adiantado da hora, sabemos do compromisso dos Senadores no plenário que está em funcionamento, mas apenas, Senador Garibaldi, gostaríamos de agradecer, mas não gostaríamos também de não tecer comentários aos Senadores que tiveram a oportunidade de estar conosco até este momento.

Diria à Senadora Heloisa Helena que nunca fomos contra o projeto. A Emenda nº 40 no sentido de reconhecer o que V. Ex.ª aborda com muita propriedade

que é a questão da criança, dos nossos menores do Brasil abandonadas. Somos muito...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quando era "prefeitinho", me lembrei, daí a minha mulher no Estado ter mais votos que Eva Perón, mas por quê? Tinha a LBA. Se imaginava uma creche e tinha. Nem isso tem mais. As crianças estão desamparadas. Surgiu a mãe da criança pobre que é a Heloísa Helena.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Somos solidários, sim. Os Prefeitos já assumem grandemente isso aí. Há uma tendência, é o caminho.

O que estamos querendo colocar é tentar ver se, politicamente, possamos contar com o Senado para que haja efetivamente a transferência de algum recurso para a execução porque é impossível não termos.... O cobertor é curto e não temos como atender a toda essa demanda, e tudo cai no Prefeito, cai na Prefeitura inclusive as distorções que muitos já abordaram.

V. Exª tenha certeza de que não estamos contra o projeto em si. Conta só o seu conteúdo, seus objetivos, seu aspecto nobre de reconhecer isso. Apenas estamos mostrando da inviabilidade e o nosso drama junto ao Ministério Público, porque o Ministério Público cobra do Prefeito o cumprimento quando existe uma lei, é o princípio da legalidade, e aí vem a improbidade e vem tudo atrás. Então, precisamos forçar a fonte de financiamento e que esse dinheiro chegue até lá.

Quanto a isso, se houver o financiamento, não tenha nenhuma dúvida de que conte com o nosso apoio para que a gente possa construir no plano a fonte efetiva de financiamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É por isso que vai se criar o direito para que haja a pressão necessária para a fonte de recursos.

Sem a criação do direito e da obrigatoriedade, como várias vezes foi dito nesta Casa pelo Senador Cristovam Buarque, e por outros esqueci de falar – um pouco só, Senador Garibaldi, sei que estamos todos atrasados para o plenário – sobre a questão do financiamento, porque a discussão do Fundeb não é uma discussão qualquer, é uma discussão muito séria.

Existe um problema na repartição dos recursos do montante a ser disponibilizado ou entre o ensino fundamental e o ensino médio, educação infantil e educação de jovens e adultos também. Então, não é uma coisa fácil. Mas tenha certeza V. Exª que a partir da criação da obrigatoriedade da disponibilidade do serviço e do direito, com certeza se cria a pressão que é necessária para o Governo fazer esse investimento.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Vamos trabalhar sim essa questão, porque ela faz parte do cotidiano do Prefeito.

Quanto à questão que a senhora abordou do aumento do FPM, é uma realidade. O Senador Mão Santa, sabe o que estão construindo na Câmara, diferente do que o Senado votou? Como houve a votação aqui na Casa da elevação da Cofins de 3% para 7,6%, terminou a cumulatividade da questão dos créditos. Como era até então? Como o Governo retirava os nossos recursos com uma mão? Ele dava anteriormente isenção para o exportador da Cofins. O exportador, quando exportava, fazia guia e recolhia à Cofins aquele valor, e ele ficava com aquele crédito. Quando ia pagar o IPI, ele abatia aquele valor que pagou de Cofins no IPI, 22,5% do Prefeito e 21,5% do Governador. Então, quem pagava, na verdade, a isenção, éramos nós. Com o fim, o que ocorreu no passado? Já houve a integralização, não houve mais o crédito, então o IPI aumentou cerca de R$4 bilhões em termos nominais. Como é que o Governo está encaminhando a votação do FPM? Que seja elevado 1%, mas que se retire esse 1% daqueles 4 bi, que já estamos recebendo há 1 ano e meio quase. Isso vai diminuir em 600 milhões. Essa é a forma que estão construindo lá na Câmara. É isso que nos deixa angustiados. Criamos a expectativa, o Governo anunciou no seu site, está lá como conquista dos Municípios e não votou. Os outros Municípios com (inaudível) no ano passado, para ajudar a desobstruir a pauta, e depois, na hora tirou o quorum, e ficamos a ver navios, e não aprovou nada até agora. Essas questões, Senador Mão Santa é que criam o problema, quando se diz que é o Congresso que está votando. Aí tenho que separar o Senador e a Senadora que têm uma conduta. Só que é difícil, na hora, de separar tudo.

Eu queria dizer à Senadora que vamos sim trabalhar. Não quero me alongar mais. Quero agradecer ao Senador Mão Santa, pois sei de sua liderança no Piauí junto aos Prefeitos e aos Municípios. Não é porque o Senador reconheceu o trabalho que estamos fazendo desta Comissão que se inicia, mas quero dizer do carinho que os Prefeitos e as comunidades piauienses têm por V. Exª. Sabemos que o senhor está aqui acompanhando os trabalhos, desde o início até esse final, como a Senadora Heloísa Helena. Isso é importante para nós, pois nos estimula a fazer esse trabalho, ainda mais de um Estado nordestino de maior situação de emergência que aquelas comunidades estão vivendo. Tudo isso, vamos discutir, como essa semana. E aí vejam, Srs. Senadores, a ironia da coisa, o aumento do salário mínimo em 15,3%, que ninguém é contra. Só que desejamos colocar que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que os Municípios só podem gastar 54% com pessoal. Se gastar acima disso, a primeira pena da Lei 10028, é que ele deixa de receber transferên-

cias voluntárias. Quais são elas? São as que vão para os mais deprimidos, mais oprimidos que existem nas comunidades. O Senado vai discutir a MP o salário mínimo, e ela vai ser aprovada, porque se elevou para 15,3%. E, politicamente, a maioria do Congresso não quer dizer nada contra. Os Senhores sabem o quanto que aumenta no Piauí, no Rio Grande do Norte e em Alagoas? Em termos reais, 60% dos Municípios médios e pequenos têm até um salário mínimo ou um salário e meio, e isso aí dá então um aumento real naquela folha de 9%, é a média do aumento. Estou levantando esses dados, porque vamos colocá-los na mídia para mostrar como Brasília age com os Municípios. Ou seja, no Orçamento da União acharam a solução para o Governo pagar. Porque aumentaram a Cofins, que deu 22 bi a mais. Então o Governo pôde fazer esse favor. Vamos aumentar mais, como vão corrigir a tabela do FPM em 10%. Houve uma queda de 3 bi na Pessoa Física do Imposto de Renda e diminuiu 800 milhões no nosso FPM. É menos dinheiro para a saúde e para a educação. É isso que ocorre. Como é que vamos tratar a União, tendo a saída para pagar salário, e deixa o Município abandonado. E aí os Municípios nordestinos, que mais sofrem, vão ultrapassar a limite de gasto com o pessoal, os 54%, e os Prefeitos têm, pela Lei, 2 quadrimestres seguintes, 8 meses, para fazer a redução dos 54%. Se alguém não fizer isso, o Município não poderá receber transferência, e ele será apenado 30%. Isso, por uma decisão de Brasília, numa Federação. Vejam, Senhores, essa situação que acabei de exemplificar. A gente sabe dos esforços dos Senhores e das Senhoras, e podem contar conosco. Não quero mais me alongar.

Desejo agradecer por esta oportunidade. Vamos deixar esta modesta contribuição, estaremos aqui, semanalmente, com os Senhores, procurando sempre trazer dados, elementos, informações. Podem contar conosco para essa empreitada, que, tenho certeza, o Senado vai ser, cada vez mais qualificado e em maior grandeza também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero agradecer o nosso convidado, o Dr. Paulo Ziulkoski, que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e dizer que esta Comissão não poderia ter começado de melhor forma do que ouvindo V. Sª, que nos trouxe uma contribuição realmente inestimável. Fico muito feliz pela sua participação, também fiquei muito feliz pela participação de todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Noto que esta Comissão terá muito o que oferecer aos Municípios, no sentido de que os Municípios possam lutar pelos seus direitos, não tem nada de assistencialista no que estou dizendo. Os Municípios precisam instrumentalizar-se cada vez mais, habilitar-se, e isso a Confederação está fazendo e continuaremos a fazer de uma forma permanente, contando com o apoio da Confederação, de V. Sª e de seus auxiliares.

Queremos sempre ter aqui presente um membro da Confederação Nacional dos Municípios. Submeto à Comissão para que não haja...

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Antes de votar o requerimento, permita-me apenas deixar aqui registrado a presença do Prefeito do meu Município, Joel Guizo, que está nos acompanhando neste debate desde o início, junto com os demais Prefeitos e Prefeitas que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prefeito Joel me perdoe, pois caberia a mim este registro.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Mas eu não o informei da presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Submeto à consideração do Plenário e requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados para participar de audiência pública, no âmbito dessa Subcomissão, o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Sr. João Paulo Lima e Silva, que é o Prefeito de Recife, e o Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, ABM, Sr. José do Carmo Garcia, para que, com essa posterior audiência pública, possamos ter uma visão de todas as entidades. Hoje são três entidades que representam os Municípios e, a partir daí, vamos elaborar o nosso plano de trabalho e, inclusive, procurar ver qual o melhor horário e o melhor dia para a realização da Comissão para, na próxima semana, fazermos o comunicado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Terça-feira, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Terça-feira, depois da Ordem do Dia, é a proposta da Senadora. Vamos analisar se não há outra Comissão. Sabemos que a Comissão do Senador Tasso Jereissati já funciona depois da Ordem do Dia. Há também a da Agricultura e várias Comissões em funcionamento.

Tenho que agradecer, estou esquecendo aqui, a honra que nos deu a presença de M. Castioni, que é o representante da Subchefia de Assuntos Federativos. Inclusive ele gostaria de se pronunciar, mas não será possível. Da próxima vez ele será convidado, inclusive irá falar sobre um comitê que funciona na Presidência da República, que o Dr. Paulo conhece bem e que vem funcionando adequadamente. Vou incluir aqui o nome dele, que já está aprovado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diga.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O senhor está sugerindo três instituições?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São duas. V. Exª que acrescentou já a presença dele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou acrescentar, porque cada Estado tem a sua...Vamos escolher um ...(Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu sei, claro. Faremos isso, mas estamos pensando em fazer audiência pública nos Estados. Queremos ir ao Piauí e a Alagoas.

Muito obrigado a todos e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 25 minutos.)

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de maio, de 2005, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia onze de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Heráclito Fortes, José Jorge, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, César Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Sibá Machado, Delcídio Amaral e Roberto Saturnino e, ainda, do Deputado Júlio César. Deixam de comparecer os Senadores Ney Suassuna e a Senadora Ana Júlia Carepa. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos convidando o Senhor Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição para discorrer sobre o IBGE e Economia dos Municípios. Após a exposição, usam da palavra, para interpelar o convidado, os Senadores Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, César Borges e Sibá Machado, e, ainda, com autorização do Presidente, o Deputado Júlio César. O Senador Valdir Raupp solicita que seja encaminhado aos membros da Subcomissão exemplares da Publicação "Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Está aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 11 de maio de 2005, às 14h30min, na sala de reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A audiência pública de hoje conta com a participação do Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que irá discorrer sobre o Instituto e sobre a economia dos municípios.

Estando presente o nosso convidado, pedimos a S. S. que se faça presente aqui ao nosso lado, na mesa dos trabalhos.

Quero agradecer a presença de advogadas de alguns Estados da Federação, que estão fazendo pós-graduação em Direito Público em Brasília e que nos honram com a sua presença. Quero agradecer a presença do Deputado Júlio César, que está aqui no dia de hoje participando dos nossos trabalhos, e quero, sobretudo, agradecer a presença do senhor Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que atendeu prontamente ao nosso convite e que aqui está para falar não apenas sobre as atividades do IBGE, mas para falar sobre as atividades do IBGE diante da realidade dos nossos municípios. O IBGE, como todos sabem, constitui-se em instrumento imprescindível para que conheçamos a realidade brasileira, e hoje aqui iremos conhecer a realidade brasileira por intermédio da realidade dos municípios.

Estão presentes aqui prefeitos. Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Luís Gomes, no Rio Grande do Norte, Dr. Pio X Fernandes, a presença do ex-Prefeito de Lages, Benes Leocádio, que também é ex-Prefeito do Rio Grande do Norte, e queria agradecer a presença aqui dos Senadores Sibá Machado, César Borges, Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra. Sem mais delongas, tendo em vista os vários compromissos que os Senadores têm no dia de hoje e os afazeres do próprio Presidente do IBGE, concedo a palavra ao Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística, IBGE, lembrando que no dia 18 da próxima semana, uma quarta-feira, numa hora a ser combinada com a Comissão, estará aqui o Prefeito de Recife, João Paulo, que é o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos de Capitais.

O Dr. Eduardo Pereira Nunes está com a palavra.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves, demais Senadores, Deputados, Prefeitos, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de estar registrando aqui o meu agradecimento ao senhor Senador pelo convite. Da parte do IBGE, é um prazer estar diante de todos os senhores e das senhoras, apresentando os produtos do trabalho da nossa instituição, especialmente um relatório que recém divulgamos, sobre o estado da economia dos municípios brasileiros.

Assim que recebi este convite, eu prontamente o aceitei, porque inclusive interessa à nossa instituição sempre dar o máximo de visibilidade possível aos nossos trabalhos.

Fazer uma apresentação sobre o resultado da Economia dos Municípios brasileiros é sempre um trabalho, em primeiro lugar, difícil, mas principalmente bastante longo, na medida em que a quantidade de informações existentes em nosso País é bastante expressiva.

Por isso mesmo, eu gostaria de fazer uso do material que está no meu computador para, então, fazer a apresentação neste auditório, porque temos um conjunto de dados sobre a economia brasileira que é extremamente importante. Então, solicito ao Sr. Senador um minuto, apenas, para eu fazer a conexão do meu equipamento ao equipamento de vídeo e iniciar, então, a exposição dos resultados. (Pausa.)

O material preparado para esta apresentação compreende uma série de informações sobre a Economia dos Municípios brasileiros. Todos esses resultados constam da nossa publicação, que se chama **PIB Municipal**. A partir de agora, todos os anos, o IBGE divulgará e atualizará esses resultados.

O que preparamos de informações sobre resultados da Economia? O que é o PIB da Economia; como são e como se comportam os principais setores – agricultura, indústria e serviços – da nossa Economia; e duas grandezas muito importantes para serem mostradas aqui: a magnitude da Economia propriamente dita e um conceito extremamente importante que é o de PIB **per capita**, uma medida da produção da economia em relação à população de cada um dos Municípios. Depois, temos uma tipologia para tentar caracterizar a economia dos Estados e Municípios.

Então, o primeiro trabalho é o de mostrar que estamos fazendo dando continuidade a um outro estudo que o IBGE faz com os Estados, com os órgãos estaduais do País, ou seja, construir as contas regionais dos Estados, o que permite calcular o PIB de cada um dos Estados. Agora, estamos dividindo, redistribuindo o PIB dos Estados por Município. Então, vamos entrar na apresentação dos resultados.

A primeira informação é a de que a malha municipal que estamos considerando para mostrar os resultados diz respeito a um conjunto de 5.560 municípios, aqueles que existiam no ano de 2000, 2001 e 2002. Já em 2004, temos 5564 municípios.

Olhando a totalidade desses municípios, podemos perceber que, na Região Norte, estão 449; no Nordeste, 1.792; no Sudeste, 1.668; no Sul, 1.188 e no Centro-Oeste brasileiro, o restante.

Olhando esses municípios, em 2001, ainda tivemos a instalação de vários outros municípios. Um total de 53 municípios instalados neste ano, dos quais 29 são do Rio Grande do Sul e 13, de Mato Grosso.

Entrando no cálculo, o primeiro deles é o Produto Interno Bruto. Aqui, estamos usando como referência o fato de que, no ano de 2002, o PIB do Brasil era de R$1,346 trilhão, repartido por cada um dos Estados e as respectivas reuniões.

Pegando o PIB do Estado de Roraima, ele equivale ao valor de 1,488 bilhão, que é distribuído, então, por esses diversos municípios. Escolhendo o exemplo de Roraima, já observamos o fato de que nesse Estado há uma concentração muito grande da atividade econômica no município da capital. Essa é uma característica que vamos encontrar em praticamente todas as nossas unidades da Federação, com exceção do Estado de Santa Catarina. Em todos os outros Estados brasileiros, o município da capital é o mais importante do Estado.

Fizemos o estudo a partir desses resultados para mostrar o grau de concentração da economia, fazendo a seguinte avaliação: pegando os dez maiores municípios do País, por região, dividimos o nível de produção, que é a medida dos dez maiores pelo PIB dos 50 menores municípios brasileiros.

O que observamos, olhando os resultados do ano de 2002? No Brasil, os maiores municípios brasileiros – e aí a dimensão está avaliada na magnitude do Produto Interno Bruto –, dos municípios que constituem os 10% maiores em termos de PIB no País, têm um nível de renda que atinge a 19,9 vezes mais do que os 50 menores municípios brasileiros. Essa já é uma indicação do grau de concentração da renda brasileira, em um conjunto relativamente pequeno de municípios.

Assim como eu mostrei, no caso de Roraima, um único tem um peso expressivo no Estado, isso se reproduz na maioria dos Estados brasileiros, por conta

dessa reprodução da nossa economia em um conjunto de municípios, os 10% maiores chegam no Brasil a ser 20 vezes superiores aos menores; na Região Norte, essa relação é de 14 vezes e, no Nordeste, de quase 12 vezes; na Região Sudeste, atinge a casa dos 29,8. Ou seja, os 10% maiores municípios da Região Sudeste brasileira são em termos de economia quase 30 vezes maiores do que a dos 50% menores.

Olhando então esse indicador, já começamos a observar, precisamos a partir desses indicadores fazer algumas reflexões sobre a nossa estrutura produtiva da nossa economia. Olhando os dados do ano de 2002, o que observamos? Que os nove maiores municípios brasileiros detêm a responsabilidade pela produção de 25% do Produto Interno Bruto do nosso País, ou seja, entre cada R$100,00 que são produzidos no País, R$25,00 são produzidos por um conjunto de apenas nove Municípios. Se acrescentarmos mais 61 Municípios, chegaremos à seguinte conta: 70 maiores Municípios brasileiros, entre 5.560, concentram 50% da renda nacional. Nesses 70 Municípios, temos 1/3 da população brasileira.

Temos dois indicadores de concentração muito importantes para serem observados. Em primeiro lugar, a renda está concentrada em apenas 70 Municípios. Esses mesmos 70 Municípios absorvem 1/3 da população brasileira. Esta, hoje, está na casa de 180 milhões de habitantes. Isso significa dizer que entre 180 milhões de habitantes há cerca de 60 milhões que habitam 70 Municípios. O restante, 120 milhões de habitantes, está distribuído pelos demais 5.490 Municípios do País. Então, essa forma de concentração da produção e da população já é reveladora da forma como o espaço territorial e econômico brasileiro vem sendo ocupado.

O que observamos no extremo oposto? Que temos no País um conjunto de 1.272 Municípios que são os menores em termos econômicos. Mil duzentos e setenta e dois Municípios são responsáveis por apenas 1% do Produto Interno Bruto do País. Repito, enquanto 9 Municípios produzem 25% da nossa renda, outros 1.272 Municípios produzem apenas 1%. Adicionando mais 1.837 Municípios tenho, então, outros 1.837 Municípios produzindo 4% da renda nacional, ou seja, o padrão de concentração da produção em um grupo pequeno de Municípios e imenso. Ao mesmo tempo, o peso inexpressivo de uma quantidade muito grande de Municípios brasileiros mostra que nesse extremo temos uma série de unidades administrativas no País que, certamente, não têm autonomia econômica suficiente para produzir a renda que se faz necessária para sustentar a economia de um Município. É importante porque nos leva ao próprio conceito de Produto Interno Bruto. Qual é a medida que estamos avaliando? O nível de renda que a agricultura, a indústria e o setor de serviço é capaz de gerar dentro da economia de um Município. Se temos apenas 1% dessa renda sendo gerada em 1.272 Municípios é muito provável que na grande maioria destes a capacidade de geração de renda própria seja quase insignificante ou insuficiente. Como, então, sobrevive esse Município se não e capaz de gerar a renda de que precisa para dar continuidade ao seu próprio sistema econômico? Na economia, saio do conceito de geração de renda, que é o conceito de PIB, e entro em outro, que é o de apropriação da renda e depende de transferências. Municípios que não são capazes de gerar renda dependem de transferências de renda para a sua própria manutenção e subsistência.

Tenho, aqui, os dois extremos da economia e das cidades brasileiras. Algumas delas concentram um contingente imenso de riqueza, de renda e de população e, do outro extremo, uma quantidade imensa de municípios que não têm capacidade de geração de renda para dar sustento à sua própria atividade econômica. São, por conta disso, muito dependentes da transferência de recurso.

Estou enfatizando esse ponto, porque essa dependência da transferência de recurso repercute também sobre um outro trabalho realizado pelo IBGE, que não é o do cálculo do PIB dos municípios, mas o do cálculo da estimativa de população dos próprios municípios. Porque, como todos os senhores sabem, a regra constitucional estabelece que uma parte de recursos tributários federais provenientes do Imposto de Renda e do IPI seja distribuída para os municípios, proporcionalmente à população desses mesmos municípios. E a Constituição estabelece que compete ao IBGE a responsabilidade pela estimativa da população de cada um dos municípios para que, de posse dessa estimativa da população, o Tribunal de Contas da União faça a distribuição desse fundo constitucional para essa quantidade de municípios.

Quais são os municípios que mais dependem dessa informação do IBGE? Principalmente os menores municípios brasileiros. Muito provavelmente esses três mil menores municípios brasileiros dependem fundamentalmente do recurso do FTN para a sustentação do seu próprio nível de atividade econômica.

Olhando esses dados que apresentei aqui, podemos ver a distribuição desses resultados por meio desse gráfico, onde tenho, em azul, o número de município, em marrom, a população e, em verde, o Produto Interno Bruto. Então, em azul, para aqueles que detêm 25% do PIB do País, observamos que a quantidade de município representa apenas 0,2% dos municípios,

concentram 15% da população e têm 25% da renda. No extremo oposto, tenho 22% dos municípios brasileiros que produzem apenas 1% da renda nacional. Quer dizer, esses dois extremos aqui revelam a forma bastante concentrada como se dá a geração de renda entre os municípios brasileiros.

No ano de 2002, vamos observar que as capitais são praticamente os maiores municípios brasileiros. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Belo Horizonte são os cinco maiores municípios e capitais do Brasil. Apenas na sexta posição é que vamos encontrar um grande município, do ponto de vista econômico, que não seja capital, que é o Município de Duque de Caxias, que tem a sua renda fundamentalmente no Rio de Janeiro associada à atividade do refino do petróleo. Depois, temos mais a capital de Curitiba e aí dois municípios industriais do Estado de São Paulo, que são os Municípios de Guarulhos e São José dos Campos. Esses são os municípios que detêm, no mínimo, 1% da renda nacional, cada. Vale dizer, o menor deles produziu R$13 bilhões de reais no ano de 2002, e o Município de São Paulo, sozinho, produziu R$140 bilhões de reais para uma população de 10 milhões de habitantes.

Aqui apresentamos esse mesmo resultado por meio de um gráfico de barras. Podemos observar o distanciamento, do ponto de vista econômico, da economia do Município de São Paulo para o restante dos demais grandes municípios brasileiros. Embora esses sejam os maiores, que detêm 25% da renda nacional, vamos observar que um único município, o Município de São Paulo, detém 10% da renda do País.

Vamos ver, então, onde se encontram esses municípios que acumulavam 1% do Produto Interno Bruto do País:

Na Região Norte, teremos 129 municípios; no Nordeste, 600; no Sudeste, 300; no Sul, 92, e no Centro-Oeste 87 municípios. No outro extremo temos aqui os cinco menores municípios brasileiros, medidos pelo nível de atividade econômica. São eles: São Félix, em Tocantins; Santo Antonio dos Milagres e São Miguel de Baixa Grande, no Piauí; Lavandeira, no Tocantins, e Parari, no Estado da Paraíba. Observem que são municípios também com um contingente populacional muito pequeno; são pequenas economias, mas são municípios com um nível populacional bastante reduzido.

Reparem, agora, este gráfico, este mapa, que vai mostrar a forma como a produção da economia se distribuiu no território brasileiro. Então, aqui tenho os municípios que têm 25% do Produto Interno Bruto brasileiro. Eles estão concentrados no litoral da Região Sudeste; depois eu tenho Belo Horizonte, o Distrito Federal e os municípios de Manaus. Aqui estão concentrados a economia brasileira, no que diz respeito aos 25% maiores dessa economia. Agregando mais 25% da economia para ter o conjunto dos 70 municípios, observamos um aumento da densidade, principalmente concentrados na Região Sul e Sudeste do País. Chegando aos 75%, esse processo de ocupação do território nacional já vai se estendendo, e temos 75% da produção restrita a um conjunto de 400 municípios, em um País que tem 5.560. Ou seja, os mais de 5 mil menores municípios respondem por 25% da renda nacional. Onde eles estão? Aí eles ocupam grande parte do nosso território. Já temos 95% da nossa economia; colocando mais 4%, preenchemos uma parte expressiva do País, e o restante vai completar o total da economia.

Então, ao se recordarem visualmente do que observamos nesses cinco *slides*, enquanto os primeiros mostravam a concentração da renda principalmente na Região Sudeste, os menores municípios brasileiros estão concentrados principalmente no eixo da Região Nordeste, pegando, principalmente, os Estados do Piauí e do Maranhão.

Isso também vai se refletir no processo de urbanização no Brasil.

Em 1950 nós só tínhamos seis municípios com população superior a 250 mil habitantes. Meio século depois, nós vamos ter a evolução dessa população.

Então, vejam: aqui nós vimos a população, e aqui a concentração populacional. O País está se concentrando em um conjunto relativamente pequeno de municípios. Temos, em 2000, 84 municípios com mais de 250 mil habitantes. Esses 84 municípios com mais de 250 mil habitantes, dois deles têm mais de 5 milhões de habitantes, que são os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Também essa aglutinação da população em um conjunto relativamente pequeno de municípios vai criar condições para o aparecimento das grandes regiões metropolitanas, a maioria delas também situada no eixo Sul e Sudeste.

Essa aqui é a lista de todos os municípios por tamanho, e agora temos, aqui, uma seqüência dos municípios que mais cresceram, em termos nominais, ou seja, o valor da sua renda, no período de 2001/2002: Macaé, Campos, São Francisco do Conde, Camaçari e Duque de Caxias, todos esses são Municípios dos que mais cresceram, todos eles associados à economia do petróleo; acrescentamos a esse grupo Manaus e também o Município de Recife. Esses são, então, os municípios que mais cresceram no período, e representam 6% da economia nacional.

Novamente, tenho a lista dos principais Municípios brasileiros, e os senhores podem observar que até o

Município de Belo Horizonte não temos mudança nenhuma na escala de prioridade no **ranking** da economia nacional. São Paulo, Rio, Brasília, Manaus e Belo Horizonte são sempre os maiores Municípios. Depois temos alguma troca de posição entre eles, mas destacando que aqui estamos trabalhando apenas com os Municípios das capitais e, com exceção do Município de Manaus, que é da região Norte, os demais Municípios até a sétima posição estão no eixo Sul-Sudeste mais a região central por Brasília.

Olhando essa distribuição do Produto Interno Bruto no País, reparem que esse gráfico mostra que quanto mais escuro o mapa, maior é a renda; e quanto mais claro o mapa, menor é a renda dos Municípios brasileiros. E, mais uma vez, observamos que esta região aqui é a que é a mais densamente povoada por Municípios que têm um nível de renda muito baixo em todo o território nacional.

Olhando agora essa renda **per capita**, quer dizer, quanto ela representa por habitante, vamos observar que, no Brasil, a renda média por habitante é de 7 mil, 631 reais com valores de 2002.

O que observamos? Que existem mil e duzentos Municípios com renda maior que a média nacional. Por outro lado, temos trezentos Municípios com renda que representa o dobro da média nacional, ou seja, mais de quatorze mil. E temos aqui um conjunto de Municípios com renda superior a R$32 mil, que são apenas 55 Municípios ou 1% do número total.

Quais são esses Municípios com renda **per capita** superior a esses 55 Municípios? Um, no Rio Grande do Norte; um, no Espírito Santo; dois, em Goiás, e vamos ter, no Estado do Rio de Janeiro, um maior número de Municípios com renda **per capita** superior a R$32 mil.

O que esse indicador revela?

Em primeiro lugar, que a economia do Rio é a que vem obtendo vantagens econômicas expressivas provenientes da expansão da atividade de produção de petróleo na bacia continental de Campos. No entanto, sempre precisamos destacar o fato de que, se são nove os Municípios que têm uma renda **per capita** muito elevada, isso não significa dizer que tenhamos nove Municípios no Estado do Rio de Janeiro cuja população tenha um nível de renda elevado, porque, na verdade, uma parte expressiva dessa grande riqueza é proveniente de uma grande empresa, no caso, a própria Petrobras. E o conceito que estamos tirando é o da produção econômica dividida pela população desse Município. Não necessariamente a renda gerada está indo parar nas mãos de cada um dos habitantes desses nove Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Temos aqui de novo esse mesmo cálculo. E vocês todos podem observar que, por exemplo, um Município no Estado da Bahia, de São Francisco do Conde, tem uma renda **per capita** de 230 mil reais, 273 mil reais. Por quê? Porque aqui tenho um grande pólo produtor, principalmente de produto petroquímico, concentrado num conjunto relativamente pequeno de empresas e que está situado numa região cuja densidade populacional é muito pequena.

Então, a renda **per capita**, que é a divisão do produto pela população, dá um indicador de renda muito alto, mas isso não pode levar à conclusão de que essa renda **per capita** seja um indicador de desenvolvimento econômico. Para que isso se reflita no desenvolvimento econômico, é preciso que eu veja também outros indicadores, que são os indicadores de desenvolvimento econômico.

Nessa lista dos Municípios de maior renda **per capita**, podemos perceber que grande parte deles tem a sua atividade associada à economia do petróleo. É São Francisco do Conde, é Triunfo, Quissamã, Porto Real – Porto Real não – Carapebus, Rio das Ostras, Paulínia e Armação de Búzios. Todos esses Municípios têm a sua renda proveniente da atividade petrolífera.

Surge aqui um Município muito interessante, que é o Município de Garruchos, no Rio Grande do Sul, que alcança a sétima posição no ano de 2002, quando ele estava na milésima posição em 1999. Por que isso? Porque aqui são instaladas duas indústrias, inclusive na área de geração de energia elétrica, em um Município cuja população é pequeníssima. Então, a divisão da produção pela população faz com que esse seja um Município com renda elevada.

Conclusões que tiramos dessas informações: as capitais brasileiras, ou seja, os 27 Municípios de capitais detêm um terço da renda nacional. Mais ainda: se juntarmos aos Municípios das capitais também aqueles que compreendem as regiões metropolitanas, vamos observar que 40% da renda nacional está sendo concentrada na região metropolitana do País, e os senhores sabem que uma característica importante das regiões metropolitanas do nosso País é que elas são quase que integralmente áreas urbanas. Conseqüentemente, são regiões urbanas, densamente povoadas, e essa enorme concentração de população numa quantidade relativamente pequena de Municípios do território brasileiro traz outras demandas. Demandas sobre a educação, sobre sistema de transporte, sobre habitação, sobre saneamento e tantas outras, por conta da aglomeração urbana da nossa economia e da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Presidente, sua exposição realmente está

impressionando a todos nós, pelos dados que foram coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Agora, eu pediria a V. Sª que pudesse encerrar dentro de alguns minutos em face das atividades do próprio Senado Federal. Neste momento, estamos prestes a chegar ao horário da Ordem do Dia, da votação no plenário.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Que horas são?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A partir de quatro horas, a qualquer momento.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Certo. Eu estava me guiando pelo relógio para concluir a exposição às 15h30min. Então, prosseguirei por mais quatro minutos para apresentar esses resultados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quatro horas. Quatro horas, pode demorar meia hora, pode não demorar, e aí ficamos muito vulneráveis.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Então está certo. Eu já estava me preparando para ir até as 15h30min, inclusive para abrir espaço para as observações de V. Exªs.

Farei uma passagem que é a síntese desses resultados.

Vou apresentar alguns resultados de Municípios importantes do País a partir de cada uma das nossas Regiões.

Na Região Norte brasileira, podemos observar que esses Municípios que estão registrados em vermelho são Municípios que têm uma atividade econômica apoiada no setor industrial. Então, na Região Norte brasileira, observamos que temos, na região de Tucuruí e Parauapebas, os dois principais Municípios do Estado do Pará, industriais. E o que produzem esses Municípios? Em Tucuruí, temos a hidrelétrica e temos a atividade de extração de minério, principalmente ferro, no Município de Parauapebas. Então, na Região Norte temos esses dois como destaque. Também destacamos, em Rondônia, o Município de Ji-Paraná.

Já na Região Nordeste do País, vamos observar, em termos de dimensão econômica, o Município da região de Petrolina. E no caso da Região Nordeste, além de Petrolina, temos também Feira de Santana e o Município de Campina Grande, na Paraíba. O destaque que estou dando para esses Municípios é o de que estamos percebendo a expansão da atividade econômica em todo o Território Nacional, de uma série de municípios, que, em primeiro lugar, não são capitais e, em segundo lugar, sequer estão próximos das regiões metropolitanas, mostrando que também o interior do País, embora ainda num ritmo relativamente lento em relação às capitais, vêm aumentando a sua participação no cenário econômico nacional.

Vamos observar também na Região Sudeste a predominância, por exemplo, no Estado de Minas, de um pólo bastante importante do triângulo mineiro onde aqui o destaque é para o Município de Uberlândia, que é um grande pólo não só produtor agrícola, pecuarista, agroindustrial, e também um grande pólo atacadista do Centro-Oeste do País.

Ainda na Região Sudeste, temos no norte do Estado do Rio de Janeiro, Municípios de Macaé e Campos, ligados à exploração de Petróleo.

E no Estado de São Paulo, temos também dois Municípios bastante importantes que são o de Campinas e São José dos Campos, Municípios fortemente apoiados na atividade industrial.

No Sul do Brasil, vamos encontrar também Municípios fora das capitais, inclusive no caso de Santa Catarina, o destaque é o do Município de Joinville, que, inclusive, supera a capital Florianópolis. É o único município não pertencente a uma capital em todo o Território Nacional que tem a hegemonia na atividade econômica.

No Estado do Paraná, a região de Londrina praticamente constitui uma região metropolitana, distante da capital, e que revela também um pólo econômico bem expressivo neste Estado. O mesmo ocorrendo com o Município de Caxias do Sul.

Na Região Centro-Oeste, encontramos em várias áreas. Uma com destaque no Estado de Goiás, com o Município de Rio Verde, que praticamente vem se transformando numa região metropolitana por conta do agronegócio instalada nesta Região. Rio Verde está aí. Esses municípios fazem parte de um pólo econômico, mostrando como essa região do sudoeste do Estado de Goiás vem avançando progressivamente ao longo dos últimos anos. O mesmo, temos, em Rondonópolis e no Município de Dourados.

Esses são alguns indicadores que selecionei. O conjunto dessas informações os Srs. poderão encontrar na publicação do IBGE, que é o cálculo do Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros. O livro contém uma série de tabelas selecionadas. Ao final, os Srs. encontrarão um CD contendo todas as informações de todos os municípios do Brasil.

Então, aproveitei esta oportunidade para entregar à Comissão um exemplar dessa publicação, para que todos tenham oportunidade de extrair o máximo de informação desse produto do IBGE. E coloco a nossa instituição à disposição de todos os Srs. Senadores para todas as informações que tiverem necessidade. O IBGE, em Brasília, tem uma unidade que atende ao público da região, embora a sede se situa no Rio de Janeiro. Temos uma unidade aqui em Brasília que pode muito bem estar a serviço de V. Exªs.

Havendo outras oportunidades e interesse para aprofundarmos ainda mais a apresentação de outros produtos do IBGE, sempre nos colocamos à disposição dos Srs. Senadores. Sempre que julgarem necessário, podem fazer o convite que nós prontamente o atenderemos, porque é um prazer da nossa parte estar aqui dialogando com V. Exªs.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Agradeço ao Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE, esta magnífica exposição, que nos deu uma fotografia atualizada da realidade municipal. Nós, que estamos aqui empenhados em dissecar justamente essa realidade, sairemos daqui com informações bastante valiosas a respeito das nossas regiões. Agora, não deixa de impressionar realmente o índice de concentração de riqueza e do Produto Interno Bruto. O índice é muito alto em função de poucos Municípios e principalmente das capitais.

Há dois Senadores inscritos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos fazer aqui um acordo, em razão do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu sei que o assunto aqui provocou a todos nós, e o tempo não será suficiente. Peço, se fosse possível, a quem for falar – vou abdicar de falar, pois não vai dar tempo – que todos falem, e ele responderá no tempo que for possível. Eu já queria marcar de antemão uma visita ao Instituto, porque penso que não há só esse material, mas uma série de outros materiais vão nos subsidiar. Isso é muito importante. Eu sou da área da Geografia e estou sob o impacto do que estou ouvindo. Realmente são números que nos ajudam.

Para ter uma conversa melhor, gostaria de ler alguns documentos. E quem sabe em um momento posterior, depois de ter lido os documentos, poderemos elucidar melhor as nossas dúvidas e, quem sabe, transformar isso em um trabalho a ser apresentado no conjunto das discussões que faremos na Subcomissão.

O nosso convidado, o Deputado, gostaria de falar. Eu gostaria de saber se V. Exª vai fazer a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – É claro. V. Exª deseja falar logo?

O SR. (Orador não identificado) – Não, não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, não quero fazer pergunta. Quero fazer um pedido. Será que o Presidente não teria como mandar para os gabinetes dos Senadores um volume dessas informações? Um só para distribuir fica um pouco difícil.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – A intenção era trazer exemplares suficientes para a distribuição. O problema é que a restrição orçamentária é imensa. O IBGE hoje fica limitado na sua capacidade de divulgar os produtos, porque a repercussão do produto não é proporcional à nossa capacidade de produzir informação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O ideal seria substituir o investimento feito na cartilha do politicamente correto por uma obra tão importante e necessária como essa.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Eu agradeço.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Senador Sibá Machado está dando uma idéia, Sr. Presidente, que seria mandar fazer na cota do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Eu tenho uma idéia, que é justamente essa do Senador Sibá. Vamos mandar imprimir aqui, na gráfica do Senado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, preciso tirar, ainda hoje, uma cópia do CD, porque farei uma fala lá, no Acre, neste final de semana. E alguns números que se apresentam aqui vão cair em cheio na palestra que quero fazer. Então, gostaria de tirar uma cópia do CD agora, se possível. Se puder mandar para o meu e-mail, eu pegaria no e-mail do gabinete. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Eu concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero apenas dizer ao Presidente do IBGE que não tenha nenhum constrangimento, porque estamos vivendo aqui permanentemente o problema do contingenciamento orçamentário. V. Sª é apenas uma das vítimas. Mas sistematicamente estamos convivendo com esse problema. Algumas agências reguladoras estão praticamente paralisando as suas atividades, porque não têm sequer recursos para a mobilização dos seus fiscais. Um caso mais grave é o da Agência Nacional de Petróleo. De forma que V. Exª está no lugar comum com essa situação do contingenciamento orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Senado Eduardo Azeredo. Depois, o Senador César Borges será ouvido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro eu quero me somar ao Senador Heráclito Fortes ao lamentar que realmente não haja recursos para algo tão simples e prosaico como um relatório importante que possa ser entregue pelo menos aos membros da Comissão. É lamentável que isso ocorra e o Senador está correto. Dinheiro para fazer uma cartilha do que é politicamente correto o Governo teve, mas para distribuir um relatório com dados sobre os municípios, não existe. Então, primeiro lamento que isso esteja ocorrendo.

Bom, a questão dos municípios, evidentemente, é o motivo pelo qual todos estamos aqui nesta Comissão. Fomos movidos pelo interesse que temos pelo assunto. A demografia brasileira realmente é uma preocupação e, ao mesmo tempo, uma esperança. Nós temos um espaço territorial enorme a ser ocupado. Brasília, no Centro-Oeste, é um exemplo de boa ocupação nesse sentido, porque significou a desconcentração da população. Alguns números, ali, ainda que de maneira tímida, mostram evolução nesse sentido. Quer dizer, o número de maiores municípios – dos que mais concentram – não é mais de 60 para 70, algo assim desse tipo; pelo menos existem dados que eu guardei aqui mostrando que existe alguma mudança, ainda que pequena.

Os municípios reclamam muito, Sr. Presidente, da questão da atualização dos números da população para efeito de FPM. Como se sabe, o FPM é distribuído pelas faixas. Essa é uma preocupação e eu gostaria de ter a sua informação a esse respeito. Eles às vezes reclamam que o senso não foi bem feito e pedem alguma revisão.

Outro dado que tem sido muito importante, inclusive aqui como auxílio para nós, Senadores, nos projetos, é a questão do IDH. Quer dizer, precisamos ter cada vez mais esse detalhamento do IDH Municipal, um dos índices que mais mostra a situação real do município. Então, para termos leis que sejam mais justas, será sempre importante buscarmos esse dado do IDH Municipal. Em Minas Gerais, temos a Fundação João Pinheiro fazendo esse levantamento, mas seria importante que o IBGE o fizesse no Brasil como um todo.

Olhem, são fundamentais esses dados estatísticos para que façamos uma legislação que combata a desigualdade. Ainda no Estado de Minas Gerais, fizemos, na época, uma lei que recebeu o nome carinhoso de Lei Robin Hood, porque usou dez critérios para redistribuir a parte do ICMS dos municípios que, constitucionalmente, está prevista para uma compensação, segundo o que foi colocado aqui. Quer dizer, alguns municípios que têm a sede de uma hidrelétrica ou de uma refinaria acabam concentrando o recurso e recebendo de acordo com o VAF. Se realmente não houver critérios que distribuam melhor, a concentração vai ser cada vez maior. Esse nosso sistema significou que os menores municípios, que tinham 8% da receita mineira, passaram a receber 20% da parte dos municípios; não da receita mineira como um todo, mas da parte dos municípios. Daí esse nome de Hobin Hood, porque tirou dos municípios mais ricos entregando para os mais pobres.

E finalmente eu queria fazer uma pergunta também de Oposição. Divulgou-se muito que o IBGE foi proibido de informar números, pois primeiro deveria passar pela censura da Casa Civil, o que é, evidentemente, um absurdo com o qual não concordamos. Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, veja bem, quem fala primeiro tem precedência e consegue efetivamente tomar os assuntos, por isso eu tinha me inscrito em primeiro lugar. Mas em se tratando do nobre Senador Eduardo Azeredo fico satisfeito, porque S. Exª de alguma forma colocou os assuntos que vou abordar aqui. Vou apenas dar o meu formato ao apresentar as minhas questões.

Os municípios brasileiros vivem em condições muito difíceis, sabemos. Todos eles. A situação com relação ao Fundo de Participação dos Municípios realmente deixa todos os gestores municipais extremamente preocupados. Agora, alguns municípios estão perdendo população. Vejam bem, Sr. Presidente e Dr. Eduardo, a quem eu quero saudar aqui, pois está entre nós. Vejam bem, há um senso feito em 2000, não é isso? Um senso completo. Foi pesquisado cada domicílio no nosso País. Cada habitante do País foi pesquisado. Sem haver o novo senso, o IBGE divulga novos números onde há perda substancial da população de muitos municípios. Então, ficamos com a dúvida: o que estava errado? Era o senso de 2000 ou essa nova estimativa? Porque deve ser uma inferência de dados que o IBGE fez para o ano de 2003. Há cidades baianas, por exemplo, que perdem 5%, havendo até casos de cidades pequenas com perda de 10%, com redução do Fundo de Participação, que é fixado pelo Tribunal de Contas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Borges, concede-me, V. Exª, um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com todo prazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Existe também um problema gritante entre faixas de limites

intermunicipais, nos quais parte da população de um município procura serviços básicos na sede do outro, ou moradores de um terceiro município têm domicílio eleitoral em outro. Dessa forma, cria-se uma confusão para se saber o número da população real para o cálculo e repasse de FPM.

Digo isso porque, no meu Estado, a Assembléia Legislativa acabou de fazer um trabalho de correção dos limites intermunicipais do Estado. Foi feita uma CPI, que terminou com um brilhante trabalho. Mas agora há um problema, ou seja, quem perdeu população e quem ganhou, como vai resolver perante os cálculos do IBGE para receber devidamente o seu FPM.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é. Essa é uma questão que tem me preocupado. Parece-me que se trata de uma questão que V. Sª terá que elucidar aqui: como mudar o número de um censo por estimativas que foram feitas três anos após o Censo de 2000. Há, por exemplo, o Município de Ibitiara, que tinha 14 mil habitantes, passou para 12 mil; Ibirapitanga, 22 mil habitantes, passou para 20 mil habitantes três anos depois.

São casos bastante específicos.

Outro assunto que vou abordar – o Senador Eduardo Azeredo falou sobre todos os assuntos – é a questão da concentração econômica. É claro que apareceu o candidato de São Francisco, no Estado de Sergipe. Por que candidato de São Francisco?, perguntou-me o Senador Eduardo Azeredo. Porque há a Usina de Xingo. Mas é uma coisa extremamente concentrada, não é distributiva, não se distribui. Temos exemplos na Bahia, onde está a Refinaria de Matari, no Município de São Francisco do Conde, que tem uma altíssima renda. E assim, se se compara com uma capital, como Salvador, percebe-se que **per capita** é baixa, porque a população é muito grande e não se tem recursos suficientes para assistir essa população.

Então, muitas vezes, quando se diz que há concentração no interior é porque ali há uma usina hidrelétrica, ou uma refinaria, ou um complexo industrial qualquer, ou uma mineração, e assim por diante.

Dessa forma, entramos numa outra questão, sobre o que até conversei com o Presidente, porque a Constituição impõe, por exemplo, com relação a ICMS, que a distribuição se dê da seguinte forma: vinte e cinco por cento por conta de critérios fixados pela Assembléia Legislativa – no caso de Minas, foi feita a Lei Robin Hood; na Bahia, a Lei Zé Nunes, que é um Deputado estadual, com uma melhor distribuição dos 25%. Mas os 75% é pelo valor agregado. E, sendo dessa forma, continua-se concentrando extremamente. Onde se trata de município industrializado que tem pontualmente alguma atividade econômica forte, ele fica com grande volume de recursos, mesmo que a população seja diminuta.

Parece-me que deve haver uma revisão constitucional, um PEC, que se prenda a este caso.

Sugiro, inclusive, ao Presidente que possamos convocar o comparecimento, mais uma vez, dos municípios para discutirmos essa questão, porque essa distribuição hoje não é justa.

Há mais um assunto que o Eduardo Azeredo abordou, que é essa questão polêmica porque, quando o IBGE diz que 46% dos brasileiros estão acima do peso e que a questão do brasileiro não era fome, aí se estabeleceu uma grande questão nacional com autonomia da divulgação de dados pelo IBGE. O próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, versado em muitos assuntos, contestou o IBGE. E foi muito claro, dizendo que a fome não é uma coisa medida em pesquisa. Quem sente a fome é quem passa fome. Eu mesmo, agora, estou com fome porque não almocei, não fui ainda para casa almoçar, mas, nem por isso, posso ser incluído numa pesquisa como aqueles que passam fome no País.

Então, essa questão da fome é uma questão objetiva. Mas me parece que os critérios do IBGE foram objetivos, foram critérios de medida de peso. E tem sido dito aqui, inclusive por V. Sª, que foi feita uma pesquisa criteriosa para avaliar o problema do sobrepeso, da fome, da subnutrição ou falta de peso. E isso foi contestado pelo Presidente. Contestação essa que gerou inclusive protestos dos funcionários do IBGE responsáveis pela coleta de dados contra uma declaração do Presidente Lula. V. Sª desautorizou o protesto e defendeu a qualidade da pesquisa, dizendo que é obrigação da Instituição produzir informação para a toda a sociedade e um direito de cada cidadão manifestar-se – claro, obviamente – a respeito das informações existentes e deu ao Presidente esse direito.

No entanto, se o IBGE é o órgão técnico, que fez essa pesquisa tecnicamente, então, não é subjetividade do Presidente; é objetividade de dados. E, para nossa perplexidade, o País estarrecido vê, logo em seguida, o Governo editar uma portaria restringindo a divulgação de informação subordinada ao Ministério do Planejamento. A medida ocorreu um mês após o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contestar a pesquisa do órgão, o que gerou inclusive um artigo do festejado Jornalista Hélio Gaspari, que tem o seguinte título: "Independência ou Morte para o IBGE". E eu lhe pergunto: V. Sª fica com a independência ou com a morte do IBGE? Parece-me que isso estaria no viés autoritário do Governo, não querendo permitir que divulgações importantes para o País – um direito de cada cidadão brasileiro de tomar conhecimento – possam se dar

sem antes passarem por um crivo, por uma censura do Ministério do Planejamento.

Então, as minhas questões são muito parecidas com as do nobre Senador Eduardo Azeredo e colocadas de uma forma individual.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio César, pelo Estado do Piauí.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, lembro que já pedi ao Senador Heráclito Fortes que providenciasse, à época em que era membro da Mesa, uma lanchonete para o Senado, porque iria resolver o problema do Senador César Borges e o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – O meu também.

O SR. JÚLIO CÉSAR (PFL – PI) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Vice-Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente do IBGE, Srs. Senadores, acompanhei, Presidente Eduardo – e com V. Sª tive uma conversa de duas horas – a publicação, no ano passado, da reestimativa da população brasileira, e tenho acompanhado também a evolução do PIB. O PIB de 2002 foi de um pouco mais de R$1,3 trilhão; em 2003, um pouco mais de R$1,5 trilhão; em 2004, R$1,729 trilhão.

A avaliação de V. Sª é de 2002. Primeira pergunta: por que a avaliação não é de 2004, uma vez que já foi aferido o PIB do Brasil em 2004? A segunda pergunta é a respeito da reestimativa da população brasileira muito contestada. Nós temos – e tenho o relatório de V. Sª, Sr. Presidente do IBGE – que quase mil Municípios têm população negativa, ou seja, está diminuindo de um ano para outro. É a diferença da estimativa do senso de 1991 em relação a 2000 e o problema da natalidade, do óbito e da migração.

Mas, uma coisa que tenho estranhado muito, Sr. Presidente, é que muitos Municípios brasileiros – o senhor falou em população, o FPM aferido pela população, é por faixa de população –, às vezes, faltam 20, 30 habitantes para mudar de faixa de população. E aqui tem dois Municípios do Rio Grande do Norte. O 06 tem 9.800. Estão aqui os dois prefeitos citados pelo Presidente da Comissão. Faltam poucos habitantes para mudar de faixa de população.

Quero saber com mais precisão como é aferida essa reestimativa, uma vez que reestimativa tem propiciado um prejuízo considerável aos Municípios brasileiros, naqueles que têm redutor, que poderia ser gradativamente tirado, estão quase na faixa de mudar de coeficiente, ou daqueles que mudarão independentemente de ter redutor na faixa de coeficiente de 0,6 para 0,8.

Para se ter uma idéia, Municípios de 0,6, eu tenho um relatório do IBGE, são quase a metade dos Municípios do Brasil: 48% dos Municípios do Brasil são 0,6. Então, mudar de 0,6 para 0,8 são 33% a mais. Isso é a esperança de muitos Municípios deste País.

Fiz um estudo de todos os Estados. O senhor sabe que quando se publicou, no ano passado, a estimativa da população brasileira, eu imediatamente fui dar uma conferência. Para surpresa nossa, tinha sido omitido, por um erro, inclusive na Internet, o Estado do Maranhão. Isso ensejou um entendimento nosso, quando tive o prazer de discutir exaustivamente vários problemas do Brasil.

Eu queria, realmente, que o senhor desse uma explicação mais convincente de como é feita essa estimativa.

O IBGE anunciou, na semana passada, que o Brasil não tem mais 181 não – são 183 milhões e 600. Eu já fiz, já vi pela imprensa. Esses dados são avaliados no dia 1º de julho e o IBGE já soltou esses dados agora, no começo de maio. Eu queria saber como isso é feito e se esse dado de 183 milhões é exatamente o que vai viger para o ano de 2005.

Aliás, é a primeira vez que o IBGE afere o PIB dos Municípios brasileiros. Parabéns por isso, embora atrasado. Eu gostaria que fosse mais atualizado. Mas é a primeira vez, na História do Brasil, que o PIB de Municípios brasileiros é aferido pelo IBGE, e aferido com dados atrasados. Pelo que vi, os dados são de 1999 a 2002, num espaço de três anos. Eu gostaria que fosse acompanhada a aferição do PIB com a aferição da população. Está havendo um descompasso entre PIB e população, embora seja a primeira vez que se faça isso.

Outra constatação, Sr. Presidente, é feita nas manchas do mapa do Brasil. Todos vimos que o que tem mancha é sinal de riqueza; o que está em branco é sinal de pobreza. Lamentavelmente, o meu querido Piauí está branco, totalmente branco no mapa. Mancha, só uma vaga lembrança em Teresina, em Guadalupe, em Fronteira, onde há uma indústria de cimento e uma hidrelétrica, e mais nada. A capital é a última colocada entre todas as capitais do Brasil. E vejo mais, uma cidade de São Paulo, São José dos Campos, tem o PIB superior a 1.272 Municípios do Brasil. Este é um País injusto.

Quero aproveitar esse estudo valioso do IBGE para propor uma mudança significativa na redistribuição do Fundo de Participação, uma vez que ele é feito por faixa de população e grande parte dos recursos vão para as Regiões Sul e Sudeste.

Eu gostaria se sugerir aos Srs. Senadores que fosse aferido o mesmo critério dos Estados, pela inversão da renda **per capita**. Aí, sim, iríamos fazer justiça social, redistribuindo riquezas – embora o povo não continuasse rico – para que os administradores municipais pudessem administrar melhor as suas comunidades.

Vi mais: no Piauí, Tocantins e em alguns Estados, o PIB de um Município é menor que um apartamento de luxo no Leblon – está aqui no jornal **O Globo**. Um apartamento de luxo é maior que o PIB desses cinco menores Municípios do Brasil. Isso é uma vergonha nacional. Estamos falando em PIB do Município e renda **per capita** do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Eduardo Pereira Nunes, para que ele possa responder aos questionamentos dos Srs. Senadores, quero também acrescentar uma pergunta a respeito dos índices de pobreza absoluta, porque existe uma divergência entre índices apresentados pelo IPEA e índices apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, tendo como fonte dados do IBGE, saber realmente qual a extensão desses índices de pobreza absoluta.

Com a palavra o Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Srs. Senadores, agradeço muito a oportunidade de ter sido argüido nos temas que aqui foram apresentados, tanto nos critérios da estimativa de população, quanto na portaria que regula o mecanismo de divulgação das informações do IBGE, quanto também os critérios de medida do PIB, principalmente porque, como nós podemos observar, o PIB é uma medida econômica, e nós precisamos considerar também aspectos sociais e – acrescento mais um – ambientais.

Inclusive, depois de amanhã, o IBGE estará publicando uma pesquisa municipal sobre os aspectos do meio ambiente. Quando falo em meio ambiente, não é apenas aqueles relativos aos recursos vegetais, mas também o saneamento, as condições de vida da população, e teremos oportunidade de observar que em muitos desses grandes Municípios que acabamos de observar do ponto de vista econômico, são também onde vamos encontrar grandes problemas ambientais. Então, quando combino a riqueza econômica com a riqueza ambiental, é que eu de fato terei um indicador de desenvolvimento humano apropriado ou não. Então é preciso construir essa regra que leva em consideração a medida econômica, que foi descrita por essa publicação, com o impacto ambiental do desenvolvimento econômico e como isso se distribui pelo conjunto da sociedade.

Esses são três produtos que o IBGE trabalha e que são fundamentais lê-los de forma integrada para que tiremos conclusões a respeito de quais são, de fato, as áreas e os Municípios brasileiros mais desenvolvidos. Mas, infelizmente, cada uma das respostas poderia tomar muito tempo, então optei, se o senhor estiver de acordo, em iniciar a resposta pelos critérios relativos à estimativa de população do IBGE e do cálculo de repartição do FPM, porque tenho certeza que atinge mais diretamente a maioria dos cidadãos brasileiros que mais precisam, e, nesse caso específico, o IBGE sempre é alvo de uma série de comentários, sejam elogiosos, sejam críticas, porque, na verdade, a lei assim estabelece.

Desde a Constituição de 88 que há a regra segundo a qual uma parte, representada por 25% do IPI e do Imposto de Renda arrecadados naquele ano, precisa ser repartida pelos Municípios de acordo com um critério. Até hoje o critério é população. Então o que estabelece a nossa Constituição? O IBGE precisa calcular anualmente a população de todos os 5.564 Municípios para depois enviar, com data e 1º de julho, esta informação ao TCU, e o TCU, por conta das faixas de população de cada um dos Municípios, vai definir qual é o critério, qual é faixa em que ele será beneficiado. O primeiro aspecto que quero chamar a atenção: o bolo é um só: o montante do IPI e do Imposto de Renda. Esse bolo terá que ser distribuído. Como distribuir a cada ano o bolo por todos os Municípios? O critério é população. Então, como essa população muda todo ano e o bolo também, é preciso estimar anualmente a população. Aí termina o que diz a Constituição e fica subtendido que o IBGE deverá ter todos os meios necessários para todos os anos efetuar essa estimativa. Contudo, para se fazer uma estimativa dessa natureza, no mundo inteiro o que se faz é ir aos domicílios e fazer um levantamento de cada população, cada habitante nos respectivos domicílios. E o Brasil tem hoje 54 milhões de domicílios...

O Brasil tem hoje 54 milhões de domicílios. É humanamente impossível e economicamente também imaginar que todos os anos possamos ir a cada um dos 54 milhões de domicílios brasileiros e medir a população.

Dada a impossibilidade de fazer isso todos os anos, o que se recomenda metodologicamente – e essa não é uma prática do IBGE, todos os institutos de estatística fazem cálculo demográfico da mesma maneira –: usam uma regra que é relativamente simples: analisam o último caso brasileiro, o senso de 2000, onde visitamos os 54 milhões de domicílios e contamos toda

a população, e comparamos essa população de 2000 com o último levantamento equivalente a esse, para verificar de que maneira a população evoluiu. O último levantamento equivalente a esse foi feito em 1991.

Então, o IBGE tem dois pontos, um ponto fica em 1991, outro ponto fica em 2000, e vê o que aconteceu com cada um dos nossos Municípios. Se mantiveram constante a população, quais os municípios onde a população cresceu e quais os municípios onde a população decresceu. E parte desta regra: se a população cresceu de 1991 a 2000, ela vai crescer em 2001, 2002 e 2003. É por isso que digo que em 2005 o Brasil já tem 183 milhões de habitantes, quando eram, em 2000, 169 milhões de habitantes. Para o total do Brasil, a população continua crescendo; cresceu de 169 para 183 milhões de habitantes. Agora, em cada um dos 5.560 municípios vou ter uma divisão: alguns cresceram, outros ficaram estáveis, outros decresceram. E eu admito que, se decresceram de 1991 até 2000, eles vão continuar decrescendo depois de 2000. E é por isso que um Município que tem 14 pode ter a estimativa seguinte com o dado de doze, assim como deve ter, certamente, na Bahia, outros Municípios que tinham população de sete mil e passaram para dez mil, para oito mil e assim sucessivamente.

Há municípios com crescimento de população e outros com queda, com base numa estimativa que o IBGE está fazendo, levando em consideração a evolução na década anterior. Essa é a regra.

Sabemos que não posso, durante dez anos, ficar admitindo que a população na década de 2000 continuará se comportando da mesma maneira que se comportou na década anterior. Por quê? Porque os próprios prefeitos de municípios podem tomar atitudes no sentido de reversão desse processo. Instala uma empresa, instala uma indústria, fazem um pólo de dinamismo econômico no Município, que vai atrair população, principalmente população proveniente de outros municípios e até mesmo de outros Estados e regiões brasileiras. Conseqüentemente, de tempos em tempos, tenho que substituir essa minha estimativa de população por um novo senso. Mas, como eu disse, esse senso é muito caro. Então, qual é a idéia? No meio da década, atualizo a estimativa, fazendo uma contagem de população. Volto aos Municípios, aos domicílios para contar essa população.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela sua explicação seria, então, uma extrapolação. Não é isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – O termo é exatamente esse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas conheço casos em que houve crescimento de 1991 a 2000 e um decréscimo de 2000 para nova avaliação em 2003. Como se explica? Se fosse uma extrapolação, se você tivesse uma reta com gradiente, com certeza daria um acréscimo, mas caiu.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Senador, se esse é o caso de algum Município no Estado da Bahia, posso afirmar a V. Exª que só pode se tratar de município em que o IBGE promoveu revisão do número de 2000 por erros ocorridos no ano de 2000. Alguns desses erros foram detectados pela Justiça e os municípios foram, inclusive, condenados por conta de uma série de erros e práticas indevidas, cometidas no ano de 2000. Não ocorreu somente no Estado da Bahia, mas em vários Municípios brasileiros. O IBGE recorreu, por ter observado erro na geração da informação, inclusive falsificação de resultados. E, por isso, depois de a Justiça condenar o Município por práticas realizadas no momento do censo, houve casos de Municípios – não sei dizer-lhe hoje qual foi, mas posso certamente informar, porque esse processo passou por mim – que tiveram uma queda de população, o que lhes está gerando uma perda significativa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se entendi bem, a responsabilidade do censo de 2000 é inteiramente do IBGE.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – É absolutamente do IBGE.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O IBGE foi corrompido por Prefeitos, é isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Não, não corrompido por Prefeitos. O IBGE realiza o trabalho, e, para uma operação dessa natureza, contrata 200 mil recenseadores em todo o País. Em alguns casos, o número publicado originalmente foi refeito pelo próprio IBGE, ao constatar que não era o número correto. Essa revisão a que estou referindo-me é proveniente de erros no levantamento do IBGE, resultante de ações judiciais. Todas elas são motivos ou de ações judiciais ou administrativas, em que se constatou algum problema, muitas vezes falsificação de informação. Então, não é um erro metodológico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pelos recenseadores do IBGE.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Pelos recenseadores do IBGE e nunca pelo Prefeito do Município ou de alguém estranho ao corpo do IBGE. Faz parte do trabalho do próprio IBGE. Muitas vezes, o mesmo IBGE... Se é esse o caso, posso assegurar-lhe, com a probabilidade ínfima de estar errado, que Municípios cuja população cresceu e que agora o IBGE está dizendo que está decrescendo certamente passaram por revisão, proveniente de algum problema constatado por ocasião não do recenseador indo a campo – não

é apenas esse tipo de problema que pode acontecer. Ele pode ter ido a campo, levantado a informação corretamente, e, depois, no momento da apuração daquela informação, pode ter havido algum tipo de desvio de informação. Como se trata de 54 milhões de domicílios, o trabalho de apuração é permanente.

Em alguns casos, especificamente na Bahia, tivemos que alterar a estimativa de população de alguns Municípios, e, por conta disso, a perda foi expressiva. Não posso aqui, em público, estar dizendo que o exemplo citado por V. Exª seja exatamente aquele à qual estou referindo-me. Se V. Exª me der o nome dos Municípios em que essa situação que V. Exª acabou de relatar – crescimento na década de 90 para 2000 e queda de 2000 em diante – ocorre, depois posso darlhe uma informação precisa sobre cada um deles, para confirmar se são os que estou citando.

Darei a V. Exª todas as informações que solicitar para cada um dos Municípios que contestarem essa regra que acabei de demonstrar. O processo é linear: se está crescendo, tem que continuar crescendo; se está caindo, tem que continuar caindo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se cresceu e caiu é porque sofreu revisão.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Sim. E, se sofreu revisão, esta foi motivo de alguma apuração judicial ou administrativa. Quaisquer que sejam – e são muito poucas –, posso informar as que ocorreram. Se V. Exª me entregar o nome dos Municípios que passam por essa situação, posso dizer por que isso ocorreu, o que é diferente dos municípios do Piauí, mesmo os do Rio Grande do Norte, que o Deputado Júlio César acabou de citar. São Municípios com queda de população, que, inclusive, perdem recursos, porque diminuem o fundo e estão hoje num fator diferente.

Certamente, esses Municípios, de 1991 para 2000, perderam população. Como estávamos conversando, pode estar acontecendo algo, no Município, que nos faz ver, de 2000 em diante, mudança no comportamento demográfico, por exemplo, um projeto que atrai população. Isso é verdade. Mas, se atrai população, tenho de saber de onde ela veio, porque não se trata de aumento da natalidade. Todos esses casos são de fluxos migratórios. Se um Município recebeu, ganhou e deve ganhar mais recursos do fundo. Se ganhou, , tenho que saber de onde veio essa população. Exatamente esse é o trabalho da contagem da população. Então, de tempos em tempos, preciso fazer a contagem da população para não ficar eternamente sujeito a essa projeção demográfica como citei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para concluir. Não vou gastar mais do que 30 segundos.

Primeiro, quero saber se a contagem acontecerá este ano ou no ano que vem – o senhor estava se queixando de que não havia orçamento e que talvez ficasse para 2006. Isso está dando um grande prejuízo aos Municípios. Essa reestimativa é uma estimativa, não é algo confiável, e todos estão esperando por essa recontagem que vai acontecer. Se é feita de cinco em cinco anos, deverá acontecer este ano; se não este ano, será no próximo ano. Se não, será em 2007? Gostaríamos de saber disso.

Há outro assunto que eu queria também falar, Sr. Presidente – sei que V. Exª já quer concluir porque começou a Ordem do Dia. O Município de São Francisco do Conde tem 28 mil habitantes e a maior renda **per capita**. Aquele Município do Rio Grande do Sul que o senhor falou, que tem 7 mil, 3 mil e tanto, que tem uma renda que é uma das maiores...

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Garruchos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Quero saber se não houve um fato novo. Um Município que há três ou quatro anos não arrecadava e, de repente... Uma refinaria de petróleo não contribuiu para crescer a população desse Município? Contribuiu, sim. Quero saber se esse fator é avaliado na reestimativa do IBGE, como muitos casos de agricultura, de irrigação, de refinaria de petróleo, de hidrelétrica, que há na Bahia, em Sergipe, no Piauí, em vários Estados brasileiros. Quero saber se um fato novo é considerado na reestimativa da população.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Responderei primeiro a sua pergunta sobre a contagem da população, até porque é essa contagem que incorpora todos os fatos novos. Por isso mesmo preciso, de tempos em tempos, estar fazendo a contagem da população.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A contagem constata muitas desigualdades, muito descompasso entre a estimativa e a contagem. Avaliei em 2000 e vi que muitas estimativas estavam erradas, e a contagem colocou no devido lugar.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Pois é. Eu só gostaria de fazer uma correção do ponto de vista metodológico. Não são estimativas erradas, mas estimativas que partiam de um olhar para trás. E observamos que o Brasil mudou, portanto, não vale continuar reproduzindo aquela dinâmica da década de 90 para a década atual. Acontece que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas se não se aproxima da verdade...

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Mas o que não se aproxima da realidade é que o método que eu conto para calcular a população de 5.564 Municípios

é um método mais lento do que o que a Constituição estabelece para o IBGE fazer o cálculo. A Constituição diz: "O IBGE tem que fazer todo ano". Mas eu não tenho como todo ano ir aos 54 milhões de domicílios, por isso, vou uma vez a cada dez anos e faço a contagem no meio da década. Solicitamos recursos ao Ministério para realizar a contagem no ano de 2005, que é exatamente o meio da década, e não tivemos recursos. Então, o IBGE passa por uma limitação metodológica proveniente da falta de recurso. Sintetizando...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Deixe-me só sintetizar essa afirmação: nós sabemos fazer, o que precisamos é dos recursos necessários para efetuar da forma que consideramos a melhor. Quando os recursos adequados não chegam para fazer da melhor forma, então, usamos um método alternativo, que precisa de tempos em tempos ser atualizado. Daí, a importância da contagem da população.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na impossibilidade de uma contagem maior, os Municípios prejudicados não poderiam se dirigir ao IBGE e até mesmo fazer uma parceria para obter a recontagem?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Citarei o exemplo de um Município. Vou considerar o Maranhão, para o qual tenho um exemplo. Um Município no Maranhão instalou uma indústria nova de cerveja.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Caxias?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Exatamente. O Deputado conhece bem. Aquela indústria, quando se instalou ali, atraiu população de vários Municípios da vizinhança inclusive de outros Estados. Ora, cresceu a população do Município de Caxias. Eu precisaria fazer a contagem da população do Município de Caxias. Já sei que a população de Caxias haverá de ter crescido, porém, eu preciso também contar o número de habitantes de todos os municípios vizinhos que entregaram a população para o Município de Caxias, porque, como eu disse, o fundo do FPM é um só. Se o Município de Caxias merece receber mais, certamente quem vai pagar esse adicional ao Município de Caxias? Outros municípios que haverão de diminuir o seu próprio fator de distribuição do FPM. Se um passa de 0,6% para 0,8%, necessariamente outro tem que passar de 0,8% para 0,6%. Quem?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Distribuindo do bolo de cada Estado.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Então? Do bolo do próprio Estado. Então, o bolo do Estado é um, se um vai ganhar de 0,6% para 0,8%...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem que tirar de outros.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Tenho que tirar. Então, eu tenho que saber quem é, quem são. Então, o critério hoje não estabelece um método que não seja esse que estamos fazendo. Temos que contar tudo. Bom, não podemos contar, por falta de recursos. O IBGE encaminhou ao Ministério do Planejamento uma sugestão no sentido de que, não havendo a possibilidade de reatualizar as estimativas de população, mesmo que por falta de recursos, que se reveja a forma de aplicação do FPM, porque eu não posso continuar reduzindo o FPM de municípios que estão perdendo em população pela inexistência de um cálculo mais atualizado.

Então, o IBGE não pode cumprir a lei. Porque não quer? Porque não sabe? Ele sabe e quer, mas não tem o recurso.

Então, se não temos os instrumentos para executar, como a lei manda, aquele cálculo, é preciso que o executor da lei, que não é o IBGE, mas o Tribunal de Contas da União, reveja o critério de redistribuição dos recursos para anos para os quais não há estimativa de população atualizada.

Então, um município individualmente fazer o cálculo não vai resolver. Mas a minha opinião a esse respeito é a de que os municípios deveriam trabalhar no sentido de requererem ao Tribunal de Contas da União o congelamento desses critérios, até que seja possível atualizar o cálculo da população. Congelar critérios significa que os que estão perdendo param de perder, mas também significa informar aos que merecem ganhar que parem de ganhar, porque os que estão com crescimento de população têm que receber mais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Precisa de uma lei

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Precisa de uma lei. Exatamente. Aí é que eu quero chegar. O problema não está no IBGE, o problema não está na forma como o IBGE efetua a estimativa de população. O problema está nas condições de que o IBGE dispõe para anualmente cumprir a lei. Se as condições não são adequadas, ou temos que rever o orçamento do IBGE, ou rever a própria lei.

Hoje gera esse conflito em que o único prejudicado é o município e o único culpado é o IBGE. Mas o IBGE se defende e explica. Para cada uma das questões apontadas nós respondemos. E isso não significa dizer que estamos nos eximindo de responsabilidade por erros. Se há erros, eles precisam ser refeitos, precisam ser revistos e precisam ser atualizados.

Para isso, eu preciso ir ao campo, eu preciso voltar ao campo, para fazer esse trabalho. É um trabalho

dispendioso. Não foi incluído no recurso do ano de 2005 o orçamento suficiente para sua realização. Não podemos realizar. Deixamos de fazer? Não. Se não temos o recurso, vamos continuar usando o método que, nós sabemos, gera, em alguns casos, injustiça, insatisfação e até a impressão de que o IBGE está errando.

Mas o IBGE, franca e absolutamente de forma transparente, diz à sociedade como faz. Quando tem o censo, o cálculo é esse; quando não tem, o cálculo é aquele.

Como evito distorções? De tempos em tempos, é preciso fazer o censo.

O Brasil é um País muito grande. Temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 54 milhões de domicílios. Isso custa caro e é esse o problema que nós encontramos. O recurso necessário é tão alto que o IBGE não tem recurso suficiente para fazê-lo. Temos que recorrer a métodos indiretos. São projeções lineares relativamente simples, mas com métodos reconhecidos no mundo inteiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, isso custa caro. O senhor tem uma dimensão desse valor. Isso é muito importante, acho que isso é fundamental, é uma prioridade nacional até para planejamento. Quanto é que custaria para se fazer, como está proposto, no ano 2006, pelo menos?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Senador, vou lhe dar três números para que o senhor tenha uma idéia da dimensão. O orçamento que o IBGE tem para, no ano de 2005, fazer todas as suas pesquisas sem contar o pagamento de salários, mas fazer o trabalho de campo, que precisamos efetuar, temos um orçamento de 116 milhões. Mas, como parte está contingenciado, temos 102 milhões de reais para fazer o trabalho no ano de 2005. O orçamento do Ministério do Planejamento inteiro é algo em torno de 400 milhões de reais. A realização de um censo dessa dimensão é algo em torno de 500 milhões de reais. Pode parecer muito, mas temos 50 milhões de domicílios a visitar. Ou seja, um custo de 10 reais por domicílio não é tão grande assim. Se o senhor comparar o preço do dólar hoje com o que estou dizendo, 10 reais, dá praticamente 4 dólares um questionário. Os Estados Unidos, que têm uma dimensão territorial e populacional equivalente à do Brasil, gastam 28 dólares por domicílio para fazer a mesma pesquisa. Então, veja o nível de produtividade que o IBGE tem para divulgar a sua informação.

Um outro detalhe: no censo de 2000, publicamos os resultados da população do ano de 2000, uma apuração que foi feita no mundo inteiro, antes dos Estados Unidos, mas o Instituto de Estatística dos Estados Unidos, não tem problema orçamentário para fazer o seu trabalho. A produtividade do nosso trabalho é elevadíssima. Gastamos 10 reais por questionário para fazer isso, mas, como são 50 milhões de domicílios, preciso de 500 milhões de reais.

Como o orçamento do próprio Ministério é de 400 milhões de reais, o que isso quer dizer? Que preciso convencer o meu ministro a dobrar o orçamento do seu próprio ministério e, tudo aquilo que ele dobrou, ele entregar só ao IBGE. As outras áreas do Governo e do próprio Ministério também requerem mais recursos.

Então, esse jogo, hoje, é muito desigual. Uma instituição que precisa do recurso deve buscar esse recurso em instâncias onde ela não tem hoje poder suficiente para fazer. Então, há o corte, mas a responsabilidade não é proporcional ao corte. A responsabilidade continua, o recurso, para eu cumprir uma obrigação legal, não é a mim entregue, mas tenho de responder a cada um dos prefeitos porque que a estimativa da sua população é diferente daquela que ele próprio imagina e que está perdendo recursos para atender programas de educação, de saúde, de saneamento, de tantos que cada um dos municípios, principalmente os mais pobres, precisa para poder reverter esse processo que mostramos, de que 1.272 municípios têm apenas 1% da renda nacional.

Do ponto de vista orçamentário, estou falando de algo em torno de 500 milhões de reais para fazer uma operação dessa grandeza. O IBGE encaminhou o pedido, o pedido não foi aprovado, mas não foi omissão do IBGE, que apresentou o projeto completo.

O Deputado é testemunha, porque estive aqui no ano passado explicando para ele todo o projeto. O Deputado deu um apoio enorme ao IBGE porque, durante a fase em que a lei de Diretrizes Orçamentárias encontrava-se no Congresso, o próprio Deputado fez uma emenda propondo a inclusão de recursos. Só que não foi levado adiante. Então, a própria Base Parlamentar do nosso Congresso não percebeu que naquele momento havia uma parte dos recursos necessários à execução do trabalho que não foi incluída no orçamento de 2005.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, vamos repetir agora uma medida provisória *(inaudível)* o Governo *(inaudível)* ao assunto e a importância para o planejamento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer a presença do presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes, agradecer os esclarecimentos, agradecer os questionamentos dos Srs. Senadores e dizer ao Dr. Eduardo Pereira Nunes que queremos, inclusive durante o funcionamento desta Subcomissão, manter um contato permanente com o IBGE para que o mesmo possa

nos alimentar de informações a respeito da realidade brasileira, sobretudo da realidade dos municípios.

Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h28min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 28 de abril de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, NEY SUASSUNA, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO AZEREDO, FRANCISCO PEREIRA, EDUARDO SUPLICY E FÁTIMA CLEIDE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Romeu Tuma e o Senador Leonael Pavan. Com a presença ainda dos **Senhores Senadores, Arthur Virgilio, José Agripino, Delcídio Amaral, Tião Viana, Jorge Bonhausen, Aloísio Mercadante, Tasso Jereissati, César Borges e o Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia.** O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início a votação dos projetos, **Item 1** PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº51, de 2004. "**Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente''.** Autora: Deputada ANGELA GUADAGNIN. Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Resultado: **Aprovado. Item 3** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2004. **"Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família." Autor:** Senador AUGUSTO BOTELHO Relator: Senador PAPALÉO PAES. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. **Item 8** PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº287, DE 2004. **"Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor."** Autor: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relator: "Ad Hoc" Senador AUGUSTO BOTELHO. Resultado: **Aprovado**. Os demais itens 2,4,5,6,7 e 9 foram adiados. **EXTRA PAUTA Item 10. Requerimento n° 18 de 2005-CAS,** "Requer nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal para em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), face requerimento nesta última Comissão já aprovado, realização de Audiência Pública visando instruir o PLS 216, de 2003, para tanto deve ser providenciada a oitiva das seguintes entidades: Ministério da Saúde Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, a Associação Brasileira de Fabricantes de Pneus Remoldados, Sr. Francisco Simeão, e o governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião". Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: Aprovado. **Item 11. Requerimento n° 19, de 2005-CAS,** "Com a finalidade de Instruir o PLS 139 de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de "ortoptista" requer nos termos do art. 93, inciso I, do requerimento interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais e que sejam considerados para composição da mesa os seguintes convidados: Mariza Loos Pfeiffer, Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica, Ortoptista Viviam Dazue Ando Viana Secin, Coordenadora do Curso Superior de Ortóptica do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR – RJ), Dr. Elisabeto Ribeiro Gonçalves, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e Dr. Yoshifumi Yamane, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia". Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: Aprovado. **Item 12. Requerimento n° 20 de 2005-CAS, "**Requer nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno, seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, audiência Pública com a presença do Secretário do Sesu, do Ministério da Educação, um Teólogo representante da CNBB, um Teólogo representante da Igrejas Evangélicas, e um Teólogo das Igrejas Protestantes, para debaterem e oferecerem sugestões ao membros desse órgão técnico sobre o mérito do PLS nº 114 de 2005, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo

e dá outras providências", em tramitação nessa casa". Autor: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Eduardo Azeredo e Ney Suassuna. A segunda parte da reunião foi a Audiência Pública com a presença do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, atendendo aos Requerimentos nº 10-CAS, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, nº11-CAS, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Jonas Pinheiro e nº17-CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Foi realizada no dia 19 de abril 2005 a exposição do Senhor Ministro da Saúde ficando para hoje, dia 28 de abril de 2005, as interpelações dos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Eduardo Azeredo, Jorge Bonhausen representando o Senador Jonas Pinheiro, José Agripino representando o Senador Demóstenes Torres, a Senadora Ideli Salvatti, Ségio Cabral, Tião Viana, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, Delcidio Amaral, Arthur Virgilio, Aloízio Mercadante, Lúcia Vânia, César Borges, Augusto Botelho.** O Senhor Ministro da Saúde Dr. Humberto Costa esteve acompanhado dos Senhores: Jorge Solla Secretário de Atenção à Saúde, Dr. Sérgio Cortes Diretor do INTO Ministério da Saúde e Dr. Valdi Camarcio Presidente da Funasa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se, em sua primeira parte, à deliberação dos projetos constantes da pauta e, em sua segunda parte, à audiência pública com a presença do Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, dando continuidade à audiência do último dia 19 de abril.

Aproveito a oportunidade para fazer a indicação dos membros da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, criada pelo Requerimento nº 12, em 16 de março de 2005.

São membros titulares da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais: Senadores Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro, Flávio Arns, Senadora Patrícia Saboya Gomes e Senador Papaléo Paes.

São membros suplentes: Senadora Lúcia Vânia, Senadores Demóstenes Torres e Mão Santa; Senadora Fátima Cleide e Senador Augusto Botelho.

A pedido do Relator, o Senador Papaléo Paes, fica retirado da pauta o Item nº 3, PLS nº 246, de 2004, uma vez que S. Exª não pôde comparecer a esta reunião por motivo de viagem ao seu Estado de origem.

Item nº 1. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004, que altera a redação do art. 260, e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais, em favor da criança e do adolescente. A autora é a Deputada Ângela Guadagnin, e a Relatora a Senadora Fátima Cleide, com parecer favorável. O projeto foi devolvido pelo Senador Flávio Arns, depois do pedido de vista, sem manifestação.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para proferir o seu relatório.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta proposição é oriunda do Projeto de Lei nº 1.300, de 1999, da Deputada Ângela Guadagnin, ao qual foram apensados os PLs nºs. 4.141, e 4.188, ambos de 2001, de autoria do Deputado Moreira Ferreira, do PFL de São Paulo, e da Deputada Rita Camata, do PMDB do Espírito Santo, respectivamente.

Sr. Presidente, a matéria em exame será posteriormente examinada pela CAE, como já está acertado nesta Casa. Já foi lido o relatório nesta Comissão, e já foi bastante debatido. Como V. Exª já disse, o nosso parecer é pela aprovação, porque entendemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao permitir a milhões de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, destinarem parte do Imposto de Renda devido aos fundos administrados pelos Conselhos da Criança e do Adolescente, instituídos no âmbito das três esferas de Governo, visou claramente a ampliar a participação popular no amparo das crianças e adolescentes.

Entretanto, problemas práticos não previstos pelo legislador no momento, como a impossibilidade de o contribuinte saber quanto de imposto irá pagar no mo-

mento da doação, comprometem a eficácia da citada lei. Urge, pois, aperfeiçoar esta norma, para que não se torne letra morta nem se frustre o objetivo que a norteou. Lembro ainda que este PLC chegou ao Senado, fruto de amplo consenso partidário na Câmara dos Deputados, e contou, de forma até inusitada, com o trabalho técnico do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de entidades não-governamentais; à frente, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

No que tange à competência desta Comissão de Assuntos Sociais, a matéria é meritória, por permitir a ampliação de doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando, assim, um setor vulnerável da sociedade, constitucionalmente, conforme o art. 277 da Constituição Federal, objeto de prioridade absoluta.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Carlos Valadares) – Em discussão a matéria.**

Com a palavra o Senador Flávio Arns. Em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu havia pedido vistas do projeto, e o devolvi sem manifestação por escrito, porque, na verdade, concordo amplamente com o projeto. Tive algumas dúvidas, na ocasião, quanto a posições do Governo, mas sou totalmente favorável. E quero dizer que este projeto vai representar uma revolução no Brasil, na questão dos fundos da criança e do adolescente.

Qual é o sistema atual? No sistema atual, a pessoa tem que fazer a doação... Por exemplo: estamos fazendo a declaração do Imposto de Renda agora, esta semana, para quem ainda não fez. A pessoa teria que adiantar o dinheiro no ano passado, quando nem está pensando em Imposto de Renda, nem está preocupada ainda com os rendimentos e as deduções, para então acrescentar na declaração do Imposto de Renda aquele dinheiro antecipado.

Qual é a mudança que se faz? Pode continuar esse sistema, mas também agora a pessoa pode fazer essa destinação ao fundo até a hora da declaração. Se ela pensa: vou pagar R$1 mil de Imposto de Renda, mas a lei me permite fazer a doação de R$20,00, então, na hora da declaração, poderei fazer a destinação.

Como a Senadora Fátima Cleide observou muito bem, os auditores fiscais da Receita Federal consideram isso perfeitamente possível, assim como o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Então isso vai causar uma revolução a favor da criança e do adolescente.

Enfatizo que não se trata de renúncia fiscal do Governo, do Executivo, porque essa renúncia fiscal já está prevista na legislação há quase quinze anos, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então eu diria que esse é o maior anseio da sociedade e que poderá haver mudanças extraordinárias em favor dos fundos da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O próximo orador é o Senador Paulo Paim. Em seguida, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu também havia pedido vista do projeto.

Ao lê-lo e conversar com a Deputada Ângela Guadagnin, não restou dúvida alguma, Senadora Fátima Cleide. Até me penitencio aqui perante V. Exª, que fez um brilhante relatório.

Como disse V. Exª, este projeto é fruto de consenso na Câmara dos Deputados; foi votado por unanimidade. Estou pegando parte do seu relatório, que li com todo o carinho que a questão da criança merece, com a participação, inclusive, de um trabalho técnico do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu queria, Sr. Presidente, muito mais do que entrar no mérito do que foi exposto aqui, com brilhantismo, como sempre, pela nossa Senadora Fátima Cleide, dizer que estou muito satisfeito por estar, hoje, aqui presente, votando com muita convicção e deixando de público os meus cumprimentos à Deputada Ângela Guadagnin e à nossa Senadora, que foi a fundo.

Pedimos vista, e S. Exª permitiu que o fizéssemos quantas vezes fossem necessárias, porque tinha certeza de que, depois que lêssemos o projeto e conhecêssemos o seu relatório, o parecer seria de todos e o voto, acompanhando S. Exª.

Por isso, parabéns, Deputada Ângela Guadagnin e Senadora Fátima Cleide pelo brilhante relatório. Se eu pudesse, votaria duas vezes no seu relatório.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o objetivo desse projeto é, sem dúvida alguma, um dos mais importante que temos. Todos que estão fazendo agora a Declaração do Imposto de Renda – e têm que fazer até depois de amanhã – estão sentindo na hora em que você tem o imposto a pagar como seria importante poder destinar esse imposto para o Conselho da Criança e do Adolescente, o que não é permitido hoje.

Temos já, no passado, antecedentes que foram feitos dessa maneira. O Fundo 157 era assim, quando as pessoas terminavam a declaração e faziam a destinação ao Fundo 157. Mais antigo ainda eram os fundos ligados ao reflorestamento, que também funcionavam dessa maneira.

Se formos verificar o quadro que está muito bem colocado no projeto da Deputada Angela Guadagnin e relatado pela Senadora Fátima Cleide, vamos ver que do potencial de renúncia fiscal de 1% (R$99 milhões, no ano 2000), apenas 6,5% é que foram efetivamente doados. Portanto, existe um espaço enorme do potencial calculado, na época em que se colocou essa destinação, para o que efetivamente tem sido doado. E o motivo principal dessa doação ser menor é evidentemente o fato de que a pessoa física, em especial, mas também a pessoa jurídica, em dezembro, ainda não sabe qual será o seu imposto devido. No caso da pessoa física isso é evidentemente mais significativo.

De maneira, Sr. Presidente, que gostaria de enfatizar a importância de podermos votar favoravelmente a esse projeto para que os Fundos da Criança e do Adolescente em todo o Brasil tenham mais recursos. Todos sabemos bem das dificuldades por que passam as creches, as entidades de assistência social, as entidades de assistência a pessoas portadoras de deficiência, as APAEs, todas essas entidades que têm que ficar buscando alternativas de benemerência, ao invés de terem recursos que seriam mais adequados, como esses que são recursos que serão doados pelos brasileiros contribuintes, tanto pessoas jurídicas, quanto pessoas físicas.

De maneira que quero enfatizar a importância de votarmos favoravelmente a esse projeto.

Sr. Presidente, só acrescentando ainda. O óbice que foi colocado é de que seria difícil para a Receita praticar isso. Não é verdade. Os funcionários da Receita, do Sindicato, da Associação dos Fiscais, mostram que não há dificuldades do ponto de vista de informática, de eletrônica, para que se possa fazer essa doação. Não há óbice neste ponto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, então, o Projeto de Lei da Câmara nº 51.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer à Comissão de Assuntos Sociais por este voto unânime para este projeto da Deputada Angela Guadagnin que, na realidade, representa um voto pelas crianças brasileiras.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, essa matéria ainda vai ser examinada pela CAE, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Exatamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ela sai daqui para ir a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não, aqui não. Não existe essa previsão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Será posteriormente examinada pela CAE?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – De fato, V. Exª tem razão. As Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos. São duas comissões: a de Assuntos Sociais e, em seguida, a CAE.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E depois vai para a de Assuntos da Criança, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O despacho inicial da Mesa foi nesse sentido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Certo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Se houver um outro despacho, naturalmente que passará para a outra comissão.

Quero felicitar a Relatora da matéria que foi aprovada, Senadora Fátima Cleide, pelo trabalho aprofundado e consciente que realizou para o convencimento das Srªs e dos Srs. Senadores e a conseqüente aprovação.

Há alguns requerimentos que passaremos a votar.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Flávio Arns que requer audiência pública conjunta com a Comissão de Meio-Ambiente e de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para instruir o PLS nº 216, de 2003.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na verdade, este requerimento já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente no dia de ontem, então é necessário que também seja aprovado aqui, na Comissão de

Assuntos Sociais. Então estamos sugerindo a aprovação deste requerimento que solicita audiência conjunta para a apreciação do projeto de lei, inclusive a sugestão de dois nomes para fazerem parte também dessa audiência pública.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não sei qual é o conteúdo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Vou ler o requerimento, para atender ao pleito do nobre Senador Paulo Paim, que, com muita razão, quer votar consciente do que está fazendo:

"Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam designados dia e hora, desimpedidos desta Comissão de Assuntos Sociais, para, em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em face de requerimento nessa última Comissão já aprovado, realizar audiência pública visando instruir o PLS nº 216, de 2003, de minha autoria. Para tanto, deve ser providenciada a oitiva das seguintes entidades: Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Associação Brasileira de Fabricantes de Pneus Remoldados, Sr. Francisco Simeão, e o Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião."

É sobre a famosa lei dos pneus. Esse projeto está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e agora vai tramitar em duas comissões: nesta e na Comissão de Fiscalização e Controle.

O nobre Senador Flávio Arns propõe incluir a figura do Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, uma vez que as demais autoridades já foram aprovadas pela outra comissão competente para apreciar a matéria.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Flávio Arns.

O segundo requerimento é de autoria do nobre Senador Flávio Arns, que requer a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 139 de 2003.

Com a palavra o autor para explicar e justificar esse requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É o requerimento do projeto do ortoptista.

Esse projeto já estava em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais, no ano passado. Houve um debate aqui sobre a regulamentação da profissão de ortoptista. E a Comissão entendeu por bem retirar de pauta para realizar uma audiência pública sobre o assunto, se bem que tem havido muitos debates com as associações envolvidas.

Então estamos chamando representantes de duas associações da área da oftalmologia: o Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e o Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, assim como duas pessoas que militam na área da ortoptia: a Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica e a Coordenadora do Curso de Ortóptica do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação do Rio de Janeiro.

Então seriam duas pessoas que militam na área da ortoptia e duas pessoas da oftalmologia, para que possamos, diante do projeto de lei, atendendo a sugestão desta Comissão, chegar a uma conclusão para posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu apresentei um requerimento que tem praticamente o mesmo teor do requerimento do Senador Flávio Arns, para a instrução do PLS nº 216 de 2003, sugerindo a participação dos mesmos convidados, sem citar nomes. De forma que não há a necessidade da aprovação do meu requerimento. Retiro esse requerimento e dou preferência ao requerimento que já foi aprovado, de autoria do Senador Flávio Arns.

Agora temos o requerimento da Vice-Líder do Governo, Senadora Ideli Salvatti.

"Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno, que seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, audiência pública com a presença do Secretário do SESU; do Ministério da Educação; um teólogo represente da CNBB; um teólogo representante das igrejas evangélicas e um teólogo representante das igrejas protestantes para debaterem e oferecerem sugestões aos membros deste órgão técnico sobre o mérito do PLS nº 114 de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de teólogo e dá outras providências".

Esse Projeto nº 114 de 2005 é de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella. Gostaria de ouvir a Comissão sobre esse requerimento apresentado pela nobre Senadora Ideli Salvatti, que pede uma audiência pública para discutir o PLS nº 114, que dispõe sobre a profissão de teólogo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Endosso a audiência pública pedida pela Senadora Ideli, porque realmente acho necessário debatermos um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É uma nova profissão a ser criada no Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB–PB) – É verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT–SC) – Sr. Presidente, o objetivo é apenas que possamos instrumentalizar a análise e a apreciação do projeto porque ele tem algumas implicações. Toda vez que se cria uma nova profissão, há conseqüências, há repercussões. Nada melhor do que consultar as entidades que têm, com o exercício da profissão de teólogo, os seus interesses diretamente afetados.

Apresentamos a proposta de audiência pública para podermos ouvir as entidades e, dessa forma, podermos fazer a deliberação sobre o projeto que busca criar a profissão de teólogo de forma mais adequada e substanciada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, nessa audiência pública sugerida pela Senadora Ideli seria muito bom que ouvíssemos, além de teólogos, também o pessoal ligado a área de filosofia.

Gostaria que os demais senadores também sugerissem nomes. O próprio Senador Crivella poderia sugerir os nomes das pessoas que deveriam ser ouvidas nessa audiência pública. Sou até muito religioso, mas acho muito difícil termos a profissão de teólogo. Isso não mexe com sacerdócio não? Não é a mesma coisa de sacerdócio, a mesma coisa de pastor? Eu mesmo, que não sou uma pessoa desinformada, fico meio tonto... Acho que o assunto merece um debate mais profundo para que tenhamos uma noção do que realmente se pretende.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A sugestão de V. Exª será atendida. O Senador Marcelo Crivella, que não se encontra nesta sessão, será cientificado das palavras de V. Exª para que possa indicar os nomes a serem ouvidos durante a audiência pública.

Passemos então à analise do Item 8, que não é terminativo.

Parecer do Senador Geraldo Mesquita ao Projeto de Lei do Senado nº 287 de 2004, que acrescenta inciso ao art. 97 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar a concessão ao servidor ou empregado de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

O autor é o Senador Rodolpho Tourinho.

Gostaria de indicar como Relator **ad hoc** o nobre Senador Augusto Botelho para que lesse o relatório do Senador Geraldo Mesquita, uma vez que S. Exª não se encontra nesta reunião.

Então, passa-se ao Item 8, nas páginas 94 a 96.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O projeto é do Senador Rodolpho Tourinho, e o relatório é do Senador Geraldo Mesquita.

É submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2004, que tem por finalidade permitir ao servidor público federal e ao empregado de estabelecimento de iniciativa privada deixar de comparecer ao serviço por um dia, sem prejuízo do salário, no caso de vacinação do filho ou dependente menor, devidamente comprovado.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega: a vacinação é uma das intervenções mais importantes em saúde pública. É extremamente vantajosa sua relação benefício-custo, pois propicia a redução dos custos sociais e financeiros do tratamento de uma série de doenças.

A Organização Mundial de Saúde incita os governos de todos os países a colocar a atividade permanente de vacinação como prioridade da agenda política e enfatiza que são grandes as vantagens sociais geradas pela adoção dessa medida.

A manutenção de uma elevada taxa de cobertura vacinal contra doenças imuno-preveníveis, associada à estratégia complementar de campanha de vacinação, permite a diminuição de casos de doenças previsíveis, reduz as pressões sobre os serviços de saúde, já tão sobrecarregados, e libera recursos que podem ser empregados para o combate de outras enfermidades.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A prevenção e erradicação de inúmeras doenças, por meio da vacinação, melhora a qualidade da vida de um povo – estou lendo a análise – as condições da saúde da população infantil e, conseqüentemente, diminui a mortalidade nos primeiros anos de vida.

Conscientes da importância da vacinação, muitas empresas reforçam a imunização contra velhas doenças, como sarampo, catapora, coqueluche e rubéola, exigindo a apresentação da carteira de vacinação no ato da contratação.

As campanhas empreendidas pelo Poder Público, como a da pólio e do sarampo, são de vital importância, eis que permitem aos pais e responsáveis pelos filhos e dependentes atualizarem a carteira de vacinação da criança e, caso necessário, aplicar outras vacinas que estejam faltando.

Não é demais enfatizar, porém, que a imunização de nossas crianças não será eficaz apenas nas campanhas anuais. Sua vacinação deve respeitar o calendário recomendado pelo Ministério da Saúde, como demonstra o quadro a seguir abaixo.

Nesse sentido, o presente projeto é meritório, na medida em que possibilita aos pais e responsáveis levarem suas crianças, sem prejuízo do salário, para receber as vacinas recomendadas na época certa. Contribui, desse modo, para a redução de casos de doenças, bem como para impedir o desencadeamento da sua transmissão.

Do voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da Lei do Senado nº 287, de 2004. Esse é o parecer do Senador Geraldo Mesquita, do qual sou Relator **ad hoc.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Ney Suassna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um projeto de mérito. No Brasil, às vezes, olhamos as coisas pela ótica torta. Por exemplo, cada vez que falam em abono de filhos, vejo no meu Estado, na Região Nordeste em geral, pessoas que mal têm o que comer e querem ter um filho a mais para ter o abono, como se isso fosse um meio de vida. Não se preocupam com vacina, com absolutamente nada.

Esse projeto obriga que o abono só possa ocorrer depois da vacinação feita. Isso, com certeza, é um avanço, e a gente até corrige um pouco essa distorção, fazendo com que a criança tenha que ter o cuidado da família, para que pai e mãe possam usufruir desses abonos que a lei lhes dá.

O PMDB e o Governo, tenho certeza de que estamos sintonizados aqui, vão pedir a aprovação do projeto, como projeto meritório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto não inclui apenas o servidor, o empregado, aquele que tem direitos na CLT.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, em primeiro lugar. Em seguida, à Senadora Fátima Cleide.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vejo, com satisfação, essa sensibilidade do Senado da República com a situação das nossas crianças.

Aprovamos, recentemente, a PEC da Senadora Heloisa Helena, que vai nesse sentido. O projeto do Senador Rodolpho Tourinho, relatado por Geraldo Mesquita Júnior, vai na mesma linha, a proteção da nossa criança.

Tive já aprovado, nesta Comissão, um projeto também no mesmo sentido, que vai garantir a creche nas empresas para crianças de zero a seis anos.

Não sei por que instrumento, de repente, surgiu alguém para mandar para a Comissão de Direitos Humanos recentemente criada, mas tudo bem. Foi para lá, vamos votar e o projeto vai, em seguida, para o Plenário da Câmara.

É muito importante, Sr. Presidente, essa posição assumida pelo nosso Senado na proteção da nossa criança.

Por isso, o parecer é favorável. Estou percebendo que o Ministro está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Vamos passar à votação.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quero fazer uma observação aqui com relação a essa lei.

Também sou favorável à posição do Senador Paulo Paim. Mas queria saber o seguinte, estou raciocinando como uma empresa pequenininha assim ou num lugar pequeno: é o pai e a mãe que terão direito a faltar o trabalho no dia de vacinação do filho? Como é que vai ficar isso? Como é que vai haver esse controle em relação aos dois?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, comentar, até porque eu acho que também responderei....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Quem detiver o pátrio poder, não é?

A SRA. FÁTIMA CLEDE (Bloco/PT – RO) – ...responderei ao Senador Augusto Botelho, com muita honra e alegria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com muita propriedade.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – ...o seguinte: penso que não apenas o responsável, porque, geralmente, a responsabilidade, no dia-a-dia, desse cuidado recai sobre a mãe. E como mãe, penso que é muito importante que ela tenha o acompanhamento do pai também, certo? Porque se uma mãe é pobre e precisa pegar ônibus, ela leva a criança no colo e a bolsa no outro ombro.

Então, é muito importante que a responsabilidade seja dos dois e que o Estado garanta isso.

Agora, que seja comprovado que realmente houve a necessidade de deslocamento dos dois e que aconteceu de fato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – As explicações foram dadas de forma eficiente pela Senadora Fátima Cleide.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Comunico à Comissão que já se encontra presente na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais o

ilustre Ministro da Saúde, que veio na semana passada proferir palestra a convite desta Comissão sobre os mais variados assuntos, objeto de três requerimentos de autoria de Senadores da Oposição.

S. Exª fez a explanação, e ficamos de fazer hoje o debate a respeito das informações, dos esclarecimentos trazidos por S. Exª.

Convido, então, para ingressar neste recinto o Ministro da Saúde, mas antes designando os Senadores Paulo Paim e Tião Viana para fazerem ingressar neste recinto S. Exª, o Ministro da Saúde. (Pausa.)

O Projeto de Lei do Senado nº 287 de 2004, foi então aprovado, como disse, por unanimidade, fazendo novo registro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pediria que o Secretário-Executivo também estivesse na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre isso, estou pedindo o nome dos assessores.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Secretário de Atenção à Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Atendendo à sugestão do nobre Senador Ney Suassuna, já que o Regimento permite a participação de assessores do Ministro convidado ou convocado, convidaria, para participar da mesa, o Dr. Sérgio Cortes, coordenador da requisição no Rio de Janeiro – naturalmente haverá debate sobre o trabalho realizado pelo Ministério da Saúde, em fase de requisição, no Estado do Rio de Janeiro, mais especialmente na cidade do Rio de Janeiro –, como também o Dr. Jorge Solla, Secretário de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.

Reiniciando esta sessão, gostaria de anunciar aos presentes que a palavra já foi concedida ao Ministro, para que fizesse sua exposição, na sessão anterior. Nesta sessão, os oradores inscritos e, em primeiro lugar, os autores do requerimento – que terão preferência –, terão direito de fazer indagações ao Ministro pelo prazo de cinco minutos, e daremos uma tolerância de mais dois minutos aos Srs. Senadores. O Ministro, por igual, terá na resposta o tempo de cinco minutos, com a tolerância de mais dois minutos e, na tréplica, dois minutos.

Em primeiro lugar, diria, Sr. Ministro, que esta sessão de debate é esperada, com muito interesse, pelo Senado Federal e, mais de perto, pela sociedade brasileira, quando, por meio de um embate civilizado e educado, refletiremos sobre a saúde no Brasil e sobre o trabalho que vem sendo realizado pelo Ministro Humberto Costa em todo o País.

Peço que a nossa Assessoria traga à mesa os requerimentos, com o nome de seus autores, porque eles têm direito a falar em primeiro lugar.

O primeiro requerimento é de autoria do Senador Arthur Virgílio – S. Exª não é membro desta Comissão, mas é Líder de um Partido – e foi referendado pelo Senador Eduardo Azeredo, que é membro desta Comissão.

Então, com a palavra, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, terão direito a falar os Senadores Demóstenes Torres e Jonas Pinheiro. Representando o Senador Demóstenes Torres, como já ficou anteriormente combinado, falará o Senador José Agripino, Líder do PFL. Representando o Senador Jonas Pinheiro, que também é autor de um dos requerimentos sobre a Funasa, terá direito a falar o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen. Em seguida, falarão os oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente do PSDB e autor do Requerimento nº 10.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, normalmente, nas nossas reuniões, os autores não fazem primeiro uma explanação e depois vêm as perguntas e o primeiro inquisidor?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Já ficou acordado que hoje seria o momento do debate.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Desculpe-me, Sr. Presidente. V. Exª tem razão. Faltei à outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – S. Exª já fez um amplo esclarecimento, por sinal, com muita competência, com muita desenvoltura, com muito equilíbrio. E os Srs. Senadores puderam aquilatar o teor de tudo aquilo que foi proferido pelo nosso Ministro Humberto Costa.

Concedo a palavra ao primeiro autor do requerimento, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Humberto Costa, Srªs e Srs. Senadores, a perplexidade que tomou conta da população brasileira com relação à questão da UTI, levou a que o Ministério desse uma nova explicação, uma nova explanação a respeito da proposta de que houvesse realmente um tratamento de contingenciamento do uso dos leitos de CTI. Entretanto, Sr. Ministro, mesmo tendo havido esse recuo do Ministério com relação a essa questão, gostaríamos de dizer que ainda não é

cabível que essa decisão de diminuir o déficit de UTIs, o número de leitos, seja feita por meio de regras de ocupação dos leitos existentes. Sabe-se que essa é evidentemente uma responsabilidade dos médicos.

Cito a Senadora Heloísa Helena, que é enfermeira e disse entender que há necessidade de se dar mais eficácia ao Sistema Único de Saúde, mas se mostrou também preocupada com a proposta do Governo. Ela lembrou o caso de seu filho, que foi atropelado em Brasília, há dois anos, ocasião em que alguns médicos chegaram a lhe dizer que ele não teria chances de sobreviver. Ao ler a reportagem do jornal, ela ficou realmente perplexa, porque há vários casos como o dela. Seu filho hoje está em perfeitas condições de saúde. Assim, há pessoas que são consideradas como sem chances de sobreviver, acabam, felizmente, se recuperando nas UTIs.

Portanto, entendemos que não se pode resolver essa questão da insuficiência de leitos por meio de uma regra desumana, mas sim com mais recursos. Daí a minha afirmação, não só em relação a esse ponto da UTI – V. Exª já fez uma explanação sobre isso quando aqui esteve –, mas também em relação à Emenda à Constituição nº 29. O Governo pretende regulamentar essa emenda, que prevê o aumento dos recursos da saúde, com base na evolução do PIB, mas tem procrastinado essa regulamentação. É sabido que os recursos para a saúde não têm sido destinados como estava previsto pela chamada PEC nº 29, hoje Emenda à Constituição nº 29.

Sr. Ministro, era essa a pergunta que eu queria fazer com relação a essa questão crítica dos leitos de CTIs no País. Evidentemente, o Líder Arthur Virgílio também já tinha se posicionado aqui sobre o outro tema, referente ao desabastecimento dos remédios contra a Aids. Depois dos avanços que o Brasil teve nessa área, é inadmissível que tenhamos esse problema por questão de gerenciamento, como foi dito por um dos assessores de V. Exª, que acabou sendo demitido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É com prazer que registro a presença nesta reunião do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Rodrigo Maia, do Estado do Rio de Janeiro. S. Exª é bem-vindo a esta Comissão.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Ministro Humberto Costa.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria agradecer, mais uma vez, a V. Exªs pela oportunidade de estar aqui e poder responder às indagações dos Srs. e das Srªs Senadoras.

Em relação ao tema "Unidades de Tratamento Intensivo no Brasil", gostaria de dizer que o Governo do Presidente Lula, o Ministério da Saúde, ao longo desses dois anos, promoveu um processo bastante consistente de ampliação do número de leitos de UTIs no nosso País. Vou dar um exemplo pegando a série histórica do número de leitos de UTIs cadastrados no SUS de 1998 a 2005.

Em 1998, tínhamos 10.084 leitos cadastrados; em 99, 11.100; no ano 2000, 10.614, portanto, houve uma redução; em 2001, 11.062, houve um incremento novamente, e, novamente, em 2002, caem para 10.973. O que representou de 99 a 2002? Uma redução em 1% no número dos leitos de UTIs cadastrados no Brasil. Quando assumimos, enfrentamos de imediato a situação de crise no Estado do Ceará. Todos aqui lembram. O Ministério da Saúde, convocado pelo Governo, pelo Governador do Estado e pelo Prefeito Municipal, acompanhou todo aquele processo. Constatamos que havia problemas sérios de regulação, entre eles, por exemplo, leitos de UTIs que eram contratados para o SUS e que os prestadores de serviço não ofertavam efetivamente ao SUS e respondiam que os leitos estavam ocupados quando, na verdade, estavam livres ou ocupados por pessoas de planos de saúde, coisas assim. Indicações feitas sem conformidade com os protocolos definidos pelas sociedades de intensivistas do nosso País.

Então, vimos que havia problemas de regulação, mas fizemos um levantamento da situação dos leitos de UTI no Brasil e verificamos que havia um déficit realmente. De lá para cá, só temos feito incrementar. Vou lembrar que, no ano de 2002, tínhamos 10.973 leitos; em 2003, ampliamos para 11.767, quase mil leitos; em 2004, ampliamos para 12.618 e, em 2005, já estamos com 12.846 leitos. Incrementamos em 17% o número de leitos de UTIs, um total absoluto de 2.555 leitos. E temos dito aos secretários municipais e estaduais que tantos leitos quantos sejam solicitados o seu credenciamento, o Ministério da Saúde o fará, porque hoje, em termos absolutos, estamos dentro da média que a Organização Mundial de Saúde preconiza na relação entre o número de leitos na UTIs e número de leitos hospitalares. Se contabilizarmos o setor da assistência suplementar, essa média ainda é melhor. No entanto, há uma desigualdade muito grande. Há Estados no Norte, e no Nordeste principalmente, onde o déficit é expressivo de leitos de UTIs, e hoje a nossa maior dificuldade é a falta de profissionais intensivistas.

Então, o que o Ministério da Saúde fez? Em primeiro lugar, reservou recursos para a constituição de novos leitos; cadastrou tudo o que foi solicitado no Brasil, tudo o que foi solicitado no Brasil foi cadastrado como leitos de UTIs; e desenvolvemos alguns movimentos, um deles junto à Comissão Nacional

de Residência Médica para que se desse prioridade à formação de profissionais intensivistas nos cursos de residência médica e outro um entendimento com a Sociedade Brasileira de Médicos Intensivistas para que garantissem cursos de especialização mais curtos, que pudessem gerar esses profissionais. Ao lado disso, estamos construindo uma rede de leitos semi-intensivos no Brasil, exatamente para aquelas situações em que as pessoas não precisam mais estar no leito de UTI ou não têm necessidade de estar num leito de UTI, mas não podem ficar num leito hospitalar simples no internamento.

Essa política vai continuar, vamos continuar ampliando os leitos de UTIs no Brasil, e, como disse na semana passada, Senador, houve um enorme mal entendido naquela discussão. O Ministério da Saúde, primeiro, não tem poder para estabelecer qualquer tipo de restrição à utilização de leitos de UITs ou leitos hospitalares porque a definição de ocupação de um leito, indicação de um tratamento ou de um exame é de reserva do profissional médico, principalmente.

Segundo a nossa política, tem sido a de ampliar os leitos, como mostrei aqui. Incrementamos em R$125 milhões por ano os nossos gastos com pagamento de diárias e leitos de UTIs e colocamos claramente que nenhum brasileiro deixaria de ter acesso a um leito de UTI se tivesse necessidade e indicação de um profissional.

Por último, em relação à regulamentação da Emenda nº 29, ela se encontra na Câmara, é interesse do Governo fazer essa regulamentação. O Governo vem cumprindo a Emenda n º 29 na forma como ela está posta, como foi definida pelo Conselho Nacional de Saúde, mudando a forma de cálculo, que antes era feita sob uma base fixa, relativo a 1999. Temos feito um incremento em relação ao crescimento nominal do PIB, em comparação ao que foi executado no ano anterior. Agora, o que precisa principalmente ser regulamentado na Emenda nº 29 é o que são ações e serviços de saúde, porque infelizmente muitos municípios – municípios menos, estados mais – têm incluído como despesas de ações e serviços de saúde, despesas que efetivamente não fazem parte disso, como, por exemplo, o pagamento de aposentados, pagamentos de planos de saúde de funcionários públicos e outras ações assemelhadas.

Com o Governo, que tem o desejo de fazer essa regulamentação, já nos reunimos, esse projeto já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e creio que seja possível que, neste semestre, possamos votá-lo. Mas a nossa preocupação é definir claramente o que são serviços e ações de saúde, para que não se faça uma utilização inadequada do recurso, mesmo gastando-se o mínimo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSBB – MG) – Sr. Ministro, queria apenas lembrar que esse acréscimo de leitos, grande parte deles já é resultado da Emenda Constitucional nº 29, porque os estados e municípios é que assumiram mais as suas responsabilidades na área de saúde, e muitos desses leitos não foram criados com a ação do Governo Federal. Foram por ações de estados e municípios, mas é evidente que esse crescimento já é significativo, mas queria fazer esse registro de que foi resultado da emenda constitucional, então os estados estão investindo mais e os municípios também, para cumprir a emenda.

Agora, a necessidade de que ela seja regulamentada passa por uma definição mais clara do Governo, não é o que acontece hoje na Câmara. Não existe ainda uma posição clara do Governo a favor da regulamentação da Emenda nº 29, que dará efetivamente mais recursos para o Ministério de V. Exª. Na verdade, estamos lutando a seu favor, queremos que V. Exª tenha mais recursos para poder cumprir com a sua missão fundamental do Poder Público, que é dar saúde pública a todos os brasileiros.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Na verdade, Senador, os recursos para o credenciamento dos leitos, o Ministério da Saúde os transfere. Evidentemente que houve casos que havia inclusive leitos funcionando sem serem cadastrados. Aquilo, inclusive, era prejuízo aos hospitais, prefeituras e instituições filantrópicas.

Fizemos o cadastramento desses leitos. É lógico que quem opera o a execução dos tratamentos nos leitos de UTIs são estados e municípios, mas esses são recursos do Ministério da Saúde, que acrescentamos ao teto de média e alta complexidade dos diversos municípios.

Em relação à Emenda nº 29, é importante dizer o seguinte: a regulamentação é necessária, é importante, mas é importante dizer também que, como ela é auto-aplicável, o fato de não ter sido regulamentada tem feito com que o Governo continue cumprindo a emenda tomando como referência esse crescimento, tendo a variação nominal do PIB, agregada ao que foi executado no Orçamento do ano anterior. Hoje, o que estamos discutindo, por exemplo, se é melhor fazer a vinculação a esse crescimento nominal do PIB ou se é melhor fazer uma vinculação ao orçamento, ao percentual do orçamento. Existem posições das mais diferentes. Eu, pessoalmente, sou defensor de uma vinculação ao orçamento, de um percentual do orçamento, porque há possibilidade de, em alguns momentos, quando o PIB não cresce, apesar de o

Orçamento crescer, termos um incremento menor de recursos para a saúde.

Por outro lado, há situações em que o PIB cresce significativamente, em que o orçamento da saúde cresce significativamente e em que há um desequilíbrio em relação às outras políticas sociais que usam recursos discricionários. O ideal seria se estabelecer, no meu ponto de vista, uma vinculação orçamentária. Quanto a isso, não há unidade em relação ao Governo e a vários segmentos, inclusive do movimento sanitário.

Quanto à questão da definição de ações de serviços de saúde, é importante que a tenhamos rapidamente, para evitar uma aplicação inadequada desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Quero avisar aos oradores, inclusive ao Sr. Ministro, nosso convidado, que, quando a campainha tocar, falta um minuto para o término da intervenção. É automático.

Vamos ouvir o próximo orador, o Líder do PFL no Senado Federal, o nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exª se seria possível inverter a ordem para que o Senador Jorge Bornhausen se manifestasse antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sem nenhum problema.

Concedo a palavra ao Presidente do PFL, nosso Senador Jorge Bornhausen, representando o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, senhores dirigentes de órgãos do Ministério da Saúde, a gestão do Ministro Humberto Costa à frente do Ministério da Saúde tem sido marcada por episódios que vêm merecendo fortes reparos no Congresso Nacional e na imprensa nacional.

O primeiro acontecimento registrado na administração de V. Exª foi a política de partidarização no Inca, cujos resultados negativos foram logo apontados no início da sua gestão. Depois, houve o escândalo dos vampiros, em que um assessor de V. Exª foi flagrado com recursos num sítio, perto da capital do seu Estado.

Apareceu novamente o Ministério com a falta de medicamentos para Aids e um responsável pelo setor acusando o próprio Ministro, culpando-o pelo fato. Houve a morte dos filhos dos índios, já salientada em posição muito expressiva pelo Senador Arthur Virgílio. As milhares de farmácias populares estão reduzidas a pouco mais de 30.

V. Exª tem ainda o seu nome anunciado para a próxima demissão, com uma reforma ministerial, e surge a "intervenção" com o nome de "requisição" de hospitais no Rio de Janeiro, quatro que já eram de propriedade da União e dois do Município. Tratou-se de um flagrante atentado à Federação, que foi muito bem explicado no Senado pelo Professor Paulo Brossard, cujo resultado foi uma unanimidade no Supremo, considerando ilegal e inconstitucional aquela intervenção, que fez com que V. Exª requisitasse cadeia nacional, por um ato ilegal, comprometendo recursos e espaços nas televisões brasileiras.

Durante os entendimentos havidos com a Prefeitura do Rio de Janeiro, que pediu que fossem cancelados e devolvidos os hospitais em junto de 2004, a Prefeitura Municipal apresentou uma relação de haveres, de créditos em relação ao Ministério da ordem de 193 milhões. Os entendimentos havidos – e os documentos estão aqui – entre o Ministério e a Prefeitura demonstraram que o Ministério reconheceu primeiramente a existência de uma dívida de 139 milhões, em carta de 1º de março de 2005 ao Secretário da Saúde do Rio de Janeiro. E depois, numa nota, num segundo entendimento, acrescentou mais 7,3 milhões, reconhecendo uma dívida de 146 milhões.

Possuo esses documentos em mão, Sr. Presidente, e posso apresentá-los. Na verdade, em vez de concluir os entendimentos, nós tivemos a intervenção ilegal e inconstitucional. Agora, os jornais de hoje anunciam, o jornal **O Globo,** que tem dado cobertura ao Ministro, anuncia que há uma retirada de recursos da prefeitura com os hospitais que ainda estão sob sua responsabilidade de 110 milhões. Quer dizer, de uma dívida de 193, reconhecida em 146, tivemos ainda uma intervenção ilegal e inconstitucional e, finalmente, o anúncio de uma retirada por um decreto, por uma portaria, de mais de 110 milhões.

Pergunto, Sr. Ministro, ao praticar a intervenção – são duas perguntas apenas – no Rio de Janeiro, o senhor conhecia o funcionamento e o estado de dois hospitais dirigidos diretamente pelo Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, o Hospital dos Servidores e o conjunto Instituto Nacional do Câncer? O senhor sabia da regularidade da atuação desses dois ministérios quando praticou o ato ilegal e inconstitucional e político no Rio de Janeiro, ou o senhor desconhecia? O senhor pode responder se eles estavam atuando de forma adequada, atendendo aos clientes de forma adequada? Se tinham os instrumentos adequados para fazer atendimentos tão especiais como no caso do câncer? Essa são as minhas duas perguntas ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, a partir do Senador Jorge Bornhausen marcamos automaticamente o tempo de sete minutos. Havíamos combinado cinco minutos

mais uma tolerância de dois. Quando a campainha tocar automaticamente, o orador já sabe que falou seis minutos, falta apenas um minuto para o término. Concedo a palavra, para resposta às indagações do Senador Jorge Bornhausen, ao Ministro da Saúde.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Em primeiro lugar, seria importante responder a algumas questões colocadas aqui pelo Exmº Senador Jorge Bornhausen. Em nenhum momento fizemos qualquer tipo de partidarização ao Instituto Nacional do Câncer. Quando escolhemos o Dr. Jamil Haddad para presidir o Instituto Nacional do Câncer, no primeiro ano do nosso Governo, fizemos a escolha de um ex-Ministro da Saúde, um Senador, um ex-Prefeito, portanto de alguém que tinha absoluta condição de responder pela sua própria experiência administrativa por um complexo hospitalar como é o Inca. Aliás, ao longo desses dois anos, temos feito com que o Inca se torne cada vez mais um modelo importante de atendimento ao câncer. Hoje, por exemplo, reestruturamos toda a área de transplante de medula óssea, ampliamos significativamente o banco de sangue, o banco de medula óssea formado por brasileiros, regularizamos os nossos convênios com os bancos de medula óssea em âmbito internacional, e temos ampliado bastante as ações nessa área.

Em relação à Operação Vampiro, o Brasil sabe que tudo começou em termos de apuração a partir de decisões que o Governo do Presidente Lula tomou e eu, particularmente, tomei. E todas as investigações que foram feitas demonstram claramente a conduta adequada que tivemos, bem como a forma impessoal com que agimos, procurando fazer com que quem quer que fosse viesse de fato a responder por qualquer ato ilegal que tenha acontecido.

É importante, em primeiro lugar, esclarecer algumas outras coisas que foram ditas aqui. Primeiro, esses quatro hospitais não são do Ministério da Saúde, mas do município. No SUS, temos o processo de municipalização, em que se faz um termo de cessão, e, a partir desse termo de cessão, a responsabilidade pela prestação daquele serviço naquela unidade passa a ser do município ou do Estado, dependendo de ter sido estadualizado ou municipalizado. Esse é um sofisma que foi colocado pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro no sentido de se eximir da sua responsabilidade em relação a toda a rede hospitalar, que é municipalizada.

Em segundo lugar, o Ministério da Saúde reconhece um débito que há em relação aos hospitais do Rio de Janeiro no que prevê o próprio contrato de municipalização: reposição de pessoal em seis unidades de saúde. Nós nos dispusemos a fazer a recomposição desses recursos a partir do contrato que foi estabelecido e assinado pela Prefeitura, em 1999, juntamente com o Ministério da Saúde.

Terceiro, é importante lembrar que durante 1999, 2000, 2001 e 2002, portanto no Governo passado, do qual V. Exª era parte integrante, não houve repasse e pagamento desses recursos à Prefeitura do Rio de Janeiro. Nós é que, nessa negociação que aconteceu agora, reconhecemos a nossa dívida e nos dispusemos, inclusive, a transformar a dívida passada em investimentos na rede de saúde do Rio de Janeiro em 2006 e 2007. E isso é o que de fato existe. Esse número de R$193 milhões que tem sido colocado pela Prefeitura é como se devêssemos a reposição de pessoal de todas as unidades que foram municipalizadas, quando, no contrato, só há previsão de apenas seis unidades municipalizadas. É um caso que só tem semelhante no Rio Grande do Sul, como falei à semana passada, no Hospital Getúlio Vargas, que nós, o Ministério da Saúde, concretamente, resolveu ainda na gestão passada.

Ainda com relação à portaria a que V. Exª se referiu, dos cento e dez milhões, na verdade, é apenas o cumprimento do que é desabilitação. O Município do Rio de Janeiro era gestor pleno da atenção à saúde, não queria ser, nunca quis ser. O tempo inteiro diz que quer devolver os hospitais e os serviços ao Ministério da Saúde. Foi desabilitado pelo Conselho Municipal de Saúde, referendado pela decisão do Presidente Lula. Assim, os recursos passam a ser gerenciados pelo ente da Federação que vem logo em seguida, que é o Estado. Então, esses recursos agora são recursos de administração do Estado. Quando colocamos os cento e dez milhões, retidos pelo Fundo Nacional de Saúde, era para atender a esses seis hospitais que estavam requisitados, que eram os recursos que a eles corresponderiam. Com o retorno dos hospitais para o Município, ficamos com quatro. Certamente, esse recurso vai ser repassado para a Secretaria Estadual de Saúde, e aí o Município vai ter que negociar com a Secretaria Estadual de Saúde, porque não é mais gestor pleno da atenção à saúde.

Com relação aos hospitais do Ministério da Saúde, Senador, podemos dizer, com toda a tranqüilidade, que são hospitais que têm bom funcionamento. Não estão nem de longe na precariedade das condições que encontramos nos hospitais dirigidos pelo Municí-

pio. Temos problemas? Temos. Por exemplo, o Instituto Nacional do Câncer tem uma fila de espera para atendimentos maior do que aquela que seria adequada porque os outros entes que deveriam executar ações na área do atendimento e do tratamento do câncer no Rio de Janeiro não o fazem. Mais de 70% dos atendimentos do Inca são de pessoas residentes na cidade do Rio de Janeiro, enquanto a Prefeitura Municipal, o que tem feito de política oncológica? Vale o raciocínio também para outros serviços. Por exemplo, no processo de requisição dos hospitais, foi feita uma matéria sobre o hospital de Bonsucesso, que mostra a superlotação. Mas havia de fato uma superlotação, por quê? Porque duas emergências estavam fechadas, porque as pessoas chegavam no Souza Aguiar e no Miguel Couto e não eram atendidas, não tinham atendimento. Então a própria desestruturação do sistema de saúde do Município do Rio de Janeiro tem levado a que unidades federais e estaduais venham a sofrer muitas vezes superlotação.

O Hospital dos Servidores é um problema concreto. Nós sabemos que é um problema concreto. Ele chegou a ser estadualizado num período, depois voltou para o Ministério da Saúde. Nós sabemos que há problemas históricos, mas nós temos trabalhado fortemente na recuperação do hospital, fazendo investimentos nos anos de 2004 e 2005, realizando concurso para admissão agora em maio, a reestruturação do perfil assistencial do hospital. Muitas vezes, os problemas decorrem do fato de que quem deveria assumir papel de regulação, por exemplo, para determinar a disponibilização de leitos para a população, não faz por meio da regulação, que é o que o Município nunca fez.

Então, respondendo a V. Exª, foi importante colocar nos respectivos is os pontos adequados. Porque as informações divulgadas pela Prefeitura, principalmente no que diz respeito aos recursos supostamente devidos pelo Ministério da Saúde não correspondem à realidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Ministro, eu lamento dizer que V. Exª não leu a auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS sobre o Hospital dos Servidores. V. Exª quando fez a intervenção não sabia como iam os seus próprios hospitais no Rio de Janeiro. Essa auditoria, está aqui, é do seu Ministério e diz: "Quanto aos equipamentos: três endoscópios, somente um funcionando; dois audiômetros, somente um funcionando; duas cadeiras de otorrino, somente uma funcionando; uma autoclave de otorrino parcialmente funcionando; dois audiômetros, somente um funcionando; treze lâmpadas de fenda, somente três funcionando; cinco aparelhos de campimetria manual, somente um funcionando; onze oftomoscópio, todos parados; dois tonômetros, somente um funcionando; uma pistola de biopse na urologia, parada".

A mesma auditoria revela que o hospital que deveria 719.497 consulta fez apenas 258.431 procedimentos. Não cumpre as suas obrigações, não é fiscalizado pelo Ministério, pelo Ministro, porque a auditoria fiscalizou, e ele faz a intervenção não olhando para a sua própria casa.

E em relação aos hospitais do complexo Inca, V. Exª diz que houve sofisma. Mas quem sofismou foi V. Exª, que revelou aqui que nomeou o Ministro da Saúde, o ex-Ministro da Saúde Jamil Haddad. Portanto, quem é responsável é quem nomeia. Quem é responsável quem paga. Quem é responsável é o Ministério da Saúde. Como ele pediu demissão, V. Exª nomeou outro Diretor. O Ministério da Saúde é o dono e o responsável pelo complexo Inca.

Agora, o mais grave não é problema de uma filazinha, não. O mais grave é que nós estamos falando de câncer. E aqui, em documento do próprio Ministério da Saúde, do Instituto Nacional do Câncer, diz : "Intervalo médio entre a matrícula e o tratamento cirúrgico" – quando há o diagnóstico do câncer e a marcação do tratamento cirúrgico – "cabeça e pescoço: cem dias".

Sr. Presidente, a minha mulher teve um problema de câncer no pescoço. Quando foi diagnosticado, o Dr. Paulo Pontes, que é uma das grandes autoridades no Brasil, me disse: "Vamos operar no dia seguinte". Por quê? "Porque, a qualquer momento, podem surgir metástases. Cem dias do diagnóstico para o tratamento cirúrgico; 109 dias para a Medicina Nuclear; 101 dias para a Mastologia". É esse o complexo dirigido, no Rio de Janeiro, pelo Ministério da Saúde, o mesmo que fez a intervenção.

Vou mais longe: aqui também, o papel do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer.

A Srª Antonia – eu não vou dar o nome completo – de matrícula 3491.107, solicitou um tratamento – evidentemente, ela apresentou requerimento médico depois de ter feito tratamento cirúrgico – de radioterapia no dia 28 de janeiro; foi marcado para o dia 16 de

junho. Prestem atenção. Isso é no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.

A Srª Eliandra – 25 de janeiro para 16 de junho; a Srª Simone – 24 de janeiro para 24 de junho; a Srª Vicentina – 10 de fevereiro para 4 de julho; a Srª Rosa Maria – 10 de março para 8 de julho. São páginas e páginas de pessoas que, depois de operadas nos complexos do Inca, esperam todo esse tempo para uma radioterapia que, possivelmente, vá produzir pouco efeito, ou talvez a pessoa já nem possa fazê-la.

Sr. Ministro, saúde é coisa séria. Não é para fazer política nem para ser candidato a Governador de Pernambuco, nem para fazer arbitrariedade, inconstitucionalidade e ilegalidade. Olhe para a sua casa, pense nas pessoas, compreenda os pacientes, e cada um vá trabalhar para o seu lado e ajudar mais a sociedade e os que precisam do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Sr. Senador, concordo integralmente com sua última observação. A saúde não deve ser usada para fazer política – política partidária – e colocar o interesse da população em segundo plano.

Foi exatamente isso o que ocorreu na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, onde nós, durante mais de dois meses, tentamos chegar a um acordo em que a Prefeitura assumisse a sua responsabilidade em relação à saúde da população do Rio de Janeiro. Por razões que eu não quero julgar, apostou-se num impasse para que não houvesse uma solução concreta para aquele problema. E se nós tomamos a decisão de fazer a requisição dos hospitais e definir o estado de calamidade pública, o fizemos porque fomos obrigados. V. Exª sabe, tão bem quanto eu, que a interpretação jurídica às vezes se faz de forma diferente sobre o mesmo fato, o mesmo caso.

Nós tínhamos uma sustentação jurídica consistente, com a aprovação da Consultoria Jurídica do Ministério, a AGU, da Consultoria Jurídica da Casa Civil. E, se V. Exª leu o parecer do Procurador Geral da República, nos deu razão também. Quarto: se V. Exª acompanhar o voto do relator do processo, verá que ele entendeu perfeitamente o que estava em jogo e colocou, na sua primeira manifestação, que o que faltava, na sua visão, era a motivação, como se o decreto tivesse que conter a motivação. Mas eu pergunto a V. Exª... Pergunto não, afirmo que o Supremo Tribunal Federal – quero afirmar – não opinou sobre o mérito; não opinou sobre a situação de calamidade pública; não opinou sobre o fato de que a emergência do Hospital Andaraí estava fechada e a do Cardoso Fontes também. Não opinou sobre o fato de que havia dezenas de pacientes no Hospital Souza Aguiar, com perna quebrada, com vários outros traumatismos, que estavam há mais de um ou dois meses aguardando cirurgias.

Não opinou, por exemplo, sobre o Hospital da Lagoa, que faz tratamento oncológico, também na área do câncer, tão sério, tão importante, e que não tinha medicamentos. A área de oncologia do Andaraí também não vinha funcionando adequadamente.

Esta é, portanto, a questão em pauta. O Congresso Nacional e o povo brasileiro precisam discutir. De que instrumentos dispõe o povo diante de um governo que, por insensibilidade, deixa a situação de saúde chegar ao descalabro a que chegou no Rio de Janeiro? Acha V. Exª que é justo que a sociedade, o Governo Federal e o Parlamento assistam de braços cruzados aquela situação que havia ali?

Fomos chamados de autoritários porque não suportávamos mais ver as pessoas chegarem às filas e não serem atendidas, as emergências superlotadas, as cirurgias não realizadas porque as salas estavam sem ar condicionado, em razão do rompimento dos contratos de manutenção, ou pela falta de profissionais. Por que ninguém quer entrar no mérito da discussão? Bradam ao Brasil inteiro uma sentença judicial justa, o que respeitamos. Mas vamos discutir com o Brasil a responsabilidade de cada um em relação à saúde da população?

Existe, no País, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe que se um prefeito, um governador ou presidente gasta mais com funcionário do que o percentual definido pela lei em relação a sua receita pode ser punido. No entanto, um prefeito que deixa faltar medicamento não sofre nada! Um prefeito que deixa os hospitais com as salas de cirurgia fechadas não sofre nada! Um prefeito que não implanta serviços importantes como a área do atendimento básico, programa de saúde da família, e uma série de outras ações, não sofre nada! E ainda quer fazer discurso político de grande gestor!

Essa é a questão que está em jogo e que precisa ser discutida e efetivamente esclarecida.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o Ministro fez um...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Jorge Bornhausen, V. Exª, pelo Regimento, já teve o tempo disponível. Entretanto, farei uma concessão de dois minutos para que V. Exª fale. Em seguida, o Ministro, para responder. Posteriormente, passarei a palavra ao nobre Senador José Agripino.

V. Exª tem dois minutos, Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Gostaria de deixar bem claro ao Sr. Ministro que esta não é uma casa para demagogia, não. V. Exª, que é o "ministro dos vampiros", que é o ministro em cuja gestão faltam remédios de Aids, não venha falar de eficiência administrativa nesta Casa! V. Exª perdeu de dez a zero porque foi arbitrário, inconstitucional e ilegal. V. Exª não levante a voz nesta Casa, não! Respeite os Senadores...

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – E V. Exª precisa respeitar também quem vem aqui!

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – V. Exª vem aqui para responder; não vem aqui para acusar quem quer que seja! V. Exª tem que responder por que essa fila do Inca, por que os pacientes estão morrendo. V. Exª não responde, acusa.

A melhor defesa é o ataque, por incompetência. O que existe no Ministério da Saúde é incompetência, ineficiência e incapacidade, e a intervenção foi feita para o Ministro tentar ficar no cargo. Conseguiu. Foi a única coisa que fez em todo o ministério: conseguir se dependurar no cargo de ministro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tenho certeza de que todos nós, Senadores, temos o maior interesse no debate que vai nortear a presente audiência pública. Trata-se de um debate que expõe feridas abertas na relação política entre o Ministério da Saúde, a Prefeitura do Rio de Janeiro e alguns partidos políticos. O debate é maior do que uma simples audiência pública vem a permitir. Eu só ponderaria que, a meu ver, o Senador Jorge Bornhausen foi extremamente firme em suas convicções, em suas impressões, na primeira intervenção. O Ministro respondeu na mesma altura – foi meu entendimento –, e o Senador Jorge Bornhausen agora fez uma tréplica muito mais incisiva, eu diria até irascível, que é um direito parlamentar e democrático de S. Exª. Mas eu ponderaria que nos prendêssemos mais ao conteúdo e às responsabilidades das instituições, para aproveitar melhor o tempo, porque também entendo que não é justo que o Ministro passe por qualquer tipo de constrangimento na relação de autoridade que deve ser exatamente a mesma nesse ambiente, sem nenhum desrespeito. E sei da elegância e da grandeza democrática que tem o Senador Jorge Bornhausen também.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, para complementar a questão de ordem formulada pelo Senador Tião Viana, eu proponho, para objetivar o debate, como estamos, se não me engano, no segundo Senador a fazer intervenção e há uma lista de oradores inscritos, que três Senadores façam as intervenções a cada vez para que o Ministro as responda, senão o debate perderá a eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Sérgio Cabral, após a ouvida dos autores dos requerimentos, adotaremos esse procedimento, sem dúvida alguma. Agradeço a intervenção do Senador Tião Viana.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quais são os autores do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Alguns faltaram e, porque faltaram, foram substituídos. O Senador Jonas Pinheiro foi substituído pelo Presidente do PFL.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, regimentalmente não existe a figura de substituição de autor de requerimento. Autoria tem origem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E prejudica a qualidade da intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Mercadante, apenas para complementar, em que prejudica o fato de o autor do requerimento ser incluído em uma lista de três e o Ministro responder aos três? Eu não vejo nenhum problema. É só para objetivar, porque já são 12h07. Sou Senador do Estado do Rio de Janeiro e tenho interesse no debate, mas vim de uma reunião e tenho outra para participar. Todos nós temos compromissos, inclusive o Ministro. Faço essa sugestão apenas para objetivar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, peço desculpas aos Senadores, ao Ministro e ao Presidente. Está havendo mais de uma audiência. Estão presentes o Vice-Presidente da República e outros Ministros de Estado na Casa, e estou tentando acompanhar o conjunto das atividades.

Realmente, fiquei estarrecido ao chegar aqui com o clima que se está instalando. Esta audiência é para esclarecer pontos com argumentos, com fundamentos. Não pude ouvir a resposta do Ministro, portanto, não vou fazer qualquer juízo de valor. Mas não podemos continuar com esse tom, porque isso não contribui para a democracia, para os argumentos ou para aprofundar políticas públicas. Peço que, nas próximas

intervenções, seja restabelecido o clima que é próprio do Senado Federal.

De qualquer forma, eu não estava aqui na intervenção originária, ouvi a ponderação do Senador Tião Viana e peço que possamos construir, de fato, um clima de disputa política, mas responsável e respeitosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão o Líder Mercadante, se estiver se referindo ao bilateralismo. A intervenção do Ministro foi extremamente dura. Não vou entrar aqui no julgamento de valor, se foi demagógica ou se não o foi, até porque não é esse o caso. O Senador Bornhausen respondeu com dureza a uma intervenção extremamente dura do Ministro.

Se o Líder, com o sentido de equanimidade, se dirigiu à Casa como um todo para refluirmos para um debate que tenha como norma e como meta a serenidade, muito bem. Quero até tranqüilizar. Tenho muitas perguntas para fazer, algumas delas são, no conteúdo, duras, mas, Sr. Ministro, fique tranqüilo que vou fazê-las em freqüência modulada, em FM. Eu só passaria para AM, se V. Exª, porventura, retomasse aquele tom de ainda há pouco. Fora disso, falarei em freqüência modulada, aquela coisa de música de dentista, mas vou dizer tudo que estou imaginando sobre a sua gestão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Exª pode ficar na FM porque, senão, vamos desligar o rádio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nesta democracia, tem os que queriam, mas o rádio vai tocar. Não sei se vai ser música clássica, forró, *rock'n roll* daqueles pesados do tempo do Elvis Presley, mas vamos tocar o rock, vamos tocar música.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Na verdade, vamos tocar esse debate com seriedade, com equilíbrio e com moderação, o que o povo brasileiro espera de todos nós.

Eu gostaria de registrar que o Sr. Ministro foi convidado para debater assuntos atinentes aos requerimentos aprovados por esta Comissão, e que nós Senadores só poderemos debater assuntos constantes dos requerimentos aprovados. Fora disso, estaremos contrariando o art. 397, inciso I, do Regimento Interno, que dispõe que "o Ministro de Estado comparecerá perante o Senado, quando convocado por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Senador à Comissão, para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado". Então, para cumprir o Regimento, desviaremos o assunto e conduziremos o debate dentro da civilidade que sempre presidiu os trabalhos do Senado Federal e das Comissões Permanentes de nossa instituição secular.

Nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, na reunião anterior, anunciei que alguns autores do requerimento haviam passado a responsabilidade de defender os requerimentos a alguns Senadores. Por exemplo, o Senador Jonas Pinheiro passou essa responsabilidade ao Presidente do PFL, que é do seu Partido, Senador Jorge Bornhausen. S. Exª não está presente. Da mesma forma, o Senador Demóstenes Torres não está presente. O único que estava presente, autor do Requerimento e amigo desta Comissão, era o Senador Eduardo Azeredo, que foi o primeiro a falar. O Senador Arthur Virgílio não é membro desta Comissão, mas, no momento em que apresentou o requerimento, S. Exª era membro e, como Líder, tem condição de falar a qualquer momento não só nesta Comissão, como também no Senado Federal.

De sorte que nosso procedimento foi anunciado com antecipação e contra o qual não houve qualquer protesto ou divergência, desde quando não há nenhuma proibição regimental de que o representante de um partido fale em nome de outro Senador. Não há proibição específica, não há nenhuma disposição legal que disponha, expressamente, que um Senador não pode representar outro, mormente quando é líder ou presidente de um partido.

Esta Comissão está adotando esse procedimento de forma democrática a fim de que todos tenham direito de falar e de debater dentro de um clima que reputamos e definimos como de seriedade.

O Sr. Ministro veio aqui com esse objetivo. Se S. Exª, em determinado momento, na base da emoção, com a responsabilidade que lhe cai sobre os ombros de resolver problemas urgentes no Rio de Janeiro ou em qualquer lugar do País, alterou a voz, não foi com o objetivo de ofender o Senado Federal. Tenho certeza disso porque S. Exª foi Parlamentar e sabe que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal são instituições naturalmente representadas por pessoas do povo. O Senado Federal representa os Estados, e a Câmara dos Deputados representa o povo brasileiro.

Concedo a palavra ao Sr. Humberto Costa para, em dois minutos, responder ao nobre Senador Jorge Bornhausen e, em seguida, ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Em primeiro lugar, quero dizer que também não vim aqui para ser desrespeitado. Não desrespeitei ninguém e não vou desrespeitar, mas também não admito que ninguém me desrespeite. Da mesma forma que todos os Senadores são autoridades, também o sou, também

já fui Parlamentar e sei da necessidade do respeito recíproco que deve haver em situações como essa.

Quando ao fato de ter falado um pouco mais alto, isso é normal. Mas, em nenhum momento, fiz qualquer agressão pessoal a quem quer que seja. Diferentemente de quem me chamou de Ministro dos vampiros. Na verdade, sou o Ministro que desbaratou o esquema dos vampiros, que, segundo a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça, existia no Ministério da Saúde há muitos e muitos anos.

Era importante, primeiro, deixar essa questão absolutamente clara.

Em segundo lugar, a auditoria a que V. Exª se referiu, Senador, foi pedida pelo Ministério da Saúde, por mim. Realizamos auditorias em nossos hospitais. Além disso, essa auditoria se refere ao ano de 2003. Boa parte do que foi identificado já foi inclusive... (Pausa.)

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Está interferindo no meu debate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª pode trazer o requerimento, que eu o receberei.

Pode continuar, Sr. Ministro. V. Exª não será mais interrompido.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Essa auditoria foi realizada no ano de 2003. Boa parte das questões identificadas foi objeto de superação pelos investimentos feitos, pelo concurso realizado, concursos que, aliás, não eram feitos no Ministério da Saúde há muitos e muitos anos, e que foram realizados, além de outros que estão no ponto de ser realizados efetivamente.

Então, disse também, no caso do Rio de Janeiro, uma das queixas que o Município colocava era exatamente pelo fato de estarmos fazendo investimentos cada vez maiores nos hospitais da rede do Ministério da Saúde, porque é nossa obrigação garantir que eles funcionem de forma adequada. Então, em nenhum momento houve descaso, em nenhum momento houve qualquer tipo de omissão do Ministério em relação a suas unidades no Rio de Janeiro. Agora, se um Município não tem um sistema estruturado, "funcionante", que seja capaz de organizar um sistema de regulação que tenha referência, que tenha contra-referência, que seja capaz de organizar, de fato, o funcionamento, as unidades vão sofrer. Vão sofrer as unidades federais, vão sofrer as unidades estaduais pelo fato, inclusive, de que, no caso do atendimento básico, essa prestação não existe. Ora, boa parte, por exemplo, dos atendimentos que foram feitos pelos hospitais de campanha que abrimos eram de coisas absolutamente elementares, simples, que, se houvesse Programa Saúde da Família no Rio de Janeiro, seriam atendidas nas proximidades das casas das pessoas. Essa cobertura hoje está na faixa de 3%. É por isso que os hospitais vivem cheios de pessoas procurando um atendimento de urgência, porque sabem que ali podem esperar quatro, cinco, seis horas, mas em algum momento vão ser atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra, portanto, o nobre Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Saúde, senhores auxiliares do Ministério da Saúde, uma palavra rápida para que aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo pela TV Senado ou pela Rádio Senado não fiquem com má impressão sobre o debate que aqui está posto, estabelecido. O Senador Arthur Virgílio não havia chegado, o Senador Aloizio Mercadante não havia chegado, para assistir à intervenção, em freqüência ultramodulada, do Senador Eduardo Azeredo, para ouvir a primeira intervenção, em freqüência moduladíssima, do Senador Jorge Bornhausen e para ouvir, em função dos fatos que apenas foram postos, que são públicos – e que foram colocados também pelo Senador Jorge Bornhausen –, os quais despertaram uma reação do Ministro da Saúde, que saiu da freqüência modulada para o bumbo, porque foi S. Exª quem bateu na mesa, elevando o tom dos debates. Que fique muito claro, Senador Aloizio Mercadante, V. Exª que não assistiu, que a elevação do tom dos debates não foi provocada pelo Senador Jorge Bornhausen.

Nada melhor, para estabelecer pragmatismo no debate, Sr. Ministro, do que números. Vamos aos números. Acho que número não mente. Fui autor do requerimento, subscrito pelo Senador Jonas Pinheiro e pelo Senador Demóstenes Torres, sobre a questão da Fundação Nacional de Saúde. Vamos começar pela Funasa, porque acho que temos que tratar aqui de interesse público da Administração, de qualidade da administração, e número fala por si só. A Funasa, quando fui Governador, não existia. Existia a Fundação Sesp e existia a Sucam. A Funasa é produto da fusão dessas duas pérolas – eram duas pérolas, principalmente a Fundação Sesp, que era o repositório da melhor elite do Ministério da Saúde, dos melhores profissionais. Não existe mais nem o Sesp nem a Sucam, existe a Funasa.

A Funasa tem um organograma que contém a Presidência e quatro diretorias: Departamento de Planejamento, Departamento de Administração, Departamento de Saúde Indígena e Departamento de Engenharia de Saúde Pública.

Vou citar números. Em 2002, a Fundação Nacional de Saúde – são dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – tinha como atribuições:

prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, prevenção e controle de doenças imuno-preveníveis, pesquisas em desenvolvimento em saúde, vigilância epidemiológica e ambiental em saúde, prevenção e controle de tuberculose e outras pneumopatias. Em 2004, ela passou a ter apenas as atribuições de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde e de prevenção e controle de tuberculose e de outras pneumopatias.

Vamos aos números. Total de despesas finalísticas. Ou seja, no objetivo fundamental, quanto ela gastou em 2002? Nos objetivos, diminuiu muito. Era controle de todo tipo de endemia e epidemia; era abrangente a ação, diminuiu para apenas duas ações, e as despesas finais dos objetivos em 2002 foi de R$1,644 bilhões e em 2004, R$1,190 bilhões. Caíram R$450 milhões. Eram atribuições muito mais amplas. As atribuições caíram, e as despesas caíram violentamente. No entanto, as despesas administrativas subiram de R$1,545 bilhão para R$1,798 bilhão. Entre 2002 e 2004, a despesa administrativa gasta com pessoal, emprego, subiu de R$1,545 bilhão para R$1,8 bilhão.

Colocando uma súmula: o órgão tinha atribuições diversas. Gastou R$1,644 bilhão quando tinha atribuições diversas. Caíram as atribuições, caíram as despesas finalísticas para R$1,190 bilhão, e aumentou a despesa administrativa, a despesa com o pessoal.

Pelo que o organograma coloca, as funções fundamentais da Funasa são o saneamento ambiental em cidades de pequeno porte e saúde indígena. Vamos ver o desempenho da Funasa no que diz respeito à saúde indígena ou à despesa de medicamento e passagens aéreas em 2004. Em 2004, gastou em passagens R$28.207,00 milhões e em medicamento R$6.616,00 milhões – quatro vezes mais em passagens do que em medicamentos. Em 2005, até 31 de março, em medicamentos, R$285 mil contra R$3.769.000,00 em passagens e despesas de viagem. Ou seja, o órgão está gastando quatro vezes mais em despesas de viagem e diárias do que em medicamentos voltados à população indígena.

Por essa razão, Senador Arthur Virgílio, eu tenho o jornal **Folha de S.Paulo** – não sei se V. Exª já surrupiou... Já surrupiou, mas é fácil recuperar. Primeira página: o Cacique Raoni e o Presidente da Funai vieram ao Congresso pedir para que a saúde indígena deixasse de ser atribuição da Funasa para voltar para a Funai. Isso é falência do órgão. Primeira página da **Folha de S.Paulo**, semana passada. Os dados, evidentemente, de despesas de passagens...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Peço um pouco de tolerância porque o assunto é grave e eu acho que este debate tem que ser estabelecido de forma elegante, séria e substantiva. Creio que o interesse coletivo está posto aqui e temos de debatê-lo no tempo que se fizer necessário.

Muito bem. No que diz respeito ao controle de endemias, como está a Funasa, que está gastando tanto com o pessoal, que está gastando tanto com despesa e tão pouco com medicamentos? Como anda a evolução?

Senador Augusto Botelho, V. Exª que é médico, sabe que doença de chagas não existia mais no Brasil, o barbeiro. A leishmaniose, ou calazar, não existia mais. Pois, em 2000, existiram 1.154 casos de doença de chagas e, em 2004, evoluiu para 3.075. Triplicou o número de 2000 para 2004, com a evolução do modelo Funasa. Calazar subiu de 924 casos, em 2000, para 2.291 em 2004. Ou seja, o órgão não está cuidando da sua responsabilidade.

Na questão da saúde indígena, as notícias de jornal são permanentes. Há crianças morrendo. Sr. Presidente, V. Exª é médico. Sabe qual é a população indígena no Brasil? São 345 mil índios. Crianças quantas são? 20%, 30%? São 100 mil crianças?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Só para explicar à V. Exª que eu não sou médico. Eu sou advogado, químico industrial. Agora, eu me dedico muito à saúde do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pois eu o tinha como médico. V. Exª é tão ligado às questões da medicina que eu o tinha como médico. Mas eu também não sou. Sou engenheiro, mas é fácil para nós dois fazermos uma constatação cristalina e meridiana.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª, quando foi Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, designou-me Relator da PEC da Saúde, que redundou na Emenda nº 29, de que também fui autor e contribuí para sua elaboração e posterior aprovação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Talvez por essa razão. Tanto V. Exª como eu temos sensibilidade para as questões sociais e podemos fazer uma constatação juntos. A população indígena no Brasil é de 350 mil índios. Vamos admitir que existam 30% de crianças – são 100 mil crianças.

O Governo, que transformou a Funasa do órgão que era para o órgão que é, na minha opinião com perda administrativa flagrante, escreveu no relatório do Ministério da Saúde que tem como meta reduzir em 85% a incidência de desnutrição em menores de cinco anos de idade da população indígena de 2004 a 2007. Senador Arthur Virgílio, essa meta de reduzir em 85% a incidência de desnutrição em 100 mil crian-

ças é de um Governo que se propõe ser competente e dono das ações no Rio de Janeiro.

Eu não compreendo a constatação desses dados, Sr. Presidente. O que eu quero perguntar ao Ministro, inicialmente, é se a Funasa faliu ou é apenas incompetência administrativa. Porque os dados que dizem respeito à saúde indígena são alarmantes, tanto que o fato já aconteceu. O Cacique Raoni veio ao Congresso pedir que saúde indígena saísse do âmbito da Funasa e voltasse para a Funai. Os dados de epidemia triplicaram de 2000 para 2004. O que se pode esperar? As despesas administrativas aumentaram em detrimento da eficiência do órgão.

Então, isso tudo, Sr. Presidente, me remetem ao seguinte: já foi abordada aqui pelo Senador Jorge Bornhausen a questão da responsabilidade do Ministério no que diz respeito à oncologia no Rio de Janeiro, à ação do Inca. S. Exª disse que a fila de espera nos órgãos do Inca é da ordem de seis meses. Tenho em mão os nomes e as matrículas, mas me reservo o direito de não dizê-los por uma questão de ordem ética. A solicitação feita em 28 de janeiro para a matricula 3491107 foi marcada para 16 de junho. A que foi solicitada em 25 de janeiro está marcada para 16 de junho – matrícula 3491713. Se o Ministro quiser, posso passar essas informações a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Peço ao nobre Líder que faça a sua pergunta, visto que há 14 oradores inscritos que querem falar e participar do debate.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o dado é o seguinte: a marcação está exigindo a espera de seis meses. Segundo dados do Ministério da Saúde, as aplicações de radioterapia caíram, de 2003 para 2004, de 77.506 para 63.420. Embora haja uma lista de espera de seis meses, a eficiência na aplicação de radioterapia está em processo de queda. Essa situação é responsabilidade do Ministério da Saúde diretamente, do Inca.

O Ministério da Saúde publicou, nos jornais da semana passada e no jornal **O Globo**, do dia 19 de abril, página 13: "Comunicado importante do Ministério da Saúde. Atenção, pacientes do Município do Rio de Janeiro com indicação médica para as seguintes cirurgias: adenóides, fimose, hérnias, hemorróidas, mioma, períneo, próstata, útero, varizes e vesícula..." No entender do Ministro, trata-se de operações simples, como simples é uma aplicação de radioterapia. Só que câncer mata, como essas doenças também podem matar. Câncer mata! São coisas simples.

Pergunto ao Sr. Ministro: V. Exª mandou publicar, claro que com recursos públicos evidentemente, uma página inteira de convocação para que as pessoas fossem fazer esse tipo de operação. V. Exª assume o compromisso, nesta Comissão, de publicar anúncio semelhante, convocando as pessoas do Rio de Janeiro a fazerem uma coisa simples, como a aplicação de radioterapia, sem a espera ou de seis meses, ou de cinco meses, ou de quatro meses, ou de três meses, ou de dois meses, ou de um mês, ou de quinze dias? V. Exª assume a sua responsabilidade? Porque o Inca é responsabilidade do Governo Federal.

E, para terminar: R$170 milhões era o volume de dinheiro previsto para a aplicação em custeio nas 28 unidades de saúde, a cargo do Município, parte das quais foi objeto de intervenção. Uma portaria aqui referida pelo Senador Jorge Bornhausen já declarou que, dos R$170 milhões de custeio para 2005, R$110 milhões foram apropriados pelo Ministério para tomar conta dos quatro hospitais – porque dois serão devolvidos à Prefeitura, mediante determinação do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou contra a demagogia. Em última análise, foi contra a demagogia. O Supremo Tribunal Federal voltou pela legalidade e pela constitucionalidade. Cento e dez milhões de reais foram apanhados novamente pelo Governo da União para administrar quatro unidades hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª já está finalizando, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Estou finalizando, e peço apenas um minuto a V. Exª.

Os dados são do Ministério da Saúde. E os hospitais são da Lagoa e de Ipanema. É informação oficial daquele Ministério. Exigiriam R$22,5 milhões – R$11.250 mil para cada hospital.

Ora, se à União coube quatro hospitais dos que sofreram intervenção, como ele se apropria de R$110 milhões? São quase R$30 milhões para cada hospital, quando ele declara que custam R$11 milhões cada um. O que ele quer? Sobram R$60 milhões para a Prefeitura. Ele pretende matá-la de inanição? É esse o tratamento digno que se deseja conceder à Prefeitura do Rio de Janeiro para que ela possa executar sua tarefa?

Pretende-se fazer a intervenção – que, no meu entendimento, é política – e, no fim, entregar ao Prefeito valores com os quais em absoluto pode administrar a rede pública de saúde do Município do Rio de Janeiro, passando-se a responsabilidade da má gestão – mas principalmente a de mortes – ao Prefeito? Saúde cuida-se com dinheiro, que está sendo surrupiado pela União.

Gostaria de ter essas explicações de S. Exª o Ministro Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Relembro aos próximos oradores que os requerimentos trazem, em seu conteúdo, os seguintes temas:

esclarecimentos sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra a Aids; esclarecimentos sobre a crise da saúde no Rio de Janeiro; esclarecimentos sobre a atividade da Funasa; esclarecimentos sobre a questão da fixação de regras para o ingresso e permanência de pacientes nas unidades de tratamento intensivo.

Muito embora S. Exª o nobre Líder do PFL tenha se alongado, não se desviou, de forma alguma, dos temas que foram objeto dos requerimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Líder do Governo pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está ligado ao tema. Quanto à proposta sobre essa discussão de ser médico, o Senador Arthur Virgílio tem um profundo conhecimento da medicina, mas não é médico, tampouco hipocondríaco. Ele é o próprio doente. Fiquei preocupado com a quantidade de remédios que ele está tomando, porque esse fato compromete definitivamente a capacidade orçamentária do Ministério – embora não seja competência da Funasa comprar medicamentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fui citado como doente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª, quando era Governo, também tomava tanto remédio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Darei uma explicação que não é técnica, mas de um curioso interessado. O Dr. Sólon deve ser especialista. O Líder faz uma confusão muito grande entre hipocondríaco que trata de doenças – e há muitos – e aquele que trata de saúde. Aqui, só há medicamentos ortomoleculares e de combate aos radicais livres. Meu negócio é com a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Humberto Costa para responder às indagações formuladas pelo Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Primeiramente, é importante que as pessoas saibam que foi feita em 2003 uma reestruturação do Ministério da Saúde. Nela, o Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi), que era parte da Funasa e realizava as ações de controle de endemias e de doenças não-transmissíveis, deixou de ser parte daquela Fundação e transformou-se em uma Secretaria de vigilância em saúde.

Aliás, no Governo passado, havia uma preocupação semelhante. Chegou a ser remetido ao Congresso Nacional um projeto de criação da Agência Nacional de Vigilância em Epidemiologia. Desse modo, havia e há o entendimento de que essa área precisa de atenção específica, pois apresenta especificidades importantes e precisa assumir um protagonismo, um papel importante nas ações do Ministério da Saúde.

Então, os recursos que faziam parte da Funasa em 2002 e que deixaram de fazer parte do orçamento da Funasa a partir de 2003 em diante estão hoje na Secretaria de Vigilância e Saúde.

Atualmente, a Funasa não tem mais a responsabilidade de fazer controle de endemias. Essa responsabilidade, hoje, é da Secretaria de Vigilância em Saúde. Os recursos para imunização, que eram anteriormente consignados no orçamento da Funasa, são hoje da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Portanto, é óbvio que, se tínhamos uma estrutura que era parte da outra, passou a ter vida própria, apresentou, inclusive, um incremento significativo de recursos – a área de vigilância em saúde –, a Funasa não poderia ter o mesmo orçamento que teve nos anos anteriores. Quer dizer, a Funasa perdeu parte das atribuições que tinha, o que e é conceitualmente correto.

A nossa decisão foi aprovada por todos os epidemiologistas do Brasil, por todas as instituições que tratam do tema, exatamente por entendermos a relevância do assunto, e assim funciona o tema da vigilância na maior parte dos países, até pela modernidade que tem. A globalização, que faz com que tenhamos rapidamente a circulação de vírus e bactérias, exige que tenhamos um serviço altamente especializado e competente nessa área. Aliás, o Brasil está fazendo isso. Ao longo do nosso Governo, por exemplo, estamos implantando laboratórios de biossegurança em nível III e já aprovamos a criação do laboratório de biossegurança em nível IV, para que o Brasil seja capaz de manipular microorganismos emergentes, reemergentes e possa desenvolver pesquisas importantes nessa área e responder quando epidemias ou surtos de novas doenças surgirem. Essa é a questão existente nesse jogo dos números, como mencionado aqui.

Em segundo lugar, a Funasa, infelizmente, tem que gastar muitos recursos com deslocamentos e passagens. O Ministério da Saúde transfere boa parte dos recursos para Estados e Municípios, por intermédio da transferência fundo a fundo, do fundo nacional para o fundo estadual, ou para o fundo municipal. No entanto, as ações da Funasa, que é executora direta principalmente da política de saúde indígena, são realizadas por intermédio de convênios. Então, temos toda uma estrutura para fiscalização e acompanhamento de convênios, que exigem transporte de pessoas, pagamento de diárias para a realização desse processo de acompanhamento.

Além disso, na Funasa, boa parte das ações de assistência à população indígena é feita por Organiza-

ções Não-Governamentais, por algumas Prefeituras, por alguns Governos Estaduais, mas boa parte delas é executada pela própria Funasa, inclusive transporte de profissionais para determinadas áreas, realização de vacinação nas aldeias indígenas, o que não se pode fazer sem que haja um gasto correspondente administrativo, principalmente no que trata do assunto de gastos com viagens.

A Funasa tem tido um incremento do seu orçamento e uma outra ação fundamental que desenvolve, ao lado da política de saúde indígena, – a política de saneamento –, teve incremento significativo de recursos durante o Governo do Presidente Lula. Para que possam V. Exªs anotar, cito os dados: em 1999, por exemplo, em obras diretas da Funasa, foram gastos R$415 milhões; em 2000, R$ 1,276 bilhão; em 2001, R$ 1,44 bilhão; em 2002, R$977 milhões; em 2003, R$1,866 bilhão; e em 2004, R$2, 903 bilhões em ações de saneamento realizadas pela Funasa.

Ora, como dizer que uma instituição como esta não está cumprindo a sua função finalística ou está sendo esvaziada por que razões se queiram enumerar em relação a esse esvaziamento?! Pelo contrário, a Funasa foi fortalecida no seu papel, a Funasa tem sido objeto de uma ação consistente nossa no sentido de resolver problemas graves. Por exemplo, uma das coisas de que fomos acusados foi de fazer uma mudança no processo para a escolha das coordenações regionais em que, anteriormente, se exigia que o coordenador regional fosse funcionário da Funasa e, ao mesmo tempo, tivesse ocupado cargo comissionado nos últimos cinco anos. Portanto, só poderiam ser coordenadores aqueles que tinham sido no governo passado só que esses coordenadores que eram decantados como grandes profissionais, o governo passado usou partidarização, dos vinte e sete, sete já foram demitidos por improbidade administrativa em ações que executaram auditadas pelo Ministério da Saúde e por outros órgãos de controle.

Ao contrário, a Funasa tem sido objeto de fortalecimento por parte do governo como também temos resultados importantes e que precisam ser resgatados aqui na área da vigilância. Doença de Chagas só há hoje em um único estado do Brasil onde há a transmissão direta que é o Estado da Bahia e que, muito em breve, vai conseguir a sua certificação.

Os casos de doença de chagas que aconteceram agora foram absolutamente atípicos. Nada tem a ver com a doença de Chagas na forma em que ela acontece tradicionalmente, pela inoculação do *tripanossoma* a partir da picada do *triatoma infestans*. Essas infestações aconteceram por conta de outros tipos de *triatoma* que não aquele que transmite a doença de Chagas em situações específicas que foram à moenda do inseto junto com a cana para a produção do caldo e também o processo de trituração do açaí no Amapá onde o inseto estava presente também. Então, não há nenhum descontrole na área da doença de chagas em nosso País bem como de outras doenças que disseram que não existiam mais, mas que existiam e estão sendo reduzidas.

Basta lembramos, por exemplo, da dengue. Os dados do Governo passado e os dados do Governo atual. Como estamos tratando a hanseníase e como foi tratado nos governos anteriores, o tema da tuberculose como tratamos hoje e como foi tratado anteriormente. Então, essa é uma área onde os avanços são bastante expressivos e significativos.

Por outro lado, eu gostaria de esclarecer que os hospitais do Ministério da Saúde, o Inca principalmente, não precisaria ter nenhum tipo de fila até porque o Inca é um instituto de pesquisa e ele é uma referência quartenária nacional. Para o Inca deveriam ir aqueles casos que não puderam ser resolvidos nos Estados dada a necessidade e complexidade que esses tratamentos exigiriam referenciados nacionalmente.

Quem tem o papel de prestar assistência oncológica integral é o Município ou o Estado e não o Ministério da Saúde. Hoje, por exemplo, 83% da radioterapia que são feitas no Inca é de moradores do Rio de Janeiro e era para ser feita nos serviços municipais. Não era para ser feito em um hospital de referência quaternária. Além do mais, qual foi a ampliação que houve por parte do município em relação à contratação, por exemplo, de radioterapia. Não houve, por parte do Município do Rio de Janeiro uma ampliação de oferta de serviços de radioterapia.

Com relação ainda a essa questão, o desafio que faz o nobre Senador José Agripino, cremos que será possível agora reduzir significativamente essa fila. Por quê? Porque dois hospitais que antes deveriam estar prestando atendimento ao câncer e não prestavam vão começar a prestar agora que estão sob gestão do Ministério da Saúde. É exatamente o hospital da Lagoa e o hospital de Ipanema onde esses tratamentos não estavam sendo feitos e onde a área de oncologia devia estar situada para resolver esses casos de pequena e de média complexidade na área do tratamento do câncer.

Ainda com relação aos recursos, não houve, em nenhum momento, qualquer tipo de arbitrariedade na sua requisição. O Município do Rio de Janeiro tinha uma gestão plena. Na gestão plena, o Município, a partir de um credenciamento que acontece em nível municipal, estadual e nacional, passa a ser o adminis-

trador do sistema municipal como um todo. Desde a atenção básica até a alta complexidade.

O Rio de Janeiro, em 1999, adquiriu a condição de gestor pleno do sistema, portanto, ele recebeu recursos que ele administra de acordo com várias de suas prioridades e suas definições. Quando o Município perdeu a gestão plena, não é que ele vá perder dinheiro não. Ele muda essa condição, ele passa a ser prestador.

Ele não teve capacidade e competência para administrar os recursos que estavam sob seu controle. Esses recursos agora estão sob controle do Governo estadual, não sob controle do Ministério da Saúde. E os hospitais e serviços da prefeitura vão ser remunerados pela sua produção. Tudo o que eles realizarem de atendimento em urgência, consultas, o que quer que seja, será remunerado como tal. E assim são muitos municípios no Brasil.

Agora, se o Rio de Janeiro quiser recuperar a sua condição de gestor pleno, ele vai ter que provar ao Governo estadual que ele tem condição de fazer atendimento básico, que ele tem condição de garantir o atendimento de média e de alta complexidade, que ele tem condição de garantir o tratamento do câncer, que ele tem condição de garantir à população do Rio de Janeiro atenção integral.

Então, o que nós fizemos? Não há nenhuma perseguição ao Município do Rio de Janeiro, nada disso. É apenas um mecanismo que existe no Sistema Único de Saúde, e que é construído a partir das secretarias municipais e estaduais, e do Ministério da Saúde, em consenso.

Então, esses eram os esclarecimentos que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Senador Líder deseja se pronunciar?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem dois minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Está perfeito, Sr. Presidente.

Deixem-me citar um dado aqui. Pelo que o Ministro acabou de falar, o Jornal Nacional mentiu em diversas edições, em seguidas edições, porque ele disse que a doença de Chagas estava praticamente banida no Brasil, e só há alguns casos na Bahia. Pena que o Senador Antonio Carlos Magalhães não esteja aqui para poder se manifestar sobre esse assunto.

Mas quem está aqui, com absoluta certeza viu o **Jornal Nacional** tratar do assunto da contaminação de catarinenses, conterrâneos do Senador Jorge Bornhausen, na questão do caldo de cana, infestados do mal de Chagas. Os dados do jornal **O Globo** são claríssimos. Infelizmente, o Ministro não rebateu com dados consistentes, como acabo de falar, aqueles que procurei repassar para que o debate de alto nível pudesse se estabelecer.

E eu não tenho uma constatação diferente a fazer senão perceber que a perda da eficácia, Senador Ney Suassuna, não foi da Funasa, lamentavelmente, foi do próprio Ministro. A perda da eficácia não foi da Funasa, foi do Ministro, porque os dados, se saíram da Funasa para a Secretaria e são desastrosos, são atestados de perda de eficiência do Ministro.

Um segundo ponto. Eu gostaria de ver o compromisso tácito do Ministro, que foi corajoso, foi para a intervenção – que, aliás, foi anunciada pelo Ministro José Dirceu, e não por ele, o que, para mim, dá a conotação de que a intervenção foi política, porque foi o chefe da Casa Civil que a anunciou. Ele foi para lá, corajoso, deu declarações, montou barracas, fez um escarcéu que redundou, creio eu, em ações positivas para os cariocas, que eu aplaudo. Agora, o que eu desejo é que não seja verdade o que o Dr. Gastão Wagner disse quando deixou o Ministério: "Vou sair porque aqui é tudo propaganda". Disse e está na imprensa. Quem falou não fui eu, foi o Secretário Executivo do Ministério de V. Exª, Dr. Gastão Wagner. E eu gostaria de uma palavra firme de V. Exª com relação à pergunta que eu fiz.

O tratamento do câncer é responsabilidade da União. Os hospitais que têm ação periférica... É sim, senhor. O Inca é sim, senhor. No tempo de Fernando Henrique, com o Dr. Jacob, era um modelo, era referência de excelência. Referência de excelência!

O que eu gostaria de ter era o compromisso do Ministro, que foi tão verboso, tão atuante na intervenção no Rio de Janeiro, na sua responsabilidade direta – é sua, é direta –, de fazer um anúncio desse, quer dizer, eu tomo o compromisso de chamar todos que estiverem no máximo há um mês na fila, que estão a um mês da morte, eu assumo o compromisso de chamar para receber uma coisa simples: a aplicação de radioterapia.

Eu ficaria feliz se saísse daqui com esse compromisso assumido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encontra-se presente nesta Comissão, participando da Mesa, o Dr. Valdir Camarcio, Presidente da Funasa, que veio para assessorar o Sr. Ministro.

Com a palavra Dr. Humberto Costa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, somente dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Ministro, eu vou acompanhar.

Dia 30 de abril, o Samu, com 84 ambulâncias, entra em operação no Rio de Janeiro. Vou acompanhar a operação do Samu em Manaus, em São Paulo, em Natal, a minha capital, no Brasil inteiro, para ver se o que está sendo feito no Rio de Janeiro, que eu aplaudo, se reproduzirá no Brasil ou se é apenas uma ação política.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Senador, creio que V. Exª, infelizmente, não entendeu a observação sobre a doença de chagas.

Eu estava explicando que a doença de Chagas, da forma como ela transmitida habitualmente, ocorre pelo processo de inoculação de um parasita, que é o *triatoma infestans* ou *tripanossoma cruzi,* por intermédio da picada de um barbeiro, que é o *triatoma infestans*.

O barbeiro não é o único hospedeiro do *tripanossoma cruzi*. Por exemplo: os gambás são hospedeiros do *tripanossoma cruzi*, além de outros tipos de insetos da família do barbeiro que também podem ser hospedeiros.

A doença de Chagas, na sua transmissão habitual, pelo barbeiro, que se fica na loca da casa de taipa, o qual, ao picar as pessoas, transmite o protozoário, esse tipo de transmissão no Brasil vem sendo superado. Temos milhares de pessoas com doença de Chagas, mas pelas seqüelas.

O Rio Grande do Sul, agora, deverá receber a certificação de que não há mais transmissão por essa via, assim como a Bahia, em breve, deverá receber. Não estou fazendo aqui nenhuma crítica à Bahia, não é nenhum demérito, não. Aliás, a Bahia tem feito um esforço para que isso ocorra e em breve também não terá mais a transmissão da doença de Chagas dentro do Estado.

Estou dizendo que o que saiu na televisão – e é verdade – é que houve vários casos de doença de Chagas transmitida por uma via que não é a habitual. Foram insetos semelhantes ao barbeiro, que alojavam o *tripanossoma* e foram moídos junto com cana ou com açaí. E as pessoas adquiriram pela via da ingestão. Podemos chamar a isso de uma forma atípica de transmissão, além de limitada, restrita.

Foi suspenso aquele caldo de cana que estava sendo manipulado daquela forma; ensina-se a manipular adequadamente, então não vai haver transmissão nem essa doença vai voltar para o nosso País.

Aqui estão sendo ditas algumas coisas que demonstram que o SUS precisa ser mais conhecido e reforçado.

Muitos Parlamentares sabem como funciona o SUS. Por exemplo: não é verdade que a responsabilidade pela prestação de assistência ao câncer seja do Ministério da Saúde. E os Estados que não têm hospital de câncer do Ministério da Saúde? E São Paulo, Minas Gerais, Recife, Porto Alegre e outros lugares? Não é.

O Instituto Nacional do Câncer, como eu disse, é um instituto de pesquisa, é uma instituição para ser referência quaternária para aqueles casos que os hospitais e os serviços dos Estados não conseguiram resolver.

No caso do Rio de Janeiro, como o Município não cumpre a sua responsabilidade de fazer...

Vou citar um exemplo para V. Exª. Nos hospitais de campanha que instalamos, uma das coisas que mais foram feitas foi a prevenção de câncer de colo, uma atividade considerada praticamente de atenção primária. E várias mulheres foram diagnosticadas como portadoras de câncer de colo de útero. Isso é responsabilidade de uma instituição que trabalha num nível quaternário? Claro que não é. É falta de atenção básica que não existe no Município, concretamente.

Agora, como eu lhe disse: vamos ter condições de mudar esse quadro no Rio de Janeiro. Primeiro, o Inca vai ter um concurso agora para contratação de mais profissionais. Segundo, vamos fazer com que esses outros hospitais, o da Lagoa e o de Ipanema, que tinham responsabilidade na área de oncologia voltem a ter responsabilidade nessa área.

Se tivermos centrais de regulação funcionando no Rio de Janeiro – e vai haver, agora, na ação conjunta do Ministério com o Governo do Estado -, essas filas também vão deixar de existir, porque haverá uma visão global de onde existem as vagas e onde as vagas não existem. Aí, o Inca vai poder cumprir esse papel, que é o de atender àqueles casos que realmente não podem ser atendidos no Amazonas, em Pernambuco, em Belo Horizonte ou onde quer que seja. Essa é a sua função. Os profissionais do Inca têm um nível de formação de tal complexidade que é um desperdício serem utilizados para fazer certas ações simples. É como dissemos: um hospital como o Souza Aguiar ficar fazendo medição de pressão das pessoas, ou medição de glicemia ou dando medicamento para dor de cabeça é uma situação equivocada, errada.

Essa não é a visão somente do Ministério da Saúde, não. A Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, que tem sido nossa parceira nesse processo, tem sido altamente responsável nesse processo todo, em que estamos trabalhando junto. Isso coloca por terra o argumento de qualquer tentativa de politização, porque todo mundo sabe que há uma divergência profunda entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Estado também tem

consciência e faz esse mesmo diagnóstico da situação do Município do Rio de Janeiro.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª deseja falar pela ordem, Senador Sérgio Cabral? (Pausa.)

Agora, passaremos a ouvir os oradores inscritos. Existem 14 oradores, alguns dos quais já se ausentaram, por motivo de viagem. Daqui a uma hora, estaremos iniciando a sessão ordinária do Senado Federal. Então, pergunto às Lideranças e aos membros desta Comissão se podemos ouvir, um após do outro, quatro Senadores - assim, todos terão a chance e a oportunidade de falar – e, em seguida, o Ministro responderá a cada um deles. Logicamente que, obedecendo-se ao tempo, tudo será feito de forma razoável. Todos terão os mesmos direitos. Daremos cinco minutos para cada um, com dois minutos de tolerância. Vou marcar o tempo de sete minutos. Quando o tempo chegar a seis minutos, automaticamente, a campainha vai tocar.

Eu gostaria de perguntar a V. Exªs... O Regimento Interno fala na intercalação dos oradores por Partido...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Respeitar a lista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Respeitar a lista, não é, Senadora? Muito bem.

Então, vamos respeitar a lista, ouvindo quatro. Pergunto ao Plenário se todos concordam com essa sugestão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não. Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, percebo que tem havido um interesse muito grande dos Srs. Senadores de inquirirem o Ministro de Estado sobre assuntos que são tão nevrálgicos e tão polêmicos. Tem havido também a extrapolação por parte do Ministro. Eu não o condeno por isso. S. Exª tem o que explicar e considero louvável que S. Exª procure fazê-lo.

Por mim, entraríamos pela reunião adentro. Não vai ter deliberação mesmo hoje, pois a pauta está trancada.

Eu falo isso porque vou tentar ficar em sete minutos, quando chegar a minha vez. Já vou até dizer ao Ministro o que vou pedir que vire requerimento de informações. Por outro lado, há coisas substantivas que fazem parte da minha modesta peça de inquirição ao Sr. Ministro. Enfim, teria de haver um esforço de síntese nosso e, sem dúvida alguma, um esforço de síntese dele. Se não tem havido nosso, tampouco tem havido do do Sr Ministro.

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem razão quanto à observância do tempo. O que ocorreu é que o Senador Líder do PFL extrapolou no tempo, por isso, tivemos de dar mais tempo ao Ministro para que S. Exª responda às perguntas, que foram inúmeras, feitas pelo nome Senador José Agripino.

Penso que sete minutos é um tempo razoável que permite fazer uma boa argumentação. Inclusive por V. Exª ter um poder de síntese incrível. Tenho a certeza de que ganharemos muito nesse debate de sete minutos.

Com a palavra, a primeira oradora inscrita, depois dos autores dos requerimentos, aqui representados pelos Srs. Líderes e pelo Presidente do PFL, a Senadora Ideli Salvatti, vice-Líder do Governo, do Partido dos Trabalhadores.

V. Exª tem sete minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, procurarei ser o mais objetiva possível nas questões que quero apresentar ao Ministro Humberto Costa.

A primeira delas, Ministro, sei que V. Exª já explicitou, mas eu gostaria que ficasse mais detalhado, porque essa questão das crianças indígenas acabou se tornando um assunto recorrente aqui no Senado, trazido inúmeras vezes à tribuna. E, pelas explicações dadas, pela reestruturação do próprio Ministério, da Funasa, da Secretaria, criada para substituir determinadas funções, quem é o responsável final, na ponta, pelo atendimento e pela questão médica no quesito remédios para as crianças indígenas?

Penso que isso deve ficar explicitado de forma mais clara, porque fica a Funasa levando uma responsabilidade que, pelo entendimento que tenho, ela já deixou de ter. Essa é a primeira pergunta.

Aqui farei um comentário, não uma pergunta, para lamentar, mais uma vez, sobre a questão da doença de Chagas que se abateu sobre o meu Estado. Que ela volte, mas de forma deformada, para esse espaço de divulgação! Amargamos, e muito, em meu Estado ao ser veiculado, pelas emissoras de âmbito nacional, que Santa Catarina estava com o mal de Chagas desenfreado, em franca disseminação, quando ficou bastante identificada a forma como ocorreu. Quero dizer que o problema já está debelado e erradicado, tendo em vista a ação imediata da Secretaria de Saúde do Estado. Lamento que isso, mais uma vez, tenha vindo à baila dessa forma.

Uma outra questão. Fizemos, aqui, um debate, que antecedeu a decisão do Supremo Tribunal Fede-

ral, com a vinda do eminente Ministro Paulo Brossard. Já naquela época, eu gostaria de ter o entendimento, inclusive fiz as minhas questões, porque não consigo entender, já que a Constituição estabelece os parâmetros para a intervenção; a Constituição também estabelece o Sistema Único de Saúde, com responsabilidades, como um sistema integrado, em que a União tem a responsabilidade de fiscalizar e fazer com que aquilo que não esteja funcionando, funcione. A União, na prerrogativa que a própria Constituição lhe dá, decreta calamidade pública, requisita equipamentos que fazem parte do Sistema Único de Saúde, no exercício da sua prerrogativa de fazer as coisas funcionarem quando não estão funcionando, e aí somos surpreendidos com uma deliberação da Justiça – "cumpra-se"–, obviamente ninguém vai questionar, mas quero dizer que eu não me conformo. Parece-me uma situação absurda que, inclusive, incentiva a irresponsabilidade cada vez mais dos que têm a obrigação constitucional de dar o atendimento digno de saúde para toda a população nas diversas esferas. Então, eu não poderia deixar de reiterar.

Quando fiz as minhas observações, as fiz no sentido – até para poder definir se era intervenção ou decreto de calamidade com requisição – da necessidade de se levar em consideração a realidade. Em que realidade se baseou o decreto de calamidade com a requisição dos hospitais? Qual é a realidade?

Essa realidade era gravíssima, não só pela situação do atendimento – e eu posso aí até concordar que não há grandes diferenças –, mas teríamos outras situações em que a calamidade também está posta no que é pertinente à saúde. Mas, o dado da realidade que era pertinente, que era o diferenciador, no caso do Rio de Janeiro, era de que não havia vontade de fazer acordo. Ou seja, todas as propostas eram rebatidas, rechaçadas, recusadas. Mesmo quando foram ampliadas, modificadas, colocadas em outros patamares, a prefeitura do Rio de Janeiro continuava resistindo a fazer acordos. Resistiu de todas as formas possíveis. Foram inúmeras as vezes em que o Ministério da Saúde teve que recorrer à Justiça para garantir funcionário, para garantir operacionalidade, ou seja, a indisposição de acertar, de fazer no pacto federativo que o Sistema Único de Saúde exige, a cooperação entre as esferas, continuou latente e gritante. Continua até hoje, Ministro.

Estou com as reportagens que saíram no **Jornal do Brasil** esta semana. Apesar da deliberação do Supremo obrigando o Governo Federal, o Ministério da Saúde a devolver as duas unidades, ficaram dias sem nenhum responsável, sem que ninguém possa atuar, apresentar alguma forma de operacionalidade, de responsabilidade e com comando nos dois hospitais que foram devolvidos.

Eu não poderia deixar de fazer todas essa observações. É interessante – como bradam – a inconstitucionalidade, o caráter politiqueiro da intervenção, a proximidade com mudanças no Ministério. Creio ser interessantíssimo trazer ao debate. As entidades de saúde que acompanham o fórum de acompanhamento de saúde do Rio manifestaram-se publicamente a favor da intervenção. O Conselho Regional de Medicina, o Conselho Federal de Medicina, a Associação de Médicos, residentes do Estado e o Conselho Municipal de Saúde; o sindicato também. Não me parece que nenhuma dessas entidades seja braço do Governo Federal ou do Ministério da Saúde. São entidades sem caráter partidário, são entidades de classe da área da saúde.

Quero voltar a fazer perguntas sobre a realidade, Sr. Ministro. É o que quero. Todo esse debate tem que ser voltado à realidade, à realidade do caos instalado, à realidade da indisposição de acertar, que era anterior. Existiu durante e ainda continua porque ainda não assumiram. Não sei se assumiram hoje. Pelo noticiário não tinham assumido o comando. Estavam lá os dois hospitais ao léu.

Quero saber qual foi a situação encontrada nos hospitais do Andaraí, Cardoso Fontes, da Lagoa, de Ipanema, no Souza Aguiar e no Miguel Couto. Como está o abastecimento, a situação dos equipamentos, a infra-estrutura. O que foi feito durante a intervenção, frente a esse quadro? As compras emergenciais realizadas eram, realmente, necessárias? As emergências que estão fechadas são importantes? Quero saber a respeito dos hospitais de campanha que foram instalados e sobre a questão do abastecimento. São questões da realidade, do caos, e também da indisposição. E o que creio ser fundamental para a população. A população não quer fazer discussão político-partidária. A população quer saber por que não estava funcionando, se vai voltar a funcionar, quais são as condições para voltar a funcionar adequadamente o atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pergunto à Comissão sobre uma proposição feita na Mesa pelo nobre Senador Sérgio Cabral, que é do Rio de Janeiro. Encontra-se inscrito em décimo primeiro lugar. S. Exª falaria no terceiro bloco; entretanto, pede-me para consultor os senhores Senadores, tendo em vista que tem viagem marcada e gostaria de fazer algumas indagações ao Sr. Ministro, se há possibilidade de falar neste bloco.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, cedo a minha vez ao nobre Senador do Rio de Janeiro, pelo fato de S. Exª ser do Rio de Janeiro.

Creio que estou nesse primeiro bloco. Cederei desde que S. Exª pergunte por que o Samu* ainda não entrou em funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sendo assim, a concessão já está aprovada.

Senador Sérgio Cabral, V. Exª tem a palavra como eminente membro da Bancada do Rio de Janeiro. S. Exª está interessantíssimo pela normalidade da saúde publica em seu Estado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço – não é à toa que o Senador Ney Suassuna é nosso Líder de Bancada – pela generosidade. Já inicio perguntando por que o Samu ainda não entrou em vigência. Parece-me – conforme o Senador José Agripino anunciou – que a previsão é no dia 30 de abril, depois de amanhã. Não só o Senador Ney Suassuna, mas também tenho interesse em obter essa informação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro e seus auxiliares, na semana passada, iniciamos os debates, e o Ministro teve oportunidade de fazer uma exposição bem ampla, não só sobre o Rio de Janeiro, mas também sobre os demais temas que provocaram esta audiência.

Na ocasião, disse a V. Exª que a situação da saúde pública no Município do Rio de Janeiro era caótica; que eu concordava com isso; que tivemos um grande Secretário de Saúde em nosso Município, Dr. Ronaldo Gazola, que foi uma referência para todo o Brasil como gestor de saúde pública e que passou por várias administrações municipais. Infelizmente, depois de sua saída, a saúde do Município foi decaindo, foi-se depauperando, do ponto de vista da qualidade do serviço, e chegou efetivamente ao caos.

Durante a campanha municipal de 2004, esse foi o tema não só dos candidatos, mas, sobretudo, da população, pois o momento de campanha é a oportunidade de o eleitor manifestar-se. E essa era uma situação já apontada nas pesquisas feitas a respeito dos serviços prestados pela Prefeitura, realizadas pelos institutos de pesquisa, que a saúde era um problema gravíssimo no Município do Rio de Janeiro.

Também tive a oportunidade de dizer a V. Exª que concordava com a ação no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade da intervenção nos hospitais Miguel Couto e Souza Aguiar. E falo isso, Sr. Ministro, preocupado com o cidadão que não deseja saber se é o Ministro Humberto Costa, se é o secretário B ou C, se é o prefeito A ou B que está cuidando da saúde dele! Quer é ter o problema resolvido. Sou do PMDB, não sou do PT nem do PFL, e tenho excelentes relações com o prefeito da cidade e com os mandatários em meu Estado. Não tenho esse problema. E, no Rio de Janeiro, por força de sua história de capital da Colônia, do Império e da República, isso, então, se mistura de tal forma como em nenhum outro Estado da Federação, numa confusão de delegação de poder, de responsabilidade da prestação do serviço, principalmente na saúde.

Dizia, naquela ocasião, que se transbordou ali, que não havia necessidade de se incluírem o Miguel Couto e o Souza Aguiar. E, ao contrário de V. Exª, penso que não é o mesmo conceito do Hospital da Lagoa ou do Hospital do Andaraí o que deve ser aplicado nos hospitais Miguel Couto ou Souza Aguiar quanto ao que pertence ao Município ou ao que foi cedido ao Município.

Na verdade, em 1999, premiando a excelente gestão de Gazola, o Ministério da Saúde passou para o governo municipal a gestão daqueles hospitais federais. Aliás, há um termo de cessão de uso, de responsabilidade e de administração dos hospitais, de que gostei muito, com exceção do Miguel Couto e do Souza Aguiar, em cujo assunto não vou mais tocar, porque já foi resolvido – o Supremo já resolveu por 10 a 0. Vibrei com aquela decisão! Mas vibrei também com a ação do Ministério da Saúde. Festejei, como carioca, como Senador do meu Estado, como alguém que teve 4 milhões e 200 mil votos do povo do meu Estado, como alguém que torce pelo melhor para o meu Estado! Vibrei com a ação do Ministério da Saúde e torço para que essa ação permaneça. Que V. Exª e a sua equipe possam, de fato, recuperar o Hospital da Lagoa, o Hospital de Ipanema, o Hospital do Andaraí, melhorar o Hospital de Bonsucesso e o Hospital de Servidores do Estado, prestigiar o Hospital do Fundão, que é fundamental, pois, com o Hospital Geral de Bonsucesso, atendem a mais de um milhão de pessoas da zona da Leopoldina e do subúrbio carioca.

Diria a V. Exª que há, inclusive, referências positivas do Ministério da Saúde já na gestão do Rio de Janeiro. E está aqui uma pessoa que gostaria de homenagear, com quem não cultivo relação alguma pessoal, o Dr. Sérgio Côrtes, do Instituto Nacional de Tráumato-Ortopedia, que é uma referência para o Brasil, muito bem gerido; há o Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, que é outra referência, com problemas pela demanda, mas é uma referência também.

Então, coloco-me à disposição para que a recuperação desses hospitais que estão municipalizados possa dar certo. Mantenha V. Exª esse olhar especial para o nosso Estado. De fato há problemas graves; nós precisamos de um **tour de force**.

Elogiou V. Exª a gestão da saúde do Estado em relação ao Secretário Gilson Cantarino, que é uma referência, homem que em Niterói fez uma bela gestão como Secretário de Saúde, que tem espírito público,

ama a saúde, é um militante da saúde. Então, eu torço, tirando aquele excesso, aquela invasão de princípio federativo que houve, já reposta pelo Supremo Tribunal Federal, que V. Exª, junto com a Secretaria de Estado de Saúde, possa também ajudar o Município.

O Município, de fato, não vem realizando uma boa gestão para o plano da saúde. Eu disse isso na semana passada e mantenho; torço que se mude essa lógica. Torço para que os hospitais da Prefeitura possam realizar de fato um bom trabalho, como realizaram no passado recente, para que os postos de saúde da cidade, que são dezenas e dezenas, possam de fato estar abertos, atendendo ligeiramente a população do nosso Município, o que já evitaria uma demanda absurda às emergências dos hospitais.

Então, vamos tirar de lado toda essa briga de números de gestão passada, da gestão atual e fazer o melhor para a população do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Dentro do critério estabelecido de chamarmos quatro senadores, o próximo inscrito seria eu próprio, mas como estou presidindo, em substituição ao Tião Viana, então, eu me desculpo com V. Exª e o próximo será Tião Viana e na seqüência substituindo, por permuta com Paulo Paim, o Senador Marcelo Crivella, que inclusive é do Rio de Janeiro, também.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu cumprimento ao Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, Dr. Sola, Secretário de Assistência e Saúde, o Dr. Sérgio Cortes, interventor dos hospitais do Rio de Janeiro, até recentemente e digno dirigente do Instituto de Traumato-Ortopedia, eu entendo que nós estamos diante de um momento importante no Senado Federal e em debate sobre aquilo que é inarredável das necessidades do povo brasileiro, do cidadão brasileiro, da família brasileira, da criança e do idoso, que é a proteção à saúde que deve ser assegurada pelo Estado. E lamentavelmente o que se vê ao longo dos anos deste País é uma distância muito grande entre o que a sociedade brasileira precisa e aquilo que o Estado brasileiro está oferecendo.

Acho que diante da gravidade da problemática da saúde pública no Brasil todos nós deveremos tentar elevar mais ainda este debate, sair de um patamar, de um confronto ideológico partidário-político e técnico e alcançar um patamar de responsabilidade social indissociável da responsabilidade política que deve nortear a todos.

Eu não estou com isso dizendo que o Governo Federal tem razão que a prefeitura do Rio deva ser condenada, muito longe de mim querer ser o juiz, o grande arbitro desta História. Eu gostaria apenas de confrontar fatos para ouvir o Ministro e o Secretário Sola, quando nós olhamos o número de leitos, a primeira pergunta do Senador Eduardo Azeredo, eu tenho aqui a série histórica dos números de leitos e UTIs cadastradas no SUS em 1998, a 2005, ano a ano, em estado a estado, nós temos uma redução de 1999, a 2000, 2001 e 2002, de reduziu-se um 1% o número de leitos em UTIs nesse País. Não estou culpando com isso a prefeitura do Rio de Janeiro. No Estado do Rio de Janeiro a redução foi de 8% é o Estado que, segundo o Estado a reduzir leitos sendo superados apenas pelo Estado do Rio Grande do Sul que reduziu em 12%. Já em 2003, 2004, e até a presente data de 2005, para minha alegria, e sei que a de todos os Srs. Senadores, o Brasil aumentou em 17%.

Então isso demonstra a responsabilidade técnica e social do Governo do Presidente Lula com essa realidade.

Agora vamos passar para o financiamento SUS. Número técnico ainda em relação a habitante, qual a despesa por habitante da União?

No Estado do Acre, o meu Estado, a União repassa 146 reais, por habitante, e o Governo do Estado repassa 204 reais por habitante/ano.

Vamos para o Estado do Rio de Janeiro, não estou falando da Prefeitura do Rio de Janeiro, Senador José Agripino. Para o Estado do Rio de Janeiro, o Governo Federal, que passava 146 mil reais, por habitante, para o Acre, repassa 231 reais, por habitante/ano para o Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro gasta 105 reais por habitante. E não vou condenar a Prefeitura do Rio de Janeiro, não, porque quando olhamos, claramente, é a segunda cidade brasileira que mais gasta com a saúde por habitante/ano. Apenas São Paulo gasta mais enquanto Prefeitura do que o Rio de Janeiro. Agora estou mostrando que o Governo Federal também gasta mais do que o dobro, gasta 231 reais, por habitante, no Estado do Rio de Janeiro. Quando se transfere para o Município o gasto é da ordem de 170 reais do Governo Federal, por habitante, no Município do Rio de Janeiro.

Então, há parceria, há responsabilidade compartilhada, e não entendo por que chegamos a um nível de confronto que beirou a irracionalidade.

Aí vamos transferir para o gasto médio por paciente internado no Brasil. Eu tenho aqui: o Estado do Acre gasta R$362 por internação, média, por paciente; o Estado do Rio de Janeiro, Senador Augusto Botelho, gasta R$687, por habitante, em recursos do SUS – é bom que se diga –, por habitante internado; o Estado de São Paulo, R$754. Sabe quanto gasta – e nós sa-

bemos a queixa do Senador Sérgio Cabral e outros sobre a qualidade da assistência no Rio de Janeiro – o Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, que todo mundo que entra diz que é de um padrão cinco estrelas, é um hotel cinco estrelas? Gasta R$490 por internação, por habitante. Então, algo errado está acontecendo neste País, alguém está gastando muito mal o dinheiro que deve gastar dentro dos hospitais. Quando se faz a média, algo muito grave está acontecendo, e aí não posso culpar o Ministério e nem somente a prefeitura, mas alguém tem que ser responsabilizado na gestão do gasto por paciente. Se o Sarah Kubitschek, em que todos que entram ficam orgulhosos, está gastando quase R$240 a menos do que se gasta em São Paulo, algo muito grave está acontecendo, então. E acho que esses números são inquestionáveis e incorrigíveis. Nós devemos levar como lição para uma busca de entendimento.

Não acredito em uma solução técnica entre o Município do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde, só acredito numa solução política. Temos que nos voltar e concentrar toda a responsabilidade do Ministério da Saúde e da Prefeitura do Rio de Janeiro para achar uma solução política. Quando houve a busca técnica, que foi um recurso jurídico com que o PFL entrou, ao mesmo tempo o PFL queria preservar os seus dois hospitais e devolver os outros. Não era um ato que feria de morte a absorção pelo Ministério, mas que uma parte ficasse no Município e a outra no Ministério da Saúde, e quem conhece a fundo o Sistema de Saúde, conhece a Lei Orgânica nº 8.080, de 1990, sabe o que foi a progressiva transferência de responsabilidade, de estrutura física, de financiamento que a União assumiu com o Constituinte brasileiro, de 1988, de fazer com a Federação. E é isso que o Ministro faz ao pé da letra, cumpre integralmente.

Então acho que temos que encontrar um ponto de entendimento político imediato, romper com qualquer busca de aproveitamento político eleitoreiro e colocar essa política no seu sentido pleno, porque o resultado será muito bom para nós. Todos temos que ser solidários à cidade do Rio de Janeiro, e, seguramente, o Ministério da Saúde está fazendo com esse propósito. Então, se houve curto-circuito, temos que romper com ele.

Eu concluo, nos 50 segundos que tenho, dando um depoimento já de cidadão e militante partidário: é um orgulho para o meu Partido, é um orgulho para quem conhece a vida pública do Ministro Humberto Costa tê-lo hoje dirigindo o Ministério da Saúde. Trata-se, sem dúvida alguma, para nós, que conhecemos a fundo a história política dele, a história militante dele como profissional da saúde, como um psiquiatra, de alguém que conhece o modelo de saúde do Brasil, a visão sanitária que ele tem, de uma referência de prática íntegra, responsável e comprometida com os valores maiores de uma República que tem responsabilidade com a saúde e que ainda não demonstrou no seu dia-a-dia. Nós financiamos mal a saúde, temos um Ministro à altura da função que ocupa, com uma biografia extraordinariamente admirável e intocável do ponto de vista moral, e que pode ajudar muito este País.

Se rompermos com o Ministério da Saúde, como um espantalho que todos têm que bater para abalar a figura política do Ministro do Governo, vamos alcançar um outro patamar. Então, pondero que ajamos assim.

Quando vejo as preocupações com o câncer, que foram postas aqui, eu me pergunto: ora, morrem 18 mil mulheres neste País de câncer de útero e câncer de mama, por ano, no Brasil. Quando cai um avião e morrem oito pessoas está lá o plantão do **Jornal Nacional** chamando, e todo mundo pára e diz: morreram oito pessoas no acidente. Isso é o equivalente a mais de 140 Boeings cheios de mulheres morrendo todo ano neste País, de câncer, ou de útero ou de mama, e ninguém reage à altura, e não é culpa do Ministério da Saúde de hoje, é da sede histórica dessa doença no Brasil.

Não fomos nós que demitimos 5.500 guardas da Funasa, no Rio de Janeiro, no combate à dengue, foi o Ministro Serra, nem por isso eu vou dizer que ele foi um Ministro ruim, foi um notável Ministro da Saúde do Brasil. Agora, o assunto é muito mais profundo e merece muito mais partilha política para acharmos a solução.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo, na seqüência, a palavra ao Senador Marcelo Crivella, último inscrito nesse primeiro bloco, para, em seguida, o Sr. Ministro poder responder a todos em conjunto.

Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Ministro Humberto Costa, Dr. Sérgio Cortes, Dr. Jorge, falo muito mais como carioca do que como Senador, o povo do meu Estado aplaudiu a intervenção do Ministério da Saúde. Aplaudida pelos órgãos de classe, aplaudida pelos Senadores, pelo povo em geral, e pouco importa para um pai que tem um filho doente no colo uma decisão fria da letra da lei. Pouco importa.

Sr. Ministro, o meu apelo é o seguinte: estamos preocupados com câncer, mas o pior câncer que pode existir é a luta partidária, que acaba derrubando as intenções dos governantes por paixões. E é isso que não quero que aconteça.

Acho que, desde aquele primeiro momento em que tentávamos um acordo para não haver intervenção, e o Prefeito foi turrão, teimoso, e o Ministério também tinha débito, havia dos dois lados problemas. Partimos para a intervenção, e, graças a Deus, atendemos em momento emergencial a situação aflitiva do nosso povo.

No segundo, terceiro, quarto escalão da saúde do Município e do Governo Federal, não pode sair dessa sala um exemplo de conflito, de que estamos brigando, de que somos lideranças preocupadas com campanha eleitoral na hora em que o nosso povo está morrendo. Daqui precisa sair um consenso de paz.

Os hospitais dos Municípios Miguel Couto e Souza Aguiar vão ser devolvidos? Vão. Mas o Ministério, Sr. Ministro, não vai tirar de lá os remédios que colocou, os profissionais que contratou, os equipamentos. E o povo precisa saber disso. O povo precisa saber também, Sr. Ministro, que V. Exª tomou uma atitude pela intervenção na saúde no Rio de Janeiro no momento em que havia uma suspeita de que V. Exª não seria mais o Ministro da Saúde. Para algumas pessoas, parecia que V. Exª queria se manter no cargo. Bom que V. Exª, dono da biografia que tem, diga a realidade dos fatos. É preciso que o povo saiba disso, é preciso que as pessoas ouçam da sua voz, do seu coração os momentos difíceis que passou nas tentativas, nas idas e vindas, buscando o entendimento que não se conseguia.

Ora, neste momento, gostaria de que o povo do Rio de Janeiro ficasse tranqüilo – e aqueles que assistem à TV Senado, os repórteres que cobrem essa nossa audiência pública e a Oposição – que estamos encontrando o momento da paz. Acompanhei à noite, houve uma reprise de madrugada, o julgamento da medida de segurança impetrada pelo PFL, foram 10 votos a zero. Honestamente, olhando ali, lembrou-me daquele caso de Cafarnaum, quando os fariseus disseram, após Jesus ter curado um homem paralítico: "Não pode curar no sábado. A lei de Moisés diz que no sábado não se pode fazer nenhuma obra". E Jesus riu da lei, riu dos fariseus. E a história mostra hoje a mediocridade, o egoísmo, a pequenez da interpretação de alguma coisa que não podia ser um trilho, tinha que ser uma trilha.

Mas não vou discutir a decisão da Justiça. Acho que agora temos uma grande oportunidade. O Município terá de volta o Miguel Couto, o Souza Aguiar, e nós vamos ajudá-lo a administrar esses hospitais muito bem. Tem que haver cooperação. Vamos cobrar isso. Por outro lado, o Governo Federal vai, sim, servir como um contrapeso, haverá uma certa rivalidade muito saudável de quem presta o melhor serviço ao povo. Isso é fundamental. O ponto grande do negócio. Penso que foi por isso que Deus deixou que essa água corresse pelos caminhos que correu, para que viesse para o mar de necessidade do nosso povo. Vamos ter o Governo Federal, que já faz um excelente trabalho no Inca, que já faz um excelente trabalho no Instituto de Traumatologia, na Praça Cruz Vermelha, onde fomos juntos inaugurar um centro de primeira, orgulho do Brasil, não só do Rio. E agora teremos os quatro hospitais federais sendo administrados pelo Estado.

Sr. Ministro, esse é o sentimento desta Comissão. V. Exª sai daqui fortalecido. V. Exª sai fortalecido diante dos seus companheiros que fazem parte do Governo, e respondeu à Oposição de maneira sábia. Não houve um momento em que pudessem duvidar da retidão de todas as suas decisões. E são decisões difíceis, tomadas no calor da disputa, no teatro de operações. V. Exª agiu com a alma de um servidor público. Está de parabéns! O povo do Rio de Janeiro o aplaude, e nós todos também!

Só peço a V. Exª que se digne a dizer o seguinte: "Fiz tudo o que fiz, e não foi porque comentários havia de que um novo Ministro assumiria o meu posto". V. Exª está de parabéns. V. Exª tem o respeito de seus companheiros, como eu disse. E que o Rio de Janeiro seja o ganhador, o vencedor de toda essa disputa.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois, não, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouvi com toda a atenção e com todo o respeito a expressão do nobre Senador Marcelo Crivella, e discordando – daqui a pouco falarei da parte substantiva –, somente da parte formal. Quem sabe, se V. Exª meditasse, permitiria a retirada dos Anais desse episódio em que S. Exª compara o STF aos fariseus. Acho que não fica bem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois, não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O STF é o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, que V. Exª não acompanhou o que eu disse. Eu disse que, durante a madrugada, acompanhei a votação e, por um momento, lembre-se disso, está gravado, pareceu-me, lembrou-me aquela decisão de Cafarnaum. Por um momento. Depois, disse: "é decisão da justiça. Vamos acatar e obedecer."

Embora já tivesse dito aqui, para o Ministro Paulo Brossard, que tinha a mesma opinião de que a letra fria da lei não deve se sobrepor à realidade. Mas V. Exª pode ter certeza de que não será de mim, um democrata, um homem que busca a paz, e esse foi o teor do meu diálogo, o ato de tecer críticas que possam trazer qualquer demérito à Suprema Corte do nosso País, Senador Arthur Virgílio. Mas agradeço a V. Exª por ser um guardião desses princípios aqui.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, até porque me preocupando com V. Exª, sei que fico muito mais forte no reino lá de cima.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – "O Senhor é o meu pastor". Concedo a palavra agora ao Sr. Ministro, para responder aos Senadores que formularam as perguntas anteriormente.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Primeiramente, em relação à Senadora Ideli, eu gostaria de fato de esclarecer que, no que diz respeito à saúde indígena, a responsabilidade sanitária, não necessariamente pela execução do serviço de assistência, é do Ministério da Saúde.

Aliás, essa foi uma mudança que fizemos. Tínhamos um quadro extremamente complexo no atendimento à população indígena, com várias organizações não-governamentais que desempenhavam sem controle o processo de atendimento com muitas denúncias, tanto que fizemos uma grande auditoria, rompemos os convênios com aquelas ONGs sobre as quais havia denúncias comprovadas de irregularidades. Trouxemos para a responsabilidade do Ministério a questão da ação da política de saúde indígena, e hoje essa prestação é feita, uma parte, por ONGs, aquelas que são dignas de confiança, pelo Ministério da Saúde, pela Funasa, em vários casos, ou pelos próprios Municípios ou Estados.

Mas, tudo isso, sob a gestão da Funasa, sob a gestão do Ministério da Saúde. Então, realmente, os medicamentos são responsabilidade nossa. E não houve essa ausência de medicamentos para atendimento às populações indígenas. Os problemas que têm ocorrido em Mato Grosso do Sul, em relação também às populações Xavante, dizem respeito a um problema que extrapola a área da saúde. A desnutrição, por exemplo, é resultado de uma série de componentes, tais como o fundiário. Muitas dessas populações indígenas... Ontem, conversávamos sobre isto no Ministério: quando fazemos o mapa e identificamos onde a desnutrição e a mortalidade infantil é maior, essas áreas coincidem justamente com aquelas onde os índios deixaram de ter terra suficiente para plantar ou não têm o apoio e o sustento, para fazê-lo de forma adequada.

Nós temos problemas de ordem cultural também. Não estamos colocando a culpa nos índios, mas há problemas de ordem cultural de quem atua junto aos índios. Por exemplo, não adianta mandar uma cesta básica comum para uma população indígena, porque seus hábitos alimentares são diferentes. Os programas de suporte alimentar precisam ser adequados a essa realidade. O Bolsa-Família, por exemplo – houve a definição do Governo de levá-lo para toda a população indígena –, passa por uma situação quase de impossibilidade de implantação, que é o fato de que os índios não aceitam que seja a mulher que administre o recurso. Então, são várias coisas que pesam para que isso aconteça.

É lógico que a saúde termina sendo o último ator nesse processo, porque envolve quem vai encontrar a criança desnutrida, quem vai levar para o centro de recuperação, quem vai fazer a internação e quem vai acompanhar no hospital. E nós temos procurado fazer um esforço para melhorar, inclusive, esse acompanhamento, essa vigilância nutricional e a assistência. Vamos apresentar, possivelmente, ainda na semana que vem, um projeto emergencial para as áreas mais críticas de saúde indígena, a fim de responder a essas necessidades.

A Senadora Ideli Salvatti me pede para fazer um levantamento da situação que foi encontrada; a acho que, na reunião passada, tive a oportunidade de mostrar. Isso é público. Temos relatórios do Ministério Público, do Cremerj, do próprio Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde. E a realidade todos nós sabemos: desabastecimento de medicamentos e outros insumos, equipamentos quebrados, emergências sem funcionar, falta de funcionários, de medicamentos, de regulação, de atendimento básico – então, um conjunto de coisas que caracterizava os problemas da administração no Rio de Janeiro.

Fizemos a requisição do Miguel Couto e do Souza Aguiar – já falo sobre o que disse o Senador Sérgio Cabral –, exatamente porque seria impossível estruturar o atendimento no Município do Rio de Janeiro, principalmente de urgência e emergência, sem que esses dois hospitais, que são os mais importantes em termos de volume de atendimento, de localização geográfica, do papel que executam, estivessem articulados com essa rede como um todo.

Hoje, por exemplo, para administrarmos esses quatro hospitais que ainda estão sob requisição, será muito mais difícil, porque não temos a gestão do Miguel Couto e do Souza Aguiar. Tínhamos implantado um sistema de regulação, de encaminhamento dos pacientes para leitos de retaguarda. Agora, esses hospitais continuam a ser o grande espaço de pro-

cura da população pelo atendimento de urgência e emergência, no entanto não temos mais o poder de gestão sobre eles.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Mas, Sr. Ministro, isso pode continuar.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Sim. Não há problema. Eu vou tentar aqui...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso pode continuar, se houver confluência com a Prefeitura. Do meu ponto de vista, o problema-chave no Rio de Janeiro é esse.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Exatamente.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não há vontade política de fazer acordo.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Eu quero...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Eu quero...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu repilo à altura: não há vontade política? Essa, não; pelo contrário. Vai haver a oportunidade de se falar aqui sobre as tentativas da Prefeitura de se chegar a um entendimento. Não se chegou a isso, e não foi por culpa da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Sr. Ministro estava falando. S. Exª não pode ser interrompido, conforme o Regimento. Continua o Sr. Ministro com a palavra.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Em segundo lugar, queremos uma solução negociada para o problema. Hoje mesmo, apresentamos uma proposta à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro – que já deve estar na Internet e, à noite ou amanhã, nos jornais –, em que procuramos, de fato, um entendimento que seja capaz de resolver o problema da atenção à saúde do Rio de Janeiro. Por exemplo: o Samu, que foi citado aqui.

Em primeiro lugar, em momento algum nós dissemos que o Samu seria inaugurado no dia 30, não existe essa especulação.

Nesse momento, estamos fazendo a complementação das equipes contratadas para o Samu, realizando o treinamento para a atuação dessas equipes em urgência, emergência e atendimento clínico. São cursos de suporte avançado no atendimento em trauma e de suporte básico que precisam ser administrados a esse pessoal, mas o nosso maior problema é não ter as bases para fazer a locação das ambulâncias. O Município não nos cedeu e, com o Estado, estamos em negociação.

Os senhores sabem qual foi a proposta que nós fizemos hoje à Prefeitura do Rio de Janeiro para implantar o Samu? Nós daremos as ambulâncias, as centrais de regulação, todos os equipamentos necessários e assumimos o compromisso de manter, durante um ano, o Ministério da Saúde financiando as ações de funcionamento do Samu, em 100%.

Trabalhamos com os governos estaduais e municipais na base de co-financiamento: 25% ou 50%. Por exemplo: em Belo Horizonte, 50% do custeio são de responsabilidade do Município; 50% são de responsabilidade do Ministério da Saúde. Em alguns casos, os Estados entram, mas não necessariamente.

Então está feita a proposta: o Ministério da Saúde vai pagar um ano de Samu integralmente. Vamos saber se a Prefeitura do Rio de Janeiro aceita.

Apresentamos outras propostas nessa linha, de que todos terão conhecimento.

É lógico que precisamos das bases. Se não as conseguirmos com o Município ou com o Estado, ou vamos tentar alugar locais para fazer as bases do Samu ou teremos que levar aquelas ambulâncias para quem quiser recebê-las. Faremos isso no próprio Estado do Rio de Janeiro, onde pretendemos ampliar os serviços do Samu.

O Fundão também é um hospital no qual temos investido. Ele entrou no programa dos hospitais de ensino universitário, inclusive com recursos garantidos a mais pelo Ministério da Saúde e da Educação. E o Fundão tem sido um grande parceiro na nossa participação no Município do Rio de Janeiro, na requisição dessas unidades hospitalares.

Por último, queria dizer que não vamos retirar nada do que colocamos nos hospitais Miguel Couto e Souza Aguiar, pelo contrário. Os medicamentos e equipamentos que estão lá vão continuar lá. Aliás, amanhã, o Hospital Souza Aguiar vai receber um novo raio-X, na semana que vem, outro, como fazia parte do que havíamos definido para lá. Não temos intenção de retirar os profissionais que contratamos para o Miguel Couto e o Souza Aguiar. Queremos uma solução para que a população do Rio não continue a ser vítima de uma disputa que não favorece nem o Governo Federal nem a Prefeitura nem o Governo do Estado; principalmente, não favorece a população.

Para que isso aconteça, é necessário que haja de fato vontade de se chegar a uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os próximos oradores inscritos são os Senadores Flávio Arns, Wirlande da Luz, Ney Suassuna e Delcídio Amaral, que constituem o próximo bloco a participar do debate. E do bloco a seguir participam os Sena-

dores Arthur Virgílio, Mercadante, Lúcia Vânia e César Borges, da Bahia.

Em primeiro lugar, vamos conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, mas, se V. Exªs aceitarem, todos poderão falar e, em seguida, por último, o Ministro responderá. Então seriam oito Senadores para se manifestar, depende do plenário.

Vamos ouvir, então, o segundo bloco, com o Senador Flávio Arns.

Vamos esperar o Ministro, que foi fazer um telefonema urgente para o seu Ministério. Aguardemos um minuto.

Para ouvir o Senador Flávio Arns, acaba de chegar o Ministro Humberto Costa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Ministro, por favor, esclareça sobre a mudança ministerial, a reforma ministerial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Ministro, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e também dar o meu testemunho do compromisso que V. Exª tem com a área da saúde, da competência, da biografia de vida destinada a esta área. Isso já foi citado como referência por outros Senadores, mas quero também dar o meu testemunho nessa direção.

Quero dizer também que muitas ações importantes vêm acontecendo no Ministério da Saúde, algumas das quais mencionadas aqui, algumas já iniciadas no Governo passado e em processo de consolidação neste Governo, e outras iniciadas neste Governo, mas em todas essas áreas há desafios importantes. Já foram mencionados, por exemplo: o Samu, que é uma expectativa realmente, uma necessidade no Brasil inteiro; as farmácias populares, que também, embora enfrentem dificuldades, são um objetivo grande que tem de ser consolidado; o Programa Saúde da Família; o Programa Brasil Sorridente. Se considerarmos também a área da saúde mental, a organização de todo o processo de atendimento de saúde mental no Brasil, por meio dos CAPs, seja para a criança e o adolescente – CAPSi, como se fala – ou para os adultos, ou em relação a álcool e drogas; residências terapêuticas.

Como em todos os outros exemplos, nesse caso da saúde mental, para exemplificar, observamos que, se não houver essa integração de esforços do Município, do Estado e do Governo Federal, como V. Exª enfatizou durante todo o tempo da sua fala, eu diria que nada será possível acontecer no Brasil. Se observarmos os CAPs, eles são financiados pelo Governo Federal. Repassa-se o recurso para a implantação, de acordo com o número de habitantes, de acordo com as necessidades, mas todo o recurso é do Governo Federal para a implantação desses atendimentos nos Municípios e nos Estados. Mas o Município, por exemplo, tem que falar com os médicos, tem que discutir com os pediatras, tem que procurar essa parceria com o trabalho, com a educação, tem que fazer um processo de conscientização da comunidade em relação ao distúrbio psíquico, tem que conscientizar a população. O CAP não fica só naquele Município; atende às pessoas da região, porque cada Município tem que ter o serviço de saúde mental e, quando o caso demanda, tem que haver a hierarquização. Então, a pessoa vai procurar o CAP da sua região, e tem que haver a participação do Estado nesse processo e do Governo Federal.

O mesmo ocorre em relação ao Samu, que o Ministro acabou de abordar. O Governo Federal entra com uma parcela grande, mas o Estado, o Município também. Qualquer outro exemplo, como a farmácia popular, tem que dar certo, mas tem que dar certo com o apoio de todos, porque a preocupação com a saúde, na verdade, deve ser a preocupação de todos nós, como direito fundamental da população. Nesse sentido, vê-se um esforço extraordinário. Se pensarmos no sucesso do Programa Saúde da Família ou do serviço de atendimento odontológico nas regiões, isso, boa parte disso pelo menos, vai com recurso do Ministério da Saúde. Mas existem municípios que não têm nenhum programa de saúde da família. O pessoal nem procurou. Aí então há uma sobrecarga de atendimentos nos hospitais, porque muitos desses casos poderiam ser prevenidos, poderiam ser evitados lá na ponta, lá no atendimento, com a aproximação do médico com a população. Às vezes as pessoas dizem: aqui o Programa Saúde da Família não está funcionando. Se não está funcionando, tem que fazer funcionar lá na ponta, chamar as pessoas, discutir, porque os recursos vêm e a responsabilidade na verdade é de todos nós.

Eu quis, Sr. Ministro, enfatizar tudo isso, para deixar muito claro para todos nós – para V. Exª já está extremamente claro – que para a saúde dar certo todos os níveis têm que trabalhar juntos. E a comunidade ainda tem de trabalhar junto também. Eu teria três perguntas a fazer.

Primeiro, acho que a questão do Rio de Janeiro já foi bem esclarecida, tem a proposta do Samu, a discussão tem que acontecer e tem que ser bem atendida. Mas, em relação aos remédios da Aids, duas perguntas que faço. Existe no Brasil um esforço muito grande para que essas pessoas também sejam atendidas pela homeopatia. Além das drogas todas, o Brasil já se tornou referência no mundo em termos desse atendimento. Existe uma dificuldade muito grande de certos medicamentos homeopáticos que têm registros nos Estados Unidos, no FDA, que têm registro na União Européia,

e que na verdade não conseguem um registro no Brasil. Na inquirição de um dos diretores da Anvisa, nós fizemos essa pergunta, para que criassem um grupo de trabalho diferente, ver o que está acontecendo para desburocratizar esta área.

Em relação à Aids, ainda a segunda pergunta, houve, conforme todas as pessoas noticiaram, essa dificuldade num determinado momento episódico da compra dos medicamentos. Como está o relacionamento do Ministério com as entidades nacionais, com as organizações sociais comunitárias? Esse entrosamento está sendo enfatizado no Ministério?

E a terceira pergunta é em relação à questão indígena. Sei que o Conselho Nacional de Saúde tem uma Subcomissão. A propósito, a minha tia, que é Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, coordena esse grupo sobre a saúde indígena. E a gente sabe, como V. Exª colocou, que as soluções tradicionais nem sempre se aplicam para as comunidades indígenas.

Então, eu gostaria de saber como está o entrosamento, o prestígio do grupo desta Subcomissão do Conselho Nacional de Saúde que trata especificamente dessa situação. Só para dizer, a Pastoral da Criança, por exemplo, tem todo o apoio do Ministério da Saúde, para todas as ações, mas é uma instituição que cuida lá na ponta da família, dialoga, discute, incorpora aqueles valores culturais daquelas comunidades. É um caminho que, me parece, tem que ser bastante enfatizado nessa abordagem do problema da saúde indígena.

Agradeço e parabenizo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Ministro, senhores componentes da Mesa e assessoria, estou Senador pelo PMDB, portanto do bloco de apoio ao Governo Federal. Na sua explanação algumas coisas foram colocadas. Sou médico e já vivi por duas vezes, como Secretário Municipal de Saúde do meu Estado de Roraima, na Secretaria Municipal de Boa Vista, e algumas coisas que foram colocadas aqui me chamou a atenção com referência aos temas aqui colocados nesses requerimentos.

V. Exª disse que só 3% da população da cidade do Rio de Janeiro, hoje, é beneficiada com o Programa Saúde da Família. Portanto, a atenção básica à saúde no Rio de Janeiro está completamente falha. A atenção básica em qualquer município em que não funcionam os hospitais vai afundando cada dia mais, porque não é possível que nos hospitais, onde se faz média e alta complexidade, ficar atendendo atenção básica. Digo isso porque, com experiência como Secretário Municipal de Saúde, nos colocamos na cidade de Boa Vista, atingimos 75% de atenção básica com o Programa Saúde da Família. Então, essa experiência realmente possibilitou a diminuição do número de atendimento nos hospitais, embora ainda a população precise se educar com respeito à procura do setor de emergência. Muitas vezes, o paciente não vai à atenção básica, vai ao setor de emergência, algumas vezes por comodidade. Esse número de 3% no Rio de Janeiro impressiona-me. Portanto, se não melhorar a atenção básica do Rio de Janeiro, não há como diminuir esse sufoco dos hospitais.

Quero deter-me aqui à questão – já foi debatido todos os temas – da normatização da entrada, admissão e alta, e permanência dos pacientes na UTI. Os médicos brasileiros agradecem a posição do Ministro de voltar atrás nessa normatização. Sou membro do Conselho Federal de Medicina, o Ministro já esteve várias vezes no Conselho, sabe que as entidades médicas, principalmente Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira, sempre teve um caminho, um canal muito aberto com o Ministério da Saúde, V. Exª sabe disso, e o que vejo é que a normatização na questão da UTI jamais poderia ter sido nem pensada. Por que digo isso? Porque só há um critério de admissão, permanência e alta na UTI, que é o técnico, científico e ético. Não há outro critério, nenhum outro, tanto que V. Exª diz que, quando da normatização, quem vai definir no final é o médico. Então não é preciso normatizar aquilo que quem define é o médico. E V. Exª, como médico, sabe que jamais os médicos deste País iriam aceitar qualquer tipo de normatização dessa maneira.

Quando forem normatizar principalmente normas que envolvam ato médico em si, acho que os Sr. Ministro deve primeiro conversar exaustivamente com essas entidades médicas, com segmentos envolvidos para que não se criem polêmicas e constrangimento. Os médicos deste País, Sr. Ministro, querem ajudar a área da saúde. Portanto querem ajudar V. Exª no Ministério. E disso já demos provas por intermédio do Conselho Federal de Medicina. Os médicos deste País não estão contra a saúde do País, não estão contra V. Exª., contra o Governo Federal.

Finalizo aqui analisando a implantação do Samu. O Sr.Ministro acabou de dizer que financia em um ano em 100%, no Rio de Janeiro. Quero saber se financia no meu Estado também em 100%.

A questão daquele atendimento em 30%, isso é em todo o Estado da população, vem de outros Municípios. No meu Município, é maior ainda, porque é o Município pólo. Pergunto como está a implantação e o funcionamento do cartão SUS, que é o que vai fazer com que esses municípios que atendem os pacientes

vindos de outros municípios possam receber por esses pacientes atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, próximo orador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Inicio saudando o Sr. Ministro porque é um pernambucano, portanto, meu vizinho. O seu Estado é terreiro do meu. Eles dizem lá o contrário – estou brincando e, por isso, ele está rindo –, que a Paraíba é o terreiro de Pernambuco.

Sei que não é fácil administrar a saúde no Rio de Janeiro. Há um número enorme de favelas com falta de esgoto sanitário. Há um número enorme de cidades periféricas cujos habitantes correm para o Rio de Janeiro. Há muita dificuldade, e sabemos que não é de hoje. Além disso, há um vício grande, porque todos os institutos tinham sede lá. Era realmente uma complicação maior.

Fui um dos que participou do governo. Eu trabalhava no Ministério do Planejamento, e tentamos fazer a reunificação daqueles institutos para criar o INSS, e era um Deus nos acuda, era uma coisa muito difícil. Todas essas dificuldades, sejam atávicas, sejam atuais, ainda sofrem com a violência, porque cria mais uma série de problemas para as pessoas no Rio de Janeiro.

Sr. Ministro, dói em mim, sempre que vou pegar o avião – uma semana vou para a Paraíba e outra vou para o Rio de Janeiro –, passar naquele hospital universitário e ver metade dele vazio. Pelo menos aquelas cidades da Baixada podiam ser atendidas naquele hospital da Ilha do Fundão, hospital universitário.

Perguntei do Samu porque moro na Barra da Tijuca, e, se precisarmos de transferência da Barra da Tijuca para um hospital especializado, vamos precisar, com certeza, cada vez mais, do Samu. Preocupa-me muito a falta de base. Naquela região, garanto a V. Exª que a comunidade se mobiliza, e arranjamos um lugar para fazer base. Não sei quanto aos outros.

Não entendo por que, depois de 40 dias de intervenção, o setor de imagem do Souza Aguiar ainda não está funcionando. Também não entendo, Sr. Ministro, por que, apesar do abastecimento ter sido feito, ainda falta material nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto. Li isso na imprensa e fiquei pasmo, porque entrou o Ministério, colocou o medicamento, a Prefeitura também tinha medicamento. Por que continua faltando abastecer esses dois hospitais?

Desculpe a brincadeira. Paraíba e Pernambuco são grandes vizinhos, isso é só pirraça de vizinho, porque vocês provocam a gente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Parabéns pela brevidade, Senador Ney Suassuna, misto de nordestino e carioca.

O próximo orador é o Senador Delcídio Amaral, terminando, então, este segundo bloco de perguntas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar o Ministro Humberto Costa e a sua equipe presente, responsáveis por um trabalho sério, competente, patriótico, a despeito de todas as dificuldades que a saúde pública no Brasil enfrenta.

Sr. Ministro, sou testemunha de um processo muito parecido ao processo do Rio de Janeiro, que ocorreu no meu Estado, Mato Grosso do Sul, na Santa Casa. É um exemplo claríssimo de um trabalho articulado do Governo Federal, do Governo Estadual e da Prefeitura. A situação era calamitosa na Santa Casa de Campo Grande não só com relação à falta de materiais e equipamentos, às dificuldades com infra-estrutura, às dificuldades associadas a recursos humanos. Temos um exemplo absolutamente fiel, um exemplo claro de quando a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal atuam efetivamente na busca de uma solução para a saúde. Mato Grosso do Sul não tem esse privilégio, porque todos sabemos as dificuldades que enfrentamos em vários Estados. Ficou bastante bem demonstrado que um trabalho nesse sentido dá resultados. Hoje a população de Campo Grande ainda enfrenta muitas dificuldades, mas a situação melhorou sensivelmente, graças a uma ação harmônica dos Poderes e da própria Santa Casa. E acho que não há dúvida nenhuma de que, no caso do Rio de Janeiro, essa solução deva, efetivamente, ser implantada, tendo em vista o que aconteceu, o posicionamento do Judiciário e a intenção de V. Exª, Ministro, de realmente ajudar o Rio de Janeiro dentro de uma estratégia de colaboração, de uma via de mão dupla, de uma reciprocidade, que acredito, acontecerá, não só da parte do Governo Federal, do Governo Estadual naquilo que lhe compete, especialmente na Prefeitura.

Sou testemunha do trabalho que o Ministério da Saúde desenvolveu, especialmente na intervenção que foi feita na Santa Casa de Campo Grande, o principal hospital do nosso Estado, que é pobre, atende todo interior também do Mato Grosso do Sul. É um hospital absolutamente importante e que teve efetivamente êxito no processo de intervenção, a despeito de todas as dificuldades que enfrentamos ainda.

Então, em nome da população de Mato Grosso do Sul, quero agradecer o empenho, a determinação e o trabalho conjunto desenvolvido por esse Ministério e também por toda equipe que tem nos dado o suporte

necessário para enfrentar esses obstáculos que não são pequenos na nossa capital.

Sr. Ministro, em função do adiantado da hora, e mais uma vez tendo o privilégio e o prazer de tê-lo aqui numa audiência pública importante – e V. Exª e sua equipe prestando todos os esclarecimentos necessários para que a opinião pública conheça efetivamente todo o contexto associado ao Ministério da Saúde – quero fazer uma pergunta ao V. Exª, Ministro, que foi manchete de muitos jornais, revistas, bastante explorado também nos jornais televisivos, sobre o problema que enfrentamos em Dourados. V. Exª, quando respondeu à indagação da Senadora Ideli Salvatti, falou rapidamente dessa decisão importante do Ministério da Saúde, no que se refere à saúde indígena. Eu gostaria, Ministro, aproveitando a oportunidade de sua presença, que V. Exª explicasse o que efetivamente aconteceu em Dourados e as providências futuras, para mitigar essas conseqüências que são muitas delas verdadeiras tragédias, não só para o meu Estado, mas também para o nosso País, enfim, para as autoridades todas, não só estaduais, como também federais.

Para encerrar, Ministro, agradeço mais uma vez pela oportunidade de tê-lo aqui num debate intenso e bastante esclarecedor.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agora, concedo a palavra ao Sr. Ministro para responder aos 4 Senadores que falaram anteriormente: Flávio Arns, Wirlande da Luz, Ney Suassuna e Delcídio Amaral, por 7 minutos.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Bom, vou começar pelo Senador Crivella, que me pediu para abordar esse tema da reforma ministerial. Veja, acho que todas as pessoas que fazem parte de um governo, exercem algum tipo de cargo comissionado, têm que estar permanentemente conscientes das possibilidades de mudança. Eu, mais ainda, que dediquei a minha vida inteira à construção do Partido dos Trabalhadores, fui Parlamentar, Secretário Municipal de uma administração do PT, tive a honra de ser convidado pelo Presidente para participar deste Governo, pelo qual lutei durante muito tempo e tenho absoluta e clara consciência de que por quaisquer razões que sejam o cargo de Ministro da Saúde é um cargo do Presidente da República. Então, não posso jamais atuar me apegando ao cargo ou imaginando que tenha uma estabilidade na função por razões políticas ou administrativas, por qualquer razão que seja, qualquer mudança é possível acontecer. Eu disse, em vários momentos, que qualquer que fosse a decisão do Presidente teria o meu apoio integral, meu compromisso é com o Governo. E eu posso ajudar estando dentro do Governo ou fora do Governo. Em nenhum momento, o Presidente tratou comigo do tema de mudança ministerial. Então, se eu já vinha fazendo o mesmo trabalho de antes, eu tinha que dar continuidade àquilo, independentemente do que saía na imprensa. O Presidente Lula já deu várias vezes declarações públicas de que não vai demitir nem substituir ninguém por conta da imprensa ou por notícias que saem na imprensa. Então, eu, o tempo inteiro, trabalhei nessa questão do Rio de Janeiro da mesma forma que trabalhei em outros temas. Era minha obrigação fazê-lo. Não havia como permitir que a situação continuasse no nível em que estava, sob pena de a população ser apenada violentamente, o que já estava acontecendo.

Então, não houve nem da minha parte nem da parte do Presidente, qualquer ação política no Rio de Janeiro para salvar meu cargo. Isso é uma coisa absolutamente fantasiosa.

Em relação ao que disse o Senador Flávio Arns, eu concordo absoluta e totalmente. O Sistema Único de Saúde só consegue avançar, se atuarmos de forma compartilhada. E é isso que temos feito o tempo inteiro. Conflitos, interesses diferenciados existem o tempo inteiro. O SUS criou instâncias para construir uma unidade em torno desses temas onde há divergências. Por exemplo, as Comissões Bipartites, que são comissões estaduais formadas pela secretaria estadual mais as secretarias municipais, só decidem por consenso, por unanimidade. A Comissão Tripartite Nacional, embora não tenha a obrigação de decidir por consenso, na maioria das vezes, o faz por consenso. Todos os temas, inclusive um tema como este, de regulamentação de qualquer procedimento, protocolos, passam pelas Comissões Bipartites, Tripartites, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelas sociedades.

Durante dois anos, conseguimos resolver conflitos grandes. No meu Estado mesmo, o Estado de Pernambuco, a entrada do Estado na condição de gestor pleno, foi uma negociação de mais de dois meses. O Estado e o Município de São Paulo, quando entraram, também na condição de gestores plenos, houve uma negociação que se arrastou por vários meses entre as três instâncias: Governo Federal, Governo Municipal e o Governo Estadual. E, no final, foi possível se construir isso. Em vários outros lugares esses conflitos acontecem e aconteceram, mas sempre conseguimos resolver. Por que não conseguimos resolver no Rio de Janeiro naquele momento? Porque não havia – esta é a minha avaliação clara – desejo de que isso acontecesse. Temos, agora, uma outra oportunidade e acho que não podemos perdê-la. Será que vamos ficar até quando nessa disputa, nesse bate-boca entre Governo Federal e Municipal para chegarmos a uma

solução que atenda à população do Rio de Janeiro. Essa é a nossa expectativa, o nosso desejo, a nossa intenção. Esperamos que seja também a intenção do Governo Municipal e esperamos que o Governo Estadual nos ajude na construção desse compromisso e desse consenso.

Com relação aos medicamentos na área de homeopatia, fizemos algumas ações importantes. Hoje, os procedimentos de homeopatia estão definidos pelo SUS, inclusive com remuneração por parte deste. E isso vai ser brevemente votado na comissão tripartite. A própria Anvisa estabeleceu parâmetros para regular os medicamentos homeopáticos, mas a Anvisa, às vezes, adota critérios – e é até uma instituição independente – e nem sempre há um consenso entre aqueles que têm o interesse do registro do medicamento e os técnicos da Anvisa. Temos procurado o máximo possível, fazer com que a Anvisa tenha uma visão mais ampla desse processo como um todo e entenda o próprio interesse da população, mas as coisas esbarram nos aspectos de ordem técnica.

Nosso entendimento com as ONGs na área de AIDS é bom, embora tenhamos conflitos em alguns momentos. O debate sobre o licenciamento compulsório de medicamentos é algo sobre o qual não temos tido ainda uma posição comum entre as ONGs. Elas querem que o Governo faça necessária e rapidamente. E nós achamos que precisamos ter um processo de acúmulo de discussão. Mas a relação é muito boa. Temos ampliado o financiamento às ONGs.

Em relação ao Conselho Nacional de Saúde e à Comissão de Saúde Indígena, o nosso entendimento também é o melhor possível. O Conselho Nacional de Saúde participa de todas as ações do Ministério da Saúde e as determina. Respeitamos todas as decisões tomadas e aprovadas pelo Conselho e pelas suas comissões técnicas.

A Pastoral da Criança tem sido uma aliada importantíssima em todas as ações do Ministério da Saúde, inclusive no caso de Dourados. Ela teve uma participação importante nas ações emergenciais que fizemos! O nosso desejo é aprofundar cada vez mais esse relacionamento do Ministério com a Pastoral e o respeito às decisões do Conselho Nacional de Saúde.

Com relação ao que disse o Senador Wirlande da Luz, de fato, se não houver a implantação de um sistema de atenção básica no Município do Rio de Janeiro não vamos ter como resolver esse problema. Tem de haver uma consciência por parte do gestor municipal. Nesse caso, a atenção básica não é de Governo estadual nem de Governo federal, é de Governo municipal. V. Exª, que foi Secretário, sabe disso. Deve haver o convencimento por parte do Município do Rio de Janeiro de que precisa implantar o Programa de Saúde da Família ou criar outra forma de atendimento básico para que a população não seja obrigada a viver nos hospitais de urgência para conseguir o atendimento.

Com relação ao tema, qualquer tipo de protocolo, repito, é sempre construído com as entidades de especialidades. Ano passado, definimos, por exemplo, protocolos para o atendimento dos pacientes portadores de insuficiência renal. Esse grupo de estudo envolveu a Sociedade Brasileira de Nefrologia, de Diabetes, AMB, Secretários Municipais, Estaduais, para construir algo de consenso que depois passasse por uma avaliação e uma decisão desses órgãos que têm poder deliberativo no Sistema Único de Saúde.

Em relação ao Samu, respondendo à pergunta de V. Exª fez, não vamos fazer isso para todos os Municípios e para todos os Estados que entram no Samu. O Rio de Janeiro é um caso à parte, é uma situação de exceção! O Município não quis implantar o Samu, alegando falta de recurso! Então estamos dando condição para que se implante. Não haverá condição de estruturar o atendimento de urgência e emergência no Rio de Janeiro, se não tivermos um sistema de regulação de atendimento de urgência e emergência como o Samu. Então é fundamental, é estruturador para esse sistema! Depois, o Município vai assumir a sua parte na responsabilidade. Não é possível que não aceite nem gerir o Samu na cidade do Rio de Janeiro. É um benefício para a população. O Samu é um serviço profundamente legitimado e apoiado pela população. Todo mundo sabe disso! Por que vamos negar à população do Rio de Janeiro essa alternativa, até porque já temos na Região Metropolitana II e também na Baixada Fluminense?

Estamos fazendo a aquisição de 54 milhões de cartões SUS para que possam ser encaminhados para os Municípios, e, a partir daí, poderemos trabalhar não apenas com essa preocupação de fazer a compensação pelos atendimentos feitos por um Município a pacientes de outro Município, mas também para termos regulação das várias ações que o SUS realiza, como medicamentos de alto custo, atendimentos na área de hemodiálise, disciplinamento e organização de filas. Essa proposta é fundamental! Tivemos que passar praticamente dois anos para fazer com que o cartão SUS falasse por si, já que duas empresas tinham vencido a licitação anteriormente.

Vou concluir, Sr. Presidente. Em relação ao Fundão, vamos receber um projeto da reitoria da universidade para uma proposta em relação àquele hospital. Inclusive já conversei com o Reitor Aloísio Teixeira sobre esse assunto. É preciso fazer uma avaliação, porque me parece que há algum comprometimento

estrutural. Portanto, com esse projeto, vamos discutir como é possível o Ministério da Saúde, junto com o Ministério da Educação, fazer com que aquilo possa ter uma utilidade e venha a funcionar.

Por último, em relação aos problemas de abastecimento e de imagem lá do Souza Aguiar. Em primeiro lugar, encontramos um quadro de mal-gerenciamento das necessidades de medicamentos e de outros insumos. Há uma compra centralizada feita na rede municipal de saúde, que, muitas vezes, não leva em conta as particularidades de cada hospital. Lá, são realizadas, inclusive, compras por suprimento. A cada cinco dias se faz uma compra, o que complica o processo de planejamento para a atualização. A própria lista de padronização tem falhas em termos de medicamentos. Adquirimos medicamentos para esses hospitais, tiramos medicamentos de unidades nossas e os repassamos, naquele período emergencial, para o Hospital Souza Aguiar e para o Miguel Couto.

Quanto à parte de imagem, somente há dez dias a empresa Siemens disse que os aparelhos não tinham conserto. Tínhamos solicitado que ela fizesse uma avaliação para que fossem feitos os reparos dos aparelhos que encontramos quebrados e ela, só há dez dias, comunicou que não poderiam ser feitos os reparos, condenou os aparelhos. Então, partimos para fazer a aquisição. No caso desses dois desses aparelhos, vamos entregar um amanhã e outro na semana que vem. Consertamos a parte de refrigeração da sala de tomografia e autorizamos a troca da ampola do tomógrafo. Ficamos lá 41 dias, até que o Supremo decidiu que deveríamos devolver os hospitais. Nós os devolvemos e não conseguimos concluir o trabalho que havíamos iniciado. Esperamos que a prefeitura os conclua.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passamos, então, ao terceiro grupo de oradores. O primeiro debatedor a falar é o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, a quem concedo sete minutos para seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. No intuito de atendê-lo, comunico ao Ministro que estou transformando em requerimento de informações dois assuntos.

O primeiro é referente àquela velha história da dissidência entre o Ministro e o seu Secretário de Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Lima, que acusou o Ministério de atraso de quase três meses em relação às compras e liberações de verbas para a produção de medicamentos anti-retrovirais.

O segundo é aquela velha e dolorosa história da escassez de medicamentos para a Aids – sabemos que o Brasil recebeu prêmios no Governo passado. A isso ele responderá via requerimento de informações.

Sr. Ministro, há ainda um terceiro requerimento de informações – quero justamente poupar tempo –, indagando a posição do Ministério a respeito do anúncio feito pelo Presidente Lula sobre o envolvimento do BNDES, do Banco do Brasil e das empresas de planos de saúde e seguros. Não vou tratar de nada disso agora.

Vou, então, Sr. Presidente, aproveitando o tempo, dizer que, baseado em alguns pontos do debate anterior, se eu pudesse dar uma opinião ao Ministro, eu o aconselharia a não aceitar o repto feito pelo Senador José Agripino, de marcar aquela data para o atendimento dos pacientes de oncologia, matrícula tal – a lista de oncologia é enorme –, porque termina V. Exª ficando inadimplente de novo. Eu já soube... Eu estava fora, porque fui ao banheiro, e V. Exª também foi. Não há nenhuma irregularidade, nenhuma improbidade em ir ao banheiro, pois vamos mesmo, é da boa fisiologia, enfim. O Samu, segundo nota de **O Globo**, de 7 de abril, só funcionaria no fim do mês, e V. Exª disse que nem no fim do mês. Então, a melhor coisa que V. Exª faz é ignorar aquele repto feito pelo Senador José Agripino Maia, porque a coisa andará melhor para o seu lado, segundo o meu modesto juízo. Mas olha, vamos ter, enfim, não poderá aceitar, Senador. Já que não foi possível cumprir isso, tenho a impressão de que é melhor ele não aceitar, francamente. Se quiser aceitar a assessoria de um ex-colega seu de Câmara, é melhor não aceitar, porque V. Ex ª vai ficar inadimplente e o Senador José Agripino vai ficar "pegando no pé" de V. Exª. Então, é melhor não aceitar. Não pude cumprir aquilo, também não vou assumir. Se V. Exª cumprir vai parecer uma grande coisa, todo mundo vai ficar morrendo de agradecimento e V. Exª irá marcar um tento.

Mas, Sr. Ministro, existem ainda algumas coisinhas aqui sobre o debate. Aqui quase excomungaram o STF, chegando a dizer que as entidades tais queriam a intervenção. Militei muitos anos na esquerda e quando ouço essa conversa de entidades parece que alguém vem com a farinha enquanto eu, que sou da mesma escola, volto com o fubá. Não sei até que ponto as entidades são representativas daquelas mesmas pessoas que as compõem. Representativo para o Brasil é o cumprimento da Constituição, e a Constituição impôs ao Governo, aqui para nós, Ministro, um vexame enorme.

Alguém falou no Relator e não foi feliz. O Relator foi obrigado, pela sua consciência de jurista, a rever – foi tão bonito aquilo – sua posição, e formou-se uma unanimidade defendendo o princípio federativo, uma

unanimidade dizendo que o Governo havia extrapolado mesmo. E as palavras foram duras. Se V. Exª não ouviu aquelas palavras, eu recomendo, já que está com a mão na massa, a fazer um exame de coração para ver se está pronto para ouvir o que disse a respeito da intervenção o Supremo Tribunal Federal. Foram palavras duras, mas de defesa da democracia brasileira. Por isso, quero manter o STF longe de pragas, porque mostrou, naquele momento, que as instituições funcionavam no Brasil.

Ministro, uma pergunta: por que não se deu a tal intervenção, que teria sido irregular também, no entorno do Rio? O Prefeito Lindberg Farias, futuroso quadro do seu Partido, disse: "olha, estou ansioso por algo parecido". A coisa foi, coincidentemente, em cima de um candidato a Presidente da República.

Aqui o Senador Bornhausen já falou exaustivamente sobre aquelas filas que matam. Toda fila humilha, mas algumas matam, como essa do câncer, por exemplo. E não vamos começar com essa conversa de herança maldita, pois quero manter o respeito com V. Exª. O Dr. Jacob Klinderman transformou aquilo num grande centro de excelência e de repente a coisa desandou. Isso é um fato.

Gostaria ainda de perguntar a V. Exª, Sr. Ministro, se já demitiu o Dr. José Gomes Temporão? Ele foi demitido?

O SR. MINISTRO HUMBERTO LIMA – Não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É uma pena. O Presidente da República não demite V. Exª, V. Exª não demite o Temporão... Aí fica um ciclo vicioso terrível. Ele disse ao jornal **O Globo**, em 17 de abril de 2005: "Não é possível comparar o atendimento a um paciente da rede privada com o da rede pública. Nos hospitais públicos é preciso aguardar. Oferta imediata não existe. Estamos no Brasil, não na Suíça". Não seria o caso de demissão de um funcionário que sai com esse tipo de coisa diante das matrículas – não podemos nem devemos dizer os nomes – das matrículas que estão morrendo? Ou seja, há ameaça clara à vida das matrículas. E ele diz que aqui não é Suíça, como se aqui alguém imaginasse... Seria, no mínimo, o caso de V. Exª dizer ao Sr. Temporão para ele levantar o traseiro e começar a respeitar o povo brasileiro. É um fato.

Mas também não vou falar de saúde indígena, acerca do que V. Exª também não foi feliz. V. Exª disse que ele estava na estatística. Se estivesse na estatística, V. Exª está no Ministério justamente para reverter estatísticas negativas. Mas não estava na estatística. Na verdade, as estatísticas pioraram muito e não podemos tratar essa coisa da vida com desdém.

V. Exª se referiu aos tais vampiros. Eu jamais diria que V. Exª é Ministro dos vampiros. Creio que possa ter hiperbolizado quem quer que tenha dito isso aqui, talvez o meu amigo Bornhausen.

Mas o fato é que houve a tentativa de dar a entender que isso era coisa que vinha de trás para adiante. De repente, vimos, pela Polícia Federal, o indiciamento de pessoas que eram todas de diante para trás, inclusive figuras muito ligadas a V. Exª. Dou o nome de algumas aqui: Luiz Cláudio Gomes da Silva, Mário Rocha, Ariane Alves de Souza, Manoel Pereira Braga Neto. Aí tem conterrâneos, amigos, enfim.

Eu o tenho como uma pessoa muito séria, convivi com V. Exª, e devo dizer que talvez V. Exª não tenha atentado para uma coisa muito grave. Errou muito, errou por ter nomeado aqui, ali, acolá, nomeou errado de novo, nomeou errado uma quarta vez.

V. Exª fala, Sr. Ministro, que ajudou a criar o PT e eu percebi uma certa ponta de orgulho. Isso é que faz, às vezes, do PT um partido complicado. Estou diante de dois amigos aqui, o Senador Mercadante, o Senador Tião Viana e tantos outros. Isso é que faz do PT uma coisa complicada. Quando V. Exª falou, sua face se iluminou. Parecia assim que V. Exª tinha o direito de errar porque tinha ajudado na construção desse Partido tão miraculoso.

Eu não. Eu me sinto, por ter sido um dos criadores do projeto do PSDB, uma pessoa tão normal quanto as demais. Mas olhe: quando V. Exª fez agora uma nova proposta ao Governo do Rio de Janeiro – e, para mim, a coisa estava muito clara –, a proposta andava, estavam discutindo tecnicamente e, de repente, apareceu um gênio que disse assim: Presidente, vamos dar uma melhorada no Rio de Janeiro, onde as pessoas estão zangadas com o senhor por causa da reforma da Previdência. E vamos fazer a intervenção e aproveitamos e abatemos no ar a candidatura do Sr. César Maia.

Muito bem, essa é a leitura que faço. V. Exª agora, cumprindo meramente o que diz o Supremo Tribunal Federal, manda uma nova proposta, dizendo que vai cuidar da questão do pessoal, dentro daquela dicotomia entre cessão de uso e gestão plena, mas são R$15 milhões, algo assim, que são devidos pelo Governo Federal. Mas a proposta não menciona o custeio. Ou seja, seria preciso o Supremo Tribunal Federal dar uma ordem para que se cumprisse com o dever de custear aquilo que é um dever do Ministério? É preciso uma outra ida ao Supremo Tribunal Federal e, portanto, não haveria interesse verdadeiro em fazer funcionar a saúde no Rio de Janeiro? Ou V. Exª, Sr. Ministro, estaria pronto a me dizer que, a essa altura, enquanto eu

estou aqui falando, já caiu lá no Siafi o dinheiro ligado a esse episódio?

Sr. Presidente, eu estranhei muito que o Sr. Ministro, que estava visto como demissionário... não quero aqui entrar no mérito. Em cada dez listas que os jornais elaboravam, lá estava V. Exª como demissionário. As razões sempre eram insuficiência técnica da sua gestão, da sua equipe, e, de repente, V. Exª sobreviveu à tal degola, enfim.

Que bom para V. Exª! Não fizeram injustiça a V. Exª, porque eu cheguei a ver lá em Recife uma despedida assim, pessoas maliciosas – não é meu caso – diziam assim: isso é um enterro de luxo. Não é o meu caso, não estou aqui para isso. Mas, veja bem, V. Exª chegou praticamente a se despedir. Foi a leitura que o segmento político fez. E aí V. Exª fica.

Aqui na Casa, Casa que V. Exª honrou por tanto tempo, o Congresso Nacional, o que corria à boca pequena era o seguinte: agora não podem nem demitir o Ministro, porque se demitirem o Ministro vão desmontar a intervenção. Será que agora V. Exª está sentindo menos isso? V. Exª falou que não é estável. Claro que não é. Não fiz concurso para ministro quando fui. V. Exª não fez concurso para ministro e não existe concurso para ministro. Temos eleição para deputado, senador, presidente, isso tem um período para se renovar. Mas não haveria agora, no momento em que o Presidente Lula compreendesse que ele teria que dar menos satisfação ao partido tal, ao partido qual e fazer o que o Brasil exige, que é uma reforma ministerial que dê estatura a esse Governo – porque está um governo sem estatura.

V. Exª não sente, se retomamos os noticiários anteriores, que passou a ficar um pouco mais vulnerável?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª já ultrapassou em quatro minutos o tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, vou apenas fazer uma pergunta aqui.

Sr. Ministro, V. Exª poderia definir tecnicamente – e aí é por absoluta ignorância mesmo, o Senador Aloizio Mercadante disse que entendo de remédio, enfim, é tudo vitamina, aqui não tem remédio algum, mas eu não posso, enfim, me arvorar num tema que seria talvez do Dr. Sola ou dos seus ilustres assessores – mas V. Exª poderia me explicar para que serve um tonômetro e o que é uma EEG? Isso é mera curiosidade de alguém que quer saber o que é tonômetro e EEG. Se pudesse me explicar, eu agradeceria.

V. Exª é médico e tenho certeza de que, como médico, deve ter sofrido muito – médico psiquiatra, sobretudo – com a tortura mental a que foram submetidos aqueles pacientes de HIV que, de repente, de uma hora para outra, perderam a regularidade no fornecimento dos seus remédios. Mas isso é assunto para requerimento de informações.

Por hora é dizer a V. Exª que lhe desejo toda a felicidade pessoal do mundo – mas toda a felicidade pessoal do mundo –, ao mesmo tempo registrando que, no plano político, não percebo que V. Exª esteja fazendo uma gestão que seja aquela de que precisa o Ministério da Saúde. Quando acusaram aquele negócio de vampiro para cá, vampiro para acolá, eu vi malícia no seu governo, tentando dar a entender que era gente apressadinha que tentava ligar isso ao então candidato a Prefeito de São Paulo José Serra. E quando fomos ver, os indiciados eram todos, eram pessoas do tempo agora. Pedimos a convocação das pessoas aqui, requerimento derrubados na Comissão de Fiscalização, não por nossa causa. Se querem convocar, convoquem todo mundo, do drácula às pessoas mais recentes, todas. Mas V. Exª, sempre procurei ressalvar, porque não há nada que me diga que V. Exª não é a pessoa íntegra que conheci como Deputado.

Do ponto de vista técnico, vejo que V. Exª hoje não respondeu às perguntas. V. Exª da outra vez falou, falou, falou, quem sabe, para ninguém perguntar. Voltou aqui, não respondeu às perguntas, V. Exª não mostra a idéia de um projeto estratégico do país para a saúde, faz uma coisa bastante pontual, e tenho certeza absoluta de que V. Exª vai me responder com mais percuciência vai ser essa coisa do tonômetro e da EEG, porque vou acrescentar ao meu cabedal, às minhas seleções de **Reader's Digest** pessoal, esse entendimento.

No mais, Sr. Presidente, dizer que valeu a pena esperar. É uma pena que as criancinhas indígenas não tenham tido tempo para esperar. Eu tive, estava alimentado, tomei as minhas vitaminas aqui; elas não tiveram. Essa é uma calamidade que nasceu do seu governo. As crianças todas tinham menos de dois anos e tal, ou seja, todas são uma herança maldita do tempo em que V. Exª é Ministro e em que está vigendo este Governo, Sr. Presidente e Sr. Ministro.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer por hora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra, o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero iniciar esta audiência dizendo que tenho muita honra em conviver com V. Exª não apenas como companheiro de Partido, mas como homem público, Deputado Federal, uma pessoa que se dedicou a vida

inteira à saúde pública e ao interesse público desta nação. E V. Exª está nesse Ministério pela sua competência, pela sua história, pela sua vivência e faz uma grande gestão.

É verdade que houve uma campanha sistemática no sentido de desestabilizá-lo dessa função do Ministério da Saúde. E as razões são de natureza eminentemente política. Era uma tentativa, que continua e persiste, de um segmento importante da Oposição, que, ao invés de dialogar com alternativas, com propostas e com políticas, prefere uma política que apequena a discussão das políticas públicas no Brasil. Mas a vida é assim, e tenho certeza de que essa gestão e o trabalho que está sendo feito e que será feito marcará a história da saúde pública no país. História em que V. Exª contribuiu muito por recontratar 5.500 funcionários que combatiam a dengue. E vivíamos uma epidemia de dengue em toda a nação, famílias e famílias, profissionais que foram abatidos por aquele processo, por uma política equivocada de desmontar a prevenção ao combate da dengue. V. Exª está reconstituindo isso.

V. Exª citou os dados da Funasa. É incrível que a Oposição venha falar do volume de recursos gastos com medicamentos da Funasa, que não é função da Funasa, não é o mandato da Funasa, é uma tentativa de desinformar a opinião pública. Mas o Senador José Agripino falou, apresentou os dados, a tabela, comparando viagem com medicamento. Não é a função da Funasa comprar medicamentos. Então é um equívoco que ajuda a desinformação da função. É função da Funasa a política preventiva, o saneamento básico, e os dados foram apresentados. Praticamente triplicaram o desempenho de 2002 para 2004. Assim como o combate à dengue é a concepção de uma política de prevenção à saúde, porque esse é o grande caminho do sanitarista, ainda mais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro de Carlos Chagas. Sr. Presidente, Rio de Janeiro de Sérgio Arouca, que foi Deputado comigo, e comecei a trabalhar em Campinas. Quero aqui render homenagem a ele, em 1977, fazendo pesquisa em saúde pública no Município de Campinas. Foi um grande sanitarista.

Essa visão da saúde de prevenção e as vitaminas do Senador certamente contribuem para isso, a saúde individual, mas coletivamente é o saneamento, é o combate à dengue. Temos que preservar a saúde; essa é a concepção holística, orgânica da saúde pública, e estamos avançando neste Governo. Na mesma direção, o Brasil Sorridente. Quero parabenizar V. Exª, porque uma elite deste país que governou por tanto tempo o Brasil nunca conseguiu olhar com um mínimo de solidariedade a boca do povo, que, muitas vezes, sem dentes, sequer alimentação de qualidade pode ter. Quarenta milhões de pessoas têm problemas na boca, que é por onde a saúde começa. Constituir um programa de prevenção é outra marca fundamental, e é toda a concepção que V. Exª está implementando no Ministério.

Por um lado, as coisas avançam, como o SAMU, que também é a política de prevenção. Moro em uma cidade em que, se não houver um sistema inteligente e hábil de atendimento, as pessoas não chegam a ser atendidas no hospital. Como boa parte de pacientes do País, que jamais conseguiu chegar a tempo no hospital.

Portanto, parabenizo também a competência de V. Exª nesse trabalho. E, mais ainda, se de um lado trabalha a prevenção, de outro, melhora o atendimento de alta complexidade. Os leitos hospitalares cadastrados no SUS eram 10.973. As UTIs cadastradas no SUS, em 2002, eram 10.973. Hoje, são 12.846. Quer dizer, um crescimento de quase 20% em dois anos, de todas as UTIs disponíveis, o que é absolutamente indispensável para o atendimento também de casos graves. Os avanços que são muito significativos.

Vamos agora ao caso do Rio de Janeiro. A Oposição tenta repassar a idéia de que a intervenção foi uma motivação política, que nasceu do Ministro. Pergunto o seguinte: o Conselho Municipal de Saúde pediu ou não essa política? Aprovou ou não o estado de calamidade no Rio de Janeiro?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª pergunta a mim?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Escutei V. Exª com toda a atenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Exª pergunta à Oposição, pergunta a mim. Portanto, eu respondo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tenho tempo. A Oposição teve todo o tempo, e eu escutei. Pergunto ao Ministro: foi ou não aprovado um Conselho Municipal de Saúde? O Sindicato dos Médicos se posicionou ou não nessa direção? O Ministério Público se posicionou ou não favorável a essa política? Portanto, havia o movimento no Rio de Janeiro, o movimento da sociedade, o movimento do Ministério Público, dos médicos, do Conselho Municipal de Saúde, que é a instituição plural, com participação cidadã na gestão do Sistema Único de Saúde, pedindo uma política de intervenção no Rio de Janeiro. E o Rio de Janeiro exercia a gestão plena do SUS, que é uma condição que poucos Municípios atingiram no Brasil. E é exatamente por isso que o Estado do Rio de Janeiro tinha a melhor participação nas despesas por habitante de todo o País, a melhor média de recursos públicos investidos no sistema de saúde: R$231,93 por habi-

tante. A melhor, disparadamente a melhor, comparada inclusive com o Amazonas, do nobre Senador, que recebe R$111,76, menos da metade, para não mencionar outros Estados. A maior média. Portanto, a situação dos seis hospitais não podia permanecer.

O que me espanta – e pretendo concluir porque meu tempo vai se exaurindo rapidamente – é que imaginei que a atitude do Prefeito seria a seguinte: "Vamos trabalhar juntos para reverter a situação. Vamos construir uma saída porque realmente o Município não está dando conta dos seis hospitais". Porque não está dando conta e não vai dar. Não tem como a cidade resolver o problema. Foram transferindo os hospitais para o Município, e uma rede de ambulatórios. O Município não tem como dar conta. É preciso parceria. A União tem responsabilidade, o SUS é uma política orgânica de co-responsabilidade. As pessoas morrem na fila.

Adoro a ironia. Mas, no caso do câncer, como enterrei minha mulher, é algo que me marca profundamente. Eu ia às três horas da manhã para a fila a fim de retirar uma guia para fazer radioterapia. Isso em 1981. Sei o que é isso, entrar em uma sessão de radioterapia, em que você vai com os pacientes, com as crianças, mês a mês, você sai, e aqueles já não voltam mais. Não é qualquer coisa. Não é qualquer coisa! Penso que os problemas da saúde pública são muito graves. E precisamos de co-responsabilidade no País. Se eu pudesse fazer uma sugestão honesta nesta sala, penso que é necessário despartidarizar, despolitizar, e construir, juntos, soluções. Não dá para continuar fazendo desse tema esse tipo de debate. Acho que foi boa a decisão do Supremo no sentido de permitir uma repactuação. Nesse sentido acho que foi positivo: os dois hospitais municipais voltam à cidade do Rio de Janeiro. Ótimo! Então vamos, agora, suspender esse tipo de procedimento e, se fizer toda parceria possível entre o Município, Estado e a União, nós vamos continuar devendo muito para o nosso povo.

Na fila do câncer, não dá para esperar mesmo. Não dá para esperar. Só que os hospitais, hoje, não estão atendendo, as pessoas estão indo para a fila dos hospitais de alta complexidade. E a fila nos hospitais de alta complexidade está crescendo numa velocidade exponencial. Barretos está atendendo a mil e quinhentos Municípios no Brasil. Têm cem mil pessoas pobres que pagam para manter o hospital. Pagam! Artistas que dão *shows*, a União coloca recursos e a fila está crescendo.

Então, acho que nós precisamos buscar soluções, com co-responsabilidade e com muito espírito público. Porque se é uma coisa difícil de aceitar é uma criança morrer numa fila ou ficar com dor um paciente porque não pode ser atendido pelo Estado brasileiro. E eu não vejo saída, nem dos Municípios, nem dos Estados, nem da União. Juntos, ainda será um imenso desafio e parte desses problemas só será resolvido ao longo do tempo.

Então, eu realmente, se eu pudesse fazer... É pena que as pessoas não estejam aqui para escutar, mas o apelo que faço é que a gente sente à mesa, que o Município do Rio de Janeiro e a União, nessa questão, trabalhem juntos para tentar recuperar o seis hospitais e a rede de uma forma geral, porque nós não podemos continuar nesse palanque eleitoral em matéria dessa sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, cumprimento os demais membros da Mesa na pessoa do Dr. Valdir Camarcio, um goiano no Ministério da Saúde.

Sr. Ministro, eu queria aqui relatar uma experiência que tive. Acho que as emoções que são apresentadas aqui, às vezes, carregadas de indignação, elas se devem principalmente, eu acredito, à preocupação que cada Senador tem nesta Casa com aquilo que é fundamental na saúde, que é o centro, a centralidade de tudo, que é o paciente.

Eu vivi uma experiência, no Governo passado, quando houve aquele escândalo do Santa Genoveva. Naquela ocasião estava sob minha responsabilidade o Cristo Redentor. Era Prefeito no Rio de Janeiro o atual Prefeito César Maia. Após visitar o Cristo Redentor, cheguei a conclusão que o mais correto seria municipalizar aquele abrigo que funcionava também como hospital. Procurei o Prefeito e ele expôs as suas razões para não assumir aquele hospital, no que eu concordei inteiramente, porque havíamos votado a Lei Nacional do Idoso onde se exigia que o hospital-dia para a terceira idade tivesse a adequação correta para aquele atendimento.

S. Exª, o Prefeito, naquela ocasião, propôs que o Governo Federal recuperasse o Cristo Redentor e, após a sua recuperação, ele o assumia com toda a responsabilidade, com toda as condições de prestar um bom serviço à população. Então eu perguntaria a V. Exª: em primeiro lugar, quanto ficou essa operação emergencial no Rio de Janeiro? Em segundo lugar, o objeto de desentendimento, quer dizer, a proposta que não gerou o entendimento significava que o Governo Federal prometia ampliar os recursos na ordem de R$46 milhões e, em contrapartida, o Município deveria ampliar o Programa Saúde da Família; implantar o SAMU 192 e as Centrais de Regulação; implantar quinze postos de saúde com atendimento 24 horas. Os 46 milhões que exigiriam essa contrapartida teriam como objetivo

compensar o afastamento de 1.544 servidores federais que trabalharam no Município entre 1999 e 2004.

Ao lado desse acréscimo de recurso para custeio, o Governo acenava com um investimento na ordem de cem milhões de reais, em 2005; com investimentos adicionais de trinta e oito milhões para reformas de grandes emergências e com cinqüenta e cinco milhões para reformas de hospitais e compras de medicamentos – não há data desse repasse, portanto, aqui, estou utilizando os dados do jornal do próprio Ministério.

Hoje, V. Exª faz a intervenção nos hospitais do Rio de Janeiro. Alguns federais, em condições inteiramente inadequadas para o funcionamento, com toda uma problemática anacrônica, toda uma inadequação para um atendimento de uma rede, sofisticada até certo ponto, que é a rede constituída pelo SUS. Ao lado disso, os hospitais municipais, que, também, tinham a sua situação agravada. Eu perguntaria a V. Exª se, mesmo tendo gestão integral plena, o Rio de Janeiro seria capaz de oferecer hoje esse atendimento, com esse recurso que foi objeto da negociação; se ele teria condições de aceitar esses recursos e de dar resposta à calamidade pública, que é a saúde do Rio de Janeiro – e isso não é de hoje, é de muitos anos.

Se V. Exª me permite, fugindo um pouco dessa discussão partidária acalorada, eu gostaria que nós pensássemos, com muita clareza, sobre o que acontece no Rio de Janeiro com aqueles hospitais que são inteiramente inadequados. Deve haver um investimento expressivo e substancial do Governo Federal – e, aí, não tem outro jeito – para remodelar os hospitais, para capacitar os servidores, que, ao longo do tempo, vêm trabalhando com vícios, com dificuldades e têm resistência à implantação do novo sistema.

Então, em primeiro lugar, eu gostaria que V. Exª me respondesse em quanto ficou a operação. E se essa operação, que demandou um atendimento muito maior, não iria agravar agora; pelo volume de recursos de medicamentos e de uma série de procedimentos que foram feitos, se ela não levaria a um caos maior ainda, nos próximos meses, a cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador César Borges, último orador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr. Ministro, em recente entrevista de V. Exª ao **Jornal do Brasil**, em 4 de abriu, o senhor descreveu a situação da saúde do Rio de Janeiro, dizendo o seguinte – as palavras foram estas: "Descaso, falta de pagamento de fornecedores e de profissionais, desabastecimento de medicamentos, equipamentos quebrados".

Sr. Ministro, sem sombra de dúvida, é de espantar uma declaração dessa por parte de V. Exª com relação a um ente federativo, que é a cidade do Rio de Janeiro.

V. Exª, realmente, tem sido uma figura constante na mídia nacional em função de episódios que dizem respeito à atuação à frente do Ministério da Saúde. Esses episódios são graves e não deram respostas satisfatórias à sociedade brasileira.

Apenas para relembrar, Sr. Ministro, rapidamente, a crise do Instituto Nacional do Câncer, que foi largamente noticiada, e apontada, com a pressão de V. Exª, a exoneração do Dr. Jamil Haddad. Depois, a "Operação Vampiro", que prendeu um assessor da sua confiança, levado pelo Ministério por V. Exª e que trabalhava com V. Exª desde a prefeitura de Recife, o Luiz Cláudio Gomes da Silva. Aqui, inclusive, tenho uma matéria do **Correio Braziliense**: "Luiz Cláudio era homem de confiança do Ministro Humberto Costa, que está na Suíça, participando da Assembléia Mundial da Organização Mundial de Saúde".

O coordenador de logística do ministério é suspeito da participação de fraude em duas concorrências nacionais para a compra de hemoderivados – produto utilizado para o tratamento de pacientes renais.

Na casa de Luiz Cláudio, no Recife, foram encontrados R$120 mil, US$20 mil, 7 mil euros, totalizando a quantia de cerca de R$210 mil.

Falta de medicamentos anti-retrovirais para tratamento de pacientes portadores da Aids, inclusive um ex-auxiliar de V. Exª acusou o Ministro de lentidão e irresponsabilidade no programa de combate à Aids, programa que sempre foi centralizado. Em função disso, houve omissão na compra no momento adequado desses medicamentos.

Mas, Sr. Ministro, mais do que isso, V. Exª como membro do Partido dos Trabalhadores, teve participação ativa nas campanhas políticas municipais do ano passado, colocou o seu Ministério com os seus auxiliares, como o Dr. Jorge Sola, que é da Bahia, numa posição política nítida e clara.

Tive oportunidade, como candidato pelo meu Partido, na cidade de Salvador, de ouvir V. Exª declarar que todos os recursos viriam para a cidade de Salvador se efetivamente o candidato do PT fosse eleito.

Posteriormente, como ele não chegou nem sequer ao segundo turno, e o PT deu apoio a outro candidato, também com afirmações desse tipo, estranho quando o Senador Mercadante fala em despolitizar, pois sabemos que o Ministério está altamente politizado. E vou demonstrar isso, Sr. Ministro.

Não quero falar ainda na grave crise das instituições filantrópicas, no descaso do Ministério da Saú-

de em relação à morte das crianças indígenas que V. Exª considerou normal na própria entrevista, dizendo que foi infeliz, mas declarou, na péssima gestão dos recursos da Funasa, que gasta muito mais com a administração interna do que com a atividade-fim. Isso é descaso, Sr. Ministro. Agora vamos ver como procede o Ministério da Saúde no seu papel político-partidário discriminatório.

Tenho a reportagem de **O Estado de S.Paulo**, de 20 de abril, que diz: "A União deu a Marta verba de Serra, antecipando recursos no valor de R$28 milhões de procedimentos do SUS, para que a Prefeita fechasse o balanço de 2004 com um resultado financeiro mais favorável, livrando-se assim de problemas relacionados à responsabilidade fiscal. Esses recursos eram principalmente originários da assistência oferecida em média e alta complexidade que só deveriam ser pagos no ano de 2006; foram pagos em 30 de dezembro". O repasse ocorreu em 30 de dezembro, um dia antes de ela sair da Prefeitura.

Tal fato, Sr. Ministro, não é novo, porquanto são conhecidos desde o ano de 2003 diversos casos de favorecimento a estados e municípios do PT, agenciados pela figura – a quem eu queria dizer pessoalmente, mas não se encontra aqui – do Secretário de Assistência e Atenção à Saúde, o ex-Secretário Municipal da cidade de Vitória da Conquista, Jorge Sola, que se utilizou do Decreto nº 1.232, do Governo Federal...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª me permite um aparte de dez segundos?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu estranho, porque me parece que há um quadro de indisciplina tão grande...

Fui Ministro e acompanho a vida pública por tanto tempo. Não consigo compreender o que há de mais importante para o Dr. Sola do que estar aqui e assessorar o seu Ministro. Será que ele passou mal? Teve alguma síncope? Fora isso, deveria estar sentado aqui.

Eu ia dirigir a pergunta sobre o tonômetro para ele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Secretário Jorge Sola, antes de sair desta reunião, me falou que está representando, numa solenidade, o Sr. Ministro. Daí por que ele se ausentou.

Muito embora ele não tenha sido convidado para esta reunião, foi o Sr. Ministro que, em atenção a esta Comissão, o trouxe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É que fica complicado, evasivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Entretanto, S. Exª o designou para uma missão que ele está exercendo neste momento, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Arthur Virgílio, mas gostaria da presença aqui do Dr. Jorge Sola, porque ele tem, sem sombra de dúvida – e posso afirmar isso em alto e bom som –, utilizado política e partidariamente o Ministério da Saúde.

Nesse caso específico, ele se baseou no Decreto nº 1.232, do Governo Federal, que institui a transferência automática de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais; beneficiou os eleitos do PT, deixando de autorizar pagamento de serviços produzidos aos prestadores de assistência ao SUS nos Estados que eram válidos para aquele ano.

A propósito da figura do Dr. Sola, é bom que se diga que ele desempenhou, na época, a função de Secretário do ex-Prefeito, hoje Deputado Federal Guilherme Menezes de Andrade. Teve suas contas questionadas no Tribunal de Contas da União, pagando multas por má gestão em convênios de saúde, ausência de licitação para aquisição de bens e serviços. Houve um processo do Tribunal de Contas da União contra o Prefeito Guilherme Menezes, mas sobre a atuação do Jorge Sola.

Retomando a questão do Decreto nº 1.232, do Governo Federal, que institui essa transferência automática de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais, há de se observar que os recursos serão transferidos, segundo critérios, valores e parâmetros de cobertura assistencial, de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Essas são exigências contidas no decreto.

Também merece observação o condicionamento da transferência e indicação das Comissões Intergestoras Bipartites nos Estados: "...vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto situações emergenciais ou de calamidade pública na área de saúde".

Por fim, ocorre que o Ministério da Saúde, Sr. Presidente, inovou ao transferir recursos, utilizando mecanismo de transferência automática do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais de saúde, em caráter excepcional, no mês de dezembro, sem observar as regras que foram estabelecidas, de comum acordo, entre as três esferas do Governo. Isso significa transferência de recursos sem convênio, sem plano de trabalho, sem plano de aplicação e sem prestação de contas. Foram R$28 milhões para São Paulo, R$10 milhões para Porto Alegre, R$5 milhões para Belo Horizonte e,

na Bahia, R$2,4 milhões para Vitória da Conquista e R$390 mil para Juazeiro. Senador Arthur Virgílio, qual a coincidência que há entre essas Prefeituras? Todas são administradas pelo PT. Posso listar mais: Olinda, pelo PC do B, e Campinas, em São Paulo.

Portanto, Sr. Ministro, fica a pergunta: por quê? E o mais grave: por que isso não foi feito para outros Municípios, inclusive para o Rio de Janeiro? Por que era administrado por um Prefeito competente, o Prefeito César Maia? Será que a intervenção naquele Estado se deu em função disso? É muito difícil dissociar essa intervenção de fins meramente políticos, aliás, duplo: tentar atacar o Prefeito César Maia, candidato à Presidência da República, e manter V. Exª no cargo, que estava, como já foi dito aqui, demissionário e parece que foi salvo pela intervenção – parece-me, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, quando deu o ultimato ao Presidente Lula.

Essa maneira de proceder com os recursos públicos no Ministério da Saúde, privilegiando os correligionários do PT e fazendo a intervenção no Rio de Janeiro, como se esse Estado fosse diferente do País com relação à saúde, são questões estão para a sociedade que, não só como V. Exª, vai respondê-las no momento oportuno. V. Exª, até por conta de um decreto inconstitucional, cuja responsabilidade cabe ao Governo, que, com toda sua assessoria jurídica, não deveria elaborar um decreto inconstitucional, foi, em hora muito boa, reposta pelo Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, essas são as minhas perguntas. Espero que o Ministério da Saúde possa atuar visando à melhoria da saúde do Brasil e não os interesses do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Para finalizar, com a palavra o Senador Augusto Botelho, para fazer sua indagação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT –RR) – Minha pergunta é rápida e objetiva. Eu gostaria de saber do Sr. Ministro da Saúde se o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão Tripartite foram consultados sobre a intervenção no Estado do Rio de Janeiro e a posição dos dois em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, finalizando esse debate, concedo a palavra a V. Exª para responder aos Senadores Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Lúcia Vânia, César Borges e nosso querido Senador Augusto Botelho, último orador, que fez uma grande pergunta. Breve, mas importante.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Em primeiro lugar, vou repor alguns fatos. Não vou tratar um assunto sério, como o da Operação Vampiro, com a ironia e com a desinformação com que alguns o tratam.

O Senador Arthur Virgílio me questionou sobre pessoas que foram nomeadas por mim e que tiveram envolvimento na Operação Vampiro. É verdade. Já prestei todos os esclarecimentos acerca disso. Sabemos que nem sempre a confiança que se deposita em alguém é correspondida plenamente. Em nenhum momento, qualquer pessoa que tenha tido qualquer vínculo com o Governo, no processo da Operação Vampiro ou em qualquer outro processo acontecido no Ministério da Saúde ou fora dele, deixou de ser devidamente investigada. Aliás, vimos, permanentemente, a Polícia Federal fazendo investigações e pessoas reclamando: "Não, mas sou aliado do Governo". Nosso Governo atua de forma impessoal no combate à corrupção e na contenção da sangria dos recursos públicos.

V. Exª fez referência a duas pessoas. Era bom que tivesse feito referência a outras mais. Por exemplo, o Sr. João Batista Landim, que sofreu processo de busca e apreensão na Operação Vampiro, foi nomeado pelo Dr. Otávio Azevedo Mercadante, que vinha a ser Secretário Executivo da Gestão do Ministro José Serra. Por exemplo, o Sr. Salatiel Soares Neto, que também sofreu processo de busca e apreensão naquele processo, foi nomeado também pelo Dr. Otávio Mercadante. O Sr. Mário Machado da Silva, que era o Presidente da Comissão de Licitação e que morreu recentemente, também foi nomeado pelo Dr. Otávio Mercadante e, inclusive, também foi preso. O Sr. André Murgel, que foi também preso e sofreu busca, apreensão, etc, também foi nomeado, no Governo passado, pelo Dr. Otávio Mercadante.

Isso não quer dizer que o Ministro Serra ou o Ministro Barjas Negri sejam coniventes ou que estejam envolvidos em qualquer processo de corrupção que aconteceu durante anos. O máximo que posso dizer é que o mesmo cuidado que tivemos em apurar e em fazer com que essas pessoas viessem a ser punidas não houve. Mas não posso acusá-los de qualquer tipo de envolvimento em relação ao que quer que seja. Aliás, durante todo o tempo da Operação Vampiro, minha posição foi de evitar esse processo de politização, que, aqui e ali, volta novamente.

Com relação ao problema da lista e do material que publicamos no jornal do Rio de Janeiro, é importante dizer que estamos tratando das cirurgias eletivas, uma fila, segundo o Ministério Público, com 14 mil pessoas que deixaram de fazer cirurgias simples, de responsabilidade da área de média complexidade – portanto, responsabilidade municipal – e que inclusive vivem a vagar por emergências. Aqui e ali, uma hérnia inguinal se complica. Aqui e ali, uma variz gera

uma complicação, uma consulta na emergência, um sofrimento e uma internação. Então, o Ministério, em associação com a Secretaria Estadual de Saúde, pegou R$6 milhões, que, desde o ano passado, estão à disposição da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, para a realização dessas cirurgias, fazendo com que 14 mil pessoas deixem de sofrer. Repito que será perfeitamente possível reduzir também na área da complexidade, como, por exemplo, na área do câncer, agora que, espero, a Prefeitura fará sua parte e nós, nessas unidades de atendimento ao câncer, também, garantindo atendimento de média complexidade e outros na área da alta complexidade.

Por que não houve intervenção no entorno do Rio de Janeiro? Temos trabalhado com as Prefeituras do Rio de Janeiro, na região do entorno, há muito tempo. Por exemplo, enquanto o Município do Rio de Janeiro não quis implantar o Samu, na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana 2, o Samu está instalado.

Enquanto não conseguimos chegar a acordos em relação à ampliação da atenção básica no Município do Rio de Janeiro, nesses Municípios existem processos avançados de implantação, alguns com alguma dificuldade, como mudança de Prefeitura, mas com um diálogo permanente, que existe e que continua, e o Ministério tem todo o interesse de garantir que o Entorno, principalmente a Baixada, possa se estruturar, do ponto de vista de atenção à saúde da população, para evitar também as pressões que acontecem sobre a capital.

O que fez com que tomássemos aquela posição no Rio de Janeiro foi a absoluta intransigência da Prefeitura em fazer um acordo em relação à saúde do Município do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, um descaso com o que estava, efetivamente, acontecendo, uma situação de descalabro. Quer dizer, não avançávamos na negociação, e ao mesmo tempo a saúde da população se deteriorando. Esse debate precisamos travar. Há muita gente comemorando o resultado da decisão do Supremo Tribunal Federal, e o respeitamos plenamente, mas o Sistema Único de Saúde, o Congresso Nacional, todas as pessoas que hoje militam na área de saúde precisam dar uma resposta ao povo brasileiro. O que fazer quando alguém deixa de cumprir sua responsabilidade e vidas se perdem, a saúde se deteriora e as condições de acesso da população aos serviços deixam de existir? É assistir de braços cruzados? Nós, do Ministério da Saúde, queremos um debate na sociedade sobre a instituição de uma lei de responsabilidade sanitária, que diga claramente qual é a responsabilidade do Município, do Estado, do Governo Federal, que tenha como obrigar a que cada um deles cumpra sua responsabilidade e que atribua também penalidades pelo não cumprimento. Vou dar um exemplo: o Município do Rio de Janeiro tem 3% de cobertura da atenção básica, mas ele se comprometeu a levar essa cobertura, num documento assinado pelo Ministério da Saúde, para mais de 30%, e não cumpriu no prazo que tinha sido definido, e não usou o recurso do Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família (PROESF), e não acontece nada. Não cumpriu, a população continua sem atenção, sem assistência. O que pode o Ministério da Saúde fazer numa situação como essa, ou a Secretaria Estadual? Simplesmente desabilitar? É a única coisa. Então, temos que dar um passo à frente no Sistema Único de Saúde agora, para sua implementação. É verdade que o Brasil gasta pouco, os Municípios gastam pouco, os Estados gastam pouco, mas gastamos mal, precisamos gastar melhor, precisamos melhorar a gestão, e para isso temos que ter a responsabilização adequada para resolver, sem traumas, uma situação como essa. Uma lei que preveja a possibilidade de gestão compartilhada, autorizada pela Justiça, que preveja a possibilidade de gerenciamento do recurso transferido por quem transfere, se há uma malversação. Então, são coisas como essas que temos que discutir para garantir que a população possa ser protegida em situações como essas que aconteceram.

O Governo Federal quer fazer esse debate; o Governo Federal quer fazer essa discussão. O Ministério da Saúde quer fazer. Achamos que é uma coisa urgente, que precisa ser enfrentada por todos nós, independentemente de quem está no Município, no Estado ou no Governo Federal. Porque essas posições mudam e a população fica permanentemente sujeita a essas ações, omissões, que terminam por repercutir diretamente em sua saúde.

Não sei o objetivo da pergunta do Senador sobre o que é eletroencefalograma, EEG, e o tonômetro, que é um aparelho para medir a pressão ocular, é importante para diagnóstico de doenças como glaucoma. ECG é eletrocardiograma; EEG é eletroencefalograma.

Não entendi bem o porquê da pergunta. Acho que V. Exª sabe que sou médico. Por mais incompetente que fosse como médico, se não soubesse...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, o ignorante sou eu.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Não, não, V. Exª é muito inteligente, pelo contrário. É inteligente demais até.

Com relação ao que disse o Senador Aloizio Mercadante, também é expressão da verdade. Parece que o Ministério da Saúde chegou lá, no Rio de Janeiro, clandestinamente, entrou nos hospitais, fez um relatório absolutamente sem transparência e, em cima daquilo ali

tomou uma decisão. Não! No dia 2 de fevereiro, quando fui jantar com o Prefeito Cesar Maia, tentando chegar a um acordo, fui instado, fui praticamente conduzido quase que sob vara, a uma reunião, com o Conselho Municipal, o Conselho Estadual, os sindicatos, as associações de moradores, parlamentares, vereadores, deputados estaduais, deputados federais que me cobravam naquele momento uma postura de intervenção. Entregaram-me e eu posso trazer, Senador, relatórios feitos pelo Cremeg, pelos sindicatos, pelo Ministério Público, denunciando as condições dos hospitais do Rio de Janeiro. Não foi uma invenção nossa, ao contrário; nós estávamos sendo acusados de leniência com a situação que existia no Rio de Janeiro. Acusavam-nos de omissão, e nós dizíamos: "mas havia um pacto federativo, como é que eu posso sentar com o prefeito no primeiro dia da negociação e dizer que já vou desabilitá-lo"? Não, eu tenho que sentar, discutir, negociar e nós o fizemos de boa-fé. Infelizmente, não conseguimos chegar ao que desejávamos. Então o Senador Mercadante está correto.

Agora é a hora. O Senado pode ajudar, a Câmara pode ajudar. A Câmara criou uma comissão especial para acompanhar a situação lá no Rio de Janeiro. Viu a realidade e emitiu o parecer. O Senado pode fazer também. O Senado e os Senadores do PFL podem nos ajudar a encontrar uma situação negociada para a situação do Rio de Janeiro, ou V. Exªs pensam que é uma situação agradável para nós?

O papel do Ministério da Saúde não é gerir hospital. O papel do Ministério da Saúde é normatizar o sistema, financiar, dar apoio técnico, cooperação; não é ficar gerenciando hospital, com exceção de quatro que deveriam ser federais porque são institutos de pesquisa e hospitais de nível quaternário de referência. Isso é coisa para o Município fazer e, em alguns casos, o Estado fazer. Então eu lanço este apelo para que o Senado possa também nos ajudar a encontrar uma solução.

Com relação à Senadora Lúcia Vânia, que é uma pessoa que eu respeito profundamente e sei do seu compromisso com as políticas sociais na área de saúde em particular: nós gastamos nesse período 26 milhões na operação que, em verdade, são gastos que em condições normais não aconteceriam porque enfrentamos desabastecimento, contratos rompidos, necessidade de realização de consertos imediatos, aquisição e aluguel de equipamentos. Em condições normais, fazer aquelas unidades funcionarem durante 41 dias não demandaria, de forma nenhuma, um recurso como esse. E digo para a V. Exª sem medo de errar: a proposta que o Ministério da Saúde fez à secretaria municipal, uma secretaria bem gerida, um Governo que tivesse compromisso com a saúde da população teria aceitado e teria melhorado significativamente as condições de saúde da população. Eu até faço este repto: se o prefeito César Maia der autonomia e quiser que nós indiquemos um secretário para fazer um trabalho competente desde que ele gaste o que está exigido em lei, fará muito melhor do que o que tem ali; muito melhor. Estou fazendo aqui uma caricatura. V. Exª está certa também. Os hospitais federais do Rio de Janeiro estão muito inadequados. Nós temos feito investimentos para melhorar a estrutura deles, principalmente em termos de equipamentos, mas temos alguns problemas de ordem física estrutural que dificultam. Por exemplo, o Into, que tem um anexo que foi reformado ilegalmente e que não pode funcionar por ter diversos problemas estruturais no prédio. Agora nós estamos desapropriando um prédio no Rio de Janeiro para ser a futura sede do Into. Com a saída do Into, o Inca poderá ocupar o Into para alguns dos seus hospitais que já têm espaço restrito. O hospital de Laranjeiras: nós pretendemos, junto aos que estão sob nossa gestão agora, desenvolver algum tipo de ampliação de oferta de atendimento na área de cardiologia. Estamos discutindo e tentando definir, inclusive, uma vocação adequada para essas unidades hospitalares.

Com relação ao que disse o Senador César Borges, algumas das referências de V. Exª já foram objetos da minha colocação porque foram abordadas por outras pessoas, mas eu quero me ater a duas ou três questões. Primeiro, em relação às instituições filantrópicas. Eu posso dizer com toda a certeza que, nos últimos anos, não tiveram o tratamento que tiveram do Ministério da Saúde. Nós incorporamos as instituições filantrópicas de maior porte ao nosso Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino. Aumentamos, consecutivamente, os valores da tabela em dois anos seguidos, principalmente na área de média complexidade, em que está o grosso do atendimento dessas instituições filantrópicas.

V. Exª pode conversar com a Drª Maria Rita, das Obras Sociais Irmã Dulce, na capital do seu Estado, Salvador, para saber qual é a realidade do Hospital de Irmã Dulce hoje e qual era a realidade há dois anos. Esse hospital vivia no vermelho, mas hoje dispõe de recursos que permitem à instituição sobreviver, planejar e organizar-se, inclusive porque recebe recursos orçamentários. É um hospital filantrópico. Não pagamos por procedimentos, por cirurgias e exames; transferimos um recurso global, que faz com que o hospital não precise correr atrás de um procedimento de alta complexidade para obter dinheiro e possa programar-se para atender à necessidade concreta da população.

Esse programa está sendo implantado nas instituições de ensino em todo o Brasil. No ano passado, no que diz respeito apenas à correção da tabela na área de média complexidade, gastamos R$500 milhões. Entretanto, sabemos que o sistema tem um problema de subfinanciamento. Sabemos que são necessários mais recursos para a saúde e continuamos a lutar por isso, mas é importante que se lembrem também que financiamento é uma atividade compartilhada dos três entes da Federação. O Governo Federal e o Ministério da Saúde têm cumprido a sua responsabilidade e têm cumprido a lei, mas nem sempre isso ocorre por parte de outros entes da Federação.

Hoje, inclusive, devo receber as instituições filantrópicas do Brasil inteiro, pois há um espaço permanente de negociação das relações entre Ministério da Saúde e instituições filantrópicas.

Com relação à matéria publicada no jornal referente à Prefeitura de São Paulo, por mais que tenhamos colocado o que de fato ocorreu, fez-se uma consideração que não reproduz a verdade. Não antecipamos qualquer tipo de recurso para o Município de São Paulo; pagamos dívidas que tínhamos ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro, e pagamos o mês de dezembro no mês de dezembro. A produção do mês de janeiro, realizada durante a nova gestão, foi paga ao final de janeiro. Não houve nenhum tipo de irregularidade no que foi feito. Não impedimos que o Prefeito José Serra tivesse à sua disposição esses recursos. Não houve nada disso. Houve, única e exclusivamente, o pagamento do mês de dezembro no próprio mês de dezembro, e toda a produção posterior vem sendo paga seguidamente.

Realizamos esse procedimento, ao longo de dois anos, em muitas situações, para unidades de saúde, prefeituras e governos estaduais. Por exemplo, desenvolvemos um trabalho para o Governo do Rio Grande do Sul, que, como V. Exª sabe, não é do meu Partido e tem uma briga história com o PT daquele Estado. Houve, num momento de discussão da gestão plena, antecipação de recursos com desconto durante vários meses, para resolver uma situação.

Lembro-me, se não estou enganado, de que em Nova Iguaçu, antes da gestão atual do Dr. Lindberg, houve antecipação de recursos também.

Vou além. Posso citar a V. Exª alguns casos. Creio que a maior demonstração de tratamento igualitário refere-se às emendas individuais. Por exemplo, 15% das emendas individuais empenhadas em 2004 pelo Ministério da Saúde foram do PFL, maior Partido com emendas empenhadas na área da saúde – R$54 milhões. O PT, por exemplo, tem R$41 milhões de emendas empenhadas e o PSDB, R$33 milhões.

Portanto, Senador, não há, até pela luta histórica existente na área de saúde – não estou falando apenas do Governo atual, mas também de outros – essas políticas discriminatórias em relação a este ou àquele por uma razão muito simples. O problema do Rio de Janeiro é um problema daquele Estado, mas é também um problema meu; o problema no interior da Amazônia começa no interior da Amazônia; o problema no Amapá começa com a doença de Chagas transmitida por um açaí. Porém, todos esses problemas chegarão ao Ministério da Saúde. Já explicamos claramente o que aconteceu no Rio de Janeiro. Mas, por exemplo, no Distrito Federal, em 2003, tentamos proceder desse modo. Já houve episódios, inclusive, em governos anteriores, em que esse fato ocorreu. No Acre, houve situação semelhante. Não me lembro se em Rondônia já aconteceu uma vez. Entretanto, já ocorreram situações. No Nordeste, por exemplo, no que tange à decretação de calamidade e à possibilidade de requisição, posso encaminhar a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, os precedentes nos quais nos baseamos.

Com relação a essa questão da campanha eleitoral, exerci, com toda a certeza, o meu direito de militante de um Partido Político conforme todas as regras da legislação eleitoral. Se V. Exª tomar por exemplo o Estado da Bahia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não falei em eleição, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Não é para V. Exª.

No Estado da Bahia, o Samu existe, na verdade, em Vitória da Conquista. Foi implantado em Juazeiro, mas também em cidades administradas pelo PFL, por exemplo. Em Salvador, deixou de haver administração, porque a Prefeitura, no período passado, não deu a agilidade para que esse fato acontecesse. Mas a implantação ocorreu em Feira de Santana. A inauguração havia sido realizada num dia e, no dia seguinte, fui àquela localidade para inaugurar o serviço. Pelo Brasil inteiro, o Samu está distribuído por prefeituras dos mais diversos Partidos.

Quanto à Farmácia Popular, o Senador Antonio Carlos Magalhães fez vários discursos contra mim, porque eu havia ido a Vitória da Conquista inaugurar uma delas. Mas em Salvador havia sete inauguradas, algumas inclusive pelo Presidente da República. Como, então, acusar-nos de usar a máquina eleitoral para beneficiar um ou outro?

Há, no entanto, o direito de cada um manifestar-se num programa eleitoral e de dizer a sua preferência. Em nenhum momento, estabelecemos qualquer condicionante do tipo: "Se tal Prefeito não ganhar, não haverá dinheiro". Esse é um procedimento inconstitu-

cional. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães mostrou o que estava gravado, verificou-se que não era exatamente assim, mas, sim, que tínhamos interesse em ter parceiros para fazer com que os programas avançassem.

Por exemplo, no tocante ao Samu, que bom seria se, no Rio de Janeiro, houvesse um Prefeito que quisesse ter implantado o referido Serviço. Não seria tão bom?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se fosse bom, todos o teriam implantado.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Com certeza. Não discutirei com V. Exª, pois não teria cabimento. Perdoe-me.

Por último, gostaria de afirmar que, quando a Senadora Lúcia Vânia esteve comigo no ano passado – e neste ano esteve aqui o Senador Antonio Carlos Valadares –, o objetivo da minha vinda era falar das prioridades e dos programas do Ministério da Saúde para esse período referente aos próximos dois anos.

Reivindico a V. Exª a oportunidade de comparecer à Comissão de Assuntos Sociais para trazer esse material para discussão com os Srs. Senadores. Muito do que é dito deve ser relevado por se tratar de objeto da falta de conhecimento. Muitas vezes, por culpa nossa, em razão de não fazermos chegar às pessoas o que está sendo feito e trabalhado. Estamos tentando resolver o problema, mas gostaria de ter essa oportunidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Vou concluir, Sr. Senador.

Assim, poderemos mostrar o indicador comparativo entre a nossa gestão e a passada, sem qualquer demérito para o Ministro José Serra, que admiro e respeito. Sempre elogio muitos aspectos da sua gestão, mas temos números melhores em todos eles – trarei a esta Casa.

Criticam-nos por termos ampliado o Programa Saúde da Família. Foram mais de cinco mil equipes em dois anos e houve, ainda, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Ampliamos em mais de 120% o Programa de Saúde Bucal, que consta do Programa Saúde da Família. Implantamos 116 centros de especialidades odontológicas, reestruturamos o programa de tuberculose e hanseníase; domamos a dengue no Brasil e superamos os recordes na área de transplantes e de realização de cirurgias de alta complexidade, porque, pela primeira vez, o Ministério da Saúde investe em ciência e tecnologia, como investiu nesses últimos dois anos. Investiu R$80 milhões no ano passado, financiando projetos de pesquisa de ponta como pesquisas com células-tronco, o que o Ministério nunca tinha feito antes; montou o banco nacional de sangue, de cordão umbilical, para permitir que centenas de pessoas neste País que não conseguem doação de medula óssea para fazer transplante não aparentado possam efetivamente fazê-lo; aumentou em mais de 40% os gastos do Ministério da Saúde com medicamentos; assumiu responsabilidade concreta e completa por várias das patologias que existem no País em termos de acesso aos medicamentos.

É por iso que temos sido efetivamente criticados: a saúde no Brasil está mudando. Como eu disse na Câmara, talvez tenhamos um ponto de incompetência realmente: não temos feito do nosso trabalho um instrumento, diferentemente do que alguns dizem, de marketing. Ao contrário, temos procurado trabalhar, de forma séria e correta, fazendo as mudanças estruturadoras.

Sei que não é muito correto me oferecer, mas gostaria de ser convidado ou convocado para mostrar às Srªs e aos Srs. Senadores as ações concretas que o Ministério vem desenvolvendo e que vai desenvolver ainda mais a partir de agora. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª terá dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, fiquei comovido agora, porque V. Exª diz que não se gasta dinheiro em *marketing* neste Governo, mas gastou R$1 bilhão só no ano passado. E V. Exª descreveu o paraíso. Falta agora a Eva comer a maçã e pôr tudo a perder novamente; seduzir o Luiz Cláudio Cunha, por exemplo.

V. Exª falou em João Landim. Se for ladrão, tem de estar na cadeia mesmo. Ou Otávio não sei das quantas. André Murgel. Todos eles. Essa é de sua relação. V. Exª errou, errou e errou. Tenho V. Exª como uma pessoa séria, mas errou, errou e errou. Equivale àquele homem que casou dez vezes equivocadamente. De tudo o que recebe, paga 10% de pensão para cada mulher. Fica e duro e frustrado porque não soube escolher as parceiras da sua trajetória de vida.

Eu tenho até curiosidade de saber como esse Luiz Cláudio Gomes vive. Mas esse, diferentemente dos outros que foram ficando no Governo, acomodou-se tranqüilamente a eles. Fico impressionado como teve faro. O esquema de corrupção existia há séculos e, supostamente, o seu Governo, muito diligente, descobriu. Mas esse rapaz, feito um perdigueiro, e outros descobriram logo onde estava a turma da rapinagem e entraram no esquema.

Lembro de uma frase do Líder de então na Câmara, Deputado Professor Luizinho, que se apressou

e afirmou, ao contrário do que V. Exª disse, que não era a Polícia Federal sob as ordens do Governo, mas sob as ordens de tucanos: "Isso é coisa dos tucanos!" Depois mandaram que silenciasse. A Polícia Federal nem sempre está fazendo isso, no meu ponto de vista, com o conhecimento do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Sr. Ministro, V. Exª fala de réplica. Foi feita a réplica do Senador José Agripino. V. Exª fez uma outra e eu faço uma terceira. Quem sabe pagar o que deve à Prefeitura do Rio de Janeiro, para acabar com essa novela de uma vez.

Sobre essa história de entidade dizer que pediu para fazer a intervenção, a outra entidade também – e era preciso fazê-la –, fico com minha opinião de que houve intransigência. Ou seja, em terminado momento, não se chegou ao tal acordo, e aí veio aquela coisa espetaculosa da intervenção, mesmo sabendo o Governo, alertado que foi pela Oposição desde o começo, que aquilo era inconstitucional. Só espero que essas entidades não digam – Conselho Municipal não sei de quê – ao Presidente Lula e lhe digam que a melhor coisa do mundo é fechar co Congresso, porque é inconstitucional. Ou seja, tomara que não chegue com uma idéia dessas, porque a primeira obrigação que tem um mandatário público é saber se aquilo, bonito ou feio, justo ou injusto, é constitucional ou não. Aquilo é flagrantemente inconstitucional. Foi dito pelo Prefeito atingido, pela Oposição, por tudo o mundo. Só não entendeu o famoso último a saber, que foi o Governo, e que passou por aquele vexame, aquele mico público de ter, inclusive, o Relator retrocedido na sua posição inicial. Presenciamos uma sessão histórica do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não era possível de jeito algum aquilo ter-se passado; que a forma de intervenção correta, se fosse um caso grave, teria de partir para o estado de emergência, e não aquilo que me pareceu algo simples do tipo: "Isso aí resolve a vida de fulano, resolve talvez a do Ministro, resolve a questão da popularidade do Presidente lá. Isso aí não sei o quê. Isso aí abate o César Maia no vôo. Isso aí faz e acontece". Mas, pura e simplesmente, não era constitucional.

V. Exª, que está tão prestigiado no Governo, peça ao Presidente: "Se alguém aparecer dizendo que a solução é fechar o Congresso, Presidente Lula, pelo amor de Deus, não aceite porque não é constitucional". Estou avisando desde agora. Não aceite porque não é constitucional fechar o Congresso, não é constitucional fechar o Supremo Tribunal Federal, não é constitucional se meter no funcionamento dos poderes. Aquilo era flagrantemente inconstitucional. Não tinha um advogado, não tinha uma pessoa lúcida que, porventura, estivesse desinteressada de agradar ao poder.

Pensar que aquilo não foi feito por médicos, que aquilo foi redigido por advogados, que aquilo foi redigido por gente supostamente da assessoria jurídica do Presidente, aquilo é de estarrecer, isso é um quadro claro, é uma demonstração clara, sim, de autoritarismo, Sr. Ministro. No mais, fico feliz porque vejo que V. Exª está feliz, V. Exª descreveu números tão bons. Pena que a imprensa não concorde com a visão que tem da sua gestão, pena que ela não concorde. Pena que grande parte do Congresso não concorde também. Pena que essa visão tão idílica e, V. Exª disse uma coisa que fiquei tão feliz – eu estou com fome e vou comer agora feliz, alegre – "é porque não faço marketing", mas comece a fazer, Sr. Ministro, porque no resto de seu Governo todo mundo faz, R$1 bilhão só no ano passado. Algo que nunca se viu.

O Presidente Lula foi ao Pará três vezes, inaugurou um negócio da Vale do Rio Doce que não tinha nada com ele.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Foi de novo e inaugurou o negócio da Amafruta que só tinha incentivos estaduais, nada com ele. Agora, foi inaugurar a Biodiesel, uma usina incentivada pelo Estado que não tem nada com ele. Esse Governo faz tanto *marketing* que já pega carona até em carrinho de pipoca. Essa é que é a verdade. Então, se V. Exª não faz e já que o Governo é assim, quem sabe, comece a fazer porque o resto todo faz, e muito.

Agora, evidentemente, seria muito mais justo se fazer em cima de realizações concretas e não em cima dessa obsessão de ter eleição porque tem eleição e vou me descompor todo. Sei que V. Exª está aqui às ordens, mas não consegui não dizer porque, sobretudo, o que esperava de V. Exª era uma autocrítica em relação à coisa da intervenção. V. Exª poderia até dizer assim "eu concordo, eu acredito que deveria ter uma participação maior do Governo Federal, mas não tentar justificar com "fulano pediu, beltrano sugeriu", porque fulano, beltrano, nós, V. Exª, todos nós somos, graças a Deus, inferiores à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Se o Supremo Tribunal Federal, amanhã, disser "você é Arthur e eu sou Humberto", vamos ter que trocar nossas identidades porque eu não questiono decisão de última instância do Supremo Tribunal Federal a não ser que renegue a crença que tenho na democracia brasileira que, ao que me parece, este Governo é muitas vezes tentado a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro Humberto Costa para suas considerações finais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ministro, desculpe-me, para não ser indelicado. V. Exª me falou também do...Não fiz aquilo para testar seus conhecimentos não. Queria saber o que era porque são aqui cerca de 15 itens, entre os quais o ECG e os tonômetros que estavam faltando quando foi feita uma auditoria no Hospital do Câncer, no Hospital dos Servidores, na sua gestão.

O resto tudo eu tinha traduzido. Eu sei que cadeira de otorrino é para sentar e examinar garganta, orelha, essas coisas. Eu não sabia que era tonômetro. Por isso que perguntei. Não quis testar e sabia que V. Exª saberia. Quis saber e agora já sei, mas isso faltava uma auditoria feita no seu Governo, é de responsabilidade de V. Exª, a ausência do tonômetro, do ECG e do resto.

Não vou ler para não tomar mais tempo, mas é um catatau de relaxamento administrativo o que está aqui na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pode trazer aqui na mesa onde está o Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Mas ele conhece. Conhece, Ministro? Conhece. Isso está mais velho do que a minha tia Lindalva que está com 97 anos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Se já conhece, com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Bem, primeiro respondendo ao Senador Botelho, eu comuniquei ao Presidente Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, o Dr. Gilson Cantarino, e inclusive conversamos anteriormente porque, na verdade implicava na passagem da gestão plena do Município para o Estado, comuniquei também ao Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e, em relação ao Conselho Nacional de Saúde, apresentamos **a posteriori** todas as razões e motivações que nos levaram a tomar aquela atitude, até porque envolvia uma ação que só poderia ser tornar pública no momento em que tivesse se realizado, pois corríamos o risco de equipamentos serem retirados dos hospitais, ampliação do desabastecimento, inviabilização de algumas ações que pudéssemos realizar.

Segundo, é importante dizer: tudo bem, acho engraçado, porque quando interessa, alguns colocam os conselhos regionais, o nacional, o federal, no céu. Em outros momentos, colocam como se fossem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No céu, mas abaixo do Supremo.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – ...como se fossem correia de transmissão de partidos que apóiam o Governo.

Tudo bem. Mas aí eu digo, e o Ministério Público? E o Ministério Público, que pediu a mesma coisa? Sim, mas estávamos falando de quem estava nos cobrando uma posição, de quem conhecia a realidade. V. Exª em nenhum momento entra no mérito. Ninguém, ninguém do PFL...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Souza Aguiar foi entregue pior do que V. Exª o pegou. Esse é um fato.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Bom, essas palavras, todas elas, o papel aceita tudo, o microfone aceita tudo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E só valem as suas palavras? As minhas não valem?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Arthur, o Ministro já está nas considerações finais...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas as palavras dele valem e a minha não vale?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – ... foi uma reunião de quase cinco horas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é prova do prestígio do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª teve todo o tempo para falar. Agora é a vez do Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – As minhas palavras foram aprovadas pelo povo do Amazonas, em mais uma eleição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Pois a verdade é que sobre o mérito da questão ninguém se coloca. No máximo, dizem assim: por que não intervieram em outros lugares? Como se dissessem assim: o nosso estava péssimo, terrível, não servia, mas havia outros que estavam ruins também e vocês...

Então, na verdade, eles estão concordando com o argumento no que diz respeito ao mérito. Ora, se a discussão é essa, por que nós e não os outros. Eu diria, se fosse o prefeito, ou o seu representante, que não cabia, não havia razão e as condições de saúde da população do Rio de Janeiro estavam preservadas com a gestão do Município. E aí ninguém precisaria caminhar muito para ver que não correspondia efetivamente à realidade.

Eu quero mais uma vez concluir as minhas palavras, reforçando esse pedido para voltar aqui e falar das políticas de saúde do Governo Lula para a sociedade brasileira. Não acho que o Governo viva de marketing.

O Governo realizou ao longo destes dois anos. Pegou um País quebrado, com inflação alta, com risco país lá em cima, com endividamento absurdo, desemprego, etc. Teria até razões para fazer muito mais publicidade do que tem feito até hoje. Mas não vou entrar no mérito dessa questão, quero somente dizer que gostaria de ter essa oportunidade.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, antes de encerrar esta reunião, quero agradecer a prestigiosa presença de V. Exª, ter atendido a convocação desta Comissão, e dizer que quando V. Exª se referiu à possibilidade de vir aqui, não cometeu nenhum equívoco, mesmo porque o nosso Regimento permite.

O Ministro pode comparecer a esta Comissão ou a qualquer comissão permanente do Senado convocado, convidado ou espontaneamente. No dia que V. Exª achar necessário, poderá comparecer a esta Comissão e fazer uma dissertação de tudo o que está realizando, do trabalho profícuo que está realizando à frente do Ministério. Sabemos que a saúde brasileira não é dirigida para determinadas classes. A saúde é universal e não pode se submeter às flutuações do poder, das mudanças do poder nem das injunções partidárias, porque, com isso, quem terminaria sofrendo seria a população mais pobre.

Mais de 120 milhões de brasileiros dependem do SUS, dependem da ação integrada do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios. É através dessa integração, dessa união de esforços que vamos conseguir melhorar a saúde no Brasil.

Acho que os assuntos que aqui foram tratados, abordados, através da convocação e dos requerimentos que foram aprovados, foram assuntos esclarecedores. Divergências pode haver, mas o Sr. Ministro cumpriu com o seu papel, cumpriu com o seu dever, assim como os Srs. Senadores, e ninguém correu do debate aqui, o que é importante para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Este debate, sem dúvida, foi histórico. Quase cinco horas de debate, no qual todos tiveram oportunidade de falar, e o Sr. Ministro a oportunidade de responder e esclarecer, não só aos Srs. Senadores, mas a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos pela televisão.

Muito obrigado a V. Exª, Ministro Humberto Costa, e aos seus assessores que compareceram a esta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h48min)

Ata da Décima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 12 de maio de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia doze de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO, RODOLPHO TOURINHO, NEY SUASSUNA, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, EDUARDO SUPLICY E FÁTIMA CLEIDE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Papaléo Paes. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É iniciada a Audiência Pública para atender ao requerimento nº 19, de 2005-CAS, de autoria do Senador Flávio Arns com a finalidade de instruir o PLS nº 139, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de "Ortoptista". A Senhora Viviam Kazue Ando Viana Seein iniciou a exposição, seguida pelo Doutor Cláudio Chaves, pela Senhora Mariza Loos e pelo Doutor Yoshifumi Yamane. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Flávio Arns, Romeu Tuma, Paulo Paim, Wirlande da Luz, Augusto Botelho e Mão Santa**. Os itens 1 e 12 foram retirados de pauta para atender pedido da SSCLSF, e os demais itens, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 foram adiados. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

A presente reunião destina-se, em primeira parte, à audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 19, de 2005, CAS, e tem como finalidade instruir o PLS nº 139, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista, de Relatoria do Senador Flávio Arns.

Lembro a todos que os senhores convidados terão o tempo de dez minutos para suas exposições, pois, na segunda parte, ainda haverá deliberação de projetos constituintes da pauta.

Convido a comparecer à mesa os seguintes convidados: Srª Mariza Loos Pfeiffer, Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica; Srª Vivian Dzue, Coordenadora de Curso Superior de Ortóptica do Instituto Brasília de Medicina de Reabilitação; Dr. Yishifumi Yamane, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia. O ex-Deputado Federal Cláudio Chaves está presente, representando o Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns apenas para explicar as razões e os fundamentos do seu requerimento. Em seguida, ouviremos os convidados.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O projeto de lei em questão é de autoria do Senador Paulo Paim, apresentado na Câmara dos Deputados na época em que S. Exª era Deputado, fruto de uma reivindicação da comunidade, tendo em vista debates que aconteceram na comunidade. Nesse meio tempo, coube a mim, no Senado, a relatoria do projeto de lei.

Entramos em contato informalmente com a Associação Brasileira de Ortóptica. Não conversamos, na época, com a parte da formação de profissionais para essa área. Conversamos também com as pessoas relacionadas à Sociedade Brasileira de Oftalmologia, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia. E sentimos ainda a necessidade de uma discussão maior sobre esse assunto quanto à responsabilidade, caso o projeto seja aprovado, dos profissionais da área da ortóptica e também o relacionamento, a interface, a interação que tem que haver com a área da oftalmologia e outras áreas também.

Nesse sentido, nada melhor do que uma audiência pública para esclarecer esses pontos de vista, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, seja do ponto de vista da ortóptica, seja do ponto de vista da oftalmologia. Mas também temos conhecimento dos profissionais que são formados nessa área para termos esse panorama.

Sr. Presidente, a partir desta audiência pública, podemos perfeitamente estabelecer canais de entendimento e diálogo porque não há nenhuma ruptura nesse sentido também, mas pensarmos em conjunto naquilo que nesta área vai beneficiar o cidadão brasileiro que precisa desse tipo de entendimento.

Então é uma ocasião importante para ouvirmos as partes, subsidiar com isto o relatório, mas, certamente, vamos ter outros contatos depois desta audiência pública para que o relatório reflita na verdade os anseios, as expectativas da área.

E, nesse conjunto de iniciativas, falarei também muito de perto com o companheiro e amigo, Senador Paulo Paim, para que, como autor do projeto de lei, também haja uma sintonia. E até eu disse que tivemos tantos projetos difíceis aqui no Senado e no Congresso, como o Judiciário, eu lembrava para o próprio Paim até a reforma da Previdência, que, no final, depois do diálogo, do entendimento, da discussão, acabamos chegando num denominador comum para a aprovação, o que também acho que é um caminho que se deseja para este projeto de lei.

Então era isso, Sr. Presidente, para os esclarecimentos em relação a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Parabenizo o Sr. Relator, como também o autor da proposta, nobre Senador Paulo Paim, um dos mais atuantes desta Casa, que como Deputado Federal trouxe várias matérias para o Senado Federal, inclusive aquele que se relaciona com os mais idosos, o Estatuto do Idoso, que foi aprovado pelo Senado Federal, numa prova, num atestado vivo e eloqüente de que as proposições oriundas da Câmara dos Deputados quando bem elaboradas, como foi o caso das proposições do Senador Paulo Paim, o Senado toma conhecimento e aprova as matérias em benefício da sociedade brasileira.

Vamos ouvir então, em primeiro lugar, a Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica, Srª Mariza Loos Pfeiffer, por dez minutos.

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Eu gostaria de pedir que a coordenadora do curso de Ortóptica antecedesse a minha fala, até pelo fato de ela ter-se programado para explicar, dar as informações sobre o curso e sobre a formação do profissional. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Naturalmente.

Vamos ouvir então a coordenadora do curso superior de Ortóptica do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, sediado no Rio de Janeiro.

A Srª Viviam Dazue Ando Viana Secin, com a palavra.

A SRª VIVIAN DZUE ANDO VIANA SECIN – Muito obrigada. Agradeço a oportunidade.

Prezados Srs. Senadores e autoridades aqui presentes, Exmº Sr. Antonio Carlos Valadares, Presidente desta mesa, tenho a honra de expor a todos vocês o que representa essa área da saúde e que profissional nós, do Instituto Brasileiro de Reabilitação, formamos. Então eu trouxe, a título de acompanhamento, um material mais ampliado para que possamos juntos acompanhar.

Esse é o roteiro dessa minha fala, que pretendo acelerar bastante, e vai falar sobre o que a Ortóptica, quem é o ortoptista, que atribuição ele tem, quem é o sujeito dessa prática, quem é o nosso paciente e um pequeno relato sobre a formação no Brasil e o curso de Ortóptica no Brasil.

Como uma definição de Ortóptica, temos a ciência que tem como objeto de estudo a visão binocular e sua relação com o desenvolvimento global do indivíduo em seu processo de inclusão social.

O ortoptista é o profissional de reabilitação visual formado em curso superior de Ortóptica reconhecido pelo MEC. A atuação profissional do ortoptista está, no momento, no Brasil, situada tanto na esfera privada quanto na esfera pública. O atendimento pode se dar domiciliarmente, em consutórios, em clínicas ou hospitais onde há serviços de Ortóptica.

A atuação do profissional de Ortóptica é interdisciplinar e atua na prevenção, no diagnóstico e reabilitação dos distúrbios da visão binocular através da terapia sensorial motora ortóptica. Atua também em parceria com médico oftalmologista na realização de exames complementares.

Quem é o sujeito dessa prática? Esse sujeito, basicamente, tem duas motivações. Ele pode ter uma motivação estética, vinculada principalmente aos desalinhamentos dos eixos visuais, os estrabismos, que, no caso, nessa parte existe um trabalho que é feito pelo ortoptista e um trabalho cirúrgico, um trabalho mais da área patológica clínica feito pelo médico oftalmologista.A nossa parte, nessa área, é a reabilitação e a motivação funcional.

A motivação funcional se dá quando não existe um transtorno estético visual, ou seja, esse paciente não se percebe como um problema visual, até que ele seja encaminhado para um setor de Ortóptica. Então o que que acontece? Ele percebe sim uma inadequação no seu uso social da visão. O que seria isso? Nas atividades visuais discriminativas. Como por exemplo, temos a leitura, o uso de computador, o trabalho com planilhas, o trabalho efetuado na leitura de textos, direção. Então, toda atividade visual, o uso social da visão. Quando o paciente não consegue dar conta dessa atividade de uma maneira adequada, ele se percebe inadequado, e busca a nossa intervenção. Ele, primeiro, se encaminha ao médico oftalmologista que verifica a possibilidade da existência de alguma patologia, que pode estar presente e será corrigida, ou não haver nenhuma patologia da área médica. Nesse caso, ele é encaminhado para o setor de Ortóptica onde é então diagnosticado o problema motor. E a gente então executa a terapia de reabilitação, de reeducação visual.

É importante dizer – o anterior, por favor – mesmo havendo duas motivações diferentes, ambos sujeitos são estigmatizados pela sociedade. Um, pelo aspecto estético, um pela sua falta de prontidão binocular no exercício da educação ou no exercício profissional, ou até no seu exercício das práticas cotidianas visuais. Ambos são afetados por fatores de exclusão social.

Qual é o objetivo da Ortóptica? Promover a saúde binocular, reeducar e reabilitar a binocularidade desse sujeito em parceria, num processo de inclusão social.

A formação de Ortóptica no Brasil começou em 1947, a convite do saudoso oftalmologista Prof. Dr. Moacir Álvaro, que na Escola Paulista de Medicina chamou uma ortoptista inglesa, Miss Mayo, do Royal Hospital de Londres, para ministrar a primeira turma de ortóptica no Brasil, justamente por verificar a importância de se ter o profissional de reabilitação atuando nessa área. Em 1952, fundou-se então a Sociedade Paulista de Ortóptica, que se transformou, em 1960, na atual Associação Brasileira de Ortóptica.

Em 1967, iniciou-se um curso de Ortóptica na Universidade Federal de Minas Gerais, à época localizada no Hospital São Geraldo, pelo Dr. Oftalmologista Hilton Rocha.

Em 1974, iniciou no Rio de Janeiro o curso que representa hoje do IBMR. O reconhecimento pelo MEC desse curso, como de nível superior do MEC, deu-se em 1983. Esse é o local onde os alunos se graduam no Rio de Janeiro, no IBMR. Essa formação se dá em 3 anos, num curso noturno, com vestibular anual, oferecendo 30 vagas. Esse é o Rio de Janeiro que eu convido a todos a visitá-la, pois é uma cidade realmente encantadora.

A formação do nosso ortoptista atualmente se dá numa estrutura curricular composta de três diferentes momentos.

No primeiro ano, disciplinas básicas comuns a todos os profissionais da área da saúde e, no segundo e terceiro anos, eles já pegam disciplinam profissionalizantes. Aí apresentam as disciplinas compostas pelos Departamentos de Ciências Sociais. Conclusão: o ortoptista, para se formar, possui disciplinas de Língua Por-

tuguesa, Sociologia, Metodologia Científica, Psicologia Aplicada à Reabilitação 1 e 2, História da Reabilitação, Ética e Deontologia e Reabilitação e Cidadania. No Departamento de Ciências Biológicas, ele já começa, na sua parte inicial, com Anatomia, Neuroanatomia, Neurologia 1 e 2, Fundamentos de Física e Biofísica, Biologia 1, Aspectos de Citologia e Embriologia, Biologia 2, Aspectos de Histologia e Genética.

No Departamento de Ortóptica, ele começa a se familiarizar com as disciplinas profissionalizantes. Lá ele vai aprender sobre Morfofisiologia da Visão, Semiologia, Refração e Ótica Fisiológica Clínica, Propedêutica, Higiene Visual e Noções de Enfermagem, Fisiologia da Visão Monocular e Binocular, Heteroforias e Heterotropias, nesse caso são as disciplinas que tratam do estrabismo, Patologia Ocular, Contatologia 1 e 2, Baixa Visão, Campimetria, que é um exame complementar, em que o ortoptista, nesse caso, trabalha auxiliando o oftalmo, Diagnóstico e Orientação 1 e 2 e Desempenho Profissional 1 e 2.

Esse é um quadro das atividades das clínicas onde eles fazem a sua formação. Fazem um estágio supervisionado em clínicas e hospitais credenciados, onde existem os setores de ortóptica e apresentam uma monografia de conclusão de curso. O IBMR tem essa preocupação de dar essa responsabilidade social ao futuro profissional. Com isso, ao longo das formações, interagem com a comunidade através de projetos sociais. Fazemos atendimentos com parcerias, com as prefeituras municipais do próprio Rio de Janeiro e de municípios próximos, justamente para mostrar a importância desse profissional num projeto amplo de saúde pública.

Vou encerrar. Esse foi só um exemplo que tivemos no ano passado, em Penedo. Pode ir acelerando, que vou falando rápido. São os eventos que acontecem anualmente, específicos da área de ortóptica. Temos publicações específicas, justamente para impulsionar a pesquisa na área de ortóptica. Temos revistas e jornais.

O ortoptista é um profissional importante na busca de condições visuais necessárias a uma sociedade moderna onde a aquisição de conhecimento se faz fundamentalmente a partir da visão. É um elemento importante na equipe interdisciplinar, atuando na reabilitação binocular de crianças e adultos em busca de uma democracia visual e cognitiva. Então, a regulamentação se torna fundamental para a definição de papéis, defesa de direitos profissionais, criação de normas éticas e deontológicas e a saúde do Brasil depende de profissionais sérios e os ortoptistas sérios vêm aqui hoje para lutar pelo direito de alcançar sua regulamentação profissional.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não. Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Apenas para comentar com os participantes da Mesa que, na verdade, quando passam nove minutos dos dez, a campainha é automática. Só para vocês saberem que não é ninguém que está apertando a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado, Senador. E após a campainha tem mais dois minutos de tolerância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para ajudar na dinâmica, não seria bom interagir um de cada lado. Já que são quatro, um apresenta uma visão, outro fala agora, depois fala de novo e falaria o outro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu acho que o debate democrático é melhor assim, conforme o autor da proposta propôs. Então vamos ouvir o ex-Deputado Cláudio Chaves, representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

O SR. CLÁUDIO CHAVES – Nosso bom-dia a todos. Quero dizer da nossa satisfação em voltarmos aqui ao Parlamento, momento em que estamos revendo amigos, colegas da época em que atuamos na Câmara dos Deputados, como o hoje Senador Paulo Paim e o Senador Flávio Arns. É uma satisfação estar aqui.

Estamos representando o Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Dr. Elisabeto Gonçalves, que, por motivo de força maior, não pôde estar hoje aqui. Há um congresso oftalmológico sendo realizado na Bahia no dia de hoje e ele, como autoridade maior do órgão, teve que estar lá. Nós, como representantes do coordenador da defesa profissional do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, recebemos a missão de estarmos aqui externando a posição do Conselho. Queremos parabenizar o Congresso Nacional por trazer à discussão temas como esse e tantos outros que aqui são debatidos e que interferem na vida dos brasileiros. Isso realmente ratifica a solidez da democracia do Brasil, o Estado de Direito que vivemos, o que é muito bom.

Queremos também parabenizar o nobre Senador Paulo Paim, por buscar a regulamentação dessa profissão, e não apenas dessa, pois toda profissão deve buscar a sua regulamentação. No momento, talvez um dos problemas mais cruciais que vivemos no dia-a dia no Brasil é a geração de empregos, talvez seja um dos maiores desafios que temos a enfrentar.

Os oftalmologistas e os ortoptistas são parceiros, nunca houve conflito entre nós. A Ortóptica nasceu

dentro da oftalmologia, como foi bem exposto pela senhora Vivian, que me antecedeu. Moacir Álvaro, Hilton Rocha, Luiz Eurico Ferreira, Paulo Pimentel, luminares da oftalmologia, de saudosa memória, que fizeram as maiores escolas da oftalmologia, foi quem instituíram a Ortóptica como uma profissão, como uma parceira, aliada para nos assessorar na parte do diagnóstico dos distúrbios oculares sensório-motores, em especial. Lembro quando iniciei a oftalmologia, nos anos 70, no Rio de Janeiro, e tínhamos, dentro da residência do Hospital Souza Aguiar, um serviço de Ortóptica, chefiado pela saudosa senhora Maria Rita, de saudosa memória também, e essa parceria sempre existiu mansa e pacífica, sem nenhum litígio, em momento algum. Pensava, aliás, que a profissão já havia sido regulamentada, pois ela já existe há 50 anos, dando notável contribuição, no dia-a-dia, à saúde da população, como uma profissão de assessoramento, de complemento, sob a supervisão e orientação do profissional oftalmológico, somando esforços e buscando, sobretudo para quem faz produção de saúde, o que é o melhor para o seu paciente, o princípio da ética, que nos foi ensinado por Cristo, que é amar o próximo como a si mesmo, e também o princípio das ciências da saúde, em primeiro lugar, que é nunca causar mal. Assim, nessa linha, a Ortóptica sempre foi muito bem alinhada, desculpem-me o pleonasmo, com a oftalmologia.

O que buscamos, todos os profissionais que militam na área da saúde, é a saúde ocular da população, é o melhor para a população, e a profissão paramédica – o nome já diz paramédica como complementando, auxiliando o trabalho médico sob a supervisão do médico – é muito salutar, muito bem-vinda. O que é temeroso, e temos que ter bastante cuidado – tive também a oportunidade de passar pelo Parlamento e viver o que os senhores vivem no dia-a-dia –, é que muitas vezes os legisladores, no afã de dar condições plenas àquela categoria, criam áreas de atrito que se desdobram em detrimento da população. Todos nós representamos o povo e queremos o melhor para a população, não resta dúvida.

O ato médico está previsto no Código Civil; a responsabilidade do médico está lá, bem escrita, todos conhecemos; o médico é responsável, civilmente, por aqueles que procuram seus cuidados. Então, quer dizer, no momento a entrada do paciente é o médico, ele vai consultar, se ele sente dor de cabeça no computador ou se ele tem o olho torto, para dar um exemplo, se ele é estrábico, é ali a porta de entrada. E o médico, dentre a sua propedêutica, os meios de diagnóstico, faz os exames todos, enfim, descartando outro qualquer problema, ele vai se valer da Ortóptica para auxiliá-lo no diagnóstico, até para planejar uma cirurgia e esse paciente será o fecho, quer dizer, a entrada e o final são atribuições exclusivas, restritas ao médico. Agora, o meio, nesse assessoramento é deveras salutar profissões complementares como a Ortóptica.

O que devemos ter bastante cuidado, bastante cautela é delegar tarefas restritas ao ato médico a não médicos, isso é muito perigoso e pode ter desdobramentos, pode realmente trazer conseqüências danosas para a população.

Ao que nos consta, em nenhum lugar do mundo a Ortóptica é uma profissão que trabalha isoladamente, a pessoa vai a um consultório e diz vou me consultar com um ortoptista. Quer dizer, a ortoptista é uma paramédica que, recebendo do médico um paciente para ou medir o seu desvio ou para fazer a sua reeducação, no caso de uma deficiência de convergência, enfim, e depois esse paciente é retornado ao médico para complementar ou para dar a conduta que esse caso requer.

Anotei aqui algumas coisinhas que são importantes. O próprio Conselho Federal de Medicina tem resoluções muitas claras, bem definidas da não delegação do ato médico. No Congresso Nacional tramita – e deverá passar por aqui, com certeza, se já não passou – a Lei do Ato Médico. Será uma discussão mais abrangente, porque envolve "n" outras profissões que foram se agregando, uma hoje até já atuando de forma até independente, como a psicologia. Não é o caso aqui, apenas para ilustrar. Mas no caso da Ortóptica não, o caso da Ortóptica sempre houve um bom respeito de divisor de águas.

Esperamos que a regulamentação venha a ratificar o que já existe. Quer dizer, a Ortóptica sendo regulamentada como uma profissão, é preciso que isso aconteça, desde que seja sob a supervisão, a orientação e até a responsabilidade do médico, porque no momento que um paciente, vamos dizer estrábico, o médico examina, pede um parecer da Ortóptica para medir aquele ângulo do estrabismo, isso vai influenciar no seu planejamento cirúrgico, ele opera e não dá certo, o paciente, a família ou o advogado jamais vai processar o ortoptista, vai processar o médico. E no Código Civil está que o médico pode ser processado quando houver imperícia, imprudência ou negligência. Jamais o ortoptista ou outro profissional para-médico será alvo dessa processualística por dano sofrido por qualquer cidadão.

Então, diante dessa linha, temos só a parabenizar o Senador Paulo Paim por trazer esse assunto à baila. Ele sempre foi um defensor do trabalho no Parlamento. Lembro-me que, quando colega dele na Câmara, sempre ele estava trazendo esse assunto à discussão.

O nobre Senador Arns, que também já esboça um parecer, pelo que vimos **en passant**, na Comissão aqui da sua linha de pensamento, isso vem a ratificar que há uma perfeita sincronia, apenas respeitando-se este aspecto, vamos dizer assim, das atribuições, para que não venhamos a criar uma situação que possa trazer, de certa forma, algum desdobramento negativo para a população e até abrir, vamos dizer assim, uma jurisprudência para outras profissões correlatas terem igual trato. E aí vai ser muito difícil para a reversão disso aí, ao invés de trazermos uma solução trazermos um problema a mais para uma sociedade já com tantos problemas a serem solucionados.

Diante disso, ouvi atentamente a Srª Vivian, que me antecedeu, quando ela colocou que a Ortóptica atua em parceria com o oftalmologista, dando o conceito de atuação da área de atuação da visão binocular. Ora, a visão binocular é justamente a razão de existir uma especialidade médica chamada Oftalmologia. Temos dois olhos, temos que ter esses dois olhos plenamente com percepção simultânea, com fusão e com estereopcia, quer dizer, vendo as coisas num espaço, com qualidade de visão.

Um detalhe que anotei é que essa parceria foi colocada – talvez um ato falho, uma questão de exposição –, ela disse: também trabalho como oftalmologista. Eu diria que este "também" poderia ser substituído por... Quer dizer, a Ortóptica trabalha sempre com o oftalmologista. A Ortóptica é uma profissão paramédica,de grande valia, repito, para assessorar, para complementar o trabalho médico, para ajudar. Nós buscamos, ao final, o melhor para o nosso paciente. No que se refere a isso aí, ela é muito bem-vinda, como, aliás, sempre foi.

Era essa a observação e este é também o pensamento do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Temos aqui Senadores que são médicos e que conhecem bem a dinâmica do trabalho médico, as atribuições do médico.

O Senador Augusto ....Quem mais é médico aqui na mesa? O Senador Mão Santa, do Piauí, acabou de sair.

Essa é a preocupação da Associação Médica Brasileira, cujo braço operativo da Oftalmologia é o Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Essas são as nossas observações e estamos aqui a postos para esclarecer alguma dúvida, alguma coisa que por acaso tenha me esquecido ou não tenha abordado com clareza.

Quero falar da minha satisfação de estar de volta ao Congresso Nacional, de ter a oportunidade de rever colegas e amigos.

O SR. PRESIDENTE(Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)) – Vamos ouvir agora o pronunciamento da Srª Marisa Loos Pfeiffer, Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica.

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Eu estou representando a Sociedade Brasileira de Ortóptica. Eu sou a atual Presidente da ABO, gestão 2005/2007.

A Associação Brasileira de Ortóptica é um órgão nacional, representante dos profissionais de Ortóptica no Brasil. Ela foi fundada em 3 de setembro de 1952 e em 1978 elaborou o seu estatuto. Seu objetivo principal é promover a união da classe, seu desenvolvimento profissional, científico e cultural, além da defesa de seus associados.

O histórico da Ortóptica vem de muito tempo e esses países que estão em destaque são países onde a Ortóptica é exercida pelo ortoptista, em equipes interdisciplinares. Aproveitando a fala do Sr. Cláudio, nesses países o ortoptista atua em consultórios, em equipes, colaborando, participando e integrando as equipes da área de saúde. Nesses países essa profissão é regulamentada e o órgão de representação internacional é o **International Orthoptic Association**, que foi criado em 1967, com o objetivo de promover a ciência da Ortóptica, publicando material científico, promovendo informação e assistência para as autoridades nacionais e indivíduos para iniciar e desenvolver a prática da Ortóptica em todo o mundo.

Promover altos padrões de qualidade para escolas de Ortóptica e a prática da Ortóptica.

Organizar congressos internacionais e promover o conhecimento da Ortóptica.

Desde 1967, a cada quatro anos é realizado o Congresso Internacional de Ortóptica.

O 11º Congresso Internacional de Ortóptica será realizado na Bélgica, em 2008.

A ABO tem o mesmo objetivo. O objetivo da Associação é da promoção de reuniões científicas. As regionais, no Brasil. Nós temos a Regional Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sudeste. Essas regionais se encontram com o objetivo de reuniões científicas para atualização, cursos, Jornada, que é um encontro anual, e um trabalho social, onde temos o objetivo de campanhas de promoção da saúde visual, em parceria, saúde e educação, sempre. Temos, também, o Congresso Luso-Brasileiro, que vem acontecendo. Esta foi a nossa 21ª Jornada de Ortóptica e foi realizada em Penedo. Fizemos uma triagem em 72 crianças no município de Itatiaia. Essas crianças da rede de ensino do município foram avaliadas pelos acadêmicos do curso e por ortoptistas presentes na Jornada. Elas foram avaliadas por um teste de motilidade ocular, foram encaminhadas para o posto de saúde, para um

oftalmologista, que viu a necessidade de encaminhamento ou não para o uso de óculos ou outras patologias que foram detectadas. Esse trabalho foi desenvolvido junto à Secretaria de Educação, porque eram crianças que apresentavam dificuldades de aprendizado. O Congresso Luso-Brasileiro, como foi citado, está indo para o terceiro evento. O primeiro aconteceu em Évora, o segundo aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, estamos fazendo um no Brasil e um em Portugal, e o próximo vai acontecer no ano que vem em Portugal. O CLADE, que é o Conselho Latino-Americano de Estrabismo, promove nos seus congressos sempre a abertura aos ortoptistas para apresentarem os seus trabalhos. Em 2000, em São Paulo, a ortoptista belga foi premiada com um trabalho onde tinha o objetivo, as dificuldades de binocularidade que interferiam no aprendizado. Foi um trabalho que ela apresentou em que as equipes interdisciplinares faziam a avaliação dessa criança que chegava com dificuldades, sendo essas crianças tratadas, chegando ao final com um resultado de como essa criança tinha apresentado a melhora no resultado final de aprendizado. Em 2003, a ortoptista Vera Cordas foi homenageada e, em 2006, será realizado em São Paulo o CLADE. Essa fala é muito em cima da parceria, da importância de como nós, ortoptistas, estamos sempre próximos, sempre juntos no sentido de sempre ter o cidadão, ou seja, criança, adulto, idoso, o cidadão que chega com o objetivo de qualidade. Estamos, também, pensando em estarmos mais próximos à área de educação. Acho que a saúde e a educação andam juntas e precisamos estar, porque quando temos uma triagem onde os professores dessas crianças têm a informação de como ele pode determinar uma ambliopia, botando a mãozinha no olho da criança pedindo para ele ler, botando a mãozinha no outro, vendo que ele tem uma baixa acuidade visual, ele já teve uma triagem prévia de uma criança que, quando chegar ao consultório do oftalmologista, com 13, 14 anos, não tem mais nada a fazer por ele. Bom, o nosso projeto de lei vem andando, o Senador Paulo Paim, na época Deputado, apresentou na Câmara dos Deputados e agora está apresentando no Senado. Ao Senador Paulo Paim queremos agradecer muito por essa participação, ao Senador Flávio Arns também, porque é um projeto em que temos uma grande preocupação com a regulamentação dessa profissão. A Ortóptica é a única profissão de nível superior na área de saúde existente no país que ainda não foi regulamentada. A necessidade do ortoptista no serviço público é premente, trabalhamos quase que em serviços privados. O curso de formação precisa se expandir neste país tão grande, e a definição e a atribuição de papéis. Profissionais de outras áreas atuam em Ortóptica. Temos profissionais que estão fazendo o papel do ortoptista e de forma totalmente inadequada, sem nenhuma formação e sem nenhuma forma de fiscalização. Isso nos preocupa muito, mais até do que estarmos hoje aqui mostrando nossa atribuição, o que fazemos, mas como é esse profissional? A classificação Brasileira de Ocupação em 2002 foi modificada e o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego fez uma nova reclassificação, onde o próprio termo para-médico, citado pelo Dr. Cláudio, que não é mais utilizado, fez a migração de famílias.

Nós, ortoptistas estávamos numa classificação anterior, como mesmo significado, quer dizer, o mesmo sinônimo do optometrista ou do óptico e nós não somos como óptico, nós não somos como o optometrista. A atribuição do ortoptista é uma atribuição total mente diferente. Nessa reclassificação o ortoptista migrou para a família da reabilitação. Nós participamos dessas reuniões, que foram extremamente produtivas, que foram realizadas no Rio de Janeiro, no Dataprev, e a família da reabilitação teve o ortoptista na ocupação 2236/15, onde a descrição sumária define bem essa atribuição. Atende a pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos, procedimentos específicos, fisioterapia e aí vai falando – isso no site todos terão oportunidade de ver.

Termino minha fala citando Carlos Drummond de Andrade:

> "Mãos Dadas
> O presente é tão grande mas não nos afastemos
> Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas
> O tempo é a minha matéria
> O tempo é presente
> Os homens presentes à vida é presente."

Essas foram as fontes e o agradecimento.

A ABO agradece e conta com o apoio de todos no objetivo de regulamentar a função do ortoptista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador é o Dr. Yoshifumi Yamane, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia.

O SR. YOSHIFUMI YAMANE – Bom-dia a todos, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer em nome da Sociedade Brasileira, em nome da Oftalmologia brasileira o honroso convite para aqui estarmos participando dessa audiência pública no que concerne ao Projeto de Lei nº 139, cujo autor é o ilustre Senador Paulo Paim.

Agradeço ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares; ao autor do Projeto de Lei nº 139, Senador Paulo Paim; ao ilustre Senador, Relator do Projeto Senador Flávio Arns; e aos ilustres Senadores aqui presentes.

Justo e é salutar a reivindicação dos ortoptista no que concerne à sua regulamentação. Acreditamos, por que achamos que seja justo e salutar? Porque como a própria relatora anterior, a Srª Vivian apresentou, a Ortóptica nasceu da Oftalmologia, é parte integrante da ação médica oftalmológica. Então, realmente a Oftalmologia foi o berço da Ortóptica. Em 1947, como ela mesma citou, através do trabalho de Moacyr Álvaro na década de 60, o Professor Hilton Rocha, no Rio de Janeiro, tivemos participando da formação de inúmeros ortoptistas, já citados. Existia um Hospital, o Oscar Clarck, do qual a Maria Rita participava, tínhamos militantes que se formaram exatamente por meio de cursos ministrados por oftalmologistas. Então, acho que essa regulamentação é realmente válida, tem o seu valor, mas é preciso que haja um cuidado na aprovação desse projeto, mesmo porque a ação isolada do ortopedista, sem a supervisão médica e sob a responsabilidade médica, pode, em inúmeras situações, provocar danos ou mesmo retardar diagnósticos que poderão levar até à perda de vidas quando não tratados de forma correta e diagnosticado precocemente.

Por que isso é válido? Isso é válido porque não se pode isolar a análise das alterações binoculares, das alterações oculomotoras ou sensoriomotoras decorrentes do estrabismo, que é o desalinhamento dos eixos visuais, como se fosse só uma manifestação local do olho. Não, esse é um erro gravíssimo. É preciso que, na presença de um estrabismo, se faça previamente, de forma imprescindível, o exame oftalmológico completo, que consta de um exame de fundo de olho, a medida de acuidade visual, o exame da motilidade ocular, da motricidade ocular e, muitas vezes, até um exame neuro-oftalmológico associado. Porque, muitas das vezes essas manifestações oculomotoras, através dos desvios dos eixos visuais, nada mais são do que, por exemplo, uma alteração decorrente de um aneurisma cerebral, que pode levar a uma paralisia dos nervos, com isso levando a um estrabismo. Pode ser decorrente de uma paralisia devido a um diabete melito descompensado.

E como ação isolada só do ortopesdista, sem a supervisão médica pode beneficiar o paciente, é preciso ter esse cuidado. Essa é a preocupação que a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, a qual presido, que tem 84 anos de existência, cuja função é exatamente o aprimoramento da ciência médica ligada à Oftalmologia, não só também na promoção da saúde ocular e na pesquisa das doenças oculares. Essas são as ações precípuas da Sociedade, que existe por 83 anos. E, em conjunto com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, temos trabalhado incessantemente na promoção e na prevenção das doenças oculares.

É meritório que se faça essa observação à regulamentação, mesmo porque, conforme o Dr. Cláudio já disse, temos taxa de desemprego elevada, o que preocupa, é um problema social grave. E essa preocupação de regulamentar e permitir que profissionais da Ortóptica possam exercer plenamente e se inserir dentro de um mercado de trabalho e exercer plenamente a sua atividade de cidadão, para mim é válido. Precisamos ter essa preocupação sempre com aquela preocupação, primeira, de evitar não prejudicar o paciente, que é a parte mais frágil, o final desse processo.

Então, penso que a ação médica em conjunto, em parceria com a Ortóptica pode, realmente, ser uma parceria muito frutificante, que beneficiará, com certeza, a população portadora dessas deficiências oculomotoras, mas sempre com esse cuidado. Tem que haver uma visão holística desse processo e não uma visão segmentada de que aquele problema de estrabismo é só um desalinhamento dos eixos visuais simplesmente, e não que não tenha uma conotação de ordem sistêmica. Essa é a nossa preocupação.

De forma alguma, somos contra a regulamentação, mas uma regulamentação que se preocupe com esse princípio hipocrático de que **primum non nocere**, quer dizer, primeiro não ser lesivo, nocivo. Penso assim e acredito que essa parceria sempre existiu conforme vimos na exposição anterior. Acho que é justo que essa regulamentação ocorra, com esses cuidados. Essa é a minha preocupação. Portanto, não faz nenhum sentido isolar a atividade do ortoptista, sem a subordinação de um exame médico oftalmológico completo. Isso seria colocar que todos os problemas seriam isolados, problemas só dos olhos, quando, muitas vezes, há doenças de alta gravidade, que podem levar ao estrabismo. E quando tratado, detectado precocemente, salva muitas vidas.

Somos também, em face das várias argumentações apresentadas, solidários ao parecer do nobre Senador Flávio Arns, com vistas à regulamentação da Ortóptica no Brasil. E como está **ipsis litteris**, com algumas pequenas modificações, achamos que essa regulamentação vai permitir uma parceria cada vez mais sólida e mais eficiente, e, com certeza, não vai comprometer a saúde da população, pelo contrário, vai beneficiar ocular da nossa população.

A Oftalmologia brasileira ratifica o parecer do nobre Senador Flávio Arns, pois achamos que essas

modificações contemplam ambas as partes e seus devidos cuidados em relação do que já apresentado.

Quer aproveitar, mais uma vez, a oportunidade de aqui estar, nesta nobre Casa. Para mim, realmente, a sociedade brasileira tem sempre essa preocupação, prevenir as doenças e promover saúde ocular da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos, então, dar início ao debate. Ouviremos, em primeiro lugar, o Relator da matéria e o autor do requerimento, Senador Flávio Arns.

V. Exª está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado.

Primeiramente, eu quero agradecer a presença dos convidados, a Drª Mariza, a Drª Vivian, Dr. Yoshifume, Dr. Cláudio, inclusive nosso ex-colega na Câmara dos Deputados. É uma alegria revê-lo aqui no Senado Federal.

Quero enaltecer o valor, a profundidade dos conteúdos apresentados e deixar muito claro que o que sempre nos objetiva e nos norteia na apreciação dos projetos de lei, é verificar o que realmente vai beneficiar, o cidadão, o ser humano. Nesse sentido, acho que devemos ter sempre em vista isso. O que estamos fazendo ajuda, beneficia, ou, eventualmente, pode prejudicar. Acho que é um divisor de águas em função do qual os nossos posicionamentos devem ser tomados. Eu diria que existe assim um debate que acontece, mas que eu acho que podemos encaminhar para uma discussão maior, um entendimento maior, no sentido de estabelecer, de uma maneira clara, essa interface entre as duas áreas.

A questão, realmente, se alguém tem um problema visual, eu diria, este problema visual real ou potencial tem que ser apreciado pela autoridade médica. E como dito, inclusive, pelo que entendia, pela Vivian, no sentido de se ter esse diagnóstico também. A partir daí se estabelece um procedimento que pode ser ou médico ou de outra natureza, dependendo da dificuldade que aconteça. Essa interface, em termos de supervisão, de responsabilidade, em conjunto com as duas áreas é que precisa, na verdade, assim ser um pouco esclarecido também. Eu gostaria só que se alguém quisesse ...sei que essa é uma dificuldade, porque temos que ter na redação do projeto alguma coisa que realmente atenda a esse aspecto que acho que aí é que está o cerne de algum desentendimento que possa haver. Um desentendimento, mas assim de aproximações que devam acontecer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Flávio Arns, V. Exª permite um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que V. Exª está fazendo uma colocação perfeita com relação ao que o nosso doutor acabou de falar, que duas ou três pequenas alterações consubstanciariam o seu relatório e o projeto do Paulo Paim. Não sei se durante o início da exposição de V. Sª foi colocado. Porque penso que o ato médico é indeclinável do médico, ele tem que ter a participação ativa numa decisão de tratamento e tudo. Portanto, parece-me que o projeto e o relatório são bons. Não se está mais para aceitar a universidade, fazer cursos e tudo e não ser reconhecida a profissão. Mas talvez com essas duas alterações, não sei se V. Exª concordaria, que ele nos dissesse quais são as duas ou três modificações que dariam uma consubstância mais consistente ao projeto do Senador Paulo Paim e do relatório de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Realmente, essa questão que eu estava mencionado, ficar claro até que ponto que existe essa supervisão, essa responsabilidade. E o que o Dr. Yoshifume colocou também a a gente pensa. Concordo também com o pensamento, quer dizer, existe um estrabismo, primeiro tem que realmente investigar, no caso do estrabismo, porque ele está acontecendo. Pode ser neurológico, pode ser oftalmológico, pode ser de saúde. Mas, muito bem, eliminada essa hipótese, aí vem um trabalho subseqüente, como é que esse trabalho subseqüente na verdade acontece. É a questão que eu pediria, na seqüência, que fosse explicado.

Penso que aí é o único problema que na verdade podemos conversar e ter esse processo de aproximação, para não haver dúvida nenhuma. Mas eu teria uma questão em relação à formação. Gostaria que a Drª Vivian nos colocasse, e colocou de uma maneira muito boa, muito precisa, toda a história, todo o envolvimento da área acadêmica, porque isso faz parte do projeto também, quer dizer, quem tem a possibilidade de exercer a profissão de ortoptista, no caso, e se prevê no projeto que seriam aquelas pessoas que tivessem o curso superior de Ortoptia. Quantos cursos que existem no Brasil? Quantas pessoas que estão formadas? Se daríamos um prazo para isso ou se isso não causaria, pela aprovação de um projeto de lei, mais problemas eventualmente no Brasil. Porque se houver uma lei que diga: a pessoa para exercer a profissão tem que ter o curso superior, mas têm duas, três faculdades, e o médico ao mesmo tempo depende também do ortoptista, porque todo esse trabalho técnico, todo o trabalho de habilitação, de reabilitação e tudo isso, não é o médico que vai fazer. Na verdade o médico participa de todo esse processo. Então, a

gente não pode criar dificuldades, eventualmente, com a aprovação do projeto de lei, estabelecendo alguma coisa e a realidade é diferente.

Então, são as duas observações que eu faria. E gostaria de algum comentário sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em primeiro lugar, vamos ouvir a Drª Marisa, que deseja se pronunciar, em seguida a Drª Vivian e os demais também, se desejarem fazer alguma observação, terão a oportunidade de fazê-lo.

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Bom, é uma situação bastante delicada essa definição e essa atribuição. Digo que a prática da Ortóptica não pode existir sozinha, como a prática de nenhuma outra atividade da área da saúde, onde você trabalha como reabilitador, como você trabalha como um parceiro.

Então, quando foi feita a colocação no Substitutivo, mediante prescrição médica – e nós até falamos e conversamos, também, sobre a área da educação – eu tenho uma grande preocupação com a área da educação. A minha primeira formação foi de professora. Eu trabalhei na área da educação mais tempo, talvez, do que na área da Ortóptica e a minha grande dificuldade com crianças pequenas e que acho que é a nossa preocupação – o Dr. Yamane tem, também, essa preocupação – é que o período aonde nós temos para intervir, positivamente, em estrabismos e em ambliopia é justamente nessa faixa etária. Essa precocidade, essa atenção a essas crianças terem essa intervenção precoce, vai fazer com que esse indivíduo tenha, durante a vida dele, um outro tipo de comportamento.

Então, eu acho que a educação precisa estar atuando junto. Eu acho que a CBO tem feito campanhas para que ele tenha a participação do professor na triagem das crianças na escola, ensinando a esse professor como é que ele irá avaliar a acuidade visual dessa criança, como é que ele vai ver, de uma forma fácil e bem simples, se essa criança tem uma dificuldade para ser encaminhada. O Brasil é muito grande. São poucos profissionais para atender a tantas pessoas. Os serviços públicos ficam extremamente saturados e, às vezes, essas crianças são encaminhadas, podendo ter sido feita uma triagem na educação que facilitaria o atendimento dessa criança no serviço da área da saúde.

Então, eu acho que essa parceria é importante e eu acho que a avaliação do oftalmologista é fundamental. Como o Dr. Yamane falou, principalmente em casos de estrabismos – nós estamos falando muito em estrabismos, mas o ortoptista não trabalha só com estrabismos. Ele trabalha, também, com as forias e com as descompensações de binocularidade que não estão interferindo nessa parte estética e nem nessa dificuldade que vai precisar ou da intervenção cirúrgica ou ....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O astigmatismo (inaudível).....exercício?

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Não, não. O astigmatismo seria uma alteração corrigida....

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ....mais o exercício – na urgência, não é? (fora do microfone)

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Mas, aí, ele trabalha com a binocularidade. O astigmatismo seria uma outra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu fiz um tratamento do astigmatismo....(fora do microfone.)

A SRª MARIZA LOOS PFEIFFER – Então, eu acho que é importante porque, como o Dr. Yamane falou, em alguns casos o estrabismo é o de menos, porque tem um tumor comprimindo e se ele não fizer esse exame de fundo de olho e for encaminhado para onde deveria, poderá ter uma perda visual, e não só uma perda visual, mas esse paciente poderá vir a falecer.

Então, eu concordo dessa forma. Eu acho que esta é a grande dificuldade – é a de os termos um texto no qual possamos estar de mãos dadas. Eu acho que a minha citação de um poema de Carlos Drumonnd de Andrade é justamente isto. Eu acho que nós queremos estar de mãos dadas e não trabalharmos separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CHAVES – Eu ouvi, atentamente, a Srª Marisa, quando ela falou na parte da educação das crianças. Realmente, quando mais precoce essa detecção vier a acontecer, – quanto à qualidade de visão – melhor. O Brasil deu provas disto de que, realmente, com o mínimo de vontade política, é possível se fazer muito. Quem não se lembra, daqui dos presentes, do programa "Olho no Olho", desenvolvido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia com o Governo do Estado e com as Secretarias de Educação e se fez muito. Lá no meu Amazonas, que é um Planeta, nós levamos atendimento médico aos mais distantes Municípios, sem nenhum problema, sem nenhuma dificuldade. No Piauí, – vejo, aqui, o nobre Senador e meu colega Mão Santa – o Dr. Raimundo Nonato deve ser seu amigo, lá no Município longínquo, parece que de Raimundo Nonato, fez um trabalho meritório bonito em Correntes, enfim, em todos os quadrantes do Brasil. O número de oftalmologistas no Brasil hoje é suficiente plenamente para atender à população. Somos 12 mil. Eu falo pelo Estado do Amazonas, o acesso SUS é cada vez mais facilitado, com serviços próprios e credenciados. Este aspecto da educação é importante? É. A Oftalmologia está plenamente capacitada para dar à

população, havendo um mínimo de vontade política do Governo. Isso aconteceu no Projeto Olho no Olho, que, infelizmente, não foi continuado. Agora ele foi reeditado para ser desenvolvido pelas Secretarias de Educação. Vai aqui uma crítica, a falha é que o projeto só atinge cidades, salvo engano, de mais de 100 habitantes. No Estado do Amazonas só contempla a Capital, Manaus. O nosso segundo Município, que é Paratins, a terra do Boi-Bumbá não tem 100 mil habitantes. Quer dizer, o interior está totalmente excluído. Essa vontade política na esfera estatal, ou para reeditar na íntegra o Projeto Olho no Olho, ou colocar como está, mas não colocando linha de corte em quantidade populacional, o projeto é plenamente desenvolvido. Os oftalmologistas fazem o exame, prepara as professoras para fazer a triagem, medindo a acuidade visual, encaminha para o oftalmologista que examina, prescreve os óculos ou o tratamento que for necessário, e a Secretaria de Educação compra os óculos. É uma situação que não há carência de oftalmologistas para fazer isso. Este programa precisa apenas de vontade política ou para ser continuado o Olho no Olho ou para ser aperfeiçoado essa nova versão do programa, tirando essa linha de corte populacional.

O SR.ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de aproveitar para dizer que o Prof. Nilton Carajosé fez um programa excepcional para as escolas públicas. Eu sei disso, porque minha senhora foi diretora de escola e acompanhou de perto esse trabalho. Acho que a professora está corretamente adequada na evolução desse programa social que atenderá às crianças carentes, principalmente as da primeira infância. É onde se identifica as dificuldades, e muitas crianças, por dois motivos, não acompanham o ensinamento escolar, a audição e a visão. A colocação de uma vigilância maior nos programas que possam atender às crianças, talvez essa profissão que os senhores pedem o seu reconhecimento, poder-se-ia estabelecer a obrigatoriedade da escola em ter esse programa semanal de acompanhamento da primeira infância, porque acho isso importantíssimo, para que essas crianças tenham sucesso no futuro. Muitas vezes, as crianças não conseguem se interessar pelo estudo por problemas nesse sentido. Inclusive, eu vi um filme desse, há muito tempo, em que o pai não queria que a criança usasse óculos. Ele era contra o uso de óculos. Com isso, a criança não conseguia acompanhar a escolaridade que tinha como programação. Desculpe-me, e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Srª Vivian deseja se pronuciar.

A SRª VIVIAN DAZUE ANDO VIANA SECIN – Especialmente, eu gostaria de colocar que na Campanha Olho no Olho, muitos foram os ortoptistas que colaboraram nas avaliações feitas. Acho que é essa a proposta mesmo. Somos profissionais que devemos estar inseridos nesse processo de prevenção, de geração positiva de saúde. E por que não nós que já temos uma formação para isso? A experiência já existe. Acho também que a locação do profissional de Ortóptica restritamente na esfera hospitalar, considero como um erro estratégico, logístico. Na minha opinião, o ortoptista deveria estar nos Postos de Saúde, junto às comunidades, junto às escolas para que eles pudessem realmente atuar nessa parte preventiva. Quem sabe, mais adiante, a gente terá mais esse espaço, e poderemos lutar por ele. Esta é realmente a nosso motivação maior.

Em relação à formação, que foi a pergunta do Senador, há quantos estabelecimentos de ensino de Ortóptica.

Infelizmente, em virtude de inúmeros motivos, eu cito aqui, especialmente, o da Escola Paulista de Medicina, que era o nosso orgulho nacional porque era a única instituição pública a formar ortoptistas no Brasil – e foi a primeira – e que mudou seu foco de ação, porque a universidade tem o direito de mudar sua visão em relação aos seus cursos. E, ao meu ver, mudou erradamente para tecnologia oftálmica. Mudou a visão do curso e reduziu as cadeiras de Ortóptica, para criar uma de auxiliar de Ortóptica de nível superior para atuar nos consultórios de Oftalmologia.

Essa foi uma perda muito grande para nós, porque não há como os brasileiros que não têm condições de acessar a uma universidade privada ter uma formação pública em Ortóptica. Isso deu a impressão de que o curso estaria sofrendo uma pressão, o que não é real. Simplesmente, as novas tecnologias demandaram profissionais para lidar com as máquinas e, infelizmente, julgaram que o curso de Ortóptica seria o mais conveniente para formar esses profissionais. Felizmente, isso não aconteceu no Rio de Janeiro. Dessa forma, o profissional reabilitador não é aquele que vai lidar com as máquinas. O que vai lidar com o ser humano, infelizmente, só o Rio de Janeiro está formando atualmente. Todos os outros cursos foram modificados.

A UBRA não forma ortoptistas, mas optometristas, que, pelo semelhança do nome, está nos provocando sérios problemas. A UBRA tem certas questões com a oftalmologia que não temos, entendeu? É fundamental dizer que a UBRA não forma ortoptistas. No Brasil, atualmente, só o IBMR. Diversas instituições privadas

– e daí a terrível exclusão social dos estudantes que não podem pagar – estão tentando ativar cursos de Ortóptica por entenderem a necessidade, mas estão aguardando a regulamentação para efeito de pressão do marketing institucional. O IBMR, que existe há trinta anos e teve como primeiro curso o de Ortóptica, só forma profissionais da área da saúde, foi recentemente transformado em centro universitário e acredita nesse profissional. Estamos aqui justamente para não deixar morrer essa instituição e para lutar para que outras instituições nas outras regiões do Brasil possam formar esses profissionais.

Não sei se respondi adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por último, o Dr. Yashifumi, que deseja fazer uma intervenção.

O SR. YASHIFUMI YAMANE – Eu gostaria brevemente de reiterar a nossa vontade de solidificar a parceria entre o oftalmologista e o ortoptista porque, na realidade, desenvolvem atividades complementares. É preciso colocar que ninguém está querendo evitar a regulamentação da profissão, mas queremos que a regulamentação atenda ao desejo da comunidade oftalmológica de que o exercício da profissão tem que se dar sob supervisão e responsabilidade médicas, o que é inalienável do ato médico. Isso é importante.

Quando se disse que em 14 países a Ortóptica é regulamentada, é preciso lembrar que, em nenhum desses países, o ortoptista trabalha isoladamente. Ele sempre trabalha sob supervisão médica. É preciso colocar isso de forma bem clara.

Com relação aos cursos que demonstram essa parceira, o Conselho Latino-Americano de Estrabismo – CLADE, na verdade, é uma associação oftalmológica. Quanto aos cursos oferecidos no Brasil, na maior parte das vezes, são coordenados pelo Centro Brasileiro de Estrabismo, que um afiliado do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. É preciso colocar que ninguém é contrário à participação dos ortoptistas e deseja que o aprimoramento seja dificultado. Apenas é preciso fazer a ressalva de que a comunidade oftalmológica não abre mão do aspecto da responsabilidade e da ação médica.

Obrigado.

A SRª ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eu gostaria de falar umas poucas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A senhora aguarde um instante, porque estamos ouvindo primeiro os convidados e os Senadores neste debate democrático.

Queríamos ainda ouvir uma complementação das observações já feitas pela Srª Vivian.

A SRª VIVIAN DZUE ANDO VIANA SECIN – Só para complementar a fala do Dr. Yoshifumi Yamane, acredito que, em termos de responsabilidade da equipe médica, o texto, quando coloca que o ortoptista recebe seu paciente através de uma prescrição médica, já coloca implícita a passagem desse paciente pelo médico, excluindo, então, as possibilidades que não ortópticas e, nesse aspecto, o próprio ato médico foi citado pelo Dr. Cláudio Chaves, que coloca a realidade e reconhece o trabalho do reabilitador e reconhece o diagnóstico funcional por ele realizado. Então, acho que é uma questão mesmo de encontrar o termo certo, porque na realidade nós, ortoptistas, não queremos ficar sem a participação conjunta, mas quero só ressaltar que é uma participação conjunta, é uma colaboração, é uma participação complementar.

Outra coisa que acho séria também e que eu, como formadora, devo colocar é que, no caso, a representação da parte formadora da Oftalmologia coloque em suas residências como reconhecer a necessidade de um teste ortóptico, não só sob o aspecto da cirurgia, do estrabismo motivador estético, e sim o motivador sensorial, o motivador funcional, que não é visível a olhos desarmados da Ortóptica. Então, se realmente o profissional oftalmologista não confundir mais Ortóptica com Optometria, já é um grande passo. Dois: se ele souber em que momentos aquele paciente precisa da intervenção ortóptica, será perfeito, porque aí estaremos lá, é um de nossos setores de Ortóptica, não assim supervisionados com o oftalmo olhando o que a gente está fazendo, porque isso não acontece em nenhuma área, não existe um Big Brother de outro profissional olhando o que a gente está fazendo. Se ele tem um setor lá, ele confia no profissional. Então, eu acredito que a parceria é real e queremos essa parceria, mas queremos respeito também aos limites ético-profissionais de cada área. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Olha, antes de prosseguirmos o debate e ouvirmos, inclusive, o autor da proposição, eu gostaria de explicar a todos aqueles que participam das reuniões desta Comissão, como de outras Comissões do Senado Federal, que há um rito a ser seguido, inclusive previsto em nosso Regimento. Muito embora seja importante que possamos ouvir todas as pessoas e entidades interessadas no andamento das matérias nesta Comissão, designamos Relatores justamente para abrir a possibilidade de um debate não só interno da Comissão, mas para que, visando aprimorar a matéria, visando instruir o parecer, o Relator possa ouvir cada uma das entidades interessadas na tramitação dos projetos que tramitam nas Comissões, inclusive na nossa, de Assuntos Sociais. Portanto, toda e qual-

quer entidade que tiver interesse numa alteração ou aperfeiçoar esta matéria é só procurar o Senador Relator, o Senador Flávio Arns, ou então o próprio autor da matéria, que é o Senador Paulo Paim, que estão inteiramente à disposição, de forma democrática, sem nenhuma discriminação, a ouvir a sociedade, porque, com isso, quem sai ganhando é a cidadania.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exmº Sr. Presidente desta Comissão Senador Antonio Carlos Valadares, nosso colega que saiu agora de Parlamento durante um longo período como Deputado Federal, Dr. Cláudio Chaves, Dr. Yoshifumi Yamane, a pronúncia está correta? a Srª Vivian e Srª Mariza, primeiramente, eu gostaria de dizer que quando apresentamos um projeto alguns pensam que esse projeto é perfeito. Tenho sempre explicado que quando apresentamos um projeto, é a iniciativa e que o projeto só ficará bom mesmo depois de audiências públicas como esta, depois de ouvir todos os setores envolvidos. Darei o exemplo de como o Senador Flávio Arns está fazendo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Dizem-me às vezes, Senador, que em meu projeto faltou o artigo tal, mas o Relator está ouvindo, está construindo. Neste caso, estou muito feliz com toda a exposição que ouvi até o momento. Darei aqui um testemunho, que, se não for correto, chamem minha atenção. Recebi, no Rio Grande do Sul, a Srª Mariza. Eu queria muito ouvir também o Dr. Yamane e, naturalmente, também o Dr. Cláudio. O que ouvi do Dr. Yamane? Que S. Sª concorda com o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, que melhora muito o projeto original que apresentei. Fico muito feliz, isso é muito bom. O que ouvi da Srª Mariza no meu escritório, em Porto Alegre? S. Sª achou muito bom também o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

O que me moveu a apresentar esse projeto? Sempre digo que não invento nada. Quando digo que apresentamos um projeto – às vezes repito de forma meio chata que tenho centenas de projetos – é uma demanda da sociedade, não invento da minha cabeça projeto. O que me moveu a apresentar esse projeto? Está aqui na justificativa que a Ortóptica é a única profissão da área da saúde de nível superior existente no País que ainda não foi regulamentada. Depois, a assessoria me lembrou aqui que essa é uma luta de décadas. Aqui há um projeto apresentado em 1991, que, infelizmente, foi vetado em 1995. Aí é que entro na área e apresento o projeto na Câmara. Por isso que entendo que é a forma inclusive de evitar um contraditório – aí sim desnecessário. Às vezes eles aprovam um projeto que envolve setores da sociedade, um setor fica feliz e o outro pressiona o Executivo para vetar. Pelo que sinto, não é o caso. Penso que todos entendem que essa profissão deve ser regulamentada. Não sou um especialista na área. Muitos colegas médicos conversaram comigo sobre o tema e mostraram que é preciso construir um grande entendimento para evitar o conflito. Entendo que o nobre Senador Flávio Arns está construindo com muita habilidade essa engenharia e concordo com S. Exª. S. Exª chegou a me dizer para conversarmos no máximo, para vermos se há algo pegando para resolvermos e para, efetivamente, o projeto aprovado aqui ir para a Câmara e para a sanção da Presidência.

Minha fala é mais para cumprimentar. Dr. Cláudio, V. Sª não estava, mas falei do meu orgulho de ser Deputado Federal com V. Exª. A fala de ambos foi brilhante, assim como foi a fala da Srª Vivian e da Srª Mariza, que apontam para um grande entendimento, que é o que nós queremos. Assinarei embaixo, com muito orgulho, o substitutivo do Senador Flávio Arns, que, com certeza, melhora muito o projeto. Sempre digo que é um equívoco quando apresentamos o projeto original pensando que somos donos da verdade. A verdade surgirá do grande debate e desse encontro de idéias que estou percebendo desta reunião.

Cumprimento a todos os painelistas. É claro que o Senador Flávio Arns tem um carinho especial, porque é o nosso grande articulador desse projeto. Só isso. Não tenho nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quero realmente louvar a iniciativa do Relator em promover esse debate, no qual ficou demonstrado que existe uma harmonia de propósitos, existe um espírito construtivo no sentido de encontrarmos uma solução que atenda em primeiro lugar à sociedade, que é a beneficiária de qualquer ação, seja do Legislativo ou do Executivo. Esta tentativa de encontrar o melhor caminho para a regulamentação da profissão é uma tentativa que tem uma preocupação fundamental: que uma profissão possa ser exercida com dignidade, que tenha o respeito de todos nós e que não venha invadir a atribuição de uma outra profissão. Então, neste encontro que tivemos aqui, ficou demonstrado isso, que as duas profissões querem sobreviver, querem atuar, mas sem retirar de nenhuma delas a sua própria atribuição, que é reconhecida de forma oficiosa pela sociedade e que depois da regulamentação não haverá nenhuma dúvida sobre as atividades específicas de cada uma, da Oftalmologia e da Ortóptica. Eu concedo em primeiro lugar a palavra ao Senador Wirlande da Luz, em seguida o Senador Augusto Botelho, nosso médico e Senador.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Senhores Convidados, Senhores

Senadores, em primeiro lugar, quero iniciar fazendo uma correção, o exercício, ato da medicina também ainda não é regulamentado Sr. Senador Paulo Paim. Sou médico Pediatra e também membro do Conselho Federal de Medicina. A nossa profissão, apesar de ter mais de 2500 anos, ainda não é regulamentada também. Espero que seja regulamentada agora. Ela vai passar por esta Comissão, inclusive com o apoio dos Srs. Senadores, tenho certeza disso. Não é possível nenhuma profissão hoje ficar sem regulamentação. Até porque, é a ilegalidade da não-regulamentação e o exercício profissional que essas profissões, não só na área médica, mas nas demais áreas, é uma coisa absurda, nós não podemos admitir. A questão da regulamentação e, aí, a Sra. Vivian tem razão, a confusão com a Optometria tem atrapalhado realmente vocês. E, aí, nessa regulamentação, o optometrista vai entrar no vácuo. E a nossa preocupação é exatamente essa: de ser uma profissão auxiliar, que trabalhe em conjunto com a Oftalmologia, até porque a formação do orptista é de três anos. A formação do oftalmologista chega muitas vezes a dez anos. Então, é extremamente necessário que o orptista realmente trabalhe em conjunto e, até porque o oftalmologista e as demais profissões hoje, não conseguem trabalhar sozinhas. Sozinho, o médico não consegue resolver seus problemas, acho que ele tem que ter as suas profissões afins, para que ele possa realmente desenvolver. Então, a única preocupação nossa é que seja amarrado realmente no projeto, Senador Flávio Arns, é a questão do trabalho conjunto, do trabalho em parceria para que não fique solta essa função. Em qualquer profissão, nós sabemos que existem bons e maus profissionais, e alguns vão decorrer pelo caminho dos maus vícios e, principalmente, em algumas cidades – eu sou do Norte, do Estado de Roraima – e nós sabemos, um colega médico e vizinho, do Estado de Amazonas, Cláudio, nós sabemos que em algumas regiões, nós não temos profissionais de maneira nenhuma. E em algumas regiões dessas, alguns profissionais vão e passam além do seu limite de atuação e coloca em risco a vida dos pacientes. A profissão de vocês regulamentada e coloca em risco o médico e, principalmente o paciente, que é o mais importante. Então, era isso que eu queria dizer, que fique bem amarrado isso, no Conselho Federal de Medicina. Não somos contra a regulamentação de qualquer profissão, principalmente profissões que ajudem a completar os nossos diagnósticos, os nossos tratamentos, os nossos procedimentos médicos. Esse auxílio é salutar hoje, pois o médico precisa disso. Precisamos concluir que existe um limite entre as profissões de paramédicos, as profissões auxiliares dos médicos, e a profissão médica.

Sou totalmente a favor do projeto, desde que fique amarrado.

Parabéns ao Relator e ao autor do projeto! Parabéns a V. Sªs pela explanação!

Esse assunto já foi abordado aqui pelos meus colegas médicos, que são a favor de que sejam feitas algumas alterações – creio que são alterações pequenas.

Aproveito a oportunidade para dizer que conto com o apoio de V. Exªs para regulamentar uma profissão de 2500 anos, como a profissão do médico, por meio do ato médico que deverá ser aprovado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, mais um médico a falar nesta reunião.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, inicialmente, quero fazer uma consideração em relação ao termo paramédico que as pessoas gostam de usar.

Hoje é o Dia da Enfermeira. Portanto, eu gostaria de cumprimentar todas as enfermeiras, os auxiliares e técnicos do meu País que trabalham nessa área, os quais considero anjos da guarda do paciente.

Nós médicos, optometristas, somos trabalhadores para pacientes – o termo certo seria esse. Trabalhamos ao lado do paciente. Nenhum é mais importante do que o outro. A minha mão direita não é mais importante do que a esquerda. As duas fazem parte do meu corpo. Sendo assim, nós todos fazemos parte desse conjunto.

Estou há quase três anos nesta Casa. Sou um médico do interior, formado há 32 anos. Depois que me formei, trabalhei 30 anos em Roraima, minha terra. Nasci no Espírito Santo, mas fui feito em Roraima.

Quero pedir desculpas, porque faço confusão. Eu iria fazer uma pergunta, e ainda vou fazê-la aos dois médicos – e as senhoras devem saber disso também –, sobre um trabalho feito pela Sociedade Americana de Pediatria em relação à prescrição desnecessária de óculos. Pensava que esse estudo havia sido realizado por ortoptistas, mas creio que deve ter sido elaborado por outra categoria.

A SRª ORADORA NÃO IDENTIFICADA – **(Intervenção fora do microfone.)**

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É sobre Optometria. Li esse trabalho, mas fiz essa confusão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Optometria.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de que eles falassem a respeito desse trabalho. Será muito importante analisarmos essa questão,

na hora em que regulamentarmos essas profissões. Meu questionamento aos dois médicos refere-se a esse trabalho.

Há outro fato. Como disse o Senador Paulo Paim, ao elaborarmos um projeto nesta Casa, ele é bastante discutido, mas, às vezes, a sua tramitação é demorada – até demais para o meu gosto –, mas sempre buscamos fazer o melhor para as pessoas. Há um controle externo muito forte que são os nossos eleitores. Eles julgam as nossas atitudes. Portanto, somos obrigados a fazer o melhor mesmo. Não podemos ser parciais nas nossas decisões. Precisamos saber qual é o objeto. Aliás, o objeto do meu trabalho e de todos nós é sempre o ser humano, a pessoa. No caso da nossa profissão, é o nosso paciente, mas o nosso trabalho é a pessoa, sã ou doente.

V. Sªs podem ter certeza de que sua profissão será aprovada, pois já está praticamente concluído o relatório. Esta audiência foi realizada mais para retirar essas dúvidas. Sugiro a V. Sªs que façam um trabalho bem esclarecedor em relação a esse assunto, porque sou médico, gosto de ler artigos médicos – leio sempre – mas, de vez em quando, faço confusão. Li uma coisa, pensando que era outra.

Portanto, é necessário fazer um trabalho de esclarecimento para defender a profissão.

O SR. CLÁUDIO CHAVES – Eu gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dr. Cláudio, antes de encerramos esta reunião, concederemos a palavra aos convidados para fazer as considerações finais, dirimir as dúvidas dos Srs. Senadores ou esclarecer algo que não tenha ficado bem evidente.

Por último, concedo a palavra, com muita honra, ao representante do Estado do Piauí, Senador Mão Santa, que também é médico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de fazer uma pergunta. Um minutinho, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de obter de V. Sªs uma informação a respeito do número de médicos oftalmologistas no Brasil e do recomendado pela OMS.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na profissão da Drª Mirian, existem mil Oftalmologistas, não sei.

Com a palavra o Senador Mão Santa. Após o pronunciamento de S. Exª, todos terão à palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A pergunta do Senador Augusto Botelho é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – S. Exª responderá daqui a pouco.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – S. Exª pode responder a pergunta do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ele vai responder em breve.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, ilustre Senador e companheiros Senadores, entendo que o fato vem antes e depois surgem as leis. Bem assim é a história da humanidade.

O nosso Senador Wirlande da Luz falou da antigüidade da nossa ciência médica, que é mais humana das ciências, sendo o médico o grande benfeitor da humanidade. Esse ato médico precisa ter uma solução, porque é um fato que se desenvolveu. Até em política, houve um grande líder, Luiz XIV, que disse "L'Etat c'est moi". Em medicina, hoje, ninguém ousa dizer essas palavras. Sabemos que é necessário trabalhar – e o Dr. Luz foi muito feliz – em equipe. Mas a situação evolui desse modo. Sou cirurgião. Para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. É muito comum na medicina. Bastaria citar Juscelino Kubitschek, que fez estudos na política.

Aliás, o médico é servidor público mesmo – antes de sermos, como ocorre aqui, representantes do povo. A minha profissão foi a dos barbeiros. Foram estes que me antecederam. Eram eles que drenavam os abscessos. Hipócrates dizia: "Onde há pus, há saída do pus". Era ele quem fazia esse procedimento, além das sangrias e da retirada dos tumores. A situação foi evoluindo e estamos aqui.

Essa questão é fundamental e leva ao diálogo e ao debate, que são muito bons. Essa lei, para ser boa e justa, deve ser imparcial. Temos, como representantes, Senadores que não são médicos, como os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, além de V. Exª. Mas V. Exª é Presidente. Está igual ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Severino Cavalcanti. É outra classe, acima de nós. Aqueles dois Senadores têm uma sensibilidade política extraordinária e responsabilidade administrativa. Eles são os mais sensíveis homens públicos e Senadores da República. Então, será muito bom.

Esse ato médico – é necessário ver o fato – esteve quase na minha mão. Não sei como saiu. Já vi que a mão não é santa, porque me tiraram. Creio que foram pressões, porque sou médico e a questão funciona assim: "Mateus, primeiro os teus". Mas, antes de ser médico, tenho uma adoração toda especial pelas

?? – e quis Deus que hoje fosse o Dia da Enfermeira. Ninguém tem tamanha admiração às enfermeiras. Deus escreve certo por linhas tortas. A elas nunca se faz uma homenagem ou um desfile nem uma sessão. Só se lembra delas – e do médico da cabeceira – na hora do desespero, do infortúnio e da dor.

Foi tanta pressão – era a Senadora Lúcia Vânia – que, realmente, cheguei até a antecipar-me, chamando a audiência. Eu tentaria fazer como aprendemos na ciência médica: ser correto, ético e ouvi-los todos. Mas não é o caso e peço a sensibilidade.

Entendo que a situação hoje é a do 'L'Etat c'est moi". Temos que trabalhar em equipe. Sou cirurgião e ressalto a importância desse fato, explicando por que fui político. E entrei amedrontado, apavorado e tímido. Eu era médico de Santa Casa e, de repente, fui eleito Prefeito.

Acredito em Deus, no amor, no estudo e no trabalho, como todo médico. Senador, Paulo Paim, Adalgisa dormia enquanto eu estudava, porque aprendemos a estudar. Isso é o que fica da educação. Lá pela madrugada, pensei: "Vou-me lascar!" Sair de uma sala de cirurgia e ir parar em um Prefeitura! Por que fui me meter nessa fria?"

Estudei, estudei. Chegava o dia primeiro e a minha mulher dormia e eu estudava e trabalhava. Dei plantão durante toda a vida, de madrugada. É a vida de médico. Isso simboliza o médico. Pensava: "Vou-me lascar! Por que fui me meter nessa fria? Estava tão bom!" Então, li um livro, de Taylor: *O Magno da Administração*. Senador Paulo Paim, então, tomei coragem! Ele disse: "Administrar é fácil. Tomem como exemplo um cirurgião". Pensei: "É comigo mesmo!" Tem que ter coragem, decisão. Tem que saber começar e terminar, aventar adversidades, ter noção de tempo, de equipe, de chefiar. Há enfermeira, médico, paramédico e estamos aqui. Assim há outros. Está aqui o Senador Augusto Botelho. Juscelino Kubitschek também era médico.

Mas há essa noção e quero dizer-lhe que aí está e, por isso, não saiu. Existe hoje uma solicitação: a enfermeira obstétrica, a quem devo muito, porque ganhei muito dinheiro com obstetrícia. Todo o mundo sabe que 90% dos partos são normais. Formei-me em 1966 e, naquele tempo, fazia-se cirurgia geral. Então, as enfermeiras faziam e trabalhavam, mas queriam ter autonomia e auto-suficiência, o que não é permitido. Na hora em que era preciso usar o fórceps ou fazer cesariana e esterectomia. Mas nenhum médico dispensa, prescinde a importância da enfermeira.

As coisas evoluíram. A Oftalmologia merece todo o louvor e apreço. As mulheres já são bonitas e hoje há lentes que deixam seus olhos ainda mais bonitos. Só não deram jeito naquele ceguinho da televisão. Mas estão curando miopia e tudo. A Oftalmologia é uma das áreas mais avançadas. O futuro é, como disse Shakespeare, do especialista. A Oftalmologia evoluiu. Eu mesmo uso lente de contato e ninguém percebe. A Oftalmologia evoluiu. Ninguém mais do que os oftalmologistas sabem da necessidade e da importância que os senhores têm para fazer o que eles não podem fazer, exames em massa, triagem. Eles mesmos vão encaminhar. Apliquei anestesia. Hoje isso é inconcebível. O anestesista também surgiu e creio que até é mais sabido e competentes do que nós. Nós reconhecemos isso. Ele é meio anônimo, porque quem tem cliente é o cirurgião, quem ganha fama é o cirurgião. Mas onde haveria esse progresso, esse desenvolvimento, transplante de coração sem anestesia? É a mesma coisa. Os senhores estão no anonimato, mas serão reconhecidos pelo oftalmologista, que sabe, como eu, que dependemos da enfermeira instrumentadora, que será valorizada, prestigiada, remunerada. É a necessidade. Não falta mercado de trabalho, não. Então, a Oftalmologia é que avança, e avança.

Aí, começo a entender que somos imagem e semelhança de Deus, porque o Oftalmologia faz milagre, faz como Cristo, que andou pelo mundo e fez o cego enxergar.

Então, Senador Paulo Paim, é preciso observar que ela existe, mas faz parte de uma equipe, mas não há mais *c'est moi* . Foi muito bom eu ter tirado de minha mão, pois eu ia ser tentado mesmo. Senador Antonio Carlos Valadares, confesso que penso que Medicina é coisa de Deus, mas também creio que o cão existe. O cão me tentou e, quando percebi, eu estava metido em política.

Presto aqui homenagem aos médicos, às enfermeiras, a todos que fazem saúde: aos ortopedistas, aos dentistas, a todos, a uma equipe. A saúde ninguém faz só. Somos nós e como o Brasil está precisando melhorar a saúde. Então, vamos fazer uma lei boa e justa para que eles trabalhem em equipe e façam melhor visão ao nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrarmos esta reunião, gostaríamos de ouvir todos os convidados que terão dois minutos com a tolerância de mais um minuto para se pronunciarem.

Ouviremos os convidados obedecendo a seguinte ordem: o Dr. Cláudio Chaves, que é o representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a Drª Marisa Loos Pfeifer, Presidente da Associação Brasileira de Ortóptica e o Dr. Yoshifumi Yamane, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e, por último, a Srª Vivian Kasue, Coordenadora do Curso Superior de

Ortóptica do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação que funciona no Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, o Dr. Cláudio Chaves.

O SR. CLÁUDIO CHAVES – Queremos, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui, de rever amigos, participar dessa tertúlia em prol da democracia e, com alegria, no convívio que hoje tivemos aqui, responder algumas perguntas, algumas solicitações dos nobres Senadores.

Nosso colega, o nobre Senador Augusto, nos pergunta sobre o número da relação médico oftalmologista/habitante. A Organização Mundial de Saúde prevê como ideal um para vinte mil. Então, para o Brasil bastariam nove mil oftalmologistas e temos doze mil, temos um para quinze. Assim, a oftalmologia brasileira é muito bem servida, modéstia a parte, em quantitativo e em qualidade. O que precisa, é importante dizermos isso nesta Casa, é condições para uma distribuição geográfica. Há lugares que não tem especialista porque não tem condições de ele se estabelecer. Quem sabe um SUS diferenciado pagando um pouco melhor para onde não tem, os lugares mais longínquos. Não sei, um modelo imitando o Canadá.

Uma situação também importante é que o próprio SUS hoje não está credenciando a todos que procuram, quero dizer, um credenciamento universal do SUS muita gente que está fora do sistema viria. Essas duas situações resolveriam plenamente porque o número é suficiente e o pessoal, modéstia a parte, está muito bem formado.

O nobre Senador Mão Santa, estou tendo o prazer de conhecê-lo pessoalmente, já o conhecia por sua trajetória no Piauí, o nosso oftalmologista João Orlando, o Raimundinho têm V. Ex.ª como um ícone da medicina na política no Piauí, coloca aqui com muita proficiência parafraseando Rui Barbosa "toda lei é boa quando é justa". Lembrando Juscelino que dizia "o médico é acima de tudo um sociólogo" e isso o levou a entrar na política.

O nobre Senador Wirlande da Luz, nosso colega de Roraima coloca também muita clareza que é importante e praticamente conflui o pensamento para o entendimento, ele colocou a palavra "amarrar" logicamente é disciplinar. Acredito que um parágrafo único em um determinado artigo e colocando a atividade da ortóptica sob a supervisão e a responsabilidade do oftalmologista até pelo aspecto de se enquadrar com o Código Civil responde plenamente a situação.

O ponto em que, talvez, se vá buscar essa confluência esteja aí e que não vai desmerecer A nem B e vai merecer a todos. No mais, é isso, nobre Senador Valadares, nobres companheiros que hoje participamos dessa tertúlia o nosso abraço cordial, o nosso bom-dia e até breve e, no momento em que seja necessário voltar a essa discussão, estamos a postos. Obrigado.

A SRª MARISA LOOS PFEIFFER – Gostaria de agradecer essa oportunidade de estarmos aqui discutindo para chegarmos mesmo a um objetivo único e acho que temos no substitutivo do Senador Flávio Arns o artigo 2º, que diz: o ortoptista é o profissional com graduação em Ortóptica, obtido de acordo com o previsto nesta lei, que o habilita à pesquisa, à prevenção e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento dos distúrbios óculo-sensório-motores.

E aqui, na **Revista J0**, que é o jornal oftalmológico de julho/agosto de 2004, o próprio Conselho coloca que, a partir de 15 de maio, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia enviou a todos os integrantes da Brigada Oftalmológica, lideranças da especialidade em todo o País, uma comunicação solicitando que atuem junto aos Parlamentares com os quais tenham contato, no sentido de se posicionarem favoravelmente à saúde ocular da população em duas importantes votações no Congresso Nacional.

A primeira dessas votações ocorre na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o que não é o caso. A segunda votação ocorre na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e os oftalmologistas devem mostrar a importância de os Senadores aprovarem o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Então, a revista está mostrando que o próprio Conselho considera importante a aprovação desse substitutivo do Senador Flávio Arns. A Sociedade Brasileira de Oftalmologia, no site, mostra a importância onde fala sobre diplopia. O tratamento inclui: a) oclusão de um dos olhos; b) uso de prismas; c) exercícios ortópticos realizados em casa ou no consultório, por ortoptista.

A grande preocupação nossa é a regulamentação, para que profissionais de outras áreas não venham interferir no nosso trabalho, porque temos hoje uma gama de profissionais trabalhando. Inclusive há cadeiras de cursos de fisioterapia em que há, com formação de três anos, a matéria Ortóptica, o que não podemos permitir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Dr. Yoshifumi Yamane.

O SR. YOSHIFUMI YAMANE – Eu queria agradecer imensamente a honra de ter participado desta audiência, que representa a expressão cabal do processo democrático que existe no nosso País. Quero, com muita honra, agradecer o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Flávio Arns, que é o Relator do

projeto, e também o nobre Senador Paulo Paim, autor do projeto, pela iniciativa de congregar forças com a precípua preocupação com a melhor saúde da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por último, a Srª Vivian Dzue.

A SRª VIVIAN DZUE ANDO VIANA SECIN – Eu gostaria de reforçar que, apesar de a formação ser de 3 anos, o profissional de Ortóptica nunca para a sua formação. Ele dá continuidade a ela, com cursos de pós-graduação, de mestrado, de doutorado.

Sabemos que, em saúde, o saber não é estático. Ele é dinâmico, ele muda a cada dia. Então, cabe a todo profissional sério buscar se atualizar com essas informações.

Vou citar Edgar Morin, um filósofo da modernidade, da contemporaneidade, que coloca que o saber hoje em dia é muito amplo. Em sua obra **A Cabeça Bem-Feita**, ele coloca isso claramente. O saber evoluiu de tal forma, que não cabe numa cabeça só. É preciso a congregação de esforços, que vários profissionais se associem interdisciplinarmente, para dar conta dessa complexidade que é a vida humana.

Então, nós, aqui, queremos dar conta da parcela que nos cabe, que é a reabilitação Ortóptica. E para isso eu agradeço demais a oportunidade de fazer parte desta audiência pública. Espero que tenhamos sido úteis em certos esclarecimentos. Já sei que fomos em relação à Optometria e deixar bem claro que não somos optometristas. Penso que estamos chegando a um caminho de consenso e acreditamos que, com isso, possamos conviver da maneira certa, que é interdisciplinar para a saúde ocular brasileira e mundial.

Mais uma vez, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ao encerrar esta reunião, queremos agradecer em nome de todos os Senadores e Senadoras que compões a Comissão de Assuntos Sociais, o comparecimento de todos os convidados e convidadas e dizer que esta audiência pública foi bastante positiva, porque esclareceu quaisquer dúvidas que, por acaso tenham existido a respeito da matéria. Os esclarecimentos foram feitos com muita propriedade, com muita inteligência e participação ativa dos Srs. Senadores, o que evidencia que esta Comissão de Assuntos Sociais se envolve com os problemas nacionais e, notadamente, aqueles voltados para atendimento à cidadania, às populações mais pobres; prova disso da atuação marcante do Senador Paulo Paim, que apresentou esta matéria na Câmara dos Deputados e, agora, em tramitação no Senado com a Relatoria do nobre Senador Flávio Arns. Certamente, depois desta audiência, será dado o pontapé final fazendo o Senador um grande parecer demonstrando com palavras escritas nos Anais desta Casa e que encontramos efetivamente o consenso buscado para a regulamentação de profissão tão importante, que é a de ortóptico.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 26 minutos.)

Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 19 de maio de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e nove minutos, do dia dezenove de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO, RODOLPHO TOURINHO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI E JOÃO CAPIBERIBE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004,** "Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência*".* Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns. Parecer: Favorável com as emendas que apresenta**.** Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator "Ad hoc" (Senador Flávio Arns). **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, 2004,** "Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família." Autor: Senador Augusto Botelho. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: Favorável. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2003.** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde". Autor: Senadora

Lúcia Vânia. Relator: Flávio Arns. Parecer: Favorável com 3 emendas que apresenta. Resultado: Aprovado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2003.** "Altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946 (fixa o peso máximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente)". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator "ad hoc": Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável na forma do substitutivo que apresenta**.** Resultado: Aprovado. **ITEM 12 –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2002.** "Altera a Lei n° 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estagio remunerado em empresas em universidades". Autor: Senador José Agripino. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Senador José Agripino. **EXTRA PAUTA: ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2004.** Requer a alteração do nome da Subcomissão de Assistência Social ao Portador de Necessidade Especial para "Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência". Autor: Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Aprovado. Os itens 5, 7, 9, 10 foram retirados de pauta para designação de nova relatoria. Os demais itens 6, 8 e 11 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Flávio Arns, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Reginaldo Duarte, Mão Santa, Wirlande da Luz e João Capiberibe.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A pedido do autor, Senador José Agripino, fica retirado de pauta o Item 12, PLS 177, de 2002.

Para redistribuição, ficam retirados de pauta os PLSs nºs 145, de 2003, Item 9; 285, de 2001, Item 5; 212, de 2002, Item 10; 102, de 2003, Item 7.

Esses projetos são retirados de pauta para designação de novos relatores, tendo em vista que os relatores designados anteriormente não pertencem mais a esta Comissão.

Temos, nesta reunião, 12 projetos não terminativos. Devido à inexistência de quórum, número regimental necessário para votação desses projetos, procuraremos adiantar a pauta fazendo com que a discussão seja efetivada entre os Srs. Senadores que desejem fazer alguma interferência a respeito dessas matérias.

Antes, porém, registro que a Presidente da Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, Senadora Serys Slhessarenko, tem a honra de convidar para o debate "Mulher", com o tema "Revisão da Legislação Punitiva do Aborto", a realizar-se no dia 19 de maio de 2005 – hoje, portanto –, às 14h30min, no auditório do Interlegis, em Brasília. Nos Estados, a videoconferência poderá ser assistida nas assembléias legislativas estaduais.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, terminativo, que tem parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Resumo do projeto: altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

O autor é o Senador Alvaro Dias, e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável, com três emendas que apresenta.

Como o Senador Eduardo Azeredo encontra-se na Comissão de Relações Exteriores participando de uma votação nominal para escolha de embaixadores, designo para proferir o relatório desta matéria o nobre Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como homenagem ao Senador Flávio Arns, a quem tenho dito que é o nosso mestre nessa área, eu gostaria que S. Exª relatasse essa matéria.

E vou mais além, se V. Exª permitir essa minha intervenção, Sr. Presidente: eu gostaria que o Projeto nº 09, de nossa autoria, que garante aposentadoria ao paraplégico já aos 25 anos, que tinha já o parecer favorável do Senador Maguito...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Qual é o item?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o Item nº 09. Eu não estou pedindo que o coloque em votação. Quero, de público, fazer um pedido a V. Exª para designar para a relatoria desse projeto – não precisa ser hoje, no momento adequado – o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Já está designado, como relator, o nobre Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra, por sugestão do Senador Paulo Paim, para servir como Relator **ad hoc** do Item 1, que trata da tramitação das causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, o relatório é de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Passo à leitura da análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre normas especiais de proteção e integração social das pessoas com deficiências.

Os requisitos de constitucionalidade estão previstos, conforme o Senador Eduardo Azeredo relata, assim como não há reparos quanto à materialidade e à juridicidade.

S. Exª comenta que a técnica legislativa acresce aperfeiçoamento a fim de se adequar o projeto à técnica jurídico processual.

Ademais, para perfeita e imediata aplicabilidade do regramento contido na proposta, faz-se imperioso modificar o Código de Processo Civil, a fim de se determinar, desde logo, em que termos será exercido o direito que ora se atribui às pessoas portadoras de deficiência, providência que tomamos mediante apresentação de três emendas ao projeto.

Por fim, quanto ao mérito, reputamos louvável a iniciativa do Senador Alvaro Dias, que vai ao encontro aos anseios não só dos próprios portadores de deficiência, mas de toda a sociedade brasileira, o que importa em ação afirmativa das mais salutares e gesto de solidariedade de grande alcance social.

Numa época em que se tornaram recorrentes os temas como cidadania, direitos dos cidadãos, direitos humanos e assuntos de maior importância, deveríamos discutir continuamente nesta Casa as medidas necessárias à melhoria das condições dessas pessoas.

A efetivação dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência necessita, realmente, da ação do Estado e, mais precisamente, de normas jurídicas e normas administrativas. Por outro lado, quando se fala em cidadania, a primeira idéia que se nos apresenta é a da igualdade, juntamente com a idéia de liberdade. Mas, enquanto a liberdade é um fim em si mesmo, a igualdade só faz sentido se tomada na relação entre pessoas ou entre situações.

Dessa forma, como estamos tratando de necessidades especiais ou desiguais, as pessoas com deficiência só terão igualdade de oportunidades mediante a utilização de políticas desiguais ou compensatórias para que lhe sejam asseguradas iguais condições de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais da sociedade. Se não fosse pelas políticas compensatórias, elas continuariam como pessoas excluídas, não-cidadãs, desprovidas dos direitos de que gozam as demais pessoas.

De acordo com o Senador Eduardo Azeredo, concluímos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e ainda oportunidade, conveniência do projeto de lei, com os reparos mencionados no corpo do parecer, razão pela qual somos pela aprovação, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1:

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e o art. 1.211, da Lei nº 5.169, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para atribuir prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos em que seja parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência.

Emenda nº 2:

Dê-se ao inciso VI do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a que se refere o art. 1º do Projeto de Lei nº 216/2004, a seguinte redação:

IV – Nos processos judiciais e administrativos, em qualquer instância, prioridade na realização de todos os atos e diligências em que figure como parte ou como interveniente pessoa portadora de deficiência definida em lei.

Emenda nº 3:

Acrescente-se o art. 2º ao PLS nº 216, renumerando-o da seguinte maneira:

Art. 2º O art. 1.211, letra *a*, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação – creio que há, inclusive, alguma dificuldade porque a Lei nº 7.853 não trata do art. 1.211:

Os procedimentos judiciais em que figure como parte interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos ou portadora de deficiência definida em lei terá prioridade na tramitação de todos os atos e diligência em qualquer instância.

Esse é o parecer do Senador Eduardo Azeredo, que acabei de relatar como Relator **ad hoc**.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que houve algum equívoco inclusive na apresentação das emendas, na citação das leis. O Senador Eduardo Azeredo é uma pessoa totalmente integrada à área da pessoa

com deficiência e Presidente da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Peço a vênia de V. Exª no sentido de pedir a retirada de pauta – já foi feita a leitura – para que eu possa dialogar com o Senador Eduardo Azeredo a fim de observar alguma pequena incorreção na apresentação da emenda e a fim de que esse projeto seja apreciado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Flávio Arns, antes de atender o requerimento de V. Exª, quero saber – porque começaremos logo a discussão – se algum Senador ou Senadora deseja se pronunciar sobre esse projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª por iniciar o debate de tema tão importante. Ambos fomos felizes quando eu disse que íamos indicar **ad hoc** um especialista na matéria. Tive a alegria de participar da reunião de instalação da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que tem como Presidente o Senador Eduardo Azeredo e como Vice-Presidente o Senador Flávio Arns, ambos deram grande parte de suas vidas para debater esse tema. Fiquei feliz no momento em que propus a V. Exª – e V. Exª acatou – que o Senador Flávio Arns fosse o relator desse tema.

Esse tema nos é muito caro porque permitirá que a pessoa com deficiência tenha prioridade no atendimento, nas ações e causas judiciais, o que é muito importante e que já conseguimos para os idosos. Consideramos mais do que justo que a pessoa com deficiência tenha também esse direito assegurado.

Rendo-me, integralmente, à posição do Senador Flávio Arns, que não discorda do projeto – até porque conheço suas posições –, é totalmente a favor do projeto, mas que, rapidamente, numa leitura que o mesmo fez aqui, como Relator **ad hoc**, percebeu algumas imprecisões nas leis citadas. Então, no sentido – tenho certeza – de melhorar ainda mais o projeto, de adequá-lo à legislação por S. Exª já citada, entendo correto seu pedido de vista, que, na verdade, é uma homenagem também ao Senador Eduardo Azeredo já que o tempo de uma ou duas reuniões a mais permitirá que o Senado defina, com precisão, esse projeto de lei que é de suma importância para milhões de pessoas com deficiência.

Senador Flávio Arns, hoje, **O Estado de S.Paulo** faz alguns comentários sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, comentários, no meu entendimento, de um jornalista com um pouco de falta de conhecimento. Tive o cuidado de ligar para o Relator da matéria também na Câmara, e S. Exª me disse que não procede nenhuma das coisas ali colocadas. Ainda dizia que quem dará a palavra final do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para mim, é o Senador Flávio Arns, que construirá o substitutivo, depois de ouvir – como sei que está ouvindo – centenas e centenas de pessoas.

Sempre digo, Senador Flávio Arns, que o Estatuto do Idoso, quando começou, tinha 50 artigos e que terminou com 119 artigos. Quem constrói, na verdade, o projeto, a redação final, é a sociedade organizada via a obra, a lavra e a competência do relator. É o que V. Exª está fazendo.

Nesse momento, S. Exª só leu o projeto em dois minutos e já notou que tinha que fazer algumas melhorias na redação. Por isso eu tranqüilizava a Comissão, que, inclusive, debate essa matéria, no sentido de que, na sua redação final – e V. Exª mostrou como conhece o tema –, em questões de segundos, eu diria, teremos um grande Estatuto da Pessoa com Deficiência, porque o Senador Flávio Arns é o Relator.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Senador Paulo Paim mencionou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu só quero dizer, inclusive para ficar registrado para toda a sociedade, que, como S. Exª colocou, sendo o autor do projeto, já foram feitas inúmeras audiências pelo Paraná. Houve, inclusive, uma audiência por intermédio do Interlegis aqui, da qual o Senador Paulo Paim participou; são mais de mil sugestões que já vieram em relação ao Estatuto.

O Estatuto foi entregue, tomamos a precaução de entregar o substitutivo para o Conade, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e lá estão reunidas todas as representações da área da deficiência mental, visual, auditiva, física, de autismo, paralisia cerebral, deficiência múltipla, problemas de saúde, para que eles lessem, numa leitura preliminar. Já leram, já disseram que concordam e que acham muito bom o trabalho que foi feito até o momento. E como foi instalada agora a Subcomissão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, nesta Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão certamente pode agora fazer as audiências também necessárias para subsidiar o projeto e para o projeto vir para cá, para a Comissão de Assuntos Sociais, para a Comissão de Direitos Humanos também agora, a fim de darmos conta disso no menor espaço de tempo possível.

Então, o texto que virá não é o do Senador Paulo Paim, não é o meu texto, não é o texto individual de ninguém. É como o Senador Paulo Paim falou, e S. Exª foi quem incentivou isso desde o começo: que se debata e que se faça isso de uma certa maneira, porque conseguir o consenso total, integral não é fácil. Mas pelo menos que isso reflita o pensamento das pessoas, dos profissionais, das famílias, da comunidade em relação ao assunto.

Acho que é um trabalho que vai dar bastante certo, tenho certeza, fruto desse debate todo, e precisamos até nos integrar com a Câmara dos Deputados, porque ela também está discutindo o assunto. Portanto, já devemos compatibilizar as idéias para que não haja nenhum conflito, para que, se mandarmos isso para a Câmara dos Deputados, eles não dizerem: "Não, mas a discussão foi diferente". Não, já vamos compatibilizar, trabalhar juntos e chegar ao objetivo no final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Exª tem toda a razão, Senador Flávio Arns, quando, referiu-se à proposição de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, o Estatuto do Deficiente.

Toda a discussão traz à luz novas idéias, novas sugestões, e é importante o debate que se trava na Câmara dos Deputados e que vai se travar aqui sobre essa matéria, a exemplo do Estatuto do Idoso. O que importa é a iniciativa louvável em torno de uma questão tão preponderante em nosso País, uma questão de efetivação da cidadania, em que um deficiente, para ser igual, precisa de políticas compensatórias. Essas políticas compensatórias devem ser previstas para que os deficientes possam ter um lugar ao sol e possam disputar, nesse mercado de trabalho que temos. É um mercado de trabalho exíguo, mas a concorrência se tornará desleal na medida em que o deficiente não tenha, a seu favor, políticas públicas que atendam as suas necessidades especiais.

A respeito disso, o Senador Eduardo Azeredo, em parecer de sua lavra a favor do projeto de autoria do Senador Alvaro Dias, no final destaca: "Por outro lado, quando se fala em cidadania, a primeira idéia que se nos apresenta é a da igualdade, juntamente com a idéia de liberdade. Mas, enquanto a liberdade é um fim mesmo, a igualdade só faz sentido se tomada na relação entre pessoas ou entre situações. Dessa forma, como estamos tratando de necessidades especiais ou desiguais, as pessoas com deficiência só terão igualdade ou oportunidades mediante a utilização de políticas desiguais ou compensatórias, para que lhes sejam asseguradas iguais condições de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais da sociedade. Se não fosse pelas políticas compensatórias, elas continuariam como pessoas excluídas, não-cidadãos, desprovidas dos direitos de que gozam as demais pessoas."

Portanto, na Justiça, deve ter prioridade toda e qualquer ação na qual seja demandante um deficiente. Daí eu achar essa proposta do Senador Alvaro Dias meritória. O Estatuto do Deficiente, certamente, configurará em todos seus dispositivos essas necessidades de colocar o deficiente em pé de igualdade com aqueles que a natureza premiou com a saúde e a perfeição física.

A pedido do Relator **ad hoc**, Senador Flávio Arns, o Item 1 fica retirado de pauta, aguardando a presença do Relator, Senador Eduardo Azeredo, que é também Presidente da Subcomissão do Deficiente desta Comissão de Assuntos Sociais.

Passemos ao item 3, tendo em vista que o Relator do item 2, Senador Papaléo Paes, não está presente.

Item 3:

O item 3 acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autora: Senadora Lúcia Vânia. Relator: Senador Flávio Arns, com parecer favorável. Na reunião do dia 05 de maio deste mês, o projeto foi retirado de pauta a pedido do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Trata-se de um projeto de lei, como já foi dito por V. Exª, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Ele é muito importante, necessário e pode trazer grandes benefícios à pessoa com deficiência, que é a utilização e a inclusão da equoterapia no sistema do SUS, para que passe constar, realmente, como uma das possibilidades, dentre outras, para o atendimento das necessidades de reabilitação e desenvolvimento das pessoas que tenham algum tipo de deficiência e de dificuldade.

A equoterapia é um conjunto de técnicas que utiliza os movimentos do cavalo como terapêutica auxiliar na reabilitação ou na habilitação. Há vários benefícios. Vemos muito na televisão e nos filmes que isso ajuda no desenvolvimento emocional e cognitivo; contribui para o desenvolvimento da força, do tônus muscular e da flexibilidade; promove o relaxamento; incrementa a autoconsciência e a auto-percepção do corpo; melhora o equilíbrio; facilita a correção postural e aprimora a coordenação motora.

Isso já vem sendo aplicado na História há muito tempo. Na era contemporânea, países como Alemanha, França, Inglaterra, Polônia, Suíça, Rússia, Estados Uni-

dos e Israel voltaram a usar esse método terapêutico com resultados animadores, como demonstram artigos publicados em periódicos científicos.

No Brasil, também passou a ser valorizado na década de 90, a partir, particularmente, de 1989, quando foi criada a Associação Nacional de Equoterapia – Ande. Inclusive, sugiro que as pessoas visitem a Ande aqui em Brasília, que faz um trabalho extraordinário não só de atendimento, mas de formação.

Existe, atualmente, um grande número de centros especializados no País. O reconhecimento oficial dessa terapia ganhou impulso em 97, quando o Conselho Federal de Medicina emitiu um parecer favorável à sua incorporação nos programas de reabilitação dos portadores de deficiência – eu até diria: habilitação e reabilitação, desde que sejam atendidos os requisitos legais pertinentes, ou seja, profissionais habilitados em Fisioterapia, Fonoaudiologia, Educação, Psicologia, quer dizer, é uma terapia multidisciplinar.

Por fim, ressaltamos que a incorporação dessa prática, no âmbito do SUS, é mais um passo no sentido de garantir aos portadores de deficiência o pleno exercício do seu direito à saúde e a sua efetiva integração social.

Em relação à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da profissão, não há o que obstar. No entanto, entendemos que alguns pontos da proposição podem ser aprimorados em termos de clareza, concisão e atualização, sem que haja alteração significativa no conteúdo e mérito. Elaboramos, por conseguinte, três emendas para o projeto de lei em pauta.

A alteração da redação do artigo 1º é necessária para delimitar quais unidades do SUS oferecerão, obrigatoriamente, o método terapêutico, evitando-se que todo e qualquer serviço de saúde, inclusive em postos e centros de saúde, seja obrigado a manter um serviço de equoterapia. Isso seria contraproducente, tendo em vista que jamais conseguiríamos assegurar a execução de um serviço de qualidade se sua oferta fosse feita de forma tão pulverizada quanto a prevista na redação original do projeto.

Do ponto de vista da técnica legislativa, cabe adequar a proposição às exigências do artigo 8º da Lei Complementar nº 9.598, que preceitua: "a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão. Ademais, cabe suprimir o artigo 2º por ser desnecessário.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado nº 456, de 2003, nos termos das seguintes emendas:

Emenda nº1.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003, a seguinte redação:

O artigo 18 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Os serviços especializados de que trata a alínea "c" do inciso II do artigo 2º desta lei, que integra o Sistema Único de Saúde da rede própria contratada ou conveniada, observadas as suas especificidades, ou colocarão à sua disposição, entre outras terapias, o recurso terapêutico de equoterapia para a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência.

Emenda nº 2.

Suprima-se o artigo 2º do Projeto de Lei do Senado nº 456.

Emenda nº 3.

Dê-se ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº 456 a seguinte redação:

Esta lei entra em vigor após decorridos 90 dias da sua publicação oficial.

Este é o parecer, Senhor Presidente.

Quero destacar e louvar a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia por apresentar o projeto e quero ressaltar, de novo, que ele é importante. Terapia com animais é algo que vem dando certo há muito tempo no mundo inteiro e esse projeto de lei, dizendo que equoterapia pode ser beneficiada dentro do Sistema do SUS, dentre outras terapias, abre a perspectiva para as iniciativas do Brasil.

Ao mesmo tempo quero, também, enfatizar que retiramos de pauta porque havia um debate acontecendo com o Ministério da Saúde e para se chegar a uma redação adequada, que pudesse ser aprovada por todos os lados. A redação que foi dada para o parágrafo único representa, eu quero afirmar a todos, um consenso entre mim, a autora do projeto, o Relator e o próprio Ministério da Saúde. Então, não haverá divergências em termos da aplicação do que estamos aprovando, porque não adiantaria nada aprovar e criar mil dificuldades na seqüência em termos de aplicação.

Quero louvar novamente essa iniciativa e dizer a todo o Brasil que se trata de uma lei que realmente poderá trazer muitos benefícios à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero deixar consignado o meu apoio ao projeto da Senadora Lúcia Vânia, com as adequações e as emendas acatadas pelo Relator, Senador Flávio Arns, tendo em vista que poderemos assegurar no serviço de saúde do SUS esse tipo de atendimento que é extremamente importante. Dessa forma, daremos, efetivamente, uma atenção básica à saúde, com todas as possibilidades e potencialidades que tal atendimento possibilita.

Portanto, registro o meu apoiamento ao projeto neste momento, porque participarei de uma audiência às 11 horas e 30 minutos no Ministério da Fazenda e não poderei permanecer durante todo o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento a Senadora Lúcia Vânia pela proposta, demonstrando que outras terapias, com o avanço da Medicina, enfim, da saúde, podem ser aplicadas em benefício da pessoa com deficiência.

Quero, mais uma vez, elogiar o Senador Flávio Arns pela sua sensibilidade quanto ao tema. S. Exª dialogou com o Ministério da Saúde, estabeleceu uma boa conversa com a Senadora Lúcia Vânia e construiu, mediante pequenas alterações, a proposta que ora vai a voto.

Digo isso, Sr. Presidente, porque há um setor na sociedade – e o Senador Flávio Arns sabe disso – que diz o seguinte: a lei, no Brasil, para pessoas com deficiência é excelente. A lei pode ser boa, mas pode sempre ser melhorada. Podemos avançar, porque tudo avança no mundo. Eu estava analisando a pauta e percebi que, apenas na Comissão de Assuntos Sociais, há quatro projetos de lei que tratam da pessoa com deficiência, o que considero muito bom.

Senador Flávio Arns, V. Exª é quem lidera essa causa no Congresso Nacional. As pessoas estão a debater, a construir e a apontar novos caminhos.

Por isso, manifesto meus cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante projeto apresentado e também ao Relator Flávio Arns.

Era o que tinha dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Discutiremos, agora, o Item 4.

O projeto, de autoria do Senador Marcelo Crivella, altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946, e fixa o peso máximo de vinte quilogramas que o empregado pode remover individualmente. O Relator é o Senador Ney Suassuna, com parecer favorável na forma do substitutivo que apresenta.

Na reunião do dia 14 de abril, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que devolveu o projeto, sem manifestação, o que implicitamente configura, sem dúvida alguma, que a Senadora Ideli Salvatti não tem qualquer restrição ou divergência sobre a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para expressar o seu pensamento.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para que não fique implícito, mas explícito, devolvemos o projeto, sem qualquer observação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sem qualquer reparo.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E somos favoráveis à sua aprovação.

Sr. Presidente, quero apenas fazer apenas uma única retificação quanto à pronúncia do meu nome. É Ideli – sílaba tônica "li".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora, o seu nome é muito bonito. Por isso, ele pode ser pronunciado de diversas formas: Ideli – sílaba tônica "de" – é o nome popular; Ideli – sílaba tônica "li" – é um nome mais clássico, mais sofisticado.

Concedo a palavra ao autor da proposta, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srª Senadora e Srs. Senadores, após dois anos de luta, estamos chegando – parece-me – a um momento de consenso ao aprovarmos a diminuição do peso que o trabalhador brasileiro deve carregar individualmente. Não se está tratando aqui do peso que se carrega por meio de carrinho de mão, que pode ser maior – diferentemente de se levar nas costas ou na cabeça.

Inclusive, houve audiência pública nesta Casa, à qual compareceram o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e dos Trabalhadores Portuários, bem como representantes do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho. Agora, o trabalhador brasileiro se aposenta aos sessenta anos de idade – a tendência é aumentar, passando posteriormente a 65 anos, principalmente se conseguirmos reduzir a jornada de trabalho – o Senador Reginaldo Duarte torce para que se chegue aos setenta anos! A realidade é essa.

Estive recentemente nos Estados Unidos para repatriar brasileiros presos e, numa cidade, vi muita gente de cabeça branca trabalhando, principalmente nos supermercados. É política pública. Muitas pessoas

de cabelos brancos trabalhando, mas apenas quatro horas por dia.

À medida que se vai reduzindo a jornada de trabalho pela mecanização e pela necessidade de gerar empregos, vai-se podendo trazer pessoas para o mercado de trabalho. Uma senhora de sessenta anos de idade não pode trabalhar oito ou nove horas por dia, mas pode trabalhar três horas – até como terapia, prestando, todavia, um trabalho relevante.

Aos sessenta anos de idade, como um operário, servente de obras por exemplo, que ganha R$2,39 por hora, carregará um saco de cimento de 50 quilos, Sr. Presidente? Aos 55, 56, 58 ou 59 anos, ele não agüentará, pois é muito pesado. O mesmo ocorre com quem trabalha no campo, com o safrinha, com quem está colhendo feijão ou milho ou com os grandes produtores rurais, que engrandecem tanto este País.

No ano passado, nossa pauta de exportação ultrapassou US$100 bilhões, e a metade desse valor vem do campo. Muitos deles são trabalhadores rurais que colhem soja, feijão, milho, cebola ou cenoura – todos esses produtos acondicionados em sacos de sessenta quilos. É muito peso, principalmente quando se leva em conta que a idade para aposentadoria atingiu os sessenta anos.

Esse fato também atinge os trabalhadores portuários. Os trabalhadores que estão no setor de exportação, um dos que mais crescem na economia brasileira, são obrigados a carregar cargas a granel ensacadas, com um peso muito superior ao que o Ministério do Trabalho e o Ministério Público adotaram – e que já é aplicado no exterior, é bom lembrar – e ao que o corpo humano pode suportar.

O pior é que, se obrigarmos os nossos trabalhadores a carregar esse peso até uma idade avançada, certamente eles sofrerão com lesões. Foi essa a palavra da Procuradora Pública do Trabalho. Eles terão lesões que comprometerão sua coluna vertebral, o pescoço – fundamentalmente os órgãos de sustentação principais do nosso corpo.

Hoje mesmo, eu estava assistindo à televisão e tive, por meio do noticiário, uma tristeza muito grande, porque uma senhora morreu na fila do hospital. No meu Estado, têm morrido várias pessoas sem atendimento, depois de fazerem uma senda de horror, batendo de porta em porta por terem problema de coração e de falta de ar. Elas não são atendidas e acabam tombando mortas na fila de um hospital.

Por isso, peço aos meus companheiros – e tenho certeza, Sr. Presidente, de que eles me ouvirão – que possamos lembrar-nos dos nossos operários, dando-lhes uma carga mais leve para carregar e garantindo que, quando se aposentarem, aos sessenta anos, possam ter tranqüilidade para sentar num sofá e assistir à televisão sem sentir dor nas costas. Possivelmente, não vão encontrar no sistema público de saúde tratamento adequado para tratarem-se, curarem-se ou aliviarem a dor.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Agradeço a V. Exª porque, se não fosse V. Exª, não sei se teríamos chegado a este momento. V. Exª foi fundamental nesse processo. V. Exª agendou a primeira vez. Não conseguimos passar. Agendou a segunda vez. V. Exª aceitou marcar a audiência pública. Depois, V. Exª inseriu novamente na pauta, e houve Senador que pediu vista. V. Exª inseriu novamente na pauta. Dou meu testemunho de que os trabalhadores brasileiros, uma vez aprovado este projeto, deverão muito a V. Exª, que é um homem oriundo do Nordeste, que tem seguramente uma sensibilidade social muito grande para com o povo sofrido da nossa terra.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª do fundo do coração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Marcelo Crivella, na verdade, V. Exª, com esta iniciativa, está representando os interesses da classe trabalhadora. São milhões e milhões de trabalhadores que dependem de uma iniciativa como esta para minorar seu sofrimento e, conseqüentemente, proporcionar abertura de emprego para outras pessoas, porque, na medida em que se reduz o peso, mais trabalhadores serão necessários para a efetivação de uma determinada carga.

Concedo a palavra, como relator "ad hoc", ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, mais uma vez, cumprimento o Senador Marcelo Crivella. Já houve aqui uma audiência pública. Ressalto que, se não fosse o projeto ora em debate, os trabalhadores teriam que continuar carregando 60 kg. O projeto do Senador Marcelo Crivella fixava em 20 kg. O substitutivo ora apresentado pelo Senador Ney Suassuna, mediante entendimento feito com o Senador Marcelo Crivella, assim mesmo, diminui em 50% essa carga que o trabalhador terá que carregar. Diminui em 50%, porque sai de 60 kg e fixa em 30 kg, o que é muito importante.

Senador Marcelo Crivella, com certeza absoluta, teremos menos doença no trabalho. V. Exª já fez esse argumento, que estou repetindo, porque me associo a V. Exª.

Sabe-se que hoje inúmeras pessoas estão afastadas do trabalho por doenças de coluna. Quem ganha com isso é o empregador, o Ministério da Previdência e, conseqüentemente, a própria Seguridade Social,

que investe muito no afastamento de pessoas, em face das doenças causadas pelo excesso de peso na área de trabalho.

Senador Marcelo Crivella, V. Exª abre um novo momento do debate sobre esta questão. O relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna é muito preciso. Reza simplesmente que o art.198 passa a ser "de 30 kg", e não mais "de 60 kg". Estou resumindo, porque não quero ler tudo o que está escrito, já que não é esta a intenção.

V. Exª abre um novo espaço para o debate em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque a legislação atual diz que o empregador fica vedado de empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 kg para o trabalho contínuo e 25 kg para o trabalho ocasional.

Sei que o projeto será aprovado.

Poderemos também, num outro momento – quem sabe um projeto de autoria de V. Exª, que apontou o horizonte –, rediscutir, inclusive, a carga que a mulher, muito mais frágil, pode ou não carregar. Se antes ela tinha sobre os ombros o correspondente a menos que 50%, a 1/3 da carga que carregava o homem, entendo que isso procede. Sugiro a V. Exª que estude também o peso que a mulher terá que carregar, que seja proporcional ao projeto apresentado por V. Exª. Não digo que tenha que ser 1/3, mas que seja, mediante o projeto que V. Exª deverá apresentar, de 50%. Penso que caminhamos para um grande entendimento em um outro projeto que será apreciado, do Senador Marcelo Crivella, estendendo esse direito, de forma proporcional, para a mulher trabalhadora.

Em resumo, Senador Crivella, como me dizem a Assessoria da Casa – eu agradeço por ser relator **ad hoc**, apesar do relatório já ter sido lido. Agora, só teremos que colocá-lo mediante o quórum.

Então, estou discutindo reforçando as palavras do Senador Ney Suassuna, que fez um relatório de entendimento: não é de 20kg, mas passou para 30kg, e eu já considero um grande avanço. E tenho certeza de que, em um outro momento, teremos aqui um outro relatório, um outro projeto apresentado pelo Senador Crivella, que vai manter a mesma proporção do peso que uma trabalhadora poderá carregar na sua atividade.

Está de parabéns o Senador Marcelo Crivella e de parabéns também o nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, que coordenou aquela audiência pública histórica que construiu esse grande entendimento.

Então, parabéns ao Presidente da Comissão, parabéns ao projeto original muito bem formulado pelo Senador Crivella e parabéns também ao Senador Ney Suassuna, que construiu esse entendimento.

Parabéns, Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Antes de continuarmos a discussão, em que falará o Senador Reginaldo Duarte, eu gostaria de dizer que já temos número suficiente para votação das matérias.

Sendo assim, vamos procurar abreviar a discussão de todos os projetos, a fim de que possamos aprovar, nesta reunião, o maior número de projetos que foram apresentados pelos Srs. Senadores.

Registro que um dos suplentes desta Comissão encontra-se presente, o Senador Capiberibe, que aqui veio com esta intenção: mobilizar esta Comissão para a aprovação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só dizer que eu só estava falando um pouco a mais a pedido da Mesa, enquanto esperávamos que desse quórum.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Não, V. Exª, acertadamente, encaminhou, de forma muito competente, instruiu a votação desta matéria com muito brilho, como, aliás, é natural com a inteligência de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, este projeto já foi muito discutido e muito questionado. Inclusive, já houve audiência pública. E, na primeira, no dia de sua apresentação pelo ilustre Senador Marcelo Crivella, chegamos a um entendimento: que o peso máximo que um trabalhador poderia carregar seria 30kg para o homem, e 20kg para a mulher. Isso ocorreu atendendo aqui ao Senador Marcelo Crivella. E também aqui foi invocada até a Bíblia, a Lei do Salomão, que não seriam mais 60kg, mas seriam 30kg.

De forma que quero deixar consignado o meu voto favorável a esse projeto do Senador Marcelo Crivella, porque tenho que me ausentar porque estou sendo aguardado em outras comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Reginaldo, se possível, peço que V. Exª aguarde mais um pouco, porque poderíamos aprovar o primeiro item e, dentro de cinco minutos, o senhor estará em outra Comissão. Peço esse favor a V. Exª.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, também estou de acordo com o Senador Reginal-

do Duarte em dar prioridade a esse que está mais a tempo, que é mais claro, é mais justo. Então, vamos votar. Estamos aqui para aprovar o projeto em defesa do trabalhador, em defesa do corpo humano e da humanidade, que, sem dúvida nenhuma, nesta semana de Pentecostes, foi o Espírito Santo que está pousando na cabeça de V. Exª para atender a nossa solicitação de votar o projeto do nosso Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu indago se o Senador da Luz gostaria de usar da palavra.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com muito prazer, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, até porque, como médico, eu não poderia deixar de me manifestar a respeito de um projeto desses, e de parabenizar o Senador Marcelo Crivella, porque, sem dúvida nenhuma, um projeto dessa natureza vai melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores e trazer menos custos previdenciários.

Portanto, era isso que eu queria colocar. A alteração de "20 quilos", que constava do projeto original, para "30 quilos", feita pelo Senador Ney Suassuna, não altera muito, porque já houve a redução aqui de 50% desse peso.

Então, quero parabenizar e meu voto é favorável.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Crivella, o Sr. Presidente da Comissão e os Senadores que estão aqui presentes para aprovar esse projeto. Eu queria fazer uma única observação: a de que mudanças para beneficiar os trabalhadores brasileiros são extremamente demoradas. Estamos há mais de um século sem nenhuma mudança que pudesse minorar, digamos, o sacrifício dos trabalhadores braçais, daqueles que usam as mãos para garantir o seu sustento.

Faço esta observação porque a sociedade precisa de mudanças, precisa de transformações, e as elites políticas que conduzem os destinos do País precisam despertar para que façamos essas mudanças com mais rapidez. Por isso, faço a observação de que há necessidade de profunda mudança.

E feliz foi a iniciativa do Senador Crivella de propor essa mudança, até porque, concretamente, os fardos diminuíram ao longo desses últimos anos, mas a lei vem confirmar o exercício da prática. Parabéns ao Sr. Presidente, parabéns ao Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Coloco em votação o Projeto de Lei do Senado nº 19, de autoria do Senador Marcelo Crivella,

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que aprovam o projeto de forma nominal atendam a nossa chamada.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Aprovado com 10 votos favoráveis o substitutivo.

Sendo assim, teremos um turno suplementar, que o Regimento exige em virtude da apresentação do substitutivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, já que foi relatado o Item nº 3, da equoterapia, que pudéssemos também fazer a votação do Item nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O Item nº 1 também foi, não é?

Então, vamos votar o Item nº 3, por sugestão de V. Exª.

Como já foi lido o parecer pelo Senador Flávio Arns e já foi iniciada e não concluída a sua discussão, colocamos, neste momento, em discussão o Item nº 3.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 456, que dispõe de apoio às pessoas portadoras de deficiência para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Há três emendas, de autoria do Relator.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Todos os itens terão votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Srs. Senadores, antes de encerrar esta reunião,...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para informar falar sobre o requerimento com relação à Subcomissão das Pessoas Portadoras de Deficiência. É que haverá uma mudança de nome. Estou preparando o requerimento. Haverá uma mudança apenas do nome. Essa subcomissão tinha sido aprovado como "Pessoas Portadoras de Deficiência". Existe hoje uma nomenclatura diferente reconhecida no País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Então como V. Exª irá apresentar o requerimento por escrito, e esta Presidência já coloca em votação a mudança do nome para orientar a pretensão de V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exato. É Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência? Ficará com esse nome?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É. Retira-se o "portadora". Agora não se usa mais essa nomenclatura "portadora".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – "Portadora" não se usa mais?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso. Então é "Assuntos Sociais." Antes havíamos colocado "Assistência Social". Na verdade, é "Assuntos Sociais".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Exatamente.

Está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que aprovam a sugestão do Senador Eduardo Azeredo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a sugestão para que o nome seja Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Antes de encerrar, aproveito a oportunidade para parabenizar, mais uma vez, o autor do Projeto de Lei nº 19, que, sem dúvida alguma, vem ao encontro do desejo dos trabalhadores que pegam pesos de até 60 quilos. Agora, com a aprovação dessa matéria, fica proibido que algum trabalhador seja obrigado a levar um saco com mais de 30 quilos nas costas. Isso, sem dúvida alguma, vai diminuir o número de deficientes no Brasil. Quantos não estão aí sofrendo de deficiências, principalmente por problemas de coluna, por causa desse trabalho estafante? V. Exª teve a sensibilidade de entender que, no Brasil, o País da solidariedade, tal fato não poderia acontecer.

Eu também quero parabenizar o verdadeiro Relator **ad hoc**, nosso Senador Paulo Paim, que conseguiu, com a síntese que caracteriza todos os seus pronunciamentos, convencer as Srªs e os Srs. Senadores da oportunidade de aprovação dessa matéria.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h47min.)

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 18 de maio de 2005, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e onze minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, com a presença dos Senadores **LUCIA VÂNIA, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA E MÃO SANTA.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão**.** Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PAULO PAIM, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MÃO SANTA E MARCELO CRIVELLA. O Senhor Senador Paulo Paim declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos senhores: **Francisco Simeão, Presidente da BS COLWAY; Dr. Roberto Ferraiuolo, representando a FIESP; a Sra Rosane da Silva, Representando a CUT; Clemente Ganz Lúcio, Diretor da DIEESE; José Carlos Perret, Secretário Geral da CNTC; Laerte Teixeira de Abreu, Presidente da CAT; Dr. Osmani Teixeira de Abreu, Representando a CNI; Antônio Carlos Reis, Presidente da CGT; Sérgio Luiz Leite, Diretor da Força Sindical; Vicente Silva, Representando o CGTB.** O debate abordou questões do Desemprego e da Redução de Jornada de Trabalho. Fizerem também uso da palavra os seguintes senhores: Edson Areias (CONTTMAF), José Francisco (CNTC), José Calixto (CNTI), Artur Bueno (CNTA), Moacyr Auersvand (CONTRATUH,) Luiz Tenório Frentista (Federação) e o Senhor Bira. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Trabalho e de Previdência da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho que dispensemos a leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senhores e senhoras, a presente reunião tem como objetivo – vou sair do protocolo – debater um assunto que, no nosso entendimento, interessa a todo o povo brasileiro e à população mundial, que é a questão da redução da jornada de trabalho, sem, é claro – falo na nossa ótica –, a redução de salário.

Existem, no Congresso Nacional, dezenas de projetos, inclusive PECs, Propostas de Emenda à Constituição. Há idéias de redução para 42, 40, 38, 36 e 35 horas.

Estão convidadas, para este debate, as entidades dos empresários e dos trabalhadores, centrais e confederações. A nossa intenção é a de que abra este debate o empresário Antônio Fernandes dos Santos Neto. Neto, eu o chateei agora.

Quem, na verdade, vai abrir esta audiência pública é o Sr. Francisco Simeão, um empresário do Paraná, que nos trouxe – ele vai falar da sua empresa – a experiência que adotou naquele Estado, de redução da jornada de 44 para 36 horas, e que deu certo.

É normal que nós, sindicalistas – eu vim do Movimento Sindical, e há centenas de sindicalistas na sala ao lado, assistindo a esta audiência pelo telão –, defendamos essa proposta com a maior tranqüilidade. Mas estive em um debate com o Sr. Francisco Simeão, que está aqui presente, e os argumentos que eu utilizei para defender a redução da jornada foram os que ele usou, mas numa ótica diferente. O interessante é que ele fez dar certo a redução da jornada em sua empresa e vai detalhar, de forma muito mais adequada do que eu, o projeto que adotou.

Então, convido, num primeiro momento, a compor a mesa o Sr. Francisco Simeão, Presidente da BS Colway, e o representante da Fiesp, o Sr. Roberto Ferraiolo.

A minha intenção é fazer o seguinte: falarão dois empresários, depois, dois trabalhadores, e seguiremos nessa seqüência. Sempre estarão à mesa dois empresários e dois representantes dos trabalhadores, entre centrais e confederações convidadas para este debate.

O tempo de exposição de cada um é de 10 minutos. O Sr. Francisco Simeão gostaria de apresentar um pequeno vídeo de 10 minutos; claro que isso não contará para o seu tempo.

Apresentamos o vídeo, e o senhor fala mais 10 minutos. Depois falará, por dez minutos, cada um dos convidados. Pode ser assim o encaminhamento, sem muito protocolo? (Pausa.)

Então, com a palavra, o Sr. Francisco Simeão, para mostrar a sua visão sobre a redução de jornada.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Ilustre Senador Paulo Paim, demais integrantes da mesa já nominados, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, demais presentes sindicalistas, há pouco mais de cinco anos, preocupados com o maior problema – na nossa visão – do Brasil na atualidade, decidimos realizar um esforço para a geração de empregos; um esforço para resolver um problema que tem de preocupar e responsabilizar a sociedade por inteiro, responsabilizando-a, para qualquer sacrifício que for necessário e gerar empregos num momento em que o mundo teve um desenvolvimento fantástico da tecnologia, dos computadores, da *internet*, da comunicação, da mecanização das indústrias, robotização, reengenharias, e a globalização, de maneira geral, trouxe ao mundo, sem dúvida nenhuma, um aumento enorme da produtividade e da melhora do produto, reduzindo-se o seu custo e, como conseqüência, como efeito colateral nocivo, a perda dos postos de trabalho.

Eu e nossos sócios nos perguntávamos se essa inteligência mundial dos cientistas, dos empresários criativos, que viabilizaram todo esse desenvolvimento e a globalização da economia não seriam capazes de corrigir o efeito colateral que adveio e prejudica apenas aqueles de menor condição de reação? Esse é o grande questionamento.

Sem dúvida, não só no Brasil, mas nos países do Terceiro Mundo, que é o nosso caso, o efeito nocivo é muito mais grave do que nos países do Primeiro Mundo, onde há uma previdência consistente, uma condição de apoio ao desempregado completamente diferente do que temos aqui. O fato é que, no mundo inteiro, por uma conta aritmética, não há mesmo volume e horas de trabalho para abrigar toda a massa trabalhadora a oito horas de trabalho por dia. Chega o momento de fazermos essas contas e procurarmos, junto com a redução da jornada, uma negociação com a classe trabalhadora, ampliando a produtividade, para que um trabalho em mutirão, dos patrões e empregados, possa conquistar a possibilidade de melhora de vida e do abrigo dos trabalhadores que tanto precisam trabalhar, notadamente no nosso Brasil.

Nessa direção, decidimos criar um fato, apostando nessa tese, tentando materializar os resultados para que pudéssemos, depois, trazer a público aquilo

que tivesse, efetivamente, dado certo e corrigir aquilo que, naturalmente, não poderia ser previsto num projeto original, para que pudesse ser disseminado na sociedade.

Há cinco anos, decidimos pela redução da jornada de trabalho. Depois percebemos que a produtividade seria muito maior do que aquela que era a nossa expectativa e que permitia incluir uma série de programas e benefícios aos trabalhadores, para que eles tivessem a certeza de que a empresa poderia ser e era mesmo a mãe de todos eles, uma mãe preocupada com aquilo que os trabalhadores efetivamente precisavam, diferente de atender aquilo que eles verbalizam como o que mais precisam.

Se você perguntar a qualquer trabalhador, ele sempre dirá que ele precisa mesmo é de salário. Para qualquer benefício que se der ao trabalhador, se ele tiver opção de receber em dinheiro o benefício, ele vai preferir desta forma, sem perceber que a empresa tem condições de uma negociação melhor e mais vantajosa e benefícios muito maiores podem ser conquistados a preços menores. É como cuidar de um filho que não quer ir para a escola num dia de chuva e de frio porque alega estar com nota boa, que não precisa ir e que está doente.

Então, o que ele quer é ficar dormindo, é o que ele pede. Mas o que o pai e a mãe têm obrigação de fazer é com que ele se levante e vá para a escola. O trabalhador tem que ter esse sentimento, essa segurança de que a empresa está cuidando dele e de sua família, para que ele também possa nutrir o sentimento pela empresa de que ela é a sua mãe, e ninguém permite nem que se xingue sua mãe, quanto mais que se faça qualquer tipo de mal a ela.

Esse sentimento tem que ser buscado da interação entre patrões e trabalhadores. Não podemos nos conformar à regra geral segundo a qual patrão e trabalhador nunca se dão bem. Ao contrário: tem de haver um trabalho para buscar a harmonia e para alcançar o senso comum.

É preciso buscar o aumento do trabalho de forma urgente, imediata. A redução da jornada do trabalho não vai dar solução, sozinha, ao problema da geração de empregos, mas pode muito bem resolver, pelo menos, um terço desse problema. Adotadas outras medidas ao lado dessa, a sociedade inteira, num esforço comum, poderá alcançar a situação de pleno emprego, que é a coisa de que o País mais precisa.

Exibirei um vídeo que, naturalmente, inclui um pouco da parte institucional da empresa, mas permitirá aos senhores ver – nosso objetivo maior – todos os programas que implementamos na empresa a partir do aumento fantástico da produtividade e da sinergia que lá se criou. Quero dizer ao senhores que esse aumento da produtividade e da qualidade do trabalho – alcançados com esse tipo de filosofia e com a redução da jornada do trabalho – significou mais tempo para os trabalhadores, tempo para que voltassem a estudar, para que pudessem ser treinados, para que pudessem melhorar sua condição técnica e de produção. Esse investimento todo foi pago pelo aumento da produtividade e ainda sobraram recursos para dar descontos aos clientes, colocando-nos numa situação absolutamente vantajosa no mercado: crescemos, a partir do ano 2000, 65% ao ano, acumulados ano a ano. Esse índice é incrível não só no Brasil, imagino até que no mundo. Um crescimento desse, numa fase tão dura como a que atravessamos, impressiona.

O PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de informar que abrimos mais uma sala, porque muitas pessoas estão chegando. Há duas salas abertas, nas quais as pessoas podem acompanhar as exposições pelo telão.

Registro aqui a presença da Central Única dos Trabalhadores, na figura da companheira Rosane da Silva.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Muito bem, acho que podemos então passar o vídeo.

O Neto, que está lá no estúdio, colocará o vídeo e, a partir dele, poderemos entender bem a proposta.

O PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A intenção do Sr. Francisco Simeão é mostrar tudo o que a empresa já adotou e vem adotando, como o turno de seis horas para todos. Em sua exposição de dez minutos, mostrará como deu certo o turno de seis horas para todos em sua empresa, inclusive em todas as suas filiais.

Passo a palavra novamente ao Sr. Francisco Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Existe uma diferença fundamental na proposta do Senador Paulo Paim, que consta do Projeto de Lei do Senado nº 104/05: a redução da jornada fica a critério do empregador, a sua implementação é voluntária. No projeto de lei é proposta a transformação de 44 horas semanais em 36 horas, mas de forma voluntária pelo empresário.

Qual é a característica principal do empresário? É sua criatividade, o seu talento de gestão, a sua coragem de assumir riscos. Naturalmente, temos características da sociedade de maneira geral, e nós, como empresários – como sou um deles, posso dizer –, somos muito egoístas, mas temos procurado vencer nosso egoísmo e participar dos problemas da sociedade, que carecem de uma ação mais enérgica para serem resolvidos.

Nós, empresários, não podemos perder a oportunidade que temos diante de nós, já que somos o único segmento, na nossa modesta opinião, que tem, efetivamente, condições de mudar as coisas no País. Vemos os governos todos, sem exceção, estadual, federal e municipal, sem condições econômico-financeiras, quebrados, sem condições de intervir no mercado, de modificar as coisas. E, de outro lado, vemos o empresário, que tem capacidade de produção, apesar de toda a crise econômica que estamos enfrentando no Brasil. Apesar da crise, ainda temos condições de força econômica e financeira para fazer a diferença e promover as mudanças de que o País tanto precisa.

Então, é chegada a hora de nós, empresários, nos irmanarmos para vencermos o medo de quebrar paradigmas e ganharmos credibilidade, no que diz respeito à autoridade para irmos ao Congresso Nacional e exigirmos mudanças na legislação. Temos uma legislação trabalhista arcaica que, ao contrário de proteger o trabalhador, o prejudica, já que o empresário não tem como – no momento bom de sua empresa, quando sobram recursos e lucros – dividir o lucro com o seu funcionário, porque, quando de uma dificuldade, ele não tem condição de fazer o mesmo, ou seja, de dividir aquilo que deixou de existir; é direito adquirido.

Então, temos que fazer um trabalho em regime de mutirão, em que o empresário faz a sua parte; o trabalhador faz a sua parte; o Governo Federal faz a sua parte e o Congresso Nacional atende e legaliza todas as operações, transformando-as em lei, regulamentando o que a sociedade clama seja regulamentado.

O fundamental para essa proposta de projeto de lei, como disse, é que ela seja voluntária. Ou seja, que não se imponha goela abaixo do empresário a redução da sua jornada de trabalho. Mas, sim, que dá a ele a opção de fazê-lo, negociando com ele e o convencendo de que se trata de uma vantagem, quando considerados todos os benefícios, porque não podemos considerar de imediato apenas o que custa a folha, ou o que passa a custar a folha quando se incrementa 30% no número de trabalhadores. O empresário tem que analisar que, ao tirar das ruas desempregados e os colocar dentro de sua empresa, certamente vai aumentar o poder aquisitivo da sociedade, e, de maneira geral, vai gerar um aquecimento da economia que, complementado com outras ações, naturalmente, vai fazer com que aquele aumento da produtividade possa ser comprado pela sociedade.

E a proposta prevê que o Governo Federal, no prazo probatório da opção do empresário de aderir à OPEP, ao Pacto Empresarial para o Pleno Emprego, ele terá sobre o excedente de folha de pagamento, admitidos os trabalhadores em função da redução da jornada, ele terá um abatimento de 50% dos encargos patronais nesse período. Igualmente, os juros dos bancos oficiais – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal – para quem estiver no OPEP, e tiver feito a opção, reduzindo a jornada de trabalho e gerado aquele determinado número de empregos, conseqüência da redução da jornada de trabalho, terá também o benefício de uma redução de 20% dos juros nos bancos oficiais. Terão outras vantagens que podem ser oferecidas daquilo que já existe e pode perfeitamente ser colocado nessa cesta, que é um mutirão no esforço de todos.

Igualmente os governos estaduais podem colaborar para quem gerar mais empregos. Lá, no Paraná, o nosso Governador Roberto Requião está disposto a dar uma dilação de prazo de ICM, adicional, de trinta dias sem juros, para as empresas que tiverem no OPEP. Da mesma forma, como a Copel, a nossa companhia de energia superavitária, S. Exª estará concedendo um abatimento de 50% no excedente de consumo de energia elétrica, aferido a partir do momento em que a empresa ingressar no OPEP sobre aquele valor adicional de gasto, também terá um abatimento de 50% na tarifa.

Portanto, agindo dessa maneira, passa-se a ser algo vantajoso e motivador ao empresário e, naturalmente, também aos trabalhadores que, com os demais benefícios que daí advém, tais como o estímulo para o estudo , para um treinamento adequado, para melhorar a qualificação, curso de computação, enfim, há grandes oportunidades para a melhoria de sua qualificação profissional e, conseqüentemente, na qualidade de vida. Com isso, certamente surgirá um ambiente favorável, uma sinergia, aumentando a produtividade. E o empresário terá a opção de, ao longo de cinco anos, se arrepender. Ele pode se arrepender a qualquer tempo e até cinco anos, a partir de quando passa a ser direito adquirido do trabalhador trabalhar seis horas por dia, ou trinta e seis horas por semana. Mas, ao longo de cinco anos, o empresário, nesse caso da aprovação da lei, teria a opção de retornar às oito horas e, naturalmente, a sua decisão seria tomada a partir de uma avaliação de que não teria dado certo, de que os empregados não teriam se esforçado e a produtividade não teria sido aumentada. Portanto, é uma tarefa que somente dará certo com o esforço de todos em conjunto.

Eu não poderia jamais acreditar que um trabalhador, motivado ao longo de cinco anos, em um ambiente favorável a que sinergia propiciasse o aumento de produtividade, pagando todos esses custos adicionais, ou quase todos, melhorando a qualidade de vida e a

condição da sociedade em geral, pudesse depois vir a negligenciar.

Estamos assistindo a um problema gravíssimo na sociedade. O desemprego nas famílias acaba fazendo deteriorar o tecido social. E nós assistimos ao julgamento até injusto, na própria família, quando um dos seus membros, ou vários deles, não consegue emprego e outros conseguem. Então, há sempre aquela impressão de que o sujeito não conseguiu colocação ou emprego porque não procurou ou não é competente, e acaba sendo excluído na própria família. O desespero se instala na família. As mães que desde sempre ensinaram os valores aos filhos e forjaram o caráter das crianças passam, pelo desespero da falta de recursos, a não ter o mesmo cuidado com os filhos, com as crianças, e há uma deterioração do tecido social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem um minuto.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Muito bem. Estou concluindo.

Daí o desespero, a desesperança, o pequeno delito e o aumento da criminalidade.

Então, o fato, complementando, é que nós, sociedade brasileira, notadamente os empresários, temos que realmente não somente nos esforçar, como até nos sacrificar, no País inteiro, para a geração de empregos, sob pena de os nossos netos não terem condição de viver no Brasil, de terem que se mudar daqui para o Canadá, onde não haja uma explosão de criminalidade como a que estamos vivendo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao nosso Senador Antonio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais. Eu presido a Subcomissão que trata de trabalho e previdência. S. Exª fará uma saudação para os senhores; em seguida, falará o representante da Fiesp.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Bom-dia a todos. Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão do Trabalho e da Previdência; senhor representante da Fiesp, Dr. Simeão, é uma alegria muito grande, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, participar deste evento organizado pelo nobre e eminente Senador Paulo Paim que, sem dúvida alguma, por intermédio de um debate produtivo, construtivo e integrado, haverá de encontrar os melhores caminhos para o aumento e incremento do emprego, com a redução da jornada do trabalho, mas por meio de um projeto que represente o consenso da sociedade, envolvendo empresários e trabalhadores.

Agora mesmo acabo de ouvir o Dr. Simeão, que há cinco anos implementou na sua empresa a respectiva redução de trabalho, promovendo, sem dúvida alguma, o incremento das ocupações na sua empresa no Estado do Paraná.

Portanto, com essa discussão séria que aqui se trava e os debates dos quais participarão empresários e trabalhadores, haveremos de ter um projeto, e a Comissão de Assuntos Sociais passará para o Plenário do Senado, evidenciando assim a preocupação de todos nós: o empresário que constrói a sua empresa, que paga impostos, que promove riscos os mais diversos para dar emprego e produzir, e o trabalhador, que, com a sua inteligência, contribui para o crescimento da empresa.

É através desses dois segmentos, e com a compreensão do poder público, reduzindo substancialmente a carga de impostos, que conseguiremos transformar o Brasil num País cada mais livre, autônomo e independente, valorizando o trabalho acima de tudo.

Portanto, quero felicitar os trabalhadores e os empresários que aqui se encontram, principalmente o meu querido amigo Senador Paulo Paim, que é um dos grandes timoneiros em defesa do trabalhismo no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para situar o Plenário, só aqui no Senado existem mais de 15 projetos. Só eu tenho cinco projetos. Há uma PEC, inclusive. Estão em debate os projetos. Que todos tenham toda a liberdade na sua exposição de colocar a sua posição. Essa é a intenção.

O fruto dessa conferência, pois há mais duas salas lotadas ao lado, é, na verdade, permitir que a Relatoria construa um projeto que represente, no final, a média de pensamento da sociedade.

Concedo a palavra, agora, ao representante da Fiesp, Sr. Roberto Ferraiolo por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, vou ter que retirar-me, porque temos votações na Comissão de Constituição e Justiça, e sou um dos integrantes desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO FERRAIOLO – Sr. Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srs. Presidentes ou representantes de entidades patronais, sindicais e profissionais, meus senhores, minhas senhoras, é para mim, como Diretor do Departamento Sindical da Fiesp, um grande honra usar desta tribuna para conversarmos um pouco a respeito de redução de carga horária, que é uma bandeira histórica do movimento sindical, principalmente do nosso Senador Paulo Paim.

Vou me permitir fazer um pequeno retrospecto referente à idéia da redução de carga horária. Na PEC nº 7.503, na verdade, houve um movimento patrocinado

pelas centrais sindicais, com o suporte do Dieese, no sentido de que efetivamente se fizesse uma campanha unificada em 2004 para a redução de carga horária sem redução salarial. Esse assunto gerou a expectativa da criação de 2,8 milhões de empregos.

Na exposição de motivos da PEC, temos as afirmações do eminente Senador Paulo Paim de que esta é uma postura histórica do movimento sindical, de que é um avanço das relações capital-trabalho e ainda faz algumas considerações sobre carga horária no mundo, Levando em conta, efetivamente, que a Europa tem cerca de 1.400 horas anuais e que o Brasil estaria ao redor de 2.100.

Ele faz também uma apreciação principalmente sobre a França, que, no governo socialista, estabeleceu uma redução de 39 para 35 horas, e tivemos, ao longo do governo que se instalou, do governo Chirac, uma reformulação desse tipo de pensamento. Há uma grande polêmica a respeito do que, efetivamente, teria aumentado o nível de emprego na França. A França, historicamente, tem um nível de desemprego da ordem de 10%. Por ocasião dessa redução, houve uma diminuição para 8,8%. As opiniões se dividem e muitos esposam a tese de que não foi apenas a redução de carga horária que fez aumentar o nível de emprego, mas, sim, uma série de outras medidas paralelas tomadas, como a menor incidência de tributos sobre salário, a adoção de contratos de prazo determinado e a extirpação de uma série de dificuldades que impediam a rápida contratação pelas empresas, quer dizer, uma facilitação para que a empresa contratasse.

A partir do Governo Chirac, que postula a idéia de que a redução de carga horária é um freio no desenvolvimento da França, tivemos uma série de acontecimentos e houve uma mudança do **status quo**. Essa mudança passou por dois fatos que, realmente, me parecem a solução para qualquer tipo de conflito entre capital e trabalho, que é a negociação coletiva.

Tivemos dois fatos, em 2004, que mudaram o panorama francês: a greve da Siemens, que resultou no contrato coletivo de trabalho estabelecido com a Siemens, com a Mercedes e, posteriormente, com a Volkswagen. Com isso, foi aberto o caminho para que houvesse um grande número de contratos coletivos com aumento de carga horária, sem qualquer aumento de remuneração ou outra contrapartida. Portanto, da mesma forma como se diminuiu mantendo o nível salarial, aumentou-se mantendo o mesmo nível salarial.

É importante que tenhamos em mente também o que aconteceu, do ponto de vista legislativo, na França. O parlamento francês aprovou uma lei, dentro dos padrões da Comunidade Européia, estabelecendo 48 horas, no máximo, para o empregado. Evidentemente, criou-se um nível de flexibilização que permitiu às partes, através de um entendimento negocial, dentro das suas características específicas, buscar posições que são boas para o empregador e boas para o empregado.

A grande idéia desse preâmbulo é mostrar, *vis-à-vis* a uma situação internacional, uma postulação que é internacional também de redução de carga horária, qual é a situação do Brasil.

O que temos no Brasil? A primeira legislação relativa a carga horária no Brasil apareceu na Constituição de 1934, que fixou oito horas diárias e 48 horas semanais. Não mudou essa situação por ocasião da edição da CLT, em 1943, vamos ter algum tipo de evolução apenas no ano de 1985.

Tive a honra de comandar a negociação dos químicos em São Paulo. Aliás, temos aqui a presença de um circunstante à época, Sérgio Leite, da Força Sindical. Fizemos a redução de carga horária, os metalúrgicos também a fizeram. À época, tínhamos cerca de 330 mil empregos e fizemos uma redução de carga horária, reduzindo, no primeiro ano, uma hora e, no segundo ano, a outra hora. Reduzimos para 46 horas. Os metalúrgicos fizeram algo similar, o que sedimentou a Constituinte de 1988, da qual o Senador e então Deputado era membro, no sentido de que houvesse uma redução de carga. E o Parlamento fixou, nacionalmente, uma carga horária de 44 horas.

A grande dúvida é saber se, efetivamente, redução de carga horária gera emprego ou se medidas paralelas criam uma névoa sobre o fulcro da questão e realmente alguma possibilidade de dizer que não é bem assim. Gostaria de lembrar aos Senhores que a Confederação Nacional da Indústria fez, em 1997, uma pesquisa envolvendo 504 Federações Estaduais dos mais diversos ramos, sindicatos e empresas e chegou à conclusão de que 76% das respostas afirmavam que a redução de carga horária de 44 horas para 40 horas criaria, sim, aumento de custos. Para que não me falhe a memória, lendo os números, verifico que, na época, 93% das empresas consultadas praticavam 44 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Sª só dispõe de mais um minuto.

O SR. ROBERTO FERRAIOLO – Sim, Excelência.

Apenas 12% de diversos setores industriais disseram que o custo de produção permaneceria inalterado, somente 7% afirmaram que haveria a possibilidade de redução de carga horária e 5% não responderam.

Essa questão é importante, porque o nosso amigo do Paraná trouxe à colação um assunto relevante. Ele é um empresário que propõe um nível de flexibilidade em

relação à carga horária sem que ela seja obrigatória. Entretanto, devemos entender que, por um instrumento negocial, é possível reduzir cargas, principalmente no sistema em que vivemos, tendo em vista que, não havendo renovação da cláusula convencional, esta adquire caducidade.

Se houver a aprovação do contrato coletivo de trabalho como pretende o Governo na nova estruturação sindical do País, certamente essa questão complica-se, uma vez que o contrato adere ao patrimônio jurídico do empregado, o que efetivamente "mata" o processo negocial.

Mas o importante é que, realmente, é clara a posição da indústria de que o que gera efetivamente emprego é desenvolvimento econômico. Sem este – e vimos essa situação recentemente na França –, não há melhoria do nível de emprego.

No Brasil, a carga horária não é das mais altas no mundo. Na Coréia, por exemplo, são 52 horas; em Taiwan e na Irlanda, são 48 horas. Na Suíça, a carga horária é de 46h a 50h, o que mostra claramente a diversidade de cada tipo de economia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terei que lembrá-lo a concluir em razão ao nosso tempo.

O SR. ROBERTO FERRAIOLO – É que esse assunto é tão extenso que, certamente, vamos poder falar sobre ele no debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Haverá o debate depois.

O SR. ROBERTO FERRAIOLO – Mas o importante, a meu ver, é que estamos estabelecendo a discussão, da qual nasce a luz.

O relevante, do ponto de vista patronal, é que não haverá qualquer avanço no sistema de emprego se não ocorrer uma racional reforma tributária, segundo a qual haja uma adequação relativamente à carga tributária sobre salários, porque esse sistema que temos gera, na população economicamente ativa do País, 52% de informalidade. Esse é um assunto que passa, efetivamente, por uma reforma tributária.

Entendemos claramente que a exposição do nosso prezado amigo do Paraná vem ao encontro da tese de que efetivamente existe desenvolvimento. Ele citou aqui que foi possível que ele fizesse tudo isso porque ele cresceu 65%. E crescer 65% é uma enormidade em termos de produtividade, escala de crescimento. Evidente, e infelizmente, a situação particular do nosso empresário do Paraná não é a situação genérica que o Brasil está vivendo.

Fico por aqui, agradeço a participação e, por ocasião do debate, detalharei algumas coisas que tive de omitir para ficar dentro do meu tempo.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A ordem de chamada não representa preferência para ninguém, vou intercalar empresários e trabalhadores.

Convidaria agora para vir tomar lugar à mesa a representante da CUT, Rosane da Silva; o representante do Dieese, Clemente Ganz Lúcio; e o representante das confederações, José Carlos Perret Schutt. Eu convidaria os amigos a assumir a primeira fileira para nós concluirmos os debates.

Como as mulheres têm preferência, se a Rosane quiser, eu começaria com ela; em seguida, falaria o Dieese; depois, o Schutt; posteriormente, mais dois empresários que seriam secundados por mais dois representantes dos trabalhadores.

A companheira Rosane dispõe da palavra por dez minutos.

Antes, porém, informo que esta audiência pública está sendo gravada e será transmitida duas vezes para todo o País. Todo o País, a partir de hoje à noite, vai assistir duas vezes à audiência pública que está acontecendo neste momento.

Dispõe de dez minutos a representante da CUT, Rosane da Silva.

A SRª ROSANE DA SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo enquanto presidente da Comissão e parabenizar também o Senado Federal por esta iniciativa; bom-dia aos meus companheiros do movimento sindical, ao setor empresarial e aos demais senadores e senadoras aqui presentes.

Para nós, da Central Única dos Trabalhadores, esse tema não é novo, é um tema que vimos debatendo ao longo da construção da mobilização social em nosso País mesmo antes da fundação da nossa Central e da necessidade de, de fato, se ter uma redução da jornada de trabalho com o objetivo de gerar empregos e levar à melhoria das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. De acordo com o que vem sendo debatido com as demais centrais sindicais, a redução da jornada de trabalho não tem só de gerar mais empregos: com ela, abre-se a perspectiva de gerar renda.

Vimos debatendo esse assunto em conjunto com as demais centrais sindicais há um bom tempo. Nós temos uma comissão, um comitê que tem organizado a nossa campanha em conjunto com as seis centrais sindicais hoje existentes no País, e temos uma grande unidade em relação a esse tema. Temos certeza absoluta de que, hoje, reduzir a jornada de trabalho no Brasil significa, de fato, a possibilidade de inclusão social e a possibilidade da geração de mais de 2 mi-

lhões e 800 mil empregos, bem como a possibilidade real de distribuição de renda em nosso País.

Como eu disse, para nós, da Central Única dos Trabalhadores, esse não é um debate novo, vimos debatendo esse assunto há muitos anos, desde a construção da nossa Central. Acho que o conjunto dos companheiros e das companheiras conhece um pouco da história da redução da jornada de trabalho no Brasil. A última redução da jornada de trabalho que houve em nosso País foi em 1988, de 48 para 44 horas. Naquele momento, geraram-se empregos, mas não se geraram as expectativas que o conjunto do movimento sindical tinha na geração de emprego. Por quê? Porque, combinada com a redução da jornada de trabalho, também se manteve a legislação de hora extra. Para nós, a atual...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Rosana, se você me permitir, peço uma salva de palmas para o Senador Mão Santa, que é um defensor dessa causa e está aqui conosco. (Palmas)

Quero já aproveitar para dizer que estão conosco os Senadores Augusto Botelho, Antonio Carlos Valadares, Mão Santa, e a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª ROSANE DA SILVA – Como eu estava dizendo, a manutenção da legislação de hora extra vem inibir a geração de emprego com a redução da jornada de trabalho. Tanto que, no debate que temos feito no interior das centrais sindicais, há necessidade de se combinar a redução da jornada de trabalho com uma legislação em relação a hora extra. Hoje existe uma legislação de hora extra em nosso País muito flexível, e isso acaba inibindo a geração de emprego, mesmo com a redução da jornada de trabalho.

Há outro tema bastante importante para nós, que temos colocado em debate no conjunto das centrais sindicais, tentando construir a unidade para sairmos vitoriosos no final desse processo. Trata-se do tema do banco de horas. O governo Fernando Henrique Cardoso implementou em nosso País não só o processo de terceirização, mas também o processo de flexibilização da jornada de trabalho com o banco de horas. Isso, para nós, é um grande inibidor da geração de emprego, mesmo com a redução da jornada de trabalho. Se não houver uma nova regulamentação, tanto da hora extra como desse tema do banco de horas... Apesar de não termos, no conjunto das centrais sindicais, uma posição unitária em relação a esse tema. Estamos construindo as condições, fazendo o debate. Aqui estão os companheiros Serginho e Blota, que têm acompanhado esse processo conosco, têm debatido esse tema no interior das centrais sindicais.

Para nós, o fundamental é fazermos, neste momento, política econômica. Vivemos em nosso País o debate da necessidade da redução de trabalho. Aí, concordo com o companheiro empresário que falou aqui em relação à necessidade de haver desenvolvimento econômico em nosso País. Claro que essa é uma bandeira fundamental.

Mas não basta o desenvolvimento econômico. Ele tem que vir combinado com medidas que vão no sentido de gerar novos empregos e de distribuir renda em nosso País. Por isso, neste momento histórico que vivemos, retomamos com força essa bandeira da redução da jornada de trabalho, que nunca tínhamos abandonado.

Temos construído dados, junto com o Dieese – depois o Clemente vai poder trabalhá-los com mais propriedade –, que demonstram, hoje, que existe a possibilidade real de redução da jornada de trabalho, combinada com outros mecanismos de que eu falava, como a legislação de hora extra e a fiscalização mais rígida por parte das DRTs. Há possibilidade real de gerar 2,8 milhões de empregos, porque temos considerado a jornada normal mais a jornada excedente em nosso País. Fazemos a divisão e demonstramos que há possibilidade real de aumentar o nível de emprego.

Outro elemento que aparece muito forte no debate é a redução da jornada de trabalho. Hoje, ela viria no sentido de elevar o custo das empresas – não negamos isso. De fato, ela gera imediatamente uma elevação do custo da empresa, mas é mínima. A elevação do custo das empresas, no primeiro momento, chega a 2%. São dados que temos trabalhado junto com o Dieese. Com a jornada menor haverá mais gente trabalhando, mais gente ganhando – porque hoje o nível de desemprego em nosso País é muito alto –, mais gente no mercado formal, mais gente produzindo. Significa uma roda viva. Mais gente ganhando, mais gente consumindo no mercado interno significa que, imediatamente, em questão de curto tempo, as empresas repõem aquele custo elevado que ela teria.

Os próprios dados demonstram que as empresas que adotaram –temos experiências semelhantes no nosso País – jornada de trabalho de 40 horas estão muito mais competitivas, do que muitas que mantêm a jornada de 44 horas. Os dados e a experiência prática do nosso País têm demonstrado que a redução na jornada de trabalho não só gera empregos, mas também ajuda no desenvolvimento econômico do Brasil.

Para nós, a redução da jornada de trabalho é um tema da agenda social do Brasil. Há necessidade de os trabalhadores e as trabalhadoras trabalharem mais. Isso possibilita o retorno do trabalhador e da trabalhadora não só à escola formal, mas também aos centros de aperfeiçoamento, para que se tornem cada vez mais competitivos no mercado de trabalho. O trabalhador

também está aperfeiçoando-se, para, de fato, acompanhar o mercado de trabalho.

A redução da jornada cria a possibilidade de os trabalhadores e as trabalhadoras estarem por mais tempo com sua família, dialogarem mais e terem lazer, o que é fundamental. Não só no Brasil, mas no mundo inteiro, cada vez está mais acelerado o ritmo de vida das pessoas. Há necessidade de as famílias voltarem a ter convivência familiar. A redução da jornada de trabalho também beneficiaria pais e mães, possibilitando maior convivência com os filhos e com as filhas.

Então, para nós, do conjunto das centrais sindicais, especialmente da Central Única dos Trabalhadores, não é só uma medida legislativa ou governamental a redução da jornada de trabalho, o que também gera novos empregos. Vários elementos estão colocados, e nós queríamos inseri-los no debate. Trata-se da necessidade de gerar empregos, de distribuir renda e também de se ter uma convivência maior na sociedade, com mais pessoas trabalhando; da necessidade de os trabalhadores e as trabalhadoras estarem contribuindo para o processo de desenvolvimento do nosso País. Nós temos contribuído com o processo de desenvolvimento do nosso País desde o início de sua história e pensamos que essa medida vem apenas beneficiar.

Para encerrar, quero contrapor alguns argumentos citados pelo empresário, relativos à jornada de trabalho de alguns países. Cito dados de alguns países que consideramos desenvolvidos e que são altamente competitivos, mas têm uma jornada de trabalho menor do que a nossa. Isso demonstra, de fato, que a redução na jornada de trabalho não deixa o país menos competitivo ou menos desenvolvido. A Alemanha, por exemplo, tem uma jornada de 41 horas; o Canadá, de 31,9 horas; a Espanha, de 35,7 horas; o Japão, de 42 horas, jornada um pouco menor que a brasileira; e a Argentina, nossa vizinha, de 39,2 horas. Esses dados foram buscados junto à Organização Internacional do Trabalho, na qual nos temos orientado.

A cartilha produzida pelo conjunto das centrais sindicais afirma, com dados estatísticos, que a redução da jornada de trabalho em nosso País visa a, de fato, gerar emprego, sem deixar o nosso País menos competitivo. Pode até ajudá-lo a ser mais competitivo, como os países citados, que têm uma jornada de trabalho menor. As nossas fontes são da OIT. Quero saber que fonte o empresário usou para obter os dados que citou. Os dados que temos usado, inclusive da OIT, mostram que a jornada de trabalho na Suíça é de 35 horas.

Agradeço a oportunidade. Estamos prontos para o debate. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao representante do Dieese. Em seguida, falará o companheiro José Carlos Perret Schutt, pelas confederações, e, posteriormente, terá a oportunidade de fazer sua saudação o Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Clemente Ganz Lúcio.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, companheiros dirigentes sindicais aqui presentes, representantes das entidades empresariais, demais companheiros e companheiras, é um grande prazer estar nesta Comissão.

A importância do debate já foi ressaltada, é uma questão extremamente polêmica, dado que talvez três grandes dimensões resumem a vida do trabalho na relação entre trabalhadores e empregadores: a questão da remuneração é um objeto pesado de negociação; as condições de trabalho, e nelas provavelmente as questões relacionadas à saúde do trabalho, é um outro campo enorme de discussão; e a questão da jornada de trabalho.

São três campos historicamente presentes na relação capital e trabalho em todo o mundo, objetos de muitas ações, de muitos conflitos e de muitas negociações. Estamos tratando de um tema extremamente complexo. Não é possível tratá-lo em um recorde exclusivo da jornada. Os debates já começam a colocar a necessidade de sua inter-relação na relação custo da empresa, na relação custo social, na relação do projeto que o País tem, na relação de projeto e desenvolvimento. É uma questão que está relacionada a várias outras, e não podemos, no momento de elaborarmos um projeto de desenvolvimento para o País, desconsiderar que deverá fazer parte de uma agenda de longo prazo.

Além disso, ao tratarmos desse elemento, é importante que haja informações que possam dimensionar o tamanho do desafio que temos pela frente. O que farei aqui é tentar, no meu tempo, de forma muito rápida, apresentar algumas informações. Existem muito mais informações, mas não sei em quanto vou conseguir apresentá-las. De qualquer modo, a apresentação total está disponível. Vou focar algumas delas.

A primeira delas tenta dimensionar a questão da jornada de trabalho no mercado de trabalho. Cito os dados da pesquisa Dieese e Sead, realizada em seis regiões metropolitanas, são dados urbanos. Proporção daqueles que trabalham acima de 44 horas. Vamos tomar como exemplo São Paulo, que é talvez a cidade de mais envolvida, e verificaremos que, de 1988 para 2004, a quantidade de pessoas que trabalham mais

de 44 horas não modifica, ou seja, há quase que um estoque permanente de jornada de trabalho adicional da ordem de 40%, 42%. As pessoas que trabalham, trabalham mais do que 44 horas semanais.

Há também o gráfico para mostrar a evolução, de 1985 a 2003. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve um aumento adicional, estatístico, da jornada de trabalho, demonstrando que, na prática, apesar de a Constituição ter autorizado um limite máximo de 44 horas, as empresas mantêm uma carga horária acima de 44 horas, provavelmente, remunerando como hora-extra essa jornada. Portanto, aumentando seu custo, e mantendo esse aumento de custo sem transformar em novos postos de trabalho, o que corrobora para a necessidade de que uma redução na jornada de trabalho seja atendida com medidas complementares. Tanto como o exemplo que o próprio Sr. Francisco começou a citar quanto do ponto de vista da legislação, da tributação e de outros elementos, ou seja, simplesmente interferir na jornada de trabalho não é suficiente para que ela seja reduzida. Ela não é reduzida por lei. Automaticamente, ela é um projeto da sociedade que deve persegui-la.

Observem o perfil dos que fazem hora extra. Proporção dos assalariados que trabalham mais de 44 horas. Chefes de família, 2004. Chefe de família de forma pesada. Em seguida, os demais membros. O cônjuge trabalha pesado. São mais fortes as horas extras nos homens do que nas mulheres.

Por faixa etária, ela cresce na medida em que cresce a idade. Também é maior entre os mais velhos, homens do que mulheres. É mais forte entre os negros do que entre os que não são negros.

Em termos salariais, aqueles que ganham menos fazem mais horas extras, é o que demonstra o quadro. Aqueles acima de um ou dois salários mínimos. Até um salário mínimo, existe uma situação de trabalho extremamente precária. Em geral, um trabalho que chamamos de bico. A jornada é muito instável, mas, a partir de um salário mínimo, as contratações são mais formalizadas, e a quantidade de horas extras é maior quanto menor é o nível salarial, provavelmente por uma pressão, por questão de rendimento.

Em termos de escolaridade, a mesma coisa, aqueles que fazem acima de 44 horas, está diretamente relacionado ao nível de escolaridade, quanto maior a escolaridade, menor o nível daqueles que fazem horas adicionais, ou seja, aqueles que ganham menos, mais de 60% daqueles que trabalham, que têm ensino fundamental incompleto, fazem horas extras. É fundamentalmente uma característica do setor privado, quase 48% daqueles que trabalham, 46%, em 2004, no setor privado, fazem horas extras, e não tem muita diferença entre o setor formal e o dito setor informal, ou seja, aqueles que trabalham no mercado formal com carteira de trabalho assinada e aqueles que estão na ilegalidade ou no trabalho autônomo também fazem uma jornada adicional acima de 44 horas.

Nas empresas privadas, tem uma caracterização pela indústria, comércio e serviço em cinco regiões metropolitanas, mostrando que o setor de comércio é o que tem mais incidência de horas extras, seguido pela indústria; depois, o setor de serviços em todas as regiões metropolitanas. Para termos uma idéia, o que está em vermelho, na coluna do meio, na barra do meio, aqueles que fazem de 45 a 48 horas semanais de jornada; o amarelinho, à direita, aqueles que fazem mais de 49 horas semanais. Usando só como dado a região metropolitana de São Paulo, para ficar mais claro, mas esse quadro se repete em todas as regiões metropolitanas, ou seja, temos um contingente muito grande de pessoas que fazem horas extras e trabalham, inclusive, acima de 49 horas. Em São Paulo, em 2004, quase 23% da população ocupada no setor privado faziam mais de 49 horas semanais de jornada de trabalho; 23%, quase 24%, entre 45 e 48 horas semanais de trabalho.

Essa tabela revela aquele gráfico, mostrando pela indústria, comércio e serviço, como é que aquela situação se repete nesses segmentos da economia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me só anunciar o Senador Romeu Tuma, que sempre está conosco nesta caminhada, e fez questão de vir aqui prestigiar o evento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com este Presidente, temos que estar em todo lugar, porque S. Exª está no caminho certo sempre.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – A proporção daqueles que trabalham acima de 44 horas nas empresas é maior nas menores empresas; diminui a quantidade de horas extras, conforme cresce o tamanho das empresas, portanto, é um problema que se agrava nas menores empresas.

Aqui é uma breve comparação sobre a evolução de massa de horas, evolução do emprego, mostrando que, mesmo com o crescimento da ocupação, a massa de hora se mantém, ou seja, temos um problema estrutural, apesar de termos aumento na contratação, que, em tese, poderia diminuir porque estaríamos substituindo horas extras por novos postos de trabalho. O que esse dado revela é que cresce a ocupação e continua crescendo na mesma proporção a massa de hora, ou seja, aqueles que entram no mercado de trabalho, já entram fazendo horas extras.

Impacto na redução da jornada. Esse é o dado básico, tentando simular de 44 para 40, um cálculo ma-

temático puro, simples de qual é o volume de estoque de horas que, transformados em postos de trabalho de 44 para 40, resultaria em, aproximadamente, 2 milhões de postos de trabalho potenciais, não quer dizer que, automaticamente, se geram 2 milhões de postos de trabalho, mas é para termos uma quantificação do número de postos de trabalho.

Aquela transparência anterior é uma mera simulação, quer dizer, há uma indicação pela própria CNI de que com o custo da mão-de-obra na estrutura de custo da empresa da ordem de 20 a 22%, transformados em 22% em custo para a empresa, teríamos um aumento de quase 2% no custo da mão-de-obra para a empresa, transformadas as 44 horas em 40 horas, 2% seria, digamos, o impacto econômico no custo do trabalho, se não houvesse nenhum outro tipo de compensação.

Bom, depois há várias simulações que fizemos, tentando identificar o impacto só no setor com carteira de trabalho assinada, sem carteira de trabalho assinada, no pessoal celetista, no setor público, tentando identificar os diferentes impactos dessa redução da jornada de trabalho.

Impacto da redução das horas extras. Esse impacto é da ordem de 250 a 260 mil postos de trabalho, se retirássemos as horas extras nas regiões metropolitanos.

Se extrapolássemos esse mesmo impacto na região metropolitana para o Brasil como um todo, que é um dado razoável para supormos, a redução das horas-extras resultaria em mais um milhão de empregos, que somados aos quase dois milhões anteriores, teríamos quase três milhões de empregos, gerados com a redução da jornada de trabalho e com a redução das horas-extras.

Estou finalizando já, vamos passar para a frente. Aí só as tabelas, mostrando os dados por região.

Qual é o impacto se reduzíssemos a jornada de trabalho, se reduzíssemos as horas-extras e quanto isso poderia resultar na redução da taxa de desemprego? É uma redução que poderia girar de 2,5% a 4%, dependendo de qual seja o resultado. Ou seja, pela taxa oficial de desemprego hoje, que é da ordem da 9,7%, 10%, poderíamos chegar a uma taxa de desemprego da ordem de 6%, medida pelo IBGE. Nos cálculos do Dieese, a nossa taxa de desemprego estava 17%. Esse indicador poderia resultar em uma taxa de desemprego entre 10% a 12%, medida pelo Dieese; ou 6% ou 7%, medida pelo IBGE; 3% a 4% o impacto na redução da taxa de desemprego com a redução da jornada de trabalho e a redução das horas-extras.

Volto a repetir, para enfrentarmos esse debate com máxima transparência é importante que esses dados sejam trabalhados, que possamos construir indicadores que sejam comuns, inclusive para medirmos impactos, simularmos, fazermos prospecções e principalmente nas comparações internacionais, que precisam de um extremo cuidado, em termos da nossa comparação, seja pela diferença de legislação, seja pela diferença nas formas de contratação coletiva nesses países e seja pela forma com que esses países adotam a redução da jornada de trabalho, vinculando legislação com contratação coletiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa foi tolerante para que ele concluísse a exposição, que só excedeu 1min24.

Passamos a palavra ao representante das confederações, o companheiro José Carlos Perret Schutt.

O SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHUTT – Primeiramente, gostaria de, em nome das Confederações Nacionais de Trabalhadores, agradecer o convite feito e, ao cumprimentar o companheiro e Senador Paulo Paim, estamos cumprimentando todos os Senadores aqui presentes e também os membros da Mesa, que estão para os debates. Cumprimento os nossos valorosos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, mas, como é de praxe, o Senador Flávio Arns, que é companheiro nosso nessa caminhada, pode ter certeza que está conosco aí. (Palmas.)

O SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHUTT – Gostaríamos também de cumprimentar os nossos valorosos companheiros sindicalistas aqui presentes – hoje estamos com mais de 400 dirigentes sindicais de todo o País presentes, e até mesmo pelo próprio chamamento do companheiro Paulo Paim para abrirmos esses debates.

As confederações, desde 1997, têm aprovado em suas plenárias a questão da redução da jornada para 36 horas semanais, com turno de seis horas diárias, mas achando que esse debate deve se dar em momento oportuno como esse que estamos vivendo em nosso País. Por quê? Porque é a oportunidade e é o momento. Estamos passando por um momento em que temos baixos salários, temos a menor participação da renda da massa salarial no PIB – que há 40 anos era de 62%, depois passamos 38% e hoje temos uma participação por volta de 26% do PIB.

Assim, neste momento em que foi proposta pelo Senador Paulo Paim essa discussão, temos que analisar que hoje temos o menor salário. Reduzir uma jornada, sem reduzir salário, é algo oportuno no momento. Este é o momento chave para a classe trabalhadora discutir essa questão.

É evidente que temos que promover discussões conjuntas com os empresários. Temos consciência de que não haverá consenso nessa discussão se se tentar forjar um consenso, numa discussão com a qual sabemos que o empresariado jamais vai concordar... Nós, das Confederações, não nos iludimos quanto a isso. Achamos que a luta tem que ser posta para a sociedade, para que ela possa resolver essa questão e vencer esse impasse.

Se temos a menor renda e também o menor número de empregos da história do País, temos que buscar uma alternativa. Precisamos ter a consciência de que, se não reduzirmos a jornada para seis horas e se não criarmos também a possibilidade e até a obrigação de termos introduzido no País essa jornada de seis horas diárias, com dois turnos, sem a empresa poder aproveitar o mesmo empregado para eliminar a questão da hora extra colocada pelos companheiros que me antecederam, não chegaremos também a conclusão nenhuma.

Se não mexermos na legislação que fala sobre hora extra e principalmente sobre bancos de horas no País... Está sendo feita a maior exploração sobre os trabalhadores porque, além dos salários baixos, estão sendo implantadas jornadas excessivas. Esse é o caso dos trabalhadores que representamos, do comércio, por exemplo. Estamos hoje com carga de 60 horas semanais. Quer dizer, não conseguimos ainda introduzir no País uma jornada de trabalho por falta de atuação do Estado, do Ministério do Trabalho. Por isso estamos com uma carga de horas muito grande.

Se retirarmos do art. 59 da CLT a questão dos bancos de horas e de horas extras, temos certeza de que, com a redução da jornada para seis horas, com, no mínimo, dois turnos, teremos, no País, o pleno emprego tão esperado.

Outra colocação que gostaríamos de fazer com relação ao momento diz respeito não só à questão do salário, mas também da produtividade. Nós estamos num momento em que as empresas falam em produtividade. Nós temos produtividade no País. Essa produtividade está-se dando de forma diferente daquela que houve em outras oportunidades. Antes havia produtividade e o salário era considerado alto. Hoje o salário é baixo. Havia produtividade no passado e emprego. Hoje não há emprego. Quer dizer, consideramos que as empresas não terão grandes problemas para absorver esse custo mínimo que foi colocado aqui e que talvez chegasse a 2% do faturamento delas.

Por outro lado, é necessário também que cheguemos à conclusão de que não vivemos num País como a França, que não vivemos num país como a Alemanha, que não vivemos num país em que os trabalhadores têm um salário bastante alto. Eles têm dificuldades lá também, mas aqui temos grandes dificuldades. Nós não conseguimos nos incluir na sociedade como trabalhadores que possuem cidadania porque somos trabalhadores que pouco tempo têm. Temos que trabalhar jornadas excessivas e muitas vezes temos que sair do nosso trabalho para fazer outro tipo de jornada no trabalho informal.

Então, isso é que temos de discutir, que as confederações acham que têm de entrar na discussão. Agora, jamais vamos pensar e ter a ilusão, como trabalhadores, de que um projeto – e essa discussão também queremos colocar – que não obrigue a redução de jornada, com a adesão das empresas, vamos conseguir aprovar aqui no País. Tivemos aqui a presença de dois empresários, um empresário que já tem implantado essa questão da redução de jornada em sua empresa, e um representante sindical dos empresários. Vimos a diferenciação existente em suas colocações. Quer dizer, a luta, na realidade, não vai permitir que deixemos os projetos, e temos experiência no movimento, de adesão das empresas. Não. Temos de ter projetos aqui que sejam de obrigatoriedade, porque aí, sim, vamos ter a redução da jornada, realmente o compromisso de não termos banco de horas no País, de não termos jornadas excessivas mediante manipulação da hora extra. Temos um País que consegue ter em sua legislação contratos de trabalho inclusive com suspensão do próprio contrato. Quer dizer, temos de mexer nessa legislação também sob pena de não chegarmos a nada.

E esta Casa, como representante do povo brasileiro, da sociedade brasileira, não pode mais deixar essa oportunidade de lado de definitivamente implantarmos uma redução de jornada que realmente traga vantagem à sociedade, ou seja, na colocação no emprego. Veja bem, não estamos pedindo aqui para aumentar, como trabalhadores, a renda do trabalhador, estamos pedindo neste momento a redução para resolvermos o problema do emprego e dar cidadania ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de convidar para a Mesa neste momento o Sr. Osmani Teixeira de Abreu, representando a CNI, também o Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, presidente da CGTB, e convidar também o Sr. Laerte Teixeira da Costa, representante da CAT. Em seguida, convidarei mais três.

Passo, de imediato, a palavra ao Laerte. Em seguida, falará o Sr. Osmani. Posteriormente, o Neto. Depois, convocarei mais três.

Com a palavra o presidente da Central Autônoma de Trabalhadores, o Sr. Laerte Teixeira da Costa, por 10 minutos.

O SR. LAERTE TEIXEIRA DA COSTA – Obrigado, Senador Paulo Paim. Cumprimento V. Exª, assim como os demais componentes do Senado, membros do Senado, e companheiros sindicalistas que estão presentes. Quero agradecer o convite feito à CAT e acho que não temos muita coisa mais a acrescentar. A exposição do representante do Dieese, especialmente, é muito esclarecedora e, como tal, como uma organização de assessoria aos sindicatos, acho que o Dieese cumpriu o seu papel e deveria até ter tido talvez um tempo maior, Paim, porque o Dieese é mais estudioso dessas questões, para que pudesse, naturalmente, fazer a defesa da redução da jornada de trabalho dentro de um contexto mais técnico e de melhor repercussão, principalmente junto aos empresários, porque nós, trabalhadores, estamos convencidos de que esta é a nossa tarefa: trabalhar no sentido de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, reduzir a jornada de trabalho, aumentar os ganhos salariais, melhorar as condições de higiene e saúde no local de trabalho. Essa é a nossa tarefa. É isso que temos que fazer. Para isso existe sindicato.

A questão da jornada de trabalho talvez seja uma das lutas mais heróicas do sindicalismo; todos conhecemos o que foi a luta para conseguir a redução para oito horas de trabalho.

Essa página heróica do movimento sindical segue, mas nós sabemos que, apesar dessa luta heróica, que causou inclusive mortes, situações difíceis aos trabalhadores, ainda não se respeita a jornada de trabalho e os dados do Dieese são bastante eloqüentes nesse sentido. Fazem horas-extras, no Brasil, muito acima dos limites permitidos. Não só permitidos pela legislação, mas pela capacidade dos organismos de dar tantas horas de trabalho numa determinada situação de estresse. Hoje, o trabalhador vive sob um estresse extraordinário. Qual o estresse que se abate o trabalhador? Excessivas horas de trabalho, condições de higiene no local de trabalho inadequada, fantasma do desemprego, de não poder sustentar a sua família.

Antigamente ia-se a um hospital psiquiátrico e verificava-se que havia mais pessoas internadas de determinadas profissões. Hoje se vai a um hospital só tem trabalhador de diversas profissões. Por quê? Porque, hoje, as condições são extremamente ruins para os trabalhadores, quer dizer, estamos pressionados por todos os lados, seja pelas horas de trabalho, seja pelas condições de higiene e segurança, seja pelo fantasma do desemprego, seja pela incapacidade de sustentar a própria família, seja pelos parcos salários pagos pelos empresários brasileiros, enfim, nós vivemos numa situação de estresse que não é ruim apenas para o trabalhador, mas sobretudo para o empresário, porque isso implica péssima qualidade de serviço, implica qualidade de produtos inadequada, implica naturalmente em produtividade menor. Ou seja, trazer ao trabalhador o conforto para que ele possa produzir é do interesse do empresário especialmente e não apenas do trabalhador.

Digo isso porque realmente o discurso foi feito de forma técnica e não de uma forma política. Isso é uma questão política importante. Como vamos enfrentar toda essa onda de situações desfavoráveis aos trabalhadores brasileiros, que vem se acumulando nas últimas décadas, com situações inclusive de internamento psiquiátrico de trabalhadores, que às vezes perdem o emprego e não têm condições mais de substituir o trabalho.

Não se trata de uma questão de horas, mas também e principalmente é, porque se você reduz a hora de trabalho – a companheira da CUT parece que foi a única que tocou nesse assunto – tem condições de melhorar sua qualidade de vida, tem condições de melhorar a sua capacidade profissional, fazer o seu aperfeiçoamento profissional nas horas que lhe são oferecidas como ociosas, tem capacidade de fortalecer os laços familiares. Essa violência que grassa por aí é também conseqüência da desagregação familiar que a redução da jornada de trabalho oferece: o fortalecimento dos laços familiares.

Há uma questão que é econômica, que é do interesse do País, que é do interesse dos empresários, a redução da jornada de trabalho favorece alguns segmentos da economia específicos. Vou citar alguns: o segmento esportivo, hoje, é um segmento forte na economia. O esporte é favorecido. Tem-se mais tempo para assistir a um jogo de basquete, de vôlei, de futebol, etc. em que pesem os programas que passam por aí. De entretenimento, não tem tempo de levar seu filho a um parque de diversão, que é uma empresa, é uma economia, dá empregos. Cultura, você vai ao teatro, que dá emprego.

Então, ao reduzir a jornada de trabalho, permite-se ao trabalhador ascender a determinados serviços da sociedade que correspondam a um setor da economia bastante importante hoje em dia e crescente. Filantropia, turismo, são setores que podem ser beneficiados com a redução da jornada de trabalho.

A CAT tem uma posição claramente favorável. Em 1997, fizemos um estudo e dizíamos, naquela ocasião, que deveria ser reduzida a jornada de trabalho gradativamente, uma hora por ano, até que no ano

2000 chegássemos a 40 horas. Estamos em 2005 e sabemos que será difícil.

O Ministro do Trabalho, quando entregamos os abaixo-assinados, com uma quantidade enorme de assinaturas em favor da redução da jornada de trabalho, disse: "Olha, essa é uma questão de competitividade. Precisamos ver ver se isso não afeta a competitividade das empresas brasileiras".

Ora, mas estamos ganhando produtividade e competitividade com uma mão-de-obra muito barata. Então, esses 2% que levantaram de aumento de custos e de competitividade estão já completamente inutilizados, desaparecidos numa questão relacionada com a comparação de quanto se paga pela hora trabalhada, aqui ou em outro qualquer país desenvolvido do mundo. Temos uma hora trabalhada muito mal paga, das piores do mundo.

Então, discutir esses números chega a ser um diletantismo inútil, porque, realmente, temos tantos dados favoráveis aos trabalhadores que qualquer circunstância nesse sentido técnico é extremamente desfavorável aos empregadores.

Quero dizer, também, que existe uma tendência à redução da jornada de trabalho histórica, em que pese o representante da Fiesp falar a respeito do problema que existe na França. É verdade, ele não mentiu sobre isso. Há também o movimento na Alemanha a respeito de aumento de jornada de trabalho. O estudo da Alemanha é no sentido de que pelo menos 42 horas deveriam existir, para aumentar um pouco a produtividade e compensar a perda de competitividade da indústria alemã.

Vejam só, não é por causa da jornada de trabalho, é por que o euro valorizou-se muito. Então, houve uma valorização do euro, que há 18 meses valia 25% menos do que o dólar. Hoje, vale 25% mais do que o dólar. Houve uma inversão, em 18 meses, do valor do euro. Essa inversão diminuiu a capacidade de competitividade não só da Alemanha, como do resto da União Européia. Alguns países do Leste Europeu estão fixando jornada de trabalho acima de 44, como foi o caso da Polônia, que, recentemente, fixou 46. Mas isso é decorrência de circunstâncias locais e do aumento do euro.

Para terminar, quero dizer, Senador Paim, que, na primeira Revolução Industrial trabalhávamos mais ou menos 80 horas por semana, mas isso foi reduzido para 60 horas. Na segunda Revolução Industrial, foi de 60 para 40 horas, em que não chegamos ainda. E a terceira Revolução Industrial, que é essa que vem com todas essas metodologias novas produtivas, computador, máquinas como a que a Valisère importou, recentemente, em que 60 costureiras são simplesmente substituídas por um computador, promove um aumento de produtividade brutal. Esse aumento de produtividade, esse ganho do empresário não passa para o trabalhador.

Vamos dar um exemplo somente, o dos bancos. A lucratividade dos bancos brasileiros é um negócio escandaloso. E quanto ganham os bancários, hoje, e quanto ganhavam antes? Deve existir bancário que pode dar esses dados. Ou seja, não houve uma transferência de ganho para o trabalhador, em que pesem o aumento da produtividade no Brasil, o aumento da lucratividade das empresas, o aumento das exportações, o aumento do saldo da balança comercial. Nada se passou.

Dou mais um exemplo. Estamos satisfeitos por que o Brasil fez um modificação na Organização Mundial do Trabalho. Vamos exportar mais açúcar, talvez vamos exportar álcool, etc. Quero saber quanto desse dinheiro chega à mesa do bóia-fria. O bóia-fria continua sendo bóia-fria como o era há 20 anos. Não aumenta um bife no almoço. Não há distribuição de renda.

É por isso que precisamos trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Sr. Osmani Teixeira de Abreu, representante da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. OSMANI TEIXEIRA DE ABREU – Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço, em nome da CNI, o convite para participar deste debate.

Vamos iniciar – já que o Dieese já fez uma grande apresentação dos números – com uma frase do Goethe, dita há quase 200 anos – o mundo é mesmo interessante. Ele disse "Já se afirmou que o mundo é governado pelos números. Conheço isso. Os números nos dizem se ele está sendo bem ou mal governado." Vamos concluir, lamentavelmente, que estamos sendo mal governados. E não culpa do Governo Lula, não, Senador, isso ocorre há muito tempo.

Há um tema que gosto de mostrar, do qual já se falou muito: o contexto normativo a que estão submetidas as empresas hoje. A nossa Constituição tem 325 dispositivos; só de matéria trabalhista, 46. E depois vem a CLT, com 922; legislação, Ministério do Trabalho, Convenções da OIT e Justiça do Trabalho, com seus enunciados e orientações jurisprudenciais, precedentes, súmulas. O empregador tem de cumprir tudo isso a cada minuto. E o mais grave: a segurança jurídica. Estamos cumprindo tudo sabendo que hoje é assim e não sabemos se amanhã é assim que a Justiça do Trabalho vai entender.

Todos já conhecem a evolução da carga tributária. Felizmente, em 2003, ela teve uma ligeira queda. Mas a carga tributária sobe incessantemente ao longo

do tempo, ou seja, a cada ano pagamos mais e mais tributos. E por coincidência ou não, a taxa de desemprego no Brasil vem disparando, acompanhando, mais ou menos, o ritmo da carga tributária, ou seja, pode ser uma mera coincidência, mas quanto mais imposto pagamos, mais desemprego nós criamos.

Há um outro problema que todos nós – o Brasil inteiro – enfrentamos: a ocupação informal. Se temos aquele percentual de desemprego – e é triste dizer isso – agradecemos à ocupação informal porque se não seria maior, seria mais que o dobro.

Verificamos, então, que até a indústria de transformação, área que representamos, do seu total de empregos, trinta e três por cento estão também na informalidade. No patamar mais baixo, estão a agricultura e outras áreas, com 81% na informalidade e apenas 19% no trabalho formal. Em qualquer dessas atividades, sem dúvida, são números alarmantes. Inclusive, na indústria, trinta e três por cento na informalidade é um número muito grande.

Lembro que se trata de pesquisa do IBGE, Setor Informal 1. O IBGE tem Setor Informal 1, Setor Informal 2, Setor Informal 3, Setor Informal 4. Há setor informal que é mais do que esse aí, se agruparmos todos.

Esse é o mesmo quadro anterior, agora distribuído pelas unidades da Federação. E eu até diria – se isso serve de consolo – que o Distrito Federal está muito bem. O Distrito Federal tem o menor número de informalidade. No Brasil todo, apenas sete Estados estão abaixo da média, todos os demais Estados brasileiros estão com o percentual de ocupação informal maior do que a média brasileira.

Agora, vamos abordar especificamente o nosso tema.

Redução de jornada aumenta emprego? Isso já foi abordado pelo Ferraiolo, mas eu vou me referir ao ano de 1982, quando a França reduziu de 42 horas para 39 horas, e o desemprego aumentou de 8% para 12%.

Depois, no Brasil, a Constituição de 1988 reduziu de 48% para 44%. E mais: os turnos ininterruptos já são de 36 horas. Quem trabalha em turnos ininterruptos de revezamento – e são muitas as empresas – trabalham 36 horas por força de determinação constitucional e decisão judicial que, posteriormente, deu interpretação, no nosso entendimento, elástica ao que seria turno ininterrupto de revezamento. E hoje temos milhares de empresas que trabalham com esta jornada de 36 horas.

De lá para cá – não quero dizer que isso tenha sido culpa exclusiva da jornada, mas os números mostram isso –, a informalidade está hoje quase 60%, e desemprego, que era 5% em 89, em 2004, foi para 11%. Agora, vimos aqui os números.

Aliás, o representante do Dieese já disse que disse que são excelentes contas. Mas são contas teóricas. Ele disse isso. Ele pegou os números e dividiu. Eu diria que não existe a menor possibilidade de demonstração por meio do conhecimento empírico dessa criação de empregos.

Vou tentar citar um exemplo bem simples, sem entrar em médias, porque, quando entramos em médias... E eu gosto de brincar também. Tenho um amigo que dizia que se colocarmos um cidadão com a cabeça no forno e os pés no congelador, a temperatura média dele é ótima, mas ele morre. Então média é um negócio que me assusta muito também. Mas citei um exemplo simples.

Foi falado aqui em criação de robôs para substituir máquinas de costura. Espero que não aconteça dessa forma. Se tivermos um empresário que tem 10 máquinas de costura, com 10 empregados, que produza uma peça por hora, com um salário-hora de R$5,00, o que acontece hoje? Hoje, com a nossa jornada, são 220 horas semanais, ele paga um salário de R$1.100,00. E só para lembrar que uma jornada de 44 horas equivale a 7 horas e 20 minutos nos dias úteis. Essa seria a situação hoje.

O que acontece com a redução de jornada? Evidentemente, partindo-se do princípio de que ele não tem dinheiro para investir e fazer nada, ele vai continuar com a mesma máquina, com os mesmos empregados, com as mesmas peças, com as horas trabalhadas, já são só 40 horas, evidentemente que ele só vai produzir 40 peças. Mas o salário não pode abaixar, porque já foi dito que é para manter o salário, que continua R$1.100,00. O que significa isso? Que o salário do trabalhador foi aumentado em 10%. E por que o salário do trabalhador foi aumentado em 10%? Porque, como todos sabem, além das horas trabalhadas, o empregador paga o repouso semanal remunerado. Isso significa que, a cada 60 minutos trabalhados, o empregador remunera 70 minutos. Essa é a lei brasileira.

Com a modificação, a nossa jornada de 40 horas, será o equivalente a 6 horas e 40 minutos nos dias úteis. Ou seja, nos dias úteis o trabalhador irá trabalhar 6 horas e 40 minutos. Como não haverá redução de salário, o trabalhador passará a perceber o mesmo salário, para remunerar não mais 220 horas, mas 200 horas mensais. Logo, o seu salário, que antes era R$5,00, passa a ser de R$5,50, isto é, um aumento de 10%.

Resultados possíveis: o fabricante será obrigado a aumentar o preço para cobrir seus custos fixos, matéria-prima, impostos, energia, que, evidentemente,

também não aumentaram, em decorrência do aumento dos custos dos seus fornecedores, que também tiveram a jornada reduzida. Tem que compensar a perda de produtividade, porque é evidente, está demonstrando que a produtividade dele caiu. Ele precisa manter rentabilidade e capacidade de sobrevivência em investimentos. Se ele não fizer nada disso, se não puder investir, ele não vai comprar novas máquinas. Se ele não comprar novas máquinas, ele pode perder clientes e pode até eliminar os postos de trabalho que ele tinha hoje, ao invés de aumentá-los.

Solução: é lógico que não apostamos em soluções mágicas, elas não existem. Já foi dito também que o crescimento da economia e a melhoria de vida da população exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas. Não há uma só ação isolada com capacidade de gerar crescimento. Então, temos de resolver! Isso é falado todos os dias: custo-trabalho, custo-Brasil, a deficiência de serviços prestados pelo Governo em assistência médica, em transporte e em educação, que retorna tudo para o empresário. Quando o Governo não faz, acarreta um custo adicional que não aparece aí em estatística nenhuma de custo do trabalho. Temos que fomentar o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas, promover a industrialização nas regiões menos desenvolvidas.

E o último item aí, que já antecipei: garantir a segurança jurídica e a eficiência do Judiciário. Não adianta fazer tudo se o nosso Judiciário continuar ineficiente e, mais, se não tivermos segurança jurídica. O que é, simplificando, segurança jurídica? É sabermos quanto custa cada coisa nossa. Ao tomarmos uma atitude, já devemos saber: esse meu empregado custa tanto, isto aqui custa tanto. Hoje, no Brasil, lamento dizer que não sabemos isso.

Para concluir, Sr. Presidente, só quero dizer que o desejo dos brasileiros, e, evidentemente, o nosso também é um País com maiores níveis de emprego e renda, com desigualdades sociais e regionais reduzidas, com melhores condições de vida, com ambiente institucional que incentive a expansão dos negócios e promova o crescimento econômico.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chamaremos agora o Sr. Neto, pela CGTB. Depois, teremos mais três oradores, com três minutos para cada um. São eles o nosso Sérgio Luiz Leite, pela Força Sindical, o representante da SDS e o Sr. Vicente Silva, pela CGT. Por fim, iremos para o debate.

Sr. Neto, o senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero saudar a Mesa, sob sua presidência, e parabenizá-lo pelo evento, e saudar os demais Senadores aqui presentes e os que por aqui passaram. Desejo saudar as centrais co-irmãs, as confederações e federações e toda a massa de dirigentes sindicais que está aí.

É bem mais gostoso falar depois de ver os dois mundos. Aliás, Millôr Fernandes brincou um dia dizendo que, estatisticamente, está provado que a estatística não funciona. Então, temos que começar a olhar por um ângulo diferente daquele em que se está colocando, nem tanto lá e nem tanto cá.

Quero dizer que o trabalho, segundo a Declaração de Filadélfia, de 1944, tinha três premissas básicas: o trabalho é via fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social, que a pobreza constitui, em qualquer parte do mundo, uma ameaça à prosperidade e, por terceiro, que salário não é mercadoria.

Começando por essas premissas, colocando um tripé nesta brincadeira, vamos olhar o seguinte: escutamos muito essa história de Custo Brasil. Eu acho que a indústria no Brasil cometeu um grave erro na década de 90, na década perdida, de apostar no Consenso de Washington e assumir aquele tal Custo Brasil, chegando, inclusive, a dizer que a mão-de-obra no Brasil custa 102% do que vale o salário inicial/hora dele.

Nas comparações com o mundo, em jornadas, eu queria ser desempregado na França, Sr. Clemente. Hoje, a Europa está com um problema gravíssimo. Além da problemática do euro, ela tem a do Leste Europeu, porque o salário/hora, no Leste Europeu, é de 2 euros, contra 22 da Alemanha, para a mesma função e com funcionários talvez mais qualificados e de melhor escolaridade, tanto que se criou uma regra que não permite a migração desses trabalhadores do Leste Europeu para o centro da Europa. Isso é um contra-senso. Aprova-se a tal da constituição de 48 horas máximas, mas o que estamos vendo é a migração de todas as indústrias européias para os países do Leste Europeu. Vide o que faz a Volkswagen, indo para Praga, e não sei quem vai para Polônia. Vão em busca do quê? Da mão-de-obra que está mais barata lá, da mão-de-obra que lá é mais qualificada. Tudo isso para dizer que é a história da competitividade. Na verdade, é para apropriação de lucro. Assistam a um filme chamado "A Corporação", que está passando por aí, e vejam o que, efetivamente, está acontecendo com as grandes transnacionais, Senador Mão Santa. Por exemplo, transfere-se determinado trabalho para Honduras, onde será executado por crianças – seja na área de indústria de calçados, de equipamento esportivo –, e traz o produto de volta para os Estados Unidos, dentro daqueles acordos fantásticos de livre

comércio que nós tanto criticamos, mas cobrando o mesmo preço do seu produto final, e se apropria de toda essa margem.

Já denunciamos isso com relação à Nike, com aqueles milionários contratos de Michael Jordan, com relação ao trabalho de Honduras, com crianças transportadas em ônibus escolares ou com material levado para casa, para a família inteira produzir os materiais esportivos e, depois, sendo apropriado pela companhia internacional, sem que isso seja repatriado sequer para os trabalhadores dos próprios Estados Unidos no seu custo. Hoje, a grande dúvida nos Estados Unidos – e escutei isso da boca de um representante da FLC na plenária da CUT – é que a FLC é contra a Alca porque os empregos americanos estão desaparecendo em razão dessa transferência. E vão fazer parar o Brasil.

O salário médio brasileiro é de R$930,00, que corresponde a cerca de US$300. Nos países que competem com o Brasil, o salário mínimo é, aproximadamente, de US$2,200. Porém, não temos saúde, educação. Não temos nada. O mesmo argumento que a CNI apresentou com relação ao Custo Brasil, a estradas, etc, ocorre também na questão da nossa qualificação, da nossa saúde. Ou seja, como equalizar isso?

Em primeiro lugar, partindo da premissa das três argumentações, a respeito de que trabalho não é mercadoria, a pobreza é isso, e o trabalho é que vai trazer a solução, como vamos compatibilizar isso? Há de haver um acordo no Brasil por meio do qual possa-se conceder mais estabilidade com salários melhores e jornada melhor de trabalho.

O Laerte fez uma abordagem com relação à questão da vida pessoal, da vida familiar, do lazer, da formação, da qualificação, mas hoje não há tempo para isso. Se as empresas quiserem mão-de-obra qualificada, não a encontra no Brasil. Qual é a média escolar no Brasil atualmente? Cinco anos? Contra 15 no Japão, 14 nos Estados Unidos, 09 na Argentina? Como se vai concorrer? Não há exatamente isso, não há espaço pra isso.

Então, a redução de jornada é imperativa. Não se trata só de um problema econômico. É um problema social. A redução tem de acontecer. Até porque, se se olhar no segmento do comércio, como foi muito bem dito pelo Schutt, percebe-se que a jornada de trabalho é um exagero, é um absurdo a quantidade de horas trabalhadas.

Em relação ao meu setor, o de informática, Senador Mão Santa, temos uma média de hora extra de 35% nesse segmento.

Quando se quer fazer banco de horas, e há uma crítica bastante pesada em relação à utilização de banco de horas, percebe-se que, em três meses de utilização de banco de horas, gera-se uma nova folha. A empresa já não tem mais condição de pagar isso. Quer dizer, hoje, quando vamos discutir com as empresas o banco de horas, dizemos que não o aconselhamos porque a empresa vai ficar inadimplente, não terá como liberar os trabalhadores porque não tem a quantidade de mão-de-obra necessária, tem a necessidade de continuar trabalhando em regime de hora extra e, em três meses, estará devendo uma folha sem ter como pagar os trabalhadores. Ou seja, em três meses, a empresa vai pedir para parcelar esse pagamento quando houver um fôlego na folha. É mais um problema de gestão.

Penso que a redução de jornada é necessária. Por isso, iniciamos essa discussão, conforme muito bem dito pelo Senador Paim nesta Comissão, para que comecemos a comparar os dados apresentados pelo movimento sindical por meio do Dieese, com os dados numéricos da OIT, da ONU, do IBGE, do IPEA, da Pesquisa PED, de São Paulo, e também com os dados que são utilizados porque utilizar números é muito fácil.

O orador anterior começou bem a brincadeira citando Goethe, dizendo que "O número diz do jeito que eu quiser ler". Aliás, isso é como Bíblia: cada um ler como quer; cada religião olha a Bíblia como quer.

Então, temos que nos focar, dentro dessa perspectiva, que queremos resolver um único problema, ou seja, dar condição para o trabalhador porque, hoje, está realmente exagerado o número de horas trabalhadas, seja formal ou informalmente. E na questão formal está pior ainda porque o desgaste tem sido de maneira exacerbada.

Agora, é óbvio que temos *(inaudível)* maiores. Esse dado trabalhado pelas centrais como proposta de redução – inclusive isso consta do projeto do Paim e em diversos projetos que aqui estão, que nós defendemos – vai causar impacto na questão do desenvolvimento. Hoje estamos todos com TPC – tensão pré-copom. Pode ser que, à tarde, aumentem a taxa de juros em mais 0,25%; que todo o esforço da indústria, todo o esforço do Brasil para exportação seja para nada ou apenas para locupletação de um pequeno conjunto composto por são aqueles relacionados ao capital financeiro, aos bancos nacionais e internacionais.

Temos de resolver isso e colocar o Brasil na reta e na rota do desenvolvimento, invertendo essa curva macroeconômica perversa na questão dos juros e do papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Em que pese a todos os esforços deste Governo, precisamos que o Estado seja o grande fomentador. E não o estamos vendo na questão da infra-estrutura, do emprego ou da jornada de trabalho. Há de ha-

ver efetivamente um compromisso da Nação nesse rumo, seja dos empresários, dos trabalhadores e do Governo. Estamos apresentando a mudança do Conselho Monetário Nacional para ver se discutimos lá a mudança da política macroeconômica, porque não podemos mais permitir a perda de oportunidades em função dessa condição.

Infelizmente, hoje, todas as notícias nos dizem que teremos aqui, mais uma vez, a garantia de um pequeno grupo que mostrou, no primeiro quadrimestre deste ano, o lucro exacerbado que vem conseguindo. É impossível desenvolver. E é óbvio que o patrão e os empresários apresentarão outras dificuldades: que não conseguem dinheiro para produzir e para investir, que pagam impostos... Como é que se faz?

Assim, haverá duas cruzadas. A primeira é nossa: queremos a redução da jornada de trabalho; e a segunda, ao lado deles, para colocar o País no rumo do desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para concluir, meu amigo.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO – Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido para fazer parte da Mesa neste momento o companheiro Sérgio Luiz Leite, da Força Sindical; o companheiro Vicente Silva, da CGT; e, representando a SDS...

Está presente o representante da SDS? (Pausa.)

Concedo a palavra, de imediato, ao Sr. Sérgio Luiz Leite, da Força Sindical.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Bom dia, apesar de já passar do meio-dia.

Senador Paulo Paim, congratulo-me com V. Exª pela iniciativa de realizar esta audiência pública. Senador Mão Santa, companheiros da CGT e da CUT, dirigentes sindicais, senhores empresários, creio que há uma vantagem e uma desvantagem em falar por último. A vantagem é que se pode fazer uma filtragem dos dados técnicos e das argumentações e tentar contrair ou concordar com os dados, e a desvantagem é que, de repente, já se falou sobre muitas coisas que também programamos. Fiz uma lista, mas procurarei não ser repetitivo.

Lembro que, quando o Dieese nos chamou para fazer a articulação das seis centrais sindicais para, efetivamente, discutir a redução da jornada de trabalho de forma mais sistêmica e organizada, o fez no sentido de fazer a análise – contrariando um pouco o que o Osmani disse – de um quadro em que havia uma péssima distribuição de renda, o achatamento dos salários dos trabalhadores brasileiros, avanço da tecnologia, aumento de produtividade e excesso de quantidade de horas-extras. Nesse quadro, havia alguma que dava para mexer, argumentar e fazer uma campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço licença porque chegou a Senadora Lúcia Vânia, ex-Presidente desta Comissão. Se V. Exª me permitir, Senadora, houve momentos muito difíceis ano passado, como, por exemplo, o debate sobre o reajuste do salário mínimo, e V. Exª colocou o projeto de minha autoria em votação. A Senadora Lúcia Vânia é companheira de vocês – podem ter certeza – para todas as causas. (Palmas.)

Se o Sérgio permitir, V. Exª pode dar uma mensagem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Só quero agradecer as palavras do Senador Paulo Paim e desejar sucesso na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Sérgio.

O SR. SÉRGIO LUIZ LEITE – Obrigado, Senador.

Retomando, de acordo com a avaliação das Centrais Sindicais, precisamos fazer uma discussão sistêmica. Hoje, o Brasil comporta redução de jornada de trabalho sem redução salarial. Está colocado muito claramente: redução de jornada de trabalho sem redução salarial. Por quê? Porque já existem salários baixos, renda baixa.

Para ilustrar o que digo, vou citar alguns dados do Dieese relativos ao custo horário da mão-de-obra dos trabalhadores ligados à produção. Dados do Departamento de Trabalho, Estatística 2002: Custo horário da mão de obra: Alemanha, US$22; Estados Unidos, US$20; Japão, US$19; Holanda, US$19 – estou arredondando os números –; Suécia, US$18; Reino Unido, US$16; França, US$15; Itália, US$13; Espanha, US$10; Coréia do Sul, US$8; Brasil, US$3. Esses dados demonstram que temos condições de reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salário.

Senador, faltam-me argumentos pelo fato de não conhecer bem o teor do novo projeto de lei, o de nº 104. Parece-me que ele propõe a adesão dos empresários. Como peguei só uma conversa, depende de um detalhe: ele também teria uma melhora na questão dos juros. Nessa questão somos unânimes: toda sociedade brasileira precisa de uma melhora nos juros. Não conseguimos fazer com que o Banco Central e o Copom adotem essa política e atendam nossos anseios. Achamos difícil a aplicabilidade. Mas a Força Sindical aceita avaliar esse projeto.

Por outro lado, o que temos hoje efetivamente? Resolvemos e demonstramos isso: é a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de autoria de V. Exª, que

reduz a jornada de trabalho, em um primeiro momento, para 40 horas semanais, em um segundo momento, para 36 horas semanais, e mexe no problema central da limitação das horas-extras. Como todos os senhores puderam observar, somente limitando ou impedindo a realização de horas-extras já haveria um aumento da oferta de empregos muito grande – só nas regiões metropolitanas, cerca de 250 mil empregos. É importante! Salvo nova proposta, ainda defendemos o projeto de V. Exª para o qual gostaríamos de agilidade.

Na audiência que tivemos com o Ministro do Trabalho e com as demais centrais, a proposta levada foi a da redução. Pelo quadro colocado hoje, desde 1988, quando houve a última redução da jornada de trabalho, verifica-se que a produtividade das indústrias dobrou – felizmente, senão não seríamos competitivos para exportar e trabalhar no Mercosul. Por outro lado, a renda do trabalhador caiu. Todos os quadros são favoráveis à redução da jornada de trabalho.

Lembro que nós, da Força Sindical, que defendemos essa emenda e entendemos que a redução de jornada de trabalho hoje é política pública de geração de emprego, não descartamos a possibilidade de haver a participação do Estado, inclusive com tributos, nessa discussão. Não descartamos essa possibilidade. A indústria e o empresariado brasileiros têm condições de reduzir a jornada de trabalho e de bancá-la, o que, na nossa visão, gera um custo adicional na produção de 1,99%, quase 2% de aumento do custo das empresas. Usamos, inclusive, o indicador de que o salário participa com 22% no custo das empresas. Esse é um número variável: se for uma empresa de tecnologia de ponta, com certeza esse número cai, e cai muito.

Então, não descartamos essa discussão da participação do Estado. De repente, o Estado pode ter uma participação principalmente quanto às micro e pequenas empresas, mas, efetivamente, **a priori** defendemos a proposta de emenda à Constituição.

Eu queria só colocar uma questão importante. Está aqui a representação empresarial, que muito temnos colocado: "Olhem, vocês, da Força Sindical, das demais Centrais, querem discutir, estão discutindo a reforma sindical, mas os senhores se abstêm de discutir a reforma trabalhista". Foi citado aqui, até anotei, por um dos representantes patronais: "legislação trabalhista arcaica".

Vejam bem, não nos estamos furtando a discutir a legislação trabalhista. Acreditamos que, primeiro, precisamos adequar algumas questões. Na hora em que tivermos jornada de trabalho menor; a Convenção 158, da OIT, que trata da não-dispensa imotivada; um índice de desemprego menor; desenvolvimento econômico; taxa de juros; ou seja, colocou-se bem, na hora em que nosso País estiver nos trilhos, nos rumos do desenvolvimento, não tenho dúvida de que poderemos chegar a uma reforma da legislação trabalhista, tornando-a mais flexível e menos dificultosa para contratação. Não tenho dúvida disso, mas temos que passar por todos esses estágios para que possamos fazê-lo efetivamente.

Então, nesse contexto, queremos, sim, discutir a reforma trabalhista, mas primeiro temos que pensar nessa adequação. Temos total condição, hoje, a nosso ver, de obter essa jornada de trabalho adequada e pedimos aos Senadores – sempre tivemos o empenho desta Casa nesse sentido – que possibilitem, efetivamente, a votação desse projeto, para que trabalhemos por sua aprovação. Acho que o Brasil tem essa necessidade e essa condição.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registramos a presença do ex-Deputado José Felinto, que tem sempre apoiado essas iniciativas.

Passo a palavra ao último painelista, que é o Sr. Vicente Silva, representando a CGT, por dez minutos.

O SR. VICENTE SILVA – Senador Paulo Paim, meus cumprimentos e os da Central pela iniciativa do lançamento desse projeto, que visa à redução do horário de trabalho.

No ano passado, tivemos oportunidade de discutir a respeito das centrais sindicais, que acho de suma importância para a classe trabalhadora brasileira, principalmente no momento que atravessamos.

Nós, Senador, não estamos reivindicando melhoria salarial com redução de carga de trabalho. O que queremos é a geração de emprego. Precisamos conscientizar trabalhadores, empresários, enfim toda a sociedade, da gravidade da situação que atravessa o País com esse desemprego. Nosso índice de desemprego está atingindo alturas fantásticas, que nunca tínhamos visto antes. E, com isso, o que acontece? Estão sendo geradas violência e corrupção. Isso não traz só preocupação para os trabalhadores, para a sociedade, mas para os empresários. Precisamos ter segurança. Precisamos que o povo tenha o que comer na mesa para ele não sair assaltando na rua.

Então, é com essa visão que queremos trazer, Senador, a preocupação do movimento sindical: é o emprego do trabalhador, é a comida na mesa do trabalhador. É isso que estamos precisando. O aumento, vamos discutir noutra oportunidade. Temos, anualmente, nossas convenções coletivas, onde rediscutimos os salários. Hoje, o que precisamos é dar emprego para essa gente, é fazer com que essa gente passe a integrar a sociedade, que o indivíduo seja um cidadão,

porque a pessoa desempregada não é um cidadão, é um marginal, está à mercê da sociedade.

Quero, neste momento, fazer uma homenagem ao companheiro Francisco Simeão, esse empresário do Paraná que é um modelo nacional. O Simeão tem uma das empresas de maior ascensão no Estado do Paraná e dá um exemplo para toda a Nação: com 36 horas, ele tem uma alta produtividade e um quadro funcional muito satisfeito com seu emprego. E vai mais longe, porque é mesmo *hors concours*. Por isso, não dá para nivelar. Sua empresa hoje serve de modelo pela proteção ao meio ambiente e por se preocupar com a questão ecológica. E ele lida com pneus, que é o produto mais difícil de se trabalhar com relação à questão ecológica. Ele realiza uma transformação de pneus que é um exemplo. O Governador do Estado tem um programa de incentivo ao meio ambiente e à ecologia baseado na empresa do Francisco Simeão. O Simeão é um empresário exemplar no Estado do Paraná, e seria bom que outros empresários no Brasil o seguissem.

Entendemos, Senador Paulo Paim, que a redução da carga horária é uma questão fundamental. A questão do desemprego merece um tratamento todo especial, não pode ser considerada apenas uma questão fortuita na economia, tem que ser, na verdade, parte do programa permanente do Governo. O Governo tem que investir em emprego, tem que controlar o nível de emprego. Há pouco, Neto falou do Copom, que controla diariamente o processo de inflação no País. Temos que ter um instrumento de Governo como esse para controlar o desemprego no País, porque o emprego é fundamental para a sociedade. Nesse ponto, a questão do desemprego deve ser um programa permanente do Governo. O Governo tem que investir nisso. Não é justo que o Governo invista em tantas outras questões e deixe à parte a sociedade.

Os empresários também têm que se conscientizar que para eles o trabalhador empregado é uma questão de segurança, de tranqüilidade e também de venda, de comércio, de produção, porque quem consome são os trabalhadores. Se o trabalhador não tem uma renda suficiente, ele não consome. A empresa tem o recurso, ou seja, se gerar custos, esses são jogados no preço final e quem vai pagar é o consumidor pagará. E o trabalhador, aquele que não tem a comida na mesa, para quem apelará? Queremos sensibilizar os empresários para essa questão.

Temos que avançar, isso não pode ficar condicionado à boa vontade do empresariado. Isso é uma questão de Estado. O Estado tem que tomar pulso nessa situação e considerar o emprego uma questão permanente em seu programa de governo.

Sou do comércio. Sou Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná. Há a questão do horário do comércio, que é um problema traumático na nossa base. Entendemos que, se fizéssemos a redução da jornada para seis horas com dois turnos, praticamente duplicaríamos a capacidade de emprego do comércio e acabaríamos com esse desespero de trabalho aos domingos, tirando toda a tranqüilidade da família, desagregando a família, desestimulando a família de participar dos seus cultos religiosos. Com isso, poderíamos encontrar solução para diversos aspectos.

Também não adianta reduzirmos a jornada de trabalho sem a redução de horas extras e sem a redução desse famigerado banco de horas. No comércio, infelizmente, nossa legislação trabalhista nessa questão do banco de horas se norteia muito pelo que acontece no ABC. O banco de horas no ABC paulista, para as indústrias metalúrgicas, pode ser até interessante, por haver a sazonalidade e a dificuldade de produção, pois às vezes o estoque aumenta e é preciso desová-los. Então, isso pode até ser viável: para não haver desemprego e não se mandar o empregado embora, reduz-se a jornada dele e compensa-se mais tarde. Mas, no comércio, não há como se praticar isso. Como se vai praticar banco de horas em um supermercado? Ele tem um horário especial e ele tem que ter um quadro muito pessoal. Então, não justifica se usar o mesmo empregado fazendo banco de hora em supermercado.

Concluindo Senador, queremos cumprimentá-lo pela iniciativa e esperamos que o Governo se sensibilize e faça com que a questão do combate ao desemprego seja uma questão de Governo, uma questão permanente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria só registrar a presença entre nós do Senador Ney Suassuna e, também, a do Senador José Maranhão, que está sempre com conosco aqui.

A partir deste momento, farei da seguinte forma: os Senadores ficam aqui, na mesa, eu convidaria o representante do Dieese para estar aqui conosco, e vamos estabelecer o debate.

Ney, se quiser sentar-se aqui, conosco, está convidado.

Os Senadores têm o direito de fazer uso da palavra no momento que assim entenderem, livremente. Esse é o critério inclusive da Comissão.

Vamos permitir, neste debate, fazendo um apelo, que cada um use no máximo três minutos; e cada um vai poder usar o microfone que está à sua frente. Todos poderão participar do debate.

O primeiro que já se inscreveu e que quiser fazer mais uma afirmação – mesmo os que já falaram – pode falar. O nosso amigo Francisco Simeão já se inscreveu. Ele pediu à Mesa. Então, todos poderão falar, questionar. E, mesmo depois da fala dele, se quiserem questioná-lo, também terão esse direito.

Todos os microfones que estão aí podem ser usados. Depois da fala dele – vou conceder a ele cinco minutos –, vamos interagir livremente com direito à palavra.

Mais uma vez, reafirmo que os Senadores, a qualquer momento, depois da fala daqueles que se inscreveram, naturalmente, poderão fazer uso da palavra.

Informo também, pessoal – é claro, estamos aqui, no Senado da República; e sei que os senhores também o sabem, mas é uma informação positiva –, que já está assegurado que esta audiência pública será reproduzida naquilo que chamamos de separata. Um livro semelhante a este aqui, que será distribuído, então, para todo o movimento sindical. E, depois da audiência, que é gravada e que vai ao ar por duas vezes, vou conceder uma cópia a todos os que participaram do debate.

Francisco.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Quero iniciar com um agradecimento ao Vicente Silva, da CGT, pelas colocações muito elogiosas e que me emocionaram.

Eu me surpreendo até com a postura mais recente dos trabalhadores. E diversos colocaram aí as suas posições, clamando por emprego, dizendo que não se pede aumento de salário, que o que se quer mesmo é trabalho para os colegas, que, naturalmente, estão aí sem ter essa oportunidade. E eu, como brasileiro, por pretender estar no Primeiro Mundo ainda antes de ir daqui para o céu – quem sabe, se Deus quiser! –, por que não maiores salários para os trabalhadores? Isso, ao contrário do que se pode imaginar, não atrapalha o empregador. Desde que o salário seja pago por todo mundo, a compensação fica a mesma. E, se se aumentar a renda do trabalhador, aumenta-se o número dos seus clientes. Então, deve-se acabar com esse temor.

Quero colocar que, por felicidade, não nasci herdeiro, não comecei a trabalhar como empresário. Comecei a trabalhar muito cedo, o que também foi uma vantagem enorme. Comecei aos dez anos de idade e permaneci empregado por 17 anos, até os 27 anos, quando me tornei empresário. Já faz 30 anos que sou empresário e, graças a Deus, sou bem-sucedido. Tenho 57 anos agora.

Foi indispensável para mim essa experiência como trabalhador para sentir na carne o desassossego espiritual, a insegurança de olhar o futuro e imaginar se se vai poder cuidar bem de um filho; se se vai poder encaminhá-lo para uma universidade, se se poderá dar-lhe estudo, saúde; se, por uma razão qualquer, em um determinado momento, não haveria condições de dar a ele uma assistência médica.

Esse desassossego de quantos fins de semana olhando para o teto na república em que eu morava, deixava-me absolutamente desassossegado e, naturalmente, aumentou a minha sensibilidade. Nesses 17 anos de empregado, fui prestigiado por todos os meus empregadores, de quem guardo uma lembrança muito boa e por quem tenho um carinho enorme. Todos me ensinaram muito e todos me valorizaram de forma fantástica, o que não ocorre com a maior parte dos empregados no nosso País. Então, sou um afortunado.

Fui afortunado também quando convidado para trabalhar como Secretário de Indústria e Comércio, no Paraná do Governo Richa, onde aprendi muito. Foi um ano difícil. A orientação do nosso Governador era buscar, de qualquer forma, geração de empregos na criatividade, na voluntariedade, porque a sociedade clamava por aqueles empregos, e a situação não poderia ficar como estava. Vi realidades que eu não havia enxergado ainda, mesmo como empregado e tantos anos depois como empresário.

Dez anos atrás, eu tinha certeza de que, no Brasil, havia apenas um problema: a distribuição de renda. Eu pensava que, resolvido o problema da distribuição de renda, o resto se acertaria. A própria sociedade cresceria na sua qualificação profissional por ter mais renda e consertaria o que fosse necessário. Agora, estou aqui na certeza de que a distribuição de renda ficou até esquecida nas próprias manifestações dos trabalhadores, dos representantes dos trabalhadores, que nem clamam pelo aumento de salário; clamam pelo direito de trabalhar. Portanto, temos um problema seriíssimo de desemprego.

Para a solução desse problema, precisamos, efetivamente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. F*az soar a campainha.)*

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Senador, perdoe-me. Somos um caso raro neste País. Faz cinco anos que desenvolvemos um projeto para essa finalidade. Queríamos aprender, na prática, a quebrar paradigmas ou a usá-los, até ter prejuízo, sem nenhuma vantagem, sem nenhum favor fiscal, para ter o direito de vir a uma platéia tão seleta como essa e trazer a nossa experiência. Evidentemente, não nos consideramos melhores do que os outros, mas creio que a nossa experiência inteira deve ser contada aqui. Para isso, preciso de um pouco mais de tempo. Sr. Presidente, eu queria que V. Exª, por gentileza, consultando seus Pares e a

platéia, permitisse-me ultrapassar um pouco o tempo, sem abusar da boa vontade dos Srs. Senadores, para expor esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos tentar fazer um acordo. Na verdade, V. Sª dispôs, até o momento, de cerca de 25 minutos, e eu lhe concedi agora mais cinco. Vamos ser tolerantes para permitir que todos façam a sua exposição e, quem sabe, até fazer-lhe algumas perguntas, porque debate é isso.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Estaremos aqui para isso.

Sr. Presidente, preciso tratar de algumas questões abordadas nesta reunião. Quando o nobre empresário, representante da CNI, Sr. Osmani Teixeira de Abreu, diz que a redução de trabalho causará um aumento de custo de jornada para aquele funcionário é uma premissa errada. Se um funcionário custa determinado valor e tem um custo previdenciário dos ganhos de fim de semana, ele vai ser o mesmo. Não haverá aumento de um centavo. Ele só trabalhará 36 horas. Se isso for repassado para o preço do produto, é outro assunto, mas o custo será o mesmo. Partindo de uma premissa errada, constrói-se qualquer número. E não tenho a menor dúvida de que esse número está equivocado.

O Sr. Roberto Ferraiolo disse que fizemos, na nossa empresa, algo a mais, porque temos setores fantásticos e crescemos muito – 65% e, por isso, pudemos fazer o que fizemos. Pelo contrário. A redução da jornada e as outras medidas que conduzimos nos proporcionaram 37% de produtividade. Até não acredito que essa situação ocorrerá em todas as empresas, mas, na nossa, ocorreu. Isso permitiu a redução da jornada, o pagamento de todos os custos e o nosso crescimento, porque pude reduzir o preço do meu produto em quase 20%. A partir desse momento, fiquei imbatível no mercado e, por isso, cresci. Conseqüentemente, ocorreu o contrário: a produtividade nos permitiu crescer. Não foi o fato de estarmos crescendo que nos proporcionou o inverso. Portanto, nada gastamos. Quem nos deu o lucro, quem nos deu a possibilidade de crescer foram os trabalhadores. Nós apenas os tratamos com lealdade e justiça.

Comentarei as questões do Sr. José Carlos Perret Schutt, que – tendo até razão de pensar como pensa – está naturalmente desesperançado. Ele entende que o empresário não fará nada espontaneamente e que é preciso haver uma lei que o obrigue – porque, do contrário, o trabalhador não terá rumo. Então, será necessária uma campanha na sociedade a fim de determinar, por lei, que o empresário faça aquilo que é justo para os trabalhadores. Admiro a luta e esse tipo de tenacidade, mas o caminho não é esse.

Quando ouvi o Sr. Laerte Teixeira da Costa, da Central Autônoma de Trabalhadores, fazer as suas ponderações e citar o que ocorre com relação à redução da jornada e à participação do trabalhador na vida, no lazer, na assistência à família, no desenvolvimento do caráter de suas crianças, no teatro e nas outras atividades, gerando novos empregos e um maior desenvolvimento da economia, eu estava enxergando e bebendo as palavras dele, observando o que aconteceu na BS Colway nesses cinco anos. Essa teoria que ele expôs aqui está lá, materializada na prática.

Ouvi também meus nobres colegas empresários afirmarem que a teoria se distingue da prática. Por isso, realizamos cinco anos de experiência para materializar, na prática, aquilo que não é mais teoria. Então, aproveito o ensejo para dizer que a nossa empresa está aberta para a visitação de todos que quiserem. (Palmas.)

É uma campanha que temos feito. Já recebemos 160 pessoas visitando a nossa fábrica e conferindo nossos projetos todas as semanas. Temos uma estrutura de receber as pessoas, mostrar o que estamos fazendo, debater com elas e explicar o que desejarem saber.

Estendo esse convite em especial aos 81 Senadores. Neste caso, como há um número definido de pessoas, teremos o prazer de propiciar transporte, estada, alimentação e todos os outros gastos para que nos visitem. (Palmas)

Pretendo expor um assunto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apelo ao Sr. Francisco Simeão que conclua, pois há quase dez oradores solicitando o uso da palavra.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Vou concluir, Sr. Presidente.

O que os empregadores querem para fazer qualquer movimento em direção à redução da jornada? Eles intentam a reforma tributária, que é absolutamente justa e pela qual devemos lutar, a redução dos custos patronais com a Previdência – evidentemente, se houver um número muito maior recolhendo tributos para a Previdência, poderemos reduzir seus custos – e o aquecimento da economia, a redução de juros. Obviamente, todos lutamos para esse propósito. Da parte do trabalhador, a lei que obrigue a redução da jornada sem as horas extras.

Esperar esse momento ideal não vai fazê-lo acontecer. Temos esse feixe de varas, segundo o ditado chinês – não há quem quebre, mas, se tirarmos uma vara de cada vez, vamos quebrando uma a uma até destruir o feixe inteiro. Por esse motivo, está aí a virtude

desse projeto, Senador Paulo Paim, que V. Exª encampou com alegria porque conhece o assunto.

Podemos começar voluntariamente. Sem dúvida, a sociedade será convocada a aplaudir aqueles que tiverem tido a coragem de realizar esse esforço. Com os exemplos de tantas empresas, vamos, então, conduzir-nos a um movimento que será majoritário em alguns anos, quando será oportuno. Nesse momento, o empresário terá emprestado toda a sua criatividade e o seu talento para costurar todas as soluções em cada caso – comércio, indústria e serviços. Desse modo, teremos condições de ter uma lei que alcance todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O primeiro inscrito foi o Dr. Roberto Ferraiolo, representante da Fiesp. Em seguida, há o companheiro Bira e o Sr. José Carlos Perret Schutt. Depois, há mais quatro ou cinco.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Ferraiolo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Regimentalmente, já teria direito a palavra.

O SR. ROBERTO FERRAIOLO – Gostaria de fazer umas observações. A primeira observação é que, na seqüência da minha exposição, procurei abordar alguns temas aos quais o nosso prezado Francisco se referiu. A ponderação que fiz foi no sentido de que a indústria acredita que o que gera efetivamente emprego é desenvolvimento econômico, porque, por mais que se faça em relação à geração de emprego sem desenvolvimento econômico, há uma situação extremamente difícil. E peguei um gancho daquilo que ele falou em relação ao crescimento de mercado da ordem de 65% que ele teve. Então, é óbvio que, com toda a condição e o trabalho que fez, certamente, o impulso é decorrente de uma perspectiva de mercado crescente, porque, sem mercado crescente, não há condição de geração de emprego. É fundamental dizê-lo.

Gostaria também de acrescentar que, na verdade, houve uma engenhosidade por aquilo que entendo que ele fez, e pergunto se, efetivamente, o que fez foi reduzir a produção. Provavelmente ele tinha três turnos e o que fez foi quatro turnos de seis horas, com a redução da carga e com a competente condição de não-redução da jornada.

Portanto, é um projeto absolutamente centrado na lei, que é turno ininterrupto de seis horas. Provavelmente, o que ele fez foi criar uma adaptação com cerca de sete horas e alguns minutos para o pessoal não de produção. Fundamentalmente, é um processo engenhoso que pode servir a algum tipo de indústria.

Não estou aqui focando nenhum problema específico, nenhum *case*. O que estou fazendo é discutindo, de forma abrangente, a possibilidade de redução de carga horária sem a competente redução salarial. E todos os argumentos que expus ficam válidos em face dessa observação. Não estou discutindo casos específicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, sucessivamente, aos Srs. Bira, Schutt e Artur.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Agradeço ao Senador Paulo Paim e aos demais Senadores pela oportunidade. Queria reiterar algumas informações transmitidas aqui pelos empresários para colocar o pingo no "i", e não em outra letra.

Foi dito que, após a Constituinte de 1988, aumentaram a informalidade e o desemprego. É verdade. Mas também é preciso dizer que a carga tributária nos tempos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso subiu de 26% para 36%, quase 37%, e que a taxa de juros do último mês de Governo FHC foi lá para os píncaros da glória: 27%. A junção do aumento da carga tributária e da taxa de juros para facilitar e favorecer quem não trabalha, nem produz, que só vive de juros, ou seja, o capital financeiro internacional, fez chegar a uma situação dessas.

Por que entendo que a redução da jornada de trabalho é importante? É importante pelos motivos que o meu Presidente, companheiro Antonio Neto, além de outros companheiros já expuseram, mas também porque possibilita àquele trabalhador dar mais atenção a sua família e aos seus filhos, além de aumentar, concretamente, a produtividade na empresa. Mas isso vai alterar o lucro da empresa? Vai, vai. Todavia, não estou propondo acabar com o lucro. É uma luta que vai requerer muito tempo. Quero é que a justiça prevaleça, na medida em que não apenas um lado pode ganhar: tem de haver ganho dos dois lados. Em minha opinião, o Schutt está certo quando coloca que não se pode esperar que a redução da jornada venha como dádiva ou em conseqüência da tomada de consciência por parte do empresariado. Não se pode perder de vista, meus amigos, infelizmente, que o lucro ainda é buscado a qualquer custo. É preciso haver uma lei que imponha e regulamente a redução da jornada de trabalho.

Além disso, queria dizer que, se for mantido o superávit primário nos patamares em que está e se forem mantidas as nossas taxas de juros, que são as maiores do mundo e que representam o dobro das do segundo colocado, que, se não me engano, é a Turquia, não vai haver desenvolvimento nunca neste Brasil. Não se pode pensar, como disse alguém, que, à medida que formos avançando, a CLT poderá ser flexibilizada. Não, não pode ser assim, porque a lutamos para avançar, para nos desenvolver, para crescer, para ganhar mais

direitos e não para ficarmos servindo apenas de couro para bater naqueles que vêm depois de nós.

Tenho certeza de que a flexibilização de direitos e a reforma sindical como a que está aí não aumentarão o emprego. Pelo contrário, diminuirão o emprego, prejudicarão o trabalhador, enfraquecerão as suas entidades. É necessário trabalhar na direção de fazer avançar o país, de desenvolver a nossa economia com os juros que possam ajudar esse desenvolvimento. O superávit primário é, nada mais nada menos, para pagar o capital financeiro. No ano passado, foram cento e vinte e sete bilhões de reais pagos a título de pagamento dos juros da dívida.

Para encerrar a minha participação, quero dizer que a redução da jornada de trabalho, dentro da visão humanitária do conjunto dos trabalhadores, é boa, para a produtividade é boa – já foi colocado um exemplo aqui. Para que isso possa realmente se efetivar, tem de haver crescimento. Se forem mantidas as taxas de juros como estão, empresas vão fechar e trabalhadores serão dispensados, porque ninguém sustenta uma situação dessa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedi cinco minutos para o Bira e vou conceder cinco minutos para cada um dos debatedores.

Com a palavra o Sr. Schutt, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS PERRET SCHUTT – Eu fui um dos citados em razão da não-concordância com um projeto que não obrigue, que não imponha a obrigação de fazer.

Por que não acreditamos? Não vivemos em um país dos trabalhadores. Vivemos em um país capitalista, e o capitalismo sempre quer ter seu lucro e lucros cada vez maiores. Portanto, aquilo que não é imposto não sai.

Se eu vivesse em um país socialista, tenho certeza de que não precisaria nem estar em lei: o Estado regulamentaria isso aí, o Estado imporia a obrigação. A vitória do capitalismo sobre os trabalhadores ou sobre o socialismo cada vez se acentua mais e, cada vez mais, temos menos direitos; cada vez menos é cumprida (a legislação laboral). O Estado, diante da força do capital, sai da relação.

Aqui colocamos, quando fizemos a nossa intervenção, que represento a área do comércio e, na área do comércio, os trabalhadores estão trabalhando sessenta horas. O Estado fica fora, o Estado não fiscaliza, e assim faz até mesmo para gerar novos empregos. Temos de ver como é que se dá essa relação de fato.

Ainda há muito a debater para poder reduzir a jornada sem reduzir salário – uma delas estou colocando: estamos com o salário mais baixo do mundo, os trabalhadores no Brasil ganham menos, a renda tem menor representação no PIB brasileiro; isso foi colocado pelo Dieese, que fez exposição de todo o possível.

Quando vamos discutir essa questão, não se discute como vamos fazer para diminuir a carga das empresas. Diz-se que temos uma tributação muito alta, mas não vem proposta do outro lado para diminuir essa tributação. Pelo contrário, soubemos que, historicamente, o Congresso Nacional tem mais representantes de empresários do que qualquer outra coisa. Então, não se venha com essa luta dos empresários contra o que o Governo traz de tributação e cada vez aumenta mais a tributação. Não vem para o interessante, ou seja, discutir isso aí para baixar. Não. É. Olhem, aqui nós temos 900 artigos da CLT e neste aqui temos que mexer.

Querem mexer em cinco direitos. Os únicos cinco direitos que têm os trabalhadores quais são? Percepção do salário? Oito por cento de Fundo de Garantia? Férias e décimo-terceiro? E o quinto direito qual é? O de não ter comida na mesa. É isso aí que nós temos. Nos 992 artigos que foram apresentados aqui da CLT, é isso aí que não temos.

E quando vem qualquer coisa, dizem que não sabem como vai ser amanhã. Por quê? Porque tem uma Justiça do Trabalho que faz cumprir esses cinco direitos. E cumpre o quinto também.

Então, na realidade, devemos ter lei no País para reduzir mesmo a jornada de trabalho e para discutir essas questões. E os empresários, se quiserem entrar na discussão, têm que entrar na discussão para procurar onde vão favorecer.

Onde vão favorecer? Querem tirar os 20% do INSS da folha de pagamento? Vamos tirar. Mas vamos fazer uma lei aqui que obrigue as empresas a pagar a Previdência Social pelo faturamento. É isso que temos que ver. Temos que começar a discutir outro tipo de alternativa com os empresários, mas com os empresários tentando buscar alternativa que favoreça a discussão da redução da jornada, para haver mais emprego no País, e não querendo mexer exatamente nos direitos dos trabalhadores.

E é só isso que se vê. Nós temos que ter compreensão. E este é o momento oportuno de o Senado Federal – já que a discussão está começando por aqui – questionar isso na sociedade. Com o apoio inclusive dos empresários. Não só do senhor, como empresa, mas sim das entidades sindicais empresariais, que viriam para cá discutir isso aí, sem ranço, sem isso de querer, cada vez mais, ganhar dos trabalhadores. Então, o que colocamos aqui é exatamente.

Agora, perguntamos algumas coisas aos empresários. Se se tirarem os cinco direitos dos trabalhadores,ou

seja, se quatro direitos dos trabalhadores e se devolver um para eles, vamos resolver o problema da empresas, da carga tributária existente no País? Primeiro.

Segundo, se há encargos na folha de pagamentos, ou seja, naquela guia do INSS, se esses encargos podem ser reduzidos por um período, no País, até para nós permutarmos, e que entre a contribuição do Sistema S na discussão, para reduzir também. Não é só a redução da jornada de trabalho, também tem o Sistema S, que nunca está sendo discutido no País. Discute-se tudo no País, menos a carga tributária que há na folha de pagamento, que é exatamente também o Sistema S. Se isso aí pode ser discutido e pode ser levado para a sociedade, para uma discussão com os empresários, no âmbito de empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao companheiro Artur.

Vou pedir para que todos se mantenham no limite máximo de 5 minutos, porque estou com 8 inscritos. Depois, vamos para o encerramento.

Com a palavra o Artur, por 5 minutos.

O SR. ARTUR – Senador Paulo Paim, demais Senadores, é um prazer muito grande poder participar deste debate, companheiros, companheiras, dirigentes sindicais.

Eu queria fazer uma consideração um pouco sobre aquilo que o representante da Fiesp colocou. Ele disse que existe um grande número de empresas que cumpre jornada de 6 horas em função da lei. Eu queria lembrar aqui que tivemos grande conquista com a Constituição de 88, que propiciou que a empresa que trabalhasse em jornada ininterrupta, com revezamento, garantisse esse direito realmente.

Quero dizer que mais de 90% das empresas, hoje, fixaram turno, para cair fora da jornada de 6 horas de trabalho. A maioria fez isso para não cumprir a grande conquista que obtivemos com a Constituição de 88 sem sequer fazer uma discussão com o movimento sindical. O que poderiam ter feito, porque evidentemente nenhum representante dos trabalhadores consciente vai fazer uma discussão e exigir qualquer coisa que inviabilize operacionalmente a empresa. Mas esses empresários não vieram discutir com o Movimento Sindical, simplesmente fixaram um turno, para não cumprir essa jornada de seis horas.

Uma outra questão que gostaria de levantar é que empresários precisam ver que não é custo pontos como salário e condições de trabalho, mas investimento. Oferecer um salário digno e condições de trabalho dignas significa um investimento na empresa, na melhoria de qualidade, na melhoria de condições de vida e até mesmo nas condições de produtividade, por que não?

Outra questão importante também lembrada aqui é a da carga tributária. Nós, que representamos os trabalhadores, temos consciência de que pagamos uma carga tributária muito alta – acho que está em segundo lugar a carga tributária do Brasil – e o retorno é muito pouco. Porém, se não fizemos uma reforma tributária amarrada à geração de emprego significará mais centralização de renda, porque a simples redução da carga tributária, sem amarrá-la à geração de empregos, não significa que vamos melhorar realmente o número de empregos.

Por último, não concordo quando se diz que a única forma de gerar emprego é aumentar o desenvolvimento. Penso que o fato de se ter um crescimento do desenvolvimento não significa que vai haver geração de emprego. Temos realmente fato concreto que mostra isso. Quanto a essa questão, foi muito bem lembrado por um dos companheiros em sua exposição que os trabalhadores são parte do avanço da tecnologia, mas não tiveram nenhum retorno, apenas aquela meia dúzia é que conseguiu obter mais lucro, mais lucro, e mais centralização de renda.

Para finalizar, com debates iguais a esses é que vamos avançar, mas é preciso realmente tirar alguma visão por esses ângulos que muitas vezes não mostram a realidade.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Sr. Edson.

O SR. EDSON – Primeiramente, quero parabenizar o meu Senador Paulo Paim, meu porque carreguei a bandeira de sua candidatura no Estado do Rio Grande do Sul, e não me arrependi em nenhum segundo, porque tem honrado seu mandato e tem sido de uma coerência maravilhosa.

Aprendemos muito aqui. E o denominador comum foi a distribuição de renda. Creio que cada um leva um momento para se lembrar ao se despedir da vida. O meu teria sido uma reunião no renascer da democracia, em 1986. Em uma mesa de uma diversidade ideológica imensa: a um lado, Luís Carlos Prestes, no meio, podemos ver alguns que ainda estão aí, o falecido Barbosa Lima Sobrinho, e, naquela época difícil, o General Andrada Serpa. No plenário, bandeiras vermelhas que se opunham ao regime que estava caindo, o regime militar.

No entanto, aquela platéia se levantou, despindo-se de todo o conteúdo ideológico ante a assertiva do General Andrada Serpa, que já faleceu, um nacionalista. Ele dizia que precisávamos na verdade era descobrir o Brasil. Quando se fala em distribuição de renda, parece-me que empresários, políticos, o povo brasileiro se esquece de que o Brasil não é uma Bélgica, o Bra-

sil não é uma Alemanha, o Brasil não é uma Holanda, porque o mercado é uma das riquezas. Se olharmos para o Brasil, se ampliarmos essa capacidade de consumir, obviamente teremos aumentada a capacidade de produzir. Se a extirpação de direitos, se a ausência de direitos fosse indicativo para o progresso, com todo respeito, a Ásia e a África seriam os continentes mais desenvolvidos economicamente.

Parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns a todos. Todos foram brilhantes. Parabéns, Sr. Francisco Simeão. Se quisermos avançar à velocidade de dez quilômetros por hora, obviamente que deveríamos contratar carroças; de 50 quilômetros, locomotivas antigas a vapor; mas, se quisermos avançar à velocidade do som, teremos que construir e contratar gente capaz de operar jatos. Quem aposta no investimento – não é despesa, talvez seja custo, mas é investimento na qualidade de vida dos seus trabalhadores – de pronto estará aumentando também o seu mercado de consumo.

A lembrança final é a seguinte: olhem para o Brasil, porque o mercado exterior é instável e sujeito a chuvas e trovoadas.

Parabéns, Senador Mão Santa, que aqui nos prestigia, parabéns a todos nós. Vamos avançar. Como diziam os latinos, os romanos, **ex fumo dare lucem –** "da fumaça retirar a luz". Que o calor das discussões gere trabalho e progresso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitirem, falei aqui do Edson com a maior tranqüilidade. De fato, o Edson fez a campanha, o corpo-a-corpo, levando a minha bandeira e da companheira Emilia Fernandes, que foi uma lutadora, não venceu as eleições, mas fez dois milhões de votos. Mostra que valeu a pena a luta. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Sr. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO – Sou José Francisco, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Pará e Amapá e sou também da CNTC.

Vou fazer uma descrição de um cara que era empregado, que ficou desempregado, que depois começou a passar fome, que perdeu a identidade, que perdeu a esperança, que entrou para a marginalidade e a violência, que perdeu a cidadania e que foi parar numa penitenciária e ficou preso.

Realmente, temos dados do Dieese, da Federação da Indústria, a respeito dos empregados de todo o mundo. O que o empresário do Paraná está dizendo é simples, sim. O empresário disse que realmente fez, que pegou o turno de oito horas e passou para seis; fez quatro turnos, tudo bem. Aumentou a produtividade. É lógico e evidente, aumentou o dinheiro dele, e ele aumentou o número de empregados. Foi bom para todo mundo, foi bom para ele, houve uma produção melhor. Ele fez a parte dele. Ele fez a parte dele e cumpriu realmente. Por que o outro lado dos empresários não faz essa mesma parte? Por que não coloca o pessoal funcionando seis horas, quatro turnos ininterruptos de revezamento? E pronto, acabou-se. Ajuda? Ajuda, sim. É de suma importante, Senador Paulo Paim.

O Governo Federal, até agora, não mostrou nenhum projeto que eu tenha conhecimento para desenvolvimento e geração de emprego e renda neste País. Zero. Zero. O Congresso Nacional, exceto pela sua proposta, parece que está dormindo – desculpe-me – e, até agora, não fez força suficiente para apresentar e dizer "Lula, fizemos isso. Vai ter que gerar, sim".

Quero dar parabéns para o Schutt, porque ele diz que não dá para esperar.

Os empresários somente se interessam quando é para eles ganharem mais dinheiro. Eles não estão preocupados com o número de criminalidade. No Estado do Pará, já não dá mais. Vai ter um caos social a qualquer momento lá, porque o "pau está danado". Na rua de casa, às duas horas da tarde, três caboclos saltaram de uma bicicleta, meteram um revólver na minha cabeça e levaram um cordão que eu tinha. Acabou-se. Não adianta ir para a Delegacia de Polícia. Lá é pior ainda, é tempo de tomar dinheiro para comprar gasolina para o carro, porque não tem.

Então, os trabalhadores... Não quero colocar somente as centrais sindicais, porque tem central sindical que fica apoiando o Governo - eu votei nele no segundo turno, somente no segundo turno, porque, no primeiro, eu votei no Garotinho. Ficam dizendo que não, porque temos de esperar, se melhorar, vamos... Flexibilizar o quê? O Governo Lula tem de ter a capacidade de, com uma "canetada", acabar com essa hora extra e com o banco de horas ou, então, ele não tem compromisso com os trabalhadores brasileiros. Ele não tem compromisso com os trabalhadores, se ele não fizer isso. Isso, sim, vai acabar... Os trabalhadores brasileiros estão trabalhando, sim... Está voltando a ser tudo como era antes. Quem está trabalhando 48 horas? Ninguém. Na área do comércio, todo mundo está trabalhando mais duas horas por dias, dez horas por dia. Agora, é sábado, domingo, feriado, dia santo, está uma bandalheira só.

O movimento sindical está apresentando uma proposta, aquele que tem compromisso. O Congresso Nacional, os Senadores e os Deputados Federais, tem de acatar, porque vai virar um caos social. Está todo mundo ficando desempregado, porque aqueles que estão gerando emprego não têm mais também... Alguns empresários querem até fazer, mas dizem que

a carga tributária é isso, aquilo e aquilo outro e não dá mais. Está nascendo muito mais gente que nasce emprego. É lógico, evidente.

Com isso, meu companheiro, Senador Paulo Paim, ou tomamos um jeito, esta Casa toma um jeito, ou, então, qualquer hora dessa, os Senadores vão ser assaltados aqui dentro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao companheiro Calixto Ramos, lutador de anos e anos na caminhada.

O SR. CALIXTO RAMOS – Senador, talvez eu não gaste os cinco minutos.

Primeiro, eu queria louvar a sua iniciativa, como sempre trazendo à discussão problemas relacionados a trabalhadores e a empregadores.

Lembro que levamos cerca de 50 ou 52 anos para reduzir a jornada de 48 para 44 horas. Para nós, fica muito claro que essa luta é difícil e que vai ser uma luta permanente. Não vamos parar enquanto não atingirmos o objetivo comum que a classe trabalhadora deseja.

Eu queria fazer uma observação que me parece óbvia para mostrar que a redução da jornada de trabalho cria emprego, sim, desde que entendam por esse lado. Então, se tem uma determinada produção em 44 horas e reduz quatro horas, automaticamente, a produção diminui. Para que seja reposta aquela produção, em tese, o empresário tem de contratar mais empregados. Ou, então, ele vai criar um artifício para que, mesmo trabalhando menos horas, produza-se o mesmo, como normalmente se faz, quando se passa de uma relação de trabalho por hora para uma relação de trabalho por produção. Isso normalmente acontece nas empresas. Então, não se vê outra forma a não ser aumentar o número de empregados para manter uma produção normal, conforme de deseja.

Com essa explicação simples, sem precisar recorrer à técnica que é usada pelos economistas e pelo Dieese também, está muito claro que, se conseguirmos reduzir essa jornada, mesmo que seja paulatinamente, vamos aumentar o número de empregos e, em conseqüência, a produção não terá uma redução.

Isso é muito simples. Depende, evidentemente, de uma permanente discussão, para que os empresários possam também chegar a esse mesmo conceito. Reduzindo a jornada de trabalho, sem reduzir o salário, ele está ajudando a proteger a sua produção, a sua própria empresa, a partir do momento em que vai dar oportunidade, conforme já foi dito pelos meus companheiros, de que o trabalhador tenha um pouco mais de interesse pelo próprio trabalho que exerce. Ele trabalha com a cabeça mais tranqüila, porque sabe que terá um pouco mais de horas, se não de salário, para permanecer com seus familiares, conforme os colegas já explicaram.

Então, na nossa ótica, um exemplo muito simples: reduz-se a jornada, reduz-se a produção; em conseqüência, é preciso contratar novos empregados.

Era o que tinha a falar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou conceder a palavra ao Moacir. Depois, em uma homenagem ao conjunto do movimento sindical, eu vou passá-la ao último orador do plenário – e o mais jovem –, Luiz Tenório.

Depois, o representante do Dieese e o Senador Mão Santa usarão da palavra, e encerramos.

Com a palavra, o Moacir, por cinco minutos.

O SR. MOACIR – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Mão Santa, os dirigentes sindicais aqui presentes, os Srs empresários.

Senador Paulo Paim, uma empresa constitui-se a partir de um contrato social, em que traz os objetivos da empresa. Imagino que, para o bem comum da sociedade, um dos objetivos da empresa que deve constar do contrato social, como o próprio nome diz, tem de ser o social. Se a empresa não presta para a sociedade, se não é útil para as pessoas que ali trabalham, para a sociedade, para a vizinhança onde se localiza, para o Estado e para a Nação, penso que pode fechar as suas portas, pois não está desempenhando papel social nenhum.

Por alguns anos, tivemos um nobre Parlamentar, que hoje ainda continua na Casa vizinha, o Deputado Delfim Neto. Na época em que foi Ministro, tinha um ditado popular que ficou marcado para o resto da vida do povo brasileiro: era preciso fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo.

Estamos esperando ainda o crescimento desse bolo. Acredito até que esse bolo já tenha queimado, porque já se passaram muitos governos, já se colocou muita lenha nesse forno para fazê-lo crescer e chegarmos ao momento da distribuição, mas ele não foi distribuído. Não se distribuiu o bolo, não se distribuiu a renda. A parte social está deixando a desejar, a vida do trabalhador está cada vez pior, assim como a vida da Nação.

Nós imaginamos que os empresários... Cada lugar aonde vamos parece um muro de lamentações. Parece que eles chegam só para chorar. Parece que a coisa está cada vez pior. Mas o seu patrimônio está aumentando, o quinhão da sua família está aumentando, e o trabalhador, aquele que muitas vezes começou com ele, em uma pequena empresa, continua pequeno, ganhando o mesmo salário.

Ele ainda bate nas costas do trabalhador e diz: "tenho a honra de informar que este trabalhador começou comigo". Só que o trabalhador continua pequeno, e o empresário, cada vez maior.

Houve algumas situações, em âmbito nacional, que marcaram muito o Brasil. Algumas centrais – não vou entrar na questão política, no que aconteceu – saíram do Brasil e foram negociar na Alemanha, em outros países, a questão da flexibilização. Criaram o banco de horas, o contrato temporário, uma terceirização disfarçada. Criaram um monte de situações para gerar mais emprego. Questiono os empresários da Grande São Paulo, principalmente do setor metalúrgico, questiono as próprias Centrais, quantos empregos criaram. Pelas estatísticas que temos, houve diminuição de emprego. A cada ano, a taxa está diminuindo. Cada computador, cada máquina que colocamos na empresa, esse emprego já não reduz mais. Creio que o caminho para que aumentemos o emprego são as 36 horas. Não são 40 horas, nem 44 horas. Se forem 40 horas, vamos fazer quatro horas extras; se forem 36, teremos, ao menos, condição de emparelhar quatro jornadas de trabalho. Sem isso, não acredito que teremos sucesso. Meus parabéns, Senador Paulo Paim, mais uma vez por sua iniciativa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado. Concedo a palavra ao Luiz Tenório. O representante do Dieese na Mesa, Clemente, disse-me – eu não sabia disso – que você, Luiz Tenório, é o único sindicalista vivo que assinou a criação, a fundação do Dieese. Por isso, peço uma salva de palmas da Mesa e, naturalmente, de todo o Plenário. (Palmas.)

O SR. LUIZ TENÓRIO DE LIMA – É muito gratificante para um pobre mortal. Realmente, nos anos 50, cinco dirigentes sindicais, entre eles o companheiro Romano, Presidente do Sindicato dos Bancários, o Presidente do Sindicato dos Alfaiates, o Presidente do Sindicato dos Telefônicos. Éramos cinco. Salvador Rodriguez e eu sentimos a necessidade criar alguma coisa para se contrapor ao arbítrio de uma comissão ministerial que dizia quanto aumentou o custo de vida. Não tínhamos elementos para contrapor. Tínhamos só o argumento, o grito, a agitação, a paralisação na fábrica, mas o argumento concreto da estatística não tínhamos. Nós o fizemos. Conseguimos, mas não foi fácil. Trabalhamos meses e meses, mas não conseguíamos convencer a maioria dos dirigentes sindicais. Acabou acontecendo.

Lembro-me de como começamos, só para marcar bem o que era o movimento sindical. Lembro-me de uma expressão do companheiro Salvador, que era Presidente do Sindicato dos Bancários, hoje está esquecido. O Sindicato só apareceu depois de São Bernardo. Um dia, ressurgirão aqueles que nos ajudaram a construir o sindicato. Disse-me um dia, quando se viu tão apertado: " O Partidão, do qual tenho a honra de participar – e fui do Comitê Central junto com o Prestes –, o nosso Partidão, numa visão sectária, dizia: "Isso é economismo". Isso desarmava porque temos um poder muito grande no movimento sindical. Salvador, que era meio anarquista antes de tudo, Salvador, disse: "Esse Sindicato dos Bancários vai à falência, se for preciso, mas o Dieese sai". Resultado, seis meses depois, tínhamos um convênio com a Cepal. A partir daí, passamos a ser respeitados no mundo inteiro.

Não era para Tenório, não, era para o movimento sindical uma honra e uma glória. Considero – e desculpem-me ter que falar sobre isso – o Dieese a maior realização do século XIX feita pelas trabalhadores. Ela tornou-se perene, permanente, na vida dos trabalhadores. Hoje, não se fala em economia, não se discute aumento de salário, sem referir-se ao Dieese. Foi uma produção e a capacidade do movimento sindical.

Portanto, quero voltar ao assunto da Ordem do Dia. Digo ao Senador Paulo Paim que não vi ninguém referir-se a isso. S. Exª foi aquele primeiro, o primeiro Senador que, no exercício da Presidência do Senado, foi à Fundação do Fórum Sindical e assumiu um compromisso que, ainda hoje, está lembrando na prática. (Palmas!) Então isso não pode ser omitido num momento como esse!

Tudo o que vi aqui só enriquece os meus conhecimentos. Não teria que acrescentar nada mais do que a alegria e a energia que ainda me restam em continuar contribuindo. Todavia, entendo que é necessária uma profunda reflexão, e essa iniciativa pode ser um caminho para isso. Não é num debate, num discurso arrojado, à queima-roupa que vamos encontrar solução. É difícil, e aí me congratulo com os empregadores, que já começaram a entender que, se permanecerem com essa persistência, vão para o fundo do buraco e vão-nos levar juntos. Porque a relação capital-trabalho é lucro mesmo! É uma luta entre dois gigantes: o trabalhador, que quer ganhar mais, e o patrão, que também quer ganhar mais! Porque a lei máxima qual é? O lucro máximo, que é a lei que rege o capitalismo no mundo inteiro. Sabemos que o capitalismo está caminhando para o seu fim, não sei se daqui a 200 anos ou a 100, 150, mas chegou a sua etapa derradeira. Sim. Todavia, meu caro, entendo que ainda devemos conviver com esse capitalismo, e os patrões vão ter que entender que é difícil continuar exigindo o que estão exigindo. Se o Governo Lula não está correspondendo, cabe a nós, todos juntos, de mãos dadas, irmos lá e dizer a ele que não pode pagar R$180 bilhões de juros, para o capital internacional, para os banqueiros, e depois

dizer que não tem dinheiro para investimento. É claro que não tem! Tira do nosso bolso e entrega para o FMI, não sobra nada!

(Palmas.)

Vou terminar, dizendo o seguinte: houve em São Paulo uma reunião dos empresários do comércio e da indústria, onde o nosso companheiro Neto esteve presente, fazendo uma linda e fundamentada exposição. E o resultado daquele encontro de empresários e trabalhadores, que entrou comércio, indústria e serviços, foi nota de repúdio contra essa PEC e contra essa pretensão de reforma criminosa. Esse é um trabalho e é a unidade da força produtiva e dos empregados de mãos dadas.

Houve, semana passada, com o turismo, e lá estavam os nossos companheiros Moacir, Calisto Ramos, meu companheiro de CNTI, porque também fui Diretor da CNTI junto com ele. Então estavam todas essas forças juntas, e o resultado foi o mesmo. Então o que nos está faltando? Um pouco, primeiro, de tranqüilidade, e, segundo, de reflexão. Somos capazes de dar solução! O senador Paulo Paim pegou essa bandeira, sem nos consultar se deveria ou não pegar, pegou, galvanizou, e vamos até o fim!

Muito obrigado por este momento! O movimento sindical é mais pujante, mais forte, tão digno que vai ajudar este Brasil a mudar para o caminho certo! Muito obrigado!

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra para o representante do Dieese.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Senador, essa PEC a que se refere é a nº369, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom esclarecer que a PEC a que se refere é a PEC Sindical, não tem nada a ver com a outra PEC. O Crivella chegou a se assustar, porque é o Relator da PEC da Redução de Jornada!

Mas foi muito bem colocada, referindo-se à PEC Sindical.

Vamos passar a palavra ao representante do Dieese, para as considerações finais; em seguida, os Senadores Mão Santa e Crivella, que é o Relator da PEC da Redução de Jornada e também o Vice-Presidente desta Comissão. Por isso, uma salva de palmas, se me permitirem! (Palmas!)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Depois de todas essas falas, centrando na questão da importância do tratamento da questão da jornada de trabalho, gostaria de levantar duas ou três questões que considero relevante que sejam abordadas: a primeira, em cima do questionamento que o Francisco fez, a questão da jornada de trabalho faz parte de um cálculo estratégico do movimento sindical, de perceber o desenvolvimento como uma questão que necessariamente tem que estar condita no projeto de crescimento econômico do País. Ou seja, não é possível continuarmos pensando em crescimento econômico desassociado da dimensão do desenvolvimento.

Se nós usarmos o trabalho do grande economista Celso Furtado, observaremos que ele passou a vida, mesmo em sua última entrevista, dizendo não haver outra possibilidade de inclusão social que não por meio do emprego. Não há um projeto de sociedade capaz de sustentar que não esteja assentada no emprego. E o trabalho é o meio de inclusão e de humanização das pessoas. O problema é que, no Brasil, o trabalho começa muito cedo. O exemplo dado foi claro e continua sendo assim. As pessoas começam a trabalhar muito cedo e trabalham até o último momento de vida, porque não têm outra forma de proteção social que não seja o trabalho e a renda adquirida pelo trabalho. A nossa proteção social é muito ruim. Estamos longe de termos uma proteção próxima do que é um padrão europeu; estamos longe desse padrão.

Portanto, nós estamos falando de uma situação de ausência de proteção social estrutural, tempo de trabalho quase ao longo de toda uma vida, situação de desemprego alarmante. Ou seja, na região metropolitana de São Paulo, há hoje 1,7 milhão de pessoas desempregadas. São 1,7 milhão de pessoas desempregadas! Quantas cidades no Brasil têm 1,7 milhão de pessoas? Em São Paulo, estão desempregadas.

O tempo médio de procura de emprego é de um ano. Essas pessoas desempregadas permanecem, em média, um ano procurando emprego, uma nova ocupação.

A situação é muito grave! E nós estamos explicitando na agenda a necessidade de um projeto de desenvolvimento, no qual a jornada de trabalho é uma parte dela. Há várias outras partes que compõem o projeto e que necessitam de muita discussão, de formulação de várias políticas complementares. Aí eu volto para o segundo drama: uma negociação dessa, o tratamento dessa questão tem que estar assentada em um conjunto de informações e de análises que comportem cada situação histórica.

Eu fico muito preocupado com as comparações internacionais porque elas estão sempre colocadas fora do seu contexto. Cada experiência tem que ser analisada no devido contexto, seja de crescimento da jornada, redução da jornada, crescimento econômico. Cada País está vivendo uma situação e tem uma história que precisa ser compreendida para ser analisada. E nós temos que fazer a nossa história. Que

a questão da jornada de trabalho é parte da história de todos esses países, sem dúvida; que a redução da jornada é uma luta histórica em todos os países, sem dúvida. Cada País achou o seu caminho, nós temos que achar o nosso.

O que nós trazemos de informação é: a jornada no Brasil é alta; o custo no Brasil comparativamente é baixo em relação aos demais países; há uma competição internacional cada vez mais acirrada; há um processo de degradação das condições de trabalho mundialmente por conta da competitividade internacional do qual fazemos. E nós temos que achar um caminho aqui de desenvolvimento. Desenvolvimento implica emprego, emprego implica provavelmente projeto de redução de jornada de trabalho bastante forte.

Como faremos isso? Não há solução mágica. Muita conversa, muita negociação, muito debate, para acharmos vários caminhos para várias alternativas que teremos que criar.

Para encerrar, entendo que a formulação dessa política, que necessariamente precisa ser focada na redução da jornada de trabalho, não pode ser formulada isoladamente das demais políticas. Seria um erro nosso acreditar que, automaticamente fazendo por lei uma redução de 44 horas para 40 horas, estaríamos viabilizando a redução da jornada de trabalho.

Nós não estamos propondo simplesmente isso. Nós estamos propondo que isso seja parte de um conjunto de medidas que precisa ser formulado, entre elas a redução de 44 horas para 40 horas. Mas uma série de outras coisas que precisam ser formuladas simultaneamente. Fundamentalmente, que o crescimento econômico tem que comportar a dimensão do desenvolvimento. Não é possível continuarmos pensando em crescimento econômico sem desenvolvimento. Lembro que o Brasil o ano passado cresceu 5,2%; São Paulo cresceu mais de 7% ao ano. A produtividade do trabalho cresceu, em média, 6% no ano passado. Como isso rebate para a sociedade, para os trabalhadores e para os consumidores?

Isso precisa ter trabalhado, e a redução da jornada de trabalho, provavelmente, é um caminho forte, para trilharmos um projeto de desenvolvimento econômico para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao Senador Mão Santa, que, pacientemente – saiba, Senador Mão Santa, que considero isso muito bonito –, ficou aqui ouvindo, para agora dar seu ponto de vista sobre esta audiência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, brasileiros e brasileiras, tenho assistido a muitas reuniões, mas penso que nesta aprendi mais.

Sou médico, cirurgião: para onde vamos levamos a formação profissional? Muitos consideram de elite a profissão de médico, mas isso não é verdade. Vou retratar aqui um quadro.

Conheci, Senador Paulo Paim, um médico, que foi meu chefe, quando trabalhei numa Santa Casa, no Piauí, e que morreu com 94 para 95 anos. Deus me permitiu ser Governador do Piauí, e dei a ele a comenda maior do Estado. Na véspera de morrer, com 94 ou 95 anos, ele tinha operado na Santa Casa.

Sou do Sindicato dos Médicos. "Mateus, primeiro os teus". Lembro-me de quando estava numa reunião de aumento salarial; naquele tempo, eu tinha de ser justo, igual para todos. Cheguei como médico, muitos me ajudaram e me fizeram político. Eu me dirigi ao Secretário de Governo, Senador Paulo Paim, um advogado muito experimentado, Professor Celso Barros, que tinha sido um legislador muito influente. Eu disse que, pela lei, o valor do salário dos médicos seria, pelo menos, seis salários mínimos, e havia muitos deles que ganhavam menos do que isso, tanto no Piauí como nos outros Estados. E ele me falou: não, só são três. Vejam V. Exªs: pela lei brasileira, o salário do médico são três salários mínimos. Eu pensei que eram seis. Nunca fiz a política sindical, mas votava, participava; entrei na outra e, quando vi, estava dentro, como muitos médicos. Eu pensei que eram seis, mas são três. Essa é a lei brasileira.

Então, muitos estão como o Dr. Cândido, trabalhando com 90 anos, porque os salários são esses. Somos iguais, pela roupa branca. Essa é a realidade, mas vamos à origem. Para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Então, o médico não dá valor à febre, à convulsão, mas – nós sabemos – à origem, ao micróbio causador da doença, à bactéria, à etiologia.

É isso, Senador Paulo Paim. Deus, para administrar o mundo, chamou Moisés: tome as leis.

E isso não faz leis que prestam, não faz leis justas, é uma farsa, mas desde a origem. Não é que não haja jeito. Sou como Juscelino: médico-cirurgião. Ele disse: Seja otimista! O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado. Então, tenho esse otimismo. Mas nós vamos à origem, ao micróbio. Está aqui, Senador Paulo Paim, a falta de vergonha. V. Exª esteve lá, mas não olhou. Eu observei, na Presidência do Senado, talvez esperando ser atendido pelo Senador José Sarney, a composição do primeiro Senado. Eram 42 Senadores; desses, 22 ligados à Justiça. Aqui está o papel. Outro dia veio um aqui, para pressionar esta Casa, a fim de aumentar o salário dele para R$27 mil. Atentai bem para a vergonha. Vinte e dois Senadores eram da Justiça, no primeiro Senado, dez eram milita-

res, como Caxias, sete eram da igreja, como o Padre Feijó, e dois eram médicos. Temos mais hoje, melhorou. E um homem fazendeiro. Não havia nenhum do trabalho, e hoje isso está melhorando, está aqui o exemplo. Vamos trazer Paim mais para o Congresso Nacional. S. Exª está trabalhando muito, está lutando muito.

E eu estava aqui, pacientemente, para, quando ele tombasse, ser seu Cirineu. Ele tem lutado pelas melhores conquistas. O salário é ridículo e ruim, mas pior se não fosse Paim. Se ele passou dos US$100, foi o Paim. (Palmas.) Então, essa é a verdade, mas são muito poucos Paim aqui. Agora mesmo estamos aqui, vamos votar já o negócio da Justiça, é mais carga, é mais gente, e cada mês, e da Justiça eu só me lembro de Cristo, que dizia "bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". São vocês.

Eu me lembro, e quis Deus – Deus escreve certo por linhas tortas, trouxe esse homem aqui –, eu me lembro que quando Deus disse "comerás o pão com o suor do teu rosto", é uma mensagem clara de Deus aos governantes para propiciar trabalho. Clara. E veio o apóstolo Paulo, mais duro: "quem não trabalha não merece ganhar para comer". Essa é a saída. (Palmas.)

E vamos, Paim. Vamos trazer mais Paim para cá. Mas teve um, quem é baiano aí? Sou cheio de admiração, sou do tempo que se batia palma para Martha Rocha. Mas vamos ficar com Rui Barbosa, Bahia. E por que este Senado, com esse montão de gente, só tem um que está lá o busto, lá em cima, debaixo de Cristo? Só tem um. Cento e oitenta e um anos, foi muita gente que passou por aqui, não foi? Poucos Paim. Olhai quantos eram. Aqui mesmo já está uma lista, nós vamos votar. E eles estavam pedindo há pouco, pressionaram – fazem que não entendem que Montesquieu separou os Poderes, para se respeitarem, harmônicos e equipotentes – para dar R$27 mil a eles. Nós sabemos que em qualquer civilização organizada, qualquer organização, é de um para dez o maior para o menor, não é esse da Justiça. Eles têm 100 estômagos e o pobre trabalhador tem um, para ganharem 100 vezes mais? Não. Então, aí nós temos que rever isso. Atentai bem, Paim, a paciência...

Mas Rui Barbosa ensinou, está ali, só é ali, não tem problema nenhum, não, as coisas são simples e fáceis: a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Trabalho e trabalhador vêm antes, é ele que faz a riqueza, ele que faz o capital. O que nós vemos? Inverteram tudo. A primazia é o valor, o respeito, as homenagens são ao capital, aos banqueiros. Fala-se mais de FMI aqui, de Bird, de Bid, de Banco Mundial do que em Deus e em Cristo. Essa é a verdade. Não se pode servir a dois senhores. Essa é a verdade. Então, trocaram tudo.

Quero parabenizar, porque nós estamos unidos, unidos por aquilo que é a nossa crença. Nós temos em comum isso, essa crença, e eu vou terminar com um lutador, ele foi herói de guerra, vemos tanta guerra, tanta luta, mas o valor dele não foi pela guerra, não, foi porque ele fez o primeiro código civil na França, a França da liberdade, da igualdade, da fraternidade, é aquele baixinho, o Napoleão, porque lá no Piauí tem um. O francês mesmo. Aí ele disse assim, atentai bem: conheci os limites dos meus braços, conheci os limites das minhas pernas, conheci o limite dos meus olhos, da minha visão, mas não conheci o limite do trabalho. E é o trabalho que traz isso, e é simples, as coisas já foram apontadas por vocês, Senadores mesmo, vocês, porque Senado, eu entendi, foi quando Moisés se aperreou e quis desistir da sua trajetória e ouviu uma voz. Paciência, Moisés, buscai os mais experientes, os que lutaram mais, e eles vos ajudará a carregar o fardo do povo. Daí nasceu a idéia do Senado. E V. Exªs são os pais da pátria, a experiência, a luta, e nunca o Senado foi tão bem agradecido.

Essas são as nossas palavras e vamos continuar a luta na certeza de que vamos melhorar as coisas.

Senador Paulo Paim, conte comigo para ser o Cirineu nessa caminhada em defesa do trabalho que os senhores tão bem representam. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que tem estudado muito a questão da redução da jornada como Relator da PEC, para que coloque o seu ponto de vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente Paulo Paim, nosso companheiro do Dieese, Senador Mão Santa, senhoras e senhores, é importante reparar que, pelas condições históricas que formou o mercado de trabalho no Brasil, distribuição da terra, divisão do poder político e riquezas, gerou-se um País extremamente desigual. Hoje, posso dizer que temos três Brasis muito bem distintos: temos um Brasil de sete mil brasileiros, que possuem hoje nos bancos R$800 bilhões depositados nos bancos do Brasil, particulares e públicos, que repassam em títulos da dívida pública. Esses R$800 bilhões pertencem a sete mil famílias brasileiras. Quem são esses brasileiros? São cinco grupos: os donos da mídia e daí os senhores enfrentarem tantos problemas para que o trabalho possa ter um tratamento justo diante do capital, porque os donos da mídia mantêm o nosso povo desarticulado, conseguem dividir até sindicalistas, mantêm as pessoas sob o domínio de um ópio incessante, que é o culto ao sexo, às aventuras, aos filmes, às aberrações, ao carnaval, à bebida, a tudo isso que distrai o nosso povo das verdadeiras discussões que são importantes na

sociedade. E isso é interessante porque os donos da mídia fazem parte desse grupo de sete mil brasileiros que detêm hoje 80% da dívida pública no Brasil. São R$800bilhões e querem manter o **status quo**.

Quando falo mídia não coloco o SBT, a CNT, as três mil e tantas rádios, mas estou falando do dono da Globo e do dono do Grupo Abril. A Globo tem um *turn over* de R$4bilhões e, se somarmos a Record e o SBT juntos, não chegamos a R$600milhões. Estou falando do grupo Veja, Abril, que também lidam com um orçamento de R$2bilhões e manipulam o nosso povo.

No segundo grupo desses brasileiros, estão os donos do mercado financeiro. Também têm muitos bancos, *factoring*, distribuidoras de títulos, mas estou especificamente falando dos dois grandes grupos que são Bradesco e Itaú.

Depois, temos os grandes industriais, também extremamente minoritários. Os senhores sabem que o alumínio no País está nas mãos de duas companhias, Alcan e Alcoa, e tanto faz se é cabine de um grande caminhão, fachada de um edifício ou uma latinha de Coca-Cola. Eu poderia dizer também do papel, do cimento, da mineração, da energia, das telecomunicações. O Brasil é um Brasil de muito poucos. Torno a dizer para os senhores que 80% da dívida pública pertencem a sete mil famílias brasileiras.

O quarto grupo seriam os grandes proprietários rurais. O Brasil tem 850 milhões de hectares, tirando a superfície de nossos rios e lagoas e montanhas. As montanhas de Minas Gerais e do restante do País têm uma cobertura apenas de 80 cm de terra, mas pode plantar, o resto é pedra. E as grandes represas brasileiras. E no semi-árido, principalmente no Estado da Paraíba, a terra é boa, mas não tem água. Temos para plantar realmente 350 milhões de hectares, mas agora 150 milhões de hectares estão nas mãos de 30 mil brasileiros. São os grandes proprietários rurais que têm feito muito dinheiro no Brasil. Imagine, o Brasil hoje movimenta 85% do comércio de suco de laranja no mundo. Mas os pequenos e médios plantadores de laranja foram esmagados, perderam completamente o valor, e as grandes companhias que instalaram grandes fábricas produtoras de suco concentrado contiveram tudo isso nas mãos.

Por último, citaria os brasileiros que são os herdeiros da riqueza colonial. O nosso País investiu 350 anos para desestabilizar negros, brancos pobres e mestiços. A mão do Estado foi impiedosa sobre essas três classes que cresceram e se formaram com medo e aceitando culpa. É muito comum, por exemplo... Subi um morro do Rio de Janeiro, e um sujeito, dono de uma birosca, dizia assim: "Crivella, por favor, venha aqui (um senhor negro, 60 anos). Quero lhe apresentar o meu filho (um menino de 14, 15 anos). Crivella, tenho dito para ele estudar, porque se ele não estudar, ele não vai se nada na vida, não é Senador? Veja, por exemplo, o meu caso, não estudei. O que tenho? Não conquistei nada, mas não quero isso para o meu filho. Eu quero que ele seja alguém na vida. Eu não aproveitei a minha chance, eu não ouvi o conselho do meu pai. Às vezes, ele pensa, Crivella, ele diz pra mim... não sou nada. Fala você, Crivella, pra ele, você é Senador, você é um homem importante". Imagina um pai, nascido no morro, uma criança sem condições sanitárias, subnutrida, vivendo num barraco abafado, com oito anos de idade, carregando sacola na feira para ganhar um trocado, começa a vida profissional ou lavando peça numa oficina, com a mão cheia de graxa, marcada, ou carregando saco de cimento, como servente de obra. Mas se culpa, acha que é o culpado porque não aproveitou uma chance. Talvez tenha sido uma vaga em uma escola noturna à noite, e que não ia aprender nada, isso é uma miragem. Mas ele se diz culpado.

O povo aceita a culpa. As pessoas estão acostumadas a aceitar culpa. É impressionante como a elite brasileira sabe disso e explora extraordinariamente isso. A culpa do desempregado é porque não tem empregabilidade, a culpa do escravo, e as pessoas diziam para ele: olha, não tenho culpa de você ser escravo. Você nasceu negro. A culpa é sua de ter nascido negro. A culpa é do pobre que não estudou e não estudou porque não quis. E o sujeito aceita a culpa. A culpa dos juros altos é nossa que não levantamos o traseiro para buscar juros melhores, ou então, vamos aceitar o Maílson da Nóbrega, que é o pai da hiperinflação na época do Presidente Sarney, que recentemente, em um artigo no jornal **O Valor**, disse que a culpa da inflação é do pobre porque o pobre que pega empréstimo até R$50 mil é inadimplente, 25% dos pobres não pagam as dívidas, por isso os juros bancários são altos, o *spread* bancário é alto.

A culpa sempre será do povo, porque este sempre aceita a culpa. As pessoas se dizem culpadas dos seus fracassos. A própria Igreja foi instrumento de poder durante muito tempo. Os senhores sabem que a minha Igreja é muito perseguida, principalmente pelo **O Globo**, porque nunca fomos cafajestes para dizer para o povo colocar a Bíblia debaixo do braço e aceitar a salvação e vida boa no céu. Isso são outros que usam a Bíblia como instrumento de poder das igrejas. Nunca fizemos isso. Sempre levamos o nosso povo a estudar, a trabalhar, temos bispos em 105 países do mundo, muitos deles são pessoas que vieram das origens mais humildes, alguns recuperados do tráfico de drogas, que fazem um sucesso extraordinário na

África, na Ásia, e não tiveram chance de fazer sucesso no próprio país.

De tal maneira que temos depois... E quero avaliar isso com os senhores, para formar uma consciência de estratégia, a respeito do restante da dívida pública, que é de R$1 trilhão. Temos aí o problema que são R$10 milhões de brasileiros que receberam concessões das elites e que hoje possuem R$1, R$2, R$4 milhões nos bancos. Somando, o total dá R$200 bilhões. Quem são eles? Pequenos industriais, donos de lojas em *shopping*, cadeias de lojas, jogadores de futebol que foram ganhar dinheiro em dólar, artistas que apresentam programas e ganham R$300, R$400 mil, compositores famosos que têm direitos autorais e que, hoje, têm nos bancos 10, 15, 20 milhões. Um, dois, três milhões, somando esses dez milhões de brasileiros, chegam a 200 bilhões. E esse pessoal vive de costas para os trabalhadores, para 170 milhões de brasileiros que sobrevivem e que, antes do término do mês, já estão pagando juros de cartão de crédito ou de cheque especial.

Quando fomos fazer a reforma da Previdência, habilmente o que o Governo fez? Nesses 10 milhões, existem muitos servidores públicos. São juízes, são Ministros, são pessoas que montaram escritórios, bancadas, que ganharam dinheiro. Como reduzimos o valor das aposentadorias e atingimos muitos que estavam aqui nesse segundo setor? Fazíamos pesquisas com o povo e elas diziam que as pessoas não estavam interessadas na perda de direitos de muitos que estavam nessa camada, nesse segundo Brasil, porque eles sempre viveram de costas para os trabalhadores. O que eles querem, realmente, é participar da cúpula dos sete mil, nem que seja para ter um cartão de visita; para participar de um jantar, dizer que conhecem, receberam um telefonema, encontraram com o sujeito na Espanha, na França. Eles são fascinados pela estrutura do poder e vivem de costas para o povão. Portanto, o povão não lhes prestou nenhuma solidariedade.

Fizemos a reforma, retiramos direitos dessas classes, mas quando esses recursos economizados foram para ser revertidos, por exemplo, no aumento do salário-mínimo, o Governo negou. Esse dinheiro foi levado para a elite, para compor superávit primário.

O terceiro Brasil são os senhores, os trabalhadores, as pessoas mais humildes, que lutam para sobreviver sem nenhum direito. Essa é a realidade do nosso País.

O Presidente Lula disputou três eleições e não conseguiu mobilizar o povo; ganhou em uma quarta, aliado ao meu Partido, dentro de um acordo, e governa dentro de um acordo. O Presidente Lula governa embalado em um sonho de que é possível mudar o Brasil sem tocar no real interesse das classes. Isso não é possível. A cada dia, o Presidente Lula é mais frustrado, carrega um peso mais pesado e vai ter de tomar decisões. As coisas estão prementes. A crise social é tremenda. Todos os morros habitados nas capitais brasileiras estão dominados pelo narcotráfico. A esposa do Ministro foi metralhada no Rio de Janeiro e só não morreu porque tinha dinheiro para andar em um carro blindado. As elites estão assim, sofrendo terrivelmente.

A estratégia do Presidente Paim e a minha, no Senado, foi a de criar a Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego. Queremos mudar a política econômica e não o Presidente Lula. Queremos mudar a política econômica com o Presidente Lula. Se nós e o Presidente enfraquecemos, voltaremos a uma era pior, a uma elite pior e mais egoísta, que sempre vai apresentar e sempre terá recursos estrategicamente colocados para nos tirar direitos. Nós estabelecemos uma meta de inflação que é impossível de ser atendida. Nunca vamos chegar a 5% de meta de inflação, porque desindexamos salários mas não desindexamos os preços públicos, as tarifas públicas. Todas elas estão indexadas e são o principal fator para aumentar essa inflação que está agora em 8%.

Com isso, nós criamos o argumento para manter os juros altos. Os senhores conseguem entender isso? E os juros altos fazem com que esse abismo aumente, porque esses sete mil brasileiros que têm, hoje, R$800 bilhões depositados em bancos e mais, quero dizer, esses oito mil brasileiros seguramente fazem parte dos 10.522 brasileiros que, segundo a Receita Federal, possuem US$82 bilhões depositados em bancos no estrangeiro, do dinheiro que nós achamos, fora o dinheiro que não conseguimos achar e sem contar as propriedades, ações de empresas, interesses em companhias multinacionais. São US$82 bilhões. 10.522 brasileiros possuem esse dinheiro no exterior. E, segundo Resolução recente do Banco Central, qualquer brasileiro pode mandar tanto que quiser para fora. Esses R$800 bilhões de sete mil brasileiros foram remunerados, no ano passado, com R$111 bilhões. Esses R$800 bilhões depositados nos bancos foram remunerados com os maiores juros da história do capitalismo brasileiro e isso aumenta a diferença entre nós.

É histórico que a elite brasileira somente faz pequenas concessões diante de crises sociais muito graves e, quando faz essas concessões, segundo o Dr. Celso Furtado, que, aliás, me mandou essa carta quando eu fundei a Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego... Ele disse: Crivella, eu estou acostumado que

as elites brasileiras somente fazem pequenas concessões diante de graves movimentos sociais e, quando o fazem – colocou isso escrito antes de morrer –, já produziram um antídoto para lhe retirar o efeito.

É mais ou menos como foi, Senador Paim, a Lei do Sexagenário. Lembra quando disseram para os escravos que, quando completassem 65 anos, estariam livres? Primeiro foi porque eles morriam com 50 anos e segundo, porque quem chegasse aos 65 anos ninguém ficaria sustentando um velho que nada vai produzir. Então diziam para ele: vai embora, meu velho, você está livre! Eu não preciso mais dar a você nem comida, nem casa. Tiram o peso das costas. Portanto, a verdade é que lutamos contra uma elite perigosa.

Há dois anos, eu e o Senador Paulo Paim tentamos diminuir o peso que os trabalhadores precisam carregar. Pela lei, a Consolidação das Leis do Trabalho, é de sessenta quilos. Imaginem um servente que agora se aposenta aos 60 anos de idade ou um trabalhador portuário tendo que carregar sessenta quilos? Em dois anos não conseguimos aprovar o projeto para diminuir a carga que o trabalhador deve carregar. Uma mínima concessão. Uma mínima concessão. Os donos das fábricas de cimento não aceitam diminuir os sacos de cinqüenta para trinta ou vinte quilos, como é no mundo inteiro.

Em jogo eu nem digo que está a minha vida. Sou um pastor, passei dez anos na África e outros anos no sertão trabalhando em um projeto de irrigação. Falo da vida dos meus filhos. Certamente o meu filho não será Senador, mas um pastor e estará na fronteira com as pessoas mais pobres que freqüentam a nossa igreja e nos pedem emprego, cesta básica, condição de sobreviver. Emprego. No mínimo emprego. Trabalhar é um direito bíblico. Suar o rosto.

Será possível que sete mil brasileiros querem sobreviver e enriquecer cada vez mais sem suar o rosto e ainda esperam que paguemos isso sem trabalho? Não é possível.

Portanto, para concluir eu quero dizer aos senhores que eu tenho parecer favorável, depois de estudar muito esse tema com os consultores do Senado. Será uma guerra baixar a jornada de trabalho. Nós vamos precisar muito dos senhores lotando os plenários, numa luta incansável. Por favor, conversem isso com os seus filhos. Os senhores nunca lerão essa conversa na capa do jornal nem nas revistas ou a ouvirão em um programa de televisão ou nas novelas, mas esse é o Brasil que eu acabo de mostrar para os senhores, que somente mudará com a nossa união, fé e a ajuda de Deus.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de concluir a nossa audiência pública eu queria agradecer de forma muito tranqüila e solidária primeiro, se me permitirem assim, aos empresários. Por quê? Quando fazemos um debate como este – e na Câmara eu fiz muitos – nem sempre os empresários vêm.

Eu conversava aqui com o representante da CNI, Sr. Osmani, que disse: Senador Paim, eu posso dizer aquilo que talvez não seja bem o que eles queiram ouvir, mas vou falar o que penso, o que a CNI pensa.

Podem saber que isso é muito bom.

Eu quero agradecer aqui ao representante da Fiesp, Dr. Roberto. Disseram para mim que a Fiesp não viria a este debate. O Dr. Roberto está aqui, veio e participou do debate.

O empresário Francisco Simeão, quando ele me procurou, disse: Olha, Senador Paim, eu bati em inúmeras portas, pois quero mostrar que é possível o turno de seis horas. Será que V. Exª pode me ouvir? Eu queria conversar e mostrar como funciona. E ele disse mais: "Se você quiser aqui organizar uma delegação de sindicalistas para ir lá ver a empresa em que funcione o turno de seis horas para todos, estou aberto até a colaborar para que isso aconteça. Se você quiser reunir um grupo de empresários," – e vejo aqui com alegria os empresários presentes – "vamos lá, vamos ver como é que funciona!"

Daí aceitei a provocação dele, peguei o projeto, analisei-o e conversei com muita gente. É claro que é um projeto que precisa ser debatido e melhorado, mas o que ele me disse? "Estou propondo o seguinte: quem quiser vir esse projeto e assumir o turno de seis horas, o empresário teria algum tipo de incentivo." Vamos pegar como exemplo o incentivo de juro: tudo num limite, algo a discutir, a incentivar. Ele me dizia: o empresário que for vendo e aplicando o turno de seis horas, vai verificar o quanto vai dar certo que não vai mais querer voltar para o turno de oito horas.

Então, foi um desafio, e daí o porquê dessa audiência. Nela, tivemos empresários da Fiesp, da CNI, dando um quadro no sentido de estarem abertos ao debate, à construção de entendimento. Ouvimos aqui o *(inaudível)* relatando a sua experiência. Ouvimos os sindicalistas das centrais sindicais, das confederações e das federações, fazendo um relato da importância da redução de jornada.

Confesso que estou no Congresso Nacional há praticamente vinte anos. Nesse período, sei que foi difícil aprovarmos uma jornada de 48 para 44, mas conseguimos. Foi na Constituinte. Foi difícil aprovar o turno de seis horas para quem trabalha em um período ininterrupto, mas aprovamos.

Acho que esse debate da redução jornada – estou ouvindo a todos de forma respeitosa. Ouvi aqui a fala do Schutt, de cada um -, para mim, é irreversível, até porque aqui foi dito – e vou repetir – que a tendência de número de anos-vida aumenta. A expectativa que temos, queiramos ou não, é a, de cada vez, mais o homem ter um período maior para trabalhar. Se as crianças nascem, e as pessoas têm uma sobrevida maior, aonde é que vamos trabalhar? Aqui foi dito que o trabalho é praticamente uma parte do direito à vida. O que é feito do homem a quem não é dado nem o direito ao trabalho?

Por isso, estou convencido. Se é um debate que devemos fazer, vamos fazê-lo de forma fraternal, solidária. Estou convencido de que vamos construir esse entendimento, e a redução de jornada será uma realidade.

O mundo todo caminha nesse sentido. Automatizam-se as máquinas. Com o avanço tecnológico, com a robótica, com a cibernética, não há como ter volta. Cada vez mais a máquina avança, e o número de postos de trabalho diminui. É natural que esse avanço da ciência, da tecnologia, reverta-se agora para o lado também.

Daí falarmos tanto da Lei de Responsabilidade Fiscal e querermos a Lei de Responsabilidade Social. Esta, que todos vamos ter, irmanados, brancos, negros, enfim, independente de raça ou religião, de origem, de procedência, passa por distribuição de renda e pelo direito sagrado ao trabalho.

Por isso, quero terminar dizendo muito obrigado a todos vocês, sindicalistas, líderes de empresários e de trabalhadores, que aqui estiveram. Agradecemos aos 16 Senadores que por aqui passaram, ao nosso Dieese, sempre pronto a dar essa bela contribuição. Tenho certeza de que vai ser nesse diálogo permanente que haveremos de fazer com que este País, mais hoje, ou mais amanhã, acabe reduzindo a jornada e contribuindo para gerar outros milhões de novos empregos.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 14h04min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e dezessete minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, João Ribeiro, José Agripino, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Paulo Paim e Delcídio Amaral, reúnese a Comissão de Educação. O Presidente, Senador Hélio Costa, registra a presença para acompanhar a audiência pública das seguintes personalidades: os Senhores Senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Eduardo Suplicy (PT/SP) e Arthur Virgílio (PSDB/AM) não membros da Comissão e os Senhores Deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Rogério Teófilo (PPS/AL). Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, Wirlande da Luz e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 004-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador José Agripino (com o Aditamento nº 001 de autoria dos Senhores Senadores João Ribeiro e Hélio Costa), que tem como objetivo prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar Rito Sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores José Agripino, autor do Requerimento, João Ribeiro e Hélio Costa, autores do Aditamento ao Requerimento, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Paulo Paim, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Idelli Salvatti, e os Senhores Senadores, não membros da Comissão, Pedro Simon e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom dia, Srªs e Srs. presentes. Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada nesta data, 25 de março de 2005, quarta-feira, em audiência pública, para ouvir o Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, que prestará esclarecimentos a respeito da decisão do seu Ministério em adotar rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento dos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil.

Inicialmente, solicito ao Senador José Agripino, autor do requerimento desta audiência pública, que se dirija até a Secretaria da Comissão para conduzir a esta mesa o Sr. Ministro Tarso Genro.

Agradeço a presença de todos os senhores.

O Sr. Ministro se propõe a responder o requerimento do Senador José Agripino e acaba de comunicar a esta Presidência que se dispõe a voltar a esta Comissão para responder a outros assuntos discutidos em pauta.

Conforme dissemos anteriormente, o Sr. Ministro Tarso Genro prestará esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar o rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento dos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil.

A autoria do requerimento é do Senador José Agripino, em aditamento ao requerimento dos Senadores João Ribeiro e Hélio Costa.

Antecipo que o Ministro terá 30 minutos para a sua exposição. Terminada a exposição do Ministro Tarso Genro, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para tréplica.

Portanto, essa é a leitura que faço da emenda do Regimento Interno, que prevê – assim como a Constituição Federal – a presença de ministros de Estado nesta Casa.

Passo, inicialmente, a palavra ao Sr. Ministro Tarso Genro para que S. Exª faça a sua exposição inicial e, posteriormente, começo a receber as inscrições dos Srs. Senadores para as perguntas que serão feitas ao Exmº Sr. Ministro.

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, registro que é uma grande honra participar da reunião desta Comissão e prestar os esclarecimentos que esta Casa requer, e, evidentemente, o faz dentro de sua missão constitucional.

Embora o requerimento tenha sido somente para esclarecer sobre a questão dos diplomas, também estou aberto a responder a qualquer tipo de pergunta sobre outros temas estruturais do Ministério da Educação. Sei, inclusive, que já há um novo pedido de comparecimento em relação à questão do Fundeb e sobre a questão da reforma do ensino superior. Mas a centralidade da preocupação de V. Exªs é a questão dos diplomas e, particularmente, dos diplomas de Cuba.

Desde janeiro de 1999, o Brasil não dá tratamento especial a reconhecimento de diploma de nível superior obtidos fora do País. E isso é válido para qualquer área do conhecimento. Também não há nenhuma orientação política nesse sentido.

Portanto, quero deixar absolutamente claro para este Colegiado que não há e nem haverá reconhecimento automático de qualquer diploma pelo Brasil de qualquer país. Se isso fosse feito, estaríamos cometendo um arbítrio, portanto, violando a legislação vigente. O que há – não somente com relação a Cuba, mas a diversos países, como os do Mercosul – é a necessidade de complementação de estudos para alunos graduados em Cuba, por exemplo, ou mecanismos de consenso entre os dois países que não viole a legislação para o reconhecimento recíproco de diplomas.

Então, em relação à primeira questão e à primeira preocupação colocada por esta nobre Comissão é a de que não há possibilidade legal nem uma determinação política do Governo de fazer reconhecimento automático de qualquer diploma do exterior. De uma parte porque se chocaria com as funções do Poder Executivo, portanto, o Ministério da Educação, de outra parte porque colidiria com a autonomia da universidade, porque compete à universidade fazer a validação de qualquer tipo de diploma.

Qual é o procedimento atual e válido para todos os países? A revalidação de diplomas, conforme o art. 48, § 2º da LDB é feita pelas universidades, que a fazem de maneira diversificada em função da autonomia das universidades, que está refletida no art. 207 da Constituição de 1988.

Quais são os critérios do tratamento dado aos diplomas no exterior? Esse tratamento poderia ser sintetizado em três grandes pontos: o recebimento de pedidos de revalidação pela universidade; o exame das ementas das disciplinas – portanto, da síntese do que é ensinado no respectivo país que está solicitando a revalidação; verificação da equivalência de disciplinas – e, nessa verificação de equivalência, a verificação do

cumprimento dos requisitos mínimos legais determinados pela legislação brasileira em relação aos currículos do nosso ensino superior.

Segundo mecanismo: a aplicação de exames ou de testes – segundo a autonomia da universidade – para testar o conhecimento na área ou para obrigar os alunos, a partir daí, a praticar ou a receber informação teórica, de acordo com o currículo brasileiro, relativamente às disciplinas faltantes.

Após isso, a universidade efetiva a revalidação, ou não, segundo sua autonomia. Portanto, há efetivamente um processo de negociação do Brasil com diversos países, dentre eles Cuba, para verificar a colisão ou a pertinência das legislações respectivas para, a partir daí, estabelecer-se um relacionamento, que não interferirá na autonomia das universidades para fazer essa revalidação. Isso não é só com relação a Cuba, mas com relação a qualquer país que estabelece esse tipo de relacionamento conosco.

Atualmente, não como exceção, mas como experimentação, existe um mecanismo que está testando um credenciamento no setor educacional aqui no Mercosul. Direi rapidamente como se encontra esse processo hoje, como operam seus mecanismos de funcionamento.

Esse processo visa estimular a melhoria da qualidade da formação, da graduação nos países do Mercosul. Envolve alguns países do Mercosul e os que ainda não estabeleceram uma relação de integração com o Mercosul, mas são países aliados do Mercosul, que, em última análise, estabelecem vínculos com o Mercosul sem ainda integrar o seu tratado. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que estão, neste momento, promovendo o conhecimento mútuo a partir da mobilidade estudantil e docente que existe entre esses países, estão fazendo estudos para verificar qual a colisão ou qual a conivência que existe entre as estruturas curriculares.

Senador Zambiasi, a minha saudação.

O SR. TARSO GENRO – A proposta deste mecanismo é outorgar validade pública no Mercosul aos títulos universitários obtidos nesse país para que os cursos correspondentes cumpram os requisitos de qualidade, previamente estabelecidos no âmbito regional, ou seja, é necessário focar quais são os requisitos mínimos de qualidade e esses requisitos mínimos de qualidade têm que ser abrigados pela autonomia da universidade. Portanto, considerada essa autonomia, se estabelece os padrões mínimos de qualidade para esse reconhecimento. É necessário dizer, é óbvio, que esses padrões de níveis de qualidade foram estabelecidos não pelo MEC, mas por comissões especialistas de ambos os países indicados ou integrantes dos respectivos Ministérios da Educação.

Este mecanismo começa a ser aplicado de maneira experimental em cinco cursos indicados pelos países para avaliação e tomada a decisão final. Portanto, para verificar se os mecanismos vão realmente operar numa reunião final de Ministros de Educação que depois oferecerão o diagnóstico para uma relação interestatal, ou seja, a partir da Presidência da República que deverá chancelar a proposta que advirá desta reunião de Ministros. Esses mecanismos foram aplicados nos cursos de agronomia dos respectivos países no segundo semestre de 2004. Pelo Brasil, são três universidades: a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual de Londrina. No segundo semestre, estão começando, portanto, as relações nessas três universidades. Nos cursos de engenharia, no segundo semestre de 2005, em engenharia mecânica, química, civil, elétrica e engenharia industrial de produção. Nos cursos de medicina passarão a ser aplicadas a verificação desses critérios de qualidade no primeiro semestre de 2006. Portanto, são mecanismos experimentais de credenciamento que depois outorgarão ou não às universidades a possibilidade de revalidação sem violar a autonomia e, portanto, preservando no nosso país e nos demais, a autonomia das universidades. Finalmente, uma síntese das informações que caracterizam esses mecanismos experimentais. Primeiro, eles têm que estar abrigado no respeito a legislação de cada país. Eu estou colocando esses mecanismos experimentais porque eles são válidos para quaisquer países. O cuidado que está contido nesses mecanismos gerais. O respeito à autonomia das instituições universitárias. O mecanismo de credenciamento será aplicado em caráter experimental e gradual às carreiras que requeiram um título universitário equivalente legal como condição para exercício da profissão. Essa verificação de credenciamento será feita por especialistas, reitero. E depois que este processo estiver completo, outros países que são da América do Sul ou países que integram o Mercosul poderão pedir ingresso, portanto, e co-participação nessas relações que daí já serão relações entre Estados e não somente relações entre os Ministérios. Finalmente, o acordo deverá versar bem sobre se o reconhecimento dos títulos acadêmicos deverá ou não conferir, por si mesmos, o exercício da profissão, porque a regulação do exercício das profissões é diferente em cada país. Por exemplo, no Brasil, as instituições corporativas das categorias profissionais determinam a possibilidade de exercício da profissão, o que é regulado por lei. Portanto, qualquer acordo deverá respeitar essa especificidade.

Sr. Presidente, são essas as informações que tenho a prestar a respeito da questão dos diplomas, especificamente os diplomas de Medicina de Cuba.

A síntese do questionamento feito por esta Comissão é se haverá reconhecimento automático pelo Brasil de diplomas de nível superior originários de Cuba, particularmente na área de Medicina. A resposta é não. Não haverá esse reconhecimento, porque ele seria ilegal por parte do Governo e, obviamente, uma violação da autonomia universitária. Há um processo negocial no Mercosul com Cuba e com diversos outros países para a verificação de mecanismos comuns, legais, dos respectivos países de revalidação dos diplomas, condicionado o exercício profissional à legislação pertinente a cada país.

Essa é a síntese, portanto, da informação que presto a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sr. Ministro, se V. Exª me permitir, ressalto que o requerimento do Senador José Agripino se refere também aos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil. Peço a V. Exª que apresente os detalhes sobre o reconhecimento do trabalho, pelo menos, dos médicos cubanos que estão trabalhando no País, notadamente no Estado de Tocantins.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Creio que há um equívoco. Não faço qualquer tipo de questionamento com relação à prática exercida por médicos cubanos, em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador José Agripino. V. Exª tem razão.

O SR. TARSO GENRO – Mas posso dar essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito embora estejam apresentados na folha de rosto da apresentação da audiência pública para ouvir o Ministro os dois assuntos, o requerimento relacionado especificamente aos médicos cubanos é de autoria do Senador João Ribeiro, o qual subscrevi, na ausência de S. Exª, para poder aprová-lo durante a reunião passada.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Posso informá-los sobre esse assunto. Não há problema algum.

Esses mecanismos que estão sendo estudados são de aplicação recíproca e dirigem-se, obviamente, às universidades dos respectivos países. Portanto, a resposta está contida na primeira informação.

O exercício da prática da Medicina por pessoas não diplomadas no Brasil é um problema que não diz respeito à fiscalização no Ministério da Educação e, sim, no Ministério do Trabalho, porque se trata de uma questão relacionada ao exercício profissional. Assim, os respectivos Conselhos, ou seja, de Engenharia, de Medicina, de Agronomia ou de qualquer outra profissão irão fazer a glosagem do exercício profissional. O MEC não tem poderes para isso. Se alguém estiver exercendo ilegalmente a profissão no Brasil que exige diploma de ensino superior e reconhecimento da estrutura corporativa da categoria, isso foge ao controle do Ministério da Educação. O limite do MEC vai até a revalidação do diploma. Inclusive, depois dessa revalidação, o Ministério conferirá a estrutura corporativa da categoria profissional para resolver se abriga ou não a permissão para o exercício profissional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Feito esse esclarecimento e ouvido o Ministro Tarso Genro, passarei a palavra ao primeiro orador inscrito, que, evidentemente, é o Senador José Agripino, como autor do requerimento. Imediatamente após, concederei a palavra ao Senador João Ribeiro, que também subscreve o requerimento com esse assunto, em particular, sobre os médicos cubanos, e, posteriormente, ao Senador Sérgio Zambiasi.

Senador José Agripino, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Tarso Genro, fico muito feliz ao ouvir o depoimento de V. Exª, porque, se ele tivesse sido dado há mais tempo, eu nem autor do requerimento mencionado teria sido, e por uma razão muito simples.

Tenho em mão um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo,** do dia 14 de fevereiro: "A Medicina do PT", que fala claramente sobre a validação automática de diplomas de jovens brasileiros formados em Cuba, que teriam seu diploma validado automaticamente, ferindo a Lei de Diretrizes e Bases. Esse editorial nunca foi objeto de resposta e é rico em informações, afirmando inclusive:

"Em 2003, os Governos do Brasil e de Cuba assinaram um protocolo de intenções cujo objetivo era a eliminação das restrições ao exercício da profissão por médicos formados na ilha."

Diz, ainda, o editorial:

> *"Criou-se, então, no Ministério da Educação, uma comissão formada por representantes da Associação Brasileira das Escolas de Medicina, Associação Brasileira de Medicina, Conselho Federal de Medicina e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino para analisar o processo de validação dos diplomas.*

Em outubro do ano passado, essa Comissão rejeitou um anteprojeto de decreto elaborado pela Casa Civil, prevendo a realização de uma prova única de validação para os formados em escolas estrangeiras de medicina, com a exceção dos brasileiros graduados em Cuba, que teriam validação automática."

Evidentemente, a informação acima enseja-me a fazer esse requerimento, porque nunca houve, hora nenhuma, qualquer negativa ao que está escrito no editorial de um jornal que merece o respeito do Brasil, porque tem credibilidade reconhecida. A história, entretanto, está passada a limpo. V. Exª é a autoridade maior e veio aqui para dizer "não", que "os termos do editorial não procedem".

Peço apenas um instante, Sr. Presidente, para fazer um breve histórico. No meu requerimento, não houve nenhuma intenção ou prevenção contra médicos brasileiros formados em Cuba e direi a V. Exª por quê.

Em 1982, fui colega de Nelsinho Marchezan, que há algum tempo não via. Fomos vizinhos no Rio de Janeiro, onde me formei em engenharia. Naquele ano, fui eleito Governador pela primeira vez com 36 anos – era pouco mais do que um menino. Desafiado, fui o primeiro Governador eleito depois da revolução. Procurei montar uma equipe de bom nível, conforme os quadros disponíveis em meu pequeno Estado do Rio Grande do Norte. Escolhi, então, como Secretário de Saúde, o Sr. Leônidas Ferreira de Paula, um homem da melhor qualidade, de passado considerado de esquerda.

Num dado momento do meu Governo, logo no começo, o Sr. Leônidas pediu para ir a Cuba e passar 30 dias a fim de verificar o sistema de medicina daquele País. Eu disse-lhe que fosse rapidamente. Ele dirigiu-se a Cuba e foi prestigiadíssimo por aquele Governo, trazendo daquele País a idéia do médico da família, implantada no Rio Grande do Norte em 1983.

Sou muito mau propagandista do que faço. Em 1983, o Estado do Rio Grande do Norte, pelas mãos do médico Leônidas Ferreira, meu Secretário de Saúde, homem de esquerda, perseguido pela revolução, instalou naquele Estado o programa "Médico da Família", que foi um sucesso. Consegui reduzir, no Bairro Brasília Formosa, em Natal, a mortalidade infantil quase a zero. Fiz esgoto condominial e implantei o médico da família, que andava de bicicleta. Construí o posto de saúde e fazia-se a visita domiciliar. A mortalidade foi a quase zero num bairro paupérrimo, uma favela perigosa, onde conseguimos, por meio da humanização urbanística e da prestação do serviço público, trazer aquela sociedade para a formalidade e reduzir os índices de mortalidade a próximo do zero.

Veja V. Exª que, passados pouco mais de 20 anos, o filho do Sr. Leônidas estuda hoje medicina em Cuba. Chama-se Alberto e é meu amigo pessoal. Ele vai formar-se agora e procurará a validação de seu diploma neste momento. Eu tinha todas as razões de coração para não fazer o requerimento para que V. Exª comparecesse a esta Casa. Mas não fui eleito para defender razões de coração. Como V. Exª expôs, todos temos a obrigação de defender o interesse coletivo e voltar-se contra os privilégios.

Preocupava-me a afronta à Lei de Diretrizes e Bases, que manda claramente que os médicos formados, seja onde forem, para validar o diploma, façam um confronto curricular. Analisa-se se o currículo de quem vem de fora para este País está de acordo com o da universidade brasileira. Faz-se, então, uma prova escrita e uma oral e aprova-se. Carimbado o diploma, o MEC delega à universidade a realização desses diplomas. Na hora em que houver essa validação automática, estar-se-á relegando a segundo plano o papel da universidade. Na sua autonomia, ela estaria sendo menosprezada. Graça a Deus, não o está! O editorial está errado pela palavra de V. Exª.

Outro fato a que me referiria e sobre o qual V. Exª já se antecipou é sobre a Comissão Consultiva de Especialistas do Mercosul, que já vem de algum tempo. Em 2006, a Profª Regina Stela, que coordena os trabalhos de Medicina, vai já, creio que experimentalmente, pôr em prática os pressupostos da avaliação da Escola de Medicina na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Brasil, tentando aprimorar o nível de todos. A Argentina se encarrega da Engenharia. A partir de 2005, já se vai fazer a compatibilização de currículos, de qualidade de ensino e de validação de diplomas com seus pré-requisitos. E o Chile, que ficou encarregado da Agronomia, fez, experimentalmente, em 2004, esse trabalho. Como é que nós, que estamos tentando melhorar, por esta Comissão de Educação, o nível universitário, nós, que queremos formar um bloco comercial e político- regional, como iríamos furar essa boa intenção, abrindo privilégio para Cuba? Não cabia na minha cabeça. Graça a Deus, V. Exª vem aqui, esclarece os fatos e diz que o editorial estava errado, que nada foi dito até agora. Mas agora, nesta Comissão do Senado, está dito que não, não se vai ferir a Lei de Diretrizes e Bases. Pelo contrário, o MEC quer, sim, melhorar o nível e não deseja dar ao médico supostamente generalista o privilégio de vir ao Brasil para ser otorrinolaringologista, para ser cardiologista, para ser especialista em alguma área, se não tiver a

qualificação apropriada para fazê-lo, pondo em risco a vida de brasileiros.

Com essas palavras, agradeço a V. Exª, a quem peço desculpas pelo incômodo de ter vindo aqui. Mas creio que sua vinda...

O SR. TARSO GENRO – Ao contrário. É uma honra, Senador. É uma obrigação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A sua vinda vai ensejar este debate democrático e o esclarecimento de fatos que se impõem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª deseja fazer algum comentário com respeito à fala do Senador?

O SR. TARSO GENRO – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, também autor de requerimento, Senador João Ribeiro, que certamente vai expor os termos de seu requerimento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PF – TO) – Sr. Ministro Tarso Genro, em primeiro lugar, ressalto que peguei carona no requerimento de convocação do Senador José Agripino e agradeço ao Senador Hélio Costa por ter subscrito o requerimento, exatamente no sentido de aproveitarmos a presença do ilustre Ministro que sei é um homem muito ocupado, pois tem muito a fazer por este País afora, e muito a fazer pelo Brasil na área de educação.

Já estive, pessoalmente, com V. Exª, cuidando de assuntos de interesse de faculdade no meu Estado e confesso que fui muito bem atendido.

O que me fez solicitar esse adendo ao requerimento no sentido de tratar da questão dos médicos cubanos? Primeiro, quero fazer um relato rápido sobre por que trato deste assunto. Quando o Tocantins foi implantado, Ministro, tivemos profunda dificuldade de levar médicos brasileiros para o nosso Estado, que não queriam, nem aceitavam ir para o interior. Só queriam ir para a capital ou para as três ou quatro maiores cidades do Estado. Então, lamentavelmente, o ex-Governador Siqueira Campos não teve outra alternativa naquela época a não ser buscar a experiência e o apoio dos médicos cubanos e – diga-se de passagem – foi uma experiência maravilhosa. Foi muito bom o trabalho que esses médicos cubanos fizeram no Tocantins. Na época, o Estado chegou a ter 253 médicos, e hoje conta com apenas 104. Na época, articulamos, por intermédio do Ministério e da Unb o reconhecimento e uma autorização para que esses médicos trabalhassem no Tocantins.

No Tocantins, a grande maioria das cidades são 0.6, cidades pequenas de 3, 4, 5, 10 mil habitantes e nenhum médico brasileiro queria ir para lá, tínhamos profunda dificuldade. E, foi através dos médicos cubanos, que levamos e implantamos o Programa de Saúde da Família, a primeira assistência, os primeiros socorros através do enfermeiro e da enfermeira padrão que foi um avanço muito grande que o Brasil experimentou nos últimos anos na medicina, sobretudo com relação às famílias pobres da periferia no interior do Brasil.

Na verdade, fico muito preocupado porque o Secretário de Saúde do Tocantins, Dr. Gismar, que não pôde estar aqui presente, mas enviou a Drª Cléa Morais de Oliveira que está aqui lhe representando que é Assessora de Assuntos Internacionais do Tocantins – veja que o Tocantins, Graças a Deus, está muito importante e tem até Assessor para Assuntos Internacionais – no sentido de fazer um apelo ao Ministério para estudar a questão, uma vez que há essa colocação.

O Senador José Agripino colocou até, mas os brasileiros que estudam em Cuba. Estou falando até dos médicos cubanos que vieram prestar serviços ao País, ao desenvolvimento, cuidar da saúde do nosso povo vez que os brasileiros não querem ir para lá.

Veja que, Senador Paulo Paim, foi um negócio fantástico. Foi e está sendo fantástica a experiência e o apoio dos médicos cubanos. Também como cuido de vários assuntos nesta Casa, Ministro, quero fazer um outro apelo com referência aos médicos cubanos para que se estude direito essa situação, porque o Tocantins, breve, ficará sem médico no interior e não sei como vamos resolver o problema da nossa população já que o Tocantins assiste o sul do Pará e o sul do Maranhão.

A medicina no Tocantins hoje é muito evoluída e estamos fazendo em Araguaína, cirurgia de coração, de cabeça, enfim, se faz quase tudo em Araguaína. Temos médico que veio do Instituto do Coração e está fazendo um trabalho fantástico e estamos montando um grande centro médico no Tocantins e os médicos cubanos contribuíram muito para isso. Então, essa é a minha primeira preocupação.

Segundo, meu ilustre Ministro, me vem uma outra preocupação. Temos, hoje, funcionando no Brasil, alguns cursos de optometria. A optometria funciona no mundo inteiro e, por sinal, é uma profissão muito antiga, do início dos tempos. A optometria não vem de hoje e, no Brasil, infelizmente, optometrista está sendo preso por aí... Hoje as coisas melhoraram um pouco, mas conheço em Brasília, por exemplo, um optometrista que é professor na Universidade da Colômbia, professor em várias universidades no mundo inteiro e, no Brasil, tem que trabalhar escondido.

Optometria é uma profissão reconhecida no mundo todo. Compreendo que existem os médicos oftalmo-

logistas que têm todo o nosso apoio, mas entendo, Sr. Ministro, uma grande deficiência do Brasil na questão visual. Infelizmente, não trouxe os dados, mas depois pretendo apresentar e até mandar para V. Ex.ª que sei é um homem superpreparado e tem uma excelente assessoria, mas que fizesse um levantamento no sentido de verificar a importância do curso de optometria no Brasil.

Temos algumas faculdades funcionando. A Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, na Ubra, no Rio Grande do Sul que é uma excelente universidade que tem no nosso Tocantins, a Brás Cubas em Mogi das Cruzes, em São Paulo, Contestado em Canoinhas, em Santa Catarina e em Fortaleza, no Ceará. Mas me veio uma preocupação, Sr. Ministro, se esses cursos não tem reconhecimento.

Tenho dois irmãos que estão estudado em Fortaleza. E até estive aqui conversando com o assessor de V. Exª, que é da área de ensino superior, o Professor Nelson Maculan, exatamente para que envidemos esforços para o reconhecimento desse curso de optometria.

E quero dizer mais, Sr. Presidente. Está tramitando um projeto de lei, de autoria do ilustre Senador gaúcho Paulo Paim – quero pedir a S. Exª para subscrever o projeto –, que reconhece a profissão de optometrista, que, em 1930, foi reconhecida. Depois, não sei por que, com o passar dos tempos, ela passou para a clandestinidade, ou houve o não reconhecimento do curso.

É o apelo que faço a V. Exª, é uma questão séria, é uma briga que pretendo comprar com esta Casa, com o Senador Paulo Paim, porque precisamos resolver o problema da optometria no Brasil. Há muitas crianças nas escolas que não aprendem porque têm dificuldade visual. E os oftalmologistas que temos no Brasil não dão conta de atender à demanda que o País tem. As faculdades não têm formado quantidade suficiente de oftalmologistas, que são para curar doenças dos olhos, no mundo inteiro. Só no Brasil eles medem a acuidade visual, que deve ser medida pelo optometrista.

Na Alemanha, o senhor entra numa clínica ou numa ótica e sai com óculos. Tem o optometrista na loja, ou na ótica, ele faz ali a medição da sua visão e você já sai com óculos dali, com correção visual. Aqui no Brasil, infelizmente, esse é um problema que temos de enfrentar e resolver.

Então, faço esta colocação e este apelo. Sei que V. Exª é um homem sensível e o cumprimento, mais uma vez. Eu, pessoalmente, fui muito bem atendido por V. Exª, pela sua assessoria, enfim, por aqueles que trabalham com V. Exª no Ministério. Não há nenhuma reclamação, só elogios a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Eu gostaria de, se V. Exª concordasse, depois das colocações, fazer uma intervenção geral sobre as questões, porque estou anotando aqui devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeito. O Ministro prefere, então, falar ao final das colocações de todos os Srs. Senadores.

Vamos ao próximo inscrito, que é o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Bom dia, Presidente Hélio Costa, bom dia meu querido amigo e conterrâneo Ministro Tarso Genro.

Peço desculpas por não ter acompanhado a explanação inicial, Ministro, porque, hoje, no Senado, temos o privilégio de ter, no mesmo horário, dois ministros gaúchos. Temos o Ministro Rossetto na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, que fala especificamente sobre a questão do Pará.

Lá estive dando um abraço em S. Exª, e perdi a explanação inicial do Ministro Tarso Genro.

Mas quero dizer que, por conhecer o Ministro Tarso Genro lá do meu Estado, não tenho nenhuma dúvida da sua enorme sensibilidade humana e da sua enorme capacidade administrativa. Por essa razão tenho absoluta confiança no encaminhamento dessas questões, especialmente a da revalidação dos diplomas.

Acho que a presença dos médicos cubanos no Brasil é extremamente importante. Ouvi agora a manifestação do Senador João Ribeiro sobre o seu Estado, e da Senadora Fátima Cleide sobre o Estado dela também. Eles manifestavam preocupação com o encaminhamento de uma solução para esses profissionais que trouxeram uma enorme contribuição para a Medicina brasileira.

Por essa razão, a iniciativa do Ministério é válida e merece o nosso respeito. Coloco apenas uma preocupação a mais. Lembrei agora que temos, no Rio Grande do Sul, do lado de São Borja, em São Tomé, uma universidade argentina que está formando muitos gaúchos. E há uma certa preocupação, porque há publicidade induzindo muitos pais a matricularem seus filhos ali do outro lado da ponte São Tomé/São Borja.

Há uma outra situação que precisa ser resolvida, que é a da Bolívia. Chega a haver anúncios em jornais. Vi muito anúncio em jornal lá por novembro, dezembro, dizendo que fazer faculdade de Medicina na Bolívia é melhor, porque não é preciso fazer vestibular, etc. E isso pode se traduzir em problemas futuros.

Uma ação do Ministério nessa situação é extremamente importante.

E quero me somar à manifestação do Senador João Ribeiro sobre a optometria. Quero dizer que acompanhei, há cerca de 15 dias, a audiência da comissão internacional nomeada pelo Ministério da Educação para tratar da questão da optometria, que acho que o Ministério tem que enfrentar e está enfrentando. Inclusive o Professor Ibãnez estava presente junto com uma comissão de técnicos do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Saúde. Entendemos que tem que haver uma solução para o problema da optometria e esperamos que definitivamente consigamos fazer com que os oftalmologistas entendam que o optômetro pode ser um grande auxiliar no encaminhamento para a cura das doenças dos olhos junto, especialmente, às periferias pobres, que não têm acesso ao médico.

O SR. (Orador não identificado) – São trinta milhões de brasileiros, Senador, que não têm acesso a uma consulta de vista.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Mas acho que o Ministério tomou uma decisão firme ao convocar essa comissão internacional. Temos ali um médico oftalmologista americano, um holandês, dois optômetras, um costa-riquenho e um colombiano. Inclusive a história da optometria na Colômbia tem quase 100 anos; na Costa Rica, tem 80 anos; na Holanda, tem mais de 100 anos; na Alemanha, tem mais de 100 anos; e no Brasil, optômetra é preso. A ação do Ministério da Educação, que corajosamente está agora assumindo essa questão, tomando decisões e está ali com o Professor Ibanez e o professor Maculan.

Entendo, Ministro, que um estímulo a uma situação imediata poderá reverter um conceito que está errado, inclusive talvez por uma questão corporativista, um temor desnecessário. Na minha opinião, o optômetra será um grande parceiro do oftalmologista. Ele vai identificar lá na escola, especialmente nas escolas periféricas, João, onde muitas crianças repetem o ano por dificuldade de visão e não têm acesso a oftalmologista.

Com isso, seguramente vamos corrigir um problema histórico bastante grave: a criança que não tem acesso a oftalmologista. Com o optômetra contratado pela Prefeitura, pela escola, pelo Ministério, pela SEC, será feito um acompanhamento da situação da criança e, se necessário, a indicação de um oftalmologista.

Fico feliz, João, pela sua abordagem. E fico muito contente porque o Ministério está tratando este tema e estou acompanhando de perto as reuniões, porque conheço essa situação e sei da preocupação do Ministro Tarso Genro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Na seqüência, passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, na verdade, acabo de ser informado pelo Líder do PFL, Senador José Agripino, que V. Exª já teria respondido e a contento acerca do motivo principal da audiência, que seria a tal validação ou não automática dos diplomas de bolsistas brasileiros formados na Escola Latino-Americana de Medicina de Havana. Apesar de toda a distância ideológica, tenho o maior respeito e o maior carinho pessoal pelo Embaixador Tilden Santiago, como tenho muito respeito por V. Exª, não faço segredo disso.

Portanto, já que não vou fazer uma pergunta que já foi feita, eu queria sair um pouco dessa questão localizada e dizer que minha preocupação era também os sinais emitidos para o exterior. Essa solidariedade do Presidente exacerbada ao Sr. Hugo Chávez num momento em que a Venezuela avança sobre conquistas dos cidadãos, ou seja, censura à imprensa, leis restritivas ao direito de críticas ao Presidente. Vejo um foco, a meu ver equivocado, demasiada importância dada pelo Governo a tal conquista da cadeira permanente no Conselho de Segurança de uma ONU que caiu junto com o multilateralismo, com os bombardeios do Presidente Bush ao Iraque, unilaterais. Vejo pouco avanço. Para mim, não importa se o Presidente, ideológica ou pessoalmente, a essa altura da vida, é de esquerda, de direita ou de centro, de bola, de rebola, de carambola, de costas, de lado. Importa-me o Presidente ter a consciência de que é um *must*, uma obrigação da diplomacia brasileira, a meu ver, avançar tendo como prioridade a Alca, os acordos com o Mercosul, os acordos bilaterais que têm sido feitos à farta pelo México. Vejo pouca assinatura efetiva de acordos bilaterais. E o México está fazendo isso. Ou seja, vejo uma Alca saindo às nossas costas, ou seja, o Brasil fora dela, sem entender que a Alca deveria ser uma prioridade. Não se trata aqui de ser americanista ou antiamericanista. Na minha juventude, causei alguns prejuízos à embaixada americana quebrando vidros e ajudando a indústria brasileira de vidros, que, na época, era de um mineiro, seu conterrâneo, Tião Paes de Almeida, que ganhou muito dinheiro às minhas custas, porque ele é quem repunha os vidros na embaixada americana no Rio de Janeiro.

Então, preocupam-me mais esses sinais, ou seja, é uma política externa que, a meu ver, poderá redundar, em algum momento, em prejuízos econômicos para o País.

Fiquei tranqüilo com a resposta que V. Exª deu ao Líder José Agripino, que me foi relatada por S. Exª muito honestamente. E V. Exª pode até dizer para mim

que não é esse o tema, que não estamos aqui para discutir a política externa brasileira, seus caminhos ou seus descaminhos. Mas quero só enfocar para V. Exª, Ministro Tarso Genro, que, além de vir aqui lhe dar um abraço pessoal, vim também para dizer da minha preocupação com esses sinais globais, que terminam interessando, sim, a um ministro da educação com a visão de mundo que V. Exª tem, e a quem faz economia no País porque política externa, cada vez mais, vai ser item de política econômica, como vejo que educação é um item de política econômica.

Se V. Exª me perguntar assim – e sei que V. Exª há de concordar comigo –: "Arthur, você classifica a minha pasta entre as pastas sociais?" Eu lhe direi que sim. E se V. Exª perguntar: "E a classifica entre as pastas econômicas?" Eu lhe digo sim, também, porque não consigo imaginar que este País dê o grande salto de que precisa sem uma revolução profunda no ensino básico, no ensino posterior ao básico, culminando com o aperfeiçoamento do terceiro grau e do que venha depois: pós-graduações, mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos.

O Brasil, portanto, tem que começar a olhar a educação desse jeito, como instrumento de política econômica também. A saúde não deixa de ser uma política social e uma política econômica, na medida em que, se adoto uma política de saúde boa, com ampla prevenção, estou poupando dinheiro da Previdência, estou, no fundo, permitindo que o Estado brasileiro possa investir mais em políticas sociais. Aí, sim, vou mostrar se o governante é de esquerda porque, para mim, ele será de esquerda se for sensível aos reclames das maiorias; e, de direita, se for sensível aos reclames de minorias. Aí eu faria essa concessão. Eu não seria – digamos – de me autodeclarar de esquerda imaginando que, com isso, eu teria imunidade em relação à minha visão social do mundo.

Sei que posso ter fugido um pouco do foco da discussão, mas foi apenas para lhe dizer do respeito até intelectual que tenho por V. Exª, o que me instiga, portanto, a vir com todas essas divagações. Mas fiquei tranqüilo com o fato de saber que não é automática a revalidação. E assim sendo, essa não deixa de ser uma boa medida para a segurança dos doentes brasileiros, que tem que ser levado em conta. Não tem que entrar em jogo a preferência ideológica de uns ou o passado do outro. Enfim, pura e simplesmente, vejo Cuba como uma peça da diplomacia brasileira do tamanho de Cuba. Não procuro vê-la maior. É do tamanho de Cuba. Vejo os Estados Unidos grande, gostando ou não disso, eu os vejo grande. Vejo a União Européia importante, não importando se gosto ou não disso. E vejo Cuba do tamanho que Cuba tem, assim como vejo o Brasil como uma potência intermediária, que não pode se arvorar maior do que é e nem deve deixar que a façam menor do que ela é.

Portanto, dentro desse tema global, peço-lhe desculpas por ter, talvez, extrapolado, mas fico satisfeito com a resposta que foi dada. E tranqüilo porque, de fato, não seria cabível que tivesse sido de outra maneira.

O SR. JOÃO RIBEIRO **(Sem Partido – TO)** – **Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.**

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador João Ribeiro, o Ministro prefere fazer de imediato um esclarecimento sobre as perguntas iniciais dos quatro primeiros Senadores e, posteriormente, continuarmos com as perguntas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO) – Desejo fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO) – É que eu tenho uma preocupação a respeito do encaminhamento dos trabalhos, que nós precisamos discutir. Sugiro a V. Exª, como Presidente desta Comissão, neste momento em que a TV Senado está transmitindo a reunião da Comissão de Constituição e Justiça – que é uma Comissão muito importante, sem dúvida –, que depois tome as providências e também faça a sua reclamação para que o Brasil também possa assistir, num momento como este, o Ministro ao vivo debatendo conosco nesta Comissão de Educação.

Sr. Presidente, não entendo por que a reunião desta Comissão não é prioridade no dia de hoje. São temas tão importantes que a população brasileira, tenho certeza, na sua grande maioria, gostaria de estar assistindo ao vivo os nossos debates com o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A observação de V. Exª é muito pertinente, Senador João Ribeiro e, mais do que ninguém, evidentemente, entendo a importância da televisão ao vivo no momento em que temos um Ministro de Estado da importância do Ministro Tarso Genro falando sobre um assunto dessa magnitude.

Vamos levar ao conhecimento, primeiro, da Mesa do Senado, ao Senador Renan Calheiros, e também à TV Senado, uma vez que há um Ministro de Estado prestando esclarecimentos em uma Comissão deve ter preferência numa transmissão ao vivo. Aliás, no passado, era assim. Espero que voltemos a ter, no mínimo, um rodízio de quais as Comissões que são cobertas ao vivo pela TV Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A minha sugestão seria até uma reunião, puxada por V. Exª, com os Presidentes das Comissões da Casa para, examinando em conjunto com todos eles os temas e as presenças nas audiências públicas, todos consensualizarem que o justo seria irmos pelo tema e pela presença. Tem razão o Senador João Ribeiro. Creio que V. Exª poderia tomar essa iniciativa, que, na verdade, daria a dimensão devida à presença ilustre como a do Ministro da Educação e a temas importantes como outros que, mesmo sem a presença do Ministro, podem estar sendo, em algum momento, discutidos em uma Comissão. Isso mereceria a cobertura ampla da mídia brasileira, a critério dela, e da mídia do Senado, a critério dessa reunião, que V. Exª poderia muito bem coordenar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Anoto a sugestão de V. Exª e vamos imediatamente encaminhar nesse sentido.

Vamos às observações do Ministro Tarso Genro com relação às primeiras perguntas colocadas pelos Srs. Senadores.

Concedo a palavra o Sr. Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Serei breve, Sr. Presidente, porque as perguntas efetivamente não foram em número muito grande. São mais observações e propostas que vamos evidentemente considerar com todo o respeito, com todo o acatamento que merece esta Casa e os seus Senadores.

Pontualmente, sobre cada uma das observações.

A observação do Senador José Agripino. Em diversas oportunidades, quando questionado pela imprensa, eu afirmei que o MEC não estava tratando de nenhuma revalidação automática, que isso iria contrariar a autonomia da universidade e que, sim, um conjunto de relações, ora pelo MEC, ora pelo Itamaraty, ora em conjunto (relações internacionais) estavam pautando essa questão do diploma em função até do processo de integração sociocultural e econômico, que passa pelo processo de globalização. Evidentemente, o Brasil faz opções no momento em que vai estabelecer essas relações. As nossas opões não são fechadas a esse relacionamento. Em primeiro lugar, nós queremos regular essa revalidação dos diplomas de forma universal e desta universalidade sairão pactos relacionados com a especificidade de cada um dos países que estarão negociando conosco esse processo. A minha resposta e a informação que passei aos jornalistas não teve, lamentavelmente, na imprensa, a mesma repercussão que teve o editorial de **O Estado de S.Paulo** com toda a força constitutiva que tem de opinião esse conhecido e importante jornal do nosso País.

Em relação à questão dos médicos cubanos no Brasil, a informação dada pelo Senador João Ribeiro é correta, que temos de várias fontes. Isso não é somente em Tocantins. Regiões importantes do País não recebem médicos formados no Brasil por uma série de injunções, inclusive por processo de elitização do curso de Medicina no Brasil, que absorve uma parcela muito pequena da classe média baixa para baixo, o que determina que a Medicina tenha se estruturado no Brasil – isto não é uma responsabilidade nem da universidade, nem dos professores, nem dos alunos – de maneira a formar médicos que se dirigem principalmente a cidades médias ou a cidades pequenas de grande poder aquisitivo ou às grandes capitais. Isso é uma decorrência da estrutura atual, que evidentemente precisamos corrigir com a própria reforma do ensino superior.

Sobre a questão da optometria, de uma parte, cabe ao MEC regular os cursos. Por dentro da reforma do ensino superior, podemos tratar dessa questão de maneira mais adequada, na minha opinião. Por meio de que mecanismo? Decidir se o curso de optometrista vai ser um curso superior ou um curso pós-médio. Portanto, terá de se decidir se ele será um curso superior ou um **college**, que permitiria a formação de um tecnólogo, com o exercício restrito a determinadas atividades.

O que há por trás, na verdade, dessa questão? Há uma concorrência pelo mercado de trabalho entre os médicos e os oriundos de uma outra profissão que vem se afirmando a partir de critérios sucessivos de especialização que surgiram, aliás, dentro da Medicina, como ocorre com outras profissões. Isso se reflete na estrutura universitária e deverá refletir no processo de reforma. Hoje, ainda temos uma margem reduzida para regular essas novas profissões, enquanto formação. Isso poderá ser mais aberto, mais concreto, mais conseqüente por dentro da reforma do ensino superior.

Compartilho da visão de que a optometria é, sim, uma profissão, mas o limite do exercício dessa profissão é o caminho apresentado pelos Senadores João Ribeiro, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que, na minha opinião, é o correto. O limite é a partir da regulamentação profissional, ou seja, de uma norma que, na sua especificidade, aponte para os Conselhos Regionais de Medicina, que existe a admissibilidade de determinados atos profissionais considerados uma profissão e, portanto, com uma determinada regulação.

Não são todas as profissões que têm uma regulação, que têm uma estrutura corporativa que permite o acesso ao mercado de trabalho. Por exemplo, um professor, que se forma e tem a sua titulação, pode fazer um concurso público para exercer a sua profissão;

já um advogado pode fazer um concurso público para exercer a sua profissão, mas vai poder, efetivamente, acionar os seus direitos profissionais em juízo se ele for inscrito na OAB, que, portanto, faz o filtro corporativo regulatório – não estou entrando no mérito – para o exercício dessa profissão.

Sobre a questão abordada pelo Senador Sérgio Zambiasi entre São Tomé e São Borja, que é um exemplo clássico – sou de São Borja e atravessei o rio muitas vezes para ir em direção a São Tomé, quando criança, ou para pescar no rio Uruguai –, ela é uma questão gravíssima que está apresentada para o ensino no mundo e, particularmente, para o ensino na América Latina. Por quê? Porque a formação profissional passa a integrar um mercado ou já socialmente integrado, em função das relações políticas e sociais da América Latina, ou integrado por meio dos mecanismos ilegais de relacionamento comercial, como ocorre com determinados países da América Latina na sua relação com o Brasil. Essa integração de fato suscita uma concorrência na formação de profissionais. Então, o que ocorre? Isso determina o surgimento não somente de um mercado de formação profissional, com todas as conseqüências que isso determina – e as conseqüências positivas são ofertas de vagas no ensino superior, e as negativas são baixa qualidade da prestação educacional, o que ocorre também internamente nos países –, mas essa concorrência também começa a se expressar por meio deste tipo de proposta de formação: atravesse a ponte e venha fazer o curso de Medicina em São Tomé, sem vestibular. Não estou dizendo que seja assim lá. Estou apenas dando um exemplo de natureza retórica, mas que consegue caracterizar a questão. O que temos de fazer? Temos é que regular, a partir da autonomia e da soberania de cada um dos países, como se vai processar esse novo mercado, porque ele já existe. Não se trata de suprimi-lo, e sim de regulá-lo e, nessa regulação, apontar para sua qualificação.

Quanto às observações do Senador Arthur Virgílio, vou levar ao Presidente da República as suas preocupações. Não compete a mim responder a essas colocações, que são não só respeitáveis, mas também configuram a opinião de um Líder de Oposição, que, em última análise, não correspondem à efetividade da Pasta pela qual respondo enquanto Ministro de Estado.

Eu vou levar, V. Exª pode estar certo, ao Presidente da República respeitosamente as suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito sou. Vou fazer a pergunta daqui... V. Exª quer contestar alguma coisa? (Pausa.)

Antes, porém, vou devolver a Presidência ao titular, Senador Hélio Costa.

(Assume a Presidência o Senador Hélio Costa)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou esclarecer ao Senador Paulo Paim que talvez o erro tenha sido meu. No momento em que V. Exª pediu a sua inscrição, já estava feita a inscrição do Senador Augusto Botelho. Mas V. Exª está inscrito.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Ministro, fiquei muito feliz ao ouvir que V. Exª respeita a autonomia universitária. Temos, portanto, muito com que andarmos juntos, neste País, quando disse que não serão reconhecidos diretamente os diplomas vindos de Cuba.

Contudo, eu gostaria de deixar bem claro que o Conselho Federal de Medicina só autoriza exercerem a Medicina médicos formados no estrangeiros, depois de eles fazerem as provas ou a adaptação nas universidades e do reconhecimento pelo MEC do diploma desses profissionais.

Depois de isso ocorrer ele pode exercer a profissão.

Lamentavelmente, vou dar uma notícia para o João Ribeiro de que Lá em Roraima temos médicos cubanos desde 1990. todos que conseguiram o CRM com a prova saíram de lugares pequenos, saíram do interior e foram para outros lugares. Geralmente, são os especialistas, porque em Cuba formam-se três tipos de médicos: o médico básico, que só pode tratar a pessoa no ambulatório. Ele não entra sequer na policlínica. Depois o generalista básico. O generalista integral pode trabalhar em hospital e em policlínica. Para isso são mais dois anos após os cinco anos de faculdade e um de estágio. Depois, temos os especialistas.

Quando eles vêm para o Brasil, não sabemos qual é o tipo de médico que vem. Geralmente, para ser médico da família vem o generalista básico. Ele não está habilitado para ser médico do nível dos nossos médicos. Por isso eles têm dificuldades com as provas das universidades.

Outra coisa dos nossos médicos formados nas universidades da América Latina é que muitos deles – e essas são palavras que me foram passadas de uma Comissão do Conselho Federal de Medicina, que visitou vários países da América Latina – estudam em faculdades que não são sequer reconhecidas pelos próprios países. Como vão querer chegar aqui e exercer a Medicina sem fazer provas?

Então, a universidade tem mesmo de exercer o seu poder porque a responsabilidade de atendimento ao povo é da universidade ao colocar o médico de boa qualidade no mercado.

Em relação a Cuba, há outro assunto. Já que foi mencionado, temos no Brasil mais ou menos 100 mestres, com mestrados feitos em Cuba, na área de educação. Eles estão tendo dificuldades em revalidar os seus diplomas.

Eu gostaria que o Sr. Ministro colocasse uma equipe para estudar isso, para ver a possibilidade de conseguirmos uma solução para essas pessoas. Elas foram para lá, ficaram entre dois e três anos, fizeram os seus cursos e voltaram para cá. Eles voltaram ao Brasil, mas ainda não têm os seus diplomas reconhecidos pelas nossas universidades.

Agora, vamos entrar no assunto polêmico da optometria. O Brasil tem 12 mil oftalmologistas. A Organização Mundial da Saúde recomenda um oftalmologista para cada 20 mil habitantes. Temos 01 para cada 15 mil habitantes.

Segundo, os 30 milhões de pessoas que não têm acesso à oftalmologia não vão conseguir nada se colocarmos os optometristas para atender essas pessoas. Nós não vamos conseguir.

Há um jornal da Associação Pediátrica Americana de Oftalmologia e Estrabismo, de julho de 2004, em que fizeram um trabalho sobre as crianças atendidas pelos médicos oftalmologistas e pelos optometristas, ou seja, pelos técnicos. Entre as pessoas atendidas pelos médicos, para 11% foram receitados óculos. No percentual atendido pelos optometristas, para 35,1% foram receitados os óculos.

A sociedade estima que houve um prejuízo de US$200 milhões em óculos receitados desnecessariamente. Então, os Estados Unidos, que são um dos pioneiros na optometria, estão revendo a situação em relação a essa profissão. Vamos introduzi-la aqui no Brasil? Temos oftalmologistas de sobra. Não temos recursos, condições, para que atendam todas as pessoas. Se o SUS credenciar todos os oftalmologistas para atender por sua tabela teremos o atendimento que falta em vários lugares.

No meu Estado também temos deficiência de oftalmologistas. Temos poucos. O problema é de recursos. Nos Estados Unidos eles aplicam muito a tal da venda casada. O optometrista fica dentro da ótica. É lógico que terá que receitar muitos óculos. Ele trabalha dentro da ótica, é funcionário. Vamos gerar uma demanda maior por óculos criando a optometria. Sei que já existem várias faculdades que estão andando, mas creio que precisamos pensar bem, analisar bem, antes de regularizar essa profissão.

Sempre estive ao lado do Senador Paulo Paim em todas as lutas. Nessa vamos estar em barreiras opostas porque minha visão é diferente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO**?**) – Depois, teremos direito à réplica? Quero contestar o Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, meu companheiro e Ministro Tarso Genro, quero dizer-lhe que não tenho nenhuma dúvida quanto à sua posição em relação aos médicos cubanos.

Já sabia um pouco da história de Tocantins por intermédio do Senador Eduardo Siqueira Campos. S. Exª falou-me muito do trabalho dos médicos cubanos em Tocantins. Disse-me inclusive, e agora foi confirmado, que muitos chegam a chorar por ter que abandonar a medicina familiar que exercem com carinho, com emoção, com sentimento e da maior qualidade. Trata-se de uma assistência, como diziam eles, da unha ao último fio de cabelo. É um tratamento que muito poucos têm neste País. Os médicos cubanos trabalham, efetivamente, na experiência de Tocantins, que acompanhei.

Lembro-me, Ministro Tarso Genro, de duas questões que vou relatar. Em primeiro lugar, elogiarei V. Exª. Como o Prefeito da Capital, Vice-Prefeito e um dos mentores do orçamento participativo etc, de toda a discussão na Capital gaúcha, podemos dizer que Porto Alegre ficou entre as 25 cidades do mundo com a melhor qualidade de vida. Então, V. Exª tem história. Como administrador, como conhecedor das formas de dirigir-se à população (diálogo e interação), V. Exª fala de cadeira, além de ser um intelectual respeitado em todo o País. Não tenho nenhuma dúvida de seu procedimento.

Lembro-me, também, de um outro gaúcho, de um dentista: Adylson Motta. Acompanhei a luta dele em relação aos dentistas, em Portugal. Foi um trabalho gigantesco. Era tão polêmico quanto o que vejo agora. É claro que me preocupo também com os profissionais de outros países. Percebo com alguma preocupação – e não gostaria que fosse – que há um cunho ideológico, uma questão específica, por ser Cuba. Gostaria que essa posição ficasse de lado porque os médicos estão fazendo um excelente trabalho.

Procuraram-me, pelos corredores, ao saberem que o Ministro estaria aqui, inúmeras famílias cujos filhos estudam em Cuba. Estão preocupadíssimas. Tinham o entendimento de que lá aprenderiam medicina da mais alta qualidade. Voltarão ao nosso País como ilegais.

Meus cumprimentos pela forma como o Ministério está tratando esse tema.

Ministro, tomei a liberdade, no dia de ontem, juntamente com outros Senadores, de encaminhar um outro requerimento à Mesa. Sei que o momento não é adequado, pois não quero fugir do assunto. Sei que terei oportunidade. Mas sou um apaixonado, um entusiasta, do ensino profissionalizante, porque entendo que a realidade do nosso povo, num País de terceiro mundo, é crítica. São precárias as condições dos nossos jovens ao enfrentarem o mercado de trabalho, quando saem do chamado ensino primário e secundário. A minha formação, por exemplo, foi numa escola técnica profissionalizante, bem como a do nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria de uma outra oportunidade. Sei que o tempo não vai permitir; sei que V. Exª está estudando com muito carinho essa questão. Tive a satisfação de almoçar, há poucos dias, no meu gabinete, com o Assessor Jairo Jorge, por quem tenho o maior carinho e respeito, assim como o tenho por todos os demais assessores, mas por ele, em especial, porque é da minha Cidade, e expus esse problema.

Estou muito entusiasmado com a forma pela qual o Ministério está tratando essa questão do ensino profissionalizante e gostaria de uma oportunidade, no momento adequado, para ouvir algo mais sobre esse tema. Sem sombra de dúvida, o nosso jovem não tem condição de pagar uma universidade. Então, a forma de chegar até ela, querendo ou não, é aprendendo uma profissão nesse primeiro momento do seu ensino que entendo ser fundamental.

Deixo, então, essa pergunta a que V. Exª poderá responder num outro momento, mas não posso deixar também de dizer: parabéns pelo ProUni! V. Exª sabe que sou apaixonado pela política de cotas, e foi pelo ProUni que conseguimos fazer com que milhares de negros, índios e pobres tivessem acesso à universidade.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na seqüência, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Educação, Tarso Genro, gostaria apenas de fazer duas indagações: a primeira é sobre o Fundeb. Entrei com um projeto aqui nesta Comissão, ainda no ano de 2003, estendendo os recursos do Fundef, à época, para alfabetização de jovens adultos. E o fiz entendendo que as prefeituras e mesmo os Estados não têm muito interesse em investir nessa área. Assim, acredito que o Ministério da Educação deveria auxiliar os Estados e Municípios nessa questão da alfabetização de jovens e adultos.

Fui aconselhado por assessores do Ministério, ainda à época do Ministro Cristovam e agora sob a gestão de V. Exª, para dar um tempo no projeto, adiando-o, porque estava vindo o Fundeb. Já se passaram dois anos, e o Fundeb não chegou ainda ao Congresso – e ainda ontem a Senadora Fátima Cleide fez um pronunciamento cobrando o Fundeb.

Li nos jornais de hoje que o Ministro Palocci esteve, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, onde disse que não havia recursos e que o Fundeb demandaria algo em torno de R$4 bilhões a R$4,5 bilhões.

Então, pergunto a V. Exª: a iniciativa virá para o Congresso em forma de projeto de lei – e logo – ou em forma de medida provisória?

A segunda indagação, embora eu saiba que versa sobre questão já muito falada aqui, tem as suas peculiaridades. O meu Estado tem centenas de médicos formados na Bolívia, haja vista termos uma linha de fronteira de 1.300km – formados em Cuba também, mas em menor quantidade. E o transtorno desses cidadãos e cidadãs que se formaram na Bolívia e em Cuba é muito grande. Conheço famílias cujos pais, aqueles que tinham alguma posse, já gastaram cerca de R$30.000,00 (trinta mil reais) para tentar – e não sei nem que termo usar, pois uns falam uma coisa, outros falam outra –, enfim, a validação ou a convalidação, revalidação ou reconhecimento de diploma. São tantos os nomes que dão que não sei nem o que falar sobre esses diplomas obtidos na Bolívia e em Cuba.

Em uma cidade histórica do nosso Estado, Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, havia seis médicos, entre os quais um formado no Brasil, portanto reconhecido pelo Conselho de Medicina e pelo MEC; os outros cinco formados na Bolívia. Essa situação foi denunciada pelo Conselho Regional de Medicina à Polícia Federal. Eles não foram presos, mas tiveram a prática da Medicina imediatamente suspensa naquela cidade. Eles, então, saíram desesperadamente. O próximo concurso que seria realizado para a convalidação de diploma era em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas.

Para inscrição no exame, cobrava-se uma taxa no valor de R$5.000,00. Eu pergunto a V. Exª se isso é legal: uma instituição federal cobrar R$5.000,00 a título de taxa de inscrição. E os cinco se dirigiram a Manaus e pagaram os R$5.000,00, porque haviam ganho um dinheirinho da Prefeitura. Lá, as Prefeituras pagam bem, cerca de R$8.000,00, R$9.000,00 para um contrato mensal de médico. Este, às vezes, pode dar plantão em duas ou três cidades. Então, o médico

ganha bem lá no Norte, uma vez que não tem médico formado no Brasil que queira ir para uma cidade como Costa Marques ou para outras cidades da região. Acredito que em Roraima também – o Senador Augusto Botelho está fazendo um gesto afirmativo aqui – é muito difícil para algumas cidades conseguirem médicos formados no Brasil, porque a medicina ainda é uma profissão cara, de custo muito alto e na qual nem todos conseguem se formar.

Então, é o drama das famílias cujos filhos se formam em Cuba ou na Bolívia e é um drama da população que, de repente, fica sem médico.

Pergunto a V. Exª se vamos encontrar uma saída para essa situação. E a esperança é muito grande. Eu sei que o Presidente do Brasil se reuniu com os Presidentes de Cuba e da Bolívia. Eu estava nessa reunião, que se realizou aqui no Blue Tree, e estávamos muito próximos de um acordo para reconhecer esses diplomas, porque essa prova é muito difícil. Eles até alegam que as provas são feitas para ninguém passar e que parece que há uma determinação, não sei se do MEC ou das universidades, para que esses médicos formados em Cuba e na Bolívia não passem nessas provas.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passar a palavra à próxima oradora, a Senadora Fátima Cleide, eu vou dar o direito de réplica para o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Senador Augusto Botelho, que é uma pessoa que eu respeito e admiro muito, quero dizer que sei que o Senador Augusto Botelho, como médico, não poderia adotar a posição diferente dessa que adotou aqui hoje.

Eu só quero lembrar aqui, sem fazer e sem entrar no mérito da discussão, Senador Augusto Botelho, que, se formos entrar no campo do ataque, haverá muito problema pela frente. Eu conheço vários oftalmologistas que são donos de ótica, que receitam para o ótica dele isso é proibido e funciona descaradamente por aí afora.

Então, estou preocupado, Senador Augusto Botelho, com os 30 milhões de brasileiros que não têm acesso a uma consulta, a um exame, porque o optometrista não faz consulta, ele faz exame. E há uma diferença entre avaliar a acuidade visual do cidadão e fazer um exame clínico. Naquele caso, ele não vai fazer cirurgia, não vai receitar remédio, pelo menos os que são da área técnica. E vale lembrar que nós já temos curso superior de Optometria funcionando no Brasil, de forma ainda irregular, e que espera o reconhecimento do MEC. Foi aí que eu entrei, Senador Augusto Botelho, no sentido de pedir apoio do Ministro Tarso Genro. Fiquei muito feliz quando S. Exª informou que já existe uma Comissão cuidando desse assunto para que possamos regulamentar essa profissão no Brasil.

Trata-se de uma profissão extremamente importante, Sr. Ministro, volto a repetir. Nada contra os médicos; isso não vai diminuir em nada o número de pacientes. E os números do Senador Augusto Botelho não batem com os meus. Na verdade, um oftalmologista para atender 20 mil habitantes, acabaria por atender só a elite da cidade. As crianças que estão na escola, os pobres da cidade não entrariam nesta lista. Se o cidadão tem que visitar um oftalmologista pelo menos uma vez ao ano, o que seria o mínimo – e o retorno, em muitos casos, é a cada seis meses –, como é que ele iria atender uma população de 20 mil habitantes.

Esses números, contudo, estão errados. Os números que eu tenho são ainda maiores: são 30 milhões que estão à espera de um exame de vista, entre os quais crianças que têm problemas na escola. E, aliás, o Ministério da Educação, Sr. Ministro, já manteve um programa anteriormente e que cuidava desta questão, ou seja, da saúde visual das crianças. Não sei se atualmente há algum programa no MEC relacionada a isso. Se não tiver, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª no sentido de que cuidasse disso também, porque é muito importante que as crianças possam, pelo menos, ter condições de enxergar as letrinhas lá no quadro e estudar com um pouco de dignidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para sugerir um encaminhamento, se V. Exª assim entender, inclusive para colaborar com os trabalhos da Comissão.

Como sou autor do projeto, que tramitou por mais de dez anos na Câmara e agora está no Senado, e como percebi que aqui gostaria de também dialogar sobre o tema, acho que podemos explorar mais o Ministro nos outros temas e nos proporíamos a marcar uma audiência pública em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sem dúvida. Na verdade, como foram encaminhados vários requerimentos para que o Ministro respondesse sobre vários outros assuntos, o Ministro se propôs a voltar a nossa Comissão para atender a todas as Srªs e Srs Senadores que queiram novamente encaminhar os seus questionamentos a fim de que S. Exª possa, evidentemente, recebendo uma listagem de todos os assuntos, vir a tratar de todos eles.

Na verdade, vejo uma grande boa vontade de parte do Sr. Ministro nesse sentido, até porque esta audiência pública foi marcada exclusivamente para tratar da questão dos brasileiros que vão para Cuba

estudar Medicina e daqueles cubanos que vêm para o Brasil e aqui exercem a Medicina.

Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo, e não vou me alongar aqui no porquê. Quero iniciar pela excelente qualidade do material que V. Exª trouxe à Comissão e que está sendo bastante elogiado pelos Senadores.

Fiz um pronunciamento aqui ontem, como mencionou o Senador Valdir Raupp, em que registrava as conquistas e os avanços do Ministério da Educação, principalmente naquilo que é a nossa luta permanente: a educação básica. Também fiz uma cobrança quanto à urgência do Fundeb, que é uma expectativa de toda a sociedade brasileira.

Tenho me debruçado, Sr. Ministro, sobre essa questão dos estudantes, tanto de Cuba quanto da Bolívia, pelas mesmas razões apresentadas aqui pelo Senador Valdir Raupp, haja vista que a nossa realidade é a mesma: somos do Estado de Rondônia, um Estado que tem 1.300km de fronteira aberta, de rios. E, inclusive, chamou-me a atenção o fato, narrado por V. Exª, de que atravessava o rio com crianças para pescar.

A nossa realidade histórica, no Estado de Rondônia, é de famílias que costumavam, até há pouco tempo e ainda hoje, atravessarem os rios Mamoré, principalmente, e Guaporé para levarem as crianças ao médico na Bolívia. Por isso, considero uma incoerência dizer que aqueles alunos que estudam na Bolívia não têm formação suficiente para prestarem atendimento médico no Brasil. Creio que há mais do que isso por trás dessa questão, e manifesto minha preocupação.

Essa questão da autonomia universitária é uma bandeira de luta nossa, sempre foi. Mas defender a autonomia universitária diante dessa informação, colocada aqui pelo Senador Valdir Raupp, de que a Universidade Federal do Amazonas cobra cinco mil reais para fazer uma prova, e grande parte dos alunos que lá vão, nessa tentativa de conseguir regularizar sua situação, não conseguem passar, penso que é, no mínimo, preocupante e merece investigação, porque o Estado já custeia, de certa forma, a Universidade. Precisamos de uma resposta a essa questão; precisamos saber por que essa taxa é tão elevada.

Em segundo lugar, penso que o nosso Governo tem que agir com certa pressa nessa situação, não apenas com relação a Cuba, mas a outros países que fazem fronteira com o nosso. Essa é uma questão de inclusão social, até porque as famílias que se esforçam em mandarem os seus filhos estudarem fora do País são famílias pobres que não conseguem ter acesso à universidade pública no Brasil. É mais que urgente a necessidade de uma resposta do Governo à nossa sociedade que, no fundo, é a mais prejudicada.

O Senador Valdir Raupp disse aqui do exemplo da cidade de Costa Marques, distante da capital do Estado cerca de 24 horas, na época em que a estrada está boa. Agora, com as chuvas, são dois dias para se chegar lá. Mas há outras cidades mais próximas em que as Prefeituras chegam a pagar salários para os médicos de doze, treze, até quinze mil e não conseguem ter um médico na cidade. E temos, no Estado, um número significativo de médicos, formados tanto em Cuba quanto na Bolívia, que não podem atuar.

Penso que a nossa sociedade não pode mais ser penalizada. Precisamos dar respostas rápidas. Tenho agido, como disse inicialmente, desde o segundo semestre de 2003, procurando o Ministério da Educação, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde. Infelizmente, comissões são montadas e não conseguimos ter respostas definitivas. Não podemos passar mais dois anos esperando por isso, Ministro. Então, seja lá o que for, tem que ser rápido.

Se teremos que passar por uma prova como a da Ordem dos Advogados do Brasil; se a universidade vai ter que... Há de haver mais pressa também na resposta das Universidades para definirmos, enfim, a regulamentação dessa situação, até para que a população não continue a sofrer.

Tenho dito sempre às famílias que nos procuram: "Desistam dessa idéia de mandar os seus filhos estudarem fora". Mas, infelizmente, muita gente já os mandou há muito tempo, e eles já estão formados. De forma que precisamos ter uma solução para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senadora.

A Senadora Fátima Cleide foi a última inscrição na minha lista de Senadoras e Senadores que se propunham a fazer perguntas para o Exmº Sr. Ministro.

Eu, como co-autor de um dos requerimentos, evidentemente deixei para o final a minha observação.

Passo a palavra, entretanto, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Infelizmente, o Senador João Ribeiro já foi embora. Porém, gostaria de dizer que os números que citei foram da Organização Mundial da Saúde (OMS), passados a mim pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, em primeiro lugar.

Em segundo, esclareço que não sou contra a que médicos cubanos trabalhem no Brasil. Tenho amigos em Roraima, cujos filhos nasceram comigo e que estão estudando Medicina em Cuba.

Agora, tenho que discordar quando... Bem; esse assunto já acabou, até porque o Ministro já disse que tem que passar pela universidade para isso. Entretanto, não podemos facilitar para os outros sem olharmos para os nossos médicos, que se esforçam, que trabalham duro, que fazem vestibular, que fazem prova para residência, fazem prova para título de especialista etc. Ora, todos têm que exercer a profissão.

Lá em Roraima, na região de Raposa, só houve um médico cubano até hoje; nunca mais teve outro médico lá, só um cubano. Então, quero que os médicos cubanos tenham a sua regulamentação, mas que isso seja feito de acordo com os trâmites legais do nosso País, sem que haja privilégio de uns em detrimento de outros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Quero deixar claro para o plenário que o Senador Augusto Botelho está usando o seu direito regimental de replicar. S. Exª não está tendo nenhum privilégio para falar além do tempo regulamentar. O Senador João Ribeiro fez o mesmo, também usando seu tempo de réplica para poder se dirigir ao Sr. Ministro.

Sr. Ministro Tarso Genro, como co-autor de um dos requerimentos, assinado também pelo Senador João Ribeiro, eu gostaria de fazer duas perguntas a V. Exª.

Em primeiro lugar, qual o número de bolsistas brasileiros, ou de estudantes brasileiros estudando Medicina em Cuba? Esse número é muito diferente do de brasileiros estudando Medicina em qualquer outro país, inclusive, evidentemente, nos países do Mercosul?

Mas, como o assunto mereceu uma audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, em razão de inúmeras notícias divulgadas pela imprensa e, como citou o próprio autor de um dos requerimentos, um editorial de um importante jornal nacional sobre a questão do reconhecimento, no Brasil, dos diplomas de estudantes brasileiros de Medicina em Cuba, faço ainda uma outra pergunta: se Cuba for o país onde temos o maior número de brasileiros estudando Medicina, V. Exª tem alguma explicação para o fato de esse país ter a preferência dos jovens brasileiros para o estudo da Medicina no exterior?

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Em primeiro lugar, minha saudação ao meu querido amigo Senador Pedro Simon, que, ao lado do Senador Sérgio Zambiasi, constituem dos quadros políticos que mais orgulham meu Estado e que prestigiam a reunião deste Colegiado. Reafirmo a saudação que fiz ao meu querido amigo Senador Paulo Paim, do meu Partido, que teve que se retirar e justificou sua ausência, ainda porque não apresentou nenhum questionamento, nenhuma pergunta.

Primeiro, a questão dos mestrados que estão sendo feitos em Cuba. Realmente esse problema existe. As Universidades estão apresentando resistências ao reconhecimento desses mestrados. Então, ou modificamos a autonomia da universidade para induzi-las a critérios uniformes de forma a que comecem a aceitar esses mestrados, ou não produzimos nenhuma norma e essa questão permanece restrita ao âmbito da autonomia das universidades. Não existe caminho intermediário. Este processo está sendo discutido, negociado, não só em termos administrativos, no MEC, mas também no bojo da própria reforma do ensino superior.

Em relação à questão do ensino profissionalizante, gostaria de trazer uma informação: são três grandes eixos de trabalho em que estamos operando. De uma parte é a recuperação de um projeto chamado Proep, que é um financiamento do BID, de mais de seiscentos milhões de reais, cuja prorrogação estamos solicitando, uma vez que o projeto, na sua aplicação, teve uma série de adversidades, de problemas de natureza técnica bastante sérios, os quais estamos procurando recuperar desde a minha entrada no Ministério. Esse projeto nos permite uma expansão importante do ensino técnico e tecnológico aqui no Brasil.

O segundo eixo é a Escola de Fábrica. Trata-se de uma modalidade de ensino técnico de nível fundamental, que está conectado a outros programas de inclusão social do Governo. São 500 escolas este ano, em caráter experimental, que formarão jovens de acordo com o que é exigido pela base produtiva da região. No ano que vem, devemos começar a multiplicar, porque se trata de uma experiência diferente: não é fazer da escola uma fábrica, mas fazer a fábrica ser penetrada por uma escola, ser integrada por uma escola, o que é completamente diferente. Inclusive, o treinamento de natureza prática só poderá contemplar 20% das horas-aula, deixando assim bem clara a natureza do projeto.

Um outro eixo é um processo legal, já em nível técnico, de integração do ensino médio com o ensino profissional. Já temos três Estados conveniados, onde estamos iniciando esse processo, que será financiado com recursos do MEC e do Proep. Queremos expandir este ano para mais dez Estados. O que significa isso? Concretamente, significa que os Estados poderão dizer que essa escola, por exemplo, será de nível médio e também de nível técnico, dadas as necessidades e características da região. O jovem que entrar naquela escola escolherá se deseja fazer as matérias curriculares ordinárias do nível médio ou se cumprirá mais horas-aula para sair com o diploma de nível médio técnico. Este é um processo que já está em andamento em três Estados, sendo que pretendemos, ainda este

ano, conveniar com mais dez Unidades da Federação. Agora, esse é um processo lento: levaremos de cinco a oito anos para que essa reintegração seja totalmente incrustado novamente na estrutura educacional brasileira, ou seja, para que se dê efetivamente a reintegração do nível técnico com o médio.

Em relação ao Fundeb, o Presidente da República nos orientou para que, no prazo de dez dias – e hoje já estamos no nono –, apresentássemos a proposta de emenda à Constituição, e não de medida provisória ou de decreto, porque, se ele vai substituir o Fundeb, isso só poderá ser feito por uma emenda à Constituição. Esta questão do Fundeb é uma posição programática do Governo, e o Presidente já nos deu orientações, ao Ministério da Fazenda em integração com o Ministério da Educação, no sentido de buscar uma saída para os recursos. Estes poderão ser originários do crescimento econômico, de um processo que deverá ocorrer, pelo menos esta é a previsão que sempre foi feita pelas autoridades econômicas do País; de um declínio da taxa de juros; de poupança de recursos que estejam sendo desnecessariamente usadas em atividades meio etc. O que quero deixar claro é que eu e o Ministro Palocci estamos totalmente afinados na busca da solução financeira para o Fundeb, na medida em que nós dois respondemos ao Presidente da República a respeito desta questão. O MEC não responde mais pelo Fundeb; o MEC respondeu pelo Fundeb até o momento em que entregou a sua proposta de emenda à Constituição. Agora, é uma questão de governo conforme a orientação do Presidente.

Estou inteiramente de acordo com a preocupação do Ministro Palocci de que devemos, na proposta de emenda à Constituição, preferencialmente na exposição de motivos, dizer quais as origens desses recursos para o Fundeb. A preocupação da pasta do Ministro Palocci é totalmente correta. Aquilo que S. Exª disse ontem, aqui no Congresso, foi exatamente a orientação que recebemos do Presidente: procurem juntos uma saída para que possamos apresentar na proposta do Fundeb uma saída financeira.

O Fundeb exige uma grande mobilização de recursos, que terá um impacto pesadíssimo na estrutura sistêmica da educação brasileira, haja vista que são R$4,3 bilhões em quatro anos. Obviamente, temos que procurar a fonte para isso. Estamos totalmente irmanados na procura dessa fonte e vamos apresentar ao Presidente da República, em dez dias, a redação final da proposta de emenda.

A proposta de emenda à Constituição nós já elaboramos. Ali se prevê, progressivamente, uma elevação de 18% para 22,5% em quatro anos – e talvez, negociando com o Ministro Palocci, é possível que cheguemos à conclusão de que será em três anos ou em cinco, ou em dois. Esta é uma negociação que ainda está por acontecer. Obviamente, a proposta que o MEC está fazendo não se choca com a visão de estabilidade macroeconômica que tem a Pasta da Fazenda – nem foi esse o espírito, pelo contrário. O que se pretende é dar conseqüência estrutural para um projeto de alcance social para o País, em conseqüência de uma estabilidade macroeconômica já alcançada e cujos dividendos positivos têm que ser distribuídos de maneira equânime para a sociedade brasileira. E não conheço outra forma que não seja a educação para fazer essa distribuição. Por isso, temos o compromisso de apresentar a proposta do Fundeb.

Realmente, como diz a Senadora Fátima Cleide, essa questão é programática, deixando-nos a todos muito ansiosos. Quero dizer de público, Senadora – e sei que V. Exª sabe disso –, que, desde o primeiro dia em que cheguei ao MEC, fizemos um exaustivo trabalho de negociação com o Consed, a Undime e outras entidades, mas particularmente com os Secretários estaduais e municipais. Promovemos estudos profundos, estudos técnicos e acurados; inclusive, modificamos a nossa proposta inicial para chegarmos a uma proposta relativamente comum do que seria o Fundeb. A proposta que virá para cá não é uma proposta do Partido dos Trabalhadores, do MEC ou do movimento de educadores do País; é uma proposta que já tem um mínimo de consenso para ser discutida, aprovada e modificada pelo Congresso Nacional.

A nossa pretensão é que o Presidente remeta essa proposta de emenda ainda neste mês de abril para o Congresso, e possamos, aprovado o Fundeb até o fim do ano, ter uma transição no ano que vem.

Ontem tive uma reunião com os representantes do Banco Mundial que vieram se oferecer para discutir conosco um aporte de recursos para a sustentação da transição do Fundef para o Fundeb, que será efetivamente um problema no primeiro ano. Digo isso apenas para mostrar a V. Exªs que a proposta que se está construindo tem um acolhimento universal, não só no campo social, educacional, como também de agências locais e internacionais.

Não me separam do Ministro Palocci aquelas observações que S. Exª fez aqui ontem. Concordo integralmente com elas. E S. Exª disse de maneira clara: "Eu e o Ministro Tarso Genro fomos encarregados pelo Presidente para achar uma saída para financiar este Fundo". Foi exatamente isso que aconteceu.

Finalmente, as perguntas feitas pelo nobre Senador Hélio Costa. Eu ia dizer 700, mas os meus companheiros de Secretaria me corrigiram: são 600 brasileiros atualmente estudando Medicina em Cuba.

Estive recentemente em Cuba – e até saiu uma bela foto minha com o Presidente Fidel Castro no jornal **O Estado de S.Paulo**, pelo que agradeço a promoção feita –, e nós nos reunimos lá com os alunos brasileiros. Vamos tentar solucionar essa questão de acordo com a legislação brasileira, de acordo com o princípio de autonomia das universidades. Isso exige um processo dialógico. O MEC não fará nenhuma proposta que amanhã seja derrubada por algum mandado de segurança dos Conselhos Regionais ou pelo Conselho Federal de Medicina. Não. Vamos fazer uma proposta séria, concreta, negociada com Cuba e com os nossos parceiros internacionais, para que ela tenha inclusive foros de universalidade. É esse o caminho que vamos trilhar, inclusive porque esses médicos que estão fazendo cursos em Cuba têm, sim, uma destinação específica, que é aquela a que o Senador João Ribeiro se referiu: são médicos já formados, já especializados na medicina familiar; o médico de família. Aliás, tive a honra de começar a implantação de um programa dessa natureza na minha querida Porto Alegre.

A segunda questão é que não há uma preferência dos brasileiros em relação a Cuba. O que há é uma oferta maior de Cuba para acolher estudantes estrangeiros. É um país que luta com inúmeras dificuldades econômicas, que padece de um bloqueio econômico reconhecido, do qual o Brasil, inclusive, não compartilha – essa é a posição do Presidente Lula. E esse bloqueio determina que Cuba procure determinadas arestas de relacionamento internacional, dentre elas o turismo e a questão educacional, o que gera, portanto, uma oferta de vagas, de bolsas, de cursos. Sabe-se, inclusive, que os cursos de Medicina em Cuba são respeitados internacionalmente. Não é verdadeira a visão de que os cursos de Medicina em Cuba são "subcursos" ou que sejam cursos inferiores, por exemplo, aos da Bolívia ou de São Tomé, ou eventualmente de outro País. Não. São cursos de qualidade. Agora, temos de verificar se esses padrões de qualidade são compatíveis com a legislação que regula o sistema de ensino brasileiro, tratando a questão com aquela postura de neutralidade e compromisso com a legalidade e a moralidade que o poder público tem de ter em relação a esses estudantes.

Então, essas são as informações. O Brasil tem milhares de bolsistas no exterior, cursando a pós-graduação – mestrado e doutorado –, espalhados em todo o mundo. Em Cuba, há uma especificidade, qual seja, a oferta maior dos cursos de graduação, o que determina um trânsito maior de jovens, principalmente jovens pobres, que não podem chegar a uma universidade aqui, porque não têm dinheiro para pagar os conhecidos cursinhos, ou jovens que não têm, na sua região, universidades públicas federais ou estaduais, estando, pois, impossibilitados de chegar ao curso superior. Agora, eles já dispõem do ProUni, que ajuda. Entretanto, em última análise, são jovens que aproveitam a oportunidade e vão àquele país obter a sua formação.

Então, são essas as informações que eu queria dar.

Registro ao Senador Hélio Costa que fiquei muito honrado com esse convite. Reafirmo que estou sempre à disposição desta Casa e agradeço publicamente, nesta Comissão, onde vim dar esclarecimentos sobre o ProUni, o acolhimento que esta Casa teve para produzir um diálogo de alto nível, o que possibilitou aprovarmos aquele projeto que gerou hoje um novo sistema de ingresso no ensino superior no Brasil. Se são 126 mil jovens que entram nas Universidades federais por ano; são 112 mil jovens que passam a entrar nas particulares, a maioria deles com bolsa inteiramente bancada pela União Federal.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria ainda de ouvir do Sr. Ministro explicações sobre aquela questão da Universidade do Amazonas, mais precisamente sobre essa taxa de inscrição de R$5 mil. Isso é legal?

O SR. TARSO GENRO – Perdão. Essa cobrança é feita, Senador Valdir Raupp, com os mesmos critérios com que são cobradas as inscrições para os vestibulares, ou seja, é um vácuo legal que existe na regulamentação da autonomia, que permite que as universidades façam isso. Na proposta que estamos encaminhando de reforma da educação superior, estamos propondo a proibição de qualquer cobrança originária da universidade pública. Há uma zona cinzenta, um vácuo de legalidade a partir do conceito de autonomia, que permite ou não permite, segundo alguns mandados de segurança já conseguidos para as pessoas que tentam fazer a sua inscrição gratuitamente. Mas há uma zona *gris*, pela qual a universidade faz essa cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Nós evidentemente já encerramos o nosso ciclo de perguntas. Mas vejo que o Senador Pedro Simon nos pede a atenção, até para saudar o seu ilustre conterrâneo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu teria o maior prazer em fazer uma saudação, mas, na verdade, não quero fazê-la. É que decidimos ontem que aproveitaríamos a reunião para fazer a outra pergunta a V. Exª, Sr. Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E é exatamente o que eu gostaria de poder falar.

Em primeiro lugar, eu felicito ao meu amigo e bravo companheiro que está fazendo um trabalho muito importante no Ministério. Mas eu o felicito principalmente pelo que saiu na Imprensa com relação à possibilidade de troca da dívida por investimento em Educação. Essa é uma matéria que aqui no Congresso vem se discutindo muito e eu, de modo especial, tenho debatido bastante sobre ela desde o tempo do Governo Fernando Henrique. Em nível nacional se debate sobre a possibilidade de que parte da dívida dos países do terceiro mundo, ou dos países em desenvolvimento, seja trocada por investimentos, quer em infra-estrutura, quer no social, como o combate à fome, a construção de casas ou moradias de baixa renda e a educação. O próprio Presidente Lula, na abertura da Conferência Nacional da ONU, o ano passado, fez referência a isso.

O Presidente do Banco Mundial se referiu a essa matéria. O próprio Papa abordou esse assunto quando falou na vergonha do mundo quando imaginamos que com uma parte, uma média parte do que é gasto quando as grandes nações se preparam para a guerra se resolveria o problema da fome no mundo. É dentro desse contexto que eu vi, com muita satisfação, a posição do nobre Ministro de encaminhar a possibilidade de ver a perspectiva de converter dívida em investimentos em Educação.

Nós tivemos agora, há poucos dias, um êxito na Argentina, quando aquele país e a Espanha iniciaram esse diálogo. A quantia pode não ter sido muito grande, setenta milhões, mas é importante. E foi um primeiro...

O SR. TARSO GENRO – Sessenta e dois milhões de Euros. É uma quantia razoável...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um bom bocado.

O SR. TARSO GENRO – ... para o orçamento argentino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. E que é um início realmente significativo.

Ontem esteve aqui o Ministro da Fazenda e eu fiz a S. Exª essa pergunta. Ele disse que V. Exª estava trabalhando nisso e que ele lhe daria todo o apoio, todo o estímulo nesse sentido, embora ele não fosse muito...

A SRª FÁTIMA CLEIDE – Entusiasta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (*Inaudível*) confiante na possibilidade de o mundo olhar dessa forma. Eu o achei meio "economês" nesse sentido. Mas eu discordo. Eu acho que V. Exª está indo num caminho certo e o primeiro passo na Educação é altamente positivo. Nós não podemos nos esquecer de que hoje, nosso amigo Ministro Tarso, o Brasil é o campeão do mundo em pagamento de juros de dívida externa. O Banco Mundial poderia colocar um quadro do tamanho da parede com a fotografia do ex-Ministro da Fazenda do Governo Fernando Henrique, que foi quem deu o maior lucro que o Banco Mundial teve em todos os tempos. E se o nosso amigo Presidente Lula não mudar, o Ministro Antonio Palocci terá o segundo quadro também. Então, eu acho que nesse sentido o trabalho de V. Exª é excepcional e deve ter o apoio.

Eu estou nisso e pedi que na audiência de V. Exª – e o nobre Presidente e os Membros da Comissão concordaram – fosse aditada essa questão, primeiro para trazer nossa total solidariedade. Eu acho que ela é importante e é significativo que o Senado dê força a isso. Digo que V. Exª conte conosco com o que for necessário e desejo ouvir de V. Exª alguma explicação do que está sendo feito e onde nós podemos ajudar.

Meus cumprimentos e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes que alguém se manifeste, devo esclarecer ao Senador Pedro Simon que o requerimento de sua autoria, encaminhado ontem, durante a reunião da Comissão de Educação, foi aprovado, sim, e encaminhado ao Sr. Ministro na tarde ontem.

Evidentemente, o Ministro não teve condições de receber o seu requerimento. Muito embora tenhamos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É porque V. Exª não conhece tanto o Sr. Ministro como eu. Ele está pronto para responder a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. A qualquer momento que não seja nesta reunião, porque, a primeira observação que fez o Ministro, ao chegar aqui, é que preferiria voltar, numa outra reunião, para atender ao requerimento de V. Exª. Entendendo que é um assunto tão importante, como havia também uma solicitação do Senador Paulo Paim para que ele respondesse sobre as escolas técnicas, o Ministro se propõe a voltar para falar de escolas técnicas, de financiamento à educação e outros assuntos.

Agora, evidentemente, o Ministro tem todo o direito de responder a duas palavras sobre o assunto, até para encaminhar e deixar V. Exª mais tranqüilo. Até vou fazer coro com V. Exª, como o fiz ontem, no sentido de que, na hora em que aprovarmos, vamos colocar todos os Estados na fila para converter dívidas estaduais em créditos de educação. Em Minas Gerais, isso vai ser uma beleza. Pagamos R$160 milhões, todo mês, ao Governo Federal em detrimento da educação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se fosse possível, gostaria de fazer algumas pequenas observações antes de o Ministro se referir ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Temos o compromisso de liberar o Ministro às 13 horas. Já estamos atrasados por sete minutos, mas, evidentemente, se o Ministro concorda, estamos inteiramente às ordens.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou ser bem objetiva, Sr. Ministro, porque, inclusive, tive a oportunidade, quando veio a divulgação pela imprensa da tomada de decisão de fazer todo esse reforço, essa proposição, nos organismos internacionais da troca da dívida, de saudá-la no Plenário, porque entendo que seja algo da maior relevância e vem numa lógica de que o Governo brasileiro, atualmente, tem tido uma posição muito clara de abrir caminhos. Quando senta com o FMI e negocia que a questão do investimento em infra-estrutura deixa de ser contabilizado para efeito de superávit primário, está abrindo isso não apenas para o Brasil, mas para os demais países. Quando vai para a Organização Mundial do Comércio, com as proposições contra os subsídios agrícolas, não está fazendo isso apenas no interesse do Brasil, mas de todos os países com um perfil assemelhado ao do Brasil, em termos de disputa do mercado internacional com os grandes produtores que subsidiam a sua agricultura.

Então, entendo que essa medida, essa posição adotada, cujo grande batalhador foi V. Exª, até para que fosse aprovada dentro do Governo, deve ser enxergada sob a ótica de o Brasil estar tomando à frente os interesses de um conjunto que, ou tem um tratamento diferenciado, ou tem, em termos internacionais, uma postura coletiva de enfrentamento dos grandes interesses das maiores nações e do poderio econômico.

Assim, queria colocar nesse contexto essa decisão de pleitearmos e brigarmos, em nível internacional, pela conversão da dívida em aplicação e investimento na educação.

O SR. TARSO GENRO – Vou responder brevemente a essa questão e fico à disposição do Senador Pedro Simon e desta Casa para maiores esclarecimentos. Esse movimento surgiu de uma reunião em Buenos Aires entre os Ministros de Educação do Mercosul, a partir de uma proposta primeiramente formulada pela Argentina, com um documento comum então firmado pelo Brasil, Argentina, Bolívia e por alguns países que participaram dessa reunião há um ano aproximadamente.

A partir desse momento, fizemos uma consulta ao governo espanhol, e este nos respondeu, por meio da Organização dos Estados Ibero-americanos, que compartilhava da posição, queria participar desse movimento e, mais do que isso, estaria disposto a dar um exemplo no bojo do movimento em relação à dívida que pode ser perdoada de Estado para Estado. Há dívida de Estado para agência e assim por diante.

A partir dessa reunião dos Ministros da Educação, fiz uma consulta ao Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda me enviou um documento, onde faz um conjunto de observações técnicas mostrando – e eu gostaria de colaborar com essa questão da dívida –, na visão da Fazenda, alguns obstáculos de natureza jurídica e técnica que efetivamente existem para o caso brasileiro.

Com esse documento da Fazenda, fui ao Presidente da República, porque, embora eu tivesse assumido essa posição na reunião de Buenos Aires, eu o fiz enquanto era o responsável pelo Ministério da Educação. Levei, então, ao Presidente da República esse documento da Fazenda e o documento originário dessa reunião de Buenos Aires e também um diagnóstico feito pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. E mais, levei também uma resolução da Conferência Internacional da Unesco, onde o Brasil, através da minha pessoa, defendeu a posição segundo a qual a Unesco deveria assumir esta batalha. E a Unesco fez menção expressa nesse documento tirado na reunião internacional ocorrida em Genebra.

Apresentei ao Presidente esses documentos, e o Presidente fez uma carta ao Presidente Zapatero, dizendo que o Brasil estava de acordo com o movimento e queria compartilhar com a Espanha e com a Argentina dessa mobilização. Depois desta carta – não sei se há alguma conexão, mas obviamente tem relação política – o Presidente Zapatero, em visita à Argentina, fez o perdão da dívida de 62 milhões de euros para investimentos em educação.

Agora temos uma agenda: em maio, uma reunião do comitê – OEI, Unesco, Brasil, Argentina e Espanha, que ocorrerá em Madri. Essa reunião do Comitê convocará uma reunião preparatória, que será em julho ou agosto, já para apresentação de propostas técnicas, porque a nossa equipe está trabalhando no MEC, juntamente com a Fazenda, com dados oferecidos pela Fazenda. E nós convocaremos uma reunião preparatória para julho, para apresentação dessas propostas técnicas. Depois deverá ocorrer uma conferência internacional, que será em setembro ou outubro, data a ser marcada ,de todos os países interessados em processar esta negociação. Obviamente isso só poderá ocorrer se houver uma grande mobilização social nos países. Não acredito em nenhuma reforma e também em nenhuma negociação internacional séria, profunda, de interesse pública, se não for um movimento da sociedade sobre o Estado. E isso não tem nada a ver

com o Presidente Lula, com o Presidente Zapatero ou com o Presidente Kirchner; isso tem a ver com a forma através da qual os Estados se enredaram no processo de globalização financeira. E essas decisões são de alta densidade política, que se fazem contra uma visão tipicamente técnica, tipicamente contábil das relações internacionais.

O Presidente da República tem uma posição clara sobre isso, um documento formalmente encaminhado ao Presidente Zapatero. O processo está em andamento, o Ministério da Fazenda está colaborando conosco nessa questão. Obviamente ao Ministério da Fazenda sempre compete colocar as questões de natureza técnica, os obstáculos formais, mas com uma postura solidária e colaborativa em relação a essa questão. Tanto é verdade que foi fundamental essa posição de isenção da Fazenda em relação à questão, para que o Presidente da República assumisse essa posição. Tenho uma vasta documentação sobre isso que coloco à disposição desta Casa.

Creio que este ano teremos em setembro um grande movimento internacional, porque essas relações só podem ser relações obtidas através de uma negociação, através de um processo contratual que se dá evidentemente numa relação de forças de natureza política no plano global.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vamos terminar a reunião sem o Senador Suplicy falar absolutamente nada?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ontem, com o Ministro Palocci, falei 28 minutos e estou comprometido a não exagerar. Posso falar em 28 segundos?

Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, Ministro. Para o esclarecimento de todos nós, pergunto – sei que V. Exª tem, prezado Ministro Tarso Genro, explicado isso –: do ponto de vista do credor do governo espanhol, como surgiu no Presidente Zapatero a clarividência para dizer que era uma boa idéia, que irá inclusive interessar à Espanha? Se estamos sendo credores de 62 milhões de euros e podemos considerar que, ao invés de a Argentina nos pagar 62 milhões de euros, vamos transformar isso num projeto pelo qual a Argentina propicie mais oportunidade de educação para o seu povo e, com isso, vamos também nos beneficiar disso, como se dá isso? Como é a mágica? Acho que na sua explicação...

O SR. TARSO GENRO – Foi uma relação política da Organização dos Estados Americanos com o governo espanhol.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato. Mas qual a ....

O SR. TARSO GENRO – E a partir da eleição do Presidente Zapatero, com um diálogo interno em que houve dificuldades inclusive com o próprio Ministério espanhol. Mas foram superadas por meio de uma relação do Presidente e do seu Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas qual foi a palavra de persuasão sua ao Ministro da Fazenda espanhol?

O SR. TARSO GENRO – Aí foi OEA.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, mas – digamos que isso seja colocado para o FMI, para o Banco Mundial, para o governo dos Estados Unidos da América ou para as instituições financeiras – como persuadir o responsável pela instituição financeira, diante da qual o Brasil tem eventualmente uma certa dívida, de que isso poderá ser positivo para a instituição?

O SR. TARSO GENRO – Eu me prontificaria vir a uma reunião especial para responder. Pode ser?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um drible do Garrincha, do Pelé ou do Maradona.

O SR. TARSO GENRO – Mas há várias possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Agradeço a contribuição do Senador Suplicy. E, certamente, em nome de todos os Senadores e de todas as Senadoras, agradeço ao Ministro Tarso Genro a sua participação nesta audiência pública, que foi muito esclarecedora e, certamente, com as suas observações definitivas sobre a questão.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h17min.)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 05 de abril de 2005.

Às onze horas e dezoito minutos do dia cinco de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Teotônio

Vilela Filho, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que, "Modifica a Lei nº 9766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do Salário-Educação". O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer é favorável com as emendas oferecidas. É concedida vista a Senadora Fátima Cleide, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Marinha Raupp que, "Denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa que, "Insere o art. 49-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Hélio Costa, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2002 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos que, "Insere novo parágrafo no artigo 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de forma a destinar parte de seus recursos para o atendimento na educação infantil em tempo integral". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti que apresenta parecer pela rejeição. O Senador Leonel Pavan oferece voto em separado, pela aprovação do projeto. Depois da discussão do parecer e do voto em separado passa-se a apreciação, por força regimental, do parecer de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que é rejeitado por sete (7) votos contrários, cinco (5) votos favoráveis e a abstenção do Senador Garibaldi Alves Filho. Logo após é submetido à deliberação o voto em separado do Senador Leonel Pavan, pela aprovação, que é acatado por oito (8) votos favoráveis, quatro (4) votos contrários e a abstenção do Senador Garibaldi Alves Filho. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Autoriza a criação da TV Brasil Internacional". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e a prejudicialidade do projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data de Zumbi dos Palmares". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por doze (12) votos favoráveis, com as abstenções dos Senadores Augusto Botelho e Gerson Camata, que apresenta declaração de voto. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1265, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Várzea Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 1434, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamboril, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 1467, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 039, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 047, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapagé, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 049, de 2005**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Canindé, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 050, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 053, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Itapipoca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 059, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Civil para o Desenvolvimento de Barbalha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbalha, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 099, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortim, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1473, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Pindorama Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1043, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Turquesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1167, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1178, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Poema de Pitanga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1181, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chopinzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1187, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1196, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Yara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1213, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora de Fátima para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de**

Decreto Legislativo nº 1246, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cabiúna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1259, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1288, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atalaia de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 1294, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Fronteiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1302, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão OM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1321, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura Novo Som Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Apucarana, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1325, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de São Sebastião da Amoreira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1358, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FM "Morada do Vento" de Joaquim Távora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Távora, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1377, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Naipi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1407, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Nossa Senhora da Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1425, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1449, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Águas Claras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1470, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Novas de Paz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1476, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Placar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) vo-

tos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1488, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Medianeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Medianeira, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 1492, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Barigui Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 004, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 017, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brotense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porecatu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 026, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 072, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio e Televisão Educativa do Paraná – TVE – para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba – Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 086, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 1275, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araripina – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripina, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação – ACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lábrea, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Princesa D'Oeste de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1066, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santíssimo Redentor para explorar serviço de radiodifusão sono-

ra em onda tropical na cidade de Coari, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1360, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Parintins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1367, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Madeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1371, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 1376, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 1379, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Dracena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dracena, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1384, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panamericana S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 012, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Social de Integração Comunitária de São Manuel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Brumas FM para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brumado, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim – ABCCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatim, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 1389, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 1444, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rede Família de Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 1455, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Santo André Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 1456, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Educacional Rádio e TV Natureza de Paranapanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-

dade de Paranapanema, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 1459, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 1460, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Monumental de Aparecida Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 1463, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 1465, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio 105 FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 013, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Guaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 1370, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 1383, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbahá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 68 Projeto de Decreto Legislativo nº 1464, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 1469, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Jacuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 1483, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Jacuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 1365, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale – FM Pequeno Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipumirim, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 1435, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a Portal Sistema FM de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 036, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Papanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Papanduva, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por

quinze (15) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 040, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fronteira Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 041, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 062, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tabajara FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 1440, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Barra do Boi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 1382, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Apoio Comunitário Itabiritense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 1421, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruaia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 1468, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio e Desenvolvimento Cultural de Traipu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Traipu, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 011, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Penedo Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 025, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 032, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 070, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande – Anadia – Alagoas – ASCOMPOTAG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anadia, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 1171, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Constelação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 1177, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sousa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sousa, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 1241, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo

que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tenório, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 1286, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Município de Alagoa Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 1335, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo-PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 1374, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale do Sabugy Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 1424, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de desenvolvimento Cultural e Social de Livramento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 001, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Artística e Cultural de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 083, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Catolé do Rocha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 1299, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Inhamuns Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 782, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Recreativa Donaria Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrano do Maranhão , Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 1396, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Morena FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 1400, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Óbidos, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 007, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Jarana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 042, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Ponta Negra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém,

Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 055, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta-Extra: **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 016, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elimar Máximo Damasceno que, "Inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável é aprovado. Pela ordem o Senador Cristovam Buarque, requer oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2004, do qual é autor. A Presidência esclarece o seguinte: 1) Regimentalmente a inclusão de matéria extra-pauta se efetiva por requerimento do relator. 2) A Presidência tem designado relatores ad hocs na ausência, por duas sessões, do relator originalmente designado. Neste caso, justifica-se a quebra da norma praticada pela comissão por três fatores: a) a matéria foi adiada na sessão anterior, uma vez que o relator designado encontrava-se em missão oficial no exterior; b) na semana vindoura, em virtude do feriado nacional não haverá reunião da comissão; c) há concenso em torno do projeto entre relator, o autor e nos debates iniciais na última semana, verificou-se o mesmo concenso. Pelo exposto o Senhor Presidente acata o requerimento e designa Senador Paulo Paim como relator ad hoc. **Extra-Pauta, Item Único: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, "Insere parágrafo no artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004**. Ficam adiados, em virtude do adiantado da hora as seguintes matérias da pauta: **Item 08: Requerimento de Informação** e pauta-extra: **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 069, de 2005 e Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1411, de 2004.** Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado**: "De acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado, ficam designado os seguintes Senadores ra comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social: Titulares – pelo Bloco da Minoria (PFL e PSDB): Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Marcelo Crivella Geraldo Mesquita Júnior. Suplentes: Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte e Edison Lobão. Titulares pelo PMDB: Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Hélio Costa e Papaléo Paes. Suplentes: João Batista Motta, Luiz Otávio e duas vagas. Titulares pelo bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS): Roberto Saturnino, Cristovam Buarque, Aelton Freitas e Sérgio Zambiasi. Suplentes: Paulo Paim e três vagas. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Havendo quórum regimental, iniciamos os trabalhos da 9ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, neste dia 05 de abril de 2005, terça-feira.

Inicialmente, analisaremos os PDS relacionados às emissoras de rádio educativa em todo o País.

Pedirei ao Senador Reginaldo Duarte que apresente o seu relatório para os Itens nºs 1 a 11, relativos a emissoras de rádio educativa em seu Estado, o Ceará.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável ao ato que renova a concessão da Rádio Cultural de Várzea Alegre Ltda., na cidade de Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

Do mesmo modo, o parecer é favorável à Associação dos Moradores do Bairro de Monte Castelo, na cidade de Tamboril, no Estado do Ceará.

São também favoráveis os pareceres relativos às seguintes matérias:

Renovação da permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda., na cidade de Crateús, no Estado do Ceará;

Concessão de autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunitário Popular de Paraipaba, na cidade de Paraipaba, no Estado do Ceará;

Ato que outorga a permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda., na cidade de Itapagé, no Estado do Ceará;

Ato referente à Rádio Aquarela Cearense Ltda., na cidade de Canindé, no Estado do Ceará;

Autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré, na minha região do Cariri, no Estado do Ceará;

Concessão de autorização à Associação Cultural de Itapipoca, na cidade de Itapipoca, no Estado do Ceará;

Autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim, na cidade de Fortim, no Estado do Ceará;

Ato de permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda., na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

Todos os pareceres são favoráveis a que essas empresas sejam autorizadas a explorar os serviços de radiodifusão nas cidades do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

O Senador Juvêncio da Fonseca vai relatar o Item nº 12.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item nº 12 se refere à aprovação do ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Pindorama Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e onda média na cidade de Sidrolândia, no Estado de Mato Grosso do Sul.

A Rádio Pindorama já vem prestando um grande serviço público a Mato Grosso do Sul. O Grupo Feitosa, proprietário dessa rádio, é respeitado, é trabalhador e tem mostrado que um bom serviço de comunicação ajuda o desenvolvimento e a educação do povo.

Portanto, somos favoráveis ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos aos próximos itens.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para relatar os Itens nºs 13 a 40.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos Itens nºs 13 a 40 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os pareceres do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, para relatar os Itens nºs 43 a 56.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Item 43. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão sonora na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Item 44. Aprova o ato que autoriza cessão comunitária de comunicação a executar serviço de radiodifusão na comunidade de Lábrea, Estado do Amazonas.

Item 45. Aprova ato que renova permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto.

Item 46. Aprova concessão da Televisão Princesa do Oeste de Campinas, para explorar o serviço de radiodifusão, som e imagem na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Item 47. Aprova ato que renova concessão da Fundação Santíssimo Redentor, para explorar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Coari, Estado do Amazonas.

Item 48. Aprova ato que renova concessão da Rádio Clube Parintins, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

Item 49. Aprova ato que renova concessão da Rádio Vale do Madeira Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.

Item 50. Renova concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, na Bahia.

Item 51. Aprova ato que renova permissão outorgada à Rede Vale Paraibana de Radiodifusão, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Taubaté, São Paulo.

Item 52. Aprova concessão da Rádio Nova Dracena, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Item 53. Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Panamericana, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Paulo.

Item 54. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Artística Social de Integração Comunitária de

São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária em São Miguel, Estado de São Paulo.

Item 55. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Brumas FM para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brumado, Estado da Bahia.

Item 56. Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatim, Estado da Bahia.

São esses os meus Relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os Relatórios apresentados pelo Senador Augusto Botelho.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Senador Romeu Tuma, peço que V. Exª relate os Itens de nºs 57 a 64.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item 57 é para a cidade de Pirassununga; 58, para a cidade de Limeira, só que este teve uma emenda em razão de ter sido a primeira concessão, a TV Estúdios passou para Rede Família de Comunicações. Esta emenda foi consignada no nosso relatório. De modo que é favorável também com a emenda apresentada; o 59, para a cidade de Santo André; o 60, para a cidade de Paranapanema; o 61, Mogi Guaçu; o 62, Aparecida, cidade importante, a cidade da padroeira do Brasil – numa hora dessas em que se comemora com tristeza o passamento do Papa, a cidade de Aparecida é lembrada intensamente pelos católicos; o 63, para a cidade de Santa Branca; o 64, Jundiaí; o 65, Guaíba – não, este já não mais meu.

É até o Item 64, e são todos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os pareceres do Senador Romeu Tuma.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos aos próximos itens.

Peço ao Senador Paulo Paim que apresente o Relatório do Item 65.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ao Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 13, de 2005, não **(inaudível)** violação de formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

E não havendo reparos quantos aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Guaíba Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim.

Não havendo que queira discuti-lo, passamos para o próximo item.

Senador Sérgio Zambiasi, o Senador vai relatar os Itens de nºs 66 a 70.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, Hélio Costa, o Item 66, Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí.

Item nº 67, Projeto de Decreto Legislativo 1.383, de 2004, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbá Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Item nº 68, Item 67, Projeto de Decreto Legislativo 1.464, de 2004, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pampeana – ACCP, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova, Estado do Rio Grande do Sul.

Item nº 69, Projeto de Decreto Legislativo 1.469, de 2004, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Jacuí Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cachoeira do Sul.

Item nº 70, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Jacuí Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

Os pareceres são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Sérgio Zambiasi.

Não havendo que queira discuti-los, passamos para o próximo item.

Senador Eduardo Azeredo, Itens nºs 79 e 80, emissoras do Estado de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o item 79 refere-se à Associação de Apoio Comunitário Itabiritense, da cidade Itabirita, em Minas Gerais, e a documentação que acompanha o PDS mostra que está tudo correto; da mesma maneira, o Item nº 80 se refere à Associação Comunitária dos Moradores de Juruáia, também no Estado de Minas Gerais.

Todos dois têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Eduardo Azeredo.

Não havendo que queira discuti-los, passamos para o próximo item.

Senador Marco Maciel, o Senador está sendo designado como Relator **ad hoc** em nome do Senador José Jorge, do seu Estado de Pernambuco, para o Item nº 41 e depois o Item nº 42, do Senador Gerson Camata.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu parecer é favorável ao ato que autoriza a Rádio Comunitária Araripina FM a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Araripina, Estado do Pernambuco.

Item 42 – O parecer do Senador Gerson Camata é favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de rádio e difusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Marco Maciel.

Não havendo que queira discuti-los, passamos para o próximo item.

Vou pedir à Senadora Fátima Cleide que substitua a Senadora Ideli Salvatti, apresentando os relatórios dos Itens de nºs 71 a 77, exceto o Item 74, que V. Exª, na reunião passada, pediu para que fosse apreciado como item extrapauta.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Item nº 71 autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale, atendendo aos requisitos da legislação.

Por isso, o voto é pela aprovação.

Item 72, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.435, de 2004, não ter evidenciado violação das formalidades, o voto também é pela aprovação do ato que outorga permissão à Portal Sistema FM de Comunicação Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

Item 73. Pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Papanduva Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora de freqüência modulada na cidade de Papanduva, Estado de Santa Catarina.

Item 75. Rádio Fronteira Oeste Ltda., também no Estado de Santa Catarina. O voto é pela aprovação.

Item 76. Outorga à Sociedade Rádio Guarujá Ltda. explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Também pela aprovação.

Item 77. Outorga à Rádio Tabajara FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tubarão, Santa Catarina. O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pela Senadora Fátima Cleide.(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passemos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que, em nome do Senador Teotônio Vilela Filho, apresente os relatórios sucintamente dos Itens 81 a 85.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório é favorável à concessão do Desenvolvimento Cultural de Itaipu a explorar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itaipu, no Estado de Alagoas. Da mesma forma, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Penedo, no Estado de Alagoas. Também o parecer é favorável para que o ato que autoriza ao Governo do Estado de Alagoas a executar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas. Também a executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arapiraca, no Estado de Alagoas. Da mesma forma, a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado de Tabuleiro Grande, Anadia, no Estado de Alagoas. Esses são os relatórios. Como Relator **ad hoc**, em substituição ao Senador Teotônio Vilela, todos têm o seu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Relator **ad hoc**, Senador Reginaldo Duarte. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Gerson Camata que, por favor, relate o Item 78 em nome da Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do ato que autoriza a Associação dos Moradores de Barra do Boi a executar serviços de radiodifusão comunitária da cidade de Nossa Senadora da Glória, Estado de Sergipe. Relatório favorável apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem queria discuti-lo, passemos ao próximo item.

Peço ao Senador Aelton Freitas que relate os Itens 86 a 94 em nome do Senador José Maranhão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, o parecer do Senador José Maranhão pelo Item 86 é pela aprovação que renova a permissão de outorga da Rádio Constelação Ltda, na cidade de Guarabira, no Estado da Paraíba.

Sobre o Item 87, da mesma forma, o nobre Senador José Maranhão opina pela aprovação da Rádio Souza FM, na cidade de Souza, no Estado da Paraíba.

Sobre o Item 88, S. Exª também é pela aprovação de a Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima executar serviços de radiodifusão na cidade de Tenório, no Estado da Paraíba.

Quanto ao Item 89, da mesma forma, votamos pela aprovação de a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Município de Alagoa Nova executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Alagoa Nova.

Sobre o Item 90, S. Exª também é pela aprovação de a Associação Comunitária Amigos de Pedras do Fogo executar serviço de radiodifusão na cidade de Pedras do Fogo.

Quanto ao Item 91, também somos pela aprovação de a Rádio Vale do Sabugi Ltda executar serviços de radiodifusão na cidade de Santa Luzia, no Estado da Paraíba.

Quanto ao Item 92, somos pela aprovação de a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento, no Estado da Paraíba.

Quanto ao Item 93, também somos pela aprovação de a Associação Artística e Cultural de Areia executar serviços de radiodifusão na cidade de Areia, no Estado da Paraíba.

Em relação ao Item 94, conforme o relatório do Senador José Maranhão também, somos pela aprovação de a Rádio Independência de Catolé do Rocha a explorar serviços de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Relator **ad hoc**, Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Vice-Presidente da nossa Comissão, Senador Augusto Botelho, que relate os Itens 95 e 96. O primeiro é do Senador Tasso Jereissati e o segundo, da Senadora Roseana Sarney.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo aprova ato que renova concessão da Rádio Cultura de Inhamuns Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, no Estado do Ceará.

O item 96 é o Projeto de Decreto Legislativo que aprova ato que autoriza Fundação Cultural e Recreativa Donaria Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrano do Maranhão, no Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o relatório do Senador Augusto Botelho, vamos aos próximos itens. São os últimos itens constantes da pauta.

Peço ao Senador Gerson Camata que represente o Senador Luiz Otávio para os itens de 97 a 102.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do ato que renova a concessão de emissora de rádio Marajoara Ltda para explorar os serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém; do ato que aprova a permissão outorgada à Rádio Cidade Morena FM Ltda, para o serviço de radiodifusão sonora na cidade de Belém; e do ato de concessão da Televisão Atalaia Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Óbidos, no Estado do Pará; do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Televisão Jarana para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, no Estado do Pará; do ato que renova a concessão da Televisão Ponta Negra Ltda, na cidade de Santarém, no Estado do Pará; da exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém, no Estado do Pará, para o Rádio Clube do Pará PRC5.

Os relatórios apresentados pelo Senador Luiz Otávio têm pareceres favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Relator **ad hoc**, Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos à votação nominal de todos os projetos apresentados nesta reunião.

Os titulares do Bloco da Minoria, PFL, PSDB.

Senador Eduardo Azeredo.

(Interferências fora do microfone.)

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do PMDB.

Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do Bloco de apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL e PPS.

Senador Aelton Freitas.

(Interferências fora do microfone.)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Como vota o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Como vota o Senador Sérgio Zambiazi? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Como vota o titular do PDT, Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com os Relatores, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Como vota o Senador Juvêncio da Fonseca? (Pausa.)

Agora, chamando o Senador Paulo Paim, pelo bloco de titulares do Governo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp, pelo PMDB?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com os Relatores, Sr Presidente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr Presidente, em tempo, Senador Aelton Freitas vota com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então, aprovados todos os projetos apresentados na reunião desta manhã.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr Presidente, após a votação os itens que estão em pauta, eu gostaria de solicitar a inclusão de um processo extra-pauta, se V. Exª puder colocá-lo em votação, nos atendendo, ficaremos muito satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ao fim de nossa reunião, sem dúvida, colocaremos em pauta os projetos solicitados para inclusão em pauta extra.

Vamos, então, à pauta original da nossa Comissão.

Item nº 01, em caráter terminativo. Trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 252. O referido projeto não pode ser apreciado porque o Senador Geraldo Mesquita não se encontra presente. Além disso, também não está presente o autor, o Senador Antero Paes de Barros.

Item nº 02, não terminativo. Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004, que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Ibge. O Projeto é de autoria da Deputada Maninha Raupp e o Relator é o Senador Roberto Saturnino.

O Senador foi chamado na Comissão de Assuntos Econômicos e está vindo para defender o seu parecer favorável.

A matéria constou na pauta das reuniões dos dia 15 de março de 2005 e 29 de março de 2005.

Passaremos, então, ao próximo item. Quando o Senador Saturnino Braga estiver presente retornaremos ao Item nº 02.

Item nº 03. Projeto de Lei do Senado nº 233. Está ausente o autor, o Senador Duciomar Costa. Está ausente o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho.

Item nº 04, não-terminativo. Projeto de Lei do Senado. Estão ausentes a Relatora, Senadora Ideli Salvatti e o Senador Ricardo Santos.

Item nº 05, não-terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004. A autoria é do Senador Valmir Amaral e o Relator é o Senador Maguito Vilela. Nem o autor nem o Relator encontram-se presentes.

Item nº 06. Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, que autoriza a criação da TV Brasil Internacional, de autoria do Senador Hélio Costa e o Relator é o Senador Mário Calixto, que opina pela prejudicialidade.

Vou designar o Senador Augusto Botelho para rapidamente apresentar o Relatório **ad hoc**, porque é importante se fazer uma rápida explicação sobre a razão de o Senador Mário Calixto, após conversar longamente comigo, ter apresentado este relatório pela prejudicialidade da proposta que fiz.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

Trata-se do Item nº 06, referente à criação da TV Brasil Internacional, que está na pauta principal.

Na medida do possível, quando eu tiver que nomear um Relator **ad hoc**, darei o número do projeto e o nome do Senador. Depois, farei a explicação para dar tempo de o Senador localizar o projeto.

O Relator é o Senador Mário Calixto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sim, Exª.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A leitura do projeto indica ser este proposição de índole autorizativa cujo objetivo último é indicar, mediante autorização prévia, ao Poder Executivo, a conveniência e a oportunidade de uma emissora pública de televisão voltada para a audiência internacional.

Prescindindo do debate constitucional e regimental acerca dos projetos autorizativos, verifica-se que o intento da proposição foi alcançado mediante iniciativa de natureza semelhante tomada pelo Poder Executivo.

Cuida-se da criação de um Departamento de Comunicação Internacional na Radiobrás, cuja missão será operar uma emissora de televisão voltada para o público internacional. Tal iniciativa tornou-se possível mediante parceria selada entre os Poderes da República, que terão participação ativa no financiamento e na gestão do futuro canal.

Em data recente foi celebrado o termo de compromisso entre a Presidência da República – Senado Federal, Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF) –, representados pelos respectivos titulares, em que as partes se comprometem a envidar esforços no sentido de tornar viável a operação da mencionada emissora. Entre as providências previstas no documento está a celebração de convênio que permita o aporte de recursos necessários para o financiamento da operação. Estabeleceu-se que 50% dos recursos a ela destinados serão oriundos do orçamento da Radiobrás; 20% do Senado Federal; 20% da Câmara dos Deputados e 10% do STF.

A emissora será administrada por um comitê gestor, que deverá assegurar a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Comitê foi instituído por um decreto de 27 de dezembro de 2004 e conta com representantes da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, da Radiobrás, das Secretarias de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.

É de ressaltar-se, de igual forma, que a emissora internacional já realizou transmissões experimentais ao veicular a cobertura completa do V Fórum Social Mundial, transcorrido no mês de janeiro, em Porto Alegre. As transmissões foram feitas por meio do satélite NSS – 806, cedido gratuitamente pela Empresa *New Skyes*, o que permitiu que alcançassem não só as Américas, mas também a Europa Ocidental. Nos Estados Unidos a Rede APTN retransmitiu os sinais para mais de 500 emissoras em cerca de 180 países. Consta, também, que as emissoras do Uruguai, da Argentina, da Venezuela e da Espanha retransmitiram parte da programação da tevê internacional brasileira.

O relato ora apresentado confirma a pertinência da sugestão no PLS nº 198/2003, de autoria do Senador Hélio Costa, cujo mister faz reconhecer que a proposição perdeu a sua oportunidade em virtude da criação da emissora internacional, aqui mencionada. Por esse motivo, entendemos que ao projeto conforma-se a hipótese de prejudicialidade prevista no art. 334, I, do Regimento do Senado Federal. Registre-se, quanto a esse ponto, entendimento adotado pela Casa que confirma a competência desta Comissão para declarar a prejudicialidade da matéria, visto que, ao deliberar em caráter terminativo, atua em substituição ao Plenário.

Voto.

Diante do exposto, recomendamos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 98/2003. Assina o Senador Mário Calixto. Relata, **ad hoc**, o Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho.

Gostaria de fazer uma observação, o Senador Augusto Botelho, Srªs e Srs. Senadores.

No primeiro mandato que tive, de Deputado Federal, eleito pelo povo de Minas Gerais, em 1986, esbocei a idéia de se fazer uma TV Internacional para o Brasil. No segundo mandato de Deputado Federal, que iniciou em 1998, apresentei um projeto de lei na Câmara dos Deputados, onde, lamentavelmente, não prosperou, apesar das inúmeras discussões que fizemos em torno do assunto. Como Senador, ao chegar aqui, no primeiro ano, reapresentei o projeto que havia na Câmara, reestruturado, evidentemente, para a criação da TV Brasil Internacional. Chegamos a fazer algumas discussões a respeito, tivemos inúmeros contatos, notadamente com o Governo, no sentido de se entender e se aceitar a idéia de uma TV Internacional para o Brasil, uma vez que não só os países do Primeiro Mundo, como Inglaterra, Estados Unidos, França e vários outros têm as suas emissoras de TV Internacional para divulgar a

sua história, a sua língua, a sua cultura, a sua gente, mas até mesmo na América Latina já temos emissoras internacionais, notadamente na Argentina, com uma audiência muito grande no Brasil.

A proposta da TV Internacional sempre foi aceita; lamentavelmente, nunca foi executada. Até que, evidentemente, o Presidente do Senado, à época, Senador José Sarney, com a sua autoridade de Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, resolveu encampar a idéia e torná-la evidentemente efetiva, fazendo com que o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva entendesse a importância de uma TV Internacional para o Brasil e autorizasse a sua instalação.

Então gostaria apenas de dizer o quanto fico feliz por ser um profissional de comunicação, um Senador que acompanha sempre as questões relacionadas a ela no País, com a experiência, inclusive, de já ter trabalhado na TV Internacional, no rádio internacional e de ter passado por uma grande parte do mundo como um correspondente de televisão e rádio. Vejo que a TV Internacional do Brasil tem uma missão extraordinária de divulgar o nosso povo, a nossa gente, a nossa cultura, as nossas coisas. Só espero que não fique apenas naquela transmissão inicial que tivemos, de uma forma muito bonita, mas que realmente possa partir, no ano que vem, se não der para fazer este ano, já com recursos orçamentários que serão destinados pelo próprio Senado, pela Câmara dos Deputados, pela TV Justiça, por todos os órgãos que participarão da TV Internacional, a fim de que o Brasil possa, sim, mostrar para o mundo a sua cara na e o seu povo na televisão. Isso é muito importante para nós aqui, é muito importante para os brasileiros lá fora.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Hélio Costa, V. Exª me concede uma pequena intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Em poucas palavras, gostaria de dizer que V. Exª, conquanto tenha ocorrido a prejudicialidade, por uma questão meramente formal, não pode deixar de reconhecer que a sua luta, de alguma forma, foi vitoriosa, porque, certamente, em suscitando essa questão, quer como Deputado Federal, quer como Senador, tirou, assim, como diríamos, os pressupostos fáticos para que a medida viesse a ser acolhida.

Por isso, digo que, de alguma forma, o Congresso Nacional sai bem desse episódio e, mais do que isso, V. Exª, de modo especial, que é talvez o maior experto nessas questões de comunicação social, não somente no nosso País, mas até mesmo no exterior, mercê de sua longa vida lá fora como correspondente no estrangeiro.

Meus parabéns a V. Exª, portanto!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel!

Em votação, nominal, a declaração de prejudicialidade do projeto, relatado, ad hoc, pelo Senador Augusto Botelho.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Declaro, portanto, a prejudicialidade do projeto, evidentemente com todas as observações e esclarecimentos feitos.

Passamos ao Item nº 7:

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004, dispõe sobra a instituição do feriado nacional, na data de Zumbi dos Palmares. O projeto é de autoria do Senador Paulo Paim, a relatora é a Senadora Fátima Cleide.

Passo a palavra, inicialmente, para a Relatora, a Senadora Fátima Cleide, cujo parecer é favorável.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado de nº 302, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, declara feriado Nacional o dia 20 de novembro, data em que é celebrado o aniversário de morte de Zumbi dos Palmares.

Em exame na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal para decisão terminativa, o Projeto não recebeu emendas.

Expoente máximo da consciência negra, Zumbi é reverenciado como símbolo da luta em favor da igualdade racial no País. Líder de inúmeras batalhas de resistência contra a investida do dominador português, Zumbi fez de Palmares um ícone de liberdade e de respeito aos direitos humanos, abrigando desfavorecidos de toda a sorte. Morto em combate, Zumbi, tal como Tiradentes, teve a cabeça decepada e exposta exibição pública, no dia 20 de novembro de 1695. A data rememorada entre nós como o Dia Nacional da Consciência Negra resgata a pertinência ao imperativo da reverência devida a um dos grandes nomes de nossa História. Essa importância já foi reconhecida por ocasião da inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, ao lado do próprio Tiradentes e D. Pedro I.

Figura emblemática da luta dos negros em favor do reconhecimento de sua cidadania e da igualdade de direitos, Zumbi já foi objeto de homenagem semelhante em alguns Municípios brasileiros, para os quais a data da morte do herói dos Palmares constitui feriado municipal.

Por outro lado, o intento de se transformar o dia 20 de novembro em feriado nacional não é propriamente novo. De fato, proposições, como o mesmo escopo, já tramitaram pelo Congresso Nacional, de autoria tanto de Senadores como de Deputados. Por diferentes razões, em particular, a de natureza regimental, essas iniciativas não prosperaram. No entanto, em todas as oportunidades pregressas, o mérito das proposições jamais foi questionado. Vivemos um momento de empenho pela intensificação dos valores e pelo reforço da cidadania. No tempo decorrido, desde a apresentação do primeiro projeto de lei sobre o assunto, as instituições amadureceram e o cidadão brasileiro, de um modo geral, ampliou seu grau de consciência crítica e de participação.

Assim, o tema da descriminação racial passou a ocupar um lugar de proeminência nos debates sobre direitos humanos e exclusão social.

A instituição de um feriado nacional destinada a reverenciar a memória, e, em particular, a luta de Zumbi contra os preconceitos de toda ordem, parecenos oportuno e muito adequado, especialmente nesse momento em que a juventude carece de exemplos e de referências históricas.

Importa salientar que a declaração de um feriado nacional, conforme prevê o projeto, não fere o ordenamento jurídico brasileiro e encontra amparo no Inciso I, do art. 1º, da Lei 9993, de 12 setembro de 1995. Caso seja buscado constitucional para iniciativa, ele está esculpido no § 2º do art. 215 da Carta Magna.

O eventual questionamento sobre impactos de natureza econômica acarretados pela criação de mais um feriado, certamente, será menor ante o ganho proporcionado pelo reconhecimento e pela rememoração desta página histórica, fundamental para o aperfeiçoamento de nossa consciência cidadã.

Nesse sentido, entendemos que a oportunidade do projeto está amplamente justificada.

Pelo exposto, examinando o mérito, e por não haver óbices de natureza constitucional ou jurídica, ou mesmo de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Para discutir, tem a palavra, primeiramente, o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, meus cumprimentos à Senadora Fátima Cleide pelo brilhantismo do seu relatório.

Antes de advogar, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu queria relatar um fato relacionado com o seu relatório. Eu ainda era Deputado Federal quando a Senadora Benedita da Silva apresentou esse projeto aqui no Senado da República. O projeto, aprovado, por unanimidade, no Senado da República, foi para a Câmara dos Deputados. Numa reunião histórica, numa semana semelhante a esta, debatemos a possibilidade de aprovarmos esse dia, que representa muito, Sr. Presidente, para mais da metade da população brasileira.

Presidia a Câmara dos Deputados o Deputado Luís Eduardo Magalhães*, que, na presidência dos trabalhos, disse: "Srªs e Srs. Deputados, como não pude reunir o Colégio de Líderes, mas há um apelo da comunidade negra nacional e internacional para que esse projeto seja aprovado no dia de hoje, eu vou colocar em votação. Mas, como não pude reunir o Colégio de Líderes e ele não tem assegurada a urgência urgentíssima, se houver um Deputado que for contra, infelizmente, sou obrigado a retirar de votação". Silêncio tonal no plenário da Câmara dos Deputados. E quem levanta o braço? Um Deputado negro levanta o braço, devido a uma discordância, por uma disputa política no Rio de Janeiro. Não vou dizer o nome dele, porque ele não está presente. Somente por isso é que a data de Zumbi dos Palmares não é feriado em nível nacional, com o entendimento feito com o Governo na época.

Voltando ao Senado Federal, entendi que era minha obrigação, numa homenagem a Benedita da Silva, a Luís Eduardo Magalhães, a todos aqueles que lutam pela igualdade, pela liberdade, no ano em que o Presidente Lula decreta o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial, apresentar esse projeto.

Eu queria lembrar, Sr. Presidente, que no país mais capitalista do mundo, Estados Unidos, é feriado a data que referenda a homenagem ao grande Martin Luther King*. Isso foi aprovado, por unanimidade, no congresso norte-americano, porque é uma referência que o povo norte-americano entendeu que tinha que fazer para a comunidade negra, que lá representa 11% da população, pelo assassinato de Martin Luther King. Aqui no Brasil a comunidade negra representa em torno de 50% da população.

Eu queria, Sr. Presidente, que os Srs. Senadores, ao refletir, não entendessem, como alguns às vezes entendem, como um debate para se criar mais um feriado. Sr. Presidente, este País tem uma dívida histórica com o povo negro, e todos nós sabemos disso. Quando o Papa João Paulo II, que todos homenageamos, foi ao continente africano, ele beijou o solo e disse: "O mundo tem uma dívida com o povo africano por tantos anos de escravidão".

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um encontro internacional para discutir o racismo

e o preconceito, na África do Sul, também disse que temos uma dívida enorme com o povo africano.

Por isso tudo, Sr. Presidente, eu poderia aqui enumerar fatos, dados do grande debate que este País tem que fazer. É o dia do debate, da reflexão sobre como é importante combatermos os preconceitos, o racismo e a própria discriminação.

Não acredito, Sr. Presidente, que este País, de fato, um dia possa ser um país do Primeiro Mundo se não enfrentar esse verdadeiro *apartheid** que ainda existe no Brasil em relação ao povo negro. Se pegarmos todos os estudos, veremos que o povo negro. Se pegarem todos os estudos, veremos que o povo negro está na base da pirâmide.

Essa data da morte do grande Zumbi dos Palmares, que foi morto e esquartejado, que lutou pela liberdade de seu povo, sem sombra de dúvida, mais do que nunca, merecia aprovação por unanimidade, no meu entendimento, no Senado da República, como feriado nacional, para se fazer o grande debate contra o racismo e o preconceito.

Era isso. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Continua em discussão o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim.

Tem a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de dizer que sou favorável ao projeto e voto com o projeto. Agora, gostaria que anulássemos um outro feriado nacional, uma vez que já temos muitos. Percebo que, nos Municípios, ou a Constituição ou alguma lei permite determinado número de feriados. Quando o município cria um feriado novo, ele tem que cancelar um outro antigo.

Acho que no âmbito federal também devemos adotar esse costume salutar. Como temos muitos feriados, poderíamos não discutir esse projeto hoje. E eu até, se fosse necessário, poderia pedir vistas dele para que isso acontecesse. De comum acordo, faríamos uma emenda, cancelaria um outro feriado nacional e aprovaria esse, com todos os méritos que o Senador Paulo Paim acaba de colocar aqui. Para não dizerem que agora o Congresso deu mais um prejuízo de doze bilhões à economia do país, que vai criar mais um feriado que representará mais tanto de prejuízo e, também, para darmos uma escovada em alguns projetos que tramitam aqui, vindos da Câmara. Por exemplo, tem um projeto que torna feriado o dia de aniversário do cidadão brasileiro, outro que dá um dia de folga por mês para que o cidadão trate de assuntos privados – ir ao banco, fazer correr documentos. Se começarmos todos esses feriados, temos que dar uma escovada para definirmos critérios.

E, mantendo o mesmo número, eu voto favorável, com todo o mérito – é um projeto importantíssimo –, desde que possamos cancelar um outro feriado nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, se depender de a aprovação do projeto, não vejo problema nenhum, em comum acordo, discutirmos a possibilidade de um projeto que não seja tão importante quanto esse, que representa para mim o interesse do conjunto do povo brasileiro. E ainda dizer, se me permitirem, que em diversas capitais deste País já é feriado nessa data, por votação unânime das Câmaras de Vereadores como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Pelotas, Bagé. O que está acontecendo? Como é decisão municipal, em alguns Municípios está dando uma briga jurídica com alguns setores que entendem que essa é uma lei de debate nacional. Para evitar o impasse de uma vez por todas, entendemos a importância, sem prejuízo da proposta do Senador que ora apresenta de reavaliarmos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu também acho assim. Nós já estamos precisando de emprego e trabalho neste País. Se começarmos a arranjar mais dias para não trabalhar, vamos atrapalhar a criação de emprego. E O Senador Paim é principal lutador por emprego e trabalho neste País. Então, também condiciono o meu voto no mesmo sentido do Senador Gerson Camata: que haja a exclusão de um outro feriado.

Sr. Presidente, como V. Exª viveu muitos anos nos Estados Unidos, acredito que lá só existem dois ou três dias de feriados nacionais...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Fora o Natal e o Ano Novo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – ...que é o de Luther King, o da Independência e de Ação de Graças.

Em novembro, temos o Dia de Finados e Proclamação da República. E o Dia de Nossa Senhora da Aparecida é feriado em um bocado de lugares neste País, no dia 12. Aliás, são três os feriados que temos em novembro. Isso, para uma empresa que tem cinco empregados em Roraima... Sou de Roraima, um Estado pequeno, não tenho experiência com grandes empresas, nem com sindicato de trabalhadores. Eu represento o interesse dos pequenos. Numa serraria, numa carpintaria de fundo de quintal, numa fábrica de picolé, quatro dias de feriado representa um peso muito grande na empresa, desempregam mais gente. Então, se ficarmos aumentando feriado no Senado, serei contra qualquer projeto que aumente feriado aqui neste País, apesar de eu ter voto dos trabalhadores, dos pequenos

lá. Mas quero emprego para os meus trabalhadores, como o Senador Paulo Paim também quer.

Sou favorável a essa proposição de trocar por um outro feriado. Mas votar da forma que está para criar mais um feriado no País, sou contra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um aparte, por favor. Ouvi dizer que está entrando aqui no Senado um projeto para feriado nacional pela morte do Papa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Gostaria de fazer um comentário. Senador Cristovam Buarque, V. Exª quer falar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Por favor, Sr. Presidente. Quero dizer que voto incondicionalmente neste projeto, embora se houver uma proposta de reduzir o número de feriados, analisarei com maior tranqüilidade, acho positivo.

Voto incondicionalmente, ainda que entenda perfeitamente a conveniência de reduzir feriados como outro projeto, porque faz 116 anos que fizemos a abolição da escravatura, e até hoje não houve um reconhecimento pleno das lideranças negras que lutaram pela abolição deste País. Temos até o dia da Princesa Izabel, mas não temos o dia de Zumbi. Acho perfeitamente justo que haja o Dia de Zumbi, como homenagem ao povo negro brasileiro e à luta de um grande líder. Entretanto, se houver aqui um projeto para reduzir feriados, também analisarei com o maior prazer, porque penso que talvez tenhamos demais. Mas não vamos usar esse argumento para impedir essa homenagem que o Senador Paulo Paim propõe.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim, se bem que o Senador já tenha concluído, somente para dizer que, de fato, consta no próprio relatório do projeto, independentemente do mérito da discussão do feriado nacional, que existe o Dia Nacional da Consciência Negra e Zumbi dos Palmares. Está incluído no livro **Panteão, Heróis da Pátria**. Então, nesse sentido existe o reconhecimento já por meio de outros projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Em relação à observação do Senador Cristovam Buarque, existe o Dia Nacional da Consciência Negra e também a inscrição de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Liberdade e da Democracia. Então, já está colocado por meio de outros projetos de lei, independentemente do mérito dessa discussão que está acontecendo no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu parecer é pela aprovação, está claro. Penso que precisamos ter uma forma respeitosa de promover essa discussão. Não é ridicularizando, mas colocando da forma como o Senador Cristovam Buarque fez muito claramente. Também penso que existem feriados demais no Brasil, mas o Dia da Consciência Negra e essa marca do Dia de Zumbi é no mínimo o início do reconhecimento da dívida que a população brasileira tem para com esse herói nacional. Há heróis nacionais que não foram heróis da grande maioria da população brasileira de jeito nenhum, e nós os reverenciamos e fazemos feriado nacional. E esse dia, segundo a proposição que o Senador Paulo Paim tem e que todos nós que lutamos pela promoção da igualdade racial temos, será de reflexão e um dia em que muito trabalho se terá neste País para...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Permite-me um aparte, ilustre relatora?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Um momento, por favor, que já estou concluindo. Mais um dia de luta e de reflexão para que possamos formar uma nova consciência em nossa juventude. Será sim um feriado nacional, mas também um dia de muita luta e de muito trabalho.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se a ilustre relatora me permite **(falha na gravação)** e eles não merecem porque não são representantes da população brasileira, que ela nomeie um, porque aí tiramos o feriado desse herói neste momento.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Da grande maioria não, porque a História oficial relata a luta dos vencedores, que nem sempre foi o povo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, V. Exª cite um, que vamos tirá-lo.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Antonio Conselheiros, de Canudos, por exemplo, não é um grande herói nacional ainda hoje reconhecidamente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O Dia de Canudos não é feriado nacional. Temos que verificar um dia para substituir por Zumbi com todos os méritos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Eu queria fazer uma sugestão ao Senador...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Penso que até podemos fazer um levantamento dos feriados nacionais que são feitos em homenagem a heróis, e proceder à discussão. Mas penso que não devemos desrespeitar ou fazer nossas incursões aqui desrespeitosas à proposição do Senador Paulo Paim.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Peço a palavra também.

O termo "desrespeitoso" não cabe a mim, inclusive, porque eu honro os meus ancestrais índios, negros e brancos. Eu sou brasileiro. Então, não cometo nenhum desrespeito.

Está bem. Se o termo foi usado em relação a mim, devo deixar bem claro que sou descendente de negros e de índios. E gosto de ser assim, porque sou um brasileiro.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Para deixar claro, Senador. Não foi em relação à sua fala, mas em relação à fala do Senador Leonel Pavan.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ah, bom. Então, está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Eu gostaria de fazer uma proposta sobre um assunto da maior importância.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Um momento, pois estou fazendo uma colocação, Senador Leonel Pavan.

A nossa preocupação, neste momento, é de não perder a oportunidade que apresenta a proposta do Senador Paulo Paim, com o relatório da Senadora Fátima Cleide, porque a história já está devendo. O Senador Paim disse muito bem. Esse assunto já era para ter sido resolvido na Câmara dos Deputados, há tempo. Chega aqui por uma questão técnico-processual, no plenário da Câmara dos Deputados. Mas não vejo razão para adiarmos ainda mais essa decisão. Até porque tudo que se discutiu aqui sobre essa proposta é de que pode se apresentar uma outra sugestão, um outro projeto de lei, disciplinando, reduzindo, trocando, substituindo os heróis da pátria que são citados em dias feriados.

Entretanto não tenho a menor dúvida de que o melhor caminho seria aprovarmos essa proposta aqui apresentada e, na seqüência, ou o Senador Camata, ou o Senador Pavan, ou qualquer outro Senador ou Senadora, apresentaria um projeto de lei, fazendo uma regulamentação dos dias feriados, porque, se V. Exª pedir vistas, Senador Camata - e eu até agora não tenho nenhum pedido de vistas nem de emendas -, evidentemente, tenho de colocar em votação o Projeto do Senador Paulo Paim.

V. Exª antecipou um pedido de vista, mas não o fez ainda. Eu pediria que V. Exª reconsiderasse, exatamente para que pudéssemos, aprovando o projeto, que julgo da maior importância e necessário, imediatamente apresentássemos uma outra proposta, mesmo que em forma de emenda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que é um dos Parlamentares deste País que mais têm lutado para tentar resolver os problemas sociais do nosso País. S. Exª é um Parlamentar honrado e respeitado por todos, não apenas pelo seu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Desde quando fui Deputado Federal, juntamente com o Paim, sempre o admirei, até pelas suas lutas, pelo salário mínimo e pelas greves de fome que fazia, bem como por outras medidas, para buscar alcançar conquistas sociais em nosso País.

Esse projeto de S. Exª merece o nosso elogio. Nós somos plenamente favoráveis. Cremos que precisamos respeitar quem fez muito pelo País e pelo mundo. Até podemos ter um Papa negro. É possível. E é valoroso também ser Papa. Sou favorável ao Projeto do Senador Paim, mas, quando ouvi a querida amiga Fátima Cleide dizer que estou querendo ridicularizar o projeto, ao mencionar o nome de João Paulo II, que pode ser também um feriado nacional... o mundo está chorando pela sua morte. Trata-se de um homem que lutou pelos negros e pelos brancos, independentemente de raça. Se existiu um homem que lutou contra o racismo neste mundo foi João Paulo II.

O próprio Presidente Lula vai ao velório do Papa.

Eu, felizmente, tive o prazer de ir a Roma. Tive uma audiência com o Papa. Levei-lhe uma réplica do Cristo Luz, que construímos em Balneário Camboriú. Em 1998 fomos recebidos pelo Papa. Senti uma emoção tão grande que também me sinto no direito de apoiar um projeto como esse de feriado nacional. Ridicularizar o projeto do Paim, dizendo que o Papa merece também uma data especial? Podemos até não aprovar. Se isso é ridicularizar, o que o Presidente Lula vai fazer em Roma?

Mencionei apenas essa questão como forma de contribuir com os inúmeros dias de feriado nacional que existem no Brasil. De repente poderá surgir um projeto com esse teor, que não é o meu projeto. Poderá surgir. E, se surgir, eu também me posicionarei a favor, desde que se reduzam outros feriados.

No entanto, desse projeto do Senador Paim, eu seria a favor de qualquer forma, até porque entendo que esse projeto há muito tempo vem sendo discutido e merece realmente ser reconhecido.

Apenas à querida amiga Senadora Fátima Cleide, digo que, às vezes, quando abro a boca aqui, até

por um pouco de cansaço e de estresse, alguém fica sacudindo as asas, achando que é algo contra o PT.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela segunda vez está havendo uma afirmação aqui em tom jocoso. Nunca falei que V. Exª estava ridicularizando porque fazia uma afirmação em relação ao Papa. Eu gostaria de esclarecer. Foi o seu tom jocoso, Sr. Senador, caríssimo Senador Leonel Pavan. E pela segunda vez. Eu gostaria que V. Exª retirasse as suas palavras com relação a "asas". Isso eu interpreto como um tom jocoso e discriminatório contra a mulher.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Anjo tem asa, minha querida. Eu não quis me referir a isso. Você é um anjo. É a isso que eu me referia.

Eu apenas quis aqui...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG – **Fazendo soar a campainha.**) – Para concluir, Senador. Para concluir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por favor, Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar.

Em um aparte de dois segundos, eu disse: vai haver um projeto também para criar um feriado pela morte do Papa. Foi isso o que eu disse. Somente isso. Eu não disse mais nada além disso. Houve referência a que eu estava ridicularizando o projeto por ter citado isso. E, se não for isso, basta buscarmos nos Anais da Casa o que foi dito pela Senadora. Seria melhor ela retirar o que disse do que eu o que falei.

O projeto do Senador Paim merece o nosso apoio, o nosso respeito e o nosso voto.

Assim, quero cumprimentá-la pelo seu parecer, Senadora, pelo brilhante parecer. V. Exª é uma pessoa inteligente, competente e demonstra isso no seu parecer.

Por isso eu o aprovo e voto com a Relatora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Vou passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, estamos na Comissão de Educação.

Quando analiso a conveniência de um feriado, especialmente nesta Comissão, eu o faço do ponto de vista da repercussão no processo educacional de nossas crianças. Eu não tenho a menor dúvida de que um feriado em nome do Zumbi terá um impacto na educação das nossas crianças, no conhecimento da História, na história olhada por uma ótica cuja esperança não temos. Eu não gostaria de entrar nesse debate, mas no caso do Papa João Paulo II seria um dia santificado depois da canonização dele, que levará muito tempo ainda. Não seria um dia feriado. E o impacto na educação das nossas crianças não seria igual ao de Zumbi dos Palmares.

Porém, eu queria propor – porque acho que o Senador Jefferson Péres tem razão, o Senador também –, eu assinaria contente, se vier de qualquer um deles, uma emenda constitucional limitando o número de feriados no Brasil. Vamos colocar isto na Constituição? "No Brasil não poderá haver mais de tantos dias feriados por ano". De tal maneira que aumentar esse número exigiria uma mudança na Constituição. Então, vou discutir de que dia se abriria mão de ser feriado para se colocar a homenagem a Zumbi no lugar. Do ponto de vista da educação do povo brasileiro, acho que é importante esse dia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, rapidamente eu queria prosseguir na linha do Senador Cristovam, que, a meu ver, é muito sensata.

Vejam, Senadores: sinto-me tentado a todo momento, a propor, aqui, um feriado nacional em homenagem a Plácido de Castro, que foi um cidadão que chefiou uma das raras revoluções, anexando o Acre ao Brasil.

Não o faço porque é o caso de propormos aqui, na linha do pensamento do Senador Cristovam Buarque, um projeto de lei limitando os feriados nacionais em três ou quatro e criando uma data honorífica para homenagearmos pessoas que prestaram relevantes serviços à Nação. Do contrário, a tendência é a de que cada um de nós estejamos sempre dispostos a propor um feriado nacional para homenagearmos pessoas que realmente fizeram por merecer.

Creio que, na linha do pensamento do Senador Cristovam Buarque, tratava-se de um projeto de lei, regulamentando, definitivamente, quais são os feriados nacionais e criando uma data honorífica para homenagearmos pessoas de expressiva contribuição a este País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

O último orador inscrito, evidentemente, é o autor da proposição, Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.Senadores, poderia fazer apenas um apelo a V. Exªs no sentido de aprovarem a votação do nosso projeto sem prejuízo de discutirmos a retirada de um outro feriado em uma outra oportunidade.

Mas, Ilmº Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Augusto Botelho, veja bem a defesa que ele fez, que considero importantíssima. Ele diz que, nos Estados Unidos, principal país capitalista do mundo na nossa avaliação, só há dois ou três feriados. Destes, um é para homenagear Martin Luther King*. Veja a importância que o povo norte-americano deu a Martin Luther King! O que ele representou para aquele povo? A luta dos direitos civis dos negros norte-americanos – casualmente ele aniversariou ontem.

No Brasil, sabemos do massacre do povo negro: seqüestrados, estuprados, jogados para fora dos navios. A eles não era dado o direito de estudar, mesmo depois da tal Carta de Alforria; não lhes era dado o direito de comprarem terra, mesmo que tivessem recursos; era-lhes proibido estudar, mesmo depois do 13 de maio.

O que nós queremos hoje?

É claro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que não queremos mais um dia sem se trabalhar, como alguns colocaram aqui. Sei que isso não foi dito de forma desrespeitosa nesta Casa. Todos sabem o quanto queremos trabalhar! Mas, o que queremos? Que, em 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares, que foi morto, esquartejado, teve partes de seu corpo espalhadas, para dizer que lugar de negro era na senzala, se faça um grande debate a nível nacional. Um dia de reflexão.

Senador Cristovam Buarque, as crianças brancas vão parar, olhar e perguntarem por que é feriado? Iremos discutir que, neste País, foram massacrados milhões e milhões de seres humanos, em cima de um escopo legal, que, à época, era permitido.

Em meu gabinete, confesso a V. Exªs, recebo dezenas, centenas de denúncias de racismo, como o caso de uma criança, Senador Hélio Costa, que, no jardim de infância, se negou a pegar na mão de uma criança negra, tendo que ser levada ao psicólogo. Neste País, infelizmente, por causa de uma cultura secular, o racismo é muito duro, muito forte. Talvez seja oportuno dizer a V. Exªs quantas vezes fui proibido entrar em bailes no meu Estado. Eu, menino, não entendia o porquê daquilo. Vestia-me bem. Meus pais, hoje já falecidos, ganhavam o salário mínimo e eu me vestia muito bem, mas não me deixavam entrar. No dia em que me formei, no Senai, todos nós, alunos, fomos comemorar no Clube Palermo, e eu fui barrado na entrada, porque era negro. E como foi bonito eu dizer isso para vocês. Os meninos, os jovens naquele momento disseram: nós não vamos entrar e fizemos a festa na praça do centro de Caxias do Sul, e nevava muito, como se fosse uma bênção de Deus, lembro-me até hoje, e lembro do Papa do lado de um pinheirinho. Eu estou no Senado da República, sinto-me um felizardo, mas quantos milhões de negros sofrem o que sofreram aqueles trinta na semana passada no Rio de Janeiro. Olha os que foram metralhados, quantos ali não eram negros? Olhem os corpos? Esse é um debate que temos que fazer com amor, com carinho, com respeito, de brancos e negros. Sou o primeiro a dizer, sou de um estado – esse é um depoimento que quero dar – onde 11% somente são negros. E recebi 2 milhões e 200 mil votos de brancos e negros defendendo essa tese, defendendo teses como esta, da caminhada, da igualdade, da liberdade, da justiça, que negros e brancos podem sim caminhar de mãos dadas.

Lembro-me de um discurso que fiz no encerramento, que não é meu, mas do Nelson Mandela, que dizia o seguinte: como é bom, como é gostoso ensinar uma criança a amar, mas como é difícil ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele. Esse 20 de novembro tem uma simbologia do debate. A simbologia que nós todos queremos, fazer com que neste país, onde a maioria, queiramos ou não, se olharmos aqui muitos dos senhores, com certeza absoluta têm descendência de negro ou de índio, embora a ampla maioria não reconhece. É o processo histórico da vida.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria muito que a gente aprovasse e claro o projeto por unanimidade. Eu me comprometo e não é na linha do apelo de participar de uma comissão para discutirmos o número de feriados, limitarmos os feriados, mas assegurar que 20 de novembro seja quase que uma dívida que o povo brasileiro está pagando aos milhões e milhões de negros que foram aqui escravizados e assassinados.

É nessa linha, Sr. Presidente, de alguém que vive, às vezes a gente fala, Senador Flávio Arns, e V. Exª é um estudioso, da situação por exemplo de uma pessoa que tem algum tipo de deficiência. A gente fala da situação dos pobres, a gente fala da situação do índio, a gente fala da situação do negro, mas só quem é negro sabe o quanto ainda o racismo é forte neste país.

Eu duvido um único negro neste país que diga que um dia ele não foi discriminado. Ele está mentindo. Duvido. Por isso, quando a gente traz aqui o debate do estatuto da igualdade racial, traz o debate do Zumbi dos Palmares, é para refletir e para combater a chaga vergonhosa do racismo que nos deixa numa situação constrangedora até neste momento. Queremos trabalhar e muito, mas achamos que antes mesmo de qualquer outra questão que entendemos que possa prejudicar o debate desse projeto é fundamental se extirpar, liquidar a chaga do racismo que é tão forte no nosso país.

Assim, disponho-me a fazer parte desta comissão com o objetivo de diminuir o número de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Encerrada a discussão.

Em votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mais uma vez quero cumprimentar o Senador Paim e também a Relatora. Sempre demonstramos favoráveis ao projeto. Foi um momento feliz do Senador Paim em trazer esta discussão, que será um dia marcante para o nosso País.

(Procede-se à votação.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quero fazer uma declaração de voto. Vou manter aquilo que disse há pouco. Sou a favor do projeto, acho importantíssimo, agora eu queria que tirasse um outro feriado para esse entrar. Agora, como não se tira, abstenho-me apenas e abro mão de qualquer pedido de vista. Acho que devemos pensar em começar a reduzir o número de feriados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou votar da mesma forma do Senador Gerson Camata. Abstenho-me de votar porque, se eu usar o meu lado indígena, vou querer também que dia 19 de abril seja feriado. É uma coisa parecida. O índio foi tão massacrado quanto o negro neste país.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O projeto está aprovado com duas abstenções e declaração de voto do Senador Gerson Camata e do Senador Augusto Botelho.

Aprovado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, sou relator do Projeto que figura como Item 1 da pauta. Foi postergado para quando da minha presença. Quero dizer que já me encontro aqui em condições de relatá-lo, se for de conveniência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vamos voltar evidentemente ao Item 1 tão logo passemos pelo último item da pauta, por não estarem presentes os Relator e autor do Item 3, Senador Duciomar Costa e Senador Garibaldi Alves.

Passamos ao Item 4, da Senadora Ideli Salvatti. Projeto de Lei do Senado nº 259, 202, insere novo parágrafo ao art. 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, de forma a destinar parte de seus recursos para o atendimento da educação infantil em tempo integral. Autoria do Senador Ricardo Santos, que hoje não é mais Senador, e a Relatora é a Senadora Ideli Salvatti.

Ela apresenta um relatório pela rejeição. Foi concedida vista coletiva na reunião do dia 9 de março de 2004. Em 11 de março de 2004, o Senador Azeredo apresentou requerimento de informação. Na reunião do dia 16 de março de 2004, o Senador Leonel Pavan apresentou voto em separado pela aprovação do projeto, e a Comissão aprovou requerimento de informação de autoria do Senador Azeredo, subscrito pelo Senador Leonel Pavan.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais, esta última em caráter terminativo.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para apresentação do seu relatório pela rejeição.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a lei que estabelece o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, que foi criada pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está estabelecida para vigorar até o ano 2010. E tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Os recursos do fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo famílias cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda. As populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas que apresentem condições de vida desfavorável. O atendimento às famílias e indivíduos de que trata o Inciso I deste artigo que estabelece o público alvo será feito prioritariamente por meio de reforço de renda nas modalidades de bolsa-escola, para as famílias que têm filhos com idade entre 6 e 15 anos, e bolsa-alimentação àquelas com filhos em idade de 0 a 6 anos em indivíduos que perderam os vínculos familiares. Agora com a instituição do bolsa-família, que integrou esses dois programas num único programa ficam atendidos pela lógica do bolsa-família que pegam os dois públicos alvos.

O Decreto nº 4.564, de 2003, que define o órgão gestor do fundo de combate e erradicação da pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo de Acompanhamento dispõe que compete ao órgão gestor do fundo, entre outras questões, selecionar os

programas e ações a serem financiados com outros recursos do fundo. Da mesma forma, cabe ao Conselho Consultivo do Fundo, sugerir áreas de ação onde devem ser utilizados os recursos.

A Secretaria de Educação Infantil e Fundamental do MEC, em nota produzida no dia 8 de março de 2004, posicionou-se contrariamente à matéria com os seguintes argumentos:

1º – O atendimento às crianças de 0 a 6 anos já está previsto na Lei Complementar nº 111 de 2001. Conforme o § 1º do art. 3º desta lei, as famílias, cujos indivíduos perderam seus vínculos familiares e que tenham filhos em idade a 0 a 6 anos, farão jus à bolsa-alimentação.

Assim sendo, as crianças de 0 a 6 anos, clientela preferencial da educação infantil, encontram-se protegidas por dispositivo da Lei Complementar nº 111 de 2001.

2º – Caso o Ministério da Educação queira utilizar parte dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza para o atendimento na educação infantil, em tempo integral, conforme sugere o Projeto de Lei do Senado em apreciação, poderá fazê-lo, utilizando-se para isso de proposta apresentada pelo Secretário-Executivo no Conselho Consultivo de Acompanhamento do Fundo, conforme prevê o art. 2º Inciso II item "c" do Decreto 4564.

Portanto, aquilo que o projeto prevê já está estabelecido e pode ser feito, ser viabilizado sem que haja necessidade de uma determinação legal, específica para essa questão, tendo em vista que no Conselho Consultivo já está aberta essa possibilidade, e o Secretário-Executivo do MEC pode fazê-lo a qualquer momento.

3º – Os recursos de que trata a Lei Complementar nº 111 já estão destinados a programas e ações específicos da Administração Pública, e o engessamento na sua destinação pode criar dificuldades desnecessárias á definição de novas prioridades que, por ventura, venham a ser apontadas pela atual gestão.

Portanto, estamos levando em consideração o mérito, por buscar, assegurar recursos financeiros para a expansão do atendimento na educação infantil, mas entendemos que o fundo deve manter esta flexibilidade, que é sua característica, para fazer frente a problemas, inclusive, emergenciais. O fundo tem que ter esta flexibilidade para poder atender conforme situações vão se apresentando. E isto vai exatamente no sentido oposto ao que o projeto pressupõe, porque a vinculação de recursos para ações permanentes engessam o fundo nessa flexibilidade necessária que ele precisa ter. E mais. O próprio fundo tem a possibilidade de, caso os programas permanentes de combate à erradicação da pobreza e os programas de atendimento às crianças que o projeto se propõe a atender, não estejam contemplados na sua totalidade pelas ações permanentes, o MEC pode gestionar junto ao Conselho do Fundo ter uma complementariedade, ter uma ação emergencial para situação específica.

E, portanto, consideramos que a educação infantil, por inegável importância, requer fontes regulares de recursos financeiros que permitam a sua expansão, de forma planejada, equilibrada e segura.

A matéria foi sobrestada para que fosse encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar um requerimento de informações do Senador Eduardo Azeredo, sobre as ações contempladas no exercício de 2003, pelo Fundo, as ações planejadas e a previsão orçamentária para 2004 e as famílias beneficiadas.

O requerimento foi respondido em 15 de junho de 2004. E o projeto, por conta disso, voltou à pauta.

Pela própria resposta do Ministério do Desenvolvimento de Assuntos Sociais é que nós ficamos convictos de que a rejeição da matéria deve mantida em nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Em discussão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra V. Exª, autor do voto em separado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado o meu voto em separado, Por entender que o ex-Senador Ricardo Santos criou um projeto que realmente fortalecerá a educação infantil em nosso País. Por discordar do voto proferido pela Senadora Relatora, designada nesta Comissão, emito o presente voto em separado ao Projeto de Lei do Senado do Senado nº 259, de 2002, de autoria do ex-Senador Ricardo Santos.

A pobreza no Brasil constitui um problema de natureza estrutural, com origem pluri e secular. Portanto, para combatê-la, são necessesárias ações de longo prazo. Apesar de o Fundo de Combate à Erracadição da Pobreza ter, nos moldes atuais, vigências até o ano 2010, seus recursos devem também ser direcionados para ações mais efetivas de mudança estrutural.

Como indico o nome do conferido ao Fundo, seu objetivo é de erradicar a pobreza, desse modo, limitá-la a medidas emergenciais constitui um equívoco gravíssimo de estratégia. Vale ressaltar o fato que mais de 16 milhões de crianças brasileiras entre 0 e 6 anos, mais de 70% da população da respectiva faixa etária não tem acesso ás creches e pré-escolas.

Desnecessário insistir na realidade de a quase a totalidade desse contingente é constituído por crianças de famílias pobres.

O fato de existirem outras demandas educacionais a serem supridas, não invalida a medida proposta no projeto em exame, pois, adotando-se uma perspectiva nacional, o atendimento à educação infantil é, de longe, o mais limitado dentre os oferecidos na educação básica. Ademais, a presente iniciativa procura estimular a adoção de estratégias mais eficazes de combate à pobreza. Além do papel que já se reconhece o atendimento escolar precoce sobre o sucesso (Inaudível) ....dos educandos, a instituição de educação infantil, como igualmente aponta a justificação do projeto, podem constituir-se em locais privilegiados para obter maior eficiências nos programas suplementares de nutrição e de saúde.

Mediante o desenvolvimento de ações que ofereçam proteção integral às necessidades das crianças.

Portanto, não procede a idéia de que a vinculação de recursos em apreço contrariam os objetivos do Fundo, pois não é apenas a educação, e dentro dela, a educação infantil que seria favorecida, mas as crianças brasileiras, particularmente, as mais pobres, por meio das referidas ações de atenção integral voltadas a melhoria de sua qualidade de vida.

Por fim, ainda segundo a justificação de iniciativa, o atendimento dos filhos em estabelecimento de educação infantil, em especial desenvolvida em tempo integral, assegura maior tranqüilidade para os pais, proporcionando-lhes, de forma específica, melhores condições para quer as mães se insiram no mercado de trabalho e aumentem a renda familiar.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós não queríamos aqui dizer que o voto da Senadora Ideli Salvatti é contrário, ele justifica que o Fundo tem o mesmo objetivo. Só que o projeto do Senador quer garantir 20% do Fundo para a educação infantil.

Aqui estamos vendo, e também pela Televisão brasileira, que há inúmeras matérias mostrando crianças trabalhando, fora de salas de aula, em canaviais, em plantações de mandioca, e em outros diversos trabalhos na área da agricultura, porque, em muitos lugares do Brasil não se oferecem condições para que as crianças possam estudar, a saber, transporte, escola, professores qualificados, salários qualificados para os educadores. Esse seria uma obrigação, 20% é uma obrigação de investimento nesse setor, não seria apenas na questão da profissionalização, que pode ser colocado ali, que pode ser colocado lá. Do fundo seria 20% obrigatório, apesar da obrigação dos municípios. Mas é claro que muitos Municípios não estão investindo por falta de recursos e o dinheiro desse fundo, certamente, seria desse benefício.

Por isso, concordo plenamente com o projeto do ex-Senador Ricardo Senador – que nem sei que partido ele pertencia, ou pertence.

Fico feliz de saber, dito pelo nosso Presidente do PSDB, que pertencia ao nosso Partido. S. Exª fez um projeto magnífico que garante melhores condições e maiores investimentos na educação infantil.

Por isso, sou favorável ao projeto e contrário ao voto da relatora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Estamos discutindo duas coisas: o parecer da relatora, Senadora Ideli Salvatti, e o voto em separado do Senador Leonel Pavan.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento de informação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o requerimento, que foi respondido com presteza, mostra uma variedade enorme de aplicações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza*. Fica claro que realmente existe uma dispersão de ações.

É evidente que não seria desejável mais uma vinculação, porque, com isso, tira-se um pouco da flexibilidade de atuação dos gestores públicos, mas, no caso específico da educação, exemplos demonstram que a vinculação é fundamental. Um dos principais motivos de termos conseguido avançar na questão da educação no Brasil, principalmente no acesso à escola, foi a chamada Lei Calmon, que obrigou que 25% dos gastos fossem feitos em educação. Não fosse essa obrigação constitucional, talvez estivéssemos mais atrasados no processo de inclusão de crianças no processo educativo.

Os argumentos da Senadora Ideli Salvatti mostram que, a despeito do significativo acréscimo do número de vagas em creches e pré-escolas, cerca de 72% das crianças de 0 a 6 anos não têm acesso aos serviços prestados por essas instituições. As prefeituras são responsáveis, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prioritariamente, pelo ensino básico e também pelo ensino infantil. Algumas atendem a determinação; outras, não.

Apesar de entender que uma vinculação nem sempre é adequada, concordo ser ela uma boa medida nesse caso específico, é uma maneira de forçar o atendimento à criança. Está aumentando muito a urbanização e o número de mulheres que trabalham, e isso aumenta a necessidade de creches.

Sou contrário ao parecer da Senadora Ideli Salvatti e favorável ao voto do Senador Leonel Pavan em

relação ao projeto do ex-Senador Ricardo Santos por entender que a aprovação será um indutor forte para que tenhamos um acréscimo na educação infantil. Num segundo momento, poderemos retirar essa vinculação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, se o objetivo do fundo é realmente erradicar a pobreza, deveríamos destinar 100% dos recursos para a educação infantil. Não haverá redução da pobreza com investimentos a partir de uma certa idade. Isso está claro, provado. Todos os países que conseguiram erradicar a pobreza investiram nas suas crianças e na educação infantil – depois, na educação fundamental e no ensino médio. Por essa razão, para mim é muito difícil votar qualquer proposta favorável à vinculação de recursos para a educação.

Creio que o parecer da Senadora Ideli Salvatti – lamento muito não ter estado mais atento para conversar com S. Exª – é perfeito do ponto de vista técnico, porque a quantidade de recursos que há no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza é muito pequena. Retirar esses 20% fará falta a outros setores em que vivem e sofrem os pobres brasileiros. Mesmo assim, não consigo ficar contra qualquer coisa que trate de destinar mais recursos para a educação infantil.

Por isso, peço desculpas à companheira Ideli Salvatti, mas votarei contra o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que, sem dúvida alguma, a exemplo do que disse o Senador Cristovam Buarque, temos de ter um olhar totalmente direcionado para a educação. Contudo, temos de pensar que o nosso grande desafio, no sentido da vinculação de recursos, está relacionado ao projeto do Fundeb. Temos de concentrar esforços na aprovação desse projeto, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Esse é, sem dúvida, o grande desafio a ser enfrentado e vencido dentro do Congresso Nacional, para beneficiar todo o processo educacional. Se olharmos a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, vamos ver um conjunto de ações essenciais, inclusive ações nas quais deveríamos destinar mais recursos, como, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), programas sociais, Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, voltado, por exemplo, para a questão da habitação, do lixo, dos lixões, do idoso, um conjunto de ações que a sociedade demanda um atendimento, não só por meio desses recursos, mas de outros.

E, se olharmos o relatório que foi feito, de fato, neste já constam um conjunto de ações para o Ministério da Educação, alguns implantados na época do Senador Cristovam Buarque, no sentido de alfabetização de jovens e adultos, incentivo para os alfabetizadores, também na questão de alimentação escolar, na questão de garantia de renda mínima, tudo isso associado a ações sócio-educativas, Bolsa-Escola, porque esse relatório é de 2003. Além disso, também se coloca, nesse debate, a questão de que, se existe uma vontade do Ministério da Educação de se aplicar mais recursos também na Educação Infantil que este debate possa acontecer dentro do próprio conselho que rege, que normatiza, que debate a aplicação dos recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza.

Quero dizer, então, que é fundamental aplicarmos recursos na Educação Infantil. Porém, ficarmos destinando percentuais, inclusive o questionamento, muitas vezes até constitucional, em termos da destinação de percentuais de recursos para uma área ou para outra, não resolve o problema. Penso que o grande desafio na Educação Infantil é a aprovação do Fundeb, razão por que quero acompanhar o relatório da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO AZEREDO PSDB – MG) – Um aparte, Senador?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu queria só lembrar que, no caso do Fundeb, vai-se tirar dinheiro da mesma área, ou seja, vai-se apenas fazer a distribuição do mesmo dinheiro, tirando da área do Ensino Básico para o Ensino Infantil; aqui não, aqui é acrescentando esse recurso porque é de outro fundo, não do mesmo. No caso do Fundef, se houver sua aprovação, vai tirar dinheiro deste, que está hoje destinado só para o Ensino Básico, não tem ampliação, é a mesma divisão dos recursos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É claro que vai ter ampliação. A briga para que o Fundeb venha para o Congresso é exatamente esta, porque só há possibilidade de ter um Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, ou seja, pegando a Educação Infantil e Ensino Médio, ampliando recursos, esta é a briga. Portanto, no Fundeb, obrigatoriamente, vamos ter que ampliar os recursos para atender a Educação Infantil. Então, também não procede essa questão de

que o Fundeb vai ser redistribuição do cobertor curto, não, até para poder ter Fundeb tem que ampliar os recursos. Essa é a briga entre a área econômica e o Ministério da Educação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu queria cumprimentar, inclusive, o Senador Cristovam Buarque, até pela visão que tem sobre a educação no nosso País. Nesta Comissão, as emendas para o Orçamento, Senador... Tivemos um ou dois projetos apenas para a Educação Infantil, o resto todo para profissionalização e universidade. Eu queria recordar, não sei que época, que a Coréia do Sul tinha 60% de analfabetismo e só conseguiram diminuir para 17, 18% depois que investiram tudo na Educação Infantil, tudo. Não dá para construir um prédio sem o alicerce, por isso, Senador Flávio Arns, precisamos garantir investimentos para a criança. Mesmo que esse fundo tenha alguma coisa direcionada, mas, se nós, no Brasil, se não garantirmos, já é difícil exigir, imaginem deixando meio solta a questão. Aqui, nesta Comissão, não me recordo o número exato, mas, nesta Comissão, foram apresentadas poucas emendas para educação infantil. Eu mesmo apresentei uma emenda para universidade do interior, para interiorizar a universidade – e foi um montante bastante alto –, porque tinha esse voto. Tenho certeza de que vamos aprovar o meu voto em separado, para que possamos garantir esses recursos para a educação infantil.

Senador Flávio Arns, já é difícil investir aquilo que a lei exige, pois os tribunais de contas estão constantemente cobrando, imagine quando se deixa à vontade de algumas Prefeituras que não têm a sensibilidade com a educação infantil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, concluindo, gostaria de deixar extremamente claro que, em hipótese alguma, sou contra qualquer investimento na área da educação infantil, como certamente a Senadora Ideli Salvatti, que é uma educadora, também não é. Todos nós temos a intenção de que mais recursos possam ser destinados para a área da educação, com uma ênfase especial, como o Senador Leonel Pavan disse, naquele fundamento da educação, que é a educação de zero a seis anos de idade, compreendida na educação infantil.

Contudo, estamos procurando outros caminhos e um dos mais importantes é o do Fundeb, onde a educação infantil está incluída e onde tem que haver aporte de recursos novos também e não simplesmente a divisão de um universo pequeno, que é o do Fundef, para um universo maior, com os mesmos recursos. Isso inviabilizaria todo um ganho que já se obteve com o Fundef.

Muitos desses recursos estão sendo aplicados na educação. Mesmo na área da assistência social, quando se coloca um recurso do Fundo de Combate à Pobreza para a profissionalização dos jovens, como têm vários aspectos aqui, é um processo educacional também.

Mesmo quando se coloca na área do idoso ou do portador de deficiências também é educacional, porque eles precisam de um conjunto de políticas públicas. Ou quando se coloca esse recurso em bolsões específicos, em termos de lixões ou coisas semelhantes, aspectos sanitários, também é um aspecto da erradicação da pobreza e das condições desiguais.

Então, nesse sentido, jamais sendo contra um aspecto, acho que muitos desses programas são importantes, e o Ministério da Educação tem toda a condição de discutir junto ao fundo gestor desses recursos as prioridades que serão dadas.

Então, por causa desses argumentos, é que, na verdade, eu ficaria com o parecer da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação, primeiro, o relatório da Senadora Ideli Salvatti.

Aprovado o relatório da Senadora Ideli Salvatti, fica prejudicado o voto em separado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria que o voto fosse nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Vamos, então, à votação nominal para o Projeto nº 259, de autoria do ex-Senador Ricardo Santos.

Senadora Ideli Salvatti é a Relatora.

Primeiro, então, em votação o relatório da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, para explicar: quem votará a favor o projeto da Senadora Ideli estará votando contra o projeto de 20% do Fundo para a Educação Infantil.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Exª vai me desculpar, mas esse tipo de procedimento é muito explícito, para deixar claro.

Então, quero fazer o encaminhamento da votação na mesma lógica que o Senador Leonel Pavan está fazendo.

Temos um Fundo de Erradicação da Pobreza, que tem uma destinação dos recursos com uma flexibilidade definida por um Conselho em que o representante do

Ministério da Educação tem todo o poder e direito de reivindicar recursos destinados para o que entender emergencial e suplementar.

Portanto, a preocupação de destinar recursos para a educação infantil está plenamente contemplada sem que seja preciso vinculação. Inclusive, o Conselho, em razão das suas prerrogativas, condições de destinar, como quer o Senador Cristovam Buarque, 100% para a educação infantil, se assim decidir.

Assim, quando aprovamos o meu parecer, que é no sentido de não haver a vinculação, isso não significa nem que estamos retirando, nem que estamos impedindo. Nós estamos apenas tentando não engessar o fundo de erradicação da pobreza. Esse fundo foi criado com um caráter não de política permanente, de política suplementar para atender emergências. Isso porque a educação infantil tem que ser objeto de uma política pública permanente. Nosso debate a esse respeito agora será ampliado com o envio do projeto do Fundeb.

Para que não paire nenhuma dúvida, para que não fiquemos com essa política de "quem estiver votando a favor de "A", estará votando contra "B". Não é esse o parâmetro do debate que estamos fazendo aqui. Quem estiver votando a favor do meu parecer não estará votando contra recursos para a educação infantil. Quem quiser caracterizar isso dessa forma, estará fazendo um debate enviesado e que não é fruto do que estamos debatendo na realidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Está encerrada a discussão, Senadora.

Vamos dar início ao processo de votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Primeiro, quero dizer que entendo perfeitamente a colocação da Senadora Ideli no sentido de que o parecer de S. Exª não é contra a colocação de um percentual de 20%, 30%, 40%, 50%. Ela apenas não quer – eu reconheço isso – engessar.

Assim, se não é possível mais do que 20%, eu voto pelos 20%. Portanto, contra o parecer.

(Continua o processo de votação nominal.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu secundo o voto do Senador Cristovam Buarque, talvez por sermos pernambucanos. Em que pese ressalvar as intenções da Senadora Ideli Salvatti, voto, todavia, contra o seu parecer.

(Continua o processo de votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Encerrada a votação.

A votação teve o seguinte resultado: 8 votos "NÃO"; 5 votos "SIM"; 1 abstenção.

Está rejeitado o parecer.

Passa-se à votação do voto em separado do Senador Leonel Pavan.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pelas razões expostas, com todo o respeito por um Senador que admiro muito, grande guerreiro do Sul, voto contra.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – A favor do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – A favor do Senador Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan, voto conhecido. Senadores do PMDB, Senador Gilberto Mestrinho, Senador Garibaldi Alves Filho. Titulares do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL e PPS. Senador Aelton Freitas. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Lamentando que a peça em tais vinculações não seja ainda maior, voto com o parecer do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senadora Fátima Cleide, "não". Senador Flávio Arns. Senadora Ideli Salvatti, "sim", voto conhecido. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acompanhei a Relatora. Como caiu o relatório de S. Exª, acompanho a mesma visão, neste momento, do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Está faltando o Senador Augusto Botelho, do PDT.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com o voto em separado, de acordo com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então, são nove votos SIM, quatro votos NÃO e uma abstenção.

Está aprovado o voto em separado do Senador Leonel Pavan, que vai constituir, na realidade, o parecer da Comissão.

Vamos ao Item 1 da pauta: Projeto nº 252, no Senado, terminativo. Modifica a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do salário-educação. Autoria do Senador Antero Paes de Barros. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita. Parecer favorável, com as emendas oferecidas. Serão

realizadas duas votações nominais para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra, o Relator, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pergunto se é possível haver uma inversão de pauta, para que eu possa relatar o Item 3, porque também estou sendo convocado a participar da CAE, onde sou um dos inquiridores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É evidente que o próximo item a ser discutido é o que V. Exª está relatando, mas pergunto ao Senador Geraldo Mesquita se tem alguma objeção a que se aprecie primeiro o outro item.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente, gostaria imensamente de atender ao meu querido Governador Garibaldi, mas tenho um compromisso imediato, que me convoca. Como soube que a Senadora Fátima Cleide pedirá vista, apenas para introduzir o projeto, poderíamos lê-lo rapidamente e ouvir o pedido de vista de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então, com a palavra, o Relator, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O projeto que me cabe relatar é o PLS nº 252, de 1999, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, que modifica a Lei nº 9.766. Altera a legislação do salário-educação no sentido de incluir como beneficiários dessa contribuição os alunos do Ensino Fundamental, na modalidade de educação indígena, destinando a esses últimos 1% do total de recursos arrecadados.

O mérito do projeto é enorme, sem dúvida, o de assegurar à educação indígena um investimento mínimo. Como disse, estou introduzindo ao Plenário o projeto, sabendo de antemão do interesse da Senadora Fátima Cleide em pedir vista. Restrinjo-me aqui ao encaminhamento do projeto, aguardando o pronunciamento da Senadora. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, a Senadora Fátima Cleide tem a palavra.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, como já antecipou o Senador Geraldo Mesquita, também tenho plena concordância quanto ao mérito do projeto.

É muito difícil ter aqui interesses vinculados à educação indígena. Mas gostaria de pedir vista e até antecipar também que pedirei uma audiência pública, por que penso que essa é uma oportunidade ímpar para discutirmos com profundidade a questão da educação indígena.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, louvo o interesse e a preocupação da Senadora Fátima e com S. Exª concordo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vista concedida, pelo prazo regimental de cinco dias, à Senadora Fátima Cleide.

Item nº 3: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2004, que insere o art. 49-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior. A autoria é do Senador Duciomar Costa. E o Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem passo a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 233, de autoria do Senador Duciomar Costa, que insere o art. 49-A na Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior.

O novo artigo estabelece que as instituições de ensino superior deverão conceder automaticamente o aproveitamento de disciplinas de conteúdos correspondentes feitas com aprovação. No caso das disciplinas cursadas em prazo superior a dez anos, as instituições poderão condicionar seu aproveitamento à aprovação em exame específico.

Em sua justificativa, o autor alega que os estudantes que, porventura, precisem interromper seus estudos, quando retornarem, não poderão ser penalizados pelo preciosismo das instituições de ensino, que, no âmbito das particulares, parecem mais interessadas na cobrança dos respectivos encargos educacionais do que em preservar qualquer projeto pedagógico.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto, que será apreciado em caráter terminativo nesta Comissão.

Acrescento, Sr. Presidente, que sem dúvida a legislação em vigor não regulamenta de forma completa o tema em questão. A Lei de Diretrizes e Bases, no seu art. 49, limita-se a estabelecer que as instituições

de ensino superior deverão aceitar a transferência de alunos para cursos afins, mas não se refere aos critérios para o aproveitamento das disciplinas cursadas com aprovação na instituição de origem.

Da mesma forma, a lei também não aborda o aproveitamento dos estudos realizados anteriormente por alunos que retornam à mesma instituição de ensino.

Sr. Presidente, não se pode contestar a necessidade da determinação de prazo para o reconhecimento de créditos de disciplinas. Esse tempo, todavia, precisa ser razoável e suficiente para justificar o argumento de que o aluno tenha esquecido a matéria em questão ou de que o conteúdo tenha sofrido mudanças decorrentes dos avanços da ciência e das transformações da sociedade. Além disso, mesmo após esse período, deve ser garantida ao aluno a possibilidade de comprovar que ainda domina os conteúdos apreendidos dentro dos prazos mínimos exigidos, oportunidade que muitas instituições hoje não concedem.

Diante disso, é bem-vinda a iniciativa do Senador Duciomar Costa de estabelecer os critérios para o aproveitamento de disciplinas cursadas em curso de nível superior.

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 233, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi, até para efeito de uma discussão mais ampla deste assunto, e entendendo que, dentro de cinco sessões, vamos poder certamente estabelecer uma boa discussão em torno disso, vou pedir vistas, não necessariamente em razão do seu parecer, mas até para nos dar tempo de podermos discutir amplamente a questão.

E vamos ao último item desta pauta.

Antes do último item, vamos ao Item nº2, porque já passamos por duas vezes nesta reunião, e temos agora que, de modo não terminativo, votar, em qualquer circunstância, o Projeto de Lei nº 91, de 2004, que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Relator é o Senador Roberto Saturnino. Mas vou pedir ao Senador Flávio Arns para, por favor, fazer o relato do Senador Roberto Saturnino, uma vez que a matéria já constou da pauta de reuniões nos dias 15 e do 29 de março.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É o Projeto de Lei da Câmara nº091, de 2004, que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, que é um dos nove Atlas editados pelo IBGE, os demais são Atlas Geográfico, Geográfico Escolar, Geográfico Escolar Multimídia, do Censo Demográfico 2000, do Saneamento, do Brasil Região Nordeste do Maranhão e o Atlas de Roraima. Apresenta informações cartográficas, cartográficas-estatísticas referentes a geo-política mundial, configuração política do espaço brasileiro, geografia ambiental, desmatamento e alteração do balanço hídrico da Bacia Amazônia, dinâmica da população brasileira, mudanças no espaço econômico, reestruturação do espaço agrário, questão urbana, perfil da saúde e da educação e redes geográficas. Além de mapas e tabelas, oferece textos explicativos destinados a fornecer esclarecimentos sobre a diversidade do espaço físico nacional. Trata-se, sem dúvida, de publicação de especial relevância para a sociedade, em particular para pesquisadores, professores, alunos e demais estudiosos da geografia brasileira. Ao denominá-lo Milton Santos não se pretende mais do que prestar uma justa homenagem a uma das figuras exponenciais da Ciência, cuja vida profissional repercute junto à comunidade internacional como referência na área dos estudos descritivos e analíticos do espaço brasileiro e de sua ocupação. Voto sem reservas . O voto é favorável à aprovação do PLC nº 91, 2004. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Flávio Arns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, sem querer voltar ao mesmo assunto, só queria lembrar a todos que Milton Santos foi neto de escravos, seus avós foram escravos. E neste País, Sr. Presidente, isso me parece quando falo em tocar no mesmo assunto, os grandes homens negros a história não conta a sua caminhada. E Milton Santos é uma verdadeira uma homenagem que se faz a um intelectual negro, por tudo que representou para nós, enfim para o nosso País e para o mundo.

Tenho aqui a biografia de Milton Santos, e é claro que não vou ler, pediria, se possível, fosse anexada apenas como instrumento de debate para a história. Aqui diz que Milton santos foi um homem do mundo fez palestra na Inglaterra, Espanha, enfim em todo o continente americano, Argentina, Uruguai, Paraguai, também nos Estados Unidos, enfim cita alguns, foi professor, inclusive, em Nova Iorque. Na América Latina assim como Peru, Venezuela, cita também que foi professor na África, porque como participou de um comício em 1960, infelizmente, teve seus direitos políticos cassados, ficou preso em 1964, e acabou então entendendo que como geógrafo, é o que diz aqui, ele ganhou o mundo. É uma justa homenagem que esse projeto faz a Milton Santos, um intelectual negro que está sendo lembrado, porque são muito poucos os negros que efetivamente a história acaba registrando.

Era isso, Sr. Presidente. É favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Registro em Ata a fala de V. Exª. Evidentemente anexo aos autos a biografia de Milton Santos, conforme sugestão de V. Exª.

Vou colocar em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que apóiam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, gostaria, apesar do adiantado da hora, propor a discussão de um projeto extra-pauta. Trata-se de um projeto de minha autoria, cujo Relator, o Senador José Jorge, não esteve na semana passada, porque está numa missão no exterior, que ainda não terminou, ele continua no exterior. E na próxima semana eu vou estar numa missão também no exterior. Gostaria de discutir, tendo em vista que o parecer é favorável e tem uma emenda que melhora o projeto.

Gostaria de saber se o Sr. Presidente aceita colocar ainda em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sem dúvida, Senador Cristovam Buarque, o projeto constou na pauta do dia 20 de março, foi adiado, devido à ausência do Senador José Jorge, que continua em missão no exterior. Mas entendo que V. Exª conversou com o Senador José Jorge.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, não consegui conversar, ele está nas Filipinas. Tentei, mas não consegui conversar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Fizemos contato com o gabinete do Senador José Jorge, que solicitou a não inclusão em pauta de todas as matérias das quais ele era Relator, uma vez que o Senador continuava evidentemente em missão no exterior.

Comunicado pelo autor do projeto, V. Exª, que na próxima semana não estará presente à reunião, e levando em consideração que na semana de 18 a 22, que é a semana do feriado do dia 21, provavelmente só nos reuniremos somente para a realização de uma audiência pública, o projeto só poderá ser votado no final do mês. Como a matéria tem parecer favorável do Relator, estamos então designando como Relator **ad hoc** o Senador Paulo Paim para agilizar a sua tramitação, em atenção à solicitação do Senador Cristovam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é com muito orgulho que relato o projeto do Senador Cristovam Buarque e o brilhante trabalho feito pelo Senador José Jorge.

Vou direto para a análise, Sr. Presidente.

Não cabem dúvidas quanto ao mérito do projeto. Realmente de nada vale a intenção de se exigir por lei a formação dos professores em nível superior se não lhes são dadas as oportunidades e os meios para obter essa habilitação. Mesmo se considerando o esforço conjunto do sistema de ensino e das universidades públicas, que multiplicaram as vagas nos cursos de pedagogia, normal, superior e de licenciaturas, o número de profissionais a serem formados por essas três etapas da educação básica, em suas várias modalidades, constituem um desafio de grandes dimensões que somente serão equacionados com uma ação centralizada pela União. Ora, para que o Ministério da Educação – MEC, possa efetivar a política de ofertas e reserva de vagas nos variados cursos de formação de professores, torna-se necessário incluir na atual legislação, embora como disposição transitória, essa excepcionalidade no âmbito dos concursos seletivos das universidades e outras instituições de educação superior. Caso contrário, suas vagas em vez de serem direcionadas aos atuais docentes das escolas públicas, poderão se destinar à crescente demanda de jovens concluintes do ensino médio, atrasando o processo de qualificação dos professores em exercício exigida pela LDB. Ademais, torna-se necessário, como previsto no texto do parágrafo a ser inscrito no art. 87 da LDB, uma regulamentação do MEC para orientar os movimentos das instituições na engenharia de ofertas das vagas, de forma a não prejudicar a qualidade dos cursos e o atendimento à demanda social por novos profissionais da educação.

Com efeito, não têm sido poucas as críticas à qualidade duvidosa de alguns programas de formação, principalmente os que são oferecidos na modalidade a distância, com sérias conseqüências para o sistema de ensino.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é favorável ao Projeto de Lei do Senador Cristovam Buarque nº 3, de 2003, com a seguinte emenda: "Dá-se ao § 7º do art. 87 da Lei nº 9.394 de 1996, nos termos do art. 1º do PLS nº 3 de 2004 a seguinte redação.

(Essa é a emenda a que se referiu o Senador Cristovam).

Art. 1º, § 7º: "Aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior será assegurado o ingresso nos cursos de graduação de formação de professores da educação básica, de acordo com a regulamentação do órgão da União responsável pela educação, que estabelecerá os critérios para a fixação do número de vagas e para os processos seletivos". Sala das Comissões, Senador José Jorge.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Aelton, por favor, eu gostaria que V. Exª permanecesse por mais um segundo. Quero continuar a discussão do projeto que acaba de ser relatado pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que são a favor deverão, evidentemente, responder à chamada nominal que efetuaremos imediatamente.

Apenas os Senadores presentes.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador Cristovam Buarque ainda quer falar sobre o assunto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Aprovado, não quero tomar mais o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem.

Aprovado, portanto.

Colocarei em pauta extra, perguntando ao Plenário se V. Exªs concordam com a inclusão de pauta extra do Item 1 apenas.

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005, que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria do Deputado Elimar Máximo Damasceno e Relatoria do Senador Aelton Freitas.

Se V. Exªs concordam, passo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Prometo ser breve, Sr. Presidente.

Agradeço pelo esforço. Passo diretamente à análise.

Com o intuito de prestar justa homenagem a um dos maiores nomes da nossa história, o projeto em contento propõe a inscrição do nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria. Como bem ressalta sua justificação, Francisco Manoel Barroso da Silva, por sua atuação militar, prestou relevantes serviços à Nação brasileira.

Em sua longa carreira de dedicação à Arma Naval, o futuro almirante Barroso comandou vários navios e exerceu cargos importantes na Armada Imperial, dentre os quais de Comandante Naval do rio da Prata, em 1863, e também Chefe do Estado Maior das Forças Navais no rio da Prata e, em seguida, o de Comandante da Força Naval brasileira na batalha naval do Riachuelo.

Nessa batalha, sua bravura e liderança imortalizaram o episódio bélico e transformaram a vitória brasileira numa das mais importantes páginas da história do País. Considerado pelos historiadores como um os mais importantes embates militares da Guerra do Paraguai, a Batalha do Riachuelo assegurou a hegemonia brasileira nas comunicações fluviais e precipitou a rendição das forças de Solano Lopes. Por sua capital atuação, Barroso recebeu a Ordem Imperial do Cruzeiro e o título honorífico de Barão do Amazonas, em referência direta ao nome do navio que comandou por ocasião do embate.

O Almirante Barroso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faleceu em 1882, em Montevidéu, e teve seus restos mortais trasladados para o Rio de Janeiro, onde se encontram depositados no monumento erguido em sua homenagem na praia do Russel.

Barroso faz parte de uma geração que, por sua atuação e por seus êxitos em determinado momento da história do Brasil consolidou dimensões continentais do País.

No livro dos Heróis da Pátria já constam insignes nomes da nossa história, como, por exemplo, de Tiradentes, D. Pedro I e Zumbi dos Palmares, o que reforça a pertinência da homenagem proposta.

Nesse sentido, consideramos oportuno o meritório projeto em análise.

Voto.

Pelo exposto, apreciamos o mérito e, não encontrando óbice de natureza constitucional, jurídica e/ou técnica legislativa, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara Municipal nº 16, de 2005 e nº 955, de 2003, na origem.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos duas informações importantes. A primeira é para comunicar às Srªs. Senadores e aos Srs. Senadores que, de acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado, ficam designados os seguintes Senadores para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social:

Titulares – pelo Bloco da Minoria – PFL e PSDB: Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Marcelo Crivella e Geraldo Mesquita Júnior. Suplentes: Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte e Edison Lobão. Pelo PMDB: Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Hélio Costa e Papaléo Paes. Como suplentes: João Batista Motta, Luiz Otávio e duas vagas. No Bloco de apoio ao Governo – PT/PSB/PTB/PL/PPS: Roberto Saturnino,

Cristovam Buarque, Aelton Freitas e Sérgio Zambiasi. Como suplente: Paulo Paim e três vagas.

Lembro que, na próxima semana, às 10 horas, no dia 13 de abril, quarta-feira, estaremos realizando uma audiência pública sobre a Reforma do Ensino Superior, conforme nos propusemos a fazer nesses próximos meses. Nós, então, vamos estar recebendo aqui o Professor Cláudio Moura e Castro; o Professor José Antonio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, Abruem; a professora Marina Barbosa Pinto, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes – SN. E estamos para confirmar ainda – e deveremos confirmar – a presença do ProfessorReitor Heitor Pinto e Silva Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, Anup. É da maior importância esta audiência pública porque ela vai cobrir o debate em torno das universidades estaduais e municipais.

Sr. Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, é somente uma indagação: na terça-feira, então, teremos a nossa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Reunião deliberativa normal e na quarta-feira, a audiência pública.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Certo. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nada mais tendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 41 minutos.)

Ata Da 10ª Reunião Extraordinária Da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 12 de abril de 2005.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia doze de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral, Francisco Pereira e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se à Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, José Maranhão e Aelton Freitas. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Roseana Sarney e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Otácio que, "Institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – PACE". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 04, 05 e 06-CE, aprovadas por quatorze (14) votos, rejeitando, ainda a emenda apresentada pelo Senador Marcel Crivella, por quatorze (14) votos. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que, "Modifica a Lei nº 9766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do Salário-Educação". O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A Senadora Fátima Cleide apresenta, para inclusão extra-pauta, requerimento de realização de audiência pública para instrução do projeto, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01:** Requerimento nº 10, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1999, que 'Modifica a Lei nº 9766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do salário-educação', com a presença dos seguintes convidados: 1) Representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do MEC, Dr. Ricardo Henriques; 2) Representante da Coordenação Geral de Educação da FUNAI, Dra. Maria Helena Sousa da Silva Fialho; 3) Representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena: Prof. Agnaldo Francisco dos Santos (Agnaldo Pataxó); 4) Representante da Comissão de Professores Indígenas da Amazônia: Prof. Clóvis Marubo; 5) Representante Indígena no conselho Nacional de Educação, Sra. Francisca Novantino Pinto de Ângelo (Chiquinha Paresi). O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001,** de caráter não terminativo, de autoria de Deputado

Aldo Rebelo que, "Dá nova redação à alínea e do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço)". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer é pela ratificação do substitutivo aprovado pela Comissão em 27/05/2003. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, "Inscreve o nome de Frei Caneca no 'Livro dos Heróis da Pátria'". O relator designado é o Senador Jorge Bornhausen e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 07: Requerimento de Informação nº 11, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas pelo Ministro de Educação as informações solicitadas abaixo a respeito do erro contábil que acarretou o desvio de R$ 3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os Serviços Sociais Autônomos (Sistema "S"), conforme noticiado pelo Jornal O Globo, de 29 de março de 2005: a) qual o órgão do governo que identificou o erro contábil? b) esse erro foi apurado através de verificação rotineira ou motivada por alguma denúncia? c) o MEC vai auditar as contas desses recursos, no período em que, segundo menciona a reportagem, ocorreram os desvios? d) esses recursos serão estornados ao FNDE e corrigidos para atender as suas finalidades nos Estados e Municípios?". O requerimento é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 003, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Guaé (ABCCG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 008, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 068, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1390, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1452, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Líder de Votuporanga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1461, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Independente de Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1462, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, " Aprova o ato que outorga permissão à Jubiaba Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1219, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Universidade Católica de Pelotas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e

o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1394, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a "Associação comunitária e cultural laranjense (ASCOL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1437, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Super rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Afonso Claudio, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1409, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Clube de Mimoso do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1426, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tokaia Eventos Comunitários e Culturais da cidade de Perdigão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdigão, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1442, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama – MG ASCOG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciama, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1487, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio difusora Santarritense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1489, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1490, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1136, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fronteira Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barracão, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1182, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Laranjeiras do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1202, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1238, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV Independência S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1250, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, " Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Folha de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item**

23: Projeto de Decreto Legislativo nº 024, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Pontagrossense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1318, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jandaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1344, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, " Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mário Teixeira Marinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambaracá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 069, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educacional Cascage para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 087, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ACOCAB – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1414, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nelson Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1417, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial Manje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 031, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM (ACRMCFM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariano Moro, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1419, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária FM de Tupanatinga – Pernambuco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupanatinga, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 075, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1253, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Itaberaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1439, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 1485, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos

favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 005, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Dionísio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 044, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Caraí (ACAC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraí, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 081, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Anunciação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 1071, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedra Pintada – ACP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 1169, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 1298, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 1423, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Maetinga executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 1429, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley – ADWAN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 1447, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1224, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1234, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio ao Cidadão – A.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1278, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por

dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1399, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maringá de Pombal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pombal, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1432, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 1411, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Evangélica de Comunicação – FUNEC para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 073, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, " Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Jorge Bornhausen e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 002, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Maracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 1387, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Palmares S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1210, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aratuba, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1293, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iguaiense Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaí, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas , Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 1148, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Aracati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracati, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 1166, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maciço de Baturité Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baturité, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 1208, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 1232, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 1380, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da

Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 085, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador Wirlande da Luz e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 1149, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Wirlande da Luz e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Luiz Otávio para relatar os seguintes itens: **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixio, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à EMBRACET – Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ASCOMBAP – Associação Comunitária de Cultura e Comunicação do Barro Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 1004, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Vale do Piracicaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 1128, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 1095, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itacaiúnas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marabá, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 1405, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 1408, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Marapanim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Wirlande da Luz e Lúcia Vânia requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Requerimento e Projeto de Decreto Legislativo nº 028, de 2005, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 012, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wirlande da Luz que, "Nos termos regimentais, requeiro audiência pública perante a Comissão de Educação com a presença do Sr. Nélio José Nicolai, Premiado Internacionalmente pela WIPO (World Intelectual Property), Entidade Internacional de Propriedade Intelectual, por indicação

do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por ser inventor do produto conhecido como 'BINA' (identificador de chamadas), para prestar esclarecimentos sobre a ameaça de perda da patente brasileira sobre este produto comercializado mundialmente pelas empresas de telecomunicações e que se recusam a pagar royalties sobre tal invento reconhecido internacionalmente como criação eminentemente brasileira". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 028, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paraúna, Estado de Goiás". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004.** O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – enador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Havendo quórum regimental, iniciamos a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, dia 12 de abril, terça-feira.

Passemos aos projetos de decretos legislativos referentes às emissoras comunitárias em todo o País.

Inicialmente, peço ao Senador Reginaldo Duarte que faça a apresentação resumida dos relatórios dos itens 1 a 3.

Itens 1, 2 e 3:

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, os relatórios são favoráveis aos seguintes projetos: projeto de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte – a minha terra –, Estado do Ceará; projeto de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Guaé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, também no Estado do Ceará; e projeto de decreto legislativo que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales, na cidade de Campos Sales, também no Estado do Ceará. É uma cidade pertencente à minha região, a região do Cariri.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Itens 8 e 9:

Peço ao Senador Valdir Raupp que, por favor, faça o relato dos itens 8 e 9 da pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga permissão à Jubiabá Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mirante da Serra, no Estado de Rondônia. É uma cidade nova, mas já com uma população grande. Com certeza, essa emissora será de grande utilidade para aquela população.

Portanto, somos pelo parecer favorável.

Da mesma forma, há o projeto de decreto legislativo que renova a concessão outorgada à Universidade Católica de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, para participar de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, também com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, os relatórios apresentados pelo Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao próximo item.

Não estando presente o Senador Flávio Arns, solicito ao Senador Sérgio Zambiasi que relate os itens 28 a 30, referentes às rádios comunitárias no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, passo a relatar os itens seguintes.

Item 28:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.414, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nelson Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 29:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.417, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Assistencial Manje a executar serviço de radio-

difusão comunitária na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 30:

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariano Moro, Estado do Rio Grande do Sul.

Os pareceres são favoráveis, Presidente Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, os pareceres apresentados pelo Senador Sérgio Zambiasi aos itens 28, 29 e 30. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens.

Itens 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27:

Inicialmente, peço ao Senador Flávio Arns para relatar os itens 18 a 27. Em seguida, pedirei ao Senador José Jorge que proceda à leitura de outros relatórios.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos Projetos de Decretos Legislativos dos itens 18 a 27 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 31:

O Senador José Jorge apresentará o relatório do referido Item. Posteriormente, fará uso da palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o parecer em relação ao Item 31 é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador José Jorge. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 32:

A Senadora Ideli Salvatti fará uso da palavra. Na seqüência, o Senador Jorge Bornhausen relatará o Item 52.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Decreto Legislativo com parecer favorável, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome, no Estado de Santa Catarina.

O nosso parecer é favorável à autorização da referida rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o parecer da Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 52:

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o parecer é favorável no que tange ao Item 52.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o parecer do Senador Jorge Bornhausen. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 33:

Peço ao Senador Sérgio Cabral para relatar a matéria, uma vez que a Senadora Fátima Cleide não está presente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o Item 33 tem meu parecer favorável.

Itens 10 e 11:

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para relatar os itens 10 e 11, cujo relator é o Senador Gerson Camata.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O parecer do Relator é favorável em ambos os processos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 4, 5, 6 e 7:

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para relatar os Itens 4, 5, 6 e 7.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Item 4, que trata da renovação da permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda, na Cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo, o parecer é favorável.

O Item 5 refere-se à aprovação da concessão da Rádio Líder de Votuporanga, também com parecer favorável.

O Item 6 trata da Rádio Independente de Barretos, da Cidade de Colina, Estado de São Paulo, com parecer igualmente favorável.

O Item 7 diz respeito à Rádio comunitária em Sertãozinho, com parecer favorável.

Todos os itens receberam pareceres favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 38:

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para relatar o Item 38, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O parecer do Senador Marcelo Crivella é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o parecer.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 34, 35, 36 e 37:

Peço ao Senador Reginaldo Duarte para representar o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, os pareceres do Senador Eduardo Azeredo são favoráveis para os itens 35, 36 e 37.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 39:

Peço ao Senador José Jorge, representando o Senador Demóstenes Torres, que relate o item 39.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) ...aprova o ato que outorga permissão à Radiação Candeias FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer **ad hoc** do Senador José Jorge, representando o Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos aos próximos itens.

Itens 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48:

Vou pedir ao Senador Gilberto Mestrinho que, por favor, relate os itens de 40 a 48, representando o Senador Papaléo Paes nos itens de 40 a 45, e o Senador Garibaldi Alves Filho, nos itens de 46 a 48.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Papaléo Paes e do Senador Garibaldi são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pareceres favoráveis do Relator **ad hoc**, Senador Gilberto Mestrinho.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Itens 49, 50 e 51:

Vou pedir ao Senador Valdir Raupp, representando o Senador José Maranhão, que relate os itens 49 a 51, **ad hoc** .

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Os relatórios dos itens de 49 a 51 são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Relator **ad hoc**, Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Itens 53, 54 e 55:

Senador Sérgio Zambiasi, vou pedir a V. Exª que relate os itens 53 a 55, representando no item 53 o Senador Delcídio Amaral; no item 54, o Senador Sérgio Guerra e no item 55, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, os itens 53, 54 e 55, que aprovam atos de renovação de concessão de emissoras de rádio têm parecer favorável. Todas as relatorias deram parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer apresentado pelo Relator **ad hoc** Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Itens 56, 57, 58, 59, 60 e 61:

Vou pedir ao Senador Paim que relate, por favor, os itens 56 e 57 a 61. O item 56 é do Senador Francisco Pereira e os itens 57 a 61 são da Senadora Patricia Saboya Gomes.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) –

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Relator **ad hoc** Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Iten 62:

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que faça a apresentação como Relator **ad hoc** do relatório da Senadora Lúcia Vânia para o item 62.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório da Senadora Lúcia Vânia é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Relator **ad hoc** Reginaldo Duarte (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Iten 63:

Vou pedir ao Senador Wirlande da Luz que relate o item 63. Ele vai apresentar o relato **ad hoc** do Senador João Ribeiro.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR)– Sr. Presidente, o item 63 tem parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Relator **ad hoc** Wirlande da Luz. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos ao próximo item.

Item 64:

Vou pedir também ao Senador Wirlande da Luz que faça a apresentação do relatório *ad hoc* do Item 64.

O SR. WIRLANDIO DA LUZ (PMDB – RO) – Sr. Presidente, da mesma forma, o Item 64 é de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Wirlandio da Luz.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

O Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos chega exatamente no momento em que vamos relatar os Itens 71 a 73 de sua autoria.

V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Muito obrigado pela atenção, Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação.

Item 72:

Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2004, aprova o ato que renova a concessão da rádio Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, no Estado do Pará.

O parecer é favorável pelos relevantes serviços que a Rádio Liberal, grupo Romaiorana concede ao Estado do Pará e à Amazônia como um todo.

Item 71:

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1995 aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tacaiunas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marabá, no Estado do Pará. O parecer é favorável.

Item 73:

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Marapanias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanias, no Estado do Pará. O parecer também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os pareceres apresentados pelo Senador Luiz Otávio.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência da Comissão que Educação para que eu possa fazer o relato dos Itens 65 a 70, que são emissoras no meu querido Estado de Minas Gerais.

Itens 65, 66, 67, 68, 69 e 70:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Assumo a Presidência da Comissão de Educação e gostaria que, na próxima oportunidade, vez que noto a disposição do Senador Hélio Costa em transferir a comissão e assumo também. Não há problema, vamos trabalhar juntos para presidir a Comissão de Educação.

Com a palavra o Senador Hélio Costa para relatar os Itens 65 a 70 de Minas Gerais.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Item 65 é uma rádio comunitária em São Geraldo do Baixio, o Item 66 é a Rádio Rio Grande Ltda., de Lavras, Minas Gerais, uma das mais bonitas cidades do começo do Sul de Minas, o Item 67 é a Rádio de Sabinópolis, em Minas Gerais, o Item 68 é a Associação Comunitária do Barro Preto, na cidade de Belo Horizonte, o Item 69 a Rádio FM do Vale do Piracicaba Ltda., em João Boulevard, cidade importantíssima de Minas Gerais, e o Item 70 é a Rádio Cultura da minha querida Uberlândia.

Esses são os itens todos com pareceres favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Transfiro a Presidência para o Presidente titular, Senador Hélio Costa. Muito obrigado, Senador Marco Maciel, pela oportunidade que V. Ex.ª me deu.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agradeço ao Senador que substitui, na realidade, ao Senador Augusto Botelho, que é o Vice-Presidente da Comissão e que não se encontra presente.

Aproveitando a oportunidade de o meu querido amigo Luiz Otávio estar presente que assumiu com muita honra para nós a Presidência da Comissão e a devolveu.

Realmente temos que voltar a dois itens que deixamos de votar.

Itens 12, 13, 14, 15, 16 e 17:

Vou pedir ao Senador Sérgio Cabral que faça a apresentação, como Relator *ad hoc* dos relatórios de 12 a 17.

O primeiro item 12 é do Senador João Batista Motta e, depois, de 13 a 17, do Senador Aelton Freitas, de emissoras do Estado de Minas Gerais que V. Exª vai relatar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Aproveito para agradecer ao Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, por ter me distinguido com a medalha da Inconfidência, que será entregue no próximo dia 21 de abril.

Senador Hélio Costa, a minha honra por receber do Governo de Minas Gerais tão importante condecoração no dia 21 de abril, na cidade de Ouro Preto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É evidente que V. Exª merece e tem o apoio de todos nós, mineiros e cariocas, de coração.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – V. Exª sabe que, só na cidade do Rio, são mais de um milhão de mineiros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É verdade.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Portanto, os pareceres dos nossos Senadores são favoráveis às estações de radiodifusão nessas belíssimas cidades de Minas Gerais da página 120, dos Itens nºs 12 até nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Sérgio Cabral.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos agora à votação nominal de todos os pareceres apresentados nesta manhã.

Inicialmente os titulares do Bloco da Minoria, PFL e PSDB.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Aprovados todos os itens.

Pergunto se votam da mesma forma nas emendas apresentadas. (Pausa.)

Aprovadas também as emendas.

Vamos então para a pauta normal do dia.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa, Pace. O autor é o Senador Paulo Octávio, a relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A Senadora está neste momento na Comissão de Assuntos Econômicos relatando um dos itens da reunião de hoje e pediu, evidentemente, que passássemos a um segundo item até que ela possa chegar aqui.

Vamos transferir temporariamente a discussão deste item e vamos ao Item nº 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1999, que modifica a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e que altera a legislação do salário educação.

O Senador Antero Paes de Barros é o autor e o relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, com parecer favorável, com as emendas apresentadas.

Vão ser realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide na reunião do dia 5/4/05. Ela apresentou, naquela oportunidade, um requerimento de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 252. Por essa razão, evidentemente, se aprovado o requerimento, fica sobrestada a matéria, até que se faça a audiência pública solicitada pela Senadora Fátima Cleide, a quem passo a palavra.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, só gostaria de ter um esclarecimento: o requerimento entra na pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Ele está em discussão neste momento.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Então, Sr. Presidente, eu solicito a todos os Senadores e Senadoras presentes a aprovação desse requerimento, uma vez que consideramos importante a oportunidade de discutir, na Comissão de Educação, a educação indígena, até para orientar melhor o projeto em pauta.

Gostaria, neste momento, apenas de solicitar a compreensão dos meus Pares para que aprovassem esse requerimento, para que pudéssemos assim ampliar essa discussão na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª gostaria de usar da palavra para discutir?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a princípio eu acho que dificilmente a realização de uma audiência pública para discutirmos essa questão levará a outra conclusão senão a de corroborar o que está previsto no projeto.

No entanto, democrata como somos, acredito que uma audiência pública poderá aduzir questões que possam enriquecer a matéria e o projeto.

Nesse sentido, sou francamente favorável à proposta da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, posteriormente, ao Senador José Jorge.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do pensamento da Senadora Fátima Cleide e também do Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu queria dizer que votarei a favor do projeto. Todavia, acho que a audiência pública é importante no momento em que, na Comissão de Direitos Humanos, há um debate intenso sobre mortalidade de crianças indígenas. Seria muito bom que no debate desse projeto começássemos a apontar caminhos porque há investimentos públicos também nas escolas indígenas. Por isso, é importante ouvirmos a sociedade organizada que atua nessa área, para que avançarmos nessa discussão tanto nesta Comissão como também na Comissão de Direitos Humanos.

Portanto, sou a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, o projeto, simplesmente, faz uma subvinculação do recurso da quota federal do salário-educação. Como sabemos, o salário-educação é pago pelas empresas. Ele corresponde a um percentual da folha de pagamento e é dividido em duas parcelas: uma quota estadual, destinada diretamente àquele Estado onde o recurso foi arrecadado, e uma quota federal, que o Governo define sob determinados critérios. O que o projeto está acrescentando é uma subvinculação, estabelecendo que 3% do montante correspondente à quota federal será destinados a programas e projetos da educação indígena nos Estados e Municípios onde comprovadamente existem populações indígenas.

Então, se se pretende fazer uma audiência pública para discutir a educação indígena, sou favorável a ela, desde que isso não atrapalhe a aprovação do projeto. Nada impede que façamos uma audiência pública sobre a educação indígena. Não vamos esperar. Como disse o Senador Geraldo Mesquita, serão convidadas pessoas a favor da educação indígena. Então ninguém vai ser contra a reserva de um percentual para a educação indígena.

Faço uma proposta: aprovamos o projeto e a audiência pública, sendo que o objetivo desta é discutir a educação indígena em geral. O fato de destinar dinheiro, de garantir um percentual, não resolve a questão da educação indígena; apenas vai alocar recursos. Por isso minha proposta seria essa, porque na verdade, se for para adiar a aprovação do projeto, serei contrário à audiência.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Senador José Jorge, temos uma questão técnica, que devemos também levar em consideração.

O requerimento da Senadora Fátima Cleide fala evidentemente de audiência pública para instrução do projeto de lei do Senado. Então, evidentemente o projeto fica prejudicado na medida em que tem de ser feita a audiência pública. Ele vai ficar sobrestado enquanto a audiência pública não for realizada, a menos que a Senadora Fátima Cleide queira mudar o texto do seu requerimento. Se S. Exª não fizer isso, aprovado esse requerimento, teremos de aguardar a realização da audiência pública para, depois, votar o projeto.

Continua em discussão o requerimento da Senadora Fátima Cleide.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, apenas para buscar subsidiar a necessidade efetiva de discutirmos a matéria de modo mais aprofundado e não, de repente, apaixonado.

Quando há uma destinação específica para as escolas indígenas, nos totais distribuídos do salário-educação, isso pode, em princípio, ser algo louvável, mas a realidade de nossos Estados e da população indígena na proporção das demais crianças matriculadas no ensino fundamental é absolutamente diferenciada. Então, por exemplo, há Municípios como São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em que 98% das matrículas são de crianças indígenas; em São Paulo de Oliveira, no Amazonas, 78% das matrículas são de crianças indígenas. Em São Paulo de Olivença, no Amazonas, 78% das matrículas são de crianças indígenas. No Pará, por exemplo, em Jacareacanga, 63%; no Mato Grosso, em São José do Xingu, 50%.

Então, ter uma destinação com esse tipo de vinculação, sem levar em consideração a realidade diferenciada que temos da população indígena distribuída para os vários Estados, seria algo que talvez não nos levasse a bom termo. Ter a audiência pública para discutir a amplitude, a diversidade, as diferenças regionais que existem e até a própria destinação desse recurso sem contemplar essas diferenciações seria prematuro. A audiência pública para instruir a votação, do projeto do meu ponto de vista, é absolutamente necessária. Estamos em pleno debate da vinda, para esta Comissão, do Fundeb, onde teremos ampliação dos recursos, a inclusão da educação infantil, do ensino médio. Nada que não pudesse aguardar mais uma ou duas semanas até a realização da audiência iria prejudicar a aprovação do projeto.

Faço um apelo para que a proposta da Senadora Fátima Cleide, que é da área da educação, uma pessoa que vive em um Estado cuja população indígena

é significativa, onde a preocupação com a educação dessa população é absolutamente pertinente, apelo para que sua proposta de realização de audiência seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão o requerimento da Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, portanto, sobrestada essa proposição, de autoria do Senador Antonio Paes de Barros, cujo Relator é o Senador Geraldo Mesquita, em razão do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Cleide.

A Secretaria da Comissão, evidentemente, vai fazer os primeiros contatos no sentido de realizar a audiência pública proposta pela Senadora.

Item 3:

De autoria do Deputado Aldo Rebelo, tem como Relator o Senador Sérgio Cabral. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea "e" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de tevê a cabo e dá outras providências, disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais da área de prestação de serviços.

Senador, vou fazer uma observação, antes de conceder-lhe a palavra, até para benefício de V. Exª. Ofereceram-me, na semana passada, um aparelho que consegue interromper todas as ligações de telefone celular em um raio de aproximadamente cinco metros. Fiquei imaginando por que não se usa isso nas penitenciárias, etc. Mas estou achando que há outros lugares onde poderemos usar esse aparelho. Vou, com certeza, trazer um para esta sala.

O SR. (Orador não identificado) – Ontem, em almoço com o Conselheiro José Graciosa, Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado do Rio de Janeiro, que conta com apenas sete conselheiros, ele me disse que adotou um bloqueador de celular no Pleno do Tribunal que tem dado muito certo... *(Risos.)*

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª me dissesse o nome desse aparelho, porque, como não uso celular, posso usar um equipamento desse, porque quem estiver junto de mim não vai falar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, antes do Senador usar a palavra, tenho uma sugestão. Já que essa é uma arma de trabalho, sugiro que, ao chegar, deponhamos as armas ali na mesa desligados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Bastaria colocar no modo silencioso e responder depois da reunião.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto do eminente Deputado e hoje Ministro Aldo Rebelo, hoje Ministro. É um projeto muito interessante para o qual apresentei substitutivo. Ele recebeu emendas.

Eu ratifico o substitutivo apresentado anteriormente. Entretanto, o meu substitutivo, que faz uma referência ao exame nacional que mudou de nomenclatura e mudou um pouco de conceito, teria de sofrer um novo exame redacional. Menos por isso e mais por uma solicitação política feita pela eminente Senadora Ideli Salvatti, que, em nome do Governo, busca o entendimento para essa matéria, sobretudo entre os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, peço a V. Exª e aos meus companheiros de Comissão que analisemos esse projeto – eu reapresento o relatório na próxima reunião – na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – A Mesa não tem nenhuma objeção, evidentemente. Vejo que V. Exª está corretíssimo, até porque, apresentando um novo relatório, V. Exª tem o direito de retirar de pauta esse item.

Não sei se isso foi abordado aqui, mas V. Exª deve ter observado que o relatório inicial, até porque foi feito há mais tempo, está...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Eu já ressaltei isso. Ele faz referência ao Exame Nacional de Educação, que tem de ser convertido para o que é hoje o Sistema de Avaliação.

Além disso, vamos aguardar, como eu disse, um fator superveniente, que é a observação da Senadora Ideli Salvatti quanto a sugestões que venham do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia. Vou aguardar e apresento o relatório na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeito.

Vamos, então, ao **Item 4:**

Projeto de Lei do Senado nº 306, que inscreve o nome de Frei Caneca no Livro dos Heróis da Pátria. A autoria é do Senador Marco Maciel. A relatoria é do Senador Jorge Bornhausen.

Inicialmente, passo a palavra ao relator, Senador Jorge Bornhausen. Depois, concederei a palavra para discussão.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado, do eminente Senador Marco Maciel, propõe a inclusão do nome de Frei Caneca no Livro dos Heróis da Pátria depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia em Brasília.

É justa a homenagem pretendida ao libertário da Confederação do Equador, razão pela qual damos parecer favorável ao projeto de lei do Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão.

Senador Marco Maciel, V. Exª, como autor, gostaria de usar da palavra?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer da minha satisfação em ver que esse projeto obteve parecer favorável do estimado e ilustre Senador Jorge Bornhausen. As razões pelas quais propus tal projeto se encontram devidamente expostas na justificativa que apresentei na proposição.

Era o que eu tinha a dizer apenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me pronunciar favoravelmente a esse projeto do eminente Senador Marco Maciel. Realmente, Frei Caneca é um dos maiores heróis brasileiros. Pernambucano, foi um dos líderes da Confederação do Equador, um dos primeiros movimentos de libertação do nosso País. Então, acho que o Senador Marco Maciel foi muito feliz quando apresentou esse projeto.

Eu gostaria também de dar o meu voto favorável à sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão o relatório do Senador Jorge Bornhausen. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir o parecer, vamos à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado, por unanimidade, pelos presentes.

Item 5:

Projeto de Lei nº 291. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Maguito Vilela. Não estando presentes o autor nem o relator, evidentemente vamos adiar a apreciação da matéria para a próxima reunião.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 5 de abril.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 362/2004. Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O autor é o Senador Gerson Camata. O Relator é o Senador João Batista Motta. O parecer foi favorável com oferecimento de emenda.

Como o Senador Gerson Camata não está presente e o Senador João Batista Motta não é mais membro desta Comissão, vamos ter que adiar e aguardar, na próxima reunião, que o Senador Gerson Camata esteja presente.

Item 1:

Já temos a presença da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que é a relatora do projeto de autoria do Senador Paulo Octávio. O parecer de S. Exª é favorável, com duas emendas oferecidas, e pela rejeição da emenda do Senador Marcelo Crivella.

Serão realizadas duas votações nominais. Uma para o projeto e outra para as emendas. Foi concedida vista ao Senador Flávio Arns, na reunião do dia 23 de novembro de 2004, que o devolveu sem manifestação por escrito. A matéria constou da pauta da reunião do dia 1º de março de 2005.

Concedo a palavra à relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 174/2003, de iniciativa do Senador Paulo Octávio, cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace), mediante o qual as empresas de construção civil poderão oferecer aulas de alfabetização gratuitas aos seus empregados.

As aulas desse programa são destinadas aos empregados que desejarem ser alfabetizados. Serão ministradas por professor ou alfabetizador, preferencialmente em recinto coberto localizado no próprio canteiro de obras.

A empresa poderá, para a execução e acompanhamento do PACE, firmar contrato ou convênio com instituição pública ou privada dedicada ao ensino.

A oferta das aulas do Pace não terá natureza salarial, não acarretará incorporação de remuneração para quaisquer efeitos, não constituirá base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não configurará rendimento tributável do empregado.

As empresas que aderirem ao Pace terão preferência para obter recursos dos programas executados pelos estabelecimentos de crédito federais, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, BNDES, e da Caixa Economia Federal.

Será instituído, ainda, o selo Empresa Construtora da Cidadania a ser concedido pelo Governo Federal às empresas que aderirem ao Pace. Essas empresas são autorizadas a utilizar o referido selo em publicidade, placas informativas e papéis timbrados, como meio de mostrar o exercício de sua ação social.

Análise.

A responsabilidade do poder público e da sociedade no combate ao analfabetismo tem como fundamentos constitucionais a inscrição da educação como direito social e a norma que determina ser a educação um direito de todos e um dever do Estado e da família a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, a erradicação do analfabetismo foi eleita como uma das cinco linhas do Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, como esse projeto do Senador Paulo Octávio foi de forma muito ampla discutido, debatido e emendado, eu gostaria de pedir permissão às Srªs e Srs. Senadores para passar ao final do nosso parecer. Esse projeto já foi amplamente discutido e acredito terá acordo entre todos os Srs. Senadores, porque se trata de promover um benefício aos empregados da construção civil para que tenham também direito de acesso à alfabetização.

Além dessas emendas, estamos tomando como nossa uma emenda que foi votada e aprovada pela CAE e, em vista das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, com as duas emendas abaixo apresentadas e rejeitada a emenda do Senador Marcelo Crivella, por ser tratar da mesma emenda apreciada nesta Comissão.

E peço também para que seja incluída no nosso parecer a emenda da CAE que foi também discutida e aprovada e que deve estar no nosso parecer final.

Esse é o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) **–** Então, são três emendas da Senadora Patrícia Saboya Gomes, rejeitando a emenda do Senador Marcelo Crivella.

Em discussão o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) **–** Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya Gomes, pelo brilhante trabalho feito na sua relatoria, bem como o Senador Paulo Octávio. Não há como ser contra um projeto que vai permitir que o nosso povo, a nossa gente, os nossos trabalhadores possam, no próprio local de trabalho, ter a instrução de vida e ser alfabetizados.

É mais um depoimento da minha alegria com este projeto e cumprimento pelo brilhante de relatório, fruto de parceria. É claro que não pode haver ônus nenhum para a parte do empregador que fará esse esforço para que efetivamente todos os seus trabalhadores tenham essa preparação no nível da alfabetização.

Por isso os meus cumprimentos tanto ao autor do projeto como a relatora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) **–** Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) **–** Continua em discussão. Com a palavra o Senador Flávio Arns e posteriormente o Senador Leonel Pavan.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) **–** Eu gostaria de esclarecer que eu, inclusive, havia pedido vista do projeto, porque na época em que nós discutimos, como a Senadora Patrícia Gomes mencionou, já foi amplamente discutido, havia uma dúvida da minha parte. Essa dúvida continua existindo, porque o art. 7º, em seu parágrafo único, prevê que as empresas que obtiverem selo "Empresa construtora da cidadania" poderão utilizar peças publicitárias, placas informativas e papéis timbrados como forma de demonstrar à sociedade o exercício de responsabilidade empresarial.

Então, isto é fundamental: as empresas na área da construção que aderirem ao programa de alfabetização demonstrando ao mesmo tempo com isso a preocupação com a construção da cidadania, ou seja, a responsabilidade social. Elas devem participar no sentido de encontrar soluções para os desafios que a sociedade apresenta.

Esse é o sentido de responsabilidade social. Porém perdemos esse sentido quando se diz em outro artigo que as empresas que aderirem ao programa terão preferências em créditos. Aí não é simplesmente a vontade da empresa de participar, de aderir ao dever, ao desafio que o Brasil vem enfrentando. Existe uma grande contrapartida; se há uma contrapartida, na minha ótica, isso deixa de ser responsabilidade social no projeto original.

A Senadora Patrícia Gomes, em razão de todo o debate, aprimorou o texto dizendo que, para a empresa se habilitar aos financiamentos, aos créditos, ela terá que também suprir todos os critérios e exigências que qualquer outra empresa teria em termos de financiamentos.

Isso supre, em parte. Não há discussão, não questionamento em relação à relevância do projeto; existia, e existe, essa dúvida em relação à respon-

sabilidade social. Mas, em troca da responsabilidade social, existe um privilégio em relação à obtenção de créditos, mesmo suprindo-se todas as exigências, o que não constava do projeto original.

De qualquer forma, apesar de haver essa dúvida e ter requerido vistas, voto favoravelmente ao projeto, mas lembro que existe, sim, esse questionamento que se pode fazer, mas este é um projeto relevante e importante, se todas as empresas do Brasil se dedicarem a isso nos canteiros de obras, com professores especializados. E elas já fazem isso. Sei de empresas que realmente já fazem isso.

Realmente, creio que este projeto pode ter um impacto bastante positivo em termos, principalmente, de alfabetização, que é um dos passos essenciais para o exercício da cidadania.

Voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) **–** Muito bem. É importante lembrar ao Senador Flávio Arns que, embora o projeto seja terminativo na Comissão de Educação, ainda cabe, evidentemente, recurso ao Plenário, se V. Exª assim o decidir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) **–** Não, quero esclarecer que, de maneira alguma... Eu me considero satisfeito. A Senadora Patrícia Gomes aprimorou bastante essa redação. Creio que existe um avanço bom e importante. Porém, sempre destacando que responsabilidade social quer dizer "não haver contrapartida", em razão da responsabilidade social. Esse é o espírito da responsabilidade social.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) **–** Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, este projeto vem há muito tempo sendo debatido. Eu mesmo já participei de alguns debates. Temos feito, desde o início da discussão deste projeto, os elogios ao Senador Paulo Octávio, pela sua preocupação social. S. Exª, como um construtor e um grande empresário do nosso Brasil, teve, e tem, essa sensibilidade de fazer com que as empresas possam contribuir com a educação do nosso País.

Essa é uma verdadeira parceria, já é um dos setores em que as empresas da construção civil sentem-se sensibilizadas em ajudar a construir um grande projeto na questão da alfabetização com os governos municipais, estaduais e federal.

Então, quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Octávio pela construção deste projeto, e à Senadora Patrícia, que o ampliou dando-lhe um corpo maior.

Com certeza, esse projeto vai ser de grande importância social para o nosso País.

Quero deixar registrado, como disse o Senador Flávio, que já existem algumas empresas em nosso País que já estão exercendo esse papel de cidadania com a educação.

Em Santa Catarina, algumas empresas de Joinvile e de outros lugares do nosso Estado já realizam trabalhos como os mencionados nesse projeto em parceria com as prefeituras, ou seja, as prefeituras cedem professores gratuitamente para que as empresas possam alfabetizar os seus trabalhadores. Então, já existem. Porém, sem aqueles incentivos a mais que seriam necessários para que todas exercer esse mesmo papel.

Por isso, quero deixar registrado o nosso apoio.

Meus cumprimentos à Senadora Patrícia Saboya Gomes e ao Senador Paulo Octávio.

Quero dizer que, em Santa Catarina, isso começou há muito tempo e agora vai ser reconhecido, com toda a certeza, pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão o relatório da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Antes de colocar em votação o projeto, e posteriormente o substitutivo da Senadora Patrícia Saboya Gomes, gostaria de cumprimentar V. Exªs – Senador Paulo Octávio e Senadora Patrícia Saboya Gomes – exatamente pela forma absolutamente primorosa com que se conduziu o assunto dessa importantíssima proposta feita pelo Senador Paulo Octávio.

Vou relatar um fato curioso ocorrido em minha residência. Há exatamente dez dias contratei uma senhora para ali trabalhar. E qual não foi a minha surpresa ao descobrir que aquela senhora, aos 56 anos, era analfabeta. Então, fiz-lhe a proposta para que se alfabetizasse, porque eu, em sendo Presidente da Comissão de Educação, como poderia ter um trabalhador analfabeto em minha casa? Dei-lhe um tempo de três meses para tal e, se fosse necessário, os meus filhos lhe daria apoio. Conclusão, essa senhora será alfabetizada aos 56 anos. Lamentavelmente, isso acontece todos os dias.

De parabéns, portanto, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Paulo Octávio.

Passemos à votação nominal do projeto.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Falta o importantíssimo voto da Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, vim sentar-me ao lado da Senadora Patrícia Saboya Gomes para ficar mais convencida ainda do "sim" que darei ao parecer que S. Exª exarou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Por isso, então, que a perdemos de vista: V. Exª estava em um lugar e depois passou para um outro.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Por isso, V. Exª não me enxergou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Falta o voto do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O voto da Senadora Relatora já é conhecido.

Aprovado, por unanimidade.

Antes de votarmos o último item da pauta, lembro a V. Exªs que, amanhã, às 10 horas, teremos uma importantíssima audiência pública aqui, portanto nesta mesma sala de reuniões, da Comissão de Educação. Trata-se da 2ª Audiência Pública para tratar da Reforma do Ensino Superior ou Reforma Universitária, como vem sendo tratada pela imprensa.

A autoria do requerimento é do Presidente da Comissão, havendo também aditamentos a ele dos Senadores Mão Santa e José Jorge.

Fazemos o convite para participarem da audiência pública os representantes das universidades estaduais que passo a ler: Srª Marina Barbosa Pinto, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Sr. Heitor Pinto e Silva Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup); Sr. Cláudio Moura Castro, Professor e Economista e o Professor José Antônio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – Abruem. Essa audiência pública, na seqüência da discussão da proposta de reforma universitária, será realizada amanhã, às 10horas, neste mesmo local.

Temos alguns requerimentos, sendo um deles na pauta e que é o item nº 7, de minha autoria.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas pelo Ministro da Educação as informações solicitadas abaixo a respeito do erro contábil que acarretou o desvio de R$3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para os serviços sociais autônomos, Sistema S, conforme noticiado pelo jornal **O Globo,** do dia 29 de março de 2005.

As perguntas que faço são as seguintes:

Qual o órgão do Governo que identificou o erro contábil?

Esse erro foi apurado por verificação rotineira ou motivado por alguma denúncia?

O MEC vai auditar as contas desses recursos, no período em que, segundo menciona a reportagem, ocorreram os desvios de 2000 a 2004?

Esses recursos serão estornados ao FNDE e corrigidos para atender às suas finalidades nos Estados e Municípios, principalmente com relação à correção?

Quero deixar bem claro que faço esse requerimento porque na medida em que essa notícia foi divulgada pela imprensa parecia uma coisa quase que absurda; quer dizer, um desvio de R$3 bilhões não é um desvio, é um erro contábil. Em segundo lugar, ficou parecendo que o Sistema S teria tido algum interesse em que isso tivesse acontecido, o que não é verdade. Foi uma situação que ocorreu do ponto de vista apenas administrativo; verificado o erro, evidentemente será sanado, terá que ser corrigida a importância devida aos cofres públicos.

Não é uma audiência pública, não é um requerimento agressivo, mas é importante que isso seja colocado de forma muito clara pelo Ministério da Educação para que tenhamos em nossos arquivos.

É o requerimento que apresento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) **–** Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) **–** Sr. Presidente, esta Comissão aprovou um requerimento de autoria do Senador Mão Santa propondo a realização de uma audiência pública para instruir o Projeto nº 282 do Senador Delcídio Amaral, que institui o Dia Nacional de Combate ao Psoríase previsto para o dia 29 de outubro. Gostaríamos de solicitar agilização na marcação da data para que pudéssemos contemplar, antes do dia 29 de outubro, a aprovação do projeto, a fim de que sobre este tema, que mereceu algumas manifestações muito interessantes do plenário da comissão – lembro inclusive do depoimento do Senador Romeu Tuma colocando sua experiência pessoal sobre o problema – possamos colocar mais luz e quem sabe este ano promover um amplo e democrático debate sobre a questão da psoríase no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Sérgio Zanbiasi, estamos sendo informados pela secretaria da Comissão que a proposta está em andamento e certamente será transformada em audiência pública tão logo tenhamos confirmadas as pessoas pela agenda estabelecida pela comissão.

Em segundo lugar, temos que terminar a votação do requerimento que estamos apresentando. Achei que V. Exª tinha uma questão de ordem sobre o requeri-

mento e acabou sendo interrompido o processo de votação. Vamos à votação do requerimento.

Para discutir, antes da votação, portanto, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa de apresentar o requerimento pedindo as informações sobre esse assunto que é extremamente relevante, porque este pequeno erro de cálculo provocou um prejuízo significativo para os entes federados que têm a responsabilidade do Ensino Fundamental, os Estados e os Municípios. Com a diminuição do repasse do valor da cota-parte do salário educação, tiveram diminuição nas suas verbas em áreas importantes em que a União entra exclusivamente na complementaridade. O Fundef só repassa recursos para Estados e Municípios que não atingem o valor mínimo por aluno, e são pouquíssimos os Estados brasileiros que recebem complementaridade no Fundef da União. Portanto, é uma parcela significativa dos recursos imprescindíveis para Estados e Municípios implementarem o pleno desenvolvimento do Ensino Fundamental e, no caso dos Municípios, como o Fundef não atende à Educação Infantil, é aquilo que normalmente socorre o Município para que possa cobrir a totalidade dos gastos no Ensino Fundamental e permitir que, com arrecadação própria, o Município desenvolva as suas atividades na Educação Infantil.

Ontem, só para exemplificar, participei da abertura de um encontro importante que está acontecendo em Santa Catarina, reunindo todos os 293 prefeitos, organizado pela Federação Catarinense das Associações de Municípios para tratar da gestão pública. E este assunto foi pautado como algo importante: as Associações de Municípios, as Federações e a própria Confederação Nacional de Municípios devem pleitear e buscar monitorar a devolução de recursos que acabaram ficando como sistema AS, de forma indevida, por um erro de cálculo; que esse valor seja redirecionado.

Então, quero parabenizar. Sr. Presidente, se até a chegada das informações, não tivermos o equacionamento da devolução dos recursos, este assunto mereceria ser pautado para uma audiência pública. Em um primeiro momento, a chegada das informações já provoca um aquecimento do assunto, que é relevante. Caso as informações prestadas não sejam as adequadas, principalmente no sentido da devolução do dinheiro, creio que, na seqüência, poderemos realizar a audiência pública. E posso lhe dizer que a Federação Catarinense das Associações dos Municípios, presidida pelo Prefeito de Concórdia, Neodi Saretta, com certeza terá todo o interesse e o empenho de estar aqui cerrando fileiras para que o recurso seja devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, Senadora, é importante ressaltar que esse requerimento foi apresentado exatamente em razão das inúmeras observações que recebi de prefeitos e sobretudo de autoridades estaduais no que diz respeito ao que ele pode ter provocado no repasse para as cidades.

Já temos todas as dificuldades enfrentadas pelos nossos prefeitos e todas as dificuldades enfrentadas pelo Estado. Evidentemente, um erro de R$3,3 bilhões é um senhor erro. Trata-se de US$1,1 bilhão ou R$3 bilhões. Agora, os recursos têm de ser corrigidos e estornados ao FNDE. Agora, o Ministro Tarso Genro deixou bem claro que a distorção já foi corrigida, cumprindo agora somente a realização do cálculo para avaliar a real quantia perdida pelo próprio País, pelos Estados e pelos Municípios. E o cálculo já está sendo feito pelo próprio FNDE, Fundo Nacional pelo Desenvolvimento da Educação.

Ainda segundo o Ministro Tarso Genro, não deverá haver problema, pois a dívida já é reconhecida. Sendo reconhecida, cabe apenas negociar com os dirigentes do sistema AS a forma como será paga.

Considero da maior importância que este requerimento seja atendido com a maior presteza pelo nosso Ministro, até porque, conforme disse V. Exª, dependendo da resposta que chegar aqui, vamos, sim, propor uma audiência pública sobre o assunto.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último item da pauta é um requerimento do Senador Wirlande da Luz, que, nos termos regimentais, requer audiência pública perante a Comissão de Educação, com a presença do Sr. Nélio José Nicolai, premiado internacionalmente pela WIPO – *World Intellectual Property Organization*, entidade internacional de propriedade intelectual, por indicação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, por ser inventor do produto conhecido como bina, identificador de chamadas telefônicas, para prestar esclarecimentos sobre ameaça de perda da patente brasileira sobre esse produto comercializado mundialmente pelas empresas de telecomunicações e que se recusam a pagar *royalties* sobre tal invento, reconhecido internacionalmente como criação eminentemente brasileira.

Diga-se de passagem que o conheci. Visitei o inventor, mineiro de Belo Horizonte, há quinze anos,

em seu pequeno laboratório na região da Pampulha, e o acompanhei quando ele dizia que isso iria revolucionar o mundo, e apresentava o primeiro protótipo desse bina, Senador Wirlande. Realmente, é uma injustiça que se faz com esse brasileiro, que inventou, sim, esse sistema de acompanhamento de rastreamento de chamadas telefônicas, e que, lamentavelmente, é absorvido no mundo inteiro sem o pagamento de *royalties*. Se fosse um produto inglês ou americano, duvido que dele estivessem lançando mão de forma tão irresponsável.

V. Exª está com a palavra, Senador Wirlande.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de importância fundamental que o Sr. Nélio seja ouvido em audiência pública para que ele possa explicar não só a questão relacionada ao bina, mas a todos os inventos nacionais, a todos os brasileiros que trabalham e que conseguem criar inventos que são usados no mundo inteiro. Esse cidadão, realmente, está ameaçado de perder o seu registro de marcas e patentes.

Como foi citado, o Sr. Nélio Nicolai é mineiro, de sua terra, ilustre Senador, e, segundo informações, também é ex-jogador profissional do Cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Que bom.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Já fico feliz por ele ser mineiro; sendo jogador do Cruzeiro, mais ainda! Muito bem.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que apóiam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço desculpas pelo meu atraso.

Gostaria de solicitar a V. Exª que fosse incluído extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 28/2005, relativo a uma rádio comunitária para a cidade de Paraúna.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente. O projeto já está sobre a mesa. V. Exª será atendida, Senadora Lúcia Vânia.

Vamos submeter a inclusão do projeto nas discussões de hoje à aprovação do Plenário e, em seguida, apreciá-lo como último item da pauta após ouvirmos a Senadora Lúcia Vânia.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, vamos ao item extrapauta, o PDS nº 28, de 2005, que aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o voto é pela aprovação, em função da importância dessa rádio para o Município de Paraúna, que virá, sem dúvida alguma, enriquecer a troca de informações naquele município. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pergunto aos Srs. Senadores se mantêm o voto anteriormente dado nominalmente para os outros itens colocados durante esta reunião. (Pausa.)

De acordo.

Aprovado, portanto.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, lembrando a audiência pública de amanhã sobre a Reforma Universitária, às dez horas da manhã, com a presença de Marina Barbosa Pinto, Heitor Pinto da Silva Filho, Cláudio de Moura e Castro e José Antônio dos Reis.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h37min.)

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de abril de 2005.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Valdir Raupp, Wirlande da Luz, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Mão Santa, Paulo Paim e Delcídio Amaral, reúne a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senhores Senadores Roseana Sarney, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número re-

gimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador Hélio Costa (com os Aditamentos nºs 01, 02, 03 e 04 de autoria dos Senhores Senadores Mão Santa, José Jorge e Hélio Costa, respectivamente), que tem como objetivo discutir a Reforma Universitária. Comparecem á Audiência Pública os seguintes convidados: Marina Barbosa Pinto, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN; Heitor Pinto e Silva Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; Cláudio de Moura Castro, Professor e Economista; José Antônio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais- ABRUEM. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, autor do requerimento, Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Mão Santa. O Senhor Presidente Senador Hélio Costa, comunica a presença na reunião de hoje da Senhora Mariluce Bittar, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. O Senhor Presidente agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – enador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Bom dia, Srªs e Srs, estamos iniciando a 11ª reunião extraordinária da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje, com audiência pública sobre a reforma do ensino superior.

Os convidados são: Professora Marina Barbosa Pinto, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes SN; Heitor Pinto e Silva Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup; Professor Cláudio de Moura e Castro; Professor e Economista José Antônio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – Abroem.

Estamos, na realidade, na seqüência da proposta que fizemos de realizarmos audiências públicas sobre a reforma do ensino superior, como está sendo encaminhada pelo Governo, através do Ministério da Educação e chega ao Congresso Nacional.

Na abertura dos trabalhos do Congresso, insistimos que este assunto, pela sua relevância e importância, teria que passar por uma ampla discussão, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado e, evidentemente, que a Comissão de Educação é o fórum para esta discussão. Julgamos oportuna a realização dessas audiências, com a participação de representantes dos diversos segmentos e entidades interessados na temática, para discussão minuciosa dos vários aspectos que envolvem a reforma do ensino superior, à guisa não apenas de democratizar o debate, mas sobretudo de obter subsídios para o aprimoramento da proposta do Executivo que venha a chegar ao Congresso Nacional.

Vale dizer que, inicialmente, a proposta do encerramento da discussão pela sociedade era no dia 15 de fevereiro, dia exato da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Foi exatamente ao assumir a Presidência da Comissão de Educação que fizemos um apelo, tanto ao Ministro da Educação quanto ao Governo para que estendêssemos esse debate, pelo menos por dois meses, para que pudéssemos realizar essas reuniões, essas audiências públicas e ouvir dos especialistas, dos entendidos, exatamente o que pensa a comunidade acadêmica e o Brasil.

Então, hoje, nesta segunda audiência pública sobre a reforma do ensino superior, temos a grata satisfação de contar com a presença de mais quatro professores, dirigentes de entidades de classe, entendidos, especialistas, que contribuirão certamente para o debate em torno da proposta do ensino superior.

Temos quinze minutos para exposição de cada convidado e quando tocar a campainha não será o Senador Hélio Costa que estará interrompendo a sua fala, pois automaticamente um minuto antes ela vai soar e V. Sª ainda terão o restante do tempo para concluir o pensamento.

Penso que, com esses quinze minutos, possamos atender plenamente a cada um dos Srs. convidados. Evidentemente, se houver absoluta necessidade de prorrogarmos um pouco mais, não iremos impedir que V. Sª termine o pensamento. Só não podemos duplicar o tempo previsto de cada um, mas termos toda a atenção para a exposição das suas idéias e propostas.

Inicio, agradecendo a cada um dos convidados e passando a palavra à Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes, a Professora Marina Barbosa Pinto. Dentro

de instantes estaremos ao vivo, pela **TV Senado**, para todo o Brasil. Portanto, essa é uma audiência pública que vai chegar a cada rincão do território nacional, o que é importantíssimo para a divulgação do trabalho que está sendo feito em torno da reforma do ensino superior.

Com a palavra a Professora Marina Barbosa Pinto.

A SRª MARINA BARBOSA PINTO – Bom dia a todos. Bom dia Senador, membros da Mesa, é com imensa satisfação que o Andes – Sindicato Nacional se faz presente neste debate, reivindicando a importância de que, em um tema tão fundamental para a sociedade brasileira, ouvirmos os contraditórios, discutirmos as temáticas e efetivamente enraizarmos essa discussão, chegarmos a bom termo nas propostas e projetos que possam favorecer a consolidação do papel do ensino superior no Brasil, resguardando a clareza, o respeito com as posições divergentes e com o processo de crescimento que este debate pode nos trazer.

Aqui estamos presentes com alguns diretores membros da base do Andes-Sindicato Nacional, com a Professora Mariluce Bittar, Vice-Presidente da ANPEd – Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, membro do GT de educação.

Alguns elementos que trago para a discussão envolvem longo período de estudo do Andes – Sindicato Nacional junto às demais entidades da educação. Boa parte das propostas que serão apresentadas estão pautadas num plano nacional de educação da sociedade brasileira, produzido pelo 5º Coned, e pelo projeto de universidade brasileira do Andes-Sindicato Nacional.

Para nós, duas premissas são importantes. É fundamental entender que á necessidade de uma proposição política do Andes de que precisamos transformar o ensino superior brasileiro, de que precisamos com especial atenção repensar o papel e a condição da universidade brasileira. A outra é de que entendemos a educação como um instituto importante da sociabilidade humana, aquele que pode nos fornecer a capacidade de superar inúmeras lacunas da sociabilidade existente.

Evidentemente a posição que o Andes vem construindo nas suas análises e nos seus eventos apresenta críticas à proposta feita pelo Ministério da Educação, que tem estado em debate com algumas entidades e com a sociedade. Consideramos que o método de discussão deixou a desejar, porque não possibilitou efetivamente que pudéssemos no tempo necessário de amadurecimento aprofundar propostas que nos permitíssemos chegar a soluções mais viáveis para recuperar o processo que hoje vivenciam as universidades brasileiras.

Entendemos que o Governo utilizou uma junção que é delicada e perigosa, quando propõe uma legislação e uma normatização muito detalhada, que envolve entes jurídicos de natureza diferenciada, o setor público e o setor privado.

É muito importante que trabalhemos com uma perspectiva de compreender as particularidades desses setores. Como Sindicato Nacional, o esforço nosso é de defesa incondicional do caráter público do ensino que nos permita enraizá-lo na sociedade.

A proposta que o Governo apresenta no dia 6, que está em discussão, e que já deve ser apresentada uma segunda versão nessa segunda quinzena, não pode ser compreendida como um marco zero, porque, para sua constituição, uma série de medidas durante o ano de 2004 foram constituindo um arcabouço de compreensão de variáveis que compõem a perspectiva do ensino superior: a Lei de Regulamentação das Fundações; a Lei de Inovação Tecnológica, que reescreve a pesquisa neste País;, a perspectiva da democratização do acesso com a lei do ProUni, e uma série de construções por medidas mais imediatas dentro das instituições de âmbito público que foram dando um escopo de compreensão que o Ministério tem sobre o papel e como deveria ser regulado o ensino superior hoje.

O documento é extenso; apresenta cem artigos; trata de muitas questões. Há todo um debate sobre a sua relação com a Constituição brasileira, há toda uma construção e análises que dizem que a legislação deveria trabalhar com uma perspectiva de normas gerais e não com uma perspectiva de tanto detalhamento.

Quero destacar aqui quatro aspectos que para nós do Andes-Sindicato Nacional são muito importantes. O primeiro deles diz respeito a uma perspectiva clara posta no documento, que é trabalhar com uma concepção de sistema federal de ensino superior. Isso nos causa preocupação, porque, ao fazer uma classificação e uma estratificação das instituições, o Governo retira desse processo a questão do ensino de primeiro e segundo graus vinculados à União, retira também o processo da educação técnica e tecnológico e da educação profissional, construindo um sistema diferenciado. E não apresenta uma junção e articulação com os diferentes momentos da formação. E, no âmbito do ensino superior, não nos parece ter tratado o âmbito público com a sua totalidade, porque não há o devido lugar, nesse projeto das estaduais e das municipais. Então, esse aspecto, para nós, mereceria uma conversa que se desdobra, inclusive, em propostas muito distintas

da que o Governo vem apresentando, por diferentes setores da sociedade da área da educação.

O segundo aspecto que queríamos trazer é a questão da democratização. O diagnóstico do Brasil sobre a ausência da juventude no ensino superior é dramático. Ele nos coloca em condições difíceis em relação a países como Coréia, Equador. Então, nesse debate, o diagnóstico é comum a todos nós. E as soluções que precisamos encontrar, na opinião do Andes, não podem se reduzir à idéia de que é na porta da universidade que se resolve o problema da inclusão da educação.

Então, do ponto de vista do Sindicato, nós deveríamos pensar esse processo com variáveis que pegam o acesso à permanência e à qualidade do ensino. Nesse sentido, a proposta que apresentamos trabalha com a prerrogativa que é entender o País, as suas regionalidades, as suas especificidades, e onde se localizam setores da juventude, os setores que hoje estão excluídos do ensino superior. E, nesses lugares, encontraríamos esses segmentos que, ao longo desse processo, estão excluídos da universidade, por não terem o acesso econômico para se prepararem para isso e também por uma série de processos, de preconceito e de exclusão que favoreceu isso.

Então, nesse sentido, a proposta que trazemos é tratar o problema com o critério da universalidade, e não da focalização. E proporíamos, então, que, ao fazer esse estudo, houvesse um investimento de infra-estrutura muito pesado, por parte do Governo, nas escolas públicas do ensino básico, propondo acordos e convênios com as universidades públicas, com os Cefets, para ampliar a qualidade e a abrangência dessas escolas públicas e teríamos o acesso diferenciado a partir da vinda desses alunos da escola pública. E a autonomia de cada instituição se reservaria o direito de acolher, para além desses números diferenciados dessas escolas públicas, um segmento que considerasse necessário porque, na opinião das análises que fizemos e da proposta que construímos, ao fazer isso, incluiríamos aí, na prática e de modo real os afrodescendentes, os povos originários e todos os segmentos que, por serem excluídos do processo econômico, são também passíveis de sofrer uma segunda exclusão pela sua condição nessa sociabilidade.

Assim, na nossa proposta, teríamos que avançar para discutir o próprio vestibular como forma de ingresso nas universidades. Dessa forma, a nossa proposta de democratização vem do fortalecimento do ensino básico. Assim, fortalecendo o ensino fundamental e médio, daríamos as condições para abranger toda a juventude e possibilitar o ingresso à universidade. E, num segundo momento, possibilitaríamos uma política clara de permanência. Os balanços que existem hoje das políticas de cotas propostas pelo Governo – que consideramos importantes, mas entendemos que as políticas de acesso devem se inscrever nos marcos de políticas afirmativas, como estruturantes, e não pontuais para resolver os problemas – nos dão conta de que é necessário permitir a entrada, possibilitar a entrada, mas garantir a permanência. E esse processo não tem se dado. E a solução de apresentar uma loteria para resolver esse problema, da assistência estudantil, nos parece envolver um problema ético sério de dizer para a juventude que o seu direito à educação vai ser assegurado por um jogo de azar. Para o Andes, Sindicato Nacional, é muito preocupante que isso venha do Governo.

O terceiro elemento que eu queria apresentar é o financiamento. Aqui, há um problema de fundo, porque pensar em reformulações, sejam quais forem, do âmbito do ensino superior sem considerar em um novo padrão de financiamento é esbarrar provavelmente nos mesmos problemas e limites que vínhamos atravessando ao longo desse período. Ao longo desse processo, vínhamos discutindo e acumulando uma série de propostas que foram debatidas nesta Casa, e na Câmara, em que, na construção do Plano Nacional de Educação, foram reduzidos os repasses para educação. São os vetos colocados ao processo do financiamento, com o Plano Nacional de Educação, que precisam ser tratados, quando se repensa a questão do ensino superior hoje.

Queríamos também apresentar uma discussão de que poderíamos pensar o financiamento da educação, como parte de um percentual específico e claro do PIB brasileiro, sem entrar com uma subserviência aos processos de contingenciamento e de desvinculação, porque isso, na verdade, reduz a condição da educação a uma política de Estado.

Os últimos quatro anos nos indicam, no estudo de Orçamento, que tivemos uma queda de investimento em torno de 20%. Hoje, temos uma nominação de Orçamento no Ministério, feito para as instituições federais, que chega a 8.6%. Tirando o crescimento vegetativo, foram-nos colocados a mais R$800 milhões. Aqui não temos nenhum setor das federais da administração, mas todos que administram uma instituição. No âmbito de como funcionam as federais, o que significa R$800 milhões para tratar dos custeios permanentes e de funcionamento de uma Universidade?

Então, é preciso que se repense a questão do ensino superior, fundamentalmente, a forma de investimento, qual o padrão de financiamento, para que se possa garantir claramente a perspectiva de fortalecimento da educação como uma política de Estado.

Do ponto de vista das particularidades do setor público e privado, o Andes-Sindicato Nacional defende, para ambos os segmentos, uma dura avaliação, para que possamos trabalhar com a perspectiva da avaliação institucional e da individual dos seus trabalhadores, dos seus resultados para a sociedade, mas que possamos trabalhar com uma perspectiva absolutamente clara, no sentido de que a educação terá financiamento garantido pelo Estado brasileiro, para que possa avançar nessa concepção de educação a serviço de um projeto mais amplo de País.

Por último, a autonomia. Parece-nos que o Governo altera um pouco o conceito de autonomia e põe alguns riscos no projeto. Quando discute que o estatuto é o principal instrumento – e nós consideramos que sim –, não apresenta nenhuma indicação geral de elaboração deste instrumento, mas diz que ele é passível de veto do Ministro, sendo necessário um plano de desenvolvimento institucional. Todos nós, que vivemos nas instituições de ensino, sabemos que estas funcionam, com plano de trabalho, com perspectivas e metas, mas esse deveria, na perspectiva do projeto, ser rubricado e assumido, digamos, aceito pelo Ministro.

A nossa preocupação é a de que essas medidas possam indicar, para as universidades, do ponto de vista da liberdade de pensamento, da liberdade da produção do conhecimento, não mais um plano de trabalho, uma perspectiva de desenvolvimento da própria instituição, mas transformar-se em um plano de Governo, e não numa perspectiva, na medida em que pode estar vulnerável ao Conselho Nacional de Educação e a vetos diretos do Ministro que possa estar, por ventura, exercendo aquele papel.

Por último, estou trazendo elementos iniciais para conversa. O Andes-Sindicato Nacional tem uma série de documentos de análise detalhados na sua página (www.andes.org.br), e distribuímos aqui um material inicial.

Para finalizar, gostaria de dizer que esse documento do Governo não é consenso. Ele tem inúmeras divergências em vários segmentos. Estamos distribuindo hoje uma nota pública, assinada por algumas entidades científicas. Esse processo está em discussão, demonstrando que o consenso, mostrado pelo Ministro à sociedade, ainda não foi construído e precisa avançar no processo democrático.

Gostaria de saudar a iniciativa do Senador, porque acho que, dessa forma, fortalecemos a concepção de democracia e a possibilidade efetiva de construir os processos.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço à Professora Marina, rigorosamente dentro do tempo previsto. Antes de passar a palavra ao segundo expositor, o Professor José Antônio dos Reis, quero saudar a presença da Professora Mariluce Bittar, Vice-Presidente da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

Concedo a palavra ao Professor José Antônio dos Reis, que, além de Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, é também o Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e das Universidades Municipais – Abruem.

Com a palavra o Professor José Antônio dos Reis.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS – Sr. Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão, a quem antecipadamente agradecemos pelo convite, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, autoridades, imprensa, senhoras e senhores, neste momento em que se discute em todo o Brasil a reforma universitária, é muito importante e primordial a democracia. Todos os segmentos envolvidos terão que ser ouvidos. E há uma coisa que às vezes não fica muito clara: é válido o papel do MEC na discussão, entretanto ele deve, verdadeiramente, ouvir a sociedade. O MEC não pode ter dogmas em se tratando de reforma universitária.

Em algumas discussões com autoridades do MEC de que já participamos, como, há duas semanas, em Belo Horizonte, o 37º Fórum de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais, quando algumas discussões ocorreram fora dos microfones: "Esses pontos não estão sendo discutidos". Dentro do próprio prédio do MEC, esse e esse ponto, em conversas informais? "Não, esse ponto não pode ser discutido."

Então, se há uma discussão, e nós, da Abruem, acreditamos que a reforma universitária deve ser um grande pacto com a sociedade, senão não funciona... O Brasil é um dos poucos países do mundo onde as pessoas dizem: existe lei que pega e lei que não pega. E nós queremos que a reforma seja efetiva, porque é necessária, portanto tem que ser feito um pacto com a sociedade. E todos os agentes devem estar verdadeiramente envolvidos.

Outra coisa em relação à qual temos preocupação é o saber ouvir. O brasileiro, na maior parte das vezes, seja na política, na educação, em todas as áreas, tem uma tendência muito grande a abrigar pessoas, e não idéias.

Neste momento, todos os agentes envolvidos têm as suas próprias verdades, então há uma série de interesses. E as pessoas dizem: se não for do meu jeito, não serve. Quero a reforma enquanto ela for como eu quero. Se não for assim, não serve. Isso é realmente complicado.

E devemos, nessa reforma, acabar um pouco com vaidades. Sempre que há uma lei importante no Brasil, autoridades, segmentos e órgãos de um modo geral dizem: o artigo tal, fui eu que fiz; o artigo tal tem o meu dedo; aquela foi a minha idéia.

Consideramos que o único verdadeiro vencedor da reforma tem um nome: é o Brasil, e um sobrenome, que é o povo brasileiro.

A reforma universitária está ocorrendo quando um dos grandes problemas do MEC e deste Governo é a inclusão social.

Temos dados do próprio MEC, segundo os quais, em idade universitária, de 19 a 24 anos, somente 9% dos brasileiros estão na universidade. Então não vou dizer que perdemos para a Coréia e os Estados Unidos, mas para o Paraguai e a Bolívia. Isso não se justifica.

Na semana passada, saiu o novo ranking do PIB; o Brasil é o décimo segundo. E o IDH? Com 9% apenas?

São situações bastante complicadas que nós temos que avaliar.

Reforma, segundo a origem etimológica desta palavra, é voltar atrás; fazer de novo ou voltar para uma situação anterior.

Será que a situação anterior é tão boa? Então começa a discussão pela própria terminologia de reforma.

Logicamente, a universidade, desde o início, vem tentando entender; essa é a sua obrigação. Então reforma seria tão importante para nós? Até porque reforma é uma constante na vida universitária. Qualquer universidade do mundo está constantemente em reforma. Se uma universidade se declarar pronta, esse será o dia da sua morte. Ela nunca está pronta; ela sempre quer mais, está sempre avançando. Então devemos ter muito cuidado com essas afirmações.

A educação é política pública; não é política de governo, é política de Estado. Não conseguimos resolver os problemas de educação, saúde e outros setores no Brasil porque cada governo tenta fazer, nos seus quatro anos, a educação, a saúde, tudo a sua imagem e semelhança. Quatro anos é pouco para universidade. Quatro anos é muito pouco para educação. Teríamos que ter um ciclo de 20 a 25 anos para fechar. Então, cada governo que entra – e estou referindo-me à União, aos Estados e aos Municípios – muda toda a política pública. Realmente isso é complicado. Temos que ter muito cuidado. Reforçando, a reforma tem que ser um pacto com a sociedade.

A Abruem – Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais congrega 44 universidades, em 19 Estados da Federação. Reunimos alguns dados e, há cerca de um mês, aqui em Brasília, numa reunião, num determinado Ministério, alguém disse: "Ah, porque é federal". Bom, se vai discutir federal, estamos fora. Hoje, a Abruem orgulhosamente diz o seguinte: o sistema estadual e municipal é maior que o sistema federal de ensino.

Então, no caso das nossas 42 universidades, formamos o maior contingente de professores para educação básica. Isso é muito importante. Somos o sistema com maior penetração no interior do País. Somos um sistema com uma maior oferta de curso noturno a permitir a inclusão do aluno trabalhador. Então, tais marcas, por si só, sinalizam a importância do papel. E no documento da reforma não tem nada das universidades estaduais e municipais. Lógico que há algumas coisas que precisam ser ditas. Por exemplo, no dia 14 de fevereiro, mandamos um ofício ao Ministro, cumprindo prazo, pois se não postergasse o prazo, ficaríamos "de fora da coisa".

A Abruem reivindica, na reforma, dois pontos: o respeito à autonomia federativa dos Estados quanto aos sistemas estaduais de ensino superior, e a participação da União no seu financiamento.

O primeiro, a continuidade da histórica política governamental, centralizadora, intervencionista, que tem seu melhor exemplo no Decreto nº 3.860/01, que regulamentou as atividades de autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos em instituição de ensino superior.

A propósito, o anteprojeto apresentado repete algumas partes desse regulamento, e não obstante trata-se agora de lei formal, expande e é profundo em inconstitucionalidades. E incide igualmente em repetições legislativas e minúcias impertinentes.

Segundo, o tratamento normativo de questões díspares em um único texto está muito tumultuado. As universidades no Brasil são muito diferentes. Guimarães Rosa dizia que Minas são muitas. Podemos trazer esse pensamento para as universidades. Temos universidades federais, municipais, estaduais, confessionais, privadas, e com um grande assédio. Como já disse, o mercado brasileiro tem só 9% de alunos em idade escolar e há um grande assédio de universidades do Primeiro Mundo querendo entrar no Brasil.

Essas questões muito díspares, num único texto, trazem uma certa dificuldade. Por exemplo, mistura ensino e educação. Educação superior e organização do sistema federal de ensino, praticamente a lei da reforma, o fato das universidades federais. O que quer dizer, não é nenhuma crítica às universidades federais; pelo contrário, nós as consideramos complementares. Mas o problema é que mais da metade ficou de fora da legislação. Vai ser acobertada por qual legislação,

se ninguém pensou nisso antes? Universidades e instituições de ensino superior vinculadas à União, aos Estados e aos Municípios. Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Instituições de pesquisa de fomento ao ensino e à pesquisa, também públicas e privadas. Fundações de apoio e congêneres, também públicas e privadas.

Sem contar um grande problema: o Brasil é muito heterogêneo regionalmente. Sempre se discute o que se vai levar para o Nordeste, o que vai haver no Sudeste. Temos alguns dados interessantes que, depois, poderemos discutir. Às vezes, essas universidades, muito perto uma da outra, numa determinada região, fazem tudo e, no resto do Brasil, não existe aquele conhecimento. Até que ponto é importante ter todo tipo de conhecimento em todos os lugares? Vamos concentrar – estávamos conversando na ante-sala antes da abertura da reunião – alguns tipos de conhecimento em determinadas universidades onde o curso poderia ficar mais barato? Dou o exemplo: às vezes, uma escola tem um curso de Medicina, uma escola tem um curso de Farmácia, uma outra universidade tem o curso de Obstetrícia, ou de Educação Física. Todos dependem de um laboratório de anatomia, que é um item caro.

Muitas vezes, no mesmo lugar, você tem uma universidade federal, uma universidade estadual e mesmo uma universidade privada. Será que não poderíamos dividir o laboratório ao invés de construir outro? Muitas vezes, as universidades funcionam com – e é normal das pessoas – alguma situação até meio feudal: "Quero o meu hospital universitário, quero o meu tomógrafo no meu hospital universitário, quero o meu acelerador nuclear". E, algumas vezes, ele não é tão bem utilizado. Não posso falar pelas privadas, logicamente, não estariam sob a nossa lei, mas, as estaduais e municipais podem perfeitamente criar grupo de pesquisa juntas, trabalho conjunto, podem perfeitamente dividir os seus laboratórios, porque tudo ali é dinheiro do povo.

Existe dificuldade para você fazer essa interação. A universidade, no momento em que ela quer fazer essa mudança – sim, às vezes, a sociedade acusa a universidade de estar entre muros e algumas vezes acontece isso, sim, intramuros... A universidade tem que vir mais para a sociedade. Logicamente não cabe também responsabilidade, e muitas pessoas querem que a universidade resolva todos os problemas sociais. É complicado isso. A universidade não tem estrutura financeira para fazer isso.

Agora, é muito importante que os senhores e senhoras saibam que, às vezes, dizem assim: "O custo é alto". Não é custo, universidade não é custo; universidade é investimento para o crescimento do País. Na justificação que o próprio Presidente desta Comissão faz para convocar audiência pública, ele diz: "No momento em que o Brasil quer entrar inclusive na economia internacional...", a universidade pode muito bem fazer esse papel, ela pode muito bem ajudar. Agora, a universidade precisa de ter uma estrutura; a universidade precisa de ter parâmetros; a universidade precisa de tempo. Aí muda o Governo, muda de novo, mudam as leis, você não pode confiar muito porque hoje é de uma maneira, amanhã é de outra, cria uma insegurança e não dá continuidade.

A universidade tem que ter um tempo para que ela possa perenizar, aí, sim, lógico. Não se estar fazendo e advogando que a universidade não precise apresentar resultados para a sociedade. Lógico, isso é muito importante; ela tem essa obrigação, sim. A universidade é paga com o dinheiro do povo e ela tem que mostrar claramente os seus resultados. Agora tem que ter um tempo para fazer isso.

Então, eu gostaria, ao finalizar, de só reforçar para os senhores, que, no caso da proposta de inclusão, os sistemas estadual e municipal são o que realmente mais atendem. Depois têm outros dados que poderíamos com o tempo discutir. E outra coisa: os dados a que nos estamos apegando são dados do Inep, do próprio Governo Federal. Nós temos o nosso próprio banco de dados, logicamente, mas nos estamos apoiando nos do Inep, para que não haja discussão sobre dados diferentes.

Eu gostaria de agradecer-lhes e colocar-me à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Nós é que agradecemos, Professor José Antônio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – Abruem.

Passo a palavra agora ao Professor Cláudio de Moura Castro, que vai evidentemente se valer dos recursos da moderna tecnologia da informação para fazer a sua palestra.

Com a palavra o Professor Cláudio de Moura e Castro.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO – Senador e demais Senadores, o problema é grande. Temos uma complicação bastante grande diante dessa lei. A primeira pergunta é: que ensino queremos? Antes de falar em reforma temos que perguntar: reforma para chegar aonde?

A meu ver, estamos falando de criar algumas instituições realmente de primeira linha, a janela do Brasil para o primeiro mundo. Isso tem que ser criado. Temos que fazer o que estão fazendo Chile, Coréia, Singapura, Malásia e o que, obviamente, todos países industrializados já fizeram.

Precisamos também de muitas escolas, para muitos alunos, oferecendo oportunidades diferentes, com regimes diferentes, para mercados diferentes, com critérios de entradas diferentes para a enorme de variedade de clientela que está chegando ao ensino superior. Para isso, portanto, precisamos de um marco regulatório que estimule o uso eficiente dos recursos, que premie a qualidade; e precisamos valorizar a diversidade e a multiplicidade de alunos e de mercados, ou seja, qualquer reforma correta tem que pensar na variedade do que é um ensino superior, hoje, em todo os países, sobretudo nos países mais avançados.

Então, qual é o ensino superior que nós queremos? Como podemos reformar se não tivermos uma idéia de para onde queremos ir, qual é a nossa direção, o que queremos? A primeira pista é perguntar: quais são as instituições que gostaríamos de ter no Brasil? Qual é o perfil delas?

Aí temos que perguntar: É isso que a nossa lei vai nos permitir?

Temos que saber que lei permitiria que tivéssemos aquelas instituições que vemos no exterior que têm as características que gostaríamos que as nossas tivessem. E temos que perguntar se a proposta do MEC nos leva mais próximo ou mais longe dessas instituições. A idéia que se tem lendo a proposta é que ela nos distancia ainda mais de ter instituições desse padrão.

As duzentas melhores universidades, uma pesquisa feita recentemente na China, curiosamente, não inclui nenhuma universidade do Brasil; e, aparentemente, o que está sendo proposto nos distancia ainda mais de ter uma universidade dentre essas duzentas. A primeira universidade, de praticamente todas as classificações, é Harvard. Com a lei da reforma, Harvard não poderia entrar no Brasil, não permitiria todas as exigências de intervencionismo, etc., não permitiriam que Harvard entrasse no Brasil.

A primeira universidade pública e que é a segunda no total é a Universidade da Califórnia, em Berkeley. Também não poderia funcionar no Brasil com a lei que está sendo proposta. Portanto, temos um marco regulatório que é incompatível com as melhores universidades do mundo, o que não parece um bom augúrio para a reforma.

Vamos falar um pouco sobre o impacto na universidade pública, do ponto de vista de eficiência e do ponto de vista de eqüidade.

Autonomia é o lado mais positivo da reforma; o sistema público federal precisa de autonomia, precisa de uma autonomia bem definida. Então esse é o lado positivo. Mas essa autonomia está sendo proposta com aumento da ordem de 40% no orçamento das universidades, pela passagem dos inativos para o Tesouro e pela possibilidade de gastar 175%. Outra coisa, a lei é muito pouco clara ao especificar como que a universidade presta contas. Ela é extremamente ambígua, não sabemos como vamos exigir alguma coisa de uma universidade federal à qual estamos dando mais autonomia. Eventualmente podemos estar dando autonomia demais ou de menos, mas isso fica muito claro.

Um questionamento relativo à autonomia: o Estado poderá fazer com que uma instituição autônoma ofereça mais cursos noturnos?

A autonomia sempre tem de ser seguida de incentivos e de penalidades. Não vemos isso na lei. Apesar do excesso de detalhes, ela não diz o que irá exigir da universidade pública, nem o que irá requerer como prestação de contas. Além disso, a lei contém uma cláusula de impunidade que diz que ninguém pode perder orçamento. Ora, o custo médio, por aluno, da Universidade Federal do Rio de Janeiro é de R$12 mil. O custo médio, por aluno, da Universidade Federal de Mossoró é de R$83 mil ou R$84 mil, ou seja, sete vezes maior. A lei perpetua essa diferença, que é absolutamente absurda.

A UFRJ é a universidade pública mais produtiva do Brasil e a segunda mais produtiva em pesquisa. Os reitores, obviamente, vão gostar disto: não ter de prestar contas. Ganham 40% a mais e ainda têm a garantia de que não podem perder orçamento. É claro que têm de gostar.

Haverá também a morte anunciada das fundações, quer dizer, da fundação e de muitas universidades de primeira linha. Mais de um terço dos recursos usados pela universidade iriam para um caixa único do reitor. Não sabemos o que vai acontecer. Portanto, isso é um grande desestímulo.

Impactos na universidade pública do ponto de vista de eqüidade. Esse é um dos carros-chefes da proposta do MEC. A lei tenta promover a eqüidade, criando cota para aluno de escola pública, para negros, para minorias, etc. Esse é um dos pontos mais fortes da lei. Há quase mil anos, foi criada a primeira universidade. O princípio da meritocracia tem sobrevivido há quase um milênio, pelo menos nas universidades sérias. Essa lei quebra esse princípio, permitindo que alunos de nível muito mais baixo freqüentem os cursos.

O projeto aumenta os gastos federais, transferindo os inativos e permitindo que se gaste até 75%. Isso obviamente tem conseqüência na eqüidade, porque reduz o gasto do Governo com o ensino de primeiro e segundo graus; portanto, favorece 400 mil alunos e prejudica cerca de 40 milhões de alunos. Tem um grau de "ineqüidade" grande nesse sentido.

O ponto mais importante é que a entrada, a porta do ensino superior é um momento muito tardio para se consertar a falta de eqüidade do sistema. Essa falta vem do início do processo de escolarização; ou seja, de cada cinco alunos, quatro já caíram fora da universidade pública quando chega a hora do ingresso. Portanto, a política de eqüidade é inócua, porque abrange uma porção muito pequena de alunos. Ela não é errada, a não ser na meritocracia, mas é inócua, porque não beneficia senão alguns, ou seja, um dos cinco que ficaram para trás.

Ensino privado. O tratamento do ensino privado é claramente preconceituoso. A própria linguagem é ofensiva. Fala-se em mercantilização do ensino. Pergunto: o que é mercantilização do ensino? Organizei um seminário em Harvard e eles meteram o dente. E é a melhor universidade do mundo. Cobraram tanto quanto o dinheiro que eu tinha para pagar, do Banco de Desenvolvimento. Harvard foi mercantilizada? Esse conceito é muito vago, muito ambíguo, não significa nada. É simplesmente um insulto gratuito.

Por que se ignoram as universidades públicas de pior qualidade, quando sabemos que a proporção de universidades públicas com letras "d" e "e" é praticamente a mesma no privado e no público? Quer dizer, a proporção de públicas muito ruins é enorme. Por que elas são absolvidas e as privadas são acusadas *a priori*?

O que nós sabemos? O Provão nos diz claramente: há particulares boas; há particulares ruins; há algumas que dão lucro; outras dão prejuízo; e todas as combinações ocorrem. A única coisa que foi observada não muito rigorosamente: há uma tendência de que as que oferecem melhor ensino sejam as que dão mais lucro. Ou seja, o sistema de mercado não é perverso; ele dá boa sinalização.

O que se notou? No período de vigência do Provão, de cerca de seis anos, quem teve nota boa ganhou 10% de candidatos; quem teve nota ruim perdeu 40% de seus candidatos. Ou seja, o sistema de mercado tem a sua coerência e mostra resultados razoáveis. Ele não é perfeito, tem muitos problemas, mas a competição é interessante.

A visão do MEC é de tutela, mas não há como tutelar 15 mil cursos; não há gente disponível para tanto. A maneira certa de se controlar, quando existe essa quantidade de cursos, é medir o resultado, como faz o Provão, que provavelmente não vai medir os sinais, por uma série de falhas técnicas.

Ingerência no privado.

A educação privada não é uma função delegada; é um direito constitucional. A idéia de se criarem comitês onde o dono só participa com 30%, ou seja, em que ele é impotente para mexer, cria uma grande confusão. Quer dizer, se não der certo, será culpa de quem? Se um cara de fora, que ele não indicou, der palpite, e não der certo, sem cumprir o que o MEC manda, será culpa de quem?

Perde-se a noção de responsabilidade.

Articulação com a sociedade, gestão democrática colegiada. As 200 melhores não têm isso. Deve ser uma invenção brasileira; só o Brasil está certo.

Voto direto de alunos e funcionários. Vou mostrar uma citação para vocês daqui a pouco.

Não há representante do setor produtivo. Engraçado, não é? Existe o sindicato, o MST, não sei o quê. Quem contrata não está representado nesses comitês.

De vez em quando, ouvimos do MEC que o conselho é voluntário e a eleição será voluntária. No meu pobre entendimento a respeito de lei, não se faz lei para algo voluntário; lei existe para obrigar ou para permitir. Se é voluntário não se precisa de lei.

Não há universidade de primeira grandeza que opere com essas regras. Ou seja, não poderemos ter universidade de primeira grandeza, a não ser que somente nós estejamos certos, e o mundo todo errado.

Falta de liberdade. Poder dado aos conselhos, sindicatos, ordens, etc. Poder indevido, porque eles não têm que lidar com a questão do ensino. É simplesmente uma reserva de mercado.

Complica a abertura de cursos, o que é equivocado. Os critérios devem ser mais rígidos e simples para serem aplicados. Deve-se facilitar a abertura de cursos com critérios mais difíceis.

A idéia de demanda social e de bem público é confusa. Simplesmente dá poder aos comissários do povo. No tempo do CFE, havia demanda social. Era uma das maiores fontes de corrupção, porque não há como medir demanda social.

O Governo vai dizer se há demanda.

O que o Governo não está entendendo, e que Adam Smith, que publicou um livro em 1776 entendeu, é que o que controla o privado é a concorrência. A maneira mais eficaz de se fazer com que o privado seja eficiente é deixar que um concorra com o outro.

Deixem-me ler apenas a última citação, porque já estou no fim.

Vou ler uma citação do Presidente de Harvard, Lawrence Summers, que é muito apropriada. Ele diz o seguinte:

O compromisso é com a autoridade das idéias e não com a idéia de autoridade. Isso é a universidade. Os esforços do governo para se meter estão condenados a falhar. A criatividade é repelida e a inspiração amortecida. O resultado é o desapontamento. Univer-

sidade com eleição de líderes acadêmicos por alunos e funcionários sabotam o mandato de impor padrões elevados e a liderança requerida para uma visão de longo prazo.

Para quem acha que Larry Summers é de direita e que isso é uma universidade de direita, vou citar Laurent Schwartz, socialista, membro da reforma universitária francesa e um dos maiores matemáticos do Século XX. Ele diz o seguinte:

Não conheço a educação superior da América Latina, mas, se partirem para esse sistema de escolha de dirigente por eleição, posso afirmar-lhes que, ao invés de melhorar a qualidade da educação no Brasil, estarão caminhando para o seu sepultamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Imagino que a última declaração do Professor Cláudio de Moura e Castro deixou até o Presidente meio perplexo.

Vou, agradecendo a participação do Professor Cláudio, passar a palavra ao Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, Anup, Professor Heitor Pinto e Silva Filho.

O SR. HEITOR PINTO E SILVA FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas, em primeiro lugar, eu gostaria de mostrar quem é a Anup. Ela representa 42 universidades no País, com a característica de mantença privada. A Anup mantém um milhão e duzentos mil alunos no País, alunos esses com características totalmente privadas. Portanto, essas instituições foram criadas, antes do Governo Fernando Henrique, com um projeto de reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação. Instituições essas que mantêm também instituições lucrativas e sem fins lucrativos, 40% com fins lucrativos, mantença com fins lucrativos, portanto, com todas as incidências tributárias, e 60% com características sem fins lucrativos, caracterizadas por serem instituições presbiterianas, por serem instituições religiosas de um modo geral. Portanto, esta é a representação da Anup no País.

Além disso, a Anup mantém um projeto que temos apresentando, que vamos distribuir aos senhores, de que não existe reforma universitária. Não é possível reformar o que ainda não foi concluído.

Temos no País um grande problema. A educação é uma coisa perene, que não pode ser modificada a cada Governo, que não pode ser modificada a cada Ministro. Não adianta mudar Ministro para mudar a educação. A educação não é política partidária, é consciência nacional, é projeto evolutivo de uma cultura de um país. Portanto, não é possível, Srs. Senadores, a cada governo mudarmos toda a legislação. Desde Getúlio Vargas, estamos tentando consolidar legislações, desde a 5.024 e sucessivamente a nova LDB, onze anos nas duas Casas, para serem aprovadas e sancionadas. Não é possível reformar a educação a cada novo Governo. Temos gerações e gerações, pessoas e pessoas que estão sendo formadas. Se não consolidarmos uma cultura educacional, desculpem-me, mas não tem que haver reforma. Temos que conscientizar a nossa cultura dentro de um projeto educacional claro, aberto e próprio, em que todo mundo saiba o que é público, o que é privado, qual é o papel da educação pública, qual é o papel da educação privada. Nós não conquistamos essa linha de conduta.

Educação não é ideologia. Educação não é partido político. É formação cultural dos nossos filhos. Educação é uma coisa que todo país cultua na tradição, na formação dos avós, dentro de uma cultura, seja ela religiosa, seja ela do desenvolvimento. Nesse processo, temos um aprendizado que vai da pré-escola à formação do ensino superior.

Infelizmente, a educação é utilizada para vocações de poder político. Nós tivemos, durante o Governo Fernando Henrique, promovida pelo Paulo Renato, a abertura de escolas, desculpem-me, sem nenhuma condição, sem nenhuma cultura vocacionada para a área da educação.

Tivemos uma abertura na iniciativa privada que, quero crer, é uma aberração enorme. Mostramos ao ex-Ministro e Senador Cristovam Buarque que, em Brasília, foram abertos durante o último Governo, na gestão do Paulo Renato, 38 cursos de Administração só no centro de Brasília. Isso é ilógico! Trinta e oito cursos!

Portanto, nós não temos que fazer reformas. Nós temos que fazer regulamentação da LDB. A LDB é séria, é boa. Nós já temos uma legislação consistente. Nós temos uma condição legal na LDB, na Constituição e nos nossos Códigos. Essa tal reforma universitária mistura Código Tributário, mistura Constituição, mistura LDB, mistura Código Civil e, ainda mais, Processo Civil dentro de um projeto de uma reforma universitária.

O que precisamos, na verdade, é de uma regulamentação da nova LDB, que ainda não foi exposta. Durante a gestão do Paulo Renato, tivemos só quatro universidades novas, chamadas de credenciadas, porque a legislação agora fala em credenciamento. Na legislação anterior, essas universidades eram chamadas de reconhecidas, porque o Conselho Federal de Educação acompanhava a criação de uma universidade durante dois anos, o que não existe mais.

No projeto do Governo anterior, tivemos um grande problema: a chamada transição entre o Conselho Federal e o Conselho Nacional de Educação. Foram criadas algumas coisas que exorbitam a própria Constituição e exorbitam a própria LDB. Refiro-me ao Decreto nº 3.860, por meio do qual foram criados centros universitários com composições. Por que foram criados

esses centros universitários? Porque muitas instituições estavam em projeto de criar a universidade. Para quebrar o galho, resolveram criar centros universitários que tinham autonomia idêntica à universidade. Então, criou-se um fisiologismo local e hoje existem cerca de 78 centros universitários com as mesmas características de universidade, sem que sejam universidades. Não têm o direito, mas não têm a obrigação de ensino, pesquisa e extensão. A lei é esdrúxula hoje. Não temos de fazer reformas, temos de acertar a LDB e estabelecer regras de conduta no que tange ao que a LDB estabelece. Ela estabelece claramente o que é o Ensino Fundamental, o que é o Ensino Médio. Isso foi inspirado em Darcy Ribeiro, que tinha uma visão cósmica. Então, a legislação da LDB é muito clara, muito precisa, basta regulamentá-la. Não precisamos reformar nada. Uma reforma aqui, no Congresso, desculpem-me, vai demorar mais dez anos. Não precisamos reformar, mas apenas estabelecer regras de conduta da nova LDB.

Portanto, o Governo age errado quando fala em reforma universitária, age errado quando fala em mantença pública e privada. A mantença privada está estabelecida claramente na Constituição, no Código Civil e na própria LDB. É claro, num projeto muito estabelecido, o que é mantenedora pública e o que é mantenedora privada. Temos de estabelecer claramente, e está no Conselho da mantida. Sempre tivemos a comunidade integrando o Conselho da mantida. No Conselho Federal de Educação, quando tivemos a nossa universidade, tivemos a obrigatoriedade de ter a mantida, a representada, na comunidade. E a comunidade é representada ou pelo Rotary Clube ou pela Associação Comercial ou até mesmo pela situação da regionalidade da sua instituição. Então, a representação é clara. Não precisamos mudar nada disso, porque se criam novamente dificuldades para não gerenciar a educação.

Questão de qualidade. A qualidade compete ao Estado, e temos dificuldades. Hoje, vocês estão recebendo um documento nosso sobre os sinais, a maneira de avaliar as instituições. As instituições privadas recebem alunos pobres. Os pobres estudam nas privadas e os ricos estudam nas públicas, em São Paulo, principalmente. Na USP, 140 mil alunos da América Latina e quiçá de outros países fazem concurso de seleção. As 80 vagas do curso de Ciências Biológicas são disputadas por 6 mil candidatos. Portanto, lá é seleção de seleção. Não se trata de brasileiros somente; eles vêm de toda a América Latina. E não é mantida a escola USP. Existe a seleção dos homens não brasileiros somente. Portanto, a instituição pública – no caso, USP, Unicamp e Unesp – não representa uma seleção de brasileiros, representa uma seleção de capazes no mundo, porque há muitos que vêm de fora para estudar aqui. Passam por uma seleção, por um crivo muito pesado. Lá, todos eles podem pagar muito mais, porque foram bem alimentados na infância. São pessoas de boa criação em termos de família, falam duas línguas, entram com facilidade e são avaliados como instituição 'A'. Nem de professores eles precisam, porque já são formados pela natureza familiar. Mas quem cuida daquele que trabalha durante o dia e estuda à noite é a instituição privada.

Temos que pensar nisso, Srs. Senadores. Há uma inversão de valores. A escola pública, principalmente a USP, Unicamp e Unesp, porque vivo em São Paulo, que sempre determinaram a linha política e metodológica do MEC, até hoje, tem um valor diferente. O valor é outro. Educação, temos que pensar em valores, em seres humanos, em desenvolvimento de uma ação maior, não de elite. Pensar em elite é difícil em educação. Temos que pensar em educação popular, da iniciativa privada que ela pratica. Mas a educação pública só faz educação de elite.

Temos 140 mil alunos fazendo vestibular para oito mil vagas na USP, em São Paulo, porque a seleção é perfeita. Sou da Uniban, que tem 44 mil alunos em oito **campi**. Todos esses representados por alunos noturnos. Agora, tivemos o Prouni, acertamos isso, e há alunos com dificuldades de pagamento. Alunos que têm problemas em pagar R$200,00, R$300,00, R$400,00.

Penso que temos que reestudar a educação como brasileiros e não como utópicos e idealistas ou não marxistas ou não Smith. Precisamos pensar em educação no Brasil, mas não estamos pensando nisso. A coisa está muito evasiva.

Temos que recoordenar, não reformar. Regulamentar a educação neste País. Abre-se uma escola a cada dia, nem se sabe por quê. A necessidade social tem que existir, porque necessidade social é o que tem para formar de gente na sua região de pesca, de agricultura, na agropecuária e não simplesmente abrir curso de Administração no País todo, de um modo generalizado. É um absurdo o que aconteceu durante o Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

Srs. Senadores, desculpem-me, gostaria de falar com cada um, mas temos muito que conversar sobre educação para ampliar a idéia de que é o Brasil e o que precisa a educação no Brasil.

Para completar, gostaria que a educação pública fosse estadualizada. Cada Estado deve ter a sua educação própria, porque a Federação não tem condição de manter as escolas públicas federais. Ela pode coordenar a qualidade, mas estadualizar a educação é

fundamental para o Brasil, na pública, e as privadas também estadualizadas.

Muito obrigado, desculpem-me pelo avanço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Ouvimos, então, a palavra do professor Heitor Pinto de Carvalho Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup.

Devo fazer uma observação que recebi de todos os convidados a informação de que eles devem deixar o recinto da nossa Comissão no mais tardar às 12h40. Então, temos rigorosamente uma hora para a apresentação das questões dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

O segundo inscrito é o Senador Geraldo Mesquita. Enquanto recebo outras inscrições dos Srs. Senadores, eu, como autor do requerimento, gostaria de fazer uma observação inicial, sobretudo por que vejo que, em todos os quatro convidados, temos, na verdade, uma posição que é divergente da proposta que o Governo está apresentando.

Na realidade, até agora, não encontrei ninguém fora do Governo que esteja apoiando essa proposta de reforma do Ensino Superior ou reforma universitária, como é popularmente chamada.

Fiz uma série de observações sobre cada um dos palestrantes e pude notar, imediatamente, que a Professora Marina Barbosa Pinto fala dos diferentes entes jurídicos que estão sendo tratados: a universidade pública e a universidade privada. Inclusive vou perguntar-lhe agora, para que seja respondido mais à frente, qual a maneira que ela encontrou para conviver com esses entes diferenciados na área pública e na privada do sistema educacional. Ela reclama da ausência de juventude na universidade. Isso é um absurdo, porque a universidade se propõe a trazer, a agregar, a juventude. Fala também sobre o novo processo de financiamento. Gostaria de saber se o ProUni – quero a sua opinião sobre ele – está atendendo à questão. Do ponto de vista da dirigente sindical, se o ProUni tem atendido principalmente as classes menos favorecidas, ou seja, os estudantes que não têm privilégio e nem como pagar as mensalidades das universidades.

O Professor José Antônio, rapidamente, toca em um ponto fundamental: o pacto com a sociedade. Ou se ouve a sociedade ou não consegue sequer colocar em andamento uma proposta de reforma do Ensino Superior. Ao se referir à inclusão social, ele nos deixa, mais uma vez, esses dados horrorosos, de que apenas 9% dos jovens brasileiros estão nas universidades brasileiras. Por isso, gostaria de sua opinião, Professor José Antônio, a quem pergunto como compartilhar equipamentos, laboratórios etc, entre universidades estaduais, municipais e federais? Até porque tramita nesta Casa proposta apresentada por mim no início da legislatura acerca da criação de uma fundação nacional de pesquisa, principalmente fundeada pelas universidades e centros universitários, em que as universidades particulares contribuíram com 2% do seu orçamento bruto, e 1% seriam dos centros universitários, já que os centros universitários não têm obrigação de fazer pesquisa, aliás, não fazem nenhuma; as universidades particulares fazem muito pouco. Na verdade, a carga fica nas costas das universidades públicas, que produzem 70% ou mais das pesquisas universitárias neste País. Esta proposta está sendo estudada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, inclusive creio que ela poderia suprir essa dificuldade apresentada pelo Professo José Antônio de que os centros de pesquisas esparramados por todo o País poderiam agregar pesquisadores tanto das universidades públicas quanto das particulares em todos os sentidos. Acho que seria a forma de resolver o problema do compartilhamento de que fala o Professor José Antônio.

O Professor Cláudio de Moura e Castro fala sobre um marco regulatório. Ele nos coloca claramente sua posição com um alerta no sentido de que se aprovarmos essa reforma como está, ela vai prejudicar o processo. Assustou-me ao dizer, no final, que o sistema faliria se caminharmos para a aprovação da forma como está proposta. Evidentemente, quando ele faz essa relação entre universidades públicas e privadas no exterior – quero dizer que morei e estudei nos Estados Unidos, portanto, acompanhei isso de uma forma objetiva como ele – ao se referir a Harvard, privada, e a Berkeley, pública, vemos a diferença que existe no Brasil hoje nesse sentido. Preocupa-me isso, realmente. Inclusive pergunto ao Professor por que as fundações estão condenadas? Porque uma das propostas que estamos fazendo é justamente a criação de uma fundação de pesquisa. Segundo nos disse o Professor, com essa lei, essa proposta de fundações estão condenadas. Gostaria que isso fosse melhor explicado, por favor.

À princípio, são as minhas perguntas.

Sr. Presidente, também anotei, evidentemente, algumas observações sobre a palavra do Professor-Reitor Pinto e Silva. Não se reforma a educação em cada governo! É evidente. Mas, agora, estamos passando por um novo Governo que tem uma nova proposta. A política tem que ser uma política pública, e não necessariamente uma política de governo. Temos que discutir educação como política pública.

Uma outra observação que fiz está relacionada com o Professor Heitor quanto à sua proposta, ou seja, de que as regras de conduta estão na LDB. Precisamos ter, na realidade, o comprometimento de seguir

a LDB. Portanto, entendo ser uma proposta inteligente e que precisa ser estudada.

Após esses comentários, pediria aos presentes que respondam às perguntas e, em seguida, pedirei a cada um dos presentes que respondam às perguntas que coloquei e, em seguida, anunciarei o Senador Geraldo Mesquita e, em seguida, o Senador Paulo Paim, que são os dois inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, percebo que já são 11 horas e 50 minutos. Os convidados têm que sair às 12 horas e 40 minutos. Isso daria pelo menos um bloco de três, para permitir que eles respondam; nós, aqui no plenário, seremos o mais objetivo possível para ouvirmos. A intenção aqui é ouvi-los. Se V. Exª assim entendesse, seria o Senador Geraldo Mesquita, em seguida eu faria uma rápida consideração, até porque estou contemplado na maioria das posições que gostaria também de ouvir, pelas perguntas que V. Exª já fez.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem! Então, vamos ouvir o Senador Geraldo Mesquita, que é o primeiro inscrito, e, em seguida, V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, eu estava ouvindo com bastante atenção a todos, a partir da professora Marina, e fazendo algumas ilações.

De fato, temos a compulsão no nosso País, nesta Casa particularmente do Congresso Nacional, de criarmos estruturas, autorizarmos a criação de estruturas. Um dia desses, aqui nesta Casa, travou-se um debate, na Comissão de Assuntos Econômicos, acerca do Banco Popular. Em suma, o Banco Popular gastou R$25 milhões com publicidade do próprio banco, da própria instituição, e, pelo que se sabe, os recursos empregados na consecução dos seus objetivos não chegaram a R$20 milhões.

Uma outra situação – e vou chegar na reforma universitária – muito interessante e curiosa: temos no Congresso Nacional uma Comissão Mista de Orçamento. Por incrível que pareça, essa comissão, o conjunto dos seus membros, representa um número maior do que uma das Casas do Congresso Nacional. É uma coisa de doido, coisa inacreditável. É ela que tem uma agenda para funcionar durante o ano inteiro, ela funciona, a rigor, nos quatro ou cinco últimos dias do ano. Aquele *rush*, aquela coisa de última hora. E ali votamos o Orçamento, inclusive os partidos que dão sustentação ao governo que está no poder. E, incontinenti, em janeiro, o Governo baixa um decreto contingenciando o Orçamento em 40%, quando essa análise é um pouco mais rigorosa.

Agora vejam. Instituiu-se agora uma comissão no Congresso Nacional de reformulação da Comissão do Orçamento. Estou nessa comissão. Fui lá com o espírito elevado. Digo: – Olha, agora a coisa vai se resolver. Porque eu esperava inclusive que a principal decisão dessa comissão de reformulação fosse aquela que imagino que era a única que poderia dar certo, que era a extinção da própria Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª tinha dois minutos para fazer o seu depoimento. V. Exª gastou os dois minutos com a sua exposição, tem mais um minuto para fazer a pergunta objetivamente.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-SOL – AC) – Vou concluir. No decorrer dos trabalhos agora, percebi que essa comissão de reestruturação está criando uma outra situação que vai substituir essa caótica que existe com relação ao funcionamento dessa comissão. Ou seja, não vai resolver absolutamente nada. A principal decisão foi criar, ao invés de um relator único, um relator para despesa e um relator para receita. E a comissão vai permanecer do mesmo jeito.

Reforma universitária. O professor Cláudio fez uma pergunta que deveria ocupar as mentes de todos nós: Como reformar sem saber onde queremos ir?

A Professora Marina estabeleceu alguns critérios que poderiam embasar essa discussão, pelo menos começar a fazer com que a gente chegue lá: acesso, permanência e qualidade no ensino seriam situações sobre as quais deveríamos ter a máxima preocupação.

Agora, citei o exemplo da Comissão de Orçamento para dizer que, também no advento dessa proposta de reforma universitária, eu esperava que figurasse nessa reforma tão-somente de um artigo: "extinção do Ministério da Educação". Eu acho que resolveria o problema do ensino no nosso País. Sabem por quê? Olhem, o Ensino Fundamental é de atribuição e competência dos Municípios; o Ensino Médio, a rigor, dos Estados; o ensino público universitário federal é autarquizado. São autarquias. Ou seja, as universidades têm autonomia. Então, para que o Ministério da Educação? É uma instância que burocratiza a transferência de recursos. É uma instância que, a meu ver, deveríamos resolver pela sua extinção realmente.

Creio que o Senador Hélio Costa está preocupado, preocupadíssimo com a tramitação dessa reforma – acho que todos estamos. De fato, para que ela se presta, com que finalidade? O que se pretende com ela? A nossa Constituição, por exemplo, não responde a essa pergunta do professor Castro. A nossa Cons-

tituição não responde a pergunta. A partir daí, temos toda essa dificuldade de sentarmos aqui e talvez imaginarmos uma burocracia que substitua outra burocracia. Desse modo, vamos aos emboléus neste País, tentando reformar uma coisa que está... Reforma, tem razão quem disse isso: reforma-se quando não se tem competência de mudar. Precisamos, no nosso País, mudar as coisas. Reformar, reformamos todos os dias, e cada vez as coisas ficam piores.

Então,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Para concluir, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Para concluir. Eu vou intervir nesse debate. Se puder emendar essa proposta de reforma, vou fazê-lo, propondo somente isto: a extinção do Ministério da Educação, para que todos os interessados na área de educação conversemos, estabeleçamos conselhos, instâncias para que possamos deliberar sobre o assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, como perguntar não ofende, V. Exª não é médico?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª não é médico; é advogado?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Fico mais tranqüilo. (Risos)

Vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agora V. Exª vai ter que explicar a pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois que eu falar. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Ao invés da solução do problema, V. Exª propôs a extinção do Ministério. Quer dizer, eu fiquei imaginando aqui, se fosse médico, como V. Exª procederia. Ao invés de curar o doente, diria: deixe morrer que é mais fácil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, convidados, Srªs. e Srs. Senadores, confesso que, por tudo o que ouvi aqui, ao contrário de algumas afirmações, saio convencido de que alguma coisa tem de ser feita. Se querem mudar o nome, que mudem, mas temos de discutir e aprofundar o debate sobre a questão. E o Ministério teve a ousadia de encaminhar uma proposta.

Devo ser o Deputado ou Senador que mais projetos apresentou na Casa. Criticar alguém por ter ousadia de provocar o debate? Eu particularmente respeito, mas não concordo. Só vou dar um exemplo. Apresentei um dia o Estatuto do Idoso. Levei um pau, que não imaginam, no primeiro momento. "Ah! Já tem política do idoso." Hoje, virou unanimidade nacional.

Quando o Professor Cláudio, por exemplo, diz, mostrando o quadro, que, entre 200 universidades no mundo, nenhuma é brasileira, entre as melhores, temos problemas. Temos de discutir isso, no mínimo. No mínimo. Quando vejo aqui o Professor Heitor dizer que os pobres não têm acesso à universidade; só a elite e os ricos têm, há problema.

Entendo que, quando o Ministro Tasso Genro, enfim o Ministério, encaminha uma proposta, em nenhum momento ele pensou que era o dono da verdade, o que foi muito bem dito aqui pelo professor José Antônio dos Reis: "encaminhou para o debate".

Eu recebi um documento que diz que já foram inúmeros eventos e debates – vi aqui que foram aproximadamente 500 eventos. É positiva a realização desta audiência pública promovida pelo Senador Hélio Costa, é uma oportunidade para nós debatermos. Há discordância, é claro que há. Eu, por exemplo – e não por ser negro –, sou simpático à política de quotas.

O Senador Cristovam Buarque esteve agora na Índia, onde conversou com o ex-presidente daquele país. Esse político indiano disse ao Senador Cristovam que só chegou a ser presidente da Índia – há um rígido sistema de castas lá – em função de ter tido acesso à universidade, o que, por sua vez, só foi possível graças à política de quotas.

Se a política de quotas é para os pobres, com certeza, então, os negros serão contemplados. Esse debate, por tudo o que ouvi, é bom e nós temos de fazê-lo. Claro que há problemas, mas temos condições de, juntos, construir saídas, caminhos.

O Ministro Tarso Genro encaminhou o debate do tema. Todos os que falaram concordaram com alguns pontos e discordaram de tantos outros, como foi o caso da Marina, mas percebi a discordância numa linha propositiva. Há pontos com os quais nós não concordamos e vamos fazer o grande debate.

Quero, então, cumprimentar todos os painelistas que aqui vieram apresentar seus pontos de vista. Por tudo o que ouvi, a exposição de todos vai na seguinte linha: temos discordâncias quanto ao projeto em inúmeros pontos, mas ele é bom e é legítimo. Ruim seria se chegassem aqui e dissessem que está tudo bem, que esse projeto resolve tudo. Nesse debate vamos construir aquilo que for melhor, pensando na média de pensamento da sociedade.

Meus cumprimentos a todos e os meus cumprimentos ao Ministério da Educação, enfim, ao Ministro Tarso Genro, que teve a ousadia de provocar esse

grande debate. Todos os senhores mostraram que esse debate tem de ser feito e que alguma coisa tem de ser feita. Por isso estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Muito obrigado a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Passo, inicialmente, a palavra à Professora Marina. Em seguida ouviremos os professores José Antônio, Cláudio e Heitor. Cada um terá dois minutos para as respostas.

A SRª MARINA BARBOSA PINTO – Só? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vamos a dois minutos e, se necessário, mais dois.

A SRª MARINA BARBOSA PINTO – Considero realmente importante discutir o assunto. Ontem tivemos um debate com o Secretário da Cultura do Estado do Rio, Sr. Arnaldo Niskier. Discutimos muito profundamente a concepção da relação pública e privada na educação – algo que aparece na fala do Professor Cláudio – e a complementaridade entre o público e o privado.

Na opinião do sindicato nacional, há que haver uma opção clara do Governo pela consolidação e fortalecimento do público como o centro daquilo que, efetivamente, irá possibilitar a democratização da educação no País.

Sob o ponto de vista do sindicato, a junção desses processos e a definição de um sistema de ensino que penda para a federalização, a concepção do ensino federal, abstraiu a amplitude e a totalidade da concepção do público – nós já falamos disso aqui – e tratou de não diferenciar as atribuições e o lugar efetivo do privado, que é diferente nesse processo.

Teremos ainda que trabalhar junto com os juristas para definir como é que nós poderemos dar conta de resolver essa complementaridade, que pode estar posta em termos de estratégia, mas não pode estar posta em termos de uma legislação, que poderia ter uma normatização e regras amplas e gerais que orientassem e dessem diretrizes, mas, na sua regulamentação, ela teria de ser necessariamente diferente.

Do ponto de vista da democratização do acesso, a posição do Andes... E registro que não é só do Andes, pois existe um fórum nacional em defesa da escola pública que produziu os Conedes e o Plano Nacional de Educação, que teve uma posição unânime – lá estão várias entidades acadêmicas, estão lá várias entidades sindicais e estudantis que se posicionaram contra o ProUni como um instrumento de democratização.

As pesquisas do Inep nos mostram que a fala do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a democratização do acesso à universidade está posta na universidade privada não é verdadeira. Os dados indicam que o perfil do aluno, tanto na universidade pública como na privada, por curso, é o mesmo. Efetivamente, nós temos de enfrentar a discussão da democratização da entrada na universidade pensando no ensino básico e fundamental, pois isso que poderá dar condição de igualdade das oportunidades, digamos assim, na perspectiva da entrada na universidade.

O Pro-Uni, na nossa opinião, focaliza o problema. O próprio Heitor nos falou de sua preocupação com a qualidade e com o desregrado do processo do setor privado no âmbito do Brasil e com as instituições que estão aderindo ao Pro-Uni. A juventude brasileira está tendo a ilusão cruel de que, ao obter o certificado dessas instituições, estaria se formando enquanto universitário e podendo acessar o mercado de trabalho. Mas é só ver a avaliação da maioria das instituições que estão aderindo ao programa no critério do MEC.

Temos de fazer o debate da qualidade no Pro-Uni e também a discussão de como se diminuíram algumas garantias de democratização e de bolsas em algumas instituições, devido à facilidade de diminuição de percentual dada pelo Pro-Uni. Então, o debate é muito mais profundo, pois coloca como contrapartida a isenção e aqui entramos no debate do financiamento e dessa complementaridade.

A nossa opinião é que a democratização é necessária, a entrada da juventude na universidade é necessária, mas isso se dá com uma política de universalização. Para isso, tem que existir uma política consistente do zero ao final.

Sobre o fim do MEC, havia um debate profundo no início do nosso trabalho quanto ao processo da estadualização abordado pelo Professor Heitor. Nós temos que enfrentar a discussão, mas temos que trabalhar com uma perspectiva de consolidação do que é e do que construímos enquanto sociedade brasileira. E acho que temos que trabalhar com tranqüilidade nesse processo.

Para finalizar, temos que encontrar formas de pôr na universidade a juventude e aqueles que estão excluídos do processo, que são os filhos dos trabalhadores. Nós, do Andes, com muita humildade apresentamos uma proposta pela qual, na nossa opinião, os negros, os afrodescendentes como um todo, os povos originários, que não estão dentro da universidade hoje, vão estar nessa divisão territorial e poderão estar na escola pública e entrar na universidade a partir de uma ampliação e de uma diferenciação da entrada da escola pública. Portanto, do nosso ponto de vista, a cota é uma parte do processo, mas ela não pode ser apresentada como única alternativa. Nós entendemos a política afirmativa como uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Professora Maria.

Agora, com a palavra o Professor José Antonio dos Reis.

O SR. JOSÉ ANTONIO DOS REIS – Já que estamos falando de reforma, da questão da universidade, algumas coisas têm que ser colocadas desde o início, porque parece que são verdades puras, mas a coisa é meio complicada.

Primeiro, a discussão de que dentre as duzentas maiores universidades não tem nenhuma brasileira. Eu não tive oportunidade de ver toda a pesquisa, mas acho muito difícil, conhecendo a universidade, não tanto quanto o Professor Cláudio de Moura e Castro, que se faça uma relação das diversas universidades que existem no mundo e deixe fora de qualquer pesquisa séria, na minha concepção, uma USP – a maior estadual – ou uma UFRJ, que é a maior federal. Considero muito esquisita a colocação. Dependendo do jeito que se mexem os números, pode-se fazer uma série de mágicas.

Quanto à autonomia, quem vai prestar conta? O Tribunal de Contas da União pega no pé das federais; os Tribunais de Contas dos Estados, Auditoria Geral, Comissão de Ética pegam no nosso pé, nós que somos reitores estaduais, inclusive porque o dinheiro colocado não vai para uma caixinha do reitor. O reitor não é o imperador. Pelo contrário, quem manda na universidade é o Conselho Universitário, que é o órgão máximo de deliberação, com todos os segmentos representados. A organização universitária não é uma organização piramidal. O reitor dá um grito, os vice-reitores, os pró-reitores, e a coisa vem... Não. É uma organização matricial. É totalmente diferente a estrutura.

O Professor Heitor também disse que a educação pública é educação da elite. Não. Educação de elite! A educação que tem melhor qualidade nesse País – isso eu afirmo e agradeço a afirmação do Professor.

O Senador Hélio Costa pede que fale sobre compartilhar laboratórios e equipamentos. Em Minas Gerais, somos doze instituições federais de ensino superior e duas estaduais. Nós temos um fórum, inclusive emenda de bancada é distribuída entre essas quatorze instituições pelo número de alunos. Foi o primeiro critério. O que eu advogo é que deveríamos ter regionalmente bancos de trabalho científico, porque a universidade avança muito, mas muitas vezes ela fala muito mais com a sociedade do que com a universidade do lado. Então, que se criem linhas de trabalho, já que somos mantidos com dinheiro público e temos responsabilidade com o País. Então, a partir do momento em que as universidades conversarem mais entre si, muitos trabalhos estão sendo feitos em lugares diferentes, a sete chaves, porque existe o caso de patente, de direito autoral, uma série de outras coisas, que, muitas vezes, poderia ser distribuída entre as universidades.

É uma situação difícil, é royalty, direito autoral, patente, uma coisa complicada, mas é uma coisa que pode ser feita, e o Brasil precisa disso. Temos alguns grandes laboratórios, fora do assunto tem muita coisa sucateada, isso é verdade, pode ser comprovada **in loco**, mas existe muita coisa boa que ainda pode ser aproveitada e, a partir do momento em que ele for aproveitado por mais pessoas, ao mesmo tempo, ficará melhor. É o mesmo caso da companhia aérea. Se ela voar com dez passageiros num avião de cem, amanhã não poderá voar com cento e noventa; terá que voar com os mesmos cem. Então, é uma característica do serviço.

Temos que ter cuidado. Deveria haver uma legislação, pois, muitas vezes, as pessoas têm boa vontade, mas deveria haver uma legislação mais rigorosa. Como se pode fazer isso? Se forem duas ou três universidades trabalhando numa mesma pesquisa, compartilhando laboratórios, o financiamento será maior. Está resolvido o problema. Muita gente vai ter mais boa vontade de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Com a palavra, o Professor Cláudio de Moura e Castro.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO – Várias perguntas, pequenas e grandes, todas respondidas como pequenas.

Por que acabar? Por que condenar fundações? A razão principal, aparentemente, é que o MEC incorporou os ciúmes dos departamentos que não conseguem vender serviço nas federais, na lei. Há uma oposição dentro das universidades federais contra as fundações, inclusive com o caso de uma que virou o Instituto de Tecnologia Gerencial de Minas, com o Falcone, que foram embora porque foram achacados.

O próximo ponto. É muito importante entender que a universidade pública é essencial para a saúde da universidade privada. Os mestres e doutores, os professores estão saindo das universidades públicas. Não pode e não poderia. A razão de termos uma razoável saúde do lado do privado é que temos uma pós-graduação pública de excelente qualidade, de padrão internacional.

Então, isso não pode ser esquecido. Não existe a possibilidade de um setor privado sem um público extremamente sólido.

Quanto ao ponto que ia mencionar e que foi mencionado aqui, a lei tem um caráter extremamente xenófobo, expulsando um pouco ou desencorajando a vinda de universidades estrangeiras. Por acaso conheço o assunto, porque o Pitágoras é uma das ins-

tituições que tem uma sociedade com uma universidade americana.

O grande problema da lei é que, além de Fênix, que já veio, e a lei não pode ser retroativa, não existe nenhuma outra universidade do mundo querendo vir para o Brasil. Portanto a lei, simplesmente, exibe o seu preconceito e desencoraja todas as formas de cooperação internacional, sendo que ela é inócua. Ela não tem dente, porque não tem ninguém querendo vir para o Brasil. Não existem universidades que se disponham a vir para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Mesmo no caso do ensino à distância, Professor?

O SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO – O ensino à distância não vem para o Brasil. Ele não entra com o capital; a lei só incide sobre a gestão e o capital. No ensino a distância, ela fica lá. O que o Brasil pode fazer? É assunto na Capes, de reconhecer ou não. Portanto é uma lei inócua.

O ProUni. Creio que temos que distinguir entre o princípio que é bom e o processo de aprendizado de como vamos fazer isso regular; quem pode entrar, se o aluno é pobre demais, ele não dá conta; se é rico demais, vira um privilégio. Enfim, temos um processo que é normal em qualquer instituição. Não podemos confundir uma idéia boa com os tropeços que existirão ao longo do caminho, porque não se conseguiu, por falta de experiência, implementar de uma forma correta.

O que precisa é ter coragem para consertar quando descobre o erro e não transformar isso numa batalha ideológica. É um assunto de correção de rumo ao longo do caminho, de uma forma muito pragmática.

Nove por cento no Superior. Isso na faixa de 18 a 24, que é uma faixa em que os alunos não se formam. Nessa faixa, há uma transição do médio para o superior da ordem de 50%, que é um padrão internacional muito bom. Ou seja, mais do que isso, já se começa a pegar o fundo do tacho.

A taxa bruta, ou seja, a proporção que entra na universidade, é da ordem de 20%, o que já começa a colocar o Brasil no nível dos países que têm ensino superior com certo porte. Por que um é 20%, e o outro, 9%? Porque os brasileiros se formam tarde demais no segundo grau. Eles se atrasam no primeiro e no segundo grau e, quando se formam, já estão saindo da faixa de 18 a 24 anos ou, pelo menos, têm que trabalhar alguns anos para estabilizar a vida e voltar. Portanto, o problema não está no ensino superior, mas na incompetência do primeiro e segundo graus. Aí a coisa enguiça.

Há um ponto curioso no qual creio que vou discordar do Heitor: o que o Provão mostrou? O Provão mostrou que os cursos que se apresentam pela primeira vez obtêm uma nota acima da média dos outros que estão fazendo há mais tempo. Ou seja, no período de noventa e tantos a dois mil e tantos, o sistema foi abastecido por instituições de ensino superior acima da média das que estavam lá. Portanto, não podemos acusar o sistema e dizer que houve uma degradação, pois, a cada ano, está entrando gente melhor. Se alguém descobrir algum erro no Provão, pode demonstrar a tese oposta. Não se descobrindo, temos que aceitar que o sistema se tornou mais competitivo e que quem entrou, mais adiante, teve que fazer força para se apresentar acima da média, para poder sobreviver num mercado difícil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Professor Cláudio de Moura e Castro.

Concedo a palavra ao Professor Heitor.

O SR. HEITOR PINTO E SILVA FILHO – Em primeiro lugar, temos que considerar educação como área humana e não lógica, precisa, matemática. Estamos considerando educação de formação muito metodológica, como, por exemplo, o Provão. O Provão é um sistema de avaliação que vale, mas não vale. Os nossos filhos não são aqueles que colocamos numa máquina e que saem prontos lá. Cada ser é um ser. Cada espécie é uma espécie. Educação não é igual à mercadoria que se coloca nessa máquina e sai Coca-Cola pronta. Não é isso! É outra coisa. Se não houver sensibilidade de educador... Não somos economistas, somos educadores. A educação é sensibilidade humana, é apropriar nossos filhos para melhorar seu desenvolvimento na sua qualificação, captação e capacitação onde puder.

Tenho uma escola para pessoas com deficiências. Às vezes, elas são superiores a nós. Humano não é máquina. Educação não é uma lição pura e simples: faça isso e faça aquilo. Deve haver sensibilidade.

Na minha família, há três gerações de educadores. Meu avô foi o primeiro educador na região de Santana, em São Paulo. Nasci embaixo de uma carteira e sei o que é isso. É diferente uma metodologia operacional lógica de uma educação séria. Educar ser humano é outra coisa.

Legislação, na área de educação, tem que contemplar desenvolvimento cultural do brasileiro, sensibilidade regional, modificação comportamental conforme tecnologia no local e, o mais importante, sensibilidade familiar. Se não tivermos educação para isso tudo, não adianta.

Há hoje uma falta de liderança enorme neste País, em todos os aspectos: na empresa, no comércio, na liderança política temos dificuldades, sabemos disso. Temos que criar brasileiros como lideranças. Onde se cria? Na escola, na educação. Temos os filhos no meio,

vivendo a educação de hoje, com professores bons ou mais ou menos. Se não tivermos professores com liderança para desenvolver o nosso povo, não teremos um povo desenvolvido. Teremos que investir em professores. Mudança de comportamento, teremos que tê-la no projeto da universidade. Como se fala isso? Não é por meio da legislação; chama-se consuetudinário, usos e costumes. Educação é consueto, é a tradição, formação, consolidação. Não adianta mudar para resolver. Não resolverá, como não resolveu. Não será provão nem sistema de avaliação a, b ou c, nós deixaremos para os nossos filhos consolidadas situações melhores, aplicando o dinheiro do Estado em desenvolvimento de docentes e em desenvolvimento de educação para aprimorar professores para melhorar a educação em nosso País. Temos hoje cursos de engenharia que não formam ninguém, temos cursos de Direito que não falam português, temos cursos na área específica de Medicina que, por favor, terão que estudar mais 10 anos. Se não aprimorarmos os docentes e desenvolvermos a educação no País, não adiantará ficar com legislação e com verificação de qualidade de ensino sem aprimorar docentes. O nosso caso é, prioritariamente, desenvolvimento e treinamento de docentes. É o único vendedor que entra na sala e fala com o aluno no fundamental, no médio, no superior e na pós-graduação, intercâmbio internacional temos que ter sempre.

Portanto, qualidade de educação só se verifica na situação do desenvolvimento intelectual do País. Qual royalty nós temos? Que tipo de invenção nós temos? Nós pagamos tudo. Dessa tinta que usamos aqui pagamos royalty para a Alemanha, dessa luz pagamos royalty para os Estados Unidos. Essa mesa tem royalty. Qual é a nossa capacidade intelectual neste País? Temos que ver isso. Inventamos o avião e não o temos, não temos nada. Não falarei em laboratório. Se falarmos em ciência e pesquisa, ficará para uma outra reunião, porque é longo o assunto do desenvolvimento da ciência e da pesquisa neste País. Não conseguimos royalty em nenhum laboratório, pagamos tudo neste País. Isso a Universidade tem que fazer. Não temos que criar leis; temos que criar homens. Nosso problema está em criarmos melhores seres humanos. Essa é a nossa missão como educadores que somos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Professor Heitor Pinto e Silva Filho.

O próximo e último orador inscrito é o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Hélio Costa e Srs. Expositores, Srª Marina, vou contar um quadro que vale por 10 mil palavras do que eu entendo de estudo e o núcleo duro não entende.

Fui prefeitinho e fui convidado a visitar a Alemanha. A Alemanha, no meu Estado do Piauí, tinha uma indústria da Merck, de Darmstadt. Eu fui e, chegando à Alemanha, havia um intérprete. Ele parecia com o senhor. Desculpe, Dr. José Antônio dos Reis, mas o senhor é a reencarnação do Professor Basedow: alemão, com esse cabelo, simpático, inteligente.

O Professor Basedow tinha dirigido a Merck na América Latina e sabia português. Essa era uma indústria no Piauí que extraía do jaborandi a pilocarpina, produto oftalmológico. E, Professor Hélio Costa, mais mordomia do que no Senado. Eu nunca vi tanto. Eu imaginava a Merck, o prefeito, alcaide, um alemão. Agora, interessante é que o trânsito complicava, então chegava um guarda, e ele: "Professor Basedow"; restaurante, uma fila, eu pensava: vou passar fome. Que nada! É o Professor Basedow. Reserva lá na primeira fila, show, hotel. Professor Basedow. Pensei que ele girava lá em Frankfurt: Professor Basedow.

E eu, no meu jeito: Mas, venha cá, o senhor não é diretor químico da Merck? Dinheiro pago e tudo? "Sou. Hoje eu tenho muito dinheiro. Sou diretor químico. Mas, antes, eu era professor. Passei 10 anos ensinando química em Heidelberg. E professor é o título mais honroso. Então, eu não vou dizer aqui que sou rico, que sou poderoso. Professor é o que impõe respeito. É o mais honroso. O senhor quer visitar a Heidelberg?" Eu digo: Pois, não. E marcou no dia seguinte.

Eu tomei um susto, Hélio Costa, por ter viajado. A Alemanha é toda moderna. Duas guerras, tudo foi novo. E lá, não. Era antigo. Prédio antigo, velho, castelo. Geraldo Mesquita, telhas no chão, aquelas arquiteturas antigas. E ele disse: "Este país sofreu duas guerras, todos nós sabemos. Ninguém teve coragem de bombardear. O mundo respeitou Heidelberg. Aqui estudou Einstein... Respeitou, porque é o respeito que se tem à universidade. Mas queria que ficasse aqui o núcleo duro".

Duro já mostra onde nós estamos. Eu, que sou médico, professor de Biologia e cirurgião, estou ajudando até neurocirurgia, e eu não sei mais dele. O cérebro é mole. Tem oxigênio, a massa encefálica. Esse negócio de dizer que é núcleo duro já mostra que nós estamos... É muita dureza que nós teremos que enfrentar. O povo do Brasil. Então, até o professor! Temos que cultivar o professor como o Professor Basedow e como tão bem retrataram todos os senhores. Isso está errado, Hélio Costa, desde o começo.

Agora eu falo como médico. O médico dá valor à origem. À origem, à etiologia. Este Senado brasileiro... Eu fui ver, lá no gabinete do Sarney, fui olhar

o primeiro Senado. Retrato: eram 42, 22 ligados à justiça e só fizeram leis boas e justas para eles. Dez eram militares, Duque de Caxias; sete eram padres; dois médicos. Então, nós chegamos à vergonha de o Supremo Tribunal vir aqui e pegar o nosso Presidente da Câmara para aumentar os nossos salários para R$27 mil, e com muita mordomia. Quase igual ao do Professor Basedow. E as professoras ganham mal. Os professores universitários foram achatados.

Estão sobrevivendo, esses professores, porque a universidade federal, onde eu me formei e que os formou... Eles estão se aposentando e fazendo bicos na universidade privada. Essa é a situação lamentável, lastimável e imoral. Quando um Presidente do Supremo Tribunal Federal, nojento, vem aqui obrigar-nos a fazer esse salário, que é injusto e inconstitucional, diz que tem que haver igualdade. A desigualdade está grande. Então, o apelo vai para a base: a professora primária. Aquela da nossa experiência, e que ganha tão mal. É isso que o Ministério da Educação não deveria acabar, mas deveria protegê-la. Pelo menos, já que o Presidente da República não gosta de ler, leia a lei e a Bíblia, que são os únicos... Não é Senador, não é Presidente, não é rico, não é empresário, não é artista de televisão, que são chamados de mestre, mas os professores. E o que o nosso professor do Brasil tão bem retratou: que o nosso professor deverá ter criatividade, inovação, capacidade e competência de ser o mestre. Muito mais dificuldade teve Platão ao fundar a sua primeira escola. Ele ensinou: "Sede ousados, sede ousados, mas não em demasia".

Daí porque encerro agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, estava pacientemente esperando que todos falassem para me reportar àquela pergunta que V. Exª fez que continha certa carga de crítica e que respeito humildemente.

Queria complementar minha resposta a V. Exª e a todos, dizendo que, se eu fosse médico, eu não decidiria, por decreto, uma questão tão crucial como a questão da UTI. Juntamente com os demais médicos, eu decidiria pelos critérios que a Medicina recomenda.

Por exemplo, com a extinção do MEC – é uma proposição minha, que eu assumo –, o que ela consome na sua estrutura daria para elevarmos... O Senador Mão Santa tem absoluta razão. Ninguém enfrenta o problema crucial. São propostas várias reformas, mas ninguém enfrenta a situação.

A questão da remuneração do professor é outro ponto importante. Sou Procurador da Fazenda Nacional e recebo um salário talvez dez, doze, quinze vezes maior do que o de um professor da minha terra. Essa é a questão fundamental que ninguém enfrenta.

Se eu fosse médico, Senador Hélio Costa, eu não iria querer decidir, por decreto, uma questão tão importante como quem vai ou não para a UTI. Se eu fosse professor, eu gostaria de decidir, com a minha categoria, o que é bom para o ensino e para a educação no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Entendo perfeitamente a posição de V. Exª. Foi apenas um comentário. É bom lembrar, evidentemente, que, ontem à tarde, foi retirado todo o procedimento que levava o Governo a fazer o que V. Exª critica, com muita razão, de decidir os pacientes da UTI por decreto.

Muito obrigado.

Vamos proceder ao encerramento da nossa reunião. Cada um dos nossos convidados dispõe de um minuto para fazer suas considerações, começando pela Professora Marina Barbosa Pinto.

A SRª MARINA BARBOSA PINTO – Agradeço a oportunidade. A vida do Sindicato a esse debate tem sido muito dura, porque nos parece que tem sido difícil para o Ministério da Educação ouvir as críticas, dependendo de onde venham.

Por fim, quero dizer que o nosso Sindicato, Senador Paulo Paim, que V. Exª conhece há muito tempo, é absolutamente propositivo, porque temos propostas para muitas e muitas situações neste País. O Andes está à disposição do Senado para discutir e debater esse assunto. Em nome da Amped, agradeço também o espaço para divulgar o nosso material.

Ressalto que há uma série de entidades científicas fazendo debates e dando suas contribuições. O consenso deve ser trabalhado sob a perspectiva da origem de um conflito, porque chegamos a um termo de possibilidade de constituição unitária, e não sob a ótica de uma imposição mediática que tenta nos convencer de que aquilo que é dito muitas vezes se torna uma verdade. Queremos a democracia real.

Agradeço imensamente a oportunidade que nos foi concedida e que está sendo dada a essa discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas dizer à Marina que fiz essa afirmação na minha fala. A situação é tão democrática, que o Senador Geraldo Mesquita Júnior, de quem gosto muito, teve a liberdade de vir a

esta Comissão e pedir a extinção do MEC. Ora, isso é democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sou eu que agradeço, em nome dos Senadores e das Senadoras desta Comissão, a presença da Professora Marina Barbosa Pinto.

Concedo a palavra, em seguida, ao Professor José Antônio dos Reis.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS – Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar, agradecendo a possibilidade de participação da Abruem. A nossa associação se coloca à disposição deste Senado. Sabemos das comissões técnicas e dos assessores de alta competência do Senado, mas alguns assuntos mais específicos, às vezes, estão sendo tratados com um grupo maior de pessoas. Sendo assim, as universidades estaduais e municipais se colocam à disposição.

Agradecemos e reafirmamos que podemos chegar a algum lugar por meio da democracia. No entanto, não podemos esquecer que, se não houver um grande pacto social, essa reforma universitária terá o mesmo destino que diversas outras leis que existem no Brasil, circunstância em se afirma a famosa expressão: "Essa lei não pegou".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra, para as suas considerações finais, ao Professor Cláudio de Moura e Castro.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO – Simplesmente agradeço o convite e a oportunidade de estar presente numa discussão extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Professor.

Finalmente, concedo a palavra ao Professor Heitor Pinto e Silva Filho.

O SR. HEITOR PINTO E SILVA FILHO – Senador Hélio Costa, agradeço-lhe principalmente a possibilidade, pois nunca tivemos, na iniciativa privada, de colocarmo-nos como educadores, que somos, num projeto do Brasil de modo geral, em se tratando de "reformas".

Precisamos "congressar-nos" realmente, principalmente no Senado. Os Senadores representam os Estados, que têm diferentes condições de educação, de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento administrativo, havendo regiões do Brasil com densidades populacionais totalmente diferentes.

Devemos discutir, nesta Casa, cujos representantes são os Senadores, de que projeto de educação precisamos neste País. Não estamos debatendo esse assunto, mas uma política partidária na educação. Afora isso, necessitamos discutir uma política brasileira na educação, ou seja, do que o Brasil precisa em cada Estado na educação para os nossos filhos, para o nosso desenvolvimento, para o aperfeiçoamento e para o nosso profissional. Não estamos debatendo essa questão.

Hoje é moda administração, internet, computação. É do Acre ao Rio Grande do Sul a mesma filosofia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. HEITOR PINTO E SILVA FILHO – Isso não é possível. Gostaríamos, como oportunidade – a Anup deixa essa questão em aberto –, de conversar com a Comissão. O Sr. Presidente, na Comissão de Educação, nesta Casa, tem essa possibilidade, ou seja, de agregarmos políticas regionais com o desenvolvimento, não para uma reforma universitária, mas para uma situação leal de um desenvolvimento educacional no País – que não há.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Obrigado, Professor Heitor Pinto e Silva Filho.

Agradeço muito especialmente aos Senadores Geraldo Mesquita, Mão Santa, Wirlande da Luz, Augusto Botelho, Paulo Paim e Roberto Saturnino pela sua presença. Agradeço sobretudo aos nossos convidados, Marina Barbosa Pinto, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Heitor Pinto e Silva Filho, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup –, Cláudio de Moura e Castro, Professor e Economista, e José Antônio dos Reis, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h39min)

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de abril de 2005.

Às onze horas e dezenove minutos do dia dezenove de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores

Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador Mão Santa, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 282, de 2004 que "Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase". Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Dra. Gladys Aires Martins, Coordenadora do Ambulatório em Psoríase do Hospital da Universidade de Brasília – HUB; Dra. Luna Azulay Abulafia, Professora Assistente da UERJ e da Universidade Gama Filho e a Senhora Gladis Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase. O Dr. Gilvan Ferreira Alves, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia do Distrito Federal, igualmente convidado para a audiência, não pode fazer a exposição em virtude do atraso, justificado por problemas pessoais. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Mão Santa, autor do requerimento, Delcídio Amaral, autor do projeto, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi que solicita que a Comissão se manifeste junto ao Senhor Ministro da Saúde, Humberto Costa, solicitando seu apoio no sentido de agilizar a conclusão dos trabalhos pertinentes à Consulta Pública n.º 9, de 15 de outubro de 2004, sobre Tratamento Sistêmico da Psoríase Grave, com o que todos concordam. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, determina o envio do ofício ao Ministro formalizando a manifestação do plenário da Comissão. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, comunica a presença na reunião de hoje, do Deputado Estadual Semy Ferraz (PT/MS). O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza hoje, terça-feira, às onze horas.

O assunto é instruir o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

A autoria do requerimento é do Senador Mão Santa; e a do Projeto, do Senador Delcídio Amaral.

O Senador Mão Santa é o Relator do projeto.

Foram convidadas a Drª Gladys Aires Martins, coordenadora do Ambulatório de Psoríase da Universidade de Brasília, que se encontra à extrema direita; a Drª Luna Azulay Abulafia, Professora da UFRJ, assistente da UERJ e da Gama Filho, que se encontra à nossa direita; e a Srª Gladys Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores da Psoríase, que se encontra à minha esquerda. O Dr. Gilvan Ferreira ainda não se encontra no recinto.

Os expositores terão quinze minutos cada um para fazer a sua exposição. Após a exposição dos três, os Srs. Senadores farão perguntas. Devo alertar a V. Exªs que a campainha tocará automaticamente quando faltar um minuto.

O Requerimento nº 01, de 2005, é de autoria do Senador Mão Santa. A instituição desse dia visa chamar a atenção para a psoríase e ajudar os portadores de psoríase no Brasil.

Concedo a palavra primeiramente à Professora Gladys Aires Martins, que se encontra à minha direita.

V. Sª possui quinze minutos para fazer a sua exposição.

A SRª GLADYS AIRES MARTINS – Bom dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de me apresentar. Sou médica, dermatologista, e uma das minhas áreas de interesse é a psoríase. Tanto é assim que, já faz um certo tempo, precisamente dez anos, coordeno um ambulatório específico dedicado só a pacientes de psoríase no Hospital Universitário de Brasília.

Por esse motivo, tenho voltado o meu interesse científico maior, tanto em congressos nacionais quanto internacionais, para a discussão desse tema. Existe um interesse muito grande da comunidade científica sobre essa doença, que ainda é um desafio para a classe médica de um modo geral. O problema não é somente o impacto que ela causa nos pacientes, mas principalmente as incógnitas e os desafios que realmente desperta para a comunidade científica como um todo.

Então, meu interesse é grande. Realmente, confesso que dedico boa parte da minha intelectualidade para estudar esse tema e, na medida do possível, estar presente a todos os eventos.

Talvez nem ocupe os quinze minutos. Tenho uma colega do Rio que vai explanar de uma maneira mais didática. Porque dermatologia é uma especialidade muito visual, muito clínica; então, as imagens vão ser muito importantes para que tenhamos mais noção do impacto que a doença causa na qualidade de vida dos pacientes.

Quero registrar e enfatizar, em primeiro lugar, o que seja a psoríase. Trata-se de uma doença crônica, assim como a hipertensão arterial, o diabetes, a artrite reumatóide. Então, a doença crônica, por si só, já vai exigir dos pacientes muito aprendizado em termos de como conviver com aquela doença durante praticamente toda a sua existência.

Isso já é um aspecto importante e que, muitas vezes, é causa de insucesso terapêutico, de tristezas, de depressões e de frustrações, pelo fato de os pacientes não aceitarem que sejam portadores de uma doença crônica, para a qual ainda não podemos falar em termos de cura. O que existe sim, com certeza, é a possibilidade de o paciente controlar as suas lesões, ter um bom índice de qualidade de vida e conviver pacificamente com elas, eventualmente tendo alguma fase de agravamento, alguma crise, algum surto agudo, mas cura, realmente, até o momento não existe.

Então, primeiro aspecto: é uma doença de difícil controle em termos médicos, em termos terapêuticos. E daí estarmos sempre atentos e sempre abertos para o surgimento de novas terapêuticas. Todos os pacientes sabem que estão chegando novos tratamentos agora, as chamadas "terapias biológicas", que são terapias que, indubitavelmente, têm um diferencial em relação às anteriores.

Mas, aí vem um segundo aspecto, o qual queria chamar a atenção, que é o aspecto do alto custo do tratamento. As terapias biológicas, que são as mais modernas e que ainda não estão aprovadas aqui no Brasil para uso em psoríase de pele, são de altíssimo custo. Portanto, exigem uma política do Governo também de, ao mesmo tempo, aceitarem, entenderem, que elas são necessárias e que podem ser repassadas para os pacientes que não têm acesso por motivos econômicos óbvios.

Mesmo com as terapêuticas clássicas que existem, e existem várias, existem várias formas de controlar as lesões, desde tratamentos tópicos como pomadas, passando por aplicações de fototerapia, que são banhos de luz, com uma tecnologia adequada, em cabines especiais, chegando às terapias chamadas "sistêmicas", temos as terapias sistêmicas clássicas. A maioria desses tratamentos também é de alto custo, então, muitas vezes, os pacientes não têm a menor condição de arcarem com essas medicações, de arcarem com seus tratamentos.

Por tudo isso, o problema da psoríase também é fundamentalmente econômico. Muitas vezes temos pacientes que apresentam lesões em todo o momento e que são obrigados a usarem diariamente medicações tipo pomadas, óleos, emolientes, que não são de tão baixo custo assim, mas que, pelo volume e pela necessidade diária e constante, no final de um mês, acabam realmente repercutindo, e muito, no orçamento financeiro do paciente e da família como um todo.

Mas, o terceiro aspecto, que acho o mais importante e que, muitas vezes, é menosprezado por alguns colegas até especialistas da classe médica, é a importância, o prejuízo que a psoríase causa no dia-a-dia dos pacientes. Então, muitos podem dizer que é uma doença benigna – ela não afeta órgão interno; ela não dá alterações hematológicas; os exames de sangue de um paciente são normais; o paciente normalmente não vai a óbito diretamente por conta da psoríase. mas, há que se pensar, com mais cuidado, com relação a esse enfoque. A gravidade de uma doença não deve ser medida só por esses aspectos. Claro que esses aspectos são importantes, mas, hoje em dia, a classe média felizmente já está atenta para o que chamamos de "qualidade de vida em saúde".

Sendo assim, muitas vezes, o paciente não tem uma doença cardíaca, o que provavelmente pode levá-lo a óbito em poucos meses, ou um câncer que pode levá-lo a óbito em poucos anos, mas, se ele tem algumas lesões na pele, ele é portador de um quadro dermatológico que o incapacita socialmente, que interfere nas suas relações interpessoais, que prejudica o seu convívio, que, muitas vezes, o incapacita para o trabalho. Muitas vezes é falta de o paciente conseguir emprego ou, muitas vezes, ser despedido do emprego devido, em primeiro lugar, ao aspecto das lesões que podem ser mal interpretadas até pelos empregadores; existe o preconceito, o medo de a doença ser contagiosa. E, além disso, pela gravidade que as lesões podem apresentar pelo uso de medicamentos que, muitas vezes, não são medicamentos leves, são medicamentos que exigem cuidados, que exigem um certo repouso. Muitas vezes, todos esses aspectos interferem no dia-a-dia e também na produtividade do paciente. Então, a psoríase pode justificar muitas faltas ao trabalho, pode justificar muitas faltas ao trabalho, pode justificar desemprego, pode justificar dificuldade de conseguir novos empregos. Esse aspecto, o impacto econômico e social, é muito importante e tem que ser

valorizado. Não é pelo fato de a doença não ser letal que ela não é grave.

Com relação às associações de portadores, também é uma outra informação que eu gostaria de ressaltar. Temos aqui em Brasília a Abrapse, que é presidida por um paciente que conheço bastante, o Haroldo Tajra, ele é um guerreiro, um batalhador, e tem feito movimentos junto com outros colegas, e tenho o privilégio de ter participado da organização dessa Abrapse, na medida possível assisti a todas as reuniões que eles fazem.

O que é a associação de paciente? É um exemplo de cidadania. São pacientes que se organizam para discutir o tema, para discutir a sua problemática, para discutir todas essas dificuldades com que lidam no seu dia-a-dia, e com isso eles têm um entendimento melhor do que é a doença, eles têm principalmente uma aceitação melhor do que é a doença, do que é ser portador da doença, e ao mesmo tempo eles se organizam no sentido de lutarem pelas injustiças que eventualmente possam ser cometidas contra eles, como por exemplo um paciente ser vítima de preconceito de uma maneira acintosa. Futuramente, quem sabe, até existirá, como existem em outros países, nos Estados Unidos existe uma fundação nacional de pacientes portadores de psoríase, que é uma fundação de grande credibilidade, não só entre os pacientes, mas na classe médica também. Eles têm inclusive um departamento jurídico, um departamento financeiro. Então tudo isso, volto a dizer, tem que ser valorizado. Nós dermatologistas também acabamos por nos beneficiar dessas associações, porque já está provado que os pacientes que pertencem a essas associações são pacientes que respondem melhor ao tratamento, que têm um melhor nível de compreensão. Enfim, contribuem até para uma melhor divulgação do que seja realmente a doença e para eliminação do preconceito.

Acho que esses são os aspectos principais que eu gostaria de colocar em detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Agradeço à Drª Gladys. Devo lembrar que esta audiência está sendo transmitida integralmente pela TV Senado.

Passo a palavra para a Drª Luna Azulay Abulafia, professora da UFRJ.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Vou começar falando sem microfone. Vou fazer uma correção, não sou professora da UFRJ, sou professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de dizer que não sou representante de nenhuma indústria farmacêutica, não tenho vínculo com nenhum laboratório médico. Isso acho importante declarar. Achei interessantíssimo que este evento se desse numa Comissão de Educação. O que entendo porque está numa Comissão de Educação. Porque na medida em que a gente cria um dia do paciente portador de psoríase ou de combate à psoríase, na verdade não é um dia, mas pelo menos a gente admite que existe um problema. E que, existindo este problema, precisamos ter atitudes para ir contra tudo o que envolve o problema. E aí entendo na Comissão de Educação também na medida em que vamos poder educar paciente, familiares e a população no sentido de reverter ou pelo menos minimizar o sentimento de discriminação que essas pessoas sofrem. Vou dizer para vocês, hoje de manhã já recebi dois telefonemas. Um, de uma paciente que diz assim, a filha: "Drª Luna, minha mãe não consegue levantar-se da cama de tanta dor que ela tem", porque a psoríase não afeta só a pele; ela afeta a pele, ela afeta as articulações, e ela, em alguns momentos, pode levar ao óbito, sim, pela própria doença. Então, esse negócio de dizermos: é uma doença crônica, fica parecendo que é crônica, que é a pelezinha que cai; então, se é a pelezinha que cai, isso não é nada, é uma coisa apenas feia. Mas não é apenas feia, tem a psoríase que é a da escama, mas tem a psoríase que é a das pústulas, que pode levar ao óbito rapidamente se não tiver medicação adequada. Então, não é que é apenas uma doença crônica e feia, não é; ela é uma doença potencialmente grave e que hoje em dia é comparada com, no nível de incapacitação, o câncer, porque muitos dos medicamentos inclusive são medicamentos que se usam para transplantado renal, para doente que tem doenças malignas, então os medicamentos também são de certa gravidade no seu manejo.

Assim como a Gladys – vou-me apresentar –, eu também coordeno lá, no Rio de Janeiro, um ambulatório de pacientes portadores de psoríase, não só de psoríase, mas de doenças mais graves com que o dermatologista tem que lidar. Então, um dos telefonemas foi esse. E sabe por que a paciente está morrendo de dor? Ela estava bem com um remédio, que funcionava bem, mas que ela só conseguiu por mandado judicial com a Secretaria do Estado. Desde janeiro, a Secretaria não dá mais o remédio. Conclusão: a pessoa... Quando chegamos a esse remédio, que sabemos que é caro – e ninguém vai propor o remédio mais caro por modismo –, mas é porque já tinha dado tudo. Em janeiro, parou de receber o remédio, e está ela na cama sem poder se levantar de tantas dores que ela sente. Então, não é uma coisa apenas feia.

Segundo telefonema: "Drª Luna" – um paciente também, com uma psoríase que é a que acomete a articulação –, "os meus dias vão vencer" – porque eu

tentei dizer para ele: "Olha, não deixe de trabalhar." "Drª Luna, eu não consigo trabalhar. Sou digitador, as minhas mãos estão todas com artrite", não consegue digitar mais, e a cara dele está lotada de psoríase. "Como é que consigo trabalhar assim? Não consigo trabalhar." E aí começa o negócio: bom, você pede 15 dias de licença; se passam dos 15 dias, você vai entrar em benefício; e por aí vai. Então, é outro que falei assim: "Bom, hoje não estou no hospital. Se você quiser, você me procura lá no consultório para eu poder dar o atestado de que você está assim e assim, porque já venceram os 15 dias". Então, dois telefonemas hoje para dizer que psoríase não é uma coisa assim tão tranqüila e por que merece o esclarecimento.

E o outro motivo pelo qual acho importante a educação é pelo seguinte: se entrarmos na *Internet*, com a história da globalização, vocês vão ver "n" pessoas que dizem que vão ajudar os pacientes, e pacientes de psoríase e os de vitiligo são os mais fáceis alvos de charlatanice.

Então, nas coisas mais variadas que vão ser lidas na *Internet*, é remédio para psoríase e para vitiligo, desde pessoas que se oferecem com tratamento e que vão à televisão, têm respaldo na televisão, para dizer: "Olha aqui, eu tenho a cura da psoríase". Aí o lugar onde a pessoa trabalha enche ou o *site* vende remédio, e, quando você quer saber o que aquele remédio contém, você não consegue. Então, eu acho importante para poder estabelecer claramente quem são as pessoas que estão trabalhando numa linha ética e quem são as pessoas que não trabalham com uma linha ética, e isso existe.

Acho que educação é importante para você esclarecer e não deixar que o paciente seja alvo de pessoas que eventualmente queiram oferecer "ajuda" e que sabemos que não é ajuda.

Além de ser médica dermatologista, uma das coisas que eu também fiz lá no Rio, junto com pacientes portadores, porque aí você começa a sentir o que é, primeiro, quantos mais anos vão passando, você vai vendo: é, realmente, o negócio é ruim, é crônico, a pessoa fica invalidada, inválida, enfim, e aí os pacientes começaram a mostrar que eles precisavam de um pouquinho mais de apoio. Como eu, respeitando o modelo da Abrapse, do Haroldo, aqui, de Brasília, eu comecei a trocar e-mail:

Como a gente faz para organizar os pacientes?

Eu não quero ser a dona da associação, de jeito nenhum e quero que a associação exista independente da minha pessoa.

Mas sou, digamos, assessora técnica da associação, mas o presidente da associação é uma portador da doença, o vice-presidente também é portador da doença, e temos reunido, fizemos tudo direitinho, com CNPJ, foi uma dificuldade enorme, chegamos e nós fazemos uma reunião mensal.

Como é que funciona a associação? Ela funciona, praticamente, como um grupo de alta ajuda, principalmente. E as pessoas, além de se apoiarem mutuamente... Os relatos são incríveis, de pessoas dizendo: – Eu ia me suicidar; não me suicidei porque minha filha entrou na hora. E eu já estava com o revólver na mão. Por quê?

Por causa de uma doença que é só feiosa?

Não. Não é por isso. Então, o grupo de alta ajuda funciona, quer dizer, a associação, num primeiro momento ela funciona assim, mas a finalidade também é de que os pacientes possam se organizar e lutar para ter medicação de forma contínua, porque as medicações são caras, independente da de última geração, elas podem ser caras, algumas medicações nem tão caras, mas os tratamentos, em geral são caros.

Então, os hospitais universitários, os hospitais públicos teriam também que ter atendimento suficiente para esses pacientes. Não é só no meu consultório. Teria que ser em todos os lugares onde atendemos. A máquina quebra, não tem o remédio.

Só para dizer que doença crônica não é sinônimo de doença boba, benigna, e que: Ah, tá bom! É crônico.

Não. É crônico, a pessoa pode ficar inválida. Vou mostrar para vocês. Além disso pode morrer mesmo. Há poucos dias perdemos uma paciente por conta de uso inadequado, pessoas que vendem remédio e não dizem que tem cortisona no remédio, a pessoa fica usando e daqui a pouco está com todos os efeitos colaterais da cortisona e, quando você vai querer tratar a pessoa, ela já está incinerada pela cortisona.

Então, acho importante que tenha sido numa Comissão de Educação. Gostaria que em algum momento fosse numa comissão de saúde, enfim que isso fosse cada vez mais discutido.

Gostaria de passar algumas fotos.

A psoríase tem várias manifestações clínicas. A mais freqüente é da vermelhidão com descamação.

Estava conversando com o Júlio que, nessa justificativa do projeto, lá pelas tantas faria duas correções.

Primeira: a psoríase não mata – eu corrigiria isso. Porque psoríase pode matar.

Segunda: a doença manifesta com placas embranquecidas. Elas são vermelhas e em cima tem escamas.

Então, imagina uma senhora, dona de casa, que precisa fazer a comida para a família, e ficam caindo aquelas escamas na comida. Não tem condição.

Vou mostrar as diferentes maneiras... Então, dá para ver que isso existe desde placas localizadas até o paciente ficar vermelho da cabeça ao pé. Não afeta somente adulto, pode afetar criança também. Além disso afeta couro cabeludo, unha.

Por exemplo, este paciente aqui é muito mais grave. Quando a pessoa fica vermelha de ponta a ponta, o coração não agüenta, aí começa haver várias outras complicações do paciente, que fica internado por conta disso. Aí fica internado, pega infecção hospitalar, e aí acaba, muitas vezes – ou se é pela própria psoríase, que é a forma mais grave que é a psoríase pustulosa, ou se é pela forma da psoríase complicada – num paciente internado e que pode falecer, sim.

Então, vocês vêem na mão; essa pessoa fica inativa, improdutiva.

Quando falamos de custos, essa pessoa passa a pesar para nós. Vamos ter que sustentar essa pessoa de alguma maneira.

V. Exªs estão vendo aqui o paciente portador de psoríase: estão vendo várias manifestações. Couro cabeludo, por exemplo, é uma coisa que não dá para esconder de forma alguma. E as formas que têm mais impacto na vida social do paciente são exatamente aquelas que acometem o couro cabeludo e a unha. Quando a pessoa vai cumprimentar, a mão está escamosa. Até explicar que aquilo não é contagioso e que a pessoa não precisa sair do lado dela no ônibus...

Trouxe umas fotos que mostram o comprometimento ósseo-articular, que a doença come, destrói o osso. A artrite chamada mutilante come o osso da pessoa. Pena que a foto não foi salva, então não poderei mostrar! Quero dizer que não se trata de uma doença apenas da pele, mas também da unha, do cabelo, das articulações, do osso e da alma, do psiquismo da pessoa. A pessoa acometida dessa doença não consegue ser ativa economicamente.

Considero interessante, do ponto de vista de educação, a criação desse dia, pois mostra que o problema existe. Volto a dizer que teremos de esclarecer as pessoas para que elas não sejam alvo de quem quer se beneficiar à custa do paciente. À medida que as pessoas ficarem esclarecidas, não correrão atrás de pessoas como aquelas que estão em Jundiaí, dizendo ter a cura. Quando se tenta participar de debates na televisão para contraditar aquilo que foi dito, não se tem espaço.

Agradeço a chance que V. Exªs me deram. Estou à disposição para posteriores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Agradeço à professora.

Está presente o Senador Delcídio Amaral.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso apenas informar S. Exª sobre a morte?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Pois não.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Gostaria de fazer duas correções. Sei que não interferem na criação do dia, mas gostaria de corrigir a informação de que a psoríase não mata, pois não é verdadeira. Ela pode matar por si só, e não apenas pelo tratamento, porque tem formas muito graves. Sugiro que seja feita essa mudança. E a outra alteração é na informação de que a doença se manifesta com placas embranquecidas. Não é assim. São placas vermelhas com descamação prateada ou branca. Dizer que a doença não mata não é verdade. Pode matar e acomete as articulações. Pena que não trouxemos fotos da pessoa que teve o osso comido com uma artrite chamada mutilante. Pessoas ficam na cama, inválidas, duras, sem conseguir se levantar.

Sugiro a V. Exª que dê esse destaque e agradeço o interesse.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – O Relator do projeto será o Senador Mão Santa, que é médico. S. Exª certamente fará as alterações que a senhora sugere.

A Comissão de Educação julga a criação de dias, como o Dia da Saúde e o Dia do Índio. Essa matéria veio a esta Comissão por essa razão e também porque esses dias têm finalidade claramente educativa.

Concedo a palavra, por quinze minutos, à Srª Gladis Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, lembrando que, quando falta um minuto para o fim do tempo, o sinal é automaticamente acionado.

A SRª GLADIS LIMA – Bom dia a todos. Com imenso prazer, represento a Psorisul – Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, instituição da qual sou Presidente.

A Psorisul foi criada em 2001, com o objetivo de cadastrar, orientar, prestar informações aos portadores de psoríase. Na realidade, pensávamos que atingiríamos somente pessoas do nosso Estado, mas a abrangência foi muito maior do que imaginávamos. Para que V. Exªs tenham uma idéia, atualmente, no banco de dados da Associação, encontram-se cadastradas mais de 56 mil pessoas, que provavelmente encontraram na instituição um meio de obter informações, porque a doença ainda é desconhecida pela população e também pela classe médica. Muitas vezes a psoríase é tratada como outra doença até se descobrir que, na realidade, trata-se de psoríase.

A principal finalidade da associação é criar o banco de informação, prestar orientação, promover

palestras aos portadores de psoríase. Lá ele encontra tudo de que necessita: são os tratamentos, os medicamentos – como a doutora falou, as novas terapias biológicas estão surgindo. Então, isso ele busca. Ele está cansado de correr ao médico, o médico o atende, mas ele não tem o acompanhamento do tratamento. Ele chega até o posto de saúde e não tem. O que ele faz? Vai para casa com a receita debaixo do braço, deixando de se tratar. É o que tem acontecido bastante e tenho acompanhado isso porque os portadores têm essa possibilidade de se manifestar através do nosso **site**, onde existe um espaço. Que ele manifeste todas as suas dificuldades, todas as suas preocupações com relação à doença.

Oficializar o dia 29 de outubro não representará apenas um dia a ser lembrado ou comemorado, mas um símbolo da luta contra o preconceito e a discriminação gerados pela doença, propiciando aos portadores o direito de falar, expor sobre os problemas enfrentados no dia-a-dia, com a falta de informação à população e, principalmente, as dificuldades de acesso aos medicamentos. A data servirá principalmente para dizer que os portadores não estão sozinhos nessa luta. Aprovar o Projeto de Lei nº 282, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral e do Relator, Senador Mão Santa, significará resgatar a dignidade e a auto-estima de quem hoje se acha abandonado e fadado a viver pelo resto da vida isolado da sociedade.

A luta dos portadores é para que se façam campanhas esclarecedoras – a população que ainda desconhece a doença repugna, discrimina, deixa o portador de lado, e, com toda essa situação, ele se isola, não tenha dúvida – e, principalmente, para criarmos uma política de saúde ao portador de psoríase, para que esse portador tenha assistência médica e acompanhamento aos medicamentos e que não deixe de se tratar. Às vezes o maior problema enfrentado pelo portador é a compra dos medicamentos, que são caros, é um tratamento contínuo que a gente tem visto. Ele consegue uma pomadinha no posto de saúde e os demais ele não consegue mais, simplesmente ele abandona. Não é correto a gente abandonar esses portadores – temos que nos preocupar bastante com isso.

Independente de uma política levada ao portador de psoríase, existe hoje um trabalho social sendo desenvolvido para com os portadores. Trata-se de uma ajuda ao portador mediante a qual esse portador, através de um projeto social entre as farmácias de manipulação de todo o Brasil – que são as associações de farmácias magistrais do Brasil –, que se engajaram numa campanha. Cada farmácia adota um paciente, e esse paciente passa a receber os medicamentos manipulados pelo médico durante um ano.

Vocês não têm idéia do que isso representa para o portador. Economicamente também, porque ele vai à farmácia com o medicamento que o médico prescrever e no mesmo dia ele sai se tratando. Representa para ele o resgate da auto-estima e saber que está sendo assistido, ele não está abandonado. Mas a gente precisa fazer isso amplo, e não só com essas aproximadamente 200 farmácias. Hoje, muita gente está sendo assistida e se sente melhor, já começam a trabalhar, deixam de receber os benefícios, aos quais muitas vezes eles recorrem porque não podem trabalhar, não têm condições. O aspecto, realmente, é chocante para as pessoas que não conhecem a psoríase. Chegar a um ambiente e se apresentar é difícil. O próprio portador não gosta de se expor.

Por que me engajei nessa campanha? Na realidade, não sou portadora de psoríase. Na minha família, muito próximo a mim, tem portador de psoríase, tem portador de vitiligo e de síndrome de Down**.** Então, convivi – tenho uma irmã com 40 anos de idade, tenho 49 anos – desde criança com o preconceito de sair com uma irmã com os problemas que tinha, e a minha mãe portadora de vitiligo em função do estresse que sofreu com o nascimento dela. Imaginem você conviver sendo sempre discriminada, com medo do contágio da própria síndrome de Down ou do vitiligo. Com a psoríase é a mesma coisa. Bota a mão no ônibus, eles tiram a mão, isso é automático. Então, engajei-me nessa campanha pelo fato de, na minha vida, não existir discriminação ou preconceito. Minha mãe nos criou com este aspecto: não se discrimina, não se tem preconceito, somos iguais perante todos, temos os mesmos direitos. Mas o que realmente está acontecendo com o portador de psoríase é a discriminação e o preconceito. Se ele conseguir enfrentar todas essas dificuldades, com certeza conseguirá pelo menos controlar, viver, ter uma melhor qualidade de vida. Sinto isso muito porque recebo portadores na entidade, que é pequena, mas trabalho de 9h às 17h, dedico-me de corpo e alma e sinto as dificuldades junto. Não sofro da doença, mas sinto na carne o que sofrem, porque eles chegam, me abraçam, choram e não dizem nada. Vêm em busca de uma orientação, um apoio, e ali se manifestam e dizem todas as dificuldades enfrentadas. E eu, que não sou psicóloga, minha formação é outra, tento levar a esse portador esperança, porque somente unidos, somente agrupados, fazendo crescer o bolo, combateremos isso tudo; não isolados. Então, associações como a minha, como a Abrapse, mesmo distantes – eu, no Rio Grande do Sul, e a Abrapse, aqui em Brasília –, temos tentado nos juntar, nos unir para fazer um bom trabalho. E é disso que precisamos. Terapias há muitas, o portador usa diversas, mas hoje existem terapias

novas surgindo no mercado, como disse a Drª Gladys. Foi feita uma consulta – isso é importante falar –, se não me engano, em outubro, com relação a novas terapias, e há dois medicamentos surgindo, segundo se sabe, com menos efeitos colaterais, que vão deixar o portador de psoríase – acho que a doutora pode explicar melhor isso – menos tempo sem a doença, o que significa um brasileiro trabalhando, produzindo e não usando do benefício na Previdência.

Precisamos do apoio dos Srs. Senadores, dos políticos de uma forma geral e da população para que isso aconteça, porque, sozinhos, também não conseguimos nada. Precisamos do empenho de V. Exªs. Fico feliz pelo seu projeto, não imaginava, porque estamos lutando, pelo menos a minha entidade, há 4 anos, na divulgação da doença. Por sinal, a mídia tem sido espetacular, amiga, colaboradora dos portadores de psoríase, mas V. Exªs não têm idéia de como o meu trabalho é contínuo, pedindo apoio na divulgação. Conseguimos isso, imaginem com o apoio de V. Exªs.

Peço, mais uma vez, em nome de todos os portadores. Emociono-me realmente, porque lido e convivo com a doença, vamos ajudar essa gente.

Obrigada.

Quero agradecer ao Senador Delcídio Amaral pela extraordinária ação, ao Relator Mão Santa e, em especial, a um homem que, no meu Estado, representa a grandiosidade de coração, a sensibilidade, um homem que se preocupa com as causas do seu povo, Senador Sérgio Zambiasi, por quem tenho uma grande consideração e apreço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Drª Gladis, Presidente dos portadores de psoríase, muito obrigado pelas suas palavras.

Seguindo as normas do Senado, vamos abrir para as perguntas. Há inscrições e o primeiro inscrito é o Senador Mão Santa, que tem 5 minutos para fazer suas perguntas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero apresentar o meu entendimento de médico desde 1966.

Agora, não entendo como vivemos esse momento atual diante da psoríase. Porque eu via os livros dizerem "pensifiliticamente". Toda essa doença tem que se pensar, ela foi embora e está dominada. Eu vi hemoptise, o sujeito morrer de tuberculose. E lepra eu acho que no mundo ninguém teve mais medo de lepra do que eu, porque na minha cidade tinha um leprosário, e naquele tempo os governos não davam o alimento necessário, e eles saíam e iam buscar no Bispado, e eu era vizinho do Bispado. Eu e minha mãe ficávamos trancados, e vi leprosos sem nariz, sem perna, e nós trancados num sobrado, eles apelando para o Bispo.

Então, eu vi a lepra, que é brincadeira hoje, estigmatizada até na Bíblia. Como é que nós ainda estamos, nós, da medicina, da mais humana das ciências, nesse estágio... A Aids está aí, muito recente, acabando e vencendo isso... Então, a psoríase, tem essas bravas mulheres e tudo.

Eu acho, primeiro, que o PT trouxe o melhor dele. Eu os conheço todos. Nenhum, juntando o núcleo duro, não dá aqui a sensibilidade e a inteligência. Está aqui, não é médico, é engenheiro, ele sabe mesmo. Olhem a sensibilidade, olhem a diferença com relação ao núcleo duro! A única maneira de o PT continuar no Governo é se o Delcídio for candidato.

Está aqui, esse é o quadro, um quadro vale por dez mil palavras, num problema dermatológico, porque vocês estão longe de imaginar a competência dele em engenharia, em eletricidade, em gasoduto e tudo.

Mas, vamos e venhamos, está aí a Aids, uma vitória. Isso, a Constituição, Delcídio – esse povo quer rasgar a Constituição – garante: "a saúde é um direito de todos e dever do Estado". Não vi problema nenhum. As doutoras estão aí. Dinheiro? Num país deste, em que se gasta tão irresponsavelmente dinheiro com tudo que é palhaçada?

Agora, vou dizer, o custo do tratamento, quanto é esse custo mensal para o doente que vai pagar? Isso é ridículo. Só um governo de núcleo duro, incompetente, incapaz, de um psiquiatra que é Ministro da Saúde.

Então, cem reais por mês para um doente é ridículo. Ouviu, Delcídio? Estou querendo ajudar, você sabe da nossa sensibilidade, da nossa seriedade. Isso é ridículo! Por cem reais estarmos aqui... Tem que proclamar o dia.

Eu vi, acompanhei, estudei... No meu tempo, era o Berchelli. Aliás, tem uma coisa muito interessante: eu tenho uma filha que faz medicina, um encanto, como vocês, as mulheres são o melhor. Eu lhe perguntei: "Minha filha, o que você vai fazer? Vou fazer Dermatologia. Cadê o Berchelli? Não, não é não, é só um negócio de Botox. Minha filha, isso não é Dermatologia. Dermatologia é um câncer no nariz, é uma psoríase, é uma lepra."

Só esse negocinho no meu tempo não tinha, a minha é do Berchelli.

Mas eu vi, nas minhas andanças, que além desse valor existe um aparelho que minimiza, que melhora, que o doente fica dentro e toma um banho, uns raios, um tratamento aí. E – ridículo – parece que a Capital Federal só tem um. Imaginem os outros Estados!

Então, é isto, Delcídio: nós temos que aprovar o dia. Mas temos que ter sensibilidade e obediência à Constituição. Porque é ridículo! Estou citando os fatos. A sífilis e a lepra – cujo escândalo e drama eu vi

– eram piores. Em medicina a lepra era a coisa de que eu tinha mais medo. Para vencer esse trauma, depois de médico, o que eu vi sem nariz, sem perna, eles ficavam discursando à noite para o Bispo, e a nossa mãe nos trancava no sobrado. Eles passavam três dias na porta. Como era a lepra antes e como é hoje, ambulatorialmente... É uma brincadeira, não é?

Então, temos que vencer isso. Acredito na vitória, primeiro por vocês, três mulheres e mulheres são mais valorosas, têm mais coragem, lutam. Quer ver? Não veio aqui hoje nenhum dermatologista homem. O homem que tinha quer vir aqui faltou.

A SRª (oradora não identificada) – Está aqui ele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Mas é assim mesmo, os homens sempre foram mais fracos. Vejam a Bíblia! Na hora da crucificação de Cristo, Anás, Caifás e Pilatos – político, como eu, governador – lavaram as mãos. Onde estava o pai de Cristo? Os irmãos? Os apóstolos? Só estavam com ele os dois ladrões. As mulheres tiveram comportamento diferente. Por exemplo, a mulher de Pilatos disse que Jesus era bom e justo. Havia também Verônica, as três Marias. Até na hora da ressurreição de Cristo foram as mulheres que deram essa notícia ao mundo.

Assim, nós acreditamos em vocês, nessa luta que antevejo vitoriosa. Por quê? Porque o melhor do PT, o melhor do Governo, está aqui: é Delcídio Amaral! Ele entendeu, ele é rápido e vai usar sua força e seu prestígio para fazer com que isso seja aprovado.

É preciso que o Ministro da Saúde tenha competência para resolver esse simples problema de saúde do Brasil.

A pergunta sobre as máquinas ela já respondeu. Se essas máquinas existem, como é que Brasília só tem uma? E quantas há no Brasil todo?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Para sermos mais rápidos, vou passar a palavra para o Senador Delcídio Amaral, pela ordem de inscrição.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo, assim como à Drª Gladys, da Universidade de Brasília, à Drª Luna Azulay, da Universidade Gama Filho e também professora da UERJ; a Drª Gladys Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase.

Quero pedir desculpas, porque hoje, infelizmente, estamos debatendo, na Comissão de Assuntos Econômicos, a questão da autonomia do Banco Central. O Ministro Humberto Costa está na Comissão de Assuntos Sociais, e também haverá uma reunião de Líderes com o Presidente Renan Calheiros para discutirmos a questão das medidas provisórias. Gostaria de ter estado aqui desde o início desta reunião, mas não pude. Agora tenho que acompanhar a audiência do Ministro Humberto Costa. Evidentemente, não poderia deixar de estar presente aqui em função de haver este projeto de minha autoria.

Quero confessar que fui procurado por algumas pessoas que sofrem de psoríase. Eu fiquei absolutamente estupefato com o dia-a-dia dessas pessoas, com as dificuldades que essas pessoas enfrentam.

A Drª Luna fez uma apresentação muito objetiva e, ao mesmo tempo, também dramática. As fotografias que foram aqui apresentadas mostraram a abrangência dessa doença que, com foi muito bem dito pela Drª Gladys, prejudica o dia-a-dia dessas pessoas. A população de um modo geral não entende isso. Confesso que quando vieram me falar de psoríase, eu nunca tinha ouvido falar dessa doença. Mas os depoimentos que ouvi e as reuniões que tive foram tão dramáticas que eu me senti obrigado a fazer algum tipo de movimento exatamente com o intuito de fazer com que o Senado Federal se somasse a esse esforço heróico que vocês efetivamente fazem no dia-a-dia, algumas pessoas por dificuldades que enfrentam na própria família, outras, por entenderem efetivamente a gravidade dessa questão...

Vou mais longe, não é só a doença em si e tudo aquilo que ela traz ao dia-a-dia das pessoas. Eu acho que o pior mal, além de tudo que foi aqui demonstrado e que tive condições de atestar, na prática, é a questão da depressão. Ou seja, é o que isso provoca nas pessoas, o que isso corrói o dia a dia de cada um, de cada paciente, o não-entendimento, a não-compreensão, por parte da população, de um mal como esse. A depressão acaba criando uma sinergia no mau sentido. A depressão acaba criando uma sinergia que leva a uma complicação ainda maior daquele mal que acabou levando as pessoas à depressão. Então, é um processo absolutamente dramático no dia-a-dia das pessoas, e isso prejudica a relação familiar, isso prejudica a relação com os amigos, isso prejudica o trabalho. Quanto é que o Brasil já perdeu em função de uma falta de atenção maior com relação à psoríase? O que isso representou em termos de auxílio-doença, de dias não trabalhados? Quanto é que o Brasil perdeu ou quantas pessoas passaram a, de certa maneira, viver sem esperança, sem expectativas ou perspectivas, fruto dessa situação difícil que cada uma delas enfrenta no seu cotidiano, nos seus vários dias de sofrimento? Então, em função disso, tomei essa decisão e confesso que fico muito feliz porque fiquei muito impressionado com tudo aquilo que vi e pesquisei. Fico muito feliz também de entender que estou colaborando, ainda em pequena escala, mas já criando um simbolismo grande, o Dia Nacional da Psoríase, atrelando esse movimento

nosso a um movimento mundial, porque isso não é um mal especificamente do País, mas é uma doença que muitos países no mundo enfrentam. Então, acho que hoje é um dia muito importante. Concordo, Drª Luna Azulay, até com os ajustes no texto – não sou o relator, sou o autor do projeto –, mas acho que o nosso ilustre Senador Mão Santa, com a sensibilidade que tem pela carreira como profissional, não só como político, um homem sério, um homem que representa com honra o seu povo, o povo do Piauí... Tenho certeza absoluta de que essas ponderações vão ser muito bem avaliadas pelo Senador Mão Santa para que a gente aprimore ainda mais o texto, que, se Deus quiser, vai levar à aprovação desse projeto.

Queria, primeiro, parabenizar as senhoras pelo trabalho. O Senador Mão Santa falou uma coisa que me tocou profundamente e eu repito no meu dia-a-dia. Quantas pessoas às vezes a gente ajuda ou apóia, fruto do nosso dia-a-dia na política, e que, muitas vezes, podíamos até deixar em segundo plano em troca de uma ação efetiva como pelo menos a mitigação dos efeitos e das conseqüências da psoríase? Quantas vezes gastamos tempo e trabalho com coisas que não levam a nada? Talvez até por pessoas que não mereçam. Sou uma pessoa focada nisso. Uma das coisas boas da política, acredito, é fazer efetivamente, tomar esse tipo de atitude, promover esse tipo de ação, de resgate da dignidade, ações de fraternidade, de solidariedade. Acho que é por essa razão que vale a pena viver. Vale a pena ajudar as pessoas e colocar o mandato para ajudar essas pessoas que efetivamente necessitam. Para resumir, até em função de hoje, da agenda extensa que todos temos, queria aproveitar, Drª Luna, perguntar à senhora, porque toda a história que a gente viu é que as ações são mitigatórias, são ações de acompanhamento, são ações de medicações que os pacientes se utilizam.

Ao longo dessa discussão, surgiu a questão que viemos discutindo aqui. Temos o Senador Augusto Botelho, que também é médico, portanto acho que estamos numa oportunidade ímpar de fazermos esse debate. Mas se falou muito em estudos relativos a genética. Discutimos aqui recentemente a Lei de Biossegurança, que não tratou só dos alimentos transgênicos, mas tratou também das células-tronco, foi uma polêmica muito grande, um debate intenso.

Gostaria – uma vez que estou com especialistas aqui, como a Drª Gladys, a Drª Gladis Lima e a Drª Luna – de saber como se pode dar continuidade a um trabalho no sentido de mitigar essas conseqüências e trazer bem-estar maior às pessoas que têm sofrido de psoríase, com todas essas dificuldades muito bem apresentadas aqui.

Minha pergunta é esta, Sr. Presidente: daqui para frente, o que podemos fazer, como podemos nos somar a esse esforço no sentido de mitigar as conseqüências e trazer uma vida melhor às pessoas que sofrem de psoríase?

Parabenizo-as pelo trabalho, pelo empenho, pelo denodo e pela determinação. É assim que vamos trabalhar realmente por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Antes de passar a palavra ao último orador inscrito, Senador Sérgio Zambiasi, gostaria de falar que o Dr. Gilvan encontra-se presente, mas chegou já na fase de perguntas. E também está ao lado do Senador Delcídio o Deputado Estadual Seni Ferraz, Do PT de Mato Grosso do Sul, que, com certeza, vai lutar para divulgar o trabalho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Aliás, é um paladino dessas causas também, e não é porque é do meu Partido, mas é um excelente Parlamentar e honra nosso Estado com o seu trabalho na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado. Agradecemos a presença aqui.

Com a palavra, Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, de onde veio a nossa expositora.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Delcídio, autor do projeto, Mão Santa, Relator, Drª Gladys, Drª Luna, querida conterrânea Gladis e demais presentes.

Estava acompanhando, primeiro, a manifestação do Senador Mão Santa, agora as palavras carregadas de emoção do Senador Delcídio, as explicações das Drªs Gladys e Luna a respeito, e um pouco as aulas, da evolução da doença, a experiência da Gladis, que é uma voluntária. A ONG que a Gladis preside é ela, ela e algumas pessoas que eventualmente convivem com ela, mas ela tem como missão na sua vida, por uma experiência familiar, como relatou aqui, e não vive de qualquer receita que não seja a que os médicos encaminham a seus pacientes e vão em busca da entidade, imaginando que a ela tem poder para solucionar seus problemas.

O Senador Delcídio lamentou o número de compromissos que temos aqui, mas acho que Deus faz as coisas bem certas. No dia em que estamos aqui nesta audiência pública, Senador Mão Santa, e esta audiência pública mostra sua importância, porque eu não tenho dúvida, Delcídio, que o seu projeto seria aprovado por unanimidade e sem discussão. Talvez por isso, porque receberia aprovação unânime, sem discussão, perderíamos a grande oportunidade de iniciar o que Drª

Gladys e a Drª Luna comentaram aqui: a importância de trabalhar a educação com relação à doença.

A audiência pública está-nos permitindo fazer com a que a TV Senado esteja gravando e transmita depois toda essa programação para o Brasil inteiro, que a imprensa possa repercutir esse tema, que precisa ser repercutido porque não é pouca gente. Temos cinco milhões de brasileiros, pelo menos, em uma das fases da psoríase.

Aquela que está apenas aqui nos cotovelos eu também tenho. Quando chegamos a Brasília e não usamos a pomada imediatamente, o clima seco daqui faz, Drª Luna, com que a gente sofra com muita dor. Cheguei a Brasília ontem à noite e tive que sair em busca de pomada, porque começou a doer, por causa do clima muito seco. Vim do Sul, onde é mais úmido. Saí correndo em busca da pomada e aproveitei para fazer uma tomada de preços.

Vi que a Psorex, que é marca de laboratório, custa R$17,00 e que o genérico custa um pouco mais de R$8,70. Mas para quem tem apenas dois sinais, uma pomada dura um mês. Então, se gastam R$8,70. Mas aquele que tem em todo o corpo, como a Drª Luna mostrou aqui, vai gastar mais do que R$100,00 por mês.

Falei que Papai do Céu faz as coisas bem certinhas. Ou seja, aqui ao lado está o Ministro da Saúde, e está nas mãos de S. Exª, na sua mesa, a portaria que libera os medicamentos biológicos para a Psoríase. Ela autoriza a inclusão dos medicamentos do SUS – são pelos menos dois medicamentos.

Essa portaria, então, ao incluir entre a relação dos medicamentos do SUS, pode permitir à Secretaria de Saúde o fornecimento para os casos mais graves, como aquele de hoje, de manhã, que ligaram para a Drª Luna, onde a paciente está na cama e não pode mais sair, não consegue levantar por causa da dor. E que não recebe desde janeiro, exatamente porque não está regulamentada, a portaria não foi publicada.

E por não estar a portaria publicada, não tem amparo legal. A pessoa recorre, o Judiciário dá, mas nem sempre o Estado se sente obrigado a fornecer esse medicamento.

Então, sugiro, Sr. Presidente Botelho, que daqui façamos um documento da Comissão, agora, entregando ao Ministro da Saúde, que está aqui ao lado, para que publique imediatamente essa portaria. Seria um grande avanço.

Essa portaria é fruto de um debate que se iniciou em outubro do ano passado, indo até dezembro, em audiências públicas, de onde resultou exatamente essa proposta da portaria, que já está pronta, está no ministério, bastando apenas a sua publicação para tornar legal essa questão.

Estou deixando essa sugestão prática, para que possamos sair daqui talvez com a maior de todas as vitórias, com a coincidência, a sensibilidade do Senador Mão Santa, como médico e Senador, de propor audiência pública. E por termos aqui na Presidência, hoje, um médico, o Senador Augusto Botelho. Temos aqui médicas, que têm toda uma experiência e que trazem essa experiência e nos permitem promover um debate público nacional, trabalhando a conscientização, o combate à discriminação. Ouvimos da Gladys aqui que tem uma irmã e que provocou nela esse sentimento de trabalhar o combate à discriminação, porque realmente é uma coisa muito grave.

Quem sabe tenhamos agora a oportunidade de estarmos entregando o documento ao Ministro, pelo menos a um dos seus assessores – têm vários ali –, e possamos ver essa portaria publicada junto com a instalação. Quem sabe até ali, no dia previsto, Senador Delcídio, já como primeira repercussão do dia que o projeto propõe, já tenhamos essa portaria que autoriza exatamente a inclusão dos medicamentos do SUS nessa lista de medicamentos fornecidos.

Deixo isso como proposta, acreditando que possa ser acolhida e apresentada logo mais. Até considero que a resposta ao seu questionamento que virá depois é um complemento desta audiência que está se realizando aqui.

Agradeço a oportunidade, parabenizo a todos, e cumprimento a presença das médicas, do dermatologista convidado que está aqui presente também, da Gladis e do Haroldo, aqui de Brasília, que é um batalhador, e já surgiu um movimento para que as duas entidades se unam, e, a partir delas, surja um grande movimento nacional, com parcerias, quem sabe, em todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Obrigado, Senador Zambiasi.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso fazer uma pergunta para ele?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Pode.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Só para matar a curiosidade. Quais foram os dois biológicos aprovados?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Não é para mim a pergunta. O Haroldo e a Gladys podem responder, porque esse debate foi feito no ano passado. Foram pesquisados, acredito, porque o Ministério da Saúde está junto com esse movimento, mas coincidiu com a demissão do secretário que estava acompanhando esse debate e talvez por isso pode ter parado essa discussão. Mas seguramente esses dois

medicamentos biológicos são frutos de uma análise técnica do Ministério da Saúde. Acho que a Gladys pode ter os nomes, não sei, e informar à Drª Luna.

A SRª GLADYS AIRES MARTINS – Raptiva e Remicade.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso aproveitar para falar uma coisa?

Quando houve a consulta pública, participei da discussão e não entendi por que um dos outros medicamentos biológicos ficou excluído. É um medicamento específico para artrite psoríase. Não entendi por que o outro, cujo nome comercial é Enbreu – e é Etanercepte –, foi excluído, não entendi de jeito nenhum. E como se pode fazer para partir para outra inclusão? Porque esses dois que o senhor está falando atendem uma parte, uma psoríase... Enfim, seria complicado explicar. Mas existe um outro medicamento que também deveria ser incluído, e não entendi por que ficou excluído, de jeito nenhum.

Quando vi a consulta, escrevi sobre todos os remédios, inclusive um outro, que é o Alefacept. Porque são quatro os biológicos que existem, inclusive já aprovados na Europa, nos Estados Unidos e tal. Por que aqui se escolheram dois, e os outros dois não foram, eu não sei. Então, o próximo passo, não entendi por que alguma coisa ficou excluída, e não outra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pode ter sido própria decisão política do então servidor do Ministério. Mas a sua proposta pode ser incluída, acho que tem tempo de corrigir a portaria. Estou sugerindo que ofereçamos um documento ao Ministro para que consigamos, até a instituição do Dia Nacional do Combate à Psoríase, a publicação da portaria. Seguramente poderemos oferecer mais essa contribuição. Então, em vez dos dois medicamentos biológicos, que se ofereça a possibilidade de trabalhar os quatro medicamentos que a senhora está colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Vou apelar para o nosso Líder do PT no Senado para ser o nosso porta-voz lá na audiência com o Ministro, para transmitir a mensagem de que assine logo essa portaria. E não sei se essa inclusão vai ser mais técnica ou vão querer debater mais. Mas pedir para assinar logo a portaria, soltar logo o que tem, depois tentamos acrescentar isso aí.

Vou passar a palavra, por cinco minutos, para cada um dos expositores para responder às questões. Se algum Senador quiser réplica, terá direito. Depois encerraremos a reunião.

Vou passar primeiramente para a Drª Gladys Martins, que foi a primeira que expôs.

A SRª GLADYS AIRES MARTINS – Em primeiro lugar, queria agradecer demais ao interesse do Senado, e, com relação ao Senador Mão Santa, muito interessante, muito brasileira a sua colocação de quem conviveu com tantos problemas dermatológicos e que sabe das doenças endêmicas do Brasil.

O senhor citou a lepra, queria só chamar a atenção que a lepra é uma doença milenar, a psoríase também é uma doença milenar. E, provavelmente, muitos pacientes foram, naquela época, há milênios atrás, classificados como leprosos e talvez eles fossem portadores até de psoríase, porque **leper,** do grego, quer dizer escama. Então, doença feia na pele, com escama, naquela época, poderia ser caso de psoríase, que foi injustamente tratado como lepra.

Queria fazer uma ressalva ao sexo masculino aqui, uma correção, em que pese eu ser mulher e realmente gostar muito de psoríase, e tenho na minha personalidade isso de ser solidária. Mas queria fazer justiça ao nosso colega, Dr. Gilvan Alves, que chegou atrasado. Ele é também um incentivador das associações de portadores de psoríase. Ele, como representante em Brasília da Sociedade Brasileira de Dermatologia, tem dado apoio à instituição, inclusive participou da sessão de fundação da Abrapse aqui em Brasília. E principalmente há outro homem bravo, Haroldo Feitosa, que é o Presidente da Abrapse, e que penso que realmente é quem tem organizado melhor e participado de toda essa discussão que culminou hoje com essa audiência.

Com relação – só vou tentar responder um pouquinho, e talvez a Drª Luna complemente – à questão da genética, a melhor maneira de definir a psoríase é como sendo uma doença multifatorial. Psoríase não é uma coisa só, ela tem uma participação genética, ela tem uma participação imunológica, tem uma participação ambiental. Então, as terapias gênicas, ou terapias "antisenses", isso é uma ciência que ainda está engatinhando, então, provavelmente vamos chegar a um estágio em que possamos ter tratamentos que consigam inibir o gene causador da doença ou que consigam modificar o DNA do gene causador da doença. Estamos ainda num estágio muito precoce. Mas essas novas terapias, chamadas de biológicas, são também fruto de engenharia genética, de biologia molecular, e daí esse alto custo delas. Então, tudo isso está sendo industrializado e produzido, mas como resultado de pesquisas refinadas também na área genética.

Para terminar, queria só lembrar um exemplo de discriminação: Existem editais de concurso, por exemplo, para a Polícia Militar, que estão incluindo como critério de exclusão do candidato o fato de terem psoríase. Isso é um caso que penso que poderia também, em nível político, ser lembrado e ser discutido, quer dizer, como é que pode um indivíduo não ser

aceito para trabalhar na polícia porque ele é portador de psoríase, não importa qual seja a forma?

Acredito que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado, Professora Gladys Martins.

Agora vou passar a palavra para a Professora Luna Azulay, que deve ser parente do professor Azulay, da Santa Casa de Misericórdia, que foi meu professor de Dermatologia.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Sou filha dele, então tenho Dermatologia no gene quase. Gostaria de falar assim: quais os próximos passos? Essa foi a pergunta. E o outro ponto que gostaria de abordar é custo de medicação. Não tenho nada contra farmácias de manipulação, de maneira alguma. Entretanto, considero que em geral o medicamento que é industrializado tem um controle de qualidade que infelizmente as farmácias de manipulação não têm. Então, no momento em que existisse algum organismo que controlasse a qualidade dos produtos nas farmácias de manipulação, estaria ótimo. Mas a farmácia de manipulação pode ser muito boa e pode ser muito ruim. E o paciente, em geral, vai na que é mais barata e de repente vai lá na do fundo de quintal. E não existe uma regulamentação com relação às farmácias de manipulação. Então seria importante que existisse essa regulamentação.

1. Com relação à consulta pública que houve com relação a tratamento de psoríase, eu pelo menos não consegui ver ali que existisse um dermatologista envolvido, esclarecendo, como um consultor técnico, digamos. Entrei na consulta, escrevi várias cartas. Não sei se elas foram recebidas, se foram lidas, enfim. Então, proponho que nas consultas públicas, seja qual for a doença, haja um, dois ou três técnicos a serem ouvidos, para poderem, então, ajudar na escolha de medicamentos. Por isso achei que a consulta pública, com a Resolução, ficou em falta – realmente ficou em falta – com outros medicamentos que poderiam ter sido incluídos.

Acho, então, que se devam incluir, nas consultas públicas, técnicos que possam ajudar. Por outro lado, eu não sei como vai ser a ingerência com relação às Secretarias Estaduais de Saúde, porque as Secretarias Estaduais de Saúde são as que, efetivamente, vão dar e vão distribuir o medicamento. Como é que o paciente consegue na Justiça, e, depois, a Secretaria não dá o remédio ou interrompe o medicamento? Aí vem a história de que a Secretaria não pagou ao laboratório que fornecia o remédio. Então, você vê o doente melhorando, melhorando, melhorando, e acabou o remédio e pronto. Aí, começa todo aquele processo.

Com relação ao custo do medicamento, a pomada – desculpe eu lhe dizer, mas não é boa a automedicação – que parece inocente, e cujo nome comercial o senhor citou, se usada no corpo inteiro, é como se o senhor estivesse tomando corticóide pela boca e pode fazer o mesmo efeito adverso.

Então, aquilo que parece como inocente pode não ser inocente, e o remédio pode variar desde 8 – se tiver pouco – a 10 mil reais. Então, a ordem de custo vai de R$8.000,00 e R$10.000,00. Mas para isso existem indicações técnicas para cada uma das formas da doença.

E, sem dúvida, eu acho que a outra coisa seria os senhores darem apoio às associações de psoríase – em que pese que a Associação dos Portadores de Psoríase do Rio Grande do Sul tenha o nome de "Associação Nacional de Psoríase", na verdade existem outras várias, às quais efetivamente nós temos que nos associar. Nós já existimos no Rio de Janeiro há algum tempo. Então, eu acho que nos devemos nos associar. E em que pese o nome nacional, na verdade não foi assim – esse caráter de ser nacional.

Eu, então, acho que todas as associações têm que ser apoiadas e acopladas, para nós podermos, realmente, fazer uma luta conjunta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Com a palavra, a Srª Gladis Lima.

A SRª GLADIS LIMA – Mais uma vez quero ressaltar a importância desse dia a ser comemorado e de, a partir de agora, nos unirmos para, efetivamente, criarmos ações para chegarmos no dia 29 e estarmos bem organizados, a fim de fazermos um trabalho bastante intenso, para chegarmos no dia 29 e comemorarmos – como eu disse – e darmos oportunidade ao portador de se manifestar de alguma forma. Porque hoje, infelizmente, o senhor sabe que existe a discriminação, e nós precisamos combatê-la.

Com relação à união das Associações – isto é muito importante – nós precisamos crescer o "bolo" e nos fortalecer para que as coisas sejam atingidas. Sozinho não se consegue nada. Como o Senador Sérgio Zambiasi falou, sou uma ONG de uma única pessoa. Sozinha, eu consegui cadastrar 56 mil. Imagine unidos o que isso vai representar? O portador quer, efetivamente, uma política de saúde, tratamentos contínuos, e não interrompidos, como tem acontecido. A grande maioria que chega à entidade vem me pedir medicamentos, que eu não tenho para fornecer, a entidade não fornece medicamentos.

Isto, então, precisa ser bastante avaliado: que não haja essa interrupção e que ele saia de lá e seja corretamente tratado, o que não é o que acontece. Chega num período, ele está apresentando uma grande melhora e chega no posto de saúde, não tem mais

ou ele sai com dois tubinhos debaixo do braço para usar uma semana para o corpo inteiro. É impossível se fazer um tratamento.

Então, esta oportunidade desta audiência pública, hoje, é um momento ímpar para todos os portadores de psoríase, não somente àqueles que estão cadastrados na entidade, mas para milhões de brasileiros hoje afetados pelo mal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado.

Eu gostaria de saber se algum Sr. Senador quer fazer uso da palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria, se fosse possível. Peço até perdão por ter chegado atrasado. Estava na cerimônia do Dia do Exército e me atrasei...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu digo com uma emoção profunda... Sou casado há quarenta e quatro anos, tenho uma paixão pela minha mulher, e ela tem psoríase desde jovem, desde os quatorze anos, quando se manifestou. E sei o constrangimento que causa a doença a quem a tem, principalmente nos locais em que aparece, como cotovelo, joelho e às vezes na cabeça. Desde então, aos quatorze anos, nunca mais ela teve coragem de ir à praia para usar um maiô. Tanto é que, quando acompanha os netos, ela vai de calça comprida para que não seja exibido, pelo constrangimento e por aquela aversão que as pessoas têm. Realmente é uma doença que não traz nenhuma possibilidade de ser transmitida a outras pessoas.

Eu acho que esse projeto do Senador, além de ser humanístico, tem uma vocação para que realmente se possa trazer à população o conhecimento do que representa a doença e que o Estado possa tratá-la. Está aqui o Senador Mão Santa, que é médico e que já fez pronunciamento – eu já fiz pronunciamento da tribuna, Senador – de que as pomadas que são usadas têm uma validade temporária, posteriormente não fazem mais efeito. Eu trouxe da Itália, trouxe de vários locais. Elas amenizam o sofrimento, às vezes a coceira, o mal-estar, porque ela se manifesta sempre decorrente de uma ação psicológica. Fica incubada por algum tempo e, por qualquer constrangimento ou sofrimento, uma angústia por causa de um filho, ela se manifesta e traz um desconforto físico e psicológico para a pessoa que tem a doença.

Penso que esse projeto tem que ser aprovado por unanimidade e com urgência, e que o Estado enxergue esta doença com muito carinho, para poder atender as pessoas que a têm, e que o tratamento seja constante. Os medicamentos variam. Normalmente é uma pomada que sai na Itália, uma que sai na Alemanha. A doença não tem tratamento, não é, Senador Mão Santa? Não tem cura, mas ameniza um pouco aquela estrutura psicológica e a angústia pelo incômodo que causa, alguma coceira, algum mal-estar.

Então, eu queria manifestar esse agradecimento a V. Exª. Não o apoio, mas o agradecimento de coração!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Obrigado, Senador Tuma. Tivemos mais uma manifestação e vimos que pessoas que estão tão próximas de nós e ignoramos. Tivemos duas manifestações entre quatro Senadores.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral e, depois, concedo a palavra ao Senador Zambiasi antes de encerrarmos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, como disse o Senador Zambiasi que Deus, no final das contas, movimenta as peças sempre de uma maneira correta, hoje aqui tenho que saudar, primeiro, a iniciativa do Senador Mão Santa para realizar esta audiência pública. Mais uma das iniciativas que evidenciam o mandato do Senador Mão Santa e a figura humana e o político e profissional que é. E hoje, nesta audiência pública, vimos aqui o Senador Zambiasi e o Senador Tuma, meu querido amigo e irmão, que são testemunhas do que é a psoríase e de todas suas conseqüências, como a discriminação, que afeta o dia-a-dia das pessoas.

Já que estamos fechando aqui esta reunião da Comissão de Educação, quero dizer que estou muito aliado e vou estar muito junto nesse trabalho que tem sido desenvolvido. É impressionante, Drª Gladis, a senhora, sozinha, com 56 mil. Imagina se fizermos uma articulação para operar no País como um todo...

Como estou inscrito hoje nesse debate na Comissão de Assuntos Sociais com o Ministro Humberto Costa, apesar de o assunto que está sendo tratado lá ser outro, vou fazer questão de registrar a necessidade de ele assinar essa portaria. Gostaria, Drª Luna, se possível, que a senhora pudesse nos subsidiar com as informações necessárias para uma complementação ou um aperfeiçoamento da ação do Ministério da Saúde. Estamos absolutamente à disposição. Eu, como Líder do PT no Senado Federal, encaminharia, com o maior prazer, não só um ofício no sentido de formalizar essa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse Senador é do PT por todos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador.

E, ao mesmo tempo, também conversaria diretamente com o Ministro Humberto Costa para que dés-

semos velocidade a esses aperfeiçoamentos de que a senhora muito bem falou aqui.

No mais, gostaria de agradecer as palavras amigas dos companheiros Senadores aqui. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho, pela dedicação e por acreditar, acima de tudo, na vida.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Com a palavra, o Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, são somente dois pontos, até para esclarecimento, porque, quando citei, talvez até por imprudência minha, o nome da medicação, posso ter dado a impressão a Drª Luna de que estaria induzindo à automedicação. E ela, com todo o cuidado, como médica e pesquisadora, alertou com a autoridade que tem para o problema da automedicação.

No meu caso, faço com acompanhamento médico, talvez por ser num grau ainda muito incipiente é que me foi sugerido e, mediante receituário, a medicação que ainda estou utilizando. Vou questionar meu médico.

Aliás, foi comentado aqui pela Gladis que, muitas vezes, o próprio médico ainda não tem formações suficientes do problema e fica evidente isso. Fica muito evidente. Por isso, o valor, Delcídio e Mão Santa, desta audiência pública, que não é só uma desinformação da população. Muitas vezes, lá ainda, no consultório médico, não há informações suficientes.

Quando a Gladys citou a questão das farmácias de manipulação, como conheço o trabalho dela, na realidade ela comentou aqui a disposição solidária de algumas farmácias, que, por serem de manipulação, não pertencem a grandes redes que, obviamente, não têm a sensibilidade do profissional, do farmacêutico, que é o responsável pela pequena farmácia.

Ela foi buscar na falta de distribuição de medicamento. Ela participou de uma campanha, encontrou em algumas farmácias pessoas que estão adotando doentes para receberem medicação. É basicamente isso. Com o cuidado agora e o alerta que a senhora colocou em terceiro, Delcídio, acho que devemos, sim, incorporar os demais medicamentos que já estão em uso na Europa. Não sabia que já está tão avançado assim, mas acho que não podemos atrasar a publicação da portaria, que venha com esses dois e, depois, com esse subsídio técnico, que a Doutora não está colocando, vamos trabalhar aqui com o Líder do Governo, com a Comissão de Educação, a Comissão de Saúde, enfim, com o Congresso, para que os demais medicamentos também sejam incluídos logo à frente.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Zambiasi. Gostaria de saber se algum dos expositores quer usar da palavra? Um minuto.

A SRª LUNA AZULAY ABULAFIA – Gostaria de dizer que estou totalmente disponível. Tenho o maior interesse, realmente, de poder levar adiante isso, para que o paciente seja atendido do remédio mais barato ao mais caro, que não haja exclusão, dependendo da indicação técnica.

Então, estou à disposição e muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Em nome da Comissão de Educação, agradeço a presença da Drª Gladys Martins, da Drª Luna Azulay, da Srª Gladis Lima, do Dr. Gilvan Ferreira e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2005.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral, Francisco Pereira e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa que, "Insere o art. 9°-A na Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre as anuidades escolares, para proibir que as instituições privadas de educação superior, requeiram dos candidatos informações de caráter econômico até a conclusão dos respectivos processos seletivos". O relator desig-

nado é o Senador José Jorge e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena que, "Determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS das transmissões da TV Senado nos termos da Lei nº 10.436, de 2002". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Hélio Costa, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, "Denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de 'Rodovia da Cultura Sergipana', identificando os respectivos trechos com os nomes de 'Rodovia Escritor Manoel Bufem'; 'Rodovia Escritor Gilberto Amado'; 'Rodovia Filósofo Tobias Barreto' e 'Rodovia Ensaísta Sílvio Romero'". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valmir Amaral que, "Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para substituir o ramo de fumo florido das Armas Nacionais, pela planta da cana-de-açúcar". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 066, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, "Cria a Comissão de Engenharia e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Senado Federal". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 08: Aditamento nº 04 ao Requerimento nº 002, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, requer: "... nos termos regimentais, sejam incluídos na lista de convidados relacionados no requerimento nº 02/04, de minha autoria, aprovado em 01/03/05, representante da Comissão Executiva do Programa de Educação Tutorial – CENAPET e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, para participar nesta Comissão, de audiência pública que irá discutir a Reforma Universitária". O requerimento é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1493, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer pelo sobrestamento do projeto na forma do requerimento oferecido é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 1493, de 2004 até que tenham sido dirimidas as dúvidas que pairam sobre a concorrência pública que dá origem à Portaria nº 450, de 28 de agosto de3 2003, do Ministério das Comunicações, que Outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindoretama, estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados". **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural a Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a per-

missão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 014, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1355, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1359, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cristal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1427, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1453, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1454, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paranapanema Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 051, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Tanabi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 091, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Costa Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 056, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Princesa do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 078, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 009, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Curvelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em média na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1415, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Creche Godiva Agostini da Matta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miradouro, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 060, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado

por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 098, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Ação Social São Francisco de Assis – ASFA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1331, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 082, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1451, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Rainha de Senhor do Bonfim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 018, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1295, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1290, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 054, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarussu, Estado do Mato Grosso do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1481, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Francisco Pereira e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1393, de**

2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1410, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Casa da Providência para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1422, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Resgate a Cultura do Rio das Traíras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trairi, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 1403, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Galante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 1269, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tianguá, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguarí – ACEPA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguarí, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – FUREU para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 751, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 955, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo – ACOBEU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador

Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 1448, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança, Estado do Pará.". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 016, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Santarém, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, o que é aprovado. Por motivo justificado o Senador Garibaldi Alves Filho se ausenta da reunião. **Extra-Pauta, Item Único: Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – enador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo **quorum**, iniciamos os trabalhos da 13ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje, 26 de abril de 2005, terça-feira.

Vamos iniciar com as propostas do PLS sobre as rádios comunitárias e, posteriormente, entraremos na pauta normal da Comissão.

Antes, porém, informo e justifico a ausência do Presidente na reunião da semana passada. Eu estive, até como único representante do Senado, não oficialmente, mas particularmente, ou seja, sem ônus para o Poder Público, participando da Feira Internacional de Mídia Eletrônica, nos Estados Unidos – rádio, televisão e internet. E até fiquei muito surpreso com a ausência do Senado oficialmente, ausência da Câmara dos Deputados, com a participação muito modesta do Ministério da Ciência e Tecnologia, nenhum representante do Ministério das Comunicações na mais importante feira mundial de rádio, televisão, cinema e internet, que se realizou nos Estados Unidos, na cidade de Las Vegas.

Todos os anos ela se realiza no Centro de Convenções de Las Vegas e, lamentavelmente, este ano pudemos ver a presença da mídia brasileira, que possivelmente era uma das maiores delegações, eu diria talvez a segunda mais importante delegação presente depois dos Estados Unidos, todos os continentes representados, exceto a Antártida evidentemente – os pingüins não estavam lá –, mas todos os outros continentes representados, todos os países que têm uma presença importante na mídia eletrônica estavam presentes e, lamentavelmente, oficialmente o Brasil não estava com uma representação do Congresso Nacional.

De qualquer forma, estou inteiramente à disposição para fazer um relato personalizado daquilo que foi discutido, notadamente com relação à TV digital, à integração digital. Estamos atrasadíssimos. Em julho agora, nos Estados Unidos e na Europa, começa a implantação da TV digital, da TV de alta definição e nós ainda estamos esperando uma comissão indicada pelo Palácio do Planalto para determinar como vai se discutir o assunto. Quer dizer, continuamos atrás, vamos ficar atrasados, na rabeira, por assim dizer, dessa discussão toda da integração digital, da TV digital, da TV de alta definição. Tudo isso já está sendo discutido como definido e nós ainda não temos sequer a definição do processo que vamos utilizar, o sistema que vamos usar – se é o americano, se é o europeu, se é o japonês, qual é o melhor para o Brasil, de que maneira devemos decidir isso.

Então, penso que devemos discutir esse assunto. Vou fazer um documento oficial, pedindo uma audiência pública sobre a integração pela TV digital, da implantação do sistema, da decisão sobre o sistema adotado. Temos que fazer essa discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, há uma preocupação também, e vejo que V. Exª já anuncia, que é o problema de como vamos enfrentar a legislação para os novos sistemas de transmissão de TV por celular e também por Internet. Quer dizer, vai mudar todo o sistema de transmissão de televisão no mundo, no Brasil também, e nossa lei ainda não alcançou essas duas novas fases. Quer dizer, uma

companhia telefônica é uma empresa transmissora de televisão? Onde está a permissão para isso?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Principalmente se ela for estrangeira. Ela não pode sequer transmitir imagem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O problema é que vamos ter que enfrentar o problema este ano.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Camata, foi discutido durante um dia inteiro por representantes do mundo inteiro a questão do 3G, que é exatamente o assunto de que V. Exª está falando, a transmissão seqüenciada de imagens via telefone. Foi assunto de um dia inteiro com as maiores autoridades mundiais. Por isso, estou reclamando da ausência do Ministério das Comunicações, do Governo, por assim dizer, nesta reunião de um dia inteiro. Não vi um representante do Governo brasileiro, então devemos ficar mais atentos nesse sentido.

Vamos, então, iniciar com os itens do Senador Reginaldo Duarte, Itens nº1 e nº 2 da pauta, dos projetos de lei do Senado sobre rádios comunitárias.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, na análise do PDS nº 1.493, de 2004, constata-se, pelo exame da documentação que instrui o processo, folhas 195 a 199, que a Rádio FM Serrote Ltda comunica o fato a esta Comissão de Educação, e, inconformada, insurge-se contra supostas atribuições praticadas pela Comissão Especial de Licitação da atual Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações no Processo nº 5365000691, de 2002, destinado à outorga de serviço de radiodifusão sonora de freqüência modulada na localidade de Pindoretama, Ceará.

Tal comunicado, como de praxe, desta Câmara alta, enseja providências no sentido de obtenção de esclarecimentos junto ao poder concedente ou de sentença final do Poder Judiciário.

Voto.

Diante do comunicado formal da interessada supramencionada e com o objetivo de evitar que o Legislativo aprecie ato de outorga de permissão fundada em procedimento licitatório que possa conter irregularidades insanáveis, propõe a Comissão de Educação o sobrestamento do PDS nº 1.493, de 2004, até que tenham sido dizimadas as dúvidas que pairam sobre a concorrência pública que dá origem à Portaria nº 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, no Estado do Ceará.

Sr. Presidente, o PDS nº 1.397, de 2004, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Ceará a executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, tem o meu relatório favorável. Isso, naturalmente, vai democratizar mais as ações do Governo do Estado do Ceará, como também da Assembléia Legislativa do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para relatar o Item nº 3.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2005, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, eu gostaria de, em rápida palavra, dizer que esta emissora é uma das mais antigas do interior de Pernambuco, pertence à Diocese de Petrolina e realiza um trabalho de alcance social muito grande. E, como se depreeende do parecer que apresento, a sua aprovação é algo que merece, posto que a referida rádio cumpriu todas as exigências feitas para que seja renovada a concessão.

É o meu parecer, favorável, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer do Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para relatar os Itens 7,8 e 9.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos Itens 7, 8 e 9 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar os Itens 10, 11, 12 e 13. São emissoras do Estado de São Paulo. Na seqüência, vou chamar o Senador Valdir Raupp para relatar o Item 6; imediatamente após, será o Senador José Jorge, com o Item 15.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – BA) – Item 10. Renovação da Rádio Atlântica de Santos. Favorável.

Item 11. Rádio Paranapanema, cidade de Piraju. Também favorável.

Item 12. Rádio Clube de Tanabi, da cidade de Tanabi, São Paulo. Também favorável.

Item 13. Rádio Costa Azul, para a cidade de Ubatuba. Também favorável. São esses itens que estão sob meu relatório. Todos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos aos próximos itens.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para relatar o Item 6.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Outorga a renovação da Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda. É uma emissora importante na cidade de Pimenta Bueno. Portanto, somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Na seqüência, o Senador Augusto Botelho, com os Itens 4 e 5 e, posteriormente, o Senador José Jorge.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2004. Aprova ato que renova a permissão outorgada à rede de radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Autoria do Poder Executivo, parecer favorável.

Item 6. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2005. Aprova ato que outorgada à Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia. Parecer favorável. Relatoria do Senador Valdir Raupp.

Item 5. Projeto nº 440, de 2004. Aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de Irunepê executar os serviços de radiodifusão na cidade de Irunepê, Estado do Amazonas.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Augusto Botelho. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. Item 15.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL- PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item 15 é terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2005. Aprova ato que renova a concessão da JMB Empreendimentos Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz do Capiberibe, no Estado de Pernambuco. Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador José Jorge. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo Item 16, do Senador Aelton Freitas e, posteriormente, o Senador Sérgio Zambiasi, com o Item 14.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, tendo em vista, o PDS nº 9 de 2005, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Clube de Curvelo Ltda. na cidade de Curvelo, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item, Senador Sérgio Zambiasi e, posteriormente, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente Hélio Costa, Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2005, aprova ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Princesa do Sul para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria do Poder Executivo. Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do ato que autoriza a Creche Godiva Agostini da Matta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miradouro, em Minas Gerais.

O parecer é favorável, não havendo nenhum óbice a essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª relata os Itens 17, 18 e 19, não é?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim.

O Item 18 trata do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar serviço de rádio comunitária na cidade de Antônio Dias, em Minas Gerais. O parecer também é favorável.

O Item 19 é referente ao ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade FM, na cidade de Bela

Vista de Minas, no sul de Minas Gerais... Também o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passaremos aos próximos itens.

Item 20, relatado pelo Senador Gerson Camata. Posteriormente, o Item 22 é relatado pela Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Fundação Roberto Rabello, na cidade de Vila Velha. O processo é regular. Peço a aprovação.

Vila Velha foi a primeira capital do Espírito Santo, até 1540. A primeira governante feminina do Novo Mundo, Luíza Grimaldi, governou Espírito Santo, naquela época, durante três anos, na cidade Vila Velha, onde se situa a Fundação Roberto Rabello.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

A Senadora Fátima Cleide relata o Item 22.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.331, de 2004, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Irecê, no Estado da Bahia. Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório da Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho, para poder relatar os Itens de 38 a 44, que são cidades do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em votação os Itens de 38 a 44, com relatoria do Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Os Itens 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44 são referentes à cidade de Araguari, Uberaba, Serra do Salitre, Cidade de Chácara, Monte Alegre de Minas, Divinópolis e Caratinga. Essas são as cidades contempladas com a instalação de rádios comunitárias previstas nesses projetos. Trata-se de cidades importantíssimas de Minas Gerais. Todos os relatórios são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passo a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Peço a inclusão extrapauta do PDS nº 126, de 2005, ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora na freqüência modulada, na cidade de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais. Estão de acordo as Srªs e os Srs. Senadores? (Pausa.)

Vamos colocá-lo em votação.

Para tanto, em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, passamos ao próximo item.

Vamos indicar agora os relatores **ad hoc**, para que possamos continuar apresentando os projetos sobre as rádios comunitárias.

Inicialmente, peço a Senadora Fátima Cleide que relate o Item 21, cuja relatora é a Senadora Ideli Salvatti. A Senadora Fátima Cleide foi designada relatora **ad hoc**.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Ação Social São Francisco de Assis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina. O parecer da Senadora Ideli Salvatti é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Sérgio Zambiasi que relate, como Relator **ad hoc,** o Item 23, na ausência do Senador Marcelo Crivella.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Sr Presidente.

Item 23. Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

O parecer do Relator, Senador Marcelo Crivella, é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi, em nome do Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Papaléo Paes que relate os Itens 26 e 27, relativos a projetos de lei do Senado, constantes da pauta.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Nos dois itens, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao Item 31. O Relator é o Senador Francisco Pereira, que, encontrando-se presente, fará a leitura do seu relatório.

Tem a palavra o Senador Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Sr Presidente, o PS 1.481, de 2004, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Formação da Câmara dos Deputados.

É uma ementa, em caráter terminativo, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Roberto Rabelo de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo.

O relatório, resumido, é o seguinte:

A Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações do Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e na CCJ daquela Casa o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise

Tal proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios constitucionais. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o dispositivo da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do ato em que se renova a concessão da Fundação Roberto Rabelo de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Francisco Pereira. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Papaléo Paes que, como Relator **ad hoc**, represente o Senador Garibaldi Alves Filho nos Itens 28 e 29.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, nos Itens 28 e 29 o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço à Senadora Patrícia Saboya Gomes que aproveite a oportunidade e já relate os Itens 32, 33 e 34

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório que fizemos do Item 32 refere-se ao Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.

O parecer é favorável.

O SR PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio para relatar os Itens 45 e 46.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu pretendia pedir vista do projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes, mas, como V. Exª pediu, não vou fazê-lo e acompanharei a votação.

O Item 45, Senador Hélio Costa, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.448, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá a executar serviço de radiodifusão.

O parecer é favorável.

O Item 46 também trata do Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém Ltda. para a exploração de serviço de radiodifusão.

O parecer também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os pareceres apresentados pelo ilustre Presidente

da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Voltarei à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que deveria relatar três itens, mas relatou apenas um, o Item 32. Portanto, V. Exª precisa relatar os Itens 33 e 34, também do glorioso Estado do Ceará.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Agradeço a atenção do Senador Luiz Otávio.

O Item 33 aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Casa Providência para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará.

O parecer também é favorável.

Sr. Presidente, posso ler o Item 34?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – O Item 34 aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Resgate a Cultura do Rio das Traíras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trairi, Estado do Ceará.

O parecer também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os pareceres apresentados pela Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Pedirei ao Senador Paulo Paim que se prepare para a apresentação **ad hoc** dos relatórios dos Itens 35, 36 e 37. O Item 35 é do Senador Edison Lobão, o Item 36 é do Senador José Maranhão e o Item 37 é do Senador Tasso Jereissati. Posteriormente, pedirei à Senadora Maria do Carmo Alves que relate os Itens 24 e 25 – Item 24 do Senador Demóstenes Torres e Item 25 do Senador Maguito Vilela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004, aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.

O parecer é favorável.

O Item 36 aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Galante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O parecer também é favorável.

O Item 37 aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tianguá, Estado do Ceará.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os pareceres apresentados pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item. Inverterei a ordem e pedirei à Senadora Maria do Carmo Alves que relate o Item 30, destinado ao Senador Delcídio Amaral, para que a Senadora Lúcia Vânia possa relatar os itens do Estado de Goiás.

Senadora Maria do Carmo Alves, Item nº 30.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, o Item nº 30 trata do ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaraçu, Estado de Mato Grosso do Sul.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, passaremos aos próximos itens.

Peço então à Senadora Lúcia Vânia, como relatora **ad hoc**, que relate o Item nº 24, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e o Item nº 25, de autoria do Senador Maguito Vilela, ambos do Estado de Goiás.

O SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O Item nº 24 trata da aprovação do ato de outorga à empresa de Telecomunicações Góes Ltda. O projeto em tela é pela aprovação.

O Item nº 25 trata da Associação Comunitária Santa Luzia, de Aparecida de Goiás. Pela aprovação.

Gostaria de dizer que estou relatando, como Relatora **ad hoc**, um projeto dos companheiros do meu Estado de Goiás, Senadores Maguito Vilela e Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os relatórios apresentados pela Relatora **ad hoc**, Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos proceder à votação de todos os itens cujos relatórios foram apresentados, com exceção do Item nº 1, que é terminativo. Trata-se de um Projeto de Lei do Legislativo que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, no Estado do Ceará.

O parecer do Relator, Senador Reginaldo Duarte, é pelo sobrestamento do projeto.

Em votação todos os outros pareceres apresentados nesta manhã.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovados, portanto, todos os relatórios apresentados.

Pergunto ao plenário se mantém o mesmo voto para as emendas apresentadas. (Pausa)

Aprovadas todas as emendas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agora, vamos voltar ao Item nº 1, que é exatamente a votação pelo sobrestamento, conforme sugere o Senador Reginaldo Duarte, Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.493/2004, que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda.

Já foi relatado, portanto é apenas um voto.

A chamada será nominal. Vamos votar o sobrestamento do Item 1, como proposto pelo Relator, Senador Reginaldo Duarte.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovado, portanto, o parecer do Senador Reginaldo Duarte pelo sobrestamento do Item 1, Projeto de Decreto Legislativo nº 1.493, de 2004.

Agora vamos à pauta ordinária de projetos de lei apresentada para a reunião desta manhã.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, requeiro a inclusão na pauta extra do projeto que autoriza a criação da Universidade Federal de São Mateus, cujo Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, encontra-se presente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Coloco em votação, portanto, a solicitação do Senador Gerson Camata para inclusão na pauta extra do Item 331, de 2004.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 1.

O autor, Senador Aloizio Mercadante, está ausente. O Senador Roberto Saturnino é o Relator. Mas como estamos na segunda apresentação da proposta no Plenário, só na próxima reunião poderemos votar a matéria, com a presença do Relator.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 298, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, vou sugerir ao relator, que não está presente, uma emenda a esse projeto, que considero maravilhoso e muito importante. Teria que ser assim: construção e manutenção de salas de cinema providas de palco. Elas serviriam para espetáculos cinematográficos, porque normalmente são de uma indústria americana ou européia. Além disso, quando essas companhias teatrais visitarem as cidades, elas poderão se apresentar. Ou poderão surgir pequenas companhias teatrais que se apresentem naquela cidade de 50 mil habitantes. Creio que seria muito bom.

O projeto é excelente, a idéia do Senador Aloizio Mercadante é maravilhosa, mas poderia acrescentar "construção e manutenção de salas de cinemas providas de palco em municípios com menos de 100 mil habitantes". Isso melhoraria um pouco o projeto espetacular do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Gerson Camata, durante a discussão...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Vou procurar o Senador e sugerir que seja colocada uma emenda do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem.

Durante a discussão do projeto, eu e o Senador Cristovam Buarque, que estava presente, fizemos o mesmo comentário, relacionado exatamente com a posição que V. Exª aborda sobre a inclusão da palavra "teatro" no projeto. E o Senador Cristovam Buarque apresentou uma emenda, que está fazendo parte dos autos, o art. 18, § 3º, "h", que diz: "Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de 100 mil habitantes". É exatamente o que V. Exª está propondo e que já está contemplado com a emenda do Senador Cristovam Buarque.

Na próxima semana, portanto, colocaremos em pauta de votação o projeto de lei que, conforme disse V. Exª, é um ótimo projeto que vem, possivelmente, resolver um dos gravíssimos problemas culturais existentes no interior do País.

Item nº 2. Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004, que insere o art. 9º, "a", na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre as anuidades escolares, para proibir que as instituições privadas de educação superior requeiram dos candidatos informações de caráter econômico, até a conclusão dos respectivos processos seletivos.

A autoria é do Senador Duciomar Costa. O Relator é o Senador José Jorge, que deverá retornar à Comissão para relatar a matéria. S Exª já foi chamado e deverá chegar brevemente.

Passaremos ao Item nº 3. Quando o Senador José Jorge chegar, voltaremos à discussão.

Item nº 3. Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2005, que determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, das transmissões da TV Senado, nos termos da Lei nº 10.436, de 2002. A autora é a Senadora Heloísa Helena. O Relator é o Senador Aelton Freitas. O parecer é favorável, com a emenda oferecida.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta estabelece que as transmissões pela TV Senado das sessões plenárias e das reuniões das comissões do Senado Federal deverão ser realizadas com a interpretação para a Libras.

A Senadora Heloísa Helena afirma que a edição da Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, é fato de relevância para assegurar a acessibilidade da pessoa surda à informação.

A adoção da Libras representará uma contribuição fundamental para a TV Senado para definir e implementar essa língua nos diferentes espaços públicos, especialmente nos meios de comunicação social.

Manifestamo-nos, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto em análise, que necessita, contudo, de pequena modificação em seu artigo 2º, a fim de corrigir a espécie normativa de que trata a cláusula de vigência.

Fazemos a correspondente correção sob a forma da emenda oferecida ao fim do presente relatório.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2005, com a seguinte emenda: "Dê-se ao art. 2º, do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2005, a seguinte redação...".

Portanto, somos pela aprovação e pedimos o apoiamento dos nobres colegas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Gostaria de fazer uma observação, Senador Paulo Paim, até porque pretendo pedir vistas do projeto. Mas, antes de apresentar o pedido de vistas, farei uma sugestão ao ilustre Senador Aelton Freitas.

Estive envolvido no processo de comunicação durante toda minha vida, e tenho a maior sensibilidade pela questão de os deficientes auditivos acompanharem os programas de televisão.

Fico, no entanto, preocupado na medida em que o projeto de lei da Senadora Heloísa Helena – que lamentavelmente não está presente para que possa fazer a contestação do que vou dizer – não tenha observado um item importante da própria lei assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 24 de abril de 2002. O parágrafo único da Lei nº 10.436, que S. Exª cita no projeto, dispõe: "A Língua Brasileira de Sinais — Libras, não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa". Observem onde vamos encontrar a incongruência da lei. É que, na medida em que a TV Senado tem, há dois, três meses, incluído um procedimento eletrônico extremamente moderno, que é o que nós chamamos, em inglês, de *closed captions*, ou legendas encapsuladas, e que faz o acompanhamento em tempo real da fala do Senador, ou seja, você, em casa, aciona um botãozinho no seu aparelho de televisão e automaticamente começa a receber as legendas do discurso do Senador, mesmo que ele esteja falando ao vivo da tribuna do Senado Federal. É uma das mais importantes inovações eletrônicas da mídia em televisão.

A proposta da Senadora Heloísa Helena fazia sentido enquanto não havia o *closed captions*, a legenda encapsulada. Na medida em que existe a legenda encapsulada, a proposta de S. Exª não pode sequer ser aprovada, porque ela fere a própria lei, que diz que a língua portuguesa não pode ser substituída. Se a legenda encapsulada é em português, inclusive ao vivo, evidentemente que não se pode aprovar essa lei.

Então, para evitar que aprovemos uma lei que está atrasada – na realidade estamos atrasados no processo, hoje existem processos modernos de se fazer o acompanhamento pelo deficiente visual, ele pode ler o texto, inclusive oral – vou pedir vista do processo para que o relator possa conversar com a Senadora Heloísa Helena e encontrar uma fórmula, até porque se pode adaptar o texto e dizer "desde que a emissora não tenha um procedimento eletrônico mais moderno", que é o *closed captions*. Se ela não tiver o procedimento, então tem que incluir a leitura Libras, mas tendo o *closed captions*, a leitura encapsulada, evidentemente que é dispensável a apresentação gráfica das palavras.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim. Espero que não tenha tirado de V. Exª os argumentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª sempre me tira os argumentos, pela capacidade e pela firmeza como defende suas posições. V. Exª sabe que eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, esse tema também lá é tratado, e, naturalmente, aqui eu ia defender a proposta da Senadora Heloísa Helena, muito bem relatada pelo Senador Aelton Freitas.

Mas como V. Exª vai pedir vista – entendo que V. Exª não é contra o projeto, foi esse o meu entendimento, mas está buscando uma outra alternativa, desde que, enfim, não haja possibilidade, aí temos que ter a língua de sinais –, por isso vou aguardar para fazer o

debate no momento adequado, respeitando a emenda que V. Exª apresentará, que, no meu entendimento, pode, inclusive, complementar o projeto, que considero uma bela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão. (Pausa.)

Fico com meu pedido de vista e apresento a V. Exª a sugestão de se incluir uma emenda no relatório do Senador Aelton Freitas, estipulando "desde que a emissora não tenha o procedimento das legendas encapsuladas".

Vamos ao Item 2, pois já está presente o Senador José Jorge, que é o Relator do Projeto de Lei do Senado nº 284, de autoria do Senador Duciomar Costa, que insere no art. 9º, "a", na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre as anuidades escolares para proibir que as instituições privadas de educação superior requeiram dos candidatos informações de caráter econômico até a conclusão dos respectivos processos seletivo ou – é bom traduzir esse processo seletivo – vestibular, o bom e conhecido vestibular.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o relatório:

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 284, de 2004, de iniciativa do Senador Duciomar Costa, com o fim de incluir artigo na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre anuidades escolares e outros aspectos relacionados a estabelecimentos particulares de ensino.

Nos termos da proposição, fica vedado a instituições privadas de educação superior investigar, antes da conclusão do processo seletivo, as condições econômicas de candidatos às vagas por elas oferecidas.

Na justificação do projeto, o autor lembra que o processo seletivo, qualquer que seja o formato adotado pela instituição, tem por fim avaliar a capacidade dos candidatos à educação superior, configurando afronta ao princípio da igualdade e de condições de acesso o favorecimento de candidatos que demonstrem melhores condições socioeconômicas.

Encaminhada à Comissão de Educação, a proposição não recebeu emendas.

Análise.

As estatísticas da educação superior no Brasil dão conta de que a oferta de vagas, sobretudo gratuita, tem sido insuficiente para cobrir a demanda por esse nível de ensino.

Tal situação constitui visível ofensa ao princípio da garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino aos que demonstram capacidade para tanto, esculpido no art. 208, V, da Constituição Federal. De certo, a capacidade em alusão está relacionada ao domínio cognitivo, devendo espelhar, pois, preparação intelectual adequada para o prosseguimento de estudos em nível superior.

Contudo, diante da constatação da falta de vagas para todos os estudantes considerados aptos, os processos seletivos, geralmente do tipo vestibular, vêm se prestando escolher os candidatos supostamente mais "capazes".

Com isso, muitos estudantes egressos de estabelecimentos públicos de ensino médio, que conseguem alcançar escores mínimos aceitáveis para aprovação, não logram classificação entre as vagas, formando assim um excedente. Daí o entendimento predominante entre os críticos do vestibular de que esse modelo de seleção, ao tempo em que privilegia estudantes oriundos de boas escolas de ensino médio, impede aquele socialmente menos favorecidos do recurso da iniciativa privada, segmento onde vem ocorrendo sistematicamente sobra de vaga em diversos cursos.

Essa ociosidade de vagas nas instituições privadas de ensino superior soa, à primeira vista, como garantia de vaga aos estudantes excluídos da educação superior pública e que dispõe de capacidade de desembolso compatível com as anuidades escolares cobradas. No entanto, as instituições particulares também adotam processo seletivo destinado a segregar os candidatos "mais capazes".

A propósito, tem-se atribuído às instituições privadas, **stricto sensu,** adoção de critérios de seleção que ultrapassem a aferição da capacidade intelectual e alcancem as condições socioeconômicas dos candidatos para garantir, senão maximizar, a lucratividade desse estabelecimento de ensino. Vê-se, pois, que o interesse econômico nesse caso sobrepuja a preocupação com a igualdade das condições para o acesso do ensino, previsto no art. 206, item I, da Constituição Federal.

Tal prática a se confirmar afigura-se inaceitável, pois consubstancia processo sumário de exclusão de estudante socialmente menos favorecido, ainda mais perverso do que o tradicional vestibular, aplicado pelas universidades públicas.

Com efeito, o método da iniciativa em exame reside em prevenir, quiçá interromper, a ocorrência de situações atentatórias quanto às normas gerais que conformam a educação nacional, às quais se sujeita, nos termos do art. 209, item I, da Constituição Federal, todos os estabelecimentos privados autorizados a ministrar o ensino.

Voto.

Por todo o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004.

É o parecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra a V. Exª para iniciar a discussão da proposta e, em seguida, a concederei ao Senador Paulo Paim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, quero louvar não só a preocupação do autor do projeto como a do eminente Senador José Jorge ao proferir o parecer.

No entanto, permita-me Senador José Jorge, requerer vista do projeto para apresentar uma emenda. Entendo que a legislação deve proibir que as empresas requeiram – chamo de empresas os estabelecimentos de educação superior privada – dos candidatos informações acerca de sua condição econômica, em qualquer momento, no curso do processo de seleção, após a matrícula, seja em que momento for. A emenda que pretendo apresentar é neste sentido, porque entendo que, em qualquer momento, essa solicitação, essa exigência traduz segregação, discriminação e preconceito contra pessoas que hoje possuem vários outros mecanismos de financiamento do seu curso superior.

Portanto, com a devida vênia do Senador José Jorge, quero requerer vista do projeto para apresentar emenda no sentido de proibir essa verificação em qualquer momento, em qualquer circunstância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como foi pedido vista, cumprimento o autor, Senador Duciomar Costa, pela iniciativa, e também o Senador José Jorge pelo relatório.

Entendo a posição do nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, que quer ainda ser mais rígido contra aquilo que existe hoje, que é uma discriminação social.

A iniciativa, então, tem o nosso apoio total. Entendo que o Senador Geraldo Mesquita Júnior quer aprofundar ainda o debate, para não permitir, em nenhuma hipótese, que seja usado tipo um SPC para o aluno ter direito a estudar.

Meus cumprimentos ao relator e também ao autor da proposta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero dizer a V. Exª e aos demais Senadores que é válida a preocupação do Senador Geraldo Mesquita. S. Exª pedindo vista, apresenta a emenda. Vou analisar esse aspecto da questão que, na realidade, não analisei. Limitei-me à proposta feita pelo Senador Duciomar Costa. Mas, agora, se S. Exª apresentar a emenda, como vai apresentar, já disse que vai, vou analisar se há outras implicações; se não, daremos parecer proximamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita.

Vamos ao próximo item.

Item 04. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004, denomina a BR-101 do Estado de Sergipe de Rodovia da Cultura Sergipana, identificando os respectivos trechos com os nomes de Rodovia Escritor Manoel Bonfim, Rodovia Escritor Gilberto Amado, Rodovia Filósofo Tobias Barreto e Rodovia Ensaísta Sílvio Romero. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião para a apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, pretende dar ao trecho da rodovia BR-101, situada no Estado de Sergipe, a denominação geral Rodovia da Cultura Sergipana e aos quatro subtrechos que a compõem as seguintes denominações específicas: Rodovia Escritor Manoel Bonfim para o subtrecho compreendido entre a divisa com o Estado da Bahia e a localidade de Estância; Rodovia Escritor Gilberto Amado ao subtrecho compreendido entre Estância e Aracaju; Rodovia Filósofo Tobias Barreto ao subtrecho entre Aracaju e Japaratuba, e Rodovia Ensaísta Sílvio Romero entre Japaratuba e Propriá.

A justificação apresentada registra aspecto da biografia dos homenageados, todos ilustres filhos de Sergipe e nomes de relevo no panorama das letras da cultura nacional.

O primeiro deles é Manoel Bonfim, ensaísta, médico e professor, nascido em Aracaju e falecido no Rio de Janeiro. Escreveu, em parceria com Olavo Bilac, livros didáticos destinados ao ensino fundamental.

O segundo é Gilberto Amado, jornalista, político, professor, poeta, ensaísta, cronista, romancista e memorialista, nascido em Estância e falecido no Rio de Janeiro. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, exerceu os mandatos de Deputado Federal e de Senador. Como diplomata, participou da fundação das Nações Unidas e é autor de importantes estudos de Direito Internacional.

O terceiro, Tobias Barreto, nasceu na Vila de Campos, em Sergipe e morreu em Recife. Foi poeta, orador

e Deputado provincial. Sua maior consagração deu-se no campo da filosofia, qualificação que lhe valeu a escolha para patrono da cadeira de nº 38 da Academia Brasileira de Letras.

O último homenageado é Sílvio Romero, professor, crítico, ensaísta, folclorista, polemista e historiador. Nascido em Lagarto e falecido no Rio de Janeiro, exerceu os cargos de Deputado provincial, Deputado Federal, promotor e juiz.

O projeto tem amparo legal na Constituição Federal. Portanto, além de constitucional e jurídico, é aceitável quanto ao mérito, mas há algumas ressalvas, em razão de algumas impropriedades nele existentes.

A primeira ressalva refere-se à duplicidade de denominações criada pelo próprio projeto, que superpõe uma denominação geral, aplicável a toda extensão da BR 101 no Estado, a denominações específicas a serem dadas aos subtrechos indicados. Assim, o projeto compromete a perfeita identificação de componentes da malha rodoviária federal.

Ademais, a designação Rodovia da Cultura Sergipana não é compatível com as possibilidades previstas em lei, restritas a fatos históricos e pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à Nação ou à Humanidade.

Além do conflito estabelecido internamente, detectou-se que o projeto colide com disposição legal preexistente, e nisso reside a segunda ressalva que fazemos. Trata-se da Lei nº 10.292, de 2001, que atribui à BR-101 em toda a sua extensão a denominação Rodovia Mário Covas. Para sanar os problemas identificados, apresentei um substitutivo que, na seqüência desse parecer, introduz as seguintes alterações no projeto original:

Para evitar a superposição de denominações entre o trecho e subtrechos, elimina-se a proposta de uma designação geral a ser atribuída a todo o trecho sergipano da BR-101. E, para evitar conflitos com a lei preexistente sem, todavia, ter que revogá-la, promove-se a sua alteração na tentativa de conciliar as diversas denominações ali incluídas que se encontram em vigor e aquela que ora se pretende atribuir, desde que aplicadas a trechos distintos da rodovia.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do projeto, na forma do seguinte:

Atribui à Rodovia BR-101 as denominações que especifica:

Art. 1º – A Rodovia BR-101 fica denominada Rodovia Governador Mário Covas, excetuado o trecho situado no Estado de Sergipe, que passa a ter as seguintes denominações:

I – Rodovia Ensaísta Sílvio Romero, no subtrecho compreendido entre Propriá e Japaratuba;

II – Rodovia Filósofo Tobias Barreto, no subtrecho compreendido entre Japaratuba e Aracaju;

III – Rodovia Escritor Gilberto Amado, no subtrecho compreendido entre Aracaju e Estância;

IV – Rodovia Escritor Manuel Bonfim, no subtrecho compreendido entre Estância e Cristinápolis, divisa com o Estado da Bahia.

É o que apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu conversava aqui com o Senador Sérgio Zambiasi, e dizia para S. Exª que, quando era Deputado Federal, tentei mudar o nome da chamada estrada *freeway* que leva ao mar e quis colocar o nome de Rodovia Luís Carlos Prestes, uma homenagem a sua história. Infelizmente, fui derrotado com um número expressivo de votos.

Por isso, cumprimento essa iniciativa que valoriza grandes homens públicos do Estado, principalmente pelo vínculo que noto aqui, não somente por fatos históricos, mas também pelo compromisso com o social, pois entendo que Luís Carlos Prestes tinha também essa característica. Aproveito o momento para lamentar que parte de uma rodovia lá do Rio Grande não se chame Luís Carlos Prestes.

Parabéns à autora e à relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão o substitutivo apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Muito bem. Então, não havendo quem queira mais discutir o substitutivo, é importante ressaltar que, aprovado o substitutivo da Senadora, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, conforme dissemos anteriormente, nos termos do disposto no art. 282 c/c o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

Em votação o substitutivo.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovado, portanto, o substitutivo da Senadora Maria do Carmo Alves, que vai para a votação em turno complementar na próxima sessão.

Vamos agora ao próximo item, o de nº5, terminativo: Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. A autoria é do Senador

Gerson Camata. O relator era o Senador João Batista Motta, suplente do Senador Camata, que voltou para o Estado do Espírito Santo para assumir as suas funções normais.

O Relator abre mão para que o Relator **ad hoc,** Senador Edison Lobão, possa apresentar o relatório do Senador João Batista Motta. Portanto, com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 362, em seu art. 1º, concede ao Poder Executivo autorização para que seja criada a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. O art.2º da proposta determina que a referida escola técnica será uma instituição de ensino médio profissionalizante destinada à formação de técnicos para atender às necessidades sócio-econômicas do setor petroquímico da região. Já o art.3º dispõe que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor da iniciativa destaca a importância do Município de Cachoeiro do Itapemirim para o desenvolvimento do sul do Estado do Espírito Santo. Aponta, também, o caráter estratégico da educação tecnológica para as políticas públicas, bem como a importância da rede de escolas técnicas no aperfeiçoamento da mão-de-obra em um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Por fim, a título de contribuição, lista uma série de cursos que poderiam ser oferecidos pela escola cuja criação é autorizada.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004, acolhida a emenda a seguir.

Emenda da Comissão de Educação: "Dê-se ao art.2º do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004, a seguinte redação: A Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores com o fim de atender às necessidades do setor petroquímico".

Esse é o parecer, o voto e a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa).

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, com muita satisfação, cumprimento o Senador Gerson Camata, o Senador Edison Lobão, que foi o Relator **ad hoc,** e o Senador João Batista Motta.

A matéria em exame trata de uma questão de fundo. Eu sou inteiramente favorável a que neste País haja, no mínimo, o dobro de escolas técnicas que temos hoje. Entendo que a formação secundária do nosso povo, dessa juventude que está aí e que não tem opção, pode passar pelas escolas técnicas. Sempre dou exemplo de que, se cheguei ao Senado da República, devo muito ao Senai, que é uma escola técnica. O Presidente Lula também passou por aquela escola. Sou totalmente a favor.

Penso que deveríamos aprofundar mais esse debate, inclusive na Comissão de Educação. Gostaria de propor a V. Exª a realização de uma audiência pública só para debater a realidade das escolas técnicas e como poderemos, inclusive, ampliá-las, sendo o caminho para a recuperação da nossa juventude.

Parabéns pela iniciativa do Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua a discussão. (Pausa.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Quero parabenizar o Senador Gerson Camata pela a sua atuação nesse projeto. Como sempre, tem sido um homem voltado para os grandes projetos do Espírito Santo. Este é um projeto de grande magnitude. Gostaria de sugerir ao Senador Gerson Camata que, no futuro, quando for instalado esse projeto, da escola técnica em funcionamento, haja uma extensão para o Norte, que é hoje o maior centro de petróleo do nosso Estado.

Sensibilizo-me ao ver como o Senador Gerson Camata tem sido um homem bem atuante em nosso Estado, com uma grande representação aqui no Senado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Francisco Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero dar os parabéns ao Senador Gerson Camata pela sua feliz idéia, mais ainda porque ele não propõe a criação de qualquer escola técnica, que já seria algo importante, como disse o Senador Paulo Paim, mas dentro do contexto, da realidade e da necessidade da economia do seu Estado. Creio até que isso deveria constituir-se, a título de sugestão ao próprio Ministério da Educação, numa política nacional.

No meu Estado, por exemplo, temos algumas matérias-primas – borracha, madeira etc – e o ideal é que também fizéssemos, como propõe o Senador Gerson Camata, a instalação de escolas técnicas naquela região para a preparação de profissionais que possam atuar no trato, no beneficiamento de tais matérias-primas.

Essa é a realidade de todo o nosso País. Em cada Estado temos uma realidade de forma diferenciada. Quero louvar a iniciativa do Senador Gerson Camata, porque ele não propõe exatamente a instalação de uma escola técnica, mas esta poderá constituir-se em um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do seu Estado, adequando essa iniciativa à realidade do seu Estado, o que deveria constituir-se, de fato, numa política nacional de instalação, como disse o Senador Paulo Paim, de dezenas e dezenas de escolas técnicas. Talvez aí resida um dos nossos maiores problemas, no tocante ao nosso próprio desenvolvimento social e econômico.

Mais uma vez, felicito o Senador Gerson Camata e espero que este Projeto seja aprovado nesta Comissão por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 1964, havia, no Brasil, matriculados 100.000 estudantes universitários. Hoje, são milhões e milhões de estudantes universitários. São jovens brasileiros que saem das suas universidades e acabam por não encontrar um trabalho à altura da sua formação, mas nos faltam estudantes de escolas técnicas, porque elas não existem em número suficiente. Temos uma base no Ensino de Primeiro Grau numerosa, e, no topo da pirâmide, os estudantes universitários. O meio da pirâmide está vazio.

O Senador Gerson Camata foi governador, assim como eu. No período em que fui governador, instalei uma escola técnica de primeira grandeza no Estado do Maranhão, que hoje matricula 12 mil alunos. Uma escola que tem 120 salas de aula. É talvez a melhor escola do Norte e Nordeste brasileiro. Os alunos ali formados vão para a universidade e não passam por cursinho, de tão bom é o ensino que ali se ministra. O aluno cursa o 2º Grau – é uma escola técnica – e, em seguida, entra nas oficinas profissionalizantes. O que tem ocorrido é que os estudantes saem da escola com emprego garantido. É o que propõe o Senador Gerson Camata.

E o Senador Geraldo Mesquita nos adverte para o dever, até institucional, do Governo de espalhar escolas técnicas como essa pelo País inteiro.

Senador Gerson Camata, cumprimento V. Exª por sua iniciativa oportuna. Oxalá possam medrar iniciativas dessa natureza e que escolas técnicas sejam instaladas em grande número, servindo basicamente ao nosso País.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra, para discutir, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Em primeiro lugar, gostaria também de me associar a todos os Senadores que aqui louvaram a iniciativa do Senador Gerson Camata. Acredito que S. Exª deu o exemplo prático daquilo que se propõe o PROEP. Infelizmente, grande parte dos nossos governadores não está entendendo que, para que uma escola técnica, como foi colocado pelo Senador Geraldo Mesquita, possa realmente cumprir o seu papel, é necessário que ela seja colocada numa região onde possa qualificar aquilo que é a vocação da própria região.

Portanto, o projeto é louvável por criar uma escola técnica que, sem dúvida, influenciará toda a região e atenderá um dos princípios básicos do PROEP, que infelizmente não tem dado certo por não os políticos e os governadores, de maneira geral, não entenderem a importância de considerar a vocação de cada região.

Portanto, meus cumprimentos pelo projeto. Cumprimento o Senador Edison Lobão pela relatoria **ah doc**, e o Senador João Batista Motta pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, quero agradecer ao Relator **ah doc**, Senador Edison Lobão, e dizer porque apresentei o projeto. O Espírito Santo começou agora a indústria de petróleo. Somos a segunda maior província petrolífera do Brasil, e a auto-suficiência de petróleo virá pelo território do Estado do Espírito Santo.

E o que começou a acontecer? Como é uma coisa muito rápida, começaram a aparecer técnicos vindo da Escócia, da Suécia, da Inglaterra, da Noruega, que trabalham nas operações de plataforma. Existem mais de 40 empresas atuando no litoral do Estado, *ships suppliers*, *bolds suppliers*, toda aquela preparação das químicas, aquelas lamas químicas de perfuração, todos esses técnicos estão vindo de fora, porque não deu tempo de formar aqui.

É importante ter uma escola, pois essa indústria vai longe, o Brasil vai atingir auto-suficiência. Encontrei com o José Eduardo outro dia, que disse que ele é um homem de extrema sorte, pois a Petrobrás al-

cançará auto-suficiência de petróleo em sua direção. É um pé quente.

Então, se não prepararmos a nossa mão-de-obra, vamos importar uma mão-de-obra muito bem remunerada, que está indo para a mão de gente que está vindo de fora – bem-vindos, estão nos ensinando. Mas, depois, é bom que eles voltem para seus países para se aposentar, pois saberemos fazer muito bem o trabalho com a mão-de-obra preparada pelas nossas escolas que começam a ser instaladas. Essa seria a primeira escola de petróleo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Antes de iniciar a votação, quero também cumprimentar o Senador Gerson Camata. É evidente que um Senador sensível aos problemas e aos progressos do seu Estado, que ajudou a construir, só poderia ter uma idéia brilhante como essa.

E, sobretudo, vejo que a proposta do Senador Gerson Camata vem na esteira de sucessos anteriores, quando uma escola se destinou especificamente a um estudo. O exemplo típico não é uma escola técnica, mas é uma universidade de Minas Gerais, que é a Escola de Minas e Metalurgia de Minas Gerais e a de eletrônica, no nosso sul de Minas. Essas escolas todas tiveram sucesso absoluto, exatamente porque foram endereçadas para um estudo específico que tinha uma grande importância no momento para o desenvolvimento econômico da região, do Estado ou do País.

Evidentemente que o Brasil, chegando à auto-suficiência de petróleo, mediante o que se faz hoje na exploração do petróleo na bacia toda do Estado do Espírito Santo, vai contribuir para preparar esses técnicos. Caso contrário, conforme disse V. Exª, estaremos criando empregos específicos para estrangeiros que vão continuar aportando no Brasil com salários maravilhosos, quando na realidade podemos preparar o nosso jovem para executar essa...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E aquela escola de Minas, de Lavras, puxou para lá a fábrica de helicópteros e hoje o Brasil é o segundo maior produtor do mundo de transmissores de rádio e televisão. Começou lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sem dúvida, na verdade, foi até em função da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto que conseguimos orientar a criação, instalação e funcionamento de uma das maiores empresas que o Brasil já teve e que, lamentavelmente, foi vendida a preço de banana no governo passado, que foi a Vale do Rio Doce, e que hoje dá por ano de lucro líquido US$3 bilhões, o preço que se pagou por ela uma vez, e não cumpre hoje os compromissos sociais que a Vale do Rio Doce tinha com o Estado de Minas Gerais. Agora deixa os buracos para os Municípios e para o Estado de Minas.

Passemos à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovado o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo, de Cachoeiro do Itapemirim. Parabéns ao Senador Gerson Camata e a todos os senhores que votaram favoravelmente.

Passa-se à apreciação do Item nº 6.

Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para substituir o ramo de fumo florido das Armas Nacionais pela planta da cana-de-açúcar. Autoria: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Maguito Vilela. O parecer é pela rejeição. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 5 de abril de 2005 e 12 de abril de 2005.

Estamos indicando o Senador Papaléo Paes como relator **ad hoc**, uma vez que já tivemos duas sessões com esta matéria em pauta e devemos votá-la hoje.

Senador Papaléo Paes com a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004, de autoria do Senador Valmir Amaral, propõe alterar a Lei nº 5.700, de 1º setembro de 1971, para substituir o ramo de fumo florido das Armas Nacionais pela planta da cana-de-açúcar. Em exame na Comissão de Educação, a proposição não recebeu emendas.

Análise.

Ao propor o PLS nº 291, de 2004, o Senador Valmir Amaral tece uma longa justificativa em que discorre sobre a impropriedade de se manter o ramo de fumo florido das Armas Nacionais. Alega que, não obstante esse produto ter tido e continuar a ter importância no conjunto da produção nacional, as razões de saúde pública devem prevalecer e, assim, é pertinente substituir-se tal símbolo por outros. O autor invoca os danos à saúde provocados pelo tabaco, entre eles, a dependência química causada pela nicotina e o efeito cancerígeno do alcatrão. Por outro lado, alega que a cana-de-açúcar, símbolo sugerido para constar nas armas nacionais, constituiria motivo de orgulho para o Brasil, em seus diversos aspectos, pela multiplicidade de produtos derivados e seu emprego, que vai do uso culinário e de limpeza, no âmbito doméstico, a aplicações na forma de combustível e de insumo industrial para a produção de papel, plástico e produtos químicos.

À Comissão de Educação incumbe-se opinar sobre a natureza educativa e cultural da proposição. Nesse ponto de vista, não restam dúvidas de que as armas nacionais presentes no cotidiano de todos os

brasileiros têm influência sobre hábitos, tradições e crenças.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já podem, naturalmente, observar o restante do parecer.

Concluo da seguinte maneira: efetivamente, o álcool de cana-de-açúcar presente na aguardente de cana ou cachaça provoca, além da dependência química, inúmeras doenças e conseqüências sociais funestas. Entre os mais deletérios efeitos estão os acidentes de trânsito provocados pela embriaguez. Noticiam as estatísticas que os maiores dispêndios com saúde pública no Brasil se dão pelo tratamento aos acidentados. Por sua vez, o alcoolismo é o grande responsável por acidentes de trânsito.

Assim sendo, não seria adequado que a Comissão de Educação aprovasse o PLS nº 291, de 2004, tanto por não fazer sentido subtrair-se artificialmente um símbolo inegável da cultura, da heráldica e da tradição nacionais, quanto por não propor inovação coerente com o espírito que motivaria a substituição, ou seja, razões de saúde pública.

Voto.

Sr. Presidente, pelo mérito, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004.

Então, o voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Para discutir, Senador Paulo Paim, V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero acompanhar o Relator, porque essa mudança prevista pelo nosso colega, Senador Valmir Amaral, na verdade, é trocar seis por meia dúzia, e há um longo debate que estamos enfrentando com a Convenção Quatro. O que é pior: o fumo ou o álcool? Os dois prejudicam a saúde. Então, não há muito sentido. Com o respeito e o carinho que tenho por meu colega Senador, fico com a relatoria, e vamos deixar que a Convenção Quatro aprofunde esse debate, para saber qual vai ser a posição do Brasil perante essa visão internacional em quanto prejudica a saúde do brasileiro tanto o álcool quanto o fumo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Corretíssima a observação do Senador Paulo Paim.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, vamos à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Rejeitada, portanto, a matéria vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes de entrar no Item nº 7, vou voltar ao Item nº 5, porque faltou perguntar aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras se concordam com as emendas apresentadas ao projeto do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas as emendas do Projeto de Lei nº 362, do Senado Federal.

Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 66, que cria a Comissão de Engenharia e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Senado Federal.

O autor é o Senador Roberto Saturnino; a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia.

O parecer é pela rejeição.

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 8 e 15 de março de 2005.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O Projeto de Resolução em análise, de autoria do Senador Roberto Saturnino, objetiva a criação, nesta Casa, da Comissão de Engenharia e Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A proposição pretende alterar os arts. 72 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando ao elenco das Comissões Permanentes a Comissão de Engenharia e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, estabelecendo o número de seus membros e aumentando para três o número de comissões que cada Senador pode integrar.

Análise:

A proposição se apresenta em conformidade com o art. 52 dos incisos XII e XIII da Constituição Federal, que estabelecem como competência privativa do Senado a elaboração do seu Regimento Interno e a disposição sobre sua organização.

A avaliação quanto aos aspectos de regimentabilidade da proposição não encontrou quaisquer vícios. No concernente a técnica legislativa, estão atendidas as exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as modificações da Lei Complementar nº 107 de 2001.

Na avaliação do mérito do projeto, conquanto aceitemos plenamente os argumentos apresentados em sua justificação, no que se refere à grande relevância da temática abordada, consideramos que a criação de uma comissão permanente para cuidar de matérias relativas à engenharia de desenvolvimento científico e tecnológico não representa a melhor solução ao alcance do Senado Federal.

O exame das matérias concernentes à ciência e tecnologia é, atualmente, atribuído, por força regimental, à Comissão de Educação. Esta Comissão criou, em maio de 2004, a Subcomissão Permanente de Ciência

e Tecnologia com essa finalidade. Aparte a temática exclusivamente relativa à engenharia, as atribuições da nova comissão propostas são coincidentes com as ora exercidas por essa subcomissão.

A criação de uma comissão temática gera consideráveis agravantes ao processo legislativo, ao consumir o tempo dos Senadores com reuniões periódicas, deslocando-os muitas vezes de seus campos particulares de atuação e agravando as dificuldades encontradas para a harmonização dos horários de funcionamento das comissões.

Somado aos entraves causados para o devido andamento dos trabalhos das comissões, devemos reconhecer ainda que o número de matérias afeitas especificamente à engenharia e ao desenvolvimento científico e tecnológico é relativamente pequeno, não justificando a criação de uma comissão permanente para tratá-los com exclusividade.

Ademais, cumpre-nos ressaltar que a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia têm se mostrado indubitavelmente fóruns convenientes para a instrução dessa matéria.

Voto:

Ante o exposto, manifestamos-nos pela rejeição do PRS nº 66, de 2003.

Sala das Comissões.

Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Antes de colocar em votação, Senadora Lúcia Vânia, quero agradecer a sensibilidade mostrada no relatório que V. Exª apresentou, porque rigorosamente é a função desta Comissão. Esta Comissão de Educação é também de comunicações, de ciência e tecnologia, cultura e esportes. Sobretudo, conforme V. Exª também ressaltou, criamos, especificamente, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, permanente. Na verdade temos dez comissões permanentes e, agora, a Subcomissão de Ciência Tecnologia, que já está se reunindo periodicamente, para tratar dos assuntos que considero da maior importância, especialmente neste momento, no decorrer deste ano, conforme citamos aqui, no começo da nossa reunião. A TV digital, a integração digital, 3G, quer dizer, a modernização da telefonia, transmissão de dados e de imagens via telefone, tudo isso tem que passar por uma comissão específica. E entendemos que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia pode ajudar a Comissão de Educação e Comunicações a discutir essas questões.

Parabéns a V. Exª pelo seu relatório.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Item nº 8:

Aditamento nº 4 ao Requerimento nº 02, de 2005, da Comissão de Educação.

"Requeiro, nos termos regimentais, que sejam incluídos na lista de convidados relacionados no requerimento de minha autoria, aprovado em 1º de março de 2005: representante da Comissão Executiva do Programa de Educação Tutorial – Cenapet e o representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra, para participarem, nesta Comissão, de audiência pública em que se continuará discutindo a reforma universitária.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último item extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Peço ao Senador Augusto Botelho, Relator **ad hoc**, que apresente o relatório.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com muita honra, passo a ler o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, de iniciativa do Senador Gerson Camata, que intenta autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Nos termos da proposição, a instituição deverá ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, atividades conformadoras do princípio constitucional da indissociabilidade a ser observado nas normas de funcionamento da entidade.

Na justificação do PLS nº 331, de 2004, o autor, Senador Gerson Camata, relembra que a região norte do Espírito Santo, onde está inserido o Município de São Mateus, conquanto apresente situação satisfatória na educação básica, apresenta expressivo déficit de vagas na educação superior pública. O ilustre proponente aduz ainda que os indicadores locais de acesso ao ensino superior, ao lado da demanda por profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, corroboram a ne-

cessidade de interiorização do ensino superior público federal no Estado.

Encaminhada a esta Comissão de Educação para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

Análise.

A progressiva universalização do ensino médio e as carentes exigências de escolaridade emanadas do mercado de trabalho têm aumentado a procura de vagas no ensino superior. A ampliação de vagas no ensino superior tem-se restringido, no entanto, à iniciativa privada, inviabilizando os prosseguimentos de estudos para parcela significativa dos concluintes da educação básica.

No Estado do Espírito Santo, a oferta de educação superior pública, além de irrisória frente à demanda presente, tem-se concentrado na capital, Vitória. Com efeito, a interiorização do ensino superior público pela via da criação de uma universidade nos moldes propostos pode viabilizar o acesso de estudantes, sobretudo dos mais carentes, da região de São Mateus à educação superior.

Além disso, conforme sugere o art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, é de se vislumbrar, a partir do funcionamento de tal universidade, a formação de profissionais em áreas de conhecimento afeitas às necessidades locais, o estímulo à investigação científica e à pesquisa voltadas para a solução de problemas específicos da região, além da prestação de serviços especializados à comunidade.

Por tudo isso, a iniciativa mostra-se social e economicamente relevante, a merecer acolhida de nossa parte.

No que respeita à conformação jurídica e constitucional, a proposição não reclama reparos, apresentando-se, quanto à técnica legislativa, adequada às normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, não poderia deixar de falar a respeito do nobre Senador Gerson Camata, autor do projeto que trará grande benefício para a região norte do nosso Estado. O Senador Gerson Camata tem-se destacado, de forma notória, neste Senado, com suas idéias brilhantes e com seu compromisso com o Estado. Quero declarar a minha admiração e simpatia por esse Senador que tanto nos orgulha.

Faço isso de público, porque o Senador Gerson Camata tem destacado acentuadamente a sua vida política pelo Espírito Santo, com projetos ousados, com competência e transparência.

Parabéns, Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovado, portanto, o parecer do Senador Augusto Botelho, projeto do Senador Gerson Camata que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo, uma vez que sobra um pouquinho para o Senador Gerson Camata ajudar aquela região do Vale do São Mateus, em Minas Gerais, e exatamente a nossa Nanuque está naquela região também, de Teófilo Otoni. Vamos aproveitar um pouquinho da riqueza do Espírito Santo e jogar para uma região tão importante de Minas Gerais, como é o nordeste do nosso Estado.

Antes de encerrar a sessão de hoje, quero informar que quinta-feira, às 10 horas, aqui neste plenário, realizaremos a instalação da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. É importantíssima a presença dos Srs. Senadores, para que possamos fazer a instalação dessa subcomissão que vai tratar de assuntos muito importantes, relativos à indústria do cinema, à comunicação social e ao teatro, que começa, certamente, a ser visto e a ter vez em todas as ações da nossa Comissão de Educação.

Também comunico aos Srs. Senadores o recebimento da proposta do Ministro de Estado das Comunicações, o Exmº Sr. Eunício de Oliveira, do Requerimento de Informações nº 1.329, de 2004, Requerimento nº 03304, da Comissão de Educação, na origem, de autoria do Senador Gerson Camata, aprovado nesta Comissão, referente à compatibilidade do Projeto de Lei do Senado nº 575/99 com as novas normas de TDA, HDTV, que é, na realidade, uma televisão de alta definição.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Encerrando a nossa reunião de hoje, quero parabenizar o Senador Gerson Camata pelos dois importantíssimos e brilhantes projetos aprovados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h57min)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 03 de maio de 2005.

Às onze horas e dezenove minutos do dia três de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carm Alves, Teotônio Vilela Filho, José Maranhão, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, "Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes". O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, na forma da subemenda oferecida pelo relator, aprovada por dezoito (18) votos. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa que, "Insere o art. 49-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer é favorável. A matéria é adiada, atendendo solicitação do relator. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhylino que, "Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, com a emenda supressiva oferecida. É concedida vista ao Senador Romeu Tuma, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Inscreve o nome de Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no "Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Substitutivo,** de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves ao **Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, "Denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de "Rodovia da Cultura Sergipana", identificando os respectivos trechos com os nomes de "Rodovia Escritor Manoel Bonfim"; "Rodovia Escritor Gilberto Amado"; "Rodovia Filósofo Tobias Barreto" e "Rodovia Ensaísta Sílvio Romero"". O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 016, de 2005,** de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Legislação Participativa (SF) que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer favorável é aprovado. **Item 08: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que requer, "... nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal combinado com o art. 90, V e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a formulação de convite ao Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para ouvi-lo, em audiência pública, sobre a remessa a laboratórios brasileiros, para teste, de amostras do vírus da gripe H2N2 no âmbito da Comissão de Educação". O requerimento é retirado de pauta, atendendo solicitação do autor, para posterior encaminhamento à Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. **Item 09: Aditamento nº 06 ao Requerimento nº 002, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que requer, "... nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 02/05, de autoria do Senador Hélio Costa, aprovado

em 01/03/05, José Vicente Reitor da Fundação Zumbi dos Palmares, para participar nesta Comissão, de audiência pública que irá discutir a Reforma Universitária". O requerimento é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 093, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária N'ativa Fm de Tabuleiro do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo – ARCVP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul.". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 027, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Tereza do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná.". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 084, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.". O relator designado é o Senador Flávio Arns, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 064, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tupancy a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1009, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões – R.C.P. – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 092, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia. ". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 065, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística 'Joaquim Pereira Cruz' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais. ". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Estrela D'oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio De Janeiro Ltda.,. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Rio de Janeiro , Estado do Rio de Janeiro. ". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 071, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Botelhense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 043, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Artístico e Cultural de Fonte Boa – ASCOMADAFB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1443, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 048, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rural de São João Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João D´Aliança , Estado do Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 916, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão – ACECAA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1404, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1329, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Delcídio Amaral e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1430, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino – ABDL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 094, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Antônio Dias De Lima – FADL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba ". O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 1165, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caldense – AÇÃOC-CALDAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1184, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Terra de Montes Claros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1194, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1199, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stéreo De Belo Horizonte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na

cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos favoráveis.**Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pérola FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Hélio Costa requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extrapauta do Projeto de Resolução do Senado nº 016, de 2003, do Aditamento nº 5 ao Requerimento nº 002/2005-CE e de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Resolução do Senado nº 016, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena que, "Denomina `Campus Universitário Senador Lauro Campos´". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 02: Aditamento nº 05 ao Requerimento nº 002/2005-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que requer, "... nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento Nº 002/05, de minha autoria, aprovado em 01/03/05, representante do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação, para participar nesta Comissão, de Audiência Pública que irá discutir a Reforma Universitária". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 014/2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que requer, "... nos termos dispostos nos incisos II e V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para promover um debate sobre a 'Semana de Educação para todos', celebrada em comemoração ao aniversário da Cúpula Mundial de Educação para todos, realizada no ano de 2000 na cidade de Dacar, Senegal". O Requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 07: Requerimento,** de autoria do Senador Marcelo Crivella. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – enador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Bom dia, Senhoras e Senhores. Havendo quórum regimental, iniciamos os trabalhos da 14ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Educação do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos no Item 1 da pauta, ou iniciando com as emissoras de rádio nos Projetos de Lei do Senado, queria fazer menção a um importante dia que é hoje, quando se comemora a Data Internacional da Liberdade de Imprensa.

Aproveito do Jornal **Hoje em Dia**, de Minas Gerais, um texto que julgo da maior importância relatar: "Talvez nunca tenha sido tão perigoso ser jornalista num mundo como agora". Essa é a conclusão da Organização Não-Governamental Repórteres Sem Fronteira, que lança um relatório para comemorar o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, que é celebrado hoje, em todo o mundo.

Segundo a entidade, 53 jornalistas e 15 assistentes foram assassinados em 2004; 107 outros jornalistas foram presos; 1.146 jornalistas foram ameaçados ou feridos; e 622 mídias foram censuradas, no mundo inteiro. Já o Comitê para Proteção de Jornalistas alerta que, desde o ano 2000, 190 profissionais da imprensa foram mortos; 121 deles como retaliação direta a seu trabalho. Segundo a mesma entidade, a liberdade de imprensa está longe de estar garantida no mundo. Em seus cálculos, 2004 registrou a pior situação para os profissionais de jornais, rádio e televisão, desde 1995, quando radicais islâmicos na Argélia mataram 50 jornalistas em dois anos.

Dessa vez, o Iraque é apontado como um dos responsáveis pelo número relativamente alto de assassinatos de jornalistas; e o local mais perigoso do mundo para se trabalhar. Desde o início do conflito, 51 profissionais da imprensa já morreram.

Portanto, como Senador por Minas Gerais, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, que é também a Comissão de Comunicações, e, sobretudo, como veterano jornalista, faço aqui essa observação sobre as comemorações do Dia Internacional da Liberdade de Imprensa.

Vamos, então, aos itens, inicialmente com as proposições do Senado sobre as emissoras de rádio comunitárias.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte para que relate o **Item 1:**

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é favorável ao ato que autoriza a Rádio Comunitária Nativa FM da Cidade de Tabuleiro do Norte, no Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Item 2:

Peço ao Senador Marco Maciel para que relate, por favor, o Item 2 da pauta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, são os projetos relativos às rádios?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Sim, perfeitamente, relativos às rádios.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu parecer é a favor do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de São João Alfredo, no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Em primeiro lugar, o Senador Paulo Paim e, possivelmente, o Senador Flávio Arns. O Senador Paulo Paim vai relatar o Item 3 e, em seguida, o Senador Flávio Arns – a quem peço inicie a apresentação do seu relatório. Posteriormente, iremos ao Senador Paulo Paim.

O Senador Flávio Arns irá relatar os Itens 4 e 5.

Itens 4 e 5:

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos Itens 4 e 5 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discuti-los, passamos ao próximo item.

Senador Valdir Raupp, peço a V. Exª que relate o Item 8.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 92, de 2005, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer o voto porque essa rádio está na cidade onde fui vereador e prefeito, por dois mandatos, Rolim de Moura, em Rondônia, e foi a primeira emissora de rádio da cidade. Eu devo ter dado lá centenas de entrevistas à rádio, que tem servido a nossa comunidade durante 20 anos. Espero que continue prestando bons serviços à comunidade de Rolim de Moura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Item 14:

Senador Papaléo Paes, Item 14, por favor.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Papaléo Paes.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Item 3:

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cadeado para o desenvolvimento cultural e artístico a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Senador Eduardo Azeredo.

Item 13:

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Trata-se da Associação Comunitária Botelhense de Radiodifusão, na cidade de Botelhos, sul de Minas.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Item 19:

Senador Delcídio Amaral, Item 19.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.329, de 2004, não evidenciou-se violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela concessão da Rádio Difusora de Barra do Garças Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Delcídio Amaral.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Item 6:

Senador Sérgio Zambiasi, Item 6.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tupanci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Sérgio Zambiasi.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Vou passar a presidência ao Senador Flávio Arns para que eu possa relatar os Itens 23, 24, 25 e 26.

Itens 23, 24, 25 e 26:

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Passo a palavra ao Senador Hélio Costa para relatar os Itens 23, 24, 25 e 26.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Item 23 trata da Associação Comunitária Caldense, da cidade de Caldas, Minas Gerais, que é beneficiada por este projeto de lei.

O Item 24 trata da Rádio Terra de Montes Claros Ltda, uma rádio reconhecida pelo seu trabalho na comunidade. Tem a participação efetiva e diária do ex-Deputado Federal Tadeu Leite, em Montes Claros, norte de Minas Gerais.

O tem 25 trata da Fundação Cultural João Paulo II, na cidade de Belo Horizonte; e o item 26, da Escala FM Estéreo de Belo Horizonte, também na cidade de Belo Horizonte, capital do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Em discussão os pareceres do Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Não havendo que queira discuti-los, passo a Presidência de volta ao Senador, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Todos pela aprovação, evidentemente.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos agora continuar com os relatórios **ad hoc** de alguns Senadores que não estavam presentes.

Item 7:

Vou pedir ao Senador Lobão que relate o item nº 7 do Senador Augusto Botelho, que não se encontra presente, e que, por favor, relate também os itens 17 e 18 de sua autoria.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O item inicial, Excelência, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É o item nº 7, como Relator **ad hoc**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, no Estado de São Paulo.

O parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres do Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Não havendo que queira discuti-los, vamos ao próximo item, que são os itens em que V. Exª, Senador Lobão, nºs 17 e 18, é o Relator.

Itens 17 e 18:

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Refere-se o item nº 17 à Associação de Desenvolvimento Comunitário, Educativo e Cultural de Alto Alegre, no Maranhão.

Também com parecer favorável.

E o item nº 18 é projeto que aprova, ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, no Estado do Maranhão.

Também com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres do Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Não havendo que queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Item 15:

Vou pedir ao Senador Garibaldi Alves Filho que relate o item nº 15.

Vou alertar o Senador Azeredo que ele vai relatar, em seguida, os projetos de lei do Senador Aelton Freitas, que é o item nº 9.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, chegou a esta Comissão para exame em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.443, de 2004, à Câmara dos Deputados, destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 445, que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Luiz Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação das formalidades estabelecidas, o nosso parecer, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Item 9:

Senador Azeredo para relatar o item 9 do Senador Aelton Freitas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se de ato que autoriza a Associação Cultural e Artística Joaquim Pereira Cruz, na cidade de Conquista, Minas Gerais, para executar serviços de radiodifusão comunitária.

O parecer é favorável do Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Azeredo **ad hoc**.

Não havendo quem queria discuti-lo, vamos ao próximo item.

Item 12:

Vou pedir ao Senador Valdir Raupp que relate o item 12, que era do Senador Marcelo Crivella, que não se encontra presente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O relatório do Senador Marcelo Crivella é pela aprovação. Portanto, como Relator **ad hoc**, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp, como Relator **ad hoc**. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximo item. Senador Demóstenes Torres.

Item 16:

Peço ao Senador Cristovam Buarque que relate o item nº 16, que tem como Relator o Senador Demóstenes Torres, que não se encontra presente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É com prazer que substituo o Senador Demóstenes Torres em relação à decisão terminativa que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rural de São João Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João da Aliança, no Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esse PDS nº 48 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1982, e não havendo reparos quanto aos aspectos constitucionalidade, juridicidade, técnico legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à rádio rural de São João Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão que foi comentado na abertura deste parecer.

O parecer, portanto, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão no relatório do Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximo item.

Item 20:

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que relate o item nº 20, que tinha como Relatora a Senadora Patrícia Sabóia Gomes.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino, na cidade de Russas, no Estado do Ceará, tem o parecer favorável da Senadora Patrícia Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximo item.

Item 21:

Peço ao Senador Garibaldi Alves que relate o item nº 21, que tem como Relator o Senador José Maranhão. (Pausa.)

Enquanto V. Exª procura o item, passo a palavra ao Senador Luiz Otávio, ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para relatar os itens 27 e 28.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – **Item 27:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Pérola

FM Ltda. na cidade de Bragança, no Estado do Pará, serviço de radiodifusão sonora.

O parecer é favorável à renovação da permissão.

Item 28, terminativo também. Projeto de Decreto Legislativo nº 121, que renova a concessão de rádio Moreno Braga Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, no Estado do Pará.

Também o parecer é favorável.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, já estou habilitado a relatar o item 21.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, mas antes vou colocar em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item, que será relatado pelo Senador Garibaldi Alves, em nome do Senador José Maranhão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, trata-se do exame, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 94/2005, destinado a aprovar o ato constante da portaria do Ministério das Comunicações que autoriza a Fundação Antonio Dias Lima a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, no Estado da Paraíba.

Tendo em vista que o exame da documentação revelou-ser pertinente, somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se ao próximo item.

Senador Sérgio Guerra, item 22.

Item 22:

O SR. RELATOR (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Trata-se de projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga a permissão a Fundação Josué Pereira, para explorar serviço de rádiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Lourenço da Mata, em Pernambuco.

O exame técnico o projeto recomenda a sua aprovação. Trata-se de cidade na região metropolitana do Recife que tem base e economia para um programa desse tipo.

O nosso parecer, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Sérgio Guerra.

Itens 10 e 11:

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se aos últimos itens da pauta de emissoras de rádio, que são os itens 10 e 11.

O Relator é o Senador Romeu Tuma. Não estando S. Exª presente, solicito ao Senador Aloizio Mercadante para que represente seu colega do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Aloizio Mercadante. Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, vou proferir o relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma, referente à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 107, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o parecer do Senador Aloizio Mercadante.

Não havendo quem queira discuti-lo....

Temos o nº **Item 11:**

O SR. RELATOR (Aloizio Mercadante. Bloco/PT-SP) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2005, não evidenciou violação das formalidade estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, no Senado Federal.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Estrela do Oeste Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Estrela do Oeste, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Aloizio Mercadante.

Não havendo quem queira discuti-lo, passaremos à votação nominal de todos os itens de 1 a 28, apresentados pelos relatórios nesta manhã.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovados todos os pareceres apresentados.

Pergunto aos Srs. e às Srªs Senadoras se concordam com o mesmo voto para as emendas apresentadas. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria consignar meu voto também, Presidente, e pedir desculpas pelo atraso porque tinha um depoimento, a meu requerimento, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente. V. Exª foi muito bem representado no Item destinado à aprovação das rádios do Estado de São Paulo pelo Senador Aloizio Mercadante.

Faltou chamar o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não. Fui chamado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Foi chamado? Muito bem.

Então, aprovados todos os Itens de nºs 1 a 28 desta manhã.

Agora, vamos à pauta normal da reunião de hoje.

Item 1:

Item nº 1, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, acrescenta alínea ao § 3º, do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 91, para estender o benefício fiscal às doações e patrimônios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes.

A autoria é do Senador Aloizio Mercadante, e o Relator é o Senador Roberto Saturnino, a quem passo, inicialmente, a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto, que é extremamente importante para o processo de evolução da atividade produtora cinematográfica brasileira, de autoria do Senador Mercadante, que já teve parecer favorável, volta, agora, para exame da emenda do Senador Cristovam Buarque que estende o benefício também às salas de teatro e aos centros culturais nesses Municípios referidos.

Vou rapidamente ler o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que propõe alterar a Lei nº 8.313, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes. Em exame na Comissão de Educação para decisão terminativa, à proposição foi concedida vista coletiva, dessa Comissão recebendo a Emenda nº 1, para que o benefício se estenda à construção de teatros, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários.

A extensão do benefício, a construção e manutenção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes, leva-nos a avaliar o conteúdo do art. 18 da Lei Rouanet, a fim de verificar a pertinência ou não da emenda à proposição. Ao se constatar que a citada lei já concede a dedução integral do imposto de renda para uma série de aportes para a produção cultural, como acima citado, verifica-se ser apropriado estender tal benefício aos investimentos destinados a construir e manter salas de cinema e teatro nos tipos de Municípios especificados.

Entendemos, pois, ser pertinente a extensão dos benefícios às salas de teatro, nos termos da Emenda nº 1, ainda mais se tais ambientes de cinema e de teatro possam vir a servir e serem utilizados como centros culturais comunitários. Entretanto, a emenda precisa se adequar à técnica legislativa.

Pelo exposto, e visto estarem atendidos os requisitos de legalidade, juridicidade e constitucionalidade, manifestamo-nos pela aprovação da emenda oferecida pelo Senador Cristovam Buarque, nos termos da subemenda que oferecemos, Sr. Presidente.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem.

Em discussão o relatório do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Mercadante, autor do projeto de lei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a contribuição do Senador Cristovam Buarque, ao oferecer essa emenda que aperfeiçoa a iniciativa, em particular, ao Relator Roberto Saturnino, ambos com grande compromisso com a cultura do País.

Temos, hoje, especialmente com a expansão da televisão, que é um entretenimento bastante cômodo para as famílias em casa, e o DVD, esses novos veículos, temos uma estrutura cultural muito precária, especialmente os Municípios com menos de 100 mil habitantes. Basta lembrar que 73% dos Municípios do Brasil têm menos de 20 mil habitantes. Portanto, estamos falando de uma parcela considerável das cidades brasileiras que, sequer, têm hoje um cinema, um teatro ou um centro comunitário.

Como temos uma lei que dá incentivos fiscais para as empresas aplicarem parte do seu Imposto de Renda devido na cultura, parece-nos que essa possibilidade de construção de espaços culturais que integrem cinema, teatro e atividades comunitárias nesses pequenos Municípios é uma forma de estimular a inclusão social por meio da cultura, especialmente da juventude, de promover o entretenimento, valorizar a

cultura local – o teatro, a música, a poesia, o cinema – e, portanto, ampliar também a nossa rede de exposição cinematográfica, que é muito importante nesse processo de recuperação do cinema brasileiro, que vai ganhando prestígio internacional e novos títulos. Valoriza, portanto, a nossa classe artística, a nossa literatura, as nossas raízes culturais.

Por tudo isso, agradeço o parecer do Relator, a emenda do Senador Cristovam Buarque, que aprimora a iniciativa. E tenho certeza de que Senado Federal, por esse projeto, está dando mais uma demonstração do seu profundo compromisso não apenas com o cinema brasileiro, mas com todas as formas de expressão artística, cultural e de valorização das nossas raízes e da nossa vida comunitária local.

Por isso, peço o apoio dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem, em primeiro lugar, o Senador José Jorge. Depois, o Senador Romeu Tuma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço um esclarecimento ao Relator e ao autor, Senador Aloizio Mercadante. Primeiro, por que somente cidades até 100 mil habitantes? Em segundo lugar, em relação à questão das regiões metropolitanas. Muitas vezes, numa região metropolitana, os Municípios são praticamente vizinhos uns dos outros; então, teremos possibilidade de utilizar a Lei Rouanet para cinema, por exemplo, em Olinda, e não poderemos utilizá-la em Recife, por exemplo.

Então, peço um esclarecimento sobre isso, o que se quer em torno disso. Se a idéia é, efetivamente, fazer isso em relação às cidades que estão no mesmo conjunto, por exemplo, Jaboatão, em Recife, e Olinda, são cidades que, na realidade, funcionam integradas. Então, não sei se teria direito ou não. Queria só um esclarecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, sua reflexão é muito pertinente. De fato, não havíamos pensado nisso. Essa demanda apareceu do movimento do cinema brasileiro, os encontros entre os cineastas, basicamente advertindo que os pequenos Municípios do Brasil, nessa faixa, praticamente não têm mais sala de cinema. O cinema foi, no passado, em muitas cidades, um espaço de agregação das famílias, nas tardes de domingo, nas noites, enfim, e isso foi desaparecendo. Havia incentivo à cultura, mas, para a democratização da cultura, precisaríamos criar espaços públicos que a estimulassem.

Todos os grandes centros urbanos têm salas de cinema, mas V. Exª tem razão numa coisa: há salas de cinema nos bairros ricos e da classe média, porque, na periferia das grandes cidades, também não temos salas de cultura, nem espaço cultural nem de cinema.

Em uma região como Guainases, São Miguel, em São Paulo, por exemplo, não há um espaço. Foram criados agora pela administração municipal anterior centros culturais, mas não havia um único cinema, e são regiões que têm mais de 500 mil habitantes.

Considerando que os grandes Municípios têm uma estrutura de cinema disponível, ainda que localizada, do ponto de vista econômico e social, de forma muito centrada mais nos bairros de classe média ou no centro da cidade, poderíamos, talvez, ampliá-la.

O meu único medo é deixar o interior do Brasil fora da prioridade, porque, na realidade, o que estamos falando é de 73% dos Municípios que têm menos de 20 mil habitantes – não são nem 100 mil, mas 20 mil. E 80% das cidades estão cobertas por essa emenda. E deixar para os grandes centros que a atividade empresarial cuide desse investimento, para garantir que os pequenos Municípios sejam prioridade nessa perspectiva.

Essa foi um pouco a demanda da classe cinematográfica – artistas, diretores de cinema etc –, dizendo que, no Brasil, os pequenos Municípios não têm acesso ao cinema, porque sequer podem exibir o filme. Isso prejudica muito a escala da bilheteria, a rentabilidade e o incentivo ao cinema nacional.

Só não coloquei os grandes centros urbanos por essa razão. No geral, eles já têm salas de cinema, ainda que alocados nos bairros mais nobres.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Na continuidade, vou passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, e, posteriormente, ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, acho que a iniciativa do Senador Mercadante é importante para as cidades do interior. Senador Mercadante, V. Exª, talvez mais jovem do que eu, bem mais jovem, sabe que o cinema era a única distração para a nossa juventude, para o meu tempo, do seu pai e de outros que já têm mais de 70 anos. Com o advento da TV, do DVD e não sei mais o que, todo mundo perdeu o entusiasmo de ir aos cinemas. Em São Paulo, várias salas foram fechadas por falta de pessoas que gostassem de cinema. Então, os shoppings criaram as salas de cinema de pequeno porte, que passam os filmes. Quem vai passear, distrair, entra num cinema, namora, depois sai, vai comer um lanchinho na praça de alimentação. Então, ressurgiu o interesse pelo cinema. No interior, é certeza absoluta de que esse interesse é grande. Não nos grandes centros, onde há shoppings e casas de cinema, mas quem viaja muito pelo interior sente de perto isso. Ainda recentemente, falei para o Robson: quando você for fazer propaganda para a sua candidatura, arruma um ônibus com uma tela de cinema e

passa um pouco de cinema. Tem muita cidade em que ninguém consegue ver um filme ou porque o aluguel é caro ou porque não tem uma sala apropriada, e o teatro, a juventude, os jovens querem realmente ter um local para se reunir.

Talvez a idéia do Senador José Jorge... O Governador de São Paulo lançou agora a idéia de os grandes projetos de regiões metropolitanas para as prefeituras de determinadas áreas de menor porte, com um grande centro, poderem reivindicar projetos coletivos. Talvez, ao longo do tempo, se possa estudar uma outra forma, mas acho que deveríamos aprovar esse projeto porque ele tem um interesse social bastante grande e vai atrair, sem dúvida nenhuma, um espaço maior. Ao invés de ir para um bar encher a cara de cachaça, o sujeito pega a esposa e leva ao cinema. Não é assim, Senador? Fica com uma outra opção de distração e talvez uma unidade maior da família.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a dúvida levantada pelo Senador José Jorge, obviamente, procede, mas acho que o Senador Mercadante já deu a explicação adequada, porque as atividades que são estritamente econômicas são reguladas e comandadas pelo mercado, que atende às demandas onde elas se manifestam. Agora, há setores, há determinadas atividades que possuem um interesse que transcende meramente o âmbito dos assuntos econômicos, como é o caso da produção cinematográfica, da produção teatral, da produção cultural, de um modo geral, e, para isso, requerem incentivo exatamente para contrabalançar os efeitos do mercado onde eles não se fazem sentir. A demanda, em cidades pequenas do interior, é relativamente pequena para sustentar uma atividade comandada por mercado, razão pela qual exige o subsídio, o estímulo econômico de várias naturezas.

Eu presenciei – eu, que tenho também o tempo de vida a que o Senador se referiu – e lembro de cidades do interior do meu Estado que tinham cinema e hoje não têm mais, simplesmente porque a televisão e outras atividades reduziram a demanda do cinema e o mercado fechou os cinemas existentes. Entretanto, há um consenso nacional a respeito da importância cultural, da importância para o próprio desenvolvimento da Nação como um todo da atividade cinematográfica, como da atividade teatral e cultural, de um modo geral. Então, esse projeto vem preencher essa necessidade, que é o estímulo, a fim de compensar o não atendimento por parte do mercado de uma atividade que transcende o âmbito puramente econômico. Acho que esse projeto, Sr. Presidente, é muito importante.

Parabenizo o Senador Mercadante e também o Senador Cristovam, porque a ampliação para inclusão no teatro nesse estímulo e do centro cultural, que pode ser múltiplo, que pode ter salas de teatro e cinema, e outras atividades, é extremamente importante exatamente nessas cidades pequenas.

Agora, a questão dos bairros e periferias e dos municípios agregados à cidade principal nas regiões metropolitanas requer efetivamente uma atenção especial. É muito difícil especificar as distâncias e as populações para se formular uma legislação dessa natureza, razão pela qual acho que devemos aprovar esse projeto como está e ficarmos com a preocupação de atender também aos bairros periféricos e às cidades periféricas em regiões metropolitanas, mas com projeto de outra natureza, talvez o que vá tratar da estruturação dessas regiões metropolitanas.

Era o que eu tinha a dizer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Saturnino.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, somente para dizer que no ponto de vista social de levar teatro e cinema aos pobres, o Senador José Jorge pode ter razão, mas o projeto do Senador Aloizio Mercadante vai além disso, ele tem uma preocupação também geográfica: ele procura atender não apenas às populações que não podem pagar o cinema que existem em suas cidades, mas a levar cinema e teatro às cidades onde não há cinema e teatro.

Se expandirmos o projeto a todas as cidades, ele fica inócuo, deixa de criar aquilo que o projeto do Senador Aloizio Mercadante busca: que haja uma casa de cultura, de cinema e/ou teatro, nas cidades menores do Brasil. Nesse sentido ele resgata uma dívida muito antiga que este País tem de deixar que essas cidades fiquem abandonadas, relegadas enquanto investimos nas grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação final.

(Procede-se a votação nominal.)

Aprovado o Item nº 1, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 298, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, com o Relator Roberto Saturnino.

Vamos ao **Item 2:**

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª vai pedir urgência?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Peço urgência ao plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Item nº 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2004, que insere o art. 49, "a", na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior. Autoria do Senador, hoje prefeito, Duciomar Costa. Relator Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi, vou pedir a V. Exª que faça a apresentação do seu relatório para o Item nº 2, Projeto de Lei nº 233, que insere o art. 49, "a", na Lei nº 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto de autoria do Senador Duciomar Costa, que insere o art. 49, "a", na Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior.

O novo artigo estabelece que as instituições de ensino superior deverão conceder automaticamente o aproveitamento de disciplinas de conteúdo correspondente feitas com aprovação. No caso das disciplinas cursadas em prazo superior há dez anos, as instituições poderão condicionar o seu aproveitamento em aprovação em exame específico.

Em sua justificação, o autor alega que os estudantes que, porventura, precisem interromper seus estudos, quando retornarem, não poderão ser penalizados pelo preciosismo das instituições de ensino, que, no âmbito das particulares, parecem mais interessadas na cobrança dos respectivos encargos educacionais do que em preservar qualquer projeto pedagógico.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 233, de 2004, que será apreciado em caráter terminativo nesta Comissão.

Sr. Presidente, na análise do projeto, frisamos que, sem dúvida, a legislação em vigor não regulamenta de forma completa o tema em questão. A LDB no art. 49 limita-se a estabelecer que as instituições de ensino superior deverão aceitar a transferência de alunos para cursos afins, mas não se refere aos critérios para o aproveitamento das disciplinas cursadas com aprovação na instituição de origem. Da mesma forma, a lei não aborda o aproveitamento dos estudos realizados anteriormente por alunos que retornem à mesma instituição de ensino.

A respeito do assunto, o Ministério da Educação, seguindo pareceres do Conselho Nacional de Educação, tem deixado a cargo das instituições de ensino superior o estabelecimento desses critérios.

Entretanto, como enfatiza o autor da proposição em análise, tal fato vem permitindo a ocorrência de abusos por parte especialmente das instituições privadas, que, em favor de interesses meramente financeiros, estabelecem prazo muito pequeno para admitir o aproveitamento de disciplinas.

Não se pode contestar, Sr. Presidente, a necessidade da determinação de prazo para o reconhecimento de crédito de disciplina. Esse tempo, todavia, precisa ser razoável o suficiente para justificar o argumento de que o aluno tenha esquecido a matéria em questão ou de que o conteúdo tenha sofrido mudanças decorrentes dos avanços da ciência e das transformações da sociedade.

Além disso, mesmo após esse período, deve ser garantido ao aluno a possibilidade de comprovar que ainda domina os conteúdos apreendidos dentro dos padrões mínimos exigidos, oportunidade que muitas instituições hoje não concedem.

Diante disso, é bem-vinda a iniciativa do Senador Duciomar Costa de estabelecer os critérios para o aproveitamento de disciplinas cursadas em curso de nível superior.

Com efeito, ao determinar o aproveitamento automático de estudos realizados com prazo inferior a dez anos e não colocar a possibilidade da aplicação de exame específico depois de decorrido esse período, o referido projeto de lei evita a ocorrência de abusos por parte das instituições de ensino superior e, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade da preservação da qualidade de ensino.

Cabe salientar, ainda, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a proposta também preserva a discricionariedade das instituições de ensino para julgar sobre a correspondência de conteúdos e disciplinas a serem aproveitadas. No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de boa técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLS.

Diante do exposto, voto pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o PLS 233.

Passo a palavra, em seguida, ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, acho que esse projeto aparentemente é simples, mas há alguns aspectos que, de certa maneira, me preocupam. O primeiro é o nível de detalhamento de uma lei, quer dizer, temos, no sistema educacional, além das leis aprovadas pelo Congresso, o Conselho Nacional de Educação, que legisla e define normas a serem seguidas por todo o sistema educacional.

Então, tenho dúvidas se, entrando internamente em como deve ou não deve ser aproveitado o estudo anteriormente feito pelo aluno, não seria matéria do Conselho Nacional de Educacional nas suas regulamentações, ou se deveria ser matéria do Congresso

por meio de um projeto de lei, sob pena de detalharmos muito essa questão educacional nas leis, tirando a função que seria específica do Conselho.

Em segundo lugar, há a questão da autonomia das universidades. Na realidade, um dos principais itens em relação à educação na nossa Constituição é o que dá autonomia às universidades, não às faculdades, que são subordinadas aos respectivos conselhos. Mas as universidades são autônomas. Aqui estamos entrando num nível de detalhamento bastante grande em relação à atitude da universidade.

Tendo em vista essas dúvidas, apesar de achar o projeto interessante e criativo, vou pedir vistas para que possa analisar melhor e, na próxima semana, posso, então, dar a minha opinião final, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador José Jorge, lamentavelmente não cabe mais vistas ao Projeto de Lei do Senado nº233, porque foi concedida vista do projeto exatamente no dia 05/04. O que se pode fazer é apresentação de emendas e agora verbalmente para o relator.

Se V. Exª se propõe a fazer isso, gostaria que V. Exª juntasse às suas idéias, se aceita a minha sugestão, também uma observação diretamente à autonomia das universidades, se as universidades podem apreciar os resultados obtidos em universidades ou faculdades no exterior, porque aqui não está citado isso. Na realidade, esse projeto de lei refere-se a quê? Vamos fazer uma avaliação das notas das instituições de ensino. O projeto não fala se são instituições de ensino superior do Brasil ou do exterior. Não fala isso. Então, automaticamente, entendo que a universidade pode apreciar qualquer nota em qualquer lugar do mundo que chegue até ela.

O SR. (Orador não identificado) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Imagino que sim também. Se V.Exª vai fazer alguma sugestão, faria essa também ao Relator para que ele observasse a possibilidade de se incluir algum parâmetro aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para dar oportunidade ao Senador José Jorge de apresentar as suas emendas e de fazer uma análise sobre o projeto, solicitaria de V. Exª um prazo para rever o projeto, juntamente com o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª encaminhe à Secretaria da Comissão esse requerimento e, evidentemente, será concedido a V. Exª o tempo suficiente para se fazer uma revisão da proposta que o relatório de V. Exª traz.

Passemos ao próximo item.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É apenas para confirmação. Há uma solicitação de inclusão extrapauta de um projeto de resolução, denominando a sede da Unilegis, ao prédio, ao nosso saudoso Senador Lauro Campos, até em homenagem a sua esposa, Srª Oraida, que está presente, acompanhando a sessão. Queria apenas a confirmação, se vai entrar para deliberação na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, estávamos para fazer isso ao final da nossa reunião, mas em atenção evidentemente à D. Oraida Campos, que se encontra presente, e também à solicitação do Senador Cristovam Buarque, que já esteve aqui à mesa, pedindo exatamente a mesma coisa, pergunto ao Senador Cristovam Buarque e a V. Exª se podemos, neste momento, evidentemente com o consentimento do Plenário, fazermos a votação dessa proposta. Primeiro incluindo-o extrapauta, evidentemente, com a aprovação do Srs. Senadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – O relatório está pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª poderia então ler o relatório, para que possamos homenagear o ilustre Senador Lauro Campos, mineiro de Belo Horizonte. Para nós, mineiros, sempre nos deu muita honra a presença de Lauro Campos no Senado da República, pelas suas posições firmes, sempre extremamente consciente da importante missão que lhe deu o povo de Brasília. Ele representa aqueles mineiros que se destacaram na capital federal, a exemplo do Senador Paulo Octávio, que também é de Minas Gerais, da cidade de Lavras, uma das mais bonitas e progressistas cidades do interior do meu Estado. O Senador Lauro Campos será sempre lembrado como um ilustre belorizontino, que se tornou brasiliense e Senador da República.

D. Oraida Campos, aceite os cumprimentos da Presidência da Comissão de Educação.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que é com certa emoção que faço esse relato, tendo em vista a relação pessoal que tive com o professor Lauro Campos, como seu colega no Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como seu companheiro na militância do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal.

Leio o meu relatório:

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que tem por objetivo denominar Campus Universitário Senador Lauro Campos a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro, Unilegis, localizada em Brasília.

Como justificação, a autora enfatiza a história do professor e Senador Lauro Campos, seu rigor ético e moral, bem como sua luta em defesa da educação como base para a conquista de uma sociedade justa e a sua defesa de uma economia brasileira a serviço do povo brasileiro.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PRS nº 16, que foi distribuído para apreciação desta Comissão.

Da análise:

A Universidade do Legislativo Brasileiro foi criada com a finalidade de democratizar o conhecimento e facilitar o acesso ao ensino e à informação, mediante o oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação, extensão e seqüenciais em distintos níveis. Destina-se à manutenção de instituições e atividades voltadas ao aperfeiçoamento dos procedimentos legislativos e ao estudo em alto nível das questões estratégicas ligadas ao Parlamento.

Nada mais justo que a sede uma instituição com tal finalidade receba o nome de um brasileiro que dedicou sua vida à defesa da educação e da democracia e que, mais do que um professor e um Parlamentar, foi um reconhecido professor parlamentar e pensador do Brasil.

Com efeito, o Senador Lauro Campos, como professor, sempre lutou em defesa da democracia, da justiça social e dos valores éticos da sociedade, repassando, ao longo de quarenta anos de ofício como professor aos seus alunos em diversas universidades a importância da conscientização política para o fortalecimento das instituições democráticas e o ensino dos meandros da economia vista não na ótica dos dominantes da própria economia, mas dos trabalhadores.

Já como Senador, o Professor Lauro Campos engajou-se na luta pela melhoria da educação. Seus pronunciamentos, que ficaram conhecidos como discursos-aulas, eram verdadeiras lições sobre a realidade política, econômica e social brasileira. O nome do Senador Lauro Campos não poderia ser, portanto, mais apropriado para a sede da Unilegis, entidade pioneira destinada à formação e ao aprimoramento da cidadania.

Diante do exposto, não apenas voto pela aprovação, como peço aqueles que o conheceram nesta Casa que também aprovem essa homenagem, que vai ser não apenas feita para homenagear o nome dele, mas também para que as gerações futuras se lembrem do nome de um grande brasileiro que passou por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) **–** Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE(Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Marco Maciel, V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo rapidamente dizer que concordo total e integralmente com a aprovação da referida proposição e com as palavras que foram aqui proferidas pelos Senadores e Senadoras que aqui me antecederam. Acho que é uma justa homenagem ao grande mestre, ao Senador notável que foi Lauro Campos. E acredito que, com esse reconhecimento, de alguma forma, estamos estimulando as novas gerações a que sigam seu exemplo.

Desejo também aproveitar a ocasião, já que está presente a Srª Roraida Campos, para estender meus cumprimentos a toda sua família, fazendo votos para que essa homenagem realmente represente um gesto do Poder Legislativo, de modo particular do Senado Federal, com relação ao ilustre homem público recentemente falecido.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e posteriormente ao Senador Maguito Vilela, depois ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha palavra é também para cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo seu relatório e para associar-me à homenagem que é feita ao Senador Lauro Campos. Como representante de Minas Gerais, quero trazer, portanto, a minha palavra no sentido de que é muito justo que essa homenagem seja feita. O Professor Lauro Campos teve uma atuação muito dedicada à busca da justiça social e, no Senado, também deixou marcas importantes do seu trabalho.

De maneira que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Passo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, justíssimo o Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2003, da brilhante Senadora Heloísa Helena, que denomina **Campus** Universitário Senador Lauro Campos a sede da

Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, em Brasília, Distrito Federal.

Sem dúvida nenhuma, o Senador Lauro Campos foi um dos grandes batalhadores pela educação em nosso País, especialmente aqui no Distrito Federal, um Senador também respeitadíssimo, queridíssimo por todos pelas suas posições sempre muito corretas, um homem extremamente honesto, ético, que engrandeceu muito o Senado da República, quando aqui esteve. Ele sempre honrou e dignificou esta Casa.

Tive uma convivência com o Senador Lauro Campos e pude aquilatar, avaliar a sua personalidade, o seu caráter, a sua cultura; era realmente um homem muito culto, intelectual brilhante e extremamente ético, que sem dúvida deixou marcas profundas no Senado, na educação do nosso País.

Portanto, manifesto o meu voto favorável e louvo a atitude da Senadora no sentido de apresentar esse projeto de resolução, dando o nome do querido e saudoso Senador Lauro Campos à Universidade do Legislativo Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem.

O próximo orador inscrito é o nobre Senador Romeu Tuma a quem eu passo a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, eu sempre me apego aos Projetos da Senadora Heloísa Helena pelo que ela faz com a alma e com o coração normalmente. A homenagem ao Senador Lauro Campos vem em boa hora, pela postura, pela conduta e pela elegância com que sempre se conduziu neste Congresso.

Foi um homem de formação voltada para o interesse da população mais carente. Sempre defendeu os seus princípios e nunca, em nenhum momento, trocou a conduta e os objetivos que tinha na sua postura parlamentar. Passou um pouco no período de doença e todos os seus colegas se sensibilizaram com o que ele estava passando. De forma que as pessoas de bem, as pessoas que têm honestidade de caráter e linha de conduta exemplar não podem ser esquecidas.

Então, eu acho que é uma boa homenagem proposta pela Senadora Heloísa Helena e que peço a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino e, em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, é um consenso, já se verificou, sobre a natureza desse Projeto em que é de extrema justiça essa homenagem que se presta a um ex-colega nosso, um grande Senador e, ao mesmo tempo, um grande Professor.

Eu tenho um filho que foi seu aluno e eu, aqui, fui seu colega, com todos os depoimentos conhecidos a respeito da personalidade da retidão do caráter e da inteligência do Professor e Senador Lauro Campos.

Cumprimento a Senadora Heloísa Helena e o Senador Cristovam Buarque por esta iniciativa e, quem sabe, a instituição – Unilegis –, agora,com esse patrono tão forte, possa, enfim, adquirir um funcionamento que nos leve a reconhecer mais a sua existência e trabalhar por ela. Acho até que a Unilegis, Sr. Presidente, tem merecido pouco ou relativamente pouca atenção dos Senadores nesta Casa. É uma instituição que tem um potencial muito grande.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pois não. Ouço, com muita alegria, o aparte de V. Exª

O ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª me desculpe mas acho que V. Exª esta tocando num ponto...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Recebo, então, com muita alegria, o aparte de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O 1º Secretário e eu procuramos visualizar algum Projeto e até o Presidente José Sarney, também, como Reitor à época – hoje é o Presidente Renan Calheiros – e o Professor Gurgulino, que é um homem experiente na área universitária, trabalharam muito. Inclusive, há um Projeto para a construção do prédio e S. Exª teve uma importante participação na formação do aprimoramento de alguns quadros do Senado, voltando ao público interno, é claro, mas hoje já se tem cursos superiores de pós-graduação que atraem pessoas de fora, principalmente no que diz respeito à formação profissional para o legislador.

Eu, então, acho que se tem um papel importantíssimo que tem que ser realmente desenvolvido e eu sempre fui da proposta do setor de inteligência que era a Unilegis, a Interlegis, o Prodasen e os outros órgãos que funcionam no sentido de se dar uma estabilidade aos Senadores da Casa.

Peço, então, desculpas por interrompê-lo pela importância que representa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Fico muito agradecido pelo aparte de V. Exª e todos reconhecemos o empenho de V. Exª em dar à Unilegis e a todo o sistema a sua produção máxima, mas eu constato que entre nós, Senadores e todos – e, aí, a responsabilidade é coletiva – um certo desconhecimento e um certo e um certo desinteresse – talvez seja uma palavra muito forte –, mas uma falta de interes-

se correspondente à importância dessa instituição. E, quem sabe, o Senador Lauro Campos vai prestar ao Senado da República e à República em geral, mais um serviço, mesmo depois de desaparecido, mas que seja o fortalecimento dessa instituição, que está a merecer uma atenção maior da nossa parte.

Mais uma vez, cumprimento a Senadora Heloísa Helena e o Senador Cristovam Buarque e a Srª Zoreile, esposa do Senador Lauro Campos, aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na seqüência, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prestar homenagem a uma figura como o Professor e ex-Senador Lauro Campos é ter a oportunidade de nos fixar mais uma vez nas qualidades daquele homem público, nos seus méritos, nas suas qualidades.

Eu queria revelar aqui alguns fatos. Eu não tive, infelizmente, o privilégio de conviver com S. Exª aqui, no Senado, mas me lembro de alguns fatos.

O Professor Lauro Campos era uma pessoa respeitadíssima não só pelos seus pares, mas também pelo corpo funcional desta Casa. E a prova disso, Senador Hélio Costa, é que, certa feita, entrevistando um servidor da Casa que eu pretendia recrutar para o meu gabinete, o servidor destacou, como uma de suas maiores qualidades, ter servido no gabinete do Senador Lauro Campos. Achei aquilo uma coisa fantástica. Achei formidável.

Essa é a prova de que ele era uma pessoa estimadíssima, queridíssima por todos nesta Casa, não só pelos Senadores.

Eu estive, com tristeza inclusive, a convite do Senador Tião Viana e da Senadora Heloísa Helena, no hangar da companhia de táxi aéreo que trouxe o corpo do Senador Lauro Campos de São Paulo para Brasília para ser enterrado. Já, então, pude testemunhar o apreço, o carinho, a amizade que lhe dedicavam tanto o Senador Tião Viana como a Senadora Heloísa Helena, naquele momento triste de despedida de um amigo, de uma pessoa tão querida .

E, por último, o Professor Lauro Campos ocupou o nosso Estado também, o nosso Estado do Acre, por proposição ainda do Senador Tião Viana. Ele tem o seu nome conferido a um dos mais novos hospitais da nossa capital. A proposta foi do Senador Tião Viana, e o hospital ostenta hoje, com orgulho para todos nós, acreanos, o nome do Professor Lauro Campos.

Dito isso, eu queria cumprimentar o Senador Cristovam pelo relatório e me juntar a todos nessa homenagem merecida ao Professor e ex-Senador Lauro Campos e sua esposa, aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Não havendo mais oradores, submeto à votação a proposta, de autoria da Senadora Heloísa Helena, nº 16, de 2003, que denomina Campus Universitário Senador Lauro Campos a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis –, em Brasília, Distrito Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com muita honra para esta Comissão.

Itemd 3:

Passamos ao próximo item da pauta, nº 3, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84, de 1999, na Câmara dos Deputados), que altera o Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.

Dispõe sobre os crimes cometidos na área da informática e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros não autorizados pelos respectivos interessados a informações privadas mantidas em redes de computadores dependerá de prévia autorização judicial.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto me foi distribuído em junho de 2004 e, em agosto, apresentei o relatório. Exatamente, como houve uma discussão sobre ele, eu agora passo a relatá-lo, já ouvidas as sugestões do Senador Hélio Costa.

A matéria foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois, em virtude de requerimento do Senador Valdir Raupp, veio a esta Comissão.

Passo, diretamente, à análise, mostrando que a matéria é candente e polêmica. Há juristas que entendem já existir, no Código Penal Brasileiro, provisão suficiente para enquadramento dos eventos que se pretende aqui tipificar como crime, combinando-lhes a conseqüente pena.

Outros entendem que, conquanto se lhes possa enquadrar via analogia, há que se prover o Código Penal de uma seção específica de forma a facilitar a operação do Direito e da Justiça no compasso dos tempos modernos.

Quanto ao seu mérito, a presente proposta inclui, no Código Penal, os seguintes temas: o acesso indevido ou sem autorização a meio eletrônico ou sistema automatizado; a manutenção, fornecimento ou transporte indevido ou sem autorização de dado ou informação obtida em meio eletrônico ou sistema

informatizado; equiparação ao dano previsto no art. 163 do Código Penal, chamado dano eletrônico; criação e difusão de vírus de computador ou sistema semelhante; a interrupção ou perturbação dos serviços públicos de água, luz, força, calor, telecomunicação, telefonia e outros; a cópia, editoração ou falsificação de cartão eletrônico de crédito; falsificação, clonagem ou malversação de telefone celular; interceptação de fluxo de comunicações de sistema informatizado e a divulgação para finalidade distinta daquela que motivou a estruturação do banco de dados, informações pessoais, privadas ou sigilosas.

Continuando a análise, quanto à criação ou veiculação de pornografia, a pena prevista deixou de considerar a Lei nº 10.764, de 02 de novembro de 2003, aprovada pouco depois da entrada no Senado do PLC nº 89, de 2003, que previa maior rigor no tratamento desse crime.

No voto em separado apresentado pelo Senador Hélio Costa, é proposta a remição expressa na dita lei, estabelecendo que os crimes de pornografia infantil que utilizem recursos de tecnologia da informação e de comunicações sejam punidos na forma do art. 241 da Lei nº 8.069, de 1990, alterado pela Lei nº 10.764, de 2003.

Com efeito, a Lei nº 10.764 trata, de forma mais sistemática e adequada, a pornografia infantil. Nossa sugestão, contudo, é de que seja apenas suprimido o artigo correspondente do PLC nº 89, de 2004, e de que não seja feita remição expressa àquela lei por não configurar a tal remição a técnica legislativa.

Analisando a matéria constante do voto em separado, por se tratar de modificações de mérito, julgamos conveniente não considerá-las como emendas ao PLC nº 89 porque, assim fazendo, estamos permitindo que o PLC possa ser levado à sanção, se aprovado em plenário, com evidentes benefícios para a sociedade brasileira, que passará a ter os crimes de informática tipificados no Código Penal.

Mas, em respeito ao relevante trabalho levado a efeito pelo autor do voto em separado, procedo à análise das matérias, sugerindo que elas sejam transformadas em projeto de lei para que possamos dar o andamento que elas merecem.

A primeira delas é basicamente redacional, solicitando a substituição da expressão "crimes na área da tecnologia da informação e comunicações". A expressão "crimes de informática" realmente está um tanto defasada. Não há dúvida com relação a isso. No entanto, a expressão sugerida também pode ser superada no correr dos tempos. Seria melhor talvez adotarmos a expressão "crimes cibernéticos".

Outro item diz que, apesar de reconhecer a adequação do tratamento contemplado para os crimes contra a inviolabilidade de meios eletrônicos, argumenta serem necessários instrumentos mais precisos para abordar a simples tentativa de cometimento desses crimes pela difusão do sistema fraudador, capaz de induzir alguém a fornecer, espontaneamente, qualquer dado que possa facilitar ou permitir o acesso às informações.

Entendemos que o PLC nº 89 contém lacunas, por exemplo, não contemplando a conduta conhecida, em inglês, como *fiching*, crescentemente, difundida nos últimos tempos e que consiste no uso de falsos endereços de correio eletrônico ou páginas fraudulentas da Internet desenhadas para enganar os destinatários, visando a induzi-los a divulgar dados pessoais, tais como números de cartões de créditos, nomes de usuários, senhas de contas, entre outros. Essa conduta não envolve invasão de sistemas informatizados.

Outras ausências são a de tipificação da falsidade informática e da sabotagem informática e ainda da decodificação de senhas. São exatamente tipos de crimes que surgiram depois que o projeto já tinha sido apresentado à Câmara e por ela aprovado.

Dessa maneira, entendemos que cabe, efetivamente, apresentação de projeto que preveja o que está ali denominado como fraude eletrônica, caracterizado pela distribuição de programa fraudador capaz de induzir alguém a fornecer dado que possa facilitar ou permitir acesso a informações.

Faço ainda outras análises, discordando de que esse crime possa ser chamado de tentativa porque o Código Penal já trata da tentativa de forma genérica. A questão referente ainda à expressão "meio eletrônico", que deveria ser substituída por dispositivo de comunicação, é também uma proposta válida, mas ela não me parece vantajosa ou adequada nesse sentido. Sugiro que se faça essa alteração de caráter mais semântico. Essas são, portanto, as observações que eu tinha a fazer sobre as mudanças da proposta.

Há ainda uma lacuna que ainda deve ser suprida através de emenda, mas não a fizemos pelas razões processuais já apresentadas. Trata-se da imposição de prazo legal para que os provedores nacionais armazenem os protocolos de identificação na internet. Hoje, não existe prazo para que os protocolos de identificação da internet sejam armazenados. O Comitê Gestor da Internet no Brasil recomenda aos provedores nacionais, dada a ausência de lei nesse sentido, que guardem por até três anos o *internet protocols,* para que os investigadores possam chegar aos criminosos. Essa matéria merece também ser contemplada em outro projeto de lei, já que não consta do projeto inicial.

Por toda essa discussão, há que se reconhecer que tais temas são suficientemente novos, específicos para merecer a tipificação penal. Cabe ao legislador, ao acompanhar a evolução da sociedade, adequar a lei ao desenvolvimento tecnológico, que traz em seu bojo novas formas de oportunidades de delitos ou comportamentos anti-social.

Portanto o meu voto, tendo em vista o exame da matéria, de conformidade com a prescrição do art. 102 do Regimento Interno do Senado, e entendendo que o projeto em pauta vem preencher já longamente sentida lacuna do ordenamento jurídico vigente, opinamos pela aprovação do PLC nº 89/2003, mantendo-se o texto original da Câmara dos Deputados, amplamente discutido para chegar ao texto aprovado, mas acatando, parcialmente, o voto em separado do nobre Senador Hélio Costa, através da emenda supressiva abaixo, do art. 5º, sobre pornografia infantil. Suprime-se, portanto, o art 5º do texto do Projeto de Lei da Câmara.

Quero dizer que esse tema é extremamente urgente. Todos os dias a imprensa divulga novos casos de falsificação de cartão de crédito e clonagem de telefones celulares – nós todos praticamente já tivemos telefones celulares clonados –, mas o Código Penal ainda não especifica esses crimes.

Por outro lado, desde a apresentação do projeto, em 1999, até hoje, surgiram novas questões. O Senador Hélio Costa tem razão quando propõe vários outros pontos, mas, se fizermos essas alterações agora, vamos gastar mais tempo ainda porque o projeto terá que retornar à Câmara. Usando um pouco o estilo da política mineira, na tentativa de encontrar uma forma de atender o que está colocado, sugiro que aprovemos o projeto enviado pela Câmara e que acatemos, em parte, o substitutivo do Senador Hélio Costa, suprimindo a questão relativa à pornografia infantil, que está melhor definida em outro instrumento legal. Sugiro a aprovação do projeto como está para não prejudicar a sua entrada em vigor imediatamente. Poderíamos apreciar um outro projeto de lei para abrigar novas questões que estão surgindo – e que vão surgir – rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Eduardo Azeredo, o relatório de V. Exª está bem elaborado, mas vi o Senador Pavan, assim como eu, curioso e preocupado com o voto em separado que só agora veio ao conhecimento deste Plenário. Esse voto traz algumas coisas profundamente preocupantes na evolução do crime com o uso, principalmente, do sistema eletrônico. Tenho visto alguns delegados que estão tentando se especializar no assunto e mesmo assim são raros os que conseguem se especializar, tanto nos Estados como na Polícia Federal, por falta de uma legislação especial.

É claro que há crime do colarinho branco, estelionato, pedofilia, modalidades que são enquadráveis em alguns atos.

Peço licença a V. Exª, visto que este projeto tramita há cinco anos, de acordo com as colocações de V. Exª, para pedir vista do projeto para analisá-lo de forma mais profunda e consultar alguns colegas sobre esse voto em separado e o projeto original aprovado pela Câmara, com a emenda aceita por V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, quero lembrar que o projeto ainda será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Da minha parte, reconheço que é um direito de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou fazendo o pedido de vista para analisar melhor o relatório, mas fica a critério do Plenário aprová-lo ou não. Não estou contra o seu voto, apenas queria avaliar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão o parecer do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu só quero me manifestar cumprimentando o Senador Eduardo Azeredo. Esta matéria é, efetivamente, urgente. Entendo a motivação do Senador Romeu Tuma. É preciso realmente um pouco de tempo para analisar o voto em separado, mas eu queria ressaltar que esta é uma matéria que, dificilmente, eu diria, é quase impossível termos uma legislação atualizada sobre as possibilidades de crime nessa área, porque a evolução tecnológica é tão rápida, é tão veloz que a legislação, fatalmente, enquanto perdurar esse dinamismo de aperfeiçoamentos nesse tipo de comunicação, vamos ter quase necessariamente uma legislação desatualizada. Entretanto, é preciso preencher lacunas que já estão aí já há algum tempo. Acho que a sabedoria do Senador Eduardo Azeredo se manifestou em seu voto, reconhecendo que há ainda campos que não são contemplados por esta proposta, mas que é preciso aprová-la e sem prejuízo da continuidade do exame de outras proposições que vão tentando atualizar a legislação criminal num campo onde a velocidade de evolução tecnológica é espantosa.

De forma, Sr. Presidente, que apóio, dou meu voto favorável ao parecer do Relator, mas obviamente o pedido de vista do Senador Romeu Tuma tem precedência, e com todo o direito, S. Exª quer examinar mais detidamente a questão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Eu gostaria de fazer uma observação, Senador Ro-

berto Saturnino e Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator da matéria. Em princípio, esta matéria foi discutida no ano passado aqui na Comissão, quando, na realidade, foi designado o Senador Eduardo Azeredo como Relator. Em seguida à discussão que se fez no ano passado, apresentei o voto em separado. É evidente que o voto em separado foi apresentado aos Srs. Senadores, no ano passado, durante as reuniões subseqüentes à discussão do assunto. Entretanto, para esta discussão e votação do relatório do Senador Eduardo Azeredo, o voto em separado não foi incluído, não foi apresentado hoje neste livro principal que traz todas as matérias em discussão, muito embora já tenha sido no passado. Então, faltou aos Srs. Senadores que observaram a pauta da votação... O voto está em separado?

O SR. (Orador não identificado) – Está em separado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Está incluído, apensado hoje pela manhã a meu pedido. Ele não está, na realidade, apensado aqui. Ele foi incluído hoje pela manhã porque eu fiz um pedido expresso ao secretário da Comissão.

Então, muito embora concorde também em parte com todas as observações feitas pelo Senador Eduardo Azeredo, muito embora haja ainda muito a ser discutido com relação a essa tentativa de crime de informática, porque, na medida em que a pessoa se propõe a praticar um crime, ela já está, sim, infringindo o art. 14 do Código Penal. Não há a menor dúvida. Então, se o Código Penal reconhece que a pessoa, ao querer praticar um crime, já praticou o crime, então, evidentemente, ele tem que ser considerado. O Senador Eduardo Azeredo prefere que isso aí seja tratado de uma outra forma. Eu acho que precisa, também, ser discutida aqui a questão.

A fraude eletrônica, que é outra coisa que precisa ser tratada com muita dedicação dentro dessa apresentação do relatório, deixou de ser acatada como sugestão do voto em separado. Apresentação de um projeto de lei autônomo para tratar especificamente da matéria – sim, sem dúvida nenhuma. Podemos fazer um grande projeto sobre a questão da fraude eletrônica, mas acho que ela mereceria uma atenção dentro do relatório que foi apresentado nesse sentido. Até mesmo o assunto em si, por se tratar do crime de informática, ou, conforme propus várias vezes aqui, que se trata dos crimes cometidos na área de tecnologia de informação, ou TI, eu acho que o pedido de vistas que faz o Senador Romeu Tuma não vai atrasar em absolutamente mais do que uma semana ou dez dias, ou o que for. E daria tempo, evidentemente, ao Senador Eduardo Azeredo de fazer mais uma revisão rápida em seu texto para que possamos, na semana que vem, aprovar definitivamente essa matéria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tratar com mais carinho o voto em separado...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Minha preocupação é só que, se modificarmos o projeto, eu disse que eu também tenho sugestões a fazer, mas, se fizermos as modificações agora, vai demorar. Sabemos como o processo legislativo é lento, infelizmente.

Então, minha preocupação é só essa. Eu tenho sugestões a fazer. Eu também não concordo, plenamente, com o projeto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não seria bom aproveitarmos agora e tentar aprová-lo definitivamente?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim. Se aprovarmos com emenda supressiva, é possível aprovarmos sem o risco de voltar para a Câmara.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, eu digo com as idéias de V. Exª também. Colocá-las aqui. Se sair pronto o projeto, não teremos uma paralisação na Comissão de Justiça.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É porque volta para a Câmara. E, aí, há demora, sem dúvida alguma. V. Exª sabe bem o que tem acontecido..

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ah, sim. V. Exª está fazendo um cálculo de retorno...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É uma questão processual apenas. Estou preocupado de não ter de voltar. Apesar de, evidentemente, sermos uma Câmara Revisora. Mas é pela urgência do assunto. É um assunto muito urgente para que possamos ficar mais meses sem...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A emenda do senhor não volta para a Câmara.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, é uma emenda supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade, Senador Azeredo, de qualquer forma, pelas observações feitas por V. Exª, como Relator, a matéria já volta para a Câmara dos Deputados. Além de...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu estou colocando só emenda supressiva, só...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Mudando o mérito, evidentemente, volta à Câmara. Além disso, ainda tem de passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não estou mudando o mérito, mas fazendo uma supressão só, porque já existe a questão... Mas eu estou mudando... Suprimindo, porque existe uma legislação específica sobre a questão da pornografia, mas não entra no mérito, não. Não está entrando no mérito, não. Ela só está suprimindo uma questão que fazia um detalhamento do que é a pornografia e a tipificação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Que foi, na realidade, uma das sugestões do voto em separado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente. Eu estou acatando a sugestão do voto em separado feito por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom... Não havendo outra manifestação, vista concedida ao Senador Romeu Tuma.

Vamos ao próximo item da pauta.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004, inscreve o nome de Hildefonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul, no livro dos Heróis da Pátria. A autoria é do Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Flávio Arns. Não estando presente o Senador Osmar Dias, o autor, passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, em sua justificação, o autor do projeto, Senador Osmar Dias, propõe a inscrição do nome do Barão de Cerro Azul no livro dos Heróis da Pátria, que seria uma maneira de resgatar a memória de um herói brasileiro esquecido. E, mais do que isso, praticamente banido dos livros de história por sua atuação nas lutas durante a instauração da República, quando evitou a invasão da cidade de Curitiba.

Entre os fatos que justificariam a inscrição de Hildefonso Pereira Correia no livro dos Heróis da Pátria vamos relembrar os seus feitos como empreendedor e como líder político. De proprietário de engenho de erva-mate e *(inaudível),* mudou-se para Curitiba, local onde se destacou como líder empresarial e incentivador de melhorias urbanas. Posteriormente, veio a defender essa mesma cidade nas escaramuças militares que envolveram os partidários de Floriano Peixoto e os Federalistas.

Por um lado, vem a ser o principal artífice da paz entre os curitibanos e os revolucionários Maragatos que intentavam se dirigir ao Rio de Janeiro para derrubar o governo de Floriano; por outro, veio a ser considerado traidor pelos florianistas, justamente por suas tratativas em favor da mesma paz entre brasileiros.

Essa atuação destacada do Barão de Cerro Azul, por sua vez, passa hoje por outras formas de resgate, particularmente com a transposição para as telas de cinema de sua vida no filme **O Preço da Paz**, produzido por Maurício Appel, dirigido por Paulo Morelli, com elenco de estrelas como Herson Capri, como Barão de Cerro Azul; Giulia Gam, Baronesa de Cerro Azul, e, ainda, José de Abreu, Camila Pitanga e Danton Mello nos outros papéis de destaque.

Antes mesmo do reconhecimento oficial que se pretende fazer por intermédio do Projeto de Lei aqui analisado, já está havendo reconhecimento por parte do público, pois o filme foi escolhido como o melhor Longa Metragem pelo Júri Popular da VII Mostra de Cinema de Tiradentes e do Festival de Gramado. Neste último festival, recebeu também os prêmios de melhor Direção de Arte e de Melhor Montagem.

Ao aprovar a inscrição do nome do Barão do Serro Azul nesse registro que já consagrou outros tantos heróis, o Congresso Nacional estará prestando um grande serviço à memória de luta pela liberdade e pela paz, dois grandes valores do nosso povo.

Pelo exposto, por seu mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 354. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

(Procede-se à votação.)

Aprovado, portanto, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado pelo seu voto, Senador Paulo Paim. Como V. Exª estava atrás do Senador Gilberto Mestrinho, a Presidência não viu o ilustre Senador Paulo Paim.

Também submeterei à votação as emendas do Item 1 – uma emenda e subemenda – que não votamos no começo da nossa reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com as emendas apresentadas ao Item 1 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Passo ao **Item 5**:

Terminativo, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004, turno suplementar, que denomina a BR-101, no Estado de Sergipe, de Rodovia da Cultura Sergipana, identificando os respectivos trechos com os nomes de: Rodovia Escritor Manoel Bonfim, Rodovia Escritor Gilberto Amado, Rodovia Filósofo Tobias Barreto e Rodovia Ensaísta Sílvio Romero.

O substitutivo é de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. O Senador Antonio Carlos Valadares é autor do Projeto de Lei do Senado nº 228.

O parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 26 de abril de 2005.

Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, está aprovada a matéria.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 016, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A autoria do projeto é da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, e a relatoria é do Senador Hélio Costa.

Passarei a Presidência dos trabalhos ao Senador Flávio Arns, para que eu possa apresentar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Passo a palavra ao Senador Hélio Costa para fazer a apresentação do relatório do Item 6 da pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive a oportunidade de, inúmeras vezes, em discussões no Senado da República, referir-me à preocupação que os mineiros sempre tiveram com o ensino superior, razão pela qual há nove universidades federais em Minas Gerais e doze instituições de ensino superior no nosso Estado.

Cada um dos quatro Presidentes da República de Minas Gerais que passaram pelo posto mais alto da Nação deixou a sua marca no Estado com uma universidade em uma região extremamente importante. Esqueceram-se, entretanto, de uma das localidades mais sofridas e pobres de Minas Gerais, que se situa no começo no Vale do Jequitinhonha, ou seja, o Vale do Rio Doce. A região leste de Minas Gerais é que dá acesso ao Vale do Rio Doce, passando primeiro pelo Vale do Mucuri e subindo para o Vale do Jequitinhonha.

A reivindicação que faz o povo de Governador Valadares é muito válida e bastante justa. Por se tratar de uma cidade com quase 400.000 habitantes, é uma das mais importantes do nosso Estado de Minas Gerais, localizada, na realidade, a 311 quilômetros de Belo Horizonte, onde está, ao sul, uma universidade federal; situa-se ainda a 500 quilômetros de Juiz de Fora, em direção oeste; a 350 quilômetros de Ouro Preto; a 400 quilômetros de Viçosa; a 850 quilômetros de Uberlândia; a 530 quilômetros de Lavras; a 750 quilômetros de Itajubá; a 480 quilômetros de São João Del Rei; e a 400 quilômetros de Diamantina. Essas são as distâncias que vão de Governador Valadares até as instituições de ensino superior que existem em Minas Gerais.

Então, não se trata de acrescentar apenas mais uma universidade pública em Minas Gerais, mas de atender a uma região do nosso Estado, altamente produtiva, que, na verdade, tem sofrido demasiado nesses últimos anos pela falta de investimentos e de estrutura. É uma área rica no solo, tendo as pedras preciosas mais bonitas deste Planeta, simplesmente extraídas e enviadas para a Antuérpia, para Tel Aviv ou para onde quer que seja.

Lamentavelmente, o trabalho não é feito pelo artesão brasileiro e o valor agregado – que deveria ser adicionado a essas pedras semipreciosas e preciosas – não fica em Governador Valadares, nem naquela região. Ele acaba na Europa, no Oriente, em qualquer outro lugar, menos em Minas Gerais. Assim, foi-se registrando um índice de pobreza deplorável na área referente ao leste mineiro.

Por essa razão, Governador Valadares figura entre as cidades, possivelmente, mais exportadoras de talentos de jovens para os Estados Unidos, sofrendo amargamente esse processo que o Senador Cristovam Buarque muito bem definiu como "a diáspora brasileira". Os jovens de Governador Valadares foram embora, deixando a cidade na tentativa de emigrar para os Estados Unidos, para a Europa ou para o Oriente.

Hoje, provavelmente, a maior comunidade de brasileiros nos Estados Unidos é a valadarense, que contribui, certamente, para a manutenção da economia local. Atualmente, é possível que a economia da cidade de Governador Valadares esteja intimamente ligada à remessa dos dólares remetidos dos Estados Unidos pelos valadarenses, que, aos milhares, deixa-

ram a região nos anos 60, 70 e 80 e que, agora, inclusive, são perseguidos pelas autoridades consulares norte-americanas.

A um mineiro da região leste de Minas Gerais está automaticamente vetada até uma entrevista para obtenção de visto pelo fato de ser de Governador Valadares. Qualquer cidadão brasileiro que tiver escrito em seu passaporte Governador Valadares – ou região – é *persona non grata* para a embaixada norte-americana. É lamentável esse fato, que deve ser exposto de forma clara e objetiva.

Desse modo, a universidade é o caminho para se fazer a recuperação de uma região. É o ponto fundamental. O futuro deste País depende da educação e, por mais que Minas Gerais tenha, sim, atualmente, o maior número de instituições de ensino superior – e todas elas têm absoluto brilhantismo, como as Universidades de Viçosa, de Ouro Preto, de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, de São João Del Rei e de tantas outras que se destacam no Brasil e no mundo –, estamos apenas fazendo uma sugestão, pois compete, na realidade, ao Executivo qualquer decisão que diga respeito à implantação de uma universidade no País.

A exemplo do que vimos ocorrer em vários Estados, estamos, sim, fazendo essa proposta, porque, segundo parecer do eminente Senador Josaphat Marinho, "procede à perfeição a qualquer Casa um ato autorizativo como forma de ela se pronunciar e se adiantar ao Poder Executivo quanto à legitimidade e oportunidade de criação de instituição que é demandada por setores da sociedade, que os Parlamentares representam."

Isto é o que faz, então, o PLS nº 16, que estou relatando.

Como não podemos pedir a implantação como projeto de lei, estamos fazendo a sugestão de que o Governo reconheça a importância da região leste de Minas Gerais e que possa conceder a essa região, capitaneada pela cidade de Governador Valadares, a implantação da Universidade de Governador Valadares, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Em discussão o parecer do Senador Hélio Costa.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, queria apenas me manifestar, apesar da hora.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Desculpe-me. Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, manifesto-me favoravelmente à matéria não somente com meu voto, mas com meu apoio. Embora não se possa tirar recursos da educação básica para a universidade, sempre se deve procurar criar mais instituições de ensino superior ao mesmo tempo em que se melhora a educação básica neste País.

Então, felicito o autor do projeto, bem como o Relator. É bom comparecermos a reuniões quando podemos criar coisas boas como essa!

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Passo a palavra ao Senador Marco Maciel, para discutir.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo secundar o que disse o Senador Cristovam Buarque e dizer, como salientou o Senador Hélio Costa, que, na verdade, trata-se de uma autorização para que o Executivo possa instalar a instituição.

De fato, falece ao Poder Legislativo a capacidade de determinar, de forma cogente, portanto, a criação da instituição. Mas, de toda maneira, a autorização já demonstra, como se sabe, a aspiração do Congresso no sentido de ver atendidas essa justa aspiração do povo mineiro, de modo especial daquele nucleado em Governador Valadares. Daí por que, secundando o que disse o Senador Cristovam Buarque, subscrevo também o parecer do Relator.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria de fazer mais uma observação.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns) – Pois não. Com a palavra, o Senador Hélio Costa, Relator.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – No começo do ano passado, por ocasião da viagem que fiz, juntamente com o Senador Marcelo Crivella e o Deputado João Magno, aos Estados Unidos, para trazermos os brasileiros que estavam presos naquela oportunidade, perguntei inúmeras vezes nas entrevistas que fiz a razão da saída. Ela vem sempre com duas observações: o problema econômico e a oportunidade de estudar, conhecer, saber, além de aumentar conhecimentos, até porque, em uma viagem ao exterior, automaticamente, as pessoas estão aprendendo.

Então, na medida em que esta proposta vem com uma força muito grande, porque é um projeto de lei da Comissão de Legislação Participativa. Portanto, não se trata simplesmente de uma sugestão autorizativa. Ela vem com uma força da Comissão e, por essa razão, deve certamente ser apreciada favoravelmente pela nossa Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Em votação o projeto de lei.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Retorno a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer uma observação. Disse que é autorizativo, porque o Poder Executivo não pode criar uma universidade se não propuser e o Senado aprovar ou o Congresso autorizar a fazê-lo. É no sentido de técnica, no sentido do Direito Constitucional e, de modo particular, no sentido da boa técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Muito obrigado, Senador.

Item 7:

Solicita a presença do Ministro Henrique Meirelles para uma audiência nesta Comissão.

Autor: Senador Marcelo Crivella

Não estando presente o Senador Marcelo Crivella, autor do requerimento, fica o item adiado para a próxima reunião.

Item 8:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a formulação de convite ao Sr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, para que o Senado possa ouvi-lo sobre a remessa aos laboratórios brasileiros para teste de amostras do vírus gripe H2L2, no âmbito da Comissão de Educação.

Ao fazer essa leitura, vou sugerir que, na próxima semana, possamos fazer essa discussão no âmbito da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Entendi que foi quase um descuido agressivo, um agressivissimo de uma empresa americana. Não se trata sequer de um governo ou de uma instituição, é uma empresa americana que distribui um vírus letal para 18 países e, felizmente, aqui nós recebemos em duas instituições que são as duas mais competentes do Brasil e, evidentemente, detectamos logo que se tratava do vírus da gripe que tinha que ser retornado, eliminado ou destruído.

Consta, fico sabendo, que esses vírus que chegaram ao Brasil dessa forma foram destruídos, mas é importante que alguém apareça oficialmente, perante uma Comissão do Senado Federal ou perante a Subcomissão de Ciência e Tecnologia para dizer como alguém nos Estados Unidos decide mandar um vidrinho de vírus mortais para o Brasil, que passa pela alfândega e chega até uma instituição e, depois, cabe a essa instituição brasileira liquidar esses vírus. Tinha que devolver para eles para que eles resolvessem esse problema.

Estou propondo – não necessariamente teria que ser uma audiência pública – que esse cidadão, nosso representante na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, possa estar aqui para conversar um pouco mais sobre como essas coisas acontecem, de que maneira vamos evitar procedimentos semelhantes no futuro.

Submeto à votação o requerimento.

Na verdade, vamos retirar o requerimento e apresentá-lo na Subcomissão de Ciência e Tecnologia na próxima semana. (Pausa.)

Vamos ao último item da pauta que é o nº 9, não terminativo, aditamento ao Requerimento nº 02, de 2005 da Comissão de Educação, do Senador Paulo Paim.

Item 09:

Requeiro, nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 02, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, aprovado em 01/03/2005, José Vicente, Reitor da Fundação Zumbi dos Palmares para participar nesta Comissão de audiência pública que irá discutir a reforma universitária.

V. Exª gostaria de falar, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O Senador Cristovam conhece o Reitor José Vicente. Hoje, a Fundação Zumbi dos Palmares, no seu **campus** universitário, possui mais de mil alunos que participam da sua formação, e a experiência que eles têm é muito interessante nesse debate quanto ao Pró-Une e a integração, no nível universitário, dos chamados afro-brasileiros.

Por isso, estou apenas solicitando que ele seja ouvido para o debate da reforma universitária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Adiamento nº 05 ao Requerimento nº 02, de 2005, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Hélio Costa, extrapauta, submetido às Srªs e aos Srs. Senadores.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 205, de minha autoria, aprovado em 1º/03/2005, representante do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação para participar nesta Comissão de audiência pública que irá discutir a reforma universitária.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

E, por fim, o requerimento para que, nos termos dos incisos II e V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, pede a realização de audiência pública para promover um debate sobre a semana de educação para todos, celebrada em comemoração ao aniversário da cúpula mundial de educação para todos realizada no ano 2000 na cidade de Dacar, no Senegal.

Educação para Todos é uma promessa feita em Dacar por mais de 180 nações e que visa assegurar educação de qualidade para todas as crianças até 2005 e expandir significativamente a oportunidade de aprendizado para jovens e adultos.

O requerimento é de minha autoria e solicito a aprovação das Srªs e dos Srs. Senadores.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião com o agradecimento da Presidência a todos os Srs. Senadores e às Srªs Senadoras. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h13min.)

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de maio de 2005.

Às onze horas e dois minutos do dia quatro de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Valdir Raupp, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Presidente, Senador Hélio Costa, registra a presença para acompanhar a audiência pública das seguintes personalidades: o Senhor Eugenius Kaszkurewicz, Assessor Especial do Ministério da Ciência e Tecnologia e o Excelentíssimo Senhor Deputado Clóvis Fecury (PFL/MA). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador Hélio Costa e seus aditamentos de autoria dos Senadores Mão Santa e José Jorge, que tem como objetivo discutir a Reforma Universitária. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Herch Moysés Nussenzveig, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Éfrem de Aguiar Maranhão, Membro da Academia Brasileira de Educação (ABE). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e Paulo Paim. O Senhor Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom-dia senhoras e senhores. Estamos iniciando a 15ª reunião extraordinária da terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, nesta quarta-feira, dia 04 de maio de 2005, com audiência pública sobre a reforma universitária, em atendimento a requerimento de autoria do Presidente da Comissão com aditamentos dos Senadores Mão Santa e José Jorge.

Fizemos quatro convites para esta audiência pública. O primeiro deles para o Ministério da Ciência e Tecnologia, para que enviasse um representante. Evidentemente, o ideal seria a vinda do Ministro, mas, lamentavelmente, recebemos de S. Exª, por meio do Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia, a seguinte mensagem:

> *Em nome do Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, dirijo-me a V. Exª para agradecer a gentileza do convite para a audiência pública a discutir a reforma universitária, que ocorrerá dia 04 de maio de 2005, às 10 horas em Brasília.*
>
> *Em virtude de compromissos previamente assumidos, informo que o Sr. Ministro não poderá comparecer.*
>
> *Na oportunidade apresento os sinceros votos de sucesso no evento e reitero os protestos de estima e consideração.*

Está presente aqui, participando, evidentemente, como ouvinte desta audiência pública, o Sr. Eugenius Kaszkurewicz, Assessor Especial do Ministério, que irá certamente reportar ao Sr. Ministro os trabalhos desta audiência pública.

Ao mesmo tempo, fizemos um convite ao Professor Enio Candotti, Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que só não pôde vir porque foi submetido a uma cirurgia simples, porém que o impossibilitou de estar presente.

Agradecemos o seu empenho e a sua atenção.

Estão aqui conosco, ao meu lado direito, o Professor Herch Moysés Nussenzveig, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e o Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, membro da Academia Brasileira de Educação (ABE).

Discutiremos a reforma universitária, em princípio, no contexto, com relação a presença do professor Moisés da Academia Brasileira de Ciências. Tenho certeza que ele poderá acrescentar muitíssimo ao debate que já estamos realizando nesses últimos meses sobre a reforma universitária ou a reforma do ensino superior.

Inicialmente, passarei a palavra ao Professor Moysés e, posteriormente, ao Professor Éfrem de Aguiar Maranhão.

Portanto, com a palavra, por quinze minutos, o Professor Moysés Nussenzveig, da Academia Brasileira de Ciências.

O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Muito obrigado. Em nome da Academia agradeço pelo convite. Falarei principalmente sobre a proposta do anteprojeto apresentado pelo MEC.

A academia vem trabalhando. Há um grupo de trabalho instituído sobre a reforma universitária, que já está trabalhando há mais de um ano e produziu um documento que está à disposição de todos, trazendo subsídios para a reforma da educação superior, e, mais recentemente, observações sobre o anteprojeto de reforma que se está abordando agora.

Esses são os temas que vou discutir. O primeiro é que a autonomia desejável de gestão exige avaliação externa, e teremos uma proposta específica da academia. Esse é um ponto que consideramos extremamente falho na proposta do MEC, que tem muito pouco sobre a avaliação.

A segunda questão é a da escolha dos dirigentes, a eleição direta de reitor e particular. Estamos propondo que seja mantida a atual legislação da Lei de Diretrizes e Bases; consideramos extremamente nociva a proposta do MEC.

Em relação ao problema das quotas falaremos novamente sobre uma proposta diferente, que é a da inclusão social com preservação da qualidade.

A proposta do MEC sobre o que eles chamam Conselho Comunitário Social é outro aspecto que consideramos muito falho na proposta, e temos uma proposta alternativa que já existia no documento do ano passado, que é um Conselho de Desenvolvimento.

Um ponto positivo na proposta do MEC que vou enfatizar é o incentivo a ciclos de formação geral e à diversidade de uma maneira geral.

Finalmente, direi que é preciso ir muito além da Lei Orgânica e tratar de política de Estado.

Peço a transparência seguinte, por favor.

A avaliação é uma contrapartida absolutamente crucial da autonomia. Não é possível ter autonomia sem avaliação. E essa avaliação deve ser externa, rigorosa e independente. Três características que não estão, de maneira nenhuma, incluídas na proposta do MEC.

O sistema atual, baseado na Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior, não tem essas características. A Comissão tem treze membros, dois quais oito são indicados diretamente pelo Ministro da Educação e, além disso, dois pertencem ao MEC. Des-

sa forma, não é o que teria que ser: uma Comissão independente e realmente externa de avaliação.

A proposta que fazemos é que seja criado o que chamamos de CADI – Comissão de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional –, que irá fazer estas duas tarefas cruciais: avaliação e acompanhamento. E para que ela tenha o nível de independência desejável, a composição que propomos é esta: que ela seja presidida pelo Secretário Executivo do MEC, que tenha como membros os presidentes das três agências, a CAPES, o CNPq e a FINEP, que tenha quatro membros representativos da comunidade científica e tecnológica das quatro áreas de conhecimento e que sejam eleitos por lista tríplice formada pelos conselhos dessas três agências. E mais duas personalidades de notório saber. Tanto neste caso como no outro, a nomeação deve ser feita pelo Presidente da República. Essa Comissão organizaria a avaliação externa, nomeando comissões para esse fim altamente qualificadas e realmente independentes, faria todo o acompanhamento do desenvolvimento das instituições e seria ela que teria o papel muito importante de propor a grade orçamentária das universidades públicas, a distribuição de recursos das universidades, baseada no desempenho tanto acadêmico como gerencial.

A seguinte, por favor.

O assunto da escolha dos dirigentes.

As universidades públicas constituem o maior patrimônio que o País possui na pesquisa e são um referencial de qualidade no ensino. Assim, precisam ser preservadas. E a eleição direta de dirigentes, como proposta pelo MEC, é uma ameaça a esse patrimônio. Ela tende a fomentar o que há de pior dentro das instituições, que é o corporativismo. E a participação da escolha de dirigentes deve ser crucialmente dos docentes, que é o setor responsável pelo prestígio das instituições universitárias. A lógica diz que devem ser responsáveis também pela sua condução. Assim, a norma internacional é que haja um grande predomínio dos docentes na escolha, e o Brasil estaria inovando internacionalmente se fizesse esse processo de eleição direta. Não há nenhum outro país, de qualquer regime, seja socialista ou capitalista, que adote esse procedimento.

A nossa proposta é que seja mantida a legislação atual da Lei de Diretrizes e Bases, que impõe a participação de pelo menos 70% de docentes e a existência de uma lista tríplice, pois é muito importante que o Governo também participe do processo e tenha essa liberdade de escolha do dirigente.

A seguinte, por favor.

Quanto às quotas, consideramos fundamental que haja um incentivo à inclusão social, mas baseado na preservação da qualidade. Todos sabem que o principal gargalo no acesso à universidade por pessoas de classes menos favorecidas está nas deficiências do ensino fundamental e médio. É esse realmente de longe o aspecto que tem que ser mais incentivado e melhorado, que exige um investimento considerável. A meta deve ser a universidade que deve maximizar a diversidade do seu corpo docente – isso é muito importante – mantendo a qualidade.

A desigualdade social é o maior problema e afeta grupos éticos e culturais bastante diversos. Então, no lugar da proposta do MEC de quotas raciais e um percentual fixo de vagas, propomos que haja ações afirmativas do tipo da adotada na Unicamp, que dá um bônus na admissão de alunos provenientes de escola pública, baseado num estudo sério e garante a preservação da qualidade. Há várias iniciativas adicionais que podem ser tomadas pelas próprias universidades como a ampliação dos cursos noturnos, auxílio à formação de professores para o ensino fundamental e médio e cursos pré-universitários dirigidos para alunos de classes menos favorecidos. Tudo isso as universidades podem fazer. Mas a iniciativa de longe mais importante é a melhoria do ensino fundamental e médio.

A abertura das universidades para a sociedade é altamente recomendável. Arejar a universidade, abrindo-a para a sociedade o máximo possível, mas não da forma como é proposta pelo MEC, que é o chamado Conselho Comunitário Social. As contribuições fundamentais da universidade para a sociedade estão contidas nas suas duas missões principais, não só das universidades, mas da educação superior como um todo: a formação de pessoal qualificado é a principal contribuição do ensino superior à sociedade e o avanço do conhecimento através da pesquisa é a segunda mais importante. Agora, não cabe à universidade atender às demandas de grupos sociais, como é recomendado na proposta do MEC; não cabe à universidade implantar políticas públicas, que é parte da proposta do MEC. Então, o que propomos é bem diferente e é no sentido de criarmos um Conselho de Desenvolvimento que, ao contrário deste Conselho Comunitário Social, seria deliberativo e constituído por docentes de alto nível e personalidades representativas dos setores públicos e privados.

Esse Conselho de Desenvolvimento teria várias funções importantes, dentre as quais apreciar o orçamento e a sua execução, como também o plano de desenvolvimento institucional.

Um aspecto que achamos extremamente positivo na proposta do MEC foi o de incentivar novas modalidades, tanto em termos de diversidade de instituições uma vez que o Brasil precisa de uma grande

diversidade de instituições de ensino superior. Além das universidades, dos centros e faculdades, é preciso que haja de nível superior cursos técnicos e cursos de formação geral e de curta duração, no mínimo dois anos, e que não está na proposta do MEC para que seja possível a quem faz um curso desse tipo continuar mais adiante, participando de uma formação universitária ou de faculdade.

A diversidade de modelos é importante e há na proposta do MEC uma coisa muito importante, que é a implantação de ciclos básicos como uma opção, algo facultativo, mas que vem a atender algo importante que é permitir que o aluno, que em geral não tem, na idade em que entra na universidade, condições de realmente fazer uma opção de carreira bem formada, tenha oportunidade, durante esse período do ciclo básico, de adquirir conhecimento sobre o que é realmente a carreira que ele pode seguir, para que evite opções equivocadas que levam freqüentemente o estudante a desistir do curso, que não é aquilo que esperava. Chega às raias do absurdo o aluno ter de optar, no vestibular, se ele vai ser engenheiro civil ou naval ou de algum outro tipo, quando ele não tem nem idéia do que seja exatamente a engenharia.

Outros problemas sérios que também estão relacionados com isso referem-se à importância de reduzir o excesso de carga horária em muitos cursos e de permitir que o estudante seja estimulado no seu trabalho individual, tendo uma formação interdisciplinar, sem essa especialização prematura que eu mencionei já no ingresso. É preciso que ele tenha acesso à biblioteca, à computação, a uma série de atividades que lhe vão dar a formação desejável, sem que fique o tempo todo em sala de aula.

Finalmente, a transparência seguinte trata de algo que transcende bastante a proposta do MEC, que consideramos importante. O tema do ensino superior diz respeito não só ao MEC, aos demais Ministérios, mas a todos os órgãos do Governo e a toda sociedade. É preciso que haja um debate constante em torno desse tema e que o quadro atual seja realmente modificado, o que depende de políticas de Estado.

Deixe-me dar um exemplo, com esse gráfico que apresento.

A composição atual das diferentes áreas em que os nossos estudantes estão inscritos no ensino superior está nesse gráfico, que mostra que 69% estão na área de Ciências Humanas e Sociais. Isso é o que o Brasil precisa ter? Não. A razão disso é muito clara: cursos dessas áreas são baratos. O fato de haver quase 80% dos estudantes em instituições privadas de ensino superior mostra que custa muito pouco a elas oferecer cursos na área de Ciências Humanas e Sociais. Com isso, temos essa massa de advogados formados, que depois vão fazer o exame da OAB e serem reprovados, na sua maioria.

Isso é o que domina atualmente. É o reflexo dessa nossa organização.

Nas Ciências da Saúde, temos 13% dos estudantes; nas Ciências de Engenharia, com toda a sua importância, apenas 11%; nas Ciências Agrárias, também muito importante para o País, apenas 2%.

De que depende a mudança desse quadro? Não depende da reforma que está sendo proposta pelo MEC apenas, embora dependa em parte disso, mas depende de políticas de Estado que tenham relação com as prioridades de Governo e, portanto, que tenham relação com a participação desta Casa, do Senado, do Congresso, de todos os órgãos do Governo que estão envolvidos nisso e de toda a sociedade.

Estou deixando os documentos preparados pela nossa comissão, o do ano passado, "Subsídios Para Reforma da Educação Superior", e esse que apresentei hoje, do nosso grupo de trabalho, que são as observações sobre o anteprojeto. Esses documentos também são encontrados na página da Academia Brasileira de Ciências, www.abc.org.br.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Muito obrigado ao Professor herch Moysés Nussenszveig pela sua exposição.

Passamos imediatamente a palavra ao Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, membro da Academia Brasileira de Educação. Posteriormente, então, passaremos ao debate, com a apresentação das perguntas das Srªs e Srs. Senadores.

O SR. ÉFREM DE AGUIAR MARANHÃO – Bomdia a todos. É uma satisfação estar aqui para discutir um assunto de grande relevância. Eu queria, na figura do Senador Hélio Costa, saudar todos os Parlamentares aqui presentes e os demais ouvintes. Gostaria também de dizer da satisfação de estar aqui com o Sr. Moisés, porque discutimos, em alguns outros momentos, questões das políticas de educação, ciência e tecnologia. Acho que pelo menos esse documento que o Ministério apresentou serviu para catalisar uma série de reações da sociedade e da comunidade.

É claro que algumas entidades vêm discutindo o assunto há bastante tempo. Existe uma massa consolidada de pensamento sobre a educação superior, e eu queria dizer que partilho em 100% de tudo o que o Sr. Moisés disse. Eu assino embaixo de tudo o que a Academia Brasileira de Ciências expôs. Eu faria considerações, mas, agora, após discutirmos um pouco essas questões, vejo que os pensamentos são extremamente comuns, o que vai economizar tempo.

A Academia Brasileira de Educação também criou uma comissão, da qual eu faço parte, que está discutindo a reforma. Nós preferimos e estamos fazendo a discussão numa lógica atemporal. A idéia é de que educação não diz respeito somente ao Governo, que deve trabalhar na perspectiva de incentivo, mas que também é política pública, que precisa ser trabalhada como política de Estado, com leis que consolidem essas questões.

Eu queria lembrar que há um conjunto de manifestos de educadores sobre essas questões aí expostas.

O que estamos discutindo, na verdade, se é uma reforma, se é da universidade, pois começou com esse título e agora não é mais. Agora é reforma da educação superior, porque, na verdade, não se pode apenas focar a questão da universidade.

Acho que deixaram de considerar, como disse o Sr. Moisés, algumas das discussões internacionais, que são grandes referenciais. É aquilo que eu dizia antes: algumas dessas questões já foram consolidadas.

Em 1988, nós tivemos uma grande reunião: "Ação e Visão da Educação Superior para o Século XXI", em Paris, onde se discutia exatamente a educação superior nos vários contextos dos diversos continentes, que foi precedida de muitas reuniões nacionais. Então, ali se fez um consolidado de discussões que eu vou apresentar mais na frente.

Eu tive oportunidade de representar o Brasil nessa conferência. Ali nós mostrávamos um quadro da educação superior e algumas tendências que eu voltarei a comentar.

Em 2003, nós fizemos uma avaliação dos cinco anos. O que aconteceu no mundo cinco anos após a conferência mundial, que dava as grandes referências sobre a educação superior? O Brasil mais uma vez estava lá. O Ministro Cristovam Buarque estava representando o Brasil e falou na cerimônia de abertura da Unesco, também em Paris. S. Exª trazia algumas idéias do que ele chamava de reinventar a universidade do século XXI no contexto de uma maior abrangência para a educação superior.

É preciso que tenhamos primeiramente um diagnóstico adequado da situação nacional para pensarmos em fazer uma reforma que requer a participação de um conjunto imenso de representantes da sociedade, sobretudo da sociedade organizada, os chamados *take holds*, que vão desde os professores das academias aos alunos. Eu acho que o documento da reforma peca por não ter trabalhado essa questão de um diagnóstico e de uma análise de tendência, para, a partir daí, sim, apresentar propostas efetivas. Então, é preciso haver aprofundamento. Hoje o próprio Governo tem, no Inep, um conjunto de informações extremamente rico sobre educação superior e sobre a situação do Brasil.

Temos uma Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1996, que é moderna, flexível, dentro de uma tendência contemporânea. Na verdade, o que se está tentando mudar da lei, como disse o Sr. Moisés, é para pior. Na verdade não se está mudando para melhor. Somente para dar um exemplo, o próprio processo de escolha de dirigente. Fui Reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Lá, desde o início, nunca entramos nessa lógica do populismo porque entendemos que a Universidade é uma meritocracia. Então, para ser reitor, é necessário que o indivíduo tenha credenciais acadêmicas, precisa ter experiência em gestão e um projeto para a instituição. Se se trata de processo de escolha, a maioria tem de ser docente. Lá, setenta por cento é docente.

O que vemos é essa lógica, em primeiro lugar, querendo obrigar que todas as instituições façam eleições diretas, o que é um equívoco; isso fere a autonomia da instituição, que deve decidir, em cima da sua missão, da sua proposta, que modelo quer apresentar. Na hora em que se estão impondo quotas, modelos de eleições e outro conjunto de imposições, está-se ferindo a autonomia da universidade. Esta tem que fazer uma reflexão da sua importância local, regional e nacional, mas ela tem valores e princípios que emanam da academia; são princípios internacionais. Mas nós temos a própria experiência brasileira, que é nova e importante.

Temos, além disso, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, com perspectivas de metas para dez anos. Acabamos de ter uma reunião, agora, na Câmara de Educação, avaliando já o Plano Nacional de Educação, uma primeira avaliação. Não sabemos como é que está evoluindo a perspectiva do Plano Nacional de Educação, mas já queremos reformulá-lo, sem ter, mais uma vez, diagnóstico ou perspectivas de tendência. Isso é preocupante.

O próprio Sinaes, de que o Moisés já falou, foi implantado em 2004 por medida provisória, mais uma vez, trazendo muito mais uma visão do Executivo do que do Legislativo. Quer dizer, a legislação cabe ao Congresso, mas o Executivo brasileiro tem uma fome de fazer lei que é assustadora. E há uma incompatibilidade no sentido de quem tem a competência para legislar. O Sinaes vem com um conjunto de imperfeições. O Moisés citou algumas. Na academia, defendemos que a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da qualidade da instituição, precisa ter conseqüências, e estas devem ser no sentido de melhoria da qualidade da instituição. Essa avaliação deve ser baseada numa análise de pares independentes. Ela não pode ser nem

tutelada pelo Governo, nem pela corporação que vai ser avaliada, porque há um viés.

Outro equívoco é usar para a avaliação, quer seja para melhoria da qualidade, quer seja para a regulação e o controle, o mesmo instrumento. Então, o Sinaes já poderá ser mudado até agora, de acordo com o que o próprio Governo diz. Por que não fez uma discussão ampla em vez de se fazer uma medida provisória, para que pudéssemos discutir, avaliar, juntamente com a discussão de autonomia, de financiamento, que é a tendência, quando se vai discutir reforma? O Governo já diz que, em dez anos, a reforma será revista, mas o Sinaes já pode ser revisto agora. Ora, este foi aprovado em 2004! Quer dizer, isso já mostra a fragilidade como isso foi trabalhado e requer uma reflexão nossa.

O próximo.

Nas discussões internacionais, em toda reunião em que vamos falar de educação superior, seja com acadêmicos, seja com gestores, seja com Ministros – e na conferência de 1998 isso estava bem claro –, havia essas discussões que estavam no texto da reforma. Algumas foram fatiadas anteriormente como o Sinaes**,** mas a questão da pertinência, da importância da instituição no contexto em que se encontra... Quer dizer, hoje, quando discutimos formação, pesquisa, precisamos ter realmente uma preocupação regional, uma preocupação nacional, mas não podemos nos furtar de acompanhar as tendências internacionais porque uma das coisas importantes da academia é a cooperação internacional, é essa articulação das tendências e esse trabalho conjunto. A academia não tem fronteira. Todos acompanharam quando, na Constituição, limitou-se para as instituições de pesquisa e para as academias a vinda de pessoas do exterior. Houve uma luta e uma emenda constitucional que abriu essa possibilidade porque, em nome da defesa do mercado de trabalho, se discutiu e se proibiu a cooperação internacional mediante a Academia das Agências de Pesquisas.

Então, a pertinência deve ter uma preocupação ampla. A preocupação com a gestão é fundamental. Muitas questões que estão aí são devidas à gestão. Não escolho o melhor gestor por eleição. A gente brinca muito dizendo: vou escolher quem vai pilotar o avião entre os funcionários ou entre todos que estão no avião. É a mesma coisa. Quando vou escolher um reitor, tenho de escolher aquele que tem maior formação e melhores condições para conduzir a universidade; do mesmo jeito que quero que pilote um avião alguém que tenha competência para fazê-lo. Não vou colocar qualquer pessoa por um processo de escolha que não identifique competência para aquilo.

O outro ponto é o financiamento. Como se diz, política pública é política de Estado; política pública só se faz se houver financiamento, senão é letra morta. Não adianta fazer lei, não adianta estar na Constituição, porque se não houver efetivamente vontade política de alocar recursos, não acontece a política pública. O grande exemplo é a Constituição brasileira, que diz que a educação é direito de todos e dever da sociedade.

Houve a Emenda 14, que mudou, dizendo que o foco era o ensino fundamental e que é necessário trabalhar o ensino fundamental na perspectiva de garantir a escolaridade mínima de oito anos aos cidadãos. Ora, a lei brasileira diz isso. A Constituição é a lei maior. Evoluímos nisso? Evoluímos. Hoje temos 97% dos jovens em idade adequada e crianças freqüentando a escola fundamental, mas, a qualidade do ensino fundamental ainda é muito ruim. Estão aí as avaliações do Saeb, que mostram que a qualidade do ensino fundamental é muito ruim. Estão aí as avaliações internacionais – houve, em 2003, uma avaliação comparativa chamada Pisa, que mostrou que o Brasil tem uma das piores situações quando se avalia o ensino fundamental m vários países.

Isso é preocupante. Não posso também me esquecer que, quando estou falando de educação, tenho que ver a educação como um todo, embora constitucionalmente, como eu disse ainda há pouco referindo-me à Emenda 14, seja obrigatório o ensino fundamental de oito anos. Qual a realidade hoje? Hoje, a maioria dos brasileiros não têm sete anos de escolaridade. Então, é muito triste. Estamos discutindo toda uma política educativa e sabemos que a maioria dos brasileiros não pode ser chamada de cidadão, porque, para serem chamados de cidadãos, segundo nosso entendimento, é preciso ter 12 anos de escolaridade.

Enquanto os países desenvolvidos estão preocupados em ter como escolaridade 14 a 16 anos; nós não temos 7 anos. Então, como é que podemos discutir essas questões se não tivermos políticas públicas claras estabelecidas por lei, mas acopladas a uma lógica de financiamento?

Por isso hoje, mais do que nunca – lembro que avançamos, apesar de tudo, –, é difícil avançar se não tivermos um casamento entre o financiamento e as políticas públicas que queremos estabelecer. Assim, uma de nossas preocupações deve ser trabalhar isso adequadamente, porque, senão, será um projeto utópico, que sabemos não se realizará, que é para "inglês ver", como se diz. Então, na verdade, faremos muito mais uma catarse do que gostaríamos de ter, mas, não daquilo que efetivamente podemos ter.

Na reunião da Unesco de 1988, mostramos que o Brasil estava seguindo em uma seqüência de uma tendência adequada, que era a tendência da diversificação e da flexibilização; diversificar modelos de cursos e diversificar modelos de instituições. Então, nisso nós avançamos; criamos a figura dos cursos seqüenciais, criamos na graduação a variação numa lógica de formar tecnólogos; criamos a figura dos centros universitários; e criamos uma lógica de avaliações periódicas, ou seja, nada mais na educação brasileira é ***ab aeterno***. Tanto as instituições como os cursos são avaliados periodicamente. Nesse sentido, temos uma grande experiência na pós-graduação, que é representada pela CAPES. Essa experiência, que começou na década de 60, hoje é consolidada e respeitada. Por quê? Por que é feita por pares, porque é independente. Começamos, na graduação, a ter uma experiência, o Provão, que foi acabado na hora em que precisava ser aprimorado, porque estava começando a ter uma série histórica, e trocado por um processo que é novo, o Enad, que ainda vamos ter que ver como irá evoluir.

As avaliações de condição de ensino continuam na própria lógica dos sinais, que também é interessante, é uma avaliação por pares e que teremos que acompanhar.

Também nessa lógica se criou a figura do centro universitário, uma tendência que acontece no mundo desenvolvido, quer dizer, ter sistemas binários ou mais do que binários. Na Europa, há uma tendência de ter por exemplo os politécnicos. Portugal mesmo tem as universidades politécnicas e eles se complementam. Na América tem os ***Communities Colleges***. A Inglaterra foi o único exemplo no sentido diferente, porque a Inglaterra pegou as politécnicas e deu a elas o mesmo nome, todas se chamaram universidade. E aí ficou só rótulo universidade, embora com missões diferenciadas. Então, há uma tendência contemporânea de diversificação, de flexibilização.

Na avaliação dos cinco anos, feita em 2003, avaliamos esses quatro aspectos: quais foram os novos desenvolvimentos, qual a contribuição ao desenvolvimento, o que evoluiu nas estruturas e como se trabalhou a internacionalização.

Houve um referendo, por conta das preocupações da lógica do GATT, essa lógica da OMC, se se trataria a educação como *business* ou como bem público. E houve um acordo, um compromisso de todos de que a educação seria tratada como bem público. Isso não se discute mais. A educação é um bem público e um dos bens fundamentais.

A educação tem que ser vista numa visão integrada. Então, quando estou falando de uma reforma de educação, não posso estar tratando só da educação superior, sem trabalhar a questão da educação básica. Um grande exemplo são as cotas. Cotas não resolvem nada. Cotas complicam. Já há experiências na UERJ. É bom pegar quem começou com cotas, o que aconteceu com os alunos. Os alunos têm dificuldade de acompanhar os cursos, porque eles têm carências não só para o processo de acesso, mas eles têm carências com alimentação, com moradia, com transporte, para comprar livros, para acompanhar o ritmo das turmas.

É preciso, então, quando se trabalhar um processo de inclusão social, se trabalhar uma política afirmativa que garanta acesso, permanência e sucesso. Não se pode trabalhar só com a lógica de acesso, porque essa lógica é extremamente nociva, porque ela vai mediocrizar a universidade. Na verdade, ela traz uma conotação contrária àquilo que deve ser a universidade, que é uma lógica meritocrática. O Moisés falou da experiência de Campinas, por processo de acesso. É uma experiência extremamente interessante e rica, onde eles trabalharam, através de análise do que modificaria premiar alguns alunos diferenciados que viessem de escola pública, que, no processo competitivo, eles ficariam próximos mas não entrariam. Então, eles dariam um ***plus*** para que eles pudessem entrar no processo seletivo. Essa experiência já começou, mas temos que acompanhar. Isso tudo precisa de estudos, para que vejamos o que é que efetivamente acontece.

É preciso, quando estou pensando em cotas e ações afirmativas, se ter a idéia de que ela é temporal. Queremos que todo mundo tenha educação de qualidade para poder ter acesso com base no mérito, com base na competência. As ações afirmativas são ações temporárias, e tenho que melhorar efetivamente a educação básica.

O ensino superior é vital, contribui para o desenvolvimento sustentado, mas, como eu disse, qualquer país que queira ter desenvolvimento sustentado tem que ter educação superior e tem que ter educação superior fazendo pesquisa. Agora, nem toda instituição de educação superior tem que fazer pesquisa, porque pesquisa implica investimento. As instituições públicas devem ser – o Moisés de uma certa forma falou isso – o referencial do sistema. Elas deveriam ser a vitrine de como deveria ser uma universidade. E quem quer ser universidade teria que ter aquele padrão ou buscar aquele padrão. Agora, quem quiser ser instituição formadora pode ter padrão diferenciado. Essa é a tendência mundial. E é preciso também se preocupar com a cooperação para o trabalho.

Ainda na avaliação de 2003, claramente, apontávamos a importância de que, atualmente, na educação superior, temos que nos preocupar não só em

formar, mas em formar bem, buscando formações diferenciadas.

Vocês estão acompanhando a discussão na Europa do Protocolo de Bolonha. A idéia de Bolonha é criar três ciclos: um ciclo inicial, que equivale ao nosso bacharelado, de três anos; um segundo ciclo, que equivale a mestrado, de dois anos, e um terceiro ciclo, que equivale a doutorado, de três ou quatro anos. Há grande discussão e resistência a essa proposta, mas há uma tendência a incorporá-la, porque a idéia é que o indivíduo tenha o entendimento de que graduação ou bacharelado é uma etapa inicial do processo de formação, que não se conclui no processo da graduação. Então, a educação continuada é hoje a grande preocupação que devem ter a sociedade, as academias, a universidade, ou seja, como ela pode, permanentemente, estar formando o seu cidadão. A velocidade da formação do conhecimento é fenomenal, e é preciso que estejamos alertas as essas novas demandas de competências e habilidades.

Eu presidi o Conselho Nacional de Educação. Nele nós definimos as diretrizes curriculares, que são extremamente modernas. As diretrizes curriculares nacionais para a formação nos diversos níveis, desde o ensino fundamental até o ensino médio e a educação superior, vêm nessa linha contemporânea, dando liberdade às instituições.

A idéia é que a instituição tenha liberdade de formular sua própria proposta curricular. Não queremos criar um padrão único de instituição. Infelizmente, em alguns momentos, criam-se padrões únicos na reforma, embora se faça um discurso de diversidade.

Internacionalização. As pessoas têm trabalhado muito mais o lado negativo da internacionalização, que é o ***business***. Mas na verdade a internacionalização é tão importante para a universidade quanto a autonomia: a idéia de cooperação, de mobilização, de troca de professores e de alunos; a idéia de criarem-se redes de cooperação; a idéia de dar-se grau simultâneo. Hoje temos trabalhado com algumas universidades européias para que o indivíduo tenha diploma de graduação ou mesmo de pós-graduação nas duas instituições.

Então, essas são tendências com as quais temos que estar preocupados quando discutimos uma reforma de educação superior.

Isso V. Exªs já sabem. Quero apenas mostrar um gráfico. Esse roxo são os países da OCD, que são ricos, onde mais de 50% da população tem educação superior. Esta é a lógica. Em um País como os Estados Unidos, o percentual é de cerca de 80%; na Europa, a média é 50%, e aqui no Brasil temos o pior indicador da América Latina. Se usamos o valor em idade adequada, taxa líquida, temos menos de 10% dos jovens freqüentando a educação superior no Brasil, pior que a Bolívia e o Chile. A Argentina não é uma boa comparação porque ela não tem processo seletivo; todos os jovens que terminam o ensino médio matriculam-se. Então, é óbvio que terá uma presença de jovens em idade adequada muito maior do que os outros países, porque não há um processo seletivo. Mas, se compararmos com os outros, é lamentável que o Brasil tenha a pior situação da América Latina.

Precisamos nos preocupar com isso. Quando discutimos reforma da educação superior, devemos pensar em expansão com qualidade, garantindo que todos tenham direito a ela.

Quero lembrar uma preocupação que está no próprio texto do Plano Nacional de Educação, embora esta afirmativa seja minha. Dizemos que o Brasil continua rico, figurando entre as maiores economias do planeta, mas é extremamente desigual. Isso é uma verdade. Temos uma das condições de iniqüidade maiores do mundo, o que é efetivamente preocupante.

No Plano Nacional de Educação e num projeto de reforma, é preciso preocupar-se em como quebrar esse ciclo vicioso. Quem é pobre está cada vez mais pobre. A desigualdade não tem tido solução. Temos tido, ao longo do tempo, um agravamento da desigualdade. Os ricos estão cada vez mais ricos, os pobres, cada vez mais pobres. E a classe média está indo para baixo, ou seja, numa tendência à pobreza. As desigualdades das Regiões Norte e Nordeste continuam evidentes. Existem bolsões de pobreza em regiões metropolitanas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. O Centro-Oeste abrange realidades diferenciadas. Em Brasília, a situação é uma; mas em outras áreas da região, os indicadores são muito semelhantes aos do Norte e do Nordeste. É preocupante essa desigualdade.

Precisamos de uma política nacional – esse é o papel do Governo –, de políticas de investimento, de políticas de incentivo, e não de discutir leis. As leis devem ser discutidas, mas, na verdade, para muitas leis existentes, se houvesse o incentivo e o financiamento acoplado, já teríamos mudado bastante a situação.

A educação não apenas está prevista, mas deve ser uma prioridade. Essa é uma afirmação do Plano Nacional de Educação. Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior, para o qual o apoio público é decisivo. E é preciso apoio público não apenas à formulação de políticas públicas, mas à lógica de incentivo, para que as políticas públicas efetivamente aconteçam.

O plano traz a idéia – e é importante que faça parte deste e também do projeto de reforma – de que a universidade é o centro, o modelo estratégico. As

universidades públicas detêm um papel importante em tudo isso que temos de consolidar. O que consta da reforma para as instituições federais é muito bom. Fui reitor de universidade federal, e penso que o que consta da proposta é muito bom. Mas há um problema: não se discutiu com a área econômica. A concepção social é muito interessante, mas, como sabemos, não é realista. Por exemplo, dizer que o orçamento das universidades federais jamais será reduzido, ao contrário, será aumentado a cada ano, é uma afirmação difícil de ser cumprida. No começo do ano, sempre vemos contingenciamentos e cortes de orçamentos mesmo para as áreas sociais. Então, como poderemos desenvolver uma política de expansão ou uma política de melhoria de qualidade se não tivermos essa certeza?

Mais uma vez, lembro que o núcleo estratégico da discussão são as universidades, mas é preciso haver um sistema diversificado. Quando este Governo assumiu, pensou que a figura do centro estratégico era algo do Governo anterior, e baixou um decreto suspendendo. Agora, fez uma avaliação, dizendo considerar importante a existência de centros universitários, e recompôs a figura. Centro universitário é uma excelente idéia. É a universidade que não é mentirosa. Muitas instituições privadas que se dizem universidades não se enquadram em nenhum dos padrões de universidade que gostaríamos que existissem.

Caminho para a conclusão. A idéia da autonomia é fundamental. O Sr. Moisés já falou sobre isso, não vou me alongar. Gostaria apenas de lembrar que a idéia é que a autonomia esteja muito mais associada à qualidade e à avaliação do que simplesmente a rótulos e cartórios. Porque foi dado o nome de universidade há algum tempo, ela terá autonomia? Por que instituições de qualidade, como a Fundação Getúlio Vargas, não podem ter certas regalias de autonomia? Então, não se trata da lógica de cartório.

Gostaria de tecer alguns comentários objetivos com relação à proposta de reforma. A idéia de trabalhar adequadamente a educação básica e a superior e a idéia de fortalecer a meritocracia e a autonomia e de acabar com todos os penduricalhos colocados nos conselhos sociais, como mencionou o Sr. Moisés, da eleição e das cotas, precisam ser mais bem trabalhadas. É preciso acabar com a proliferação de decretos e de portarias, pois isso leva à instabilidade do sistema. Neste Governo, o Senador Cristovam Buarque pensava uma coisa a respeito da educação superior. Entrou outro Ministro que pensa outra. Se entrar outro Ministro, também irá mudar. Educação não é política de governo, mas política de Estado. É preciso haver estabilidade. Por essa razão, a questão tem que estar em lei, e com previsão e preocupação com o presente e com o futuro. Em função disso, fala-se em plano nacional de educação, política para dez anos ou, de preferência, quinze anos.

Assistência estudantil. Fui reitor de universidade federal. Um dos maiores problemas enfrentados pelo reitor é o de administrar restaurante universitário. Falta comida, falta moradia estudantil. Em países que trabalham seriamente essa questão, existe uma política de assistência estudantil independente da reitoria. E por quê? Porque no momento em que o reitor, sobretudo no modelo de eleição corporativa, vai fazer um discurso, o que ele vai defender? A melhoria do ensino e da pesquisa ou garantir creche, moradia, restaurante? Então, o discurso vai ser de acordo com o modelo de eleição. E aí a universidade perde aquilo que é seu referencial: ensino, pesquisa e, de certa forma, a extensão, traduzindo essas questões, em cima de um discurso falso, oportunista, e que não vai resolver.

Na hora em que se está dizendo, vamos definir no orçamento das universidades verba para assistência estudantil. É um equívoco, assistência estudantil tem que ser trabalhada fora das verbas da universidade e com políticas específicas.

É preciso que conversemos com a área econômica também. Fui gestor público e vocês também, sabemos que a estabilidade do que a área social pensa é completamente diferente do que a área econômica pensa. Vocês estão vendo agora a discussão do Fundeb, o Governo está discutindo que quer evoluir do Fundef, que era a Emenda nº 14, que garantia oito anos de escolaridade obrigatória para garantir os 11 anos ou 12 anos de escolaridade obrigatória. Isso implica dinheiro.

Quanto ao Fundef, o Governo faz toda essa discussão e toda essa festa, mas quem banca o Fundef são os Estados. Fui Secretário de Estado da Educação. A maior parte dos recursos é do Estado/ a segunda maior parte vem dos Municípios e a União entra com menos de 5%. E faz toda a festa, todos pensam que é um grande fundo da União e não é. É um fundo dos Estados e Municípios.

Quando estamos discutindo o Fundeb, é preciso que a União, em lugar de dizer quanto vai aportar, porque é ela quem define o valor do aluno, que ela defina qual é o percentual que vai colocar, porque os Estados e Municípios são obrigados a colocar 15% dos 25%, cada um, em educação. A União não tem nenhum valor estipulado, é ela quem define o custo-aluno e quanto ela quer aportar. É brincadeira se discutir política de fomento à educação básica sem a União efetivamente participar.

Sobre a idéia de modelo único de universidade é preciso pensar muito porque universidade tem que fazer

pesquisa e pesquisa significa investimentos, recursos. A formação de docente é um desafio, a expansão é um desafio, o ensino à distância é um desafio.

Vou terminar por aqui dizendo que só podemos, efetivamente, fazer política pública e temos que entender que a educação talvez seja uma das políticas públicas mais essenciais, mais fundamental de cidadania e que só poderemos, efetivamente, trabalhar educação básica com expansão e qualidade e ensino superior com expansão e qualidade, se tivermos recursos efetivos. Temos que fazer uma discussão séria, senão vamos fazer uma discussão utópica, em que tudo é possível e nada acontece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado ao Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, membro da Academia Brasileira de Educação.

Como autor do requerimento, queria fazer algumas observações iniciais e já apresentar rapidamente pelos menos duas questões, uma para o Professor Moisés e outra para o Professor Éfrem, sobretudo ressaltando o que destaco nas duas falas, nos dois pronunciamentos desta manhã.

Em primeiro lugar, fiquei absolutamente surpreso e espantado com os números que foram apresentados pelo Professor Moisés – eu conhecia, mas não necessariamente nesses termos – , mostrando a gravíssima situação do quadro da educação no Brasil, onde as Ciências Humanas ocupam 69% das vagas nas universidades. Um País como o nosso que se propõe a ser um País de primeiro mundo na ciência e na tecnologia, tem apenas 2% nas Ciências Agrárias. E olha que o Brasil acha que vai vencer o problema da globalização. Ele já tem hoje, na sua estrutura de exportação do agronegócio, uma das maiores fontes da entrada de divisas no País – 2% apenas são ocupados com Ciências Agrárias.

Na área de Engenharia – e olha que o Brasil se destaca na Engenharia até internacionalmente –, é inegável a posição do Brasil, internacionalmente, com estruturas importantíssimas feitas por empresas brasileiras – 11%, apenas 11%!

Na saúde, que é absolutamente indispensável à formação do técnico de saúde, do médico – 13%. Para formar nas Ciências Humanas e Sociais, aí, sim, são 69%. Por quê? Porque é mais fácil, porque eu passo no vestibular para aqueles cursos, porque não vou ter muito aborrecimento, não vou ter que estudar muito para poder conseguir o meu diploma neste curso. Então, isso tem que ser confrontado na realidade, isso tem que ser enfrentado. Essa situação não pode prevalecer.

E a pergunta que faço ao Professor Moisés é a seguinte: o que o senhor sugere, o que devemos fazer? É uma campanha nacional de esclarecimento? É tentar mostrar ao jovem que não basta ter um diploma? Senão, pode ocorrer o que disse o Professor Éfrem: vamos discutir hoje a sugestão de Bolonha, quer dizer, vamos passar a ter um sistema em que, com três anos de estudo, consigo apenas um diploma. Vou para casa, tudo bem. Atendi meu pai e minha mãe, "agora já tenho um curso universitário". Mas não é a minha profissão. Depois, faço mais três anos e digo que agora vou me especializar. E, se eu quiser ser realmente um doutor, vou fazer, então, o PhD ou vou fazer o meu doutorado. Aí, sim, estarei preparado para entrar no mercado de trabalho. Quem quiser apenas um diploma, estuda três anos, vai para casa e tudo bem.

Então, isso tudo tem que ser avaliado de uma forma muito corajosa, porque estamos observando uma proposta de reforma universitária com a qual não consigo encontrar ainda uma autoridade, como as que estão ao meu lado neste momento, à esquerda e à direita, que concorde com essa proposta que está sendo apresentada pelo Governo. Parece-me que ela carece, sobretudo, de um grande debate que já foi imediatamente proposto logo que iniciamos as atuações na Comissão de Educação do Senado. Ela veio, na realidade, com data marcada para ser apresentada, que era 15 de fevereiro, dia em que o Congresso estava abrindo, iniciando a sua sessão legislativa. Como é que vamos aceitar que a discussão da reforma universitária termine no dia 15 de fevereiro? Ela tinha que estar começando no dia 15 de fevereiro. E o que esta Comissão e certamente a Comissão de Educação da Câmara provocou aqui e lá foi a discussão mais ampla nesse sentido.

Vejo que continuamos errando, e o Professor Moisés ressaltou muito bem isso. A reforma não pode ser uma questão de política de governo, tem que ser de política pública. É evidente que não posso ficar fechado em cima do que pensa o Governo sobre a reforma universitária do ensino superior. Deve-se observar como é que o País, as entidades, as pessoas, nós, como brasileiros, nos sentimos; quem entende realmente de educação, quem pode discutir essa questão.

Estamos inclusive cometendo o erro gravíssimo de fazermos a seleção pelo voto apenas de diretores de universidade, quando, na realidade, vem outra proposta que parece que é absolutamente perniciosa: como é que vamos permitir, como disse aqui o Professor Éfrem, que decidamos quem vai ser o piloto do avião entre os passageiros? Quer dizer, não tem cabimento uma situação como essa! Ela precisa também ser enfrentada, porque existe um verdadeiro *lobby* em cima dessa situação, professor.

Quem tem que decidir quem é o reitor da universidade ou o diretor de uma instituição de ensino são os professores. Tem que ser a meritocracia mesmo! Não existe outra maneira de se eleger um presidente de instituição de ensino superior a não ser pelo mérito. Não é necessariamente pelo voto. Quem quiser voto, vá se candidatar a vereador, prefeito, deputado, senador, governador, o que quiser! O voto é por aí! Mas, em uma instituição superior de ensino, deve-se escolher pelo mérito, pela capacidade, pela competência. Este é que é, na realidade, o caminho para se indicar o diretor de uma instituição de ensino superior.

Vou pedir também ao Professor Moisés que faça uma avaliação das diferenças que existem entre o processo de avaliação que foi proposto e o que existe, porque, na realidade, estamos nos confundindo um pouquinho. Sempre entendi que, além de avaliar o estudante, temos que avaliar também a instituição. Não adianta pedirmos que um estudante seja competente em determinada matéria se ele não tem laboratório, se ele não tem biblioteca, se ele não tem condições na sua própria instituição de poder se preparar para se submeter aos diversos exames e ter um aproveitamento bom.

Então, esse processo de avaliação que está sendo proposto é o melhor, professor? Ou o anterior, na realidade, deveria, com pequenas modificações, ser mantido?

Vou também fazer uma pergunta para o Professor Éfrem, que diz que a proposta do MEC não faz um diagnóstico, porque não se fez discussão ampla nesse sentido. Na verdade, fiquei também muito surpreso ao saber que a avaliação é feita por 13 membros do Conselho Avaliador, dos quais oito são indicados pelo Ministro e dois são, forçosamente, do Ministério da Educação. Então, na realidade, não se trata de uma avaliação honesta, vamos dizer nesses termos, independente. É uma avaliação com os critérios do Ministro e do MEC. Não é uma avaliação independente, como deveria ser. Eu queria que o Senhor falasse sobre essa questão.

Eu, inicialmente, fazendo esse comentário e colocando essas posições, vou, imediatamente, passar a palavra à Senadora Maria do Carmo, nossa primeira inscrita; posteriormente, ao Senador Geraldo Mesquita e, evidentemente, ao Senador Roberto Saturnino, se quiser fazer uso da palavra.

Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizá-lo por essas discussões – tivemos, há poucos dias, uma discussão também com outros membros, inclusive com o educador Paulo Nogueira de Castro -, que têm trazido coisas importantíssimas, porque estamos discutindo um assunto extremamente importante para o País: a reforma da Educação, que não engloba, necessariamente, só a universidade. É preciso que tenhamos conhecimento disso e que o povo saiba o que estamos discutindo.

Quando falamos em gestão, em avaliação, isso realmente traz-se uma coisa importante, que não é nova para a universidade nem para nenhuma instituição do Governo, até porque, como as empresas se avaliam, as instituições públicas também precisam fazê-lo corretamente, não por um conselho que é formado só por gente do Ministério. Se são 13 pessoas e oito são indicadas pelo Ministro, isso significa que se vai fazer uma avaliação não muito correta.

Então, são temas importantes os que estamos discutindo e eu gostaria, Sr. Presidente, de sugerir a V. Exª que esta Comissão, que tem uma responsabilidade muito grande, fizesse chegar ao Ministério tudo que estamos ouvindo aqui, porque é preocupante que deixemos que essa reforma ande com discussões sérias como as que ouvimos hoje. Ouvimos dos dois expositores coisas extremamente graves, por isso eu queria sugerir que se fizessem chegar, por intermédio de V. Exª ou de toda a Comissão, essas preocupações nossas, decorrentes do que ouvimos de especialistas e não em discussões de botequim. São especialistas sérios, comprometidos, inclusive com experiência na gestão da universidade, como o professor Efrem.

Era isso o que eu gostaria de dizer, porque é preocupante para nós e para todo o Brasil estarmos discutindo uma reforma que o Ministério quer e que todos que têm vindo aqui são unânimes em combater.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Apenas para complementar a informação que V. Exª nos dá e sugere à Comissão, estamos fazendo, na realidade, uma síntese de todas as audiências públicas relacionadas à reforma do Ensino Superior. Tão logo terminemos essa série de audiências, vamos fazer o envio desses documentos, evidentemente, em nome de todos os Senadores da nossa Comissão, ao Ministro e aos seus assessores que, certamente, contribuíram para a apresentação do projeto que veio do Palácio do Planalto como proposta de reforma do Ensino Superior ou da universidade.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-SOL – AC) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; ilustres expositores; Professor Éfrem; Professor Moisés.

Quero, da mesma forma, louvar e parabenizar o Senador Hélio Costa, Presidente desta Comissão, por sua preocupado sempre presente e constante de

fazer desse fórum, desta Comissão, um ambiente de debate profundo acerca de assunto tão caro e importante para todos nós, para este País, para a população brasileira que é a educação, que representa ou a possibilidade ou a impossibilidade de avançarmos, e nos desenvolvermos e sermos uma Nação independente, sólida como todos pretendemos.

Confesso também que o que mais me chamou a atenção – intuitivamente, creio que tanto o Senador Hélio Costa como qualquer um de nós tínhamos presente esse quadro mencionado pelo Professor Moisés, agora com números que chamam a atenção, pois, 69% de nossos cursos se situarem na área de Ciências Humanas e Sociais –, inclusive tenho uma preocupação e gostaria de transformá-la numa indagação, Professor Moisés, dirigida a V. Sª.

Esse fato em si representa o que temos de realidade em nosso País? Ou seja, isso é uma exigência do mercado? É o mercado que sinaliza para essa condição, para esse fato, ou estamos distorcendo a demanda do mercado e formando aquilo que o mercado não deseja, não necessita, de forma distorcida?

Dessa minha preocupação, quero aduzir o seguinte fato: quem de nós, Professor Moisés, não conhece não só uma, mas várias pessoas que se formam em áreas técnicas neste País, por vezes com mestrados e doutorados e depois de 12, 15, 18 anos de uma formação intensa, em grande em parte ou totalmente financiada pelo Erário público, na plenitude de sua formação, não encontra colocação no mercado! Profissões técnicas, inclusive eu conheço várias pessoas. Aliás, temos, agora presente aqui em Brasília, uma profissional da área de Bioquímica, que concluiu recentemente o seu Doutorado em Paris, com bolsa de estudo custeada pelo Governo Brasileiro etc., enfim, pessoa que tem formação plena para chegar aqui e interferir em área tão importante como a Bioquímica e, no entanto, não encontra colocação no mercado. Por isso formulei essa questão.

Essa é a exigência do mercado? Toda essa distorção, que se considera uma distorção, é uma demanda do mercado, ou uma exigência do mercado ou nós é que estamos distorcendo a coisa?

Por último, eu não tenho ainda uma posição firmada a respeito do processo de eleição de dirigentes de instituições, não só do Ensino Superior como de instituições de ensino em nosso País. Ouvi o Professor Éfrem mencionar, aqui, a questão do piloto de avião. Na verdade, não escolhemos, entre os passageiros, aquele que vai pilotar o avião. O piloto já tem a sua formação adequada. Digo isso, Professor Éfrem, porque, com todo o respeito por V. Sª, que já foi reitor – revelou aqui há pouco – mas a experiência desse processo eleitoral, que não é de hoje, vem de muito tempo em nosso País, de que maneira e até onde influiu para que estivéssemos hoje debruçados em rediscutir o processo educacional, o funcionamento das instituições de ensino. Até que ponto ele não foi responsável pelo mau resultado até hoje colhido em nosso País.

Vejam o raciocínio do Senador Hélio Costa. É interessante. Se quiser se candidatar a alguma coisa, candidate-se a vereador, deputado, senador, governador, seja lá o que for. Confesso que não vejo a coisa por aí, Senador Hélio Costa. Considero tão importante alguém que é eleito para dirigir um Estado, alguém que é eleito para funcionar no Parlamento brasileiro como alguém que possa e deva ser eleito para dirigir uma instituição de ensino em nosso País. Em princípio, não faço essa distinção.

Não sei se seria o caso de buscarmos um aperfeiçoamento, porque a conclusão que chego, preliminar ainda, sem muita profundidade, é que esse processo de eleição, pelo que entendi, tanto por V. Sª quanto pelo professor Efrem, que defendem a sua permanência, ou seja, a predominância da decisão do corpo docente, é o processo que vige no nosso País há muito tempo. Não é verdade? E não me parece que por meio dele tenhamos colhido resultados excelentes para estarmos aqui postulando a sua permanência, que deva continuar sendo dessa forma. Penso que cabe aí alguma reflexão mais aprofundada.

De resto, quero dizer que me sinto aqui absolutamente contemplado com as reflexões que V. Sªs, gentilmente, trouxeram e socializaram conosco, porque tenho a certeza de que isso é de fundamental importância para que possamos fixar o nosso entendimento, mais aprofundado, dessa questão e possamos interferir nesse processo. Como é a expectativa, inclusive do Professor Efrem, que o Legislativo possa interferir nesse processo com absoluta precisão e qualidade para oferecer ao País aquilo que ele espera de todos nós e do processo de educação em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agradecendo ao Senador Geraldo Mesquita, evidentemente, faço uma pequeníssima observação sobre a sua fala.

É importante ressaltar, Senador, que me manifesto a favor do processo anterior mais do que a proposta contida na proposta de reforma do ensino superior para a escolha de dirigentes. O que quero dizer? Estou tendente a aceitar a posição do Professor Moisés. Ou seja, que 70% do corpo docente possam indicar então o diretor, mais a participação, evidentemente, minoritária dos outros grupos que participam da vida universitária. Mas não, necessariamente, a proposta

que está incluída hoje na reforma universitária. A minha visão é essa.

Muito embora eu entenda que nas nações mais desenvolvidas o processo de eleição, até do primeiro mandatário, que se dá por meio de colegiados, quer dizer, o parlamento indica o primeiro ministro, é mais ou menos a questão pela qual estamos nos balizando. Estamos tentando reinventar a maneira de indicar um administrador, não pela sua competência, não pela sua qualidade, que, certamente, é vista pelos seus pares.

Por isso é que, quando a lei anterior diz 70% do corpo docente, porque entende quem melhor pode avaliar quem deve ser o diretor de uma instituição superior de ensino é o corpo docente. Então, evidentemente, por aí ainda corremos o risco de continuarmos numa rota que não vai entrar em conflito com o que se mostra como necessário na modernização da universidade etc.

Tivemos aqui, Professores Herch Moysés e Éfrem Maranhão, há duas ou três semanas, numa dessas audiências públicas, o Sr. Cláudio de Moura e Castro, que chegou a dizer, mostrando em quadro aqui, para todos nós Senadores, que, se tivéssemos de aplicar todas as exigências da proposta reforma do ensino superior como vem do governo, as principais universidades nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França tinham de fechar, a começar por Harvard, Princeton etc, porque não atendem ao que impõe a reforma do ensino superior proposta pelo governo. Quer dizer, o que me deixa surpreso é que as autoridades do ensino superior no Brasil são todas contrárias a essa posição, e, no entanto, vai sendo tocada. Está indo e continua caminhando, a menos que façamos o que a nossa ilustre Senadora Maria do Carmo Alves propõe: que as observações colocadas aqui na Comissão de Educação realmente cheguem até o Ministro e sensibilizem aqueles que o estão ajudando e, certamente, na hora de votarmos essa proposta aqui no Congresso. Quem faz uma reforma do ensino superior e se propõe realmente a tê-la como uma grande revolução no ensino superior tem de passar pelo Congresso. Quem tem que fazer a reforma é o Congresso, não é necessariamente o Governo.

Senador Roberto Saturnino, V. Exª quer usar da palavra?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Peço desculpas. Infelizmente não pude assistir às exposições importantes certamente, mas hoje não é um dia de reunião normal da Comissão, e tinha outro compromisso e cheguei atrasado. Vou procurar me informar e ler a documentação. Enfim, peço compreensão e desculpas pelo meu atraso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado.

Registro a presença do Deputado Clóvis Fecury, do PFL do Maranhão, que participa conosco nessa audiência pública.

A Presidência concederá a palavra aos nossos ilustres convidados para que possam, então, responder às perguntas, colocadas tanto por mim quanto pelos Senadores presentes. Inicialmente, o Professor Herch Moysés.

O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Muito obrigado. As perguntas foram extremamente pertinentes. Começo pela pergunta do Senador Hélio Costa, que tem bastante relação uma das perguntas do Senador Geraldo Mesquita. S. Exª perguntou o que fazer para mudar o quadro que apresentei na última transparência, com as proporções das diferentes áreas em que os alunos estão matriculados, e o Senador Geraldo Mesquita perguntou se seriam as exigências de mercado, qual a razão disso etc.

Talvez começando pela questão do mercado, não há nada de muito surpreendente nas proporções dessas estatísticas. Devemos pensar sobre alguns pontos: que quase 80% das nossas universidades, instituições de ensino superior, são privadas; que o estudante, para chegar às instituições públicas, enfrenta maiores dificuldades no acesso, porque é mais fácil ingressar nas outras; que boa parte delas visam ao lucro, o que é uma anomalia extraordinária.

Se pegarmos o país que é apresentado como modelo capitalismo, os Estados Unidos, que percentual das universidades tem fins lucrativos? Não sei se conhecem esse percentual. É da ordem 1,5%, só. O país mais capitalista de todos. Aqui, não sei qual é o percentual, mas, nesses 80% das universidades privadas, quantas têm fins lucrativos? Como têm fins lucrativos, é claro que procuram baratear o mais possível aquilo em que investem para ensinar. Costuma-se dizer que esse tipo de curso, que é o majoritário, exige o quê? Cuspe e giz. Não precisa de laboratórios e de nenhuma espécie de pesquisas. Essa é uma das explicações.

Agora, sobre a questão do que fazer para mudar esse quadro, entramos em cheio nessas questões políticas de Estado, em que o Congresso Nacional, como um dos Poderes, tem uma responsabilidade, de fato, muito grande. E quero dar alguns exemplos de por que estamos com esse quadro e por que isso transcende em muito a questão de MEC ou essa reforma apenas.

Em inúmeras ocasiões já perdemos o bonde da história, e vou dar dois ou três exemplos: um deles é a questão dos fármacos, que é da maior importância.

E hoje em dia, nos Estados Unidos, constitui, talvez, o lobby mais poderoso que existe da indústria farmacêutica, mais poderoso do que da indústria petrolífera inclusive. O Brasil está, atualmente, com esses medicamentos genéricos como um programa que, eu diria, é um fracasso total. Por quê? Não sei se sabem disso, fiquei muito surpreso. O colega, o professor Sérgio Ferreira, que é um dos nossos maiores farmacologistas, contou-me que os fármacos que são fabricados pela nossa indústria nacional como medicamentos genéricos, os ingredientes são importados e até as embalagens... Importados de onde? Importados da Índia, da China, da Coréia. Por quê? Porque esses países, durante um interstício, uma janela de oportunidade, que durou alguns anos antes que se tornasse generalizada a Lei de Patentes, ou seja, durante um período – talvez três, quatro anos –, em que era possível violar a Lei de Patentes. E esses países investiram maciçamente na indústria farmacêutica, durante esse período, violando as patentes. E hoje são capazes de produzir esses medicamentos e exportar para nós até as embalagens.

O Brasil, o que fez? Aí entra a questão da decisão de governo, um ministro de Ciência e Tecnologia tomou um outro caminho: vamos deixar tudo como está, atender às pressões da indústria farmacêutica internacional e não violar a Lei de Patentes, nem durante esse período em que nos deram a oportunidade. Então, o estudante hoje em dia que quer se especializar, talvez na bioquímica, como exemplo, tem o doutorado e vai trabalhar em algo da indústria farmacêutica, as oportunidades de que isso realmente redunde em benefício para o País já são muito menores.

Exemplo mais antigo: o Brasil foi pioneiro em fibras óticas, graças aos trabalhos da Unicamp, e estava em condições de competir, se houvesse realmente o investimento necessário, na fabricação de fibras óticas, pois estavam sendo desenvolvidas ao mesmo tempo em que nos maiores centros internacionais, nos Estados Unidos, etc. O que aconteceu? Quando houve a competição para implantação de telefonia por fibras óticas em todo o território nacional, que era uma encomenda importantíssima, a Pirelli foi a vencedora da concorrência, não houve o esforço de proteção realmente, naquela oportunidade, que teria sido entrarmos nesse mercado. E temos o quartzo, que é o ingrediente fundamental, o qual exportamos a preço vil para que ele seja transformado e que vamos pagar muito caro depois para importar.

São dois exemplos. E está aqui o Professor Eugenius Kaskurewicz, da Copi do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O nosso genérico corre algum risco de ser prejudicado e até mesmo de amanhã não ser produzido?

O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Bem, ele não está cumprindo o objetivo de que realmente ele fortaleça a nossa indústria farmacêutica nacional. Isso não está acontecendo, pela mesma razão que não tivemos uma indústria de fibra ótica nacional.

Pode perguntar ao professor Eugênio, que está aqui e é da Copi, quais são as perspectivas dos engenheiros que a Copi é capaz de formar, com grande capacidade para aquilo que é o mais fundamental para o futuro de qualquer país hoje em dia: a inovação. Os Estados Unidos são o que são porque inovam. A inovação tecnológica é a chave de tudo. E eles sabem muito bem que a chave da inovação tecnológica está na formação de bom nível pelas universidades.

Foi feita uma enquete junto a financiadores do MIT – muitas das indústrias mais importantes da costa leste dos Estados Unidos – sobre o que era mais importante para essas indústrias que o MIT fornecia. Não são absolutamente pesquisas tecnológicas feitas no MIT. Essas pesquisas são feitas nas indústrias. O que o MIT mais queria era que se mantivesse a formação de engenheiros de bom nível – isso era o mais importante.

Analogamente e mais recentemente, isso foi feito no Vale do Silício. A principal contribuição que o Vale do Silício esperava era a formação de bons pesquisadores e engenheiros. Esse que era o papel da universidade. Este, também, foi um conselho dado ao Presidente Reagan – que chamou os dirigentes da GE, da GM, as grandes indústrias americanas, e perguntou o que eles esperavam do Governo. A resposta foi que apoiasse a pesquisa básica nas universidades, porque as indústrias obtém o lucro devido à inovação.

Nos casos em que é uma indústria de base governamental, as universidades têm contribuído com grande sucesso. O Brasil hoje tem praticamente a autonomia do petróleo. Quando eu era estudante da escola secundária, na época de Monteiro Lobato, dizia-se que o Brasil não tinha petróleo e nunca poderia ter. Hoje, há essa coisa invejável que é praticamente a autonomia, graças à pesquisa que foi capaz de tornar o Brasil campeão na estratégia de petróleo em águas profundas. Isso vem de onde? Vem da universidade.

Mas, então, exceto nesses casos em que a própria organização estatal tem financiado, temos o problema de não sabermos aproveitar as oportunidades, as janelas que surgem. Daí porque um estudante, mesmo pensando no seu futuro, – e, aí, é a questão do mercado – vai se formar, vai se doutorar em Engenharia na Copi vai ter dificuldades, porque a nossa indústria

não tem o estímulo à inovação. Por que ela não tem? Aí, vem toda essa questão de Governo em que o Congresso e a Legislação existente não favorecem e não estimulam aquilo que é necessário. Os empresários dizem que esta é uma das principais razões – a mais alta taxa de juros do mundo – e não estamos em condições de competir com indústrias que pagam juros muito mais baixos. Esse é um problema de Governo e não é um problema que as universidades e nem os pesquisadores podem resolver.

A outra pergunta foi a questão do processo de avaliação – a proposta da Academia de Ciências, da Comissão que chamamos de CAD, comparada com a atual Conaes. Isto, também, já foi enfatizado pelo Professor Maranhão – assino embaixo de tudo o que ele apresentou – e é fundamental para uma avaliação que ela seja independente. O Projeto do MEC tem, essencialmente, a avaliação interna. A avaliação interna não avalia coisa nenhuma. Ela pode servir como um subsídio para uma comissão externa utilizar depois, mas incomoda bastante a qualquer pessoa ser avaliada e poder sofrer conseqüências, e é claro que não adianta avaliar sem conseqüências. Mas se nós deixarmos, exclusivamente, a critério interno das universidades, as avaliações não vão levar a coisa alguma.

Então, a diferença é esta: propomos uma Comissão independente, de altíssimo nível, baseada em um dos processos de avaliação que mais êxito tiveram, até hoje, no Brasil, as avaliações feitas para o Programa do Núcleo de Excelência – o Pronex – dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia. O processo de avaliação era uma Comissão muito parecida com esta que está sendo proposta pela Academia de Ciências, e as avaliações mais independentes, do mesmo nível, feitas em relação à pesquisa pela **National Science Foundation**, nos Estados Unidos, foram feitas por esse processo. Eu sei porque estava na Comissão de Coordenação do Pronex e nós mandamos muitos projetos para ser avaliados no exterior e por pessoas que seriam usadas para dar parecer facilmente pela **National Science Foundation,** pelo **CNRS,** as principais agências de pesquisa do mundo. E a todos, pedíamos que usassem o mesmo rigor que usariam para um projeto de seus países de origem. E foi usado. E nós sabemos que isso sim leva a uma avaliação independente. E isso é fundamental. Não é possível dar autonomia de gestão financeira, que é aquela que a mais ambicionada para livrarmos...porque, realmente, esses entraves burocráticos são muito sérios. Mas não podemos dar essa autonomia se não temos uma avaliação correspondente.

Em resposta à questão da eleição de dirigente. Estamos propondo que seja mantida a legislação atual, e o Senador Geraldo Mesquita observou, muito corretamente, que ela está longe de ser sempre ideal. Acontece que a nossa proposta é que seja mantida, mas como mal menor, comparada aos malefícios terríveis que nós vemos na eleição direta. Mas é a melhor maneira de eleger, se me perguntassem isso. E isso foi uma observação que fizemos no nosso documento. Acho que há formas melhores de eleição, como aquela que é adotada nos Estados Unidos, que é a do Comitê de Busca. Ela é atualmente adota pela Ministério de Ciência e Tecnologia para os dirigentes dos Institutos de Pesquisa do Ministério. Isso é relativamente recente. Vários já foram escolhidos dessa forma. Eu mesmo já participei da Comissão de Busca para o Diretor de Matemática Pura e Aplicada, e é, sem dúvida, um processo melhor do que o atual. Mas isso exigiria uma mudança mais profunda da legislação. Diante dessa ameaça, que realmente, me preocupou a tal ponto, que eu escrevi um artigo para a **Folha de S.Paulo**, que acabei de entregar aqui ao Senador Hélio Costa, explicando que "Universidade Democrática é Meritocrática", este é o título do artigo. Realmente, diante da perspectiva dessa eleição direta, que seria um desastre, na minha opinião e na opinião da Academia de Ciências para as nossas universidades públicas, muito melhor manter o sistema atual, e é claro, ele pode ser aperfeiçoado. Por comparação, não há como comparar com a eleição direta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Prof. Moisés.

Passo a palavra ao Prof. Éfrem de Aguiar Maranhão.

O SR. ÉFREM DE AGUIAR MARANHÃO – Vou pegar logo a tônica da eleição, Senador. Quando a eleição direta começou a acontecer no Brasil, já no modelo paritário, já foi em 90, no começo de 90. Na verdade, o que aconteceu antes de 90, era no modelo clássico, que é o modelo de lista sêxtupla, eleito pelo Conselho Universitário. Depois de 90, houve uma lógica da democratização, e chegou à universidade essa busca de se eleger reitores. E cada universidade criou um modelo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, no início fez 50% de professores, 25% de funcionários e 25% de alunos. Na minha universidade fez 70% de professores, 15% de funcionários e 15% de alunos. Outras fizeram paridade, 1/3, 1/3 e 1/3. E havia discussão de universalidade em algumas outras, quer dizer, voto por cabeça.

O que a gente observa? Na verdade, isso não melhorou para a universidade. E a gente tem essa série histórica já. Por quê? Porque a gente viu que quando a universidade caminhava na linha da universalidade e da paridade, os valores que se apresentavam

na proposta do reitor para ser eleito era muito mais da assistência à corporação do que os valores acadêmicos. Se o reitor colocasse valores acadêmicos, quem iria defendê-lo, e de uma certa forma lutar por isso também, é muito fácil os professores do que os funcionários. Porque os funcionários queriam creche e restaurante. Os estudantes também queriam creche e restaurante. Os professores o queriam, mas, na hora de pesar, os valores acadêmicos – as boas condições de ensino e de pesquisa – pesam mais.

Outra questão: é importante ouvir. Se tivéssemos de ouvir, seria mais importante a comunidade externa do que a interna, se quiséssemos trazer certa representatividade a um processo como esse.

Participei de um processo no Brasil, de uma universidade comunitária de Minas Gerais, do Vale, que fez a escolha de dirigentes e colocou em uma revista. Eles aplicaram, para serem escolhidos. E o que aconteceu é que escolhemos um reitor de universidade federal, que foi para lá. Fiz parte desse *board*. O que exigíamos era formação; do mesmo jeito que o piloto, o reitor tem de ter formação, senão acontece o que ocorreu aqui na UnB. Não sei se V. Exªs se lembram de que, em um processo de eleição da UnB, queriam que o vigilante fosse o reitor, e alguém brincou, dizendo que ia inscrever sua cachorrinha, já que poderia ser qualquer um.

Não se trata de uma questão de valorização do cidadão, mas ocorre que a universidade é uma meritocracia, e o discurso que vemos hoje é o de que qualquer um pode ser candidato, não só professor. Uma das brigas que tivemos ao longo do tempo foi a de que só professor pudesse ser reitor – e professor qualificado.

Dependendo de que modelo vai ser escolhido, os valores que vão aflorar no processo de escolha serão diferenciados. E isso tem que ser pesado.

Quando comparo o que está sendo proposto e o que tínhamos, concluo que o que tínhamos é menos mal. O ideal é que cada instituição faça a sua proposta. Autonomia é isso. Estou dizendo que o estabelecimento de o sistema de cotas fere autonomia, assim como a imposição de modelo de eleição. Dessa forma, é muito mais interessante que a instituição vá aprendendo com suas pernas.

O que aconteceu? Observamos que as universidades que estavam entrando na lógica de eleição popular mudaram; tenderam a perceber que isso era ruim. Percebe-se que os reitores de universidades federais que foram eleitos segundo uma lógica populista começam a ser contra essa lógica. Peguem todos os reitores de federais eleitos pela lógica de paridade, realizem uma enquete com eles e verão a pressão que sofreram da corporação.

Penso que isso é importante e que temos de aprofundar.

A questão de que há muita gente estudando na área de ciências humanas e sociais é preocupante, mas vem na linha daquilo, ou seja, de que é preciso que haja políticas de incentivo. Se o Governo quer desenvolver tecnologia, tem que estimular que se criem cursos e tem que aportar recursos, porque só se faz política pública com recurso. Assim, haverá todo um interesse de se fazer. Agora, deixando-se que cada um escolha, essa será pelo mais barato. Como a lógica é a da iniciativa privada, opta-se pelo curso mais barato. Independentemente disso, pelo menos fazer um curso de ciências sociais aplicadas enriquece o cidadão. Entendo que seja melhor fazê-lo, a não fazer nenhum. E está provado que é importante que o indivíduo tenha formação superior.

Os advogados defendem que a Ordem limite o número de instituições que formam advogados por conta do Exame de Ordem, entre outras coisas. Na verdade, a formação em Direito é a que muitos políticos buscam pela questão da cidadania; da mesma forma, é uma opção para quem quer cursar Relações Internacionais e esse curso não existe na universidade local; como o é também para quem quer ser advogado militante ou para quem deseja ingressar no Ministério Público. E a Ordem tem a capacidade de fazer o Exame de Ordem. Isso quer dizer que, se o candidato é ruim, não será aprovado.

Mas, mesmo quando se trata dessas instituições que têm problemas, se observados os resultados em outros tipos de desempenho – para juiz, para promotor, para classe política –, há uma contribuição. Quero dizer que somos o País que tem o menor número de jovens em idade adequada, freqüentando ensino superior. Em lugar de estarmos preocupados em fechar possibilidades, deveríamos ficar preocupados em como expandir os cursos superiores com qualidade. Para isso, o mecanismo de avaliação que se cria é fundamental. Mas lembro que é preciso avaliar de forma conseqüente e independente. Quando há comissões com o viés do Governo ou com viés da sociedade, seja qual for a sociedade e seja qual for a corporação que está trabalhando, isso é ruim.

Ainda há pouco, eu dizia que, se eu quiser saber se uma universidade, efetivamente, faz pesquisa – no Brasil, adotamos o modelo de pesquisa "robodiano" –, a Academia de Ciências tem condições de dizer quem o faz, ou um comitê é criado independentemente disso. É um equívoco buscar certas pessoas que não

têm experiência em pesquisa para dar opinião sobre pesquisa.

Temos de lutar para que as avaliações sejam feitas por pares ou pessoas que tenham respeitabilidade, uma agência ou o que for, para que tanto o Governo quanto a sociedade vejam seriedade e acreditem nela. Há um conjunto de modelos. Darei um exemplo: na lógica das universidades, o nosso grande referencial ainda é a USP, que é a maior universidade pública do Brasil e tem um referencial de autonomia. A USP foi uma das primeiras a ter autonomia pública, assim como a Unicamp e Unesp.

O que elas aprenderam com a autonomia? Aprenderam a gastar dinheiro, que vem em um orçamento único. Então, a contratação de professores e outros assuntos passam por critérios bem mais rígidos do que simplesmente dizer: "contrata-se e o Governo paga". Além disso estão preocupadas com o tempo de aposentadoria. Não querem que o professor se aposente precocemente. Enquanto que, se estivesse no sistema, tanto faria aposentar ou não. Estão fazendo *turn over*, troca.

Também aprenderam que não é com populismo que se faz universidade. A USP nunca fez eleição paritária. Na eleição da USP, primeiro, tem que ser professor titular. Segundo, a eleição é feita pelos pares; só vota professor titular, que está no grande colegiado.

Assim, há vários modelos. As instituições têm o direito de aprender e se aperfeiçoar. Quando dissemos que é uma instituição com qualidade ou com espírito acadêmico em crescimento – como é o caso do Brasil, onde as universidades são novas –, é preciso que elas se consolidem. E elas podem errar.

Um processo educativo, como o processo de ciência e tecnologia, é um processo de médio e longo prazos. Quanto mais eu colocar pessoas qualificadas, com valores acadêmicos, mais ela vai na tendência do que deve ser um princípio acadêmico.

Dizíamos que aquilo que é bom já está estabelecido no caso das universidades. Quem milita na academia conhece os parâmetros internacionais e os valores. Estamos querendo reinventar a roda e, muitas vezes, indo em uma lógica populista. Se isso é uma lei, que obriga a todos, isso é péssimo; se abrimos como possibilidade até de experiência, ótimo. Alguém pagará por isso, mas paga em curto prazo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Faço essa interrupção apenas para não deixar dúvida acerca de uma questão que apresentei a V. Exªs.

Quando me referi ao percentual de 69%, se era uma demanda do mercado, não falo do mercado de ensino, mas da economia brasileira. Isso corresponde à demanda da economia brasileira.

O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Permitam-me acrescentar – pois parei em certo ponto – por que os nossos empresários não investem em inovação. Vou um pouco mais longe e direi minha resposta.

A resposta, em grande parte, é o fato de que tivemos toda uma sucessão de economistas comandando os Ministérios, como os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, etc. O pior no subdesenvolvimento é o subdesenvolvimento mental. Isto foi dito explicitamente por vários desses economistas – não citarei nomes: eles simplesmente acreditam que podemos importar a tecnologia e que não precisamos fazê-la aqui. Isso é exatamente o mesmo tipo de coisa que ocorria na época do descobrimento. Vinham os portugueses trazer espelhinhos e colares de contas aos nativos. A tecnologia importada é hoje o equivalente a esses espelhinhos e colares de contas. Quer dizer, só é vendido aquilo que já não tem mais valor. A tecnologia verdadeiramente importante não é exportada por nenhum país. Esse é o nosso maior problema. Já propus o seguinte: ler os pareceres e os conselhos dados pelo Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca ao Presidente dos Estados Unidos e compará-los com o que os nossos Ministros aconselham. Propus que exportássemos os nossos Ministros da área econômica para os Estados Unidos e trocá-los por esses. Teríamos dois ganhos: estaríamos melhorando nossa economia e arruinando a economia dos Estados Unidos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sem direito à devolução, não é Professor?

O SR. O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Sem direito à devolução.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, peço desculpas por não acompanhar toda a exposição em razão de um debate bastante intenso na CCJ sobre um projeto popular de se criar um fundo para a construção de casa com fins sociais. Foi argüida a inconstitucionalidade por não ser a iniciativa do Presidente da República. Isso se prolongou praticamente por mais de duas horas. O Júlio me chamou e eu estava aflito para vir aqui.

Lerei as notas taquigráficas. É importante a iniciativa do Senador Hélio Costa de fazer essas audiências públicas, que trazem um diagnóstico importante da atualidade das universidades. Todos nós passamos pelas universidades há 15, 20 anos. A escola pública no terceiro grau era diminuta, hoje parece que inchou exageradamente o mercado de cursos autorizados. A análise posterior ao funcionamento pode trazer uma

série de pessoas formadas. Quando reconhecida a universidade sem competência para formar, eles já estarão na rua e no mercado e há a dificuldade de não passar na Ordem ou de o Conselho de Medicina trazer algumas dificuldades. Acompanhei muitos fatos graves à época, duas décadas atrás, na Universidade de São Paulo, que foi citada pelo professor, e sei como é difícil gerenciar uma universidade. Ela não tem só a implicação administrativa, mas também científica e de projeção de futuro. A universidade projeta o futuro também. Ela não se estabelece no presente.

V. Sª falou da Universidade de São Paulo. Eu me lembro do professor José Goldemberg como Reitor dela. Foi um bom Reitor, cientista e conhecedor. Mandou buscar nos seus arquivos a produção científica dos professores e a publicou, e deu quase zero. Uma demonstração clara do desinteresse ou da falta de meios para desenvolver as pesquisas. Aqui, quando se aprovam alguns projetos, temos lutado para que haja o índice destinado às universidades com fins de pesquisa, porque o Brasil só irá para frente se conseguir formar grandes técnicos com competência, porque ninguém exporta tecnologia quando não vende seu produto. Quando se aprova um empréstimo para qualquer entidade, principalmente militar, de construção de navio de energia nuclear, tem que ser colocada a passagem da tecnologia também, senão ficaremos sempre escravos de quem pesquisou e produziu. Na área médica, por exemplo, vejo no Hospital das Clínicas a grande dificuldade que têm os médicos para fazer uma pesquisa. Colocam dinheiro do próprio bolso, professor. Nos Estados Unidos é diferente. Quem se forma na Universidade dá sua fortuna para a Universidade, porque soube que de lá nasceu toda sua glória, seu futuro foi construído lá dentro. Então ele doa. Aqui não, a pessoa não quer nem mais passar na escola, às vezes vai para votar pelo centro acadêmico de algumas faculdades e não de todas.

Portanto, creio que essa discussão é muito importante. A decisão não pode vir de cima para baixo, por meio de um decreto ou de uma medida provisória, estabelecendo que será assim, porque, sem dúvida alguma, haverá um fracasso total da própria aceitação daqueles que vão gerenciar as universidades.

Agradeço. Considero importantes essas exposições, principalmente com respeito às eleições para o gerenciamento. Não é possível eleger o faxineiro, porque será difícil mesmo gerenciar algo tão delicado e tão importante. Peço desculpas ao Presidente Lula, mas é muito mais difícil escolher um reitor do que o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na esteira do que está dizendo o Senador Romeu Tuma, quero lembrar que, há um ano e meio, um projeto de minha autoria está aguardando parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No primeiro ano, o projeto ficou com um Senador para relatar e foi recolhido ao final do ano. No começo de 2005, foi reapresentado pelo Relator, que agora é o Senador Flávio Arns, que me disse, na semana passada, estar em condições de apresentar o relatório na próxima semana.

Trata-se da criação de uma Fundação Nacional de Pesquisa que seria mantida, Professor Moysés, Professor Freire, por 2% dos lucros das universidades particulares e dos centros universitários. Essa fundação de pesquisa atenderia à universidade pública e à universidade privada.

Sabendo-se que a universidade pública representa 70% da pesquisa que se faz na universidade no Brasil, que a universidade particular praticamente não faz a pesquisa e que o centro universitário não tem obrigação de fazê-la, a criação dessa Fundação Nacional de Pesquisa, que já tem, inclusive, inúmeros pareceres favoráveis, talvez pudesse ser a solução para um País que carece, de forma brutal, do investimento e da preocupação com a pesquisa universitária, sobretudo. A idéia sequer é minha; é uma idéia internacional. Às vezes, desconhecemos alguns dados curiosos. Tive acesso, Senador Romeu Tuma, a alguns números, nesta semana, que também me surpreenderam.

O brasileiro, principalmente, não tem a tradição de doar recursos para as universidades. Os americanos são mais generosos. Quando morrem, eles deixam parte do seu dinheiro, da sua fortuna, para as universidades. Nós deixamos para os netos, para os filhos comprarem Ferrari, comprarem carros de último modelo, irem à praia ou gastarem na Europa. Os americanos normalmente destinam recursos às universidades para seus netos e seus filhos usufruírem. Os europeus agem da mesma forma.

Fiquei surpreso com o fato de a campanha feita pela USP, há cerca de dois anos, pedindo aos seus ex-alunos que fizessem uma contribuição para a recuperação das finanças da Universidade, conseguir levantar US$2 milhões. Ninguém sabe disso. Portanto, o brasileiro também é generoso, mas precisa ser motivado. Portanto, se se fizer uma boa campanha, um bom trabalho, o brasileiro também participa, contribui. Evidentemente, as leis devem ser adaptadas para resolver essa questão final.

Por exemplo, discutimos, nesta Casa, durante muitos anos, a taxação das grandes fortunas. Resolvemos taxá-las. Tudo bem. Porém, esses recursos devem ser aplicados no ensino, na educação, a fim de resolver essas questões que certamente já foram solucionadas,

de forma extraordinária, em outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Como disse o Prof. Moysés, 1,5% apenas das universidades nos Estados Unidos tem, na realidade, obrigação de dar lucro. São todas elas destinadas, exclusivamente, a produzir ensinamento, cultura, ciência. Nós, infelizmente, tivemos até de assumir esse modelo da universidade particular porque havia um buraco, uma lacuna. Quem preencherá isso? Precisamos de bancos escolares. Quem vai fazê-los? Nem o Governo Federal, nem o Governo estadual tiveram competência para isso. A iniciativa privada o fez e, ao fazê-lo, evidentemente, ela precisa obter lucro. Se não obtiver lucro, ela fecha. Sendo assim, precisamos encontrar esse meio-termo.

Pergunto aos Srs. Senadores, inclusive ao Senador Paulo Paim, se desejam fazer alguma consideração, porque vamos em cinco ou, no máximo, dez minutos, encerrar nossa audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª por ter estabelecido este importante debate sobre a reforma universitária. Não assisti à exposição, mas me informou o Senador Mesquita Júnior que ambos foram brilhantes. Então, cumprimento-os.

Tenho-me manifestado em todas as audiências públicas atinentes a este tema. Quem quiser criticar o Governo Lula que critique por tudo, mas não pode criticá-lo por discutir a reforma universitária. Não se deve criticar o Senador Hélio Costa por estar promovendo essas audiências públicas, pois o debate está ocorrendo em todo o País. Isso é bom, e o resultado final o Congresso vai deliberar no momento adequado.

O meu aparte é nesse sentido e visa principalmente cumprimentar ambos e o nosso Presidente, que tem incentivado tais debates.

Quase todos os dias, Senador Hélio Costa, aprovamos requerimentos de pessoas que se apresentam querendo falar sobre a reforma universitária, o que significa que ela está mexendo com a média do pensamento da sociedade, principalmente daqueles intelectuais como V. Sªs, que atuam nesse campo.

Meus cumprimentos ao Sr. Presidente, aos dois convidados e aos nossos Senadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, peço desculpas por usar outra vez da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com relação ao que disseram os Professores Moysés e Éfrem, tenho acompanhado de perto em São Paulo a descentralização de algumas universidades, como USP e Universidade Federal de São Carlos, porque os reitores são amigos e sempre me convidam.

Os centros tecnológicos de atração de empresas de tecnologia de ponta vão para os locais onde as universidades formam bons profissionais. O que ocorre em São Paulo, em São José dos Campos e em São Carlos está-se estendendo para outras cidades do interior. O que está ocorrendo? Estão tentando levar escolas de tecnologia para os Municípios que têm determinada vocação. A escola é para formar e evitar que eles tenham que abandonar a cidade e procurar um centro para estudar. Provavelmente mal-formados, não vão conseguir emprego.

São Carlos, São José dos Campos, Campinas e outros grandes centros universitários, com a implantação de indústria de alta tecnologia, dão demonstração clara do que foi dito pelos dois convidados hoje. Fico até emocionado com isso, professor. O caminho certo é esse. Só se atrai capital estrangeiro para onde haja infra-estrutura de apoio. Senão, eles não vêm. E as cabeças pensantes têm que estar lúcidas. Senão, as coisas não funcionam.

Obrigado.

O SR. HERCH MOYSÉS NUSSENZVEIG – Muito obrigado.

Agradeço ao Sr. Hélio Costa e à Comissão de Educação pelo convite para participar do debate, que, no meu ponto de vista, foi extremamente enriquecedor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Professor Éfrem.

O SR. ÉFREM DE AGUIAR MARANHÃO – Também agradeço a oportunidade. Debater é importante. O próprio Governo já possui uma nova versão que deverá sair por agora. O próprio Ministro disse que ainda espera uma terceira versão, quando for à Casa Civil.

É importante entender que a educação é fundamental para o desenvolvimento, para formar cidadãos. Há experiências que mostram o casamento entre desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino, como o triângulo da pesquisa nos Estados Unidos, que usaram como forma de desenvolvimento a implantação de universidades no interior, visando promover desenvolvimento em todo o País. É uma estratégia que devemos ter sempre em mente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agradeço ao representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, Eugenius Kaszkurewicz, aos Srs. Senadores e os nossos convidados Moysés Nussenzveig e Éfrem de Aguiar Maranhão, o primeiro representando a Academia Brasileira de Ciências e o segundo, a Academia Brasileira de Educação.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de maio de 2005.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Geraldo Mesquita, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Aelton Freitas, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bonhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senhor Senador Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 034-CE, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que tem como objetivo "Instruir o Projeto de Lei do senado nº 462/03", que "Altera o § 1º e o Inciso I do § 4º do Artigo 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a Educação à Distância)". Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT); Sérgio Kieling Franco, Diretor do Departamento de Políticas em Educação à Distância (DPED/MEC) e Fredric Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, Roberto Saturnino, José Jorge e Valdir Raupp. O Senhor Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Estamos iniciando a audiência pública com a 16ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, nesta quarta-feira, dia 11 de maio.

Esta audiência pública tem por objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, que altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências, para regulamentar o ensino a distância.

A autoria é do Senador José Jorge, que está neste momento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pois é relator de uma PEC que passa neste momento por aquela Comissão, sobre a extensão do serviço público até os 75 anos de idade.

A proposta do Senador José Jorge tem por objetivo sanar o conflito existente entre as normas legais que regulamentam o ensino a distância, especialmente no que diz respeito ao credenciamento das instituições que pretendem ministrar esses cursos a distância.

Na verdade, a LDB reserva exclusivamente à União o poder de credenciar esses cursos, mas os Decretos nºs 2.494 e 2.561, ambos de 1998, bem como a Portaria nº 301, de 1998, do Ministério da Educação, permitem delegar aos sistemas de ensino esse poder de credenciamento. Essa é a razão do debate que queremos fazer aqui neste momento.

Ao mesmo tempo, há uma proposta de minha autoria ao Projeto de Lei nº 118, de 2004, que visa assegurar aulas presenciais e periódicas na modalidade do ensino a distância. Ou seja, queremos disciplinar que, pelo menos uma vez por ano, ou uma vez no curso, ou uma vez no semestre, essa pessoa que está fazendo um curso a distância tenha que estar presente, por um dia, por dois, por uma semana, como queiram estabelecer, mas precisamos ver essa pessoa a quem estamos ensinando a distância. Então, essa aula presencial se destina a esse conhecimento da instituição para com o(a) aluno(a).

Convidamos a participar desta audiência pública o Sr. João Roberto Moreira Alves, que é Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT); o Sr. Sérgio Kieling Franco, Diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do Ministério da Educação (DPED/MEC); e o Sr. Fredric M. Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Por essa razão, estão os três aqui para debater, discutir este assunto. Como fazemos de praxe, vamos encaminhar a discussão abrindo primeiro a palavra,

durante quinze minutos, para o primeiro expositor, o Sr. João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT).

Com a palavra o Sr. João Roberto Moreira Alves.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Muito bom dia. Gostaríamos de, em primeiro lugar, saudar o Presidente desta Comissão e os demais Senadores e dizer realmente da importância de um debate na Comissão de Educação do Senado Federal acerca da educação a distância.

Poucos são os projetos sobre o tema que vieram às Casas legislativas. Ao longo de nossa história, o marco referencial foi o ano de 1972, quando surgiu a primeira proposta de criação de uma freqüência livre aos cursos universitários. A partir daí, alguns projetos tramitaram, especialmente na Câmara, e um deles chegou ao Senado Federal prevendo, dentre elas, a criação da universidade aberta do Brasil.

É importante que façamos um rápido retrospecto sobre o desenvolvimento da educação a distância em nosso País. Temos cem anos de educação a distância implantada no Brasil.

O ano de 1904 foi um marco referencial, quando os primeiros cursos por correspondência passaram a funcionar no Brasil. Houve um avanço significativo em 1923, com o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, depois transformada na Rádio Ministério da Educação, permitindo que houvesse programas de rádio em nosso País. A partir daí, várias experiências bem-sucedidas, especialmente nas décadas de 50 e 60, marcaram o Brasil com uma posição de relevância. Contudo a educação a distância em nosso País, infelizmente, estagnou, principalmente em função de aspectos legislativos, e em outros países avançou. Hoje, ocupamos uma posição não confortável no ranking mundial no campo da educação com tecnologias avançadas.

Vale ressaltar que a esperança da educação a distância no Brasil sempre foi colocada como uma tentativa permanente de democratização da educação de qualidade através de recursos que pudessem levar a todas as cidades brasileiras, a todos os municípios, programas voltados à transmissão com qualidade.

Vale registrar que, na época do surgimento da educação a distância em nosso País, em 1906, o então Ministro da Justiça e de Negócios Exteriores Seabra Fagundes fez um pronunciamento em que disse que "o ensino chegou a um Estado de anarquia e descrédito que ou faz-se uma reforma radical ou é preferível aboli-lo de vez". Essa manifestação expressa por um Ministro do início da República deixava claro o estado de desorganização do País no tocante à educação. Com a educação a distância, coincidentemente ou não, hoje não vemos esse estado de anarquia e descrédito, mas vemos experiências muito bem-sucedidas em muitas instituições.

Passando por esse retrospecto histórico, sentimos sempre que o grande avanço no Brasil ou nos outros países ocorreu quando se descentralizou mais o processo da educação. Nos momentos em que há maior centralização, existe sempre uma estagnação e até um retrocesso. Quanto mais liberdade se dá às instituições de ensino, mais avanços ocorrem.

A educação a distância especialmente é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação como uma modalidade da educação. O próprio Senador Darcy Ribeiro, ao dar a redação final à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, suprimiu um capítulo específico de educação a distância. E o fez muito bem, permitindo, em vários tópicos da lei, falar em educação a distância. Nós não precisaríamos ter um capítulo específico sobre educação a distância e, hoje, a Lei de Diretrizes e Bases contempla de forma ampla a existência da educação a distância tanto na educação básica quanto na educação superior.

Na verdade, o grande empecilho que hoje existe se prende a aspectos operacionais, principalmente legislações assessórias, pareceres e alguns pronunciamentos que emperram um pouco o avanço da educação a distância e, principalmente, da liberdade de aprender e de ensinar prevista na Constituição brasileira.

Vamos nos ater especificamente a dois pontos do projeto de lei. Muitas considerações poderiam ser feitas; entretanto o projeto de lei prevê dois aspectos fundamentais. Um deles diz respeito a uma descentralização, a uma delegação de competência da União para os Estados, no tocante ao processo de credenciamento, e o segundo está ligado à área de tarifação.

Dentro desses focos que, na verdade, interessam mais aos Senadores neste momento da discussão, faz-se necessário registrar que a legislação, desde 1961, já falava na existência do rádio, da televisão, da correspondência e de outros meios para o desenvolvimento do ensino, inclusive do ensino de suplência.

A ABT, entidade que presidimos, teve um papel histórico, tendo em vista que, em 1980, foi a primeira entidade credenciada para a pós-graduação **lato sensu**, um programa bem-sucedido, que chegou a ter, na época, 29 mil alunos e que desenvolveu resultados bastante promissores com uma taxa de evasão considerada pequena para educação a distância e com resultados de 91% de aprovação de quem chegou ao final. Entretanto, depois, essa experiência foi abortada por um posicionamento do extinto Conselho Federal de Educação.

Como todos os senhores sabem muito bem, a Lei de Diretrizes e Bases fala num sistema de competência da União, dos Estados e dos Municípios, que está expressamente colocado no art. 211 da Constituição, no tocante ao sistema federativo, prevendo um regime de colaboração, mas de independência dos sistemas.

A Lei de Diretrizes e Bases não poderia estabelecer algo diferente do previsto na Constituição e fala claramente a competência da União, no art. 9º; a competência dos Estados, no art. 10; dos Municípios, no art. 11; e, nos arts. 16, 17 e 18, respectivamente, sobre os sistemas federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais de educação. Define competências e, ao fazê-lo, deixa claro que cabe aos próprios conselhos estaduais de educação – nem fala nos conselhos, mas nos sistemas estaduais de educação – credenciar, autorizar e fazer todos os atos. Nesse aspecto, existe, salvo melhor juízo, flagrante inconstitucionalidade hoje do que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases, que define como competência exclusiva da União para credenciamento de todas as instituições de ensino para programas de educação a distância.

Há um conflito que foi superado, na prática, pela edição de dois decretos: um decreto de 1998, seguido, dois meses após, de outro decreto que fala claramente na delegação de competência naquilo que, juridicamente, seria indelegável porque já é competência própria dos sistemas de ensino. Mas, na prática, não houve questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal. E hoje os sistemas de ensino não têm tido uma prática do credenciamento das instituições de ensino superior, mas, exclusivamente, o credenciamento das escolas de educação básica, no tocante, quase sempre, aos programas de educação de jovens e adultos e programas voltados ao ensino médio. No ensino fundamental, são poucas as experiências no mundo, mas, em tese, a Lei de Diretrizes e Bases não os proíbe.

Parabenizamos a idéia do projeto de lei no tocante a se discutir essa disposição contida especificamente no art. 80 da LDB. Entretanto, se pudéssemos propor uma redação alternativa, sugeriríamos que, ao falar, no §1º, que "a educação a distância organizada com a abertura em regimes especiais será oferecida por instituições credenciadas", melhor seria se encerrasse aqui "por instituições credenciadas", no máximo, dizendo "na forma da lei" ou "por instituições credenciadas", que seria suficiente.

Entretanto, com a supressão de credenciamento pela União através do Ministério da Educação ou por delegação específica através do sistema de ensino entendemos que talvez fosse prudente um aperfeiçoamento dessa redação, encerrando no princípio das instituições credenciadas.

No momento em que encerrássemos essa nova norma, essa modificação da LDB, estaríamos remetendo o assunto para os artigos 9, 10 e 11, especificamente da Lei de Diretrizes e Bases, que fala já claramente no tocante à competência do sistema de ensino. Não haveria necessidade de nenhuma delegação porque a própria lei, por decorrência da Constituição Federal, já estabelece o princípio da descentralização dos atos de credenciamento das instituições.

Senador Saturnino Braga e demais Senadores, creio que uma contribuição que a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional poderia dar seria um aperfeiçoamento da redação do substitutivo, eliminando-se o aspecto de "pela União", a partir do "pela União", por meio do Ministério da Educação e delegação específica dos sistemas de ensino, porque isso já está previsto na própria legislação.

Na prática, na realidade, é muito difícil para o Ministério da Educação, apesar de todo o esforço que tem sido feito pela atual gestão da Secretaria de Educação a Distância, da Secretaria do Ensino Superior, conhecer a realidade da educação de todo o País.

Há hoje no Brasil 113 instituições de ensino superior credenciadas pela União. Dessas, algumas são estaduais. Retardaram grandemente o avanço da educação a distância, considerando que existia a necessidade de submeter burocraticamente universidades que gozam da autonomia universitária, pois, no momento que submete um processo de credenciamento, estar-se-ia rasgando a Constituição no tocante à autonomia universitária.

Entidades mantidas pelos governos estaduais, por prefeituras são obrigadas a ir ao Ministério da Educação, a aguardar um prazo razoável para que o Conselho Nacional de Educação baixe um parecer e para que, depois, o Ministro da Educação homologue esse parecer, dando uma condição legal para que exista o funcionamento dos programas de educação a distância.

Creio que, nesse primeiro aspecto, seria muito importante a mudança da lei, não entrando em detalhes quanto à delegação e, até mais, suprimindo expressamente o princípio da União.

Na prática, com o crescimento das instituições de ensino que aplicarão a educação a distância no Brasil, será impraticável isso. Há hoje no Brasil 220 mil escolas, entre públicas e particulares, e essas escolas poderão buscar um credenciamento. Apenas de ensino superior são aproximadamente 5% as instituições hoje credenciadas. Sabemos que 95% das instituições, se recorrerem à União para o credenciamento, terão uma dificuldade imensa operacional e, mais do que isso,

trarão distorções nacionais, porque é extremamente importante observar as realidades regionais.

Srªs e Srs. Senadores, nesse primeiro momento, nessa primeira consideração, parabenizamos a idéia de rever e propomos que exista uma redação menos restritiva, que não se toque em delegação daquilo que é indelegável e que se retire a competência da União, permitindo que haja essa modalidade de educação. Educação a distância não é diferente, educação a distância é uma forma. Em muitos momentos, há aluno presencial e aluno que freqüenta matérias ou programas a distância. Seria uma forma de aperfeiçoamento.

Finalizando, quanto ao último item relativo aos custos de transmissão, neste ponto, parabenizamos mais uma vez a iniciativa e achamos que não deve existir qualquer modificação quanto à proposta do projeto.

Entretanto, Srªs e Srs. Senadores, é necessário que exista uma prática, porque hoje já são previstos sistemas diferenciados de tarifação. Contudo, a prática faz com que isso não seja atendido. Hoje, para postarmos um livro, um material didático para o aluno, o custo nos Correios é exatamente igual ao de uma revista pornográfica, o que é um absurdo para nosso País, e a legislação já prevê.

Gostaríamos muito de ter o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores, dos Parlamentares, para que as práticas no Executivo, especialmente nesse ponto, no Ministério das Comunicações, fossem alteradas.

A ABT faz duas indagações – vamos deixá-las para o Senado Federal e para a Comissão: a primeira, por que não se usa a tarifa especial, não se pleiteia exatamente a tarifa especial nos Correios? Esse expediente foi protocolado no Ministério das Comunicações, percorreu alguns setores do Ministério e acabou morrendo – mas pretendemos ressuscitá-lo – nos Correios. Disseram que os Correios não recebem ajuda alguma do Governo Federal e que, por isso, não podem dar tratamento diferenciado. Equivocam-se, porque a lei prevê, desde 1961, tarifa especial.

Em outros meios de transmissão de conhecimento também fica claro, e há um programa, uma portaria, um decreto, melhor dizendo, que prevê para as transmissões via internet deveria ser de 10% dos custos normais.

Quanto às demais formas, os programas transmitidos pela televisão são em horários absolutamente inadequados. Se olharmos na grade de programação, é extremamente fora de um foco a qualquer estudante brasileiro assisti-lo às quatro horas da manhã, cinco horas da manhã. O que nós sentimos, realmente, é que seria muito importante a reafirmação desse compromisso. Entretanto, além de existência de uma lei, precisamos que cumpram as leis que já existem nesse tocante. É o exemplo da tarifa. Finalizando, é o exemplo do Fust, que foi também questionado por um outro expediente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Há um discorrer de fatos concluindo pela existência de R$3,4 bilhões no Tesouro para a aplicação em, inclusive, programas educativos, que mereceriam e dariam muito para auxiliar o desenvolvimento da educação brasileira, especialmente no tocante da infra-estrutura.

Pasmem, Srs. Deputados, Srs. Senadores e demais convidados, o Brasil tem uma relação de um computador para 174 alunos na rede pública. Isso, por mais que se avancem com outros recursos, estará muito distante daquele que é o grande sonho de todos: inclusão social que reduza esse imenso fosso que separa nações desenvolvidas de nações em desenvolvimento.

Então, a Associação coloca-se à disposição, parabeniza a Comissão pela iniciativa desta audiência pública e espera que possamos, todos nós, somar esforços com vistas a termos o Brasil voltando a ter uma posição de destaque no cenário nacional e internacional, utilizando a democratização da educação, através da educação a distância.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nosso agradecimento ao Doutor João Roberto Moreira Alves. Em seguida, passamos a palavra ao Doutor Sérgio Kieling Franco, Diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do Ministério da Educação.

Com a palavra, Doutor Kieling.

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Bom dia a todos. Queria, em nome da Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, agradecer o convite para comparecer a esta audiência pública.

Antes de abordar o assunto propriamente, há que se fazer uma certa introdução. A educação a distância é tratada, muitas vezes, com um certo preconceito em relação à educação em geral. Apesar de termos uma história longa de educação a distância, como já foi apresentado, não há no Brasil uma tradição de respeito à educação a distância. O Brasil sempre foi muito refratário às iniciativas de educação a distância, pois sempre se entendeu que educação a distância era um ensino de segunda categoria. Inclusive até nas brincadeiras que se faz, quando alguém faz alguma barbeiragem no trânsito, se diz: "tirou a carta por correspondência", com uma idéia de que educação a distância significaria ter um ensino meramente verbal ou por escrito de mera retórica, sem relação com a

prática. O que não é verdade nem mesmo nos cursos por correspondência.

Há também uma relação importante entre o presencial e o não presencial. Algo que precisa ser mais bem trabalhado na própria noção de educação, especialmente na academia, quanto ao significado de presencial e não presencial, especialmente com o advento das novas tecnologias. Até já fazendo uma relação ao projeto de lei do Senador Hélio Costa quanto à exigência de presencialidade, nós, do Ministério da Educação, nos manifestamos quanto à dificuldade de algum tipo de exigência de presencialidade quando os cursos a distância podem ser de muitas formas e níveis diferentes. Uma coisa é um curso de formação profissional de nível básico, que é um curso de mera atualização em que a presencialidade seria, às vezes, até desnecessária. Outra coisa é um curso de graduação que prepara um profissional especificamente para o exercício de uma profissão, muitas vezes com uma responsabilidade social muito grande.

Com essas questões, surge outra pergunta: será que é possível haver um curso de Medicina a distância? Essa é uma das primeiras questões que sempre se levanta. Existe uma objeção de não se querer ser operado por um médico que tenha feito seu curso a distância. A questão que precisa ser analisada não é se o curso pode ser a distância, mas o que pode ser feito a distância em cada curso.

O Ministério da Educação está agora fomentando a criação de cursos de licenciatura para os professores em exercício de 5ª série em diante. Houve propostas de algumas universidades de cursos de Educação Física a distância. Houve uma primeira reação, mas pode haver curso de Educação Física a distância? Se pensarmos que parte do curso de Educação Física pode ser a distância, então o curso de Educação Física pode ser considerado a distância.

O que caracteriza o fato de um curso ser a distância ou presencial não é a carga horária, mas a maneira de organização da gestão acadêmica. Isso caracteriza um curso a distância. Se haverá uma carga maior ou menor a distância – se é 30%, 60%, 80% a distância –, não é essa a questão. A questão é se a estrutura da organização do curso é compatível com a idéia de uma educação a distância, que não está atrelada a horários, a locais definidos, podendo ser capilarizada. Esse seria um motivo para outra discussão muito mais ampla.

Passando direto à questão do projeto de lei em debate nesta Comissão, vou começar por trás. Em relação à proposta do inciso I do § 4º, não há objeção alguma. Pelo contrário. Esse item aperfeiçoa realmente o texto da lei, porque, quando se analisou na LDB essa questão da tarifação específica, de custos reduzidos de transmissão, pensou-se numa realidade tecnológica que hoje está-se expandindo enormemente, e nem podemos dizer exatamente qual é a realidade tecnológica que encontraremos daqui a três ou quatro anos, quiçá daqui a 10 ou 15 anos. Uma lei deve ser pensada sob uma perspectiva mais ampla. Portanto, quanto à questão de não ficar restrito aos meios de transmissão sonora e visual, a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação concorda plenamente com a redação do § 4º, inciso I.

Quando à questão do § 1º, já há uma discordância. Primeiramente, não entendemos que a LDB coloque que o credenciamento para a educação a distância seja exclusivo da União. Não é isso que está escrito. Entretanto, ao criar um artigo específico sobre a educação a distância, o legislador mostrou que havia uma preocupação com a educação a distância. Pela primeira vez na história, a educação a distância é regulamentada. Sendo assim, ela precisa passar por um processo de regulamentação com certo cuidado. Ao se estabelecer no artigo que a educação a distância, organizada com a abertura de regimes especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União, não concordamos com a argumentação da justificativa do projeto de lei, porque a expressão "especificamente" significa especificamente em relação à educação a distância. As instituições deverão ser credenciadas para a educação a distância. Esse é o ponto específico. Não é específico da União nem é específico da instituição, como está na argumentação. Conforme a redação, o projeto realmente determina que a União deverá credenciar, mas isso não caracteriza uma atribuição exclusiva da União, mas uma atribuição privativa da União, e toda ação privativa da União pode ser delegada, sim, a outros sistemas. Não entendemos que haja essa contradição na argumentação do projeto de lei. Porém, onde está o problema?

O decreto em vigor, com a devida modificação já publicada, faz uma delegação automática para o caso da educação de jovens e adultos, hoje, em ensino profissional técnico de nível médio.

Entendemos hoje, no Ministério da Educação, inclusive na proposta de um novo decreto de regulamentação da educação a distância, que essa delegação não pode ser automática. No caso da delegação automática, alguns sistemas de educação estaduais ainda não compreendem bem o alcance da educação a distância e tem dúvida quanto à legitimidade desses cursos. Esses sistemas têm colocado entraves para o processo de credenciamento de instituições. Então, a educação a distância, que essencialmente transcende a questão territorial, acaba sendo seu refém.

Estamos propondo agora que a delegação, por parte do Ministério da Educação, deva ser relacionada a cada sistema, conforme uma negociação que há entre o sistema estadual e o Ministério da Educação. O objetivo é exatamente assegurar que o processo de credenciamento tenha alcance nacional.

Um argumento que nem sempre os Conselhos aceitam – mas que eu, particularmente, considero de uma lógica interessante – é que, se o diploma tem validade nacional, por que o credenciamento institucional não pode ter? Se o sistema considera que aquela instituição tem credibilidade – e isso é que faz o credenciamento –, por que essa credibilidade está restrita ao Estado onde aconteceu esse credenciamento?

O pacto firmado entre os Conselhos não teve sucesso. Então, estamos propondo que haja uma nova negociação entre os Conselhos e, ao haver a delegação por parte do Ministério da Educação ao Conselho Estadual, uma determinação do Conselho quanto a como ele lidará com os outros Estados, para que não se atrapalhe um processo importantíssimo que é possibilitado: que a educação chegue, em todos os níveis, a todos os cidadãos do Brasil, especialmente naquelas populações mesmo perto dos grandes centros, que não têm acesso por questões de trabalho e de horário. A delegação é realmente um princípio da legislação, mas não pode atrapalhar o processo, a política educacional brasileira.

Há também o entendimento do Ministério da Educação de que o credenciamento para a educação superior deve, sim, ficar afeto à União – mesmo o credenciamento das instituições de ensino que são vinculadas aos Conselhos Estaduais, pelo aspecto estratégico da educação superior e também pela relação com a pressão internacional que há para entrada de cursos a distância de outros países em nosso País. Então, um trabalho em nível nacional seria mais eficiente e teria essa possibilidade.

Não estaríamos entrando em contradição com os arts. 9º e 10º, porque a competência de autorização e de reconhecimento de curso continua sendo do sistema a que está vinculada a instituição. Apenas o credenciamento para ministrar educação a distância ficaria restrito à União.

A proposta de decreto que estamos trabalhando ficou durante todo o mês de abril em aberto para debate. Agora, estamos compilando. Depois de dois anos de discussão, houve, em abril, mais de cem contribuições para redação. A referida proposta traz muito claramente algo que poderia até ser incorporado – se V. Exªs assim entenderem – na redação do § 1º do art. 80: a transformação em dois parágrafos. Um estabeleceria que: "A educação a distância, organizada a cobertura de regimes especiais, será oferecida por instituições credenciadas pela União por meio do Ministério". Haveria, ainda, um segundo parágrafo que teria a seguinte redação: "A União poderá delegar a cada sistema estadual de educação o credenciamento de instituições de ensino para oferta de educação básica de jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio a distância". Essa é a linha que o Ministério tem trabalhado em relação a essa questão.

Em suma, não entendemos que há uma exclusividade, mas, sim, uma atuação privativa da União em relação a esse credenciamento. Entendemos que a intenção do legislador era dar um destaque específico à educação a distância, que consideramos ser algo passageiro. A tendência mundial mesmo é que, daqui a uns dez, quinze anos, esse tratamento especial da educação a distância desapareça, porque a própria educação presencial vai passar a incorporar enormemente a modalidade a distância, mas no momento atual é importante que se tenha esse cuidado.

Era isso que queria ponderar inicialmente. Depois do debate, poderemos aprofundar o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Sérgio Kieling Franco.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Fredric M. Litto.

O SR. FREDRIC M. LITTO – Sr. Presidente, demais autoridades, bom dia! Agradeço esta oportunidade de participar de debate sobre um assunto tão importante. Sou norte-americano naturalizado brasileiro há mais de vinte anos, casado com uma mineira há 44 anos e professor de Comunicação da Universidade de São Paulo faz 35 anos.

Estou aqui como presidente da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância), da qual sou presidente desde sua fundação em 1995. A Abed é uma sociedade científica sem fins lucrativos, que reúne os educadores, os profissionais e as instituições ligadas à educação a distância em todo o Brasil. Atualmente temos 2.600 associados. Nossos objetivos são promover a qualidade e as boas práticas de educação a distância e o uso da pesquisa como ensinamento de avaliação e qualidade. Por isso fomos aceitos como sociedade associada Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC) nos últimos anos.

A Abed tem pólos em 18 cidades brasileiras, tem uma revista científica de boa qualidade e organiza três tipos de reunião: um congresso internacional de três dias, anualmente – em setembro do ano passado, na Bahia, tivemos a felicidade de contar com a presença de 900 participantes –; um seminário anual no primeiro

semestre de todo ano, que dura dois dias, focalizando assuntos absolutamente nacionais – não convidamos estrangeiros para o seminário nacional, para focalizarmos bem os nossos próprios problemas – e um dia nacional de educação a distância, que geralmente ocorre em novembro de todo ano.

A Abed tem crescido acompanhando o desenvolvimento da educação a distância no País. A Abed publicou no mês passado, com a ajuda do instituto monitor de São Paulo, o **Anuário Brasileiro de Educação a Distância**, reunindo dados numéricos, estatísticos sobre a prática de educação a distância no País. No mesmo mês, tive a felicidade de publicar um livro sobre o uso de tecnologia de informação nas universidades brasileiras, com muitas informações sobre educação a distância também. Tirei cópias para a Comissão de Educação e vou entregá-las depois da reunião, hoje.

Atualmente, há quase três milhões de pessoas no Brasil fazendo cursos a distância. A metade, na área corporativa. Quer dizer, há quase 400 empresas atualizando seus funcionários, desde alto executivos até funcionários mais simples, mediante a educação a distância. Seiscentos mil alunos por ano fazem o Telecurso 2000, que é educação básica por meio de televisão, com material impresso a ser encontrado em qualquer banca de jornal no País. Quatrocentos mil alunos anualmente fazem os cursos a distância do Sebrae. Duzentos mil alunos fazem cursos universitários e outros 200 mil fazem os cursos do Senai, Senac e várias ONGs.

O tema do seminário da Abed no mês passado, em São Paulo, foi exatamente o tema que abordamos aqui hoje, ou seja, como conciliar os sistemas de ensino de todo o País com a educação a distância. Em primeiro lugar, deixe-me lembrar a todos alguns princípios relacionados com a educação a distância. Educação a distância elimina distância e territorialidade. Pelo fato de que é possível ultrapassar barreiras, limites políticos, Estados, nações, etc., é possível esquecer a questão da distância. Por exemplo, entre universitários norte-americanos, a maioria faz um curso a distância nas mesmas cidades, nas mesmas universidades onde eles mesmo fazem cursos presenciais. É uma forma de acelerar sua formatura e, em vez de levar quatro anos para se formar, eles podem fazer a graduação em três anos. Então, distância não é a questão básica.

A sincronia de educação a distância, via *Internet*, há o fato de se poder participar da aula no domingo de manhã, terça à noite, quando se quiser, porque a sincronia permite às pessoas que trabalham normalmente poderem continuar seus estudos até o fim de suas carreiras.

O importante em tudo isso é a questão de atingir escala. O curso que não atinge escala atingindo o número razoável de alunos acaba sendo extremamente caro. Isso é importante para a discussão de hoje. Por quê? Porque o aluno do Maranhão, por exemplo, quer fazer o curso básico a distância, mas o curso oferecido por uma instituição no Ceará porque aquele curso de lá tem certas características que interessam a ele. A questão de territorialidade de quem vai credenciar esse curso é um grande problema para o aluno individual.

Tem que ser lembrado também que educação a distância não é para todo mundo, não é para o aluno que tem que ser mimado pelo professor, tem que ser mimado pelo sistema e feito especialmente; é muito bem sucedido quando o aluno é altamente motivado, é maduro, tem condições de aprender autonomamente. Quer dizer, na educação a distância não pode ser forçado o ensino do aluno, tem que ser o aluno cuja motivação garanta que ele vá chegar até o fim do curso.

Outro dado interessante que as pesquisas estão mostrando é que educação a distância feita via *Internet* está tendo mais sucesso em termos de impacto no aluno do que cursos presenciais, quer dizer, cursos feitos a distância, bem organizados, permitem que o aluno aprenda mais, com mais profundidade, com mais retenção de conhecimento do que em sala de aula, com aula presencial. Por quê? As pesquisas indicam que isso é resultado da interatividade. Na sala de aula tradicional, quem domina a situação é o professor. Há pouca interatividade entre os próprios alunos. Quando o curso é transferido de uma forma bem sucedida para a *Internet,* a grande aprendizagem ocorre entre os alunos e não a partir do professor. Isso indica grande sucesso que deve ser encorajado.

Finalmente, não podemos nos esquecer dos 10% da população brasileira que têm deficiências físicas e de outros tipos que não podem ir até a escola. Educação a distância é a única forma que pessoas obrigadas a ficarem em casa podem adquirir seus conhecimentos e ter sua titulação acadêmica mais alta.

A lei de inflação que os senhores estão considerando hoje envolve duas questões básicas: a questão de centralização do Governo Federal *versus* descentralização pelos Estados na certificação dos estudos do aluno básico; em segundo lugar, a tarifação especial pelos meios de comunicação das atividades de educação a distância. Um fator garantido pela Constituição e pela lei também.

Sobre a primeira questão. A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação fez um longo estudo sobre essa questão por parte do Professor Nélio Bizzo, meu colega da Universidade de São Paulo. Suas recomendações não obtiveram sucesso na vota-

ção final daquela câmara, mas as ponderações todas estão na ata de dezembro de 2002 daquela câmara, cuja consulta recomendo aos senhores.

Quais são os problemas básicos sobre centralização e descentralização? Como eu falei, o aluno corre o risco de ser sacrificado. Se ele mora em um estado e tem que fazer um curso básico em outro estado a distância, ele corre o risco de que o seu próprio estado não reconheça o diploma. Não há reciprocidade garantida, e isso prejudica o cidadão.

Segundo, é quase impossível para entidades que operam em nível nacional na educação a distância, como o Senai, o Senac, o Telecurso 2000, o Instituto Monitores. Instituições quase públicas e privadas têm que ir para cada Estado e negociar a questão da certificação do curso, da avaliação do aluno. É uma coisa extremamente difícil e injusta para a instituição, porque eles querem chegar até a escala, ter maior número de alunos, para baixar os custos, mas a legislação individual, em cada Estado, dificulta isso.

Qual é a posição da ABED sobre isso? É necessário oferecer possibilidades para o oferecimento livre do ensino básico via educação a distância. Mas com a avaliação do aluno feita por escolas públicas e privadas locais, perto da moradia do aluno, escolas essas designadas pelos Conselhos Estaduais de Educação do Estado do aluno. A escola faria uma avaliação do aluno, um tipo de exame de equivalência, porque existem diretrizes nacionais sobre educação básica.

O Ministério da Educação já soltou uma série de normas de parâmetros curriculares nacionais, etc., etc., evidentemente com contextos locais. Então, isso eles estão avaliando, levando isso em consideração, e teria que haver um acordo de cavalheiros entre os Conselhos Estaduais de Educação, para haver uma certa compatibilidade. Isso acabaria com o conflito de território, acabaria com um certo movimento de criar empresas com fins lucrativos para credenciar escolas, coisa que provavelmente não é muito desejável, e acabaria com outro fenômeno que eu tenho notado, observado, com colegas da área da educação. Em muitos casos, alunos do segundo grau presencial, não se dando bem com o professor, não se dando bem com os seus estudos, ameaçam o professor: se você me reprova, eu vou entrar no ensino do segundo grau; eu vou passar nessa disciplina apesar da sua reprovação. Quer dizer, ameaça o professor. Se o professor local vai participar da avaliação do aluno mesmo quando o aluno for fazer o curso pela educação a distância, aí a ameaça do aluno fica nula.

Finalmente, estabelecendo essa hegemonia de critérios de avaliação do aluno e de cursos em nível nacional, com um plano nacional, mas execução pelos Estados, isso certamente faria crescer o número de alunos no ensino superior. Um dos grandes impedimentos para o crescimento do ensino superior no nosso País é esse gargalo do ensino básico, que é difícil de ser completado por muitos alunos.

Sobre a questão da tarifação. Como o litoral brasileiro, o espaço de radiodifusão também pertence à sociedade brasileira. As emissoras de televisão, que têm 95% de penetração nos lares brasileiros, obedecem as leis – como o meu colega João Roberto já falou hoje de manhã – sobre conteúdo educacional, mas fazem isso na madrugada. O rádio, com penetração de quase 100%, não faz nada que seja educacional, infelizmente. Os canais de televisão chamados educativos não são educativos de fato, são culturais, a programação é absolutamente cultural e só incidentalmente educativa. E o policiamento dos meios de comunicação não está funcionando. Nem sei se vale a pena se brigar muito por esse policiamento. Seria melhor criar novos canais para abrigar a comunicação educativa. Precisamos de mais canais de televisão, canais realmente educativos.

Podem-se usar *side bands*, a banda larga que acompanha o sinal de televisão de Globo, Bandeirantes, Record, etc. Tecnologicamente isso é possível, para dar conteúdo mais educacional.

Finalmente, gostaríamos de reconhecer essa nova tentativa do Ministério da Educação, da Secretaria Especial de Educação a Distância, para criar uma universidade aberta a distância no Brasil. Houve 30 tentativas documentadas de criar uma universidade aberta a distância no Brasil, todas torpedeadas ou pelo Ministério da Educação ou pelo Congresso Nacional. O Professor João Roberto, aqui na mesa, tem essa documentação e a Abed teria o máximo prazer em mostrar para os senhores essa triste história de trinta anos, de trinta tentativas de fazer a universidade aberta. Agora a coisa parece que vai sair. Estamos muito felizes porque vai aumentar o número de pessoas que terão acesso ao ensino superior. Felicito a criação por esta Casa do Unilegis, a Universidade do Legislativo brasileiro, competentemente dirigido pelo Reitor e Vice-Reitor, nosso colega Heitor Gurgulino.

A Abed está à disposição dos senhores para tratar do assunto educação a distância e cumprimenta os Srs. Senadores pelo interesse em solucionar esse problema que atinge a todos os cidadãos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Fredric M. Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), por participar dessa audiência pública conosco.

Na qualidade de autor do requerimento, quero inicialmente saudar o representante do Instituto Monitor, Roberto Palhares, que está aqui presente. Faço isso até com um misto de muita saudade, porque tenho na minha família um formando do Instituto Técnico Monitor, e os meus primeiros ensinamentos, a primeira coisa que aprendi em rádio, um pouco de eletrônica, foi vendo o meu irmão mais velho fazendo o curso a distância pelo Instituto Monitor. Isso lá nos anos de 1950. Se alguém deveria estar nesta Mesa participando deste debate tinha que ser o representante do Instituto Monitor, porque ele é, na realidade, o precursor de todos os cursos a distância neste País. Vamos corrigir esse erro na próxima vez.

Ao mesmo tempo, queria fazer uma observação porque, na condição de profissional do setor de comunicação, acompanho atentamente tudo o que diz respeito à participação do rádio e da televisão na educação.

No passado, tínhamos excelentes programas produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura – ainda era Ministério da Educação e Cultura – que eram reproduzidos pelas emissoras de rádio. Na realidade, obrigam-nos até hoje a ouvir **A Voz do Brasil** porque todas as rádios são obrigadas a retransmitir esse programa, mas não obrigam as rádios a retransmitir programas educativos, o que é uma falha do sistema, mas muito maior do Ministério da Educação, que deveria estar atento à força que o rádio representa na educação, na participação, no conteúdo da informação através do rádio.

E com respeito às emissoras de televisão, o lamentável, Professor Fredric Litto, é que essa chamada Educação Educativa, de educativa não tem nada, tem é educação política. São todas emissoras de televisão políticas. Raramente, quando se quer transferir um trabalho da TV educativa para ser verdadeiramente uma emissora de TV educativa ainda temos problema. Temos exemplos típicos: a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, onde existe uma das mais importantes universidades públicas do Brasil, não tem o direito de ter uma emissora de televisão. No entanto, uma universidade particular que sequer está presente em Ouro Preto é a dona do canal da TV educativa de Ouro Preto. Ouro Preto é sinônimo de escola de engenharia de Minas, a Universidade de Ouro Preto, que tem hoje uma representatividade internacional.

Então, precisa ser corrigido isso. E eu, na condição de Presidente da Comissão de Educação, passo a exigir, Senador Roberto Saturnino, daqueles que se candidatam a ter uma emissora de TV "educativa", que, na verdade será uma TV política, que apresentem os documentos se estão pagando o INSS em dia, se as fundações que estão pedindo essas emissoras de televisão cumprem rigorosamente suas obrigações com o Governo, porque a lei é clara, a Constituição é clara, diz que quem estiver devendo INSS à Previdência não pode receber nenhum serviço público. Vamos fazer isso aqui.

Gostaria também de lembrar, acompanhando a evolução do sistema, não só das rádios transmitindo os programas do MEC, como também o trabalho que foi feito nas décadas de 60 e 70, pelo Telecurso 1º Grau, que foi absolutamente formidável a maneira como este programa era produzido e a forma como era apresentado, como a televisão conseguiu sensibilizar o Brasil inteiro. Ele era apresentado nas primeiras horas da manhã e muitos trabalhadores, antes de ir para o trabalho, às cinco horas da manhã, tinham por hábito acompanhar o Telecurso 1º Grau, o Telecurso 2º Grau etc. Diga-se de passagem que isso é uma das heranças extraordinárias deixadas pela Fundação Roberto Marinho, evidentemente, pelo seu criador.

Atualmente, a Televisão Futura talvez cumpra mais o trabalho de ser a tevê educativa que todas as emissoras de tevês educativas do Brasil. Se juntarem todas essas pequenas emissoras políticas educativas, elas não fazem 10% do que faz a TV Futura, que é, realmente, uma tevê educativa de primeiríssimo nível, em qualquer lugar do mundo, pela sua produção e pela sua qualidade.

Eu fiz uma proposta de alteração, com o Projeto de Lei nº 118, fazendo com que seja obrigatória a aula presencial. Eu não especifico, no meu projeto de lei, que essa aula tem de ser por uma semana, por um mês ou o que for. Pode ser apenas por um dia, por uma hora ou o que for.

Quero mostrar aos senhores um exemplo do que estou dizendo. Na década de 70, eu estudava na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, e fazia um curso a distância de ciências humanas pela Universidade do Reino Unido. Esse curso era, na realidade, patrocinado pela Universidade do Reino Unido, em convênio com a Universidade de Maryland. Recebíamos aquelas apostilas todas e acompanhávamos as aulas, na época, por meio de programas de rádio, de fitas de áudio. Os cursos a distância eram assim: mandavam uma fita de áudio e eu a ouvia em casa, acompanhava e fazia as provas. Entretanto, uma vez por ano, no meu curso de dois anos, eu tinha de ir a Londres e passar lá pelo menos um dia. Para quê? Para entender qual era a universidade que estava me dando um diploma.

Há um exemplo muito mais recente no Estado do Texas, onde as empresas de tecnologia do Texas estão propondo aos seus empregados que queiram

trabalhar em casa que organizem o seu escritório, que façam uma adaptação moderna do seu escritório em casa e façam uma conexão de Internet banda-larga. Elas vão trabalhar em casa e não precisam mais ir ao escritório. Fazem tudo de sua casa. Concluiu-se que eles ficaram muito mais produtivos, Senador José Jorge, porque estavam trabalhando no ambiente da sua casa, com tranqüilidade absoluta, sem ter de sair de manhã, correr no seu carro e entrar na free-way para poder chegar na hora certa e sair na hora do trânsito. Detalhe: uma vez por mês, eles têm de passar um dia inteiro no seu escritório. É um único dia por mês, mas eles têm de ir lá, porque, senão, eles perdem o contato com a empresa e perdem o contato com a identidade que é, na realidade, a empresa na qual trabalham.

Essa foi a razão que me motivou a apresentar essa proposta. O curso a distância tem todas as vantagens – num País como o nosso, a oportunidade que oferece é extraordinária, sem dúvida nenhuma. Mas será que vale, terminado o curso, ficar-se na obrigação – obrigação que pode ser entre aspas –, ou dar-se o direito de participar presencialmente, seja de uma aula inaugural, seja de uma aula final, mas que ele conheça a entidade que está lhe dando o diploma? Essa foi a proposta que eu fiz, que espero que seja considerada pelos senhores, que são entendidos no assunto.

Vejo que está presente entre nós o Senador José Jorge, que é um entendido nos assuntos de educação e que tem dado uma colaboração extraordinária a esta nossa comissão. S. Exª é o autor do projeto de lei que motivou, na realidade, esta audiência pública. O Senador José Jorge foi também o relator de uma PEC, que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que dá direito aos funcionários públicos, após os 70 anos, de continuarem prestarem um valoroso serviço. Temos exemplos típicos neste momento, especialmente no Supremo Tribunal Federal, porque estamos a ponto de perder dois grandes juristas, que são o Ministro Mário Velloso e o Ministro Sepúlveda Pertence, porque vão completar 70 anos. Imaginem se vamos fazer isso com as pessoas mais sábias, capazes e competentes do nosso País simplesmente porque completaram 70 anos?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador José Jorge está aí e vai falar sobre o seu projeto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas a V. Exª, aos convidados e aos demais companheiros, colegas pelo fato de eu não estar presente aqui exatamente por estar em audiência pública discutindo um projeto de minha autoria. É um pouco esdrúxulo, mas aqui as reuniões das Comissões, infelizmente, são marcadas não pelos Senadores, mas pelos Presidentes. Então, não temos a capacidade de alterar o horário das Comissões.

Por coincidência, eu era o Relator desse projeto de emenda constitucional, que é um projeto muito polêmico. Ele já está aqui há muitos anos. Nós tínhamos uma espécie de acordo e só agora o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu tive de ouvir a opinião de todos Srs Senadores, cerca de vinte, inclusive do Senador Hélio Costa, que também foi lá dar a sua opinião. Somente agora ele foi aprovado e eu pude vir aqui.

Em relação ao meu projeto, ele é muito simples. O que acontece é o seguinte: o art. 80 da LDB, o § 1º diz o seguinte: "A educação a distância, organizada com abertura e regimes especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União."

Então, o que eu incluí? Vem essa mesma coisa, vírgula, "...através do Ministério da Educação ou por delegação específica, através dos demais sistemas de ensino."

Todos sabemos que aqui no Brasil existe sistema de ensino, Conselhos Federais, Conselhos estaduais e Secretarias Estaduais, que comandam determinados níveis de ensino, como o primeiro e o segundo graus.

O curso a distância não obrigatoriamente tem de ser do ensino superior. Ele pode ser de primeiro grau , de segundo grau. Até de alfabetização temos cursos a distância, com apoio maior, mas temos.

Essa é a minha idéia. Como somos um País federativo e muito grande, em que a pessoa que quisesse autorização não precisasse vir ao MEC, mas sim ir ao seu respectivo sistema de ensino. Acho que isso seria uma evolução importante e não diminuiria o controle. Porque nada diz que o MEC controle melhor as coisas do que no sistema estadual. Há Estados que controlam as coisas muito melhor do que o Governo Federal, há Estados que controlam pior. Isso vai depender especificamente de cada Estado.

No mesmo artigo, no § 4º, item I, eu ampliei um pouco a abrangência, por conta de que na época em que essa lei foi idealizada, não existiam ainda as tecnologias novas como a Internet e outras, que podem ser utilizadas.

Então, onde havia "curso de transmissão"

> I – A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá:
>
> 1º custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens..."

Eu fiz constar assim:

> ...custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de outros meios – aí eu incluí – de comunicação que sejam executados e explorados mediante permissão ou concessão do Poder Público.

É melhor que fique mais amplo, porque não sabemos a tecnologia que irá aparecer no futuro.

Na realidade são somente essas duas mudanças, que são importantes, imagino, mais para tornar mais flexível, por um lado, e descentralizar. Aqui no Brasil, por incrível que pareça, temos uma tendência grande de centralizar os sistemas setoriais.

Estamos acabando com a Federação. Uma assembléia legislativa antigamente tinha muito mais atribuições do que hoje. Cada setor cria o seu sistema: há o sistema de educação, de saúde, de segurança pública, de justiça – hoje temos o Conselho Nacional de Justiça. Tudo isso vai no sentido da centralização por subsistemas setoriais, o que, na verdade, tem a sua virtude, facilita alguns tipos de coisas, mas também tem os seus problemas, porque a federação fica muito fragilizada.

O que estamos fazendo é estender aos demais sistemas de ensino, ao estadual principalmente, para que eles possam também, nas suas atribuições específicas, autorizar que se façam cursos a distância.

Essa é a idéia do projeto. Eu não pude assistir, infelizmente, as palestras. Mas isso tudo é registrado. Depois assistirei ao vídeo tape e pedirei para fazer um resumo, e a opinião de V. Sªs certamente será levada em conta não só por mim, que sou o autor – na realidade não sou nem tão importante. O mais importante agora é o Relator, porque é ele que irá dizer como será feito. Mas, como autor, sempre ouvem a nossa opinião.

Na realidade, não só eu como os demais Senadores levaremos certamente em conta a opinião de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Pergunto se o Senador Roberto Saturnino quer usar da palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quero cumprimentar V. Exª pela organização desta audiência pública, extremamente importante, sobre um assunto que nos motiva, com toda razão.

Eu só queria fazer duas indagações que não são, necessariamente, dirigidas a um expositor. Fiquei com dúvidas sobre como, afinal de contas, está funcionando o credenciamento para o ensino de responsabilidade do Estado e para o ensino de responsabilidade municipal. Afinal de contas, quem faz o credenciamento? É o Governo Federal ou o Ministério da Educação?

A segunda indagação diz respeito às emissoras de rádio educativas. Como funcionam? Estão se proliferando? Estão se multiplicando? O Senador Hélio Costa muito bem se referiu às emissoras de televisão educativa que estão com sua programação muito mais voltada para outros assuntos que não explicitamente a educação. Tenho notícias de emissoras de rádio educativas que estão iniciando sua função de radiodifusão. Gostaria de obter informações a esse respeito e também a respeito de como ocorre o encaminhamento do projeto de uma rádio educativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pergunto qual dos três participantes gostaria de falar.

Vamos à primeira pergunta, com o Professor Sérgio.

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Falarei da forma como ocorre o credenciamento.

Os decretos citados – sou muito ruim para guardar números, mas eles foram citados –, o Decreto nº 2.494, modificado pelo Decreto nº 2.561/88, delega automaticamente o credenciamento da educação de jovens e adultos da educação profissional e do ensino médio aos Conselhos estaduais, aos respectivos Estados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – (Fora do microfone. *Inaudível.)*

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Sim. V. Exª não pôde me ouvir, Senador José Jorge, mas o Ministério entende que, da maneira como é feita a redação, não existe incoerência, e não seria necessária a mudança. Atualmente, o Ministério questiona se essa delegação automática é tão positiva. Alguns sistemas têm criado problemas por desconhecimento, por desconfiança, o que é próprio da história educacional brasileira. Não há muita confiança na educação a distância. Não falo de nossa educação a distância. Falo da tradição cultural, que nega a educação a distância. Existe, como já foi citado, uma experiência muito boa com educação a distância no Brasil. E existe delegação automática para esses níveis.

Os sistemas estaduais de educação respondem pela educação superior das instituições estaduais ou municipais. As faculdades privadas estão vinculadas ao sistema federal. Na instância superior, mesmo essas instituições têm que pedir credenciamento ao MEC para oferta de educação a distância.

A proposta em gestação no Ministério é para que esse critério seja revisto e para que a delegação seja feita caso a caso. Há conselhos que não se julgam competentes, e há conselhos que têm tido atritos

com outros. Temos que encontrar uma solução. Entendemos que a delegação é um princípio da lei, mas não pode ser feita indiscriminadamente. Tem que ser feita a serviço da melhor execução do ato, no caso, da educação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me interromper. Não temos informação estatística, ao menos eu não tenho. Gostaria de ter uma idéia sobre o dinamismo da questão em termos de matrícula. Está crescendo? A Sua publicação esclarece esse fato?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – S. Sª se referiu a R$3 milhões, ao menos da área empresarial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, da maneira como o MEC está fazendo, hoje, transferindo esses níveis para os Conselhos Estaduais de Educação, é exatamente a idéia que está no meu projeto. Só que seria definido por lei, por um lado. Por outro lado, nada impede que o MEC, nesse sistema de ensino, que é coordenado pelos Conselhos Estaduais e pela Secretaria da Educação, faça diretamente os credenciamentos, centralizando-os. Não estão fazendo, porque não querem. Eles repassaram. O que estamos querendo aqui é que o MEC faça o credenciamento para esse nível de ensino, tem que fazer, naturalmente, por intermédio dos Conselhos Estaduais. A diferença da idéia é basicamente essa. É porque vocês estão cumprindo o outro lado da questão. Realmente há uma abertura aqui que diz: "Regimes especiais serão oferecidos por instituições especificamente credenciadas pela União."

Então a União credenciou o MEC, e este credenciou os Conselhos Estaduais, mas nada impede que a União, amanhã, credencie uma escola ou uma instituição qualquer para fazer um curso de segundo grau. É isso que não desejo que aconteça. A diferença é essa. Estou dizendo aqui:

A educação a distância, organizada com abertura em regimes especiais, será oferecida por instituições credenciadas pela União, através do MEC – [aqui não está especificado, é o que está sendo feito também.] ou por delegação específica, através dos demais sistemas de ensino.

Quer dizer, a delegação passa pelo sistema de ensino, porque, aqui, somos organizados em sistemas de ensino que têm que ser fortalecidos em todas as suas atribuições. Então o MEC, quando delega, o faz por meio do sistema de ensino. Ele não pode delegar diretamente. E é o que o MEC está fazendo, não está delegando diretamente. Aí já fica mais fácil para o MEC regulamentar isso. Enfim, a lei já dá uma espécie de suporte para que se possa organizar melhor o sistema.

Essa é a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Posso até ser voto vencido, Senador José Jorge, mas tenho algumas reservas com relação a essas atribuições automáticas repassadas aos Conselhos Estaduais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não são automáticas. São delegadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Mas delegadas automaticamente. É o que acabou de dizer aqui.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não. Está aqui: "...ou por delegação específica, através dos demais sistemas de ensino."

Quer dizer, na realidade, a diferença é que se pode delegar para alguém, só que essa delegação vai passar pelo sistema de ensino, entendeu? Por exemplo, uma escola de Minas Gerais deseja fazer um curso de segundo grau a distância. Então essa instituição vai ser delegada pelo MEC para fazer. Só que o MEC vai repassar isso para o Conselho Estadual da Educação do Estado de Minas Gerais, que vai examinar, na parte que é de sua atribuição. Se for ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante e ensino superior, nos casos das universidades públicas municipais ou estaduais. Aí, nesse caso, ele pode fazer. Fora disso, tem que ser direto do MEC para uma instituição.

Isso retira um pouco a sua preocupação, que, no caso, é a de o ensino superior não ficar muito aberto. Não vai ficar. Vai ficar somente para as escolas públicas municipais ou estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Essa é a verdadeira preocupação, porque, por ser ensino a distância, eu levantei aqui a idéia inicialmente de que se pode fazer um curso sem nunca entrar em contato direto nem com a instituição nem com as pessoas que pertencem a essa instituição. Então evidentemente que abriria um caminho também para uma série de situações incomuns e que poderiam prejudicar o consumidor de um modo geral.

Mas tenho a certeza de que esta audiência pública foi feita exatamente para levantar essas questões, e é uma grande oportunidade para discutirmos essas idéias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu pergunto se algum dos três expositores poderia dizer algo sobre as rádios educativas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Professor Litto.

O SR. FREDRIC M. LITTO – O rádio é uma área muito especial. Gosto muito desse assunto. Minha observação, Senador, é que a maior parte das rádios identificadas como educativas não são verdadeiramente educativas, na acepção da palavra, elas são culturais. O que fazem é uma programação mais elevada, qualitativamente, mas o conteúdo está na periferia de aprendizagem.

O que é uma rádio educativa? Tenho que lembrar a minha juventude. Eu era aluno da 4ª ou 5ª série de escolas públicas de Nova York e lembro-me da professora trazendo para a sala de aula um rádio deste tamanho, porque a prefeitura da cidade de Nova York tinha uma emissora FM e transmitia várias horas por dia. E naquele dia que eu trouxe o rádio havia um programa de dramatização de argumentos da história americana sobre matemática via rádio. Ela ligava na hora certa, e escolas em todos os Municípios recebiam isso. Isso é rádio educativo. E também meu primeiro contato com rádio educativo como profissional.

Eu era aluno de graduação na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e, em 1957, eu participava como ator em dramatizações para rádio a ser transmitida pela prefeitura de Los Angeles. Quer dizer, quando é especificamente educativo de conteúdo para a aprendizagem da educação com os livros técnicos isso é educativo. O resto é periférico, e acho que o senhor identificou uma falha muito grande.

As emissoras educativas brasileiras tentam imitar as emissoras comerciais, dada a plasticidade, o tipo de rádio que eles fazem com eco e muita repetição e até com aspectos comerciais dentro de um ambiente, de um contexto que não deve ser comercial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sobretudo, com o que não pode, com comerciais, que elas não estão autorizadas a apresentar.

O SR. FREDRIC M. LITTO – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Eu até quero fazer antes um comentário, professor. Quando a emissora de rádio está com a concessão em poder de uma entidade pública de ensino – diga-se de passagem, há várias; a Universidade de Viçosa tem rádio, a Universidade em Minas Gerais tem rádio –, essas rádios, dentro das universidades públicas, funcionam como uma emissora educativa. Fora disso, elas funcionam como emissoras comerciais. Mesmo em poder das universidades federais, trabalham como rádios comerciais.

O SR. FREDRIC M. LITTO – Só respondendo ao Senador Saturnino quanto aos aspectos de um cenário Brasil na área de Educação básica.

Hoje, menos da metade dos conselhos estaduais de educação regulamentaram no âmbito dos seus Estados a educação a distância. Temos aproximadamente 80 instituições credenciadas para educação básica, principalmente jovens e adultos – algumas de ensino médio –, para desenvolverem programas de educação a distância. Em alguns Estados, há o credenciamento sem a regulamentação; em outros, há até a regulamentação, mas não há sequer um credenciamento. Quem credencia é o Estado, dentro de princípios até muito antes da figura da delegação de competência, porque, inclusive, é um aspecto já comentado no primeiro momento, os conselhos estaduais de educação não precisam do sistema. Na verdade, não precisam de uma delegação de competência, eles já têm essa delegação de competência pelo credenciamento previsto exatamente nos incisos IX do art. 9º, IV do art. 10 e IV art. 11, da LDB.

Então, os sistemas estaduais de educação não esperavam qualquer credenciamento e dentro do princípio da liberdade da própria Constituição.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. FREDRIC M. LITTO – Exatamente. Então, o que nos levou até, perdoe-me o Senador José Jorge, à ponderação de que talvez seja mais salutar que tivéssemos uma nova redação no artigo, parando instituições credenciadas, porque a própria Lei de Diretrizes e Bases já prevê quem credencia quem. E como educação a distância é uma modalidade, dever-se-ia respeitar o princípio dos sistemas, e não reafirmar o credenciamento pela União.

O que é conflitante, na realidade, é o art. 8º com os arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases.

Dessa forma, penso que seria mais salutar para todo o sistema brasileiro a manutenção do credenciamento, na forma já prevista na lei, dando essa competência à União e admitindo uma delegação que, na verdade, pode ocorrer ou não. Como afirmado pelo ilustre representante do MEC, em determinados momentos isso é permitido, e, em outros, por razões que podem ocorrer, entenda-se que não se pode transferir o que já está previsto na própria Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases.

No cenário hoje há 113 instituições credenciadas para ensino superior e, aproximadamente, setenta a oitenta instituições de educação básica credenciadas pelos sistemas estaduais de ensino.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, ele tem razão. A minha preocupação é idêntica à dele, é no sentido de que as instituições possam fazer o credenciamento, da mesma forma que quem credencia uma escola regular de primeiro ou segundo graus é o Conselho Estadual. Então, ele da mesma forma credenciaria uma de ensino a distância.

Só que quando se fez a redação da LDB, que por sinal fui o relator, mas hoje em dia não me lembro de muita coisa, porque já faz muito tempo e não trabalho com isso no dia-a-dia. Às vezes nos esquecemos de muita coisa porque vamos mudando de tema. Por último, fui relator da reforma judiciária, depois saí para a educação. Nós acabamos entendendo muito pouco de qualquer coisa.

Não sou contra a questão de tirar o MEC desse segmento de nível médio e superior que é específico dos conselhos estaduais. Acho até que posso rever esse ponto de vista. Todavia, penso que é um pouco contra a razão da própria audiência que tinha em vista a preocupação do próprio Senador Hélio Costa com a questão da descentralização para evitar abuso.

Na verdade, acho que temos razão, se os Conselhos Estaduais são competentes para credenciar um curso regular no caso do ensino fundamental, do ensino médio e dessas faculdades que citamos aqui, ele também poderia credenciar um curso a distância. Se não estivesse especificado aqui que isso é atribuição da União, certamente valeria para os outros artigos. Não vale porque há um artigo específico falando sobre esse tipo de curso, mas podemos conversar um pouco sobre isso, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Professor Sérgio quer fazer uma observação.

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Eu iria num caminho um pouco diferente do nosso companheiro de Mesa aqui, que agora está no poder.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A diferença é que você agora está no poder. É como acontece com os petistas aqui. Eles tinham uma idéia e agora têm outra, porque mudaram, mas quando você vier para a Oposição, você vai ficar como professor.

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Em primeiro lugar, quero dizer que considero muito salutar e muito importante a explicitação da sua proposta no sentido de registrar "os sistemas de ensino", que fique caracterizado que é uma delegação aos sistemas de ensino e não a qualquer instituição isoladamente ou coisa assim.

A preocupação do nosso Ministério em parte é o que disse o Senador Hélio Costa, a maneira como o decreto regulamenta esse artigo hoje, ele faz uma delegação automática. Quando na sua proposta de redação ou do substitutivo aqui pelo Senador Valdir Raupp, se coloca um "ou", "o Ministério da Educação ou os sistemas de ensino, mediante delegação específica", a preocupação que se tem, quando se coloca esse "ou", é que haja uma pressão para uma delegação, embora isso não esteja escrito, mas há uma pressão para que essa delegação seja feita automaticamente.

Quando na redação da LDB se inclui um artigo especificamente para a educação a distância, falando de um credenciamento da União, se entende que há uma preocupação, um cuidado com esse credenciamento que precisa ser um pouco diferenciado. O que tem acontecido hoje nos Estados? E eu diria que esta é uma fala não tanto de Governo, mas até pensando nas instituições.

O Dr. João Roberto disse que metade dos Estados já regulamentou a educação a distância. Então tem acontecido que algumas instituições sérias, importantes, que fazem a educação a distância, conseguem credenciamento no seu Estado e não conseguem oferecer essa mesma qualidade nos outros Estados porque eles estão impedindo que essa instituição funcione naquele Estado, obrigando os alunos que fazem esses cursos a distância a se deslocarem para o Estado de origem dessa instituição para fazer suas provas.

Então, a questão da delegação automática, que é a grande preocupação que temos, é impedir a expansão de instituições que fazem um trabalho muito bom e muito importante. Ou porque um determinado Estado não se ocupou da questão da educação a distância, ou porque tem tratado com preconceito, ou até, em muitos casos, com uma espécie de reserva de mercado para essas instituições do seu Estado, isso tem impedido que a educação a distância se alastre pelo Brasil todo.

Nossa preocupação primordial é exatamente não fazer com que a educação a distância seja tratada com um princípio de territorialidade porque, como foi colocado aqui pelos três representantes na Mesa, ela, por definição, não é territorial.

Então, precisamos trabalhar de maneira que, no momento em que os Estados fazem essa sua função de credenciar a instituição, façam isso numa perspectiva nacional e não numa perspectiva meramente estadual. Essa é a preocupação que temos.

Por isso que é importante que esse processo seja um processo negociado. Quando a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fala em regime de colaboração, não foi definido exatamente o que é regime de colaboração; aqui está uma situação específica em que se precisa fazer essa definição do que é regime de colaboração, e ele precisa, na prática, funcionar. A delegação automática não garante isso,

pelo contrário, o que a delegação automática gerou foi o cercamento de alguns Estados para projetos de boa qualidade. Os de baixa qualidade não discutimos; os de boa qualidade é que são os problemáticos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pergunto ao Professor João Roberto Moreira se ele tem...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele abordou um aspecto que é importante, e acho que foi por isso – eu não estava lembrando, estou me lembrando agora – que nós colocamos na LDB esse artigo específico; foi por essa razão que ele citou. Porque, enquanto as outras escolas, seja de primeiro, de segundo grau ou mesmo superior, atendem normalmente num local específico, um Estado específico, a escola de ensino a distância pode, estando localizada em um Estado, atender ao Brasil inteiro. Daí que a sua regra de credenciamento, de certa maneira, tem que ser diferenciada da regra de uma escola normal, e por isso colocamos esse artigo.

Agora, temos que verificar um artigo que ao mesmo tempo garanta, porque também credenciar uma escola para o Brasil inteiro, por cima dos sistemas estaduais, numa atribuição que é específica do sistema estadual, pode criar problemas em relação às regras do sistema estadual. Então essa é a preocupação que temos que tentar resolver, é isso que estou tentando resolver.

O maior responsável agora não sou mais eu; o Relator, aqui presente, é que vai ter que encontrar uma solução que leve em conta essas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Exmº Sr. Presidente Senador Hélio Costa, senhores convidados, Srªs. e Srs. Senadores, o grande problema é que as universidades federais não estão fazendo esse papel. O meu Estado, o Estado de Rondônia, e a maioria dos Estados do Norte não possuem universidades estaduais; só temos as federais, funcionando ainda com muita precariedade e muita dificuldade.

Nós tentamos, por vários anos aqui, colocando emendas de Bancada para a Universidade Federal de Rondônia (Unir) desenvolver esse trabalho de ensino a distância no nosso Estado. Não tivemos êxito nem na liberação dos recursos, parece que o Estado do Amazonas conseguiu liberar alguma coisa para fazer esse trabalho.

Então, devido a essa ausência das universidades federais no ensino a distância nos Estados e o fato de alguns Estados não terem as universidades estaduais, as universidades particulares estão entrando. No meu Estado deve haver umas quatro ou cinco, do Paraná, de Santa Catarina, não sei se de Minas Gerais, de São Paulo, sei que há umas quatro ou cinco já atuando no Estado, e aí fica difícil até de saber a qualidade desse ensino. Será que não é apenas para pegar o diploma, para conseguir uma ascensão funcional no cargo em que se encontra?

Portanto, é uma situação que merece muito cuidado. O ensino a distância, que poderia ser uma revolução – e acredito que no futuro será –, começa a gerar preocupação quanto a qualidade desse ensino. Como é que uma faculdade do Paraná, de Santa Catarina, que vai uma vez ou outra no Estado, e fica a critério de algumas pequenas faculdades particulares nos Estados cuidar disso aí...

É uma preocupação muito grande. Eu sou Relator da matéria, mas quero voltar a conversar com o autor, o Senador José Jorge. Peço desculpa por não ter acompanhado desde o início; cheguei cedo, mas tive que sair devido a uma audiência no Ministério dos Transportes, com o Ministro Alfredo Nascimento. Voltei correndo para cá, pois trata-se de uma matéria importantíssima, de grande relevância para o nosso País, principalmente para a minha Região Norte, tão carente de ensino superior. Então, peço que V. Exªs possam nos orientar, propor o que podemos fazer para ter um relatório que satisfaça ambas as partes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Para esclarecer a questão do Senador Valdir Raupp, o meu projeto, na realidade, não retira do MEC essas autorizações. No caso das universidades privadas, para fazer o ensino a distância elas devem receber autorização diretamente do Ministério. Essas universidades devem ter autorização do Ministério, por isso estão indo lá. O meu retira se fosse escola de segundo grau, ensino fundamental, etc.

É só esse esclarecimento, para não discutirmos outro assunto que não está no meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou solicitar ao Departamento de Gravação que providencie, imediatamente, por intermédio de nosso Secretário Júlio Linhares, a transcrição das posições apresentadas pelos três convidados, para que o Relator

possa ter mais subsídios na discussão e na apreciação desse tema, que é tão importante.

Continuo com algumas dúvidas, Senador José Jorge. Fico preocupado, mais uma vez, e continuo preocupado mesmo com a sua explicação. V. Exª é um entendido nesse assunto, mas a minha preocupação é a seguinte: nesta semana, o MEC fechou uma faculdade de Medicina em Minas Gerais. Por quê? Porque não tinha autorização do MEC para funcionar. Tinha autorização do Conselho Estadual, mas não tinha a do MEC. As instituições têm que ter uma autorização do MEC ou devem ser autorizadas diretamente pelo MEC para funcionar. Se não têm essa autorização, não podem funcionar.

O que estamos fazendo é o contrário. Estamos dizendo que, no caso da educação a distância, pode-se funcionar com a autorização do Conselho Estadual, não é isso?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nas atribuições do Conselho Estadual, que não incluem o ensino superior. Por exemplo, essa faculdade de Medicina do exemplo de V. Exª também não atinge o meu projeto, porque uma faculdade de Medicina, se é privada, teria que pedir autorização do MEC não somente para funcionar normalmente, como também para o ensino a distância. Não está dentro do meu projeto, também.

Estão dando ao nosso projeto, porque agora já não é mais meu, uma conotação de que uma série de coisas estão erradas no ensino superior, quando, na verdade, o meu projeto mexe pouco no ensino superior. As universidades estaduais e municipais, normalmente, não vão abrir curso a distância em outros Estados. Elas não conseguem nem atender o próprio Estado, normalmente, porque vivem com falta de verba, etc. Então, não é muito comum. Pode acontecer, principalmente porque existem universidades estaduais muito boas, como a USP, por exemplo, e outras. Em Pernambuco, mesmo, temos uma boa. Enfim, isso pode acontecer, mas seria no estadual.

Há outros problemas como, por exemplo, os das universidades, porque estas, por lei, pelo fato de serem universidades, têm a atribuição de abrir cursos novos. Elas podem abrir sem autorização do MEC. Agora, algumas universidades estão usando isso para abrir novos **campus**. Essa é uma dúvida, ou seja, se elas têm ou não essa autorização. Aparentemente, não era a idéia da legislação pegar uma universidade de São Paulo e abrir um **campus** em Pernambuco sem autorização do MEC. Ela precisaria da autorização. Ela teria autorização para abrir no seu Estado, no seu **campus**. Aí, sim, ela pode abrir os cursos que quiser. Essa possibilidade, desde que seja no seu **campus**, o que diferencia uma universidade de uma escola isolada ou de um centro universitário. Essa é uma discussão legal e muito polêmica, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nenhuma outra manifestação dos Srs. Senadores? (Pausa.)

Vou conceder a palavra por dois minutos, para considerações finais, ao Dr. João Roberto Moreira Alves e, posteriormente, ao Sérgio Kieling Franco e ao Professor M. Litto.

Dr. João Roberto.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Gostaríamos de, mais uma vez, registrar o nosso agradecimento pela oportunidade de estarmos aqui presentes, parabenizar o Senador José Jorge pela proposta e reafirmar a nossa esperança de que a educação a distância seja vista e continue a ser vista, como no mundo inteiro, como uma modalidade de educação.

Na realidade, o aluno que desenvolve o estudo de educação a distância, ele não é diferenciado do presencial. O próprio Brasil já tem uma experiência, autorizada pelo Ministério da Educação, de 20% dos conteúdos serem desenvolvidos por educação a distância, o que torna exatamente flexível a possibilidade de haver momentos presenciais e momentos a distância.

Esperamos que possamos ter, muito em breve, essa nova legislação, dando o reconhecimento aos sistemas de ensino da sua competência. Vivemos em um País, previsto na Constituição, em que a competência dos Estados precisa ser mantida, respeitada e especialmente a competência e as atribuições das universidades quanto a sua autonomia.

Por fim, gostaríamos de deixar com o Presidente desta Comissão, um trabalho sobre os temas que inclusive que envolvem educação a distância, que é a **Revista Tecnologia Educacional**, da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, que tem responsabilidade. E faço o registro, agradecendo ao Professor Ivone Barros, ex-Presidente e atual Vice-Presidente da entidade. E também um documento sobre a consolidação da legislação educacional brasileira. Porque nós temos hoje, no Brasil, mais de cem leis que vigoram, sendo a mais antiga a de 1952. Então, seria, quem sabe uma esperança de futuramente reunir em um texto único esse emaranhado de legislação, já incorporado a essa nova redação da liberdade dos sistemas de ensino quanto à educação a distância.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Muito obrigado Professor João Roberto.

Passo a palavra, então, ao Diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do MEC, Sérgio Kieling Franco.

O SR. SÉRGIO KIELING FRANCO – Quero novamente agradecer a oportunidade de estar aqui e frisar a nossa posição quanto à questão da delegação. Creio que a delegação focada ao sistema de ensino é uma saída interessante. Uma preocupação que temos é de que a lei não crie uma atmosfera para uma delegação automática. E gostaria de explicitar o fato de que o Ministério da Educação, hoje, tem visto a educação a distância como, realmente, algo estratégico, para que se possa atingir minimamente, ou seja, aproximar o mais possível da metas do Plano Nacional de Educação.

O Ministério da Educação, hoje, está trabalhando no sentido de fomentar cursos superiores a distância, especialmente na área de formação de professores, buscando atingir o País todo. E com uma preocupação muito especial às questões da Região Norte, uma área que precisa de um atendimento especial.

Então, a educação a distância é algo que realmente veio para ficar, deve se espalhar no País e deve passar a fazer parte do cotidiano educacional brasileiro.

Quero colocar à disposição a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em nome do Professor Ronaldo Mota, Secretário de Educação a Distância, a nossa Secretaria à disposição da Comissão e do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Para encerrar, passo a palavra ao Professor Fredric Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância.

O SR. FREDRIC M. LITTO – Sr. Presidente, tenho uma certa preocupação com a sua menção de incluir na legislação futura a obrigação de uma certa presencialidade com cursos de educação a distância. Peço que reconsidere isso, porque, com todo o respeito, acho que é um produto de uma certa nostalgia para uma forma de educação que existia quando éramos jovens, e o mundo mudou realmente. A idéia de que temos que olhar professor-aluno, aluno-aluno dentro do mesmo ambiente virou uma coisa mais complexa hoje em dia. Temos que distinguir cursos a distância, onde não há interatividade entre os alunos daqueles em que há bastante interatividade. Por exemplo, o Telecurso 2000, tem 600 mil alunos por ano, em todas as cidades brasileiras. Você pode ter 20 ou 30 alunos que poderiam, por causa da capilaridade do curso, ter reuniões presenciais.

Mas o Brasil futuramente terá um grande mercado para a sua educação pública e privada devido à Língua Portuguesa. Está ficando cada vez mais claro que as instituições brasileiras vão poder estender para chegar ... para Moçambique, Angola, Portugal com seus cursos básicos e a distância. Se exigir a presencialidade neste caso realmente fica inviável. Então presencialidade é bom quando é viável, e quando não é viável é melhor deixar isso para a instituição organizadora.

Finalmente, lembro a todos que o Brasil era um dos líderes da educação a distância no mundo na década de 70, e perdemos essa importância devido ao descaso, às mudanças de governo para lá e para cá. Temos que re-estabilizar isso agora, o que está nas mãos dos senhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Agradecemos, primeiramente, ao Professor João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, ao Professor Sérgio Franco, Diretor do Departamento de Políticas e Educação a Distância do MEC e ao Professor Fredric Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, pela sua participação nessa audiência pública.

Informo que ainda hoje nas transmissões da TV Senado esta audiência pública será apresentada na íntegra para todo o Brasil por meio da TV Senado.

Portanto, agradeço a todas as Srªs e Srs. Senadores e a todos os presentes.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio de 2005.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezessete de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, José Maranhão, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rocha que, "Modifica a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer, na forma do substitutivo oferecido, com a subemenda de redação oferecida pelo Senador Flávio Arns, é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Ribeiro que, "Institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1395, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação União de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.**Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural "Orlando do Carmo Arantes" de Edéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decre-**

to Legislativo nº 79, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1446, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lagoa do Mato a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1339, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1433, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1311, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerai". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária "José Belém" a executar serviço de radiodifusão comunitátria na cidade de Vigia, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta-Extra: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que, "Denomina "Aeroporto de Londrina – Governador

José Richa" o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Nesse momento, a Senhora Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Reginaldo Duarte, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi pedem a palavra e requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2005 e de requerimentos, o que são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Produção FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Requerimento de Informação,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Reginaldo Duarte que, "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidas pelo Ministro das Comunicações informações sobre a concorrência pública que dá origem à Portaria nº 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda.,, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 1493 de 2004". O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi (subscreve o requerimento o Senador Pedro Simon) que, "Com fundamento no disposto no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a convocação de audiência pública destinada a analisar e debater, com as autoridades responsáveis pela educação no país, a problemática relativa à federalização de universidades comunitárias, especialmente aquelas situadas em regiões pobres ou em declínio econômico. Sugerimos sejam convidados a participar dessa audiência pública, as seguintes autoridades e interessados: 1) o Ministro de Estado da Educação; 2) os Secretários Estaduais de Educação; 3) os Reitores de Universidades Comunitárias; 4) Dirigentes das Entidades de Professores e Estudantes dessas universidades". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004 e Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado**: "De acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado, ficam designado os seguintes Senadores para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia: Titulares – pelo Bloco da Minoria (PFL e PSDB): Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia. Suplentes: 2 vagas e Eduardo Azeredo. Titulares pelo PMDB: Gerson Camata, Hélio Costa e Papaléo Paes. Suplentes: Valdir Raupp, Wirlande da Luz e uma vaga. Titulares pelo bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL e PPS): Roberto Saturnino, Flávio Arns e Delcídio Amaral. Suplentes: Mozarildo Cavalcanti e duas vagas. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Está aberta a 17ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Dia 17 de maio de 2005.

Vamos começar a nossa pauta fazendo um pequeno pronunciamento de boas-vindas aos inúmeros profissionais do rádio e da televisão, que estão reunidos hoje em Brasília, no Congresso da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert.

Para nós todos – e eu já tive imediatamente aqui a aprovação do Senador Gerson Camata – que estudamos a ciência do rádio, da televisão, da comunicação, para nós todos, que estamos permanentemente envolvidos com essa extraordinária profissão na comunicação, é um prazer enorme poder dar as boas-vindas à nossa capital, Brasília, aos companheiros das emissoras de rádio e televisão que estão participando hoje desse congresso.

Parece-me que é a primeira oportunidade em que o Centro de Convenções, modernissimo, de Brasília, recém inaugurado, está sendo utilizado, e a Abert, portanto, marca o início das atividades desse extraordinário Centro de Convenções da nossa capital.

Portanto, parabéns a todos os nossos companheiros da Abert.

Vamos iniciar a reunião com a apreciação dos projetos de decreto do Senado sobre as emissoras de rádio comunitárias. Eu pediria inicialmente ao Senador Reginaldo Duarte que fosse o Relator dos dois primeiros itens da pauta, Itens nºs 1 e 2. Posteriormente vamos

pedir ao Senador Flávio Arns, e, em terceiro lugar na pauta, ao Senador Gerson Camata.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para relatar os Itens 1 e 2.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório é favorável ao ato que outorga permissão à FM São Bento Diamontada Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora e freqüência modulada, na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o parecer é favorável à FM Maior de Aracati Ltda., na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Reginaldo Duarte.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Flávio Arns que relate os Itens 3 e 4 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os pareceres, Sr. Presidente, em relação aos Itens 3 e 4 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Gerson Camata; em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, por determinação de V. Exª, relato o Item nº 5, que trata da Associação da Rádio Comunitária do Bairro de Santo Antonio, em Cajueiro, terra do cantor Roberto Carlos e da Joelma, outra grande cantora brasileira, e da Nara Leão, musa da bossa nova e também do Carlos Imperial, diretor de cinema e compositor muito importante da história da música brasileira.

É com muito orgulho que relato aqui a criação dessa rádio comunitária, no bairro que nasceu Carlos Imperial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Gerson Camata.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Augusto Botelho, item nº 6; posteriormente, vou pedir ao Senador Paim para relatar o Item nº 7, do Senador Sérgio Zambiasi.

Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2004. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nemondá, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nemondá, Estado do Amazonas.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Augusto Botelho que assuma, por favor, a Presidência da Comissão, porque, não havendo mais nenhum outro Senador Relator presente no momento, vou fazer a relatoria dos Itens 19 e 21. Posteriormente, retomo a Presidência para fazermos as relatorias **ad hoc**.

Então, Senador Augusto Botelho, passo a V. Exª a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Com a palavra o Senador Hélio Costa, para fazer o relatório dos Itens nºs 19, 20 e 21.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado.

O Item nº 19 refere-se à Fundação Cultural João Paulo II da Cidade de Contagem, uma cidade ao lado de Belo Horizonte, com 600 mil habitantes e uma jovem prefeita recentemente eleita.

O Item nº 20 é da Associação Comunitária Pratapolense e Radiodifusão da Cidade de Pratápolis.

E o Item nº 21 é da Associação Comunitária de Comunicação Social de São João da Lagoa.

Todos os itens são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Em discussão os Itens 19, 20 e 21 relatados pelo Senador Hélio Costa.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Passo a presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Augusto.

Peço ao Senador Paulo Paim que relate o Item nº 7, como relator **ad hoc**, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Hélio Costa, o Projeto de Decreto Legislativo 176, de 2005, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jiruá, no Estado do Rio Grande do Sul.

A relatoria é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório **ad hoc** do Senador Paulo Paim.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Romeu Tuma, que acaba de chegar, para relatar os Itens 8 e 9, que são PDS do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Item 8 aprova o ato que outorga concessão à Fundação de União de Comunicação no Estado de São Paulo, em São João da Boa Vista.

Favorável, Sr. Presidente.

O Item 9 tem o mesmo relatório para a cidade de Limeira, freqüência modulada. Também favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Maguito Vilela que relate o Item nº 10, como relator **ad hoc**, em nome do Senador Demóstenes Torres.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Orlando do Carmo Arantes de Edéia a executar serviços de radiodifusão comunitária na mesma cidade, no Estado de Goiás.

Edéia é uma cidade importante, Sr. Presidente, embora seja uma cidade ainda jovem, mas com uma população extraordinariamente progressista. É uma cidade de um Município bastante rico, sendo grande produtor de alimentos, de grãos, carne e leite. Portanto, o meu voto é pela aprovação. E peço a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que votem pela aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Maguito Vilela.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que relate o Item nº 11, como relator **ad hoc**, em nome do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Eduardo Azeredo é favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Leandro Ferreira, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Reginaldo Duarte, relator **ad hoc**.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos aos próximos itens.

Vou pedir à Senadora Maria do Carmo Alves, que relate como relatora **ad hoc**, em nome do Senador Edison Lobão, os Itens nºs 12 e 13.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca no Estado do Maranhão, o voto é pela aprovação.

Item 13:

Associação Cultural da Lagoa do Mato, na cidade de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão. O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pela relatora **ad hoc** Maria do Carmo Alves.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Senadora Ideli Salvatti, que nos itens 14 e 15, represente o Senador Marcelo Crivella, como relatora **ad hoc**.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o item 14 renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana, para explorar serviços de radiodifusão na cidade do Rio de Janeiro. E o nosso parecer é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pela relatora **ad hoc** Ideli Salvatti em nome do Senador Marcelo Crivella.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Flávio Arns que relate os itens nºs 16 e 17. O primeiro do Senador Delcídio Amaral, que é do seu partido, e o segundo da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Delcídio Amaral em relação à renovação da concessão da Rádio Campo Alegre Ltda, na cidade de Rio Verde, no Estado do Mato Grosso do Sul, é favorável.

E o item 17, tendo como relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste Correio da Semana Ltda, na cidade de Sobral, Estado do Ceará, o relatório também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Gerson Camata que faça a relatoria **ad hoc** do Item nº 18, que foi determinado

para o Senador Jonas Pinheiro, que não estando presente peço a V. Exª o represente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Senador Jonas Pinheiro me pede que faça o relatório favorável por constar toda a documentação exigida por lei ao ato que autoriza a Associação dos Amigos do Vale do Guaporé a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Pontes de Lacerda, Estado de Mato Grosso.

O relatório é favorável, e peço o voto favorável dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Camata.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou voltar ao Senador Maguito Vilela, para que possa relatar o Item nº15, que ficou faltando no momento em que foi feita a apresentação dos relatórios.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, ato que aprova a outorga para o sistema de comunicação de São Miguel do Araguaia, para explorar serviço de radiodifusão em freqüência modulada, na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.

Sr. Presidente, meu voto é favorável. Ambas as cidades, São Miguel do Araguaia e Mozarlândia são cidades importantíssimas de Goiás. Portanto, peço a todos que votem favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Maguito Vilela.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que faça o relato **ad hoc** do Item nº 22, em nome do Senador Luiz Otávio. É o último item entre os projetos de decreto sobre as rádios comunitárias.

O SR. REGINALDO DUARTE (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Luiz Otávio é favorável ao ato que autoriza à Fundação de Assistência Comunitária José Belém a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Vigia, Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o relatório, vamos agora à votação de todos os itens cujos relatórios foram apresentados nesta reunião. Vou iniciar com os titulares do Bloco da Minoria, PFL e PSDB.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Então foram aprovados todos os PDSs cujos relatórios foram apresentados na reunião desta manhã. Pergunto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se aprovam também as emendas apresentadas aos PDSs.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Queria solicitar a possibilidade de inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo de nº 165, que outorga permissão à Rádio Produção FM do Município Palmitos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Primeiro submeto o requerimento da Senadora Ideli Salvatti à inclusão extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra imediatamente à Senadora Ideli Salvatti para apresentação do seu relatório resumido.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, o relatório é aprovação de outorga à Rádio Produção FM Ltda., localizada na cidade de Palmitos, no Estado de Santa Catarina. O nosso parecer é favorável, pela aprovação da outorga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Agora pergunto a todos os Srs. e às Srªs Senadoras se concordam também com esse parecer da Senadora Ideli Salvatti, para que não tenhamos que correr novamente toda a lista dos Srs. e das Srªs Senadoras. Se concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria que V. Exª colocasse na extrapauta um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Incluído extrapauta um requerimento de informação do Senador Reginaldo Duarte, que certamente será votado ao final da nossa reunião de hoje.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – V. Exª vai seguir a ordem cronológica da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Agora vamos votar os projetos em pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai interpelar os membros do conselho; então queria saber, vou seguir a ordem, sem nenhum problema, mas queria saber se V. Exª vai...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Se V. Exª quiser pedir inversão de pauta, com o maior prazer, e o Plenário concordar, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como sou o segundo relator e o Sérgio Cabral, o primeiro, se...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem, então vou submeter ao Plenário o requerimento do Senador Romeu Tuma de inversão de pauta para que seja votado como item nº 1 o item nº 4. Não terminativo. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 095.

Os Srs. e as Srªs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de inversão de pauta do Senador Romeu Tuma. E vou imediatamente passar-lhe a palavra para que S. Exª possa falar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 095, que modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

O Senador Romeu Tuma está com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço atenção visto que o projeto já se encontra na pauta de hoje, como Item nº4. Trata-se da obrigatoriedade de o Estado oferecer ensino secundário, supletivo ou técnico aos presos e às presas dos sistemas penitenciários brasileiros. É de autoria do Deputado Paulo Rocha. O projeto tem todo o nosso apoio, em razão desse crescimento da criminalidade em nosso País, principalmente no comando das penitenciárias ou nas cadeias públicas do País. Com a possibilidade de se transformar em instituição de ensino dentro das cadeias, Senador Saturnino, acredito que poderemos oferecer àqueles que possam ter uma opção de recuperação algo que para inseri-los novamente na sociedade.

Ao projeto da Câmara foi apresentado um substitutivo, o qual estamos aprovando. Acredito que será uma das grandes razões para tentarmos melhorar a situação dos degradados presídios brasileiros.

Acredito, Senador Paulo Paim, que ontem foi homenageado em São Paulo durante a posse do novo Secretário de Justiça, na importância do ensino.

Eu queria fazer uma emenda que alcançasse os menores, aqueles que cometem infrações, em razão dos vários acontecimentos da Febem e de outras instituições pelo País, com revolta e permanente motivação para a criminalidade. A própria lei do menor e do adolescente já prevê isso. Estamos vendo que não há um interesse da União em querer subsidiar essa forma de instalar o ensino.

Creio que V. Exª é um homem interessado nessa área de educação e também se preocupa que se leve o ensino e principalmente o ensino profissional aos presos e presas do nosso País.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Não havendo nenhuma manifestação para comentar ou para discutir esse relatório, vou fazer uma sugestão ao ilustre Senador Romeu Tuma.

Vejo, pelo seu relatório, Senador Romeu Tuma, que os recursos que vão financiar esse ensino médio obrigatório nas penitenciárias vêm principalmente do FMDE, o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino, assim como – está no seu relatório – dos recursos do Sistema Estadual de Justiça e da Administração Penitenciária.

Sugiro a V. Exª que inclua, evidentemente, os recursos para financiamento do ensino médio que devem ser também provenientes do Fundo Penitenciário Nacional.

Entendo que há um caminho para se acrescentar a essas possibilidades de financiamento do Fundo Penitenciário Nacional. Pode até existir uma inconveniência qualquer, mas estou sugerindo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tenho dúvida quanto à idéia de V. Exª, mas quis dar urgência. É importante este projeto, tendo em vista a violência nos presídios, no falido sistema penitenciário brasileiro. Por isso, quisemos dar urgência à aprovação desse projeto. É claro que a idéia de V. Exª é pertinente, mas o meu medo é que retarde demais, porque o projeto terá que voltar à Câmara. Poderíamos aduzir um outro projeto, se V. Exª concordasse, se for realmente aprovado, e inserir a idéia de V. Exª de se usar o Fundo Penitenciário. Acho que está sendo usado já. Acredito que depende muito dos secretários dos sistemas penitenciários. Em São Paulo, está sendo usado, inclusive criando oficinas de aprendizados para os presos, com as indústrias da região, para que se possa reter um rendimento e criar mais condições de melhorar a situação dos presos e das presas em nosso País.

Se V. Exª concordar, aprovaremos esse e vamos buscar novas idéias para melhorar a situação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

É evidente, Senador Romeu Tuma, que não queremos de forma alguma retardar o procedimento de aprovação deste projeto de lei. Entendo que está muito bem contemplado o projeto com essas duas fontes que vão financiar a proposição relatada por V. Exª.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se existe alguma outra manifestação a respeito do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só quero enaltecer o Deputado Paulo Rocha

pela iniciativa e o Senador Romeu Tuma pelo relatório. É importante este projeto para todo o Brasil, é uma perspectiva boa, é algo que tem que ser feito, pois abre caminhos para novas alternativas que objetivem recuperar o preso e reintegrá-lo na sociedade.

Eu faria só uma pequena observação e redação, Senado Romeu Tuma, no art. 21, inciso III, sobre a implementação de cursos. Parece-me que profissionalizantes ao invés de cursos profissionais. Mas seria só uma pequena emenda de redação. Enalteço o projeto como algo fundamental para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão.

Senadora Lúcia Vânia? (Pausa.)

Senador Paulo Paim?

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero aqui fortalecer os argumentos já defendidos pelo Relator. O projeto é de autoria do Deputado do Paulo Rocha, o Líder do PT na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esse projeto me lembra o ex-Deputado Federal Marcos Rolim, do Rio Grande do Sul, que sempre teve nessa área um belíssimo trabalho. Por diversas vezes, reunia-me com o Deputado Paulo Rocha e com ele, ainda na época em que éramos Deputados, para discutirmos esse tema. O Deputado Paulo Rocha foi muito feliz na apresentação desse projeto. Por isso, eu rendo a ele as minhas homenagens e o meu voto favorável a essa iniciativa. Homenageio também o ex-Deputado Marcos Rolim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me, eu estava um pouco desatento. V. Exª fez uma correção na redação

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – A correção de redação foi sugerida pelo Senador Flávio Arns: invés de profissional, profissionalizantes.

O SR ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, está correto sem dúvida nenhuma. Acho que fica mais abrangente. A idéia de V. Exª está correta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O Senador Romeu Tuma acata a emenda de redação do Senador Flávio Arns.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não havendo mais quem queira se pronunciar sobre a proposta e o relatório do Senador Romeu Tuma, vamos colocá-lo em votação.

Em votação.

As Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Romeu Tuma, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 1 da pauta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de merecer de V. Exªs a atenção, no sentido de retirar o Item nº 2 da pauta, uma vez que o projeto de lei de autoria da Senadora Ideli Salvatti pode ser objeto de um acordo entre o Senador Flávio Arns e esta Relatora. Então, gostaria que ele ficasse para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Uma vez que V. Exª é relatora do projeto e a Senadora Ideli Salvatti concorda, nós o retiramos da pauta, para apreciação na próxima semana.

Item nº 1:

Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003, que dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação do ensino superior público. Relator: Senador Sérgio Cabral.

Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, Senador Sérgio Cabral, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A segunda observação é que a matéria constou da pauta da reunião do dia 1º de março de 2005.

Portanto, com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente, Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, trata-se de projeto, de iniciativa do Senador Paulo Paim, que cria cotas para o ingresso nos cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior.

As cotas, de acordo com o projeto, seriam variáveis de acordo com o número de estudantes que tivessem terminado o ensino médio nas escolas públicas e privadas. Assim, exemplificando, se do total de alunos que concluíram o ensino médio no ano anterior, 80% tiverem concluído o curso em escolas públicas, será esse o percentual de vagas em universidades públicas para os alunos que tiverem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O projeto prevê uma **vacatio legis** longa de três anos e limita a vigência da Lei para o período de 12 anos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A proposta de se instituírem cotas no ensino superior público para os alunos que tenham cursado o

ensino médio em escolas públicas é altamente meritória, e a inserção de norma dessa natureza no sistema jurídico já deveria ter ocorrido há muito tempo. Tramitam no Congresso Nacional diversos projetos instituindo cotas no ensino superior público. Há 16 projetos com o mesmo em andamento na Câmara dos Deputados; alguns já votados e aprovados no Senado Federal. Nesses projetos, o percentual de vagas das universidades públicas para escolas públicas varia de 5% a 70%.

O sistema proposto no projeto de lei em questão não parece, porém, ser o mais adequado: a criação de cotas segundo o número de alunos que concluem o ensino médio em escolas públicas e privadas poderia ser fonte de enormes distorções em diversos Estados brasileiros e poderia, na prática, inviabilizar o acesso de alunos da rede privada à universidade pública, em geral, de melhor qualidade. Diante disso, não parece ser esse o melhor critério para a instituição de cotas para ingresso no ensino superior público. A cota de 50% para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas parece ser a mais adequada e já foi consagrado por essa Comissão na votação do PLS nº 61, de 2003.

Pelo exposto, o parecer é no sentido de ser aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003, do eminente Senador Paulo Paim, nos termos do seguinte substitutivo:

"Institui a cota para estudantes da rede pública, das universidades públicas e dá outras providências.

Art. 1º As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior serão preenchidas observando-se a cota mínima de 50% por curso e turno de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede pública estadual, federal e/ou municipal.

O sistema de cotas instituído no art. 1º desta lei será implementado no ano imediatamente posterior à entrada em vigor desta lei".

Esse é o nosso parecer com substitutivo, Sr. Presidente, festejando mais uma vez relatar um projeto do eminente Senador Paulo Paim, esse grande guerreiro da justiça social. Eu tive o prazer de relatar, em 2003, o projeto do Estatuto Nacional do Idoso, hoje uma obra consagrada em defesa dos direitos da terceira idade; portanto, fazendo mais uma vez essa boa dobradinha com o eminente Senador Paulo Paim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem.

Inscrito, em primeiro lugar, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu vou ser breve, primeiro cumprimentando o Senador Paulo Paim por mais esta iniciativa. Ele tem tido uma clarividência, uma sabedoria, um conhecimento muito grande dos problemas sociais do País e sempre apresenta aqui projetos muito interessantes que engrandecem não só o trabalho da Comissão como dos seus colegas, que votam a favor dessas iniciativas.

Eu queria dizer uma coisa interessante: há 15 anos passou aqui um projeto igual a esse. Era do Senador Antero Paes de Barros. Foi aprovado; e eu fui o relator. Foi para a Câmara. Lá é a sepultura das boas iniciativas. Embora o projeto do Senador Paulo Paim seja mais abrangente, eu digo isso para que não aconteça que daqui a 15 anos um Senador diga que passou aqui o projeto do Senador Paulo Paim e foi para a Câmara e lá ficou sepultado...

Eu acho que nós deveríamos criar aqui no Senado, na Mesa, o cargo de coordenador de assuntos com a Câmara, e a Câmara criaria o cargo de coordenador de assuntos com o Senado. Esses dois coordenadores, membros das Mesas, o terceiro-secretário ou quarto-secretário – para não criar mais um cargo – teriam que conversar semanalmente para levar essas queixas, para que essas boas iniciativas não morram lá, naquele cemitério das boas idéias em que a Câmara se transformou. Então ao cumprimentar o Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª me permite um aparte dentro do enfoque que V. Exª acabou de dar?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com o maior alegria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É muito importante o que V. Exª disse. Eu acho que está dentro da própria Mesa do Senado essa função que poderia ser uma espécie de ligação entre a Câmara e o Senado no que diz respeito ao acompanhamento dos projetos que são aprovados aqui e enviados para lá. Nós estamos vivendo rigorosamente a mesma situação: ainda na sexta-feira, num evento em Minas Gerais, nós estávamos levantando a questão do leite na merenda escolar, que foi aprovado nesta Comissão, foi aprovado pelo Plenário do Senado, além da aprovação geral da comunidade. O Brasil inteiro, produtores, dirigentes escolares, todos aprovam, mas, lamentavelmente, o projeto está parado na Câmara dos Deputados há dois anos, esperando quem o coloque na pauta no Plenário.

Conforme disse V. Exª, é preciso, sim, um acompanhamento dos projetos aprovados aqui porque senão

projetos importantes, como o do Senador Paulo Paim, ficarão na mesma situação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Isso não acontece aqui com os projetos oriundos da Câmara. Acabamos de aprovar hoje dois, três ou dez projetos vindos da Câmara. Todos tratam de emissoras de rádio. No entanto, lá existe esse problema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço, com muito prazer, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Câmara está votando hoje um projeto datado de 1º de maio de 1995, que trata do reajuste do salário mínimo vinculado ao PIB. Passados dez anos, o tema está sendo discutido. A Câmara poderá votar o projeto hoje. V. Exª tem razão. É preciso que aceleremos a busca de uma linha de encontro para evitar o que ocorreu com o projeto do PIB, que está sendo discutido no Orçamento e que não foi votado até hoje. Mas parece que a Câmara vai votar hoje a vinculação do salário mínimo ao PIB, projeto que apresentei em 1º de maio de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O nosso competente Secretário desta Comissão, Júlio Linhares, acaba de me informar que, de 1995 a 2000, dos 575 projetos aqui aprovados e remetidos à Câmara dos Deputados, apenas 27 mereceram o voto dos Srs. Deputados. Mais do que nunca, a posição de V. Exª tem de ser registrada.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, vale lembrar que, no ano passado, aprovamos um projeto de minha autoria, rigorosamente igual a esse, que está na Câmara. Como disse no relatório, está anexado a mais 15 projetos. São 16 projetos sobre o mesmo assunto, variando o percentual de cotas para a rede pública de 5% a 70%. Aprovamos aqui um projeto de minha autoria, que garante 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública do ensino médio, que está na Câmara, dormindo junto com outros projetos. É quase igual a esse.

No Estado do Rio de Janeiro, já estamos no quarto ano de experiência das duas universidades estaduais, Uerj e Uenf, com cotas para alunos da rede pública. Todo ano, há uma adequação porque há sempre problema aqui e acolá. Mas eles já estão estudando.

O Governo Federal enviou um projeto que, se não me engano, está na Câmara, indicando política de cotas, que também não anda. Não sei qual o interesse do Governo nesse sentido. O Ministro Tarso Genro veio a esta Casa, disse que tinha interesse e que iria enviá-lo. S. Exª enviou, mas ele não anda. Francamente, é algo absurdo. Isso impede a cidadania brasileira. Estamos falando da valorização do ensino médio público, que é hoje o grande gargalo.

Repito agora o que eu disse no ano passado, quando o projeto foi aprovado – sob a Presidência de V. Exª, como vice, junto com o Senador Osmar Dias: a essência da proposta do Senador Paulo Paim e da minha é valorizar o ensino público, dar **status** ao ensino público. Esse é o único caminho? Não. É o melhor caminho? Não sei, mas é um dos caminhos.

É evidente que o melhor caminho é pagar um belo salário ao professor, aumentar a rede pública de ensino, melhorar os equipamentos para os alunos da rede de ensino médio, aumentar a oferta, reciclar os professores. Mas esse é o caminho para valorizar o ensino público.

No entanto, não ata nem desata. Nosso decano, apesar de muito jovem, Senador Gerson Camata, nos informa o que ocorreu 15 anos atrás. Lembro meu projeto do ano passado e, agora, o do Senador Paulo Paim, que tem conseguido resgatar boas iniciativas nesta Casa. O projeto do Estatuto do Idoso estava dormindo há sete anos. Apresentamos um aqui – não foi, Senador? E aprovamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um projeto de minha autoria. Eu e o Senador Paulo Paim trabalhamos juntos e conseguimos que a Câmara acelerasse a tramitação do projeto de sua autoria e aprovação do Estatuto Nacional do Idoso, em cinco ou seis meses, se não me falha a memória.

Esperamos que o Senador Paulo Paim, que é "pé-quente", tem prestígio, é um homem independente e tem boas idéias, consiga o mérito do que queremos, que é dar valor ao ensino médio público nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É importante ressaltar também que o Senado, este ano, até esta data, somente nesta Comissão, já aprovou quinze projetos que vieram da Câmara dos Deputados. No mínimo, estão nos devendo a mesma atenção e reciprocidade.

Quero fazer uma pequena observação e um comentário à parte, apenas para registrar, Senador Gerson Camata e Senador Sérgio, *(inaudível)* a presença do ex-Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, ex-Ministro Interino da Cultura, ex-Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais e, hoje, ilustre Prefeito de uma das mais importantes cidades históricas e universitárias do Brasil e do mundo, Ouro Preto. Falo do meu ilustre amigo Ângelo Osvaldo, que está presente acompanhando esta reunião da Comissão de Educação.

Vamos continuar com a discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu estava com a palavra.

Quero dizer que tenho refletido muito lido alguma coisa no sentido de que, se o Legislativo continuar lento na tomada de decisões, começará a ser superado. Com essas novas tecnologias, como a *internet*, a telefonia celular, essas coisas todas, daqui a pouco, a representação vai prescindir do representante, pois será direta. Por exemplo, li que na Itália estão estudando um sistema de votação. O eleitor não vai mais à seção votar; ele pega um telefone celular, introduz um código, aperta o número do candidato e o voto aparece na central, em Roma. Ninguém precisa mais ter o trabalho de ir lá, de levantar, porque um código, que é o número do título de eleitor, é introduzido no seu celular.

A partir do momento em que o eleitor conseguirá votar sem ir à seção eleitoral, em pouco tempo ele votará diretamente na matéria. Por exemplo, os brasileiros, por telefone celular, em todo o Brasil, votarão e não será necessário mais haver Senadores e Deputados. É claro que isso é um absurdo e nunca vai acontecer, mas temos que pensar nisso e sermos mais ágeis na apreciação.

É muito melhor decidir errado do que não decidir, porque, quando se decide errado, depois, se conserta, mas não decidir é o pior dos vícios a que a sociedade pode ser submetida.

Assim, espero que levemos adiante a idéia de criar um coordenador. Um secretário da Mesa da Câmara e outro da Mesa do Senado iriam conversar e acompanhar os projetos em tramitação originários nas respectivas Casas, os bons projetos deles aqui e os nossos, muito melhores, lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª acabou de citar o tema de um dos contos mais bonitos de Marcel Camus: o importante é decidir; não se pode não decidir.

Continua a discussão da matéria relatada pelo Senador Sérgio Cabral.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Conversei muito com o Senador Sérgio Cabral quando apresentei o projeto. Depois que o apresentei, naturalmente, ele me disse que tinha um projeto semelhante.

O meu projeto dispõe sobre a proporcionalidade de um número de alunos que se formam, principalmente, nas escolas públicas, garantindo, assim, o acesso dos mais pobres, e entre os pobres estão principalmente – todos sabem e alguém já disse que a pobreza neste País tem raça e cor – os negros.

O projeto do Senador Sérgio Cabral contempla todos os pobres, independentemente de cor, e o nosso também. Por que eu falava antes do salário mínimo? Porque sei que quem ganha salário mínimo são principalmente os mais pobres. Infelizmente, essa pobreza tem cor e sabemos qual é a sua raça.

O Senador Sérgio Cabral foi muito parceiro na aprovação do Estatuto do Idoso. Eu havia apresentado o projeto na Câmara, onde conseguimos aprová-lo. Quando o projeto de sua autoria foi apresentado nesta Casa, acelerou-se a tramitação do projeto na Câmara rumo a sua aprovação. Quando ele foi enviado para esta Casa, S. Exª simplesmente retirou o seu projeto e fez o relatório com base no meu projeto, dando-lhe parecer favorável.

Por isso, o substantivo por ele apresentado aproxima o seu projeto de meu projeto. Então, o que eu penso fazer aqui é um testemunho em público e sei que a tendência da Comissão é aprovar. Chegando esse projeto à Câmara dos Deputados, vou solicitar que seja apensado ao projeto do Senador Sérgio Cabral e vamos trabalhar juntos para que seja aprovado o mais rápido possível.

Era só isso, Sr. Presidente. Fico feliz com essa, em meu entendimento, decisão que esta Comissão irá tomar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Se não existe nenhuma outra observação a ser feita sobre o relatório do Senador Sérgio Cabral, eu queria também cumprimentar o Senador Paulo Paim e o Senador Sérgio Cabral pela apresentação do relatório e pela idéia, evidentemente, colocada neste projeto de lei.

Sei do grande debate que existe hoje em âmbito nacional, e toda vez que se fala em cotas, imediatamente dispara uma grande discussão em torno do assunto, mas cito sempre a experiência que vivi como estudante nos Estados Unidos na década de 60, quando foi implantada essa lei, uma lei semelhante a esta, que foi em 1960, na década de 60: a lei da igualdade, as cotas para negros nas universidades americanas e que todo o mundo achava que ia prejudicar o nível das universidades americanas. Dez anos depois é que vimos que, na realidade, não prejudicou em nada, mas cresceu o nível daqueles que não tinham acesso à universidade.

Vou um pouquinho mais além, Senador Paulo Paim. Acho que devíamos adotar nas universidades públicas o sistema que adota ainda o Programa Universidade para Todos (Prouni), hoje adota o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que é o seguinte: veja a renda familiar. Chegou à renda familiar, quem tem renda acima de X ou Y vai para cá pagar, porque tem como pagar, tem jeito de pagar; quem não tem como pagar e só tem essa opção para fazer um curso

universitário, esse sim é que tinha que ir para a escola pública.

Mas nós vamos chegar lá. Esse é o primeiro passo que V. Exª está dando. Vou, então, colocar em votação nominal, porque se trata de um projeto terminativo, o item nº 1 relatado pelo Senador Sérgio Cabral, de autoria do meu ilustre amigo, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, Senador, este ano V. Exª está conseguindo bater todos os recordes de aprovação de matérias importantes em nossa Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na sua Presidência, com sua convicção, a questão social fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Para nós, é sempre uma honra.

Vamos à votação.

(Procede-se à votação.)

Portanto, aprovado por unanimidade o projeto de Lei do Senado Federal terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público.

Aprovado.

Vamos ao item 3. O Relator e o autor estão ausentes. Então, fica adiado para a próxima reunião.

O item 4 já foi votado.

Vamos ao Item nº 5. O Relator é o Senador Edison Lobão, que está ausente. É a primeira reunião, portanto não pode ser votado na seqüência.

Vamos ao item nº 6, que institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo, de autoria do Senador João Ribeiro. O Relator é o Senador Valdir Raupp.

Eu vou pedir, portanto, ao Senador Valdir Raupp que faça a apresentação sucinta, evidentemente, do relatório do Item nº 6, Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2004, que institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo, autoria do Senador João Ribeiro. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado de nº 360, de 2004, de autoria do nobre Senador João Ribeiro, institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo, a ser celebrado, anualmente, no dia nove de dezembro em todo País, conforme determina o art. 1º do projeto. A vigência da lei que se originará do projeto encontra-se definida para a data da sua publicação, como explicita o art. 2º do PLS.

A proposição foi instruída somente a esta Comissão de Educação para a decisão de caráter terminativo não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

A proposição, no momento, tem como objetivo precípuo abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para homenagear os fonoaudiólogos. Tal iniciativa contribui positivamente para chamar atenção sobre a importância do trabalho realizado por esses profissionais que atuam no diagnóstico, na prevenção e na correção dos problemas de fala e audição. Esse trabalho, além de ter impacto significativo no processo de aprendizagem, muito contribui para melhorar o desempenho no âmbito social e laboral e na qualidade de vida das pessoas por ele beneficiadas.

A escolha da data alusiva à sanção da Lei nº 6965, de 09 de dezembro de 1981, que regulamentou a profissão, é bastante oportuna e simbólica para todos os fonoaudiólogos.

Assim sendo, considerando a importância do trabalho dos fonoaudiólogos para diagnosticar problemas de fala e audição e para adotar medidas preventivas e corretivas dessas deficiências, recomendamos a aprovação da proposta em análise.

Cabe explicitar, por fim, tendo em vista a competência terminativa desta Comissão, que não existe impedimentos jurídicos ou constitucionais à aprovação da matéria.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2004, que institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo, nos termos em que se apresenta.

É o voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu quero parabenizar o autor do projeto e o relator também, Senador Valdir Raupp, porque é um reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido no Brasil pelo profissional fonoaudiólogo e com um trabalho extraordinário na questão da audição e da fala. Trata-se de um trabalho fundamental para a pessoa portadora de deficiência e para pessoas de uma maneira geral com desafios a serem enfrentados. Trata-se de uma luta muito grande. Há um desejo intenso da categoria no Brasil. Existe também uma necessidade na educação de poder contar com a presença do profissional nas escolas comuns, trabalhando, colaborando com o educador, com o professor, atuando bastante na área de prevenção dos problemas de audição e da fala, e também na identificação precoce dos problemas que a criança possa apresentar. O fonoaudiólogo e fonoaudióloga são profissionais que atuam muito também em acidentes automobilístico e quando as pessoas têm um acidente vascular, paraplegia, tetraplegia, além de tantas outras áreas importantes de atuação para este profissional. É o reconhecimento que se faz.

Há vários outros projetos interessantes para esta área em tramitação aqui no Congresso Nacional, como,

por exemplo, o teste da orelhinha para identificar, já no berçário, crianças que possam apresentar problemas auditivos, ou seja, uma identificação bastante precoce. Dessa forma, se for identificado o problema, haverá a possibilidade de uma recuperação muito mais positiva, muito mais previsível.

Também há projetos em tramitação para a criação de programas de triagens formais, visuais e auditivas para as crianças que estejam entrando no ensino comum, para que não fiquemos esperando anos e anos até constatarmos, lá para frente, que a criança que reprovou várias vezes tem uma deficiência auditiva, uma deficiência visual.

Eu diria que o projeto é o reconhecimento, de fato, da importância dessa profissão na área da saúde, da educação, da assistência e do trabalho. O Senador João Ribeiro, autor do projeto de lei, e o Senador Valdir Raupp, Relator, realizaram, de fato, um excelente trabalho nessa direção.

Cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, gostaria apenas de testemunhar o trabalho importante das fonoaudiólogas.

O Senador Flávio Arns ressaltou bem a fase da prevenção na infância e falou também dos acidentes vasculares cerebrais, ou seja, os famosos derrames, e dos traumatismos de trânsito que afetam o cérebro, levando a pessoa ao coma. É muito importante, porque elas resgatam...

O homem, na terceira idade, quando sofre um acidente vascular, fica desesperado por não conseguir falar nem se expressar, além de ficar incapaz de se movimentar. As fonoaudiólogas são os anjos que ficam ao lado das pessoas, orientando-as e insistindo na recuperação. Com isso, conseguem fazer com que elas voltem a falar normalmente como antes.

Portanto, votarei, com prazer, favoravelmente a esse projeto do Senador João Ribeiro, porque as fonoaudiólogas merecem ter o seu dia. Essa homenagem demonstra a gratidão das pessoas que recuperaram sua capacidade de falar após acidentes e derrames cerebrais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Continua em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 360.

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será nominal. Farei a chamada, primeiramente, dos Titulares do Bloco da Minoria: PFL e PSDB.

(Procede-se à votação nominal.)

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Passo ao item único da pauta extra desta manhã, agora à tarde.

O Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005, denomina Aeroporto de Londrina – Governador José Richa o aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná. O projeto é de autoria do Senador Osmar Dias, e o Relator é o Senador Augusto Botelho, conforme parecer favorável.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, vou fazer um resumo.

O relatório submete à apreciação da Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005, que propõe denominar Aeroporto de Londrina – Governador José Richa o aeroporto da cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

O autor do projeto, Senador Osmar Dias, pretende homenagear a figura de José Richa, um dos mais ilustres homens públicos do Estado do Paraná.

Da análise.

A biografia do Governador José Richa é rica em fatos que enobrecem a história política recente do Brasil, como sua dedicação às causas da redemocratização do País, da defesa da liberdade de opinião e da participação da sociedade na condução dos destinos da Nação, causa a que se dedicou com extraordinária iluminação, capacidade de articulação e habilidade nas negociações. Como bem destaca o Senador Osmar Dias, ilustra a personalidade do homenageado a sua participação ativa no movimento das Diretas Já, de 1984, mobilização que teve papel decisivo no estabelecimento das eleições diretas para Presidente.

Revela-se, portanto, extremamente justa a homenagem que se propõe render a um dos mais destacados homens públicos brasileiros. Vemos com especial satisfação a homenagem ao ex-Governador José Richa concretizar-se na denominação do Aeroporto de Londrina, cidade onde iniciou sua vida pública e que administrou com competência e descortino. No mais, observamos que a proposição reúne as condições de constitucionalidade e juridicidade, bem como os requisitos legais e regimentais exigidos.

A nova denominação proposta para o Aeroporto de Londrina, ademais, não representa ônus para a Administração Pública, uma vez que mantém preservada a designação ora em vigor, apenas a esta justapondo o nome do homenageado.

O voto:

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 141/2005.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho.

O primeiro inscrito é o Senador Gerson Camata e, em segundo lugar, o Senador Flávio Arns. Em seguida, falará o Senador Reginaldo Duarte.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não tenho o que falar mais do que a justificativa apresentada pelo Senador Osmar Dias, o autor da proposição.

O ex-Governador e ex-Senador José Richa foi um homem muito importante em todo aquele processo de redemocratização, promoveu aquele famoso encontro dos Governadores do PMDB em Foz do Iguaçu. Nós fomos lá, onde foi elaborada a Carta de Foz do Iguaçu. Não eram apenas princípios democráticos, havia algumas ponderações sobre a política econômica e correções no desenvolvimento da política financeira do País na época. O referido documento terminava dizendo que aqueles 16 Governadores do PMDB e os demais Governadores eleitos diretamente não tinham mais condição de conviver com um Presidente da República nomeado. Partia dali, então, a semente da campanha das Diretas Já para tentar-se um Presidente eleito diretamente.

Eu era Governador do Espírito Santo e o José Richa telefonou-me, convidando para a reunião em Foz do Iguaçu. Perguntei-lhe se não era melhor organizar o encontro num lugar mais perto para todos, em consideração aos Governadores do Norte – como Amazonas e Pará. Ele respondeu, com seu sotaque paranaense, que faríamos a reunião em Foz do Iguaçu, porque, se não desse certo, atravessaríamos a ponte, correndo para o outro lado.

Era uma brincadeira, mas, naquele tempo, corria-se o risco. Assim, quem não quisesse ser preso poderia sair correndo e atravessar a ponte. De qualquer forma, foi aquela Carta de Foz a semente da redemocratização do Brasil. Estavam lá ele, Tancredo Neves, Franco Montoro e todo aquele pessoal.

O Sr. José Richa começou a sua vida política e estudantil na cidade cujo aeroporto agora recebe seu nome. Presta uma justa homenagem o Senador Osmar Dias ao colocar o nome do Aeroporto de Londrina do Governador José Richa. Eu preferiria Senador José Richa, mas ele foi Governador do seu Estado, com muita honra e seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Também quero, Sr. Presidente, declarar meu voto totalmente favorável. José Richa é uma personalidade não apenas do Paraná, mas do Brasil, tendo tido uma participação decisiva naquele Estado como Deputado, Prefeito e primeiro Governador eleito em eleições diretas em 1992.

Tive o prazer de trabalhar no Governo de José Richa naquela ocasião, dirigindo o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação no Paraná, posteriormente com o Senador Alvaro Dias, também quando Governador. Na verdade, José Richa, também no contexto nacional, como o Senador Gerson Camata mencionou, foi decisivo no processo de redemocratização. Trata-se de pessoa agradável, tranqüila, serena, grande negociadora, articuladora, de bem com todos, de bem com a vida. Então, é uma pessoa extraordinária dentro do contexto do Paraná e do Brasil. Todos nós, eu diria, devemos muito a várias figuras importantes, entre as quais, sem dúvida alguma, o Senador, Governador e Deputado Federal José Richa.

Nesse sentido, destaco a importância da iniciativa do Senador Osmar Dias. O povo do Paraná e do Brasil vai ficar muito feliz com a aprovação deste projeto, porque dá destaque, como eu disse, a alguém que contribuiu decisivamente na história democrática brasileira recente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com a palavra, na seqüência, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, primeiramente parabenizo o Senador Osmar Dias, pelo Paraná, em face da iniciativa de homenagear o ex-Senador e ex-Governador, pessoa com quem convivi nesta Casa em 1994. Portanto, foi muito feliz a idéia do Senador Osmar Dias.

O Senador José Richa foi um referencial para a política brasileira. Participou de todos os movimentos pela redemocratização do País. Infelizmente, ele não se encontra mais em nosso meio, mas sua memória será perpetuada com esse projeto do Osmar Dias.

Parabéns, Osmar Dias!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com a palavra, na seqüência das inscrições, o Senador Leonel Pavan, seguido do Senador Roberto Saturnino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Osmar Dias pela brilhante homenagem que faz a um dos homens mais brilhantes do nosso País. Foi uma das maiores autoridades públicas do nosso País. O Richa não foi apenas o fundador do PSDB, mas uma das pessoas

responsáveis pelo Movimento das Diretas Já e fez com que Lideranças de todos os Partidos no Brasil o admirassem.

Richa é um exemplo para os jovens, ele é um exemplo para qualquer homem público, e o mais importante nisso tudo é que seu filho, Beto Richa, segue o mesmo caminho. É uma pessoa ética, uma pessoa respeitada e um grande homem público. Beto Richa é hoje Prefeito da capital do Paraná, Curitiba.

Osmar Dias homenageia o Richa e certamente faz uma homenagem a todo homem público que faz bom trabalho pela sua Pátria, pelo Brasil e que cumpre honrosamente sua missão.

Não apenas declaro o voto – não podia ser diferente –, mas também cumprimento o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O próximo inscrito para falar sobre esta proposta é o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, numa palavra breve, só quero manifestar e deixar registrada a minha grande satisfação em dar o meu voto favorável a esse projeto que homenageia essa grande figura da política brasileira, que foi José Richa.

Meus cumprimentos ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Há mais duas inscrições: Senador Paulo Paim e, posteriormente, Senador Sérgio Cabral.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou dar apenas um depoimento de um minuto.

Tive a alegria de ser constituinte junto com o Senador José Richa, um articulador, um negociador. Dos grandes momentos da Constituinte, lembro-me de três homens que já faleceram e que faziam o Plenário ficar em silêncio – em silêncio quando falava Mário Covas, Ulysses Guimarães e José Richa.

Ele nos ajudou muito, principalmente no capítulo da Ordem Social. Esse é um depoimento que tenho que dar, pois fui testemunha viva da História. Os grandes líderes, naquela oportunidade, dialogavam conosco. Éramos liderados por Ulysses Guimarães, por Mário Covas e por José Richa, nas grandes articulações do capital social. Naquela oportunidade, estávamos lá eu, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e tantos outros.

Meus cumprimentos pela iniciativa. José Richa, sem sombra de dúvida, é um homem que marcou a História do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas ratificar tudo o que foi dito até agora e a minha admiração pelo Senador José Richa.

Eu era menino, Deputado Estadual de primeiro mandato, com 27 anos de idade e, aqui no Senado, no gabinete do Senador José Richa, quantas horas passei com ele e com o Senador Mário Covas, que eram grandes amigos, grandes companheiros e grandes exemplos de homens públicos.

O Senador José Richa foi uma figura muito importante para mim, iniciando a minha carreira, fundando o PSDB no Rio de Janeiro e tendo Covas e ele como grandes exemplos.

Muitas saudades do Senador José Richa e parabéns ao Senador Osmar Dias por essa iniciativa tão justa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Antes de passar à votação nominal, quero-me juntar a todas as palavras saudosas e de elogio a essa figura extraordinária que foi José Richa. Tive a honra de, como o Senador Paim, ter sido com ele constituinte e, certamente, me recordo do seu extraordinário trabalho na Ordem Social. Eu era Vice-Presidente da Ordem Social como V. Ex.ª se recorda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estivemos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Aliás, não é de hoje que estamos juntos nessa luta pelos pobres trabalhadores brasileiros, mas para nós todos é motivo de muito orgulho podermos, em nossa Comissão de Educação, aprovar hoje esse projeto de lei de autoria do nosso ex-Presidente, esse Senador exemplar que é o Senador Osmar Dias, que faz essa apresentação de uma forma tão bonita, em uma lembrança que para o povo do Paraná é importante, mas que também o é para o povo brasileiro.

Vamos, agora, à votação nominal do projeto de lei incluído em pauta extra, de autoria do Senador Osmar Dias, com o relatório do Senador Augusto Botelho. Inicialmente, os titulares do Bloco da Minoria, PFL e PSDB, e, depois, os titulares do PMDB e do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL e PPS.

(Procede-se à votação nominal)

Aprovado, por unanimidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero lembrar V. Ex.ª do meu requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Submeto o requerimento extrapauta do Senador

Paulo Paim, primeiro, à aprovação de V. Exªs como extrapauta inclusão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, poderia me permitir só uma frase antes da votação?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Eu tenho, inicialmente, na ordem, o requerimento do Senador Reginaldo Duarte, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, nos seguintes termos:

Requeiro sejam fornecidas, pelo Ministro das Comunicações, informações sobre concorrência pública, que dá origem à Portaria 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Almontada Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o requerimento do Senador Reginaldo Duarte, que coloco em votação extrapauta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, sou muito franco nas minhas exposições e quero dizer que V. Exª está fazendo escola. Aqui eu me sinto seu discípulo. É que, em uma outra oportunidade, ouvi V. Exª aprovar uma excelente iniciativa: a da federalização de uma universidade em Minas Gerais.

Observei o seu exemplo, ouvi a sua justificativa e lhe confesso que, três ou quatro dias depois, entrei também com um requerimento para federalizar a Urcamp, que fica na nossa região da Campanha, na chamada metade sul, a mais pobre do nosso Estado. O requerimento já deve estar inclusive chegando às mãos do relator indicado.

Pois bem, Sr. Presidente, os três Senadores representantes do Rio Grande – faço aqui a defesa em nome de S. Exªs –, espelhados na iniciativa de V. Exª, e, depois, nesse requerimento que encaminhamos para federalizar a Urcamp, requerem a convocação de uma audiência pública, destinada a analisar a proposta de federalização de universidades comunitárias em regiões consideradas pobres. Eu diria que a iniciativa, na verdade, foi de V. Exª. Assinam o requerimento os Senadores Sérgio Zambiasi e Pedro Simon e este Senador que fala com V. Exª.

Era só isso. Apenas para justificar a importância desse debate, que se iniciou com o requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com certeza. Fico muito honrado de ser lembrado por V. Exª nesse propósito, porque, na realidade, o que V. Exª está sugerindo é que se faça uma grande discussão para que a universidade pública possa chegar às regiões mais pobres do País. E é fundamental que isso aconteça. O exemplo que V. Exª deu sobre Minas Gerais é exatamente o que vai acontecer. A região do Vale do Rio Doce fica distante no mínimo 500 quilômetros da mais próxima universidade pública em Minas Gerais. Então, é evidente que temos que lembrar dessa posição. A sugestão foi, na verdade, de uma associação comunitária da cidade de Governador Valadares, que se chama Chonin de Dentro, e nós pegamos essa sugestão. Ela foi encaminhada para a Comissão de Legislação Participativa, veio para cá como uma sugestão daquela comissão, eu fui o Relator e obtivemos o apoio unânime de todos os Srs. Senadores, de todas as Srªs Senadoras.

E eu fico muito feliz de poder colocar hoje em pauta e em votação o requerimento de V. Exª, que vai fazer uma audiência pública, destinada a analisar a proposta de federalização de universidades comunitárias, nas regiões pobres, em todo o País. Parabéns a V. Exª.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Faço um comunicado às Srªs e aos Srs. Senadores que, de acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, estou designando os seguintes Senadores para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Bloco da Minoria, PFL e PSDB: Senador Marco Maciel, Senador Jonas Pinheiro, do PFL; Senadora Lúcia Vânia, do PSDB.

PMDB: Senador Gerson Camata, Senador Hélio Costa e Senador Papaléo Paes.

Bloco de Apoio ao Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS. Pelo PT, Senador Flávio Arns e Senador Delcidio Amaral.

São suplentes no Bloco da Minoria, com duas vagas, o Senador Eduardo Azeredo, pelo PSDB.

No PMDB, há uma vaga, Senador Valdir Raupp e Senador Wirlande da Luz, como suplentes.

No Bloco de Apoio ao Governo, são suplentes os Senadores Roberto Saturnino, do PT, e Mozarildo Cavalcanti, do PTB.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Vou apenas fazer um comunicado – evidentemente que foi esquecido –: a audiência pública que temos amanhã, aqui, às 10 horas, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 507/03, que modifica o art. 61, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. É o requerimento da Senadora Fátima Cleide, com a relatoria do projeto da Senadora Ideli Salvatti.

Estão convidadas as seguintes pessoas: Antônio José Castelo Branco Medeiros, Secretário de Educação do Estado do Piauí; Roberto Franklin de Leão, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Horácio dos Reis Filho, Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino – Dase; Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE; José Xavier da Silva Filho, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – Sinasefe.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de maio de 2005.

Às onze horas e dez minutos do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Marco Maciel, Luiz Otávio, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne a Comissão de Educação. O Presidente, Senador Hélio Costa, registra a presença para acompanhar a audiência pública da seguinte personalidade: a Ex-Senadora Emília Fernandes, Representante da Unesco. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bonhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Hélio Costa, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque e Sérgio Zambiasi. Justifica a ausência o Senhor Senador Valdir Raupp. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 009-CE, de 2005, de autoria da Senhora Senadora Ideli Salvatti, que tem como objetivo "Modificar o artigo 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar Profissionais da Educação". Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Roberto Franklin de Leão, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Horácio dos Reis Filho, Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (DASE); Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Deixam de comparecer os seguintes convidados: Antônio José Castelo Branco Medeiros, Secretário de Educação do Estado do Piauí – Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSEDE) e José Xavier da Silva Filho, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Havendo número, dou por aberta a da 18ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa, que tem por objetivo realizar uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, da Senadora Fátima Cleide, que modifica o art. 61 da Lei nº 9.394, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. O requerimento é de autoria da Senadora Ideli Salvatti.

Desejamos registrar, com muita alegria e satisfação, a presença da ex-Senadora Emilia Fernandes, que nos honra com a sua presença aqui, representando a Unesco, para orgulho de todos.

Entre os convidados para esta audiência pública, não estão presentes o Sr. Antonio José Castelo Branco de Medeiros, que viria representando o Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação, que enviou uma justificativa de impedimento, ocorrido à última hora, pedindo desculpas para tanto, e o Sr. José Xavier da Silva Filho, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional, que confirmou a presença mas não chegou até o momento. Não temos condição de esperar a sua chegada.

Assim, vamos iniciar a nossa audiência pública com a presença dos Srs. Roberto Franklin de Leão, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação; Horácio dos Reis Filho, Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação; e da Srª Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação.

Vamos pedir a cada um dos expositores que usem 15 minutos na exposição para haver tempo suficiente para os debates.

Passo a palavra logo ao Sr. Roberto Franklin de Leão, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação.

O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO – Bom dia a todos os presentes, Senador Roberto Saturnino, companheiro Horácio, do MEC, professora Clélia, companheiros da CNTE, das entidades afiliadas à CNTE. Cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, por ter requerido esta reunião, e a Senadora Fátima Cleide, autora do projeto que estamos discutindo.

A CNTE considera muito importante que este debate esteja acontecendo nesta Comissão, porque, no cerne da CNTE, da criação da CNTE, existe uma concepção de que as pessoas que atuam no interior da escola pública sejam todas profissionais da educação.

Começo fazendo um breve relato da CNTE, lembrando que a nossa Confederação, uma confederação de caráter geral de trabalhadores de educação, se constitui em 1990, a partir da vontade política, da determinação de entidades nacionais que organizavam segmentos que atuam no interior da escola pública, de entidades, evidentemente, de orientadores, de supervisores de ensino, que, junto com a comissão dos funcionários de escola que buscavam dar uma organização nacional aos funcionários, entendendo por funcionários aqueles que exercem funções não consideradas profissionais até hoje, do ponto de vista legal.

Criou-se a CNTE com o objetivo sindical de unificar a luta dos trabalhadores de educação no País, considerando que, dessa maneira, os objetivos seriam alcançados com possibilidades maiores, a partir de uma concepção que a educação é alguma coisa que transcende o espaço da sala de aula e que, dentro do universo da escola, a educação é algo praticado pelo conjunto de trabalhadores que ali atuam.

Com essa concepção a CNTE surge. É evidente que nós não temos todos os problemas resolvidos. É evidente que ainda existem questões a serem resolvidas, a serem trabalhadas no processo de organização do conjunto de trabalhadores em educação. Porém, nós tempos certeza que o passo importante e fundamental foi dado e, hoje, a luta se trava em um outro patamar. Nós temos hoje um debate que traz à luz a profissionalização de todos os que estão dentro da escola, que traz à luz a profissionalização daquele segmento que atua no interior da escola pública e que, historicamente, tem sido deixado de lado, e que são nominados pela negativa como os não docentes, mas que exercem um papel fundamental na construção de cidadania, na construção de relações democráticas entre pessoas que vão agir na sociedade no futuro.

Eu quero passar, então, considerando o seguinte: para nós a ação educativa, a ação que se desenvolve no interior da escola pública não está restrita, como eu já disse, aos professores, àqueles que estão já com a sua profissão regulamentada, considerada, levada em conta, os professores e os especialistas. A educação passa por todos aqueles que atuam lá dentro. É importante que nós tenhamos isso claro para compreender que uma escola pública de qualidade só será possível quando nós agregarmos qualidade aos trabalhadores que atuam no seu interior. E agregar qualidade deve ser algo pensado não apenas para os professores e especialistas, mas também para os outros atores que atuam no interior da escola.

É necessário que a escola pública deixe de ser um espaço que esteja preenchido por pessoas que são consideradas trabalhadores de segunda categoria. É importante que se reconheça o trabalho desenvolvido, por exemplo, por aqueles trabalhadores que têm contato diário com as nossas crianças, com os nossos jovens, com os nossos adolescentes, com aqueles que já estão na escola um pouco fora da idade, porque não tiveram oportunidade de estarem na escola quando seria de direito. Essas pessoas têm que ser reconhecidas, essas pessoas precisam deixar de ser consideradas os quebra-galhos dentro da escola, aqueles que fazem tudo, aqueles que são chamados em todas as horas

para resolverem os mais variados problemas, mas que não são reconhecidos profissionalmente.

Nós não podemos conceber que continuemos ainda com aquela velha figura do faz-tudo dentro da escola, aquele senhor ou aquela senhora que é capaz de, ao mesmo tempo, consertar a rede elétrica, ao mesmo tempo consertar a rede de água, ao mesmo tempo arrumar a parede que está caindo. ao mesmo tempo consertar o muro da escola que está com problema, e não é reconhecido profissionalmente.

Além desse aspecto, nós precisamos entender que é necessário que a qualidade que se quer agregar à escola pública passe pela compreensão de que esse trabalho deve ser exercido por um profissional. Por mais boa vontade que exista naquele senhor ou naquela senhora que fazem esses serviços – claro que nas escolas públicas brasileiras nós temos mulheres fazendo papel de eletricista também, consertando e mexendo com coisas que até há algum tempo era restrito ao sexo masculino, era algo considerado que só os homens podiam fazer –, é preciso que aquele cidadão que mexe com a eletricidade tenha competência, saiba o que está fazendo. Não se pode conviver com a possibilidade, por mais vontade que essa pessoa tenha, de que ela possa causar um acidente grave dentro da escola por desconhecer como manusear tecnicamente aquilo.

A merendeira precisa deixar de ser aquela figura simpática, que costumamos a ver na cozinha, boazinha, que sabe temperar um bom arroz, um bom feijão, mas que não tem conhecimento de como se manuseia, de como se manipula, de como se armazena, enfim, que não tomou conhecimento das técnicas necessárias a fim de que possa manusear o alimento com segurança. São pessoas que, apesar da boa vontade, podem cometer um erro que venha a ser prejudicial ao desenvolvimento das pessoas que se servem da merenda.

Quantos aqui já freqüentaram bibliotecas de escolas públicas e encontraram ali um funcionário absolutamente desmotivado? Sabem por quê? Porque, na maioria das vezes, ele está desviado da função. Muitas vezes, é um professor readaptado, que é aproveitado na biblioteca. Por quê? Porque não existe um profissional de biblioteca na escola. Porque a biblioteca é tida também – é uma concepção – como algo que pode funcionar com uma pessoa somente bem intencionada, que distribui o livro que o aluno procura, carimba as fichinhas para saber se entregou no dia certo e cobra multa, quando ela é estipulada pela unidade escolar.

Queremos um bibliotecário que incentive a leitura, que inicie as nossas crianças no hábito da leitura e do conhecimento.

Nossas bibliotecas precisam deixar de ser espaços onde impera aquele silêncio cerimonial, aquela coisa quase religiosa, e passar a ser um espaço vivo em que as pessoas sejam informadas a respeito do que há de bom com relação ao que precisam, que sejam colocadas em contato com as publicações mais recentes, ou que não sejam recentes, mas que sejam do interesse delas, que sejam incentivadas a pesquisar, a procurar, enfim, a tomar conhecimento disso.

Precisamos de profissionais que sejam socialmente reconhecidos. Precisamos de pessoas que tenham acesso a um conhecimento técnico, especializado e que não sejam desvinculadas da questão pedagógica, pois as ações praticadas dentro da escola têm que estar intimamente relacionadas com o aspecto pedagógico. Não podemos esquecer que a escola marca o cidadão para a vida toda. Muitas vezes nos lembramos da velha merendeira, daquela senhora que ajudava a fazer a limpeza da escola e que nos influenciou.

É preciso entender que as relações dentro da escola se articulam, são relações que precisam estar muito bem integradas a fim de formar pessoas com condições de intervir na sociedade, de fazer e de mudar a história. E isso não é feito apenas dentro da sala de aula.

Precisamos ter clareza da importância do papel que desempenha o atualmente chamado trabalhador não-docente dentro da escola pública, o inspetor de alunos. Por exemplo, algumas pessoas pensam que para tomar conta de crianças no pátio da escola basta que o cidadão ou a cidadã preste um concurso público e que seja aprovado. Em seguida, vai para o pátio da escola tomar conta de 400 ou 500 crianças, sem nunca ter tido qualquer tipo de instrução sobre como se relacionar. Ele "tromba" – é este o termo – com situações para as quais não está preparado. É preciso que haja uma preparação. Não se pode, simplesmente, pegar uma pessoa bem intencionada e colocar no pátio de uma escola para lidar com crianças que têm as mais variadas origens e maneiras de encarar a vida, que vêm de relações muitas vezes complicadas na família, etc. Essa pessoa precisa ser profissionalizada, precisa passar por cursos, por uma formação que permita a ele um bom relacionamento, um relacionamento construtivo, um relacionamento que acrescente coisas na formação daquelas pessoas que ali estão.

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) enxerga com bons olhos e considera que é muito oportuno o projeto da Senadora Fátima Cleide, porque, além de ser justo – consideramos que o processo educativo dentro da escola se dá com todos os atores que interagem ali –, ele repara uma injustiça, porque, no projeto original da LDB (Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional) do Deputado Jorge Hage, havia um artigo que falava dos profissionais de ensino e que considerava esses trabalhadores como profissionais de ensino. Depois, no projeto final, ele foi retirado, o projeto que prevaleceu foi o do Senador Darcy Ribeiro. Alguns dizem que foi por imperfeição de redação etc. Eu considero, na verdade, que foi por um grande equívoco, para dizer o mínimo. Foi um grande equívoco, naquele momento, para dizer o mínimo, porque, na verdade, a retirada daquele artigo trazia em si, embutida, uma visão de que a escola é algo cuja atividade-fim é ensinar e de que somente aqueles que se dedicam a essa atividade-fim é que devem ser considerados profissionais. Os outros, que fazem as outras atividades, não precisam, pode ser qualquer pessoa para exercer aquelas atividades no interior da escola.

Então, nós consideramos que é importante e achamos que esse projeto precisa continuar, precisa ser aprovado, ele repara essa injustiça com os trabalhadores que atuam no interior da escola pública. É preciso que se ofereça formação para que eles sejam profissionais competentes, que possam exercer com dignidade o trabalho. Quando me refiro à dignidade, não estou me referindo à dignidade que o ser humano adquire ao nascer, mas àquela que ele adquire no seu processo de vida, aquela que ele adquire por ser um profissional respeitado, aquela que ele tem por exercer um trabalho, uma profissão que lhe dá prazer e que enxerga o trabalho como condição fundamental para o desenvolvimento do ser humano, e não algo que se faz como se fosse um fim em si mesmo, em que as pessoas cumprem tarefas e não se consideram partes integrantes de um processo amplo, que é o que nós entendemos deva ser o trabalho exercido dentro da escola. Todos são importantes, todos têm direito a serem profissionais e a serem respeitados como tal. A posição da CNTE é essa, então.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Agradecemos ao Dr. Roberto Franklin de Leão.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, Sr. Horácio dos Reis Filho, eu queria passar a Presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Eu gostaria de pedir desculpas pelo meu atraso – eu estava em outra reunião, em homenagem à cidade da minha família paterna, na Câmara dos Deputados – e de agradecer pois tenho certeza de que, com competência maior do que eu, conduziu esta reunião o Senador Roberto Saturnino pela sua experiência vasta de Senador e de homem probo no serviço público.

Com a palavra, agora, o Sr. Horácio dos Reis Filho.

O SR. HORÁCIO DOS REIS FILHO – Muito bom dia a todos e a todas presentes a esta audiência pública. Meus cumprimentos ao Senador Augusto Botelho e demais componentes da Mesa, companheiro Leão, companheira Clélia aqui presente, representando o CNE (Conselho Nacional de Educação), a nossa lutadora e batalhadora Senadora Fátima Cleide, trabalhadora em educação. Nossos cumprimentos também à Senadora Emilia Fernandes, que está aqui representando a Unesco, e aos demais convidados.

Primeiramente, quero agradecer o convite da Comissão de Educação, em nome da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, e dizer a vocês que esse debate envolve relações de preconceitos, relações de dominação e de exploração com as quais infelizmente ainda nos deparamos nas nossas escolas hoje; tanto sejam elas particulares ou públicas.

O que a história tem nos mostrado é que as escolas adquiram, ao longo dos anos, uma formatação bastante complexa, que exige a presença de trabalhadores nas secretarias, nas cantinas, nas áreas de recreação. Inclusive de trabalhadores para tomar conta de patrimônio, de equipamentos, enfim. Essa necessidade hoje é uma realidade concreta, em que essa exigência se faz. E isso tem contribuído para que exista hoje um número de trabalhadores em educação que já ultrapassa a casa de um milhão. Temos um pouco mais de um milhão de trabalhadores em educação que estão desenvolvendo essas atividades.

É importante também ressaltar que, para que esses trabalhadores sejam admitidos ou sejam colocados para exercer a sua função, raramente se exige – para não dizer que não se exige – uma formação específica desses funcionários. No máximo, um nível elementar de escolaridade para que esses funcionários exerçam a sua função.

E o crescimento dessa categoria – já há mais de um milhão de trabalhadores, trabalhando nas escolas públicas estaduais e municipais – levou também esses trabalhadores a se organizarem. Hoje, os funcionários de escolas estão organizados em seus sindicatos. Podemos até afirmar que são os sindicatos próprios, a exemplo de São Paulo; aqui, no Distrito Federal também, no Paraná e também estão organizados em sindicato dos trabalhadores em educação em conjunto com os professores. Ou seja, funcionários de escolas e professores representam ou se identificam dentro da organização sindical como trabalhadores em educação.

O projeto de lei aqui em questão, de autoria da Senadora Fátima Cleide, ao apontar para incluir esses funcionários, esses profissionais no âmbito profissionais da Educação, ele coloca algumas questões para refletirmos. Por exemplo, é importante que essa inclusão se dê dentro de uma perspectiva de exigência de uma formação profissional; é importante que essa inclusão se dê dentro de uma perspectiva de uma formação pedagógica, além daquela formação específica de cada um.

Mas o projeto aponta também para uma reversão dessa relação preconceituosa, dessa relação de dominação que existe hoje. Inclusive, identificamos isso muito bem até na denominação desses funcionários. Os funcionários hoje são chamados de "pessoal de apoio", de "auxiliar", de "servente", de "merendeira", e vai por aí. Então, existem denominações que, de certa forma, contribuem para colocar esses funcionários à margem de sua profissionalização; não só à margem de sua profissionalização como também os colocam longe de serem considerados como educadores.

O Ministério da Educação, pela primeira vez, está se preocupando com esse segmento de trabalhadores. Primeiro, porque eles estão organizados em seus sindicatos nacionalmente, em todo o País.

Em segundo lugar, porque, como componente de um processo educativo, esses funcionários, esses trabalhadores precisam ser considerados como educadores e, conseqüentemente, ter uma formação inicial e também uma formação continuada.

Dentro desse contexto, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação realizou, no ano passado, em 2004, um seminário nacional para discutir a valorização dos trabalhadores em Educação, tendo como foco os funcionários de escola. Esse seminário foi muito importante e bem representativo – aconteceu com uma representatividade bastante relevante. Houve a participação de dirigentes estaduais, dirigentes municipais de Educação, representação de organizações sindicais de todas as Regiões do nosso País e, de dentro dessa discussão do seminário, saiu o compromisso coletivo de todos os atores, inclusive do Ministério da Educação, assumindo o compromisso de investir na formação inicial e continuada desses funcionários.

Simultaneamente a esse debate, o Ministério da Educação, por meio da revisão do seu Plano Plurianual da Secretaria de Educação Básica, contemplou a capacitação, a formação continuada desses funcionários de escola, ou seja, uma ação inédita nunca antes trabalhada pelo Ministério da Educação durante todos esses anos.

Então, hoje, os funcionários de escola têm a possibilidade de participar e se capacitar por intermédio de uma relação ou de um convênio que é feito entre o seu sistema de ensino e o Ministério da Educação.

Desse seminário, também, produzimos um documento, que está aqui, denominado "Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação; em Cena os Funcionários de Escola". Esse documento retrata tudo aquilo que foi acumulado em debates sobre a questão da luta dos funcionários de escola para serem respeitados e considerados como profissionais de Educação, em função da limitação que existe, hoje, da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Quero aproveitar a oportunidade e repassar para a Comissão um exemplar desse documento.

Para V. Exªs terem uma idéia, no ano passado, cerca de 10 Estados firmaram convênio com o Ministério da Educação para capacitar cerca de 21.927 funcionários em todo País. Essa ação de capacitação está sendo desenvolvida durante este ano de 2005 e custa um investimento superior à ordem de R$2 milhões e meio, dos convênios que foram firmados entre os Estados e o Ministério da Educação.

Além disso, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação concebeu o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação, que prevê, entre outras coisas, a profissionalização dos funcionários de escola e está basicamente fundamentado em três eixos: a gestão, a formação e a remuneração da carreira. Esses três eixos são, inclusive, contemplados pela Lei de Diretrizes e Bases e, com certeza, estão sendo trabalhados pelos Senadores desta Casa para efeito de regulamentação.

Solicitamos, também, ao Conselho Nacional de Educação a criação de mais uma área profissionalizante, que propiciará a oportunidade, não somente para os atuais funcionários de escola, como também para qualquer jovem ou adulto que o queira, de se profissionalizar dentro dessa área de Educação. O CNE já está numa discussão – acredito – bem evoluída. Estamos intimando esse debate e pretendemos, ainda este ano, a partir dos referenciais curriculares emanados do Conselho Nacional de Educação, implementar um projeto-piloto de profissionalização em todo o País, tentando contemplar um Estado de cada região, para que iniciemos esse processo de formalização profissional.

Portanto, a Secretaria de Educação Básica do Ministério é plenamente favorável à legalização do exercício profissional deste segmento: dos funcionários de escola e dos trabalhadores em educação, claro que dentro da perspectiva da formação pedagógica. Com isso, esperamos que haja uma contribuição importan-

te na construção de uma educação democrática, que possibilite aos educadores, aos educandos, enfim, a todos aqueles que compõem a educação no nosso País responder ou enfrentar os desafios que a conjuntura impõe hoje à nossa escola e à nossa educação.

Concordar com este Projeto é, acima de tudo, reconhecer uma dívida que o Poder Público tem com esse segmento. Por que há essa dívida? Por mais que estejamos envolvidos com essas relações de preconceito, de dominação, é o funcionário de escola que recebe o aluno na entrada, é o funcionário de escola que mantém uma relação de convivência fora da sala de aula, mas dentro da escola.

Evidentemente, essas relações que o funcionário de escola mantém dentro do seu local de trabalho são importantes para o processo educativo. Por isso, defendemos que a legalização desse exercício profissional vai não apenas pagar essa dívida, como também reverter com todas as relações já citadas, inclusive pelo companheiro Leão, da CNTE.

A proposta, o Projeto de Lei, define e conceitua quem são os profissionais de educação na ótica de um processo educativo, que, evidentemente, tem que extrapolar a sala de aula. Além disso, essa proposição precisa ter a capacidade de agregar os espaços educativos e os atores que constituem um estabelecimento de ensino, ou seja, todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

O Projeto, portanto, vem – acredito – no sentido de afirmar a identidade desses profissionais. Para todos os que estão aqui é um pressuposto básico para a elevação não apenas da qualidade da educação, como do padrão da prestação de serviço que hoje é prestado à nossa população, e particularmente à comunidade escolar.

Então, o Ministério da Educação está à disposição para aprofundar esse debate. Estamos, inclusive, construindo um parecer mais global e completo dentro do Ministério da Educação, para que seja encaminhado a esta Casa, para a Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Diretor Horácio.

Essa campainha toca automaticamente quando falta um minuto para terminar o tempo. Não somos nós que a acionamos

Concedo a palavra à Professora Célia Brandão, do Conselho Nacional de Educação.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento o nosso Presidente da Mesa, Senador Augusto Botelho, e agradeço, em nome do Conselho Nacional de Educação, do nosso Presidente Roberto Cláudio, cumprimento o Senador Roberto Saturnino, a Senadora Fátima Cleide, a Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento para que essa reunião acontecesse; cumprimento a nossa querida Emília Fernandes, que representa a Unesco; o Senador Nezinho Alencar; o meu colega, Professor Roberto Leão e o Sr. Horácio, representante do Ministério da Educação.

Gostaria de dizer, nesse momento, que é extremamente importante sabermos ser flexíveis o suficiente para abrigar as diferenças, o contraditório, os antagonismos para, assim, podermos gestar o novo. Gestar o novo não é fácil, pois precisamos enfrentar as diferenças – e Paulo Freire disse que o diferente não é melhor e nem pior, pois exige complementaridade. Então, esse é o ponto central dessa nossa audiência pública.

Inicio essa nossa reflexão – chamei de reflexão a modificação do art. 61, da LBB – com o querido Historiador Eric Hobsbawn, que diz o seguinte: "Com a utopia, vislumbramos um novo horizonte para a história. O sonho utópico jamais desaparece para sempre; ele é a parte intrínseca da natureza humana".

Acho que isso é o que está em uma discussão quando se pensa em modificar de uma legislação: é a construção da utopia. Porque, quando chegamos a esse patamar, já pretendemos alcançar outros.

O tema nos leva principalmente a pensar na valorização e na capacitação, mas, escolhi três elementos para justificar: a concepção de sociedade hoje; a concepção de profissional e a importância dos profissionais no projeto político-pedagógico, porque senão vamos falar de um projeto que não é coletivo, de um projeto que é de uma minoria da escola.

Então, farei a leitura e logo após nos colocaremos à disposição para os nossos debates.

Na sociedade intitulada "sociedade do conhecimento", entre os elementos fundamentais para o desenvolvimento profissional, destacam-se: a formação continuada, a capacidade de continuar aprendendo e a informação.

Em um mundo cada vez mais globalizado, em que as distâncias se encurtam e a comunicação ocorre simultaneamente, de várias formas, sem limites geográficos, a capacidade para saber processar e selecionar a informação é condição indispensável para o indivíduo inserir-se criticamente na sociedade.

Além dos fundamentos teóricos do conhecimento formal, o profissional precisa dominar também o circuito do processamento informacional e seus respectivos equipamentos tecnológicos, seja em que área for.

As mudanças de demanda do mundo do trabalho e dos processos culturais que tendem a acelerar-se cada vez mais, exigem um profissional que saiba trabalhar

em equipe, que tenha visão crítica e abrangente, com capacidade de articular a formação técnica, política, científica, enfim, que saiba relacionar-se eticamente com a diversidade e com o mundo em movimento.

Diante dessa perspectiva, o processo de formação deve buscar o desenvolvimento de determinadas características, como: abertura, criatividade, iniciativa, curiosidade, vontade de aprender, de buscar soluções, em articulação com as características de cooperação, responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina, concentração e solidariedade.

As novas referências culturais, com seus códigos próprios, impõem desafios para a formação do cidadão e exigem instituições educacionais aptas a trabalharem a partir de um projeto assumido como coletivo, em que todos assumam a posição de protagonistas. Essa posição de protagonista justifica-se inclusive todo esse processo de redefinição dos profissionais educadores no seio ou no centro ou como eixo de desenvolvimento dos projetos da escola.

Quando o Roberto falava da merendeira, a importância desse trabalho, poderíamos citar outros profissionais, não só da dimensão técnica, do cuidado com o alimento, mas da dimensão pedagógica. Eu conversava com a Senadora Emília quando na sala de aula você trabalha com aluno, o que fazer com o resto de alimentos, a relação professor/aluno/natureza; de repente, o aluno passa perto da sala da merenda e vê a merendeira jogando lixo no chão. E há um confronto muito grande que inclusive leva à desvalorização da pessoa, que muitas vezes exerce aquela ação sem muita consciência daquilo dentro do projeto global, porque às vezes é a condição que ela tem na sua casa, e muitas vezes as pessoas levam o conhecimento de dentro de casa para dentro da escola. Acho que esse trabalho é extremamente importante.

Essa é uma exigência indispensável ao desenvolvimento efetivo das potencialidades do indivíduo, sob pena de metas como a socialização do conhecimento, a modernização tecnológica, incremento da produtividade, novas relações entre o gênero humano, novas relações entre o gênero humano e a natureza e outras tão importantes para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e do País permanecerem sem respostas.

As políticas de valorização e capacitação profissional, conforme propõe o texto em discussão, podem influir na direção e ritmo das mudanças escolares, mas não só como também do desenvolvimento nas mudanças do próprio processo de transformação social qualificada, porque compartilhadas por todos aqueles que assumem, do porteiro ao legislador, da família à sociedade, em seus diferentes segmentos. Educar é responsabilidade de todos, ressaltando no entanto a especificidade e a importância do papel da escola pública na educação escolar, na conquista da cidadania plena.

Correntes pedagógicas modernas têm afirmado que o modelo industrial, inspirador da organização de instituições educacionais na década de 70, esgotou-se. Sob a influência da chamada teoria científica da administração de *(inaudível)*, prevaleceu, durante anos, uma formação administrativa e pedagógica baseada no princípio da hierarquização, da fragmentação extremamente burocratizada. Portanto, na atualidade, o enunciado "siga o modelo" tornou-se uma idéia equivocada. A sociedade contemporânea requer um profissional, em especial o profissional da educação, que tenha visão de totalidade, não só da sua área epistemológica, da sua área do conhecimento, cuja formação supõe uma relação vertical e horizontal com todas as outras áreas afins. O domínio supõe, além desse conhecimento, o domínio de várias linguagens, como a arte, a poesia, a linguagem tecnológica, outros idiomas, quer dizer, as linguagens são várias, como também compreender as relações transcontinentais, transnacionais, para que possa entender as relações socioeconômicas, políticas e culturais do Brasil, pois o que acontece na Ásia interfere na vida de cada cidadão brasileiro.

Os profissionais da educação precisam trabalhar a partir dessa contextualização muito mais ampla para que se faça uma avaliação crítica da educação regional e da educação escolar, da unidade escolar.

Assim, como processo de atualização histórico, a educação deve ser pensada por inteiro, pois envolve dimensões individuais e sociais, visando o viver bem pessoal quanto a convivência social, desfrutando dos bens culturais enquanto herança histórica que se renova continuamente. Trazer as preocupações sociais para dentro da escola é um grande desafio da educação escolar.

Nessa perspectiva, a concepção de educação e sociedade leva-nos a refletir principalmente sobre o papel da escola, da gestão coletiva, da formação de profissionais da educação inscrita no projeto pedagógico compromissado com o desenvolvimento integral do escolar. Todos os que trabalham na escola são, ao mesmo tempo, suporte e mediação no processo de aprendizagem. Todos ensinam e aprendem: são, simultaneamente, sujeito e objeto da aprendizagem como seres sociais. Na escola, cada um no seu papel, assume sempre o papel de educador. Por isso, as políticas públicas devem estar comprometidas com a valorização e a capacitação de todos.

Sob essa perspectiva e respaldando a modificação do art. 61 da LDB, além de todos os argumentos já apresentados pelo Horácio e pelo Roberto Leão e

dos argumentos apresentados no projeto de lei objeto dessa avaliação no Senado, destaco a importância da preparação de todos os profissionais na construção do projeto político-pedagógico norteador da instituição escolar, cuja ênfase se expressa, do ponto de vista do exercício profissional e da formação pedagógica, nesse parágrafo único do projeto de lei, que dá bem a importância da formação acadêmica ou na relação com o exercício profissional.

Portanto, destacamos o parágrafo único, que diz o seguinte: "A formação dos profissionais da educação, de modo a atender a especificidade do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, terá como fundamentos a presença de sólida formação básica que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho, a associação entre teorias e práticas mediante estágios supervisionados, capacitação e serviço, e o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino em outras atividades".

Entendendo que o projeto político-pedagógico da escola, enquanto processo coletivo ou construção coletiva, passa pela autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua identidade, resgatando-a como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva, constitui-se em um ato de ousadia para gestores, docentes, alunos, profissionais técnicos, enfim, para os movimentos sociais e para todos que se envolvem ou que buscam essa formação escolar. Essa construção modificará certamente a organização do trabalho pedagógico e das demais relações de trabalho existentes na instituição escolar.

Destaca-se nessa oportunidade – não poderia deixar de registrar – que é extremamente importante também, ao pensar a valorização e a capacitação dos profissionais da escola, pensarmos também na estrutura administrativa, na distribuição do poder e na distribuição da autoridade na escola, porque a escola é um todo, e precisamos também ter estruturas democráticas, a fim de que tenhamos gestões democráticas em escolas com estruturas democráticas. Assim, a superação das estruturas burocráticas e autoritárias é condição para que se alcancem os objetivos da educação comprometida com a liberdade e com a formação de sujeitos históricos. As políticas públicas, norteadas por objetivos democráticos, não podem ignorar os meios necessários para o alcance de tais objetivos, que incluem mudanças na própria estrutura escolar, estrutura didática e administrativa inteiramente nova.

Nesse sentido, acreditamos que estamos todos convocados pela sociedade para enfrentar esse desafio com muito diálogo e estudo, nutridos com os sentimentos da indignação e da paixão, sentimentos nos colocam à frente da realidade em uma atitude crítica de denúncia, pois a raiz da questão educacional se encontra também em muitos outros entraves, dentre eles a vergonhosa concentração de renda e a inadequação do sistema escolar.

Essa realidade não será modificada apenas mediante o debate interno no interior da escola, ou seja, é preciso que se ele dê em outras instâncias. Por isso é que este momento é extremamente importante, rico, é um marco político extremamente favorável a uma educação que possa ser construída de forma diferente, que atenda a outros paradigmas que não esse paradigma tradicional, cartesiano, que encontramos, em geral, nas organizações das escolas.

A mudança da realidade exige, sobretudo, um grande esforço de integração entre as diversas áreas e setores que compõem a sociedade, atitude de anúncio de grande compromisso com a formulação e apresentação de propostas que articulem as estruturas administrativas governamentais, a família e os movimentos sociais, a fim de que se coloque a educação no centro do desenvolvimento social e da conquista da cidadania plena em um mundo que se busca mais solidário e de paz.

Finalizando, solicito que seja apresentado o último eslaide.

Resta-nos vislumbrar cenários pedagógicos arrojados que tomem a diversidade humana e social e seus protagonistas não como impedimento ou complicador do ideário democrático escolar, mas como a marca do acontecimento escolar na atualidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra à autora do requerimento, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, queria saudar os nossos convidados que tão gentilmente compareceram a esta audiência pública para que pudéssemos instruir o projeto de autoria da nossa querida Senadora Fátima Cleide, ela que vivencia na sua profissão, na sua vida profissional, o que ela espelha neste projeto, que é o reconhecimento de todos aqueles que, nas unidades escolares, desenvolvem o projeto político pedagógico, defendendo que somente com um trabalho integrado de todos os que estão na unidade escolar será possível realizar a educação. Essas pessoas precisam ter o reconhecimento legal da profissão que exercem, do papel que executam na formação das nossas gerações, das nossas crianças, dos nossos adolescentes.

O projeto da Senadora Fátima Cleide trata – acho que esse foi o principal enfoque dado na audiência – do

reconhecimento do papel dos profissionais que, apesar de não terem a tarefa pedagógica direta do professor, atuam na unidade escolar integrando ao projeto pedagógico. Queria enfocar a questão sob um outro ângulo também, porque a Senadora faz uma definição do que é o profissional da educação, inclusive colocando na LDB a situação que, infelizmente, nós temos à exaustão em nosso País: os que estão em sala de aula, ou seja, exercendo a tarefa profissional pedagógica enquanto professor, mas que não estão ainda habilitados devidamente, são pessoas que exercem a profissão de professor, mas não têm a habilitação reconhecida, consagrada na forma do diploma.

A Senadora coloca todas as especificidades que temos na realidade educacional do nosso País – estamos falando de educação escolar básica –, e estamos falando das redes estaduais e das redes municipais, que são as que executam a educação básica, porque a rede federal de educação básica é mínima, comparativamente, ela é residual. A realidade que temos na ampla maioria das nossas redes estaduais e municipais é um grande volume de professores leigos, de professores que estão ainda se capacitando, que ainda não estão formados profissionalmente ou em situações absurdas como, por exemplo, no meu Estado – e esta é uma realidade de qualquer Estado brasileiro –, que é o admitido em caráter temporário, o provisório, aquele que não tem habilitação. Ele acaba indo para a sala de aula na falta absoluta de profissional capacitado e formado, precisa ter a sua situação profissional reconhecida, buscando superar essa falta de profissionalização.

Quando a Senadora coloca que se consideram profissionais da educação escolar básica, primeiro, os professores habilitados em nível médio a superior, em cursos reconhecidos de instituições credenciadas para o exercício da docência na educação infantil e nos ensino fundamental e médio. Ou seja, esse é o profissional que hoje teoricamente é o professor.

Ela coloca abaixo, em segundo, os professores em efetivo exercício da docência, em instituições públicas e privadas credenciadas, que oferecem alguma das etapas ou modalidades da educação básica, ainda que não habilitados, mas que comprovem estar matriculados em curso de formação profissional para o magistério.

Aqui já se começa a pegar um volume significativo de profissionais, que são exatamente aqueles que ainda estão estudando, capacitando-se e acabam indo para a sala de aula na ausência de profissionais formados.

Em terceiro, temos os trabalhadores em educação portadores de diploma de curso de pedagógica, com habilitação em área pedagógica, bem como de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas, em exercício ou não da educação básica. Então, são os profissionais que atuam na unidade escolar, que têm o curso de pedagogia na área educacional, mas que não estão diretamente ligado na docência, no exercício direto do trabalho pedagógico em sala.

Em quarto, os trabalhadores em educação em efetivo exercício, em rede pública ou privada, portadores de diploma de curso técnico ou tecnológico, em área pedagógica ou afim, obtido em instituição credenciada, reconhecidos como profissionais da educação pelos sistema de ensino.

Aqui pegamos as pessoas que estão nas diversas tarefas dentro da unidade escolar, que têm apenas curso técnico ou tecnológico para se capacitarem a exercer a função.

O quinto item é algo que entra um grande volume de pessoas. Os trabalhadores em educação, quando em exercício na educação básica e matriculados nos cursos a que se refere o inciso anterior.

Portanto, ao reconhecer todas as modalidades que a realidade da nossa educação básica, da rede estadual, das redes municipais de ensino têm hoje, a Senadora acaba fazendo, em primeiro lugar, um diagnóstico muito claro de que todos esses profissionais têm que ser reconhecidos, têm que estar integrados. E aí coloca a questão da superação dessa situação diferenciada, que é exatamente a formação dos profissionais da educação, de modo a atender as especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades da educação básica. Vem, então, a presença de sólida formação, associação de teoria e prática e o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Ou seja, ela identifica, qualifica e coloca a perspectiva de integração e de superação da forma adequada de capacitação dos profissionais que atuam na unidade escolar da educação básica brasileira.

Portanto, as pessoas que compareceram a esta audiência pública para instruí-la trazem essa realidade que, muitas vezes, é a das pessoas que não têm a experiência do cotidiano de uma unidade escolar, não conseguem ter a dimensão da importância e da influência pedagógica, essa integração de todos que atuam e, principalmente, o reconhecimento.

Se o profissional não é reconhecido como pedagogicamente importante no processo, se ele não é integrado, se não participa do planejamento, se não é incluído e se não é permanentemente capacitado para continuar exercendo de forma adequada a sua tarefa

dentro da unidade escolar, não teremos o avanço da educação básica no Brasil.

Queria, então, agradecer e dizer que as contribuições trazidas pelos que aqui comparecem hoje, pela larga experiência que têm na organização sindical, na organização da unidade, na experiência acumulada pelo exercício das atividades que desenvolvem nas instituições que aqui representam, é muito gratificante para esta audiência.

Tenho certeza absoluta, Senadora Fátima Cleide, que iremos aprovar o projeto porque ele, efetivamente, traduz a realidade pedagógica das nossas instituições escolares, principalmente aquelas responsáveis pela educação básica em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho; Senador Roberto Saturnino, aqui presente desde o início; quero cumprimentar carinhosamente os meus companheiros Roberto Leão, da CNTE; o companheiro Horácio, hoje com a missão no MEC – Ministério da Educação de desenvolver a nossa utopia, aqui falada pela nossa querida Professora Clélia. Quero agradecer aqui as palavras carinhosas da nossa companheira Ideli Salvatti, Relatora deste projeto, e agradecer também a presença militante da nossa companheira, ex-senadora e ex-ministra, Emilia Fernandes, que aqui representa as professoras, e uma das poucas pessoas – quero fazer esse registro, que é muito importante – que encontrávamos aqui no Senado Federal quando lutávamos no Fórum em Defesa da Escola Pública naquela conjuntura de elaboração da LDB. Professora que é, ela nunca faltou, aqui no Senado Federal, com a sua missão de defender a escola pública de qualidade.

E é com esse espírito de defender a escola pública de qualidade que apresentamos esse projeto, Senador Augusto Botelho.

A minha vida, como disse a Senadora Ideli Salvatti, é um misto de trabalhador em educação de fato. Sou habilitada para o exercício do magistério, mas, por uma contratação no momento em que eu não havia concluído a universidade, fui contratada como agente administrativo do quadro federal. E vivenciei essa profissão durante a maior parte da minha vida – e ainda vivencio atualmente, apesar de licenciada para a função de Senadora da República –, como funcionária de escola, e descobri, nesse percurso da minha profissão, que este setor não tem visibilidade em nossa sociedade porque, quando falamos em termos de profissionais da educação, mal se enxergam professores e técnicos habilitados em nível de terceiro grau. E fomos descobrindo que existem na escola outros profissionais que também exercem o papel educativo, mesmo sem terem sido preparados para isso. Ou alguém aqui pensa que o porteiro que trabalha no presídio exerce o mesmo papel do porteiro na portaria da escola? Há funções diferentes. E a função do porteiro que está na escola também é de educar porque, a partir do momento em que ele pega a criança no portão da escola, ele também é responsável por ela dentro dessa unidade.

E quero aqui dizer também que nós, que pensamos esse projeto há muitos anos na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, quando o companheiro Horácio ainda era presidente, sentimo-nos hoje muito felizes de poder estar aqui – eu, na condição de autora do projeto; e tenho certeza de que a Ideli Salvatti, na condição de relatora – e saber que hoje o nosso sonho foi além da organização sindical: chegou ao Parlamento brasileiro e tem o apoio do Ministério da Educação. Como disse o Professor Horácio, pela primeira vez, o Ministério da Educação preocupa-se com esse setor.

Agora, eu gostaria de registrar que lamento a ausência do Consed, porque é a instituição que representa justamente aqueles que são os responsáveis pela execução dessa ação de capacitação, de valorização lá na ponta, que já aconteceu em alguns Estados no Brasil, como o Distrito Federal, na época governado pelo hoje Senador Cristovam Buarque, como acontece hoje, se não me engano, ainda no Estado do Mato Grosso, quando há um compromisso político, então se realiza independentemente de a coisa existir já na lei.

Mas precisamos transformar essa valorização dos nossos funcionários de escola em lei, o mais rápido possível, porque é inadmissível que, nos tempos atuais, tenhamos mais de um milhão de trabalhadores que também são educadores, que fazem questão de se afirmarem como educadores, vivendo na escuridão, muitas vezes iletrados e a maioria sendo mulheres e principalmente pobres. Podemos dizer que aí temos uma situação, Senador Saturnino, de classismo, que este Senado, que este Congresso Nacional precisa superar imediatamente.

Então, quero agradecer os nossos expositores pela contribuição que vêm dar a favor deste projeto e dizer que nós esperamos que a Comissão de Educação também tenha essa compreensão, para que possamos superar, o mais rápido possível, essa situação de invisibilidade desses trabalhadores e realmente contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Este sonho vai muito mais além. Oportunamente, estarei trabalhando no sentido de que cada Senador da República tenha acesso a essa publicação do Professor João Molevade, que é um dos idealizadores, junto conosco no movimento sindical, do trabalho de

profissionalização dos funcionários de escola, para que possamos ter essa concepção de que os funcionários de escola também educam e precisam educar capacitados.

Com esse projeto, entendemos que precisamos elevar a escolaridade dos nossos funcionários, profissionalizá-los e valorizá-los finalmente.

Então, quero agradecer à Comissão de Educação por esta oportunidade, aos nossos expositores e dizer que eu não vejo a hora de aprovarmos esse projeto. Acho que temos um tempo até o dia 15 de outubro. Seria um dos melhores presentes que poderíamos dar para os educadores deste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Bom, agora cada um dos expositores vai ter três minutos para as considerações finais.

Mas eu gostaria só de fazer uma observação em relação ao projeto da Senadora, porque sei que tem um sentimento dela dentro desse projeto, que ela vive e com que convive, e avisar à Senadora Emília que a sua bandeira não caiu, ela continua segurando firmemente a bandeira do mestre aqui dentro do Senado.

Com a palavra o professor Roberto Leão.

O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO – A CNTE se sente satisfeita de participar desta discussão. Como já disse, o projeto da Senadora é algo que contempla as propostas, as reivindicações da CNTE de construção de uma escola democrática, participativa, de uma educação pública de qualidade, que leve em conta a existência dos vários atores que atuam no interior da escola pública, promovendo a educação, construindo cidadania naqueles que têm a oportunidade de freqüentar a escola, lutando para que, cada vez mais, tenhamos brasileiros dentro da escola pública, que essa escola seja de qualidade, de uma qualidade social que possa contribuir para a construção do desenvolvimento de pessoas que venham a intervir, com muita convicção, com as mais diversas posições, mas com muita convicção, e que possam contribuir para a construção de um país melhor, de um país justo, que tenho certeza passa por uma escola pública de qualidade, e uma escola pública de qualidade – repito – se constrói quando se agrega qualidade a todos os atores que atuam lá dentro.

Para nós da CNTE o processo educativo se dá com a participação de professores, de merendeiras, dos vigias, dos serventes, daquelas pessoas que têm as mais variadas funções no seu interior, com a participação da comunidade, opinando, discutindo e construindo projetos pedagógicos democráticos, que levam em conta a necessidade de construção de uma cidadania, de um País independente, livre, soberano, que possa ser motivo de orgulho para todos que aqui nascem e que para cá vêm, para conhecê-lo, a fim de que todos os brasileiros tenham um futuro bom e digno. Isso é fundamental para nós.

A CNTE, portanto, parabeniza a Senadora. Esperamos em breve estar aqui numa reunião que aprovará esse projeto, transformando o sonho em realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Professor Horácio.

O SR. HORÁCIO DOS REIS FILHO – Quero ressaltar o que foi apresentado pela Senadora Ideli Salvatti sobre a problemática da formação. Apesar de termos os professores contemplados em termos de sua qualificação profissional, de sua formação, as exigências legais que estão colocadas em nossa legislação se apresentam de forma preocupante para nós. De um lado, há os funcionários das escolas que ainda não são identificados como profissionais da educação – há toda a situação que foi relatada pela Senadora –, de outro lado, há os professores, que são considerados os profissionais da educação, que estão desenvolvendo as suas atividades pedagógicas dentro de uma relação bastante complicada, em que cerca de 43 mil pessoas ainda exercem a função docente, sem ter habilitação para tal, na área da educação infantil.

Quando observamos o ensino fundamental, esse número pula para 150 mil pessoas trabalhando nessa situação. Há ainda o déficit, a inexistência de professores dentro do sistema de ensino, para dar conta da demanda do ensino médio, no que se refere a disciplinas como Matemática, Física, Química e Biologia.

Esse é um problema que precisa ser trabalhado, superado. O Ministério da Educação está diante de um desafio bastante interessante, diante de uma utopia que foi pensada lá atrás e que percorreu um caminho cheio de altos e baixos, de conquistas e também de algumas derrotas. Isso não nos impede de continuar lutando, a partir de um instrumento que está colocado aí para o conjunto da sociedade e que, tenho certeza, vai ser considerado e respeitado pelos Senadores desta Casa.

Existe uma burocracia que eu diria política e administrativa dentro do Ministério da Educação. Isso faz com que tenhamos de caminhar de acordo com essas normas, com esses procedimentos e regulamentos que estão estabelecidos. Estamos com o firme propósito de colocar em prática esse programa nacional de valorização dos trabalhadores em educação. Esse programa está sendo coordenado, em nosso Ministério, pela Professora Josete, que está conosco nesta audiência pública. Há o firme objetivo de, ainda neste

ano, desenvolvermos um marco inicial de profissionalização dos funcionários de escolas. Evidentemente, a aprovação de um projeto como esse só reforça e fortalece esse intento. Vamos ficar ansiosos, aguardando o aprofundamento desse debate.

Com relação àquilo que for necessário, da parte do Ministério da Educação, estaremos à disposição, no sentido de oferecer nossa contribuição.

Quero, mais uma vez, agradecer o convite que recebi. Estamos aqui à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra à Prof. Clélia Craveiro, para as suas considerações finais.

A SRª CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO – Esperamos, muito em breve, estar aqui, numa reunião, para aprovação, destacando a importância do trabalho da Senadora Fátima Cleide no sentido de dar expressão e operacionalização a todo um processo histórico, porque sonhar e ficar sentado não resolve.

Por isso, quero cumprimentar, em nome de todos os educadores brasileiros, que sonham e que vão atrás dos seus sonhos, o Molevar, que está sempre nas discussões, que tem trabalhado muito. É Fundeb, tudo mais. Ele tem dado sua grande colaboração. Em nome da sua pessoa, quero cumprimentar todos os educadores brasileiros, porque acho que isso é extremamente importante. Quero dizer também que é preciso aprofundar a discussão sobre qualidade. Se não definirmos também o que é qualidade no ensino público, vamos ficar falando, falando, cada um falando de uma coisa, achando que é aquilo mesmo. É preciso definir qualidade, que não se faz com migalhas, que não se faz sem um planejamento estratégico, que não se faz sem profissionais competentes, críticos e criativos. Acho que isso é algo de que não podemos nos esquecer. Também é importante verificar que, na unidade escolar, o poder que muitas vezes é um poder mal avaliado, o poder na escola, como diz Michel Foucault (?), o poder está em rede. E muitas vezes não conseguimos trabalhar essas lideranças na escola exatamente porque há uma grande separação entre aquele que faz, planeja, e aquele que obedece e executa. Se não estivermos num processo de construção coletiva de um projeto, será muito difícil alcançar essa qualidade em relação a uma escola que forme para uma cidadania ampla.

Muito obrigada. Coloco-me à disposição em nome do Conselho Nacional de Educação, em especial, da Câmara de Educação Básica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Indago se algum dos Srs. Senadores deseja fazer alguma consideração. (Pausa.)

Então, agradecendo a presença dos Srs. Expositores e a presença da Senadora Emilia Fernandes, que está aqui como Consultora da Unesco, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h26min.)

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2005.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Flávio Arns e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 060, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que "Permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 086, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Substitutivo,** de autoria do Senador Sérgio Cabral ao **Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público". O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado

como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhylino, que "Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, com a retirada da emenda supressiva apresentada, é aprovado. **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que "Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para a discutir a *Implantação da TV Digital no Brasil.* deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: 1) Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa; 2) Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), José Inácio Pizani; 3) Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular (ACEL), Amadeu de Paula Castro Neto; 4) Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS), Paulo Saab; 5) Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, Ricardo Benetton". O requerimento é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santa Ediwiges a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que

renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itu, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1256, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 090, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro de Itapeua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposa, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Nezinho Alencar e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alagoas Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1185, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais". O relator designado, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1214, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1223, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão do Sistema De Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Dando prosseguimento o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta-Extra: **Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que "Cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências". O relator designado é o Senador Cristovam

Buarque e o parecer favorável é aprovado. Os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti e Hélio Costa pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, do seguinte projeto, requerimento e aditamento a requerimento: Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005, Requerimento de Urgência e Aditamento ao Requerimento n.º 002, de 2005-CE. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 213, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Requerimento de Urgência,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti , que "Nos termos do artigo 336, Inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 089 de 2003 , que 'Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências'. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para apresentar o seguinte requerimento: **Item 03: Aditamento nº 07 ao Requerimento 002, de 2005-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 002/05, de minha autoria, aprovado em 01/03/05, o Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, para participar nesta comissão, de audiência pública que irá discutir a Reforma Universitária". O aditamento ao requerimento é aprovado. Dando prosseguimento a reunião o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado**: "Retifico a designação da composição da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia: Titulares pelo Bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS): Roberto Saturnino, Flávio Arns e Delcídio Amaral. Suplentes: Mozarildo Cavalcanti e duas vagas". O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo quórum regimental, iniciamos os trabalhos da 19ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, no dia de hoje, 24 de maio de 2005.

Vamos inicialmente aos projetos do Senado sobre as rádios comunitárias.

Inicialmente, peço ao Senador Paim que verifique a página 11 do seu livro para que relate o item nº 1 sobre as rádios comunitárias. Trata-se de rádio do Rio Grande do Sul, estado que V. Exª representa com muita dignidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Item nº 1, terminativo:

Projeto de Decreto Legislativo nº 169/2005, que aprova ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul.

Favorável Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem.

Em discussão, o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que verifique, na página 19, os itens 2, 3 e 4.

O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer é favorável ao ato que aprova a outorga de permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, estado do Ceará.

Da mesma forma, autoriza a Associação Cultural de Santa Edwiges a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, nossa capital do Ceará.

Da mesma maneira, autoriza a Associação Comunitária Cultural e Cidadania de Jardim, na minha região, no sul do estado do Ceará, a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, no estado do Ceará.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, eu, pela ordem, ofereço a palavra ao Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu solicito a inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo 213/2005, com parecer favorável, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale Taquari de Educação e Desenvolvimento Social a executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lajeado, no estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Submeto à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores a proposta do Senador Zambiasi.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado para inclusão extrapauta ao final dos nossos trabalhos.

Peço ao Senador Zambiasi que se refira à página 45 do nosso livro de pauta, para que ele possa relatar os itens 5, 6 e 7, do Senador Flávio Arns, funcionando como relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não, Presidente Hélio Costa.

Item nº 5:

Parecer em caráter terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 162/2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Jaguapitã a executar os serviços de radiodifusão comunitária da cidade de Jaguapitã, estado do Paraná.

O relator é o Senador Flávio Arns, e o parecer favorável, Sr. Presidente.

Item nº 6:

Projeto do Decreto Legislativo 163/2005, que aprova o ato que renova a comissão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens da cidade de Londrina, estado do Paraná.

O relator é o Senador Flávio Arns, e o parecer é favorável.

Item nº 7:

Projeto do Decreto Legislativo 170/2005, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, estado do Paraná.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Vou pedir a V. Exª que inclua também o PDL 213, cuja inclusão em pauta V. Exª acabou de solicitar, para que nós possamos aprovar os quatro itens.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates – para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres apresentados pelo Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Romeu Tuma que se refira à página 77 do livro de assuntos a serem discutidos hoje, para que S. Exª possa relatar os itens 9 e 10 da pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 9 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda.

Todos os documentos necessários foram apresentados e o voto é favorável.

Item 10:

Rádio Emissora Convenção de Itu Sociedade Civil Ltda., que também, da mesma forma, juntou todos os documentos necessários. Houve apenas uma emenda apresentada pela Comissão de Educação.

Penso que o projeto está pronto para ser aprovado, com a emenda de redação apresentada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que se refira à página 122 do livro de pauta, para que S. Exª possa relatar o item 15.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou relatando o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que outorga a permissão à EF Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüên-

cia modulada na cidade de Pedra Preta, no Estado do Mato Grosso.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação desse ato que outorga a permissão à EF Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedra Preta, no Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Somos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Gilberto Mestrinho que, por favor, se refira à página 69, para que S. Exª possa relatar o item 8 em substituição ao Senador Gerson Camata.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de autorização para executar serviço de radiodifusão na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo, pela Associação Benevente de Moradores.

O parecer do Senador Gerson Camata é favorável, haja vista que todas as exigências legais foram cumpridas.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Gilberto Mestrinho em substituição ao Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que se refira à página 92, para, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, relatar o item 11.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 11 se refere à aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Contemporânea Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro.

O relatório apresenta toda a documentação exigida, e o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador José Jorge que substitua a Senadora Maria do Carmo Alves, como Relator *ad hoc* do Item 12, página 100.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.256, de 2004, nº 623/2003 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o relatório lido pelo Senador José Jorge. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Demóstenes Torres para ler o conteúdo da página 108, substituindo a Senadora Lúcia Vânia, como Relator *ad hoc* do Item 13.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o relatório lido pelo Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Nezinho Alencar que substitua o Senador Edison Lobão, para relatar o Item 14, página 114.

Posteriormente, pedirei ao Senador Reginaldo Duarte que relate o Item 16, em nome do Senador Teotonio Vilela Filho.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90/2005 não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o relatório lido pelo Senador Nezinho Alencar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Reginaldo Duarte que, como Relator *ad hoc*, substitua o Senador Teotonio Vilela Filho no Item 16.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório de autoria do Senador Teotonio Vilela Filho é favorável à aprovação da outorga à Alagoas Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o relatório lido pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao Item 20, página 161,e peço ao Senador Augusto Botelho que substitua o Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, nº 1.238/2004 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC5 Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

O parecer do Senador Luiz Otávio é pela aprovação do dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o relatório lido pelo Senador Augusto Botelho, substituindo o Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar os três itens do Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Na Presidência, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, para relatar os Itens 17, 18 e 19 da pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Item 17 renova a concessão da Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., no Estado de Minas Gerais, na Cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes do sul de Minas.

O Item 18 refere-se à Rádio Tropical de Três Corações Ltda. Três Corações é uma importantíssima cidade do sul de Minas. Igualmente, trata-se de renovação de concessão.

O Item 19 diz respeito à renovação de concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda. Unaí é uma das mais importantes cidades da região noroeste de Minas Gerais.

Os três pareceres são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em discussão, os projetos apresentados pelo Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, retorno a Presidência da Comissão a S. Exª o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Passamos, agora, à votação nominal de todos os projetos relatados nesta manhã diretamente ou por intermédio de relatores **ad hoc**.

(Procede-se à votação)

Aprovado, por unanimidade.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se também aprovam as emendas apresentadas aos respectivos projetos.(Pausa.)

As Srªs e os Srs. que estão de acordo, permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovadas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de V. Exª iniciar a segunda pauta relativa aos projetos específicos, gostaria de encaminhar a V. Exª um ofício no seguinte teor:

Sr. Presidente, tendo sido honrado com a dignificação de V. Exª para representar o Senado Federal, como integrante da Comissão de Educação desta Casa, no Simpósio Internacional, realizado no último dia 29 de abril do corrente, na cidade de Buenos Aires, encaminho ao seu conhecimento e aos demais membros desta Comissão o texto da palestra que proferi no mencionado evento, abordando o tema "Educação no Processo Político: Desafio para os Governos, Parlamentos e Partidos Políticos".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado por V. Exª haver representado com dignidade e brilhantismo a nossa Comissão nessa importante reunião ocorrida em Buenos Aires. Ao mesmo tempo, cumprimento V. Exª pelo seu discurso, muito bem proferido em espanhol.

Item nº 1:

Submete à apreciação da Comissão de Educação o PLS nº 60, de 2005, que pede a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagamento de anuidade do Ensino Superior.

Relator: Senador Paulo Paim, que tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, o meu parecer é favorável ao projeto do eminente Senador Leomar Quintanilha.

Ressalto que o próprio Senador Sérgio Zambiasi apresentou projeto semelhante a esse, tendo sido, infelizmente, rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Independentemente do meu parecer favorável e da posição contrária do Ministério do Trabalho e do Codefat, eu, quando Deputado, debati bastante a questão do FAT. Os Deputados José Serra e Jorge Wecker e eu construímos juntos o projeto do Seguro-Desemprego. O Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, tem, de fato, hoje, um superávit de quase R$ 50 bilhões, o que é muito positivo, usado para o Seguro-Desemprego e também como incentivo na formação do trabalhador. Mas, como foi solicitado um estudo mais detalhado, quem sabe até para buscar um entendimento que possa recuperar até mesmo o projeto do Senador Sérgio Zambiasi, pediram-me que eu não votasse o meu parecer no dia de hoje. Então, peço a V. Exª, em nome dos interessados, que a matéria não seja votada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Portanto, retirado de pauta o item e adiada a apresentação do relatório do Senador Paulo Paim.

Item nº 2:

PLS nº 86, de 2004, que dispõe sobre a isenção do imposto de importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

O Relator é o Senador Demóstenes Torres, a quem passo a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 86, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O projeto é muito simples e foi apresentado a pedido do Conselho Regional ou do Conselho Nacional da Ordem dos Músicos do Brasil.

Segundo o conselho, esses músicos necessitam ter instrumentos de primeira qualidade, até para que possa haver concorrência entre os músicos brasileiros e os músicos internacionais. Alguns instrumentos de altíssima qualidade são extremamente caros e onerados por serem produtos importados.

Qual é a proposta? A proposta é que, quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins, haja isenção do imposto de importação e, quando for para uso pessoal, a importação seja feita através do conselho regional de ordem a que pertence o músico – nesse último caso, a importação fica restrita a um instrumento musical a cada cinco anos.

A medida poderia levar a uma competição com a indústria nacional de instrumentos. É óbvio que os músicos profissionais e especialmente as orquestras nacionais farão essa importação com absoluta parcimônia, até porque elas querem é o aprimoramento de seus componentes.

Apresentei uma emenda suprimindo dois artigos do texto porque criavam obrigações para o Poder Executivo, e o Poder Executivo não pode ser obrigado pelo Poder Legislativo nem mesmo quanto à definição de prazo para regulamentação, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Daí porque voto favoravelmente, mas com a emenda que apresento.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Demóstenes Torres.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, há outro projeto parecido com esse em tramitação, por isso gostaria de pedir vista. A minha intenção é, além de tentar dar algumas contribuições, tentar combiná-lo com outros projetos. Ressalto que sou francamente favorável à proposição e até acho, indo além do que defendeu o Senador Demóstenes, que eles devem usar da prerrogativa sem parcimônia, porque, quando se trata de instrumento musical e livro neste País, quanto mais melhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Desculpe-me, mas acho que V. Exª não entendeu. O instrumento musical deve ser usado sem parcimônia. A parcimônia a que me referi é quanto à importação de instrumentos, que pode abrir uma brecha para a importação transversa. A importação do instrumento deve ser feita com parcimônia, até para preservar a indústria nacional, mas, adquirido o instrumento, que o músico o utilize e nos encante sem qualquer parcimônia, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu peço vista para complementar e, ao mesmo tempo, para tentar compatibilizar a matéria em apreço com outro projeto em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Exª me permite, sugeriria a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, que também contemplasse, por favor, algo que me chamou a atenção ao fazer a leitura do relatório do Senador Demóstenes Torres. Por mais que eu queira entender que a qualidade dos instrumentos importados é excepcionalmente boa, não

posso deixar de manifestar aqui a minha preocupação com a indústria nacional.

Nós também produzimos instrumentos da melhor qualidade. O Brasil exporta violões, guitarras, o Brasil exporta dezenas de instrumentos para o mundo inteiro. Li cuidadosamente o art. 1º, o parágrafo único, os arts. 2º, 3º, 4º e 5º e, em nenhum lugar, a lei apresentada – não o relatório, que simplesmente resguarda o direito de poder exportar – diz especificamente do produto produzido no Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me, Senador. V. Exª tem razão quando diz que não há essa restrição, mesmo porque não poderia haver. Mas fica bem claro, no parágrafo único do art. 2º, que esse é o objetivo. Veja bem V. Exª por quê.

Diz o parágrafo único: A isenção de que trata este artigo, quando outorgada a pessoa física, abrange apenas um instrumento musical por beneficiário, e não será outorgada novamente antes de decorrido o prazo de cinco anos, contados do despacho concessivo de isenção anterior.

Ou seja, não há uma abertura irrestrita. A abertura para pessoas físicas existe nestas condições: a cada 5 anos poderá importar apenas um instrumento, por meio do conselho regional, e, no caso das orquestras ou entidades afins legalmente constituídas, essas, sim, podem usar – como eu disse –, com parcimônia, esse instrumento de importação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Por mais que eu queira entender a defesa que V. Exª faz, continuo insistindo que estamos concedendo isenção de impostos para importar instrumentos. E eu diria que devemos, sim, conceder isenção de impostos para os instrumentos não produzidos no Brasil.

Quem quiser comprar diferente do que se propõe no Brasil, que pague o imposto. O cidadão não vai ficar sem o instrumento.

Se ele acha que o que ele vai comprar é melhor, então que pague o imposto do instrumento importado. Agora, se houver produto nacional...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Parece-me, Sr. Presidente, que, a não ser os instrumentos exóticos, o Brasil produz todos. Então, se se quiser importar um instrumento de uma tribo, aí, sim. Se for esse o objetivo. Mas o Brasil produz, sim. Agora, no caso de um Steinway, de um violino Stradivarius, de tantos outros instrumentos, de um piano Hammond... Esses instrumentos inclusive já são mais caros, porque quase todos os metálicos têm prata na composição, quando estrangeiros, o que os encarece demais. E com o imposto de importação de 100%, isso praticamente inviabiliza que o músico brasileiro tenha acesso a esses instrumentos maravilhosos, que, realmente, constituem exceção.

Ninguém vai querer importar um instrumento tão caro para aprender a tocar nele. Tem que ser profissional, tem que pertencer a uma orquestra. Então, parece-me que, nesse caso, a indústria nacional não vai sofrer prejuízo, porque não é uma importação em escala.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer minhas as palavras de V. Exª com respeito à preocupação também com a indústria nacional. O Relator, o Senador Demóstenes Torres, referiu-se a tarifas que chegariam a 100%, mas aqui no relatório eu vejo que, para instrumentos musicais, foram estabelecidas alíquotas de imposto de importação de 10% a 18%.

É claro que todos nós queremos o aperfeiçoamento, a melhoria das nossas orquestras, e elas dependem, efetivamente, obviamente, de instrumentos de grande qualidade. Eu estaria disposto até a reduzir ainda mais essa proteção à indústria nacional reduzindo as alíquotas, mas me parece também que a isenção completa é alguma coisa que deveria se limitar a instrumentos que não tenham fabricação, que não tenham similar fabricado no País.

Senador Demóstenes Torres, estou tomando conhecimento agora, pela primeira vez, da matéria, é evidente que o Senador Cristovam Buarque, que pediu vista, vai estudá-la ainda mais profundamente. Só estou levantando essas observações para que, nesse reexame, sejam levadas em consideração as observações que V. Exª fez e com as quais estou de inteiro acordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Senador Cristovam Buarque pediu vista, para melhorar o projeto e também para juntá-lo a outros já existentes. O Senador Roberto Saturnino também faz uma proposta. O meu parecer está lançado. Acredito que não vá interferir na indústria nacional. Mas é claro que todo texto pode ser aprimorado. Daí por que, se houver alguma idéia melhor, estou inteiramente disposto a discutir e ver como chegamos a um entendimento.

Agora, digo e repito, é um pleito dos músicos profissionais do Brasil, para melhorar a qualidade das nossas orquestras, que dispõem de músicos extraor-

dinários, mas nem sempre há o instrumento musical correspondente à qualidade dos músicos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, associo-me ao Senador Cristovam Buarque e faço também o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Senador Cristovam, faço a mesma coisa, acrescento meu nome aos que pedem vista coletiva.

Item nº 3:

Trata-se de projeto cujo relator é o Senador Sérgio Cabral. O parecer ao PLS nº 453, de autoria deste Senador, é favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido. Foi aprovado na reunião do dia 17/05/05, não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão. A matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria, portanto, está adotada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, esse projeto de que trata o item 03 é semelhante a muitos outros que já aprovamos aqui, que, na prática, fornecem cotas nas universidades públicas. Na realidade, se formos somar aqui as cotas que já aprovamos, já ultrapassaram 100%, creio que de acordo com determinados critérios, seja por raça, vindos do ensino público e assim por diante.

A minha preocupação com relação a essa questão das cotas fundamentalmente é a garantia da autonomia das universidades, pois penso que no momento em que criamos uma regra geral para o Brasil inteiro, não apenas estamos podando a autonomia das universidades, por um lado, e é um artigo que está na Constituição, como por outro lado também estamos retirando a criatividade das universidades na busca de uma solução que seja mais inteligente, mais nova e diferente uma da outra, para, quem sabe, no futuro, uniformizarmos ou chegarmos perto da uniformização pelas melhores soluções.

Preocupado com isso, apresentei um projeto, e não estou com ele em mãos, incluindo na LDB um artigo que dizia que as universidades deverão, nos seus processos seletivos, criar critérios para privilegiar as minorias e aqueles que, não lembro bem a expressão que usei, estivessem incluídos nessas cotas. Mas deixaria para cada universidade.

Essa semana teve um noticiário no jornal, inclusive comentei com o Senador Paulo Paim, mostrando que o Itamaraty ofereceu, a fim de possibilitar a inclusão racial, uma bolsa de R$2.500,00 para aqueles afrodescendentes que quisessem prestar exame para o Itamaraty, prepararem-se e, a partir disso, disputarem em igualdade com os outros. Foi uma forma que considerei criativa e que, na realidade, não discrimina posteriormente, depois de aprovadas as pessoas, que entrariam com uma nota maior ou menor. Muitas universidades têm tido soluções criativas.

Gostaria de fazer um apelo a V. Exª para que meu projeto pudesse ser incluído na pauta, a fim de que pudéssemos votá-lo na próxima semana e assim dar ao Governo uma alternativa, já que até agora o Governo ainda não apresentou um projeto específico sobre isso, apesar de diversos parlamentares o terem feito, o que garantiria ao mesmo tempo a autonomia da universidade e abriria espaço para a criatividade, como também garantiria que algum critério de inclusão social teria que ser colocado nos seus exames.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Considerando, Senador José Jorge, que a matéria em pauta é vencida, já foi votada, evidentemente, em segunda apreciação pelo nosso Plenário, atendo a solicitação de V. Exª e solicito à Secretaria da Comissão que procure incluir na pauta da próxima semana o projeto citado por V. Exª.

Passemos ao item nº 04.

O item nº 04 altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que é o Código Penal, e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996 e dá outras providências, dispondo sobre os crimes cometidos na área da informática e suas penalidades, dispondo ainda que o acesso de terceiros não autorizados pelos respectivos interessados às informações privadas mantidas em redes de computadores dependerá de prévia autorização judicial. A autoria é do Deputado Luiz Piauhylino. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. O parecer foi favorável, com a emenda supressiva oferecida, acatando parcialmente o voto em separado, na forma do substitutivo oferecido pelo Senador Hélio Costa.

Observação: foi concedida vista ao Senador Hélio Costa, na reunião do dia 24/08/2004, que apresentou voto em separado, na forma de emenda substitutiva. Em virtude da alteração no parecer do relator, foi concedida nova vista ao Senador Romeu Tuma, na reunião do dia 3/05, que não apresentou manifestação por escrito.

Em discussão a proposta lida anteriormente pelo Senador Eduardo Azeredo.

V. Exª quer usar da palavra?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, já foi lido todo o relatório da outra reunião. Mais uma vez, enfatizo a importância da urgência na aprovação do projeto a fim de que possamos ter a tipificação de crimes eletrônicos no Código Penal.

Ainda na semana passada, houve uma decisão do Tribunal do Trabalho a respeito do uso indevido de correio eletrônico, levando até à demissão, o que mostra que tais assuntos estão sempre sendo modificados. Daí meu pedido de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Como autor do voto em separado, gostaria de fazer uma observação.

V. Exª, ao acatar a proposta que fiz no voto em separado, principalmente no que diz respeito ao item relacionado com o crime de informática, como designa no que diz respeito à pornografia infantil, acatou minha sugestão. No Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal previa uma pena, substituída em 2003, quando da aprovação do novo texto votado pela Câmara dos Deputados, que, infelizmente, não foi adequado ao texto votado por esta Comissão de Educação. Por essa razão, a pena ficou menor. Se adotássemos o texto conforme veio da Câmara dos Deputados, a pena que se imputaria ao criminoso que, utilizando a Internet, por exemplo, apresentasse fotografias pornográficas de uma criança, ficaria menor. V. Exª, portanto, aceitou a inclusão de minha sugestão, fazendo a supressão da parte do texto que se referia especificamente a esse artigo.

V. Exª disse, em sua exposição de motivos, que deixou até mesmo de incluir determinadas outras sugestões que faço em meu substitutivo por uma razão muito simples: se modificássemos o conteúdo da proposta, ela teria de voltar à Câmara dos Deputados. Isso, portanto, atrasaria a aprovação da matéria que V. Exª julga – e é evidente que todos concordamos – ser da maior importância que seja aprovada o mais rapidamente possível.

Tive a oportunidade e a preocupação de procurar a Mesa do Senado Federal e de pedir informações – o mesmo fez a Secretaria da Comissão, por meio do competente Secretário Júlio Linhares – a respeito da alteração feita por V. Exª, que fez, na realidade, uma emenda supressiva ao texto original vindo da Câmara dos Deputados. Se isso importava mexer no conteúdo da proposta, no mérito, e forçava o retorno de todo o projeto àquela Casa. A informação da Mesa do Senado Federal, passada para a Secretaria e para o Senador, é a de que a matéria tem de voltar à Câmara dos Deputados, mesmo sendo uma emenda supressiva, conforme V. Exª disse. Porém, à medida que se altera, no texto, a pena imputada ao criminoso que usar a Internet para efeitos de cometer um crime, automaticamente, a proposta tem de voltar à Câmara dos Deputados. Portanto, já que vai voltar à Câmara dos Deputados, pergunto se V. Exª estaria disposto a refazer a sua proposta. Até porque V. Exª também menciona que algumas das sugestões que faço poderiam ser aproveitadas como projeto de lei. Bom, se vai voltar à Câmara, quem sabe V. Exª já aproveita algumas dessas sugestões dentro do novo texto que voltaria à Câmara? É uma sugestão que eu faço a V. Exª, uma vez que infelizmente se fosse para aprovar imediatamente, sem ter que voltar à Câmara, nós todos concordaríamos com V. Exª. Mas, já que tem de voltar, evidentemente podemos fazer uma nova apreciação do texto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senadora Ideli.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria de fazer a seguinte ponderação: esse projeto está tramitando há muito tempo e a aprovação dele é necessária. Ou seja, existem inúmeros crimes que continuam sendo cometidos e ampliados de forma significativa. E, pelo fato de não termos uma atualização legislativa que tipifique esses crimes e estabeleça formas legais de punição, eles continuam crescendo e permanecendo impunes.

Portanto, a minha questão de ordem é a seguinte: podemos trabalhar e encontrar uma solução para um assunto que já foi fruto de longos anos de debate, de tal forma que o aprovássemos imediatamente sem que tivesse de voltar à Câmara? Após a aprovação, trabalharíamos, aí sim, para aperfeiçoar os itens já estão identificados.

Essa questão evolui tão rapidamente que o ritual legislativo não acompanha as mudanças. Então, enquanto estivermos terminando de aprovar, já teremos novidade para nós podermos...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti, a única solução seria aprovar o texto como ele veio da Câmara, que seria enviado ao Presidente da República, que, por sua vez, teria de vetar a parte relacionada ao texto...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é essa a proposta que eu, como Vice-Líder do Governo, quero fazer nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É a única solução.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com o compromisso do veto do Presidente da República a esse artigo, que, assim, não precisará retornar à Câmara. Dessa forma, teremos um mínimo de legislação

em vigor que puna esses crimes tão graves, que crescem a cada dia. Todavia, isso não impede a apresentação de novos projetos, que aperfeiçoariam o que já tivermos capacidade de...

A minha questão de ordem apela para o bom senso de podermos...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª me concede um aparte?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A questão para mim – e eu não sou um perito em Regimento Interno. Para mim, sendo emenda supressiva não seria necessário. Mas se há essa informação já confirmada, eu penso que a solução que teríamos é a que está sendo proposta pela Senadora Ideli Salvatti. Seria o acatamento de um veto, uma vez que esse projeto é anterior à legislação. Realmente ele, no caso da pornografia infantil, é inadequado.

O meu objetivo era suprimir, acatando o que V. Exª propôs.

Assim, penso que a proposta da Líder Ideli Salvatti é adequada para que possamos aprovar de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O único problema, se me permite V. Exª, é que o que Senador Eduardo Azeredo, na proposta do Deputado Luiz Piauhylino, aprimorou um texto, que lamentavelmente vinha faltoso em vários setores da informática, notadamente nos crimes que são cometidos no setor.

Então, vamos aprovar o texto original da Câmara, que vai ficar evidentemente dependente de uma nova legislação que tem de ser encaminhada na Câmara ou no Senado, para atender a uma lista que tenho aqui de mais de 15 itens que têm de ser incluídos na lei.

Não basta, pura e simplesmente, aprovar a lei que foi apresentada pelo Deputado Luiz Piauhylino, porque ela é antiga, está superada em vários itens. Ela precisa ser aprimorada, e foi o que fez o Senador Eduardo Azeredo. E eu achei que, além do que S. Exª fez, ainda caberiam outros aprimoramentos. Então, tem de haver um compromisso aqui. Retornamos com o texto original da Câmara e aprovamos para que possa entrar em vigor imediatamente, mas assumimos um compromisso do Governo com esta Comissão, de que vamos apresentar aqui uma nova proposta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, então já complemento a proposta. Aprovamos o texto originalmente vindo da Câmara, para que não haja nenhum tipo de postergação no mínimo que já está estabelecido lá com o compromisso do veto ao art. 5º, que é o causador da polêmica. Quero sugerir que nos possamos ter um projeto da Comissão. Poderíamos ter a apresentação do projeto da Comissão fazendo toda a complementação em cima daquilo que já está detectado. Essa proposta vinda da Câmara já exige aprimoramento, até para dar força e tramitação mais ágil no Senado do aprimoramento de algo que a gente já sabe que vai entrar em vigor imediatamente com a sanção do Presidente e o veto ao art. 5º.

Complemento a proposta nesses termos, Senador Hélio Costa. Creio que devemos aprovar o texto original como veio da Câmara com o compromisso do veto no art. 5º. Que a Comissão de Educação apresente um projeto para aperfeiçoar aquilo que já estamos aprovando e que já identificamos que deve ter aprimoramentos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente. Fico na expectativa aguardando o Senador Eduardo Azeredo providenciar para que o texto original retorne, retirando-se a emenda supressiva, para que possamos votá-lo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso tudo não pode ser feito de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pode ser feito agora. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero fazer uso da palavra porque pedi vista, para não parecer que carreguei o papel e o trouxe de volta.

Tive a cautela...

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Precisava tomar conhecimento. Não foi essa minha pretensão.

É claro que tenho que dar todo o apoio ao Senador Eduardo Azeredo e ao voto em separado do Senador Hélio Costa. O que fiz de imediato, Senador Marco Maciel, meu exemplo permanente nesta Casa? Reuni-me com autoridades da polícia e do Ministério Público que estão lutando muito para enquadrar os crimes cometidos por meio da informática. Fizeram uma análise. É claro que houve elogios ao relatório do Senador Eduardo Azeredo e de V. Exª, Senadora. Pedem a supressão ao art. 5º. Discutimos muito sobre os arts. 15 e 12. A tese era suprimi-los. Também sobre a ação incondicionada, que não precisasse de representação, principalmente no caso de exploração sexual de crianças. Mas já há um projeto da Senadora Patrícia Gomes, da Comissão que S. Exª presidiu, que visa especificamente a esse aspecto. V. Exª foi membro da Comissão e lembra-se.

Precisamos dar meios à Polícia e ao Ministério Público para que realmente possam denunciar. Os crimes estão aumentando em uma velocidade incrível. O juiz, hoje, pode apenas pedir penas alternativas: pa-

gamento de cesta-básica. Há prejuízos enormes para o sistema bancário. Creio que a aprovação imediata do relatório do Senador Eduardo Azeredo dará uma avanço rápido. Nós poderemos pegar toda a documentação que foi triada, analisada, discutida. O Senador Hélio Costa poderá ser o autor do novo projeto pela Comissão. Daremos prosseguimento. V. Exª terá o nosso voto, sem dúvida nenhuma, pelo que foi feito com zelo e carinho. Creio que já será um passo bom para que possamos trabalhar em cima de um crime que tanto prejuízo tem trazido à nação, principalmente à sua parte moral, qual seja a exploração do sexo envolvendo crianças. É algo que vemos, atualmente, com muita intensidade. É assustador, Senador.

Creio que os projeto que a Comissão Parlamentar que investigou a exploração de menores já estão em abundância e devem vir para cá para serem discutidos, e não só para a Comissão de Assuntos Sociais. Talvez, possamos enquadrá-los dentro das perspectivas que V. Exª apresentou.

Cumprimento os dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge pela lista de inscrições.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, não gosto desse tipo de solução em que aprovamos o mesmo projeto que vem da Câmara para apressar e depois realizamos outro. Creio que estamos abrindo mão de nossa capacidade de efetivamente melhorar o projeto. Esse projeto está aqui, no Senado, há mais de um ano, se não me engano. Ele foi aprovado na Câmara, em 2003, e já estamos em 2005; portanto, há mais de um ano que ele está aqui.

Por outro lado, essa era uma situação em relação a qual o próprio governo deveria se pronunciar, encaminhando projeto que tivesse a devida completeza, porque sabemos que os projetos que são elaborados pelos parlamentares, em regra geral, não têm a estrutura técnica de que dispõem os projetos do Executivo. Portanto, muitas vezes eles não têm a abrangência necessária. Foi o que aconteceu exatamente com esse projeto.

Então, na realidade, melhor seria que fizéssemos as mudanças necessárias no projeto, mesmo que ele volte à Câmara, porque, se isso fosse realmente urgente, o próprio Poder Executivo já teria encaminhado algum projeto. O Governo tem dois anos e meio, vai completar três; e até agora não mandou projeto algum sobre esse tema. Por que vamos abrir mão das modificações devidas para que pudéssemos, de certa maneira, não discutir aqui e elaborar um relatório compatível com as necessidades?

Ou o projeto está bom e, então, devemos aprová-lo....

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Jorge, sou sempre um seguidor das suas opiniões, mas, nesse caso, quero divergir.

Veja bem, se o Governo mandar um projeto, vai ser uma medida provisória, vai ser um projeto de lei. Vamos dar, nesse caso, um benefício ao projeto de origem parlamentar, que é o do Deputado Luiz Piauhylino.

Estamos apenas reconhecendo que o processo legislativo está muito moroso. Esse projeto entrou em 1999, foi aprovado na Câmara em 2003. Dei o meu relatório aqui ainda no fim do ano passado. Aí realmente, com esses questionamentos, estamos chegando já a 2005.

O assunto é urgente, mas não me parece que haja prejuízo algum em se aprovar uma parte da lei, fazendo uma complementação depois. A lei é dinâmica sempre, especialmente nessa área de eletrônica. Ela é extremamente dinâmica.

Por isso que eu gostaria de insistir nessa questão. Volto a dizer, todos aqui já tivemos telefone clonado, todo mundo já teve cartão de crédito fraudado. Então, precisamos tipificar corretamente. Pelo menos essa parte estaria resolvida!

Em relação aos outros problemas que estão surgindo, vamos fazer um projeto; eu e o Senador Hélio Costa temos várias sugestões. Porque, se não aprovarmos, hoje, Senador José Jorge, vamos ficar ou dependendo de o Governo mandar medida provisória, que nós, da Oposição, não desejamos que mande, ou então vamos demorar, seguramente, mais um ano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Compreendo o ponto de vista de V. Exª, mas, na verdade, esse é um caso que se repete muitas vezes. Se não tivermos cuidado, vamos ficar aqui com o projeto na mão da Comissão durante um ano, um ano e pouco, como foi o caso desse, e, depois, vamos aprová-lo exatamente como veio da Câmara. Essa é a preocupação que tenho, no sentido geral. Se a maioria desejar fazer assim, tudo bem; não posso fazer nada, mas temos que levar em conta essa lição. Se o projeto fosse tão urgente que devesse ser aprovado do jeito como veio da Câmara, teríamos de ter feito isso há um ano. Não fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Um aparte, Senador!

A questão da informática é tão dinâmica que as coisas vão surgindo. Em dois anos, desde que esse projeto de lei chegou aqui, muita coisa já mudou, in-

clusive a própria interpretação do crime cometido na área da ciência da tecnologia da informação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tudo bem, mas penso que, como princípio geral, devemos ter aqui nesta Comissão e aqui no Senado, já que somos a Casa Revisora, o seguinte princípio geral: ou o projeto é bom e deve ser aprovado, ou o projeto é ruim e deve ser melhorado. Se ele é ruim não porque começou ruim, mas porque a realidade mudou, então a razão para ele ser modificado é mais forte ainda.

Portanto, na realidade, como princípio geral, creio que a proposta da Senadora Ideli, de o Governo vetar um artigo, depois se fazer outro projeto, é boa, mas, em muitas outras situações, isso não foi cumprido.

Eu me lembro muito bem, por exemplo, da emenda paralela, que, quando foi aprovada, foi feita a promessa pelo Governo; por todos os Líderes, os Líderes mais importantes; pelo próprio Senador Tião Viana, que era o Relator; pelo nosso querido Senador Paim, que foi o grande porta-voz para que votássemos favoravelmente, de que ela ia ser aprovada. Faz dois anos já e, na realidade, a emenda paralela está longe de ser aprovada.

Então, acho que, como princípio, deveremos realizar isso, mas sabendo que, se for feito, será uma exceção que não poderemos usar em outros projetos, sob pena de acontecer sempre e não realizarmos o nosso trabalho, que é melhorar os projetos e não mandar do jeito que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na realidade, devemos levar em consideração, Senador José Jorge, que ao sair daqui da Comissão de Educação, onde o projeto não é terminativo, ele ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde pode, evidentemente, sofrer novas alterações. Então, não estamos simplesmente mandando daqui de volta à Câmara dos Deputados. E, saindo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda vai ao Plenário. Quer dizer, então, ele ainda tem pelo menos duas fases para passar pelo Senado antes de retornar à Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, penso que isso fortalece o que falei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, estou encaminhando as sugestões à Mesa para que, se houver um novo estudo, tenhamos que consultar o trabalho...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero dizer que o projeto é bom, Senador José Jorge, ele não é ruim. Precisa ser complementado. Na CCJ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O projeto em si é bom, Senador José Jorge...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Ele é apenas insuficiente para o avanço e as mudanças da tecnologia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque a dinâmica que há nesses tipos de crimes é que todo dia uma novidade é descoberta. Então, a dificuldade de enquadramento surge.

Então, penso que temos que dar para os que aplicam a lei meios para que realmente consigam... e não tem passado na informática. O passado é no minuto que se passou.

Então, ela é dinâmica e tem crimes que ainda estão em andamento e apuração, quer dizer, a legislação não vai modificar o enquadramento anterior, não há lei nova que possa voltar para punir, só para beneficiar. Então, aqui é só para punir e é o que vale.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É importante, então, ao aprovarmos a sugestão da Senadora Ideli Salvatti, reconhecer a necessidade de fazer de imediato uma comissão ou uma subcomissão dentro da Comissão de Educação que possa apresentar um projeto mais elaborado com as sugestões do Senador Eduardo Azeredo, com as sugestões que apresentamos ao substitutivo e de outros Senadores e Senadoras. Mas, no momento em que aprovamos esta proposta, é fundamental lembrar, sobretudo para a Imprensa, que o projeto da forma como está sendo aprovado, voltando à Câmara dos Deputados, ele vai com uma incorreção. Por quê? Porque no texto original dá uma pena de reclusão apenas de um a quatro anos e multa, quando na realidade pelo Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 12 de novembro de 2003, a pena de reclusão é de dois anos e seis meses e multa, ou, perdão, então é o contrário. A pena maior é dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não pela lei em vigor.

Então, evidentemente, fica parecendo que estamos enviando de volta para a Câmara uma lei que imputa uma pena menor para o criminoso. Nós não estamos fazendo isso. O que estamos fazendo é devolvendo o texto original para que seja vetado, e, ao ser vetado, passa a valer o texto... Vai para a CCJ daqui; depois, para o Presidente. O Presidente veta o texto no que diz respeito à pornografia infantil porque passa a valer a pena maior do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já está valendo, não é isso? E nós nos incumbimos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Aliás, Sr. Presidente, a Casa Civil nem pode ter outra atitude, porque, quando chegam as proposições aprovadas pelo Congresso, ela é obrigada a fazer a adequação da legislação em vigor. Portanto, esse é um artigo que não tem como não ser vetado pelo Presidente da

República, tendo em vista que afronta a legislação já em vigor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Exª poderia dizer melhor por que isso, porque não estou entendendo. V. Exª poderia explicar melhor?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Porque a Casa Civil, como em todo e qualquer governo, Senador José Jorge, tem a prerrogativa de preparar a sanção da legislação pelo Presidente da República. E, portanto, uma das prerrogativas da equipe que faz esse trabalho da Casa Civil é fazer a verificação da adequação legislativa. Ou seja, se vai algo aprovado pelo Congresso Nacional sobre o que há uma controvérsia, como é o caso, nós vamos aprovar uma pena inferior a algo que já está em vigor com pena maior. Então, a indicação obrigatória da casa civil é o veto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe-me mas discordo, Senadora, porque quando o Congresso aprova qualquer coisa, o que é aprovado por último altera o que foi aprovado primeiro.

Se um crime previa uma pena de cinco anos, depois se aprova três anos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador José Jorge, V. Exª acredita que a orientação será de desmontar o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não estou falando a V. Exª, em termos gerais. Foi por isso que não entendi.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª está muito preocupado com as regras gerais. Nós estamos tratando aqui de um caso absolutamente colocado, urgente, necessário, que penso ser do consenso de todos nós, inclusive a legislação, o estatuto da Criança e do Adolescente, prevê uma punição mais rigorosa para a questão da pornografia infantil.

Penso que pairar dúvidas de que haverá o veto não cabe.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Não há a menor dúvida, Senadora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Exª como líder do Governo diz que o Presidente vai vetar...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A não ser que o senhor esteja duvidando da minha palavra? Aí é outra história, nós podemos debater.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo contrário, vou exatamente concordar com a sua palavra. Se V. Exª, como líder, está prometendo que vai ser vetado, eu confio na palavra de V. Exª. Agora, não é obrigatório o veto, é isso o que quero dizer.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a confiança de V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, não é obrigatório o veto, é isso o que quero dizer.

Vai ser vetado porque V. Exª está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador, permita-me um aparte. Até por sugestão de V. Exª, a sua lembrança de que a lei mais recente tem que vigorar sobre a lei anterior.

A lei de 12 de novembro de 2003 fala de dois a seis anos de reclusão, enquanto a lei anterior fala de dois a quatro.

É evidente que ela tem que ser levada em consideração.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, acho que esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem, continua em discussão.

Não havendo quem queria discutir o projeto, vamos votar o parecer ao projeto originário da Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. que são a favor do parecer originário da Câmara permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o entendimento que temos com relação a essa matéria, à sua relevância, ao fato de o projeto ser, como já foi dito, bom mas insuficiente, que precisa ser revisto, com a mesma velocidade que a tecnologia avança e a maldade também, porque vão sendo cometidos crimes a partir do avanço tecnológico, para que pudéssemos apreciar, e quero apresentar a proposta para que a comissão aprecie, o requerimento de urgência a ser encaminhado ao Plenário para que o projeto possa ser votado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Exª pode esclarecer sobre o que é a urgência?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sobre o projeto que terminamos de aprovar, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania encaminhe ao Plenário, conforme aprovado por nós, o requerimento de urgência para o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente.

Vamos providenciar encaminhando diretamente a proposta de V. Exª.

Os relatores dos Itens nºs 5 e 6 não estão presentes.

Vamos, em poucos minutos, passar ao Item nº 7, mas teria que colocar em votação o requerimento de urgência solicitado pela Senadora Ideli Salvatti.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

É importantíssimo que todos os senhores que estavam envolvidos na discussão anterior sobre a lei de informática, sobre os crimes de informática, estejam presentes, na discussão do Item nº 7, porque na verdade é um requerimento, com amparo no art. 58, do § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, onde requeremos a realização de uma audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema Teatro e Comunicação Social e também com a subcomissão permanente de ciência e tecnologia para discutirmos a implantação da TV Digital no Brasil.

É fundamental que se faça essa discussão, uma vez que o Executivo criou uma comissão de alto nível para fazer sugestões sobre a implantação da TV Digital no Brasil. Esta Comissão ficou com a incumbência de oferecer sugestões ao Presidente da República, mas, infelizmente – e eu tenho citado isso permanentemente – o Congresso Nacional não foi chamado a participar dessa comissão. Nós não tivemos condição de discutir esse assunto no nível desta Comissão de alto nível porque o Senado Federal não foi convidado, a Câmara dos Deputados não foi convidada. Então, entendo que este é o fórum para se fazer a discussão sobre a tevê digital. Nós precisamos fazer uma longa e profunda discussão sobre essa questão, e acho que devemos, imediatamente, organizar a primeira – talvez de duas, três, quatro ou quantas forem necessárias – audiência pública sobre a implantação da tevê digital.

Estou aproveitando uma série de sugestões apresentadas dentro desse contexto para o convite que deveremos fazer àquelas pessoas que viriam discutir conosco a implantação da tevê digital. É evidente que estamos totalmente abertos para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam oferecer ainda sugestões, mas, em princípio, estamos propondo o Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Sr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, porque S. Sª está encarregado, na realidade, de fazer a condução desse trabalho, dessa discussão, no âmbito do Ministério das Comunicações, e é responsável pelos recursos que são alocados para a implantação da tevê digital. Então, é fundamental que S. Sª esteja presente aqui para discutir essa questão.

O Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. José Inácio Pizani. Na semana passada, tivemos aqui o congresso da Abert, e esse assunto foi insistentemente ventilado, ele foi discutido, inclusive, em alguns pequenos comitês, e eu acho da maior importância que S. Sª esteja presente.

O Presidente da Associação Nacional de Prestadores de Serviço Móvel Celular (Acel), Sr. Amadeu de Paula Castro Neto, por quê? Porque, com o advento da tecnologia que nós conhecemos já como imagens seqüenciadas do telefone celular, o chamado 3G, quer dizer, isso é uma tecnologia moderna que vai acabar transformando o seu telefone num aparelho de televisão, isso tudo tem a ver, evidentemente, com a implantação da tevê digital. É fundamental que as operadoras venham aqui dizer por que, muitas delas sendo empresas internacionais inclusive, que não têm sequer autorização constitucional de fazer transmissões de televisão, estão transmitindo imagens de televisão através do seu celular. Isso é proibido por lei. Não existe nenhuma regulamentação a respeito, fazem rigorosamente o que querem, como querem, do jeito que querem, e não dão satisfação a absolutamente ninguém, muito menos ao Governo ou ao Congresso Nacional. Então, têm que vir aqui dizer como é que têm esse poder todo, principalmente as nossas empresas estrangeiras de telefonia fixa e de telefonia celular.

Estou sugerindo também o Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, que é o Sr. Ricardo Benetton. Acho que ninguém mais apropriado do que o CPqD para vir aqui falar sobre a tevê digital.

Então, são esses os nomes que, inicialmente, estão apresentados, como resultado, inclusive, de discussões anteriores. Evidentemente, estamos aberto para outras sugestões de V. Exªs.

Esse é o requerimento e essa é a justificativa.

Coloco, portanto, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos uma rápida pauta extraordinária, que começa com um parecer do Relator, Senador Cristovam Buarque, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (PL 520, de 2003, na Casa de origem), que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça e dá outras providências.

Tenho certeza de que o Senador Cristovam Buarque vai querer se pronunciar sobre isso, como Relator, sobretudo, lembrando essa figura extraordinária, esse jovem que fez um trabalho tão bonito nas artes plásticas e que, lamentavelmente, nos deixou tão cedo, que é o Marcantonio Vilaça.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, é com um sentimento muito especial e tristeza pela ausência do Marcantonio Vilaça, e pela possibilidade de fazermos justiça e promovermos as artes no Brasil, que eu relato o parecer que vem da Comissão de Educação de um Projeto de Lei da Câmara n. 27, de autoria do Deputado José Chaves que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marco Antonio Vilaça, e dá outras providências.

O referido Projeto estabelece que as despesas para a execução da lei ocorrerão por conta do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

Em sua justificação, o autor ressalta a inexistência, no âmbito do Ministério da Cultura, de um prêmio exclusivamente dedicado às artes plásticas e alega que, além de suprir essa ausência, o Projeto de Lei também pretende homenagear um dos mais importantes promotores de artes plásticas no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. No Senado Federal, o PLC n. 27 encontra-se em exame na Comissão de Educação. Não foram oferecidas emendas ao Projeto.

Por isso, a análise que nós fizemos é de que, sem dúvida, é bastante oportuna a iniciativa de criação deste Prêmio. Nossos artistas plásticos, ao longo da história, têm revelado com muito talento e criatividade, toda a riqueza e diversidade que compõem a sociedade brasileira. Mesmo assim, a obra desses artistas ainda não é conhecida por nosso povo, e as artes plásticas brasileiras não recebem a atenção e o reconhecimento conferidos a nossa produção musical, por exemplo, sobretudo no exterior.

É preciso lembrar que a arte plástica e as artes em geral ficam conhecidas não apenas do mérito do próprio artista, mas também da ação dos promotores de arte, dos *marchands*, como são conhecidos em muitas das atividades que fazem. É nesse sentido que é muito procedente a homenagem a Marco Antonio Vilaça, que foi um dos maiores defensores das artes plásticas no Brasil, cujo trabalho foi reconhecido pelo Governo brasileiro, que lhe conferiu a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração do País.

Quanto à utilização dos recursos do Pronac para custear as despesas referentes à premiação, vale ressaltar que, entre as finalidades do Programa, relacionadas pela lei que o instituiu, está a de apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais em seus respectivos credores.

Desse modo, a concessão do Prêmio de Artes Plásticas Marco Antonio Vilaça enquadra-se perfeitamente nesse objetivo. Os artistas recebem o reconhecimento público pela sua obra e prêmios. Os promotores nem sempre são reconhecidos. Ao criarmos um prêmio com o nome de Marco Antonio Vilaça, vamos promover e reconhecer os artistas e vamos fazer uma homenagem a esse que foi um dos grandes promotores da arte no Brasil.

É diante desse exposto que voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2005, com muita satisfação e convicção, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, o parecer do Senador Cristovam Buarque. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Srªs e Srs. Senadores, há quatro semanas – vai fazer um mês e meio – estamos tentando convidar o Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro, para estar conosco aqui, na Comissão de Educação, para discutirmos a reforma universitária, que é uma proposta do Governo, a proposta de reforma do ensino superior.

Nós, insistentemente, fizemos o convite ao Ministro para que S. Exª viesse participar de um debate aqui, nesta Comissão, sobre o assunto. O Ministro já esteve aqui em outra oportunidade para falar sobre a questão dos estudantes brasileiros em Cuba. Nós sempre temos tido a maior atenção do Ministério da Educação para o comparecimento do Ministro. Eu não quis incomodar o Ministro no início desta discussão e na primeira audiência púbica que fizemos sobre a reforma do ensino superior. Nós convidamos o Secretário Executivo, Fernando Haddad, que esteve aqui, e participou conosco das discussões. Mas chegou a hora de vir o Ministro.

Então, o Ministro, querendo ou não, tem de ter tempo para a Comissão de Educação no Senado. Está bem, Senadora Ideli Salvatti? Eu peço a V. Exª que diga ao nosso Ministro Tarso Genro que faremos o convite mais esta semana somente. Na outra semana, o Presidente da Comissão vai pedir que membros da Comissão convoquem o Ministro, com data marcada, porque nós não podemos esperar mais. O assunto chegou a um ponto em que nós precisamos do Ministro aqui para discutir essa questão em detalhes. Nós sugerimos a vinda também do Ex-Ministro Paulo Renato. Temos aqui o ilustre Senador Cristovam Buarque, Ex-Ministro, que também pode estar conosco na mesma discussão. Mas

se está chegando a um ponto em que o Brasil inteiro discute a reforma universitária ou do ensino superior. O Ministro foi à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Nós estamos acompanhando esses procedimentos todos. Fizemos insistentes pedidos. É a quarta vez que nós estamos procurando encontrar uma data. É a quinta vez! Lamentavelmente não conseguimos, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Então, eu peço a V. Exª que interceda junto ao nosso ilustre Ministro, para que venha falar sobre a reforma que ele mesmo propôs.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, durante a Presidência do Senador Osmar Dias, também o Senador Osmar Dias reclamava insistentemente para que o Ministro viesse a esta Comissão. Eu quero buscar o testemunho de vários Senadores, porque, naquela ocasião, eu fiz o telefonema durante a reunião. Nós marcamos, e o Ministro veio, compareceu. Isso se deveu, não à minha capacidade de trazer o Ministro, mas da disponibilidade de S. Exª, que aqui esteve várias vezes desde que assumiu o Ministério.

Penso que não há nenhum problema do Ministro Tasso Genro vir a esta Comissão para debater, até porque já houve ocasião em que S. Exª veio, em que não houve quórum. Nós tivemos uma reunião de Comissão de baixíssimo quórum para debater a reforma universitária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com o Ministro, não. Este ano também não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não. Mas com o Ministro sim. Com o Ministro sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Nós tivemos outras audiências públicas, no ano passado. Possivelmente pode ter acontecido. Este ano não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Ministro, sim. Ele veio...

É porque há várias questões para serem discutidas, mas o Ministro veio e nós inclusive dissemos: não vamos debater a reforma universitária hoje, porque o quórum é muito baixo. Eu me lembro disso. Isso aconteceu efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Foi no ano passado, Senadora.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele se dispôs a vir tão logo fosse necessário.

Agora, Senador Hélio Costa, nós queremos debater a reforma universitária com o Ministro Tasso Genro? Eu terei todo o empenho em pedir que S. Exª venha. Tenho certeza de que S. Exª virá prontamente. Mas nós vamos debater a reforma universitária com o Ministro Tasso Genro, numa audiência exclusiva com o Ministro Tasso Genro.

Há referências a outras personalidades, e não vamos fazer, nesta sala aqui, nesta Comissão – com isso eu não posso concordar –, um painel de debate como o que tivemos em outras situações, quando o próprio Ministro Tasso Genro se prontificou a vir e delas participou, não aqui no Senado, mas em outras esferas, como aconteceu na **Folha de S. Paulo**.

Então, eu quero ter esse entendimento. É uma audiência pública com o Ministro Tasso Genro sobre reforma universitária? Eu dou a V. Exª a resposta e a data assim que eu conseguir falar com S. Exª, ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Veja só, Senadora, eu entendo ser boa uma discussão que pudesse contar com o Ministro da Educação, Tasso Genro, que conhece esse projeto em profundidade, em detalhes, mas que pudesse também contar com a participação de outras autoridades no assunto. O próprio Senador Cristovam Buarque está aqui e vai participar.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o Senador Cristovam é Senador e vai estar participando automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É evidente. Mas por que nós não podemos convidar? É evidente que basta o Ministro dizer que se for assim não virá, que S. Exª virá sozinho. Agora, se quisermos realmente fazer um debate bonito, acalorado, capaz, competente, é preciso haver um contraponto do outro lado, porque senão fica um monólogo. Quer dizer: por que nós sugerimos trazer o Ministro e falamos em convidar um Ex-Ministro, para debater com o atual Ministro durante a audiência pública? Bom, se esse é o problema, por isso o Ministro não quer vir? Olha, S. Exª fez uma discussão tão bonita! Eu vi a discussão no painel da **Folha de S. Paulo**. Sem dúvida alguma, foi absolutamente primorosa a participação do Ministro Tarso Genro, como também foi muito inteligente a participação do ex-Ministro. Por isso, lembramos aqui essa possível discussão. Agora, se não é assim que o Ministro quer o encaminhamento, tudo bem. Então, que venha o Ministro.

A SR ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, até porque o próprio Ministro se comprometeu, naquele dia em que estávamos com baixo quorum, na Presidência ainda do Senador Osmar Dias. Tenho certeza absoluta de que ele virá. O Projeto da reforma universitária sequer foi concluído

e encaminhado ao Presidente da República, para, depois, ir ao Congresso Nacional.

Portanto, com relação à reforma universitária, não vai haver nem uma, nem duas, nem três audiências públicas, mas muitas, porque até chegar a ser encaminhada ao Congresso, vai tramitar inicialmente na Câmara dos Deputados, para depois vir para o Senado. Vamos ter a oportunidade de debater à exaustão uma matéria que é absolutamente relevante.

Quero dizer o seguinte: Comprometo-me a trazer a data que o Ministro vai cumprir aquele compromisso que ele assumiu nesta Comissão. Ou seja, quando ele veio, e não havia número suficiente de Senadores para fazer o debate à altura do tema, ele se comprometeu a vir. Com certeza ele virá, e eu me comprometo a trazer a data em que o Ministro Tarso Genro irá debater ainda, digamos, o pré-Projeto de reforma universitária, porque nem projeto ainda temos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, sempre reclamamos a falta de tempo que temos para discutir as propostas que vêm do Executivo. Quando chegam aqui, já chegam com o tempo vencido, e não temos mais condições de fazer alguma coisa. São raríssimas as oportunidades em que as Comissões Mistas são formadas. Quer dizer, quando vem uma medida provisória, ela vem com uma comissão que sequer é formada; quando é formada, não se reúne; quando se reúne, nada pode decidir, porque o tempo já venceu.

Então, o que tentamos fazer aqui é antecipar o debate. O caso específico da reforma universitária do ensino superior é o estamos fazendo aqui na Comissão: estamos tentando participar do debate, antecipá-lo. Foi por essa razão, inclusive, que conseguimos mudar a Lei de Biossegurança, na medida em que nós aqui fizemos uma série de audiências públicas e conseguimos movimentar setores do Governo que entenderam ser importantes as observações feitas aqui.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é legítimo, Senador. Só para corroborar com a sua linha de raciocínio, com relação à medida provisória do microcrédito produtivo orientado, de que fui Relatora, cuja Comissão Mista não havia, realizamos duas belíssimas audiências na Comissão de Assuntos Econômicos para poder subsidiar o debate, as emendas, o aperfeiçoamento do projeto.

Como está em aberto ainda, está passível de alterações no pré-projeto, as audiências subsidiam. Acho que trazer o Ministro aqui, fazer um bom debate com ele e até poder questionar sobre situações ou itens já pautados, do conhecimento público, no site do próprio Ministério da Educação, é absolutamente correto. Eu não teria a ousadia de propor que não realizássemos o debate. Acho que seria extremamente positivo e tenho certeza de que o Ministro Tarso Genro virá como já veio. Não realizamos o debate à época, porque, volto a dizer, foi numa semana parecida com esta, de feriado, com um quorum baixíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Creio que talvez a melhor solução seja fazer esse requerimento imediatamente, submetendo evidentemente, através da sugestão da Senadora Ideli Salvatti, um convite para que o Ministro venha, então, à nossa Comissão o mais rapidamente possível, para que possamos dar prosseguimento, porque temos várias outras audiências marcadas sobre o tema reforma universitária, mas, depois de três já realizadas, com autoridades em vários setores, chegou a hora de o Ministro falar sobre ela. Depois que o Ministro se manifestar, outras autoridades poderão fazê-lo. Então, precisamos da sua presença aqui.

Então, submeto à apreciação do Plenário este requerimento para a visita do Ministro, o convite feito ao Ministro, para que participe conosco de audiência pública.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Só quero fazer, finalmente, uma retificação de uma leitura feita aqui por uma incorreção técnica no comunicado lido na reunião do dia 17 de maio do corrente. Farei, portanto, novamente a leitura dos Srs. Senadores membros do Bloco de Apoio de Governo designados para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Ciências e Tecnologia, e os titulares do Bloco de Apoio do Governo PT, PSDB, PTB, PL e PPS. São os Senadores: Roberto Saturnino do PT; Flávio Arns do PT; Delcídio Amaral do PT. E os suplentes são: Mozarildo Cavalcanti do PTB; a segunda vaga está vaga e a terceira também.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min.)

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2005.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristo-

vam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que "Dá nova redação à alínea e do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço)". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera o inciso III do artigo 36 da Lei nº 9.394, de 1966, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que "Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, para relatar o seguinte item: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que "Denomina 'Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho' a 'Ordem do Mérito das Comunicações'". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por doze (12) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 06: Projeto de Resolução do Senado n.º 017, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos Gabinetes do Senado Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, é aprovado. **Item 07: Emenda n.º 01-PLEN,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, ao **Projeto de Lei da Câmara n.º 091, de 2004**, que "Denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – PROAME a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1247, de**

2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centralina, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1254, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Flávio Arns, para relatar o seguinte item: **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1267, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. O Senhor Senador Leonel Pavan pede a palavra, e requer oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, dos seguintes Projetos de Decretos Legislativos: Projeto de Decreto Legislativo nº 1305, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 015, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 020, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 033, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 038, de 2005 e Projeto de Decreto Legislativo nº 057, de 2005. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1305, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 015, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 020, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado – Florianópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 033, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado – Campus de Concórdia para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel

Pavan e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 038, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 057, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003.** O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Havendo número regimental, vamos iniciar os trabalhos da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Esportes.

Antes de começarmos a deliberar sobre as proposições, principalmente a respeito das artes comunitárias, eu queria fazer um comentário sobre uma notícia veiculada hoje pelos principais jornais, notadamente pelo jornal **Estado de Minas**, sobre o envio ontem, pelo Ministro da Educação, do novo anteprojeto da reforma do ensino superior. Conforme os senhores se recordam, na semana passada, insistimos aqui na presença do Ministro para que S. Exª pudesse vir falar sobre a reforma do ensino superior ou reforma universitária, e S. Exª disse que estava à disposição agora que ele tem uma segunda versão da proposta de reforma.

Como já estamos para marcar essa data – e espero que ela seja no dia 29 de maio – para a presença do Ministro nesta Comissão, seria importantíssimo que os Srs. e as Srªs Senadoras estivem preparadíssimos e afiadíssimos para fazerem uma boa sabatina com o Ministro da Educação, Tarso Genro, porque, pela notícia que vejo nos jornais, estamos deixando de aproveitar uma grande oportunidade. A notícia diz que, muito embora haja a preocupação do anteprojeto de contemplar uma proposta que já se encontra aqui na Comissão de Educação, como um projeto de lei, que apresentei já como Presidente da Comissão, de aproveitamento da conversão das dívidas dos Estados em ajuda e apoio, principalmente, às universidades públicas.

Esse projeto encontra-se nesta Comissão e está para o Senador José Jorge relatar desde o dia 29 de abril. Eu, inclusive, tão logo chegue o Senador José Jorge, vou pedir a S. Exª que faça a apresentação do seu relatório para que, de certo modo, ele possa ser contemplado durante o debate que vamos fazer com o Ministro Tarso Genro porque esta conversão da dívida estadual em ajuda às universidades públicas é absolutamente importante.

No caso específico da matéria que li hoje no jornal, o Ministro diz que existem recursos, dentro da nova versão que ele está apresentando, para que as dívidas sejam convertidas, mas ele não diz especificamente como fazer isso no novo texto apresentado. Então, não adianta entendermos que se pode utilizar uma nova versão para fazer a conversão se ela não diz isso especificamente.

Creio que nesse momento que vamos ter com o Ministro durante essa sabatina, vamos perguntar-lhe onde S. Exª vê especificamente essa possibilidade porque, em princípio, as pessoas que leram a nova versão não encontram essa observação que fez o Ministro.

A vinda de S. Exª deverá ocorrer no dia 29. É um pouquinho demorado, mas, evidentemente, vai nos dar tempo de preparar a nossa sabatina para o Ministro e, ao mesmo tempo, quem sabe, vamos já poder relatar o projeto de lei que foi apresentado nesta Comissão de Educação, que se encontra com o Senador José Jorge para ser relatado.

Antes de iniciar a apresentação dos projetos sobre as rádios comunitárias, vou apresentar para os Srs. Senadores uma alteração que estamos fazendo no Requerimento nº 17, de 2005, que é exatamente aquele que propõe uma audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil. Tínhamos estabelecido que seriam convidados o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, que está encarregado de um setor importantíssimo desse projeto de implantação da TV digital; o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Sr. José Inácio Pizani, porque, na verdade, ele representa a indústria, é um empresário; o Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Celular – ACEL, Sr. Amadeu de Paula Castro Neto, até porque, com a implantação do 3G, ou seja, a tecnologia da TV digital dentro do

telefone celular, é fundamental que as companhias de telefonia estejam aqui presentes.

E eu queria propor aos senhores a substituição de um representante da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, a Eletros, que é o Sr. Paulo Saab, por um representante da Abine porque, na realidade, a Eletros faz parte da Abine e é afiliada a ela. Então, é fundamental que a Abine esteja presente e não, necessariamente, um representante da Abine.

Nós, então, vamos substituir o Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos por um representante da Abine, que, evidentemente, representa muito mais a indústria eletroeletrônica. Teremos também um diretor da TV Digital da Fundação CPQD, Sr. Ricardo Benetton, que, tenho certeza, vai poder nos ajudar muito no entendimento do procedimento da instalação da TV digital no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, sobre este assunto, nós, à época em que eu estava na Primeira Secretaria, criamos uma comissão especial da consultoria para termos um técnico para acompanhar os projetos de lei. Não sei se eles fazem parte, para dar uma explicação, porque eles acompanharam, até agora, toda a discussão sobre o problema, inclusive o que seria discutido na Presidência da República sobre a implantação do sistema digital.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade, nobre Senador Romeu Tuma, nós, neste ano, fizemos duas indicações no começo das atividades da Comissão de Educação, sob a minha Presidência. Nós indicamos um especialista do próprio Senado, um assessor parlamentar do Senado, para acompanhar todos os entendimentos da Comissão instituída pelo Executivo para a implantação da tevê digital. Diga-se de passagem que foi até quase que uma imposição da Comissão de Educação, porque nós não fomos convidados, nós não fomos comunicados e não foi sugerido à Comissão absolutamente nenhuma participação, o Senado não participa da Comissão, a Câmara dos Deputados não participa da Comissão e, na verdade, eu até gostaria que me informassem quem é que participa desta Comissão e que realmente tem que participar. Em função da nossa chegada à Presidência da Comissão, eu insisti e consegui a aprovação da presença de um técnico legislativo do Senado nesta Comissão do Executivo, e ele está acompanhando todos os entendimentos que estão sendo feitos e se reportando à Presidência da Comissão. Evidentemente, eles estão inteiramente à disposição de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores para qualquer esclarecimento sobre a posição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu só consultei V. Exª porque, às vésperas de deixar a Primeira Secretaria, recebi um perfeito relatório de toda a evolução da discussão do assunto, que a parte do Senado estava praticamente cumprida e que eles provavelmente iriam participar, a requerimento de V. Exª. Mas é aqui que nós vamos discutir se ela vai ser ou não aprovada e não vamos deixar ninguém entrar na tiara, já que eles acham que são os sábios do Sião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sem dúvida.

Nobre Senador Romeu Tuma, nós recebemos o relatório da Primeira Secretaria, que, evidentemente, também está à disposição dos nossos membros da Comissão.

Quero também informar que temos um outro consultor do Senado envolvido diretamente na Comissão que está revendo a legislação sobre as rádios comunitárias, em que, evidentemente, todos nós estamos interessados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, quero homenagear os consultores, se V. Exª permitir. À época, foi sugerido pela Comissão Especial de Radiodifusão que funciona no Senado contratar técnicos especializados em tevê digital. Não concordei. Achei que teríamos que ter consultores aperfeiçoados nisto para discutir a legislação que viesse, porque tem a parte legal e a parte técnica e científica. Então, ficou caracterizado que não se contrataria ninguém de fora para discutir e a nossa consultoria tem dado conta do recado. Acho que ela é perfeita, dedicada e excepcional na conduta dos trabalhos e cumprimento V. Exª pela imposição da presença deles na Comissão do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Vamos, então, aos Projetos de Lei do Senado sobre as rádios comunitárias.

Inicialmente, com a palavra o Senador Reginaldo Duarte. Na seqüência, terão a palavra o Senador Flávio Arns. O terceiro é o Senador Romeu Tuma. Digo isso apenas para se prepararem na eventualidade de serem chamados.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que, por favor, relate o Item nº 1.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável ao ato que autoriza a Associação Defensora da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão..

Passemos ao próximo item.

Peço ao Senador Flávio Arns que leia as páginas 15 e possivelmente 16, os itens 2 e 3 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT– PR) – Os pareceres em relação aos itens 2 e 3 são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir os relatórios dos itens, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item, com o Senador Romeu Tuma, página 29, item 4.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do menor – Proame a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

Toda a documentação pertinente foi apresentada. Portanto, somos favoráveis a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item. Senador Valdir Raupp, página 37, item 5.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, nosso relatório é favorável à renovação da outorga da Rádio Clube de Rolim de Moura, uma emissora importante naquela cidade.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Não havendo quem peça a palavra para discutir, passamos ao próximo item, mas antes passamos a palavra ao Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Presidente Hélio Costa. Peço a compreensão do Presidente e dos colegas da Comissão para a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, cujo parecer já está pronto e é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ao final da relação dos projetos que nós temos, evidentemente que vamos colocar para V. Exª relatar esse item.

Neste momento, coloco em votação o requerimento para entrada em pauta extra.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Jonas Pinheiro, página 69, item 9, por favor.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este Projeto de Decreto Legislativo que outorga permissão ao Sistema Juinense de Comunicação Ltda, apesar de ser original de Juína, é para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanheira, que é uma cidade vizinha ao Município de Juína, Estado de Mato Grosso – na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Senador Aelton Freitas, na página 53, por favor, relate o item 7.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 58, de 2005, que não evidenciou violação legislativa pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviços de radiodifusão na cidade de Centralina, no Triângulo Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Sérgio Zambiasi que, por favor, relate para o Senador Delcídio Amaral o item 8, que está à página 61, como Relator **ad hoc**.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.254, de 2004, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Princesa do Vale de Camapuã para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Zambiasi, substituindo o Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Senador Pavan, à página 45, o item nº 06, por favor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Santa Catarina.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao próximo item. Pedirei à Senadora Maria do Carmo Alves que relate, à página 77, o item nº 10, em substituição ao Senador César Borges.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item. Senador Gilberto Mestrinho, peço a V. Exª que, à página 85, relate o item nº 11, em substituição ao ilustre Senador José Maranhão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de autorização ao Grupo de Apoio Comunitário de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O projeto de decreto legislativo autoriza a exploração de radiodifusão naquela cidade.

O parecer do Senador Maranhão é favorável e recomenda a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Gilberto Mestrinho, em substituição ao Senador José Maranhão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item. Passarei a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, vou tentar falar, pois estou meio rouco. Gostaria de pedir à Presidência que analise a possibilidade de incluir na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.305, da Sociedade Rádio Continental; o Projeto nº 15, da Rádio Floresta Negra; o Projeto nº 20, da TV O Estado de Florianópolis; o Projeto nº 33, da Fundação Universidade do Contestado; o Projeto nº 38, da Fundação Cultural de Joinvile; o Projeto nº 57, do Sistema Interativa de Comunicação, de Laguna; e o Projeto nº 1.247, da Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo. Aliás este já foi votado.

Sr. Presidente, se for possível, gostaria que V. Exª incluísse na pauta para que pudesse encaminhar todos esses projetos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em votação o requerimento de inclusão extrapauta, apresentado pelo Senador Leonel Pavan.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ao final, passaremos a palavra a V. Exª para relatar os itens sugeridos.

Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns, para que eu possa relatar o item nº 12.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Passo a palavra ao Senador Hélio Costa para fazer o relatório do item nº 12 da pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na realidade, Senador Flávio Arns, estou relatando o projeto de concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. É a renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão.

Na verdade, é a cidade de Mineiros, no Estado de Goiás. Evidentemente, fico muito honrado de ser o Relator. Houve aqui um pequeno equívoco, mas como os mineiros e os goianos estão sempre muito presentes em todas as ações na região, fico muito honrado de poder relatar favoravelmente à renovação da concessão da Rádio Eldorado de Mineiros LTDA.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Eu diria que nada melhor que um mineiro para relatar o projeto de uma rádio do Município de Mineiros.

Em discussão o relatório do Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passo a Presidência para o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Principalmente quando temos ao nosso lado o Senador Flávio Arns e o Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal, gostaria da atenção dos senhores presentes.

Passo a palavra ao Senador Luiz Otávio, como Relator do Item nº 13.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, em primeiro lugar, agradeço a atenção de V. Exª, a deferência para com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a atenção dos Srs. Senadores. Suspendi a reunião a fim de relatar esta matéria tão importante, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação conjunta de todos os itens relatados na manhã de hoje.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Aprovado, por unanimidade.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se aprovam todas as emendas, se essas existirem. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar com relação às emendas, estão aprovadas por unanimidade.

Srªs e Srs. Senadores, vamos entrar na pauta do dia.

Vamos ao Item nº 1, que tem como Relator o Senador Sérgio Cabral. Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea "e", do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

Refere-se à disponibilização de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior, em locais de área de prestação de serviço.

Na verdade, já discutimos amplamente a questão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para que leia o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – SP) – Havia uma discussão em relação ao Item nº 7 da pauta, e uma solicitação do IBGE a fim de que haja uma discussão mais aprofundada. Peço a V. Exª que aceite o requerimento de retirada desse item da pauta para debate com o IBGE, voltando à pauta nas reuniões subseqüentes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade, Senador, há uma emenda de plenário, mas como V. Exª é o Relator, evidentemente, atenderemos à solicitação.

O projeto será retirado de pauta, e aguardaremos a comunicação de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a licença de V. Exª para convocar as Srªs e os Srs. Senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, que, com muita honra, presido, para uma reunião amanhã, às 10 horas, nesta sala, para tratarmos de diversos requerimentos que comporão a pauta de todo o ano de 2005 da Subcomissão, como também da eleição do Vice-Presidente, que, conforme já acordado, será o Senador Demóstenes Torres, com muita honra.

Assim, amanhã, às 10 horas, convoco os Srs. membros titulares e suplentes da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática.

Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto ao relatório, V. Exª já introduziu com muita propriedade assunto que já foi por demais discutido nesta Comissão, por mais de uma vez.

Portanto, serei sintético, usando um jargão da nossa atividade, e basicamente lerei o *lead* do que muda nessa nossa nova versão do relatório apresentado ao projeto do eminente Deputado e hoje Ministro Aldo Rebelo.

Trata-se de exame do Projeto da Câmara dos Deputados nº 108, de 2001, do Deputado Aldo Rebelo, que dá nova redação à alínea e do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

A norma em questão dispõe atualmente que a operadora de TV a cabo deve disponibilizar o canal universitário, reservado para uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço.

A proposta do autor do projeto é de se ampliar o acesso a esse canal gratuito de TV a cabo a todas as

instituições de ensino superior localizadas no município ou nos municípios da área de prestação do serviço.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados na forma como apresentado e foi encaminhado ao Senado Federal. Nesta Casa, foram apresentadas emendas, como a do Senador Romeu Tuma e a do então Senador Ricardo Santos.

A questão ora em discussão diz respeito à amplitude de acesso de instituições de ensino de nível superior ao canal gratuito de TV a cabo. Atualmente, somente universidades dispõem desse favor legal.

O projeto, em sua redação original, aprovada pela Câmara dos Deputados, pretende ampliar esse acesso para toda e qualquer instituição de ensino de nível superior.

Duas emendas foram oferecidas ao Projeto. A primeira, de autoria, como já disse, do Senador Romeu Tuma, pretende reduzir a amplitude do acesso pretendida no projeto. A segunda, de autoria do Senador Ricardo Santos, pretende ampliar ainda mais o acesso à TV a cabo para instituições de ensino em relação ao disposto no projeto, estendendo-se não somente às instituições de ensino superior, mas também aos centros federais de educação tecnológica.

A ampliação pretendida pelo ilustre Senador Ricardo Santos iria trazer o risco de uma pulverização muito grande do direito de acesso ao canal de TV a cabo, o que, certamente, iria comprometer e muito a qualidade da programação, devendo, por isso, ser rejeitada.

No que diz respeito à emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, a questão merece uma análise mais apurada. As justificativas por S. Exª apresentadas para restrição de acesso a canal de TV a cabo residem justamente no risco de queda de qualidade da programação desses canais de televisão e no risco de pulverização do tempo de participação de cada instituição no horário do canal.

É sabido, pelas avaliações efetivadas pelo MEC, que muitas instituições de ensino superior não têm apresentado um nível de qualidade de ensino em sala de aula razoável. É provável que esse baixo nível de qualidade seja reproduzido no canal de televisão, dessa vez atingindo não apenas os alunos matriculados, mas toda e qualquer pessoa que assistir a esse canal de televisão a cabo.

A emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, portanto, é bastante pertinente, até porque cria um critério de mérito para as faculdades que pretendam participar do canal de televisão a cabo, o que certamente reverterá em proveito da busca da melhoria da qualidade do ensino. Ela merece, porém, algumas considerações no sentido de aperfeiçoá-la.

Inicialmente, deve ser considerado que o termo "excepcionalmente", utilizado para qualificar o acesso das demais instituições de ensino superior que não universidades, acaba por atribuir um caráter dúbio à norma. Ou existe o direito de acesso ao canal ou esse direito não existe. Qualificar o direito de acesso ao canal ou esse direito não existe. Qualificar o direito de acesso como excepcional, sem qualquer critério objetivo, traria enormes dificuldades para aplicação da norma, já que o acesso é ordinário para quem preencha os requisitos previstos na norma.

A emenda cria também um critério diferenciado para participação de instituições de ensino superior que não são universidades:

a) nos Municípios onde haja universidades, somente poderiam participar outras instituições de ensino superior que tivessem a maioria de seus cursos de graduação avaliados com conceitos A ou B no Exame Nacional de Cursos;

b) nos Municípios onde não haja universidades, poderiam participar instituições de ensino superior que possuíssem, pelo menos, um terço de seus cursos reconhecidos pelo MEC, com avaliação global A ou B.

Esse critério diferenciado atinge o objetivo de evitar uma grande pulverização do tempo de programação, mas parece criar uma diferença de tratamento entre as faculdades, o que poderia ferir o princípio da isonomia, comprometendo a constitucionalidade da norma.

Outro aspecto a ser considerado, porque relevante, diz respeito ao fato de o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, ter sido substituído pelo Enad, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, juntamente com outras três avaliações, num sistema bastante complexo, ainda não definitivamente implementado. Eu até poria mais: sistema bastante precário a atual norma do Ministério da Educação.

Em razão da falta de definitividade nesse sistema, melhor seria a utilização de um critério de avaliação que se tenha mostrado mais eficaz, como o da avaliação do MEC para credenciamento de instituições de ensino superior, sugerido pela ABTU, a Associação Brasileira de Televisão Universitária, por intermédio de seu Presidente, professor Gabriel Priolli. Recebi uma ligação e um contato do professor Gabriel Priolli, que preside essa entidade, dando essa sugestão para materializar de melhor maneira a norma e o critério para o acesso à TV a cabo.

Diante do exposto e tendo em vista o mérito do projeto apresentado pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo e das alterações propostas pelo ilustre Senador Romeu Tuma, proponho a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, nos termos do seguinte substitutivo – uma emenda substitutiva, dá nova re-

dação, etc., alínea "e" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

e – o canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no Município ou Municípios da área de prestação dos serviços, ou que tenham **campi** na região, bem como das demais instituições de ensino superior que tenham sido credenciadas pelo Ministério da Educação e que tenham, no mínimo, 70% de seus cursos reconhecidos pelo sistema de Avaliação MEC/INEP com o conceito "bom", ou que tenham um conceito equivalente, na mesma proporção de 70% de seus cursos, em qualquer outro sistema de avaliação que o MEC venha a adotar.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Continua em discussão. (Pausa)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse projeto é de extrema importância. Não sei se ainda cabe alguma emenda. Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Cabe em plenário, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só em plenário, então? Porque eu gostaria de sugerir o seguinte: que, inclusive, os canais de TV que irão trabalhar na TV a cabo, os de origem, no caso da cidade, teriam preferência até na escolha da grade, porque se ela é a geradora na cidade, teria preferência em relação a um outro canal de outra cidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Esse é um outro projeto, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não sei se consta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É um outro projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas é de grande importância, porque se a TV a cabo é da cidade e se há uma universidade na cidade, ela deveria ter a preferência na escolha da grade, no caso o número que seria colocado à disposição da TV, para evitar que haja uma discussão, uma disputa para quem vem primeiro, depois ou no final. Seria de extrema importância que colocássemos também esse item, até para regulamentar a situação.

Então, tem que ser em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A emenda tem que ser feita em plenário. V. Exª pode apresentá-la aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apresento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A menos que o Relator queira dar um parecer imediato sobre a proposta do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Existe o seguinte: todas as geradoras têm prioridade. Poderia incluir no item das unidades geradoras de TV da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Exª me permite, Senador, a disposição dos canais, principalmente na TV a cabo, não é aleatória, não vai ao canal 3 e ao canal 4 simplesmente porque são canais 3 e 4. Depende, evidentemente, da transmissão, do modelo e do tipo de transmissão. Ele tem uma classificação técnica para entrar. Os canais que são mais altos, por exemplo, tendem a ter uma imagem um pouco menos nítida. Há uma série de situações técnicas que precisam ser avaliadas. Não se esse é o procedimento.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Penso que a preocupação do Senador Leonel Pavan é absolutamente pertinente. Porém, V. Exª fez uma observação de caráter técnico. Penso que isso é muito mais uma matéria de regulamentação do que propriamente da legislação, quer dizer, é muito mais da regulamentação entre o Ministério da Educação e das Telecomunicações do que propriamente de lei. O espírito do projeto é esse: prestigiar as universidades que tenham sede nos Municípios. A partir desse princípio legal, creio que, na regulamentação, cabe, quem sabe, à Comissão, uma recomendação às autoridades competentes nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª pode solicitar um estudo ao departamento legislativo e, evidentemente, apresentar como emenda no plenário no instante em que for discutida essa questão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Correto, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão. (Pausa.)

Senador Sérgio Cabral, gostaria de fazer um comentário sobre o relatório de V. Exª. Talvez eu apresente uma emenda, em plenário, no momento da discussão dessa matéria, porque, todas as vezes em que falamos de TV a cabo, nos esquecemos que se trata de uma atividade da iniciativa privada. Na verdade, é uma permissão do Governo para se gastar muito dinheiro para se estabelecer cabos em cidade, em uma comu-

nidade, em um investimento gigantesco e, depois, o Governo começa a interferir: canal para isso, canal para aquilo. Vejam: já temos canal para a comunidade, canal universitário e canal da igreja. Todo o sistema de TV a cabo já fica com essa imposição. Concordo plenamente com a proposta do canal universitário. Penso que precisa de um pouco mais de regulamentação de quem vai ter acesso, nos moldes da preocupação do Senador Romeu Tuma e do próprio autor do projeto, que V. Exª acolheu como emenda. Realmente, se deixarem todos participarem desse canal, será um problema sério. Mas, o que me deixa preocupado é que enquanto temos duas ou três universidades nas grandes cidades participando de um canal de sistema a cabo, mas, na medida em que se abre isso para todas as entidades de ensino superior, uma fila de entidades participará desse canal. Aí, vem um custo adicional para o operador, porque isso envolve estar permanentemente com o estúdio à disposição, energia elétrica, pessoal técnico para receber e gravar, enfim, terá que estar permanentemente à disposição de todas aquelas entidades que usarão esse canal. Creio que seria perfeitamente viável que o projeto se referisse a isso, dizendo da utilização ampla por todos os serviços, sem prejuízo para a operadora. Por quê? Porque agora estamos dizendo que as entidades particulares poderão usar esse canal. Enquanto tratamos de universidade pública, tudo bem. Mas, na medida em que se permite que a entidade de ensino particular utilize esse canal, ela tem que pagar por isso. Isso tudo não pode ser simplesmente debitado da operadora de TV a cabo, que já luta com todas as dificuldades – digase de passagem –, notadamente no que diz respeito ao ICMS e ao ISS.

Pergunto a V. Exª como receberia, em plenário, uma proposta nesse sentido ou se V. Exª tem como acatá-la neste momento?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, esse é um tema mais de regulamentação.

Na verdade, o espírito do Autor, Deputado e Ministro Aldo Rebelo, é exatamente no sentido do acesso por parte das universidades numa relação mais próxima com os seus Municípios e as suas regiões. Uma regionalização que nós procuramos, com o Senador Romeu Tuma, aperfeiçoar, privilegiando as universidades que tenham um desempenho mais eficaz na prestação do seu serviço fundamental, que é a educação. Eu diria à V. Exª que, hoje, os canais universitários existem, já são uma realidade. Não estamos aqui criando canais universitários. Eles já são uma realidade. Estamos, sim, organizando o acesso a esses canais. Essa é a preocupação do autor do projeto e a minha como Relator.

Então, do ponto de vista da geração de custos, não há nenhum acréscimo à geração de custos, e a produção fica por conta das universidades. Não há nada que obrigue, no caso, o provedor, quer dizer, as empresas que tenham o direito à exploração dos canais a cabo, de produzir este programa. Ao contrário. É uma responsabilidade das universidades que terão esse acesso de produzirem os seus programas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Não está prevista na lei esta responsabilidade, razão pela qual levantei a questão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas já é assim. Já é assim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois é, mas não está escrito que é assim. Quer dizer, tem-se o direito de utilização de um canal. Não está dizendo que a responsabilidade financeira de manutenção do canal é da universidade.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas, hoje, os canais universitários já são mantidos pelas universidades públicas e privadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Sérgio Cabral, enquanto V. Exª está lidando com a universidade pública, eu reconheço as leis nesses termos. Amanhã, se houver entidades particulares para fazer uma grande produção dentro do canal universitário que imponham à operadora uma série de situações que ela tenha a cumprir, não há nada na lei que a proteja.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) **–** Deixe-me esclarecer a V. Exª. Hoje, as universidades particulares já utilizam o canal universitário custeando a sua produção. Já é uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) **–** Muito bem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) **–** Sr. Presidente, o que vou colocar aqui talvez não tenha relação com o projeto. Trata-se da aquisição das TVs a cabo. Os Municípios não recolhem impostos das TVs a cabo. Não recolhem. No entanto, há o visual dos fios pendurados, a paralisação do trânsito, seguidamente sendo chamado o Poder Público municipal para atender a comunidade quando há transtornos, caem postes, há algum acidente. E nenhuma das TVs recolhem impostos para os Municípios. A lei é para o governo, é para a União.

Eu também vou encomendar um estudo para verificar a possibilidade de os Municípios serem ressarcidos com o ISS dessas empresas, que recolhem impostos no Município, usam o patrimônio público – as calçadas, os postes, a linha de energia elétrica e fica aquele visual horrível, horrendo. Há cidades que têm uma certa organização. Esses cabos colocados sem

nenhum cuidado ou planejamento acabam prejudicando o visual de cidades.

Levanto esta questão, porque vamos sugerir estudos para verificar a possibilidade de as TVs a cabo contribuírem com os Municípios pelo menos no ISS.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Apenas um esclarecimento, Senador Leonel Pavan. Durante a reforma tributária que discutimos e votamos aqui no plenário, eu mesmo fui autor de uma proposta rigorosamente dentro do tema que V. Exª levantou. Essa proposta foi derrubada nas discussões da reforma tributária na Câmara dos Deputados e sequer chegou a ir ao plenário. Pensava exatamente que a TV a cabo deveria pagar, no mínimo, o ISS às cidades. Então, está perfeitamente na hora de V. Exª fazer isso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, mais esclarecimento como Relator. V. Exªs podem ter acesso na pág. 18 à Lei nº 8.937, de 6 de janeiro de 1995. No item d do art. 23, como está citado aqui na pág. 18, está reservado, inclusive, um canal para o Senado Federal. Foi a partir daqui que surgiu a TV Senado. O item E é o que reserva, desde 1995, um canal universitário para uso compartilhado.

O interesse do Deputado Aldo Rebelo foi exatamente o de democratizar esse acesso, e o nosso interesse – tanto meu quanto o do Senador Romeu Tuma – foi o de aperfeiçoar essa democratização, valorizando as instituições que tenham um desempenho considerado, no mínimo, bom pelo Ministério da Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ainda em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tendo em vista essa discussão sobre canais universitários, solicito a V. Exª que coloquemos em pauta, independentemente desse projeto, a votação da matéria referente ao canal universitário de Ouro Preto, que é relatado por V. Exª, levando em consideração o tempo que já se passou desde a sua apresentação. Seria razoável que também esse canal pudesse ser analisado dentro desse espírito de compartilhamento.

Sei que, hoje, o canal está restrito apenas a uma instituição de ensino, e existe a intenção de que ele possa ser usado pelo canal da universidade federal. No mérito, está perfeito. Então, com esse espírito, peço que coloquemos essa matéria em votação, fazendo, talvez, esse adendo no sentido de que esse canal seja compartilhado pela atual instituição de ensino dele detentora e pela universidade federal. Para isso, é necessário haver a votação, o processo não deve ficar paralisado, como está há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, o processo não está paralisado, Senador Eduardo Azeredo. Eu, como relator, encontrei uma disparidade na questão de Ouro Preto, onde há uma das mais importantes universidades do País – V. Exª reconhece e sabe perfeitamente disso –, que é a Universidade Federal de Ouro Preto, que ficou sem ter acesso ao canal universitário de televisão, que foi cedido a uma instituição particular que não está representada nem possui nenhum estabelecimento de ensino superior em Ouro Preto.

No Governo passado, vimos fatos dessa natureza, ou seja, conceder um canal de televisão educativo para uma instituição que não está presente na cidade, deixando uma universidade federal como a de Ouro Preto sem ter acesso a esse canal.

Fiz uma série de contatos e enviei requerimentos ao Ministério das Comunicações. Estive em contato permanentemente com o novo reitor da Universidade de Ouro Preto, com o prefeito e com todas as pessoas interessadas para encontrar uma solução, porque o que não poderíamos fazer era entregar um canal educativo de televisão a uma instituição particular que sequer está presente na cidade – na realidade, ela se encontra em Belo Horizonte, mas não em Ouro Preto.

Estou aguardando uma série de informações técnicas, porque existe também a possibilidade de estendermos o canal de Ouro Preto para Mariana e de fazermos, na verdade, dois canais – ou então tornar sem efeito o canal existente e abrir outro em Mariana, que cobriria esta cidade e Ouro Preto.

Peço a V. Exª que aguarde um pouco mais, porque essa questão é mais confusa e complexa do que simplesmente submetê-la à votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas quero que não haja a procrastinação da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Procrastinar é atrasar propositadamente. Não estou agindo assim, mas aguardando resultados técnicos que subsidiarão a minha informação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desde setembro de 2003?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Desde setembro de 2003 para não entregar nas mãos daqueles que não merecem uma emissora de televisão educativa sem licitação, de graça, sem se pagar um tostão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não foi essa a opinião do Ministério, que, na época, aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A opinião do Ministério no passado não é consubstanciada nos relatórios que li daqueles que estão realmente envolvidos e preocupados com a divulgação dessa emissora de televisão numa cidade como Ouro Preto, onde, conforme eu disse, a mais importante universidade da cidade da região não foi contemplada – uma empresa particular, que não está presente, tem o canal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, defendo que seja também destinado à Universidade Federal.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Privilégio é Minas Gerais ter uma cidade como Ouro Preto e Mariana e Senadores como Hélio Costa e Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral.

Em votação o relatório do Senador Sérgio Cabral.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, como tenho outro compromisso, terei que me retirar, mas antes de sair, gostaria de registrar a minha opinião sobre essa questão do item 3, ou seja, inclusão de mais duas disciplinas no ensino médio. Há sempre uma tentativa de incluir mais disciplinas não só no ensino médio, como no fundamental, e não só Filosofia, mas também Sociologia. A idéia da LDB não é especificar disciplina, trabalho do próprio Conselho Federal de Educação. A LDB já contempla a questão da Sociologia e da Filosofia. Considero este projeto muito grave. Conversei com a Senadora Ideli Salvatti, a qual me disse que o Governo está favorável. Então, vou deixar. Cabe ao Governo examinar todos esses aspectos operacionais. Do ponto de vista teórico, é ótimo aprender Filosofia e Sociologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Há orador na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será que havia alguma festa aí ao lado?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG.) – Está parecendo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Do ponto de vista teórico, é ótimo aprender Filosofia e Sociologia, mas, hoje, no ensino médio, já há muitas disciplinas e os alunos, inclusive, não conseguem acompanhar todas. Portanto, criar mais duas disciplinas é um grande problema operacional, mas, como o Governo está favorável, vamos deixar que o Governo se responsabilize pela aprovação deste projeto, sem o estudo mais detalhado. Era só essa opinião que queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, queria que V. Exª aguardasse um instante, porque, uma vez que não temos a presença do Relator do item nº 2, Senador Luiz Otávio, certamente o referido item fica prejudicado e vamos imediatamente ao item nº 3, cujo Relator, Senador Paulo Paim, está presente e certamente poderá falar sobre o assunto ao qual V. Exª se referiu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só queria registrar minha opinião exatamente porque vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou direto à análise. O intento de tornar o ensino de Filosofia e Sociologia obrigatório no nível médio não é propriamente uma novidade.

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178, de 1997, da Câmara dos Deputados), com idêntico fim ao desta proposição, já tramitou no Congresso Nacional, onde obteve aprovação, por unanimidade, em 2001, e, a despeito do apoio expressivo das duas Casas, não logrou a sanção presidencial do ex-Presidente da República.

No veto apresentado na época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso considerou a mudança contrária ao interesse público, amparado essencialmente na justificativa de que a medida aumentaria as despesas de contratação de professores, principalmente dos Estados e do Distrito Federal. Esse foi o argumento usado na época.

Em reforço à negativa, o Executivo entendeu adequado o tratamento do conteúdo das disciplinas com os temas transversais, aduzindo ainda a opinião de que o quantitativo de profissionais disponíveis não seria suficiente para atender a demanda decorrente da implantação das novas disciplinas.

Pois bem, Sr. Presidente! Diante da importância da matéria, a motivação da proposição remanescente

atual e oportuna, eis que o domínio do conhecimento de Filosofia e Sociologia, conforme previsão dos arts. 36, § 1º, e 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, figura entre as competências que devem ser demonstradas pelos concluintes do ensino médio.

No nosso entendimento, a realização de estudos sociais, éticos e morais sobre a perspectiva crítica inerente à Sociologia e Filosofia pode contribuir significativamente para a compreensão das relações do homem com o mundo e naturalmente com seus pares e para a conseqüente assimilação do papel de sujeito do processo de construção social.

Com efeito, os estudos atinentes a essas disciplinas têm destacada importância política, na medida em que melhoraram a qualidade do exercício da cidadania e, via de conseqüência, da própria democracia. Constitui ainda verdadeiro alento à edificação de uma visão de homem e de mundo comprometida com a superação das perversas condições sociais a quem tem sido submetida historicamente a parcela da população brasileira socialmente menos favorecida.

Desse modo, a filosofia e a sociologia proporcionam, Sr. Presidente, conhecimento tão ou mais importante que o domínio dos princípios das chamadas ciências nobres e das formas contemporâneas de comunicação por assumir papel preponderante na formação da consciência crítica.

Entendemos que devem ser alçadas à condição de disciplinas, a gozar o *status* ao da matemática, da física, da biologia, da língua portuguesa, da história e da geografia. Ademais, no que concerne à possibilidade concreta da implantação da mudança, sabe-se que a parcela significativa dos sistemas estaduais de ensino já promoveu nas escolas da rede pública de modo que a edição da medida ajudaria tão-somente a sedimentar os passos que foram dados até aqui pelas escolas.

Por tudo isso, a preocupação do autor, Senador Alvaro Dias, com a formação crítica dos educandos é mais do que pertinente, a gozar de indiscutível relevância social, Sr. Presidente, especialmente se considerarmos que muitos desses estudantes encerram a sua escolarização no ensino médio, ficando alijados do acesso a conteúdos semelhantes, embora mais avançados, que são ministrados no ciclo básico da educação superior.

No que concerne à conformação jurídica e constitucional, a proposição não reclama reparos apresentando-se igualmente adequada às prescrições de técnica legislativa esculpidas na Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que, ao examinar o Projeto de Lei do Senado nº 04, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, o nosso parecer é favorável à aprovação, entendendo que é a segunda vez que o Congresso Nacional, Câmara e Senado deliberam sobre esse tema.

O Senador Alvaro Dias, do partido do ex-Presidente, infelizmente não logrou a sanção dessa matéria. Quando fui procurado pelo Senador Alvaro Dias, de pronto aceitei porque entendi que o veto anteposto na época, com as justificativas aqui colocadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, neste momento, tenho certeza absoluta, já que tenho o aval do Presidente Lula, essa matéria não será vetada, será sancionada atendendo a uma demanda histórica do movimento.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Tendo em vista as questões suscitadas anteriormente pelo Senador José Jorge, eu gostaria de consultar V. Exª sobre se haveria consistência regimental o fato de pedir o adiamento da discussão da matéria, para que ela pudesse ser novamente apreciada em uma próxima reunião e, no caso, ensejando o debate que seria enriquecido, a meu ver, com a contribuição dos Senadores que, a esta altura, já não se encontram mais na Comissão.

Consultaria V. Exª sobre essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, Senador Marco Maciel, depende mais do Relator Paulo Paim do que desta Presidência.

Por outro lado, V. Exª pode pedir vista, se julgar assim conveniente. Mas se o Relator quiser, poderá adiar a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como o autor da matéria, o Senador Alvaro Dias, não se encontra, não vejo nenhum problema. Vou manter naturalmente o meu parecer, e estando aqui o Senador Alvaro Dias na próxima reunião, poderemos aprofundar o debate, com a presença do autor, se assim V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É importante ressaltar que o Senador Alvaro Dias não é membro da nossa Comissão, portanto teríamos de convidá-lo a estar presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, S. Exª viria como nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sim, S. Exª ouviria a exposição que o ilustre Senador Marco Maciel vai fazer.

Retirado de pauta, portanto, a pedido do Relator, o Item nº 3.

Item nº 4, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei nº 282, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase. O Relator é o Senador Mão Santa, a quem passo a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, o Projeto de Resolução nº 17, de 2004, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, estipula, em seu art. 1º, que o estágio de estudantes de educação superior... Não é esse, não. O meu é o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Projeto é o de nº 282, Item 4, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em pauta, nesta Comissão de Educação, o PLS nº 282, em caráter terminativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, é de autoria do Senador Delcídio Amaral. Trata-se de um projeto curto, com apenas dois artigos, que define o dia 29 de outubro como o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

Na justificativa, o autor da proposição salienta que a escolha da data deu-se em função de o dia de 29 de outubro ser o Dia Mundial da Psoríase e objetiva sintonizar o nosso País nas campanhas mundiais em torno da doença.

Análise.

A prática de insistir em datas comemorativas tem sido amplamente utilizada pela sociedade moderna como forma de desenvolvimento da cidadania e engrandecimento social. Sem maiores efeitos práticos, tais datas revestem-se de grande simbologia, permitindo o engajamento social pelas mais diversas causas, principalmente relacionadas à saúde, por iniciativa de instituições públicas ou privadas, de caráter nacional.

Em alguns casos, o Congresso Nacional tomou essa iniciativa e instituiu algumas datas comemorativas por meio da aprovação de leis ordinárias federais. Como exemplo desse fato, podemos citar a Lei nº 10.465, de 27 de maio, de 2002, que instituiu o dia 25 de outubro como o Dia Nacional da Saúde Bucal; a Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, celebrado em 26 de maio; e a Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, que instituiu o Dia Nacional da Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, celebrado em 26 de abril.

No caso em pauta, pretende-se instituir o Dia Nacional de Combate à Psoríase, a ser celebrado no dia 29 de outubro. A psoríase é uma doença crônica de pele, que afeta 3% da população em geral. Traduzindo esses números para a nossa realidade, acredita-se que mais de quatro milhões de brasileiros sofram dessa patologia. Mas, embora a psoríase atinja tantas pessoas, a doença é praticamente desconhecida da sociedade.

A psoríase não possui cura e não é contagiosa. A doença se manifesta pela formação de manchas e placas avermelhadas, podendo atingir praticamente qualquer região da pele.

A psoríase não atinge nenhum órgão vital, mas, por afetar a aparência das pessoas, provoca grande prejuízos na qualidade vida dos portadores, afetando a auto-estima e conduzindo-os ao isolamento social. Soma-se a isso o fato de que, no subconsciente social, as doenças de pele estão recheadas de preconceito. Por diversas vezes, os portadores de diversas doenças de pele eram banidos da sociedade, sendo obrigados a viver em colônias isoladas.

A aprovação do projeto de lei em análise servirá como instrumento de combate a esse preconceito, pois servirá como incentivo para a realização de campanhas educativas que contribuirão para a construção de uma sociedade fraterna e livre do preconceito.

Voto.

Considerando as leis anteriormente citadas, podemos concluir que não há impedimento jurídico ou constitucional que seja impeditivo à aprovação do projeto de lei em análise, mas, ao contrário, consideramos louvável a presente iniciativa, sendo a mesma merecedora de aprovação por parte do Congresso Nacional pelos amplos benefícios que trará na construção de uma sociedade moderna e engajada no combate a todo tipo de preconceito.

Por essa razão, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 282, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PSDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Mão Santa sobre o Projeto de Lei nº 282, de 2004.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PSDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há algum tempo, ouvi do nosso Senador Mão Santa algumas discussões na tribuna sobre o caso da psoríase. Eu mesmo ocupei a tribuna para fazer um pronunciamento a respeito dessa doença e de todo esse aspecto negativo que o Senador Mão Santa, como médico, pôde expressar no seu relatório.

Penso que a importância desse Dia de Combate à Psoríase é o objetivo, provavelmente, de mostrar à população do que se trata, com toda essa vocação do

seu relatório para que não haja esse preconceito contra essa doença, por ela não ser transmissível.

Digo isso porque minha senhora tem psoríase desde os 14 anos e sempre conseguiu vencer qualquer tipo de dificuldade quando a doença se assenta. Ele tem mais um fundo psíquico, nervoso, do que propriamente do metabolismo. Penso que é isso, não é Senador Mão Santa? Ela tem a reação psíquica: com o *stress* ela aprece com mais força e traz essa conseqüência.

Provavelmente a ação clínica e psicológica que o Senador Mão Santa propõe no combate para o dia 29 de outubro penso que vem em boa hora. É uma doença que alcança, segundo os cálculos do Senador, mais de quatro milhões de brasileiros e brasileiras. Com isso, elas não têm propriamente um tratamento igual e um conhecimento público para que a doença possa ser respeitada, até porque ela não é contagiosa. Infelizmente, até hoje, a cura não foi descoberta.

Então, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Continua em discussão o relatório do Senador Mão Santa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 282.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, também quero me manifestar favoravelmente à instituição de um dia para esta questão.

A determinação de um dia, muitas vezes, é algo questionado e criticado por várias pessoas, em função de que haveria dificuldades e de que isso não seria propriamente uma tarefa do Senado Federal. Entretanto, quero dizer que isso é fundamental. É uma ocasião em que grupos importantes da sociedade têm a oportunidade de refletir, de discutir, de tomar posições, de alertar a sociedade, de conscientizar, de sensibilizar e de cobrar iniciativas do poder público seja municipal, seja estadual, seja federal. Então, a instituição de um dia, particularmente na questão da psoríase, é fundamental em termos de sensibilização e de conscientização.

Houve uma grande audiência pública aqui, na Comissão de Educação, com um participação muito interessante e muito importante dos setores envolvidos. Nada mais justo e nada melhor que aprovarmos o projeto de lei para que todos esses trabalhos possam ter uma seqüência no Brasil de conscientização e de sensibilização da comunidade para esses fatos todos.

Então, também, com alegria, meu voto é pela aprovação do parecer do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Continua em discussão. (Pausa.)

É importante ressaltar que foi realizada audiência pública para instruir esse projeto no dia 19/04/2005, também por solicitação do Senador Mão Santa. A matéria constou da pauta do dia 24/05/2005.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir o assunto, vamos à votação nominal.

Inicialmente, serão as Srªs e os Srs. Senadores do Bloco da Minoria, PFL e PSDB.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com o relator.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com o relator.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do Bloco, no PMDB.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Mão Santa. Voto conhecido, evidentemente.

Titulares do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL, PPS.

Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do Bloco do PDT não estão presentes.

Portanto, foi aprovado por unanimidade o relatório do ilustre Senador Mão Santa.

Passo a presidência ao Senador Roberto Saturnino para que possamos entrar no item nº 5, do qual sou relator.

Senador Roberto Saturnino, por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por ser o mais jovem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Por ser o mais jovem em espírito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O item 5 é o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004, que denomina Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações. A autoria é do Senador Marco Maciel e o relator é o Presidente desta comissão, Senador Hélio Costa, a quem passo a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, sem nenhum reparo ao mérito da matéria, apresentei uma emenda por julgar que, no art. 1º, ela tinha de fazer referência ao Decreto nº 87.009, de 15 de março de 1982, que institui a Ordem do Mérito das Comunicações. Portanto, fiz uma emenda que passou a ter a seguinte redação:

Art. 1º. A Ordem do Mérito das Comunicações, de que trata o Decreto nº 87.009, de 15 de março de 1982, passa a denominar-se Ordem do Mérito das Comunicações Roberto Marinho.

A proposta do ilustre Senador Marco Maciel foi apenas uma questão de técnica legislativa, para que essa emenda pudesse se enquadrar rigorosamente no decreto que criou a Ordem do Mérito das Comunicações.

Cumprimento V. Exª, Senador Marco Maciel, pela lembrança de sugerir o nome do ilustre e saudoso jornalista Roberto Marinho à Ordem do Mérito das Comunicações.

Ninguém mais no século passado – evidentemente, nos últimos anos – fez jus a essa indicação, porque a verdadeira revolução da mídia no Brasil, principalmente da televisão aberta e, posteriormente, de todos os meios modernos de comunicação de massa deve-se, sem dúvida, em grande parte, ao gênio e à extraordinária capacidade empreendedora do jornalista Roberto Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, porque sei evidentemente que gostaria de se referir ao relatório que apresentamos.

Sinto-me muito honrado de ter contribuído para a proposta de V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, desejo em rápidas palavras fazer dois registros: em primeiro lugar, nada tenho a opor, pelo contrário, acho que melhora a técnica legislativa a emenda do Senador Hélio Costa. Daí por que quero demonstrar já o meu total assentimento ao acolhimento da emenda.

Sempre que apresento uma proposta, tenho ao final colocar "sei que a proposição será melhorada pelo exame dos Pares", porque isso sempre ocorre. Dois olhos podem ver bem, mas quantos mais olhos melhor.

Em segundo lugar, subscrevo o que V. Exª disse a respeito do jornalista o Dr. Roberto Marinho. Ele realmente teve no século XX, o grande século da explosão das comunicações no mundo, um papel proeminente. Mas do que isso, ele teve também uma visão de Brasil que ajudou a projetá-lo, inclusive, no exterior.

Portanto, ele foi mais do que um jornalista e empresário. Foi, eu poderia dizer, um homem republicano. Ele possuía o que Machado de Assis disse certa vez, naturalmente referindo-se a outro personagem, um sentimento de nacionalidade. Ele amava o País e procurou fazê-lo maior.

Daí por que quero dizer a V. Exª que fico satisfeito em ver esse projeto acolhido. Com isso, estamos homenageando alguém que merece esse reconhecimento, sobretudo por se tratar de uma Ordem que, diferentemente das outras, não tem um patrono. Daí por que não estamos desalojando – jamais eu faria um projeto nesse sentido – qualquer outra ilustre personalidade da vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Continua em discussão o relatório do Senador Hélio Costa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador autor da proposta, Marco Maciel, que, com a sua vocação democrática e humanística, sempre faz com que se vote cegamente em seus projetos.

Mas a proposta tem em si partes emocionantes na exposição de motivos. Vi o pronunciamento de Roberto Civita, do Grupo Abril, do Presidente Jorge Bornhausen, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Jefferson Péres e, inclusive, de Leonel Brizola, que declarou ter tido divergência por diversas vezes com Roberto Marinho. Conversando com Roberto Marinho, ele me disse dessas divergências com Leonel Brizola. Brizola disse: "era um homem do qual podíamos discordar, e muitas vezes o fizemos, mas que, no curso de sua vida, mereceu a admiração de todos".

Essa é uma homenagem correta. Recentemente, propus – V. Exª inclusive foi um dos oradores – uma homenagem à TV Globo pelos 40 anos. A imagem de Roberto Marinho é praticamente um símbolo do jornalismo, de um jornalismo histórico, pela evolução e participação ativa dentro de uma redação de jornal. Projetou a televisão como uma das coisas mais importantes do País, inclusive na parte da criação da telenovela, que hoje é uma concorrente clara do cinema.

Parabéns, Senador Marco Maciel! Parabéns, Senador Hélio Costa, pelo relatório que fez.

Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Continua em discussão o parecer do Senador Hélio Costa.

Se ninguém mais desejar discutir, vamos passar à votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi, por conseguinte, aprovado por unanimidade.

Volto a Presidência ao seu titular, Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Vamos ao Item nº 6 da pauta. Projeto de Resolução do Senado nº17/2004. Dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos gabinetes do Senado Federal. O projeto é de iniciativa do ilustre Senador Valdir Raupp, que se encontra presente. O Relator é o Senador Edison Lobão.

Como o projeto já passou por duas reuniões da Comissão de Educação. Certamente, esta é a terceira inclusão em pauta na Comissão de Educação. Teremos que votá-lo. Peço ao Senador Romeu Tuma, que como 1º Secretário da Casa deve estar envolvido diretamente na concepção desse projeto, que o relate em nome do Senador Edison Lobão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 17, de autoria do Senador Valdir Raupp, estipula, em seu art. 1º, que o estágio de estudantes de educação superior no Senado Federal poderá ser feito nos gabinetes parlamentares em Brasília ou nos escritórios parlamentares dos Estados.

O art. 2º da proposição determina que, no âmbito dos gabinetes e escritórios parlamentares, a supervisão do estágio será exercida pelos chefes de gabinetes, que zelarão pelo respeito às normas pertinentes, de modo especial as contidas na Ato da Comissão nº19/2001.

Já o art. 3º estabelece que o órgão central de coordenação e execução providenciará a alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento do que dispõe a resolução.

Por fim, o art. 4º contém cláusula de vigência, que é a data de publicação da resolução.

O Relator, o nobre Senador Edison Lobão, cita toda a legislação pertinente ao estágio de estudantes. Diz claramente que toda essa legislação, com efeito, não veda a destinação de estagiário para os gabinetes parlamentares, embora a Administração da Casa não adote tal procedimento.

Acredito que vem em boa hora pela falta de local de estágios para aqueles que se foram ou que estão cursando a faculdade e não têm condições de fazer o estágio, que é obrigatório pela Lei de Diretrizes.

Em vista disso, o voto do Senador Edison Lobão é favorável à aprovação da Resolução nº17, com a qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Continua em discussão o Projeto de Resolução nº17, de autoria do Senador Valdir Raupp.

V. Exª deseja falar, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de fazer uma observação, dizendo que concordo também com o mérito do projeto, que é importante. Só perguntaria ao Senador Valdir Raupp por que não existe a possibilidade, conforme prevê a Lei nº6.494, e está colocado no relatório do Senador Edison Lobão, de ampliação do estágio também para alunos do ensino médio, de educação profissional e de escolas de educação especial, inclusive a pessoas portadoras de surdez, de cegueira, e até a alunos da Apae, que poderiam também estagiar aqui no Senado Federal. Porque o estágio é permitido apenas para os alunos que freqüentam cursos de educação superior, objeto do projeto de resolução.

Assim, haveria uma alteração do art. 1º: estágio remunerado de estudantes de estabelecimentos de

ensino superior, de ensino médio, de educação profissional ou de escolas de educação especial. E repetiríamos aquilo que está escrito na Lei nº6.494.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já está citado no relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente, está citado no relatório.

Seria muito interessante. Naturalmente, existe o mérito para quem está num estabelecimento de ensino superior, mas sabemos que é um drama também para o pessoal do ensino médio, para quem está em programas de educação profissional, e a lei prevê que isso possa ser feito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, como Relator **ad hoc**, posso pedir vista, para que, com o Senador Valdir Raupp e com o Senador Flávio Arns, possamos alterar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, Senador Romeu Tuma, V. Exª, como Relator **ad hoc**, não pode pedir vista. Quem tem que pedir vista é o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se o Senador Valdir Raupp concordar, também concordo. É bom, creio que podemos aprimorar. Se o Senador Valdir Raupp concordar, ficaria o estágio, e repetiríamos o que está na lei: o estágio remunerado de estudantes em estabelecimentos de ensino superior, de ensino médio, de educação profissional, e de escolas de educação especial, que é o texto que consta do relatório. O resto ficaria igual.

Ampliaríamos a expressão. E assim abriríamos, pelo menos, a possibilidade para estudantes de ensino médio, de educação profissional e de educação especial, além do ensino superior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível)* a Medida Provisória nº2.164.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente! Até me lembro bem desse debate.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Poderia repetir o texto da legislação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, como é uma proposição para aprimorar, para melhorar o projeto, é claro que sou plenamente favorável. E, se puder já ficar inserido no contexto do projeto, podemos votar já dessa forma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois da votação, de acordo com a proposta do Senador Arns, como Relator **ad hoc** posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador Flávio Arns tem que formalizar a emenda, Senador Romeu Tuma, passando a V. Exª, que é o Relator **ad hoc**, para que possamos, ainda agora, aprová-lo. Nesta mesma reunião evidentemente. E, até o final da nossa reunião, estaremos com o texto pronto para aprovação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O texto é a repetição da legislação em vigor, pelo que entendi do Senador Flávio Arns e com a concordância do Senador Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª me fez lembrar dos meus primeiros anos de estudante nos Estados Unidos, Senador Raupp, porque uma das primeiras visitas que pude fazer à época foi ao Senado dos Estados Unidos, onde existe a figura do *page.* O que é o *page*? É exatamente o estagiário, o estudante, que fica no gabinete do Senador americano, remunerado, diga-se de passagem, para que possa aprender a técnica legislativa, **in loco**, com o próprio Senador. Então, V. Exª teve uma técnica excepcionalmente interessante, aprimoradíssima pela sugestão do Senador Flávio Arns, cobrindo, na realidade, todos os níveis, até o ensino médio, evidentemente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Valdir Raupp pede uma abrangência maior para ocupação de cargos de estagiários, que o Senado já tem mas não coloca nos gabinetes de Senadores e nem nos escritórios, só coloca nas comissões e nas assessorias da Casa. Então, ela não tem essa possibilidade e não o faz, apesar de a lei o permitir. A Resolução nº 17 pede para que essa resolução seja obrigatória, se é que eu entendi o projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Recebi inúmeras reclamações dos estagiários, porque eles gostariam de estagiar nos gabinetes, de aprender um pouco mais da vida do parlamentar dos Senadores. Foi por isso que tive a idéia de apresentar esse projeto.

Quero agradecer ao Relator Edison Lobão, pelo parecer favorável, ao Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, e ao Senador Flávio Arns, pela sugestão de aprimoramento do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou submeter, portanto, à votação o parecer do Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, que tem a emenda do Senador Flávio Arns com parecer favorável.

Portanto, fica submetido à votação não só o relatório apresentado pelo Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, como também a emenda apresentada.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passarmos ao próximo item, temos que votar, na realidade, emenda de minha autoria que fez a observação técnica no projeto de lei de resolução que foi apresentado pelo Senador Marco Maciel,. Nós,

na verdade, não votamos a emenda que fez a modificação sugerida, denominando Ordem do Mérito da Comunicações Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações.

Em votação a emenda apresentada, que foi absorvida pelo Relator, mantendo, evidentemente, o voto de todos os Srs. Senadores.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Temos um item extrapauta, a pedido do Sr. Senador Leonel Pavan, que diz respeito à concessão da Rádio Continental Ltda, da Rádio Floresta Negra Ltda, da TV O Estado de Florianópolis Ltda, Fundação Universidade Contestado **Campus** da Concórdia, Fundação Cultural de Joinville e Sistema Interativo de Comunicação Ltda.

Todas estas propostas foram aprovadas no início da nossa reunião de hoje como extrapauta.

Passo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, para que possa, resumidamente, apresentar as razões do seu parecer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, conforme já lemos os nomes anteriormente e tivemos aprovação, para que pudéssemos colocar em pauta, eu apenas queria ler em conjunto, para que tivéssemos uma votação única, se for possível. Seria o Projeto Legislativo nº 38, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar o serviço de radiodifusão, bem como também o Projeto Legislativo nº 15, que...

Sr. Presidente, V. Exª permite que eu leia todos em uma votação única ou tem que ser individual? (Pausa.)

Então lerei individualmente.

Então, queremos dizer que somos favoráveis à Fundação Cultural de Joinville, que outorga permissão para as atividades de difusão sonora, à Rádio Floresta Negra, também de Joinville, que outorga permissão ao Sistema Interativo de Comunicação de radiodifusão sonora, de Laguna, também renova a concessão à TV O Estado de Florianópolis. Também somos favoráveis à renovação de concessão à Sociedade Rádio Continental de Coronel Freitas, bem como a outorga de permissão à Fundação Universidade do Contestado, **campus** de Concórdia, Santa Catarina.

Eram esses os nossos pareceres, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem, eu pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se concordam com o parecer apresentado pelo Senador Leonel Pavan, de acordo com o voto que colhemos individualmente, no momento em que estávamos no início da nossa reunião, aprovando todos os relatórios apresentados pela manhã dos projetos de decreto legislativo.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Recebi, agora, uma pesquisa, em primeira mão, da Sensus, que mostra que o Presidente Lula caiu na sua avaliação pessoal de 60,9% para 57,4%. Também diz aqui que 41% dos entrevistados, contra 35% no ano passado, dizem estar inadequada a condução da política econômica do atual Governo.

Com relação à questão da área social, 42,8% dizem que está inadequada a condução da política social do atual Governo, contra 33% no passado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan, concedi a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É apenas para comunicar ao povo brasileiro que o Governo está errado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª deve se ater ao assunto que estamos discutindo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ótimo, Sr. Presidente. Queria deixar relatada essa questão do Brasil, inclusive com relação ao salário.

Sobre a questão da CPI, 86% querem a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Na sessão que começa às duas horas da tarde, V. Exª com certeza vai poder falar sobre esse assunto.

Aqui vamos nos ater às questões que estamos discutindo na Comissão.

A SRª IDELI SALAVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti, faço a comunicação de que amanhã, às 10 horas da manhã, teremos uma reunião da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, sob a Presidência do ilustre Senador Sérgio Cabral, para que possa ser apresentada a pauta de assuntos a serem discutidos na Subcomissão.

Às 11 horas, estamos convidando as Srªs e os Srs. Senadores para a reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia para a instalação dos trabalhos deste ano e, evidentemente, a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu já fui informada de que V. Exª já comunicou à Comissão a resposta do Ministro Tarso Genro para vir a esta Comissão. V. Exª me havia feito o apelo, eu fiz o contato telefônico e, como eu estava relatando um projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, não tive oportunidade de estar aqui quando V. Exª comunicou à Comissão a disposição de o Ministro de vir, mais uma vez, a esta Comissão para debater esse assunto tão importante. Inclusive, creio que o anúncio da vinda do Ministro é mais relevante, tendo em vista que profundas e significativas alterações foram feitas no pré-projeto da reforma universitária. E estamos com bastante expectativa de poder fazer um bom debate na vinda do Ministro, e poder, dessa forma, ainda continuar aperfeiçoando o projeto. Esperamos que, efetivamente, até lá, nós já tenhamos em tramitação no Congresso Nacional, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que é a nossa grande expectativa, para poder acoplá-lo a essa reforma universitária, e, inclusive, com a ampliação da obrigatoriedade de um ano a mais escolar para termos, ao invés de oito anos obrigatórios, nove anos obrigatórios no Ensino Fundamental.

Entendo que essas são medidas e questões extremamente importantes na evolução da nossa área educacional que vamos ter a oportunidade de apreciar com a vinda do Ministro Tarso Genro

Agora, eu só queria registrar, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Até pedindo um aparte para a Senadora Ideli Salvatti, ficou para que dia sua presença?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Dia 29 de junho. Daqui a um mês, aproximadamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Certo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E aí, Sr. Presidente, eu só queria dizer que foi uma pena V. Exª ter interrompido a questão feita anteriormente porque eu queria ver até onde ia a ordem, se ia chegar até determinados dados da pesquisa que dizem também que o Lula continua ganhando a eleição, derrota todos os candidatos, só o Serra é que pode, talvez, levar ao segundo turno. Então eu queria só saber até onde ia a tal da questão de ordem, que de ordem não era nada. Vamos para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nós deixamos essa parte para V. Exª destacar, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bem. Muito obrigada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sobre educação, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sobre educação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Governo Lula só investiu 1,97% do Orçamento em educação até agora. Uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião, agradecendo a todos e desejando-lhes uma boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 13h04min.)

Ata da 01ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de abril de 2005.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Hélio Costa, Roberto Saturnino, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Luiz Otávio e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Papaléo Paes e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual convida os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Paulo Paim para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador **Sérgio Cabral**, nove (09) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Hélio Costa, proclama eleito e empossado o Senador **Sérgio Cabral** como Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. A seguir, o Senhor Presidente eventual passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Sérgio Cabral. O Presidente eleito, após proferir seu discurso de posse, comunica que a eleição do Vice-Presidente indicado, Senador Demóstenes Torres, será realizada oportunamente. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Cabral,** Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom-dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da terceira Sessão Legislativa Ordinária da qüinquagésima segunda Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro de Comunicação Social.

Foi registrada até agora, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Sérgio Cabral; para Vice-Presidente, Senador... Na verdade, nós vamos eleger hoje apenas o Presidente. Na primeira reunião ordinária da Subcomissão, nós vamos eleger o Vice-Presidente, cuja indicação é o Senador Demóstenes Torres. Como ele não está presente, nós vamos, na primeira reunião da Subcomissão, fazer a eleição do Senador Demóstenes Torres como Vice-Presidente.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas com a chamada nominal. Na verdade, na medida em que os Srs. Senadores foram chegando, já foram pegando as suas cédulas e votando. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias. Encerrada a votação, nós vamos convidar então o Presidente eleito.

Como antecipamos a votação – acho que apenas não votou o ilustre Senador Sérgio Cabral –, eu queria, antes de proceder à apuração dos votos, em primeiro lugar, agradecer e homenagear o Senador Roberto Saturnino pela condução dos trabalhos desta Subcomissão nos últimos dois anos. O Senador Saturnino tem sido um permanente defensor das artes nacionais, do cinema nacional, do teatro nacional. A sua presença nesta Comissão tem sido sempre importantíssima para o desenvolvimento dos debates sobre o cinema e sobre o teatro, e para nós todos, Senador Saturnino, foi uma honra e um prazer muito grandes tê-lo à frente da Subcomissão de Cinema. Eu queria contar com a sua participação para que senhor fosse um dos escrutinadores, que vai indicar evidentemente o Presidente da nossa Subcomissão para este biênio, e vou convidar o Senador Paim para acompanhar V. Exª na apuração dos votos.

Outro registro importante que queremos fazer é exatamente a mudança do nome da nossa Subcomissão. Ela hoje é a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social; a importância que queremos dar nesta Subcomissão ao teatro e à comunicação social. Para nós, na Comissão de Educação, será sempre importante ressaltar o valor e a importância do teatro, que, na verdade, é quem revela os talentos nacionais lá no núcleo da sociedade, nas pequenas cidades do interior, onde se manifestam os talentos, onde surgem os nomes que lá na frente vão compor o cenário das artes cênicas nacionais.

Mais uma vez, por unanimidade, Senador Sérgio Cabral, com nove votos, é eleito o Presidente da Subcomissão.

(Palmas!)

Convido, portanto, o Senador Sérgio Cabral para assumir o comando dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Solicito ao Presidente da Comissão de Educação que permaneça a meu lado, aqui no comando da reunião.

Quero agradecer, enormemente, aos meus Pares, aos nobres Senadores que votaram em meu nome, confiram a mim a tarefa de Presidir a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Comunicação Social. Quero, não só reiterar, e ratificar mas acrescentar da minha honra de suceder o eminente Senador Saturnino Braga, do meu Estado, referência de político não só no meu Estado, mas no País, a quem aprendi a admirar ainda na minha adolescência, em minha casa, estimulando o seu caminho político, estimulando como membro de organizações secundaristas e organizando em minha casa reuniões para, o então nosso pré-candidato ao Governo do Estado Saturnino Braga, no velho MDB e que tem vínculos emocionais, pessoais com meu pai, de quem é grande amigo, onde há uma amizade, um carinho recíproco muito forte.

Creio que também era importante registrar a presença entre nós de Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema, que nos honra com a sua presença. João da Silveira, Diretor da Agência Nacional de Cinema – Ancine -, Manoel Rangel, recém-eleito Diretor da Ancine; Antonio Teles de Carvalho, Vice-Presidente Executivo da Rede Bandeirantes, de Rádio e Televisão; Roberto Wagner Monteiro, Diretor da **TV Record**; Francisco Araújo Lima, Consultor das Organizações Globo, aqui representando as Organizações Globo; Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro; Norma Tirré, Diretora da Associação e Bianca de Felipes, também Diretora da Associação. Sejam todos muito bem-vindos. Peço desculpas por alguma ausência na citação, alguma falha, mas quero saudar a presença de todos as Srªs e Srs. aqui presente e agradecer, mais uma vez, a confiança depositada em meu nome, pelos meus colegas.

Ser membro desta Comissão de Educação tem me dado muita satisfação. Sou seu membro desde o meu primeiro dia como Senador nesta Casa; primeiro com o Senador Osmar Dias, depois com o Senador

Hélio Costa, que era o seu Vice-Presidente, e que agora assumiu a Presidência, com muita justiça.

A Comissão tem justificado o seu título de Comissão de Educação e Cultura e procura debater todos os temas nacionais relativos à cultura e à educação. As suas Subcomissões dão capilaridade a esses temas. Não só em audiências públicas, não só na análise de projetos, na convocação de representantes do Executivo, para discutir aqui pontos importantes. Questionamentos fundamentais também foram postos e debatidos nesta Comissão. Eu presenciei, nesses últimos dois anos e quatro meses do nosso mandato, temas propostos e ventilados pelo Executivo e que aqui foram discutidos a miúdo, diria até que muitos abandonados pelo Executivo, em função das posições tomadas por esta Comissão, desde o campo da educação básica, ao ensino médio, ao ensino superior, a questões da ciência e tecnologia, às questões do cinema, da televisão, da comunicação social. Esta Comissão não tem se furtado ao debate e a protagonizar temas tão importante para educação e para cultura.

Vou apenas – essa é apenas uma reunião formal, agradeço a presença maciça dos membros desta comissão e das personalidades já citadas – pincelar alguns temas que elaborei junto com o Senador Hélio Costa, com a Secretaria desta Comissão que, aliás, faço questão sempre de reiterar que é a Secretaria mais eficiente desta Casa, comandada pelo Dr. Júlio Linhares, alguns pontos que aqui serão discutidos.

Temos acompanhado a alteração da Lei Rouanet, que atualmente está em fase final de elaboração no Ministério da Cultura. A Subcomissão poderá propor ouvir os setores envolvidos, fazer uma discussão pública para a elaboração do anteprojeto nesse tema da Lei Rouanet, que é tão importante. Temos de ter enorme cuidado ao alterar uma lei que, de certa maneira, tem dado certo e estimulado a cultura nacional.

O aperfeiçoamento da Lei do Audiovisual é outro tema com o qual temos de ter enorme cuidado. A Lei do Audiovisual, nascida nesta Comissão quando eu ainda não era Senador, estimulou a própria criação desta Subcomissão, porque, nascida aqui e relatada pelo Senador Francelino Pereira, motivou a Comissão de Educação a se debruçar e a acompanhar mais de perto o tema do audiovisual em nosso País.

A pirataria na indústria do audiovisual é outro tema fundamental que deve ser debatido entre nós.

O fortalecimento e a ampliação do escopo de atuação da Ancine é uma discussão importante. A Ancine é uma agência que era vista com ceticismo por alguns segmentos e, hoje, a meu ver, provou concretamente sua eficácia, pelo papel que tem desempenhado, contribuindo para o cinema nacional. A questão da indústria cinematográfica, a distribuição, a exibição, a infra-estrutura, o aprofundamento do debate com as entidades do setor, a questão do teatro brasileiro são outros temas. Como disse o Senador Hélio Costa, esta Subcomissão ganha na Comissão-mãe, a Comissão de Educação, onde foi proposta e aprovada, por unanimidade, com a inclusão do teatro brasileiro na nossa discussão. Então, seu modelo de financiamento, de gestão, a formação do público, projetos sobre meia-entrada e outros temas que formam o público ou geram dor de cabeça para os produtores teatrais devem ser debatidos.

Não abro mão da terceira idade, por favor. Aliás, a terceira idade hoje tem segurado a barra do teatro brasileiro.

A implantação da TV digital no Brasil é um tema do momento. Em 2003, promovemos um grande debate aqui, com a participação do ex-Ministro das Comunicações Miro Teixeira – não compareceu o Ministro da Ciência e Tecnologia, mas veio o Secretário Executivo desse Ministério. O Presidente desta Comissão me informou que estamos preparando uma nova audiência e que a Subcomissão faz coro com a Comissão de Educação nesse debate importante sobre TV digital no Brasil.

A regionalização da produção da TV é outro tema que, volta e meia, entra em discussão e com o qual temos de ter certo cuidado, porque para entrar no conteúdo das TVs e na programação, temos sempre de ter um enorme tato, vide a natimorta Ancinave e uma série de tentativas recentes.

O Fust é outra questão que a Comissão-mãe, a Comissão de Educação trouxe e trará de volta, esse dinheiro que ninguém vê e ninguém viu, que não sei onde está, tema que está no superávit primário, como diz o Senador Hélio Costa.

Por último, um tema absolutamente recente, se não me engano, publicado ontem no **Diário Oficial da União**, que a nossa Subcomissão deve acompanhar é o decreto de 26 de abril, editado pelo Presidente da República. Não sei se os senhores já estão a par de que um grupo ministerial foi instituído ontem para a elaboração do anteprojeto de lei, a fim de regulamentar os arts. 221 e 222 da Constituição, que se referem exatamente à comunicação social. Vamos ver o que é isso, e como a Comissão de Educação e a nossa Subcomissão se inserem nesse tema.

Essas são as minhas observações iniciais, evidente tendo a participação efetiva dos Senadores desta Subcomissão e da própria Comissão de Educação.

A minha satisfação, a minha honra, sou filho de um jornalista envolvido com a cultura brasileira, filho de uma museóloga envolvida com a cultura brasileira

e tenho obrigação genética de dar o melhor de mim por esta Comissão.

Venho do Estado que, com todo respeito aos demais, é fonte da cultura brasileira, é o berço da cultura brasileira, portanto, é uma obrigação atávica fazer o melhor de mim na frente desta Comissão.

(Palmas!)

Em nome do Presidente Hélio Costa, informalmente, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 48 minutos.)

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de junho de 2005.

Às onze horas e cinqüenta e seis minutos do dia primeiro de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Presidente Eventual, Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Roberto Saturnino, Flávio Arns, Valdir Raupp e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lúcia Vânia, Gerson Camata, Papaléo Paes e Delcídio Amaral. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual convida os Senhores Senadores Jonas Pinheiro e Roberto Saturnino para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente – Senador **Flávio Arns**, cinco (05) votos, para Vice-Presidente – Senadora **Lúcia Vânia**, cinco (05) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Hélio Costa, proclama eleitos e empossados os Senadores **Flávio Arns** e **Lúcia Vânia** como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, respectivamente. A seguir, o Senhor Senador Hélio Costa passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Flávio Arns. Depois de proferir seu pronunciamento de posse, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Havendo número regimental, vamos iniciar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa:

Para Presidente, Senador Flávio Arns; para Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Vamos, então, fazer a chamada, iniciando com o Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Em seguida, chamo o Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Vamos chamar, na seqüência, o Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

E, finalmente, este Presidente, que também com muita honra dá o seu voto para o ilustre Senador Flávio Arns.

Vou convidar o Senador Roberto Saturnino e o Senador Jonas Pinheiro para fazer a apuração dos votos que foram depositados na urna. (Pausa.)

Por unanimidade, está eleito, então, Presidente da Comissão da Subcomissão de Ciência e Tecnologia o Senador Flávio Arns, a quem convido para ocupar a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Em primeiro lugar, quero agradecer a confiança e o apoio de todos os colegas Senadores também e dizer que esta é uma área que vai ser trabalhada, como é a filosofia da Comissão de Educação, em conjunto com toda a Comissão, descentralizadamente, tanto quanto possível, com a participação de todos os membros que honram esta Comissão, pessoas interessadas na área que vêm discutindo permanentemente os desafios da ciência e tecnologia. Que possamos, ao final desse esforço, realmente apresentar para a sociedade, fruto do debate, da discussão, propostas alternativas para algo tão fundamental para o Brasil e para qualquer País do mundo, como é a ciência e a tecnologia.

Eu diria que nós temos na figura do Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, uma das pessoas mais preparadas e mais interessadas nessa área. Assim, é fundamental que tenhamos esta Comissão também contando com permanente apoio e participação. Como membro desta Subcomissão per-

manente, S. Exª teria todas as condições naturalmente para presidir a Subcomissão. Não o faz, inclusive, por ser Presidente da Comissão de Educação, da qual esta Subcomissão é parte. O Senador Hélio Costa, no ano passado, foi eleito Presidente desta Subcomissão. Eu estou sendo avisado de que ele é também o autor do requerimento para que esta Subcomissão exista dentro da Comissão de Educação. Isso é algo essencial, fundamental.

Vários pleitos e várias iniciativas já estão chegando até esta Subcomissão, através da Comissão de Educação, no sentido de que seja acompanhada a listagem de iniciativas que devem, na seqüência, ser abordadas: acompanhar e discutir os projetos de pesquisas científicas e tecnológicas financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia; a necessidade de ter esse entrosamento naturalmente com o Executivo; o debate sobre o Projeto Genoma; aprofundar os debates sobre a Lei de Biossegurança. Estas são discussões que devem ser permanentes dentro do Congresso Nacional: a biodiversidade, com todos os seus desafios; a Robótica. Como já foi dito também, na Comissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, a aplicação do Fundo do Fust, Fundo de Universalização das Telecomunicações. Seria uma abordagem conjunta das duas Subcomissões, imagino eu, pelo menos no sentido de dar suporte à Comissão de Educação para que ela se posicione a esse respeito. Da mesma maneira, em relação à implantação da TV digital no Brasil, que também é objeto de apreciação da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social; o Prosoft, comercialização em termos da nova linha do BNDES para a aquisição de *softwares* desenvolvidos no País.

Há mais alguns assuntos, mas essa já é uma lista, eu diria, longa: o PC Conectado, programa que visa fornecer à população programas a baixo custo. Quero enfatizar que o requerimento é de autoria do Senador, nosso Presidente, Hélio Costa. Esse requerimento já foi aprovado na Comissão de Educação e propõe a realização de audiência pública para tratar dessa questão da aquisição de computadores de baixo custo.

Já temos, também, dois requerimentos do Presidente da Comissão de Educação aprovados no ano passado, nesta Subcomissão, para a realização de audiências públicas. O primeiro deles trata do texto de acordo entre o governo brasileiro e o governo norte-americano sobre salvaguardas tecnológicas e dos demais tratados entre o Brasil e outros países relacionados à participação estrangeira nos lançamentos espaciais na base de Alcântara, no Maranhão. Isso também vai ser objeto dessa audiência, em função do requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, já aprovado.

O segundo requerimento trata da construção da usina nuclear de Angra III.

Quero, inclusive, dizer que na Comissão de Educação, com muito prazer e muita honra, eu sou e Relator de um projeto de lei também apresentado pelo Senador Hélio Costa e que trata da criação de uma fundação de pesquisa universitária em termos das instituições de ensino superior privadas, comunitárias, filantrópicas, no Brasil. Isso também, naturalmente, vai ser objeto de debate na Comissão de Educação e dentro das orientações que serão dadas pelo Senador Hélio Costa para o aprofundamento da discussão em relação ao projeto apresentado por V. Exª. Então, é uma alegria grande estar nesta Comissão. Agradeço novamente a confiança e o apoio. Enfatizo a necessidade de todos nós trabalharmos em conjunto, e temos pessoas da mais alta qualidade, competência, Senadores e Senadoras que fazem parte desta Subcomissão. Até quero justificar a ausência da Senadora Lúcia Vânia neste momento, eleita Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia – conversei com ela no dia de ontem –, que neste momento está participando também de vários outros compromissos aqui dentro do Senado Federal, inclusive usando da palavra neste momento no Plenário. Então, é uma alegria.

Deixo em aberto a palavra para manifestações dos membros da Comissão. Passo a palavra, em primeiro lugar, para o nosso Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, apenas para cumprimentar V. Exª.

Quando, no ano passado, insistíamos em criar a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, mais uma vez pela importância dos temas que V. Exª acabou de dissertar, foi exatamente pela necessidade de se aprofundar a discussão desses temas. Por isso é que ela é importante. Mais uma vez, insisto em que a Comissão de Educação, ao abrir o espaço para as subcomissões, quer, na realidade, que a Subcomissão explore cada um desses assuntos de uma maneira mais profunda, mais em detalhe, para que possa subsidiar a Comissão de Educação como um todo, para que juntos possamos elaborar uma proposta, uma sugestão, uma apresentação de idéias.

Então, V. Exª está qualificado para assumir a presidência desta Subcomissão. Seu trabalho, além de notado, evidentemente, pela qualidade da informação que V. Exª coloca nos seus pareceres, nas suas justificativas, nas suas falas, tanto em Comissões quanto no Plenário, vem também carregado de uma emoção muito especial pela dedicação de V. Exª ao trabalho junto aos portadores de deficiências físicas,

aqueles que precisam de necessidades especiais no Brasil inteiro.

Parabenizo V. Exª pela sua dedicação a esse tema, pelo trabalho que V. Exª realiza, representando tão bem o seu estado. Para nós todos, seus companheiros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Educação, é uma honra tê-lo na presidência desta Subcomissão.

Agradeço a confiança de V. Exª, a amizade, o respeito. Realmente, quero estar sempre em parceria próxima, muito próxima, com a Presidência da Comissão e com todos os membros da Comissão para que o trabalho seja realmente muito bom. Passo, com prazer, a palavra ao Senador e amigo Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Flávio Arns, quero expressar antes de mais nada, e acho que esse é o sentimento do Plenário e desta Comissão, a nossa satisfação em vê-lo presidindo a Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação. Como salientou com propriedade o presidente desta Comissão, o Senador Hélio Costa, através da criação de Subcomissões, esta Comissão, que é tão estratégica para o desenvolvimento do País, multiplica as suas possibilidades de ação, explorando as diferentes áreas em que se divide o universo educacional, ou, mais precisamente ainda, políticas de formação do homem brasileiro e da busca de sua identidade. Acho que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia tem para mim um apelo maior, porque vemos tempos marcados por grandes avanços nessa área e sabemos que se não agirmos com velocidade podemos deixar passar a possibilidade de ter uma inserção maior na comunidade internacional.

Cito sempre uma frase de Norberto Bobbio quando diz que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem. Essa é a dura realidade. Se quisesse fazer uma interpretação do que Bobbio quis dizer, eu acho que ele queria dizer que está surgindo é um novo tipo de colonialismo. Já tivemos vários tipos de colonialismo: territorial, econômico, comercial e financeiro. Mas agora estamos na iminência de um colonialismo tecnológico. Quer dizer, as nações que avançam detêm modernas tecnologias, muitas das quais não se dispõem em intercambiá-las. Então, essas nações vão ter um certo protagonismo no mundo, enquanto que as nações que não se envolverem nessa área vão ficar condenadas a uma atuação periférica. Não sei se estou equivocado.

Então, eu gostaria de, encerrando minhas palavras, cumprimentar a Comissão por haver decidido por esta Subcomissão e fazer uma referência ao trabalho do Senador Hélio Costa, cumprimentando especialmente V. Exª. Já o conheço e o admiro desde os tempos de sua atuação na Câmara dos Deputados, sei que vai fazer – como diz certa propaganda, o número garante o produto – um trabalho muito bom. Desejo o mesmo sucesso à Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia, uma pessoa muito preocupada com esses assuntos.

Antes de encerrar, gostaria também de me colocar, nesta Subcomissão, à disposição para ajudá-lo naquilo que estiver ao meu alcance, como um bom cireneuto, ajudá-lo a levar sua cruz também nesse campo.

Era o que eu tinha a dizer.

No mais, felicito a Comissão por esse gesto, que hoje, a meu ver, estabelece novos enlaces com as preocupações no campo da ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Agradeço as palavras de V. Exª, inclusive aproveitando a idéia de nos afastarmos do colonialismo tecnológico, que é realmente o grande problema que pode acontecer se não nos apressarmos nesse processo todo de discussão, de envolvimento, como V. Exª colocou, inclusive deixando clara toda a abertura que a Comissão de Educação e a Subcomissão de Ciência Tecnologia desejam ter com todos os setores da sociedade para que as demandas, discussões e desafios que a sociedade esteja pensando em ver discutidos dentro da Comissão cheguem à Comissão e à Subcomissão para podermos contribuir, assim, nessa articulação e nessa questão de construirmos a soberania tecnológica, que é o desafio principal.

Com prazer, ouvimos o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também quero manifestar meu regozijo pela eleição de V. Exª como Presidente desta Comissão, pelas qualidades pessoais de V. Exª que todos conhecemos e atestamos, a seriedade, a honradez e a dedicação, de conhecimento, de inteligência, e pela importância desta Subcomissão, que é realmente estratégica. É tão importante, a meu juízo, que cheguei a apresentar um projeto de criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia, mas, obviamente, com o acúmulo de comissões que esta Casa já tem e, principalmente, com o apoio e o prestígio que o Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, dá a esta Comissão e, agora, com a qualidade da presidência que temos, acho que esse meu projeto realmente perde o sentido.

Vamos trabalhar nesta Subcomissão como se fora uma comissão plena, tratando de um assunto que é absolutamente estratégico.

V. Exª e o Senador Marco Maciel ressaltaram muito bem. A história da humanidade está marcada pela dominação e pela força, houve tempo em que a

dominação e a colonização eram feitas pela força militar; depois, num passado mais recente, passou a ser feita pela força econômica, pela dominação econômica, exploração e colonização econômica; e agora, a partir deste século, certamente tudo está indicando que as formas de dominação e de colonização serão pelo conhecimento e pelo domínio da ciência e da tecnologia. É óbvio que nós, brasileiros, não podemos ficar retardados, porque, do contrário, seremos fatalmente colonizados.

Então, esta Subcomissão é efetivamente estratégica. Que bom que tenhamos um Presidente da categoria e da estatura de V. Exª.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Agradeço também a confiança de V. Exª. E vamos juntos. Todos nós temos todo o bom propósito e o bom objetivo de fazer com que esta Subcomissão possa contribuir, Senador Hélio Costa, para os grandes desafios que o Brasil enfrenta.

Gostaria de dizer, concretamente, que já temos requerimentos aprovados para a realização de audiências públicas. Ao mesmo tempo, outros assuntos que forem elencados serão objeto de requerimentos a serem apresentados à Subcomissão na primeira oportunidade possível.

E estamos todos nós, Senador Hélio Costa, eu próprio, à disposição para estudo e apreciação de toda demanda que o Senado, a Câmara, o Governo e a sociedade apresentarem.

Declaro encerrada esta reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 22 de fevereiro de 2005, terça-feira, às 17:00 horas.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e quatro, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **ROMEU TUMA,** Presidente Eventual**,** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **REGINALDO DUARTE, VALMIR AMARAL, SÉRGIO CABRAL, CRISTOVAM BUARQUE, FÁTIMA CLEIDE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, JUVÊNCIO DA FONSECA, HERÁCLITO FORTES, ÁLVARO DIAS, MÃO SANTA E SIBÁ MACHADO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Legislação Participativa para o biênio 2005/2006.** O Presidente Eventual, Senador **ROMEU TUMA**, distribui as cédulas e é procedida à votação. Em seguida, convida os Senhores Senadores **CRISTÓVAM BUARQUE** e **PAULO PAIM** para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente o Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** com dez votos e para Vice-Presidente o Senador **VALMIR AMARAL** com dez votos. São declarados eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente Eventual solicita ao Presidente eleito e ao Vice-Presidente que tomem assento à mesa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **JUVÊNCIO DA FONSECA, VALMIR AMARAL, PAULO PAIM, CRISTOVAM BUARQUE, ROMEU TUMA E SÉRGIO CABRAL**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezenove horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romeu Tuma,** Presidente Eventual da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Participação Legislativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa para o próximo biênio.

Foi registrada, até a presente data, a seguinte chapa:

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca.

Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Passarei a fazer a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias:

Senador Edison Lobão.

Senador Jonas Pinheiro.

Senador Jorge Bornhausen.

Senador José Agripino.

Depois sou eu, V. Exªs permitem que eu vote da Presidência?

Então, vou votar.

Arthur Virgílio.

Lúcia Vânia.

Reginaldo Duarte.

Vou passar para os Suplentes do Bloco da Minoria:

Antonio Carlos Magalhães.
Demóstenes Torres.
Heráclito Fortes.
Marco Maciel.
Maria do Carmo Alves.
Almeida Lima.
Alvaro Dias.
Flexa Ribeiro.

PMDB – Titulares:

Leomar Quintanilha.
Valmir Amaral.
José Maranhão.
Sérgio Cabral.
Garibaldi Alves Filho.

PMDB – Suplentes:

Luiz Otávio.
Maguito Vilela.
Mão Santa.
Romero Jucá.
Valdir Raupp.
Senador Heráclito Fortes.

(Há só uma chapa: Juvêncio da Fonseca e Valmir Amaral).

Romero Jucá.
Valdir Raupp.

Bloco de Apoio ao Governo – PT, PSB, PTB, PL e PPS:

Cristovam Buarque.
Fátima Cleide.
João Capiberibe.
Marcelo Crivella.
Paulo Paim.

Suplentes do Bloco de Apoio:

Serys Slhessarenko.
Sibá Machado.
Antonio Carlos Valadares.
Mozarildo Cavalcanti.

PDT:

Senador Juvêncio da Fonseca.

Suplente PDT:

Osmar Dias.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto aos Senadores presentes se já exerceram o seu direito de voto.

Vou dar por encerrada a votação, visto ter alcançado o número exigido, o **quorum** de 10 Srs. Senadores.

Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque para fazerem a abertura da urna e a contagem dos votos.

(Apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Convido os Senadores eleitos, Senador Juvêncio da Fonseca, eleito por unanimidade, para Presidente, e para Vice-Presidente o Senador Valmir Amaral, para ocuparem seus lugares à Mesa.

Cada um deles foi eleito com 10 votos.

Passo a Presidência ao ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, a quem cumprimento, desejando-lhe sucesso nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Assumindo a Presidência da Comissão de Legislação Participativa, quero agradecer ao Senador Romeu Tuma pelo trabalho desenvolvido exemplarmente, com bastante experiência, inteligência e tranqüilidade.

Quero agradecer também ao Senador Valmir Amaral, Senador dos mais jovens do Senado Federal e que muito tem a oferecer ao Brasil, não só pela sua juventude mas também pela sua inteligência e capacidade de trabalho e pelo que representa para todos nós.

Senador Valmir Amaral, tê-lo na Vice-Presidência para mim é muito gratificante, é uma grande honra.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nossos agradecimentos aos Senadores pela nossa condução, por unanimidade, à Presidência desta Comissão, que sofreu uma reformulação hoje, por meio de um projeto de resolução, transformando-a apenas no nome, mas acrescentando alguma coisa. Trata-se da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Verifiquem os Srs. Senadores que esta Comissão tem uma amplitude muito grande de atuação. Vai depender muito de nós mesmos fazer com que nos insiramos no problema social que grassa por este País todo, envolvendo os direitos humanos.

Precisamos também levar à população a oportunidade de participar do processo legislativo aqui do Senado Federal, via Comissão de Legislação Participativa. Isso porque nós podemos receber, de qualquer instituição, sugestões que possam ser transformadas em projeto de lei e que possam ser transformadas em lei após discussão, votação, tramitando como qualquer outro projeto de lei. Tudo isso vindo diretamente da população para o Senado Federal.

Fiz um levantamento e percebi, Senador Cristovam, que existem muitos projetos que estão tramitando no Senado e também que já tramitaram e estão na

Câmara. Tratam-se de projetos de lei oriundos desta Comissão de Legislação Participativa e também até propostas de emenda constitucional. Apenas me parece que ela está fora de foco, que não há uma divulgação do trabalho desta Comissão, o que julgamos importantíssimo. Vamos dar-lhe a ênfase necessária para que alcance seus objetivos juntamente com o adicional dos direitos humanos. Tenho a certeza de que vou contar com todos os companheiros, membros da Comissão. Todos estão voltados para essas questões sociais que norteiam até o próprio nome da Comissão. Temos a certeza de que vamos trabalhar intensamente e produzir um bom trabalho. É isso que a população deseja que aconteça.

Vamos ainda marcar a próxima reunião. Vou me reunir administrativamente e pensar também não só numa pauta de trabalho imediato, mas também em um horário da reunião da Comissão, que está previsto no projeto de resolução, aliás, na resolução, mas que, para acomodação, sempre as Comissões podem ter elasticidade de horário e dia de reunião. Naturalmente, esse dia de reunião e essa hora são de fundamental importância, principalmente para a nossa Comissão, que não é uma linha de frente dos trabalhos, não é CCJ, não é CAE, Assuntos Sociais ou de Educação, mas que tem sua importância, tem que ser colocada numa agenda que não prejudique o nosso trabalho e as outras reuniões. Vou fazer um estudo a respeito disso e, na primeira reunião, próxima semana, que essa informação será comunicada a todos os membros da Comissão, colocaremos em pauta a hora e o dia da reunião, para que tenhamos eficiência no nosso trabalho. Agradeço ao Valmir, por ser meu companheiro nesta Comissão, e deixo a palavra livre aos companheiros antes de encerrar esta reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente eleito desta importante Comissão, nosso amigo Valmir Amaral, Senador eleito seu Vice-Presidente, eu gostaria de dizer que fiz questão de participar desta Comissão, que, além da legislação que vamos tratar aqui, encaminhada pelas entidades, o que é muito importante, vem direto do conjunto da população para esta instância, ao Senado da República, à Comissão de Direitos Humanos. Tenho trabalhado muito nessa chamada área social, faço parte também da CAS, acho que poderíamos fazer algumas audiências públicas, porque estão intimamente ligados os direitos humanos com os assuntos sociais. Eu cumprimento V. Exªs pela Presidência e Vice-Presidência, eleitos por unanimidade, acho que aqui faremos um brilhante trabalho. As questões que atingem os direitos humanos – eu, que insisto muito, o Cristovam é meu parceiro –, temos dialogado muito, o Senador Romeu Tuma também, sobre as questões da renda, do emprego, da educação, das discriminações. Tudo isso tem a ver com a palavra direitos humanos e a primeira parte da Comissão é esse espaço que as entidades vão ter para trazerem aqui as suas propostas diretamente. Acho que esta Comissão tem tudo para fazer um brilhante trabalho, principalmente liderada por ambos, no plenário, aqui na planície, esses três mosquiteiros dos dois comandantes-chefes. Era isso, parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Muito obrigado pelas boas palavras.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, queria repetir o desejo de sucesso a ambos, tenho-os como amigos do coração pela nossa vivência durante esse período todo, pela intimidade que nos liga pela vocação que os dois têm em benefício da sociedade. Acredito ser muito importante o Senador Paim participar desta Comissão. S. Exª ele tem usado a tribuna, por várias vezes, com bastante sentimento e conhecimento, sobre assuntos que atingem a população mais carente. A discriminação racial, discriminar os mais idosos, os deficientes físicos nos afeta e muito, porque temos um conceito diferenciado de direitos humanos. Não é achar que só a polícia que bate que fere os direitos humanos. Cabe muito mais ao Governo fazer com que se respeitem os direitos individuais de cada cidadão do que propriamente a ação do agente público. Então, aqui mesmo, queria cumprimentar o ILB, que tive oportunidade, como 1º-Secretário, de dirigir, que está dando um curso de especialização na Unilegis de direitos humanos. Folheiei as palestras da professora e vi que é uma coisa profundamente agradável. Gostaria que V. Exª as requisitasse e as colocasse à disposição dos membros, principalmente a parte sobre o conceito real de direitos humanos dentro da legislação nacional e internacional.

Outra coisa que eu gostaria de pedir, que V. Exª analisasse essa resolução, terá que mudá-la. Pelo Ato da Comissão de nº 1, acho que V. Exª vai ter mesmo que alterá-la, porque, com o acréscimo, ela muda o tipo de trabalho aqui dentro. A outra é que as nossas decisões têm um poder relativo, ela precisa completar as assinaturas com membros de fora da Comissão, pelo menos é o que diz o art. 6º, completar vinte e sete nomes, que é regimentalmente exigido para dar continuidade a uma PEC. Não sei se poderíamos ter valor o que saísse daqui com as assinaturas aprovadas pelo menos da Comissão sem correr atrás de outras assinaturas. Dependeria de fazer um estudo jurídico

junto ao Regimento Interno, porque teria muito mais valor, e se a Comissão aprovar, teria o livre trânsito no plenário sem a exigência de andar atrás de um ou outro para pedir assinatura. Desejo boa sorte a ambos, e espero a festinha. Só para quem votou.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Temos esse privilégio, onde comemorar todas as vitórias da Comissão.

Senador Romeu Tuma, obrigado pelas palavras. Vamos providenciar o seu requerimento a respeito dos direitos humanos. Acho que para a Proposta de Emenda à Constituição são necessárias 27 assinaturas, somos 19 membros, com a reformulação também continua 19. Com mais 19 Suplentes já são 38, precisamos apenas de 27. Acho que temos condições de ir em busca dos Suplentes se não tiver condições de alcançar.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, para a nossa alegria pertencendo a esta Comissão, o que nos enriquece muito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) _ Sr. Presidente, quero dizer que quando o meu Partido, o meu Líder decidiu colocar-me nesta Comissão, para mim foi uma surpresa. Mas estou extremamente satisfeito em estar aqui, porque creio que esta é a Comissão que pode fortalecer os laços do Parlamento com a própria sociedade civil. Acredito que podemos desenvolver muitos trabalhos. E descobri a sua importância, porque ontem fui procurado por uma pessoa que soube que eu estava na Comissão e deu-me uma sugestão inusitada, mas interessante. Ele me disse: Parabéns por essa Comissão. Até pensei que era Relações Exteriores, pensava que era Educação. Mas ele fez questão de dizer qual era e disse: quero que vocês façam uma audiência pública sobre aumento de salário de parlamentar, porque isso tem tudo a ver com a participação do povo dizendo o que pensa sobre esse assunto. Foi uma pessoa que me alertou de como esta Comissão poder ser importante na vida política brasileira se levarmos adiante, como tenho certeza de que o Presidente e o Vice-Presidente irão levar. E contem comigo, vim indicado, mas vim com muita vontade de trabalhar no setor da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Estou cada vez mais motivado.

Primeiro, Romeu Tuma, que é de uma área muito especial, a segurança, e este Brasil precisa tanto. V. Exª, com tanta experiência, convivendo conosco e fazendo suas grandes propostas. O Paulo Paim é da área sindical, do trabalhador, vinculado umbilicalmente às questões trabalhistas. E V. Exª, Prof. Cristovam Buarque, com sua brilhante liderança filosófica, produz idéias a toda hora, qualquer questão que coloque à frente de V. Exª é sempre uma idéia produzida com inteligência, com clareza e com transparência, isso é muito bom. E na linguagem popular e naquelas questões mais simples que a população entende bem. E Sérgio Cabral, a quem vou dar a palavra agora, nosso futuro Governador do Rio de Janeiro, jovem, já demonstrou o seu excepcional talento para a área legislativa, que já vem desde da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, como também na área cultural onde tem uma inserção muito forte e que vai nos servir, como um dos Líderes que possa conduzir ao bom caminho esta Mesa de trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de relembrar que.foi fundamental a atuação dele para aprovarmos o Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – O Estatuto do Idoso, foi V. Exª que colocou... V. Exª está no lugar certo, direitos humanos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, com exceção da minha pessoa, todas as considerações feitas por V. Exª são absolutamente verdadeiras, quanto à minha pessoa, credito à sua generosidade. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Valmir Amaral, meu Colega de Bancada, cumprimentar esses ilustres membros da Comissão, Senador Cristovam, Senador Paim, Senador Tuma, e dizer que, de fato, essa é uma Comissão muito poderosa, uma Comissão que, creio, tem capacidade de interagir com a população de uma maneira que as outras Comissões, pela sua natureza, não têm. Então o Senador Paim citava o Estatuto do Idoso, do qual é autor, e muito trabalhamos em conjunto, tinha um projeto na mesma linha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... para agilizar, se não fosse ele não teria sido aprovado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Paim. E V. Exª há de se lembrar de toda operação que fizemos juntos na interação com a sociedade, utilizando inclusive meios de comunicação, à época, uma novela da **TV Globo** fazia sucesso com dois personagens idosos. E nós trouxemos até o Parlamento brasileiro esse casal de idosos, que teve uma repercussão excepcional, Senador Tuma também atuou com muito rigor nesse tema, levamos ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, Presidente Sarney. Hoje, diga-se de passagem, vale à pena ressaltar, não só o Estatuto, que foi um dos grandes momentos não só do Legislativo como do próprio Executivo, a sua sanção pelo Presidente Lula, como também esta Casa criou uma Subcomissão Permanente do Idoso, presidida por mim. Ela está subordinada à Comissão de Assuntos Sociais. E agora estamos lançando uma campanha Cidade Amiga da Terceira Idade, em que o Sesc nacional está patrocinando essa campanha,

a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia é quem vai fazer a avaliação técnica e mais de trezentos Municípios brasileiros já estão inscritos, para serem submetidos a uma avaliação desta comissão técnica para verificar se merecem o selo, e se tiverem programas exemplares voltados para o Idoso, e estiverem cumprindo o Estatuto Nacional do Idoso, receberão o Selo Cidade Amiga da Terceira Idade, a exemplo do que é feito com a Cidade Amiga da Criança, iniciativa da Abrinc, cujo prêmio, aliás, é dado aqui no auditório do Senado Federal.

Bom, quero dar o meu testemunho também na linha do que o Senador Cristovam Buarque exemplificou, a questão do salário dos parlamentares, que aqui nesta Comissão fui Relator de um projeto absolutamente simples, mas absolutamente real, na linha do que gosto, da vida como ela é, do que as pessoas de fato precisam do Congresso, precisam de novas e ousadas legislações ao encontro de seus interesses reais. Um projeto, Senador, que acaba com a tarifa básica na telefonia fixa no Brasil. V. Exª não tem idéia da repercussão, fui o Relator. Uma entidade fez a proposta, foi submetido aqui à Comissão, fui o Relator, no Rio de Janeiro o que recebi de telegrama, e-mails, fax e telefonema. Como sou jornalista, tenho um programa diário, o de maior audiência numa rádio do Rio de Janeiro, na Rádio Tupi, e como tenho uma coluna no jornal **O Dia**, onde falo da terceira idade toda segunda-feira. V. Exªs não fazem idéia da repercussão que ocasionou tal projeto. Então esta Comissão interagindo com a população, com esse entusiasmo demonstrado pelos Srs. Senadores, por V. Exª à frente da Comissão, muito poderemos fazer, mas muito mesmo, e forçar aquela letargia que às vezes parece natural e implícita do Poder Legislativo ser superada por esta comissão de participação Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Sérgio Cabral, já tem uma primeira tarefa, um requerimento criando aqui a Subcomissão Permanente do Idoso, que está

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Já foi aprovada? Já é realidade hoje?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sim. Nesta Comissão. Porque agora a questão do idoso passa para cá.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Pela questão de direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Direitos humanos. Do idoso, da criança, das minorias também. Tudo é aqui. Já tem uma tarefa que pode perfeitamente na primeira reunião fazer um documento. E parece que até já temos os componentes da sua direção. Duas figuras importantes para comandar esse processo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Penso que cabe um requerimento, não é? Acho que o instrumento legislativo seria esse.

E só para terminar Senador Cristovam, algo que me chama a atenção é que o Brasil é pouco usuário, que o Legislativo brasileiro, o **stabilishment** é pouco usuário desse instrumento tão usual no primeiro mundo, no mundo civilizado, que é o instrumento do plebiscito. Esta Comissão, de certa maneira, e um instrumento poderoso que poderia muito bem ser utilizado não só no plano nacional, mas no plano regional, como acontece com muita freqüência nos Estados Unidos, poderíamos fazer nesta Comissão, digamos assim, a primeira demonstração prática do quanto é positivo o instrumento do plebiscito. Porque, de certa maneira, é uma relação plebiscitária com a população.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Só para complementar o que o Senador Sérgio estava falando, a questão plebiscitária. Podemos trazer aqui para a Comissão também, na área dos direitos humanos, a discussão do **referendum** de 2 de outubro deste ano sobre o desarmamento. É uma tese controvertida, bastante controvertida, que precisa ser levado à população com mais clareza, com muito mais clareza. Porque vão se gastar duzentos milhões de reais para um plebiscito, para um **referendum,** quando no ano que vem temos aí uma eleição federal que pode perfeitamente servir de instrumento para fazer o **referendum** sem custo, no entanto vamos gastar duzentos de milhões de reais, já está no orçamento, para fazer o **referendum** neste ano.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Só para lembrar, para poder trazer para aqui a discussão dos interesses dos grupos, quero dizer que fico satisfeito de ver o Senador Sérgio Cabral defendendo, jovem como ele é, a terceira idade, e eu, como já sou da terceira idade, quero defender que venha para aqui a juventude também. E isso tem que ser rápido.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não apoiado, o Senador Cristovam, quando governador de Brasília, apoiou um projeto, do qual eu era seu Presidente no Brasil, que é um projeto que tenho muito orgulho de ter trazido para o Brasil, e o Governador Cristovam foi o homem público que mais apoiou em todo o país esse projeto, que são os albergues da juventude. E fez em Brasília um albergue da juventude

apoiado pelo Governo do Estado e que é um grande sucesso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É verdade. Agradeço e sei que o senhor já fez referência sobre isso.

Mas o Presidente da República mandou para cá uma medida provisória criando a Secretaria da Juventude, que vai tramitar agora. Seria interessante que aqui nesta Comissão tivéssemos a par e pudéssemos dar a nossa contribuição. Para isso, não sei qual é o trâmite, mas seria interessante trazer para cá, já que traz a terceira idade, trazer também a juventude.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Mas, olha, nossos primeiros minutos de trabalho, não é? E como que eu estava assim até certo ponto receoso, porque esta Comissão era um pouco opaca, não porque a sua Presidência ou a sua direção a negligenciassem, mas é que era simplesmente e só a legislação participativa. Com direitos humanos aditando-a, acho que realmente pegamos corpo. E vejo aqui o entusiasmo dos meus companheiros de Comissão. Isso nos anima muito, temos muito trabalho pela frente. E vamos começar a semana que vem nas nossas agendas.

Gostaria já, desde este primeiro momento, vamos trabalhar Mesa e Plenário conjuntamente, com plena liberdade, com sugestões. A gente preparar sempre as coisas para fazer com uma certa calma, com uma certa pauta já praticamente decidida por nós. E chegarmos aqui no plenário já com as decisões, que possam principalmente empolgar os nossos companheiros, que, às vezes, não têm tanto tempo de estar aqui porque estão nas outras Comissões importantes também. Porque participamos como titulares de três Comissões. E só temos três dias para trabalhar, é muito natural isso. Portanto, essa maneira participativa da Mesa com o Plenário das Comissões é de fundamental importância. E a plena liberdade desde hoje para que possamos conversar sempre sobre todos os assuntos, e as sugestões que tiverem que ser feitas que se façam, é lógico que isso acontece, mas a Mesa já diz isso, precisamos nos integrar para trabalhar e produzir um grande trabalho aqui em favor do povo brasileiro.

Eram essas as minhas palavras.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 24 minutos.)

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para o dia 03 de março de 2005, quinta – feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e dez minutos do dia três de março de dois mil e cinco, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, LEOMAR QUINTANILHA, VALMIR AMARAL, SÉRGIO CABRAL, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBERIBE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, HERÁCLITO FORTES, e VALDIR RAUPP, e.** O Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** justificou ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram os Senhores **Laerte Tetila**, Prefeito de Dourados; **Geacomo Baccarin**, Secretario de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; **Gaspar Francisco Hickmann**, Coordenador de Mato Grosso do Sul da Fundação Nacional da Saúde. Saudados pelo Senhor Presidente foram convidados a proceder à explanação sobre o ocorrido. Encerrada a explicação o Senhor Presidente a Comissão aprova extra-pauta o requerimento CDH nº 2, de 2005 de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, em aditamento ao requerimento CDH nº 1, de 2005. Convoca a próxima Audiência Pública sobre o assunto para a próxima quinta-feira, as 9:30 horas, passando a palavra aos Senadores presentes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Fátima Cleide, João Capiberibe, Romeu Tuma e Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Está aberta a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, para a realização de audiência pública visando aos esclarecimentos ne-

cessários das autoridades abaixo relacionadas sobre as mortes de crianças desnutridas em aldeias localizadas na região do Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, em atendimento ao Requerimento nº 01/2005.

Chamarei as referidas autoridades ao tempo em que as convido para participar da Mesa. São as seguintes: Excelentíssimo Senhor Laerte Tertila, Prefeito de Dourados; Ilustríssimo Senhor José Giácomo Baccarin, Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Gaspar Francisco Hickmannn, Coordenador da Funasa no Mato Grosso do Sul; Sr. Israel Bernardo da Silva, Chefe do Núcleo de Dourados da Fundação Nacional do Índio – Funai –, que deve chegar a qualquer instante em razão de o horário de seu vôo de Campo Grande até Brasília ter sido na parte da manhã.

O requerimento que dá causa a esta audiência foi assinado pelos seguintes Senadores: Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte, Leomar Quintanilha, Valmir Amaral, Sérgio Cabral, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Mão Santa e Juvêncio da Fonseca. O mencionado documento é o resultado das notícias publicadas em todos os jornais segundo as quais existe não só em Dourados, no Mato Grosso do Sul, mas em outras regiões do País uma mortalidade infantil na área ocupada pela população indígena, fato que está trazendo grandes preocupações.

O Brasil possui uma política indígena e temos um sentimento de proteção dos nossos índios, além de uma dívida social bastante grande. Portanto, há necessidade de que essas questões expostas tão gravemente – a exemplo do índice de mortalidade infantil indígena ser equivalente ao triplo ou ao quádruplo do mesmo índice referente às crianças brancas sejam bem explicadas.

Além disso, temos notado, por meio principalmente da imprensa e do noticiário em geral, que os diversos órgãos e instituições que dispõem de competência para o trato desse assunto – seja na área cultural ou no campo da assistência médica e social – estão muito distantes do problema. Não há, à primeira vista, não há uma instituição responsável por essa política indígena. Parece-me que a população também reclama dessa situação.

Desse modo, devemos ter a noção do que realmente está acontecendo não apenas quanto à questão da assistência prestada à criança indígena e aos índios em geral, mas também no que tange à estrutura de atendimento nessa área, que nos parece desconcertada na coordenação, na orquestração do trabalho que possa trazer um bom resultado para a melhor qualidade de vida das nossas crianças indígenas e da população indígena no Brasil. É por essa razão que trouxemos hoje essas autoridades e fizemos questão de que esta primeira audiência fosse das instituições voltadas para assistência ao índio. Já há um requerimento no sentido de que a próxima audiência, a realizar-se se possível na quinta-feira, seja destinada a ouvirmos também um pouco os usuários desse sistema, inclusive o próprio índio, a fim de que se estabeleça o contraditório.

Vamos passar a palavra aos nossos convidados. Cada um usará da palavra por vinte minutos, para sua exposição, da forma mais livre e objetiva. O horário de vinte minutos é um tanto rígido porque temos também sessão do Senado Federal e, por ocasião da Ordem do Dia, somos obrigados a levantar a reunião e voltar depois. Então, são vinte minutos para cada convidado. Depois que os convidados fizerem sua exposição, vamos dar a oportunidade para que os Senadores, de três em três, possam fazer três ou mais perguntas, conforme o caso, e aqueles que forem instados a responder fá-lo-ão aos três, para que findemos a reunião com um trabalho objetivo e bem disciplinado e com um resultado positivo desta audiência.

Passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin, para tecer suas considerações.

O SR. JOSÉ GIACOMO BACCARIN – Cumprimentamos o Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, demais Senadores e Senadoras presentes, assessores e público que assiste a esta audiência pública.

É uma satisfação participarmos deste debate no Senado Federal, sobre um tema importante: a situação da população indígena no País. Em nome do Ministro Patrus Ananias, agradecemos a oportunidade de participar deste debate, expor nossas posições e ações e ouvir as sugestões e críticas dos Senadores. A partir deste diálogo democrático, exercido com competência no Senado da República, pretendemos melhorar ainda mais as ações públicas em benefício dessa comunidade, que historicamente tem sofrido esquecimento e descaso ao longo de mais de 500 anos da história do Brasil.

Em primeiro lugar, registramos nossa avaliação da situação da comunidade indígena, mais especificamente da questão da saúde e nutricional, além das conseqüências disso em termos de mortalidade infantil e desnutrição. Há, entre a população indígena no País, uma situação de mortalidade infantil e desnutrição mais grave do que da população de maneira geral. Reconhe-

cemos que é uma realidade. Em algumas etnias, esse estado de coisas é ainda mais pronunciado. É o caso da etnia guarani-caiuá e terena, na aldeia situada no Município de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Nesse caso, constatamos que os indicadores de desnutrição são mais graves do que o restante da população indígena do Estado. Se pegarmos os Kadiweus do Estado do Mato Grosso do Sul, a situação é muito menos grave, aliás o índice de desnutrição é menor do que o restante da população.

Reconhecemos que nessa etnia os índices de desnutrição são mais graves que no restante da população indígena do Estado e, em algumas aldeias, mais grave ainda, como no Amambaia, do que o restante da população do Estado, a população indígena, a branca, a negra do Estado do Mato Grosso do Sul.

Reconhecemos e é importante que reforcemos que os indicadores foram mais graves ainda nos anos anteriores. Tivemos o registro neste ano e, no caso, há um aspecto muito importante que é o debate público, debate ampliado da questão indígena, que a imprensa tem ajudado a fazer. É importante que reforcemos ainda mais as ações de toda a sociedade brasileira para que ela olhe com mais carinho ainda a questão.

O papel da imprensa é fundamental e é importante que situemos a evolução dos índices de desnutrição que atinge essa comunidade. Não vou falar de todos os índices – temos presente o representante da Funasa, que, com muito mais competência e muito mais dados, pode falar –, mas gostaria de destacar um caso, um indicador tão-somente.

Tivemos, nos dois primeiros meses deste ano, em janeiro ou fevereiro, o registro, no pólo de Dourados, de seis mortes de crianças índias até cinco anos, sendo que, dessas seis, cinco de fato estavam desnutridas, com manifestação de desnutrição evidente.

É comovente a situação, o que não permite nos conformarmos. As imagens televisivas, embora ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e a ética médica, tomadas no Centro de Reabilitação Infantil da cidade de Dourados... Ninguém se conforma com aquela situação.

É importante que tenhamos a idéia do progresso, de como vem evoluindo. Nos dois primeiros meses dos anos anteriores – estamos comparando janeiro e fevereiro de 2005 com janeiro e fevereiro dos anos anteriores no mesmo local –, morreram, na mesma época, sem a cobertura que está tendo agora, onze crianças índias abaixo de cinco anos em 2001, oito em 2002, oito em 2003 e onze em 2004. Neste ano, houve seis mortes.

Ainda é alto, mas há, efetivamente, uma redução que esperamos confirmar durante o ano de 2005. Há outros indicadores que informam melhoria nos níveis nutricionais da população atendida pelos trabalhos do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal. Aliás, eu queria fazer um parêntese e destacar o desempenho e o carinho do Prefeito de Dourados no tratamento da população indígena local.

É grave a situação, mas ela vem melhorando consideravelmente nos últimos anos. O que não nos permite dizer que temos cruzar os braços e não fazer mais nada. Pelo contrário, temos que continuar reforçando as nossas ações e chegar a indicadores de desnutrição e de mortalidade infantil que sejam aceitos. Vamos zerar, mas que sejam aceitos pela área médica e que sejam compatíveis, comparáveis com o restante da população brasileira. É essa a idéia, é esse o trabalho que estamos fazendo. Não há, da nossa parte, nenhuma surpresa, nenhuma ação que tenha sido estimulada ou que tenha começado a partir do que ocorreu este ano. Era de nosso conhecimento, desde o início do Governo, tanto é que o programa prioritário do Governo Lula é o Programa Fome Zero, e nós adotamos, especificamente, um programa para a saúde, o Programa Fome Zero Indígena, e atuamos na região. Tínhamos conhecimento da gravidade da situação dos guaranis-caiuás na cidade de Dourados.

Podemos ter problemas de concatenação de ações, dificuldades operacionais, sem sombra de dúvida. Isso faz parte da ação pública, que tem que ser aprimorada sempre. Mas houve muito avanço e eu gostaria de destacar algumas ações que já foram realizadas nessa região, no pólo de Dourados e na aldeia guarani-caiuá.

São 11.500 índios, 2.300 famílias. Se citei com pouca precisão os números, depois o prefeito e o Gaspar me corrigem. Nós temos, com recursos do Ministério das Cidades, mil casas – e eu vi pessoalmente essas casas – sendo construídas na aldeia guarani-caiuá, para 2.300 famílias. Porque um dos problemas sérios é o saneamento. Temos problema de água, de fossa, de esgotamento sanitário. As casas estão sendo construídas.

Há uma ação efetiva da Funasa, que tem entre médicos, auxiliares e agentes de saúde, 32 agentes de saúde que atuam desde 2003, 2004, como há ações da Funai e do Governo do Estado, que distribui 1.700 cestas de alimentos, todos os meses, para as 2.300 famílias, com auxílio do Governo Municipal, e ações do município, uma delas a construção da Casa do Índio, com 900 metros quadrados, para atender a população indígena da cidade de Dourados.

Assinamos, no Ministério do Desenvolvimento Social, no ano de 2003, um convênio com o Governo do Mato Grosso do Sul, para ações nas comunidades

indígenas de todo o Estado, de R$5 milhões. Os recursos foram repassados no final do segundo semestre de 2003. É um convênio de dois anos, que se extingue em julho deste ano de 2005, para várias ações. Vou descrever parte delas aqui. Foram executados, desse convênio, R$3,800 milhões, e temos R$1,200 milhão para ser executado até julho.

As ações previstas nesse convênio e que vêm sendo executadas são de 4 áreas basicamente. Área de educação, capacitação de professores, valorizando a cultura indígena, treinamento incorporando ensinamentos da cultura indígena no currículo escolar; investimentos na área da saúde, investimentos na área da assistência social e investimentos no estímulo à produção.

Desses R$5 milhões, R$1 milhão foi repassado para atender a comunidade que é basicamente guarani-caiuá – há outras etnias também – do Município e da região de Dourados – há outros municípios.

Eu gostaria de destacar para onde foi esse dinheiro. Nós promovemos, com esse R$1 milhão a distribuição de sementes de milho, de arroz, de feijão, de amendoim, contratamos o preparo do solo, contratamos tratores, distribuímos óleo diesel, estamos com uma atividade muito importante, que é a recuperação dos solos das aldeias, ou seja, comprar e aplicar calcário e termo-fosfato. Desculpem-me as informações mais técnicas: o calcário é para corrigir a acidez do solo e o termo-fosfato para o adubo, o fósforo. Adquirimos ferramentas e as distribuímos, além de kits para o preparo de comida – muitos índios não tinham panela, não têm fogão. Fizemos distribuição de sementes de hortaliças durante o ano passado, aviários comunitários; a Prefeitura local construiu oito açudes na aldeia guarani-caiuá, temos oficinas de cidadania, várias oficinas que tratam, por exemplo, da saúde da mulher, da gravidez na adolescência, que, igualmente ao restante da população brasileira, também atinge a comunidade indígena.

E destacaria, especialmente na região de Dourados, o gasto de R$ 200 mil na recuperação do Centro Nutricional Porta da Esperança, Missão Evangélica Caiuá, que é onde as crianças índias desnutridas são internadas. Gastamos esse valor no ano passado, recuperamos esse centro, R$ 200 mil, e agora queremos construir mais desse tipo de centro para internação de crianças desnutridas.

Então há uma efetiva ação nossa na região. E certamente esse fato não nos indica que devemos ficar como estamos; estamos reforçando as ações. Temos Bolsa-Escola entre as comunidades indígenas, o PETI atende os guaranis-caiuás. São 900 crianças que recebem a bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Há uma casa de família implantada na aldeia guarani-caiuá, há centro de saúde na aldeia guarani-caiuá, e estamos reforçando ainda mais nossas ações, algumas com caráter emergencial.

No começo de fevereiro, tínhamos todo o estoque de alimentos da Conab em Mato Grosso do Sul, o que permitiu a confecção de 528 cestas de alimentos que foram destinadas à aldeia guarani-caiuá, e ontem chegaram mais produtos correspondentes a 1.200 cestas que estão sendo embaladas e distribuídas, quantidade a mais que vamos manter, pelo menos por seis meses, para atender a comunidade guarani-caiuá.

O Bolsa-Família está sendo implantado neste mês de março; 312 famílias das 2.300 famílias guarani-caiuá vão recebê-la, certamente no seu pico, R$ 95,00 para cada uma das famílias.

As ações já eram efetivas, já estavam trazendo resultados, e reforçamos ainda mais. Queria dizer também que temos contado com a solidariedade da sociedade civil. A Pastoral da Criança se incorporou nessa luta. Há 20 voluntários da Pastoral da Criança que estão trabalhando de maneira coordenada com a Prefeitura, com a Funasa, com a Funai, com o MDS, com o Governo do Estado para melhorarmos ainda mais as ações que já estamos implantando.

Creio que já ultrapassei o tempo. Gosto de ser disciplinado no tempo, até porque viemos aqui mais para ouvir do que para expor nossas posições, os nossos dados.

Temos que reconhecer as dificuldades que a população indígena vive no País. É um resgate histórico o que toda a sociedade branca tem de fazer em relação aos direitos dos índios e dos quilombolas. O Governo Federal tem de fazer isso. Temos, aliás, que entender a situação cultural: como essas populações se desenvolveram, quais eram as suas tradições, e tentar, a partir desse conhecimento e desse diagnóstico, implementar as políticas mais corretas possíveis.

Na aldeia guarani-caiuá, há uma situação difícil, que não se resolve a curto prazo. Temos 11.500 pessoas de uma população que não é tradicionalmente agricultora. Os guarani-caiuás não se caracterizam por serem agricultores. Eram povos nômades, coletores. Era uma população que, historicamente, vivia de pesca, de caça, de coleta de frutas e plantas silvestres. Ela vivia numa área extensa, sem limitação. Hoje, 11.500 pessoas – 2.300 famílias – vivem em 3.600 hectares de terra. É uma grande concentração em tão pouca terra. Tivemos recentemente a promulgação de mais 1.200 hectares de terra da Aldeia Panambizinho, no Município de Dourados, feita pelo Governo Lula, o que ajudou a diminuir essa pressão. Entretanto, ela ainda

continua grande. Temos de procurar, cada vez mais, encarar esse problema de frente.

Da nossa parte, entendemos que já fizemos coisas importantes. Já avançamos em ações que melhoraram os indicadores, mas ainda convivemos com indicadores, para a comunidade indígena, assim como para a comunidade quilombola, muito piores que os da restante da sociedade brasileira.

Isso nos diz que não devemos nos conformar com a situação. Se o número de mortos, de fato, diminuiu, neste ano, de 11 para 6 - é isso o que aconteceu, temos que trabalhar com esse número e entender que há progresso -, também temos de entender que ainda morreram 6 crianças indígenas abaixo de cinco anos. Esse número tem de continuar sendo reduzido com um empenho maior da nossa parte, com um empenho maior da sociedade brasileira, com o reconhecimento de que os direitos dos indígenas têm de ser cada vez mais respeitados por todos nós, na construção de uma sociedade mais justa e mais democrática.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou pedir desculpas aos Senadores, pois cheguei atrasado e tenho ainda uma reunião marcada. Entretanto, eu não poderia deixar de estar aqui para saudar José Baccarin, que não é apenas um economista competente; ele é professor da Unesp, com mestrado e doutorado, um intelectual de respeito, tem uma longa trajetória política, foi Prefeito de Jaboticabal, Deputado estadual, Líder de Bancada e um dos fundadores do nosso Partido. É um secretário-executivo da maior competência e vem fazendo uma grande gestão junto ao Ministério.

Ele tem uma outra responsabilidade que é ser meu suplente. Temos de saudar o suplente sempre com entusiasmo, para ele continuar rezando pela nossa saúde. Então, fiz questão de aqui comparecer, para saudá-lo de forma entusiástica, com a segurança de que ele responderá, com muita eficiência, a todo questionamento, de que esclarecerá todos os pontos e de que contribuirá para o debate, que é absolutamente meritório. Está de parabéns a comissão, que, com tanta agilidade, está trazendo esse tema a debate. É um tema muito sensível hoje, em Mato Grosso do Sul e para todos que têm sensibilidade e compromisso com os povos indígenas e com os direitos históricos. Então, peço desculpas a todos os Senadores, ao Presidente e àquele que, quem sabe, um dia virá a se tornar Senador – espero que, por outras razões, ele possa assumir essa cadeira definitivamente. Quem sabe com as eleições o povo possa me destinar uma outra tarefa política e, então, vocês o terão por mais quatro anos abrilhantando esta Casa.

Parabéns à Comissão. Peço desculpas pela intromissão e pela brincadeira. Deixo um abraço ao Baccarin Gomes e a vocês todos. Devo me retirar porque tenho uma reunião com o Presidente Renan Calheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Agradecemos a presença do Senador Aloizio Mercadante, que sempre enriquece o debate e o Plenário. Sabemos que sua saúde é de ferro. Quem sabe São Paulo o leve. Se isso acontecer, quem sabe Baccarin Gomes venha para cá. Possivelmente isso poderá acontecer.

Ouvimos excepcionalmente o Senador Aloizio Mercadante, que tem de se retirar. Mas vamos ouvir os três convidados. Depois passaremos às perguntas.

Com a palavra o Sr. Gaspar Francisco Hickmann, Coordenador da Funasa em Mato Grosso do Sul.

O SR. GASPAR FRANCISCO HICKMANN – Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Paulo Paim, Senador Delcídio Amaral, Deputado Federal Geraldo Resende e demais pessoas presentes, é importante, primeiramente, registrar que a Fundação Nacional de Saúde assumiu a responsabilidade pela assistência à saúde dos povos indígenas no País inteiro no ano de 1999. Desde então, a Funasa vem cada vez mais se estruturando para prestar com a mesma capacidade os serviços com mais qualidade a cada ano.

É importante registrar, na minha opinião, que em Mato Grosso do Sul, em 1999, tínhamos 40 mil índios. Agora, já temos 56 mil índios. Esse é um dado fundamental para que se tenha clareza e para que se possa entender a proporcionalidade dos problemas que hoje existem lá.

Em 1999, nós tínhamos 58 aldeias. Hoje temos 70, fora áreas que ainda estão em conflito. Em 1999, começamos a estruturar o serviço de saúde em Mato Grosso do Sul. Atualmente, temos 18 equipes, que chamamos Equipes Multidisciplinares de Saúde em todo o Brasil, compostas por médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde.

Temos atualmente 150 agentes de saúde indígena, que correspondem a uma aproximação do que é o agente de saúde. São pessoas da própria comunidade que atuam como agentes de saúde lá. Temos também 47 agentes de saneamento, que foram capacitados e qualificados para trabalhar na manutenção dos sistemas de água que já temos dentro das aldeias. Temos hoje cinco nutricionaistas atuando no Estado, cerca de

25 enfermeiras, técnicos em saneamento, uma equipe permanente de manutenção dos sistemas de água, que atendem o Estado inteiro.

Somos um dos primeiros Estados brasileiros a ter 100% de água em 100% das aldeias. Então, a totalidade das aldeias de Mato Grosso do Sul já possui sistema de água, o que não quer dizer que 100% da população sejam atendidos. Não temos a rede chegando a 100% das casas, mas já temos rede, já temos sistema de água em 100% das aldeias.

Atualmente, temos uma frota de 96 veículos no total entre os diversos tipos de veículos atuando, direta ou indiretamente, com relação à saúde indígena. Essa frota, é importante que se diga, a Funasa tem buscado renovar. Boa parte desses veículos é do ano de 1999. Neste ano, a Funasa já colocou cinco novos veículos. O Presidente da Funasa, Dr. Valdir Camárcio Bezerra, esteve em Mato Grosso do Sul, fazendo a entrega de cinco novos veículos. Estamos atualmente construindo duas casas de apoio à saúde indígenas. Estamos atualmente construindo duas casas de apoio à saúde indígena, sendo uma em Amambaia e outra em Dourados. Neste ano, ainda estaremos construindo uma casa de apoio à nação indígena em Campo Grande. Estamos construindo cinco postos de saúde.

Tivemos uma parceria com o Governo do Estado. Fora essa parceria das casas de Dourados, fizemos uma parceria com a agência de habitação do Governo do Estado para a construção de trezentas casas em área indígena.

Em Mato Grosso do Sul, os cento e cinqüenta agentes de saúde indígena recebem uma gratificação mensal de R$106,00. É a mesma gratificação que é paga aos agentes comunitários de Saúde em Mato Grosso do Sul. Este ano, o Governo do Estado estendeu, por meio de uma articulação da Funasa com a Secretaria de Estado da Saúde – à época o Secretário era João Paulo –, essa gratificação, esse incentivo, também aos agentes de saúde indígenas de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de sugerir, Senador, que, ao ouvir as lideranças indígenas, convidássemos para participar o Presidente do Conselho de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul. Temos um Conselho Distrital de Saúde Indígena que funciona nos mesmos moldes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Estadual de Saúde. Esse Conselho Distrital representa a população indígena de todo o Estado de Mato Grosso do Sul. O Presidente do Conselho, inclusive, é um indígena escolhido pelo próprio Conselho. Falo do Sr. Hilário Silva. É um indígena Kadiweu.

Diante dos dados de desnutrição é importante estabelecer que, no ano de 2002, em maio, a Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso do Sul começou a elaborar um diagnóstico da situação nutricional da população indígena, priorizando crianças na faixa etária de até cinco anos. Os dados existem a partir do mês de maio. O primeiro ano em que tivemos dados completos, de janeiro a dezembro, foi 2003.

O levantamento de 2002 demonstra que, de uma forma geral, computando-se todas as etnias de Mato Grosso do Sul, apenas 66% das crianças indígenas nessa faixa etária apresentavam peso compatível para a idade, 15% das crianças possuíam desnutrição severa, 17% apresentavam-se em situação de risco nutricional, 3% tinham sobrepeso. Em 2003, esses percentuais praticamente se mantiveram: 15% com desnutrição severa; 16% com risco nutricional e 67% normais. Em 2004, houve uma redução da desnutrição severa para 12%. O risco nutricional também caiu para 15% e tivemos uma elevação do número de crianças com peso normal para 70%. O sobrepeso ficou com 2%.

É importante destacar que em 2004 conseguimos atingir uma cobertura de pesagem de 90% das crianças. Isso é mais do que qualquer PSF em área urbana. Em 2002, quando iniciamos esse trabalho, conseguimos uma cobertura de 82% de pesagem, de acompanhamento nutricional. Em 2003, conseguimos evoluir para 87%. Agora, em 2004, para 90%.

Ainda com relação à desnutrição, gostaria de passar alguns dados que são específicos da população guarani-caiuá, comparando-se 2002 com 2004. Em 2002, 18% das crianças guarani-caiuá apresentavam um quatro de desnutrição severa. Em 2004, esse índice caiu para 15%. Apenas para que se tenha uma idéia da complexidade e das diferenças entre as etnias, entre os terenas e os Kadiweu, o risco, as crianças com desnutrição severa, em 2002, o percentual era de 2% apenas; e, em 2004, continua com 2%.

De acordo com as informações nutricionais, o percentual aceitável, tolerável, considerado pela Organização Mundial de Saúde, é de até 5%. Então, entre as guaranis, os terenas e os Kadiweus, estamos com 2% apenas de desnutrição severa. 5% das crianças atualmente apresentam um risco nutricional; e 89% dessas crianças estão com peso e altura normal para essa faixa etária.

A faixa etária entre os guarani-caiuá que mais é atingida pela desnutrição severa está compreendida entre o período de seis meses até 3 anos de idade. O pico maior é de 12 meses até o 23º mês, que é exatamente a idade em que há o desmame, quando é necessário que essa criança comece a se habituar com a alimentação.

Gostaria de deixar à disposição da Comissão um CD com todos esses dados e informações que estamos

apresentando aqui e outras mais, apenas para que se tenha uma idéia também da gravidade e até da situação de Dourados hoje. Lá temos o Centro de Recuperação, o Centrinho, que foi implantado já no ano de 2001; no ano de 2003 para 2004, passou por todo um processo de revitalização com recursos do Fome Zero, como o Secretário já colocou. Esse centro atende as crianças do Estado inteiro, não só da etnia Guarani-Caiuá, mas também de Terenas, Kadiweus, enfim, o Estado inteiro é atendido pelo Centro de Desnutrição na de Dourados.

A situação mais grave que temos hoje, do ponto de vista do perfil nutricional, é a de Amambaí. Apenas para que se tenha uma idéia de como é séria e grave a questão da fome entre os indígenas, em Amambaí, em 2003, 26% das crianças apresentavam quadro de desnutrição severa; em 2004, conseguimos reduzir isso para 19% e, de acordo com a informação da nutricionista que temos lá, agora, em janeiro, caiu para 16%. Ainda assim, evidentemente que é assustador, revoltante, indigna qualquer ser humano que vai até uma aldeia dessa e vê essa situação.

No nosso entendimento, do ponto de vista da saúde, trabalhamos com as conseqüências, infelizmente. Nossas equipes atuam para amenizar essa situação toda. Temos, hoje, no Estado, alguns problemas com relação à rede hospitalar, tanto em Dourados, como em Campo Grande. A própria Santa Casa, em Campo Grande, passa por uma situação de intervenção. Muitas vezes, acaba havendo indiretamente uma associação dos óbitos, em razão da precariedade da assistência hospitalar que temos hoje.

Então, em linhas gerais, esses são os principais aspectos que poderíamos colocar com relação à saúde e à questão do perfil nutricional, deixando bastante claro também que atuamos com a conseqüência. A Funasa não atua na distribuição de alimentos ou de suplementação alimentar, e eventualmente, até como é o caso agora, temos feito algumas ações emergenciais para tentar amenizar um pouco o quadro. Mas o papel da Funasa é principalmente o de prestar assistência à saúde. Gostaria de deixar claro também que, em nenhum óbito que aconteceu, houve qualquer omissão das equipes da Funasa. Todas as crianças que faleceram tinham o acompanhamento das equipes de saúde da Funasa. Uma das crianças, inclusive, passou por 29 consultas da nossa equipe médica dentro da aldeia.

Temos diversos fatores que interferem na questão indígena. Não se pode, na nossa opinião, atribuir apenas a uma instituição, a uma única pessoa as causas e as responsabilidades pela solução. Entendemos que a responsabilidade é de todos e estamos buscando as alternativas para melhorar cada vez a situação da população indígena.

É importante esclarecer, por fim, que esse quadro foi muito pior. Hoje, felizmente, na nossa opinião, temos alternativas, como o centro de recuperação de desnutrição, para onde são encaminhadas as crianças, que representa, acima de tudo, uma perspectiva, uma possibilidade de recuperar as nossas crianças e devolvê-las para as suas famílias.

Existem muitas dificuldades devido à complexidade que é lidar com a população indígena. Na nossa opinião, não há um único fator, mas uma diversidade de fatores estruturais e culturais que interferem e estão presentes nesse quadro todo.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Agradecemos a exposição do Sr. Gaspar e passamos a palavra para o Prefeito de Dourado, Sr. Laerte Tetila.

O SR. LAERTE TETILA – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Senadores, Delcídio Amaral e Paulo Paim, Deputado Geraldo Resende e demais autoridades presentes, Senadora Fátima Cleide, muito prazer.

Como os senhores vêm acompanhando, a reserva indígena de Dourados tem sido o foco das atenções em nível nacional, até em nível mundial, por causa da morte dessas crianças que vem acontecendo ultimamente.

Essa visibilidade que ganhou destaque até em nível mundial tem uma razão. Primeiramente, cerca de quatro anos atrás, ao longo da nossa administração, no segundo mandato à frente da Prefeitura de Dourados, foi criado, ao lado da reserva indígena de Dourados, um centro de recuperação nutricional de crianças indígenas. Só de Dourados? Não, para crianças indígenas de todas as 70 aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, o que aconteceu? O único centro de recuperação nutricional que existe em todo o território nacional – um privilégio para as crianças indígenas; nem as crianças brancas do Brasil têm um centrinho como aquele – concentrou crianças desnutridas em Dourados, no centrinho criado há cerca de quatro anos. E, é claro, quando a imprensa tomou conhecimento da existência do centrinho, chegou com a câmera e jogou, em nível até mundial, imagens fortes de crianças índias desnutridas. Não poderia ser diferente, porque o centro foi criado para isso mesmo. E pegou-se a imagem de uma criança, a gêmea de um ano e seis meses, extremamente desnutrida, com um grau de desnutrição severa. Essa imagem que corre o mundo inteiro, em todos os jornais do país e do mundo. E essa criança nem de Dourados não é. Ele é de Amambaí,

mas Dourados é que ficou com a imagem terrivelmente desgastada por causa daquela situação.

Dourados, a nossa aldeia, a nossa reserva indígena, é bom que se diga, tem 11 mil habitantes. Quando se jogaram as imagens de nível nacional, em Dourados havia quatro crianças, em um universo de 36, 37. Dentre as quatro, três, com situação que nem sequer requeria grandes cuidados, já estavam com alta. Apenas uma criança estava em situação de gravidade, num universo de onze mil; as outras eram das aldeias de Amambaia, de Japorã, de Caiapó, de Itacuru e até de Miranda, que fica a cerca de 600 quilômetros de Dourados.

Depois disso não, param de chegar crianças de outras aldeias, de outras etnias, para serem atendidas em Dourados. Quer dizer, Dourados quis fazer um gesto tão humano, tão cristão ao receber crianças desnutridas para serem tratadas, e está sendo muito desgastada na sua imagem.

Quando se fala da aldeia indígena de Dourados, quando se fala dos índios guarani-caiuás da minha região, da região da grande Dourados, está-se falando de duas etnias guaranis, ou seja, a mais miserável, a mais empobrecida nação indígena de todo o território nacional. Não existe em nenhum outro lugar, nem no Brasil, nem na América Latina, uma aldeia indígena que reúna problemas tão profundos e complexos como aqueles que verificamos na aldeia indígena de Dourados.

Ali tudo começou em 1915, com o SPI. Na porta da cidade, ao lado do perímetro urbano, colocou-se essa aldeia que era para 300, 400 índios, e hoje tem 11 mil índios. Num espaço de apenas 3.500 hectares de terras se concentram 11 mil índios.

Estamos falando aqui não de uma simples aldeia, mas da aldeia mais populosa, da aldeia com a maior concentração demográfica, uma aldeia de que, há quinze, vinte anos, Darci Ribeiro, Egon Schaden, Thomas Bas, enfim, todos os indigenistas, as autoridades no assunto, já falavam que aqueles índios estavam em regime de confinamento humano, quando havia cerca de cinco a seis mil índios. Agora a população dobrou e o regime não é mais de confinamento humano, mas de explosão demográfica, porque os 3.500 hectares são infinitamente insuficientes para comportar onze mil almas. E o que agrava ainda mais: próximos da cidade, os índios absorvem todos os vícios, tudo aquilo que há de negativo dentro do espaço urbano.

Mas não é só isso. Dentro desse espaço, se houvesse apenas uma única etnia, a situação seria bem melhor, mas são três etnias num único espaço geográfico. Imaginem vocês o conflito intercultural, o conflito de lideranças que existe ali. Está tudo errado dentro da aldeia indígena de Dourados.

Então, senhores, aquela aldeia está exposta a todo tipo de problema: alcoolismo, drogas, violência, prostituição juvenil, HIV, tuberculose, maternidade precoce. Tudo o que os senhores imaginarem existe, e de maneira muito grave dentro desse espaço.

Se isso não bastasse, existe lá uma péssima divisão fundiária, uma forte concentração de terras. O pouco de terras se concentra nas mãos de poucos. A grande maioria não tem terra para nada; tem apenas a casa, mas não tem nem um palmo de terra para plantar sequer um pé de mandioca. Essa é a realidade. O comércio de terras informal que acontece dentro dessa aldeia é um verdadeiro absurdo, onde uns concentram e outros ficam absolutamente sem nada.

O arrendamento das terras, dentro dessa aldeia, é a maior vergonha que existe. Fazendeiros arrendam terra. Cerca de trinta, quarenta, já chegou a até cinqüenta por cento das terras indígenas ocupadas por soja. Fazendeiros que não têm a mínima responsabilidade social arrendam terras para plantar soja cujo cultivo exótico não tem nada a ver com o processo de alimentação daquela população, não tem nada a ver com a cultura daqueles índios.

Essas aldeias, depois das melhorias que foram feitas pelos governos federal, estadual e municipal, e não foram poucas, exercem um verdadeiro fascínio, uma verdadeira atração populacional, uma migração incrível acontece nas aldeias de toda a nossa região, só de guarani-caiuás são 22 aldeias organizadas, fora os ex-aldeados, ainda os índios que vêm do Paraguai, que também são guaranis e que se deslocam até essa aldeia para aumentar ainda mais a pressão populacional.

Essa pressão populacional aumenta também pelo crescimento vegetativo. Nascem a cada ano cerca de 450 a 500 crianças dentro daquela aldeia, então o espaço está sendo extremamente pressionado. Não há no Brasil nenhum espaço rural com uma pressão populacional tão forte como aquela que ocorre nessa aldeia.

A água sempre foi um problema. Não pensem os senhores que basta perfurar um poço e já se obtém a água doméstica. Não. O solo é fértil, mas por baixo do solo há uma laje de pedra, pedra-ferro, é impossível perfurar poço, tem que ser através de rede de água. Hoje temos 37km de rede de água já implantados, com tremendo esforço da Funasa, da Prefeitura, mas ainda falta duplicar, ou mais do que isso ainda, para que a água tratada possa chegar a todas as casas e promover o saneamento da aldeia, porque se existe a carência alimentar, existem também milhares de crian-

ças lá que convivem com as próprias fezes por falta de saneamento, por falta de água tratada, por falta de instalação sanitária.

Providências estão sendo tomadas. Há cerca de mil casas, duzentas estão sendo construídas agora, mais 400, a serem iniciadas, já estão garantidas, e a meta é chegar a mil casas. As outras 400 não garantimos ainda, mas 600 estão garantidas. Havendo casa, há instalação sanitária, há água tratada e há também o saneamento tão necessário, tão urgente que se faz dentro daquela aldeia.

Como conseqüência desse regime de confinamento, que já não é mais confinamento, já é explosão demográfica... Por que digo que é explosão demográfica? Porque a população não agüenta mais, ela tem que se deslocar, tem que buscar o trabalho externo, que lá chamamos de "changa". Tem que "changuear", senão não sobrevive. Então, o que acontece? Cerca de 1.500 a 2 mil homens que representam a fina flor da força de trabalho daquela aldeia não está dentro da aldeia, está fora da aldeia, trabalhando nas usinas de álcool, em fazendas e por aí afora, homens que ficam cerca de um, dois, até três meses fora de suas casas, desestruturando completamente as suas famílias, porque a linha dentro da aldeia não é a linha matriarcal, e sim a patriarcal, o pai é o centro da família, onde vai o pai vão os filhos, vai a mãe, em fila indiana, é assim que vivem os guaranis-caiuás. Retira os pais, desestrutura tudo. Quando os pais voltam é aquele conflito tremendo, há um problema sério ali de desestruturação familiar e, claro, quem sofre com isso tudo são as crianças, em última análise.

Então, é uma tensão cumulativa, é uma instabilidade emocional que se reflete na aldeia, reflete-se na evasão escolar, reflete-se na gestação precoce, na desnutrição, na mortalidade infantil, reflete-se nos suicídios, a maior vergonha de toda a América Latina, não há nenhum espaço na América Latina tão vergonhoso como na aldeia indígena em Dourados pela quantidade de suicídios que lá ocorreram.

Agora, é coisa dos Governos atuais? Não, isso é um processo cumulativo, histórico, que vai sendo pressionado, tornando-se cada vez mais explosivo à medida que o tempo passa. À medida que aumenta a migração para dentro da aldeia, que aumenta o crescimento populacional, o crescimento vegetativo, não sabemos no que vai dar aquilo lá.

Se os Governos federal, estadual e municipal não tivessem tomado todas as providências que tomaram até agora, nesses últimos seis ou sete anos, imaginem vocês – talvez eu possa estar errado na minha avaliação, mas já teria ocorrido, no mínimo, uma invasão da comunidade indígena sobre a comunidade branca de Dourados. Dourados é uma cidade de 200 mil habitantes que convive com essa realidade.

Então, senhoras e senhores, o problema é extremamente complexo. No ano passado, para coroar tudo isso, ainda houve a perda de lavouras, porque a seca não castiga só os agricultores da região, não. Ela acontece também dentro da aldeia, e foi uma seca terrível. O pouco que restou da produção foi ceifado pela seca.

Também um problema que agravou essas cinco ou seis mortes foi o atraso no salário dos agentes de saúde da Funasa. Por culpa da Funasa? Não. O que provocou esse atraso? Problemas de legalidade. O Governo só podia liberar esse dinheiro para a ONG da missão Caiuá, para repassar para os agentes de saúde, com autorização da Câmara dos Deputados, em que, como sabemos, no final do ano passado, houve bloqueio de pauta que acabou matando criança lá na ponta. Não quero dizer que a causa seja só essa, mas há um complexo de causas que levam a morte de crianças. O trancamento de pauta, com certeza, colaborou para isso. Bastou destrancar a pauta para os recursos chegarem lá e os agentes voltarem a trabalhar. É um ato contínuo. Após a greve, as crianças morreram. Em cerca de um mês e meio a dois de paralisação, os agentes deixaram de visitar as casas e fazer um acompanhamento sistemático.

A quantidade de seitas religiosas que tem dentro da aldeia é brincadeira. São mais de vinte e cinco seitas, provocando um verdadeiro choque cultural, pois os valores defendidos pelo cristianismo nem sempre se enquadram ao dos caiuás. Há seitas que pregam até o apocalipse, para complicar tudo. Preconceito e discriminação acontecem, até mesmo o fechamento da rádio comunitária. Imaginem os senhores: onze mil índios, quase a população de uma cidade. A metade da cidade de Mato Grosso do Sul não tem a população dessa aldeia, e eles não têm sequer o direito de ter a sua rádio comunitária, que foi implantada mediante contados entre Prefeitura e a Universidade Federal de Goiás, que foi lá e implantou com todo carinho.

Imaginem um técnico chegando lá para falar sobre desnutrição. Como reunir toda essa gente? Chega outro técnico para falar sobre métodos de agricultura; de que maneira? A população é toda pulverizada, não há arruamento, cada qual tem o seu lote; a população fica toda espalhada. O problema da comunicação é gravíssimo. A Anatel não poderia ter cometido essa maldade de ir lá mandar fechar, através da Polícia Federal, o único meio de comunicação que eles tinham. Como se comunicar agora? De bicicleta? De casa em casa? É uma loucura uma aldeia daquela não ter como se comunicar através de uma rádio comunitária.

Quando se fala das imagens fortes das crianças que morreram, das crianças desnutridas, temos que contextualizar isso, porque hoje em dia temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério Público muito bem organizado, mecanismos de controle social para denunciar, para acompanhar, para ajudar, a imprensa muito melhor organizada. Há alguns anos não havia nada disso.

Fui integrante do grupo de apoio ao índio de Dourados, do Conselho Estadual dos Direitos dos Índios, do Cime, como voluntário, da Pastoral do Índio, enfim, essa foi a minha luta antes de ser Prefeito, Vereador e Deputado. Sou Professor da Universidade Federal, há 35 anos acompanho o que acontece na aldeia, e me considero um leigo, porque falar de cultura indígena é extremamente difícil, uma vez que não sou antropólogo ou historiador, mas apenas um geógrafo, que, por estar sensibilizado com a causa, tem feito acompanhamento. Escrevi e editei livro sobre Marçal de Souza e Tupaí. Digo aos senhores que a grande discussão que se fazia até 1995 era sobre a extinção sistemática que estava acontecendo dos índios caiuás e guarani da nossa região. O grande apelo era no sentido de não se deixar acontecer a extinção. Agora é incrível o crescimento populacional dos guarani-caiuá. Claro que, com esse crescimento que está havendo em todas as aldeias, o problema hoje é outro. E como viabilizar a vida, a organização sociocultural desses índios dentro das suas próprias aldeias e até fora delas?

Está aí colocado esse problema.

O nosso trabalho tem sido humilde, porém a Prefeitura tem conseguido firmar parcerias com o Governo do Estado e com o Governo Federal. E lanço até um desafio, não para afrontar alguém, com humildade até: penso que nenhuma administração pública municipal tenha se envolvido tanto com a questão indígena como a de Dourados. Temos nos envolvido de corpo e alma, com os recursos de que dispomos.

Quanto à saúde, por exemplo, a mortalidade infantil dessa aldeia foi reduzida; era de 140 por mil. Chegamos a níveis entre 40 e 50, agora está entre 50 e 60 por mil, mas houve momentos de redução de até 70%.

Como diz o Baccarin, estamos construindo a Casa do Índio para atender aos índios não só de Dourados, mas de toda a região, índios que necessitam de tratamento médico e que não têm onde parar.

Estamos providenciando a rede de água. O centrinho recebeu R$200 mil em investimentos em obras e em equipamentos na sua revitalização pelo programa Fome Zero, além da construção de um novo posto de saúde dentro da aldeia.

O programa de habitação e saneamento indígena, de que falamos aqui, que tem a meta para mil casas, mas estão garantidas seiscentas.

Providenciamos a contratação de 19 profissionais de saúde pela Prefeitura Municipal, entre médicos, odontólogos, técnicos, agentes comunitários e auxiliares, a introdução de programas de controle a drogas para estudantes, como o Proerd, em parceria com a Polícia Militar e o fornecimento de cinco mil litros de leite por mês para as famílias mais carentes.

Na agricultura, a Prefeitura prepara 700 hectares de terra todos os anos, utilizando dois tratores permanentes e dois temporários, com fornecimento de quinze mil litros por ano.

Para o programa do peixe, construímos dez açudes grandes muito bem feitos. Já se produziu ali dentro cerca de 17 toneladas de peixe, porque estamos começando agora essa atividade. É uma coisa importante, porque é difícil separar o índio da água e do peixe; faz parte da cultura deles.

Construímos dez casas de reza, que é o ponto de aglutinação, onde os índios combinam os mutirões, os trabalhos coletivos. Isso é muito importante para resgate, inclusive, da sua cultura.

Implantamos 40 aviários domésticos para criação de galinha caipira e o controle de formigas dentro da aldeia, porque não adianta plantar se tudo é destruído. Então, temos um controle sistemático nesse sentido.

Na área de educação, criamos a Coordenadoria de Educação Escolar Indígena, que nunca houve antes, além da implantação de 5ª e 8ª séries nas aldeias e do ensino médio.

O transporte escolar foi regularizado e foi duplicado o número de ônibus. A merenda escolar está regularizada e melhorada. Implantamos o programa Bolsa-Escola Federal. Das três mil bolsas-escolas Federal do Município de Dourados, quinhentas são para crianças indígenas. Talvez seja a única aldeia do Brasil que tenha Bolsa-Escola federal, por iniciativa nossa.

Houve a implantação do programa PETI, que atende 160 crianças carentes da reserva. O único PETI indígena que existe no território nacional, fomos nós que implantamos nessa aldeia.

Construção de escolas e convênios com a universidade Uniderp, para oferecer aulas de computação para crianças indígenas. Nós estamos, neste momento, construindo mais seis salas de aula, na escola Araporã – processo em andamento desde o final do ano passado.

No campo da inclusão social, temos a construção do Centro Cultural Guateca, que, depois de pronto, foi incendiado, lamentavelmente; a construção da sede do PAIF, que é o Programa de Atenção Integral à Família.

Ele já está construído e já o estamos colocando em prática com psicólogos e assistentes sociais; a implantação da rádio comunitária Avaeté, em parceria com a Universidade de Goiânia, que, infelizmente foi lacrada; programa de segurança alimentar; bolsas de alimentos para 1.722 famílias, uma parceria do Governo do Estado com a Prefeitura; o Programa Fome Zero, que agora começa a distribuir 1.200 cestas, por seis meses, em caráter de emergência; a construção da Casa do Índio, que já mencionamos; oficinas de artesanato; bolsa-família; criação e implantação do Conselho Municipal para as crianças indígenas.

Na parte de infra-estrutura, recuperação de estradas em cascalhamento – pela primeira vez isso ocorreu no interior da aldeia; construção de ciclo-faixa, em parceria com o Estado; construção de rotatórias, na entrada das aldeias; e, só para concluir, implantação de placas de sinalização e desativação do lixão municipal. Todo o lixo da cidade ia para a beira da aldeia. Nós o desativamos e construímos o primeiro aterro sanitário de Dourados, há mais de 15 quilômetros de distância da aldeia, justamente para melhorar a questão do saneamento; ampliação de reserva do Panambizinho, que de 600 hectares foi para 1280; além das ações na área da cultura, do esporte e do lazer.

O nosso tempo é bastante exíguo, mas, Sr. Presidente, também tenho aqui três páginas de propostas concretas, elaboradas pela nossa equipe da Prefeitura Municipal, com o auxílio também de alguns segmentos da sociedade organizada. É claro que não haverá tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr. Prefeito, remeta as propostas para a nossa Comissão, para que sejam inseridas no trabalho.

O SR. LAERTE TETILA – Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar algumas dessas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr. Prefeito, essas propostas, V. Exª as faça por escrito. Agora, o nosso tempo terminou e vão começar os debates. Faça-as por escrito. Terei o maior prazer. Nós as divulgaremos aqui, inclusive.

O SR. LAERTE TETILA – Elas já estão por escrito e já as estou passando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para ajudar nos questionamentos e perguntas, S. Exª pode até ter a oportunidade de apresentar a proposta concreta, que nos interessa saber também.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Justamente. Perfeito. O Representante da Funai de Mato Grosso do Sul não compareceu. Queremos agradecer, de início, a exposição dos três convidados, que foi muito elucidativa, mas vamos fazer outra audiência pública ainda, devido à convocação, digamos assim, de entidades e de usurários desta área, o que pode perfeitamente nos trazer novos fatos. Verificamos, pelas exposições, que se tudo estivesse ocorrendo, a vida do indígena estaria boa e tranqüila, não existiriam todas essas mazelas que estão ocorrendo.

Eu faria algumas colocações, para fazer duas ou três perguntas, inicialmente. Depois concederei a palavra aos Senadores.

O Secretário Baccarin afirmou que agora está melhorando a questão da mortalidade infantil. No ano passado, foram onze e, neste, são só seis. Mas seis nos primeiros dois meses, só nos primeiros dois meses. Se multiplicarmos esse seis por seis serão 36. Não é nenhuma vantagem para nós haver somente seis nesses dois últimos meses.

A questão das casas é muito importante, pois são 32 agentes. Os R$5 milhões que foram repassados, em convênio, para o Governo do Estado - e veja que todos nós percebemos, pela palavra do Prefeito também – foram pulverizados praticamente, desde o semestre de 2003 para 2004. São dois anos de execução desses R$5 milhões.

Primeiro, é uma verba irrisória que quase não resolve muita coisa sem deixar de ser significativo. Mas também não se falou, por nenhuma das autoridades a não ser pelo Prefeito Laerte Tetila, sobre o suicídio dos índios dessa aldeia de Dourados. Em 2000, houve 47 suicídios; em 2001, 42 suicídios; em 2002, foram 57 suicídios; em 2003, houve 54 suicídios; em 2004, foram 42 suicídios. Ou seja, 242 suicídios no Estado. Em cinco anos houve 242 suicídios de índios no Estado de Mato Grosso do Sul. É um número que arrepia! E praticamente guarani-caiuá, não é? É o número que o bom senso repele de maneira veemente, porque nada justifica que esteja acontecendo tudo isso. Ouviremos algo sobre suicídio na próxima audiência que vamos convocar para a quinta-feira, com o fim de se justificar um pouco esses suicídios. Também algumas entidades e o hospital virão para falar sobre o que está acontecendo ali, na realidade, que gerou essa situação difícil que estamos vivendo.

O Sr. Gaspar, da Funasa – naturalmente, como toda instituição envolvida com índios –, diz assim: a nossa área é a saúde; nós estamos até extrapolando a nossa função. Mas, ao mesmo tempo, vejam o que a Funai diz para a imprensa nacional: “Funai aponta falha no Fome Zero dos índios”. Então, cada entidade joga a culpa na outra. É isso que gera a perplexidade em razão do número de suicídios e de mortes e do desencontro das autoridades quando exprimem os seus programas.

Reafirmo que me parece que falta uma ação central dirigida à questão indígena. É preciso que haja um responsável que coordene todas as ações. Somam-se, parece-me, 700 mil índios hoje no País. É um número que pode perfeitamente ser alcançado pelo Estado, então que se dê uma solução mais concreta, material e objetiva, para que não fiquem essas entidades jogando culpa em cima da outra.

Estamos vendo cada vez crescerem mais os fatos negativos, e o Prefeito Tetila, como todo prefeito, está angustiado, porque acontece na área dele, dentro da Prefeitura. Ele sai à rua e vê o índio passando e pedindo esmola. Ele sai para a zona rural e encontra o índio em estado lastimável. Faz um esforço muito grande e o que recebe de ajuda, de sustentação?

Não é a Prefeitura a responsável pela questão indígena, que é uma questão nacional! É uma questão federal, antes de tudo. Existe a sua estrutura em município? Sim. Mas o município não pode ser o responsável, dessa maneira, pela condução da vida do índio. É preciso que haja a integração de todas essas estruturas dentro de uma política muito bem definida, com um responsável pela execução.

O Prefeito Tetila disse que houve o trancamento da pauta aqui no Congresso Nacional por causa de medida provisória, etc. Não é fato concreto dizer que ali não há recurso porque depende da aprovação de um crédito extraordinário. Meu Deus do céu! Será que contratar um agente sanitário, um agente de saúde depende da liberação de um projeto no Congresso Nacional para soltar dinheiro para os agentes comunitários ou agentes de saúde?

Tudo isso revela as mazelas nas quais está vivendo o índio que não tem a quem recorrer. Cada um puxa para um lado; ninguém se coordena e parece que não se sentam juntos para conversar.

Nós não trouxemos também, para esta audiência, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que é o conveniente com esses R$5 milhões. Além desses R$5 milhões que estão em execução pelo Estado, o que mais o Estado está fazendo? Também está distante? Creio que essa distância entre as instituições tem se reduzir; isso está nos angustiando na observação dos fatos.

Vi ontem, por exemplo, o Presidente da Funai respondendo a uma afirmação que fiz: do jeito que a Funai vai indo é melhor extingui-la. Ele falou: "Mas é porque não há uma ação em favor do índio, a não ser demarcação de terra, que é importantíssimo, mas não pensa na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida do índio". Ele disse que o problema do índio não é a questão da nutrição; é questão de terra.

Também questão de terra, mas eu digo para V. Exª, Senadora Fátima Cleide, que Mato Grosso do Sul, Dourados, são apenas 3.500 hectares, ou seja, 35 km² para 11.500 índios. Em Javari, no Amazonas, são 85.000 km², e só existem 3 mil índios. Mortalidade, no mês de novembro, parece-me, foi de 5 ou 10 crianças indígenas.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O Estado brasileiro tem que garantir para que não ocorra amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Estou fazendo a minha exposição, depois V. Exª usará da palavra.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Mas o senhor está um pouco delongado demais. Existem outras partes também na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Mas estou na Presidência.

Nós requeremos esta audiência pública e não vamos deixá-la passar em branco, deixar as coisas acontecerem simplesmente pela exposição. Estamos aqui para discutir e cada um tem a palavra no seu devido lugar.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem. Sr. Presidente, eu não o desrespeitei, portanto peço que V. Exª fale comigo um pouco mais ameno.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não estou dizendo que V. Exª desrespeitou, mas não foi dada a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Então estou pedindo agora para dizer a V. Exª que, lá no Amazonas, precisa haver esse tanto de terra para aqueles 3 mil para que amanhã eles não venham a passar por essa mesma situação que estão passando hoje os caiuás, no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sim, não discordo de forma alguma. Só estou dizendo que não é por causa da terra que existe a fome. A fome está lá, a mortalidade infantil indígena está lá, do mesmo jeito. Sei perfeitamente que todos nós temos razão quando vemos em Dourados apenas 3.500 hectares. Um absurdo! Isso é um confinamento do índio em tão pouca terra, mas não dê desculpa que a terra é responsável pela mortalidade infantil e o abandono do índio, porque nas grandes regiões, com grande extensão de terra, também está perecendo em grande parte o índio. Há notícia toda hora no jornal que está acontecendo isso. Portanto, é preciso – essa é a colocação que faço, não sei se todos têm o mesmo entendimento – ter um órgão ou alguém responsável pela condução dos trabalhos em favor do índio no País. A Funai, desestruturada, sem pessoal, sem dinheiro, falando em demarcação, que é muito importante, fica

só na demarcação, não faz nada. Tanto assim que não compareceu nesta audiência, e foi convidada.

Faço essas considerações, sem fazer nenhuma pergunta, e passo a palavra à primeira inscrita, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, cumprimentar os nossos convidados da manhã de hoje e dizer que esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Cada Senador tem três minutos para fazer a pergunta a qualquer um dos convidados ou a um convidado separadamente. Terá também três a cinco minutos o convidado para responder à pergunta, objetivamente.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu também não farei nenhuma pergunta, apenas comentários, da mesma forma que o Presidente usou o seu tempo.

Quero dizer que os nossos convidados expuseram, cada um, sobre a sua área, às vezes, até fazendo um pouco mais, como a Prefeitura, porém eu também concordo com V. Exª, Presidente, quando diz que a questão dos direitos indígenas neste País não se resume somente à terra. Ela é o principal motivo de chegarmos hoje a essa situação em que se encontram os nossos índios em Dourados, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul; enfim, por todo o nosso País.

Mas eu gostaria também de mencionar um componente que considero fundamental para que se tenha chegado à situação de Dourados, no Mato Grosso do Sul, e brigamos todos os dias para que isso não aconteça nas outras unidades da Federação com o que resta desse povo que deu origem à nossa sociedade, que é o modelo econômico. Esse, para mim, é o grande desafio.

No Mato Grosso do Sul, foi-se expandindo a monocultura sobre as áreas indígenas, e os índios foram sendo retirados das suas terras; hoje estão confinados, como V. Exª mesmo falou. E o que é pior: temos a notícia de que, por esses dias, um outro povo, não os caiuá, mas os marangatu, recebeu uma ordem de despejo. São mais ou menos 500 famílias, se não me engano, que vivem em cerca de 26 hectares.

Então é um problema sério, sim, e é muito importante que esta Comissão se debruce sobre esse problema da questão indígena. Não se trata apenas de responsabilizar o órgão "a", órgão "b" ou órgão "c".

Eu gostaria de deixar aqui também, já que o tempo é curto, os pleitos da Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, que solicita imediatamente a criação de uma força-tarefa nacional interministerial, com a participação de representantes de organizações indígenas.

Isso que V. Exª diz está correto. O Governo Federal tem feito, sim, o Governo Estadual tem feito, o Município tem feito, mas essas ações têm sido desarticuladas; elas precisam também da participação da principal população a ser beneficiada com essa ação, que são as populações indígenas.

Além disso, é preciso retomar imediatamente à mesa de diálogo permanente com os povos indígenas, como espaço privilegiado para a retomada do processo de discussão.

É preciso que se dê divulgação imediata ao relatório elaborado pelo grupo de trabalho indígena, nos anos de 2003 e 2004, o qual, desde junho de 2004, está pronto, e até este momento não foi divulgado; encontra-se na Casa Civil.

É preciso garantir as medidas que assegurem aos povos indígenas o gozo em condições de igualdade dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população, sem ferir a sua diversidade cultural, muito pelo contrário, respeitando, valorizando e resgatando principalmente as tradições culturais desse povo.

E é preciso que o Ministério Público Federal participe dessa mesa para a garantia dos direitos dos povos indígenas, as diversidades e a sua própria cultura, atuando como facilitador do diálogo com o Governo e os povos indígenas.

Penso que temos que tomar essas atitudes, temos que retomar todo um trabalho que já foi iniciado anteriormente, para não ficarmos apenas culpando "a" ou "b", mas que efetivamente o Governo Federal atue de forma organizada e com uma ação inter-institucional, para que possamos, de fato, com a participação dos indígenas, encontrar as soluções que são necessárias e cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, primeiro cumprimento-o pela iniciativa deste debate que trata sobre a vida da nossa gente, do nosso povo.

Sem sombra de dúvida, ao longo desses 505 anos, a nação indígena sempre foi massacrada. Faço essa introdução, porque, na cobertura que a nossa **TV Senado** dá ao Brasil todo, tenho que lembrar que os índios foram massacrados no longo da nossa Historia.

Ao mesmo tempo, cumprimento, aqui presente, o Sr. Laerte, Prefeito de Dourados, pela sua exposição. S. Exª mostrou um quadro realista da sua ação com os índios em Dourados. E, da sua exposição, o

que mais marcou este debate é a questão da quantidade de terra. S. Exª deixou muito claro que os índios estão confinados e que não há resposta, num espaço de terra tão pequeno, que se possa dar de imediato, se não atender também a questão da demarcação efetiva da terra dos indígenas de Dourados. Por isso cumprimento S. Exª. Foi uma bela exposição, realista; não dourou a pílula, mas deixou claro que temos que tomar medidas de imediato.

Questões como o confinamento me lembram da questão do negro. Presido a Comissão Parlamentar que deverá discutir, mesmo nesse espaço, a igualdade racial. Num momento como esse, é fundamental buscar saídas. Quero dirigir a S. Exª a primeira pergunta.

Gostaria muito de ouvir as propostas que S. Exª tem em mãos, apontando caminhos que possamos, efetivamente, trilhar na situação desesperadora das nossas crianças, do nosso povo, dos índios, enfim, num momento como esse.

Também que fiquei muito bem impressionado com a exposição do Gaspar, da Funasa, demonstrando que o Governo está investindo na área, está fazendo o possível ao longo desses dois anos.

Também o José Baccarin, na sua exposição, deixou muito claras as iniciativas tomadas até o momento. Quando digo que esse problema é secular, refiro-me a 505 anos, mas não vou também querer – eu que sou considerado um rebelde, e sou da base do Governo – que o Governo Lula resolva uma questão de 505 anos em dois anos. A exposição feita aqui pelos três painelistas mostra que estamos avançando. Como digo sempre: fizemos muito, mas há ainda muito por fazer.

Gostaria de dirigir ao Baccarin três perguntas diretas. Sei que o Ministério do Desenvolvimento Social também tem outros encaminhamentos, como o programa da Carteira Indígena. Gostaria de saber como funcionará, para onde caminha, enfim, como está o programa da Carteira Indígena. Também por parte desse Ministério há outras políticas estruturantes nessa área. Que políticas são essas?

Gostaria de saber um pouco mais como está a distribuição de cesta de alimentos para os índios, já que S. Exª está na coordenação dessa área tão importante, que é a política de combate à fome, uma iniciativa do Presidente Lula, com repercussão internacional. Claro que essa questão específica dos índios acabou repercutindo em todo mundo e queremos saber como está esse encaminhamento também.

Gostaria de dizer também, Senador Juvêncio, que encaminhei à Mesa a solicitação para que esta Comissão crie a Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e da Inclusão, com o aval de V. Exª, neste ano em que o Presidente Lula baixou um decreto intitulado o "Ano da Igualdade Racial".

V. Exª sabe que trabalho muito com a questão do negro e fui subsidiado pela assessoria para prestar alguns informes e questionamentos quanto à questão indígena. Mas quero que essa subcomissão venha somar não só na questão do negro, mas também na questão indígena, que é tão importante para toda a nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Consulto o Senador Capiberibe, apesar de ter chegado agora, se tem alguma pergunta ou alguma observação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB–AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores expositores, lamento profundamente, devido a algumas dificuldades, não ter chegado para participar, mas gostaria, em rápidas palavras, de contribuir, porque me sinto chocado quando ouço notícias de que, numa área de imensas riquezas como é o caso do Estado do Mato Grosso do Sul, uma população indígena, confinada numa pequena área, está morrendo, literalmente, de fome diante dos olhos da sociedade brasileira que acompanha os genocídio dos povos indígenas ao longo dos 500 anos. Isso me faz lembrar que observamos as dificuldades e os problemas envolvendo as diversas etnias indígenas do nosso País com o olhar do homem branco. Enquanto persistirem tanto as instituições públicas como o conjunto da sociedade, inclusive meus próprios assessores, eles vão discutir os problemas em função do que falhou na Funai e a Funasa.

A realidade é outra. Não é possível aquela população, digamos de 1.500 índios, com uma cultura absolutamente diferente, a cultura da caça, da pesca, uma cultura milenar, sobreviver numa área de 3.500 hectares. O problema é a terra. Se nós quisermos resolver o problema, teremos que observar a partir da ótica cultural dessas populações que dizimamos através dos séculos.

Fui Governador do Amapá e tive a preocupação de assegurar minhas convicções democráticas. Considero que só será possível construir uma nação ou um país democrático quando conseguirmos conviver com as diferenças, respeitá-las e tratar com eqüidade o conjunto das populações que vivem no nosso País.

Encomendei a alguns antropólogos da USP um projeto de saúde indígena para os povos Oiampi que vivem nos primeiros contrafortes da Serra do Tumucumaque. E eles apresentaram um projeto, na época, com o valor – lembro como se fosse hoje – de R$350 mil para uma população que não ultrapassava, na época, 500 indivíduos. E eles já haviam se recupe-

rado, porque esses oiampi passaram pelo processo de genocídio quando, por uma das megalomanias da Ditadura Militar, se iniciou a construção da perimetral norte, que chegou exatamente nas terras onde viviam os oiampi. E, desde 1973, em pouco tempo, eles foram reduzidos a menos de 200 indivíduos. Esse projeto de educação indígena custaria R$350 mil para 500 indivíduos. E o meu Secretário de Educação à época, homem progressista e humanista, contestou, dizendo que aqueles gastos eram irreais, porque gastávamos menos de R$150 para a população branca, a sociedade dominante, a sociedade envolvente. Então, não poderíamos nunca gastar R$350 mil em um ano para fazer um projeto de saúde indígena a partir da necessidade dos índios.

Para concluir, Sr. Presidente, perguntei ao meu Secretário: no ano passado, quanto gastamos com a saúde indígena? "Não gastamos nem um centavo." E no ano retrasado, nos últimos dez anos, no último século? Não havíamos gasto. Enquanto não compreendermos essa dívida histórica não haverá saída. Faremos audiências públicas, tomaremos uma série de decisões, como dar cestas básicas, mas o que resolve é devolver a terra para os índios, porque eles são os legítimos donos dela.

Nossos ancestrais portugueses chegaram com a cultura da pilhagem neste País; definitivamente, temos de acabar com essa cultura da pilhagem e respeitar os direitos garantidos na Constituição brasileira. O direito à terra é garantido a todos os povos indígenas. Se não resolvermos o problema da terra, nada será resolvido e essa população vai desaparecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Agradeço a contribuição do Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Secretário por cinco minutos, pedindo-lhe que seja o mais breve possível na resposta e em suas considerações finais.

O SR. JOSÉ GIÁCOMO BACCARIN – A participação da Senadora Fátima Cleide, o Senador Paulo Paim, do Senador João Capiberibe, é uma satisfação vê-lo no Senado... A luta do Paulo Paim não é rebeldia não, é a luta para manter um compromisso histórico com a população brasileira.

Senador Juvêncio da Fonseca, vou comentar duas questões da sua intervenção. Primeiro, precisar o número: quando falei que morreram 6 índios este ano, nos dois primeiros meses, comparei com os dois primeiros meses do ano passado. Em janeiro e fevereiro de 2004, morreram 11. Então, não comparei com o ano todo de 2004; foi com o mesmo período. Pode acontecer, em março ou abril, um aumento, porque dois meses é pouco para se ter uma idéia – um ano, às vezes, é pouco. A comparação é esta: janeiro e fevereiro de 2005 com janeiro e fevereiro de 2004. Houve uma queda de 11 mortes para 6. É uma informação que deve ser destacada para tomarmos conhecimento da real dimensão do problema, mas não é uma queda boa. Queda boa é aquela a que vamos chegar quando os índices de mortalidade infantil da população guarani-caiuá forem semelhantes aos do restante da população brasileira. Mas, houve de fato um progresso nos dois primeiros meses do ano.

Queria destacar também da sua intervenção, Senador, a necessidade que é sempre um desafio para quem está na administração pública, de integração e de coordenação das ações. O Senador e Governador do Amapá sabe muito bem o quanto é difícil, diante de tantas tarefas que temos no dia-a-dia da administração, a de coordenação. Isso é sempre um desafio e é necessário trabalhar com esse espírito e nessa direção.

Nessa ação em Dourados, a coordenação vai servir de exemplo, certamente, para as ações em outros lugares. Há uma coordenação muito forte, com a presença da Funasa, da Funai, da Pastoral da Criança, da sociedade civil, do Governo do Estado, do MDS, da comunidade indígena, de todos que estão relacionados com a questão.

É importante trabalharmos nessa direção. Ninguém tem que ser o pai da criança. A questão é de toda sociedade e não podemos ter nenhum tipo de disputa indevida. Cada um, na sua competência, tem que mostrar a sua parte, participar com o seu empenho para resolvermos essa questão. Concordo que sempre temos que trabalhar por essa coordenação, essa precisão da ação pública. Esse é um desafio para todos nós. E é com esse espírito que estamos trabalhando.

Na intervenção da Senadora Fátima Cleide, S. Exª trouxe algumas lembranças importantes, de retomada de alguns documentos e de algumas deliberações. Vou pedir depois para a Senadora me passar por escrito, para encaminharmos junto à Casa Civil, para que, de fato, a mesa de diálogo com os povos indígenas seja fortalecida. Isso é muito importante.

Quanto ao pronunciamento do Senador Paulo Paim, a carteira de projetos indígenas é uma criação deste Governo. A coordenação geral dessa carteira não é do Ministério do Desenvolvimento Social, embora tenhamos aportado R$7 milhões do nosso orçamento, e sim do Ministério do Meio Ambiente, com participação da Funai e das comunidades indígenas. Houve um processo de construção, no ano passado, muito rico que envolveu comunidades indígenas de todo o País. Tivemos um encontro aqui em Brasília, fizemos semi-

nários regionalizados, indicamos as regiões prioritárias para a carteira de projetos indígenas e há um grupo gestor que recebe projetos das comunidades indígenas consideradas prioritárias. Seria bom se pudéssemos atender a todas, mas o dinheiro não é suficiente. Estamos financiando projetos na área da agricultura, do artesanato, do extrativismo, pequenos, mas que são importantes para as comunidades. Passarei, depois, todos os detalhes. Trouxe aqui dados sobre as comunidades que estão sendo atendidas, os projetos que já foram aprovados, que estão sendo analisados, alguns, inclusive, originários da região de Dourados, do povo guarani-caiuá.

Estamos discutindo, na região, a expansão do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, programa inovador do Governo Lula que está atendendo o Nordeste, com a política do leite, e a todo o Brasil, com a compra de grãos. Estamos verificando se é possível implantar esse programa para as comunidades indígenas também, fortalecendo a sua produção e comprando para a merenda escolar. Integramos os índios à merenda escolar, para que, inclusive, se quebre essa barreira, esse preconceito tão grande entre índios e comunidade branca, para que a comunidade de Dourados, por exemplo, não entenda o índio como um problema, mas sim como uma solução. Tomara que isso dê certo. Este é um programa estruturante.

Quanto à cesta de alimentos, temos uma coordenação que envolve Funai, Funasa e Incra na política do Brasil, não no caso de Dourados. Se eu esquecer algum, depois o Marcos me lembra. Temos a distribuição de cerca de um milhão de cestas de alimentos por ano para atender acampados, quilombolas, comunidades indígenas e aquelas populações que são atingidas por catástrofes: enchentes que ocorreram no Nordeste no ano passado, secas que estão ocorrendo no Sul. Então, fazemos todo ano um balanço, uma programação da distribuição das cestas de alimentos. Treze mil famílias indígenas, no ano passado, foram contempladas com essa distribuição de cestas de alimentos. Gostaríamos de não precisar fazer isso, inclusive, em alguns casos, como no de Dourados, estamos migrando as famílias indígenas para o Bolsa-Família, mas gostaríamos que eles tivessem todas as condições para produzir.

E, finalmente, aproveitando a manifestação de todos os Senadores, unânime, e a enfática observação do Senador João Capiberibe, quero dizer que, de fato, temos o compromisso de resgatar uma dívida histórica, de tratar a questão indígena de uma maneira muito mais ampla, entendendo que 11 mil indivíduos coletores, caçadores e pescadores não podem continuar morando em 3.600 hectares. Isso é possível em São Paulo, na Capital, nos arranha-céus; entre os índios, não. Temos que trabalhar nessa direção, com mais disponibilidade de terra para a comunidade indígena.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Prefeito Tetila para as suas considerações.

O SR. LAERTE TETILA – Eu gostaria de deixar muito claro que todas as ações e programas que a Prefeitura desenvolveu dentro da aldeia, juntamente com o Governo Federal e o Governo Estadual, ainda foram poucos em relação às necessidades, às demandas. Talvez o que fizemos não represente nem um milésimo de pagamento da dívida histórica que temos em relação aos guarani-caiuá da nossa região. Esta situação é desesperadora. O Marçal Tupã-I, que é a maior liderança indígena que este País já teve, disse ao Papa com todas as letras: "Leve ao mundo o meu clamor por um povo que está morrendo de fome e de miséria. Talvez um povo que não seja o brasileiro, em algum lugar do mundo, possa ouvir este meu clamor. E o senhor juntamente com esse povo tentar resolver os problemas da nossa aldeia, porque o meu povo está sendo massacrado, está sendo extinto da face da Terra".

Ele foi assassinado em 1983. Nos anos noventa, com todo esse controle social que existe hoje, os governos populares com um pouco mais de sensibilidade, graças a Deus, a população está crescendo de maneira vertiginosa. O próprio crescimento demonstra que os governos estão fazendo alguma coisa.

Quando se fala nas ações desconexas, ainda temos muitos problemas neste sentido. Mas quantas ações são perfeitamente conectadas?

Quando se fala em moradias, a meta é de 1.000 casas; já conseguimos 600. De que maneira? Mediante parceria entre o Governo do Estado, o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, que está entrando com R$400 mil, sem poder entrar. É assim que nós estamos resolvendo.

O PETI é um programa federal, mas está a Prefeitura Municipal também entrando com estrutura física, com quantas providências forem preciso. Seria impossível se não fosse a parceria com o Município. A segurança alimentar do Governo do Estado é fruto de parceria com a Prefeitura Municipal também, que entra com funcionários e com estrutura para viabilizar. As três esferas têm muitas e muitas ações perfeitamente conectadas. Na parte da agricultura, se construirmos dez açudes, o da terra está lá, junto com a Prefeitura, no mesmo prédio, inclusive ações conjuntas para viabilizar a construção desses açudes. Se fazemos 700 hectares de área todo o ano, também é em parceria entre o Governo do Estado e o Governo Municipal.

Pela primeira vez acontece isso na história da humanidade. Antes disso, era um desprezo total, era um abandono absoluto. As crianças morriam feito formiga, ninguém noticiava; não havia ninguém para dar amparo. E as pessoas que faziam parte do Conselho Estadual de Índio, ou coisa assim, quando abriam a boca para falar, eram vistas como verdadeiros lunáticos, recebiam todo tipo de pressão. Agora não, todos falam. Quando morrem mil crianças brancas não é notícia; quando morre uma criança indígena é notícia mundial. Que bom que seja assim, porque o índio é patrimônio da humanidade, não pode morrer. A sua população tem mais é que crescer para pagarmos minimamente a dívida histórica.

Quanto às propostas que o Senador me pede, prevemos, por exemplo, a ampliação da área da reserva indígena. Isso é necessário. Mas só a ampliação também não é o suficiente, não é panacéia, não. Se continuar aquele sistema de arrendamento da terra, vergonhoso, que os fazendeiros fazem lá dentro, ocupando quase a metade para produzir soja, que não tem nada a ver com a alimentação dos índios, pagando inclusive um preço aviltante, não vai se resolver nada. Se continuar o comércio informal da terra, o sistema de compra e venda que acontece fora e dentro da aldeia também, não vai se resolver, porque a concentração fundiária é vergonhosa dentro da aldeia. Uns têm muito, e outros não tem um palmo sequer para plantar uma rama de mandioca, como já disse aqui. Aliás, há também a previsão de ampliação dos programas de alimentos de consumo direto, como já existe lá: pomares, hortas, piscicultura, galinha caipira, tudo isso tem que ser ampliado. Mas tudo isso se faz, Senador, com recurso. A elaboração de projeto de produção de mandioca, a ampliação de farinheira em parceria com fecularias da nossa região, isso é possível, mas se faz também com recurso. Programa de reflorestamento da reserva, uma espécie e ciclo precoce, isso é possível. A ampliação das metas dos programas sociais, distribuição de leite, o PAIF – Programa de Apoio Integral às Famílias que já está sendo implementado. Mas um apenas não adianta para 11 mil índios. Fome Zero, Bolsa-Escola, Bolsa-Família, PETI, tudo isso é importante, mas temos apenas um para atender a 160 crianças. Precisamos de mais PETIs. Enfim, tudo isso se faz com recursos.

É preciso concentrar programas que atinjam diretamente às crianças diagnosticadas como desnutridas. Não adianta também entupir a aldeia de alimentos para adultos. Tem que haver programa direcionado para o tipo de alimento que a criança de zero a seis anos come. Quando ela está na fase de desmame, qual é o alimento que realmente vai nutri-la? É por aí que nós temos que atacar, em caráter permanente.

Elaborar projetos estruturantes de longo prazo, enfocados na educação na moradia, no saneamento básico, na divisão fundiária, a fim de garantir a sustentabilidade socioeconômica e cultural dos índios.

Precisamos de R$700 mil para a recuperação das estradas, e não temos esse recurso. Precisamos aumentar o número de funcionários da Funai. Faltam tratoristas, faltam operadores de máquina de multimistura, tudo isso. Não temos funcionários.

Reequipamento do hospital da reserva. O Hospital Porta da Esperança não pode continuar do jeito que está. Precisamos, urgentemente, da reabertura da Rádio Comunitária, Avaeté. Não dá para ficar sem comunicação interna numa aldeia com onze mil habitantes.

Precisamos estabelecer, junto com o Governo Federal, um programa de erradicação da fome, levando-se em consideração que serão necessários R$80,00 por mês *per capita*, totalizando R$10.500,000,00 por ano.

Isso é necessário para que a população não fique abaixo da linha de pobreza. Esses R$80,00 são preconizados pela própria ONU. São recursos necessários.

Precisamos do equacionamento da distribuição de água na reserva, através da extensão da rede em 60 quilômetros pelo menos, ao custo estimado de R$1,5 milhão. Precisamos de R$1,5 milhão para expandir a nossa rede de água, para que todos possam ter água tratada, instalação sanitária, saneamento. Não adianta ficarmos malhando em ferro frio.

Precisamos da construção de moradias. Estão sendo feitas seiscentas. Necessitamos de mais quatrocentas, em caráter de urgência, com investimentos da ordem de mais R$4.800 milhões. Temos que garantir isso.

Para o calcareamento e a correção do solo, precisamos de mais meio milhão, para avançarmos na produção de alimentos.

Precisamos de uma patrulha mecanizada com no mínimo dez tratores. Isso custa, no mínimo, R$2 milhões. Há uma carência terrível dentro da área pela falta de tratores.

Precisamos de recursos para a qualificação de mão-de-obra indígena, através do Senai e do Sesi. Temos os meios para levar lá dentro, mas precisamos de recursos para qualificar a mão-de-obra, para que não fique tão-somente restrito ao trabalho dentro da aldeia.

Precisamos da elevação do teto do SUS de Dourados, para que a Prefeitura tenha recursos suficien-

tes para melhorar o atendimento dentro da reserva indígena.

O teto do SUS de Dourados, hoje, não passa de R$1,7 milhão para atender 28 municípios, oito distritos rurais, aldeias e assentamentos rurais.

Devemos elaborar um cadastro único no interior da reserva, para racionalizar a distribuição dos benefícios.

Precisamos estabelecer uma linha de financiamento com o Pronaf, para a produção não de soja, que não tem nada a ver com a cultura deles. O Pronaf deve abrir uma linha de crédito para a produção de mandioca, de amendoim, de milho, de banana, de feijão, de erva-mate, em aproximadamente dois mil hectares, no valor estimado de R$2 milhões. Portanto, precisamos de R$2 milhões para incrementar a agricultura familiar, voltada diretamente para a cultura.

Precisamos da criação – isso é uma proposta – de um índice de repasse *per capita* indígena, a ser acrescido ao Fundo de Participação dos Municípios, para que Dourados possa contribuir no pagamento dessa enorme dívida social que temos com os nossos índios, implementando outros programas além dos acima mencionados.

Esse índice, Senador, inclusive pode ser rebatido da dívida do Município com a União, hoje descontado do Fundo de Participação dos Municípios. O que o município recebe do Fundo de Participação... O FPM não cobre o repasse do INSS. Alguma coisa precisaria ser feita nesse sentido, até pela peculiaridade local. E não é só a aldeia de Dourados, essa a que me refiro aos senhores; há outra aldeia do Panambizinho, que é um outro problema para se resolver.

Precisamos da criação de uma Comissão Interministerial para atuar em Dourados interministerial para atuar em Dourados, até a solução dos graves problemas que assolam a reserva indígena, para tentarmos viabilizar senão todas, pelo menos parte dessas propostas que estamos apresentando aqui. É fundamental, Senador, a constituição de uma comissão interministerial para intervir diretamente na aldeia de Dourados.

Essas são as propostas básicas, Senador.

Devo comunicar que no dia de ontem realizamos uma reunião, por iniciativa da Prefeitura Municipal, ocasião em que teve início um planejamento estruturante para as comunidades indígenas, com a participação da Universidade Federal, do Núcleo de Agronomia da Universidade Federal, da Universidade Estadual, da Uniderp, da Unigran; enfim, todas as universidades de Dourados estão envolvidas, a Cura Diocesana, a Pastoral da Criança, o Amigo do Índio, o Seminário Batista Ana Wollernan, as secretarias da Prefeitura Municipal, a Embrapa, a Funasa, o Incra, o Sine, o Banco do Brasil, Iagro, Sanesul.

Assim, as entidades e as instituições da sociedade civil organizada já estão atendendo ao apelo da prefeitura municipal para que se possa elaborar realmente um plano estruturante para subsidiar essa possível comissão interministerial e os demais órgãos federais, estaduais e municipais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Prefeito, pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Gaspar, da Funasa.

O SR. GASPAR FRANCISCO HICKMANN – Depois de todas as intervenções, resta pouco a acrescentar.

Eu queria apenas esclarecer que a Funasa não possui um sistema de saúde paralelo ao Sistema Único de Saúde. Nós somos um subsistema, somos parte integrante do Sistema Único de Saúde. Nós não possuímos um hospital fora do Sistema Único de Saúde. As nossas equipes de saúde fazem o atendimento básico dentro das aldeias. A partir do momento em que há necessidade de encaminhar alguma pessoa para um nível de complexidade maior, esse encaminhamento é feito para a rede do SUS. Assim, não temos um hospital só para cuidar da saúde indígena. Até mesmo porque isso nem mesmo é possível. Quero esclarecer isso para que fique claro qual é o papel da Funasa na saúde indígena.

Quero esclarecer também, como o Prefeito Laerte Tetila disse, que há uma série de iniciativas, de medidas que podem ser tomadas e que podem ter um impacto direto nos indicadores e saúde. Se boa parte dessas propostas apresentadas for implementada, com certeza vamos ter um resultado disso nos indicadores de saúde, que vão ser mais positivos, no que se refere à desnutrição, à mortalidade. Por exemplo, a mortalidade que temos hoje é apenas uma conseqüência e não uma causa. Quando falamos em desnutrição, abordamos essa questão do ponto de vista da sua conseqüência, da ausência de um estado de saúde.

É importante esclarecer também que toda a estrutura que existe nos diversos órgãos que atuam na área indígena foi pensada para uma população de alguns anos atrás, por exemplo, de 1999. De lá para cá, a população cresceu muito, mais de 30%. Assim, é indispensável que se pense em equipar melhor os diversos órgãos, destinar mais recursos. Como o Senador Capiberibe colocou, o volume de recursos necessariamente não pode ser o mesmo que se destina à população não indígena.

Por fim, também como Senador Capiberibe colocou, é fundamental que se olhe para a questão indí-

gena com cuidado. Isso porque os valores que essas comunidades, em qualquer etnia, mas principalmente no caso dos guarani-caiuás, não são os mesmos que os nossos. Para a população indígena guarani-caiuá, muitas vezes os bens materiais não significam nada. Não têm valor nenhum. Para essa população em algumas aldeias, é comum, é normal o infanticídio. Isso não é regra, mas, em alguns casos, isso é normal para eles. Para nós, isso é um choque, é uma coisa que choca qualquer um de nós.

Então, é fundamental que se faça essa discussão mesmo, mas com bastante cuidado, entendendo que o olhar que a população indígena tem, os valores que ela tem não podem ser equiparados com os nossos. Realmente, existe aí um conflito, um choque cultural. A própria questão de, em algumas situações, a população indígena, onde primeiro os mais fortes, o pai e a mãe, alimentam-se e o que sobra fica para os filhos, é uma coisa que para nós, população não-indígena, acontece exatamente o inverso. Primeiro alimentamos as crianças e depois, o que sobrar os adultos comem. Em alguns casos de população indígena isso não acontece, é exatamente o inverso. Então, tem-se que fazer essa discussão com bastante cuidado, para não impor também para essa população hábitos e valores que ela não vai aceitar ou que não vai conseguir digerir.

De nossa parte era isso. Agradeço ao Senado pela iniciativa e nos colocamos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca.) – Muito obrigado por suas considerações. Já estávamos nas considerações finais dos convidados, mas chegaram dois ilustres Senadores após essa fase que pedem a palavra. Concedo ao primeiro inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço desculpas porque, infelizmente, estou em duas Comissões como membro titular e, na Comissão de Relações Exteriores, havia dois embaixadores a serem votados. Como era preciso número suficiente, afastei-me desta Comissão. V. Exª sabe a ansiedade com que eu esperava essa providência que V. Exª tomou e não poderia deixar de cumprimentá-lo, Senador Juvêncio, pela iniciativa própria que teve em marcar esta audiência pública, porque a sociedade brasileira e a internacional têm ficado assustadas. Eu fui um que me amargurei, que me entristeci com o noticiário de morte de crianças índias por várias razões que os jornais, a imprensa e a televisão, repentinamente, trouxeram ao conhecimento da população. O Senador Delcídio sabe que não há da nossa parte nenhuma idéia de responsabilizar o Governo Lula por isso.

Pela exposição final, tive a chance de ouvir o Prefeito e os outros membros. E devemos agradecer pela coragem de aqui comparecer, enfrentar a situação, explicar o que realmente acontece. Creio que o prefeito precisa de um milagre para atender a tudo aquilo que ele expôs como necessário. Sei o que tem feito. Fiz várias operações em regiões indígenas, como Diretor da Polícia Federal, quer na Amazônia, quer na região de Mato Grosso, quer no Maranhão, onde também há algumas comunidades que evoluem mais do que as outras, em razão do contato que a Funai faz, que tiveram a oportunidade de manter a cultura e os hábitos dos índios.

Agora, quando há o contato com o garimpeiro, com o invasor, com o produtor de soja, a mudança de comportamento é muito grande. Entra a bebida, entram alguns costumes de brancos que se confrontam com os costumes indígenas e acaba prevalecendo o prejuízo da família do chefe da comunidade.

Então, nutricionistas, pessoas que orientam a comunidade, Senador, deveriam ser permanentes, designadas mesmo para ficar na comunidade indígena. Hoje, temos o Projeto Rondon. Pediria até a V. Exª que trouxesse a nossa Comissão uma exposição de como é o novo Projeto Rondon, que, parece-me, tem outro nome, foi ressuscitado em boa hora pelo Presidente Lula.

Conheço bem o passado desse projeto, que teve virtudes enormes na relação entre jovens estudantes e as comunidades mais sofridas dessas regiões distantes do País, principalmente os nativos que ressuscitam em boa hora, mas me parece que é uma experiência-piloto, pelo que li; não conheço a abrangência desse projeto.

É claro que quando V. Exª se dispõe a trazer a debate é com objetivo único de ajudar para tentarmos resolver o problema. É difícil chegarmos ao ponto que o Prefeito pediu, até pelas dificuldades orçamentárias do Governo, mas é um ponto que tem que ser discutido na Comissão de Orçamento.

Verifico que a Região Amazônica, hoje, praticamente vive da presença militar; são os militares que atendem às comunidades indígenas. Não é isso? Mesmo com a Marinha, que tinha um navio-hospital que percorria as comunidades ribeirinhas, principalmente indígenas, atendendo em acordo com a Funasa. Não sei se existem mais esses convênios de atendimento, que é uma coisa importante para se chegar às comunidades indígenas. Quando fazíamos algumas operações que denominávamos neblina, devido à neblina que existe na Região Amazônica, sempre levávamos médico e dentista, porque dizem que o dente siso do índio cresce mais do que do branco. Então eles so-

friam mais com a dor. Um dia, um dentista chegou me disse: "Chefe, eu vou parar porque não agüento mais. Eu tenho de extrair 90 dentes num dia", dentes de jovens das comunidades indígenas que sentiam dor e não tinham tratamento; nem a presença do dentista era permanente. Então qual era solução? Extrair o dente. São coisas que têm história, sabe, Senador.

Quero aplaudir, pudesse eu bater palmas pela iniciativa de V. Exª. Devemos dar continuidade. O primeiro ato da Comissão de Direitos Humanos foi dar continuidade a esse debate tão importante, para mostrarmos no exterior que o Governo brasileiro e o Congresso Nacional estão interessados em resolver um assunto de interesse nosso, humanístico, importante para nos sentirmos mais tranqüilos de que estamos cumprindo nossa obrigação.

Parabéns, Sr. Presidente, parabéns aos senhores que lutam contra essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio César da Fonseca, ilustre Senador do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, quero cumprimentar nosso caro Baccarin, futuro Senador da República, meu querido amigo Laerte Tetila, homem de bem, honrado, Prefeito competente, que tem feito um grande trabalho na nossa querida Dourados, segunda cidade do nosso Estado. Quero cumprimentar também o Gaspar, companheiro da Funasa.

Sr. Presidente, ouvi atentamente às exposições tanto do Baccarin quanto do Gaspar e parcialmente do Prefeito Tetila. Quero pedir desculpas porque acabei não participando do debate, uma vez que, na minha posição de Líder, como também existem outras comissões se reunindo agora, pela manhã, como a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Relações Exteriores, fico um pouco prejudicado quanto ao acompanhamento na íntegra de uma audiência pública tão importante. Agora retornei. Peço desculpas aos convidados.

Quero registrar, meu caro Presidente, a iniciativa, como disse muito bem o Senador Romeu Tuma, grande conhecedor do nosso País, Senador que muito nos honra. É uma referência a todos nós.

Esta foi a primeira audiência da Comissão de Direitos Humanos e começamos já tratando de um tema muito importante, que é essa tragédia que nos afligiu desde o princípio do ano, da mortalidade de crianças, especialmente na aldeia dos nossos guarani-caiuás. E um fato que entristeceu profundamente nossos Senadores, Deputados e lideranças de executivos, porque aconteceu no nosso Mato Grosso do Sul.

Temos a segunda população indígena do Brasil. Então, para nós, esse resgate, como disse o Prefeito Tetila, esse respeito e essa dívida que temos com a nossa história, nossa cultura, nossas etnias exigem uma responsabilidade grande nossa. De certa maneira, o que aconteceu nos envergonha.

Não vou fazer perguntas, até pelo adiantado da hora. Acredito que o Senador Capiberibe, o Senador Paim e a Senadora Fátima Cleide tenham levantado questões não só para o Baccarin, mas para o Prefeito Tetila e também para o Gaspar. Então gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente. Primeiro, quanto à ausência da Funai.

Tenho participado de comissões ligadas ao tema e, infelizmente, não temos presenciado ou pelo menos não temos ouvido os pontos de vista, o lado da Funai nesse processo todo, como em outras questões.

Penso que é muito importante, é um debate democrático numa Casa do povo, no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos. Mas estou notando novamente a ausência do representante da Funai, que seria muito importante, até para que debatêssemos amplamente com os principais atores desse processo, uma vez que na próxima semana, como V. Exª citou no início dos trabalhos, vamos ouvir também as lideranças indígenas, exatamente para ter o contraponto a tudo o que foi aqui manifestado.

Estão muito claras as dificuldades enfrentadas pela Funai. A Funai não tem quadro de pessoal. Para boa parte da Funai, quem presta serviços são ONGs. Penso que essa é uma área tão importante que devíamos ter um quadro próprio. Não existe nenhum tipo de oposição a qualquer organização não-governamental. Por ser uma questão crucial para o País, como é a questão indígena, devíamos ter um quadro próprio na Funai, um plano de cargos e salários, um plano de carreira na Funai, ter nossos antropólogos para executar o trabalho de campo, de acompanhamento. Precisamos ter orçamento. Hoje vemos que a Funai tem extrema dificuldade até para pagar o seu custeio, o seu dia-a-dia. Precisamos discutir de uma maneira aberta, clara e transparente a questão da educação e da saúde, que anteriormente faziam parte da estrutura da Funai.

Ficou claro nas exposições que existe, nas comunidades indígenas, nas várias etnias, uma questão muito específica associada à cultura, à história, aos costumes. Será que existe um tratamento que serve para todos ou que eventualmente mereça alguma especificidade em função de atender aldeias indígenas? Será que a política que estamos adotando é a correta? Será que a Funai não precisaria ter uma estrutura específica para tratar desse assunto, até porque quem

detém a inteligência, o conhecimento dessas questões talvez pudesse administrar de uma maneira melhor. Não tenho uma posição formal sobre isso, mas é algo que precisamos também avaliar.

E, como disse de uma maneira muito lúcida o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social, Dr. Baccarin, precisamos examinar primeiro a questão da demarcação das terras indígenas. Hoje tramitam alguns projetos, inclusive de autoria de V. Exª, com relação à indenização não só de benfeitorias, mas da terra nua. Nas audiências públicas que eu mesmo realizei junto com outros companheiros Senadores, surgiram alternativas que, atendendo ao objetivo maior do projeto de lei que V. Exª apresentou na CCJC, poderíamos usar, com outros artifícios que não viessem a mexer na Constituição. Por isso precisamos discutir bem o assunto.

E, na minha visão, uma definição clara de todo um programa de demarcação de terra que tenha início, meio e fim. Não só para que definitivamente se encerrem esses longos embates associados às demarcações, como também para que acabe, em definitivo, essa insegurança não só por parte das etnias indígenas, mas também da agricultura familiar, dos pequenos e médios produtores, enfim, de todos.

Foi dito muito bem aqui: são 11 mil índios em 3,5 hectares. É uma situação preocupante. Então precisamos olhar isso com absoluto equilíbrio, para realmente disponibilizar uma política clara com relação às demarcações. Esperamos que efetivamente o Governo Lula resolva essa questão, pois tem uma sensibilidade absoluta com relação a isso. Esse é o primeiro ponto que gostaria de registrar.

Ouvimos todas as ponderações, os números apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo próprio Dr. Gaspar, representando a Funasa, as ações listadas pelo Prefeito Tetila, e o que me preocupa é que tenho outro relatório também, mostrando um pouco o que ocorre não só em Dourados, mas em outros Municípios como Antônio João e Amambaia. Como disse o Dr. Baccarin, a situação é preocupante, Senador Capiberibe, porque os números apresentados são piores do que os números de Dourados. Então não se trata de uma ação tão simplista como se imagina, ou como boa parte das pessoas entende.

Acredito, Sr. Presidente, que nós precisamos... Alguém sugeriu, creio que o Prefeito Tetila, fruto dessas audiências, a idéia de uma comissão interministerial, que é muito importante. Também acredito que assim se poderá pelo menos tentar minimizar essa situação, no momento, em função de todas essas dificuldades. Tive, inclusive, informações relativas à ação do Diretor Nacional de Saúde Indígena da Funai, Dr. Alexandre Padilha, no que se refere a uma série de providências que eles tomaram não só com relação a equipamentos necessários, como também a equipes aqui listadas: cinco médicos, oito enfermeiros, seis nutricionistas, auxiliares de enfermagem, motoristas, enfim, não só para atender a Dourados, como também Amambaia, Iguatemi, Tacuru, Paranhos, Antônio João. E até para que, definitivamente, venhamos a atuar de uma forma incisiva e efetiva na região, o Governo deve disponibilizar de estruturas, não só de veículos e de caminhonetes, como também de ambulâncias, vãs, os três postos de saúde da família na região, fruto de um levantamento que foi feito pelo próprio pessoal de lá, com o apoio dos vários órgãos de governo.

Primeiro, devemos ter uma ação rápida, fruto das dificuldades todas. E, segundo, essa comissão interministerial, para realmente montar uma estratégia clara, com todo um planejamento, no sentido de buscar uma solução eficaz e definitiva para essas questões.

O fato é grave. A situação não pode nos dar tranqüilidade, mesmo com as medidas que já foram tomadas. Não podemos esconder da população a crise que enfrentamos, especialmente no que se refere às etnias e as nossas aldeias no Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, confio na competência de V. Exª, uma pessoa que sempre foi voltada também para essas questões. Encerrada a audiência pública da próxima semana, e eventualmente algumas outras audiências que V. Exª venha a coordenar e determinar, devemos, rapidamente, apresentar, através da criação da comissão interministerial, soluções que definitivamente encerrem essa questão no menor prazo possível. A situação é grave. E ninguém deve se surpreender se outras mortes vierem a ocorrer. Temos que deixar bem claro isso, porque a despeito da evolução dos números, como foi apresentado, esse é um problema de maior amplitude, por isso vai exigir não uma visão simplista das coisas, mas uma visão ecumênica, que passa por uma política indigenista competente para o Brasil, atacando as questões que efetivamente afligem a sobrevivência das nossas etnias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Também quero agradecer as informações e a forma serena e clara com que os nossos expositores tiveram a oportunidade de relatar esses episódios tão tristes não só para Mato Grosso do Sul, especialmente para nós, mas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Gostaria de fazer o registro da presença do Antônio João Hugo Rodrigues, que, assim como o Baccarin, está numa expectativa das eleições do ano que vem para os dois se tornarem Senadores. É o primei-

ro suplente do Senador Delcídio Amaral, que já está inclusive fazendo um estágio aqui nas comissões.

Faço um coro com o Senador Aloizio Mercadante: espero que Mato Grosso do Sul me dê novas responsabilidades em 2006 para que aconteça o mesmo com o Senador Antonio João e, com certeza, com o futuro Senador Baccarin a partir de 2007.

Já havíamos finalizado, mas os convidados desejam fazer um esclarecimento. Então, com a palavra o Sr. Baccarin.

O SR. JOSÉ GIÁCOMO BACCARIN – Queria cumprimentar o Senador Romeu Tuma, do Estado que eu moro, São Paulo, o Senador Delcídio Amaral, sul-mato-grossense, e revelar a nossa satisfação de participar deste debate no Senado Federal. Agradeço, nesse sentido, ao Senador Juvêncio da Fonseca. Para nós, isso é importante. O debate democrático sempre nos traz novas informações, novas posições. E saímos daqui enriquecidos, com o compromisso que já tínhamos reafirmado, de lutar para que essa causa de fato tenha, por todos nós, o respeito que ela merece, historicamente, e que tenhamos mais efetividade ainda no seu encaminhamento. Então agradeço esta oportunidade não só de poder falar, mas de participar deste debate.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr. José Giácomo Baccarin, eu também quero agradecer o pronto atendimento de V. Exª ao nosso convite. Pretendemos, no correr do nosso trabalho, estreitar o relacionamento com V. Exª e com a sua Secretaria Executiva, que sei que é de fundamental importância. Quanto mais democráticos forem os nossos contatos no nosso trabalho, melhor será para a comunidade, não só indígena, mas para a comunidade brasileira.

Com a palavra o Prefeito Laerte Tetila.

O SR. LAERTE TETILA – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente desta Comissão tão importante, eu quero agradecer a deferência do convite que nos foi formulado, a oportunidade que Dourados tem de se comunicar nesta Comissão tão relevante para a inclusão social da população do nosso Estado, de nossa cidade e de nosso País e também trazer aqui o meu reconhecimento sincero do homem público que V. Exª é. Acompanhamos V. Exª há tantos anos, algumas décadas, sempre com a mesma sensibilidade, com o espírito público que realmente honra todo Estado de Mato Grosso do Sul.

Quero agradecer a oportunidade, a presença dos Srs. Senadores, a presença de Antônio João, suplente de Senador, a presença do Marun, Vereador por Campo Grande, e a presença do Marcos Terena, enfim, de todos os amigos interessados nessa causa tão relevante, tão nobre. Temos certeza de que, unindo as nossas forças em nível federal, estadual e municipal, vamos superar esses problemas tão profundos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Prefeito Laerte Tetila, obrigado pelo seu pronto atendimento ao nosso pedido para vir aqui, prestar esses esclarecimentos. A palavra de V. Exª foi muito importante, porque nós temos um parâmetro, inclusive, do custo de todas essas ações que precisam ser feitas. Não se pode tratar desse assunto tão grave com tão pouco recurso. Sei que, quando V. Exª apresentou os números, muita gente teve a preocupação de indagar: mas de onde virão esses recursos? O importante é planejar. E V. Exª tem dado um tratamento muito bom à questão indígena em Dourados. Isso significa que V. Exª está atento e é um grande Prefeito lá no nosso Estado.

Com a palavra Gaspar F. Hickmann para as suas declarações finais.

O SR. LAERTE TETILA – Apenas para entregar formalmente o relatório preliminar, um pouco da história dos guarani-caiuá.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sim.

O SR. LAERTE TETILA – ...e também os problemas e as propostas que nós apresentamos aqui, mas tudo na forma preliminar, porque o convite nos foi formulado um pouco em cima da hora e não houve tempo de elaborar um relatório mais conclusivo. A minha equipe tem um núcleo de pesquisadores de alto nível, gente com pós-graduação no assunto, que continua realizando a elaboração. Até quinta-feira que vem, firmo aqui o compromisso de entregar um relatório bem mais consistente do que este.

Também está incluído aqui um outro relatório. É que ontem à noite houve uma reunião, lá em Dourados, dessas entidades que eu mencionei, que apresentam um conjunto de propostas. Recebi o fax agora, durante esta audiência, que está incluído aqui também, no relatório.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Gaspar F. Hickmann representante da Funasa.

O SR. GASPAR FRANCISCO HICKMANN – Mais uma vez, parabenizo o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senado Federal, pela iniciativa. Cumprimento a Senador Lúcia Vânia, o Vereador Marun, de Campo Grande, o Senador Delcídio Amaral, o nosso futuro Senador Antônio João e os demais participantes da Mesa. Acredito que foi uma oportunidade importante

para se abrir mesmo este debate, fornecendo subsídios para que os nossos ilustres representantes no Senado possam analisar e, a partir dos debates, apontar soluções mais estruturantes, alternativas para solucionar os problemas de forma definitiva.

O que nós temos feito ao longo desse último período são medidas emergenciais, ações que apenas atacam as conseqüências. Enquanto nós não conseguirmos atacar, efetivamente, as causas e enfrentá-las, a realidade sempre vai ser, com certeza, triste e chocante, muitas vezes, estampadas nos jornais, nos meios de comunicação. A Funasa nunca omitiu essa realidade, sempre divulgamos todos os dados.

Inclusive, como já disse aqui, temos o Conselho de Saúde Indígena, que tem um órgão de caráter deliberativo quanto à política de saúde na Funasa e que se reúne em Campo Grande, a cada dois meses. É composto, na sua maioria, por representantes indígenas, analisando e deliberando sobre a política de saúde que temos adotado e implantado em Mato Grosso do Sul.

Essa reunião de ontem, em Dourados, mostra a sensibilidade e as iniciativas que não só a Funasa e a Prefeitura Municipal de Dourados têm tomado, mas do conjunto de instituições públicas e não-governamentais, para enfrentar isso de uma forma definitiva.

Como o Senador Delcídio Amaral disse, é importante que isso não fique restrito a Dourados e que nós possamos ter uma política que aborde o problema de uma forma geral, não só para Mato Grosso do Sul, mas também para o País.

Então, muito obrigado pela oportunidade. Continuamos à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nós também agradecemos a presença e o pronto atendimento ao nosso convite para esta audiência pública. Registro a presença da nossa ilustre Senadora Lúcia Vânia, de Goiás, uma das lideranças maiores aqui do Congresso Nacional, ex-Presidente, no ano passado, da Comissão de Assuntos Sociais, com um belo trabalho produzido naquela Comissão. Muito nos honra a sua presença aqui na Comissão de Direitos Humanos. E do Carlos Marun, Vereador de Campo Grande e meu ex-Secretário de Assuntos Fundiários, homem competente, deste tamanho – um gaúcho. Eu falei: colocar lá no meio dos favelados um homem deste vai ser uma coisa meio difícil. Mas ele chegava com essa simpatia, dinâmica de trabalho e conquistava a todos. Na seqüência, o outro Prefeito continuou trabalhando na área de habitação. Em Campo Grande, hoje, podemos dizer que praticamente não temos favelas. Pode haver algum núcleo de sub-habitação. Obrigado pela sua presença aqui.

Para terminarmos esta reunião, eu gostaria, por um lapso inicial, de aprovar a Ata da reunião anterior, colocando a mesma em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

Faço um requerimento para que, na próxima quinta-feira, nós ouçamos, também, prosseguindo este trabalho, as seguintes pessoas: Dr. Franklin Sayão, Diretor do Hospital Evangélico e da Missão Caiuá em Dourados; o Vereador Eduardo Otávio Marcondes, Presidente da CPI do Índio em Dourados; Fernando da Silva Souza, Vice-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena em Dourados; Roseli Maria Ruiz da Silva, Presidente da Recove; e Emília da Silva Bezerra, índia e Presidente da Associação da Aldeia Urbana Marshal de Souza, em Campo Grande.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Antes de finalizar e de agradecer a todos, eu gostaria de dizer que somos autores de uma PEC e colocamos, inclusive, como objeto de estudo na Comissão em que o Senador Delcídio Amaral foi Relator – sobre o índio – aquele extermínio de índios que gerou aquela Comissão –, que ela fosse prioritária na CCJC, para que nós alcançássemos a sua aprovação. Nós sabemos que uma aldeia como essa, lá em Dourados, de 3.500 hectares e 11 mil índios, é um absurdo. Isso é um confinamento, é uma camisa-de-força para os índios. Não é possível que tenhamos condições de ali dar um trato de qualidade para esses índios. Como ficam todas essas questões de expansão da área da aldeia se logo em seguida tem terras tituladas, domínio registrado em cartório para mais 20, 30, 40, 50 anos – seja quantos anos forem – e o Estado até hoje não tem a autorização legal para fazer desapropriação para fins de assentamentos dos índios – tem para reforma agrária, mas para índio não?

Então, é preciso que a União tenha uma autorização legal, constitucional, de indenização para esse fim.

E nós temos, então, a PEC nº 3, de 2004, que diz o seguinte:

"O disposto no § 6º deste artigo (art. 231 da Constituição Federal) não se aplica quando se tratar de terras em relação às quais haja títulos de domínio regularmente expedidos e devidamente registrados, bem como posse mansa e pacífica por mais de dez anos consecutivos, podendo a União proceder a sua desapropriação na forma da lei."

Ora, se isso acontecer, se aprovarmos essa PEC, fica a União autorizada a fazer desapropriação para essas questões indígenas. E eu pediria aos meus pa-

res Senadores que também fizessem um esforço no sentido de que aprovássemos o mais rapidamente possível esta PEC, para que o Governo Federal tenha um instrumento para compor uma estação como a de Dourados. Do jeito que está lá, ou todos são retirados e transferidos não sei para onde ou não se pode expandir, porque a União não tem poder de desapropriação para essas questões.

Eu gostaria de, finalmente, agradecer a todos os convidados, aos Srs. Senadores que aqui compareceram, à assessoria, que está atenta a todos nós, por esta audiência que, acredito, atingiu seus objetivos. Nós precisávamos ouvir as instituições que estão envolvidas na questão indígena no País e atingimos esse objetivo.

Vamos continuar esta audiência quinta-feira próxima, às 9h30min. Tenho certeza absoluta de que o resultado será muito bom e vamos terminar o nosso trabalho não só ouvindo, ouvindo, ouvindo, mas com proposições. Já temos sugestão do Prefeito de Dourados e do Senador Delcídio Amaral. Vamos caminhar nesse trabalho e sair, no final de toda esta iniciativa, com essas proposições que são a razão de ser de todo o trabalho, porque só debater, debater sem proposição não constitui razão para estarmos reunidos aqui, gastando nossa energia mental.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente, V. Exª falou em confinamento, mas 11 mil índios em 3,5 mil hectares não é nem confinamento, é um campo de concentração mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não tenha dúvida.

O SR. LAERTE TETILA – A propósito dessa questão, o Senador Severo Gomes, de tão boa memória, aquele que faleceu juntamente com Ulysses Guimarães naquele acidente de helicóptero, referindo-se a essa questão, citou a aldeia indígena de Dourados, há mais de quinze anos, não como um regime de confinamento, mas, na concepção dele, um campo de concentração humana. De lá para cá a população simplesmente dobrou.

E também o pedido feito pelo Senador Romeu Tuma de que, uma vez criada a comissão interministerial ou outra comissão que for criada, se incluam membros de ambas as Casas, da Câmara e do Senado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de cumprimentar V. Exª, primeiro, pela iniciativa desta Comissão. Trata-se de uma Comissão extremamente importante e que, sem dúvida, trará uma colaboração muito grande aos Srs. Senadores em várias questões que envolvem os direitos principalmente das minorias.

Quero cumprimentar os expositores e dizer da nossa satisfação – embora não tenha podido estar aqui durante a exposição. Tenho certeza de que só a presença de V. Exªs significa uma preocupação que vem ao encontro da nossa, pois o Brasil inteiro está perplexo com a situação de Mato Grosso do Sul no que diz respeito à população indígena infantil. Acredito que, pela eficiência e pela competência do Sr. Presidente, nós apresentaremos fatos concretos a respeito dessa situação, que não pode ser tolerada.

Portanto, deixo aqui o meu abraço e fico à disposição para colaborar também com essa situação, uma vez que somos de um Estado vizinho, o Estado de Goiás, e temos a obrigação de estar coesos nesta situação que envolve a Região Centro-Oeste.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Está encerrada esta audiência.

(Levanta-se a reunião às 12h46min)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para o dia 10 de março de 2005, quinta – feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e um minutos do dia dez de março de dois mil e cinco, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **EDISON LOBÃO, ROMEU TUMA, REGINALDO DUARTE, LEOMAR QUINTANILHA, SÉRGIO CABRAL, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, HERÁCLITO FORTES, e SIBÁ MACHADO.** Tendo o Senador **CRISTOVÃO BUARQUE** justificado ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada. A presente reunião delibera sobre seguinte pauta: **Item 1 – Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram os Senhores: Vereador **Eduardo Otávio Teixeira Marcondes**, Presidente da CPI do Índio, em Dourados e **Fernando da Silva Souza** – Vice-Presidente do Conselho Distrital de Saúde

Indígena, em Dourados/MS. Justificaram a ausência o Cacique **Ambrósio Góes** – da Tribo de etnia Kinikinawa; **Roseli Maria Ruiz Silva** – Presidente da RECOVÊ, em Campo Grande/MS e **Daniel Nunes** – Índio, Lavrador, residente em Antonio João-MS. Saudados os presentes pelo Senhor Presidente foram convidados a proceder à explanação sobre o tema da audiência. Encerrada a explanação a Comissão aprova extrapauta os requerimentos CDH nº 3, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral e o CDH nº 4, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide. A Comissão aprova ainda os seguintes itens constantes da pauta: Requerimento nº 5, de 2005, que cria a Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão que tem como primeiro signatário o Senador Paulo Paim; os Requerimentos nº 6 e nº 7, ambos de 2005 que criam a Subcomissão Permanente do Idoso, respectivamente tendo como 1º signatário os Senadores Leomar Quintanilha e Sérgio Cabral. Esgotada a pauta o Presidente convoca a próxima Audiência Pública sobre o assunto em data e horário a ser definido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Ramez Tebet, Romeu Tuma, Leomar Quintanilha e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Havendo número legal, vamos dar início à 3ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A pauta de hoje destina-se à audiência pública para ouvir cinco pessoas relacionadas com a mortalidade infantil indígena ocorrida em Mato Grosso do Sul e, por que não dizer, em todo o País.

Informo aos presentes que recebemos uma comunicação de que a Srª Roseli Maria Ruiz Silva, que estava relacionada, foi submetida a uma cirurgia ontem, na parte da tarde. Em razão disso, a sua presença hoje aqui é impossível.

Há também um outro convidado, o índio Daniel Nunes, residente em Antônio João, em Mato Grosso do Sul.

Vamos adiar a oitiva dessas duas pessoas para uma próxima oportunidade para que hoje possamos ouvir os demais convidados.

Convido para participar da mesa os seguintes convidados: Vereador Eduardo Otávio Teixeira Marcondes – Presidente da CPI do Índio, em Dourados/MS; Sr. Fernando da Silva Souza – Vice-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, em Dourados/MS; e o Cacique Ambrósio Góes – da Tribo de etnia Kinikinawa, que ainda não se encontra presente.

Agradecemos a presença do Vereador Eduardo Otávio Teixeira Marcondes e também a do Fernando da Silva Souza, por virem de tão longe para prestar esclarecimentos nesta Comissão, em audiência especial.

Nesta oportunidade, em razão da relevância do assunto no que diz respeito aos direitos humanos, que são violados, principalmente em relação a essas crianças desnutridas do Estado de Mato Grosso do Sul, vou passar a V. Exªs algumas informações sobre o que a imprensa tem noticiado na última semana.

Sobe o número de crianças indígenas mortas em 13 regiões. Segundo o Diretor da Funasa, todas as mortes são relacionadas com a desnutrição. A mortalidade entre crianças indígenas aumentou em 13 dos 34 distritos sanitários especiais indígenas no Brasil todo, entre 2003 e 2004. Quer dizer, a mortalidade cresceu. Aumentou entre 2003 e 2004. Apesar de, na média nacional, os números estarem caindo desde 2002.

Então, se caiu muito foi em 2002, porque, em 2003 e 2004, o índice cresceu.

Continua o Diretor da Funai:

No Mato Grosso do Sul, onde ficam os Guaranis-Kaiowás, no ano passado, morreram 54 bebês indígenas, boa parte pelas doenças causadas ou agravadas pela desnutrição.

Se o ano passado foram 54, e este ano, em janeiro e fevereiro, já foram 12, isso significa que, na proporção, se continuar essa mortalidade, Senador Crivella, vamos chegar a 72 no fim do ano. Um número lastimável, crescente e intolerável.

Por incrível que pareça, o Ministro da Saúde, em depoimento ontem à imprensa nacional, disse que esse índice de mortalidade é costumeiro, que é isso mesmo, que isso vem acontecendo há muito tempo, numa expressão de conformação com esta situação.

O articulista Clóvis Rossi, do jornal **Folha de S. Paulo**, em artigo publicado hoje, na página 23 do Caderno A, diz o seguinte. Apenas para ilustrar bem essa questão, é bom que leiamos o documento a fim de que faça parte dos Anais desta Comissão. O título é "É normal? Triste a noção de normalidade no Governo do PT, a julgar pelas declarações do Ministro da Saúde, Humberto Costa, a respeito das mortes de crianças indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul".

Diz o Ministro:

> As mortes estão dentro (*sic*) do número que normalmente acontecem. É claro que

> uma morte é sempre preocupante e não pode ocorrer. Não é justificativa ou explicação, mas não está se caracterizando uma mortandade maior do que nos anos anteriores.

Prossegue o articulista:

> Ou esse rapaz, talvez transtornado pela boataria em torno da sua iminente demissão, perdeu completamente o bom senso ou resolveu imitar seu chefe na produção de batatadas sem o menor sentido. Desde quando alguém morrer de fome pode ser considerado um fato dentro (*sic*) do que normalmente acontece?
>
> O Ministro parece não ter prestado atenção ao fato de que o que se discute, ou pelo menos se deveria discutir, fosse este um País minimamente sério, não é o índice de mortalidade dos índios ou dos brancos. Discute-se a vergonha e a indignidade que é morrer de fome uma criança atrás da outra.
>
> Mas não basta para provocar indignação no Ministro. Ao contrário, ele reage como o mais caricatural dos burocratas: dá de ombros. Se não for demitido para o toma-lá-dá-cá tradicional das reformas ministeriais, deveria sê-lo só por essa frase desgraçada.

Trata-se do artigo de Clóvis Rossi de hoje no Jornal **Folha de S.Paulo**. Existem outras notícias que estão sendo veiculadas, porque a denúncia ocorrida nesta Comissão e estas audiências públicas têm aflorado o problema, mostrando que, agora, todos se envolvem. Mas, na verdade, o retrato de cada instituição que lida com a questão indígena neste País é de que todos estavam alheios ou indiferentes ao problema.

Darei uma ilustração. A Funai, em 2004, gastou R$192.600 milhões, segundo o Siaf, sendo R$144.900 milhões em atividade-meio – pessoal, diárias etc – e apenas R$47.700 milhões em atividade-fim, no local, buscando as finalidades que a referida Fundação deve exercer neste País. Ressalto que esses valores dizem respeito ao ano inteiro, empenhados, recebidos e pagos. Imaginem V. Exªs se uma atividade industrial ou comercial tivesse essa movimentação num ano e R$144.900 fossem destinados apenas ao custeio da atividade-meio. Estaria falida.

Por isso, há necessidade urgente de que as instituições envolvidas na questão da responsabilidade com o indígena cumpram na verdade o seu dever com mais objetividade e de que a Nação propicie estruturas a esses órgãos – como a Funasa, a Funai, a Secretaria Nacional de Combate à Fome e tantas outras –, colocando recursos à sua disposição. Não se deve ficar apenas no discurso e na retórica em favor do índio. O índio, sim, é sagrado e temos com ele uma dívida social muito grande e forte. Todos sabemos disso. E aqueles que nada fazem em favor do índio são geralmente os que mais filosofam em prol dele.

Por essa razão, hoje, damos prosseguimento a esta audiência pública no sentido de que se exponha para a Nação, com toda a clareza e com toda a transparência, o que se passa com referência principalmente a essas mortalidades infantis indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul e também no Brasil.

Temos hoje dois convidados: o Vereador Eduardo Marcondes, Presidente da CPI da Câmara de Vereadores de Dourados, que acedeu ao nosso convite para comparecer aqui não só como Presidente da CPI, mas também como morador de Dourados que conhece perfeitamente a questão da aldeia, que é praticamente um bairro de Dourados. S. Exª é um homem que vivenciou essa situação desde o início da formação da aldeia e pode perfeitamente nos trazer luzes a respeito do que aconteceu e do que vem acontecendo no local.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Vereador Eduardo Marcondes, que – me parece – tem uma projeção a ser feita. Vamos ver as imagens que S. Exª trouxe oportunamente. Em seguida, serão respondidas as perguntas feitas pelo Plenário.

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Em primeiro lugar, Senador Juvêncio da Fonseca e demais membros da Comissão, agradeço a possibilidade de vir ao Senado Federal falar de um assunto tão importante. Em segundo lugar, pondero que a CPI instalada em Dourados e assinada pela maioria dos vereadores acabou, na última reunião, sendo abortada por uma manobra política e, na realidade, formou-se uma CI, Comissão de Investigação.

Gostaria, antes de tudo, de apresentar um pequeno filme de apenas três minutos. Sinto-me muito à vontade em relação ao tema porque tenho a tradição do antigo Estado do Mato Grosso, antes da divisão, quando o meu avô tinha um relacionamento muito estreito com o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O Marechal, quando ia àquele Estado fazer várias demarcações de terra e, em face da telefonia da época, ficava na fazenda do meu avô. Cresci ouvindo falar da questão indígena. São áreas delimitadas por decreto, em 1902. A Lei nº 725, de 1915, fixou o tamanho dessas aldeias em 3,6 mil hectares.

Antes de começar a fazer minhas ponderações, gostaria que o filme fosse projetado, para que tivéssemos noção da realidade que hoje vive essa comunidade nas aldeias indígenas de Dourados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Como médico, antes de tudo, gostaria de

dizer que todo ser humano que cresce normalmente e apresenta um desenvolvimento integrado e progressivo das esferas somática, genital, neurológica e psíquica. Basicamente três fatores contribuem para esse desenvolvimento: fatores ambientais, como os alimentos, exercícios físicos, meio social, educação; fatores genéticos, que podem causar hipodesenvolvimento decorrente de doenças genéticas sejam ou não heredofamiliar, e fatores endócrinos.

O crescimento somático tem basicamente três etapas. A etapa intra-uterina, a etapa pré-puberal e puberal e a etapa pós-puberal que chamamos do ser adulto. Quando constatamos em uma população que as mães estão desnutridas, sabemos que certamente essas mães acabarão gerando filhos desnutridos também. E é lógico que a desnutrição acaba abrindo as portas para infecções e para uma série de patologias.

O que sentimos, na realidade, é que, durante um período – e eu diria que esse período iniciou-se há três anos –, houve omissão de setores engajados na questão indígena.

Quero deixar bem claro que a Lei nº 6.001, de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, diz que cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites das suas competências, a proteção das comunidades indígenas e a preservação de seus direitos.

O SUS foi empregado em 1990, por meio da Lei nº 8.080, que trata da universalidade, da integralidade e da eqüidade. Esse programa com certeza é o maior programa de inclusão social no País. Quando um município, como o de Dourados, encontra-se na gestão plena de saúde, ele é responsável pela saúde da sua população, aí incluída a sua população indígena.

A aldeia de Dourados faz parte da Cidade de Dourados; hoje ela é um bairro da Cidade. Talvez tenha havido um erro tático na demarcação daquelas terras, mas a cidade cresceu e hoje essa aldeia faz parte da nossa população.

Não podemos lavar as mãos como Pilatos e entrar no jogo do empura-empurra. Quem seria o culpado ou a quem cabe a obrigação de tratar da saúde indígena? Uma questão importante que depois será abordada pelo Fernando – o indígena Terena que está nesta mesa – é a do controle social. E temos lá o Conselho Distrital Indígena, que, há muito tempo, vinha denunciando o abandono em que aquela população se encontrava.

E existe aí um paradoxo. Enquanto o Brasil faz uma medicina de ponta, com transplantes, com bancos de cordão umbilical para células-tronco, com distribuição de medicamentos para AIDS – projeto pioneiro e com uma abrangência social impressionante –, morrem crianças por desnutrição em uma aldeia indígena, que, como eu disse, faz parte do contexto de uma cidade que é a segunda do Estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme foi constatado e divulgado para a imprensa, o agravamento da desnutrição na aldeia de Dourados deriva de alguns fatores. Quero deixar aqui colocada, para que não seja usada como uma cortina de fumaça, a questão da falta de terra. Temos, naquela aldeia, 3.600 hectares. Realmente, é uma população grande, mas não é esse o fator imediato da maior causa, e, sim, o mau uso daquela terra e a má administração.

Podemos citar como exemplo o arrendamento de terra, que, como sabemos, é ilegal. Isso é uma regra geral nas aldeias de Mato Grosso do Sul, sendo mais grave nas áreas de fronteira, com arrendamento para pecuária sem nenhum controle fitossanitário e ação de contrabandistas de gado e, muitas vezes, de droga.

Tenho documentos aqui que já foram notícia na imprensa nacional e internacional.

Outra questão importante é a falta de trabalho – esse é um outro fator –, ocasionada por uma enxurrada de ações trabalhistas, muitas vezes abusivas e orientadas por pessoas inescrupulosas, que visam lucro e não justiça social.

Outra questão importante é a corrente imigratória de índios paraguaios, atraídos pelos benefícios que se encontram ali ou noticiados como ali existindo, como cestas básicas, vale-transporte, atendimento na área de saúde, entre outros, aumentando assim a dívida social.

Outro fator importante é a desativação de projetos relevantes, por exemplo, a fábrica de multimistura, que existia como doação de uma universidade particular, o Unigran, na nossa cidade. Essa universidade doou uma máquina de multimistura e vinha patrocinando um trabalho importantíssimo, esse tipo de alimentação, para aquela comunidade. Essa máquina ficou encostada mais de um ano. Também uma máquina que produzia leite de soja encontra-se desativada num dos barracões, na nossa cidade.

Proponho, Senador Juvêncio da Fonseca, que algumas coisas sejam mudadas. A cesta básica que está sendo distribuída, por exemplo, que tive o critério de ver, observei que ela não continha leite. Se queremos resolver o problema da desnutrição, principalmente na população infantil daquela aldeia, daquela comunidade, como vamos distribuir uma cesta básica que não contém leite?

Propus e estou novamente propondo aqui que seja formada uma comissão de médicos pediatras da Associação Médica de Dourados, para que possamos

ajudar a minimizar essa questão da saúde naquela aldeia.

Outra questão importante: as creches indígenas. Precisamos lutar para que isso realmente aconteça.

E ainda: escola em regime integral, para que aquelas crianças possam permanecer na escola. O que me deixa preocupado é que pelo menos 50 crianças ficaram fora da escola por falta de vagas. E lembrar que temos aqui várias parcerias que seriam importantes, uma delas inclusive com produtores rurais.

Para finalizar – e creio que meu tempo está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Ainda faltam cinco minutos.

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Queria lembrar que essas terras foram doadas para aquela comunidade. Precisamos fazer uma reavaliação histórica dessas terras sem criar cortina de fumaça para ofuscar o uso dos recursos públicos. Mas não podemos colocar como questão básica que o aumento territorial estaria causando indiretamente da desnutrição. Erra-se ao afirmar que a solução do problema dos moradores dessas aldeias, Bororó e Jaguapiru, é responsabilidade exclusiva da Funai. Essa responsabilidade é de vários órgãos como a Funasa, Funai e também da própria prefeitura.

Qualquer um sabe que agir assim é colocar para fora o mais primitivo mecanismo de defesa do ser humano, que é pôr a culpa nos outros. Não podemos buscar ou justificar o sedentarismo administrativo por meio de colocações que visam, na realidade, ofuscar o grande problema que vem ocorrendo naquela aldeia, ou nas aldeias de Mato Grosso do Sul.

De repente, lembro-me de que, anos atrás, responsabilizavam-se os douradenses pelos problemas das aldeias; acusavam-se os fazendeiros, os políticos, as multinacionais, as cidades, os cidadãos comuns, o sistema econômico, as igrejas evangelizadoras, os estrangeiros etc. E agora de quem é a culpa?

Tenho dois minutos e quero terminar lembrando que existe uma correlação ...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Eduardo, em razão de duas pessoas não terem comparecido, prorrogo seu tempo por mais dez minutos, para que complete sua exposição, na medida da sua necessidade,

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Muito obrigado.

Temos visto *slogans* do tipo "Estamos com um projeto para dar vida auto-sustentável aos índios." Percebo que a população está cansada disso, de projetos e palavras bonitas, de se criarem factóides como vários que estão sendo criados ou ilusórias máquinas solares para aquecer panelas e plantar mudas de erva mate, como vi e denunciei há dois anos, quando foram plantadas cinco mil mudas de erva-mate na aldeia. Meses depois, as formigas tinham comido todas. Da mesma forma, vários projetos assim ocorreram e não resolveram, de fato, a vida daquela população.

Os caciques das Aldeias Bororó e Jaguapiru têm milhares de anos de experiência cultural e não cairão na armadilha que caíram muitos moradores que se iludiram com promessas falsas. Nossos seculares irmãos brasileiros não aceitarão serem massas de manobra de grupos sectários. A história de vida desse povo, baseada em tradições de muitos anos, não os deixará se iludir pelo homem branco, com a estrela que for.

Para ilustrar, quero deixar aqui três ações básicas que criariam condições para a melhoria de vida daquela população: o acesso ao crédito, a educação profissionalizante e a melhoria da infra-estrutura daquelas aldeias.

Juntamente com o Estado, a Prefeitura tem a responsabilidade pela educação fundamental e saúde unificada, além de poder ter um maior controle sobre os males que o alcoolismo e a fome acabam causando. O Poder Executivo tem todo um orçamento baseado em – a meu ver – altos impostos para a nossa sociedade que poderiam ser usados em programas que realmente fizessem a inclusão social desses indígenas na nossa sociedade. Aliás, encaminhei um pedido à Câmara de Dourados para que a Prefeitura implemente restaurantes comunitários indígenas, com o uso daquela comunidade e dos alimentos que eles próprios pudessem produzir, sob orientação de técnicos nutricionistas, enfermeiros e da saúde. Tenho certeza de que isso resolveria muito mais que se distribuir a cesta básica da forma como está sendo distribuída.

Uma das questões que também quero abordar é que temos a obrigação de resolver, de imediato, a questão dessas comunidades. Como eu disse anteriormente, precisamos efetivar, de fato – é lógico que com o controle da Funai, da Funasa, dos Governos de todos os níveis, da Polícia Federal ou do Exército brasileiro –, parcerias. Há parcerias que já estão dando certo, como a parceria com o Governo de Mato Grosso, efetivada pelo Governador Blairo Maggi.

Também vou abordar uma questão aqui que é extremamente polêmica, mas que precisamos examinar. É muito fácil se falar que se precisa de mais terra. E de onde? Vamos criar o confronto entre os produtores rurais, essa camada da nossa sociedade que hoje representa um fator importante da nossa economia, e os nossos irmãos índios? Como eu disse, é uma questão polêmica, mas eu gostaria que vocês a ouvissem.

Temos hoje quatro parques ambientais em nosso Estado. Que esses parques sejam transformados em áreas indígenas. Segundo os antropólogos e a própria Funai, o índio é um agente ambiental. Acredito que em nada seria ferida a questão dos parques ambientais. Antes de tudo, existe uma questão humana. Está ocorrendo esse verdadeiro infanticídio em minha aldeia em Dourados. Certamente, um plano de manejo que comporte os índios será a solução ideal.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Para finalizar, quero lembrar, nessa relação dos índios e do homem sertanejo, Monteiro Lobato, quando escrevia sobre o famoso Jeca Tatu:

> "Milhões de criaturas que no meio de uma natureza forte e rica songamongam rotos, esquálidos, famintos, doridos, incapazes de trabalho eficiente, servindo apenas de pedestal aos gozadores a vida que literatejam e politicalham nas cidades bradando para o interior inânime."

Em outra parte:

> Vivendo na plena liberdade do sertão envolto nesse imenso amplexo da natureza amiga, sem preocupações com o dia de amanhã. Ora de cócoras a descansar; ora em movimento para atender a solicitações da existência, lá vai ele seguindo sem empurrões o suave caminho do seu destino.

Muito obrigado pela possibilidade de poder dar essas informações. Fico aberto a qualquer outro questionamento necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Agradecemos a brilhante e emocionante exposição do Dr. Eduardo Marcondes, médico, residente em Dourados durante praticamente a sua vida toda; Presidente da CPI instalada na Câmara de Vereadores com referência aos indígenas, que foi frustrada.

S. Exª nos trouxe o seu relato, um depoimento forte pelo qual analisa o que se passa naquela aldeia, que é um bairro urbano da Cidade de Dourados, com 11.500 pessoas diferentes, **sui generis**. Segundo nos disse ontem em outro depoimento o Prefeito de Dourados, Sr. Laerte Tetila, aquela é a maior aldeia do País e a mais pobre também. Ela localiza-se na área urbana de Dourados.

Eu lembraria ao Dr. Eduardo Marcondes, que citou o Marechal Rondon, quando disse que S. Exª hospedava-se na fazenda de seu pai, que o Marechal tinha um lema importantíssimo. Esse lema deve ser dito a esses que não se incomodam com a morte dos indígenas, principalmente das crianças indígenas. O Marechal dizia o seguinte: "Morrer se preciso for; matar, nunca!"

E estão matando nossas crianças.

Passo a palavra ao Sr. Fernando da Silva Souza, da etnia Terena. Ele é Vice-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena e está representando os usuários da área de saúde da Funasa. É um conselho estruturado pela Funasa.

Antes de passar a palavra ao Fernando, quero registrar a presença do Deputado por Mato Grosso do Sul, o Sr. Aquiro Tsubo, um Parlamentar atuante e inteligente. Eu gostaria que S. Exª participasse junto com o Senador Ramez Tebet, pois ambos são de Três Lagoas. O Estado de Mato Grosso do Sul deve muito a V. Exª pelo seu trabalho eficiente. S. Exª está permanentemente atento a todas as questões, tanto é assim que se encontra presente hoje debatendo o problema das crianças indígenas do nosso Estado.

Com a palavra o Sr. Fernando da Silva Souza, por vinte minutos...

O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA – Gostaria de cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca e os demais presentes.

Confesso que estou um pouco emocionado e nervoso por falar diante de uma platéia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – (*Inaudível.)*

O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA – Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – (*Inaudível.)*

O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA – Muito obrigado por isso.

Meu nome é Fernando da Silva Sousa. Sou índio da etnia terena. Nasci, cresci e vivi até hoje na aldeia de Dourados. Cresci em meio a Kaiowás e Guaranis. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Unigran. Atualmente, estou cursando Enfermagem na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Sou membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena, sou Vice-Presidente do Conselho e Presidente da OIMS – Organização dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul, que está em processo de formação.

Represento os usuários dentro do Conselho. É um privilégio muito grande representar essa população que hoje vive um problema que está na mídia nacional e mundial: a morte de crianças indígenas por desnutrição.

A aldeia de Dourados, como o Senador mencionou, é a maior aldeia em população do País, comportando 11 mil ou 12 mil pessoas, confinadas em 3.500 hectares. Costumo dizer em todas as reuniões, em todos os debates de que costumo participar que moro na aldeia mais complicada do País. É complicada por

dois fatores: um grande número de habitantes e uma área muito pequena. Por isso, temos vários problemas dentro da aldeia.

Quero reportar-me, mais especificamente, com relação à saúde indígena. Represento os usuários dentro do Conselho de Saúde. Tenho participado da discussão em relação à saúde indígena há dez ou quinze anos. Conheço bem a nossa realidade. Falo como conhecedor da causa. Aliás, não apenas como conhecedor, mas como vivenciador da realidade daquela aldeia, daquela região.

Como é do conhecimento de V. Exªs, quem cuida da saúde indígena é a Funasa, desde 1999, por meio de um Decreto-lei. Antes, estava sob a responsabilidade da Funai, que prestava atendimento às populações indígenas do País de forma muito precária. Na época, na nossa aldeia, tínhamos apenas um posto, uma farmácia mantida pela Funai e um atendente de enfermagem que medicava as pessoas. Os casos mais graves eram encaminhados aos hospitais fora da aldeia. Essa era a realidade não só da aldeia de Dourados, mas das aldeias de todo o País.

Por meio de reuniões, conferências, fóruns, foi debatido que a responsabilidade sobre a questão da saúde indígena deveria ser dividida entre os ministérios e que o Ministério da Saúde deveria assumir a questão da saúde por meio da Funasa, Fundação Nacional de Saúde, órgão criado com a junção da ex-Fundação Fsesp, ex-Fundação e da ex-Sucam.

O início desse processo todo foi muito tumultuado. Primeiro, pelo fato de haver intrigas no próprio Ministério. O Ministério da Justiça não queria que saísse da Funai, a própria Funasa não tinha recursos humanos suficientes e preparados para fazer um atendimento adequado. Segundo, algumas lideranças indígenas já não tinham mais esperanças em melhorar a questão da saúde indígena. No meu Estado, por exemplo, houve muita resistência quando se falou que a saúde indígena ia ser executada pela Funasa. Mas, com muita luta, com muitas reuniões, esse processo foi efetivado, e, desde setembro de 1999, a Funasa começou a organizar o trabalho de saúde indígena no Estado e a montar equipes; organizou todo o serviço e montou o Distrito Sanitário Especial Indígena, com sede em Campo Grande, na Coordenação Regional da Funasa. Em uma reunião com as lideranças e demais parceiros que executavam ações dentro das aldeias, definiram que firmariam parceria com uma ONG do Estado, a Missão Evangélica Kaiowá, que seria a responsável, como parceira, na execução das ações de saúde dentro do Estado.

Posteriormente, foram montadas as equipes de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, para que pudesse haver uma radiografia de como estava a saúde no Estado. E, para nosso susto, ficou detectado, no início de 2002, que o índice de mortalidade infantil no Estado era de 140 por 1.000. De cada 1.000 crianças que nasciam, 140 morriam. Um índice alarmante, absurdo, devido ao descaso em relação à saúde indígena!

A partir de 2000, então, começou-se a implementar as equipes, a contratar mais médicos e enfermeiros, a treinar agentes de saúde, para capacitá-los para entender e compreender as especificidades da comunidade indígena, porque isso era fundamental.

Foi feito um planejamento, e uma equipe montou toda uma estrutura de logística, com viaturas, pólos, postos de saúde, saneamento. E as ações, a partir de então, começaram a ser efetivadas concretamente.

A partir da atuação dessas equipes dentro das aldeias, começamos a perceber uma melhora significativa nos nossos índices de mortalidade infantil. No final de 1999, início de 2000, eram 140 por 1.000; já no final de 2000, esse índice reduziu, caindo para 86. Isso na região de Dourados. São dados reais, concretos, da própria Funasa. Espero que estejam disponíveis a todos. E, em 2001, o índice de mortalidade foi reduzido para 85, com as ações das equipes.

Em 2001, porque já tínhamos os agentes de saúde, os médicos, enfermeiros, começamos a exatamente ter um perfil nutricional das crianças. E observou-se que o índice de desnutrição era muito alto e que precisavam fazer alguma coisa para reverter o quadro.

E todas essas discussões passavam pelo conselho distrital, passavam pelos conselhos locais juntamente com as lideranças em cada aldeia, o que se deveria fazer e como se deveria fazer. E foram buscadas parcerias para que essa questão fosse resolvida.

Um outro problema que tínhamos era a questão da tuberculose. Havia um hospital com uma ala reservada na Missão Evangélica Kaiowá que mantinha de 50 a 60 pacientes internados para tratamento de tuberculose.

Com a implementação das equipes, esses pacientes começaram a ser tratados em casa pelos agentes de saúde, pelos médicos, pelas enfermeiras. Tanto é que, já no final de 2001, a ala do hospital, que era exclusiva para tratamento de tuberculose, ficou ociosa, não precisou mais ter paciente internado porque o campeamento era feito em casa.

Havia também um outro problema: a questão da desnutrição. Ficou decidido que aquela ala, aquele setor hospital poderia ser utilizado para a recuperação das crianças em estado avançado de desnutrição, porque era difícil fazer um acompanhamento em casa, pelas

dificuldades da família, e essas crianças necessitavam de um acompanhamento hospitalar.

Então, no final de 2001, foi organizado o centro de recuperação para crianças desnutridas, o que chamamos hoje de centrinho. Isso foi no final de 2001.

Já no final de 2002, devido ao estado alarmante da questão da desnutrição, fez-se necessária a contratação de mais cinco nutricionistas por Estado, por meio da Funasa.

Então, V. Exªs percebem que, no final de 2001, início de 2002, essa questão já estava rolando nas discussões, firmando-se parcerias para que isso fosse melhorado.

No final de 2001, foi realizado o primeiro seminário sobre desnutrição indígena em Mato Grosso do Sul. Esse seminário foi realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2001, para que essa situação fosse amenizada.

Para esse seminário, foram convidados todos os órgãos que trabalham com a questão indígena, todas as entidades e organizações não-governamentais para que fizessem uma parceria para que isso fosse reduzido.

E alguns pontos foram discutidos nesse seminário, cujo objetivo era socializar os dados, sensibilizar a sociedade e, principalmente, buscar parcerias para enfrentar o grave problema da desnutrição, ou seja, da fome das crianças que estão morrendo de fome.

E algumas propostas apresentadas na época, no final de 2001, foram implementadas no início de 2002, como a questão da parceria com a Pastoral da Criança em Dourados. Essa parceria propôs a implementação da produção da multimistura.

Uma outra discussão que ficou fechada – que o Dr. Eduardo Marcondes acabou de citar – foi a parceria entre a Unigram, uma universidade privada particular que tem todo um trabalho dentro da aldeia, desde 1998.

Vou fazer um parêntese aqui. A partir de 1998, a Unigran concedeu bolsas de estudo a indígenas daquela aldeia. Nessa oportunidade, ingressaram na universidade oitenta acadêmicos indígenas para que tivessem uma formação e pudessem competir no mercado de trabalho, e pudessem discutir e participar das discussões em relação a assuntos indígenas. Sou fruto daquela universidade, deste convênio, assim como muitos outros colegas meus que se formaram naquela oportunidade. Esse convênio existe até hoje. Hoje temos, dentro da universidade, aproximadamente, de sessenta a oitenta alunos, que ainda estão freqüentando os mais diversos cursos que a instituição oferece.

A Unigran conversou com os diretores da Seara, uma indústria alimentícia, e mostrou os dados que tínhamos em mãos, que a Funasa tinha disponibilizado. A Seara adquiriu uma máquina semi-industrial para a produção de multimistura, no valor de R$9 mil, e a doou para a Funasa, para a comunidade indígena, para que a Funasa a administrasse e pudesse produzir a multimistura.

Tínhamos uma vaca mecânica, da igreja metodista, na aldeia Bororó, que produzia leite de soja. Esse leite era distribuído para as crianças que estavam em risco nutricional internadas no hospital. Tínhamos o programa Bolsa-alimentação; além de algumas ações, na época, na Secretaria Municipal da Agricultura, que estava implantando as roças caseiras por meio da Funasa, com uma ONG, a *(inaudível).* Foram instituídas coisas pequenas, serviço de formiguinha, mas que estavam dando resultados positivos na época.

Além disso, tínhamos o sopão, realizado por microáreas, idealizado pelos agentes de saúde. O sopão aglomerava mães e crianças, davam-se orientações sobre questões de higiene, vacinação e preparo dos alimentos, e estava surtindo resultados positivos também. Isso era feito, diariamente, em cada microárea da aldeia, sendo acompanhado e gerenciado por nutricionista.

Foi feita uma parceria com a Pastoral da Criança em *(inaudível)*, onde o índice também era elevado. E foi implantado o Projeto *(inaudível)* – Criança com Vida Saudável, em fevereiro de 2002. Foi adquirida uma máquina de multimistura. Começaram a produzi-la e a distribuí-la entre as crianças.

Tínhamos também o programa de segurança alimentar que distribuía cestas básicas: 35 quilos de alimentos às famílias indígenas do Estado. A Funasa também participava de outras discussões que eram feitas. Houve o Fórum Nacional da Defesa da Criança Indígena, promovido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, em Campo Grande; fóruns regionais de segurança alimentar, promovidos pelo Consea – Conselho de Segurança Alimentar, o que foi feito em Bonito, em Pontaporã e em Campo Grande.

Havia também parceria com a Unicef e a CNBB na época da campanha da fraternidade intitulada "Fraternidade e Povos Indígenas".

Os resultados de todos esses trabalhos que estou relatando ficaram claros e evidentes nos índices dos anos seguintes, nos quais houve uma redução significativa para o bem geral das nossas crianças.

Quero repetir que em 1999/2000, o índice era de 140 por mil. Em 2001, vou repetir novamente, Dourados fechou o índice de mortalidade com 85 por mil. Em 2002, fechou o índice de mortalidade com 44 por mil. Percebe-se que está havendo uma redução.

Em 2003, já no novo modelo, no novo Governo, esse índice se manteve em 55 – ele não foi reduzido no caso de Dourados – e, em 2004, infelizmente, o índice fechou em 64,3 por cada mil crianças que nasciam.

E todas essas questões, esses números eram analisados e discutidos dentro do Conselho Distrital. Estávamos preocupados. E nós, eu, principalmente, como representante dos usuários, estávamos acompanhando toda essa questão dentro da aldeia, nas reuniões, nos debates. Acompanhei toda a estruturação, a organização dos serviços em 1999 e 2000, a questão das equipes, da logística, das viaturas; vi os resultados, os números positivos que estávamos tendo.

De repente, com a mudança de Governo, em 2003, entendemos que haveria uma mudança na estrutura da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) dentro do Estado – não só no Estado, mas em nível de País.

E, de fato, no Estado, a partir de 2003, assume o novo Coordenador, Sr. Gaspar Francisco Hickmann, que tomou posse em abril de 2003. Na oportunidade, o Presidente da Funasa, Sr. Valdir Camarcio Bezerra, esteve em Campo Grande para dar posse ao novo Coordenador. Nós, do Conselho Distrital, preocupados com o andamento dos serviços daqui para frente, encaminhamos ao Presidente da Funasa um documento mostrando a nossa preocupação em relação à estrutura que tínhamos dentro do nosso Estado.

No documento, sugerimos que, se houvesse mudanças pelo novo Coordenador, dentro do Distrito Sanitário Especial Indígena, que elas fossem feitas de forma que nós, do Conselho *(inaudível)* ou de forma que não fosse abalada a estrutura para que as ações não ficassem perdidas e, conseqüentemente, o serviço, prejudicado. E pedimos que todas as mudanças que ocorressem fossem feitas com cautela, com precaução para que o nosso povo, o nosso patrício que estava dentro da aldeia não sofresse com as conseqüências.

Esse documento foi protocolado, foi entregue no dia 8 de maio de 2003 ao Presidente da Funasa, assinado por todos os conselheiros indígenas do Estado, já nos preocupando com a situação – depois quero deixar aqui uma cópia do documento com o Presidente.

No entanto, com a mudança que ocorreu, o que solicitamos no documento não foi cumprido, não foi obedecido e ocorreu, de fato, o que temíamos quando elaboramos o documento: dias, meses depois, foi substituída... Houve uma mexida na estrutura como um todo da Coordenação Regional dentro do Distrito Sanitário Especial Indígena, de forma que assumiram pessoas que não conheciam a estrutura que havia sido montada. Talvez muitas pessoas de alguns pólos que não conheciam sequer a realidade indígena começaram a assumir as chefias de pólo – o Estado tem onze pólos de saúde. Muitos deles nunca haviam trabalhado com a questão da saúde indígena e estavam cedidos para o município ou em outros órgãos do Governo. E quando assumiram a nova coordenação, essas pessoas assumiram os pólos em funções estratégicas. Mas muitos não conheciam a realidade indígena. Isso deu origem aos resultados negativos em termos de mortalidade infantil.

Questionamos isso, algumas vezes, em nossas reuniões. No entanto, infelizmente, não éramos ouvidos. Alguns conselheiros questionaram o que eu estaria fazendo ali se o meu ponto de vista e a minha opinião não estavam valendo para nada. Muitos conselheiros começaram a se sentir desestimulados a participar do conselho porque apresentavam os problemas, colocavam-nos em discussão, mas as coisas eram mantidas pelo Coordenador.

Passamos 2003 nessa angústia, nesse dilema e, em 2004, a coisa começou a piorar um pouco mais. Até então nunca havia tido atraso no pagamento das equipes. As equipes que trabalham dentro da Funasa estão em regime de dedicação exclusiva, seja médico, enfermeiro ou auxiliares. Conseqüentemente, eles não têm outra fonte de renda. E, em 2004, começaram a ocorrer atrasos no pagamento. Eles chegaram, inclusive, a ficar dois meses – médicos, enfermeiros e equipes de saúde – sem receber seus salários.

Em 12 de março, houve a nossa primeira manifestação, do Conselho Distrital, juntamente com os funcionários, para uma paralisação, reivindicando o pagamento de salários das equipes, coisa sagrada de qualquer trabalhador brasileiro. Está tudo documentado. Estou deixando aqui os documentos; depois vou passá-los a V. Exªs.

Em 1º de abril de 2004, mais uma vez, nós, do Conselho, recebemos as reivindicações, os questionamentos de 320 funcionários – entre médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, motoristas, agente de saneamento básico – que estavam, há 60 dias, sem receber seus vencimentos. Com o aval do Conselho, é deflagrada greve novamente.

Daí então, numa das nossas reuniões, no início de abril, diante dos atrasos de salários, de renovação de convênios e cortes orçamentários que a Funasa daqui de Brasília havia feito, foi mobilizada uma comissão de lideranças do Estado, que assumiram, tomaram a coordenação de forma a pressionar o Governo e a Funasa para que fosse revista a questão do teto orçamentário para 2004.

Na oportunidade, o Dr. Ricardo Chagas era o Direitor do Dsei, e ele intermediou essa discussão

conosco de Campo Grande, de onde ele firmou uma carta dizendo que estaria lá no dia seguinte para rever a questão do teto orçamentário.

Pedimos para que ele colocasse isso no papel e enviasse por fax como um compromisso de que ele estaria lá realmente. A Coordenação estava com 200 indígenas aguardando a solução dessa questão. Está aqui a carta do Dr. Ricardo.

E numa dura discussão, em abril, perante 200 indígenas e representantes da Funasa do Brasil, nós, do Conselho, perante o Ministério Público Federal, quatro procuradores do Ministério Público Federal, o Coordenador Regional da Funasa e o Diretor do Dsei da Funasa, e demais lideranças, conseguimos entrar num acordo na questão da revisão do teto orçamentário. Eram 2 horas da manhã do dia 3 de abril.

Foi feito o termo de compromisso perante o Ministério Público, que os participantes da discussão assinaram. Então foi revista a questão do teto orçamentário, sendo uma conquista para nós, do Conselho, e para a população indígena do Estado.

Em outra oportunidade, com o teto orçamentário revisto, enfrentamos outra dificuldade. Por meio da Portaria nº 70, o Ministério pega para si a responsabilidade de executar as ações dentro das aldeias, porque, até então, 90% das ações eram executadas pela ONG Missão Evangélica Kaiowá, e os 10% restantes ficavam por conta da Funasa.

Então, a ONG contratava, comprava medicação, combustível. Todas essas coisas eram efetuadas pela ONG.

Devido a problemas com relação a outras ONGs no País, que estavam tendo problemas com questões de fraude, de desvio de recursos, o Governo, o Ministério baixa uma portaria tomando para si a responsabilidade de executar as ações.

Mato Grosso do Sul nunca teve esse problema na questão de desvio de recurso, porque o Conselho era atuante, participava, acompanhava, fiscalizava. Tinha uma boa integração e relação com a ONG, com a Coordenação, com o Dsei e com a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Fernando, gostaria que você objetivasse um pouco mais, pois seu tempo já ultrapassou bastante o estipulado, e temos ainda a participação dos Senadores.

O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA – OK. Obrigado.

E a questão das licitações. Vou citar um exemplo: as urnas funerárias eram adquiridas pela ONG Missão Evangélica Kaiowá no preço médio de R$350. Quando a Funasa pega para si a responsabilidade, por meio do processo licitatório, passa a custar R$620 a média. Por isso, fomos ao Ministério Público.

O ano de 2004 acabou sendo um ano conturbado. Um ano cheio de dificuldades, em que até o relacionamento começou a ficar difícil. E muitos conselheiros começaram a ficar desestimulados. E para espanto nosso, infelizmente, o índice de mortalidade infantil no nosso Município foi de 64,33, em 2004.

Então, percebemos que houve um aumento nos dois últimos anos, justamente no gerenciamento ou na administração do novo Coordenador Gaspar Francisco Hickmann.

Em nível de Estado, ocorreu a mesma coisa. Em 1999, era 140 por 1.000. Em 2000, baixou para 80,5. Em 2001, fechou em 68,37. Em 2002, em 48,3. Em 2003, assume o Gaspar. Não aumentou nem manteve no mesmo nível, 48,19%. Em 2004, aumentou para 60,53%.

Esse é o nosso questionamento, porque, nos dois últimos anos, houve um aumento da mortalidade infantil. Na desnutrição também houve um aumento, sendo que a estrutura já estava montada, já estava implementada. O recurso, nesses dois últimos anos, foi maior do que nos dois anos anteriores. Além disso, tínhamos os recursos do Fome-Zero; tínhamos recursos do Governo do Estado, da Cesta Básica, das outras ações do Governo. E algumas ações do Governo Municipal.

No entanto, o índice de mortalidade infantil aumentou, em média, 29%, 30%. Esse é o nosso questionamento, esse é o nosso argumento.

E os fatos que estão ocorrendo lá não são manipulados ou maquiados; são fatos reais. O que foi visto e noticiado na mídia não foi criado ou manipulado. São crianças que realmente estão morrendo de fome. O pano de fundo dessa mortalidade infantil é a desnutrição. Mas, muitas vezes, no atestado de óbito, acabam sendo colocados outros agravantes, porque, com o organismo fraco, ela acaba adquirindo outras enfermidades, e o médico acaba atestando a enfermidade que a criança adquiriu posteriormente.

Essa é a nossa realidade em Dourados. Enquanto órgãos ficam brigando, empurrando um para o outro, as nossas crianças estão morrendo, como foi noticiado na imprensa nacional e mundial.

A nossa indagação é esta: por que houve um aumento nesses dois últimos anos, sendo que a equipe estava estruturada, a estrutura estava montada e se tinha tudo para se ter um bom trabalho? Mas, infelizmente, devido a pessoas nos lugares errados, a decisões erradas, de forma autoritária, estamos vendo hoje o quadro caótico em que se encontra a nação indígena, não só em Mato Grosso do Sul, mas no País.

São 34 distritos especiais a Nação indígena. E a grande maioria está passando pela mesma dificuldade que os de Mato Grosso do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Agradeço ao Fernando, índio terena. Ele é uma grande demonstração, Senadores, de que o índio está, inclusive, mentalmente preparado para essa qualificação que ele recebeu. Foi uma iniciativa da Universidade de Dourados, junto à empresa Seara, com bolsas de estudo, com núcleos de qualificação na aldeia, que produziu essa qualificação que estamos vendo aqui, na nossa frente: a capacidade de exposição, de reivindicação, de representação.

Portanto, o índio, na nossa avaliação, não é aquele coitado que está lá, que depende somente da natureza. Se, na verdade, cresce a população indígena, é necessário que se procure uma alternativa inteligente de o índio sobreviver, e bem, com qualidade de vida. E isso é possível, mesmo nas aldeias, como disse o Senador Delcídio Amaral, que parecem um campo de concentração. Mas, ao analisar a cultura local, as condições locais, implementam-se ações que realmente possam dar ao índio condições de vida.

Penso que o Fernando Silva Souza é um grande exemplo dessa possibilidade que temos de não ficarmos agarrados apenas àquela conceituação da dívida social que o brasileiro tem com o índio, que ele veio para cá e é o único brasileiro. Ele é um brasileiro, sim, a quem temos de dar atenção efetiva e concreta, e não apenas diante daquelas teorias espetaculares, históricas, imemoriais de que o índio não tem condições de crescer culturalmente, de crescer no sentido de trabalho em favor da comunidade, da Nação.

Registro a presença do índio Terena, de Mato Grosso do Sul, Sebastião Terena, que é o Coordenador da Coordenação de Direitos e Defesas Indígenas do nosso Estado, como também a presença do Lúcio Flores, Assessor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Coiab. Ambos estão aqui, e nós agradecemos a presença.

Feitas essas duas exposições, passamos a palavra a cada Senador que desejar usá-la para fazer as indagações, ou alguma colocação necessária para darmos continuidade à nossa audiência pública.

Está aberta a inscrição, Senador Delcídio Amaral.

Eu queria informar o seguinte: não vamos aqui regimentalmente nos preocupar muito com o fato de o Senador ser ou não da Comissão, porque todo Senador tem direito de palavra e de indagações nesta Comissão, que é de defesa dos direitos humanos.

Portanto, deve haver liberdade entre os Senadores; não somente de falar como também de propor.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, mais uma vez, pela iniciativa desse assunto tão importante para todos nós, especialmente para nós, Senadores de Mato Grosso do Sul, Presidente Ramez Tebet. Quero cumprimentar o Sr. Fernando; o Eduardo; e a todas as Lideranças aqui presentes.

Eu queria, até para ser bem objetivo, porque esse tema tem sido recorrente, lembrar ontem um longo debate que fizemos pela Grande FM, coordenado pelo Sr. Antônio Coca, com a presença do Senador Juvêncio da Fonseca e com o Presidente da Funai, Sr. Mércio Gomes. E também com a presença do Prefeito Laerte Tetila. Eu tive a oportunidade também de participar desse debate.

Vamos às minhas perguntas.

Um dos assuntos longamente discutidos foi a reestruturação da Funai. Eu queria, Sr. Fernando, ouvir atentamente o seu relato. Eu queria ouvir o senhor sobre a questão da saúde nas aldeias indígenas. Como é essa relação da Funasa com a Funai? Esse modelo que está vigendo, com a Funasa cuidando da saúde indígena, é o modelo mais adequado? Ou o ideal é voltar as estruturas anteriores nas quais a Funai também cuidava de determinadas áreas que afetam o dia-a-dia das etnias indígenas?

Eu estendo a próxima pergunta tanto ao Sr. Fernando quanto ao Sr. Eduardo. Com a experiência que V. Exªs têm, um como Presidente da CPI do Índio, quais são as soluções de curto prazo ou emergenciais, de médio ou de longo prazo, para buscarmos uma solução?

Eu confesso a V. Exªs que, em razão desse debate todo que foi travado ao longo dessas últimas semanas e da repercussão que esse assunto teve na mídia, parece que estamos diante de um fato sem solução. Querem dizer que as mortes são consideradas normais simplesmente em razão do manejo de números, que eram de 140 e passaram para 80, para 70, enfim? Muitos estão falando sobre questões culturais associadas ao dia-a-dia das aldeias. Há temas como demarcação de terras e, como disse o Senador Juvêncio da Fonseca, esse confinamento, ou esse campo de concentração. Onze mil índios em 3.500 hectares. Os projetos de demarcação de terras indígenas tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Um deles, inclusive, é de autoria do Senador Juvêncio, que aborta a questão do ressarcimento não só das benfeitorias, mas da terra nua, remetendo ao processo de colonização, especialmente de Mato Grosso do Sul.

Quanto à reestruturação da Funai, à existência de um plano de cargos e salários, de quadro próprio, de orçamento... É essa eterna dúvida entre a saúde na

Funai e a saúde na Funasa. Enfim, temas que foram vastamente repercutidos no Plenário do Senado, nas comissões, nas televisões, nos jornais.

Então, queria dar como contribuição. Sei que o objetivo do Senador Juvêncio da Fonseca, como Presidente, é de que essas audiências públicas nos levem a propostas que venham a buscar uma solução para essas questões que afligem o Mato Grosso do Sul, e porque não dizer também o Brasil.

E queria ouvir também de vocês, como pessoas que estão acompanhando muito de perto, lá em Dourados, como vocês situam essas soluções no curto, médio e longo prazo?

É basicamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) **–** Com a palavra o Vereador Eduardo Marcondes. É para o Fernando, então?

Com a palavra

O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA – Bom, a primeira indagação do Senador Delcídio Amaral com relação ao andamento da questão do relacionamento entre a Funai e a Funasa. No Estado de Mato Grosso do Sul, anda mal. Mal porque a Funasa está entrando com as suas ações, em questões de saúde, apenas como curativa e não preventiva. E a Funai fica do outro lado com suas questões. E não é por aí que se faz saúde. Quando se trata de saúde, não é só questão de estar doente. Envolve as questões do lazer, da educação, do trabalho, da renda, do emprego, enfim, saúde é tudo isso.

E o relacionamento não existe; cada um está num canto, cada um está no seu canto. E, conseqüentemente, isso gera um atrito; dá impressão de que há um atrito. E isso não é bom para ninguém, inclusive para nós, indígenas. É preciso que o trabalho seja integrado, Funai e Funasa e outros órgãos do Governo, para que se obtenha um resultado positivo. Não só a Funai, como os outros órgãos do Governo também.

Em relação a se fica ou se vai pra lá, o meu ponto de vista é que, se vai ou se fica, não sei; só sei que para se fazer saúde a pessoa tem que ser habilitada, qualificada, capacitada para fazer saúde. Não adianta nada ir para a Funai se ela não tem um quadro de pessoas, hoje, para atender a demanda se ela não for treinada, habilitada, para treinar novas pessoas.

O meu ponto de vista é que quem cuida da saúde é o Ministério da Saúde, não o Ministério da Justiça. E, conseqüentemente, tem que ser o órgão ou o Ministério da Saúde, ou que, se não ficar com a Funasa – inclusive é uma das sugestões que está sendo discutida já em algumas organizações indígenas – que seja criada uma subsecretaria ligada diretamente ao Ministério da Saúde. Talvez seja uma questão que deva ser discutida com outras organizações, em nível de País, para ver qual seria o melhor encaminhamento a se dar nesse processo.

Meu ponto de vista é que, com a Funasa, no início, tivemos um resultado positivo. O que está complicado um pouco mais são esses dois últimos anos.

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Senador Delcídio Amaral, quero aqui parabenizá-lo pelo seu trabalho na Comissão, na questão da demarcação de terras indígenas, um trabalho extremamente sério que, realmente, trará grandes frutos a toda essa população indígena do nosso País.

Sinto, Senador, que os indígenas não querem mais essa tutela, que ocorre há décadas, e o modelo ultrapassado, sem crédito. O índio da nossa aldeia, com os quais tenho contato, querem produzir.

Penso que cabe ao Poder Público, realmente, dar-lhes condições para que eles possam produzir. Como citei aqui, um excelente trabalho está sendo realizado no Estado de Mato Grosso, por intermédio do Governador Blairo Maggi, ou seja, uma parceria do Poder Público com a comunidade indígena.

Os acontecimentos recentes – e o senhor o disse muito bem – são uma verdadeira banalização da morte. Parece-me que as pessoas não estão mais ligando porque isso está se tornando uma questão corriqueira. Essa questão das ações de saúde da aldeia indígena é a mesma coisa que falarmos assim: vamos colocar um setor do Ministério da Saúde para tratar da saúde do negro. O índio tem as mesmas patologias que temos. Estou falando como médico. Não vejo essa diferenciação. Cabe ao Governo Federal, ao Estado e ao Município patrocinar a questão da saúde nas aldeias indígenas. Não podemos fazer essa diferenciação porque tal atitude acarreta fatos como os que estão ocorrendo. Quer dizer, muitas vezes, no começo deste ano, os funcionários ficaram sem receber seus salários, tiveram que fazer piquetes na estrada para que pudessem receber o pagamento. Houve realmente um desestímulo enorme.

A outra questão é a contratação de pessoal. Na aldeia indígena de Dourados, por exemplo, há dificuldade em contratar agentes comunitários ou pessoas da área de saúde que sejam indígenas, porque não pode haver esse tipo de contratação. Não é isso, Fernando?

Então, isso é muito sério. Fui secretário de saúde e, pela primeira vez, fizemos um programa pioneiro. Tínhamos alguma coisa em relação a Rondônia. Foi um programa pioneiro: 10 agentes comunitários indígenas. A partir daí, o índice de hospitalização na aldeia diminuiu no hospital da Missão Evangélica Kaiowá.

Esse programa foi iniciado porque os índios não tomavam medicamento quando era dado pelo homem branco, pelo agente de saúde branco. Então, quando fizemos programa com os agentes comunitários indígenas, eles começaram a se relacionar melhor com esses agentes. Isso melhorou bastante a questão da saúde.

Entendo que devemos investir nessas pessoas que estão querendo trabalhar na questão de saúde da aldeia – são muitas, como o Fernando – e estão impedidas de trabalhar porque a Funasa não aceita que sejam contratadas. Então, é essa a situação. Penso que esse atendimento à saúde tem que ser globalizado. Não é só a Funasa. A Funai tem que participar, assim como a Funasa, a prefeitura, enfim, todos têm que participar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Antes de passar a palavra, vou, mais uma vez, dar o número do Ciaf. A Funai gastou, no ano passado – valor empenhado recebido e gasto –, R$144.900.000,00 na atividade-meio. Ou seja, mais de 100 milhões só com pessoal. Para investir na atividade fim, R$47.000.000,00.

Então, vejam o absurdo! Pode-se gastar R$150 milhões para gastar R$1 bilhão na atividade social, na atividade-fim daquela instituição, mas gastar 75% para investir? E sobrar apenas 25% dos 100% que gasta?...

Esse é um dado que temos que colocar na cabeça para mostrar como, na verdade, estamos no descompasso de uma efetiva operacionalização das instituições. Estão muito mais gastando do que produzindo serviço.

Com a palavra...

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Só para complementar. Tivemos na aldeia, anos atrás, programas realizados por comunidades evangélicas que faziam o atendimento de saúde bucal. Esses odontólogos foram pra lá e fizeram um trabalho importantíssimo, que muito bom durante muito tempo. E funcionava! E hoje realmente esse pessoal está proibido de participar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, a minha presença aqui hoje – e já devia ter vindo antes – é para saudar V. Exª, porque é altamente gratificante para Mato Grosso do Sul esta Comissão de Direitos Humanos estar sendo presidida por um conterrâneo nosso, ou seja, V. Exª. Por quê? No meu entender, direitos humanos e a questão ética são os dois componentes fundamentais a permearem todo esse século que estamos vivendo. Direitos humanos – e aí quero ficar só nesta parte – é entendido, como todos sabemos, como o direito à saúde, à educação, à segurança, ao lazer – isso é que é direitos humanos –, à defesa dos direitos das minorias. Portanto está envolvido com a melhoria da qualidade de vida. E Mato Grosso do Sul tem que ter consciência de que está a presidir esta Comissão do Senado da República um conterrâneo nosso, que é justamente V. Exª. Aliás, se me permitem, nós, do Mato Grosso do Sul, estamos com a nossa auto-estima recrudescida porque, enquanto V. Exª preside esta Comissão – e o faz com aquele sentimento que anima a todas as suas ações na vida pública, que é o sentimento cívico –, temos na Liderança do Governo, do Partido de quem está governando, o Senador Delcídio. Isso é importante para Mato Grosso do Sul.

Então, quero, ao felicitá-lo e felicitar também o Senador Delcídio Amaral e dizer, por exemplo, que, nesta reunião, o que vejo é uma questão de gerência porque, positivamente, senhores, assisti ao jornal hoje e ouvi – aqui se falou em banalização – o Ministro da Saúde dizer que é mais uma criança que morre, é mais um dado estatístico, portanto.

Isso é um absurdo! Isso significa que há uma insensibilidade que está atingindo a própria sociedade brasileira por culpa dos homens públicos que não têm cumprido com o seu dever para com o País.

Essa é uma verdade verdadeira. Vemos os assassinatos nas ruas, as televisões mostrando os maiores absurdos. E digo que não estaríamos reunidos, Fernando, se não tivessem morrido oito, dez ou quinze crianças na aldeia de Dourados. Mas quantas crianças morrem às portas dos hospitais nas mesmas condições no Brasil? Essa é uma verdade verdadeira.

Essa é uma questão de gerência, de gerência administrativa. Não se pode – e o Senador Juvêncio fez bem em repetir isso – gastar cento e tantos mil na atividade-meio, em viagens, despesas e locomoção, e 40 milhões na atividade-fim. Onde estamos?

Positivamente, essa questão está a merecer, por parte de todos nós, uma solução global. Nós não podemos estar aqui reunidos apenas para resolver o problema da subnutrição da aldeia indígena. O problema dos indígenas do Brasil tem que ser resolvido de forma definitiva, tem que ser resolvido de forma corajosa, Fernando! Afinal de contas, tenho orgulho de você estar hoje aqui. Por que estou orgulhoso? Porque vejo que você, vindo de uma aldeia, tem diploma de nível superior. Você comparece perante o Senado da República nas mesmas condições, praticamente – desculpe-me a comparação –, do médico Eduardo Marcondes, que me honra como meu companheiro na suplência do Senado da República. Como é que você chegou a

este ponto? Você pode ser considerado um tutelado? Para trabalhar para Funasa você ainda precisa de assistência do Ministério Público? Ou você tem a mesma capacidade de um trabalhador brasileiro? Você tem a mesma capacidade de um trabalhador brasileiro.

É preciso ter a coragem de dizer isso. É verdade que grande parcela da população indígena ainda precisa de proteção, mas ela tem que receber essa proteção para poder ganhar a dimensão que o Fernando ganhou. É isso. E nesse sistema em que estamos aplicando mal os recursos, alguns poucos, como o Fernando, conseguem um diploma de nível superior e têm condições de trabalho fora do seu *habitat*, mas a maioria ainda não tem. Mas precisamos investir nisso.

Então, ao tratar da saúde, precisamos tratar o problema indígena numa questão global e resolver isso definitivamente. Inclusive, Senador Delcídio, se V. Exª me permite, V. Exª tem realizado junto com o Senador Mozarildo Cavalcanti e outros companheiros, o Leomar Quintanilha que aqui se encontra na Comissão, um excelente trabalho, inclusive na questão legal. É preciso resolver isso definitivamente.

Conheço um caso do Mato Grosso do Sul – e aqui vai um simples depoimento – de índios que querem trabalhar, mas há um dispositivo de lei que diz que se precisa ter uma assistência. Para pagar ao índio, precisa-se de assistência. Ele já sabe contar o dinheiro. É preciso reconhecer isso.

E aí ficam lá naquela burocracia tremenda para poder assinar a carteira de trabalho daquele que quer trabalhar, daquele que quer produzir, quer ganhar o seu o pão e está impedido, às vezes, por uma legislação que, feita com boa intenção, naturalmente, mas precisa ser atualizada. Tenho plena confiança nisso.

Vou encerrar por aqui, mas, Eduardo, você não imagina a minha alegria de vê-lo aqui no Senado e ver como você está representando bem a cidade de Dourados. Estamos mostrando ao Brasil, graças à Presidência do Senador Juvêncio e a convocação das pessoas do nosso Estado, o que é o nosso Estado.

Nosso Estado não pode ser considerado esse Estado onde morrem crianças subnutridas, não. Nosso Estado tem gente capacitada. O Estado precisa de ajuda também para caminhar.

Então, veio aqui, por exemplo, uma pessoa como o Fernando, com essa lucidez. Veio aqui o Eduardo Marcondes, que presidia uma CPI em Dourados – médico, homem humanitário, pessoa atenta aos interesses da comunidade – prestar um depoimento dessa envergadura para o País. Isso engrandece o Mato Grosso do Sul.

Senador Juvêncio da Fonseca, por isso estou aqui mais uma vez: para parabenizá-lo.

Cumprimento todos os presentes.

O Senador Romeu Tuma, neste Senado da República, é um homem eclético pelo seu passado. Tendo dirigido a Polícia Federal do Brasil, navegou por todos os problemas deste País e com dignidade, com honradez, sem nenhuma acusação que tolhesse sua carreira ou sua vida. É um homem de São Paulo, onde não há esse problema, e está aqui atento.

São essas as considerações que pretendia fazer.

Estou feliz. Mato Grosso não precisava de mais do que isto: do Senador Delcídio Amaral na Liderança do PT, nessa questão indígena, e do Senador Juvêncio da Fonseca nesta Presidência. Tenho orgulho disso. Desejo felicidades. Enfrentaremos esse problema. Espero que esta Comissão de Direitos Humanos apresente ao País um relatório corajoso, dizendo como as coisas são, como se passam realmente, porque, senão, dará a impressão de que o nosso Estado é inteiramente abandonado, quando não o é. O problema indígena do Mato Grosso é igual ao das outras áreas do Brasil. Esses irmãos nossos precisam ser ajudados de forma eficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador Ramez Tebet, se nós, Senadores do Mato Grosso do Sul, tivermos consciência da coragem que V. Exª teve aqui no Senado, por tantas e quantas vezes, em funções as mais diversas, jamais produziremos um trabalho que não seja de coragem, justamente porque estamos debruçados na sua vida parlamentar aqui no Senado, que é uma honra para todo mato-grossense-do-sul e para todo brasileiro. V. Exª ascendeu aos cargos mais importantes. Exerceu as funções mais espinhosas. E em todos esses momentos agiu com brilhantismo, com coragem, com um princípio de ética e de atividade parlamentar que nos empolgou a todos. No mesmo instante em que agradeço as boas palavras de V. Exª, confesso que, sem o seu exemplo, talvez não chegasse lá.

Na verdade, o Mato Grosso do Sul tem em seus três Senadores – eu, V. Exª e o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT no Senado Federal – uma equipe de trabalho muito forte. Outros integrantes desta Comissão, os Senadores Romeu Tuma e Leomar Quintanilha também têm grande simpatia pelo Mato Grosso do Sul. Na figura do Senador Delcídio Amaral, temos decisões muito grandes que podem ser tomadas pelas suas mãos. Quando o Governo quer, o rolo compressor chega e faz acontecer.

Eminente Senador, como Líder do PT de Mato Grosso do Sul, tenho certeza de que V. Exª nos ajudará nesse trabalho de coragem que é identificar os proble-

mas e propor soluções. Não podemos ficar na teoria dos grandes fundamentalistas das questões indígenas, na filosofia, falando somente da dívida social. Devemos mostrar a realidade e propor o que precisamos.

Já elogiei o Sr. Fernando, mas gostaria apenas de dizer bem rapidamente que ele trouxe ao debate uma questão fundamental, abordada pelo Senador Ramez Tebet logo de início: a questão gerencial. Ele disse que, até 2002, a coisa estava caminhando para um sucesso administrativo. Estava caindo o índice de mortalidade, havia a participação efetiva da comunidade. O controle social naquela aldeia estava acontecendo, e os resultados estavam aparecendo nos índices. No entanto, de 2003 pra cá, o que aconteceu, Senador Romeu Tuma? Trocou-se tudo, segundo as palavras do Fernando. Os pólos foram todos eles, os seus responsáveis, trocados por pessoas que, muitas delas, nunca viram nenhum índio pela frente.

Isso não pode continuar acontecendo. Essa falta de entrosamento, essa incompetência gerencial mostrada aqui pelo Fernando Silva Souza, índio Terena, com clareza, é justamente a falta da gerência que não pode acontecer de forma nenhuma.

Ele ressaltou que receberam muito mais recurso de 2003 para cá, e o índice da mortalidade infantil piorou. E também houve piora de outras questões sociais, atraso nos pagamentos, greve. E o teto do orçamento caindo em favor dessa ação indigenista, além de um ambiente, em 2004, conturbado. Todos batendo cabeça. Não sabem o que fazer.

Penso que Funasa e Funai têm que parar com essa briguinha de comadre e tratar o índio como ser humano igual a nós que precisa de um atendimento rápido e expressivo.

Quando o Senador Romeu Tuma teve que se ausentar, S. Exª já tinha se inscrito.

Por isso, passo a palavra para o Senador Romeu Tuma. Em seguida, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço desculpas por ter-me retirado. Eu estava falando com o meu grande líder porque seis eventos e comissões estão se realizando neste momento, e o meu líder estava me telefonando para eu ir a todas elas.

Na Comissão de Relações Exteriores, Presidente Juvêncio da Fonseca, tive a oportunidade de citar o que estava acontecendo aqui e agora sob a presidência de V. Exª. Por que me referi a isso, Senador Leomar Quintanilha? Porque internacionalmente o reflexo dos fatos que ocorrem na aldeia de Dourados é altamente negativo.

Morte de criança choca profundamente, seja qual for a razão, mas por inanição, num País que pretende – pela palavra do Presidente, de quem não posso ter dúvida de que não fale a verdade porque o conheço há mais de 30 anos – lutar contra a fome? E os índios morrendo de fome? Inanição é falta de alimento, falta de atenção médica. O senhor pode falar melhor do que eu como médico. Isso choca a sociedade por inteiro, não só a sociedade brasileira.

Tomou-se conhecimento agora porque a imprensa passou a cobrir o assunto. Mas quando íamos verificar a situação dos ianomâmis na Amazônia, enquanto as operações se desenvolviam, eu via a promiscuidade com os garimpeiros na região, via criança pegar minhoca na terra e comer.

Diziam: "Mas o ianomâmi vive pouco. Aos vinte e poucos anos, ele morre, não tem uma sobrevida longa." E daí? Temos que cuidar mesmo assim. Não digo que os índios hoje sejam ignorantes, inconseqüentes. Eles sabem o que acontece.

Não faço nenhuma crítica ao presidente da Funai, Mércio Gomes. Não o conheço, não sei qual a postura dele, nunca a analisei, mas ele dizia assim: "Bom senso coisa nenhuma; o índio é diferente: os adultos comem e dão o que resta para as crianças. E o resto bebe cachaça."

É uma demonstração de desespero porque não está encontrando um caminho correto para dar uma solução. Não diria incompetente porque não o conheço. Vocês têm mais poder de observação. E o nosso líder conhece quem é esse homem. S. Exª poderá amanhã verificar se ele tem...

A falta de continuidade administrativa é crime também, Senador. Nos países mais desenvolvidos – a França e outros países que visitei em razão da minha profissão –, os profissionais não são mudados. Ministro, chefe de qualquer departamento... O profissional não é mudado. Conheci um chefe da Funai, indigenista, que, um dia, separou-se da mulher. Perguntei a ele por que havia se separado? Essas noites, no meio da floresta, fica uma conversa muito íntima com as pessoas, aquele frio da Amazônia. Então, ele falou assim: "Eu separei." "Mas por que separou? Você é um sujeito simpático." Ele falou: "Porque fiquei dois anos atrás de índios que nunca tiveram contato com os brancos. Então, fui atrás. E fiquei na floresta. Fiquei dois anos na floresta sem ver a mulher, sem nada. Ela falou: 'Fica com os índios por aí.'"

Então, há gente que conhece o que é a figura, a interiorização do índio.

Penso que o Governo tem que se acautelar até política e socialmente porque fatos como esse não podem acontecer. Já houve aquele problema das mortes de crianças no Hospital de Rondônia por falta de atendimento, há alguns anos. Mas índios? O mundo inteiro pensa que índio tem que ser tratado com carinho

porque são os nativos da terra, aqueles que sempre moraram aqui. E o nosso Presidente trouxe... Eu pediria, Sr. Presidente, que V. Exª requeresse cópia das partes principais do relatório final da CPI de Dourados para que fosse analisado pelo Relator quando for elaborar o relatório dessa grande iniciativa que teve com a Comissão a que ora pertencemos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador, é um bom requerimento, já deferido pela Mesa, já transferi o pedido para o nosso Presidente da CPI de Dourados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O mal é chegar atrasado. V. Exª vê que a nossa ligação cerebral está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Excelência, foi deferido agora, não o tínhamos deferido antes. Nós o fizemos agora em razão do seu requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu entendi que havia sido deferido anteriormente. Agradeço V. Exª. E o grande problema, Senador Ramez Tebet, V. Exª que é um homem de bem, que conhece as coisas, é a ociosidade. A ociosidade nas comunidades indígenas é uma coisa triste. Qualquer um de nós, quando não trabalha... Digo sempre: não se aposente porque você morre ou vai beber. Então, a embriaguez é natural para a pessoa ociosa, aquele que não tem nenhuma perspectiva de trabalho, de produzir. É uma região rica em alimentos e grãos, como é que se morre de fome? Como é que não tem uma assistência médica permanente? Como esses jovens todos que saem das universidades, sem oportunidade... Há pouco tempo, pedi ao Exército que contratasse um rapaz que ficou classificado em 13º para ser estagiário no Exército como médico, na região amazônica. Não havia vaga porque a verba do Exército não dava para mais um. Por que não aproveitar esses rapazes para trabalhar nessas comunidades? O Projeto Rondon foi reativado, o que é muito bom, porque teve sucesso em outra época. Mas seriam profissionais que iriam para lá trabalhar. O médico formado tem condição de fazer um trabalho permanente e se dedicar. Esses dois anos de serviço militar, para ele, seriam até, provavelmente, uma pós-graduação porque são diferenciadas as doenças que acontecem nas comunidades indígenas das que acontecem no cidadão que vive na zona urbana, porque é o branco que leva a doença para o índio, e não o contrário.

Essa promiscuidade que existe... O senhor já disse que é um bairro. Mas deve haver uma vida normal entre as comunidades de brancos e índios: faculdade, universidade... E mais de 50% não tinham escolas. Ouvi o seu depoimento inicial. São 50 crianças, não são?

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Cinqüenta crianças.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cinqüenta crianças sem sala de aula.

Então, todos os membros aqui, praticamente, são de Mato Groso do Sul e conhecem o problema profundamente. V. Exª, como Suplente de Senador, leve a nossa solidariedade.

E eu pediria, Presidente, se V. Exª concordar – aqui todos conhecem a situação – que se criasse uma comissão para ir, por 2 ou 3 dias, à região acompanhar o Presidente da CPI, o Prefeito que aqui esteve, para nos levar – estou me indicando, mas não seria o caso, seria a escolha de V. Exª – para conhecer de perto os problemas e discutir sabendo realmente o que está acontecendo. As informações são corretas, são de gente que conviveu lá, mas, quando vemos as coisas acontecendo, muitas vezes, no local, dá para tomar providência.

E o que acontece? Estamos com problema com os cinta-larga. Então, bota a polícia para tomar conta, porque não há outra solução. Chama a Polícia Federal para tomar conta do problema, da exploração de marginais que se aproveitam da ingenuidade do índio, porque, quer queira, quer não, com toda cultura, o índio continua ingênuo, é da natureza dele, a pureza da alma do índio é diferenciada.

Penso que V. Exª merece todos os cumprimentos desta Casa por esta brilhante iniciativa de trazer, a esta nova Comissão, ainda virgem, um caso tão importante para ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Romeu Tuma, pelas observações e pelos requerimentos.

Quanto a esse segundo requerimento para formarmos uma comissão e irmos até Dourados, estamos deixando a sua apreciação mais para o final, para termos uma noção completa, porque não vai se extinguir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Por outro lado, eu gostaria também de agradecer a presença do Deputado Federal por Mato Grosso do Sul, de Dourados, Geraldo Rezende, que, juntamente com mais um ou dois deputados requereram a formação de uma comissão externa que já vai visitar Dourados, com a mesma finalidade.

Esperamos que façamos um intercâmbio de documentos para que possamos, no final, ter dois relatórios excelentes em favor da nossa comunidade indígena.

Eu gostaria de registrar a presença do Marcos Terena, índio, articulador dos direitos indígenas jun-

to à ONU, oriundo do porto indígena de Tomé, Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, último inscrito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Eminente Presidente Senador Juvêncio da Fonseca, meus ilustres convidados Eduardo Marcondes e Fernando Souza, eminentes Pares, naturalmente, a morte de crianças agride a dignidade humana em qualquer circunstância, seja ela indígena ou não, e requer realmente mais empenho de todos nós, que somos, efetivamente, também responsáveis pelo que está acontecendo com a criança no Brasil, com os índios principalmente, porque é o ser humano na sua fase mais tenra, mais debilitado que, efetivamente, depende dos cuidados e da proteção do adulto. Temos, efetivamente, que identificar as causas e buscar com a rapidez que o caso requer a solução para isso.

Minhas considerações iam um pouco na direção daquelas que foram aqui expendidas pelo eminente Senador Ramez Tebet. Eu, particularmente – o meu Estado é vizinho do seu; o Estado do Tocantins tem 7 comunidades indígenas, e já as visitei, tenho convivência com alguns membros dessas comunidades –, o que observo é que o processo de socialização caminha gradativamente, quer queiramos ou não, quer os índios queiram ou não. Entendo que os índios são irmãos nossos, do Brasil, brasileiros como nós, que têm efetivamente os mesmos direitos. Precisamos acabar com a hipocrisia desta discriminação constitucional, inclusive.

Entendo, eminente Senador Juvêncio da Fonseca que, nesta Comissão de Direitos Humanos, é hora de começarmos a discutir esta questão. Estou vendo aqui um acadêmico, um jovem que cursou nível superior que é originário de tribos indígenas. E conheço muitos assim, pois o processo de alfabetização também tem acontecido em muitas aldeias, ainda que procurando preservar as suas origens e as suas características próprias. Mas vemos também que os índios vestem roupas como nós, alimentam-se dos mesmos alimentos que nós, usam a estrutura de saúde que o País tem, usam os veículos para transporte que nós usamos, e eles querem os benefícios que os avanços tecnológicos estão oferecendo aos não-índios. Por que não? Por que essa discriminação?

Creio que há um equívoco muito grande. E estamos nos submetendo a uma interferência externa enorme. Organizações não-governamentais que não trazem efetivamente contribuições para o desenvolvimento da sociedade brasileira e, particularmente, da comunidade indígena ficam interferindo e buscando estabelecer um fosso nesse relacionamento.

Os índios precisam da assistência técnica, da melhor assistência técnica, principalmente na área da saúde que os não-índios já têm. Por que eles não podem ter esse acesso? Por que eles não podem ter igualdade de identidade, liberdade, direito de ir e vir? Por que o índio não pode receber? Por que o índio não pode trabalhar? Por que ele não pode ser remunerado? Por que precisa ser assistido? Estamos vivendo uma hipocrisia. Somos como os nossos índios, que são os nossos ancestrais.

Quem sabe, Senador Juvêncio, nesta Comissão que V. Exª brilhantemente dirige com a sua experiência, com a sua competência e com a sua capacidade, possa-se estimular esse debate, para que modifiquemos a Constituição? A nossa Constituição é eivada de erros e de falhas. É uma Constituição que foi revisada recentemente e que já tem várias emendas procurando acertar os erros que foram produzidos nessa revisão recente de 1988.

Não tive o privilégio de ser constituinte, mas participei da revisão de ações das inúmeras modificações que já foram impostas.

Será que estamos dando a oportunidade de ouvir o principal interessado nessa questão, que é o índio? Será que estamos dando a liberdade ao índio de se manifestar? O que ele efetivamente deseja? Qual o tipo de convivência que ele quer ter com os não-índios? Uma convivência discricionária? Uma convivência fraterna e humana como existe entre todos os brasileiros?

Temos aqui as nossas origens variadas, inclusive de negros, com quem nós já nos identificamos e que têm o tratamento igual. Por que não o índio ter o mesmo tratamento?

Então, fica esse questionamento, eminente Senador Juvêncio, para que nesta importante Comissão que V. Exª dirige possamos começar a discutir essa questão, ampliar essa discussão e, sobretudo, ouvir os principais interessados, porque os órgãos que estão cuidando dos índios no Brasil – e V. Exª demonstrou isso aí, e os números não mentem – executam gastos realizados são muitas vezes maior nas atividades-meio do que na atividade-fim. O dinheiro que é destinado ao índio se perde no emaranhado da burocracia, e o que chega efetivamente para dar a assistência que todos nós, que a sociedade brasileira desejaria dar ao seu índio, chega lá num percentual relativamente reduzido.

Vamos começar essa discussão aqui de forma séria, tranqüila, serena, procurando ouvir, mas não nos contaminarmos com os interesses externos, porque seguramente os interesses externos não são efetivamente maiores que os interesses que o povo brasileiro tem pelo seu território e pela sua gente.

Entendo que a Nação brasileira é integrada por índios e não-índios. Precisamos acabar com essa barreira que existe entre nós.

Era a consideração que eu gostaria de trazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador Leomar Quintanilha, V. Exª é uma das figuras mais brilhantes do Senado Federal e é em razão de inteligências, como a sua, que Tocantins é o Estado que é: forte, progressista, pois há pessoas trabalhando para o Brasil, como V. Exª trabalha.

Gostaria de passar a palavra para as suas considerações finais, as mais sucintas possíveis, ao Eduardo Marcondes.

O SR. EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – Queria, antes de tudo, agradecer à Comissão de Direitos Humanos, em particular ao Senador Juvêncio da Fonseca, pela possibilidade que eu tive de relatar alguns fatos que acredito sejam importantes para que possamos de fato resolver ou pelo dar mais um pontapé com relação à melhoria da condição de vida do povo indígena.

Eu queria terminar dizendo, como bem disse o Senador Delcídio Amaral, que o povo brasileiro é muito voluntário. O Senador Romeu Tuma relembrou o Projeto Rondon. Quero fazer uma homenagem a um homem que – tenho certeza – a maioria aqui não conhece ou não conheceu. Trata-se de um exemplo de voluntariado. Esse homem chama-se Dr. Roberto Baruzzi. Esse médico, na época, era funcionário aposentado do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, Escola Paulista de Medicina. Naquela época, a partir de 1965, ele passou a prestar assistência à saúde dos índios do Parque Indígena do Xingu, no Brasil Central. Trabalhou em caráter voluntário e contou com a participação de médicos, enfermeiros, alunos da Universidade. Essa atividade pioneira, naquela época, em nosso País, começou modesta, mas com o decorrer dos anos veio a se tornar um programa de amplo sucesso, contribuindo para o aumento da população, para a queda da mortalidade infantil e para o controle de epidemias na área do Parque.

Se quisermos, tenho a certeza de que conseguiremos minimizar todas essas questões.

Fica aqui a minha homenagem ao saudoso Dr. Roberto Baruzzi.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Concedo a palavra ao Fernando Silva e Souza.

O SR. FERNANDO SILVA E SOUZA – Gostaria de agradecer pela oportunidade e também parabenizar o Senador Juvêncio pela iniciativa. Quero lembrar que nós, povos indígenas, não só de Mato Grosso do Sul, mas de todo o País, também somos cidadãos brasileiros e temos direitos. É preciso que seja respeitado o nosso direito de participar, de falar.

Esse assunto está hoje na mídia, mas por que só agora? É porque se esgotaram todas as possibilidades de diálogo, de discussão, de se tentar resolver o problema como adultos, colocando-o sobre a mesa. Chegamos a uma situação limite. Infelizmente, não estávamos sendo ouvidos. Foi preciso a mídia levar esse problema ao público, para que pudéssemos discutir isso agora. Estamos confiantes de que algo deverá e poderá ser feito.

Quero lembrar também que as palavras do Ministro, ontem, ou seja, que isso é normal, precisam ser revistas. Seus conceitos em relação às questões de cidadania, de direitos humanos precisam ser revistos. Isso porque vidas estão sendo ceifadas. Pessoas não estão tendo condições de sobreviver, em razão de coisas burocráticas ou de ações erradas. Infelizmente, são as nossas crianças que estão pagando com suas vidas. Para mim, como índio, essa situação não é normal. Trata-se de uma vida, e vida não tem preço. Não é a mesma coisa que mexer com papel. Com papel, por exemplo, a gente pode errar, amassar o papel, jogá-lo no lixo e refazer tudo. A vida humana é algo que se vai, é algo que não tem retorno, não tem preço. Trata-se de um patrício meu. Por isso, sinto dor, sinto como se fosse um filho.

Assusta-me o fato de o Ministro dizer que isso é normal, que está dentro da normalidade. Repetindo: S. Exª precisa rever seus conceitos em relação à cidadania, em relação aos direitos humanos, para que se tenha pelo menos um mínimo de consideração, de dignidade com a população indígena do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Nós queremos agradecer ao Vereador Eduardo Marcondes, de Dourados, pela sua presença. Ele foi presidente da CPI que se instalou naquela cidade com referência à mortalidade infantil indígena. A sua contribuição foi muito grande.

A documentação que V. Exª trouxe, que está aqui, que vai integrar o nosso projeto, vai oferecer subsídios muito bons não só para o nosso relatório, mas para a proposta que esta Comissão tem de fazer sobre o assunto. Muito obrigado pela contribuição.

Quanto ao Fernando, a gente até faz uma abordagem diferente. O Fernando é da etnia terena, criado em Dourados, praticamente nessa aldeia que é a mais pobre e a maior do Brasil. E ele consegue emergir só porque a universidade lhe deu uma mão com uma bolsa de estudo, mostrando que o índio é capaz, que o índio é competente para desenvolver suas faculdades inte-

lectuais, morais, técnicas, seja que desenvolvimento for do ser humano. Hoje, ele é um homem que representa a comunidade indígena com brilhantismo. Fez uma exposição que nos encantou não só pelo conteúdo, mas pela forma de expor. Isso para nós é um símbolo. Penso que é simbólica a sua presença por tudo aquilo que podemos fazer para que o índio encontre uma oportunidade de desenvolvimento, porque sabemos que nem todas as aldeias indígenas podem estar vivendo na natureza, segundo a sua cultura original. Quantos desaldeados estão por aí em pequenas comunidades urbanas e que não podem ser tratados como índios, como se estivessem na selva e ainda de tanga?

A questão social do índio deve ser tratada de núcleo para núcleo, de aldeia para aldeia. E o Fernando, para nós, hoje, foi um grande exemplo daquilo que pode o índio oferecer à sociedade.

Muito obrigado, Fernando. A sua contribuição foi importantíssima.

Gostaria, também, de registrar a presença aqui do professor Rinaldo. Ele é vereador em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Rinaldo, muito obrigado pela sua presença e parabéns pela sua eleição, que foi bastante importante para Campo Grande. V. Exª é um professor novo, é sangue novo na Câmara Municipal, o que significa muito para nós. A presença de V. Exª conosco hoje mostra que V. Exª está atento aos problemas que estão envolvendo a nossa comunidade.

Muito obrigado pela sua presença.

Gostaria de comunicar também que recebi uma justificativa da ausência do ilustre Senador Cristovam Buarque, que está em outra atividade extra Senado. Recebi dois requerimentos para a continuidade da nossa audiência.

Como tenho dito, esta Comissão, por ser de Direitos Humanos, não pode estar muito afeita à rigidez do Regimento Interno quanto ao funcionamento das Comissões. Um exemplo disso é, hoje, um requerimento nosso, Senador de Mato Grosso do Sul, Líder do Partido do Governo nesta Casa, que faz um requerimento de oitiva de outras pessoas. S. Exª não é membro da Comissão, mas é como se fosse, porque Senador tem voz aqui e tem capacidade de oferecer requerimentos que possam ser apreciados por nós. Isso é contribuição. Não podemos aceitar requerimento que não seja de Senador.

Então, o ilustre Senador Delcídio Amaral nos solicita que sejam ouvidos os seguintes convidados: Ilário Silva, Presidente da Condise – Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, e membro titular do SISE, Conselho Intersetorial de Saúde Indígena, com telefone para contato; o segundo é Luciano Arévalo, índio e capitão da aldeia Bororó, no município de Dourados, e tio de uma das crianças que faleceram por desnutrição; Hélio Nimbu, índio, capitão de aldeia da aldeia Jaguapiru, do município de Dourados; Anastácio Padilha, Coordenador das ações indígenas da Prefeitura Municipal de Dourados.

Também recebo requerimento da ilustre Senadora Fátima Cleide, pedindo também a oitiva das seguintes pessoas: Rubens Ferreira Tomas de Almeida e Fábio Mura, antropólogos litigados às comunidades em foco; Representantes da Comissão de Direitos Indígenas Guarani-Kaiowá, conforme documento anexo, mas não indicou o nome, e não vi o documento anexo; Jurandir Siridiuê Xavante, presidente do IDET – Instituto de Tradição Indígena, conforme documento anexo; Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa.

Submeto os requerimentos ao Plenário.

As Srªs e os Srs. que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos elaborar a pauta. Certamente, de segunda para terça-feira, já temos definida a pauta para a próxima quinta-feira.

Recebi uma sugestão de reunião. Nas quartas-feiras, somente a CCJC se reúne, pela manhã. Hoje, há mais outras duas comissões se reunindo. O Senador, inclusive, teve dificuldade, assim como outros tiveram dificuldade. Vou analisar hoje ainda a questão da reunião. Pode ser que transfiramos para quarta-feira num determinado horário que possa esta Comissão e a CCJC possam funcionar com a troca de Senadores fazendo quorum para trabalhar.

Temos ainda três requerimentos de subcomissão permanente da Comissão dos Direitos Humanos.

Entendo ser importante essa subcomissão permanente da Comissão dos Direitos Humanos. À primeira vista, parece que esvazia a Comissão, mas entendo que, quanto mais comissão houver, na medida do limite total, maior será o número de pessoas e Senadores interessados em outros assuntos, em assuntos específicos, por exemplo, determinada etnia, minoria, que seja, para que se possa dinamizar o nosso trabalho.

Tenho tranqüilidade absoluta de que devemos aprovar, segundo a Presidência, esses requerimentos e fazermos uma articulação no sentido de que essas subcomissões e a Comissão possam trabalhar efetivamente juntas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, um desses requerimentos é de minha autoria, exatamente propondo a criação de uma subcomissão do idoso, por razões já amplamente discutidas e divulgadas. A sociedade brasileira tem essa faixa de sua população que cresce em progressão geométrica. Tanto as políticas públicas como as ações desenvolvidas, não só no aspecto de proteção, mas de reinclusão e ressociação do idoso ainda deixam muito a desejar, razão porque é uma subcomissão da maior valia, da maior importância. Temos segurança de que ela dará uma contribuição aos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Por isso, Sr. Presidente, entendo a preocupação de V. Exª com o esvaziamento da Comissão como um todo, mas poderemos discutir uma agenda de trabalho em que não ocorresse isso, em que as reuniões das subcomissões fossem mais esparsas do que as da própria Comissão que V. Exª dirige, porque a subcomissão trará vigor e consistência ao trabalho da Comissão como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, podemos até aproveitar e inverter já a votação de imediato, porque os Itens 2 e 3 têm o mesmo objetivo: a criação de duas subcomissões.0

E a proposta do Senador Leomar Quintanilha vem ao encontro a uma decisão que a CAS tomou neste momento. A Comissão de Assuntos Sociais acabou de votar que a Subcomissão do Idoso não existe mais lá, entendendo que ela deveria ser formatada aqui. Votei lá pela extinção e quero ter a satisfação de votar aqui pela criação dessa tão importante subcomissão que é a subcomissão permanente do idoso.

O Senador Quintanilha e V. Exª trabalharam comigo, e tenho a alegria de dizer da importância que tem o Estatuto do Idoso, de que fui o autor original. Mesmo essa matéria hoje tem problemas. No caso do transporte, por exemplo, interestadual. Só para citar um caso. Nós aqui poderemos aprofundar o debate, convidar as partes que não querem cumprir a determinação, o que é um absurdo, porque abrange o idoso que ganha, no máximo, dois salários mínimos. São tão poucos os casos em que o idoso viaja de um Estado para o outro, até porque a sua condição financeira não lhe permite, eu diria, até como se alimentar nesse percurso. Convidarmos pessoas para debaterem essa questão.

Eu diria que, na minha avaliação, já conversei com V. Exª sobre isso, nós, na verdade seríamos os seus auxiliares; por isso, somos subcomissão. Faremos o debate no momento adequado.

Eu gostaria de propor até de, no momento quente do debate, trazer para o fórum da quarta-feira da Comissão, sob a sua presidência, a nossa participação, para debatermos temas como esse.

Por isso, quero dar o meu voto favorável e peço que votemos até em primeiro lugar a formação da Subcomissão do Idoso.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, só complementando, desculpe-me. Esqueci-me de mencionar que o meu requerimento vem secundado por um requerimento do eminente Senador Sérgio Cabral, na mesma direção.

Então, V. Exª pode entender o interesse que essa subcomissão desperta em diversos membros desta Casa. Já tivemos, inclusive com a participação de V. Exª, uma atuação vigorosa na Comissão de Assuntos Sociais, onde essa subcomissão foi extinta e transferida para cá.

Espero que V. Exª seja sensível e nos ajude a aprovar essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Sou o primeiro a argumentar na discussão favorável à criação dessas duas subcomissões.

Temos três requerimentos.

O primeiro e o segundo requerem a criação da Subcomissão do Idoso: um de autoria do Senador Leomar Quintanilha; e o outro, do Senador Sérgio Cabral.

Em votação os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim, sobre a criação de uma subcomissão permanente da igualdade racial e inclusão no âmbito desta Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou ser bem rápido, se a Presidência me permitir. O Presidente Lula criou neste ano, inclusive, o Ano da Igualdade Racial. Está na Casa em debate um projeto de minha autoria: o Estatuto da Igualdade Racial. Já estando há sete anos em debate na Câmara e há dois anos em debate aqui no Senado.

Tenho dito que o Ano da Igualdade Racial não tem lógica, não tem sentido se não for aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Podemos até construir aqui uma redação diferente do projeto original que encaminhei, mas o Estatuto, que já foi aprovado numa subcomissão permanente que tínhamos na Câmara dos Deputados, quando eu era ainda deputado – todos os partidos o aprovaram – e acabou ficando na gaveta na Câmara dos Deputados.

Acontecendo isso, reapresento o projeto aqui.

E gostaria muito de debater o tema nesse espaço aqui da Subcomissão da Igualdade Racial, que tem muito a ver também com a temática do índio. Igualdade racial não é somente de negro.

Por isso, cumprimento a iniciativa do Senador Juvêncio que trouxe esse debate para a nossa Comissão da situação dos nossos índios. Penso que há uma identidade tão grande entre índios, negros e todos aqueles que são discriminados neste País.

Então, esta Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão... Citei o exemplo do Estatuto da Igualdade Racial como poderia dar aqui o exemplo do Estatuto do Índio, que está engavetado há tantos anos, e a Casa não o delibera. Que possamos trazer aqui o Estatuto do Índio, discuti-lo amplamente, como a situação de outras etnias, outras raças, enfim, quem for discriminado por origem, procedência, religião. Aqui seria um espaço para esse debate.

Mas quero reafirmar, mais uma vez, Senador Juvêncio, sempre sob a sua orientação, que entendo que a subcomissão é um órgão auxiliar da Comissão principal que V. Exª preside.

Então, a intenção é criar a Comissão da Igualdade Racial e Inclusão, com o objetivo de sermos parceiros aqui na atividade do dia-a-dia dessa importante comissão que trata, além da questão legislativa, fico principalmente com a palavra sobre direitos humanos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Veja, Sr. Presidente, apesar de ter examinado a pauta e verificado a proposta de criação da subcomissão que se propõe a discutir a questão da igualdade racial, não tinha me atentado para essa possibilidade que abordei depois, que é essa questão da igualdade do índio com os demais brasileiros. Somos todos iguais. Somos todos brasileiros. Quem sabe teremos essa oportunidade de realizar um debate moderno, atual, sobretudo, com a participação das partes interessadas. O índio precisa ser ouvido: o índio do Mato Grosso do Sul, de Tocantins, de São Paulo. É preciso saber o que ele quer. Será que o índio quer ter um tratamento igual, respeitoso e fraterno como o que têm as demais raças brasileiras?

Sr. Presidente, creio que em muito boa hora a Comissão de Direitos Humanos fica enriquecida com a criação dessas duas subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Não há mais quem queira discutir.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a criação da segunda subcomissão.

Já agradeci aos dois convidados. Quero, agora, agradecer aos dois Senadores e ao Senador Sérgio Cabral. S. Exªs são os autores do requerimento de criação das subcomissões permanentes, o que demonstra a riqueza do trabalho que teremos pela frente, não só por seu número, por seu volume. Diante de tantas questões sociais, temos que estar atentos.

Creio que a sociedade civil, quanto mais organizada for, quanto mais puder discutir as questões das mais diversas etnias, minorias, as questões ligadas à raça, à religião, mais forte ficará a sociedade para o exercício pleno da democracia e da cidadania.

Quero falar do último item, do qual me esqueci no início. A ata da reunião passada está à disposição. V. Exªs já tomaram conhecimento dela.

Em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h33min.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para o dia 17 de março de 2005, quinta – feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de março de dois mil e cinco, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, LEOMAR QUINTANILHA, CRISTOVÃO BUARQUE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM e HERÁCLITO FORTES.** Tendo a Senadora **FÁTIMA CLEIDE** justificado ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada. A presente reunião delibera sobre seguinte pauta: **Item 1 – Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram os Senhores: **Hilário Silva** – Índio Kadiwéu – Presidente do CONDISI (Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul) e membro titular do CISI (Conselho Intersetorial de Saúde Indígena), **Luciano Arévalo** – Índio, Capitão da Aldeia Bororó, do município de Dourados/MS, e tio de uma das crianças que faleceram por desnutrição, **Hélio Nimbú** – Índio, Capitão da Aldeia Jaguarpirú, do

município de Dourados/MS, **Anastácio Peralta** – Coordenador das ações indígenas da Prefeitura Municipal de Dourados/MS, **Fabio Mura** – Antropólogo dedicado às comunidades em foco e o Senhor **Jurandir Siridiwê Xavante** – Presidente do IDETI – Instituto de Tradições Indígenas foi representado pelo Senhor **Jeremias P. Tsibodowape**, ex-Vereador de Campinápolis/MT. Saudados os presentes pelo Senhor Presidente foram convidados a proceder à explanação sobre o tema da audiência. Encerrada explanação passa-se **ao Item 2 – Requerimento CDH nº 8, DE 2005,** que requer "informações junto à Fundação Nacional do Índio referente ao Projeto 914BRA3018, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Contrato nº 051/96 firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), com o detalhamento das aplicações financeiras e ações executadas dos respectivos contratos" e que tem como primeiro signatário o Juvêncio da Fonseca. A Comissão aprova ainda, extrapauta, o **1-Requerimento CDH n° 9 de 2005**, de audiência pública com vistas continuar a debater o problema da desnutrição verificada em crianças indígenas no Mato Grosso do Sul, com os seguintes convidados: Davi de Oliveira – Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil; Adair Gonçalves Sanches, Índio, residente em Amambai/MS; Roseli Maria Ruiz Silva – Presidente da RECOVÊ, em Campo Grande/MS e Daniel Nunes – Índio, Lavrador, residente em Antonio João-MS. Esgotada a pauta o Presidente convoca a reunião da Comissão em data e horário a ser definido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Leomar Quintanilha e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Comunico que esta Presidência recebeu o Ofício nº 263, de 2005, do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos regimentais, indicando o Senador Aelton Freitas para compor esta Comissão, na qualidade de suplente, em substituição ao Senador Francisco Pereira.

A solicitação da substituição foi atendida e já se encontra divulgada na página do Senado na Internet. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise das seguintes proposições: primeiro: oitiva, em audiência pública de Hilário Silva, índio Kadiwéu; Luciano Arévalo, índio-capitão da aldeia Bororó; Hélio Nimbu, índio-capitão da aldeia Jaguapiru; Anastácio Peralta, coordenador das ações indígenas da Prefeitura Municipal de Dourados; Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, antropólogo; Fábio Mura, antropólogo; Jurandir Siridiwê Xavante, que é substituído a pedido da Senadora Fátima Cleide, autora do requerimento, por Jeremias Tssibodowapré, que é xavante e membro do Conselho do Ideti e, por último, o Sr. Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa.

Peço que os presentes tomem assento à mesa. (Pausa.)

Em nome da Comissão, agradeço a presença dos convidados e, certamente, o esforço e a colaboração com esta Comissão de Direitos Humanos.

Torno público que recebemos do Ministro Patrus Ananias as seguintes palavras:

Prezado Presidente, parabenizo-o por sua eleição para Presidente da CDH – Comissão de Direitos Humanos, augurando um fecundo trabalho, repleto de discussões democráticas em favor do povo brasileiro.

Aproveito a oportunidade e coloco-me ao seu inteiro dispor, para que, por meio de um esforço conjunto entre Executivo e Legislativo, possamos dar pronta resposta aos anseios e esperanças dos milhões de brasileiros que sonham com um País justo e solidário. Um abraço fraterno, com as boas saudações, em nome de Patrus Ananias.

Agradecemos a mensagem do ilustre Ministro, que tem uma responsabilidade social muito grande com o povo brasileiro e certamente será um esteio para que possamos caminhar rumo aos direitos humanos.

Recebi também do Sr. Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, o seguinte ofício:

Exmº Sr. Presidente, no instante de sua nomeação como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, desejo-lhe, em nome da Unesco e em meu próprio nome, pleno êxito no exercício dessa elevada e relevante função.

A Unesco, seguindo a sua postura história, coloca-se à disposição de V. Exª para a cooperação e o apoio que estiver a nosso alcance. Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª os protestos de elevada estima e consideração.

Nossos agradecimentos pela mensagem ao Sr. Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil.

Vamos começar a oitiva das pessoas ouvindo Luciano Arévolo, índio capitão da aldeia Bororó, do Município de Dourados, tio de algumas crianças que faleceram por desnutrição naquela cidade.

Luciano, como temos muitas pessoas para ser ouvidas, vamos reduzir a dez minutos a participação de cada um. São seis pessoas, então, daria uma hora de exposição no mínimo. Portanto, gostaria que atendêssemos esse prazo, para que depois os Senadores possam fazer as suas perguntas, e assim, fazermos uma boa audiência pública.

Com a palavra Luciano Arévolo. Você tem dez minutos.

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – Bom-dia a todos. Agradecemos a colaboração do pessoal que nos chamou. Estamos aqui para falar sobre essa questão que está se passando dentro da minha aldeia, a aldeia Bororó no Mato Grosso do Sul.

É um problema sério que está acontecendo, porque hoje, depois que começamos a trabalhar juntamente com a Funasa, agora vem... Até que está melhor, porque de primeiro estava pior a saúde indígena, porque as crianças não tinham atendimento suficiente. Mas agora, desde 1999 para cá, começou a melhorar a saúde indígena. Só que ninguém tinha divulgado a situação de antes; por isso, ninguém sabia da morte das nossas crianças. Nós passamos por muitos sacrifícios, porque temos uma família principal que não tem terra, não tem de onde tirar o sustento para sua família, para suas crianças, não tem meios de subsistência, só mesmo um lugarzinho para eles morarem. Essa criança que morreu era minha sobrinha, filha da minha irmã que mora no lote do meu pai – meu pai cedeu um terreninho para eles; ele tem uma casinha para ele morar. O terreno dele é uma terra muito fraca, já muito cansada e, além de ser cansada, é uma terra pouca. É muito pouquinha, acho que não dá nem a metade de meio hectare de terra onde eles moram. Então, não tem de onde eles tirarem sustento para os seus filhos. Então, essas crianças viviam doentes, levavam para o hospital. E sabemos que só os remédios não matam a fome das crianças; são curadas as suas doenças, mas quando chegam em casa não têm comida para comer, e aí começam a retornar todas as doenças de novo. Até onde eles foram, chegou até a óbitos.

Nossos parentes, Kaiowá e Guarani, são sofridos. Eles ficam naquele pedacinho de terra... Sei que para ele está bom, mas não é isso. A gente vê que ele precisa trabalhar. Todos os índios são trabalhadores. Ele produz, porque desde que comecei a trabalhar junto com meus parentes, Kaiowá e Guarani, na época, em 1980, a gente tinha mata, roça que a gente fazia no braço; a gente não dependia de maquinário, de trator para lavra a nossa terra. Somente começava a roçar e queimar e já plantava a nossa semente. Hoje, nós dependemos muito dos recursos dos órgãos públicos, recurso de alguma entidade que pode nos ajudar. Então, passamos este ano, até o ano de 2004, não temos recursos suficientes pela Funai, porque a Funai é a única que manda os recursos para nós trabalharmos. Quando chega um recurso, é pouco e já chega atrasado, fora da época de plantio. Então, hoje, nós estamos precisando.

Temos 1140 hectares de terra nas aldeias Bororó que precisam ser cultivados. Plantando esses 1140 hectares de terra, eu creio que vai ter muita comida, porque o índio vive de batata doce, mandioca, cana, banana e tudo o que nós plantamos, sabemos que vamos colher e temos alimentos para as nossas crianças. Mas só que nós dependemos de maquinário. O problema é isso. Hoje nós precisamos recuperar a nossa terra, porque a nossa terra está muito cansada. Cada ano começa a queimar, porque capim é muito coluião (sic), que não se faz mais com abraçai (sic). Então, precisamos plantar para as nossas crianças. Isso... A nossa preocupação que eu estou aqui dizendo, em nome da minha comunidade: são cinco mil indígenas Kaiowá e Guarani, que estão na aldeia Bororó. E esse povo está sofrendo. Essa é a minha grande preocupação, como capitão das aldeias.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradecemos o depoimento do Luciano Arévolo, e passamos a palavra para o Sr. Hilário Silva, Presidente da Condisi – Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, e membro titular da Cisi – Comissão Intersetorial de Saúde Indígena.

Com a palavra o Sr. Hilário Silva.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não queria modificar o que V. Exª já decidiu, mas ele não fez nenhuma referência à Funasa. Ele falou na Funai, que repassa a verba para poder trabalhar, não é isso? Foi o que entendi que o senhor falou, e que a verba é muito pequena. A produtividade das ervas praticamente é zero. Então, não há nenhum apoio para ter coletivamente uma produtividade na área. E a Funasa só faz assistência, leva para o hospital, e devolve a criança para conviver com a situação que não se modificou. É isso mesmo que eu entendi? Desculpe-me estar perguntando fora de hora.

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – É que a Funasa trabalha a parte de saúde.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A alimentação não faz parte do atendimento e da saúde?

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – Da Funasa, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se a criança morre de inanição por falta de alimento, a saúde deveria, Sr. Presidente, ter uma ação mais radical nesse ponto, porque como eu e o Presidente também ficamos muito amargurados com as colocações que foram feitas – peço desculpas a vocês. Não sou eu quem pensa assim, não é o Presidente que pensa assim: que os índios comem primeiro e o que sobra dá para as crianças; o que recebem da Funai é para comprar bebida, ou, então, alugam a terra para produzir outro produto. Eu não concordo com isso. Não acredito que o sentimento do índio seja diferente do sentimento de qualquer um de nós. Então, são essas coisas que teríamos de esclarecer objetivamente, para evitar que aqueles que são os responsáveis coloquem um biombo de descrédito nas comunidades indígenas. Desculpem-me estar colocando isso, mas estou querendo ser sincero.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Muito bem colocado, Senador Romeu Tuma.

Luciano, você pode continuar, pois tem mais dois minutos.

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – Porque a Funai distribui... Nós tivemos o Projeto do Bororó esse ano de 2004. É somente R$51 mil para a agricultura. É somente um plantio. Então, não deu para fazer para todos. Então, ali fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – R$51 mil para todos?

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – É. Para todos esses cinco mil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para a cidade inteira.

O SR. LUCIANO AÉVOLO – Era para fazer ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Alguém dos senhores comanda isso? Há um tesoureiro, alguém que gerencie essa parte financeira, ou é distribuído eqüitativamente para cada chefe de família?

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – Nós recebemos somente o maquinário que vai lavrar nossa terra e semente. A semente saiu...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dinheiro, nem um pouco?

O SR. LUCIANO ARÉVALO – Dinheiro? No lugar do dinheiro é a semente e o trator.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Material, então?

O SR. LUCIANO ARÉVALO – É. Material.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os senhores recebem o valor em material, não dinheiro vivo?

O SR. LUCIANO ARÉVALO – Agora, o dinheiro quem gasta é o administrador da Funai.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele quem é o responsável pelo dinheiro.

O SR. LUCIANO ARÉVALO – É ele quem administra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que assim vai esclarecendo, não é, Sr. Presidente?

O SR. LUCIANO ARÉVALO – Muito bem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A Mesa agradece a intervenção do Senador Romeu Tuma, que foi muito oportuna.

Eu passo a palavra ao índio Kadiwéu Hilário Silva.

O SR. HILÁRIO SILVA – Primeiramente, o meu bom-dia a todos e digo que é um prazer estar nesta Comissão juntamente com o nosso Senador que a está presidindo. Para mim é uma grande satisfação.

Eu sou do Conselho Distrital de Saúde Indígena, do Mato Grosso do Sul, e tenho participado de reuniões da Cisi. E quero lembrar, fazendo a abertura da minha fala, que eu tive a oportunidade de participar do Humaniza SUS e acho que dali nós podemos tirar o quanto certas atitudes e ações nossas, digo eu, enquanto participantes de um movimento político – e diria que são de várias instâncias –, algumas vezes são desumanas. Então, como eu trabalho na Saúde, nós percebemos que algumas vezes deixamos a desejar aos nossos clientes, tanto faz, de todas as camadas da nossa política.

Mas a pergunta do nosso Senador é com relação à Funasa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não fiz nenhuma crítica. É apenas porque os esclarecimentos públicos estão meio fora de um eixo mais claro. Esse problema alcançou a sociedade por inteiro, porque ninguém tem prazer em ver criança morrer de fome.

O SR. HILÁRIO SILVA – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, é por isso que nós gostaríamos de saber qual é realmente o papel da Funasa nessa situação, que é o setor mais importante hoje nas apurações que o Sr. Presidente resolveu fazer por meio da Comissão.

O SR. HILÁRIO SILVA – Hoje é um órgão que está bem presente, como V. Exª já disse. E a conclusão do nosso Senador também foi essa de que hoje quem se faz presente dentro da área indígena é a Funasa. Tanto em frota como também em equipe quem está ali é a Funasa.

Com relação à alimentação, a Funasa participa na medida em que assiste o desnutrido. Então, entra com uma multimistura e também o leite. É nessas al-

turas. Agora, com relação à própria Funasa garantir o alimento do indígena, ela não trabalha dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Eu quero dar apenas um esclarecimento. O senhor falou da multimistura. A informação que nós temos aqui, por outros depoimentos, é de que a máquina da multimistura foi doada, mas estava encostada, não se usava.

O SR. HILÁRIO SILVA – Isso. Inclusive, quando funcionava, os ingredientes vinham de doações de entidades e dali se fazia a multimistura. E por algum tempo, quando faltou alguém para fazer as articulações e conseguir o material de preparação dessa multimistura, a máquina ficou parada por um período.

O Conselho vem investigando e quase chegamos a uma conclusão de que deve ser esse um dos motivos pelos quais aumentou a mortalidade infantil. Houve a paralisação dessa máquina de multimistura e também da máquina vaca mecânica que também existia ali e parou de ser utilizada.

Então, o Conselho vem buscando entender o porquê desse aumento da mortalidade infantil, que era de quarenta e oito por mil e agora chegou a sessenta por mil nascidos vivos.

Hoje, também uma ação de suma importância que existia era o sopão. Visitei alguns pontos estratégicos de oferecimento do sopão, no Mato Grosso do Sul, e foi com donativos, também. Era uma ação que assistia não só as crianças como também as mães, pois chegou-se à conclusão de que as mães não tinham o que comer em casa. Então, teve um sopão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Um esclarecimento. Se tem a cesta básica, que é entregue aos índios, para a aldeia toda, numa ação que é do Estado, da União, como é que ainda tem o sopão e a multimistura? Por que essa cesta não dá conta da fome da aldeia?

O SR. HILÁRIO SILVA – Acompanhei na transmissão do Governo, que está em gestão – eu já estava na Presidência do Conselho. Na oportunidade, eu disse que a distribuição das cestas básicas, porque as famílias indígenas são bem diferentes das famílias de não-índios. Diz o ditado em Português: "Quem casa quer casa". Mas, na população indígena não. Muitas vezes, ficam na mesma maloca, na mesma oca, na mesma casa, doze ou quinze famílias e, muitas vezes, é oferecida uma cesta básica apenas.

Então, muitas vezes, essa cesta básica não é suficiente para alimentar esse povo. Há uma certa má distribuição.

Coloquei, na reunião da Cisi, que deveria ser visto isto: recadastrar as famílias e reavaliar quando as famílias precisariam de duas ou mais cestas básicas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sr. Hilário, quem é que faz o cadastro dessas famílias? É a prefeitura, a Funasa, a Funai? Quem é que faz esse cadastro para poder servir de base para a distribuição dos alimentos?

O SR. HILÁRIO SILVA – São equipes do Governo do Estado. Hoje, depois que se ampliou para outros Estados, essa distribuição ocorre em nível federal. Só que, no Mato Grosso do Sul...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Hilário, essa colocação que o Presidente está fazendo é muito importante. Pergunto se esses programas sociais que o Governo faz para quase toda a população, por meio das Prefeituras, não alcançam as comunidades indígenas.

O SR. HILÁRIO SILVA – Os benefícios o senhor está dizendo?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Os benefícios, claro. Cartão saúde, cartão escola, todos esses programas sociais, se não alcançam as comunidades indígenas por igual, como é feita a assistência às famílias mais carentes e de não-índios.

O SR. HILÁRIO SILVA – Diria ao senhor que a burocracia é tão grande em termos de papéis, documentação que vão rolando durante anos e não chega o benefício. No papel, os benefícios são muito bons. Diria ao senhor que, se fossem acontecer mesmo os benefícios, teríamos um dos melhores governos em termos de benefícios com a população carente, não só indígena, mas a população carente. Mas, infelizmente, todos esses benefícios estão no papel. Falta documentação. A Funasa está com dificuldade em fazer a documentação dos indígenas. E como agora vai cobrar dos indígenas documentos para receber os benefícios? Aí, emperra toda aquela conjuntura que deveria ter.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) **–** Não pode fazer um mutirão dos responsáveis para fazer essa documentação **in loco** rápida, como se faz em vários locais? Estou falando porque o senhor terá que fazer um relatório e, provavelmente, será colocado esse problema da falta de documentação. Seria importante que o senhor providenciasse para o Presidente uma relação do que se trata essa documentação que é exigida, provavelmente do Governo para a Funasa e para os índios, que, talvez, não tenham nem identidade. Não sei se lá tem identidade individual. Talvez seja isso. E a polícia pode fazer um mutirão e resolver isso com a Prefeitura de Dourados ou com a Prefeitura das cidades onde tenha estrutura de comunidades indígenas em dificuldade.

Estou pedindo uma ajuda ao senhor, que está dentro de sistema, para informar à Presidência desta Comissão corretamente tudo que está acontecendo

e tudo que está faltando para se resolver o problema mais rápido. Porque não pode ficar no papel. O papel é uma coisa que não tem valor.

O SR. HILÁRIO SILVA – Com relação à documentação, quem faz essa parte é a Funai. E por quaisquer problemas administrativos a Funai teve dificuldade de fazer essa documentação dos indígenas. Isso é geral no Mato Grosso do Sul.

Hoje, as informações que temos da população indígena, de cadastro dos indígenas, é pela Funasa. Quantas crianças, qual a população, quantas casas em cada aldeia, tudo isso o senhor pode saber. Mas a Funasa não é um órgão que praticamente trabalhará a documentação. Então, acho que é uma questão de se estudar esse problema.

Tive dificuldade uma vez no aeroporto. Tenho uma cédula de identidade de índio da Funai. Nunca tive problemas, mas, quando, de repente, chego no aeroporto, o pessoal me pergunta se tenho uma outra identidade. Sou um cidadão brasileiro. Poderia, de repente, criar uma identidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí está a regra que a gente tem que procurar resolver juridicamente. Há inclusive acordos internacionais de exigência da cédula de identidade, que não pode ser de nenhum órgão. Quer dizer, às vezes não vale a do Conselho Regional de Medicina, não vale a da Ordem dos Advogados, porque eles querem a identidade.

Então, temos que buscar alguma forma para resolver isso. Mas para a questão social, a carteira de índio da Funai tem que valer, porque ele está cadastrado. Na hora em que ele registra o seu nome, ele recebe uma carteira e automaticamente está cadastrado como um ente vivo; e índio que precisa de uma assistência.

O SR. HILÁRIO SILVA – Acho que essa questão de identificação do indígena – o senhor me avisa na hora em que der os 10 minutos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós roubamos muito o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O senhor tem mais três minutos.

O SR. HILÁIO SILVA – ...– é muito importante, porque a sociedade não indígena generaliza toda a questão indígena.

Esses dias estive com um prefeito, e ele acha que em Mato Grosso do Sul todos são terenos, todos são guaranis, todos são kadivéus. Não é assim. O nosso País deve respeitar a especificidade de cada povo. Se eu tiver a minha cédula, ela vai identificar se eu sou kadivéu, se ele é guarani, se ele é terena, kaiowá ou Iualapiti, lá do Xingu. Mas acho que essa identidade é de suma importância, e que seja reconhecida em nível nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só uma idéia de experiência pessoal.

Fernando de Noronha não tinha identidade, e o então Governador, nomeado pelo Presidente da República, conversou comigo quando eu era Diretor da Polícia Federal. Então, fizemos um mutirão dentro de Fernando de Noronha, identificamos e demos a cédula para todo mundo.

Portanto, as comunidades devem fazer isso. A polícia vai lá, por meio do governador – pode ser estadual, não precisa ser federal –, e estuda uma maneira de fazer uma cédula especial para se identificar o índio. Vai lá e identifica todo mundo. Dá a carteira na hora.

Não sei quantos índios temos no País, mas não seria um montante que pudesse trazer qualquer dificuldade de ordem financeira para se expedirem essas carteiras. Os Estados poderiam assumir essa responsabilidade de identificação e fornecer uma cédula para os índios.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Ele é cidadão brasileiro como qualquer outro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se eles quiserem comprar a crédito, como qualquer pessoa, não podem porque não têm documentação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador, é aquilo que a gente está sempre reafirmando: todo mundo fala defendendo o índio, mas ninguém trabalha em favor dele. Não se trabalha em favor do índio. Falam, falam, falam! É um espetáculo. A programação é bonita. Tem Funasa, tem Funai, o papel está cheio, mas quando se vai na prática e se vê o que está acontecendo lá na aldeia, a coisa é bem diferente. Há um abandono, uma negligência, uma incompetência, e não há uma articulação política realmente em favor do indígena no Brasil. Essa é a grande realidade. Já cheguei a essa conclusão faz tempo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que V. Exª pegou uma coisa tão importante que vai valer a criação desta comissão. Acho que podemos pensar em organizar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Hoje temos aqui documentos – eu gostaria que V. Exª ficasse, se fosse possível, porque é muito interessado nessas questões todas – importantes que vamos dar conhecimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tenho só que assinar um documento nas Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Assina e retorna, porque temos documentos importantes que vamos dar conhecimento

Para suas considerações finais, se possível.

O SR. HILÁRIO SILVA – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Quero concluir da seguinte forma o meu ponto de vista com relação à causa indígena agradecendo a oportunidade que o órgão Funasa me deu de ter conhecido outras áreas, porque visitamos outras áreas para troca de experiências em controle social no trabalho da saúde. Muitos falam que a fome não é questão da terra. O nosso Presidente, que é do Estado e conhece Dourados, falou dos 5 mil índios no território. E são 11 mil índios na aldeia de Dourados. Quando se fala aldeia de Dourados, entra Jaguapiru e Bororo. São 11 mil índios para 3 mil hectares. Então moram ali indígenas que muitas vezes só têm o terreno para a casa e pronto. Vai fazer o quê? Vai esperar cesta-básica que muitas vezes não está compatível ao número de famílias.

Quanto a oferecer terra em nosso País... E eu aproveitaria esta oportunidade em que o Sr. Presidente está aqui para dizer que até os livros didáticos desenham índio de tanga e cocar. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, eles vêem o índio dessa forma. O nosso País deve corrigir os próprios livros didáticos que desenham índio de cocar e tanguinha. E está escrito nos livros que o índio vive da caça e pesca. Não existe essa situação para toda a população. A transculturação está cada vez atropelando mais a população indígena. Hoje temos que tratar o diferente de forma diferente, não temos que olhar para a população indígena de um modo geral e dizer: os índios são dessa forma, vão viver da caça e pesca. Em Dourados não existe caça, não existe rio, não existe lago para que os índios vivessem disso. Para piorar ainda...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o Governo mandasse peixe, resolveria.

O SR. HILÁRIO SILVA – Existe um projeto de implantação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... de criadores.

O SR. HILÁRIO SILVA – Exato. Então se for resgatar isso – e fala-se em projetos estruturantes –, onde vou fazer esses projetos estruturantes se não há espaço físico?

Espero que tenha conseguido ser claro. Este Governo que está na gestão deveria integrar suas ações. Acho que está sendo muito dividido. Se integrar as ações, vai haver algum resultado positivo para a população indígena.

Quanto a Funasa, eu diria para os senhores que ela está fazendo da melhor forma possível o trabalho com a população indígena, mas falta parceiro Funasa, falta parceiro Município e falta parceiro Estado. Se integrar as ações, com certeza, vai ser beneficiada a população indígena.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A criação de um grupo-tarefa que envolva todos os órgãos responsáveis, é isso que o senhor está propondo?

O SR. HILÁRIO SILVA – Sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradecemos ao Hilário por depoimento muito importante para esclarecimento de todos esses fatos.

Passo palavra a Hélio Nimbu, índio e capitão da aldeia Jaguapiru, do Município de Dourados.

O SR. HÉLIO NIMBU – Agradeço a oportunidade. É um privilégio estar aqui diante de V. Exª com o intuito de pedir pela nossa população indígena, e não somente a da minha comunidade, da aldeia de Dourados, mas de todo Estado, até porque viemos aqui mostrar o ambiente que vive a nossa comunidade. Quando falo em ambiente, é porque muitas vezes vemos os problemas existentes na comunidade, principalmente na minha aldeia. Por isso estamos aqui. Como os senhores podem ter recebido ou até ter visto as notícias da minha comunidade no que visa às crianças desnutridas, então muitas vezes nós, liderança, preocupamos. De acordo com a palavra do Sr. Capitão Luciano Arévalo, quando nós vemos o espaço da nossa área numa população que hoje está abrangendo quase ou mais 11 mil pessoas, famílias, integradas ali, integradas até mesmo com a sociedade branca. Novamente como vamos sobreviver numa área tão pequena onde não há o meio de sobrevivermos como índios, vivermos em nosso ambiente cultural? Quando muitas vezes vemos as crianças morrendo, isso não é porque, muitas vezes, é falta da própria Funasa? Não é, muitas vezes, a falta desta ou daquela outra pessoa? Não, não é isso senhores.

É bom refletir diante de V. Exª, que a população, cada vez mais, está aumentando e as dificuldades começam a aparecer porque, novamente de acordo com a palavra do capitão Luciano, nos anos 80, as coisas eram diferentes. Tínhamos até caça naquele tempo, hoje não temos mais, até porque a minha comunidade era muito menor. Então, a preocupação começa pelos líderes. Temos na minha área de atuação, Aldeia de Jaguapiru, uma área pequena, que convive com três tribos, três etnias, três costumes diferentes, três línguas diferentes, onde há crianças, muitas vezes, dentro da aldeia podem nascer uma média de 500 ou mais crianças todo o ano. Estive conversando com o coordenador do Estado, ultimamente, nasceu uma média de duas mil ou mais crianças indígenas no

Estado. Onde vamos parar? Quais serão as medidas a serem tomadas?

Em nome do meu povo, gostaria de trazer a seu conhecimento, Exª, para que haja uma solução urgente para essas crianças. Falo em nome das crianças de todo o Estado, em nome também do meu povo: Terena, Guarani de Kaiowá, que ali reside na aldeia de Dourados. Assim também com ampliação da nossa área. Se hoje vivemos uma média de 11 mil, daqui a cinco anos, onde vamos colocar essas crianças que têm nascido esses últimos dias?

É preocupante. Temos a Funasa, que tem olhado com muita competência as ações da nossa saúde nossa. Muitas vezes, os recursos têm sido poucos. Vemos a Funai, hoje, muitas vezes, com os problemas existentes na parte agrícola, os projetos não têm alcançado suficientemente ao atendimento às comunidades indígenas, principalmente a Aldeia de Dourados.

No meio de tantos ambientes em que vivemos, a mortandade está começando a assolar as crianças. Isso não é um ambiente que gostaríamos de conviver. De maneira alguma.

Hoje temos uma educação qualificada dentro da reserva e procuramos de todo jeito incentivá-los, principalmente os jovens, para que possamos competir em todo o trabalho. Queremos urgente uma solução. Pedimos isso. Em toda área: seja na educação, na saúde, na agricultura, e tantos outros meios em que podemos viver e conviver.

Uma das coisas que nós nos preocupamos, o retrato da nossa comunidade, em que o mundo atual hoje se preocupa.

Agradeço esse convite que recebemos na nossa aldeia por meio de S. Exª, para que estivéssemos aqui trazendo uma preocupação que há hoje na nossa comunidade.

Acho que o passo certo para sobrevivermos melhor, em primeiro lugar, seria a ampliação da nossa aldeia, para que tivéssemos o direito de desfrutar mais e mais do que queremos.

Agradecemos ao Governo do Estado e ao Governo Federal por se preocuparem conosco. Vemos hoje, no meio de 11 mil pessoas, as cestas básicas chegarem à nossa comunidade, mas têm suprido muito pouco. Recentemente houve uma audiência em Dourados em que afirmaram que não chega a 2.000 pessoas o número de beneficiados na minha comunidade. Gostaria de pedir que esse número fosse ampliado.

Era isso que eu queria dizer para que houvesse um atendimento melhor, não somente na minha aldeia, mas em todo o Mato Grosso do Sul, onde vivem as tribos dos povos indígenas. Era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado, Helio Nimbu pelo seu depoimento, que confirma tudo o que falamos desde o início.

Repito que estão situando o índio, filosófica e teoricamente, como um elemento sagrado da população brasileira. Essa imagem só figura na mídia, porque, na verdade, as instituições que trabalham com questões relacionadas a eles não chegam aos índios. Não há articulação. Como disse o companheiro, as ações têm de ser integradas, pois são de fundamental importância. Estamos pregando isso desde o início. Não adianta cada um trabalhar para um lado e jogarem a culpa em todo mundo. Há muita gente pregando doutrina indigenista da boca para fora. Essa é a grande verdade.

Concedo a palavra ao Jeremias Tssibodowapré, xavante, membro do conselho do Ideti, Instituto de Tradições Indígenas.

O SR. JEREMIAS TSSIBODOWAPRÉ – Primeiramente, gostaria de agradecer a V. Exª o convite.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Deixe-me apenas fazer um esclarecimento. A pauta da reunião foi distribuída para todos. Substituímos o indicado pela Senadora, o Jurandir Siridiwê, pelo Jeremias Tssibodowapré, a pedido dela própria, talvez para que ele trate de uma questão mais objetiva do depoimento.

O SR. JEREMIAS TSSIBODOWAPRÉ – Gostaria de falar a V. Exª que o Jurandir me cedeu espaço justamente por conhecer profundamente o problema que está ocorrendo especificamente no Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.

No último dia 27 de fevereiro de 2005, o programa Fantástico, da Rede Globo, denunciou o absurdo que está ocorrendo com os índios: a desnutrição e a fome das nossas crianças. Porém, gostaria de desmentir algumas informações que não procedem referentes à nossa cultura. Os jornais do Estado de Mato Grosso também divulgaram, diante dessa denúncia, que as nossas crianças são os últimos que comem na aldeia. O Senador perguntou ao meu conterrâneo, e isso não é verdade. Nosso povo trata suas crianças com prioridade total para que se formem novos guerreiros, fisicamente e mentalmente preparados. Então, essa informação é pura mentira, e eu gostaria de deixar registrado esse fato nesta Casa, que é a Casa do povo brasileiro, independentemente de camadas sociais.

Também gostaria de dizer para esta Casa que o Governo Lula está faltando com sua responsabilidade de criar uma instância maior, uma instância de referência para parte da população brasileira, principalmente aqueles que não querem que o índio cresça, que o índio se desenvolva – e olha que sou do PL, sou ex-Vereador de Campinápolis, já fui Vereador, defendi meu povo.

Este Governo já criou várias representações: do negro, da mulher e vai criar também uma representação para os *gays,* conforme fiquei sabendo. Por que não pode criar uma para o índio? Nós, que somos os primeiros habitantes deste imenso Brasil, queremos sobreviver há séculos, nos desenvolver em todos os aspectos.

O Governo Lula precisa ser conscientizado. Nossa voz não chega a Sua Excelência. Portanto, Sr. Presidente, V. Exª precisa levar até Lula o que estamos pensando atualmente, pois muitas dessas informações às vezes não procedem.

Estão aqui os jornais de meu Estado... Quero aproveitar esta oportunidade para dizer que não é por falta de reivindicação, de iniciativa de nossas lideranças, principalmente xavante, que a desnutrição começa a assolar nosso povo. Em 2002, através do Ideti, Instituto das Tradições Indígenas* – está aqui seu Presidente –, tomamos a iniciativa de propor à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), após constatadas irregularidades com o SDC, dinheiro que foi sem nenhuma prestação de contas para nós, os interessados. SDC significa Sociedade na Defesa da Cidadania, que firmou convênio, entre 2001 e 2004, para cuidar da saúde do povo indígena xavante. Após constatadas as irregularidades, fizemos ver a própria Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que tínhamos uma representação já estruturada, no caso o Ideti, com seu corpo técnico-financeiro-administrativo, que, portanto, desse início a nova fase de atendimento a nossa saúde. Então, fizemos essa proposta, após nos entendermos, povo xavante, através de associações, após concluirmos que chegou a hora de nós mesmos gerirmos os recursos, de nós mesmos começarmos a ter responsabilidade. Levamos a nossa proposta. Está aqui a cópia da nossa proposta, em que nós, com a presença do Sr. Ricardo Luís Chagas, Diretor do Desen, à época; Sr. Rômulo Lins de Araújo Filho, Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Sr. Déo Costa Ramon Filho, Diretor do Departamento de Planejamento, com a presença da Funai, a minha presença e a presença das lideranças xavantes na ocasião.

O que a Funasa fez à época? Começou a manipular as nossas lideranças, como fez várias vezes, para que não pudéssemos ter êxito na nossa proposta. Ela pegou a Universidade de Brasília, que nunca teve a sua experiência, que nunca trabalhou em nosso meio. Os ex-servidores do SDC fizeram uma representação rapidamente. Aliás, foram eles que foram contemplados para pegar o novo convênio. E mais uma vez foi descartado o Ideti, que era o nosso ponto de referência. Então, Sr. Presidente, não é por falta de nossa iniciativa, não é por falta de aviso que esse problema estourou, após a denúncia da **Rede Globo**, mais uma vez.

Então, sou solidário aos meus irmãos guarani e kaiowá. Infelizmente, vou discordar de vocês porque a Funasa não é toda essa maravilha. Não! Está faltando muita coisa. Muita coisa precisa ser consertada. Como V. Exª bem disse aqui, ninguém quer trabalhar, ninguém quer levar soluções para nós. Por isso, a minha proposta, a minha posição nesta ocasião é essa, representando o nosso Ideti, que foi um ponto de referência para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado, Jeremias.

Com a palavra, o Anastácio Peralta, que é coordenador das Ações Indígenas da Prefeitura Municipal de Dourados, Mato Grosso do Sul.

O SR. ANASTÁCIO PERALTA – Bom-dia a todos. Quero agradecer o convite e também, em nome das famílias que perderam os seus filhos, quero partilhar a minha dor e quero agradecer a iniciativa da Comissão. Na verdade, este País não foi feito para cuidar de índios nem para cuidar do meio ambiente. Este País, como falam, foi descoberto e está sendo explorado até hoje. Podemos ver que o meio ambiente está sendo explorado. Se formos depender do meio ambiente, principalmente nós indígenas, não viveremos mais. A água está poluída, as matas não existem mais. Então por que não temos mais esses produtos que deveriam nos oferecer? Porque, na verdade, o País não teve uma política pública para enfrentar índio e para cuidar de pobre. O País foi feito para cuidar de exploradores, como de minérios, grandes fazendeiros e grandes empresários. Então, o índio está sendo agora visto. Quero agradecer mais uma vez ao grito dos anjos, porque já morreram muitos índios lutadores, como Marçal de Souza e outros, e ninguém lembrou deles. A imprensa chamou agora a atenção para isso. Quero agradecer ao Senador Juvêncio da Fonseca, que é da minha, de Mato Grosso do Sul pela solidariedade que teve conosco. Ele foi um dos primeiros Senadores a se preocuparem conosco, índios. O que o País precisa construir? Construir uma política pública. Se a Funai está quebrada é porque não teve política para ela. Se a Se a Funasa tem setores que não estão funcionando é porque não teve Parlamentar competente para cobrar isso.

Eu trabalhei muito tempo em demarcação de terras e me criei nisso. Se hoje temos algumas áreas demarcadas foi porque lutamos para conseguir isso. O Brasil nunca foi favorável à demarcação e à ocupação das nossas terras. Não faz muitos dias, quando nós estávamos fazendo uma gestão única na prefeitura,

com Governo Federal, Governo Estadual e Município, havia um despejo. Que País é este? Agora são mais trinta dias, mudou para mais trinta dias. No dia 30 de abril, com certeza, vão despejar.

Fico preocupado com o rumo que vamos tomar. Sei que o remédio é interessante. Sei que a cesta básica é interessante. Todos os projetos são interessantes, mas temos que pensar nas culturas. Que cultura é essa? Parece que é só levar a alimentação para o índio e está bom. Eu fico triste com isso e por não podermos construir uma política pública. Na verdade, conforme a História do Brasil até 1970 os índios não existiriam. Em 1970, parece que aconteceu o contrário: começaram as lutas. Em 1988 foi aprovada a Constituição Federal. Ela defende os nossos direitos, mas temos dificuldade de pôr em prática o que existe na lei. Um colega meu fala que o que vemos escrito e não pomos em prática está morto. Nós mesmos estamos assassinando a nossa Constituição Federal. Por nós sermos novos na política, não sabemos o rumo da política da sociedade do branco. O que o branco pensa de nós? Nós não conseguimos também ter parlamentares nos moldes dos políticos da sociedade dos brancos. Nós reclamamos, mas não conseguimos colocar um Deputado Federal ou um Vereador para defender nossa causa. Com isso, às vezes acabamos culpando o branco.

Como se acaba com um povo? Você vai lá tira a terra dele, tira a religião, tira o jeito de falar, tira o jeito de rezar, tira o jeito de fazer tudo o que ele fazia. Isso é o mesmo que pegar uma pessoa que está viva e ir tirando o dedo dela, cortando junta por junta. Daqui a pouco ela estará morta. É isso que está acontecendo conosco. Tiraram a nossa religião, tiraram a nossa língua, tiraram nosso jeito de ser, tiraram nosso espaço; por último, tiraram a nossa mata, destocaram e gradearam a terra e agora estão plantando soja. E agora como é que fica? Soja índio não come.

É muito complicado lutar pela causa indígena, porque o fator não é um só, a desnutrição. Tem mais fatores do que pensamos. Não se trata de culpar o Senador, a Funasa ou outras pessoas. O Brasil tem que resolver o problema, com a ajuda do Município, do Estado, do Governo Federal, de Senadores, vereadores, prefeitos. Tem muita gente que não quer ver o índio bem. Se alguém está sofrendo, tem alguém que ganha com isso. Tem sempre alguém que está feliz com o sofrimento do índio. Precisamos pensar nisso.

Eu queria só relembrar alguma coisa. Eu estou como coordenador de uma prefeitura. Essa é a primeira prefeitura que tem um coordenador de políticas públicas no Mato Grosso do Sul, mas em quatro anos não resolveremos o problema. É um problema de mais de 50 anos que vem rolando e nunca ninguém ligou para isso.

Então, temos vários projetos que depois posso passar ao Presidente. Eles estão funcionando, mas ainda é pouco. O próprio índio não entende como receber esses projetos. Às vezes a gente faz um projeto fechado, chega na comunidade e ele quer porque não tem outra coisa. É melhor ficar com um peixe na mão do que com um peixe na água. Isso é o que acontece.

Acho que tem que pensar numa política pública em nível federal. Não são só os Senadores que estão preocupados, mas também os Deputados Federais, os Ministros, o Presidente da República, os Vereadores, os Prefeitos, que podem dar rumo a isso.

Outra coisa. Se nós não demarcarmos nossas terras, não vamos resolver o problema. O problema está na terra. A terra faz parte da nossa vida, é o nosso corpo. Por isso chamamos de "mãe terra". Por isso que, se não conseguirmos ampliar nossas terras, demarcar, que é uma coisa muito difícil, porque tem muito fazendeiro que não aceita isso, porque ele acha que índio não produz, não constrói. Na verdade, talvez o índio não construa, não produza igual ao branco, mas ele é um defensor do meio ambiente, onde tem mata, onde tem água. Talvez tenhamos que mudar um pouquinho a nossa cabeça. Eu sempre falo assim: "o Brasil precisa mudar o cérebro dele". Ele está com cérebro de europeu, que vem aqui só levar ouro e pau-brasil. Nós estamos com aquela idéia ainda. Precisamos mudar. Mudar para quê? Para termos um país melhor, onde vive o índio, o negro. Falo isso aqui talvez não manter a nossa cultura, mas manter a interculturalidade do Brasil. Isto é que é riqueza: eu saber falar em português, saber comer a comida do outro, saber vestir a roupa do outro, manter a interculturalidade. E talvez não consigamos isso.

Vou ser só gente se eu souber falar português? Na minha região tem muito churrasco. Vou ser gente só se eu comer churrasco assado e outras comidas? Aí eu sou importante?

Eu acho que, se não mudarmos esse mentalidade, vamos continuar assim, desse jeito, com desnutrição, desvalorizados. Não é só a comida que faz viver, tem que ter um valor de alma, de espírito, de consideração.

Fico muito feliz por estar sentado perto de um Senador, pois eu nunca sentei perto de um. Não é? Nunca sentei na minha vida, nunca vi umas pessoas assim junto com meus colegas. Isso traz valores, é o que não conseguimos fazer. Os grandes políticos, os parlamentares não conseguem fazer.

Vou parar por aqui. Nas perguntas acabo respondendo mais alguma coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado, Anastácio, pela sua colaboração, inteligente, lúcida. Eu poderia dizer que, pela sua capacidade de pensar, que seu sentimento social, cultural, dos indígenas, você poderia muito bem ser um Senador da República. Você não faria um papel menor aqui, faria um grande papel representando a sua etnia.

Registro e agradeço aqui a presença do Sebastião, coordenador de defesa dos direitos indígenas.

Prosseguindo, vamos ouvir Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena, da Funasa. (Pausa.)

Ele não compareceu.

Parece-me que o Rubem Ferreira Tomás de Almeida, antropólogo, também não compareceu.

Ouviremos, então, o antropólogo Fábio Mura, dedicado às comunidades indígenas em foco.

Com a palavra o Sr. Fábio Mura.

O SR. FÁBIO MURA – Bom-dia a todos, Sr. Presidente, Senadores. Em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite feito para depor sobre a situação dos kaiowás e dos guaranis do Mato Grosso do Sul.

Quero fazer um apanhado breve, seja da história da organização desse povo de que tanto está se falando, cujo problema da desnutrição é simplesmente uma pontinha de um enorme *iceberg*, que fica muitas vezes para a opinião pública escondido sob o oceano.

Considero extremamente importante entender que nossas categorias de entendimento dessa realidade muitas vezes escondem mais do que explicam. Por exemplo – esse é um elemento extremante relevante para mim –, quando se fala da realidade da reserva de Dourados, com uma população de onze mil pessoas, com uma superfície de 3.540 hectares, na verdade, não se está falando de uma comunidade e de uma aldeia. Está se falando de um conjunto de famílias indígenas que estão presentes dentro dessa área, extremamente heterogêneas entre elas, que configuram diferentes tipos de comunidades. Então não é possível falar simplesmente em uma única comunidade, ou em duas comunidade, se quiserem mencionar as duas aldeias presentes do ponto de vista formal: Jaguapiru e Bororó.

Por que estou dizendo isso? Se alguém observar um pouco a história desse povo, perceberá que quando ele tinha espaço suficiente para se deslocar em seu território – que compreendia a totalidade do cone sul do Estado do Mato Grosso do Sul, uma superfície de aproximadamente 3,5 milhões de hectares – e até mesmo quando estavam em condições de estar no fundo das fazendas porque existia mata, isto é, até a década de 70, agrupavam-se em famílias extensas de 70 ou 80 pessoas, constituídas de três ou quatro gerações, e localizavam-se nas nascentes dos córregos e rios, a distâncias bastante consideráveis. O que acontece nessa situação? Três, quatro, cinco dessas famílias, relacionadas entre elas por parentesco, sendo uma ou outra parente, constituíam uma comunidade política que tinha uma jurisdição sobre um espaço territorial amplo, com recursos naturais, água, peixes, conseqüentemente, matas, caça, colheita e sobretudo terras agricultáveis, visto que os Guaranis, em sua totalidade, tanto os kaiowás como os nhandevas, dois grupos presentes no Mato Grosso do Sul, são agricultores exímios, milenares. Imagine a situação de apenas 3.540 hectares com 11 mil índios, que é o resultado de uma política de Estado que, desde 1917, quando foi instituída a reserva de Dourados, progressivamente tentou colocar nessa reserva todos os índios que eram expulsos das áreas tituladas em territórios tradicionais. Esses indígenas que eram levados muitas vezes pertenciam a famílias inimigas, faziam parte de territórios diferentes, com dificuldades de se relacionar, o que gerava conflitos.

Atualmente, a reserva de Dourados não tem simplesmente um problema de famílias que estão com certa dificuldade e por isso têm desnutrição. É uma situação de pouco acesso à terra, conflito interno na divisão dos espaços territoriais, hierarquias sociais determinadas pela relação com o branco, de parte de algumas famílias que preferem plantar soja dentro da terra, muitas vezes em parceria com os brancos, fazendo arrendamento, que foi proibido. E recebemos informações de que essa prática de arrendamento continua entre os índios da reserva. São situações extremamente bagunçadas, que criam complicações para o acesso à terra.

O capitão Luciano observou que às vezes existe uma casa com um pequenino quintal, chamado de data, e depois há um extenso espaço ao redor. De quem é esse espaço? Quem utiliza esse espaço? Por que se planta soja dentro desse espaço que está dentro da reserva? Essa é uma pergunta bastante séria.

Não se trata simplesmente de dizer "vamos colocar lá dez mil projetos para poder conseguir, através dos projetos, beneficiar as famílias", porque a redistribuição dessas fontes, sejam alimentares, através de cestas básicas, seja de recursos técnicos, como, por exemplo, implementos, tratores etc., é muito complexa. Não é simplesmente chegar lá, pegar todos os espaços, dividi-los, plantar e depois redistribuir, numa coletividade fictícia, como nós a entendemos, pensando que a população na reserva de Dourados seja essa coletividade. As coletividades são construídas e

reconstruídas com base nas relações de parentesco entre as famílias.

Existem atualmente, segundo os levantamentos feitos, especialmente através do auxílio do Ministério Público Federal, dentro da reserva de Dourados, pelo menos quarenta e quatro lideranças, cada uma com a própria legitimidade e com relacionamento interno entre os vários grupos. Então, o que acontece? Essas quarenta e quatro comunidades, que se constituem e se reconstituem, têm como base uma rede de parentesco que tem uma origem. Não é que cresceram como cogumelos aí dentro, assim, de improviso, elas têm uma história, e essa história é ligada, justamente, a despejos de décadas, que, por sua vez, são ligados a um tipo de ocupação dessa região, por parte de colonos, que teve uma estratégia no passado.

Especificamente nessa região de Dourados, houve, por exemplo, a ação de Getúlio Vargas no sentido de tentar instalar lá uma colônia agrícola. Essa colônia agrícola tem um impacto enorme sobre essa população, que foi obrigada a residir compulsoriamente dentro da reserva de Dourados e não ter mais essa mobilidade – dentro dessa região da margem direita da bacia do Rio Brilhante e de Vinhema. Hoje começa-se a ter informações sobre quais são essas origens, estão começando a aparecer quais são as famílias e quais as relações.

Quero insistir que não estamos falando de um grupo imaginário, um grupo, digamos, simplesmente extraído de índios que seriam originários desse lugar: estamos falando de famílias concretas, que têm uma genealogia, isto é, têm avôs e bisavôs que eram residentes nessas terras tradicionais. O que se está tentando reconstruir é essa origem.

Quando se fala aqui de ampliação da área, não se está falando simplesmente de ampliação da área para uma coletividade, digamos, abstrata, está-se falando de identificação de terras tradicionais, de um território que é, pela maioria, kaiowá, com uma pequena parte nhandeva, nhandeva-guarani, com certas especificidades. Há estudos bem detalhados para bem entender a reconstrução desse espaço territorial do ponto de vista analítico. Existem documentações históricas muito detalhadas sobre essa região, sobre a presença dos índios ao longo, digamos assim, das cabeceiras dos vários córregos da margem direita do Rio Brilhante e Vinhema.

Boa parte da solução do que está acontecendo hoje na reserva de Dourados passará, necessariamente, por uma tentativa de resgate, de recuperação dessas terras. Essa não é uma impressão simplesmente de antropólogo, é uma questão emergencial, ligada ao fato de que há um crescimento populacional dentro da Serra de Dourados superior a quatrocentos habitantes por ano, isto é, uma comunidade a mais a cada ano que passa está lá dentro.

Chamo especialmente a atenção para o fato de que a terra, para esses índios, não é para os índios em geral, tem um valor simbólico e religioso extremamente forte, não é simplesmente um meio econômico. Embora eles recuperem a terra, muitas vezes totalmente descaracterizada do ponto de vista ambiental, para eles é a terra de origem deles, essa terra é fundamental para manter, na visão religiosa deles, o equilíbrio cósmico. É fundamental. Eles nos acham, muitas vezes, extremamente ignorantes. "Como é possível vocês nos retirarem de nossas terras?" "Vocês são malucos, porque se vocês nos tiram de nossas terras, não vamos poder usá-las de modo apropriado. E não podendo utilizá-las de modo apropriado, não vamos conseguir manter um equilíbrio da terra e vocês também vão sucumbir."

Agradeço e acho que o meu tempo acabou. Depois, nas perguntas, poderei esclarecer no que a platéia precisar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nós agradecemos ao Antropólogo Fábio Mura que trouxe aqui para nós a sua visão praticamente histórica da questão dos problemas dos indígenas lá da região de Dourados, em Mato Grosso do Sul, como também do País.

Sr. Fábio Mura, nós estamos em busca de soluções para esta crise em que nós chegamos: propostas para resolver, hoje, esta questão agravada historicamente, porque falar só no passado nós não chegamos em lugar algum. Ficar apenas analisando as etnias, como foram as migrações, nós não chegamos a lugar nenhum. O que está acontecendo, o que é que tem que ser feito? É nisso que nós temos que trabalhar hoje, objetivamente e com urgência, numa política integrada para ver se salvamos esses índios que estão aí e as suas aldeias.

Nós agradecemos a sua exposição e gostaria de dar conhecimento a uma declaração de um índio. Todo mundo já tem conhecimento dessa declaração lá em Mato Grosso do Sul, inclusive os próprios índios e aqueles que lidam com a questão indígena.

Numa escritura pública, encaminhada hoje pelo Deputado Estadual José Teixeira, de Dourados, há uma declaração passada em cartório, e pediria que os senhores tivessem um pouquinho de paciência, pois são quatro folhas, mas considero de suma importância porque vamos juntar essa documentação nesse documento da Audiência Pública.

Vejam bem:

"Tabelionato Albuquerque – cidade de Amambai – 2º Ofício de Notas – 11 de março de 2002 – Folha 58.

Declaração por Escritura Pública que faz Adair Gonçalves Sanches, como abaixo se declara:

Saibam quanto esta Declaração por Escritura Pública virem que, aos 26 dias do mês de novembro de 1992 – [12 anos atrás] –, nesta cidade, Município da Comarca de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, em Cartório à Rua República nº1321, perante mim, Tabelião-Substituto, compareceu em pessoa Adair Gonçalves Sanches, indígena, lavrador, capaz, residente e domiciliado no Posto Indígena de Amambai, neste Distrito, portador do RG nº tal, CPF 408.038, reconhecido como o próprio de mim, Tabelião-Substituto, inclusive pelos documentos exibidos e que dou fé. E por ele me foi dito que vinha de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de quem quer que seja, prestar as seguinte declaração, cujo teor transcrevo a seguir: "Que é índio da tribo Guarani, nascido em 1959, na Aldeia Amambai, Vereador eleito em Amambaí-MS, com o voto dos índios da Aldeia de Amambaí; ex-Presidente do Conselho da Aldeia de Amambai e ex-representante da União das Nações Indígenas em Mato Grosso do Sul; ex-companheiro do Antropólogo Japonês Celso Aoki e Paulo Pepe, chefe de uma entidade que se chama PKN – Projeto Kaiowá-Nhandeva [de proposição do Antropólogo que deixou de comparecer hoje e, também, do Cimi – Conselho Indigienista Missionário, e o Partido dos Trabalhadores – PT], entidade criada em nome do índio Kaiowá e Guarani, em Amambaí-MS."

O PKN, o Cimi – Conselho Indigienista Missionário e o Partido dos Trabalhadores – PT, são entidades ligadas entre si.

Segue: "E essas entidades, usando [vejam a expressão indígena] de malandragem e safadagem, fazem montagem, aqui, em Mato Grosso do Sul, coisas que ninguém nunca imagina e que eu, que fui companheiro e conhecedor, sei o que eles fazem em Mato Grosso do Sul. O PKN recebe verbas do exterior – Holanda, Canadá e Suíça –, em nome do povo indígena de Mato Grosso do Sul, do Kaiowá e Guarani. Dizem que é para ajudar esses povos, só que esses dólares que vêm do exterior o povo indígena nem sabe. Usam o nome do índio e usam o índio também da seguinte forma: todos os problemas de terra que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, na fronteira do Paraguai, são mandados pelo Sr. Celso Aoki e Paulo Pepi, antropólogos e chefes do PKN. Fui companheiro dessas entidades no Partido dos Trabalhadores por três anos, na época do Presidente José Sarney e do Ministro Ronaldo Costa Couto.

Fazíamos assim – quando éramos companheiros: procurávamos onde o índio estava trabalhando; se eles falavam que estavam há cinco, seis ou dez anos, perguntávamos se não tinham familiares que faleceram naquele local. Já falávamos para aquele índio dar entrevista dizendo que ali era área indígena antigamente. Se tivesse algum cemitério de alguém da família ou parente, era para falar que eles já haviam nascido ali. Criaram-se ali seus pais, avós, bisavós e netos, e assim por adiante. E pegávamos o pai de família para ser líder naquele lugar.

Os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepi são agitadores que pegam rios de dinheiro em troca desse tipo de trabalho. Já mandam elaborar documentos naquele lugar, naquela fazenda; já fazem o mapa mais ou menos baseado em quantos hectares, dizendo que é área indígena, que só falta a demarcação. Já colocam o nome de como se chamava antigamente aquele lugar ou trocam o nome, ou colocam o nome da fazenda mesmo. E se houver três ou quatro famílias trabalhando lá, colocam como se houvesse 80 ou 90 famílias naquela área, dizendo que é aldeia, e o pessoal do PKN já vai comprar mercadorias baratas, refugadas, carne de gado, banha podre. Já saem nas aldeias grandes, que são demarcadas, que têm segurança, e juntam as lideranças de todas as aldeias, que são dominadas por eles, e fazem uma reunião com todos os capitães do Mato Grosso do Sul.

Eles fazem o documento daquele lugar, dizendo que o índio mora naquela fazenda. Mesmo que o índio seja só peão, já o indicam como capitão e já mandam todos assinarem o documento, mandando para o Presidente da Funai, em Brasília, dizendo que ali tem área indígena, que falta demarcação, 80 ou 90 famílias. E o Presidente, que não sai do gabinete, não sabe o que é verdade ou mentira. Só que, nesta hora, o Celos Aoki e o Paulo Pepi já tiram o corpo fora, só ficando os índios e a Funai. Por trás, eles orientam e cutucam as lideranças indígenas, fazendo reuniões e documentos para pressionar o administrador ou o Presidente da Funai.

Com a pressão, o Presidente da Funai assina o documento e o manda para o Ministério da Reforma Agrária. Depois, passa para o Grupão; depois, para o Ministério do Interior. Na minha época, fazíamos assim. Hoje é Ministério da Justiça.

Não sou contra a demarcação de terras. Só que sou contra esses elementos que vocês não conseguem descobrir, porque eles não compram as terras. Com os dólares que eles pegam no exterior, e não o do índio, só ficam jogando índios contra o proprietário de terras, e o proprietário de terras contra os índios.

Enquanto isso, eles estão comendo e bebendo do melhor, e as aldeias antigas e comunidades dessas aldeias ficam sem recursos nas áreas de saúde, educação e agricultura. Eles não querem ver o indígena se civilizar, melhorar, para eles continuarem a usá-lo, manipulá-lo.

Se o índio se civilizar, estudar, vai descobrir o que eles fazem, e eles não vão ter mais como sobreviver às custas do povo indígena. Só que na Administração Regional de Amambaí, a Funai tinha um administrador, José Liberato Itamar, que não apoiava esse grupo de malandro. E esse grupo, fazendo reunião todos os meses e todo ano, conseguiu jogar todas as lideranças contra o administrador José Liberato Itamar, para colocar Manuel Hélio Alves de Paula, que é da mesma panela e fez convênio da Funai com essas entidades, CIMI, PKN, PT e outras. Só que o índio se encontra inocente; e eles, junto com a Funai, encontram-se cada vez mais ricos.

Depois de Manuel Alves de Paula, ano passado, em 1991, começou a jogar o indígena inocentemente nas fazendas, usando-o, sacrificando-o, fazendo-o passar por todos os tipos de doenças, cansaço e até fome. O índio não agüentou. Tinha que ir embora na miséria, com problemas de todos os tipos. Só que o Celso Aoki e o Paulo Pepi estão aqui sempre em Amambaí, junto com o pessoal da Funai, porque já montaram a malandragem juntos. Agora, a armação está na área indígena de Guaçuti, como eles falam, lá onde está a fazenda Santa Rita e outras.

Já falei tudo isso na entrevista que dei na Rádio Jornal de Amambai, em fevereiro de 1992. Só que ninguém ligou. Tudo isso é coisa montada. O Guaçuti era Companhia Mate, e tinha trabalhando lá muita gente de todas as cores – índios, paraguaios, brasileiros, brancos, pretos. O finado meu avô, Florentino Gonçalves, e Ramon Gonçalves, meu pai, trabalharam muito tempo na Companhia Mate. Lembro-me, pois eu era guri, de que, depois que o antropólogo Celso Aoki* e seu companheiro descobriram que muito índio trabalhava por lá, juntaram essas pessoas para montarem esse esquema de sempre. Somente eu gostaria de deixar bem claro que os grupos dessas entidades e os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe, CIMI e PT estão metidos nisso.

Eu estou pronto para fazer qualquer declaração, participar de debate, ir perante o juiz, junto com Celso Aoki e Paulo Pepe, para mostrar a realidade às pessoas dessas entidades. Não querem que eu fale. E os administradores da Funai não querem que eu fale nada com os brancos. O novo administrador da Funai, José Antônio Martins Flores, pediu pelo amor de Deus para eu não fazer esse tipo de entrevista para os brancos e para a Justiça, porque eles podem perder na Justiça as questões de terras. Pois uma vez estive na rádio esclarecendo parte do trabalho sujo que estavam armando. Desde então, o administrador Antônio Martins Flores queria que eu guardasse segredo sobre isso. E, de como assim disse e dou fé, me pediu que eu lavrasse essa escritura. Foi lavrada e assinada pelo declarante.

É um documento antigo, de dois ou três anos atrás, que foi apresentado para várias autoridades, e continua a mesma coisa. Não há nada que possa, junto às autoridades, levantar o véu sobre isso, a não ser os próprios índios que falam. Quantos já falaram comigo sobre essa questão!

Em razão disso, estou apresentando um requerimento para que nesta audiência pública seja ouvido o Adair Gonçalves Sanches, que assinou essa escritura, se o localizarmos. Não poderá ser na próxima quinta-feira porque será Quinta-feira Santa, mas na outra quinta-feira vamos ouvi-lo. Requeiro também seja ouvido o Sr. Davi de Oliveira Terena, Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil. Vamos retornar para ouvir aquelas duas pessoas que não foram ouvidas, que ficaram hospitalizadas: a Dona Roseli Ruiz, Presidente da Recover, e Daniel Nantes, que é um índio que deseja fazer suas declarações.

Ao mesmo tempo, vejam como recrudesceram as invasões no Mato Grosso do Sul feitas por índios. Tenho uma preocupação muito grande porque considero o índio tão espontâneo e natural que creio que não fariam, de forma nenhuma, de própria iniciativa, invasões com eles encapuzados.

Passarei um para cada um.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pode.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na verdade, por que acontece isso? Por que outros de fora vêm e fazem? Porque nós não temos uma política para a questão indígena. Então, temos que construir uma política. Talvez a gente fica cuidando dos outros e não consegue cuidar da política da questão da terra. Aí vem outro e fica, faz a denúncia e o próprio índio muitas vezes não consegue. A política não consegue encaminhar ele para a luta, né? Na verdade, nós nunca tivemos uma política para demarcação das terras.

Nós temos que ter. Teve política para colonizar, para fazer a colonização do Getúlio Vargas, tem política de reforma agrária para branco, para os sem-terra, mas não tem uma política de demarcação de terra para índio. E talvez, se nós não fizermos essa política de demarcação, algúem vai pressionar. Então, precisamos construir uma política para o outro não mandar. Casa em que ninguém manda, o outro manda.

O que acontece conosco hoje? Não temos uma definição. O que vamos fazer com a demarcação de terra, Presidente? Os índios vão continuar com falta de terra? Alguém tem que doar a vida por isso, como Marcos Veron e outros. Por quê? Só assim. Parece que o Brasil funciona só na hora em que vê sangue ou morte. Então, está na hora de a gente pensar.

Eu sou um que se propõe a colaborar com a demarcação da terra, para construir uma política de reforma agrária, como aconteceu no Panambizinho e em outro. Só que tem que mudar a forma da lei, porque a Constituição Federal não pode pagar o fazendeiro da terra, paga só a benfeitoria.

A gente também tem que saber como esse fazendeiro ganhou a terra. Ele está falando que o índio trabalhava lá antes, mas antes nós já existíamos naquela terra. Então, como é que faz isso? Tem que dar uma pensada nisso.

Quero fazer um comentário. Três coisas têm que andar neste País: antropologia, política e jurídica. Essas três coisas têm que se definir, porque, senão, a gente diz: "Não, vamos culpar o político". "Não sai a demarcação da terra porque os políticos não querem". "Não, é o antropólogo". "Não, é a juíza que não assina". Sobre essas três pernas temos que conversar e vermos que rumo vamos tomar.

O SR. HILÁRIO SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra.

O SR. HILÁRIO SILVA – Gostaria de colocar também que, com relação à definição de se é ou não terra indígena, houve essa preocupação, hoje, na fala do nosso Presidente, o Senador. Eu preocupo-me muito. Na terra dos Carirá, há políticos e Senadores na área de litígio. Como eu vou depender da lei do meu País para me garantir as terras?

Viajei de ônibus com uma advogada. Como tenho fisionomia de índio e uso colar, ela me perguntou: "Como é essa história de, toda vez, vocês dizerem que as terras eram dos seus antepassados?". Falei: "Doutora, não sei se vou chamar a senhora de "doutora" porque a questão que a senhora está direcionando a mim é tão leiga da questão da lei e da questão do País. Não sei se a senhora vem de outro país. Mas me perguntar por que meus antepassados moravam aqui? Este País era de índio. Como a senhora me direciona um questionamento dessa forma?"

Sr. Presidente, preocupo-me muito porque hoje ainda não há, como o nosso companheiro disse, uma política voltada para garantir as terras indígenas. Existem pessoas ganhando, sim, à custa dos índios. Existem, sim. Outra coisa: existem índios também se beneficiando em nome do próprio indígena.

Meu companheiro ali se apresentou como coordenador do Mato Grosso do Sul. Será que todos, no Mato Grosso do Sul, sabem que ele é o coordenador?

Eu sempre prego, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que não quero índios de Brasília falando em nome de quem está sofrendo lá na aldeia. Isso eu não admito como índio aldeado. Têm índios morando aqui em Brasília que se intitulam representantes, dizendo que é isso e aquilo, e nunca foram pisar na aldeia, para saber como está sofrendo a população. Esses, com certeza, a qualquer momento, podem estar-se vendendo por qualquer mixaria de dólares. Mas nós somos índios que sabem que a terra é onde vamos ser enterrados. Se o País não nos garante a terra, onde vou ser enterrado como índio? Se nem a própria identidade, uma cédula simples, não me é garantida como cidadão deste País, como vou conseguir uma terra para cair morto e ser enterrado?

Hoje, nos preocupa mais ainda quando há uma visão de que, daqui a 500 anos, não teria índios, mas hoje posso dizer que, daqui a 50 anos, se a política não for bem organizada, voltada para a questão indígena, realmente não vai existir índio, porque esta é uma oportunidade. E quero dizer para o Presidente desta Comissão que Deus vai abençoar o senhor, no objetivo de ouvir quem é da base. Eu já soube, Sr. Senador, que já passaram outros patrícios aqui, e que bom que o senhor está ouvindo.

Tive que viajar da minha aldeia, subi a pé uma serra, querendo que eu fosse ouvido aqui, porque o problema que temos hoje é questão da terra. Infelizmente, temos conflito no Mato Grosso do Sul; temos dificuldade como trabalhares da saúde e conselhos de saúde de serem ouvidos pelas prefeituras porque os prefeitos têm conflito em território indígena. E temos dificuldade, muitas vezes, de ser bem atendidos na rede do SUS, que, se fôssemos viajar para outros países, é o melhor plano de saúde que existe no mundo. Mas somos discriminados nas portas dos hospitais pelo fato de sermos índios.

Somos seres humanos, e o senhor está presidindo o que é de direito de um ser humano, e estamos aqui de corpo, alma e espírito, para dizer que o índio é um ser humano. E temos todos os direitos que a

Constituição nos garante, e uma coisa que nos deve ser garantida é a questão da terra. Alguém está usufruindo com o nosso nome. O País tem que acordar e abrir os olhos.

Vamos corrigir isso? Vamos, mas de uma forma que realmente nos sejam garantidas as terras para continuar toda a nossa tradição. É uma coisa preocupante que, de repente, estão vazando dólares, milhões de dinheiro.

Hoje, na minha comunidade indígena Kadiwéu, a Rede Globo está fazendo uma novela. Eles queriam conhecer o indígena Kadiwéu, que é lá da região de Bonito, índio guerreiro cavaleiro; defendeu o Brasil na Guerra do Paraguai. E quem foi falar por eles? Um antropólogo, que se diz professor e conhecedor da cultura indígena Kadiwéu. Não sou contra, pode ser que, dentre esses antropólogos, alguns sejam fiéis ao papel que devem desenvolver, mas, infelizmente, existem algumas pessoas que barganham em cima do papel que deveriam desempenhar.

Então, Sr. Presidente, acho que é uma oportunidade. Sempre voto que o senhor vai ser um homem abençoado dentro desta carreira política, porque quem deve ser ouvido é aquela pessoa que está lá na aldeia, esses que têm que ser ouvidos, nós que sofremos a conseqüência e, muitas vezes, não temos a garantia do nosso território. Concluo dizendo que temos uma área em litígio e pessoas de peso na política do Mato Grosso do Sul. Então, é uma dívida que o nosso Estado tem para conosco.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Eu gostaria de acrescentar o seguinte: vejam esta mesa, que tem a maioria absoluta de índios. O que já foi dito aqui são coisas de profundidade social muito grande, cultural muito forte e de desespero mais forte ainda e que identifica bem o estágio que estamos vivendo em relação a todas as aldeias indígenas, sejam aldeias, sejam índios desaldeiados, uma situação crítica lastimável em que, historicamente, todas as ações que não foram bem dirigidas nesse sentido resultaram no que temos hoje: o índio, em algumas reservas, bem colocado, mas a grande maioria, como o Mato Grosso do Sul, que acabaram praticamente com as reservas ecológicas, estão lá os índios em estado de desespero, confinados praticamente em campo de concentração. Mas este é o fato que está aí. O que temos que fazer? Temos que ouvir vocês, porque, quando nos chega aquela história de que entre os índios o pai e a mãe comem primeiro para depois dar para o filho, a insensibilidade, a desumanidade do índio, que ele é preguiçoso, é alcoólatra, que não têm nada a ver com a realidade que vivemos, isso é pura desculpa de que não tem solução para a questão indígena. Pura desculpa. Vamos até imaginar que fosse assim, e teríamos ações em favor do índio para ele compreender que é assim a cultura; vamos trabalhar essa cultura para melhorá-la.

A questão fundiária, a questão da terra, vejam bem como demorou tanto para que a Constituição pudesse dar alguma luz. A Constituição de 1891 não tinha previsão alguma em favor de terra para índio. A Constituição de 1934, no art. 129, disse: "Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". Quer dizer, o Estado nunca permitiu que o índio fosse proprietário de qualquer terra; ele tem apenas a posse, mas não tem a propriedade – isso na Constituição de 1934.

Nas Constituições de 1937 e 1946, houve um enorme recesso: não houve previsão alguma. A Constituição de 1967, no seu art. 4º, inclui entre os bens da União: "VI – as terras ocupadas pelos silvícolas". Bens da União, mas não tratou da questão do silvícola, do índio; tratou da questão de regulamentar que as terras devolutas eram bens da União. A Emenda Constitucional de 1969 repete o princípio de 1967. A Constituição de 1988 diz que são bens da União terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definindo-as.

Depois, há uma série de interpretações que dizem que, na verdade, temos de buscar as justificativas na história, a posse imemorial. Essas terras são de índios porque foram de índios antigamente. A Constituição diz que não, só as terras atualmente ocupadas pelos índios. Seja qual for a interpretação, é preciso que o Estado tenha instrumentos para conciliar o conflito que aí está. Sempre digo que em Dourados, a maior aldeia que existe neste País ou talvez na América Latina é a pior aldeia, porque não tem recursos, condições ou qualidade de vida. Há uma grande luta, uma pobreza, o que se agravou mais com a mortalidade, vindo tudo isso à tona.

O que se faz necessário para essa área? São 3.500 hectares para 11.500 índios. Na verdade, é muito pequena a área. Como se pode buscar uma boa política de entendimentos – entre quem é índio, quem não é índio e o Estado – para que possa fazer a expansão dessa aldeia? Só se expande essa aldeia no local se houver desapropriação das terras limítrofes. Essa questão de expandir aldeias com as invasões de terras produtivas e tituladas é complicado. Há um conflito entre proprietários e indígenas. Quem quer o conflito? Ninguém. Nem o índio quer também essa violência para poder alcançar algum resultado, mas chega o instante em que ele pratica violência em estado de desespero. No entanto, o Estado, como instituição nacional, não pode esquecer que tem obrigação de conciliar tudo isso

e evitar o conflito. O Estado hoje não tem autorização legislativa para essa desapropriação. A Constituição fala de desapropriação para reforma agrária; para o índio, não há autorização legislativa para que o Estado diga que, por exemplo, em Dourados desapropriará 20, 30 ou 50 mil hectares para pagar o proprietário, expandir a aldeia e melhorar a qualidade de vida.

Já cansei de dizer que a PEC nº 03/2004, de minha autoria, está tramitando aqui no Congresso Nacional e permite essa desapropriação. Queremos que essa PEC tenha consenso para podermos votá-la. Essa desapropriação seria de terras com títulos legítimos registrados e com a posse mansa e pacífica dos proprietários há mais de 10 anos. Pode-se, às vezes, ter um título legítimo da terra, mas a posse não ser pacífica – estar em litígio, disputando a posse. Essa não poderá ser desapropriada, mas terras com título legítimo e posse há mais de 10 anos, mansa e pacificamente, poderiam ser objeto de desapropriação da União para efeito da expansão das aldeias. Se não fizermos isso, não teremos na mão da União um instrumento para resolver o conflito. Só se tirarmos toda aquela população que está ali e jogarmos em outra região onde haja bastante espaço. Uns dizem até o seguinte: dentro do princípio de que o índio é um agente da preservação ambiental, seria o caso de se fazer a sua remoção para as grandes reservas ecológicas – em Mato Grosso do Sul há várias reservas ecológicas. Por que não se põem alguns índios lá dentro? Com uma boa orientação, sendo ele um agente da preservação, teremos resultados positivos. Que ali ele pratique os hábitos da sua vida: expansão cultural, é a sua família que cresce com isso. Mas sem essa visão, não adianta um ficar falando mal do outro. Precisamos de instrumentos legais para poder alcançar um resultado.

Senador Leomar Quintanilha.

SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Eminente Presidente Juvêncio da Fonseca, eminentes senhores expositores, não tive o privilégio de ouvir as manifestações que já foram expendidas pelos senhores expositores – em razão de outros compromissos na Casa, só cheguei a esta reunião agora. Ouvi uma parte das manifestações expendidas pelo Sr. Hilário Silva, índio Kadiwéu.

Lembra-se V. Exª de que, na reunião passada desta Comissão, estive presente e levantei uma questão que, na minha cabeça, está ocupando cada vez mais espaço: é em relação ao tratamento que precisa e deve ser dispensado ao índio brasileiro.

Eu ainda não consigo conceber que o índio, ser humano semelhante a todos nós, não-índios, não tenha cidadania plena; não consigo conceber que tenha um tratamento de cidadão diferenciado do dos não-índios.

Hoje, o índio, apesar de tentar preservar as suas origens, as suas tradições, tem se sociabilizado. O índio não vive isolado – embora muitos deles permaneçam em suas regiões, eles não vivem totalmente isolados. Eles têm informações do que acontece no resto do País, que é deles também, nos seus Estados, por meio de televisão, rádio, jornal ou por outros meios de comunicação a que os índios têm acesso. Muitos dos seus membros têm buscado conhecer melhor o cidadão não-índio, a sua forma de vida, os seus direitos; tem buscado conhecer a cultura do não-índio, ingressando nas escolas do não-índio. Não raro, vemos vários índios aprendendo português, aprendendo a ler e escrever, contar, somar, multiplicar e dividir, de forma diferente daquela que ele aprendeu de seus ancestrais. Nós temos visto jovens índios mostrando a força de sua inteligência e ingressando nas faculdades brasileiras.

E qual é o propósito disso tudo, já que vemos os índios também usando roupas que, no entendimento deles, podem ser mais adequadas do que as roupas mais rupestres que usavam mais antigamente, bem como calçados, alimentos e medicamentos? Eles vêm usando as estruturas que a ciência e a tecnologia estão oferecendo a todo ser humano, notadamente aos não-índios.

Então eu volto, eminente Presidente, a alimentar aquele pensamento que expendi na reunião anterior: o de que talvez já fosse o momento de nós reexaminarmos, com a participação direta do índio, o arcabouço jurídico existente no Brasil que regula também a sua vida, que lhe oferece alguns direitos, mas lhes tira inúmeros outros, entre eles, como ressaltou V. Exª, o fato de o índio não ter direito ao título de uma terra. Esse questionamento precisa ser feito, e a questão deve ser efetivamente discutida, com a participação dos índios, que, a cada dia que passa, querem usar as estradas que usamos, os meios de transporte, como a bicicleta, a moto, o automóvel, o ônibus, o avião e todos os serviços colocados à disposição do não-índio. Por que, nesse particular, não há discriminação? Por que haver qualquer tipo de discriminação, já que temos a compreensão de que o índio é um ser humano como nós? Entendo que é chegada a hora de debatermos esse assunto. A Comissão que V. Exª brilhantemente dirige pode, efetivamente, iniciar essa discussão. É o foro mais adequado para as discussões dos grandes temas e dos grandes problemas nacionais.

Estou seguro de que aqueles que se dedicam ao estudo mais aprofundado da questão indígena – os antropólogos, os indigenistas – poderão dar uma contribuição muito grande na discussão que estou suge-

rindo a V. Exª. Esta Comissão que V. Exª preside deve assumir a paternidade da discussão de uma visão atual, moderna, da participação do índio na Nação brasileira, no contexto da sociedade brasileira. Os costumes indígenas são, praticamente, salvo raras exceções e alguns fatos ligados às peculiaridades de sua origem, aqueles que utilizamos, pregamos e defendemos para os nossos filhos, para os nossos semelhantes. Precisamos dar aos índios o valor que eles sempre tiveram na história do Brasil a fim de que tenham os direitos iguais aos demais cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, não sei se estou cometendo um grande equívoco, mas, para ter a convicção de que estou cometendo um equívoco, renovo a sugestão para iniciarmos uma discussão nessa direção, com a participação, sobretudo, dos representantes indígenas de todas as regiões, principalmente do Estado de V. Exª, onde parece haver muitas comunidades. No meu Estado, há sete comunidades indígenas. Estou seguro de que eles também gostariam de participar dessa discussão para manifestar seu sentimento, seu pensamento sobre como vêem essa relação entre índio e não-índio. Ouvi, com muita clareza, os reclamos do Hilário Silva em razão da discriminação que tem sofrido, juntamente com seus irmãos, no atendimento às demandas de saúde nos postos que prestam auxílio a todos os não-índios.

Essas e outras questões devem ser abordadas – não apenas aquelas relativas à saúde, mas, sobretudo, à educação. Será que nós, não-índios, não queremos que os índios se qualifiquem nem acompanhem a tendência mundial de terem uma carga cada vez maior de conhecimento sobre as questões que dizem respeito à vida de todos nós, inclusive quanto à questão ambiental? Talvez o índio seja doutor nessa questão ambiental e possa dar-nos lições extraordinárias nessa área. Estamos enfrentando dificuldades e criando problemas seriíssimos para o ambiente em que vivemos, como o aquecimento da terra, a camada de ozônio, o volume de dejetos e de poluição jogados principalmente nas grandes cidades. O índio tem muita autoridade, muito conhecimento nessa matéria e possui muito subsídio para oferecer nesse debate, nessa discussão.

Portanto, eminente Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, considero essa discussão oportuna, sim, e atinge o cerne da nossa Lei Maior. A própria Constituição estabelece uma barreira muito grande. Porém, estamos na Casa que pode alterar o Texto Constitucional, que deve expressar o sentimento do povo brasileiro.

Por isso, volto a insistir com V. Exª que estudemos um mecanismo. Se for o caso, procurarei formular um requerimento à Comissão a fim de que possa dar início ao debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador, obrigado pela contribuição de V. Exª, que é um dos Senadores mais ativos no Senado Federal, sempre voltado para questões da área eminentemente social, como no caso dos idosos. V. Exª requereu inclusive uma Subcomissão permanente para analisar assuntos referentes aos idosos nesta Comissão de Direitos Humanos. Então, vamos aguardar com bastante avidez a contribuição de V. Exª no sentido do que foi exposto.

Concedo a palavra ao Sr. Hilário.

O SR. HILÁRIO SILVA – Sr. Presidente, também quero fazer um questionamento.

Senador Leomar, pergunto a qual Estado V. Exª pertence.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – O Senador Leomar Quintanilha é do Estado de Tocantins.

O SR. HILÁRIO SILVA – Sr. Senador, quanto à ponderação de V. Exª com relação a esses dois Estados, principalmente Mato Grosso do Sul, em especial o lugar a que nos estávamos referindo, Dourados, o que separa este Município da Aldeia Jaguapiru é um quebra-mola, e tem uma BR que corta a área indígena. Naquele lugar, há muitos indígenas na faculdade, cursando direito, enfermagem, administração rural etc.

O nosso País é tão grande que possui cerca de 200 povos indígenas. Não podemos ver apenas o nosso Estado. Eu poderia estar vendo simplesmente o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, onde praticamente a maioria da população está quase pronta. Mas, no Encontro dos Presidentes de Saúde Indígena, em nível nacional, os Yanomamis precisaram de um tradutor, Sr. Presidente.

Atualmente, nem todos os indígenas usam a camisa e a calça. Por uma questão de ética, Sr. Senador, vestimos a roupa adequada a V. Exªs, porque seria um vexame eu vir com meus trajes tradicionais e os outros zombarem de mim, porque há uma discriminação no tocante à população indígena.

O que deve ser feito em relação à questão indígena é aquilo que um xinguano fez. Ele estava no gabinete da Funai de terno e gravata, sapatos brilhando. Quando nos encaminhamos à sua aldeia e chegamos à beira do rio, ele desfez-se das suas roupas sociais destinadas a outro ambiente e ficou de calça jeans, camiseta e tênis. Quando descemos da balsa para chegar à primeira aldeia, ele estava de bermuda e camiseta regata. Ao chegarmos à aldeia, ele usava apenas brinco, colar e suas pinturas corporais e não o

reconheceríamos se ele não se dirigisse a nós. Então, o índio não se deve aculturar, deixando de valorizar a sua própria cultura. Creio que o indígena deve colocar-se nas duas culturas, preparado para defender-se.

O Sr. Senador tem sido feliz em suas colocações, mas tem-se que ouvir toda a sociedade indígena em nível nacional. Há muitos índios que ainda não estão preparados. Tenho visto, nas viagens que tenho feito como Conselheiro Distrital de Saúde*, algumas populações que não estão preparadas. Mas muitos indígenas já obtiveram níveis de escolaridade e uma conscientização daquele povo e do que é ser um cidadão brasileiro índio.

Precisamos buscar uma política que proporcione orgulho aos meus irmãos índios de dizerem "eu sou um cidadão índio". Esse é o caminho. Agora, buscar uma emancipação e fazer sofrer as outras populações...

Apenas para concluir minha fala, Sr. Presidente, essa discussão com relação ao território indígena, quando o meu povo participou da guerra do Paraguai – temos uma área na fronteira –, havia um capitão que, na época, estava com D. Pedro II. Este perguntou ao capitão: "O que você quer em troca da sua participação?" Ele percebeu que já estavam em disputa as terras. O Brasil disputando com o Paraguai o território, e o cacique, a liderança, dizia: "Se é que branco está disputando terra com branco, índio quer a garantia da terra". Era uma sabedoria daquele índio. Eu, talvez um tataraneto, e as gerações que queiram estamos morando lá. Se a ganância humana já tivesse naquele índio, com certeza, ele pediria milhões de dólares ou um carro importado, um apartamento em tal lugar. Mas ele foi muito sábio em dizer que, por ver a disputa de um território entre dois países, queria a garantia das suas terras para sua geração vindoura.

Então, creio que o nosso País, neste momento, tem oportunidade de estudar melhor a causa indígena. Que bom, ou que ruim, ou que pena! Não sei como diria em relação à desnutrição, porque a população indígena vinha sendo esquecida. Hoje, porém, há até um político presidindo a Comissão, cujo objetivo é buscar discutir melhor a política indígena hoje em nosso País.

Sempre fico aqui deixando de agradecer a esta Comissão, criada para discutir direitos humanos, inclusive os da população indígena, que também é humana e precisa ser ouvida e atendida da melhor forma possível.

O SR. GEREMIAS TSSIBODOWAPRÉ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Logo lhe concederei a palavra.

Não podemos parar rapidamente os trabalhos, alegando que já ouvimos muitas pessoas e autoridades, pensando que já temos o problema esclarecido e que estamos prontos para fazer propostas concretas à Comissão.

Nossa pretensão talvez não seja boa para a mídia, em termos de repercussão imediata da Comissão, mas creio que estamos em um momento de muita reflexão, de mudança de política indigenista. Estamos vivendo este instante que tem uma contribuição muito forte do próprio indígena, haja vista o que estamos vendo aqui. São pessoas preparadas, inteligentes, com cultura suficiente para perfeitamente contribuir com uma proposta concreta que busque uma melhor qualidade de vida para os indígenas e proteção aos seus direitos mais importantes.

Esta Comissão tem este dever: primeiro, não ter pressa na conclusão e democratizar bem as informações, ouvindo todos aqueles que pretendem realmente ser ouvidos e atendendo a todos os requerimentos, seja de indígena, seja de autoridade constituída, ou de quem quer que seja. Precisamos fazer com que esta Comissão busque, na verdade, uma proposta bastante próxima do ideal, a fim de que possamos oferecer um pouco de esperança para essa etnia que está aí, que são os verdadeiros brasileiros que temos hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Jurandir.

O SR. GEREMIAS TSSIBODOWAPRÉ – Sou representante do Jurandir.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em homenagem ao senhor, Jurandir.

O SR. GEREMIAS TSSIBODOWAPRÉ – Sr. Presidente, quero fazer duas observações, como político indígena – sou ex-Vereador –, com relação à nossa proposta concreta de imediato. Como nos julgamos competentes para gerir os nossos próprios recursos, que são liberados pelo Governo Federal, proponho, mais uma vez, a V. Exª que os novos convênios que dizem respeito à nossa saúde sejam entregues a nós, ao Ideti, o qual tem o corpo técnico jurídico igual ao de outras instituições não índias que existem neste País.

Então, proponho a V. Exª que leve isso imediatamente para as autoridades competentes, porque estamos aqui representando 90% da nossa população xavante, que também foi tema de denúncia idêntica à de nossos irmãos Kaiowás. Essa é a proposta que estou fazendo a V. Exª.

Outra observação que queria fazer é com relação à posição do meu companheiro Hilário. Nós, povo xavante, especificamente, somos guerreiros. Nós temos apenas 50 anos de contato, e as nossas reservas estão todas demarcadas. O último que dava problema para todos nós, maraiwasede, quando se fez levantamento jurídico e técnico, passou por todo esse processo; nem o juiz anterior, que deu ganho de causa para nós, res-

peitou: discriminou a outra decisão a favor de maraiwasede, ou seja, algumas autoridades também anti-índios estão exercendo contra nós o seu poder.

Isso aconteceu na capital de Cuiabá. O que o nosso povo fez? Esquecendo divergências, problemas internos – nessa hora esquecemos problemas internos –, fomos unânimes à última reserva; independentemente de facções, fomos lá resgatar a nossa área, onde estão enterrados os nossos antepassados. Foi resgatada, meus companheiros.

Gostaria de dizer perante este público e a TV Senado, que está transmitindo ou gravando, que somos solidários a vocês. Vocês me conhecem. Eu sou casado com uma índia Terena dessa região também. Sou sensível a esse problema. Se precisarem de nós, também podemos apoiar vocês. Neste momento, gostaria de informar que os índios de Brasília estão unânimes, sensíveis a essa causa que está repercutindo negativamente, dentro e fora do Brasil.

Estamos unânimes. Este momento é o de darmos as mãos, nós, lideranças indígenas, políticos e indígenas, porque a nossa causa é idêntica a esse problema de terras. Por isso, coloco-me a sua disposição: se precisarem de nós, também podemos apoiar vocês; se precisarem física e administrativamente, também.

Neste momento, queria dizer isso para vocês. Precisamos nos unir. Os índios, acima de qualquer autoridade ou, como é que se diz, aliados não-índios, precisamos confiar um no outro, porque somos xavantes. E olhem que, aqui no Congresso, já tivemos representantes, um Deputado Federal, que foi o primeiro e o último, o saudoso Mário Juruna.

Vamos pegar o anseio e a esperança dele. Ele queria que nós elegêssemos vários índios que nos representassem aqui. Todos sabemos que o Estatuto do Índio está engavetado há mais de dez anos. Se não tivermos representantes de sangue nosso, do próprio índio, duvido, não tenho a esperança de que alguém vai desengavetar e melhorar o nosso Estatuto, para que o povo brasileiro comece a nos respeitar.

Era essa observação que queria fazer para todos os indígenas aqui presentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Muito obrigado, Geremias.

Com a palavra, Fábio Mura.

O SR. FÁBIO MURA – Sr. Presidente, Senadores, acho que, como antropólogo, sinto-me um pouco minoria do ponto de vista profissional. Gostaria de fazer algumas observações, porque acho que, construindo um diálogo, podem se tornar bastante profícuas, mas, se não se construir um diálogo, podem ser simplesmente jogadas ao vento.

E não quero dizer que a minha interpretação da realidade seja a única. O que quero dizer é que, como antropólogo – eu sou membro da Associação de Antropologia, formado aqui no Brasil, no Museu Nacional, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social –, junto com os outros colegas...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Qual é a sua nacionalidade?

O SR. FÁBIO MURA – Italiana. Naturalidade, argentina, para ser completo.

O que acontece? Várias vezes, enquanto profissional, justamente como o Presidente está indicando, prevalece mais a idéia de que a minha nacionalidade é italiana do que o fato de que sou um profissional qualificado. O que acontece então, a partir desse tipo de observação? Eu gostaria que se tomasse em consideração, plenamente, o fato de que a Antropologia é uma disciplina que não é baseada em critérios nacionais, como qualquer disciplina, a Física, por exemplo; não existe a Física brasileira, a Física russa, ou a Física da Melanésia. Existe a Física.

Na Antropologia, existem obviamente contribuições, escolas, como em qualquer tipo de disciplina, em qualquer parte do mundo. Então, existem linhas teóricas das escolas americanas, inglesas, francesas, brasileiras. Nas brasileiras, existem várias correntes, não são todas iguais, como em qualquer disciplina.

E o que acontece? Temos vários tipos de abordagem, mas uma coisa é clara. Por exemplo, em Mato Grosso do Sul, existem várias linhas teóricas que operam, no que diz respeito ao trabalho que o antropólogo faz, do ponto de vista teórico, o entendimento da realidade indígena. Porém, embora existam essas linhas teóricas diferentes, sobra alguma coisa, se é consistente, porque os dados são extremamente claros.

Então, quando os dados são bastante claros, seja do ponto de vista dos dados históricos, dados recolhidos por métodos científicos rigorosos, podemos perceber que um território de 3 milhões e meio de hectares foi reduzido a pouco mais de 40 mil de posse exclusiva dos índios.

Eu concordo plenamente com o senhor que têm que ser ouvidas todas as pessoas. Mas eu o convidaria a visitar acampamentos indígenas – isso que é chamado pelo Estado brasileiro, do ponto de vista jurídico, de invasões, e que os índios definem como entrar nesses lugares, do ponto de vista tradicional –, e perceber como são organizadas essas famílias.

Vai-se perceber – e para isso não é preciso grande genialidade antropológica – que existem relações aí dentro. Não são pessoas que estão lá amontoadas pela vontade de quem empurrou os índios a entrarem por uma lógica perversa.

Por que estou dizendo isso? Porque já há tempos vai circulando a observação de que existem maquiavélicas estratégias internacionais para ocupar esses espaços, empurrando os índios a ocupá-los.

Acho que isso, em certa medida, ataca a inteligência de um grupo étnico, como se um grupo étnico não tivesse capacidade, inteligência para entender o que é melhor para a sua vida e como organizá-la. Não estamos falando de um grupo étnico que se formou em 100 anos, estamos falando de um grupo étnico que, pelos meus dados arqueológicos, tem mais de 3 mil anos de existência.

Esses grupos são extremamente pontuais. Não existe um grupo guarani, com um povo de 35 mil no Estado, com uma organização centralizada. Existe uma assembléia geral, que se reúne periodicamente, chamada ????, mas aí debatem lideranças de lugares muito diferentes. E embora sejam muito diferentes, muitas vezes heterogêneos, todos eles colocam uma questão central: que a terra é terra-mãe e que eles vêm desse lugar.

Quando se fala, por exemplo: deslocamos os guaranis para outro lugar como aconteceu em 1978, vão falar que a história pode ser que não seja tão relevante, mas são erros que o Estado cometeu que têm que ser declarados, para não se cometer agora que esta Comissão tão importante quer resolver ou quer dar um encaminhamento para resolver o problema.

Em 1978, as comunidades de Rancho Jacaré, várias famílias, foram levadas para Bodoquena. Pensavam que, como lá havia mato, terra, elas iriam ficar nesse lugar. Nada disso ocorreu. Só uma permaneceu. Todas as outras voltaram e ameaçaram a Funai, na época, de voltar a pé. Eles estavam começando a voltar a pé e aí viram-se obrigados e se demarcaram uns 750 hectares, que é o espaço onde está a comunidade de Rancho Jacaré.

Com relação a problemas de produção de comida – por isso fiz uma história disso aí – a Funai, quando tinha um orçamento muito grande do ponto de vista econômico, era opulenta sua atuação, entre a metade da década de 70 e a de 80, implementaram-se sistematicamente, não só em Mato Grosso do Sul, mas em todo o País, os chamados projetos de desenvolvimento comunitários, que tinham como objetivo tentar transformar os índios em produtores nacionais que progressivamente se integrassem à sociedade nacional e um dia acabarem tornando-se simplesmente agricultores. Nada disso teve êxito. E não é que não teve êxito porque foi ineficaz a ação do Estado. Não teve êxito porque existe um povo do outro lado que tem uma organização e uma vontade de se organizar do ponto de vista diferenciado.

Então, para não ser evasivo em relação à pergunta extremamente pertinente que o senhor fez, e com isso concluo, penso que o que realmente vai resolver a médio e longo prazo a situação é respeitar a organização social desse grupo, recuperando boa parte – não digo toda, porque seria complicado – de suas terras. Seria o caso de encontrar um modo de juntar na mesa de negociação todo mundo, porque também os produtores não têm culpa dessa situação. É todo um processo histórico bastante complicado. Nem as políticas na época existiam. Cada um tinha uma ideologia, faziam isso de coração, não por maldade.

Então, se existe esse problema que historicamente foi construído, historicamente agora tem que ser resolvido. E como é que se pode resolver esse tipo de problema? Entender que esse povo precisa de espaço para viver, não só do ponto de vista econômico; e promover, uma vez recuperada essa área, contendo espaço, projetos que recuperem o ambiente para que eles, que têm uma sabedoria sobre como plantar, plantem do modo tradicional e aí, progressivamente, incorporando novas tecnologias que considerem fundamentais. Mas agora, na situação de superpopulação, de inchaço populacional, é realmente complicado, Presidente. É muito complexo simplificar e colocar um projeto aí dentro e pensar realmente que isso aí possa dar certo a médio ou longo prazo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sr. Fábio, obrigado pela suas colocações. Mas o que nos preocupa é o seguinte: questão histórica está aí e é muito complexo resolver. Mas penso que não pode acontecer o abandono imediato da população. A questão da terra é apenas um dos elementos importantes para se resolver a questão indígena. É importante, mas que não fiquem só falando na questão da terra, porque isso não é a realidade. São onze mil índios que estão ali – e vamos voltar outra vez nessa mesma questão, rebatê-las toda hora – abandonados, abandonados pelo Estado, pela União, pelos antropólogos, pelos sociólogos, por todo mundo.

Desculpe-me a minha sinceridade. Há muita gente aí trabalhando, servidor público, o senhor veio da Itália para resolver esses problemas aqui, há ONGs estrangeiras aqui trazendo dinheiro, colocando à disposição do País para resolver o problema dos índios e não resolve; piora, piora, priora.

É interessante o seguinte – vou voltar àquela questão do orçamento da Funai: R$144 milhões em atividade-meio, para administrar 47. Cabe na cabeça de quem que isso é uma administração boa, de qualidade? E aqui está só pagando pessoal. Inclusive, até estou com um requerimento para apresentar junto à

Funai referente ao Projeto 914/BRA-3018, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unesco, e ao Contrato 51/95, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud/ONU, com o detalhamento das aplicações financeiras e ações executadas nos respectivos contratos. Parte dessa verba veio desses convênios com Unesco, por exemplo. Tudo bem, a ONU é muito importante, é de confiança. Mas será que é preciso trazer de fora essas pessoas para resolver? Será que é preciso alguma ONG ou a própria Unesco para repassar recursos para pagar alguma coisa no Brasil? Temos tanta gente competente. Por que tem que ser assim? Sinceramente, tenho dificuldade em entender isso.

Outra coisa que nos preocupou bastante, pelo menos a mim preocupou bastante, refere-se a essas invasões, à busca da expansão das aldeias, ao oxigênio de que precisam realmente os indígenas. Em Mato Grosso, o Fernando Santos Silva, que veio aqui representando o Conselho Comunitário da Funasa, disse que até a Funasa, enquanto estava com uma administração, estava indo bem, conseguindo diminuir o problema da mortalidade e os problemas sociais de Dourados. Quando mudou o Presidente da Funai, com a mudança de Governo em 2003, piorou tudo, veio mais dinheiro, mas não se atingiram objetivos, e a mortalidade piorou em 2003 e em 2004.

Verificando as invasões indígenas em terras particulares, vemos que, em 1998, houve duas; em 1999, nove; em 2000, oito; em 2001, quando houve atuação melhor da Funai e Funasa, três; 2002, uma; 2003, 15; 2004, 17. A assistência para os indígenas caiu, aumentaram as invasões e aumentaram os recursos a favor da Funai, como se fossem trazer alguma solução e não trouxeram. Esses números nos trazem uma perplexidade que não conseguimos entender.

Com tanta estrutura a favor do indígena, penso essas pessoas que estão aqui e que representam várias etnias indígenas bem mostram para o Brasil que são competentes para gerir os seus destinos. É uma questão de oportunidade de educação, de qualificação, e essas lideranças, tenho certeza, são muito mais importantes do que qualquer outro profissional da área, porque têm o sentimento, têm a raiz do assunto no seu coração, respeitam a sua família, a sua gente, a sua terra, a sua cultura e vão à última conseqüência e, às vezes, desprendidamente, se esquecem até deles para pensar na sua etnia.

Na Funasa, em Mato Grosso do Sul, e na Funai, mudaram a administração, tiraram os representantes de diversos núcleos e colocaram pessoas para administrar que nunca viram um índio. Meu Deus do céu, é isso que queremos? Não é. Não é isso que queremos. Quando fazemos essas críticas, não somos contra profissional algum, nada disso. Somos favoráveis a uma política realmente forte em favor dos indígenas, o que não está existindo. O antropólogo fala do proprietário; o proprietário fala do índio; a Funasa fala da Funai; a Funai fala da Funasa. Todo mundo está unido para falar mal um do outro. Essa é a grande verdade. Cada um é mais filosófico que o outro. Acham ruim quando digo isso, mas é preciso parar de filosofar e trabalhar.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª, porque estou nesta Comissão por ela tratar dos Direitos Humanos. V. Exª tem posição clara sobre o assunto, pode não agradar a todos, porque ninguém o consegue, mas trouxe o tema para o debate no Congresso e demonstra – tenho acompanhado a sua opinião e de todos os convidados – que quer ver solução. Se a terra é pouca, tudo bem, vamos discutir a questão da terra, mas V. Exª também sugere que discutamos a educação, a saúde, a sobrevivência de imediato desse pessoal que está todo lá. Por isso, alguns vieram, se deslocaram do Estado para este bom debate que estamos fazendo. Então, cumprimento V. Exª pela iniciativa do debate.

Peço desculpas ao Fábio, ao Hilário, ao Luciano, ao meu Presidente Juvêncio da Fonseca, ao Anastácio, ao Jeremias e ao Hélio por não poder ficar aqui todo o tempo. Infelizmente, há sessão plenária e quatro ou cinco Comissões trabalhando. Eu falava com o Presidente que será feito um relatório mostrando o resultado dessas audiências. Depois desse longo debate, poderemos contribuir para o nosso povo, para a nossa gente, a nação indígena. Todos sabem que sou descendente de africano, mas, em minha árvore genealógica, devo ter sangue de índio, com muito orgulho. Esse é um momento muito importante, pois estamos debatendo sobre a situação de nossa gente, das crianças indígenas que estão morrendo.

Temos discutido no Congresso diversos estatutos. Eu mesmo sou autor do Estatuto da Igualdade Racial, que o Senador Juvêncio da Fonseca conhece. Há o Estatuto da Mulher, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto das Cidades, o Estatuto do Idoso – o que não é demérito para ninguém. O Estatuto do Índio está há muitos anos em debate na Casa e talvez possamos contemplar a comunidade indígena com aquilo que efetivamente ela deseja.

Ninguém pense que o índio, o negro, a mulher, a criança são bobos. A nação indígena sabe o que quer. Todos os especialistas na área dão uma contribuição enorme. O Senador Juvêncio da Fonseca tentou

mostrar que todos os especialistas na área, índios ou não-índios, com contribuição a dar, estão dando essa bela contribuição.

Vejo com bons olhos, depois de pronto o relatório, a discussão do Estatuto do Índio, para que a comunidade indígena nos digam se efetivamente o Estatuto contempla-os ou não. Senador Juvêncio da Fonseca, sei que estamos em cima do hora, mas me permita dizer que, às vezes, um estatuto não atende ao desejo do portador de deficiência ou ao anseios da comunidade negra. Um estatuto tem que ser questionado mesmo. O que não pode é alguém antecipadamente ser contrário ao Estatuto do Índio por qualquer razão. Nós queremos construir a proposta final, que posteriormente será votada, após o debate com os analistas, com os estudiosos e, principalmente, com a comunidade indígena. Não concordo com pessoas que são contrárias sem ler determinado artigo, ou porque ouviram dizer que o artigo é muito ruim. Se é ruim, vamos retirá-lo e substituí-lo por outro.

Sei da luta história de vocês, que ultrapassa 500 anos. Quando os portugueses aqui chegaram, os brancos e os negros, vocês estavam aqui já há muito tempo, cuidando dessa terra, e muito bem. Por isso, era uma terra vitoriosa, rica em todos os sentidos. É uma obrigação nossa fazer esse bom debate, para que não fique só no discurso, inclusive o meu. Falar com vocês, elogiá-los já seria bonito. Mas quero cumprimentar novamente o Senador Juvêncio da Fonseca pelas posições claras, firmes, que teve a ousadia de levar a discussão ao Congresso. É o Estatuto do Índio? É outro projeto? Vamos encaminhar para o Congresso. Mas vamos resolver a questão. Crianças indígenas não podem continuar morrendo e apenas sendo divulgando o número de mortos. Eu mesmo dizia morreram tantas crianças. Sei que recentemente mais crianças morreram. Mas temos que apontar caminhos, soluções. E caminhos são construídos sobre um bom debate.

Meus cumprimentos, Senador Juvêncio da Fonseca. V. Exª, a nação indígena e os estudiosos da área, como o Sr. Hilário, continuarão cumprindo um papel fundamental nessa questão. Como Senador pelo Partidos dos Trabalhadores, entendo que a União, o Governo Estadual e o Municipal têm que colaborar. E por que não aceitar ajuda externa? Ela auxiliará na resolução dessa questão que mexe com todos nós, com a vida do nosso povo, que estão vivos e que querem dizer que não representam somente nossos antepassados, mas o presente, a nação indígena, com muito orgulho.

Um abraço a todos, com minhas desculpas por não ter participado desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Paulo Paim, agradeço pelas boas palavras a respeito da Comissão. Vamos ter sucesso, sim, porque temos V. Exª junto conosco, assim como outros Senadores que estão interessadíssimos e com boas propostas. Vamos chegar a um relatório final que vai ser nova oportunidade de discussão, da aprovação ou não, da modificação ou não do relatório final, com propostas objetivas. Temos de ter uma consciência do que estamos fazendo e daquilo que está vivendo o indígena hoje. Esse é o grande papel da Comissão. Por isso, não temos pressa em acabar com essa audiência pública. Ela pode acabar na segunda-feira ou na semana que vem. Temos que esgotar esse assunto um pouco mais.

O SR. HILÁRIO SILVA – Permite-me falar bem rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pois não.

O SR. HILÁRIO SILVA – Agradeço as afirmações do Senador. Esta Comissão está sendo uma pequena luz no fundo do túnel. Até então, nunca mais se havia discutido a questão indígena. Eu parabenizo o Presidente, que disse que não se vai fazer o relatório sem ouvir aqueles que estão interessados em resolver a questão indígena. V. Exª está de parabéns.

Quanto ao seu discurso, não precisava nem pedir desculpas, porque o que V. Exª disse realmente é aquilo que o Presidente da Comissão nos fez entender. Que bom que vai ser discutida a questão do Estatuto do Índio, que, há muito tempo, vem sumindo nesse túnel escuro. Hoje está vindo à tona a questão indígena. Como a questão indígena é abrangente, há também a questão da fome. Que bom que hoje estamos discutindo uma política para realmente termos o nosso cidadão indígena, que sou eu, com sua vida de felicidade neste País. Infelizmente, fomos intitulados de índio, achando que aqui era a Índia, mas somos os brasileiros. Somos deste País, do Brasil. Digo, mais uma vez, ao Presidente: eu me sinto muito feliz. Aposto que vamos pedir para nosso Deus do Céu nos auxiliar na sabedoria. Vamos buscar os melhores resultados deste trabalho. Fico muito agradecido de poder estar aqui, podendo contribuir um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Eu gostaria de encaminhar um requerimento. Foram constatados, neste custeio da Funai, alguns contratos cuja execução é estrangeira. Não temos nada contra ninguém estrangeiro, mas é importante que nos expliquem onde esse dinheiro foi aplicado.

Então, "requeiro, em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações junto à Fundação Nacional do Índio referentes aos projetos firmados com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura, Unesco, e ao Contrato 051/96, firmado com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com detalhamento das aplicações financeiras e ações executadas dos respectivos contratos".

O requerimento é para termos uma noção disso.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento também da Presidência, solicitando que sejam ouvidas estas pessoas: Davi de Oliveira Terena, Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas no Brasil – ele é aqui de Brasília, mas não podemos cercear a liberdade de ninguém de trazer o seu ponto de vista –, no Setor Bancário Norte, Edifício Capital, 3º andar, sala 301; e Odair Gonçalves Sanches, que é o índio que fez a escritura pública lá em Mambaí, fazendo todas aquelas declarações. Precisamos checar se, na verdade, ele continua com convicção em relação àquelas declarações. Em relação a isso, tem de se ter segurança do que se está dizendo. Também será ouvido quem não compareceu na última reunião, Dona Rosely Ruiz e o índio Daniel Nantes, em razão de ter sido ela hospitalizada. Penso que, na próxima reunião, ela já vai ter condições de estar aqui.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Recebi o ofício da Senadora Fátima Cleide, dizendo o seguinte: "Requeiro, nos termos do art. 3 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja justificada a minha ausência dos trabalhos desta Comissão no dia 17, em virtude de estar em missão política de interesse parlamentar no Estado de Rondônia. Na oportunidade, faço a sugestão de que esta Comissão encaminhe um representante para a 1ª Atiguaçu, Assembléia-Geral do Ano dos índios Kaiowás, a realizar-se no dia 20/03 na aldeia Antônio João, conforme cópia anexa do convite.

Encaminho também, para conhecimento desta Comissão, anexo da cópia do relatório da missão do Estado de Mato Grosso, elaborado pela Relatoria Nacional de Direitos Humanos e Meio Ambiente.

Assina a Senadora Fátima Cleide.

Penso que será depois de amanhã. Então, não nos preparamos para ir. Hoje o **quorum** está apertado. Por isso não temos condições de escolher um Senador para ir depois de amanhã a Antônio João.

Agradecemos a colaboração da Senadora Fátima Cleide, que é assídua nesta Comissão, mas hoje, em virtude de compromissos em seu Estado, está ausente.

Eu gostaria, agora, de colocar em votação a Ata da reunião anterior, que é do conhecimento dos Srs. Senadores.

Quem estiver de acordo permaneça sentado. (Pausa.)

Não mais nada a tratar queremos encerrar a reunião...

O SR. ANASTÁCIO PERALTA – Sr. Presidente...

O SR PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Tem a palavra V. Sª.

O SR. ANASTÁCIO PERALTA – Sr Presidente, eu gostaria de agradecer o convite. Penso que nós, seres humanos, brasileiros, com essa interculturalidade que temos no País, temos competência para resolver os nossos problemas, principalmente os do meio ambiente e a questão indígena, que está bastante prejudicada com essa política há 500 anos. O meio ambiente está sofrendo muito mais do nós, porque ele não fala. Nós ainda podemos gritar. A turma diz que nós ainda bagunçamos com os fazendeiros para alguém nos ver, e o meio ambiente, não.

Eu acho que temos de ter claro como direitos humanos o direito ao meio ambiente também, porque isso faz a gente viver te e fortalece o espírito. E ele está muito fraquinho. Se não dermos um jeito no meio ambiente, não adianta lutarmos para o índio ter vida boa, não adianta elegermos Senadores, Deputados e Vereadores. Primeiro, temos de cuidar do meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Sª tem a palavra.

O SR. HÉLIO NIMBU – Eu também gostaria de agradecer esta oportunidade em nome da Aldeia Jaguapiru, de Dourados. Juntamente com o companheiro Luciano Arévalo, quero agradecer a todos o acolhimento que tivemos, através de S. Exª, que tem enviado convite todo especial para nós trazermos ao conhecimento de todos os problemas existentes em nossa comunidade.

Estamos sempre à disposição, em nome do nosso povo, para fazer aquelas colocações que, muitas vezes... O País precisa saber o que tem acontecido na comunidade indígena, principalmente, o que é retratado hoje, o problema das crianças desnutridas do meu Estado e também da minha aldeia.

É o que trago para que haja uma solução urgente para um atendimento melhor. Quando eu falo no atendimento, quando peço o atendimento, começo pelas crianças indo até os mais idôneos do meu povo. É o que gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Sª tem a palavra.

O SR. LUCIANO ARÉVOLO – Como capitão das aldeias Bororó, a gente agradece muito pelo convite e pela participação nesta Casa da lei. É lamentável que por causa da vida de uma criança desnutrida os senhores e as autoridades estão vendo e buscando, junto conosco, lá no fundo, para ver se nós começamos a trabalhar em parceria. De primeiro, o mais beneficiado era só o índio do Xingu. Existia índio só no Xingu. O xingu e o xavante. Os kaiowás e os guaranis eram esquecidos. Agora, com essa oportunidade que temos, agradeço muito aos Senadores. Sabemos que não estamos sós, mas juntos, para trabalhar e batalhar pela questão indígena do Mato Grosso do Sul, dos índios kaiowás e guaranis.

A gente agradece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nós é que agradecemos.

Recebi do ilustre Senador Cristovam Buarque um bilhetinho dizendo: "Lamento muito estar ausente, porque estou presidindo a reunião da Comissão de Relações Exteriores."

Finalizo com um agradecimento. Vocês nos deram uma lição muito bonita hoje, não só de consciência do problema das várias etnias indígenas, mas mostrando-nos e para o Brasil inteiro que são competentes.

Essa competência é fundamental, Senador Paulo Paim, e foi mostrada em uma linguagem simples ou em outra mais rebuscada, mas a inteligência aparece. Isso, para nós, é muito bom, porque nem tudo está perdido. Por meio dessas lideranças conscientes e qualificadas vamos fazer um grande trabalho para chegarmos lá com um resultado bom para todos e para o Brasil.

O Brasil sempre foi tido como o maior País cristão do mundo, com uma solidariedade humana muito grande. A vontade da população de colaborar com todos e esse espírito de solidariedade são tão fortes no brasileiro, que por que excluir o indígena disso?

Isso, para nós, é muito bom, porque nem tudo está perdido! E é por meio dessas lideranças conscientes, qualificadas, que vamos fazer um grande trabalho, no sentido de chegar lá, com um resultado bom para todo mundo e para o Brasil.

O Brasil sempre foi tido como um dos maiores Países cristãos do mundo. A nossa população tem um espírito de solidariedade enorme. Por que, então, excluir o indígena desse espírito de solidariedade? Faz parte da nossa cultura, da nossa índole!

Vamos trabalhar! Não podemos ter preguiça de modo algum! As contradições são grandes, os problemas enormes, mas temos condições, sim, de avançar. Não vamos resolver tudo de uma hora para outra, mas avancemos! Vamos estudar o Estatuto do Índio, debruçar-nos sobre ele, buscar sugestões e ver como podemos, hoje, avançar em cima deste Estatuto. É uma tarefa nossa, um compromisso desta Comissão a partir do relatório final, para sabermos até onde chegaremos com a reformulação do Estatuto do Índio, uma contribuição nossa, porque esta Comissão também é uma Comissão de legislação participativa. Podemos, perfeitamente, com a ajuda de entidades das diversas etnias ou de vocês, encaminhar, depois de trabalhar bastante essa questão do Estatuto do Índio, uma sugestão para a Comissão, para que esta debata o novo Estatuto do Índio, as suas reformulações e ofereça um anteprojeto da própria Comissão dos Direitos Humanos nesse processo de participação legislativa democrática popular, por meio justamente de vocês.

Com essas palavras, gostaria de agradecer muito ao Luciano, ao Hilário, ao Geremias, ao Anastácio e ao Fábio Moura, que enriqueceram bastante esse arquivo que estamos montando para o nosso futuro relatório, o qual estamos esperando ansiosamente.

Muito obrigado!

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para o dia 31 de março de 2005, quinta – feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e dez minutos do dia trinta e um de março de dois mil e cinco, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **JONAS PINHEIRO, ROMEU TUMA, REGINALDO DUARTE, SÉRGIO CABRAL, GARIBALDI ALVES FILHO, JOÃO CAPIBERIBE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, LUIZ OTÁVIO, MORAZILDO CAVALCANTE** e **AELTON FREITAS.** Tendo a Senadora **FÁTIMA CLEIDE** justificado ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada. A presente reunião tem com objetivo a realização de **Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram os Senhores: **David de Oliveira** – Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil e **Roseli Maria Ruiz Silva** – Presidente da RECOVÊ, em Campo Grande/MS. Saudados os presentes pelo Senhor Presidente foram convidados a proceder à explanação sobre o tema da

audiência. Conclusa a explanação de todos o Presidente convoca a próxima reunião para o dia sete de abril de 2005, em continuidade a audiência pública e com os convidados: o Índio Adair Gonçalves Sanches, residente em Amambaí/MS e o Senhor Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Jonas Pinheiro, João Capiberibe, Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Vamos dar início à 5ª reunião extraordinária da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura. Trata-se de audiência pública com vistas a continuar o debate sobre o problema da desnutrição verificada em crianças indígenas, conforme o Requerimento CDH nº 9, de 2005, com os seguintes convidados:

1)Davi de Oliveira, que gostaria de chamar para participar aqui conosco, Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil.

2)O índio Adair Gonçalves Sanches, residente em Amambai. Adair é autor daquela escritura feita em 1992 em Amambaí e que faz uma série de denúncias sobre encaminhamentos das ações de invasão de terras em Mato Grosso do Sul e que traz dados importantes como subsídios para a nossa Comissão. Mas esse índio só foi localizado ontem, lá em Mato Grosso do Sul. Na próxima quinta-feira estará presente, já confirmou a sua presença.

3)Roseli Maria Ruiz Silva, Presidente da Recover, ONG do Mato Grosso do Sul, que convidamos para estar conosco na Mesa.

4)O índio Daniel Nunes, lavrador, residente em Antônio João – MS. Tínhamos relacionado ele, mas, dadas às suas precárias condições de locomoção, de saúde, etc., ele não pôde estar presente e será dispensado de ser ouvido.

5)O Sr. Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa. O Dr. Alexandre Padilha não confirmou a sua presença. Já é a segunda vez que a Funasa é convidada para os esclarecimentos necessários aqui, mas não se faz presente, o que é lamentável, porque esta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, como todas as outras comissões, tem por objetivo dar transparência a todos os atos da gestão pública que envolvem os interesses da comunidade brasileira. Portanto, lamentamos que, na verdade, não tenha atendido ao nosso convite o Dr. Padilha.

Gostaria de registrar aqui a presença do Cacique Auá, do Litoral Norte de São Paulo, e do Cacique-Pajé Darã, de Bauru – SP, que vieram fazer uma denúncia verbal, aqui na frente, no início desta reunião, de que ontem, às 16 horas, procuraram a Funai aqui, em Brasília e, quando entravam, o segurança usou de violência, houve um tumulto e inclusive uma agressão com tapa no rosto, e houve, na verdade, reciprocidade de violência, utilizada e provocada, segundo eles, pela segurança da Funai. Às 17 horas, uma hora depois, voltou a acontecer o mesmo fato, inclusive com segurança com arma de fogo na mão lá na Funai. E me disseram os caciques: se a Funai é a Fundação Nacional do Índio, como o índio não pode ir lá pedir uma audiência para o seu Presidente? Fica aqui o registro desta ocorrência.

Queria agradecer a presença tanto do Davi quanto da Srª Roseli, que atenderam ao nosso pedido, mas, antes de ouvi-los, gostaria de dar conhecimento ao plenário e aos telespectadores da TV Senado que a Anistia, em relatório a ser divulgado hoje em Londres, critica a violação dos direitos dos índios brasileiros e diz que, apesar das promessas, não há sinais de que a administração tenha estratégia para resolver problemas. Diz parte do documento:

"Por conta disso, o relatório da Anistia aponta a inconsistência da política indigenista implementada. Apesar das promessas e do grande apoio recebidos pelos povos indígenas durante a campanha, não há sinais de que o Governo Federal desenvolveu uma estratégia coerente para resolver os muitos problemas enfrentados pelos índios brasileiros. Aponta o relatório da Anistia Internacional estes fatos. Segundo o documento, a administração atual repete e até aumenta os erros e omissões dos governos passados e está decepcionando os que acreditavam nas mudanças anunciadas. E acrescenta: a organização faz uma série de recomendações ao governo brasileiro, incluindo a implantação de um conselho superior de política indigenista, responsável por promover e coordenar políticas voltadas aos povos indígenas. Também pede a criação de um novo estatuto que elimine os obstáculos políticos legais, ideológicos e burocráticos na demarcação de terras."

Penso que a Anistia está aqui quase que repetindo aquilo que já temos colocado sempre nesta Comissão de Direitos Humanos: é que a questão indígena no Brasil está dependendo realmente de uma política indigenista definida e que haja o órgão responsável

por essa articulação política, dessa gestão pública em favor do índio brasileiro. Enquanto não houver essa definição e essa opção política de realmente enfrentar o problema com dignidade e com objetividade, temos certeza absoluta de que essas questões de conflito continuarão.

E vejam também os senhores. Gostaria também de dar notícia de algo que está acontecendo no Mato Grosso do Sul. Diz assim: Manchete em jornal. "Aldeias ganham cartografia digital". Peço desculpas aos meus companheiros porque hoje estou com a garganta um pouco difícil e vou falar devagar, para que não piore a situação. Então, "Aldeias ganham cartografia digital", principalmente em Dourados. "Localização de casas, poços, caixas d'água ou ponto de água será possível pelo simples clique do computador". O índio não quer o clique do computador só e nem é hora de avançarmos tanto tecnologicamente, quando o índio está passando fome e as crianças morrendo. E diz o seguinte: "A pesquisa começou a ser feita há dois anos pela Organização não-governamental Oikos, coordenada pelo cartógrafo Celso Rubens Smaniotto, professor da Universidade Católica Dom Bosco. De acordo com o pesquisador, o sistema é um poderoso instrumento de informação, que pode dar orientação mais segura para a elaboração de políticas públicas. E é através do SIG, que é esse projeto, é possível saber com exatidão quais são as casas, por exemplo, que contam com energia elétrica e onde elas ficam."

E assim por diante. E vários outros detalhes que esse cadastro eletrônico mostra.

Ora, com tanto avanço tecnológico, inclusive com essa cartografia digital, no entanto, com todas essas localizações físicas e dos problemas indígenas do Estado, continuamos a perceber, a sentir, e está aí a notícia divulgada no mundo inteiro, sobre a falta de assistência às crianças que nascem em nossas aldeias.

E apenas mais uma informação:

Na aldeia Tenon-D-Poran, tradição indígena e modernidade se misturam. Cerca de quinhentos índios vivem à beira de uma represa em Parelheiros, zona sul de São Paulo, a cinqüenta quilômetros do centro da maior cidade do País. "Constatamos aqui um índice de desnutrição duas vezes maior do que o de uma área não indígena. A mortalidade infantil também é de duas vezes maior que a média nacional", disse Renato Yamamoto, médico do Hospital das Clínicas da USP, coordenador do projeto de atenção à saúde dos povos indígenas de Parelheiros.

Em entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, no domingo passado, o Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, disse que o órgão não tem dinheiro para atender à demanda no setor.

Estamos relatando isso e colocando sempre essas notícias e essas informações, para termos uma idéia bem clara, a nível macro, em nível de Brasil do que realmente está acontecendo nessa área. E não simplesmente pensar que é lá em Dourados, em Mato Grosso do Sul, ou se é Parelheiros, em São Paulo, ou se é Javari, no Amazonas, ou no território nacional inteiro. Sentimos que tanto a Funai quanto a Funasa estão desaparelhados, desestruturados e o índio está à deriva no atendimento das suas primeiras necessidades.

Vou passar a palavra ao Davi, inicialmente, do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil. Ele me encaminhou aqui, documentadamente: "Complementando, venho a sua presença encaminhar os documentos anexos, que se referem ao processo que tramita no Tribunal de Contas da União, tendo como acusado o atual Presidente da Funai, o Sr. Mércio Pereira Gomes". É uma questão de aplicação irregular de recursos da Funai, mas que na verdade nós não podemos colocar isso como uma questão pronta e acabada porque está ainda em grau de recurso.

Com a palavra, inicialmente, por vinte minutos, o primeiro convidado, Sr. Davi de Oliveira Terena, Presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil.

O SR. DAVI DE OLIVEIRA TERENA – Em primeiro lugar, eu quero agradecer esta oportunidade, nesta manhã, agradecendo a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, lá do meu Estado, do Mato Grosso do Sul. É louvável a iniciativa dele de querer saber mais a situação dos índios no Brasil. Como V. Exªs acabaram de ouvir o relato dele, isso não é de hoje. Mas eu acredito que esta audiência pública possa vir a concretizar para chegar a uma finalidade mais firme em relação à questão indígena no Brasil.

Eu quero registrar, também, a presença do nosso Senador Paulo Paim. Muito obrigado pela sua presença. E aos demais que estão aqui e os meus patrícios também, que estão aqui presentes nesta hora.

Nós acabamos de ouvir do Senador Juvêncio da Fonseca a respeito da Funai. A Fundação Nacional do Índio é o órgão do Governo brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil, criada pela Lei nº 6.001, de 1973, e tem amparo legal através da Constituição de 1988.

Se nós acabamos de ouvir o nosso Senador, se a Funai foi criada para proteger e cuidar dos interesses dos índios, não poderia ser contrária à própria legislação que a criou.

Mas V. Exªs estão vendo, inclusive pela televisão, pela imprensa, que a saúde do índio está cada vez mais insustentável. Então, nós queremos fazer um apelo neste momento, quando nós fomos convidados

para falar a respeito da situação dos índios. Por que está ocorrendo esse caso, esse descaso? Não só a Funasa, não. Mas a responsabilidade da direção do órgão chamado Fundação Nacional do Índio tem uma responsabilidade muito grande, porque é uma instância para resolver o problema da questão indígena quanto na parte das terras, na parte de educação, na parte de saúde.

Se as crianças indígenas hoje estão morrendo por culpa da direção da Funai, por incapacidade do Presidente da Funai atual, essa incapacidade vai resultar o quê? O desastre, o caos, o descaso.

Então, promover a prestação de assistência ao índio, assistência médico-sanitária, educação básica aos índios, demarcar e proteger as terras por ele tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudo e levantamento sobre grupos indígenas.

Por meio de Medidas Provisórias o Governo Federal transferiu para a Funasa as ações de saúde, que eram de competência e atribuição da Funai ou execução das ações políticas de saúde indígena, inclusive pessoal, patrimônio de cento e cinqüenta postos de saúde e trinta Casas do Índio, móveis e imóveis, acervos documental, equipamentos, veículos, embarcações, aeronaves e orçamento – a Funai e o Serviço de Assistência ao Índio.

Foram ainda redistribuídos para a Funasa aproximadamente 600 servidores que exerciam atividade de assistência à saúde indígena na Funai.

Eu quero explicar, mais ou menos, rapidamente, a respeito dessa transferência da atribuição da Funai para a Funasa. O que está ocorrendo é este caos, é este descaso em relação à saúde indígena, são essas mortes das criancinhas. Não é possível, através do Ministério da Saúde, através da Funasa, Fundação Nacional da Saúde – criaram vários departamentos para dar assistência ao índio como ser humano mas isto não está acontecendo. Por que? Porque a incompetência da Direção da Funasa é também responsável por isto, por essas mortes das crianças. Como a Funasa está desenvolvendo equivocadamente o seu Programa de Saúde Indígena, a política de atenção integral à saúde indígena passa pela implantação de distritos sanitários indígenas especiais. Os princípios dos distritos foram definidos na primeira e na segunda Conferência Nacional de Saúde do Índio, em 1986 e em 1993. Essas Conferências propuseram a estruturação de um modelo de atenção, de responsabilidade federal, como forma de garantir aos povos indígenas o seu direito universal e integral à saúde, respeitando as suas especialidades sócio-culturais e os sistemas tradicionais de saúde, com controle social exercido pelo Conselho de Saúde, com representação sanitária de usuários indígenas.

Vejamos, então, companheiros – vocês estão vendo, aí, a estrutura que foi feita através da Funasa. Mas onde estão esses 600 funcionários da Funai – onde estão – e que conhecem a situação dos índios. Certamente, eles estão dentro da cidade e o que estão dentro da área, que é mais necessário para acompanhar o que está acontecendo em nível de saúde indígena? Certamente, eles pegaram os índios que não estão preparados para resolver a situação da saúde indígena.

Todo o programa deles, então, não está sendo cumprido. Companheiros, eu tenho certeza que a maioria da sociedade brasileira não tem conhecimento disto mas como o nosso Senador, Presidente desta Comissão – e a morte das crianças, não só em Dourados, não é de hoje. Quando estive, no ano de 1956, os índios já estavam passando por esta dificuldade, só que ainda era responsabilidade da Funai. Eles começavam a se deslocar para lá, em comissão. Discutia-se, mas não faziam nada, não resolviam nada. Mas hoje o povo brasileiro está conhecendo a situação, porque está na mídia, está na televisão, está nos jornais, e não podemos admitir, por toda a vida, esse tipo de irregularidade dentro da Funai.

As equipes multidisciplinares de saúde indígena serão formadas por médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde e de saneamento. Só que os médicos e os sanitaristas têm que conhecer também a saúde pública, porque os índios estão dentro da mata, estão na aldeia. Os nossos médicos não têm ainda conhecimento da situação dos índios. Então, os médicos sanitaristas e enfermeiros têm que conhecer. Tem que haver especialização. Há necessidade de formação de bons sanitaristas com capacidade técnica do ponto de vista indigenista e o respeito à Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que incumbe ao Governo criar as populações indígenas com a criação de subsistema de atenção diferenciada. Não adianta um médico sair daqui pra cidade, que o comportamento do índio é diferente. Então, ele vai encontrar dificuldade para entender o que os índios estão passando.

A Funasa deve trabalhar em parceria com a Funai. Tem alguns funcionários da Funai que conhecem a realidade do índio e para a Funasa é novidade. Então, ela tem que trabalhar junto com a Funai para ser mais fortalecida como a instituição de referência na defesa dos direitos dos povos indígenas.

O que estamos presenciando, conforme comprova a denúncia feita pela imprensa, é que crianças indígenas estão morrendo não só em Dourados mas

em outras áreas. Por exemplo, 50% das crianças de zero a cinco anos de idade, no caso da tribo Pataxó, em Coroa Vermelha, no Município de Santa Cruz de Cabrália, no Estado da Bahia, a maioria, é quase toda subnutrida. A pneumonia matou um bebê de dois anos da tribo Guajajara, no Maranhão. Em aldeia chamada Terra Nova, em Grajaú, no Maranhão, de acordo a denúncia do índio cacique chamado Raimundo Carlos Guajajara, ele solicitou um carro da Funasa em São Luís, Maranhão, para levar essa criança doente da aldeia ao hospital e não foi atendido. Segundo o denunciante aquela foi, naquela época, a sétima criança falecida por falta de atendimento.

Agora vocês imaginem como estão sendo tratados os índios. A Funasa é o órgão responsável pela assistência à saúde indígena ? **não ser** inoperante, com dirigente e funcionários sem compromisso e que gozam de impunidade por alguns serem autoridade e terem a seu favor a imunidade processual. Nós vamos ter que tomar providência.

Eu fico satisfeito por estar convidado nesta Comissão para fazer este esclarecimento. A Funasa e a Funai, diante da morte das crianças e das que agonizam em aldeia em todo o Brasil, agiram com dolo ou culpa, existindo a imprudência, negligência e até máfé, que merece juízo de reprovação para os Senadores que estão presente, pra nós, pros índios que estão presente nessa audiência, os dirigentes cometeram um fato tipicamente antijurídico e houve um crime consumado, porque temos todos os elementos na mão de que não podemos fugir desta realidade, do que está acontecendo hoje.

Morreram pessoas, morreram crianças. Este fato grave deve ser investigado pelo Ministério Público Federal, de acordo com o art. 129, item 5, 6 e 8. E o nosso Código Civil, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, é muito claro quando diz: aquele que impor ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem fica obrigado a reparar o dano.

Até quando vamos consentir com essa impunidade? Um índio é um ser humano. Um índio é um povo, quando se fala povo é porque faz parte do Estado também, ele é um elemento humano do Estado. Então, o Estado é obrigado a dar assistência ao índio.

O que está acontecendo hoje com o atual Presidente da Funai? É a omissão diante do crescente enfraquecimento da instituição pela ingerência, pela incompetência administrativa e pouco caso com aqueles que dependem da administração.

O Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente atual da Funai, pode ser considerado também culpado pela má assistência dos índios, pela degradação dos direitos constituídos indiretamente até pelas mortes dessas crianças indígenas e até pessoas idosas.

Nós, índios, apenas logramos prejuízo em nossa qualidade de vida, como também diminuímos a nossa estimativa de vida, por causa de doenças jamais vistas em nosso meio e que, agora, são constantes, tais como stress, hipertensão e até depressão.

É sabido e divulgado pela imprensa: o aumento de suicídio entre jovens indígenas, especialmente em Dourados. Por que esses índios estão se suicidando? Alguma coisa diferente pode acontecer, porque ninguém vai tirar a sua vida por causa de uma coisa que não tem valor para com ele.

Queremos medidas urgentes, que devem ser tomadas para que o povo indígena não seja dizimado. Deve-se buscar o engajamento quanto à discriminação e preconceitos e outras formas de intolerância, conseqüentemente implementando um plano de ação, para consolidar o direito de igualdade à liberdade, construir verdadeiramente os direitos humanos com capacidade investigatória.

Com isso, fortaleceremos os instrumentos e mecanismos de proteção dos direitos humanos, evitando o uso de qualquer medida inconstitucional, que atinjam os povos indígenas e que não lhes garantam os direitos que são de todos os humanos.

O órgão indigenista federal necessita de preparar-se, estruturar-se não só para garantir os direitos indígenas, mas principalmente promover a cidadania indígena. Ele tem o direito, por lei, de ser um cidadão, como nós temos o direito de adquirir as coisas melhores. Ele tem o direito de ter um apartamento, de viver bem, de comer bem. Por que não? Se a Lei nº 6.001 disse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Um dos meios eficazes para promover a cidadania é a promoção do desenvolvimento sustentável. A Funai deverá ser obrigada a desempenhar um papel extremamente importante, como exigência promotora e reguladora do desenvolvimento sustentável.

Não nos furtamos em confrontar as idéias. Nos antagonismos de política indigenista, sabemos o que é melhor para o nosso povo. Não há espaço para radicalismo. Queremos sentar com todos para discutirmos o que é melhor para nossa comunidade indígena. Temos como objetivo reproduzir pensamentos de cada setor envolvido. Todas as correntes de pensamento são consideradas, permitindo-se a discussão de eventuais divergências em prol do bem comum e da saúde e subsistência do povo e da cultura indígena brasileira.

Essa é a minha palavra diante desta Comissão.

Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca. Conheço o seu trabalho como brilhante jurista. Tenho

certeza de que essa questão não ficará impune. Com o auxílio dos Srs. Senadores presentes, essa questão poderá ser levada avante. Podem até criar uma CPI para sustentação dessas denúncias.

Muito obrigado. Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Agradecemos a contribuição do Davi de Oliveira.

Registro, mais uma vez, que os indígenas têm lideranças preparadas. O Davi é um exemplo disso. Nesta Comissão, já desfilaram outros. Lembro-me do Fernando Santos Silva, representante da comunidade indígena junto ao distrito da Funai em Dourados, preparado, com nível universitário. Eles, que são índios, podem perfeitamente assumir responsabilidades administrativas de órgãos e instituições que realmente trabalham em favor de uma política adequada e objetiva para os indígenas. É isso o que está faltando. Parece-me até que o País pensa que todos os índios são iguais, tanto aqueles que estão com a tanga e o arco-e-flecha na selva, quanto o Davi ou o Fernando, que estão aqui preparados e qualificados, inclusive, para assumir responsabilidade de uma política indigenista realmente legítima em favor de suas etnias.

Passo a palavra à Srª Roseli Maria Ruiz Silva, fundadora e Presidente da Recover, ONG do Mato Grosso do Sul.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui falando aos senhores presentes e a todo o Brasil. Venho falar não só da nossa região, o Mato Grosso do sul, mas do que está ocorrendo no Brasil. Parabenizo o Sr. Davi de Oliveira Terena, que tão bem fez uso de todas as colocações.

Enquanto produtores rurais, gostaríamos de colocar para todos os senhores presentes e para os ausentes que, futuramente, terão acesso a esta reunião que a nossa intenção, enquanto ONG Recover, sempre foi procurar o diálogo com as comunidades indígenas. Infelizmente, pessoas que falam pelos índios conseguiram fazer com que nos distanciássemos dos índios.

A Recover foi criada a partir do momento em que a minha fazenda, minha propriedade particularmente, foi invadida pelos índios guaranis-caiovás, e, na tentativa de participação das reuniões que resolviam as questões indígenas no meu Estado, reuniões que eram realizadas na CNBB, nós não poderíamos participar porque não éramos Governo, não éramos representantes indígenas, não éramos representantes de universidades nem de ONGs. Então, surge a necessidade, para legitimarmos a participação nessas reuniões, de criar essas ONGs.

Sempre tivemos um bom relacionamento com todos os índios que sempre foram nossos vizinhos. Não só nós, no Município de Antônio João, mas sei que em muitos lugares do Brasil, na nossa região, no extremo sul do Estado, como no centro do Estado, todos os lugares onde temos um acesso maior durante todo esse tempo, é isso que temos verificado. A Recover tem esse nome porque em guarani ela quer dizer "viver com você", "viver junto". Nosso objetivo maior é a convivência pacífica que sempre tivemos.

Antes de falar da desnutrição e de todos os outros absurdos que ocorrem quando se utilizam as comunidades indígenas, principalmente dos Guaranis-Caiovás, que na minha região são miseráveis, estão numa situação miserável diante da inércia do Estado quanto aos projetos e programas em relação a essas comunidades.

Sou coordenadora da Recover e meu marido a preside. Estamos respondendo a um processo movido pelo Conselho Indigenista Missionário fruto de denúncias que fizemos num informativo da nossa ONG. Esse informativo traz a público tudo aquilo que já foi denunciado ao Ministro da Justiça, que, inclusive, em sua estada em Mato Grosso do Sul, quando da entrega da área Panambizinho aos índios guaranis e a inauguração do prédio da Polícia Federal, fui na ocasião convidada pelos Deputados para falar numa reunião a portas fechadas com o Ministro sobre o que estava ocorrendo. Denunciei tudo que denunciarei aqui, entregando a S. Exª, como entregarei aqui – com mais material, claro, porque de lá para cá muitas coisas ocorreram – material como deixarei no Senado Hoje. Infelizmente, nada foi feito, efetivamente.

Tínhamos paz e a prova disso é que depois de a nossa terra estar invadida, este é meu marido e esses são os índios. Isso foi um convite para dançar quando a Revista **Veja** esteve em nosso Município querendo cobrir o conflito. Quando eles chegam lá, encontram índios e proprietários em paz, procurando uma decisão judicial, esperando uma decisão do Estado para dizer de quem é, com quem fica, quem paga, quem é o responsável. Infelizmente, isso foi destruído, porque infiltraram alguém que se dizia índio que, num dado momento, teve a coragem de fazer isso com o meu marido. Ele foi seqüestrado por esse que dizia índio, nós não sabemos quem é. Conhecemos todos os índios que estão hoje dentro da minha fazenda. Conhecíamos, até então pelo nome, pois eles viviam no Paraguai, numa aldeia. Por estarmos numa fronteira o Brasil com o Paraguai e sempre que tinham que recorrer ao Município de Antônio João em busca de hospital e comércio transitavam por ali. Quando, inclusive, algumas vezes, por picada de cobra e por alguma enfermidade, eles

nos solicitavam o veículo e nós os transportávamos, inclusive eu pessoalmente. Não sou eu que estou dizendo aqui, a população toda do Município conhece essa história. Procurei todos os índios que se diziam lideranças para procurar soluções.

Essa senhora que vocês vêem aqui é a Drª Carmem Sottas, da OIT, que esteve aqui no Brasil numa reunião para discutir a questão do trabalho indígena, veio numa reunião de Procuradores do Trabalho do Brasil todo, e eu participei dos três dias de evento. Ao término do evento, eu questionei com as Procuradoras se elas conheciam um índio, se elas já tinham visto um índio e conversado com um índio fora dos livros e algumas delas disseram que não. Então eu as convidei para dar uma volta e conhecer os índios da aldeia urbana e de alguma aldeia próxima e foi o que ocorreu. Esse foi um dos encontros que eu registrei.

Procuramos por Ministros, este na ocasião em que ele esteve na OCDB, o Ministro Jobim, entregamos a ele parte das denúncias que faremos aqui, e infelizmente nada.

Os índios que conviviam pacificamente conosco chegaram a isto, fortemente armados, dentro da minha propriedade. Num país em que a campanha da lei do desarmamento desarma a nós, cidadãos que nunca demos um tiro e nem tenho arma, mas sei de muitos que possuem e nunca usaram. Quem está dando essas armas para esses índios? É o questionamento que fazemos.

Se toda a comunidade olhar para o rosto de cada um deles, vai chegar lá e vai encontrá-los. Nem sequer questionar quem são, onde estão, para saber quem entregou isso a eles, quem os levou a essas atitudes, não achamos ninguém. E isso aqui é o que temos no nosso município.

Um pai de família que não aceitou acompanhar o restante do grupo, na época da invasão em 1998, teve como represália de alguns isto: 13 anos, Isidora Nunes. O pai não está hoje aqui sabe por quê? Porque o Estado não dá segurança para ele estar aqui, e ele poderia ser a próxima vítima. Essa menina tem apenas treze anos, e esta árvore que os senhores estão vendo aqui está no meu caminho, na minha entrada, na minha casa.

O terror que vivemos hoje enquanto cidadãos, com a inércia total dos poderes constituídos, é alguma coisa de vergonhoso. Será que a vida desta menina, que até hoje está impune, vale menos do que de algum americano que morre neste País, e o Exército e o País inteiro se levanta. Quem vale mais?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Poderia me explicar o seguinte: está dependurada pelo pescoço, mas os pés estão no chão.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Inclusive essa menina, quando a médica responsável pela Funasa foi chamada para que o laudo fosse dado como suicídio, se negou e inclusive foi embora do município, dizendo que estava sendo ameaçada por não ter assinado o laudo como suicídio.

Como se isso não bastasse, temos esta – que é uma das poucas que conseguimos levantar – outro suicídio. Índio de certo é diferente dos outros seres outros seres humanos pois se suicida de joelho, com uma madeira cravada na sua perna, onde vemos sangue aqui no original e está na cor vermelho. Então, Sr. Davi, é o que o Sr. disse, estão acabando com os índios. E o que é isso? É queima de arquivo? Será que ele sabia muito? O que acontece? Quem levanta? Ninguém.

Nós apresentamos no Ministério Público Federal todas essas colocações e até agora nada foi feito. O início do conflito no meu Estado se dá quando um Senhor chamado Antônio Brand, tido como cientista, respeitado por todos, que transita livremente entre os índios, elabora um mapa que seria das terras que os índios disseram que um dia foram de seus ancestrais. Coincidentemente, como ele mesmo disse, tudo é uma grande coincidência, as invasões se dão exatamente nos pontos onde ele marca.

Eu, no jornal da Recover, confirmo tudo o que está escrito lá e repito aqui algumas partes. Na realidade, de científico esse trabalho não tem nada. Desafiamos esses homens, como Antônio Brand e as entidades que com ele trabalham, uma vez que a técnica utilizada nos trabalhos é a oralidade. A condição primeira é que se tenha uma prova gravada daquilo que o índio disse. Ele pauta o seu trabalho científico naquilo que um índio possivelmente disse. E esse índio já faleceu.

Por muitas vezes, solicitamos a apresentação desse material que nos foi negada. Criminosos, como esse historiador, e a Direção Nacional do Conselho Indigenista Missionário, em processo-crime movido por Pio Silva, meu sogro, e em face da entidade, mentem à Justiça. A resposta sobre a carta precatória é uma mentira, e discorro o porquê do que estou dizendo nesta reunião em documento que ficará a disposição de V. Exªs. Vinte minutos é muito pouco.

Quem é o Cimi? Cito o depoimento pessoal do preposto, Sr. Saulo Ferreira Feitosa Romano, Vice-Presidente do Cimi Nacional – o depoimento encontra-se aqui. Todos os documentos são oficiais e foram extraídos do Fórum de Campo Grande; outros estão na própria página do Conselho Indigenista Missionário. O depoente é Vice-Presidente nacional do reclamado. Nesse caso, há uma discussão trabalhista entre a nacional do Cimi e a regional: Maucir Pauletti, Nereu Schneider, Olívio Mangolim e Michael Feeney.

O Cimi é um organismo da CNBB, atuando em todo o Brasil, sendo um setor da Igreja Católica que articula os membros que trabalham junto à Pastoral Indigenista a qual são vinculadas as dioceses.

O reclamado tem uma atuação ampla, prestando assistência social aos povos indígenas, na área de saúde, educação, desenvolvimento sustentável e outras. O reclamado se divide em escritórios regionais, os quais estão todos vinculados às dioceses locais.

O que é um trabalho missionário? Em relação ao trabalho missionário, segundo a Justiça do Trabalho, num processo cujo número consta aqui e em que são partes o Cimi e os missionários, está escrito exatamente assim: "Embora os valores pagos a título de salários e ajuda de custos pareçam, a princípio, demais elevados, analisando-se as Atas nºs 91 e 94, verifica-se que o reclamado tinha uma receita bastante confortável para uma instituição de beneficência na ordem de R$6 milhões/ano – isso é o que está registrado –, do que se conclui que o movimento financeiro era altíssimo, justificando os altos salários pagos a pessoas envolvidas na administração dos projetos, financiados para beneficiar os índios. Entretanto, o simples fato de o autor laborar mediante remuneração já faz cair por terra a tese de trabalho missionário em caráter de voluntariedade".

Cito palavras da juíza: "Ora, uma coisa é missionário que recebe pequena ajuda de custo que apenas garanta seu sustento a fim de viabilizar a destinação exclusiva de suas forças laborais para causa voluntária. Coisa adversa é a percepção de salário fixo, que, somada à ajuda de custo também fixa, redunde, como no caso dos autos, num montante relativamente elevado, visivelmente superior àquele que seria necessário ao modesto sustento de um missionário com intenções puramente altruísticas ou religiosas."

Estou tendo o cuidado de ler o processo, porque custa caro nos defendermos hoje.

O Cimi prega, na sua atuação, o não-convênio com o Governo. O Conselho diz que não pode, jamais, fazer um convênio com o Governo, porém mantém pessoas desenvolvendo trabalho na Europa, ficando claro que os objetivos são inconfessáveis, uma vez que a orientação é por não manter convênio com o Governo brasileiro e, sim, com os estrangeiros, quando, em uma ata registrada, o Conselho diz: "Magali Neumann, presente na Assembléia, desde a Holanda, desenvolve um trabalho para o Conselho Indigenista Missionário na Europa".

O Juiz Federal do Estado de Santa Catarina, Dr. João Batista Lazzari, relata o seguinte em relação a um conflito envolvendo a comunidade indígena e os produtores rurais: "Nesse momento, segundo informações da Polícia Federal, membros do Cimi – Conselho Indigenista Missionário – chegaram ao local e incitaram os indígenas a praticarem cárcere privado com quatro motoristas e a manterem em seu poder os respectivos caminhões. Levando em conta a tensão social existente na região, a ameaça de confronto armado e a incitação dos indígenas a uma nova invasão por parte do Cimi, foi decidida, na folha 268, como "forma de garantia da efetividade da liminar concedida à manutenção da ordem pública a permanência temporária de força policial na cabeceira da ponte que liga os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

Observação faz-se necessária, quando das afirmações do Sr. Juiz, respondendo, na oportunidade, pelo Cimi Regional Sul, a Srª Jussara Maria Rezende Capucci, conforme documento em anexo, esposa de Alberto Capucci, membro do Conselho Fiscal da Nacional, que figura em audiência em Campo Grande como preposto do Cimi. Esse senhor, a partir do momento em que os quatro elementos do referido Conselho foram destituídos de seus cargos, passou a comandar a região referente a Mato Grosso do Sul até que se levantassem as denúncias.

O mais impressionante, ainda, de tudo isso é a narrativa de um indígena que diz ter entregado o Cimi à Polícia Federal e que... As declarações são de Ramon Machado em audiência pública em 13 de dezembro de 1999, afirmando:

"A nossa vida, a nossa convivência na aldeia, é preocupante. Dando continuidade à questão da terra, na minha área, a que lidero, de mais ou menos 4.500 índios para aproximadamente 1.700 hectares, nunca aceitei idéias de invadir ou de ocupar aquilo que é dos outros. Isto é falta de respeito: a gente chegar e querer pegar o que é dos outros. Nós nunca pensamos em vandalismo.

Eu nem ouvi dizer que o Cimi incentiva o índio. Incentiva, sim. Fui líder da Jaguapiru em 1972 até 1985, onde eles foram querer fazer a minha cabeça para invadir as fazendas do povo. E eu respondi que não ia."

Em seguida, ele continua:

> "Tenho pessoas aqui. Eles jogaram índios contra índios. Fizeram um grupinho, pagando e dando cesta básica ou qualquer outra coisa para que eles fossem falar de mim no jornal. Tenho pessoas aqui que são provas de que me meteram numa cela aqui na segurança máxima. Cela de bandido. Coisa que eu sempre fiz foi ajudar o meu povo. Nunca fiz mal a ninguém.
>
> Inclusive, estou entrando na Justiça contra a União. Não tem dinheiro que pague o que

fizeram comigo. Hoje, aquela pessoa que me denunciou, que mandaram falar aquilo de mim, foi fazer outra declaração. Ela se arrependeu e faz outra declaração na Polícia Federal e na Promotoria, porque ela mentiu sobre mim, ela foi usada por esse povo do Cimi.

O que eu percebo hoje é que o índio está lá na aldeia. Ele é lavoura que dá lucro para essas entidades de fora."

Apesar das afirmações do Cimi de que não fazem convênio com o Governo, eles estabelecem parcerias no mínimo curiosas. Um de seus parceiros é a Christian Aid, num projeto que leva a sigla BZ9B, do projeto Guarani-Caiová Terra e Cultura. O objetivo: o projeto visa manter cinco novas retomadas no período de 2000 a 2002 e consolidar as áreas retomadas anteriormente. O valor, apenas pela Christian Aid, foi de US$60 mil (documento em anexo).

Em oito de abril de 2002, eu, pessoalmente, ofereci representação, discorrendo sobre todas essas ações criminosas do Cimi no Estado e fora dele, na Procuradoria Regional da República em Campo Grande. A Procuradora que me recebeu afirmou que tamanha era a gravidade da denúncia que não poderia recebê-la sozinha e gostaria de marcar uma reunião com um maior número de Procuradores. Na ocasião, estiveram presentes cinco Procuradores, inclusive o Srs. Estevão da Mota Pessoa e Ramiro Rockenbach, que hoje não está mais no Estado – ambos chegando em Campo Grande para assumir a Procuradoria da República de Dourados, à qual pertence a nossa propriedade.

Esse rapaz que está lá até hoje, o Dr. Charles, tem recebido em seu gabinete todos os antropólogos ligados à Funai, ao Cimi, e, infelizmente, quando o pai dessa menina enforcada que os senhores viram aí foi, juntamente conosco, porque nos procurou para dar auxílio, para falar, para alguém dar uma resposta a ele do que estava acontecendo com a vida da filha dele, que já havia findado, ele simplesmente não foi recebido. E o Dr. Charles, juntamente com o Dr. Rockenbach, naquele mesmo momento, recebem Fábio Moura, um italiano que vem pregando terror no Brasil, com a anuência da Funai, porque é contratado pelo nosso Estado.

Como já temos visto, em qualquer país, se algum brasileiro ou qualquer outro estrangeiro cometer qualquer crime, será, no mínimo, chamado a dizer por que está naquele país. Entretanto, esse senhor transita livremente, inclusive há 15 dias estava escoltado pela Polícia Federal, para fazer levantamento em Japorã, extremo sul do Estado, próximo ao Município de Iguatemi. Em 1998, o então Promotor de Justiça, João Carlos Marinheiro da Silva, hoje aposentado da Procuradoria da Justiça e Professor na Universidade Católica Dom Bosco, ofereceu denúncia, pois um indígena então Vereador do Município de Amambaí denunciou como Rubens Tomás de Almeida fabricava terras indígenas no Estado.

Diante das denúncias dos levantamentos e ouvindo todas as partes, o Ministério Público julgou conveniente, preenchidos todos os requisitos, o oferecimento da denúncia: "Aqui está, mas não consigo ler a assinatura, que não é legível. Mas recebo a denúncia em todos os seus termos". Foi o que disse o juiz naquela época. Nós já o procuramos por inúmeras vezes, a não ser que seja dada hoje alguma destinação a esse processo. O que aconteceu com ele? Foi arquivado? Onde está? Não existe. E está aqui o documento da denúncia feita. E não posso deixar de ler para os senhores uma parte...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Drª Roseli, faço um compromisso com a senhora de que esta Comissão fará uma requisição desse documento, que é público, é da justiça brasileira. Logo, tem que ter protocolo para quem foi, na mão de quem se encontra. É impossível que não tenhamos acesso ao documento.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Lendo apenas uma parte:

"O PKN, que significa Projeto Kaiowá Nhandeva, entidade criada em nome do índio kaiowá e guarani em Amambaí, o Cimi, Conselho Indigenista Missionário, e o Partido dos Trabalhadores são entidades ligadas entre si. E essas entidades, usando de malandragem e safadagem, fazem montagem aqui no Mato Grosso do Sul, coisa que ninguém nunca imagina, e que eu, eu fui companheiro e conhecedor e sei o que eles fazem no Mato Grosso do Sul. O PKN recebe verba do exterior, Holanda, Canadá e Suíça, em nome do povo indígena do Mato Grosso do Sul."

Essa declaração foi feita em 26 de novembro de 1992. Estamos em 2005, e ninguém fez nada!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Gostaria, Drª Roseli, se me permitir, de fazer mais uma interferência. Já lemos isso na reunião passada e ficamos de localizar o índio autor das declarações, que é o Adair. Ele foi localizado ontem lá em Amambaí e, na próxima quinta-feira, estará presente aqui para confirmar ou não essas declarações dadas em cartório. Temos que saber se ratifica as afirmações. As informações, se ratificadas, são realmente muito graves e trazem inclusive uma luz em todo o processo que está acontecendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Confesso que estou um pouco preocupado. O tema em debate é a morte das crianças índias. Está sendo feita a leitura praticamente de todo um processo aqui que envolve partes, a forma, inclusive, como é citada ONGs, antropólogos, Partido dos Trabalhadores, os próprios índios, deixa o debate prejudicado, porque estamos ouvindo aqui e não vamos ouvir o contraditório com certeza absoluta.

Então, caminharmos para esse lado, vamos ter que convidar para o debate do processo o juiz, os promotores, enfim, todos que participaram. Senão a impressão que vai dar, com a audiência da TV Senado, é a de que existe só uma visão dos fatos. A senhora vai entender a nossa situação. Não somos juizes para ouvir o relato da senhora, e daí?

Seria importantíssimo, a continuar essa exposição, convidarmos todas as partes envolvidas. Senão, a impressora que irá passar para o Brasil é a de que os antropólogos são malandros, alguns índios são facilmente dirigidos e viram malandros.

Enfim, isso está delicado para mim. Estou aqui com a maior tranqüilidade, com o respeito que a senhora merece. Não estou duvidando de nada, mas, para que eu possa fazer juízo de valores, tenho que ouvir as duas partes. Gostaria até de ouvir, por exemplo, a opinião do Davi sobre o encaminhamento que estamos dando à audiência. Confesso que estou um pouco preocupado com a responsabilidade de todos nós.

Então, Sr. Presidente, a minha questão é muito mais de encaminhamento. Não posso nem julgar. Estou, no momento, recebendo, pela sua bela exposição, uma pilha de papéis e dando a versão dos fatos. Por uma questão de justiça, teríamos que fazer um requerimento, agora, no sentido de pedir que todos os setores citados pela senhora sejam convidados, porque, daqui a pouco, alguém está assassinando, está matando, está liquidando. Ultrapassou o eixo do debate do que nós todos – sei que a senhora quer, que o Davi quer – queremos, no sentido de apontar qual o caminho a ser apontado para a questão das nossas crianças que estão morrendo. Nós todos somos responsáveis.

Como disse o Davi, tanto os governos passados como este também é responsável, e nós, como agente de Estado que somos, também o somos. Então, estou um pouco preocupado. Estou ouvindo a senhora com a maior boa-fé, mas a forma como está sendo encaminhada não sei se vai suscitar um bom debate, porque, até por um princípio mínimo do direito, teria que ouvir todo o outro lado para que pudesse ser colocada a sua visão.

Entendo que há um conflito de terra. Se é que vamos derivar para essa área, que façamos um debate, ouvindo todas as partes citadas, porque, senão, fica somente uma versão. A senhora vai entender-me, enfim, com todo o respeito que a senhora merece e o Davi também, gostaria até de ouvir a sua opinião, porque ele se mostrou um homem preparadíssimo nessa área.

Claro que não vamos julgar o que a senhora disse, porque nem temos condições neste momento, mas estou um pouco preocupado. Confesso isso com a maior tranqüilidade, com a maior paciência. Se tiver de ficar aqui o dia todo, irei fazê-lo, porque esta é a Comissão de Direitos Humanos, e estamos aqui tratando de vidas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador Paulo Paim, V. Exª é um dos Senadores mais zelosos no exercício do mandato aqui no Senado Federal. A sua sensibilidade social é grande; todos nós sabemos disso. Tanto é assim, que nos mostrou um lado da questão, que constitui a nossa preocupação também: ouvir todos os lados da questão.

Começamos a falar das crianças que morreram de desnutrição, violação dos direitos humanos, e tentamos falar com todas as partes. Hoje mesmo, está aqui relacionado o Dr. Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, que não comparece pela segunda vez. Essa é a outra parte do contraditório. Não podemos fugir deste; caso contrário, o nosso trabalho será fraudulento. Não queremos isso. Agora, não posso, diante de uma colocação feita pela Recover de ser ouvida, deixar de ouvi-la.

Recebi essa declaração que ela deu a respeito desse índio mediante o expediente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o inteiro teor dessa escritura com essas declarações. E, ao mesmo tempo, verifico nas fotografias, que me chocaram muito, o suicídio de índios que estão acontecendo em Mato Grosso do Sul – 50 suicídios por ano, nos últimos 5 anos. Isso é uma aberração. Isso não existe normalmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ninguém tem dúvida quanto a isso, Sr. Presidente. Agora, só quero...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Queria complementar meu raciocínio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A minha preocupação acho que é a mesma que a sua.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Vou completar meu raciocínio. Vejo duas fotografias com uma índia e um índio, dois jovens com corda no pescoço, numa árvore ou numa travessa com os

pés no chão. Um está ajoelhado no chão com a corda no pescoço. Isso não é suicídio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim, mas a pergunta que fica é: quem assassinou eles?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Sim, mas por isso que precisa se levantar. Agora está feita a denúncia; os processos não caminham...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou preocupado porque chegou um momento em que a expositora falou que o PT é malandro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Falou. Declaração de um índio... A Senhora leia de novo, então. A senhora falou a declaração nos autos do processo que a Senhora deve ter em mãos, que o índio estava dando um depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Posso dar um esclarecimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que no momento em que envolve uma série de coisas; envolveu os antropólogos; envolveu a sigla do Partido dos Trabalhadores; envolve, com certeza, outras ONGs que devem ter uma visão diferenciada.

Então, o que estou querendo é que achemos caminhos, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho a V. Exª – e V. Exª sabe disso – e por isso estou sempre presente aqui, todos os setores que a senhora citou, de uma forma ou de outra, vou querer encaminhar o requerimento – os autos do processo a senhora me encaminha – para que sejam ouvidos também.

Apenas estou preocupado, Sr. Presidente, levantei uma preocupação. Isso não é um julgamento de um processo que está sendo lido. Temos que achar um caminho. Só levantei isso: quero achar caminhos. Agora, claro que queremos saber quem assassinou esses índios. Se foram assassinados. Como é que vejo uma fotografia exposta aqui; a Senhora faz um rol de citações e as fotos vão para a televisão. Bem, ficou um quadro complicado. Quem está em casa vendo, nesse momento, fica pensando: bom, e daí? Temos aqui os assassinatos. A senhora faz uma séria citação de uma denúncia de um índio que foi convidado, conforme o Presidente fala, que não pôde estar presente. Acho que o quadro fica meio parcial. Só isso que estou querendo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Mas gostaria de mais uma explicação. Jamais tivemos aqui a intenção da parcialidade. Tanto assim que convidamos a Funasa, a Funai, e hoje mesmo, pela segunda vez, a Funasa está distante. E V. Exª, como todo e qualquer Senador desta Comissão, tem todo o direito de requerer para ser ouvido quem achar que deve.

Agora, se estivermos caminhando fora do tema de Direitos Humanos, teremos que fazer um **mea culpa** e redirecionar o trabalho. Mas, quando vejo nessa questão que está aí, que envolve até questão fundiária também, que são 50 suicídios por ano... O suicídio é questão de Direitos Humanos e também deve-se levantar essa questão, e mostrando duas fotografias claras aqui que me chocaram das pessoas suicidadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, essa não é a discordância.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Deixe-me só terminar meu raciocínio para poder explicar a isenção do Presidente da Comissão.

Como vejo dois jovens que dizem que se suicidaram; um com a corda no pescoço e ajoelhado, com o joelho no chão; e a moça suicidada com...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem que chamar a Polícia Federal aqui agora. Foram assassinados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Mas essa é a questão. Já foi denunciado isso várias vezes, e ninguém age. Vamos ver se agora vamos, mais uma vez, denunciar. Talvez seja isso, para poder ressalvar os direitos humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gostaria de ouvi-lo aqui. No quadro que foi apresentado e pelas citações que a senhora fez, lendo os documentos e apresentando as fotos, se faz aqui, no Plenário, um pré-julgamento, queiramos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Concedo a palavra à Srª Roseli.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Com todo respeito, Senador. Realmente, tinha feito minha fala por escrito. Porém, ao participar de uma audiência como esta, na Comissão que levanta a morte por desnutrição no meu Estado, a Funasa, categoricamente, várias vezes, disse que onde mais temos a morte de crianças por desnutrição é exatamente nas áreas de conflito, onde alguém leva os índios e joga lá de qualquer jeito.

Por isso que, inicialmente, tenho que explicar ao Senhor o que está acontecendo no meu Estado para dizer, inclusive, no início, eu disse que iria ler exatamente o que está escrito porque já respondo um processo por aquilo que eu disse e continuo afirmando. Porém, fui infeliz talvez na parte que li, agora, peguei uma, em várias que estavam ali, o senhor pode até olhar quantas falas dele estão analisadas. Só que é o seguinte: o problema todo eu não precisaria nem estar lendo. O meu medo é isso mesmo que o senhor falou: eu enfrentar um processo em que eu não possa

provar. Por isso estou lendo exatamente o que alguém escreveu. Isto não estou falando pela primeira vez, como já disse. Já fui ao Ministério Público Federal, que tem tudo isso. Dr. Charles, está aqui a assinatura dele enquanto Procurador da República. Estive com o Procurador-Geral da República em exercício, Dr. Gurgel, quando das férias do Dr. Fonteles; estive com o Corregedor do Ministério Público Federal pedindo a ele por que o nosso procurador lá de Dourados não havia tomado providências, sendo que há muito tempo nós já pedimos isso, está aqui também provado. Então, exatamente mudei a minha fala, e muito de pronto, porque foi muito rápido.

Porque quando a Funasa coloca que o foco principal da morte das crianças por inanição é nos locais onde estão as invasões, as invasões têm uma ligação muito estreita. E quando organizações não-governamentais como o Conselho Indigenista Missionário – está aqui – fazem uma parceria prevendo retomadas, recebendo em dólar para retomadas, compra de facão – está aqui, vou entregar para o senhor, e isso aqui não está só comigo, está no fórum da comarca de Campo Grande –, e eles fazem projetos que vêm dinheiro para as crianças guarani-caiovás, então é por isso que quero apresentar aqui para índios, onde o juiz condena o Cimi, quatro pessoas do Cimi, a devolver o dinheiro que tiraram dos projetos que vieram para a saúde e para a alimentação dos índios guaranis e usaram em benefício próprio. O juiz diz isto aqui, não sou eu que estou dizendo. Ele os condena. Agora quero perguntar: devolver esse dinheiro vai devolver a vida dessas crianças que estão morrendo lá? Alimentação não é para amanhã, é para anteontem, para o ano passado, para dez anos atrás.

Quero, depois da fala do Sr. Davi, propor a ele uma parceria, sentar, conversar com os índios, porque quem está falando para os índios está cometendo crime, sim, e o senhor disse da Polícia Federal, e estou aqui diante de alguns Senadores, como o Senador Delcídio, que me ouviu na reunião com o Ministro da Justiça, onde eu disse: "Sr. Ministro, aquilo que estou dizendo está escrito aqui e estou-lhe entregando".

Estou – tenho 47 anos – à disposição do País e do mundo, se quiser, porque o que estão fazendo... E a inércia, sim, dos poderes constituídos, que têm a obrigação de levantar tudo isso que está acontecendo, é um problema não é nem para o Brasil; a não-tomada de posição é um problema para o Tribunal Penal Internacional, porque isso que eles estão fazendo com os índios é um crime contra a Humanidade. E isso eu já falei. O Senador Delcídio já me conhece. Nunca na minha vida, em seis anos que estou fora da minha área, que estou aqui, e ela acabou de ser homologada dia 28 pelo Presidente da República quando da visita dele ao meu Estado, eu fui – acho – a primeira carta que chegou ao Presidente da República quando ele assumiu; eu mandei uma carta por *e-mail*, alguém leu e respondeu. Depois venho mandando, venho aqui e peço para falar com ele. Em todas as tentativas não consegui, porém agora, em visita a meu Estado – até escrevi a ele novamente, pedindo desculpas pela forma com que eu o abordei e por ele ter, após eu ter enfrentado a sua segurança –, ele permitiu que eu chegasse, e eu entreguei a ele algumas coisas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permite-me uma pergunta? Não sei como vai ser, como vamos fazer aqui, porque o tempo...

A senhora fez uma brilhante palestra. Que a gente possa fazer perguntas, então, para ver qual vai ser o encaminhamento que vamos dar para explorar o máximo positivamente a sua presença aqui e a do Davi também.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Eu daria à Dona Roseli mais três minutos para encerrar a sua exposição.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Diante disso, eu só queria colocar também e quero deixar bem claro que o que estou colocando aqui é o que está aqui, peguei, colhi essas provas, esses documentos – não posso dizer que são provas, são documentos –, e não cabe a mim, enquanto cidadã brasileira, investigar nada e nem tenho condição para isso. Estou aqui diante do Senado brasileiro pedindo tomadas de providência. Qual? Que se investigue para saber – eu não estou afirmando que isso é verdade, estou dizendo o que algum dia alguém disse, e está aqui o documento de quem disse, contei aqui quem disse isso, o senhor pode ouvir na gravação. Desde o começo eu disse: "Irei ler".

Nós tivemos pedidos de providências quanto às armas que foram encontradas em desocupação na região de Sidrolândia para o Ministério Público Federal. Pedimos para o Ministério Público Federal fazer um levantamento sobre esses acontecimentos. No dia 8 de abril de 2002, pedimos ao Ministério Público que fizesse uma avaliação sobre tudo isso que estamos dizendo aqui.

Temos aqui documentos de produtores rurais que dizem que, em audiência, um Procurador da República disse que índio tem que invadir. Consta aqui. O Dr. Charles, após oferecer uma representação, em face da inércia dele e de alguns posicionamentos, no Tribunal Regional Federal – e posteriormente estive com o Corregedor do Ministério Público Federal –, ele, em

público, chama o meu marido junto com o meu sogro, um homem de 90 anos, e ameaça com processos uma pessoa que não tem nenhum conhecimento jurídico, fora da atuação dele. Também coloquei isso na Corregedoria. O que nos leva a crer que alguma coisa de errado está acontecendo – e o pedido é para os senhores –, sendo que, nas assembléias do Cimi, onde são votados, conforme está aqui, esses acordos com organizações internacionais prevendo retomadas, e numa ata aqui consta a presença da Procuradora da República Drª Ela Ueko, da 6ª Câmara, é alguma coisa de alguém ter que questionar com ela. Como o senhor disse, deve-se chamá-la e dizer: na Assembléia, foi mesmo dito isso? A senhora tinha conhecimento que estavam fazendo acordos para a retomada? Porque, conforme diz o Cimi, as Assembléias servem para colocar todos os projetos que são feitos no Brasil para a questão indígena.

De final, a Drª Débora Duprat hoje é apontada pelo Cimi como uma das testemunhas no processo que eles movem contra mim. Então, é outra pessoa que poderia ser chamada, porque, como foi apontada como testemunha, deve ter também conhecimento dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra, o Davi para responder à sua pergunta.

O SR. DAVI DE OLIVEIRA TERENA – Senador Paim, como havia dito anterior que a maioria dos povos brasileiros não conhece a realidade do índio, inclusive os senadores também, porque os senhores têm um trabalho amplo, é muita coisa, agora, por que está ocorrendo essas violações dos direitos humanos. Será que o Governo tem que ver tudo isso? Será que os Senadores têm que ir lá para verificar isso? Estou referindo-me à direção da Fundação Nacional do Índio. Se existe Presidente da Funai, se existe coordenação, se existe Diretor de Assistência ao Índio, se existe Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos dos Indígenas, se existem administrações regionais, se existem técnicos indigenistas que vivem dentro da área, por que está acontecendo isso? Quem não conhece... O senhor está apavorado, mas estamos aqui para esclarecer o que está havendo.

Meu Senador Delcídio, lá do meu Estado, Dr. Juvêncio, como acabei de falar, todas às vezes que ele estava para defender o seu cliente, eu ia lá para assistir a capacidade em relação à lei, a incompetência que dirige. Porque o senhor não vai lá na Funai para ver o que está acontecendo. O que aconteceu ontem com os índios guaranis lá do Estado de São Paulo? Com a autorização do Presidente da Funai, chamado Mércio, e do Roberto Lustosa, chefe do gabinete dele, só uma pessoa pode entrar. E a segurança da Funai agrediu vários índios lá. Esse é o descaso. Então, queremos passar esses esclarecimentos para os senhores. É lógico, é bom ....

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Davi, quero só... Claro, nosso papel aqui é este: estou aqui para ouvi-lo. Senão, não estaria aqui, estaria em casa tomando conta dos netos. Estou aqui porque tenho compromisso com os direitos humanos, fiz questão de estar nesta Comissão.

Claro, Davi, pelo pouco que nós sabemos, há um movimento no mundo todo em defesa dos índios. Acho que está correto. Por isso, o Senador Juvêncio chama, inclusive para essa reunião, e nós estamos aqui. Que essa terra era dos índios e nós aqui chegamos e assumimos ela. Nós negros viemos como escravo, para cá, raptado na África, para ser escravos aqui. E os índios foram sendo assassinados, de forma permanente. Por quem? Por aqueles que se apossaram das terras. Claro que esse é um debate muito mais profundo, mas a forma que se desenrolou aqui o debate, saiu da Funasa, foi muito mais profundo. Quando perguntei a opinião de V. Exª, foi sobre os depoimentos que foram dado aqui. Não posso concordar que todo antropólogo agora é sem vergonha. A senhora não disse isso, mas impressão que poderia passar. Estou até em sua defesa. a impressão que poderia passar que todo antropólogo, toda ONG que defende índios, que entende que índio tem que terra. Ora, tem que haver a demarcação da terra dos indígenas, nós concordamos. Tem que haver o estatuto dos índios.

Porque as outras audiências de que participei aqui, a maioria dizia: as crianças estão morrendo porque estão confinadas num pedacinho de terra, porque não se assegura terra para os índios. Porque os latifúndios, fazendeiros estão tomando conta. Nada contra o direito da propriedade da terra. Deixo bem claro isso.

O que eu queria, a minha preocupação foi essa. Tenho maior respeito pela senhora, vi que a senhora foi muito cuidadosa e tem que ser mesmo.

É que não se passe a impressão de que o culpado de tudo é o índio, porque é manipulado.

Uma vez tu me disse que nós aqui, e o Presidente fala com muita clareza, foi muito feliz, Sr. Presidente, mostrou a capacidade do representante dos indígenas.

Que dá a impressão que o índio é manipulado, é dirigido, que é incentivado.

Bom! O culpado vira o índio, vira o antropólogo, vira as ONGs que atuam nessa área, vira aqueles que as vezes tombam e morrem em defesa dos índios, inclusive. Sabemos que muita gente neste País tombou e morreu junto com os índios. Como muita gente,

lembraria do Rio Grande do Sul aqui, na chamada Guerra dos Farrapos, brancos que morreram, no momento que fizeram acordo e mandaram matar os negros; teve branco que morreram do lado dele porque não concordavam.

Então é muito fácil ficar entre o bem e o mal. Quis aqui – a senhora me desculpa, se assim a senhora entendeu -, fazer o mínimo de equilíbrio, já que o representante, que teria um outra visão não estava presente. Foi só esse o objetivo.

Vou encaminhar, Sr. Presidente, vou inclusive fazer o requerimento à Mesa hoje, chamando a Polícia Federal. Porque a forma que foi colocado aqui, quero que a Polícia Federal venha aqui dar o depoimento. Quem assassinou quem?

Porque na leitura que a senhora fez, com todo respeito que a senhora merece, talvez a senhora tenha sido infeliz e reconheceu isso, pegou lá um artigo que dizia: ONGs, PT, sicrano, beltrano, por um depoimento que não da senhora, mas de um índio que teria dito. Calcule a TV para o Brasil todo com essa leitura?

Pode dar a impressão, a senhora não teve a intenção ... Quero ser muito feliz aqui, quero ser coerente com a minha caminhada, com a senhora – que muito respeito -, com o Davi, dos índios que estão aqui atrás que foram agredidos ontem – e não pensem que concordo não -, essa comissão tem que fazer um requerimento lá, por que eles agrediram os índios que estavam com audiência marcada?

Como fizemos ontem com a Petrobrás, num problema. Felizmente vai ter a reunião, hoje, marcada com o Presidente Dutra, que vai receber os grevistas. Isso também é direitos humanos. É só nessa linha. Não pense aqui que estou julgando a senhora, porque não tenho nem esse direito de julgá-la. Nem li o processo, não conheço. Mas pela exposição dada eu apenas quis fazer o mínimo de equilíbrio.

Vou fazer um requerimento, chamando a Polícia Federal, chamando outro representante do Governo para que a gente estabeleça o contraditório e que no fim da brilhante iniciativa , do nosso Senador Juvêncio, nós terminemos essas audiências com propostas concretas, que eu percebo que elas existem; e apresentado pela comunidade indígena, é uma questão de termos um Governo que efetivamente opere. Agora, também não vou poder deixar de dar a impressão que o Governo Lula, em dois anos, indiretamente, vai ser responsável do massacre sobre os índios brasileiros, que cometeram em 500 anos. Que a morte das crianças não começou depois que o Presidente Lula assumiu, ou o conflito lá na sua terra.

É essa a impressão que não gostaria de deixar passar.

No mais, quero cumprimentar o Senador Juvêncio pela sua boa intenção – sei que é boa –, e haveremos de construir aqui caminhos e um sistema de pressão para que, efetivamente, a comunidade indígena seja ela mesma. Porque estou aqui com o único objetivo desse debate. Eu gostaria muito que achássemos caminhos para preservar os nossos antepassados que são os índios, porque, com certeza, se eu pegar minha árvore da vida, teve lá alguma negra, algum negro que, na transformação natural da vida, devo ter sangue índio também, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Eu gostaria só, antes de dar a palavra aos outros Senadores, de restabelecer um pouquinho a questão de verdade dos fatos aqui, não que eu esteja defendendo a Roseli nem nada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, ela nem precisa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Nem precisa disso. Só que quando ela leu o documento não falou que documento que era, ela esqueceu de dizer.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – (Inaudível) por escrito. É uma escritura pública, de 1992, lavrada no Tabelionato de Amambaí, cujo autor foi Adair Gonçalves Sanches, índio. Foi depois que chegou, não foi a Roseli que mandou a cópia para nós, mas a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Tivemos a preocupação, dado esse equilíbrio, para não colocar fé em uma palavra, mesmo em escritura pública, de ver se ele confirma isso hoje. E foi localizado, Senador Delcídio, ontem, esse índio, lá em Amambaí. Já foi contatado e virá na próxima quinta-feira para saber se ratifica ou não suas declarações. Foi justamente nessa escritura que ele usou a expressão contra os antropólogos, o Cimi e o PT, dizendo que é "safadagem". É a que está na escritura, não está na palavra dela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Safadeza.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – É, justamente.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Li exatamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Quem se inscreve para alguma colocação?

Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL(Bloco/PT – MS) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Presidente Senador Juvêncio pela iniciativa, principalmente, à frente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Fe-

deral. Quero cumprimentar nossa Roseli, nosso Daniel, perdão, nosso Davi, e só justificar, Presidente, o seguinte: o Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Dr. Alexandre Padilha, estará presente aqui na próxima semana, confirmou presença, estava numa atividade que não conseguiu efetivamente mudar, lá em Itaipu, mas na próxima semana vai vir aqui atendendo convite de V. Exª.

E eu gostaria, aproveitando as presenças do Davi e da Roseli, conterrâneos, primeiro, de deixar claro, Senador Paim. Acho que o que está acontecendo agora, especialmente no que se refere a Mato Grosso do Sul, é uma conseqüência de uma série de equívocos, que vem se arrastando há muitos anos, muitos anos. Eu e o Senador Augusto Botelho, nosso bravo companheiro de Roraima, fizemos uma série de viagens pelo Brasil, a vários Estados brasileiros, começando pelo extremo norte, Roraima, fronteira com a Venezuela, e, depois, caminhamos também pelos Estados do Centro-Oeste, da Região Sul, e esse tema é muito complexo, a despeito do simplismo com que muitas pessoas, em certas ocasiões, tentam avaliar a complexidade desses fatos. Posso aqui lembrar um pouco que o Estado de Roraima que, até hoje, debate em todos os segmentos da sociedade roraimense a questão da demarcação contínua ou não da Raposa Serra do Sol. Não vou entrar aqui no mérito, não vou contar qual a origem de tudo isso, mas posso, com absoluta clareza, dizer que isso é alguma coisa que já se estende pelo menos há uns 7 anos – na verdade, há 30 anos, mas a iniciativa maior formal foi de sete anos para cá. Esse debate já vem de muitas décadas, mas, formalmente, ele começou a ser discutido ou implementado pelo Governo Federal há sete anos atrás.

Roraima é uma realidade muito específica, lá a realidade é região de fronteira, como a nossa também, mas ali há uma questão associada não só à produção, porque também é assemelhado ao nosso Estado especificamente ou mesmo Santa Catarina, mas também tem uma questão de riquezas minerais amplas e toda uma realidade que os fatos, os jornais, as revistas, a televisão, temos tido oportunidade de acompanhar de perto todos os enfrentamentos que têm ocorrido, fruto dessas indefinições ou fruto de uma postergação permanente de uma decisão que principalmente a população de Roraima espera.

Lá é uma realidade diferente. Mato Grosso do Sul, como Santa Catarina, por exemplo, a realidade é muito mais focada, primeiro, no trabalho organizado pela Funai. Isso que estou falando é para tratar de demarcação de terras indígenas, em primeiro lugar, onde existem atividades sendo desenvolvidas pela Funai, através de antropólogos, que têm trazido uma série de conflitos, problemas, até porque precisamos remeter essa situação a um processo de colonização do Centro-Oeste brasileiro, que começou na época de Getúlio Vargas.

Então, temos em Mato Grosso do Sul como em Santa Catarina várias famílias que foram para lá, que têm títulos dominiais, e que questionam se efetivamente os trabalhos dos antropólogos levarem à identificação de áreas no nosso Estado, áreas que deveriam ou são terras indígenas e, portanto, sujeitas à homologação pelo Presidente da República, lá temos um dilema sério, porque são famílias que estão há décadas instaladas lá e que têm títulos. E muitas delas concordam até em sair. Agora, não podem ser simplesmente indenizadas pelas benfeitorias, porque elas têm títulos dominiais e muitas delas criaram gerações ali na região.

Então, esse é um ponto importante para vermos a complexidade. Santa Catarina é parecido também. Rondônia é outra questão de exploração mineral, diamante. Ali, junto com Mato Grosso, a Reserva do Roosevelt, diamantes que afloram, Sr. Presidente, a trinta centímetros da superfície. Nem a África do Sul, que é o maior produtor de diamantes do mundo, pelo menos nas minhas contas, tem tanta facilidade de extrair diamante como lá na Reserva do Roosevelt.

O que aconteceu lá? Índios e garimpeiros sendo utilizados por empresários de outros Estados do Brasil, especialmente de São Paulo. Aviões descendo nas aldeias, carregando garrafas de coca-cola cheias de diamantes.

Chegamos a tal paradoxo que em Juína temos um bolsa de diamantes funcionando em contato com os principais mercados do mundo. E esse diamante saía na ilegalidade, ia para São Paulo e de lá para Israel, Holanda, enfim, para grandes centros de lapidação de pedras, no caso de lapidação de diamantes.

Ações ilegais que nada arrecadam e, o pior, tudo aparentemente acontecendo à vista de muitas autoridades não só estaduais, como também federais. O que isso demonstra nitidamente? Que nós precisamos, Senador, mais que nunca, à luz de todo o trabalho que já foi feito pelo Senado Federal, na Comissão presidida pelo Senador Mozarildo, que teve inclusive em nosso Estado, nós ouvimos a Roseli e também várias lideranças... Deixamos também de ouvir lideranças ou dirigentes de determinadas instituições que, apesar de sempre convidados, nunca comparecem. É algo mais ou menos assim: você gostou do livro? Não li e não gostei.

Essa é a realidade nua e crua. Eu quero me solidarizar com o Senador Paim e registrar aqui aquilo que ele colocou, com o habitual brilhantismo; ou seja, não podemos mais tratar essa questão de maneira mani-

queísta. Temos de tratar essa questão de uma forma equilibrada. É mais ou menos como a história do Tim Maia: tudo é tudo e nada é nada.

Acho que essa tragédia que estamos vivenciando em Mato Grosso do Sul nos tem envergonhado e colocado de uma forma sempre negativa. Nós, que conquistamos tantas coisas, que temos feito tantas coisas pelo nosso Estado, só temos sido manchete ultimamente, em função desses desencontros acontecido lá, especialmente na região da Grande Dourados, onde estamos, de um lado, com uma superpopulação e, de outro lado, com a questão da atuação da Funasa, da Funai, com problemas estruturais; enfim, trata-se de um bate cabeça sem fim.

Sr. Presidente, nós aqui no Senado estamos, ao mesmo tempo, discutindo vários projetos associados à demarcação e homologação de terras indígenas. O Senado tem que dar celeridade a essas decisões e de comum acordo com o Governo Federal estabelecer toda uma programação, no sentido de equacionar definitivamente essa questão indígena. Precisamos estabelecer qual o percentual do nosso território vamos considerar como território indígena. Vamos trabalhar para atingir essas metas. Tenho certeza absoluta que o Presidente Lula tem grande sensibilidade para com essa questão.

É importante registrar aqui, Senador Paim, que uma das principais bandeiras do PT sempre foi lutar pelos direitos dos negros, das etnias indígenas, pelas políticas de gênero. Isso sempre foi uma grande bandeira nossa. Esse é um processo dinâmico e complexo. Hoje, fruto até do trabalho que foi feito aqui no Senado, nós entendemos a complexidade do assunto. Por exemplo, a questão da demarcação das terras indígenas, com PEC ou sem PEC, para tentar eventualmente buscar indenização não só de benfeitoria mas também de terra nua. A intenção é não mexer na Constituição, até para preservar um grande avanço que foi conseguido com relação ao tratamento das questões indígenas na Constituição de 88.

Nós temos a questão da mineração nas áreas indígenas. Esse assunto levou ao massacre ocorrido na Reserva Roosevelt. Os órgãos executivos do Governo precisam se buscar uma alternativa rápida. O Governo Federal conseguiu minimamente acertar a questão da Reserva Roosevelt com a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal lá. Nós aprovamos isso há duas semanas aqui no Senado Federal. Mas é preciso estabelecer uma política mineral para as áreas indígenas.

Sr. Presidente, para encerrar, é preciso discutir a questão da Funai. Ou seja, como é que a Funai vai operar, qual é a estrutura que a Funai tem ou não tem, orçamento, todo um programa para que a Funai tenha carreira e quadro próprio. Hoje, o que infelizmente tem acontecido é que a Funai, várias vezes, tem sido atendida por prestadores de serviços. É lógico que, numa área tão sensível como essa, contar com prestador de serviço... Essa é uma atividade que está ligada à nossa história, à nossa cultura. Então, Sr. Presidente, acredito que não só em consonância com todo o trabalho que já foi desenvolvido anteriormente e em função dessas audiências que estão sendo programadas, temos, Senador Paim, de tirar daqui uma série de encaminhamentos para que, definitivamente... Já estou discutindo esse assunto há seguramente um ano, um ano e meio, e as ações ainda são pequenas, menores. Então, acho que agora temos de mergulhar nesse assunto, olhar a questão da educação, da saúde nas aldeias indígenas, porque, pelo que a gente percebe nitidamente, é um caso mal resolvido. Não estou aqui responsabilizando ninguém, mas é mal resolvido por tudo isso que está acontecendo, por tudo isso que foi aqui colocado pelo Davi, foi colocado por outras lideranças que aqui estiveram, e outras dificuldades que a Roseli tem, sistematicamente, colocado às vezes de uma maneira enfática demais, mas é o jeito dela ser, é uma pessoa que está acompanhando isso de perto. Então, Sr. Presidente, acho que devemos, aproveitando essa feliz iniciativa de V. Exª, precisamos definitivamente sair daqui, desse conjunto de audiências, com propostas definitivas e eu, como líder do PT, líder dos Partidos da Base de Apoio ao Governo, vou me empenhar bastante para que a gente ajude a buscar uma solução que atenda não só ao Mato Grosso do Sul, mas que atenda ao Brasil. Não podemos continuar com uma pauta negativa numa questão tão importante como a questão indígena no Brasil. Ao mesmo tempo, uma questão que hoje impacta quem vive na área rural, os produtores que lá trabalham, pequenos, médios, enfim, toda uma população. Acho que chegou a hora de colocarmos um ponto final, infelizmente fruto de uma situação dantesca como a que estamos vivendo no Mato Grosso do Sul, mas que exige, mais do que nunca, decisões que venham a mudar esse cenário que tem nos envergonhado ao longo de muitas e muitas semanas, ou, como disse o Senador Paim, ao longo de quinhentos anos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Senador Delcídio. Gostaria de fazer uma recomendação aos meus parceiros, Senadores, que utilizássemos, tomássemos três minutos para a exposição, para que todos tenham oportunidade de fazer a sua colocação. O que gostaria de registrar é que a crítica severa que se faz hoje, a maior que já vi, à política indigenista atual, do Governo atual, é a

da anistia internacional, que publicou, de ontem para hoje, o seu relatório e fala textualmente da crítica severa que coloca em cima da política indigenista brasileira, que não existe. Existem grandes propostas, etc., doutrinárias, mas, objetivamente, essas políticas estão carentes de se concretizar. Tanto assim que temos essas mazelas todas para serem tratadas. E esta Comissão, de Direitos Humanos, não somos uma CPI, não somos uma Comissão Externa, temos uma limitação no poder da Comissão, de levantar o problema, grandes depoimentos, etc., mas temos na Comissão também a competência para a legislação participativa. Ou seja, podemos, sim, através de uma entidade que fizer a propositura de uma conclusão nossa, fazer até sugestões legislativas de reforma da Constituição, de reforma da legislação, reforma da Funai, reforma da Funasa. Temos condições para isso. Vamos demorar um pouco, talvez, nessas audiências, vamos nos tolerar uns aos outros colocando as questões no contraditório para que a gente tenha um resultado bom. O primeiro a se inscrever foi o Senador Jonas Pinheiro, que está com a palavra. Depois, o Senador Capiberibe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª poderia me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Em terceiro lugar, Senador Tuma.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Drª Roseli, Davi, o Senador Delcídio foi bem claro nas suas explicações e é o que de fato acontece. A estrutura da Funai é arcaica, não condiz com a realidade do trabalho com os índios, não tem quadro de pessoal, o que tem está muito envelhecido. E o que aconteceu com a Funai é o que acontecia com a Embrapa e com o Ibama, e conseguimos adequar as condições de trabalho desses órgãos com o concurso para aumentar os seus quadros.

Pois bem, como disse o Senador Delcídio, isso é uma realidade. A Funai não tendo quadro, ocupa serviço prestado de entidades, e geralmente essas entidades têm uma vista fixa para uma determinada ação, sobretudo os antropólogos, que querem aumentar a área e ficamos nessa guerra. Se o Governo tem que assinar uma expansão de área indígena ou não. Só no Mato Grosso esses relatórios dessas entidades querem mais 3,5 milhões hectares de terra, onde já tem 14 milhões de hectares de terra delimitada.

O problema remetemos agora para a Funasa. E o problema da Funasa em Mato Grosso não é diferente do problema do Mato Grosso do Sul com respeito à saúde dos índios, sobretudo dos índios menores.

Entretanto, no Estado do Mato Grosso, o Governo do Estado assumiu parte do trabalhos com os índios. Criou até uma coordenaria específica para isso. Colocou um antropólogo que tem um bom relacionamento com os índios e o governo está ajudando. Pois bem, mas o governo é passageiro, e deste governador termina antes de dois anos, e outro como procederá nesta área indígena?

Por isso quero aqui solidarizar-me também com esta comissão e com o Sr. Presidente, e dizer que estamos a postos para ajudar nessa solução. E quero apenas pedir desculpas para o nosso companheiro Senador Delcídio que tem uma visita ainda em Mato Grosso, que, em função do atropelamento do final do ano, não tivemos mas irei retomar isso ainda hoje, porque vou encontrar com o Governador Blairo Maggi, para fazermos essas reuniões *in loco* para fechar todo o procedimento daquela comissão externa do Congresso Nacional, do Senado, e tem também que tem o mesmo propósito.

Por isso, Sr Presidente, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Com a palavra, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Davi, Srª Roseli, Srs. Senadores, nós evoluímos bastante na discussão das questões indígenas no país, na questão do negro, e na questão histórica da formação da sociedade brasileira. Às vezes, atribui-se aos antropólogos ou à Funai o reconhecimento de direitos aos povos indígenas, mas isso está contemplado na Constituição de 88, o reconhecimento dos direitos originários. As terras indígenas estão na Constituição e foi um passo decisivo na convivência democrática e na construção de uma sociedade plural, o reconhecimento das terras indígenas está começando a acontecer. Digo que no meu Estado que tem 143 mil quilômetros quadrados, um Estado pequeno, mas se calcula, com base nos sítios arqueológicos até agora descobertos, que no século XVI, quando os europeus chegaram por aqui, havia em torno de quarenta a cinqüenta mil habitantes nesse espaço. A rigor, se fôssemos cumprir o que determina a Constituição, teremos que reconhecer as áreas indígenas que lhes correspondiam no século XVI. É direito originário garantido pela Constituição. Acontece que já não há uma demanda para isso, até porque quinhentos anos depois foram reduzidos a cinco mil índios, de quarenta a cinqüenta mil, foram reduzidos a cinco mil. Então, o que resta para nós – e a discussão política é interessante – é reconhecermos a dívida histórica com os povos indígenas, do ponto de vista político. É isso que me parece que resistimos muito a reconhecer, politicamente, a existência dessa dívida.

E um país como o Brasil, são trezentos mil índios, com uma diversidade cultural fantástica, e que

temos obrigação de proteger essa diversidade cultural, porque dela usufruímos e muito. Então, o que precisa é reconhecermos politicamente essa dívida histórica e concretamente definirmos recurso. A Funai não vai poder trabalhar sem dinheiro. Tem um detalhe: Vou repetir uma história, Sr. Presidente, V. Exª conhece a história. Encomendei um programa de saúde para os povos wayampi e o médico militante, quando mostrei para ele, que era o meu secretário-adjunto lá de saúde, o valor, R$ 500,00 **per capita,** ele deu um salto para trás. Mas como é que vamos explicar que vamos gastar R$ 500,00 **per capita** se gastamos R$ 200,00 com a sociedade envolvente, os brancos? Aí perguntei a ele quanto tínhamos gastado no ano anterior com os wayampi. Ele disse: – Não, não se gastou nada. E há dez anos? Nada. Durante quinhentos anos, não se tinha gasto um centavo com a saúde do povo indígena wayampi. Eu disse: Então temos que reconhecer que há uma dívida. Estão justificados os R$ 500,00. Isso é uma questão que temos que decidir e pressionar no sentido de resolver definitivamente. Essa convivência é fundamental. Insisto, porque estamos todos empenhados. Somos resultado da democracia, somos eleitos pelo voto direto, majoritário do cidadão. E na Constituição democrática é preciso que a gente contemple definitivamente e reconheça essa dívida.

Queria encerrar, Sr. Presidente, para cumprir os três minutos e dar oportunidade a todos, queria entregar, em mãos, o resultado de um projeto que estabeleceu uma ponte entre povos tão diferentes. Um projeto, uma etno-ópera que reúne músicos indígenas e músicos instrumentais clássicos, entre eles da Orquestra de Câmara do Teatro Municipal de São Paulo, da Escola de Música Erudita de Macapá e índios Wayana, Palicu e Tyrio, lá do Tumucumaque. É um espetáculo belíssimo, um trabalho muito bem feito, em parceria com o Ministério da Cultura, uma participação efetiva do Ministro Gilberto Gil, que entendeu a necessidade dessa construção democrática, não é? E também do Sesc Pinheiros, em São Paulo. Queria passar às vossas mãos, acho que é o momento importante para lhe entregar pessoalmente. Faço questão de lhe entregar pessoalmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador João Capiberibe, será que não vamos ter direito a uma igual?

Mas, Sr. Presidente, eu apenas gostaria de cumprimentá-lo pelo resultado dessas audiências que estão sendo feitas.

Infelizmente, tive que ficar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para dar número para a indicação de embaixadores, que eram cumulativos, mas precisam ser votados e apreciados, e também para a discussão de um requerimento sobre uma audiência pública em Foz do Iguaçu, em razão do conflito que está trazendo um prejuízo muito grande a brasileiros que estão sendo praticamente expulsos do Paraguai e em conflito com a guerra contra a pirataria e o contrabando que as autoridades brasileiras desenvolveram e hoje são ajudados pelo Paraguai. Então, há uma discussão de uma audiência pública naquele local para se discutir a situação dos brasileiros.

Então, nós temos vários conflitos humanos que estão trazendo uma série de preocupações ao Senado. Então, o Senado está fazendo o seu papel.

A felicidade com que V. Exª foi iluminado em trazer a esta Comissão a discussão do problema indígena é uma resposta bastante eficiente a essas entidades internacionais que permanentemente criticam o Brasil em alguns aspectos.

Eu vi aqui, na **Folha**, sobre a Anistia, em que eles dão como exemplo dois problemas: a morte das crianças indígenas – que nós achamos que é um problema bastante grave –, mas a situação da saúde pública, que está numa dificuldade muito grande. A assistência vem decrescendo, e os governantes estão aplicando muito na zona urbana, que tem uma repercussão maior na imprensa escrita, falada e televisada. E só veio a público por causa desses acontecimentos em Dourados – deve haver em outras comunidades indígenas, que vocês que acompanham de perto poderão nos trazer e a gente montar realmente o mosaico que V. Exª quer da situação indígena no País. No caso dos Cintas-Largas, a Polícia Federal está fazendo uma investigação. Por quê? Porque havia uma promiscuidade na exploração do minério mais caro do mundo, o brilhante, naquela região, com contrabando e aquiescência da comunidade indígena e das chefias. Então, um processo político-policial hoje lá, que está sendo apurado com a morte de vários garimpeiros provavelmente pelo conflito no valor desse contrabando, que realmente não estava sendo fiscalizado.

Então, essa resposta que se dá aqui, nesta Comissão, deve chegar à Anistia Internacional como um ponto altamente positivo. Nós não estamos descurando do procedimento indígena. Então, o Senador Delcídio Amaral conhece profundamente, assim como o Senador Jonas Pinheiro e o Senador João Capiberibe, que participaram ativamente. Eu infelizmente não pude ouvir o Senador Paulo Paim, mas vou pedir que me conte o que ele fez referência, e a gente talvez lançar o Jonas Pinheiro como candidato, para dar continuidade

ao Governo lá do Estado do Mato Grosso do Sul. Mas V. Exª conte com a gente, e acho que está no caminho certo. Esses depoimentos trarão, sem dúvida nenhuma, um relatório correto do que está acontecendo no País, e já está mexendo com atendimento melhor, principalmente... Porque não dá para hoje se discutir lá na Comissão de Relações Exteriores.... Esgotou meu tempo, eu paro! Sobre o convite ao responsável pela discussão do milênio, principalmente contra a fome, que tem oito projetos, programa internacional. A gente achar que tem índio, crianças índias morrendo de fome é uma coisa que nos traz uma angústia com a qual a gente talvez não consiga nem dormir, sonhando com a possibilidade da reversão desse quadro.

Então, acredito que V. Exª está no caminho certo. Balança a roseira das entidades que trabalham com as comunidades indígenas e principalmente as oficiais, a Funai e tantas outras, para definir claramente, porque não adianta dar terra, Senador – V. Exª vive no Mato Grosso. Se der terra e não der o que produzir, não der uma consciência também à comunidade indígena de que ela tem que produzir o seu ganha-pão, se ficar na dependência de atendimento externo, como aquelas máquinas na última reunião que V. Exª fez, apareceu aqui, tudo paralisado por falta de doações que possam fazer com que os misturadores e as máquinas funcionem. Não pode acontecer. Não pode depender exclusivamente da caridade humana de alguém. Quer dizer, o Governo tem que intervir fortemente para dar um atendimento mais claro aos objetivos da comunidade indígena, para que eles possam realmente sobreviver e ter o seu sustento garantido pelo Governo através da produtividade que eles possam fazer.

Obrigado por ter permitido que eu falasse.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Inicialmente, eu quero fazer uma correção em relação ao pronunciamento do meu amigo Capiberibe com o qual o qual eu concordo plenamente. Só que, na Constituição, o verbo ocupar é usado no presente porque senão ele iria tirar todo mundo lá do Amapá. Esta é a primeira observação.

A segunda observação é em relação à morte dessas crianças lá que entristece e cria uma ferida no nosso País, na nossa situação. Tem que ser mesmo apurado quem são os responsáveis. E eu acuso principalmente a Funai e, depois, o Ministério da Justiça, porque ela delega os cuidados indígenas para terceiros e não fiscaliza. Não é possível morrer de fome. Eu não pequei a exposição dos senhores mas sei que na Funai existem duas linhas antropológicas bem claras – uma é a que querem que os indígenas voltem a andar de tangas e viver como antigamente para terem campo de estudo para servirem de experimentação e a outra é a que querem que eles façam o que eles querem fazer. Eu, também, sou descendente de índio e eu convivo muito com os meus índios de Roraima – há mais de 35 anos eu presto assistência médica a eles e convivo com eles e sei que todos querem. Quem é que não ter água gelada em casa ou ter uma picape para ir aonde quiser e voltar e ter um médico à disposição e ter escola boa para os seus filhos? O Lula tem feito coisas boas. Ele reconhece muitas áreas indígenas. Essas organizações ficam reclamando dele porque querem que ele faça do jeito que eles querem. A Raposa Serra do Sol só não foi homologada ainda porque o Lula passou dois ou três dias lá e sabe como é a situação, sabe quem são as pessoas que vivem lá. São pessoas já de três ou quatro gerações que vivem com os índios e querem que expulsem todo o mundo para transformá-la em uma área única. Desde que o Collor transformou a área Ianomâmi em uma área única, eles, agora, estão com essa história de fazer área única, de emendar tudo o que é área indígena. É um negócio assim para acabar. E, principalmente, porque o mineiro está em cima. Agora, eu sempre me pergunto: por que os Cintas-Largas não podem explorar o diamante que está lá embaixo? Por que os macuxis de Roraima e os apixãs não podem explorar o diamante que, também, não dá – então, um pouquinho mais fundo: 1 metro do que os do Cintas-Largas? Por que não podem? Eles são cidadãos iguais a nós. Eles têm o direito de explorar tudo isto. O que falta é esta Casa, aqui, que tem falhado. Nós acusamos muito o Governo e o Executivo mas esta Casa tem falhado porque ainda não se regulamentou o garimpo nas áreas indígenas. Não regulamentou porque do jeito que a Constituição fez, só quem pode garimpar neste País são grandes empresas. Fala-se em cooperativa de garimpeiro mas nós sabemos que os nossos garimpeiros não têm condições de fazer cooperativas. Os garimpeiros que garimpavam lá em Roraima, com essa historia de área indígena, de Ibama e de não sei o que e tudo, são mais ou menos cerca de 30 mil pessoas que estão vivendo na Venezuela e na Guiana, sendo tratados como pessoas de qualidade inferior. Agora mesmo, havia mais de 30 presos lá na Venezuela porque estavam ilegais.

Nós, então, temos que regulamentar não só o das áreas indígenas como, também, temos que dar um jeito para que as pessoas que não têm recursos, não têm dinheiro para ter uma grande empresa – porque este País é mesmo dominado por uma minoria e eles também querem ser os donos do minério. Então, fizeram da forma com que os garimpeiros não têm acesso ao

garimpo. Lá no meu Estado, eles não podem garimpar porque não têm condições de se organizarem em cooperativas e quando se organizam numa cooperativa, não têm recursos para fazer o garimpo. Então, essa história de garimpeiros só em forma de cooperativas é uma coisa errada que está na Constituição porque o cidadão que mora no lugar – ou as famílias indígenas que moram – sabem que no igarapé do Ailan, no Gotingo, tem diamante e que numa serra "tal" tem brilhante, tem ouro e diamante e não pode garimpar. Eu, então, acho que é assim. Essas crianças morreram por falta de responsabilidade principalmente da Funai, que delega para a ONG os cuidados dos índios porque eles também não têm gente – os recursos deles são pequenos. Quando eles delegam para a ONG, conseguem dinheiro do Ministério da Saúde e de outros órgãos para ajudar. São as manobras que eles fazem mas o que nós temos que fazer é esclarecer e definir, de uma vez por todas, o que é área indígenas e o que não é área indígena neste País. Mudar essa política indigenista – fazer com que os índios querem que faça. Se eles querem plantar irrigado, como plantam lá na minha região, plantem. Se eles querem plantar mandioca com a mão, plantem. Se eles querem carregar a palha na cabeça ou numa carroça de boi ou dentro de um carro, eles têm que decidir, e não um antropólogo da Funai ou a gente. Eles são cidadãos iguais a nós e têm os mesmos direitos – está escrito aqui que eles têm o mesmo direito –, e temos que respeitar isto e fazer com que a Funai respeite o que os cidadãos indígenas querem fazer nas suas comunidades, nas suas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, passo a palavra para o Sr. Davi para as suas últimas considerações.

O senhor dispõe de 13 minutos.

O SR. DAVI DE OLIVEIRA TERENA – Eu gostaria de reforçar o que o nosso Senador Augusto Botelho disse a respeito dos direitos indígenas, quando o Senador disse que o índio tem o direito de explorar as suas riquezas. A Lei nº 6.001 diz isso, e o art. 1º diz: "estender o benefício da lei do País para as comunidades indígenas".

Se a Lei nº 6.001, de 73, disse isso, se a nossa Constituição disse que somos todos iguais perante a lei... Mas, referindo-se aos índios Cintas-Largas – e a Constituição disse que o subsolo é da União –, a partir do momento em que o índio está garantido pela lei, que diz que ele tem o direito de garimpagem, de lavra, de faiscação. Mas, se o índio quiser explorar o subsolo, que é da União, o índio não tem condições porque não tem recursos para obtenção de maquinário suficiente para fazer esse trabalho.

Referente ao Raposa-Serra do Sol, nobre Senador, existe uma denúncia que até os parlamentares, Deputados Federais de Roraima, conhecem, que tem que ser levada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, tem que conversar com os interessados: os invasores e o índio. Tem que sentar porque se não houver diálogo não vai haver negociação.

Então, o índio, por lei, não está proibido de ter o seu desenvolvimento. Ele quer ter uma geladeira, quer ter um carro importado e tem todo o direito por lei. E agora o senhor citou a Funai. Todos que foram indicados para presidir a Funai são incompetentes para resolver o problema do índio, e ele não quer conversar com as autoridades, com os Senadores. Se V. Exª pedir uma audiência hoje vai levar uma semana. Isso é falta de respeito, de autoridade, e tem que mudar isso. Essa incapacidade da administração do órgão hoje vai comprometer a imagem do Governo. Pode ter certeza disso. Então, não é qualquer pessoa que tem que dirigir a Funai. Ela tem que conhecer os hábitos dos índios, tem que conhecer lá, lá embaixo, porque qualquer administrador tem que conhecer tudo.

Quero agradecer essa oportunidade mais uma vez de eu ter esse privilégio de colocar essas idéias e a situação e o problema do índio.

Muito obrigado, nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) **–** Sr. Davi, eu estava ouvindo com atenção. Realmente, dirigir a Funai e colocar todos os problemas, que são problemas da sociedade, e nós estamos transferindo para uma instituição. Eu sei que a Funai realmente é uma instituição complicada. Para se ter idéia, relativo a esse musical que está aí, a Funai negou os documentos para os índios viajarem a São Paulo para fazerem o espetáculo no teatro do Sesc. Mas nós não podemos transferir para a Funai a responsabilidade que é do conjunto da sociedade. Nós podemos resolver o problema da Funai, colocando recursos. Se o Governo tiver decisão política, resolve.

Agora outra questão, por exemplo, como dirigir a Funai? Quantas etnias existem?

O SR. DAVI DE OLIVEIRA TERENA – 190 etnias diferentes.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) **–** Com culturas diferentes. Então, não tem gênio que

possa conduzir a Funai com sucesso, porque é uma diversidade cultural imensa. Por exemplo, um dos índios Oiampi do meu Estado quando eu era Governador mandaram devolver a merenda escolar, o sal e o açúcar. Eles não querem. As crianças deles não precisam de comida; eles têm comida. Por que eles vão receber comida? Faz parte da cultura deles não comer nem sal nem açúcar. E devolveram. A Funai criou um problema enlouquecedor, porque, na verdade, os índios não usavam aqueles alimentos, mas os funcionários da Funai usavam. Mas eles devolveram os alimentos.

Então, temos um problema cultural que é muito difícil para a sociedade dominante entender, e essa questão tem que ser discutida também. Há um abismo cultural na relação entre dominante e dominado, neste caso aqui. E precisamos construir caminhos. A Funai precisa ser remoçada, renovada, reconstituída, restaurada ou ser até eliminada e começar algo diferente. Mas, para começar alguma coisa diferente, temos que considerar essa imensa diversidade que vamos ter que tratar: 180 etnias com línguas diferentes, com costumes diferentes e, mais, com uma sociedade que tampouco está muito interessada em reconhecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra, a Srª Roseli para suas considerações finais, por três minutos.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Quero agradecer a oportunidade e esclarecer ao Senador que aquele documento faz parte dessa denúncia em que o Juiz recebe em todo o seu teor. Ademais, gostaria de convidar V. Exª também para conhecer a nossa entidade, que tem um trabalho social com o índio reconhecido pela Assembléia e pelas Câmaras Municipais de vários Municípios em que trabalhamos. Inclusive, agora, dia 8, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, participamos, no Ministério Público, na Procuradoria de Justiça do nosso Estado, com mulheres índias e produtoras rurais, produtoras rurais expulsas de suas terras por alguns índios e índias "desaldeadas", no qual, inclusive, recebemos até vários documentos nos parabenizando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) **–** Só para entender. Desaldeadas é expulsas ou o contrário?

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Não, foram indo para a cidade e começam a ficar sem oportunidade, o pessoal discrimina. Então, elas fazem artesanato, e nós estamos ajudando essas pessoas a conseguirem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tinha entendido, por isso fiz esse esclarecimento só... As mulheres brancas foram expulsas por alguns índios, a senhora colocou...

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Não, conseguimos juntar mulheres que estão fora das suas áreas, porque as suas áreas estão tomadas e ainda não há a decisão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) **–** Isso, agora entendi. Que suas áreas foram tomadas, como também área de índio, que as suas áreas foram tomadas.

A SRª ROSELI MARIA RUIZ SILVA – Não tem problema. Pois não. Gostaria de dizer a V. Exª também que anteontem dei uma entrevista à **Folha de S.Paulo**, em que me questionaram sobre o que achava da atitude do Presidente da República de, no dia 28, ter decretado a minha área como indígena. Eu respondi – se ele tiver gravado, é da sucursal de Campo Grande – a ele: o que o Presidente pensou para fazer isso numa área de fronteira não sei, eu não o conheço. Tive um contato muito rápido com ele quando da visita a Campo Grande. O que sei é que Fernando Henrique, quando saiu, deixou, no apagar das luzes – e o seu Ministro assinou a portaria – a bomba para estourar agora.

Então, aquela referência não foi nem a PT nem a PSDB. Estou aqui colocando o que aconteceu e o que vem acontecendo.

Espero que, assim como o Presidente da República, no seu discurso de posse, disse que era o funcionário público número 1 do País, todos aqueles que receberem dinheiro fruto do imposto pago pelo cidadão venham mesmo a agir em relação a tudo isso. Informo a V. Exª que, se a terra fosse o problema causador das mortes dos índios, os cadiueus, no meu Estado, que detêm 358.536 mil hectares para 1.256 índios, não estariam na miserabilidade em que estão. O que falta é o Governo ter uma política séria para as comunidades indígenas. Eles são iguais a nós, e o que nós, como ONG, pregamos é: que nós todos, indistintamente, negros, índios, brancos e japoneses, temos que respeitar as diferenças. Porém, neste País, todos terão que respeitar a lei. A lei é para todos, não é só para uns.

Muito obrigada.

Espero não ter ofendido algumas pessoas que assim se sentiram. Perdoem-me, mas vivo há seis anos um terror que vocês acabaram de ver.

Muito obrigada, Senador, pelo convite, e, Davi, fica em pé a nossa proposta de conhecer o nosso trabalho com os nossos irmãos índios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Pois não, para as suas palavras finais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero só dizer que aceito o convite para visitar. No dia em que o Presidente entender, podemos até formar uma comissão e ir para lá ver, como foi dito, efetivamente

qual a situação tanto nessa realidade, como naquela outra realidade em que foi dito que os índios são confinados em um pequeno pedaço de terra. Isso deve estar prejudicando a vida deles também. Não há como não achar que não. A terra está ligada, como também a estrutura e as críticas aqui feitas, para apontarmos caminhos. Ponto!

Meus cumprimentos a ambos os painelistas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, o Senador-Presidente, Juvêncio da Fonseca, já me informou anteriormente que está aguardando um pouco a evolução do quadro para realizarmos as diligências externas. Estão dentro da programação do Senador Juvêncio da Fonseca essas visitas, que seriam importantes para o quadro final de composição.

Desculpe-me a intervenção, mas, como V. Exª já tinha me dado essa resposta a uma sugestão, acho que ela deve prevalecer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador Romeu Tuma, foi muito bom que V. Exª tenha antecipado minha resposta. Foi, inclusive, uma reivindicação de V. Exª também.

Senador Paulo Paim, já na próxima quinta-feira ouviremos o Alexandre Padilha e o índio Adair Gonçalves Sanches para saber se ele confirma o que foi lido aqui e que já havia lido nesta Comissão. Ouviremos os dois, salvo se houver outros requerimentos.

Com referência a ouvir outras pessoas, há plena liberdade nesta Comissão. Aqui contraditório é importantíssimo. Não podemos aceitar o maniqueísmo de ficar de um lado só. Se fizermos isso, esta não será a Comissão de Direitos Humanos, mas só do direito de alguns.

Agradeço muito ao Davi, que aqui compareceu e que nos apresentou uma exposição muito boa, técnico-jurídica, tratando do assunto indigenista com muita objetividade e demonstrando que está qualificado, como muitos índios, para dirigir as entidades indígenas.

Precisamos acabar com o ranço e a discriminação contra o índio. Já existe uma geração de índios que tem condições, sim, de tocar, administrar, fazer a gestão dos órgãos de defesa indigenista. O Davi é um desses que podem ser objeto de nossa observação e do próprio Governo para aproveitá-los nessa atividade.

Agradeço a presença da Srª Roseli Maria Ruiz Silva, da Recover do Mato Grosso do Sul, que todos conhecemos. Sabemos da sua grande sensibilidade, Senador Paulo Paim, para com os indígenas de Mato Grosso do Sul. Sabemos que essa ONG foi criada justamente em um ato de desespero para que pudesse se fazer representar nos momentos de discussão das questões indigenistas, fundiárias e de terra no Estado do Mato Grosso do Sul. Não era admitido que o proprietário simplesmente fosse discutir no Cimi, na Funai ou em qualquer outro lugar.

É interessante que, em todo esse período, a Recover tenha-se portado pacificamente. Temos acompanhado isso. Todos temos a obrigação de acompanhar. A Recover tem-se portado ativamente, mas de maneira moderada e conciliadora. Como ela disse, temos que tratar de todas as minorias, mas, antes de tudo, temos de respeitar a lei.

A grande preocupação existente no Mato Grosso do Sul para a solução das questões indígenas é que estamos vislumbrando que tanto o indígena, quanto o proprietário rural são duas vítimas do processo que está aí. A questão fundiária na fronteira é complicada. Os proprietários, como a própria Roseli, pagaram regiamente sua propriedade, têm suas benfeitorias, sua atividade produtiva e sua atividade econômica. O índio tem necessidade também de expansão das aldeias. Dizem que eles estão cercados de soja nas aldeias, mas são homens que pagaram sua terra, estão trabalhando e produzindo. Como fazemos para resolver esse problema? Simplesmente deixamos que ocorram as invasões e entregamos sem indenização? Isso é um absurdo, isso não existe, ninguém quer isso. Só que está ocorrendo esse insuflamento das invasões. Nisso que temos que temos que trabalhar.

Aquela PEC nº 03/2004 que tenho – e que está na CCJ para ser votada – permite dar autorização legislativa à União para fazer a desapropriação de terras e pagar o justo preço não só da benfeitoria para que possa expandir as aldeias. Do jeito que está, a União não tem condições de dizer que resolverá a questão, desapropriando a área e solucionando a questão financeira da desapropriação por meio de um título da dívida indígena, como ocorre no caso da reforma agrária. Para a reforma agrária há solução jurídica, para uma obra pública há solução jurídica, para a questão indígena não há solução jurídica. Aqueles mais apressados e mais radicais às vezes jogam na invasão uma tentativa de solução, e vem o conflito. Nessa situação difícil da questão fundiária, ficam em situação difícil o índio e o proprietário que pagou o régio preço. Não estou dizendo os grileiros de terra devoluta. Há muita diferença, Senador Capiberibe, no caso dos grileiros de terra devoluta, porque, na verdade, terra indígena, segundo a Constituição, são as terras devolutas, não são as terras tituladas.

Existe uma injustiça histórica contra o índio? Existe, todos nós sabemos disso. Mas não vamos

consertar agora com varinha de condão. A discussão nesta Comissão é muito proveitosa, porque traz para o Congresso Nacional e para a Nação brasileira essas questões todas, que são discutidas e analisadas de ambos os lados. Buscaremos uma solução, que seria uma reforma constitucional – que é necessária –, uma reforma jurídica da legislação indigenista, que também é necessária. Ao mesmo tempo, uma reestruturação das instituições que lidam com a questão indígena. A Funai é importante? É, mas do jeito que está não é importante, gasta 150 milhões de reais por ano para administrar 50. Isso não cabe na cabeça de ninguém, tanto que acontece essa repercussão hoje da Anistia Internacional, fazendo essas críticas severas contra nós, com razão. Não temos que criticar uns aos outros; temos que nos ajudar e buscar a solução mais objetiva possível que contemple a sociedade brasileira antes de tudo, porque ela é composta também dos índios.

Para encerrar nossa reunião, eu gostaria de aproveitar – o que não fiz no início –, já que todos conhecem a Ata da reunião anterior, e se possível aprová-la.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Para a próxima semana, quinta-feira, no mesmo horário, ouviremos Adair Gonçalves Sanches e Alexandre Padilha. Isso no dia 7.

No dia 14, que é a outra quinta-feira, não teremos condições de fazer audiência. Daremos um balanço dessa audiência para que nossa Assessoria possa fazer um relatório preliminar ou parcial, para que possamos começar na outra quinta-feira com o requerimento de V. Exª, talvez aprovado na próxima semana.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Depois de ouvirmos os convidados, veremos o desdobramento.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Podemos fazer, inclusive, um trabalho conjunto de Mesa e de Senadores, com uma pauta de trabalho. Qual é o próximo passo que daremos, podemos fazer isso, inclusive, extra-oficialmente, não formalmente. Fora da reunião podemos fazer uma pauta de como agiremos daqui para frente.

Feitas essas considerações, ais uma vez agradeço aos nossos convidados. A Roseli está entregando toda a documentação de gravação e vamos distribuir depois aos Srs. Senadores e a todos aqueles que tiverem interesse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o senhor puder distribuir já analisado, seria importante, porque a Secretaria faria um relatório mais conclusivo, a documentação é vasta.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Eu gostaria de registrar que o Deputado Federal Pastor Reinaldo se encontra aqui, acompanhando nossa audiência. Muito nos alegra e nos honra sua presença.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h31min.)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 07 de abril de 2005, quinta-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e vinte minutos do dia sete de abril de dois mil e cinco, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, REGINALDO DARTE, GARIBALDI ALVES FILHO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBERIBE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM e SIBÁ MACHADO.** Tendo o Senador **FLÁVIO ARNS** justificado ausência, conforme o Ofício/GSFA/0295/2005, de 07.04.2005. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada. A presente reunião tem com objetivo a realização de **Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram os Senhores: **Adair Gonçalves Sanches –** Índio, residente em Amambaí/MS e **Alexandre Padilha –** Diretor do Departamento de Saúde Indígena da FUNASA. Saudados os presentes , pelo Senhor Presidente, são convidados a proceder à explanação sobre o tema da audiência pública. São lidos e aprovados os requerimentos nº 10, de 2005 – CDH, do Senador Romeu Tuma, nº 11, de 2005- CDH, do Senador Juvêncio da Fonseca e nº 12, de 2005- CDH, do Senador João Capiberibe, todos, tratando do convite de autoridades que deverão dar seqüência aos debates sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS, em ato contínuo, é aprovado o encaminhamento de expediente da ECOA de Campo Grande/MS, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, por tratar-se de assunto pertinente à competência regimental daquela comissão. Conclusa a explanação de todos, o Presidente convoca a próxima reunião para o dia 28, de abril de 2005. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Havendo número legal, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura.

A Ata anterior encontra-se sobre a mesa, e solicito aos Senadores a sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos, então, à realização de audiência pública e a instalação e eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão. Na medida do possível, vamos cumprir toda a pauta e, se possível, intercalar as pessoas que estão sendo ouvidas.

Hoje temos dois convidados: o Dr. Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde da Funasa, e o Sr. Adair Gonçalves Sanches, índio de Mato Grosso do Sul, residente em Amambaí.

Esta audiência é o seguimento de várias outras que já realizamos e tem por objetivo, principalmente, a questão dos direitos humanos relacionada com a morte de criança indígena nas aldeias de Mato Grosso Sul, mormente na aldeia da cidade de Dourados, naquele Estado.

Encontra-se presente hoje o Dr. Alexandre Padilha, da Funasa, o que entendemos ser de grande importância para os esclarecimentos de fatos ligados àqueles acontecimentos. Agradecemos ao Dr. Alexandre a sua presteza e o seu pronto atendimento a esse nosso pedido.

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Padilha para os esclarecimentos sobre a mortalidade infantil não só na aldeia de Dourados, mas em Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil.

Fica V. Sª com toda a liberdade para abordar este assunto na amplitude que entender pertinente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Juvêncio e aos membros da Comissão o convite. Agradeço aos assessores, ao setor da imprensa, às pessoas ligadas às organizações não governamentais que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas. Trata-se de um agradecimento não só pelo convite, mas pela própria instalação da Comissão, pelo esforço do Senador Juvêncio em trazer esse debate para o Senado. Já existe uma comissão externa na Câmara, o que propicia que o debate venha para toda a sociedade por meio dos setores da imprensa. É também oportunidade de qualificá-lo e, mais do que isso, de envolver todos os setores da sociedade, do Governo, do Parlamento, da sociedade civil, para podermos enfrentar essa questão da defesa dos direitos dos povos indígenas, em particular do acesso à assistência à saúde e da garantia de produção de alimentos e da segurança alimentar.

É fundamental, porque se não houver o envolvimento de todos os setores da sociedade, não vamos conseguir enfrentar uma situação que é histórica, que é secular, de exclusão dos povos indígenas em todo o Brasil e, particularmente, em algumas regiões deste País onde a pressão da sociedade envolvente faz com que o direito à terra, o direito à produção de alimentos, o direito à defesa da sua cultura, o direito à preservação dos seus hábitos estejam o tempo todo em risco no nosso País.

É verdade que avançamos muito ao longo dos anos, depois da nossa Constituição Federal, na defesa dos direitos dos povos indígenas, inclusive etnias que estavam em risco de extinção, depois que o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a partir de 1999, reverteram a tendência de redução da população de números muito elevados da mortalidade infantil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Esqueci-me de lhe dizer qual o tempo de que dispõe: são aproximadamente 20 minutos.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – V. Exª me disse que eu estava muito à vontade. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Aproximadamente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É o suficiente, Senador.

Muito avançamos, mas muito há de se avançar não só em relação aos direitos com um todo, mas também em relação à saúde.

Quando o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a mortalidade infantil entre os povos indígenas, em todo o Brasil, era de 112 por mil nascidos vivos. No ano de 2004, atingimos a menor taxa de mortalidade infantil: 47 por mil nascidos vivos. Esse indicador é, em parte, um motivo de comemoração, mas, em parte, um motivo de reafirmar o compromisso porque 47 por mil nascidos vivos significam duas vezes mais do que o restante da população.

Em todo o País, a vulnerabilidade social e epidemiológica das populações indígenas, o acesso que têm ao serviço de saúde nos Municípios onde vivem, como a rede hospitalar e a organização de seus serviços, e mesmo a forma com que esses povos ocupam

seu território fazem com que eles estejam, permanentemente, em risco. Tal situação, exige de todos nós esforços mais continuados para poder reduzir, cada vez mais, esse indicador de mortalidade infantil, que é um deles.

No caso do Mato Grosso do Sul, a Fundação Nacional de Saúde, por ter uma preocupação muito grande com a situação da insegurança alimentar que acomete aqueles povos indígenas – naquele Estado, há 56 mil índios cadastrados que vivem dentro de aldeias –, desde 2002, começou a desenvolver um programa de vigilância nutricional, que acompanha, mensalmente, todas as crianças menores de cinco anos. Temos a maior taxa de cobertura de um programa de vigilância nutricional. Noventa por cento das crianças menores de cinco anos são acompanhadas mensalmente. A totalidade delas é acompanhada, pelo menos, quatro vezes por ano.

Ainda em 2002, instituímos o Centro de Recuperação Nutricional em Dourados, que utiliza um equipamento que, até 2003, era utilizado para controle e tratamento de crianças tuberculosas. O fato de termos reduzido a incidência de tuberculose, permanentemente, naquela região, fez, inclusive, com que aquele equipamento não tivesse mais utilidade para o controle da tuberculose e, assim, o transformamos no Centro de Recuperação Nutricional.

Em 2004, detectamos a necessidade de revitalização do Centro de Recuperação Nutricional e contamos com o apoio não só das ações da Funasa, da própria organização não–governamental que existe lá, mas também do Programa Fome Zero. Todo esse trabalho de vigilância nutricional, desde 2002, detecta algumas questões importantes a serem percebidas por todos para podermos qualificar o debate.

Primeiro, ainda hoje, há altíssimos índices de desnutrição e de risco nutricional entre os povos indígenas, particularmente da etnia guarani-kaiowá. É importante todos saberem que, em 2004 – o menor índice de crianças desnutridas encontradas nessa etnia –, havia ainda 12% das crianças menores de cinco anos classificadas como desnutridas e 15% das crianças dentro do que chamamos de risco nutricional, ou seja, quando a criança já começa a mostrar redução do peso com risco de chegar à desnutrição.

É importante que todos saibam que essa distribuição de desnutrição é desigual no Mato Grosso do Sul. Nas etnias terena e kadiwéu***,** que vivem na região central e norte do Estado, há índices de 2% ou 3%, o que é menor do que a média da população brasileira, particularmente na região Centro-Oeste do Brasil. No sul do Mato Grosso do Sul, há índices como esse. Nos guarani-kaiowás, o índice chega a 15% das crianças desnutridas em 2004. Então, se procurarmos entender quais são as causas da desnutrição, temos que entender quais são as diferenças de direito à terra, à preservação e à produção de alimentos entre as etnias que vivem no centro e no norte de Mato Grosso do Sul em comparação com as etnias do sul do Mato Grosso do Sul.

Não terei tempo aqui para falar da história da instalação dos guarani-kaiowás naquela região. Todos sabem que a situação vivida por esses índios em relação à garantia da sua terra, ao quase confinamento em duas aldeias, no caso do Município de Dourados, e à criação de outras reservas no sul do Mato Grosso do Sul, limita muito a capacidade e a possibilidade de essa etnia garantir a segurança alimentar. Isso tem um impacto direto na saúde.

É do conhecimento de todos que, neste ano, houve uma série de óbitos de crianças em diversas patologias – é importante todos saberem disso. Uma parte importante com acometimentos neurológicos, congênitos ou decorrentes logo no seu nascimento, como a paralisia cerebral; crianças que foram internadas por outras causas, doenças infecciosas ou doenças crônicas. Mas houve um número expressivo de óbitos de crianças por desnutrição. Com certeza, a desnutrição, a fome que as acomete teve influência na evolução clínica e, com certeza, contribuiu para o óbito.

Ano passado, ao detectarmos essa situação de desnutrição, todos os esforços mostravam a redução de internações por desnutrição e o que chamamos de uma redução na recaída de crianças internadas por desnutrição no Centro de Recuperação Nutricional – crianças que recebiam alimento e tratamento, iam para a aldeia e voltavam. Em 2002, esse índice era de 60%; em 2003, 35%; 2004, 10%. Mesmo assim, vimos a necessidade de assumir algumas ações da Fundação Nacional de Saúde para aquela região.

A primeira delas, em relação à atenção primária, prestada na aldeia pela equipe multiprofissional. Temos permanentemente quatro médicos compondo quatro equipes completas com médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e 33 agentes indígenas de saúde nas aldeias de Dourados. Além de essas equipes profissionais acompanharem as crianças, necessariamente teriam que começar a acompanhar as gestantes, tanto na parte nutricional, quanto na parte do pré-natal – que já faziam, mas que deveria ser reforçado –, para podermos detectar mais precocemente o risco de a criança que nascer da gestante desnutrida estar também desnutrida.

Segunda delas, em relação à atenção primária ainda, tratava da necessidade de chegarmos com saneamento, com água potável a 100% das famílias

nessas aldeias de Dourados. Em 2004, atingimos a meta: chegar a 100% de microssistemas de água em todas as aldeias de Mato Grosso do Sul. Todas as aldeias de Mato Grosso do Sul, hoje, possuem microssistemas de água. Contudo, pela própria explosão demográfica e pelo aumento da população, migração e mudança da composição familiar, não temos ainda 100% das famílias com água potável. Esta foi nossa meta para este ano: atingir, nessas aldeias de Dourados, um microssistema que dê 100% de água potável às famílias em casa.

Uma terceira ação, ainda em relação à atenção primária, diz respeito à ampliação da vigilância às gestantes, tentando prevenir a desnutrição. Além disso, tínhamos que, juntamente com outras ações, reforçar o pré-natal e principalmente o acompanhamento do parto. Estamos identificando vários nascimentos que, por má assistência ao parto, provocou alterações neurológicas nas crianças, o que pode contribuir para a manutenção de sua desnutrição.

Além da atenção primária, já havíamos planejado algumas alterações em relação àquilo que chamamos de atenção de média complexidade, ou seja, quando o atendimento e acompanhamento dentro da aldeia requerem o deslocamento ou a internação em algum serviço de média complexidade.

Nós tínhamos um centro de recuperação nutricional. Em 2004, investimos na revitalização desse centro, o que proporcionou, de forma muito importante, primeiramente, a redução de óbitos que tiveram a desnutrição como causa única e primária, de 2003 para 2004. Em 2002, quando foi criado esse centro, havia 17 óbitos cuja única causa era a desnutrição, diferentemente dos óbitos de hoje. Em 2004 houve quatro óbitos e neste ano estamos observando um número importante de crianças indo a óbito, o que preocupa e escandaliza a todos. Elas estão indo a óbito por doenças associadas à desnutrição, mas não por desnutrição como causa primária. Em 2004, os investimentos todos foram concentrados nesse centro de recuperação nutricional. Para 2005, já estava em nosso planejamento instalar nos municípios daquela região referências de recuperação nutricional para atendimento mais próximo das aldeias de onde vêm as crianças.

É importante que todos saibam que 87% das crianças internadas hoje no Centro de Recuperação Nutricional não são de Dourados. Elas vêm dos municípios da região sul do Mato Grosso do Sul e de outras aldeias. Então essa decisão da Funasa, de instituir unidades de recuperação nutricional em outros quatro municípios, é muito importante para aproximar as aldeias onde há procedência de crianças. Isso vai facilitar a reintegração, a internação mais precocemente e até o envolvimento de toda a comunidade no combate a essa situação.

Essas são as ações para a área de média complexidade. Para as ações de alta complexidade, a internação hospitalar, é importante que todos saibam que um componente importante na ocorrência dos óbitos existe pelo não preparo adequado ainda da assistência hospitalar em toda a região. A condução de uma criança desnutrida, em estado grave, ao hospital exige conhecimentos específicos. Já no começo do ano fechamos parceria com o Instituto Materno Infantil de Pernambuco, que é a principal instituição brasileira a oferecer cuidado ao desnutrido grave. É o responsável pela formulação do protocolo da Organização Pan-Americana de Saúde para o tratamento do desnutrido grave, para que esse instituto faça qualificação da assistência hospitalar, primeiramente nos hospitais de Dourados, mas também nos hospitais de Amambaí e de Iguatemi, os principais hospitais de referência para toda aquela região. Atualmente, essa qualificação está sendo feita por meio de uma assessoria desse Instituto, que encaminhou profissionais médicos. E nós da Fundação Nacional da Saúde, desde fevereiro, encaminhamos também para aquela região médicos que já têm experiência não só na saúde indígena, mas também no cuidado aos desnutridos, para desenvolverem essas ações.

Então, isso já estava planejado desde o começo do ano. Com a ocorrência de uma série de óbitos no mês de janeiro, o que reforçou a nossa preocupação, a Fundação Nacional de Saúde tomou a decisão de montar um escritório do departamento de saúde indígena no próprio município de Dourados. Vocês sabem que eu me transferi por um tempo para Dourados a fim de dar início à intensificação das ações emergenciais, que devem ser permanentes. Fiquei por lá durante uma semana e meia e transferimos várias pessoas do nosso gabinete aqui de Brasília para Dourados. Criamos uma força-tarefa, instalada a partir do dia 25 de fevereiro, que desenvolveu uma série de ações de intensificação com a prefeitura, com organizações não-governamentais, com a Pastoral da Criança e com os clubes de serviço. Há uma mobilização muito importante da sociedade como um todo neste momento, com o Unicef, com a própria Secretaria Estadual, juntamente com o apoio dos parlamentares municipais, estaduais e federais, com o auxílio de todos, conseguimos desenvolver uma série de ações emergenciais que estão tendo um impacto importante na redução de internações e de óbitos que têm como causa primária a desnutrição. No mês de março, também houve uma redução de óbitos, em números gerais, no pólo de Dourados.

Em que consistiram essas ações emergenciais? Primeiramente, instituímos oito equipes de profissionais para aquelas duas aldeias de Dourados, com o apoio da Prefeitura, com o deslocamento para aquela região de técnicos, médicos, enfermeiros e profissionais da Fundação Nacional de Saúde que desenvolveram aquilo que chamamos de um grande arrastão de intensificação da avaliação dessas crianças. Avaliamos, nesse período da força-tarefa, a totalidade das crianças que estavam em situação de desnutrição ou risco nutricional – cerca de 534 crianças –; classificamos todas em razão de seu estado de risco e fizemos um acompanhamento permanente dessas crianças.

Pudemos detectar, na primeira avaliação, que 26% das crianças que, no corte, na avaliação de janeiro, estavam desnutridas subiram, em fevereiro, em relação à curva, saindo do estado de desnutrição e subindo ou para a situação de risco nutricional ou para a normalidade no seu peso. Outro fato que percebemos nessa avaliação foi a redução do número de internações. No mês de janeiro, houve 16 internações hospitalares; no mês de fevereiro, 21; no mês de março, 8. Outro ponto que pudemos notar foi a necessidade de constituirmos equipes permanentes, além das quatro já existentes na região, e outra equipe multiprofissional para atuar não apenas nas duas aldeias, mas nos assentamentos que exigem esse grupo de profissionais, como Panambizinho*, e em outros locais, fora de terras indígenas, onde moram os índios, como no caso da Fazenda Viveiros Mudas, e em outros lugares onde os índios são contratados para trabalhar em fazendas. Sendo assim, mais uma equipe foi contratada para ficar permanentemente na região, independentemente da força-tarefa, e constituímos três equipes para acompanhamento específico das gestantes e das crianças para atuar nas aldeias também. Portanto, além das quatro equipes permanentes, compostas de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde, três equipes que ficarão na região permanentemente já foram contratadas para fazer o acompanhamento adicional e específico das gestantes e das crianças.

Essas foram as ações na atenção primária. Fizemos uma ação emergencial em relação ao saneamento. Enquanto não está concluído o projeto de extensão para 100% dos domicílios, instalamos, emergencialmente, caixas-d'água, contamos com o apoio da Prefeitura, da Secretaria Estadual de Saúde, da Sanesul* e do próprio Exército Brasileiro para abastecer essas caixas-d'água com caminhões-pipa. Amanhã, dia 8, apresentaremos para toda a sociedade de Dourados a finalização do projeto. Foi feito um estudo topográfico dos domicílios para extensão de 100% da água potável para todas as famílias naquelas aldeias, não apenas para Dourados, quanto para Amambai, e faremos isso este ano. A Unicef participará dessas ações conosco e está, inclusive, colaborando na parte de educação e saúde e dispôs-se a cooperar para agilizar a aquisição de insumos para manter ações emergenciais de saneamento neste momento.

Além disso, mandamos equipes diretamente da Funasa para ficarem permanentemente no hospital, juntamente com esse técnico do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, e supervisionarem o atendimento hospitalar. Detectamos, junto com as direções desses hospitais, a necessidade de qualificarmos a atenção. O Ministério da Saúde repassa, mensalmente, um incentivo para atenção aos povos indígenas nos hospitais. Discutimos com as direções hospitalares. Foi solicitado o aumento desse incentivo, que já será editado mediante portaria, a fim de que eles possam qualificar a sua atenção.

Detectamos hospitais onde não havia nutricionistas específicos para os pacientes tampouco UTI pediátrica. Nós do Ministério da Saúde abrimos, em 14 de março, 15 leitos pediátricos, tanto de enfermaria quanto de UTI, no Hospital Universitário em Dourados, para que possamos qualificar a atenção hospitalar naquela região.

Essas ações da força-tarefa foram capazes de reduzir as internações, reforçar o acompanhamento das crianças no interior da aldeia e reduzir o número de óbitos nesse período. Mas, atualmente, ainda existem algumas crianças que têm outras causas que as levam à internação e as colocam em risco de morte. De todo modo, com certeza, a desnutrição, de alguma forma, colaborou para a complicação do caso clínico.

É fundamental, além das ações de saúde que estão sendo desenvolvidas, haver medidas articuladas para enfrentar a questão da insegurança alimentar e do combate à fome, a fim de que ocorra melhoria da qualidade de vida daqueles povos. É importante saber que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a própria Funai estão sensíveis a esse problema, realizando ações emergenciais. Neste momento, discutindo já com as comunidades indígenas projetos estruturantes, porque o essencial não são apenas ações emergenciais, mas fundamentalmente atos adaptados à cultura daquele povo, ao meio onde vive e aos seus hábitos. Assim, esses projetos estruturantes poderão possibilitar mais segurança alimentar.

Há outra questão que demanda um debate importante para o qual serão chamados a participar o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Trata-se do assunto referente à terra. Precisamos resolver esse problema para os índios Guarani-Kaiowá, uma vez que

todas as ações na área da saúde, da educação e da assistência social têm um limite em relação a essa capacidade de impacto. A questão da terra – não só a da sua ampliação, mas também a da sua distribuição no próprio interior da aldeia – é fundamental. Sem acesso à terra, essas populações não poderão produzir seus alimentos, defender sua cultura, preservar sua identidade cultural e incluir-se na sociedade de forma autônoma e ativa. É necessário compreender a necessidade de inclusão dessas populações na própria sociedade e seu acesso ao ensino – inclusive ao ensino superior –, ao mercado de trabalho e aos projetos de geração de renda, respeitando-se suas características. Sem essas medidas, não conseguiremos enfrentar como devemos a situação de insegurança alimentar e de fome desses povos.

Então, inicialmente, Sr. Presidente, estou, juntamente com a Fundação Nacional de Saúde, à disposição para qualquer questionamento ou dúvida – sabemos que devem existir muitas em relação às ações não só deste momento, mas dos tempos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Agradecendo os seus esclarecimentos, faço de pronto uma pergunta: por que só chega agora toda essa estrutura, colocada à disposição das aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, quando estamos num processo de desnutrição, de falta de atendimento e de crescente índice de mortalidade infantil? Trata-se de evidente descaso completo e total – todos proclamam esse fato – das instituições responsáveis pela qualidade de vida dos indígenas, que, denunciado até em nível internacional, provocou essa mobilização e o estabelecimento desses programas que V. Sª está trazendo ao nosso conhecimento e que poderiam ter sido implantados muito antes.

Temos dito nesta Comissão que o indígena, realmente, não possui uma política permanente, concreta, adequada e inteira para o atendimento das suas necessidades. Nunca teve! Não apenas este Governo, mas também o anterior, de qualquer Partido. Pouco importa!

Há muita gente filosofando sobre o indígena, falando bonito, doutrinando o que seja a nossa dívida social e cultural para com o indígena, mas medida não chega, não chega nada.

Veja bem que a questão da água potável foi, desde a primeira hora, comentada aqui. Havia até ponto de água potável para a aldeia que estava simplesmente não sendo utilizado. Havia água, mas não se fazia sua distribuição. E os índios tinham que se dirigir a uma fonte poluída. Todo o mundo sabe que era assim. Quanto às misturadeiras de alimentos que podiam matar um pouco a fome dos indígenas, estavam abandonadas, apesar de doadas.

Então, esse descaso foi evidente. Na nossa interpretação e no ponto de vista daquelas pessoas que estão mais envolvidas com a questão, foi justamente esse descaso, essa negligência que fez crescer a mortalidade infantil.

Como V. Sª mesmo diz, não é só a região de Dourados, mas todas as aldeias do Estado, porque ali converge o atendimento para essas questões extremas. O grande pronto-socorro para a criança indígena em Mato Grosso do Sul é Dourados. Então, o nome Dourados cresce nesse escândalo todo, mas sabemos que é o Estado inteiro. Sabemos também que no Brasil acontece isso. No novembro último, em Javari, no Amazonas, houve 15 mortes infantis, não por questão de terra, pois são 93 mil m² para apenas três mil índios. Em São Paulo e em outros Estados também está ocorrendo a mesma coisa. É como se fosse um período de descaso com a referência política de assistência aos indígenas.

Em razão disso, pergunto a V. Sª quais os investimentos que estão à disposição de Mato Grosso do Sul para a Funasa e desde quando existem? Houve algum contingenciamento ou crescimento desses recursos de forma que tenha havido a inteira negligência apesar de os recursos estarem à disposição, ou que tenham vindo esses recursos só depois que houve o escândalo das mortes das crianças?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Senador. É importante que todos saibam que as ações não vêm sendo realizadas somente agora, mas desde 2003, com elevação constante de investimentos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2004, investimos, tanto no convênio que temos para contratação das equipes quanto com recursos para ação direta, que é a execução direta pela própria Fundação Nacional de Saúde, para ações de saúde indígena, cerca de R$12,6 milhões. Todos devem saber da dificuldade que existe para garantir equipes, locomoção, meios de transporte, atenção continuada.

Tradicionalmente, nós é que fazemos o deslocamento da população indígena quando precisa de alguma atenção, independentemente dos recursos repassados aos Municípios e aos Estados, o que faz com que tenhamos um aporte significativo de recursos, embora precisamos ter mais para contratar as equipes já definidas no ano passado para descentralizar a recuperação nutricional e constituir uma equipe de supervisão hospitalar. Essa é uma decisão deste ano, na medida em que nos transferimos para lá e observamos a necessidade de qualificar a atenção hospitalar. Vamos investir mais! Estamos fechando os valores do

novo convênio de contratação de recursos humanos. Já repassamos para ações de saneamento de saúde indígena cerca R$2 milhões para o Mato Grosso do Sul, este ano, e consideramos que, para levar água potável a 100% das famílias, tanto de Dourados quanto de Amambai, vamos fazer um recurso adicional que já está reservado, estamos só aguardando a definição do projeto para estabelecer o valor. Acreditamos que vai ficar em torno de R$3 milhões levar água potável para 100% das famílias nessas duas áreas, tanto de Amambai quanto de Dourados.

Esses recursos são permanentemente acompanhados pelo Conselho Distrital de Saúde. No caso de Mato Grosso do Sul, eles se reúnem de dois em dois meses, composição de 50% de representantes de usuários, 25% de representantes dos trabalhadores, uma parte grande dos trabalhadores são indígenas, todos auxiliares de enfermagem. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul são indígenas que foram capacitados e treinados pela Funasa junto com a Secretaria Estadual de Saúde, além dos agentes indígenas de saúde, que todos são indígenas e indicados pela própria comunidade. Esse conselho distrital acompanha o uso desses recursos, desses gastos. Estamos, inclusive, à disposição, se for interesse dessa Comissão, para prover os meios do acompanhamento por parte dessa Comissão também do uso desses recursos.

Existem nesse momento novas ações, mas é importante saber que, nos últimos dois anos, ações e investimentos crescentes vêm sendo feitos naquela região, que mostra essa redução dos indicadores, mas admitimos que não foi suficiente. E, ao admitir isso do ponto de vista da área da saúde, nós fizemos essa intensificação das ações nesse ano.

A situação da insegurança alimentar é presente nas várias etnias que vivem muito próximas da sociedade envolvente, que não têm o seu direito à terra totalmente garantido. Quando me refiro à terra, não à demarcação só da terra, mas uma terra não degradada ambientalmente, com possibilidades de garantir não só a produção de alimentos, mas seu próprio desenvolvimento enquanto povo, enquanto etnia.

Então, nós temos uma situação em regiões que vão do sul do País – os dois distritos que são interior sul e litoral sul –, que vão do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro. Temos situações no Mato Grosso, em Minas Gerais, que preocupam muito. É fundamental que possamos construir projetos de desenvolvimento sustentável para as etnias para que se revertam. Diferentes de situações como no Vale do Javari, Senador, onde houve o óbito de nove crianças no ano passado, por causa de outras doenças, mas onde a desnutrição teve um papel fundamental nesse óbito. Naquele caso, era uma etnia que tinha o hábito migratório, o povo canamari, e um grupo havia se deslocado durante três a quatro meses de viagem de uma certa região do Amazonas, no meio da mata, e nove crianças menores foram a óbito, inclusive, como eu disse, por desnutrição.

Não acreditamos que a desnutrição seja um problema grave lá, permanente, mas temos outros problemas lá graves, o principal deles é a coexistência de hepatite B e hepatite delta que existe desde 93 naquela região. No ano passado nós conseguimos fazer a maior ampliação de cobertura vacinal e durante este ano lançamos, com a presença do Ministro Humberto Costa, no dia 5, terça-feira, em Manaus, a campanha de vacinação nas Américas, uma ação feita pela Organização Pan-Americana de Saúde. Em novembro do ano passado, o Ministério da Saúde (a Funasa) solicitou à Opas que a população indígena fosse a população-alvo dessa campanha, por reconhecer, em função das dificuldades de acesso, as limitações de acesso aos serviços de imunização.

Há novas ações agora, mas há a intensificação das ações anteriores e várias das ações estão sendo feitas anteriormente e a nossa intenção é desenvolver ações permanentes. E é lógico que essa reação surtiu no envolvimento da sociedade, da imprensa em uma detecção precoce que nós já havíamos feito em dezembro do ano passado e acreditamos que possa ter um impacto importante.

Em relação à máquina da multimistura, isso também foi resolvido. Não era um problema da Funasa especificamente, era uma máquina de multimistura da Pastoral da Criança. Existia uma divergência sobre ela. A Funasa defendia que ela ficasse dentro da aldeia e que a capacitação dos agentes fosse feita na aldeia. Existia a intenção de colocá-la fora da aldeia, mas isso foi resolvido no começo deste ano e desde fevereiro a Pastoral da Criança voltou a atuar com a máquina dentro da aldeia, o que vai contribuir, senão nutricionalmente, pelo menos na capacidade de mobilização da comunidade, no envolvimento da comunidade, devido às visitas afetivas que a Pastoral faz para reforçar o cuidado à criança.

No combate à desnutrição, há um papel que é do Governo, há um papel que é da sociedade, há um papel que é de toda a comunidade, mas há um papel fundamental – e não só nos povos indígenas, mas também em outros povos – que é da própria família, dos núcleos familiares, de reforçar o cuidado à criança.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre, o senhor poderia sintetizar um pouco mais a resposta, sem prejuízo do bom esclarecimento, porque ainda há outra pessoa a ser ouvida?

Foi noticiada nesta semana a transmissão de doenças por cães, na aldeia de Dourados, com fotografia dos cães misturados com crianças, e a leishmaniose também como causa das mortes. Não há nenhuma preocupação no sentido de observar esse fato, de ter algum projeto a respeito, sobre o que fazer com esses cães, de vacinação dos cães, para proteger as crianças?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O Mato Grosso do Sul é um Estado que, nos últimos três anos, vem mostrando indicadores importantes da leishmaniose visceral. Algumas cidades, o próprio município de Campo Grande, o município de Três Lagoas e outros municípios têm. Os casos de leishmaniose visceral não são no município de Dourados, mas ocorrem em crianças que vivem próximo à fronteira com o Paraguai, no pólo base de Antônio João, próximo ao município de Antônio João, e elas foram infectadas naquela região, onde há, sim, casos de leishmaniose visceral.

No começo deste ano, em janeiro, com a preocupação com os níveis de desnutrição – isso é feito permanentemente –, foi realizado um novo inquérito, não só de cães, mas também de mosquitos – que é um inquérito entomológico –, em Dourados, pegando o município e a aldeia. Os inquéritos anteriores, inclusive de cães, na aldeia, e de mosquitos não mostravam transmissão dentro da aldeia. Existiam alguns cães, na cidade de Dourados, que estavam positivos, e o inquérito que foi feito em janeiro confirmou isso. No começo do mês de março foi refeito o inquérito, e a análise laboratorial dos resultados do inquérito canino ainda não tem resposta.

Naquelas aldeias das quais veio a transmissão de leishmaniose visceral é feito permanentemente esse inquérito, e o cuidado dos cães, e a Secretaria Estadual de Saúde encaminhou, nesta semana, uma equipe para lá para refazer, com possibilidade de retirar os cães e de, inclusive, eliminar os cães que estão infectados, que é a conduta que normalmente é seguida.

A situação da leishmaniose visceral nos preocupa muito, porque ela anda junto com a desnutrição, que é um fator que favorece e facilita a expressão clínica daquelas pessoas que podem ser acometidas pela leishmaniose visceral. É fundamental desenvolver um bloqueio nas aldeias onde possa existir transmissão, que ficam na fronteira com o Paraguai, não em Dourados, para que possamos evitar óbitos como esses.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre, foi dito aqui em uma das audiências, com documentação, etc., não sei quem afirmou, se antropólogo, se sociólogo, ou o que seja, que uma das dificuldades da assistência às crianças indígenas acontece naquelas áreas onde ocorreram invasões de terras e onde, desordenadamente, a família fica instalada, o que traria dificuldade de atendimento. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – A Fundação Nacional da Saúde é responsável pela atenção à saúde das comunidades indígenas, dos povos que estão aldeados, nas terras indígenas. Temos alguns exemplos de populações ou que saíram da terra indígena, ou que não viviam na própria terra, viviam na cidade, algumas constituíram comunidades, outras vivem isoladas dentro de uma cidade onde o acesso ao serviço saúde tem que ser o acesso ao próprio Sistema Único de Saúde, atenção primária feita pelos municípios.

Há alguns municípios onde isso é um problema.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Estou perguntando só sobre as áreas de invasão lá.

O senhor sabe que, em 2003, houve 15 invasões; em 2004, 17 invasões, de índios em terras não-índias. Dizem que essas invasões trazem também um sério problema de estratégia de atendimento dessas famílias e dessas crianças. Isso é verdade? Especificamente sobre isso.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Sim, qualquer deslocamento das comunidades. Porque nossa atenção à saúde é feita a partir das comunidades; os agentes indígenas de saúde são indicados pelas comunidades, as equipes estão ligadas àquelas famílias dentro das aldeias. Qualquer momento de retomada de áreas, deslocamento de áreas, ou para a cidade, ou para o meio rural, exige uma reorganização das equipes de saúde, de equipamentos, de carros.

Onde não é uma terra demarcada, nós não podemos, enquanto Fundação Nacional de Saúde, construir equipamentos federais lá, não podemos construir um posto de saúde, um projeto de saneamento. Então, um dos fatores que vêm contribuindo e contribuíram, por exemplo, para o aumento da mortalidade infantil, quando detectamos os pólos básicos onde se aumentou, naqueles onde houve conflitos de terra mais importantes, isso contribuiu para o aumento, para a desassistência da saúde.

Então, com certeza, isso gera um impacto, algumas dessas ações não podem nem ser resolvidas pela Funasa, como, por exemplo, construção em uma terra onde não está definida a posse dela. Isso gera, sim, um impacto possível em relação à organização do serviço de saúde.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Capiberibe, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pelo que entendi, a Funasa dispõe de R$12,6 milhões...

O SR. ALEXANDRE PADILHA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Só Mato Grosso do Sul.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Era isto que eu gostaria de saber: como é gerido esse recurso, quais são os parceiros, como funciona o distrito sanitário indígena.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Temos, no Brasil inteiro, 34 distritos sanitários especiais indígenas. Isso é uma criação de 1999, na Lei Sérgio Arouca, que compreendeu a necessidade de, dentro do Sistema Único de Saúde, ter um segmento próprio para atenção aos povos indígenas que vivem em terras indígenas. Porque o território ocupado por esses povos, cultural, histórica e antropologicamente, inclusive o acesso aos serviços de saúde, é diferente dos Municípios e Estados.

Há, por exemplo, populações, como no caso do Amapá, V. Exª sabe, que vivem no Norte do Pará, no Parque do Tumucumaque, mas têm uma ligação histórica maior inclusive com a região do Amapá. A etnia Yanomami ocupa dois Estados do Brasil. Há etnias que ocupam uma série de Municípios.

Então, os distritos tentam expressar esse padrão de ocupação territorial das populações indígenas. Então, deve-se ter os distritos como órgão gestor e não uma Secretaria Municipal, uma Secretaria de Saúde, porque o território ocupado por eles é diferente.

O distrito tem também o conselho distrital, que tem a expressão dos usuários. Ele tem que ser diferente de um conselho municipal de saúde até para compreender os hábitos culturais dos usuários, a própria língua. No conselho distrital deves-e falar a língua de origem. Então, há as questões culturais, históricas e antropológicas que exigem a construção dos distritos.

Como é feita a execução dos serviços nesses distritos? A Fundação Nacional de Saúde tem um certo número de servidores estáveis contratados pela própria Fundação e que se comprometeram a fazer a saúde indígena na medida em que isso veio como responsabilidade da Fundação. Mas, pela experiência que tivemos, há necessidade de agregar a esses servidores – servidores que historicamente já atuavam na área indígena –, os agentes indígenas de saúde, auxiliares de enfermagem indígena, porque isso agrega os agentes indígenas de saúde, auxiliares de enfermagem indígena, porque isso agrega tanto um valor técnico, mas também um compromisso e um vínculo com aquela comunidade indígena.

Como que é a forma de contratação disso? Na medida em que não é a Fundação Nacional de Saúde que faz essa contratação, ela repassa recursos ou para convênios, com Organizações Não-Governamentais e universidades, ou para prefeituras, repassadas pelo recurso do Ministério da Saúde, via fundo a fundo. É importante todos saberem que desde o ano passado a Fundação Nacional de Saúde, esse modelo de repasse para Organizações Não-Governamentais existe desde 1999, a Fundação Nacional de Saúde tomou medidas para melhorar a gestão dos recursos que eram repassados para Organizações Não-Governamentais. Inclusive com descredenciamento de sete Organizações Não-Governamentais de 2003 para 2004 e o recrutamento e a inclusão de instituições mais estáveis gestão desse recurso, como universidades. Nós, no ano passado, fechamos convênios com a UNB, com Universidade Federal do Mato Grosso, com a Universidade Federal do Pará, além da Unifesp, que é a Universidade Federal Paulista, que já temos um convênio há cerca de trinta anos.

Então, a parte importante dos profissionais que atuam nas aldeias são contratados pelas Organizações Não-Governamentais. No ano passado, esse recurso de repasse para Organizações Não-Governamentais, Universidades Federais e Municípios, através de convênios, foi de cerca de 124.6 milhões de repasses de recursos, inclusive com uma elevação no repasse dos recursos em relação ao ano de 2003. No ano de 2003, haviam sido repassados 116 milhões e no ano de 2004 repassamos 124.6 milhões para convênios. Para 2005, o orçamento da Fundação Nacional de Saúde é de 202 milhões e agrega-se a esse orçamento uma parte que o Ministério da Saúde repassa direto para prefeituras e para unidades hospitalares. No ano passado, esse repasse foi de cerca de 256 milhões do Ministério do Saúde para a prefeituras. Porque uma parte da execução, como eu estava falando, Senador, é feita através de convênios com organizações governamentais e universidades e uma parte são aquelas prefeituras que se comprometem a organizar a atenção à saúde indígena daqueles municípios. Temos, no país inteiro, trezentos e setenta e três municípios com povos indígenas morando no seu interior. Comprometemos algumas prefeituras com atenção à saúde. Então, o Ministério da Saúde repassa o recurso fundo a fundo. Foi o total de 55 milhões no ano passado.

O SR. – Só um esclarecimento, Dr. Alexandre. Desses 124.6 milhões, tem parte do SUS, que é o atendimento oferecido pelo SUS?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não. Esses 124.6 milhões são recursos repassados para Organizações Não-Governamentais, universidades ou Municípios com os quais a Funasa tem convênio.

O SR. – Quais são as principais Organizações Não-Governamentais de Mato Grosso do Sul que recebem recursos para esse fim?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Só tem uma organização, que é a missão Kaiowá, apenas a Organização Não-Governamental Missão Kaiowá recebe recursos, e isso desde 1999, para esse fim. Inclusive todas essas informações podemos repassar ao senhor.

Temos, em todo o País, cinqüenta e cinco convênios. Desses cinqüenta e cinco convênios, seis são com universidades e os demais com organizações não-governamentais, que eram organizações que já tinham tradição de atuação na área indígena. E uma parte deles, como eu estava falando, são repassados direto para prefeituras, através de recursos fundo a fundo. Aí as próprias prefeituras contratam equipes para atuarem na atenção primária. Isso independente dos recursos para hospitais. A população indígena tem um subsistema próprio na atenção dentro da aldeia, mas quando é encaminhada para a unidade hospitalar ela entra na própria rede normal do SUS. Não existiu nenhum contingenciamento no ano passado, inclusive no ano passado o que existiu foi um atraso na aprovação de um crédito suplementar. Solicitamos um crédito suplementar em agosto do ano passado. Aquilo que foi possível fazer por decreto-lei foi feito pelo Presidente e aquilo que ficou na dependência da aprovação do Congresso só foi aprovado, como os senhores sabem, no dia 29 de dezembro. Tivemos um atraso em função desse crédito suplementar, porque a própria Funasa ofereceu outras rubricas como bloqueio para poder aprovar esse crédito suplementar. E para esse ano não existiu contingenciamento. Esse é o valor do orçamento da Funasa, 202. Temos a previsão do orçamento do Ministério da Saúde, que repassa às prefeituras...

Continua o Sr.

Nós temos a previsão do Orçamento do Ministério da Saúde, que repassa as Prefeituras, uma previsão inicial de que possa se agregar a isso até 90 milhões este ano.

(Inaudível)

Temos, no Amapá, a PIU??? e há mais uma, que é dos ??? que agora esqueci a sigla, Senador.

O SR. – Apina??

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Apina. Isso. Podemos repassar para o senhor.

O SR. – Você notícia de algum problema com a execução financeira desses recursos?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Temos um acompanhamento permanente pelo Conselho. Não temos nenhuma notícia de problema na execução financeira. O que tivemos, no ano passado, foi um período em que essa organização não-governamental encerrou o convênio até assinar um novo convênio por falta de uma documentação ??? ficou um período sem cobertura por ela. E, então, a Fundação Nacional de Saúde teve que assumir as ações nesse período. Mas não tivemos nenhum problema. A Funasa, desde 2003, vem fazendo uma ação preventiva de auditoria nas organizações não-governamentais. Para vocês terem idéia, esse é um modelo que existe desde 1999, nenhuma auditoria havia sido feita anteriormente. A partir de 2003, começamos a fazer auditorias permanentes tanto nas organizações não-governamentais quanto na própria gestão da Funasa, nas coordenações regionais, em Mato Grosso do Sul, foi feita uma auditoria ano passado, Senador. Isso pode ser repassado para o senhor para que possamos ter um controle permanente desses recursos.

Este ano, fechamos um convênio com a Escola Nacional de Administração Pública, a Enap, porque um dos grandes problemas que temos é de capacitação dos próprios administradores das organizadores não-governamentais na gestão dos recursos: entender o que é um processo licitatório, aprender como fazê-lo sob as normas e regras que existem na legislação brasileira. Fechamos um convênio com a Enap para capacitar não só as organizações, as universidades, os próprios distritos e fundações regionais da Funasa e ter um instrumento que seja um indicador não só de execução financeira mas também de alcance das metas existenciais de melhoria da qualidade da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre...

O SR. – Há algumas denúncias, Sr .Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Pois não.

O SR. – Denúncia de precariedade no atendimento da saúde indígena no Estado do Amapá. Eu vou fazer uma visita à Casa do Índio, neste final de semana, para levantar a situação, porque eu vi no jornal de que não há medicamentos nas aldeias e eles estão indo a Macapá, e Macapá não tem atendimento, a situação é precária. Já morreu uma índia na Casa do Índio. Houve um óbito, e vou fazer uma visita para fazer um relatório para lhe apresentar atendendo essa denúncia que foi veiculada na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador João Capiberibe, colocamos também à disposição a comissão porque vamos nos reunir só no dia 28, parece-me. Até lá V. Exª terá esses dados na

mão e pode, perfeitamente, a Comissão, nessa audiência do dia 28, também já ter alguém explicando isso. Se houver interesse de sua parte a respeito.

Sr. Alexandre, agradecemos muito. Seus esclarecimentos foram úteis para o encaminhamento de toda essa questão. E, ao agradecer, V. Sª pode permanecer conosco, ou se tiver atividade, que sei que V. Sª é muito ocupado, também poderia se ausentar se assim quiser, porque vamos continuar a nossa audiência pública ouvindo o Sr. Adair, que é um índio de Mato Grosso do Sul.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de deixar para esta Comissão uma nota, diante dos vários questionamentos em relação ao Orçamento, descrevendo toda a descentralização de recursos orçamentários, o montante repassado pelos convênios, montante repassado para todas as ações, o que foi gasto em medicamentos e outras ações.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, no caso, a casais. Senador, considero importante a visita do senhor. Temos um convênio de construção de uma nova casa de apoio à saúde do índio lá e que é um convênio com o Governo do Estado, que já existe há um certo tempo, e estamos pressionando para ter agilidade na execução do convênio. Queremos mudar para um novo lugar, discutirmos com os índios queremos inclusive nos mudar para um novo lugar. Isso foi discutido com os índios. Por pressão da população indígena e da própria Funasa, fizemos vários requerimentos nesse sentido.

Daí a importância de sua visita à Macapá.

Estaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos e também para buscarmos soluções.

Infelizmente, tenho que me retirar. Outras atividades estão pendentes. Pensávamos que a reunião começaria às 9h30min e, por isso, fizemos nossa agenda. No entanto, estaremos permanentemente à disposição. Enviaremos quaisquer documentos que nos forem requisitados.

Aproveito a oportunidade para fazer um convite a todos para participarem dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, já que esse é o momento em que os índios apresentam suas críticas, suas reclamações, seus problemas, enfim, é o momento da prestação de contas e também do acompanhamento da execução orçamentária.

Com a certeza da importância da ação de V. Exª, Senador, em convocar essas reuniões e da importância desta comissão, meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, em uma audiência anterior, chegou a esta Comissão um documento enviado pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma Escritura Pública de Declaração, à qual já lemos, lavrada pelo Sr. Adair Gonçalves Sanches, indígena, lavrador, domiciliado em Amambaí. O documento contém afirmativas muito fortes sobre toda a questão indígena relacionada a Mato Grosso do Sul.

Entretanto, entendemos que não basta que isso fique apenas na letra do Cartório. É preciso que o autor dessas declarações venha aqui, de viva voz, para confirmar ou não essas declarações, ou seja, ratificar ou acrescentar algo mais. Procuramos localizar o Sr. Adair, um indígena que já foi até Vereador em Amambaí, o qual se dispôs a vir aqui para prestar esses esclarecimentos.

É importante lermos novamente a Escritura para nos situarmos quanto à extensão do problema. Portanto, teremos que ter paciência, pois são quatro páginas, que passo a ler:

> Tabelião Albuquerque.
>
> Amambaí – Mato Grosso do Sul.
>
> Declaração, por Escritura Pública, que faz Adair Gonçalves Sanches, como abaixo declara:
>
> Perante mim, Tabelião, compareceu em pessoa, Adair Gonçalves Sanches, indígena, lavrador, capaz, residente e domiciliado no Posto Indígena Amambaí, neste Distrito, portador do RG: 2320, Posto ADR, Amambaí, MS; CPF: 408.038.561-72, reconhecido por mim, Tabelião.

Por ele, foi-me dito que vinha, de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de quem quer que seja, prestar a seguinte declaração, cujo teor transcrevo a seguir:

> Que é índio da Tribo Guarani, nascido em 1959, na Aldeia Amambaí; Vereador eleito em Amambaí, MS, com o voto dos índios da Aldeia de Amambaí; ex-Presidente do Conselho da Aldeia de Amambaí; ex-representante da União das Nações Indígenas do Mato Grosso do Sul; ex-companheiro do antropólogo japonês Celso Aoki e Paulo Pepe, chefe de uma entidade que se chama PKN, Projeto Kaiowá-Ñandeva, entidade criada em nome do índio Kaiowá-Guarani, em Amambaí. O PKN, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário e o Partido dos Trabalhadores – PT são entidades ligadas entre si. Essas entidades, usando de – são as expressões que estão na escritura – "malandragem e safadagem", fazem montagens aqui em Mato Grosso do Sul, coisas

> que ninguém nunca imagina e que eu, que fui companheiro e conhecedor, sei que eles fazem no Mato Grosso do Sul, o PKÑ recebe verba do exterior, Holanda, Canadá e Suíça, em nome do povo indígena do Mato Grosso do Sul, do Kaiuá e Guarani.

Dizem que é para ajudar esses povos. Só que esses dólares que vêm do exterior, o indígena nem sabe, usa o nome do índio e usa o índio também da seguinte forma: todos os problemas de terras que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, na fronteira do Paraguai, são mandados pelo Sr. Celso Aoki e Paulo Pepe, antropólogos e chefes do PKÑ.

Eu fui companheiro dessa entidade e do Partido do PT por três anos, na época do Presiente José Sarney e do Ministro Ronaldo Costa Couto. Essa escritura é de 1992, ou seja, há treze anos. Nós fazíamos assim: procurávamos onde o índio estava trabalhando e há quantos anos estava morando naquela fazenda. Se eles falavam que estavam há cinco, seis ou dez anos, nós perguntávamos se não tinham familiares que faleceram naquele local e nós já falávamos para esse índio dar entrevista dizendo que ali era terra indígena antigamente.

Se tivesse algum cemitério de alguém da família ou parente, era para falar que eles já haviam nascido ali, se criaram ali, seus pais, avós, bisavós e netos, e assim por diante. Já nós pegávamos o pai daquela família para ser líder naquele lugar.

Os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe são agitadores que pegam rios de dinheiro em troca desse tipo trabalho. Já mandam elaborar documentos naquele lugar, naquela fazenda, já fazem um mapa baseado em mais ou menos quantos hectares, dizendo que a área é indígena e que só falta a demarcação; já colocam o nome de como se chamava antigamente aquele lugar ou trocam o nome ou colocam o nome da fazenda mesmo. Se tiver três ou quatro famílias trabalhando lá, colocam como se tivessem 80 ou 90 famílias naquela área, dizendo que a aldeia e o pessoal do PKÑ já vão comprar mercadorias baratas refugadas, gradil de gado, banha podre e já sai nas aldeias grandes, que são demarcadas, que têm segurança, juntas as lideranças em todas as aldeias que são dominadas por eles e fazem uma reunião com todos os capitães do Mato Grosso do Sul.

Eles fazem o documento daquele lugar, dizendo que o índio mora naquela fazenda, mesmo que o índio seja só peão. Já o indicam de capitão e mandam todos assinarem o documento, mandando para o Presidente da Funai em Brasília, dizendo que ali tem área indígena que falta demarcação, com 80 ou 90 famílias, e o Presidente, que não sai do gabinete, não sabe se é verdade ou mentira. Só que nessa hora, o Celso Aoki e o Paulo Pepe já tiram o corpo fora, só ficando os índios e a Funai, e por traz eles orientando e cutucando as lideranças indígenas, fazendo reuniões e documentos para pressionar o administrador ou o Presidente da Funai.

Com a pressão, o Presidente da Funai assina o documento e manda para o Ministério da Reforma Agrária. Depois, passa para o grupão, depois para o Ministro do Interior. Na época, nós fazíamos assim. Hoje é Ministério da Justiça.

Eu não sou contra a demarcação de terras. Só que sou contra esses elementos que vocês não conhecem. Eu descobri porque eles não compram as terras. Com os dólares que pegam no exterior, em nome do índio, só ficam jogando os índios contra os proprietários de terras e proprietários de terras contra os índios.

Enquanto isso estão comendo e bebendo do melhor, e as aldeias antigas e a comunidade dessas aldeias ficam sem recursos nas áreas de saúde, educação e agricultura.

Eles não querem ver o indígena se civilizar, melhorar. Para eles continuarem a usar e manipular. Se o índio se sensibilizar e estudar vai descobrir o que eles fazem, e eles não vão ter mais como sobreviver à custa dos povos indígenas.

Só que na administração regional de Amambaí, a Funai tinha um administrador José Liberato Itamar, que não apoiava esse grupo de malandro. E esse grupo, fazendo reunião todos os meses e todo ano, conseguiu jogar todas as lideranças contra o administrador José Liberato Itamar, para colocar Manoel Hélio Alves de Paula, que é da mesma panela e fez convênio da Funai com essas entidades: Cimi, PKN, IPT e outras. O índio encontra-se inocente. Eles, bem como a Funai, encontram-se cada vez mais ricos.

Depois do administrador Manuel Hélio Alves de Paula no ano passado, em 1991, começou a jogar o indígena inocentemente nas fazendas. Usou índios, sacrificou-os e fez com que fossem expostos a todos os tipos de doença, cansaço e até fome. O índio não agüentou. Teve de ir embora, na miséria, com problemas de todos os tipos. Celso Aoki e Paulo Pepe estão aqui sempre em Amambai*, ao lado do pessoal da Funai.

Já montaram a malandragem juntos. Agora, a armação está na área indígena Guassuty, como falam.

Só onde tem a Fazenda Santa Rita e outras... – e já falei tudo isso na entrevista que dei à Rádio Jornal de Amambai, em fevereiro de 1992. Só que ninguém ligou. Tudo isso é coisa montada. O Guassuty era a Companhia Mate *(inaudível)* e havia muita gente trabalhando lá, de toda cor: índio, paraguaio, brasileiro, branco, preto. O finado meus avô, Florentino Gonçalves, ao lado de Ramon Gonçalves e de meu pai, trabalhou muito tempo nessa Companhia Mate. Eu me lembro, pois eu era guri.

Depois que o antropólogo Celso Aoki e seu companheiro descobriram que muitos índios trabalhavam lá, juntaram essas pessoas para montar o esquema de sempre.

Somente gostaria de deixar bem claro que esses grupos dessas entidades, os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe, o Cimi e o IPT estão metidos nisso. Estou pronto para fazer qualquer declaração ou debate, para ir perante o juiz com Celso Aoki e Paulo Pepe mostrar a realidade. As pessoas dessas entidades não querem que eu fale, e os administradores da Funai não querem que eu fale nada com os brancos. O novo administrador da Funai, José Antônio Martins Flores, pediu, pelo amor de Deus, para não fazer esse tipo de entrevista para os brancos e para a Justiça porque podem perder na Justiça as questões de terras.

Uma vez já estive na rádio esclarecendo uma parte do trabalho sujo que eles estavam armando. Desde então, o administrador Antônio Martins Flores queria que eu guardasse segredo sobre isso. E de como assim disse e dou fé, me pediu e lavrei essa escritura.

Esse é o inteiro teor da escritura de declaração feita em 1992. Localizamos o Sr. Adair, índio e ex-vereador, autor dessa declaração. Não podemos, simplesmente porque há uma declaração pública, dar a ela fé de seu conteúdo depois de 12, 13 anos.

Portanto, o Sr. Adair foi localizado e está aqui presente. Agradecemos a sua presença.

Gostaríamos de saber do Adair se confirma essa declaração e se tem retificações a fazer. Tem alguma questão a acrescentar? Suas declarações são bastante fortes e importantes para que possamos, na verdade, levantar o véu que paira sobre essa questão que está acontecendo em Mato Grosso do Sul, ou seja, uma série de invasões.

Em 2002, houve apenas uma invasão; em 2003, houve 15 invasões; em 2004, houve 17 invasões. Já estão ocorrendo invasões neste ano. É muito importante que o Adair nos esclareça sobre isso.

Coloco a questão no âmbito da Comissão de Direitos Humanos porque essa grande movimentação dos índios está vinculada a isso e dificulta a estrutura de atendimento à família indígena. Isso foi colocado por um dos antropólogos como uma das razões dessa falta de assistência plena aos índios. Portanto, creio que é bem pertinente para a Comissão de Direitos Humanos a questão colocada pelo Adair.

Adair, está com você a palavra. Você está no Senado Federal, na Comissão de Direitos humanos e tem plena liberdade. Não há coerção, nem preocupação com qualquer forma de proibir ou de violentar o seu desejo de dizer a verdade.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Bom dia a todos que se encontram presentes. Agradeço, em primeiro lugar, o convite do Dr. Cícero, do Deputado José Teixeira e do Senador.

Isso que está escrito no cartório, que deixei lavrado em 1992, é verdadeiro. Chega de os brancos e entidades filantrópicas se beneficiarem em nome do índio. Não concordo jamais, porque, em minha aldeia e em áreas maiores, vemos o atendimento... Não misturando as coisas dessa declaração, acabei de ouvir o chefe da saúde, mas não falei nada. É assim que os brancos fazem discursos aqui em Brasília, mas na prática, lá na fronteira, é outra coisa, o contrário. Todos os chefes aqui fazem discurso bonito, mas, na prática, é o contrário.

Acompanha lá no hospital, mas não! Comigo aconteceu isso, no mês passado ainda: passei mal, aí o pessoal da saúde pegou índia, criança. Tem agente de saúde dentro da reserva, mas pega, encaminha, entrega para o motorista, e o motorista vai e joga lá no hospital, sem nenhum acompanhamento. E ele está falando bonito aqui, querendo se aparecer com vocês. É assim o trabalho do branco. É por isso que, toda vez, quando vemos as coisas erradas, eu falo.

Muitas vezes, em Amambaí, o povo fala assim. Brigo muito com o presidente do rádio de lá também, mas a realidade é doída mesmo. A realidade é doída mesmo!

Agora, estava escutando ele falar da desnutrição. Por quê? Quem é o culpado? Cimi? PKN? Alguma outra entidade que se encontra junto, que pegam essas invasões de terra... Não sou contra, não sou contra ga-

nharmos terra, mais terra, mas as invasões acontecem assim: elas reúnem o PKN e o Cimi e pegam de cada área um pouco. Pegam 10, 15 famílias de Amambai, de Pirajuí e de Dourados para formar um grupo e falar que é de lá. Aí, é quando ele vai, filma, grava, fotografa e manda para o exterior. E ele usa a índia, ainda, para levar o projeto em mão, só que a verba já vem na conta deles direto.

Então, por isso, não tenho medo, porque a realidade tem de ser esclarecida. Um amigo meu, que é lá de Pirajuí, está lá no Marangatu agora, naquela terra de conflito. Eu e ele cansamos de vir aqui em Brasília – pagava passagem e tudo –, tinha mais outros companheiros dele, e mandava para o exterior com o projeto na mão, o índio levando o projeto na mão. Mas só que, quando vem o dinheiro, já vem na conta dessa entidade, já vem na conta deles. E cadê o PKN, o Cimi e as outras entidades filantrópicas que ajudam o índio? Quando há uma invasão de terra, ela compra aquela mercadoria de terceira, aquele arroz que era farelo para distribuir na feijoada, um sabão preto daquele lá. Joga o índio lá e sai fora! Aí, vem a briga para a Funai.

Então, por isso, sou contra essas entidades, não a minha comunidade e nem as lideranças e nem o fazendeiro. Esses são os formadores de conflito, essas entidades. E até agora continuam. Enquanto continuarem essas entidades assim, nunca vai acabar conflito com fazendeiro e índio.

Então, por isso, Senador, aceitei o convite e estou aqui plenamente confirmando e colocando mais coisa que a gente sente no caso da saúde, que, agora, o chefe de saúde acabou de falar. Mas muitas coisas ele falou mentira, já de novo. Na prática, não é assim, não, Senador! Lá nas minhas aldeias, não! Na fronteira, não! Ele só fala de Dourados e Lambar. E cadê as outras áreas que ficam mais distanciadas? No caso, o Jaguari, ele lembrou bem. Lá, tem uma filha minha dando aulas. Lá, eles mandam o agente de saúde, só que o agente de saúde não fica lá. Quarenta e cinco...

Mandam agentes de saúde, só que eles não ficam lá. São 45 km de Amambaí. Não há nenhuma viatura da Funasa. Quando precisamos, imaginem se for à noite, já aconteceu várias vezes, é preciso passar rádio, se tiver carro de plantão vai, se não tiver, não.

Até ir e voltar numa situação de emergência, cem quilômetros, para dizer bem a verdade é ida e volta, as crianças já estarão mortas. Então, é o contrário do que eles falam. Por isso, agradeço a oportunidade do convite do Dr. Cícero. Pelo menos essa parte, Dr. Cícero, estão vendo agora mais uma mentira do branco aqui, ainda do órgão federal, que é a Funasa, querendo fazer gracinha aqui, mas não é assim não. Muito pelo contrário. Na prática não é assim a questão de saúde lá. E essa desnutrição das crianças que acontece lá, como é que funciona?

Ele pega esses patrícios que vão lá para a invasão de terra e joga os índios lá. É claro que as crianças ficarão desnutridas. Lá não tem comida. Jogam arroz de terceira lá e aí voltam para a aldeia desnutridas, falam que é da aldeia Amambai. Então, por isso, estou aqui para dar mais um esclarecimento sobre esse documento.

Doutor não vou me prolongar muito, pelo menos até aqui. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O Dr. Eurídice agradece o seu esclarecimento.

Queria que você me respondesse algumas perguntas.

Onde você mora e de que trabalho você sobrevive?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sou nascido e criado na Aldeia Amambaí.

Eu vivo do plantio de lavoura: rama, milho, batata, banana. A área grande, áreas antigas, precisam de mais apoio de maquinário da agricultura. É mais trator. São 1.260 famílias que atingem quase seis mil índios por tudo.

Nós só temos quatro tratores velhos lá.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Qual é essa aldeia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Aldeia Amambai.

Esse maquinário não é suficiente. Nós necessitamos, no mínimo, de mais dois tratores com implementos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Qual é a extensão da terra onde vive 1.200 famílias?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É de 2.640. São 1260 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Odair(?), o PKN(?) Sime(?), continuam atuando nas aldeias da mesma maneira que você colocou aqui na escritura pública?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Continua. Continua mesmo.

Eu tenho aqui da reunião da minha aldeia, só aparece o pessoal do Sime(?) e os antropólogos, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Que documento é esse?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Esse é um jornal que tivemos numa reunião da Aty Guasu(*) na Aldeia Amambaí, dia 5, está aqui a data dele.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que é Aty Guasu?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Aty Guasu é uma assembléia dos índios, onde as lideranças são convocadas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Atiguaçu Kaiowá Guarani. Está aqui o início dele. Do dia 02 a 05.

O SR. – De dezembo de 2004.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que você quer dizer com isso?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Eu gostaria de esclarecer que nessa reunião só tem uma tarde Dr. Charles e os demais companheiros dele lá de Campo Grande e o pessoal do Sime(?).

Então, quem banca a despesa para fazer esse tipo de reunião, o Aty Guasu é o Sime(?). Ele que dá as mercadorias, transporte e tudo, para convocar esse tipo de reunião. Aqui eles tratam o dia, onde vai, como vai ser, qual o mês, o ano...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Mas nesses 02 a 05, qual o assunto que eles tratam nesses três dias?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Questão de terra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Só questão de terra?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Só questão de terra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Tratam nessa hora de invasão?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Digamos, na região da aldeia Amambai ainda tem quatro que vai ser invadida na região. Então aqui eles já tratam, falam tal dia é fulano, tal mês é fulano.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Me explica melhor, atualmente tem uma preparação para quatro invasões? Não entendi.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim senhor. Vão acontecer mais quatro na região de Amambai.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Isso em razão desse Aty Guasu?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Foi discutido. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Você sabe o dia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, vai haver outro Aty Guasu ainda para definir...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – E você sabe o dia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, mas vai ter mais outra aqui em Iguaçu **(?)** para definir ainda.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Vai ter outra aqui em Iguaçu **(?)** para definir?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Isso, três vezes por ano nós (*inaudível*). Isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Tenho aqui, Adair, uma notícia bem recente do Correio do Estado, de Campo Grande, se não me engano é de 6 de abril deste ano:

Indígenas invadem fazenda na fronteira. Um grupo de indígenas guaranis e kaiowás invadiu no domingo à noite uma fazenda localizada a cerca de 50 quilômetros de Ponta Porã. Mesmo não existindo nenhum estudo antropológico da área, as famílias montaram barracos e querem reivindicá-la como terra indígena. O proprietário deve entrar ainda hoje com pedido de reintegração de posse.

Segundo informações do presidente do Sindicato Rural de Ponta Porã, Ronei Fuchs, cerca de 40 indígenas estão dentro da Fazenda Cambará, de propriedade do produtor rural Carlos Alberto Freire. Eles estão numa área onde o produtor recentemente colheu soja. O ruralista diz que a invasão ocorreu provavelmente na noite de domingo ou madrugada de segunda-feira.

Ontem, Fuchs (?) e o proprietário da fazenda foram até o escritório regional da Funai em Amambai para saber a procedência dos índios. Eles mantiveram reunião com o administrador do órgão – a Funai –, William Rodrigues, que afirmou não haver nenhum estudo antropológico da área que justifique essa invasão.

Você conhece esse movimento dessa área?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – De perto, não.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – E de ouvir dizer?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que você sabe a respeito?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Dos antropólogos. Têm envolvimento com isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Você ouviu, alguém te falou?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, que o Dr. Charles que vai ser para...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O Dr. Charles é antropólogo?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É antropólogo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Ele que está mobilizando?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim, exatamente. É que o William está escondendo o leite aí.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Sei. Estou satisfeito.

Com a palavra os Senadores, havendo desejo de perquirir.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Adair, eu queria fazer uma pergunta. Essa declaração foi feita em 1992.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Noventa e dois.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Quem lhe acompanhou ao cartório?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Ninguém. Eu e o proprietário da fazenda.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Eu e o proprietário da fazenda que eu fiz para...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como é o nome do proprietário da fazenda?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É Bruno. Egídio Bruno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Egídio Bruno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Egídio Bruno. Ele lhe acompanhou, então. O senhor foi no carro dele?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E me diga uma coisa: a propósito de quê, qual a razão que o senhor teve para fazer essas declarações?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É porque a gente conhecia, a gente trabalhou na fazenda dele, era na região dele, o cara dá muito emprego para todo mundo, na época de erva-mate.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O senhor era empregado, então, dele?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Meu pai e meu avô.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Seu pai e seu avô eram empregados do Sr. Bruno.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Todos eles. E muito mais, não só eles. Porque é gente que sabe, que não é, não é coisa realidade...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, existem algumas acusações que são feitas em relação ao Cime (Conselho Indigenista Missionário) e a essa ONG. Solicito que ouçamos um representante. Quem é o representante do Cime em Mato Grosso que a gente possa...

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Cime?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Do Cime.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Cime, lá no Mato Grosso do Sul, na época era o Dr... Esqueci agora.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Egon. Alguém me falou que... Egon Reck. Conhece? Então, poderíamos convidá-lo para se defender e também essas duas pessoas citadas...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador, faça o requerimento para oficializarmos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ...para que possamos ouvi-las e chegar a alguma conclusão, porque estamos ouvindo uma acusação, e cabe direito às pessoas que foram acusadas de pelo menos se defender. Então, apresentarei um requerimento solicitando que ouçamos essas pessoas que foram citadas aqui, são o representante do Cime e as duas pessoas citadas da ONG.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Apenas para esclarecer: semana que vem não haverá reunião da Comissão, na outra semana será dia 21, feriado nacional. Só dia 28 que teremos reunião, e já há três pessoas arroladas. Vamos ver se

aproveitamos, até nesse dia 28, e conseguimos ouvir os depoentes. E esse compasso de espera nosso é, um pouco também, para fazer uma avaliação de toda a documentação que já temos, talvez um relatório parcial, para podermos continuar trabalhando com uma agenda de trabalho que seja positiva.

Algum outro Senador deseja usar da palavra? (Pausa.)

Desta forma, encerramos aqui a audiência pública, mas temos a instalação da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, só que temos que fazer a instalação e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. O Presidente será o requerente da Subcomissão, que é o Senador Paulo Paim, que está numa audiência pública requerida por ele próprio. Quais são os membros desta Subcomissão? Como titulares, temos os Senadores Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Leomar Quintanilha, Mão Santa, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro; suplentes, os Srs. Senadores Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Luiz Otávio, José Maranhão, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella.

Já estiveram presentes e votaram os Senadores Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Paulo Paim e Marcelo Crivella. Como a Subcomissão é composta de 7 membros, quatro votos são suficientes para definir a Presidência e Vice-Presidência. Como esses votos já foram colocados na urna, nomeio os Senadores Garibaldi Alves Filho e João Capiberibe para que façam o papel de escrutinadores. Libero o Adair Sanches, agradecendo a sua presença aqui, esperando encontrá-lo mais vezes em paz e tranqüilidade.

Também esclareço ao Plenário que a única chapa registrada foi para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Mão Santa, que está viajando hoje, razão por que não está presente.

Portanto, declaramos eleitos para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão os Senadores Paulo Paim e Mão Santa, respectivamente. Será feita a comunicação a ambos e, na próxima reunião, será instalada a Subcomissão.

Agradeço a presença de todos e convoco a Comissão para o dia 28 para a nossa próxima reunião, atendendo os requerimentos já existentes. Ou melhor, eu teria que aprovar alguns requerimentos.

O Senador Romeu Tuma requer, nos termos regimentais, seja realizada nesta Comissão audiência pública com o Sr. Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público – Índios e Minorias –, Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, sobre o tema "A questão indígena no Brasil", em data a ser oportunamente marcada.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de nossa autoria, para que seja ouvido, na próxima reunião, o Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai, que não foi ouvido ainda, e o Exmº Sr. Nilmário Miranda, Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Recebi do Senador Cristovam Buarque, que muito gentilmente sempre justifica sua ausência, a informação de que está ausente em virtude de desempenho de missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior.

Também recebi da ONG Ecoa – Ecologia e Ação uma carta datada de 24 de fevereiro último, relacionada com a preocupação com os direitos dos cidadãos que habitam a bacia do Alto Paraguai, no Município de Corumbá – MS, que estão arriscados a perder o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, diante do fato de que o Governo Federal pretende transformar a região do pantanal em complexo industrial. Requer essa entidade a realização de audiência pública nesta Comissão, para conhecer os investidores e seus projetos para a região.

Submeto esse requerimento ao Plenário, mas digo que a questão ambiental não está no âmbito de atuação desta Comissão. Há a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Fiz um despacho, remetendo esse pedido àquela Comissão, porque não temos competência para realizar essa audiência pública, razão por que peço a aprovação dos meus Pares.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tenho a impressão de que, com isso, esgotamos os requerimentos.

Aliás, o Senador João Capiberibe entrou com um requerimento: "Requeiro que sejam convidados para prestar esclarecimentos nesta Comissão um representante do Cimi de Mato Grosso do Sul e representantes da ONG PKN*.

Temos por norma, Senador, que o requerente nomeie a pessoa que deve ser ouvida. Pode haver dois,

três, quatro representantes dessa entidade, e talvez V. Exª tenha preferência por um.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, encaminho os nomes até o final da tarde, até porque não os conheço.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Perfeito. Vou só mudar de MT para MS, Mato Grosso do Sul.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento do Senador João Capiberibe permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ver se conseguimos ouvi-los. Acumularam-se muitas pessoas para serem ouvidas; já são sete. Ouvir mais de quatro pessoas não é bom; o ideal seria ouvirmos de quatro em quatro. Isso é importante.

Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h55min.)

Ata da 7ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 26 de abril de 2005, terça-feira, às 12:00 horas.

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e cinco, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **JONAS PINHEIRO, ROMEU TUMA, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBERIBE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, HERÁCLITO FORTES, VALDIR RAUPP E ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada, após dispensa de leitura. A presente reunião tem com objetivo a realização de **Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram na condição de convidados os Senhores: **Eugênio José Guilherme de Aragão –** Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público (Índios e Minorias); **Vilmar Martins Moura Guarany –** Coordenador Geral de Defesa dos Direitos Indígenas **(**em representação a Mércio Pereira Gomes – Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI) e **Nilmário Miranda** – Ministro-Chefe da secretaria Especial dos Direitos Humanos. Usaram da palavra os Senhores Senadores: João Capiberibe e Eduardo Suplicy. Conclusa a explanação de todos, o Presidente convoca a próxima reunião para o dia 28, de abril de 2005. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Havendo número legal, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª sessão legislativa ordinária, da 52ª legislatura.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Solicito às Srªs e Srs. Senadores a dispensa da sua leitura e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta audiência pública tem por objetivo ouvir três autoridades, três pessoas. Primeiro, o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público. Este requerimento é de autoria do Senador Romeu Tuma. E ainda o Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai, e o Dr. Nilmário Miranda, Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os dois últimos são requerimentos da Presidência.

Faço um esclarecimento: não mantive contato direto com o Dr. Mércio Pereira Gomes, da Funai, que seria uma questão não só de delicadeza mas também do bom relacionamento que tem o Senado com o Executivo; não obtive ainda a confirmação da sua vinda ou não a esta audiência especial. Mas como houve essa falha de gentileza da minha parte, naturalmente, se ele não chegar aqui hoje, teremos outra oportunidade para ouvi-lo.

Esta audiência pública – já realizamos várias – tem por objetivo analisar a questão que ocorre em Mato Grosso do Sul e no País todo, mas principalmente em razão das notícias veiculadas pela imprensa nacional com referência à mortalidade infantil na aldeia de

Dourados, e que chegava, àquela época, a 11 crianças falecidas em 2 meses. Hoje, parece-me que são 21 crianças. Dessa questão da desnutrição e da falta de assistência à saúde dos indígenas daquela região, chegou-se a esta calamidade que teve repercussão, inclusive, internacional. Há uma grande preocupação, e a preocupação é maior ainda porque a aldeia está localizada praticamente dentro de uma área urbana da cidade de Dourados, com apenas 3500 hectares e 11.500 índios praticamente confinados nessa área. Em razão disso, da grande dificuldade de se dar uma solução imediata à questão, passamos a ouvir as pessoas que possam nos trazer sugestões e analisar o que está realmente se passando naquela área.

Portanto, convido o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, Subprocurador-Geral da República, para estar conosco na Mesa. E também o Dr. Nilmário Miranda, Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Agradecemos o pronto atendimento deste nosso convite, formulado respeitosamente, no sentido de que o Senado Federal e a Nação brasileira, tomando conhecimento pela imprensa dessas questões humanas profundamente alarmantes do nosso País na área indígena, possam ter o melhor esclarecimento de ambos os lados da questão indigenista. Que o Senado, no momento em que chamado às decisões até pelo próprio Executivo, tenha condições também de discernimento sobre a matéria, colocando toda a sua estrutura à disposição de uma solução que estamos esperando que aconteça. Esperamos que isso nos traga, na verdade, uma boa política indigenista e principalmente que haja uma articulação para que tenhamos uma instituição que possa trazer para o Brasil uma política indigenista definida, atualizada com os responsáveis objetivos por todos os setores que tratem da questão indígena no País.

Agradecendo a sua presença, mais uma vez, passo a palavra para o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, por 20 minutos. Lembro que esse prazo poderá ser estendido pelo tempo necessário para que sejam dados os esclarecimentos devidos.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – Boa-tarde a todos. Agradeço o convite e vou tentar ser breve, porque acredito ser mais importante o debate posterior do que, propriamente, a exposição do assunto.

Verifico que fomos convidados por duas partes. No meu caso, através de um requerimento do Senador Romeu Tuma, foi pedido que, genericamente, falasse sobre a questão indígena. Foram convidados também o Ministro Nilmário Miranda e o Dr. Mércio para, especificamente, se referirem ao problema da desnutrição das crianças indígenas, conforme o Requerimento nº 11.

A questão indígena no Brasil tem tantas facetas, e é um problema que já vem de tão longe que, para falarmos sobre ela, poderíamos ficar dias e dias falando e, mesmo assim, não esgotar o assunto.

Vou tentar resumi-la em alguns pontos principais, valendo-me, para isso, das questões que foram colocadas na pauta para o chamado "Abril Indígena" pelo Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, que está, neste momento, realizando várias audiências públicas em Brasília para tratar de vários aspectos da política indígena no País.

Parece-me que o primeiro problema que enfrentamos hoje – e não é de hoje esse problema, na verdade já vem de vários governos – é a questão da organicidade da política indígena no País.

A Lei nº 6.001 entregou para a Funai, a Fundação Nacional do Índio, uma série de atribuições como órgão tutelar dos índios. A Constituição de 1988 deu uma virada nessa concepção de política indigenista no País, passando a não mais ver o índio como pessoa a ser tutelada pelo Estado, mas reconhecendo-o como um agente, como um sujeito político que, portanto, tem capacidade de, ele mesmo, estabelecer os seus interesses, fazer valer os seus direitos – certamente assistido judicialmente pelo Ministério Público e também gozando de certa proteção por parte do Estado, mormente no que diz respeito à demarcação de suas terras, à educação, à saúde.

A Funai sobreviveu a essa mudança da Constituição de 1988, mas não teve chance de se reciclar, alterar, rever o seu papel: manteve-se, até hoje, no seu papel tradicional de órgão tutelar com essa visão tutelar sobre o índio. E me parece que aí temos um dos problemas principais da organização do Estado relativamente à política indígena.

A Funai precisa ser transformada, e ela não precisa ser transformada apenas em relação a essa visão tutelar do índio: precisa ser transformada também para se tornar mais ágil e permitir a execução de uma política indígena mais unificada nos diversos setores do Governo.

A Funai está subordinada ao Ministério da Justiça, mas hoje o seu orçamento é mínimo, serve mormen-

te para manter as suas instalações e o seu pessoal. Concentra-se, basicamente, no desempenho de dois papéis: demarcação de áreas indígenas por um lado e, por outro, manutenção dos postos indígenas, a vigilância sobre os índios. O resto todo praticamente saiu da alçada da Funai. Hoje, a Funai não trata de saúde indígena, que fica a cargo da Fundação Nacional de Saúde; a parte de educação fica com o Ministério da Educação; a questão ambiental está com o Ministério do Meio Ambiente, e eventuais problemas fundiários que interagem com a questão das terras indígenas estão dentro do Ministério da Reforma Agrária.

Portanto, temos, ao todo, quatro pastas cuidando de matéria indígena no País. Evidentemente, cada uma dessas pastas tem suas próprias concepções. Isso se revela extremamente deletério para a formação de uma política nacional para os índios. A verdade é que as organizações não governamentais, a sociedade civil que está envolvida com esse problema hoje, o Ministério Público, têm que se dirigir a quatro diferentes Ministérios para tratar desse assunto e cada um com um enfoque próprio. Vamos também ser sinceros, muitas vezes cada um deles com certa pretensão de ser mais do que o outro na parte da política indígena, pelo menos naquilo que diz respeito às suas atribuições específicas; ou seja, educação para o Ministério da Educação, saúde para o Ministério da Saúde, questão fundiária para o Ministério da Reforma Agrária, e a parte propriamente de demarcação, dentro da Funai, cabe ao Ministério da Justiça.

Na época em que fui Procurador-Geral da Funai – em 1991, quando era Presidente da Funai Sidney Possuelo – já se discutia muito a questão da reformulação desse órgão. A idéia, já naquela época, era a de transformar a Funai num órgão colegiado. Havia resistências, inclusive do próprio Sidney, quanto a isso, resistência quanto à operacionalidade de um órgão colegiado para executar políticas. A idéia que eu tinha na época era a de que se estabelecesse um órgão colegiado com a representação de várias Pastas e que houvesse nesse colegiado uma secretaria-executiva forte. A Funai que temos hoje seria a secretaria-executiva desse colegiado. O objetivo dessa secretaria-executiva seria implementar as políticas deliberadas pelo Conselho Nacional.

Hoje esse assunto volta novamente à tona, através do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas. A idéia hoje é ter, não necessariamente para substituir ou se sobrepor à Funai, um conselho nacional de política indigenista. Esse conselho contaria com a participação da sociedade civil, com participação da representação das populações indígenas, com a representação de diversas Pastas envolvidas, Ministério Público e eventualmente as Forças Armadas.

Esse seria um fórum para realmente se consolidar uma política indigenista única, uniforme, que fosse implementada através de uma secretaria-executiva, que se articularia para isso com as diversas pastas. Esta secretaria-executiva deveria fazer o **follow up** das decisões, juntamente com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Reforma Agrária, a Secretaria Especial de Direitos Humanos naquilo que se referisse a políticas específicas de direitos humanos para os índios, Ministério da Justiça naquilo que diz respeito à questão da demarcação.

Essa é que seria a idéia de se transformar a Funai. O problema que persistiria seria a questão evidentemente de haver recursos para se trabalhar. Nós sabemos que um dos problemas mais graves das demarcações das terras indígenas no Brasil é a falta de recursos. Não há recursos para se proceder às demarcações. Isso faz com que as demarcações muitas vezes se prolonguem num processo, da identificação até a demarcação de uma terra indígena, normalmente numa média de cinco, seis anos, o que realmente é excessivo. Isso quando não houver problemas políticos, o que poderia emperrar mais ainda esse processo.

Portanto, o conselho nacional de política indigenista teria uma grande vantagem; ou seja, ele traria para um mesmo fórum todos esses atores da política indigenista do Brasil e tornaria o órgão mais ágil, mais uniforme, no que diz respeito à execução dessas políticas.

Esse é um dos aspectos, quando se fala de questão indígena no Brasil hoje, dos mais importantes.

O segundo aspecto que deveríamos abordar e que também é capital nisso tudo é o problema das demarcações das terras indígenas. A demarcação de terras indígenas, como é sabido, sempre traz em si o conflito com vários setores da sociedade. Como todo problema de terra no Brasil, há vários atores, há vários interessados nessa questão, desde mineradoras, passando por ambientalistas, latifundiários, agricultores, todos eles, de uma forma ou de outra, envolvendo-se nesse problema de demarcação de terras. Quanto mais o território brasileiro vai sendo ocupado, mais difícil é reconhecer realmente a posse tradicional dos índios, conforme determina a Constituição. Por isso, é um processo que exige urgência. Não se pode esperar muito mais para se completar esse processo de demarcação de terras indígenas, porque quanto mais demora mais difícil vai ficando.

Hoje, sabemos que têm prontas para serem homologadas pelo Governo Federal 14 áreas indígenas, em diversos Estados. Quatorze áreas indígenas – em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, que tem várias áreas aguardando para serem homologadas – já foram identificadas, falta a homologação. Depois da homologação é que se passa para o processo propriamente de demarcação.

Mas o momento mais importante do processo todo, a meu ver, é a homologação, muito mais do que a demarcação, porque a homologação é o momento em que o Governo reconhece que aquela terra é dos índios. A demarcação é um processo físico de colocar os marcos e depois dar o processo todo por concluído no momento em que a demarcação encontra o seu decreto, que foi o que aconteceu agora com a Raposa Serra do Sol. Mas o Governo já tinha homologado isso algum tempo antes. Portanto, o Governo Federal já tinha reconhecido a necessidade de demarcar a Raposa Serra do Sol em área contínua.

Temos, hoje, portanto, para serem homologados, 14 já prontos. E, para concluírem o processo de identificação, temos em torno de 124 áreas no Brasil. Mais em torno de 200 áreas que são reivindicadas. Portanto, o processo hoje consta de 14 áreas por homologar, 124 para encerrar o processo de identificação e homologação e mais 200 áreas em reivindicação. Isso perfaz, mais ou menos, hoje, 40% das áreas indígenas do País. Algo em torno de 40% das áreas indígenas do País não estão ainda definidas. Temos 60% definidas.

Claro que temos que contar, entre essas 200 áreas reivindicadas, o problema das chamadas populações indígenas emergentes. São populações indígenas que tradicionalmente não vinham sendo reconhecidas como tais e que optaram, durante décadas, por se manterem silenciosas no **low profile**, por uma questão até de se protegerem. E hoje, com a abertura da sociedade para a manifestação dos diversos grupos, passam a exigir também serem consideradas como índios. Muitos deles aculturados, no sentido da Lei nº 6.001 e, portanto, encontram uma tremenda má vontade do Poder Público em serem reconhecidos como índios, como o caso dos Krenak, por exemplo, em Minas Gerais, e que precisam de um tratamento próprio. Dentre essas 200 áreas reivindicadas há muitas dessas populações indígenas emergentes. Mas é um problema que temos de enfrentar, porque, dentro de uma sociedade democrática, também eles têm o direito de se considerarem índios e têm o direito de exigir o amparo do Estado para a sua identidade.

Essa é a situação atual. Sabemos que o atual Governo teve grande dificuldade de avançar nas demarcações de terras indígenas. Isso se dá muito em função das pressões, principalmente de governos estaduais, que são imensas, para que as terras não sejam demarcadas, para que não haja homologação por conta dos conflitos de interesses econômicos que existem. Evidentemente, o Governo acaba, de uma forma ou de outra, recebendo o impacto da pressão, não se encontrando em condições de avançar muito nas demarcações, o que tem gerado enormes tensões, também por parte da sociedade civil, reivindicativas de que o processo deve ser acelerado.

Há um fato claro que é um comando constitucional para que essas áreas realmente sejam reconhecidas e demarcadas, já que são de ocupação tradicional.

Há, paralelamente, algumas iniciativas legislativas, como a do Senador Mozarildo, que buscam trazer ao Congresso a competência de homologar as demarcações. Isso, aos índios, certamente envolve um enorme risco.

Se o processo no Executivo já é complicado, já é sujeito a tudo o que é tipo de pressão, sabemos perfeitamente que se a demarcação passar por um processo legislativo vai ser praticamente inviabilizado. Até porque as pessoas que estão propondo esse tipo de modificação do procedimento são precisamente as pessoas que têm mais emperrado a demarcação das terras indígenas.

Claro que a iniciativa de trazer para o Congresso Nacional o debate da demarcação individualizada é uma ação clara de atrasar mais ainda as demarcações, de confundir mais ainda e de dar expressão principalmente àqueles que não querem que as terras indígenas sejam demarcadas.

Esse é um grande risco que hoje se corre com algumas propostas de emenda à Constituição que estão em tramitação, como a PEC nº 38, de 1999, e o PLS nº 188. Senadores Mozarildo e Delcídio. São os dois projetos que hoje contam por parte da...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – A minha PEC nº 03, de 2004...

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – Mas na sua PEC, o tratamento é outro; aqui se trata de trazer a demarcação para dentro do Congresso. Esse é o risco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a do Presidente refere-se a quê?

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – A do Presidente refere-se à possibilidade de se assentarem índios em áreas demarcadas pelo Governo, portanto, saindo do contexto da...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O Executivo tem, hoje, autorização legislativa para desapropriar para efeito de reforma agrária e para obras públicas, mas não tem autorização legislativa para desapropriar para efeito de assentamento de índios. A PEC dá essa autorização. Hoje, o Executivo simplesmente lava as mãos, a briga está aí e deixa. Por isso tem o conflito da demarcação. Uns sem sentem titulados ou entregam a terra; outros querem a terra porque é terra indígena. E o Governo não pode fazer nada porque não tem autorização do Legislativo para fazer a desapropriação e compor o conflito que existe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É de outra natureza.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – Tivemos um problema desse tipo com os índios Xoclem, lá em José Boiteux, em Santa Catarina, quando o Dnocs resolveu construir a represa para regular o Rio Itajaí e evitar as enchentes de Blumenau. E, com a represa, a área dos índios Xoclem passaria a ser completamente inundadas. Então, os índios, em 1991, ocuparam a barragem, inclusive tiveram o aval do Ministério Público para isso. O Ministério Público entrou com uma medida cautelar, para declarar os índios depositários do canteiro de obras. Isso para se evitar que objetos do canteiro de obras fossem furtados. E declarou que, já que eles queriam ficar no canteiro de obras, ocupar o canteiro de obras, eles seriam os depositários do canteiro de obras. E o juiz decidiu que os índios passariam a ser os depositários e assim ficou. Eles conseguiram, com isso, uma posição forte de negociar, mas não me parece que esse problema tenha sido resolvido até hoje. Os índios Xoclem até hoje estão numa situação muito frágil, precisamente porque a área deles está para ser inundada para a criação de uma barragem. Esse seria uma solução. Numa hora dessas, já que a área vai ser inundada.

É interessante que a Constituição determina, numa situação como essa, que haja previamente autorização legislativa. Para que uma área indígena venha a ser inundada ou aproveitada por outros projetos, é necessária autorização legislativa do Congresso Nacional. Até hoje não se discutiu isso, estando a questão em suspenso. Mas esse é um dos problemas que, certamente, com a possibilidade de desapropriação, poderia encontrar uma solução.

Quanto às demarcações, sabemos que o processo está emperrado. Tenho certeza de que não se trata de falta de vontade do Governo, mas, essencialmente, do problema das enormes pressões políticas que acabam desembocando dentro do Ministério da Justiça e emperrando o processo todo.

Outro problema importante também é a questão dos diversos projetos de lei – já abordei esse assunto antes – que vêm pipocando sobre a matéria indígena. Só no Congresso, parece-me que há mais de 200 projetos que, direta ou indiretamente, tratam de matéria indígena.

Se esses projetos fossem, aos poucos, todos aprovados, isso implicaria simplesmente uma desestruturação da legislação relativa aos índios. Precisamos de um tratamento legislativo coerente e uniforme. O Estatuto do Índio está aí para isso. Existe hoje um projeto de estatuto que está tramitando, mas que não vai adiante.

Parece-me importante que todas essas iniciativas, como a expropriação, a educação indígena, sobre a qual também existem alguns projetos, e a saúde indígena, sejam tratados dentro de uma lei única, um estatuto que trata dos direitos dos índios. Isso é fundamental. A pulverização legislativa não ajuda a formulação de uma política indigenista uniforme. Portanto, esse é outro entrave que encontramos.

Por último, quero abordar outro assunto que hoje está em voga na discussão das questões indígenas: o problema do uso do conhecimento tradicional indígena. Sabemos, perfeitamente, que as populações indígenas são titulares de um conhecimento, principalmente na área da medicina, da agricultura, etc. Em diversas áreas, os índios são proprietários, detentores de um conhecimento que, eventualmente, pode trazer grandes avanços para a ciência.

Esse conhecimento indígena tradicional é disputado, hoje, por indústrias farmacêuticas e cosméticas, que querem apropriar-se dele, para fazerem lucro não só no Brasil, mas no mundo afora. Sabemos que, quanto ao conhecimento tecnológico farmacêutico, há uma grande pressão por parte das grandes indústrias farmacêuticas.

A pressão existe também dentro do Governo. Absolutamente importante é o conhecimento tradicional dos índios como patrimônio, que deve ter uma legislação própria. Esta é uma grande prioridade em política indígena hoje: que se proteja esse conhecimento, as patentes, a propriedade sobre esse conhecimento.

Parece-me que, nesses quatro pontos, resumem-se hoje os problemas principais da política indígena.

Agradeço e coloco-me à disposição de quem tiver alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Agradecemos a exposição do Dr. Eugênio.

Passamos a palavra ao Dr. Nilmário Miranda, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – Boatarde, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dr. Eugênio. Em primeiro lugar, esperava que o representante da Funai falasse sobre as mortes por desnutrição em Dourados, fizesse uma abordagem mais ampla, e eu trataria do que foi discutido no CDDPH – Conselho de Defesa de Direito da Pessoa Humana. Portanto, preparei-me só para isso.

Mas, de toda maneira, quero deixar a informação de que, neste ano, teremos a realização de quatorze conferências regionais preparatórias para a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que será feita no próximo ano e discutirá a tutela e a organicidade da questão indígena do País. Essas conferências têm por objetivo discutir isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe-me, Sr. Ministro, se V. Exª me permitir, quero pedir desculpas ao Procurador, que veio aqui a meu convite, mas hoje está um tumulto na Casa devido às reuniões das comissões e a um fator importante que talvez interesse a V. Exª, Sr. Ministro, que é a criação da Subcomissão de Defesa dos Municípios. O Presidente resolveu fazer um ato público. Sou municipalista, tenho participado permanentemente, mas me recusei a falar para dar tempo de chegar aqui. Peço perdão a V. Exªs, lerei com calma as notas taquigráficas. Quero aproveitar para cumprimentar o Ministro pelo trabalho que vem desenvolvendo, com seriedade, tranqüilidade e sem alarde, buscando solucionar as grandes aflições que as minorias têm passado.

Quando Diretor de Polícia, instalei a cadeira de Direitos Humanos na Academia Nacional de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Romeu Tuma, sabemos do zelo de V. Exª pela atividade parlamentar no Senado Federal. Tanto isso é verdade que o requerimento para ser ouvido o Dr. Eugênio, Subprocurador-Geral da República, foi de autoria de V. Exª. E sabemos que foi excesso de trabalho nesta parte da manhã que não permitiu que estivesse aqui.

Está presente o representante da Funai, o Sr. Vilmar Guarani.

Por gentileza, se pudesse participar da Mesa.

O Dr. Nilmário gostaria de falar após ouvir o representante da Funai.

Com a palavra o Sr. Vilmar Guarani.

O SR. VILMAR GUARANI – Bom-dia a todas as autoridades, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão, Ministro Mário Miranda, a quem temos o privilégio de conhecer há algum tempo, quero justificar a ausência do Presidente da Funai, embora tenha este trabalho como um dos mais importantes, ele se encontra no STJ, reunido com mais de quinhentas lideranças indígenas, com representantes da Advocacia Geral da União e de membros daquele conselho do Superior Tribunal de Justiça. Por isso, ele não pôde estar presente. E sou, no momento, o Coordenador-Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai, e temos acompanhado um pouco de perto aquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O senhor tem vinte minutos para a sua exposição.

O SR. VILMAR GUARANI – Muito obrigado.

Então, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade que nos é dada. Falando em especial aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, que é uma realidade que de fato conhecemos de perto. Isso porque algumas vezes eu, como coordenador, tenho ido àquela região levantar o problema, a situação. Posso perceber aqui, próximo de mim, na mão do Ministro Nilmário Miranda, a resolução da Conferência Regional dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul, que aconteceu bem recentemente e contou com a presença de duzentas lideranças indígenas dos sete povos indígenas presentes no Mato Grosso do Sul. E ali se tratou de todos os problemas relacionados à terra, questão fundiária, saúde, educação, gestão ambiental e territorial, e vários outros problemas relacionados a Mato Grosso do Sul. E não ficou de fora, é claro, a saúde indígena, essas mortes que se têm tornado conhecidas no Brasil e até mesmo no exterior. E de fato nós, como Governo Federal, Poder Executivo, não somente lamentamos essa situação, mas percebemos como uma realidade a ser trabalhada de forma conjunta. Aí está a importância neste momento do Senado. A propósito, estou sabendo – se eu estiver enganado, perdoem-me, Srs. Senadores – de uma comissão nova, a Comissão de Direitos Humanos.

Então, pretendemos apresentar para vocês o que estamos trabalhando a curto prazo naquela região. Agora, devo lembrar que, de forma muito direta, a questão inicial seria a saúde relacionada à Funasa.

Tivemos uma reunião bem recente lá no CDDPH, presidida pelo Ministro Nilmário Miranda, em que foi exposta a nossa visão, como Funai, porque mesmo sendo atribuição específica da saúde da Funasa, a Funai é o órgão oficial de política indigenista, então, cabe-nos acompanhar.

A Funasa é um órgão independente, ligado ao Ministério da Saúde, em especial. Essa é uma das dificuldades que queremos trazer. Fizemos um relatório recente, mas não deu prazo para trazer para os senhores agora, mas podemos encaminhar. É o que foi apresentado ao Ministro Nilmário Miranda também a propósito da Funai, uma visão da Funai. Ao tomarmos conhecimento, fomos a campo verificar. Eu fui com o

Dr. Cláudio, que é do Hospital Universitário da UnB, da Universidade de Brasília, acompanhando essa equipe da Funai. Verificaram-se vários problemas, dentre eles a situação da saúde das crianças e essas mortes e a falta de estrutura em saneamento básico. É uma terra indígena com – e estou falando em especial de Dourados – cerca de três mil e quatrocentos, menos de três mil e quinhentos hectares, onde vive uma superpopulação de onze a doze mil índios de três povos diferentes: Terena, Kaiowá e Guarani. Eles vivem nessas pequenas terras com falta, principalmente, de saneamento básico. Segundo informação técnica do próprio Dr. Cláudio, seria um dos problemas que gerava a conseqüência da desnutrição.

Gostaria de parabenizar neste momento não só o Governo, o Poder Executivo, mas também os senhores do Senado. Parece que o Senador Romeu Tuma participou de forma direta, quando estava nesta Casa em apreciação a Convenção nº 69, que hoje está em vigor no País graças aos senhores. E reconhecemos isso aqui neste momento. A Convenção, aliás, manda que os povos indígenas sejam devidamente consultados. Então, Ministro, senhores, Sr. Presidente, verificamos que a questão não é em si falta de recurso financeiro para a região. O Presidente acabou de anunciar lá no STJ, se não for engano, que vários ministérios, sete ministérios trabalham com questões indígenas. Antes era só a Funai ou Ministério da Justiça, antes Ministério do Interior. Hoje, são vários Ministérios que trabalham com questões indígenas. Desde o próprio MEC, com a educação, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o próprio MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então são sete Ministérios que trabalham com questões indígenas e que, juntando todo esse recurso e talvez algum recurso estrangeiro, chegaria, se não for engano, a sete bilhões ou sete milhões de reais destinados aos povos indígenas. Na verdade, chega a ser muito mais, não é?

São 70 milhões mesmo. Com certeza, são 70 milhões. Posso corrigir isso rapidamente ou pedir informações.

Mas a questão é: além de não ser suficiente, está faltando uma falta de coordenação desses órgãos. Cada um faz por si só. Ou seja, na terra indígena de Dourados em especial, fora todos esses órgãos que trabalham com questões indígenas, ele tem a Prefeitura local, o Governo do Estado, todos com suas boas intenções, não é? Mas cada um trabalhando de uma forma individualizada com a questão indígena. E muitos dos casos não se ouvem diretamente os povos indígenas, que são os interessados.

Então o Ministro acabou de anunciar que estamos iniciando uma série de conferências indígenas no País, com a presença direta dos povos indígenas, desde a sua coordenação. E é um momento que está sendo um pouco diferente, porque nós, do Governo, sentamos mais para ouvir os povos indígenas em suas demandas. E eles apresentam ao Governo brasileiro qual a proposta de política indigenista, ou seja, qual o anseio dessa população, desses povos indígenas. Isso já começou. Está no *site* oficial da Funai. Provavelmente vai estar no *site* da Presidência da República também, porque tudo isso é do conhecimento do Senhor Presidente da República, é compromisso de campanha do próprio Presidente. E respeita-se a Convenção nº 69, que fala que os povos indígenas devem ser consultados sobre políticas. Então está faltando uma coordenação.

E nesse momento, em relação a Mato Grosso do Sul, a Funai está trabalhando com o chamado Intersete, que são sete Ministérios, que está sendo coordenado pela Funai, uma ação a curto, médio e longo prazo para combater a questão da desnutrição em Dourados. Mas, de qualquer forma, expõe-se sempre Dourados, mas não é só na reserva de Dourados.

A população Guarani que se divide em subgrupos Guarani e Kaiuá, juntando a região de Dourados e de Amambaia, soma uma população que 40 mil índios. Então precisa realmente haver uma força, uma ação não só de curto prazo ou transitória, mas uma ação mais direta de pessoa, de gestão de pessoal, para trabalhar de forma articulada esses órgãos de Governo naquela região. E pelo que estou sabendo, ainda hoje está sendo entregue ao Sr. Presidente da Funai esse plano de trabalho. Houve um grupo **in loco** trabalhando, conversando com as comunidades indígenas, com funcionários da Funasa, da Funai, de todos que atuam na região. E esse plano deve ser apresentado ao Ministro da Justiça. Não sei como está a agenda do Ministro e do Presidente da Funai, mas nessas próximas horas, nesses próximos dias esse plano deverá ser entregue. Penso que os senhores da Comissão de Direitos Humanos terão todo acesso, toda liberdade, inclusive de estar contribuindo e participando com sugestões. E também existe um atendimento da Funasa, é claro, na região.

Agora, o que percebemos – e foi uma reclamação direta que houve – um corte orçamentário naquela região de Mato Grosso do Sul. Creio que isso ocorreu no País inteiro na questão de saúde. E esse corte acabou prejudicando tanto a questão de contratação de profissionais também e mesmo de aplicação de recursos nessas áreas. E o atendimento que temos sentido dos próprios índios é que combater a fome ou combater essa realidade deveria ser um projeto ou um programa que tem que ser aplicado dentro da própria comuni-

dade, e não de fora. Ou seja, levar os índios, pegar as crianças levar para fora da aldeia para um centrinho ou para algum lugar e trabalhar e voltar para a comunidade indígena voltaria a ter os mesmo problemas. Então, desde a questão educativa, da parte inicial junto as famílias, esse atendimento, essa presença constante a um treinamento dos agentes de saúde porque, geralmente, esses agentes são da própria comunidade indígena. Mas o que realmente falta é coordenação e articulação desses órgãos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) (fora do microfone) – Qual é a presença média? É uma vez por mês?

O SR. VIMAR GUARANI – Tem presença sim. No caso de Mato Grosso do Sul, existe uma missão que já trabalha há mais de 40 anos com eles, a Missão Caiuá, que faz esse...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) (fora do microfone) – ...é do Governo?

O SR. VILMAR GUARANI – É do Governo. Mas a Funasa hoje trabalha diretamente com as organizações indígenas e, às vezes, com as Organizações Não-Governamentais, com as Prefeituras, com o Estado, depende. Então, de certa forma, há uma terceirização.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me, mas é só para aproveitar a oportunidade. Sei que não é correto interromper. O senhor me desculpe.

O SR. VILMAR GUARANI – Fique à vontade, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como se criam esses setores de atendimentos domiciliares de saúde? Não se poderiam preparar grupos indígenas mais aculturados que fizessem esses cursos para atender o dia-a-dia das comunidades indígenas nas questões de saúde e de atendimento mais emergencial?

Eu sei que tem muitos índios aculturados. Eu participei de muitas diligências com o Sidney Possuelo, quando estava na Polícia. Ele era um grande indigenista. Havia um número razoável de índios que freqüentava a escola etc. Então, eles têm algum preparo para receber uma instrução de atendimento permanente aos mais necessitados. Eu só estou consultando. Não é tese, não é nada. É apenas para saber se isso é possível. Talvez o Ministro Nilmário Miranda pudesse ver isto ou o senhor, não sei. São coisas que poderiam atender à população mais carente, principalmente nas periferias das cidades.

O SR. VILMAR GUARANI – Senador, a intervenção de V. Exª é totalmente pertinente. Eu quero até citar um exemplo importante, porque geralmente só se mostra o lado ruim de tudo isso.

Mas voltando novamente à conferência realizada em Dourados, onde houve um fato importante. Até queria mostrar para todos os senhores que, fora esse lado ruim observado agora, nos próximos anos, vamos ver a situação de Mato Grosso do Sul modificada radicalmente. Isso porque a área da educação de lá está indo relativamente bem, se comparado com o do País. Lá, temos duas universidades: a Unigram e a UEMS. Em cada uma delas, há mais de 70 índios cursando o ensino superior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Presidente é de lá.

O SR. VILMAR GUARANI – Então, há mais de 70 índios, em cada uma dessas universidades, cursando ensino superior. A conferência em Dourados foi importante porque havia 24 índios com curso superior trabalhando como facilitadores nos grupos de trabalho, dentro daquela própria comunidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) (fora do microfone) – ...uma inteligência especialíssima. Eles têm cultura e sabem colocar as coisas com muita clareza.

O SR. VILMAR GUARANI – Então, é preciso um treinamento permanente da própria comunidade. Ali mesmo, naquelas comunidades de Dourado, há gente para isto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL– SP) – É conseqüência de alguns fatos que vêm ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Romeu Tuma, considero muito oportunas as colocações de V. Exª...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu fico ansioso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Eu também fico. Mas vamos deixar os três convidados exporem as teses. Depois, teremos plena liberdade para indagar tudo sobre o assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fico ansioso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Eu também fico.

O SR. VILMAR GUARANI – Sr. Presidente, ainda tenho algum tempo ou já terminou?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O senhor ainda tem 7 minutos.

O SR. VILMAR GUARANI – Muito obrigado, Sr. Senador. V. Exª está correto quando diz que deve haver esses índios. Agora, se senhor me permite, com, como dizem os advogados, **data maxima venia**, pela própria Convenção nº 69, em que os senhores trabalharam, não falamos mais nessa questão do índio aculturado. Não, porque a própria Convenção, já modificando aquela de nº 107, que trabalhava...

O SR. ROMEU TUMA (PFL– SP) – É bom que a população tome conhecimento dessas alterações.

O SR. VILMAR GUARANI – Mas um fator importante é esse. Temos, sim, condições. Lá nós temos índios com essas condições de trabalhar, desde que realmente haja um treinamento devidamente qualificado, de forma permanente para isso. Nós – e eu digo, aí, como Funai – estamos, também, mesmo tendo mais de trinta anos de existência, aprendendo, a cada dia, a lidar com os povos indígenas, que são vários neste País, com várias diversidades. Alguns precisam simplesmente de uma assessoria do Governo para suas ações, seus trabalhos; há outros povos indígenas que estão ainda isolados ou com pouquíssimo contato e precisam de uma ação mais direta de agentes do Governo para estarem ajudando, como o senhor falou, o Sydney Possuelo, agora há pouco, numa luta permanente, com esses índios isolados que são vítimas também de morte. Deve-se garantir espaço para esses índios de uma forma bem trabalhada.

Em relação a Mato Grosso do Sul, estamos acompanhando. Talvez eu esteja até adiantando um pouco o ministro, se me permite, mas a própria Comissão de Direitos Humanos está criando uma comissão que vai estar juntamente conosco acompanhando um pouco aquela realidade ali. Com o esforço que eu vejo nos últimos dias dos três Poderes reunidos para resolver o problema dos povos indígenas no Brasil, isso, sim, vai se resolver. Uma coisa que não pode mais, ou até pouco tempo se achava, era que a Funai era o único órgão que deveria resolver tudo sobre questões indígenas. Hoje nós sabemos que a questão indígena nem é um problema. Alguém aqui defendeu que é também uma questão social. e na verdade os povos indígenas não são só problema como têm sido solução para o nosso País porque se há uma megadiversidade no Brasil é devido preferencialmente aos povos indígenas. O nosso Senador ali também sabe muito bem disso, não é, Senador? A presença indígena garante o meio ambiente preservado e é necessário isso. Mas não só a Funai, acho que nós temos que estar integrados, sim, nessa busca. Aí sim, falar em questão não de índio integrado, mas nós, do Governo, devemos todos estar integrados com esse objetivo comum de buscar soluções. Até porque eu sei que existem no Brasil cerca de trezentos Municípios com menor população do que aquela população de Dourados, e a Funai de Dourados hoje tem apenas dois funcionários dentro da área para cuidar de mais de onze mil índios. Então, é realmente uma dificuldade. Eu tenho que falar isso não lamentando, mas achando que os senhores têm condições de ajudar o Governo e a Funai, que quando trabalhava com cento e setenta mil índios, dez ou quinze anos atrás, tinha quase cinco mil funcionários; e a Funai de hoje tem dois mil e trezentos funcionários, enquanto a população indígena, segundo dados do IBGE, está em setecentos mil índios. Quer dizer, a população indígena tem aumentado, em Dourados o número de nascimentos chega a quatrocentos por ano, e nós, da Funai, sem um quadro de funcionários para atender minimamente essa demanda. Embora seja uma ação da Funasa, compete à Funai, sim, avaliar, acompanhar, investigar essas situações e trazer à população brasileira essa realidade indígena no País como é o caso da terra indígena de Dourados.

É necessário uma série de ações de forma conjunta para enfrentar os problemas daquela realidade ali, passando desde o problema de saneamento básico até mesmo por questões fundiárias, porque ali foram juntados três grupos de povos diferentes na época de Getúlio Vargas ainda, para serem colocados em uma única reserva, com toda esta conseqüência: os índios, de um lado, têm a grande Dourados, a cidade mais próspera de Mato Grosso do Sul e, do outro lado, Itaporã. Quer dizer, os índios estão naquela situação que o senhor conhece, e nós precisamos todos trabalhar juntos nisso. É o que tenho inicialmente para dizer. Estamos abertos aos questionamentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nós agradecemos ao Vilmar Guarani, representante da Funai, pela exposição e passamos a palavra ao Dr. Nilmário Miranda, Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – Eu já tinha cumprimentado anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Outra vez... Nós gostamos tanto da exposição de V. Exª. Estamos ouvindo outra vez.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – Quero novamente cumprimentar V. Exª, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, uma boa novidade que o Senado nos traz. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara, este ano, completa dez anos da criação, e agora o Senado também tem a sua comissão, importante passo.

Quando a Câmara criou a Comissão de Direitos Humanos, incentivou a criação de comissões semelhantes em todo o País. Havia cinco comissões de direitos humanos em assembléias legislativas do País. Hoje elas existem em 26 Estados e no Distrito Federal, nas assembléias. Só faltavam dois Estados, Roraima e Alagoas, que, a partir deste ano, constituíram tais comissões, as quais já foram instaladas. Existem também centenas de comissões de direitos humanos nas câmaras municipais.

Ao criar a sua Comissão de Direitos Humanos, o Senado, com o seu poder de influenciar a opinião

pública e os costumes políticos do País, não só consolida, como também incentiva o Legislativo de todo o País a respeitar e a valorizar suas comissões de direitos humanos, como também em outras esferas, os conselhos da esfera pública não-estatal e os do próprio Poder Executivo.

Fui convidado para falar sobre a desnutrição das crianças indígenas, mas quero fazer dois comentários antes.

Primeiro, o Presidente Lula, quando candidato, tinha se comprometido a realizar conferência indígena para discutir questões centrais, inclusive a tutela, o estatuto, que há quase duas décadas tramita, sem sucesso, no Parlamento brasileiro, e a reformulação do seu órgão principal, que é a Funai.

Essa conferência, ainda que no terceiro ano de Governo, está sendo realizada, envolvendo as quatorze regionais. Ela vai terminar numa Conferência Nacional, talvez em abril do próximo ano, provavelmente na Semana do Índio.

Esperamos que todos os povos indígenas participem da Conferência, como programado. Eles estão interessados nisso, cobravam sempre a realização dessas conferências.

Tudo o que foi abordado pelo Dr. Eugênio e pelo Vilmar Guarani será debatido.

Segundo, há poucos anos, havia não mais que 300 indígenas universitários; hoje há quase 2.000. Com o ProUni, esse número vai aumentar muito. Hoje há, inclusive, um grupo de indígenas com o curso de pós-graduação. Ainda não temos o levantamento, mas sabemos que oito estão fazendo mestrado. Estamos fazendo contato com algumas universidades de outros países para receberem indígenas. Há pessoas estudando línguas para fazer mestrado ou doutorado fora do País. Isso é muito importante para a autonomia.

Penso que a Conferência vai dar um passo à frente nessa questão da tutela, vai avançar, como fez a Constituição, para que os povos indígenas adquiram sua autonomia, um autogoverno, enfim, uma independência maior em relação a essa tutela, que foi abolida na Constituição, mas, de fato, ainda existe em nosso sistema de governo. A educação cumprirá um papel determinante.

Na Semana Santa, visitei uma comunidade indígena que se chama Xacriabá, em Minas Gerais. Quando eu era Deputado Estadual, há dezoito anos, fui visitá-la após uma chacina, quando o Cacique Rosalino Gomes e mais quatro indígenas foram mortos. O filho do cacique sobreviveu. A mãe dele levou um tiro no ombro, mas, mesmo assim, saiu com duas crianças e conseguiu escapar. Hoje, uma daquelas crianças é o prefeito e a outra é o cacique. Eles me contaram que o povo Xacriabá deu uma reviravolta graças à educação indígena, que tem 103 professores.

Eles compunham um grupo que pensou um modo de aquele povo avançar, traçou todos os planos de crescimento, ou seja, a educação indígena foi o caminho para eles se desenvolverem a curto, médio e longo prazo. Agora aquela área indígena Xacriabá tem como prefeito um sobrevivente daquele massacre. Há apenas cinco prefeitos indígenas em todo o País. Aquele povo deu um grande salto.

O papel da educação é enorme, tanto da educação indígena, que está disseminada em todos os povos indígenas, como também o acesso à educação superior, para que eles também tenham seus engenheiros, advogados, médicos, nutricionistas, e para, de acordo com sua cultura, trabalharem isso de maneira própria.

Quero apresentar alguns dados que considero importantes. Senador Juvêncio da Fonseca, deixarei com V. Exª as resoluções da Conferência Regional dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul, assim como uma análise do índice de mortalidade da população indígena residente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que aborda, inclusive, a questão dos xavantes, numa Coordenação de Formação e Análise Epidemiológica do Ministério da Saúde, um documento importante, como também um documento da Funasa sobre as ações desse órgão no Distrito Sanitário Especial Indígena de Dourados. São informações importantes que foram levadas ao CDDPH, que, em sua última reunião, na semana passada, discutiu a questão das mortes naquela localidade.

A Funasa assumiu, desde 1999, atenção integral sobre os indígenas no Brasil, como já informado pelos que me antecederam, por meio do Departamento de Saúde Indígena, o Desai, da Funasa. Senador, há 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas no País, subdivididos em pólos-base, que compreendem um número variável de aldeias. Há grupos multidisciplinares que atuam como referência primária para essas aldeias.

Tendo em vista a situação epidemiológica em Mato Grosso do Sul, a Funasa intensificou suas ações no Distrito Sanitário Especial Indígena. Identificou 2.019 crianças desnutridas ou em risco nutricional, as quais são avaliadas regularmente. Foram enviadas oito equipes – com médicos, enfermeiros e nutricionistas – para apoiar dezoito equipes locais.

Houve inclusão no Programa de Suplementação de Vitamina A, praticamente no início de abril, e foram contratadas, permanentemente, quatro equipes com médicos, enfermeiros e nutricionistas. Além disso, estão sendo selecionadas dez novas equipes de acompanhamento de gestantes e crianças desnutridas, com

enfermeiro, nutricionista e auxiliares de enfermagem, em caráter permanente.

Há um inquérito canino e vetores para controle de leishmaniose concluído nas aldeias de Dourados e iniciado na aldeia de fronteira com o Paraguai. Também há casos de óbito de crianças por leishmaniose provenientes do outro lado da fronteira. Como a fronteira não existe para ele, também há trânsito de guarani-caiuá da fronteira do Paraguai para o Brasil.

Em atenção hospitalar, a partir do dia 14 de março, foram abertos leitos pediátricos de enfermaria de UTI no Hospital Universitário de Dourados, pelo Ministério da Saúde, para reforçar o esquema de atenção médica em Dourados, em função da crise na aldeia indígena caiuá-guarani.

Foi contratada uma equipe de supervisão hospitalar, pela Funasa, para os hospitais de Dourados e de Campo Grande, composta de três médicos e de três enfermeiros. Também foi iniciado um convênio com o Instituto Materno Infantil de Pernambuco para qualificação hospitalar aos desnutridos do Hospital e do Centrinho, que é um centro de saúde de Dourados, e reservados cinco leitos na UTI da Santa Casa de Campo Grande, especificamente para Dourados. Foi pactuada a instalação de cinco referências regionais de recuperação nutricional em Paranhos, Miranda, Amambaí e Japorã – esses dois foram abertos em março.

Em 19 de abril, na semana passada, foi publicada portaria que amplia recursos do IAPI pela Secretaria de Assistência Social do Mato Grosso do Sul, para os hospitais universitários de Dourados e Missão Kaiowá e, também, a pactuação com o hospital evangélico. Depois, há suplementação nutricional, parcerias com a sociedade para mobilização, alimentos e aquisição de fogões. Eles também recebiam cestas básicas, mas não tinham fogões. Isso aconteceu nos casos mais críticos. E 1.200 cestas, que são *kits* de cozinha para agentes pelo MDS e o envolvimento da Pastoral da Criança, que tem experiência nacional de enfrentamento de situações de desnutrição em vários lugares do País. A Pastoral da Criança também está participando. Foi retomado o sopão diário pelos agentes de saúde. Foram instaladas 30 caixas d'água provisórias e caminhões-pipa em Dourados. Foi aberto processo licitatório para garantir 100% de água para aldeia de Dourados e Amambaí e a contratação de projeto para demais aldeias.

Houve uma pactuação com 17 prefeituras, Governo do Estado, Exército, Unicef para manutenção de 400 caixas d'água provisórias e 17 caminhões-pipa. Houve também reestruturação administrativa, que implica a prorrogação do convênio com a Missão Kaiowá, locação emergencial de oito viaturas, deslocamento de cinco viaturas e da Funasa, empréstimo de quatro viaturas da Itaipu para eles.

Das 294 crianças de Dourados que, em janeiro, apresentavam desnutrição, 26% já recuperaram o peso de forma permanente. Já houve redução da necessidade de internação hospitalar.

Deixarei também esse relatório feito para o CDDPH. O Dr. Eugênio estava presente também. Há mais alguns dados que considero interessantes. É ruim falar desse jeito, mas é a realidade.

Entre 1999 e 2004, o quadro de mortalidade infantil reduziu-se bastante em Mato Grosso do Sul. Em 1999, a mortalidade indígena infantil era altíssima naquele Estado: 140 mortos em mil nascidos vivos. Em 2000, esse número cai para 80; em 2001, 68; em 2002, 40; em 2003, 48; e, em 2004, a partir dessa crise, aumentou para 60 mortos em mil nascidos vivos. A desnutrição também teve uma pequena queda entre 2003 e 2004: de 32 para 27.

Também trouxe dados sobre os suicídios entre os índios guaranis e kaiowás. No ano 2000, houve 47 óbitos por suicídios; em 2001, 42; em 2002, 57; em 2003, 51; em 2004, 37. Ou seja, em cinco anos, 234 índios cometeram suicídio.

Como Deputado pela Comissão de Direitos Humanos, já estive duas vezes lá. Vemos uma situação um pouco sem saída. Na verdade, o problema grave é que 11 mil indígenas vivem em 3.500 hectares de área degradada, quase urbana. Essa é a questão de fundo. O Incra destinaria uma área de 3.500 hectares para 200 famílias, que seria o máximo que um assentamento do Incra comportaria. Há 11 mil indígenas vivendo ali. Eles são praticamente índios urbanos, como disse o próprio Senador no início desta reunião.

Isso é agravado pelo fato de que, como aquela área era composta de fazendas anteriormente, os rios que cortam a reserva foram contaminados e sofrem influência de agrotóxicos. Na reserva, há muito pasto e pouca área de floresta para caça. A tradição deles é coleta, caça e pesca. Eles são seminômades, que vivem numa área degradada, quase urbana, sem florestas, com rios degradados, então é muito difícil. Penso que essa seja a questão de fundo aqui.

Também há o arrendamento de terras indígenas para plantadores de soja e criadores de gado. Dessa pequena área, eles ainda arrendam terra para conseguir algum recurso pecuniário, renda em dinheiro, o que leva também ao aumento de dependência de fatores externos da própria comunidade.

Diante desse quadro, desenvolveram-se também alcoolismo e conflitos, inclusive na própria área onde moram 9 mil indígenas guarani-kaiovás e 1.500 terenas. Há também conflitos entre eles. Eles convivem

na mesma área, e há uma diferença cultural muito grande entre as tribos terena e guarani-kaiová. Essa é a situação que mostra que qualquer solução agora será parcial. Enquanto não for resolvido o problema da terra não haverá solução.

A terra ali é muito cara, há disputas judiciais. No passado, aquelas terras foram doadas a fazendeiros que têm títulos de posse que não foram emitidos pela União. São terras da União, mas os proprietários têm títulos de posse, as terras já passaram por várias mãos. A União não pode simplesmente comprar aquelas fazendas, não pode comprar uma terra que é dela mesma, que é de uso tradicional. Tanto que uma das soluções que se esperam está passando por uma interlocução com o G-8, visando ao financiamento de 1 milhão de euros para serem usados, inclusive, na compra de terras, já que a União não pode fazê-lo. São terras do entorno para descomprimir essa situação dramática que vivem os índios kaiovás e terenas, especificamente em Dourados.

A Funai trabalha a regularização de 35 terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Dessas, 22 já estão regularizadas, de posse dos indígenas, totalizando 22 mil hectares. A solução em Dourados fica difícil, porque, como o Dr. Eugênio falou, no caso de Santa Catarina, é muito problemático pensar na idéia de transferir. O Mato Grosso do Sul tem terras indígenas, com uma população indígena muito pequena, terras de extensão razoável, assim como Mato Grosso e Tocantins. Mas isso nunca foi feito no País, a não ser em casos extremos de transferir populações para outras áreas em que há abundância de terra. Normalmente, a questão da terra está vinculada ao uso tradicional, e os povos indígenas não admitem a idéia dessa transferência, a não ser quando são literalmente forçados, o que não é o caso. Estamos vivendo num Estado de Direito multiétnico e democrático, regido – graças a Deus – pela Constituição e por leis que impedem isso.

Tudo isso que está sendo feito é para amenizar a situação, para evitar novas mortes, mas não tem sustentabilidade a longo prazo. Como disse também o Vilmar Guarani, a natalidade é alta nesses povos, ao contrário de 50 anos atrás, quando havia um risco efetivo do desaparecimento dos povos indígenas, quando Darcy Ribeiro, naquele grito em 55, denunciou ao mundo que estava havendo a extinção dos povos indígenas brasileiros. Alguns dizem que a população de indígenas chegou a baixar de 100 mil. Hoje, temos mais de 400 mil indígenas no País. E os problemas que temos hoje advêm do crescimento e da consolidação dos direitos.

Na nossa Secretaria, lidamos mais com a questão da violência ligada à terra; a assistência é com a Funai; a saúde é com o Ministério da Saúde; a educação, com o MEC; a assistência social, com o MDS; a questão fundiária envolve também MDA e Incra. Nós trabalhamos mais a violência. E, quanto à violência, também há dados positivos.

No ano 2003, quando nós tomamos posse, houve 23 mortes indígenas, nem todas oriundas de conflitos. Mas pelo menos nove dessas mortes foram oriundas de conflitos agrários. No ano passado, não houve mortes indígenas, nem este ano. Há mais de um ano não ocorrem mais assassinatos, o que é positivo também. Um trabalho de prevenção e também de combate à impunidade foi feito e reduziu esse número de mortes. Temos o percentual de 82% das terras do país resolvidas. E isso cria um conflito com a população branca do entorno que não admite que os indígenas morem em lugar onde existem madeiras inexploradas, rios que não podem ser garimpados ou terras que têm recursos minerais que também não são explorados ou, simplesmente, que tenham terra. Existe também, culturalmente, na população branca a não-aceitação do fato que 2% do território nacional já estão sob a posse e o uso das raças indígenas. Áreas correspondentes a duas Franças dentro do país. Áreas, como disse o Vilmar Guarani, que estão preservadas para as gerações futuras. Elas são objeto de conflitos permanentes devido à invasão de madeireiros e garimpeiros.

O maior conflito que nós tivemos no ano passado foi a invasão da terra Roosevelt, em Rondônia, por parte de garimpeiros que já tinham se retirado e agora estão invadindo novamente o mesmo lugar. São terras enormes que têm fronteiras com outros países e sofrem invasões contínuas. Portanto, os maiores problemas não são mais garantir a sobrevivência dos povos antigos. Está garantido pela Constituição, pela lei e pelas políticas públicas ao longo desses anos. Agora, trata-se de garantir esse direito e de garantir também que o que está na lei seja, de fato, implementado por todos eles. Que não sejam mais vítimas da desnutrição, de doenças que já tinham desaparecido; que eles caminhem pela sua autonomia cada vez mais, para romper em definitivo com essa tutela e que milhares e milhares de indígenas se formem nas nossas universidades, enfim, que eles tenham, dentro do estado multiétnico, mais soberania na unidade do Estado brasileiro, do território brasileiro. É disso que se trata.

Não podemos adotar uma análise alarmista que têm alguns países, algumas religiões mal-informadas, que, às vezes, arrecadam dinheiro nos seus países, criando fantasmagorias aqui, como se estivesse havendo um genocídio indígena no país. Esta é uma grossa mentira de outra natureza.

Conhecemos o nosso problema e temos esse compromisso ético e étnico, pois o nosso Estado é multiétnico, para resolver. É isso que eu queria deixar inicialmente como informação para o debate.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nós agradecemos a palestra do Dr. Nilmário Miranda, Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Gostaria de fazer algumas considerações, antes de dar a palavra a alguns Senadores, porque fui o autor do requerimento de audiência pública e me sinto, hoje, não frustrado, mas temeroso do futuro dos índios no Brasil; muito temeroso, porque o que vimos hoje aqui é praticamente a confissão de uma incompetência do Estado para solucionar a questão indígena. Alguns dizem: "Não podemos fazer. Não vai acontecer. Não há recursos. Temos dificuldades". No País, há apenas 400 mil ou 450 mil índios – nada mais do que isso – para 170 milhões de habitantes, e 12% do território nacional já estão à disposição das reservas indígenas. Porém, há casos, como o de Mato Grosso do Sul, em que a questão fundiária já foi, há muito tempo, violentada ou não, mas está praticamente composta. Além das aldeias indígenas demarcadas há muito tempo, existem questões difíceis como essa de Dourados, mas não há tantas questões difíceis assim.

O Governo não pode esmorecer-se diante de um problema que se apresenta e que não considero tão grande assim, visto que são apenas 400 mil índios. Em Mato Grosso do Sul, pelo que conheço da região, foi feita uma homologação este mês pelo Presidente da República ao arrepio da Constituição. Sou advogado e posso falar que essa homologação não foi bem feita, porque foi aprovada ao arrepio da Constituição, ao arrepio do entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal. Homologou-se outra área para demarcação baseada em títulos de propriedades ilegítimas, até ratificados pelo Incra. E não eram os indígenas que estavam na região. Eles foram levados de outras regiões para aquela área. Considero essa situação conflitante demais.

Ademais, há uma negligência, uma complacência do Poder Executivo, não apenas deste Governo, mas também dos anteriores. Não houve uma conscientização dos Executivos anteriores – o que também não ocorre no atual Governo – para tratar do assunto indigenista com seriedade. Há muita filosofia. Consideram ruim quando falo em muita filosofia. Contudo, há muita filosofia, muitas reuniões, muito seminário, mas não há nada prático nessas áreas de conflito.

A Funai gasta 75% de atividade-meio para aplicar em uma administração de 25% para a atividade-fim. Eu disse e repito que, dessa maneira, é melhor fechar ou reformular completamente a Funai, haja vista que a instituição não está obtendo êxito. E é preciso obter bons resultados. Não são 4 milhões de indígenas, apenas 400 mil. E 12% do território nacional já foram demarcados. Em Dourados, perto de nós, no Centro-Oeste, apenas 3.500 hectares para 11,5 mil índios. Isso é um absurdo. Na Raposa Serra do Sol, 1 milhão e 750 mil hectares para 15 mil índios. Notem a discrepância. Precisaríamos vivenciar esse conflito em Roraima, só porque a demarcação tem de ser contínua e passar por cima da produção? Naquela região está faltando área? Não. Pode-se perfeitamente articular um consenso para fazer uma demarcação que satisfaça a todos, porque há muita terra: 1 milhão 750 mil hectares. Coitado do douradense, que dispõe de 3,5 mil hectares, e as crianças estão morrendo de fome. Será que a demarcação da região resolverá o problema social dos índios? É preciso haver uma conscientização contra isso.

Graças a Deus, existe hoje esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Demos início às audiências públicas há aproximadamente um mês, quando não havia assistência para ninguém em Dourados. A partir desse momento, começaram a aparecer forças-tarefas de todos os lados. A Funasa está trabalhando. A Funai está chegando à região. A Unicef elaborou uma programação para Dourados. O Ministro Nilmário Miranda nos apresentou inúmeras iniciativas tomadas agora, no mês de abril, em favor de Dourados. Agora, no mês de abril!

Então, o brasileiro deve morrer de fome, de inanição para tomar uma iniciativa? É isso o que pretendemos para este País? Enquanto isso, fica-se endeusando o índio, mas trabalhando-se contra ele. Se não se leva a sério tudo aquilo que se propõe para o índio, permanece-se, como sempre digo, na filosofia, na doutrina, não se chega à prática.

Somos grandes devedores dos índios deste País, temos uma dívida social imensa com eles desde o Descobrimento. Arrepio-me quando penso nesse assunto e fico indignado com as pessoas que falam tanto em defesa do índio, mas, quando dispõem de recursos, só fazem seminários. Não resolvem o problema da fome, da miséria, da educação. Essa é a grande verdade que está acontecendo em nosso País. Mostrem-me se é diferente.

Se a situação fosse outra, ali em Dourados, talvez houvesse muita pobreza e um campo de concentração de índios desumano, mas não haveria, em Dourados, a fome crônica que medra entre os indígenas. E os médicos dizem que não adianta alimentar crianças para que elas se recuperarem, porque a fome é crônica e

já comprometeu as suas funções orgânicas. A criança passa uma, duas, três semanas no hospital, recebe muito soro e todas as suas veias arrebentam-se. Mas não se consegue a sua recuperação, porque ela está cronicamente desnutrida e por ser crônico o desprezo do Poder Executivo pela questão indígena.

Até quando? Fica essa briga ideológica. Alguns alegam que culpados são os homens que plantam soja, que existe até na beirada da aldeia. Pode ser diferente hoje? Para isso, é necessário aprovar a possibilidade de o Estado desapropriar áreas para a expansão das aldeias. Certamente, se aquele que planta soja tiver a posse e o documento legítimos, houve investimento e um trabalho bastante produtivo para que haja sustentação da Nação. Só se fazem denúncias de grilagem, de plantação de soja, de madeireiros, etc., mas qual é a proposta?

Sou autor da PEC nº 03/2004 – que já informei aos convidados hoje –, que dá autorização legal para que o Poder Executivo possa fazer desapropriação para assentamentos indígenas. Hoje, o Executivo dispõe de autorização apenas para realizar assentamentos oriundos de reforma agrária e para desapropriação para obras públicas. Entretanto, quando há um conflito como esse em Dourados, o Poder Executivo fica de longe, observando o que se passa e não interfere por não ter autorização legislativa para expansão das aldeias por meio de desapropriações – vizinhas ou de fora.

Perguntei ao Ministro Márcio Thomaz Bastos aqui no Senado Federal, em uma das audiências públicas, o que ele pensava a respeito dessa PEC que ofereci. Sabem a resposta dele? "Sou contra, porque a União não tem dinheiro para essas desapropriações". A União não tem dinheiro para o brasileiro? Ou só dispõe de recursos para o superávit primário? Para isso, há recursos.

Quanto mais cresce a nossa economia e a nossa arrecadação, mais dinheiro nós mandamos para fora, sem nenhuma iniciativa de negociação ou resistência. O nosso poder econômico cai cada vez mais e estamos numa recessão plena. O índio está cada vez pior.

V. Exªs desculpem-me a minha indignação e a maneira de expor o assunto, mas não agüento ouvir tantas pessoas defenderem o índio sem dar um passo à frente – a não ser os idealistas mais contumazes, que talvez também se frustrem ao perceberem que o índio está abandonado e essas crianças morrendo de fome.

Eram essas as minhas ponderações.

Deixo a palavra livre. (Pausa.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta em relação às desapropriações ocorridas em Dourados, por se tratar de um caso específico que tem sido muito discutido nesta Casa, não seria possível à prefeitura ou ao Governo estadual, em uma ação conjunta com o Governo Federal, desapropriar essas áreas para expandir a terra indígena tendo em vista o interesse social?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – É preciso haver autorização legislativa para tal, e não tem havido. Hoje, vejo que, em alguns lugares, o Incra tem adquirido terras para a reforma agrária. Ocorre que estão acontecendo aqui ou acolá essas aquisições, mas sem desapropriá-las. Considero isso uma temeridade constitucional. O Poder Público para praticar qualquer ato, inclusive desapropriar terras e pagar o justo preço por elas, tem que ter autorização, senão, não pode fazê-lo. Por mais boa vontade que possa ter o Município, o Estado e a União, caso assim não procederam, enfrentarão dificuldades. Creio que o Dr. Eugênio, que é Subprocurador-Geral da República, poderia nos esclarecer melhor.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – Essa é uma das dificuldades existentes lá. São 17 fazendas que os Guaranis-Caiuás disputam com os ruralistas na Justiça. Mas, como são consideradas terras da União, terras de uso tradicional, a União não pode desapropriar terras dela mesma. Ela somente pode pagar benfeitorias de boa-fé quando houver decisão judicial – 17 fazendas estão sob pendência judicial. Por isso disse que uma das saídas para a União, o Estado de Mato Grosso e sociedade civil é o financiamento do G-8, para permitir a compra das terras. Mas, legalmente, a União não pode fazer isso, pois está impedida. As fazendas mais próximas da reserva de Dourados estão contestadas judicialmente, estão em disputa judicial. Portanto, legalmente, não é possível fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Deixe-me fazer um esclarecimento. Lidei bastante na questão fundiária em Mato Grosso do Sul, advoguei, por muito tempo nessa área, que se chama faixa de fronteira. Determinou-se que, em certa faixa da fronteira, a terra seria da União. Então, o Estado as vendeu, terras que eram da União, para terceiros, que pagaram regiamente o preço. Isso se aplica às fronteiras que o Brasil com qualquer país – de 66 km passou para 100 km, que passou para 150 km da fronteira. Portanto, a ocupação territorial de toda essa faixa de fronteira foi justamente com a produção daqueles homens que foram para as fazendas e fizeram com que a nossa soberania ali acontecesse com a ocupação da terra. Depois, a União diz o seguinte: "Essas terras são minhas; não são suas" Mas houve a iniciativa no sentido de ratificar os títulos. Ou seja, a União, mediante legislação, ratifica os títulos vendidos irregularmente

pelos Estados – e já se ratificou muitas propriedades. Existem milhares e milhares de requerimentos no Incra sem um despacho sequer. O mesmo acontece com a questão indígena: engaveta-se o processo, deixando-o para depois. Milhares e milhares de processos estão parados no Incra, dentro das gavetas, sem se definir a ratificação.

Senador João Capiberibe, recentemente, em uma cidade denominada Antônio João, que faz fronteira com o Paraguai, registrou-se uma invasão indígena de em uma determinada área, aliás, já mostramos aqui como isso acontece; o fato é que esse processo foi para a área de demarcação; dali, foi para a Justiça; da Justiça para a área de demarcação administrativa, enfim, após esse jogo de empurra, o processo de demarcação dessas terras chegou para ser homologado pelo Presidente da República. Trata-se de pouco mais de 9 mil hectares, pertencentes a sete fazendeiros e a 67 pequenos proprietários, até residencial, mas estavam em uma área em que os antropólogos dizem "essa aqui é uma área indígena", dão um laudo e assinam. Só que para essa mesma área foi expedido título pelo Estado e a União já ratificou essa área como de domínio pleno, absoluto e legítimo daqueles proprietários. E você não pode fazer demarcação em cima de terra titulada.

Não é que a União não possa comprar, ela não pode entrar em uma área titulada, de domínio pleno e legítimo, sem pagar o justo preço mediante desapropriação. Precisa acontecer essa autorização legislativa que já temos para a reforma agrária. O que não pode falar é que não tenha dinheiro para a desapropriação. A União não tem o dinheiro para resolver o problema das crianças de Dourados; confissão da incompetência financeira ou administrativa. É por isso é que a Anistia Internacional deu um laudo que foi um verdadeiro libelo contra o Governo atual em uma referência à causa indígena – a Anistia Internacional – não somos nós da Oposição. É preciso, portanto, que isso seja bem definido.

E onde está o pomo da discórdia de tudo isso. Não, mas a terra é do índio. Não, é do proprietário particular. Tem um principio de que a terra é de propriedade do índio originariamente; são terras tradicionalmente ocupadas pelo índio. Mas a Constituição diz: "tradicionalmente ocupadas".

Qual é a interpretação desse "tradicionalmente ocupadas"? Essa interpretação já foi dada pelo Supremo Tribunal Federal em vários julgados, tanto assim que foi criada a Súmula nº 650 do Supremo Tribunal. Para quem não sabe o que é Súmula, é bom que se explique que é aquele princípio jurisprudencial que, por ser predominante no Supremo Tribunal Federal, tornou-se regra de jurisprudência, não de lei, mas de jurisprudência, interpretando o texto da Constituição.

O que diz dessas terras tradicionalmente ocupadas? Não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupados por índios em passado remoto. Hoje o laudo antropológico é o seguinte: "aqui, há cento e cinqüenta ou duzentos anos tinha uma aldeia indígena". Então, se tinha indígena, é terra indígena.

Ora, se o princípio for esse não precisa nem de laudo antropológico. O Brasil todo é terra indígena. Mas temos que analisar se o título foi legitimamente expedido ou não, se está legitimamente registrado ou não. Se estiver, acho que todo mundo tem o direito de defender a sua propriedade e é isso o que está ocorrendo.

O Estado, para compor a situação, precisa desapropriar aquele que é o proprietário e que comprou legitimamente o seu imóvel. Por que hoje um proprietário pode ser penalizado só porque em um dia ali houve uma aldeia e essa aldeia foi extinta? Ele pode nem saber que isso existia antes? No entanto, chega agora o Presidente e homologa uma demarcação em cima de uma situação dessas.

Estamos a estabelecer o caos jurídico neste País e principalmente o caos jurídico constitucional. A Constituição é nossa regra básica de direito e não pode ser violada dessa maneira. Por isso é que precisa essa PEC que estou apresentando. O interessante é que apresentei, no ano passado, quando não imaginava que pudessem estar acontecendo esses fatos aqui hoje.

Para uma feliz coincidência, ela está servindo de recurso de argumentação para nós. Vamos trabalhar essa PEC, fazer com que aconteça, que ela seja aprovada, para que a União pague pela terra o justo preço seja lá a que título for, de dez ou vinte anos, que seja, pague igual à reforma agrária e faça o aldeamento, mas não deixe o índio nessa camisa de força, morrendo de fome.

Por uma questão de amor ao índio, reconhecer a dívida que temos com ele e darmos essa solução jurídica para que a União possa, na verdade, fazer a desapropriação, pagar o justo preço e fazer a expansão das aldeias. Fora daí, só se for na violência.

Estamos sentindo, em Mato Grosso do Sul, a condução de índios inocentes para invasões usando a violência. Isso é perigoso. Perigoso no conflito entre índios e brancos. Em Mato Grosso, outro dia, ouvi uma expressão muito interessante: isso aqui está ficando tão grave, tão grave, com essas invasões que estão acontecendo a toda hora, que pode haver inclusive derramamento de sangue. E aí a pessoa fez a ressalva de que não é de branco contra índio nem de índio contra branco; é de branco contra branco, porque são

os brancos que insuflam os índios e tiram o corpo fora. E todo mundo sabe quem são eles. Todo mundo sabe. E é preciso que a Nação saiba o que se está passando, para não cometer injustiça contra o índio, o proprietário e a sociedade organizada. É de fundamental importância esse alerta; não devemos ficar ideológica ou partidariamente fazendo oposição de um lado ou de outro. Não podemos fazer isso. O índio vale muito mais do que tudo isso que estamos fazendo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, como fez o Ministro Nilmário Miranda, enalteço a criação da Comissão de Direitos Humanos. Embora eu não seja membro titular ou suplente, tenho estado aqui, sobretudo porque avalio que a discussão sobre a condição dos índios, seja no Mato Grosso do Sul, em Dourados, ou mesmo em qualquer lugar do Brasil, é muito relevante. V. Exª assinalou que têm tido efeitos importantes as iniciativas anunciadas pelos três debatedores, especialmente pelo Ministro dos Direitos Humanos. O fato de o Senado Federal tomar consciência dessa problemática envolve a necessidade de o Executivo tomar providências, e isso já é um fato importante.

Não tive oportunidade ainda de visitar a aldeia de Dourados, mas fico pensando: se estão quase que num espaço urbano 11 mil índios, em 3,5 mil hectares, isso significa, por outro lado, a possibilidade de uma interação relativamente intensa entre eles e até a possibilidade de o Poder Público com eles interagir, inclusive na aplicação de medidas que hoje são preocupação do Governo do Presidente Lula – durante sua campanha e na sua mensagem inicial ao Congresso Nacional, inúmeras vezes repetida, afirmou o Presidente que, ao término de seus quatro anos de mandato, não haverá uma pessoa no Brasil, homem ou mulher, sem o direito de alimentar-se com três refeições ao dia. Esse foi um objetivo colocado com enorme ênfase. Avalio que, ainda mais num local onde os índices de desnutrição se apresentaram tão sérios, inclusive com mortes de crianças, isso esteja agora sendo objeto de atenção muito grande. Espero que esteja acontecendo.

Faço uma observação. V. Exª contrastou 400 mil índios com 170 milhões. Pedi então, de pronto, ao meu gabinete, que me desse o dado de hoje do IBGE, e hoje já somos 183.547.335, talvez um pouquinho mais, porque é feito um ajuste quase que minuto a minuto. Apenas informo que somos um maior número.

O Ministro Nilmário Miranda observou que fez uma visita a uma aldeia indígena no Município de São João das Missões. Visitei um lugar da Bahia onde nunca havia estado antes, Corumbau, entre Porto Seguro e Prado. Aproveitei a oportunidade para visitar a aldeia dos Pataxós, onde há dois mil índios. Ali, o próprio cacique Araruê me informou – chamo a atenção do Sr. Vilmar Guarani particularmente – que não há problema semelhante quanto ao estado de nutrição dos índios. De fato, vi dezenas de crianças brincando para lá e para cá e constatei que, em geral, aparentavam estar muito bem nutridas. A propósito, o cacique me informou que, no ano passado, eles fizeram um levantamento e constataram que havia, dentre os dois mil índios que ali estão, 310 crianças de até cinco anos, portanto, um número de crianças muito acentuado.

O problema lá diz respeito à Funasa, que funciona junto ao posto da Funai: os remédios não são providos adequadamente. Os médicos da Funai e o médico da Funasa, que vai ali uma vez por semana, receitam remédios, mas não há a medicação adequada e, mesmo quando são levados para Porto Seguro, há dificuldades. Então, informo oficialmente à Funai e ao Secretário de Direitos Humanos que a principal limitação diz respeito à qualidade da assistência de saúde.

A questão da educação estava razoavelmente bem provida. Há uma escola muito bonita – acho que fundada há uns quatro anos – com seis salas de aula, além de outras escolas e salas de aula. Mas, em frente a essa bonita escola que existe nessa aldeia dos Pataxós, há uma edificação de forma indígena bastante bonita, de cor vermelha, que, entretanto, está vazia. Perguntei o que havia acontecido. Responderam-me que, há quatro anos, essa edificação havia sido levantada na aldeia de Barra Velha. Durante uma festa junina, de repente, houve um curto-circuito, a construção pegou fogo e o telhado se foi – os livros foram salvos, mas ficaram molhados por causa da tentativa de apagar o incêndio. Há dois anos que está lá a estrutura da biblioteca e centro cultural – muito bonita, mas com o telhado queimado e sem uso. Vou fazer hoje uma carta ao Ministro Gilberto Gil, mas passo essa informação também à Funai já que estamos tratando dessa questão.

Temos aqui procurado investigar a razão de tantos índios estarem sofrendo de subnutrição em Dourados e em outros lugares. Ministro Nilmário, tenho ouvido muito sobre essas questões e sobre elas refletido. Inclusive, nessa aldeia indígena que visitei, conversei com índios Pataxós e habitantes de Corumbau. Na véspera eles haviam discutido o problema do seguro durante o defeso, que é pago aos pescadores naqueles 45 dias em que eles não podem caçar. Além disso, nessa aldeia indígena há hoje um número significativo de famílias que recebem o bolsa-família. O Ministro Nilmário não chegou a mencionar, quanto a Dourados, naquela al-

deia indígena, o número de famílias está recebendo o Bolsa-família.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – Agora, 500 famílias recebem R$50 mensais mais R$15 por filho na escola. Agora já são 500 famílias recebendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então isso é uma providência rápida, imediata e importante, talvez até como resultado da preocupação desta Comissão. Porque me parece mais eficaz e mais racional do que, digamos, a distribuição eventual de cestas básicas, que às vezes vão lá também para Dourados ou vão para essa aldeia de Barra Velha, e já que existe a possibilidade a condição de adquirirem alimentos, mas o fato de que o Bolsa-família esteja relacionado à informação adequada sobre qual os ingredientes que os índios, as famílias podem prover as suas crianças, ou seja, a informação sobre o aleitamento materno e, depois, sobre a alimentação mais adequada para não surgirem aqueles casos de desnutrição tão intensos. Tudo isso, enfim, deve ser combinado.

Agora, avalio que estaremos avançando mais rapidamente para erradicar a subnutrição, na medida em que acelerarmos a expansão do Bolsa-família até que tenhamos, no País, uma renda básica como direito à cidadania para toda e qualquer pessoa. Não vou aqui me estender sobre esse assunto, até porque já é, esta sim, uma matéria aprovada no Senado unanimemente e sancionada pelo Presidente. É só uma questão de qual é o dia que vamos efetivamente fazê-la entrar em vigor. Mas a expansão do Bolsa-família, que está sendo rápida, pode se constituir numa das maneiras de contribuir para solucionar os problemas. Então agradeço essa informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador João Capibaribe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. convidados, Ministro Nilmário, Sr. Subprocurador, vou compartilhar as experiências que vivemos à frente de um governo em cuja base territorial vivem hoje em torno de sete mil indígenas.

Na verdade, estou colocando no tempo esta discussão que estamos tendo hoje, pois tive essa mesma discussão, os mesmos problemas que são extremamente graves. Entendo, portanto, a indignação do Presidente em relação à essa questão específica de Dourados, porque, pelo que temos vivido aqui na Comissão, há um acirramento nas posições e a solução que precisamos é a expansão da terra indígena, há uma unanimidade aqui, todos sabemos que a solução de Dourados é expandir a área indígena.

Pela minha experiência, trata-se de um Estado que tinha muitos conflitos porque as terras não estavam demarcadas, e as que estavam demarcadas não estavam homologadas. A primeira iniciativa, portanto, é exatamente resolver essa questão fundiária das terras indígenas, esse é um passo decisivo; o segundo, é fortalecer as organizações indígenas.

Queria falar um pouco sobre os distritos sanitários especiais indígenas que surgiram em 1999. Em 1995, com essa idéia de resolver o problema fundiário, das áreas invadidas pela força do Estado, que tem o poder de polícia.

O segundo passo é fortalecer as organizações indígenas. Sugiro que criemos um grande programa de fortalecimento das organizações indígenas porque as dificuldades de relacionamento entre os povos indígenas e a sociedade envolvente são graves. São grandes essas dificuldades porque eles foram historicamente enganados. Dá para entender, porque nunca os contratos feitos com eles foram respeitados, ou são respeitados até um determinado ponto, em razão dos interesses e dos conceitos de desenvolvimento, que são muito diferentes.

Eu até gostaria de acrescentar que aquilo que é desenvolvimento para nós é a desgraça dos povos indígenas. Eu vivi isso, na semana passada, ao receber lideranças caiapó que estão preocupadas com a construção de duas barragens no Rio Xingu. Ora, eles foram nos pedir apoio para impedir a construção da barragem. Para nós, posicionar-se contra a construção dessas barragens significa posicionar-se contra o progresso, porque o nosso conceito de progresso praticamente nos impede de adotar um posicionamento contra a produção de uma energia limpa. Ocorre que os caiapós vivem ali.

Então, o argumento que nos resta é exatamente o da convivência democrática e do respeito às diferenças. Então, se o cacique Raoni e os seus líderes são contra a construção dessas hidroelétricas é porque eles sabem que para nós é muito bom, como ele chegou a me dizer: "Deve ser muito interessante para vocês fazer isso. Agora, para nós, é uma desgraça. Essa hidroelétrica vai matar o rio, e se matar o rio, não tem mais peixe, não tem mais caça". Ou seja, aquilo que é progresso para nós é a destruição para eles. Temos que entender isso.

É claro que estarei a favor do cacique Raoni porque ele mora lá. Não poderei ser contra isso. Não poderei sê-lo, a não ser que eu mude de posição e passe a entender que o nosso destino é o destino manifesto de domínio e de extinção das demais raças. Então, eu teria de mudar definitivamente de posição. Mas enquanto eu for democrata – e considero que o básico na demo-

cracia é a convivência com as diferenças e o respeito a elas – defenderei a posição do cacique Raoni e dos seus líderes para impedir que essas hidroelétricas – que conflito isso nos causa! – sejam construídas lá, mesmo diante da nossa necessidade. Necessitamos de energia limpa, mas temos, primeiro, que respeitar o direito à vida dessas populações.

Sugiro que criemos um programa, talvez até uma emenda de Comissão, Sr. Presidente, para fortalecermos as organizações indígenas, porque se eles tiverem uma interlocução organizada conosco isso facilitará não só a vida deles como a nossa própria vida.

O SR. PREIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador, apenas um esclarecimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – A nossa Comissão também é de legislação participativa. Nós Senadores não podemos ter iniciativa de qualquer proposta, qualquer sugestão, mas se houver uma entidade com uma sugestão nesse sentido, nossa Comissão a acolhe, discute, vota e pode oferecer o projeto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Ótimo. V. Exª tem inteira razão. Precisamos de solução, e a sociedade envolvente, que vive o conflito, também. Se não é possível a imediata desapropriação da terra, porque há conflito jurídico, sugiro que a Comissão vá a Dourados e levante toda a situação. V. Exª tem feito um esforço muito grande, e admiro a condução que V. Exª está dando a esta Comissão em função desse esforço com relação aos índios, porque acredito que, realmente, das etnias, dos segmentos sociais brasileiros, os índios são os mais frágeis.

Quanto a essa preocupação que V. Exª está tendo em relação aos povos indígenas, sugiro irmos a Dourados, levantarmos a situação fundiária, levantarmos a situação legal. Então, depois, nesta Comissão, podemos fazer uma proposição concreta ao Governo, seja pela via administrativa ou até mesmo por meio de projeto de lei, para que cheguemos a uma solução. Acredito que está na hora de irmos a Dourados e ouvirmos as partes lá.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não houve nenhuma pergunta, mas considerações.

Então, para as considerações finais, primeiramente, passo a palavra ao Vilmar.

O SR. VILMAR GUARANI – Quero agradecer, mas antes quero informar sobre algumas questões, até complementando um pouco o que o Ministro Nilmário Miranda falou.

Já saiu publicado no **Diário Oficial**, mas eu também já tinha entendimento com o Dr. Perly Cipriano, que é um dos assessores diretos do Ministro, sobre o Balcão da Cidadania, abrangendo também Mato Grosso do Sul e outras regiões do País. O Senador Eduardo Suplicy fala a respeito do Bolsa-Família ou de qualquer tipo de assistência, mas há inúmeros índios ali sem documentação. Percebemos isso, que também está no documento elaborado pelos próprios índios e entregue aos Senadores. Então, pensando nisso, já estamos adiantando a questão do Balcão da Cidadania, para regularizar a situação dos documentos de todos os índios ali, porque são centenas os documentos que não estão devidamente regulamentados. Há também a questão de documentos nas mãos de comerciantes. Já foram aprendidos, pela Polícia Federal, numa ação, quatrocentos documentos de índios relativos a aposentadorias do INSS, que estavam nas mãos de comerciantes naquela região de Dourados. Então, são vários os problemas que temos de combater e não somente um, realmente.

Agora, de fato, parabenizo V. Exª pelo conhecimento jurídico, como advogado e Senador. Nem é oportunidade para isso, porque V. Exª fez uma defesa em relação à questão de direitos fundiários ou de uso tradicional da questão indígena. Até citou súmula. Também conheço um pouco disso, mas não vamos tratar aqui de questões teóricas, como V. Exª bem frisou. Eu também sou advogado, e sou um desses advogados indígenas do País. Antes éramos apenas oito e hoje somos dezesseis. Há uns fazendo Mestrado e pretendendo até um Doutorado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Então, já são dezessete.

O SR. VILMAR GUARANI – Isso.

Então, já há alguns fazendo Doutorado. Aliás, de Dourados, são dois bacharéis agora, inclusive um especialista em Direito constitucional.

Por isso, falo que a questão está mudando, sim, com a presença desses próprios índios.

Quero dizer também que, por meio da própria Secretaria e do Conselho de Combate à Discriminação, houve um entendimento com o Itamaraty e há dez índios fazendo curso de inglês, preparando-se para atuarem na área de direitos humanos. Há uma deficiência muito grande de índios do Brasil participando de programas de direitos humanos tanto na ONU quanto na OEA, por falta do entendimento do inglês e mesmo do espanhol. Então, estamos preparando também os índios, numa parceria inédita, em que o MRE comprou bem a idéia e que o Instituto Rio Branco está levando adiante também.

Diante do Senado Federal, como Poder Legislativo, apresento esta proposta também, para pensarmos juntos uma política para índios no ensino superior e mesmo na pós-graduação. Nos anos 70, falava-se que

os índios acabariam em 2000. Na verdade, a Funai tem os dados oficiais de 410 mil índios, relativos aos que habitam nas aldeias, mas há também os índios urbanos. Temos até de repensar o que é esse índio urbano. Em Dourados, por exemplo, seriam índios urbanos? Não, são as cidades que vêm se aproximando e os índios acabam se tornando urbanos, porque, na realidade, estão sendo fechados, como em Anastácio – penso que o Senador conhece –, na região do Pantanal. Também vivem índios em pouquíssimos hectares de terra, que são os índios terenas. Também não podem ser chamados de índios urbanos, simplesmente porque estão entre áreas urbanas, uma vez que as cidades foram chegando e colhendo os povos indígenas.

Sobre a questão de fronteira, não podemos atender de forma direta, mas há de pensarmos, Ministro Nilmário Miranda, em levarmos essa discussão para o MRE, porque os países que são signatários da Convenção 169 devem, seguindo os preceitos dessa própria Convenção, discutir e trabalhar tratados, convênios ou alguma coisa, no sentido de regularizar a situação desses índios. Como são os guaranis, porque têm, no Paraguai, na Argentina e em outros países, que transitam, sim. Isso também é uma realidade no Brasil de hoje.

Os dados que o Ministro traz – não lembro bem como o senhor disse – são significativos: a redução de suicídios, de homicídios. Essas mortes que vêm ocorrendo este ano têm diminuído na prática nacional.

Há a questão das terras indígenas, que a Constituição de 1988 dizia que deveriam ser demarcadas. Quer dizer, daquelas terras de 1988, só faltam 20 delas serem, de fato, demarcadas.

Agora, quando o senhor vai falar de tradicionalidade, mesmo não questionando ou até dando um ponto de vista diferente... Claro, há aquela questão das súmulas – sei o que isso quer dizer – e também doutrina sobre isso. Agora temos de lembrar que muitas dessas terras, sou muito claro nisso... Digo isso, porque o senhor fala com indignação, e também tenho muita indignação. Entendo a realidade, porque a vivo na prática. Tenho um documento, em meu bolso – estava há pouco no STJ –, dos índios que vieram reclamar da questão da saúde e da educação. São índios da minha própria família, que estão vivendo essa realidade nas aldeias. E nós temos essa incumbência de transformar isso em ação e de combater algum tipo de problema que tem havido no País como um todo.

Na verdade, claro, se fosse falar de terras indígenas no Brasil, seriam, sim, 100% dessas terras indígenas. Mas o trabalho da Funai, nessa parte fundiária, vem tendo êxito com certeza, porque, em sua maioria, as terras indígenas vêm sendo demarcadas. A Funai tem hoje o dado de 604 terras indígenas. Agora, sempre há novas demandas, não porque são habitações de aldeias extintas, como foi declarado há um certo tempo – e falo aqui –, até com certa má-fé de algum órgão de assistência ou, até antes, ainda no SPI.

Era muito fácil declarar terra indígena como extinta, para distribuir, fazer reforma agrária com ela, entregar na mão de colonizadores ou de qualquer outra pessoa. Mas não é por isso; pelo menos, no meu entendimento, não, senão a Praça da Sé, que era uma aldeia guarani, com certeza, seria terra indígena hoje. Mas não é bem isso que nós trabalhamos, não é essa a política da Funai, de pegar qualquer terra indígena ou dizer que determinada área é indígena, porque nela viveram índios há 300 ou 400 anos.

Agora, a tradicionalidade não tem a ver com imemorialidade. Essa é outra questão. Tradicionalidade é uma coisa viva, que se está vivendo neste momento. A partir do momento em que uma comunidade indígena está vivendo seus usos e costumes e tradições, como está na Constituição, está vivendo de forma tradicional nessas terras por ela habitada.

Agora, quando se fala da incompetência principalmente do Poder Executivo em trabalhar com esses 410 mil índios, quero dizer que temos uma das maiores riquezas do País. Em alguns países, seria até mais fácil trabalhar, embora tenham 1 ou 10 milhões de índios. São 10 milhões, mas apenas quatro povos ou etnias diferentes. No Brasil, não, são 220 povos diferentes. Com cada povo há uma realidade diferente para se trabalhar.

Há desde os povos maxacalis, de Minas Gerais, que têm 300 anos de contato, sendo que 98% deles ainda não falam português, até povos que perderam a sua língua por causa da imposição da Igreja ou do Estado brasileiro em certa época.

Já vou terminando, para não me alongar muito. São mais de 220 povos diferentes. O Estado tem de ter essa capacidade de trabalhar com essas questões todas.

Agora, novamente, peço com todo respeito aos Srs Senadores, ao mesmo tempo em que os parabenizo pela aprovação da Convenção nº 69, que hoje já é lei ordinária no País, com todos os seus efeitos aderentes a isso. É uma convenção de 1989, que somente há dois anos foi ratificada pelo Brasil. Então, essa questão indígena não é um problema só do Poder Executivo em si: parte do próprio Senado e da Câmara dos Deputados, porque, por exemplo, há o Estatuto para ser revisto desde 1991. Precisamos todos, o Poder Executivo e também o Judiciário, porque, se há uma ação tramitando no Supremo Tribunal Federal sobre os índios da Bahia... Senador Eduardo Suplicy,

os índios pataxós, há 23 anos, no Supremo Tribunal Federal. Então, não se pode falar que é um problema só do Poder Executivo. Creio que é um problema dos Três Poderes. A iniciativa boa é que está acontecendo essa discussão. Foi criada esta Comissão, que certamente já está obtendo êxito de imediato.

Quero mencionar, também, a Coordenação de Direitos Indígenas da qual sou, no momento, coordenador. Como tenho feito com o Ministro Nilmário Miranda, quero colocá-la à disposição de V. Exªs. É uma coordenação que atua tanto na questão de direitos humanos quanto para receber denúncias de violações, de agressões, em situações relacionadas à questão indígena no País.

Falando de Dourados, ainda, há 43 índios presos naquela região por vários tipos de crimes. Por ser uma área de fronteira, há desde de tráfico de drogas, a estupros e suicídio. São várias ações, de forma conjunta, que temos que implementar. O Senador João Capiberibe tem razão sobre isso. Vamos lá, Senador, também, para acompanhar e conhecer um pouco essa realidade.

Parabéns ao Ministro, que trouxe grandes, boas e importantes informações para essa questão.

Senador, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que nos foi dada. Estamos à disposição, mas não somente agora. Não trouxe outros dados porque fui acompanhar o Presidente ao STJ. Não tive como trazer para V. Exª dados claros, concretos, sobre algumas realidades. Reafirmo que está totalmente à sua disposição a Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – V. Sª foi tão brilhante que, se tivesse trazido os dados, precisaríamos de mais duas horas para que V. Sª pudesse explicar tudo.

Concedo a palavra ao Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público – Índios e Minorias, para suas considerações finais.

O SR. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO – Sr. Presidente, agradeço muito o convite pela 6ª Câmara.

A questão de política indigenista no Brasil é extremamente complexa. Parece-me que temos algumas divergências no que diz respeito à questão da demarcação de terras. Não me parece que a questão é tão simples quando se fala em extinção de aldeias. Temos alguns casos bastante complexos de aldeias que são tidas, por uma das partes interessadas, como extintas, mas na verdade não o são. Na verdade, dizer se uma aldeia é extinta não é um ato administrativo. É necessário um laudo antropológico. Há índios que são circulantes e chegam às suas aldeias em determinadas épocas do ano. Às vezes, demoram vários anos para voltar à sua aldeia, mas isso faz parte do seu trajeto tradicional; são locais onde tradicionalmente fazem o pouso. Eles precisam dessas áreas.

Também me parece que não é uma questão tão simples a equação de áreas por população quando se trata de demarcação de terras indígenas. Sabemos que existem várias populações indígenas tradicionalmente nômades, como os próprios Yanomami. Na época, quando conseguimos judicialmente a declaração da tradicionalidade, da imemorialidade da área Yanomami, a revolta foi muito grande, quando se falava em 9,4 milhões de hectares para 10 mil índios. A verdade é que essa área indígena Yanomami, o Parque Indígena Yanomami, é um verdadeiro patrimônio do Brasil, um patrimônio de preservação não só do meio ambiente, mas de uma população que muito tem a contribuir para a riqueza étnica brasileira. E eles precisam dessa área por conta de suas práticas de perambulação.

Quando à Raposa Serra do Sol a situação é também extremamente conflituosa, sabemos disso. E também me parece que a equação é bem mais complexa. Os arrozicultores que estão lá, em grande parte, ingressaram no local grilando terras dos índios. Receberam facilidades por meio de um poder do Estado que nem sempre tem agido de uma forma correta. Além disso, cooptaram índios. Há índios que foram claramente cooptados. Vários deles estão na lista de pagamento dos "gafanhotos". Ou seja, evidentemente, esses índios que estão na lista dos "gafanhotos" foram beneficiados pelo Estado para serem antiindígenas. Essa é a parte dos índios que faz barulho. A verdade é que a grande maioria dos índios Macuxi está satisfeita com a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol e está pleiteando, inclusive, a indenização dos danos ambientais provocados pelos arvoricultores.

Então são questões extremamente complexas que o Ministério Público prefere observar com mais distância. Certamente, se for necessário, usaremos os mecanismos que a Constituição e a Lei nº75 nos oferecem, para questionar judicialmente a política indígena e acelerar a demarcação de terras indígenas por via de medidas judiciais, como os colegas têm feito, no Brasil inteiro.

De qualquer forma, agradeço muito. A iniciativa foi muito importante por parte da Comissão de Direitos Humanos. Congratulo-me com V. Exªs pela criação desta Comissão, que já veio tarde. Na Câmara dos Deputados, já havia esta Comissão de Direitos Humanos há mais tempo, com bastante atividade e com a participação da sociedade civil nessas questões. Então foi uma coisa muito boa! Agradeço a V. Exª, mais

uma vez, pelo convite e coloco-me à disposição da Comissão quando for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Dr. Eugênio.

Com a palavra o Dr. Nilmário Miranda, Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – O Vilmar Guarani falou aqui da possibilidade também de haver um diálogo com o lado de lá da fronteira, o Paraguai. Já incorporei essa informação. Vamos, nos dias 5 e 6 de maio, próxima semana, ter a primeira reunião chamada Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul Ampliado, que será em Assunción. Vamos constituir uma Comissão de Direitos Humanos no Mercosul, a partir do mecanismo previsto, que é o da reunião de Altas Autoridades. Estarão lá 9 países, e será realizada no Paraguai. Temos uma agenda de 4 pontos, mas creio que, com o Paraguai, podemos abrir uma conversa também para discutir a situação dos guaranis nessa região de fronteira, para buscar soluções conjuntas.

Gostaria de reafirmar que nosso desejo, nossa intenção, como Governo, é fazer todas as demarcações até o próximo ano. Não sei se conseguiremos fazer todas, não por falta de vontade, mas por questões de disputa judicial.

Acredito que faremos todas as demarcações nas terras do Norte e Centro-Oeste, exceto Dourados, até porque há menos disputas aí, e a disputa se dá de outra maneira. Restam as terras mais complicadas do Nordeste, do Sul e do Sudeste, que são regiões densamente povoadas. É muito difícil ver a questão Kaingang aqui. Há um conjunto de cidades do Rio Grande do Sul dentro do território reivindicado pelos kaingangs. Como é que chama aquele povo lá de Santa Catarina e Chapecó? Estão reivindicando onde está a Cidade de Chapecó também. É difícil de resolver. Agora, sobrou o mais difícil, os que têm pendências judiciais longas. Essa do Pataxó, do Pau-Brasil, tem 23 anos, e o STF não decide. O Governo da Bahia concedeu, sem ter legalidade para isso, títulos de terra para as pessoas em cima da terra indígena. E, agora, esses títulos estão sendo contestados. E já vão 23 anos. Portanto, não depende só da vontade política. No Sudoeste, no Sul e no Nordeste, também há vários casos, os mais graves. Mas as demarcações daquelas que não têm pendências judiciais serão feitas até o próximo ano, que não é pouca coisa. Creio também que a atitude de...

Pois não, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Havia um prazo na Constituição, se não me engano, para demarcar todas as terras.

O SR. MINISTRO NILMÁRIO MIRANDA – O prazo é de cinco anos, e está vencido. Mas é como eu disse: há óbices jurídicos em alguns lugares, disputas judiciais em judiciais em curso que não podemos ultrapassar sem que haja decisão. Mas todos que não tivessem esse óbice procuraremos fazer até o próximo ano. Mas há essa determinação de fazer.

Agora, acredito que a melhor maneira de enfrentar o problema é torná-los públicos e de forma transparente. Quando eu disse que não vejo solução para Dourados sem enfrentar a questão fundiária é porque não há mesmo.

Penso que devemos ser claro nisso. Temos que tomar todas as providências, preservar vidas, estamos tomando, algumas até tardias. Mas não é a solução. Não há solução sustentável da terra. E ali há uma disputa judicial das 17 fazendas, que é intransponível.

A Funai e nem o Governo fazer nada que não seja segundo a lei. O limite é a lei, é o respeito à lei, é a ordem jurídica e, portanto, não podemos ultrapassar. Não podemos comprar a terra ou desapropriá-la sem que haja lei para isso. E, portanto, temos que aguardar o desfecho judicial também.

Eles estão buscando esta solução, que eu chamo de retomada, que é de ocupação de fazendas, perdendo a paciência com decisões judiciais que não existem, vão passando os anos, a impaciência ante a demora da decisão judicial, e, quando houver legalidade, vamos fazer sempre, procurar priorizar a questão fundiária.

A decisão de comprar terras, como eu disse, só tem um meio, que a União não pode fazê-lo através deste acordo com o G-8, que ele permitiria comprar terra, porque a União não pode, está impedida legalmente de comprar. As terras são dela mesma, que ela própria está buscando recuperar. Ela reconhece como terras públicas da União. Então ela não pode comprar a não ser fazer indenização de boa fé.

De fato, as questões mais graves são essas que estão buscando, essas estão todas identificadas. Há um esforço também como o Ministro da Funai e o Ministro da Justiça o meu próprio de visitar sistematicamente as terras, pedir que decida sobre o índio Pataxó, e lá de pau Brasil... Procuro fazer esse esforço... Vinte e três anos.

A Funai gastou 700 mil reais para fazer a plantação da área e para diminuir dúvidas sobre a exata configuração geográfica da área. Mesmo assim, não há decisão, mas o esforço está ali, é um outro poder, não temos como deferir, mas creio que a Comissão de Direito Humanos do Senado pode também ajudar com a sua força moral e política. Só que não podemos pressionar o Poder Legislativo, mas podemos mostrar a

nossa preocupação com decisões judiciais demoradas que acabam agravando as tensões também.

Mas eu queria também, Senador, colocar-me à disposição. Fizemos isso com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, ouvimos a sua agenda, no que ela coincide com a nossa, passamos também, porque achamos que a agenda prioritária que diz respeito à violência praticada pelo Estado, à violência social, o combate à violência criminal, quer dizer, como encara isso a Comissão de Direitos Humanos. E há também uma agenda legislativa muito grande no Senado e na Câmara, que também reivindicamos algumas prioridades que eu queria debater isso com a Comissão de Direitos Humanos e colocamo-nos à disposição para debater essa agenda mais geral também, em uma audiência específica, quando o senhor achar que é pertinente.

Então, agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Agradeço os convidados por esta brilhante apresentação.

O SR. VILMAR GUARANI – Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de presentear os nossos convidados com um projeto cujo nome é Uma Ponte entre Povos. Este exercício que estamos tentando é exatamente no sentido de estender uma ponte entre povos indígenas e sociedade envolvente. Só que tratamos aqui de música, um projeto que reúne os povos indígenas do Amapá e músicos eruditos de São Paulo ou de Macapá.

Faço questão de presentear os nossos convidados com o convite para que compareçam, em junho, a essa ópera que estará aqui em Brasília. Temos muita gente ajudando.

É possível trazer essa apresentação maravilhosa, fantástica, que é um exemplo para todos nós que estamos aqui, tratando de melhorar esse relacionamento entre pessoas tão diferentes: índios, de um lado, e uma sociedade envolvente e dura que, às vezes, esquece do que aconteceu no passado.

Passarei às mãos dos nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Encerrando a nossa reunião, eu gostaria de agradecer a permanência do Senador João Capiberibe e, de modo muito especial, ao Senador Eduardo Suplicy, que embora não seja da Comissão, nós já o consideramos como tal. A sua participação, a sua interferência é importante demais, porque V. Exª é um homem inteligente e participativo.

Muito obrigado pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h32min)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 28 de abril de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e cinco, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA,** reúne-se a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** com a presença dos Senhores Senadores **Reginaldo Duarte Fátima Cleide, João Capiberibe, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Sibá Machado.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, tendo o Senador Romeu Tuma justificado a sua ausência. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada, após dispensa sua leitura. A presente reunião tem com objetivo a realização de **Audiência Pública para esclarecimentos de autoridades sobre a morte de crianças desnutridas em aldeias localizadas em Dourados/MS.** Compareceram na condição de convidados os Senhores: **Egon Heck** – Representante do Conselho Indigenista Missionário em Mato Grosso do Sul; **Celso Aoki** – Membro do PKN, entidade ligada ao movimento indígena organizado e **Pedro Kemp** – Deputado Estadual (PT) de Mato Grosso do Sul. Usou da palavra o Senhor Senador João Capiberibe e a Senadora Fátima Cleide. O Senhor Presidente anuncia a presença do Deputado Federal João Grandão e da Deputada Federal Janete Capiberibe. Conclusa a explanação de todos e não mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da sua leitura e a coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje essa reunião tem como pauta a realização de mais uma audiência pública com o objetivo de dar continuidade ao debate sobre a desnutrição verificada em crianças indígenas, conforme já aprovado no Requerimento nº 12, de 2005, dessa Comissão, tendo o Senador João Capiberibe como 1º signatário.

Ouviremos as seguintes pessoas: Deputado Pedro Kemp, Deputado Estadual pelo PT, de Mato Grosso do Sul, a quem nós recebemos com muita satisfação e alegria. E queria dizer que é um Deputado que trabalha intensamente em favor da população de Mato Grosso do Sul, que muito honra o nosso povo.

Gostaria que o Deputado tomasse assento à mesa conosco.

Ouviremos também os Senhores: Egon Heck, representante do Conselho Indigenista Missionário, em Mato Grosso do Sul – ele está chegando; e o Sr. Celso Aoki, acho que é antropólogo, membro do Projeto Kaiowá Nhandeva, entidade ligada ao Movimento Indígena Organizado.

Comunico aos presentes também que recebi justificativa do Senador Romeu Tuma pela sua ausência, por estar na cidade de Foz do Iguaçu para debater o agravamento da situação dos brasileiros residentes no Paraná e que trabalham na Cidade de Leste, no Paraguai.

Essa audiência foi requerida pelo Senador João Capiberibe em razão de uma audiência que ocorreu anteriormente, quando foi ouvido o Indígena Adail Gonçalves Sanchez, de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul. Índio este que, em 1992, fez declaração junto a um cartório daquela cidade de Amambai, fazendo um relato que envolve o Projeto Kaiowá Nhandeva, o CIMI e também o PT. E, em razão dessa escritura e desse índio, depois de 13 anos, ter vindo aqui nessa Comissão de Direitos Humanos e confirmado todo o inteiro teor das suas declarações, é que fizemos a convocação dos três convidados dessa manhã.

Acho importante que, mais uma vez, pelo menos sucintamente, esclareçamos o teor dessas declarações do Índio Adail Gonçalves Sanchez, para que, não só os presentes, mas, também a população inteira, que está alcançada pela **Tv Senado**, possa entender a razão dessa audiência pública de hoje.

O Sr. Adail Gonçalves Sanchez compareceu ao Tabelionato Albuquerque, na cidade de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul, aos 26 dias do mês de novembro de 1992, há 13 anos, e ali prestou as seguintes declarações, após a sua identificação pessoal: é índio da tribo guarani, nascido em 1959, na aldeia Amambai. Vereador eleito em Amambai com votos dos índios da aldeia de Amambai. Ex-Presidente da aldeia de Amambai; ex-representante da União das Nações Indígenas de Mato Grosso do Sul. Repito: essas declarações foram feitas perante o tabelião de Amambai, em Mato Grosso do Sul. Foi ex-companheiro do Antropólogo japonês Celso Aoki e Paulo Pepi; chefe de uma entidade que se chama PKN, que significa Projeto Kaiowá Nhandeva, entidade criada em nome do índio Kaiowá e Guarani, em Amambai, em Mato Grosso do Sul. O PKN, o CIMI, que é o Conselho Indigenista Missionário, e o Partido dos Trabalhadores, PT, são entidades ligadas entre si. Essas entidades, usando de expressão do índio – o índio que fez a declaração –, usando de malandragem e safadagem, fazem montagem aqui no Mato Grosso do Sul, coisas que ninguém nunca imagina e que eu, que fui companheiro e conhecedor, sei o que eles fazem no Mato Grosso do Sul.

O PKN recebe verba do exterior, Holanda, Canadá e Suíça, em nome do povo indígena do Mato Grosso do Sul, do Kaiowá e Guarani; dizem que é para ajudar estes povos. Só que esses dólares que vêm do exterior, o povo indígena nada sabe. Usa o nome do índio e usa o índio também da seguinte forma: todos os problemas de terra que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, na fronteira do Paraguai, são mandados pelo Srs. Celso Aoki e Paulo Pepe, antropólogos e chefes do PKN. Fui companheiro dessas entidades e do Partido PT por três anos, na época do Presidente José Sarney e do Ministro Ronaldo Costa Couto, e nós fazíamos assim: procurávamos onde o índio estava trabalhando e quantos anos estava ali morando naquela fazenda e, se eles falavam que estavam há cinco, ou seis, ou dez anos, nós perguntávamos se não tinham familiares que faleceram naquele local, e nós já falávamos para esse índio dar entrevista que ali era área indígena antigamente. Se tivesse algum cemitério de alguém da família ou parente, era para falar que eles já haviam nascido ali, se criaram ali seus pais, avós, bisavós e netos e assim por diante, e já nós pegávamos o pai da família para ser líder naquele lugar. Os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe são agitadores, que pegam rios de dinheiro em troca desse tipo de trabalho. Já mandam elaborar documentos naquele lugar, naquela fazenda, já fazem o mapa mais ou menos baseado em quantos hectares dizendo que é área indígena e que só falta a demarcação, já colocam o nome como se chamava antigamente aquele lugar, ou trocam o nome, ou colocam o nome da fazenda mesmo, e, se tiver três ou quatro famílias trabalhando lá, colocam como se tivessem oitenta ou noventa famílias naquela área dizendo que é aldeia, e o pessoal do PKN já vai comprar mercadorias baratas, refugadas, gradil de gado, de banha podre, e já saem nas aldeias grandes, que são demarcadas, que têm

segurança, e juntam lideranças de todas as aldeias que são dominadas por eles e fazem uma reunião com todos os capitães do Mato Grosso do Sul. Eles fazem o documento daquele lugar dizendo que o índio mora naquela fazenda, mesmo que o índio seja só peão, já indicam ele de capitão e já mandam todos assinarem o documento, mandando para o Presidente da Funai, em Brasília, dizendo que ali tem área indígena, que falta demarcação, com oitenta ou noventa famílias, e o Presidente, que não sai do Gabinete, não sabe se é verdade ou mentira. Só que nessa hora, Celso Aoki e Paulo Pepe já tiram o corpo fora, só ficando os índios e a Funai, e, por trás, eles orientando e cutucando as lideranças indígenas, fazendo reuniões e documentos para pressionar o administrador ou o Presidente da Funai. Com a pressão, o presidente da Funai assina o documento e manda para o Ministério da Reforma Agrária, depois passa o grupão, depois, para o Ministro do Interior. Na minha época, nós fazíamos assim; hoje, é Ministro da Justiça.

Não sou contra a demarcação de terras, só que sou contra esses elementos que vocês não conseguem descobrir, porque eles não compram as terras. Com os dólares que eles pegam no exterior em nome do índio, só ficam jogando os índios contra os proprietários de terras e proprietários de terras contra os índios. Enquanto isso, eles estão comendo e bebendo do melhor, e as aldeias antigas e a comunidade dessa aldeia ficam sem recurso nas áreas de saúde, educação, agricultura; eles não querem ver o indígena se civilizar, melhor para eles continuarem a usar, manipular. Se o índio civilizar, estudar ou descobrir o que eles fazem, eles não vão ter mais como sobreviver às custas do povo indígena. Só que na administração regional de Amambai, a Funai tinha um administrador, José Liberato Itamar, que não apoiava esse grupo de malandros. Esse grupo fazendo reuniões todos os meses e todos os anos, conseguiu jogar todas as lideranças contra o administrador José Liberado Itamar, para colocar Manoel Hélio Alves de Paula, que é da mesma panela e fez convênio da Funai com essas entidades: CIME, PKN, PT e outras. Só que o índio se encontra inocente e ele junto com a Funai se encontram cada vez mais ricos. Depois do Administrador Manoel Hélio Alves de Paula, ano passado, em 91, começou a jogar o indígena inocentemente nas fazendas, usando o índio, sacrificando, fazendo o índio passar por todos os tipos de doenças, cansaço e até fome. O índio não agüentou tinha que ir embora, na miséria, com problemas de todos tipos. O Celso Aoki e Paulo Pepe estão aqui sempre, em Amambai, junto com o pessoal da Funai, porque já montaram a malandragem juntos. Agora a armação está nessa área indígena Guassuti que eles falam, lá onde tem a Fazenda Santa Rita e outras. Já falei tudo isso na entrevista que dei na **Rádio Jornal de Amambai**, em fevereiro de 1992, só que ninguém ligou. Tudo isso é coisa montada. O Guassuti era a Companhia Mate e tinha muita gente trabalhando lá, de toda cor, índio, paraguaio, brasileiro, branco, preto e o finado meu avô, Florentino Gonçalves, Ramon Gonçalves e meu pai trabalharam muito tempo para essa Companhia Mate.

Lembro-me, pois era guri, e depois que o antropólogo Celso Aoki, seu e companheiro descobriram que tinha muito índio que trabalhavam por lá, juntaram essas pessoas para montar esse esquema de sempre. Somente gostaria de deixar bem claro que esses grupos dessas entidades e o antropólogo Celso Aoki e o Paulo Pepe, o CIME e o PT estão metidos nisso.

Estou pronto para fazer qualquer declaração, debate, ir perante ao Juiz junto com Celso Aoki e Paulo Pepe para mostrar a realidade. As pessoas dessas entidades não querem que eu fale, e os administradores da Funai não querem que eu fale nada com os brancos. O novo Administrador da Funai, José Antônio Martins Flores, pediu pelo amor de Deus, para não fazer esse tipo de entrevista para os brancos e para a Justiça, porque eles podem perder na Justiça as questões de terras. Pois, uma vez, já estive na rádio esclarecendo em parte do trabalho sujo que eles estavam armando. Desde então, o Administrador Antônio Martins Flores queria que eu guardasse segredo sobre isso e de como assim eu disse, dou fé, pediu que lavrasse a presente escritura.

Essas são as declarações feitas, em 1992, pelo índio Adail Gonçalves Sanches, no Cartório de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa escritura foi encaminhada aqui para a Comissão pela Assembléia Legislativa no Estado de Mato Grosso do Sul. De posse desta escritura, pedimos para ser ouvido o índio Adail Gonçalves Sanches. Ele foi ouvido aqui no dia 7 de abril, nesta mesma Comissão, oportunidade em que ele confirmou todas essas declarações e disse que estava disposto a prestar a declaração que fosse necessária em qualquer lugar.

Primeiro, gostaria de saber se os outros dois convidados estão presentes, Celso Aoki e Egon Heck. Acabaram de chegar? Gostaria que participassem da Mesa.

(Pausa.)

São dois Egons, o Élvio e o Heck. Não estou muito familiarizado.

Agradecemos a presença dos 3 convidados e gostaria de esclarecer o seguinte: em momento nenhum esta Comissão foi contrária à presença dos índios guaranis aqui. Desde o primeiro momento de sua

instalação, colocamos que a Comissão está aberta, é livre, é pública, e uma comissão para uma audiência pública não poderia ser restrita, tem que ser, na verdade, pública, razão por que não colocamos qualquer obstáculo desde o primeiro momento. E recebemos todas as pessoas que estão aqui, lideranças indígenas ou não, de braços abertos para que esta audiência pública atinja seus resultados.

Uma colocação que foi feita, diz o seguinte: ora, esta Comissão está levantando a questão da desnutrição e morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul, com indícios de violação dos direitos humanos com referência a essas crianças que morreram. O que tem a ver essa escritura que fala sobre invasões de terras de particulares que são instigadas por terceiros, com esta questão da fome, das crianças que morreram de fome em Dourados. A impressão que dá é de que está fora do objeto da audiência pública e desta Comissão. No entanto, já foi dito aqui pelo próprio representante da Funai, Dr. Alexandre Padilha, e é público e notório, todos sabem disso, que há, na verdade, movimentação de índios fazendo invasões em terras particulares. Podemos, inclusive, dizer, por estatística, que, em 2001, houve 3 invasões; 2002, uma; 2003, 15 e, em 2004, 17 invasões indígenas em terras que se dizem particulares. Então, o Presidente da Funasa disse que, este movimento das famílias indígenas para essas fazendas, é, por demais, prejudicial para a saúde das crianças, porque elas vão junto e ficam sem acomodação, sem conforto, sem condições para que as entidades possam levar essas crianças, essas famílias indígenas uma atenção mais especial. E foi dito pelo Presidente da Funasa que é de grande impacto para a saúde das crianças essa questão da mobilização dessas famílias indígenas nessas fazendas. Também foi dito aqui pelo índio guarani, se não me engano, Fernando Santos Silva, que é representante dos Guarani no Conselho Distrital da Funasa, que, na verdade, causa grandes prejuízos para essas crianças essas invasões feitas, que leva a família indígena para a concretização delas.

Estou falando isso, justamente para justificar por que está inserida nesta audiência pública também essa questão dessa escritura, em que o índio Adail Gonçalves Sanches faz essas denúncias de maneira de invasão na busca da demarcação.

Feitos esses esclarecimentos, eu gostaria, primeiro, de passar a palavra ao Senador João Capiberibe para que diga se tem mais algum adendo, porque é o autor do requerimento para ouvir esses três convidados, para que possamos, depois, a ouvir cada um.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, eu queria, antes de mais nada, cumprimentar e saudar a presença do Povo Guarani nesta Comissão e dizer-lhes que são muito bem-vindos e que, em nome da Comissão, pedimos desculpa pelo transtorno. Sabemos que há um preconceito, e esta Casa, infelizmente, deixou patente este preconceito em relação aos povos indígenas, criando um impasse para a presença. Não foi a Comissão, devo declarar, conversei com o Presidente, mas alguém tem que responder pelo impasse criado para que os representantes guaranis pudessem acompanhar este debate aqui na nossa Comissão, a segurança do Senado, o Presidente do Senado, alguém tem que dar uma explicação, porque esta Casa não pode restringir a entrada dos cidadãos aqui, muito menos dos povos indígenas, que são populações frágeis, e numa audiência pública.

Acho, Sr. Presidente, que temos que comunicar isso ao Presidente do Senado para que haja um tratamento adequado a todos os cidadãos brasileiros, de qualquer etnia que seja, que nos procure aqui nesta Casa. Portanto, eu queria esclarecer isso. Mas o convite feito, exatamente ao Deputado Pedro Kemp, ao Sr. Egon e ao antropólogo Celso Aoki, foi em função das acusações que me parecem muito graves, que foram registradas em cartório há 13 anos, e que estão aí, não sei se houve contestação dessas acusações. O convite é, exatamente, para dar oportunidade para que possamos ouvir as versões diferentes em relação às questões indígenas, que consideramos de extrema gravidade. Temos aqui um consenso de que o problema é o fundiário, e que precisa ser resolvido. Os índios não têm terra, essa é que é a grande verdade. São quase 11 mil pessoas morando em 3.200 hectares, o que é absolutamente insuficiente. Portanto, era para proporcionar esta oportunidade de defesa das pessoas que foram duramente atacadas pela declaração que acabamos de ouvir.

Era isso, Sr. Presidente. Podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MT) – Agradecemos a colaboração do Senador João Capiberibe, e vamos iniciar aos trabalhos de hoje, ouvindo o nosso primeiro convidado.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Sr. Presidente, evidentemente que não sou Senador, sou o Deputado João Grandão, de Mato Grosso do Sul. Mas, com a sua permissão, com sua aquiescência e a dos membros desta Comissão, eu queria primeiro cumprimentar toda a Mesa, o Deputado Pedro Kemp, Egon Heck, o Celso Aoki. Evidentemente, que isso tem ficar esclarecido. Ficamos numa situação que não sabíamos quem era quem, que ia autorizar ou não a entrada dos povos indígenas aqui, nesta Casa. Fomos até à Presidência do Senado, conversamos com a Assessoria,

não falamos com o Presidente do Senado, e, imediatamente, a sua Assessoria fez um contato com o setor de Segurança e com a sua aquiescência, evidentemente, também resolvido o problema. Mas queríamos deixar isso registrado. Não havia necessidade desse tipo de interferência, essa audiência poderia ter sido já iniciada. Porque isso dá, para nós, desta Casa, tanto para os Deputados como para os Senadores, uma sensação que somos nós que ordenando isso. Concordo com o Senador, e eu gostaria de saber quem foi que proibiu a entrada, na verdade. Isso tem ficar registrado. Alguém proibiu. Mas quem? O mais importante é que todos estão aqui. Quero deixar registrado aqui a nossa indignação em relação a esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MT) – Nós nos sentimos honrado com a presença do deputado João Grandão, que é um amigo pessoal, É uma pessoa inteligente, simpática, operoso no seu trabalho parlamentar. Ele representa a cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, a grande Dourados, que hoje desponta como uma região progressista muito grande, muito forte, no Centro-Oeste brasileiro, com uma produção bastante grande, mas também com seus problemas sociais, étnicos, dos indígenas. E V. Exª tem contribuído muito para solução de todos esses problemas. Portanto, registramos a sua presença, agradecemos sua participação e fazemos este registro com muita satisfação.

Inicialmente, ouviremos o representante do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul, o senhor Egon Heck.

O SR. EGON HECK – Obrigado, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Juvêncio da Fonseca. Saúdo o Deputado Pedro Kemp, companheiro de luta no Mato Grosso do Sul, o Celso Aoki, que há muitos anos milita e está com sua presença solidária com os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, especialmente os Kaiowá-Guarani. E uma saudação muito especial aos poucos representantes da mobilização indígena do Acampamento Terra Livre, aos quais foi permitido entrarem nesta Casa e, ao mesmo tempo, são os porta-vozes mais autorizados da grande indignação que os povos indígenas, neste momento, à frente desta Casa estão manifestando, com mais esse gesto de discriminação a que são submetidos.

Eu gostaria, com muita satisfação, de trazer à memória deste encontro todos os momentos importantes...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MT) – Desculpe-me interrompê-lo, mas eu me esqueci de dizer a regra relativa e não rígida que temos aqui. Ou seja, cada palestrante ou expositor dispõe de vinte minutos. Os três farão as suas exposições. Depois, a cada três Senadores que fizerem as suas indagações, haverá uma rodada para que haja resposta às perguntas feitas.

Obrigado.

O SR. EGON HECK – Espero não precisar dos vinte minutos.

Gostaria de registrar inclusive a importância que teve a mobilização dos povos indígenas, por ocasião dos trabalhos da Constituinte. Em 1987, 1988, por inúmeras vezes, eles estiveram nesta Casa, de forma organizada, respeitosa. Estiveram aqui lutando por seus direitos, direitos que em grande parte foram incluídos na nova Carta Magna deste País.

Gostaria de registrar esse impedimento. As Lideranças me disseram que o Governo pediu que estivéssemos aqui de forma organizada. Cá estamos, organizados. Estamos nos responsabilizando por nossos atos. Aqui estão representados mais de noventa povos, mais de oitocentos representantes indígenas de todo o País e apenas é permitida e entrada de um pequeno grupo nesta Casa. Isso é uma frustração realmente muito grande. Nós queremos no tornar porta-vozes da indignação desses povos neste momento.

Eu tinha pensado em começar falando de dois motivos de alegria. O primeiro deles é o fato de estar aqui, de estar presente num dos momentos mais ricos e importantes dessa história recente dos povos indígenas, da sua mobilização nacional pelos seus direitos, da sua organização e discussão de tudo aquilo que lhe diz respeito. Por isso, eu acho que os poucos representantes que aqui estão, mas com dignidade e espírito de luta, trazem aqui o desejo do Acampamento Terra Livre que está aí na Explanada dos Ministérios desde segunda-feira. É motivo de alegria participarmos deste momento historio e contar com a presença deles aqui também.

Outro motivo é poder trazer até aqui, ao menos de maneira rápida, o registro da presença solidária e do compromisso do Conselho Indigenista Missionário com os povos indígenas há trinta e dois, trinta e três anos. Evidentemente essa experiência junto aos povos indígenas nós também temos, à medida que temos mais de trinta e dois anos de luta junto aos povos indígenas. Esta é a primeira vez que tenho a possibilidade de falar nesta Casa. Assim, em trinta e três anos essa é praticamente a primeira vez que tenho a possibilidade de estar aqui presente e poder dizer uma palavra. Eu quero fazer isso em forma de um compromisso com esses povos.

Ao mesmo tempo que temos motivos de alegria, gostaria de situá-los dentro de um contexto de preocupação, de dor e de indignação e que, a rigor é o objeto desta Comissão, que é analisar, ver, enxergar e procu-

rar reverter o quadro dramático de sofrimento, de fome, de desnutrição, de mortes, de violência a que estão submetidos os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, de uma maneira geral, e, em especial, os Kaiowá-Guarani. Eles, evidentemente, ao verem os seus filhos morrendo, trazem à consciência deste País e trazem a esta Casa, que acolheu também esse processo de reflexão sobre essas mortes, através desta Comissão, e, diga-se de passagem, não me lembro, nesses 33 anos, de qualquer uma das situações neste País que tivesse gerado tamanha consternação a ponto de se formar, pelo menos depois não se concretizou uma Comissão no Município de Dourados, se constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. Constituiu-se uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados e se constituiu uma Comissão Especial nesta Comissão de Direitos Humanos. Então, é um fato de certa forma inédito neste País, o que mostra a responsabilidade e a seriedade com que devemos buscar as causas e não apenas procurar entendê-las, mas principalmente enfrentá-las, no sentido de revertê-las. Então, esse é um motivo pelo qual a gente traz a solidariedade principalmente às famílias que, neste início de ano, estão sofrendo, estão lamentando a perda dos seus entes queridos e que, na verdade, já são mais de 40 mortes que a imprensa tem noticiado. Essas mortes, evidentemente, de uma maneira especial pelo fato da desnutrição. Também gostaria de registrar essa indignação diante do quadro de extrema violência ao qual estão submetidos, que revela essas mais de 40 mortes. Enquanto as crianças morrem de fome, os jovens suicidam-se pela falta de perspectiva de futuro. Homens e mulheres Kaiowá-Guarani são vítimas das mais diferentes violências externas e internas, em conseqüência do confinamento a que estão submetidos. A imprensa, inclusive do Mato Grosso do Sul, tem estampado esse processo como um genocídio silencioso, inexorável e que segue uma lógica imposta neste País. Ao mesmo tempo, gostaria de trazer também a esta Comissão apenas algumas informações que, com certeza, os demais companheiros, que aqui estarão fazendo os seus depoimentos, estarão complementando, estarão trazendo outros enfoques. Destacaria, primeiro, que o agravamento dessa situação, desse processo histórico de espoliação dos territórios Kaiowá-Guarani, do Avaretãna-Terra, como espaço de vida guarani, é que é o grande responsável por esse quadro dramático a que se chegou hoje. A destruição da natureza, a devastação das florestas, a poluição das águas, dos rios, o extermínio dos animais têm todo esse processo certamente influído e determinado a que chegássemos a essa situação. E outra causa evidentemente desse processo e a implantação de um modelo de desenvolvimento, caracterizado por uma comissão que, recentemente esteve em terras Guarani, e que tem um compromisso com esses povos, como um desenvolvimento ecologicamente predatório, economicamente concentrador, socialmente empobrecedor, e culturalmente alienante. Aí reside, nesse modelo, uma das causas importante desse processo a que se chegou.

Gostaria de dizer que apesar de talvez se estar vivenciando esse quadro extremamente grave gostaria de reportar aqui exatamente aquilo que os próprios povos indígenas têm buscado diante dessa situação, enquanto processo de organização, enquanto busca a reversão desse quadro, enquanto busca retomar a esperança, os espaços de vida, a sua terra, fortalecendo a sua cultura, a sua maneira de viver neste País.

Reporto-me aqui primeiro a um dos instrumentos muito importante que desde 1984 os povos Kaiowá-Guarani, não só de Mato Grosso do Sul, mas de toda a Região Sul do País, inclusive com os demais componentes desse povo, no Paraguai, na Argentina, somando mais de cem mil índios, eles têm buscado sim, e de uma forma muito corajosa, enfrentar essa situação. Nessas grandes Assembléias, as Atiguaçus, desde 74, dezenas delas se realizaram, sistematicamente, se formos olhar desde a primeira até a atual, vamos ver que 90% do tempo dos debates e discussões foram e geraram em torno da questão da terra, da terra como fator fundamental, primeiro, sem o qual, nenhuma outra proposta de solução terá qualquer chance de viabilidade ou de êxito.

Se olharmos esse processo de praticamente vinte anos de organização, de mobilização e de luta desses povos, vemos que estamos diante de povos secularmente heróicos, dignos, e que hoje, mais do que nunca, estão a mostrar a este País que não apenas são capazes de lutar pelos seus direitos, mas que têm muito a contribuir com um projeto mais solidário, mais justo e até mais democrático a este País.

Esse processo de organização, gostaria de destacá-lo porque me parece fundamental. Se na raiz dele vemos que inclusive até a última Atiguaçu, realizada na Seromaranguatu, no qual existem lideranças aqui presentes, como Alé e outros, realizada em março deste ano, há menos de um mês, novamente foi colocada como a questão primeira, a questão fundamental, a questão sem a qual não têm razão de continuar a sua luta, é a reconquista de suas terras, o direito a terem um espaço para viver com liberdade, com dignidade e poder ser um povo com uma cultura diferenciada, conforme garante a Constituição do nosso País.

Com relação à terra, se formos hoje olhar um rápido quadro, inclusive temos pessoas que dedica-

ram 20, 30 anos ao acompanhamento desse processo do conhecimento, do estudo, da realidade das terras Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul, que têm identificados pelo menos mais de 120 espaços, onde até recentemente eles viveram, antes das expulsões violentas que sofreram esses tecorrás, esses espaços tradicionais Kaiowá-Guarani, são realmente a razão da luta e da vida desse povo.

Desses 120, penso que já é do conhecimento aqui dos senhores, a negativa sistemática do sistema fundiário concentrador na mão do agronegócio, na mão das grandes fazendas, o cenário dentro do qual os índios se encontram confinados. Os 30 milhões de cabeças de gado ocupam cada uma, às vezes, até de um a três hectares. Para os índios, efetivamente, hoje ocupam menos de um hectare, por índio Kaiowá-Guarani. E os cinco bilhões de toneladas de soja que se está colhendo neste ano, certamente, não estarão matando a fome de crianças Kaiowá-Guarani, que continuam confinadas, morrendo, apesar de alguns esforços desenvolvidos nos últimos meses.

Gostaria aqui de dizer que, de fato, em termos do CIMI, temos assumido, desde a primeira Assembléia em 1975, a questão da terra indígena como questão fundamental para esses povos. E já dizia Dom Tomaz Balduíno, Presidente do CIMI, à época, que realmente o índio sem a terra é um índio morto ou em processo lento, muitas vezes, de morte cultural, de etnocídio.

De fato, gostaríamos de deixar bem claro tanto para esta Comissão, para os Srs. Senadores, todos aqui presentes, para os povos indígenas, representantes do País que aqui estão e, principalmente, para os Kaiowá-Guarani, que temos muita satisfação e muito orgulho em estar apoiando-os, desde o primeiro momento, para que a Constituição se cumpra, para que o art. 231 da Constituição não fique apenas como um indicativo distante daquilo que o Estado mesmo já deixou de fazer, que a União desde 1993, quando era para ter demarcado todas as terras indígenas – passaram-se mais de dez anos e outros prazos anteriores já haviam sido dado -, mas não se cumpre.

Pergunto, não apenas aos senhores como pessoas de grande responsabilidade dentro grande cenário político, social e econômico do País, mas principalmente como cidadãos deste País: será que nos orgulhamos do que estamos fazendo com relação a esses povos? Será que nos orgulhamos, temos possibilidade de olhar para os povos indígenas aqui presentes e dizer que os consideramos não apenas como iguais, com direitos a serem vocês mesmo e suas diferenças culturais, mas, principalmente, a serem considerados também como cidadãos dignos e honrados como tantos neste País, que, infelizmente, continuam excluídos, pisados, marginalizados por uma situação social, política e econômica, que é colonial, secular, mas que se perpetua hoje?

Então, era isso que gostaria, senhores membros da Comissão, Sr. Presidente desta Comissão, de estar colocando e de me colocar à disposição, evidentemente, para qualquer esclarecimento que desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MT) – Agradecemos os esclarecimentos do Dr. Egon Heck, muito embora ele não tenha se referido nada a respeito da declaração do índio em relação à escritura pública, mas agradecemos suas palavras.

Com a palavra o Sr. Celso Aoki, membro do PKN, por vinte minutos.

O SR. CELSO AOKI – Bom-dia a todos. Primeiro, gostaria de agradecer o convite feito a mim e ao companheiro Egon Heck e ao Deputado. Esse convite foi feito pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Quero agradecer a todos desta Comissão e também aos índios aqui, representantes das comunidades, aproveitando também para pedir as nossas desculpas pelo atraso, dado o impasse que foi criado lá fora. Então, chegamos um pouco atrasados aqui.

Primeiro, PKN foi uma Organização Não-Governamental e já hoje extinta. Fui fundador desse projeto, o outro antropólogo, o Paulo Pepi, citado pelo Adail Sanches, trabalhou comigo nessa organização desde, bom, formalmente, 1983 a 1992. A partir de 1992, passei a ser membro do CTI, até hoje, que é o Centro de Trabalho Indigenista, com sede aqui em Brasília. O CTI tem projetos em comunidades indígenas e em várias localidades do Brasil. Portanto, o PKN já não existe mais, mas essa época, o primeiro período que passei lá entre os Guarani e os Kaiowá foi basicamente através dessa Organização.

Sou antropólogo e trabalho entre os ... Vou também esclarecer uma coisa: Os Guarani são três subgrupos, sendo que no Mato Grosso do Sul têm apenas dois, que são os Kaiowá e os Avá-Guarani. Vou usar aqui a denominação, a classificação da antropologia para facilitar um pouco e vou me referir aos Guarani de modo geral, portanto, vou pedir licença a eles de que quando eu falar em Guarani, estou me referindo aos Avá-Guarani, Nhandeva, e aos Kaiowá, portanto, vou me referir aos Guarani do Mato Grosso do Sul.

Recebemos esse convite, está escrito aqui, para prestar esclarecimentos acerca do assunto subnutrição. Portanto, preparei a minha fala baseado nesse convite, nesse tema. Os Guarani, hoje, no Mato Grosso do Sul, têm uma população de mais de trinta mil indivíduos. Essa questão da subnutrição, denunciada formalmente pela imprensa, já tem mais de dez anos, o que não é de hoje, e nem mesmo diz respeito exclusivo à Aldeia

de Dourados, onde a mídia tem se concentrado para denunciar essa situação.

Há mais de dez anos, a imprensa já noticiava sobre tuberculose infantil, que, no final das contas, tuberculose infantil é fome, não é? Então, o que queria dizer é que essa situação de subnutrição é apenas uma conseqüência, entre várias outras, que vou citar rapidamente, que é a situação grave de alcoolismo, a situação de violência interna e, já há um tempo bastante denunciado no mundo inteiro, a respeito dos suicídios. Esse tema, graças a Deus, está esquecido. E claro que todos nós sabemos que a causa dessas consequências é a relação deles com a terra, ou seja, a disponibilidade que eles têm de ocupar o seu território e de produzir a sua subsistência.

Eu gostaria de dar entrada a um quadro, um pouco resumido, das várias etapas de demarcação de terra no Mato Grosso do Sul.

Em 1929/30, o SPI, o Serviço de Proteção aos Índios, demarcou 8 reservas, num total de 17 mil hectares. Esses números, eu estou dando redondo, pode ser um pouco mais ou um pouco menos. Essas 8 reservas faziam uma quantidade de 17 mil hectares de terra. Naquela época, em 1978, porque cheguei lá nesse ano, e a estimativa de população era de 9 mil indivíduos.

Em 1984, a Funai demarcou 2 áreas, num total de 1.500 hectares. Estou me referindo a este ano e a estas 2 demarcações porque, desde 1930 até 1984, não se demarcou nenhum hectare. Portanto, são mais de 50 anos, e nenhuma providência foi tomada em relação ao território deles. Eu queria também dizer que esses 1.500 hectares, dessas áreas de 1984, a Funai, que não reconhecia direitos territoriais, elas constam na documentação como doação dos proprietários., porque a Funai não reconhecia esse direito da terra dos índios.

Em 1992, foram demarcadas 9 áreas, num total de 21.600 hectares. Eu gostaria de citar esse período, porque é o período em fomos acusados, estou sendo acusado de estar incitando os índios à invasão de fazendas. E foi justamente, nesse período, em que participei, através de portarias da Funais – foram 4 ou 5 portarias – fui nomeado pelos Presidentes, diversos Presidentes da Funai, e, ao contrário, de me sentir criminoso por ter exercido esse trabalho, eu me sinto bastante orgulhoso de ter contribuído para que essas 9 áreas fossem demarcadas. Isso, em 1992. Dessas 9, eu participei das identificações de 6 ou 7 áreas. E hoje, em 2005, existem mais 12 áreas que o Governo Federal, em diversas situações, 2 de homologação, outras de declaração de terras indígenas, e outras reconhecidas pela Funai. Há 12 áreas nessa situação, que perfazem 67.000 hectares. Dessas 67.000 hectares, as comunidades ocupam 12.000 hectares. Portanto, temos uma conta da seguinte cifra: Os Guarani ocupam 52.000 hectares desde a época do SPI E não têm ocupação, embora reconhecidas como terra indígena de 55.000 hectares. Essa não-ocupação decorre de demandas judiciais, e uma ou 2 áreas que estão emperradas em processo administrativo.

Agora, eu gostaria de dizer um pouquinho sobre quem eles: os Guarani.

Os Guarani têm um território bastante grande, que compreende desde o norte da Argentina, o leste paraguaio, o sul da Bolívia, e no Brasil, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, eles ocupam, quer dizer, o seu território está naquele cone, e eles têm uma economia baseada na agricultura, onde eles, tradicionalmente, plantavam milho, batata, mandioca, banana, enfim, várias culturas que são típicas da economia indígena.

Em segundo lugar, eles tinham a coleta como uma fonte de material e, também, uma fonte de alimentação, onde eles iam buscar o seu material para a construção de casas, fazer os seus utensílios, a coleta de mel, frutas, palmito, etc. E a caça e pesca que é uma terceira atividade. Mesmo antigamente, quando existiam a caça e a pesca, isto era menos praticado do que a coleta e a agricultura.

Em quarto lugar, eu diria que o trabalho fora da sua casa – que eles chamam de xanga – é um termo regional, exclusivamente deles. A xanga sempre existiu desde que o colono branco lá chegou. Eles tinham interesse nos utensílios, nas ferramentas e roupas, panelas, enfim. Eles, então, sempre trabalhavam na xanga.

Nos anos 80, portanto um período do qual sou testemunha desse processo, com a ocupação do território, iniciou-se esse processo de demanda pela terra. Quando o SPI demarcou as 8 reservas, a política do SPI era de aldeamento dos índios. O SPI sabia de números tecorrás, como já falado – tecorrá é a sua aldeia. O SPI, então, demarcou as oito reservas, localizadas, estrategicamente, próximas à tecorrá, no intuito de aldear a população que estava fora dessas oito reservas. Aldeando a população de fora, se liberaria a terra à produção e aos colonos.

A partir do começo da década de 80, a demanda pela terra começou, então, a se intensificar. A população remanescente daqueles antigos tecorrás foram sendo expulsas e enchendo aquelas oito reservas. Tanto é que, hoje, Dourados tem uma população de 8 a 9 mil índios, Amambai tem uma população de 5 mil e assim por diante. Dourados, com uma população de 9 mil,

tem 3.300 hectares. Amambai, com uma população de 5 mil índios, tem 2.300 hectares. Esse aumento populacional dessas reservas, deu, então, ensejo a que o Governo Federal, especialmente a Funai, começasse, então, a aplicar projetos de assistência, os chamados Projetos de Desenvolvimento.

Parece-me, então, que é este o início do processo não só da perda de terra, mas como um processo de reivindicação de terras e, também, um processo que eu gostaria de frisar aqui que é o da substituição promovida pelo Poder Público, que é a substituição de culturas e técnicas.

A partir da década de 80, a Funai, então, começou, a complementar projetos de mecanização, aliás essas máquinas foram adquiridas com a venda de madeiras dos índios, e as culturas começaram a ser substituídas, especialmente o milho. Todos sabem que o milho é um produto desenvolvido por eles em todas as 3 Américas, com uma tecnologia extremamente sofisticada, eles tinham quase uma dezena de espécies de milho, e esse produção desenvolvimentista acabou substituindo o milho tradicional pelo milho híbrido. Esses projetos assistenciais são muito mais intensos. Hoje, não sabemos quantos projetos existem na área de Dourados, são inúmeros projetos e todos querendo agora a pele dos índios, sem nenhuma coordenação, e cada um faz o que quer. Todos esses projetos têm a visão básica, a meu ver, de que os índios têm que deixar de ser índios, basicamente. Os projetos estão todos carregados dessa visão. Há muitos anos já ouço desses agentes – vou chamá-los de agentes todas as pessoas de fora que trabalham com os índios – e que eles dizem assim que o futuro deles tem de ser o de uma outra pessoa que produza um excedente e sanar esse antigo problema que é da subnutrição ou de uma carência que todos viam como pobreza.

Eu gostaria de acentuar que a vida tradicional deles, embora na nossa visão pareça que são pobres, mas não eram pobres, são hoje. Não eram pobres, embora habitassem suas malocas, que para nós simboliza pobreza, e que se banhavam e pegavam água dos riachos e minas. Hoje tudo isso é considerado como atraso, é não ter higiene, etc de acordo com a Fundação Nacional (inaudível) inclusive. Esse processo de substituição me parece que está em todos os sentidos. Hoje há um sem número de missões que também procuram substituir a alma além das técnicas de agricultura. Também a xanga foi substituída pelo trabalho nas destilarias de álcool. Posso afirmar, com bastante segurança, que muitos das aldeias, a maioria da população vive do trabalho nas usinas de álcool, portanto, isso que eu acabei sucintamente de descrever como meio de produção de subsistência, a plantação de mandioca, de milho, de batata, etc praticamente não existe. A maioria está trabalhando como assalariado. O trabalho, portanto, foi substituído. E o que interessa aqui, a questão da subnutrição é que a dieta também foi substituída em função dessa situação, seja pela falta de terra, seja no trabalho na xanga. E, diante dessa impossibilidade de produção baseada na sua economia tradicional.

O Poder Público, as ações que têm seguido sobre essas comunidades têm sido basicamente de doações. Nesse momento, o Poder Público trata os índios como pobres, doando-lhes cestas básicas, projetos de Fome zero, e, no final das contas, os índios estão se alimentando arroz com macarrão. Para mim, esta é a questão que esclarece, enfim, dá uma pista da situação de subnutrição. Hoje em dia, as ações de assistência tendem a quere, pelo menos, a levar os índios a uma situação de urbanização. Há um esforço tremendo no sentido de urbanizar esses, porque é uma população muito grande, concentrada numa terra pequena. As prefeituras locais fazem estradas como se fossem ruas, inclusive desrespeitando algo que, na antropologia, identificávamos as famílias nucleares e seus parentescos, através dos trilheiros que eles tinham entre as casas.

Antigamente, os Kaiowá tinham uma única casa, chamada ogadicutu e lá moravam, algumas vezes, dezenas de famílias nucleares, cada uma com seu forro.

Com o processo de aproximação dos brancos, essa situação começou a se modificar, e aquelas famílias nucleares se espalharam, mas em torno de sua liderança, que é o que eles denominam de tamanguaçu, ou seja, o avô grande.

Essa situação ainda permanece. Através desses trilheiros, identificávamos ou podíamos identificar essa relação de parentesco da família extensa. Toda a nossa compreensão é baseada nesse sistema de parentesco, cuja família extensa é, vamos dizer, a condição necessária para se identificar uma comunidade indígena, no caso deles o Guarani-Kaiowá.

As iniciativas do Poder Público, hoje em dia, têm sido, nessa ótica de urbanização, de dar eletricidade a todos – e não sou contra que os índios tenham eletricidade. Só estou apresentando essas coisas, pois há uma intenção de urbanização.

Quanto à água encanada, tenho visto lá que os índios dispunham de água muito boa, minas muito boas e, quando a Funasa construiu os poços artesianos e distribuiu as torneiras, uma mulher da Funasa disse aos índios: Vocês não podem tomar essa água, porque essa água da mina está contaminada. Vocês têm que tomar então água da torneira. E quando a

bomba d'água quebra, os índios ficam quinze ou vinte dias sem água.

Até falo para eles: Então vocês chamam essa senhora e diz como é que vocês vão se virar nesses quinze dias, até que consertem a bomba, tomando essa água contaminada.

A Funasa tem construído banheiros, com privadas. Desculpem, mas "cagar no mato" parece ser uma coisa anti-higiênica hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Estamos no Senado Federal, e gostaria que as expressões fossem mais condizentes com o ambiente em que estamos vivendo neste instante.

O SR. CELSO AOKI – Pois não. As iniciativas têm sido neste sentido: construção de casas populares, granjas de galinhas e lavatórios.

Quero terminar, dizendo que essa questão da subnutrição, que é uma coisa geral, não vai ter solução se não houver uma coordenação das políticas e se não tiver uma consulta aos índios. Os agentes dos órgãos públicos não consultam os índios, simplesmente entregam os seus projetos. Geralmente, entregam na mão da liderança e essa liderança tem que se virar em executar esses projetos, que são totalmente inadequados. Não consultam os índios e não consultam especialistas nessas culturas.

Acho que a consulta aos índios é fundamental e a consulta aos antropólogos, que conhecem essas etnias, deve ser levada em consideração, porque acho que eles podem, já que são estudiosos dessas culturas, contribuir para a formatação desses projetos do Poder Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nós as declarações do Sr. Celso Aoki e passamos a palavra ao eminente Deputado Estadual do Mato Grosso do Sul Pedro Kemp, do PT.

O SR. PEDRO KEMP (PT- MS) – Quero agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado para contribuir com esse debate. Cumprimento o Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente desta Comissão, o Sr. Egon Heck, Celso Aoki, os depoentes nesta reunião, os demais Senadores e Senadoras, o Deputado João Grandão, do Mato Grosso do Sul, e todas as lideranças e representantes das comunidades indígenas.

É uma satisfação poder contribuir com essa discussão já que também fazemos parte da CPI em funcionamento no Estado do Mato Grosso que investiga as condições de vida nas aldeias, a questão da desnutrição, a mortalidade infantil e a aplicação dos recursos públicos nas comunidades, principalmente nas comunidades Guarani-Kaiowá.

Sr. Presidente, quero repetir a fala de um índio guarani que depôs na CPI do Mato Grosso do Sul, quando disse que o que está acontecendo hoje nas aldeias Kaiowá-Guarani, especificamente na aldeia de Dourados, trata-se do "grito dos anjos". Ele usou a expressão grito dos anjos quando se referiu à morte de crianças e disse que os índios há muito tempo vivem uma situação de miséria, de fome e de pobreza absoluta, mas agora, com a divulgação da questão da mortalidade das crianças, esse grito da comunidade guarani talvez esteja ecoando mais forte em todo território nacional e até mesmo fora do País. Talvez, a partir dessa situação, tenhamos esperança de que providências responsáveis e sérias sejam encaminhadas no sentido de haver uma solução para o problema dos Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul.

A situação não é nova. Aqueles que pensam que a morte de crianças pela fome, desnutrição, diarréia, enfim, por outras doenças decorrentes da desnutrição é um problema recente estão enganados. É um problema antigo que, agora, ganhou repercussão. Inclusive, a mortalidade infantil já foi muito mais alta do que é hoje. Segundo dados oficiais do Governo Federal, em 2002, a taxa de mortalidade infantil da comunidade Kaiowá-Guarani era de 140 crianças por mil nascidos e, em 2005, a taxa de mortalidade infantil é de 64 por mil. Ou seja, caiu para menos da metade, mas não podemos afirmar que hoje a população é tranqüila e que melhorou sensivelmente porque 64 mortes por mil crianças nascidas é um número extremamente alto, se considerarmos a média nacional e o que é aceito pela Organização Mundial da Saúde.

Quero fazer uma comparação com a desnutrição nas etnias Terena e Kadiweu. As etnias Terena e Kadiweu têm um índice de desnutrição infantil em torno de 2%. Entre os Kaiowá-Guarani, o índice de desnutrição hoje é em torno de 14%. E, como já disse, o índice de mortalidade infantil é de 64 por 1.000.

Faço essa comparação para afirmar o seguinte: temos visitado as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul, onde há oito etnias – Kaiowá-Guarani, Terena, Kadiweu, Guató, Ofaié, Kinikinawa, Camba e Atikum. É claro que todas elas enfrentam dificuldades. Mas, se visitarmos aldeias como as Terena, não encontremos essa calamidade. Na aldeia Kadiweu ou Guató, no Pantanal, na Ilha Ínsua – são índios canoeiros –, não encontraremos essa realidade gritante, essa tragédia.

Portanto, verificamos que as outras comunidades dessas outras etnias já têm conseguido resolver, minimamente, a situação dos seus territórios e têm se organizado mais do que os Guarani-Kaiowá. Por exemplo, os índios Kadiweu têm uma área bastante

extensa, onde já vivem há muito tempo. Recentemente, os Guató tiveram sua terra demarcada e homologada. Em que pese algumas comunidades estarem reivindicando a redefinição e a ampliação dos territórios em função do crescimento da população, essas comunidades têm se organizado. Os Terena, por exemplo, produzem, comercializam a produção, vivem relativamente bem e – é claro –, como todo pobre brasileiro, têm seus problemas.

Os Guarani-Kaiowá têm índice de desnutrição e de mortalidade altíssimos. Conseqüentemente, são o povo que têm a menor proporção de terra por pessoa. Como já foi dito aqui, estima-se em torno de 30 mil índios Guarani-Kaiowá. É uma etnia bastante numerosa, que ainda não tem todos os seus territórios reconhecidos, identificados e demarcados. Pelo contrário, muitos ainda estão sem aquele processo inicial de identificação das terras.

Se nos voltarmos para aquelas áreas onde o problema está sendo mais visível, por exemplo, as aldeias de Dourados, que têm sido mostradas na imprensa, verificaremos problemas gravíssimos. Já foi falado aqui também sobre uma aldeia com 3.600 hectares, com 11 mil pessoas, que está na periferia da cidade de Dourados, praticamente dentro da cidade, sofrendo grande influência da cidade. Hoje, está entrando ali, muito forte, a droga. Há o problema da violência, prostituição, gravidez precoce, suicídio e alcoolismo. Interpreto tudo isso como conseqüências de problemas estruturais.

Na CPI, no Mato Grosso do Sul, ouvimos afirmações de que os índios estão passando fome por causa do alcoolismo e que os índios estão passando fome por problemas culturais. Isso não é verdade. Não podemos aceitar isso. "Ah, porque a mãe não alimenta seus filhos e deixam seus filhos morrerem"; "nos guarani, quando uma criança já é fraquinha, ele prefere alimentar a mais forte e deixar a mais fraca morrer". Nós não podemos aceitar essas afirmações e jogar a culpa no próprio índio, responsabilizar o índio, a cultura indígena pela morte das crianças. Até porque a história do povo Guarani-Kaiowá, uma história belíssima, de resistência, nos mostra que no passado esses povos produziam e viviam de sua produção, e hoje basicamente vivem da cesta básica distribuída pelo Governo do Estado. A meu ver, também, a entrada da cesta básica, em que pese ser um programa emergencial – precisa-se socorrer quem está passando fome – também ajudou a desestruturar o sistema produtivo da comunidade indígena.

Hoje os índios estão tendo que buscar sua renda fora da comunidade indígena. Os pais, portanto, saem e vão trabalhar nas usinas de álcool, ficam três, quatro meses fora, muitas vezes retornam e encontram problemas inúmeros na família – mulher que ficou com os filhos quatro meses sozinha, recebendo cesta básica do Governo, uma cesta que muitas vezes é insuficiente para que aquela família possa se alimentar durante 30 dias –, e nós estamos assistindo a essa situação de desnutrição, de mortalidade, o que não é, repito, um problema novo. Já foi mais grave, mas levanta para nós a discussão de que é preciso repensar a organização da comunidade, é preciso repensar a intervenção do poder público nas comunidades e é preciso elaborar uma política séria para as comunidades indígenas que possa contemplar a educação indígena diferenciada, o atendimento à saúde, respeitando os elementos culturais, uma política para o setor produtivo resgatar a produção nas aldeias, com assistência técnica, novamente respeitando os elementos culturais, para que a comunidade possa garantir a sua sustentabilidade. Não é possível que ela viva, sobreviva de cesta básica ou de outros programas assistenciais. Portanto, considero que essa situação de miserabilidade, de pobreza... à influência externa, à ação desarticulada entre Governo Municipal, Governo Estadual e Governo Federal. São muitas ações nas comunidades indígenas, porém desarticuladas entre elas. Uma entidade entende: "Olha, vamos combater a fome implantando aqui um programa da Pastoral da Criança, a máquina de multimistura", achando que aquilo lá vai ser a solução. O outro põe na cabeça que a grande questão agora vai ser um programa de piscicultura, e implanta lá alguns tanques de piscicultura. O outro acha que é a criação de animais. O outro, que vamos agora plantar isso ou aquilo. Em primeiro lugar, ninguém faz um trabalho com a comunidade, discutindo com as lideranças, discutindo o que os índios plantam, como plantam, de que forma, como é que é, quais os hábitos alimentares. Sempre são idéias mirabolantes, pensadas às vezes em gabinetes e que vão por água abaixo.

Queria citar o caso de uma técnica do Governo do Estado, que, com a melhor das intenções, elaborou um projeto maravilhoso para enfrentar a questão da fome na comunidade indígena de Dourados. Essa técnica apresentou o projeto numa reunião da comissão de várias Secretarias presentes e, ao final da reunião, depois de expor seu projeto para enfrentar a questão da fome, resolver o problema da fome, disse a uma pessoa que gostaria muito de conhecer a comunidade indígena, que tem muita curiosidade para saber como é que é, como eles vivem, etc. Então, eu queria citar esse caso para dizer como às vezes as ações são pensadas por pessoas, digo até, bem-intencionadas, mas que cometem erros gravíssimos porque fazem projetos sem conhecer a realidade da comu-

nidade indígena. Mas, a meu ver, o problema central é a questão do confinamento. Não é possível que a comunidade possa sobreviver e organizar, e ali existia uma comunidade Guarani-Kaiowá. Antigamente, o SPI levou para a comunidade Guarani-Kaiowá um grupo de índios Terena, para que estes índios ensinassem os Guarani-Kaiowá a plantar. E hoje vivem ali índios Guarani-Kaiowá, Terena juntos. Há, portanto, um encontro de duas etnias. Na verdade, cometemos erros, quando achamos que todos os índios são iguais. Sabemos que são etnias diferentes, com culturas diferentes, com hábitos, com entendimento, com visão de mundo, religião, língua diferentes. Mas muito acham que todos podem ser colocados num mesmo lugar para viverem juntos. Então, há conflitos de lideranças, de modo de encarar as coisas, e hoje existem problemas sérios de violência que estão acontecendo ali, e de exploração de não-índios sobre os índios. Por exemplo, a denúncia que recebemos de índios aposentados que têm seus cartões de aposentadoria retidos pelos comerciantes do entorno da aldeia. Quando sai o pagamento do benefício da aposentadoria, os comerciantes sacam no banco a aposentadoria dos índios e entregam o que eles teriam direito em gêneros alimentícios. Mas os índios nunca sabem o que eles recebem é o correspondente ao valor da aposentadoria. Exploração de toda ordem e de toda a natureza. Mas acredito que não adianta focalizarmos a questão do alcoolismo, da droga, do suicídio, da prostituição, se não entrarmos na questão central, que é a questão da terra. Os índios precisam ter essa questão resolvida, a demarcação e a ampliação de seus territórios. E o povo Guarani-Kaiowá sendo mais numeroso, é o que menos teve providências nessas áreas.

Eu queria aproveitar e vim com muita satisfação a esta audiência para apresentar aqui uma preocupação que temos no Mato Grosso do Sul, eu, particularmente, como Parlamentar. Existe, tramitando aqui, no Senado Federal, um projeto de lei, de número 188, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Na minha opinião, Sr. Presidente, este é um projeto, se for aprovado da maneira como está hoje, vai emperrar, ainda mais o processo de demarcação das terras indígenas, ou que vai agravar a situação dos povos indígenas, principalmente, dos Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul, e vai acirrar os conflitos existentes hoje entre índios e proprietários de terra. Esse projeto, por exemplo, fala que se uma vez aprovado, paralisam todos os processos demarcatórios e dificulta ainda mais o processo de demarcação.

Eu queria apresentar, Sr. Presidente, uma sugestão, porque nós nos debruçamos muito na questão indígena do nosso Estado. Eu, particularmente, já tomei a iniciativa de chamar uma audiência pública, talvez uma das mais numerosas que a Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul já realizou, com a participação de mais de 300 lideranças indígenas, inclusive, com muitos proprietários de terra, cujas terras são reclamadas pelos índios. Foi uma audiência bastante tensa, mas muito importante. A partir dessa audiência, e depois de outras, inclusive, a Comissão do Senado Federal que esteve no Mato Grosso do Sul ouvindo o Ministério Público Federal, nos ouvindo, membros do Governo, lideranças indígenas, chegamos à seguinte conclusão. O problema dos conflitos envolvendo índios e não-índios no Mato Grosso do Sul só tem uma saída, se o Governo ou o Congresso Nacional aprovar um projeto de lei que permita ao Estado ressarcir às pessoas que adquiriram terras, mas de boa-fé, pelos erros que o Estado, no passado, cometeu. O que estou querendo dizer? Não estou defendendo a mudança da Constituição Federal, os artigos nº 231 e 232 são uma das maiores conquistas dos povos indígenas brasileiros e não defendo, portanto, a mudança da Constituição Federal e a acho desnecessária, como alguns defendem, mas, acredito que, se no passado, o SPI promoveu um processo de aldeamento, de confinamento dos índios em pequenas áreas e permitiu, considerando as terras indígenas, terras devolutas, que o Estado titulasse, vendesse essas terras e muitos, de boa-fé, compraram essas terras e hoje tem os seus títulos legais, eu acho que nós só temos uma solução. Uma vez o processo de identificação, de demarcação e homologação concluídos, aqueles proprietários que têm seus títulos e compraram essas terras de boa-fé, eles têm que ser, de alguma forma, indenizados pelo Estado, porque eles não têm culpa pelo erro do passado que o Estado brasileiro cometeu. Portanto, essa é uma proposta que nós amadurecemos junto ao Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul. e o Ministério Público Federal fala da responsabilidade civil. O Estado precisa ser responsabilizado civilmente por ter cometido este erro no passado e por ter permitido a venda e a titulação das terras vendidas. Ao meu ver, é a única saída pacífica para os conflitos que nós estamos vendo hoje. Também não é possível que os fazendeiros saiam de mão abanando, já que compraram essas terras há muitos anos, produziram e etc. E também não é possível que as comunidades indígenas não tenham o direito constitucional de terem acesso aos seus territórios tradicionalmente ocupados. É essa a contribuição que eu gostaria de deixar aqui e apresentar as minhas preocupações com relação ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 188.

E, para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que com relação ao depoimento do índio Adail Gonçalves Sanches, que acusa o Partido dos Trabalhadores de incitar os índios a invadir, vou usar o termo que eles usam, as terras alheias e promover a discórdia entre índios e não-índios, eu posso afirmar por aquilo que eu conheço da atuação do Partido dos Trabalhadores no meu Estado, não foi prática do PT, nunca, promover este tipo de ação. Sempre foi, sim, o compromisso do nosso Partido apoiar as lutas dos povos indígenas e de toda a minoria dos povos sociais, chamadas assim, pela garantia dos seus direitos, mas não através de ações ilegais, criminosas, incitando violência. O Partido dos Trabalhadores, dentro da legalidade e do estado democrático do direito, reivindica a demarcação das terras indígenas e apóia as lutas dos povos indígenas. Mas eu não poderia, aqui, Sr. Presidente, concordar com esta afirmação do senhor Adail Gonçalves Sanches de que o PT estaria por trás da promoção de invasões de terras ou incitando os índios à violência. Eu só acho que o Estado brasileiro precisa tomar providências, porque o conflito é eminente. A população indígena, hoje, cresce muito rapidamente. O índice de crescimento populacional é praticamente o dobro da população brasileira e essas áreas estão, hoje, muito pequenas para poder abrigar e ter essas comunidades vivendo com seu sistema produtivo, próprio e sua cultura preservada. Era isso e agradeço mais uma vez e me coloco à disposição para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Eu agradeço os esclarecimentos do Deputado Pedro Kemp. Foram preciosos para esta Comissão e eu vou deixar para a argumentação sobre a questão da reforma da Constituição ou não, reparação civil ou não é para depois. Mas vamos abordando esse assunto, que é de suma importância, pois, segundo o que discutimos aqui, a questão indígena está relacionada à da terra. Todos sabemos disso. O Deputado Pedro Kemp feriu bem o problema, como todos os que passam por esta Comissão.

Chamamos essa aldeia de Dourados de campo de concentração ou de confinamento. Mas a solução está aí e o grito dos anjos está fazendo com que tenhamos responsabilidade e organizemos uma reunião como esta para tentar realmente encontrar uma solução jurídica necessária para compor esse conflito. Não podemos, a toda hora, contrariar a ordem jurídica deste País. Se este é o objetivo, já não se obtém mais a paz democrática. Estaremos procurando outras soluções que não dizem respeito ao espírito brasileiro de convivência, de solidariedade e da busca de soluções da nossa comunidade.

Primeiramente, registro a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe, esposa do Senador João Capiberibe. A presença de V. Exª aqui é muito importante para nós, pois sei da sua atuação nessa área juntamente com seu marido. O Congresso Nacional está enriquecido com a presença de V. Exª e do Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, o autor do requerimento. Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Fátima Cleide.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Grandão, Ilustre Deputado, Sr. Egon, Antropólogo Celso Aoki e Srs. Convidados, estou muito satisfeito com esta audiência pública, que foi bem esclarecedora. Ela também acendeu uma luz no fim do túnel para uma solução para os problemas específicos de Dourados e dos Guarani-Kaiowá.

Devemo-nos debruçar e buscar realmente uma solução para o problema da terra, porque, se analisarmos o ponto de vista antropológico, tenho a impressão de que o processo de colonização de Dourados e – volto a repetir – o conceito de progresso e de desenvolvimento são muito relativos. O que é progresso e desenvolvimento para a sociedade envolvente é genocídio para os povos indígenas. E ficou muito claro o genocídio silencioso e inexorável dos povos Guaranis.

Até a sociedade de Mato Grosso, pelo que entendi, e os jornais falam de genocídio. Não é verdade? Estamos diante de uma situação que exige, a todos nós, uma solução. O Deputado Pedro Kemp falou dessa alternativa. Depois, quero ouvir o Sr. Presidente, porque ele sinalizou com a cabeça – sim e não. Pretendo saber o que o Sr. Presidente pensa, porque é um Senador de Mato Grosso do Sul – ainda não me acostumei com essa divisão territorial.

O responsável é o Estado Brasileiro. O nosso processo de colonização é genocida do ponto de vista cultural. Os povos indígenas desapareceram, restando praticamente pouco menos de 300 mil ao longo da colonização. Inclusive, alguns oficiais portugueses, na época, eram condecorados em razão da quantidade de índios que assassinavam.

Conhecemos a nossa própria história. Está na hora de reconhecer que o Estado errou. O Estado ampliou a fronteira agrícola e essas terras estavam ocupadas pelas populações indígenas, que não foram respeitadas. Então, há uma saída: reconhecer que o Estado errou e corrigir os seus erros, sem, evidentemente, prejudicar as pessoas que, de boa fé, atenderam ao chamamento estatal no processo de avanço da fronteira agrícola e de colonização.

Esse é um aspecto que me parece que nós, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, temos nós, da Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa de sugerir um projeto que busque uma solução para esse problema. São problemas que existem em outras áreas, principalmente no centro-sul brasileiro. Em alguns Estados brasileiros, restaram apenas uns nomes. Em São Paulo, praticamente os índios estão confinados em áreas muito limitadas.

A outra questão que me ocorre deste processo de discussão que estamos tendo, graças à sensibilidade do Presidente da Comissão, Senador Juvêncio da Fonseca, é que devemos aprofundar-nos nas dificuldades de relacionamento. Ficou muito patente aqui que há uma dificuldade de relacionamento entre a sociedade envolvente, o poder público e as comunidades indígenas. Para que isso está claro. Falo pela minha própria experiência, que sempre tive uma atenção muito especial às questões indígenas, e fui muitas vezes acusado de defender os índios porque eu tinha interesse em garimpar nas áreas indígenas. Os jornais publicavam grandes manchetes nesse sentido. Ou então diziam que eu tinha algum interesse, porque era inadmissível que alguém respeite os povos indígenas neste País, sem que tenha interesse pessoal. Reconheço que é um direito democrático de convivência democracia com as diferenças democráticas. É só isso. Então, temos que respeitá-los e a Constituição diz isso também.

Para podermo-nos relacionar, sugiro, Sr. Presidente, que também possamos propor uma lei que reconheça as organizações indígenas, mas não dessa forma. A minha experiência na APIO, Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. Ora, lá são Palikur, Galibi, Karipuna. São quatros etnias. Costuma-se generalizar, como disse o Deputado, mas os índios são muito diferentes. Quanto aos Galibi lá do Oiapoque, metade vive do lado do Brasil, metade do lado da Guiana. Em relação aos Palikur, acontece mesma coisa, são divididos.

Mas pasmem, contrariando tudo aquilo que falam da internacionalização da Amazônia, quando o Brasil reconhece o direito à terra aos povos indígenas, ocorre exatamente o contrário. Os Palikur e os Waiapi estão trazendo os seus irmãos da Guiana para morar no Brasil e, lá na Guiana, eles têm direito à renda mínima e recebem uma renda mensal. Mas os Palikur e os Waiapi, não. Querem que eles venham para o Brasil, porque têm direito a terra. E eles , acima de tudo, consideram-se brasileiros e não têm nada a ver com o Brasil. Mas defendem nossas políticas e são guardiões das nossas fronteiras.

Então, é fundamental o reconhecimento das organizações por cada etnia, porque, se o Estado reconhece essas organizações, vamos ter uma interlocução mais legítima. É uma questão que venho analisando há muito tempo e sempre tive muita dificuldade nesse processo de interlocução com as etnias do meu Estado. Eram várias etnias, que tiveram uma organização genérica no começo e depois começaram a se organizar por etnia, o que favorece enormemente. A Funai,que, em vez de possuir um gueto para tratar da questão indígena, tem o Estado brasileiro, mediante suas instituições, teria uma interlocução direta com essas organizações étnicas.

Portanto, sugiro que proponhamos, pela Comissão, assinemos conjuntamente um projeto de lei que possa inclusive reconhecer essas organizações étnicas e o Estado as trate de forma diferenciada, porque, quando se faz um convênio com uma organização indígena as leis são as nossas, e as populações indígenas têm muitas dificuldades de lidar com as nossas leis. Então, temos que fazer um projeto que reconheça um tratamento diferenciado para as etnias, que são centenas no Brasil. Imagina-se que índio é tudo igual. Não, eles são completamente diferentes, quando se começa a conviver com eles, sabe-se que há uma diferença enorme cultural dessas populações.

Já consultei os especialistas da Casa que estão trabalhando uma legislação exatamente no sentido do reconhecimento dessas organizações étnicas e vou trabalhar também na mesma direção que o Deputado está sugerindo para, depois, evidentemente, se a gente pudesse sair daqui com uma solução, eu acho é uma grande contribuição que estamos dando para a democracia, para esse respeito à universidade.

Encerro aqui, Sr. Presidente, dizendo que estou pedindo ao Presidente do Senado que nos esclareça o que aconteceu nesta manhã de hoje que limitou a presença dos Guaranis e outras etnias que queiram participar do nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Gostaria que se passasse o requerimento para a Mesa.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SR.ª FATIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr. Senador Capiberibe, Deputada Janete. É um prazer tê-la aqui conosco.

Quero manifestar, principalmente ao nosso convidado Egon Heck que registrou a sua indignação, a minha solidariedade também e dizer, Sr. Presidente, que não estive no primeiro momento desta audiência porque estava relatando um projeto de muita importância na Comissão de Assuntos Sociais e que se referia à infância e ao adolescente, mas dizer que compartilho

da indignação do nosso convidado e que, como cidadã, fico constrangida de que a casa maior da República brasileira tenha que, por força de uma formalidade de sua segurança, barrar a entrada, coisa que acontece muitas vezes.

Eu mesma fui barrada várias vezes como trabalhadora nesta Casa antes de ser Senadora, mas a gente chega, a gente chega aqui e, na formalidade, passa a ser igual. Quero registrar esse constrangimento e pedir desculpas aos nossos representantes dos povo Guarani-Kaiová por esse constrangimento que todos nós temos que conviver diariamente em função. Quero dizer também que os funcionários da segurança não são realmente os culpados por isso. Eles seguem uma norma superior e que precisamos na Casa discutir. Basta estar com paletó e gravata, entra-se sem que haja uma consultar mais...agora, as pessoas que são claramente pobres e que têm diferenças étnicas realmente sofrem esse constrangimento. Acho que precisa ser discutido o Regimento desta Casa.

Não tenho questionamentos a levantar e digo que, embora tenha uma descendência indígena muito próxima, não tenho muito conhecimento da realidade indígena do meu País. Conheço ainda muito pouco embora seja uma parceira na luta pelos direitos dos povos indígenas. Então, a fala expressa pelos nossos três convidados hoje, para mim, ela vem no sentido de esclarecer e de contribuir para que eu possa enriquecer um pouco mais ainda muito distante, do que reconheço, preciso conhecer.

Sr. Presidente, Sr. Senador, Deputada, penso que tanto a fala do Deputado Pedro Kemp quanto a fala do Antropólogo Celso Aoki foram muito enriquecedoras, esclarecedoras do diagnóstico de desarticulação das ações de políticas públicas que existem nesse setor e, para não inventar a roda, eu acho que a solução desse problema é política e basta que a gente tenha a vontade política da maioria de quem faz a política desse País.

Penso que seria interessante buscarmos um relatório final da comissão que investigou esse problema especifico do Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e que aponta, esse diagnóstico de desarticulação, e recomenda a criação de Conselho de Política Indígena como um instrumento que pode vir a recuperar essa articulação e aí começarmos a resolver os problemas, mas principalmente porque essa proposta, que é inclusive trazida pelo fórum, neste abril indígena, de criação do conselho, passa pela participação dos povos indígenas no conselho – e no meu entender, deve ser como maioria, para que as próprias populações digam para a gente, como o Senador Capiberibe estava colocando, reconhecendo essas diferenças que temos, o que é preciso fazer em cada área na questão indígena neste País.

Então, fico por aqui, agradecendo muito e pedindo desculpas pelo constrangimento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

A SRª DEPUTADA (Não identificada) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pois não, Deputada.

A SRª DEPUTADA (Não identificada) – Eu só gostaria de fazer um registro, Deputada, se V. Exª me permite. É que cedo fui procurada e soube dessa situação, conversei com o Presidente da Casa, e ele disse que não faria isso de forma oficial, porque publicamente não faríamos aqui, na Comissão. Penso que deve ter sido isso o que aconteceu. Ele se negou também a fazer ingerência junto à segurança da Casa, porque também compreendia que não havia necessidade de os índios serem barrados aqui na entrada.

Eu só gostaria de fazer este registro, porque acho oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Muito obrigado.

Deputada.

A SRª DEPUTADA (Não identificada) – Eu solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca, não sei se é regimental na Comissão, poder usar da palavra para deixar um registro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – RO) – Deputada, já indeferimos anteriormente vários outros requerimentos. No expediente feito em audiência pública, não sendo o convidado, para sua prestação de declaração, ficariam só restritas aos Senadores as perguntas.

Mas um registro breve V. Exª pode fazer.

A SRª DEPUTADA (Não identificada) – Muito breve. Obrigada, Senador.

Quero me dirigir à Presidência da Mesa, ao Senador, à Senadora, aos convidados, ao Deputado Pedro Kemp, ao Cimi, ao Egon Heck, ao Celso Aoki, antropólogo, para dizer brevemente, acrescentar, aliás, às palavras da Senadora Fátima Cleide e do Senador Capiberibe, que é o autor do requerimento, que nos proporcionaram momento enriquecedor e que traz à luz da realidade o que acontece em Mato Grosso do Sul, que nos incomoda bastante: a cada dia que abrimos o jornal, mais uma criança faleceu. É o grito dos anjos, colocado pelo Deputado Pedro.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que os depoimentos dos três que acabaram de falar neste Comissão me reforçam na minha atuação parlamentar. Faço parte da Frente em Defesa dos Povos Indígenas, à qual

a Senadora Fátima Cleide se referiu, e retiramos 10 anos de engavetamento do Estatuto do Índio também para que um conselho legítimo dos povos indígenas, dentro das suas diferenças, possa analisá-lo. Eu o retirei de pauta, no dia da votação inclusive, porque ele estava para ser votado de qualquer maneira, e para mim é inadmissível que os povos indígenas, que estão representados aqui em número de 700, não possam apreciar esse estatuto e ver se há modificações a fazer, retirar questões, colocar outras.

Então, agradeço ao Sr. Presidente e quero dizer que saio muito enriquecida. As palavras de todos os senhores foram muito fortes para mim, muito boas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradeço as considerações de V. Exª.

Eu gostaria de fazer alguma consideração, como já fiz no início, e talvez os senhores não estivessem aqui. O enfoque da nossa Comissão era violação dos direitos humanos e razão da desnutrição e morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul.

Por que é que foi colocada aqui a questão das invasões? E a questão central hoje era a das invasões, justamente tanto o Presidente da Funasa como também outras informações vindas de Mato Grosso do Sul diziam que uma das causas da piora e do excesso, vamos dizer assim, de mortalidade infantil também e de dificuldades para atender o problema era essa mobilização de famílias indígenas de suas aldeias para as invasões, invasões essas que, segundo o índio, eram comandadas por Aoki. Isso está na escrita pública e confirmado aqui no Senado Federal.

Tivemos essa preocupação porque também está dentro do objeto desta Comissão, porque se essa mobilização existe, família indígena indo para onde não existe nada de assistência, já desnutridas, sendo utilizadas para essas invasões, inclusive a dificuldade alimentar cresce. É por isso que fizemos essa audiência pública de hoje. No entanto não tivemos da parte nem de um de outro, dos primeiros convidados, qualquer justificativa a respeito. Dizia: não, não fizemos isso não, não, não fizemos isso ou fizemos. Não houve nenhuma informação a respeito. Há tempos ainda para isso.

Gostaria de dizer também que essa informação calou fundo entre nós, porque são crescentes as invasões de terras em Mato Grosso do Sul por tribos indígenas, pelos indígenas. Vejam bem, em 98 foram duas; 99, nove; 2000, oito; 2001, três; 2003, 15; 2004, 17. Então na verdade estão acontecendo essas invasões. Acho muito justa essa luta indígena para buscar a expansão das aldeias, a terra para sobrevivência. É importante demais. Mas essa questão de o índio, como está escrito aqui, ser usado para fazer essa invasão, buscar a demarcação no Estado do Mato Grosso do Sul ou em qualquer outro lugar, na verdade nos parece que fere um pouco a legislação.

Vamos dar um exemplo. É bom que os Guaranis estejam aqui, para saber o que pensamos. Porque às vezes colocamos e dizem assim: é contra o índio. Não sou, ninguém é contra índio. O que não posso é deixar passar em branco e dizer que a Constituição Federal não está trazendo o tratamento que o índio merece. O art. 231 que foi lembrado aqui, que fala da propriedade originária, dos direitos originários dos índios, em razão da sua ocupação, da sua posse tradicional, já foi muito interpretado pelo Supremo Tribunal. Disse isso na reunião passada.

O Supremo Tribunal Federal, em mais de 13 julgamentos, já disse que essas aldeias extintas, seja porque motivo for, pode se que o Estado ou o particular ou alguém expulsou o índio, acabou com a aldeia, e isso já faz 30, 50, 60, 100 anos, mas a aldeia está extinta. Se ela estiver extinta por mais que o antropólogo diga que lá é terra indígena, porque ali houve uma morada tradicional, a Constituição não abriga esse pensamento, e o Supremo Tribunal Federal, através da Súmula 650, já disse que essa interpretação é impossível. Não é terra indígena se houve desaldeamento. Está na Constituição. Agora, sei perfeitamente, e todos sabemos, aqui a palavra é uma só, que a questão é a terra.

A proposta feita, por exemplo, pelo meu querido Deputado Pedro Kemp de que a União lá atrás em vez de fazer o contrato direto com os proprietários foi o Estado que usurpou a autonomia da União e vendeu para os particulares, principalmente na faixa de fronteira, que esse títulos são irregulares. E, por serem irregulares, podem sim, ser desapropriados sem pagar. Mas acontece que a própria União, a própria legislação nossa fala da ratificação, ou seja, a União confirmando o título vendido para o Estado em toda a faixa de fronteira. Está em vigência, teve um prazo, esse prazo se findou, tem milhares e milhares de requerimentos engavetados no Incra e o Incra não anda, não faz caminhar essas áreas.

Ora, temos de um lado os indígenas que precisam expandir suas aldeias, ter um lugar, ter sua terra, do outro lado, temos um proprietário que pagou a sua terra, está produzindo na sua terra e que, na verdade, não tem uma solução para compor esse conflito, porque a União diz "essa terra não é minha, essa terra é de particular, ela é um tipo de terra legítimo, registrado e eu não vou desapropriar. Vamos fazer demarcação, com o princípio do direito do indigenato, esquecendo o julgamento do Supremo Tribunal Federal que diz a Constituição, para poder fazer o assentamento do índio."

Mas o que quer a União com isso? Que se isso acontecer, como já aconteceu muito no País, aquele que é o proprietário, que pagou para o Estado, vai ser expropriado, porque a União só paga a Prefeitura e ele não paga a terra. É o caminho mais rápido que tem a União para fazer uma demarcação sem responsabilidade financeira. A União está errando contra o índio e está errando contra os proprietários.

Não existe hoje, na Constituição nem na legislação ordinária autorização legislativa para desapropriação para fins de assentamento indígena. Não existe. Mas existe para reforma agrária. Ora, se pode desapropriar para a reforma agrária e pagar em 20 anos a título da dívida agrária para os proprietários – isso está acontecendo lentamente mas está acontecendo – devia também ter autorização legislativa para desapropriar e para expandir as aldeias. Não é isso?

Com esse desapropriação, paga-se não só a Prefeitura e as benfeitorias mas paga também a terra nua no seu justo para o proprietário legítimo, porque se a terra for legitimamente de propriedade de alguém, o próprio Incra, com a sua ação discriminatória pode perfeitamente anular essa fraude. Então o grileiro, arranjou, implantou um mapa, um documento em cima de determinada área aquele título é ilegítimo muito embora esteja registrado em cartório. Ele é legítimo aparentemente, mas se você provar que ele é nulo, anula-se e a terra volta á propriedade da União. Isso uma ação discriminatória do Incra pode ser feita.

Agora, o que não pode ser feito, o os senhores conhecem bem essa questão de Antonio João, em Mato Grosso do Sul na fronteira com o Paraguai, pouco mais de 9 mil hectares, 8 ou 9 proprietários rurais e mais de 60 pequenos proprietários. Terra titulada, área de fronteira, registrada em cartório, toda a área ratificada no Incra, propriedade particular ratificada no Incra. Houve invasão, sim; se foi comandada por alguém não se sabe, mas houve invasão sim; tomaram conta da fazenda, entraram lá esperando a demarcação. Nesse ínterim, a justiça entra e dá reintegração de posse para os proprietários.

Essa reintegração não se faz, não se faz, embora a justiça tenha autorizado. Nesse instante, corre o processo demarcatório, que é administrativo, chega na mão do Presidente da República e ele assina a demarcação, homologa a demarcação. Ele homologou a demarcação em cima de títulos legítimos, ratificado pelo Incra e objeto de uma decisão judicial de reintegração de posse. Então o Presidente se expôs numa situação dessas. Por isso sou contra a homologação das demarcações ser assinada pelo Presidente. Pode ser assinada por qualquer outra pessoas, como também eu não gostaria que viesse a demarcação para ser homologada aqui no Senado Federal, porque então fica a questão política procrastinando isso indefinidamente. Coloca outra autoridade, outro órgão, outra instituição assinando essa homologação.

O que estamos precisando? Que a ordem jurídica não penalize nem o proprietário nem o índio. Hoje, está penalizando o índio e o proprietário. Os dois estão em conflito e não sabem o que fazer. A União se distancia e diz que não tem o que fazer.

Aí, vêm os idealistas, às vezes com atitudes ideológicas, e avançam em cima das propriedades em busca de uma demarcação forçada, usando o índio, às vezes, para essa ocupação em cima de áreas legitimamente tituladas.

Penso que isso não está correto. Por isso...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Deixe-me justificar meu projeto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, quero somente fazer-lhe uma pergunta, já que V. Exª conhece tudo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Tudo, não, um pouquinho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Não, sobre a colonização de Dourados. Qual o ano em que se inicia esse processo de colonização lá?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Podemos discutir isso em seguida. Não quero sair desse foco.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Minha preocupação é a origem do conflito.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Não, mas o importante é saber... O pomo da discórdia chama-se terra. Terra. Tudo que falarmos é a terra...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Minha dificuldade é saber quem invadiu a terra de quem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Mas o Estado invadiu a terra... Por meio do Estado, da União ou do Estado...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Invadiu a terra dos índios.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) –... invadiu a terra dos índios. Estão fazendo isso desde 1500. Estão liquidando com o índio nesse sentido. Quem é que não sabe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Então, temos de devolver a terra...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – É por isso que sou contra ao projeto do nobre Deputado Pedro Kemp que propõe que o particular que

tenha demarcatória irregular vá pedir ressarcimento do Estado pelos danos causados a ele, proprietário. Ora, quem causou o dano foi a União? É muito simples a União chegar e falar assim: desaproprie, está aqui o dinheiro. É o caminho mais curto. O difícil...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O Estado não tem um pouco de grilagem também? Vendeu, mas deve ter grilagem...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Grilagem não está sendo contemplado por nada. Grilagem é "pau na cabeça".

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É preciso tomar e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Grilagem é fraude na propriedade.

Quando se fala do proprietário legítimo, não se pensa em grilagem. A grilagem é irregular, nula. O título é fraudulento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Esse é um caso único.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Por quê?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Porque, nas outras regiões de expansão da fronteira agrícola, a maioria dos casos é grilagem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Onde tiver grilagem, resolve-se de outra maneira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Título irregular. Têm casos de título irregular?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Se for título irregular, anula o título.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Isso. Já era um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Mas eu quero terminar o meu raciocínio. Senão, não vão entender o que estou falando.

O SR. PEDRO KEMP (PT – MT) – Permite-me falar depois?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Permito.

Então, a proposta do Deputado Pedro Kemp não mexe na Constituição Federal. O meu projeto é uma Proposta de Emenda à Constituição, que mexe no art. 231, que permite ao Estado, à União fazer a desapropriação para essa questão de assentamento para novos aldeamentos. É uma autorização legislativa que não existe hoje.

Por exemplo, em Dourados, há esse problema, que é um campo de concentração, um confinamento. A União devia chegar e dizer: "Não, vamos expandir isso aqui. Vamos desapropriar 50 mil hectares, 100 mil hectares". Tem dinheiro? Não quero saber se tem ou não dinheiro. Tenho de dar é a solução jurídica, a opção jurídica de fazer. O que eu não posso é deixar que fiquem o índio e o branco se digladiando e a União, de longe, observando.

A proposta do Deputado Pedro Kemp é diferente. Ela não mexe na Constituição Federal, mas não dá autorização para desapropriação. Ela apenas diz o seguinte: faz-se a demarcação e o prejudicado, com seu título legítimo, que vá requerer à União ou ao Estado o ressarcimento dos danos que ele sofreu. Ora, se o caminho for esse, ele nunca vai ser ressarcido. Melhor como, se ele nunca vai ser ressarcido? Com o título legítimo na mão, ele está se colocando para fora da sua propriedade e ainda vai ter de agir para pedir ressarcimento? Quando acaba?

(Interferências fora do microfone.)

Pode até ter um caso... Hoje, nada impede que se faça isso, mas, se a União quer, com seriedade, resolver, não pode jogar em cima do brasileiro, do branco ou do índio, iniciativa dessa natureza. A União tem de ser responsável. Ela tem de desapropriar, pagar o justo preço e compor a situação.

Essa é a proposta que eu tenho. É uma PEC. Infelizmente, vi ontem que essa PEC está difícil de prosperar, porque ela já foi objeto de um requerimento do Senador Tião Viana, do PT, solicitando juntá-la com a PEC, que se não me engano é esta aqui, da Demarcação.

No momento em que se juntar a PEC da Desapropriação com a PEC da Demarcação nem uma nem outra vão para a frente. Isso é para emperrar as duas. O objetivo é esse... É claro, não há dúvida alguma.

Houve uma audiência pública aqui no Senado Federal em que eu coloquei essa situação para o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eu indaguei sobre o que S. Exª achava da PEC que eu estava propondo, a PEC da Desapropriação. S. Exª disse que era contra, porque a União não teria dinheiro para fazer desapropriação. Meu Deus! Isso é um conformismo com a incompetência, falada, declarada e confessada.

Não é bom que se faça isso. Não é bom o Governo dizer que está protegendo os indígenas. O Estado não está querendo proteger os indígenas.

A minha proposta é esta. E o interessante quanto a essa PEC que eu apresentei, Deputado, no ano passado – se não me engano foi em abril ou março -, é que nós nem pensávamos em ter os problemas que estamos vivendo hoje. Eu, em pesquisa, cheguei à conclusão que era necessário colocar nas mãos do Governo um instrumento jurídico de desapropriação para compor essa situação.

Eu pergunto: como fica a situação de Dourados? Lá são 3.600 hectares e 11.500 índios. Em volta são

todos proprietários com legítimos títulos, todos ratificados. Tudo direito. Como fica? Vai-se resolver na violência?

Penso que não é isso o que queremos. Queremos uma ordem jurídica que nos dê direitos. No momento em que tivermos os direitos escritos na lei, vamos sim para cima. Nesse caso, concordo plenamente.

Além disso, o Incra tem todo o direito de promover ações discriminatórias em qualquer região deste País e anular... Até ele próprio pode desconstituir um título de domínio, desde que comprove em ação discriminatória, que é administrativa, que a terra foi grilada, que o documento não é dali, que o documento é fraudulento ou que não foi assinado pelas partes responsáveis.

Esse é o meu ponto de vista.

Com a palavra o Deputado que pediu a palavra depois...

O SR. PEDRO KEMP (PT – MT) – Eu só queria fazer uma contribuição sobre o assunto.

Penso que devemos aprofundar esse debate para encontrar uma saída, porque se não encontrarmos a saída a situação vai se agravar muito daqui para frente. Eu gostaria de fazer uma colocação a respeito das ocupações de terras que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul.

Senador, é importante registrar que hoje os povos indígenas estão em um processo de organização muito intensa. As chamadas grandes reuniões Atiguaçus estão acontecendo; os índios estão retomando uma prática de fazer as suas assembléias; eles estão se organizando e o nível de consciência está crescendo sobre os seus direitos. Eles estão conhecendo mais a Constituição, alguns índios estão saindo das Universidades com curso de Direito.

A partir daí, a comunidade já tem professores Guarani-Kaiowá, que também passaram por um processo de formação e de conhecimento da Constituição e da legislação do País.

Disso tem resultado em uma organização maior das comunidades indígenas, das suas lideranças. A comunidade está percebendo que ou ela vai atrás dos seus direitos, ou reivindica as suas terras ou vai chegar a um ponto de caos absoluto, se a ele ainda não chegamos.

Há uma explosão demográficas em algumas áreas. São pequenas áreas e os índios não vão conseguir mais viver ali.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) - Qual é a solução?

O SR. PEDO KEMP (PT – MT) – A partir dessa situação, os índios estão indo atrás das suas antigas tecorrás, das suas terras tradicionalmente ocupadas. Essas terras hoje estão ocupadas pelos proprietários que têm os títulos legítimos.

O que aconteceu no Mato Grosso do Sul recentemente, no ano passado? Vou citar esse exemplo para dizer que o que Estamos falando não é um absurdo. O Governo Getúlio Vargas colonizou uma região em Dourados chamada Terra Panambizinho. Os colonos estavam por lá há mais de 50 anos produzindo. Os índios, de fora, reivindicavam: " Essas terras são nossas." O que aconteceu? Foi passando Governo atrás de Governo. Agora, recentemente, foi chegou-se a uma solução. Foi comprada uma terra, uma fazenda, chamada Terra do Boi. Os colonos, que estavam lá há mais de cinqüenta anos, foram reassentados, transferidos para essa fazenda. Inclusive, o Incra teve o cuidado de escolher uma terra bastante produtiva, como a terra em que estavam, uma terra semelhante. Foi feito então o reassentamento. A terra Panambizinho foi entregue aos índios, foi devolvida para os índios.

Creio que temos aqui um exemplo de que o Governo Federal pode assumir a responsabilidade de resolver esses conflitos no Mato Grosso do Sul. Quero deixar claro que não concordo com a expropriação. Aqueles que compraram as suas terras têm seus títulos, vão sair sem nada. Lá há pequenos produtores que vivem da produção. Hoje estão um uma situação muito difícil. Recentemente foi homologada essa terra em Antônio João. Há quantos proprietários lá? Vão sair de que jeito.

Creio que precisamos de um instrumento jurídico, de uma legislação. Não é para que o fazendeiro, o proprietário, corra atrás depois, entre na Justiça para reivindicar o seu direito. Que na legislação seja estabelecido um processo automático. Essa terra é considerada indígena, o documento é legítimo, o proprietário tem a posse da terra, tem um documento? O Estado brasileiro vai ter que ressarcir pelo erro que cometeu no passado dando-lhe uma nova terra ou indenizando em dinheiro.

Quero lembrar que o Governador Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, encaminhou um processo dessa forma. Parece-me que hoje S. Exª está respondendo judicialmente por ter pago uma terra. É assim: terra indígena é considerada terra da União. Esta não pode comprar uma terra que já é dela. Se for por esse raciocínio, o Ex-Governador Olívio Dutra está respondendo a um processo porque comprou uma terra e entregou aos índios. S. Exª resolveu um problema, um conflito que estava acontecendo.

Creio que há uma saída sem mexermos na Constituição. Por que defendo não mexermos na Constituição? Porque para um índio não serve qualquer terra. Ele quer a terra sagrada, a terra onde moravam seus

antepassados. Não se trata de o Estado ir atrás de qualquer área para colocar os índios. Depois de um estudo sério, antropológico, que definiu que essa terra era dos índios, que seja devolvida. A partir daí que se faça algum tipo de indenização ou que se dê uma terra em troco para os proprietários.

O SR. EGON HECK – Gostaria, também, de mencionar o entendimento de que ....

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em duas horas começara a sessão plenária. Também temos inscrição lá. Vamos usar o seguinte: cinco minutos para cada um. Vamos facilitar.

O SR. EGON HECK – O entendimento do Cimi é o de que são bastante claros os arts. 231 e 232 com relação à questão dos direitos indígenas. Não há dúvidas maiores quando ao reconhecimento das terras tradicionais dos povos indígenas. Não vamos discutir a questão da temporalidade. Creio que às vezes tratamos com bastante cinismo esse processo histórico quando expulsamos os índios e, depois, dizemos: não, eles não têm mais direito à terra! Essa questão, inclusive, da interpretação dos adiamentos extintos é algo bem diferente daqueles antigos adiamentos do séc. XVI, XVII e tal dos processos recentes de expulsão dos índios de suas terras.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Mas esse cinismo é do Supremo Tribunal Federal, da Súmula nº 750! Não é cinismo de qualquer pessoa, não, é do Supremo Tribunal Federal, que dá interpretação ao art. 231 da Constituição.

O SR. EGON HECK – São duas questões diferentes! Uma é a questão dos adiamentos extintos. Esse é um tipo de entendimento tranqüilo, que é o que está aí. Agora, a questão do entendimento, sobre o que, inclusive, o próprio Ministro Jobim e outros já se manifestaram, até pelo menos em determinado momento em que ocorreu esse processo violento de expulsão dos índios de suas terras, não é extinção de adiamento algum, porque não existiu um adiamento, mas houve um processo de violência explícito contra os índios, com expulsão violenta, carregados em cima de caminhões ou enxotados simplesmente e jogados em depósitos humanos, como fizeram na maioria das reservas indígenas em Mato Grosso do Sul. Esse foi o processo, e é um processo recente, que o Senador Capiberibe perguntava.

Em Dourados, o processo todo de ocupação da colonização é bastante recente. Então essa violência contra os índios, essa expulsão deles e essa negativa a eles de terem de volta suas terras, inclusive chamando-os de invasores, é bastante grave, porque há que se convir que a história deste País tem que ser, muito criteriosamente e com muita sinceridade, revista, principalmente nesse tipo de posicionamento que tivemos. É um processo de expropriação violento dos índios de suas terras, e o Mato Grosso do Sul é o exemplo mais típico disso.

Trabalhei em quase todas as regiões do País, nestes 30 e poucos anos, e a pior situação de terras indígenas é ali em Mato Grosso do Sul. Temos que reconhecer que esse processo é bastante recente, não é o processo histórico do litoral, de 1500 e pouco, no Monte Pascoal, que já tem uma história de muito mais tempo e tal. Então essa é uma questão bastante importante que devemos entender agora.

Em relação à questão do Serigamatu a que V. Exª se referiu, é uma situação bastante típica. Conversando com os mais velhos e com todos lá, é até interessante conhecermos um pouco essa história. Como é que chegou lá Pio Silva como peão, há 50 anos? Pediu um pedacinho de chão junto aos índios para poder viver um tempinho. Tempos depois, depois de uns 2 anos, volta a Minas Gerais e retorna de lá, dizendo que comprou aquela terra toda. E começa todo um processo de enxotar os índios. E como os índios estão lá depois desse processo todo? E hoje, felizmente, há um processo de regularização dessa terra, dentro desse raciocínio que V. Exª colocava, que creio que tem que vir em primeiro lugar. O entendimento do Cimi é de que existem responsabilizações dos estados federados, sim, com relação à forma de implantação e distribuição de títulos, muitas vezes, da União. Só que entendemos que a questão de compra e de pagamento dessas terras simplesmente acabaria totalmente com o art. 231, porque, então, não existiriam mais terras reconhecidas dos índios. Teríamos que começar a comprar todas as terras indígenas, e não seriam terras reconhecidas dos índios. Então acabaríamos com todo o art. 231 da Constituição, que creio que tenha sido a conquista mais importante dos índios neste País.

Então é importante que essas questões que são relevantes sejam aprofundadas. Penso que o ensejo dessa questão da subnutrição, da fome, da morte, da violência extrema que se encontra, hoje, nas aldeias Kaiowá e Guarani tem que ser realmente aprofundado e passa por aí, necessariamente. Os índios mesmos, em sua mobilização, estão demonstrando um temor muito grande pelo que vem acontecendo nas duas Casas do Legislativo, mas principalmente no Senado, onde exatamente essas leis tentam reverter e acabar totalmente com artigos fundamentais da Constituição dos direitos indígenas, como é o art. 231.

Então essa preocupação já foi manifestada, e estiveram debatendo, ontem e anteontem, sendo pela total retirada de todas essas propostas de lei que simplesmente têm objetivo de suprimir os seus direitos.

Eu acho que são questões assim importantes que a gente inclusive entende que aqui o Senado, a sociedade brasileiro, os povos indígenas está todo mundo desafiado a debatê-los para que se chegue de fato a um sentido de fazer com que a Constituição seja realmente colocada em prática e se possa nesse País finalmente viver em paz, em liberdade, todos os povos na naturalidade em que ele se compõe.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Celso Aoki.

O SR. CELSO AOKI – Eu gostaria, então, de esclarecer, se bem que tenho muita dificuldade de responder a acusação de Adail Gonçalves Sanches, primeiro porque penso que estou plenamente convencido de que as terras indígenas são terras indígenas, mas terras dos Guarini, dos Kaiowá, são deles.

Então, eu não estou em nenhum momento da minha vida incitando os índios a invadirem propriedade de maneira alguma. E também dizer que essa acusação de certa forma nos dá um certo poder de que nós não temos. Se eu sou capaz de fazer com que não sei quantas comunidades façam as invasões de propriedades, e tivemos também esse poder de convencer técnicos da Funai, do Ministério da Justiça, enfim todo mundo, inclusive o Presidente da República, homologou aquelas áreas, então é que nós temos realmente um poder muito grande que eu não tenho.

Então, nessa acusação do Sr. Adail, eu não tive muita preocupação em responder aqui, e eu procurei de fato me ater a essa questão do convite.

Eu também acho que o Sr. Adail não representa de fato essa vontade de dezenas de comunidades, e eu não sei porque que o Senhor explicou, mas eu continuo não entendendo muito bem porque que talvez passa para o senhor Adail dessa acusação. Mas eu posso dizer que eu possa responder na Justiça que o que for preciso, esclarecer a respeito dessas terras que eu tive participação e que foram demarcadas e homologadas pelo Presidente da República.

Bom, em relação ao tema que o Deputado Pedro Kemp propôs eu queria dizer o seguinte: desapropriação existe. Eu só não sei se esta algum caso mas se alguém puder me ajudar, desapropriação de áreas para efeito de ampliação é possível e eu acho que já existe no caso de não ser terra indígena, e quando isso for assim o Incra faz esse procedimento.

Então, o antropólogo é chamado para fazer esse estudo, e se não for terra indígena então a desapropriação pode ocorrer como os sem-terra. O Incra desapropria e paga os proprietários.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Permita-me um aparte?

O SR. CELSO AOKI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A terra indígena é da União, ela não pode realmente desapropriar, mas quando inicia um processo de marcação os antropólogos, eu acho que você é realmente um antropólogos não deixam de dar o laudo de que toda e qualquer terra em demarcação é indígena.

Então, fica o laudo do antropólogo em confronto com a legislação. A Constituição diz que a terra não é indígena e o antropólogo diz que ela é. Ai vem a União pelo seu Presidente da República e assina a homologação da demarcatória sem que haja a dirimência dos títulos de domínio que estão alí sem ser analisado a sua validade ou não.

Eu acho isso difícil uma quebra da ordem jurídica do País e que impede somos todos índios e não índios.

O SR. CELSO AOKI – Não, eu quero dizer o seguinte: No caso do Mato Grosso do Sul, como já foi dito aqui pelo Deputado que as terras foram desapropriadas, tomadas dos índios, nesse processo de colonização, que vem desde 1950, ou mesmo antes.

No caso da região de Dourados por Getúlio Vargas, mas em outras localidades por colonos vindos principalmente do Sul que foram para lá.

Essas terras que estão sendo estudadas são terras indígenas. Esqueci de ressaltar que a superpopulação daquelas reservas, como Dourados e Amambaí, não se deve apenas ao crescimento vegetativo, é fruto também de diversos, de dezenas de grupos que tiveram suas terras tomadas e, nesse processo de colonização, foram levados para aquelas reservas.

Isso é que dizia sobre a política de aldeamento dos índios. Os grupos são aldeados e são liberadas terras para a colonização. Então, esse processo, esse movimento, de que estamos sendo acusados de estar incitando, na verdade, trata-se, como o Deputado Pedro Kemp mencionou de um retorno, de uma volta ao seu tecorrá. Como o Estado não providencia a demarcação dessas terras, eles estão pressionando o Estado para que isso realmente ocorra. Quando eles fazem isso, na maioria dos casos, é porque já houve o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que são terras indígenas.

Não se trata do antropólogo dizer, em qualquer situação, que as terras são indígenas. A prova maior é que essas comunidades existem de fato. Não estamos lidando com provas arqueológicas, estamos lidando com provas bem concretas, são comunidades constituídas, com as suas lideranças, as suas relações de parentesco, as suas rezas, a sua cultura e etc.

E eles, como testemunha desse direito, eles são testemunhas vivas, oralmente falam da sua história,

de como eles ocuparam, onde, etc e tal. Então, não se trata de que fazemos laudos sempre como terra indígena em qualquer situação.

Quero aproveitar para falar acerca, talvez isso também possa contribuir, das indenizações aos proprietários. Queria questionar por que o Congresso Nacional ao elaborar o seu Orçamento anual, o Orçamento da União não destina uma verba nesse Orçamento para efeito de indenização aos proprietários.

Queria lembrar que nem mesmo as benfeitorias que a Funai levanta nas identificações de terra, são indenizáveis. Ou seja, de fato, há uma má-vontade por parte do Governo para que sequer esse direito dos proprietários seja beneficiado e de acordo com a lei. Quer dizer, não é preciso modificar a Constituição nem nada mas que se indenize pelo menos as benfeitorias.

Penso que muitos proprietários retirariam seus processos da Justiça se essas benfeitorias fossem pagas para eles.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradeço a presença dos nossos convidados e dos presentes, dos índios guaranis e dos companheiros que estão aqui nesta reunião.

Gostaria de terminar dizendo que a questão existe e é grave, muito grave. Pelo que sentimos, não sou dono da verdade, é uma observação da minha parte, não existe do lado do Governo, e quando falamos no lado do Governo é porque é o Governo quem nos dirige, o Estado tem a sua Presidência, a sua gestão em busca do quê? Do Estado social, do bem estar do seu povo, seja branco, preto, índio, de todo mundo.

Não vejo uma política indigenista do Governo Federal.

Essa questão, por exemplo, do Orçamento. Não há dinheiro no Orçamento nem para o pagamento da indenização das benfeitorias feitas nos imóveis. Quem oferece inicialmente o orçamento é o próprio Executivo. Quando aqui fazemos alguma emenda aumentando alguma coisa em determinadas rubricas, no momento da execução orçamentária vem o contingenciamento. É interessante, vamos ver o orçamento da Funai, que teve o ano passado quase 200 milhões de reais para ela atender todo a estrutura dela, atividade-meio, e atividade-fim, colocou 180 milhões, 170 milhões, por aí. Ela usou esse dinheiro para atividade-meio, que não é essa a solução para coisa nenhuma, para pagar seus funcionários, diárias, viagens, toda aquela atividade, os aposentados, gastou 75 %, isto é, de 200 milhões gastou 150 milhões e apenas 42 milhões e pouco na atividade-fim. E assim mesmo, esse pouco dinheiro não chegou lá, pois fica pelo caminho, a coisa não realmente bem aplicada, e, cada vez, o prejuízo cresce mais. Não podemos esquecer que o Executivo – não é esse Governo que está aí, não! É este que está aí, é o anterior, o anterior do anterior. Na verdade, não existe política objetiva em favor do indígena, essa é a grande verdade. E ficamos nós aqui batendo cabeça, um brigando com o outro. Vocês índios brigando com fazendeiro e vice-versa, e o Governo parece que está rindo de todos nós, lá de cima, sem procurar uma solução. Essa é a grande verdade! Tenho certeza que nesses órgãos indigenistas, se colocasse a geração nova de índios, já qualificados em universidade, para dirigir esses órgãos, a solução seria outra. Porque o índio tem no seu sangue o interesse de solucionar as questões indígenas, do seu povo, da sua terra. Tem muita gente por aí que não sabe nem o que é aldeia, o que é que é índio e exerce um cargo de chefia. Essa é a grande verdade que estamos vivendo. Enquanto isso, repito aquela palavra que o Deputado Pedro Kemp trouxe aqui daquela índia: O grito dos anjos em Dourados. Ora, isso é grave demais! É grave demais! A tese, antes de tudo é a questão da terra, e até mesmo na questão da terra bate cabeça. Por quê? Porque a União não quer enfrentar a questão da terra para o índio. Se a União quisesse enfrentar a questão da terra para o índio, não deixava, de forma nenhuma, esse conflito que está aí, confessadamente aqui, invasões de terras tituladas. O índio precisa desse sofrimento? Infelizmente, a União não toma iniciativa de resolver o problema. Eu acho o seguinte. Precisamos, em primeiro lugar, de ter uma política indigenista nacional séria, com todo o seu arcabouço. É preciso que tenha isso. Saber o que é que pretende o Governo na questão indigenista. E são apenas cerca de 450 mil índios para um total de 180 milhões de habitantes! Não é um grande esforço da União. Precisamos ter uma instituição responsável pela política indigenista. É o Conselho? Não é o Conselho? É a Funai reestruturada? O que é? Mas precisa ter sim. Enquanto o índio está em sofrimento e dificuldade, ele precisa ter sim projetos assistencialistas, principalmente para os que estão miseravelmente vivendo ou sobrevivendo. É preciso que aconteça isso. E se nós, realmente, atacarmos a questão da terra como ela deve ser resolvida, mas não pode ser assim, o Senado aqui, a Câmara lá, o Executivo lá no Palácio, os Deputados nos Estados, e vocês nas aldeias, todo mundo falando, mas ninguém se entendendo. O Governo quando quer, faz acontecer. Por exemplo, esta minha PEC da desapropriação, em favor do aldeamento, já foi obstruída pelo Governo, que não quer que seja votada. Por quê? Por causa da natureza da terra do índio que é um direito originário. Se isso acontecer, essa PEC pode ser que perca essa natureza, embora esteja forçando que a Constituição seja interpretada diferente. Quando o Supremo inter-

pretou de maneira que deve ser. Acho que temos que buscar o encontro de autoridades, de pessoas, de inteligências, para ver se se faz alguma coisa. Do jeito que está, é todo mundo se desculpando. É a Funai de um lado,a Funasa do outro, as ONGs aí que pegam dinheiro do exterior e que o índio não vê um tostão, e nada resulta em favor do índio. É seminário, é reunião, é convocação não sei de quê, etc e resulta em nada, fica tudo no meio do caminho, igual acontece na Funai. Temos que nos despir dessa altura em que nos encontramos, pois nos achamos os bons, porque falamos todos os dias, e partir para a prática. Sem objetividade, não vai resolver o problema do índio nem do povo brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, como último inscrito, e vamos encerrar a reunião devido ao horário.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, tenho algumas preocupações, mas podemos dar aqui alguns encaminhamentos muito objetivos. Entre outros, fiquei pensando que não podemos continuar, temos que resolver o problema da terra. Não podemos mais escapar dessa. Eu e V. Exª, como Senadores da República, temos que criar caminhos para resolver esse problema. Estamos presenciando um genocídio silencioso, como foi qualificado aqui. Se é o Governo Federal, temos que saber quais as instâncias políticas, pois essa é uma questão política. Não conheço a posição do Governo de Mato Grosso do Sul e o problema está lá, latente. Penso que está na hora do Governador vir aqui para esclarecer, ou o prefeito do Município, pois essas áreas onde moram os índios têm Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Ele já esteve.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Se o Prefeito já veio, temos que convidar o Governador para falar qual a política indigenista do Estado de Mato Grosso do Sul, porque essa política precisa existir no Estado. Enfim, temos que resolver essa questão e diria que, realmente, agora estou entendendo bem melhor o que está acontecendo lá. As realidades são muito diferentes de um Estado para outro, mas lá houve mesmo um processo de invasão das terras indígenas, e o que é mais grave é que essa invasão foi comandada pelo Estado, então cabe ao Estado, e falo nas suas diversas instâncias, do Município à União federal, buscar uma solução. Não vamos poder ficar aqui fazendo audiência pública até o final do ano sem apresentar uma solução definitiva. Considero que, se responsabilizarmos o Estado pela invasão das terras indígenas, já começaremos a encontrar uma solução, mas enquanto ficarmos insistindo em que os índios são invasores de terras de proprietários, de agricultores ou pecuaristas, estaremos interpretando errado. Devemos aceitar que os índios tiveram suas terras usurpadas, como colocam os antropólogos, porque os antropólogos estudaram para isso, para nos orientar, e pelo que entendi e também dá para perceber, com muita clareza, os antropólogos consideram que se eles estão lá há milênios e alguém chegou depois e virou proprietário de todas as terras, alguém usurpou e tomou a terra de alguém. E não foram os índios, porque eles ficaram sem a terra. Essa é a questão de fundo, essa compressão. Saio daqui com essa convicção de que os índios tiveram suas terras invadidas, o Estado é o grande responsável e precisa buscar uma solução.

Por último, Sr. Presidente, também podemos resolver aqui e dar o encaminhamento. Temos direito a emendas de Comissão, não é verdade? E é a primeira vez que iremos colocar, pois essa Comissão é nova, foi instalada este ano. Temos direito a emendas de Comissão e podemos fazer aqui uma emenda específica para Mato Grosso, a fim de resolver o problema das terras dos Guarani- Kaiowá. Podemos fazer isso e vou apresentar como emenda da nossa Comissão, porque, desde o começo, desde a instalação da Comissão, só estamos tratando dessa questão da mortalidade infantil em Dourados. Enfim, creio que ser cabível uma atitude concreta da nossa parte, uma demonstração clara de que queremos resolver o problema e vamos consignar no orçamento do ano que vem recursos para que se promova a devolução das terras em Dourados, em Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Na próxima semana, a nossa assessoria vai se reunir e daremos um tempo agora, porque faremos as nossas propostas que serão colocadas aqui no Plenário da Comissão, ouvindo a Comissão não só com referência às nossas propostas, mas também para buscar propostas da própria Comissão.

Está encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia três de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a

presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores senadores MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, JEFFERSON PÉRES, ROBERTO SATURNINO, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, SERGIO ZAMBIASI, ANA JÚLIA CAREPA, VALDIR RAUPP, AÉLTON FREITAS, HERÁCLITO FORTES, VALMIR AMARAL, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, MÃO SANTA e LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores MARCELO CRIVELLA E JEFFERSON PÉRES. Passa-se à apreciação dos itens de pauta. Item 1: Mensagem (SF) Nº 01, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor OSMAR VLADIMIR CHOHFI, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos". O senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador MARCO MACIEL, para leitura do relatório. Em seguida, fazem uso da palavra o senhor OSMAR VLADIMIR CHOHFI, para sua exposição de motivos, e o Senhor Senador ROMEU TUMA. Item 2: Mensagem (SF) Nº 94, de 2005, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor RENATO XAVIER, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática da Etiópia". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, procede a leitura do seu relatório. A seguir, faz uso da palavra o senhor RENATO XAVIER para fazer sua exposição de motivos. Extra-Pauta-Item 1: Requerimento Nº 01, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Peres, que requer realização de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que sejam convidados o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim, o Ministro de Estado da Defesa e Vice-Presidente da República, o Senhor José Alencar Gomes da Silva, e o professor Armando Mendes, para discutir sobre o tema "A Internacionalização da Amazônia: risco real ou temor infundado?". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador JEFFERSON PÉRES para justificar seu Requerimento.Os Senadores HERÁCLITO FORTES e SÉRGIO ZAMBIASI fazem uso da palavra. O Requerimento é Aprovado. Item 3: Mensagem (SF) Nº 197, DE 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o de embaixador do Brasil junto à República da Letônia". O Presidente passa a palavra para o Senador SERGIO ZAMBIASI, para leitura do seu relatório. O Senhor Presidente determina que a sessão se torne secreta para proceder à argüição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente faz considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da sessão legislativa da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada.

O primeiro item da pauta...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ((Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, quero pedir a V. Exª e aos Srs. Senadores, que me concedesse fazer uma comunicação urgente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Nos temos aqui dois embaixadores esperando há quase uma hora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Não demorarei cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não era melhor a gente fazer...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – É que eu sou hoje o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que vai se reunir agora, as 11 horas. Se V. Exª pudesse me escusar. Trata-se da capa da Revista **Istoé** desta semana, Sr. Presidente, que fala sobre sonho e morte dos brasileiros na fronteira americana. A reportagem traz dentro das páginas da revista um site que é o que mais me preocupa. Nós temos sabido que

os brasileiros têm sofrido muitos percalços na entrada nos EUA e, segundo a reportagem, 180 morreram nos últimos anos, inclusive há uma cemitério onde eles são enterrados no meio do deserto do Arizona.

Mas aqui tem um site, Sr. Presidente, que se chama Minuteman Project que me assusta. É um site que está no ar, feito por um sujeito que lutou no Vietnã, e que já conseguiu 596 voluntários, inclusive 16 aviões com pilotos para fazer uma milícia civil e atuar no deserto do Arizona cassando imigrantes legais.

O site faz pronunciamentos naturalistas, chama as pessoas a irem com bandeira dos EUA, convida ex-militares, ex-patrulheiros da borda e embora digam que não vão exercer a força, as palavras de ordem são assustadoras, Sr. Presidente.

Essa ação vai tomar espaço do dia 1º ao dia 30 de abril. Todos são voluntários e estão sendo recomendados a levar pelo menos 3.500 dólares para acamparem no deserto e terem todas as suas necessidades essenciais enquanto lá ficarem.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Exª, porque o assunto é de tal gravidade. Nós temos milhares de brasileiros, todas as semanas tentando passar por ali, junto com mexicanos, cubanos e outros da América Latina. O jornal **Estadão** de hoje já fala de um brasileiro de dezenove anos, que morreu há dois meses, cujo corpo se encontra esperando para ser transladado.

Eu gostaria de submeter à Comissão se não deveríamos fazer um ofício ao Sr. Ministro das Relações Exteriores para que o corpo deste brasileiro pudesse ser repatriado, já que se trata de uma família, sem recurso.

Mas já existe um pedido, uma CPI aprovada, no passado, para nós investigarmos os coiotes que agem principalmente no Vale do Aço, em Minas Gerais.

Preocupa-me muito esse problema, por isso trago este assunto à Comissão, pois o mês de abril está chegando e essa milícia, conforme está no site, já tem 696 voluntários com 16 aeronaves, são sujeitos que já participaram da Guerra do Vietnã, outros estão sendo convocados de forças policiais. Parece-me que nós temos uma situação de violência volátil esperando apenas o louco que vai dar o primeiro tiro, e aí nós não sabemos o final dessas conseqüências.

Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Exª e do Plenário para que possamos tomar uma ação com relação a isso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto reconheço a relevância do assunto levantado pelo Senador Crivella, mas eu e outros Senadores temos compromissos e precisamos votar a matéria de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Crivella isto é fundamental. A Revista **Decana** diz que nos 43 do Muro de Berlim morreram 260 pessoas, nós últimos 10 anos, 1700 nas fronteiras do México. Mas hoje temos uma pauta, Embaixadores esperando, essa gravidade, que é fundamental, pode justificar, talvez, convidar pessoas e fazer uma reunião para discutir isso, que também considero de extrema importância. Mas eu preferiria dar seguimento à pauta e deixar esse assunto para ser discutido noutro momento, apesar de reconhecer toda a sua gravidade. Mas é uma questão até de gentileza com nossos Embaixadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sem dúvida, Sr. Presidente, concordo com V. Exª. Entendo que devemos prosseguir a reunião e votar a indicação de nossos Embaixadores, mas peço-lhe que...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não tenha dúvida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – ... antes do final da reunião, possamos encaminhar o pedido de CPI, que já foi aprovado, e precisa apenas da indicação dos membros pelos Líderes dos Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não tenha dúvida de que voltamos a conversar sobre isso.

Eu gostaria de pedir à Secretária que convide os dois Embaixadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Se V. Exª me permite, vou distribuir cópia desse site aos Srs. Embaixadores para que tomem ciência do caso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque) – Eu gostaria de dizer que o Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, não está presente por razões de saúde da família.

Vou seguir a praxe dos últimos dois anos a que assisti aqui, de passar a palavra para os dois Embaixadores indicados pelo Governo Federal. Ou melhor, primeiro abrir a palavra para os Relatores, depois passar a palavra para os indicados e depois, no final, pedir ao público que nos deixe para o debate sigiloso do final.

Em primeiro lugar, vou submeter à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Osmar Vladimir Chohfi, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. O Relator é o Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, serei breve. Creio dispensável

ler, por se tratar de diplomata com longa carreira no Itamaraty e estreitas ligações com esta Casa, portanto, ler o **curriculum vitae** do indicado para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, a OEA, que é o Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, como V. Exª anunciou. Direi apenas, Sr. Presidente, que o indicado preenche todos os requisitos para exercer a função, e, mais do que isso, mercê de sua longa vida diplomática, tem um conhecimento pleno, como mostra aqui, e certamente se demonstrará, das questões que hoje são discutidas na OEA.

Sem querer me alongar em considerações, eu encerraria meu relatório, deixando para, ao final, ouvir a exposição do Embaixador Chohfi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Embaixador Chohfi, para sua fala a esta Comissão.

O SR. OSMAR VLADIMIR CHOHFI – Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para mim motivo de especial satisfação, além, é claro, do cumprimento de um dever, comparecer novamente – faço-o pela terceira vez – ante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, por ocasião de minha indicação para chefiar a missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. Essa satisfação é acrescida pelo fato de que o Presidente desta Comissão é o Senador Cristovam Buarque e que até a relatoria tenha sido feita pelo Senador Marco Maciel, o que tem, para mim, um especial significado.

O escrutínio dos ilustres membros desta Comissão, a avaliação que fazem da indicação presidencial, a aprovação do nome indicado certamente reforçam a representatividade do chefe da missão a quem o Senhor Presidente da República confiou a defesa dos interesses brasileiros, seja ante um Governo amigo, seja no seio de um organismo internacional. E me é muito grato ainda, reencontrar nesta casa, Parlamentares com quem eu pude travar, em outras funções, relações de amizades e de colaboração em todos aqueles temas que, sendo muito importantes no cenário internacional, demandam cada vez mais a participação ativa do Poder Legislativo. E eu iniciaria a minha intervenção com uma pergunta provocadora. Que papel e que funcionalidade tem a Organização dos Estados Americanos na atual conjuntura hemisférica? Por coincidência, há vinte anos, eu trabalhei na Organização dos Estados Americanos, levado pelo Embaixador Baena Soares, que foi eleito Secretário-Geral da Organização. Naquela oportunidade, trabalhei na Secretaria-Geral como assessor político do Embaixador Baena Soares. E não tenho dúvidas em afirmar que a OEA, como produto da evolução do sistema americano, constitui um foro multilateral insubstituível na promoção e defesa da paz, na solução pacífica de controversas, no reforço à democracia e à governabilidade, na defesa dos direitos humanos, além de propiciar a cooperação em todos os campos. Os propósitos e princípios da Carta da OEA, refletem valores comuns aos países-membros, como respeito às normas do direito internacional e o princípio da igualdade de representação na igualdade soberana dos estados. Um balanço objetivo do que representa hoje a Organização vai evidenciar um processo constante de busca de aperfeiçoamento dos seus mecanismos e de inclusão em sua agenda, dos principais temas e assuntos de interesse da sociedade civil dos países-membros, como bem demonstra, a ampliação da temática relacionada aos direitos humanos em todas as suas vertentes. E se tem evidenciado também, uma interação cada vez mais intensa e positiva dos países-membros na composição da pauta interamericana e no encaminhamento de iniciativas. Essa interação é o reflexo do diálogo que se produz na Organização, diálogo este que é democrático, diálogo entre iguais onde todas as opiniões contam, e onde os resultados vão derivar de um consenso que, às vezes, é arduamente alcançado.

Mas volto à minha pergunta inicial e digo que a OEA tem sido questionada com freqüência. Seja por setores que não acreditam no multilateralismo como instrumento idôneo para enfrentar os desafios da realidade internacional, seja por aqueles que consideram que a OEA não é mais adequada ao contexto hemisférico e regional. E essas constatações e críticas partem, em geral, de duas avaliações. Em primeiro lugar, a de que a heterogeneidade em peso econômico e político e as posições nem sempre convergentes dos países-membros sobre os temas regionais, hemisféricos ou globais, e mesmo diferenças de visão, constituiriam obstáculos expressivos na busca de um papel mais ativo e eficaz para a Organização.

O segundo fator apontado pelos críticos, seria a existência de outros mecanismos e organismos regionais e sub-regionais, vistos como mais homogêneos e, teoricamente, com melhores condições de obter resultados mais rápidos e efetivos em termos de concertação política, de concretização de diferentes possibilidades de cooperação e de promoção do desenvolvimento regional. E menciono, entre outros organismos e mecanismos, o Grupo do Rio, processos de integração econômica sub-regional e regional, como Mercosul, a comunidade Andina, o Caricon, que reúne os países do Caribe, e os diferentes esquemas de integração dos países centro-americanos. Mas ao buscar respostas a esses questionamentos, encontramos na atual realidade hemisférica e regional, vários espaços de

atuação importante para a OEA, e que eu subdividi em dois temas principais. Os dos temas políticos e o dos temas de desenvolvimento no plano econômico, social e cultural. No campo político, eu reafirmo que a OEA é insubstituível. Os temas políticos são de maior visibilidade ao longo da história da Organização. E a OEA atua hoje, ao contrário do que ocorria há poucas décadas, em um contexto democrático. No Hemisfério, hoje, prevalece a forma de Governo democrático representativo. Trata-se de uma evolução que todos saudamos no processo histórico de amadurecimento político e aperfeiçoamento das instituições na nossa região. A OEA tem um papel importante nesse campo. O quadro não é só de luzes, é também de sombras, sobretudo no que se diz respeito aos temas muito discutidos da governabilidade e da eficácia dos diferentes Estados nacionais e no atendimento às demandas e às aspirações da maioria da população do Hemisfério, ainda hoje duramente afetada pela pobreza e pela exclusão social. Nesse âmbito, a concertação na OEA tem apoiado os esforços em favor da democratização no Hemisfério, e não apenas por meio da atuação diplomática, em momentos de crise interna em países-membros, ou ainda como fiadora de processos como o do referendo na Venezuela ou as iniciativas para a pacificação na Colômbia, somente para citar dois exemplos recentes.

Por meio do diálogo político e da cooperação, a OEA tem sido o foro adequado para promover a democracia e apoiar ações tendentes à distensão e ao fortalecimento dos regimes democráticos em seus países-membros que, inclusive, os habilitem através de programas de cooperação, de capacitação na área institucional e os habilitem a um melhor governo e a oferecer respostas adequadas às aspirações de suas populações. E assim o faz, porque nós não podemos ignorar recentes pesquisas de opinião, feitas na nossa região, acerca do nível de afeição ao conceito de democracia em diferentes sociedades latino-americanas, o que nos obriga a uma permanente reflexão e essa reflexão também se dá no seio da OEA sobre a efetividade dos nossos processos políticos, tal como essa efetividade existe e é percebida pela opinião pública. E episodicamente, também, as instituições democráticas e o exercício de liberdades têm sido postos à prova e enfrentado ameaças. Então, é obrigação do conjunto dos países-membros da OEA, de acordo com os princípios da Carta, apoiar o fortalecimento e a consolidação das instituições do Hemisfério, tal como previsto, inclusive, na Carta Democrática Interamericana, assinada em Lima em 11 de setembro de 2001 – que é o instrumento principal no contexto interamericano a respeito do assunto. Várias etapas já foram vencidas, mas ainda há muito a fazer para que reforcemos as instituições democráticas no Hemisfério. Cabe, também, à OEA, ainda no campo amplo dos assuntos políticos, apoiar os Estados nacionais no combate a novas ameaças no campo da segurança internacional e fenômenos sociais que são desagregadores de caráter transnacional, como são o crime organizado ou o terrorismo.

No tema da segurança, é importante notar, prevalece no Hemisfério a opinião a favor de uma abordagem multidimensional das atuais ameaças que transcende o conceito meramente tradicional, mas inclui, também, a necessidade de resposta a fatores de desagregação no seio das próprias sociedades nacionais, como a exclusão social, a fome e a pobreza que podem produzir efeitos desestabilizadores, não só para países individualmente, mas para um Hemisfério como um todo.

Nós não temos dúvida de aí poder afirmar que as Américas apresentam um saldo positivo no que se refere aos reforços das garantias individuais e no respeito aos direitos humanos, ainda que persistam, no interior da nossa sociedade – em algumas das nossas sociedades – situações preocupantes.

No contexto político mais amplo, a OEA tem um papel importante, através dos mecanismos e da atuação da Assembléia-Geral e do Conselho Permanente que são os passos de diálogo e a resolução de conflitos e encaminhamento de soluções. E, como exemplo, eu posso citar a atuação conjunta da OEA, juntamente com a Organização das Nações Unidas em todo o processo de estabilização política e econômica do Haiti e, sobretudo, nessa etapa prévia de preparação às próximas eleições no Haiti.

Uma das áreas mais importantes da OEA, – e eu já mencionei anteriormente – creio que é uma área exemplar de atuação do nosso organismo regional, é o sistema interamericano de direitos humanos que nós temos que lembrar como precursor, como pioneiro nessa área, porque o tema "Direitos Humanos" foi tratado antes no sistema interamericano do que no sistema das Nações Unidas. A primeira Declaração de Proteção dos Direitos Humanos foi feita no âmbito interamericano, em 1948. Além disso, temos todos os temas que estão nesse conjunto amplo dos direitos humanos que são os temas da discriminação racial, o tema da proteção às comunidades indígenas. Em todas essas áreas, a OEA tem atuado e tem estudado a possibilidade de adoção de instrumentos internacionais e interamericanos, e a participação do Brasil nessa discussão tem sido uma das participações mais importantes, com contribuição sumamente significativa para que alcancemos um sistema interamericano de proteção e de

combate à discriminação racial e de fortalecimento das garantias das comunidades indígenas.

Não pretendo estender-me muito, mas não poderia deixar de comentar também que o outro âmbito relevante de atuação da OEA se refere aos temas de desenvolvimento integral, incluídas as questões culturais, que devem ser entendidos no contexto das grandes reformas estruturais promovidas na região, sobretudo na década de 90. Tais mudanças trouxeram elementos positivos, que resultaram na modernização do setor econômico, no incremento da eficiência em várias áreas e na maior transparência do Estado. Por outro lado, há resultados discutíveis com relação à falta, ainda, de uma maior abertura na área comercial, o que está aliado ao fato de que a globalização poderá ter aprofundado as assimetrias e desequilíbrios setoriais e regionais, além de aumentar as disparidades sociais.

Esses temas não são de tratamento direto no seio da Organização. Alguns assuntos são objeto de debate e de programas de cooperação, sobretudo as economias menores do Hemisfério, que se beneficiam muitíssimo dessa participação da OEA. As grandes instituições da família americana – como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Panamericana da Saúde e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – são mostras de que o sistema interamericano tem atuado nessa área de maneira importante.

Ressalto, finalmente, nesse elenco de atividades da OEA que considero relevantes, o papel que a referida Organização tem desempenhado como elemento de apoio à preparação da Cúpula das Américas, ao segmento de suas iniciativas e à implementação dos resultados. A Cúpula das Américas é um dos fóruns mais importantes do nosso hemisfério no momento, tendo incluído a dimensão social dos temas. Como exemplo, a próxima Cúpula, que será realizada em Mar Del Plata no fim do ano, terá como tema "Criando o emprego para combater a pobreza e fortalecer a democracia", conferindo-se, então, à OEA uma participação importante nesses temas de desenvolvimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL- SP) – Perdoe-me, Sr. Senador. Não entendi o nome do tema.

O SR. OSMAR VLADIMIR CHOHFI – A temática é "Criando o emprego para combater a pobreza e fortalecer a democracia". É a ligação que se está fazendo na OEA entre o fortalecimento da democracia...

O SR. ROMEU TUMA (PF- SP) – Deve-se acabar com a fome, tendo-se o emprego.

O SR. OSMAR VLADIMIR CHOHFI – Exatamente, Exª. Há que se ter um emprego digno, que é o que consta nos documentos interamericanos.

Tendo exposto essa questão, sem esquecer o fato de que, em nosso Hemisfério, interagem duas das culturas mais dinâmicas do mundo moderno – que são a anglo-saxã e a latina, sobretudo, a ibérica –, constituindo, para a OEA, um espaço importante de atuação.

Finalizo a minha intervenção inicial, falando sobre a participação brasileira na OEA, que contempla, na abordagem da agenda hemisférica, vários princípios e interesses centrais para o Brasil: o fortalecimento do multilateralismo, a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica das controvérsias, a busca do consenso para o encaminhamento de divergências e a democratização não apenas no plano interno dos países, mas também na vida internacional.

Esses princípios projetam na política externa que é levada a cabo pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva valores muito caros à sociedade brasileira. A nossa diplomacia atua de maneira decidida em defesa desses valores, que têm, por sua vez, uma relação muito importante com os princípios basilares da OEA. O Brasil é membro do sistema interamericano desde a fundação, tem dado tradicionalmente um aporte significativo para a defesa dos propósitos e princípios da OEA e para o encaminhamento construtivo das questões que lhe são afetas. Este País tem sido um dos maiores contribuintes para os fundos regulares e voluntários e sediou a Comissão Jurídica Interamericana. É também indiscutível a contribuição do Brasil para a paz e a estabilidade no Hemisfério no seio da organização e em outros âmbitos regionais.

No cenário hemisférico heterogênico que vivemos, a atuação brasileira não é tarefa simples tampouco isenta de dificuldades.

Estamos sempre atentos à diversidade de opiniões e posições com relação aos desafios da Agenda Hemisférica e temos como linha de atuação, a par da indeclinável defesa dos interesses nacionais, a abertura ao diálogo construtivo e a busca do consenso, sempre que seja possível. E é neste espírito que procurarei pautar minha atuação como representante permanente do Brasil junto à OEA, respondendo à confiança que em mim depositaram o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, evidentemente se merecer a aprovação dos Srs. Senadores. Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso inscrever-me?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim, mas creio que, para não saírem e depois voltarem as pessoas, vamos passar logo à indicação do próximo Embaixador, Renato Xavier.

Submeto à apreciação desta Comissão a indicação do Sr. Renato Xavier, Ministro de 2ª Classe da

carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo indicado pelo Presidente da República de Embaixador do Brasil junto à República Democrática da Etiópia.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, Relator da matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo V. Exª pela sua estréia nesta Comissão.

Dois diplomatas de carreira são submetidos à apreciação desta Comissão para ocuparem postos de relevância para o nosso País.

Não vou alongar-me. O Relatório foi distribuído aos membros por dois motivos: primeiro, para não cansá-los; segundo, porque estou preocupado com o início da Ordem do Dia, o que poderia prejudicar o desenrolar desta Comissão. Portanto, serei extremamente sintético.

Tive uma conversa informal com o Ministro Renato Xavier e fiquei muito satisfeito com a empolgação que demonstrou em servir nesse posto. Evidentemente, a princípio, esperava encontrar um brilhante Embaixador cabisbaixo com a tarefa de ir para uma região onde será um desbravador, porque talvez seja, nas nossas relações diplomáticas, uma área em que temos tido até agora menos atuação, muito embora estejam em Adis Abeba concentrados importantes órgãos envolvendo a diplomacia.

Não vou me alongar, apesar de o tema África empolgar-me muito, até porque aprendi muito cedo com dois diplomatas fantásticos - Ítalo Zappa e meu conterrâneo e colega do Senador Marco Maciel na Academia de Letras, Humberto Costa e Silva - a querer bem e a ter curiosidade sobre as questões africanas. Como piauiense, minha admiração pelo Embaixador Humberto Costa e Silva vem de seu pai, poeta autor do hino de nosso Estado e que nos ensinou a amar o rio Parnaíba. Esse amor do Embaixador Humberto Costa e Silva pelas águas fez com que vivesse na permanente travessia para o Atlântico, produzindo inclusive dois belos livros sobre as nossas relações com a África.

Logo, Sr. Presidente, quero crer que esta Comissão, com muita justiça, haverá de aprovar a indicação do Senador Renato Xavier para esse posto, pois tenho certeza de que o Brasil será muito bem representado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Antes de passar a palavra ao Embaixador Renato Xavier, eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito Fortes que também tive essa mesma sensação quando conversei com o Embaixador. Mas procurei uma explicação: há postos que melhoram o currículo e há postos que melhoram a biografia. Ainda não é possível saber se a Etiópia melhora ou não o currículo, porque depende do que vai acontecer naquele país nos anos em que estiver lá. Entretanto, sem dúvida alguma, melhora a biografia de qualquer Embaixador brasileiro.

Vou conceder a palavra ao Embaixador e, para ganhar tempo e tendo em vista as dificuldades de compatibilizar a Comissão com o plenário, depois da fala do Embaixador, antes da sabatina, discutiremos os outros assuntos relacionados com requerimentos.

O SR. RENATO XAVIER – Agradeço ao Sr. Presidente da Comissão e ao Relator, a quem expresso minha alegria em ter decepcionado favoravelmente no que tange às suas piores expectativas. Digo isso com sinceridade porque em nenhum momento me assustou a possibilidade de ter ido para a Etiópia reabrir essa Embaixada com a concordância de V. Exªs no ano passado.

A Embaixada existiu em 61 e 70 e que, lamentavelmente, foi fechada inclusive em um período em que o País sofreu um cataclisma político muito desagradável que foi o período de 74 a 91 que sucedeu ao fim da monarquia da Etiópia.

Ao trazer a Etiópia a esta Comissão, que é um país carente de tantas facilidades e recursos na área econômica, é bom lembrar que são ainda mais flagrantes quando nos aproximamos, um país de setenta milhões que tem um PIB de seis e permite um renda **per capita** de menos de cem dólares a seus habitantes, 80% dedicados à agricultura com um nível de vida bastante deficiente por padrões de países mais desenvolvidos do Hemisfério Ocidental, temos a impressão de um país carente, destituído de todas as vantagens, o que não se confirma pela impressão que se tem quando se examina a História da Etiópia e o predomínio, a eminência que o país possui na África.

A Etiópia, por uma história multimilenar, que se pode remontar ao antigo Egito em que cada faraó fazia questão de mandar uma delegação em qualquer momento à Etiópia, que era um país conhecido pelas riquezas e pela sua cultura, exerce um fascínio sobre o resto da África por ter sido um país que nunca foi colonizado.

A invasão italiana de 1896 foi concluída com uma derrota fragorosa para os italianos em Adva, não foi melhor seguida pela ocupação da Itália em 1936, que foi derrotada com o auxílio da Inglaterra em 1941. No século XX, o Imperador Hélio Selassiê que reinou de 30 a 74 foi um homem de imenso prestígio na liga das Nações e fez da invasão da Etiópia um causa célebre na liga das Nações, angariando simpatias de todos os seus membros sem ter obtido o apoio que esperava nessa ocasião.

Passada a guerra, em 1961, a Etiópia foi escolhida a sede da Organização da Unidade Africana e, quarenta anos depois, a Organização da Unidade Africana foi transformada na jovem e atual União Africana, que é uma organização muito mais ágil comprometida e estruturada para ter uma Assembléia de Presidentes, um Conselho de Ministros e um Comissão Executiva permanente de alto nível nos moldes da Comissão Européia com diferentes especialidades no plano técnico, ao mesmo tempo que se prevêem formas de fortalecimento da segurança e solução de controvérsias que prometem, que auguram um desempenho multilateral no plano africano mais eficiente que tem ocorrido até agora.

Não é demais lembrar que a África tem sido cenário de conflitos extremos e cruéis e que agora temos seis países com operações de paz e cinco países sujeitos a regimes de sanções. Essa capacidade da União Africana de contribuir com soluções e encaminhar os problemas existentes tem demonstrado atualmente na questão do Togo, em que houve uma rejeição quase geral dos esforços do atual Presidente em prorrogar, sem base constitucional, por dois anos, o seu mandato.

Dito isso, entendo que nós, do Ministério das Relações Exteriores, e V. Exªs compreenderão bem, que uma possibilidade de acompanhamento dos trabalhos da União Africana, na sua sede, permitirão ao Brasil uma ramificação de seus esforços diplomáticos na África, capazes de melhorar e de contribuir para a nossa situação internacional.

Se aprovada a reforma do Conselho de Segurança com novos seis membros permanentes e cinco rotativos, a África será a região geográfica do globo que mais se beneficiará com esse aumento do número de membros. Eles terão dois membros permanentes e mais quatro rotativos.

Temos uma boa colaboração com todos os países africanos, que se está expandindo na costa oriental, que nunca foi privilegiada nos nossos contatos. E já seria bom abrir um parêntese para a menção que o Senador Heráclito Fortes fez a Alberto Costa e Silva e a esse maravilhoso livro que se chama "As Duas Margens do Atlântico", que nos permite ver como, até o período da colonização européia, a costa ocidental da África e o Brasil interagiam e participavam de diferentes formas de comércio e atividades de todo gênero, que foram interrompidas, para prejuízo da nossa influência e da interpenetração de nossos países.

A África Oriental nunca foi objeto de uma atuação brasileira consistente, e agora, talvez, a partir do nosso trabalho em Moçambique, de que há o exemplo do Embaixador Carneiro Mendonça, essa expansão tem sido gradual e consistente. Tenho recebido depoimentos, inclusive de membros desta Comissão, de interesse pelos países da África, e só me resta esperar que esse interesse se concretize, ao lado do trabalho diplomático, nos moldes em que tem acontecido em outros países em que o Brasil tem embaixada e que têm merecido e recebido a visita e a atuação de parlamentares, freqüentes, em número expressivo, durante cada ano.

Eu gostaria, assim, de ter a expectativa de, na Embaixada, e na medida em que eu puder identificar, formas de cooperação entre o Parlamento brasileiro e a União Africana, a partir da experiência bilateral com a Etiópia, que tenho a certeza que será instrumental e de grande utilidade para desenvolver projetos de cooperação na área social, na área de saúde, e de vários tipos de interesse, que já foram objeto de menção em comunicado conjunto do Ministro Celso Amorim com seus colegas na Etiópia e em outros países da costa oriental.

Ademais das possibilidades de penetração, de aumento das inter-relações do Brasil com esses países da África em geral e da costa oriental, nós devemos ter presente a importância da Etiópia no chamado chifre da África, como um país central e que irradia influência e para o qual convergem esforços de influência inclusive de fontes do Oriente Médio.

A Etiópia, de predominante colonização semítica, que interagia com os contingentes semíticos da Arábia, durante grande parte da antiguidade e até períodos mais recentes, é um foco para onde convergem esforços de iniciativas islâmicas como os da irmandade e da fraternidade muçulmana do Egito, e dos uarrabes ou uarabitas, da Arábia Saudita, que procuram meios de fortalecer seus esforços e oferecem recursos financeiros para a construção de mesquitas, hospitais e atividades de todo gênero.

Dito isto, é preciso lembrar que a Etiópia não é apenas um país cristão – 45% da população –, mas é também um país muçulmano – outros 45% da população –, que tem um feitio tradicional e contemplativo dito sufi, que tem uma história, que vale a pena mencionar, que data dos primórdios da hégira muçulmana. Quando os imediatos seguidores de Maomé foram expulsos de Meca, em 615, um número considerável dessas pessoas se refugiou na Etiópia. Dizem algumas fontes que por conta de uma serviçal etíope, da casa de Maomé, e que o bom tratamento que essas pessoas receberam na Etiópia, em 622, quando começou a Égira, permitiu um tratamento muito benevolente dos cristãos da Etiópia por parte de Maomé, que teria declarado que a Etiópia não seria um país que devesse se sujeitar ao **gihad**. Esse bom convívio prevaleceu

até hoje, e aparentemente os muçulmanos da Etiópia se recusam atitudes mais integristas, fundamentalistas dos uarrabis, da Fraternidade Muçulmana e de outras organizações fundamentalistas no mundo.

Esse convívio permite um plano de estudo e de interesse que outros países com presença, com interesses amplos no plano internacional, como os Estados Unidos, justificam uma tensão, um cuidado com a Etiópia que é digno de nota. Tanto mais que a Etiópia está cercada de problemas de toda a espécie e que vai gerindo com alguma habilidade. A Eritréia que se separou da Etiópia e que teve uma penetração italiana mais demorada, com quem houve uma guerra de 98 a 2000, a Somália que é um país sem governo há 14 anos, e que agora acaba de eleger um governo, mas não se consegue instalar, está sediado no Quênia, está em processo uma conferência de conciliação para reunir os representantes dos cinco clãs da Somália, e há quem diga seja uma tarefa complexa, embora menos difícil do que reunir os representantes dos subclãs da Somália e que são mais numerosos, o que parece um verdadeiro desafio.

A Etiópia já ofereceu tropas para operações de paz. Há problemas com o Sudão por conta também do aproveitamento da águas do Nilo, que em sua maior parte vêm da Etiópia, as fontes do Nilo azul ficam na Etiópia, que fornece 80% das águas do Nilo, o Nilo branco, que vem do lago Vitória, tem uma importância menos notória no caudal do rio, e que são objetos de discussões porque o Egito trabalha um pouco no sentido de evitar impedir que a Etiópia receba assistência para aproveitamento do lago Tana, sendo um país sujeito às secas, e dependente em 80% do seu PIB da economia.

Então é de crer que meu trabalho lá possa ser interessante para a atividade de V. Exªs e peço que o interesse pela Etiópia não se esgote na minha apresentação de hoje que é sumária, sucinta e precária, um pouco por conta da lacuna das nossas relações, mas fico à disposição de V. Exªs para contribuir com alguma outra informação que possa oferecer inclusive em vista da aceitação que possa merecer desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado Embaixador.

Temos um único requerimento que gostaria de submeter ao Plenário, do Senador Jefferson Péres, porque então liberamos o público e fazemos a sabatina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra como Relator apenas para corrigir talvez uma má interpretação do que disse. Quando me referi à surpresa que tive com o Embaixador é porque V. Exª vai para um posto que no Itamaraty ninguém disputa a tapa. Esse não é um posto disputado. Tive o cuidado de examinar o currículo do Embaixador Xavier. Ao longo da sua carreira nunca foi privilegiado – exceto com uma pequena passagem por Paris – com locais disputados à tapa. De forma que deve ser um diploma extremamente profissional. As suas promoções são por antiguidade, S. Exª não entra naquela briga que muitas vezes chega inclusive aos gabinetes dos Senadores, onde somos perturbados para interferir até indevidamente na colocação e no privilégio de alguns. Quando fiz a referência, pelo entusiasmo de S. Exª, foi para demonstrar que é um diplomata, pelo que vi e pelas informações que tenho, extremamente profissional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, acredito que todos entendemos as suas palavras nesse sentido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E não é também para diminuir, longe de mim, a Etiópia, que é um extraordinário País. Quero dizer, não está nas ambições da diplomacia brasileira. Não é por nada, porque é longe, dificuldades de se chegar, uma série de problemas. Por isso o parabenizo pela coragem de ser um desbravador, por todas as circunstâncias, até mesmo porque está reinstalando uma embaixada que o Brasil tinha desativado há algum tempo.

Eu queria apenas fazer esses registros.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Mais uma razão para mostrar atividade: raramente Senador passa por lá.

Agora, é a segunda vez que eu me lembro de que há isso aqui. O Embaixador Fausto que está no Paquistão também é um Embaixador que procurou um cargo que todos consideram difícil.

Temos um requerimento do Senador Jefferson Péres para que façamos um debate – V. Exª sugere alguns nomes para que estejam presentes –, como Comissão de Defesa Nacional que somos: a internacionalização da Amazônia: risco real ou temor infundado? Esse é o tema que V. Exª propõe.

Senador Jefferson Péres, V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou propondo esse encontro mais pautado pela opinião pública. Pessoalmente, sou cético a respeito dessa ameaça. Penso que ela não existe, que é um factóide, mas milhões de pessoas acreditam nela. Então, se acreditam, vamos debatê-la abertamente, pela televisão, para saber em que medida existe, mesmo remotamente, o perigo de a Amazônia ser internacionalizada.

De forma que estou sugerindo a presença de duas instituições, o Itamaraty e o Ministério da Defesa, e de

um grande nome do mundo acadêmico da Amazônia, Prof. Armando Mendes – que nem é do meu Estado, ele é da Universidade do Pará. Penso que não se deve incluir muita gente, pois não me parece produtiva a reunião de cinco ou seis pessoas no debate, já que a discussão se torna cansativa e dispersiva.

É isso. Eu gostaria de merecer o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Jefferson Péres, penso que, de fato, temos de prestar uma satisfação. Em quase todos os dias, recebo e-mails mostrando que existem mapas do Brasil nos Estados Unidos que excluem a Amazônia. Eu não acredito nisso e nunca consegui comprovar isso nas tentativas que fiz. Então, penso que seria bom para prestarmos...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Vejam como isso está enraizado em grande parte da população. Esse mapa é uma fraude. Ele não existe e nunca existiu. O próprio Itamaraty já investigou isso. Não existe uma escola norte-americana onde esse mapa apareça. Inventaram isso. Isso foi plantado no Brasil e colocado na Internet. Milhões de pessoas acreditam nisso. O que se vai fazer? Acreditam porque querem acreditar.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, com relação a esse tema, considerei muito interessante e sensível de parte do Senador Jefferson Péres abordar a questão. No ano passado, estive em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, com a Comissão do Mercosul. Um representante do Congresso boliviano tomou a palavra e fez um fortíssimo discurso, mostrando o tal livro e a tal página, chamando atenção para essa questão, levantando a discussão, mesmo obviamente com o ceticismo da maioria.

Por isso, Senador, concordo plenamente com V. Exª. Penso que é hora de trazermos o tema para cá, para, definitivamente, clarear o assunto e afastar esses fantasmas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Há algum pronunciamento contra?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito pelo contrário. Penso que esse é um tema que não morre nunca.

O momento é propício. Quem tem, como o Senador Jefferson Péres, o costume de ver televisão até tarde vê que esse tema está numa minissérie da **TV Globo**, que trata exatamente da ambição de um investidor estrangeiro, que, para cá, veio, já naquela época, com uma tentativa de tomar um pedaço da Amazônia.

De forma que penso que essa questão existe. A Amazônia é um mito para diversas regiões do mundo. Aliás, é desapontador quando somos surpreendidos com europeus e norte-americanos com a sensação de que se encontra onça ou jacaré nas ruas de Manaus. Isso é natural, pois ninguém sabe o que é. É difícil passar para qualquer cidadão de fora o que seja a Amazônia.

Então, esse é um tema fascinante. Hoje está fora da moda, mas na década passada, a paixão que os religiosos franceses tinham pela Amazônia era algo fantástico. Muitas vezes, a intenção era não muito salutar, mas essa paixão existe. Penso que esse tema deve ser tratado – parabenizo o Senador Jefferson Péres.

Inclusive, eu comentava ontem com o Senador Marco Maciel, de quem tenho privilégio de sentar-me próximo, sobre essa questão da Amazônia, citando o fato desta minissérie da **Rede Globo**, inclusive, Sr. Presidente, estranhando a maneira como Ruy Barbosa é tratado na novela, a desconfiança que se joga em Ruy. Para mim, a Águia de Haia. Todas as vezes, quando olho para o Presidente do Senado, vejo o Ruy Barbosa acima. De repente, ele aparece como um advogado ardiloso, ambicioso, colocando inclusive os seus negócios acima do Brasil.

De forma que eu penso que V. Exª está completamente certo, não só por ser da Amazônia, mas por ser brasileiro.

Parabenizo V. Exª pela iniciativa.

O SR PRESIDENTE (Cristovam Buarque. . Bloco/PT – DF) – Está aprovado, então. Fixaremos uma data para isso.

Eu gostaria de pedir ao Senador Sérgio Zambiasi que apresente o parecer para o cargo cumulativo do Embaixador Oto Agripino Maia, irmão do nosso colega, que hoje é Embaixador na Suécia para exercer também a função cumulativamente de Embaixador na República da Letônia.

O SR SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Senador Cristovam Buarque. Eu vou seguir a linha já adotada nesta manhã, tendo em vista do Embaixador Oto Agripino Maia já ter passado por esta Comissão, no sentido de já haver sido examinado, sabatinado, além de seu vastíssimo e invejável currículo ser do conhecimento de todos aqui, não apenas da Comissão, mas do Congresso e do Brasil.

Nós admiramos S. Exª, que é irmão de um companheiro nosso Senador da República, o Senador José Agripino Maia. Como é o currículo de S. Exª invejável, acho desnecessário repeti-lo. Com relação à República da Letônia, apenas como curiosidade, trata-se de um pequeno País do Leste Europeu cuja população aproxima-se da população de Brasília e entorno, ou seja, 2 milhões e 350 mil habitantes. O País está entrando agora na União Européia, o que extremamente importante para o êxito do processo de restauração da economia letã. Além do fato de que o seu fluxo de investimentos deverá aumentar sensivelmente com a ajuda comunitária, a entrada da Letônia para aquela união de países é importante também pela abertura e consolidação dos nossos mercados.

Do ponto de vista comercial, o volume das nossas relações ainda é muito pequenino de apenas 20 milhões, apresentando déficit para o Brasil, que importa dezesseis e exporta quatro milhões de dólares, sendo que compramos óleo diesel e máquinas.

Sinteticamente é isso.

O SR PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu peço então que o público nos deixe por alguns momentos para fazermos a sabatina aos dois Ebaixadores.

Lembro que os microfones serão desligados também.

(Pausa.)

O SR PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está reaberta a reunião.

Peço que sejam convidados os dois Embaixadores a adentrarem o recinto da Comissão.

(Pausa.)

O SR PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Como era de se esperar, pelo pronunciamento de todos, a aprovação foi por unanimidade nos três casos indicados.

Parabéns, o Brasil conta com a presença dos senhores para nos representar nesses postos. Vamos tentar enviar o resultado da votação de nossa Comissão ainda hoje para o Plenário, para que, o mais rápido possível, isso possa ser aceito e executado pelo Presidente da República.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 36 minutos.)

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia dez de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a presidência do Senhor Senador EDUARDO AZEREDO, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores senadores SÉRGIO ZAMBIASI, PEDRO SIMON, ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO, ROBERTO SATURNINO, EDUARDO SUPLICY, EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, VALDIR RAUPP, JOÃO RIBEIRO, HÉLIO COSTA, HERÁCLITO FORTES, EDISON LOBÃO e MARCO MACIEL. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos itens de pauta. Item 1: Mensagem (SF) Nº 198, DE 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" Senador VALDIR RAUPP, para leitura do relatório do Senador Jefferson Péres. A seguir o Senhor Presidente faz inversão de pauta a pedido do Senhor Senador HÉLIO COSTA. Extra-Pauta – Item 2: Requerimento – CRE Nº 04, de 2005, de autoria do Senador HÉLIO COSTA, que "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1 de 2001, e considerando que tem causado grande consternação pública a tomada como refém do engenheiro brasileiro João José Vasconcellos Júnior, no Iraque, desde 19 de janeiro do corrente ano, requer que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores requerimento de informações sobre as seguintes questões: Quais as ações tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores para a libertação do Brasileiro João José de Vasconcellos Júnior? Com quais países, organizações internacionais, grupos ou pessoas estão sendo travadas negociações por este Ministério a fim de libertar o brasileiro tomado como refém no Iraque? Foram feitas negociações com o grupo radical Esquadrões al-Mujahedin, com o xeque Abdul Salam al-Kobeissi ou com a Associação dos Clérigos Muçulmanos do Iraque? Qual o teor das negociações realizadas? Quem são os envolvidos nessas negociações? Quais estratégias foram formuladas diante dos cenários possíveis da tomada de refém em questão?". A palavra é

concedida ao Senador HÉLIO COSTA para que justifique seu requerimento. Aprovado. Retorno para a Pauta – Item 2: Mensagem (SF) Nº 02, de 2005, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Mongólia". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador ROMEU TUMA para proceder à leitura do seu relatório. Invertida novamente a pauta, a pedido do Senhor Senador MARCELO CRIVELLA, passa-se ao Item 6: Projeto de Resolução do Senado (PRS) Nº 48, de 2003, de autoria do Senador NEY SUASSUNA, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul e dá outras providências". Tem a palavra o Senhor Senador MARCELO CRIVELLA para a leitura de seu parecer. O Senador ROMEU TUMA faz uso da palavra. O Requerimento é Aprovado. Retorno à ordem da pauta. Item 3: Mensagem Nº 91, de 2005, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc" Senador ROMEU TUMA que procede a leitura do relatório do Senador SÉRGIO ZAMBIASI. O Senhor Presidente adia a votação do Item 4: Projeto de Lei do Senado (PRS) Nº 162, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que "dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação". Adiado pela ausência do Senador relator JEFFERSON PÉRES. O Presidente também adia a votação do Item 5: Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 237, de 2004, de autoria do Senador NEY SUASSUNA, que "altera o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas entregues na forma dos arts. 31 e 32 da referida lei". Adiado pelo mesmo motivo do item 4. Passa-se ao Item 7: Requerimento (SF) Nº 564, de 2004, de autoria do Senador JOÃO CAPIBERIBE, que "requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação de Voto de Censura à ação das tropas de ocupação do Governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial". O Presidente passa a palavra ao Senador VALDIR RAUPP, que faz a leitura de seu parecer. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores ROBERTO SATURNINO, ROMEU TUMA e FLEXA RIBEIRO. Aprovado. Item 8: Requerimento (SF) Nº 02, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "requer, nos termos dos artigos 90, II, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização por esta comissão de relações exteriores e defesa nacional de Audiência Pública destinada a ouvir, na qualidade de convidado, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, senhor Paulo Skaf, para que possamos debater as propostas da entidade concernentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado, cujos reflexos sobre as exportações brasileiras podem representar prejuízos incomensuráveis." Este item é retirado da pauta pela ausência do autor, Senador ALVARO DIAS. O Presidente EDUARDO AZEREDO transfere a presidência ao Senador ROMEU TUMA, para que possa defender requerimento de sua autoria, constante da Extra-Pauta-Item 1: Requerimento – CRE Nº 03, de 2005, de autoria do Senador EDUARDO AZEREDO, que requer "nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações sobre matéria "TRAVESSIA MORTAL" da Revista ISTO É da semana de 28 de fevereiro, sobre os brasileiros mortos por calor, sede, animais venenosos na vâ tentativa de ingressar no território dos Estados Unidos da América através da fronteira com o México: Quais ações o ministério tem realizado no sentido da identificação dos corpos desses brasileiros?; Quais ações o ministério tem empreendido para a repatriação dos corpos desses brasileiros, se assim solicitado pelos respectivos familiares?; Existe alguma ação do Ministério para a revisão do acordo de visto com o México, que visa o incremento do turismo, de forma a diagnosticar o desvio de objetivo que vem acontecendo e assim diminuir o fluxo desses brasileiros?" Os Senadores VALDIR RAUPP e FLEXA RIBEIRO fazem comentários. O Requerimento é aprovado. O Senador ROMEU TUMA passa a presidência ao Senador EDUARDO AZEREDO. O Presidente solicita aos Senadores VALDIR RAUPP e FLEXA RIBEIRO que atuem como escrutinadores das Mensagens. Os Embaixadores são aprovados pela unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião ao meio dia e trinta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secre-

tária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Relação Exteriores da Defesa Nacional, da terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52º Legislatura.

Submeto à Comissão dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Dispensada.

Façamos agora a apreciação da pauta. Antes, quero informar que o Presidente, Senador Cristovam Buarque, está em viagem, portanto não estará presidindo esta reunião, cabendo a mim, como seu Vice-Presidente, fazê-lo.

Item 1:

Mensagem nº 198, de 2004. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para cumulativamente além do cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka. Autoria da Presidência da República. O Relator é o Senador Jefferson Péres. S. Exª não se encontra presente, então solicito ao Senador Valdir Raupp para relatar **ad hoc**.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz ao Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da carreira de Diplomata para a cumulativamente, alem de ocupar o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal, para examinar previamente e, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art nº 52, Inciso IV.

De acordo com o **curriculum vitae** elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Senhor José Vicente de Sá Pimentel, filho de Víctor Pimentel e Sônia de Sá Pimentel, nasceu em 2 de março de 1946, em Vitória-ES. Em 1970, entrou para o curso preparatório para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco tendo, no mesmo ano, assumido a condição de Terceiro-Secretário e obtido bacharelando em Direito. Sempre por merecimento, foi alçado à condição de Segundo-Secretário em 1973, e Primeiro- Secretário em 1978; Conselheiro em 1982; Ministro de Segunda Classe em 1989 e Ministro de Primeira Classe em 1998. Das missões brasileiras permanentes, serviu nos Estados Unidos, Chile, França, Guatemala, Itália, San Marino. Participou ainda das missões diplomáticas temporárias no Clube de Paris, em 1985, para o reescalonamento das dívidas de Costa Rica, do Togo, da Zâmbia e da Polônia para com o Brasil. Em 1994, participou das negociações preparatórias para a Cúpula das Américas, como chefe de delegação. Também como chefe de missão, participou em 1996, da reunião de altos funcionários das Chancelarias dos Países de língua portuguesa, em Maputo; da missão brasileira junto aos países de golfo árabe, em 1998; da reunião dos responsáveis políticos das Comunidades e Países de Língua Portuguesa (CPLP), ainda naquele ano; da reunião entre CPLP e a Unidade Econômica dos Estados da África (UEST) e da união dos responsáveis políticos da CPLP, em 1999, como representante do chanceler brasileiro. Participou das reuniões havidas em 1978 do grupo de contato dos chanceleres da CPLP, sob mediação do conflito da Guiné-Bissau. No Ministério de Relações Exteriores, exerceu o cargo de Assessor do Ministro de Estado em 1979; Chefe de visão da América Central e Setentrional em 1998; Chefe da Secretaria de Imprensa em 1990 e Assessor Especial da Subsecretaria- Geral de Planejamento Político e Econômico, em 1974. Integrou o corpo docente do Instituto Docente do Rio Branco por diversas vezes como Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea em 1994 e 1995. Professor da Diplomacia Brasileira em 1996 e 1997 e Professor de Política Externa Brasileira, em 1998. É autor dos trabalhos de relações entre o Brasil e a África Subsahárica, publicados na Revista Brasileira de Política Internacional, e O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e A Questão do Oriente Médio, publicado pela editora Unesp. Foi laureado com a Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, grau de Oficial, em 1980; com a Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil, em 1982; com a Medalha Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil, em 1994; e com a Ordem do Rio Branco, Brasil, grau de Grande Oficial, em 1995.

Segue a análise das relações político-econômicas e diplomáticas entre Brasil e Sri Lanka, baseada em documento encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministério das Relações Exteriores. O Brasil e o Sri Lanka estabeleceram relações diplomáticas em 1960. Todavia, somente em 2001, o Governo cingalês implementou missão permanente do Brasil em virtude

do aumento do interesse em aproximar-se da América do Sul. É provável a vinda da Presidente do Sri Lanka ao Brasil em 2005, a Srª Chandrika Bandranaike-Kumaratunga.

O comércio bilateral acompanha o ritmo das relações diplomáticas. Embora tenha ganho densidade de forma contínua, permanece em níveis modestos. Segundo o Itamaraty, em 2003, o volume das transações comerciais foi de US$20,4 milhões, com saldo de US$14,7 milhões para o Brasil. Em 2004, o volume passou para US$30,8 milhões e o saldo brasileiro para US$22,9 milhões.

Os principais produtos na pauta de exportação brasileira para o Sri Lanka são o açúcar, a carne, os laminados de ferro, o aço, o papel, a celulose, o amianto bruto e os insumos para a indústria alimentar e de confecções. As importações brasileiras de produtos cingaleses concentram-se em artigos e derivados de borracha, partes de empilhadeiras, cocos secos, fios sintéticos e borracha natural.

O Itamaraty vislumbra, na dinamização do turismo, na cooperação técnica em áreas agrícolas, farmacêuticas e energéticas, na troca de experiências no combate à pobreza e no estreitamento da concertação de posicionamentos nos fóruns internacionais, os caminhos mais viáveis e potencialmente profícuos para as relações bilaterais.

Cumpre ainda recordar que o Sri Lanka, localizado no Sul da Ásia, maior produtor mundial de chá, reconhecido também por suas plantações de arroz, coco, cacau, borracha e pela extração de pedras preciosas, se encontra, desde 1983, dividido por cruenta guerra entre budistas, cingaleses e hindus tamis, minoria étnico-religiosa.

Além disso, não se pode ignorar que as perspectivas de relação bilateral apontadas sofrem redimensionamentos após o impacto do Tsunami na costa do Sri Lanka, que causou a morte de 31 mil pessoas, gerando um milhão de desabrigados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Valdir Raupp. Há ainda duas novas mensagens para Embaixadores que exercerão cumulativamente a função. Mas, por solicitação do Senador Hélio Costa, que tem outro compromisso, faremos uma inversão de pauta.

Há o Requerimento extra-pauta nº 04, que trata da questão ligada ao Engenheiro João José Vasconcellos Júnior, que está no Iraque, seqüestrado, desde 09 de janeiro.

Concedo, desse modo, a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, especialmente pela inversão de pauta em razão do compromisso que tenho às 11 horas com o Sr. Ministro de Estado.

É importante fazer a apresentação desse requerimento hoje, principalmente por se tratar de problema de emergência absoluta na questão do seqüestro do Engenheiro João José de Vasconcelos Júnior, porque, infelizmente, nestes últimos dias, temos tido uma série de informações controversas sobre o destino final dessa lamentável ocorrência, que atingiu um profissional, um pai de família, uma pessoa querida da comunidade de Juiz de Fora, que está desde 09 de janeiro detido pelos seqüestradores sem absolutamente nenhuma notícia definitiva.

Estamos fazendo um requerimento solicitando ao Ministério das Relações Exteriores que dê à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – e, se não for possível, do ponto de vista totalmente aberto – até informação privada e confidencial, que seria enviada ao Presidente da Comissão e, por seu intermédio, aos membros da Comissão, sobre o que está sendo feito realmente, porque há muita informação, mas não temos a informação oficial.

Então, no meu requerimento, estou pedindo, Sr. Presidente, que o Ministério das Relações Exteriores informe quais as ações tomadas pelo referido Ministério para a libertação do brasileiro João José de Vasconcelos Júnior. Segundo, com quais países, organizações internacionais, grupos ou pessoas estão sendo travadas as negociações pelo Ministério, a fim de libertar o brasileiro que foi feito refém no Iraque. Em terceiro, foram feitas as negociações com grupos radicais, Esquadrões Al Mujahidin ou Sheik Abdul Salam El Kobeisse ou com a Associação dos Clérigos Mulçumanos do Iraque? É uma pergunta. Qual o teor das negociações realizadas? Quem são os brasileiros envolvidos nessas negociações? Quais os avanços alcançados nas negociações travadas? Que estratégias foram formuladas diante dos cenários possíveis da tomada do refém em questão?

Vou acrescentar uma informação de última hora, porque ontem o Embaixador do Brasil na Itália, Itamar Franco, ex-Presidente e ex-Governador, deu uma entrevista que – me parece – foi divulgada hoje de manhã, pela CBN , sobre o caso e o fez muito apropriadamente porque o Embaixador é de Juiz de Fora. Portanto, o Engenheiro João José de Vasconcelos Júnior é conterrâneo do Embaixador. O Senador Hélio Costa é da região, de Barbacena, que fica a 70 km de Juiz de Fora. Nós todos estamos muito sensibilizados com essa situ-

ação, especialmente a família e as pessoas de Juiz de Fora. E o Embaixador Itamar Franco, nessa entrevista sobre o seqüestro do referido engenheiro, fala sobre a eficiência da Itália na condução de negociações para a libertação de italianos seqüestrados no Iraque, especialmente à luz do resultado das negociações que levaram à libertação, na semana passada, da jornalista italiana também seqüestrada no Iraque.

Disse, ainda, o Embaixador que o Itamaraty deveria instalar sua base operacional de libertação do engenheiro na Itália, e não nos países árabes, como Líbia, Jordânia e Arábia Saudita. Evidentemente, S. Exª deve ter alguma razão, como Embaixador do Brasil e tendo acesso a informações confidenciais, para fazer essa sugestão. Destaco, sobretudo, mais uma vez, a importância de termos um Embaixador na Itália de Juiz de Fora, o Embaixador Itamar Franco, e o seqüestrador ser de lá.

O Embaixador Itamar Franco disse, ainda, que a Itália tem um Serviço de Inteligência muito eficiente e que, se a base operacional do Itamaraty fosse naquele país, o Serviço de Inteligência Brasileiro poderia contar com a cooperação do serviço italiano. É verdade, pois eles acabaram de ser bem sucedidos na libertação da jornalista italiana. Portanto, podem ajudar-nos muitíssimo no caso do engenheiro seqüestrado.

Itamar Franco afirmou também que o povo brasileiro precisa empenhar-se pela libertação do engenheiro como o povo italiano se empenhou pela libertação da jornalista, o que também é verdade. Verifica-se em Juiz de Fora uma verdadeira comoção com relação ao seqüestro do João José de Vasconcelos Júnior.

Sei que o Senador Eduardo Suplicy conseguiu fazer um grande movimento em São Paulo que também foi muito importante, mas precisamos constantemente ficar acionando a mídia e todos aqueles que podem proferir uma palavra capaz de ajudar a libertação do engenheiro.

Fico muito grato a V. Exª por essa inversão de pauta. O assunto é da maior envergadura e de extrema urgência e, certamente, V. Exª encaminhará este requerimento ao Ministério das Relações Exteriores e vamos ter essas respostas. Se não puderem fazê-lo publicamente, que o façam pelo menos ao Sr. Presidente da Comissão e aos Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Hélio Costa, realmente este requerimento é muito oportuno. Não há dúvida de a questão estar preocupando e trazendo ansiedade a todos nós. Gostaria, inclusive, se V. Exª não se opuser, que tanto eu como o Senador Aelton Freitas também pudéssemos subscrever o requerimento. O Senador já esteve aqui mais cedo. Tenho certeza de que essa também é preocupação dele.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Então, como Senador por Minas Gerais, gostaria de poder também assinar o requerimento. Não há dúvida de que essa participação do Embaixador Itamar Franco é importante. Há mais de dez anos, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, quando era exatamente Embaixador lá, teve sucesso na libertação de brasileiros que estavam trabalhando no Iraque. É muito oportuno seu requerimento.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Agradeço a V. Exª por subscrever o requerimento e por solicitar o Senador Aelton Freitas para fazê-lo também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Passamos ao Item 2 da pauta:

Mensagem nº 02, de 2005 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Mongólia, de autoria da Presidência da República.

O Relator é o Senador Romeu Tuma a quem passo a palavra para ler o seu relatório.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, estou localizando na Ordem do Dia.

Estávamos na Comissão de Direitos Humanos discutindo a morte das crianças indígenas da Aldeia de Dourados e isso nos deixa um pouco fora de órbita, sem poder acreditar que no Brasil ainda se possa, com o desenvolvimento tecnológico e de satélites, crianças morrendo por inanição e por falta de alimentação em uma comunidade indígena dentro do centro urbano de Dourados e próximo a áreas de grande produção de grãos.

É inaceitável quando o Governo fala que socialmente está avançando, mas acho que está regredindo. É uma coisa de morte em série que, para mim, passa a ser assassinato. Quando morre uma criança por uma doença é uma coisa, mas todo dia morrer mais um, mais um, será que isso não tem...

Estou falando aqui porque aqui vai para o exterior toda esse drama que se passa na região de Mato Gros-

so e, quiçá, em outras aldeias indígenas. Mas acho que temos que tomar alguma providência no Congresso, Senador Valdir Raupp. V. Exª mora no Norte do País e sabe o que são as comunidades indígenas e sabe que a sua assistência tem que ser igual ao do cidadão dos centros urbanos.

O Senador estava conosco, sentiu de perto, sabe como evangélico a grande necessidade da assistência ao ser humano da etnia indígena que merece todo o nosso respeito, e esta Comissão mostrará ao mundo que existem defensores da dignidade dos povos indígenas.

A apreciação do nome do Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Mongólia.

O Sr. Luiz Augusto de Castro Neves é indicado pela Presidência da República Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores vai, cumulativamente, se for aprovado e espero que seja por esta Comissão, exercer as funções na Mongólia, visto que representa o Brasil na República Popular da China.

O Ministério de Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum** do interessado do qual extraímos para este relatório as seguintes informações: nascido no Rio de Janeiro, filho de Almério de Castro Neves e Julieta Borges de Castro Neves.

O Embaixador Luiz Augusto é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Economia pela Universidade de Londres.

Após a conclusão do curso e preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário em 68 sendo, subseqüentemente, promovido a Segundo Secretário por merecimento, em 1972 e a Primeiro Secretário também por merecimento, em 1978; Conselheiro também por merecimento em 1981; Ministro de Segunda Classe, em 87 e Ministro de Segunda Classe, em 95.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou cumpre destacar as seguintes: Segundo Secretário em Buenos Aires e Londres; Chefe Substituto da Divisão de Energia de Recursos Minerais; Ministro-Conselheiro em Washington e Otawa, no Canadá, Diretor-Geral do Departamento das Américas, Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores; Embaixador em Assunção e Embaixador em Pequim, onde atualmente se encontra.

O Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves foi Professor de Economia do Instituto Rio Branco e de Relações Econômicas Internacionais na Universidade de Brasília, possuindo também o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

No que concerne ao posto para o qual o Embaixador Castro Neves está sendo cumulativamente indicado, a Mongólia, trata-se de país asiático de milenar tradição, com o qual praticamente agora se iniciam as relações bilaterais com o Brasil.

Até o início da presente década, praticamente não tínhamos comércio, com mínima interlocução diplomática. Agora manifestam-se interesses recíprocos dos países em incrementar suas relações políticas, econômicas e culturais.

No plano econômico, há muitas potencialidades a serem exploradas, sendo em muitos sentidos economias complementares, o que sugere a intensificação do comércio bilateral. Também há manifesto interesse na atração de empresas brasileiras para trabalharem na Mongólia, como é o caso da Petrobras e da própria Companhia Vale do Rio Doce, que já possui subsidiária instalada na capital do país, Ulan Bator.

No plano político, é importante para o Brasil ter a Mongólia como potencial aliada em fóruns multilaterais, tratando-se de parceiro de crescente inserção internacional, já atuante membro da Organização Internacional do Comércio, com economia que se agiliza e expande celeremente.

Também para a Mongólia o Brasil se constitui em aliado de grande importância potencial, desejosa de diminuir suas dependências em relação à China e à Rússia, podendo, ao aproximar-se de nós, diversificar suas relações econômicas e comerciais, além de seu entorno geográfico imediato.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Era o que tinha a expor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Passamos agora...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Eu gostaria de pedir a V. Exª – é um apelo que faço – que invertesse a pauta, se possível, e que tratássemos do Item nº 6, do qual sou Relator, tendo em vista compromissos inadiáveis que me solicitam deixar a nossa Comissão, ainda que com o coração partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Os Srs. Senadores estando de acordo... (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta.

Passamos ao Item nº 6, Projeto de Resolução nº 48, do Senado, que institui o Grupo Parlamentar Brasil–África do Sul.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os Itens nºs 1 e 2 ficam sustados, então?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Não. O Item nº 2 os Srs. Senadores já podem votar.

Falta ainda o Item nº 3, que também trata da cumulatividade de embaixadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então vamos ao Item nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Para atender ao Senador Marcelo Crivella, passaríamos para esse projeto de resolução.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse já pode ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Já.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, trata-se de relações históricas do Brasil com a África e que envolveram, em grande medida, Portugal, a começar com o triste e longo fenômeno do tráfico de escravos africanos para o continente americano. Após a abolição da escravatura e a inauguração do período republicano brasileiro, nossas relações com a África tornaram-se bastante tímidas e passaram por períodos de desconfiança e de políticas contraditórias.

O retraimento das relações internacionais com a África alcança a primeira metade do Século XX e implicou, de um lado, a falta de representações diplomáticas ou consulares, em uma África colonizada, e, do outro lado, em não valorização, pelo Brasil, de sua composição étnico-cultural, de base africana, e a manutenção de política de embranquecimento de sua população e de sua imagem, além da propagação da idéia de constituir democracia racial. Esse afastamento, portanto, foi de fundo ideológico e pretendia dissolver a herança africana valorizando a européia.

Quanto às políticas contraditórias do Brasil em relação à África, referimos principalmente ao processo de descolonização do continente africano e ao regime do **apartheid** mantido na África do Sul. O Brasil, em várias oportunidades, mantendo alinhamento com a política de Portugal, absteve-se de apoiar a independência de países africanos, apesar de, algumas vezes, sinalizar o contrário.

Sobre a África do Sul, o Brasil considerou também o regime de segregação racial como parte dos assuntos internos, e manteve com esse País aliança pragmática, sendo por muito tempo nosso principal parceiro comercial no continente africano. Tais políticas de fundo geopolítico e apoio colonialista passavam por Portugal, inclusive com base em instrumento internacional como o Tratado de Consulta e Amizade Brasil/Portugal, de 1953, que era regido por secretas notas interpretativas, determinava consultas prévias em assuntos internacionais de interesse mútuo e criava a comunidade luso-brasileira.

Essa política de conexão Brasil/Portugal é alterada em certos períodos como o de Jânio Quadros e João Goulart. Contudo, o Brasil começa a desprender-se de Portugal e da parceira quase exclusiva da África do Sul somente no final da década de setenta, por motivos econômicos e estratégicos. Angola e Nigéria, por exemplo, passam a ter significativa importância em relações bilaterais. Nos anos de oitenta, os níveis de importação e exportação atingiram cerca de 10% do cômputo geral do comércio brasileiro, inclusive mediante sistema próprio de comercialização.

Esse comércio, todavia, declina diante de vários obstáculos como disparidade entre os mercados africanos, o baixo patamar de industrialização daqueles países e a relação privilegiada desses com os europeus. Porém, se tomarmos a África como um todo, o Brasil exportou US$ 1,346,818,415.00 em 2001, US$2,3 bilhões em 2002, e finalmente US$ 2,860 bilhões, em 2003, não o dado de 2004, possivelmente, Sr. Presidente, o número já passou de US$ 3 bilhões; tendo como principais parceiros Egito, África do Sul, Nigéria, Marrocos e Angola. É um mercado superior ao da Oceania, da Europa Ocidental e, desde o ano passado, do Oriente Médio, correspondendo a 2,44%, em 2000, 3,42%, em 2001, até 3,91%, em 2002, do total das exportações brasileiras.

A África apesar de não representar o principal mercado para o Brasil pode apresentar boas oportunidades na busca de novos mercados, na realização da concepção brasileira de diversificação de parceiros comerciais. Um bom exemplo disso são os 14 países membros da Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento, SADC, com os quais o Brasil tem se mantido superavitário, e inclui a África do Sul.

A África do Sul é estratégica para o Brasil e por influenciar aquele País sobremaneira na política e na economia do continente africano. Do contato mais intenso com a África do Sul foram produzidos resultados significativos como a criação, em 2000, da área de livre comércio com o Mercosul.

Após dez anos de regime do **apartheid**, em face da estabilidade político-institucional, as prioridades governamentais destinam-se a equacionar problemas sociais de distribuição de renda, entre tais problemas descata-se a epidemia do HIV, Aids, a segurança pública a reforma agrária. De forma evidente, a herança do **apartheid** ainda tem um impacto político como no próprio esforço de fazer reforma agrária sobre terras de minoria branca e nos resultados da Comissão da Verdade e Reconciliação, apresentados em março de 2003, sob a coordenação do Arcebispo Desmond Tutu.

Sob ótica econômica, o governo atual tem mantido a linha econômica do Presidente Mandela, com controle monetário, privatizações e rigor fiscal. A economia em geral apresenta gradativa recuperação apesar do fato de que o desemprego gira em torno de 30%, na verdade, 36%.

Quanto às relações internacionais, mediante o Plano de Renascimento Africano, a África do Sul tem buscado intensificar as relações com os antigos parceiros como Estado Unidos e países europeu, e fez mais novos, o Brasil inclui-se nesse rol, o que se revela, no âmbito comercial, por exemplo. Entre os principais produtos de nossas exportações para a África do Sul, estão veículos e peças, 28%, essa pauta exportadora é bastante diversificada, constando de aviões, soja, ônibus e tabaco.

O histórico dessa relação comercial bilateral traz a marca da progressividade. O intercâmbio comercial chegou à cifra de US$ 953 milhões, em 2003, sendo que as exportações brasileiras para aquele país alcançaram US$ 477 milhões, em 2002, 733 milhões em 2003.

Diante desse quadro político e econômico de intensificação das relações bilaterais, a formação do grupo parlamentar conjunto revela-se de grande magnitude e conveniência.

Em face do exposto, considerado conveniente e oportuno aos interesses do País, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2003, de autoria do nobre Senador Ney Suassuna, da Paraíba, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Marcelo Crivella, V. Exª, que morou um bom tempo na África do Sul, conhece bem a importância daquele país e as mudanças profundas que aquele país vem enfrentando. Quero também manifestar minha solidariedade nessa questão desse grupo parlamentar, porque é importante que o Brasil dê realmente uma atenção crescente às relações Brasil-África do Sul.

Srs. Senadores, se algum quiser se manifestar, o requerimento está em discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos ainda à pauta...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu queria apenas cumprimentar o Senador Marcelo Crivella pelo relatório e pela importância da aprovação do Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul. Eu não sei se, depois, esse grupo se estenderia para toda a África, porque somente ficar com a África do Sul limita muito a relação do Brasil. Aliás, ele cita os países de relacionamento comercial forte que o Brasil tem.

Então, quero apenas dizer que esta Comissão está trabalhando e produzindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Os outros países do mundo árabe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado e desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Voltando ao Item 3 da pauta, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Antonio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Sim, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como o Senador Sérgio Zambiasi não se encontra e como o relatório é cumulativo, penso que a leitura poderia ser dispensada. Ou, pelo Regimento Interno, ela é obrigatória?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Se V. Exª, como Relator **ad hoc**, puder fazer uma leitura rápida, pela importância da África. Seria uma leitura mais rápida.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Congresso Nacional, por meio da Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores, é chamado a se manifestar sobre a indicação do Presidente da República com respeito ao Sr. Antônio José Rezende de Castro para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi.

Segue-se toda a tramitação legal, com as exigências da Constituição Federal, art. 52, Inciso IV. O currículo do Ministro Antonio José Rezende de Castro é de

primeiro grandeza e já foi analisado, quando o Ministro foi designado Embaixador na República do Quênia.

O relatório está sobre a mesa. A relatoria é favorável, diante de tudo que foi exposto, pela categoria e conhecimento do indicado pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Item 5 é um projeto de lei que altera o parágrafo único do art. 32 da Lei 10.826...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª vai deixar o Item 4 para outro dia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Perdão. Tanto no Item 4 e o Item 5, não temos Senadores presentes, porque o Senador Jefferson Péres...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu ia pedir para aguardar o Senador Jefferson Péres, pois é um assunto importante. S. Exª conhece a Amazônia e é uma situação grave. Eu conversava agora com o Assessor Parlamentar da Comissão desta área. Conheço alguns impasses que surgiram da atividade da Polícia e do Exército, principalmente nas regiões de fronteira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Parece-me que é uma atribuição do Presidente da República.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria que se aguardasse o Senador Jefferson Péres, porque S. Exª é conhecedor da região.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Romeu Tuma, acho que podemos aguardar tanto o Item 4, que é da relatoria do Senador Jefferson Péres sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e também o Item 5, que permite a cessão aos órgão de segurança pública das armas entregues na forma dos art. 31 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Nessa segunda, também o Senador Jefferson Péres também é o Relator, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Portanto, os dois Itens 04 e 05 são retirados de pauta.

O Item 6 é do Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul, que já foi aprovado. Passamos, para concluir, ao Item 07 e a dois requerimentos, sendo um de minha autoria.

O Item 7 da pauta é o requerimento, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp e de autoria do João Capiberibe, com relação ao voto de censura à ação das tropas de ocupação do Governo dos Estados Unidos no Iraque.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) - Esta Casa é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 554, de 2004, de autoria do Senador João Capiberibe, para que o Senado Federal manifeste voto de censura à ação das tropas de ocupação do Governo dos Estados Unidos da América, pelas práticas de humilhação, violência, tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial.

O requerimento toma por base o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

Após a invasão do Iraque, em 2003, as tropas da coalizão liderada pelos Estados Unidos da América, ocuparam aquele país ali se mantendo até o momento. Ao longo desse primeiro ano de ocupação foram identificados abusos das forças de ocupação contra civis iraquianos e prisioneiros de guerra, o que vai de encontro a princípios fundamentais de Direito Humanitário e Direitos Humanos.

Natural, portanto, que toda a comunidade internacional rejeite essa conduta dos norte-americanos e de seus aliados. Claro está que as Nações do Globo têm obrigação de manifestar-se contra abusos e violações aos direitos humanos cometidos pelas forças de ocupação no Iraque.

O Brasil não pode ser indiferente ao caso. Além da justificativa humanitária para uma manifestação do Governo brasileiro, deve-se considerar que a Carta Magna estabelece em seu art. 1º a dignidade da pessoa humana como fundamento desta República.

Ademais, de acordo com o art. 4º, II, da Lei Maior, deverá o País reger-se em suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos. Conforme a Constituição do Brasil, em seu art. 84, VII e VIII, a manutenção das relações internacionais é de competência privativa do Presidente da República. Qualquer manifestação do Brasil frente a autoridades estrangeiras deve ser de iniciativa do Poder Executivo, pois é competência do Poder Executivo.

De qualquer maneira, a percepção discordante da apresentada, segundo a qual é aceitável a manifestação do Poder Legislativo a respeito de questões de cunho internacional, no caso do Senado isso se daria na forma do Regimento, por meio de voto de censura ou aplauso.

Nesse sentido, a prática dos citados votos tem sido uma constante em nosso Parlamento. Claro que o nosso Poder Legislativo não pode se manter alheio à situação das pessoas que sofrem no Iraque. No âmbito do Senado Federal, vislumbramos a possibilidade de

um requerimento de voto de solidariedade para com o povo iraquiano, com base nos art.s 222 e 223 do Regimento Interno.

Trata-se de aprovação legítima, que, ao contrário do voto de censura, não conduz a eventuais atritos diplomáticos.

Voto

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 564, de 2004, na forma do apresentado a seguir:

Com fundamentos nos art. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de solidariedade para com o povo iraquiano, em virtude da situação em que se encontram sob ocupação militar estrangeira.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, depois o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo e compreendo as razões que levaram ao parecer e ao voto do Senador Valdir Raupp. Enfim, o cuidado para que não haja qualquer atrito maior, qualquer estremecimento nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

No caso, Sr. Presidente, o que cabe efetivamente é o voto de censura, conforme o requerimento do Senador João Capiberibe. Tem sido uma prática, inclusive, desta Comissão em vários outros casos quando há uma evidente desconsideração em relação aos direitos fundamentais, aos direitos humanos. A mídia do mundo inteiro já se proclama desfavorável e apresenta censura sob suas mais diversas formas. A opinião pública brasileira está mais do que a favor dessa censura à condenação dessas práticas. O voto não se refere à nação nem mesmo ao Governo dos Estados Unidos da América, mas às Forças Armadas, à ocupação do Iraque, às práticas que estão sendo exibidas pelo mundo afora por meio de fotografias e de depoimentos. Trata-se de uma manifestação do Senado, por meio de sua Comissão de Relações Exteriores, contra essas práticas e não contra o Governo americano, muito menos contra a nação e a população americanas. Essa tem sido uma posição freqüentemente adotada pela Comissão de Relações Exteriores.

Compreendo as razões do Senador Valdir Raupp e manifesto-me a favor do requerimento na forma apresentada pelo Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pedi a palavra, mas não por causa do pronunciamento do Senador Roberto Saturnino. Gostaria de ficar com o relatório do Senador Valdir Raupp pela situação que hoje ocorre no Iraque.

Houve uma eleição democrática. Não vou entrar no mérito do que realmente aconteceu para que essa eleição se realizasse. O conflito interno deu-se muito mais forte, com atos de terrorismo, dentro da própria comunidade iraquiana. A ONU tem procurado intervir depois de uma falha do Governo americano ao não aceitar a postura da ONU para que não houvesse a invasão. As conseqüências têm sido graves, inclusive para o povo americano. O mal-estar começa a espalhar-se pelo Oriente. No Líbano há um confronto com a Síria. Gerou-se um pomo de discórdia. Ficamos assustados com relação à situação dos povos árabes. Creio que deve haver um voto de solidariedade, tendo em vista o sofrimento de um povo que está se confrontando. O americano praticou uma séria de violências e acabou tendo que confessá-las ao mundo. Esse voto de solidariedade é para mostrar ao povo do Iraque que deve haver harmonia para que a nação possa crescer e para que tenha fim a invasão americana.

Fico com o voto do Senador Valdir Raupp sem contradizer o Senador Roberto Saturnino. Sob o meu ponto de vista, o mais correto é a solidariedade. O protesto não vincula a necessidade de que haja paz naquele País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma foi bastante feliz em suas observações. Acompanho o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Não havendo quem peça a palavra, coloco em votação o requerimento do Senador Valdir Raupp.

Contra o voto do Senador Roberto Saturnino, está aprovado o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que é um protesto querendo também a solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – O objetivo é o mesmo. Tanto é que a própria Justiça americana está se encarregando de punir os excessos que aconteceram, de maneira que o objetivo, na verdade, é o mesmo.

Pediria ao Senador Romeu Tuma que assumisse a Presidência, porque, uma vez que vou retirar de pauta o requerimento do Item nº 8, do Senador Alvaro Dias, que não está presente, passaremos para o Item extrapauta de nº 1, que é um requerimento de minha autoria. Tínhamos dois itens, o de nº2 já foi votado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Sim, Senador Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Item nº 8 da pauta, de autoria do Senador Alvaro Dias, é um convite para o Presidente da Fiesp para vir até esta Comissão debater o reconhecimento, pelo Governo brasileiro, da China como economia de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Sim, Senador Flexa Ribeiro, é porque, pelo Regimento, o autor do requerimento tem que estar presente para defendê-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois, não! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Romeu Tuma, então, se V. Exª puder assumir a Presidência....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP) – Item extrapauta.

Item nº 1:

Requerimento nº 3, de 2005. Vou passar a ler, para que V. Exªs possam tomar conhecimento do que se trata.

Nos termos do art. 50, §2º da Constituição Federal, c/c o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações sobre a matéria "Travessia Mortal", da revista **IstoÉ**, da semana de 28 de fevereiro, sobre os brasileiros mortos por calor, sede, animais venenosos, na vã tentativa de ingressar no território dos Estados Unidos da América, por meio da fronteira do México.

Seguem-se os questionamentos. O autor é o Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra para expor o seu requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, essa questão é extremamente preocupante, é uma situação grave! Esta Comissão, no ano passado, já se manifestou até por meio de uma Subcomissão em relação aos brasileiros que tentaram entrar nos Estados Unidos e que estavam, ou que ainda estão, presos, que é em número muito grande, porque vários deles não puderam voltar ao Brasil.

Entretanto, esse requerimento se deve a um outro tipo de problema que existe: além dos brasileiros que estão presos, temos agora, segundo a matéria da revista **IstoÉ**, questões ligadas à própria dignidade dos brasileiros. São brasileiros que tiveram o infortúnio de tentar atravessar o deserto, alguns chegaram a morrer, e os corpos não foram sequer identificados. Ou seja, existe aí uma questão importante, e precisamos ter a informação do Ministério sobre quais são as providências que estão sendo tomadas para a identificação dos corpos desses brasileiros que morreram na busca da sua entrada nos Estados Unidos.

Além disso, existe também a questão ligada ao sofrimento de outros que não chegam a morrer, mas que passam por sofrimento muito grande, inclusive crianças que, junto aos pais, tentaram entrar nos Estados Unidos, para buscar um eldorado, mas encontraram um deserto pela frente. A matéria realmente relata esse sofrimento todo que vem acontecendo.

Temos um acordo de visto com o México, benéfico, que visa incrementar o turismo, e que possibilitou o fim do visto brasileiro para o México, mas que, como ponto negativo, trouxe um aumento de brasileiros tentando entrar nos Estados Unidos, via México, pela facilidade que existe.

De maneira que o requerimento com o pedido de informações também é neste sentido de qual providência o Itamaraty estaria diagnosticando, analisando, para coibir esse desvio de objetivo, que é o de incrementar o turismo e facilitar o intercâmbio, e não o de facilitar a entrada de alguns brasileiros nos Estados Unidos de maneira ilegal!

É evidente que essa não é uma questão simples! Entretanto, se tivermos uma atuação maior na fronteira, um intercâmbio maior com o Governo do México, e talvez uma campanha de esclarecimento, que é o que eu também proponho no meu requerimento, que o Governo brasileiro faça uma campanha de esclarecimento para que os brasileiros que querem ir para os Estados Unidos – muitos deles são até do meu Estado de Minas Gerais, para que eles saibam que nem sempre se consegue o sucesso, e pelo contrário, muitos acabam presos, muitos morrem, e, na verdade, acabam sofrendo muito –, pudessem ter uma campanha de esclarecimento sobre o assunto. E que aqueles que realmente tiverem que ir porque se convenceram que é bom tentar uma alternativa no exterior, que o façam por meios legais e não por meios ilegais, que levam a essa situação que hoje se apresenta.

Este é o requerimento. Eu gostaria de pedir apoio dos Srs. Senadores para que tivéssemos informações do Itamaraty a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PL – SP) – Em discussão.

Antes de colocar em votação, eu gostaria, Senador Eduardo Azeredo de manifestar que esta Presidência apóia inteiramente este requerimento e a situação é tão grave que nasceu na **Rede Globo de Televisão** o desejo de se fazer uma novela, "América", com o intuito, único e exclusivamente, de mostrar o sofrimento desses que querem correr o risco, oferecer praticamente a própria vida, para tentar a oportunidade no sonho americano.

Eu acho que a votação é unânime. Eu não acredito que ninguém possa, em hipótese alguma, recusar essas informações e que a população tenha realmente conhecimento do que ocorre. É, por meio, dessas providências que V. Exª está tomando e, acredito eu, que a própria novela se encarregará de mostrar todos esses problemas. Talvez amanhã poderá V. Exª convidar a autora para uma palestra informativa à Comissão. Tanto é que foram presos os autores e os técnicos quando estavam no deserto para filmar cenas mais fortes dessa travessia. Eles foram detidos como suspeitos de tentar atravessar a fronteira ilegalmente. Mas, com a intervenção da Embaixada brasileira, eles foram liberados.

Mas há aqueles – os chamados coiotes – que aliciam essas pessoas para atravessara fronteira ilegalmente. Eu digo isso com conhecimento de causa, quando estava na Polícia Federal. E aqueles que são contra esta passagem clandestina, que procuram assassinar aqueles que se dispõem a tentativa de travessia, são fisicamente contrários, humanamente contrários às pessoas que vão com essa esperança.

Então, eu pergunto como vota o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALIDR RAUPP (PMDB – RO) – Eu voto favorável e ainda com elogio a esse requerimento, porque tenho acompanhado, inclusive no meu Estado, que é um Estado novo, com uma população pequena ainda, 1,5 milhão de habitantes, mas já muitas pessoas tentaram algumas poucas com êxito de conseguir chegar aos Estados Unidos e conseguir um trabalho. Mas uma grande maioria, inclusive e uma daquelas deportações que o Senador Hélio Costa e o Senador Marcelo Crivella acompanharam, eu estive em Belo Horizonte, recebendo aquele primeiro Boing com 270 deportados que estavam presos, e tinha 17 do meu Estado. Entre homens e mulheres. Eu tive que arranjar passagem área de Belo Horizonte a Porto Velho, de Porto Velho de ônibus para o interior cada um para o seu Município de origem. Então, realmente eu acho que o resultado de alguns poucos, que conseguem lograr êxito nessa empreitadas de chegar aos Estados Unidos, não compensa os prejuízos, inclusive com mortes, pois pagam para os aliciadores, para os intermediários trinta ou quarenta mil reais. Vendem uma casinha ou pedem dinheiro emprestado na esperança de chegar aos Estados Unidos, conseguir um emprego, economizar dinheiro para depois comprar a casa de volta ou pagar o financiamento, mas acabam sendo presos, perdem todo o dinheiro, são deportados, fora o sofrimento, com a moral totalmente abalada. E aqueles que conseguem... Eu conheço famílias de alguns que conseguiram, que vai o marido, deixa a mulher, fica dois ou três anos, desagrega a família também, porque os filhos passam a ter problema, a mulher começa a esperar dois ou três anos pelo marido, e não fácil, ou, às vezes, vai a mulher e fica o marido. E mesmo aqueles que conseguem atravessar ainda vêem, por conseqüência, a desagregação da família. Essa situação é, sobretudo, é uma coisa muito ruim para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) Então, vota favoravelmente.

Queria V. Exª falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu também voto favoravelmente ao requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Não só o seu Estado que tem uma presença maciça nessa lamentável ocorrência dessa evasão de brasileiros para o exterior, mas isso ocorre em todo o território nacional.

O Senador Romeu Tuma colocou com propriedade aí que agora a **Rede Globo** está sendo motivo de uma novela, de tão evidente é a situação, demonstrando por que passam os brasileiros que na tentativa de ter uma vida melhor lá fora, que não conseguem ter aqui no nosso País, buscam um caminho pela ilegalidade.

Então, como colocou aqui o Senador Valdir Raupp, que nos 270 que foram deportados, 17 eram de Rondônia, e tem de todos os Estados brasileiros.

Quero louvar o seu requerimento e voto favoravelmente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu gostaria ....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero só complementar ainda que tão logo nós tenhamos a resposta do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, precisamos talvez aprofundar um pouco mais tanto quanto o convite aos autores da novela, mas também aos autores da **IstoÉ.** O Senador Marcelo Crivella já também já se manifestou a respeito, que nós pudéssemos ter um acompanhamento mais próximo à questão.

O Brasil tem cerca de dois milhões de habitantes no exterior, é um País de 180 milhões de habitantes, é um número até razoável. Não é como alguns países da América Central que chegam a ter 30% da população já imigrada no caso nosso ainda é um número razoável. É evidente que nós não tenhamos que sair daqui, que todos tenham emprego no País. Essa é a posição que devemos desenvolver para que ninguém se sinta tentado a ir para o exterior de maneira ilegal, que eles consigam emprego aqui. E aqueles que forem trabalhar no exterior seja pela via legal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como todas as manifestações foram favoráveis, dou por aprovado o requerimento e restituo a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado Senador Romeu Tuma.

Eu pergunto se todos os Srs. Senadores já votaram, inclusive o Senador Romeu Tuma?

Convido o Senador Fecha Ribeiro e Valdir Raupp para serem escrutinadores da votação dos três embaixadores que exercerão as suas funções cumulativas.

O Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Embaixador do Brasil na Índia para exercer o cargo de Embaixador de junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka.

O Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, que é hoje o Embaixador do Brasil junto à República Popular da China para exercer o cargo de Embaixador junto à Mongólia.

E o Embaixador Antônio José Resende de Castro, Embaixador do País junto à República do Quênia para que exerça o cargo de representante do Brasil junto à República do Burundi, de forma cumulativa.

Por unanimidade de votos, foram aprovados os 3 Embaixadores para exercer as funções cumulativas.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 36 minutos.)

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia sete de abril do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia sete de abril do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PÉRES, FERNANDO BEZERRA, MARCELO CRIVELLA, ÁLVARO DIAS, SERGIO ZAMBIASI, PEDRO SIMON, EDUARDO SUPLICY, VALDIR RAUPP, JOÃO BAPTISTA MOTTA, ROMEU TUMA, ANA JÚLIA CAREPA, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO E ARTHUR VIRGÍLIO. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Também estiveram presentes Senhores Senadores ANTÔNIO CARLOS MAGALHÂES e AUGUSTO BOTELHO, não-membros da Comissão e o Senhor Deputado Federal PAULO LIMA (PMDB/SP). Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Esta reunião destina-se à Audiência Pública, com a presença de representante do Ministro de Estado da Defesa, Almirante-de-Esquadra MIGUEL ÂNGELO DAVENA, Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa; do representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, Secretário-Geral das Relações Exteriores; do Professor ARMANDO MENDES e do Professor e Cientista Político Senhor CLÓVIS BRIGAGÃO, para discutir o tema "A Internacionalização da Amazônia: risco real ou temor infundado?", objeto do Requerimento n° 01, de 2005/CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, aprovado em 03 de março de 2005. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor MIGUEL ÂNGELO DAVENA, representante do Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, Senhor José Alencar, para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores EDUARDO SUPLICY e PEDRO SIMON. Em seguida, o Embaixador SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, faz sua exposição. O Senhor Presidente registra e agradece a presença da Embaixadora DONNA HRINAK, que faz uso da palavra. Fazem sua exposições os Senhores CLÓVIS BRIGAGÃO e ARMANDO MENDES. O Senhor Presidente faz a leitura das questões contidas em Pauta. Fazem uso da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) JEFFERSON PÉRES, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA e AUGUSTO BOTELHO e o Senhor Deputado Federal PAULO LIMA. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que irá discutir os riscos reais ou não de intervenção, de internacionalização, da perda da soberania brasileira da Amazônia.

Esta audiência foi convocada a pedido do Senador Jefferson Péres, dentro de um espírito – a meu ver – extremamente correto do papel desta Comissão, cuja sigla é Relações Exteriores, mas a sua função é, sobretudo, preocupar-se com a defesa nacional.

Sob esse mesmo espírito, teremos uma outra audiência, em breve, para discutir o porquê de o Brasil ter-se transformado em um País de emigração. Será uma

audiência sobre a diáspora brasileira, o porquê e quais as conseqüências disso para o futuro do Brasil.

Convidamos quatro personalidades para o debate.

Nesta oportunidade quero dizer que estamos sendo transmitidos, ao vivo, pelo sistema de rádio e de televisão, além de estamos interligados, recebendo perguntas pela Internet, pelo telefone, para aqueles que quiserem participar desta reunião. Trata-se de uma inovação, que consideramos extremamente correta. Tanto podem vir perguntas genéricas, como também personalizadas, dirigidas aos Srs. Parlamentares.

O telefone do "**Alô Senado**" é **0800 612211**, para aqueles que querem fazer perguntas sobre o teor verdadeiro ou não de internacionalização da Amazônia. O **e-mail** é **alosenado@senado.gov.br**. Há também um **fax** gratuito: **0800 612210**.

Vão provocar o debate inicial, emitindo suas opiniões, um do Ministério da Defesa, representando o Ministro da Defesa, nosso Vice-Presidente; outro representando o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Celso Amorim, são o Almirante de Esquadra, Miguel Ângelo Davena, e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Além deles, temos o Professor Armando Mendes e o Professor Clovis Brigagão para fazerem a opinião que têm, a partir do mundo acadêmico e daqueles que estão mergulhados no assunto.

Vamos começar, concedendo a palavra ao Almirante Davena. A idéia é termos um tempo mais curto para os que falam, para que possamos ter tempo para o debate. Entretanto, o Almirante tem uma apresentação feita e organizada. Creio que ele seja a figura principal do ponto de vista de provocação da idéia por estar mais mergulhado no assunto. Por isso, ele terá um tempo muito maior para falar.

Agradeço a presença do Sr. Almirante, concedendo-lhe a palavra.

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional desta Casa; Exmº Sr. Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; Professor Armando Mendes; Professor Clovis Brigagão; Exmº Sr. Senador; senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de justificar a presença, ou melhor, a ausência do nosso Vice-Presidente, Ministro da Defesa, que, no momento, se encontra respondendo pela interinidade da Presidência da República. Sua Excelência, pessoalmente, gostaria de estar fazendo essa apresentação. Coube, então, a honra e o privilégio de estar aqui para atender à convocação da Creden (Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional), discutindo um assunto tão importante não só para o Ministério da Defesa, mas para todos os brasileiros, já que defesa nacional não é da competência exclusiva do nosso Ministério.

Gostaria de registrar a presença aqui comigo de alguns companheiros do Ministério da Defesa: Brigadeiro Veloso, Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais; General Bandeira, Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica; Almirante Afonso, Diretor de Política e Estratégia e Brigadeiro Machado, sub-Chefe do Estado Maior de Defesa.

A nossa presença nesta manhã tem a finalidade de atender a convocação da Creden, como já disse, sobre o tema "A Internacionalização da Amazônia – risco real ou temor infundado". E elencamos três questões que foram colocadas no expediente de convocação:

Acredita-se que haja alguma ameaça à soberania brasileira da Amazônia?

Que ações foram tomadas no passado para garantir a manutenção dessa soberania?

Que cuidados devem ser tomados para que esse princípio seja assegurado no futuro?

Para dar seqüência e fazermos uma organização das idéias, vamos seguir esse sumário. Primeiramente, vamos recordar o perfil da região Amazônica, falar das suas principais potencialidades e riquezas; depois, voltar a comentar o interesse estrangeiro e suas manifestações ao longo do tempo; em seguida, vamos tratar já das coisas diretamente ligadas ao Ministério da Defesa; falar sobre concepção de segurança e defesa, de uma maneira geral – e aí estaremos caminhando para respondermos a primeira pergunta. Depois, falaremos nos aspectos específicos da defesa da Amazônia; as principais questões da região, que são questões que não estão diretamente ligadas ao nosso Ministério, mas que fazem parte do elenco estratégico da Amazônia. E vamos finalizar com algumas considerações.

Falaremos, então, sobre o perfil da Região Amazônica.

Esta é uma superposição, apenas para recordar a grandeza da nossa Amazônia. Aqui dentro cabe toda a Europa, exceto a Rússia. São 60% do território nacional e 5.2 milhões de quilômetros quadrados. É uma grandeza que bem pode se dar conta por esse mapa, onde foi feita essa superposição.

Em compensação, a densidade demográfica é de dois habitantes por km^2, para uma fronteira de 11.248 km; a maior concentração disponível de água doce do mundo; a maior biodiversidade do mundo, 30% da diversidade do planeta; florestas: 40% das florestas tropicais úmidas do mundo. E essas riquezas que estão aqui: o maior potencial mineral do mundo, destacando-se o ferro, a bauxita, a cassiterita, o manganês e o nióbio, do qual possuímos 90% das reservas mundiais.

Aqui é apenas para mostrar como a região é pródiga e apresenta para nós 23.000 km de vias fluviais navegáveis, todas pavimentadas, com custo zero de manutenção. Só para fazer uma comparação, as rodovias pavimentadas, em todo o Brasil, totalizam 56.000 km, e só de vias fluviais navegáveis na Amazônia temos 23.000 km.

Vamos falar rapidamente sobre as manifestações do interesse estrangeiro nessa riqueza e nesse potencial todo ao longo do tempo. As primeiras começaram em meados do Século XIX; isso vem do tempo da borracha. Acreditamos até que uma das primeiras biopiratarias do mundo foi feita aqui, ao transportarem as nossas seringueiras para a Ásia.

Já em 1850, os Estados Unidos pediram facilidades de navegação para essas duas companhias, para esse tipo de companhia **charter**. Em 1948, a Unesco propôs a criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônia. Em 1993, o Presidente Mitterrand e a Primeira-Ministra da Noruega afirmaram, em ocasiões diferentes, que o Brasil não teria direito de soberania plena sobre a Amazônia e, sim, uma soberania relativa ou limitada.

Em 1994, Gorbachev declarou: "O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos mundiais competentes".

Aqui, mais recentemente, o Vice-Presidente dos Estados Unidos assim explicitou sobre a Amazônia: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós".

John Major: "As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todo o mundo, incluindo a Região Amazônica".

"Deve haver regras de gestão coletiva e internacional da Amazônia." É um francês, candidato atualmente à Presidência da OMC.

Aproveito o ensejo para fazer um comentário aqui sobre um mapa que foi muito difundido na Internet.

O SR. – (FORA DO MICROFONE)

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Exatamente. Tanto quanto pudemos apurar, inclusive o nosso Itamaraty também assim o fez. Apenas para declarar que isso aqui é uma fraude. Esse mapa não existe em escola alguma, não há livro que trate dele, mas julgamos no Ministério da Defesa que seria oportuno, nesta audiência e neste momento, assim fazer e assim declarar.

O próximo, por favor.

O SR. – (FORA DO MICROFONE)

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Ele existiu.

O SR. – (FORA DO MICROFONE)

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Senador, exatamente, mas isso foi uma fraude, uma montagem na Internet. V. Exª, provavelmente, deve ter recebido esse mapa, como todos nós. A maioria dos brasileiros recebeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sobre esse mapa: porventura, houve do Governo brasileiro algum esclarecimento obtido junto a qualquer autoridade norte-americana no sentido de que nenhuma instituição nos Estados Unidos foi responsável, seja no âmbito da educação... Se houve algum esclarecimento dessa natureza para o Governo brasileiro relativamente a este mapa, divulgado, como o senhor disse, na Internet. Se o embaixador norte-americano ou a Embaixadora Donna Hrinak, ao tempo, ou o presente Embaixador John Danilovich fizeram algum esclarecimento oficial ao Governo brasileiro?

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Com certeza. Acredito que o Embaixador Samuel Pinheiro possa prestar um esclarecimento maior a esse respeito. Não sei se agora ou posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Posteriormente.

O Senador Pedro Simon levantou um ponto sem o microfone ligado. Gostaria que o fizesse novamente, para que o público que nos assiste saiba qual foi o ponto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Exª disse que esse mapa é uma fraude, que não existe, que não circulou em nenhum colégio nos Estados Unidos. Eu respondi meio de brincadeira que o mapa existe, que está aí. Quem fez ou não eu não sei. Na Internet todo mundo viu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Uma nota falsa também existe, mas ninguém compra nada com ela.

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Alguns aceitam... V. Exª tem toda razão, Senador.

Vamos falar sobre uma concepção de segurança e defesa. Esta é a concepção de segurança estabelecida por um grupo de especialistas convocados pela ONU, que definiu segurança como condição pela qual os Estados consideram não existir perigo de agressão militar, pressões políticas e coerção econômica, de maneira a poder dedicar-se livremente ao seu próprio desenvolvimento. Evidentemente, é uma concepção utópica, mas que a nossa política de defesa nacional leva em consideração.

O problema da defesa da Amazônia envolve diretamente o componente militar para o caso de agressão militar. Para todos os demais casos, envolve outros órgãos e instituições militares e, evidentemente, o poder militar. Entramos como acessório.

Sobre esse enfoque, a questão de internacionalização da Amazônia é vista como um problema de âmbito político e econômico, pois uma agressão militar na Amazônia será uma agressão ao Brasil e, conseqüentemente, resultará em conflito armado.

Não se considera provável a hipótese de nações centrais anexarem militarmente a Amazônia ou parte dela, submetendo-a a um ordenamento internacional sob a égide da ONU ou de um grupo de nações. Em virtude das potencialidades e riquezas da Amazônia, a hipótese mais provável de ocorrência é de nações centrais exercerem pressões políticas e econômicas no sentido de tentar submeter a região, de forma a poderem usufruir das suas riquezas, isto é, internacionalizar as riquezas da Amazônia.

Vamos falar sobre aspectos específicos da defesa da Amazônia. Nós destacamos quatro pontos. Vamos falar sobre a política de defesa relativamente a esse caso; sobre a presença militar na Amazônia; sobre os Projetos Sivam/Sipam; e sobre o Programa Calha Norte. Poderíamos falar também sobre o Projeto Rondon, que foi reativado este ano e é responsável pela presença dos nossos estudantes mais uma vez na Amazônia.

A nossa política de defesa nacional foi revista e está, no momento, prestes a receber a assinatura do Senhor Presidente da República. Ela é um trabalho de revisão que auscultou todos os segmentos, os diversos segmentos da nossa sociedade. Inclusive, o nosso Ministro e Vice-Presidente pretende, no segundo semestre deste ano, promover um amplo debate no Ministério da Defesa sob a forma de seminário, com a participação todos os segmentos envolvidos no assunto defesa nacional, porque, como já disse, a defesa nacional é responsabilidade de todos os brasileiros, não somente do Ministério da Defesa.

As diretrizes pertinentes ao tema desta manhã, extraídas da atual política de defesa nacional, ou seja, que estão prestes a ser sancionadas por nosso Presidente, são: proteger a Amazônia brasileira com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas Regiões Norte e Centro-Oeste; e aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras. As ações que contribuem para a defesa da Amazônia: aumento da presença militar, intensificação do desenvolvimento sócio-econômico e maior integração regional com os países fronteiriços.

Vamos falar agora da presença militar na Amazônia e, com isso, tentar responder à segunda questão: o que foi feito pelo Ministério da Defesa, especificamente pelas três Forças, no cumprimento da defesa da soberania da Amazônia?

O presente quadro representa a Marinha na Amazônia hoje. Tive a felicidade... (falha no som).

A primeira delas foi em 1972, com a chegada de três navios-patrulha –eu era imediato de um deles. Para que os senhores tenham uma idéia, naquela época, existiam na Amazônia apenas sete navios. Não havia absolutamente nada em Manaus – aliás, existia o grupamento de Fuzileiros Navais de Belém. Hoje temos 16 navios, o que demonstra uma presença muito maior da Marinha.

Vamos ver o seguinte, por favor.

Aqui vemos a presença da nossa rede de capitanias, delegacias e agência, também bastante aumentada de vinte, trinta anos para cá. É apenas para lembrar aos senhores que a Marinha tem, além da Amazônia Verde, a responsabilidade de defender, proteger e vigiar a Marinha Azul, que tem 4,5 milhões de quilômetros quadrados, uma riqueza tão grande e um potencial tão imenso quanto os da nossa Amazônia Verde; lembrar que a Marinha, como de resto as três Forças Armadas, pelo princípio da mobilidade, temos capacidade de, sendo necessário, movimentar todas as forças que estão em outras partes do País para o teatro de operações na Amazônia.

Vamos falar no Exército, que há 20, 30 anos estava com essas unidades – Marabá, Manaus, Belém e Porto Velho – nessa situação.

O Exército brasileiro, de 1993 para cá, transferiu três Brigadas: uma de Petrópolis para Boa Vista; outra de Santa Ângelo para Tefé e, finalmente, uma que está em momento de transição, o comandante já está lá, de Niterói para São Gabriel da Cachoeira.

Tudo isso com os parcos e minguados orçamentos que as Forças têm recebido. Assim tem sido essas transferências, e V. Exªs bem podem imaginar o que é transferir uma Brigada com todos os PNRs, todas as provisões, apoio, essa coisa toda.

Aqui dá uma visão atual de como o Exército está presente na Amazônia.

Tenho viajado, pela função que o cargo que exerço me obriga, e tenho visto, com muito orgulho, o trabalho que as Forças Armadas têm feito na Amazônia, especialmente dos nossos companheiros do Exército. Em Surucucu tem um tenente, com a esposa, saída de Botafogo, que foi para lá acompanhando o marido e dando presença na fronteira, juntamente com outros militares. Aliás, esta é a nossa obrigação. Enfim, apenas para dar presença e registrar que o efetivo de 1950, de mil homens do Exército brasileiro na Amazônia, hoje – no ano passado tinha 22 mil –, com a

instalação da nova Brigada, vai passar para 25 mil homens na região.

O próximo, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – OM quer dizer o quê?

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Organização Militar.

A FAB, como o Exército e a Marinha, também muito progrediu na ocupação da Amazônia. Isso aqui era o quadro na época dos anos 70, 80, por aí, e hoje já temos bases aéreas em desdobramento, em fase de ativação, Ironepé, São Gabriel da Cachoeira, Vilhena e toda essa ocupação que aí está.

Só para que se tenha uma idéia, há uns 20 ou 30 anos existiam apenas dois aeródromos pavimentados na Amazônia, se não me engano, em Belém e Manaus.

Isso é apenas para registrar como as Forças Armadas têm dado presença e vem dando presença ao longo do tempo na Amazônia.

Aqui vem um grande projeto, diria que um projeto é uma realidade, é arrojado, é coisa de Primeiro Mundo, que é o Sistema de Proteção da Amazônia, nosso Sipam/Sivam. Ele é constituído por componentes militares e componentes civis, que seria a parte do Sipam. Os componentes militares utilizam satélites, aeronaves, radares móveis, radares fixos, estações móveis, estações fixas, tudo isso no sentido de contribuir para a proteção da Amazônia, contribuindo para a proteção ambiental, vigilância e controle de fronteiras, identificação e combate de atividades ilícitas, vigilância e controle do espaço aéreo, apoio ao controle do tráfego fluvial e atuação na defesa civil.

Esse *slide* dá bem a mostra de como era a cobertura radar da Amazônia antes do advento do Sipam/Sivam, e como está hoje.

Vamos falar do Programa Calha Norte, que é um programa da competência do Ministério da Defesa, mais especialmente da minha secretaria, e que neste ano completa 20 anos de existência. Ele tem como propósito contribuir para manutenção da soberania e da integridade territorial da região do Calha Norte, contribuir para a promoção do desenvolvimento regional e com um objetivo: aumentar a presença do Poder Público na região do Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando a assistência às suas populações e fixando o homem à região.

O Calha Norte representa toda esta porção amarela. Com muita satisfação constatamos que, desde este ano, os Estados do Acre e de Rondônia estão fazendo parte dele. As principais atividades do programa são: a manutenção da infra-estrutura instalada nos pelotões especiais de fronteira, construção e manutenção de aeródromos, construção e conservação de rodovias, apoio aéreo e apoio às comunidades.

Falaremos agora sobre as principais questões na região. Elencamos cinco questões que não estão diretamente ligadas ao Ministério da Defesa, mas consideramos importante relatá-las, porque constituem, no conjunto ou em parte, fragilidade estratégica da região e certamente dão margem a comentários, a ilações e a manifestações sobre internacionalização da Amazônia. As cinco questões são: fundiária, ambiental, indigenista, mineral e o problema das ONGs, que afetam o panorama estratégico da Amazônia.

Questão fundiária: identificação das terras da União, de Estados e de Municípios; legalização dos títulos de propriedade; ordenamento do zoneamento econômico, ecológico e regional.

Questão ambiental: trata dos desmatamentos descontrolados e dos garimpos ilegais, das unidades de conservação sem fiscalização, da biopirataria com necessidade de fiscalização. Não foi mencionado, mas acrescentaria o problema das madeireiras ilegais.

Questão indigenista: extensão das áreas indígenas, regulamentação da Constituição Federal de 1988, demarcação de áreas indígenas e influências externas.

Questão mineral: situação das reservas, coincidências entre unidades de conservação e terras indígenas e falta de regulamentação das atividades.

Gostaria de registrar que grande parte ou boa parte dessas questões elencadas passam por Brasília.

O mapa que mostramos agora dá idéia da localização das terras indígenas. No mapa seguinte, mostramos a localização das riquezas conhecidas no subsolo. A amarela é ouro. No seguinte, tentamos fazer uma superposição dos dois mapas. Há uma coincidência de superposição de algumas terras com algumas riquezas.

Registramos um grande número de ONGs na região. É difícil saber quantas há. Soubemos que são de 400 a 600. As questões das ONGs são: atuação intensa nas áreas de educação ambiental e presença acentuada de estrangeiros, a maioria séria, que realizam ações que atendem às finalidades das políticas nacionais pertinentes, mas também podemos dizer que muitas trabalham de acordo com o interesse estrangeiro. Quero apenas chamar a atenção para a ampliação do controle e fiscalização sobre programas e projetos dessas ONGs.

Encerro a apresentação com as considerações finais do Ministério da Defesa.

A Amazônia despertará o interesse e a cobiça das nações centrais, se for demonstrada, ao lado de tantas potencialidades estratégicas, a incapacidade

nacional de ocupá-la e desenvolvê-la. O desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira, contribui eficazmente para a segurança e defesa da região. As Forças Armadas têm aumentado gradualmente suas capacidades militares na região, mesmo limitadas pelos baixíssimos níveis orçamentários que lhe são alocados.

A capacidade bélica das Forças Armadas na região atende, aceitavelmente, à defesa em casos de conflitos regionais envolvendo o Brasil, o mesmo não se pode dizer com relação aos Estados mais poderosos. A despeito da conjuntura internacional caracterizar-se pela difícil previsibilidade, os países detentores de grande fonte de energia e reservas de água doce, minerais e de petróleo – eu acrescentaria também a biodiversidade – correm risco de sofrerem ataques militares.

A retórica do interesse estrangeiro tem como pretexto a proteção do meio ambiente e a defesa dos índios, mas, na realidade, visa a biodiversidade, o aproveitamento e a exploração dos recursos hídricos e minerais. A acentuada presença de estrangeiros na Amazônia fazendo parte de ONG e missões religiosas é fator a ser considerado. O fortalecimento das organizações regionais, o Mercosul, a Comunidade Andina, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Comunidade Sul-Americana, por exemplo, muito contribui para a segurança da Amazônia.

Finalizando, Sr. Presidente, senhoras, senhores, eu gostaria de deixar uma mensagem que representa aquilo que todo brasileiro gostaria de dizer sobre o tema internacionalização da Amazônia. (Palmas!)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bem, quero, antes de passar a palavra ao Embaixador Samuel, agradecer ao Almirante pelo brilhantismo com que apresentou e a tranqüilidade que nos passou de que as Forças Armadas estão cumprindo o seu dever e também a homenagem que me fez no final.

Passo a palavra ao Embaixador Samuel.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado.

Eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque o convite para participar desta audiência pública e dizer que o Ministro das Relações Exteriores estaria aqui, se não estivesse acompanhando o Presidente da República na viagem a Roma para os funerais do Papa João Paulo II, agradecer aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado a oportunidade de estar à Mesa com o Almirante Miguel Ângelo Davena, com os Professores Armando Mendes e Clóvis Brigagão.

Quero começar tentando responder à pergunta imediatamente do Senador Eduardo Suplicy. As denúncias sobre este mapa são antigas; vêm, pelo menos, do ano 2000, tanto quanto foi possível verificar nos arquivos. A mensagem era muito semelhante, o mapa também, isso se repetiu em 2002, 2003, e o que ocorreu na época é que verificamos duas coisas: primeiro, que não há um controle do Governo Federal dos Estados Unidos sobre o material didático que é utilizado. Então, não há como, a não ser uma pesquisa em cada Estado. Mas verificou-se que esse livro é de um professor chamado David Norman que, simplesmente, não foi localizado, esse livro onde haveria esse mapa jamais foi localizado. Os erros de inglês do texto que acompanha o mapa são muito gritantes. Trata-se de uma fraude, que circulou na Internet.

Tentou-se localizar a origem. Localizou-se um *site* na Internet, mas ele já estava desconectado, e não foi possível localizar as pessoas. Isso, quanto ao mapa especificamente. Não sei se respondi à pergunta do Senador. Tudo foi feito, mas não se conseguiu identificar quem dá início a esse tipo de transmissão, nem o livro nos Estados Unidos. Jamais alguém apresentou uma cópia. O livro não existe, não é registrado. A Biblioteca do Congresso tem cópia de todos os livros. Não há esse livro. Mesmo que houvesse, não seria esse livro que nos colocaria em risco. Mesmo que houvesse.

A questão que parece, talvez, mais grave é não só o histórico antigo, mas ter ela sido novamente ressuscitada por uma declaração pública de um funcionário altamente qualificado...

Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu ia perguntar se porventura a Embaixadora ou o Embaixador dos Estados Unidos da América algum dia foram perguntados pelo Governo brasileiro a respeito disso. E eis que...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Por milagre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... eis que, de repente, recebemos a visita da Embaixadora, Donna Hrinak.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Isso está parecendo esses *shows* de televisão em que o pai e a mãe aparecem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite a Embaixadora, eu havia perguntado ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães se, quando surgiu aquele mapa na Internet, que fala que, em escolas dos Estados Unidos, ensina-se a Amazônia como internacionalizada, houve, da parte da Embaixadora dos Estados Unidos, algum esclarecimento sobre o assunto. E eis que a senhora aparece, ainda que não

mais Embaixadora. Mas foi ao seu tempo que surgiu aquele mapa.

Então, se o Presidente e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães considerarem que ela pode, providencialmente aqui chegando, dar algum esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Se o Embaixador aceita, não criarei nenhum constrangimento; ao contrário, se a Embaixadora quiser, sem constrangimento também, há um microfone ali à disposição. Sabemos que a senhora está como civil e não é mais do quadro de diplomatas, mas continua amiga do Brasil e, por favor, seria muito oportuno para nós.

A SRª DONNA HRINAK – Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode sentar-se.

A SRª DONNA HRINAK – Bem, estou aqui com um colega, e temos outras reuniões.

Bom-dia a todo mundo, primeiro. Desculpe-me também a interrupção da reunião. Estou aqui só para cumprimentar amigos.

Mas, com respeito ao mapa, como o Senador falou, isso já surgiu durante a minha época. Primeiro, acho que é importante saber que os textos, nos Estados Unidos, dependem de cada Condado, de cada Município. Não temos um texto nacional para os estudantes.

Essa é uma invenção completa. Eu nunca vi. Investigamos qual a fonte disso. Será que, em alguma parte dos Estados Unidos, alguém desenhou esse tipo de livro textual para as escolas? É uma invenção completa, não sei de onde, mas... Não estou falando agora como oficial do governo; estou falando como cidadã norte-americana comum. Isso é uma invenção, não faz parte da política exterior dos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SRª DONNA HRINAK – Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Embaixadora, até logo.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, V. Exª tem a palavra.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bem, então...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Suplicy está satisfeito?

O SR. EDUARDO SUPICY (Bloco/PT – SP) – Creio que foi importante o esclarecimento, porque confirmou a afirmação do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, mas com a palavra de quem foi a Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Enfim, o que ocorreu mais recentemente foi uma declaração do ex-Comissário de Comércio da União Européia, cargo equivalente a Ministro de Comércio Exterior da União Européia, em uma palestra que fez sobre governança mundial. Na ocasião, entre outras, ele perguntou se a água, a pesca, as rotas marítimas, a camada de ozônio, as florestas tropicais, a segurança dos mercados e a saúde não deveriam ser considerados como bens públicos comuns, isto é, bens sobre os quais a comunidade internacional poderia exercer uma certa administração.

No final da palestra, ao perguntarem se ele defendia a internacionalização da Amazônia, ele retrucou que não se deve pensar em termos de propriedade. As regras de gestão coletiva são perfeitamente possíveis sem se tocar na questão de propriedade. Então, podemos observar que não se trata só da questão das florestas, mas também da água e assim por diante.

Não se trata de uma declaração antiga, mas feita há pouco, no final de fevereiro, e por uma pessoa que não só exerceu até recentemente um cargo muito importante na União Européia como também agora é candidato a Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

O Governo brasileiro imediatamente elaborou uma nota repudiando essa declaração. A nota dizia o seguinte:

"O Ministro Celso Amorim, em viagem aos países árabes, tomou conhecimento das declarações do Sr. Pascal Lamy sobre o **status** jurídico das florestas tropicais e outros recursos naturais.

O Ministro Amorim considera que as declarações do Sr. Lamy revelam uma visão preconceituosa, que subestima a capacidade dos países em desenvolvimento de gerenciar de forma soberana e sustentável os seus recursos naturais.

Tais declarações são incompatíveis com o cargo de Diretor-Geral da OMC, ao qual o Sr. Pascal Lamy aspira."

Não digo que isso seja curioso, mas há toda uma teoria que se vem estruturando na academia internacional acerca dos chamados bens públicos comuns. Esses bens seriam aqueles que deveriam ser gerenciados pela comunidade internacional. Quem é a comunidade internacional é algo a ser definido, mas certamente esses bens deixariam de ser administrados pelos Estados onde se encontram.

O Almirante Davena fez uma exposição muito precisa, muito correta e bem-articulada sobre os diversos aspectos da região amazônica. E no final, creio que em uma das últimas frases, ele mencionou uma situação muito importante: à medida que o Estado

brasileiro souber administrar os recursos naturais da região amazônica e conferir a ela a necessária importância, toda e qualquer ameaça se reduz na mesma proporção.

Pessoalmente, digo aos senhores que não acredito, de forma alguma, que haja interesse em ocupação física da Amazônia. Hoje em dia, para que haja, digamos, o benefício da ocupação, não é necessária a presença física. Digamos que, se a pirataria ocorre, não é necessário que haja a presença física. A bio-pirataria ocorre e assim por diante.

Então, é algo extremamente complexo, a região é extremamente complexa e, a meu juízo pessoal, acho que merece uma atenção maior, na medida em que corresponde a 60% do território nacional. Possivelmente, há um percentual extremamente elevado nos recursos naturais. Recentemente, o Secretário de Geologia do Ministério de Minas, em uma palestra na Comissão do Executivo de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, fez uma exposição muito interessante, em que diz que, dos recursos naturais brasileiros, recursos naturais como minérios, digamos, apenas 9% estão identificados com precisão. Isso significa que 91% não estão identificados, de modo que a possibilidade de que as riquezas naturais na Amazônia sejam bem maiores do que aquilo que já foi identificado é muito grande. Fazia uma menção ao fato de que a Região Amazônica, do ponto de vista natural, é compartilhada com outros países da região. Há uma diferença, uma fronteira política, mas não há uma fronteira do ponto de vista natural. De modo que toda a Região Amazônica depende... A Floresta Amazônica, as características da região se estendem a outros países, a outros Estados. Se não me engano, temos fronteiras com seis Estados da região, incluindo a França. Naturalmente, dependemos da cooperação com esses Estados para a preservação da Bacia Hidrográfica toda, na medida em que, se ela for contaminada fora, isso atinge os rios que estão no território brasileiro, toda a questão de preservação do meio ambiente e as outras questões ligadas à exploração ilegal de recursos, que vão desde a exploração ilegal de madeiras, desmatamento daí decorrente, o garimpo ilegal, contaminação dos rios por mercúrio com seus efeitos sobre a população da região e assim por diante.

De modo que o Governo brasileiro, além da ação que o Almirante Davena mencionou de proteção do território pelas Forças Armadas, faz um esforço permanente junto a esses Estados para estabelecer mecanismos de cooperação. Um dos pontos importantes recentes foi a aprovação da Lei do Abate, que tem importância muito grande sobre o controle não do tráfico aéreo, mas do contrabando de drogas.

Um outro contrabando menos falado é o contrabando de pedras preciosas. A quantidade de pedras preciosas que sai da região é muito elevada e sem controle, principalmente pelo uso de pequenos aviões. Temos feito um esforço muito grande de cooperação com os Estados vizinhos. Situações específicas nos Estados vizinhos da Amazônia podem eventualmente ser muito importantes para o Brasil. Temos baseado nossas relações e nosso entendimento com esses Estados, de acordo com os princípios que estabelece a Constituição Federal, de não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e diz respeito à autodeterminação da solução pacífica de controvérsias e da cooperação com esses Estados. Dentro de um projeto maior, não vou me estender aqui, que é o da construção da comunidade sul-americana de nações, através da integração física, comercial, cultural e social dos países da América do Sul, que é de extraordinária importância, a meu juízo, para nós e tem recebido sempre o apoio do Congresso Nacional.

Não sei se gostariam que expandisse mais sobre qualquer aspecto ou se deixamos para as perguntas, eventualmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Deixamos para as perguntas.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Está ótimo.

Muito obrigado aos senhores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Ouvimos os dois representantes do Governo. Temos agora dois representantes da sociedade civil, o Professor Clóvis Brigagão e o Professor Armando Mendes.

Só queria dizer que, até aqui, as exposições são extremamente convincentes e tranqüilizadoras em relação ao risco da Amazônia ser tomada. Gostaria que os dois representantes da sociedade civil falassem-nos também sobre o risco dela ser destruída, porque a perda da Amazônia pode se dar sob duas formas: ser tomada a sua riqueza ou a sua riqueza ser destruída.

Vou passar a palavra ao Professor Clóvis Brigagão, mas solicitando, se possível, traga esse enfoque também.

O SR. CLÓVIS BRIGAGÃO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Cristovam Buarque, quero agradecer também ao Senador Jefferson Peres, que fez essa convocatória. E quero dizer da minha alegria e honra estar aqui junto ao Almirante Miguel Ângelo Davena do Ministério da Defesa, ao Secretário do Ministério das Relações Exteriores, representante do Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Professor Armando Mendes, queridos ami-

gos, Srs. Senadores, se serviu para alguma coisa esse mapa, essa fraude, foi a convocatória desta reunião.

Então, já começo a acelerar a minha provocação aqui, que muitas vezes nós só reagimos diante das demandas, das pressões externas. Isso faz com que o nosso País passe a ser um grande país, mas um país bobo. Só reagimos diante de uma fraude? Assim foi quando a revista **Time**, em 1989, apresentou na sua capa, no seu número internacional de 18 de setembro, chamado "A queimada da Amazônia: pode a floresta tropical ser salva?" Aí houve uma comissão também no Senado, se não me engano, presidida pelo Senador Jarbas Passarinho, inclusive estive nessa comissão, e há um livro enorme sobre exatamente à mesma coisa, há quase 20 anos.

A cada pressão, a cada ameaça então vamos reagir? Não há um planejamento brasileiro, não há uma ocupação integral no sentido ambiental, econômico, social e da defesa. Precisamos fazer o nosso dever de casa. Integrar a Amazônia à realidade socioeconômica, ambiental e política brasileira. Há muitos caminhos que já trilhamos, e foram bem trilhados.

As Forças Armadas, sem dúvida alguma, têm feito um grande empenho no sentido de integrar a Amazônia nesse aspecto da defesa. O Ministério da Defesa é muito recente, é de 1996. A política de defesa é muito recente. O Brasil nunca teve uma política da defesa. Teve uma política da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, mas nunca há uma política de defesa. Mesmo havendo essa política de defesa inaugurada benfazeja, ainda não há uma política de defesa integrada, com as três Forças atuando conjuntamente. Também não existe uma política específica para isso que representa 60% do território brasileiro, a Amazônia Legal. Há o Sivam, que é um grande instrumento. Houve inclusive combate ao Sivam, dizendo que se tratava de algo estrangeiro, que a Raytheon* era americana, mas o Sivam continua funcionando sob o comando da soberania, do Estado, do Poder Público brasileiro. Na apresentação do Almirante Miguel Ângelo, falou-se no Sivam, falou-se no projeto Calha Norte, que foi iniciado no Governo Sarney, depois foi esquecido, quase encerrado, e agora rejuvenesce, renasce.

Não há, pois, processo de continuidade – morre, sepulta, renasce. Isso não é possível mais. A Amazônia não é um pedaço de terra onde existe população. A Amazônia é a estratégia do Brasil para a sua inserção internacional. Isso deve ficar claro para os Srs. Senadores da República, para o Poder Executivo, para as Forças Armadas, para o Ministério das Relações Exteriores, para o Ministério da Integração Nacional, para a Polícia Federal, para o Ministério da Justiça, que deveria estar sentado à mesa. Uma das funções da Polícia Federal é o controle das fronteiras nacionais, principalmente na Amazônia. Se isso não faz parte do nosso dia-a-dia, então realmente vamos entregar a Amazônia. Se não se toma conta de casa, a casa será ocupada por alguém.

A denúncia de 1989 – portanto há mais de vinte anos – da revista **Time** provocou uma enorme reação no Brasil. A revista **Time** está querendo dizer que não tomamos conta da Amazônia. Realmente, até então não estávamos tomando conta da Amazônia. É nossa a Amazônia. Ouço essa questão da internacionalização da Amazônia há muitos anos. Tenho 60 anos, e durante vinte, trinta anos da minha vida venho ouvindo isso. Desde a época em que fui estudante na Fundação Getúlio Vargas, havia um professor da Amazônia, Arthur César, que dizia isso, nos anos 50, 60. Continuamos a ouvir os mesmos comentários sobre a internacionalização da Amazônia. Dizem que o Lamy, que o Mitterrand fizeram declarações. E nós não fazemos nenhuma atuação no sentido de ocupar e entregar a Amazônia ao Brasil? Precisamos reagir a cada momento de crise?

Voltando à questão do Sivam, que é um instrumento impecável do ponto de vista de controle do espaço aéreo da Amazônia e que deveria ser também parte da organização do tratado da Amazônia – não só do Brasil, mas de toda a Amazônia, de todos os países que congregam a Amazônia: o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia. Não seria apenas um serviço brasileiro a defesa da grande Amazônia. Mas não se fala no Sipam, que é o principal, que é a política de integração da Amazônia. Onde está o Sipam? O que é o Sipam? Os Senadores já ouviram falar do Sipam? Em que órgão do Governo Federal está o Sipam? Trata-se do Sistema de Proteção da Amazônia. Está na Casa Civil. Procurem saber o que é Sipam. Ninguém sabe. Não há uma logística, não há uma sinergia entre o Sipam e o Sivam, menos ainda entre os órgãos federais, estaduais e municipais da Amazônia a respeito do Sipam.

Senador Cristovam, nós brasileiros é que estamos destruindo a Amazônia; não é o Mitterrand, não é o Lamy, não é o mapa do garoto ou não sei de quem, que estão fazendo com que a Amazônia seja destruída. Somos nós mesmos. Este é um apelo de uma pessoa que se dedica ao estudo e pesquisa da Amazônia há cerca de vinte anos. O pedido feito aos Senadores da República é para que o Poder Público se ocupe dessa área estratégica para nós, porque, sem a Amazônia, não vamos nos inserir no mundo globalizado. E, da maneira como tratamos essa região, não integraríamos o País. São Paulo, o Rio, Minas, Rio Grande do Sul são uma grande potência, mas a metade do País

está isolada, está desintegrada, carente da atuação do Poder Público.

O próprio Almirante mencionou várias questões da área fundiária ambiental, indigenista, mineral e das ONGs. Todos os aspectos têm crise. O sistema fundiário na Amazônia é uma crise só; a ambiental, outra crise só; indigenista, há problemas de ordem de defesa. Dizem inclusive que algumas nações vão se tornar independentes com patrocínio da ONU. A mineral nem se fala, desde os Projetos Carajás e Trombetas. Isso sim é internacionalização da Amazônia. Os Projetos Trombetas e Carajás foram internacionalizados. O solo brasileiro da Amazônia foi intercionalizado há muito tempo.

As ONGs. Olha, Deus meu! Um Estado como o Brasil, relativamente forte, constituído, com seus poderes todos estabelecidos, o Senado, a Câmara, o Poder Executivo, as Forças Armadas, vão se preocupar com ONGs. Isso é brincadeira. Lamento dizer, isso é brincadeira. ONGs? Há leis federais. Aquelas que não são devidamente legalizadas ou estão atuando, segundo ouço aqui, por interesses estrangeiros, que os expulsem imediatamente. E acabou o papo. Desculpem-me a franqueza. Ficar preocupado com ONGs, que têm estrangeiros que estão manipulando... Manipulando o quê? A idéia? Será que não temos idéias. O povo que não tem idéia está fadado ao fracasso. Será que não temos idéias para convencer os nossos índios, os caboclos, os ribeirinhos da Floresta Amazônica que isso aqui é o Brasil, que pensamos conjuntamente, que falamos o português?

Então, por favor, penso que foi muito útil a convocação dessa audiência pública aqui por parte dos Senadores. Foi muito útil a exibição do mapa fraudado, para que houvesse essa audiência e se tomasse consciência plena de que existe uma baixa integração física, econômica, social e ambiental de defesa, inclusive. Desculpem-me os meus queridos amigos do Ministério da Defesa. Há muitas atividades hoje, sem dúvida nenhuma, deslocamento em torno de toda a Amazônia, do ponto de vista do foco da defesa.

Precisamos ter, sim, precisamos estar mais bem aparelhados para esse tipo de novas ameaças que surgem no cenário internacional e especificamente na Amazônia: tráfico de drogas, todo tipo de ilícitos, que vocês conhecem muito bem. Mas é preciso que haja muito mais integração do Poder Público sobre a Amazônia, quer federal, quer estadual, quer municipal, quer da sociedade civil, do mundo acadêmico.

Na Amazônia, temos excelentes institutos, temos excelentes universidades, mas pouca produção, muito baixa produção sobre nós mesmos. Muitas vezes nos preocupamos muito mais com o que acontece com os outros povos, com os outros programas do que conosco. Vou lhe dar apenas um exemplo: fiz um estudo recente sobre os cursos de Relações Internacionais do Brasil, que começaram a despontar a partir dos anos 80 e que, principalmente, nos anos 90, alcançou um surto maior. Não existe um curso de relações internacionais na Amazônia, no Pará, no Maranhão e no Ceará. Olhe, se nós queremos ter um assento no Conselho de Segurança da ONU, se nós queremos ser atores relevantes no cenário internacional, a competência do profissionalismo do Ministério das Relações Exteriores não basta para nós exercermos essa inserção soberana, que é nossa, que só nós podemos construir e mais ninguém. No entanto, 98% da bibliografia desses cursos – eu diria 100% – mas 98% são de origem anglo-saxônica. Os livros que nossos estudantes de Relações Internacionais, numa perspectiva brasileira e não numa perspectiva nacionalista cega, mas numa perspectiva internacionalista brasileira, são de origem anglo-saxônica.

Olhem, num curso que pode ser um instrumento de capacitação do nosso corpo de saber, pensa-se com idéias de outros. Eu pergunto freqüentemente aos alunos se conhecem o Embaixador Araújo Castro. Ninguém conhece. Se conhecem Josué de Castro? Ninguém conhece. Indago se conhecem aqueles que trabalharam e se inscreveram no antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o Iseb. Ninguém conhece.

Então, há um corte na memória desses estudantes. E, se nós não fecharmos esse ciclo, continuaremos pensando com os conceitos anglo-saxônicos. Esse é o aspecto da destruição que causamos à Amazônia e a nós mesmos, que eu trouxe de maneira um pouco, às vezes, emocionada e emotiva, mas que objetiva colaborar não só com o Senado, mas com a integração do Brasil e com a visão internacionalista da inserção brasileira no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra, agora, ao Professor Armando Mendes.

O SR. ARMANDO MENDES – Eu começo manifestando a minha esperança de que o esclarecimento sobre a falsidade do mapa não se estenda à crença de que todos os temores sobre a internacionalização da Amazônia são movimentos falsos. Eu creio que há bastantes motivos para refletirmos. Basta ver os depoimentos e as reflexões feitas pelos oradores que me antecederam sobre um risco real, que, evidentemente, não é o risco da ocupação militar – pelo menos num horizonte de tempo de curto ou médio prazo –, mas um risco real de efetiva internacionalização do tudo que a Amazônia representa.

A minha fala será muito sucinta e se beneficia claramente das exposições excelentes que acabamos de ouvir.

A quem não me conhece, o nosso Presidente e o meu caro amigo, Senador Cristovam Buarque foi muito parcimonioso nas apresentações. Não tenho uma farda que me identifique por si mesma e nenhum posto importante no Ministério. Sou apenas um amazônida teimoso que, há 50 anos, pensa, discute e escreve sobre a sua região. Por isso, se sente não apenas com o direito, mas também com a obrigação de, quando chamado, dizer o que pensa. Não falo em nome de nenhuma instituição, não represento nenhuma corrente de pensamento, nenhuma corrente ideológica, nenhum Partido e nenhuma ONG. Represento a mim mesmo, o que já é uma grande responsabilidade.

Em primeiro lugar, agradeço o convite, honroso, que sei que partiu do ilustre Senador Jefferson Péres, batalhador incansável pela nossa comum região.

Pretendo apresentar minha fala, como disse, sucintamente, beneficiando-me de tudo que já foi dito, pinçando, das exposições feitas, as questões que me pareceu pertinente organizar numa pequena anotação para orientação da minha exposição, mas com tempero próprio.

Falarei, em primeiro lugar, sobre algo que, sinteticamente, chamo de constatações. Em seguida, falarei sobre contestações; posteriormente, sobre confissões e, para terminar, muito sucintamente, à falta de um termo melhor, farei um sermão.

Quais são as constatações que, em grande medida, já foram feitas e que retomo, como disse, com o meu tempero? Há ênfases, na história da Amazônia, que exprimem o modo como o mundo a vê e como o mundo quer dela se utilizar para solucionar problemas que não estão nela, que estão lá fora, fora da região do próprio País, fora do País, em outros continentes.

Sucinta e muito rapidamente, os ex-alunos do Prof. Arthur César Ferreira Reis tiveram um contacto muito direto com este levantamento histórico no seu famoso livro **A Amazônia e a Cobiça Internacional** e muitos outros que se produziram na mesma linha.

Sucintamente, vou resumir da seguinte maneira: a Amazônia, historicamente e em vários momentos importantes, foi lembrada como um espaço vital capaz de resolver os problemas de excedentes populacionais em outras regiões do mundo.

Ao fim da Guerra da Secessão, uma das soluções que circularam nos Estados Unidos e foram objeto de consideração era transferir a antiga população escrava para onde? Para a Amazônia. Branqueava-se a nação norte-americana definitivamente, mandava-se os negros embora e não se queria mais pensar no assunto.

É claro que isso não prosperou por muitos motivos, porém houve migrações dos confederados derrotados na Guerra da Secessão, que foram fundar o Município de Americana, em São Paulo, cidade da Rita Lee, a grande roqueira, cujo sobrenome Lee não é por acaso. Mas houve um grupo menor que se dirigiu para Santarém, no Pará, e há também descendentes ilustres: os mocorongos, que tiveram uma miscigenação com os sulistas norte-americanos. Cito o nome de um eminente antigo juiz de futebol carioca e hoje cronista esportivo muito conhecido, o Sr. José Roberto Wright.

Espaço vital, foi lembrado mais uma vez por ocasião da Guerra da Coréia. Estava nos manuais de economia – eu próprio os tive em mãos –, que Stephan Boulding, por exemplo, cogitando da possibilidade de resolver o problema do excesso populacional no extremo asiático transferindo 40 ou 50 milhões de pessoas, uma bagatela, para onde? Para a Amazônia. Há espaço sobrando na Amazônia, há gente sobrando no Extremo Oriente, então resolve-se a questão. Na política do Presidente Médici, quando se falava na transferência de homens sem terra para terras sem homens, obedecia-se à mesma inspiração. Sejamos honestos! Então, é um espaço vital para resolver problemas de excesso de população onde quer que eles existam.

Celso Furtado nos brindou com um excelente capítulo, antológico, no seu livro indispensável sobre a formação econômica do Brasil a respeito do que ele chamou de transumância amazônica. O que foi a transumância amazônica? A transferência maciça, nas últimas décadas do Século XIX e na primeira década do Século XX, de nordestinos para a Amazônia em busca de ocupação nos seringais nativos, para a extração do látex, cuja procura era crescente e atendida no mercado mundial e que ele estimou em cerca de 500 mil nordestinos. As estimativas mais conservadoras falam em 300 mil.

Se V. Exªs compararem esse número com a população total da Amazônia na época, vão verificar o tamanho gigantesco dessa transferência que merece, de fato, o nome de transumância. A batalha da borracha, por ocasião da II Guerra Mundial, em escala menor, repetiu o episódio. Foram entre 30 e 40 mil nordestinos novamente levados para reativar os seringais, que tinham caído em desuso, em decadência após a crise da borracha extrativa, por volta de 1912, com a entrada da produção da borracha plantada no Extremo Oriente, a partir de sementes levadas na Amazônia. Todo o mundo conhece esse episódio.

Espaço vital para populações que não encontravam mais meios de vida nos seus países de origem. Num segundo momento, a Amazônia passou a ser vista com o grande almoxarifado da economia mundial. Ali,

no seu subsolo, estão os minerais mais indispensáveis, em proporções gigantescas, minas, como a de Carajás, que se vai esgotar em não sei quantos séculos ou milênios, milhões de toneladas de minérios e tantos outros que foram já citados aqui. A Amazônia – repito – funciona com um almoxarifado. Quem precisa vai lá e pega – eu ia dizer a preço de banana, mas creio que a banana hoje está mais cara que o quilo do minério.

Num terceiro momento, a Amazônia passou a ser vista como um grande condicionador de ar do Planeta; o regulador da atmosfera mundial. O regulador do regime hídrico do globo como um todo. De certo modo o é. Mas, a partir daí, invencionices, como a história que ainda hoje circula pelo mundo que a Amazônia é o pulmão da Terra.

Começava-se a falar nas ameaças de destruição de um patrimônio natural, que não seria um patrimônio dos amazônidas, ou dos brasileiros, ou dos nossos vizinhos que compõem a Amazônia Continental, como o Itamaraty prefere chamá-la, ou a Pan-Amazônia, mas seria um patrimônio comum da humanidade e, portanto, deveria ser regida pela humanidade.

Éramos irresponsáveis. Estávamos destruindo esse patrimônio. Lembro-me perfeitamente da capa da revista **Time** a que se referiu Cláudio Brigagão –guardei essa edição entre outras –, que nos mostra um desenho de uma floresta cortada por uma estrada, pegando fogo ao fundo, com a fumaça dominando todo o ambiente, ameaça que significava a destruição do pulmão do mundo. É dessa época um estudo, que ainda hoje circula ao redor do Planeta, produzido em Manaus por um cientista estrangeiro, vivo, segundo o qual, mediante métodos os mais sofisticados de projeção, de simulações trabalhadas no computador, chegava à conclusão, vinte e poucos anos antes, de que, no ano 2000, não haveria mais nenhuma árvore em pé em toda a região Amazônica. Ele continua pontificando, dando entrevistas e deitando sabedoria num mundo sobre a região.

Num outro momento, entrou-se na fase que se poderia chamar, talvez forçando um pouco – mas em face da discussão que se trava no mundo inteiro sobre a pesquisa científica das possibilidades, das virtualidades das células-tronco – de Amazônia, célula-tronco, da vida em geral na Terra.

A enorme biodiversidade da região ainda não estudada não se dá apenas no reino mineral que se desconhece a parcela maior, mais de 90%, da realidade concreta da região. É também no reino animal e também no reino vegetal.

O número de espécies vegetais existentes na Amazônia, estudado cientificamente até agora, é mínimo em relação ao total, e as espécies animais da mesma maneira. Peixes, répteis, aracnídeos, felinos e quaisquer outros.

Por último, para terminar esta fase, entramos naquilo que estou chamando de "o milagre de Canaã invertido". Baseio-me em uma queixa do Prefeito atual da cidade de Canaã, Terra Santa, em que ele dizia que se Jesus voltasse à terra e fosse a um novo casamento na sua cidade, iriam pedir que Jesus fizesse o milagre contrário: converter o vinho em água e não a água em vinho, porque vinho eles continuam produzindo e bom, mas a água é extremamente escassa e racionada.

A grande ameaça do Século XXI é a que considero do eufemismo chamado "uso global social da água doce, líquida, potável do planeta terra". Não vou me perder em números – creio que todos os conhecem – da água doce existente na terra; 97% é água salgada e o restante, a maior parte, em torno de 90% é água doce. Em estado sólido, são as geleiras dos pólos, os *icebergs* e o que resta é mínimo e, crescentemente, insatisfatório para atender a demanda rapidamente crescente, muito mais do que a reposição dos mananciais da água doce líquida potável.

Já foi dito por alguém que tem autoridade, que comanda um organismo internacional sobre a questão da água, que as guerras do Século XXI serão as guerras da água. Muito do que acontece no Extremo Oriente, me arrisco a dizer – não sou especialista no assunto e peço perdão a quem domina a matéria -, é decorrente da água. Colinas de Golã, rio Jordão, o Tigre e o Eufrates são um problema que todo mundo tem medo da ação que a Turquia pode desenvolver em torno do seu domínio sobre as nascentes desses rios, e por aí diante.

O crescimento do uso de água não apenas para satisfação humana ou alimentação de animais ou para agricultura, mas também para a indústria é superior, na sua rapidez, o seu crescimento, à possibilidade de os mananciais se recomporem.

O Brasil dispõe de uma das maiores reservas mundiais de água doce líquida potável que é exatamente a bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Não o Brasil, a Amazônia continental. O Amazonas não é um rio brasileiro, é um rio regional no seu todo. Assim, anuncia-se o apocalipse e politiza-se o terror.

Ameaça-se com o terror do perecimento da humanidade por falta de água, pela contaminação da atmosfera que se tornaria irrespirável, pelo buraco na camada de ozônio com todas as suas implicações, pelo degelo das calotas polares e por aí adiante e atribui-se sub-repticiamente a responsabilidade disso tudo ao que acontece na Amazônia.

A suposta destruição da Amazônia, as queimadas que ali ocorrem – e ocorrem, sem dúvida alguma

– e debita-se isso ao gás carbônico despendido nessas queimadas, ignorando que a parcela maior das emissões estão no hemisfério norte, nos países industrializados e que não se deve contabilizar apenas a emissão atual, mas a emissão acumulada desde o início da revolução industrial, porque esses gases ficam circulando por séculos antes de se desfazerem, antes de serem absorvidos. Trata-se, portanto, de um débito histórico gigantesco, que não pode ser transferido para o pobre caboclo que ocupa um pedaço de terra e precisa limpar o terreno para plantar algo com o que sobreviver.

Feitas essas constatações, algumas contestações. Em primeiro lugar, entendo que há uma confusão de conceitos que é preciso aclarar. Amazônia pode significar muitas coisas. Amazônia é um conceito de geografia física. Aí, vamos falar na hiléia, na bacia hidrográfica, no clima, na flora, na fauna e em coisas desse tipo. Mas a Amazônia é só isso? A Amazônia é também, necessariamente, um conceito de geografia humana. Não esqueçam que vivem hoje na Amazônia brasileira cerca de 25 milhões de pessoas. Não me refiro à região Norte, de divisão fisiográfica clássica do IBGE, mas à Amazônia que, mais ou menos, corresponde aos limites da chamada Amazônia Legal, criada a partir da Constituição de 46 e reformulada posteriormente, etc.

Vinte e cinco milhões de pessoas corresponde à população de muitos países importantes do mundo, população que não pode ser ignorada em nome da sacralidade da natureza. Ela tem direito de reclamar as benesses do desenvolvimento econômico e social como qualquer outro ser humano, como qualquer outro brasileiro ou não brasileiro.

Isso é que cria o grande desafio do chamado desenvolvimento sustentável, para muitos um oxímoro, uma contradição nos termos, irresolúvel, porque o desenvolvimento exige consumo, utilização da base natural, consumo maior ou menor, controlado ou não controlado, mas exige. Não se gera o desenvolvimento do nada, por geração espontânea. Então, há uma confusão de conceitos.

A Amazônia não é apenas um conceito de geografia física, nem mesmo de geografia econômica – o que também é – ou de geografia humana; é também um conceito de geografia política no seu sentido mais abrangente, e, portanto, de geopolítica. Não podemos ignorar essa dimensão da questão amazônica, ou estaremos trabalhando no vácuo, no abstrato, no etéreo.

Para resumir, a Amazônia não é apenas natura; é também cultura, uma mistura das duas, e isso tem de ser considerado. Em segundo lugar, a partir dessa confusão de conceitos, há uma imprecisão dos preceitos, quer dizer, das recomendações, propostas e medidas apresentadas ou adotadas para resolver a questão amazônica. A Amazônia não é apenas um paraíso perdido, como foi chamada em certo momento, ou restaurado; a Amazônia faz parte de um processo civilizatório e está-se convertendo num campo de disputa de poder mundial.

Em terceiro lugar, essas indefinições – algumas delas, digamos, de boa-fé, muitas delas, com certeza, de má-fé – levam àquilo que chamo a anulação da Amazônia enquanto sujeito da história. Quer dizer, a Amazônia deixa de ser uma região, em todos aqueles aspectos que considerei, que tem o direito de reclamar para si um projeto a ser construído, e passa a ser vista como um objeto a ser utilizado para resolver problemas alheios a ela. Ela deixa de ser algo substantivo para se tornar meramente adjetivo, a Amazônia como adjeto posto a serviço da solução de problemas gerados, produzidos ou constatados lá fora.

Nesse particular, permito-me citar – muitos a conhecem – a eminente amazonóloga, embora carioca de nascimento e de residência, Professora Bertha Becker, que chama a atenção para o fato de que hoje o mundo dispõe de três grandes eldorados por cujo domínio se luta claramente. Esses eldorados são: os fundos dos mares; a Antártida, que já está partilhada; e a Amazônia, sobre a qual incidem soberanias nacionais que precisam ser, senão destruídas, superadas, sufocadas, para que passem a servir aos interesses maiores que estão lá fora. Cria-se, assim, o que ela chama, com muita propriedade, de um meridiano de tordesilhas ecológico, quer dizer, "isso pode ser feito, até aqui pode ser feito, daqui em diante não pode ser feito". Isso é o que contestamos, nós amazônidas.

Passo, então, às confissões – confissão no sentido próprio do termo, de tornar público, de tornar claro um pensamento. O que está por trás disso tudo, em primeiro lugar, é a crescente escassez da natureza. Ainda sou do tempo em que, ao se estudar rudimentos de Economia – pelo menos nos cursos de Direito, que foi o que fiz –, líamos um manual, por exemplo – o Senador Cristovam já não pegou isso –, de um professor francês chamado Charles Gide – não confundir com André Gide. Ensinava-se que o ar e água são bens fora do comércio.

Há cinqüenta anos eram, hoje não são mais. Eles se mercantilizaram, criaram-se mercados da água e do ar e de outros bens que pareciam inesgotáveis e que, portanto, escapavam ao domínio da ciência da escassez, que é a Economia. Há pouco mais de trinta anos houve o susto suscitado pelo famoso relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, que foi muito contestado, muito discutido, mas a essência

dele permanece. De certo modo, é uma volta à visão de Malthus: os bens que a natureza nos proporciona, os renováveis e, principalmente, os não-renováveis, são finitos, tendem a se esgotar – sobretudo se nós pretendêssemos estender à totalidade da humanidade os níveis de consumo dos países mais desenvolvidos ou de áreas dentro desses países.

Há pouco dias, revi na televisão, por acaso, uma entrevista do Sr. Ricardo Petrella, especialista na questão da água no mundo. Ele apresentou números fantásticos – números que não vou tentar reproduzir. Aparentemente, pelos critérios das Nações Unidas, cada ser humano deve ter direito, no mínimo, a cinqüenta litros de água/dia, para seu consumo pessoal, higiene, alimentação etc. Há povos que não têm dez litros de água/dia por habitante. Nós, no Brasil, estaríamos em torno dos cem litros, na média, desigualmente distribuídos. Há povos que têm quinhentos litros. Há uma região na Califórnia, nos Estados Unidos, que consome cinco mil litros de água/dia por habitante. Nesse Estado, segundo o último levantamento, há quase seiscentas mil piscinas domésticas – são cidades construídas no deserto! Isso pode ser estendido à humanidade como um todo? Há então compôs de batalha que estão se delineando no mundo. Não batalha militar, mas campos de batalha tão sérias quanto é a batalha pela atmosfera, pela hidrosfera, pela biosfera. Se ainda estivéssemos no tempo da Guerra Fria, eu até diria que pela estratosfera. Lembrem-se do Projeto Guerra nas Estrelas. Mas, com certeza, a batalha pior que está se travando, trava-se na nooesfera, no reino do espírito, que é a batalha pelas mentes e corações das pessoas ao redor do mundo pela tentativa de convencer aos brasileiros em geral, particularmente a nós, amazônidas, que somos os responsáveis por todas as desgraças atuais e futuras da humanidade. É a tentativa de nos fazerem acreditar que somos o fim do mundo, e que, conseqüentemente, os "sábios do mundo" têm que assumir a gerência, gestão ou que outro nome se dê dos recursos naturais que estão ali e que estão sendo dilapidados por nós. É claro que isso vem atrás de bandeiras humanitárias que em si não podemos contestar. Por que vamos negar água a quem tem sede? É um direito fundamental de todo ser humano. Mas em que condições vão querer que a imensa bacia do rio Amazonas, aquela quantidade fantástica despejada a cada segundo na foz do Amazonas, no Oceano Atlântico, fique à disposição da humanidade livremente, sem nenhuma compensação para nós.

Não é só a biopirataria que se faz no interior da Amazônia. Já se está fazendo a hidropirataria na foz do Amazonas. Os navios-tanques que chegam ali e enchem de água doce, já trazem usinas em si para tratarem essa água, e levam sem nenhuma compensação para nós.

Bem, fala-se na criação a OPEA, a OPEP da água. O Brasil deveria ser um sócio nisso, dado o volume de água doce que tem. E estou falando em água de superfície, não estão falando, por exemplo, no aqüífero guarani no sul, em conjunto com os nossos vizinhos no Cone Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (**Fora do microfone.**)

O SR. ARMANDO MENDES – Eu sei. Estou dizendo que não estou falando nele. Eu sei que existe e é importantíssimo e também está ameaçado. Sabe disso.

Isso tudo significa o quê? Significa que se está querendo convencer a humanidade de que ou se passa a administrar co sabedoria o patrimônio natural que existe em uma região chamada Amazônia, que extrapola o Brasil, que, no Brasil, vai a cerca de 5 milhões de Km2, mas no seu todo vai a cerca de 8 milhões de Km2. Ou se administra isso com sabedoria, quer dizer, pelos potentes da Terra, pelos ricos da Terra, para responder as suas necessidades diretas e imediatas ou nós estaremos todos perdidos.

Quais são as respostas? Eu não a tenho mas já participei de numerosas tentativas de responder àquilo que foi colocado pelos meus colegas de Mesa, a falta de uma política efetiva, clara, de tratar a Amazônia como um ente que, no seu todo, precisa ser levado em consideração, não apenas como supridor de matérias-primas, não apenas como produtor de grãos, não apenas como um eventual "celeiro do mundo", como um Boulding teria chamado, para o futuro, não apenas como o repositório dos segredos da biodiversidade que ainda precisam ser estudados em benefício da humanidade – talvez a cura do câncer e da Aids e assim por diante -, mas a Amazônia como um ente complexo, habitada por 25 milhões de brasileiros. Um projeto amazônico que não existe. Na verdade, hoje em dia – que não quer dizer do ano passado para cá, mas já há alguns anos -, não existe um projeto nacional. Essa é a realidade pura e crua. Por não existir um projeto nacional, não existe um projeto amazônico.

As principais disposições da Constituição de 1988 sobre a questão regional – estou me referindo apenas à Amazônia – não foram sequer regulamentadas. Os instrumentos disponíveis, em grande parte, foram destruídos, sob acusação de que havia corrupção profunda. Já houve corrupção profunda na Presidência da República e um Presidente foi cassado, mas não se extinguiu a Presidência da República por isso.

Vou terminar – e disse que era com um sermão. O sermão não é meu, é do Padre Vieira, Sermão da

Sexagésima, Capela Real, Lisboa, 1653, um século, um pouquinho antes do terremoto. Qual era o tema? Saiu o semeador a semear, a parábola do semeador. A semente caiu em terreno sáfaro, caiu sobre pedras, caiu entre espinhos, caiu na estrada e foi pisada pelos passantes, não vingou. O semeador desanimou, voltou à casa. Para quê? Para desistir? Não. Para recolher novos elementos, fazer nova semeadura. Conseguiu. Foi recompensado cento por um.

Isso é o que estou chamando – perdoem-me – de "insistencialismo" amazônico. Eu sou um "insistencialista". Eu insisto. Eu sei que não produz grande resultado, mas insisto. É meu dever insistir. Não podemos desistir. Temos de reclamar. Temos de tentar esclarecer.

Não nos preocupam mapas, verdadeiros ou falsos. Preocupa-nos o ambiente que se cria, lá fora, em relação à Amazônia. Preocupam-nos os interesses - alguns explícitos, outros, ocultos - que estão por trás de algumas bandeiras humanitárias, contra as quais não podemos nos insurgir. Preocupa-nos, como disse o Professor Senador Cristovam Buarque, naquele discurso antológico, naquele texto antológico que o Almirante reproduziu parcialmente, que todas essas propostas de gestão em conjunto dos bens comuns da humanidade sejam assimétricas. No caso da água, por exemplo, seremos supridores, e eles são demandantes.

Ricardo Petrella, que me parece um homem sério, que desenvolve uma reflexão séria a respeito do assunto no mundo, indagado pela entrevistadora sobre isso, falou a respeito. Perguntaram a ele: "O Brasil é um dos maiores repositórios de água do mundo e, então, ele vai ser o grande fornecedor de água para o resto do mundo?" Ele disse: "Não. Se a água doce, líquida e potável do Brasil for internacionalizada, também será a da França, a da Itália, a de Israel, a da Arábia Saudita".

Pelo amor de Deus, seremos os supridores de água deles. Eles querem internacionalizar, porque eles não a têm suficientemente. Vamos ser claros nisso. Vamos ser honestos. Vamos esquecer os mapas, por mais inconseqüentes e por mais inconvincentes que eles sejam. Vamos raciocinar sobre a realidade que está por trás disso tudo.

Quando eu era criança, ensinaram-me uma oração para ser rezada à noite, antes de deitar, que eu nunca esqueci. É uma oração ao anjo da guarda:

Santo anjo do Senhor,
Meu zeloso guardador,
Se a ti me confiou a piedade divina,
Sempre me guarde, conserve e ilumine.

Agora, estão surgindo para a Amazônia guardiões esquisitos. Para esses eu não vou rezar.

Muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Depois da fala do Professor Armando, abrirei a palavra aos Srs. Senadores. Antes, porém, lerei rapidamente algumas da perguntas, porque os Senadores terão todo o tempo para falar. Depois que todos se pronunciarem, passaremos a palavra às respostas.

Não, eu vou ler apenas. Depois, passo a palavra aos Senadores, que terão todo o tempo.

Vale a pena, porém, antes dizer algumas coisas. Primeiro, parabéns à **TV Senado** pela audiência, porque a quantidade de perguntas que chegam é surpreendente.

Lerei poucas, aquelas que acho que valem a pena. Uma delas indaga: "Que diferença faz a Amazônia ser explorada por brasileiros ou estrangeiros, se ninguém está preocupado com ela e sim com o lucro?" O autor da pergunta é Marco Aurélio Machado.

Outra, bem específica: "Eu gostaria de saber se existe algum soldado estrangeiro na Amazônia. Caso exista, gostaria de saber quais são". É do Marcelo Vieira.

Outra pergunta: "O número de militares efetivos no Rio de Janeiro é superior a 44 mil homens. Na Região Amazônica, é de apenas 22 mil. Não seria isso um contra-senso?" A autora é Letícia Maria.

Outra, muito específica: "Gostaria de saber como o Governo brasileiro reagiria em caso de uma invasão norte-americana? As Forças Armadas estariam preparadas?" É de José Luiz.

Outra: "Eu gostaria de saber se existe algum plano de defesa caso haja uma agressão armada de países estrangeiros à Amazônia". É uma pergunta no mesmo sentido da anterior.

Outra diz: "No último debate da primeira eleição do Presidente dos Estados Unidos, o Sr. Bush disse que iria eliminar os ditadores, Saddam Hussein e o ditador da Iugoslávia e resolver a extensão da Amazônia. Os dois primeiros ele já resolveu. Faltaria a Amazônia?"

"Eu gostaria de saber se o Governo está preparado para defender as fronteiras, ou melhor, de um possível ataque?" É no mesmo sentido da outra.

"Eu gostaria de saber se esse risco de invasão se dá pela incapacidade do Brasil de gerenciar e evitar desmatamentos em vez de pela ameaça estrangeira".

E esta que acho muito interessante, do Antonio Maurício Moreira: "Se a ONU e as organizações internacionais, não militarmente, mas diplomaticamente resolvessem que a Amazônia é de interesse mundial,

qual seria a atitude do Governo brasileiro nesse sentido?"

Lerei apenas mais uma para não tomar o tempo: "Eu gostaria de saber se outros países da América Latina fazem a mesma proteção da Amazônia assim como o Brasil. Isso porque a Amazônia está em outros países. E se é possível invadirem a nossa Amazônia".

Finalmente: "Não falta também um programa de educação da população como forma de proteger o País?" Essa é de Celso Alves.

Essas são algumas das perguntas que incluiremos no relatório final. Gostaria que alguém tomasse a palavra e fizesse comentários. Antes, passo a palavra aos Senadores, começando pelo Senador Jefferson Peres, que tomou a iniciativa de convocar esta audiência.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Almirante Miguel Ângelo Davena, Embaixador Samuel Guimarães, Professor Brigagão, Professor Armando Mendes, tive a iniciativa de convocar esta reunião com esse tema apenas para dar satisfação à opinião publica.

Pessoalmente, apesar de amazônida desde a concepção, no útero da minha mãe, e apesar de um passado de esquerda, nacionalista – fiz o ISEB, centro de pensamento da esquerda nacionalista brasileira. Sou absolutamente cético quanto a perigo próximo, remoto, de internacionalização da Amazônia. Não há suporte jurídico. A Carta das Nações Unidas não contempla isso. Não há onde se diga que a ONU tem o poder de retirar território de um país e de proclamá-lo área internacional. Isso não está na Carta das Nações Unidas, Professor Brigagão. Nunca houve precedentes nem condições políticas. Quem pensar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas vai decidir contra a Carta das Nações Unidas, intervir na Amazônia e tomá-la do Brasil é um delirante, um paranóico. É pura paranóia, nas condições do mundo de hoje, pensar-se que isso é possível. A humanidade não pode assistir impassível e concordar sem um veto do Conselho de Segurança. A China, a Rússia, a França, ninguém vetaria? Podem intervir no Brasil e tomar a Amazônia? Tenha paciência! Com o devido respeito aos que pensam diferentemente, mas trata-se de uma pessoa muito crédula, muito desinformada.

Enfim, todas as semanas recebo **e-mails.** Ainda hoje recebi. O tal mapa fraudulento chegou hoje de um cidadão, creio que era carioca, indignado. Queria saber o que os Srs. Senadores estavam fazendo para evitar. É incrível, uma paranóia. Por quê? Vai muito de nossa postura de subdesenvolvidos. As nossas elites, de um modo geral, salvo exceções, têm uma postura subdesenvolvida em relação ao primeiro mundo. Se um senador do Brasil fizer um discurso agressivo contra a França, a Alemanha, os Estados Unidos, não dão a mínima quanto a isso. Mas se um senador americano falar em internacionalizar a Amazônia, haverá uma tempestade, porque um senador americano falou.

Não é uma postura subdesenvolvida em relação ao lado de lá? Se **O Globo** ou a **Folha de S.Paulo** publicar um editorial pregando qualquer coisa sobre a internacionalização da Provence ou do Museu do Louvre, os franceses não darão a mínima. Mas se o **Le Figaro** publicar um editorial sobre o Brasil, o **New York Times**, vão dez Senadores à tribuna do Senado, vinte Deputados, protestar contra essa ingerência estrangeira. É uma postura subdesenvolvida. Deixem os Senadores, Deputados e jornais americanos dizerem o que quiserem a respeito de nós. Em que me importa? Se forem Governo americano, oficialmente, ou o Congresso americano, é diferente.

Embaixador Samuel Guimarães, será que valeria a pena dar uma resposta ao Sr. Pascal Lamy pelo posto que ocupou ou pelo que vai ocupar? No momento, é um cidadão. Aliás, se ganhar a eleição é porque o nossos parceiros do Mercosul estão apoiando o candidato do Uruguai, dividindo. Essa parceria com o Mercosul é muito esquisita. Vão deixar que um europeu, o Lamy, ganhe a eleição para a OMC? Que parceria, que solidariedade é essa? É muito estranho. O que importa a opinião do Sr. Pascal Lamy? É a opinião do Governo francês? Não, certamente. O que importa a opinião do ex-Premier Mikhail Gorbachev? Ou a do ex-Presidente Mitterrand ou a do ex-Presidente Al Gore? Por que damos tanta importância a notícias do primeiro mundo? É uma postura de subdesenvolvimento mental. No fundo, somos mesmo uma colônia, culturalmente. Não dou muita importância ao que dizem. Como eles não darão a mim se eu for à tribuna do Senado dizer qualquer coisa. É impressionante. Daí essa paranóia na sociedade brasileira a respeito da internacionalização da Amazônia e a tese conspiratória. Quem é que está conspirando para a internacionalização da Amazônia? Por que crêem que há uma conspiração?

A biopirataria. As ONGs. O Professor Brigagão tem razão. O que são as ONGs diante do poder do Estado nacional brasileiro? Pegamos qualquer ONG e expulsamos, seja americana, francesa. Que perigo as ONGs representam? É biopirataria, é interessante. A Amazônia até hoje, o Professor Armando Mendes sabe, gritam quando o biopirata inglês Wican que levou as seringueiras e as cultivou no sudeste asiático e nos esmagou economicamente. Por que nós não cultivamos as seringueiras, hein? Interessante ele é um biopirata, Professor Brigagão, mas o Palheta que trouxe um café para o Pará e para o São Paulo não é biopirata não, ele roubou o café da Guiana Francesa.

A soja que nós trouxemos da China não é biopirataria não. Mas o que levou a seringueira é biopirata. Sabe por que a seringueira vingou? Porque os ingleses criaram em Kuala Lampur o Instituto de Pesquisa da Borracha, e fez e aclimatou a borracha, mas não tínhamos um Instituto de Pesquisa da Borracha no Brasil não, pensávamos que íamos ficar com o monopólio da borracha o tempo todo. Os ingleses fizeram muito bem em levar a borracha, como castigo pela nossa imprevidência das nossas elites, como sempre, só sabemos que os culpados são sempre os outros, nós não somos culpados de nada. E os brasileiros que saqueiam este País há 500 anos! Graças a Deus pensarmos que são os estrangeiros que nos saqueiam, que nos roubam porque desviam as nossas atenções para eles, os inimigos são os outros.

Professor Armando Mendes será que algum dia vão intervir no Brasil para nos roubar água? Primeiro lugar, se a água virar uma **commodity,** ela vai ser comercializada no mercado internacional. Por que vão nos roubar água, tomar **manu militare**.

E inimaginável para mim o exercito de ocupação estrangeiro vir aqui para arrumar comboio para levar água para fora, era melhor nos comprar águas. Outra coisa, subestimaram o avanço da tecnologia, que hoje uma descarga de sanitário leva dez litros de água e poderia levar só um. Isso vai ser desenvolvido. Subestimou-se a vã da tecnologia para desenvolvimento de energia barata à base de hidrogênio para dessalinizar a água do mar e não precisar mais de água doce no mundo. É subestimarmos muito o avanço tecnológico e pensarmos que por causa da água vão internacionalizar a Amazônia. Olha. Às vezes o Gilberto Amado dizia "que é difícil na classe política brasileira encontrar uma pessoa que estabeleça uma relação de causa e efeito." Porque são coisas tão irracionais e que descambam logo para o passionalismo, sem uma análise ponderada, o que me espanta profundamente quem acredita nestas coisas. Uma visão de Séc. XIX que politicamente havia várias potências lutando entre si pelo domínio do mundo, e do ponto de vista econômico um mundo que mudou inteiramente, não há mais disputa entre um e não há nenhuma possibilidade de conflito entre nações por causa de hegemonia mundial. Lutas por matéria-prima? Meu Deus do céu! Esses países ricos do mundo não dão a mínima para a matéria-prima. As grandes empresas americanas hoje, são empresas que, como Microsoft têm 1% da matéria-prima e vão brigar por quê? Pelas riquezas minerais da Amazônia? Mas por que se as empresas podem vir para cá e explorar as riquezas minerais da Amazônia, a própria Constituição foi mudada desde 1997 e podem, porque que em vez de se instalarem aqui explorar Prof. Brigagão, vão invadir a Amazônia e internacionalizá-la? Por que fariam isso?

Embaixador Samuel Guimarães, a pergunta que lhe faço – já discursei demais – concretamente o Itamaraty não dá importância demais aos pascals lamis com as suas idéias de jerico sobre a Amazônia? Eu acho que não mereceria nem uma nota, deixa o Seu Pascal Lamy pensar o que quiser. Dane-se o Pascal Lamy! Vamos cuidar da Amazônia. O Brasil não tem um Projeto Nacional para a Amazônia. São ações pontuais apenas, importantes, como o Sivam e o Sipam, Almirante, ms onde está o Projeto Nacional para a Amazônia? O modelo de desenvolvimento que não seja o convencional? Não existe. A Amazônia corre um sério perigo de ser destruída pelos brasileiros, pelos devastadores da floresta, pelos madereiros, pela frente da soja que está avançando. Se perdermos a Amazônia, podemos perdê-la sim, mas será pela devastação, pela destruição de recursos florestais e hídricos, que aliás formam um ecossistema inteiramente integrado. Isso sim. Onde estão os Zoneamentos Ecológicos e Econômicos de toda a Região?

A minha é para o Embaixador Samuel. Estou muito satisfeito com a postura dos palestrantes, muito serenos, sem o passionalismo latino-americano, sem a xenofobia...de quem já disse: A xenofobia é apenas.... e esta postura diante dos países ricos, é misto de mania de grandeza e complexo de inferioridade. Eu, graças a Deus, há muito tempo, me libertei disso. Eu, quando jovem, quando todo discordava de mim, eu o taxava logo de entreguista, a minha visão maniqueísta de que eu era dono da verdade, patriota, defensor o País, e todos que divergiam de mim eram entreguistas, estavam a serviço de interesses estrangeiros. Esta é a postura de grande parte da elite brasileira, infelizmente, que o mundo está conspirando para nos tomar a Amazônia. Eu não acredito nisso, tenho o devido respeito por quem acredita, isso é uma grande bobagem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o discurso mais longo que vi o Senador Jefferson fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Embora a pergunta seja para o Embaixador, qualquer outro poderá fazer comentário.

Vou passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, em seguida aos Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa e Eduardo Azeredo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, Almirante Miguel Ângelo Davena, Professor Armando Mendes, Professor Clóvis Brigagão, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Senhoras e Senhores, Senadoras e Senadores, eu concordo em parte com o pronunciamento do Senador Jefferson Peres de que

não há cobiça internacional pela Amazônia. Eu lembraria da situação do Iraque, a invasão americana no Iraque, e está provado que não foi apenas para depor o ditador Saddam Hussein e pelas armas químicas que estavam produzindo. Não conseguiram provar nada a existência dessas armas. A invasão foi mais pelo petróleo, pelo menos é o que se alega. E isso aconteceu contra a resolução da ONU. A ONU foi contra essa invasão. Concordo que o Governo brasileiro deva ter capacidade de proteger a Amazônia e desenvolvê-la de maneira sustentável. Se não fizermos isso, e os americanos, os franceses, enfim, toda a comunidade internacional vendo a Amazônia totalmente agredida, devastada, queimada, essa pressão poderá vir a acontecer no futuro. A questão da água é uma possibilidade real. É claro que aí vamos querer que os navios que trazem produtos para o Brasil, como petróleo e outros, carreguem nossa água, principalmente aquela que está sendo jogada no mar, sendo desperdiçada, leve mas pague. Que paguem a água para o Brasil. Da mesma forma, a produção da floresta. Acredito que temos um instrumento que é o Tratado de Kyoto. É lamentável que ele não permita a compensação da floresta velha, da floresta natural, e sim, apenas o reflorestamento. Porque se compensasse a floresta natural, teríamos as reservas indígenas, os parques nacionais, os parques estaduais, toda a Floresta Amazônica para compensar, para evitar que ela fosse queimada, destruída.

Por que o brasileiro, por que o pequeno produtor rural da Amazônia derruba e queima? Para sobreviver. Porque para sobreviver da floresta não é fácil. Nem mesmo os índios, ultimamente, estão conseguindo sobreviver dela. Então, é muito difícil um produtor rural entrar num pequeno pedaço de terra, todo em floresta, de 21, 50 ou 100 hectares, que o Incra distribuiu na Amazônia, e conseguir sustentar sua família apenas do extrativismo, da exploração da floresta, principalmente agora. No passado, talvez isso pudesse acontecer, quando o látex valia alguma coisa. Hoje não vale mais. E a castanha já não é, também, tão abundante, principalmente na minha região, no Estado de Rondônia.

Dessa forma, acredito que, se o Brasil continuar a agressão da Amazônia, se não colocar um freio no seu desmatamento, se não desenvolvê-la sustentadamente, essa idéia poderá começar a ser incutida na cabeça do povo, da comunidade internacional, e, no futuro, poderão vir pressões, sim, não para internacionalizar, mas, como falou Pascal Lamy, para tornar a Amazônia um bem público. Foi o que o Pascal Lamy falou. Ele não falou em internacionalização, que vem a ser a mesma coisa: tornar a Amazônia um bem público da humanidade. Então, acho que essa preocupação deve existir.

Queria apenas fazer uma pergunta ao Almirante sobre a Base de Vilhena, da Aeronáutica. Parece que, pelo mapa, ela já estava em operação, mas está em fase de implantação – peguei esse dado, ali no final. Pelo que me consta, o inicio das construções demandaria algo em torno de mais de R$100 milhões, e há no Orçamento apenas R$1,5 milhão; eram R$5 milhões e ultimamente parece que o valor passou a R$2 milhões, apenas R$2 milhões. Quantos anos vamos levar para implantar essa base em Vilhena, se há apenas R$2 milhões no Orçamento e precisaríamos de mais de R$100 milhões?

Lancei uma proposta que está com o Presidente da República, para análise, porque cabe a Sua Excelência a criação ou extinção de Ministérios. Já que há 33 Ministérios, e alguns poderiam ser fundidos ou extintos, lancei a idéia, no Fórum do Parlamento Amazônico, em Manaus, há dias, quando fui dar uma palestra sobre as Parcerias Público-Privadas, da criação do Ministério da Amazônia. A proposta foi acatada pelo Fórum e veio para o Presidente da República. Já que a Amazônia é tão distante, tão vasta – engloba 60% do território nacional – e tão desassistida; já que a maioria dos Ministérios está mais voltada para o Nordeste, para o Sudeste, para o Sul e um pouco para o Centro-Oeste, deixando a Amazônia um pouco esquecida, será que a solução não seria a criação de um Ministério voltado exclusivamente para cuidar dela? Ele poderia fazer uma integração com os demais Ministérios, para protegê-la melhor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, quero fazer uma pergunta. Trata-se de uma sugestão na linha do questionamento do Senador Valdir Raupp, de autoria de Almir Joaquim – imagino que seja um jovem –, que diz:

Sugiro que o Presidente Lula aumente a verba das Forças Armadas e convoque os jovens que estão completando 18 anos e não têm emprego para se alistarem no Exército Brasileiro. Esses jovens poderiam ser deslocados para a Amazônia. Acho que o estrangeiro está de olho nas nossas riquezas e não na preservação do meio ambiente.

Ou seja, é uma constante nas perguntas o apoio às Forças Armadas e a necessidade de destinação de mais recursos para ela, como instrumento de defesa da Amazônia brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Felicito V. Exª, Sr. Presidente, pela realização desta reunião.

Creio que foi muito feliz ver quatro depoimentos do maior conteúdo e da maior importância.

Quando vi o pronunciamento do nobre representante da Marinha, imaginei que ali era a apresentação dos temas... O seu pronunciamento justifica a realização de um seminário de três dias para debatermos ponto por ponto – o que há ou não, o que foi feito ou não.

Entendo o pronunciamento do nobre Senador Jefferson Péres e quero concluir – embora discorde em muitos aspectos – com o seu objetivo final. Realmente nós perdemos a Amazônia por culpa nossa e temos que fazer as coisas que não estamos fazendo. A ameaça acontece mas o que estamos fazendo? Realmente, não há um plano real, concreto e objetivo para a Amazônia.

Juscelino transferiu a capital para Brasília porque julgo isso importante. Por que o Governo brasileiro não transfere para a Amazônia muito daquilo que está no Centro-Sul e no Sul e que pode desenvolver a Amazônia? Há tempos, como Ministro da Agricultura, tive a oportunidade e a honra de participar do Projeto Calha Norte, coordenado pelo General Denys, Chefe da Casa Militar. Penso que foi um grande projeto, de primeiríssima grandeza. Lamentavelmente, só as Forças Armadas levaram a sério.

No projeto daquela construção, eram previstos lugares para todos os Ministérios – posto de saúde, agricultura, educação. Praticamente todos os Ministérios tinham que ter presença no Calha Norte em determinados lugares. No entanto, quem esteve presente foi o Ministério da Fazenda, da Marinha, da Aeronáutica, o Exército, os outros não levaram adiante.

O Calha Norte foi realmente algo da maior importância e que deveria ser continuado. Consistia exatamente em fazer forças militares, mas não apenas um quartel – o Calha Norte tem essa vantagem –, e sim um quartel fruto de uma futura cidade. Ali, ao redor do quartel, uma futura cidade irá se desenvolver, porque são levados os vários Ministérios, o hospital, o desenvolvimento e a orientação da agricultura, a formação, a criação de casas para onde realmente nasça uma cidade naquela região. Essa é a grande saída: fazer na nossa fronteira perspectiva, embora seja imensa, de construções como a do Calha Norte.

Agora, sentimos que o Brasil não faz o que deveria fazer e não defende como deveria as suas questões da Amazônia. No projeto da Zona Franca de Manaus, quem ganha dinheiro mesmo são os empresários de São Paulo que ali aplicam e ali atuam. Porém, aquilo que foi feito para a Zona Franca de Manaus ser o desenvolvimento de um grande parque industrial não aconteceu. Houve contratação de mão-de-obra de pessoas de Manaus, mas a indústria, o desenvolvimento e o crescimento, mesmo que fosse uma indústria destinada à exportação, não aconteceu.

Então, vejo, com toda a sinceridade, que nos falta uma orientação. E talvez V. Exª, Sr. Presidente, e esta Comissão pudessem orientar um seminário, um debate de aprofundamento nessa matéria para que fosse levada adiante. Penso que o nosso desprezo pela Amazônia é total. Não consegui entender como terminaram com o Projeto Rondon. Não me passa pela cabeça alguém terminar com esse projeto, que era espetacular – andei por lá e vi. Até hoje em Rondônia e Roraima há jovens do Rio Grande do Sul que foram como estudantes de Medicina, estudantes de Odontologia, e ficaram lá, estão lá, viveram lá e se adaptaram por lá. O projeto como este terminar não tem justificativa nenhuma. Está voltando e tomara que tenha condições de voltar para valer para mudar para valer.

Houve um momento no Rio Grande do Sul – quando temos uma intenção e valorizamos uma causa e quando não temos, – houve um momento na história do Brasil que os americanos nos venderam a idéia de que era inevitável uma guerra entre o Brasil e a Argentina. Era inevitável. E durante cinqüenta anos, metade do exército brasileiro ficou na fronteira do Brasil com a Argentina. Tínhamos em Santiago cinco quartéis; Alegrete, quatro; Uruguaiana, três; São Borja, três. Metade do exército brasileiro ficou na fronteira do Brasil com a Argentina. Isso porque se espalhou a notícia, se vendeu a idéia de que uma guerra entre o Brasil e a Argentina era uma guerra inevitável.

Meu querido Senador, o amigo não achar que na verdade não temos deficiência e que na verdade o mando da mídia e o comando da mídia não fazem horrores? Eu acho que fazem. No Brasil aconteceu isso. Metade dos quartéis, metade das Forças Armadas e do Exército estava na fronteira. O trem no Brasil é de bitola larga, o trem na Argentina é de bitola larga, o trem no Rio Grande do Sul é de bitola estreita, porque a guerra era inevitável e não podíamos facilitar a entrada dos argentinos no Brasil. Então, que eles ficassem na fronteira com o Rio Grande do Sul. Do lá de lá, a mesma coisa. Na cidade de Sacramento tem um túnel por baixo do rio em vez de ponte. Fiquei impressionado, uma coisa moderna, um túnel embaixo do rio. E por que não fizeram uma ponte? Perguntei para eles: mas por que o túnel e não a ponte que era dez vezes mais barato? Porque na Argentina, o fundo do rio é propriedade da província, a beira do rio é propriedade da União. E a Argentina não queria aquela ponte, porque numa guerra do Brasil com a Argentina, ali com aquela ponte, os brasileiros poderiam entrar rumo a Buenos Aires. Então, eles não a queriam. E as províncias, que

têm mais autonomia lá que aqui, se reuniram e fizeram um túnel para fazer a integração.

Essas coisas acontecem.

Hoje elas estão caindo no ridículo. Hoje, estão caindo no Mercosul. Mas por que naquela época, com uma coisa tão boba, uma guerra inevitável, se fez esse trabalho intenso para cercar a fronteira com a Argentina, que tem uma cidade do lado da outra? E por que não se faz nada com relação à Amazônia? E por que não se preocupam com relação à Amazônia de fazer algo positivo, dentro do que diz o Senador, de defendermos o que é nosso, trabalharmos pelo que é nosso? Porque não há um sentimento de compreensão de um Estado como São Paulo, que não tem mais para onde crescer? De repente algumas indústrias dali irão se deslocar e vão levar para a Amazônia. Por que não há esse sentimento? Aí concordo com o Senador Jefferson Péres, concordo que o Brasil está deixando as coisas andarem criminosamente sem tomar conta. E se acontecer alguma coisa, a culpa é nossa.

Só digo, meu querido Senador Jefferson Péres, que no âmbito internacional, há unanimidade. O Bush que ir para o Iraque, e o Conselho da ONU vetou. Ele foi na marra contra nações importantes como a França, a Alemanha. Mas se amanhã fizerem qualquer discussão para internacionalizar a Amazônia, não sei se o Conselho da ONU consegue evitar. É bom o Brasil estar lá neste dia, porque é um sentimento que estão vendendo uma tese, e a tese é simpática, a tese é simpática: não vamos internacionalizar, 1/3 das águas que estão ali, vamos fazer...Não queremos ir para os Estados Unidos; não queremos nada. Nós queremos que a ONU abra, desenvolva, utilize aquilo em favor da humanidade. E aí, até lá, na Índia, até na África, se fizerem uma pesquisa, vão dizer "Não, vamos desenvolver isso aí; é a favor da humanidade." Não é à toa que se vê na França – o Mitterand falou isso –; na Inglaterra, o Primeiro Ministro falou isso; nos Estados Unidos, falam isso, ou seja, por aí afora falam nisto, em uma internacionalização. Isso é impossível? O Senador Jefferson diz algo que é verdadeiro: o que querem fazer, eles já estão fazendo.

O Brasil cometeu, na minha opinião, o crime de privatizar a Vale do Rio Doce, que tem uma enormidade de documentos. Abriram, viram que havia minério, e não podiam explorar. Mas ele detém a outorga. Só aquelas outorgas...que pelo menos privatizassem as diversas empresas da Vale, mas que as empresas em si, com as outorgas, ficassem no nome dela, porque levaram tudo, centenas e centenas de impostos foram estudados, e que se sabe que tem, mas não se tem dinheiro para fazer, e hoje é a Vale do Rio Doce, que foi vendida por US$3 bilhões. Foi o preço que o Rio Grande do Sul vendeu 40% da C3E, uma companhia que não tem nenhuma expressão. E hoje ela está avaliada em US$30 bilhões. E essas pessoas concordam que há todas as condições de entrar na Amazônia. E poderia ser da União. Não que ficasse na União. A tese que defendo é que não ficasse na União, e somente quando ela tem dinheiro, coloca. Não. Seria que a União distribuísse e trouxesse dez, vinte, trinta empresas para explorar o minério e as riquezas da Amazônia, mas com uma empresa nossa coordenando; e não ficar nas mãos de uma empresa estrangeira essa coordenação. Nacional, privatizaram.

Então, digo é que, quando o senhor diz que não temos uma política geral para a Amazônia, não temos uma questão geral para a Amazônia, creio que isso é uma grande verdade.

Eu acho, Presidente que, partindo da Comissão, as Forças Armadas, o Itamaraty, não. Se nós todos fôssemos buscar esse objetivo, vamos buscar estabelecer uma política global para a Amazônia, no seu contexto geral, com a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, a agricultura, etc, o meio ambiente, ou seja, global, estaríamos fazendo uma grande coisa. Creio que, se nós, ao final dessa reunião, estabelecêssemos como norma que vamos reunir, de que forma isso daria, e partíssemos para colocar no papel essa política global que, como diz muito bem V. Exª, até hoje não existe, existe somente em casos isolados, uma aqui e outra, lá. Se partíssemos para esse Projeto Nacional da Amazônia, eu concordo, despreocupado com o lado de lá, mas fazendo do lado de cá, acho que é um grande trabalho. Vou ser sincero: considero o problema da Amazônia o mais importante do Brasil hoje. Não quero me intrometer, mas sou um preocupado. Eu tenho medo, porque já andei por lá, porque aquele General, o Espírito Santo... foi ele o Comandante do Quarto Exército? Como se chama aquele Comandante carioca, do Quarto Exército?

O SR. ORADOR NÃO IDFENTIFICADO – (**Intervenção fora do microfone**.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (**Intervenção fora do microfone.)**

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, na época do Presidente José Sarney.

O SR. ORADOR NÃOM IDENTIFICADO – (**Intervenção fora do microfone.**

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Santa Cruz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu acertei. Não era Espírito Santo, mas era Santa Cruz. Eu estava no caminho. Eu sabia que era por aí. Mas, que

eu estava no caminho, eu estava. O General Santa Cruz nos reuniu quando fomos visitar o Projeto Calha Norte. E eu vi aquela escola de formação de soldados para sobreviverem na mata.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A Escola de Guerra na Selva.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É fantástico, é bonito o trabalho dele. E ele era um nacionalista até exagerado. Ele era um apaixonado. Ele dizia, não sei se é verdade, que do lado de lá, na Guiana, os americanos estão fazendo uma escola igual à nossa, preparando-se para fazer um curso de sobrevivência na selva, idêntico ao nosso. Não sei. Mas se nós tomássemos como objetivo claro, inclusive o próprio Poder Executivo, um contexto geral, as entidades, o Congresso Nacional, estabelecêssemos uma meta de política global para a Amazônia, eu creio que estaríamos fazendo uma grande coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Senador Suplicy e depois à Senadora Ana Júlia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Cristovam Buarque, que preside nossa Comissão, hoje, atendendo à feliz iniciativa do Senador Jefferson Peres, volta um pouco às suas origens de ser um excelente Professor e Reitor de Universidade. Hoje, tipicamente, é um desses momentos em que todos nós estamos aprendendo muito. E V. Exª abrindo para os que assistem à TV Senado possam estar interagindo com a Comissão, fazendo perguntas, faz de nossa Comissão uma verdadeira aula, no sentido de um grande Reitor de Universidade. Quero cumprimentá-lo por isso. Também digo que com os quatro depoentes, muito aprendi e estou continuando a aprender.

Eu perguntaria ao Almirante de Esquadra, Miguel Ângelo Davena e também ao Secretário-Geral, Ministro hoje das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, relativamente a um dos aspectos que foi mencionado, a Lei do Abate. Se porventura houve até hoje, desde a promulgação da Lei, necessidade de solicitar a qualquer avião que aterrizasse. Eu digo sinceramente que tenho bastante preocupação com esta Lei. Ela, de alguma maneira, envolve algo que a Constituição proíbe, a pena de morte. E com o risco de haver alguma pessoa no avião, como ocorreu na Colômbia, de uma pessoa que nada tenha a ver com o crime em potencial que está sendo praticado, e, de repente, se abate o avião e matam-se pessoas, algumas sem qualquer culpabilidade. Isso me preocupa muito, porque sempre avaliei que se o Sivam está sendo tão eficiente, se o sistema de comunicação é tão bom, se os aviões agora da FAB e mais, normalmente de menor porte, dizendo, vocês têm que aterrizar, caso contrário, vamos buscá-los onde estiverem. Não vejo muito a necessidade de abatê-lo. Felizmente, isso ainda não ocorreu, mas eu gostaria de saber se porventura houve já a necessidade de aplicação da Lei do Abate. Quero até fazer uma recomendação que passado algum tempo de vigência da Lei, com a qual neste aspecto não estou de acordo mas sou plenamente a favor com diversos outros aspectos, como mandar avisar para aterrizar. Não sou a favor de abater o avião no ar, porque então as pessoas morrerão. Eu gostaria que pelo menos então o Ministério da Defesa e o Governo estejam acompanhando os efeitos. Será que precisa efetivamente o aspecto de abater? Será que não deveríamos nós, à luz da experiência, este aspecto nem precisaria, e daí se corta. É a primeira questão.

Com respeito à construção da Comunidade Sul-Americana da Nações, que o Embaixador, Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, aqui ressaltou, e com respeito ao qual eu estou muito de acordo, eu gostaria de perguntar em que medida estão avançando estes propósitos de real integração, inclusive nos aspectos da integração, a mais plena. Tivemos, na semana passada, um diálogo, o Senador Jefferson Péres e eu, ele me colocou como uma pessoa com um ideal quase impossível de ser alcançado. Mas eu lhe transmiti que acho é possível, ou seja, que em futuro não muito distante, possamos ter a Comunidade das Nações Sul-Americanas com livre trânsito de pessoas. Á luz dos episódios ocorridos na fronteira Brasil/Paraguai, em Foz do Iguaçu, felizmente não em outros lugares ainda. Na semana passada, esteve aqui o Presidente Tabaré Vazques, e com ele conversamos, e eu pedi o testemunho do Senador Pedro Simon, como é que na fronteira Uruguai/Brasil não existe o mesmo problema detectado há poucos dias e tão fortemente mostrado pela **Rede Globo**, inclusive uma cavalaria avançando sobre brasileiros que estavam tentando atravessar, enquanto que o próprio Presidente Tabaré Vazques confirmou que entre Brasil e Uruguai hoje a liberdade de movimento é clara, sem aquele problema com o Paraguai. Contudo, avalio que a integração das Nações Sul-Americanas, num primeiro estágio, deve alcançar a liberdade de movimento, não apenas de bens/serviços e de capitais, através das fronteiras sem barreiras, mas também dos seres humanos. Quem sabe, possamos um dia estar tendo o direito de todos os sul-americanos, mas dos americanos das três Américas, participarmos todos das riquezas das Nações, inclusive, das riquezas naturais, isso poderá ser feito para todos os brasileiros numa primeira etapa. E atendendo à preocupação do Senador Pedro Simon, quando há pouco falava da Vale do Rio Doce, quando tivermos de todos os royalties

das riquezas naturais do País recursos para constituir um fundo que vá pertencer a todos, efetivamente, este problema, em grande parte, estará superado.

Com respeito à preocupação do Prof. Clóvis Brigagão relativamente ao Sipam, eu agradeceria se puder nos informar quais seriam as suas sugestões para que este órgão pudesse estar realizando melhor seu objetivo.

Quero dizer ao Prof. Armando Mendes que aprendi muito com o seu conhecimento aqui nos transmitido, cumprimento-o por ser um insistencialista à luz dos ensinamentos do Padre Vieira – é tão bonito o Sermão do Semeador –, que nos mostrou de maneira muito clara como deveria ser a nossa atitude em relação à Amazônia.

Mas fiquei curioso para perguntar sobre a notícia desses navios tanques que recolhem água na foz do rio Amazonas sem que tenha havido qualquer contestação. O Ministério da Defesa poderia nos informar se, de fato, ali há navios com sistema de usinas para logo preparar a água, navios tanques que recolhem água na foz do Rio Amazonas. Para onde a levam?

Seria o caso de pensarmos numa legislação a respeito. Essa água não é mais um bem livre, pois é preciso, pelo menos, pagar por essa água antes de ela ir para o oceano Atlântico. Seria estabelecido um valor, se fosse o caso. Poderíamos pensar se é o caso de fazer isso ou não, dependendo para onde vai a água. Se vai para suprir a sede de povos que estejam vivendo em condições de sede e fome, quem sabe tenhamos uma atitude; se for para as regiões mais áridas da África, onde a população esteja com sede, teremos uma reflexão a respeito.

Dada essa informação – o Senador Valdir Raupp, que é do Amazonas, disse não saber desse fato –, são essas as perguntas.

A Senadora Ana Júlia vai dar uma informação ao Senador Pedro Simon, pois ambos nos preocupamos. Em uma das suas afirmações, S. Exª vai dizer que felizmente o seu apelo já está sendo atendido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Lembro ao Senador Pedro Simon – S. Exª falou que o General Santa Cruz era exageradamente nacionalista – que ninguém é exageradamente nacionalista. Pode-se ser inconseqüentemente nacionalista, mas nacionalista tem que ser 100% mesmo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Louvo a realização desta audiência. Acabei faltando a outras atividades, pois ocorriam ao mesmo tempo. Hoje falamos tanto em água e, na verdade, também bebemos da fonte de conhecimento de tantas pessoas que contribuíram muito com a Amazônia.

Também sou da Amazônia, nascida lá, e procuro defender aquilo que acredito ser o melhor para a Amazônia.

Respondendo sobre a preocupação, peguei as informações mais detalhadas. No final do ano passado, especificamente em janeiro deste ano, foi feita uma turma experimental e, a partir da agora, já será retomado para todo o Brasil, prioritariamente para a Amazônia, o Projeto Rondon. A primeira turma foi organizada em Tabatinga e está sendo concluída agora. Então, o Projeto Rondon retorna. Não sei se haverá alterações, mas ele está sendo retomado agora para valer, com prioridade para a Amazônia.

Em relação à internacionalização da Amazônia, não penso que haja essa visão. Também concordo em parte com o que o Senador Jefferson Péres fala quando diz que temos uma postura extremamente subserviente muitas vezes por nos preocuparmos tanto. Recebo os mesmos **e-mails** com esse mapa. Eu já sabia, já tinha sido informada de que era uma inverdade. Por outro lado, não podemos também deixar de nos preocupar com algumas ações, não da internacionalização, mas de interesses que não são do nosso povo. Na minha opinião, isso tem acontecido com o apoio de muitos que estão na Amazônia. Essa é a questão.

Quem está ajudando a destruir a Amazônia é o que faz mais esse discurso terrorista de internacionalização da Amazônia. Fiz questão de mandar buscar uma revista publicada numa região do Pará. Confesso que vi pouca coisa tão ruim quanto isso aqui. Na revista, há uma matéria, cujo título "Amazônia ameaçada", tem o seguinte teor: "ONGs estrangeiras como Green Peace, WWF, se infiltram no Brasil para influenciar a política ambiental e pôr em risco a nossa soberania sobre a Amazônia". Há também outras pérolas, que até me recuso a ler para não fazer propaganda de algo tão reacionário como essa revista.

Por trás do que foi publicado na revista, existe a tentativa de justificar o desmatamento ilegal. Não é o pequeno caboclo amazônico – e o senhor tem toda razão, Professor – que desmata a Amazônia, pois ele trabalha numa área de no máximo 100 hectares, quando muito. Não! São pessoas como as que ouvimos da CPMI da Terra ontem, que se dizem donas de mais de 100 mil hectares de terra, que desmatam em poucos dias 2 mil hectares de terra. Elas se dizem donas de áreas que não poderiam legalmente possuir, uma vez que é considerado ilegal possuir mais de 2.500 hectares. Para ter propriedade acima dessa área , seria necessária nossa aprovação aqui.

Essas pessoas estão usando o discurso de internacionalização da Amazônia para defender o desmatamento ilegal, a utilização predatória dos nossos

recursos naturais, principalmente os renováveis. Da forma como estão sendo explorados, esses recursos não são mais renováveis, porque a madeira é derrubada para plantio de pasto ou soja. E aqui se falou da biodiversidade, da diversidade fantástica desconhecida. Foi tema de um dos primeiros discursos meus aqui nesta Casa, há dois anos, o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. E eu dizia que a Amazônia está a queimar como uma Biblioteca de Alexandria e que não tivemos oportunidade de conhecer todas as suas riquezas.

É uma insanidade tentar hegemonizar a Amazônia. Derrubar a Floresta Amazônica para implantar a monocultura é insanidade! Não investir em tecnologia, em pesquisa que agregue valores permitirá que se diga depois que o amazônida está à mercê do extrativismo. Ora, já há exemplos que mostram a possibilidade de pequenos produtores se inserirem na economia e se tornarem até exportadores. Essa é uma desculpa, mas que pega, infelizmente. Fico preocupada com isso.

Antes da última morte no Estado do Pará, de um trabalhador rural em Paraopebas e, depois, da Irmã Dorothy, o Brasil inteiro viu ditos produtores rurais ocuparem uma rodovia, queimarem pontes, ônibus, ameaçarem colocar arsênico na água da cidade porque o Governo estava impedindo a produção deles. Fiquei pensando: se fossem trabalhadores rurais, se fosse o MST, o que teriam dito dessas pessoas? Bandidos, vândalos, ladrões, quadrilha. Estariam todos presos, se não estivessem mortos. Então são tratados de forma diferente, e a imprensa dá guarida a isso.

Temos a informação de que os Prefeitos paraenses pedem ajuda quanto à MP nº 239. Dizem que proíbe qualquer corte raso de árvores. Se a pessoa tem um pasto onde haja uma juquira mais alta não pode cortá-la, nem roçar. É uma mentira, uma infâmia tão grande tentar dizer que... imagina se alguém vai pedir licença ao Ibama para cortar a juquira. Isso é brincar e tentar fazer as pessoas que não conhecem a realidade acreditarem nessa infâmia, porque não existe nenhuma relação com a realidade.

Então o que eu queria dizer é que é verdade. Está tentando até se construir um Plano Amazônia Sustentável. Poderíamos pensar, Senador, em fazer isso junto com a Comissão de Relações Exteriores. Fiz um requerimento, que já foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que viesse a Ministra Marina Silva e mais, foi acrescentado, o Ministro Ciro Gomes, que, pelo Ministério da Integração Nacional, coordena esse Plano Amazônia Sustentável, que envolve 11 Ministérios e está para ser efetivado. Várias ações estão acontecendo.

Não temos nada contra, pelo contrário, achamos que a atividade florestal, a atividade madeireira, é importante, apenas não da forma predatória como muitas vezes é praticada. Achamos que a atividade florestal é fundamental. Eu queria, na verdade, comentar e concordar com o que foi dito aqui, mas é verdade que, quando se tenta ações de controle, ações que possam fazer com que a Amazônia tenha um desenvolvimento sustentável, onde nossas riquezas possam, sim, ser utilizadas, e bem, pelo nosso povo, há uma reação muito grande como se a Amazônia tivesse como único objetivo madeira, boi e minério. É importante a atividade madeireira, é importante a atividade pecuária, mas não são as únicas. Está-se tentando minimizar, está-se tentando colocar como uma atividade de segunda categoria a atividade de exploração de outras cadeias produtivas – eu diria –, de produtos agrícolas na Amazônia e que têm um valor tão grande ou podem obter um valor tão grande como esses outros.

Também estou preocupada com essa questão da água de que o Professor Armando Mendes falou. É um orgulho para nós porque ele é paraense, Senador Suplicy.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas foi sugerido por um amazonense.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, Senador, foi sugerido por um amazonense também. Está certo, mas é um amazônida acima de qualquer questão. Então eu queria aproveitar também para fazer essa proposta, e fazer uma pergunta. O Senador Azeredo não pôde ficar e solicitou que eu perguntasse qual a frota de aviões e de navios e qual o contingente militar que estão dedicados à Amazônia. Eu perguntaria ao Professor Armando Mendes se ele tem conhecimento dessa tentativa de se fazer exatamente um Plano de Amazônia Sustentável, que envolve hoje 11 Ministérios. Gostaria de saber se ele conhece esse projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Pois não, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu não queria manifestar-me, mas, diante do que foi dito, vou ter de fazê-lo. Sou de Roraima, sou brasileiro, orgulho-me de ser brasileiro e de ser latino-americano.

A Senadora Ana Júlia fala que não vai proibir corte raso, mas, lá no meu Estado, eu gostaria que eles dessem uma alternativa para os pequenos agricultores que só têm um machado para sobreviverem na Amazônia. Eu queria que o Governo desse dinhei-

ro para que eles pudessem plantar, sem derrubar sua matinha. Há uma incongruência no meu Estado, pois o Ibama dá autorização de corte raso e não dá autorização para vender a madeira de corte raso. Por que não resolvem esse problema?

Esse corte raso de que falam também nessa MP nº 239, vai proibir que se are um pedaço de lavrado. O nosso lavrado lá, que é o cerrado de vocês aqui do Centro-Oeste, entretanto com menos árvore, aqui vocês têm muito mais árvores. No nosso lavrado, temos uma árvore aqui, outra a dez metros, vinte metros; há uma densidade rala e grandes espaços sem nenhuma árvore. Então, a Medida Provisória nº 239 vai impedir que se are a terra para plantar soja.

A Amazônia tem que ser tratada de forma diferente. Lá, no Pará, eles derrubam dois mil hectares por seis mil, três mil; mas, em Roraima, não estamos assim. O colono tem um lote de cem hectares, em que só pode explorar vinte hectares. Quando vai fazer lá um trabalho qualquer, chega o Ibama e aplica uma multa de R$15 mil, R$10 mil. O homem não tem como pagar essa multa, e inviabiliza a vida na Amazônia.

Agora farei uma pergunta aqui. O Senador Jefferson Péres não acredita na internacionalização da Amazônia. Sou de Roraima, vivo lá. Nossas áreas indígenas foram todas plotadas em cima das reservas minerais, e a maioria das demarcações e plotamentos dessas áreas são feitas com dinheiro internacional. Por que eles têm tanto interesse em demarcar áreas indígenas, onde, às vezes, os índios nem habitam? Chega o antropólogo e expande a área. Todas as 32 áreas indígenas do meu Estado já foram ampliadas três vezes e, geralmente, com verbas estrangeiras. Então, por que eles têm tanto interesse assim? Colocam a área indígena onde tem minério. Os Wai-wai eram 169 indivíduos, tinham 300 mil hectares, expandiram mais 400 mil hectares porque descobriram uma reserva de cassiterita mais próxima; desalojaram vários colonos para expandir a área. Tudo com dinheiro da Alemanha, dos Estados Unidos e de outros lugares. A Funai não tem tanto dinheiro para demarcar tanta terra assim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é o objetivo das instituições?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não sei qual é o objetivo. Por isso me pergunto qual é o interesse de se colocar área indígena em área de reserva mineral.

A minha pergunta é esta. Se não há interesse internacional na Amazônia, por que as áreas indígenas do meu Estado são todas colocadas em cima de áreas de reservas minerais? Por que também quem financia essas colocações nessas áreas são os estrangeiros? Então, eles não têm nenhum interesse na Amazônia. Não acredito que não tenham nenhum interesse na Amazônia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Os antropólogos da Funai são agentes estrangeiros?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Geralmente, são antropólogos pagos por ONGs para fazer isso. A Raposa Serra do Sol foi feita por um antropólogo aqui em Brasília; os laudos vinham de lá, feitos por "ongueiros".

Então, é isto que nós, lá em Roraima, achamos: que existe uma intenção, não sei se é no ouro, diamante, cassiterita, molibdênio, nióbio, mas é sempre assim.

A Reserva Yanomâmi está colocada na maior reserva de nióbio do mundo – a Reserva Yanomâmi lá da nossa região, nossa e do seu Estado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não é melhor os estrangeiros requererem?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não. Acho que não. Temos que dar condições...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não é mais prático os estrangeiros requererem em decreto de lavra e explorarem?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A lavra só está nas mãos das grandes empresas. Os nossos garimpeiros não podem mais garimpar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Por que os estrangeiros querem entregar os índios? Não entendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador, quando bota uma área indígena, ninguém pode explorar aquela área.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim, qual é o interesse dos estrangeiros em que não explorem?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não pode agora. Nós, brasileiros, não podemos explorar; nós, os pequenos produtores, os garimpeiros não podemos entrar, nem pela própria Constituição, que tirou o direito do pequeno garimpeiro de garimpar. Ele só pode garimpar organizado em cooperativas. Nossos garimpeiros estão todos na Guiana e na Venezuela – estou falando de Roraima, não sei como é no Pará, nem como é lá no Acre; estou falando, especificamente, do meu Estado. Os nossos garimpeiros todos migraram para a Venezuela e para a Guiana.

Então, acho, pessoalmente, não entendo o porquê. Se não há interesse, por que eles dão dinheiro para demarcar as áreas e mandam colocá-las áreas em cima das áreas minerais?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vou passar a palavra aos nossos conferencistas, lembrando que já são 13h30 e, às 14h30, haverá sessão.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu poderia me manifestar um pouco? Estava acompanhando a reunião pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sim, não vamos negar a um colega Parlamentar fazer um comentário aqui.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça-feira, no Plenário da Câmara, manifestei-me a respeito Amazônia. Ano passado também, em agosto ou setembro, fiz manifestação semelhante, referindo-me à preocupação com o nosso patrimônio.

Minha proposta, serei muito sucinto, é que seja criado o Ministério da Amazônia, a fim de eu ela possa cuidar da segurança da floresta amazônica, em conjunto com os Governos federal e estaduais e também com os países que possuem 40% da floresta Amazônica, e para tratar também das questões cultural, educacional, de saúde e de patentes. Estão patenteando os nossos produtos legítimos, produtos indígenas de tradição do nosso País, da nossa floresta, dos moradores do Amazonas.

Então, a proposta que fazemos nesta audiência pública é que seja criado o Ministério da Amazônia, pedindo que o Governo Federal tenha a sensibilidade e a visão da necessidade emergente de criação de um Ministério para cuidar das questões referentes ao Amazonas. Obviamente, sua sede seria em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Antes de passar a palavra, até como uma cortesia, àqueles que nos fizeram perguntas, lerei mais algumas delas. Espero que tenham anotado as anteriores.

Acho muito interessante esta, feita por Avelino de Andrade: foi divulgado nos jornais que falta comida no Exército brasileiro e que a maior parte da frota aeronáutica está parada por falta de peças. Ao mesmo tempo, foi divulgado o desmatamento na Amazônia, ocorrido no ano passado, equivalente à área do Estado de Alagoas. Será que não tem a ver a falta de apoio às Forças Armadas com a destruição da Amazônia?

Outra pergunta: Senador, como existe a intenção do Governo de desenvolver social e economicamente a região amazônica e ainda – uma proposta dele –, se nos Estados há excesso de servidores públicos, por que não criar uma lei que facilite a mudança deles para a Amazônia?

Outra pergunta de alguém que diz que morou naquele Estado e viu ele próprio missionários estrangeiros, principalmente americanos, com aparente intenção religiosa, mas que, na verdade, mapeavam a Amazônia para seus países. Sugiro capacitar os moradores das comunidades indígenas para atuarem como fiscais ambientais e não só nossos soldados. Meu temor é que os Estados Unidos façam com o Brasil o que fizeram com o Iraque. Lá, se apossaram do território pelo petróleo, o que considero inconcebível. Proponho que os senadores criem um canal de negociação com os Estados Unidos, para eles perdoarem e negociarem a dívida externa dos países latinos, usando a Amazônia como canal de troca.

Não continuarei lendo por causa do tempo que temos. Agradeço muito a todos aqueles que enviaram perguntas. Faremos comentários a cada um, respondendo nós próprios ou fazendo com que cada um dos que aqui estão recebam e respondam a essas perguntas.

Passo a palavra, na ordem, ao próximo orador, insistindo no pedido de que, se possível, respondam em cinco ou dez minutos e concluam para que possamos terminar a reunião perto das duas horas.

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Obrigado, Senador. Minha resposta será breve.

Antes, porém, gostaria de acrescentar algo que vem ao encontro do que disse o Senador Pedro Simon com respeito à presença de organismos e de instituições na área da fronteira. Quero apenas lembrar que nossos pelotões de fronteira possuem um pavilhão denominado Pavilhão de Terceiros, ou seja, para quem quiser lá se estabelecer ou mandar representante. Tanto quanto sabemos, a grande maioria deles está com o Pavilhão de Terceiros desocupado.

Com relação às questões do Senador Eduardo Suplicy, digo que até agora nenhum avião foi abatido. O conhecimento que V. Exª tem é o mesmo que eu tenho. Se mandaram pousar algum avião, também não temos conhecimento. Do que temos conhecimento apenas é que o tráfego aéreo não identificado, ou seja, aquele que seria suspeito, reduziu bastante. E mais, há um cuidado muito grande, V. Exª sabe disso, não só do Ministério da Defesa, mas principalmente do Comando da Aeronáutica, cujo comandante é pessoalmente o executor dessa ordem. Mas no Ministério da Defesa, por exemplo, há um Oficial General, que por acaso está presente, o Brigadeiro Machado, que tem a atribuição, dentre outras, de acompanhar o assunto para assessorar o Ministro da Defesa diretamente nesse problema da Lei do Abate.

Não sei se a minha resposta vem ao encontro dos conhecimentos do Brigadeiro Machado, mas a resposta é não. Reduziu bastante o tráfego, mas nos preocupa que ele vá continuar. Portanto, agora temos que acompanhar por via marítima e terrestre. Enfim, a complicação é essa.

A outra pergunta que V. Exª fez, Senador, diz respeito aos navios mencionados aqui pelo Professor. Também desconheço que navios estejam usando a

água para esse fim. O que conhecemos é uma prática mundialmente autorizada: quando o navio descarrega alguma mercadoria, não pode regressar ao mar sem lastrar, e é autorizado por falta de mercadoria de retorno. Trata-se do problema da água de lastro. E desconheço mesmo a existência de qualquer navio que possua em seu interior uma usina para o beneficiamento dessa água.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT- SP) – Ou o navio-tanque que leva água para algum lugar?

O SR. MIGUEL ÂNGELO DAVENA – Sim, o navio-tanque. Por acaso, tive oportunidade de servir na Marinha. Quando descarregávamos o petróleo, éramos obrigados a lastrar com qualquer tipo de água, e, evidentemente, na foz do Amazonas acaba se lastrando com água que nem é muito doce, é salobra. Mas, de qualquer maneira, esse é o conhecimento que temos. Estou respondendo como representante do Ministério da Defesa. É claro que tenho muito orgulho de ser Almirante, mas tenho muita honra de estar hoje no Ministério da Defesa.

Com relação à pergunta da Senadora Ana Júlia, se a nossa frota é adequada, eu diria que não, simplesmente não. Porém, como apresentei aqui, dentro do princípio da mobilidade, sempre que houver necessidade, deslocaremos todos os meios, as frotas terrestre, marítima e aeronáutica, o que for necessário.

Quanto ao problema do reaparelhamento das três Forças, creio que seja do conhecimento de todos os brasileiros a situação de carência em que se encontram. Mas, no momento – e isso até responde algumas perguntas que o Senador Cristovam Buarque me passou –, consideramos no Ministério da Defesa que as nossas Forças são apropriadas, digamos assim, para a defesa da Amazônia num confronto regional. Com relação a uma ameaça de potência superior, vamos ter que adotar uma estratégia que o Exército já está treinando e muito bem que se chama a estratégia da resistência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Embaixador Samuel.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador Cristovam. Anotei aqui a indagação do Senador Jefferson Péres sobre se deveríamos dar ou não importância ao Sr. Pascal Lamy. Bem, o Sr. Pascal Lamy não é um cidadão comum, é um ex-comissário de comércio da União Européia, e esse é um cargo de grande responsabilidade. Foi alto funcionário também do Governo francês, é o candidato apoiado por todos os países da União Européia, mais pelos Estados Unidos e outros países desenvolvidos, ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, que é uma organização de grande importância para a governança na área econômica mundial. Então, é interessante que ele, num seminário organizado pela Comissão Econômica para a Europa sobre governança global, tenha mencionado as florestas tropicais como um dos bens públicos. Mencionou também, pela informação que eu tenho, a questão da água, da pesca, da camada de ozônio, a segurança dos mercados.

O que será a segurança dos mercados?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas uma pergunta: ele foi voz isolada, ele não foi apoiado por ninguém?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, ele era o conferencista para um grupo de convidados, segundo informação que tenho, funcionários internacionais e diplomatas em Genebra.

É interessante que ele tenha dito isso. Indagado se era a internacionalização da Amazônia, ele disse que não, que era a internacionalização das florestas tropicais em geral, não apenas a Amazônia. Naturalmente que a Amazônia corresponde a um percentual muito elevado do total de florestas tropicais no mundo, como é sabido.

Então, é interessante que ele, não exercendo uma função diretamente ligada ao tema, tenha suscitado essa questão, no mínimo polêmica.

Pessoalmente, acho que o Governo brasileiro, em razão de menção por uma pessoa que não seja um jornalista, enfim, com todo respeito ao jornalismo, mas uma pessoa que ocupou funções públicas importantes, já é candidato a funções públicas internacionais importantes, dando uma declaração que afeta, de uma forma ou de outra, a soberania brasileira sobre parte do seu território, 60% do seu território, deve receber uma resposta não exagerada, mas uma resposta no sentido de que o Brasil tem competência para administrar o seu território.

Então, essa é a minha impressão.

Queria fazer um comentário adicional de que muitas dessas idéias às vezes começam a surgir em seminários, promovidos por organizações e academias, que vão sendo processadas. Eventualmente, atingindo círculos cada vez mais amplos.

De modo que eu não diria que há nenhuma ameaça de internacionalização da Amazônia. Concordo com muitos, até já tinha dito antes. Mas acho que é interessante que haja essa permanente preocupação. E eu acho que, enfim, é, no mínimo, porque temos conhecimento internacionalmente de tentativas de atribuir independência àquilo que nós chamamos oficialmente de povos indígenas, nações indígenas. Se for verdade que muitos dos recursos minerais, no que corresponde às reservas minerais não totalmente conhecidas,

correspondem por coincidência ou não à delimitação de reservas indígenas, é, no mínimo, interessante que elas possam eventualmente ser exploradas normalmente pelo Brasil.

Quer dizer que o fato de uma reserva indígena estar naquele local não vem impedir a exploração de minérios raros, às vezes, de extremo valor, como é o caso do nióbio, além de outros. Agora, é realmente curioso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas uma dúvida, como V. Exª sabe, para esclarecimento dos que não sabem, ...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Claro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – ... em se tratando de território indígena, a exploração mineral só pode ocorrer com a aprovação do Congresso Nacional e depois que houver uma lei regulamentando.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Pois é, justamente, o que não deve ocorrer é que isso seja um empecilho à exploração normal e cuidadosa, enfim.

O tempo é muito curto, mas creio que a menção do Senador Valdir Raupp fez, e que depois o senhor fez, Deputado – não sei se mais alguém fez – sobre a idéia de um Ministério para a Amazônia, acho que é realmente muito interessante, dada a enorme complexidade da situação na Amazônia, do território e da população, que é uma população dispersa, com dificuldade de acesso à energia inclusive; Toda a questão de energia na Amazônia é uma questão muito complexa, porque a população é muito dispersa, se congrega em dois grandes centros, Belém e Manaus –, mas há uma parte muito grande da população muito dispersa, ao longo dos rios, o que torna difícil o acesso à eletricidade, à energia e, em conseqüência, ao próprio desenvolvimento de atividades que dependem de energia e que são a maior parte das atividades.

O Senador Eduardo Suplicy havia mencionado as questões da comunidade sul-americana e da Lei do Abate. Não sei se é do conhecimento de V. Exªs, mas o fato é que, felizmente, não houve nenhuma aeronave abatida por causa da Lei do Abate. Houve uma grande diminuição no número de aeronaves em território brasileiro. O problema não está na qualidade das aeronaves e sim no seu tamanho, pois uma aeronave pequena aterrissa em pistas clandestinas e um avião grande não. Essas aeronaves, ao entrarem em território brasileiro, inclusive zombavam dos aviões brasileiros. Houve uma redução nas ocorrências desse tipo. Além disso, as drogas causam a morte de muitas pessoas. Não há tantas pessoas assim dentro dos aviões. Talvez as drogas causem mais mortes. Essa é uma opinião minha.

Quanto à comunidade sul-americana e nações, em que medida estamos avançando? Acho que estamos avançando de forma muito positiva. Precisamos lembrar que na América do Sul há mais países além daqueles que estão no território, com interesses fortes na América do Sul, na sua organização ou não; na sua articulação ou não. Celebramos recentemente o acordo do Mercosul/ Comunidade Andina de livre comércio; celebramos o acordo o Mercosul e o Peru. Agora a Venezuela deseja aceder ao Mercosul como membro pleno. Temos – quando digo "temos" não me refiro ao Itamaraty, mas ao Estado brasileiro – feito uma série de iniciativas muito interessantes na área da integração física; a estrada bioceânica que liga a Amazônia ao Oceano Pacífico e várias outras obras importantes de integração física têm sido feitas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Inclusive para facilitar a circulação das pessoas.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – De certa forma, hoje em dia, a circulação das pessoas é dificultada até pela ausência ou número pequeno de vias de comunicação, não só estradas mas também as de comunicação aérea. É extremamente difícil chegar a certos países vizinhos. Leva-se muito tempo para se chegar a certos países, pois a dificuldade de comunicação é grande.

No que se refere à questão do livre trânsito das pessoas, no caso do Mercosul, as pessoas podem circular apenas com a carteira de identidade. É preciso um documento qualquer. Vamos propor isso para os outros países da América do Sul, a fim de que as pessoas possam também circular neles.

Quanto à questão do exercício profissional, isso já é algo distinto. Hoje em dia é necessário um visto de trabalho. Seria necessário outro tipo de acordo.

Nosso grau de integração com os países vizinhos é muito elevado. Hoje em dia, a maior empresa da Bolívia, boliviana ou não, é a Petrobras. A terceira maior empresa da Argentina é possivelmente a Petrobras. Nós temos 480 mil brasileiros vivendo no Paraguai. Alguns deles vivem lá há gerações. Isso significa quase 8% da população do Paraguai. Com relação à energia, 25% vem do Paraguai. Itaipu não é uma empresa brasileira. Ela é uma empresa binacional. Temos o gasoduto da Bolívia, hoje em dia temos todo o esforço de integração com a Venezuela na área de energia elétrica, inclusive em direção à Amazônia, Roraima, eventualmente, não tenho certeza, poderia se estender até Manaus. De modo que o número de brasileiros que mora e trabalha na Bolívia é muito grande. O número de bolivianos em São Paulo, especificamente, é muito grande – estima-se

em 80 mil. Há um processo de interligação econômica e de pessoas mesmo muito grande entre o Brasil e os países da América do Sul, o que não ocorria alguns anos atrás. Não sei se haveria outra questão, mas não me lembro de ter tomado nota.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Sobre o Sr. Pascal Lamy, para não ser omisso, informo o que falei cochichando com o Embaixador. Tenho conhecimento com ele já há alguns anos, desde quando batalho pela troca da dívida por educação. Tive com ele alguns encontros. Quando ele veio ao Brasil para a posse do Lula, procurou-me, conversamos e, quando vi o noticiário sobre a declaração dele, entrei em contato com ele, mandei uma mensagem pelo e-mail, que ele me respondeu rapidamente. Ele insistiu que, em nenhum momento, quis se referir à Amazônia ou ao Brasil. O que ele levantou na palestra – ele diz – é que o mundo global vai exigir cada vez mais que certos patrimônios tenham regras internacionais para o seu uso. Por exemplo, as florestas do Brasil, da Sibéria, da África, dos Estados Unidos. Digo isso apenas porque se não falasse e guardasse essa mensagem dele não estaria sendo correto, estaria sendo omisso.

Não tenho nenhuma relação de amizade com ele, mas um conhecimento de diversos encontros que tivemos. Ele respondeu dessa forma, tenho isso em algum lugar no meu computador. Passo a palavra agora ao Professor Clóvis Brigagão.

O SR. CLÓVIS BRIGAGÃO – Desejo responder à pergunta que me foi feita pelo Senador Suplicy sobre a função do Sipam. Foi o Sipam, criado durante o Governo Itamar, que criou o Sivam. Depois houve um contrato internacional e o Sivam se desenvolveu e está aí. São 10 anos, 1994, 1993, por aí, 1992, portanto, 12 anos em que não se sabe nada sobre as atividades reais da organização, da logística de integração e de desenvolvimento da Amazônia a partir do Sipam. Então, temos o Sipam e, realmente, não temos nada. Não há uma coordenação federal com os Estados e Municípios.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Sivam fica no Ministério da Defesa?

O SR. CLÓVIS BRIGAGÃO – O Sivam fica no Ministério da Defesa e o Sipam fica na Casa Civil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vamos perguntar ao Ministro José Dirceu.

O SR. CLÓVIS BRIGAGÃO – Deveria ser coordenado pela...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Se o senhor me permitir, e gostaria de lhe prestar uma informação. Na semana passada ainda, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Ministro do Desenvolvimento Agrário participou de uma audiência pública com ações para a Amazônia e mostrou, inclusive, o projeto, o processo que está agora em fase final de discussão. Será um contrato com o IME, Instituto Militar de Engenharia, para fazer o geo-referenciamento, que vai iniciar no estado do Pará, e prioritariamente nas áreas de maior conflito, onde há maior tensão. Isso vai acontecer, inclusive, com dados do Sipam. Conheço uma sede do Sipam que funciona em Belém, onde tem uma integração entre os diversos órgãos, Ibama, Incra... Lógico que ele ainda não é 100%. Inclusive, o próprio Governo do estado decidiu, o Governador decidiu que vai também ocupar o local que lhe cabe no Sipam, porque a idéia é fazer essa integração. Então, estou lhe dizendo que ele já está servindo e vai ser importante, porque esse geo-referenciamento nunca aconteceu na Região Amazônica e vai começar agora.

O SR. CLÓVIS BRIGAGÃO – Estudo o Sipam já há muitos anos, venho acompanhando e, quando vou à Casa Civil, encontro com pessoas muito interessadas, mas dizem que não têm nada a oferecer. Não há um plano, um programa de integração. É terrível ouvir isso.

Assusta e espanta-me um pouco o fato de haver outra superposição, o plano da Amazônia sustentável. Há agora a idéia da criação de um ministério. Será que realmente precisamos criar um ministério para salvar a Amazônia? É um plano de Amazônia sustentável? É o Sipam que não funciona?

Então, essa superposição também é um pouco a história da institucionalidade do Brasil. Há muitas instituições e pouca realidade dos programas e dos planos. Acredito que seria importantíssimo um ministério da Amazônia, mas como colocar, por exemplo, a questão do transporte no ministério da Amazônia? O Ministério dos Transportes seria ferido? Como colocar a questão da defesa do Sivam? Iria para o ministério? É um problema bastante complexo que mereceria um estudo maior.

Não temos um estudo, por exemplo, dos interesses das riquezas ditas de interesses estrangeiros na Amazônia. Não há um estudo completo. Há um estudo do Ministério de Minas e Energia, do Meio Ambiente, por exemplo, o Programa de Proteção do G-7; na primeira etapa, implementada de 1992 até 2002, foram gastos 250 milhões, administrados pelo Banco Mundial, sob a supervisão do Governo brasileiro, mas não se sabe quais são os resultados. Não há um estudo completo sobre isso. Já estamos entrando na segunda fase do PP G-7 sem ter feito uma avaliação da primeira fase.

Então, é uma questão de gestão. Penso que o Ministro José Dirceu, na Casa Civil, que fará a gestão do Governo, precisaria atender essas necessidades da Amazônia e fazer uma integração logística de gestão mais aprimorada.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra ao Professor Armando Mendes.

O SR. ARMANDO MENDES – Tentarei ser breve. Manifesto, em primeiro lugar, a minha preocupação com o risco de sairmos daqui com o labéu de nacionalista inconseqüente, que o professor Cristovam suscitou. Em todo caso, quero dar alguns esclarecimentos, que penso úteis para tornar mais claras as posições que assumi e reitero.

Em primeiro lugar, fui convidado para uma audiência pública sobre internacionalização da Amazônia, como todos os demais. Não fui convidado para uma audiência pública sobre o futuro da Amazônia, o projeto Amazônia, o papel da Amazônia no contexto nacional. Por isso, privei-me da discussão das propostas historicamente feitas, dos programas, dos planos, dos projetos que já existiram e que poderíamos resumir aqui, o que iria tomar algum tempo.

Poderia começar referindo-me às instruções do Marquês de Pombal ao seu irmão quando foi dirigir o Estado do Grão-Pará e o Maranhão, que o professor Arthur Reis chamou o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Poderia referir-me à Superintendência de Defesa da Borracha, de 1913, com a tentativa de resposta à crise deflagrada pelo início da chegada ao mercado internacional da borracha do Extremo Oriente. Natimorta, porque era um orçamento e, no ano seguinte, esqueceram-se de colocar os recursos para ela funcionar.

Poderia referir-me ao art. 199 da Constituição de 1946, fruto de emenda do então Deputado Leopoldo Peres – creio que tio do Senador Jefferson Péres –, que resultou no Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, e na superintendência criada com esse objetivo em 1953. Poderia referir-me ao Banco da Amazônia, que é de 1942, fruto dos acordos de Washington em plena guerra mundial, para satisfazer à necessidade premente de suprir os exércitos aliados de borracha natural, porque os japoneses tinham ocupado as plantações do Extremo Oriente, transformada depois em Banco de Crédito da Amazônia, Banco da Amazônia S. A, atual.

Eu poderia me referir a tudo isso e poderia me referir à última década, 1995 a 2005, que considero a década da retórica inútil sobre a Amazônia.

Em 1995, participei da elaboração da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal (PONIAL), participei do grupo que elaborou essa política, que é prefaciada por um texto do Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, em que anunciava solenemente que a Amazônia deixava de ser uma questão regional para ser uma questão nacional – não vou descrever essa política, não vou resumi-la.

Dois anos depois, saiu um outro documento no mesmo grupo, "Agenda 21 Amazônia – Bases para a sua Elaboração", dando conseqüência aos parâmetros que deviam ser definidos naquela política. O que resultou disso tudo? Nada.

Posteriormente, houve a famosa Agenda Positiva para a Amazônia. Continuo me perguntando o que seria uma agenda negativa para a Amazônia...

Sei da existência, agora, da elaboração do plano ou programa de desenvolvimento central da Amazônia. Não conheço o programa, não participei de sua elaboração – ainda bem que não me chamaram. O que vai resultar disso? Não sei. O que houve no intervalo? A extinção da Sudam e a criação da ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia, que, se me permitem, chamo de "Nova Agência de Desenvolvimento da Amazônia" – NADA, pois não tem meios para fazer coisa alguma, não está fazendo coisa alguma.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ela veio para não funcionar mesmo, professor.

O SR. ARMANDO MENDES – O Presidente da República foi a Belém, assinou solenemente o projeto de criação da nova Sudam, como tinha feito antes em Fortaleza em relação à Sudene – não quero ser defenestrado: não vou perguntar ao Congresso Nacional por que não saiu ainda a nova Sudam. Então, trata-se de retórica inútil.

Agora, não me propus a falar sobre um projeto nacional para a Amazônia porque não era o tema, fizeram-me perguntas sobre a internacionalização da Amazônia. Tentei responder essas perguntas e não outras, responder honestamente e com toda a clareza. Aliás, fiquei preocupado, lamentei a ausência do Senador Jefferson Péres – S. Exª se desculpou, tinha outro compromisso, não podia assistir. Eu disse: "Senador, não quero responder ao senhor em absência, mas vou responder ao senhor". Ele disse: "Não, depois me dirão o que o senhor disse". Sejam fiéis ao que eu disser! Lamento que ele não tenha me entendido. Descobri que, quase ao fim da vida, não sou mais compreendido.

Não falei em ocupação física, militar, da Amazônia. Não falei em teoria conspiratória em relação à Amazônia, não falei nada disso. O que disse – talvez não tenha me expressado bem, mas tentei desenvolver

– foi algo que alguém de muito alto gabarito já disse, e com toda razão: "Os países não têm amigos, têm interesses". O que tentei mostrar foi que há interesses mundiais que incidem sobre a Amazônia, sim, e não podemos ignorá-los, não podemos ignorá-los pura e simplesmente. Não é ser subdesenvolvido mentalmente, não é ser ainda permeado de um espírito colonizado, submisso, ver fantasmas em todos os cantos – já tenho idade bastante para não acreditar em fantasmas! Agora, não vou desprezar uma posição, uma atitude, uma declaração como a do Sr. Pascal Lamy, porque não é qualquer...

O Sr. Pascal Lamy não é – ia usar uma palavra chula, mas desisti – um qualquer, ele tem uma expressão, sim. Não vou desprezá-lo. Pareceu-me que o Senador Jefferson Péres, em certo momento, considerou ridículo eu me preocupar com o que dizia o Mitterrand ou o Al Gore ou ou Margareth Thatcher e Mikhail Gorbachev. Eu me preocupo. É claro que Mitterrand é apenas uma memória, um defunto, morreu, mas, quando falou em soberania compartilhada da Amazônia, era Presidente da França. A França não é um país qualquer. Quando a Srª Margareth Thatcher falou que, se o Brasil não podia pagar a sua dívida externa, deveria vender a Amazônia para pagá-la, não era uma *socialite* qualquer, mas a Primeira-Ministra do Governo britânico. Quando o Sr. Al Gore disse algo semelhante, era vice-presidente da república dos Estados Unidos, candidato à presidência da república, e teria sido presidente, não fossem as eleições na Flórida, etc. Essa é outra história, mas bastante conhecida. E por aí adiante. E o Parlamento italiano? E o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs? Todos se manifestaram.

Fiz, certa vez, um levantamento que incluí em um dos meus livros. Para quem não me conhece, já tenho mais de dez livros publicados sobre a Amazônia. Podem não valer nada. Não vendo como o Paulo Coelho, com certeza, mas são sérios. São discutíveis, claro; a questão é polêmica, para ser discutida. Então, certa vez, fiz o levantamento dessas manifestações, que não são gratuitas, não são tolas. O Sr. Mikhail Gorbachev era o Presidente da União Soviética na ocasião. Depois disso, ele se tornou presidente de uma ONG, Capacetes Cinzentos. Por que Capacetes Cinzentos? Seria uma força de paz para interferir na Amazônia brasileira, na Amazônia de um modo geral, para evitar as queimadas. Cinzentas diz respeito à fumaça. Ele é presidente dessa ONG até hoje.

Então, não são zés-ninguéns que estão pronunciando-se. Não posso ignorar esses testemunhos, essas críticas, essas colocações.

O chanceler austríaco, não me lembro agora o nome dele, pouco depois daquela fase a que o Professor Brigagão se referiu, apresentou oficialmente, na Assembléia Geral das Nações Unidas, um projeto de resolução, visando a uma intervenção das Nações Unidas na Amazônia, que estava ameaçada de desaparecer pelas queimadas, etc., etc. Não sei o que aconteceu com esse projeto; deve estar rolando por lá.

Então, não estou inventando, não estou vendo fantasmas. Não posso ignorar que esses movimentos existem. Não posso ignorar, não tenho o direito de ignorar.

Agora, em nenhum momento falei em ocupação militar. Penso que as Forças Armadas fazem muito bem em desempenharem seu papel, organizarem-se, prepararem-se para enfrentar cenários possíveis. Mas disse – creio que disse expressamente – que não via nem a curto, nem a médio prazo qualquer perspectiva de um tipo de intervenção militar. Não vejo realmente. Agora, também não me iludo, porque o velho **big stick,** o primeiro Presidente, Teodoro Roosevelt, continuou funcionando sim. Eles não hesitam em utilizá-lo sempre que acham que é de seu interesse. Não vamos nos iludir não. Mas não vejo realmente esse cenário como algo previsível, pelo menos para o meu horizonte de vida.

O que eu disse? Que as batalhas estão travando-se no plano da biofesra, da hidrosfera, da atmosfera; que as bandeiras que se levantam agora são humanitárias, e dificilmente podemos contestá-las. Trata-se de dar água a quem tem sede. A água também é uma **commodity.** O Brasil vai tornar-se, então, um dos grandes sócios da OPEA e fixar um preço internacional para a venda da água no mundo? Deve se essa a nossa posição? Ou a nossa posição – aí, sim, a favor do colonialismo – é dizer: "Venham e levem a água que quiserem, de graça; ela está aí à disposição de vocês."? Em troca de quê? Então nos mandem petróleo de graça. Agora, talvez, já nem precisemos, porque estamos quase atingindo a auto-suficiência. Deve ser essa a nossa atitude. Enquanto isso, o Canadá está vendendo água para a China em grande quantidade. Contrato de vários anos, bilhões e bilhões de litros de água por ano para suprir a carência de água da China continental, que ninguém ignora. E vende água, em quantidade muito menor, para a França produzir cerveja de boa qualidade. Vendendo, não é doando!

É um problema complicado para eles também, porque quando criarem a OPEA – os canadenses já ensaiaram fazer isso –, terão que admitir o Brasil como sócio importante, porque a maior parte das reservas de água doce, líquida, potável no mundo está no Brasil. Então, pelo amor de Deus, não me entendam mal.

Para concluir – desculpem-me por ter falado demais, não costumo falar tanto –, como disse, já tenho

mais de dez livros publicados sobre a Amazônia. Eu disse em certo momento, mas **en passant**, porque não era o objeto declarado desta reunião, que é imprescindível termos um projeto para a região dentro do projeto nacional. Claro, não pode ser descolado do projeto nacional. E há muito tempo não temos um projeto nacional. E tenho dito isso em livros, revistas, conferências etc.

O meu livro mais conhecido – desculpem-me, não é propaganda, até porque V. Exªs não vão encontrar em parte alguma pois está esgotado – é intitulado "Invenção na Amazônia", quer dizer, a construção da Amazônia futura. É uma proposta para criar uma Amazônia diferente da que tínhamos. O livro foi publicado em 1974, e esta é uma segunda edição, de 1998, com uma grande introdução nova de atualização.

Talvez a Senadora Ana Júlia Carepa saiba que sempre lutei por um projeto para a Amazônia. Ela me lembrava há pouco, ao ouvido, que fui aluno, com muita honra, do avô dela, Professor Castro Pessoa de Vasconcelos. Fui amigo do pai dela, dos tios. Todos os meus livros são voltados para o futuro da Amazônia. Não sou um historiador da Amazônia. Uso a história como uma ferramenta. Não sou um historiador, não estou preocupado com o passado. Estou preocupado com a construção de uma Amazônia diferente. E é claro que só conseguiremos resistir às investidas de possíveis internacionalizações, se conseguirmos construir essa Amazônia diferente. Apenas não me aprofundei nessa matéria, porque não era o objeto do nosso encontro, mas estou disponível para outros. Se quiserem promover, eu volto.

Um outro livro de minha autoria, que eu trouxe porque tinha relação com essas manifestações de preocupação mundial com a Amazônia é "Amazônia – modos de (o)usar". Modos de ousar a Amazônia, o que fazer com ela, como fazer em benefício do País como um todo, mas basicamente em benefício das populações amazônicas, que não podem ser ignoradas como se fossem inexistentes. Para muita gente a Amazônia ainda é um deserto. A Região tem uma densidade demográfica baixa na média, mas tem centros populacionais da ordem de dois milhões de habitantes, como Belém e Manaus. É muito diferente do que era há quinze anos, vinte anos, cinqüenta anos. Então, isso era o que eu queria deixar claro, para que não houvesse equívocos.

Por fim, Sr. Presidente, peço permissão para passar às suas mãos e aos demais colegas de Mesa um exemplar de um livro que eu acabo de lançar. Que eu acabo de lançar não, o Banco da Amazônia acaba de lançar em Belém. Eu apenas fui o organizador do livro e escrevi a introdução. São dezoito artigos de vinte e um autores, dei o nome de: **Amazônia, Terra e Civilização**. Todas essas questões são discutidas aqui. Este é um livro que parte da preocupação de repensar, de rever e de reavaliar o que aconteceu na Amazônia nos últimos 60 anos – 62 anos já –, desde a criação do Banco da Amazônia, em 1942. Não é um livro sobre o Banco da Amazônia. É sobre a Amazônia, no período da existência do Banco, em todos os seus aspectos: saúde, educação, transportes, todo o setor produtivo – agricultura, extrativismo, indústria etc – e cultura. São dois capítulos sobre a cultura amazônica – um da Amazônia Oriental, do Sr. Benedito Nunes, conhecido nacional e internacionalmente, e outro da Amazônia Ocidental, do Sr. Elcio Farias.

Por que eu faço essa oferta? Porque aqui se contém, exatamente, a base de uma discussão mais consistente e mais atualizada da realidade amazônica dos nossos dias e de como se chegou a ela nessas últimas seis décadas. Não se discute, especificamente ou explicitamente, o futuro da região, mas se colocam questões que fornecem ganchos para que se faça essa discussão se faça.

Por gentileza, eu gostaria que passasse a cada um dos integrantes da Mesa e peço desculpas por não poder ter trazido para todos, eu não sou o dono da edição. O livro é do Banco da Amazônia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu me proponho a falar: eu recebi isso na segunda-feira, no final da manhã, das mãos do Presidente do Banco da Amazônia.

O SR. ARMANDO MENDES – E a distribuição está a cargo da editora da Universidade Federal do Pará. Eles terão todo o prazer em atender.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Professor, o senhor tem conhecimento da teoria de Jacques Cousteau, que falava do Amazonas dividido em três Estados, para melhor administrar e gerir. O senhor conhece a teoria e teria alguma coisa para falar a respeito?

O SR. ARMANDO MENDES – Jacques Cousteau? Três Estados?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exato. Ele fez uma proposta, quando esteve no Brasil, em prospecções e levantamentos científicos dentro dos rios amazônicos, dentro do Amazonas. Ele acabou fazendo uma proposta.

O SR. ARMANDO MENDES – Confesso que não lembro. Se li alguma coisa a respeito, não lembro. Agora, esse é um terreno delicado que também não foi objeto da convocação. Eu não gostaria de discutir, agora, as propostas da redivisão territorial da Amazônia. A última que vi converte a Amazônia numa colcha de retalhos

de Territórios Federais, só. Desaparecem os Estados e tudo vira Território Federal, picadinho...

Eu quero lembrar, só para terminar – já que provocou – que a Amazônia sempre foi um projeto. No período colonial, além do Estado do Brasil com sede no Rio de Janeiro, havia o Estado do Grão-Pará e Maranhão ou do Maranhão e Grão-Pará – cuja sede, às vezes, foi em São Luís e, às vezes, foi em Belém – ligado diretamente à Lisboa. Não era vinculado ao Rio de Janeiro. Eu quero lembrar que até hoje o dia 15 de agosto é feriado no Pará sob o título de "Adesão do Pará à Independência". Na verdade, foi a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, uma adesão facilitada pela chegada de uma esquadra imperial, sob o comando de um almirante inglês, etc, etc, mercenário. Eu quero lembrar que, quando houve o episódio da Cabanagem – que poucos brasileiros conhecem –, anos 30 do Século XIX... Bom, já na ocasião da independência do Brasil e da adesão do Pará e Independência do Brasil, os ingleses mandaram oferecer garantias de que o Grão-Pará, se quisesse, ficava independente – a Inglaterra garantia a independência. Eles recusaram. Nós, amazônidas, recusamos. Uma década e tanto depois, no episódio da Cabanagem, houve uma oferta semelhante. A oferta da Cabanagem foi o maior movimento social que já houve neste País, com a maior taxa de vítimas que já houve neste País. Se compararmos o número de de mortos com a população da região na época, ver-se-á que não houve nenhum movimento igual no Brasil. Novamente, uma garantia inglesa: "vocês querem ser independentes, nós garantimos". "Não, nós somos brasileiros". Então, a Amazônia brasileira, por teimosia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – E vai continuar assim.

Antes de concluir, apesar do adiantado da hora, não posso deixar de perguntar ao Senador Arthur Virgilio se quer fazer uso da palavra, como representante natural de um dos Estados, aliás o maior de todos, da região.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque. Saúdo todos os ilustres integrantes da Mesa e, pegando como símbolo o Professor Armando Mendes, coloco, de maneira bem breve, o que é a minha visão sobre a questão.

Para mim existe o perigo não-iminente, mas permanente de intervenção internacional sobre a Amazônia. Não sou xenófobo e tenho até horror a essa figura, mas prego que preparemos nossas Forças Armadas no sentido de paulatinamente elas se tornarem uma potência militar defensiva.

Friso e repiso a expressão "defensiva", deixando bem claro que para mim há um jogo – ainda há pouco, passava essa idéia para o Senador Pedro Simon –, que é de fácil compreensão. Há a obrigação dos governos no Brasil em administrarem adequadamente os recursos naturais, a biodiversidade da região amazônica, porque algo desastroso que se passe nesse campo poderia ser o pretexto para a eclosão de um movimento de intervenção internacional, ao passo que o desenvolvimento sustentável seria sinônimo de manutenção da nossa soberania.

Estou muito interessado e aprofundando estudos, com minha assessoria, sobre projetos que a Ministra Marina Silva está apresentando em desenvolvimento sustentável, tal como S. Exª vê. S. Exª me disse, na preliminar que tivemos, que já sabemos muito bem o que não se deve fazer com a Amazônia e que queria estabelecer um código do que seria permitido.

A idéia em si me parece excelente. Não posso ainda opinar sobre o que está qualitativamente posto ali, mas estou olhando com o maior respeito, porque a perspectiva de se estabelecer, de se estatuir o que pode ser, quem sabe, é o caminho para encontrarmos essa resposta de desenvolvimento sustentável igual à manutenção permanente da soberania – claro que sob a vigilância de Forças Armadas que precisariam estar adequadamente preparadas, com esse caráter defensivo.

No mais, voltando a saudar todos os eminentes membros da Mesa, parabenizo V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa do seminário e volto a dizer que o Professor Armando Mendes é uma referência obrigatória para todos aqueles que vivem, estudam ou pensam a Amazônia.

É uma honra muito grande estar a seu lado. Depois que soube que era o senhor, quem tomou um susto fui eu. Tenho muito respeito por sua figura eminente e intelectual que a Amazônia produziu. Se não o é, deveria ser lido pelo Brasil inteiro, porque, se há um tema – repito sempre à exaustão – que não é paroquial, se há um tema que não é municipal, que não é menor é a Amazônia. Esse tema deveria ser discutido pelo País inteiro.

Eu até gostaria de ver a Amazônia influenciando o resultado de eleição em Santa Catarina: fulano de tal perdeu, porque não abordou corretamente a Amazônia; Beltrano ganhou porque abordou correta e adequadamente a Amazônia. Seria essa a fórmula mais cosmopolita de o Brasil entender uma região que é muito cuidadosamente estudada e perscrutada por estudiosos de fora das nossas fronteiras.

Volto a dizer que entendo que há estrangeiro bom e ruim, como no Brasil há brasileiro bom e ruim.

E não sou eu que vou dizer quem é ruim e quem é bom. Apenas recebemos de braços abertos os que querem colaborar com a pesquisa científica sobre a região e repudiamos qualquer tentativa de outra bandeira que não a brasileira, até porque foi assim que a nossa história foi construída e assim que haverá de ser por tempos afora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Quero encerrar, dizendo que considero esta reunião muito interessante e que ela me traz duas tranqüilidades. A primeira é ver que os representantes do Governo demonstraram competentemente o que estão fazendo e mostraram tranqüilidade e segurança sobre a garantia da Amazônia para nós.

E os representantes da sociedade civil, os dois que falaram

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 18 minutos.)

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e efesa Nacional, realizada no dia quatorze de abril do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia quatorze de abril do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO AZEREDO, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores SERGIO ZAMBIASI, JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, RODOLPHO TOURINHO, ROMEU TUMA, ROBERTO SATURNINO, ARTHUR VIRGÍLIO, AELTON FREITAS, MÃO SANTA, JOSÉ JORGE, HERÁCLITO FORTES, MARCELO CRIVELLA, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, SERYS SLHESSARENKO, NEY SUASSUNA e EDISON LOBÃO. Compareceu também o Senador AUGUSTO BOTELHO, não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta. Item 01: Mensagem (SF) Nº 104, de 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ROBERTO PESSÔA DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun". O Senhor Presidente designa relator Ad Hoc o Senador ROBERTO SATURNINO que faz a leitura do relatório. Em seguida, o presidente passa a palavra ao Embaixador ROBERTO PESSÔA DA COSTA. Faz uso da palavra o Senador ROMEU TUMA. Item 02: Mensagem (SF) Nº 105, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti". O Senhor Presidente designa Relator Ad Hoc o Senador ARTHUR VIRGÍLIO que faz a leitura do relatório. Em seguida, o presidente passa a palavra ao Embaixador PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO. O Senador HÉLIO COSTA faz uso palavra. Item 03: Mensagem (SF) Nº 05, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas". O Senador MÃO SANTA, relator da Mensagem, faz a leitura do seu relatório. A Reunião se torna secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade, tendo sido os Senadores Ney Suassuna e Romeu Tuma os escrutinadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião**. –** Senador **Cristovam Buarque**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passemos à apreciação da pauta.

Antes, convido os Embaixadores Roberto Pessoa e Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, para que aqui compareçam.

Item 1: Mensagem nº 104, de 2005.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Roberto Pessoa da Costa, Ministro de 2ª Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República dos Camarões, de autoria da Presidência da República.

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Não estando presente, pediria ao Senador Roberto Saturnino para, como Relator **ad hoc**, proferir o Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti, referente à indicação do Sr. Roberto Pessoa da Costa para Embaixador do Brasil junto à República dos Camarões.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em cumprimento à Constituição, o Presidente da República submete à prévia apreciação do Senado a indicação do Sr. Roberto Pessoa da Costa, Ministro de 2ª Classe da carreira diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República dos Camarões.

Atendendo a preceito regimental, a mensagem presidencial se faz acompanhar da exposição de motivos e do **curriculum vitae** do indicado. O Sr. Roberto Pessoa da Costa é brasileiro, nascido em Natal, filho de Edomeu Pessoa da Costa e Isabel Lucena da Costa.

É bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, e mestre em Estudos Políticos pela Universidade Libre de Bruxelas, na Bélgica. Concluiu cursos de preparação, assumiu diversas funções de representação do Brasil em diferentes países, tem um currículo que efetivamente o credencia para a nova função a que está sendo indicado.

Por todas as razões, o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti – com que estou de pleno acordo – é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino, Relator **ad hoc**.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Pessoa da Costa, para que possa fazer sua explanação.

O SR. ROBERTO PESSOA DA COSTA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma grande honra para mim comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para ser sabatinado por V. Exªs.

Essa honra é acrescida, por ter ao meu lado o Senador Eduardo Azeredo, Presidente em exercício da Comissão, e por ter como Relator o Exmº Senador Roberto Saturnino, por quem tenho uma admiração de décadas, por suas idéias políticas. Tenho a honra de tê-las afins.

Gostaria de observar inicialmente que a denominação Camerún é de origem lusa. Na verdade, foram navegantes portugueses que, em 1475, explorando a costa da Guiné Equatorial, descobriram um rio com abundância de crustáceos que, segundo a crônica da época, eram deliciosos e fáceis de pescar.

Entusiasmados com a descoberta, ou melhor, com a façanha, deram imediatamente a esse rio o nome de Camarões. E toda aquela região adjacente que adentrava pelo continente passou a ser conhecida, desde então, por Camerún.

Ocorre que franceses e ingleses que vieram posteriormente explorar aquela região tinham dificuldade de pronunciar o nome em Português. De modo que o aproximaram para suas respectivas línguas: *Cameroun* e *Cameroon.* E, mais tarde, os alemães, com a mesma dificuldade, denominaram a região de Kamerun.

O Camerún ingressa na sua fase colonial em 1884, quando Bismarck, antecipando-se a ingleses e franceses, despacha um emissário seu, que era o Cônsul em Tunes, o Dr. Nachtigall para negociar com o rei africano Akiva a instalação de um protetorado naquelas terras. A negociação foi bem sucedida e os germânicos permaneceram naquele território até 1916, quando as potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial os expulsaram.

A Sociedade das Nações, em 1919, inspirada pelo Presidente Wilson, criou um instrumento de mandato para gerir as colônias africanas e asiáticas. Foi confiada a missão de administrar o território camerunês a ingleses e franceses.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas transformou o instituto de mandato em tutela, cabendo àquelas mesmas potências a gerência do território das populações camerunesas.

O Cameroun francês adquiriu sua independência em 1960; um ano após, o Cameroon inglês conquista sua autonomia política. E, mediante um referendo, parte do Cameroon inglês se integra à Nigéria, e a outra à parte francesa.

O primeiro Presidente do *Cameroon* foi o Dr. Ahmadou Ahidjo, que governou o país até 1982, quando renunciou. Seu sucessor constitucional foi o então 1º Ministro Paul Biya, que convocou as eleições de 1984 e, desde então, vem sendo eleito sucessivamente.

O sistema legislativo do país é unicameral. A Assembléia Nacional é constituída de 180 deputados. Há mais de 100 agremiações políticas, mas apenas seis ou sete conseguem uma representação parlamentar.

Nas últimas eleições, realizadas em outubro de 2004, o partido do Presidente Biya consegue 133 cadeiras das 180 existentes. Atualmente o gabinete do Presidente – e para ser fiel à verdade histórica –, nas últimas três legislaturas, embora ele tenha conseguido maioria parlamentar, governa com outras agremiações, inclusive de oposição.

O Presidente Biya é o homem que, depois de 1984, quando ocorre a eleição, faz uma abertura democrática no País. É evidente que o País vive de certa

forma sob certas tensões, inclusive por causa dessa parte inglesa que se julga prejudicada no que eles chamam "discriminação isonômica", pois não teriam o mesmo tratamento que teriam as outras nove províncias "cameronesas".

O sistema judiciário é composto da Corte Suprema, cujos magistrados são nomeados pelo presidente da república, mas assistidos pela Corte de alta magistratura, o que estamos criando no Brasil no momento.

Existem ainda os tribunais de apelação em cada uma das 10 províncias e naturalmente os juízes de primeiro grau. Como na França, o *Cameroon (Camerum)* possui um conselho constitucional de 11 membros que aprecia a constitucionalidade das leis, dos tratados e zela pela harmonia e o funcionamento dos demais poderes. Há ainda uma Corte de *impeachment* para julgar o Presidente da República, os seus ministros e altas autoridades do governo.

Do ponto de vista econômico, o país é bem-dotado de recursos econômicos, recursos minerais, melhor dizendo. Possui petróleo, suas reservas são estimadas em 350 milhões de barris; possui gás natural, bauxita, minério de ferro e madeiras tropicais. A economia "cameronense" viveu seu período áureo entre 1975 e 1985, durante a crise do petróleo, quando os preços, como nos recordamos, aumentaram substancialmente, bem como os preços das matérias primas. Nesse período, o *Camerum* foi considerado um país de renda média. A partir de 1987, a economia declina e o país se socorre do Fundo Monetário Internacional. Vem cumprindo os ajustes na sua economia e, nos últimos 4 anos, há sinais vivos de recuperação. A taxa de crescimento tem atingido 5% ao ano. A inflação entre 2000 e 2003 foi de 2% e em 2004 caiu para 1%.

Dados macroeconômicos. O país tem um PIB de US$13,6 bilhões, o que não é pouco para aquela área da África central, subsaárica. Deve ser o segundo PIB, naturalmente excluindo a Nigéria, que é uma potência, como sabemos. A dívida externa é de cerca de 8,6 bilhões. Há divergências entre estatísticas – pesquisei muitas –, algumas dizem que são 8,6 bilhões e outras, de 7,4 bilhões. O país ingressou também no esquema do alívio da dívida externa, dos Estados altamente endividados e evidentemente vai sendo reescalonada, até perdoada talvez.

No plano regional, o *Camerum* mantém bom relacionamento com os demais países do continente. Basta dizer que o continente africano, como todos nós sabemos, é transido por conflitos sanguinários, golpes de Estado, guerras, etc., o *Camerum* viu-se apenas uma vez envolvido num conflito fronteiriço. Em 1994, a Nigéria invadiu uma península, que se chama Bacaci, rica em petróleo na sua projeção marítima. O *Camerum*, diante do seu poderoso vizinho, submeteu imediatamente o conflito à Corte Internacional de Justiça, que lhe deu o veredicto favorável. Inicialmente, a Nigéria não quis cumprir com a decisão da Corte. As Nações Unidas criaram uma comissão mista, e os territórios vêm gradualmente sendo devolvidos de modo que esse ponto está pacificado.

No plano da antiga Organização da União Africana, que foi criada em 1963 e extinta em 2001, o *Camerum* teve sempre uma atuação voltada para a solução dos conflitos mediante soluções pacíficas e também para o desenvolvimento econômico e a segurança das suas fronteiras. Essa é uma preocupação constante de política externa camaronesa. O ponto alto inclusive da atuação do *Camerum* na antiga OUA, que foi substituída pela União Africana, em 2001/2002, foi o desempenho do seu Presidente, Dr. Biya, que intermediou conflitos no Chade e na República Central Africana, onde morreram milhões de pessoas talvez.

No plano multilateral, o *Camerum* é membro atuante nas Nações Unidas e teve um desempenho de destaque quando do conflito entre os Estados Unidos e o Iraque. Nesse momento, o *Camerum* era Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e seu representante manteve uma posição ponderada, eqüidistante das divergências entre os dois países, especialmente porque ele tem um amigo tradicional, que é a França. Foi muito elogiada a sua atuação.

O relacionamento com o Brasil, dentro de um plano institucional, iniciou-se em 1965, quando uma missão brasileira chefiada pelo Embaixador Mário Borges da Fonseca, esteve em Yaoundé e negociou um acordo comercial. Esse acordo comercial está vigente e deve ser revisado e atualizado na próxima comissão mista, que talvez tenha lugar aqui no Brasil ainda neste ano.

Em 1972, o Chanceler Gibson Barbosa, como nos recordamos, foi também a Yaoundé e assinou dois acordos: um de cooperação cultural e um acordo de cooperação técnica; ambos vigentes e devem ser revistos durante essa comissão mista.

Em 1982, o Brasil instala a sua representação diplomática residente.

Em 1984, o *Camerum* reciproca essa iniciativa.

Em 1999, desativamos algumas embaixadas na África, dentre as quais a do *Camerum*.

Na verdade não houve uma solução de continuidade. O bom relacionamento manteve-se. Especialmente no que diz respeito a troca de votos, o *Camerum* e o Brasil, reciprocamente, são muito sensíveis. Sempre que pode, o país atende aos nossos pedidos. Recentemente, como V. Exªs sabem, o Presidente Lula foi ao

Camerum e obteve um voto precioso de apoio para o Conselho das Nações Unidas.

O intercâmbio comercial ainda está muito aquém das nossas possibilidades mútuas. Atribuo isto a um desconhecimento na África do Brasil e do Brasil na África. De qualquer forma, no ano passado, exportamos US$30 milhões e importamos US$1,25 milhões. Há ótimas perspectivas de desenvolver esse comércio, embora nossa política externa no *Camerum* não seja apenas em busca de lucros e de comércio. Trata-se de um país que está na faixa de IDH de 0,5, muito longe do IDH 1 desejável.

Os produtos e a tecnologia brasileira são considerados pelos camaroneses mais condizentes com as condições socioeconômicas do *Camerum*. Como estive lá há dois meses, posso dizer que há dificuldade pelos camaroneses até para ligar as tomadas importadas da França. Passei por essa experiência na embaixada. De modo que, realmente, temos condições de ampliar o nosso comércio ali. Não há dúvida alguma.

Vale a pena assinalar também que a Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior, nossas grandes empresas, construíram 2/3 do Aeroporto Internacional de Yaoundé, no início da década de 90. A Andrade Gutierrez mantém até um escritório lá. Já concluiu uma estrada de 57km, por volta de 1995, e está construindo uma outra de 24km, no valor de US$25 milhões, financiada pelo BAD – Banco Africano de Desenvolvimento.

A cooperação oferece um vasto campo para o desenvolvimento das nossas relações. Em maio de 2004, o Ministro da Educação do **Camerum**, Dr. Joseph Owona, e o Ministro Tarso Genro assinaram um memorando de entendimento na área de educação, prevendo a oferta de bolsas de estudo de pós-doutorado em medicina, biologia tropical e turismo. O memorando prevê ainda assistência técnica em matéria de gestão de livro didático e de informação escolar. Este assunto é tão querido ao nosso Senador Cristovam Buarque, não é?!

Por sua vez, o **Camerum** nos enviará professores de história, de literatura africana e de arqueologia.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 11 passado, com o Presidente Paul Biya, protocolo de cooperação técnica no campo da saúde, centrado basicamente no combate à aids, à tuberculose, ao paludismo, à malária e a outras doenças tropicais. Assinou também um acordo no campo da cacauicultura, o cultivo do cacau.

Outros acordos deverão ser assinados durante a próxima Comissão Mista a que já me referi, no campo da alfabetização, nos moldes da alfabetização solidária, que eles necessitam muito. Há também um acordo de cooperação universitária, científica e cultural e um acordo sobre o exercício de atividades remuneradas, permitindo aos dependentes de diplomatas e de funcionários da embaixada trabalhar em um e outro país.

Caso venha a ser aprovado por V. Exªs, procurarei ampliar e aprofundar o relacionamento bilateral em todos os campos, principalmente no que diz respeito ao intercâmbio comercial, econômico, educativo e as nossas relações nos campos político e diplomático.

Desculpe, Sr. Presidente, ter excedido o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Embaixador. Como se pode verificar, trata-se de uma reabertura da Embaixada do Brasil em Camerum, ou Camarões, como somos acostumados a conhecer o país. O embaixador, portanto, depois de aprovado por nós, terá essa missão de reabrir a embaixada e retomar esses entendimentos.

O Presidente da República esteve lá recentemente, portanto, é importante a sua presença.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª esclareceu, na exposição que antecedeu a presença do ilustre Embaixador, que já tinha notícia do Itamaraty de que ele reiniciará a atividade diplomática, não sei se por sorteio. (Risos.)

A língua é a francesa?

O SR. ROBERTO PESSOA DA COSTA – É a francesa. Embora se diga que ela é bilíngüe. Na verdade, o francês é falado por todos. Muito pouca gente fala inglês, especialmente o do sul.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só fiz essa pergunta apenas porque, quando eu estava na Interpol, o chefe de polícia de Cameron também era membro dessa instituição. Tive o prazer de ver que a votação foi favorável a mim, tornando-me assim Vice-Presidente da Interpol. E o francês era a língua oficial usada por ela na Interpol. A única vez que fiquei chateado com ele foi quando o *Camerum* ganhou do Brasil no futebol, e ele gozou de mim em francês. Espero que Deus me dê a oportunidade de visitá-lo, porque, depois das histórias que ele relatava sobre o *Camerum* – sempre foi apaixonado pelo país –, do sofrimento e tudo, fiquei com vontade de conhecer.

O país mudou de nome. Antigamente era *Camerum*, mas, posteriormente, foi alterado.

O SR. ROBERTO PESSÔA DA COSTA – O nome do *Camerum* não era Camarão, esse nome ao qual nos referimos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós chamamos de Camarões.

O SR. ROBERTO PESSÔA DA COSTA – Era Cameroun, inicialmente. Como existiam duas partes, quer dizer, com a tutela e com o mandado, a outra parte era chamada *Camerum*. Mas quando os alemães estiveram lá, entre 1884 e 1916, passou a ser – algum Senador fala alemão? – desculpe-me a pronúncia alemã, Cameroun.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sempre falamos Camarões.

O SR. ROBERTO PESSÔA DA COSTA – Mas eles não gostam disso. Há uma resolução das Nações Unidas recomendando que não traduzamos a palavra para Camarões. Aliás, não se seria uma tradução, porque em francês e em inglês Cameroun não significa Camarões. Ficou assim pronunciado exatamente pela imitação, pela dificuldade de pronunciar a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senador. Logo depois, continuaremos esse debate. Passaremos para o próximo item e, depois, voltaremos para a fase de perguntas e debates.

O Item nº 2: Mensagem (SF) Nº 105, DE 2005.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti. De autoria da Presidência da República.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para, como Relator **ad hoc** do Senador José Agripino, proferir o relatório relativo à ida do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, que está sendo designado, para o Haiti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, louvo a competente exposição feita pelo Embaixador Roberto Pessoa da Costa, que é portador de uma sólida formação jurídica, especializado em temas como extradição e com uma longa carreira no Itamaraty, cuidando basicamente desta questão jurídica, ou seja, do direito internacional. O Embaixador é mais do que um teórico; é alguém que tem tido a oportunidade e a felicidade de poder aplicar seus conhecimentos e até adquirir conhecimentos empíricos que se somam à sua vasta formação científica.

Substituindo o ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino, passo à leitura do relatório referente ao Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Filho, figura igualmente competente, que vai para o Haiti e por uma razão muito lógica: por ter atuado, tanto no Conselho de Segurança da ONU, sob o comando do atual Ministro Celso Amorim, quanto na delegação brasileira junto à ONU, com o Embaixador Ronaldo Sardenberg, é alguém que entende da matéria ligada à segurança e conhece a ONU em si mesma. Portanto, um nome talhado para atuar de maneira positiva, desenvolta e desembaraçada no Haiti.

Aproveito para registrar a presença neste plenário de um dos mais brilhantes Embaixadores brasileiros. Refiro-me ao Embaixador Edmundo Sussumo Fujita, que honra a carreira e é respeitado pela sua cultura, pela sua capacidade de lidar com as pessoas; enfim, por tudo que faz dele um funcionário exemplar do Ministério das Relações Exteriores.

O relatório muito bem elaborado pelo Senador José Agripino diz o seguinte:

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Paulo Cordeiro de Andrade Filho para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art.52, IV).

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, art. 383, inciso I, elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o candidato nasceu em Salvador, Bahia, em 12 de outubro de 1953, filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e D. Maria Carmelita de Andrade Pinto. É licenciado em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, desde 1979, e, após a conclusão do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado 3º Secretário em 19 de novembro de 1979, sendo subseqüentemente promovido a 2º Secretário, em 1981; a 1º Secretário, em 1987; a Conselheiro, em 1995; e a Ministro de Segunda Classe, em 2002.

Dentre os cargos que assumiu e as missões importantes que realizou, cumpre destacar os seguintes: Assistente da Divisão da África II, em 1979; Assistente do Departamento da Ásia, África e Oceania, em 1981; Assessor do Departamento de Organismos Internacionais, em 1983/1993; Chefe de Delegação na 36ª Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, em Eastbourne, Grã-Bretanha, 1984; Assessor do Departamento de Sistematização da Informação Política, 1984; Assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, 1993; Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático, 1995; Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de

Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 1995; Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Opanal), na cidade do México, 2003.

O Embaixador exerceu a função de 2º e 1º Secretário na Delegação junto às Nações Unidas, em Genebra, 1995; 1º Secretário na Embaixada em La Paz, 1988; 1º Secretário na Embaixada em Ottawa, 1990; Conselheiro na Missão Junto às Nações Unidas, em Nova York, 1985; Conselheiro e Ministro na Embaixada no México, 2001; Ministro Conselheiro em Ottawa, 2003.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** relatado, documento informativo sobre a República do Haiti, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, no qual foram destacados aspectos gerais do país, sua política interna e externa, as relações bilaterais com o Brasil, bem como a presença do Brasil na Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti).

O Haiti é um dos países mais pobres do mundo, com expectativa de vida de 52,4 anos, 52% dos habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza, 51% sofrendo de desnutrição crônica e 4,5% atingidos pelo vírus da Aids.

A República Parlamentarista do Haiti possui aproximadamente 8,4 milhões de habitantes em área de superfície de 27,750 mil quilômetros quadrados. Tem sua história marcada por independência pioneira em 1804, sendo a primeira república negra do mundo e o segundo país a libertar-se do domínio colonial nas Américas.

Tal pioneirismo, entretanto, não foi acompanhado de estabilidade institucional, tampouco de autodeterminação. Muitos foram os conflitos internos e os deflagrados contra a vizinha República Dominicana, com a qual divide a mesma formação arquipelágica.

Nas primeiras quatro décadas do Século XX, houve forte intervenção estadunidense no Haiti, incluindo intervenção aduaneira e ocupação militar. Após essa fase, apesar de intermédio período de governo democrático, seguiu-se sucessão de cruentas ditaduras, especialmente as dirigidas por François Duvalier (Papa Doc), e seu filho Jean-Claude (Baby Doc), de 1957 a 1986.

Mais recentemente, em etapa democrática, despontou como liderança política o Sr. Jean-Bertrand Aristide, que, em seu primeiro ano de mandato, 1991, sofreu um golpe militar, para alguns, articulado pela CIA. Desde então, reina a instabilidade política, tendo as Nações Unidas deliberado e intervindo em vários momentos da realidade haitiana.

O Brasil, no biênio 1993/1994, quando participava do Conselho de Segurança das Nações Unidas, absteve-se da votação que autorizava a Força Multinacional ao Haiti, liderada pelos Estados Unidos, então preocupado com o fluxo migratório ao seu território. Restabelecida a ordem, Aristide, completado o seu primeiro mandato e feito o seu sucessor, retorna para novo mandato, 2001/2006, após eleição com baixíssima adesão, pois somente 10% do eleitorado compareceram às urnas.

Acusado de manipulação eleitoral e enfrentando boicote oposicionista e manifestações sociais organizadas, o Presidente Aristide lança mão de controle social severo mediante grupos armados mercenários, enquanto a polícia se desintegra entre práticas corruptas. Em 2004, eclode rebelião armada que culmina no exílio do Presidente Aristide, intervenção da ONU, instalação de Governo transitório. Essa sucessão de fatos ainda não foi totalmente digerida, tendo como sua principal crítica a Comunidade dos Estados do Caribe, o Caricom.

Atualmente, o Brasil, representado pelo Gen. Augusto Heleno Pereira Ribeiro, comanda a Missão Militar de Estabilização, a Minustah, para a qual enviou grande contingente, representando a maior operação militar brasileira fora das nossas fronteiras desde a II Guerra Mundial. A missão enfrenta o desafio de manter a paz social e estimular investimentos e cooperação internacionais próprios e de terceiros, a fim de criar estrutura local e incrementar desenvolvimento humano. Tal participação da Minustah alterou o historicamente baixo nível de relação bilateral com o Haiti, seja no plano comercial, seja no político. Como marco dessa aproximação, houve, pela primeira vez, visita de Presidente brasileiro ao Haiti, em agosto de 2004, fato que não passou alheio ao Senado Federal, pois, simultaneamente, lá estiveram os ilustres Senadores Eduardo Suplicy, Hélio Costa, Leomar Quintanilha e Maguito Vilela.

Enfim, o Brasil atua de modo ativo na região caribenha, pontuando suas pretensões de maior inserção internacional e, por via de conseqüência, viabilizando pleito de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e, na principal missão que lhe cabe, pretende criar paradigma de participação internacional em que a segurança e o desenvolvimento sejam paralelamente promovidos.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações a serem exaradas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para que possa fazer a sua exposição.

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Sr. Presidente, muito obrigado. É, para mim, uma grande honra comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. Quero agradecer também ao Senador Arthur Virgílio pelas palavras generosas com que se referiu à minha pessoa e por ter feito também essa breve introdução ao tema Haiti.

O Haiti é um país em evidência. Infelizmente, o Haiti é um país que está numa situação de crise que perdura por muitas décadas, diríamos quase dois séculos, e neste momento o Brasil tem um papel extremamente importante.

O Embaixador Celso Amorim, o nosso Ministro das Relações Exteriores, houve por bem me indicar para ir ao Haiti. Para um embaixador brasileiro, no meu caso ser a primeira embaixada, ter o aval do Congresso Nacional é algo extremamente importante. É aquilo que nos legitima frente aos governos estrangeiros. De modo que esta passagem pela Comissão de Relações Exteriores é, fazendo uma comparação, como receber o solidéu de cardeal e poder atuar de uma maneira legítima junto aos governos estrangeiros.

A presença do Brasil neste momento no Haiti é marcante, porque, se alguém vai às ruas de Port-au-Prince, vê os soldados brasileiros conduzindo no ombro a bandeira nacional. E a população haitiana, que tem sofrido uma série de desilusões históricas, espera muito dessa intervenção da comunidade internacional, feita com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o Brasil, de uma maneira solidária, se voluntariou para atuar lá. Não somos os únicos. Temos lá o nosso General Heleno, que é o comandante militar da Minustah. O representante do secretário-geral é um embaixador chileno, um político, um ex-senador chileno, Juan Gabriel Valdez, filho do ex-chanceler Valdez. E, pela primeira vez na história do nosso hemisfério, uma força militar congrega unidades importantes de vários países da América Latina. Isso depois de uma série de intervenções de várias potências do Norte. Tivemos uma intervenção na década de 90. Na verdade, o Haiti sofre intervenções desde a sua independência.

A comunidade internacional, ou potências imperialistas, como se queira definir, de acordo como o momento histórico, procuraram entrar naquele país e corrigir situações. Em 1915, os fuzileiros navais americanos desembarcaram no Haiti, teoricamente para evitar que a dívida haitiana com a Alemanha servisse de fulcro para uma intervenção alemã no período da Primeira Guerra Mundial, e tentaram consertar o país. A primeira providência foi dissolver o velho exército, que tinha nascido da resistência a Napoleão, um exército cheio de glórias, mas que, em cerca de cem anos, vivia fazendo golpes de estado.

Havia uma grande desorganização no Haiti. Os americanos chegaram, estabeleceram o controle das alfândegas, construíram estradas, trouxeram médicos e, 19 anos depois disseram: vamos entregar isso aos haitianos.

O que ocorre é que não se transferiu ao povo haitiano a responsabilidade do autogoverno. Aquele exército criado pelos americanos se corrompeu, veio a ditadura Duvalier, houve um levante popular e, de novo, uma tentativa de consertar o Haiti.

Em 92, Aristide, nomeado Presidente, sofre um golpe de estado, saem as Nações Unidas. Eu tive o privilégio de ter assistido, em Belém do Pará, a uma assembléia da Organização dos Estados Americanos, onde Aristides estava presente, e o hemisfério decidiu colocá-lo de volta.

Ou seja, hoje estamos repetindo operações feitas no passado. Temos, como comunidade internacional, de aprender com as lições, com os erros do passado.

Se V. Exªs aprovarem minha indicação, eu serei embaixador do Brasil junto a um governo transitório do Haiti. Quando Aristide saiu, em 29 de fevereiro do ano passado, o Presidente do Supremo Tribunal Haitiano, da Corte Suprema, Boniface Alexander, foi empossado Presidente da República, com o compromisso de que fossem realizadas eleições no decorrer do presente ano para a constituição de um governo legítimo.

A dificuldades são imensas: uma população analfabeta em grande parte; um país que tem como língua oficial o francês, mas só 5% da população efetivamente o fala. A língua haitiana é o creol, uma língua, por seus próprios méritos, nascida em 200 anos de mistura entre francês e línguas africanas. E tem uma literatura. Mas ainda havia, por parte da elite haitiana, uma recusa de ensinar em creol. Só em tempos recentes é possível, digamos, alfabetizar esse povo na língua que falam as suas mães.

Temos o problema de um estado que foi destruído. É, digamos, um dos objetivos da comunidade internacional, e volto a repetir que o Brasil tem uma imensa responsabilidade de reconstruir esse estado.

A nossa estratégia é de somar esforços com os outros países que estão presentes lá, com os organismos internacionais dos quais nós, o Brasil e o Haiti, somos parte, para tentar criar condições de dar início à reconstrução de um país que é o único de menor desenvolvimento relativo em nosso hemisfério.

A pergunta é: por que fazer isso? Uma das respostas é a questão da solidariedade com o povo haitiano.

A outra é a de limitar o que seria um foco de infecção nas nossas vizinhanças.

Eu estava falando com o Senador Rodolpho Tourinho, do meu Estado. S. Exª me dizia que, conversando com autoridades da República Dominicana, pôde apreender o medo que eles têm da transferência de haitianos que atravessam fronteiras sem educação, sem preparação. O Domínio das Bahamas tem um problema de uma imensa população de haitianos. Ou seja, lá o Haiti é um elemento de desestabilização.

Estaremos no Haiti dando uma pequena contribuição não só para estabilizar o país, mas também para estabilizar toda a região do Caribe, que é do interesse do Brasil.

Não quero me estender muito. O Senador Eduardo Azeredo foi gentil comigo, dizendo que poderia falar o quanto quisesse, mas fico à disposição de V. Exªs para responder a qualquer pergunta.

Agradeço novamente a oportunidade, para mim e para o meu colega, de sairmos daqui legitimados como verdadeiros embaixadores do Brasil, com respaldo dos representantes do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Agradeço ao Ministro indicado para a República do Haiti, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

Antes de passar à fase de debates, passo a palavra ao Senador Mão Santa, para que possa ler o relatório do Item 3**:** Mensagem (SF) Nº 05, DE 2005.

Submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para a leitura de seu relatório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho uma emergência, algo realmente importante. Não é agradável, mas é uma emergência. Não gostaria de me retirar sem antes dar um depoimento sobre o Embaixador José Vicente Pimentel, que é também um profissional competente, experimentadíssimo, com uma carreira muito bonita, tendo uma visão muito ampla de dentro do Itamaraty e de fora quando vislumbra a política externa brasileira, que merece, de minha parte, todos os encômios.

O nome de S. Exª vai ser votado, já voto antecipadamente, até porque tenho plena confiança de que S. Exª manterá na nova missão toda a trajetória de honradez e de competência que marcou seu passado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senador Virgílio. Esclareço que os votos já podem ser dados. As urnas já estão abertas.

Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, apenas vamos complementar, porque ninguém poderia definir isso melhor do que o Senador Arthur Virgílio, que também ilustra, enriquece o Itamaraty e o Senado com sua presença. Só a presença do Senador Arthur Virgílio dá a qualificação do quadro. Nem é preciso pensar em Rio Branco. Penso que o Senador Arthur Virgílio, hoje, já brilha mais do que Rio Branco. Mas vamos cumprir a missão.

O Sr. José Vicente de Sá Pimentel não está presente porque, segundo o ritual, vai acumular o cargo de Embaixador junto à República das Maldivas com o cargo de Embaixador da Índia, que já está exercendo.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada para opinar sobre a indicação que Sua Excelência Presidente da República faz do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato. De acordo com o documento, o Sr. José Vicente Pimentel nasceu em Vitória (ES), em 1946, filho de Vitor Hugo Sá e Sônia Sá Pimentel. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1970. Após a conclusão do curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado 3º Secretário, em 3 de fevereiro de 1970, sendo subseqüentemente promovido a 2º Secretário, por merecimento, em primeiro de janeiro de 1973, a 1º Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro de 1978, a Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho de 1982, a Ministro de 2ª Classe, por merecimento, em 18 de dezembro de 1989, e a Ministro de 1ª Classe, por merecimento, em 29 de dezembro de 1998.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar as seguintes: 1º Secretá-

rio em Santiago, em 1976; Conselheiro em Paris, em 1982; Conselheiro na Guatemala, em 1985; Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, em 1988; Chefe da Secretaria de Imprensa, em 1990; Cônsul-Geral em Roma, em 1991; Secretário de Planejamento Diplomático, em 1995; Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente Próximo, em 1996; Chefe de Delegação à Reunião da Comunidade de Países da Língua Portuguesa, para mediação da crise Guiné-Bissau, em 1998; Chefe de Delegação na Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, em Cascais; Cônsul-Geral em Los Angeles, em 2001; e, atualmente, Embaixador junto à República da Índia.

O Sr. José Vicente de Sá Pimentel recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais cumpre destacar a Ordem Bernardo O'Higgins, no Chile, de Gran-Oficial; as Medalhas Mérito Tamandaré e Mérito Santos Dumont, no Brasil; a Ordem do Rio Branco, no Brasil, no grau de Grande Oficial. Foi professor do curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em diversas ocasiões e em diversas disciplinas. É autor de artigos em importantes revistas especializadas sobre temas de política externa e relações internacionais.

A República das Maldivas é um país insular, com população majoritariamente islâmica e atividades econômicas fundadas no setor primário, no turismo e na construção naval. O Chefe de Estado e de Governo é o Presidente reeleito para o quinto mandato, o Sr. Maumoon Abdul Gayoom, que enfrenta manifestações populares culminadas da decretação do estado de sítio desde 2004 e séria crise econômica advinda da alta do petróleo.

Quanto ao relacionamento do Brasil com a República das Maldivas, apesar de terem estabelecido relações diplomáticas desde 1988, há pouco intercâmbio econômico e articulação política. O Brasil quase nada importa das Maldivas, ressalvado o baixo volume de circuitos integrados, digitais e analógicos, importados em 2004, e exporta principalmente carne de galináceos , apesar de ter registrado, em 2003, a exportação de produtos de maior valor agregado, com materiais de construção e produtos médicos.

Tendo em vista a natureza da matéria, estimamos seriam essas as informações pertinentes ao âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senador Mão Santa. Antes de passar à segunda fase, que é a fase secreta da reunião, passo a palavra ao Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pedi essa deferência de V. Exª porque, exatamente às 12 horas e 15 minutos, acompanharei um grupo de Deputados e Senadores em visita ao Presidente da Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, onde vamos apresentar a proposta de instalação da CPMI da Imigração Ilegal, que vai apurar os crimes que são praticados nesse procedimento de levar brasileiros para o exterior.

Mas eu não poderia deixar de, primeiro, cumprimentar o Sr. Relator, Senador Mão Santa, e os demais relatores que apresentaram as biografias e as propostas de trabalho de S. Exªs. Desejo muito sucesso, primeiro, ao Embaixador Roberto da Costa. Sei que o senhor vai para uma região onde terá, evidentemente, a oportunidade de expandir os laços comerciais e culturais do Brasil na África. É um grande investimento que o Governo faz nesse momento. A África é um ponto importante para nós, nas nossas relações amistosas, sobretudo, e também culturais e diplomáticas. E, em especial, quero desejar votos de muito sucesso à missão do Embaixador Paulo Roberto Cordeiro de Andrade Pinto.

Tivemos a oportunidade de visitar o Haiti, no mês de agosto do ano passado, durante a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E tivemos que lembrar sempre o impacto causado por essa viagem em todas as nossas palestras, conversas etc. Na realidade, V. Exª está indo para um Estado conturbado, para uma nação com praticamente guerra civil, para um Estado que sai de uma intervenção e cai em outra e que, lamentavelmente, vê o seu povo cada vez mais pobre, cada vez mais dependente.

Entendo que o Haiti sobrevive economicamente graça às remessas de milhões de dólares que são feitas dos Estados Unidos, dos haitianos residentes nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países da América. Se abolirmos essas remessas que são feitas mensalmente para o Haiti, possivelmente o País entrará em crise econômica irreversível.

Portanto, a presença do Brasil no Haiti, no sentido de construir uma paz, de construir um alicerce político para que a nação possa dar os seus primeiros passos de uma forma realmente independente, fora das intervenções militares dos Estados Unidos e de outras intervenções, como inclusive a nossa, que não deixa de ser uma intervenção, mesmo que chancelada pela ONU.

Recordo-me de que no começo as tropas brasileiras eram aclamadas, festejadas, tratadas como amigas. Hoje, já não vejo a mesma coisa. As informações que tenho é de que começam a surgir as primeiras reações. Já começamos a correr risco inclusive com os nossos brasileiros lá. Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vou falar um pouquinho porque estive agora inclusive com o Embaixador, conversando com o General Heleno, para esclarecer algumas notícias que estão surgindo. Mas vou me permitir falar um pouco depois de V. Exª, para não atrapalhar o seu raciocínio.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-G) – Perfeitamente. Tive a oportunidade, Embaixador, de, estando em Washington, no ano passado, participar de uma reunião onde estava presente o Embaixador Roger Noriega, que é o Subsecretário de Estado para a América Latina. E, na oportunidade, no momento em que me deram oportunidade de falar, indaguei do Embaixador Noriega se existia a possibilidade de fazermos um entendimento entre o Itamaraty e as Nações Unidas especificamente, através da nossa Embaixada no Haiti, dos ressarcimentos dos recursos que estamos gastando para a manutenção da força de paz lá no Haiti. E por que fiz isso? Porque temos uma dívida muito grande com as Nações Unidas. Vamos ter que, eventualmente, cumprir essas obrigações, caso contrário, o Brasil não poderá sequer disputar o direito de ser membro permanente do Conselho das Nações Unidas. Ou pagamos a dívida ou não temos nem como disputar o espaço. Então, temos que pagá-la.

Perguntei ao Noriega se havia a possibilidade de deduzirmos da nossa dívida junto à ONU os recursos que estávamos gastando para a manutenção da Tropa de Paz brasileira no Haiti?

Como fui o Relator, em plenário, da Medida Provisória que criou os recursos da ordem de R$150 milhões para o envio e manutenção das tropas brasileiras no Haiti, pergunto a V. Exª se, por meio do posto que ocupa, hoje, Embaixador na República do Haiti, se V. Exª poderia nos informar sobre o que está acontecendo com esse procedimento. Porque, seja via Itamaraty ou por intermédio da Embaixada no Haiti, penso que é um caminho que deveríamos perseguir, porque a resposta que obtive do Embaixador Noriega, em Washington, foi a de que era possível, sim, fazer uma discussão nesse sentido. São R$160 milhões, e acho muito justa a presença brasileira no Haiti, nesse momento tão importante. Mas, se pudermos abater isso da nossa dívida junto às Nações Unidas, melhor ainda. Ficaria muito melhor para nós.

Também tenho uma preocupação, inclusive gostaria que V. Exª , se não puder fazer um relatório oficial direcionado a esta Comissão, que pelo menos nos desse informações, via *e-mail* do Senado, sobre as eleições no Haiti, porque, na eleição anterior, em que havia sido eleito, na realidade, o Aristide, apenas 10% da população havia votado. Portanto, dos 8 milhões de haitianos, apenas 10% deles, ou seja, só 800 mil, Senador Romeu Tuma, votaram nas últimas eleições presidenciais. Ora, isso não é representativo. Na realidade, essa cifra não indica uma liderança, pois 10% absolutamente nada representam. Pergunto: o que está sendo feito?

Na época, sugeri uma ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do BNDES no sentido de que pudéssemos provocar a solicitação de um empréstimo no sentido de fazermos o recadastramento dos eleitores no Haiti, porque, se não fizéssemos – e as lideranças políticas no Haiti nos diziam isso – o recadastramento no país, eles não teriam uma eleição justa, correta e honesta.

Sr. Presidente, eram essas colocações que gostaria de fazer.

Evidentemente, mais tarde, tentarei retornar para ouvir as suas respostas ou, do contrário, que elas me sejam enviadas.

Neste momento, tenho que me ausentar. Dirigir-me-ei, imediatamente, aos Presidentes do Senado e da Câmara.

Agradeço a V. Exª a oportunidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é uma honra fazer referência a esses Diplomatas, tendo em vista as qualidades de S. Exª. Ambos representam muito bem a estrutura do Itamaraty. Fico com a minha tese, sempre, mas sem desrespeitar àqueles que exercem a função de representantes brasileiros no exterior – como o Senador Jorge Bornhausen, que resolveu alguns problemas graves como o dos dentistas e outros –, de que a carreira diplomática há que ser sempre priorizada com a ocupação de cargos no Itamaraty. Então, para o Haiti não há nenhum político que vai pedir; e, provavelmente, também para o seu país ninguém vai pedir.

Vejo na carreira diplomática, tendo em vista os currículos de V. Exªs com passagens por várias representações, um exercício efetivo de experiências, que vão sempre favorecer a presença do Brasil junto a essas representações.

Portanto, gostaria de elogiar a qualificação que têm V. Exªs, assim como as suas formações profissionais e, sem dúvida nenhuma, o cabedal de experiência trazidas. Aliás, admiro a facilidade com que V. Exªs expõem suas idéias, e o fazem com tanto facilidade, inclusive sem ler, já que as informações que o Itamaraty nos enfiou não chega a 20% do que aqui foi dito pro V. Exªs.

Tive o prazer de falar com o João Heleno, juntamente com o futuro Embaixador do Haiti, pois era um compromisso meu junto à Comissão, logo que surgiram as primeiras notícias de que havia violência tendo em vista a presença das forças de manutenção da ordem no Haiti. E o João Heleno foi muito claro ao dizer-me que não era verdade. O Brasil continua a ter a respeitabilidade do povo haitiano. É claro que ele deu uma base desses conflitos, que era o poder econômico que tinha com Aristides e que foi alijado com a presença das forças da ONU, que faz uma pressão violenta para continuar essa dicotomia, essa divergência com a corrupção que houve anteriormente a essa intervenção?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, um aparte, por favor?

O SR. ROMEU TUMA – (PFL – SP) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A preocupação que manifestei, Senador Tuma, foi exatamente que as forças de paz, que são do Exército, das Forças Armadas brasileiras, não sejam confundidas com a força policial, porque, na medida em que houver essa mistura...

O SR. ROMEU TUMA – (PFL – SP) – Não, ali o conflito é com as forças policiais que permanecem e que se transformaram em hostilidade permanente às forças de paz. Então, realmente, a confusão não dá nem para ter, porque não há participação operacional entre elas – pelo menos foi ao que o embaixador nos fez referência aqui. Vai ser uma missão difícil para os senhores. Acho que é, mesmo, porque a situação econômica desses países é de miserabilidade, por todos os dados que nos foram fornecidos. E a certeza, hoje, com a presença de uma comissão da ONU, Senador Hélio Costa – João Heleno disse que está com eles lá – que estão fazendo uma verificação sobre tudo que está ocorrendo. Ele me disse com muita tranqüilidade e deve ter falado a V. Exª, Senador, sobre isso. Eu acredito que essa tese de pagamento da nossa presença lá... até porque hoje, infelizmente, as autoridades econômicas brasileiras tratam as Forças Armadas com um pouco de desprezo, sem reconhecimento à importância das missões quando são convocadas. Acredito que a verba que V. Exª propôs já deve estar tendo que subsidiar, porque 160 milhões têm uma presença... E a própria assistência que tem que dar aos miseráveis que lá se encontram – pelo menos a televisão mostra isso constantemente.

Mas o que eu desejo é sorte e que Deus os acompanhe nessas missões que são tão importantes para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Srs. Senadores, o Regimento impõe que a próxima parte da reunião seja secreta. Apesar de não vislumbrar a necessidade disso, o Regimento impõe.

Eu solicitaria que fosse esvaziado o recinto e rapidamente nós retomamos o procedimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, mas eu só disse isso porque quase não tem mais número aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Não, mas...

O SR. ROMEU TUMA – (PFL – SP) – Mas é obrigatoriedade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – A Secretária da Comissão nos diz que tem que ser. Então, vamos esperar rapidamente poder reabrir.

O SR. ROMEU TUMA – (PFL – SP) – Vamos continuar aqui. Vamos votar.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Reaberta a Sessão em caráter público, comunico a aprovação dos Embaixadores por unanimidade de votos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min)

Ata da Nona Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezenove de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas.

Às dez horas do dia dezenove de maio do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, HÉLIO COSTA, EDUARDO SUPLICY, ROBERTO SATURNINO, JOÃO BAPTISTA MOTTA, MÃO SANTA, ANA JÚLIA CAREPA, JOSÉ AGRIPINO e PEDRO SIMON. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Comparece também o Senador PAULO PAIM, não-membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta. Item 01: Mensagem (SF) Nº 119, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial

do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Francesa". O Senhor Presidente designa como relator "Ad Hoc", o Senador RODOLPHO TOURINHO. Item 02: Mensagem (SF) Nº 124, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru".O Senhor Presidente passa a palavra para o Senador EDUARDO AZEREDO fazer a leitura do seu relatório. Item 03: Mensagem (SF) Nº 125, DE 2005, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal". O Senhor Presidente designa como relator "Ad Hoc", o Senador ROBERTO SATURNINO, que faz a leitura do relatório. Faz uso da palavra, pela ordem, o Senador JEFFERSON PÉRES. O Senhor Presidente palavra ao Embaixador ROBERTO PESSÔA DA COSTA. O Senador JEFFERSON PÉRES usa a palavra. O Senhor Presidente passa a palavra à Embaixadora VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA, ao Embaixador LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO, e por fim, à Embaixadora KATIA GODINHO GILABERTE para exposição de motivos. O Senhor Presidente passa à apreciação da Extra-Pauta, e pede a inversão de pauta. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo (PDS) Nº 131, de 2005, de autoria da da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003". O Senhor Presidente passa a palavra para o Senador MOZARILDO CAVALCANTI para relatar seu parecer favorável. Aprovado. Item 01: Requerimento Nº 24, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Requer nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir personalidades políticas e econômicas acerca da questão: Por que, entre 1970 e o começo do século XXI, o Brasil perdeu terreno na luta pelo desenvolvimento econômico e social quando comparado com países que antes menos desenvolvidos?". O Requerimento é discutido. Os Senadores EDUARDO SUPLICY, HERÁCLITO FORTES, JOÃO BATISTA MOTTA e JOSÉ AGRIPINO. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Presidente informa terem sido os embaixadores aprovados pela unanimidade de quatorze votos. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a nona reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (Pausa.)

Estando dispensada a leitura, passamos à apreciação da pauta. Antes, porém, uma pequena informação: hoje é um dos dias mais difíceis que encontrei para ter quorum e número de Senadores, porque está havendo uma reunião do PFL no Rio de Janeiro e muitos dos nossos Senadores são do PFL. Aliás, é o Partido que tem mais pessoas nessa Comissão e muita coisa está acontecendo nesta Casa.

Passo ao primeiro item da pauta.

Trata-se da Mensagem Nº 119, de 2005, da Presidência da República que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Francesa.

O Relator indicado é o Senador Marco Maciel, que está na referida reunião no Rio de Janeiro. S. Exª me solicitou que passasse a relatoria para o Senador Rodolpho Tourinho.

Peço ao Senador Rodolpho Tourinho para ler a mensagem e o seu Relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr Presidente Cristovam Buarque, Srª Embaixadora Vera Martins, Srs componentes da Mesa, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, da Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Francesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha de chefe de Missão Diplomática.

Atendendo a esse preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional elaborou o *curriculum vitae* da interessada, anexo ao processado.

Segundo o referido documento, a Srª Vera Martins, filha de Mário Pedrosa e de Mary Houston Pedrosa, nasceu no Rio de Janeiro.

A França apóia a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e aposta no Mercosul, já que a idéia de formação de um bloco de concertação na América do Sul é do interesse dos franceses, que querem manter presença relevante na América Latina.

No tocante às relações culturais entre os dois países, cabe ressaltar o convite formulado pelo governo francês ao governo brasileiro para a realização de uma temporada cultural brasileira na França, chamada de 2005 – Ano do Brasil na França.

Vale destacar ainda a visita oficial que o Presidente Lula realizará à França entre 13 e 15 de julho do corrente ano. No dia 14 de julho, data Nacional da França, tropas brasileiras deveram abrir o tradicional desfile militar a convite do Governo francês.

A Embaixadora Vera Pedrosa tem um longo currículo. Já esteve na Embaixada de Paris, na Embaixada de Lima, na Embaixada de Paris como Conselheira. Foi Embaixadora em Haia, Embaixadora em Quito, Embaixadora em Copenhagen.

O currículo está apensado ao processado.

Essas são as informações que julgamos oportunas, Sr Presidente, prestar sobre a indicação da Srª Vera Pedrosa Marins de Almeida para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Francesa.

Eu, pessoalmente, desejo muitas felicidades, sobretudo porque a senhora irá substituir um grande amigo meu, o Embaixador Sérgio Amaral.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras circunstâncias. O meu voto favorável e, disse e repito, o meu desejo de felicidades para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu vou fazer uma mudança na agenda. Em vez de entrar e sair da parte secreta para a parte pública desta reunião, vou passar imediatamente à relatoria da mensagem seguinte.

É a Mensagem Nº 124, de 2005, da Presidência da República com a indicação do Sr. Luiz Augusto de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Embaixadores, trata-se da indicação do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Republica do Peru.

O Embaixador Luiz Augusto tem uma carreira brilhante. Começou em 1966. Temos o relatório. Em 1970, ingressou no curso de prática diplomática e consulado do Rio Branco. Em 1973, foi cônsul-adjunto em Los Angeles. Em 1984, voltou aos Estados Unidos integrando a missão diplomática brasileira junto à OEA. Em 1987, voltou ao Ministério das Relações Exteriores como chefe do Departamento de Organismos Internacionais. Em 1990, tornou-se Embaixador do Brasil e representante-adjunto do Brasil em Nova Iorque junto à delegação brasileira na ONU. Em 1993, presidiu a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas. Em 1994, retornou. Exerceu, em Washington, os cargos de Embaixador e representante do Brasil junto à OEA. No ano seguinte, presidiu a Comissão de Segurança Hemisférica daquela Organização. Em 1996, tornou-se Embaixador em Montevidéu. Dois anos mais tarde, integrou a delegação brasileira na cúpula do Mercosul, em Fortaleza, Montevidéu e Rio de Janeiro. Em 2000, o Embaixador Luiz Augusto tornou-se Diretor-Geral do Departamento de organismos internacionais. Em 2001, foi Secretário-adjunto do Ministério e Subsecretário de Assuntos Políticos Multilaterais. Em 2002, foi Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. No ano de 2003, foi Embaixador do Brasil na República do México. No momento, é indicado para representar o Brasil junto ao Peru.

Temos vários pontos em especial na agenda externa peruana, negociações em torno do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações, a questão dos limites marítimos com o Chile, assuntos sobre os quais o diplomata foi sabatinado e possui notório conhecimento. Também a exportação de gás boliviano por portos peruanos e a aproximação com a China.

Temos todos os dados sobre o Peru no relatório. O Brasil é o segundo maior fornecedor de bens e serviços para o mercado peruano. A maioria da população do Peru vive em uma situação que não é das melhores, com problemas de emprego e subemprego.

Quero ainda, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, falar da importância da indicação do Embaixador Luiz Augusto e de seu trabalho pertinente, eficaz, realizado atualmente no México. O Brasil tem, no período em que está no México, incrementado suas relações. Agora, é

chamado a desempenhar uma nova função, no Peru, um país vizinho que possui, também, um ciclo importante de entendimentos conosco.

O voto é favorável. Ressalto a importância da indicação do Embaixador Luiz Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – A próxima apreciação é a Mensagem Nº 125, de 2005, da indicação feita pelo Presidente da República da Srª Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal.

O Relator desse processo é o Senador Heráclito Fortes. S. Exª esteve aqui. Acertei com S. Exª que seria o primeiro, pois tinha um compromisso. Como adiamos o começo da reunião, S. Exª saiu e ficou de voltar a tempo. Ficou preso na outra reunião. Passo, portanto, a palavra ao Senador Roberto Saturnino, relator "Ad Hoc" para ler o parecer no lugar do Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com muita satisfação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Srª Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria pela Srª Katia Godinho Gilaberte, destacam-se as de Chefe-Substituta da Divisão de Ciência e Tecnologia, em 1991, Chefe da Divisão de Política Financeira, em 1992 e 1993, Chefe de Gabinete da Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos, em 1995, e Chefe da Divisão de Mercado Comum do Sul, em 1997.

Ainda no âmbito da Administração Federal, exerceu os cargos de Assessora Especial do Ministro Extraordinário de Projetos Especiais e da Presidência da República e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais no Ministério de Ciências e Tecnologia.

No exterior, exerceu, entre outros, o cargo de Conselheira em La Paz, em 1996, e de Ministra Conselheira em Moscou, em 2001. Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação de organismos internacionais e de conferências diplomáticas bilaterais e multilaterais.

A presença da representação brasileira no Senegal remonta ao Século XIX, conforme atestam os registros históricos que se referem à existência de um consulado do Brasil em 1854, naquela cidade. Em 1910, o Brasil mantinha um consulado honorário em Dakar, transformado em consulado de carreira em 1911.

Pouco após a independência do Senegal, em abril de 1961, foi criada, então, a Embaixada do Brasil em Dakar, a primeira do continente africano. Em retribuição ao gesto brasileiro, o governo senegalês instalou, em 1963, a Embaixada no Rio de Janeiro, transferida para Brasília em 1970.

Os dois países têm mantido entendimentos quanto aos pedidos de apoio a candidaturas recíprocas nas organizações internacionais, além de já desenvolverem uma cooperação técnica em diferentes áreas relativamente bastante intensa. Assim também o nosso comércio exterior tem apresentado bons resultados.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julga o Senador Heráclito – e eu me manifesto inteiramente de acordo – que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço aos três relatores.

Vamos iniciar a apresentação dos candidatos a Embaixadora e Embaixador. Para isso, peço que as diversas pessoas se retirem, para fazermos uma audiência secreta, porque faz parte do rito.

Peço aos candidatos que permaneçam conosco. Não creio que haja problema algum de sigilo sobre quem vai ser o Embaixador e a Embaixadora do Brasil. Lembro que é preciso desligar o som.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, nada impede, claro, que a reunião se torne secreta a partir de agora. Mas tínhamos mantido, no passado, o seguinte procedimento: a exposição dos indicados era pública, e se tornavam secretas apenas a argüição e a votação, é claro. Porque a Constituição fala em argüição secreta. Mas também não há prejuízo algum em que a exposição seja em reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Creio que não haja problema algum de que seja aberta. Pode chamar. Depois faremos, à hora da argüição, a parte sigilosa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Já saíram.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não há problema, voltam rapidamente.

Vou, inclusive, já começar, para não perder tempo, passando a palavra para a Embaixadora Vera fazer a sua apresentação.

A SRª VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e queridos colegas. Eu gostaria de falar de uma forma breve e muito sucinta das relações entre o Brasil e a França.

Essas relações são relações muito antigas, porque datam da época colonial. A presença da França no Brasil, a famosa França Antártica, trouxe ao Brasil, entre outras coisas, dois testemunhos importantes que tiveram grande influência na evolução do pensamento europeu. Foram testemunhos dos primeiros viajantes o monge franciscano Andrés de Ferrer e o Calvinista Jean de Léry, dois franceses que escreveram sobre o Brasil. O testemunho que eles deram do Brasil, da abundância da natureza, da vida dos habitantes, foi um testemunho que veio influenciar a informação das idéias de Jean Jacques Rousseau sobre o bom selvagem. Embora nesses testemunhos tenha havido registros negativos, como o do alegado canibilismo de nossos indígenas, Jean de Léry teve ocasião de perceber que esse canibalismo não era um fato apenas desse novo mundo descoberto ou encontrado pelos franceses, mas existiu também na Europa na época das guerras religiosas. Jean de Léry era calvinista, esteve no cerco de Saint (vocábulo francês incompreensível), onde verificou episódios desse tipo.

A idéia de que os habitantes do novo mundo eram bárbaros, mas eram também inocentes e puros, influenciou o pensamento de Rousseau, a idéia do bom selvagem, da natureza intrinsecamente bondosa do ser humano que era corrompida no contato social.

Essas idéias de Rousseau influenciaram o pensamento dos primeiros redatores, dos redatores da constituição norte-americana e, em seguida, tiveram influência na revolução francesa. É uma visão do mundo otimista baseado nessa hipótese da bondade intrínseca do homem.

Portanto, Montaigne, que teve contato com indígenas brasileiros que ficaram na França depois da famosa festa de Rouen, chegou à conclusão, depois de ter contato com eles, de que bárbaro era tudo aquilo que nos é estranho, mas que os habitantes do Novo Mundo não eram intrinsecamente diferentes dos daquele mundo ocidental que lhes era familiar.

A nossa realidade social, que era vista como uma realidade edênica, teve, portanto, uma influência importante na formação do pensamento moderno, na medida em que trouxe uma idéia de pureza primordial, a capacidade de conformação social. Essas idéias influenciaram a Revolução Francesa, e a Revolução Francesa, por sua vez, influenciou a formação das repúblicas latino-americanas.

A presença da França no Brasil se deu, posteriormente, não só a presença no Maranhão, em São Luiz, nomeada pelo Rei, se manteve muito importante nos séculos XIX e XX pela influência e presença cultural da França.

Uma das vantagens comparativas da presença francesa no mundo, além de a França ser a quinta economia do mundo e um país central na Europa, é exatamente a sua projeção intelectual, a sua projeção cultural.

Nós temos tido uma interinfluência, nós recebemos essa influência e a devolvemos aos franceses em todo esse período. Sabemos que D. João VI trouxe ao Brasil a missão francesa de Lê Breton, que criou grandes instituições que vieram modernizar o País. Sabemos da presença, no séc. XX, dos professores franceses que criaram a Universidade de São Paulo e outras instituições. Sabemos da presença, na França, de artistas brasileiros que voltaram e aqui criaram o modernismo nas artes e nas letras. E sabemos, na segunda metade do século XX, da presença de intelectuais brasileiros e artistas brasileiros na França que tiveram importância e puderam projetar o nome do Brasil e torná-lo respeitado intelectualmente na França.

Falo do aspecto cultural porque, tendo sido Conselheira Cultural em Paris na época do governo Sarney, o Presidente Mitterand propôs uma primeira versão do que é hoje o Ano Brasil na França, que foi o projeto França-Brasil, que durou de 1983 a 1986, quando era, na primeira parte desse período, Ministro da Cultura o professor Celso Furtado.

Esse primeiro momento de que pude participar, com muito orgulho, tanto na Embaixada, como depois no Ministério da Cultura, trabalhando com o Celso Furtado, foi muito importante de atualização da França com o que é a produção intelectual e a produção cultural brasileiras.

Esse episódio fez com que, hoje, quando outra vez por iniciativa do governo francês se realiza um Ano do Brasil na França, haja um grande sucesso e um grande aporte da presença francesa, que irá estimular não somente as trocas intelectuais e culturais, mantê-las no alto nível de sempre, como divulgar a realidade do Brasil em todos os campos, porque consiste não apenas em importantes manifestações culturais, como também de seminários empresariais, enfim, de seminários sobre turismo e sobre todas as manifestações que podem trazer emprego e uma divulgação grande da nossa posição cultural.

A França é um país que não tem na América latina a sua primeira prioridade, porque a primeira prioridade da ação externa da França é a construção européia.

A França também tem um atlanticismo pronunciado, que se viu ligeiramente afetado recentemente por posições com relação à guerra no Iraque, mas essas relações estão se recompondo. Por outro lado, a França, que coincide com o Brasil numa visão da importância do multilateralismo, que não deseja, que vê como inconveniente a existência de um mundo unipolar, deseja um mundo multipolar, vê no renovado dinamismo da atuação externa do Brasil um elemento positivo e nos tem apoiado nesse nosso esforço de termos uma presença internacional maior e assumirmos uma responsabilidade regional e internacional compatível com o nosso peso específico como País.

A França nos apóia decididamente nesse sentido e por isso apóia a nossa pretensão de sermos membros permanentes do Conselho de Segurança.

Aliás, em 1944 cogitou-se que o Brasil seria membro permanente, mas houve um país que se opôs, e a França foi membro permanente, não sendo considerada uma nação liberada, mas uma nação vencedora pela participação do General De Gaulle na Guerra, pela sua presença a partir da Argélia na França.

Portanto, a França hoje nos apóia decididamente nessa nossa aspiração, pois considera que o Brasil pode e tem as credenciais para assumir essa responsabilidade.

A França acompanhou com atenção e simpatia toda a conformação da comunidade sul-americana de nações porque vê com interesse a conformação de um entorno regional sul-americano sólido, coeso e integrado e solidário.

A França, portanto, é um país com o qual temos não só uma grande gama de acordos bilaterais e de projetos importantes de cooperação bilateral na área científica, na área da ciência e tecnologia, na área espacial, enfim, numa série de áreas, na área educacional, como também é um país que nos apóia, com o qual coincidimos nessa idéia de que o mundo deve ser moderado, de relações internacionais solidárias voltadas para a paz e a segurança.

Queria fazer apenas essa breve apresentação e me permito colocar-me à disposição para responder a perguntas específicas que possam ser feitas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Quero, ao mesmo tempo em que agradeço à Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida a maneira rápida como fez sua apresentação, passar a palavra ao Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro.

O SR. LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO – Muito obrigado. Eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, ao Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente e meu Relator, a todos os Srs. Senadores que me honram aqui com a sua presença nesta ocasião em que fui designado pelo Presidente da República, por indicação do Chanceler Celso Amorim, para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Acho extremamente importante para nós, diplomatas profissionais, essa oportunidade de encontro e de diálogo com o Congresso brasileiro, e, em particular, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Durante muitos anos, trabalhamos naquele edifício do outro lado da rua ou nas nossas Embaixadas e Consulados um pouco encerrados no diálogo interno, meio incestuoso, e não havia muito diálogo com a sociedade e com os representantes legítimos do povo brasileiro.

Esse tipo de ocasião, de conversa e de troca de opiniões sobre temas da política exterior para nós, inclusive, é muito gratificante, não só é importante para podermos receber orientações, idéias, questionamentos, críticas, mas também até do ponto de vista puramente pessoal, de poder sair um pouco e conversar, e, nesse clima de democracia hoje em dia, isso tem ocorrido cada vez mais. Eu acho que o diálogo entre nós, Diplomatas, Senadores, Deputados e outros segmentos da sociedade civil, jornalistas é extremamente importante para poder afinar melhor a nossa atuação.

Eu me sinto particularmente satisfeito de ter recebido esse desafio de representar o Brasil no Peru. O Peru é um grande país, vizinho ao nosso, um país com o qual nós temos quase três mil quilômetros de fronteira ao longo dos Estados do Acre e do Amazonas. Brasil e Peru se desenvolveram, desde seus períodos coloniais, muito de costas um para o outro, muito se ignorando um ao outro. O caso do Peru, realmente, acho que é um caso bem claro nesse sentido. Apenas recentemente estamos nos encontrando e iniciando um processo de aproximação, de entendimento, de diálogo, de integração e até mesmo de construção de pontes, não no sentido figurativo, no sentido literal: está sendo construída a primeira ponte entre Brasil e Peru, sobre o rio Acre, ligando a cidade de Assis Brasil, no Acre, à cidade de Inapari, do lado peruano. Essa ponte está em construção, espera-se inaugurá-la possivelmente em novembro deste ano. É a primeira ponte entre os dois países.

A partir de Inapari, do lado peruano, há um caminho de mais ou menos mil quilômetros de estrada, passando por Cuzco, e chegando até os portos Ilo, Matarani e outros portos do sul do Peru. Boa parte

dessas estradas já existem, mas são estradas de terra, que não são transitáveis o ano inteiro, e está em curso – deve ser adjudicado nos próximos dias ou semanas – a licitação para a construção, para asfaltamento e aperfeiçoamento dessa estrada.

Até a fronteira do Acre, de Porto Velho até Rio Branco, já existe uma estrada completamente asfaltada e funcionando, que é a BR-364. De Rio Branco até Assis Brasil, a BR-317, pelo que entendo, já está asfaltada, ou seja, o asfalto da rede rodoviária brasileira já vai até a fronteira com o Peru. E o que estamos fazendo? Vamos inaugurar essa ponte agora em novembro; o início da construção da estrada, do aperfeiçoamento do asfaltamento começa rapidamente, deve ser no próximo mês. O Presidente Alejandro Toledo convidou o Presidente Lula para o marco inicial da construção da estrada. Três empreiteiras brasileiras estão na licitação, uma delas certamente vai ganhar, vai ser construído. A estrada custará US$700 milhões, dos quais US$700 milhões serão recursos do Proex, por financiamento de exportação de bens e serviços brasileiros, na suposição de será uma empreiteira brasileira que ganhe – mas como os três concorrentes são brasileiros, certamente será, um ou dois deles estão associados a empresas peruanas.

Então, vamos ter que muito proximamente se pode sair da rede rodoviária brasileira em geral chegando até Porto Velho, até o Acre, atravessando, e chegando até o Pacífico em estrada de boa qualidade asfaltada, o que é, realmente, extraordinário porque não havia isso. Isso é um passo nesse processo de integração. Isso está ligado ao projeto do Irsa, da iniciativa da infra-estrutura regional sul-americana. Há uma outra rota mais ao norte, também muito importante, que é a rota multimodal. Usando o sistema do rio Amazonas, passando por Manaus, indo até a fronteira, entrando pelo Peru pelo sistema – a continuação – rios Maranhão e Ucayali até a cidade de Yurimaguas, que é um porto fluvial no Peru, que é perfeitamente navegável até Belém do Pará. De Yurimaguas até a costa norte do Peru, um porto chamado Payta, acaba de ser adjudicada também para uma empreiteira brasileira a construção de uma estrada que liga esse porto do norte do Peru, do Pacífico, ao porto de Yurimaguas, na rede fluvial do Amazonas. Estão construindo também um porto fluvial – já existe um pequeno e precário porto fluvial que estão expandindo justamente para permitir isso. Isso tudo é fundamental importância tanto para que os peruanos tenham acesso ao oceano Atlântico, saindo de Belém do Pará direto para o Atlântico, quanto para que os nossos possam aceder aos portos peruanos ou para comércio com o Peru ou para comércio com o extremo Oriente. Isso é de grande importância, inclusive, para a Zona Franca de Manaus e para nosso interesse comercial na área.

Menciono isso – e não vou entrar em detalhes de multiprojeto – porque acho que isso é simbólico do tipo de entendimento que estamos desenvolvendo com o Peru. Estamos aumentando o comércio enormemente, a cada ano temos verificado aumentos muito significativos, fortes e rápidos de comércio. É um comércio superavitário em favor do Brasil. Ano passado, deu mais ou menos R$1 bilhão, mais ou menos US$700 milhões de exportações brasileiras, uns US$300 milhões de exportações peruanas – está desequilibrado, temos que trabalhar para dar mais viabilidade ao processo de crescimento, facilitando as exportações peruanas, eles estão interessados. A construção dessas duas vias de acesso de integração vai facilitar enormemente a expansão do comércio, e todas as previsões independentes feitas é de que será um caminho que tende a ser muito bem aproveitado em todos os sentidos.

O Peru vive uma situação econômica muito boa, considerada do ponto de vista macroeconômico. Esteve recentemente uma missão do FMI que deu as melhores notas ao controle do déficit fiscal, ao controle da inflação – que está baixa, em volta dos 2 a 3% ao ano –, a economia cresceu no ano passado 5,1%, com previsão de continuar nesse ritmo. Tem tido um crescimento mais ou menos dessa ordem ao longo dos últimos anos, com um déficit fiscal da ordem de 1 a 2%, crescendo, tendendo a zero. Inflação sob controle. Gastos públicos muito reduzidos. Mas o próprio relatório do FMI – depois de fazer todos esses elogios – menciona que falta investimento na área social, há um grave problema ainda de disparidade de renda, de desequilíbrio social, de desequilíbrio de renda.

Quer dizer, é um problema ainda muito grande, é um país que herdou e ainda tem um problema social muito grande, mas que, por isso mesmo, inclusive, tem tido muito interesse em ver soluções que são desenvolvidas no Brasil em termos, por exemplo, de programas sociais. Eles acabam de introduzir modificações e reformas no seu programa social – e ainda estão nesse processo – e têm pedido informações das missões técnicas brasileiras ao Peru no sentido de procurar aprender um pouco com o que estamos fazendo. Eles reconhecem a necessidade de levar adiante esses programas, mas é um processo longo.

Nessa idéia, nessa concepção de criar os eixos de integração física, as estradas, o comércio, as rodovias, obviamente, ao mesmo tempo, temos preocupações que têm a ver com o meio ambiente e com a proteção de comunidades indígenas. Os mesmos problemas que tivemos internamente no Brasil, sobretudo na região amazônica, hoje em dia, do lado peruano, também há

essa preocupação. E já houve, inclusive, oferta da parte de autoridades brasileiras e de autoridades, em particular, do Estado do Acre de cooperação técnica aos peruanos para fazer o estudo do impacto ambiental e procurar minimizar o impacto sobre as comunidades nativas da região da Amazônia peruana. Temos interesse não só porque vamos utilizar as estradas, mas porque a estrada e a ponte estão sendo construídos com recursos brasileiros. Então, sentimos um pouco de responsabilidade. Mas tem havido uma excelente cooperação do lado das autoridades peruanas nessa área.

Há também problemas locais de ação de madeireiras ilegais e de algumas invasões de terras indígenas. Há um esforço grande do nosso lado, com a participação da Polícia Federal, do Ibama e do Ministério das Relações Exteriores com os órgãos correspondentes do lado do Peru. É uma agenda muita viva e muito complexa dessa área, mas o tom geral tem sido muito positivo, de cooperação. Esse tom positivo de cooperação se reflete, sobretudo, em um grande projeto de integração com o Peru no marco sul-americano, primeiro com o processo de aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, o CAN, os diferentes acordos que foram associados, o acordo entre o CAN e o Mercosul, o Peru se tornando um Estado associado do Mercosul, juntamente com os demais. O próximo é tornar o Brasil e os países do Mercosul Estados associados da Comunidade Andina, dentro desse projeto maior da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O Presidente Toledo tem sido um dos maiores colaboradores, dos mais ativos proponentes da Comunidade Sul-Americana de Nações e acaba de estar aqui em Brasília para a reunião dos países sul-americanos e árabes, aqui realizado. Inclusive, a Embaixadora Vera Pedrosa foi a coordenadora nacional do lado brasileiro e terá sido testemunha dessa ação muito positiva e muito construtiva do Presidente Toledo e dos peruanos em geral. Eles viram isso realmente como oportunidade a ser desenvolvida. Isso reflete o nível de diálogo que estamos tendo com o Peru, muito bom em todos os campos. O Peru – isso já foi mencionado em relação à França – o Peru é um país que já expressou apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. Foi, se não me engano, o primeiro país sul-americano não só a expressar isso bilateralmente, mas também a declarar e a proclamar isso publicamente. Não há dificuldade nessa área de relacionamento.

Rapidamente, há empresas brasileiras... Acho que vale a pena mencionar, porque muitas das empresas, inclusive, vêm dos seus Estados ou de outros, mas há uma presença empresarial brasileira cada vez maior, com a presença de investimentos brasileiros. Eu citaria, só para falar os nomes – depois eu tenho mais dados, se houver interesse – a Votorantim, na área de zinco, que investiu, agora, US$220 milhões, a Odebrecht, que ganhou licitações, até em projetos de irrigação e de estradas, a Odebrecht com a Andrade Gutierrez, construindo estrada no Eixo Norte, a Camargo Corrêa, que acaba de concluir uma ponte importante e venceu uma licitação para outra estrada, a Petrobras, que explora petróleo no Peru. Ela comprou a Pérez Compan, que tinha operação de extração de petróleo no Peru. Então, a Petrobras é exploradora comercial de petróleo no Peru e agora está para receber um lote na região da Amazônia peruana que é de petróleo e de gás natural associado. Há interesse nosso na produção desse gás na região amazônica, próximo da Amazônia brasileira, com potencial e possibilidade de utilização no Brasil. A Vale do Rio Doce acaba de ganhar uma licitação para comprar, por US$250 milhões, uma grande jazida de fosfato no norte do Peru, onde estará produzindo. Cito também a Dedine, com duas usinas processadoras de etanol, a Ambev, que está produzindo cerveja em Lima e acaba de lançar a Brahma do Peru. Por esses dias, estará sendo feito o lançamento da Brahma. A Natura está vendendo muito bem cosméticos no Peru. A Varig está com vôos diários lotados, bem como uma outra companhia.

Eu queria, antes de concluir, de mencionar uma coisa: eu, que fui Embaixador no México, devo dizer que com grande satisfação que eu noto que, ao longo desse período em que fui Embaixador no México, houve muito progresso em todos os campos – comercial, político, de investimentos, de intercâmbio acadêmico e cultural com o México. E um dos fatores que mais me deu satisfação, no México, foi ver a cooperação, o diálogo e a diplomacia parlamentar.

Eu, como Embaixador no México, tive o prazer de receber o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho e outros, que vieram em missão parlamentar. Os mexicanos tiveram a idéia de criar uma Reunião Interparlamentar Brasil-México, que celebrou a sua primeira reunião no ano passado. Acho que foi uma experiência muito positiva. O Senado Mexicano, agora, quer fazer a segunda reunião no Brasil. Entreguei hoje uma carta ao Senador Cristovam Buarque nesse sentido. Mas eu queria que isso não ficasse somente com o México. Gostaria de receber de V. Exªs indicação de interesse em fazer o mesmo com o Congresso Peruano.

O Peru tem um Congresso Unicameral. É um dos poucos países onde não há senadores e deputados. São 120 congressistas. Eu entendo que eles gosta-

riam muito de intensificar esse diálogo com o Brasil. Possivelmente, esse formato de uma reunião interparlamentar eu acho que não necessita de nenhum ato mais formal para se criar, apenas que haja vontade. Autorizado por V. Exªs eu poderia, ao chegar ao Peru, procurar o Congresso Peruano e indicar que haveria interesse em estabelecer esse diálogo, porque são muitos os temas da Agenda. Como mencionei, tem comércio, meio-ambiente, proteção de comunidades indígenas, integração sul-americana, e eu gostaria muito de poder levar adiante e ter o prazer de receber V. Exªs em Lima, no Peru, se V. Exªs me derem aprovação para essa missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço ao Embaixador pela rapidez com que fez sua apresentação e passo a palavra à Embaixadora Katia Godinho Gilaberte para sua apresentação.

A SRª KATIA GODINHO GILABERTE – Obrigada, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Para mim também é uma honra estar aqui. É a primeira vez que eu faço a argüição. Estou sendo designada pela primeira vez e comissionada Embaixadora no Senegal.

É muito importante, como ressaltou o Embaixador Araújo Castro, essa troca de idéias, esse encontro hoje aqui para discutirmos a relação com o Senegal e as perspectivas de seu aprofundamento.

Eu também gostaria de me referir sucintamente às relações entre os dois países. Conforme o Senador Roberto Saturnino ressaltou em seu resumo, as relações entre Brasil e Senegal são tradicionais e amistosas. O Brasil abriu a sua Embaixada no Senegal logo após a independência do País, e, desde então, se desenvolve uma relação bastante interessante. O Presidente Senghor, o primeiro Presidente senegalês, também escritor e poeta, sempre manteve um contato muito estreito com a intelectualidade brasileira, inclusive com o nosso Embaixador em Dakar, João Cabral de Mello Neto, e influenciou todo o segmento de pensadores brasileiros voltados para o estudo dos problemas africanos.

O Presidente Senghor, escritor e poeta, é um dos formuladores do conceito de negritude, que visa a valorizar as tradições e as raízes africanas e também os vínculos com os chamados africanos da diáspora.

Com a ascensão do Presidente Abdoulaye Wade ao poder em 2001, o relacionamento, que era amistoso, vem sofrendo um dinamismo ainda maior. O Presidente Wade vem tentando diversificar a política externa senegalesa e desenvolveu uma importante cooperação sul – sul, ao lado da tradicional parceria com a antiga metrópole, a França, e com os Estados Unidos. Desde o seu discurso de posse ele mencionou como principais eixos dessa iniciativa de cooperação sul – sul o Brasil e a Índia.

Desde então, as visitas recíprocas de alto nível tem aumentado sensivelmente. Inclusive, em abril último, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Dakar. Em junho, vamos redinamizar também a Comissão Mista Brasil/Senegal, que não se reunia desde 1994, e deverá reunir-se em Brasília nos dias 8 e 9.

O Presidente Wade vê o Brasil como um parceiro potencial em cinco grandes campos: o comércio, a cooperação cultural, a cooperação educacional, a cooperação técnica e a científico-tecnológica.

No campo do comércio, desde a ascensão do Presidente Wade ao poder, o comércio bilateral já cresceu 150%. É um crescimento notável, mas ainda há um enorme espaço para expansão. O Brasil atingiu 74 milhões de exportações para o Senegal, mas a pauta ainda é muito concentrada em alguns produtos, sobretudo no óleo de soja e em alguns açúcares.

Na corrente reversa, as exportações do Senegal para o Brasil, ainda se situam em um patamar bem inferior, pois foram de apenas 133 mil dólares, em 2003, e 1.3 milhões, em 2004. Elas estão concentradas em um único item, que são as peles depiladas de ovinos para utilização em calçados e vestuário de couro.

Nos últimos anos, o Senegal vem implantando um programa de reestruturação econômica sob a tutela do FMI. Nos últimos anos, ele tem crescido consistentemente acima de 5% ao ano. A taxa de inflação tem-se mantido entre zero e 0,5%. As estimativas são de que o crescimento será continuado até o final da década, pelo menos, e a inflação deverá manter-se num patamar por volta de 3%. Isso abre enormes perspectivas para o comércio; também o fato de o Senegal ter reconhecido a dívida soberana para com o Brasil e termos assinado o acordo de reestruturação, no início do ano, com base nas minutas aprovadas no Clube de Paris.

O Brasil pode competir com uma vasta gama de produtos, inclusive com a ex-metrópole, sobretudo alimentos, vestuário, confecções, maquinaria, em especial implementos agrícolas. De forma que há amplas possibilidades de expansão.

No campo da cooperação cultural, durante a visita do Presidente Lula a Dakar em abril último, foi assinado um programa executivo para o período 2005/2008. Há, no momento, uma grande interação entre os nossos Ministros da Cultura. A Ministra da Cultura do Senegal visitou o Brasil no Carnaval – Salvador e Rio de Janeiro –, e prevê-se uma série de ações na área do patrimônio histórico, cinematografia, música, artes e danças.

No campo educacional, o Brasil, no âmbito do Programa PEC-PG, formou, no período de 2000 a 2005, apenas 18 estudantes senegaleses em nível de Graduação, e quatro no de Pós-Graduação. Também há espaço para um crescimento. O Senegal também poderia beneficiar-se do programa anunciado pelo Presidente Lula, ou seja, de concessões de 100 bolsas anuais a estudantes africanos no valor um salário mínimo. Um passo muito importante para que os estudantes senegaleses pudessem aproveitar-se dessas oportunidades seria a retomada do leitorado de Português em uma universidade em Dakar. O Brasil manteve um leitorado até 2004. Ele foi descontinuado, mas há onze mil estudantes de Português em Dakar. Essa seria uma maneira de esses estudantes terem um melhor acesso a esses programas educacionais também.

Na área técnica e científico-tecnológica, há três grandes campos em que a cooperação poderia consolidar-se e ser também expandida. O primeiro é o de agricultura, piscicultura e temas correlatos. No campo da agricultura, o Brasil já vem desenvolvendo uma cooperação muito importante com o Senegal no combate aos enxames de gafanhotos, que assolam as colheitas daquele país. No ano passado, doamos uma aeronave pulverizadora; no início desse ano, treinamos pilotos e mecânicos. E foi assinado com o Ministério da Agricultura – a Embrapa vai desenvolver essa cooperação – um protocolo justamente para a prevenção desses enxames de gafanhotos, combatendo as formas jovens do inseto.

Um dos problemas é também a pesca. O Senegal conta com recursos pesqueiros muito ricos, mas a pesca ainda é artesanal e pouco competitiva. O Brasil poderia contribuir na área de aqüicultura e também no combate ao processo de desertificação. O Senegal possui apenas 11% de terras aráveis, e mesmo esse percentual vem sendo engolfado por um processo de desertificação muito forte.

Nesse primeiro núcleo, seriam essas as ações que proponho desenvolver, além das já em curso.

Outra área muito importante é a de saúde. Está em vigor um protocolo de cooperação entre o Brasil e o Senegal, sobretudo para a prevenção e o tratamento do HIV e da AIDS. O Senegal, assim como a maior parte dos países africanos, prioriza esse tema. Ao contrário de outros países, conta com um programa governamental de prevenção bastante forte, e estima-se que, no momento, 44 em cada 1.000 habitantes sejam portadores do vírus. E a cooperação do Brasil é bastante significativa.

Outra área crítica é o acesso a medicamentos. Hoje em dia, 95% dos medicamentos são importados. E o Senegal manifestou interesse em desenvolver, junto com o Brasil, um programa de genéricos.

O Brasil também poderia auxiliar na prevenção e tratamento de doenças como malária e cólera.

Além disso, a mortalidade materna atinge níveis críticos. No Senegal, o índice de natalidade é alto, entre 4 e 5 filhos para cada mulher; e 42 em cada 1.000 mulheres morrem em razão de problemas ocorridos na gestação e no parto. O Brasil poderia auxiliar muito nessa área também.

A terceira área, mais científica do que tecnológica, seria a de tecnologias da informação e telecomunicações. O Senegal vem expandindo notavelmente essa área. O Presidente Abdoulaye Wade é um dos idealizadores do Fundo de Solidariedade Digital, adotado este ano, em Genebra. E uma grande plataforma de sua política externa é a inclusão digital. O Brasil também tem um programa forte na área da informação, e vai sediar a Conferência Regional Latino-Americana preparatória da Cúpula da Sociedade da Informação. Convidou o governo senegalês, que se fará representar como observador por ministros. Podemos colaborar, já que no Senegal vem sendo instalada a estrutura física para expandir essa área. Já foram instalados cabos de fibra ótica; a telefonia celular, que era incipiente, hoje em dia atende 10% da população. Como já existe infra-estrutura física, o Brasil pode cooperar em várias áreas, como a utilização de *software* livre, a automação bancária e também o governo digital.

Outra área ainda não mencionada, mas que teria potencial para a cooperação entre Brasil e Senegal, no futuro, seria a de energia, que é crítica para o desenvolvimento do Senegal, que hoje se vê obrigado a importar petróleo cru para refino no país. Existem estimativas de reservas significativas *off-shore* de petróleo e gás. E o Brasil possui tecnologia bastante avançada em extração, inclusive em águas profundas.

Como os dois países estão muito voltados, em política externa, para a promoção do desenvolvimento, há uma ampla área de convergência que poderia ser explorada nos organismos multilaterais. O Senegal, assim como o Brasil, já declarou a intenção de se candidatar a um assento permanente no bojo de um Conselho de Segurança ampliado em uma eventual reforma das Nações Unidas. Os dois países têm muito interesse não apenas na inclusão digital, mas o Senegal também se associou à Declaração contra a Fome e a Pobreza promovida pelo Brasil nas Nações Unidas, de forma que há uma gama de temas em que se poderia promover uma maior concentração de posições em vários fóruns. Seria mais ou menos a espinha dorsal da atuação que eu pretenderia desenvolver, se aprovada a minha indicação no Senegal. E

também estou aqui aberta para críticas, sugestões e propostas de V. Exªs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Embaixadora.

Para evitar outra vez que eu peça que saia para depois pedir que entre, antes de fazer a reunião secreta, queria colocar em votação um requerimento do Senador Mozarildo. Aí voltaríamos e faríamos a reunião secreta eu passaria a palavra ao Heráclito.

Extra-Pauta – Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 131, de 2005, que aprova o texto do acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros de cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, que foi celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro. Autoria: Comissão de Relações Exteriores.

O Senador Mozarildo me pediu que colocasse na pauta, então concedo a palavra a S. Exª. Faríamos a leitura do seu parecer, que eu pediria que fosse o mais sintético possível. Então passaríamos à a votação, votamos e fazemos a reunião secreta. Temos dois inscritos que são o Senador Heráclito Fortes e o Senador Jefferson Péres.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – PR) – Inicialmente quero agradecer a gentileza de V. Exª em acolher, extrapauta, esse acordo de transporte entre Brasil e Guiana, porque realmente ele passou dois anos na Câmara dos Deputados para ser aprovado. E isso realmente tem prejudicado e muito o comércio do Brasil com a Guiana, notadamente do meu Estado de Roraima, e do Estado do Amazonas com a Guiana.

É um acordo que já foi assinado e aqui resta-nos apenas apreciar e aprovar.

Peço, portanto, aos Senadores aqui presentes a aprovação, destacando a importância deste acordo de transporte de cargas entre Brasil e Guiana.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Algum Senador quer fazer algum comentário sobre este acordo?

Não havendo quem queira se manifestar, peço aos que são a favor que permaneçam sentados.

Está aprovado o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 131, de 2005.

Antes de iniciarmos a reunião secreta, quero dizer que estamos com um problema. Na próxima quinta-feira é feriado e temos uma quantidade grande de processos relacionados à nomeação de embaixadores, graças à ampliação do trabalho do Ministério de Relações Exteriores. E temos diversas propostas de audiências, essas que alguns disseram que é a parte até que mais dinamiza. Temos uma audiência da Fiesp; temos uma de pobreza e defesa nacional; temos uma sobre o impacto das cidades na defesa nacional, do Senador Tuma. O Senador Arthur Virgílio submeteu mais uma pergunta: por que em 1970 o Brasil era um dos países mais promissores do Terceiro Mundo, e, de repente, ficamos para trás nesses 30 anos em relação a tantos outros? Não vou pôr em votação porque ele não está presente. Eu queria propor que tenhamos uma reunião, para evitar o feriado da quinta-feira, ou na terça-feira ou na quarta-feira da próxima semana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Teria que ser terça-feira no final da tarde, às 18h30min, porque quarta-feira tem a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vou tentar que fique na terça-feira, às 18 horas. Consultarei os outros membros para saber se será possível o quórum. Com isso poderíamos dar andamento ao trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Antes de V. Exª pedir para se retirarem, eu gostaria de fazer um registro, porque os relatores acabaram não fazendo, sobre a filiação de cada um dos três indicados. A Srª Embaixadora Katia Godinho Gilaberte é filha de Sílvio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte, quero homenagear os pais.

No caso, o Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, que é filho do ex-Embaixador Chanceler João Augusto de Araújo Castro e Emília Saint-Brisson de Araújo Castro.

Também quero homenagear o seu pai, por todo o trabalho realizado no Itamaraty, e a Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, que é filha de Mário Houston Pedrosa.

Há uma circunstância especial, Sr. Presidente, porque, para nós, do Partido do Trabalhadores, Mário Pedrosa foi o filiado número 1. Eu gostaria de mencionar aqui este fato também especial: o Mário Pedrosa foi o primeiro filiado por ocasião da fundação do Partido dos Trabalhadores. Isso é uma coisa que nos honra, e eu gostaria de ter registrado isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, o senhor, com isso, está prestando uma homenagem a Mário Pedrosa e está prestando uma homenagem à Oposição, porque está acreditando que isso não vai tirar nenhum voto da Senadora Vera.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Heráclito, estou dizendo que, ao comentar que a Embaixadora é filha do Mário Pedrosa, nosso grande personagem brasileiro, ele está prestando duas homenagens: ao Mário Pedrosa e à Oposição, que está mostrando que a Oposição seriamente não vai deixar de votar nela por causa da paternidade, por ter sido o número 1 do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse alerta de V. Exª é muito oportuno, tendo em vista inclusive os últimos acontecimentos. É bom avisar ao Governo: quem vota contra as indicações é o Governo. V. Exª está sendo injusto com a Oposição; quem está votando contra é o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Ao contrário, estou sendo justo com a Oposição.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Senador, até porque todos têm o direito de errar!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – O Senador Heráclito Fortes pediu a palavra, e como eu, na inversão de pauta, coloquei a leitura do seu parecer antes da presença dele – e ele realmente chegou a tempo, se a pauta tivesse sido da forma normal –, passo a palavra ao Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero lamentar esses afazeres paralelos que temos no Senado e de não poder ter estado aqui no momento de se relatar a indicação da Embaixadora Katia Godinho. Mas quero crer que o meu parecer se tornou engrandecido por ter sido relatado pelo Senador Saturnino Braga. Evidentemente que isso vai constar das minhas declarações curriculares daqui para frente: eu ter a ousadia de fazer um parecer lido Saturnino Braga. Isso, para mim, é motivo de muita alegria.

Quero parabenizar o Itamaraty pela qualidade da representação que manda hoje aqui: dois diplomatas de experiência comprovada, de reconhecimento nacional e de respeito internacional, e uma jovem que começa com um primeiro posto de sacrifício, no dizer diplomático, mas muito honroso, a exercer essa função.

A Embaixadora Vera Pedrosa é conhecida por demais na diplomacia brasileira. E agora, com muito mérito, retorna ao paraíso: volta a Paris, onde já serviu em 1983 e, se examinarmos a sua trajetória no Itamaraty, é toda pontuada por postos importantes e participação brilhante.

O Embaixador Aurélio de Castro dispensa maiores comentários por toda trajetória que percorreu na sua carreira diplomática e, se dermos uma examinada no seu currículo, começou a galgar postos importantes ainda muito jovem no Itamaraty.

De forma que esta Comissão cumpre esta honrosa tarefa de votar e de aprovar esses nomes que serão levados ao Plenário do Senado, na certeza de que um passo estar-se dando para o fortalecimento e, acima de tudo, para o respeito da diplomacia brasileira.

Portanto, parabenizo os indicados, na certeza de que terão aqui o apoio unânime desta Comissão e desejo, otimista que sou, a todos o desempenho de suas missões com a mesma competência com que se comportaram até agora nas suas carreiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Só que, acima de Paris, o paraíso mesmo é onde esteve o irmão do Senador Agripino Maia, Oto Maia, que é o Vaticano.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL–PI) – Pode ter sido purgatório também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque.Bloco/PT–DF) – Peço – com desculpas pelo contratempo anterior – que agora não deixe de fazer argüição em caráter secreto, pedindo aos Srs. Senadores que tenham a mesma delicadeza, competência e eficiência dos candidatos pela rapidez como eles fizeram as suas apresentações.

Concedo a palavra ao José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL–RN) – Sr. Presidente, rapidamente, uma manifestação de apreço e de aplauso às indicações da Embaixadora Katia, da Embaixadora Vera Pedrosa e do Embaixador Araújo Castro. Conheço a Embaixadora Vera Pedrosa e o Embaixador Araújo Castro, mas ainda não tinha tido o prazer de conhecer a Embaixadora Katia.

São indicações de qualidades, nomes de peso no Itamaraty, e tenho prazer de vir aqui para depositar o meu voto e logo abrir o meu voto.

Farei isso com o maior prazer e consciente de que estou pessoalmente dando a contribuição no sentido da boa representação do Brasil em três países amigos: Senegal, França e Peru.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de, antes de V. Exª colocar a sessão como secreta, pedir a V. Exª para colocar em apreciação o Requerimento Nº 24, de 2005 – CRE, do Senador Arthur Virgílio, que pleiteia e requer, nos termos do incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a finalidade de ouvir personalidade políticas e econômicas acerca da questão: "Por que entre 1970 e o começo do século XXI o Brasil perdeu terreno na luta pelo desenvolvimento econômico e social quando comparado com países antes menos desenvolvidos?".

Pediria a V. Exª que colocasse em apreciação e votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT–DF) – V. Exª está apresentando no lugar do Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL–RN) – O requerimento foi apresentado. Estou solicitando a V. Exª que submeta a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT–DF) – Submeterei e até gostarei de subscrever também esse requerimento.

Vamos ouvir a palavra dos outros Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT–SP) – Pela ordem.

Sobre o requerimento, eu também gostaria, como V. Exª, de subscrevê-lo.

Quero fazer uma sugestão ao Senador José Agripino e ao Senador Arthur Virgílio: que aprovemos o requerimento e que até a próxima semana possamos todos estar dialogando sobre quais os nomes, as personalidades, para que, de comum acordo, venhamos sugerir depois de um diálogo que possamos ter.

Então, se complementaria o requerimento aprovado hoje, mas poderíamos ouvir todos os Senadores sobre que nomes gostaríamos de ouvir para que este simpósio seja da melhor qualidade possível.

É a sugestão que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque.Bloco/PT–DF) – Muito bem. Trarei, inclusive, para que esses nomes sejam aprovados pelo Plenário da Comissão, porque considero que esse é um debate que pode trazer muitas informações positivas para entendermos o fenômeno Brasil. E ao ser transmitido pela televisão o debate, isso pode trazer um bom clima no debate para encontrar o futuro do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL–RN) – Correção de rumos, inclusive, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – De rumos, inclusive.

Bem, a reunião agora ficará sigilosa. Eu imagino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL–RN) – Eu considero aprovado, então, o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Sim, desculpe. Submeto...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, também queria parabenizar o Senador Arthur Virgílio pela iniciativa muito oportuna e também de subscrever esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Não havendo mais nenhum comentário, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

Começamos, agora, a reunião sigilosa, em que vou abrir a palavra para os Senadores.

Reaberta a reunião, quero comunicar, com muita satisfação, a aprovação. Houve 14 votos.

Está aprovado.

Esperamos que representem o Brasil com a competência que cada um de vocês já demonstrou.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às doze horas.

Às doze horas do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ROBERTO SATURNINO, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, SÉRGIO ZAMBIASI, ROMEU TUMA, VALDIR RAUPP, CRISTOVAM BUARQUE, ARTHUR VIRGÍLIO, RODOLPHO TOURINHO, EDUARDO AZEREDO, RAMEZ TEBET, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, MÃO SANTA, OSMAR DIAS, HÉLIO COSTA e NEY SUASSUNA**. Comparece também o Senador **ALOÍZIO MERCADANTE** não-membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e comunica que esta reunião tem por objetivo a eleição para Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005-2006. Em seguida, passa a palavra aos Senhores Senadores **ROBERTO SATURNINO** e **ARTHUR VIRGÍLIO** para indicação dos candidatos à Presidência e Vice-presidência. O Senhor Presidente convoca inicialmente os Senadores do Bloco da Minoria e depois os Senadores pelo PMDB para votarem. Na seqüência faz a convocação para que votem os Senadores que compõem o Bloco de Apoio ao Governo. Para exercer seu voto o Senhor Presidente passa a presidência ao Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA**, Vice-Presidente desta Comissão, que, por sua vez, convoca os Senhores Senadores suplentes para votarem. A palavra é concedida ao Senhor Senador **ARTHUR VIRGÌLIO**. O

Senhor Senador Eduardo Suplicy retoma a Presidência e convoca os Senhores Senadores pelo PDT para votarem. Faz uso da palavra pela ordem o Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA**. Em seguida o Senhor Senador Hélio Costa e a Senhora Senadora Ana Júlia Carepa escrutinam os votos. São eleitos, pela unanimidade de 18 votos, o Senhor Senador Cristovam Buarque para Presidente e o Senador Eduardo Azeredo para Vice-Presidente da Comissão no biênio 2005-2006. O Senhor Presidente convida os eleitos para comporem a mesa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **HÉLIO COSTA** e **MARCO MACIEL**. Tomam posse o Senhor Presidente **CRISTOVAM BUARQUE** e o Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, que fazem uso da palavra para agradecimentos. O Senhor Presidente passa a palavra às Senhoras Senadoras **LÚCIA VÂNIA** e **PATRÍCIA SABOYA GOMES** e ao Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**,** Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, no dia 22 de fevereiro de 2005.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2005/2006. (Pausa.)

O Senador Roberto Saturnino poderá fazer a indicação, em nome do PT, do candidato à Presidência, já que o Líder está em viagem ao Mato Grosso do Sul.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – O candidato do PT, indicado pela Bancada, para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – O Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, fará a indicação do candidato à Vice-Presidência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB, a quem coube indicar a Vice-Presidência desta Comissão, indica o nome do Senador Eduardo Azeredo, que já é militante ativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desde o início de seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Chamo os Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que votem, informando-os de que foram indicados para serem respectivamente Presidente e Vice-Presidente os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo.

Convoco para votar os Srs. Senadores do Bloco da Minoria – PFL e PSDB: Senadores Heráclito Fortes, João Ribeiro, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo.

Pelo PMDB, convoco os Senadores Gilberto Mestrinho, Pedro Simon, Mão Santa, Hélio Costa, Gerson Camata.

Pelo Bloco de Apoio ao Governo – PT, PSB, PTB, PL e PPS: Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi.

Pelo PDT, Senador Jefferson Péres.

Peço à Secretaria da Mesa que me informe quantos são os Suplentes que devem ser chamados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, poderia fazer a atenção de substituir-me enquanto exerço meu direito de voto? (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, todos os nomes foram chamados?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella.PL – RJ) – Não saberia informar a V. Exª. Parece que agora vamos chamar os Suplentes.

Então, aguardamos a eleição de Cristovam Ricardo Buarque Cavalcanti, nosso futuro Presidente. Nome de príncipe!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Chamamos agora os Senadores Suplentes para votar. Senador César Borges, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Rodolpho Tourinho, Roseana Sarney, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Valdir Raupp, Valmir Amaral e Mario Calixto, Flavio Arns, Aelton Freitas, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra e Osmar Dias.

A SRª SECRETÁRIA – Do PMDB pode chamar? Porque só tem um que votou.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Então, já chamamos o Senador Ney Suassuna, não; Ramez Tebet, Valdir Raupp, Valmir Amaral e Mário Calixto. Eu já votei.

Senador Flexa Ribeiro já foi chamado. Vota como Suplente do PSDB. Senador Sérgio Zambiasi já votou? (Pausa.) PTB: Senador Sérgio Zambiasi, por favor, apresentam-se como candidatos em chapa única o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Pois não. Palavra concedida ao nobre Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Enquanto a votação do Suplente se processa, eu gostaria de registrar aqui o apreço do PSDB pela gestão segura, prenhe de espírito público do Senador Eduardo Suplicy, com quem cheguei ao Congresso Nacional em 1982. De lá para cá, divergências à parte e muitas convergências à parte também, não percebo nenhuma mudança no Senador Eduardo Suplicy quanto a seu amor pelo País. Se V. Exª o expressa de modo que muitas vezes não é o meu, isso não me dá o direito de imaginar que V. Exª tenha reduzido seu amor pelo País. Ao contrário, vejo o mesmo Suplicy idealista dos melhores tempos e das melhores lutas.

Digo que V. Exª, Senador Crivella, foi competente, atento, responsável Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E fico feliz quando meu Partido, ofertando o nome de categoria, de preparo, de competência, Presidente Nacional do PSDB, que é o Senador Eduardo Azeredo, para ocupar seu lugar, Sr. Presidente, a Vice-Presidência desta Comissão, fico feliz de o PSDB ter participado do acordo que redundou na manutenção desta Comissão nas mãos do PT, sendo o Senador Eduardo Suplicy substituído por alguém tão competente, tão apaixonado pelo Brasil quanto V. Exª, o Senador Cristovam Buarque, feliz Ministro da Educação – pelo menos a meu aviso –, com uma carreira acadêmica brilhante, expressiva, e com uma passagem bastante significativa pelo Governo do Distrito Federal. É uma honra para todos nós sermos colegas do Senador Cristovam Buarque. Por isso, percebo que a Comissão vai de bem a melhor. Ela sai das mãos corretas e justas do Senador Eduardo Suplicy e de V. Exª e vai para as mãos competentes e também cheias de espírito público dos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo.

Esse é o registro que faço como Líder do PSDB e, sem dúvida alguma, falo muito por mim mesmo também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella, meu tão distinguido e competente Vice-Presidente, que sempre soube substituir-me e colaborar comigo nos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agradeço-lhe muito suas palavras, Senador Arthur Virgílio, esperando sempre poder continuar nossa relação de respeito mútuo, de cooperação no interesse maior do Brasil. V. Exª tem-se distinguido como um árduo trabalhador, defendendo tão bem o seu Partido e, com as suas críticas, às vezes até bastante contundentes, colaborando para chamar a atenção do Governo e de nós mesmos a respeito de tudo aquilo que de melhor possa ser feito pelo Brasil.

Eu gostaria de convocar todos os demais Membros que ainda não votaram. Está quase completo o número de Senadores que estão votando ou que têm o direito de votar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, eu não poderia, no final da nossa gestão, deixar de apresentar a V. Exª as congratulações, como Vice-Presidente desta Comissão e como Líder do Partido Liberal. V. Exª foi, nesses dois últimos anos, um líder nesta Comissão, nas votações, principalmente com os projetos que apresentou.

Ressalto um projeto de fundamental importância para o Brasil, do qual fui Relator, que é o mandato negociador. Agradeço também a V. Exª o apoio dado aos trabalhos desenvolvidos na Subcomissão de Defesa dos Brasileiros no Exterior, que, no ano passado, conseguiu repatriar mais de mil brasileiros que estavam em diversas prisões americanas e que puderam voltar ao solo pátrio em segurança, em aviões fretados, e assistidos pelo Poder Público, no momento que comoveu a opinião pública e o Brasil.

V. Exª foi um grande Presidente e, com certeza, será substituído por um grande Senador, que será também um grande Presidente, o Senador Cristovam Buarque. Tenho certeza de que S. Exª e o Senador Eduardo Azeredo saberão identificar o quanto esta Comissão precisa trabalhar pelos brasileiros – hoje já são mais de dois milhões –, responsáveis pelo envio de divisas para o Brasil de que quase US$5 bilhões, todos os anos, em apoio a suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, foi com muita honra que caminhei ao seu lado e sob a sua orientação e liderança nesta Comissão e que lhe presto essa homenagem em nome do meu Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Quero também agradecer o seu espírito de cooperação, inclusive nos momentos em que precisei ausen-

tar-me e que V. Exª me substituiu com tanta eficiência e seriedade, também seu projeto como Relator do Projeto de Lei aprovado pelo Senado do Mandato Negociador, do empenho que V. Exª e o Senador Hélio Costa tiveram, na Comissão dos brasileiros que estão no exterior, é um trabalho que merece todo o apoio, certamente o Presidente, senador Cristóvão Buarque, vai estar dando importância em apoiar essa Comissão. Quero ressaltar aqui um fato que ocorreu durante o recesso parlamentar, mas que está demandando a nossa atenção, qual seja o seqüestro no Iraque por insurgentes iraquianos do engenheiro brasileiro, que dirigia as obras da Empresa *Odebrecht*, a construção de empresa termoelétrica há pouco mais de um mês. Certo dia, enquanto ele se dirigia de Bagdá para a cidade onde está sendo construída esta termoelétrica, um percurso de 120 km, muito embora, ele estava no automóvel e havia mais três carros de segurança. Entretanto, os carros foram cercados por um grupo de pessoas que dominaram os quatro automóveis, jogaram sobre o automóvel dele um grande bloco de pedra para quebrar os vidros, mataram o motorista e acho que outra pessoa e feriram outras. Este brasileiro se encontra seqüestrado até o presente momento. Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu liguei para a família, tenho conversado dentre outros com a senhora Isabel Vasconcelos, irmã dele, com o senhor Gassan Curi, seu marido, também transmitido a nossa preocupação para a senhora dele que tem filhos no Rio de Janeiro. Conversei com a direção da Odebrecht, ainda neste sábado houve uma manifestação no MASP, Avenida Paulista, em São Paulo, pedindo para que os insurgentes do Iraque possam estar liberando-o o quanto antes e, enfim, constitui também o nosso dever, estar apelando para a liberdade deste brasileiro, assim como, a liberdade de todos aqueles que se encontram seqüestrados em nosso próprio País, porque são dezenas de pessoa seqüestradas que os familiares estão aguardando que possam ser liberadas no Rio de Janeiro, São Paulo. E outros até, o caso de um menino de 2 anos, na cidade de São Paulo, que foi seqüestrado. Então, eu agradeço muito a sua cooperação.

Senador Hélio Costa já votou?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Então, por favor, estamos completando a votação. Estamos aqui agradecendo o seu trabalho e a do Senador Marcelo Crivella sobre, inclusive, com os brasileiros no exterior, e acabo de fazer o registro relativamente ao empenho nosso para a libertação de João José Vasconcelos Júnior. Inclusive, há um requerimento do Senador Hélio Costa, pedindo um empenho à libertação de João José Vasconcelos Júnior, que será objeto de análise da primeira reunião regular precedida pelo novo Presidente.

Senadora Ana Júlia já votou?

A SRª SECRETÁRIA – Ela não vai poder porque o Suplente já votou.

O SR. PRESIDENTE. (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Já votou... Está bem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Eu peço a autorização de V. Exª, nobre Presidente, para me retirar porque o almoço dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Muito bem. Está muito bem.

Senador Hélio Costa, V. Exª poderia fazer a gentileza de contar os votos? Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª pode colaborar com a contagem dos votos?

(Procede-se à apuração dos votos.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Foram 18 votos por unanimidade: Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa e Senador Hélio Costa.

Quero anunciar o resultado.

Foram eleitos, por 18 votos, os Senadores Cristovam Buarque, Presidente, e Eduardo Azeredo, Vice-Presidente. (Palmas!)

Quero convidá-los para assumirem a Mesa.

Registro que, em 2003 e 2004, realizamos 41 reuniões. Em verdade, foram 41, em 2003, e 33, em 2004. Somando os dois anos, foram: 43 reuniões ordinárias, 31 reuniões extraordinárias e 6 reuniões conjuntas com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Quero agradecer muito a cooperação de todos os Srs. Senadores e também a colaboração de nossos funcionários: a Secretária da Comissão, Maria Lúcia Ferreira de Mello, tão dedicada e prestativa, sempre chamando a atenção do Presidente sobre todas as necessidades para melhor atender aos objetivos desta Comissão; e demais colaboradores, Paulo Sérgio Moraes Guizardi, Bruna Guimarães Lopes, Renise Cristina Vieira Benther, José Neves, Valdeci José Castro Barbosa e também os Consultores Joanisval Brito Gonçalves, Jorge Fontoura, Francisco Eugênio Arcanjo, que conosco colaboraram durante esses dois anos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar a oportunidade de, antes de saudar o novo Presidente, Senador Cristovam

Buarque, e o novo Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, cumprimentar V. Exª pelo trabalho excepcional que fez à frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sempre com muita visão das coisas do mundo. V. Exª é um Senador que se destaca pela sua percepção dos fatos que estão acontecendo ao redor do nosso País e em outras partes do mundo e, na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, trouxe, sem dúvida alguma, o prestígio pessoal do seu conhecimento, da sua vida pública para esta Comissão. Não fosse o trabalho de V. Exª, não conseguiríamos vencer algumas das etapas mais importantes apresentadas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Uma delas, certamente, foi a discussão sobre a Guerra do Iraque, que V. Exª conduziu com tanta propriedade. Da mesma forma, quanto à questão dos brasileiros prisioneiros nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, contamos com o apoio sempre preciso de V. Exª, ajudando-nos em todos os momentos em que a nossa missão esteve em andamento nos Estados Unidos e no Brasil, por meio dos seus contatos com o Itamaraty, com o Ministério das Relações Exteriores, com as autoridades encarregadas. V. Exª pôde transformar essa missão que, em princípio, parecia tão difícil num grande sucesso.

Parabenizo V. Exª também pela maneira com que tratou a questão do Haiti. Participamos juntos de uma viagem, acompanhando o Presidente da República para verificar a situação grave desse País vizinho em nosso hemisfério. Portanto, tenho a certeza de que meus companheiros, Senadores e Senadoras, estão muitíssimos felizes em dizer que V. Exª deixa um exemplo de dignidade, seriedade e equilíbrio na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesta oportunidade, cumprimento o Senador Cristovam Buarque, essa figura que todos conhecemos, esse talento extraordinário dedicado à causa pública, que já mostrou, no setor da Educação, toda a sua competência e qualidade. Nesta Comissão, como Presidente, tenho certeza de que continuará o trabalho que vem fazendo nestes últimos dois anos.

Saúdo também o Senador Eduardo Azeredo, que, com a sua experiência administrativa e parlamentar, certamente contribuirá muitíssimo para que esta Comissão possa continuar sendo uma das mais importantes do Senado da República.

Espero que V. Exª, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, possa fazer o mesmo que os Senadores Osmar Dias e Hélio Costa na Comissão de Educação: compartilhar cada um dos momentos mais importantes não só com os outros Senadores mas também entre si. Esse trabalho conjunto certamente projetará ainda mais essa Comissão, hoje brilhantemente presidida pelo Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa. Agradeço muito a V. Exª o empenho e a colaboração nesta Comissão, cumprimentando-o pelo excepcional trabalho juntamente com o Senador Marcelo Crivella para a libertação dos brasileiros detidos nos Estados Unidos.

Senador Marco Maciel, concederei a palavra a V. Exª. Antes, porém, expressarei uma das minhas sugestões ao novo Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, e ao novo Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Dou também minhas boas-vindas à esposa do nosso amigo e Senador Cristovam Buarque, Srª Gladys Buarque, que está aqui homenageando-o no momento em que ele assume a Presidência.

O Senador Hélio Costa viveu muito tempo trabalhando nos Estados Unidos. Eu tive a oportunidade de estar naquele País de 03 de janeiro a 12 de fevereiro, como convidado-visitante, um **scholar do Woodrow Wilson Institute, o Woodrow Wilson Center for international scholars**. Mais uma vez, então, pude observar alguns aspectos nos Estados Unidos, inclusive a cerimônia de posse do Presidente e seu discurso sobre o estado da União e a repercussão. Notei também a grande preocupação atual dos norte-americanos no que diz respeito à questão da segurança.

Reitero novamente a solidariedade que devemos ter com relação aos norte-americanos no que tange aos atos de terrorismo. Entretanto, fico cada vez mais persuadido da importância de estarmos no Brasil dizendo aos norte-americanos que, se eles desejarem construir uma situação de maior segurança, é necessário criar condições de mais justiça e paz no mundo para que não ocorram tantos atos terroristas, inclusive nas Américas.

Quanto ao que os norte-americanos tanto perguntam acerca de quando ocorrerá a instituição da Área de Livre Comércio das Américas, é preciso que, sempre mais, possamos transmitir a eles a necessidade não apenas da liberdade de movimento, de bens, serviços e capital, mas também a liberdade de movimento dos seres humanos, que é tão importante. Se na Europa, atualmente, já existe a integração da União Européia com a liberdade de movimento dos seres humanos, sou estranho ao fato de que, cada vez mais, nós, brasileiros, tenhamos que demorar tanto tempo para ingressar hoje nos Estados Unidos, tamanho o cuidado que eles têm com a segurança quando, aqui, por exemplo, entre os Países do Mercosul, até com a carteira de identidade, é possível visitar o Uruguai, a Argentina, o Paraguai,

o Chile e o Equador. Então, estamos caminhando na direção da livre circulação de seres humanos. Quem sabe possamos ter o direito de todos os americanos decidirem onde viver, trabalhar, estudar, o que certamente contribuirá para a realização de eqüidade entre todos os países das Américas. Então, é uma sugestão que faço. Inclusive o trabalho dos Srs. Senadores, preocupados com a questão, fez com que, mais e mais, tenhamos consciência disso.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Eminente Senador Eduardo Suplicy, em breves palavras, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que realizou à frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como Vice-Presidente o Senador Marcelo Crivella e que teve também o Senador Hélio Costa como 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Os Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa colaboraram com a Comissão relativa aos brasileiros no exterior.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Subcomissão permanente. Quero, pois, dizer da minha satisfação em poder, em breves palavras, dar o testemunho do trabalho que aqui se realizou e aproveitar a ocasião para, também em breves palavras, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque. É próprio da origem pernambucana, porque me orgulho de S. Exª ser meu conterrâneo, pois certamente, até pelo conhecimento que tem de política externa, muito fará nesta Comissão, dando continuidade ao trabalho encetado por V. Exª. Por fim, estendo meus cumprimentos ao companheiro de chapa do Senador Cristovam Buarque, o nosso Senador Eduardo Azeredo, oriundo de família muito rica do Estado de Minas Gerais, exercendo importantes funções de Governador de Estado, e que agora também exercita, com muito talento e brilho, o mandato legislativo. Tenho pelo Senador Eduardo Azeredo grande admiração por hereditariedade, porque fui colega de seu pai na Câmara dos Deputados e, por isso, creio que a Comissão de Relações Exteriores continuará produzindo atividades adequadas à crescente demanda que o Brasil tem no campo de política externa.

Concluindo minhas palavras, ao tempo em que cumprimento mais uma vez V. Exª, faço mais do que votos, expresso minha certeza de que tanto o Senador Cristovam Buarque quanto o Senador Eduardo Azeredo muito farão em favor do bom desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel, que tanto tem cooperado com os trabalhos desta Comissão.

Desejo aos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo que possam desenvolver, muito bem e com brilhantismo, seus trabalhos. Fiz questão de permanecer na Comissão de Relações Exteriores para continuar a colaborar com os propósitos desta Comissão, porque se trata de uma das mais importantes.

Nesta Comissão, justamente o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, compareceu três vezes em 2003 e três vezes em 2004, cooperando muito para que a área de Relações Exteriores fosse uma daquelas que melhor teve entrosamento com os Senadores desta Casa, adiantando enormemente para melhor entendimento entre todos nós. Então, seja muito bem-vindo à Presidência, Senador Cristovam Buarque. Um grande abraço.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque.Bloco/PT – DF) – Em primeiro lugar, agradeço o voto de cada um dos Senadores e Senadoras. Nós, que somos políticos, sabemos como gostamos de voto. Todo voto é bom, mas o de Senador tem um gostinho melhor, é um voto qualificado.

Segundo, ao Eduardo Suplicy por seu trabalho e dizer-lhe que é difícil substituí-lo por seu prestigio, pelo seu conhecimento e pela fama que tem no País e que, a melhor maneira de substituir, é tentar fazer igual ao que V. Exª fez em dois anos. Se, daqui a dois anos, disserem "o Cristovam cuidou igualzinho ao Suplicy, seguiu direitinho", estarei satisfeito.

Depois, aos Líderes do meu Partido, o Aloizio Mercadante que sugeriu meu nome na Bancada do PT, à Ideli Salvatti que, presente, apoiou, pois sei que a seleção é fruto de um acordo ainda que, com tanto carinho, receba o voto de cada um e eles foram fundamentais.

Quero lembrar que antes mesmo dos dois falarem em meu nome, a primeira pessoa que levantou essa hipótese e achei que era quase que brincadeira foi o Eduardo Azeredo há alguns meses, em uma conversa, sugeriu isso. Fiquei calado e o Mercadante por pura iniciativa sua fez o mesmo.

Quero agradecer a todos vocês e dizer que é um belo desafio esta Comissão. Falamos muito em relações exteriores e, às vezes, não falamos na defesa nacional que é um tema que pode muito atrair continuando o que o Suplicy fez nesses dois anos e a todas essas personalidades que estão aí e que vemos que são personalidades que surpreendem que eu esteja aqui neste lugar.

O que me deixa mais tranqüilo é que é possível levar adiante o que fez o Eduardo da direita é ter ao lado o Eduardo da esquerda. Acho que estar junto com ele seguindo o exemplo de vocês na Educação

que trabalharam muito perto os dois, Presidente e Vice-Presidente e podemos dar uma colaboração com as três coisas que o Suplicy mostrou aqui: imparcialidade, a seriedade com que ele se comportou nesse período todo e a competência de enfrentar cada um dos temas.

Nós dois juntos, somando o nosso esforço, podemos substituir o Eduardo da direita. (Palmas!)

Passo a palavra ao meu Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pelo protocolo ninguém mais fala depois que o Presidente fala.

Quero apenas agradecer o voto dos Senadores, as palavras dos Senadores Cristovam Buarque, Marco Maciel, Eduardo Suplicy e agradecer-lhe o seu trabalho que, sem dúvida, podemos acompanhar nesses dois anos e que foi muito bem-feito, um trabalho que tem uma longa experiência no Parlamento e nas questões ligadas às relações exteriores e defesa nacional.

Fico muito à vontade em aqui poder ser o vice de um homem como Cristovam Buarque. Na verdade, podemos reeditar uma dobradinha que fizemos na época em que era Governador de Brasília e eu de Minas Gerais. Podemos ter, na área da educação, trabalhos conjuntos.

Quero dizer, Senador Cristovam Buarque, que para mim é uma honra poder estar a seu lado. Agradeço ao meu Partido e o Líder Arthur Virgilio pela indicação e, juntamente aos Senadores e Senadores membros desta Comissão, estaremos sempre discutindo assuntos que são extremamente relevantes para o País.

Desejo-lhe muito sucesso em sua função. (Palmas!.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB GO) – Sr. Presidente, uma vez que se quebrou o protocolo gostaria de também externar os meus cumprimentos ao Senador Eduardo Suplicy pelo seu trabalho, pelo dinamismo, pela importância que deu a esta Comissão não só internamente como também levando lá fora ao interesse das discussões que aqui travamos esses dois anos.

Cumprimento o Senador Cristovam Buarque. Tenho certeza de que será um substituto à altura do Senador Eduardo Suplicy pela sua experiência, pela sua vivência e principalmente com o seu comprometimento que, ao longo de sua história, tem demonstrado um interesse enorme para que esse país seja mais humano, mais justo, mais integrado sem que haja nenhum empecilho para que o desenvolvimento seja feito não só no aspecto econômico, mas também no social.

Nós, que trabalhamos no campo social, temos por V. Exª uma admiração enorme. Sabemos que é um grande porta-voz não apenas internamente como inclusive fora do País.Tenho certeza de que esta Comissão será um grande instrumento para que V. Exª possa levar nossa vivência bem como trazer experiências exitosas de outros Países a fim de que sejam discutidos aqui os melhores caminhos para a área social brasileira.

Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, companheiro de Partido, que vem, sem dúvida, ajudar a esta Comissão e abrilhantá-la com sua sensibilidade e experiência de excelente e brilhante Governador de Minas Gerais. Ele foi nosso companheiro na Comissão de Assuntos Sociais, no combate à erradicação do trabalho infantil, à prostituição infantil e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Portanto, saberá certamente dar envergadura a esse trabalho. S. Exª será o grande executor do projeto referente à renda mínima, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, o maior Quixote dessa causa.

Deixo o meu abraço e o desejo de extremo sucesso nesta Casa.

Muito obrigada.

A SRª PATRICÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma, parabenizo, antes de tudo, o Senador Eduardo Suplicy por estes dois anos à frente desta Comissão, tendo sido certamente, pela forma séria e digna que a conduziu, um exemplo de dedicação e de carinho, a ser seguido por todos nós. Sua presença novamente será um grande benefício para esta Casa, para o Senado e para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Saúdo, igualmente, o Senador Cristovam Buarque pela sua eleição a Presidente desta Comissão. Às vezes, tenho a oportunidade e o privilégio de conversar com S. Exª e trocar algumas idéias, principalmente aquelas que dizem respeito a crianças e adolescentes, que sei que também são sua bandeira. Só aprendo cada vez com sua humildade e sua forma, sempre tão generosa e carinhosa de tratar as pessoas, o que só agrega mais gente para essa causa, que é tão importante e especial para todos aqueles que se dedicam aos direitos humanos e que protegem os mais pobres e humildes, que, muitas vezes, não têm vez nem voz. S. Exª tem sido, ao longo de sua vida e de sua trajetória, o porta-voz de todas essas pessoas.

Portanto, parabenizo o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Azeredo, com quem também tive a honra e o privilégio de conviver durante estes dois anos na Comissão que investigou redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. Com ele pude repartir os momentos mais difíceis, dolorosos e dramáticos, mas, em contrapartida, as horas de vitória e de conquista que tivemos a oportunidade de viver. Tenho certeza de que, ao lado de V. Exª, Senador Cristovam Buarque, estará um grande

homem, um exemplo para todo o País, pelo trabalho que já realizou em sua vida como Governador exemplar do seu Estado, Minas Gerais. Agora, como Senador da República, o Senador Eduardo Azeredo dá a cada um de nós o prazer de repartir tantas questões relevantes em nosso País.

Desse modo, desejo a todos boa sorte. Contem também com um pouco da minha experiência daquilo que pude aprender ao longo de minha vida e certamente destes dois anos, desde que cheguei ao Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Presidente Cristovam Buarque, antes de dirigir-me a V. Exª, darei um testemunho, feito de coração. Trata-se da conduta irretocável e irreparável do Presidente Eduardo Suplicy à frente desta Comissão. Evidentemente, não seria nenhuma surpresa ele mostrar competência no exercício dessa.

Demonstrar competência no exercício dessa missão, uma vez que já chegou a esta Casa competente. Quero dizer que, pelas peculiaridades, pelo momento que se viveu, os momentos que vivemos esses dois anos, o Senador Suplicy deixou de lado qualquer questão partidária e ideológica e agiu de uma maneira que só fez engrandecer esta Comissão.

Quando víamos, diante de nós, crises internacionais, problemas que tinham participação decisiva importante na Comissão de Relações Exteriores, torcia, rezava para que o Presidente Suplicy se saísse bem nessas questões, e ele se saiu bem em todas, de forma que não é à-toa que o povo de São Paulo o traz constantemente para o representar nesta Casa.

Portanto, quero fazer esse registro pessoal e dizer que a Comissão de Relações Exteriores, eu, que acompanho esta Casa há muito tempo, embora eu seja novo no exercício do mandato aqui, aliás há muito tempo acompanho o trabalho desta Comissão, tenho certeza de que a gestão do Senador Suplicy é uma das melhores, senão a melhor, que acompanhamos e a que assistimos.

Dito isso, Senador, quero desejar, pela experiência que tem, pelo nome que tem e, acima de tudo, pela determinação, votos de muito sucesso.

Passei a frustração nos últimos dois anos, pelo fato de ser membro da Mesa, de não poder participar das Comissões, mas freqüentemente visitava esta Comissão, como visitei muitas vezes, porque acho que aqui nesta Casa, nesta Casa, nas comissões é que se aprende, no dia-a-dia, o exercício parlamentar.

Hoje, superado esse problema, volto à participar das comissões, inclusive como titular da Comissão de Relações Exteriores, na certeza de que aqui vou aprender muito.

O Senador Suplicy continuará a nos enriquecer com sua experiência. V. Exª agora aliado a esse diplomata por nascença, que é o Senador Azeredo, tenho certeza de que vamos fazer desta Comissão um dos pontos, um dos focos da atenção não só da imprensa brasileira, dos Senadores, mas do País como um todo. Este País que aprendeu a admirar, a assistir a atuação dos nossos Parlamentares por meio da Tv Senado. Tenho certeza de que estará com os olhos voltados à atuação de cada um de nós.

Dito isso, torço e desejo que esta dupla que assume o destino desta Comissão por dois anos se saia magnificamente bem, como ambos se saíram nas missões que exerceram e de que o Brasil inteiro é testemunha.

Agradeço ao Governador do Distrito Federal e ao Senador Azeredo, Governador de Minas, e ao Prefeito de Belo Horizonte.

Parabéns aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque-PT – SP) – Mais uma vez nossos agradecimentos ao trabalho do Senador Eduardo Suplicy.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 26 minutos.)

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e cinco, às onze horas.

Às onze horas do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador CRISTOVAM BUARQUE, presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores JOSÉ JORGE, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON, VALDIR RAUPP, JEFFERSON PÉRES, ROBERTO SATURNINO, RODOLPHO TOURINHO, MARCELO CRIVELLA e LÚCIA VÂNIA. Deixam de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta, de Item único: Audiência Pública, com a presença do Economista norte-americano JEFFREY SACHS, autor do livro "The End of Poverty" (O Fim da Pobreza), Diretor do projeto do Milênio das Nações Unidas e Assessor Especial do Secretário-Geral, Kofi Annan, para os Objetivos de Desenvolvimento do Mi-

lênio, para fazer uma exposição sobre o "Andamento internacional e brasileiro das Metas do Milênio", objeto do Requerimento n° 13, de 2005/CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 31 de março de 2005. O Senhor Presidente passa a palavra ao senhor JEFFREY SACHS. Fazem uso da palavra os Senadores JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON, ROBERTO SATURNINO, EDUARDO AZEREDO e EDUARDO SUPLICY. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.).

Passo agora à apreciação da pauta, que consiste na audiência pública, para discutir o tema Metas do Milênio, objeto do Requerimento nº 13, de 2005 – CRE, aprovado em 31 de março de 2005.

Tenho grande satisfação de passar a palavra a uma dessas figuras representativas nos tempos de hoje e que teve um papel fundamental em alguns países, especialmente na Bolívia, quando ele ainda era muito jovem. Hoje ele exerce um papel decisivo junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, nesse desafio que talvez seja o maior de todos da humanidade, ao lado do problema ecológico, que é o problema de atingir as metas do milênio na área social.

O Professor Sachs trabalha diretamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas e vem desempenhando o papel de coordenador das metas do milênio. Ele vai nos falar por algum tempo. Pediu apenas 15 minutos, mas disporá do tempo que for necessário e, depois, haverá oportunidade para os Srs. Senadores formularem perguntas.

Lembro que dispomos que equipamentos para a tradução do inglês para o português para todos os que necessitarem. Da mesma forma, ele também receberá tradução para o inglês das perguntas que fizermos em português.

Passo a palavra ao Professor Jeffrey Sachs.

O SR. JEFFREY SACHS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sinto-me muito honrado em ter sido convidado para vir aqui falar para vocês, com a grande expectativa de receber perguntas e de fazer comentários.

Farei uma breve apresentação e, depois, continuaremos com a nossa discussão.

Como vocês todos sabem, as Metas de Desenvolvimento do Milênio foram adotadas por toda a comunidade mundial há cinco anos, em uma sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2000. Nessa assembléia, foi adotada a Declaração do Milênio, que estabeleceu os princípios que o mundo concordou em tentar realizar, os quais envolviam questões de pobreza, mas também questões ambientais, de segurança e até a paz.

As Metas de Desenvolvimento estão contidas na Declaração do Milênio e estabelecem objetivos para reduzir a extrema pobreza no mundo, especialmente até o ano 2015. Portanto, já se passaram cinco anos da decisão das metas e falta-nos dez anos ainda.

Na realidade, o quadro é bastante misto. Os próprios objetivos, as metas atingiam a pobreza, a saúde, a nutrição, o acesso à água e aos serviços sanitários. E há muitos resultados como a luta contra a Aids, a tuberculose, e a diminuição da morte de crianças recém-nascidas, situações que víamos em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil. Algumas partes do mundo não estão conseguindo atingir nenhuma das metas e são regiões que estão presas na pobreza maior do mundo, sem que haja algum tipo de melhorias.

Mas talvez o mais importante – e o que descobrimos – é que, apesar dos nossos compromissos políticos para tentar atingir essas metas e apesar de muitas conferências e discursos sem fim, o mundo não se organizou como deveria para poder efetivamente contribuir para ajudar os países que estão presos, por uma razão ou outra era realmente alcançar esses objetivos em 2015. Em 2002, o Secretário-Geral reconheceu muito bem que, apesar de todas as palavras lindas e boas promessas que foram feitas, esses objetivos não vão se resolver por si mesmos, ou seja, não serão conseguidos apenas por um caminho negociável. Ele acabou por me pedir que o ajudasse a organizar um esforço a nível mundial para pode identificar meios práticos para conseguir atingir esses objetivos. Esse objetivo é o chamado projeto do milênio e precisou do esforço de centenas de cientistas e especialistas de várias áreas e de todas as partes do mundo. Sinto-me feliz em ser o diretor do projeto e estar trabalhando comigo o Sr. John McCartney, que está aqui conosco.

Em janeiro, entregamos ao Secretário-Geral um grande relatório, com 14 volumes de estudos, cada um tratando de objetivos específicos e não apenas uma visão geral do que estamos fazendo e do que não es-

tamos conseguindo, mas, especificamente, daquilo que pode ser feito em saúde infantil, saúde maternal, Aids, tuberculose, malária, acesso a remédios, captação de água limpa, etc. São relatórios maravilhosos que conseguiram juntar todas as especialidades do mundo em áreas-chave. Cada um desses relatórios mostra um ponto básico: existem coisas práticas que podem ser feitas efetivamente para acelerar um progresso em, praticamente, qualquer parte do mundo, onde o progresso não está sendo suficiente neste momento.

Na realidade, a essência das conclusões desse relatório, que está disponível a V. Exªs em português, é chamado Investimento em Desenvolvimento, Planos Práticos para Conseguir Atingir as Metas do Milênio. Nossa recomendação principal são os investimentos, como investimentos no setor de saúde, na infra-estrutura, na água, nos serviços sanitários e em outras áreas-chave, que constituem a diferença entre a miséria, a pobreza extrema, e um caminho para o desenvolvimento econômico.

Os investimentos custam dinheiro. Grande parte do relatório trata do relacionamento entre os países ricos e pobres, ajudar a mobilizar os financiamentos, pagar esses investimentos, o que pode fazer, efetivamente, a diferença. Uma parte importantíssima do nosso relatório enfoca o fato de que os investimentos não só existem nas áreas práticas para ajudar os países pobres a saírem da armadilha da pobreza, mas o custo desses investimentos é, por um lado, demasiado alto para os povos pobres do mundo, mas muito baixos, comparados com a renda do mundo rico.

Dado que os países ricos se comprometeram a ajudar os países pobres e as pessoas pobres nos países em desenvolvimento, para conseguir atingir essas metas, a questão essencial para implementar os investimentos necessários é mobilizar mais financiamento, que pode tornar possível aos pobres realizarem os investimentos essenciais para continuarem em frente.

Devo-me referir, muito brevemente, a uma meta muito importante e de longo prazo no sistema internacional: os países ricos deviam mandar para os países pobres 0,7% da sua renda bruta para assistência. Essa foi uma meta decidida em 1970, e que devia ter sido realizada em 1975. Na realidade, quase nenhum dos países ricos honrou esse compromisso. Em 1995, o nível geral da assistência de doadores estava caindo e não subindo. Estava em cerca de 0,5% do produto nacional bruto dos países em 1970. Em 1975, esses números estavam caindo. Em 2000, eles tinham declinado para pouco mais de 0,2%, em vez do 0,7% que tinha sido declarado. Essa meta de 0,7%, ou seja, US$0,70 de cada US$1,00 do Produto Interno Bruto, foi reiterada muitas vezes desde 1970, foi afirmada em todas as grandes conferências mundiais e foi acordada pelos países ricos e pobres. Portanto, nas conferências, em 1992, 0,7% do Produto Interno Bruto foi acordado, mais uma vez, pelos países. Na Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhagen, em 1995, mais uma vez, existiu esse compromisso.

É importante dizer ainda, na nossa década, que, depois que as metas do milênio foram concordadas em setembro de 2000, 0,7% foi comprometido, mais uma vez, no México, Monte Rei, na importante Conferência Internacional do Financiamento para o Desenvolvimento. No consenso de Monte Rei, assinado pelos Estados Unidos e presenciado pela Europa, Japão e também quase todo o restante do mundo, foi essencialmente adotado por todos os países membros das Nações Unidos. Diz esse compromisso que os signatários da conferência de Monte Rei urge em todos os países desenvolvidos que não fizeram a fazer esforços concretos para atingir a meta de 0,7% do Produto Interno Bruto. Portanto, essa meta foi decidida mais uma vez.

Na situação de 2005, em dezenas de países, especialmente a África, mas também a região dos Andes, assim como a Ásia central, partes de todo o mundo e alguns bolsões de pobreza no Brasil, ainda existe muita pobreza, que não está sendo aliviada com a velocidade que desejamos com as metas de desenvolvimento do milênio. Talvez no Brasil, o grau seja mais baixo do que, por exemplo, na África subsaariana. Aqui existe crescimento econômico e diminuição do nível de pobreza. Na África subsaariana, não há crescimento. Na verdade, existe aumento dos casos de doença, como malária, tuberculose, Aids e outras doenças letais.

A situação é que existe progresso em alguns locais. Existe, com certeza, importante progresso no Brasil, na China e na Índia recentemente, mas não nas partes mais pobres do mundo. Segundo, existe remédio para essa falta de progresso de acordo com o nosso diagnóstico porque os sistemas de saúde podem receber investimentos para fazer a diferença: saneamento, água limpa, água potável, produção de alimentos. Por exemplo, na África, as colheitas poderiam aumentar significativamente, mas isso requer investimentos.

Quando falamos do investimento com financiamento, o encontramos dentro de alguns países que estão comprometidos com os ODMs. Eles têm que se comprometer com um maior nível de investimento. Mas, nos países mais pobres, é importante que seja aumentada essa ajuda ao desenvolvimento. Isso não está acontecendo até agora.

Para nós, o ano de 2005 é, politicamente, um ano crucial de decisão. É crucial porque, cinco anos depois que esses objetivos foram estabelecidos, ha-

verá uma cúpula nas Nações Unidas para a reforma das Nações Unidas, para os ODMs e para as questões de segurança. Essa é uma grande chance para que todos possam entrar e estar a caminho de atingir essas metas.

Falemos do Brasil. Existem dois aspectos diferentes e cruciais. Um é o papel do Brasil como um líder internacional, principalmente com um Presidente com alto perfil, muito dinâmico, muito respeitado no mundo inteiro e visto como um líder num mundo em desenvolvimento. O Brasil tem um papel importantíssimo nesse processo político, especialmente porque o Brasil quer obter um assento no Conselho de Segurança. Isso é muito importante para a consecução dos ODMs. Vemos o Brasil como uma liderança muito forte. O Brasil pode atuar com essa liderança para ajudar os países pobres do mundo a atingir esses objetivos.

Um passo crucial, mas com certeza reforma do comércio, alívio da dívida, a Rodada de Doha. Vemos o Brasil como uma liderança que pode ajudar nesses três aspectos e ajudar a pressionar os países ricos a cumprirem sua obrigação de fornecer os 0,7%. Acreditamos que o secretário-geral segue o relatório que recebeu em questões de segurança global, convidando os países doadores a fornecer cronogramas concretos para atingir os 0,7%. Contamos com o Brasil para participar nessa chamada global por esses investimentos. O Brasil também está entrando numa era em que também é doador. Ninguém espera que os países de renda média possam fornecer 0,7% do PIB. No entanto, contamos com o apoio do Brasil, por exemplo, na África, em Moçambique e em outros países de Língua Portuguesa, São Tomé e Príncipe. O Brasil exerce esse papel de ajuda também a outros países mais pobres, o que é visto como vital. É uma grande contribuição. Penso que o Brasil deve continuar a fazer isso e aumentar esse apoio, podendo oferecer maior assistência. Tenho certeza de que o Brasil fica perto da África, do outro lado do oceano. Fica perto do Senegal, pode estar perto de outros países lusófonos e pode oferecer assistência diretamente. Isso é muito importante e muito bem recebido. É encarado como um tipo de ajuda muito importante.

Nem preciso mencionar a ajuda do Brasil na agenda comercial. Não preciso lembrar a vocês tudo que está envolvido no sucesso da Rodada de Doha, mas peço que, em sua liderança, na Rodada de Doha, que vocês defendam países como Mali, Benin, Quênia e outros que produzem algodão ou produtos tropicais, para que tenham maior acesso aos mercados dos países ricos. É claro que o Brasil pode ter um papel muito importante nisso.

Um ponto final sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas – é claro que isso é relevante para o Brasil. Em nosso relatório, no relatório de segurança do autopainel de desafios e mudanças, houve um relatório no mês passado chamado *Larger Freedom*. Todos eles falam desse compromisso de 0,7% e do aumento do Conselho de Segurança. Nossos relatórios notam que países como Japão e Alemanha, que têm esse papel de liderança global, isso também vem com uma responsabilidade global.

Falamos em nosso relatório que faria sentido se os países pobres que votam nessa expansão pudessem também participar dessa assistência ao desenvolvimento. Esse vínculo também é importante. Por exemplo, a constituição *(inaudível)* do G-7 é um vínculo que será levado em consideração em setembro.

Para o Brasil, mais uma vez, há duas dimensões. Há a liderança do Brasil para ajudar a conseguir esse percentual de 0,7% – seria muito mais tarde do que o esperado, mas ainda poderá ser alcançado. Há também o papel do Brasil como um provedor de assistência ao desenvolvimento. O Brasil também está esperando um assento permanente.

Falarei sobre os objetivos relacionados à pobreza e também sobre a sétima meta de sustentabilidade ambiental. Claramente, o Brasil não tem o mesmo grau de pobreza extrema de outros países. O Brasil é muito mais rico do que muitos países da África Subsaariana. Ao mesmo tempo, sabemos que há muita pobreza no Brasil, mas não do tipo extremo que vemos em outras partes do mundo. Percebemos também que, no Brasil, a pobreza tem diminuído, embora não tão rapidamente quanto gostaríamos. Essa situação tem ocorrido pela falta de crescimento econômico. Houve um período de desempenho econômico bastante instável e também de alguma estagnação.

Eu gostaria de dizer, de maneira geral, que o Brasil já passou dessa fase de estagnação e já atingiu um período de crescimento maior. Creio que as coisas têm mudado. Para mim, as mais importantes não estão relacionadas apenas ao crescimento econômico, mas à abertura da economia brasileira. Sendo assim, o Brasil pode beneficiar-se de exportações. Além disso, o nível de educação, que é fundamental, tem aumentado em todas as classes da sociedade, mas ainda não é suficiente. Essa elevação começou no Governo Fernando Henrique Cardoso e tem sido continuada na administração Lula.

Acredito que estamos numa era de maior crescimento econômico no Brasil. No entanto, existem áreas que precisam ser priorizadas quanto ao gasto social, como educação e saúde. E os gastos fiscais também devem aumentar, não apenas para atingir objetivos

específicos, também para o desenvolvimento de longo prazo.

Acredito que o passo mais importante para o crescimento no Brasil, na situação atual, é continuar com investimentos na área de educação. É prioritário proporcionar uma educação secundária completa para todos e um crescimento maior da ciência e da tecnologia no nível universitário da educação. E isso está ocorrendo. Na realidade, são necessários mais investimentos. Essa é a parte-chave, esse é o ponto mais importante dessa estratégia.

Eu gostaria de discutir um aspecto em maior detalhe. Existe um grande desafio ambiental no Brasil, que considero um dos desafios mais complicados que conheço. Trata-se da administração da Amazônia. Vislumbrei esse assunto mais uma vez, na minha capacidade profissional fora desse projeto, há muitos anos. Sei que não há respostas fáceis para essa questão, porque existem as forças do mercado global muito importantes e não há segredo de que elas exigem outras *commodities* – por exemplo, a China. As porções continuarão a crescer e continuará a haver o desmatamento da Amazônia. Não vejo diminuição.

Esse fato significa que não são as forças do mercado que resolverão o problema – pelo contrário. Deverá haver uma política sustentável e decisões extremamente sustentáveis. Os Países da Bacia Amazônica precisarão decidir a meta principal da sustentabilidade ambiental, os limites a serem definidos e quanto da Amazônia será preservado. Essas são decisões bastante importantes em nível global e não são fáceis. Não acredito que elas tenham sido somadas realmente.

Todos sabem – não interessa quantas leis existam – que as limitações continuam a ocorrer, porque não foram tomadas as decisões fundamentais sobre qual seria o futuro real dessa grande região. Portanto, entendo que faz parte das metas do milênio, porque a sustentabilidade ambiental é importante e é o grande desafio brasileiro.

Não pretendo minimizar a complexidade das decisões, mas enfatizar que, se a situação permanecer como se encontra agora, a Amazônia continuará a ser desmatada e ainda haverá depredação. Acredito que é necessário haver um debate muito grande neste País em níveis bem altos e que devem ser tomadas decisões fundamentais sobre o futuro dessa região.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Passarei às perguntas.

Como autor do requerimento, eu próprio tenho perguntas a fazer, mas ficarei reservado para o final.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, co-autor desse requerimento. O referido Parlamentar representa o Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bom dia, Professor Jeffrey Sachs. É um prazer recebê-lo aqui. Todos o conhecemos bastante de nome, pelas suas obras. V. Sª é um expert em desenvolvimento.

Faço-lhe duas questões, cuja tradução será simultânea.

Como V. Sª faria uma comparação entre os países latino-americanos em geral, particularmente o Brasil, e os Tigres Asiáticos? Estamos tratando do mais fascinante enigma da ciência econômica, que é o fenômeno do desenvolvimento. Por que nós, latino-americanos, temos adotado tantas políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza e ainda não conseguimos dar a volta por cima? Enquanto isso, os Tigres Asiáticos – refiro-me à Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong –, sem adotar políticas específicas de combate à pobreza, lograram, em 25 anos, tornar-se países desenvolvidos, eliminando a miséria? Pergunto-lhe: terá sido a ênfase que deram à educação? Essa é uma das explicações. Foi a ênfase ao setor externo da economia? É a questão que lhe faço.

A segunda pergunta é a seguinte: o Brasil, na sua política externa, dá grande importância atualmente, em disputas de lideranças e de hegemonias, à formação de alianças – inclusive mediante uma vaga no Conselho de Segurança. A China tem uma política extremamente pragmática, não procura alianças nem hegemonias. É de um pragmatismo brutal, buscando apenas interesses chineses e está conseguindo desenvolver-se 9% ao ano e vender US$ 100 bilhões no mercado americano.

O senhor considera tão importante assim o Brasil buscar dar ênfase à política, na busca de hegemonia ou de liderança, e não ser pragmático na busca do crescimento econômico e dos interesses do País?

Terceira e última pergunta: não parece que essa disputa pelo Conselho de Segurança é uma busca inútil, uma vez que as incompatibilidades e as rivalidades inviabilizam isso? A China veta o Japão. A Nigéria veta a África do Sul. O Paquistão veta a Índia. A Argentina, nosso parceiro no Mercosul, não apóia o Brasil, e a Itália veta a Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Vou passar a palavra ao Prof. Sachs, de acordo com o andamento. Mais de um Senador poderão fazer perguntas.

A SRª JEFFREY SACHS – Na realidade, são perguntas de exames para os estudantes. São as duas grandes questões – é claro – na área de desenvolvimento. Vou externar a minha opinião particular sobre o assunto, porque não existe consenso sobre essa situação. Tenho experiência em olhar de bem de perto a Ásia e a América Latina e, portanto, vi, quando comecei a

vir a essas regiões, que a Ásia e o Brasil estavam mais ou menos no mesmo nível. A Coréia levantou vôo e o Brasil estagnou. Durante 25 anos, estudei os problemas e tentei saber o que realmente estava acontecendo. Acredito que existem duas questões principais e que são extremamente importantes. Uma refere-se às divisões sociais na América Latina, incluindo o Brasil; e a outra, as escolhas de política econômica. Para mim, são as duas grandes questões.

As divisões sociais não são uma história nova. Todos os americanos têm um desequilíbrio muito grande, maior que no resto do mundo, e é uma questão de como os americanos foram colonizados, estabeleceram-se e desenvolveram-se, como emergiram como sociedade escravocrata, como apareceram em uma área pós-escravagista, as divisões raciais que afetaram os Estados Unidos, o Brasil e outras partes da região, por muito tempo.

Não existe nenhuma dúvida de que esse papel foi muito importante, porque, até há bem pouco tempo e mesmo hoje, até certo ponto, existem grandes partes da sociedade brasileira que ainda não tiveram qualquer chance de conseguir educação adequada e que não fazem parte da linha de produção.

E por isso sabemos também que nos Estados Unidos houve a mesma situação, apenas com proporções diferentes da população. E acredito que o insucesso de investir em alguns desses grupos étnicos ou certas partes da sociedade atrasou a América Latina. Nas últimas décadas, a minha percepção é de que agora a educação está finalmente atingindo a sociedade e creio que isso é uma conquista fundamental. E acredito que é uma região onde os investimentos devem realmente ser feitos.

O segundo aspecto diz respeito à escolha de políticas econômicas. Fundamentalmente, vamos começar ainda mais cedo. A estratégica do Leste Asiático foi definida basicamente pelo Japão, depois da II Guerra. O Japão tinha até um modelo de desenvolvimento que eles chamavam de O Ganso Voador, segundo o qual o primeiro pássaro vinha na frente, depois os outros vinham atrás, voando em forma de V. E a idéia dos gansos voadores é que havia um líder tecnológico e atrás, países. O Japão na frente e a Coréia e Taiwan aprendendo a tecnologia japonesa, adotando-a. Depois há outras, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia recebendo essas tecnologias, e cada país que se torna mais rico vai passando a tecnologia para o próximo país.

De certa forma, acredito que foi uma visão fundamentalmente correta a do leste asiático, com algumas exceções, é claro, mas esses países se integraram em uma estrutura econômica em que estavam sempre melhorando o nível de sua tecnologia e exportando tecnologias cada vez mais sofisticadas, mas eles tinham a idéia certa desde o início. Tínhamos que abrir a economia, temos que ser internacionalmente competitivos, temos que subir a escada da tecnologia. Não podemos ficar parados. Se ficarmos parados ,vamos ficar atrás porque os patos estão voando.

Eu costumava dizer, sempre que estava na Ásia, que a discussão é sempre sobre tecnologia: de manhã, à tarde e à noite. Como é que vamos produzir condutores, computadores, como é que vamos exportar software? E, agora, quando estou na Ásia, como é que vamos entrar na biotecnologia, como é que vamos fazer pesquisa de genomas, genéticas?

Eles têm a idéia de que tem que subir a escada da tecnologia o tempo todo. Durante vinte anos, nunca ouvi isso na América Latina. Só ouço como é que vamos abrir os mercados, como é que vamos resolver os problemas das greves, o problema do orçamento, o que é que vamos fazer a respeito de questões macroeconômicas basicamente.

Portanto, foram criados os laboratórios federais nas universidades, estudantes, nas universidades nos Estados Unidos, com a idéia de que vocês tem que vir ajudar as nossas equipes de engenheiros.

Sei disso porque estive nos comitês de admissão da Universidade de Harvard durante vinte anos. Os coreanos enfocavam basicamente levar os estudantes para as universidades e conseguir que fossem para as universidades em grandes números. No Brasil, durante muitos anos isso não aconteceu, não havia esse processo de levar os estudantes para as universidades, que não estava organizado, e as recomendações vinham tarde. Não havia esse impulso para se ter a certeza de que se estava construindo uma geração importante de cientistas e engenheiros etc. Para mim, isso faz uma diferença muito grande.

Sempre senti que o Brasil era o país que naturalmente poderia liderar na área de ciência e tecnologia. Uma revolução na América Latina. Acredito até que esteja acontecendo no momento. O Brasil exporta produtos sofisticados em grande quantidade. Vejo também que a ciência básica está melhorando e está se desenvolvendo no Brasil. Há publicações globais; os cientistas estão fazendo trabalhos significativos e o número de trabalhos está crescendo. Mas, quanto a mim, só nos últimos cinco anos é que o Brasil ficou com a idéia de que isso tem que ser parte de uma campanha virada para a exportação. Tem que competir e conquistar mercados e competir com países que detêm tecnologias sofisticadas, tem que desenvolver a ciência. Essa foi sempre a idéia da Coréia, Taiwan, Singapura, mas não foi a idéia do Brasil.

Lembro-me, até como anedota, vou acabar o assunto agora, mas você me fez uma pergunta muito importante. Em meados da década de 90, quando o real estava muito valorizado, em 1997, falei com funcionário de alto escalão brasileiro sobre a futura crise e ele disse: "Não, não vamos ter crise nenhuma". Eu disse: "Vocês vão ter uma crise no balanço de pagamentos"; "isso não vai ser problema para o crescimento brasileiro"; "não, mas vocês não podem competir com essa taxa de câmbio". Isso foi quando o real estava muito alto, e ele disse para mim qualquer coisa que achei muito brasileira: "Isso não interessa lá fora, temos um mercado interno muito grande. Portanto, vamos conseguir vender os nossos produtos internamente. Não há problema com o mercado externo".

Para mim, durante vinte anos, esse foi realmente o ponto de vista dos brasileiros. Vi isso de muito perto e acredito que mudou finalmente. Acredito que é importante que tenha mudado e também é por isso que há uma preocupação com a supervalorização do real. Estou vendo o Brasil muito competitivo, com um nível muito alto de exportações, mas também muito consciente, não só vendendo *commodities* para a China, mas também produtos com tecnologia, maquinário e outras coisas; esse é o futuro do Brasil, na minha opinião. E, para mim, isso seria muito mais parecido com a experiência asiática.

Portanto, o ponto-chave, finalmente, juntando os dois temas, a educação da sociedade como um todo e a mensagem a qualquer pai deste País: se seu filho está acabando a escola secundária, não vai ter futuro, se não completar a escolaridade, porque, no mundo de hoje, no século XXI, não existem bons empregos sem educação superior. Há toda uma geração de empregos de renda baixa. Portanto, é preciso educação.

Nos Estados Unidos, três quartos dos estudantes estão indo para as universidades. E isso está acontecendo na Ásia também. Nós vemos esses números crescendo cada vez mais. E pensem como o Brasil está atrasado em relação aos níveis de educação que têm sido atingidos. Mas para mim isso significa que cada parte da sociedade tem de ter uma meta. E existe uma responsabilidade pública, na minha opinião. Não é só uma responsabilidade privada, mas sim pública de encorajar os pais a levarem esse assunto muito a sério, porque para mim isso vai ser um ponto muito importante.

Quanto à segunda pergunta, vou dar uma resposta mais curta. O Brasil também deveria ser pragmático; o mercado brasileiro está bem dividido entre América do Norte, América Latina, Ásia e Europa. Portanto, acho que, em primeiro lugar, o Brasil tem e precisa ter bons parceiros comerciais e boas relações comerciais com o mundo todo.

O Brasil não é fundamentalmente uma economia americana: é fundamentalmente uma economia global, e vocês vão negociar tanto com a Europa, como com a Ásia e a América. Nesse sentido, vocês precisam de um caminho pragmático perto da União Européia, da China, da Índia. Isso vai fazer uma grande diferença. Ajudar a África a subir do nível baixo em que está. Esse seria um ótimo mercado para o Brasil e bastante natural, aliás, de uma série de formas. Portanto, é claro que acho que a resposta é ser pragmático.

Agora, o que isso significa para o Conselho de Segurança? Na realidade, é verdade que temos dois grandes candidatos, o Brasil, a Alemanha, o Japão e a Índia. E, normalmente, o vizinho do lado quer puxar o tapete do vizinho, ou empurrá-lo, mas preferimos que o nosso vizinho não fique com a vaga, essa é uma política local natural. Ninguém sabe, no fim, o que isso significa ou vai significar como resultado desse processo, mas o Secretário-Geral dizia – em todo lado, estive com ele, como na Ásia, falando com um grande número de líderes, inclusive o Presidente da China, o Primeiro-Ministro do Japão e muitos outros – para toda a Assembléia das Nações Unidas: Por favor, sejam pragmáticos também; é claro que queremos o consenso, mas isso deveria ser uma questão resultado de dois ou três vetos. Isso deveria continuar com a expansão do Conselho de Segurança. Deveria ser permitida essa expansão. Tecnicamente, pode ser bloqueado pelos cinco membros permanentes.

O Brasil precisará, como qualquer outro candidato, de dois terços dos votos da Assembléia Geral e do apoio de todo o grupo dos cinco nesse processo. Portanto, vocês precisam de uma base muito grande nesse processo, mas também é bastante possível que exista apenas um veto no processo. Na realidade, não acredito que isso vai acontecer. Acredito que há a vontade de ver a expansão do Conselho de Segurança. Existe uma vontade dos países em desenvolvimento, que são a grande maioria do mundo, tanto em população quanto em números, de terem mais representação no Conselho de Segurança do que têm hoje em dia. Isso é um ímpeto importante.

Não acredito que nenhum dos cinco países membros vá usar uma posição rígida, com o veto, se existir um acordo geral para continuar com a expansão. Por isso, digo ao Brasil que seja enérgico no apoio às reformas e às metas diplomáticas também, sem contar com outros países. Vocês precisam de uma base de apoio muito grande, como qualquer outro candidato. Precisam de dois terços dos votos e, possivelmente,

mais do que isso, para terem um consenso global muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Quero lembrar a quem estiver assistindo em casa, pela televisão ou pela rádio, que é possível fazer perguntas por meio do telefone nº 0800612211 ou enviando *e-mail* para os endereços alosenado@senado.gov.br ou cidadão@senado.gov.br.

Passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, representante do Estado da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Sr. Jeffrey Sachs, em primeiro lugar, é um prazer muito grande poder estar aqui com o senhor discutindo esses aspectos tão importantes para o País hoje. Quero elogiar inicialmente sua palestra pela clareza e objetividade, o que aliás entendo que está muito refletido no seu último livro "O Fim da Pobreza".

Eu gostaria, se possível, que o senhor aprofundasse um tema que, de certa forma, é a continuação daquilo que foi dito pelo senhor em relação ao Brasil em um capítulo do seu livro inclusive: por que os países fracassam em atingir o desenvolvimento econômico? Quando analisamos aqueles oito pontos que o senhor apresenta, parece-me que, além dessa questão da educação, exposta anteriormente, a questão fiscal é a única que atingiria seriamente o Brasil. Não seriam a pobreza, por ela mesma, condições geográficas, nem as outras que o senhor menciona.

Quanto a essa questão fiscal o senhor diz claramente que, quando um Governo carrega uma dívida muito grande do passado, não tem condições de aumentar a taxação – creio que já seja o nosso caso, pois temos uma das maiores cargas tributárias do mundo – e tem problemas para financiar sua infra-estrutura, em tais circunstâncias o cancelamento do débito, traduzido diretamente como não-pagamento, deve ser o único caminho para dar ao país uma possibilidade de desenvolvimento econômico. E o senhor posteriormente aponta os países onde isso ocorreu, onde o senhor inclusive, de alguma forma, prestou serviços, como é o caso da Polônia, como é o caso da Bolívia.

Sobre a Polônia, o senhor se refere que o país necessitava transformar-se em economia de mercado combinada com estabilização, além da conversão monetária e do cancelamento de débito. O mesmo em relação à Rússia. O senhor se refere que somente no caso da China isso não seria preciso, porque esse país não tinha essa carga no passado.

Considerando que atualmente temos uma dívida de 51% do PIB – há dez anos era de 29% e já esteve em 61% – mas considerando a política atual de fazer um enorme superávit primário e possuindo as mais altas de juros, possivelmente, do mundo, eu gostaria muito de ouvir a opinião de V. Sª sobre esse aspecto de política econômica, porque se falhamos no desenvolvimento ou por não termos uma taxa de desenvolvimento compatível com as nossas necessidades, para reduzir a pobreza, entendo que esse passa a ser um problema crucial no Brasil, talvez o mais importante de todos, além, evidentemente, daquilo que V. Sª disse, que era a questão educacional, que me parece fundamental também. Mas gostaria muito de que V. Exª aprofundasse, se possível, esse tema.

O SR. JEFFREY SACHS – Muito obrigado. Antes de chegar ao aspecto fiscal, deixe-me mencionar mais uma questão para o Brasil, que é importante para a sua região.

De uma maneira geral a geografia brasileira não é o obstáculo fundamental ao desenvolvimento, o que é o caso em outros países. O Nordeste do Brasil tem uma geografia mais complexa do que o Sudeste, por exemplo, e o problema principal é a seca, chuvas que não são previsíveis e o empobrecimento da agricultura, o que tem sido componente da pobreza do Nordeste brasileiro.

Portanto acredito que existam alguns aspectos geográficos no desequilíbrio brasileiro da renda, e sugiro que pensemos sobre a melhor ciência agronômica para enfrentar o desafio da região, especialmente por causa do clima. E esse problema pode piorar a longo prazo por causa das mudanças climáticas que estão acontecendo.

Menciono isso porque existem novas pesquisas científicas sobre colheitas resistentes à seca, uma nova biotecnologia que vi. Alguns cientistas estão trabalhando nesse tema e vai ser muito interessante para o Brasil. E encorajo esse tipo de investimento em ciência como um tema muito importante para o desenvolvimento do País a longo prazo. E devo dizer, e enfatizar, que esses debates sobre a biotecnologia no Brasil são muito importante para enfrentar uma série de desafios numa região como a sua. Não é qualquer coisa que tiramos da prateleira. Significa que os pesquisadores brasileiros devem fazer uma pesquisa específica direcionada para as necessidades específicas do País.

Agora volto à questão fiscal. A dívida é um peso para o Brasil, mas não um tipo de peso que pode ser resolvido pelo cancelamento da dívida, porque é demasiado tarde. O Brasil já é um País digno de crédito. Já teve esse problema de cancelamento ou de redução de parte da dívida. Falei muito abertamente sobre esse problema há oito anos. Trabalhei com o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira em 1997, e lembro de S. Exª ter anunciado uma paralisação dos pagamentos. Achei até que seria a política certa no momento, por-

que o Brasil estava sob uma inflação altíssima, uma dívida maciça e o mundo externo não se importava. O Brasil precisava ser capaz de negociar esse alívio da dívida. Não sei se o Brasil conseguiu tanto como poderia ou deveria, porque durante 20 anos tenho dito aos países credores – e em muitos casos eu advoguei uma ação unilateral pelo Brasil, em 1997; na Polônia, em 1999; na Bolívia,

(Falha na gravação.)

E, hoje, na África, eu digo aos Líderes que eles deveriam ter parado. Eles não são dignos de crédito. Não têm nenhuma chance de chegar ao mercado. A dívida está literalmente matando as crianças porque esse dinheiro não está sendo investido corretamente.

O Brasil não está nessa situação. O Brasil tem crédito, o Brasil lutou para poder ter esse crédito, é muito sofisticado. É uma economia sofisticada, interconectada com o mundo. Na minha opinião, não deveriam prejudicar essa posição de crédito do Brasil. Hoje em dia, isso não é uma opção, na minha opinião.

(Falha na gravação.)

Na minha opinião, digo que – é claro que isso é uma noção muito simpática. Eu só não acredito que seja a posição correta para o Brasil, dado seu nível de renda, de sofisticação, a sua história, e o Estado atual da economia brasileira. Não acredito que essa fosse uma solução. Seria melhor se as taxas de juros ficassem baixas ou mais baixas. Acredito que isso é um problema. Acredito que prudência fiscal é absolutamente necessária sem qualquer sombra de dúvida. Acredito que o que o Brasil precisa fazer também é a coisa mais difícil em economia: não apenas aumentar os gastos numa área, mas também aumentar os gastos em outra área. O Brasil não está numa posição de aumentar despesas econômicas em todas as áreas. Portanto, aumentar as despesas em ciências, educação e outras áreas críticas significa procurar formas de investimento, cortar prioridades. Mas acredito que realmente é um problema fiscal que o Brasil enfrenta. Não sei exatamente quanto do Produto Nacional Bruto deveria ser usado na educação, na ciência e na tecnologia e em outras áreas. É claro que vocês precisam tomar essa decisão porque existe uma desproporção muito grande. Portanto tem que se cortar investimento em área de pouca prioridade. Mas não vejo que isso seja na parte da dívida.

Em 1997, eu estava de acordo com vocês. Mas esse tempo passou e, agora, não vejo que essa seja a resposta correta no momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Lembro que estão inscritos o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Azeredo, e, depois, o Senador Pedro Simon.

O SR. (Orador não identificado) – Se puder me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Inscreverei, claro.

Eu só queria dizer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu posso ficar para o final.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Está bem. V. Exªs trocam, não é isso?

Eu queria lembrar àqueles que estão na sala que também podem fazer perguntas enviando-as para a Mesa por escrito. Nesta sala, quem tiver pergunta, não sendo Senador, o Tiago receberá. Na outra sala, para onde estamos transmitindo e que está lotada, podem entregar para o Gabriel.

Peço ao Gabriel que levante o braço para saberem quem ele é.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon, lembrando ao Professor Sachs, que o Senador Pedro Simon é representante do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero felicitar V. Exª. Não há dúvida de que, hoje, no mundo, V. Exª desempenha um papel extraordinário, de grande importância, que todos temos que não só ajudar como torcer para que o senhor tenha êxito, porque o seu êxito é o êxito de toda a humanidade.

Não consigo entender qual foi a razão essencial pela qual, embora se tenha repetido tantas vezes, em várias reuniões, que os países desenvolvidos colaborariam com US$0,7 para os países subdesenvolvidos, por que isso não acontece? Aliás, por que não somente isso não acontece como esse valor até diminuiu, chegando a US$0,2 no ano 2000?

Ouve-se falar que os norte-americanos não têm muita simpatia pelo Secretário-Geral da ONU e que estariam até boicotando aquela Organização não pagando as cotas anuais, não a ajudando nos entendimentos propõe, diminuindo a participação dos norte-americanos nos órgãos da ONU dedicados à agricultura e à saúde.

Sabe-se que eles pretenderam provocar um escândalo, envolvendo a figura do Secretário-Geral e de seu filho, objetivando a renúncia do secretário. Vi algumas manifestações na imprensa de que essa seria uma das grandes causas do boicote norte-americano à ONU e que o não-cumprimento das cláusulas do acordo de Kyoto, que os americanos se negam a cumprir, deve-se ao fato de que eles também estariam esperando para fazer isso quando houvesse essas *(inaudível).*

Creio que V. Exª deixou uma interrogação no ar com relação à Amazônia. Somos daqueles que se preocupam com esse assunto. Na última eleição, o candidato democrata a Presidente da República dei-

xou claro que era favorável à internacionalização da Amazônia. Também o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair e o ex-Presidente francês Mitterrand assim se manifestaram. Temos medo de que, no futuro, surja um movimento de internacionalização da Amazônia, em que haja uma quase unidade das mais diferentes nações. Se analisarmos que o maior potencial de água doce do mundo e que a maior parte de florestas e de material biológico está na Amazônia, é fácil perceber a preocupação do Brasil, porque, lá adiante, o País pode chegar a uma situação em que esteja sozinho para enfrentar essa questão.

Por outro lado, já foi discutido com o próprio Presidente do Fundo Monetário Internacional, com o ex-Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, e com o Presidente Lula, na última reunião, a possibilidade de que os países que têm uma dívida imensa, como o Brasil... O nosso problema hoje é fundamentalmente a nossa dívida. Se houvesse um milagre e, de repente, o Brasil não devesse e não tivesse de pagar a dívida que ele paga, estaria com seus problemas resolvidos. Se aplicássemos o que pagamos em juros da dívida na educação, na saúde, na área social, o Brasil seria um país espetacular.

Não há uma chance – como se fala neste debate – de que uma parte das dívidas das nações totalmente subdesenvolvidas e das nações em desenvolvimento possa ser utilizada em planos, com a fiscalização da ONU? Um dos argumentos contrários a essa idéia foi o usado pela Secretária norte-americana ontem. Ela se disse favorável ao auxílio aos países pobres, mas tem de se ver, porque, na maioria dos auxílios dados aos países pobres, a corrupção fica com grande parte e muito pouco é aplicado no combate aos problemas sociais. Isso é verdade e pode ter acontecido, mas pode haver um controle da ONU, uma fiscalização da ONU no sentido de que as verbas destinadas ao social, à educação, à saúde, ao combate à fome teriam essa explicação. Se o próprio Fundo Monetário diz que sim, se várias entidades internacionais dizem que sim, qual é a chance de chegarmos a isso?

Afora essa argumentação que mencionei quanto ao Secretário Geral, qual é a outra razão real, concreta por que se fez tanta promessa em 0,7% e hoje se está em 0,2%? Não há censura alguma, a ONU não tem força para chegar à Alemanha, ao Japão, aos Estados Unidos e dizer a algum deles que por terem não dado 0,7% terão uma multa. Não deu e não dá para dizer isso.

A fórmula para fazer com que isso se concretize... Eu acho que V. Exª falou em criar uma entidade ou fórmula. Mas acho que isso deveria ser concretizado nesse sentido. Na verdade, o milênio se iniciou com o protocolo, com manifestações espetaculares. Parecia que realmente o terceiro milênio seria o início de uma nova realidade para os povos. É verdade que o século passado, em 1914, passou por uma guerra mundial. Mas este século iniciou-se com nada de positivo, de concreto no que diz respeito a realizações. Pelo contrário, a ONU nunca foi tão humilhada, tão espezinhada.

Acho até uma maravilha essa recomposição. Penso que esse cinismo do Bush abraçando os Primeiros-Ministros francês e alemão, esquecendo o que aconteceu quanto às divergências em relação ao Iraque. Considero positivo. Mas, na verdade, esses primeiros cinco anos foram apenas de fatos negativos, inclusive, em termos de desgraças da natureza, quando aconteceu o que há muito não acontecia.

O desafio de V. Exª é realmente muito grande. Nós e a nossa Comissão somos uma gota d'água diante da realidade. Mas o esforço deve feito por V. Exª nessa nova caminhada que começará a fazer agora, no sentido de realmente, em 2005, algo de concreto possa ser executado. Penso que deveríamos não apenas ver o que vai ser colocado no papel, porque no papel são capazes de aumentar de 0,7% para 0,9% – se não vão dar, podem aumentar o que quiserem. Mas uma fórmula, através da qual, possamos dar uma colaboração, no sentido de cobrar dentro do possível uma resposta para isso.

Muito obrigado.

O SR. JEFFREY SACHS – Muito obrigado, primeiro, pelo apoio a tudo o que estamos tentando fazer e por várias observações muito importantes e questões importantes também.

Em primeiro lugar, deixe-me dizer que eu não acho que o Brasil não corre o risco de estar sozinho e sem aliados, se é que eu realmente entendi a pergunta. Eu acho que o Brasil tem um grande número de amigos internacionalmente e sinto-me feliz em contar-me entre os amigos dos brasileiros. Mas há um sentimento geral de que o Brasil tem amigos. Quando se fala em internacionalização da Amazônia, o que eles devem dizer, e acho que é isso que eles devem dizer, é que a Amazônia tem um significado global. Isso é claro. É evidente que faz parte do Brasil e dos países vizinhos, mas ela tem um significado global.

O que significa para mim, o que você sugere e o resto do mundo deveria ajudar financeiramente, se necessário. Seria uma abordagem prática para os próximos anos que poderia, realmente, funcionar. Neste momento, não acredito que vá funcionar. Vou voltar a essa questão porque é, realmente, uma pergunta muito interessante. Deixe-me primeiro responder à pergunta sobre os 0,7% e por que não acontecem esses paga-

mentos. A razão principal, como sabem, é que V. Exªs foram votados por seus eleitores. Eles se interessam por sua economia e não pela do resto do mundo. Ouvi o Presidente Bill Clinton dizer, há algumas semanas, que o problema principal na América é que nenhum político nos Estados Unidos depende, para a eleição, de votar uma ajuda externa. Certamente, não estão pensando em gastar mais dinheiro com os pobres fora do país. É a verdade. Existem muitos níveis de complexidade por trás disso. Deixe-me mencionar alguns.

Em primeiro lugar, cinco países honram o compromisso de 0,7%. São os países do norte: Suécia; Noruega; Dinamarca; Holanda e Luxemburgo. Todos já chegaram ao índice de 0,7% ou a índice mais alto. É interessante que mais sete países estabeleceram um cronograma para conseguir honrar esse compromisso até 2015. São: Alemanha; França; Reino Unido; Bélgica; Espanha; Irlanda e Finlândia. Portanto, mais sete países concordaram com essa agenda, o que perfaz 12 países entre 22. Esses compromissos são políticos. Esses países estão dizendo: "Sabemos que temos que honrar nossas obrigações."

Não há dúvida de que esse compromisso alemão está em parte relacionado com a sua vontade de entrar no Conselho de Segurança. Sabem que é importante para eles. Se quiserem um apoio maior para entrar no Conselho de Segurança, terão que mostrar liderança. Portanto, é muito pouco confortável para eles porque estão com um déficit orçamentário muito grande, estão gastando muito dinheiro por causa da parte leste do país, depois da unificação. Não creio que estejam muito satisfeitos. Mas, de maneira geral, o país como um todo, e o chanceler, como se trata de matéria política, tem que mostrar liderança global, mesmo que signifique um problema em termos de finanças internas. Tudo isso significa que há esperança de conseguir chegar ao compromisso dos 0,7%.

Os Estados Unidos têm um problema muito específico. Tradicionalmente, foram um doador de ajuda menor se comparado aos outros países. Neste momento, os dois países com doação mais baixa são: os Estados Unidos, com 0,16%, ou seja, 1/5 daquilo que prometeram; a Itália, com 0,15%. São os dois países com as doações mais baixas. Por que os Estados Unidos fazem uma doação tão baixa? Em primeiro lugar, todos os grandes países (Brasil, Estados Unidos, Japão, Rússia, China e Índia) olham para o seu próprio umbigo mais do que devem. Portanto, é apenas parte de ser um país muito grande, muito populoso, entre dois oceanos. É um erro, claro, para os interesses americanos. Disso não tenho nenhuma dúvida. Tal como foi um erro para o Brasil olhar só para dentro de si mesmo e não para o mercado financeiro. É o que acontece normalmente com grandes países. Então, em primeiro lugar, os Estados Unidos olham para dentro; segundo, os americanos acreditam que dão muito mais do que realmente dão. Se perguntarmos a um americano sua opinião sobre a generosidade americana vão dizer: "Somos um país muito generoso." Se perguntarmos: quanto é que vocês dão, vão responder: " Cinco por cento do Produto Interno Bruto. Talvez 6%." Eles realmente não sabem. Se sabem, não fazem a menor idéia de que são um doador com as doações mais baixas ou o segundo com as doações mais baixas. O presidente nunca lhes disse a verdade. O presidente gosta de dizer aos americanos: "Vocês são tão generosos!" Ele não lhes diz que não estão fazendo aquilo que se comprometeram a fazer.

Depois vem este erro de os americanos culparem os pobres pelos seus problemas. Isso também faz parte de algo que está bem dentro da cabeça dos Estados Unidos: o problema é deles, o erro é deles, não é nosso. Às vezes não é problema nem falta de ninguém; às vezes é porque a malária é demais, a seca é demais, e não é falta de ninguém. Mas o que o Secretário de Estado disse ontem é que o problema é a corrupção. Isso não é verdade. Posso dizer para vocês que não é verdade.

Como economista de desenvolvimento profissional, tenho analisado vários países e chego à conclusão de que o problema da África, fundamentalmente, não é a corrupção. É claro que existe corrupção. Assim como há no Brasil, há também nos Estados Unidos. Isso é uma experiência universal. Mas os problemas específicos da África não são a corrupção, mas a pobreza extrema, com doenças, com secas, com altos custos de transporte, isolamento econômico. O que os americanos ouvem o tempo todo é que nós gostaríamos de fazer mais, mas não podemos, pois há muita corrupção. Isso é uma desculpa, a meu ver, para algo que não está sendo compreendido. O Secretário de Estado, o Presidente e outros dizem: "Sim, temos que fazer mais! Vamos fazê-lo de uma maneira que minimize a corrupção!" Isso é claro que é factível.

Ao invés de se queixarem da corrupção, vocês deveriam resolver o problema e fazer as transferências acontecerem. Há muitas maneiras de transferir ajuda e minimizar a corrupção ao mesmo tempo. Vocês definem uma série de metas, padrões de desempenho, de quanto precisam para construir clínicas, e pronto, é esse dinheiro que tem que ser gasto para construir as clínicas. Mas, ao invés disso, apenas nos queixamos, dizemos que não podemos fazer mais. Isso realmente é uma falta muito grande da política externa americana.

Acredito que os americanos agora não estejam servindo aos seus próprios interesses, porque estamos gastando 5% do PIB com despesas militares para o mundo e só 0,6% para o nosso desenvolvimento. Trinta vezes mais com os militares do que com o desenvolvimento. Para os Estados Unidos se sentirem seguros, como pensam que os militares vão resolver os seus problemas? Isso não vai acontecer. Eles não podem resolver o problema de instabilidade. Isso é básico! As pessoas têm fome! As pessoas são infelizes! As pessoas estão cheias de doenças! Não interessa quantos soldados você coloque lá, eles vão continuar a ter fome, vão continuar a ter doenças. E esses que são os verdadeiros problemas.! Portanto, estamos usando estratégias erradas.

Felizmente, existem muitas pessoas dizendo que a América tem que ter estratégias mais equilibradas. E é isso que o mundo deveria perguntar: por que os Estados Unidos desempenham um papel muito importante? É preciso financiamento para conseguir resolver as metas do milênio. O problema é falta de realização em termos de assistência ao desenvolvimento por parte dos Estados Unidos. Portanto, o mundo tem que dizer: "Estados Unidos, vocês não estão ajudando o mundo a ficar mais seguro não investindo na pobreza!" Não é suficiente se queixar sobre a corrupção. Vamos pensar de forma prática como vamos resolver essa questão. E é isso que digo ao nosso Secretário de Estado, que espero que os Estados Unidos adotem uma posição mais equilibrada quando chegarmos ao encontro em setembro. Mais uma vez, espero que o Brasil seja uma voz alta para fazer uma proposta básica para o Secretário-Geral, pois não pode haver segurança sem desenvolvimento. O Secretário-Geral disse que não pode haver desenvolvimento sem segurança, e não pode haver segurança sem desenvolvimento. E o Brasil pode ser uma voz muito poderosa para enfatizar essa verdade. Uma voz poderosa obrigando os países a cumprirem com seus compromissos, porque a voz do Brasil, acreditem, realmente é ouvida no mundo todo. Isso é muito importante.

Quando o Brasil, quando o Presidente Lula vai-se encontrar com o Presidente Chirac, o Presidente Lagos, o Primeiro-Ministro Zapatero e o Chanceler Schröder para falar sobre a finança internacional. Todo o mundo sabe disso e é muito apreciado pelos países em desenvolvimento.

Portanto, mantenham uma voz alta e incitem todos os países a cumprir os seus compromissos. Não cremos que o Brasil vá começar a pagar já 0,7%, mas que tenha uma estratégia de desenvolvimento dentro dos seus próprios meios. É claro, o Brasil já passou por muitas coisas, pode até ensinar formas pratica de resolver determinados tipos de problemas.

E, finalmente, deixe-me mencionar essa questão sobre a dívida e a internacionalização da Amazônia. Mais uma vez eu quero enfatizar, como cientista social no instituto que está cheio de cientistas, que a questão da Amazônia é uma das mais complicadas em desafios hoje no Planeta. Porque, na realidade, o Brasil e seus vizinhos têm que tomar questões importantes e vitais. Dizer "nós sabemos que essa terra é muito boa para soja e vamos fazer muito dinheiro vendendo para a China, mas não vamos ultrapassar determinado ponto", isso tem que ser uma decisão muito consciente. Quando o País diz: "nós sabemos que podemos fazer dinheiro aqui, sabemos que talvez possamos fazer bilhões de dólares, mas nós não vamos fazê-lo porque existem valores que devem ser preservados, que é preservar a Amazônia por outras razões", isso tem que ser uma escolha bem explicita, e não pensar no dinheiro que vai ser perdido. Porque cortar árvores realmente dá lucro. Não vamos nos enganar. Não se trata de pequenos colonos que vão cortar algumas árvores. Trata-se de dinheiro em grande escala, naturalmente, porque existe uma demanda muito grande de soja do Brasil. Existe uma grande demanda porque ela está atingindo preços bons. E, portanto, em determinado ponto o Brasil tem de dizer: sim, nós compreendemos, mas, de qualquer maneira, nós temos que proteger até este ponto.

Eu acredito que o País ainda não tomou essa decisão. Estamos falando no assunto há muitos anos. Também não me parece uma decisão fácil, mas é preciso fazer dinheiro neste País.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JEFFREY SACHS – Mas acho que seria um erro simplesmente deixar solto do jeito que está agora, já que os (inaudível) são enormes e têm significância global. Mas se me perguntarem onde é que se deve colocar o limite, eu não sei, e não acho que os cientistas saibam também. Eu não acho que esteja muito claro o que deve ser feito agora, e isso é grande parte do problema. Na minha opinião, é um problema que não será solucionado em seis meses, mas deve ser solucionado nos próximos anos. Mas é necessário conhecimento cientifico. Parte do problema do científico é que, na medida em que as fronteiras começam a diminuir, isso significa uma ameaça para a própria Amazônia, não só por causa das fronteiras, mas por causa da escala, que tem uma influência das bacias. Os cientistas não sabem dizer exatamente quais são os riscos, mas sabemos que existem riscos mais amplos, ligados à mudança, à diminuição dessas fronteiras.

É um tópico complicado sem uma resposta clara, mas o mundo tem responsabilidade sobre isso. Quando o Brasil disser: "Paramos aqui"... Mas esses próximos passos podem trazer muito lucro, mas mesmo assim não vamos somar esses passos", o resto do mundo deve ajudar o Brasil.

Em outras palavras, deveríamos ajudar nos serviços ambientais da Amazônia, não internacionalizar a Amazônia. Isso é serviço dos brasileiros. Nós teríamos que ajudar a financiar a decisão da paragem num determinado ponto e saber que se vai perder renda daí. Mas isso teria que ser contrabalançado por um fluxo de renda chegando ao Brasil, o que pode ser feito mediante pagamentos em dinheiro ou de alguma outra forma, para que todo o mundo possa ajudar o Brasil a tomar essa decisão de forma bastante clara. É claro que esse é um argumento pouco usual, mas é correto dizer isso. O resto do mundo está preocupado com a Amazônia, quer preservá-la como valor econômico para todo o mundo e não apenas para o Brasil. Portanto, o resto do mundo deverá ajudar o Brasil a tomar essa decisão de que a linha demarcatória pára aqui.

Infelizmente, não vejo os processos analíticos chegando a essa situação de uma forma clara hoje. Não acredito que realmente estejamos fazendo a diplomacia correta para chegar a um resultado tão claro, e também não será um resultado fácil. Penso que daqui a cinco ou dez anos devemos chegar a esse ponto de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, que representa o Estado do Rio de janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Antes de tudo, quero agradecer a disposição do senhor em vir a esta comissão para nos apresentar esses pontos de vista que são muito importantes para nós.

Devo dizer que eu tinha um compromisso e estava me aprestando para sair após a sua exposição, mas ouvi coisas tão importantes que resolvi ficar e fazer uma indagação a V. Sª um pouco genérica, mas que considero muito importante, a respeito das condições políticas, das relações entre o desenvolvimento no seu sentido mais amplo, não só o econômico, e as condições políticas das respectivas nações.

O senhor falou muito oportunamente sobre as dificuldades na América Latina, de um modo geral, derivadas das grandes diferenças sociais que aqui existem. Entretanto, em determinados momentos da história de cada País – e vou falar aqui da História do Brasil – acontecem condições excepcionais de conformação política que propiciam o desenvolvimento. É claro que as políticas públicas e econômicas são muito importantes. Não estou querendo diminuir a sua importância. Entretanto, as condições especificamente políticas me parecem também decisivas nessa construção de convergência de esforços, nessa arregimentação do esforço nacional para o desenvolvimento.

Eu sou antigo, Professor. Sou velho, para não usar nenhum eufemismo. Completei esta semana cinqüenta anos de casado, então o senhor tem a perspectiva da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Pode ter se casado muito cedo, não é?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não me casei muito cedo, não. Mas o fato é que eu vi este País, o Brasil, transformar-se muito profundamente e em condições políticas que variaram.

Dos anos 30, até a metade dos anos 40, este País mudou muito, e com uma ditadura, um Governo ditatorial. Mas o País organizou a sua economia, que não era organizada, criou os institutos do café, do mate e do açúcar, que eram os produtos brasileiros. O Estado criou políticas para esses setores e racionalizou-se criando os concursos públicos, o Dasp, e tudo mais. Depois o Estado começou o processo de industrialização, barganhando a Companhia Siderúrgica, o primeiro grande passo, enfim, uma série de iniciativas que propiciaram que o Brasil mudasse. O Brasil efetivamente mudou muito profundamente e atingiu taxas de crescimento consideradas, naquele momento, as mais altas do mundo, na média. Dos anos 30 até metade dos anos 70, o Brasil foi um campeão de crescimento econômico, em um período ditatorial; em seguida, em um período democrático, de 1945 até 1960. Vivi esse período muito intensamente. Havia uma crença, uma mobilização nacional, todos acreditavam no Brasil, abriu-se a fronteira do grande oeste do Brasil, com a construção da capital. Claro que havia inflação, mas, mesmo assim, o País crescia. Depois, houve uma certa tensão social, no início dos anos 60, que parecia que levaria a uma ruptura, mas os militares tomaram o poder, implantaram a ditadura e deram prosseguimento ao processo, pois ainda havia um certo esforço nacional naquele processo de desenvolvimento.

O Brasil chegou ao meio dos anos 70 produzindo aviões, computadores e fibras óticas. Houve um esforço de desenvolvimento tecnológico importante. Em seguida, enfrentou um impasse político, do qual não saiu mais. Foram trinta anos de estagnação.

Vejo aí uma correlação que não sei explicar, e não sei se alguém já explicou, entre as condições políticas de convergência e o processo de desenvolvimento nacional como um todo.

Enfim, gostaria de ouvir a opinião de V. Sª a respeito da correlação entre política e desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Para ganhar *(falha na gravação)* Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Professor Jeffrey Sachs, em primeiro lugar, manifesto minha satisfação em ver o reconhecimento aos avanços que o País obteve na educação. O Brasil de fato conseguiu universalizar a educação básica, mas enfrenta grandes desafios ainda, como V. Exª mencionou, no ensino de segundo grau e, especialmente, na universidade. O número de financiamentos para o ensino universitário tem crescido muito, mas, ainda assim, é precário.

Gostaria de fazer duas ponderações, uma delas em relação à política de incentivos regionais. Sou de um Estado que possui uma riqueza acima da média brasileira, mas nem por isso desconheço as enormes diferenças que existem no País, e me interessa muito a disposição de políticas de incentivo regional. No Brasil, tem havido uma crítica permanente aos incentivos concedidos ao Nordeste. Pessoalmente, discordo. É preciso haver sempre uma política de incentivo. Quando verificamos algumas colocações no mapa mundial, em comparações, o Brasil não deveria ocupar aquela colocação, por exemplo, no índice de mortalidade infantil. Apenas parte do País ocupa, com índices ainda elevados. Portanto, indago a opinião do Professor a respeito da política de incentivos regionais.

A outra questão diz respeito ao risco Brasil – já como economista –, que, apesar de ter caído nos últimos tempos, é extremamente elevado em comparação a outros países emergentes e com problemas econômicos. Verificamos o risco país da Turquia e de países do leste europeu, países de economia fechada, e de países da América Latina – o risco Colômbia, o risco Venezuela –, e não me parece que o risco Brasil esteja adequado, tendo em vista o avanço macroeconômico que obtivemos: o avanço de respeito aos contratos e o avanço em políticas públicas.

Gostaria de saber, ainda, se, na opinião do economista Jeffrey Sachs, o Brasil precisa ter um patamar de juros reais tão elevado, que é o campeão hoje no mundo.

O SR. JEFFREY SACHS – Deixe-me dar-lhe os parabéns, as perguntas não estão ficando mais fáceis, mas são boas perguntas e muitos parabéns pelo seu aniversário de cinqüenta anos de casamento.

Acredito que o que aconteceu no Brasil foi que teve um modelo econômico de trabalho, mas o mundo mudou. O modelo dos anos 30 até os anos 60 se baseou na industrialização pesada, o que era um bom modelo e assim funcionou. Mas o modelo necessário, a partir da década de 60, era o da globalização com base na informação e tecnologia e, como o Brasil continuava olhando para dentro, perdeu essa transição e acredito que, nos anos 90, ainda poderia ter feito essa transição sem grandes sofrimentos. Porém, a essa altura, já estava envolvido por uma série de problemas e caos macroeconômico e já não tinha uma visão clara de como sair da situação há bastante tempo. Até o final dos anos 90, os mercados internacionais não pareciam importantes nem para a maioria dos políticos brasileiros.

Nesse tempo, a China estava abrindo mercado, assim como a Índia, e a globalização se tornando uma realidade universal. Agora o Brasil é parte importante dessa globalização e acredito que a idéia de ascensão de grandes potências como Brasil, China, Índia e África do Sul – em uma economia bem menor –, é uma onda que está acontecendo e da qual sou otimista. Digo sempre para continuar porque a concorrência está forte.

V. Exªs têm que entender que o principal é que os ativos têm que ser baseados na informação, na tecnologia e na globalização e é isso que adequa a nossa época, de uma forma absolutamente correta. Cada vez que vejo a venda de embriões e de outros produtos de alta tecnologia tenho a confiança de que o Brasil está no seu caminho.

Era bom ver como a China passou de US$20 bilhões, em 1980, de exportações, para US$600 bilhões agora. Foi o **boom** nas exportações chinesas e é isso que o Brasil tem que fazer e tem que conseguir. Portanto, para mim, o que o Brasil fez estava correto durante bastante tempo, mas os tempos mudaram e ele não usou a sua base científica e tecnológica para um segundo passo e teve que apoiar uma série de indústrias muito pouco eficientes, num processo econômico que foi diminuindo. Muito vai depender da educação superior no Brasil nos anos que se aproximam.

Em primeiro lugar, sinto, nesses 20 anos de fortalecimento das universidades brasileiras, extremamente importante e poderia dizer que ainda leio os exames de admissão à universidade nos Estados Unidos e a qualidade do processo está melhorando no Brasil.

Parece-me que o sistema está realmente funcionando muito melhor, mas gostaria de ver mais universidades privadas no Brasil se fortalecerem, porque funciona muito bem na América e deu resultado, com todas as falhas da nossa sociedade, o que fez da educação superior americana a melhor do mundo ainda hoje foi a mistura de instituições no nível universitário. É uma mistura muito grande e temos universidades estaduais, locais, comunitárias, e temos instituições particulares muito fortes. Dependemos também, nos Estados Unidos, tremendamente da filantropia particular, de fundações. Não sei qual é a legislação fiscal

daqui sobre esse tipo de contribuição, se há isenção de imposto para esse tipo de apoio. Mas acredito que o Brasil ainda tem muito a fazer nesse campo e tem muita gente rica, com dinheiro. Na América, esses bilionários desempenham um papel muito importante para construir universidades fortes e uma economia forte.

Se V. Exªs pensarem no que o Rockfeller fez ou no que Carnegie fez, Melanie; agora, Gates ou Moore! Muitos outros milionários americanos gastaram quantidades tremendas de dinheiro, valores imensos de dinheiro para fortalecer as universidades. Sugiro às pessoas que conhecem bilionários aqui que os façam fazer alguns investimentos na educação superior brasileira.

Sei que isso não é uma tradição no Brasil. A filantropia não é uma tradição brasileira, como é nos Estados Unidos, mas se trata de uma tradição maravilhosa, e ela pode ser aprendida. Você põe o seu nome no edifício, põe o seu nome na escola; dá-se isenção fiscal, já que se tem que pagar imposto.

É uma questão de política social, porque desempenha um papel tremendamente importante, e este é o momento importante no Brasil para se fazer esse tipo de investimento. Se se quiser investir no futuro deste País, mesmo que seja daqui a vinte anos, que invistam na educação superior. É claro que é o setor público que tem que tratar da educação primária e secundária, mas a educação superior deve ser financiada por meios privados, porque se conseguem retornos dos investimentos muito altos e porque existe muito dinheiro em mãos privadas, e é um dos setores *boom* da economia.

A educação superior vai ser o setor de maior investimento se houver financiamentos adequados. E,portanto, os filantropos deveriam investir pesadamente na educação superior. Se eu puder falar com alguns deles, ficarei imensamente feliz em dar esses conselhos, porque acho que é realmente uma atividade com retorno social altíssimo.

Em termos de incentivos regionais, acredito neles, especialmente se há regiões que estão mais atrasadas em termos de estruturas, por causas estruturais. Pode ser a exclusão social do passado, uma exclusão racial; pode ser por causa de obstáculos geográficos, mas acredito que a política original está certa, porque o País tem que ter a certeza e tem que garantir que todos os seus cidadãos tenham uma chance. Você não pode simplesmente ignorar as diferenças regionais completamente, porque existem as desvantagens que são intrínsecas ou que são determinadas pela história, e elas continuarão, mas as regiões pobres não devem simplesmente ser ignoradas ou deixadas por si mesmas. É politicamente impossível e pouco sábio e ineficiente ignorar. Portanto, investir, sim, no Nordeste, fazer de uma maneira que seja produtiva, mas de uma forma que leve à educação, a maior produção na agricultura e a investimentos baseados na indústria, virada para exportação. Acredito que é isso realmente o que vocês têm que fazer, essas transferências.

Estou impressionado com que a China está fazendo nas suas políticas. Todos os grandes países, seja ele Brasil, Estados Unidos, México, a China, a Índia, todos eles têm bolsões de pobreza. E, na China, há divisão entre o leste e o oeste. A China costeira está crescendo, mas quanto mais para o interior se vai, mais difícil é fazer negócio lá, logicamente, porque o crescimento da China é com base nas exportações; e, há milhares de quilômetros para o interior não se vai investir, quando se pode investir na costa. Portanto, existe um grande ingrediente geográfico: quanto mais para o Oeste, mais pobreza; quanto mais para o Leste, mais riqueza. A China está bem consciente disso. É claro, houve uma migração em massa para o Leste, mas também o Oeste era diferente sob o ponto de vista étnico.

Portanto, há cerca de cinco anos, a China abraçou uma estratégia de desenvolvimento que foi, talvez, a estratégia de desenvolvimento mais importante no mundo; foi a maior estratégia em termos de assistência. A China Oriental está investindo maciçamente na China Ocidental. E é fascinante esse processo. É claro que não é assim que está sendo descrito. É o governo federal investindo na China Ocidental. Mas são impostos pagos e renda que estão sendo transferidos para o Oeste. Ou seja, estão construindo infra-estruturas maciças, eletrificação, estradas, portos internos – eu os estou encorajando também que façam universidades e clínicas. E mais uma vez, dizendo:"Vocês não vão parar a migração dessa forma. Mas vão dar a todos os cidadãos, a essas centenas de milhões de pessoas, as mesmas chances de uma vida produtiva, tanto faz no Leste ou no Oeste, quando forem adultos."

E, pelo que eu vejo, esse processo efetivamente está funcionando. E é um exemplo interessante de um esforço maciço por um país pobre, porque a China é mais pobre do que o Brasil; bastante mais pobre ainda hoje, em média. Mas eles estão fazendo um esforço de desenvolvimento extraordinário. Não simplesmente com as transferências, mas em investimentos. E é muito pragmático; e isso me impressiona como sendo uma coisa inteligente a ser feita.

O que eu acho que está acontecendo em todos os lados é uma espécie de regresso à idéia de que todas as regiões de todos os países do mundo deveriam ter as suas necessidades básicas resolvidas. Portanto, sendo Brasil, Nigéria, Moçambique ou China, tem de

haver escolas, clínicas, estradas eletricidade, água e esgoto. Esse é que é o princípio do relatório desse milênio. Que todo mundo deve ter as suas necessidades básicas resolvidas, e que o resto do mundo ajude. Se você for um país de rendas médias, você tem de ajudar os países de renda menor através de transferências internas.

Acredito que basicamente existe uma compreensão cada vez maior. Eu diria, aliás, três mudanças políticas, no mundo, da era industrial até hoje. Eu falei duas: a globalização, a economia de conhecimento; e a segunda seria aspirações universais. Você não pode deixar uma parte da sociedade de lado. Não se pode simplesmente dizer: "Nós vamos ter um governo fantástico, mas se houver uma pobreza maciça, paciência". Estamos industrializando. Estamos em uma época de aspirações universais e todas as pessoas e todos os povos têm de ter as suas aspirações realizadas. Acho que essas são as três características principais.

Em termos de risco, para o Brasil, e taxas de juros, a minha idéia, em primeiro lugar, é que o Brasil sofre por causa do seu passado; e sofre de forma injusta por causa do seu futuro. Grande parte do risco Brasil, na realidade, vem do passado. Eu fiquei impressionado quando o Presidente Lula foi empossado e houve aquele pânico e aqueles relatórios no *Wall Street Journal* de que era o Brasil o País mais perigoso para se investir, etc. Nunca fiquei impressionado pela sabedoria do *Wall Street Journal*. Acho que normalmente está mais vezes errado do que certo. E as coisas funcionam em termos de pânico, que eles não pensam de forma bastante clara. Mas, também tem razões para seguir o rebanho. No caso do Brasil houve um pânico completo. Não havia qualquer base na realidade para esse pânico. Portanto, quando o Presidente tomou posse e as condições saíram fora do controle, foi porque todo mundo disse que as condições iriam sair de controle. Portanto, as taxas de juros dispararam e tudo sairia do controle. E quando eu me encontrei com o Ministro da Economia, o meu primeiro conselho foi: fiquem estáveis, deixem que essas perspectivas desapareçam do sistema. Eu acho que ele fez um trabalho muito bem feito. Quanto mais o Brasil mostrar o seu caminho, mais os investidores vão poder entender, se acalmar e ver que não há razões para pânico. Mas o risco-Brasil é mais alto do que justificado, a meu ver, e isso é um legado do passado e não um reflexo do presente ou do futuro.

As taxas de juros. Esse é um problema complicado. A minha opinião é de que eu talvez não tivesse subido tanto a taxa de juros, porque eu estou preocupado que haja um câmbio supervalorizado. Tenho medo de que de repente fiquemos sem poder respirar. Mas também não posso dizer que não esteja errado o que fez o Banco Central. De uma maneira geral, no total, contando o risco e o benefício, talvez eu tivesse agido de forma diferente, mas tenho de dizer que sou uma pessoa que não está totalmente informada. Estou vindo de longe e não estou mergulhado nos dados de vocês todos os dias para saber qual seria a boa política para o Brasil no momento.

Portanto, não quero que o Banco Central do Brasil se ofenda comigo. Não tenho conhecimento dos dados da mesma forma que eles, mas me parece que é possível fazer mais e acho que isso pode ser um risco. Eu teria muito cuidado em não deixar que a taxa de câmbio fique demasiado forte. Eu teria muito cuidado em não deixar subir demais a taxa de juros e não acredito que todos os riscos estejam sempre do lado da inflação. Devemos equilibrar esses fatores e acho muito importante para o Brasil manter um bom crescimento. Acho que o Brasil pode crescer – aposto nisso – 5%, 6% ao ano. Espero que a estrutura geral, as infra-estruturas possam realmente seguir esse caminho, mas eu teria muito cuidado em não fazer demais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* porque as minhas perguntas eu vou guardá-las para um programa que vamos ter, de entrevista, na TV Senado. Usarei o meu tempo para fazer as perguntas que recebi. Farei todas de uma vez.

O Senador Eduardo Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Um momento. O Senador Suplicy representa o Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Cristovam Buarque, quero cumprimentar o prezado professor Jeffrey Sachs pela forma como resolveu dedicar a sua vida a objetivos que são comuns àqueles que vieram ouvir a sua exposição – e são muito caros para mim – de como conseguiremos acabar com a pobreza absoluta no mundo, a pobreza extrema e a que impede as pessoas de terem a possibilidade de viver com dignidade.

Quero também cumprimentá-lo por suas opiniões muito assertivas, como, por exemplo, quando expressou, nos Estados Unidos, a sua discordância com a iniciativa de guerra no Iraque e de se procurar resolver os problemas por intermédio de meios bélicos.

Tenho muita afinidade com o senhor no que diz respeito a seguir as recomendações de Martin Luther King Jr. e Mahatma Gandhi, conforme salienta no seu livro. Publicamente, manifesto-lhe a minha consideração. Indaguei a respeito da sua agenda hoje e vi que parece que o Ministro da Fazenda não está em Brasília

e talvez o senhor encontre apenas o Secretário-Executivo Bernardo Appy, que também é um economista importante, mas acho que seria muito útil e produtivo o seu diálogo diretamente com o Ministro da Fazenda. Inclusive, encontraria um ponto muito importante e interessante nas suas recomendações, pois, no seu livro, **The End of Poverty**, há um momento em que faz um paralelo entre as recomendações feitas a um economista interessado no desenvolvimento de um país e a uma médica clínica, referindo-se a sua esposa Sônia.

Como o Ministro Antonio Palocci é médico, observei que, nas suas recomendações de como um economista deveria estar procedendo quando observa os problemas de um país de maneira semelhante a um médico clínico, que começa a indagar, por exemplo, por que uma criança está tendo febre, que perguntas devem ser feitas e, a partir disso, metodologicamente, as suas recomendações guardarão uma identidade com o Ministro médico que lhe será útil conhecer de perto.

Uma das coisas que considero importante na sua atitude como economista, professor de economia, é ir além dos livros. Tal como o Professor Muhammad Yunus, que chegou no seu vilarejo, em Bangladesh, e começou a notar diferenças entre aquilo que havia aprendido no seu mestrado, no seu doutorado, nos Estados Unidos, e perceber que seria interessante iniciar a experiência do *Grameen Bank*, através do empréstimo, sobretudo às mulheres muito pobres.

Aquilo acabou dando um resultado prático importante. O que percebo na sua história, pois o seu livro é como se fosse uma biografia também das suas experiências, é a sua preocupação de sempre ir aos lugares e dialogar com as pessoas. Por exemplo, no *(inaudível)*, foi ver e conversar com a população mais carente, observando que quase não havia mais homens da idade de 15 a 50, 60, porque estes haviam falecido pela AIDS, só sobrando as crianças, as mulheres de diversas idades, pois os homens haviam quase desaparecido.

Então, estar presente nos lugares onde está havendo o problema da pobreza extrema e pensar a respeito disso nos proporciona a possibilidade de sermos criativos e pensarmos em boas soluções. Gostaria de dizer que senti falta de algumas coisas no seu livro e nas suas contribuições.

Gostaria de transmitir essa preocupação, ainda mais porque conheço que, na história do combate à pobreza pelos economistas, desde os clássicos, houve uma preocupação com o tema de se garantir aquilo há pouco dito, pois tenho afinidade total com o seu objetivo. Não podemos deixar ninguém sem os direitos e as aspirações universais no mundo, em qualquer país – no Brasil, nas Américas, na África e assim por diante.

Como conseguir isso? Qual a maneira de conseguir isso? É claro, os investimentos no saneamento da água, da educação para todos, da assistência à saúde para todos, da ciência e tecnologia são investimentos fundamentais. Mas, tão importante como esses, é também se prover a maneira mais direta e eficaz de cada um ter o necessário para sua sobrevivência. E qual é a maneira considerada racional pelos economistas e pelos que certamente mais prezam pelo assunto, também o Professor Jeffrey Sachs, que tem pensado a respeito e que, entretanto, não está considerado no seu livro? Quando o senhor chegou aqui, resolvi telefonar para um amigo muito caro, que é, na minha avaliação, o mais importante conhecedor e que melhor desenvolveu o tema da garantia de uma renda básica para toda e qualquer pessoa, o Professor Felipe Van Parijs, que hoje leciona junto com o Professor Amartya Sen, na Universidade de Harvard. Ele está concluindo, na próxima semana, o seu curso com o Professor Amartya Sen, denominado "Justiça Social e Diversidade Cultural".

O Professor Felipe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, foi convidado pela Universidade de Harvard para substituir aquele que provavelmente é o mais influente filósofo do séc. XX, que faleceu – acho – em novembro de 2002, o Professor John Rawls, autor de "A Teoria da Justiça". Pois bem, chegando a Harvard, foi convidado por Amartya Sen. Assisti à primeira aula de ambos, no dia 7 de fevereiro último, e fiquei contente quando o Professor Amartya Sen disse aos alunos presentes que, naquele curso que se encerrará na próxima semana, eles considerariam em que medida a proposta de uma renda básica, defendida pelo Professor Amartya Sen, e, no Brasil, defendida por este Senador que estava assistindo à aula, vai ajudar ou não a realização da justiça social, do objetivo da justiça social.

Bem, quero fazer uma pergunta a esse respeito, mas relacionando esse assunto a problemas que têm preocupado os governos dos Estados Unidos e de todas as nações das Américas, referente à integração e ao próprio objetivo que o senhor mencionou aqui como importante: a abertura do comércio – o Brasil se abrir mais; portanto, a América se abrir mais.

Gostaria de lhe perguntar um pouco a respeito do conceito de integração desejado pelos Estados Unidos da América pela voz de seu governo. Parece-me que está havendo um contraste em relação ao objetivo de integração plena desejado pelo governo dos Estados Unidos, quando disse: "Gostaríamos de ter a Área de Livre Comércio das Américas, a partir de 2005". Isso foi

expresso em 1994 pelo Presidente Bill Clinton, e hoje o senhor sabe como estão as negociações relativas a esse objetivo, sobretudo porque o Governo brasileiro e outros da América do Sul avaliam que seria muito importante, primeiro, integrar os países da América do Sul, o Mercosul – Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil – mais e mais com o Chile, o Equador, o Peru, a Venezuela e todos os demais, para progressivamente pensarmos no objetivo de integração também com os Estados Unidos da América.

Considero, no entanto, que há uma incoerência nos objetivos dos Estados Unidos. Refiro-me ao desejo dos Estados Unidos, expresso por seus governantes, de promover a integração estabelecendo a liberdade de movimento para os capitais, para os bens e os serviços, mas não para os seres humanos.

Ora, no século XIX, os Estados Unidos ganharam um presente que hoje é símbolo dos Estados Unidos: a Estátua da Liberdade, que fica diante de Manhattam e simboliza a liberdade que tinham as pessoas de irem para os Estados Unidos e fazerem a América. Além disso, os Estados Unidos, como os povos de quase todo o mundo – e o senhor acompanhou muito de perto isso –, aplaudiram, em 1989, a queda do Muro de Berlim. O Presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, no ano passado – e o aplaudi aqui por ter feito isso –, recomendou ao governo de Israel que não construísse o muro da Cisjordânia.

Entretanto, desde 1989, surgiu um muro que é estranho aos objetivos de integração das Américas ao sul da fronteira dos Estados Unidos com o México e com toda a América Latina. A propósito: a principal rede de televisão brasileira, a Rede Globo, que fez 40 anos esta semana, está atualmente exibindo uma novela denominada **América**, que trata da dificuldade de seres humanos ultrapassarem a fronteira e entrarem nos Estados Unidos. Um número crescente de brasileiros, mexicanos e pessoas de outras nacionalidades das Américas vêm sendo presas em cadeias na fronteira por buscarem melhores condições de trabalho.

O senhor mencionou que, felizmente, há um número maior de brasileiros candidatando-se para estudar nas universidades americanas. Entretanto, em diálogo na embaixada brasileira, observei que tem havido uma preocupação muito grande por parte dos Estados Unidos, pois nos hospitais e também nas universidades tem sido observada uma diminuição do número de brasileiros que têm procurado os Estados Unidos. Isso acontece exatamente em função das dificuldades que têm para atravessar as fronteiras daquele país, passando pelo rigor da segurança em relação a estrangeiros que querem entrar nos Estados Unidos – há um rigor muito grande na concessão de vistos, por exemplo.

Contrastando com isso, nós, dos países do Mercosul, temos procurado justamente facilitar o movimento de pessoas. Um dos objetivos do Mercosul é que as pessoas possam, gradualmente, escolher onde viver, trabalhar e estudar.

Um dos pontos positivos mais importantes da integração da União Européia é que, hoje, diferentemente do que ocorria há trinta anos, portugueses, espanhóis e gregos, entre outros, podem escolher onde estudar, trabalhar e viver, seja na Itália, na Alemanha ou na França por exemplo.

Por que esse assunto se relaciona à questão da renda básica de cidadania e das transferências de renda em geral? Queria chamar a atenção para um aspecto: no ano passado, o Brasil conseguiu uma vitória junto à Organização Mundial do Comércio para que os Estados Unidos não pagassem mais subsídios aos produtores de açúcar e de algodão – para cada um desses, mais de três bilhões de dólares ao ano. Mas será que deveríamos? Por quê? Porque estavam prejudicando as exportações de agricultores brasileiros. E se, por outro lado, viéssemos a nos perguntar: qual o efeito para as empresas brasileiras exportadoras de quaisquer bens das transferências de renda que existem nos Estados Unidos da América? Refiro-me, por exemplo, à forma de imposto de renda negativo parcial que existe nos Estados Unidos, que é o *Earned Income Tax Credit* e que, nos anos 90 e neste início do milênio, se tornou a mais importante transferência de renda. Refiro-me ao *Earned Income Tax Credit*. Quanto recebe um trabalhador que ganha o salário mínimo nos Estados Unidos hoje? US$5,15 por hora. Se trabalhar 160 horas, mais de US$800; se trabalhar doze meses, serão US$10 mil; se esta pessoa tiver uma família com mulher e duas ou mais crianças de *Earned Income Tax Credit* ela terá direito a mais US$4 mil, 40% de seu rendimento. Isso significa que a comunidade dos Estados Unidos resolveu pagar um complemento de renda à pessoa que trabalha, tem família, mas não alcança um certo patamar para sair da condição de pobreza, então a sociedade lhe paga um acréscimo.

Do ponto de vista do grau de competitividade, certamente isso fez a economia norte-americana mais competitiva em relação aos países que não têm uma transferência de renda de natureza semelhante, tanto é que, quando o Governo Bill Clinton resolveu mais do que duplicar o EITC, em 1992, para três, o que aconteceu? A taxa de desemprego, que era em torno de 7,5%, baixou para 3,9% no ano 2000, e os principais competidores dos Estados Unidos, por exemplo, o Reino Unido, resolveram também adotar o *family tax*

credit ou mecanismos semelhantes, fazendo a economia britânica ter meios de competir.

Nós, aqui no Brasil, não olhamos tanto para isso, embora eu tenha chamado a atenção para isso, pois tenho falado, seja aos trabalhadores, seja aos empresários, que deveríamos fazer algo semelhante ou até mais eficaz. E qual a maneira mais eficaz? Melhor ainda que o EITC, após toda a reflexão de economistas que vão desde, digamos, no mais largo espectro do pensamento, como Jan Tinbergen, James Tobin, o próprio Philippe Van Parijs ou John Kenneth Galbraith, ou o próprio Martin Luther King, que tanto defendia isso, ou poderia citar, quem sabe, um dos mais ilustres Prêmio Nobel de Economia, Robert Solow, que, no prefácio do livro recente **What Wrong with a Free Lunch,** de Philippe Van Parijs, diz que se trata de uma proposta que merece e deve ser seriamente estudada para os Estados Unidos e para outros países.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador Suplicy, eu queria ver se conseguíamos apressar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O que eu gostaria de lhe informar é que o Brasil aprovou no Congresso Nacional, em dezembro de 2003, uma lei para institui uma renda básica de cidadania definida com o direito de todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica de receber uma renda básica de cidadania. Como seria difícil instituir essa renda básica de um dia para o outro, de um ano para outro, será instituída gradualmente. O programa Bolsa-Família resultou de uma iniciativa do Bolsa-Escola do Senador Cristovam Buarque e que já atende sete mil de famílias. Até o ano próximo serão 11,2 mil famílias, correspondendo a ¼ da população brasileira, ou toda população que receberia abaixo de R$100,00 mensais per capta. Essa é a meta do Presidente Lula.

Ora, a lei sancionada pelo Presidente, no ano passado, especifica que, a partir daí, vamos estender o Programa até que 100% da população brasileira receba uma renda básica de cidadania.

O que seria interessante do ponto de vista da integração das Américas? Que caminhássemos na direção de homogeneizar os direitos das pessoas a um lugar do mundo, onde existe a experiência da renda básica de cidadania.

Pergunto ao Professor Jeffrey Sachs se conhece bem essa experiência?

O SR. JEFFREY SACHS – Não, mas V. Exª poderia me falar sobre isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É no seu País, em alguns dos Estados. O Alaska, no próximo mês de outubro, receberá uma renda básica de mais ou menos US$1.000 por pessoa.

Precisamos que o petróleo chegue a todos os locais.

(Falha na gravação.)

Conhecem a experiência do Alaska? Ah! Mas eles têm o petróleo. Ora, qual a renda **per capta** do Alaska? É semelhante a dos Estados Unidos? Se eles puderam criar aquilo com a riqueza proveniente do petróleo ou de outros recursos naturais, os Estados Unidos poderiam criar o mesmo sistema, por causa da riqueza criada em todos os demais setores.

Qual é o fato mais relevante da experiência de uma renda básica, paga a todas as pessoas igualmente por mais de 25 anos e tão importante para o objetivo de terminar a pobreza? É que, graças a essa experiência, o Alaska se tornou o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos.

Nos 50 estados norte-americanos, onde foram aplicados antes o *Aid to Families with Dependent Children*, substituído pelo *(inaudível)*, em 1996, mas onde há ainda o *social security***,** o *Unemployment Insurance*, onde há o *(inaudível)* e o *Food Stamp*. Além disso, o *credit (inaudível)*, o crédito fiscal por remuneração recebida. Em que pese isso, durante os anos 90 o que aconteceu? A renda familiar média das famílias 20% mais ricas cresceu 26%. A renda familiar média das famílias 20% mais pobres, de 1989 a 1999, cresceu 12%. Portanto, houve crescimento com concentração de riqueza.

O que aconteceu no Estado do Alaska? A renda média das famílias 20% mais ricas cresceu 7%, enquanto a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 28%, ou seja, quatro vezes mais. Como o economista estudou matemática, ao final dos teoremas de álgebra, trigonometria e aritmética, dizemos que o ID, como queríamos demonstrar, CQD, ou seja, *the proove is there*.

Então, sugiro que, com o mesmo espírito com que o senhor também abraçou proposições e iniciativas tão relevantes para realmente erradicar a pobreza, considere também como instrumento a renda básica de cidadania. Sobre isso, eu gostaria de lhe dar elementos, por isso ofereço-lhe o meu livro: "Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta" – "*The Exit is Through the Door*".

Obrigado.

O SR. JEFFREY SACHS – Muito obrigado. Lerei com muita atenção o livro de V. Exª e aprenderei mais sobre o Bolsa-Família, como funciona e quais são os mecanismos.

Conheço bastante bem o êxito do modelo do México, que funciona mais ou menos na mesma linha. Já

foram feitas avaliações desse programa, que é muito popular. Uma das coisas que estou decidido a fazer nesta visita é aprender mais sobre como funciona o Bolsa-Família, que necessidades foram identificadas, como o programa funciona.

Estamos nos movendo numa direção completamente diferente nos Estados Unidos, porque o Governo Bush está cortando as taxas de imposto de forma bastante agressiva. E, com esses cortes nos impostos e os aumentos para os militares, passamos de um superávit modesto para um enorme déficit, com grandes transferências de benefícios para ricos, em vez de ir para os pobres.

O orçamento proposto para o início deste ano, na realidade, contempla um corte no déficit orçamentário tirando mais benefícios para os pobres. Na realidade, infelizmente, isso é um assalto à distribuição de renda e está recebendo uma série de oposição social. Possivelmente, não será colocado em prática no fim, porque o povo americano gosta de cortes de impostos e também de superávits, mas querem os dois.

Infelizmente, os problemas fiscais também não funcionam como eles querem. Acredito que esses cortes fiscais não são viáveis a longo prazo e nem possivelmente a médio prazo, porque existe um abismo fiscal tão grande e uma injustiça tão grande que, se continuarmos com as propostas do governo, teríamos de cortar o resto dos serviços sociais, com as propostas que começaram este ano, mas há uma oposição muito grande a essa proposta.

Realmente, precisamos reverter nossas discussões sociais, como todos sabem muito bem. Uma questão, uma pergunta eu faço sobre aquilo que V. Exª escreveu no seu livro, que lerei com atenção. Meu livro é também sobre a garantia de serviços básicos. Existe uma questão de como operacionalmente se deve fazer a transferência da renda. Pode ser parte desse programa? Claro que sim. Meu livro não é sobre uma proposta específica, mas sobre lugares, por exemplo, na África, onde as pessoas são tão pobres, que não é só uma vida sem dignidade, mas a impossibilidade de ficar vivo. Muitos pobres precisam não só de rendas, bens, mas de um sistema que funcione, de estradas, de algum tipo de sistema de captação de água, distribuição de água. Tipicamente, acho que eles precisam mais de bens públicos do que de bens privados. Não é tão fácil comprar no mercado a partir de nada, mas mais bem organizados por governos locais ou por governos mais... Aos níveis mais altos de renda esses serviços estão à disposição, mas, para os baixos níveis de renda, muito do que é preciso pelas famílias pobres não deveria ser fornecido pelo mercado, para começar, mas sim por entidades do poder público.

Portanto, a questão de como satisfazer essas necessidades básicas: em parte, renda, em parte, o fornecimento de serviços públicos. É uma questão muito importante, por exemplo, como se organizam os cuidados de saúde. Na minha opinião, de tudo que vi no mundo, um serviço nacional de saúde continua sendo a melhor opção, muito mais do que sistemas privatizados em que se fazem transferências de serviços.

Não acredito que funcione muito bem. Prefiro, francamente, o sistema canadense ao sistema americano. E prefiro o sistema de saúde nacional inglês a esses. Portanto, são assuntos que considero técnicos. Uma vez definida a idéia e as necessidades que devem ser satisfeitas, então, a pergunta é: vamos fornecer de forma direta ou será por meio de transferências de renda ou por meio de uma mistura dos dois?

Muitas perguntas interessantes já foram colocadas em lugares onde já trabalhei, especialmente na África, mas também na Índia rural. Entregas diretas foram a solução, porque são tão rudimentares, e acho que o mercado privado não tem nem subsídios para chegar àqueles pobres. E o sistema político também não tem possibilidades de prover serviços, isso também não funciona.

Essa é a minha questão operacional, mas admiro bastante aquilo que você está fazendo, em termos de integração regional ou global; essa ligação que está fazendo entre padrões que estão sendo conseguidos em todo lado, o movimento das populações, das pessoas. Certamente, essa é uma idéia que não desenvolvi muito até hoje.

Portanto, vou pensar bastante na sua proposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concordo em que é inteiramente necessário haver a combinação dos serviços diretos de educação e saúde e o provimento do desenvolvimento de ciência e tecnologia, mas acho importante que haja outra parte de garantia de renda, inclusive para que tenham as pessoas a liberdade real e a dignidade de que nos fala, por exemplo, Amarthya Sen, quando observa que o desenvolvimento, para ter sentido, precisa significar maior liberdade de opção para as pessoas.

Quanto àquela pessoa no Malavi – e em todos os países da África que visitou –, o senhor descreveu uma situação de carência tão grave... Quer dizer, é claro que precisam de educação para as suas crianças, de assistência médica, de tudo, mas, se essas pessoas tiverem uma renda básica, poderão ter a dignidade de dizer, em uma primeira oferta de atividade econômica que seja, por exemplo, vender o seu corpo, tornar-se uma prostituta ou um participante de quadrilha de narcotraficantes, essa pessoa poderá dizer que, graças a ter uma renda básica, mesmo que modesta, mas que

atende às necessidades, pode esperar até que haja uma outra alternativa. Isso é importante.

Quero dizer, Sr. Presidente, que senti falta da resposta a uma pergunta: nos Estados Unidos, em 2003, mais precisamente, para mais de 20 milhões de pessoas o Governo dos Estados Unidos pagou de EITC mais de US$20 bilhões. Isso é muito mais do que os US$3 bilhões pagos aos produtores de açúcar ou de algodão. Recomendaria o professor Jeffrey Sachs que o Governo brasileiro fosse à Organização Mundial do Comércio e dissesse que os Estados Unidos precisam parar de subsidiar os seus trabalhadores com o EITC? Ou recomendaria – como eu recomendo – que nós no Brasil venhamos a instituir um mecanismo ainda melhor? O que foi o EITC?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Senador, faltam dois minutos para as duas horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Última frase. O EITC foi uma forma de imposto de renda negativo que aprovaram depois de negar, no Congresso norte-americano, um imposto de renda negativo completo.

O que é a renda básica de cidadania? É uma forma ainda melhor de imposto de renda negativo porque elimina a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha, elimina o estigma de se ter que dizer quanto cada um ganha para receber um complemento e prover muito maior dignidade e liberdade às pessoas. E a renda básica tem ainda o efeito de tornar a economia brasileira, se aqui for adotada, pelo menos competitiva – dependendo, é claro, dos valores – em relação a uma economia como a dos Estados Unidos, que implementam o Earned Income Tax Credit (EITC).

Eu gostaria de ouvir a sua análise sobre esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Bem, não limitei o tempo do Senador mas vou limitar o do professor Sachs. S. Sª terá que responder de uma maneira bem rápida porque quero ler algumas perguntas feitas pelas pessoas que nos assistiram. Rapidamente porque já são duas horas da tarde.

O SR. JEFFREY SACHS – Bom, prometo que darei uma boa resposta, mas não pode ser agora. Tanto quanto sei, o EITC foi uma política de sucesso nos Estados Unidos. Não estudei esse programa com detalhes e gostarei muito de ouvir sua explicação, não aqui, agora, mas, com certeza, trabalharemos juntos e teremos respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT-DF) – Vou ler todas rapidamente, e o senhor, em poucos minutos, responderá as que quiser.

A primeira é: como evitar que as metas do milênio se transformem em desculpa para certos países apenas atingi-las de forma quantitativa e não qualitativa? Essa pergunta é do Márcio Pontual e Jair Barbosa.

Da Renata: até que ponto os subsídios dos países desenvolvidos prejudicam o atendimento das metas pelos países pobres?

Até que ponto os subsídios dos países desenvolvidos aos seus produtores internamente prejudicam o atingimento das metas?

Há aqui uma longa carta para o senhor – a letra não é boa – que conclui mais ou menos assim: se é viável uma reestruturação das instituições comerciais, ou seja, a OMC, como forma de ajudar os países subdesenvolvidos a atingirem as metas.

Essa pergunta é: "Não existe uma aparente contradição entre o Brasil se apresentar como país doador e ainda estar recebendo apoio financeiro e técnico?"

Como o senhor vê a divulgação dos oito jeitos de mudar o Brasil como forma de ajudar os países do mundo a superarem suas dificuldades?

Essa é feita por Renato Guimarães, da Equipe de Mobilização Social do Presidente da República.

Essa aqui: "O senhor acha que um país com enorme desigualdade de renda pode evoluir e se desenvolver sem investir na universidade?"

Sobre isso, aliás, o senhor já falou muito.

Outra: "Se um país com tanta desigualdade de renda pode se desenvolver se não investir maciçamente na universidade pública e se o senhor acha que é positiva a proliferação de universidades privadas em países como o Brasil."

É do Francisco de Castro, assessor da Senadora Serys Slessarenko.

Do *(inaudível)*, Agência de Notícias do Direito da Infância, uma ONG muito importante no Brasil, pergunta "Por que o senhor concentrou tanto no 7º objetivo mencionando a Amazônia e se o senhor não acha que precisa falar mais na qualidade da educação urbana, acesso a saneamento e água potável."

De Pedro Álvares diz: "Os países ricos não poderiam abater, ou seja, diminuir da dívida externa de países médios, transferindo valores do crédito aos países pobres, ou seja, uma troca da dívida por investimentos sociais?"

Finalmente, a última, da Raisa Alencar que também é da Andi, Agência de Notícia dos Direitos da Infância, "Por que os objetivos do milênio não contemplam a violência doméstica e o abandono à infância?"

Li essas perguntas como se fossem as minhas. Guardarei as minhas para outra ocasião.

(Fora do microfone. Inaudível.) o encerramento da nossa reunião, concluindo com algumas palavras.

O SR. JEFFREY SACHS – São boas perguntas, são excelentes perguntas. Seria necessário discuti-las por mais horas, coisa que V. Exªs não querem e eu também não quero, porque já estamos sentados aqui há muito tempo. E eu só posso dar respostas relativamente curtas.

Em primeiro lugar, a preocupação de atingir as metas do milênio de forma quantitativa e não qualitativa. Será muito difícil chegar a elas até quantitativamente. Se conseguirmos chegar quantitativamente, acho que já teremos dado um passo muito grande. O que quero dizer com isso? Muitas das metas estão ligadas à fome, a mortalidade infantil, a mortalidade materna, *(inaudível)* a malária, a tuberculose e por aí afora.

Muitos dos países mais pobres do mundo estão bem atrasados, até mesmo para salvar crianças em taxas que foram prometidas. Trata-se de uma questão das mais importantes. Isso porque aproximadamente 8 milhões de pessoas por ano, 20 mil por dia, estão morrendo em razão da extrema pobreza. São as necessidades dessas pessoas que têm que ser atendidas com mais urgência. Se conseguirmos atender a essas necessidades, no contexto do desenvolvimento do milênio, estaremos fazendo uma diferença quantitativa muito grande para o mundo, mais do que qualitativa. Não há jeito de conseguir esses objetivos – combater a mortalidade materna e infantil, reduzir a fome – sem uma base larga e uma abordagem intelectual dessas questões. Se conseguirmos atingir esses objetivos, sobretudo nos países pobres, estaremos conseguindo algo muito importante.

No que diz respeito aos subsídios agrícolas, o Brasil ganha muito com a reforma do sistema agrícola. Já mencionei que o Brasil poderia ser o maior beneficiário de uma política baseada no mercado da agricultura. O Brasil tem uma competitividade muito grande nas exportações agrícolas. No caso dos países mais pobres, que importam alimentos, como os países agrícolas, os ganhos que viriam da eliminação dos subsídios agrícolas não seriam muito grandes. É por isso que aqueles paises precisam não apenas de reformas relativas ao comércio, mas também de ajuda financeira.

No que se refere à reestruturação da OMC, acho que o mais importante seria a liderança dos países em desenvolvimento. Isso tem tido um resultado muito positivo. A liderança brasileira com a Índia e um sem-número de outros países em desenvolvimento continua a existir com a sua voz dentro da OMC. Não há nada de fundamentalmente errado com a OMC, mas com o equilíbrio de poder no mundo e a maneira como isso se reflete nas negociações comerciais. Existe muito mais gente nos países em desenvolvimento do que nos países ricos. O mundo em desenvolvimento tem uma voz muito alta e poderosa para usar nessas negociações e deveria usá-la. Está começando a usar e espero que continue a usá-la de forma forte.

Quanto ao Brasil como doador e recipiente de ajuda, não acredito que isso seja verdade. O Brasil, na realidade, está-se transformando num doador líquido. Quando eu falei em ajuda para o Brasil, eu mencionei, por exemplo, o apoio internacional para a conservação da Amazônia. Trata-se de um apoio internacional para preservar um bem público global. De outra maneira, o Brasil teria que carregar esse peso sozinho, em benefício do resto do mundo.

Portanto, o Brasil seria um doador para os países mais pobres e um recipiente. Poderia você chamar de ajuda, mas chamo de transferência, até o ponto em que o Brasil pode realizar alguns bens públicos como, por exemplo, a conservação da Amazônia. Para mim, então, ele poderia caminhar nessas duas direções, mas não acho que o Brasil precise de ajuda para seu desenvolvimento agora, o que não irá acontecer, porque o Brasil, simplesmente, é tão mais rico do que os países realmente pobres do mundo que a ajuda tem de ser realmente dirigida aos pobres. Felizmente, o Brasil, com uma economia em crescimento e com as políticas internas que atendem às suas necessidades básicas, não precisa de ajuda financeira. Não entendi muito bem a pergunta sobre as universidades privadas. A pergunta é se as universidades privadas fazem a distribuição de renda ainda mais desigual. A pergunta era: será que um país com tantas disparidades de renda deve ter universidades particulares?

Acho que o Brasil precisa de universidades dos dois tipos. O Brasil precisa de mais educação superior e uma maneira de financiar é através do setor privado. Seria uma forma muito boa de promover uma expansão grande na educação superior. Mais uma vez, espero que todos esses bilionários que me ouvem estejam preparados com suas contribuições filantrópicas, porque eles têm um papel muito importante a desempenhar nessa área.

Falamos muito sobre as condições da pobreza urbana, das favelas, como assegurar água limpa, como assegurar saneamento e as metas de desenvolvimento. Mencionei muito a Amazônia, e apenas a Amazônia, porque é um tópico muito especial. É claro que os tópicos sobre, por exemplo, como resolver o problema das favelas também são metas do milênio, ou seja, como melhorar o estado dos pobres na cidade.

Será que os países ricos podem reduzir a dívida dos países de renda média? Sim, acredito que sim, acredito que deverá haver. Na medida em que essas dívidas são para credores privados, acredito que apenas a parte oficial dessa dívida pode ser aliviada. Portanto, recomendamos aos países de renda média com uma dívida muito alta que mostrem que podem atingir as metas do milênio sem o alívio dessas dívidas oficiais, que isso possa fazer parte dos arranjos internacionais, fazer parte do espírito do milênio, porque os países de renda média estão presos numa armadilha com o peso das suas dívidas, que deveriam ser aliviadas. Acredito que deveria haver um compromisso para com aqueles que têm necessidade de alívio da dívida, mas lembro, contudo, que, no caso do Brasil, a situação é bem mais complicada. Muitos países de renda média, aqueles países que estão afundados em dívidas, para eles, isso realmente se torna uma prioridade. No caso do Brasil, na realidade, um país que tem crédito e que tem de continuar a ser visto dessa forma. Portanto, a questão, no caso, não se põe. É, realmente, bastante mais complicado.

Quanto à violência doméstica, acredito que essa questão tem de ser tratada dentro de um contexto maior, que é a violência contra as mulheres e que é uma epidemia global. Queremos enfatizar a importância de medidas de proteção às mulheres, não só a consciência pública, mas as próprias instituições, para tentar resolver essa crise como parte das metas do milênio, porque a violência contra as mulheres, realmente, tem um papel horrendo em grande parte do mundo e não é só criminoso. Em alguns lugares, infelizmente, as práticas são criminais.

Quanto à questão da violência doméstica contra crianças e mulheres, certamente, é parte do desafio que enfrentamos nessas metas. Apreciei a observação.

Vou parar aqui e agradecer a todos os Senadores pela honra que me concederam de estar aqui hoje com vocês. Fiquei deliciado em receber o convite desta Comissão. Como vocês sabem, gostei muito de poder aceitar o convite. No final dessa discussão, sinto-me ainda mais satisfeito de ter tido essa maravilhosa oportunidade. Apreciei e espero que possamos continuar em contato. Esta Comissão pode desempenhar um papel muito importante para ajudar as iniciativas do Governo brasileiro nas suas políticas de desenvolvimento. Espero que façam isso, porque o Brasil tem realmente um papel importante a desempenhar na eliminação, na erradicação da pobreza extrema. Portanto, esta Comissão deverá, realmente, desempenhar um papel muito importante.

Mais uma vez, obrigado a todos pelo tempo.

Muito obrigado, Senador, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de agradecer ao professor Sachs e dizer que uma boa parte dos Senadores da Comissão passou por aqui e assinou o livro. Essa palestra, esse debate foi transmitido. Vamos transcrever e publicar a reunião como um pequeno livro. Fique certo de que ele consegue, com essa tarefa, fazer um trabalho não apenas de economista, mas, eu diria, de missionário da luta mundial contra a pobreza.

O Senador Suplicy citou aqui o Amartya Sen e também o nosso economista do **Grameen Bank**. Acho que eles dois mais o Jeffrey Sachs representam hoje, ou seja, o Yunus, o Sen e o Sachs, os três nomes de economistas mundiais que mostram que a ciência econômica pode não ser apenas humana, mas ter um compromisso com os excluídos.

Agradeço muito a presença de V. Sª. Fique certo de que essa sua passagem aqui vai ter uma grande repercussão, bem maior do que a sua entrevista na Veja, embora a entrevista tenha sido concentrada naquela semana. Mas essa será uma repercussão longa, que se fará por meio das universidades e do Congresso brasileiro.

Agradeço e espero que volte outras vezes.

(Levanta-se a reunião às 14h18min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 6ª Reunião Ordinária realizada em 12 de abril de 2005 às 14:30horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia doze de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Demóstenes Torres, Delcídio Amaral, Alberto Silva, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Francisco Pereira, Gérson Camata, Sérgio Guerra,Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca, Tasso Jereissati, Sérgio Zambiasi, César Borges, Luiz Otávio, João Ribeiro, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Roberto Saturnino e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Teotônio Villela Filho e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Mensagem nº 107, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Fantini, para exercer o cargo

de Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustivéis – ANP. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Sérgio Zambiasi. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Rejeitado por 12 contrários, 11 favoráveis e 00 abstenção. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Gérson Camata, Valdir Raupp, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Francisco Pereira e Augusto Botelho. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi rejeitado por 12 votos contrários, 11 favoráveis e 00 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho. Item nº 02 – Mensagem nº 108, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Victor de Souza Martins, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustivéis – ANP. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Gérson Camata. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado por 20 favoráveis 03 contrários e 00 abstenção. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Gérson Camata, Valdir Raupp, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Francisco Pereira e Augusto Botelho. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi aprovado por 20 favoráveis 03 contrários e 00 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho. Extra-Pauta – Item nº 01 – Requerimento nº 01, de 2005. Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Requerimento Interno do Sendo Federal, seja realizada Audiência Pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Cidades, Olívio Dutra, com o Ilmo. Sr. Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Vitor Fernando Berini, e com o Ilmo. Sr. Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, Frederico Antunes, a fim de discutir a situação do setor de saneamento no Brasil, além da situação de recursos para conclusão das obras dos metrôs de Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Autores: Senadores César Borges e Rodolpho Tourinho. Não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Item nº 02 – Requerimento nº 02, de 2005. Assunto: Nos termos do Artigo 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para comparecer à Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, em data a ser posteriormente marcada, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os problemas relacionados com as gestões administrativas, orçamentárias e de recursos humanos na referida Agência. Autor: Senador Heráclito Fortes. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e vinte minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço que constam da pauta de hoje dois itens: um que submete o nome do Sr. José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da ANP, e o outro, o nome do Dr. Victor de Souza Martins, para assumir uma das diretorias daquela agência.

Antes de ouvir os dois convocados, coloco em votação um requerimento de autoria do Senador César Borges, baseado nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Exmº Sr. Ministro de Estado das Cidades, Olívio Dutra; com o Exmº Sr. Presidente da Associação de Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Vítor Fernando Bertini; e com o Ilmº Sr. Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, Frederico Antunes, a fim de discutir a situação do setor de saneamento no Brasil.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria deste Presidente:

Nos termos do art. 90, inc. V, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Sr. Diretor-Geral da

Agência Nacional de Petróleo, ANP, para comparecer à audiência pública na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura do Senado Federal, em data a ser posteriormente marcada, a fim de prestar esclarecimentos de informações sobre os problemas relacionados com as gestões administrativas, orçamentárias e de recursos humanos da referida agência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes, convidaria os Srs. José Fantine e Dr. Victor de Souza Martins para que tomem assento.

Quero homenagear o Legislativo brasileiro convidando o atual Diretor da Agência Nacional do Petróleo, esta extraordinária figura de homem público, que é o ex-Deputado Haroldo Lima, que, hoje, presta sua colaboração ao País à frente da ANP, para que tome assento também.

Eu queria convidar também o ex-Ministro de Minas e Energia Alexis Stepanenko, para fazer parte também da Mesa.

Item 1:

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Fantine , para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, ANP.

O autor da proposta é o Presidente da República. É Relator o nobre Senador Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra para proferir seu parecer.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Srªs Srs. Senadores, distintos convidados, incumbiu-me o Sr. Presidente da elevada honra de relatar a indicação do Sr. José Fantine para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP.

Nos termos do art. 52, § 3º, item **f**, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 11 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e no art. 6º, do Anexo I, ao Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Fantine, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O citado dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar por voto secreto a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O **curriculum vitae** do candidato, que acompanha a Mensagem Presidencial, evidencia a ampla experiência profissional do Sr. José Fantine, natural de Sabará, Minas Gerais. Formou-se em Engenheiro Químico, em 1963, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Durante o curso estagiou nas empresas Rodia, DuPont, bem como no Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade Federal de Minas Gerais. Também atuou como monitor de operações unitárias de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. O Sr. José Fantine fez o curso de Engenharia de Refinação do Centro de Aperfeiçoamento em Pesquisa de Petróleo – Cenap, mantido pela empresa Petrobras. Também participou de cursos de formação gerencial no âmbito da Petrobras e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai.

Em 1965, ingressou na Petrobras como engenheiro de processo na Refinaria de Duque de Caxias – Reduc. Após ocupar vários cargos com níveis crescentes de responsabilidade no âmbito do Grupo Petrobras, passou, em 1991, a acumular o cargo de Presidente da BR – Distribuidora com o diretor das áreas industrial, de refino e de transporte da Petrobras.

Em 1992, ocupou a Superintendência do Serviço de Planejamento Corporativo da Petrobras.

Em 1996, no dez meses que antecederam a sua aposentadoria, atuou como consultor do Presidente da Petrobras.

No exercício de suas atribuições, participou da implantação, entre outros, do Projeto de Gás Brasil/Bolívia, do contrato de gestão, do programa de parcerias e dos centros de excelência.

E aqui quero abrir um pequeno parêntese para dizer que o Rio Grande do Sul tem uma dívida de gratidão com o Dr. José Fantine, porque foi graças a sua interferência que hoje temos a extensão do gasoduto no Rio Grande do Sul. Foi exatamente a atuação do Dr. Fantine que nos proporcionou no nosso Estado esta extensão do Gasoduto Brasil/Bolívia.

Foi designado pelo Governo Federal para participar da Comissão Nacional de Energia, de 1986 a 1988, e dos grupos de trabalhos encarregados de analisar o modelo energético do Projeto Grande Carajás, da operação e construção de termoelétricas do País, do Plano Nacional de Gás e do Planejamento Energético do País.

Atualmente, o Sr. José Fantine é consultor nas áreas de energia, parcerias e formatação de centros de excelência, atuando juntamente com a coordenação dos programas de pós-graduação – Copi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, da Universidade Cândido Mendes, no Rio. As consultorias prestadas tem como foco empresas estatais, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.

O Sr. José Fantine também é membro da Academia Nacional de Engenharia e do Grupo de Inteligência em Energia, Política e Economia na América do Sul do rio Perge

Além do mais, é diretor da organização não-governamental União Esportiva Olímpica da Maré, que implanta na comunidade da Maré, no Rio, o Centro de Excelência Sócio-Desportivo Vila Olímpica da Maré.

O **curriculum** do Sr. Fantine registra, ainda, a participação, na condição de palestrante, em mais de trezentos eventos tratando de diversos temas, quais sejam, as empresas de refino, o modelo energético brasileiro, o programa de fundo de barril, gás natural, petróleo, qualidade, o monopólio estatal do petróleo, tecnologia e desenvolvimento nacional e criatividade e centros de excelência.

Entre os trabalhos de autoria do Sr. José Fantine, destacam-se os seguintes:

Estudo de 1999, elaborado voluntariamente, tendo em vista a revisão da legislação do setor de petróleo e gás.

Relatório elaborado para a equipe de transição do candidato eleito para o cargo de Presidente da República no pleito de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o campo da energia, contemplando os cenários interno e externo e os aspectos que mereciam ser mantidos e aqueles que deviam ser alterados pelo atual Governo Federal.

Atuou, ainda, na formulação e implantação de diversas publicações especializadas, debates, fundamentos e opinião e de edições especiais sobre parcerias, produção de petróleo, planejamento de refino, tecnologia e diagnóstico e perspectivas da Petrobras.

As informações sobre as funções e cargos exercidos pelo indicado demonstram elevado nível de qualificação profissional, compatível com o cargo almejado.

Assim sendo, esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Este é o relatório, Sr. Presidente Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Apresentado o relatório, passamos a ouvir o Relator, Senador Gerson Camata, que apresentará seu parecer sobre a indicação do Sr. Victor de Souza Martins para exercer cargo de diretor da ANP.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art.11 da Lei 9.478, do Anexo 1 ao Decreto nº 2.444, de 14 de janeiro, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Victor de Souza Martins para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

O citado dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para argüição pública, aprovada por voto secreto, na escolha dos titulares de outros cargos que a lei determinar.

O **curriculum vitae** do candidato que acompanha a mensagem presidencial evidencia a ampla experiência profissional do Sr. Victor de Souza Martins.

Natural do Rio de Janeiro, graduou-se em administração de empresas, em 1974, pela Universidade Federal do Espírito Santo, e em Línguas e Civilização Francesa, em 1975, pela Universidade de Paris, onde também concluiu o curso de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde Pública no Processo de Desenvolvimento Econômico, em 1976. Em 2000, concluiu o curso de Pós-Graduação Executiva em Petróleo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entre os cargos mais importantes ocupados pelo Sr. Victor de Souza Martins destacam-se: Diretor da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados; Diretor-Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo; Diretor-Vice-Presidente do Banco do Estado do Espírito Santo; Diretor-Presidente da Empresa Capixaba de Turismo.

No âmbito do Governo do Espírito Santo, foi assessor de imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e Coordenador de Divulgação e Promoção da Secretaria de Comunicação Social.

De 1995 a 1998, foi assessor da Presidência e Secretário-Executivo da Câmara Estadual do Corredor Centro-Leste do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, onde participou da realização de diversos estudos, visando à expansão da movimentação de cargas nos complexos portuários do Espírito Santo.

Na Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado, o Sr. Victor de Souza Martins ocupou as posições de Assessor Especial e Diretor-Técnico, com atuação nos setores de turismo, logística e desenvolvimento regional e industrial, com ênfase nas áreas de petróleo e gás natural.

Além disso, coordenou estudos visando ao recálculo de parcela da dívida do campo de Roncador e implantação dos mecanismos regulatórios, envolvendo a distribuição de gás canalizado no Espírito Santo.

Foi membro do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Vitória e do Conselho Consultivo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, ONIP. Também foi Secretário-Executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior do Espírito Santo e representante daquele Estado nos comitês de assun-

tos tributários e de competitividade industrial da ONIP. Ademais, é um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção do Meio Ambiente.

Atualmente, exerce a função de Superintendente da ONIP no Estado do Espírito Santo e é representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural naquele Estado. Ademais, é membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo; do Comitê de Petróleo e Gás, Energia e Química do Movimento Espírito Santo em Ação e do Comitê Regional no Estado do Espírito Santo no Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural.

O Sr. Victor de Souza Martins tem atuado na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados, na implantação de mecanismos de controle de recursos e **royalties** de petróleo e gás natural e na elaboração de estudos e projetos de desenvolvimento econômico, por intermédio da Sociedade Empresarial Análise e Consultoria de Desenvolvimento Ltda, da qual é sócio e gerente.

As funções e cargos exercidos pelo indicado demonstram um nível de qualificação profissional compatível com o requerido pelo cargo almejado.

Assim sendo, esta Comissão dispõe e elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Victor de Souza Martins para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Estado do Espírito Santo.

Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, o Dr. Victor de Souza Martins também já foi prefeito de Vitória, e eu tive a honra de nomeá-lo. Ele já exerceu funções públicas e políticas, a exemplo do Haroldo e de tantos companheiros nossos que estão aqui. Foi também adjunto administrativo da Companhia Siderúrgica do Tubarão, foi diretor e chefe de reportagem e editor da TV Gazeta, no Espírito Santo, do **Jornal do Brasil**, no Espírito Santo, da revista **Espírito Santo Agora**, da **Gazeta**, da **Meta-propaganda** e do jornal **O Diário**. De modo que é um currículo muito rico que o Espírito Santo tem a honra de apresentar à consideração dos nossos companheiros Senadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Esse, portanto, é o relatório apresentado pelo Senador Gerson Camata.

Antes de passar a palavra ao Dr. José Fantine, que terá 10 minutos para se dirigir a esta Comissão, quero registrar com muita alegria a presença do Dr. Mauro Duran, que foi Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, ex-Presidente do Sebrae, que abrilhanta esta reunião com sua presença, o que para nós é motivo de honra e de alegria.

Com a palavra o Dr. José Fantine, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ FANTINE – Exmo. Sr. Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, Exmºs Senadores e Senadoras. É com muito orgulho e com muita honra que estou aqui neste momento. Sinto uma oportunidade de me posicionar sobre problemas e questões muito importantes na área do petróleo, do gás, dos bio-combustíveis, e estou cumprindo uma agenda que determina o regulamento para chegar a ser nomeado Diretor da Agência Nacional do Petróleo. Vou falar sobre o contexto mundial, o contexto nacional, e procurar trazer algumas questões que julgo pertinentes e importantes para o julgamento inclusive dos meus posicionamentos. A história do segmento petróleo/gás se molda nos acordos...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PMDB – PI) – Sr. Fantine, apenas para facilitar o trabalho dos companheiros que têm compromisso em outras comissões e em plenário, a partir de agora vamos abrir um processo de votação para facilitar e ganhar tempo o trabalho da Comissão. Continue V. Exª, Sr. José Fantine.

O SR. JOSÉ FANTINE – A história do segmento do petróleo, de gás, molda-se nos acordos e desacordos entre os grandes exportadores e os grandes importadores/consumidores. Os governantes e, por vezes, a sociedade dos países exportadores, preocupam-se com a posse de suas reservas e com a carência de meios próprios para garantir ou elevar a produção, bem como as suas rendas. Por exemplo, o caso da Bolívia no momento. Já nos países de elevado consumo, suas lideranças e, por vezes, a sociedade, buscam estratégias para atender às necessidades presentes e futuras, ou então inquietam-se com a queima dos combustíveis fósseis, potencialmente responsáveis por mudanças radicais no clima do planeta. No campo empresarial, os fundamentos históricos se ocupam da incansável busca de reservas de óleo e de gás para a garantia das atividades e também de mercados que sejam capazes de garantir ou expandir negócios.

Tendo em vista as ações transnacionais e integradas, o negócio de petróleo e gás foi, até os anos 60 do século passado, conduzido por oito grandes empresas. Surpreendentemente, na década de 70, todos os países não desenvolvidos e detentores de reservas consideráveis nacionalizaram suas atividades internas e suas reservas, em homologia com poucos países que adotaram a estratégia anteriormente. Então, houve uma mudança muito grande nesse segmento. As

guerras no Oriente Médio interferiram na produção e na distribuição mundial de óleo, seu emprego como arma para resolver interesses da região e para intensificar a renda nacional, bem como o fortalecimento dos países produtores em decorrência das nacionalizações e a crescente força da OPEP, levaram às crises do petróleo, que todos conhecem, de triste memória para nós. O óleo passou de 2 dólares para 40 dólares, o que equivale a 70 *(inaudível)* hoje. Mas, na segunda metade da década de 80, o cartel da OPEP perdeu força diante de um quadro de excesso de oferta de óleo, os preços se reduziram até 1986, voltando a menos de 10 dólares. A Guerra do Iraque com o Kuwait trouxe uma complicação muito grande porque, de repente, um país passava a dominar grande parte do petróleo mundial. A década de 90 mudou o quadro e, cabalmente, foi marcada pelas aberturas das economias dos países em desenvolvimento. Nesse período, foram eliminados ou flexibilizados vários monopólios e se difundiu o instituto das concessões de áreas para exploração de óleo e gás.

Entretanto, alguns detentores das maiores reservas de óleo não abriram suas áreas ou campos descobertos, ou o fizeram modestamente.

Dessa forma, não ocorreram privatizações mundiais generalizadas de aberturas indiscriminadas, conforme se previu, mas nem vicejaram desejos de fechamento total em torno de monopólios estatais.

Houve então um ajustamento em razão de nova realidade.

A OPEP, no fim dessa década, foi perdendo poder, só voltando a tê-lo no final da década com o esgotamento das folgas de produção.

Esse quadro levou como alternativa para muitas empresas, que viram o petróleo cair de preço, a busca de megafusões, aquisições, que mudaram completamente o quadro dos atores privados no mundo.

Também se buscou inovar nas instalações em geral e na produção de óleo, por exemplo. Na primeira década deste novo milênio – e isso eu acho muito importante lembrar –, estamos vivenciando uma seqüência de eventos, mudanças muito grandes no setor de petróleo mundial. E estamos assistindo a isso agora, nesta primeira década.

O mundo atravessa crises estreitamente relacionadas com a geopolítica energética. No mapa dos interesses energéticos contemporâneos, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos nos sugere um interesse por aquele país pelas reservas petrolíferas, estimadas em cerca de 200 bilhões de barris.

Atualmente, manifesta-se mundialmente a preocupação generalizada com o esgotamento das folgas de produção de óleo e de gás e dos refinos mundiais. A inquietação decorre, sobretudo, da crescente dependência dos países importadores em relação àquelas poucas e privilegiadas regiões produtoras e detentoras das grandes reservas mundiais.

Além disso, surge um novo e terrível paradoxo, enquanto a energia estimula e dá bem estar a nossa civilização, a queima desses combustíveis pode nos levar a uma catástrofe primária.

Em decorrência da queda nas folgas de produção, tivemos uma elevação do preço do petróleo e estamos vendo hoje o petróleo chegar a cerca de US$50, 55.

Pensando na política energética, a longo prazo, outras questões devem ser consideradas. A Agência Nacional de Energia prevê, para o ano 2030, uma demanda da ordem de 120 milhões de barris de petróleo com um crescimento de 50% sobre o consumo atual. E prevê que é muito importante que essa produção se concentre nos países da OPEP, países da região que controlam a OPEP e na ex-União Soviética, nas repúblicas, principalmente a Rússia.

E o contexto brasileiro? Bem, o Brasil está encaminhando muito bem o seu segmento do petróleo e do gás e dos biocombustíveis. Essa é uma vitória do Brasil. Todavia, estamos indo bem, mas não quer dizer que, num cenário tão complexo quanto o que acabamos de anunciar, não deva se preocupar.

Achamos que o País deve acautelar-se, ou seja, não improvisar nem pular etapas, deve aprofundar suas pesquisas, agenciar suas tecnologias, tendo em vista seu propósito de modernizar o seu modelo energético. Será de grande importância nesse sentido buscar o entendimento dos reais fundamentos desses negócios, ser perseverante para empolgar progressivamente a todos quantos estejam envolvidos no mesmo objetivo e, principalmente, atender às expectativas, tanto as de natureza econômica como as sociopolíticas.

Nessas linhas, algumas questões merecem mais a nossa atenção do que outras.

Questão dos preços e derivados. Alguns acham que os preços que produzimos de petróleo no País, buscando a auto-suficiência, são baixos. Não existem, no mundo, em mercado aberto, em mercado livre, preços que não sejam balizados pelo setor internacional. Esse é um ponto para o qual temos de estar muito atento. O nosso modelo é de mercado aberto, portanto, certamente vamos ter a nossa modelagem ligada aos preços internacionais.

A ANP está acompanhando essa questão muito bem e precisa de ter muita atenção, na medida em que não se formem cartéis ou não se faça *dumping* de colocar preços baixos para eliminar parceiros, porque senão estaremos mudando o modelo que o País escolheu, o modelo de mercado aberto.

Quanto à questão tecnológica, é muito importante que continuemos a investir maciçamente em tecnologia neste País, e para isso a ANP tem um papel muito importante. Existem verbas, inclusive pela lei, que devem ser colocadas para essa questão. Devemos buscar com afinco o desenvolvimento de novas tecnologias.

Sabemos que nenhum país tem como buscar o seu desenvolvimento sustentável se não for baseado, potencialmente, em grande desenvolvimento da tecnologia.

E a exploração de petróleo e produção como é que ficam? Penso eu que o Brasil está muito bem na produção de óleo e são excelentes as perspectivas de produção de gás. Entretanto, uma questão ainda não foi possível resolver, na minha opinião. É definirmos e determinarmos o potencial das nossas bacias. Temos excelentes bacias no País – no Piauí, na Amazônia, no Nordeste – que ainda não foram devidamente exploradas. Existem duas maneiras de fazer isso, sendo uma através dos leilões que estão regularmente seguidos pelo País, com uma determinação muito bem ordenada do Conselho Nacional de Política Energética.

Podemos e devemos colocar a nossa Agência Nacional de Petróleo desenvolvendo essas pesquisas com muito afinco, buscando determinar, identificar a nossa potencialidade, de tal forma que aqueles que julgam que precisamos fechar tudo para termos a nossa energia se tranqüilizem. E também possamos atender a um reclamo de todo o País para aumentar a nossa produção de petróleo.

Então, temos dois caminhos, um por meio dos leilões e outro, das pesquisas que devem ser feitas pela própria ANP sob o seu comando, que está previsto na lei que deve ser cumprida.

Quanto ao refino nacional, na minha opinião, agora estamos indo muito bem. Estamos acompanhando a demanda. Existem inúmeras preocupações, mas queria transmitir às senhoras e aos senhores presentes que muito do que se fala não leva em conta algumas questões muito importantes.

Por exemplo, o álcool está entrando firmemente na nossa matriz e alivia a nossa dependência de petróleo. Os biocombustíveis vêm aí e vão aliviar um pouco a nossa dependência de diesel. O gás está entrando fortemente e vai chegar a 100 milhões de metros cúbicos no nosso mercado. Com isso, vamos poder transformar todo o nosso óleo combustível em diesel, que é o produto que puxa o mercado.

Então, existem algumas questões que vamos equacionar, certamente. As nossas empresas estão olhando isso com muito carinho e vamos trabalhar em parcerias e teremos mais uma ou duas refinarias proximamente.

A questão da distribuição dos derivados, podemos olhá-la de duas maneiras. Temos uma infra-estrutura muito boa, que atende praticamente todo o País. Mas temos ainda problemas, como me lembrou o Senador, por exemplo, por deficiência do transporte ferroviário. Em alguns pontos, não estamos atendendo bem; precisamos olhar isso com muita atenção. Precisamos olhar com atenção também a Amazônia, que depende do fluxo dos rios e muitas vezes ficamos em dificuldade naquela área.

O outro lado que temos que olhar muito é a questão de como essa abertura chegou ao mercado. Ela chegou muito rapidamente e, talvez, não tenhamos sido ainda capazes de controlar toda uma situação que implica adulteração de combustíveis e sonegação. Sonegação que pode estar levando do nosso País algo como R$4 bilhões por ano. Isso é uma coisa que precisamos olhar com muita atenção. E já está sendo olhado e o Governo está vendo isso com bons olhos, e a agência está trabalhando. Mas é uma questão pendente, que da minha parte terá toda atenção.

Precisamos fazer com que esse mercado seja livre, competitivo, moderno, eficiente e tecnologicamente avançado. Esse é um dos meus propósitos.

Com relação à conservação de energia, quero trazer aqui também para as senhoras e os senhores presentes a idéia de que trabalhamos em conservação de energia e economia de combustíveis; mas precisamos da contribuição de todos os brasileiros para fazer, quem sabe, um grande programa. Um programa, por exemplo, para economizar 10% dos nossos combustíveis no espaço de dez anos. Sabem quanto isso representaria? Provavelmente, US$5 bilhões por ano. Este é um grande programa. Falamos muito em produzir, mas precisamos agora abrir uma agenda para falar em não gastar combustíveis.

Biocombustíveis. O Brasil, no passado, muito bem na época da crise do petróleo, seguiu o caminho dos combustíveis renováveis, principalmente da biomassa e do álcool. Naquela época, houve muitos subsídios, o programa foi criticado, teve alguns problemas, mas agora volta de uma outra maneira, e aqueles que falavam sobre o programa no passado precisam revisar os seus pontos no presente, porque na medida em que entramos com os carros de biocombustível, que o nosso consumidor, o nosso cliente pode usar um combustível ou outro, estamos dando ao País, realmente, uma grande oportunidade. Se tivemos álcool ou não tivermos exportando para o exterior, ele estará mais barato e o consumidor vai encontrar esse produto mais barato. Se o mundo buscar esse álcool, quem sabe, vamos colocar gasolina, e vamos ter gasolina para isso. Então vamos produzir mais álcool, vamos pro-

duzir mais biocombustível, porque isso é importante, com cuidado com o subsídio, evidentemente, porque estamos num mercado livre e, se formos subsidiar todos os combustíveis, é muito dinheiro. Mas como está sendo feito está indo muito bem.

Como conclusão, quero dizer que trabalhei na Petrobras durante muitos anos. Naquela época, até 1994 ou 1995, o Brasil discutia qual modelo iria adotar. Eu estava na Petrobras e fui um dos porta-voz do modelo que hoje se diz que era o modelo do monopólio. Mas eu não era o porta-voz do monopólio, era o porta-voz de uma empresa brasileira que atuava, na minha opinião, muito eficientemente no mercado. O modelo mudou, temos uma nova legislação, está funcionando muito bem. Temos mais de 38 empresas operando aqui no Brasil, temos bons investimentos feitos, já temos produção, e esse modelo é o que veio para ficar. Podemos, perfeitamente, conviver com esse modelo. Temos muito o que fazer para explorar as nossas novas fronteiras, temos muito trabalho, o Brasil vai brilhar muito na área do petróleo, dos derivados, do refino, do transporte, dos biocombustíveis e das energias renováveis. No que depender de mim, estarei trabalhando para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Dr. Martins, lembro aos Srs. Senadores que já podem proceder com o processo de votação.

Com a palavra o Dr. Victor de Souza Martins, que dispõe de dez minutos.

O SR. VICTOR DE SOUZA MARTINS – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, Exmºs Srªs e Srs. Senadores, autoridades presentes, é com profundo orgulho que compareço a esta Casa para submeter-me à argüição dos Exmºs Senadores desta Comissão, em atendimento à Mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que acolheu da Exmª Srª Ministra de Estado das Minas e Energia Dilma Roussef a indicação do meu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, aos quais agradeço a confiança depositada.

Eu gostaria de cumprimentar os meus colegas de mesa e de agradecer as cordiais e generosas palavras do ilustre Relator, Senador Gerson Camata, bem como a indicação do parecer de S. Exª.

O petróleo pode ser considerado como recurso mineral relativamente abundante no mundo, embora suas acumulações estejam distribuídas de forma desigual. Os maiores consumidores não são aqueles países que detêm as maiores reservas. A relevante presença do petróleo e do gás natural na matriz energética mundial, representando mais de 60% de toda a energia gerada no planeta, confere a esses produtos enorme importância estratégica. Falar em petróleo é, antes de tudo, tratar de geopolítica. O acesso permanente a fontes de fornecimento confiáveis e seguras é vital para o desenvolvimento e segurança das nações. O exame dos dados referentes ao ano de 2003 revela que 75% de toda a produção mundial foi consumida pelos países ricos situados no hemisfério norte, com destaque para os Estados Unidos da América, que consumiram 25,1% de todo o petróleo produzido. Por outro lado, esses mesmos países que possuem apenas cerca de 10% das reservas produzem 30% do total mundial, reduzindo seus estoques de forma rápida e dramática.

A recente expansão da economia mundial pressiona a indústria do petróleo.

As taxas de crescimento da China provocaram impressionantes aumentos na demanda por petróleo derivados: de 2003 sobre 2002, um crescimento de 11,5%; e, no ano passado, um crescimento de 16,9%. Isso representa 900 mil barris/dia de petróleo, o que é metade do consumo do Brasil. E as expectativas são as de que esse crescimento continue tanto na economia mais desenvolvida no mundo, quanto no país mais populoso.

O Brasil vem consolidando sua importância no cenário mundial, após viver momentos de extrema vulnerabilidade nas crises dos anos 70. Hoje, às portas da auto-suficiência, somos o 5º maior produtor mundial e o 16º país em volume de reservas. Em 2003, possuíamos 0,9% das reservas mundiais, tendo produzido naquele ano 2,1% de tudo que foi produzido no planeta. As reservas internacionais de 2003 cresceram apenas 0,1%, talvez como decorrência da estratégia das empresas que passaram a incorporar reservas através da aquisição de empresas menores.

Vale destacar que a nossa relação reserva/produção, em 1995, era suficiente para cerca de 24 anos. Em 2002, esse índice caíra para pouco mais de 14 anos. Ao final de 2003, essa relação já era um pouco mais confortável, suficiente para abastecer o País por cerca de dezoito anos e meio, como decorrência das recentes descobertas incorporadas às reservas provadas brasileiras.

Em 2004, considerando apenas as reservas provadas, declaradas pela Petrobras, pelo critério CEP, a relação reserva/produção ficou em 21,3 anos. Esses dados demonstram, de forma nítida, a redução da vulnerabilidade brasileira numa conjuntura econômica internacional marcada por forte demanda e pela alta dos preços do petróleo e do gás natural.

A flexibilização do monopólio estatal deu impulso significativo às atividades relacionadas ao petróleo e ao gás natural. Foi criada a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que já realizou seis rodadas de licitação de áreas exploratórias, que atraíram para o País 39 novas empresas, originárias de 14 países diferentes, que atuam ora cooperando, ora competindo com a Petrobras.

Atualmente, dez empresas de capital nacional são concessionárias de áreas exploratórias. A União recebeu mais de R$2,2 bilhões como bônus de assinatura dos contratos de concessão de blocos.

O sucesso das rodadas de licitação, marcadas pela transparência internacionalmente reconhecida, também pode ser medido pelo volume dos novos investimentos. De acordo com os estudos do Instituto de Economia da UFRJ, nos 15 anos que antecederam a abertura do setor, os investimentos anuais em EIP eram inferiores a US$2 bilhões por ano.

Durante o período de 1998 a 2003, a média anual de investimentos em exploração e produção subiu para US$3,6 bilhões, e as projeções para o período de 2003 a 2007 estimam um investimento anual da ordem de US$4,2 bilhões. Tais valores contribuíram para o crescimento da participação do setor petróleo no PIB nacional, que subiu de 2,8%, em 1997, para 6,8%, em 2002, com forte reflexo na geração de empregos. Apenas para citar um exemplo, o setor naval empregava, no Rio de Janeiro, há cinco anos, cerca de dois mil trabalhadores, número que hoje é dez vezes superior.

Outra importante atribuição da agência foi implementar os instrumentos de socialização dos ganhos sobre a produção de hidrocarbonetos, redistribuindo-os para a União, Estados e Municípios. Até 1998, o recolhimento de *royalties* era inferior a R$200 milhões por ano. A partir do Decreto nº 2.705, que regulamentou a Lei do Petróleo, esses valores cresceram acentuadamente.

Em 1999, os *royalties* já representavam uma arrecadação de R$983 milhões. No ano passado, o recolhimento de *royalties* já atingiu um montante de R$5,42 bilhões, distribuídos entre a União, dez Estados e aproximadamente oitocentos Municípios brasileiros. Os principais fatores que determinaram essa elevação foram a fixação pela ANP do preço de referência do petróleo, a elevação das alíquotas, o aumento da produção, a alta internacional dos preços e a taxa de câmbio. Os recolhimentos são ainda mais expressivos quando decorrentes do pagamento da chamada participação especial, modalidade de compensação financeira introduzida pela Lei do Petróleo e que incide sobre os campos de grande produção e de alta rentabilidade.

Em 2004, foram pagos mais de R$5 bilhões a título de participação especial. No total, somando bônus de assinatura, *royalties*, participação especial, aluguel de áreas e pagamento aos proprietários de terra, foram arrecadados no ano passado R$11 bilhões, uma arrecadação 56 vezes maior que aquela auferida antes da abertura do mercado.

Mas existem outros fatores que também confirmam o sucesso da reforma institucional do setor e a competente atuação da ANP sobre a condução de eminentes brasileiros como o Sr. David Zilberstein, Sebastião do Rego Barros e Aroldo Lima.

O crescimento do conteúdo local no fornecimento de bens e serviços, item que passou a fazer parte das propostas apresentadas nos leilões, proporcionou a expansão da base industrial brasileira, contribuindo também para o fortalecimento da Engenharia nacional, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho. A inclusão, nos contratos de concessão, de mecanismos que permitam à agência aferir com transparência os recursos de fornecimento nacional poderia alavancar, ainda mais, as oportunidades já criadas.

Com a mudança da mente institucional, surgiram novas oportunidades para empresas e trabalhadores brasileiros. As universidades e instituições de ensino e pesquisa passaram a ter acesso a nova fonte de financiamento com recursos do CTPetro, como é o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural. O CTPetro aplicou, nos últimos cinco anos, mais de R$70 milhões no programa de recursos humanos da ANP, de nível superior, concedendo cerca de 2.400 bolsas de estudos. Nesse período, foram formados 1.213 profissionais de nível superior em 23 instituições de ensino e pesquisa do País, sendo 349 em nível de mestrado e 48 a grau de doutorado.

No nível técnico, o Programa já formou 558 profissionais, embora se deva registrar que restrições orçamentárias determinaram a redução ode 75% da oferta dos cursos implantados.

Existe uma outra excepcional fonte de financiamento para programas de qualificação profissional e desenvolvimento tecnológico, introduzida pela ANP nos contratos de concessão, numa diligente defesa do interesse nacional.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são obrigatórios para os concessionários e correspondem ao percentual de, no mínimo, 1% da receita bruta, proveniente dos campos, para os quais haja incidência de participação especial. A metade desse percentual pode ser aplicada em instalações próprias nos concessionários e o restante deve ser, obrigatoriamente,

aplicado em instituições de pesquisa e desenvolvimento credenciadas pela ANP para esse fim.

É oportuno ressaltar que esses recursos devem ser aplicados diretamente pelas empresas concessionárias, em projetos de seu interesse. As maiores companhias internacionais do setor de petróleo, estão, ano a ano, reduzindo os seus investimentos em pesquisa. Esses investimentos passaram a se feitos pelas grandes empresas prestadoras de serviços, normalmente, através dos seus centros de pesquisas, localizados em seus países de origem.

A exigência contratual de aplicação de 1% da receita bruta de determinados campos de petróleo, em projetos de pesquisa, é fundamental para o desenvolvimento tecnológico brasileiro no setor, através de investimentos e centros, como os Cemps, da Petrobrás, e nas instituições que vierem a ser credenciadas pela ANP.

Sr. Presidente, o volume de recursos que deveria ter sido aplicado pelas concessionárias, de forma obrigatória e direta, entre 1998 e 2004, ultrapassa R$1,180 bilhão, de acordo com as informações da ANP. Novos R$600 milhões serão agregados a esse montante, em 2005, conforme projeções oficiais.

Os mecanismos que permitiram a Instituições brasileiras de ensino e pesquisa a terem acesso a esses recursos devem, brevemente, serem submetidos à consulta pública pelo órgão regulador, contribuindo para a consolidação da excelência nacional do setor. O grau de maturidade das universidades brasileiras nas questões que envolvem petróleo e gás natural, aliado à crescente carência de profissionais especializados na área, torna inadiável e inadiável e imperiosa a implantação das medidas que operacionalizem a cláusula contratual concebida em boa hora pela MP.

A regulamentação dessa norma contratual deve buscar fortalecer e apoiar as ações previstas no Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo e Gás. Essa importante iniciativa, concebida no âmbito do Ministério de Minas e Energia, representa, nas palavras da Ministra Dilma Rousseff, o compromisso do Governo Federal e das empresas do setor em atuarem integrados, priorizando a participação da indústria nacional de bens e serviços nos negócios de petróleo e gás natural, criando empregos e competências, gerando oportunidades e riquezas para o Brasil.

O Prominp nasceu da decisão de fazer da produção de petróleo e gás natural, do transporte marítimo e do dutoviário, refino e distribuição de derivados, oportunidades de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços, criando empregos, gerando riquezas e divisas para o Brasil.

A ANP deve estar atenta às ações que vêm sendo desenvolvidas, visando a uma maior participação da indústria nacional de bens e serviços nos investimentos realizados no setor de petróleo e gás, trabalhando em consonância com o Prominp, que já vem apresentando resultados positivos.

Dentro dos diversos temas da maior relevância que estão sendo objeto de estudo do Prominp, (pelo programa) está o que trata da carência de profissionais especializados. Considerando apenas o programa de investimentos da Petrobras para o período 2005 – 2010, será necessária a qualificação de 57 mil novos profissionais até 2007, sendo 4 mil de nível superior e 53 mil de nível técnico e médio.

Tais estudos demonstram, ainda, que a sustentabilidade na geração de empregos depende diretamente da sustentabilidade dos investimentos. Para isso é necessário que o País detenha maior grau de conhecimento sobre suas bacias sedimentares, intensificando os estudos geológicos, geofísicos e geoquímicos. Atualmente apenas 3% das áreas com interesse para petróleo e gás natural foram estudadas e podem ser ofertadas novas rodadas de licitação a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Na sétima rodada, prevista para outubro deste ano, serão ofertadas pequenas áreas devolvidas à União pela Petrobras devido a sua produção marginal. Esses campos poderão vir a constituir o embrião de um processo que permitirá ao País ter uma rede de pequenos produtores de petróleo.

Outro diferencial dessa licitação está na ênfase dada a áreas com potencial para produção de gás natural. Embora a legislação vigente permita a justa expectativa de sucesso do leilão dessas áreas, é de extrema relevância a determinação de um novo modelo de organização do setor brasileiro de gás natural pela elaboração de uma lei específica para essa indústria, contemplando as suas particularidades e tratando de maneira apropriada algumas questões superficialmente abordadas ou mesmo ignoradas pela Lei nº 9.478.

A adoção de um marco regulatório consistente e estável, além da superação dos entraves referentes a preço e infra-estrutura de escoamento, é essencial para o desenvolvimento desse mercado.

A expansão da malha de transporte nacional, que ora está em desenvolvimento, visando ampliar a capacidade de oferta e integrar sistemas isolados, deverá resolver parcialmente a questão, conferindo maior segurança ao abastecimento da matéria-prima.

Importantes avanços já foram registrados, mas há ainda muito a se fazer para desenvolver o mercado de gás neste País a partir da existência de um ambiente

mais competitivo baseado em diferentes alternativas de suprimento.

Essa questão vem sendo estudada há muito tempo pela ANP. Em recente estudo, de fevereiro deste ano, ela diagnostica o setor apontando os cinco principais entraves:

1 – altos preços frente a fontes energéticas substitutas;

2 – a reduzida competitividade dos projetos térmicos face aos hídricos;

3 – a necessidade de expansão dos sistemas de transportes e distribuição energética;

4 – as indefinições quanto à política e ao marco regulatório do setor;

5 – a lógica empresarial do agente dominante dessa indústria, atuante tanto no mercado de derivados de petróleo quanto no de gás natural, ou seja, energéticos concorrentes.

Uma das peculiaridades do mercado de gás natural está na complementaridade de quatro atividades independentes, que são:

– a exploração e produção;

– a comercialização que permitem a concorrência;

– o transporte, que é um monopólio natural;

– a distribuição, que é um monopólio constitucional dos Estados.

Quando ocorre, como em nosso País, a presença dominante de um mesmo agente econômico nos quatro elos dessa corrente, cresce o grau de incerteza, dificultando o desenvolvimento do mercado. A instabilidade nas regras do nosso principal fornecedor internacional também reforça a sensação de insegurança dos consumidores, aconselhando o desenvolvimento das reservas brasileiras, o que certamente ocorrerá a partir da elaboração de uma lei específica para o gás natural.

Outro segmento da indústria do petróleo que está sob responsabilidade da ANP é a área de refino. Nesse sentido, a agência tem realizado diversos estudos de planejamento de desenvolvimento visando identificar ações regulatórias capazes de intensificar a competição e de atrair investimentos para a expansão do nosso parque de refino. Ainda assim, dentro das etapas de cadeia de valor do petróleo, o refino nacional é o setor que apresenta o menor nível de abertura em competição.

Por outro lado, as recentes decisões de novos investimentos no setor, voltados para o aumento da capacidade e para otimizar a utilização das unidades de tratamento e conversão, ao lado de estudos visando a implantação de novas refinarias atenderão crescente demanda por derivado de petróleo e vêm acompanhando a nova fase de crescimento continuado da economia brasileira.

Uma das mais importantes atribuições da ANP, talvez a que afeta mais diretamente o cidadão brasileiro, é a que trata da fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis. São mais de 75 mil revendedoras de GLP, 33 mil e 700 revendedoras de combustíveis, 548 transportadoras de revendedoras retalhistas, distribuidoras de combustíveis líquidos, importadores e exportadores, distribuidoras de asfalto, agentes do setor de lubrificantes e do setor de solventes. Milhares de empresas atuando no mercado, onde o crime e a fraude mostram sua face a todo instante.

Verifica-se a formação de cartéis, com a chamada "máfia dos combustíveis", liminares que dificultam a fiscalização das receitas estaduais, a presença de clandestinos, o contrabando de combustíveis e o roubo de carga. Também existe a prática de adicionar álcool anidro em excesso à gasolina, adulteração através de solventes e outros produtos, a venda de álcool hidratado, a venda de diesel interior em regiões metropolitanas, empresas de fachadas emitindo notas fiscais falsas e empresas coletoras de resíduos que comercializam óleo usado como óleo combustível. Tudo isso trazendo como conseqüência direta prejuízos ao consumidor, prejuízo fiscal e concorrência desleal.

No ano passado, a Agência promoveu quase 25 mil ações de fiscalização, sendo um terço delas mediante convênio com governos estaduais e Ministérios Públicos. Foram autuados 7.824 estabelecimentos, sendo 1.667 interditados. A gravidade do problema pôde ser mensurada nas quatro operações especiais de fiscalização, realizadas no início do ano, em São Paulo. Dos 139 revendedores fiscalizados, foram interditados 64, ou seja, 46% do total fiscalizado. Tais indicadores demonstram que as ações da ANP na garantia da qualidade dos combustíveis, com destaque para o programa de monitoramento, geraram importantes e significativos avanços. No entanto, esse sistema merece atenção permanente, visando sempre o benefício do consumidor.

A partir de janeiro deste ano, com a publicação da Lei nº 11.097, a Agência passou a ser Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, incorporando a responsabilidade de implementar, dentro de sua esfera de competência, a política nacional de biocombustíveis.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, concebido por 14 Ministérios, coordenado pela Casa Civil e com gestão operacional do MME, foi lançado em dezembro passado com o marco regulatório que prevê: aproveitamento das oleaginosas, de acordo

com as diversidades regionais; segurança no abastecimento para o novo combustível; garantia de qualidade para o consumidor; busca de competitividade frente ao diesel de petróleo; e políticas de inclusão social a partir da criação de mecanismos tributários diferenciados para a agricultura familiar e para o agronegócio que utilize mamona ou palma nas regiões Norte, Nordeste e no semi-árido.

Deve-se ressaltar, ainda, a criação do conceito de combustível social, produzido mediante vínculo do produtor de biodiesel com a agricultura familiar, nas formas das regras do Pronaf. A adição de 2% de biodiesel ao diesel cria, no mercado interno, o potencial de 800 milhões de litros, em 2005, permitindo ganhos na balança comercial brasileira, com a diminuição das importações de petróleo e derivados, o que pode vir a atingir US$ 160 milhões. Ela também permitirá a criação de novos 153 mil empregos no País, sendo que, a partir da autorização do Conselho Nacional de Política Energética, elevando o percentual de mistura para 5%, a quantidade de novos postos de trabalho gerados subirá para 382 mil.

Quando se fala em combustíveis renováveis, a energia do sol trabalha a favor do País. O Brasil possui extensas áreas agricultáveis e regiões situadas entre as mais ensolaradas do planeta, o que nos confere vantagens competitivas para produção e exportação de biodiesel a partir de menores ciclos de produção e de maior potencial de produtividade.

O Brasil possui tecnologia para a produção de biodiesel desde 1980, sendo referência internacional no uso de fontes renováveis, com a realização do maior programa de substituição de combustíveis fósseis no mercado automotivo, com a utilização do álcool.

É oportuno relembrar que o aprendizado do Proalcool levou à redução do custo do metro cúbico do álcool etílico de US$700,00, em 1980, para US$200,00, em 1988.

O PNPB é um programa de Governo com diretrizes estabelecidas pelo CNPE, contando com a participação da ANP, que já publicou duas resoluções específicas criando a figura do produtor biodiesel, especificando o novo combustível e revisando dezoito resoluções referentes a combustíveis líquidos.

O estímulo à produção e ao uso do biodiesel é uma importante iniciativa governamental por seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e estratégicos. A ANP, agora com novos desafios e atribuições, vem atuando, desde sua instituição, na forma das diretrizes emanadas pelo CNPE, presidido pela Ministra das Minas e Energia.

Deve-se ressaltar a competência e a dedicação de seu corpo técnico-diretivo, cujo zelo profissional vem permitindo o aperfeiçoamento constante do arcabouço regulatório do setor, trazendo importantes contribuições ao desenvolvimento nacional.

Srªs e Srs. Senadores, membros da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, feitas essas considerações, gostaria de encerrar esta apresentação, afirmando estar profundamente honrado por esta oportunidade de servir ao meu País, na certeza de que as agências reguladoras devem cumprir o papel de guardiãs do interesse do cidadão, garantir ambiente estável para novos investimentos e fortalecer o papel do Estado nas ações de fiscalização das normas e dos contratos em vigor.

Agradecendo a atenção de todos, coloco-me à inteira disposição de todos para responder às perguntas que desejarem formular.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Após a exposição do Dr. Victor Martins, passamos à lista de oradores inscritos.

O primeiro inscrito é o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei breve e não farei perguntas.

Apenas quero dizer que considero esta uma tarde de gala para a Comissão e para o País. Devemos cumprimentar o Presidente da República pelas pessoas que indicou e que estão sendo sabatinadas.

O Dr. Fantine é a memória do petróleo e da energia no Brasil, e o Victor Martins é um capixaba que se criou e se desenvolveu na área de petróleo e gás, a partir do momento em que o Espírito Santo também começou a entrar no mapa do petróleo e do gás no Brasil.

Vi nas palavras do Dr. Fantine a esperança e a certeza de que estamos no caminho certo. Em meio às dificuldades que parecem se avizinhar no mundo, o Brasil descobriu a maneira como vai suprindo, enfrentando e resolvendo os problemas e caminhando firme na direção da auto-suficiência em petróleo.

A primeira vez que me encontrei com o nosso ex-companheiro José Eduardo Dutra aqui, atual Presidente da Petrobrás, disse-lhe que era um Presidente pé-quente porque, no seu mandato, o Brasil vai atingir auto-suficiência no ritmo em que está. E os senhores, Dr. Fantine e Dr. Victor Martins, também são pé-quentes, porque viverão, na Agência Nacional de Petróleo, o período da transição para a auto-suficiência em petróleo, que está chegando muito perto de nós.

O Dr. Fantine abordou, com muito propriedade, assim como o Dr. Victor Martins, o problema da sonegação. No Estado do Espírito Santo, por exemplo, o Governador Paulo Hartung revogou 16 licenças judiciais para o não pagamento de tributos em matéria de

petróleo. Foi uma luta e, agora mesmo, o Governador está enfrentando um processo movido contra ele por um juiz, porque houve um momento em que S. Exª teve de se interpor com a força policial para evitar a evasão de US$6 milhões, de uma vez só, relativa a combustíveis que estavam saindo.

O outro problema apresentado pelo Sr. Victor Martins é o da fiscalização. Temos que ser criativos. Sei que a Agência Nacional de Petróleo não tem fiscais para isso, mas temos que ampliar os quadros. O dado que o Sr. Victor Martins apresentou é apavorante. Em São Paulo – imaginem o que ocorre no interior do Brasil –, em 50% dos locais visitados, o petróleo estava sendo misturado, falseado, com prejuízos para o consumidor. Acredito que esses convênios que estão sendo firmados com as Prefeituras e com os Estados são uma maneira de se encontrar um bom caminho nesse sentido.

O Dr. Fantine focalizou, ainda, com muita propriedade, o problema do levantamento das potencialidades. O Espírito Santo estava fora do mapa do petróleo e, com os leilões, entrou no mapa. Hoje, é o detentor da segunda maior reserva do Brasil.

No momento em que a Agência Nacional do Petróleo também puder fazer suas prospecções e adiantá-las, teremos uma segurança tão grande que dará ao Brasil, até no mercado financeiro internacional, a possibilidade de tomar posições mais firmes, como, por exemplo, a tomada em relação ao FMI de dispensar o acordo. Um grande estoque de petróleo é um grande estoque de dólar que afirma o País perante o universo.

A importância desta tarde se reveste de brilho não só com as presenças dos indicados, mas também com as presenças do Sr. Haroldo Lima e as dos Ministros Alexis Stepanenko e Mário Duran. Esses dois grandes brasileiros são sempre indicados e, certamente, terão seus nomes aprovados para a Agência Nacional do Petróleo. Na fala dos dois, observamos um longo caminho a percorrer e uma grande missão ainda a cumprir e que, tenho certeza, será cumprida pelas mãos de V. Sªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – A pergunta de V. Exª é específica?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, fiz uma consideração sobre os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não há nenhuma pergunta?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – A explanação foi tão perfeita que dispensa perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; Srs. Sabatinados; Sr. José Fantine e Sr. Victor de Souza Martins, farei uma pergunta relacionada ao gasoduto e, logo em seguida, farei mais duas, pelo Senador Valmir Amaral, posto que S. Exª teve um compromisso urgente e não pôde fazê-las.

O Relator, Senador Sérgio Zambiasi, ao relatar a indicação do Sr. Fantine, falou-nos acerca da solução para o gasoduto do Rio Grande do Sul, além de tantas outras obras e projetos realizadas pelo Sr. Fantine em todo o País.

Sr. Presidente, está aí a solução para o problema de Rondônia!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há mais de cinco anos, estamos a espera da construção de um gasoduto, que injetaria na economia do meu Estado aproximadamente R$1 bilhão por ano. Por quê? Porque ali, a Petrobras ao queimar óleo diesel, subsidiado pela Conta CCC, perfazendo um total de 1,5 milhão de litros de óleo *diesel*dia, desperdiça o gás da bacia de Urucu, que está sendo reinjetado no solo ou queimado na atmosfera, porque não estar tendo nenhum aproveitamento. Até hoje esse projeto se arrasta, tendo em vista problemas ambientais, e também pela falta de uma definição de política de Governo para que a obra se concretize.

A Amazônia gasta hoje das Contas CCC cerca de R$3 bilhões, podendo chegar a R$ 5 bilhões em 2010, enquanto que a construção do gasoduto de Urucu-Porto Velho gastaria apenas R$ 900 milhões. Um ano de economia na queima de combustível na Amazônia daria para construir um gasoduto a cada ano, tanto o gasoduto Urucu-Porto Velho, como o gasoduto Coari-Manaus – esse, sim, está sendo construído. Na BR-364, que corta meu Estado, Rondônia, tenho cruzado com filas de carretas, transportando tubos para o gasoduto Coari-Manaus. O gasoduto Urucu-Porto Velho, cujo projeto está pronto, está esperando apenas a Licença de Instalação do Ibama, o que não tem acontecido. Apelo à experiência do Dr. Fantine para que o gasoduto Urucu-Porto Velho seja realizado.

Pergunto-lhe, então, se, ao assumir a Presidência da ANP, o senhor se colocará ao lado daqueles que são favoráveis à construção do gasoduto.

Agora, passo às perguntas feitas pelo nobre Senador Valmir Amaral. Atualmente, a Petrobras pratica para a gasolina, para o *diesel* e para o GLP preços desalinhados aos do mercado internacional. Essa política prejudica outras refinarias existentes no País e inibe novos investimentos. O senhor consideraria que a Petrobras vem abusando de seu poder de mercado?

Uma vez na ANP, qual será sua postura perante essa conduta?

Segunda pergunta: Depois de quase oito anos da abertura do mercado de petróleo, o senhor ainda acredita que a entrada de investimentos estrangeiros no setor inviabilizaria a autonomia de qualquer projeto nacional? O senhor acredita que o monopólio é a melhor forma de desenvolver a indústria de petróleo e gás natural no Brasil?

São essas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Favor repetir a penúltima pergunta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Depois de quase oito anos da abertura do mercado de petróleo, o senhor ainda acredita que a entrada de investimentos estrangeiros no setor inviabilizaria a autonomia de qualquer projeto nacional?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Passo a palavra ao Dr. José Fantine que responderá as perguntas formuladas pelo Senador Valdir Raupp e as encaminhadas, por meio do Senador, pelo Senador Valmir Amaral.

O SR. JOSÉ FANTINE – Quanto ao gasoduto: tive a oportunidade de trabalhar na Petrobras em Manaus, o que para mim foi fantástico, fui superintendente da refinaria. Na época, estavam descobrindo o juruá e depois o urucu. Depois que vim trabalhar na sede, ao final da minha temporada na Petrobras, eu era o coordenador de várias parcerias e fazíamos a abertura do monopólio por meio de parcerias. Tive a honra de conduzir várias dessas parcerias, vários projetos que hoje estão no mercado. Um dos projetos que eu estava conduzindo era exatamente o de levar o gás para Manaus e para Porto Velho e dali, provavelmente, para outros lugares. Só que, naquela época – 1996 – toda aquela potência do urucu ainda não estava afirmada como hoje. Portanto, não foi em frente, não concretizou.

Considero um verdadeiro absurdo não termos ainda esse gasoduto. Não há culpa, as questões são complexas, há problemas institucionais e ambientais, mas todos nós precisamos nos unir para que esse gasoduto saia rapidamente. O problema da queima de diesel que o senhor colocou é realmente terrível – queima de diesel ou óleo combustível substituídos por gás tranqüilamente. Isso é um ganho muito grande para a região e para o País. É necessário o apoio de todo mundo. Isso precisa sair.

De alguma forma, não fiquei fora de todas essas tratativas porque um dos projetos em que trabalho como consultor é na montagem de um centro de excelência ambiental na Amazônia, que a Petrobras está coordenando com todas as instituições da região exatamente para que a atividade de petróleo, da Petrobras ou das empresas que lá estão, ocorra conforme as melhores práticas mundiais. Aliás, não conforme as melhores, sejam as melhores práticas mundiais num ambiente tão complexo como aquele.

Penso que deve sair esse gasoduto e, no que depender de mim, V. Exª pode ter certeza que terá todo o apoio. Não só esse gasoduto, mas toda malha de gasodutos. Claro que sei que não é exatamente o papel do Diretor-Geral da Agência comandar para fazer o gasoduto. Mas, pode ter certeza de que estarei absolutamente empenhado em contribuir naquilo que for o papel da agência e naquilo que como cidadão eu puder contribuir para que saiam esses gasodutos, não só de lá, como os gasodutos que temos em todo o País, como foi o gasoduto Brasil/Bolívia e é agora o Projeto Malhas e o projeto da duplicação de todos os gasodutos que vão para o Nordeste. Teremos uma malha belíssima com gás flutuando desde o Rio Grande do Sul até o mais longe possível, já passando pelo Ceará. Esse é um ponto.

Seguirei a ordem, pois são perguntas muito importantes.

Os preços desalinhados.

Uma primeira resposta, para que fique claro o que penso, seria não poder praticar preços desalinhados em relação ao mercado internacional porque o modelo é o modelo aberto. Os contratos que estão aqui no País são contratos de quem vem para cá e pressupõe que vai praticar, mas ele está entrando no mercado, e quem vai controlar os preços é o consumidor, é o mercado.

Então, na medida em que se determina, por qualquer mecanismo, seja na empresa estatal, seja pelo próprio Governo, seja por quem quer que seja, um preço desalinhado, isso, evidentemente, para o modelo que se está querendo no País, é um grande problema.

Em termos do meu posicionamento, acho que a escolha já foi feita. Esta é uma escolha feita pelo País, pelo Congresso, e ela tem que ser respeitada. Bom, isso não quer dizer que, a cada minuto que se mude o preço no mercado internacional, tenha-se que mudar o preço no mercado nacional. Isso ninguém faz. Não é exatamente assim. Você pode ter não só mecanismo de amortecimento, ou seja, o produtor teria o preço adequado e você poderia amortecer isso para o mercado.

Então, defendo essa tese. Acho que é preciso ter muito cuidado nesta questão para que, de um lado, não transmitamos para a sociedade toda esta inquietação dos preços que sobem e descem muito rapidamente, mas, por outro lado, não podemos inviabilizar o modelo que foi estabelecido e que está funcionando.

Esta é a minha posição. Então, penso que a Petrobras terá que, certamente, se for questionada, esclarecer e colocar as suas condições e suas questões do porquê de ela estar praticando preços que, no caso do GLP, estão 50% desalinhados e, no caso da gasolina, parece-me estar na ordem de 24%. Os outros, um pouco menos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) **–** A mesa está preocupada com o início da sessão no plenário. Foi agora avisado que o Presidente irá dar início à ordem do dia. Temos dois caminhos: ou suspender a reunião e reabri-la após a ordem do dia, ou diminuirmos o número das perguntas aqui feitas, não só de quem pergunta, mas de quem responde, ou, se houver concordância do Sr. Líder do Governo que se encontra presente, proceder à apuração dos votos e, enquanto isso, continuamos ouvindo as perguntas feitas.

Temos que tomar a decisão para evitar a suspensão da sessão, que seria a pior das conseqüências.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, entendo que podíamos fazer a apuração dos votos, porque interromper a reunião e deixar a apuração para depois vai complicar bastante a vida de todos nós. Então, penso que a sugestão de V. Exª, Sr. Presidente, é muito pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) **–** Eu nomearia, portanto, para participar do processo de apuração, o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Tasso Jereissati para procederem à apuração dos votos e passo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. JOSÉ FANTINE – Ele tem duas perguntas que eu vou responder agora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) **–** Não, não. Eu já fiz as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) **–** Já fez.

O SR. JOSÉ FANTINE – Vou respondê-las rapidinho.

Quanto à pergunta se, depois de oito anos de abertura, acredito que a entrada de capitais estrangeiros no Brasil inviabilizaria um projeto nacional, a resposta é: de forma nenhuma. Acredito é no que eu praticava na Petrobras antes de me aposentar. Há muita coisa sobre a figura. Quando se chega na mídia e fala sobre determinadas posições, muitas vezes não conseguimos transmitir tudo o que pensamos. Mas eu gostaria de lembrar que, na Petrobras, nos meus seis últimos anos, como coordenador de parcerias da Petrobras, eu conversei com mais de 500 empresas do Brasil e do mundo. Várias empresas vieram para o Brasil trazendo os seus investimentos. E digo mais: uma delas, quando fez um negócio muito importante aqui no País, pediu uma entrevista comigo e agradeceu-me por eu ter transmitido tranqüilidade a eles no sentido de que poderiam fazer o investimento no Brasil, que era um País sério e tão grande que era mais certo que a empresa viesse para cá e iríamos adotar aqueles modelos que ainda não tínhamos pronto com elas aqui. Mas elas não se arrependeriam. E eles foram lá para me agradecer.

Acho que os investimentos são bem-vindos e que devemos ter um projeto nacional. São duas coisas de que precisamos. Precisamos ter um projeto nacional. A China está dando esse exemplo aí. Ela atrai todos os investimentos de todo o mundo e tem o seu projeto nacional.

A última, que eu agradeço, inclusive, a oportunidade de abordar o tema, é quando me perguntam em que acredito sobre monopólio. Monopólio é algo de que um país precisa para, muitas vezes, resolver uma problemática, como foi o caso do Brasil. Após uma movimentação popular, houve um monopólio. Existe, hoje, uma indústria de petróleo e gás. Eu diria que não há exemplo de país em desenvolvimento ou subdesenvolvido que tenha uma indústria de petróleo como a existente no Brasil. É o único caso. Há países ricos com belas indústrias de petróleo e países sem petróleo com belas indústrias de petróleo, como a França, mas são poucos: Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. São praticamente os países que têm uma indústria de petróleo como a nossa.

Não acredito que esse seja, hoje, um monopólio interessante para o País e muito menos para a Petrobras. Naquela época, a Petrobras exercia o monopólio definido por lei; havia essa delegação. A empresa tinha de fazê-lo. As pessoas que estavam na empresa precisavam defender aquilo que estavam fazendo em nome do Governo Federal. Eu não era contra o monopólio, pois acreditava que essa era uma das soluções para o País. Nos meus últimos anos na empresa, trabalhei com toda a diretoria da Petrobras para que fosse feito o que denominamos de flexibilização do monopólio. Naquela época, a medida seria autorizar a Petrobras a fazer as concessões e as parcerias, visto que, antes, não podia fazê-lo. Antes de esse fato ocorrer, eu trabalhava na coordenação dessas parcerias, e muitas delas estão na praça.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Delcídio Amaral. Espero contar com a colaboração de V. Exª e com a sua capacidade de síntese tão conhecida nesta Casa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, serei breve. Conheço muito bem o

Dr. José Fantine e o Dr. Victor de Souza Martins. O Dr. José Fantine, da Petrobras, foi superintendente de planejamento, presidente da BR e diretor da companhia e tem uma larga experiência. Talvez represente um dos melhores quadros da indústria de petróleo do País. Também conheço o Sr. Victor Martins de longa data, não apenas por uma série de trabalhos executados na área de energia, de gás e também de petróleo, mas por suas ações na Agência de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Sr Presidente, abreviarei a minha fala, até porque conheço a experiência dos indicados e, mais do que nunca, sei da pertinência da indicação, que traz bons quadros técnicos para uma agência tão importante como a Agência Nacional de Petróleo. Cumprimento os dois indicados por acreditar que podem ajudar bastante o nosso País e, efetivamente, fazer com que a indústria do petróleo continue sendo, talvez, a indústria mais importante do Brasil, seguindo esse espírito que o Sr. Fantine manifestou, de abertura de várias companhias com grande atuação. Dessa forma, o Brasil ganha, gera emprego e busca, mais do que nunca, alternativas energéticas exatamente para se tornar um País de ponta não apenas na área de petróleo, gás, energia, mas também de energia alternativa, como é o caso do biodiesel.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tudo, parabenizo profundamente os senhores indicados pelas exposições e pelas respectivas histórias e biografias que nos infundem uma confiança muito grande em aprovar essas indicações feitas pelo Presidente da República e pela Ministra Dilma Rousseff, que também cumprimento pela qualidade das indicações.

Quero fazer três brevíssimas perguntas decorrentes de dúvidas que me acometeram, provavelmente por minha própria dificuldade de entendimento. O Dr. Fantine falou sobre o Programa de Conservação de Energia que teria resultados extremamente importantes e significativos, mas fiquei com dúvidas. Esse programa já está pronto, já está feito, já está em execução? Eu queria exatamente saber de que depende a implementação efetiva desse programa, de que providências depende esse Programa de Conservação de Energia.

Ao Dr. Victor faço duas perguntas. Entendi que houve uma redução significativa das ofertas de cursos de pós-graduação na área de petróleo. Por que esse fato ocorreu?

A segunda questão está relacionada ao que disse o Dr. Victor. Ele falou em quantias que deveriam ter sido aplicadas em ciência e tecnologia. Quem fiscaliza essas aplicações extremamente importantes?

São essas as perguntas objetivas que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – As questões foram feitas ao Dr. José **FANTINE**, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ FANTINE – Obrigado por essa oportunidade de falar mais um pouco sobre o programa de conservação. Serei breve.

No Brasil existe, há mais de uma década, com caminhos já definidos, um programa oficial muito bem estruturado de conservação de energia e de economia, o Compet, do Ministério de Minas e Energia. Entretanto, seria interessante cogitarmos fazer um programa nacional mais intensivo, forte e poderoso, com o claro estabelecimento de uma meta.

Há um programa, mas não existe uma meta definida. Como há técnicos que afirmam que, se estipularmos uma meta, será possível avançar muito mais nessa linha – outros países assim já procederam –, acredito que esse poderia se tornar um programa nacional. Incrementaríamos aquilo que já foi idealizado e teríamos um programa mais poderoso, o que seria de grande valia para o País.

Então, de minha parte, trabalharei para tentar clarear caminhos, indicando-os para que possam ser seguidos. Certamente, não é a Agência que agirá desse modo, mas ela promoverá algo para aumentar a potencialidade daquilo que já vem sendo muito bem conduzido pelo Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Dr. Victor Martins.

O SR. VICTOR DE SOUZA MARTINS – Desculpe-me, pois estou um pouco nervoso.

A redução que houve na oferta de cursos ocorreu no âmbito do nível técnico. Esse fato é decorrente dos cortes no orçamento da Agência Nacional do Petróleo.

Com relação aos recursos de aplicação obrigatória sobre os campos em que há incidência de participação especial, aquele R$1.180 bilhão somado a R$600 milhões neste ano, a Agência deve apresentar, em consulta pública, os mecanismos que lhe permitirão criar normas para o credenciamento das instituições, estabelecendo, ainda, mecanismos de fiscalização da aplicação dos recursos. A competência para fiscalizar a aplicação desses recursos é da Agência, mas os mecanismos não estão operacionais até o momento.

Essa é uma cláusula dos contratos de concessão, e os valores são bastante expressivos. Particularmente,

acredito que os concessionários que têm centros de pesquisa no País, como a Petrobras, que tem a Cemp, devem estar aplicando esses recursos em seus centros de pesquisa. Entretanto, quanto à parcela que deve estar obrigatoriamente fora da empresa, não existe nenhum mecanismo de fiscalização implantado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Como o referido Senador expressou sua desistência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas manifesto a minha concordância com as duas indicações, a do Sr. José Fantine, um profissional de larga experiência na Petrobras, que tem uma marca importante em nosso Estado, Minas Gerais. Também expresso meu apoio ao Sr. Victor Martins, que conheci, na verdade, fora da área de petróleo, mas no campo da tecnologia da informação, ainda nos anos 80.

Estou de acordo com as indicações feitas pela Presidência da República. Apóio o nome de ambos para os citados cargos.

Está concluída a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª dirigiu pergunta a algum dos dois candidatos?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, Excelência, apenas expressei manifestação de apoio aos dois nomes aqui levantados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, da conversa que tive com o Dr. José Fantine, tenho a certeza da indicação bem feita. Há apenas um ponto que gostaria de destacar que, como aliás adiantei ao Dr. José Fantine, interessa muito ao meu Estado: a questão dos campos marginais ou maduros que o Dr. Victor mencionou. Evidentemente, o problema não está na ANP, até pelo que o Dr. José Fantine disse. A ANP está inserindo campos na próxima licitação.

O nosso problema se concentra na Petrobras em relação a algo que, embora já estivesse pronto para ser implementado pela Petrobras, não o foi. Entendo que isso é muito importante e, portanto, a ANP deve se preocupar em trabalhar esse projeto, inclusive com a Petrobras. Já ouvi isso do Dr. José **FANTINE** com muita satisfação, mas creio que deve ser uma responsabilidade global da ANP conduzir nesse sentido, sobretudo com relação a dois Estados muito interessados nisso: Bahia e Rio Grande do Norte. Quero deixar esta recomendação e a certeza de que a ANP irá nesta direção.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, por favor, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra a V. Exª, para uma questão de ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Como está começando a Ordem do Dia, sugiro a suspensão da reunião, que prosseguiria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não há problema. Vamos proclamar o resultado. A única coisa que falta é exatamente a intervenção de V. Exª e do Deputado Francisco Pereira. O resultado, conforme anunciado, foi concluído.

Dr. José Fantine: 12 votos NÃO, 11 votos SIM.

Infelizmente, está rejeitado.

Dr. João Victor de Souza Martins: 20 votos SIM, 3 votos NÃO.

O nome está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Antes de encerrar, esta Comissão lamenta o ocorrido, pois o Dr. Fantine é uma das pessoas mais respeitadas na área de petróleo deste País. Contudo, estamos diante de um Plenário soberano. De qualquer forma, desconhecemos os motivos que levaram à decisão proclamada anteriormente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h28min.)

Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada em 26 de abril de 2005 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Rodolpho Tourinho, Francisco Pereira, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Zambiasi, César Borges, João Ribeiro, Augusto Botelho, Mão Santa e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Leonel Pavan, Alberto Silva, Gérson Camata, Sérgio Guerra, Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho, Teotônio Villela Filho, Valdir Raupp, Tasso Jereissati e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecido que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áre-

as geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". Autor: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela rejeição matéria. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás."Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com três Emendas que apresenta: Adiado. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004. Terminativo. Ementa: " Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências."Autor: Senador Augusto Botelho. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 530, e 2003. Terminativo. Ementa: "Determina que, adotado o horário brasileiro de verão, este vigore em todo território nacional."Autor: Senador Antonio Carlos Magalhães. Relator: Senador João Ribeiro. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 06 –Projeto de Lei nº 14, de 2005. Não Terminativo. Ementa: " Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia que especifica."Autor: Comissão de Legislação Participativa (SF). Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei nº 5 de 2005. Terminativo. Ementa: " Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instruir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)."Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Alberto Silva. Parecer: Favorável a aprovação da matéria na forma do Substantivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 08 – Requerimento nº 03, de 2005-CI. Assunto: Nos termos do Artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada, com Exmº Sr. Vice-Presidente de República e Ministro da Defesa, José Alencar e com o Ministro de Estado do Turismo, Walfrido Mares Guia, com o objetivo de discutir a grave situação financeira das empresas aéreas, bem como Programa de Turismo e a Política de Céu Aberto. Autor: Senador Heráclito Fortes. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Extra-Pauta – Item nº 01 – Requerimento nº 04, de 2005-CI. Assunto: Nos Termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação urbana à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências." Para tanto, sugiro o convite ao Ministro das Cidades. Autor: Senador Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, fazem uso da palavra os senhores Senadores Delcídio Amaral, João Ribeiro, César Borges e Rodolpho Tourinho. Passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item 02 – Requerimento nº 05 de 2005-CI. Assunto: Nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2003, que "Adotado o horário brasileiro de verão, este vigore em todo território nacional. Para tanto, sugiro o convite a Ministra das Minas Energia. Autor: Senador Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, fazem uso da palavra os senhores Senadores Delcídio Amaral, João Ribeiro, César Borges e Rodolpho Tourinho. Passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e tinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Temos em pauta um requerimento do Senador Delcídio Amaral, nos termos do art. 91, do Regimento Interno do Senado: requeiro audiência pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004, que altera lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 79, para condicionar pavimentação urbana à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica e dá outras providências, para tanto sugiro o convite ao Ministro das Cidades. Sala das sessões, Senador Delcídio Amaral.

Nos mesmoS termos, requerimento do mesmo Senador com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 530, de 2003, que, adotado o horário brasileiro de verão, este vigore em todo o território nacional, para tanto sugerindo o convite à Ministra das Minas e Energia.

Salvo engano, encontra-se nesta Comissão uma matéria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sim, e inclusive sou relator, Sr. Presidente, e já dei parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Podíamos anexar, Senador Delcídio? Anexar ao requerimento e seguir para votação o convite à Ministra das Minas e Energia. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovamos o convite à Ministra permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou sugerindo, Sr. Presidente, se é que compreendi bem o encaminhamento, que façamos uma audiência pública antes da votação desse projeto porque existem especificidades nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste. Então, com a presença da Ministra das Minas e Energia, poderíamos fazer um grande debate antes de votar o projeto do nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Aprovado.

Em votação, o convite ao Ministro das Cidades.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, quero aproveitar, inclusive, e fazer um requerimento com referência à Ministra Dilma.

Já que ela vai ser convidada, quero formular um requerimento verbal. Vou preparar o requerimento para que possamos discutir também a questão das eclusas, a construção das novas usinas hidrelétricas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Poderá ser incluído, nobre Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, queria registrar que, apesar de essas eclusas serem construídas ao lado das usinas hidrelétricas, meu caro Senador João Ribeiro, elas estão sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sim, mas a aprovação e análise de todos os projetos passam pelo Ministério das Minas e Energia, não é, Senador Tourinho?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Não, também passa, Senador, mas mais pela interferência das eclusas na operação, mas os recursos e a viabilização do projeto...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – As usinas hidrelétricas são autorizadas por quem?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Não, as usinas hidrelétricas estão sob responsabilidade das companhias de energia e, portanto, subordinadas à Agência Nacional de Energia Elétrica e também passam pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama em função das licenças necessárias para os projetos. Mas a questão das eclusas é especificamente do Ministério dos Transportes.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Deixe-me explicar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pois não.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Por que da minha insistência? Porque conversei, quando da aprovação do Dr. Martinho, que é do setor aquaviário do Ministério dos Transportes, e S. Sª me disse que a resistência que existia com referência às eclusas, da construção das hidrelétricas no Brasil com eclusas, era exatamente da Ministra Dilma Rousseff. Até pedi ao Senador Delcídio, quando esteve com a Ministra, que tentasse agendar uma audiência para mim com S. Exª – porque tem sido difícil, já que a Ministra é muito ocupada – exatamente para tratar dessa questão.

Estamos com alguns problemas no rio Tocantins sobre a eclusa do Lajeado e outras eclusas e hidrelétricas que precisam ser construídas, e temos que acertar isso. Porque tramitam dois projetos de lei no Congresso Nacional, tratando desse assunto, e, me parece, não sei, que essa questão está ligada à pasta da Ministra. Agora S. Exª teria que nos responder isso, porque há opiniões controversas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Tenho certeza, Senador...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Mas eu apresento o requerimento separadamente desse.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – V. Exª poderia encaminhá-lo.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Faço um requerimento verbal e preparo o requerimento e colho as assinaturas. Aproveitar a vinda da Ministra para discutir esse assunto. Se ela disser que não é ela, então vamos convocar quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Tenho certeza de que, com o prestígio sempre crescente do Senador Delcídio Amaral junto à Ministra Dilma Rousseff, ela não se recusará a atendê-lo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, excelente sugestão, como são sempre excelentes as sugestões de V. Exª, comprometo-me, meu caro Senador João Ribeiro, de falar com a Ministra Dilma Rousseff, que está chegando do exterior hoje para solicitar uma audiência, para que V. Exª converse com mais tranqüilidade a questão das reclusas, que são tão importantes para o Estado de Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Antes de passar a palavra o Senador César Borges, coloco em votação a convocação dos Ministros das Cidades, de autoria do Senador Delcídio Amaral.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, apenas para dizer que há também uma convocação anterior, nossa, ao Ministro das Cidades, Olívio Dutra, para que ele pudesse esclarecer aqui algumas declarações com relação a investimentos no setor de saneamento. Mas também não vejo nenhum óbice a que ele possa falar sobre problema de rede de infra-estrutura urbana básica, que é basicamente é serviço de saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não haveria nenhum problema, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E quem sabe, Sr. Presidente, também quero sugerir que seja incluído – posso fazer um adendo ao meu requerimento que disputa a questão do metrô, ou dos metrôs do Brasil, porque, no caso, há uma revolta na minha cidade, na capital, Salvador, porque foram contingenciados, de R$79 milhões, R$69 milhões foram contingenciados no metrô de Salvador. Só teremos para o metrô R$10 milhões, enquanto o de Belo Horizonte está sendo liberado na íntegra. O de Recife e também o de Fortaleza há uma liberação também muito pequena, mas maior do que o de Salvador. Então por que estão fazendo essa perseguição odiosa à cidade de Salvador. Não entendo. Talvez tenha motivações políticas por trás dessa questão, que eu gostaria, Sr. Presidente, que o Ministro viesse aqui e discutisse toda essa questão. É claro que é uma sessão longa porque ele terá que dar muitas explicações, mas acredito que poderemos englobar, nesse dia, o quanto antes melhor para que ele possa estar aqui debatendo com os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pois não, Senador César Borges. Com a ajuda do Senador Delcídio Amaral, que é o Líder do Governo aqui no Senado, Líder do PT no Senado, iremos envidar esforços no sentido de que essa convocação seja a mais rápida possível.

Com relação à colocação dos recursos, esta Comissão fez requerimento aos Governadores e já ouviu alguns Ministros sobre as prioridades que foram dadas aos recursos do acordo, do famoso acordo do FMI com o Governo brasileiro para aprovação do último Orçamento. Já recebemos respostas de cerca de seis ou sete Governadores que estão aguardando um maior volume, inclusive o Governador do Estado de V. Exª. Eu não fui consultado, o metrô é transporte, estaria dentro do contexto das prioridades desse recurso, mas não foram consultados. O Ministro da Agricultura, em audiência pública aqui na Câmara, também informou que não foi consultado sobre a matéria como também o Ministro de Turismo. De forma que estamos juntando um maior volume e iríamos convocar, no caso, em um futuro breve, o Ministro do Planejamento, até porque S. Exª foi o Presidente da Comissão de Orçamento à época daquela aprovação.

Penso que o País precisa tomar conhecimento de quem decidiu as prioridades orçamentárias, pois estamos vivendo uma realidade orçamentária, no mínimo, curiosa. Aprovados para investimento R$23 milhões, dos R$25 milhões; desses R$25 milhões, R$17 milhões foram contingenciados; desses R$17 milhões, R$2,9 milhões – são R$2 milhões do acordo com o FMI – esses não são contingenciados e nem poderão ser; eles terão que estar aplicados até o dia 31 do corrente ano. O restante do recurso, o que sobrou, ninguém sabe quando vai ser aplicado, de que maneira ou sequer se vai ser aplicado.

Antes de passar a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, eu queria...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – É sobre o assunto?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É o mesmo assunto do metrô.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pois não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu quero apenas lembrar que não é a primeira nem a décima vez que o Senador César Borges traz esse assunto ao Senado Federal. Cada vez que S. Exª aborda o assunto, penso que a situação está mais grave, está

piorando. É um absurdo o que está sendo feito com a cidade de Salvador. Deve haver algum problema, porque não há, efetivamente, nenhuma razão, como disse o Senador César Borges, para que os outros metrôs não tenham esse tipo de tratamento. Eu não quero que se contingenciem os outros, quero somente que não se contingencie o de Salvador diferentemente dos outros.

Então, eu gostaria de secundar essa posição e de pedir ao Líder do PT que também cuidasse desse assunto, pelos próprios laços afetivos que S. Exª tem com Salvador – pelo menos por isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Requerimento nº 3, de 2005.

"Nos termos do art. 98, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com data a ser marcada por Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, José Alencar, e com o Ministro de Estado de Turismo, Walfrido dos Mares Guia, com objetivo de discutir a grave situação financeira das empresas aéreas, bem como os programas de turismo e a política de céu aberto."

Assina o Presidente desta Comissão.

Em discussão, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Essa audiência conjunta possivelmente será marcada para quinta-feira próxima, às dez horas.

Aproveitando a oportunidade, Senador Delcídio Amaral, relator do projeto da Anac, indago se V. Exª já tem noção do prazo em que poderíamos começar a discutir, nesta Comissão, essa matéria, que é da maior importância para o País.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, já estou com o relatório pronto. Somente o estamos revisando. Possivelmente na segunda semana de maio já teremos condições de discutir o relatório sobre a Anac nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Portanto, a presença de V. Exª, na quinta-feira, na audiência, será fundamental.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com certeza. Vai ser fundamental para debatermos esse assunto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é uma subcomissão ligada à Comissão de Assuntos Econômicos, nesse mesmo sentido. Então, eu gostaria de pedir a V. Exª que comunicasse ao Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Seja anexado, e V. Exª seja incluído como um dos autores da convocação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ... para fazermos em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – O pedido de V. Exª está atendido.

A segunda sugestão que eu gostaria de apresentar a esta Comissão, ainda em caráter preliminar, era que fizéssemos, possivelmente no mês de junho, um grande debate sobre as PPPs, convocando o empresariado e integrantes da sociedade civil organizada.

Abriríamos, já a partir de agora, uma pequena comissão para a organização desse seminário, que penso ser fundamental. Eu rogaria ao Senador Rodolpho Tourinho, que é dos homens que se têm dedicado a esse tema, que participasse dessa comissão para avaliar pessoas produtivas nessa questão – pessoas do Governo e da sociedade civil. Possivelmente também poderia haver a participação de mais uma ou duas comissões, já que vamos haver alguns assuntos que são comuns a outras comissões. Discutiremos inclusive o local da abertura. Já tive uma conversa preliminar com o Presidente do Senado Federal, dependendo apenas da aprovação desta comissão para tocar esse projeto adiante.

Se V. Exª quiser participar da Comissão como Líder, ou se quiser indicar alguém para participar...

O SR. RODOLPHO TOURINO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de participar, porque penso que esse é um tema que vai tomar conta dos nossos debates nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Mais alguém gostaria de participar? (Pausa.)

Então, discutiríamos os nomes e os temas. Faríamos uma discussão preliminar. Até conversei com o funcionário da assessoria técnica do Senado Federal, que se colocou à disposição. Não sei se ele está aqui (Pausa.) Está aqui. Eu peço que depois o senhor entre em contato com o Senador Tourinho e com o Senador Delcídio para avançar um pouco na questão dos nomes, sobre aquelas idéias preliminarmente discutidas.

Sobre a mesa, resposta de Requerimento de Informação feito e já agora assinado pela Ministra Dilma Rousseff.

Reporto, por Ofício nº 249, de 08 de março de 2005, para encaminhar a V. Exª Memorando nº 101, de 2005, da Secretaria de Energia Elétrica deste Ministério, referente a Requerimento de Informação nº 1.479, de autoria da Comissão de Infra-Estrutura.

Atenciosamente, – Ministra **Dilma Rousseff.**

Para os Srs Senadores que tiverem interesse na matéria, ela se encontra aqui para ser copiada ou estar disponível para uma leitura rápida.

Senador João Ribeiro, quanto ao relatório de V. Exª sobre o horário de verão, V. Exª tem prazo para entrega?

O SR. JOÃO RIBEIRO (S/Partido-TO) – Já está na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Já está na Comissão, mas falta ser relatado. (Pausa.)

A informação da Assessoria é de que o relatório ainda não foi lido na Comissão.

O SR. JOÃO RIBEIRO (S/Partido – TO) – Não. Ele foi encaminhado à Comissão. Eu entreguei o relatório, ele não foi ainda lido, mas a sugestão do Senador Delcídio é que se faria após a...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Está certo, Excelência.

A Presidência indaga dos Srs Senadores se ainda existe uma matéria que desejem tratar nesta reunião (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h48min.)

Ata da 8ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e 7ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 28 de abril de 2005 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, na Ala Senador Nilo Coelho, sala nº 02, sob a Presidência dos Senhores Senadores HERÁCLITO FORTES e TASSO JEREISSATI, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Rodolpho Tourinho, João Capiberibi, Francisco Pereira, Gérson Camata, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Paulo Paim, Fernando Bezerra, César Borges, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Marcelo Crivela, Ana Júlia Carepa, Jefferson Peres, José Maranhão e Lúcia Vânia, reúnem-se conjuntamente,as Comissões Permanentes de Serviços de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Regional e Turismo. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as), Alberto Silva, Marco Maciel, Sérgio Zambiasi, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Aelton Freitas, Antônio Carlos Magalhães, Gilberto Mestrinho, Sérgio Cabral, Garibaldi Alves Filho, Maguito Vilela, Mozarildo Cavalcanti, Patrícia Saboya Gomes, Teotônio Villela Filho e Valmir Amaral. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Leonel Pavan. A presente reunião destina-se a Audiência Pública. Assuntos: Exposição sobre a crise financeira das empresas aéreas, bem como programas de turismo, política de céu aberto e instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Convidados: Dr. José Alencar, Vice-Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa e Deputado Walfrido Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo. Autores: Senadores Heráclito Fortes e Tasso Jereissati. Resultado: Audiência realizada. Após a explanação dos senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Heráclito Fortes, Tasso Jereissati, César Borges, Delcídio Amaral, Helio Costa, Flexa Ribeiro, Ana Julia Carepa e Paulo Paim. Extra-Pauta – Item nº 01 – Requerimento nº 06, de 2005. Assunto: Requeremos nos termos do Artigo 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada, com o Major Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC, com a finalidade de prestar esclarecimentos e informações complementares, sobre as empresas aéreas e também para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Autores: Senadores Heráclito Fortes e Tasso Jereissati. Iniciada a fase de discussão da matéria e não havendo oradores para discutir, passa-se a fase de votação, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado pelas Comissões. Item nº 02 – Requerimento nº 08, de 2005. Assunto: Requeremos nos termos do Artigo 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada, os seguintes convidados: Sr. Constantino de Oliveira Junior, Presidente da Gol Linhas Aéreas; Sr. Carlos Martins Pereira e Souza, Presidente da VARIG; e Sr. Marco Antônio Bolongna; Presidente da TAM; Sr. George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA e o Sr. Apostóle Lazáro Chryssasidis, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Aéreo Regional – ABTAR, com a finalidade de prestarem esclarecimentos e informações sobre as respectivas empresas aéreas e também para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Autores: Senadores Heráclito Fortes e Tasso Jereissati. Iniciada a fase de discussão da ma-

téria e não havendo oradores para discutir, passa-se a fase de votação, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado pelas Comissões. Nada mais havendo a tratar, os Senhores Presidentes agradecem a presença de todos e declaram encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário das Comissões, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, – Senador **Tasso Jereissati,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Obs.: Reunião Conjunta das Comissões de Desenvolivimento Regional e Turismo e da Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária, dispensando as formalidades de praxe. Trata-se de uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Infra-Estrutura, que será presidida pelo Senador Heráclito Fortes e por mim, como Vice-Presidente.

Antes de passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes para que presida e comande esta reunião, desejo apenas agradecer a presença do Vice-Presidente da República José Alencar, que tem sido absolutamente prestimoso a esta Comissão e a esta Casa, especialmente, no sentido do fornecimento de informações e da cooperação com os nossos trabalhos, talvez até pela sua tão fraternal convivência conosco, por se tratar de um Senador da República também. Então, não gostaria de deixar passar esta oportunidade de agradecer a imensa atenção que tem tido conosco em todas as oportunidades.

Gostaria também de agradecer ao Ministro Walfrido dos Mares Guia, que já esteve na Comissão de Turismo uma vez e, hoje, especialmente, não relutou em desmarcar um compromisso para estar presente e acompanhar esta discussão, que tem como objetivo definir os rumos do modelo da aviação comercial civil no Brasil e discutir, em conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura, a criação da nova Agência Nacional de Aviação Civil.

Dito isso, passo a palavra para presidir esta reunião ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Recebo com muito carinho e com muita alegria a palavra, mas faço um apelo para que V. Exª permaneça presidindo. V. Exª tem mais méritos do que eu, em todos os sentidos: já governou o seu Estado três vezes, é mais velho do que eu, então, tem todos os méritos para continuar presidindo. Dessa forma, faço um apelo para que continue presidindo, até porque servirá de aprendizagem para mim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Faço apenas uma retificação: já fui Governador do Ceará por três vezes, e o Senador Heráclito Fortes será Governador do Piauí, apesar de ser mais velho que eu – desejo retificar isso também.

Gostaria de convidar o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Dr. George Ermakoff, para vir à mesa também.

Iniciando, então, os nossos trabalhos, passo a palavra ao Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, Senador José Alencar.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati; Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes; meu caríssimo e eminente amigo, grande mineiro, Ministro do Turismo, Deputado Walfrido dos Mares Guia; Dr. George Ermakoff; Srªs e Srs. Senadores aqui presentes; senhoras e senhores, é com muita honra que hoje participamos desta reunião conjunta para conversarmos um pouco sobre questões ligadas à aviação civil.

Poderíamos fazer uma apresentação aqui hoje, se for permitido. Está conosco aqui hoje o Brigadeiro Godinho, que é titular do DAC e poderá dar informações seguras do que tem acontecido entre o poder concedente e as empresas que militam no mercado nacional.

Eu tenho comigo um curto texto de abertura, que eu me permito ler.

A aviação civil, em especial o transporte aéreo, vem exigindo atenção do Governo, considerando sua notória importância na globalizada e competitiva economia mundial, pois está diretamente relacionada às relações comerciais intra e entre nações.

Nesse contexto não pode um país prescindir da implementação de políticas voltadas para o fortalecimento do setor, sob pena de ver prejudicada a sua competitividade no cenário internacional. Aliás, vale aqui lembrar que o transporte aéreo no Brasil é explorado por particulares, empresas privadas, através de concessão de serviço público, ou seja, instituto pelo qual é feita a transferência da execução de um serviço do poder público ao privado. Sendo assim, não pode a administração eximir-se de cuidar da matéria, vez que a atividade é de sua competência, não obstante possa ser explorada indiretamente.

Esse é o fundamento inserto no inciso XII, **c**, do art. 21 da Constituição Federal.

> Art. 21. Compete à União:
> (...)
> XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
> (...)
> **c)** a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

Oportuno registrar ainda que, no mesmo sentido, é o mandamento descrito no Art. 180 do Código Brasileiro da Aeronáutica (Lei Federal nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986).

Art. 180. A exploração de serviços aéreos públicos dependerá sempre da prévia concessão, quando se tratar de transporte aéreo regular, ou de autorização, no caso de transporte aéreo não-regular ou de serviços especializados.

Dito isso, convém assinalar que no Brasil a proposição das diretrizes políticas para a aviação civil é atribuição do Conselho de Aviação Civil – Conac, órgão de assessoria do Presidente da República para esse assunto (Art. 1º e 2º do Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000).

Já a consecução das políticas propostas ficam a cargo do Departamento de Aviação Civil – DAC, que tem por competência o estudo, a orientação, o planejamento, a coordenação, o controle, o incentivo e o apoio às atividades da Aviação Civil pública e privada, conforme determinado em seu regulamento, aprovado pela Portaria nº 340/GC-3, de 2005, do Comandante da Aeronáutica.

É claro que aqui nós estamos falando, Sr. Presidente, de como está. A ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil, cujo projeto é de iniciativa do Executivo, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está tramitando. E obviamente ANAC faz parte da discussão desta audiência pública, justamente porque o projeto, já aprovado na Câmara, está tramitando pelo Senado. E nós não somos contra a criação da ANAC. Nós estamos aqui também prestando contas do que está sendo feito pelo órgão competente, que é o DAC. Poderá não sê-lo amanhã, na medida em que for criada a agencia nacional, a exemplo de outros setores que já possuem sua agência, como é o caso de energia elétrica, comunicação, águas etc.

Já a consecução das políticas propostas fica a cargo do Departamento de Aviação Civil, DAC, que tem por competência o estudo, a orientação, o planejamento, a coordenação, o controle, o incentivo e o apoio às atividades da aviação civil pública e privada, conforme determinado em seu regulamento aprovado pela portaria tal.

Sob a direção dos órgãos competentes, a aviação civil nacional já apresentou sensível evolução, como no caso da abertura do mercado doméstico para a entrada de novas empresas, o que se deu em virtude da implementação do sistema de liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas. Uma fonte para informação completa a respeito desse trecho é o endereço eletrônico do DAC.

Todavia, hoje é inegável que algumas companhias têm passado por difícil lance, afinal é de conhecimento público a saúde financeira de algumas dessas empresas. E mais: agravam o problema, entre outros fatores, com o freqüente aumento de preços dos produtos ligados ao transporte aéreo, a exemplo do combustível.

Não se pode esquecer, entretanto, de que a questão não é só interna, porquanto constata-se várias empresas norte-americanas promovendo cortes nos quadros de pessoal, redução de vôos. Algumas encontram-se em situações falimentares, valendo o mesmo para as companhias européias que, no máximo, apresentam resultados inexpressivos.

Analisando balanços das companhias européias, em comparação com algumas companhias nossas que estão operando bem, com saúde financeira e com dedicação, constatamos que as nossas apresentam resultados hoje altamente positivos, mesmo em relação às companhias européias e norte-americanas.

Sob o pálio dessa conjuntura, apresenta-se necessário uma célere atuação governamental com vistas a acudir o indisponível setor da aviação civil brasileira.

Destarte, é pertinente a apresentação de novas diretrizes, em consonância com o atual cenário mundial, sendo abordadas as limitações e os potenciais do Brasil em cotejo com os seus objetivos.

Para tanto, não podem ser olvidadas as metas internas, levando-se em conta o papel regulatório do mercado e a função do Estado na garantia dos direitos do consumidor e no combate à concorrência desleal.

Não podem ser esquecidas as diretrizes para o mercado internacional, com ênfase na importância do transporte aéreo como ponte na economia internacional, na transação de produtos e, especialmente, no incremento da atividade turística, atividade em que o nosso Ministro Walfrido Mares Guia, com a sua brilhante equipe, está representando um novo tempo de crescimento do turismo no Brasil.

É óbvio que a aviação civil, interna e externamente têm que estar sintonizada com esse grande objetivo nacional de desenvolvimento de uma atividade que traz divisas para o nosso País e gera empregos de maneira até excepcional em relação a outros setores de atividade.

É muito importante que a aviação civil esteja estreitamente ligada aos objetivos do Departamento de

Turismo, do Ministério de Turismo, no nosso País, que é muito importante para a economia brasileira.

Além disso, é imprescindível estabelecer diretrizes acerca da segurança contra atos terroristas e ilícitos, como tráfico de drogas e de armas, bem como manter regime tributário da aviação civil, de forma a conferir-lhe racionalidade.

A atuação do Poder Público sobre o setor aéreo volta a ganhar maior significação diante do quadro que atinge as empresas de transporte aéreo, exigindo do Governo decisões claras na busca de soluções para a superação do atual momento, que sejam efetivas e, ao mesmo tempo, não interfiram na construção de um cenário estável e competitivo.

Concomitantemente ao processo de desregulamentação, a liberalização do mercado de combustíveis, insumo crítico na formação dos custos da atividade, os sucessivos períodos de instabilidade no câmbio e as medidas de liberalização do acesso a mercados ocasionaram sucessivas guerras tarifárias e, por fim, a crise que atingiu o setor aéreo no mundo inteiro, após os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York.

O quadro de dificuldades levou à adoção de medidas emergenciais de controle da oferta e de adequação da demanda. Essas medidas foram necessárias, e os resultados positivos já se fazem sentir no campo real, demonstrados pelas taxas de ocupação crescentes. Será mostrada pelo Brigadeiro Godinho* a evolução do quadro de ocupação, com resultado altamente positivo para as empresas e para a economia, como um todo, das empresas aéreas. Então, essas medidas foram necessárias, e os resultados positivos já se percebem no campo real, demonstrados pelas taxas de ocupação crescentes e pela volta a uma situação de balanços lucrativos – balanços não só patrimoniais como de resultado das empresas aéreas brasileiras. Os resultados positivos já configuram uma situação de estabilidade e apontam rumo promissor.

O transporte aéreo deve ter a sua exploração exercida em regime de liberdade econômica, cabendo ao Estado o exercício do poder regulador, promovendo a defesa do consumidor, a promoção e a defesa da concorrência. O modelo institucional de atuação do Estado define-se pela existência de uma instância organizacional de planejamento que dá suporte ao Conselho Nacional da Aviação Civil (Conac), e uma instância operacional, com a missão de regular e fiscalizar a aviação civil. As atividades de regulação e fiscalização nos segmentos econômico e técnico serão realizadas pelo órgão regulador, cujas atividades serão balizadas pela orientações contidas no relatório "Análise e Avaliação do Atual Arranjo Institucional Brasileiro"*.

É sabido que, em algumas situações, os mercados não funcionam, e a alocação de recursos decorrentes das leis de mercado com retorno para os agentes produtivos não leva a um resultado ótimo para a sociedade e para os consumidores, que são as chamadas falhas de mercado.

O transporte aéreo depende da utilização de facilidades de infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica, que se caracterizam como monopólios naturais. A cadeia produtiva do setor é caracterizada por concentração econômica, oligopólios, que têm demonstrado grande poder frente às empresas aéreas: arrendatários de aeronaves, fornecedores de combustíveis, equipamentos, seguradoras e exploradores de infra-estrutura.

O emprego de tecnologia avançada e a importância dos requisitos de segurança e de operação da infra-estrutura tornaram a regulação técnica um fator crítico em termos de custos para o desenvolvimento da atividade, sendo os aspectos econômicos decorrentes tomados subsidiariamente em consideração. Historicamente, no mundo, esse fator é hipersensível às crises econômicas e de baixo retorno.

Esta fala inicial tem também como objetivo levar alguma contribuição para os trabalhos do Senado Federal no exame e na votação da criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

As empresas aéreas buscam, sistematicamente, uma maior participação no mercado, levando à expansão da oferta via ampliação da malha, reduções de tarifas e a conseqüente perda de rentabilidade, numa disputa cada vez mais acirrada, por vezes ruinosa, pelos mercados mais rentáveis e pelo acesso aos principais aeroportos.

Isso tem que ser levado em conta num trabalho de regulação. As agências têm poder para, exatamente, verificar tudo isso, assim como hoje o DAC (Departamento de Aviação Civil), que está fazendo esse trabalho e que vai transferir, logicamente, para a Agência, tão logo ela seja criada, todas as informações de sua experiência, mesmo porque há um período de convívio conjunto, até que se *démarre* o trabalho isolado e independente da agência. Então, o objetivo é um só, o objetivo é nacional. Nós todos temos que estar, obviamente, disponíveis para levar a nossa contribuição. E é assim que o DAC vai agir.

As empresas aéreas buscam sistematicamente uma maior participação no mercado, levando à expansão da oferta, via ampliação da malha, redução de tarifas e conseqüente perda de rentabilidade. A disputa é cada vez mais acirrada, por vezes até ruinosa pelos mercados mais rentáveis e pelo acesso aos principais aeroportos. Quer dizer, sempre que se fala neste as-

sunto se lembra da necessidade da regulação que, em última análise, era feita pela agência.

O setor passou de uma fase de controle estatal sobre a atividade econômica para a liberação total e isso também será mostrado pelo Brigadeiro Godinho. Nós tivemos períodos vários desde 1927 até os dias de hoje, e ele, de forma sucinta, vai dar uma informação valiosa para o Senado.

O setor passou de uma fase de controle estatal sobre a atividade econômica para uma fase de liberação total, em ritmo inadequado à adaptação dos agentes públicos e privados, com instrumentos públicos efetivos de acompanhamento pelo Estado, na defesa do consumidor e na defesa da concorrência.

Não se percebeu a integração do transporte aéreo e as peculiaridades da sua cadeia produtiva em que o seguimento convive com setores da economia monopolistas e oligopolistas exercitaram seu poder sobre o setor sem o hábito do exercício da competição. Isso também caracterizou a atividade do setor nesses anos. No entanto, deve-se prosseguir nos esforços para que se crie uma cultura da regulação econômica que estimule a concorrência, promovendo a transição para uma situação de busca de uma maior eficiência e rentabilidade, de forma coordenada com o sistema brasileiro da defesa da concorrência.

As diretrizes recomendadas para a regulação econômica do transporte aéreo no mercado doméstico refletem o esforço na busca do consenso entre representantes do governo, empresários e trabalhadores do setor. Com a participação de especialistas e representantes dos demais seguimentos da aviação civil, esses esforços deverão nortear a atuação dos órgãos governamentais na proposição das medidas de caráter legal ou normativo necessárias à plena implementação das diretrizes estabelecidas.

Aceita-se a hipótese de que há, neste momento, razão para regulação econômica, dada a interação do transporte aéreo com setores monopolistas ainda não adequadamente regulados, e as falhas de mercado que somente a médio prazo poderão ser contornadas. Aceita-se, também, que o setor de transporte aéreo deve ser exposto a cenários competitivos, o que induz a existência de um poder regulador, que observe, por princípio, o exercício da competição, sendo exceção a intervenção do órgão regulador. Como regra, considera-se que é papel do mercado a definição sobre ofertas e preço.

O órgão regulador, DAC, monitora o mercado e dispõe de instrumentos que lhe permitem atuar segundo regras conhecidas, com base no Código Brasileiro de Aeronáutica, Código de Defesa do Consumidor e na lei que trata da defesa da concorrência. É assim que tem trabalhado o DAC.

A criação da Agência Nacional da Construção Civil – Anac, deverá continuar o trabalho, tendo em vista os resultados que vêm sendo obtidos hoje e, se possível, aperfeiçoando-os. E será possível aperfeiçoá-los sim. Caberá à Anac, nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. No exercício de sua competência, a Anac, deverá implementar orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil – Conac, como tem sido observado pelo Departamento de Aviação Civil –DAC. Não tenho dúvida de que a Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, irá beneficiar-se da experiência que lhe será, obviamente, transferida pelo Departamento de Aviação Civil, conforme prevê o próprio projeto de sua criação.

Agora, Sr. Presidente, se me permite, para complementar a minha exposição, uma ligeira demonstração feita pelo Brigadeiro Godinho. O Sr. está preparado, Brigadeiro? É rápido e objetivo, para complementar as informações que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PFL – PE) – Eu gostaria de convidar o Senador Delcídio Amaral, na qualidade de Relator do projeto da Anac, para vir à mesa, por favor. (Pausa.)

Por favor, Brigadeiro Godinho, pode iniciar sua apresentação.

Muito obrigado.

O SR. BRIGADEIRO JORGE GODINHO BARRETO NERY – Bom-dia, senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, farei uma exposição curta, abordando, especificamente, dois aspectos que achamos importantes para que V. Exªs possam refletir.

O primeiro é um escorço sobre política de aviação civil aplicada no Brasil, como já citou o nosso Ministro, desde 1927, e, posteriormente, a situação econômico-financeira das empresas, para que também V. Exªs tenham uma idéia de como se encontram.

Nesta transparência, V. Exªs observam que de 1927 a 1961 foi aplicada a desregulamentação, ou seja, o livre acesso ao mercado e a liberdade tarifária. Tivemos como impacto esta conseqüência: surgimento de um elevado número de empresas, excesso de oferta, falências, fusões.

A partir de 1961, até 1989, foi feita uma revisão dessa política mediante a realização de Conferência Nacional de Aviação Civil, chamada de Conac, na década de 60. Houve aí uma fase acentuada da regulamentação, com o controle do acesso ao mercado

e com controle também de tarifas. Com o impacto, a conseqüência foi a redução do número de empresas, fazendo com que tivéssemos, naquela época, quatro grandes empresas.

De 1989 até 2003, houve um retorno à política de regulamentação, só que agora não tão intensa como no período passado. Uma regulamentação reduzida, com liberdade tarifária e de acesso ao mercado, isto confirmado pelos resultados da 5ª Conferência Nacional de Aviação Civil, em 1991, que estabeleceu algumas resoluções, uma política, que chamamos de "livro branco", que dizia que a regulamentação deveria existir à proporção que o mercado fosse dando condições para que ela fosse desregulamentada de maneira gradual e assim fosse feita até o ponto de equilíbrio.

Na realidade, no final da década de 90, foi mudada esta política para que houvesse a desregulamentação. Assim foi feito. Como conseqüência, tivemos um crescimento do número de empresas, chegando a 41, em 1998, havendo excesso de oferta, enfraquecimento da situação econômico-financeira da indústria como um todo, surgimento de empresas com estrutura administrativa e operacional de baixo custo e falência de uma empresa.

Em 2003, 2004 e neste ano foi retomada, de maneira gradual, a regulação, ou seja, a regulamentação, com a adequação da oferta à demanda e a permanência da liberdade tarifária. Como conseqüência, tivemos a operação conjunta de empresas mediante *code share*, conhecido de todos, recuperação econômica da indústria e crescimento das empresas de baixo custo.

Vou fazer a apresentação de uma planilha subseqüente para que os senhores tenham idéia do impacto e dos efeitos desta regulamentação feita a partir de março de 2003. Nessa planilha, observem que, em 1999, justamente na época em que a desregulamentação foi colocada, o aproveitamento médio da indústria – quando falamos em indústria, falamos em todas as empresas aéreas – era de 55%; a quantidade de assentos oferecidos girava em torno de 40 bilhões; foram ocupados assentos, ou seja, passageiros transportados, 22 bilhões. Havia 22 empresas, 286 cidades atendidas. Esta é a tarifa média da indústria em que o preço assento/quilômetro era 20 centavos e a indústria se encontrava com uma lucratividade de menos 2,9.

Em 2002, poderemos ressaltar esse aspecto aqui, ou seja, um viés descendente, aumentando de forma negativa a lucratividade da empresa para menos 8,3.

Em 2004, justamente o impacto desta política que está sendo feita a partir de março de 2003, obviamente não é só a política. Devemos reconhecer a situação por que o País passa, a estabilidade do dólar, a estabilidade econômica. Tudo isso contribuiu para que esse crescimento nos ajudasse a ter esse resultado na indústria. Observem os senhores que a liquidez, em 2004, passou para 7,5. Se fizermos uma comparação, vamos observar que chega a quase 16% essa recuperação do ano de 2002 para 2004.

Como conseqüência ainda dessa política, tivemos uma quantidade de aeronaves importadas e exportadas. Desde 2003, importamos 55 aeronaves e exportamos 60. Essas exportações são em conseqüência justamente da adequação da oferta, porque algumas empresas que tinham muitos assentos oferecidos resolveram se adequar e, com isso, tiveram que exportar alguns aviões.

Quanto à outra parte, o turismo, que é muito importante, foi uma preocupação havida pelo Departamento de Aviação Civil, não apenas pela criação de um Ministério, porque também gera uma política feita ao longo de algum tempo. Quanto aos vôos receptivos, que são os autorizados daqueles países que desejam visitar o nosso País para conhecê-lo, tivemos, em 2003, 755 autorizações; em 2004, 1.653; e, no primeiro quadrimestre, já chegamos praticamente à metade do que foi em 2004, com uma perspectiva de um aumento para que cheguemos ao final do ano, se Deus quiser, com um número muito maior do que este aqui previsto.

Por obséquio. No doméstico, autorizamos, em 2003, 12.457 vôos charter* para o turismo dentro do País; em 2004, já aumentou para 16.369; e, em 2005, estamos com expectativas muito boas para que isso comece a crescer e atinjamos, realmente, os objetivos que o Ministério do Turismo tanto deseja.

Agora vamos entrar na situação financeira das empresas, que é o segundo tópico daquilo a que me referi no início. Aqui os senhores terão idéia das empresas que representam praticamente 98% do mercado em termos de oferta: o Grupo Varig, TAM, VASP e Gol. Quando falamos Grupo Varig, estamos falando da Nordeste e da Rio Sul. Aqui está a receita, a despesa e o resultado de vôo de todas essas empresas. Os senhores podem ter aqui o resultado positivo da indústria. Dizemos que não há crise na indústria da aviação brasileira, porque o seu resultado é positivo. Aqui estão registrados os assentos/quilômetros que foram oferecidos nesses dois anos, a lucratividade e o aproveitamento das empresas.

Agora vamos apresentar outras planilhas, de tal forma que os Srs. possam ter uma idéia de cada empresa de per si.

O Grupo Varig. O Grupo Varig teve, no ano de 2004 e 2003, respectivamente, o resultado observado de quase 340 milhões. E aqui nós tivemos uma diminuição, mas com resultado positivo, chegando a quase

200 milhões. Nós tivemos aqui uma lucratividade de 2,56%, em 2004; de 4,75% no ano de 2003. Então, a Varig tem tido um resultado operacional positivo. O seu passivo é que, como todos nós estamos a momento tomando conhecimento pelos jornais, lhe dá essa situação peculiar por que ela passa.

A Empresa TAM. Também tivemos, em 2003, um resultado negativo na sua lucratividade. Entretanto, em 2004, após a política adotada, *code-share,* ou seja, tudo que for resultante disso, como falamos também, a própria economia, as pessoas viajando, etc, houve uma recuperação. Se fizermos uma comparação, provavelmente isso deve girar em torno de 300% nesses dois anos. E com esses outros resultados, uma lucratividade de 4,5% no ano de 2004, há uma negativa aqui de -3,5%, com aquele aproveitamento.

A Empresa Vasp. V. Exªs aqui tomarão conhecimento dos anos 2004 e 2003. Mas V. Exªs sabem que no ano de 2005, desde março, a empresa está com os seus aviões todos parados, em razão disso tudo que V. Exªs já têm conhecimento. Então, observem que houve um resultado negativo no ano de 2003. Esse resultado aumentou sensivelmente no ano de 2004, assim como a sua lucratividade.

A Empresa GOL. Nós tivemos, em 2003 e 2004, resultados excelentes também.E estamos aqui com a lucratividade, comparados os dois anos, de 16% e 24% com esse aproveitamento.

Encerramos aí a nossa apresentação, procurando, nesse curto espaço de tempo, ao menos deixar de uma forma visual essas informações para que V. Exªs possam refletir sobre elas.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Brigadeiro, V. Exª poderia me dar somente um esclarecimento? No quadro relativo a 1999/2003, em conseqüência do crescimento do número de empresas, do excesso de oferta, do enfraquecimento da situação econômico-financeira da indústria, de um modo geral, do surgimento de empresas com estrutura administrativo-operacional de baixo custo e falências (Transbrasil)... A situação da Transbrasil é de inoperância ou de falência?

O SR. BRIGADEIRO JORGE GODINHO BARRETO NERY – Ela, na realidade, para nós, do Departamento de Aviação Civil, órgão concedente, ela perdeu, ou seja, caducou a sua concessão. Na realidade, ela é uma empresa que existe na Junta, mas como empresa concessionária para explorar o serviço de transporte aéreo, legalmente, ela é uma empresa que para nós não existe. A não ser que ela volte a todo esse processo, para que ela retome tudo isso, porque a sua situação está em discussão, como problemas judiciais, etc. Mas, para o órgão concedente, a concessão da empresa caducou por lei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Brigadeiro Godinho, eu gostaria de agradecer a sua explanação, muito precisa, clara e didática. Gostaríamos de agradecer imensamente, em nome das Comissões, a sua participação.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, para as suas colocações. Lembro que um dos pontos principais dessa audiência pública é a criação da Anac e o novo modelo da aviação civil no Brasil.

O SR. WALDRIDO DOS MARES GUIA – Obrigado, Senador Jereissati, ilustre Senador, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão Permanente de Infra-Estrutura; prezado amigo e companheiro Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, José Alencar Gomes da Silva, Sr. Senador Delcídio Amaral, Sr. George Ermakoff, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, Presidente Tasso Jereissati e Presidente Heráclito Fortes, estamos vivendo um momento no turismo que eu chamaria, nesta audiência de hoje, de "ouro sobre azul". Vimos a apresentação do vice-Presidente e Ministro da Defesa em defesa da criação da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), para cumprir uma lei votada como lei complementar pelo Congresso e hoje materializada no Senado Federal, após o relatório ter sido aprovado naquela Casa.

Ouvimos a apresentação do Brigadeiro Godinho, que foi música para os meus ouvidos, e que, da altura de sua responsabilidade como Diretor-Geral do DAC, disse algo muito importante, não somente para nós, do Governo, do Poder Legislativo, mas para a imprensa e as entidades como um todo saberem que o setor aéreo não está em crise. O setor aéreo está em pleno crescimento, e os dados falam por si. Fiquei satisfeito, Brigadeiro, porque outro dia eu disse as mesmas palavras aqui. Um setor em que cresce o número de desembarques domésticos – na ordem de 20% – e de desembarques internacionais – 18% no ano passado – não pode estar em crise. Diante desse contexto, é muito mais fácil expor nossa posição favorável à criação da Anac.

Preparei rapidamente uma apresentação, sobretudo porque da última vez ficamos cinco horas aqui, e o Senador Jereissati me pediu que fosse menos prolixo hoje. Assim, preparei uma apresentação focada em quatro temas.

O primeiro diz respeito ao turismo. O Governo do Presidente Lula lançou um plano nacional no dia 29 de abril de 2003. Esse plano traz toda a política nacional

de turismo e está consubstanciado em cinco metas a serem atingidas até 2007, que é o prazo do PPA. A primeira meta é criar um milhão e duzentos mil empregos novos no Brasil. A segunda é aumentar o número de turistas estrangeiros para nove milhões, contra três milhões e oitocentos, em 2002. Começamos em 2003. No ano de 2003, recebemos quatro milhões e 100 mil turistas. No ano passado, 4 milhões e 800 mil. Este ano, deveremos receber entre 5 milhões e 800 mil e seis milhões. Deveremos alcançar, portanto, 9 milhões em 2007. Vamos mais que dobrar a entrada de turistas estrangeiros no Brasil, no presente Governo.

Há uma geração de US$8 bilhões na economia em razão do turismo. No ano de 2002, entraram no Brasil US$2 bilhões e 460 milhões. Em 2003, US$3 bilhões e 100 milhões. E, em 2004, US$3 bilhões e 800 milhões, sendo que US$3 bilhões e 222 milhões no Banco Central, e o restante, calculado por pesquisas da FIP e do Ministério do Turismo, em relação aos pagamentos diretos feitos em moeda estrangeira. Estamos com quase metade da meta alcançada em 2004, e vamos ultrapassar US$4,5 bilhões este ano. Chegaremos a US$8 bilhões, em 2007, porque o crescimento é contínuo e crescente. As taxas superam o crescimento um ano após o outro.

A quarta meta, que é fundamental para o desenvolvimento do turismo no Brasil, diz respeito ao turismo doméstico. São 65 milhões de desembarques domésticos em nossos aeroportos, contra 30,5 milhões em 2003 e 36 milhões em 2004. A meta é chegar a 65 milhões de desembarques domésticos, ou seja, vamos mais que dobrar o número de brasileiros que desembarcam em aeroportos nacionais por qualquer motivo e permanecem pelo menos um dia no destino.

A quinta meta é ampliar e estruturar a oferta turística no Brasil. Traduzindo: criar novos destinos turísticos, novas regiões turísticas, novos pontos de atração devido ao ativo da natureza que temos, ao patrimônio natural e ao cultural.

A vinculação do turismo ao setor aéreo é total. Na audiência anterior, eu disse, de uma maneira espontânea, que o "calcanhar de Aquiles" do Plano Nacional de Turismo é a aviação civil. E é fácil entender isso. Temos um País continental em que gastamos cinco horas de jato para sair do norte ao sul, ou de leste a oeste, num jato moderno, de 900 km/hora. É um país gigantesco, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 5.561 Municípios, e estamos atendendo apenas a 132 destinos.

Então, temos um trabalho hercúleo a fazer, para que possamos ocupar esses destinos maravilhosos que o Brasil tem, ainda não comercializados. O Plano chamado Roteiros do Brasil, de regiões turísticas, lançado pelo Presidente Lula, no dia 29 de abril do ano passado, quando comemoramos um ano do Plano Nacional de Turismo, será materializado, agora, no Salão do Turismo, de 1º a 5 de junho, em São Paulo.

Sr. Presidente, permita-me convidar os Srs. Senadores a visitarem o Salão, porque os 26 Estados e o Distrito Federal vão apresentar 111 novos destinos turísticos a serem comercializados e aproveitados no Brasil.

Então, é intrínseca a relação entre o desenvolvimento do turismo e a aviação.

O Presidente, na sua apresentação, disse a palavra "ponte", afirmando que a aviação civil faz com que se crie uma ponte entre um hemisfério e outro. Temos dificuldade de fazer a integração da América do Sul, porque ainda não temos determinadas pontes reais de estradas que ligam, por exemplo, Roraima até a Guiana Francesa, o Amapá até a Guiana Francesa, Roraima ao Suriname, o Acre à Bolívia.

Essas pontes estão sendo construídas. A nossa integração rodoviária praticamente inexiste na América do Sul como um todo e da forma como gostaríamos para se fazer turismo. Essa é uma atividade econômica relevante entre os países da América do Sul. Não estamos nem falando em relação aos demais. Então, as linhas aéreas são, de fato, a verdadeira integração entre os países. Elas são como o sangue que correria na veia chamada integração do nosso continente sul-americano.

Assim, elas são fundamentais para nós, assim como a integração com a Europa e com os Estados Unidos, no sentido de termos acesso a esses países cada vez mais rapidamente. Quero apenas dar um exemplo, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, a respeito de um telefonema que o Presidente me deu outro dia, indignado, porque estava visitando a Nigéria, um país de mais de 100 milhões habitantes, com relações comerciais importantes com o Brasil, e não havia nenhum vôo entre Nigéria e Brasil. Ele me telefonou de lá, perguntando por que não havia vôo para aquele país. Obviamente, não soube responder na hora, mas uma das estratégias que temos de criar é no sentido de incentivar as nossas empresas a fazerem essas conexões com os países que são parceiros econômicos e sociais e com aqueles que possam trazer os turistas, lembrando que precisa ser num ambiente competitivo, com resultado saudável.

Então, a vinculação do turismo com a aviação civil é fundamental. Um dos números que o Brigadeiro Godinho apresentou fala por si só. O número de vôos não regulares, os chamados vôos *charters*, que no Brasil estão apenas começando, em 2003, saíram de 12.457 para 16.368. E o crescimento neste ano ainda

será maior. Na alta temporada na Europa os vôos *charters* representam 40% dos vôos ofertados. No Brasil, no pico, eles representam 12%.

Temos um número extraordinário pela frente, uma janela de oportunidades para crescer. Os vôos *charters* são aqueles que facilitam a vinda do turista de renda menor, porque eles compram os pacotes, os aviões vêm lotados com um destino específico, facilitando a entrada de turistas internacionais no Brasil.

Eles vêm tanto da Europa quanto da América do Sul. Só a Região Sul do Brasil recebeu, agora, na temporada, mais de 900 vôos *charters*, que desembocaram entre Florianópolis e Navegantes.

Então, todas as ações no sentido de preservar, fortalecer, as empresas aéreas brasileiras têm que ser apoiadas pelo Ministério do Turismo. Isso não significa que estejamos defendo que se abra mão da competitividade, porque a competição é fundamental – e da expansão do turismo na economia brasileira.

O Vice-Presidente colocou aqui também uma questão importante para podermos entender esse mecanismo todo da competição. As empresas aéreas competem – e o Brigadeiro mostrou ali os cenários – e é saudável que elas compitam e é saudável que essa competição reflita no bolso do consumidor com tarifas. Mas temos que prestar atenção – o Governo Federal, o Poder Executivo, os Legisladores e o Congresso Nacional – para que, independentemente de estarmos estimulando a competição, os setores que fornecem para a aviação estão monopolizados ou oligopolizados. E é um absurdo, porque já estamos trabalhando nele. Inclusive, tive uma reunião de quase uma tarde com o Jorge Ermakoff, outro dia, e ele me deu uma aula sobre a estrutura do QAV.

O nosso querosene de aviação é absurdamente caro. Ele traz em si um preço embutido de, no mínimo, mais 16%, porque ele é calculado pela Petrobras como se tivéssemos importando 100% do QAV, do Golfo Pérsico, trazendo-o para o Brasil. E essa logística de trazer "do Golfo Pérsico para o Brasil" aumenta em 16% o preço do QAV.

Então, isso vai direto no resultado das empresas, porque 25% do custo total da operação das aeronaves é representada pelo querosene. E fabricamos 85% desse querosene dentro do Brasil, quer dizer, o lógico é que esses 16% não fossem cobrados sobre esses 85%; e que fosse cobrado sobre ele aquilo que é o custo da logística, e não partindo da premissa de que ele deveria vir lá do outro lado do mundo, lá do Oriente Médio, do Golfo Pérsico.

Então, esses assuntos todos estão conosco. Vamos trabalhar agora junto à Casa Civil, num grupo com o Ministério da Defesa, com o Ministério do Turismo, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério das Minas e Energia para que possamos convencer a Petrobras por meio do Ministério das Minas e Energia para rever essa política do QAV. Ela é danosa, ela é marginal no lucro da Petrobras e ela é crucial na competitividade das empresas aéreas brasileiras, porque qualquer 2% ou 3% ali aumenta em 50% o lucro das empresas.

Vimos aqui, nos dados, que o setor, no ano de 2004, teve uma lucratividade média de 3,58%, considerando que uma das empresas teve prejuízo. Então, aumentar em 2% a lucratividade é muita coisa; é 50% do lucro médio do ano passado. E podemos conseguir mais do que isso atuando numa única variável que depende de uma decisão da Petrobras.

Sr. Vice-Presidente, já falei com a Ministra Dilma, já falei com o José Eduardo Dutra, que é o Presidente da Petrobrás. Agora, vou aproveitar aqui publicamente para pedir a V. Exª que convoque a Ministra, o Presidente da Petrobras e eu para resolvermos isso e levarmos ao Presidente da República o assunto liquidado, porque essa é a grande demanda que o setor tem para resolver com uma penada, que não demora, não precisa de lei, não precisa de nada, essa decisão de colocar o preço do QAV justo em relação à competição internacional.

Então, para nós, quero apenas abrir aqui a importância para esse Plano Nacional de Turismo, gerar um milhão e duzentos mil empregos. Cada emprego no turismo, Srªs e Srs. Senadores, custa menos de R$20 mil . Um emprego na indústria média hoje custa acima de R$200; e, no turismo, é menos de R$20. E há uma vontade do mundo em visitar o Brasil, inclusive estamos vendo que, em alguns países do mundo, eles dizem que o Brasil está na moda.

E vou dar um dado aqui que mostra isso, um dado que saiu publicado ontem pela Infraero. O dado diz o seguinte: mês de março de 2004. Tivemos 482 mil desembarques domésticos no Brasil – no mês de março de 2004; no mês de março de 2005, tivemos 586.999 desembarques; 21,6% a mais – em um mês! Agora, o consolidado: janeiro, fevereiro e março do desembarque internacional: todas as pessoas que desembarcaram – aí conta inclusive os brasileiros, que são minoria nisso, imensa minoria – tivemos um desembarque de um milhão e meio, no ano passado, um milhão, quinhentos mil, cento e cinqüenta e oito desembarques; e, este ano, um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete desembarques; 23,05% de crescimento. Quer dizer, num ano, estamos com 23% de aumento e, num mês, estamos com 21% de aumento. Se alguém falar que temos crise é porque não está querendo ver os números, não está querendo colocar o termômetro para ver se há febre. Não te-

mos febre e nem crise, temos um problema, como foi mostrado aqui, de uma empresa que, felizmente, tem resultado positivo, que tem uma cultura operacional invejável, que tem serviços prestados ao Brasil, mas tem a sua estrutura de capital desequilibrada, o que é um problema, teoricamente, dos acionistas. Mas o setor está absolutamente forte e positivo.

O Vice-Presidente falou e quero falar também da importância de não diminuirmos, não desvalorizarmos a competitividade do setor. A competitividade do setor aéreo é fundamental para que o setor se aprimore, crie condições de atender cada vez melhor ao cliente e crie condições de atender ao trabalhador brasileiro, ao bolso do trabalhador brasileiro. Dos 75 milhões da PEA que estão empregados, mais ou menos 65 ou 66 milhões estão empregados, o salário médio desses brasileiros é de R$1.000,00 por mês. Então, na hora em que a gente começa a ver pacotes turísticos em avião, em que o turista paga 10 prestações de R$60,00 para viajar para pontos turísticos, destinos turísticos, começa a dar uma alegria, para permitir que o trabalhador brasileiro conheça as maravilhas do Brasil e não apenas uma faixa de segmento.

É muito importante que tenhamos essa abertura para os vôos *charters,* a facilidade da competição, a compra de novas aeronaves, aumentar o nível de competição, de gerenciamento. E não devemos nos assustar, e aí já falando com a experiência de empresário e com a responsabilidade de falar do lado do Vice-Presidente e Ministro da Defesa, que é um empresário brilhante e vitorioso, porque em qualquer setor há gente que ganha, que cresce, que brilha e também gente que quebra. Quebra banco, quebra indústria de petróleo, quebra empresa de aviação, quebra escola, quebra hospital, quebra indústria do aço, é imune à má gestão a derrocada de uma companhia. E, hoje, a gente já tem a questão do gerenciamento, da gestão de qualidade, da gestão de excelência com uma coisa quase científica. Já tem premissas de gestão que são conhecidas, que as empresas têm que procurar.

Um exemplo são as empresas mais novas, que estão trabalhando aí com condições extraordinárias, as chamadas *low costs,* no mundo inteiro. A gente tem que incentivar, de um lado, a competição, mas do outro lado olhar, também, que os setores fornecedores tenham que diminuir essa pressão dos oligopólios e entender que o setor competitivo precisa de alimentação também.

Vou pular a questão que chamei de "céus abertos", Senador Jereissati, porque o Senador Heráclito Fortes tinha, na convocação, falado em céus abertos, mas eu já falei com ele em particular, Vou dizer apenas uma frase. Céus abertos, para nós, em relação à América do Sul, é muito bom. Céus abertos, para nós, em relação às empresas americanas é muito ruim. Porque a maior empresa nossa tem menos de 90 aviões e a média das grandes empresas americanas tem mais de 800. Então é uma competição em que vamos só perder. É a mesma coisa que incentivarmos uma pequena lojinha de um bairro e querer colocá-la ao lado de um *shopping center* ou do lado de um Carrefour.

Devemos ter cuidado, não podemos nem ser contra nem a favor da política de céus abertos. Temos que ser a favor quando ela for boa para nós. Por exemplo, em relação à América do Sul ela é boa para nós. Em relação à Europa e aos Estados Unidos pode ser que ela seja extremamente danosa para nós. Em relação aos Emirados Árabes, por exemplo, pode ser que ela seja ótima, porque eles agora querem ter 14 vôos semanais para o Brasil, 2 vôos diários, Dubai–São Paulo e Dubai–Rio. E já tem gente deles aqui no Brasil trabalhando no treinamento de pessoal de bordo, de venda de passagem, de hábitos de atitudes de árabes, adaptação de hotéis em São Paulo e Rio, já estão trabalhando. E vamos ter os vôos no segundo semestre, um vôo diário de Dubai–São Paulo e no ano que vem um vôo diário de Dubai–Rio. E eles acham que podem chegar a cinco vôos, porque têm 14 para Londres e 6 para Austrália.

Então, há uma vontade do mundo de conhecer o Brasil, não só os países mais tradicionais da Europa, com que temos relacionamento, mas uma vontade do mundo inteiro. Então, essa indagação que o Senador Heráclito Fortes me fez sobre céus abertos temos que dizer que, como político ;temos que ver caso a caso.

Voltando à questão da criação da Anac, que é o foco desta reunião, quero começar pelo fim, dizendo que nós, o Ministério do Turismo, é 100% a favor da criação da Anac. É um instrumento eficaz da sociedade civil e que traz absoluta transparência e segurança para o investidor. É um modelo novo de gestão – e nisso não tem nenhum desapreço ao modelo vigente, porque sabemos da competência do DAC, não só agora, sob a direção do Brigadeiro Godinho, mas sob a direção dos outros: do Washington, do Grossi, e de tantos outros que lutaram, e os resultados foram de certa maneira ali apresentados – é uma evolução em que antigamente o poder federal era dono e controlava e passou a ser concessionário, passou a conceder, e entregou à sociedade, através do modelo das agências, a fiscalização. E mais do que isso: o art. 21 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, diz, tacitamente, que uma lei criará – não é poderá criar não, é criará, portanto, ele é mandatório – a Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Defesa, órgão regulador e fiscalizador da aviação civil e da infra-estrutura aero-

náutica e aeroportuária, estabelecendo, entre outras matérias institucionais, quais, dentre as atividades e procedimentos referidos nos incisos I a IV do art. 18, serão de sua responsabilidade.

Quer dizer, o que vai ficar na Anac e o que vai ficar no comando da Aeronáutica. O controle do espaço aéreo, obviamente, tem que ficar no comando da Aeronáutica. Mas as outras operações de infra-estrutura aeroportuária e controle vôo etc, tudo na Anac. Isso é uma lei. Essa lei, para ser criada como manda a Lei Complementar, já passou pelo Congresso e está na Câmara, e, felizmente, aqui está entre nós o ilustre Senador Delcídio Amaral, que é o Relator na Comissão de Infra-Estrutura.

Então, estamos aqui cumprindo uma determinação de uma Lei Complementar, e nós somos a favor, obviamente.

O projeto oriundo da Câmara – eu quero dizer que participei um pouco dessa discussão quando eu era Deputado, na gestão passada – foi o fruto de um longo e difícil acordo, em que o Sindicato dos Aeronautas e o Sindicato dos Aeroviários tiveram uma condição de dar a sua opinião com toda a franqueza, e esse acordo foi construído pouco a pouco, e ele foi discutido também no momento em que a aviação no mundo inteiro passou por uma baixa. Aquela questão das torres gêmeas, no 11 de setembro, aquilo foi um desastre para o turismo no ano de 2002. Vocês viram os resultados aqui que o Brigadeiro mostrou. Em 2002 foi o pior ano da aviação civil do turismo no mundo, foi um desastre. E ainda veio a gripe asiática Sars, e ainda tivemos a invasão do Iraque. Mas o turismo tem uma característica: ele se recupera com muita facilidade. Dois anos depois que ele ficou parado ou caiu, ele cresceu 10% no ano passado. Em relação a 2003, o turismo internacional cresceu 10%; o turismo do Brasil cresceu 15%; no mundo, ele cresceu 10%; no ano anterior, ele ficou parado; e, no ano de 2000, ele diminuiu um pouquinho. Ano passado, 770 milhões de pessoas viajaram pelo mundo, entre países; no ano de 2003, 694 milhões; 2002, 700 milhões. A projeção para este ano, 2005, é mais de 800 milhões de pessoas viajando. E a meta da OMT para 2010, Organização Mundial de Turismo, que é um órgão especializado das Nações Unidas, é 1,6 bilhão de turistas viajando entre países. Quer dizer, vai aumentar mais de 40% em cinco anos, tudo o que nós temos até hoje. Imagine o que isso vem de hotéis, restaurantes, traslados, agências de viagens, *tours* operadores, guias, aeroportos, aviões, navios, lanchas, ônibus rodoviários, ônibus especiais para o turismo; quer dizer, é um mundo. Daqui a cinco anos, vamos ser 40% maiores do que somos hoje. E o Brasil tem que crescer mais depressa, porque estamos menos da metade da média mundial. O PIB mundial médio do turismo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é 10% do PIB mundial. Quer dizer, o turismo representa um décimo de toda a riqueza criada no mundo. Dez por cento do PIB mundial se deve ao turismo. No Brasil, é menos de 5%. Se 10% é a média, têm países que estão acima de 10%, e tem muitos, que eu podia citar aqui, que eu já conheço, inclusive já os visitei, que têm PIB até de 20%. Por exemplo, as Ilhas Maldivas, que foram, recentemente, sacrificadas com a Tsunami, no Oceano Índico, as Ilhas Maldivas, que ficam na costa da África, com 70% do PIB devido do turismo; mas, na Espanha, é de 12,3%; na França, 12,1%; no Líbano, 16%; nos Estados Unidos, 9%. O PIB americano de turismo é maior do que o PIB do Brasil. O PIB americano é de US$11 trilhões, 9% disso é quase US$1 trilhão, e o PIB do Brasil é de 600 bilhões. É um negócio gigantesco, fantasticamente grande, cria emprego numa velocidade estratosférica e um emprego barato que cresce depressa.

Portanto, é um setor que o Brasil tem que abraçar, como está abraçando, os Governadores estão apoiando, todos os Governadores do Brasil hoje colocam o turismo como prioridade. O Nordeste está dando um show. Não vou nem falar nos que estão na ponta da ponta, para não causar ciúmes. Está na hora do turismo no Brasil, e a criação da Anac vai ajudar o turismo brasileiro a crescer. Com competição, transparência, segurança nos investimentos, e a Anac vai ter que responder uma pergunta. A resposta que a Agência Nacional terá que dar para todos os setores, para todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no setor é como e quando ela vai poder fazer valer o seu papel de regulador como interventor. Enquanto estiver tudo funcionando bem, as empresas vendendo, ocupando os assentos acima de um valor mínimo, abaixo do qual a agência tem que colocar o olho, termo técnico chamado *load fafctoring*, enquanto estiver isso funcionando, o setor estará em céu de brigadeiro. No momento em que uma empresa tiver um problema, a agência tem como atuar, e aí ela tem que explicitar o como, o quando e o porquê. O que ela tem que fazer virá na lei, e como ela faz consulta prévia, é pública, tem a intervenção do Congresso Nacional, não é um órgão de governo, ela capilariza e oxigena a participação de todos. É uma vantagem para todos a criação da Anac. Aliás, não sei quem perderia com a criação da Anac. Acredito que ninguém perde, todos ganham. Esse é um jogo de ganha-ganha.

Não acho que a Aeronáutica perde; acho que a Aeronáutica ganha. Essa é minha opinião. Pensei nessa pergunta, Senador Hélio Costa, ouvi V. Exª falando. Ela pode perder, digamos, um pedaço de uma ação

que ela é competente para fazer, mas ela ganha como uma força armada que tem que defender o território, que tem os seus quadros altamente qualificados.

Sem querer fazer média, ainda mais com o vice-Presidente do meu lado, que é o Ministro da Defesa, digo que o Brasil inteiro respeita e admira as Forças Armadas, que tem um papel absolutamente competente; e, sobretudo, no caso da Aeronáutica, está mostrando a competência do DAC. A sociedade civil é maior do que toda essa situação e temos uma lei que o País optou por ela – não foi nem neste Governo, foi no passado, de oxigenar as agências, porque o Brasil não quer ser mais dono de empresa, ele quer que os serviços sejam concedidos a terceiros e, portanto, temos que regular.

Do nosso lado, do Ministério, somos rigorosamente a favor.

Queria terminar, porque já recebi o papel do Presidente – hoje não vamos longe, não – dizendo que a Anac deverá ter a responsabilidade também sobre a regulamentação técnica. O que é isso? Quando a Embraer fabrica um avião – estou citando a Embraer entre outras que fabricam – que vai vender este avião para fora, já há uma regulação técnica feita pelo IFE, Instituto de Fomento Industrial, ligado ao ITA-CTA que este instituto já tem uma qualificação, aceita no mundo inteiro, para regular que um avião comercial, da aviação civil, feito no Brasil, possa ser comprado para outro país sem problema.

Para esses detalhes, o Relator, Senador Delcídio Amaral já está atento e, no fundo, de todos aqueles itens, de 1 a 4, no art. 18 da lei, vamos ver o que vai ser consistente com a Anac e o que vai ser consistente com o Comando Militar da Aeronáutica.

É importante, na hora de o Senado votar, lembrar essa questão da competição. Queremos incentivar a competição, mas queremos também ficar de olho nos setores oligopolizados que, às vezes, prejudicam, que mesmo havendo competição no setor aéreo, as empresas possam ter um resultado justo pelo trabalho que estão fazendo por causa da acomodação de outros setores.

Estamos andando para a frente, acho que é um grande passo. Cumprimento os Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes por fazerem esta audiência e agradeço, em nome do Ministério do Turismo, a oportunidade de participar dela, ainda mais na ilustre companhia do nosso querido Vice-Presidente e Ministro da Defesa, de quem tenho a honra de ser amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Eu queria agradecer imensamente ao Ministro Mares Guia por mais essa brilhante apresentação sobre a questão do turismo, especificamente as conseqüências sobre o turismo da criação da nova agência de aviação civil.

Convido o Senador Heráclito Fortes para presidir a segunda parte desta reunião, quando passaremos aos debates.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Sr. Presidente Tasso Jereissati, presidente perpétuo desta audiência pública, ouvimos a exposição globalizada do Sr. Ministro da Defesa e também a parte técnica aqui apresentada pelo Brigadeiro Godinho. Na sua segunda parte, ouvimos a exposição desse verdadeiro corretor de otimismo, que é o nosso Ministro Mares Guia, uma das melhores figuras públicas que o País possui neste momento.

A idéia da realização desta audiência pública conjunta é ganhar tempo, são duas comissões envolvidas na mesma questão. Como foi dito pelo próprio Ministro do Turismo e pelos que fizeram uso da palavra, se vê que a ANAC é uma necessidade para o Brasil neste momento, exatamente porque talvez seja o que falta para a estabilidade do setor aéreo. Sabemos que existem divergências, mas isso é uma questão de ajuste, e nada melhor do que se ter como relator o Senador Delcídio, por sua habilidade e, acima de tudo, por sua capacidade de negociação. De forma que fazemos votos que tenhamos, finalmente, Presidente Tasso, Vice-Presidente da República José Alencar, Ministro Mares Guia, o início da discussão e, finalmente, a aprovação da ANAC.

Passarei, em seguida, a palavra ao Relator. Antes, porém, gostaria, Sr. Vice-Presidente José Alencar, de ler um documento que recebemos do Sindicato Nacional dos Aeroviários, filiado à CUT, dirigido ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura na data de ontem.

"Prezado Senador,

Como representante do maior sindicato de aeroviários no Brasil e conhecedora, na data de ontem, da realização da audiência na Comissão de Infra-Estrutura, onde estarão presentes os Srs. Ministros da Defesa José Alencar e do Turismo, Mares Guia...

Neste momento, vivemos o drama desesperador de 4 mil desempregados que assola os trabalhadores da Vasp. Sabendo que a Varig deverá ser a próxima empresa a encerrar suas atividades possibilitando o contingente de 70 mil trabalhadores demitidos, visto que, no fechamento da Vasp, deverão ser demitidos 35 mil assistidos, pois o Grupo Varig é o maior patrocinador do fundo de pensão que abrange esses trabalhadores da Vasp.

Diante desse drama que poderia ter sido evitado caso os ministérios que compõem o Conac tivessem adotado as 18 resoluções aprovadas há mais de um

ano, evitando, assim, todo esse drama relatado acima, o qual estamos presenciando.

Em virtude disso, gostaríamos que o nobre Senador pudesse efetivamente solicitar esclarecimentos ao Exmº Sr. Ministro José Alencar. Por qual motivo as resoluções do Conac não foram colocadas em prática? Quais os motivos do Governo Federal para causar desemprego máximo na aviação? Por que não se realizou o encontro de contas onde a Varig foi vitoriosa no STJ e onde a lei permite realizá-lo? Favoreceria ambas as partes: o Governo, que pagaria menos do que deve, e o setor aéreo, o qual sairia do drama em que vive e iniciado no Governo FHC. Como está a aprovação da Anac, agência reguladora do setor e que iria resolver, regular e contribuir com a melhoria da aviação civil brasileira.

Colocando-me ao inteiro dispor de V. Exª para qualquer esclarecimento, Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Essas são as perguntas, Sr. Presidente. Gostaríamos de saber se V. Exª poderia respondê-las atendendo a uma solicitação da Presidente. Antes, porém, solicitamos à Assessoria da Comissão para que toda vez que fizermos uma audiência técnica ou uma audiência pública, esses sindicatos, os organismos envolvidos, sejam avisados com certa antecedência.

O SR. MINISTRO (José Alencar) A pergunta é da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Drª Selma Balbino. Esse sindicato é ligado à CUT. Vamos tentar responder a todas as perguntas colocadas pela ilustre Presidente.

Com relação às resoluções do Conac, como são várias e são várias folhas, se ela estiver presente ou se estiver presente algum representante dela, eu gostaria de passar-lhe às mãos uma cópia do que está aqui. Solicito até que sejam tiradas cópias desse documento que mostra todas as resoluções do Conac, para que sejam distribuídas aos Senadores da Comissão. Se for possível, pedimos à Casa que o faça.

Com relação à Vasp, que é a primeira pergunta; ou seja, aqui se diz que vivemos o drama desesperador de quatro mil desempregos que assolam os trabalhadores da Vasp. Eu posso informar à ilustre Presidente do Sindicato que quando assumimos o Ministério da Defesa já encontramos essa companhia numa situação muito difícil. Procuramos fazer tudo que estava ao nosso alcance para ajudá-la a superar aquelas dificuldades. Por várias vezes, entramos em contatos com órgãos de financiamentos, como o Banco do Brasil, com fornecedores, como é o caso da Petrobras, pedindo compreensão, desde que, com garantia, como eles prometiam, fosse-lhes dado algum crédito para que suportassem a crise. A Vasp não conseguiu superar as dificuldades. Não conseguiu atravessar aquela ponte para alcançar um período em que pudesse se recuperar, através de uma decisão de mercado. Isso porque o Estado não poderia, de forma alguma, voltar a operar diretamente uma linha aérea. Não é esse o objetivo do Estado.

Quando se fala, por exemplo, na criação da Anac, isso ocorre justamente porque o Estado deseja participar como poder concedente e como órgão regulador. Essa é uma atividade eminentemente privada. Ficamos realmente preocupados com a questão do desemprego que isso poderia ocasionar. A pergunta em razão fala numa decisão – não é o caso da Vasp, mas da Varig – judicial pelo STJ, Superior Tribunal de Justiça, que foi a última instância pelo qual já transitou em julgado a ação da Varig contra o Estado, cobrando diferenças de tarifas e outras coisas mais, o que lhe deu um ganho de causa no STJ. O próprio Presidente do STJ sugeriu – um fato inusitado – que realizássemos um encontro entre Estado e empresas, nesse caso também com a Vasp, que tem ação similar, também a TAM, que tem ação similar e que ainda não foi julgada pelo STJ.

Essas ações poderiam ser objeto de um acordo entre as empresas e o Governo, o que ficou denominado um encontro de contas. Por que encontro de contas? Porque as empresas devem ao Estado. No caso da Varig, que foi a ação julgada no STJ o valor dessa ação deve estar entre 1/3, no máximo a metade do que representa a dívida da empresa para com o estado. Então, esse encontro de contas, ainda que tivéssemos participado da reunião para esse encontro de contas, ele não foi feito porque a Advocacia-Geral da União discorda, tendo em vista o fato de que o estado deve fazer o recurso quase que automaticamente para a última Instância, que é o Supremo. Mesmo por que o encontro de contas não alteraria a situação da Companhia, tendo em vista o fato de que não haveria ingresso de recursos para ela e, mesmo assim, o seu saldo devedor ainda se situaria em patamar que lhe retira as condições de viabilidade.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ministro, V. Exª me permitiria uma interrupção?

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Conheço pessoalmente o empenho de V. Exª, elogiável, no sentido de encontrar uma solução para esse grave problema das empresas aéreas nacionais. Quando o Advogado-Geral da União diz que precisa recorrer à última Instância, na verdade, isso já se fez no que diz respeito à Transbrasil no passado e ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal, que era assunto do STJ. Portanto, já temos uma resposta aí. O que estamos

diante é de uma protelação, que não é de V. Exª, que, ao contrário, está interessado em resolver o problema, mas da Advocacia-Geral da União. Quanto à Vasp, a questão da Vasp está para ser julgada nos próximos dias. Já tivemos a decisão, portanto, da Varig, a que V. Exª se refere, e a da Vasp está por dias para ser resolvida. A TAM virá em seguida. Portanto, a iniciativa que teve o presidente do STJ e a compreensão, que elogio e exalto, de V. Exª, a meu ver, é o único caminho, se queremos de fato encontrar um caminho para a solução desse grave problema nacional, que não é só de empresas, é um problema nacional. Todos nós somos passageiros dessas companhias. Ou se resolve por esse caminho ou não se encontrará outro caminho. Tem razão V. Exª quando diz que a Varig, mesmo acertado isso, ainda fica devedora. Não haverá ingresso de recursos nos cofres da Varig. Nos cofres da Vasp e da TAM haverá ingresso sim. Portanto, no meu entendimento, essa será a grande solução e não há outra.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Sim, mas o caso, Senador... Muito obrigado pela generosidade com que citou o meu nome. Devo dizer, Senador Edison Lobão, que o caso da Vasp e da TAM ainda não passou por decisão do STJ. Daí a razão de a sugestão do presidente do STJ ser com relação à Varig, que já havia sido votado. Acredito que isso vá chegar a bom termo, mas, se houvesse realmente condições de resolver o problema das companhias através disso, digo para V. Exª, Senador Edison Lobão, que eu teria posto isso com clareza para todos que têm o poder de tomar essa decisão. Só que, no caso da Varig, já disse, não traria nenhum benefício maior do que a decisão, agora em última Instância, que poderá levar a esse encontro de contas e a situação fica praticamente na mesma. Nesse ponto, posso informar a V. Exª porque conheço bem o balanço da companhia e sei que nós todos precisamos fazer um esforço muito grande para que elas sejam salvas. É como V. Exª falou muito bem, com muita propriedade: nós todos somos passageiros delas. Isso é um problema nacional. Por outro lado, são várias. O caso, por exemplo, da Vasp e da TAM está para ser julgado ainda no Tribunal Superior. Acredito até que elas possam ter resultado semelhante ao da Varig, mas ainda não foi julgado. O que passou, transitou em julgado, foi o da Transbrasil, que já foi liquidado. Veja V. Exª que o Estado pagou à Transbrasil, e, nem assim, ela saiu das dificuldades em que se encontrava, porque, como V. Exª sabe, as empresas no Brasil se dividem em dois grandes campos: as empresas endividadas e as empresas capitalizadas. Por quê? Porque, no Brasil, infelizmente, as empresas não podem trabalhar alavancadas; não podem entrar no mercado dos bancos e começar a pagar essas taxas. Posso dizer a V. Exª que não há atividade produtiva, por mais rentável que seja, capaz de remunerar as taxas vigentes no mercado de juros nacional.

Então, o que levou essas empresas – isso o Ministro Walfrido dos Mares Guia falou com muita propriedade – é a situação de estrutura de capital. Aquelas que hoje estão embasadas no *leasing* não têm grande patrimônio líquido, porque não precisam; elas não têm ativo permanente relevante. Ao contrário, o ativo permanente delas é nulo. Elas não têm investimento em aviões; é tudo por meio de arrendamento, ou seja, *leasing*.

Então, hoje estamos vivendo, por exemplo, um quadro de grande sucesso, até mesmo do ponto de vista de retorno da Empresa GOL, por quê? Porque ela trabalha com rigorosa economicidade nas operações e está tomando cuidado. Ela não tem também grande patrimônio líquido investido em aviões, é tudo *leasing*. Mas são aviões novos.

Os aviões da Vasp são de sua propriedade. A empresa sempre deu essa notícia como um fato positivo, só que os aviões ficaram antieconômicos. Para V. Exª ter uma idéia, o que a Vasp gasta, em relação aos aviões mais modernos, retira-lhe qualquer condição de competitividade no mercado. Isso aconteceu, mas não agora, no nosso período. No Ministério, estamos fazendo um esforço muito grande há cinco meses – ainda não se passaram seis meses –, e digo a V. Exª que um terço desse tempo tem sido gasto com os problemas da aviação civil.

Quando cheguei ao Ministério, no caso da Varig, estava pronta toda uma documentação que visava à liquidação extrajudicial da companhia. Isso era feito, primeiro, por meio de uma medida provisória assinada pelo Presidente da República; depois, havia a intervenção do Ministério da Defesa. Então, verificamos a documentação, que estava pronta, bastava ser assinada, e não tivemos condições de fazer outra coisa, senão dizer ao Presidente que não podíamos fazer aquela intervenção. Por quê? Porque ela não tinha amparo legal. Há um dispositivo, na legislação, que exige que as companhias, para passar por aquele processo de liquidação extrajudicial, tenham de apresentar, no seu balanço, ativo capaz de cobrir pelo menos 50% dos passivos exigíveis. No caso das Varig, todos sabem que o patrimônio líquido é negativo.

Então, era absolutamente impossível entrar com aquela medida. E mais: a medida estava sendo posta de tal forma, que seria considerada medida de cartas marcadas, o que também não seria bom do ponto de vista político, nem mesmo ético.

O quadro é delicado. Estamos com todo o nosso tempo dedicado; estamos procurando ajudar, para

que as companhias se salvem. Mas a saída que estamos enxergando, infelizmente, terá de ser a saída de mercado.

Outra coisa que podemos fazer, se quisermos – e já temos recebido manifestação e conselho neste sentido –, diz respeito ao fato de que o Estado é credor da Varig. Existe a nova Lei de Falência. Participamos ativamente, para que, na sanção dela, não fosse extinto aquele art. 191, parece-me, que dá condição exatamente igual de recuperação às empresas aéreas. Ele foi mantido; o Presidente o manteve. Por quê? Porque poderá haver uma saída por meio da nova Lei de Falência. Porém, a Lei de Falência pode ser uma decisão empresarial, em que se declara a própria falência e se entra numa fase de recuperação judicial ou extrajudicial que a lei prevê. Porém, isso pode ser uma decisão da empresa e também uma decisão do Estado como credor, de pedir a falência da companhia por inadimplência histórica. Isso pode acontecer.

Temos visto isso e cremos que a solução pelo mercado é muito melhor, porque há o problema trabalhista que está sendo posto aqui, por exemplo, pela presidência do sindicato. Se houver uma solução de mercado – e há várias empresas interessadas, vários grupos nacionais e internacionais interessados na compra do controle acionário da Varig –, se houver essa transferência do controle acionário, é claro que o Estado, como poder concedente, irá examinar as condições de idoneidade financeira, moral, técnica, profissional e as condições de operação da companhia para confirmar a sua concessão.

A concessão da Varig vai até 2010. A concessão tem um prazo, mas os contratos de concessão têm prazos mais curtos. Já a renovação desses prazos se faz, naturalmente, com uma verificação do poder concedente, que hoje é o DAC e amanhã poderá ser a Agência, na medida em que o Senado aprovar sua criação. O DAC vai transferir para a Agência toda a experiência que tem e conviver junto, enquanto necessário. É assim que será feito.

Não estamos, Senador, em momento algum, tratando desse assunto a não ser com dedicação absoluta. É complicado. Por exemplo, um grupo que deseja adquirir o controle tem de falar com centenas de pessoas. Os representantes não querem assumir isoladamente a condição de representantes. É uma coisa difícil.

Além disso, há muitos débitos também com credores particulares e não somente com o Estado. Com o Estado há condições de arranjo, por meio de prolongamento de prazos. Já houve casos no Brasil, como V. Exª sabe. Então, isso pode ser feito. Não há problema algum. Agora, ele tem que acertar com os credores particulares. Se o Estado assumir é como um cão danado, todos a ele. Há credores que já sabem que perderam e fazem uma negociação com uma companhia dessas que querem comprar, mas, se o Estado assumir, eles querem cobrar aquilo com correção monetária e juros, o que seria motivo de uma grande condenação nacional diante uma decisão dessa. Então, é complicada a coisa. Não é tão simples como gostaríamos que fosse.

Porém, esse mesmo espírito de V. Exª em relação à significação das companhias para o País está presente na nossa alma. Estamos impregnados dessa convicção e trabalhando nesse sentido.

Aqui há uma pergunta em que, naturalmente, percebe-se a vontade de resolver da Srª Selma Balbino, mas não é bem assim. Por exemplo, aqui fala: "que pudesse esclarecer o Sr. Ministro da Defesa por qual motivo as resoluções do Conac* não foram colocadas em prática." Todos os motivos estão sendo passados para a senhora pelo nosso pessoal.

Há aqui também a seguinte pergunta: "Por que não se realizou o encontro de contas?" Já respondi, falando com o Senador Edison Lobão. E acrescenta: "Favoreceria ambas as partes, o Governo, que pagaria menos o que deve (...)" Em seguida diz: "A Agência reguladora do setor queria regular, contribuir."

Esclareço que a Anac não foi criada por influência nossa. Ao contrário, a Anac é uma decisão do Executivo, e nem é do nosso Governo, é anterior, do Governo passado. A proposta veio como Mensagem do Executivo para o Congresso. Entrou pela Câmara. Depois de receber 180 emendas, foi aprovada naquela Casa e veio para o Senado. Se o Senado aprová-la da forma como veio da Câmara, ela vai para a sanção. Senão, volta à Câmara.

Então, esse assunto não depende do Ministério da Defesa; está no Congresso Nacional. E prova de que o Senado está atento à questão é a realização desta audiência pública para se informar a respeito de como deverá ser avaliada a questão da criação da Anac. Todos nós estamos de acordo. É como disse o Ministro Walfrido: ela consulta o interesse nacional. Hoje são as agências. Para nós, por exemplo, é a mesma coisa. Não tem nenhuma diferença. Ainda que as agências possam ser orientadas por um marco regulatório moderno que leva em conta todas essas questões e todas essas informações que lhe serão passadas pelo DAC. Todas essas experiências, de intervenção mais dura ou não intervenção, regulação de mercado, regulação de tarifa, regulação de linhas, isso aí tudo tem uma experiência de 1927 a hoje. São quase oitenta anos. É mais ou menos o tempo de existência da Varig. A Varig é uma companhia de setenta e sete, setenta e oito anos de existência no Brasil. A primeira vez que cheguei a Portugal foi pela Varig. E, no carro, o motorista que me

levou para o Hotel Tivoli... porque eu ficava em hotel de US$ 15.00 e o Tivoli cobrava US$ 15.00 naquele tempo. O Tivoli fica na Avenida Liberdade. E tem um outro mais caro – aquele é de três estrelas. Então, ele estava me levando para o hotel e perguntou assim: Viestes pela "Varíg"? Porque lá eles não falam Varig, falam "Varíg". Então, a Varig é o nome do Brasil lá fora. Porque a American Air Lines tem o nome da América, a Air France tem o nome da França, a Swissair, a British Airways, quase todas as companhias têm o nome do país. A nossa tem o nome do Rio Grande do Sul, que é um Estado dos mais caros para o Brasil e que faz parte da razão social da Varig. E leva o nome, portanto, também do Brasil, porque Varig é sinônimo de Brasil em Moscou, em Paris, em Londres, em Nova Iorque. Ela tem vinte e nove lotes internacionais.

Então, eu acredito numa solução de mercados, porque ela tem ativos intangíveis valiosíssimos, que serão levados em conta nessa negociação. Além disso, ela tem 30% do mercado doméstico brasileiro, com potencialidade de fazer com que essa participação dela possa crescer. Tem a boa vontade de uma grande companhia fornecedora de leasing, que é a Boeing, que já me procurou. O presidente da Boeing veio me procurar. Falei com eles: Não temos nada para vender, quem tem para vender é a holding que controla as ações da companhia. Se os senhores fazem negócio com a holding, venham para cá que abençoamos. Mas existem leis brasileiras que têm que ser objeto de consulta de todos vocês. Uma *adviser* pode ajudá-los, como, por exemplo, no problema de participação máxima de 20% de capital externo na companhia. Isso é inevitável, não vamos mudar a lei por causa disso. Mas companhias podem ser obviamente constituídas pelas leis brasileiras e sendo companhia brasileira, ainda que o acionista resida lá fora. Quantas há!

Portanto, isso tudo está sendo visto. Estamos trabalhando, podem estar certos de que estamos trabalhando. E há condições para, de repente, acontecer uma solução de mercado para a Varig. Agora, se não houver, outra solução poderá ser tomada. Do contrário, ela poderá ir se definhando, como aconteceu com a Vasp, como aconteceu com a Transbrasil, o que não desejamos.

Acho que respondi tudo. Se faltar alguma coisa, o senhor pode falar que eu respondo. Mas acho que respondi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência agradece a V. Exª e passa efetivamente à pergunta dos inscritos. Regimentalmente, tem precedência sobre as perguntas o Relator, Delcídio Amaral. Vou passar a palavra a V. Exª, Senador, conhecedor do seu poder de síntese, e comunicando que a partir de então vamos obedecer àquele horário de cinco minutos para pergunta, cinco minutos para resposta, evidentemente que havendo uma flexibilidade, no caso de alguma necessidade.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentar o Ministro da defesa, Vice-Presidente José Alencar; o nosso querido amigo Walfrido, Ministro do Turismo, Senadores e Senadoras, vou muito rápido. Farei um histórico da tramitação do Projeto da Anac. Ele nasceu na Câmara dos Deputados por meio do PLC nº 62. Eu tive a honra de ser indicado como Relator desse projeto aqui no Senado Federal. Esse projeto não cria só a Agência Nacional de Aviação Civil, mas também o Conselho de Avião Civil. Tive também a oportunidade de participar de muitas audiências públicas. Foram ouvidos o Ministério da Defesa, especialmente o comando da Aeronáutica. Tive várias reunião com o Brigadeiro Godinho, que está presente na reunião, discutindo todas as atividades, recebendo todas as informações apresentadas pelo Departamento de Aviação Civil, de uma maneira muito competente, e que coloca a nossa aviação em um dos primeiros lugares do mundo, pela maneira como ela vem sendo administrada e pela maneira como os próprios números demonstram na exposição sintética feita pelo Brigadeiro Godinho. Ouvi também as companhias regulares e as não-regulares, conversei bastante com as companhias de táxi-aéreo, com fabricantes de equipamentos aeronáuticos. Nitidamente, esse é um setor de alta complexidade, um setor de difícil administração e que exige gente especializada, gente preparada, e, acima de tudo, um quadro estável de servidores para bem cumprir o papel da fiscalização e da regulação.

Recebemos no Senado Federal cerca de 31 emendas, de vários Senadores e Senadoras. Estamos já ultimando a preparação do relatório. Essas emendas são desde emendas de texto, desde ajustes em função das próprias dificuldades encontradas e da realidade hoje, vivenciada pelo setor aéreo nacional, pela aviação comercial brasileira. Tivemos, inclusive, emendas que não só estendem o prazo de concessão, como também emendas que suspendem temporariamente a função do CADE, já dentro de uma visão, que através desse projeto, tentam buscar uma solução para a aviação comercial brasileira. Acredito ser absolutamente importante que venhamos a apresentar um projeto alinhado ou já apresentando críticas ou avaliando adequadamente o Projeto das Agências Reguladoras, que tramita hoje na Câmara dos Deputados. Na verdade, houve um des-

compasso. Veio o Projeto de Lei das Agências Reguladoras, que os Senadores e Senadoras, e os próprios Deputados e Deputadas têm apresentado uma série de ponderações com relações a ajustes porque este projeto de lei precisa efetivamente passar, dentro de uma visão maior de agências reguladoras.

Então, estamos caminhando no fio da navalha, até porque o Projeto das Agências está na Câmara dos Deputados e nós estamos com o Projeto da Anac, e não podemos fazer uma agência que não reflita a lógica estabelecida nas demais agências reguladoras. E, ao mesmo tempo também, apresentamos o novo quadro de pessoal das agências reguladoras, o quanto ele vai custar, o nível de especialização. Evidentemente, não podemos de considerar também que vamos ter um período de transição, até porque, hoje, a Aeronáutica detém a inteligência de toda a regulação e de toda a fiscalização não só do espaço aéreo, mas dos bons serviços prestados pela companhias nacionais.

É um desafio grande, e pretendo, Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes, apresentar o meu relatório neste mês. É importante registrar que esse relatório vai também ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Sr. Relator, eu gostaria de lembrar a V. Exª que estamos no dia 28.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perdão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Nós o receberíamos com o maior prazer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perdão. Eu já estou com a cabeça em maio.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Literalmente voando.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ao longo do mês de maio, vou apresentar o relatório de que já tenho a minuta. Como se trata de um tema importante, que envolve várias Comissões, Srs. Presidentes, Senador Heráclito Fortes e Senador Tasso Jereissati, temos que buscar uma forma, pela importância desse tema, de, celeremente, discutir e debater esse relatório. Seria muito importante, talvez, usarmos essa estratégia de audiências públicas – como estamos fazendo – com as demais comissões, para que tenhamos uma tramitação rápida do Projeto da Agência Nacional de Aviação Civil.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte, Sr. Relator?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sugiro a V. Exª que encaminhe uma solicitação de requerimento para que se faça uma audiência a portas fechadas com V. Exª, Relator, com o Vice-Presidente, Ministro da Defesa, com o Diretor do DAC, porque existem assuntos que precisam ser discutidos em nível de regulamentação, principalmente da certificação de aeronaves que não podem sequer ser revelados. Devem tratados a portas fechadas, ou vamos correr o risco de prejudicar seriamente a economia nacional. Esses assuntos – alguns deles pertinentes à criação da Anac – precisam ser tratados a portas fechadas com os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência comunica a V. Exª que há intenção de, a partir de agora, fazermos encontros dessa natureza. Inclusive quando houver necessidade de o encontro ser fechado, será um encontro fechado. Não podíamos convocar o diretor geral do DAC sem antes convocarmos o Ministro da Defesa. Estamos exatamente agindo de acordo com o protocolo, para que, depois, possamos dar curso a essa questão.

Será fundamental uma audiência posterior, reservada ou não, do Brigadeiro Godinho com o Relator e com a Comissão de modo geral, até para se discutirem questões que vão desde o assunto a que V. Exª se referiu à questão de segurança, que também envolve a aviação civil. São questões que ficarão no bojo do Projeto da Anac.

V. Exª pode ficar absolutamente tranqüilo de que haverá essa audiência, e contaremos com a colaboração de V. Exª para apresentar sugestões.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, permita-me apenas concluir. Vou ser muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É importante também destacar não só a questão de homologação de aeronaves, porque isso implica diretamente no comércio, especialmente no mercado americano de aeronaves que estão construídas por vários fabricantes – por fabricantes nacionais ou por um fabricante nacional, especificamente. As barreiras vão começar a aumentar porque alguns fabricantes começaram com modelos regionais e, agora, começam a fabricar modelos de maior alcance.

Conseqüentemente, nobre Senador Hélio Costa – muito pertinente o comentário de V. Exª –, vamos agora nos defrontar com uma situação muito mais crítica. Por isso, a definição e a aprovação da Agencia Nacional de Aviação Civil são de absoluta importância estratégica para o nosso País.

Nobres Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes, não vou dar continuidade à minha exposição,

senão vou tomar muito tempo, e o adiantado da hora não permite.

Como foi muito bem apresentado pelo Brigadeiro Godinho, vimos os números muito bons em comparação com o ano de 2002, os ajustes que o DAC promoveu, os números de assentos disponíveis, a ocupação dos assentos. Mas os resultados das companhias, evidentemente, ficaram para trás. Ficou o passivo, que já foi muito bem comentado pelo nosso Vice-Presidente, José Alencar.

Para resumir, aproveito a oportunidade para perguntar ao Vice-Presidente e Ministro da Defesa, José Alencar, quais os interessados. Nós temos acompanhado muito pelos jornais que empresas brasileiras têm se interessado, empresas donas de redes de hotelaria também têm se apresentado como interessadas em equacionar essa questão da Varig.

Eu vejo limitações com relação à entrada de empresas internacionais porque elas têm restrição em participação acionária. Então isso complica um pouco uma operação diferenciada. E foi exposto aqui pelo Ministro Walfrido, de uma forma muito competente, a questão do céu aberto: o risco de uma abertura total, ampla, irrestrita. País nenhum faz isso, e, se fosse feito isso no Brasil, nós teríamos uma competição absolutamente desleal, do meu ponto de vista, e, evidentemente, em função até de todo esse retrato do que representa, no caso, a Varig para as linhas aéreas internacionais, é o nome do Brasil que está chegando em outros países.

Sr. Vice-Presidente, José Alencar, primeiramente quero saber quais grupos estão interessados em participar, se for possível, da Varig e efetivamente retomar uma companhia tão importante para o País. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, eu vejo com alguma preocupação, em determinadas companhias aéreas, ou mais especificamente a Varig, o cancelamento vôos. Como se disse muito bem aqui, nós temos vinte e nove **slots** pelo mundo, e evidentemente que isso é uma fila. Há **slot** em Tóquio, **slot** em Paris, em Nova York. Tal recurso está muito associado a que o país tenha segurança de contar com linhas aéreas para nos atender tanto no turismo, quanto nos negócios. Então, Vice-Presidente, José Alencar, qual é a leitura do Ministério da Defesa na busca de uma solução, sob risco de daqui a pouco nós perdermos inclusive os **slots** internacionais, que são fundamentais especificamente para a Varig no mercado internacional?

E o último ponto diz respeito às tarifas regionais. Sr. Vice-Presidente, V. Exª e o Ministro Walfrido sabem muito bem que precisamos estudar a questão das tarifas regionais. O meu Estado faz divisa com vários países do Mercosul ou ligados ao Mercosul, com interesse em entrar no Mercosul. Hoje as tarifas cobradas no aeroporto é o valor da passagem. Então nós temos que criar algum mecanismo para viabilizar isso. Eu não posso, estando em Campo Grande, para ir para Santa Cruz de la Sierra, passar por São Paulo e, de lá, ir para Santa Cruz. Precisa mudar essa estratégia, até em função da nossa integração.

Eu queria fazer outras perguntas e contar outras coisas, mas, em função da exigüidade do tempo, eu paro por aqui.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Delcídio, só um aparte, só para aproveitar o tema, o mesmo, essa questão regional. A coisa é tão irracional na nossa aviação que nós, do Pará, temos que voar para São Paulo para irmos para um país bem próximo, muito mais próximo. Quer dizer, a gente gasta tantas horas a mais quando estamos no Norte do País. Ou seja, viajamos pelo País inteiro para ir a outro país. É algo irracional, completamente irracional, que não conseguimos entender. Com todos os problemas, as situações delicadas, não entendemos como isso persiste, até porque existe um retrocesso. Existiam vôos, por exemplo, que saíam de Belém, Capital do Estado, para os Estados Unidos; vôos que saíam de Belém para Lisboa e, hoje, não existem mais. Então, houve um retrocesso. E, sob esse aspecto, eu acredito, inclusive, que haja até problema de economia, porque são muito menos horas de vôo. Então, se há crise na empresa que possui a maior parte das linhas internacionais, por que não se abrem essas linhas para outras empresas? É essa a pergunta

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu concedo a palavra para resposta a V. Exª, Sr. Vice-Presidente.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Vou começar, em homenagem a nossa Senadora Ana Júlia, começar pela pergunta dela, desde que V. Exª esteja de acordo, Senador Delcídio. Participei da campanha de ambos, então sou amigo de ambos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com certeza. Ajudou-nos muito na caça aos votos, Vice-Presidente. Muita honra para nós.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Veja bem, Senadora. Vamos ver o ideal. O ideal seria que nós, de cada capital ou de cada Estado onde estivéssemos, pudéssemos fazer o vôo diretamente para o país de destino. Por exemplo, sou de Belém. Quero sair diretamente, ora vou para Paris, ora vou para Tóquio. Quero linha direta, porque senão tenho que ir a São Paulo para pegar um avião. Mais ou menos isso. Só que isso não tem condições de viabilidade econômica. Vou dar um exemplo para V. Exª.

Antigamente, o Rio era não só a Capital da República como o centro financeiro da maior importância. A própria Bolsa de Valores de São Paulo era nada perto da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Hoje o Rio não tem Bolsa de Valores. O que aconteceu com essa mudança? Sou, por exemplo, português. Quero ir ao Rio. V. Exª sabe como é que faço? Tenho que tomar um avião em Lisboa, descer em São Paulo e depois, com a escala em São Paulo, volta para o Rio. Passei em cima do Rio. Vou a São Paulo, depois venho ao Rio. Então quando eu saio novamente para Lisboa – Lisboa não sei, mas se for para a Europa –, tenho que tomar o avião no Rio, só que ele vai a São Paulo. O vôo direto é para São Paulo para a Europa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Quero convidar o Vice-Presidente, quando for a Lisboa, ir por Fortaleza, que é mais agradável.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Quer dizer, Fortaleza está em melhores condições do que o Rio, que já tem vôo da TAP direto. Quer dizer, não preciso mais ir a São Paulo, posso pegar a TAP e ir ao Rio. Estou dando um exemplo.

De fato, o ideal seria isso, mas não é fácil. É muito comum, por exemplo... Quero que o avião vá à minha terra. Sou de Muriaé, sou de Ubá, sou de Caratinga, Montes Claros – em Montes Claros, em todo caso, vai avião –, mas, no meu tempo de garoto, rapaz, havia um vôo direto de Caratinga ao Rio de Janeiro; não direto, ele fazia escala na entrada de Manhuaçu, depois Itapiruna, depois Rio de Janeiro. Era a Nacional Transportes Aéreos, e voltava à tarde. Todo dia tinha um vôo. Podia ir ao Rio de Janeiro e voltar. Isso acabou. Como é que a Nacional Transportes Aéreos operava? Operava um DC-3, da Douglas, que prestou serviço na II Guerra Mundial; um avião extraordinário, operava em pista curta, de terra.

Havia muita aviação interna no Brasil, mas desapareceu. Não sei se o Brigadeiro Godinho tem essas estatísticas. Havia atendimento de várias cidades. Agora, o que passou a acontecer? Não é o caso de Muriaé ou Ubá, porque não têm condições de operar para grandes aviões, mas há casos, por exemplo, que um governador pede um vôo para uma cidade importante do seu Estado. A companhia, às vezes, é levada a atender, porque há uma intervenção até do Presidente da República – em outros tempos houve isso. A companhia atende e dá prejuízo, depois vem a conta. Por exemplo, em grande parte do todo arrazoado, a justificativa dessas ações que estão em juízo são linhas anti-econômicas que foram criadas para atender a uma – eles colocam – exigência. Não é uma exigência, mas um pedido de Presidente da República. Oh, meu Deus, como não vou atender? Eu atendo e quebro. Depois apresento a conta em juízo.

Temos que ter aviação própria para cobrir todo o território nacional economicamente, mas tem que haver decisão empresarial para que essas decisões sejam também responsáveis do ponto de vista empresarial e econômico. Não tem outra saída.

Com relação à pergunta do Senador delcídio Amaral, sobre tarifas. Peço ao Brigadeiro Godinho que depois envie para o Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão que está cuidando da verificação do projeto da Anac, informações sobre a política de tarifas interna e externa, porque há poucos dias verificou-se que as nossas tarifas estão em patamares inferiores aos das tarifas internacionais. Peço que isso lhe seja enviado porque os dados são comparativos e V. Exª ficará informado disso como precisa e como convém.

Com relação às companhias, S. Exª me fez uma pergunta que não tenho como responder. Ele perguntou quais os grupos interessados na compra dessas companhias.

Informo a V. Exª que fui procurado por vários grupos nacionais e internacionais. Todos me pediram que houvesse reserva, porque é uma questão do negócio. Como há competição entre eles, penso que não devo – não gosto de fazer isso – revelar a informação, porque ela não me pertence. Essa informação, de fato, não me pertence e não posso fazer nada que atrapalhe uma operação dessa natureza que poderá afetar o mercado também.

Infelizmente, não tenho como responder a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Sr. Presidente, antes de passar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, quero apenas fazer um esclarecimento tanto ao Vice-Presidente José Alencar quanto ao Ministro Walfrido Mares Guia sobre a indagação da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Delcídio Amaral.

Um dos temas que vamos tratar após o da criação da Anac é a questão da concentração de vôos. Evidentemente, como colocou o Vice-Presidente, não é possível atender a todas as cidades do Brasil, mas existe uma concentração absurda em relação a qualquer outro país do mundo. Há uma concentração na cidade de São Paulo enquanto que em todos os outros países do mundo há uma certa desconcentração. Como todo problema de concentração, alguma política governamental de desconcentração, assim como a industrial ou a de renda, precisa ser feita. É isso que queremos discutir em nossa Comissão.

Senador Heráclito, aproveitando esta oportunidade e, evidentemente, atendendo às solicitações para a realização de audiências necessárias – inclusive as secretas, como sugeriu o Senador Hélio Costa –, peço que deixemos marcada uma audiência conjunta, para o final de maio, se o Senador Delcídio Amaral concordar, para a leitura do relatório de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

Saúdo o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Tasso Jereissati, e o Vice-Presidente e Ministro da Defesa José Alencar, que está retornando ao Senado. Ontem, S. Exª estava debatendo a questão da aposentadoria compulsória, de 70 para 75 anos, e está hoje debatendo a aviação civil, assunto afeto a V. Exª.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Eu ontem vi que era feliz e não sabia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É verdade, o Executivo tem seus encargos, mas também tem suas benesses.

Sr. Presidente, nosso querido e otimista Ministro Walfrido Mares Guia, Relator Delcídio Amaral, Srs. Senadores, Senhores Palestrantes, na verdade, assistimos a explanações que nos dão certa tranqüilidade sobre o problema da aviação brasileira, inclusive sobre a condução das soluções possíveis para o problema da Varig. No entanto, isso difere um pouco do que a mídia veicula. A sensação nacional é de que há uma crise, a mídia relata isso todos os dias. O cenário aqui descritos pelas autoridades governamentais – e V. Exªs compõem essas autoridades governamentais – é um clima muito róseo, de que está tudo indo muito bem, que os números apresentados pelo DAC, pelo Brigadeiro Godinho, a quem saúdo também, são excelentes com relação à aviação civil. Mas todo o setor está preocupado e está colocando suas preocupações.

Na verdade, temos um problema de ordem genérica – que é o problema da aviação civil no País como um todo – e um problema de ordem específica e, eu diria, imediata, urgente e urgentíssima – que é o problema da Varig.

De ordem geral, é claro, vamos criar a Anac, mas ela não será a solução porque hoje existe o Conac, que tem baixado resoluções. Infelizmente, essas resoluções não têm tido eficácia. E por que não têm tido eficácia? Diz o **Valor Econômico** que divergências internas do Governo, divergências entre Ministérios, esvaziam resoluções do Conac. De acordo com o jornal, foram editadas 15 resoluções com o objetivo de fortalecer a já combalida aviação civil brasileira. O entendimento nacional da mídia é de que a aviação civil brasileira tem um problema sem sombra de dúvidas.

As medidas para regulação do setor incluíam proposta de uma nova forma para reduzir o preço do combustível de aviação. Mas isso não anda e é um assunto interno do Governo.

Criação de uma linha de financiamento em reais para aquisição de aviões da Embraer – também não anda –, de uma taxa a ser paga pelos passageiros de vôos domésticos para subsidiar rotas regionais menos rentáveis, que seria a solução para o problema aqui colocado pela Senadora Ana Júlia Carepa e pelo Senador Delcídio Amaral e que todos temos em nossos Estados, mas que também não avança. Quer dizer, as soluções não são dadas.

Lembro que, em 28 de julho de 2003, escrevi artigo que foi publicado com o título: A Crise da Aviação e o Turismo. Eu dizia que a carga tributária é uma realidade que ninguém pode desconhecer, pois é outro fator que estanca as possibilidades de expansão da aviação civil brasileira. Na Europa, a carga tributária está em torno de 16%; nos Estados Unidos, 7,5%; no Brasil, os tributos respondem por 35% do valor dos serviços aéreos.

Outro vilão dessa história é o preço do combustível, querosene de aviação, que tem um custo para dar lucros à Petrobras. E tudo está nas mãos do Governo. Mas não há solução para a aviação civil. E a solução é apenas a criação da Anac. Acho que a Anac é um passo avante, mas, de forma nenhuma, será a solução por inteiro dos problemas.

O Governo não pode se omitir do seu papel com relação à aviação civil, pois é ele o poder concedente. O Governo tem que, efetivamente, puxar para si a responsabilidade, sob pena até de prevaricação. Por quê? Se olharmos o caso da Varig – e agora vamos entrar nesse caso –, há dois anos, discute-se uma solução para essa empresa, cuja importância, em todos os aspectos, ninguém nega. Até como símbolo nacional ou problema trabalhista, todos reconhecem, mas ninguém faz nada. Discutimos soluções e mais soluções.

Recordo que, em 2003, falava-se em fusão com a Tam. Esse assunto não foi adiante. Alongamento por 35 anos das dívidas da Varig: não foi adiante. Compra da Varig pela Gol: não foi adiante. Transformação dos créditos em ações da empresa, o que tornaria o Governo sócio, ou poderia fazer uma limpeza no passivo da empresa para que ela tivesse mais atratividade no mercado.

Sr. Vice-Presidente e Ministro, na visão do Governo, pelo que entendi, a solução é entregar o mercado,

dar uma de Pôncio Pilatos: lavemos as mãos e o mercado que resolva. Vamos ver se alguém está interessado na Varig, e a solução virá pelo mercado.

Sabemos que, num País como o nosso, com a nossa economia e com o papel fundamental da aviação civil, a solução é estratégica. Essa não é uma empresa qualquer de educação ou uma empresa farmacêutica. Não é bem isso. Estamos falando de um assunto estratégico para o desenvolvimento nacional e que tem reflexos na economia nacional.

Então, eu acho que essa posição do Governo é extremamente comodista. O Governo tem que, efetivamente, entrar no assunto. Por maior que seja a resistência do Ministro da Fazenda, por maiores que sejam os compromissos de superávit primário, é preciso que o Governo assuma sua responsabilidade, até porque o grande credor da Varig é o Governo. Então, se o Governo não tenta resolver o problema da Varig, ele está sendo, inclusive, descuidado com seus recursos, que estão ali, das taxas da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que é uma empresa inteiramente estatal, com os recursos da BR Distribuidora, que também é da Petrobras, e portanto do Governo central e mais acionistas privados. Então, o prejuízo hoje de fechamento de uma Varig é muito grande, de imagem do País, de empregos gerados em nosso País. Há um estudo, inclusive, da GGR Finance, que diz que as conseqüências em perdas econômicas é da ordem de 10,4 bilhões se essa empresa for fechada. Mas o que temos assistido, infelizmente, é que essa responsabilidade, o Governo conversa, discute, sei da boa vontade, não tenho a menor dúvida da boa vontade do Sr. Vice-Presidente, do Ministro Walfrido dos Mares Guia, mas não anda. Tivemos oportunidade de almoçar com o Ministro José Viegas Filho, há dois anos, um pouco mais de dois anos, tratando desse assunto. S. Exª tem, inclusive, vários escritos, inclusive votos no Conselho de Aviação Civil (Conac), e as coisas não andam, não acontecem. Estamos, de certa forma, passivos diante de uma iminente falência da Varig. E aí, muito bem, e o mercado? E se o mercado não ocorrer? O que é que vai acontecer com todas essas famílias, com a questão estratégica? Teremos uma grande dificuldade.

Então, Sr. Vice-Presidente, pergunto a V. Exª: por que o Governo não toma rapidamente uma decisão? Por que não assume sua responsabilidade? O Governo foi eleito para isso, para resolver esses problemas que afligem a população brasileira. Então, minha pergunta é: passados esses dois anos e meio, o Governo vai fazer o que em relação à Varig? Por que a aviação civil não tem implementado com eficiência e eficácia as resoluções do Conac? Sr. Presidente, faço essas perguntas porque sei da responsabilidade, sei dos interesses de V. Exª, e esta questão não vai calar. É o País inteiro, a Câmara dos Deputados que se mobiliza, por meio de seus Parlamentares, é o Senado Federal, e as explicações de que o mercado trará uma solução não satisfazem, sem sombra de dúvida, a Nação brasileira.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria deixar. Quero agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o Vice– Presidente e Ministro da Defesa, José Alencar.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Sabe que, quando demonstramos que a situação da aviação civil comercial brasileira não é de crise, que a crise está localizada em determinadas empresas, estamos falando a verdade. O mercado é bom e as empresas que estão trabalhando corretamente, com estrutura de capital correta, estão com lucratividade que nunca tiveram, e crescendo, e crescendo.

(Manifestação fora do microfone)

Sim, mas veja bem, Senador, penso que V. Exª foi brilhante, o que era de se esperar, pela experiência política, especialmente a experiência da Bahia, que nós todos respeitamos. Vou lhe contar o que tem acontecido. Tenho participado, e nunca me furtei a participar de nenhuma reunião com Parlamentares do Rio Grande do Sul, não só da Assembléia Legislativa do Estado, como também Deputados Federais de lá e Senadores – aqui está um colega de V. Exª, o Senador Paulo Paim, que já participou de algumas dessas reuniões. Mas essas reuniões são feitas com muita objetividade. Na primeira delas, um Deputado do Rio Grande do Sul chamado Beto Albuquerque deu uma idéia, que é exatamente essa que V. Exª abordou. O problema da companhia é de estrutura de capital. Por que não os credores participarem de um aumento de capital da economia, transformando seus créditos em capital? Imediatamente, abracei a idéia e a levei à frente. Há problemas sérios nesse sentido do ponto de vista legal. Por quê? Seria necessário, naturalmente, alguém no Banco que orientasse essa decisão, que também é de mercado. Deveriam ser chamados todos os credores para que transformassem seus créditos em capital. Acabou o problema da companhia. Por quê? Porque acabou seu passivo exigível. Ela passaria a ter um patrimônio líquido representado por todo aquele volume de dívidas transformado em capital. Essa era uma solução ovo de Colombo, tranqüila, espetacular. Pois bem, a companhia contratou os serviços de um banco. O banco é da companhia. Então, contratou um dos melhores bancos brasileiros para servir de *adviser*

e de preparação de toda a documentação para que houvesse essa transformação.

O banco – o Unibanco – é muito bom mesmo, é de um ilustre mineiro, o ex-Embaixador Walther Moreira Salles. Um banco de primeira linha e sério. Pois bem, na primeira reunião, eles discordaram dos números auditados da Varig. A Varig apresentava, em seu balanço auditado, um patrimônio líquido negativo de mais de 6 bilhões. Eles apresentaram um de mais de 9 bilhões. Por quê? Porque a forma como examinaram o balanço contemplava também determinados passivos que foram considerados como risco da companhia. Até aí, tudo bem, porque para quem já está molhado, mais um balde de água...

Vamos transformar todos os créditos em capital. Qual é o problema? Não há problema algum. Mas acabaram sugerindo algo que não era possível fazer. Sugeriram, por exemplo, que houvesse, por parte do Estado, um prazo de 45 anos. Não estávamos falando em prazo, estávamos falando em transformação de crédito em capital. V. Exª não pode imaginar o período que foi gasto nisso, entregue a um banco daquela ordem, para realizar a operação, e nós todos acreditando que a solução seria aquela. Pois bem, acabaram se desentendendo com o Banco. Foi uma tentativa de fazer isso dessa maneira. Se o problema é estrutura de capital, vamos todos os credores transformar nossos créditos em capital. É algo aparentemente simples. É claro que as decisões de Estado na transformação de um crédito em capital têm que levar em conta problema de embasamento legal, porque o Estado não tem poder para fazer isso, mesmo porque abriria um precedente gigantesco. Isso é que seria objeto do tratamento dado por um *adviser* que estivesse cuidando da questão. Resultado: foi um desentendimento havido entre eles. Acabaram dizendo que não aceitavam mais os trabalhos do Banco, e o Banco também não aceitava mais a conta deles. Isso tudo toma tempo, demorou uns dois meses. Já estou lá há mais de 5 meses. Essa foi uma das tentativas.

Concomitantemente, começaram a vir empresas que querem comprar o controle acionário da companhia. Só que não posso, como Poder Público, dizer que tenho tantas ações para vender como controle acionário. Não entro nessa negociação, e não entrarei nunca, porque não tenho nada para vender. A *holding* que tem para vender as ações da companhia, ela que venda ou não, não posso obrigá-la a vender. Não é tão simples assim. Estamos tão engajados no problema quanto V. Exª, só que nossa responsabilidade é realizar algo de forma absolutamente correta. Não iremos, de forma alguma...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – **(Fora do microfone)**...Isso a Nação brasileira já fez com o Proer, que resolveu coisas muito mais graves com relação ao sistema financeiro. Então, essa proposta em análise não seria uma saída que poderia ser adotada.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Está em análise. Mas isso não é uma proposta sobre a qual nos devamos fazer aqui considerações de detalhes. Porque a intervenção terá que ser uma intervenção que preserve o Estado, também, daqueles credores que não têm nada a ver com a intervenção e que, no momento em que o Estado entrou, virão para cima dele. Isso significa salvação da companhia, a não ser que o Estado volte a operá-la. E o Estado não deseja operá-la. E nem operar nenhuma companhia de aviação. Deseja continuar como poder concedente. O setor é um setor que deve ser privado.

Aliás, o Brasil no Governo passado, como V. Exª sabe, privatizou US$90 bilhões, privatizou todo o sistema de telefonia, privatizou grande parte das companhias hidrelétricas, privatizou todas as participações de controle de companhias siderúrgicas, privatizou a Vale do Rio Doce, que é um país, privatizou tudo isso. Então, era muito mais fácil operar uma companhia como a Vale do Rio Doce do que uma companhia aérea, que é uma atividade rigorosamente para profissionais do setor privado. Isso é assim em toda parte.

E todos os Estados estão se retirando e o Brasil também disso. Isso não significa que o Estado não possa fazer uma intervenção e esse assunto está sendo cogitado. Porém, como há muitas empresas interessadas na compra da companhia, e algumas são conhecidas e são sérias, então, nós estamos tentando ver se essa solução acontece. O problema é que, quando se vai conversar com as pessoas que detêm o controle acionário da companhia, elas também isoladamente não têm poder, porque são muitos, então eles demoram nas decisões.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) **–** Por isso a intervenção.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Sim, nós estamos examinando. E a contribuição de V. Exª foi grande. Porém, V. Exª pode estar certo que nenhum de nós lá está menos interessado na solução do que V. Exª. Ao contrário, estamos mais interessados e com a responsabilidade toda sobre os ombros. E não vamos entregar a responsabilidade, vamos dizer, dobrar o corpo e deixar que a carga saia do nosso ombro. Não, ela está no nosso ombro e vai continuar no nosso ombro. Nós vamos tentar atravessar e levá-la com dignidade e como convém ao serviço público, com absoluta honestidade de propósito e de ação.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) **–** Só podemos lhe desejar sucesso, Sr. Vice-Presidente, e que seja rápida essa solução.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Passamos aos próximos oradores inscritos. Eu gostaria de propor o seguinte: devido ao adiantado da hora, nós temos apenas quatro. Os quatro fariam as perguntas e o Ministro, em seguida, daria a resposta.

Veja bem, eu estou propondo que os quatro Senadores fariam as perguntas e, posteriormente, V. Exª ou o Ministro Walfrido dos Mares Guia responderia, de acordo com o conteúdo de cada pergunta.

Bom, em primeiro lugar, com a palavra o Senador Hélio Costa, para suas perguntas.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) **–** Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, o Senador Tasso Jereissati, o Sr. Vice-Presidente, Ministro José Alencar, o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, Srs. Presidentes, eu lamento apenas que esses dois assuntos tenham tido tão pouco tempo para discussão, em uma única reunião como esta.

Se nós vamos falar de turismo, há duas semanas o Ministro Walfrido esteve aqui e sozinho falou por quatro horas. Se nós formos deixar o Sr. Vice-Presidente José Alencar falar sobre qualquer assunto, ele falará uma hora, fácil.

A verdade é que entendemos que são dois assuntos da maior importância para o País e para a economia nacional, sobretudo porque estamos detectando, nesta audiência pública, algumas questões que precisam ser levantadas. Uma delas é essa falácia que foi muito bem colocada pelo Senador César Borges e por outros palestrantes de que existe uma crise na aviação comercial brasileira. Na verdade, existe uma crise na Varig que precisa ser resolvida.

Pelo que vejo, a Gol tem uma lucratividade de 16,74 com lucro superior a R$200 milhões. A da TAM é de 4,5, também com lucro. Na Varig – vai descendo –, houve um índice menor, de 2,56, e, na Vasp, evidentemente negativo.

Então, as empresas do setor são produtivas e estão dando lucro, sem dúvida nenhuma. Notadamente, aquela empresa a quem coube menor custo, a Gol, teve o maior lucro deste ano, do ano passado e assim sucessivamente, apesar do que aconteceu em 2004, quando o DAC tentou interferir diretamente na questão das tarifas.

Primeiramente, quero levantar a questão abordada pelo Senador César Borges sobre o custo Brasil para, depois, entrar na questão das tarifas.

Enquanto não se fizer um estudo realmente do custo Brasil sobre os 16% e os 35% que pagamos a mais do que qualquer empresa estrangeira, que, quando chega ao Brasil, coloca querosene de aviação em seu avião pelo custo que paga em seu País. A empresa nacional, utilizando o mesmo querosene, paga o dobro ou paga mais. Isso inviabiliza qualquer empresa aérea nacional.

Quando precisamos enviar uma turbina para os Estados Unidos para ser retificada, ela custa três vezes mais do que pagariam a **American Air Lines** e a **United Air Lines,** porque o Governo tem que ganhar uma tarifa sobre o serviço prestado fora.

Então, na realidade, cabe ao Governo, Sr. Vice-Presidente, mais uma vez, acabar com essas taxas rigorosamente improdutivas. Elas vão quebrar a indústria aeronáutica. Se não fizermos um estudo muito aprofundado acerca do Custo Brasil Aeronáutica, não conseguiremos sobreviver.

Considero bravamente obtidos esses resultados positivos tanto da Gol quanto da Tam, porque, na verdade, competindo com as empresas estrangeiras que servem ao País, elas estão bravamente superando todas as dificuldades impostas pelo Governo, notadamente pela Receita Federal, que não tem o menor respeito pela capacidade do brasileiro de produzir, como fazem na indústria aeronáutica.

Lembro também que uma das discussões que tem que ser levantadas em alguma próxima audiência pública que faremos não diz respeito apenas à aviação civil. Temos que falar também sobre a indústria aeronáutica, que é um sucesso no Brasil e que representa, hoje, para nós, um cartão de visita da competência tecnológica brasileira, principalmente por meio da Embraer. Hoje – consta do relatório do Brigadeiro Godinho –, o Brasil exporta 60 aeronaves e importa 55. Muito embora sejam valores diferentes, ainda assim estamos anualmente mostrando a capacidade da tecnologia brasileira.

Sr. Presidente, quanto a essa questão do Custo Brasil, faço a pergunta, evidentemente, para o Vice-Presidente e para o Ministro do Turismo: o que os Ministros do Turismo e da Defesa têm feito para reduzir o custo Brasil, que está no coração do problema das empresas aéreas?

Vou para a questão das tarifas, envolvendo a criação da Anac*, que será importantíssima para estabelecermos alguns critérios que precisam ser seguidos no Brasil. O que não podemos mais aceitar é a interferência de determinados órgãos que não têm a competência para fazer o que desejam, como aconteceu aqui, no ano passado.

No dia 10 de maio, o DAC notificou as empresas Gol, Varig e Tam que não poderiam vender passagens com desconto – notadamente esta última, que pretendia vender passagens para o Brasil inteiro a R$50,00 e foi praticamente impedida por uma determinação mediante uma portaria do DAC. Levantamos essa questão, na época, na Comissão de Educação do Senado, fizemos um amplo debate sobre o assunto e concluímos alguns pontos que precisam ser analisadas pela Anac a ser formada.

Em primeiro lugar, o fato de que o art. 200 do Código Brasileiro de Aeronáutica, no que diz respeito às tarifas, refere-se a tarifas aprovadas pela autoridade aeronáutica. Isso quer dizer que a utilização do verbo "aprovar", em lugar de "fixar" ou "estabelecer", deixa implícito que as tarifas devem ser propostas pelas companhias aéreas e não pelo DAC, não pelo Governo. A Companhia Aérea deve propor a tarifa a ser aprovada pelo órgão competente do Governo.

Isso quer dizer, Srs. Ministros, que o art. 193, que diz que os serviços de transportes no ar ficam sujeitos a normas do Governo, está abolido por uma outra lei, a de nº 8.884, de 1994, que é exatamente aquela que dá competência ao Cade para fazer essas coisas. Quer dizer, quem tem que definir o que é preço de passagem aérea e a regulamentação disso tudo é o Cade, o qual foi criado para esse fim.

De acordo com o art. 7º da Lei nº 8.884: "Compete ao Plenário do Cade decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei. Trata-se de uma atribuição exclusiva do Cade e de mais ninguém. Nenhum outro órgão do Governo tem competência para decidir sobre isso. Isso precisa ficar muito claro no momento em que fizermos as colocações que serão, no texto do Senador Delcídio Amaral, sobre a criação da Anac.

Ao mesmo tempo em que encerro minha participação, Sr. Ministro, faço coro às preocupações das Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko, que não pode estar presente mas me pede para transmitir a preocupação que me manifestou há pouco, porque todas as capitais brasileiras devem ter, sim, uma maneira de fazer contato direto com o exterior.

O que disse o Senador Tasso Jereissati é muito correto. Quer dizer, Fortaleza é um ponto de apoio para aqueles que se destinam à Europa, partindo do Sul do País ou do Centro-Oeste. Salvador já é um ponto de apoio para quem vai para os Estados Unidos, a Miami. Então, quando a empresa quer e existe uma política forte de proteção, principalmente daquela região, como no caso do Ceará e de Salvador, há paradas de vôos internacionais, que fazem escala em uma determinada capital e seguem para a Europa ou para os Estados Unidos.

O que não mais podemos aceitar é a verdadeira calamidade do Aeroporto Internacional de São Paulo. Não há como aceitar mais vôos com aquelas esteiras ultrapassadas, antigas, que derrubam a bagagem de todo o mundo, aquela confusão para entrar e sair. Não existe mais possibilidade de se aceitar isso.

Em Belo Horizonte, houve um problema no Aeroporto da Pampulha que foi resolvido reabrindo-se o Aeroporto de Confins, mas precisa-se estabelecer que os vôos não podem ir só para São Paulo.

De qualquer forma, no passado, vimos isso acontecer no Rio de Janeiro. Pensávamos que estávamos corrigindo no momento em que transferimos os vôos para São Paulo e, agora, temos o mesmo problema em São Paulo. Quer dizer, todos eles são canalizados para o Estado de São Paulo.

Referi-me à preocupação da Senadora Serys Slhessarenko porque, como o fim do *code-share* entre a Varig e a Tam, a Varig cancelou todos os vôos destinados a Cuiabá. Então, a Senadora está perguntando se, como disse o Ministro Walfrido Mares Guia, o turismo é o calcanhar de Aquiles da economia regional em determinados lugares, como ficam o Mato Grosso e o Pantanal, na medida em que uma das principais empresas aéreas cancela todos os vôos em direção a Cuiabá?

Essas são as preocupações que tenho, Sr. Presidente. Insisto, evidentemente, naquela minha ponderação inicial de que devemos tratar de alguns assuntos relacionados à Anac, principalmente com respeito à certificação e homologação de aeronaves, que são da maior importância estratégica para o País. Existem algumas situações que precisam ser analisadas de forma sigilosa. Obviamente, o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Ministro e os Senadores sabem disso, mas devemos discutir a forma de como resolvermos esse problema a portas fechadas com os Srs. Senadores. Agradeço ao Senador Tasso Jereissati por atender a essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes; Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Tasso Jereissati; meu amigo Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, José Alencar; Sr. Ministro do Turismo, Deputado Walfrido Mares Guia; Sr. Jorge Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas; Srªs e Srs. Senadores, as minhas dúvidas basicamen-

te já foram respondidas, tendo em vista as perguntas feitas pelos Senadores que me antecederam. Mas, acho que há unanimidade com relação à criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Apenas quero dizer – como colocou o Relator, Senador Delcídio Amaral – da necessidade de ajustes e do relatório que S. Exª irá apresentar nessa reunião.

Sr. Ministro da Defesa, é estranho, como foi levantado pela Senadora Ana Júlia Carepa e pelo Senador Delcídio Amaral e a sugestão dada pelo Senador Tasso Jereissati, da necessidade dessa descentralização, não só na questão das linhas e dos vôos, mas também no setor industrial nacional e no desenvolvimento regional. Refiro-me a essa descentralização em nível nacional, que precisa ser feita.

Como colocado pelo Senador, é interessante fazermos essas passagens por várias capitais para atingir as capitais de países que devam ser acessados. Mas a nossa preocupação nesse caso, e a de toda a sociedade brasileira com relação à Varig, inclusive o Brigadeiro Godinho, do DAC, a quem quero me referir e saudá-lo, na sua exposição, ele fez um relato e mostrou o resultado das companhias, em relação aos dois anos anteriores, exatamente na gestão dos vôos compartilhados. Esses vôos, estão para ser cancelados. A minha pergunta baseia-se nesse assunto, até quando eles vão continuar e, em sendo cancelados, me parece que a situação da Varig se agravará muito mais, porque aí ela deixará ou a própria TAM também poderá sofrer – não acredito que tenha uma dificuldade maior – mas principalmente a Varig, que está tendo uma certa vantagem nesses vôos compartilhados, poderá sofrer um agravamento maior na sua situação, e talvez não tenha esse tempo para esperar uma solução de mercado para a sua solução definitiva.

A minha pergunta baseia-se nos vôos compartilhados: eles continuarão? Porque o que se ouve e o que se fala na imprensa é que as outras companhias, no caso a GOL, que está fora, estaria se valendo, cobrando uma solução para a extinção do compartilhamento dos vôos entre Varig e TAM.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Heráclito, Presidente da Comissão de Infra-estrutura, nosso amigo José Alencar, Vice-Presidente e Ministro da Defesa, nosso amigo também Walfrido dos Mares Guia, Ministro do Turismo.

Como eu já tinha feito uma das perguntas e também me sinto contemplada, como o Senador Flexa, pelas colocações aqui feitas e com as preocupações que temos tido, vou levantar uma questão que diz respeito a desenvolvimento regional e turismo. Não sei se talvez nem o Sr. Jorge Ermakoff possa me responder agora, mas poderá fazê-lo num outro momento. A questão diz respeito, Sr. Jorge, ao fato de a Varig estar considerando uma possibilidade de encerrar as operações num município, Santarém, que é o terceiro do Estado, uma região que tem um potencial turístico fantástico, Ministro Mares Guia. Existe uma praia, Alter do Chão, que é considerada o Caribe amazônico – V. Exª conhece e sabe da beleza que tem Alter do Chão. A Varig inclusive iniciou o vôo para lá. Hoje, Santarém é conhecida como a Pérola do Tapajós. Bem em frente à Santarém existe o encontro das águas, uma atração turística fantástica – encontram-se as águas do rio Amazonas com as do rio Tapajós, uma coisa muito bonita. Essa região tem um potencial grande. Ficamos preocupados porque há apenas um vôo da Varig – o outro é compartilhado. Essa empresa transporta de 1.800 a 2.500 passageiros por mês, num total de 6.000 passageiros. Quer dizer, um volume considerável.

Então, faríamos um apelo ao Sr. Jorge Ermakoff, como representante das empresas, para que não houvesse esse término de vôo para Santarém, porque ele é fundamental. Para reforçar essa questão do desenvolvimento regional: ela também passa por ter, em cada Capital do País. Vamos discutir essa questão depois, mas, como o Senador Tasso Jereissati já colocou, favoreceria a desconcentração. É injustificável no País termos essa concentração apenas em uma região. Com isso, estamos até descumprindo aquilo que a Constituição nos diz, que é promover o equilíbrio entre as regiões.

Penso que, com esse desequilíbrio, a nossa região tem perdido. E tem perdido também recursos, porque é uma região com um potencial turístico fantástico. Tem perdido possibilidades, com certeza.

Eu queria fazer um registro que considero interessante e que nos orgulha. Penso que orgulha a todos os brasileiros a Embraer. No final do ano passado, fui ao Estados Unidos, e tive o orgulho de fazer de um vôo de Washington para Nova York num avião da Embraer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de passar a palavra ao último orador, a Presidência esclarece que a presença do Dr. Jorge Ermakoff nos orgulha muito – ele representa o Sindicato Nacional das Empresas Aéreas. É uma demonstração desta Comissão ao setor. Está aqui como convidado, não podendo, portanto, se manifestar. Posteriormente, teremos uma reunião com o Dr. Gláucio Melo, da GOL; Dr. Anchieta, da TAM; Das Dores, que é da Varig.

Enfim, serão todos convidados – já está programado para a próxima semana.

Eu até queria pedir permissão ao Vice-Presidente para que possamos abusar um pouco do conhecimento técnico do Brigadeiro Godinho, porque, tenho certeza de que, neste momento, ele será muito importante para nos fornecer informações com a maior brevidade possível, até para que se tenha...

Formalmente, o senhor já está programado. Falo da colaboração que possa dar no sentido de troca de informações e, enfim, no dia-a-dia desta Comissão, durante esses 30 ou 40 dias que serão fundamentais para a discussão do setor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, penso que, mesmo o Sr. Jorge Ermakoff não podendo responder a essa questão, ficam o questionamento e o pedido a ele para que possa intervir.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – É claro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A decisão de a Varig terminar seus trabalhos para Santarém vai causar um prejuízo não somente para o Município de Santarém, que hoje tem 300 mil habitantes, sendo o terceiro do Estado, mas também para toda a região oeste do Pará, porque, a partir de Santarém, vai-se para diversos Municípios daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Vamos ter o Boi-Bumbá agora, em junho? E a base daquela festa tradicional não é Santarém, em setembro?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em setembro. É a Festa do Sairé.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Paulo Paim.

Antes, consulto ao Senador José Maranhão – que, além de um excelente Parlamentar, é um ótimo piloto e um homem interessado na questão – se V. Exª não quer se manifestar, pois eu o estou vendo calado. Seria enriquecedor para a Comissão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não vou embarcar nesse vôo, não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Vice-Presidente da República, Exmº Sr. Ministro, representante das empresas, Srªs e Srs. Senadores, quero ser muito rápido.

A audiência na TV Senado – é bom para todos nós – é muito grande em todo o País. Esta reunião criou uma expectativa muito grande, não somente naqueles que usam o transporte aéreo – que é um setor estratégico, ninguém tem dúvida –, mas também em milhares e milhares de trabalhadores e de aposentados que dependem das companhias, no caso específico, da Varig.

Vice-Presidente José Alencar, sou testemunha de que já participamos de dezenas de reuniões – inclusive duas delas na sua própria residência –, com o objetivo de discutir a Varig.

Vou tentar encaminhar, de forma muito rápida, três perguntas.

Antes, farei uma consideração sobre um dado que recebi aqui, que é importante. Também não se tem de dar a impressão ao País de que a Varig está falida. A Varig é viável, é uma marca internacional, que honra o povo gaúcho e, com certeza, o povo brasileiro. Por isso, vou dar esse dado. Houve uma redução do prejuízo da Varig de 95,25%. A Varig tinha um prejuízo de 1,84 bilhão em 2003 e isso baixou para 87,2 milhões em 2004. Então, a Varig avançou, melhorou. Entretanto, com certeza, há algumas coisas sobre as quais eu gostaria que não somente nós tivéssemos respostas – e vai principalmente a V. Exª, meu Vice-Presidente, José Alencar.

Foi divulgado pela imprensa nacional – e entendo que os que estão nos assistindo, neste momento, gostariam de saber sobre isto – que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que, no encontro de contas, o nosso Governo teria de acertar 3 bilhões com a Varig. Vou resumir: a empresa tem para receber, em créditos tributários, por volta de 3 bilhões da União por prejuízos sofridos no período de congelamento tarifário dos anos 80, referente a uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal. Sabemos que esse encontro de contas ajudaria muito a Varig, baseado nos dados otimistas que estou apresentando sobre a recuperação possível da empresa.

Quero falar aqui também, em nome da Bancada gaúcha, que não pôde estar aqui. Falo em nome dos outros dois Senadores e – tenho certeza – dos Deputados Federais.

Na última reunião, foram feitas três solicitações. Sou daqueles que consideram que o Governo tem de intervir mesmo. Deixo bem clara a minha posição. Penso que somente o mercado não resolve. Quando falo em intervir, não é intervir no sentido de torná-la uma estatal, é intervir no sentido de buscar caminhos para uma solução.

Sei que estava prevista, para amanhã, uma conversa com o BNDES – inclusive por V. Exª...

O SR. MINISTRO (José Alencar) – (fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Excelente.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – (fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na perspectiva de buscar um investimento de US$300 milhões que ajudaria muito neste momento.

A pergunta que faço. A Bancada gaúcha encaminhou três propostas: alongamento da dívida da empresa com o Governo; carência de três anos para o início do pagamento da dívida, e o encontro de contas que já citei.

Na verdade, percebo que se conseguirmos – e sei da intensa boa-vontade de V. Exª em buscar uma saída. Sei que há uma esperança muito grande na posição assumida pelo nosso Vice-Presidente, a partir do momento em que começou a mediar essa saída para a Varig.

Acho que a Varig, reafirmo, é viável, é possível. Repito a frase: "é um patrimônio que mexe com as nossas emoções". Vou até dizer algo pequeno, mas para mim importante. Em uma oportunidade, eu tinha de ir à África do Sul. Diziam que lá – naquela época em que Nelson Mandela ainda estava no cárcere – negro não entrava. A Varig me levou, eu participei do evento e visitei a Winnie Mandela e o Nelson.

Vocês não sabem da minha alegria quando me vi de volta no avião da Varig. Ela está ligada, portanto, ao nosso sangue, a nossa história, a nossa vida.

Quando fui a outros países, também em épocas difíceis, quando eu entrava no avião da Varig eu dizia estou no Brasil, estou em casa.

V. Exª está entendendo esse apelo com um pouco de emoção. É que eu acredito muito neste País e acredito muito na Varig.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente José Alencar, eu gostaria de louvar a maneira emocionada com que o Senador Paulo Paim defende a Varig e a revelação que fez aqui de ser um costumeiro viajante, o que alegra muito a todos nós sabermos desse seu segredo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em toda a minha vida de Parlamentar – vou dar um depoimento, aproveitando este momento –, estou há vinte anos no Parlamento. Fui uma vez, como sindicalista, na época da ditadura, à Nicarágua e voltei pela Varig, em um momento muito difícil. Como Parlamentar, fui uma vez ao Japão e fiquei lá, pois era comitiva de empresários e queriam um Parlamentar sindicalista, e eu fui o escolhido. A outra, foi à África do Sul.

Foram essas as três viagens internacionais que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Estamos empatados.

Nós temos perguntas feitas ao Ministro Walfrido dos Mares Guia e ao Vice-Presidente José Alencar. Eu gostaria de saber qual de V. Exªs responderá primeiro. (Pausa.)

Pela gentileza mineira, vamos ficar empatados por toda a tarde. Mas pela precedência, a autoridade do Vice-Presidente falou mais forte.

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – Muito obrigado, Vice-Presidente José Alencar.

Há alguns comentários que eu gostaria de fazer rapidamente. Eu quero começar pela questão da colocação do Ministério do Turismo no Conac. Nós não pertencíamos ao Conac, que é um órgão extremamente importante, porque é o órgão de aconselhamento ao Presidente da República. Nele estão o Ministério da Defesa, com seus assessores, inclusive o Diretor-Geral do DAC; o Ministro da Fazenda; o Ministro do Planejamento; o Ministro da Justiça e o Ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Por uma portaria do Vice-Presidente, no cargo de Presidente, agora no dia 13 de abril, o Ministério do Turismo passa a fazer parte do Conac. E a nossa posição no Conac é a de defender o passageiro para podermos chegar nas metas do plano. O que me move é o plano com as suas metas.

Portanto, a nossa participação agora no Conac vai dar ao Ministério do Turismo o espaço que ele não tinha. Eu participei de uma reunião em 2003, a convite do ex-Ministro José Viegas, como uma gentileza. O Conac votou 18 resoluções. A maioria não está implementada. Uma delas, a Resolução Conac nº 03/2003, fala sobre ligações essenciais e suplementação tarifária.

Quer dizer, não podemos exigir que uma empresa comercial, que depende da receita para pagar as suas contas e obviamente ter um resultado para remunerar os acionistas e continuar investindo, que ela possa fazer viagens ou ligações tendo prejuízo.

O que podemos estabelecer na planilha, quando a concessão for feita de destinos. E podemos até dar-lhe garantia de destinos que são altamente lucrativos e de outros que não são tanto, para haver uma composição. Mas a política que o Governo quer implementar, que não é o ovo de Colombo – não fomos nós que a inventamos –, é a suplementação tarifária, ou seja, é incentivar. Pegando-se o caso de Santarém, por exemplo, se a empresa prova ao órgão regulador – no caso, o DAC – que o vôo até Santarém é deficitário e que os outros vôos não são suficientes para cobrir esses déficits, o Governo deveria ter uma política de suplementação tarifária. Quem conhece Santarém, usando o exemplo que V. Exª deu, Senador, sabe que aquele

destino não pode deixar de ser atendido por uma linha aérea, assim como Bonito, Corumbá etc.

A suplementação tarifária é um excelente instrumento para abrir novos destinos, ampliar o turismo no Brasil e, portanto, gerar empregos, distribuir renda e atrair divisas. Obviamente, não vamos fazer suplementação tarifária **ad eternum**, mas até o momento em que a empresa atinja um equilíbrio. Isso tem de ser regulamentado. Trata-se da Resolução nº 3.

Há um conjunto de resoluções no Conac, e a maioria não foi implementada. De fato, existem alguns problemas, algumas questões dentro do Governo, que precisam ser ajustadas. São as posições diferentes de Ministérios, o que não é surpresa para ninguém, porque sempre foi assim. O Ministério A tem um ponto de vista, o B e o C têm outros; temos de fazer um ajustamento, um balanceamento, para depois tomarmos uma decisão.

Essas 18 resoluções do Conac já formam um marco regulatório que traz não somente transparência, mas estabilidade ao mercado. O grande papel da Anac é o de uma instituição da sociedade civil que vai regular um setor extremamente importante, com regras que garantam estabilidade e transparência – estabilidade econômica para quem está investindo.

Temos alguns problemas para serem resolvidos. Há, por exemplo, a questão da tarifa, que o Senador Hélio Costa menciona, sobretudo das tarifas de embarque. A nossa tarifa de embarque internacional era de US$18,00. Era uma tarifa média no mundo; não é a menor nem a maior. Ela era de US$18,00. Na crise da Rússia, o Congresso Nacional votou o Pacote nº 51 – eram cinqüenta e uma medidas. Foi um momento de crise, em que o Brasil quase faliu. Foi em outubro de 1998, se não me engano. Naquele momento, o Governo usou tudo que tinha para arrecadar. Nessa procura insana para arrecadar – creio que qualquer um que estivesse no lugar do Ministro da Fazenda naquele momento não teria flexibilidade, porque teria de buscar tudo –, resolveram dobrar a tarifa de embarque internacional para US$36,00. Está escrito na lei que esses US$18,00 eram para ajudar a pagar a dívida externa; foi o que votamos aqui no Congresso. Isso foi votado em uma emergência, naquele pacote de cinqüenta e uma medidas. É um pingo no oceano. Hoje, esse dinheiro faz com que uma passagem de Buenos Aires até São Paulo, pela Gol, custe RS$150,00. A pessoa paga US$36,00 para embarcar lá e US$36,00 para voltar. São US$72,00, metade do preço da passagem. Já discutimos essa matéria no âmbito do Mercosul.

Ontem tivemos uma reunião sobre o Mercosul, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo, e o Ministro Celso Amorim fez uma apresentação. Eu disse que os Ministros de Turismo do Mercosul apresentaram uma proposta, de abaixar a tarifa, de forma ajustada, para até US$18,00. Isso, para que o Mercosul tenha a tarifa internacional de US$18,00. Não podemos cobrar uma tarifa de embarque internacional de São Paulo para a Inglaterra e a mesma de Boa Vista para Machu Picchu, Cuzco ou La Paz; temos de ter uma política de regionalização, independentemente de as leis internacionais exigirem que não tenhamos tarifas diferenciadas. Se temos um acordo entre os países, o Pacto Andino, o Mercosul etc, temos um espaço para diminuir as tarifas de embarque.

O Senador Hélio Costa mencionou uma questão, e creio que S. Exª tem 100% de razão. É preciso que fique claro para todos nós que não é papel de governo nenhum dizer quanto deve custar a passagem. Devemos ter a limitação do marco regulatório da concorrência. E, se esse marco for transparente e com regras estáveis e inteligentes, cada um vai colocar o seu preço. V. Exª protestou e eu também. Liguei para o Ministro Viegas, à época, e fui ao Presidente da República. É uma intervenção um órgão público, qualquer que seja e por melhores que sejam suas intenções, dizer que uma determinada empresa não pode fazer uma promoção. É um absurdo! E é uma maneira que as empresas têm, na baixa, de chamar o pessoal que anda de ônibus para andar de avião.

Conseguimos os resultados que o Brigadeiro Godinho apresentou aqui, e tivemos que usar uma medida dura, em 2003 e 2004, com o *code-share*, que é, guardadas as proporções, como se fosse uma quimioterapia, para evitar que as empresas falissem, em função da herança de 2002, de 2001, da baixa do turismo internacional e dos problemas afeitos às empresas naquele momento. Graças a Deus isso foi há dois anos, está longe! A maioria das empresas já se recuperou, mas o custo disso está aqui na apresentação do Brigadeiro Godinho (pág. 02), que foi a diminuição de destinos. Diminuímos o número de destinos e de atendimento, e as empresas passaram a viajar com mais assentos ocupados, mas com menos oferta.

As empresas aéreas, pelo que tenho aprendido, Senhor Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, têm duas escalas: a economia de escala, de um lado; e a economia de escopo, do outro. A economia de escala é a empresa poder operar entre determinados destinos que já são de seu domínio e direito, o maior número possível de vezes, para deixar o avião o mínimo possível parado, dentro das regras de manutenção, de segurança etc. Digamos que um avião pode voar 14 horas por dia, no máximo. Então, se a empresa conseguir que o avião voe 14 horas por dia, entre destinos que já existem, com até mais assentos e mais vôos,

está fazendo economia de escala. Mas, se desejar ir a Santarém, a Belém e a Caiena, então está fazendo economia de escopo, ou seja, aumentando a malha para ter um **marketing** maior e mais competitividade. Nem sempre isso redunda em rentabilidade, mas em atendimento ao mercado, em crescimento e, no futuro, em rentabilidade.

O órgão regulador tem que estar atento a tudo isso e só vai intervir quando uma determinada empresa apresentar uma deficiência na operação. O resto é o mercado mesmo. E quem fixa o preço é a empresa. No dia em que o Governo disser que ela tem que usar determinado preço, estaremos liquidados; voltaremos à época do Sipe, maldito Sipe dos anos 70, que obrigava as empresas todas a levarem uma planilha lá para dizerem se ela podia ou não cobrar aquele preço. Todo mundo que fez intervenção em preço não teve êxito. Não há exemplo algum, nem quando quiseram tabelar o sal antes do nascimento de Cristo. Não tem jeito! Isso são regras de competição.

É muito importante que a Anac, ao ser criada, traga isso, Senador, esse conceito de tarifa, de competição e de regulação, ou seja, como e quando se vai regular e intervir, se for o caso.

O Senador Flexa fala sobre a descentralização dos vôos e o **code-share**. De fato, temos que descentralizar os vôos. O que aconteceu é que o Rio de Janeiro, por uma questão que, se for contar aqui, vai demorar muito tempo, de repente, ficou com o aeroporto do Galeão vazio e com o aeroporto Santos Dumont saturado. O Governo do Rio de Janeiro gastou quase dois anos de luta para conseguir voltar todos os vôos para o Galeão, que é um aeroporto espetacular e que atende à maioria do Rio, melhor do que o Santos Dumont, a não ser para quem mora ali no Flamengo, em Botafogo e na Zona Sul. Às outras regiões do Rio é mais fácil chegar pelo Galeão, que está agora aberto.

Com a volta dos vôos domésticos e das conexões no Galeão, já estamos descentralizando São Paulo. Por que São Paulo cresceu desse jeito? Porque os vôos internacionais todos passaram a ir para São Paulo, que, por si só, já é uma sucção econômica. A imensa maioria dos negócios das grandes empresas estão lá, os grandes bancos estão lá, os escritórios multinacionais estão lá, as empresas internacionais estão lá. Então, os vôos de eventos e de negócios, sobretudo, vão todos para São Paulo, e desejam as conexões, quando desejam viajar para outros locais. Agora, no Rio, voltando os vôos para o Galeão, teremos novas conexões e mais vôos do Galeão.

Em Belo Horizonte, como diz o Senador Hélio Costa, ocorre a mesma situação. No aeroporto da Pampulha só cabem 17 vôos por hora, e havia momentos em que tinha que haver 30; e o aeroporto Tancredo Neves, de Confins – um aeroporto maravilhoso que custou US$350 milhões há 26 anos –, parado e às moscas! Então, retomamos o aeroporto.

Agora, faremos isso no Nordeste. Hoje já temos sete vôos diretos da TAP para São Paulo, Rio, Salvador, Recife, Fortaleza, e cinco para Natal. Quer dizer, a TAP está fazendo 40 vôos semanais, sendo que Natal, a partir do dia 02 de julho, terá o quinto vôo semanal, quase um vôo diário. Para Fortaleza, Recife, Salvador, Rio e São Paulo, um vôo diário da TAP. A TAP transportou 600 mil passageiros ano passado para o Brasil.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – (Fora do microfone.) Estamos perdendo a reciprocidade, porque temos o direito...

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – Temos. As empresas americanas podem voar... Nós podemos voar para lá e eles para cá 112 vôos, não é, Brigadeiro? Eles fazem pouco mais de 90 e nós fazemos menos de 30.

Então, o DAC tomou aquela decisão do *code-share*, Senador Flexa Ribeiro, como uma quimioterapia. Era aquilo que poderia ser feito, porque, senão, se deixaria uma das duas quebrar ou mais provavelmente a Varig. O **code-share** foi uma forma de ajudar as empresas não ajudando o mercado, porque todos passamos a ter menos vôos, mais dificuldades, aviões mais cheios, etc. Mas valeu a pena, porque o resultado apresentado pelo Brigadeiro Godinho mostrou que o remédio foi duro, mas foi adequado. No entanto, não é um remédio para se tomar a vida inteira. Está na hora de acabar mesmo; o Cade tem razão. As empresas estão operacionalmente positivas.

O grande problema da discussão desse final do *code-share* e, por conseqüência, da Varig é o seguinte: não há dúvida de que a Varig, sob o ponto de vista operacional, é satisfatória, mas aquele resultado que ela gera no fluxo de caixa é absolutamente inadequado para a gestão de sua dívida, mesmo... E aqui tenho que concordar com o Presidente, porque também analisei o balanço no detalhe. Aliás, o Comandante Martins, que é o Presidente da Varig, tem sido incansável e transparente, porque pediu que o Vice-Presidente financeiro, ex-Secretário do Governo de Minas, estivesse lá na minha sala destrinchando o balanço comigo. O tamanho da dívida da Varig... Mesmo se for ajustado o que ela tem como provável crédito na Justiça, tirando o que ela deve ao Governo, vai empatar, não haverá saldo. Isso se não ficar um débito. Há um peso enorme na sua dívida que não se resolveria com o fluxo de caixa, teria que se resolver, como disse o Vice-Presidente, por entrada de acionista de devedores, credores – aliás, como eventualmente sócios,

se houvesse um líder, porque ninguém acredita que o grupo atual que manda na empresa, que é dono da empresa tenha capacidade financeira para alavancar a empresa se os credores quiserem colocar recursos. Isso é próprio dos negócios. Então, é difícil realmente essa solução, e o Vice-Presidente está liderando isso para procurar uma saída.

Então, o *code-share* tem que acabar mesmo, e quem tem que tomar conta disso é o Cade, e não a aeronáutica, nem a Anac. Quem gerencia a concorrência no Brasil é o Cade. Existe a SAE (Secretaria de Acompanhamento Especial) do Ministério da Fazenda, existe a SDE (Secretaria Direito Econômico) do Ministério da Justiça e há o Plenário do Cade, composto por conselheiros eleitos pela sociedade, indicados pelo Governo, alguns até aprovados – se não me engano – aqui pelo Congresso. Lá, sim, veremos a questão da concorrência.

Então, o final do *code-share* é indiscutível. Mas por que ele foi criado? Foi criado porque ele seria, digamos assim, o amálgama – que não deu certo – para tentar fazer a fusão da TAM com a Varig, que são duas culturas diferentes, duas aeronaves diferentes – uma é *Airbus*, a outra é *Boeing* – e tem isso, aquilo e aquilo outro. Então, creio que ela vai acabar dia 02 de maio.

A Senadora Ana Júlia, sob o ponto de vista do desenvolvimento regional e de turismo, ainda mais no seu Estado e na região amazônica, Senadora, a melhor de todas as políticas que pode existir para o desenvolvimento regional é o turismo. A industrialização da Amazônia é um ponto na Zona Franca de Manaus que não se reproduz. Ele é muito importante e tem trazido resultados indiscutíveis, tanto é que o Congresso tem sido até benevolente com toda aquela situação ampliada, etc. Agora, ali é o turismo, porque o mundo inteiro quer conhecer o Brasil. O imaginário do turismo internacional é vir à Amazônia, mas chegando pela Amazônia e não por São Paulo, porque o preço fica absurdo e o turista não quer fazer escala. Então, estamos lutando para trazer vôos diretos dos EUA e da Europa para a Amazônia e para o Nordeste.

O Presidente da República chegou a escrever uma carta para o Presidente Chirac, que o Ministro da França, Léon Bertrand, recebeu em mãos do Palácio do Planalto, do Presidente Lula, no dia do lançamento do Fórum Mundial, pedindo que a França estendesse seu vôo de Caiena – capital da Guiana Francesa – até Belém e/ou Manaus. Depois, em um encontro em Genebra, Sua Excelência ratificou isso com o Presidente Chirac – tive a oportunidade de estar presente. E recentemente, na Embaixada do Brasil na França, na presença do Ministro de Turismo León Bertrand, na presença do responsável pelo Departamento de Ultramar, da França, que toma conta da Guiana, e do Vice-Presidente Internacional da Air France, nós voltamos a negociar na presença do Embaixador brasileiro esse vôo. Estamos trabalhando nisso, mas ainda não temos um instrumento nem interno para a suplementação tarifária, quiçá externo, o que ainda nem discutimos.

Eu estava com o Presidente Lula na viagem que fez agora à Venezuela. Ele me chamou e pediu que eu procurasse o Ministro da Defesa. Preparamos o projeto, então, o Ministério do Turismo, com a ótica do turismo e o Ministério da Defesa, com a ótica da ocupação e da integração sul-americana, sem que nenhuma capital deixasse de estar ligada. Deu-me noventa dias para apresentar esse plano. Por isso, Sr. Presidente, aquele dia, quando V. Exª estava no cargo de Presidente e fui lá visitá-lo, solicitei a ajuda do Brigadeiro Godinho e do Brigadeiro Negri para podermos, do lado do turismo e da aeronáutica, da Segurança, da ocupação de aeroportos e de acordos coletivos, acertar isso. Então estamos trabalhando em tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Ministro, V. Exª me permite apenas uma ajuda, se é que posso?

A grande complicação da ampliação do vôo, tanto da Air France, quanto da KLM a território brasileiro é que eles deixam de ser vôo doméstico.

Esses vôos são considerados domésticos. São vôos de integração. E trazem material, produtos estratégicos, para as duas Guianas.

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – Nós estamos encontrando a solução, Senador, o *code-share* com a TAM.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O caminho seria empresas brasileiras que fizessem o vôo de Cayena para Belém, para Manaus e assim por diante.

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – Já existem pequenas empresas, mas nós..

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O grande problema da pequena empresa é que esses aviões descem com duzentos, trezentos, passageiros e as que estão para receber comportam apenas trinta passageiros. Evidentemente, essa é uma questão de mercado, mas penso que o caminho certo é um entendimento, principalmente com a Air France, que já tem *code-share* natural com a própria TAM.

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – Nós estamos procurando esse caminho. Já até pedi ao Presidente da TAM, o Dr. Bolonha, que examinasse isso para nós e nos desse uma resposta.

Finalmente, o Senador Paulo Paim falou sobre o encontro de contas. Sob o ponto de vista do Governo Federal, na reunião em que estávamos presentes, há

quase seis meses, o Advogado-Geral da União disse que é impossível fazermos o encontro de contas, porque não temos autorização legal. Mas estou voltando aqui, na reunião estavam o Viegas – foi ainda na época do Viegas –; o Ministro José Dirceu; o Presidente do BNDES, que ainda era o Carlos Lessa; o Ministro Márcio Thomaz Bastos; o Ministro Furlan; o Presidente da Infraero; o Presidente da BR; e eu. O encontro de contas que foi proposta do BNDES, como estratégia de salvação da Varig, foi recusado pela Advocacia-Geral da União como impossível de ser realizado. Essa é a posição jurídica. Eu não tenho informação jurídica; então não posso sequer fazer uma ilação.

Então, temos que procurar uma solução mesmo dentro do mercado, porque não há como se ter meia intervenção. Intervenção é como pular de cabeça na piscina, não há jeito de não molhar o pé. Intervenção significa tomar o controle da empresa e assumir o ônus dela. Aí vem tudo para cima do Governo.

A última coisa que nós do Governo – e eu falo em nome do Turismo – queremos é que a Varig faleça. Nós queremos é que alguém encontre energia, impulso, alento, estímulo, inclusive do Vice-Presidente, para poder assumir o controle total, porque todas as pessoas que já conversaram conosco não querem assumir o controle se não for total.

Para assumir o controle total, é preciso fazer isto que o Vice-Presidente explicou: negociar com os credores. Ninguém vai botar seis bilhões de reais na mão, em **cash**, dentro da empresa, para zerar o patrimônio líquido de reais. São seis bilhões de reais para zerar o patrimônio líquido, se o encontro de contas for feito. Se não for, são nove bilhões para zerar o patrimônio líquido. E uma empresa com um patrimônio líquido negativo, pela lei, não pode acessar o crédito nem do Governo nem fora do Governo. Então, é muito difícil a posição do Ministro Vice-Presidente, que, além de ter conhecimento político, tem autoridade moral, pessoal do cargo e ainda tem uma experiência no mundo dos negócios extraordinária. Não é fácil essa solução.

Eu estou falando isso aqui, Vice-Presidente, e V. Exª me permita a ousadia de falar, mas realmente é muito difícil. É preciso aparecer um líder empresarial, uma empresa que tenha força, firmeza, segurança, competência, tradição e liquidez para atrair outros a abrirem mão dos seus créditos como acionistas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Sr. Ministro, o inimigo tempo nos alerta para o início do Expediente.

O SR. MINISTRO (Walfrido Dos Mares Guia) – V. Exª tocou a campainha e me silenciei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o Vice-Presidente, caso deseje fazer algum esclarecimento.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Sr. Presidente, não tenho praticamente nada a acrescentar porque a performance do Ministro Mares Guia foi realmente brilhante, S. Exª respondeu a todas as perguntas trazidas pela Senadora Ana Júlia, pelos Senadores Hélio Costa, Flexa Ribeiro, Paulo Paim. Creio que tudo foi respondido.

Apenas uma coisa, o Custo/Brasil, mencionado pelo Senador Hélio Costa, sobre isso gostaria de fazer rapidamente uma observação. Esse Custo/Brasil é elevado não apenas no caso das empresas aéreas, é claro que neste caso ele é elevadíssimo, mas ele alcança todos os setores da economia brasileira. Tanto que isso tem sido objeto de preocupação em todos os campos de atividade da economia brasileira. Os empresários ficam preocupados tendo em vista que se avança muito rapidamente para uma globalização cada vez maior e nessa globalização, obviamente, o tratamento deveria ser igualitário.

Temos razões de sobra para condenar o Custo/Brasil. Na esfera, por exemplo, tributária, de custos financeiros, na esfera também de infra-estrutura, de logística, porque o Brasil é um País rodoviário, por excelência, deveria ser um País ferroviário e até hidroviário também, porque tem muitos rios que poderiam estar sendo navegados com grande economicidade, assim como também a própria navegação de cabotagem que no passado foi muito mais importante do que hoje.

Então, isso tudo é preciso que seja objeto de preocupação governamental, Custo/Brasil. Parabéns pela abordagem, Senador Hélio Costa, desse item, porque é realmente um fator que preocupa o Governo e também, acredito, todos os brasileiros de responsabilidade.

Quero também aproveitar a oportunidade para reiterar o meu agradecimento pela honra que me concederam convidando-me para estar aqui, tanto o Senador Tasso Jereissati como o Senador Heráclito Fortes, S. Exªs que me convidaram para estar, isso para mim representa, além de um honroso convite, também uma oportunidade de voltar ao Senado, conversar com amigos da Casa, alguns foram meus colegas do meu tempo, alguns que estiveram aqui hoje, outros não, mas mesmo os que não foram meus colegas são amigos, porque o Senado acaba vivendo no nosso coração, é uma casa responsável, é uma tribuna de valor, um tribuna que pode levar grande contribuição, como tem feito às questões ligadas não só à economia, como à política, como também ao campo social do nosso País.

Meus parabéns que aqui se realiza, ilustre Governador e Senador Tasso Jereissati, ilustre Senador Heráclito, quero desejar tudo de bom para V. Exªs; agradeço as referências feitas pelo meu amigo Walfrido dos Mares Guia, que foi generoso comigo, V. Exªs viram que S. Exª poderia falar pelos dois Ministérios, porque quando abordou assuntos de defesa o fez com muito mais proficiência do que eu, de modo que é uma prova de que o Turismo está bem entregue, S. Exª está afinado com as questões de transporte aéreo, porque sabe que é instrumento vital para o engrandecimento da potencialidade turística do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passarei a palavra em seguida para V. Exª.

O Senador Hélio Costa quando falou sobre o Custo/Brasil, eu o observava e vi que seus olhos brilharam. (Risadas) E vi que V. Exª aguardou exatamente o momento oportuno para responder. Sei que essas é uma das grandes (inaudível) que V. Exª tem na vida como Senador e como Vice-Presidente da República, exatamente o combate aos juros e abaixar o Custo/Brasil. E V. Exª vai ser um grande colaborador da nossa Comissão de Infra-estrutura, porque vamos discutir as PPPs. Já vi discutir as PPPs por vários aspectos, menos para abaixar o custo do preço das obras. Sei que V. Exª é um paladino nessa questão, e a única que estranhei foi quando o Presidente disse que o brasileiro não levantava o traseiro para pedir juros baixos não se lembrou que ao lado dele há um colega que nunca sentou o traseiro, exatamente preocupado em baixar o juro do Brasil.

V. Exª está de parabéns por esta luta, é o símbolo dessa campanha de combate ao juro.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Vice-Presidente, apenas para encerrar e, em benefício dos jornalistas presentes – evidentemente, os telespectadores da TV Senado, com uma nota importante também sobre aviação – quero saber se V. Exª pode falar 30 segundos sobre uma questão, se já recebeu a proposta do Governo francês de venda de 20 Mirages para substituir os Mirages III por US$60 milhões, o que representa, na realidade, a grande economia para a possível compra de US$1 bilhão dos aviões para a FAB.

O SR. MINISTRO (José Alencar) – Ainda anteontem, eu estava no Rio com o Comandante Bueno e tivemos oportunidade de conversar sobre esse assunto. Esse problema dos Mirages é o seguinte: o Brasil, como todos sabem, tem essa frota de caças franceses que terminarão sua vida útil no final deste ano. Há um projeto de substituição deles, porque eles estão justamente na base de cobertura da Capital da República, eles ficam na base de Anápolis. Há outras duas bases, uma no Rio de Janeiro, Santa Cruz e outra no Rio Grande do Sul. Lá estão os F-5. Temos 46 aviões F-5. Num primeiro momento, cada base receberá 15 deles. Os 15 Mirages aqui serão substituídos pelos F-5, porque 15 são suficientes para cada uma dessas bases. Paralelamente, além da oferta desses franceses, há outras ofertas sendo avaliadas pelo Governo. Desta não chegou a proposta por escrito, mas está sendo preparada e acredito que chegue amanhã, sexta-feira, ou na próxima semana. Veremos se pode haver uma operação que consulte o interesse das Forças e para que seja feito um negócio compatível com o valor desses caças. É claro que há oportunidades. Tanto o Mirage quanto o F-5 são de uma tecnologia que está em fim de linha. Estamos recebendo notícias de que em breve teremos caças de nova tecnologia. Então, estamos tranqüilos com a solução que nos dê um prazo de mais 15 anos, porque, neste período, teremos condições de renovar toda nossa frota, mesmo porque a essa altura não teremos mais aquela rubrica de juros tão altos. Teremos recursos para reaparelhar toda nossa Força.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em 15 anos fazemos o avião aqui, não é, Vice-Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quem sabe!

Sobre a mesa, 3 requerimentos.

Primeiro:

Requeremos, nos termos regimentais, audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre as empresas aéreas de criação da Anac dos seguintes convidados: Presidente das Empresas Aéreas Varig, GOL e TAM, do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias com direito à palavra, do Presidente da Associação Brasileira de Transportes Regionais. Sala das sessões, Heráclito Fortes e Tasso Jereissati.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento:

Nos termos regimentais, convocamos audiência pública conjunta com a Comissão de desenvolvimento regional e Turismo do Diretor-Geral do DAC, Major Brigadeiro Godinho, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre as empresas aéreas que estão operando no País, bem como a criação da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, em data posteriormente

a ser marcada. Assim como no requerimento anterior, a data será definida e comunicada aos convidados e aos membros da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o segundo requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento 3:

Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa.

Nos termos do art. 90, Inciso XI, combinado com o art. 93, Inciso II e com o art. 113 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja realizada audiência pública conjunta perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Comissão de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de que S. Exª, Ministra Marina Silva, apresente o Plano da Amazônia Sustentável. Não sei se é o caso da aprovação aqui. V. Exª quer apenas que seja dada ciência.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso. Já foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas também quero colocar aqui, porque também foi aprovado com esse adendo. Foi uma proposta do Senador Sibá Machado. Como o Ministro que coordena é o Ministro Ciro Gomes, seria com os dois.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O Presidente da Comissão de Assuntos Regionais, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – É para dar ciência à Comissão que os Senadores da Comissão que aqui estejam presentes, se concordarem, permaneçam sentados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Na qualidade de Presidente-Adjunto, quero passar a palavra ao Presidente de fato desta reunião, Senador Tasso Jereissati, para suas considerações finais e agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Eu gostaria apenas de agradecer, de uma maneira muito sincera e calorosa, a presença e a presteza com que o Vice-Presidente da República, José Alencar, e o Ministro do Turismo atenderam ao nosso convite, abrindo, sem dúvida nenhuma, de vez e de forma irreversível, a votação e a discussão da criação da Agência Nacional de Aviação Civil, assunto fundamental para a modernização do nosso sistema de aviação civil e, como foi dito e repetido aqui, fundamental para uma série de atividades econômicas imprescindíveis ao desenvolvimento do nosso País.

Dessa maneira, fica o nosso agradecimento, até pelo adiantado da hora, pois ficaram aqui até este momento, prestando-se, de uma maneira muito gentil e muito aberta, a todas as discussões aqui abordadas.

Está encerrada a reunião, agradecendo o magnífico desempenho do Senador Heráclito Fortes, como Presidente, conduzindo esta discussão.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 17 minutos.)

Ata da 9ª Reunião (Ordinária) da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, realizada em 5 de maio de 2005, às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Marco Maciel, Leonel Pavan, Alberto Silva, Gérson Camata, Sérgio Guerra, Gilberto Mestrinho, Teotônio Villela Filho, Valdir Raupp, Tasso Jereissati, Antônio Carlos Magalhães, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, João Batista Motta, Sérgio Zambiasi, César Borges, Mão Santa e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, José Jorge, Demóstenes Torres, Sibá Machado, Valmir Amaral, Juvêncio da Fonseca, Rodolpho Tourinho e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". Autor: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela rejeição matéria. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável à aprovação da matéria com 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Le-

onel Pavan. Parecer: Favorável à aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia que específica". Autor: Comissão de Legislação Participativa (SF). Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável à aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 05, de 2005. Terminativo. Ementa: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para Instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)". Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Alberto Silva. Parecer: Favorável à aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 06 –Requerimento nº 08, de 2005. Autor: Senador Heráclito Fortes. Assunto: Requeiro nos termos do Artigo 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada, com a Senhora Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, com a finalidade de prestar esclarecimentos e informações, sobre a crise nas empresas aéreas e também para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 07 – Requerimento nº 09, de 2005. Autor: Senador José Jorge. Assunto: Requeiro, nos termos do disposto no Artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Marcus Luiz Barroso Barros, o Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Nilvo Luiz Alves da Silva, e o ex-ministro do Meio Ambiente, João Carlos Carvalho, com o propósito de prestarem esclarecimento sobre o parecer técnico do órgão, que considerou o projeto de transposição do Rio São Francisco, como ambientalmente viável, no caso dos dois primeiros, e contrapor os argumentos, pelo terceiros. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 08 – Requerimento nº 10, de 2005. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Assunto: Requeiro, nos termos do Artigo 58, § 2º, Inciso II da Constituição Federal, combinado com os Artigos 90, Inciso V e 104, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 08, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes, para que na audiência pública conjunta a ser realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada oportunamente, seja convidada também a comparecer a Senhora Graziella Baggio, Presidente do Sindicato dos Aeronautas, para que possa também prestar esclarecimentos e informações, tendo em vista a crise das empresas aéreas, no sentido de instruir do Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Esclareço que o presente aditamento é de interesse do Ministério do Turismo, que tem acompanhado de perto as discussões sobre a aviação civil no Congresso Nacional. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 09 – Requerimento nº 11, de 2005. Autor: Senador Heráclito Fortes. Assunto: Requeiro nos termos do Artigo 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser marcada, com o Comandante José Afonso Assumpção, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Táxi Aéreo, com a finalidade de prestar esclarecimentos e informações, sobre as empresas de táxi aéreo, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências". Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Extra-Pauta – Item nº 01 – Requerimento nº 12, de 2005. Autor: Senador César Borges. Assunto: Requeiro, nos termos do Artigo 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública com as presenças da Exma. Senhora Deputada Yeda Crusius, Coordenadora do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig; do Exmo. Senhor Deputado Beto Albuquerque, Membro do Grupo Parlamentar Misto em defesa da Varig; e do Senhor Ernesto Zanata, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Rubem Berta e representante do Ministro de Estado da Defesa, com objetivo de discutir a grave situação financeira da empresa Varig (Viação Aérea Rio-Grandense). Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria, fazem uso da palavra os senhores Senadores César

Borges, Flexa Ribeiro, Alberto Silva, Marco Maciel e Sérgio Zambiasi. Passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Item nº 02 – Requerimento nº 13, de 2005. Autor: Senador Almeida Lima. Assunto: Nos termos do Art. 50, § 1º da Constituição Federal, e art. 58 § 2º inciso III, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1 de 2001, solicito que seja convocado a comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal o Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva para prestar esclarecimentos sobre a transferência da INFRAERO de empresa pública para empresa de economia mista. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se à votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Sobre a mesa, Requerimento do Senador César Borges, convocando, nos termos do Regimento, a presença do Presidente da Fundação Ruben Bertha, para, juntamente com a Deputada Yeda Crusius, Coordenadora do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig, do Sr. Deputado Beto Albuquerque e do Sr. Ernesto Zanata, Presidente do Conselho Curador da Fundação Ruben Bertha, com o objetivo de discutir a grave situação financeira da Varig.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requeiro, nos termos do disposto do art. 58 da Constituição Federal combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado, que seja convocado o Presidente do Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis do Ibama, Marcos Barroso Barros; o Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Nilvo Luiz Alves da Silva; e o ex-Ministro do Meio-Ambiente, João Carlos Carvalho, com o propósito de prestar esclarecimentos técnicos sobre a transposição do Rio São Francisco. Autor: Senador José Jorge.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convocação do Presidente dessa Comissão, nos termos do art. 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja realizada uma audiência pública com a Comissão de Infra-Estrutura conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Turismo, em data a ser marcada, com o Comandante José Afonso Assunção, Presidente do Sindicato das Empresas de Táxi Aéreo, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre as empresas de táxi aéreo, visando a análise da criação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ORADOR NÂO IDENTIFICADO – ....inaudível....

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – ...do Presidente Nacional de Aviação Civil...

O SR ORADOR NÂO IDENTIFICADO – ...inaudível...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não, de táxi aéreo.

O SR ORADOR NÂO IDENTIFICADO – ...inaudível...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O Presidente da Comissão. Estamos convocando vários setores para discutir sobre vários aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – No mesmo teor, a convocação, por autoria do Senador Sérgio Zambiasi, da Srª Graziela Baggio, Presidente do Sindicato dos Aeronautas, em data a ser marcada, para discutir em audiência pública sobre o mesmo assunto.

Requerimento do Senador Almeida Lima, convocando ao comparecer a esta Casa, nesta Comissão, o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, para prestar esclarecimentos sobre a transferência da Infraero de empresa pública para empresa de economia mista.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento também para audiência pública da Srª Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional

dos Aeroviários com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a crise das empresas aéreas e também instruir sobre o Projeto de Lei nº 62 que cria a Agência Nacional de Aviação Civil.

A preocupação, Srs. Senadores, de se fazer essa reunião hoje, é exatamente porque estamos iniciando o processo de votação da ANAC. O Relator promete, até o final deste mês, entregar o relatório para apreciação nesta Comissão e posterior votação no Plenário do Senado. Daí por que estamos fazendo essas convocações para que se possam ouvir as partes envolvidas neste assunto.

Dito isso, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, só uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Essa audiência pública a respeito da Agência Nacional de Aviação Civil será única para todos os convocados?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não, estamos fazendo em blocos. Na próxima quinta-feira. Estamos fazendo conjuntamente, até para agilizar o processo, em algumas dessas convocações com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, quando envolve a questão da aviação. São vários requerimentos sobre o mesmo assunto.

O que estamos fazendo é o seguinte: na próxima reunião virão os Presidentes das três maiores empresas aéreas por setor. Depois, inclusive quero até a colaboração de V. Exª, que é de uma região que é forte neste assunto, nesta matéria, que são os Presidentes de empresas regionais e assim por diante, no sentido de se fazer a convocação de todos os setores envolvidos, para que cada um se manifeste a respeito do assunto.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, desculpe-me por chegar atrasado, eu estava no Plenário. Mas já soube que foi aprovado um requerimento de minha autoria. Eu queria apenas justificar, na verdade toda a imprensa hoje está noticiando que há uma ameaça do Vice-Presidente da República, Ministro da Defesa José Alencar, de que ou a Fundação Ruben Bertha mostra qual a saída de mercado para resolver o problema da Varig ou os aviões da Varig não poderão mais pousar nos aeroportos da Infraero, e a BR Distribuidora não fornecerá combustível para que os aviões voem. Então, está forçando uma solução de mercado.

Posso até acreditar que possa haver uma solução de mercado, mas não pode é o Governo colocar em risco um transporte estratégico para o país e paralisar. Acho até que pode forçar uma solução, mas tenho muito receio de que de uma hora para outra venha uma situação dessa: imaginem a Varig parando de voar. Por pior que seja a situação da Varig ela tem 23% – dizem que é esse número, mas ela tinha 30% – do mercado doméstico e 80% do internacional. Então isso é um desastre para o país.

O governo não toma uma providência, fica nesse jogo de pressão. Por isso eu queria pedir a V. Exª, sei do seu interesse pelo assunto, da sua inteira disponibilidade, que a gente pudesse fazer o quanto antes essa audiência com o Presidente da Fundação Ruben Bertha junto com os Deputados que têm uma proposta de intervenção para que o governo tome uma providência.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Um dos motivos da convocação feita na terça-feira para esta reunião de hoje foi exatamente por saber do requerimento de V. Exª e saber da urgência que este requerimento exige. Essas questões que os jornais vêm noticiando nas últimas horas são preocupantes. E para que não perca a eficácia dessa convocação, ela deverá ser feita o mais rápido possível. Vou inclusive orientar o Chefe de Gabinete da comissão para que entre em contato imediato com as pessoas envolvidas nesse requerimento de V. Exª para ver se na próxima terça-feira ou na quarta-feira, numa reunião extraordinária, nós teríamos oportunidade de ouvi-los a respeito desse assunto.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu queria solidarizar-me aqui com o Senador César Borges, porque na audiência pública com a presença do Ministro da Defesa, o Vice-Presidente José Alencar, eu tive oportunidade de fazer uma observação com a suspensão dos vôos compartilhados. Naquela ocasião, fiz referência de que a situação mais arriscada era da própria Varig, porque a TAM, de uma forma ou de outra, iria dar continuidade aos seus vôos, mas a Varig iria ter conseqüências graves pela suspensão desses vôos compartilhados. E o Ministro da Defesa, várias vezes, repetiu que não iria citar os nomes, mas que existiam vários grupos privados interessados na negociação das ações da Varig. Mas que se houver essa suspensão da atividade da Varig, dos vôos regulares da Varig, é evidente que as negociações vão ser suspensas, porque uma empresa parada perde o valor comercial e perde o atrativo da negociação. Além de, como foi colocado naquela reunião, ser um símbolo da própria nação brasileira no exterior e aqui dentro.

Acho que a Comissão deve tomar a iniciativa de fazer um apelo, para que seja estendido esse prazo,

no sentido de dar uma folga maior para que essas negociações possam se processar e possam, Deus queira, chegar a um bom termo, e uma solução de mercado seja encontrada para que a Varig possa dar continuidade às suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª está coberto de razões, daí por que a preocupação tanto do Senador César Borges quanto da própria Comissão em agilizar essa convocação.

Nós estávamos presentes na exposição feita pelo Ministro da Defesa, o Vice-Presidente da República, quando V. Exª abordou o assunto. Daí por que acho que é obrigação e é dever desta Comissão ficar atenta para todos esses acontecimentos. Evidentemente que os jornais já passam a anunciar dois ou três possíveis compradores para a Varig, mas tudo isso tem alguns impedimentos, inclusive de ordem legal. Quando se trata de grupos estrangeiros, existe uma legislação específica para isso e é necessário que esta Comissão não só acompanhe, mas também discuta o assunto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, acho que a medida que os jornais estão anunciando revela que... acho-a um tanto precipitada. O prazo é muito curto para que a Varig encontre uma saída. Se há anos que ela peleja para essa saída, inclusive essa ação compartilhada com a TAM foi uma forma de encontrar, se durante esses anos todos ainda não foi possível encontrar uma solução, por que esse prazo tão curto? Será que nós na Comissão não poderíamos solicitar exatamente o que ele sugeriu: aumentar mais esse prazo, enquanto fazemos essa audiência pública até encontrarmos uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não poderia, para aventar como sugestão, se formar uma comissão para conversar inclusive com o Vice-Presidente da República sobre esse assunto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador, permite-me um aparte?

O Ministro Mariz Dias disse que esses vôos compartilhados representou como se fosse uma UTI para as empresas; foram palavras que ele usou. Eu, conhecendo e amizade que tenho com o Ministro da Defesa, com o Vice-Presidente, o empresário José Alencar, tenho certeza que, como um homem da formação do Vice-Presidente, da justeza que ele tem e a preocupação que ele demonstrou, ele vai procurar uma solução de estender esse prazo e não deixar com que a Varig encerre as operações, o que vai dificultar sobremaneira encontrar soluções no mercado que ele demonstrou preocupado em que seja encontrado. Ele não pode interferir, como ele colocou como Governo, mas que ele torce que seja encontrado. E, da forma de lisura do seu caráter e da sua formação empresarial, tenho certeza que ele vai atender aos apelos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Tenho certeza, nobre Senador Flexa Ribeiro, das intenções do Vice-Presidente, do Ministro da Defesa, agora é evidente que a questão da Varig é complexa porque essa empresa é administrada pela fundação; é uma fundação – chegou inclusive um Senador gaúcho, que pode afirmar melhor do que ninguém – de uma estrutura pesada, o poder de decisão da Diretoria Executiva é limitado. Tenho impressão de que a ação do Vice-Presidente é exatamente para alertar essas dificuldades, e é preciso que haja uma compreensão do que faz a Fundação Ruben Bertha para este momento. Acho que seja exatamente aí onde esteja encontrando a grande dificuldade. Daí por que achar fundamental que nesta Comissão o responsável maior pela Fundação venha cá, explique, coloque todos os pingos nos "is" sobre essa questão.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª agora teve a felicidade de resumir o assunto. Quer dizer, a Fundação Ruben Bertha não pode impedir uma solução para a Varig, por isso estou chamando aqui, agora, também o Governo, que é o poder concedente e tem responsabilidade. Tem que chamar a Fundação Ruben Bertha e acertar uma solução, e não paralisar vôos. Quer dizer, tem que ser um ato certeiro entre o poder concedente com a Fundação Ruben Bertha, que não tem direito de trazer prejuízos também para o País.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concordo com V. Exª. Acho até, Senador César Borges, e não está incluído no ofício de V. Exª, mas nós poderíamos sugerir ao Ministro que mandasse aqui o responsável, no seu Ministério, por essa negociação, até para acompanhar e no caso prestar algum esclarecimento.

O SR. CÉZAR BORGES (PFL – BA) – Perfeitamente, Sr. Presidente. O que precisa é uma solução rápida.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Todos concordam com a convocação adicional de um relatório do Ministério da Defesa?

Porque faríamos essa explicação ao Ministro e ele mandaria um representante.

A gente sabendo, diante mão, que muitas dessas negociações têm caráter reservada, pela natureza do assunto, mas pelo menos, no que for possível, se necessário for, faremos inclusive uma reunião reservada.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Duas palavrinhas só.

Abrimos o jornal hoje e verificamos que um grupo francês entrou em parceria com o Pão de Açúcar, com a importância de R$ 1,2 bilhão. Não foi comprando o Pão de Açúcar não, foi parceria. Ora, a Varig é muito maior que o Pão de Açúcar muitas vezes, então uma negociação de parceria com um grupo de uma empresa estrangeira e não esses pequenos grupos que parecem interessados em comprar a Varig...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O problema é a legislação que limita a participação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas deve limitar a outra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não, não, só a aviação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Então uma companhia americana poderia se submeter, a Varig é muito grande para ser vendida por alguns trocados. V. Exªs não acham? Ela tem um nome internacional de anos. Praticamente, é o nome do Brasil lá fora.

Acho, Sr. Presidente, nós encontraremos uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL- PI) – Salvo engano, Senador Marco Maciel, a limitação na questão de empresa aérea é de 25%. Não quero arriscar não, mas salvo engano, tem essa limitação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – **(Fora do microfone)**... a operação a que o Senador Alberto Silva se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A impressão que tenho é que vários investidores, a impressão não, a certeza, porque, inclusive, esta Comissão, a pedido do Presidente do Senado, logo no começo, logo quando tomamos posse tivemos algumas conversas, juntamente, com o Senador Tasso, com representante do Grupo Varig, os representantes do Unibanco – que naquele momento estavam procedendo uma negociação – tudo esbarrava na dificuldade do acerto entre o que definiu as diversas vertentes no processo Varig: funcionários, credores e fundação. Tenho a impressão que a grande dificuldade dos que tentam participar desse empreendimento esbarram aí.

Vi um relato, Senador César Borges, para V. Exª ter uma noção de que a dívida de 15 bilhões, com a participação do Governo, de que maneira? Cumprindo aquele acordo, aquela decisão judicial do pagamento dos 2 bilhões a que a Varig tem direito; redução dos credores que passam, aceitam reduzir desde que a Varig mude de mão. E separando os débitos de vencimento imediato com o de longo prazo, o desembolso seria reduzido para 900 milhões. Então, não é uma equação difícil, o difícil da equação é ouvir isso das duas partes. Estou dizendo exatamente isso aqui, porque as duas partes concordavam, mais ou menos, com o mesmo número. O problema todo é a questão da gestão. E a Fundação Ruben Bertha, não se houve ainda uma decisão jurídica, uma formalidade jurídica que se conseguisse separar a Fundação Ruben Bertha da Varig.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado Senador Heráclito Fortes.

Realmente caminha por este lado, acompanhei a manifestação do Senador Alberto Silva, com a comparação do Grupo Pão de Açúcar, porém, felizmente, para o Grupo Pão de Açúcar a menor dívida de R$ 900 milhões. A Varig chega a R$ 7 bilhões. O Grupo, talvez para sorte dos seus componentes não têm uma Fundação Ruben Bertha por trás, que realmente tem criado inúmeras dificuldades até então. Parece que agora, nos últimos meses, é que houve uma certa flexibilização. Senador, entendo que realmente a vinda de um representante do Vice-Presidente e Ministro da Defesa José Alencar é fundamental e que isso deve ocorrer numa sessão fechada. Talvez assim tenhamos informações mais privilegiadas que possam, posteriormente, tranqüilizar a população.

Como gaúcho, tenho acompanhado cotidianamente a questão Varig, que é uma preocupação constante. A última informação que tive, por exemplo, é que o vôo Varig com destino a Buenos Aires – Porto Alegre – Brasília foi cancelado, transformando-se em apenas um vôo nacional. Isto ocorreu esta semana. É mais um prejuízo para a Varig, para a população, para aqueles que utilizam seus serviços.

Tem razão o Presidente José Alencar quando dá um prazo, estipula um limite. Não há mais condições. A continuar assim, daqui a pouco, os aviões ficarão no solo, não levantarão vôo.

Essa última informação do cancelamento desse vôo, transformado em um vôo nacional Brasília-Porto Alegre é um sintoma muito ruim e aponta para outros questionamentos que preocupam a toda a população.

Cumprimento a Comissão pela iniciativa. Temos essa obrigação, sim, esse compromisso de contribuir para uma solução positiva para o caso Varig.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de encerrar a reunião, há um alerta do Presidente Senador Renan Calheiros, que quer promulgar agora a Lei das Ilhas. Gostaríamos de estar presente: o Senador Mão Santa, o Senador Alberto Silva e eu, que sou paraibano honorário. Fica estabelecido, conforme entendimento geral, que se acrescentaria a esse

requerimento o nome de um representante do Ministro da Defesa para que compareça e facilite a discussão e os entendimentos sobre essa questão.

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 15 minutos.)

Ata da 10ª Reunião (Ordinária) da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, realizada em 17 de maio de 2005, às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, José Jorge, Marco Maciel, Juvêncio da Fonseca, Rodolpho Tourinho Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Augusto Botelho, César Borges, Magno Malta e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Demóstenes Torres, Sibá Machado, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Teotônio Villela Filho, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Alberto Silva, Gérson Camata, Sérgio Guerra e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se a Audiência Pública. Item nº 01 – Assunto: Discussão sobre a situação financeira da Empresa Viação Aérea Rio Grandense – VARIG. Autoridades e Convidados: Exmª Senhora Deputada Yeda Crusius, Coordenadora do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig; do Exmo. Senhor Deputado Beto Albuquerque, Membro do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig; e do Senhor Ernesto Zanata, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Rubem Beta, Major-Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC e representante do Ministro de Estado da Defesa; Comandante Marcio Marsillac, Vice-Presidente da Associação dos Pilotos da VARIG. Autor: Senador César Borges. Resultado: Reunião Realizada. Após a explanação dos senhores e senhoras expositores e expositora, respectivamente, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os senhores Senadores César Borges, Delcídio Amaral, Paulo Paim, Roberto Saturnino e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezoito horas, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço aos Srs. Senadores que a reunião de hoje consta de apenas um item. É uma audiência pública que tratará e discutirá a situação financeira da Empresa Viação Aérea Rio-Grandense (Varig). O autor da proposta é o nobre Senador César Borges.

Convidamos para participar desta reunião dois Parlamentares, um Representante do Conselho de Curadores da Fundação Rubem Berta e o Major-Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery.

Aliás, queremos agradecer o Ministro da Defesa, que vem colaborando em todo esse projeto de discussão, não só no caso desta audiência, mas também no que diz respeito à tramitação do Projeto de Transformação do DAC em ANAC. E o Brigadeiro Godinho, além de ser o responsável pela área, é um profundo conhecedor do tema.

Portanto, convidamos para fazer parte da Mesa o Brigadeiro Godinho; o Presidente do Conselho de Curadores, Ernesto Zanata. Aguardaremos ainda aqui a chegada da Deputada Yeda Crusius, que informou à Assessoria que já se dirige para cá.

O outro convidado é o Deputado Beto Albuquerque, que, por razões de compromissos no Rio Grande do Sul, pede desculpas à Comissão e aos Senhores presentes pela sua ausência.

Vamos iniciar, portanto, ouvindo o autor do requerimento o nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senhores Convidados, Senhores Senadores, temos no País hoje uma grave situação com relação ao transporte aéreo viário.

O que temos assistido, em passado recente, é o fechamento de empresas importantes nesse meio de transportes estratégico para um país de dimensões continentais como o Brasil. Primeiro, foi a Transbrasil, pelo menos nos tempos recentes; depois, a Vasp, mais momentâneo, e se arrasta a crise da Varig.

Assistimos ao Ministro da Defesa fazer uma exposição, acho que o Major-Brigadeiro Godinho também, quando esteve aqui a última vez, numa reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura com a Comissão

de Fiscalização, enaltecer as condições da TAM e da GOL. Ora, estamos comparando coisas heterogêneas, porque, apesar de serem companhias aéreas, a Varig é uma companhia que vem de há muito tempo sofrendo planos econômicos, como o Plano Cruzado, e sempre o DAC acompanhou e participou dessas questões. Essa história está toda aí para quem quiser ver.

Por outro lado, a GOL e a TAM são empresas bem recentes no mercado e vieram sem trazer esse passivo que a Varig trazia, inclusive por uma ação de intervenção do Estado, via DAC, sobre as atividades empresariais, que afetaram, sem sombra de dúvida, a Varig. Então, não podemos comparar as situações.

Agora, Sr. Presidente, a TAM, por exemplo, fez o compartilhamento de vôos com a Varig, que foi importante para a TAM, porque a empresa começava a perceber que precisava tomar providências para não entrar numa situação idêntica a que estavam chegando as suas congêneres, como é o caso da Varig.

Chega a Varig. A Varig, os discursos já foram feitos aqui nesse Senado por muitos Srs. Senadores sobre a importância estratégica da Varig para o País. É uma marca internacional, tem *slotes* em nível internacional, detém 80% do mercado externo de vôos para outros países, já deteve mais de 30% do mercado interno de vôo doméstico. Agora se diz que talvez chegue a 23% apenas a participação no mercado interno. E ao que assistimos e foi cobrado aqui do Ministro da Defesa é que o Governo lava as mãos com relação à Varig e diz que o mercado vai resolver a situação. Diz que tem interesse, que estão acompanhando de perto, mas o mercado vai resolver a situação. Essa foi a posição colocada pelo Vice-Presidente, o Ministro da Defesa, na última reunião.

No entanto, Sr. Presidente, na última semana, as coisas evoluíram muito rapidamente e começamos a ter outras notícias: que o Governo já estava para intervir; que, caso a Varig não pagasse a Infraero, não poderia pousar nos aeroportos brasileiros, e que também a BR-Distribuidora não iria fornecer mais combustível para a Varig. O que poderia levar, o que era já esperado, à iminência de uma paralisação desses serviços da Varig de uma hora para outra, com conseqüências extremamente desastrosas até para o próprio Governo, que é o grande credor da empresa, o que poderia ter efetivamente comprometido esses créditos de uma hora para outra, sem falar na questão que teríamos com os funcionários da Varig que se veriam, de uma hora para outra, desamparados.

Enfim, Sr. Presidente, foi em função dessa emergência, dessa situação que está aí indefinida, que fiz um requerimento solicitando a presença em primeiro lugar do Conselho, da direção da Fundação Rubem Berta, que tem responsabilidade direta. E o que se está colocando é que não tem sido colaboradora numa solução efetiva para a Varig. Não tem tido um papel aberto para colaborar, até talvez com o próprio Governo, na procura de uma solução. A Fundação Rubem Berta tem responsabilidade efetiva com a situação da Varig e na procura dessa solução. Então, achei por bem convocar a Fundação Rubem Berta para que pudéssemos aqui discutir qual é a visão dela do problema, da crise e da saída para a crise. Posteriormente, até V. Exª sugeriu, a presença novamente do Governo, que nada poderia ser feito porque o Governo é o poder concedente. Então, precisaria saber também se posicionar diante das tratativas que estariam sendo feitas pela controladora da empresa, que é a Fundação Rubem Berta. Isso é para justificar e dar esse pano de fundo do Senado.

Não ouvi ainda o depoimento do Presidente do Conselho Curador da Fundação Rubem Berta, mas colocarei aqui algumas indagações, que considero pertinentes.

De que forma está garantido que a Fundação Rubem Berta não interromperá o atual processo, como fez em todas as tentativas anteriores? O plano ainda precisará ser aprovado pela Fundação Rubem Berta antes de ser implementado?

Segunda pergunta: os credores, o Governo Federal e os investidores terão total segurança de que desta vez valerá o sacrifício de se exporem e negociarem diante da possibilidade de a Fundação Rubem Berta acabar por não aprovar o plano elaborado?

Terceira questão: o que é preciso de parte dos fornecedores estatais, BR-Distribuidora e Infraero para dar o tempo necessário para as negociações – aí claro dirigida ao diretor do DAC – evoluírem e se concretizar a reestruturação do passivo? Deveria estar sendo dirigida ao Ministro da Defesa, que está conduzindo isso, mas aqui acho que está devidamente bem representado pelo Major Brigadeiro Godinho.

Quarta: há notícias de que a TAP e outros grupos estão interessados em investir na Varig, mas é natural pensar que isso só venha a ocorrer após a renegociação do passivo com os credores? Já existe um projeto apresentado aos credores? Algumas negociações já foram feitas com eles? Houve alguma evolução? O Vice-Presidente disse que há interessados, que ele está preocupado, mas não revela exatamente. E ficamos aqui apenas com as preocupações e com as notícias de jornal.

Quinta: é sabido que os trabalhadores, além dos empregos, são credores expressivos. De que forma eles estarão representados nesse processo? De que modo se busca considerar e negociar esses créditos?

Sexta pergunta: quando a Varig pretende dar conhecimento do plano de reestruturação a todos os legítimos interessados? Apesar de ser uma empresa privada, ela é uma concessão pública e terá de obter concessões do Governo e de algumas estatais. Sendo isso verdade, é preciso que este Congresso Nacional, Senado e Câmara, esteja envolvido e consciente de como as coisas estão evoluindo. De que maneira os senhores pensam em estabelecer uma interlocução ativa e constante com o Congresso, para que não fiquemos sempre nesses sobressaltos? E, por fim, é possível que o BNDES venha a ser um parceiro importante nesse projeto? Há alguma negociação em curso, efetivamente, com o BNDES? Esse plano é consistente, está colocado no papel, foi apresentado ao BNDES, já que é urgente a capitalização, para que empresa possa dar continuidade as suas atividades?

Enfim, Sr. Presidente, são essas as nossas perguntas, as nossas preocupações. Por conta da preocupação da maioria dos Srs. Senadores com essa questão estratégica para o Brasil e essa situação específica da empresa Varig, que tem efetivamente méritos para ser defendida e olhada com carinho por todos nós e que precisa ser esclarecida, gostaria que o Sr. Ernesto Zanata e o Major-Brigadeiro pudessem, no caso, trazer notícias boas para nós ou que, pelo menos nos atualizassem sobre o andamento das negociações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em primeiro lugar, concederei a palavra ao Dr. Ernesto Zanata, que terá, se assim o desejar, o tempo necessário – pedimos apenas que seja sintético – para alguma consideração. Caso não ache necessário, poderá, então, responder imediatamente às perguntas. Agora, se V. Exª tiver alguma outra consideração que ache importante, a palavra lhe estará franqueada.

O SR. ERNESTO ZANATA – Boa tarde a todos. Obrigado pela oportunidade de estar nesta Comissão, nesta Casa, que muita honra o povo brasileiro.

Gostaria de tecer alguns comentários iniciais sobre a Fundação Rubem Berta, porque, lamentavelmente, por diversas razões, ela perdeu credibilidade. Só se fala que a Fundação é a culpada, que não está querendo encontrar uma solução, o que não é verdade.

Mas, só para relembrar um pouco, a Fundação Rubem Berta é obra de idealizadores, lá em 1945. Rubem Berta e Otto Ernst Meyer tiveram uma visão social a que até o Poder Público levou muito mais tempo para chegar. Numa relação de capital e trabalho realmente social, acionistas da Varig criaram a Fundação Rubem Berta e doaram ações, estabelecendo uma relação muito avançada para a época – e, diria, até para os dias de hoje –, em que o fruto do trabalho reverteria em benefício dos trabalhadores.

Então, a Fundação, como acionista da Varig, receberia dividendos, na medida em que a atividade desse lucro. Esses dividendos, boa parte deles, reverteriam em benefícios aos funcionários, que seriam auxiliados na aquisição da casa própria, numa época em que o BNH nem existia – ou no tempo em que existia. Construíam-se e financiavam-se casas não com o dinheiro da Varig, mas aquele proveniente de seu lucro, que, em vez de estar nas mãos de um empresário, que investiria em fazenda, em iate, em alguma coisa, revertia para o funcionário: em saúde, educação, material escolar e uma série de coisas. Mas talvez esse modelo que a Varig trouxe, orgulhosamente, até os dias de hoje, não seja mais possível de ser mantido, ele é muito questionado. E é muito fácil, realmente, culpar a Fundação Rubem Berta por toda a situação da Varig.

Não queremos dizer com isso que os administradores da Varig não têm sua parcela de culpa ao longo das décadas de administração da empresa. Qualquer empresário, mesmo os que ganham dinheiro, cometem erros. Então, erros foram cometidos dentro da empresa também. Agora, como bem disse o Senador Borges, não se pode comparar Varig com a TAM. A história, o passivo, uma herança que você traz de muitos tempo, é bem diferente em uma empresa que nasce agora da que ainda não passou por nenhum percalço desse tipo. Então foram "n" situações que acabaram levando a empresa a essa situação, e, não, necessariamente, somente isso. Não é aceitável dizer que a má administração seja culpa da Fundação Rubem Berta. Não estou dizendo que o Senador tenha dito isso, mas é voz corrente.

Por mais que a gente diga, depois que alguém é estigmatizado, realmente fica difícil reverter a situação. A Fundação Rubem Berta abre mão, sim, do controle; só tem algumas condições, é o mínimo que exigimos.

Essa empresa, que muitos já disseram é dos brasileiros, essa empresa que talvez seja uma das maiores marcas do País no exterior, que foi fruto do trabalho dessas pessoas que estão aí, tem que ser preservada como um patrimônio nacional.

Então, abrimos mão do controle, sim. Isso foi oficialmente deliberado em reunião, no Colégio Deliberante, em 2002, e registrado no Ministério Público. Portanto, está lá deliberado. A Fundação já fez essa opção em 2002. As nossas únicas condições é que o empreendimento seja preservado por qualquer investidor que venha a assumir o controle da Varig, e seja mantido o fundo de aposentadoria dos funcionários, que lutaram nessa empresa por 35, 40, 45, 50 anos,

e hoje estão aposentados e dependem da atividade aeronáutica para poder continuar tendo uma vida digna como aposentado. E termos uma participação minoritária para a Fundação continuar exercendo seu papel social. Ela é uma empresa essencialmente voltada para a assistência aos funcionários.

Essas são as colocações iniciais que gostaria de fazer. As perguntas não as anotei todas, porque foram muito rápidas.

Quanto à visão da Fundação para a crise,...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Apenas um momento.

Pediria então que o Senador César Borges, se assim entendesse conveniente, repetisse essas perguntas, porque é interessante para a Comissão, para os Anais do Congresso, que o tema fique bem esclarecido. O que não foi esclarecido até agora, dentro das perguntas formuladas, e que V. Exª considere importante, aproveitando a oportunidade da presença do Zanata aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL–BA) – Sr. Presidente, não há nenhum problema repetir as perguntas agora, mas não sei se outros Senadores desejariam fazer uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Todos terão oportunidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então vou repetir as perguntas.

De que forma está garantida que a Fundação Rubem Berta não interromperá o atual processo, e como foi feito nas tentativas anteriores?

Essa é a notícia que tenho, por isso quero aproveitar. Esse foi o objeitovo do nosso requerimento, que a Fundação Rubem Berta, por meio do seu Presidente aqui, exponha se isso corresponde à realidade dos fatos, ou não.

Esse plano de reestruturação que se discute, que existe hoje, está em curso numa proposta que veio da Câmara dos Deputados – está aqui a Deputada Federal Yeda Crusius que tem participado da discussão. Inclusive, peço perdão aqui aos Senadores e Deputados riograndenses, porque estou sou um baiano no assunto, mas acho que eles têm precedência, sem sombra de dúvida. Coloco-me aqui secundando a ação e o interesse do Rio Grande do Sul, onde essa empresa nasceu, apesar de ser hoje uma empresa brasileira, pois todos abraçam a Varig. Mas, sem sombra de dúvida, essa precedência existe.

Esse plano ainda precisará ser aprovado pela Fundação antes de ser implementado? Essa é a primeira pergunta e das mais importantes. Se o Sr. Ernesto Zanata quiser respondê-la, em primeiro lugar, depois farei a outra.

O SR. ERNESTO ZANATA – A garantia... Coloquemos as coisas corretamente. A Fundação, queiramos ou não, é hoje ainda a dona da Varig. Está deliberado que abre mão do controle; foi escrito para o Exmº Sr. Ministro da Defesa que abre mão do controle; diz para qualquer investidor que abre mão do controle. Recentemente, delegamos para um time que buscamos no mercado, em um evento que aconteceu, a substituição do Conselho, a solicitação de demissão de alguns elementos que renunciaram. Então, fomos ao mercado, buscamos profissionais do mais alto gabarito, em um tempo exíguo, mas tivemos a felicidade de buscar profissionais dispostos a encarar esse desafio de reestruturar a empresa, de buscar uma solução para a empresa, e se delegou a eles toda a autoridade de negociar e fechar um negócio.

É evidente que a aprovação final é da Fundação Rubem Berta, mas não vejo problema algum hoje em a Fundação Rubem Berta não aprovar isso. Se, dentro dessa reestruturação, for possível ou necessária a criação de um fundo e a disponibilização das ações da Fundação a bloco de controle nesse fundo, também faremos. Já estamos com esse processo elaborado. Ele foi submetido, inclusive, ao próprio BNDES, quando estivemos lá, para que avaliasse se havia consistência técnica, e nos disseram informalmente que sim. E tratamos já com alguns agentes financeiros, o que também é um mecanismo de a Fundação disponibilizar ao bloco de controle sem retrocesso.

Apenas as únicas coisas que têm que ser respeitadas são as que citei aqui. Entregar a empresa para algum empresário que queira fatiá-la, esquartejá-la, acabar com sua atividade, dar um calote na dívida ou alguma coisa desse tipo e aproveitar a marca, não nos interessa, não é isso que queremos. Queremos preservar o empreendimento, e isso significa preservar os empregos compatíveis ao empreendimento – se são mais ou se são menos a atividade econômica é que vai dizer –, preservar o fundo de pensão e uma participação minoritária da Fundação, porque não faz sentido a Fundação não ter participação na Varig. O art. 1º do Estatuto, que é a essência da Fundação, só existe para prestar assistência aos funcionários da Varig e, por extensão, à VarigLog e à VEM. Não faz sentido ela não ter uma participação acionária que lhe dê algum rendimento, quando a empresa estiver saneada para poder reverter e cumprir o seu fim social. Essa é a exigência, que é uma participação; se será de 10%, de 15% ou de 20%, a negociação ou plano é que vai dizer. Não temos nada definido sobre qual a percentagem, se queremos isso ou aquilo. É uma negociação, uma solução de mercado, e no final veremos o que é.

Garantir juridicamente hoje que abrimos mão do controle, só se passarmos a empresa para alguém. E, a partir desse momento, não seria mais nosso o problema, mas daquele para quem passamos. O mecanismo via FIP (Fundo de Investimento em Participações), por exemplo, é um mecanismo recente, e é possível haver essa blindagem, sim, em que os administradores teriam praticamente toda a autonomia economia, mas respeitadas certas premissas também. Eles também não poderiam fatiar a empresa.

Feito isso, elaborado o plano ou tendo fechado com o investidor, tenho certeza absoluta – afirmo para os senhores – de que a Fundação Rubem Berta não colocará obstáculo algum à perda de controle. Vimos repetindo isso há muito tempo, só que não somos acreditados. É só isso.

A pergunta que o senhor me fez...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa posição já foi colocada para o Ministério da Defesa claramente?

O SR. ERNESTO ZANATA – A perda de controle?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, essa posição que o senhor está expondo aqui.

O SR. ERNESTO ZANATA – Sim, foi colocada claramente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Ministério tem conhecimento pleno?

O SR. ERNESTO ZANATA – Sim. Primeira coisa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor pode dizer qual é a posição do Ministério diante dessa posição da Fundação Rubem Berta?

O SR. ERNESTO ZANATA – Eu gostaria que o representante do Ministério respondesse essa questão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor poderia colocar também se tem conhecimento, pelo menos do seu sentimento, de como o Governo tem se comportado.

O SR. ERNESTO ZANATA – Quanto ao Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu só queria esclarecer ao Presidente Zanata, que não tem a prática parlamentar, que é o presidente da Comissão que define quem deve responder as questões, ou a Mesa.

O SR. ERNESTO ZANATA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª se limite a responder apenas.

O SR. ERNESTO ZANATA – Desculpe a gafe.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Compreendemos, só que temos um procedimento...

O SR. ERNESTO ZANATA – Eu queria dizer do Ministério o seguinte: tivemos pouco contato com o Ministro anterior. O contato mesmo iniciou-se com a Fundação e o Ministro José Alencar, do qual temos todo apoio, incentivo e colaboração na busca de uma solução. Ele tem sido incansável nisso. Na primeira reunião com o mesmo, entregamos a ele uma carta assinada pelo Presidente do Conselho de Curadores, Presidente do Conselho da *holding*, que se encontra em plenário, e pelo Presidente do Conselho da Varig dizendo, taxativamente isto: que nós abrimos mão de controle, respeitadas essas premissas. E estamos buscando a solução que nos garanta isso e preserve os investimentos, os empregos e o fundo de aposentadoria.

Não sei se respondi sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Mas e a situação dessas negociações? Quer dizer, há alguma evolução positiva ou simplesmente...

O SR. ERNESTO ZANATA – Não sei se o senhor viu, mas foi até publicado no jornal de ontem um fato relevante: foi assinado um memorando de intenções com a TAP, para dar andamento ao projeto que eles apresentaram. E esse projeto, um sumário dele, foi apresentado ao Ministro da Defesa na última reunião que tivemos. Só não podemos abrir detalhes do projeto; são cláusulas negociais de confidencialidade, mas o projeto já está a caminho com esse investidor. Isso está na imprensa, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu li. Com a participação de 20% da TAP.

O SR. ERNESTO ZANATA – Esse é um pedaço do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – ...é o limite constitucional do investidor estrangeiro no...

O SR. ERNESTO ZANATA – Esse é um pedaço do projeto, porque consta 20% realmente. Lá, no final, a TAP fica com 20% de participação, e a Fundação Rubem Berta, não está definido, mas ficará com um patamar menor do que isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A gestão seria da ...

O SR. ERNESTO ZANATA – A gestão seria da TAP ou de um grupo gestor, porque outros sócios podem entrar. E, aí, podem entrar – e o senhor perguntou como é que ficam os funcionários...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. ERNESTO ZANATA – Vão ter oportunidade de entrar nessa nova reestruturação da empresa, seguramente. Não posso abrir mais detalhes agora, mas todos os que quiserem capitalizar a Varig, dentro

desse plano, poderão fazê-lo, todos: mercado em geral, funcionário, credores, todos. Agora, o que é preciso é esse plano andar e, para isso, o senhor fez uma pergunta para o Brigadeiro, nós gostaríamos muito de ter a tranqüilidade de sobreviver para implementar um plano desses, porque um plano demora um pouquinho para decolar. E precisamos ter a tranqüilidade de realmente poder vencer um mês, dois meses de início de o plano começar a dar resultado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, as perguntas são em torno desse tema. Não quero ter exclusividade e acho que é hora de outros Senadores e a Deputada Yeda Crusius se pronunciarem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Se me fosse permitido, eu queria apenas, dentro do que foi colocado pelo Senador César Borges, nesse fim de semana, sábado ou domingo, os jornais anunciam que a Varig está propondo um acordo de aposentadoria de funcionários com 50 ou 55 anos, salvo engano. Li em vários jornais essa notícia.

O SR. ERNESTO ZANATA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Uma pergunta: quem vai garantir a aposentadoria deles? O fundo de pensão que está descapitalizado? Como é que seria feita a garantia para quem aderisse a esse plano?

O SR. ERNESTO ZANATA – Lamentavelmente, na iniciativa privada, garantias absolutas, não temos. Estamos lutando para que o Aerus no final disso, saia fortalecido. Agora, se o empreendimento...se acontecer o pior com a Varig, dificilmente, o fundo de aposentadoria – e isso é interpretação minha, não sou especialista no fundo de aposentadoria, teria de dizer isso o Presidente do Instituto – o fundo vai ter sérias dificuldades de sobreviver. Ele seria gravemente afetado.

Quanto às aposentadorias antecipadas, é praxe da empresa fazer isso. É um incentivo à aposentadoria, é uma forma politicamente mais correta, digamos, de reduzir o quadro funcional. Incentivam-se as pessoas de mais idade, é voluntário, quem sai fecha a vaga, é uma maneira de se adequar o tamanho da empresa de momento, porque ela teve que ser mais reduzida ainda com o fim do *code share*.

De qualquer maneira, esse é o operacional da Varig. Vejam bem, se a Varig toma a iniciativa de fazer um incentivo à aposentadoria não é a Fundação Rubem Berta que está por trás disso. É bom reconhecerem o papel da Fundação Rubem Berta, que é controladora da Varig. Ela não gerencia, não administra a Varig no dia-a-dia. E se houve alguma interferência da Fundação Rubem Berta no passado, na nossa gestão não há nenhuma. O pessoal da Varig tem completa autonomia para dirigir e administrar a empresa e tem que ser assim, porque, se a gente ingerir, tiramos a responsabilidade deles e nós passamos a ser os responsáveis pelos resultados. Temos que estar livres para cobrar resultados. E a empresa deu uma recuperada muito boa neste último ano, se os senhores olharem o balanço, o que foi fruto da administração da Varig. A Fundação não interfere. Então, se a Varig fez um plano de aposentadoria, o máximo que o controlador pode é se inteirar e saber do que se trata, mas não interferir, que é uma decisão da executiva.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, me permita, sem querer ser excessivo aqui, mas queria apenas perguntar ao Major Brigadeiro Godinho por que essa insistência de acabar com *code share*, parece-me que era uma medida que estava sendo salutar?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o Brigadeiro Godinho.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – Sr. Presidente, boa tarde, obrigado Senador César Borges, o *code share* foi uma decisão da empresa feita com o CADE à época, havendo uma visão de futuro a questão da fusão entre as empresas. E foi autorizado pelo CADE a ponto de ele mesmo ter desautorizado quando a fusão não foi concluída.

Na realidade, nós, do Departamento de Aviação Civil, acompanhamos esse processo, fizemos toda a fiscalização necessária, acompanhamos os dados estatísticos durante todo esse período em que o *code share* foi efetivado.

Então, a decisão foi do CADE, que determinou, depois de acordar com as empresas, que o dia 2 de maio seria a última data para que eles desfizessem o acordo. Então, na realidade, foi uma decisão do CADE.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só estranho que todo mundo lave as mãos e fique estanque como se fossem coisas compartimentadas: CADE é uma coisa, DAC é outra, Ministério da Defesa é outra. Quer dizer, não há uma preocupação.

Na semana passada, houve uma ameaça, por parte do Governo Federal, de paralisar os pousos das aeronaves da Varig. Houve isso? Foi noticiado que não poderia pousar mais nos aeroportos da Infraero que, por sua vez, também é Governo. Até quando? Espero que continue.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – O senhor veja bem, no caso da Infraero, que é uma credora da empresa, a empresa sempre acorda com a Infraero como serão feitos os pagamentos dos seus débitos, haja vista que – refiro-me ao caso específico da Infraero, porque participo do Conselho da Administração – tenho uma idéia mais precisa desse credor.

Então, a própria Empresa, com a Infraero, já acordou a securitização de algumas dívidas, algumas dívidas estão na Justiça, e acordou essa forma de pagamento, que atualmente está sendo viabilizada.

A questão do CADE é porque ele trata justamente da concorrência. E a questão da fusão, não que o DAC esteja isentando-se desta realidade, mas porque o assunto foi tratado no fórum próprio naquela oportunidade.

Então, com relação aos credores, quando a empresa senta com esses credores, na realidade, eles chegam a um denominador comum para que possa realmente viabilizar.

Esta informação de que a empresa seria forçada a parar, a não voar, etc, obviamente deve ter havido, talvez em algum momento, de acordo entre a empresa e a Infraero da forma de pagamento desses seus créditos que ela estava exigindo, ou seja, como ela deveria pagar. Tanto que até hoje a empresa está voando, porque justamente chegaram a um acordo para que ela não parasse, haja vista toda a dimensão, toda essa consideração que todos temos com a empresa, em razão do seu tamanho dentro da indústria do transporte aéreo e pelas conseqüências, obviamente, que advirão caso ela, abruptamente, deixe de funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Temos uma relação de inscritos, mas antes vamos ouvir a Deputada Yeda Crusius.

Aproveito e dou testemunho dos pronunciamentos dos Senadores Saturnino e Paulo Paim. Vamos acabar logo com essa história, com esse mito de que a Varig é do Rio Grande do Sul. Não aceitamos isso. Ela é do Piauí. Ela é da Bahia. Ela é uma empresa brasileira. Daí por que essa preocupação nacional com o destino da Varig, pois sabemos que, por trás disso, está o destino de milhares e milhares de brasileiros que dependem, direta ou indiretamente, dessa companhia. Além disso, há o que ela representa para nós em termos de imagem internacional.

Daí a razão, Senador Saturnino, de eu ter feito a pergunta ao Dr. Zanata com relação ao futuro desses servidores. Por exemplo, é lançado um plano de aposentadoria, e o servidor, pressionado pela ameaça de um futuro incerto, às vezes tenta se amparar numa aposentadoria como essa, mas depois não terá respaldo financeiro para garantir sua tranqüilidade ao longo do tempo. Não sou perito no assunto, mas, se formos verificar a situação atuarial do fundo de pensão da Varig, como também da maioria dos fundos de pensão brasileiros, constataremos que em todos existe uma interrogação. Muitas vezes há capital, há patrimônio, há grandes prédios, há pedaços de avião, há sociedades em prédios de empresas, mas não há dinheiro, não há liquidez. Essa liquidez é exatamente aquilo que dá tranqüilidade ao aposentado.

Assim, é motivo de grande preocupação esse assunto. A gestão desse caso não é da Fundação, mas da direção da Varig. Vamos convidá-los para virem prestar esclarecimentos. Estamos fazendo isso – quero deixar bem claro para a Nação – porque essa é uma atribuição da Comissão de Infra-Estrutura. Até por dever, não podemos deixar de abordar essa questão.

O Senador Delcídio tem nos acompanhado nesse assunto. S. Exª é o responsável pelo projeto de transformação do DAC em ANAC. Essa é outra questão também do âmbito desta Comissão.

Esta é uma grande oportunidade. Tenho a impressão de que cometemos um erro, pois já deveríamos ter convidado os representantes da Fundação Rubem Berta para vir a esta Casa e, de maneira clara, mostrar o seu posicionamento, as suas limitações. É preciso que isso ocorra para que possamos discutir esse assunto com mais transparência.

Para nós que estamos fora do assunto, a Fundação sempre passou a imagem de uma caixa preta, porque nunca sabemos o que está ocorrendo lá. Não que ela tenha a obrigação de dar satisfações, no dia-a-dia, das suas ações. Mas ela passa essa imagem, talvez por nossa culpa mesmo, por não termos feito o grande esforço que está sendo feito agora. Como esse é o momento do *start* da Varig, ou o Brasil se une para encontrar uma solução, ou o próprio Brasil vai pagar um preço alto. É por isso que esse esforço está sendo feito.

Até por dever de justiça, louvo a atitude de defesa do Ministro da Defesa, José Alencar. S. Exª tem tido paciência, determinação e tem-se preocupado em discutir exaustivamente a questão.

Concedo a palavra à nobre Deputada Yeda Crusius.

A SRª YEDA CRUSIUS (PSDB – RS) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Heráclito, nosso querido amigo, Srªs e Srs. Senadores, convidados, sindicalistas, trabalhadores associados da Varig, diretores da Varig, variganos e muita gente do mercado.

Senador César Borges, agradeço-lhe a iniciativa, porque, em agosto do ano passado, fomos levados a tentar responder, como caixa de ressonância, questões relevantes do Brasil e não apenas do Rio Grandes do Sul, questões a respeito da Varig. O que víamos pelos jornais ou ouvíamos das fontes mais diversas era absolutamente contraditório entre si. Ouvíamos, em agosto, que já tinha sido tomada a decisão de que a Varig seria fechada. Como disse o presidente Zanata, que ouvi agora, ela seria fatiada. Por um ato de intervenção, ela seria liquidada. As rotas são espólio vivo, praticamente

o intangível da Varig ou de outras empresas aéreas, uma concessão. Ela seria repartida, as rotas da Varig seriam repartidas entre as empresas brasileiras, especificamente para o dia das rotas brasileiras à TAM e à GOL, e a rota internacional seria assumida por uma outra empresa, que tivesse, desde que fizemos as reformas da ordem econômica, sede no Brasil. A notícia que tínhamos era a de que seria a Ocean Air. Então, a bandeira da Varig seguiria cruzando o mundo, mas ela não seria mais a Varig.

Fomos buscar informações de tal forma não transparentes que formamos o grupo parlamentar misto, senadores e deputados, em defesa da Varig. Poderia ser em defesa do setor aéreo brasileiro inteiro, mas o que nos motivou é uma questão que vou – se eu puder ter um tempinho um pouco maior – repartir com os Senadores, o que temos feito mais na Câmara do que no Senado, mas com a presença do Senado. Agora, parabenizamos por ser no Senado esta audiência pública, que é outro fato relevante no nosso caminho. Não é só o fato relevante que se tem de colocar à disposição da mídia, dos formadores de opinião por a Varig ter ações em bolsa. Fato relevante foi ontem ter anunciado que há entendimentos iniciais com a TAP. Isso é um fato relevante para o mercado fique quietinho em relação ao tiroteio de notícias contraditórias entre si.

Formamos esse grupo parlamentar. O Ministro da Defesa ainda era outro, mas não tínhamos a informação daquela notícia inicial de que a Varig seria passível de intervenção e que seria fatiada. E que aquele filé, o filé internacional, pelo qual somos conhecidos e premiados no exterior por intermédio da Varig, seria entregue a um grupo por nós desconhecido; desconhecido por todos, porque as informações não eram transparentes.

De uma certa maneira, a falência total do que se iniciou em 2002, 2003, que era uma tentativa de processo de fusão entre a Varig e a TAM, e aí o representante do Ministério da Defesa estaria correto, para o qual o *code-share* seria um instrumento de começar a repartir os vôos domésticos para uma fusão que se determinou totalmente fracassada. O que àquela época nós vimos era uma reação interna dos trabalhadores da Varig, contados os pilotos, co-pilotos, comissários de bordo, engenheiros de bordo, contra a fusão. Não havia transparência. Então, por que a fusão?

Pula-se o tempo. Depois podemos ver isso de outra maneira. A fusão não se deu, ela fracassou; e a solução não veio nem para o setor, nem para as empresas individualmente. Mudou o Ministro, e o atual Ministro da Defesa, Ministro José Alencar, com a sua característica básica de expor tudo, da maneira como ele se comunica, que é absolutamente espontânea e muito correta, disse assim: "Quero entender a questão da Varig". E, nesse entendimento, nasceu o que nós fazemos como grupo parlamentar: levamos a informação por meio de audiências públicas, por meio de muitos contatos com o Ministério, contatos com pessoas que nos vinham procurar e, finalmente, tivemos a notícia, porque isso não são fatos relevantes publicados, mas são fatos necessariamente "publicizados", o que é diferente. A Consultoria contratada também pelo Palácio do Planalto, assim como a Consultoria contratada pela Associação dos Trabalhadores da Varig ou pelas associações, dizia que a Varig era economicamente viável sem ser repartida. Ela é como ela é inteira. Tanto é que, graças à rota internacional, diversificada, e à rota nacional diversificada, a Varig é capaz de manter rotas deficitárias, que outras empresas não têm nem mantém. Isso é como vinho, Heráclito: a raiz vai procurando o sal e a água lá embaixo.

A Varig tem uma cultura própria, uma cultura muito antiga de que podia compartilhar os seus resultados que davam lucro com o atendimento do interesse da Nação em rotas que não davam lucro. A primeira delas era o Acre; a segunda, Rondônia, ainda num tempo mais difícil do que esse.

Não quero detalhar muito. Estou aqui exatamente para responder ao que for necessário, mas nós, nesses debates da Comissão de Desenvolvimento Econômico e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, que assumiu conosco, deu foro institucional ao grupo parlamentar, nós, no dia 26 de outubro – é o que consta da pasta que distribui ao Senador César Borges e aos presentes – encaminhamos, via Presidência da Casa, uma indicação. Esse recurso é utilizado pelo Congresso num caso de emergência, em vez de ficar esperando por um projeto de lei. Então, pede-se uma medida provisória, uma indicação ao Executivo, oferecendo os planos de reestruturação dos quais tínhamos conhecimento.

Esses planos já têm praticamente três anos: o plano contratado pela Associação dos Pilotos; **in verbis,** apenas o relatório da consultoria Trevisan, que empatava com o que os trabalhadores ofereciam ao Governo desde 2002. É mister dizer isso.

Em 26 de outubro, fizemos essa indicação. Mesmo assim não havia resposta do Executivo, apesar de toda a transparência e ação do Ministro da Defesa e Vice-Presidente José Alencar.

Quando o ano estava para terminar, vimos que, por bem ou por mal, por agir ou não agir, aquilo que estava informado para nós em agosto, ali de 2004, aconteceria em breve: o fechamento da Varig, como uma Terri Schiavo. A empresa ia fechar por falta de ação e não por uma ação de intervenção. Ela fecharia ou por

intervenção, ou por falta de ação. A falta de ação implica perda de crédito da companhia e tudo mais.

Fomos sensibilizar o Tribunal Superior de Justiça. A 1ª Turma estava julgando ação da Varig, de ressarcimento dos prejuízos já pagos ao Fundo de Garantia. Já foram pagos ao Brasil, pelo prejuízo causado pelo choques econômicos, os mais diversos até 1992.

Sensível a 1ª Turma, na semana em que entraria em recesso, tomou uma decisão que é um fato relevante. Esse sim é um fato relevante: deu ganho de causa à Varig. O ganho de causa à Varig pelo ressarcimento dos prejuízos causados no passado, por um envolvimento estatal, numa empresa de mercado, que foi o congelamento das tarifas durante os choques econômicos.

Esse fato relevante mudou a história e a mudou em favor do que pensamos em fazer, entregando os documentos, que estão à disposição dos Senadores e de todos os que aqui estão nos assistindo, a favor de uma reestruturação da empresa e não o seu fatiamento, partilhamento. Seria um plano de reestruturação, como todos sabemos. Mas, setorialmente, quero citar aqui, Senador Tasso Jereissati, sem que isso hoje pareça provocação. Fizemos um programa de reestruturação setorial para a agricultura, os resultados estão aí extremamente positivos; um plano de reestruturação da Metal Mecânica, e a Bahia foi beneficiada por uma montadora espetacular – também no Sul tivemos a oportunidade; fizemos reestruturação do setor bancário.

O que é um programa de reestruturação setorial? É o que está no Senado, funcionando junto com a proposta de transformação do Departamento de Aviação Civil, em ANAC. Então, para que o setor tenha possibilidade de sobrevivência em concorrência, em eficiência, propusemos, no dia 26 de outubro, essa indicação, um Proar, que não é o uso do dinheiro público para a reestruturação do setor aéreo, mas sim para fortalecê-lo numa nova formatação institucional, através da ANAC, com os instrumentos necessários para que ele seja um setor, num mundo complicado como é o da aviação civil hoje em dia, somado 2001, somado o primeiro choque do petróleo, 2º e 3º, há uma geração.

Então fizemos essa indicação de um projeto de reestruturação, propondo, através das duas Comissões da Câmara e do Grupo Parlamentar, nos colocar como Congresso Nacional à disposição como caixa de ressonância da sociedade e ao Governo para que aqui discutíssemos e fizéssemos aprovar as medidas necessárias para que o setor de aviação civil voltasse a ser forte e não passasse por crises de Teresa Squiavo. Morre uma: Transbrasil; morre outra: Vasp. Quer dizer, ouço relato dos funcionários da Vasp que estão sem receber. E não adianta reclamar ao bispo porque ele não toma conta de empresa. Ele tem que vir aqui no Congresso Nacional e ao Governo ver o que vai ser do setor que já tem a Vasp no limbo e tem a Varig caminhando com dificuldades até o momento do fato relevante anunciado ontem.

Senador César Borges, além de todas as informações aqui colocadas, há uma novidade, que é a Fundação Rubem Berta em nova situação. Não aquela situação em que o Ministro da Defesa, em janeiro, deu um prazo para a direção da Varig apresentar seu plano de reestruturação. Contrataram um banco, uma consultoria e um escritório de advocacia, que logo depois desistiram, porque não havia porta aberta, não havia com quem falar.

Creio que existe uma oportunidade de entender agora e buscar a transparência que estamos buscando desde o início do Grupo Parlamentar. E esta audiência pública é um fato importantíssimo para isso. Para onde está indo? Quer dizer, não vai haver, dentro de um projeto de reestruturação do setor inteiro, que seria aproveitando a ANAC e a discussão aqui no Senado, o que fazer com a Varig.

As notícias continuam sendo contraditórias. Existem interesses bilionários. Fundamentalmente, é isso. E um dos interesses bilionários para bem – e estou vendo os sindicalistas aqui – é o que vai acontecer com o trabalhador da Varig. Da maneira como até há duas semanas ocorria, a Varig iria à falência, criando um esqueleto de R$10 bilhões para o contribuinte brasileiro, colocando a aviação brasileira interna, doméstica, em situação menor de concorrência, o que não é saudável para ninguém, entregando a Varig internacional não sei para quem.

A quem beneficia deixar a Varig quebrar? Era essa a nossa pergunta. Creio que temos as melhores oportunidades de tentar agora responder.

Nós do Grupo Parlamentar estamos em consonância com o Brasil inteiro. E me permita dizer que o vinho é gaúcho. A raiz é gaúcha, mas a Varig é nacional, e é premiada internacionalmente.

Como podemos ajudar a Fundação Rubem Berta, que deu um novo passo na situação financeira mais difícil da Varig, que é a atual, sem o *code-share*, com ameaças de segurar avião, de não contar com o crédito da Infraero e da BR Distribuidora? Existe uma certa ameaça, e isso só é colocado de lado se houver transparência. E a transparência virá, pelo que dizem a Fundação Rubem Berta, a nova direção da Varig e o novo Conselho Gestor.

É esse o novo passo que devemos aproveitar, sabendo que é preciso haver uma reestruturação de empresa, e não é o dinheiro público. Reestruturar a

empresa significa dizer que aceita 20% de capital estrangeiro, além de dobrar o capital a partir de um fundo de investimento nacional. Poupador que queira investir na Varig existe, e muito. Portanto, aumenta-se o capital. Finalmente, é realizado um acerto de contas entre o que o Governo deve à Varig – não em última instância, mas o Governo deve – e o que a Varig deve ao Governo. São pedaços de um programa de reestruturação que têm que ficar claros, pois nunca foram, a não ser os projetos que recebemos e enviamos com uma indicação ao Ministério da Defesa, por intermédio da Presidência da Câmara dos Deputados. São projetos inteiros de reestruturação. O que o trabalhador aceita perder e o que a Fundação Rubem Berta aceita perder. Todos sofrerão perdas, mas em nome da sustentação de uma companhia viável economicamente, com dívidas em relação a trabalho, uma empresa importantíssima para a reestruturação do setor aéreo brasileiro, para que funcione bem, sem concorrência predatória, com respeito a quem lá depositou o fundo de pensão e tem direitos a receber.

Enfim, faço esta empolgada apresentação porque nós do Grupo Parlamentar dedicamos boa parte de nosso tempo parlamentar, de agosto em diante, a tentar trazer transparência e solução. E penso que estamos nas melhores condições de que isso venha a acontecer. Ou seja, vamos repartir as perdas e calcular os ganhos, porque existe uma fila de aplicadores querendo participar da Varig.

Sei por que o Ministro da Defesa, em nosso gabinete, com o Grupo Parlamentar, disse que não negociava. Quem negocia é a direção da Varig e a Fundação Rubem Berta. As portas estavam encrencadas. Ninguém sabia se era porta A, porta B, qual era o corredor. Agora, estão abertas. Existe um conselho nomeado, que, finalmente, não tem toda a autoridade. O que estamos querendo buscar é o compromisso da Fundação e da direção da Varig, mas principalmente da Fundação de que o caminho seja certo, o que sempre quisemos como objetivo, a sustentação da Varig como empresa. Não o seu fatiamento, não o seu fechamento, não o calote aos seus trabalhadores. A Fundação cumprirá o compromisso que é social com os trabalhadores, é público com a sociedade brasileira a partir do Congresso, que pode auxiliar a evitar um esqueleto de 10 milhões, uma concentração de mercado inexplicável, um calote no trabalhador, enfim prejuízos que não sei a quem interessa; à sociedade não é, à empresa não é, e aos que estão interessados em fazer esta discussão também não.

Sr. Presidente, o Ministério da Defesa está agindo da maneira mais correta possível, deixando a cada parte fazer o que a ela lhe pertença para buscar essa solução. Mas, sem dúvida nenhuma, creio que o passo que a Fundação Rubem Berta deu, e o Presidente Zanata está aqui colocando, exige de nós – e eu dou um voto de confiança, sabendo que isso significa uma relação de compromisso – que o objetivo seja o mesmo. E para ele nós poderemos dar toda a forma de apoio, de iniciativas de lei, indicação, pressão política e daí por diante. É muita informação ao longo do tempo, mas estamos, como estávamos em agosto do ano passado, na formação do grupo parlamentar. A Varig é uma empresa brasileira, é importante internacionalmente. O prejuízo que a falta de ação sobre a Varig traria teremos que explicar depois a netos, mas, fundamentalmente, a sociedade terá que explicar aos trabalhadores que fizeram a companhia nesses últimos 78 anos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa indaga ao Dr. Zanata se tem algum reparo a fazer às declarações da Deputada Yeda Crusius.

O SR. ERNESTO ZANATA – Queria aproveitar as palavras da Deputada em que ela citou a fusão, para demonstrar que a fundação aprova sim a fusão – que era qualquer coisa, menos fusão –; ela foi aprovada pelo colégio deliberante, fez-se a assinatura do contrato; ela não foi em frente por outros fatores, mas o colégio deliberante, que é o poder supremo da fundação, aprovou a fusão. No passado, a fundação retrocedeu, teve um momento lá atrás que realmente retrocedeu porque quem estava comandando, reestruturando a empresa não ofereceu a mínima garantia de que depois de determinada data a empresa iria continuar. Foi isso que aconteceu. Está dentro dos princípios que estabelecemos até hoje. Então a mesma fusão que não era o cenário ideal para nós foi aprovada pelo colégio deliberante e foram assinados todos os contratos. Só para deixar claro. E queria agradecer às palavras da Deputada e dizer que o compromisso está assumido de público; não vamos opor qualquer obstáculo à perda de controle, isso já está dito, reafirmamos, respeitadas as premissas que entendo são de todos nós, a manutenção do empreendimento e do fundo da pensão. Então o compromisso está assumido, não haverá retrocesso nesse sentido. Só haverá se não for essa a intenção de quem está querendo adquirir o controle. Aí é outro cenário. Temos o dever de lutar até o fim pela preservação desse empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado da República.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Cumprimento o Sr. Presidente, a Deputada Yeda Crusius, o nosso querido Brigadeiro Godinho do DAC,

e cumprimento também o Dr. Ernesto Zanata, Presidente da Fundação Rubem Berta.

Para abreviar, Sr. Presidente, até para objetivar e aproveitar a nossa oportunidade: Dr. Zanata, a Varig hoje é uma bandeira, é o Brasil. A Varig tem uma absoluta identidade não só com o Rio Grande do Sul, como foi falado aqui, mas com todo o País, com bons serviços prestados não só em linhas nacionais, mas também em linhas internacionais – a Varig, ao longo de muitos anos, explorou com exclusividade as linhas internacionais; depois é que vieram as outras companhias. Dr. Zanata, é evidente que a Varig passou por uma série, como o País também passou por planos econômicos, e não vale a pena aqui se estender muito nessas questões, que foram também relevantes para a Varig. Com todo esse potencial, o que aconteceu com a Varig ao longo dessa existência? A Varig não pode ter chegado a essa situação única e exclusivamente por causa de planos econômicos ou, eventualmente, por uma instabilidade econômica ou instabilidades econômicas sucessivas por que o País passou, até porque, se levássemos em consideração esse raciocínio, não teria sobrado nada no Brasil. Então, o que, efetivamente, aconteceu na gestão da Varig? As decisões empresariais que a Varig tomou ao longo desses anos levaram a Varig a essa situação de um passivo, segundo alguns, de 6 ou 7 bilhões, mas passivos de bilhões e passivos maiores do que 5 ou 6 bilhões de reais.

A segunda pergunta, dirigida também à Deputada Yeda Crusius. Logo no início discutia-se muito, no Governo, uma solução de Estado para a Varig. Depois optou-se pela solução de mercado. Lembro-me bem de que, numa reunião com a Bancada do Rio Grande do Sul, uma das alternativas era capitalizar com as dívidas de algumas empresas estatais a Varig. Recentemente – um fato relevante –, foi anunciada uma nova gestão na Varig, com executivos de mercado, executivos profissionais, com experiência, no sentido de buscar uma solução também de mercado para a Varig. Mas o que me chama a atenção é que houve esse acordo, vigendo durante um determinado prazo de tempo, se não me engano vinte dias ou um mês, no sentido de buscar uma solução, mas limitados aos 20% de participação, que é o que determina a legislação em vigor. E o que me pareceu foi que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo é que balançava o cachorro.

A TAP é muito pequena e quem conhece a TAP sabe o que é essa companhia: competente, séria e que tem muitos vôos para o Brasil; o Brigadeiro Godinho sabe muito bem disso, melhor do que ninguém. Quer dizer, como se faz essa fusão, restrita a 20%, uma fusão com uma empresa que é muito, muito maior do que a TAP, e como é que se pensa no que se refere ao tratamento das dívidas? Cito aqui a Infraero e a BR como exemplos. Então, acho que essa é uma questão importante, pois é um passivo grande. Por isso é que tem algum "pulo do gato" aí, porque não é possível, com 6 ou 7 bilhões...

O SR. ERNESTO ZANATA – Quero apenas prestar um esclarecimento: a TAP entraria com o *know-how*, mas entra também um grupo hoteleiro, um grupo financeiro, um banco. Não é só a TAP. A TAP seria apenas, pelo que entendi da proposta, a administradora, a gerenciadora desse investimento português. Pelo que vi, outros grupos estão envolvidos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom, Sr. Presidente, estou pautado pelos informes. Apesar de conhecer alguns grupos que sei que estão interessados, sei que eles não têm porte, pelo menos alguns que conheço, não têm porte para assumir uma companhia desse tamanho. Mas penso que isso é importante também. É uma informação adicional.

Então, quer dizer, como é que se pensa para tentar equacionar essa questão da Varig, principalmente em função dos passivos? Pelo que entendo, não prevalecendo a capitalização, tem que existir uma renegociação, principalmente da dívida com BR, Infraero e outros órgãos de governo.

Pelo que entendi da exposição do Presidente da Fundação Rubem Berta, o conceito é não vender absolutamente nada da Varig, a VarigLog, enfim, companhias que fazem parte do conglomerado e, pelo que entendi, essa tese do esquartejamento não atingiria, também, alguns artigos que, eventualmente, a Varig poderia colocar nessa reestruturação econômico-financeira. Eu queria só um esclarecimento sobre isso.

E mais duas perguntas, que acho importantes, para o Brigadeiro Godinho.

Brigadeiro, nós ouvimos falar muito em suspensão de vôos da Varig, principalmente vôos internacionais, vôos cancelados. Nós começamos a ver um avanço de algumas companhias aéreas, inclusive no *market share*, em que a Varig efetivamente predominava, e que hoje já se desenha um quadro bastante diferente. Como é que está essa interação da Varig com as outras companhias no *market share* brasileiro e, eventualmente, internacional? E se é realidade esse cancelamento – nós ouvimos pelos corredores – de vôos da Varig, especialmente nas rotas internacionais?

A última pergunta, também, para não me estender muito: evidentemente, dentro de uma gestão que se apresenta agora, minimamente, deve se ter um desenho de um fluxo de caixa para saber até quando a Varig resiste, aguardando uma solução definitiva. Quanto tempo dá para respirar ainda? Porque o que preocupa é a importância que a Varig tem e ela é absolutamente

fundamental para a aviação comercial brasileira, por tudo o que representa em termos de *know-how*, de tecnologia, enfim, de bandeira, de nome, estratégica para nós – até em função dos vôos internacionais. Quanto tempo a Varig ainda suporta, até que se encontre uma solução definitiva?

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o Sr. Ernesto Zanata.

O SR. ERNESTO ZANATA – A sua primeira pergunta é muito complexa para se responder porque demandaria horas, pelo menos, de explicações.

Mas o que aconteceu com a Varig ao longo desse tempo? Embora o senhor tenha referido que a defasagem não é um fato muito relevante, vejam bem: nós fomos buscar na Justiça três anos de seis, de tabelamento de passagens abaixo do custo. Nós ficamos seis anos voando, tendo prejuízos, abaixo do custo, envelhecendo frota, encarecendo o custo de manutenção, com as passagens tabeladas. Fomos buscar três anos. Nesses três anos, a valor histórico, deu R$2,5 bilhões. Multiplicando por 2, dá R$5 bilhões. Então, o senhor retira de uma empresa R$5 bilhões em cinco ou seis anos e veja o que ela tem que fazer para sobreviver. Então, eu diria que a causa primeira, inicial, da crise da Varig reside aí. Foram cinco ou seis anos de prejuízo porque a atividade era tabelada.

Em segundo lugar, uma das grandes dívidas da Varig é com o Aeros, pela déficit atuarial. Por que aconteceu o déficit atuarial? Quando o Aeros foi concebido, por solicitação do Governo, em 1981, 1982, 1983 – sei lá – ela era composta por três fontes: uma do funcionário, uma da empresa e um percentual em cima da passagem, que era tabelada. E havia um compromisso do Governo de, por 30 anos, contribuir com essa terceira fonte que nós chamamos, para poder ou o Fundo de Aposentadoria ser fortificado e fazer frente, realmente ser um fundo sólido. Não se passaram dez anos. Houve uma desregulamentação completa do mercado. Não havia mais tabelamento. Foi aberta a concorrência para as empresas estrangeiras e cessou a terceira fonte. Se a terceira fonte tivesse perdurado pelos trinta anos, se tivesse sido acordado no início, hoje a Varig teria R$1 bilhão a menos de dívida. Vamos pegar R$5 bilhões de defasagem tarifária e R$1 bilhão de dívidas, são 6 bilhões. Não precisa fazer muita conta, não é?

Sem contar, por exemplo, que ganhamos dos Estados causa já transitada em julgado, mas para receber temos que ir à Justiça para execução. Há diferenças de ICMS de pouco mais de R$1 bilhão. O único Estado – façamos justiça – a reconhecer isso foi o Rio de Janeiro, e nos creditou no final do ano passado, o que nos ajudou na travessia.

Outra pergunta que V. Exª fez: quanto tempo a empresa sobrevive? Por dois ou três meses, graças a Deus, pelo reconhecimento do Estado do Rio de Janeiro na sua parcela de dívida. Estamos em negociação com outros Estados. Reconhecemos que os Estados também estão em situação difícil. Não é nenhuma crítica, mas coloquem mais R$1 bilhão...

Se V. Exªs analisarem, por exemplo, até há dois anos, todo avião da Varig que abastecia no Brasil para o exterior pagava 7% a mais no valor de combustível do que as empresas estrangeiras. Por quê? Porque para as empresas estrangeiras era exportação, estavam livres de impostos, e nós tínhamos que pagar 7% a mais. O preço do combustível é 30% ou pouco mais do custo da Varig. Peguem 7% disso ao longo de uma década, façam as contas e verão quanto vai dar. Sem contar a crise mundial da aviação, sem contar um cenário que se vislumbrou ao final da década de 90, a empresa, pode-se dizer, cometeu um erro estratégico porque no cenário político da época não era prevista a abertura. E ocorreu uma mudança de governo, como no início da década de 90. A empresa fez investimentos maciços para trazer aviões em um plano de longo prazo – o que, nessa atividade, é necessário – para fazer frente à década de 90. Só que, no início da década, tudo mudou: um plano que aconteceu, com abertura de mercado, com abertura de concorrência, e nós ficamos em uma situação difícil, tendo que renegociar e devolver aviões, o que também contribuiu.

Acrescentem a isso várias crises internacionais. Quem faz vôo internacional é muito vulnerável a qualquer atividade macroeconômica. Por exemplo: com a gripe asiática, o passageiro internacional pára de voar; com o atentado na Espanha, por 30, 40, 50 dias, os aviões ficam vazios, mas o custo continua; com o atentado de 11 de setembro, o Governo americano injetou US$14 bilhões nas empresas americanas, e nós não recebemos injeção alguma e houve uma queda brusca de procura. Não tenho todo o conhecimento, mas existem pessoas dentro da empresa com tudo registrado, os vários fatores levaram a essa situação.

Houve erros de gestão? É evidente. Já disse, no início da reunião, que qualquer empresa comete erros de gestão, principalmente quando estamos em uma espiral descendente. Todas as medidas que adotamos parecem não dar certo. É diferente quando estamos em uma espiral ascendente, em que qualquer plano implementado se transforma em dinheiro.

Não vou entrar no mérito de outras atividades econômicas, mas a Fundação Rubem Berta não era dona da Transbrasil nem da VASP. Havia empresários por trás disso. Coincidentemente, empresas antigas que sofreram os mesmos percalços soçobraram. A própria

TAM, foi citado aqui, é pouco mais antiga do que a GOL. À época da fusão, não estava em situação muito boa, e não deve ser por má gestão, mas pelos fatores que estou citando e por outros que não citei.

O assunto é bastante complexo, penso que passa por uma reestruturação do setor, uma série de coisas. Isso levou a empresa a essa situação. Teve que se desfazer de patrimônio, vender uma parte do patrimônio, vender uma parte do patrimônio, na tentativa de manter o empreendimento, como fazemos na vida privada, quando a situação começa a ir mal, vendendo uma coisa, depois outra. Mas, infelizmente, não deu. Sucessivos problemas macroeconômicos afetaram a atividade – e não estou dizendo com isso que sejam do Governo brasileiro, mas houve uma série de coisas na economia mundial. Por isso, o setor precisaria de uma maior proteção.

Não se iludam com a menina dos olhos de hoje, a GOL, que vai de vento em polpa e que nasceu num momento muito bom da aviação. Vamos dar dez anos para ela, se não houver uma melhor regularização do mercado, e para vermos o que acontece. Deixemos passar sucessivos planos, deixemos a empresa voar internacionalmente, vulnerável a outros fatores de outros países. É por aí que reside a principal causa. Se nenhuma das antigas empresas tivesse sofrido problemas, só a Varig, daria para assumir que foi só erro de gestão, porque erros de gestão existem em qualquer empresa.

Não sei respondi essa parte da pergunta.

Quanto a como tratar novos executivos para ganhar 20% de participação, não vou dizer que o senhor não está bem informado, porque isso até não foi informado para o público, mas não é um plano de fusão com a TAP. A TAP vai investir o equivalente a 20% do capital num plano de recuperação da Varig, como empresa independente. A TAP será acionista da Varig, não se está prevendo nenhuma fusão. Vão existir acordos operacionais, sinergias na área de manutenção, coisas desse tipo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) **–** Sr. Presidente, eu não falei em fusão.

O SR. ERNESTO ZANATA – Desculpe-me. Eu entendi.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu Falei em participação acionária mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Participação acionária.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas há uma diferença de tamanho absurda entre a Varig e a TAP.

O SR. ERNESTO ZANATA – Mas o plano não prevê só a TAP. A TAP seria um acionista dentro do limite da lei. Vão existir outros acionistas. Esse é um pedaço da capitalização. Infelizmente, restando o plano, não dá para abrir por sigilo.

Quanto ao esquartejamento da empresa, no sentido a que me referi e no que a Deputada falou também, entregam-se as linhas domésticas para A, B, e as internacionais, para C. É a isso que nos referimos quando falamos no esquartejamento da empresa.

Agora, é evidente que um novo dono vai decidir se venderá a Varig logo ou se vai vender a VEM. Em princípio, não é uma boa estratégia vender tudo, mas aceitar sócios, abrir capitais, porque são empresas de potencial muito bom, muito bom mesmo, são as duas pérolas da Varig. E, dentro de um plano de reestruturação, capitalizá-las, via lançamento de ações por aí é muito bom, via entrada de sócios, porque vender a empresa de manutenção significa ficar vulnerável estrategicamente na mão de um terceiro, e o lucro na venda pode ser absorvido ao longo do tempo pelo maior custo de manutenção. Hoje a VEM, apesar de ser uma empresa à parte, cobra um preço menor pela manutenção que faz à Varig do que seria cobrado por um terceiro.

Quanto ao fatiamento da empresa, eu queria tecer um comentário porque a Deputada falou algo nesse sentido. A Varig é o que é por ela ser do jeito que é, pelo fato de o funcionário se sentir realmente dono da empresa, por ser de uma fundação. Não estou dizendo com isso, que a fundação não queira cair fora. Não é isso. Não é passando a marca Varig para outra empresa que preservaremos o DNA da Varig. Realmente, os maiores patrimônios da Varig são a marca, a operação e o corpo funcional, que é de valor inestimável. Dissolvendo isso, pode-se usar a marca, mas essa não será mais a mesma. Não estou dizendo que será pior ou melhor, mas, seguramente, não será a mesma Varig, porque terá perdido a essência.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu fiz duas perguntas para o Brigadeiro Godinho.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois, não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu já fiz as perguntas sobre o cancelamento de vôos, especialmente para o exterior, esse *marketing share* que hoje temos no Brasil, que já começa a mudar sensivelmente. Parece o movimento que aconteceu com a VASP, começa a minguar, minguar, vai diminuindo e outras empresas vão entrando. Essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Godinho.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – Bem, Senador, a respeito da primeira pergunta feita por V. Exª a respeito da suspensão e do cancelamento de vôos, no transporte aéreo, há a característica da sazonalidade. No caso do doméstico, no momento em que estava para ser encerrado o *code-share*, estávamos na alta estação. Independentemente do *code-share*, quando as empresas saem da alta estação para a baixa ou vice-versa, elas fazem uma acomodação de malha. No caso específico, ao sair da alta para a baixa, há um ajuste e, obviamente, por ser baixa, algumas ofertas de vôos começam a ser reduzidas. Como coincidiu o período do fim do *code-share* justamente com essa estação, normalmente se faz uma relação de causa e efeito que, na realidade, não houve. Quer dizer, naquele momento – se não engano, no mês de fevereiro – em que estava para ser definido o encerramento, as empresas solicitaram ao Cade que o fizesse na data de 2 de maio, porque já haviam sido vendidas passagens a usuários passageiros e, certamente, nessa data, esses compromissos já teriam sido assumidos. Assim foi aceito e, na realidade, o *code-share* acabou agora. Houve um ajuste de malha das empresas sem haver a intenção ou a relação de causa e efeito.

A respeito do *code-share*, nas informações do mês de abril, consta que o Grupo Varig, neste mês, teve 27,61% no percentual de *market share* com as outras empresas. Comparado esse mês com o mesmo mês do ano anterior, observamos que, no anterior, ela tinha 30,63%. Obviamente, vemos a outra empresa chegando a um patamar porque houve um cruzamento. A outra empresa teve 27,81%. Então, houve realmente uma diferença, ou seja, um empate nesse momento. Era um momento em que a empresa, no mês de abril, teve esse *market share*. Mas, se compararmos o acumulado de janeiro a abril, observaremos que a empresa mantém 81,83% no internacional e, no nacional, 30,06% o seu *market share* no acumulado com aproveitamento de 69%, que é o aproveitamento médio da indústria.

Na realidade, daqui para frente, vamos acompanhar a afirmação de que a empresa se encontra num processo que pode ter um indicador de declividade. Talvez os próximos dados estatísticos do desempenho da empresa poderão nos indicar essa preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de passar a palavra à Deputada Yeda Crusius, lembro um fato de que o Senador Paulo Paim, meu colega de Câmara, deve-se lembrar muito bem.

Anos atrás, num debate sobre aviação travado na Câmara, os responsáveis pelas grandes empresas, naquela época, diziam que a dificuldade era por falta das linhas internacionais e que participavam de concorrência desigual porque só a Varig voava faturando em dólar. Depois de muita luta, abriu-se para a Transbrasil, a VASP – V. Exª deve-se lembrar bem desse episódio – e, coincidentemente, as duas fecharam. As linhas internacionais e nacionais podem até influir, mas vale mais a gestão e a competência. Lembro-me bem desses fatores. Naquela época, o Comandante Omar Fontana fez uma belíssima exposição, culpando o DAC de não permitir que as outras bandeiras saíssem do País. Saíram as duas bandeiras, e houve conseqüências.

Faço apenas este registro.

Concedo a palavra à nossa grande especialista em assuntos aéreos, Deputada Yeda Crusius, que, aliás, é especialista em tudo o que se mete.

A SRª YEDA CRUSIUS (PSDB – RS) – Senador Heráclito Fortes, vamos falando um pouco porque vamos aprendendo. De agosto até agora, aprendi uma enormidade em termos do setor, da Varig, relações humanas e, sobre isso, gostaria de falar, Senador Delcídio Amaral.

Nosso motivo inicial sempre foi: a Câmara aprovou uma ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), uma proposta que veio ao Senado Federal, certamente para ser modificada, para ser aprimorada, para ser melhorada. E quando começamos a tratar dessa questão, cujas particularidades de suas questões chamaram a atenção, é que desde o princípio queríamos que fosse uma solução empresarial. E numa solução empresarial de concessionária, as relações da empresa com o setor privado e com o setor governamental são muito claras.

Então, a solução de mercado, assim como tem sido falado e repetido, tem que levar em consideração o fato de que o valor de mercado da empresa leva em consideração, por exemplo, os intangíveis da empresa. E os intangíveis, desde dezembro, são dois: a marca, a bandeira, pela qual oferecem um bilhão – não é pouco dinheiro; em segundo lugar, a dívida do Governo para com a Varig – esse é o intangível. E esse tem que ser considerado. Não dá para o Governo não agir, ele tem que reconhecer que é parte do valor intangível da Varig. Então essa é a primeira questão de responsabilidade mútua, assim como responsabilidade mútua também, além dos fatores que o Presidente Ernesto Zanata colocou, fatores internos de gestão da companhia, que virou quase uma empresa familiar, vamos dizer assim. Todas elas estão passando por uma reestruturação para se profissionalizar. Empresa familiar dá problema hoje em dia, não é? Os critérios não são de afeto, bem-querer, enfim são de mercado.

Então, em primeiro lugar, o Governo deve reconhecer que deve. Isso faz parte do valor a ser negociado da Varig aí no mercado. Em segundo lugar, sobre aquilo que é voz corrente em português, o *market share*, quer dizer, a participação de mercado da Varig, obviamente com o fim do *code share*, caiu, mas caiu antropofagicamente. O mercado continua o mesmo, não está crescendo, não tem sinais de melhoria de eficiência, não tem nenhum sinal que diga que uma está perdendo porque o todo está ganhando. É antropofagia ficar somando os mesmos 100% e dividir entre as três companhias. Por isso é que falo de Terri Schiavo, se não precisa comida o organismo da pessoa, o que precisa é fazer uma reestruturação.

E aí estamos à disposição, esse grupo já colocou à disposição para estarmos juntos na discussão da ANAC. Porque, para o setor se fortalecer, mudando institucionalmente, ele também precisa se fortalecer, por exemplo, com o auxílio do reconhecimento dessa dívida do Governo, nem que seja feito através de títulos. Não quer monetizar, não quer botar em precatório, mas, para a reestruturação da Varig, a discussão da ANAC aqui no Senado Federal pode levar a que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, ou seja o Congresso Nacional, forneçam ao Governo as condições excepcionais para ele pagar suas dívidas. Ao fazer isso, o mercado receberá um sinal, o sinal de que a Varig tem o apoio para fazer sua reestruturação e o reconhecimento de Governo de que o Governo deve.

Então, é afirmativamente que apresento-lhe essa questão, porque solução de mercado tem o Governo dentro, não como um ente estatal, mas como um devedor, assim como a Varig deve ao Governo 90% do que deve já negociado, no PAS, o mais é por falta de crédito na praça.

Então, a solução de mercado implica todos sentarmos juntos. E acho que estamos tendo oportunidade pela mudança que a Fundação promoveu internamente, que não deve ter sido fácil. E não foi antropofágica, é no sentido da família permanecer unida.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, cumprimento inicialmente o Senador César Borges pela iniciativa desse debate aqui no Senado Federal, o Sr. Ernesto Zanata, o Major Godinho e a Deputada Yeda Crusius, de cujo esforço sou testemunho. É um esforço gigantesco, e eu diria quase que nos últimos doze meses, V. Exª tem articulado, tem discutido, Câmara dos Deputados e Senado Federal, assumiu a Frente Parlamentar, tem nos informado, inclusive, subsidiando inclusive nossa posição aqui no Senado Federal, e faço questão de dar este depoimento por seu esforço.

V. Exª tem feito um trabalho, inclusive, suprapartidário, muitas vezes na forma firme de suas convicções aqui colocadas pode dar impressão de que V. Exª estaria fazendo a defesa com viés partidário. Não é verdade, nós todos somos testemunhas disso. Inclusive, o Beto Albuquerque foi convidado e está aqui como expositor também, como um dos vices da base do Governo.

Minha primeira fala é para cumprimentar o trabalho de V. Exª, que, sem sombra de dúvida, tem-se dedicado muito tempo a essa causa.

Em segundo lugar, sobre a estrutura da Varig, sobre a questão internacional e os problemas da Varig, participei, principalmente com a Deputada, de inúmeras audiências. Os trabalhadores me pediram que eu fizesse algumas perguntas que penso serem mais dirigidas ao Zanata.

A pergunta 1 é para o Sr. Zanata e o Senador Heráclito Fortes já tocou nesse assunto: como fica a situação do fundo de pensão da Aeros, dos funcionários, nessa nova estrutura, nessa nova gestão? A TV Senado transmite para todo o Brasil e milhares de pessoas estão na expectativa de saber como fica a situação deles.

Pergunta 2: a empresa, nesses últimos tempos, financiou-se muito com os credores e com os fornecedores, com o não-pagamento de tributos, o próprio INSS, e depois, queiramos ou não, o financiamento dos trabalhadores, que provocou uma dívida bilionária por meio do Aeros. Eis a pergunta: não lhes parece que seria importante haver, nessa nova representação, nesse conselho de administração, também um representante dos trabalhadores, já que eles são credores em potencial? Eles estão inseguros, pois, como V. Sª fala – e não se trata de uma crítica, pois V. Sª está expondo –, não se pode expor qual a perspectiva do plano, da organização, daquilo se pretende para buscar uma saída definitiva para a nossa Varig.

A insegurança dos trabalhadores é natural e a insegurança dos que dependem da Aeros é muito grande. Também dizem eles: não é possível fazer uma integração da fundação da Varig com a associação dos trabalhadores, para se fazer um trabalho maior aqui no Congresso Nacional?

Até o momento, a grande participação que vemos é exatamente da associação dos trabalhadores. Eu mesmo provoquei umas duas ou três audiências já, mas sempre vi muita dificuldade de trazer a direção da empresa para esse debate.

Concluindo, não lerei a pergunta, mas tentarei simplificar, porque é muito longa, houve inúmeras demissões, inclusive por justa causa, atingindo pilotos e

funcionário da nossa Varig. V. Sª, mesmo, diz que um dos maiores patrimônios da nossa Varig são exatamente os funcionários. Pergunta-se: há como reverter uma posição de entrave político entre os pilotos e outros funcionários com a direção da Varig?

Enfim, são perguntas bem objetivas, demonstrando minha preocupação e, tenho certeza, também da Deputada Yeda Crusius e de todos que estão aqui presentes, da relação do novo conselho com a Varig.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador, peço permissão para interrompê-lo para pedir que o Comandante Márcio Marsillac, que representa a associação dos funcionários – que estava aqui e foi uma falha minha não tê-lo visto, embora eu tivesse mandado fazer contato com ele –, tome assento para colaborar conosco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, concordando com V. Exª – e com relação a muitas dessas perguntas que vieram dos funcionários -, se ele assumir a Mesa pode, com muito mais conhecimento, complementar os questionamentos que agora fiz para, depois, o Zanata responder.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra Ernesto Zanata.

O SR. ERNESTO ZANATA – A primeira pergunta é: como fica a situação do Aeros?

Em que momento? Poderia esclarecer? Como fica daqui para frente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Naturalmente, como está e como fica daqui para frente no novo conselho, devido à insegurança que sentem estão os trabalhadores.

O SR. ERNESTO ZANATA – Em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer conhecê-lo pessoalmente. Sou seu admirador há muito tempo.

Veja bem, Senador, vamos traçar cenários. Se a empresa fechar, a situação do Aerus ficara difícil. Portanto, se vai ou não fechar, só o futuro poderá nos dizer, porque ainda ficará mais difícil. Provavelmente haja uma redução tremenda no benefício pago aos aposentados, e também uma grande redução no provável benefício dos que contribuíram talvez sobreviva. Isso é futurologia. Mas, a fundação, no seu espírito fundacional e social, justamente colocou três exigências. Duas são principais para a reestruturação da empresa; uma, é a preservação da empresa, já dito aqui, a outra é a preservação do fundo de pensão. Então, isso foi colocado para todos os candidatos que nos procurou como investidores. Temos, todos, em qualquer reestruturação que haja, o compromisso não só verbal, mas contratual, não só honrar, mas aí é lei, honrar a dívida, a empresa deve, tem que pagar. O Aerus pode até converter, hoje, pela lei, parte em ações ou coisas desse tipo, ou até a lei pode mudar um pouco e haver uma ampliação dessa participação. Portanto, não é só honrar a dívida como continuar no fundo de pensão. Isto é condição negocial que estabelecemos com quaisquer interessados. Se respeitado isso e recuperada a empresa, vejo um futuro risonho para o Aerus. O principal é recuperar a empresa. Não recuperando a empresa, certamente existirão milhares de desempregados e não é só o Aerus, mas muitas outras. A Presidente dos aeronautas disse dias atrás, na audiência com o Vice-Presidente da República, que a atividade da Varig gera 150 mil empregos diretos. Não se trata de pessoas dependendo de, mas empregos na indústria em torno da Varig; e a Varig propriamente dita. Então, veja o efeito social que isso pode causar.

Falando em Aerus, aliás, bem lembrado pelo Diretor da Varig em Brasília, a Varig é a única das empresas aéreas que patrocina fundo de pensão. Isso foi por exigência até do próprio Governo no ano passado, e para as mais recentes empresas não foi exigida a mesma coisa, o que tira certa competitividade porque o custo encarece. Mas é a única empresa que é contribuinte com fundo de pensão. Foi falado que a empresa se financiou do Aerus. Se financiou, sim. Se financiou aonde pôde para sobreviver. A luta diária pela sobrevivência. E a intenção é que, justamente nas condições negociais que essas dívidas sejam quitadas, sejam pagas, honradas pelo novo controlador. Também foi dada entrada na Justiça pelo Aerus a causa buscando aquela terceira fonte que o Governo suspendeu. Se essa causa for ganha, sendo restabelecida aquela terceira fonte, boa parte da dívida atual da Varig com o Aerus desaparece. Essa causa deve ser atuarial. Se tivesse sido honrado aquele compromisso, não existiria.

Quanto à pergunta, não seria justo haver um posto dos trabalhadores no Conselho? É algo que nós temos que deliberar em nível de Conselho. Já conversamos até a respeito, não chegamos a nenhuma conclusão, mas é algo a ser considerado realmente. Na Europa, dizem, ser praxe isso nos conselhos das empresas, ou seja, ter representado os trabalhadores. Aqui, culturalmente, ainda não é muito aceito. Mas, como eu represento um Conselho, levarei esse assunto ao Conselho.

V. Exª também questionou se seria possível fazer uma associação entre fundação e associação dos trabalhadores e se haveria uma maneira de reverter as demissões.

Esse assunto veio à tona na audiência pública realizada recentemente em Porto Alegre. A Fundação, como controladora e conforme aquilo que expliquei, não faz ingerência no dia-a-dia da Varig, porque, se fizer, tira toda a autonomia dos administradores. Se formos buscar profissionais do mais alto gabarito no

mercado para terem carta branca não só para gerir a empresa, mas para buscar soluções, e ficarmos o dia todo dizendo "façam isso ou façam aquilo", não daremos independência nenhuma, e o problema passará a ser nosso. Aliás, esse assunto está sendo tratado, hoje, com a nova direção da empresa por um dos Conselheiros da FRB-Par.

Portanto, seguindo essa determinação, assumirei o compromisso de pedir ao novo Conselho reanalisar essas demissões. É o máximo que nós controladores podemos fazer. Reanalisar para verificar se se cometeu ou não injustiça, a fim de que a empresa reveja a situação. Obrigar a empresa a readmitir todas as pessoas seria uma ingerência completa. Esse é o compromisso que também assumimos em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de passar a palavra a palavra ao representante dos funcionários, gostaríamos de ouvir o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também quero manifestar a minha preocupação com a questão dos empregados, dos funcionários da Varig.

Compreendo o que disse o Dr. Zanata. A situação dos funcionários depende, intrinsecamente, da continuidade da existência da empresa. Se a empresa for fechada, fatiada ou aniquilada de uma forma ou de outra, será impossível manter os direitos dos trabalhadores, assim como o fundo de pensão e tudo o mais. Penso que a questão essencial se volta para a subsistência da Varig como empresa.

Portanto, as minhas questões serão direcionadas mais ao Brigadeiro Godinho.

Sr. Brigadeiro, vou expor a V. Exª a minha visão, o meu ponto de vista. Creio que essa questão da Varig, antes de ser uma questão de mercado, é uma questão de Estado, até mais do que de Governo. Vou dizer-lhe por que penso assim. Primeiramente, a Varig, durante sua longa história, exerceu muitas funções que são de Estado. Por exemplo, manteve linhas deficitárias para atender ao interesse nacional; manteve o fundo de pensão. Quando a BR precisou ser implantada, a empresa pediu ajuda à Varig, que prestou seu auxílio. Quando a Infraero precisou ser implantada, pediu ajuda à Varig, que também cooperou. A Varig exerce também uma função de Estado de representação no exterior. Qualquer brasileiro que viaja sabe disso. Os pontos de referência são os Consulados e as agências da Varig. Na sua história mais antiga – sou antigo e sei disso –, a Varig exerceu até funções de correio. A Varig emitia selos – eu tinha selos da empresa. A história da Varig está muito ligada ao exercício de funções que são do Estado.

Além dessa história, existe também a responsabilidade do Estado em relação à situação da Varig, que o Dr. Zanata expôs claramente e muito bem. As concorrentes da Varig não existem mais – a Vasp e a Transbrasil. A Varig suportou o problema porque tinha uma história antiga de boa administração e de competência, além de um quadro de servidores muito bons que resistiu. Mas, evidentemente, há uma responsabilidade do Governo na situação atual da Varig.

A solução para a Varig deve ser buscada tendo-se em mente que não se trata de uma questão apenas de mercado. Não se trata tão-somente de encontrar uma solução de mercado e atender também aos trabalhadores. Precisamos pensar que há uma questão nacional em todo esse panorama.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, se V. Exª permitir, gostaria de prestar minha colaboração nesse assunto. Não sei se V. Exª sabe, mas o Brasil se vale muito de um extraordinário serviço da Varig. Se V. Exª tiver necessidade de um remédio que não exista no Brasil, a Varig coloca-o em sua casa – evidentemente, é um serviço pago – em 48 horas ou, às vezes, até em menos tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito bem lembrado. Esses argumentos só vêm somar-se a essas razões que estou querendo aduzir e sustentar no sentido de que não se trata simplesmente de encontrar uma solução de mercado.

Estou de acordo que se faça todo o esforço para encontrar-se uma solução empresarial e de mercado, mas, em última instância, se essa medida não for possível, o Estado brasileiro deve entrar nessa questão, porque tem responsabilidade. Há uma história que obriga a Nação brasileira a cuidar dessa questão da Varig também – que não diz respeito apenas aos acionistas e à Fundação Rubem Berta.

Nesse setor de transporte aéreo, não se pode pretender reger a economia das empresas pelas regras do mercado. Digo a V. Exª que não sou adepto dessa nova religião: tenho muitas restrições ao mercado, à sua forma de agir e aos resultados a que conduz.

Mas quero, especificamente, referir-me à questão do transporte aéreo. É um tipo de concorrência que não é igual à que ocorre entre restaurantes, confeitarias ou mesmo entre fábricas de tecidos ou confecções. Trata-se de um serviço público que não tem a mesma rigidez, por exemplo, do transporte ferroviário, não permitindo ser tratado como livre competição entre empresas. Não existe essa situação. A concessão deve ser dada se houver espaço para, por exemplo, mais de três empresas no Brasil. Entraram duas novas e faliram as duas mais antigas. Abriu-se o mercado

brasileiro a empresas estrangeiras, afetando muito a economia da Varig – e das outras que pretenderam e também entraram no mercado internacional.

Há uma diferenciação entre a competição e a concorrência. A concorrência precisa ser garantida para evitar a acomodação e a perda de produtividade, mas essa concorrência necessita ser muito vigiada, até para evitar a concorrência predatória praticada pela GOL nos últimos tempos com ofertas de passagens a preços ridículos e absurdos.

O DAC deve ter compreensão acerca desse assunto e acredito que tenha. Mas estou expondo o meu ponto de vista para fazer-lhe, agora, a indagação sobre o que V. Exª pensa a respeito da posição do DAC e se o referido departamento encara essa questão como de responsabilidade muito grande e forte do Estado. Esse setor precisa ter uma concorrência com regras bem próprias, regras que evitem o naufrágio geral, a competição predatória em que todos saem prejudicados.

São essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Godinho.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – Senador Roberto Saturnino, muito obrigado pela oportunidade que V. Exª me concede, mas, ao mesmo tempo, V. Exª me deixa com uma responsabilidade grande. Estou aqui representando o Ministério da Defesa e, obviamente, a pergunta que V. Exª me faz atinge realmente decisões de Estado e que, na realidade, aquilo que irei falar para V. Exª é justamente dentro da minha competência.

Verifico que o Estado não tem relegado o assunto da Varig como órgão concedente da forma como se imagina, ou seja, com essa imagem que aparece. Primeiro, porque está na Lei Magna a responsabilidade do Estado de prestar um serviço público à sociedade e a obrigação de coordenar e fiscalizar esse serviço, de tal forma que permaneça em uso, porque, se deixar de ser servido, essa obrigação, que é do Estado, não estará sendo cumprida. E o Estado, mediante seu órgão concedente, Ministério da Defesa e Departamento de Aviação Civil, tem consciência perfeitamente do impacto que essa empresa tem dentro do que chamamos indústria de transporte aéreo. São as empresas que exploram esse serviço público com a regularidade e a pontualidade que o Estado deseja.

Então, a importância que se dá hoje à empresa de que estamos aqui tratando, a Varig, se deve ao fato de ser um cristal que merece ser bem tratado não só por tudo o que V. Exªs disseram, mas também porque essa empresa, dentro desse contexto, se deixar de operar, criará uma crise muito grande no transporte que ainda não está instalada. Portanto, o Governo tem essa consciência. Mas, ao mesmo tempo, tem a consciência de que é uma concessão e, portanto, é um serviço público que o Estado, por sua vez, por não poder prestar, concede a uma empresa privada, para que ela possa explorar e, obviamente, como é uma empresa privada, a gestão é privada.

Sou testemunha da preocupação diuturna do nosso Ministro. Digo diuturna, porque tenho constatado isso. É uma grande preocupação de S. Exª e, dentro das diversas oportunidades de resolver esse problema, uma delas é esta que chamamos de resolução de mercado. Até o momento, se ele está fazendo com que ela possa realmente ou decolar ou chegar ao seu ponto desejado, é porque existe esperança. Existem realmente indicadores de que essa solução poderá ser viável. É possível!

Observo o que acontece na própria empresa, o trabalho que tem feito e agora, como disse a nossa Deputada, essa abertura interna para que os assuntos sejam resolvidos com a celeridade possível. Mas imagino se, em um determinado momento, este segmento – espero não aconteça –, que é o de mercado, não chegar a nenhuma solução, o Estado deverá tomar outras providências justamente para manter a sua responsabilidade que está na lei, que é exatamente a prestação do serviço público. Então, é a visão que tenho. Quer dizer, durante este período, a referida solução de mercado procede porque nos dá esse indicador e essa esperança. É o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao representante da Associação dos Funcionários da Varig, Comandante Márcio Marsillac.

O SR. MÁRCIO MARSILLAC – Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, Deputada Yeda Crusius, Major-Bridageiro Godinho, Drª Helena Suzanata, Senadores presentes, senhoras e senhores, gostaríamos de agradecer a oportunidade, inclusive não prevista, de estar à Mesa e poder trazer a opinião e o posicionamento da Associação dos Trabalhadores do Grupo Varig.

Para muitos dos senhores, não é nova a nossa participação, a nossa preocupação, haja vista os vários movimentos que temos feito, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Para nossa agradável surpresa, a mobilização nas duas Casas tem sido muito forte, muito expressiva, e temos conseguido debates realmente produtivos junto ao Congresso Nacional e que têm repercutido junto ao Poder Executivo e junto à própria empresa.

Eu só gostaria de salientar algumas questões.

Foi abordada uma questão um pouco fora, ou que normalmente estaria fora, da reestruturação da empresa: a questão daquilo que foi denominado como perseguição política feita a alguns trabalhadores e às associações de trabalhadores do Grupo Varig, de forma evidente e inegável, por se envolverem e quererem transparência e participação na discussão do problema de desequilíbrio financeiro e de governança da empresa.

Isso já ficou claro em vários outros debates, tem sido motivo de debates, principalmente, na Câmara dos Deputados, e muito brevemente estará sendo motivo de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Eu diria que essa é uma preocupação menor, não fosse termos vários profissionais, há mais de três anos e meio, sem emprego, porque a atividade de pilotagem no Brasil fica restrita àqueles que possuem um vínculo empregatício depois de sua habilitação de vôo vencer.

Então, são vários os pilotos que foram demitidos dentro de um movimento buscando trazer a discussão sobre os problemas da Varig a público, e hoje alguns desses pilotos buscaram uma outra colocação, tiveram que voar na China, no Catar, no Oriente Médio, enfim, em lugares realmente muito longínquos, fora de sua Nação e longe de suas famílias.

Com relação às próprias associações, eu diria que é uma situação mais séria e mais grave, ou seja, a retirada completa do desconto em folha de todas as associações que se uniram dentro desse movimento, sendo que a Varig, há anos e anos, sempre fez esse desconto para as associações.

Em vários momentos, ocorreram conflitos naturais, fortes, dentro dessa relação capital-trabalho, e isso nunca tinha ocorrido. Este foi o primeiro momento em que tivemos uma tentativa clara e nítida de exterminar, de acabar com a representação das associações do Grupo Varig.

Não imputo esse movimento à atual administração da Varig, muito menos aos conselheiros e curadores presentes que hoje ocupam esses postos, mas essa situação perdura, e a inércia em tomar uma decisão e reverter esse quadro continua ensejando prejuízos individuais e coletivos a essa massa de funcionários, que tem feito, no nosso entender, um trabalho muito importante e inestimável, buscando a discussão e criação de um ambiente favorável à recuperação da empresa.

Por isso, eu voltaria a insistir, Dr. Zanata, que nós sempre reclamamos por isto: que o controlador deveria ser um grande fiscal dos seus executivos neste assunto para a própria pacificação interna na empresa, para que se possa ter um ambiente, o menos contaminado possível, de convergência na recuperação da empresa. Parece-nos extremamente necessário que esse seja um assunto debatido e revertido o quanto antes.

No tocante ao assunto da própria reestruturação da empresa, para nós, é muito tranqüilo falar do movimento que hoje vem ocorrendo dentro empresa: a questão da criação de uma gestão interina na empresa. Esse foi um pleito, foi uma opção sugerida pelas associações, há mais de meio ano, quando a situação se complicou. Entendíamos que nenhum credor iria vir para um debate sério e produtivo se nós não tivéssemos um choque de credibilidade na administração da empresa.

Esse novo conselho está procurando proporcionar isso, mas gostaríamos de salientar que nos parece fundamental que haja uma ruptura sobre o poder de interferência da Fundação também para a implementação do plano. Se o conselho de administração nomeado tem completa autonomia para elaborar um projeto, deveria tê-la também para implementá-lo, porque, por melhores que sejam as intenções dos curadores que se fazem aqui presentes, há um sistema, há uma estrutura de poder e de tomada de decisão dentro da Fundação Rubem Berta que não pertence ao conselho de curadores. É mais amplo. E essa estrutura já deu sinais, em diversas ocasiões, que, em alguns momentos, não consegue ter a correta acepção da realidade, o momento de oportunidade.

E, com certeza, se todos nós aqui estamos convencidos de que, desta vez, a Fundação está decidida a realmente implementar um processo de reestruturação, isso só não bastaria. Teríamos que perguntar como os credores, como os novos investidores, como o Governo Federal, como todos os atores, que, obrigatoriamente, terão que fazer concessões nesse processo, estão vendo o processo, estão vendo a viabilidade de isso ser elaborado e de a reestruturação vir a ser implementada. Essa é uma observação que gostaríamos de fazer.

Entendemos e defendemos, na última audiência que tivemos com a Fundação Rubem Berta, na presença do Vice-Presidente e Ministro da Defesa José Alencar, que fosse criada uma gestão interina, autônoma e independente, e, claro, as garantias da Fundação aos trabalhadores e ao próprio Governo estariam positivadas, de maneira expressa, dentro de um contrato. Essa, nos parece, seria a segurança final que ainda faltaria ao processo atual. O Senador Delcídio tocou nesse ponto.

Parece-nos, Senador Delcídio, que a sua visão é a correta. Para o processo de capitalização da Varig não será suficiente a inserção de novos parceiros, de

dinheiro novo ou de *fresh money*, como dito. Sem uma renegociação do passivo, sem uma concessão daqueles credores que já estão, de certa forma, dentro do processo, e envolvidos no processo, com créditos a receber da Varig, sem uma negociação anterior com eles, dificilmente teremos um investidor que concretize essa opção de capitalização e de investimento. Porque ninguém vai comprar uma dívida que varia de 6.4 bilhões de passivo até 9 bilhões, se computadas as possíveis contingências dessa empresa.

Então, os valores são muito grandes para que restrinjamos a reestruturação da Varig a uma simples renegociação do passivo, ou à simples inserção de capital novo. Nós teremos que fazer um somatório das duas opções. Sem isso, a Varig não vai conseguir se recapitalizar e ter um perfil de dívida equilibrado com a sua curva de rentabilidade.

É um ponto que gostaríamos de salientar, que o conselho de administração recém-formado possui nomes que são inquestionáveis, são incontestáveis, pelo seu currículo. Mas nos parece que faltou uma pequena preocupação. Poderíamos ter tido nomes com essa capacidade, com esse renome todo, e, ao mesmo tempo, já buscar comprometer aqueles atores legítimos envolvidos.

Nós gostaríamos de estar vendo nesse conselho de administração – e, ressalto, tem toda a capacidade, pelos seus atos e pelas suas decisões, de obter esse comprometimento –, já poderíamos ter tido, de largada, esse envolvimento se a Fundação Rubem Berta, junto com quem estruturou esse encaminhamento, tivesse convidado a contribuir com nomes os atores legítimos, ou seja, os trabalhadores que são credores, os credores que são fornecedores, o Governo Federal, que é credor, poder concedente e potencial agente fomentador de uma recapitalização. E, por que não, o Congresso Nacional, que tem sido um ator maravilhoso nesse processo de reestruturação da Varig ao dar a transparência e garantir a participação de todos esses atores.

Estender a nossa falação aqui seria cortar a possibilidade de perguntas e de outras manifestações. Então, de maneira muito breve, gostaríamos de deixar o recado. Achamos que melhoramos, e muito, a situação da Varig, mas além de melhorar, precisamos avançar concretamente num processo de reestruturação. É preciso que se tenha um projeto colocado no papel, no qual se proponha, na qualidade de dívida de cada ator credor, um tratamento a esse crédito, um tratamento a esse passivo, para que possamos, em reuniões de comitês de credores, estabelecer uma negociação em termos de deságio, de carência, de repactuação e de alongamento.

Não tenho dúvida de que se todos os demais atores estiverem envolvidos nesse processo, o Governo Federal, com certeza, também fará a sua parte, como o maior credor, poder concedente e potencial agente investidor ou financiador do processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa deve, por dever de justiça, informar ao Comandante Bacelar que uma das grandes dificuldades que tem havido nas discussões aqui é o fato de, levando-se em conta a situação por que passa a Varig e o possível surgimento de interessados, esse é um assunto que, necessariamente, na maioria das vezes ou na sua quase totalidade, teve de ser mantido em sigilo.

Participamos, juntamente com o Presidente da Subcomissão de Turismo, de uma rodada de conversas exatamente sobre isso. Houve várias rodadas de conversas aqui, e o grupo liderado pela Deputada Yeda Crusius também as realizou na Câmara dos Deputados. Agora, o elemento sigilo, principalmente por interesse da parte, era fundamental. Isso foi dito pelo Vice-Presidente, na Comissão em que estivemos.

Daí por que, pessoalmente, compreenda-se a surpresa que foram a escolha e o anúncio desses nomes. Se esses nomes tivessem sido anunciados com antecipação, talvez pudesse ter havido algum contratempo e ter-se evitado...

Temos de trabalhar, no momento, no sentido de que haja, daqui para frente, interação entre o grupo que corajosamente assumiu essa responsabilidade e as partes envolvidas. Daí por que penso que temos de ter a responsabilidade, neste momento, dessa construção, que é fundamental e importante para os funcionários, para a Varig e, acima de tudo, para o Brasil.

Os questionamentos a esse grupo deverão ser feitos. Novamente, o Comandante será convidado para participar. Penso que temos de esgotar o assunto. Esta Comissão, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados devem dar ao País a colaboração possível, neste momento.

Registro, com muita alegria, a presença do Presidente da Fentac, Celso Klafke, da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, e da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziela Baggio. Aliás, a Drª Selma e a Drª Graziela estão convidadas para uma próxima reunião e já devem ter sido comunicadas.

Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, gostaria de saber se o Presidente do Conselho, Sr. Zanata, tem algum comentário a fazer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. integrantes da Mesa, Srs. Parlamentares e

Srs. representantes das várias entidades, foram tantas as vezes - já faz tanto tempo - que discutimos essa questão, que me fico a perguntar qual fato determina que não cheguemos a um resultado definitivo. Será que o Presidente, o Vice-Presidente, as autoridades não tivemos competência de encontrar uma saída?

Eu me sinto na obrigação de ver como isso tudo começou. Nunca me esqueço do ato do Presidente Collor, quando resolveu abrir o Brasil para o mundo. Uma das formas que usou para abrir o Brasil para o mundo foi, primeiro, a de permitir que as outras companhias brasileiras viajassem para o exterior; segundo, a de dar permissão para que empresas européias, americanas e até do extremo oriente tivessem novos vôos no Brasil. Quando isso aconteceu, a Varig vivia seu grande momento; era considerada uma das grandes empresas internacionais. O interessante é que, naquela época, os países tinham uma grande empresa internacional. A França tinha a Air France, a Alemanha tinha a Lufthansa, a Inglaterra tinha a British Airways. É natural. Cada país tinha uma grande empresa internacional, e o Brasil tinha a sua, que competia em pé de igualdade. Se me disserem que naquela época... Eu viajei de primeira classe, mais de peru do que pagando o preço – na hora alguém me colocava lá dentro –, porque era três vezes mais caro, e todos diziam dizia que talvez a melhor primeira classe do mundo fosse a da Varig, que era qualquer coisa de espetacular realmente. Fui, como Governador, daqui para o Japão. O serviço era tão bacana, os filmes, a comida, o não-sei-o-quê, que quando chegou perguntei: "Já chegou?"

Nunca me esqueço de que, durante anos, o vôo que carregava a Varig nas costas, o grande vôo era São Paulo–Nova York. E a Transbrasil fez um vôo São Paulo–Brasília–Washington–Nova York muito mais barato do que o da Varig. Aí, começou.

Se me disserem que naquele auge da Varig ela se dava ao luxo de fazer exagero, acredito que sim. Talvez ali tenha faltado alguém que dissesse: "Vamos devagar. Esses almoços que vocês estão oferecendo, com comida especial, inclusive para vôo econômico aqui dentro do Brasil..." Realmente, os vôos da Varig eram de alto gabarito. Eles tinham em Porto Alegre uma cozinha internacional. Eles tinham um serviço... Eram os primeiros em tudo, e o preço não era o que importava muito, o custo não era o que importava muito.

Quando veio essa concorrência, quando de repente a Varig começou a perder essa competitividade, quando entraram esses vôos aí, quando de repente o Brasil era o único país do mundo que eu conheço... Já vi muita empresa de aviação comprar empresa de ônibus. No Brasil, uma empresa de ônibus de Brasília comprou uma empresa de aviação. A Vasp foi comprada por uma empresa de ônibus aqui de Brasília, a GOL, por outra empresa.

Talvez a Varig nunca vislumbrasse que um dia não seria a Varig, acreditando que seria sempre aquilo. Aí é que a coisa falhou. Falhou inclusive no diálogo com o Governo. Naqueles anos a Varig estava voando em prejuízo porque o Governo impunha uma tarifa que não era condizente com o aumento do dólar, quer dizer, estava viajando perdendo. Durante anos isso aconteceu. Então, vamos verificar que tínhamos uma empresa das melhores do mundo. E não foi uma empresa que surgiu da noite para o dia, foi degrau por degrau, desde 1927, com um pequeno vôo. Foi coisa feita devagarinho, com sangue, carinho e suor. Foi feita aos poucos. Foi crescendo, crescendo, desde 1927, até se transformar na grande empresa. Foi algo consolidado, não foi um vôo. Tenho todo o respeito pela TAM, mas a TAM explodiu de repente. A Varig, não. Ela foi aos poucos e chegou lá.

De repente, acontece isso. E eu não sinto no Governo – Deus me perdoe, tenho medo de estar fazendo uma maldade – desejo de ajudar a Varig. Eu não consigo sentir isso. Durante muito tempo, quando quem estava à frente das ações do Governo era o Chefe da Casa Civil, senti o cheiro de entregar para a TAM.

Inclusive, vazou a medida provisória. Quem a trouxe foi a Deputada Ieda. Foi parar nas mãos de S. Exª um projeto de medida provisória na qual se entregava a empresa para a TAM. A única coisa com que a Varig ficaria seria o nome. O nome seria Varig, mas o controle, da Tam. Nem se existisse, ao menos, um controle neutro. Não. Era a entrega da companhia. É aqui que se começa a falar. Estou dizendo...E tenho medo de falar bobagens.

Comentou-se no Congresso que o início da Tam foi o PT. Numa boa, nada de ruim, o PT era um Partido de Oposição. Fala-se que naquela época, no início, a Tam foi muito bacana com o PT. A Tam facilitava. O PT ganhava passagens, pagava depois. A Tam foi muito fraterna com o PT. Chegando ao Governo, o PT disse: "Vamos dar para a Tam". Isso eu senti. Sinceramente, senti. Creio que a Yeda também sentiu o sentido de levar o negócio para a Tam. Já estava resolvido o assunto. Se não tivéssemos posto a boca no mundo, se tivesse havido aquela medida provisória e não gritássemos, íamos ser pegos de surpresa. De repente, a medida provisória já estava publicada, a encampação já estaria feita e íamos discutir depois de o leite ser derramado.

De lá para cá sentimos, por exemplo, um desejo, uma vontade por parte do Ministro da Defesa de ajudar. S. Exª fez uma reunião com todos, conversou, foi otimista. É um empresário acostumado a comprar

e a vender empresas. É a especialidade de S. Exª. Fez tudo e disse: "Deixa para mim". Uns quinze dias depois a linguagem do Vice-Presidente mudou. Deu a entender que alguém falou com ele que não era por aquele caminho. O Vice-Presidente recuou. Continuou conversando, mas de lá para cá não teve solução nenhuma, só está ouvindo.

É inconcebível... É uma coisa bonita, porque engloba todos os Partidos. No Congresso Nacional, o Senador Paim é do PT, o Roberto Saturnino também é do PT, o companheiro é do PFL, sou do PMDB. Há um desejo de querer resolver o problema. Não estamos criando crise. Nem com a questão da Varig, seus erros, a trapalhada da Fundação Rubem Berta. Não estamos discutindo todas essas questões. Estamos discutindo uma forma de chegar a uma solução. O ruim disso tudo é que o Governo só compareceu com o Vice-Presidente sem poder dizer nada. Até agora não temos nada do Governo. E não há solução onde o Governo não participe. Ele não vai querer a Varig? E acho que não deve querer, mas tem todas as condições para fazê-lo. Pode chamar todos, sentar a uma mesa, discutir, analisar. Pode até discutir – não sei, estou pensando alto – uma grande proposta. Vamos fazer, então. Vamos voltar a ter só uma grande empresa internacional. A Varig vai fazer os vôos internacionais, e só a Varig. Os outros vão fazer os vôos locais. Precisamos fazer um debate, seja lá qual for. É uma análise que precisa ser feita. Vamos fazê-la. A Varig, que tem tradição, fica. O nome dela, lá fora, fica com os vôos internacionais. A Tam e outras ficam com os vôos nacionais. É algo que poderia ser feito, uma proposta que poderia ser analisada. Até agora o Governo não disse se recorre ou não da decisão que foi tomada. Para a Transbrasil foi, mas para nós não dizem nem o que vão fazer. A primeira coisa que quem quer aceitar diz é: "Está resolvido. Não vou recorrer. São 6 milhões? Não sei quanto é? Já bota no ativo." Facilitaria para a se Varig falasse, facilitaria para a Varig se discutisse. Ainda estão deixando como uma interrogação. Pode recorrer, pode não recorrer, pode ou não fazer. Recorrerá se quiser. Está errado. Tem que dizer: "Está decidido. É esse o dinheiro." E o coloca no cofre da Varig. Já parte de 6 milhões. Como é que vamos resolver o resto? Mudava de figura. Já seria diferente a conversar. No entanto, o Governo não o faz porque não quer. Sinceramente, o Governo não quer! Sinceramente, é porque o governo não quer!

Não tenho dúvida alguma, se se vendesse a Varig, se não estivesse no Rio Grande do Sul, mas em São Paulo, já estaria resolvido. Não sei se o negócio não é mudar o nome da Varig. Pegue-se o nome de Vasp aí, tire o Rio Grande do Sul e coloque São Paulo. Agora, como é Rio Grande do Sul, é diferente! É diferente! Embora a coitada da Varig, de Rio Grande do Sul, só tem o nome, porque o resto tudo está em São Paulo.

O SR. (Orador não identificado) – A maior parte está no Rio!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Rio ou São Paulo, mas, no Rio Grande, é que não ficou nada. Só o nome!

A empresa ainda coloca na passagem aérea pequenininho, e não leio nem com lente! A Viação Aérea Rio-Grandense tem que ser com lente forte, porque você vê Varig. Agora, a Viação Aérea Rio-Grandense, você pega e tem que olhar direito, porque fazem questão de esconder. Tudo bem! É o nome, não estou discutindo! Mas o governo, não, está vendo que a TAM é paulista e a Varig é do Rio Grande do Sul. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Isso não tem lógica! Olha, é uma posição grosseira! Estou em véspera de ir à tribuna do Congresso, em nome do Rio Grande do Sul, protestar, porque creio que não podem desmoralizar uma empresa, tratar uma empresa da maneira como estão tratando. Não pode! "Ah, mas a culpa é da Fundação! A Fundação é que é isso, a Fundação é que é aquilo!" Se o governo quer e faz a Fundação, chama, demite e não sei o quê! O governo querendo, e tendo uma proposta, somos os primeiros a dizer para a Fundação alguma coisa. Mas não dizem nada! Então a fundação pode falar à vontade, porque o governo não fala!

Felicito a Yeda, o Paim, vocês, a Comissão, também os homens da empresa, os funcionários etc, porque estamos numa caminhada difícil que podia ser muito mais fácil, se o governo quisesse. É uma pena, meu amigo Paim, mas não sei como é que termina, não sei como é que o governo vai deixar terminar. Mas uma matéria dessa natureza, uma empresa dessa importância, o governo não devia deixar à lei da oferta e da procura! O governo tinha que mostrar o pensamento dele, o que é bom para o Brasil e o que é bom para a Nação! O Lula tem que ver como é importante ter um avião nacional, ter um avião de Presidente que anda e que todo mundo respeita, porque é bacana, substituiu aquele Sucatão. A Varig também é uma empresa importante e não pode desmoralizar de uma hora para a outra. É importante para o Brasil ter uma grande empresa internacional que tenha credibilidade como temos até hoje. Justiça seja feita, apesar dos pesares, até hoje, os vôos internacionais do Brasil têm esse respeito, têm essa credibilidade! As nossas crises não chegaram lá na ponta! Não sei, se o Paim pudesse falar pegar....

O Chefe da Casa Civil, não tenho dúvida, é TAM. Se passar pelo Chefe da Casa Civil, é TAM. Tanto que, quando a Ieda saiu no jornal, caiu fora: "Não quero mais nada com isso!" Porque já estava com o assunto resolvido. Até tinham festejado! Mas creio que haja mais alguém no governo que nos podia dar uma mão nesse sentido.

Desculpem, foi mais um desabafo do que qualquer outra coisa, mas tinha que dizer!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Justo e oportuno o debate de V. Exª, Senador!

Algum comentário? (Pausa.)

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não é à toa que o Senador Pedro Simon é tão festejado nesta Casa, pela sua experiência, sua capacidade de colocar seus pontos de vista com precisão!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nos meus 75 anos!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quisera eu! Espero, Senador Pedro Simon, que possa chegar à idade de V. Exª com a sua sabedoria, com o seu conhecimento das coisas e com a precisão com que coloca as questões.

Sr. Presidente, esse é exatamente o dilema! Esta, se não me engano, é a segunda reunião, e já colocamos aqui essa questão. Sempre há boa vontade por parte do governo, está pronto a ajudar, está preocupadíssimo com o assunto, mas faz dois anos e pouco, neste atual governo, e não evoluímos. A verdade é essa, Major Brigadeiro! Ouço, aqui, com muita satisfação, o Presidente do Conselho dizer que a Fundação não é obstáculo algum, mas coloca suas condições. Mas temos que manter tais e tais, definindo os parâmetros. Quer dizer, há condições efetivamente que não sei se do ponto de vista econômico-financeiro são possíveis de serem atendidas nessa negociação.

Por outro lado, há um sigilo, pois não se pode dizer como as negociações estão avançando, tem que ter uma proteção de mercado. Também entendemos esse fato.

Por isso, Sr. Presidente, sugiro que V. Exª, Presidente desta Comissão, e a Deputada Yeda Crusius, representante da Câmara dos Deputados na frente parlamentar, possam acompanhar junto com o Governo, porque, senão, é mais uma reunião sem efeito prático, objetivo. Não podemos continuar diante dessa angústia, sem uma providência, sem que nada se resolva.

Que o Congresso Nacional possa estar presente – não é preciso que se divulgue publicamente, não –, que haja o acompanhamento com duas pessoas da maior responsabilidade, como o Presidente Heráclito Fortes e a Deputada Yeda Crusius. O Comandante Márcio Marsillac falou muito claramente que esperava uma posição clara dos credores, e os credores são basicamente o Governo Federal, a Infraero, a BR Distribuidora. Os trabalhadores estão prontos para fazer a negociação por parte deles, mas fala-se que a Infraero vai ser privatizada, que vai se dobrar o valor da taxa de embarque, e, logo depois de se dobrar o valor das taxas de embarque, se privatiza.

Estão aí os funcionários em greve, hoje fomos recepcionados por todos eles, preocupados com a situação da Infraero. Está com a Infraero, está com o Governo, enfim, a solução. Sentimos, infelizmente, aquela situação ruim, vazia, de procrastinação, de enrolação mesmo, de empurrar com a barriga o problema. É isso que estamos sentindo.

Quero fazer uma pergunta direta à Deputada Yeda Crusius, porque tenho em mão um requerimento da Deputada assinada por, se não me engano, uns 40 deputados, para encaminhar ao Poder Executivo uma anexação, sugerindo uma intervenção nas empresas da Varig. O documento vai com um decreto, com uma redação do decreto, com uma minuta de intervenção: "Fica decretada a intervenção sobre as seguintes sociedades empresariais de serviço de transporte aéreo, Varig, VPTA e a FRBPAR". Consta o nome Luiz Inácio Lula da Silva, que poderia fazer o decreto de intervenção, sem a sua assinatura – é claro.

Foi uma tentativa da Câmara dos Deputados, que vislumbrou uma saída para resolver a situação da empresa. Parece-me que, apesar de ser recente o requerimento, de 15 de março deste ano, não progrediu essa solução. Mas fico curioso em saber por que não progrediu, em que posição está. Gostaria que a Deputada pudesse dizer se está nesse momento animada, otimista com o que foi dito aqui, com o que disse o Sr. Vice-Presidente, José Alencar. Não tenho dúvida da sua boa vontade, mas não sei também da sua capacidade de vencer as resistências do setor econômico, por exemplo, do Ministro Antonio Palocci e, agora, do Ministro do Planejamento, colega da Deputada Yeda Crusius, Deputado Paulo Bernardo.

As questões foram bastante claras e objetivas. Fiquei muito contente porque o Comandante Passos colocou com bastante objetividade os pingos nos is, resolveu a questão com os credores e o caso com os devedores das Varig, que são o Governo.

Mas, Deputada Yeda Crusius, senti que V. Exª estava otimista. A solução pode estar saindo, as coisas estão se aproximando. Não consigo ver assim, porque discutimos esse assunto há mais de dois anos e não vemos avanços efetivos, ao contrário, vemos dificuldades cada vez maiores com relação à empresa. Com o fim do *code-share*, a empresas têm mais dificuldades,

há ameaças de, se não se pagar a Infraero, proibição de pouso nos aeroportos e não fornecimento de combustível pela BR Distribuidora.

Diante disso que já foi realizado, desse decreto e do seu otimismo exagerado, dessa posição de confiança de que a solução pode surgir, como V. Exª está vendo a situação? É uma pergunta que quero lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra à nobre Deputada Yeda Crusius.

A SRª YEDA CRUSIUS (PSDB – RS) – Com prazer, Senador César Borges. Mais do que parecer que ao tratar da questão da Varig nos transformamos em um bipolar, porque em um dia estamos em euforia, vai sair a solução, e no outro, na mais profunda depressão, tudo ruiu. Mais do que isso, é saber que, com todos os problemas, inclusive o fim do *code share*, nós estamos decolando e aterrisando. Isso é que tem que continuar.

Tenho, sim, uma esperança agora, porque ela veio de dentro da empresa. A modificação veio de onde tinha que vir. Ela veio do Conselho, da Fundação Rubem Berta, por um conjunto de profissionais que estudou, há pouco tempo; um conjunto de profissionais que já passou por várias etapas da vida real brasileira, que são competentíssimos e estão aí num novo desafio.

Por que digo que estou esperançosa? E aqui me refiro à sua manifestação. O setor de aviação sofreu a mais profunda crise, sobre outras crises em 2001; em 2002, o BNDES foi contratado e contratou para buscar soluções para o setor, não era para uma empresa individual; o Governo estava findando e decidiu que o novo Governo tomaria as decisões, porque o atual é quem gestionaria um setor de estratégia e concessão. Em 2003, tivemos essa história que contamos. A Associação dos Trabalhadores contratou uma consultoria, o Governo contratou outra – já conversamos sobre isso – e ficou assim: decola ou não decola? Acaba ou ao acaba?

Na verdade, tenho esperanças, porque em agosto de 2006 era dada como morta a Varig; era dada como uma empresa fechada por medida provisória. Os Senadores Roberto Saturnino, Paulo Paim, Heráclito Fortes sabem disso. Não acreditam muito quando o Congresso passa a ser uma caixa de ressonância de alguma coisa importante para a sociedade. E se formou esse grupo Parlamentar, com o apoio do Senado, da Câmara, das comissões permanentes, e a Varig ainda não fechou. Se não fechou, é porque nós ainda estamos trabalhando e agindo para não deixar o desastre acontecer, que é a concentração doméstica, com o fechamento da Varig, e a entrega a um capital que não é nosso para a Varig Internacional. Porque é entrega. Não é questão de ser, como a TAP está propondo, *code share* para viagens em tais e tais rotas. Não. Alguém ia levar a bandeira da Varig que, como demonstrei pelos documentos que entreguei hoje, mas estão a disposição de todos, tem um valor intangível de um bilhão.

A Varig vale um bilhão internacionalmente, só em razão da sua marca. Em 26 de outubro, entregamos, sim, via Câmara dos Deputados, ao Ministro Chefe da Casa Civil – havia sido trocado o Ministro e feitas algumas audiências dentro do Congresso Nacional.

Então, não é que não se leva a nada, mas o trabalho do Congresso levou ao não fechamento da Varig, em primeiro lugar, quando se tornou pública uma situação que era uma caixa preta. É um setor que era uma caixa preta. Só que o fato relevante de o Legislativo estar atuante, com a ajuda do Ministério da Defesa, através do Vice-Presidente José Alencar, ao qual se somou o Judiciário. Essa questão de a Justiça ter tomado uma posição levou para dentro do Executivo, que tem os seus advogados, a Advocacia-Geral da União, a AGU, que dava como impossível o encontro de contas. Aquele que julga se é possível ou não, que é o Superior Tribunal de Justiça, disse que, sim, que é possível o encontro de contas. Então há muitas novidades no decorrer do período. O Senador Pedro Simon tem razão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Vice-Presidente disse que não haverá esse encontro de contas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Por favor, Senador, deixe o microfone ligado para ajudar a transcrição pela Taquigrafia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está ligado aqui, eu estava afastado, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O Vice-Presidente disse que não haverá esse encontro de contas, que os advogados da União estão preparados para fazerem recursos e que eles não contemplam esse encontro de contas. Não há como o Governo Federal fazer esse encontro de contas.

Eu ouvi isso aqui ser declarado pelo Vice-Presidente, José Alencar. Só se mudou a posição recentemente.

Não é só a Varig, também há outros esqueletos.

A SRª YEDA CRUSIUS (PSDB – RS) – Mas o que o Vice-Presidente traz no exercício do seu posto? Ele traz a notícia de que o Governo perguntou à AGU se era possível o encontro de cotas. Não formalmente, veio a resposta: não é possível o encontro de cotas. O que pode fazer o Ministro da Defesa? Dizer: "Governo acha que não é possível encontro de cotas". O Governo é o Executivo, por isso que é uma questão de Estado.

Vai o Judiciário e diz: "É possível, sim". Tanto é que, na proposta da transformação institucional do setor, transformando o DAC responsável e outras coisas por ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), nós pusemos junto, apoiamos propostas de que para reestruturar o setor as dívidas poderiam ser equacionadas através de títulos, porque não adianta, o Governo não pode pagar o INSS porque deve a Varig. Isso é o Proar, é o que nós propusemos em outubro.

Está chegando aí a sua outra questão. Então V. Exª diz: por que nós pedimos a intervenção? Porque as portas da Fundação e da Varig estavam fechadas. Não se conseguia trazer aqui a Varig, porque a Varig não conversava com a Associação. Por favor: a Associação representa os trabalhadores que são a Fundação Rubem Berta. O sindicato é outra coisa e representa também, mas é outra coisa.

Aí nós fizemos uma reunião, deveria ser uma mega-audiência pública para encaminhar a reestruturação da Varig. O Congresso faria a sua parte, o Judiciário faria a sua parte, mas o Executivo teria que fazer a sua. É por isso que o Senador Pedro Simon tem toda a razão em ter feito a exposição, dizendo: "eu sinto que o Governo não quer". Bom, o Governo não é uma entidade, o Governo é uma composição, e o Governo, como eu digo, decidiu que vai tirar o tubo de alguém, e ao tirar o tubo vão morrendo as terri schiavos da vida.

Então, o Congresso tem, sim – por isso essa minha esperança. Eu anotei, só dessa reunião, o que pode ser feito, e vou chamar, como grupo parlamentar, a direção da Varig para termos um contato – aqui estamos em audiência pública – transparente, o mais rápido possível, amanhã, por exemplo. E eu convidaria o Senador que está promovendo esta reunião, convidaria o Presidente do Conselho, o Zanata, porque há ações que o Congresso pode tomar e isso ser fato relevante para que a solução venha, mesmo dobrando o Governo, porque até agora ele foi dobrado pela ação do Congresso Nacional, pela ação de sermos caixa de ressonância da sociedade.

Eu anotei, por exemplo: há um pedido, veiculado pelo Senador Paulo Paim, de que haja uma representação de trabalhadores no Conselho; a sua proposta e a proposta do Senador Roberto Saturnino de que haja uma representação parlamentar no Conselho. Pode ser de ouvinte, observador. Vamos levar a quem a Fundação deu a responsabilidade de levar adiante os caminhos da reestruturação da Varig. Podemos fazer isso amanhã.

Outra coisa que foi colocada aqui, e com razão, é que precisamos pedir um prazo ao Governo – que pede a nova direção da Varig e o Conselho gestor; por telefone, conversamos sobre isso – para que haja o fim das ameaças de que vão tirar avião e de que o crédito não vai existir. Isso é uma pressão política. O Presidente Zanata disse um mês, dois meses.

Queria registrar – e vou transmitir isso ao Senador Pedro Simon – que é claro que o Ministro da Defesa não é o todo-poderoso para receber. Ele faz parte de um governo e continuou ajudando, sim, tanto que, na audiência em Porto Alegre – que foi memorável, porque estava presente o Ministério Público, a quem a Varig, como Fundação, deve responder no Rio Grande do Sul –, pela primeira vez, sentaram-se a uma mesa para conversar publicamente as associações de trabalhadores, os sindicatos e a Fundação Rubem Berta. Estavam rompidos. Rompidos em nome do quê? Ao conversarem ali, algumas ações foram tomadas e, no dia seguinte, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, recebeu uma comitiva do Rio Grande do Sul, porque a audiência havia sido lá, e em viva voz conversou durante quarenta minutos com o Presidente do BNDES. Se o BNDES faz para outros uma análise que lhe permite dizer "Sim", escrevo em baixo, dou garantia. E o Presidente da República determinou ao Presidente do BNDES que estudasse e recebesse a Fundação, a Varig, a associação de trabalhadores... E assim foi feito. Foi feita uma reunião no Rio de Janeiro. Tudo isso soma uma pressão que, por meio da política para resolver, pode nos levar a um caminho.

A terceira coisa que foi colocada aqui é uma afirmação do Major-Brigadeiro de que, se a imprensa não conseguir resolver, o Governo tem que entrar, por ser poder concedente, para dar solução. Aí volto àquele nosso fatídico mês de março. Não tendo com quem conversar, pedimos a intervenção. Agora, abriram-se as portas, haverá de ser mais transparente tudo o que se relacionar, porque há um Conselho gestor profissional, não é mais familiar, da família Varig: é profissional. Hoje percebo que há condições de conversarmos com a direção da Varig, com o Conselho gestor, que é quem a Fundação disse que tem toda a liberdade para encaminhar a saída para a reestruturação. Penso que esta semana poderíamos fazer esse trabalho, o mais rapidamente possível.

O Presidente Zanata, aqui presente, firmou dois compromissos. Um deles é indicar ao Conselho gestor e à nova direção da Varig uma revisão das demissões e estudar a questão da participação dos trabalhadores no Conselho. Esse é um compromisso de levar o resultado dessa reunião. Para mim, o mais importante é não atrapalhar. A Fundação não deve atrapalhar o que ela mesma começou. E é esse o compromisso do Presidente Zanata. Já temos compromissos públicos diferentes do que foi feito no passado. O que va-

mos ter que dobrar? Vamos ter que dobrar pelo fato de que, provada por "a" mais "b" e levada ao Governo uma proposta de reestruturação, a TAP dá 20%, aí um fundo de investimentos pode dar mais... Vamos perguntar à Varig, ao Conselho gestor, como estão negociando isso. Aumenta-se o capital, perto do que o passivo a descoberto se reduz ao mínimo, e nesse passivo a descoberto temos que somar o Executivo ao Legislativo e ao Judiciário e dizer que o encontro de contas é possível. É claro que o Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa vai dizer que a GU disse que não é possível, e o Senador Pedro Simon, para terminar uma reunião que tivemos no Ministério da Defesa, disse: "Só quero dizer uma coisa, Zé. Se o Governo quiser, ele faz. Ele providencia um instrumento legal para fazer."

O Executivo tem os seus instrumentos legais, que são decretos, medidas provisórias... E o Legislativo tem outros, podendo aprovar uma agência nacional sujeita à reestruturação de um setor por tais e tais instrumentos.

Portanto, não posso lhe dizer que eu esteja otimista nem bipolar, só penso que estamos voando cada vez menos, decolando menos, aterrissando menos e isso urge. Senador, eu o convido para amanhã estarmos juntos, em seu gabinete, para fazermos um todo parlamentar. Vamos chamar quem estiver interessado para conversar com o novo Conselho gestor. Será a primeira conversa que pode desembocar numa audiência pública de decisão e devemos levar isso adiante.

Tenho falado com todas as pessoas que estou tomando o caso Varig como uma causa. Quem vê um desastre prestes a ocorrer e pode evitá-lo tem a responsabilidade pública de tentar. Isso eu tenho; não como pessoa, mas o grupo parlamentar, praticamente, tem a unanimidade da energia das pessoas que têm despendido tempo nisso: Comissão de Desenvolvimento, Comissão de Relações Exteriores, a sociedade...

De novo me entusiasmei porque a pergunta dele me permitiu dizer que não estou nem bipolar e nem nada, mas há uma esperança se nós trabalharmos. O Congresso está sendo respeitado, apesar do descrédito inicial neste caso, e pode vir a ser muito mais respeitado se funcionar como interlocutor e parte dos três Poderes, para trazer para a Varig uma solução de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL- PI) – Queria fazer apenas um comentário, Senador César Borges. Penso que o Senador Pedro Simon equivoca-se quando diz que a querida, a protegida do Governo, é a TAM. Penso até que pode ser simpatizante, mas, no meu modo de ver, a querida do Governo é a Transbrasil. Se não, vejamos: a Transbrasil está com as suas atividades encerradas, suspensas, e não foi decretada a sua falência. Os hangares estão aí, no Rio, em São Paulo, em Brasília... Não conheço nenhum processo tramitando na Justiça, ninguém sabe o que acontece com relação à Transbrasil. Tentou-se um plano aqui de recuperação das companhias aéreas e chegou-se a um determinado avanço. Penso, Senador Paulo Paim, que se a TAM pensa isso ela está sendo traída. Na hora que se viu que o plano não atingia a Transbrasil, plano como sempre coordenado pela Casa Civil, nunca mais se falou nesse plano.

De forma que penso que pode até ser que o Governo pratique bigamia, mas, no meu modo de ver, a grande proteção que tem dado até agora é à Transbrasil, haja vista aquela famosa CPI Mista do Banestado. Quando se atingiram as remessas decorrentes de participantes da Transbrasil, o Governo obstruiu a CPI e nunca mais conseguimos votar nada, de modo que penso que a proteção maior que o Governo dá é exatamente à Transbrasil.

Os senhores imaginem que a Vasp, com todos os seus defeitos, penso que com mais defeitos do que erros, ainda funcionava e empregava pessoas e lhe foram dados prazos cruéis. A Transbrasil não está tendo esse tratamento até hoje. A sociedade brasileira poderia pelo menos ter conhecimento de quantos processos existem, do que está acontecendo e por que os hangares não foram tomados de volta. Se você passar em Brasília verá uma cena triste. O *(inaudível)* está fazendo a ocupação dos hangares, de forma que penso que realmente essas questões precisam ser discutidas, e esta Comissão tem a obrigação e o dever de fazer isso, e irá fazê-lo, porque temos esse compromisso. Penso que a importância desta Comissão, nesse momento grave e delicado por que a aviação comercial brasileira está passando, é fazer um acompanhamento desses fatos.

A boa vontade do Ministro José Alencar ajuda muito, mas penso que o fato de hoje já termos tido essa abertura, com a presença do Presidente do Conselho e de representante dos funcionários, foi um grande passo. Até gostaria de saber se o Senador Paulo Paim poderia nos ajudar. Já há a convocação do Ministro José Dirceu para falar sobre a privatização da Infraero, que não é o assunto de hoje. A convocação é específica, mas desde que, com sua interferência, ele concorde em falar também sobre esse projeto de difusão, sobre essa participação dele no setor aéreo, que é tão importante para a vida brasileira. Seria de fundamental importância se ele pudesse permitir que na convocação fosse adicionado esse tema. Por que essa fusão não deu certo e, já que não deu certo, quais as perspectivas? Ontem fiquei impressionado

com a capacidade do Ministro de absorver esses problemas do País colocando grupos de trabalho do seu gabinete. Esse seria mais um tema, evidentemente se S. Exª concordar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, entendo a sua provocação positiva e propositiva, como foi também a do Senador Simon. Aceito o desafio, porque entendo muito mais, devido ao tempo em que fui sindicalista, e como negociador, se entrarmos numa linha de confronto com o Governo, não seria interessante. Nesse assunto Varig, prefiro muito mais trabalhar como bombeiro, e que não passe a impressão de que nós aqui estamos entendendo que vamos fazer o Governo recuar. O Governo vai ter que investir.

Sei que essa não é a posição de ninguém aqui, claro que o discurso é forte, é firme e faz parte do debate. Quanto a isso, também não tenho nenhum questionamento, mas penso que deveríamos aqui, por tudo o que foi colocado e pela sensibilidade do Senador César Borges – que provocou esse debate de forma positiva –, tentar trazer o Governo para ser nosso aliado.

Penso que o Vice-presidente, José Alencar, está cumprindo esse papel. Estive com a Deputada Yeda na casa dele, num café da manhã, e vi o esforço que está fazendo. Comprometo-me a dialogar, dentro do possível, e alguns dizem que estou mais para rebelde que para outra coisa, dentro das instâncias do Governo. Lembrou aquela velha frase: "Há que ser duro, sim, mas não percamos a ternura", no processo de diálogo, de negociação, para trazermos o Governo nessa empreitada grandiosa.

Quero aqui render minhas homenagens à Deputada Yeda, porque S. Exª tem agido dessa forma. Tenho entendido a sua posição, firme, cobrando, mas sempre abrindo portas para o diálogo no Governo, o que é muito importante. Por isso é que entendo também a posição do nosso Presidente da Comissão e vamos tentar mediar, dentro do possível, para que o Governo possa intervir.

V. Exª sabe da minha posição, penso que o Governo tem que intervir no processo, dialogando, contribuindo. Sou a favor de um encontro de contas. Penso que um encontro de contas deve acontecer. Se há uma dívida, vamos ver como construímos isso para resolver a questão da Varig.

Todos sabem, já dei depoimentos aqui, e o Senador ali fora até brincou comigo, dizendo que pensava que eu não viajava pelo mundo, mas eu viajo. Nas vezes em que viajei, a minha alegria era quando entrava num avião da Varig. Sentia-me no Brasil, eu estava em casa. Eu dava um depoimento outro dia, e ele vai dizer para que eu não o repita de novo, porque vou citar as viagens do Japão também e quando estive na África, no momento mais difícil do *Apartheid*.

Aceito o desafio e vamos tentar colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Queria apenas, para ficar bem claro, e longe de mim a sugestão de convite ao Ministro José Dirceu, trazer alguma alteração ou alguma provocação. Pelo contrário, é pela capacidade, pela liderança e pelo poder que ele tem no Governo. E para mostrar que diferentemente dessa imagem que foi passada aqui de que ele protege "a" ou "b", ele está a serviço do Estado, a serviço da aviação brasileira. Penso que essas coisas seriam bem mais claras se o Ministro tivesse oportunidade, até porque tem sobre seus ombros, por delegação do Presidente da República, responsabilidades que, embora não sejam da sua área, terminam descarregando no seu gabinete.

Esses fatos seriam esclarecidos, evidentemente se houvesse a concordância, porque o tema da sua convocação, feita pelo Senador Almeida Lima, é específico, é produto de um grupo de trabalho coordenado pelo gabinete dele, que é exatamente aquela transformação da Infraero em empresa privada, de forma que, em maio, *(inaudível.)* Fiz essa proposta porque V. Exª é um homem que chegou aonde chegou por provocação. Tudo que V. Exª conquistou foi provocando e desafiando a Lei da Gravidade, em alguns casos. A única provocação em que V. Exª não foi entendido, infelizmente, a culpa não é nossa, foi naquela conquista que seria sua e do Brasil todo, com relação ao salário mínimo. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Por isso, como sei que V. Exª sabe provocar e o faz com persistência, fiz essa proposta positiva.

Vamos encerrar indagando se algum dos senhores ainda deseja fazer alguma consideração. O comandante Márcio Marsillac gostaria de falar.

O SR. MÁRCIO MARSILLAC – Apenas com relação ao encontro de contas porque é um tema muito importante devido ao volume do crédito que a União tem em relação à Varig. Há uma opinião da Advocacia Geral da União de que esse crédito ou esse débito não é transacionável, em virtude da necessidade constitucional ou da obrigação constitucional da GU de recorrer até a última instância.

Concordamos com essa visão de modo genérico e isso é para que o agente público não tenha o poder discricionário de possivelmente beneficiar "a" em detrimento de "b" em questões que ainda não estejam fortemente consolidadas na jurisprudência ou no ordenamento jurídico brasileiro. O que não é o caso da questão do congelamento tarifário. Ele já transitou em julgado no caso da Transbrasil e foi inclusive motivo de

um encontro de contas com a Transbrasil. Se o ordenamento jurídico não permitisse isso, não teria ocorrido com a própria Transbrasil.

Portanto, dentro do nosso ordenamento jurídico, o mesmo ordenamento jurídico que traz a obrigação de recorrer até a última instância, abre uma exceção ou uma possibilidade de um encontro de contas promovido pelo Advogado Geral da União, desde que autorizado em valores superiores a R$50 mil e desde que autorizados pelo Ministro da pasta ou pelo próprio Presidente da República.

Parece-nos que, neste caso, o prejuízo para a União poderia ser ou é muito maior no caso de não se promover o encontro de contas e isso inviabilizar uma reestruturação da empresa e a mesma acabar falindo. Por quê? Porque a União é credora em R$3,2 bilhões e tem um débito junto à empresa da ordem de 2,2 bilhões, sem correção monetária. Essa ação, quando transitada em julgado, já na massa falida, servirá para pagar credores que estarão cobrando a massa falida e que, pela ordem de prioridade, não atingirá o Governo.

Assim, poderíamos colocar que, só no aspecto financeiro, não se falando nos 25 mil empregos, no fundo de pensão, no valor intangível que tem o *Know-how*, no nome Varig, estaríamos falando entre os 3,2 bilhões que o Governo deixaria de receber e a obrigação, no futuro, de pagar 2,2 bilhões, sem correção. Isso somado dá 5,4 bilhões de prejuízo para a União. Portanto, penso que fica evidente e há um consenso de que é benéfico para o Estado, é benéfica para a União a transação neste encontro de contas.

Entendemos a posição do Governo de não querer que o projeto de reestruturação da Varig termine simplesmente com o encontro de contas. Creio que a nova posição da Fundação Rubem Berta, do Conselho de curadores, nessa nova linha de encaminhamento, permite que se entenda que já há convencimento dentro da Fundação Rubem Berta de que, feito o encontro de contas ou compromissado, pré-acordado, que se poderá fazer o encontro de contas no futuro, isso venha a mudar a opinião e a Fundação Rubem Berta se furte de deixar de fazer uma reestruturação mais profunda numa capitalização que leve efetivamente a uma mudança do bloco de controle ou de um novo controlador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa agradece a presença de todos os Srs. Senadores, de todos os que compõem a Mesa e de todos os que assistem, e pede, antecipadamente, não só ao Dr. Zanata, mas ao comandante Marsillac, caso seja possível e outro convite seja feito, que continuemos essa discussão, que nos garantam a possibilidade de retornar a esta Comissão em data que poderia ser marcada posteriormente, desde que haja motivo, evidentemente, porque muito colaborariam para isso.

Quero agradecer, por último, ao Brigadeiro Godinho, pela paciência de nos acompanhar aqui, dando as informações importantes para o setor e na certeza de que o teremos sempre aqui como convidado permanente nas discussões desta Comissão, porque é um tema que abrange a sua área.

Muito obrigado e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h)

Ata da 11ª Reunião (Ordinária) da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura, da Comissão de Serviços e Infra-estrutura, realizada em 31 de maio de 2005, às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Marco Maciel, Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Nezinho Alencar e Luiz Octávio, reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, João Capiberibe, Sibá Machado, Aelton Freitas, Gérson Camata, Alberto Silva, Antônio Leite e Gilberto Mestrinho. Deixa de comparecer por motivo justificado o senhor Senador Sérgio Guerra, que se encontrava em missão do Congresso Nacional no exterior. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". Autor: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela rejeição matéria. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável à aprovação da matéria com 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973,

que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável à aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2005. Não Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia que especifica". Autor: Comissão de Legislação Participativa (SF). Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável à aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta por determinação da Presidência. Na discussão da matéria, faz uso da palavra para tecer comentários e solicitar a Presidência a retirada da matéria de pauta, o senhor Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião ordinária da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de quatro itens. Como os três primeiros são terminativos, e não há no momento quorum para deliberação, tomo a iniciativa de inverter a pauta, iniciando pelo item nº 4.

Item nº 4:

Altera a Lei nº 1.917, de setembro de 1973, que aprova o Plano de Viação, de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional a rodovia que especifica.

Essa matéria tem origem na Comissão de Legislação Participativa, e seu relator é o Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é favorável à aprovação da matéria, com a emenda que apresenta.

O Senador Eduardo Azeredo não se encontra. Gostaria de indagar ao Líder Delcídio se ele se propõe a relatar a matéria.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, até porque essa matéria discutimos bastante, principalmente no que se refere à federalização de algumas rodovias estaduais. Existem outros projetos que estão aqui listados, e a orientação do Ministério dos Transportes é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Então, neste caso, retiraríamos também de pauta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Isso. Acho que seria mais conveniente retirar de pauta, Sr. Presidente. Até para eu conversar com o Senador Eduardo Azeredo. Proponho-me a conversar com S. Exª até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Todos os outros itens dependem de quorum qualificado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria de uma informação de V. Exª sobre a audiência pública que aprovamos aqui há umas três semanas, com a convocação do Ministro José Dirceu e de outras personalidades para falar sobre a questão da privatização da Infraero. Como essa audiência pública deu o que falar, gostaria de saber de V. Exª se o Ministro já marcou, se ele vem ou se ele não vem. O Ministro José Dirceu – apesar de já estarmos completando quase três anos de governo – ainda não compareceu no Congresso, a não ser para entregar aquela mensagem no início do ano, em que ele não tem nem direito a falar. Então, temos de ouvi-lo, principalmente neste momento, em que ele está fazendo esse esforço tão grande para que o Governo volte a ter maioria na Câmara e no Senado.

Acho muito importante a vinda dele e gostaria de ter a informação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – A informação é a seguinte: o Sr. Ministro já foi notificado da convocação, e estamos aguardando uma resposta sua dentro do prazo. A convocação foi feita, inclusive, por intermédio – gentilmente, colaborando com esta Comissão – do Senador Delcídio Amaral, e estamos aguardando, portanto, dentro do prazo, a resposta do Ministro José Dirceu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O prazo é de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Exatamente. Foi no dia 12 de maio, de forma que estamos aguardando regimentalmente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pois não. Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Muito provavelmente o Ministro José Dirceu vai encaminhar, entre hoje e amanhã já, a resposta à convocação, cumprindo regimentalmente aquilo que lhe compete.

Quero agradecer também, Sr. Presidente, pela interação forte que tivemos nesse processo todo, inclusive com relação ao ofício que será encaminhado pelo Ministro-Chefe da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Agradeço a V. Exª a referência. Estamos aguardando o ofício do Sr. Ministro da Casa Civil.

Mais algum Sr. Senador gostaria de fazer algum comentário ou alguma intervenção? (Pausa.)

Lamentavelmente, diante da evidente falta de quorum, daremos por encerrada a presente reunião, mantendo a mesma agenda para a reunião da próxima semana.

(Levanta-se a reunião às 15h27min.)

Ata da 12ª Reunião (Ordinária) da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, realizada em 7 de junho de 2005, às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia sete de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** presentes os Senhores(as) Senadores(as**)** Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, João Capiberibe, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Almeida Lima, Roberto Saturnino e Augusto Botelho, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Rodolpho Tourinho, Sérgio Zambiasi, Gérson Camata, Alberto Silva, Antônio Leite, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, Magno Malta e Mão Santa. Deixa de comparecer por motivo justificado o senhor Senador Gilberto Mestrinho. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". Autor: Senador Ricardo Santos. Parecer: Pela rejeição matéria. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável à aprovação da matéria com 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável à aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Extra-Pauta: Item nº 01 – Requerimento nº 14, de 2005. Autor: Senador Valdir Raupp. Assunto: Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Cláudio Sales, Presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, a comparecer perante esta Comissão de Infra-Estrutura pra prestar informações sobre "Tributação e Encargos do Setor Elétrico". Resultado: Aprovado. Não havendo oradores inscritos na fase de discussão da matéria , passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 02 – Requerimento nº 15, de 2005. Autores: Senador Heráclito Fortes e Senador Luiz Otávio. Assunto: Requeremos nos termos do artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal c/c artigo 50, parágrafo 1º da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os critérios adotado para contemplar cerca de setenta (70) obras do grupo de ações integrantes do "Projeto Piloto", acertado pelo Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores inscritos na fase de discussão da matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – *(Falha na gravação.)*

As Srªs e os Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Antes de entrar na pauta, gostaria de tratar dos seguintes assuntos.

Votação de um requerimento assinado e já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos para realização de uma sessão conjunta.

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, concomitantemente com o art. 50, § 1º, da Constituição Federal, realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos com o Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os critérios adotados para contemplar cerca de 70 obras do grupo de ações integrantes do projeto piloto acertado pelo Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional.

Consultei, inclusive, agora mesmo o Sr. Líder. É oportuno que a Comissão tenha a presença do Ministro do Planejamento para, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, discutir essa matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Valdir Raupp. Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Cláudio Sales, Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica a comparecer, perante a Comissão de Infra-Estrutura, para prestar informações sobre tributação e encargo do setor elétrico. Sala das Comissões, 6/01/2005, Senador Valdir Raupp.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esse convite queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, correspondência enviada pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, nos seguintes termos: convocação de audiência pública dirigida ao Presidente da Comissão.

"Sr. Senador, reporto-me ao Ofício nº 79, de 2005, pela qual V. Exª. encaminha convocação para comparecimento em audiência pública a respeito da transformação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero em sociedade de econômica mista. Cabe-me ressaltar que, sendo a Infraero vinculada ao Ministério da Defesa, a discussão de questões mais diretamente afetas à mesma escapam à esfera desta Casa Civil. Por outro lado, acredito que minha participação na referida audiência pública não trará contribuição significativa para aprofundar a discussão do tema em referência, tendo em vista que o assunto sequer foi cogitado no âmbito do Governo Federal.

Assim, julgo prescindível meu comparecimento à audiência, colocando-me à disposição de V. Exª, caso seja outro o entendimento desta Comissão.

Atenciosamente, José Dirceu de Oliveira e Silva."

O SR. (Orador não identificado) – Permite-me, Senador?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Antes, eu gostaria de ouvir o Autor do Requerimento, Senador Almeida Lima, para se manifestar sobre a matéria.

Em seguida, ouvirei V. Exª, com muito prazer.

Senador Almeida Lima com a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é impertinente o ofício, completamente destoante com o objeto do requerimento de minha autoria e aprovado por esta Casa. Em síntese, de forma bastante objetiva e clara. É preciso que se diga que o requerimento de minha autoria não foi no sentido de pedir informações. Caso tivesse sido um requerimento para pedir informações, estaria – se não no mérito – mas formalmente atendida a solicitação. Mesmo assim, no mérito, não estaria atendida.

No entanto, meu requerimento não foi de informações, meu requerimento – que, a esta altura, é uma decisão da Comissão – foi no sentido de convocar o Ministro. Aprovado. Com relação à expressão usada por S. Exª, o Ministro, que considera prescindível a sua presença, é preciso que se diga que a avaliação não é de S. Exª, o Ministro. A avaliação da imprescindibilidade é da Comissão e essa avaliação já foi feita e devidamente decidida, matéria transitada em julgado. Portanto, indispensável, imprescindível a presença do Ministro. Aliás, Sr. Presidente, em respeito à esta Casa. Como, ao final, ele diz que aguarda uma orientação de V. Exª, eu não citarei um outro adjetivo e me resguardarei apenas a esse, dizendo a V. Exª que, em hipótese nenhuma, isso está atendido. O requerimento foi de convocação. Presente a esta Comissão, atendida a convocação, ele dê as explicações que entender necessárias, mas em pessoa, de viva voz, cara-a-cara e não por meio de ofício, que não retrata o objeto do nosso requerimento. É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Senadora Serys Slhessarenko, por favor me dê este jornal, porque vou tratar desse assunto. Eu o cederei

imediatamente para que a Senadora possa continuar a leitura.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que acaba de acontecer é algo absolutamente esdrúxulo. O Ministro José Dirceu foi convocado para comparecer, o que é uma prerrogativa, uma atribuição de qualquer das Casas do Congresso Nacional. A Comissão pertinente, presidida por V. Exª por meio de um requerimento do Senador Almeida Lima, chama-o, obrigatoriamente, a comparecer à Comissão. E o Sr. Primeiro-Ministro manda um ofício dizendo que considera prescindível o comparecimento dele aqui.

Ora, ele pode mandar na Administração Federal e no Partido dos Trabalhadores, mas no Senado da República ele não manda. Nós temos que nos portar como um Poder absolutamente independente. O Sr. Ministro tem que comparecer, prestar os esclarecimentos, discutir com a Comissão, e é isso que nós queremos, Sr. Presidente.

Aliás, vou fazer um outro requerimento. Como não o trouxe pronto, tomei conhecimento há meia hora, vou deixar para a próxima reunião. É que hoje o jornal **O Estado de S. Paulo** traz mais uma denúncia de corrupção envolvendo, agora, o Sr. Ministro Gushiken. Segundo o jornal, foram criadas empresas de papel, transportadoras de gás natural de papel, ou seja, criadas apenas para gerar emprego para os petistas desocupados. E o jornal faz até uma alusão a que foi criada uma dessas transportadoras de papel, a Transportadora Meio Norte, e que foi nomeado Emerson Menin fundador da fraternidade Mundo Novo, uma irmandade espiritual a qual pertence o Secretário de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência, o Sr. Luís Gushiken, e que o salário dele é de R$13 mil para não fazer absolutamente nada, a não ser ser amigo do Sr. Gushiken.

Então, além do Ministro José Dirceu, na próxima semana, Sr. Presidente, vou trazer também um outro requerimento para que possa ser convocado o Sr. Gushiken para explicar as razões pelas quais vem nomeando apaniguados seus para essas transportadoras de papel criadas dentro da Petrobras, apenas para empregar companheiros atualmente desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, na verdade, quero saber uma informação.

Sempre ouve uma praxe das Comissões de dar um caráter convidativo e não convocatório às autoridades. Eu queria só perguntar se nesse requerimento para ouvir o Ministro Chefe da Casa Civil foi feita uma convocação ou um convite da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O termo usado pelo autor, Senador Almeida Lima, e aprovado nesta Comissão é convocação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Caberia ao próprio autor, se assim concordasse, substituir a palavra "convocação" por "convite". Essa seria uma manifestação do autor.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação aos Senadores e às Senadoras presentes nesta reunião.

Conversei bastante com o Ministro José Dirceu sobre essa questão e creio que vale a pena ressaltar alguns pontos, primeiramente no que se refere à Infraero.

A Infraero não é subordinada ao Ministro José Dirceu, mas, sim, ao Ministério da Defesa. Portanto, talvez fosse necessário um debate mais eficiente, com mais informações, até por se tratar de um tema importante para a economia do País. Sei do rigor com que o Senador Almeida Lima conduz todas as questões nacionais no Senado, não só nas Comissões Temáticas, mas também no plenário.

Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que é tão importante para o País e para o Senado, eu gostaria de ponderar com os demais Senadores e com as Senadoras sobre algumas idéias que ao longo desse tempo tivemos oportunidade de conversar, inclusive com V. Exª.

Primeiramente, poderíamos realizar um debate sobre a Infraero, fazendo um convite ao Ministro José Alencar ou ao Presidente da Infraero, e, entre outros assuntos, discutir a abertura de capital.

Conversei também com o Ministro José Dirceu, que não sentiria dificuldade alguma em comparecer a um grande debate nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Já que os Senadores dão essa oportunidade a alguém do Governo, especialmente ao Ministro-Chefe da Casa Civil, poderíamos contar com a presença do Ministro José Dirceu, não com sua convocação, como o Senador Valdir Raupp disse muito bem aqui, mas com um convite. Dessa forma, mataríamos dois coelhos com uma cajadada só. Faríamos um convite ao Vice-Presidente e Ministro José Alencar e eventualmente ao Presidente da Infraero para falarem, até com uma pauta mais ampla, sobre a Infraero. Ao mesmo tempo, faríamos um convite ao Ministro José Dirceu para conversarmos sobre infra-estrutura, até porque S. Exª é o gerente dessa área de infra-estrutura, pois procura compatibilizar todas as ações nesse

setor. Seria uma decisão mais sensata. Aproveitaríamos bastante a presença dos dois Ministros e do Presidente da Infraero. Não tenho dúvida alguma de que o Senado Federal cumpriria um papel fundamental ao discutir dois assuntos importantíssimos para a nossa economia e para o desenvolvimento do País.

Era essa a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Exª. Precisamos encaminhar uma solução que corresponda às práticas adotadas no Senado Federal e aproveitar a oportunidade para debatermos temas tão importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Retorno a palavra, a pedido, ao autor do requerimento, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para mim é estranhável a posição adotada pelo nobre Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores. S. Exª usa a expressão "poderíamos encaminhar a solução do problema..." Qual é o problema? Nós não temos problema algum. Não há problema.

No dia 1º de maio...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Almeida Lima, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Concederei um aparte a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nós não vemos problema algum, Sr. Presidente. Não é essa a questão. Trata-se de melhorar mais os debates e aproveitar essa oportunidade que o próprio Senador Almeida Lima nos propiciou.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Causa-me estranheza que ele tenha dito que buscaria outra forma para o encaminhamento da solução desse problema, porque não há problema nenhum. Veja como a coisa é simples, simplória. Nada de mais!

No dia 1º de maio – tenho a matéria comigo –, no painel Folha: Plano de Vôo I. Está dito expressamente: "Está na Casa Civil [cujo Ministro é José Dirceu] um anteprojeto, com a chancela da Defesa [que é o Ministério da Defesa] e da Fazenda [Ministério da Fazenda], que transforma a Infraero, hoje pública, em empresa de economia mista. A proposta é alienar 49,9% do capital social à iniciativa privada". E se seguem outros itens que tratam da questão.

O que estamos querendo não diz respeito a Waldomiro, nem a loterias, nem ao dilúvio, perdão, a Delúbio, mas a uma matéria administrativa de Governo. O Palácio do Planalto e a Casa Civil, tão pertinho do Senado Federal! É só atravessar a avenida.

A expressão que usei é a que a Constituição me autoriza: convocação. Vim, para exercer o mandato e entendo que V. Exªs, também. Pensar que é coisa do outro mundo o exercício regimental de um direito constitucional? Tenha paciência!

O nobre Senador Delcídio Amaral diz expressamente que conversou bastante com o Ministro José Dirceu. Que bom! Gostaria que esse privilégio não fosse só de V. Exª, Senador, mas que se estendesse a toda a Comissão; que tivéssemos também o privilégio de conversar com o Ministro José Dirceu não diria bastante, como V. Exª acentuou, até porque não pretendo matar nenhum coelho. V. Exª já falou em dois. Não pretendo matar nenhum. Apenas o Ministro comparece, conforme convocação, como a Constituição determina, até porque, quando se assume o cargo de Ministro, sabe-se dos direitos, das responsabilidades e das obrigações. E entre as obrigações constitucionais está a de comparecer ao Parlamento, assim que convocado. Ou será que S. Exª não sabe dessa norma constitucional?!

Portanto, Sr. Presidente, sem maiores, nem menores delongas, convém mandar a comunicação a S. Exª – em atenção a S. Exª –, embora, para mim, a essa altura, S. Exª já descumpre o texto, porque o que devera ter feito era entrar em contato com a Mesa, com a Secretaria da Comissão, para agendar a data de comparecimento. S. Exª aguarda o último dia de prazo, embora o ofício – do qual tenho cópia, pois eu a fiz chegar às minhas mãos – date o ofício de 15 dias atrás. E S. Exª manda exatamente na última terça-feira ou quarta-feira, quer dizer, fica protelando a visita. Não deseja vir a esta Comissão, apesar de não haver problema nenhum! Como disse, não se trata de Delúbio, de Silvinho, de loteria, de Waldomiro, de nada disso. É uma questão administrativa.

Então, Sr. Presidente, penso até que já argumentei demais para tão pouco. Como dizem no meu Estado, Sergipe, é muita manteiga para um pão de dois tostões. É desnecessária tanta argumentação, até porque se trata de uma matéria transitada em julgado! Acabou-se! Falta cumprir a decisão.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade e, em primeiro lugar, enfatizar que procurei fazer um trabalho bastante detalhado para essa questão da abertura de capital da Infraero. Definitivamente, esse assunto não passou pela Casa Civil. Fizemos, inclusive, um documento e procuramos nos arquivos, nos registros, ofícios...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Senador Delcídio, permite-me um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Bastaria o Ministro comparecer à Comissão, atendendo à convocação, e dizer: olha, quanto esse projeto, a imprensa publicou isso, mas, de fato, não passou pela minha pasta. Pronto. Acabou-se.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A minha sugestão, Senador Heráclito, é que aproveitemos a oportunidade para discutir e fazer um debate sobre a infra-estrutura, visto que se trata de uma área de coordenação, e isso compete ao Ministro José Dirceu; no caso da Infraero, como é área-fim, debateríamos e discutiríamos o tema.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Senador Delcídio, permite-me novamente um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não há nenhuma preocupação, não há nenhum temor com relação a isso. Quero fazer uma proposta sensata para a Comissão. V. Exª, um homem sensato que entende muito bem essas práticas legislativas...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Permite-me novamente um aparte, Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Penso que devemos acolher parte da sugestão do Senador Delcídio, o que representaria o todo, qual seja, S. Exª sugere um grande debate. Um requerimento já foi apresentado e aprovado. S. Exª, o Senador Delcídio, apresenta o outro convocando quem S. Exª entende de direito, e poderemos marcar, com a aquiescência da Mesa, numa única reunião, todos para o grande debate: o já convocado e os que poderão ser convocados em decorrência da sugestão do Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Vamos ver se a Mesa e o Plenário entenderam exatamente a proposta: o Senador Delcídio sugere que o Ministro venha a esta Comissão para discutir infra-estrutura como um todo, inclusive Infraero.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, e como ele está muito mais focado em infra-estrutura, energia, rodovia, ferrovia, a Infraero não passa pela Casa Civil, ela está absolutamente ligada ao Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, Senador José Alencar.

Faço a seguinte ponderação: poderíamos fazer uma audiência só para tratar de infra-estrutura – esta é uma Comissão de Infra-Estrutura – e uma audiência para falar de Infraero porque é um tema muito importante, mas na forma de convite, de uma forma absolutamente tranqüila, serena, como tudo que é feito aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, essa proposição – confesso –, na nossa Bancada, foi recebida com surpresa. Não imaginávamos que o fato estava preocupando os Senadores desta Comissão. Como nosso Líder já falou, se se trata da vinda do Ministro José Dirceu a esta Casa, não vejo problema. Não vejo problema na vinda de S. Exª ou de qualquer outro ministro a esta Comissão.

Dessa forma, no meu entendimento devemos proceder da seguinte forma: se for por uma questão de investigação de algum fato que possa ter suscitado dúvidas, a Comissão indicada não é esta, mas, sim, a Comissão de Fiscalização e Controle. Sobre dúvida na Infraero...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – V. Exª está totalmente enganado. Se V. Exª for examinar o Regimento desta Comissão, verá que as questões de infra-estrutura são exatamente de responsabilidade, acompanhamento e fiscalização desta Comissão.

Então, a questão não é esta. Inclusive, a Comissão de Fiscalização financeira poderá fazer a investigação da Infraero sob outro aspecto, mas a questão da infra-estrutura brasileira – terra, mar e ar – é da competência desta Comissão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sob qualquer hipótese. Então, corrijo aqui a visão regimental retirando a dúvida regimental. Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

Voltando ao ponto que estamos aqui a avaliar, creio que a vinda do Ministro para tratar do assunto neste foco que o Senador Delcídio Amaral, nosso Líder, está sugerindo, é um fato. Sobre as dúvidas que regem a Infraero, deveria vir uma pessoa da área para tratar desse assunto, sobre essas dúvidas, porque, depois, fica uma contra-proposição regimental. O Ministro pode até dizer: sobre esse assunto não respondo, não tenho o que contribuir sobre isso, não posso ajudar em nada.

Portanto, vejo que poderíamos re-encaminhar o requerimento ao Ministro José Dirceu com um convite para vir fazer uma audiência pública sobre a infra-estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu queria lembrar a V. Exª que audiência pública é convocação, para se ter cuidado com o que está tentando modificar. Convite é uma coisa, audiência pública é uma convocação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, mas é um expediente. Só quero lembrar ao Presiden-

te que todas as vezes que temos tratado aqui de uma audiência, temos reiterado esta palavra "convidar".

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não, não. O problema é que, quando não se trata de Ministro de Estado, a Comissão não tem poder de convocar, e, sim, de convidar. Agora, a participação de Ministro em audiência pública é convocação com data marcada. Era isso que eu queria dizer a V. Exª. Agora, é um avanço a sugestão do Senador Delcídio e, pelo que vi, o Senador Almeida Lima não se opõe. Porque o Ministro virá aqui e, em dois ou cinco minutos, esclarecerá a questão da Infraero, se for o caso, e se discutiria, então, de maneira mais ampla, a questão da infra-estrutura. A surpresa é, exatamente, que outros grupos de trabalho estão na Casa Civil, coisa que não era do meu conhecimento. No que diz respeito à ferrovia, como V. Exª citou, energia...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, Sr. Presidente. Todas as ações, essas ações todas do Ministério, aquilo que se está planejando a curto, médio e longo prazo, exige naturalmente a coordenação de alguma área do Governo. Então, essas áreas de infra-estrutura normalmente são áreas em que o Ministro José Dirceu tem sido fundamental e tem participado ativamente na definição desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Indago ao Senador Almeida Lima se ele concorda, porque a posição desta Presidência é a seguinte: temos um...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Já darei a palavra a V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só queria depois concluir.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Eu ia inclusive pedir a palavra pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Na realidade, a palavra ainda está com o Senador Sibá. Era só para saber se haveria uma concordância, e V. Exª em seguida nos responderá, em ampliar esse seu pedido para uma presença mais ampla do Sr. Ministro, tratando não só de Infraero como também dessas outras questões. Entendo que a ampliação seria até enriquecedor não só para a Comissão, mas também para todo o País, porque o Ministro tem a capacidade de ter sob a sua órbita, sob o seu Gabinete, assunto de tanta importância para o País.

V. Exª continua.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só para lembrar ainda, Sr. Presidente, que estamos inaugurando, este ano, o projeto piloto desse acordo com o FMI de desoneração de uma parte dos recursos de infra-estrutura, ou seja, desonerar de meta de superávit.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Que é de responsabilidade também do Ministro José Dirceu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, quero dizer que isso é complementar, é informação complementar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não, eu gostaria de saber se o Ministro José Dirceu coordenou também o projeto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, certamente. Estou colocando um elemento a mais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, permita-me. Essa questão foi muito bem colocada por um requerimento de V. Exª, apresentado hoje, logo no início da reunião. Quem faz esse trabalho junto ao Ministério da Fazenda é o Ministério do Planejamento, que faz a interface toda com os demais Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois é, evidente. Mas, a partir do momento em que o Senador Sibá diz que o Ministro do Planejamento é o homem da execução do FMI, eu queria pedir permissão à Comissão que estendesse também ao Ministro José Dirceu. Acredito que, pela lógica, seria o Ministro do Planejamento, e o ofício conjunto foi feito. Mas um companheiro seu do Governo e que tem se destacado nos últimos dias pela lealdade, pela combatividade com que tem defendido o Governo, começo a ter essa informação como positiva, depende da *(inaudível.*) Como V. Exª é o Líder do partido, eu...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria só de ponderar mais uma vez. Se está havendo esse compromisso de fazermos um grande debate na Comissão de Infra-Estrutura, quero ponderar com os Senadores. Estou assumindo, como Líder dos partidos da base, esse compromisso, para o Ministro José Dirceu fazer uma exposição sobre infra-estrutura e promovermos um grande debate, com convite, tranqüilamente. Isso é sensato. Isso é lógico. Se existe esse compromisso por que não fazê-lo?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) **–** Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) **–** Senador, vamos ouvir logo o Senador José Jorge, porque S. Exª pode ter alguma sugestão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) **–** Pode ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – V. Exª tem se destacado aqui por dar as fórmulas que resolvem crises, então gostaria de ouvi-lo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – É um homem sensato.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – É um matemático e um lógico acima de tudo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, tenho sempre visto pela imprensa que o Ministro José Dirceu é uma espécie de primeiro-ministro, inclusive de vez em quando há um Senador da base que se confunde e o chama de Primeiro Ministro José Dirceu. Mas na realidade S. Exª coordena, se não me engano, 54 grupos de trabalho nas diversas áreas.

Então sugeriria também que fossem incluídos na possível vinda do Ministro José Dirceu todos os grupos de trabalho que S. Exª coordena na área de infra-estrutura. Quer dizer, S. Exª falaria não só em infra-estrutura em geral, mas sobre a situação desses grupos de trabalho, porque da área de infra-estrutura, particularmente, não tenho informações atualizadas, mas, por exemplo, na área de educação, sei que normalmente um ministro da educação manda os projetos para lá e eles são engavetados na Casa Civil.

Este Governo, com dois anos e meio já completados, até agora não mandou para o Congresso Nacional nenhum projeto na área de educação, porque ou eles não são elaborados no MEC ou ficam paralisados na Casa Civil.

Então, na área de infra-estrutura, era necessário que o Líder Delcídio também incluísse no requerimento esses grupos de trabalho que o Ministro coordena, se não me engano são 54, para que pudéssemos aprender com S. Exª sobre todos esses assuntos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, mas não precisam ser os 54, não estou falando de todos, dos 54, porque aí uma audiência só não seria possível; aqueles que são da área de infra-estrutura, somente estes, devem ser uns 15 ou 16. Então S. Exª falaria aqui sobre esse infra-estrutura e sobre esses grupos de trabalho que coordena.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Quinze, 16 ou 32.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Senador Almeida Lima, com a palavra V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, tinha pedido a palavra pela ordem para fazer um esclarecimento. Imaginava que o PT não fosse me surpreender com mais nada, mas me surpreendeu novamente há poucos instantes,

Vejamos. Há uma discussão no Congresso, em toda a sociedade, fruto inclusive de uma questão de ordem levantada na sessão do Congresso, sendo apreciada pela Comisão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, acerca da constitucionalidade ou não do requerimento de instalação da CPI dos Correios. Que tem haver uma coisa com a outra? Muito.

A alegação ali é no sentido de que o requerimento não trata de fato concreto, específico e é bastante amplo. E o PT não gostou porque é amplo. Aqui faço um requerimento específico, bem restrito, diz respeito tão-somente a uma explicação do Ministro acerca da tramitação em sua pasta, Casa Civil, de um anteprojeto oriundo da Defesa e da Fazenda, objetivando a alteração da natureza jurídica da Infraero. Querem agora que seja genérico! Agora é o contrário!

Sr. Presidente, esse requerimento aprovado não é passível de mudança. Com muita calma e tranqüilidade, desejo dizer que, em alguns momentos, a exemplo deste, assumo comportamentos ou comportamento radical e intransigente. Sou, neste instante, nesta matéria, intransigente. Esse é o rótulo que podem colocar, por uma razão simples, não mais pelo objeto do requerimento, mas por uma questão de pirraça do Governo em achar que um Senador, fazendo uso de uma prerrogativa constitucional, não pode ser atendido. A maior autoridade da República, José Dirceu, não pode vir convocado ao Senado!

Sr. Presidente, se depender de uma palavra minha, como autor – assim entendo – não mudarei uma única vírgula. O todo-poderoso da República foi convocado por esta Comissão. O todo-poderoso da República deve vir à Comissão. Quem sabe até para dizer apenas aquilo que disse no ofício, tão-somente. É ser radical? Sim. É ser intransigente? Sim. Assumo exatamente essa condição, porque, do contrário, estou desmoralizando a mim, a esta Comissão, ao Senado, ao Parlamento brasileiro. Em hipótese alguma, dependendo da minha palavra – e entendo que depende –, em hipótese alguma, pode haver um dilúvio ou um "delúbio", pode cair a chuva mais torrencial, mudarei uma única vírgula.

Penso que o Executivo deste País, de uma vez por todas, precisa aprender que o Parlamento, o Legislativo é um Poder. Os Senadores que desejarem se despojar, renunciar às suas prerrogativas, podem fazer um ofício à Mesa e passar o mandato para o suplente. Não vou me despir das prerrogativas que tenho. Aliás, em última instância, as prerrogativas não são minhas, não são para o meu deleite pessoal; as prerrogativas são daqueles que represento nesta Casa. Elas não

são para mim. Elas me dão condição de representar aqueles que represento bem e de forma tranqüila.

Portanto, Sr. Presidente, em hipótese alguma. Agora, como o coração do Governo é amplo, é grande, vê as coisas com grandiosidade – quero aplaudir –, quer-se estabelecer uma grande discussão, ótimo. O Ministro vem, convocado que foi, responde sucintamente a essa questão, responde às perguntas sobre essa questão, e os Senadores convocam ou convidam, de acordo com a prerrogativa que deseja utilizar, sobre assuntos de defesa, de infra-estrutura, etc. Se é desejo falar sobre a Infraero, sobre toda a infra-estrutura do País, que se faça, com o meu aplauso, porque esta Comissão é para estudar, para debater, para discutir.

Nada impede que se requeira a presença dos demais. Agora, não dá, a esta altura, para desnaturar um requerimento que fiz e que foi aprovado por esta Casa.

Essa, Sr. Presidente, é a palavra final. Não tenho por que estar falando mais aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Tem razão o Senador Almeida Lima, e o seu requerimento está aprovado. A nossa obrigação é fazer a convocação. Por outro lado, vem sugerindo o Senador Delcídio Amaral que pode comparecer aqui o "Primeiro Ministro" José Dirceu para fazer uma exposição, inclusive mais ampla do que foi requerido.

Eu sugeriria, se houvesse aquiescência do Senador Almeida e se houvesse o compromisso do Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, de trazer mesmo o "Primeiro-Ministro" José Dirceu. Então, nós, com a aquiescência do Senador Almeida Lima, sobrestaríamos o requerimento, ou seja, deixaríamos para cumpri-lo *a posteriori*, caso não compareça o Ministro José Dirceu. Assim, não estaríamos revogando o requerimento feito pelo Senador Almeida Lima, mas apenas protelando o seu cumprimento, ao mesmo tempo em que viria, por compromisso do nosso Líder do PT, o Sr. José Dirceu para falar sobre esses e outros assuntos. Como bem lembrou o Senador José Jorge, ele coordena 54 grupos. Então, além da Infraero, ele pode falar sobre educação, cultura, capoeira, o que for necessário.

Se o Senador Almeida Lima concordar – somente nessa hipótese -, nós não aprovaríamos o requerimento do Senador Delcídio Amaral, com o intuito de sucumbir o requerimento do Senador Almeida Lima, e apenas adiaríamos o seu cumprimento para que o Ministro pudesse vir falar sobre esses e outros assuntos. Entretanto, digo e repito: somente se houver a aquiescência do Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Em primeiro lugar, evidentemente, essa é uma decisão que depende do Senador Almeida Lima. Seria um gesto cortês aceitar que o requerimento de S. Exª, de convocação, fosse sobrestado até que essa outra vinda, por meio de uma audiência pública, que também é uma convocação, fosse feita em primeiro lugar.

Entretanto, pelo que eu entendi – quero até que o Senador Delcídio Amaral esclarecesse melhor –, na sua proposta, a sua intenção não é a de modificar o requerimento do Senador, mas, sim, de acrescer. Além da questão da Infraero, que, segundo ele mesmo disse, seria respondida em minutos, o Ministro participaria aqui de um grande debate, em que se discutiria a infra-estrutura como um todo. Foi isso o que eu entendi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Almeida, se for assim, V. Exª não estará tirando uma vírgula, mas estarão acrescendo parágrafos ao requerimento de V. Exª, se o objetivo é esse. Evidentemente, sobre a carona na convocação, somente V. Exª tem a prerrogativa de permitir a modificação ou não.

Foi exatamente isso, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria somente fazer uma sugestão.

Essa proposta, evidentemente com a aquiescência do Senador Almeida Lima, apresentada pelo Senador Demóstenes Torres, tem muita lógica. Ficaria a convocação sobrestada em função de um requerimento... Não precisaríamos nem fazer uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Na realidade, ela não ficaria sobrestada, pois ela está aprovada. Não tem a data marcada.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Isso mesmo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso. Sobresta-se a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não há data marcada. Com a devida concordância do Senador, não se chamaria o Ministro aqui antes, mas somente após essa oitiva promovida por V. Exª, com a participação do Senador...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, quando seria essa primeira? Já está marcada?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não. É preciso, primeiro, que haja concordância do Senador Almeida Lima. Posteriormente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu faria um apelo ao Senador Almeida Lima, porque, nessa hipó-

tese, o requerimento dele fica preservado, desde que essa primeira seja marcada. Também, se a dele ficar para depois, se a primeira for marcada para outubro, a dele vai ficar para novembro, dezembro. Então, na realidade, é preciso que a primeira fosse marcada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Senador Delcídio Amaral, teria um prazo? Temos de lembrar que temos agora o recesso de julho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Uns cinco dias. Prazo regimental.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas, aí...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – O prazo regimental são trinta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não. Já estourou...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Não, o dele, sim. Essa questão, não. O prazo, com relação à convocação do Senador Almeida Lima, foi cumprido. O Ministro respondeu no prazo – evidentemente, respondeu ao fim do prazo, mas dentro do prazo.

Senador Almeida Lima, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, ouvi o nobre Senador Demóstenes Torres usar uma expressão com que fico assim incomodado – até por conta da minha prática como advogado militante, o que sempre fui – por S. Exª utilizar a expressão. Como jurista e integrante do honroso Ministério Público de Goiás, S. Exª proferiu essa expressão para protelar o requerimento. Protelar é sinônimo de engavetar. Para mim, não funciona, não faz parte da minha prática, sem qualquer demérito ao Senador. Não espero que Mesa protele, que a Mesa engavete coisa nenhuma. Para agir assim, o ilustre Senador disse que seria um gesto de cortesia. Um gesto de cortesia meu para com José Dirceu? Ele está sendo descortês comigo e para com esta Casa. Cortesia para quem não quer vir ao Congresso Nacional? Para o Ministro José Dirceu esta Casa é de segunda, de terceira categoria. É uma falta de respeito, Sr. Presidente! Quanto mais mexermos nisso mais aumentará a minha irresignação. Cortesia para um Ministro descortês? Para um Ministro que não qualifica o Congresso, o Senado, com sua tentativa de não comparecer a esta Casa? Deveria ser um orgulho para S. Exª. S. Exª nos desqualifica, nos desconsidera. Se for uma decisão, se comportar a decisão da Maioria, da Mesa...

Agora, em relação ao que defendi, não há apelo, Sr. Presidente. Não vou macular, diminuir, apequenar o exercício do meu mandato em hipótese nenhuma. Não há José Dirceu nesta República que me faça diminuir o meu mandato. Isso é apequenar o meu mandato. Deixar de exercer uma norma constitucional para atender o arbitrário, prepotente, arrogante Ministro? S. Exª não respeita sequer o Senado e não quer aqui comparecer. Em seu lugar – até porque assim já o fiz quando estava no Poder Executivo –, diante de um requerimento, antes mesmo de receber a comunicação pela assessoria da Casa, já mandava uma resposta. Assim o fiz várias vezes: "Sr. Presidente, tomando conhecimento da deliberação honrosa desse plenário que dá conta de que devo comparecer ou prestar informação...", antes mesmo de receber a solicitação eu já estava encaminhando. É assim que se faz. Isso faz quem respeita a República. No entanto, o Ministro José Dirceu não respeita a República. Isso aqui não é República para S. Exª, não é coisa pública, não é coisa do povo. Ele trata esta Casa como se fosse um bem privado, dele.

Aliás, tenho ouvido esta semana inúmeros próceres do Governo confundirem Governo com Estado. Dizem: "Porque a Polícia Federal do Governo Lula... Que Polícia Federal do Governo Lula? A Polícia Federal é uma instituição do Estado e não do Governo. Este Governo é passageiro! Aliás, que passe rápido. É uma arrogância, uma prepotência!

Sr. Presidente, se a norma constitucional que fala em convocar não presta, não serve, ela presta um desserviço à República! Que se apresente uma PEC dizendo que ministro não pode ser convocado, que tem que ser convidado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador, gostaria de prestar um esclarecimento.

O objetivo é único. O Senador Almeida Lima fez um requerimento para a convocação do Ministro José Dirceu. É constitucional. Foi aprovado para falar sobre a Infraero.

O Senador Delcídio propõe que ele seja convidado para falar sobre diversos temas. O Senador José Jorge lembrou que ele coordena 54 temas. Eu, particularmente, preferiria interrogar o Ministro José Dirceu sobre todos esses temas, ou alguns deles, mas está óbvio que o Senador Almeida Lima não concorda, pois ele quer a convocação do Ministro para falar sobre...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Eu concordo, contanto que não se mexa neste requerimento, até porque não é possível, porque já foi transitado em julgado.

Qual é a forma regimental? Se me permitirem o encaminhamento, eu oferecerei da seguinte maneira: formulem uma convocação ou um convite a ele, ex-

tensivo a quem mais desejar, e a Mesa marcará uma data para ele atender à convocação. Nessa data ele vai atender ao convite e, ao invés de falar sobre o singular, falará sobre o plural. Não estou preocupado se ele virá aqui falar sobre tudo, não há nenhum problema. Agora, eu não poderia ser criticado por ser omisso ou por ter feito requerimento genérico, como o Governo criticou aqueles que fizeram, a nós que fizemos o requerimento da CPI: "Não, o pedido é genérico, não é específico..."

O meu requerimento é específico. É bom que se frise que não é para falar sobre toda a Infraero, mas sobre uma questão específica da Infraero. Agora, se desejam que ele fale de toda a Infraero, de todos os projetos da Infraero e de todos os outros setores da infra-estrutura, qual é o problema? Eu não sou contra; pelo contrário, sou a favor. Agora, pelo amor de Deus, não mexam no requerimento, porque seria um desrespeito a mim, como Senador, e um desrespeito à Casa. Ele já foi aprovado e transitado em julgado e não comporta mais nenhuma emenda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então o assunto está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Almeida Lima, o requerimento de V. Exª está consagrado e será posto em prática. A questão sobre a qual consulto V. Exª, atendendo a sugestão do Senador José Jorge e de outros companheiros, é se há alguma objeção de V. Exª para que o convite feito pelo Senador Delcídio Amaral para que ele venha aqui falar sobre a infra-estrutura como um todo seja atendido antes do de V. Exª, que haja a presença dele aqui antes.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Aí significa o uso daquela expressão, ou seja, um engavetamento, uma protelação. Não posso admitir que um requerimento que foi protocolizado antes, que foi lido antes, sobre o qual se deliberou antes, e o Ministro já tomou conhecimento da convocação há trinta dias, que, por conta de um requerimento de hoje, deixe de ser atendido para que antes se atenda a outro. É um desrespeito.

Além do mais, Sr. Presidente, é uma questão muito pequena. "Aguarde este aqui para ser atendido por esse", porque, na medida em que ele vem e responde as perguntas objeto do requerimento da convocação, é como se estivesse prejudicada a outra vinda. Então, no histórico, no currículo, na biografia do Ministro não vai constar que ele compareceu ao Congresso, convocado, como se isso....

A SRª (Oradora não identificada) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Posso falar, Senadora?

A SRª (Oradora não identificada) – Não, senhor, é na sua biografia que isso vai constar...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – A senhora quer um aparte?

A SRª (Oradora não identificada) – Não, senhor. Obrigada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Então eu pediria, Sr. Presidente, que não me interrompessem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª tem a palavra.

A SRª (Oradora não identificada) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Se isso é intolerância, posso ver como intolerância. Eu sou tolerante, intransigente às vezes, mas tolerante, pelo menos com o direito que as pessoas têm de falar.

Pois bem, Sr. Presidente, penso que é uma questão pequena, que, em dado momento, é semântica. Não, ele vem, mas se houver convite. Que coisa mais pequena! Para aqueles que estão nos assistindo ou que irão nos assistir, qual é a diferença?

"Não, é porque a expressão é convocar!" Retira essa expressão da Constituição porque faz mal a José Dirceu. E como faz mal a José Dirceu, é preciso que se tire. Que história é essa? Eu acho isso ridículo.

Portanto, Sr. Presidente, para mim, tudo isso é manobra para fugir ao objeto do requerimento, que é a convocação. Ele deve comparecer, dar as explicações e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª há de convir que uma das missões de quem preside é tentar conciliar os interesses.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – V. Exª está com sua convocação assegurada, o Líder do Governo fez uma proposta, e nós estamos querendo encontrar uma saída que atenda às partes. Parece-me que, agora, com a concordância de S. Exª, pode-se chegar a um denominador comum. O Ministro José Dirceu vem convocado por V. Exª, responde às perguntas de V. Exª e, em seguida, participa de uma reunião ampla, geral e irrestrita sobre infra-estrutura. Pode ser assim, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de esclarecer que o Ministro não vem convocado pelo Senador Almeida Lima, vem convocado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Sim, pela Comissão, evidentemente. O autor da convocação é que é o Senador Almeida Lima.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria ponderar, mais uma vez. Veja, Sr. Presidente, como é que as coisas podem chegar a uma absoluta insensatez. Se nós, simplesmente, atendermos, se nós seguirmos essa regra da convocação, que foi aqui aprovada, falando sobre a abertura de capital da Infraero, o Ministro José Dirceu vem aqui, fala três palavras e vai embora. Por quê? Porque isto, operação de abertura de capital, é uma coisa que é absolutamente associada à área-fim, que é o Ministério da Defesa, com o Ministério da Fazenda, não é Casa Civil.

Então, Sr. Presidente, gostaria de ponderar que, em permanecendo única e exclusivamente a convocação, que é essa a decisão da Comissão. Agora, não soma absolutamente nada. A sugestão que eu trouxe para a Comissão, e que é a sugestão do Senador Demóstenes Torres: fica a convocação, que já foi aqui aprovada, deliberada, ou, como diz o Senador Almeida Lima, transitada em julgado, eu faria um convite, apresentaria um requerimento de convite ao Ministro José Dirceu, e essas duas datas coincidiriam, S. Exª falaria: com relação à abertura de capital da Infraero eu não tenho conhecimento. E aí, em função desse convite que eu faria, nós usaríamos esse convite para um bom debate sobre infra-estrutura. Isso é uma coisa sensata.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Está resolvida a questão. A Mesa assume essa proposta. Na mesma data, S. Exª vem, fala sobre Infraero e fala sobre a questão de infra-estrutura. V. Exª, como Líder, fica encarregado, no caso, de marcar a data, evidentemente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu apresentarei o requerimento, Sr. Presidente, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – E marcamos a data.

Nós temos alguns itens na pauta, o segundo, com a presença do Senador Augusto Botelho, que está aqui, mas nós estamos já sendo avisados do início da Ordem do Dia. De forma que, como este debate foi muito acalorado, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h17min.)

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, realizada em 16 de junho de 2005, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia dezesseis de junho de dois mil e cinco, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, com a presença dos Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, Magno Malta, João Capiberibe, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, Gérson Camata, Alberto Silva, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Flavio Arns, Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marco Maciel, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, Antônio Leite, Gilberto Mestrinho e Mão Santa. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, para discussão e votação das emendas: 1ª Parte: Discussão e Votação das 5 (cinco) Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2006. Relator: Senador José Jorge. Foram apresentadas 12 emendas à Comissão. Após a leitura do seu relatório e a discussão final do mesmo, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes **Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2006: N° 01-CI,** referente a "Construção de Rodovias Federais – Construção de Trechos Rodoviários na BR-282". Inclusão de Nova Ação. Quantidade de Meta: 100,00; **N° 02-CI,** referente a "Construção de Rodovias Federais – Construção de Trechos Rodoviários na BR-343". Inclusão de Nova Ação. Quantidade de Meta: 150,00; **N°03-CI,** referente a "Cria restrições ao contingenciamento do orçamento das agências reguladoras". Emenda Aditiva ao Texto da Lei – Corpo da Lei – Art. 13, § único; **N°04-CI,** referente a "Programações das Agências Reguladoras custeadas com recursos oriundos de receitas próprias e vinculadas a essas entidades". Emenda Aditiva – Anexo V – Inciso II, Item 03; referente a "Modifica o Artigo 44 do PLDO – Contrapartida I". Emenda Modificativa ao Texto da Lei – Corpo da Lei – Art. 44 § 1. Resultado: Foram aprovadas as cinco emendas da Comissão. – 2ª Parte . Item nº 01- Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nºº 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Resultado: Adiado. Item nº 02- Projeto de Lei do Senado nº 101 de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Se-

nador Augusto Botelho. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai, no Estado do Rio Grande do Sul". Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2004. Terminativo. Ementa: "Institui o Programa do Gás (Progás)." Autor: Senador: Marcelo Crivella. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada conjuntamente com as notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Vamos discutir hoje cinco emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO de 2006.

Passo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer, em primeiro lugar, a V. Exª a minha designação como Relator.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso companheiro Delcidio Amaral, que ontem foi eleito democraticamente Presidente da CPI dos Correios, apesar de nós, da Oposição, considerarmos que houve uma violência institucional da maioria contra a minoria. Mas conseguimos, com uma votação muito equilibrada, de 17 a 15, mostrar que não somos uma minoria tão pequena assim. Por mais um voto, nós teríamos empatado, o que nos daria a condição de fazer essa CPI, mas tenho certeza de que o Senador Delcidio, pelo seu passado, por tudo aquilo que tem de bom, será neutro, fazendo o melhor para que o Brasil possa sair dessa crise.

Por outro lado, estaremos vigilantes. Realmente, estaremos vigilantes no dia-a-dia da Comissão, para que ela atinja os seus resultados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador José Jorge, com muita tristeza, gostaria de me associar a V. Exª nos votos de parabéns ao Senador Delcidio, que é uma das figuras mais queridas desta Casa e não merecia tanto. S. Exª foi muito prestigiado pela direção do seu Partido.

A minha grande esperança é de que, com a sua competência e a sorte, S. Exª se desincumba muito bem dessa missão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Heráclito, os chineses usam a mesma palavra para designar crise e oportunidade.

Não tenho dúvida de que os companheiros do Senador Delcidio estão empurrando-o para uma crise, porque é realmente um trabalho muito difícil para um Presidente da CPI indicado pelo Governo onde o maior envolvido, de certa maneira, é o Governo. Mas o Senador Delcidio poderá transformar essa crise numa grande oportunidade na sua vida.

Lembramos o Deputado Benito Gama, que foi também indicado como membro do Partido do Presidente Collor para presidir aquela famosa CPI, que fez um grande trabalho na Presidência, que culminou com a cassação do Presidente Collor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador José Jorge, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, concedo o aparte a V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu não poderia, de forma alguma, sendo de Mato Grosso do Sul e vendo o meu companheiro de bancada regional do Estado, deixar de me manifestar ao vê-lo chegar à presidência da CPI. Outro Senador nosso, Ramez Tebet, presidiu mais de uma CPI aqui no Senado Federal. E a tradição de Mato Grosso do Sul é de sucesso na condução dessas comissões parlamentares de inquérito. Não só a nação brasileira, mas especialmente o povo sul-mato-grossense estão depositando uma esperança muito grande de que essa CPI faça com que retorne a esperança de governo que seja transparente, que deseje levantar as questões denunciadas com clareza para a sociedade e, se houver culpados, que sejam todos eles trazidos à luz da verdade dos fatos. V. Exª é o grande condutor desse processo.

Portanto a nossa torcida é muito grande, porque é não só do Mato Grosso do Sul pelo seu sucesso, mas a torcida do Brasil pela recondução do processo de gestão pública e de ação política deste País.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador Juvêncio, que todos os anjos digam amém.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o meu relatório, porque será mais fácil e mais rápido.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, conforme disposto no inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, tem a prerrogativa de apresentar até cinco emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Foram recebidas na CI doze propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 4, de 2005; três delas dizem respeito ao texto da lei, e as demais, ao anexo de metas e prioridades. Um resumo dessas propostas é mostrado a seguir.

Propostas de emenda ao texto da lei:

1 – Tipo de emenda: aditiva; corpo da lei: art. 13, parágrafo único; cria restrições ao condicionamento do orçamento das agências;

2 – Tipo de emenda: aditiva; corpo da lei: Anexo V, inciso II; programação das agências reguladoras custeadas com recursos oriundos de receita própria vinculada a essas entidades.

Essas duas emendas são de minha autoria, Senador Heráclito, portanto eu gostaria de dar uma pequena explicação: são emendas para que não haja restrição aos recursos das agências.

Como V. Exªs sabem, as agências têm recursos próprios que devem ser utilizados na fiscalização da prestação dos serviços. Por exemplo: a Aneel tem um recurso para fiscalizar as empresas de prestação de serviços de energia elétrica.

Ocorre que esses recursos são arrecadados, e o Governo utiliza-os para pagar juros. É o chamado superávit primário, que, na prática, é o pagamento de juros.

Como o Governo aumenta muito os juros, Sr. Presidente, que já estão em 19,75%, precisa de muito dinheiro para pagá-los, o qual está sendo retirado da fiscalização das agências.

Portanto a minha emenda é para proibir que o Governo faça restrições a esses recursos das agências. São duas alternativas, no sentido de que pelo menos essa restrição ao orçamento das agências – imagino que o Senador Delcidio concorde com isso –, em vez de ser feita por cada Ministério, seja feita diretamente pelo Ministério do Planejamento com cada agência.

Na realidade, quando se repassa ao Ministério, concede-se um poder ao ministro da área sobre a agência que ele não deveria ter, porque a agência não é subordinada aos ministros; a agência é do Estado, não se subordina a ninguém.

Então são essas as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ainda vou falar sobre as outras.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nós votamos as duas primeiras.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de concordar com o Senador José Jorge, porque as agências estão passando por uma situação de... V. Exª, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Temos convocação, inclusive, do Presidente da ANP.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E V. Exª, seguidamente, no Plenário, tem advertido sobre isso. Não é possível que as agências tenham os seus recursos contingenciados, porque isso está prejudicando sobremaneira as atividades das agências reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Senador José Jorge, para continuar o seu relatório.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A terceira emenda é de autoria de V. Exª, como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, no corpo da lei, art. 44, § 1º, e tem o meu parecer favorável.

Há outras duas do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Uma é do Senador Pavan e outra, do Senador Alberto Silva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente. A quarta é sobre a construção de trecho rodoviário na BR-232, que está no geral, do Senador Leonel Pavan, com o nosso parecer favorável também; a de número doze é a construção de trecho rodoviário na BR-343, do Senador Alberto Silva.

Então o meu parecer, Sr. Presidente, é favorável a essas cinco e contrário às demais, mesmo porque são todas emendas do Senador Leonel Pavan, sobre trechos no Estado de Santa Catarina, o que, como V. Exª sabe melhor do que eu, não pode ser aprovado por emenda de Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, pediria o apoio de V. Exª e dos demais Senadores para a aprovação dessas cinco emendas: duas minhas e outras três.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h34min)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Vamos discutir hoje cinco emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO de 2006.

Passo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer, em primeiro lugar, a V. Exª a minha designação como Relator.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso companheiro Delcidio Amaral, que ontem foi eleito democraticamente Presidente da CPI dos Correios, apesar de nós, da Oposição, considerarmos que houve uma violência institucional da maioria contra a minoria. Mas conseguimos, com uma votação muito equilibrada, de 17 a 15, mostrar que não somos uma minoria tão pequena assim. Por mais um voto, nós teríamos empatado, o que nos daria a condição de fazer essa CPI, mas tenho certeza de que o Senador Delcidio, pelo seu passado, por tudo aquilo que tem de bom, será neutro, fazendo o melhor para que o Brasil possa sair dessa crise.

Por outro lado, estaremos vigilantes. Realmente, estaremos vigilantes no dia-a-dia da Comissão, para que ela atinja os seus resultados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador José Jorge, com muita tristeza, gostaria de me associar a V. Exª nos votos de parabéns ao Senador Delcidio, que é uma das figuras mais queridas desta Casa e não merecia tanto. S. Exª foi muito prestigiado pela direção do seu Partido.

A minha grande esperança é de que, com a sua competência e a sorte, S. Exª se desincumba muito bem dessa missão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Heráclito, os chineses usam a mesma palavra para designar crise e oportunidade.

Não tenho dúvida de que os companheiros do Senador Delcidio estão empurrando-o para uma crise, porque é realmente um trabalho muito difícil para um Presidente da CPI indicado pelo Governo onde o maior envolvido, de certa maneira, é o Governo. Mas o Senador Delcidio poderá transformar essa crise numa grande oportunidade na sua vida.

Lembramos o Deputado Benito Gama, que foi também indicado como membro do Partido do Presidente Collor para presidir aquela famosa CPI, que fez um grande trabalho na Presidência, que culminou com a cassação do Presidente Collor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador José Jorge, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, concedo o aparte a V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu não poderia, de forma alguma, sendo de Mato Grosso do Sul e vendo o meu companheiro de bancada regional do Estado, deixar de me manifestar ao vê-lo chegar à presidência da CPI. Outro Senador nosso, Ramez Tebet, presidiu mais de uma CPI aqui no Senado Federal. E a tradição de Mato Grosso do Sul é de sucesso na condução dessas comissões parlamentares de inquérito. Não só a nação brasileira, mas especialmente o povo sul-mato-grossense estão depositando uma esperança muito grande de que essa CPI faça com que retorne a esperança de governo que seja transparente, que deseje levantar as questões denunciadas com clareza para a sociedade e, se houver culpados, que sejam todos eles trazidos à luz da verdade dos fatos. V. Exª é o grande condutor desse processo.

Portanto a nossa torcida é muito grande, porque é não só do Mato Grosso do Sul pelo seu sucesso, mas a torcida do Brasil pela recondução do processo de gestão pública e de ação política deste País.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador Juvêncio, que todos os anjos digam amém.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o meu relatório, porque será mais fácil e mais rápido.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, conforme disposto no inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, tem a prerrogativa de apresentar até cinco emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Foram recebidas na CI doze propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 4, de 2005; três delas dizem respeito ao texto da lei, e as demais, ao anexo de metas e prioridades. Um resumo dessas propostas é mostrado a seguir.

Propostas de emenda ao texto da lei:

1 – Tipo de emenda: aditiva; corpo da lei: art. 13, parágrafo único; cria restrições ao condicionamento do orçamento das agências;

2 – Tipo de emenda: aditiva; corpo da lei: Anexo V, inciso II; programação das agências reguladoras custeadas com recursos oriundos de receita própria vinculada a essas entidades.

Essas duas emendas são de minha autoria, Senador Heráclito, portanto eu gostaria de dar uma pequena explicação: são emendas para que não haja restrição aos recursos das agências.

Como V. Exªs sabem, as agências têm recursos próprios que devem ser utilizados na fiscalização da prestação dos serviços. Por exemplo: a Aneel tem um recurso para fiscalizar as empresas de prestação de serviços de energia elétrica.

Ocorre que esses recursos são arrecadados, e o Governo utiliza-os para pagar juros. É o chamado superávit primário, que, na prática, é o pagamento de juros.

Como o Governo aumenta muito os juros, Sr. Presidente, que já estão em 19,75%, precisa de muito dinheiro para pagá-los, o qual está sendo retirado da fiscalização das agências.

Portanto a minha emenda é para proibir que o Governo faça restrições a esses recursos das agências. São duas alternativas, no sentido de que pelo menos essa restrição ao orçamento das agências – imagino que o Senador Delcidio concorde com isso –, em vez de ser feita por cada Ministério, seja feita diretamente pelo Ministério do Planejamento com cada agência.

Na realidade, quando se repassa ao Ministério, concede-se um poder ao ministro da área sobre a agência que ele não deveria ter, porque a agência não é subordinada aos ministros; a agência é do Estado, não se subordina a ninguém.

Então são essas as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ainda vou falar sobre as outras.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nós votamos as duas primeiras.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de concordar com o Senador José Jorge, porque as agências estão passando por uma situação de... V. Exª, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Temos convocação, inclusive, do Presidente da ANP.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E V. Exª, seguidamente, no Plenário, tem advertido sobre isso. Não é possível que as agências tenham os seus recursos contingenciados, porque isso está prejudicando sobremaneira as atividades das agências reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Senador José Jorge, para continuar o seu relatório.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A terceira emenda é de autoria de V. Exª, como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, no corpo da lei, art. 44, § 1º, e tem o meu parecer favorável.

Há outras duas do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Uma é do Senador Pavan e outra, do Senador Alberto Silva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente. A quarta é sobre a construção de trecho rodoviário na BR-232, que está no geral, do Senador Leonel Pavan, com o nosso parecer favorável também; a de número doze é a adequação de trecho rodoviário na BR-343, do Senador Alberto Silva.

Então o meu parecer, Sr. Presidente, é favorável a essas cinco e contrário às demais, mesmo porque são todas emendas do Senador Leonel Pavan, sobre trechos no Estado de Santa Catarina, o que, como V. Exª sabe melhor do que eu, não pode ser aprovado por emenda de Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, pediria o apoio de V. Exª e dos demais Senadores para a aprovação dessas cinco emendas: duas minhas e outras três.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h34min)

EDIÇÃO DE HOJE: 1000 PÁGINAS